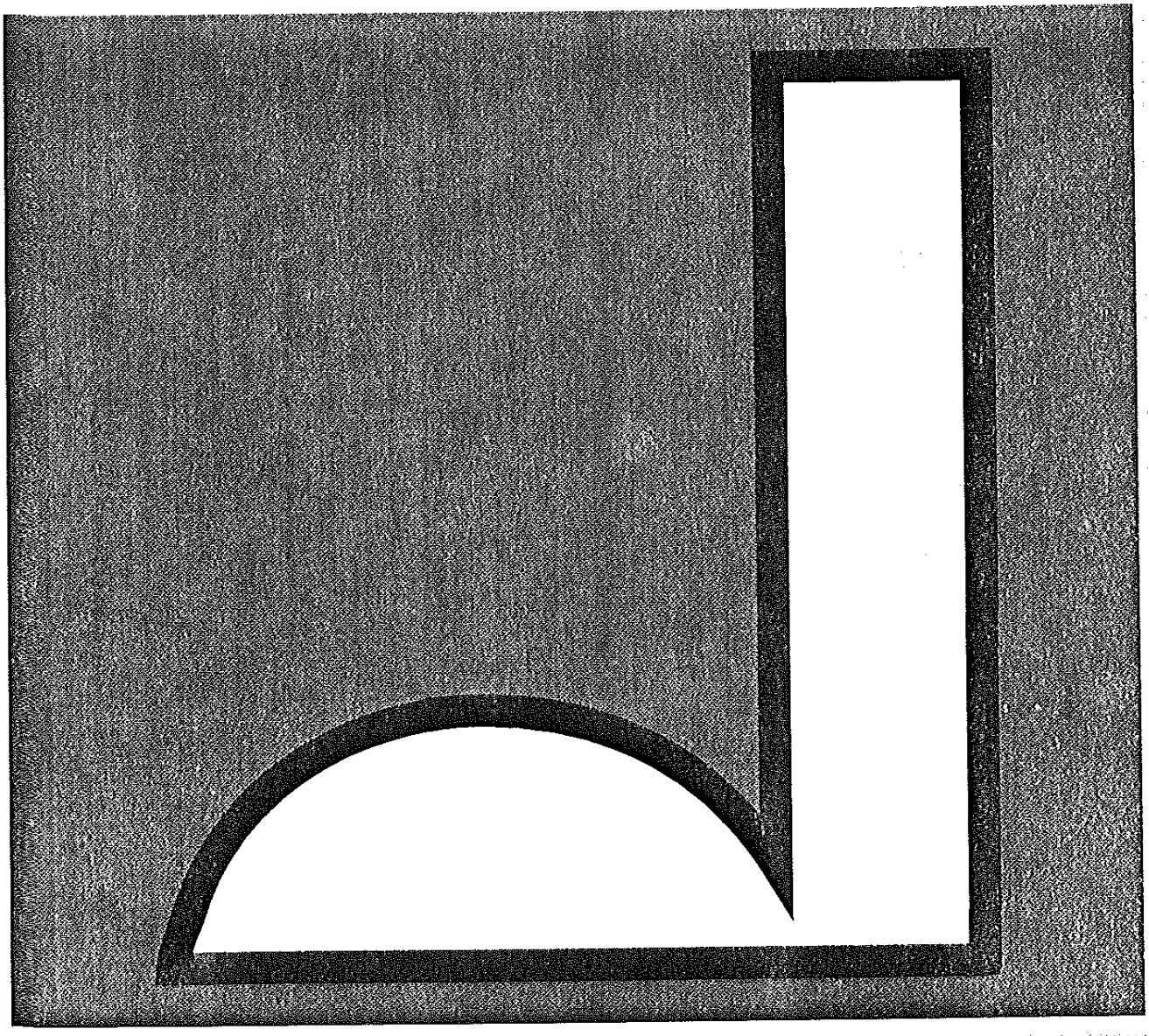
EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – SUP. AO Nº 092 – TERÇA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI
3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Romeu Tuma – PFL – SP
Corregedores Substitutos
Hélio Costa – PMDB – MG
Delcídio Amaral – PT – MS
Teotônio Vilela Filho – PSDB–AL

Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

Aguardando indicações pelas lideranças

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)

Líder
Tião Viana PT-AC

Vice-Líderes
Antônio Carlos Valadares
Magno Malta
Fernando Bezerra
Roberto Saturnino
Ana Júlia Carepa
Flávio Arns
Ideli Salvatti
Geraldo Mesquita Júnior

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)
Líder
Efraim Morais PFL-PB

Vice-Líderes
Eduardo Azeredo
Rodolpho Tourinho

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Aloizio Mercadante PT-SP

Vice-Líderes
João Capiberibe
Fernando Bezerra
Patrícia Saboya Gomes
Hélio Costa
Marcelo Crivella

LIDERANÇA DO PMDB - 22

Líder
Renan Calheiros PMDB-AL

Vice-Líderes
Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PFL -18

Líder
José Agripino PFL-RN

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge

LIDERANÇA DO PSDB – 10

Líder
Arthur Virgílio PSDB-AM

Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan

LIDERANÇA DO PDT - 5

Líder
Jefferson Péres PDT-AM

Vice-Líderes
Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 3

Líder
Mozarildo Cavalcanti PPS-RO

Vice Líder
Patrícia Saboya Gomes

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Sérgio Castro
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 11.06.2003

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – Atas de Comissões

2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e cinco de fevereiro de 2003, às 10 horas..... 00006

3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura, realizada, em onze de março de 2003, às 10 horas..... 00021

4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em onze de março de 2003, após a Ordem do Dia. 00069

5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em dezoito de março de 2003, às 10 horas..... 00119

6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada, em vinte e cinco de março de 2003, às 10 horas..... 00131

7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Sociais, em vinte e seis de março de 2003, às 10 horas.... 00149

8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em primeiro de abril de 2003, às 10 horas..... 00182

10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em oito de abril de 2003, às 10 horas..... 00220

11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em quinze de abril de 2003, às 10 horas..... 00240

13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e dois de abril, de 2003, às dez horas..... 00250

14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e nove de abril, de 2003, às dez horas..... 00269

15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em seis de maio, de 2003, às dez horas. 00279

16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em treze de maio, de 2003, às dez horas. 00301

1ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003, quarta-feira às 17:30 horas..... 00314

2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 13 de março de 2003, quinta-feira, às 10 horas..... 00316

3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 20 de março de 2003, quinta-feira, às 10 horas..... 00324

4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, Sétima Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos e Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 26 de março de 2003, quarta-feira, às 10 horas. 00333

1ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003.(Instalação). 00367

2ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2003..... 00371

3ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2003..... 00383

4ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2003 00399

5ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de março de 2003 00421

6ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1 de abril de 2003 00428

7ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de abril de 2003 00458

8ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de abril de 2003 00466

9ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de abril de 2003 00473

10ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2003 00482

11ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura, realizada em 30 de abril de 2003 00499

1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003, após a Ordem do Dia 00511

2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2003, às 11 horas 00512

3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2003, às 11 horas 00522

4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2003, às 11 horas 00526

5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de março de 2003, às 11 horas 00528

1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 19 de fevereiro de 2003, quarta-feira, após a ordem do dia 00532

2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 20 de março de 2003, quinta-feira, às 9 horas 00534

3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 29 de maio de 2003, quarta – feira, às 9 horas 00536

1ª Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezenove de fevereiro do ano de dois mil e três, às dezessete horas e quarenta minutos 00537

1ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e três, às dezessete horas e trinta minutos 00541

2ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia onze de março do ano de dois mil e três, às dezessete horas e trinta minutos 00555

2ª Segunda Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e três, às dez horas 00568

3ª Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia primeiro de abril do ano de dois mil e três, às dezessete horas e trinta minutos 00600

3ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de março do ano de dois mil e três, às dezessete horas e trinta minutos 00635

4ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia vinte de março do ano de dois mil e três, às dez horas 00654

4ª Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e três, às doze horas e trinta minutos 00676

5ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exterio-

res e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e sete de março do ano de dois mil e três, às dez horas..... 00684

6ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e três, às dez horas. 00698

7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 10 de abril do ano de dois mil e três, às dez horas. 00719

8ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e três, às dez horas..... 00751

9ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia oito de maio do ano de dois mil e três, às dez horas..... 00782

10ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quinze de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.. 00807

11ª Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e três, às dez horas..... 00829

1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 19 de fevereiro de 2003, quarta-feira, às 17:20 horas..... 00839

2ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 11 de março de 2003, terça-feira, às 14 horas..... 00841

3ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 25 de março de 2003, terça-feira, às 14 horas..... 00850

4ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura realizada dia 1 de abril de 2003, terça-feira, às 14 horas..... 00857

5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 8 de abril de 2003, terça-feira, às 9 horas..... 00859

8ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 6 de maio de 2003, terça-feira, às 14 horas. 00891

9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura e 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de maio de 2003..... 00900

10ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 13 de maio de 2003, terça-feira, às 14 horas. 00901

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de abril de 2003..... 00917

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e cinco de fevereiro de 2003, às 10 horas.

Às dez horas do dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores: Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octavio, Rodolpho Tourinho, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Romero Jucá, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte Pauta: **Mensagem n° 1, de 2003,** que "encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o 1° trimestre de 2003". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Parecer:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. **Discutiu a matéria** o Senador Aloízio Mercadante. **Resultado:** aprovado. **Projeto de Lei do Senado n° 44 de 1999 – decisão terminativa da CCJC**, que "proíbe a exportação da madeira em tora, prancha, ou não acabada e dá outras providências". **Autor:** Senador Romero Jucá. **Relator:** Senador Gilberto Mestrinho. **Parecer:** pela aprovação nos termos do Substitutivo que apresenta.**Discutiram a matéria** os Senadores Romero Jucá (autor), Aloízio Mercadante e a Senadora Ana Júlia Carepa. **Resultado:** concedida vista coletiva a Senadora Ana Júlia Carepa e ao Senador Antero Paes de Barros pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1° – RISF). **Projeto de Lei da Câmara n° 76, de 2000,** que "acrescenta parágrafos ao art. 5° da Lei n° 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para obrigar a divulgação do seguro obrigatório DPVAT aos segurados". **Autor:** Deputado Professor Luizinho. **Relator:** Senador Romero Jucá. **Parecer:** favorável com uma emenda. **Resultado:** concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1° – RISF). **Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado n° 543, de 1999. Autores: 1 e 4,** Senadora Maria do Carmo Alves; **2 e 3,** Senador Wellington Roberto e **5 a 7,** Senador Edison Lobão. **Relator:** Senador Gilberto Mestrinho. **Parecer:** pela rejeição das emendas n°s 1,3,4,5 e 7 e pela aprovação das de n°s 2 e 6 nos termos de subemendas. **Resultado: concedida** vista coletiva a Senadora Patrícia Saboya Gomes e aos Senadores Aloízio Mercadante e Paulo Octávio, pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1° – RISF). **Extra Pauta:** Mensagem n° 53, de 2003, que "solicita ao Senado Federal a inclusão das despesas gerais nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development Canadá – EDC e a retificação da definição de Amortização no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP PARIBAS S/A e BALEUMI LE – ISRAEL B.M., autorizada pela Resolução n° 66, de 20 de dezembro de 2002, desta Casa". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Romero Jucá. **Parecer:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. **Discutiram a matéria** os Senadores Ney Suassuna e Aloízio Mercadante. **Resultado:** aprovado. **Foram lidos e aprovados os seguintes requerimentos** para realização de audiências públicas: **n° 01/2003 – CAE,** de autoria do Senador Aloízio Mercadante, convidando o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, para "debater sobre a política econômica do Governo"; **n° 02/2003 – CAE,** de autoria do Senador Arthur Virgílio Neto, convidando os Ministros de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci e do Planejamento, Dr. Guido Mantega, para debaterem "sobre as recentes medidas econômicas do Governo, especialmente quanto os itens: 1 – esforço para alcançar as metas de superávit primário, nas contas públicas, para 4,25% do Produto Interno Bruto – PIB; 2 – precauções porventura adotadas pelo Governo brasileiro, visando a proteger nossa economia da difícil conjuntura político-econômica mundial"; **n° 03/2003 – CAE,** de autoria do Senador Arthur Virgílio Neto, convidando o Senhor Ministro de Estado das Cidades, Dr. Olívio Dutra e o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Eduardo Levi Matoso, para debaterem "sobre as políticas que objetivem a construção de casas populares, ações de saneamento, urbanização e ações conexas"; **n° 04/2003 – CAE,** de autoria do Senador Arthur Virgilio Neto, convidando o Senhor Ministro de Estado do

Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan e o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Dr. Carlos Lessa, para debaterem sobre "o papel a ser desempenhado por essa importante agência de desenvolvimento, ao longo do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva"; **nº 05/2003 – CAE,** de autoria do Senador Arthur Virgilio Neto, convidando os Senhores Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues e do Meio ambiente, Senadora Marina Silva, para debaterem sobre "a posição do Brasil quanto aos alimentos de origem agrícola, geneticamente alterado, os denominados transgênicos"; **nº 06/2003 – CAE,** de autoria do Senador Arthur Virgílio Neto, convidando o Senhor Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meireles, para debater sobre "o atual quadro econômico brasileiro e sobre a perspectiva, já anunciada, da tão esperada autonomia do Banco Central do Brasil – BACEN"; **nº 07/2003 – CAE,** de autoria do Senador Aloízio Mercadante, convidando a Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1999, que "proíbe a exportação de madeira em tora, prancha, ou não acabada e dá outras providências". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Cláudia Magalhães Pinto Cardoso, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs. e Srs. Senadores, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Seção Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizando-se agora, às 10h, pontualmente, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Na pauta, o Item 1.

Antes de conceder a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, para proferir seu relatório, leremos alguns requerimentos de autoria do Senador Aloízio Mercadante:

"Nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, caput, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci Filho, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre a política econômica do Governo."

Solicito à Secretaria que enumere os requerimentos.

Segundo requerimento:

"Nos termos do art. 397, inciso II, § 1º, do Regimento Interno, e com base no que estabelecem os arts. 50, **caput**, e 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, requeiro a convocação dos Exmºs. Srs. Ministros da Fazenda, Dr. Antônio Palocci e do Planejamento, Dr. Guido Mantega para debate na Comissão de Assuntos Econômicos acerca das recentes medidas econômicas do Governo, especialmente quanto aos seguintes itens:

1) Esforço para alcançar as metas do superávit primário nas contas públicas para 4,25% do Produto Interno Bruto;

2) Precauções porventura adotadas pelo Governo brasileiro visando a proteger nossa economia da difícil conjuntura político-econômica mundial."

O terceiro requerimento tem base legal no Regimento Interno nos incisos invocados nos requerimentos anteriores. É sobre a convocação do Exmº Sr. Ministro das Cidades, Dr. Olívio Dutra e o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Eduardo Levi Matoso, para debaterem na Comissão de Assuntos Econômicos as políticas públicas que objetivem a construção de casas populares, ações de saneamento, urbanização e conexas. Senador Arthur Virgílio Neto, Líder do PSDB.

Requerimento de convocação do Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Presidente do BNDES para debates na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Também de autoria do Senador Arthur Virgílio Neto, Líder do PSDB.

Requerimento de convocação dos Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente para debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Autor: Senador Arthur Virgílio Neto.

Há outro requerimento, também de autoria do Senador Arthur Virgílio Neto, convocando o Presidente do Banco Central para prestar esclarecimentos na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Convocação do Exmº Sr. Ministro da Previdência Social para debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, subscrito pelo Senador Arthur Virgílio Neto, Líder do PSDB.

Requerimento firmado pelo Senador Leonel Pavan e outros, requerendo a criação de uma Subcomissão Temporária de Turismo.

Requerimento da ilustre Senadora Ana Júlia Carepa solicitando a criação de subcomissão temporária com a finalidade de analisar a legislação atual referente à compensação financeira sobre atividades de extração mineral, bem como propor alterações que se façam necessárias para tornar tal compensação mais justa.

Sobre esses requerimentos, a Mesa decide colocá-los em discussão e votação após os assuntos que estão em pauta.

Item 1:

Mensagem nº 1, de 2003, não terminativa. Encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o primeiro trimestre de 2003. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho. Parecer favorável, na forma do PDS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para leitura do seu relatório.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a Mensagem nº 1, de 2003, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o 1º trimestre de 2003, em conformidade com o disposto no §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Acompanham a Mensagem vários documentos, como o Aviso nº 900, do Ministério da Fazenda; o documento Programação Monetária do Banco Central do Brasil; o Aviso nº 1.584, da Casa Civil; a Declaração de Recebimento da Mensagem pela Presidência do Senado Federal.

A Programação Monetária para o 1º trimestre de 2003 e para o ano de 2003 trata dos seguintes assuntos:

a) A economia no 4º trimestre de 2002, em que são descritas as taxas de variação trimestral do PIB, estatísticas sobre a produção industrial, o faturamento real do comércio varejista na região metropolitana de São Paulo, a evolução das taxas de inflação e de desemprego aberto, o resultado primário e a dívida líquida do setor público, bem como as necessidades de financiamento do setor público e o resultado das transações comerciais e financeiras com o exterior.

b) Política monetária no 3º trimestre de 2002, que retrata a evolução prevista e a realizada no período para os principais agregados monetários, quais sejam, os meios de pagamento M1 e M4 e a base monetária restrita e ampliada. Destaca-se, aqui, que os agregados monetários restritos ultrapassaram os limites superiores estabelecidos pela programação monetária para o 3º trimestre de 2002, cujo realinhamento do limite de emissão foi autorizado pelo Conselho Monetário Nacional, conforme preconiza o §2º do art. 4º da Lei nº 9.069, de 1995.

c) Política monetária no bimestre outubro/novembro de 2002, demonstrando resultados previstos pela programação monetária para o 4º trimestre de 2002 e o ocorrido no bimestre outubro/novembro do ano passado, registrando-se que todos os agregados estiveram dentro dos limites de variação percentual em 12 meses.

Perspectivas para 2003:

As autoridades monetárias consideraram um cenário favorável à continuidade da expansão econômica para os próximos meses, tendo em conta vários elementos entre os quais a recuperação das expectativas dos consumidores e empresários, que teriam postergado suas decisões de consumo e investimento, respectivamente.

Esperam que o volume de recursos externos, disponibilizado aos países emergentes, seja gradualmente recomposto, em vista da possibilidade de recuperação e consolidação da economia norte-americana e da normalização no movimento de capitais internacionais.

Acreditam também que os países com políticas monetária e fiscal sadias serão privilegiados nessa recomposição de capitais. Contribui para as perspectivas favoráveis o ajuste da conta de transações correntes do balanço de pagamentos, que declinou de 4,61%, em 2001, para 1,89%, em 2002. Espera-se que essa tendência continue em 2003 com saldos comerciais positivos e reduções nos tradicionais déficits na conta de serviços.

Os resultados, Sr. Presidente, menos favoráveis da demanda por investimentos repercutiram na queda da participação da formação bruta de capital fixo no Produto Interno Bruto, mantendo a tendência declinante desde o segundo trimestre de 2001, quando atingira 20,2%, antes 18,5% estimados para o final do 3º trimestre de 2002.

A evolução favorável dos indicadores demonstra, todavia, a insuficiência do crescimento para a absorção da mão-de-obra, provocando a elevação da taxa de desemprego em 2002, em relação a 2001. Consideram as perspectivas de que o crescimento do nível de atividade e a recuperação da confiança dos consumidores deverão motivar aumentos futuros de preços em setores não impactados diretamente pelos choques de oferta, causados pela desvalorização cambial desde abril de 2002 e entressafra agrícola nos últimos dois meses de 2002.

Mas as autoridades julgam que as taxas de inflação devem arrefecer-se gradualmente tanto pela superação dos efeitos da entressafra como pelas melhores perspectivas com relação à evolução do câmbio.

Por fim, ressalto ainda a importância da continuidade do processo de consolidação fiscal empreendido nos últimos anos. Nesse cenário, os resultados fiscais superavitários, apresentados em todos os níveis de Governo, contribuem para que a dinâmica da dívida líquida do setor público se mantenha em trajetória sustentável. Embora registrando oscilações decorrentes de pressões advindas do mercado de câmbio, a continuidade desse esforço fiscal, aliada à percepção positiva quanto ao compromisso com a manutenção da estabilidade, contribuirão para a melhoria da percepção do risco do País e para a consolidação de uma trajetória declinada da dívida nos próximos meses.

Metas indicativas – item "e" – da evolução dos agregados monetários para o 3º trimestre e para o ano de 2003, programadas em consistência com o atual regime de política monetária.

Esse regime é baseado em metas para a inflação no comportamento esperado para a renda nacional, as taxas de juros, as operações de crédito e demais indicadores pertinentes. Com base em modelos econométricos e considerando-se o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa selic, os prováveis impactos das operações de crédito e componentes de tendência de sazonalidade, característica daqueles agregados, estimou-se, então, a variação dos meios de pagamento em dois meses em 34,3% para março e em 20% para dezembro de 2003.

Os quadros 3 e 4 da programação, que já estão em poder das Srªs e dos Srs. Senadores, são transcritos embaixo Abstenho-me de lê-los, porque sei que serão manuseados, ou que já o foram, cuidadosamente. É o quadro nº 3, programação monetária, com relação à base restrita, à base ampliada. Refere-se ao último mês do período. Para o cálculo da variação de percentual, considere-se o ponto médio das previsões, média dos saldos e saldo no fim do período. O outro quadro, nº 4, é a evolução dos agregados monetários, também com a mesma sistemática.

A evolução esperada para os principais agregados monetários demonstra taxa de variação de 34,3 para os meios de pagamento M-1, ao longo do 1º trimestre, em base anual, e de 20% até o fim do ano. A mesma expansão trimestral está prevista para a base monetária restrita, atingindo 15,6 no final de 2003. Para a base ampliada, prevê-se uma expansão de 23,1 no trimestre anualizado, e de 16,6 até o encerramento do ano. Os meios de pagamento ampliados, M-4, poderão atingir o crescimento de 11,1% no trimestre e de 17, 2% até dezembro do corrente ano.

As projeções demonstram que, em um cenário favorável à redução das atuais taxas de inflação, IGP, de 2,17 em janeiro, e de 28,92 em 12 meses, a política monetária poderá ser implementada, de modo a expandir a liquidez real da economia e reduzir os juros. Vale lembrar que vivemos um regime de meta de inflação com taxas flutuantes de câmbio. Nesses casos, o instrumento de controle da política monetária é a taxa de juros, e não necessariamente o controle do estoque da moeda.

Na nossa análise, Srªs e Srs. Senadores, a programação monetária para os trimestres de cada ano é elaborada pelo Banco Central e examinada e aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, para, então, posterior encaminhamento a esta Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com as determinações legais já referidas.

A programação monetária sob exame foi elaborada em consonância com o disposto na Lei nº 9.069, de 1995, e devidamente aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, em sessão de 19 de dezembro de 2002.

Assim, vale lembrar que o documento fora elaborado pela equipe econômica do Governo anterior e que, por outro lado, já se encontra no final do seu 2º mês de execução.

A defasagem entre o encaminhamento da mensagem e a análise da programação para o 1º trimestre de cada ano ocorre normalmente em função do período de recesso do Congresso Nacional, em janeiro. Não houve alterações metodológicas na elaboração da programação.

Com efeito, as metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários são programadas em consistência com o atual regime de política monetária, baseado em metas para a inflação: mediante modelos econométricos, as autoridades monetárias projetam estimativas da demanda por papel moeda e por depósito à vista, considerando-se, além das metas de inflação, das expectativas de comportamento da demanda agregada e do crescimento do produto interno bruto, da trajetória da taxa básica de juros e, ainda, dos cenários domésticos e internacionais compatíveis com as metas para a inflação, os prováveis impactos das operações de crédito e os componentes de tendência e sazonalidade características desses agregados.

Embora constem da programação alguns indicadores da macroeconomia do País e das perspectivas para 2003 que a fundamentam, não há, no documento, informações sobre a trajetória esperada da taxa básica de juros. De resto, instrumento de controle da política monetária sobre um regime de meta da inflação.

Não há informações sobre a distribuição do crédito, nem sobre o emprego de medidas urgentes e necessárias para eliminar abusos nos **spreads** – diferença entre os custos de captação e de aplicação no mercado.

De igual modo, Sr. Presidente, não consta do documento manifestações ou compromissos expressos das autoridades monetárias quanto ao papel da política monetária a ser implementada no respectivo trimestre, exceto que a continuidade do esforço fiscal, aliada à percepção positiva quanto ao cumprimento da manutenção da estabilidade, contribuirão para a melhoria na percepção do risco-País e para a consolidação de uma trajetória declinante da dívida nos próximos meses, conforme as folhas 13 do processado.

Todavia, a programação permite às autoridades monetárias uma expansão dos meios de pagamentos M1, da ordem de 34,3% no trimestre, em base anual. Isso permite-nos inferir que, mesmo com a taxa de inflação de 2,17%, em janeiro, e de 28,92%, em 12 meses, medidas pelo IGPDI, haverá possibilidade de uma política monetária expansionista, desde que a inflação demonstre sinais de recuo na recente trajetória ascendente.

Como se sabe, desde finais de 2002, a inflação mudou de patamar em decorrência do choque de ofertas causado pela desvalorização cambial, pelos aumentos do petróleo no mercado internacional, em face da iminente guerra Estados Unidos/Iraque e pelos efeitos da entressafra agrícola.

Nesse sentido o Copom vem elevando sistematicamente a taxa básica de juros. De 18%, em meados de setembro de 2002, para 25%, em dezembro passado. Em fins de janeiro, a taxa Selic foi elevada em 0,5% percentual, e em 19 de fevereiro de 2003, recentemente, novamente para 26,5% ao ano. Desta feita, o aumento veio acompanhado de aperto monetário discricionário, ou seja, por meio da elevação dos depósitos compulsórios de 45% para 68%.

Há, portanto, uma clara contradição entre as presentes causas da inflação, choque de oferta, identificado inclusive pelas próprias autoridades monetárias, que, sem dúvida, persiste, e a utilização da taxa básica de juros como instrumento de controle. Como se sabe, a elevação dos juros afeta negativamente o consumo e os investimentos, propagando-se uma contração generalizada da demanda agregada em um aumento do já inusitado nível de desemprego na sociedade brasileira.

Juros altos, Sr. Presidente, são portanto incompatíveis com o crescimento do Produto Interno Bruto, como sabe bem V. Exª. Essa política dificulta naturalmente o atendimento dos compromissos assumidos pelo novo Governo com a geração de milhões de empregos e a almejada retomada do desenvolvimento econômico.

Como bem já frisou o Ministro Chefe da Casa Civil, em declaração no dia 20 de fevereiro de 2003, no dia seguinte ao anúncio da elevação dos juros e aperto monetário pelo Copom, a política monetária é executada pelo Banco Central, mas é parte integrante da política econômica do Governo. O tratamento monetário dado à inflação ascendente, mormente quando o seu núcleo é tipicamente inflação de custo, é um dilema que deverá ser equacionado por toda a sociedade brasileira, incluindo-se evidentemente os responsáveis pela política monetária.

Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, de qualquer forma, com base nas estimativas projetadas para a expansão dos principais agregados monetários, no 1º trimestre de 2003, seria possível facilitar a liquidez real da economia mediante a expansão da oferta monetária e do crédito, assim como a redução dos juros básicos.

Todavia, em prevalecendo o regime de metas da inflação e o rigor operacional dos guardiões da moeda nacional, isso somente será possível, no curto prazo, se houver sinais objetivos de que os fatores causadores da inflação estejam se dissipando, a exemplo da estabilidade dos preços internacionais do petróleo e da extinção do cenário mundial turbulento, motivado pela iminência de uma guerra literalmente no **front** externo.

No plano da macroeconomia real doméstica, resta dar segmento ao ajuste fiscal e estrutural do setor público, para a manutenção dos superávits fiscais, e continuar promovendo as exportações com substituição de importações, de modo a manter saldos comerciais positivos e prosseguir na melhora dos saldos em transações correntes. Esse movimento no lado real da economia ensejará, por um lado, a menores pressões do setor público pela poupança e, por outro, menor demanda por capitais externos para financiar os déficits em transações correntes.

Desse modo, as condições reais da economia poderão determinar a evolução das condições monetárias, em especial a trajetória de excedente dos juros nominais e reais.

O nosso voto, não obstante as ressalvas construtivas, aqui expostas, na programação e na política em curso, de acordo com o nosso parecer, é pela aprovação da programação monetária para o 1º trimestre de 2003, nos termos do seguinte projeto de decreto legislativo:

"O Congresso Nacional decreta que fica aprovada a programação monetária para o 1º trimestre de 2003, nos termos da Mensagem Presidencial nº 1 de 2003. Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço à presteza com que o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou o seu parecer. Ele é favorável na forma do Projeto de Resolução do Senado.

Em discussão, o parecer do ilustre Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que essa programação monetária trimestral foi feita ainda pela equipe econômica anterior e num período de transição em que tivemos, inclusive, o recesso parlamentar e o início do novo Governo.

Creio que essa discussão vinha sendo feita pelo Parlamento, em função de uma política econômica anterior, quando ainda não tínhamos o regime de metas inflacionárias e o câmbio flutuante. Com essas mudanças estruturais na gestão dos instrumentos da política econômica e, portanto, monetária, a minha avaliação é que deveríamos – e o faremos, como Líder do Governo – solicitar ao Governo uma apresentação, com uma nova metodologia, em que essa projeção da expansão da base monetária seja feita dentro dos novos critérios da política econômica, tendo, sobretudo, a questão das metas inflacionárias como núcleo fundamental do processo.

Temos que aproximar o acompanhamento do Congresso Nacional com o padrão que o Copom tem para decidir a política monetária, para que, de fato, possamos fazer uma discussão mais profunda sobre as políticas econômica e monetária e sobre o cenário de desdobramentos dessa política. Talvez, se tivéssemos esses instrumentos no passado, poderíamos ter discutido com mais profundidade as seqüelas da âncora cambial, que geraram um desequilíbrio patrimonial no setor público, uma fragilização das finanças públicas e uma vulnerabilidade externa muito elevada.

Então, o Congresso Nacional pode ter uma presença mais ativa no debate da política econômica. Acredito que devemos fazer isso.

Quero assumir aqui o compromisso, primeiro, de o Governo apresentar com antecedência a programação monetária, no prazo que a legislação deveria estabelecer, para que o Congresso Nacional possa ter uma participação ativa; segundo, de inovar a metodologia, para que possamos nos aproximar dos novos instrumentos de política macroeconômica, especialmente o regime de metas inflacionárias, que é – eu diria – o elemento central na definição da política monetária do Banco Central e que foi defendido por todos os atores econômicos relevantes do País nesse último período.

Acredito que, com isso, poderemos aprimorar o debate na Comissão de Assuntos Econômicos e permitir uma discussão mais qualificada da política econômica.

Agradeço ao Relator pelo parecer, que nos parece bastante apropriado, inclusive as ressalvas que S. Exª faz, que entendo procedentes e que serão, evidentemente, consideradas pelo Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, como ouvimos, trata-se de um importante documento. Começamos os nossos trabalhos com a análise, talvez, de um dos mais importantes instrumentos da política monetária do País e que permite ao Congresso Nacional acompanhar bem de perto sua situação econômico-financeira.

Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, há em tramitação nesta Casa várias proposições no sentido de aperfeiçoar – V. Exª bem abordou a questão – os nossos trabalhos, buscando permitir realmente um acompanhamento bem mais próximo e bem mais eficiente do Congresso Nacional.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou colocá-la em votação. Não se trata de matéria terminativa.

Em votação, o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Vamos passar ao item 2.

Projeto de Lei do Senado Federal nº 44, de 1999, que também não é terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que proíbe a exportação da

madeira em tora, prancha ou não acabada, e dá outras providências.

O Relator é o ilustre Senador Gilberto Mestrinho, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Gilberto Mestrinho) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 44, do eminente Senador Romero Jucá, trata de proibir a exportação de madeira em toras ou em pranchas, visando agregar valor à matéria-prima da Região Amazônica.

Essa é uma preocupação de todos os países em desenvolvimento, que buscam criar atividade geradora de emprego e valorizar os seus produtos. Projeto idêntico já foi apresentado em 1993 pelo eminente e saudoso Senador Onofre Quinan. O projeto foi aprovado no Senado Federal e se encontra na Câmara dos Deputados para votação desde então.

O projeto do Senador Romero Jucá, com certeza, será apensado a esse projeto na Câmara dos Deputados, onde há também outros projetos que tratam de matéria idêntica, todos objetivando proteger a exportação de madeiras em toras da Região Amazônica, o que, efetivamente, já não se faz há muito tempo.

A questão da madeira em tora só aparece em jornais de televisão para mostrar média do Ibama, mas na verdade não existe isso. No entanto, é preciso existir uma proibição por meio de lei, efetivamente, porque as proibições estão em portarias; não se pratica, mas são feitas em portaria.

Quanto a essa lei, apresentamos um substitutivo proibindo efetivamente a exportação da madeira bruta, em pranchas, abrindo exceção apenas àquelas que não permitem o corte longitudinal. Há madeiras, como a quariquara, por exemplo, que não pode ser beneficiada industrialmente com o uso de serra. É uma madeira, toda ela – vamos dizer –, muito dura, que só serve para acochamento ou para atividade dentro d'água, para formação de portos. A quariquara, então, é muito buscada pelo mercado internacional, tem um mercado favorável. Não se deve proibir a sua exportação, porque é uma madeira que existe em grande quantidade na região Amazônica e que pode, efetivamente, ser aproveitada em benefício da região.

Assim, o nosso parecer é pela aprovação com o substitutivo que apresentamos, que é o seguinte:

"O Congresso Nacional decreta:

A exportação de madeira e derivados de essências nativas fica proibida nos seguintes casos: madeira em bruto, mesmo descascada, desalburnada ou esquadriada, quando não proveniente de reflorestamento; madeira cerrada ou fendida longitudinalmente com espessura superior a 101 milímetros e 6 décimos quando não proveniente de reflorestamento.

Parágrafo único – A proibição, prevista no caput deste artigo, não se aplicará às exportações de madeira em bruto cujas características técnicas impossibilitem beneficiamento com desdobramento longitudinal – é o caso que mencionei da quariquara.

As infrações dessa lei constituem crime ambiental, sujeitos os seus autores à pena de reclusão de um a dois anos e pagamento de multa, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é por um substitutivo.

Senadora Ana Júlia, por gentileza, já havia pedido a palavra o autor do projeto, Senador Romero Jucá. Logo a seguir, terei imenso prazer em conceder-lhe a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caro Senador Gilberto Mestrinho...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, não quero lhe tirar a palavra, eu gostaria apenas de alertá-lo para o fato de que a Senadora Ana Júlia pedirá vista...

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Entendo que é importante ela pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sendo assim, consulto V. Exª se ainda quer discutir...

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Eu gostaria de fazer um breve comentário para situar os companheiros novos que chegaram, pois esse é um projeto antigo.

Quando apresentei esse projeto, tinha consciência de quão duro ele era. É um projeto até um pouco radical, porque o seu objetivo é levar a um debate que contribua para a construção de um novo modelo de tratamento da questão ambiental e da madeira na região Amazônica.

O que acontece hoje, Sr. Presidente? Hoje se tira madeira da Amazônia e de áreas indígenas de forma ilegal. Como o Ibama não tem capacidade operacional para fiscalizar da forma que deveria, com uma mesma guia por ele emitida, retiram-se dez, vinte ou trinta vezes a quantidade autorizada. Muito dessa madeira é exportado e muito é contrabandeado para o exterior. E, na prática, para nós, da Amazônia, sobra a devastação e a condenação por parte de países de-

senvolvidos no sentido de que estamos depredando a nossa região.

Essa madeira, que é tirada de forma ilegal, irregular, pagando um preço baixo – basta ver a quantidade de madeireiras asiáticas que existem na Amazônia –, sai do País e vai gerar emprego e valor agregado em outros países. Sobra-nos a condenação e a devastação e, para os países desenvolvidos, que nos condenam pela imprensa, pela mídia, vai o material que gerará móvel de mogno inglês, lambri asiático e outros.

Qual é a minha proposta? Eu a exponho de forma muito dura. Trata-se de dar um prazo para a exportação da madeira em tora, em prancha, enfim, não beneficiada de forma direta. Trata-se de um prazo de transição, porque entendemos que existem contratos em andamento, existem ações sendo feitas, e a indústria da região não pode ser parada de uma vez por todas. É preciso que se dê um prazo para que, no futuro, paulatinamente, seja reduzida a exportação de madeira e se obrigue a que a madeira seja processada, trabalhada, industrializada na Amazônia.

Este é o caminho: vamos agregar valor, promover um desenvolvimento auto-sustentável e, mais do que isso, vamos precisar retirar muito menos madeira do que hoje se retira, pois o valor agregado será suficiente para sustentar a economia da região.

Hoje, vivemos um processo perverso: quanto mais madeira se oferta, mais cai o preço, mais é preciso cortar e devastar. É um processo deseducativo, é um modelo perverso e inverso.

O Senador Gilberto Mestrinho apresentou um substitutivo. Entendo a intenção de S. Exª, mas me preocupo porque, na verdade, a proibição fica valendo para o que não é madeira de reflorestamento. Só que é muito difícil dizer, depois de cortada e empilhada a madeira, o que é madeira retirada de reflorestamento e o que não é. Já que a Amazônia é o pulmão do mundo e essa região tem que ser preservada por uma decisão política mundial, temos que cobrar o compromisso de todos os países da comunidade internacional: Tem compromisso com o Brasil? Com a Amazônia? É inglês? Sim. Então, vai botar sua fábrica de móvel inglês em Manaus, em Roraima, no Acre, em Rondônia, no Mato Grosso. É assim que deveríamos tratar a questão.

Fico satisfeito com o pedido de vista da Senadora Ana Júlia Carepa. Mais que um pedido de vista, creio que poderíamos ter uma audiência com a própria Ministra Marina Silva para discutir essa questão. Não sei se o Governo e o Ministério do Meio Ambiente têm alguma proposta efetiva para isso, mas entendo que é um momento muito importante para discutirmos tudo isso. Entendo que o projeto vai gerar um debate muito salutar e importante para a nossa região. Se a Amazônia for prioridade política do Brasil e do mundo, tem que haver um tipo de posição e postura diferente, também começando por essa questão ambiental por se tratar de madeira, produto da grande devastação sofrida pela região hoje.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Gilberto Mestrinho) – Sr. Presidente, antes de conceder vista a S. Exª, eu gostaria...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Também são crimes para se debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia, V. Exª vai pedir vista, e o assunto é importante. Estamos com pouca matéria, então V. Exª, que havia dito que pediria vista, vai ter a palavra para debater logo em seguida da fala do Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. RELATOR (Gilberto Mestrinho) – (Fora do microfone.)

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – A exportação de madeiras em toras está proibida no Brasil há muito tempo por meio de portarias do Ibama, e há muito tempo não se faz exportação de madeira em tora. Dizer que há contrabando de madeira em tora é negar a capacidade de fiscalização do Governo. Então, o contrabando pode existir. Por exemplo, uma das regiões madeireiras mais importantes da região amazônica é o Vale do Javari, um rio que tem, em média, 50 metros de largura e, de um lado, está o Peru e, de outro, o Brasil. No lado brasileiro, é proibido porque aquela área é uma reserva indígena. São oito milhões de hectares de reserva indígena. Do lado peruano, não é proibido: eles atravessam e retiram madeira da região indígena, e há as fábricas flutuantes na beira do rio, serrando nossa madeira. Isso acontece. Como se poderia fiscalizar isso naquela imensa extensão? Não há como fiscalizar. Há uma falência da fiscalização, mas a verdade é que não se faz exportação de madeiras em toras há muito tempo. Não há em vigor contratos de exportação de madeiras em toras em toda a Amazônia. Na época do projeto, talvez houvesse. Hoje, não há, mesmo porque o Ibama delegou, em determinado tempo, há dois anos, a fiscalização a uma entidade "terrorista" chamada **Greenpeace**, que taticamente fechou toda a indústria

madeireira do vale do Amazonas e quase fecha a do Pará. Essa é a dolorosa realidade.

Na região amazônica, é preciso fazer uma disciplina efetiva e correta de manejo florestal, não o que está sendo impedido, mas o que, efetivamente, interesse à região amazônica e conserve-a – não é preserve, mas conserve. Isso aí pode trazer enormes benefícios, porque a região amazônica vem sofrendo restrições e constrangimentos muito grandes. São reservas ambientais, reservas indígenas, reservas ecológicas, florestas nacionais e, brevemente, teremos de pedir uma reserva para nós vivermos lá. Por quê? Porque o interesse internacional não quer a exploração madeireira na região amazônica. O que se quer é dominar os mercados já secularmente dominados pela Suécia, pela Finlândia, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Esses países dominam o mercado.ª

V. Exªs vêem que o Brasil inteiro, essa imensidão de 8,5km² milhões, não exporta US$10 bilhões de produtos madeireiros por ano. A Finlândia, menor do que o menor município da Amazônia e ainda cheia de lagos, exportou, no ano passado, US$25 bilhões de produtos madeireiros. O Canadá, que lidera a questão ambiental, exportou, no ano passado, US$68 bilhões de produtos madeireiros. Nós, defensores da humanidade, responsáveis pelo bem-estar dos países desenvolvidos, os quais usaram todos os nossos recursos naturais para desfrutar os padrões de conforto que têm hoje, somos condenados a fazer o jogo deles, por um acordo feito em Londres, alguns anos atrás, por autoridades brasileiras que praticamente venderam este País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar o debate. No entanto, vai haver um pedido de vista e, se continuarmos discutindo a matéria, teremos de encerrar a discussão e ficaremos somente com o pedido de vista.

Como há um pedido de vista, peço vênia ao Senador Aloizio Mercadante, que já está inscrito, uma vez que já permiti a inscrição. A Srª Senadora Ana Júlia Carepa poderia explicar por que pedirá vista, porque a matéria é muito importante para encerrarmos a discussão hoje. Se todos forem discutir, sou obrigado a, logo após, encerrar a discussão hoje.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu só queria mencionar uma preocupação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na próxima semana, abriremos a discussão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer um encaminhamento para esse tema. Considero uma grande questão, para o Congresso Nacional e para o Brasil, discutir a Amazônia. Não podemos mais tratar a Amazônia como a questão menor de um projeto de desenvolvimento nacional.

É evidente que temos de pensar formas de manejo sustentado da floresta que permitam o usufruto, mas preservem um patrimônio ambiental e ecológico de biodiversidade que interessa ao mundo e ao Brasil. O Brasil tem interesse em preservar a Amazônia no seu vigor, no papel que tem no equilíbrio climático, na sua biodiversidade, que é uma riqueza fantástica que a Amazônia usufrui.

A questão de exportação de madeira bruta não é uma estupidez apenas ecológica, mas econômica, porque não se faz o beneficiamento da madeira, não se agrega valor ao processo da indústria madeireira. Inclusive, tínhamos a Portaria nº 18, de 1986, que já proibia a exportação em toras. Isso já estava proibido legalmente.

Creio, no entanto, que temos de aprofundar muito essa discussão, porque o projeto não disciplina o uso da madeira para o mercado interno, o que é um problema, e não resolve o problema da fiscalização, como bem mencionado pelo Senador Romero Jucá. Podemos aqui, no texto da lei, proibir a exportação de madeira bruta, mas como não se identifica o que é reflorestamento e não há fiscalização, continua-se exportando e fazendo de conta que isso não está ocorrendo.

Penso que este é um debate muito importante para esta Casa. A minha sugestão concreta é que aprovemos hoje um requerimento de convite à Ministra do Meio Ambiente, que é uma Senadora desta Casa e tem uma grande sensibilidade nessa área, para que façamos um debate qualificado sobre a questão do papel da Amazônia, o projeto da Amazônia, a Amazônia no projeto nacional, especificamente a questão do usufruto da floresta, do manejo sustentável da madeira.

Dessa forma, poderíamos proibir, de forma definitiva e com uma fiscalização eficaz, a exportação de madeira bruta. Entendo que a intenção do projeto é muito relevante. Poderíamos fazer essa audiência antes de colocar o projeto em votação, porque seguramente teremos novos subsídios e melhoraremos a qualidade da legislação que podemos ofertar ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu peço ao Senador Aloizio Mercadante que, depois, entregue o requerimento à Secretaria.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para justificar o pedido de vista

Sem prejuízo, volto a afirmar, apesar de alguns Srs. Senadores já terem discutido a matéria, fica combinado que, na próxima reunião, eu reabrirei a discussão. Não é reabrir, na verdade, vou permitir a discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu acredito que isso seja importante. Por que estamos pedindo vista? Porque não vimos aqui, no projeto, nenhuma manifestação – já falou o Senador Aloizio Mercadante – do próprio Ministério do Meio Ambiente, o que penso ser muito importante. Nós estamos fazendo um projeto de lei de proibição; mas, hoje, existe, no Governo, o Ministério do Meio Ambiente, e precisamos ouvir esse novo Ministério, quais as suas diretrizes em relação a esse assunto.

Eu penso que esse problema é ainda mais sério e, infelizmente, ainda atual, apesar de o Senador Gilberto Mestrinho haver dito que essa realidade não existe mais. Eu sou do Estado do Pará, Senador, e digo a V. Exª que em meu Estado ainda existe. E muito! Se não fosse assim, não estaríamos vivendo uma situação de tanta violência como na chamada "terra do meio", da Amazônia, onde há uma total ausência do Poder Público, com assassinatos, exatamente, em razão da guerra da madeira, pela extração ilegal da madeira. Recentemente, em menos de dez dias, o Ibama do Estado do Pará foi assaltado e centenas de guias foram roubadas.

Portanto, acredito que essa matéria é importante, já que o desenvolvimento deste País passa pela região amazônica. Essa é a justificativa do pedido de vista. Estamos em uma nova legislação, é óbvio, e considero esse debate necessário. Inclusive, o próprio Senador Romero Jucá, autor, se explicou bem ao dizer que o seu objetivo é abrir este debate. Eu penso que é este também o nosso objetivo: que possamos continuar o debate pela importância da matéria para o nosso Brasil.

Realmente, Senador Aloizio Mercadante, trata-se de um problema econômico incentivado pela própria lei que isentou da cobrança de impostos – do ICMS – tudo o que é exportado neste País de forma primária ou semi-elaborada. Então, a madeira em tora, a madeira em prancha não paga imposto. Portanto, isso foi incentivado esse tipo de exploração que nos coloca, os amazônidas, como ecologicamente incorretos, predadores, perante o Brasil e o mundo, o que não é a realidade de pessoas sérias da região e que desejam o desenvolvimento da região de uma forma diferenciada do que foi feito ao longo dos últimos quarenta anos. Inclusive, este é um outro assunto para o qual estou até solicitando uma subcomissão: a exploração de recursos naturais. Precisamos mudar essa história de desenvolver a região apenas com a exploração dos nossos recursos naturais. É preciso que tenhamos uma visão que respeite a realidade da região, a diversidade dos seus vários níveis econômicos, culturais, biológicos. Enfim, esse é o nosso objetivo.

Por isso, estamos pedindo vista. Acredito que ele se justifica até pelo debate que já se iniciou aqui, e, inclusive, para ouvir o próprio Ministério do Meio Ambiente.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelo prazo regimental, de cinco dias, está concedida vista.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Eu apenas aproveito a oportunidade do requerimento do Senador Aloizio Mercadante, para que possamos anexar também o pedido para que sejam ouvidos todos os Srs. Governadores da Região, até porque, conversando com a Senadora Ana Júlia, o meu Partido, o PPS, tem dois representantes, dois Governadores daquela Região. Eu já havia discutido com a Senadora Ana Júlia a possibilidade desse pedido de vista para que pudéssemos ouvir todos aqueles Governadores da Região que se interessam, certamente, como todos nós e o povo brasileiro, por esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Patrícia, aguardemos, portanto, o requerimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhar uma sugestão à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu também me associo ao pedido de vista, portanto, que seja considerada a vista coletiva. Eu faço uma sugestão ao funcionamento da Comissão. Recebemos aqui, na Bancada, apenas o parecer e o substitutivo do Senador Gilberto Mestrinho.

Penso que também é importante, neste pedido de vistas, que todos nós, Senadores, tenhamos o projeto original do Senador Romero Jucá, para que possamos fazer uma comparação entre o projeto e o substitutivo e, evidentemente, como conseqüência do debate, ter uma posição mais tranqüila para decidir o assunto.

Essa a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antero, normalmente, são distribuídos o projeto e o substitutivo. Se não foi esse o caso, foi um lapso que será corrigido. Mas V. Exª fez um pedido e, portanto, a vista é conjunta, ou seja, pedido de vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias.

Passemos ao próximo item.

Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2000, não terminativo. Acrescenta parágrafos ao art. 5°, da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para obrigar a divulgação do seguro obrigatório aos segurados. A autoria é do ilustre Deputado Professor Luizinho. O Relator é o Senador Romero Jucá.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 76, do Deputado Professor Luizinho, é extremamente relevante, Sr. Presidente, e o meu voto é favorável.

O projeto pretende que seja obrigatório o registro, nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito, da situação em que a vítima tem direito ao seguro obrigatório.

Parece algo simples, mas é de alta relevância, porque, normalmente, grande parte das pessoas que pagam seguro obrigatório termina sem utilizá-lo em um momento de qualquer tipo de colisão ou acidente, mesmo sendo fatal. Portanto, por falta dessa informação, criaram-se, no Brasil, diversas empresas que, obtendo as informações dos cadastros dos acidentes e das mortes, procuram as famílias e, em muitos casos, na hora do enterro, levam uma procuração, contam para os parentes que eles têm direito a receber algum recurso e ficam, às vezes, com 50% do dinheiro que caberia automaticamente àquelas famílias, fazendo falta a elas.

Então, a proposta de S. Exª, o Professor Luizinho, pretende evitar isso, porque, ao se fazer o boletim de ocorrência, constariam dados, informações relevando e ressaltando a capacidade de aquela pessoa ou família retirar o valor do seguro obrigatório.

Portanto, não seria mais um favor escondido que alguém chegaria depois, muitas vezes, trazendo em mãos.

O parecer é favorável. Trata-se de um assunto meritório, que atenderá principalmente à população de menos conhecimento no País.

Portanto, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O voto do parecer é favorável. Portanto, eu o coloco em discussão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, também eu, neste caso, pedirei vistas, porque se trata de um assunto importante. O projeto é meritório, não estamos nos colocando de forma contrária a ele, mas existem, ao que parece, mais de uma dezena de projetos sobre o mesmo assunto em tramitação na Casa.

Ademais, trata-se de um assunto complexo que demandaria um pouco mais de tempo ainda para uma tentativa de aperfeiçoamento.

Por essa razão, Sr. Presidente, tendo em vista a existência de tantos outros projetos tratando do mesmo assunto, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na forma do art.132, §1°, V. Exª tem vista pelo prazo de cinco dias.

Passemos ao último item.

Item 4: Emendas de Plenário ao Substitutivo ao PLS nº 543, de 1999, não terminativo. Dispõe sobre o Seguro-Garantia, e dá outras providências. O projeto é de autoria do Senador Edison Lobão. O Relator é o Senador Gilberto Mestrinho.

Com a palavra o Relator.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto foi inicialmente aprovado nesta Comissão; a seguir, passou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois foi ao Plenário. No Plenário do Senado Federal, recebeu várias emendas: emenda da Senadora Maria do Carmo Alves; do Senador Wellington Roberto, duas emendas; outra da Senadora Maria do Carmo Alves; três emendas do autor do projeto, Senador Lobão. Essas emendas têm por finalidade adaptar os textos dos diplomas legais que pretendem alterar, de forma a neles contemplar o instituto do seguro-garantia, regulado pelo projeto. O projeto quer dar ao comprador, ao contratante do imóvel, o seguro

de garantia de que o imóvel será construído, e que não haverá prejuízo, como tem acontecido no País.

Algumas dessas emendas alteravam o espírito do projeto. Por exemplo, as Emendas nºs 1 e 5 substituíam o texto do art. 10 do projeto por um que regulava a matéria na lei do condomínio, porém determinam que a contratação do seguro seja feita a critério do incorporador ou do construtor, afastando a obrigatoriedade imposta pela Lei nº 7.366. Quer dizer, elas impunham ao incorporador uma única obrigação: fazer a divulgação de que havia um seguro, ou não; não davam nenhuma garantia ao mutuário do imóvel. Assim, elas chocam-se com o espírito do projeto, razão pela qual não foram acolhidas.

As Emendas nºs 2 e 6 admitiram o seguro-garantia por opção de depósito preparatório no valor do débito, para fins de discussão judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, mediante ação anulatória do ato declarativo da dívida.

A legislação vigente admite que seja efetuado depósito em dinheiro, oferecida fiança bancária ou nomeados bens à penhora, no caso de execução fiscal. A fiança, embora admitida para garantir a execução, não é aceita para fins de proposição de ação anulatória de ato declarativo de dívida. Trata-se de ações diferentes, com regras diversas.

Ao alterar a Lei de Execução Fiscal, o projeto faz determinar a aceitação do seguro-garantia, nos casos em que a fiança é admitida, mas não é esse o caso do depósito exigido para fim de ação anulatória, de ato declarativo de dívida, razão pela qual não deve ser modificado.

Contudo, há outro dispositivo de lei de execução fiscal que necessita ser alterado, por força da admissão do seguro-garantia, razão pela qual a Consultoria apresenta uma emenda, com subemenda às Emendas nºs 2 e 6.

A Emenda nº 3 altera o Código Tributário, o que é impossível, porque ele foi incorporado pela Constituição como lei complementar, que não pode ser alterada por lei ordinária. Por isso, também não foi acolhida.

Assim, somos pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4, 5 e 7, aprovando somente as Emendas nºs 2 e 6, na forma de uma subemenda constante do seguinte texto:

"Dê-se ao art. 13 do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado a seguinte redação:

Art. 13. Os artigos nºs 7, 9, 15 e 16 da Lei nº 6.830, de 2 de setembro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 7º .....

II – penhora, se não for paga a dívida, em garantia da execução, negativa de execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia;

Art. 9º .....

V – oferecer seguro garantia;

§ 2º Juntar-se-á aos autos a prova de depósito de fiança bancária, de seguro-garantia ou da penhora de bens do executado ou de terceiros.

§ 3º A garantia da execução por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia produz os mesmos efeitos da penhora.

Art. 15. Ao executado há substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia.

Art. 16. A juntada da prova da fiança bancária ou do seguro-garantia."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer é pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4, 5 e 7, de Plenário, e pela aprovação das Emendas nºs 2 e 6, de Plenário, na forma de subemendas substitutivas que foram oferecidas.

Está em discussão.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Eu gostaria de pedir vista também dessa matéria, por se tratar de matéria complexa e que certamente merece um estudo mais aprofundado de todos nós.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, igualmente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na forma regimental, a vista é coletiva pelo prazo de cinco dias, considerando que mais de um Senador solicitou vista do presente projeto.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Eu gostaria de registrar também o meu pedido de vista, incorporado ao dos outros dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O terceiro pedido é do Senador Paulo Octávio.

Temos um assunto extrapauta, de interesse da Aeronáutica. Parece-me que houve um equívoco que se pretende corrigir. A matéria é importante, porque o País já está pagando juros sobre esse empréstimo.

Solicita-se ao Senado Federal a inclusão das "Despesas Gerais" nas condições financeiras da ope-

ração de crédito a ser firmada com o Export Development of Canadá – EDC, e a retificação da definição de "amortização" no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B.M., autorizada pela Resolução nº 66, de 20 de dezembro de 2002, desta Casa. O projeto é de autoria da Presidência da República, e o Relator é o Senador Romero Jucá, Relator da matéria originalmente vinda a esta Casa.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei rápido e procurarei explicar essa questão.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou Mensagem nº 53/2003, pedindo o ajuste nas condições financeiras de duas operações de crédito: do Banco BNP Paribas e do Bank Leumi LE-Israel. Ambos os projetos já foram aprovados aqui no final do ano passado...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a atenção do Plenário, por favor.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – ... pela Resolução nº 66, de 2002, da qual fui Relator. Por que, então, esse assunto volta hoje à Comissão de Assuntos Econômicos? Porque, ao encaminharem os dados técnicos do contrato firmado para cá, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central deixaram de enviar duas informações no rol: uma, a respeito de cada contrato. Num dos contratos, no do banco do Canadá, esqueceu-se de colocar, entre as condições de pagamento, o item "Despesas Gerais", que está limitado a até 0,1% do valor do contrato.

Esse item foi negociado no empréstimo, fez parte da assinatura do contrato, mas houve um equívoco, e essa linha não foi encaminhada para cá junto com as precondições do contrato. O que aconteceu? O acordo foi assinado, o empréstimo foi feito, o Brasil, hoje, já paga a taxa de permanência por conta desse empréstimo, e, na hora de se começar a pagá-lo, a desembolsar, verificou-se esse equívoco. Portanto, a área jurídica do Banco Central ficou numa situação de não poder implementar por conta de, em tese, faltar autorização do Senado Federal para esse assunto específico – no caso do empréstimo do Canadá, a inclusão de "Despesas Gerais", limitadas a 0,1% do valor do contrato.

No caso do empréstimo do BNP Paribas, do banco francês, é necessário colocar também o seguinte:

"Passa a fazer parte da instrução processual a definição de "amortização" como sendo o montante de cada desembolso dividido em número de parcelas semestrais iguais ao número de períodos de juros que existem no período, começando na data do desembolso e terminando na data final de repagamento: 102 meses após a data do efetivo acordo."

Portanto, a operação já está feita e em andamento. É uma operação meritória, porque são recursos para o projeto ALX, de controle do espaço aéreo brasileiro, portanto, um empréstimo para o Ministério da Aeronáutica, que já recebeu o parecer favorável desta Casa e agora precisa ser ajustado para que tenha a devida conseqüência.

Por conta de tudo isso, o meu voto é favorável e peço a aprovação desse adendo, que viabilizará o andamento da operação já aprovada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer é favorável, na forma do Projeto de Resolução.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Quero lembrar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, das Forças Armadas, a Aeronáutica é a que tem sido mais sacrificada.

No Projeto Sivam, que V. Exª conhece tão bem, tomamos aproximadamente um bilhão, recurso que ficou em Nova Iorque parado, o País pagando taxa de permanência, e aqui se gastando o dinheiro da Aeronáutica – em tudo, inclusive até da comida. Se não cumpríssemos, pagávamos multas pesadas.

Então, é a segunda vez que a Aeronáutica é penalizada. Acredito que, estando o processo todo em ordem, como acaba de informar o nobre Senador Romero Jucá, não teríamos por que não aprová-lo. As Forças Armadas estão penalizadas, mas a Aeronáutica especialmente tem sido penalizada por acordos que fizemos, que o Senado Federal aprovou e que, infelizmente, não se viabilizaram totalmente, gerando para ela um desequilíbrio econômico gigantesco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, peço urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o requerimento de urgência.

Solicito ao Senador Romero Jucá que assine o pedido junto à Secretaria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

A matéria está em regime de urgência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Quero elogiar a qualidade da Oposição, hoje, na Comissão, que está extremamente ágil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há uma série de requerimentos de convite e requerimentos de convocação de Ministros. Há uns oito requerimentos para que a Comissão receba os Srs. Ministros para esclarecimentos à nossa Comissão.

Eu gostaria de apresentar uma sugestão. Uns formularam um requerimento como convite e outros o formularam como pedido de convocação. Tem sido praxe aqui na Casa – tenho acompanhado o assunto tanto aqui quanto em plenário –, porque os Ministros estão sempre acessíveis, o convite.

Por isso, vou pedir vênia à Casa para considerar esses requerimentos de convocação como convite. Se houver objeção por parte dos Ministros, fazemos convocação oficial. E farei isso pela ordem dos requerimentos, que são muitos, marcando essas reuniões fora do horário normal dos nossos trabalhos, como vem sendo feito – via de regra às terças-feiras, logo após a Ordem do Dia.

E solicito a atenção dos Senadores para isto, que tem sido muito comum, **data venia**, permitam-me a confissão: fazemos convite ao Ministro e, quando S. Exªs chegam aqui, encontram apenas dois ou três Senadores presentes. Seria bom para a Casa se, tanto quanto possível, os Srs. Senadores comparecessem a essas audiências, bem assim como quando realizarmos audiências públicas, ainda que sem a presença de Ministros.

Essa é a observação que faço. Se o Plenário concordar, os requerimentos ficam todos aprovados, e vou determinar à Secretaria que providencie a vinda dos Ministros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Queria parabenizar o encaminhamento que a Presidência está fazendo. É também esse o nosso entendimento.

Por sinal, tem sido uma prática parlamentar, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, o convite aos Ministros, dado o fato de que é uma tarefa fundamental do Legislativo o debate com o Executivo, para conhecer as políticas.

Como Líder do Governo, eu havia encaminhado um requerimento a todos os Senadores da Casa sugerindo e colocando à disposição todos os Ministros, porque é interesse do nosso Governo que eles venham a Casa e, com total transparência, discutam todas as políticas e metas, todos os problemas e recolham também subsídios que os Senadores terão, evidentemente, para melhorar a qualidade das políticas públicas. Endosso totalmente o encaminhamento.

Sugiro apenas que façamos um calendário bem organizado para que, com tempo e antecedência, os Senadores possam estar presentes nas audiências, para que seja uma discussão qualificada, para que não seja uma coisa atropelada, porque depois a reunião esvazia-se, e a Comissão de Assuntos Econômicos tem de se preservar como instância. Precisamos fazer um calendário bem organizado para fazer as discussões relevantes e permitir que todos os Senadores participem do debate.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse é o nosso objetivo.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RO) – Registro a posição do PSDB, já que a maioria dos requerimentos é do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. O PSDB também concorda com o encaminhamento. A praxe, no Governo passado, foi a do convite e continuará sendo. Teremos todo o interesse de trazer os Ministros à Comissão de Assuntos Econômicos e de recebê-los com elegância, claro, cobrando posições, numa relação extremamente respeitosa.

Portanto, entendo que a posição de V. Exª, além de ser a praxe da Casa, deve ser uma linha tomada por todos nós, e o PSDB concorda com isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Considero esses requerimentos de convocação, que vou chamá-los de convite, aprovados pela Casa. Há também três requerimentos referentes à criação de subcomissões.

Peço licença aos autores dos requerimentos para encontrar uma maneira prática e objetiva e colocá-los em votação – e naturalmente serão aprovados –, com uma forma de trabalho adequada, se os requerentes assim concordarem. Se não, já coloco em votação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, não sei que Ministros convocamos ou convidamos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse requerimento fará parte dos outros também. Trata-se de um requerimento do Senador Ney Suassuna, criando uma subcomissão que possa estudar a situação financeira dos Estados da Federação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de conhecer a relação dos Ministros convidados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Li a lista no início da reunião e vou lê-la outra vez:

Ministro Antônio Palocci, requerimento de autoria do Senador Aloizio Mercadante;

Ministros Antônio Palocci e Guido Mantega, do Planejamento, requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio;

Presidente da Caixa Econômica Federal, requerimento do Senador Arthur Virgílio;

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan;

Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, requerimento do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB;

Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente, requerimento do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB;

Presidente do Banco Central, requerimento também de autoria do Senador Arthur Virgílio;

Ministro da Previdência Social, igualmente.

Esses são os requerimentos de convite dos Ministros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Nesses requerimentos em que há um convite para que dois titulares de ações co-relatas, compareçam a esta Casa, solicito a V. Exª que eles viessem no mesmo dia. Por exemplo, é fundamental para nós que discutamos, no mesmo dia, com o Ministro do Desenvolvimento e com o Presidente do BNDES, como consta do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento já é nesse sentido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem poderes para convocar somente Ministros; nos demais casos, o convite é muito procedente, mas deve ser de livre arbítrio do Poder Executivo a presença.

Não concordo com o encaminhamento proposto pelo Senador. Temos primeiramente de chamar os Ministros para apresentarem as suas partes. Depois que o Ministro fizer a discussão da política específica do setor, das metas, das diretrizes, podemos chamar as outras instâncias.

O nosso Governo não tem nenhum problema quanto à vinda de presidentes de bancos ou outros servidores para que possamos fazer uma discussão. Mas vamos fazer uma discussão preliminar qualificada para conhecermos quais são os programas de governo, metas e encaminhamentos. Não dá para discutirmos... Por exemplo, aí está: Ministro da Fazenda e do Planejamento, mas o Ministro do Planejamento engloba toda a discussão orçamentária, LDO, Plano Plurianual, contingenciamento de orçamento, uma discussão extremamente complexa que deve ser feita enquanto tal. Ministro da Fazenda engloba a política econômica do Governo, quer dizer, se juntarmos isso nós empobreceremos o debate, e não é esse o objetivo desta Casa. Devemos conhecer, com profundidade, cada uma das políticas.

Portanto, eu gostaria de sugerir que fizéssemos um calendário de convite, em primeiro lugar, aos ministros e depois às instâncias inferiores, dentro de cada Ministério. Não há qualquer objeção do Governo ao debate, mas devemos fazer algo organizado e bem feito para que possamos discutir com profundidade, seriedade, e não simplificando essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Digo aos Srs. que iremos fazer da melhor maneira possível, cumprindo rigorosamente o Regimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse requerimento que V. Exª formulou, o Senador contestou, a Mesa vai decidir. Vou consultar o Regimento Interno e a Presidência irá decidir.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tudo bem, Sr. Presidente, eu gostaria somente de acrescentar dizendo que não será inaugurado neste Governo a presença de presidentes de banco. Já vieram vários. Não será uma novidade, uma concessão democrática a presença de pessoas do Governo que não sejam ministros.

Acredito que o debate é relevante, importante, principalmente se as pessoas do mesmo setor estiverem aqui exatamente na hora do debate para que possam tirar as dúvidas do Senado Federal, dos parlamentares, a respeito de qual política tem o Brasil. Existem contradições do conhecimento da opinião pública que precisam ser dirimidas no Senado Federal. Não entendo que seja diminuir o debate e, sim, que seriam enriquecedor ao debate conhecer as posições colocadas aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o espírito do Governo. Pelo art. 242, como o autor dos requerimentos sequer estar presente, eles não poderiam ter sido lidos. Fomos favoráveis à iniciativa, porque o nosso espírito é a transparência, o debate, que é muito oportuna. E queremos essa discussão.

Em relação à preocupação do Senador Antero Paes de Barro quanto ao BNDES, fazemos questão de que a presidência do BNDES esteja presente na Comissão inclusive para colocar a situação em que encontramos o BNDES, os seus graves problemas, a falta de critério de financiamento, inadimplência de empresas, a forma como os contratos foram feitos etc. Essa é uma discussão muito importante para o Brasil em que temos todo o interesse.

Estou solicitando ao Presidente, em razão da sua sabedoria e vivência – pois já presidiu esta Casa em um longo mandato e tem critérios para decidir –, que devemos começar os debates pela macropolítica, pelos grandes temas nacionais para depois entrarmos nas instâncias a eles associados e, não, imaginando que eventuais conflitos entre essas instâncias sejam dificuldade para o Governo, o que não é. Agora, primeiramente temos que ouvir a macropolítica, o projeto em cada um dos setores para orientar a discussão posterior.

Era isso basicamente o que eu gostaria de dizer, mas o espírito é do diálogo, do debate, e por isso queremos todos aqui presentes debatendo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, entrei com um requerimento, Sr. Presidente, pedindo que fosse criada uma subcomissão e eu gostaria de dar uma palavra sobre ela.

Os Estados todos estão em situação pré-falimentar, e a maioria não tem culpa, porque, quando tivemos o "Apagão", o ICMS da maioria dos Estados foi reduzido em 35%. No caso do Rio de Janeiro, foram dois bilhões e meio e, no ano seguinte, foram dois. As dificuldades por que os Estados estão passando merecem ser analisadas, e por isso estamos querendo que seja criada a subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, a exemplo dos outros requerimentos de criação de subcomissões, a Presidência pretende organizar uma forma de trabalho adequada para haver um maior rendimento nos nossos trabalhos. Assim que colocarmos os outros requerimentos em votação, nós colocaremos o de V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu quero elogiá-lo, Sr. Presidente, porque V. Exª tem sido exemplo da prudência e da medida correta.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

.(Levanta-se a reunião às 11h59min.)

Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada, em onze de março de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia onze de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores: Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcidio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Magno Malta, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, José Agripino, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Mensagem (SF) nº 55, de 2003,** que "submete o nome do Senhor João Antônio Fleury Teixeira para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** aprovada a indicação por vinte e seis votos **sim. Mensagem (SF) nº 56, de 2003,** que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Augusto de Oliveira Candiota, para exercer o cargo de Diretor do Banco do Brasil". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Roberto Saturnino. **Relatório:** que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** aprovada a indicação por vinte e

seis votos **sim. Mensagem nº 57, de 2003,** que "submete à apreciação do nome do Senhor Paulo Sérgio Cavalheiro para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** aprovada a indicação por vinte seis votos **sim. Interpelaram os indicados** os seguintes Senadores: Eduardo Suplicy (relator), Roberto Saturnino (relator), Valdir Raupp (relator), Aloízio Mercadante, Arthur Virgilio, Almeida Lima, Fernando Bezerra, Tasso Jereissati, Efraim Moraes, Patrícia Saboya Gomes, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Geraldo Mesquita, Paulo Octávio, Ana Júlia Carepa e Antero Paes de Barros. **Extra-Pauta: Projeto de Resolução do Senado nº 3, de 2003,** que " restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal. (Autoriza o Estado da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana)". **Autor:** Senador César Borges. **Relator:** Senador Jonas Pinheiro. **Parecer:** favorável. **Discutiram a matéria** os Senadores Aloízio Mercadante, Arthur Virgilio Neto e Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** foi aprovado requerimento de urgência. **Mensagem (SF) nº 54, de 2003,** que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 505.050.000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinqüenta mil dólares dos Estado Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro – PSAL relativo ao Desenvolvimento Humano". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Fernando Bezerra. **Parecer:** favorável, nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. **Resultado:** aprovado. **Observação:** foi aprovado requerimento de urgência. Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião às quinze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há número regimental, está aberta a 3ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Com a pauta previamente conhecida dos Srs. Senadores, vamos proceder à sabatina de três diretores do Banco Central, conforme amplamente anunciado.

Antes, porém, considerando a relevância de matérias que estão pendentes na Comissão de Assuntos Econômicos, a Presidência, se o Plenário ratificar, insere duas matérias extrapauta.

A primeira é o Projeto de Resolução do Senado, não-terminativo, que restabelece a Resolução nº 20, de 2001, autorizando o Estado da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

A segunda matéria diz respeito à Mensagem vinda do Poder Executivo para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$505,5 milhões de principal, entre o Brasil e o BIRD, para o primeiro empréstimo programático de ajuste do setor financeiro, relativo ao desenvolvimento humano.

Os Relatores já apresentaram seus pareceres referentes a essas matérias. Dada a relevância das matérias, consulto o Plenário se concordam com a inclusão dessas matérias como extrapauta.

Havendo concordância, vamos à primeira.

Autoria: Senador César Borges. Relator: Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Jonas Pinheiro) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto de resolução é apenas e tão-somente, como já disse V. Exª, para a renovação do prazo por mais 270 dias, para que os produtores de cacau da Bahia, atendidos pelo Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, possam concluir as negociações, pois há uma dívida restante em torno de R$91,6 milhões, que, por condições dos agentes financeiros bem como dos próprios produtores, não houve tempo hábil para fazer essa renegociação.

Pretende-se dar um prazo para que isso aconteça – simplesmente isso, e o garantidor dessas operações é o Governo do Estado da Bahia. Para que não se tenha mais produtores rurais nesse caso de cacau em inadimplência, entendo que o projeto do Senador César Borges é importante para a economia da Bahia, para a economia do Brasil e para os produtores de cacau.

Portanto, peço a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Senador Aloízio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaríamos de apoiar a iniciativa, na medida em que as condições da repactuação permanecem, é basicamente a ampliação de prazo para que o Governo da Bahia possa criar as condições. E é fundamental o apoio à agricultura cacaueira que sofreu um impacto muito grande no passado pela vassoura-de-bruxa, vem-se recuperando de forma sensível, é um setor importante para a exportação e geração de emprego. Portanto, temos todo o interesse nessa prorrogação de prazo com o estímulo e um apoio ao Governo da Bahia para promover essa repactuação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, da mesma maneira, a Bancada do PSDB entende que é meritória a matéria. Ela tem mérito, o relatório está correto e, portanto, corroborando os argumentos do ilustre líder Aloizio Mercadante, o PSDB encaminha favoravelmente à aprovação da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, na verdade, o que assolou a lavoura cacaueira na Bahia, ao longo de tantos anos – foi dito muito bem pelo Senador Aloizio Mercadante –, foi a vassoura-de-bruxa.

Ficamos felizes quando ouvimos que há sinais de recuperação, até porque uma debilitação se abateu sobre o sul da Bahia, de uma maneira muito especial quando a vassoura-de-bruxa tomou conta das lavouras. Hoje, essa repactuação permanece, e existe a extensão do prazo, no sentido de que o Governo da Bahia possa cumprir o prazo que estamos votando, neste momento, numa iniciativa do ex-Governador, que conhece bem a situação atual com o nosso companheiro Sérgio Borges.

Fico feliz porque, embora seja Governador do Estado do Espírito Santo, fui criado ali, no Sul da Bahia. Ainda na minha infância, lembro-me quando as lavouras começaram a pagar esse preço. Começou a haver o êxodo do campo, o êxodo rural, e algumas lavouras foram substituídas. As riquezas que tanto se esperava para o alavancamento daquela região da Bahia, sem dúvida alguma, pagaram esse preço grande. Portanto, fico feliz quando essa lavoura dá sinais de restabelecimento.

De uma forma unânime, vejo com bons olhos as palavras dos Srs. Senadores, nesta comissão, no sentido de ajudar o Governo da Bahia, ajudar essa região e essa cultura, tão significativas para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação, de acordo com o parecer, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada a matéria.

Vamos ao Item 2 da pauta.

Esse item é de importância capital. É um projeto que será explicado pelo Relator. Ele traz muitas vantagens financeiras para o Brasil. Inclusive, para se ter uma idéia, uma dívida que custa 15% ao ano, vai passar a custar 2% ao ano. Daí o motivo de a Presidência ter aceitado a sugestão de colocar essa matéria em pauta, que foi aprovada aqui.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de uma mensagem do Sr. Presidente da República, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor de US$505.050,00, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstituição e Desenvolvimento – BIRD -, referente ao primeiro empréstimo programado para as reformas relativas ao desenvolvimento humano.

Integram a mensagem vários documentos, dentre os quais, cópia da exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda; parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; cópia de ofício do Banco Central, encaminhado à Procuradoria Geral da Fazenda, informando o credenciamento do Ministério da Fazenda para contratar operação de crédito; cópia de parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, cópia de correspondência enviada pelo então Ministro da Fazenda, Pedro Malan ao Presidente do BIRD, descrevendo as políticas de saúde e educação, bem como os seus resultados e solicitando empréstimo de ajustamento estrutural programado para o Brasil; cópia da tradução para o português da correspondência referida; cópia da correspondência do Sr. Ministro da Fazenda, Antônio Palocci ao Presidente do BIRD, em que são descritos os objetivos e os instrumentos das políticas de

educação, saúde e assistência social do Governo Federal; cópia da minuta do acordo de empréstimo a ser firmado entre o Brasil e o BIRD; cópia da tradução do referido acordo; cópia de documentos; limite de endividamento da União em setembro de 2002, elaborado em atendimento à exigência da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, desta Casa, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional; cópia do documento Resultado do Tesouro Nacional, referente a novembro de 2002, de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

De conformidade com o parecer da Secretaria de Tesouro Nacional, complementado pelo ofício de 31 de dezembro, do departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do Banco Central, são as seguintes as condições financeiras para operação de crédito: Devedor – República Federativa do Brasil. Credor – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Valor: US$505.050.000. Finalidade: primeiro empréstimo programático para reforma relativa ao desenvolvimento humano. Prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2003. Amortização: cinco parcelas semestrais consecutivas, correspondendo cada uma a 20% do valor total do empréstimo, vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 2011 e a última em 15 de fevereiro de 2013. Juros: exigidos semestralmente em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo a cada período de pagamento, a uma taxa composta de **libor** 6 m e 0,5 ao ano. Comissão: à vista, 1% sobre o valor do empréstimo a ser debitado na data em que o empréstimo entrar em efetividade. Comissão de compromisso: 0,85% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento de juros, entrando em vigor 60 dias após assinatura do contrato, até o 4° ano de sua entrada em vigor, e 0,75% ao ano em diante.

Outra característica relevante da operação é que o empréstimo é da modalidade fixa de **spread loan,** o que permite:

a – conversão da moeda;

b – conversão dos juros de flutuante para fixo e vice-versa;

c – e estabelecimento de tetos e bandas para flutuação dos juros.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 393, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, a iniciativa de Projeto de Resolução que implique o exercício de competência privada do Senado Federal de autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.

O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional declara que foram integralmente obedecidas as formalidades prévias à contratação prescritas na Constituição Federal, na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, no Decreto Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974 e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Além disso, atesta que a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, mediante o Memorando nº 4, de 31 de janeiro de 2003, informou que as alocações de recursos no Orçamento-Geral da União de 2003 atendem às condições estabelecidas na minuta de contrato do empréstimo na operação interna.

O parecer informa, também, que as minutas contratuais contêm cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o preceito contido no art. 5° da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim, que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

O documento ressalva que a Secretaria do Tesouro, ao avaliar a oportunidade e conveniência da contratação, relativamente aos riscos para o Tesouro, manifestou-se favoravelmente e registrou que foi verificada a observância, por parte da União, das demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para a contratação de operação de crédito.

O parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, de 2003, na análise do mérito da operação, informa que o empréstimo será concedido pelo Bird em reconhecimento às reformas já empreendidas pelo Governo brasileiro, bem como aquelas que estão sendo implementadas com vistas à promoção do desenvolvimento humano.

Os recursos da operação, em conformidade com os procedimentos adotados pelo Bird em empréstimos programáticos, não serão destinados a novos investimentos, mas sim para recompor as reservas internacionais do País, e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República Federativa do Brasil.

Considero este ponto muito importante, inclusive porque podemos quitar empréstimos com custos muito mais elevados para a União, substituindo-o por esse que é extremamente vantajoso.

Os desembolsos serão vinculados a ações governamentais já realizadas, e há o compromisso manifestado pelo Governo brasileiro, inclusive por meio de dotações orçamentárias no Orçamento de 2003, de dar continuidade a programas essenciais ao desenvolvimento humano no Brasil. A operação de crédito tem como objetivo principal redução da pobreza por meio da melhoria da qualidade e eficiência dos gastos públicos em educação, saúde e assistência social e representará um sinal ao mercado do compromisso do Brasil em promover reformas setoriais e econômicas, além de ser uma fonte de recursos para financiamento do déficit do setor público.

O Bird antecipou que poderão ser concedidos mais dois empréstimos de igual montante, a depender do desempenho das futuras reformas a serem implementadas. Ainda neste quesito, a Secretaria do Tesouro Nacional destaca o baixo custo da operação de aproximadamente 2% ao ano, concluindo que esta taxa é a menor que as já incorridas em outras operações realizadas pelo Governo brasileiro, com bem ressaltou aqui o Presidente desta Comissão.

Face ao exposto, dada as características dos empréstimos e a sua destinação de garantia à continuidade de programas que vêm sendo desenvolvidos em operações que não requer previsão específica no Orçamento do Plano Plurianual da União, o PPA, há previsão suficiente no Orçamento-Geral da União para o pagamento dos encargos decorrentes da operação, valendo mencionar que as dotações destinadas ao pagamento da dívida não são objeto de limitação por parte dos decretos de programação financeira; que há margem no limite de endividamento da União para a contratação do empréstimo; que caberá ao Ministério da Fazenda adotar medidas necessárias para a conclusão dos respectivos orçamentos anuais de todos os recursos necessários ao cumprimento das respectivas obrigações contratuais; que o empréstimo pleiteado aumentará a capacidade financeira da União em razão de reduzir o custo da rolagem da dívida pública, e que as obrigações constantes do contrato são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, o nosso parecer é favorável.

Permita-me ressaltar que, embora já lido no parecer que essa operação foi iniciada ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi ratificada pelo Governo do Presidente Lula.

As condições do empréstimo são extremamente favoráveis ao Brasil, porque não há nenhuma contrapartida ou vinculação de recursos. Segundo, porque o custo efetivo da operação, consideradas as taxas de juros praticadas hoje, é extremamente favorável, como ressaltado por V. Exª, que é de apenas 2%.

Para comparar, as taxas de captação de recurso externo por empresas brasileiras, hoje, se situa entre 6 e 7% ao ano. E o custo de captação, mediante a emissão de bônus externos da República Federativa do Brasil, tendo em vista que o Risco Brasil está na ordem de 1.100 pontos, situa-se na casa de 12 a 15% ao ano.

A vantagem financeira para o Brasil é, portanto, significativa e, comparada com as operações já efetuadas, indica que, no prazo em que se liquida a operação, poderá ser pago automaticamente o empréstimo. Convém ressaltar que esse empréstimo é uma demonstração de confiança dos organismos multilaterais no nosso País e, portanto, aqui renovo o meu parecer favorável à operação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o bem elaborado parecer está em discussão. (Pausa)

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é completamente convincente o relatório do Senador Fernando Bezerra. Julgo que, nessas condições, é favorável ao Governo brasileiro a contratação desse empréstimo, até pela inexistência em contrapartida e pelas condições absolutamente favoráveis e descritas com competência pelo Relator.

Portanto, encaminhamos favoravelmente a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o PFL dentro da linha de oposição responsável manifesta-se favoravelmente ao presente empréstimo por ir ao encontro dos interesses nacionais e, desde já também, coloca-se à disposição para votar o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, elogiar a Presidência por ter colocado este projeto de interesse do Brasil na condição de extra-pauta – V. Exª foi muito sensível – e o Relator pela consistência do parecer e também agradecer o apoio e a iniciativa do PSDB e do PFL, porque temos tido uma melhora substancial nas contas externas do Brasil.

Em dezembro de 2001, tínhamos um déficit em transações correntes de US$23,6 bilhões, que, no ano passado, já caiu para US$7,6 bilhões, e este ano,

será seguramente inferior a US$5 bilhões. A projeção oficial ainda é de US$5,6 bilhões, mas estamos tendo uma evolução no saldo comercial que vai diminuir substancialmente a necessidade de financiamento externo. Por isso, o risco país do Brasil já caiu de 2.400 pontos para um patamar inferior a 1.000 pontos, e os C-Bonds, que é um outro indicador importante de confiança do País, passou de US$0,48 para US$0,78, uma melhora substancial na confiança, retomando as linhas de financiamento e o crédito. Esses recursos têm um custo muito baixo, recompõem as reservas do Brasil e, portanto, contribuem para que o dólar ceda – ele já está estável, mesmo em um cenário de guerra -, o que terá uma contribuição importante nesse processo. Dessa forma, podemos melhorar a relação dívida/PIB, baixar a inflação e criar um cenário para o crescimento sustentável do Brasil.

Por tudo isso, é muito importante a aprovação. Queria encaminhar, evidentemente aprovado o projeto, requerimento de urgência pela relevância da matéria para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o projeto em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Vou colocar o pedido...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, por favor.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, gostaria também de analisar com V. Exª e com a Casa a possibilidade de pedir urgência para o primeiro projeto, o Projeto de Resolução, uma vez que o prazo de negociação para o programa de cacau da Bahia está se extinguindo e, se não o aprovarmos com urgência, pode aconteceu um vazio jurídico a respeito do assunto.

Portanto, consulto V. Exª se é possível colocar ainda em votação a urgência para o primeiro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Inicialmente, em votação o requerimento de urgência da autorização, pelo menos pela CAE até agora, para contratação do empréstimo. A urgência está altamente justificada aqui. Ter o dinheiro à disposição com juro barato e não usá-lo, positivamente é um absurdo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Atendendo, primeiro, a sugestão feita pelo Líder do PFL, e, depois, o requerimento formulado pelo Senador Jonas Pinheiro, não vejo óbice nenhum em colocar também em votação em regime de urgência o projeto que autoriza a prorrogação do prazo que beneficia os agricultores do Estado da Bahia.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento de urgência.

Srs. Senadores, vamos agora para o Item nº 1 da pauta.

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. João Antônio Fleury para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Eduardo Suplicy, que vai apresentar o seu parecer, a ser apreciado em votação secreta posteriormente.

Peço ao Senador Aloizio Mercadante, acompanhado do Senador Gilberto Mestrinho, que conduza ao plenário o Sr. João Antônio Fleury Teixeira, que, inicialmente, fará uma breve exposição; depois, faremos a argüição competente. Cada Senador poderá inscrever-se para argüir o sabatinado.

Esclareço a V. Exª – acredito que conheça os procedimentos de nossos trabalhos – que terá a palavra para uma breve exposição, e, depois, pela ordem de inscrição, os Srs. Senadores terão a oportunidade de argüi-lo. Cada Senador terá três minutos para a argüição; terminada a sabatina, vamos votar o nome de V. Exª.

Portanto, concedo a palavra a V. Exª para a sua exposição.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não seria o caso de ouvirmos o parecer do Senador Eduardo Suplicy antes da exposição do Sr. João Antônio Fleury Teixeira?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª acaba de corrigir a Mesa adequadamente. Eu acho que é o certo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetida à

apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com art. 52, inciso III, alínea "d" da Constituição Federal, a indicação do Sr. João Antônio Fleury Teixeira para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Trata-se de indicação presidencial feita na Mensagem nº 55, de 2003, acompanhada do **curriculum vitae** do indicado.

O Sr. João Antônio Fleury Teixeira formou-se em Administração de Empresas e é pós-graduado em Análise de Sistemas de Informação, Organização, Sistemas e Métodos e Formação Gerencial em Nível Estratégico na Fundação Getúlio Vargas e na Escola Brasileira de Administração Pública. É funcionário de carreira do Banco Central, onde prestou concurso em 1977.

Destaco este fato, Sr. Presidente, porque o Sr. João Antônio Fleury Teixeira tem larga experiência no Banco Central como funcionário concursado. E, ao longo desses anos, desde 1977, ocupou os cargos de Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Organização, seu cargo atual; foi consultor da Diretoria de Administração de 1999 a 2002; Delegado Regional do Banco Central, em Minas Gerais, de dezembro de 1977 a junho de 1999; foi Delegado Adjunto do Banco Central, em Minas Gerais, de 1976 a 1977; Chefe da Divisão de Câmbio e Capital Estrangeiro, em Minas Gerais, de 1987 a 1996; Chefe da Área de Tecnologia da Informação, em Minas Gerais, de 1984 a 1987; Assistente e Coordenador Interino do Departamento de Administração Financeira, em Brasília, de 1978 a 1982.

A formação acadêmica e profissional do Sr. João Antônio Fleury Teixeira obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tendo em vista que deverá assumir a área administrativa, onde acumulou relevante experiência, mas também levando em conta que trabalhou em diversos setores relacionados à política monetária, cambial e internacional do Banco Central, como está expresso na relação dos inúmeros cargos e funções que ocupou ao longo de sua longa carreira como funcionário do Banco Central, acredito que o Sr. Fleury Teixeira preenche plenamente os requisitos exigidos para compor a diretoria daquele órgão.

Sr. Presidente, ressalto que mesmo o diretor responsável pela área administrativa tem a responsabilidade de interagir com os demais diretores sobre as funções primordiais do Banco Central no que diz respeito, por exemplo, à condução da política econômica e aos instrumentos que serão utilizados na área da política cambial, das políticas de expansão ou contração da oferta de moeda, das políticas que, portanto, poderão afetar as taxas de juros.

Essa experiência do Sr. João Antônio Fleury Teixeira nos cargos que ocupou o torna pessoa capacitada para, inclusive, participar das reuniões do Copom, onde ele terá que tomar decisões e assumir as responsabilidades delas decorrentes ao lado dos demais membros da diretoria.

Cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza político-jurídica, o candidato está em condição de ter seu nome apreciado. Acredito que S. Sª terá o respaldo desta comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está lido o relatório.

Concedo a palavra ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Exmº Sr. Senador Ramez Tebet, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmº Sr. Senador Paulo Octávio, vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, Exmªs Srªs Senadoras e Exmºs Srs. Senadores, membros da Comissão de Assuntos Econômicos, senhoras e senhores, inicialmente, desejo registrar meus agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antonio Palocci Filho e ao Exmº Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles, pela confiança em mim depositada.

Convidado pelo Dr. Henrique Meirelles para integrar a diretoria colegiada do Banco Central do Brasil, aceitei, com orgulho, sabedor dos desafios a serem enfrentados na gestão da área de administração do Banco Central, diante do compromisso com a sociedade brasileira pela estabilidade da moeda e da transparência permanente dos nossos atos de gestão enquanto diretores do Banco Central do Brasil.

Vivemos nos últimos anos num contexto de grandes mudanças nas organizações em todo o mundo. As empresas nacionais avançaram muito em suas estratégias com o objetivo de buscar competitividade frente a um mundo cada vez mais globalizado. O Estado brasileiro, por sua vez, tem buscado intenso ajuste no dimensionamento de suas funções e atribuições frente à realidade brasileira. Do setor público está se exigindo, cada vez mais, o atendimento às necessidades das demandas de cada cidadão deste país.

Ao Congresso Nacional, legítimo representante da sociedade brasileira, compete o acompanhamento, a avaliação e a cobrança permanente dos atos praticados pelos gestores do Banco Central do Brasil.

No atual cenário mundial, os bancos centrais vêm enfrentando desafios cada vez maiores para cumprir bem o seu papel junto à sociedade, uma vez que suas ações estão direcionadas para a manutenção da estabilidade de preços e a solidez das instituições financeiras enquanto depositárias das reservas e poupanças de milhões de pessoas. Como responsável pela condução das políticas econômicas, suas ações afetam diretamente a vida de cada cidadão. É exatamente por meio do resultado dessas ações que se mede a responsabilidade dos seus administradores para com a sociedade, responsabilidade que me disponho a assumir submetendo-me à argüição pública das Srªs e Srs. Senadores.

As necessidades da sociedade brasileira são emergentes e justas. Os processos de inclusão social inerentes à construção da democracia são cada dia mais prementes e mais substanciais em um País onde o Estado de direito se consolida, evidenciando diferenças sociais inaceitáveis. No entanto, não se pode conceber como processo de inclusão social apenas os esforços do Governo e da sociedade civil para dotar o povo brasileiro de condições indispensáveis ao exercício pleno da cidadania.

É também imperioso dotar as instituições públicas de características próprias à defesa desses direitos de estabilidade e de estratégias de atuação na defesa do interesse público. Aqui, mais uma vez, V. Exªs terão papel fundamental na definição, regulamentação e aprovação do arcabouço jurídico necessário à plena atuação do Banco Central do Brasil. Neste particular, o Banco Central do Brasil vem adotando medidas para, no papel de um agente público, garantir a transparência de suas ações através da prestação de contas ao Congresso Nacional e da divulgação permanente da gestão da política monetária, dando conhecimento à sociedade brasileira das ações e do contexto no qual as decisões são tomadas.

O escopo de atuação da área para a qual fui indicado é bastante abrangente e desafiador. É da responsabilidade dessa área a manutenção do numerário em circulação em boa e segura condição para toda a população brasileira em todo o País, a elaboração e acompanhamento estratégico do Banco central do Brasil, a manutenção dos registros contábeis adequados e confiáveis e a apresentação de resultados semestrais que reflitam os resultados das políticas econômicas adotadas, a condução das atividades relacionadas com o desenvolvimento da tecnologia da informação, tão importante nos dias de hoje, e também a gestão de competências e o desenvolvimento das pessoas no Banco Central do Brasil.

Como V. Exªs podem ver, são diversas e complexas as atribuições da área de administração. No entanto, para que tudo possa ser feito com qualidade, segurança e confiabilidade, precisamos de pessoas cada vez mais capacitadas, motivadas e felizes trabalhando no Banco Central do Brasil.

Aqui, Srªs e Srs. Senadores, reside o nosso maior problema e desde já convido V. Exªs a conhecer de perto a realidade do Banco Central do Brasil. Vivemos, neste particular, uma situação dicotômica, uma vez que se exige cada vez mais do Banco Central do Brasil maior responsabilidade social através da prestação de contas permanente à sociedade brasileira, por meio do Congresso Nacional, mais transparências nos atos de gestão dos seus administradores; mais eficiência no combate às fraudes perpetuadas através de operações financeiras e cambiais; mais ações de fiscalização preventiva, para que se evitem os indesejáveis processos de liquidação e intervenção; sistemas informatizados cada vez mais modernos e sofisticados, frente à velocidade com que o mercado evolui nos dias atuais; dinheiro seguro, limpo e em quantidade adequada para todos os brasileiros, aplicação das reservas internacionais de US$38,5 bilhões, com segurança e rentabilidade; enfim, estabilidade da moeda, segurança para os correntistas do sistema financeiro nacional e políticas econômicas adequadas ao desenvolvimento sustentável do País.

Na contrapartida, Srªs e Srs. Senadores, a cada dia nos deparamos com menos recursos para investimentos em novas tecnologias e, principalmente, para o desenvolvimento do nosso capital humano e do nosso capital intelectual, ou seja, das pessoas que integram a força de trabalho do Banco Central do Brasil. Nessa área, teremos, urgentemente, de resgatar valores que, no decorrer dos últimos anos, se vêm perdendo diante das grandes dificuldades pelas quais os servidores do Banco Central passam. Valores como orgulho de ser servidor do Banco Central do Brasil, felicidade de integrar instituição tão importante no cenário nacional e internacional, satisfação em desenvolver atividade de tamanha responsabilidade e amor por ser um servidor público no Brasil, com espírito de bem servir a cada um dos nossos cidadãos.

Nos últimos anos, diversos servidores vêm deixando o Banco Central do Brasil por terem passado em outros concursos públicos ou terem sido convidados para atuar em empresa da iniciativa privada. A

maioria dos aprovados nesses concursos públicos está indo trabalhar no próprio Executivo e uma parte, no Judiciário, evidenciando concorrência que em nada contribui para a melhoria da efetividade dos serviços públicos.

Em diversas entrevistas realizadas com servidores que saíram do Banco Central para trabalhar em outros órgãos públicos, pudemos constatar a insatisfação de estar saindo do Banco Central, onde os processos de trabalho e as atividades foram consideradas mais complexas e desafiadoras, apenas por uma questão de melhores salários e benefícios indiretos. O Banco Central do Brasil está perdendo a capacidade de reter talentos, tanto os mais jovens quanto os mais experientes, que ocupam cargos estratégicos na organização.

Assim, Srªs e Srs. Senadores, temos pela frente uma grande missão e, desde já, conto com a colaboração e o compromisso de V. Exªs para que, no esforço conjunto e com a maior brevidade possível, possamos permitir a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira pelo Banco Central do Brasil. O resgate dos valores institucionais, a manutenção e o desenvolvimento do capital humano, a melhoria das condições de trabalho e da política remuneratória dos servidores do Banco são os grandes pilares a sustentaram o nosso caminho nessa nova jornada, que se iniciará se aprovado for por V. Exªs.

Muito obrigado. Coloco-me à disposição de V. Exªs para responder a todas as questões julgadas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como são três os diretores, estava tentando encontrar uma fórmula que abreviasse os trabalhos, mas vamos seguir normalmente, dure o tempo que for. Estamos aqui para isso mesmo.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, primeiro inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustre Dr. João Fleury, tenho de V. Sª a melhor impressão profissional. V. Sª é uma pessoa reconhecidamente competente. Se não fosse assim, não teria trabalhado por quatro anos sob a batuta do Presidente Armínio Fraga no Banco Central. Portanto, eu lhe antecipo, desde já, que meu voto e, certamente, o da minha Bancada serão favoráveis à aprovação de V. Sª para a diretoria de administração do Bacen.

Imagino que o grosso do debate que me dispus a travar hoje não será na sua área. Por isso, faço-lhe perguntas que considero bastante simples. V. Sª é a favor da independência do Banco Central? Peço que V. Sª faça uma distinção entre independência e autonomia. E, na hipótese de V. Sª ser firmemente a favor da independência, eu lhe pergunto: independente de quem deve ser o Banco Central? Peço-lhe, ainda, para discutir conosco o modelo do Bundesbank alemão, que era considerado o mais clássico e o mais bem-sucedido modelo de banco central independente. Com a unificação, houve problemas e o núcleo do Bundesbank terminou indo financiar a reconstrução de Berlim. Faço-lhe outra pergunta: V. Sª entende que é equivocado o projeto de lei do ex-Senador Itamar Franco que proibia banqueiro dirigente de mercado financeiro de assumir a presidência e a diretoria do Banco Central? E como vê a proposta, há muito discutida na nossa sociedade em tempos recentes, de apenas servidores de carreira do Banco Central poderem atingir os postos de direção e de presidência do Banco? Se V. Sª prefere a autonomia à independência, repito, peço-lhe que faça a diferença de como vê a independência de um lado e a autonomia de outro, e guardo-me para uma eventual tréplica, que talvez não seja necessária.

De qualquer maneira, quero refletir a conversa da minha Bancada na atuação de V. Sª, que foi segura e correta durante todo esse tempo, e muito brilhante. V. Exª merece muitos elogios do Presidente Armínio Fraga. Por isso me motivo muito a votar a favor da sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado por V. Exª ter colocado questões de tamanha relevância, Senador Arthur Virgílio.

O próprio Presidente Henrique Meireles, no seu discurso de posse, colocou bem clara essa questão da independência do Banco Central ou da autonomia do Banco Central, quando, no seu discurso, destaca que esse é um projeto de Governo. Não é um projeto do Banco Central do Brasil. Não é um projeto que está saindo do Banco Central do Brasil, mas um projeto de Governo que, evidentemente, será discutido no Congresso Nacional, onde os legítimos representantes da sociedade brasileira definirão qual o modelo de Banco Central se pretende para este País.

Enquanto servidor do Banco Central do Brasil, estando lá há 25 anos – farei 26 anos em agosto deste ano –, estaremos sempre prontos a trabalhar da mesma forma que trabalhamos naquela organização, independente do modelo que venha a ser definido

pelo Congresso Nacional Brasileiro, a quem cabe essa competência.

Com relação à questão da independência ou da autonomia, os projetos que até então temos conhecimento, que vêm sendo discutidos, estão mais relacionados com a questão da autonomia do Banco Central enquanto órgão vinculado ao Ministério da Fazenda e que cumpriria as orientações da política econômica definidas pelo Governo, como executor principalmente da política monetária e não como uma independência de um poder individual. Essas seriam basicamente as diferenças.

Com relação aos modelos de outras organizações, o que poderíamos dizer é que o que verificamos em outros bancos centrais de outros países, inclusive na Alemanha, é que nesses países que adotaram algum tipo de independência ou autonomia de Banco Central há um reflexo, a médio prazo, de redução de taxas de juros e de crescimento econômico, diferentemente de outros modelos que não têm essa mesma linha.

Quanto à questão da colocação do projeto do Exm° Sr. Senador Itamar Franco, à época, quanto a impedimento de cidadãos que não sejam servidores do Banco Central do Brasil assumirem postos de diretoria no Banco Central do Brasil, nós, no Banco Central temos experiências de diversas épocas de pessoas que participaram, que vieram da iniciativa privada e bastante enriqueceram os processos de trabalho daquela organização, porque trazem visões diferenciadas do corpo funcional que ali está no dia a dia. Então, vemos isso como uma situação positiva, porque entendemos que todo cidadão brasileiro deveria dar uma contribuição ao serviço público, talvez até substituindo a participação obrigatória em alguns serviços como uma obrigação do cidadão brasileiro prestar serviços ao Governo brasileiro. Talvez essa fosse uma questão até interessante ser discutida.

Essa questão de apenas servidores poderem exercer cargos na diretoria do Banco Central do Brasil creio que a resposta já está posta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador vai à réplica?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, um pouco de discordância, Sr. Presidente.

Dr. Fleury, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve titubear, vacilar – às vezes me soa vacilante, titubeante em relação a essa questão relevante que é a independência do Banco Central.

A impressão que me ocorre também é que, pegando o exemplo de uma economia que crescesse a 3% ao ano, coberta pela proteção da autonomia do Banco Central, o que significaria de atração de investimentos duradouros, investimentos convenientes ao País, imagino que isso poderia acrescentar pelo menos 0,5% a cada taxa de crescimento anual – ao invés de 3% seria 3,5%, 2%, 2,5%, 4%, 4,5%.

Portanto, essa é uma reforma necessária. Durante o Governo do Presidente Fernando Henrique se fez muita reforma. Fizemos reformas de caráter infraconstitucional, outras de caráter constitucional, quebra de monopólios, modernização do Estado. Fico muito feliz de ver que esse tema das reformas deixou de ser demonizado e hoje se pode falar na reforma da Previdência sem ser neoliberal e sem se ter líderes sindicais acenando faixas, insinuando que a opinião de alguém está vendida a quem quer que seja. Fico feliz em saber que se chegou a esse ponto hoje.

Mas aproveito sua presença – porque sei que sua competência profissional será cumprida à risca – para fazer um alerta: o Governo perderá um enorme bônus histórico até para o seu êxito político, econômico e social, se não tocar para frente, com denodo, vencendo suas resistências internas, explicando bem o modelo a ser implantando no País e para o País. Mas não pode ser titubeante, nem vacilante – às vezes, parece-me ser uma coisa e outra – em relação à política que julgo ser a melhor para o País, que é a de implantar a autonomia e a independência do Banco Central. Muito obrigado. Parabéns! Desejo-lhe muito êxito na nova fase de sua brilhante carreira profissional.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, Senadora Ana Júlia, V. Exª é a próxima inscrita e tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Dr. João Antonio Fleury Teixeira, como V. Sª fará parte do Copom, será diretor da área administrativa, vou fazer-lhe uma pergunta que, embora não esteja relacionada com sua área específica, vale para os três diretores. É algo que discutimos há algum tempo, na campanha eleitoral e que me comprometi a questionar: a diferença existente, no sistema bancário brasileiro, entre a taxa de captação e a taxa de empréstimo, o chamado spread. Qual sua visão sobre o perfil do spread brasileiro?

Não vou entrar em polêmica, mas gostaria de fazer um comentário. Outros governos poderiam ter feito a independência, a autonomia do Banco Central – já que tão defendida, cantada em prosa e verso –, e

não a fizeram. Vou, de novo, fazer referência ao debate que tive com meu amigo, o Deputado Artur Virgílio, sobre não termos propostas de reforma. Quando eu era Deputada, dizia que sempre as tivemos e continuamos tendo; elas são apenas diferentes. Essa é a beleza da democracia.

Então, gostaria de saber qual é a sua visão, já que V. Sª fará parte do Copom e opinará sobre este assunto, que é tão importante para oxigenar, expandir a política de crédito do País. Podemos entender a manutenção de uma taxa de juros alta para combater a inflação, mas a diminuição do spread não seria um caminho? O que V. Sª pensa do perfil do spread brasileiro?

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Júlia.

No Banco Central, as decisões são todas tomadas em colegiado. A Diretoria colegiada do Banco Central reúne-se semanalmente, duas vezes, para decidir a taxa de juros no Copom. Evidentemente, nós, indicados, não temos acesso a certas informações, porque não participamos do Copom; só poderemos participar depois, se aprovados por V. Exªs. Mas, como cidadãos brasileiros, todos nós temos a visão de que os spreads bancários no Brasil são altos. É uma questão de confiança do sistema financeiro, dos riscos que este cobre com relação ao repasse desses empréstimos. O Banco Central vem trabalhando, há algum tempo, por meio de mecanismos em que procura balizar os spreads e divulgá-los à sociedade, inclusive pela Internet, de forma que o cidadão brasileiro possa avaliar se a instituição financeira onde mantém conta apresenta spreads financiados ou spreads mais elevados que os demais, facultando-lhe, com isso, participação nesse processo, por meio da escolha de instituições que ofereçam empréstimos, em última instância, à pessoa física ou jurídica, com spreads menores. Esse é um trabalho que o Banco Central vem fazendo há dois anos. Evidentemente, existem questões macroeconômicas, tanto internas quanto externas, que afetam essa questão, já que o País depende de captação externa e, assim, sofre o impacto da variação cambial nesse processo. Aliás, as taxas de captações internacionais também sofreram esse impacto, pois variam em função de situações vividas hoje no mundo, tais como a atual perspectiva de guerra. Não se pode avaliar ainda como isso influirá nas captações internacionais, cujas taxas de spread podem estar sendo ampliadas.

Na verdade, o papel do Banco Central é chamar a sociedade brasileira para discutir essa questão e adotar mecanismos, em conjunto com a própria sociedade, para que se tenha, em momento futuro, spreads internacionais compatíveis com a realidade deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octavio, Vice-Presidente desta comissão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente quero cumprimentar o João Antônio pelo excelente currículo: mais de vinte anos de bons serviços prestados ao Banco Central. Cumprimento também o Relator, Senador Eduardo Suplicy, pela certeza da aprovação. E quero já manifestar meu voto favorável a sua indicação como diretor.

Em seu pronunciamento, já que o senhor assumirá a Diretoria Administrativa, chamou-me a atenção sua preocupação com o futuro do Banco Central, principalmente no que se refere ao corpo funcional. O Banco Central tem técnicos formados, concursados, em que o banco investe muito. Mas o senhor disse que esses mesmos técnicos, nos quais o Banco Central investe – na forma de cursos, palestras, viagens, enfim, investe tempo -, muitas vezes saem até para outras funções no Executivo. Sei que a Advocacia-Geral da União está tomando muitos técnicos de vocês, como também a iniciativa privada. Sei quanto ganha um diretor de um banco americano ou de um banco brasileiro e sei o quanto ganha um diretor do Banco Central. Além disso, antigamente, havia no Banco Central a Centrus, fundação que dava assistência aos funcionários e garantia-lhes um final de vida melhor. Vejo que hoje os recursos médicos aos funcionários cada vez diminuem mais, o orçamento é menor, os salários estão baixos. E o senhor falou em administrar o Bacen com funcionários sintonizados, com amor, com vontade, com disposição, com alegria. Pergunto-lhe: o senhor vai encontrar – e o senhor conhece bem a casa – um corpo com vontade de trabalhar pelo Brasil? Ou encontrará um corpo desmotivado, esperando um convite de outro órgão qualquer ou da iniciativa privada? O senhor vai administrar o Banco com uma equipe realmente motivada, tendo em vista os gravíssimos problemas que teremos pela frente no Brasil, ou o senhor fará com que o Banco Central encontre uma forma de remunerar melhor seus funcionários, incentivando-os para que não saiam do Banco, como tem acontecido nos últimos anos?

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado, Senador Paulo Octavio, pois V. Exª fez uma pergunta fundamental. Realmente, estamos falando em sobrevivência do Banco Central do Bra-

sil. Não sei se V. Exªs têm essa informação, mas o Banco Central do Brasil, entre os bancos centrais do mundo, é o que tem a menor relação entre número de funcionários **versus** tamanho da população. Segundo uma estatística mundial, cujos dados são divulgados, há 4.600 servidores no Banco Central do Brasil. Já fomos 8 mil servidores. As mudanças ocorridas com a transferência dos servidores, em 1996, para o Regime Jurídico Único fez com eles perdessem o vínculo com a Fundação Centrus. Somente os aposentados até 31 de dezembro de 1990 mantiveram esse vínculo, ou aqueles que porventura deixaram quotas na Fundação Centrus. Mas essa é uma situação muito complexa.

Atualmente, no Banco Central, existem em torno de 800 funcionários que podem se aposentar. E, nos últimos dois anos, 150 servidores deixaram o Banco para trabalhar em órgãos públicos ou na iniciativa privada. A maioria, 150 aproximadamente, deixou nos últimos dois anos o serviço, sendo que, dentre eles, 45 eram Procuradores que foram trabalhar na AGU ou em outros órgãos do próprio Governo, para serem Juízes Federais.

O Banco Central tem um salário inicial de R$3,6 mil bruto, que dá um salário em torno de R$2,5 mil líquido. Não é um salário competitivo nem no serviço público federal hoje. Então, evidentemente que a nossa prioridade, e desde já conto com a colaboração do Congresso Nacional, é rever o Plano de Cargos e Salários do Banco Central, rever os programas de incentivo, em particular o nosso Programa de Saúde, que já foi excelente. Hoje, na verdade, é um Programa deficitário. Os servidores pagam 70% das despesas desse Programa hoje. A contribuição patronal, que no passado já foi 3% da folha de pagamento, é de apenas 1/3, por limitações orçamentárias. Os recursos para treinamento hoje são escassos. Os recursos para investimentos são escassos. Nós recebemos R$200 mil no Orçamento deste ano para investimentos no Banco Central.

Então, realmente nós temos uma série de problemas. E a nossa prioridade, com certeza, será trazer ao Congresso Nacional um Projeto de Lei propondo um novo Plano de Cargos para os servidores do Banco Central com a maior urgência possível.

O SR. PRESIDENTE (Rames Tebet) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, para sua argüição.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Sr. João Antônio Fleury Teixeira, gostaria inicialmente de cumprimentá-lo pela exposição.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Cumprimento-o também pela visão que V. Sª apresentou sobre o serviço público. Eu diria que isso vale para o Banco Central, isso vale para as universidades brasileiras, isso vale para o setor público de um modo geral. O Brasil está perdendo muita gente com capacidade exatamente em função dessa remuneração. E é importante ouvir isso de alguém, que, tenho convicção, será Diretor do Banco Central, no instante em que muitas vezes os servidores públicos são vistos como bodes expiatórios de crises, sendo que na verdade eles são o elo fraco dessa corrente.

Mas, em função exatamente dessa exposição, vou insistir um pouco mais numa tese que já foi abordada pelo Senador Paulo Otávio. Os servidores do Banco Central, na opinião de V. Sª, devem continuar no Regime Único como os demais servidores do Governo ou devem voltar à situação do passado como forma de remotivar esses servidores do Banco Central? No final do ano passado foi derrubada na Câmara dos Deputados a possibilidade de um reajuste para os funcionários do Banco Central. Eu gostaria de saber de V. Sª, sendo o Diretor Administrativo da instituição, que proposta vai apresentar com relação aos reajustes? Enfim, gostaria que V. Sª discorresse sobre a política salarial, fizesse uma avaliação sobre como ela é e como deve ser, sobre as virtudes da política atual, os problemas e as modificações que V. Sª propõe sejam realizadas a frente da sua Diretoria e do Colegiado do Banco Central.

Acho, Sr. Presidente, que é melhor fazer logo as duas indagações e ouvir as respostas.

E uma outra indagação, Sr. João Fleury, quais são os custos administrativos do Banco Central? Quero saber o total desses custos e se os custos administrativos do Banco Central estão dentro de padrões internacionais? Que avaliação V. Sª faz disso?

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Senador Antero Paes de Barros, pela oportunidade de podermos mais uma vez expor as questões relacionadas ao funcionalismo do Banco Central.

Como bem disse V. Exª, esse não é um problema exclusivo do Banco Central do Brasil e sim do servidor público de uma maneira geral; em particular, hoje temos alguns problemas, porque os salários de ingresso em outros órgãos do serviço público são

bem maiores que os do Banco Central do Brasil, o que faz com que se crie uma concorrência talvez não muito adequada.

Com relação, especificamente, à questão do Regime Jurídico Único, nós, no Banco Central do Brasil, vivemos, até 1996, sob o regime celetista. Ou seja, desde a origem do Banco Central do Brasil, fomos servidores celetistas. Na Constituição de 1988, existia um artigo específico que não incluía os funcionários do Banco Central do Brasil no Regime Jurídico Único, até o julgamento do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade do art. 252, com efeito **ex tunc**. Ou seja, os funcionários do Banco Central do Brasil passaram a ser servidores públicos federais desde a institucionalização e o início da vigência da Lei nº 8.112, em 1º de janeiro de 1991. Nós, quando éramos celetistas, vivíamos no Banco Central do Brasil uma situação bastante diferenciada, uma vez que, até então, tínhamos certa autonomia operacional e orçamentária, porque os orçamentos do Banco Central do Brasil eram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional. Posteriormente, em função das mudanças da própria Constituição e de legislações posteriores, o Banco Central do Brasil passou a ser integrado ao Orçamento da União no que se refere às suas despesas administrativas. Dessa forma, como funcionários públicos federais, passamos a ser regidos pela mesma Lei – a Lei nº 8.112 –, que cria regras e define critérios em que temos de nos enquadrar.

O servidor do Banco Central do Brasil possuía uma fundação de aposentadoria complementar. Evidentemente, a existência de uma fundação é muito mais confortável, porque ela te garante uma complementação de aposentadoria no futuro. Essa é uma questão que também será remetida ao Congresso Nacional. Existem projetos que se encontram em análise no Congresso Nacional, e essa é uma questão que o próprio Congresso deverá definir, como a aprovação do PL nº 9, por exemplo. Trata-se de questões que estão em discussão no Congresso Nacional e que irão definir como será o novo regime da Previdência no futuro.

Como servidores do Banco Central do Brasil, entendemos que temos de, urgentemente, apresentar ao Congresso Nacional um novo Plano de Cargos e Salários para os servidores do Banco Central do Brasil para que possamos remunerar os servidores do Banco Central do Brasil com salários e benefícios compatíveis com as demandas e as exigências feitas, principalmente nos nossos concursos. Essa é uma questão fundamental exatamente pelo fato a que nos referimos: os novos servidores estão saindo e os antigos estão aposentando-se. Essa, então, é uma equação complexa sobre a qual temos de realmente tomar uma providência emergente para que o problema seja solucionado ou pelo menos equacionado no Banco Central do Brasil.

Com relação à questão das despesas em nível de parâmetros internacionais, no ano passado, tivemos a oportunidade de ter uma consultoria no Banco Central que fez uma análise da estrutura do Banco Central do Brasil, estabelecendo o **benchmark** com empresas nacionais e com bancos centrais internacionais. O Banco Central do Brasil, por exemplo, em termos salariais, está no quartil* menor. Ou seja, os salários dos servidores do Banco Central do Brasil são menores se comparados com os dos bancos centrais no mundo inteiro, e as despesas são extremamente baixas em relação a outros bancos centrais no mundo inteiro. O quantitativo de servidores do Banco Central do Brasil, comparativamente com outros bancos centrais, é o menor do mundo na relação população. Existe uma estatística a que temos acesso e que é divulgada anualmente pela revista **The Economist**. É uma estatística que dá essa informação para os bancos centrais.

Os custos administrativos do Banco Central do Brasil que estão no Orçamento deste ano estão previstos para aproximadamente R$190 milhões, incluindo todas as despesas – não estamos falando de despesas com pessoal e, sim, de despesas de custeio. Evidentemente, o Banco Central tem o orçamento operacional e o orçamento de custeio, sendo que o orçamento operacional é aquele em que é feita a política monetária; e o orçamento de custeio é o que está vinculado ao Orçamento Geral da União. O orçamento operacional é aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, e as outras despesas de natureza administrativa são aprovadas no Congresso Nacional.

Os valores, hoje, são bem menores que em anos anteriores, o que nos cria uma série de dificuldades para a operacionalização do Banco Central do Brasil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de indagar se o Sr. João Antonio Fleury – dado o número de funcionários que V. Sª considera reduzido, inclusive com a perda de quadros importantes no Banco Central – vai propor, além dessa questão salarial, que considera urgente e que já está represada aqui desde o ano passado, a realização de concurso público para preenchimento de vagas e se já existe esse assunto definido dentro do Banco Central?

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Sem dúvida. É excelente e importante essa referência de V. Exª, porque, evidentemente, os órgãos públicos, e o Banco Central especificamente, têm uma política de recrutamento permanente, para que possamos nos antecipar a esses movimentos de aposentadoria.

O Banco Central teve momentos diferenciados, e chegamos a ficar quatorze anos sem fazer concurso na instituição, o que criou um **gap** muito grande entre os novos e os antigos servidores do banco.

Fiz concurso em 1997. Vou fazer 26 anos de Banco Central. Só depois, na década de 90, tivemos novos concursos no Banco Central do Brasil. Realmente, criamos um diferencial de conhecimento muito grande nesse período e, evidentemente, temos que investir maciçamente em treinamento, para que possamos recuperar essa perda. E é fundamental que tenhamos uma política permanente de concursos, para que possamos repor os servidores que saem e que irão sair nos próximos anos por aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a Mesa ouviu alguns Senadores e quer propor ao Plenário, como de fato propõe nesta hora – e aí a Presidência já se penitencia, porque tinha recebido essa sugestão antes da ilustre Senadora Ana Júlia –, que o ilustre sabatinado permaneça aqui, e faríamos o ingresso dos outros dois diretores indicados. Após a exposição dos outros dois, retornaríamos a palavra aos Senadores que se inscreveram para sabatinar o Dr. Fleury, que, pela ordem, são os Senadores Almeida Lima, Fernando Bezerra, Tasso Jereissati, Efraim Morais e a Senadora Patrícia Gomes e os outros que vierem a se inscrever. Assim, não perderíamos a eficiência e ganharíamos tempo.

Como houve concordância, vamos proceder dessa forma.

Então, peço à secretaria que chame os outros dois diretores que serão sabatinados.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, só como sugestão, não seria importante concluir os que estão inscritos com relação ao Sr. João Fleury?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas eles concordaram. Constatei o assentimento, por exemplo, do Senador Tasso Jereissati, e também do Senador Fernando Bezerra. Vou obedecer à ordem dos já inscritos, que terão preferência na argüição.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, Relator do item 2 da pauta, que submete ao Senado Federal o nome do Sr. Luís Augusto de Oliveira Candiota para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Vão ser lidos os dois relatórios também, o de V. Exª e o do próximo.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos da Constituição, a indicação do Sr. Luís Augusto de Oliveira Candiota para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Trata-se de indicação Presidencial feita por meio da Mensagem nº 56, de 2003, acompanhada do **curriculum vitae** do indicado.

O Sr. Luiz Augusto de Oliveira Candiota se tornou bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em junho de 1990. Em 2001, concluiu curso de Financial Management Program da Harvard Business School em Boston – EUA.

Em sua experiência profissional, ocupou os seguintes cargos e funções:

– Sócio Majoritário do Grupo Lacan, a partir de dezembro de 2002. O grupo atua junto à Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, realiza consultoria e qualificação da indústria de fundos de investimentos e informação e análise setorial;

– Diretor Financeiro do Banco Fibra S.A. e Grupo Vicunha, de julho de 1999 a dezembro de 2000;

– Membro do Conselho Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional;

– Diretor Executivo do Banco Fibra;

– Diretor Executivo do Citibank N.A., Brasil, de outubro de 1993 a junho de 1999;

– Gerente de **Corporate Finance** do UNIBANCO S.A., de janeiro de 1992 a outubro de 1993;

– **Trader Sênior** do Mantrust SRL (Manufactures Hanover/Trust Co.), de junho de 1990 a janeiro de 1992;

– **Trainee** do Banco Multiplic (associado do Lloyds Bank) de outubro de 1987 a janeiro de 1990;

Participou de vários cursos e seminários, no Brasil e no exterior, que são listados no respectivo currículo que acompanha a indicação.

O Sr. Luiz Augusto de Oliveira Candiota domina o francês e o inglês e tem bons conhecimentos do espanhol.

Foi Presidente do Comitê de Mercados da ABBI (Associação Brasileira de Bancos Internacionais) de 1998 a 1999. É membro do Comitê de Política Monetária da Andima, representante da Comissão de Câm-

bio da Febraban, co-fundador do Instituto Reciclar e foi palestrante do **Latin Conferences – Risk Magazine**, em Miami – EUA, em 1996 e 1997.

A formação acadêmica e profissional do Sr. Luiz Augusto de Oliveira Candiota obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, o nome em apreço está em condições de ser apreciado por esta Comissão.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Valdir Raupp, concedo a palavra para que V. Exª leia o seu parecer, com referência ao nome do Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, c/c o art. 52, inciso III, alínea **d**, da Constituição Federal, a indicação do Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Trata-se de uma indicação presidencial, feita por meio da Mensagem nº 57, de 2003, acompanhada do **curriculum vitae** do indicado.

O Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro se formou em Ciências Contábeis pela PUC de São Paulo e se especializou em Auditoria pela FIPECAFI/USP em 1979.

É funcionário de carreira do Banco Central com ampla experiência profissional. Trabalhou no Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), de 1970 a 1976. Ingressou no Banco Central do Brasil, como auditor, em novembro de 1976. Ocupou as funções de Coordenador de Fiscalização, Supervisor de Fiscalização, Chefe de Divisão de Fiscalização, Chefe Adjunto do Departamento de Fiscalização e Chefe Interino do Departamento de Fiscalização. Atualmente, chefia o Departamento de Supervisão Direta do Banco Central.

O Sr. Paulo Sérgio Cavaleiro atuou em missão especial nas liquidações extrajudiciais do Comind, de novembro de 1985 a agosto de 1987, na área internacional, incluindo o levantamento sobre as agências no exterior, e do Banco do Estado do Rio Grande do Norte, de setembro de 1990 a outubro de 1992.

Participou de vários concursos e seminários no Brasil e no exterior, com destaques para o curso promovido pelo FMI, em Washington, e o curso da Banca d'Italia, em Roma, ambos sob supervisão bancária, e ainda o curso do BIS, o Banco Central dos Bancos Centrais, realizado na Suíça, relacionado com risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Participou também do Curso sobre o Processo de Liderança, no Toronto Center, no Canadá.

A formação acadêmica e profissional do Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro obedece aos requisitos necessários para ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, o nome em apreço está em condições de ser apreciado por esta Comissão. É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lidos os pareceres, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima para sua argüição. (Pausa)

V. Exª encontra-se inscrito.(Pausa)

Perdão, Senador.

A Mesa concederá a palavra para as considerações dos ilustres sabatinados.

Assim, agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Sr. Luiz Augusto de Oliveira Candiota.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Paulo Otávio, Exmº Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino Braga, Srªs e Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores, primeiramente, gostaria de ressaltar a enorme honra em participar desta sabatina no Senado Federal, instituição máxima do Congresso Nacional.

Gostaria também de agradecer ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, o Sr. Henrique Meirelles, ao Exmº Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva pela minha indicação ao cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

Paul Somerson, renomado economista e Prêmio Nobel, citou em sua obra "Introdução à Análise Econômica" as seguintes frases ditas por Will Rogers e Ken Hubert, respectivamente: "Existiram três grandes invenções desde o começo dos tempos: o fogo, a roda e o Banco Central", e "Só um sujeito em dez mil entende as questões referentes a moeda, e nós o encontramos todos os dias."

Bem, se assim é, isso nos dá a dimensão da importância que a moeda tem para cada um de nós. Entendo que a missão do Banco Central do Brasil é ser o guardião da moeda, cumprindo importante papel de manutenção da estabilidade monetária.

Toda e qualquer política econômica tem, por objetivo, o crescimento, porém o que cabe discutir aqui é o papel da política monetária e sua relação de causa e efeito com o restante das políticas adotadas num país.

Estamos no início de um novo Governo e, desde já, confrontando um cenário econômico, tanto do ponto de vista interno quanto externo, extremamente complexo.

O mundo econômico de hoje é regido por uma enorme mobilidade de capitais. Enfrentamos uma desaceleração do comércio mundial, restrições creditícias, pressões de custo, como o exemplo do petróleo, e a crescente aversão ao risco, advinda das incertezas geopolíticas internacionais.

Internamente, estamos convivendo com os efeitos de uma enorme e duradoura depreciação de nossa moeda e combatendo, com firmeza, seus impactos nas variações de preço em nossa economia. O controle da estabilidade monetária é a contribuição que o Banco Central deve e pode dar para que possamos obter taxas de crescimento sustentáveis e prolongadas.

A atual política monetária mostra-se coerente ao demonstrar austeridade e responsabilidade fiscal. Dessa forma, menores ônus recairão sobre a política monetária para alcançarmos nossos objetivos. É assim que defino a chamada relação de causa e efeito para o estabelecimento de uma política monetária adequada, nada menos que o principal instrumento que o Banco Central possui para perseguir sua missão de guardião da moeda.

Considero muito importante enfatizar que a política monetária não é, e jamais será, a causa para definição do crescimento econômico do País. O crescimento é conseqüência de compromissos assumidos pelo Governo Federal em todas suas esferas de Governo. Já a política monetária a ser seguida nada mais é do que a conseqüência desse compromisso e o instrumento de reação para estabilidade da moeda.

Também não devemos apenas aceitar o fato de que somos capazes de conviver e nos adaptar a qualquer nível de taxa de juros. Devemos encarar, de forma realista, as devidas questões orçamentárias para servirmos nossa dívida e redesenharmos a política monetária em busca da redução dos juros reais, aliada à redução de uma política econômica que reduza as tensões hoje existentes na economia e na sociedade.

A política monetária não deve restringir-se à banalização do debate de sua gestão de curto prazo. Devemos entender, com profundidade, os impactos que sofremos da estrutura do nosso setor financeiro, a multiplicidade e tamanho dos instrumentos de dívida e crédito no mercado, os vários graus de indexação na economia e a rigidez que afeta a velocidade de transmissão dos instrumentos de política monetária à inflação.

Para estabelecermos um ambiente lógico de condução da política monetária, é necessário, primeiro, saber o que podemos ou não fazer. Para isso, devemos encarar a economia como algo dinâmico, de forma a evitar as chamadas reações exageradas de política monetária, freqüentemente observadas em diversos bancos centrais e que resultam em apertos e relaxamentos longos demais, com altos custos para a sociedade.

As transformações no mercado de capitais pelo mundo, a enorme mobilidade das transações financeiras e seus reflexos avassaladores tornam urgente o pensamento criativo e inovador a respeito das táticas e estruturas das operações monetárias. Assim, os limites do crescimento do País serão dados pelas reformas já em curso e propostas pelo Governo, pela combinação das medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda e demais áreas econômicas, pela conjuntura nacional e, sempre, pelas vicissitudes de sermos humanos.

Hoje, temos uma política monetária que está sendo conduzida dentro do chamado regime de metas de inflação, o qual procura orientar e coordenar as expectativas dos agentes econômicos e reduzir, ao máximo, os riscos de determinações políticas nas decisões. O Governo já se declarou favorável à manutenção desse regime, acreditando que sua principal vantagem seja a explicitação do objetivo da autoridade monetária e sua transparência à sociedade, com o que concordo integralmente.

O recente recrudescimento da inflação e as incertezas quanto às expectativas futuras ultrapassaram níveis aceitáveis. O Banco Central, mediante instrumento de política monetária, tem demonstrado, com a firmeza necessária, que esse processo não pode ficar sem resposta, sob o risco de voltarmos a enfrentar situações indesejáveis de inflação como as vividas no passado, com todas suas injustas conseqüências do ponto de vista social.

Não existe nenhuma evidência na história de países que conseguiram aliar crescimento sustentado e prolongado a uma inflação fora de controle. A inflação é inimiga mortal da produtividade, que, por sua vez, é a chave para a prosperidade.

No que se refere ao regime cambial, a adoção do câmbio flutuante possibilitou ao País enfrentar, ao longo dos últimos quatro anos, as mais diversas crises, interna e externamente, sem comprometer o nível de suas reservas internacionais. O mais recente resultado desse regime tem sido o enorme ajuste em nosso balanço de pagamentos, possibilitando reduzir sensivelmente nossa dependência de capitais externos.

O regime de câmbio flutuante, entretanto, por si só, também não é condição suficiente para termos a equação da dependência externa resolvida, que só será possível na medida em que o País for capaz de gerar níveis elevados de poupança interna e contínuos ganhos de produtividade que possibilitem competir, de forma mais adequada, com as economias mais desenvolvidas do Planeta.

A experiência empírica nos mostra que ajustes de balanço de pagamentos feitos apenas por meio da desvalorização da moeda são rapidamente consumidos por aumentos nos índices de preços, caso não estejam acompanhados de políticas econômicas consistentes, com constantes ganhos de produtividade.

Quanto às questões mais específicas para o cargo para o qual fui convidado, fica claro, ao lermos o relatório de atividades da Diretoria de Política Monetária nos últimos quatro anos, o avanço alcançado nas atividades do Departamento de Operações de Reservas Internacionais, do Departamento de Operações do Mercado Aberto e do Departamento de Operações Bancárias e Sistemas de Pagamentos. Esse relatório me dá a dimensão do desafio a que aqui me proponho e para o qual gostaria imensamente de contribuir, para que possamos construir algo ainda melhor.

Tivemos a reestruturação do nosso sistema de pagamentos, construído em conjunto com todo o mercado e visando à redução do risco sistêmico, o chamado efeito dominó, no qual a quebra de uma instituição financeira possa provocar a quebra de outras, em cadeia.

Será responsabilidade do novo Diretor de Política Monetária aprimorar ainda mais esse sistema, adotando medidas que incentivem o uso de pagamentos eletrônicos, a integração de redes, a criação e divulgação de informações estatísticas, o monitoramento do sistema de liquidação das câmaras e outras providências de médio e longo prazo.

Avanços foram alcançados na administração de nossas reservas internacionais, com a criação do Comitê de Estratégia de Investimentos e Programas Sofisticados de Gerenciamento de Risco.

Entendo que há muito a fazer para aprimorar ainda mais o conhecimento técnico do corpo do Banco Central e obter o estado da arte no que diz respeito ao gerenciamento e administração de nossas reservas.

A execução da política cambial também constitui tarefa de enorme responsabilidade e deve seguir como princípio a natureza do regime de câmbio flutuante já estabelecido, no qual a atuação do Banco Central deva limitar-se a identificar e trabalhar para evitar distorções na formação da taxa de câmbio nos momentos de excessiva volatilidade e ausência de liquidez.

Outro grande esforço será o de dinamizar, em conjunto com o Tesouro Nacional, os mercados primários e secundários de títulos públicos federais, mediante a mesa de operações do Banco Central.

O mercado de títulos torna-se cada dia mais complexo em termos de novos instrumentos nele negociados, daí a necessidade de analisar profundamente alternativas que propiciem o aperfeiçoamento e o dinamismo destes, visando ao aumento da liquidez, ao alongamento do perfil da dívida e à redução do seu custo de financiamento.

Como se vê, há muito por fazer e sinto que o País encontra-se em condições de enfrentar esses desafios, vencê-los e consolidar-se como uma economia dinâmica, forte e em constante crescimento. Como na arte da guerra, na Economia, nenhuma vitória se repete. Elas são sempre diferentes.

Antes de concluir, gostaria de dizer que me sinto honrado em participar desta sabatina, que é, sem dúvida alguma, o processo que legitima, de acordo com os preceitos democráticos, a nomeação de toda a diretoria do Banco Central, da qual gostaria muito de participar, se assim for o juízo desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em seguida, tem a palavra o Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro, para sua exploração.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Muito obrigado. Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Ramez Tebet; Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Paulo Octávio; Exmº Sr. Relator, Senador Valdir Raupp; Exmªs Srªs Senadoras e Exmºs Srs. Senadores Membros desta Comissão; demais Parlamentares presentes; senhoras e senhores, inicialmente, gostaria de manifestar o quanto honrado me sinto em comparecer a esta Comissão para a argüi-

ção pública prevista na Constituição Federal, na expectativa de poder servir ao meu País, ocupando tão importante função.

Gostaria também de expressar os meus sinceros agradecimentos ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, e ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr Henrique de Campos Meirelles, pela confiança em mim depositada, ao proporem a indicação de meu nome para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil.

Registro, ainda, meus agradecimentos a todos os colegas do Banco Central, em especial aos que trabalham ou trabalharam nas equipes de fiscalização. Sem dúvida, a minha formação profissional não seria a mesma sem a contribuição do trabalho de cada um deles.

Tenho a convicção de que a indicação do meu nome para tão relevante cargo é, mais do que um êxito pessoal, o reconhecimento aos esforços e ao desempenho de todos os servidores que compõem ou compuseram aquelas equipes, além de um voto de confiança na capacidade do servidor público federal, particularmente do corpo funcional do Banco Central, de melhorar continuamente.

Saibam V. Exªs que a indicação do meu nome para o cargo do qual estamos falando representa o coroamento de uma vida profissional no serviço público inteiramente dedicada à área de fiscalização do Banco Central do Brasil, onde ingressei em 1976, ao ser aprovado no concurso público de auditor e onde permaneço até hoje.

Tive oportunidade, portanto, de vivenciar as transformações na conjuntura econômico-financeira do País, ocorridas em um passado recente, e os reflexos que elas impuseram às instituições financeiras e à supervisão bancária brasileira.

O ajuste ao qual a economia do País foi submetida, a partir de 1994, tornou evidentes as ineficiências de um bom número daquelas instituições, exigindo do Banco Central, especialmente da área de supervisão, esforços redobrados para que o sistema fosse saneado.

Diferentemente do que se adotava até 1997, quando a fiscalização das instituições financeiras era realizada com o foco em áreas específicas das instituições fiscalizadas e onde vigoravam conceitos e metodologias que não contemplavam a realização de trabalhos mais abrangentes, impedindo a visão global da instituição e mesmo do conjunto das instituições, hoje, a fiscalização tem como foco o conglomerado financeiro, ou seja, todas as instituições que o compõem, financeiras ou não, e os próprios controladores, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Para tanto, buscou-se o desenvolvimento de novos procedimentos de inspeção, com uso intensivo de recursos tecnológicos avançados com vistas à identificação, de forma sistemática, dos riscos assumidos pelas instituições financeiras.

Importante ressaltar também a interação criada entre a supervisão bancária no País e as autoridades de supervisão dos diversos países com os quais mantemos relação de cooperação recíproca, o que permitiu, inclusive, além do intercâmbio de informações e de conceitos, a realização de trabalhos conjuntos.

As mudanças ocorridas nos procedimentos de fiscalização não teriam, por si só, sido suficientes para que atingíssemos o padrão de eficiência da nossa supervisão atual. Isso somente foi possível porque foram feitas também transformações profundas na legislação que rege o mercado financeiro e na regulação emanada do Banco Central. Esse corpo normativo encontra atualmente consonância com os melhores padrões existentes internacionalmente e somente foi possível como resultado de um esforço múltiplo, envolvendo o Banco Central, o Executivo Federal e o Congresso Nacional, permitindo-nos afirmar que a supervisão do Banco Central do Brasil está em condições de agir preventiva e tempestivamente, de modo a reduzir a possibilidade de ocorrência de problemas no mercado financeiro.

O mercado financeiro brasileiro é composto por diferentes tipos de instituições, tanto bancárias quanto não-bancárias, algumas com um elevado grau de sofisticação tecnológica e operacional e em condições plenas de competição. A área de fiscalização do Banco Central, responsável pelo acompanhamento dessas instituições, abrange todo o território nacional e as dependências e participações de instituições financeiras brasileiras no exterior. É responsável pela supervisão de mais de 2.500 empresas, entre as quais 166 bancos e conglomerados bancários, 350 corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 1.446 cooperativas de crédito e 362 administradoras de consórcios, os quais detêm mais de R$1 trilhão em ativos, e mais de 16 mil agências bancárias no País e no exterior. Além disso, a área de fiscalização é responsável pelo provimento de informações para as autoridades que detêm competência para avaliar e julgar a necessidade da quebra do instituto do sigilo bancário e para propor ou conduzir ações no Poder

Judiciário em um volume, todos os anos, de mais de cem mil pedidos de informação e de comunicações a órgãos dos três Poderes.

A estrutura com que conta a supervisão bancária no Brasil revela um sistema que privilegia a qualidade, a tempestividade e a organização das informações, passa pelo monitoramento indireto, que identifica comportamentos fundamentais de instituições financeiras individuais, de segmentos e mesmo do mercado, realiza a supervisão direta com métodos de trabalho coerentes com os níveis de avanço e complexidade do sistema financeiro e procura atuar adequadamente na prevenção e no combate aos ilícitos cambiais e financeiros.

Realmente muito tem sido feito, mas não podemos nos cingir ao quanto já realizado. Tendo em vista a complexidade do Sistema Financeiro Nacional e a sua constante evolução, bem como por não podermos afiançar que uma supervisão eficiente tenha o condão de eliminar por completo a possibilidade de eventual instabilidade do sistema, cumpre-nos buscar constantemente a consolidação das melhorias alcançadas, ao tempo em que devemos estar atentos à necessidade do contínuo desenvolvimento e treinamento da equipe de supervisão.

Permitam-me dizer que, sendo uma atividade a serviço da sociedade, a supervisão do sistema financeiro vem buscando melhorar a sua transparência, o que pode ser verificado com os recentes relatórios de estabilidade financeira e de oito anos da fiscalização do Banco Central, ambos disponibilizados ao público na Internet, sendo de se destacar que, pela mesma via, já está à disposição do cidadão o Manual de Supervisão, que contempla os conceitos e os procedimentos básicos da supervisão bancária no Brasil.

Estou ciente de que os desafios são muitos e complexos, especialmente considerando a limitação de recursos orçamentários, cabendo-nos destacar entre outras as propostas de:

a) manter e aprofundar os esforços para a ampliação da transparência e da divulgação das ações da supervisão à sociedade;

b) adotar as ações devidas, visando à preparação do sistema financeiro para a implementação, no Brasil, do Novo Acordo de Capital de Basiléia;

c) implementar um novo sistema de classificação de bancos já desenvolvido pelo Banco Central, incorporando as melhores práticas internacionais;

d) aprimorar a Central de Risco de Crédito, visando ampliar em quantidade e em qualidade o universo de informações captadas no mercado para fins de supervisão do sistema financeiro;

e) consolidar o processo de acompanhamento indireto de instituições financeiras e dos mercados;

f) dar continuidade ao processo de melhoria da qualidade dos dados de uso da área de fiscalização e das demais áreas do Banco Central;

g) intensificar as ações voltadas para a prevenção e o combate do uso do sistema financeiro para atividades ilícitas, bem como o relacionamento com outras entidades e órgãos públicos que atuam nessa área.

h) aprimorar a capacitação técnica dos supervisores, com ênfase na implementação de um novo programa de capacitação da área de fiscalização;

i) dar continuidade ao relacionamento com organismos e entidades de supervisão no exterior, para fins de supervisão das agências e das subsidiárias de bancos brasileiros no exterior e de bancos estrangeiros em operação no País;

j) promover contínua avaliação da participação da fiscalização do Banco Central no processo de atendimento ao consumidor do sistema financeiro, implementando os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários.

Estou disposição de V. Exªs para as perguntas julgadas necessárias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, encontram-se inscritos nove Srs. Senadores para a inquirição.

Pela ordem, com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, constitui-se uma prática desta Comissão que os Relatores tenham prioridade no questionamento. Não sei se essa inscrição se refere ao questionamento do Dr. Fleury Teixeira ou se é para os três.

Indagaria de V. Exª. Não estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A figura do Relator é tão importante que ele tem a palavra `na hora em que a solicitar.

Cada Senador, de acordo com o que foi combinado, pode fazer perguntas ao Diretor que escolher,

pode se dirigir a um e a outro também e pode formular perguntas diferentes.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Farei poucas questões ao Dr. Candiota, se for apropriado, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Dr. Candiota, V. S.ª, dos três candidatos que hoje se apresentam, indicados, é o único que não é funcionário de carreira do Banco Central, mas possui larga experiência no mercado financeiro. Considero inteiramente apropriada essa indicação, tendo em vista que, para a área que V. Sª vai assumir, de política monetária, se exige boa experiência no mercado financeiro. Entretanto, Dr. Luiz Augusto Candiota, não faltará quem levante críticas, sustentando que é do interesse do mercado a manutenção das elevadas taxas de juros. Nesse sentido, exatamente a fim de antecipar essas críticas, a meu juízo, injustas, peço que V. Sª nos exponha brevemente seu ponto de vista a respeito das taxas de juros, da necessidade de que se mantenham elevadas, das razões e perspectivas de variação das taxas de juros no futuro próximo.

Antes que V. Sª responda a essa questão de conteúdo, pediria o esclarecimento de uma curiosidade pessoal. Em seus dados curriculares consta que V. Sª se formou em 1990 pela PUC do Rio de Janeiro. Ocorre que, em junho de 1990, V. Sª já exercia o cargo de trader senior do Manufactures Hanover, não é? E, três anos depois, em 1993, já era Diretor Executivo do Citibank. Ou seja, é algo tão inusitado que tenho curiosidade. Peço que V. Sª, colocando de lado a modéstia, nos informe como isso se passou.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Agradeço a V. Exª. Prefiro responder à questão curricular primeiro e, em seguida, aos temas pertinentes à economia.

Com relação à questão curricular, comecei a trabalhar muito cedo como estagiário do Banco Multiplic, à época associado ao Lloyds Bank. Trabalhava no Rio de Janeiro, onde nasci, ainda como estudante de Economia da PUC do Rio de Janeiro. Cumpria essa atividade em meio expediente, no período escolar, e em expediente integral, durante as férias, quando tinha disponibilidade de trabalhar o dia inteiro.

Fui chamado para trabalhar em São Paulo, no Manufactures Hanover Trust – que na realidade se chamava Banco Mantrust SRL, uma **joint venture** do Manufactures Hanover Trust, com três acionistas brasileiros. Como normalmente é feito em currículos, colocamos o cargo exercido pela última data. Portanto, saí do Citibank como Diretor Executivo; lá ingressei como Diretor Adjunto, galgando para a Diretoria, e, posteriormente, para a Diretoria Executiva.

No caso do Mantrust SRL, entrei como **trader** e saí como **trader senior**. Antes disso, fui Gerente do Unibanco, num jargão de mercado, um **corporate finance**, que nada mais é do que finanças corporativas. São operações estruturadas de dívida que os bancos normalmente fazem para possibilitar a captação de recursos para as empresas. Assim, houve um período entre o Mantrust e o Citibank. Não pulei do Mantrust para o Citibank. Apenas esclarecendo.

Penso que tive uma carreira relativamente rápida, quando comparada, digamos, à média do mercado. Isso é fruto de dedicação aos estudos e ao trabalho, de sorte, de uma série de componentes que nos ajudam a caminhar. Por essa razão, o currículo está apresentado da forma como V. Exª pôde observar.

Com relação à taxa de juros, trata-se de um tema bastante discutido atualmente, como sempre. A definição da taxa de juros é obtida no âmbito do Comitê de Política Monetária no Banco Central, que detém, efetivamente, todos os instrumentos para, em decisão colegiada, discutir o nível adequado da taxa de juros, para fazer o controle da inflação e atingir a meta determinada pelo Banco Central.

O Banco Central, hoje, tem se portado de forma a defender o regime de metas de inflação. Para tanto, explicita publicamente a inflação com a qual pretende atingir os seus objetivos em cada período e estabelece, no âmbito de seu comitê, as taxas de juros que entende necessárias – a taxa de juros é, atualmente, o instrumento de política monetária através do qual se procura alcançar a meta de inflação estabelecida. Então, eu não tenho julgamento prévio das taxas de juros; na realidade, esse julgamento só é feito a partir da análise de todas as informações disponíveis no mercado, informações que irão embasar a tomada de decisão no ambiente do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dirijo a palavra neste instante ao sabatinado Dr. João Antonio Fleury Teixeira, indicado para a Diretoria de Administração do Banco Central do Brasil, que inclui, entre outras, a de recursos humanos.

Nas palavras de V. Sª, de forma expressa, consta o seguinte:

"Na contrapartida, Srªs e Srs. Senadores, a cada dia nos deparamos com menos recursos para investimento em novas tecnologias e, principalmente, para o desenvolvimento do nosso capital intelectual, do nosso capital humano, ou seja, das pessoas que integram a força de trabalho do Banco Central do Brasil".

E prossegue:

"Nessa área, teremos, urgentemente, de resgatar valores que, no decorrer dos últimos anos, vêm se perdendo diante das grandes dificuldades pelas quais os servidores do Banco Central passam, valores como o orgulho de ser servidor do banco, felicidade de integrar instituição tão importante no cenário nacional e internacional, satisfação em desenvolver atividades de tamanha responsabilidade e amor por ser um servidor público no Brasil, com espírito de bem servir a cada um dos nossos cidadãos".

Pergunto: na visão de V. Sª, quanto ao serviço público federal dos três Poderes, essa realidade acontece apenas no Banco Central do Brasil?

A segunda pergunta é decorrente da primeira: em outros órgãos, essa realidade não é observada?

Terceiro: para a construção de um país que trate dignamente o seu povo, o servidor de menor qualificação intelectual não merece o mesmo tratamento? Por exemplo: o auxiliar de enfermagem do PSF, Programa de Saúde da Família, que ganha pouco mais de R$200,00 por mês, não merece igual tratamento? Sabemos que os servidores federais estão sem reajustes há oito anos, salvo alguns setores. Atualmente, parece-me que se acenou, para esse segmento dos servidores federais, com aumento de 2,5% para quem recebeu reajuste no período anterior e pouco mais para quem não recebeu reajuste.

Outro questionamento: diante da política recessiva praticada atualmente, de ampliação do compulsório para os depósitos bancários, do aumento do superávit primário, do aumento da taxa de juros, V. Sª considera possível um tratamento como o expressado, de mais recursos para investimentos nesse setor? Em outras palavras, V. Sª entende que há compatibilidade entre a política recessiva que se pratica hoje e investimentos? Ou V. Sª vai defender essa política de valorização dos recursos humanos só para o Banco Central do Brasil? Por fim, nesta linha de raciocínio, V. Sª deseja um tratamento diferenciado, ou seja, um tratamento especial apenas para o Banco Central do Brasil?

Sr. Presidente, em síntese, são esses os questionamentos. Eu aguardo para a réplica, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª tem a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, permita-me interromper, por gentileza. Desejo também fazer um questionamento ao Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro. Parece-me que devo fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, é oportuno que o faça.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Entre as metas apresentadas no item 15 do pronunciamento de V. Sª, consta a alínea "g", que diz: "Intensificar as ações voltadas para a prevenção e o combate do uso do sistema financeiro para atividades ilícitas, bem como o relacionamento com outras entidades e órgãos públicos que atuam nessa área".

Tenho uma preocupação muito grande, expressada inclusive ontem à tarde, no Plenário desta Casa, em pronunciamento, como também fez o Senador Eduardo Suplicy, quanto à questão da proximidade da guerra entre os Estados Unidos e o Iraque. O governo americano tem usado como justificativa, se é que serve de justificativa, a preocupação com o terrorismo, que é mantido com a utilização do sistema financeiro internacional. Assim, dentro desta meta de intensificar as ações voltadas para a prevenção de atividades ilícitas no sistema, como o Banco Central do Brasil pretende se preparar melhor para essa questão? Porque justificativas do governo americano são apresentadas, e uma delas é a que me referi. Tenho receio de que o Presidente Bush queira ampliar essa sua vontade de guerra, já que há declarações e investigações nesse sentido na América do Sul, na tríplice fronteira. Ou seja, tenho medo de que ele possa vir fazer com o Brasil ou com os países da tríplice fronteira o que está fazendo com o Iraque neste instante. E ao Banco Central, ao Governo brasileiro, impõe não oferecer essas justificativas na medida de um trabalho preventivo.

Por isso, indago se o Banco Central do Brasil já possui instrumentos para tal ação e como intensificará essas ações voltadas para a prevenção e o combate do uso do sistema financeiro nas atividades ilícitas, preservando, portanto, os interesses do Brasil e da nossa nacionalidade.

É só, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado, Senador, pelas questões feitas.

Gostaria de ressaltar que, no Banco Central do Brasil, não pretendemos ter tratamento diferenciado. O que entendemos é que devemos ser remunerados pela contrapartida dos serviços que prestamos à sociedade brasileira, e os serviços prestados pelos servidores do Banco Central do Brasil são de extrema relevância para o País. Essa é a questão fundamental da contrapartida da remuneração dos seus servidores.

Entendemos que outros servidores do País também devem ser bem remunerados pelos serviços que prestam, como todo servidor público. O que ocorre é que há uma diferenciação clara entre os três Poderes em relação à remuneração de seus servidores. Evidentemente, deve haver uma remuneração compatível aos servidores do Banco Central do Brasil, para que não aconteça o que vem acontecendo, particularmente nos últimos anos, em que não conseguimos reter servidores novos no Banco, que saem porque realizam outros concursos públicos, tanto para o Executivo, como para o Judiciário e para o Legislativo. Essa a nossa realidade e é por ela que vamos lutar.

Quando à questão da política recessiva, citada por V. Exª, dos depósitos compulsórios, das taxas de juros, entendemos que estamos vivendo um momento temporário de mudança de Governo e acreditamos, como todo cidadão brasileiro e servidor público do País integrado a um Governo que está assumindo, que teremos crescimento, possibilidade de inserção social e oferta de trabalho àqueles que estão procurando trabalho. Acreditamos que, num médio prazo, essas questões estarão resolvidas e não pretendemos, como funcionários do Banco Central do Brasil, receber tratamento diferenciado e também que a nossa categoria seja privilegiada em relação às demais categorias. Queremos, apenas, ser remunerados pela contrapartida do trabalho que prestamos ao País.

Acredito que já respondi todas as questões de V. Exª.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Muito obrigado pela pergunta, Sr. Senador Almeida Lima. O primeiro esclarecimento é que o departamento que atualmente chefio não cuida desse assunto específico, mas conheço-o e já conversei com os encarregados para que aprimorem no que for necessário o exame do assunto de utilização do sistema financeiro com o intuito de lavagem de dinheiro.

O Banco Central, por força de controle cambial, ao longo do tempo e até hoje, recebe as informações relativas a todas as operações de contrato de câmbio, o que nos facilita bastante. Outros países não têm essa facilidade de verificar, monitorar e selecionar algumas operações, verificando se a quantia que está sendo transferida tem procedência, conferindo a capacidade da pessoa, ou a necessidade de transferência para o exterior. Esse ponto nos favorece bastante.

Dadas as limitações, já comentadas pelo Dr. Fleury, temos procurado a otimização dos recursos humanos do Banco Central, principalmente na área de supervisão. Essa é uma área em que, freqüentemente, o pessoal é atraído por ofertas externas ou por outros concursos públicos, dada a própria qualificação requerida para o ingresso e a experiência que se adquire.

Tendo isso em vista, pretendemos intensificar o exame dos controles internos das instituições financeiras, porque não podemos examinar todas as operações, dadas as limitações de recursos que temos. Pretendemos intensificar a inclusão nas inspeções que fazemos nas instituições financeiras, do sistema de controles internos que deve ser requerido para a prevenção da utilização do sistema financeiro para a lavagem de dinheiro. Esse é um ponto, que já está ocorrendo, mas precisa ser intensificado na minha avaliação.

Hoje, os bancos são obrigados a comunicar movimentações consideradas estranhas ou anômalas ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, instituído pela Lei nº 9.613, de 1998. Até hoje, desde que foi criada a lei, já foram feitas 14 mil comunicações. O Banco Central recebe essas comunicações para que os bancos não tenham dúvidas quanto a sigilo. Os bancos passam ao Banco Central, que disponibiliza **on-line** para o COAF um sistema. Assim essas comunicações têm sido feitas.

Eu não atuava diretamente nessa área, mas das informações que obtive do pessoal que está atuando diretamente, falta um pouco de integração entre os órgãos envolvidos: COAF, Ministério Público, Polícia Federal e Banco Central, o que pode perfeitamente ser intensificado.

Creio ter respondido a sua pergunta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, V. Exª tem direito à réplica.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Inicialmente, gostaria de me dirigir ao Dr. Fleury Teixeira. Entendo que realmente há um tratamento diferenciado para algumas categorias do Poder Legislativo e do Judiciário em relação ao Executivo. Minha preocupação se prende diretamente às contradições existentes dentro

do próprio Poder Executivo, a exemplo do tratamento concedido ao corpo docente das universidades brasileiras, falando de uma área que acredito ser a mais abrangente, que é a do Ministério da Educação. Também há a do Ministério da Saúde, naquele exemplo a que me referi, em que um auxiliar de enfermagem desse programa ganha algo irrisório diante do trabalho benemérito que ele exerce. Essa é uma preocupação, porque o Estado brasileiro entra num colapso. Sabemos que o Estado é uma ficção. Na verdade, os dirigentes e os servidores dão corpo, vida e alma a esse Estado. Entendo a preocupação de V. Sª e acredito que o Banco Central precisa estar devidamente aparelhado, sobretudo com seus recursos humanos.

Complementando, já me dirigindo de forma mais específica ao Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro, entendi que essa área não era de atuação de V. Sª no instante anterior, mas que será, doravante, com a aprovação do nome de V. Sª para essa diretoria tão importante. Portanto, vejo nos três sabatinados a capacidade intelectual para o exercício das funções e peço que levem esta nossa preocupação para o conjunto do Banco Central e do próprio Governo, sobretudo quanto à fiscalização, porque o temor deve ser realmente muito grande e não podemos descuidar-nos diante dessa sanha bélica que hoje verificamos não no povo americano, mas no atual governo americano. É preciso, portanto, preocuparmo-nos com essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Atendendo a um apelo, mas sem que isso venha a constituir-se jurisprudência – a Mesa, no passado, várias vezes me socorreu –, aqueles Senadores que formaram convicção e que queiram exercitar o direito de voto poderão fazê-lo a partir deste momento, independentemente do término da argüição, porque é preciso garantir a palavra a todos os Srs. Senadores inscritos.

A cédula é uma só, com o nome dos três sabatinados. Quem for votar "sim" coloque um "x" embaixo do "sim", quem for votar "não" coloque um "x" no "não", e o mesmo para a abstenção.

Vou conceder a palavra ao próximo inscrito, Senador Fernando Bezerra. As cédulas encontram-se na mesa, à disposição daqueles que formaram convicção.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro, Dr. João Antônio Fleury, Sr. Luiz Augusto Candiota, serei brevíssimo.

Parte da pergunta que pretendia dirigir ao Dr. Fleury já foi feita pelo nobre Senador Paulo Octávio e pelos demais Senadores que o questionaram. Assusto-me com o quadro em que se apresenta o Banco Central, diante de tanta responsabilidade. Há a expectativa de 800 pessoas aposentarem-se, e 150 já saíram. Realmente, é crítica, incompreensível, inaceitável e até predatória essa concorrência interna dentro do serviço público. Desestimulados, os funcionários do Banco Central vão em busca de melhores salários, o que é razoável, correto, racional. Isso nos impressiona bastante.

Discordo do nobre Senador Almeida Lima de que devemos, como S. Exª propõe, tratar igualmente os desiguais. Não podemos tratar igualmente os desiguais. Então, o Banco Central, pela responsabilidade que tem, para ter um corpo funcional competente, deve pagar salários adequados. Essa é uma questão e um desafio que se colocam à nova Diretoria do Banco Central. Trata-se apenas de um comentário.

Eu até gostaria de ouvir quanto é o salário médio do Banco Central. Eu ouvi o salário inicial e não o médio.

Nobre Dr. Candiota – dirijo-me aos três, excetuando-se o Dr. Fleury –, seu ponto de vista em relação à autonomia ou à independência do Banco Central.

A Senadora Ana Júlia falou aqui, com muita propriedade, de sua preocupação com o elevado **spread** hoje praticado pelo sistema financeiro. Sei que é impossível responder – e seria até inadequado perguntar – qual a expectativa de queda da taxa de juros. Isso é algo que preocupa a todos nós. Não há um só brasileiro, a partir do Presidente da República, que não deseje que as taxas de juros se estabilizem, para que haja crescimento econômico, para que se amplie o nível de emprego e nosso País possa desenvolver-se. Mas é possível que haja na cabeça de V. Sªs algumas idéias de como fazer com que, dentro de um determinado prazo razoável, se implemente uma política com que possamos efetivamente fazer voltar o nosso País a crescer.

É absolutamente impossível e escandalosa a taxa de juros praticada hoje. Todos sabem disso. Aliás, vi um comentário, nos jornais de ontem, de que o Presidente da República, ouvindo correligionários que externaram essa preocupação e até o criticavam, perguntava: qual é a alternativa? Essa é a pergunta que trago para os senhores. Qual é a alternativa? Que política se pode implementar para que possamos fazer com que o nosso País volte a crescer?

Essas eram as perguntas que eu teria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, pelo que entendi, a pergunta sobre vencimentos e pessoal é dirigida ao Dr. Fleury e as outras são dirigidas ao Dr. Luiz Augusto e ao Dr. Paulo Sérgio.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, eu apenas fiz um comentário em relação ao Dr. Fleury e perguntei sobre o salário médio. As outras perguntas aos outros dois diretores são relativas à independência e à autonomia do Banco Central. Não as fiz ao Dr. Fleury, porque ele já respondeu a uma questão do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, devo me ausentar da reunião, mas eu gostaria que isso não parecesse aos Pares uma descortesia. Na verdade, tenho uma convocação extraordinária para a Comissão de Educação, da qual também sou membro titular. Além do mais, já exerci o direito do voto e do debate. Permita-me, portanto, ausentar-me.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Dr. Fleury, inicialmente.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Senador Fernando Bezerra, V. Exª gostaria de saber especificamente sobre o salário do Banco Central. Como eu já disse aqui anteriormente, o salário líquido de ingresso do Banco Central é de R$ 2,5 mil. O salário médio líquido é de R$ 3,6 mil e o salário líquido de final de carreira é de R$ 5,7 mil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Permita-me V. Exª interromper.

Nisso, tem penduricalho? É tudo junto? Às vezes, esse é o salário-base. Isso precisa ficar claro. Eu quero saber quanto recebe no holerite, porque, aí, fica claro.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Esse é o salário que os servidores do Banco Central recebem, fora as contribuições que temos para o programa de saúde, que não estão abatidas aqui. Não temos outros salários complementares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, quer dizer que, no fim do mês, recebem R$ 3,6 mil ou R$ 2,5 mil?

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Esse é o salário de ingresso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas e depois?

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – A média é de R$ 3,6 mil líquido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Augusto para responder às indagações.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Senador Fernando Bezerra, vou responder, pela ordem, à questão da autonomia e independência, à questão do **spread** bancário e, por fim, à questão da taxa de juros.

Com relação à autonomia e independência do Banco Central, esse é um projeto que não é do Banco Central; é um projeto de Governo. Até onde me cabe essa discussão, aquilo que eu poderia adicionar é o que enxergamos em relação ao que acontece ao redor do mundo, com aqueles países que, por sua vez, adotaram a independência e a autonomia do Banco Central. Há uma percepção clara de que, ao adotar esse regime, esses países puderam obter taxas de crescimento maiores, taxas de juros menores e menores interferências políticas nas decisões do Banco Central.

Com relação ao **spread** bancário, esse é um assunto, até onde acompanho, estando de fora do Banco Central, em que o Banco Central vem promovendo um estudo longo e profundo a respeito da sua redução e daquilo que é possível se fazer ao identificar claramente, dentro do **spread** bancário, o que é cada componente. Penso que o Banco Central vem trabalhando arduamente para tentar identificar as causas do **spread** bancário atual e tentar criar mecanismos que possam, de alguma forma, promover a sua redução. Uma coisa importante a mencionar é que parte complementar a isso é a aprovação da Lei de Concordatas e Falências, que, certamente, poderia trazer uma melhora na percepção de risco e crédito do sistema como um todo e, com isso, possibilitar uma redução maior do **spread** bancário.

Quanto à pergunta feita sobre a alternativa à taxa de juros, entendo que o Banco Central detém os instrumentos e vem utilizando-os. Um desses instrumentos é a taxa de juros, adoção da política monetária para alcance da meta da inflação, e vem dando declarações de que a tendência – pelo menos percebida, mais recentemente, com o repique que tivemos com a inflação em função, em grande parte, da desvalorização cambial – é declinante e devemos ter paciência, persistência e perseverança para alcançar a

meta estabelecida e adotar a taxa de juros que se fizer necessária para tal.

Era isso que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Concordo integralmente com as palavras do Dr. Candiota, mas acrescentaria mais alguns pontos que considero importantes.

Em relação à autonomia do Banco Central, objetiva-se sinalizar para os agentes econômicos que independentemente do Partido que assuma o Poder após eleições, a política monetária continuaria consistente. Englobaria, inclusive, a não-coincidência de mandatos do Presidente do Banco Central com o do Poder Executivo. A política econômica seria comandada pelo Governo e a política monetária, pelo Banco Central.

Em relação ao **spread**, de fato, ele é muito elevado nas operações de crédito no Brasil. O Banco Central tem feito estudos a respeito disso, mas existem causas estruturais que dependem de reformas legais, inclusive. Por exemplo: no Brasil, para se recuperar um crédito, é muito difícil executar uma garantia, o que impacta diretamente na taxa. Um exemplo prático é o financiamento de veículos, que tem taxas atrativas, bem mais baixas do que as outras modalidades de crédito. Por que isso ocorre? Porque o veículo é um bem de fácil realização, então há condição de o banco oferecer uma taxa de juros diferenciada para essa modalidade. Seria preciso atacar, também, alguns pontos, como a Lei de Concordatas e Falências, e verificar o sistema de execução de garantias no Brasil.

Esperava-se, com a entrada dos bancos estrangeiros, que houvesse uma concorrência e que isso implicasse baixa das taxas. De fato, isso não ocorreu no Brasil, não tendo a presença dos bancos estrangeiros revelado esse benefício.

Esses são pontos que considero importantes na análise da questão do **spread**, mas também existe muita ineficiência no sistema financeiro.

Outro ponto que considero relevante é que a própria dívida pública, o financiamento do próprio Governo é um concorrente. Trata-se de um ativo praticamente sem risco e o banco não é taxado em seu capital por isso, sendo considerado de risco zero no requerimento de capital. Já a operação de crédito tem um risco bem mais acentuado. Com a diminuição da dívida pública, também se poderia baratear o crédito no País.

São pontos que considero relevantes, acrescentando às observações do Dr. Candiota.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Cumprimento os três pelo desempenho demonstrado nesta reunião. De modo particular, quero dizer da minha satisfação em ver o setor privado disponibilizando sua experiência, com todo respeito que tenho ao corpo funcional do Banco Central. Creio que isso é enriquecedor para o sistema. Mesmo estando no Banco Central há 26 anos, o senhor salientou muito bem o quanto isso é importante para o Banco.

Gostaria de fazer esse comentário e dizer que o Banco Central deve acionar, o mais rapidamente possível, esta Casa e o Congresso Nacional, para que possamos implementar as medidas que ajudem a baixar os juros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, tem a palavra V. Exª.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que me sinto bastante satisfeito com os currículos dos indicados. Não tenho a menor dúvida de que todos têm as condições intelectuais e a experiência necessária para exercerem os cargos para os quais foram indicados no Banco Central.

No entanto, eu não poderia deixar de colocar uma preocupação que me assaltou, quando da apresentação do Sr. João Antônio Fleury, que todos nós consideramos extremamente relevante. Não tenho a menor dúvida de que a questão salarial é seriíssima em todo o setor público e em todo o setor privado.

Essa discussão começa, normalmente, pelo próprio salário-mínimo. Agora, quando ela é colocada de maneira absolutamente prioritária, como foi feito na apresentação de V. Sª, um futuro diretor do Banco Central, não tenho dúvida de que V. Sª deve ser o guardião da moeda de um Governo que tem relatado publicamente a sua preocupação com a disciplina fiscal, com o superávit fiscal. O Sr. Candiota, por exemplo, disse – e concordo com S. Sª – que a questão dos juros é difícil e que é necessário paciência para que, no momento adequado, os juros venham a cair e que não se faça nada precipitado.

A meu ver, a questão salarial também requer uma certa paciência, principalmente do Banco Central, já que déficits elevados contribuem diretamente para a questão dos juros e da própria moeda. Em um momento como este, não é cabível, parece-me, uma discussão em separado de uma política salarial, quando o próprio Governo menciona as dificuldades

orçamentárias para se dar um reajuste ao setor público superior a 2,5%, como medida de caráter geral.

É essa a questão que eu queria citar, perguntando ao Sr. Fleury se ele não considera também que o momento é um pouco inadequado para essa discussão, devido à delicadeza da situação mencionada pelo próprio Governo e por todos os futuros diretores do Banco Central, que aqui citaram a delicadeza do momento que vivemos.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado, Senador, por V. Exª ter levantado essa questão.

É evidente que não temos, no Banco Central, a expectativa de que vamos resolver todos os nossos problemas de imediato. Entendemos a situação por que passa o País. Ocorre que houve, no ano passado, uma medida provisória que tratava da questão dos salários dos servidores do Banco Central que foi rejeitada. Aqueles valores que ali estavam alocados não puderam ser utilizados neste exercício para remunerar os servidores do Banco Central do Brasil.

Havia recursos alocados para essa finalidade que, com a rejeição da medida provisória, não vamos utilizar. Há uma margem para que essa questão possa ser discutida e, evidentemente, não temos nenhuma intenção de resolver todas essas questões no curto prazo. Apenas declinamos as dificuldades e as nossas necessidades diante da realidade por que passam os servidores do Banco Central do Brasil. No entanto, compreendemos perfeitamente a afirmação de V. Exª e, como membros da diretoria, se assim viermos a ser aprovados por V. Exªs, temos a preocupação com a questão fiscal. Os servidores do Banco Central como um todo têm também essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, para as suas perguntas, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. futuros Diretores do Banco Central, um tema econômico da maior importância e que promete movimentar o Congresso Nacional é a votação do art. 192 da Constituição, que regulamenta o sistema financeiro e abre porta para a independência do Banco Central.

O Partido do Governo, liderado no Congresso Nacional pelo eminente Senador Aloizio Mercadante, paradoxalmente é o autor da proposta, por meio da emenda do nobre Deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais. Parece-me – tenho lido pela imprensa – que o maior foco de resistência é o próprio PT. A nossa preocupação é que alguns desses Parlamentares acreditam que a sua aprovação, ou seja, a aprovação da regulamentação do art. 192, agilizaria, no Congresso, o debate sobre a autonomia do Banco Central.

O Senador Fernando Bezerra, há pouco, referiu-se à questão da autonomia. O Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro, há pouco, referiu-se à importância, parece-me um pouco tímida, da autonomia. Faço ao próprio Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro uma pergunta, que serviria para os três diretores, já que estarão participando dessa ação: o que é melhor para o Banco Central, agilizar a sua autonomia ou deixar como está? Porque podemos aqui nos orientar em relação até a posição do Banco Central. Se o melhor para o Banco Central for agilizar a sua independência e autonomia, precisamos que o Partido do Governo tente acabar com essa divergência para que possamos regulamentar o art. 192.

Esta é a minha pergunta a V. Sª: o que é melhor para o Banco, agilizar ou deixar como está a questão da independência ou autonomia do Banco Central?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Muito obrigado, Sr. Senador. Como o Dr. Candiota expôs em sua resposta ao Senador Fernando Bezerra, a proposta de autonomia é do Governo, e não do próprio Banco Central, voltando ao que já abordamos anteriormente. O que se observa é que nos países em que o Banco Central estabelece metas de inflação, câmbio flutuante e age independentemente do Governo nesses quesitos têm apresentado menores índices inflacionários e maior crescimento econômico. Isso é uma experiência internacional.

Mas, evidentemente, isso tem que ser debatido pela sociedade, porque o Banco Central é parte da sociedade. Acredito que os representantes da sociedade, como os Parlamentares da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional, é que teriam maiores condições de avaliar o que é melhor para o País. São questões muito amplas para que o Banco Central, que é um órgão estritamente técnico e encarregado, decida por si só.

Há um amplo debate em que, evidentemente, daremos a nossa opinião, mas sempre nesta linha: com observações de experiências internacionais. E é o que se faz para poder conduzir a política monetária no Brasil.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, usando o tempo da réplica, diria que realmente V. Sª e o próprio Dr. Fleury foram claros no sentido de que se tratava de uma política de governo. É claro que

queremos evidentemente saber, mas, em termos de "sim" ou "não", se é importante agilizar essa autonomia, essa independência. Só isso. Ao mesmo tempo, parabenizo V. Sªs pela apresentação dos seus currículos e pelas metas que tentarão alcançar no Banco Central.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Acredito que sim, que o debate deva ocorrer, porque é um tema que está à mesa dos assuntos de prioridades do Governo. Creio que é um assunto que deve ser tratado prontamente, respondendo mais objetivamente. Mas repito que a sociedade é quem deve resolver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prosseguindo, concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tudo, cumprimento os três candidatos à Diretoria do Banco Central, parabenizando-os pelo excelente currículo, pelo serviço que têm prestado ao nosso País, desejando-lhes certamente boa sorte e que possam dar uma contribuição cada vez maior às questões tão graves que teremos que enfrentar neste novo Governo.

Dirijo a minha pergunta ao Sr. João Antônio Fleury, candidato à Diretoria de Administração.

No seu pronunciamento, V. Sª diz que é preciso maior responsabilidade social, por meio de prestação de contas permanente à sociedade brasileira, pelo Congresso Nacional, mais transparência nos atos de gestão de seus administradores, mais eficiência no combate às fraudes perpetuadas por meio de operações financeiras e cambiais, mais ações de fiscalização preventiva para que se evitem os indesejáveis processos de liquidação ou intervenção.

Portanto, a minha pergunta vem neste sentido: que meios, que mecanismos e que estratégias V. Sª pretende adotar para tornar mais eficiente o combate a essas fraudes? E como V. Sª imagina tornar mais transparentes, para que a sociedade brasileira, por intermédio do Congresso Nacional, possa acompanhá-las, as questões das operações de crédito do banco do Banco Central?

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Patrícia Gomes.

Vou começar pela última pergunta.

Na verdade, o Banco Central, por meio da Internet e de mecanismos de comunicação, coloca à disposição da sociedade diversas estatísticas e informativos sobre a sua atuação. Todas as Atas da reunião do Copom, todas as informações sobre a política monetária são divulgadas por intermédio de relatórios sistemáticos que são colocados à disposição da população por meio do **site** do Banco Central do Brasil.

Portanto, temos milhares de informações estatísticas de relatórios, inclusive das Atas do Copom que são divulgadas prontamente na semana seguinte à reunião, com prazo bastante exíguo em relação a outros países que têm sistemáticas iguais às que são adotadas no País.

Com relação à questão da prestação de contas, a lei de responsabilidade fiscal define que o Presidente do Banco Central do Brasil tem que comparecer perante o Congresso Nacional posteriormente à divulgação dos seus balanços, que, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, passaram a ser definidos semestralmente. Eles têm um prazo legal, e o Banco Central do Brasil, por meio do seu Presidente, comparece ao Congresso Nacional para prestar contas.

Mas entendemos também que ao Congresso Nacional, em particular à Comissão de Assuntos Econômicos, cabe um papel mais próximo de acompanhamento junto ao Banco Central da gestão dos seus dirigentes. Para isso, nos disponibilizamos desde já, se viermos a ser aprovados por V. Exªs, a estar em permanente contato com V. Exªs e prestando todas as informações que forem necessárias sobre a nossa gestão.

Entendo que essa é uma avaliação conjunta de todos os que estão aqui.

Com relação à questão específica das fraudes cambiais, o Paulo César já falou um pouco sobre isso, mas posso falar também, porque trabalhei vários anos na área internacional do Banco Central do Brasil, particularmente na área de câmbio. Portanto, tenho experiência nesta área.

O Banco Central vem adotando mecanismos diferenciados de outros países, porque temos todos os registros das operações de câmbio que são praticadas neste País, inclusive as operações de CC5, que também são registradas e imputadas nos computadores do Banco Central do Brasil. Além disso, todas as operações do Siscomex, as operações de exportação e importação também estão registradas nos computadores do Banco Central do Brasil, ou seja, temos uma base de dados e uma malha de informações que poucos países do mundo têm hoje em dia e que permitem que possamos fazer um casamento dessas informações, a fim de, cada vez mais, evoluir no acompanhamento dessas tentativas de fraude que podem estar ocorrendo no mercado.

Na verdade, o Banco Central dispõe de um sistema de informações que, comparativamente com outros países do mundo, é extremamente privilegiado, porque detemos uma base de dados em que, diferentemente de outros países, todas as operações cambiais são registradas e, por meio dessa informação, temos como acompanhar diariamente, **on line**, o que está acontecendo nesses mercados. Também temos, por meio de operações em conjunto com outras entidades da própria Polícia Federal, acompanhamento permanente de operações desta natureza. O que precisamos talvez é intensificar ainda mais essas operações e esses trabalhos conjuntos entre o Banco Central e outros órgãos que buscam evitar operações desta natureza no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que ouvi a apresentação dos três sabatinados, li os seus currículos e os relatórios dos Senadores que trataram de cada um deles. Penso que a indicação dos três é positiva, adequada, e que o Governo fez bem em fazê-lo, tanto que já votei a favor deles.

Segundo, gostaria de fazer um comentário sobre essa questão do funcionamento do Banco Central, com alguma distância. Sempre pensei que o Banco Central é uma das melhores instituições brasileiras, e continuo a entender assim, mas há sinais de enfraquecimento, de desgaste e de perda de consistência dentro do próprio Banco. Terá razões orçamentárias ou outras formas de explicação, mas o fato concreto é que o Banco tem perdido quadros, há um mercado afluente que paga muito mais e há evidências concretas de perda de consistência técnica, no sentido geral, nesse aspecto do Banco Central.

Talvez seja necessária uma explicação mais clara de quais as intenções, os programas, os projetos e as iniciativas dos Diretores nomeados. Apenas um deles poderia falar sobre isso, não é preciso que todos falem: quais são as iniciativas que serão tomadas para inverter essa tendência?

Estive no Banco há pouco mais de seis meses e vi, inclusive, um prédio desgastado, pessoas mal sentadas e com pouca capacidade de trabalho. O Banco Central é uma instituição que o Brasil deve, em qualquer situação, preservar mesmo. Isso é uma questão do País, é muito mais do que uma questão deste Governo ou de qualquer Partido.

Uma segunda consideração é que li com atenção todos os discursos, em especial o do candidato Dr. Candiota, que é um discurso articulado e feito de forma competente. S.Sª tem um excelente **curriculum**, mas queria reportar-me apenas a um pequeno aspecto do que falou. Vou fazer uma leitura rápida de duas ou três linhas, para fazer uma pergunta.

Depois de uma série de comentários sobre a forma como o Banco deve trabalhar e sobre política monetária, S. Sª explicita, em duas linhas, que não estou conseguindo encontrar agora, que as questões de curto prazo, banalizadas, não podem ser tão valorizadas. Eu queria um pouco mais de explicação sobre o curto prazo, uma palavra a mais dos candidatos, de maneira especial do Dr. Candiota.

Está escrito aqui, é um texto grande: "Acho muito importante enfatizar que a política monetária não é, e jamais será, causa para a definição do crescimento econômico do País.(...) Também não devemos apenas aceitar o fato de que somos capazes de conviver e nos adaptar a qualquer nível de taxa de juros.(...) A política monetária não deve restringir-se à banalização do debate de sua gestão de curto prazo."

Creio que falta um pouco mais de explicação, nesta reunião de hoje, sobre essa gestão de curto prazo.

De uma maneira muito clara, não é fácil essa gestão. Desafios internos e externos se acumulam. Os problemas estão aí, são evidentes. A sociedade depende muito dessa política monetária e econômica, e o País, de uma maneira geral, neste instante, ainda mais do que em outros. Então seria importante que alguma coisa fosse falada sobre isso, sobre tendências, preocupações e propostas de curto prazo.

Quero perguntar, também, ao Dr. Candiota: em que a política monetária do atual Governo vai modificar a política monetária que encontrou? Quais são as mudanças que o Governo Lula propõe para a política monetária?

São esses comentários e perguntas.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Agradeço a V. Exª Senador Sérgio Guerra.

Com relação às iniciativas e aos projetos que temos no Banco Central, para que possamos recuperar não só as questões de infra-estrutura, como as relacionadas com os recursos humanos do Banco Central do Brasil, não sei se V. Exª se lembra, no pronunciamento que tivemos a oportunidade de fazer no início, de que pedimos a participação de cada um de V. Exªs para que conheçam de perto a realidade do Banco Central. Foi o que V. Exª já mencionou, de público, que esteve no Banco Central e pôde observar essas questões. Evidentemente, precisaremos contar com a par-

ticipação do Senado Federal nessas questões, uma vez que tanto as questões de infra-estrutura e as de tecnologia, quanto as de recursos humanos dependem de orçamento de valores e de alocação de recursos. Portanto, vamos trabalhar no Banco Central para que possamos buscar novas fontes de financiamento, para que essas demandas do Banco Central tenham fontes de receita próprias. Essa é uma questão que, talvez, precise ser discutida.

O Banco Central arrecada por meio de sua prestação de serviço ao próprio Sistema Financeiro, ou seja, nós cobramos do Sistema Financeiro. Temos, em discussão, a questão da implementação da taxa de supervisão, que se dará por meio de um projeto de lei que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para que o Banco Central possa buscar novas fontes de receitas, exatamente para não precisarmos impactar o déficit primário do Brasil e, sim, buscar receitas próprias que o Banco Central detém, dependendo apenas de uma discussão e talvez de implementação de algumas taxas específicas que já estudamos hoje no Banco Central do Brasil, em particular a taxa de supervisão bancária, que é uma necessidade e já existe em vários outros países.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Antes de conceder a palavra ao ilustre Senador Garibaldi Alves, concedo a palavra ao Sr. Luiz Augusto Candiota para responder à pergunta.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Muito obrigado pela pergunta.

A política monetária não deve restringir-se à banalização do debate de sua gestão de curto prazo. Basicamente a idéia, ao escrever isso, é o fato de que hoje, talvez pelo excesso de informações disponíveis e à forma como elas circulam pelo mundo, sinto uma preocupação enorme com relação ao que foi a inflação da semana, ao que foi a taxa de juros do mês, como os agentes econômicos estão reagindo com relação ao risco-Brasil de ontem para hoje! A movimentação de capitais por si só fará com que o preço dos ativos, e efetivamente as taxas, se alternem todo o dia, com uma velocidade relativamente grande. Isso não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno global, onde sinto um massacre de discussões em cima de como foi o mercado hoje e como será amanhã. Como se isso fosse interferir na política econômica que está sendo definida pelo Governo nas suas atitudes de médio e longo prazo.

Penso que há um certo exagero com relação ao comportamento dos mercados de um dia para outro, como se isso viesse refletir efetivamente políticas econômicas que não vão definir seu horizonte de hoje para amanhã, mas, sim, ao longo do tempo. Então, essa foi a idéia: não banalizar a discussão da política monetária com relação ao prazo curtíssimo.

Com relação à política monetária, no que ela vai modificar a do atual Governo, procurei colocar, antes mesmo, no discurso, que a vejo muito mais como conseqüência e não causa do crescimento econômico. Isso, mais uma vez, não é válido somente para o Brasil. Penso que os instrumentos definidos pelo Governo de utilização da taxa de juros e do regime de metas de inflação mostram claramente que a política monetária será e é um instrumento de reação a uma série de atitudes e coordenadas na esfera federal, estadual, municipal, no âmbito da conjuntura internacional e de como as percepções de crédito com relação ao País funcionam.

Então, o que vemos é: muito se fez, há muito por fazer, no sentido de que situações, como as do ano passado, em que o Brasil enfrentou restrições seríssimas de crédito e houve questionamentos com relação à solvência do País, houve toda a discussão pós-eleitoral com relação à transição de um governo antigo, que já estava há oito anos, para um governo novo. O que se viu, entretanto, é que o Banco Central vem mantendo a sua firmeza no sentido de definir a sua taxa de juros, buscando aquilo que foi acordado, combinado, não rompendo com regras e seguindo um horizonte de buscar a sua meta de inflação definida, e, para isso se utilizar de um instrumento que ele tem de reação ao ambiente econômico existente.

O instrumento de hoje, mais uma vez, não pode ser banalizado no curto prazo. Várias vezes, o Banco Central já deixou claro para os que estão de fora que as medidas adotadas hoje com relação à inflação não vão se tornar eficazes no dia seguinte. Elas vão efetivamente ter um horizonte de tempo para que a inflação possa reagir às atitudes tomadas hoje. O que vemos é que, efetivamente, dos picos já observados anteriormente, a inflação vem reagindo, vem cedendo. Acredito que o Banco Central é quem detém os instrumentos para definir se a política monetária atual é a correta ou não.

Vejo o seguinte: a própria questão da autonomia e independência do Banco Central tira um pouco o foco do que vai modificar ou não. O Banco Central está inserido numa política econômica de governo. Em sendo independente ou não, ou se vier a ser, como é a proposta do Governo, independentemente de, daqui a quatro anos, termos um novo governo ou a continuidade do mesmo, o que se espera é que o Banco Central tenha o poder de tomar as suas deci-

sões em defesa da moeda e da estabilidade monetária. É assim que vejo essa questão.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O senhor concorda que a operação do Banco Central neste instante não altera o conteúdo nem a forma da operação de antes?

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Não estou vendo se altera o conteúdo e a forma porque não estou lá. Hoje não sou responsável pelo Banco Central, então não consigo dizer se altera ou não no âmbito do Banco Central. Acredito que a Diretoria do Banco Central vem discutindo, profundamente, todas as questões que impactam a economia e procurando tomar as decisões para cumprir as metas e dar à sociedade transparência devida do que vem sendo feito. É assim que vejo a atitude como correta.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Certo. De uma maneira ou de outra, o senhor afirma que a atual administração do Banco, a qual o senhor vai compor a partir de agora, tem executado procedimentos que são correntes, que já vinham sendo executados antes, e absolutamente equilibrados, na medida em que se deseja que o Banco Central proteja a moeda, seja sensível às demandas da economia, de maneira geral, e reativo, como o senhor afirmou há poucos minutos. Considero isso extremamente positivo, um amadurecimento. O País está se consolidando. Não faz mal que as distâncias entre Governo e Oposição não sejam tão drasticamente elevadas, porque é próprio da sociedade democrática e moderna que elas não o sejam. Há a questão do amadurecimento político dos países. Enfim, saúdo a sua apresentação e a dos novos Diretores do Banco Central, que caminham na direção de construirmos um país mais desenvolvido, democrático, transparente e seguro.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Continuando a argüição, concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, mais que uma pergunta, gostaria de fazer um registro. Na exposição do Dr. Fleury, como foi assinalado pela Senadora Patrícia Gomes, ele diz que as intervenções são indesejáveis como também os processos de intervenção. É claro que todos concordamos com isso, mas o que aconteceu, por exemplo, na liquidação dos bancos estaduais, foi, na verdade, um processo que se prolongou e trouxe indesejáveis reflexos para os Estados onde estavam situados. Gostaria de fazer esse registro com a consciência e convicção de que isso é uma página virada na história do Banco Central, mas que não deixa de ensejar e trazer lições para todos nós. Sei que essa pergunta, a despeito da afirmação do Dr. Fleury, está mais no âmbito do Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves.

As liquidações se sucederam num período da história do nosso País e, dadas as freqüentes mudanças que havia na economia, nem sempre os bancos reagiam ao novo cenário econômico. Quanto à nossa supervisão, tanto no que se refere à regulamentação até a parte legal e a parte de execução de supervisão propriamente dita, a grande realidade é que estava um pouco fora de contexto. Ela não tinha a velocidade necessária para identificar os problemas do sistema financeiro.

No caso específico de bancos estaduais, havia também algumas questões estruturais dos bancos. Um banco público tem custos mais elevados em relação a pessoal. Tudo isso, em determinado momento, foi atacado pelo Banco Central. Também foram oferecidas no processo, nos casos que acompanhei, alternativas aos governos. No entanto, eles nem sempre contavam com recursos para capitalização dos bancos, etc. Mais recentemente, temos os casos de federalização para posterior privatização, mas os Estados também assumem os custos do rombo, digamos assim, que existia nas instituições.

Hoje fazemos algo que não ocorria há algum tempo – e espero possamos manter o mesmo nível: temos uma supervisão proativa, que se antecipa aos problemas, mesmo quando eles ainda não existem. Ou seja, podemos verificar que o gerenciamento da instituição não está adequado, podendo levar a um problema futuro, coisa que, no passado, não fazíamos. Na minha fala inicial, enfatizei que acredito termos evoluído muito de 1997 para cá. Em comparação feita em relação a supervisores bancários internacionais, creio que a supervisão bancária brasileira está num bom nível.

É o que se espera e o registro que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª é Relator. Uma série de Srs. Senadores ainda não fizeram uso da palavra. V. Exª cede a vez para o próximo, ou quer expressar-se agora? V. Exª tem a prerrogativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de me pronunciar de acordo com a ordem de inscrição, Sr. Presidente. Como sou Relator da indicação do Sr. João Antônio Fleury Teixeira e como minhas perguntas são para os demais, farei minha argüição na ordem normal de inscrição. Se houver alguém na minha frente... ou é a minha vez?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há. É a vez de V. Exª na lista de inscrição. Pergunto se V. Exª, como Relator, quer ficar para depois. Se não quiser, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Fico para o final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parece que V. Exª ficou meio constrangido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª, como Relator, tem direito a pronunciar-se.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, noto que o Líder do Governo não está podendo ficar até o final e, como membro da base do Governo, eu me sentirei bem em ser o último a argüir. Por essa razão, atendi o apelo de V. Exª, deixando os demais passarem à frente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bom.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, deixo a minha posição favorável aos três inquiridos aqui. Na verdade, os três demonstram, não somente por seus currículos, mas também por suas exposições, capacidade para, no Banco Central, bem desincumbir-se das funções para as quais foram indicados.

Em especial, gostaria de me referir ao Dr. Antônio Fleury, que é natural de Minas Gerais. Durante o período em que estive à frente da Prefeitura da capital e da governadoria daquele Estado, pude atestar a sua boa atuação. Foi uma fase em que Minas Gerais não teve qualquer problema com a atuação do Banco Central, pelo contrário; o Banco Central sempre correspondeu ao que dele se esperava em nosso Estado.

Gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Dr. Luiz Augusto Candiota em relação ao câmbio.

Nós estamos vivendo uma realidade de política cambial flutuante – números do ano passado demonstram que o dólar oscilou entre R$2,3 e os atuais R$3,50 e estabilizou-se nesse valor, ou seja, houve uma oscilação de cinqüenta por cento em um ano apenas. Enquanto isso, o dólar na Argentina, com todos os problemas que enfrentam nossos vizinhos – pode-se dizer que chegaram ao fundo do poço -, está entre R$3,15 e R$3,20. Para os leigos – eu não sou economista, sou engenheiro -, é difícil entender como a Argentina consegue ter uma moeda mais valorizada do que a do Brasil.

O câmbio, no Brasil, tem sido objeto de uma loteria, é uma especulação permanente. O valor do dólar chegou a R$4,00 na época das eleições, por força, também, de expectativas ou temores. Eu gostaria de saber do Dr. Luiz Candiota o que pretende fazer quanto a essa questão.

O câmbio tem sido, inclusive, o grande responsável pelo retorno da inflação. A volta da inflação, inegavelmente, decorre da persistência do dólar nesse valor. O que todos ponderam é que o valor ideal estaria entre R$3,00 e R$ 3,20 por dólar, mas o câmbio não cede para baixar a esse valor.

A política monetária está nas mãos do Banco Central. Não são muitos os agentes da especulação no Brasil; eu diria que não passam de três centenas os operadores de câmbio no País que, de alguma maneira, especulam para que o dólar tenha a sua oscilação nos moldes de uma bolsa de valores. Essa é a uma realidade sobre a qual eu gostaria de ser mais bem esclarecido.

Gostaria de saber sobre a continuidade ou não da política atual e sobre o que V. Sª pretende fazer para que o câmbio não seja o perturbador da economia brasileira, como vem ocorrendo. Gostaria também que a relação com a Argentina fosse um pouco melhor explicada; eu sei que a economia Argentina era mais dolarizada e, por isso, existe mais dólar disponível por lá, mas é só essa a justificativa para o fato de a Argentina, no fundo do poço, ter uma moeda mais valorizada que a brasileira?

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Muito obrigado pela pergunta.

Permita-me V. Exª dividir a discussão, pois entendo que temos dois períodos muito claros e diferentes com relação ao câmbio, principalmente por causa dos acontecimentos do ano passado, ano que podemos considerar extremamente atípico, pois estávamos enfrentando uma eleição presidencial em que o candidato da Oposição liderava todas as pesquisas e era visto como potencialmente perigoso pelo mercado.

Esse candidato foi visto, por muitos analistas, anteriormente à eleição, como alguém que traria rup-

tura de regras e de contratos, apesar de ter declarado o oposto e de ter, inclusive, se comprometido formalmente com o não– descumprimento de regras e de contratos. Os analistas, porém, se comportaram de maneira extremada, as reações foram extremadas e a economia brasileira sofreu com isso. O câmbio, efetivamente, saiu do nível de R$ 2,30 para os seus R$ 3,50, trazendo, com isso, uma pressão de custos enorme que acabou se refletindo nas variações de preços e nos índices de inflação.

Acredito que o cenário hoje seja bastante diferente, pois muito do temor quanto à ruptura de regras e de contratos se desfez. O ajuste em nosso balanço de pagamentos não aconteceria no momento zero, em que o câmbio estava se desvalorizando, mas ele já vem demonstrando sua força, principalmente por meio da virada do saldo comercial e do pulo das exportações, com a conseqüente diminuição das importações, o que acabou trazendo um superávit comercial muito acima do esperado, e há previsões de mercado de que o superávit desse ano seja ainda maior do que o do ano passado, o que faz com que a situação cambial deste ano seja, do ponto de vista futurológico, bastante mais tranqüila do que a situação do ano passado, pelo que parece.

O Brasil não enfrenta, hoje, as mesmas restrições de crédito que sofreu logo às vésperas da eleição e durante o governo de transição, entre os meses de outubro e dezembro; enfrenta, sim, um retorno das linhas de crédito que até então haviam sido cortadas, ainda que não na velocidade ideal, que seria talvez a velocidade dos anos em que tivemos linhas de crédito abundantes. Mas o fato é que elas estão retornando. E isso se dá de forma lenta não pelo que o Governo vem demonstrando em termos de coerência e atitude na política econômica, mas, sim, por um cenário adverso do ponto de vista geopolítico internacional, por conta da eminência de uma guerra que todos sabemos como começa, mas não como termina; portanto, não sabemos como essa equação geopolítica se comportará daqui para adiante.

Mas o fluxo cambial é positivo; o dólar tem demonstrado uma volatilidade extremamente menor do que a do ano passado, a qual foi muito maior do que a observada em anos anteriores, o que nos dá, olhando para frente, uma tranqüilidade no sentido de que o fluxo cambial continuará sendo positivo.

As necessidades de financiamento externo são negativas, visto que se prevê um déficit em conta corrente da ordem de US$5 bilhões, e somente de investimentos diretos as estimativas mais conservadoras oscilam na ordem de US$13 bilhões para o ano de 2003, o que nos dá bastante tranqüilidade com relação à questão do financiamento do déficit em conta corrente, que era, até então, o grande gargalo do Governo anterior.

Com relação à comparação do Brasil com a Argentina, penso que os dois países não possuem economias comparáveis e isso já foi dito várias vezes. Seus ciclos econômicos e níveis de industrialização são diferentes; suas pautas de importação e exportação são totalmente diversas; a economia argentina sofreu um impacto de uma ruptura severa de contratos, tendo uma contração em seu PIB que o Brasil não vem sofrendo. Nosso País pode ter tido crescimentos modestos, porém não sofreu e não tem previsão de sofrer contração de PIB no ano de 2003.

Quanto ao nível, à taxa de equilíbrio da moeda, se hoje o Brasil está acima da Argentina e amanhã estará abaixo, realmente não consigo dizer. O que posso afirmar é que os fluxos de capitais para o Brasil têm uma interferência muito maior do que para a Argentina, primeiro, porque houve uma ruptura; então, os fluxos pararam efetivamente de migrar do resto do mundo para a Argentina e continuam migrando do resto do mundo para o Brasil, e do Brasil para o resto do mundo.

Nesse sentido, penso que são sistemas diferentes, assim como saídas de crises diferentes. O Brasil fez a opção pelo câmbio flutuante e, com isso, passou a adotar a taxa de juros como instrumento único de política monetária, o que me pareceu uma decisão acertada. O câmbio irá oscilar. E o papel do Banco Central é administrar o excesso de volatilidade e a ausência de liquidez na formação da taxa de câmbio; no mais, é deixar que os fluxos interfiram na formação da taxa, já que houve a opção pela taxa de juros.

As opções anteriormente vividas de controles cambiais, não somente no Brasil como no resto do mundo, comprovaram saídas extremamente penosas e desastrosas para os países que as adotaram, inclusive o Brasil teve uma transformação de bastante tensão e turbulência no momento em que a vivemos, em 1999.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Estou satisfeito parcialmente, Sr. Presidente, mas gostaria de ainda colocar que temos regras melhores, o panorama é melhor, a perspectiva do ano é melhor, não teremos um ano eleitoral, então, não há essa instabilidade. Mas suas palavras deixam-me a impressão de uma certa acomodação com a situação atual, o que não me parece razoável. Parece-me que ainda estamos num processo muito alto, nos estabilizamos muito longe, gerando uma pressão sobre a inflação

muito forte. Hoje mesmo o Governo Federal está convocando os dirigentes das empresas siderúrgicas do Brasil para pedir que não aumentem os preços, coisa que nos lembra muito os governos passados, quando tínhamos uma época de inflação muito elevada em que se ficava fazendo acordo de cavalheiros para não se elevarem os preços. É evidente que isso funciona durante alguns meses. Se estabilizarmos nesse preço, nesse valor em que estamos, o impacto sobre a inflação será mais forte do que está sendo hoje.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Apenas para considerar, creio que o Banco Central fez a opção de não controlar a taxa de câmbio e deixá-la flutuar. O cenário que vemos para frente – não falando em nome do Banco Central, mas em meu nome – é o de uma perspectiva mais otimista. Os fluxos não retornam para o Brasil de um momento para o outro, de imediato. Esses fluxos dependem de um restabelecimento creditício, rompido no passado, que o novo Governo vem fazendo todo o esforço para retomar. Depende de uma conjuntura internacional, portanto, se não estivéssemos na iminência de uma guerra, provavelmente já teríamos reduzido bastante a questão do risco-Brasil, e não sabemos quais serão os desdobramentos dessa guerra.

Com relação ao nível da taxa de câmbio, mais uma vez estou otimista de que os fluxos retomarão e de que o fluxo cambial comercial continuará positivo. Tudo indica que teremos uma situação cambial extremamente mais confortável do que a situação vivida até então, principalmente a do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, sinto-me bastante confortável, na condição de Líder do Governo, de participar de uma argüição competente e de propor a aprovação de nomes que têm uma experiência profissional, uma competência acadêmica e uma formação absolutamente adequada às funções propostas.

Exatamente por essa condição confortável e por todas as argüições feitas até o momento, quero contribuir no debate de mérito das políticas públicas do Banco Central mais do que propriamente fazer uma defesa, desnecessária por todas as intervenções feitas, o que mostra o prestígio dessa instituição e a qualidade das indicações.

Começaria, pela ordem das exposições, com o Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração, dizendo, basicamente, que V. Sª tem toda a razão em defender o corpo de funcionários do Banco Central. Por quê? Porque o mercado financeiro, especialmente nessa história recente do Brasil, tem auferido os maiores lucros de todos os setores da economia. E essa rentabilidade é de tal ordem que os salários pagos são absolutamente nefastos. Há uma instituição pública que convive na fronteira com o mercado financeiro. Então, o mercado financeiro leva os melhores talentos das universidades e da carreira do Banco Central. E muitos saem do mercado financeiro para ir para o Banco Central, esquentar o currículo e voltar para receber salários ainda mais elevados no mercado financeiro. Quer dizer, a carreira tem que ser valorizada, pois ela foi prejudicada, por um longo período, por falta de concurso e por uma remuneração que não é realista, em função do trabalho essencial, que tem que ser muito bem valorizado para preservar a carreira e o interesse público.

Um Banco Central ineficiente e despreparado sai caro para o Brasil, muito caro. É só olhar o tamanho do Proer e do Proes; são mais de R$100 bilhões gastos em socorro financeiro às instituições. Sabemos que o Banco Central é o banco dos bancos e tem que socorrer as instituições financeiras, mas é evidente que essa situação é resultado da política macroeconômica, da instabilidade, porém uma das razões também é a precariedade da fiscalização do Banco Central. Havia instituições que não tinham a menor condição de estar operando no mercado e que deram um prejuízo fundamental para o Tesouro.

Então, tem que valorizar a carreira, dentro do quadro de restrições fiscais que o País atravessa, tem que negociar, tem que valorizar, tem que estimular, tem que formar, porque há profissionais de primeira linha naquele órgão que, se forem motivados e estimulados, cumprirão um grande serviço ao Brasil.

A segunda questão em relação à fiscalização. Paulo Sérgio Cavalheiro, não sei se V.Sª tem essa informação, mas vou dar um dado do Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, proferido em um relatório recente de sua autoria sobre o combate à lavagem de dinheiro. V. Sª sabe em quantos casos, na Justiça brasileira, as pessoas foram para a cadeia por crime de lavagem de dinheiro? Tem mais ou menos uma estimativa? Um caso!

O País não pode mais conviver com a impunidade dos crimes de natureza financeira. Esse dinheiro sujo não interessa ao Brasil, não interessa à sociedade brasileira e nem interessa ao desenvolvimento do País. Precisamos de uma política para disciplinar o sistema financeiro. Sei que isso não é uma tarefa fácil.

Primeiro, precisamos ter uma ofensiva no combate aos 76 paraísos fiscais. Os esconderijos de dinheiro hoje dificultam muito a capacidade de regulação, fiscalização e intervenção do Banco Central, que é uma questão que foge ao nosso controle, mas está em debate internacional. Temos que ter uma atitude pró-ativa e firme de combate aos paraísos fiscais.

Penso que a idéia da inspeção geral consolidada é um caminho promissor. Pode-se fazer uma auditagem completa nas instituições e, assim, ter-se um instrumento muito mais eficiente do combate ao risco sistêmico. Agora isso tem que ser combinado com uma política firme, específica de combate à lavagem de dinheiro e aos crimes do sistema financeiro. Essa é uma estrutura que tem que formar pessoal, aperfeiçoar-se e trabalhar numa estrutura multidisciplinar, quer dizer, com a Receita Federal e com o Ministério Público. Temos que construir um sistema eficiente – que não existe no Brasil – de combate à lavagem de dinheiro. E entendo que está faltando isso no Banco Central e em sua relação com outras instituições.

Eu só queria contribuir sugerindo também a criação de um cadastro único dos correntistas, que seria um grande instrumento, porque hoje, para identificar uma conta fantasma, o Banco Central demora duas semanas só para fazer a consulta em todos os agentes financeiros do País, e não se consegue cruzar o CPF, não se tem esse controle. Então, um cadastro único seria um instrumento muito eficiente, que agilizaria muito o trabalho de fiscalização. Portanto, tenho preocupações muito específicas.

Denunciei o caso Marka e FonteCindam. Só aquele episódio mostra a precariedade dos procedimentos, das definições e das decisões do Banco Central.

Por último, considerei muito competente não só o texto como toda a sua intervenção, mas, exatamente no sentido de contribuir com o debate, eu não concordo com uma frase substantiva que está escrita aqui. Concordo que a função fundamental do Banco Central é ser defensor da estabilidade da moeda, mas não concordo quando se diz assim: "Acho muito importante enfatizar que a política monetária não é e jamais será a causa para a definição do crescimento econômico do País".

Entendo que V. Sª rompe aqui com toda uma definição keynesiana, em que a demanda agregada é estimulada assim pelo gasto público, pelo multiplicador keynesiano e pela política monetária. Em um País como o nosso, infelizmente não temos a liberdade da política monetária de que precisamos para fazer o País crescer. Não temos a liberdade porque o País está dependente de capital externo, está vulnerável nas suas contas e, portanto, a política monetária é prisioneira dessa vulnerabilidade. Não temos, por exemplo, a opção que tem o Alan Greenspan de baixar a taxa de juros para fazer a economia americana sair da recessão, ou o governo americano de sair do superávit primário, fazer um déficit primário fantástico em um ano para estimular a economia americana a sair da recessão, ou ainda a economia européia, que hoje discute que o déficit público não pode ser 3% porque precisam sair da recessão. Não temos a liberdade da política econômica.

Do ponto de vista teórico, não concordo com essa afirmação, mas concordo com a sua argumentação. Quer dizer, qual é o caminho para baixar os juros, que é disso que se trata? A taxa de juros real nunca foi tão baixa, exatamente porque estamos com o patamar de inflação alta, apesar de a inflação não estar em alta, estar em queda.

Eu só queria concluir fazendo uma reflexão: mesmo em cenário de guerra, os indicadores fundamentais da economia brasileira tiveram um desempenho espetacular nesses dois meses: o risco Brasil caiu de mais de 2.400 para menos de 1.000 pontos, e vem caindo sistematicamente; C-bonds chegou a 78 centavos, o que mostra a confiança do País; e os bancos estão retomando as linhas de financiamento. Por quê? Porque o Brasil fez um brutal ajuste nas contas externas – e é inacreditável que não se discuta isso, com a importância que tem.

Saímos de um déficit de transações correntes, em dezembro de 2001, de US$23,5 bilhões para um que, este ano, não será superior a US$5 bilhões. É por isso que o dólar se estabilizou, mesmo na crise internacional, e é por isso que o câmbio vem-se apreciando lentamente. Estabilizando-se, apreciando-se o câmbio, diminui-se a pressão sobre as finanças públicas e sobre a inflação, o que ajuda a estabilização da relação de dívida PIB, junto com o superávit primário, que é necessário para acelerar esse processo.

Portanto, a proposta do Senador Romero Jucá, por exemplo – a redução do superávit primário para 3% do PIB –, é absolutamente ingênua, não condiz com o debate de política econômica que fizemos. O superávit, neste momento, é um instrumento de acelerar a queda dos juros, de melhorar a dívida PIB, mas só é viável se o câmbio se estabilizar e cair, porque 49% da nossa dívida pública estão indexados ao dólar.

Isso está sendo feito. Estamos eliminando a causa da inflação, que era a taxa de câmbio, a causa prioritária. Apesar de o preço do petróleo ter subido ago-

ra, neste período, é outro fator externo que não controlamos. Mas estamos tirando a causa fundamental.

No entanto, há uma inércia inflacionável. Felizmente, a economia não se reindexou – há consciência de que isso não pode acontecer –, e essa bolha inflacionária tende a ceder, o que vai permitir sim, ao Banco Central ter uma queda sustentável e segura da taxa de juros.

Esse é o debate, mas não a escreveria com ênfase, não como causa, embora seja um fator importante para o crescimento. V. Sª vai assumir suas funções junto a essa diretoria brilhante. Henrique Meirelles, só quero concluir, Sr. Presidente, será o primeiro Presidente que, tendo saído do mercado financeiro para servir ao Banco Central, não voltará a ele. Creio que é o único, entre os poucos. Alguns foram da vida acadêmica, e todos os outros passaram pelo Banco Central para ir para o mercado financeiro. S. Sª está saindo do mercado financeiro para o Banco Central, e é muito bom trazer esse tipo de experiência, essa vivência e compromisso com espírito público.

Por isso, tenho confiança em que vamos viver, ainda, um tempo neste País, em que a política monetária voltará a ser um instrumento adicional e auxiliar de crescimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não pretendo dirigir mais nenhuma indagação ao Dr. Fleury, até porque já tive o privilégio de fazê-lo da primeira etapa desta feliz inquirição.

Gostaria de fazer três referências básicas a três pessoas que são profundamente significativas. A primeira delas – revelo a enorme alegria pessoal que me causa sua nomeação para a Diretoria de Fiscalização, aprovado que será, brilhantemente, pelo Senado – é o Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro, inegavelmente competente e preparado para dotar, intelectual e operacionalmente, o Banco Central de todos os instrumentos necessários para colocar a fiscalização em um nível perto do ótimo. Vejo na indicação de S. Sª um desagravo, que para mim é essencial ressaltar de maneira pública, à Drª Tereza Grossi. S. Sª foi pessoa de confiança da Drª Tereza Grossi, na sua gestão como Diretora do Banco Central, a maior prova de que quaisquer equívocos que possam ter ocorrido no campo da fiscalização do Banco Central não teriam nada de doloso que pudesse ser atribuído a ela, até porque alguém da sua confiança chega, hoje, a esse cargo. Tenho certeza de que o Governo não a manteria se tivesse dúvida da honorabilidade dela, não colocaria alguém da sua equipe se tivesse dúvida da honradez dela. Por outro lado, uma pessoa competente, séria, como o Dr. Paulo Sérgio, homem de fiscalização que é, não aceitaria ter permanecido ao lado de alguém de quem porventura suspeitasse.

Portanto, fico muito feliz, pela sua competência, pela sua ascensão funcional e pelo fato de essa pessoa tão prezada, que foi tão injustiçada, Drª Tereza Grossi, hoje poder dizer, ela própria, também de peito lavado.

A outra pessoa é o Dr. Luiz Augusto Candiota, figura de currículo irrepreensível – a meu ver, com tudo para substituir o Presidente Armínio Fraga na mesa de operações, excelente **traider** que é –, que mereceria, se fosse possível, se não fosse ilegal, que o PSDB votasse duas vezes hoje, sobretudo por sua honestidade intelectual. Não tenho nenhum reparo a fazer ao conteúdo de sua exposição, mas quero ressaltar aqui a sua honestidade intelectual quando diz que, "uma vez vencido o medo da quebra de contratos, as condições da economia brasileira começaram a se reverter para melhor", ou seja, fatores externos ao Governo do qual eu era Líder no Congresso.

A segunda afirmação louvável foi quando disse que "o Brasil, diferentemente da Argentina, obteve, durante todo esse período, crescimentos modestos, até por tantas injunções internas e externas", tais como a falta de reformas – e hoje todos entendem que reforma é para ser feita, que bom que elas não são mais demonizadas. Pois bem, fatores internos e externos impediram crescimentos mais brilhantes, mas o Brasil jamais teve recuo, jamais teve crescimento negativo de PIB. Isso, a meu ver, traz a idéia muito clara de que o Presidente Lula e o Presidente Henrique Meirelles estão sendo profundamente felizes ao escolher alguém como V. Sª para ocupar função tão importante. E nada mais importante, em um homem público, do que a seriedade intelectual, que se junta à necessária seriedade no trato da coisa pública e no trato dos dinheiros públicos.

Gostaria também de fazer um elogio ao meu prezado e querido Líder Aloizio Mercadante, quando, referindo-se a esse inegável salto que o Brasil dá rumo a vencer a vulnerabilidade externa – uma vez que, de 2001 para 2002, a coisa mudou muito e, de 2003 para 2004, mudará mais ainda, se Deus quiser para melhor –, mostrou que o Brasil não é inventado por ninguém, não é fundado nem refundado por ninguém. O Brasil é um processo; esse processo de regeneração das nossas contas externas já vinha sen-

do praticado e está, a meu ver, sendo de maneira correta tocado adiante. Concordo com o Aloizio quando ele diz que devemos apertar o cerco contra a impunidade. Nada me agrada mais do que pegar ladrão pela gola. E o Brasil é um processo, sendo que o que não foi feito é para ser feito agora, e o que não for feito agora deve ser feito amanhã. Devemos entender o Brasil como um processo, e não como algo estanque, onde alguém vem e salva, onde alguém vem e "dessalva" – estou aqui criando um neologismo. Então, gostaria de imaginar que vamos mexer, de maneira profunda, no sistema de remuneração do Banco Central. Concordo com isso e espero que as condições objetivas ponham-se nessa direção.

Discordo do Aloizio quando fala de Proer e do Proes. Se existe algo do Governo passado que me dá orgulho é o Proer. O Proer custou muito pouco do PIB para evitarmos o **crash** de bancos que aconteceu na Venezuela, na Argentina e no México, com um custo terrível, até pela desorganização da economia que veio em cadeia. Tenho certeza de que, embora com as limitações do momento, o Proer dá muito alegria a mim, ao Dr. Fleury, ao Dr. Paulo Sérgio. E, pelo que li e pela identidade que consigo ver entre a minha linha ideológica e a linha do Dr. Candiota, tenho certeza absoluta de que, se fizéssemos um plebiscito sobre o Proer – e não tenho mania de plebiscito, nunca propus nenhum -, o voto do Dr. Candiota eu saberia adivinhar, porque essa foi uma enorme salvaguarda para a economia brasileira, responsável pelo crescimento modesto, porém contínuo e sempre positivo do PIB brasileiro.

Agradeço a V. Exª e não tenho mais nenhum pergunta. Estou tão entusiasmado com a idéia de que temos uma equipe honesta e competente pela frente que, sem nenhum reparo a mais, só quero elogiar a honestidade intelectual das pessoas que aqui estiveram, ressaltando, de início, a do Dr. Candiota, ficando muito feliz mesmo com a nomeação que desagrava Tereza Grossi e que é um grande reconhecimento da competência do Dr. Paulo Sérgio, marcando aqui também essa coisa madura que é o reconhecimento feito pelo Brasil em processo de adequação para melhorar as suas contas externas, feita pelo Líder Aloizio Mercadante, figura prezada e admirada por mim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, por ter sido citado, gostaria de ter a palavra por apenas um minuto. Fui citado três vezes pelo Senador Arthur Virgílio e não poderia perder a oportunidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não se defende de elogios. Se S. Exª quiser se defender de elogios, é uma coisa muita nova, mas seria um prazer ouvi-lo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de falar sobre a quebra de contrato, pois o Senador Arthur Virgílio menciona que era uma coisa alheia ao Governo, o que não é verdade. O Governo anterior fez a campanha dizendo que, se a Oposição ganhasse, o Brasil poderia virar uma Argentina, acusando o Governo que venceu as eleições que o Presidente poderia virar uma De La Rua. Havia até musiquinha da campanha. Advertimos que isso iria prejudicar os interesses do Brasil. Se o espírito do adversário fosse o espírito da transição, onde nós mostramos uma nação madura, responsável, com debate qualificado, seguramente, não teríamos chegado ao risco País que tivemos. A história demonstrou que o nosso discurso está se comprovando, que iríamos honrar os contratos; os resultados espetaculares estão aí em todas as contas internas.

Para concluir, a última menção de que temos que ter orgulho do Proer e do Proes, eles foram necessários em função da grave crise cambial. Já havia dito, Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu e todos que estão na Mesa, Senador Aloísio Mercadante, temos orgulho do Proer, temos convicção disso. Aposto meus braços que todos têm orgulho disso.

O SR. ALOÍSIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, o Regimento me permite, quando citado, solicitar... só queria concluir o meu raciocínio, que é muito breve.

Num país em que orçamento da educação é de R$15 bilhões, gastar R$100 bilhões do Tesouro Nacional para socorrer bancos, não podemos ter orgulho disso. Precisamos é de uma nova política econômica e de uma política de fiscalização constante no sistema financeiro para evitar que se repita ao longo da história e, seguramente, não se repetirá com o novo Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me fazer a leitura de algo importante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, senão todos terão direito a um minuto. V. Exª tem razão, em outra oportunidade lhe retornarei a palavra, mas quero que todos tenham oportunidade de se pronunciar aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por favor, permita-me fazer apenas uma leitura de meio minuto. Não tecerei comentários.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Se algum outro quiser lhe conceder, tudo bem.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Presidente do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Farei um apelo aos Srs. Senadores para que se mantenha um clima da mais ampla cordialidade, como, aliás, está existindo. Só que aqui não é bem o Plenário, vamos longe e não concluiremos nossos trabalhos. A Comissão tem o seu Regimento específico.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras que foram citadas aqui de louvor e confiança. Apenas em homenagem ao meu Presidente, gostaria de citar Rui Barbosa, o nosso Jurista. Eu sou médico, às vezes dá certo. Juscelino fez isso, e está ali um integrante da família de Juscelino, o nosso Senador Paulo Octávio. Hoje, nos dá mais direito de raciocinar aqui que o Ministro da Fazenda também é médico.

Depois de me congratular com os candidatos, em termos de currículo, queria, em homenagem ao nosso Presidente, que é Advogado, citar o nosso Rui Barbosa, que diz que o Banco Central é o guardião da moeda. Mas Rui Barbosa diz que o dinheiro é importante, muito importante o capital, muito dinheiro, mas, mais importante é quem gera isso; é o trabalhador e o trabalho.

Os senhores estão guardando demais a moeda, ela não está chegando ao povo. Em homenagem ao Senador Ramez Tebet, meu Líder, meu Presidente, meu candidato à Presidente da República – S. Exª não foi porque não quis. Também diria como Abraão Lincoln, Presidente americano, para baixar o entusiasmo do Senador Ramez Tebet. Ouvi dizer que é muito bom esse empréstimo aqui, US$550 milhões. Abraão Lincoln que criou esse mecanismo democrático, governo do povo, para o povo, ele ensinou ao americano "não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado" – é muito ruim para o Brasil. Senador Ramez Tebet, de outra vez, modere nos elogios ao empréstimo. Não é nada bom; será bom quando o Brasil emprestar dinheiro e viver no bem bom dos juros altos, cobrando dos outros.

Mas sou muito povo, acredito no povo, nos pobres. Fiz minha carreira política toda ao lado dos pobres, dos humildes, dos necessitados, dos sofridos. Nunca me encastelei com os poderosos e com a elite. Onde estão escondendo o dinheiro? Por que a moeda não está chegando ao povo?

Sou um homem vivido, fui prefeitinho e Governador do grandioso Estado do Piauí. Um dia, andando pela praia – o Piauí tem praia –, encontrei um pescador, homem de coragem, que me disse: "Olha, Mão Santa, não sei, mas bom mesmo era esse Presidente Sarney; tinha inflação, mas a gente pelo menos via o dinheiro. Agora, estão guardando demais, estão escondendo. Ninguém vê dinheiro".

Vou trazer a minha experiência para V. Exªs. E aprendi muito aqui. Ontem, eu lia um livro de Gilberto Freyre, seu último discurso no Parlamento – quem é de Pernambuco conhece Gilberto Freyre e seus livros **Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Ordem e Progresso** –, e ele, um sábio, dizia que aprendeu muito aqui. Ele não conseguiu reeleger-se devido ao poder econômico da época. Hoje há leis melhores que permitem que pessoas como eu, sem comprar um voto e uma liderança, ensinem à Justiça deste País que o povo mais forte do Brasil e do Piauí pode estar entre V. Exªs.

Vivi isso e vi os bancos. Exijo apenas de V. Exªs que se inspirem no seu chefe, porque foi o Lula que os trouxe, que os indicou. E Sua Excelência falou que existe fome, que existe pobre. Eu não converso. Fiz antes do Lula o primeiro restaurante Sopa na Mão. É bom que o Senador Aloizio Mercadante me ouça. Tive a coragem de tirar todos os policiais que ficavam num batalhão ao lado do Palácio para proteger o Governador e de fazer um restaurante. Esse sonho do Lula, já o vivemos – Sopa na Mão – e se irradiou. Mas isso é outra história.

Li o que escreveu o Economista e Professor Universitário Muhammad Yunes, que estudou nos Estados Unidos e criou o Banco Grameen, em Bangladesh, na Índia. E funciona mesmo. V. Exªs podem dizer que vai fazer a Índia pobre – uma ova. Bill Clinton fez uma campanha contra a pobreza e se abriu a quem desse sugestões. Em pouco tempo, a sua encantadora Hillary conheceu o Yunes e o levou ao Bill Clinton. Lógico que ele não assumiria o banco de Bangladesh no imperialismo, perante os donos de bancos: o BIRD, o BID, o Banco Mundial, mas deu sinal verde para sua mulher agilizar no seu **staff**, e o banco Grameen existe para os pobres.

E fiz isso no Piauí. V. Exªs podiam ter dúvida, ser São Tomé, mesmo o Ministro da Economia, que é médico. O Mário Covas, o maior dos ilustres brasileiros, que honrou esta Casa, também o fez. E é muito simples. V. Exªs estão guardando dinheiro demais, e V. Exªs mandam muito, são muito fortes. Supervisão de mais de 2.500 empresas, entre as quais 166 bancos, 350 corretoras, 1.446 cooperativas de créditos e 362

administradoras. Um raio de influência muito grande. Nós vamos levar essa força ao povo, ao pobre, àquele que fez o Lula ter coragem de trazer esperança ao nosso País.

Então, vamos analisar também esses bancos do povo que eu fiz no Piauí, e é simples. As coisas são simples. Vou dar o exemplo de um pipoqueiro, que deve ser R$300. Agora, se ficar na linha desses bancos, cobrar juros, em noventa dias, ele não vai pagar. Mas ele ganha de R$400 a R$500 e, se ele puder pagar R$10 por mês, alargando o prazo, ele paga aquilo. E teremos o trabalho. Como disse Rui Barbosa, vamos cultivar o trabalho. É o trabalhador que faz a riqueza.

Trago essa lembrança. Que vocês levem ao Banco Central essa nossa mensagem de apoio e de solidariedade àqueles que não viram a moeda ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Vice– Presidente, Senador Paulo Otávio, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Cavalheiro, Dr. Fleury, Dr. Candiota, pretendo ser muito breve, até porque o tempo está aí no nosso mocotó, como se diz lá na minha terra, mas eu gostaria de colocar uma pimentinha no nosso tacacá. Tacacá é uma comida gostosa que consumimos no Acre, na terra da Senadora Ana Júlia.

Então perguntaria aos três ilustres sabatinados algo que me deixou extremamente angustiado tempos atrás. Quero crer que essa pergunta seria feita aos senhores por cada brasileiro se tivesse oportunidade de estar aqui. Eu gostaria de saber se, na ocasião daquele socorro caridoso aos Bancos FonteCidam, Marka, os senhores teriam procedido como a Diretoria do Banco Central, ou seja, concedendo aquele socorro, para mim e para a esmagadora maioria do povo brasileiro, indecente, caridoso, porque se tratava da utilização de recurso público.

Tenho certeza absoluta de que, na opinião da esmagadora maioria do povo brasileiro, foi uma utilização indevida de recurso público.

Eu gostaria de obter a opinião dos senhores: se, na condição de diretores, aquela situação se repetisse, os senhores agiriam de forma diferente ou como, lastimavelmente, a Diretoria do Banco Central se comportou

Era esta a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para responder à pergunta, inicialmente, dou a palavra ao Dr. Luiz Augusto Candiota.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Senador Geraldo Mesquita, gostaria de ter os instrumentos para poder responder a essa pergunta.

Na época, eu não participava do corpo do Banco Central, como ainda não participo. Sou apenas um convidado, um indicado.

Penso que, até mesmo pelo debate gerado em torno desse tema, seria leviano de minha parte tomar uma posição sem os instrumentos adequados os quais não tive, àquela época, para participar de decisão alguma relativa ao caso.

Peço a V. Exª que entenda a minha posição. Não tinha qualquer instrumento para dizer se era favorável ou contrário às atitudes tomadas.

Acredito que tanto esta Casa quanto o povo e o Governo àquela época tomaram as atitudes legais, cabíveis e fizeram o juízo devido com relação à questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra V. Exª, Dr. Fleury.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA – Senador Geraldo Mesquita, como já foi dito aqui, tanto por mim quanto pelo Dr. Paulo César Cavalheiro, o Banco Central viveu diversas experiências na área de fiscalização que permitiram que hoje essa área de supervisão do Banco, comparativamente com outras áreas no mundo, seja avaliada por outros supervisores ou por outras instituições como uma área que evoluiu muito nos últimos anos.

Evidentemente, experiências dessa natureza citadas por V. Exª fizeram com que as pessoas procurassem aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e de supervisão, para que se – e até eu disse isso na minha fala – evitassem os indesejáveis processos de liquidação ou de intervenção que o Banco Central sofreu no passado.

Na verdade, da mesma forma, não estávamos presentes na Diretoria do Banco Central à época. Não temos informações, porque não participamos dos mecanismos e dos processos que levaram aquela Diretoria a adotar tal decisão. Seria também leviano de nossa parte fazer qualquer juízo de valor, uma vez que não tínhamos e não temos informações suficientes para julgar aquela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Dr. Paulo Sérgio.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Exmº Sr. Senador Geraldo Mesquita, acrescentaria um ponto muito importante à ponderação deste caso.

Não estava presente à época dos fatos, mas, pelo que se conclui, as informações eram insuficientes. Para a tomada de decisão, é muito importante que se tenham informações. Com relação a essa parte, desenvolvemos um mecanismo de acompanhamento de mercados. Criamos um departamento específico para essa finalidade, para que, caso ocorra algum problema, a Diretoria do Banco Central tenha condições de decidir de uma maneira mais segura.

De fato, o Banco Central implementou, desde aquela época, alguns limites de posições em moeda estrangeira, para que nas épocas de volatilidade as instituições não sofram tanto.

Ocorreram algumas volatilidades recentemente, e os limites mostraram-se razoavelmente seguros, porque não tivemos nenhuma situação que obrigasse a Diretoria do Banco Central a decidir sobre algum caso grave.

Então, fazendo minhas as palavras do Dr. Fleury, é muito difícil julgar-se com os olhos de hoje algo que aconteceu em outro contexto.

São essas as considerações que fazemos a respeito. Infelizmente, foi um fato que ocorreu. Temos que procurar observar o máximo de cuidado possível, para que se evite a ocorrência do problema, porque, quando acontece, qualquer decisão passa a ser contestada.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente, tinha a convicção de que a resposta seria difícil para os senhores, exatamente pelas razões que os senhores declinaram. Mas fiz questão de trazer o assunto, para ter a oportunidade de dizer aqui, nesse ponto, que a população brasileira morre de medo que um fato como aquele se repita em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª é o único dos Senadores presentes que ainda não formulou perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro, com respeito ao mencionado pelo Senador Aloizio Mercadante, pergunto como poderá o Banco Central ser mais eficaz em detectar os crimes de lavagem de dinheiro, sobretudo envolvendo os denominados paraísos fiscais. Como poderá contribuir para agilizar as informações requeridas pelo Ministério Público ao Poder Judiciário, tendo em vista o relatório final da Comissão Especial criada pelo Conselho de Justiça Federal, que está propondo medidas para diminuir a morosidade na apuração desses crimes que muitas vezes gera a impunidade?

Com respeito ao Sr. Luiz Augusto de Oliveira Candiota, noto no seu currículo uma grande experiência profissional na área do mercado de capitais das instituições financeiras, o que muito colaborará para sua experiência agora como Diretor de Política Monetária. Mas, inevitavelmente, nas reuniões do Copom, por exemplo, o responsável pela política monetária precisará estar pensando não apenas no objetivo da estabilidade da moeda, mas também em outros objetivos tão importantes quando o crescimento econômico: a geração de emprego e a melhoria da distribuição de renda.

No seu currículo há uma referência ao Instituto Reciclar, em que há uma preocupação com a criação de oportunidades de trabalho e de formação para os jovens de 14 a 18 anos, na favela do Jaguaré, em São Paulo.

Pergunto, à luz das diversas medidas objetos de consideração do Governo do Presidente Lula, como avalia a decisão que está quase pronta de se promoverem oportunidades de trabalho para jovens? Isto é, aquelas empresas que abrirem oportunidades de trabalho para adolescentes de 16, 17, 18 anos ou até mais receberão isenção de encargos trabalhistas a respeito? Será essa a melhor forma de se fazer isso? Em países como os Estados Unidos ou o Reino Unido, cria-se assim um crédito fiscal, mas ele é pago diretamente aos trabalhadores empregados. A transferência de recursos na forma de um imposto de renda negativo é provida àquelas pessoas que recebem, nos Estados Unidos, por exemplo, **Earned Income Tax Credit**.

Será que transferir esse incentivo para as mãos das empresas significará um instrumento que efetivamente estará colaborando não apenas para aumentar as oportunidades de emprego, mas também para a melhoria da distribuição de renda? Essa é a questão.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Esta é uma boa oportunidade para esclarecer pontos que julgo de maior importância na área de fiscalização.

Em relação à lavagem de dinheiro, o primeiro fator a se considerar é que o Brasil, hoje, infelizmente, é um país com alto índice de criminalidade. Evidentemente, o dinheiro obtido de maneira ilícita vai propiciar às pessoas tentar a utilização do mercado financeiro para dar legitimidade a esse dinheiro. Então existe

uma causa número um. Além do mais, vamos caminhando ainda na questão da lavagem de dinheiro. O Banco Central não é o órgão principal na prevenção, mas sim o COAF. O Banco Central é um dos órgãos que integram o aparelho de Estado encarregado da prevenção da lavagem de dinheiro. Existe a Receita Federal, existe a Polícia Federal, existe o Ministério Público.

No que respeita à atividade do Banco Central, que seria prevenir a utilização do sistema financeiro no crime de lavagem de dinheiro, temos de verificar se os bancos têm um sistema seguro de prevenção. Já desenvolvemos alguma coisa. Não vim atuando diretamente nesse departamento, repito, que estará sob a minha diretoria, se eu tiver a felicidade de ver aprovado o meu nome. Vamos fazer uma avaliação, porque eu também reputo da maior importância esse assunto.

O que sabemos é que, tanto na parte legal quanto na parte de estrutura – conceitos, regulamentação, etc. –, o Banco Central do Brasil tem recebido avaliações positivas dos organismos internacionais que cuidam da prevenção da lavagem de dinheiro. Imediatamente, quando ocorre um caso, imagina-se que houve falha de fiscalização, porque determinado valor está no exterior e o Banco Central não verificou ou não apurou. Observa-se, entretanto, que não é só por essa via de mercado financeiro que o dinheiro pode chegar ao exterior; existem outras formas. Nos casos mais recentes, como naquele do Rio de Janeiro, fomos verificar e constatamos que não houve trânsito de valores pelo mercado financeiro. Os valores existentes em nome das pessoas investigadas eram irrelevantes, pelo que tenho informação, volto a dizer. Existem outras formas. Quais? Existem doleiros, existe o problema da Polícia Federal também, mas acredito que se cuide muito do processo na instituição financeira e não de casos específicos. Se o processo de controle, de prevenção for muito seguro, a tendência de ocorrer uma transação ilícita é muito menor. Então, o que vamos enfatizar é esse tratamento do processo de prevenção que as instituições precisam ter, é obrigação delas.

Em relação às requisições do Ministério Público, de fato, às vezes, há uma interpretação de que há um atraso. O primeiro ponto seria, como mencionou o Exmo. Sr. Senador Aloizio Mercadante, a criação de um cadastro de correntistas, porque isso facilitaria as consultas tanto do Poder Judiciário quanto do Poder Legislativo quando necessitassem de informações. Esse é um projeto em que já há estudos no âmbito do Banco Central, mas sua consecução requer dotação orçamentária e me parece que ela não existe. Talvez o Dr. Fleury depois possa me informar melhor a respeito da questão orçamentária. Esse é um projeto que interessa também ao Banco Central, pois ele vai inclusive poupar mão-de-obra de lá, a qual hoje é muito grande, porque temos de atender 100 mil requisições/ano de autoridades em relação a informações sobre contas bancárias. A criação do cadastro único seria uma boa solução.

Em relação ao Ministério Público, creio que temos atendido as CPIs dentro da possibilidade, porque quando a informação existe no âmbito do Banco Central é pronto o atendimento. O problema é que às vezes ela precisa ser buscada nas instituições. Esse trabalho não é tão simples como parece, mas temos todo o empenho em atender, com toda a presteza, com toda a boa vontade. É uma obrigação nossa atender essas requisições. Creio que já concluí, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, perguntou como avalio a decisão quase pronta de promoção de oportunidades de trabalho para jovens com a chamada isenção fiscal.

Isso me remete um pouco a alguém que foi muito marcante na minha geração e, acredito, das várias pessoas presentes aqui, o Sociólogo Betinho, que, pouco antes de falecer, sempre falou que o que Brasil precisava era de emprego. Esse foi um dos temas mais presentes durante a campanha do novo Governo.

Sou absolutamente favorável a iniciativas de geração de empregos. Quanto à avaliação dessa iniciativa, com isenção para o empregador ou para aquele que está se empregando, dificilmente tenho instrumentos para fazer uma análise muito clara de quais as conseqüências seriam mais positivas, dando, efetivamente, os recursos na mão do empregado ou passando isso, como um benefício, às mãos do empregador. O que imagino é que é uma oportunidade louvável, se trouxer resultados, no sentido de ampliar o mercado de trabalho para a grande gama de jovens que saem, hoje, das universidades e que têm dificuldade em conseguir o seu primeiro emprego.

Com relação ao Instituto Reciclar, do qual participo, ele é um instituto que procura dar a noção de cidadania, através do emprego, fazendo o papel reciclado – cadernos, blocos, porta-retratos – para estudantes da Escola Estadual da Favela do Jaguaré. Percebemos que todos aqueles que, com seus dezoito anos, saíram empregados não foi porque detinham um grande ofício ou um grande conhecimento técnico

ou intelectual, porque a maioria deles acabou não se empregando na indústria papeleira ou de papel e celulose, mas por terem adquirido ou poderem ter retornado para suas casas com a noção de cidadania e uma noção clara do quão importante pode ser estar empregado, do quão importante pode ser, socialmente, se relacionar com os outros e adquirir algum nível de responsabilidade, ainda que cedo, tendo o compromisso de continuar os seus estudos, que acredito que é aquilo que mais importa para o cidadão jovem brasileiro.

Sou absolutamente favorável a iniciativas de geração de emprego, sem dúvida alguma.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, apenas quero cumprimentar os três designados para a Diretoria do Banco Central. Vou pedir licença, porque estou inscrito para falar no início da sessão, mas gostaria de, numa outra oportunidade, continuar esse diálogo com o Sr. Candiota, porque tenho a convicção de que ainda melhor será para o objetivo de aumentar as oportunidades de emprego e se promover a melhor distribuição da renda e eqüidade, efetivamente, se garantir uma renda básica universal para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Paulo Octávio. Em seguida, terá a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa e, depois, o Senador Antero Paes de Barros, pela ordem de inscrição.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não farei pergunta, mas apenas uma colocação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. João Antônio Fleury, Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro, Dr. Luiz Augusto de Oliveira Candiota, entendo que, pelo que assisti nessa reunião, os senhores já estão devidamente aprovados, é o que parece. Quero não fazer uma pergunta, mas uma solicitação. O Brasil tem um déficit habitacional de sete milhões de habitações, segundo o IBGE, mas a minha opinião é de que é muito maior do que isso: o nosso déficit é de mais de dez milhões de habitações.

O Conselho Monetário Nacional determina que 65% dos recursos captados em poupança sejam destinados à construção, a investimento na construção, mas, estranhamente, o Banco Central aprovou uma resolução segundo a qual os bancos que têm crédito FCVS não devem aplicar.

Conseqüentemente, hoje, se pudéssemos ter um investimento de 70 bilhões em construção de moradias, gerando milhões de empregos neste País... O que temos é um quadro em que os bancos não aplicam absolutamente nada, até porque ninguém fiscaliza, não há como fiscalizar, porque todos os bancos alegam que têm crédito no FCVS. E é muito melhor, cá para nós, investir em outro tipo de empréstimos, é muito melhor emprestar em crédito pessoal, emprestar com juros de 4%, 5% ou 6% do que para a poupança, para financiamento habitacional, que corresponde a 10%, 12% ao ano.

Por isso, queria pedir aos três, e não quero nem respostas dos senhores, que, ao assumirem o posto de diretores, revejam essa resolução, se ela é efetivamente legal, porque está prestando um desserviço ao País. Empregos não estão sendo gerados, o dinheiro da poupança está sendo aplicado em outros fins, e os bancos, logicamente, apresentam um resultado fabuloso, como foi colocado pelos líderes. O resultado dos bancos brasileiros é o maior em todo o mundo, e tenho certeza de que muitos desses resultados vêm do dinheiro em poupança, que está sendo mal aplicado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, V. Exª tem direito à palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada. Algumas questões já foram apresentadas, mas eu teria uma pergunta.

Sei que, neste final de semana, Diretores do Banco Central estarão em Belém fazendo um seminário sobre microcrédito. Qual é a idéia exatamente de se incentivar não só a discussão, mas a política de microcrédito? Nós temos uma experiência concreta, criada por lei, mas de iniciativa da Prefeitura Municipal de Belém, que hoje inclusive vai ser transformada numa Oscip, o Banco do Povo em Belém. Essa experiência tem sido positiva e tem provocado impacto inclusive na economia, na geração de emprego, na distribuição de renda. Primeiro isso, mas pode ser bem rapidamente o que os senhores estão pensando.

Segundo, a questão da fiscalização já foi mencionada, também a fiscalização em relação ao próprio consumidor dos serviços bancários. Não seria interessante que isso fosse descentralizado, pelo menos nos grandes centros urbanos? Já houve presença do Banco Central nos diversos Estados deste País, numa idéia mais moderna de descentralização e de uma aproximação do próprio consumidor, no caso dos serviços bancários, apesar de uma postura negativa, a meu ver, do Banco Central em concordar que o consumidor dos serviços bancários não poderia estar amparado no Código de Defesa de Consumidor, o que particularmente considero um erro.

O que o Senador Arthur Virgílio entendeu bom da sua intervenção foi o que me preocupou. Não creio que a eleição do Lula naquele momento tenha sido a causa, na verdade, do descalabro econômico do País. Mas isso é apenas comentário, essa é uma opinião da qual eu particularmente discordo. Democracia é isso; não necessariamente tenho que concordar com tudo, nem o senhor tem que concordar também. Os efeitos, o medo do povo em relação à quebra do contrato, isso teria influência. Eu tenho uma posição diferente.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Uma observação: eu não mencionei com relação ao medo do povo, até mesmo porque foi deixado claro por todos os analistas. Escrevi um artigo no dia 04 de julho de 2002, no Jornal **Valor Econômico**, uma carta ao **Financial Times,** chamando a atenção para o exagero dos analistas com relação à má avaliação que estavam fazendo do Brasil àquele momento. Discordei, inclusive, falando que, àquela época, todos os candidatos assumiam compromissos firmes de que não quebrariam qualquer ordem de contrato. É apenas para esclarecer, porque talvez tenha havido uma confusão de entendimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Está certo. Eu queria então a resposta, se não seria interessante isso, e sobre a questão do microcrédito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pediria à Senadora que permitisse que um dos dois respondesse às suas perguntas, e não necessariamente os dois.

Dr. Paulo, por favor.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Muito obrigado, Senadora, pelas suas perguntas. A questão do microcrédito é uma forma de baratear a taxa de juros. É mais a área de normativa que trata dessa parte de incentivar esses mercados etc., não é a nossa área, mas vimos acompanhando bem. A nossa exigência em relação às companhias de microcrédito e mesmo às cooperativas ela não pode ser a mesma de um banco, porque senão também fica muito cara a parte de controle para eles e vai influenciar nas taxas, mas esteja certa que no Banco Central esse é um assunto que interessa bastante.

Em cooperativas de crédito, por exemplo, temos, na nossa área de fiscalização, incentivado inclusive a nossa participação em eventos promovidos pelas cooperativas, pelas associações centrais, para que o segmento seja incentivado. Ele é muito pequeno ainda. Embora tenhamos mil e quatrocentos e vinte e poucas cooperativas, temos apenas um por cento das operações de crédito através das cooperativas. Existe também uma falta de preparo técnico. É isso que precisa ser desenvolvido, porque é um segmento que, no mundo todo, é muito bom, nos países da Europa principalmente.

Quanto à fiscalização dos serviços bancários e o atendimento ao público consumidor, temos uma central de atendimento que não cuida só do assunto consumidor bancário, ela mais ampla, porque presta informações de interesse do cidadão em geral em relação ao mercado financeiro. Acreditamos que o sistema atual está funcionando a contento. Tivemos, no ano passado, 600 mil demandas do cidadão através das centrais de atendimento, seja por via telefônica ou via eletrônica, Internet, etc., ou até comparecendo ao Banco Central. Quando essa central de atendimento verifica que houve uma possível desobediência a alguma regulamentação, esse caso é transferido à fiscalização, mas previamente é feito todo um trabalho de esclarecimento.

Não nos chega, da parte do público que o Banco Central atende, nenhuma demanda, nenhum descontentamento, mas eu disse até, na minha fala inicial, que vamos avaliar a participação da fiscalização nesse processo e, se for preciso, vamos melhorar. O problema de fiscalizar não é que não se fiscalize agência; não se fiscaliza na agência, é diferente. Fiscalizamos as operações das agências, só que a documentação que dá suporte às operações, a cobrança de tarifas, por exemplo, não está na agência, hoje é tudo eletrônico, ela fica armazenada no computador central. Hoje, o sistema é completamente diferente. No passado, se tivéssemos que examinar algum fato desse, teríamos que, obrigatoriamente, ir à agência. E toda vez que se moderniza, temos que acompanhar, não existe outra alternativa. Mas, de qualquer formas estaremos sempre verificando e, se necessário, vamos implementar.

Quando à posição do Banco Central, ele não quer que se passe para o Procon; a posição nossa no processo. Existe um processo na Justiça que transferiria aos órgãos de proteção ao consumidor a questão das tarifas. Quanto a isso, até onde sei, a posição da Diretoria anterior do Banco era nada contra isso. O Banco Central não era favorável a que as taxas de juros passassem a ser examinadas no âmbito do Procon, porque senão a tarefa principal do Banco Central, que é a parte de política monetária ficaria prejudicada, porque lá no Procon eventualmente poderia ser contestada. Esse é o ponto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só para dizer da minha concordância com o debate, cre-

io que foi um debate rico. E dizer, inclusive, para o Sr. João Antônio Fleury que foi correta a sua posição. Eu não tinha me posicionado quanto a isso, de colocar os problemas existentes hoje numa instituição, os problemas salariais, os problemas de plano de cargo. E fico tranqüila com a sua posição, como futuro diretor, ao trazer o mais rápido possível um Plano de Cargos e Salários que valorize os servidores. É lógico que todos os servidores públicos merecem valorização, mas, sem dúvida nenhuma, o exercício de uma função tão importante hoje no País merece, com certeza, um tratamento urgente.

Ao Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro, diria que, se eu não tivesse certeza de que o nosso Governo lhe indicaria e que o V. Sª é um homem sério, mas o fato de V. Sª ter trabalhado com uma Diretora em relação a qual há questionamentos, eu jamais votaria em V. Sª. Porque o nosso Ministro atendeu a uma solicitação que fiz numa reunião às vésperas da nossa posse, quando solicitamos – e não só eu, como outros – a mudança da Diretoria do Banco Central.

Portanto, não tenho nenhum problema ou constrangimento, pertencendo ao Partido dos Trabalhadores, que, se atitudes idênticas forem tomadas, adotar o mesmo procedimento de pedir o afastamento, como eu pedi ao Ministro. Tenho certeza que não é o caso. Por isso que fico tranqüila. Inclusive não considero que seja nenhuma nota de desagravo. Pelo contrário, sei que V. Sª, como servidor, o faz de forma séria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem!

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros o último orador inscrito, para encerrar esta reunião altamente produtiva, se me permitem uma avaliação sobre ela.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, se me permite uma observação, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui que alguns Senadores foram prejudicados pela mudança da regra do jogo no meio do caminho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª não estivesse falando, seria um deles, mas está falando.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não! Inclusive porque nós fomos o terceiro ou o quarto inscrito e estamos sendo o último a falar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas foi com a concordância de todos, inclusive com a de V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ainda tentei registrar alguma discordância, mas fui vencido.

Não vou fazer nenhuma indagação ao Dr. João Antônio Fleury porque já fiz os questionamentos na minha argüição inicial, mas gostaria de fazer inicialmente as indagações ao Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro e depois ao Dr. Luís Augusto de Oliveira Candiota, que é Diretor de Política Monetária do Banco Central.

Quero fazer algumas indagações ao Setor de Fiscalização do Banco Central. As CPIs e o Ministério Público ressentem-se da ausência de um cadastro nacional de contas correntes que permita identificar os bancos em que os investigados têm conta. Recentemente, passamos pelo vexame de não conseguir atender a solicitação dos Estados Unidos sobre a existência de constas abertas em nome de potenciais terroristas residentes no Brasil. O Banco Central precisa perguntar a cada banco, que pode omitir informações. Assim, não pode informar ao certo.

Recentemente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Marco Aurélio Mello, no **Jornal do Brasil** do dia 4 de dezembro de 2002, contestou o decreto que amplia os poderes da Receita Federal permitindo o acesso a movimentação bancária acima de R$5.000,00. Na opinião de V. Sª esse decreto contestado pelo Presidente do Supremo é um avanço ou um retrocesso?

A outra indagação que faço é se V. Sª vai criar o Cadastro Nacional de Contas Correntes por iniciativa própria, da Diretoria de Fiscalização do Banco Central, ou vai ficar na expectativa e no aguardo de uma lei?

O Banco Central é marcado pelos graves erros da fiscalização bancária que trouxeram prejuízos colossais para este País. A origem do Proer, por exemplo, é a ausência de uma fiscalização competente. A fiscalização é o calcanhar de Aquiles do Banco. O Proer não surgiu da supressão da inflação, mas de problemas anteriores de alguns bancos, como o Econômico e o Nacional, não detectados e que foram se agravando. O caso do Marka e FonteCindam foi a mesma coisa, em que se permitiu que dois banquinhos ficassem expostos em mais de US$2 bilhões na Bolsa de Mercadorias & Futuros.

V. Sª mesmo já afirmou que melhorar a fiscalização bancária seria o caminho para evitar crises bancárias. Aí indago: V. Sª é favorável à separação da fiscalização bancária das atribuições do Banco Central? Se não for favorável, quais as falhas da fiscalização bancária que V. Sª pretende corrigir? Se for favorável,

o senhor é favorável à junção dos vários órgãos de fiscalização de instituições do mercado, sob comando único – por exemplo: a CVM, a Secretaria da Previdência Complementar, a Susep, etc.?

Há, aqui, uma indagação sobre a lavagem de dinheiro, mas o próprio Senador Aloizio Mercadante já fez a indagação.

Para concluir, eu gostaria de fazer mais duas indagações. A primeira é como V. Sª pretende tratar da fiscalização das **factories**? Algumas delas estão desviando inteiramente a finalidade da **factory**, que é uma atividade mercantil e eles a estão usando para fazer empréstimos a particulares, e, em algumas delas, existem inclusive raízes da presença do crime organizado. No meu Estado, não são poucas as notícias de pessoas que fazem empréstimos e que são afogadas, espancadas e têm parentes desaparecidos, etc., sem nenhuma posição do Banco Central do Brasil.

U gostaria de saber se V. Sª tem algum pensamento em relação ao funcionamento da fiscalização sobre as **factories** no Brasil.

Por último, farei uma indagação que constrange a mim e creio que irá constranger V. Sª, no exercício da função de Diretor de Fiscalização do Banco Central.

Quando aqui esteve o Dr. Henrique Meirelles, eu tive a oportunidade de indagar de S. Exª. A Diretoria de Fiscalização do Banco Central colocou por escrito – e isto foi aprovado por todos os Srs. Senadores na CPI dos Bancos – que o BankBoston, do qual o Dr. Henrique Meirelles foi Presidente, à época em que S. Exª foi Presidente, dificultou a fiscalização do Banco Central. Quem afirma isso não sou eu, mas a Fiscalização do Banco Central.

Hoje, V. Sª assume essa Diretoria de Fiscalização. Eu não tenho a menor dúvida da aprovação – e quero crer, até pela unanimidade da Comissão de Assuntos Econômicos – dos nomes de V. Sªs.

Quero indagar duas coisas sobre isto: primeiro, se o senhor tem conhecimento de alguns processos de fiscalização sobre o BankBoston; segundo, se o senhor não se sente constrangido ao assumir a fiscalização do Banco Central, que é uma dentre as muitas instituições que V. Sª tem o dever de fiscalizar, e uma delas é o BankBoston, de onde é aposentado o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, que, quando esteve à frente do Banco de Boston, dificultou a fiscalização do Banco Central.

Então, eu gostaria que V. Sª dissesse, concretamente, se tem conhecimento dos processos de fiscalização; como estão esses processos e como é que o Banco Central irá atuar em relação a esses processos.

Sr. Presidente, passo a fazer indagações ao Diretor de Política Monetária, Dr. Luís Augusto de Oliveira Candiota.

Dr. Luís Augusto de Oliveira Candiota, eu gostaria de ter de uma avaliação de V. Sª sobre a taxa de lucro dos bancos no Brasil. Qual é a opinião de V. Sª sobre a taxa de lucro dos bancos do Brasil?

Uma outra indagação: uma eventual permanência da inflação, em patamares elevados, pelos próximos meses, poderá gerar expectativas pessimistas para o próximo ano e estimular a indexação de preços e salários. V. Sª acredita ou não nisso? Como o senhor utilizará os instrumentos à disposição do Banco Central, a fim de reverter possíveis expectativas negativas? Elas são evidentes e torcemos que não ocorram.

Uma outra indagação: o senhor acredita realmente que uma inflação que não é de demanda possa ser combatida com as seguidas altas de juros feitas pela atual Direção do Banco Central? Como o senhor acha que o Governo poderá cortar recursos em seu Orçamento para honrar os gastos resultantes das recentes altas das taxas de juros? Ou V. Sª não acredita que programas sociais serão afetados?

Eu quero fazer, ainda, uma outra indagação sobre assunto similar, que é a seguinte: quanto custa para os cofres públicos o aumento de cada ponto percentual da taxa de juros? Sendo assim, quanto já custou o aumento dos juros promovidos pelo atual Governo, evidentemente, desde a eleição?

Quero, ainda, para concluir, fazer mais três indagações.

O Governo Fernando Henrique Cardoso desenvolveu, ao longo dos últimos anos, um intenso programa de privatizações. Qual a opinião de V. Sª sobre o programa de privatizações dos bancos públicos estaduais? Está correto? Foi incorreto? Qual a linha que V. Sª defende?

E gostaria de saber a opinião do Diretor de Política Monetária sobre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal: V. Sª é a favor ou contra a privatização do Banco do Brasil?

Qual a política monetária que o Banco Central adotará para estabilizar o câmbio? Uma vez encontrado o ponto de equilíbrio, qual será a política monetária a ser adotada a partir daí, tendo em vista que ela pode se tornar a verdadeira âncora dos preços. Como V. Sª avalia o sistema de metas de inflação? V. Sª não

acha que as metas estão perdendo credibilidade, contaminando o mercado negativamente?

E a última indagação: pergunto se V. Sª tem algum artigo acadêmico relacionado ao tema política monetária. Em caso positivo, qual foi o objetivo do artigo e as conclusões do trabalho desenvolvido por V. Sª?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Excelentíssimo Senador Antero Paes de Barros, respondendo a suas perguntas, que são várias, a primeira delas relativamente a cadastro nacional de correntistas, existe um projeto do Deputado Robson Tuma criando esse cadastro. Já manifestei minha opinião ao Senador Eduardo Suplicy – somos favoráveis -, todavia, pela informação que tenho, não temos no Orçamento deste ano os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto, então, teremos que aguardar dotação orçamentária para isso, mas ele seria um instrumento importante até para facilitar o acesso das pessoas, dos vários Poderes à informação dos correntistas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só para esclarecer: V. Sª vai estimular a criação do cadastro, independentemente do projeto do Deputado Tuma?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Sim. Em relação à questão do exame e da movimentação financeira acima de R$5 mil, por parte da Receita Federal, o Banco Central tem pleno acesso às movimentações financeiras e não nos afeta imediatamente. Penso que a Receita é que teria que verificar, porque temos acesso para exercer as funções de fiscalização e se detectamos alguma movimentação que seja acima da capacidade do correntista, comunicamos à Receita Federal. O que a Receita queria fazer, ao que me consta, seria ter o acesso direto. Essa questão a Receita teria que ver com a parte judiciária.

No que diz respeito a separar ou manter a fiscalização no Banco Central, teria a dizer que, no mundo, existem vários modelos de superintendências, ou de órgãos de supervisão e de agências. Minha opinião particular é que o Banco Central não pode prescindir de informações sobre o Sistema Financeiro para decidir a respeito dos assuntos de câmbio e taxa de juros. Então, o que ocorre nessas circunstâncias é que se acaba dobrando a estrutura, acaba existindo uma superintendência ou agência e também o Banco Central fazendo supervisão. Como há nos Estados Unidos o Fed, o Faz, o OCC em outros países há também. Ou, num momento de complicação, de alguma situação delicada de mercado, com a existência de dois órgãos, o Banco Central é que decidiria sobre o destino dessa empresa e o órgão de supervisão, apurando os fatos, pode dificultar, criar alguma burocracia. Essa é uma opinião minha.

Creio que temos que examinar a supervisão bancária, no Banco Central, para sabermos se ela se encaixa exatamente dentro da estrutura funcional do Banco. O cargo de Supervisor bancário tem algumas particularidades, e a remuneração, por exemplo, ou estrutura de carreira no Banco Central é totalmente igual. Esta é uma questão a discutir, porque seria importante até para preservar as pessoas na instituição, já que freqüentemente vemos a saída de novos funcionários em busca de melhores condições.

Em relação as **factorings**, o que fazemos quando essas denúncias ocorrem no mercado marginal é que, imediatamente, deflagramos um processo de fiscalização ou o incluímos na programação do próximo semestre, porque existem questões orçamentárias também. Não vamos diretamente as **factorings**, exceto às de bancos. Em recebendo denúncias, as verificamos, até porque elas não fazem parte do universo de fiscalização do Banco Central, inclusive vejo alguma dificuldade jurídica nessa área; portanto, é uma questão a se examinar. Tenho a impressão de que há uma dificuldade quanto a esse aspecto sem que haja uma demanda, por exemplo, do Ministério Público, uma denúncia de alguém.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não é o Banco Central que fiscaliza as **factorings**?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Não. Ela não está sob o manto da supervisão. Ela não tem regulação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – V. Sª sabe quem fiscaliza as **factorings**?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Não existe.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Deve ser Deus. Eu imaginava que fosse o Banco Central.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Essa é uma questão a ser discutida.

Relativamente à questão do Banco de Boston, consta, em primeiro lugar, a informação de que o Dr. Henrique Meirelles deixou o Banco de Boston antes da realização da CPI no Brasil, em 1995. Portanto, ele já estava no exterior quando ocorreram os fatos.

Sobre a questão da existência de algum constrangimento de nossa parte, ele não existe. O Banco de Boston é um Banco normal que sofre as fiscaliza-

ções de praxe. Então, não há que se dizer que temos o conhecimento de algum processo de fiscalização. A fiscalização é freqüente e contínua. Então, a qualquer momento, requisitamos informações ou enviamos inspetores ao Banco de Boston.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Permita-me um parêntese? Considero essa informação da mais alta relevância.

A CPI dos Bancos apurou a existência de alguns processos de fiscalização no Banco de Boston. Também informou o Banco Central à CPI – são documentos que estão acessíveis inclusive no **site** da CPI dos Bancos – que essas dificuldades foram criadas pela direção do Banco de Boston, à época, presidido pelo Dr. Henrique Meirelles. Depois, o Dr. Henrique Meirelles deixou o Banco para assumir a presidência do Banco Central. Então, os processos existem. V. Sª não tem conhecimento desses processos?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, eu tenho conhecimento desses processos e V. Sª não?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Não é bem isso. Estou pontuando.

Esta CPI se deu em 1997, não é?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Em 1999.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Parece-me que o ano da CPI foi 1997. A informação que tenho é a de que o Dr. Henrique Meirelles deixou o Banco de Boston, no Brasil, em 1995.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim, mas foi ser presidente mundial do Banco de Boston.

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Presidente lá. Aqui o Banco é totalmente independente em relação à matriz. Ele tem que manter contabilidade brasileira, tem um presidente brasileiro, é um banco brasileiro com controle estrangeiro.

Agora, o que eu tenho de informação...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – V. Sª não teria dificuldade de retomar a fiscalização?

O SR. PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO – Não. Absolutamente nenhuma dificuldade. Às vezes, existem dificuldades normais de instituições que têm tipos de controle externo diferentes, a fluência da informação é mais lenta, mas, em relação ao Banco de Boston, não temos tido nenhuma dificuldade.

Em relação ao fato apontado, se existiram processos, eles já saíram da nossa área e foram para a área de processos administrativos. Se foi algum processo administrativo punitivo, mas, atualmente, não se encontra conosco.

O processo de fiscalização, volto a dizer, é freqüente. Nós adotamos uma supervisão contínua. A qualquer momento, solicitamos informações e não temos tido dificuldades maiores.

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Senador Antero Paes de Barros, vou responder uma questão por vez, já que são várias. Com relação à taxa de lucro dos bancos, efetivamente o que se observa são taxas de lucros expressivas, com rentabilidade sobre patrimônio elevada, porém gostaria apenas de lembrar que, ao mesmo tempo em que temos bancos extremamente rentáveis pela sua competência, produtividade, questões de administração e gerenciamento, também temos bancos que quebram, bancos que não dão certo, bancos que são mal administrados, que são extremamente pouco rentáveis e, portanto, existem bancos muito rentáveis e bancos que, inclusive, vão à falência, são liquidados algumas vezes ou são comprados por não sobreviverem dentro de um ambiente competitivo do sistema financeiro brasileiro atual.

Então, vejo a taxa de lucro de bancos que quebram, que dão taxas de lucro negativas; bancos extremamente rentáveis, como alguns dos bancos presentes, hoje, em mercado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – A maioria V. Sª consideraria rentável?

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Creio que a indústria financeira no Brasil é uma indústria rentável, até mesmo como os números mostram.

Com relação à inflação alta, expectativas pessimistas, entendo que não podemos e não devemos olhar pelo espelho retrovisor e achar que aquela inflação que veio ou que foi a recente inflação dos últimos meses irá se perpetuar, até mesmo porque isso é o que o próprio Banco Central vem dizendo que não é o que se tem percebido e a tendência da inflação é uma tendência declinante.

Há, sim, um movimento estatístico, principalmente por conta dessa inflação de doze meses, que, por conta do incremento das taxas de inflação a partir do final do ano passado, provavelmente os índices de inflação ainda permanecerão altos. Independentemente da tendência declinante dos níveis de preços, ainda teremos taxas de inflação elevadas no conceito anual por algum tempo, que, obviamente, V. Exª mencionou se haveria espaço para uma questão de rein-

dexação. Não acho que é o Banco Central quem define a questão de reindexação ou não. Essa é uma discussão entre trabalhadores, empresários, sindicatos e Governo, e o que se tem visto é que parece mais ou menos consenso na sociedade brasileira que a reindexação seria muito ruim para todos os agentes dentro da economia, já que traria de volta um processo de realimentação inflacionária, como os vividos no passado, e sabemos que as conseqüências são extremamente danosas.

Creio que o Banco Central vem se utilizando dos instrumentos que estão sob a possibilidade, que é a taxa de juros para conter essas expectativas, que têm esse efeito estatístico já mencionado e demonstrado na mídia e que, acredita-se, o Banco Central alcançará o objetivo da meta inflacionária proposta e, para isso, o Banco Central é quem detém os instrumentos de análise e todos os relatórios e análises mercadológicas para poder tomar as suas decisões.

Com relação a Orçamento **versus** taxa de juros **versus** programas sociais, penso que isso não seja uma questão no âmbito único e exclusivo do Banco Central. O Banco Central usa taxa de juros como instrumento, mais uma vez, para instabilidade monetária. A questão do Orçamento é uma questão de Governo, votada no ambiente do Congresso Nacional e, portanto, o Governo fez a sua adequação de orçamento, superávit primário e a sua adequação com relação às verbas orçamentárias para os programas sociais – o próprio discurso do Governo demonstra que ele está comprometido em cumprir suas metas sociais. Portanto, o Banco Central, inserido nesse contexto de Governo, é um organismo que, obviamente, está sempre preocupado em poder contribuir para o crescimento e para a estabilidade do País.

Com relação à privatização dos bancos públicos estaduais, à privatização propriamente dita, quer dizer, voltando um pouco ao tema dos bancos rentáveis e não rentáveis, acho que bancos privados, por sua vez, são insolventes, devem sofrer intervenção, porque causam e podem causar um mal ao consumidor final desnecessário. É isso que o Banco Central tem feito até então.

A mesma coisa vale para os bancos públicos estaduais. Aqueles que se tornam insolventes ou fazem má administração do dinheiro público, do meu ponto de vista, devem sofrem intervenção, para que não causem problemas maiores à sociedade.

Quanto às privatizações ocorridas àquela época, entendo que o Governo de então as avaliava como necessárias e, por isso, as fez. Houve privatizações de bancos, mas também de outros setores, o que trouxe alguns benefícios à sociedade. Por outro lado, existem críticas por parte da sociedade com relação a instrumentos de desenvolvimento, questão que não me cabe discutir.

Relativamente ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, o Governo já se tem demonstrado desfavorável à privatização. Esses bancos, pelos últimos balanços, têm situação bastante positiva e são instrumentos importantes de política de desenvolvimento de Governo, tanto no setor agrícola quanto no habitacional. Portanto, seguem sem processo de privatização, pelo que entendo.

A política monetária não é adotada para estabilizar o câmbio, mas para trazer o País dentro do regime de metas de inflação. O câmbio é uma variável que flutua de acordo com o mercado. Parece-nos que, hoje, o câmbio sofre mais influências positivas que negativas. Há diversas influências negativas presentes no âmbito internacional e, nem por isso, o câmbio tem continuamente reagido de forma negativa. Pelo contrário, encontramos hoje uma taxa de câmbio, em termos reais, altamente depreciada. Portanto, se tivermos habilidade para fazer com que os índices de inflação retornem em direção à meta estabelecida pelo Banco Central, certamente a taxa de câmbio deve sofrer algum tipo de alívio.

Como já falei em meu discurso, concordo integralmente com o sistema de metas de inflação. Aliás, esse sistema é adotado em países do mundo inteiro. Alguns países explicitam a meta publicamente, e o fato de alguns não a explicitarem não significa que não a adotem. Normalmente adotam o sistema, sem explicitá-lo. Talvez, a explicitação da adoção desse sistema pelo Brasil seja extremamente favorável, até mesmo pelo histórico que temos de taxas de inflação altíssimas. Faz-se necessário dar um norte às expectativas; do contrário, em momentos como os atuais poderíamos estar sofrendo mais falta de controle se a meta de inflação não estivesse absolutamente explicitada. Sou favorável ao sistema de metas de inflação, explicitado, conforme o Governo vem fazendo.

Por último, com relação ao artigo acadêmico, registro que não sou um acadêmico. Portanto, não tenho qualquer artigo acadêmico publicado. Infelizmente, V. Exª não poderá ler nenhum escrito acadêmico de minha autoria sobre a política monetária.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, farei alguns registros com relação às ponderações do Dr. Luiz Augusto Candiota. Reconhecemos que o discurso do Governo continua comprometido com o cumprimento dos programas sociais, embora também reconheçamos que o au-

mento da meta da inflação e da taxa de juros gerou um corte brutal nos investimentos sociais do País, inclusive em áreas nevrálgicas como a saúde.

Ao final, registro minha preocupação com a mistura do interesse público com o interesse privado. Não estou dizendo que quem pertence ou pertenceu à iniciativa privada não pode atuar no Banco Central. Sou favorável à privatização de bancos estaduais, mas não quero a privatização do Banco Central. Defendo a desprivatização do Estado brasileiro, que, entendo, tem de atuar na defesa do interesse público.

Sobre os lucros dos bancos, que são altíssimos, a incompatibilidade ética nos preocupa. A **Folha de S.Paulo** do dia dois de março de 2003 traz uma reportagem que mostra a questão das confusões entre o público e o privado: "Lucro de banco valoriza ações de Meirelles". Na reportagem fez-se referência ao fato de que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, viu suas 275.575 ações do Banco Fleet Boston serem supervalorizadas – evidentemente, em face dos lucros obtidos pelos bancos. O Fleet opera no Brasil por meio do Banco de Boston.

Não estamos afirmando que o Dr. Meirelles aumentou a taxa de juros para valorizar suas ações. Ocorre, porém, que a norma do Código de Conduta da Alta Administração Federal estabelece, em seu art. 5º, inciso II, § 1º, que é vedado o investimento em bens cujo valor ou cotação possa ser afetado por decisão política governamental a respeito da qual a autoridade pública tenha informações privilegiadas em razão de cargo ou função.

Ao fazer esse registro, mais uma vez deixo clara a minha preocupação com relação a essas questões éticas. Não estou discutindo a capacidade do Dr. Henrique Meirelles, mas esse conflito ético que transparece para a opinião pública nacional. Essas questões são preocupantes.

Antes de encerrar, gostaria de fazer uma última indagação ao Dr. Luiz Augusto – por ter tocado nesse assunto, vejo-me diante do dever de fazer essa indagação. O senhor é detentor de ações semelhantes às que tem, por exemplo, o Dr. Henrique Meirelles?

O SR. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA – Não, não sou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Está bem, era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ao declarar encerrada a argüição, solicito os bons ofícios e a sempre pronta colaboração do Senador Antero Paes de Barros para aqui permanecer a fim de que possamos proceder à contagem dos votos. Antes, porém, gostaria de dizer a V. Exª que me considero redimido: contrariando o ditado segundo o qual os últimos serão os primeiros, V. Exª foi o último a argüir e teve a oportunidade de fazer o maior número de perguntas. Suas considerações foram realmente de grande interesse para a Casa.

Peço aos Drs. João Antônio Fleury Teixeira, Luiz Candiota e Paulo Sérgio Cavalheiro que aguardem a contagem dos votos que serão apurados – volto a repetir – pelo Senador Antero Paes de Barros e por mim mesmo.

(Procede-se à apuração)

Vamos proclamar os resultados. Os três futuros diretores queiram comparecer e receber os cumprimentos da Mesa, porque todos empataram, tiveram o mesmo número de votos. Com alegria, eu, como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, informo que, dos 27 membros que compõem esta comissão, compareceram 26 Srs. Senadores à sabatina de V. Sªs, o que demonstra o desejo de participação, a grande colaboração da CAE do Senado da República, o sentido de integração, a vontade de acertar. Saliento também o alto nível dos debates, porque aqui se discutiu de tudo um pouco. Falou-se de inflação, das altas taxas de juros que ainda preocupam o país, dessa escalada inflacionária que tem que ser detida, da necessidade do crescimento econômico do país, com a conseqüente geração de empregos e renda, da melhoria salarial. Essas questões foram debatidas pelos próprios funcionários do Banco Central, o que é altamente positivo diante de um país com tantas desigualdades sociais e regionais, também se discutiu a fiscalização. Enfim, o nível dos debates foi alto e interessou a toda a Nação brasileira. Os nossos votos para que os nomes de V. Exªs sejam aprovados também em plenário e que, ao assumirem suas elevadas funções, V. Exªs o façam como todo o Brasil está torcendo, em nome do Brasil, porque a esperança é muito grande.

Declaro encerrada a votação. Foram 26 votos. Foram eleitos, portanto, por unanimidade. Gostaria de dizer que esta reunião foi muito produtiva e democrática, mas não quero abrir tantos precedentes, pois até a platéia está se manifestando e corrigindo o Presidente. Foram 26 votos favoráveis aos três. A Comissão é composta de 27 membros, só faltou um. Portanto, foram 26 votos.

Está encerrada a presente reunião, mas quero lembrar que nossos trabalhos de hoje prosseguirão com a outra reunião que faremos realizar. Estarão

aqui a convite desta Comissão os Ministros Antônio Palocci Filho e Guido Mantega, respectivamente da Fazenda e do Planejamento, logo após o encerramento da Ordem do Dia do Senado. (Pausa)

O Secretário me informa que a lista para perguntas encontra-se aberta na Secretaria da Comissão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 15h23min)

Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em onze de março de 2003, após a ordem do dia.

Após a Ordem do Dia do dia onze de março do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcidio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octavio, José Agripino, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo Tasso Jereissati, Arthur Virgilio, Romero Jucá, Leonel Pavan, Almeida Lima e Osmar Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com a finalidade de atender os Requerimentos nºs. 01 e 02/2003 – CAE, que "dispõe sobre a Política Econômica do Governo" de autoria dos Senadores Aloízio Mercadante e Arthur Virgilio Neto respectivamente, com a presença dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci e do Planejamento, Dr. Guido Mantega. Após as explanações, fazem uso da palavra os Senadores Arthur Virgilio Neto, Aloízio Mercadante, Jorge Bornhausen, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, José Agripino Maia, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Paulo Octávio, César Borges e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e cinqüenta minutos, lavrando eu Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, esta é a 4ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, para o cumprimento de audiência pública, a fim de ouvirmos os Ministros Antônio Palocci Filho e Guido Mantega, respectivamente da Fazenda e do Planejamento, que vêm a esta Casa discorrer sobre a política econômica do Governo.

Encontrando-se os Srs. Ministros na Casa, em companhia do Líder do Governo, Senador Aloízio Mercadante, convido o Líder do PFL, Senador José Agripino e o Senador Romero Jucá a introduzirem S. Exªs no plenário. (Pausa.)

Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, imprensa falada, escrita, televisada, Srs. Ministros, é uma honra muito grande para esta Comissão do Senado da República recebê-los aqui.

A política econômica é ditada praticamente pelo Poder Executivo. O Poder Legislativo tem avançado e procura avançar cada vez mais nas suas prerrogativas. O Senado da República, particularmente esta Comissão, de tempos para cá, tem adotado momentos como este para dar a sua parcela de colaboração, inteirar-se, sugerir, reivindicar, em suma, para participar, de uma forma ou de outra – com sugestões ou críticas –, da política econômica do nosso País.

Penso que este é um momento muito importante para nós e torcemos efetivamente para que essas visitas sejam constantes. O Senado tem procurado ser uma Casa Legislativa o mais transparente possível. Aqui, hoje, com toda certeza, vamos debater pontos importantes da política econômica, tais como inflação, juros altos, uma possível crise internacional que se avizinha, dentre tantos outros assuntos de interesse da sociedade brasileira e de todos nós. Assim, nós os recebemos aqui com muita alegria e satisfação.

É praxe, em audiências públicas, segundo o sistema adotado pela Casa, solicitar a V. Exªs que discorram por um período de, no máximo, 30 minutos, conforme estipulado pelo Regimento Interno. Depois as Srªs e os Srs. Senadores terão a oportunidade de participar por meio de perguntas e questionamentos. Assim, tenho a honra de conceder a palavra a V. Exª para, na qualidade de Ministro da Fazenda, fazer sua explanação. A seguir, poderá fazer uso da palavra o Ministro do Planejamento.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Boa-tarde, Senadores Ramez Tebet, Presidente desta Comissão, Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa, Ministro Guido Mantega.

Srªs e Srs. Senadores, vou direto ao assunto para deixar um período adequado para o debate das idéias. É uma honra muito grande estar nesta Casa, atendendo a uma solicitação aprovada por esta Comissão, de origem dos Senadores Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, que acolho com presteza, na medida em que considero absolutamente necessário o debate que esta Casa realiza, assim como as decisões fundamentais que toma para o País.

Antes de debater o assunto da política econômica, faço sincero agradecimento, em nome do Governo, ao Presidente Ramez Tebet e a cada um dos membros desta Comissão, pela agilidade com que aprovaram o novo empréstimo do Banco Mundial, muito importante para o equilíbrio fiscal do País, contraído num período bastante curto e que, de acordo com esta Comissão, é de fundamental importância para todos nós.

O período compreendido entre 1995 a 2001 foi marcado pela estabilização dos preços, que ocorreu basicamente num sistema de financiamento externo da economia brasileira. Houve redução da capacidade de investimento do Governo. O aumento de gastos correntes do Governo passou a ser financiado pelo aumento do endividamento público.

Há, em seguida, uma tabela que traz os dados das últimas décadas acerca do investimento público, poupança pública externa e interna, demonstrando que as taxas de investimento público, nas últimas décadas, caíram substancialmente. O investimento privado teve pouca alteração e houve, portanto, pequena, não tão significativa queda na taxa de investimento nas últimas décadas. A poupança pública decaiu, tornando-se negativa nas duas últimas décadas e houve expressivo aumento do financiamento externo ao País. Essa mudança acarretou a necessidade do financiamento do setor público com recursos externos, o que gerou instabilidade estrutural que, por via de conseqüência, ameaça a estabilidade de preços e o desempenho da economia em geral. Essa instabilidade é a maior dificuldade que existe para o País no sentido do crescimento econômico em base sustentada.

A conquista da estabilidade do nível de preços, uma conquista real, fundamental para o Brasil, não se estendeu de forma consolidada a dois outros preços fundamentais da economia, ou seja, à taxa de juros de médio prazo e à taxa de câmbio. Essa estabilidade, ao não se estender de forma consolidada – à estabilidade de preços, à taxa de juros de médio prazo e à taxa de câmbio –, gera a característica de volatilidade na economia brasileira. São dois gastos que demonstram quanto variaram, considerando um título de 180 dias, deflacionado pela expectativa do IPCA, as taxas de juros. Uma variação dessa significância dificulta enormemente o planejamento econômico.

Em 2002, a turbulência na economia mundial provocou forte aumento na aversão ao risco pelos investidores internacionais, levando a um aumento de rescisão de crédito externo aos países emergentes e à elevação do risco Brasil. A esse fator de instabilidade externa somaram-se a incerteza da sustentabilidade da dívida e as especulações que começaram a surgir sobre a nova política econômica. O risco Brasil se elevou bem acima dos outros países emergentes, como demonstra este gráfico: aqui, veremos, desde janeiro de 1998 até janeiro deste ano, a variação do risco dos países emergentes, que é a linha vermelha, e a variação do risco Brasil, que é a linha verde. Notem que a crise do segundo semestre do ano passado foi bastante mais significativa do que aquela de 1999, quando houve o choque cambial em janeiro. O risco Brasil naquela oportunidade subiu para 1.300 ou 1.400 pontos. Na crise do ano passado, tivemos índices que bateram 2.390 pontos, quase 2.400 pontos. O Brasil, como o gráfico demonstra, descolou largamente o seu nível de risco dos demais países emergentes. Isso trouxe uma dificuldade extrema na rolagem de títulos e na capacidade do Governo em lidar com a situação criada com a dívida pública.

Em 2002, ao longo do período mais agudo de incertezas, o risco Brasil, como demonstra o gráfico, também se descolou da trajetória nominal do câmbio. A partir de outubro, no entanto, as trajetórias de risco e de câmbio voltaram a convergir. Esse gráfico mostra o risco Brasil e a taxa de câmbio. Durante todo o período do primeiro semestre do ano, a taxa de risco e a taxa de câmbio seguiram coladas, como normalmente acontece. No final do ano passado, a taxa do risco Brasil se descolou, inclusive passou a ser bem superior à variação da própria taxa de câmbio. Isso evoluiu até o período de transição, em que se conseguiram coordenar de maneira mais adequada as expectativas. O risco Brasil começou a cair e chegou hoje a níveis próximos de 1.600 pontos.

A desvalorização do câmbio trouxe um efeito de conserto da economia, que foi o ajustamento em termos de balanço de pagamentos. Tínhamos um déficit em conta corrente de 4,6% do PIB no ano de 2001. Era um déficit bastante elevado. A alteração na balan-

ça comercial a partir da depreciação do câmbio trouxe um ajuste extremamente importante para o Brasil naquela oportunidade, que permanece até este momento e que elevou o nosso saldo em conta corrente de 4,6% do PIB - o déficit - para 1,7% do PIB no final de 2002. Essa questão é importante, porque a economia brasileira se ajustou ao choque de oferta que houve no final do ano passado com contas externas, ou seja, aumentando exportações, aumentando o saldo da sua balança comercial e, com isso, fazendo uma correção de rumos em termos de financiamento externo, que secou nesse período.

Esse gráfico mostra a evolução de janeiro do ano passado até janeiro deste ano, dado o distanciamento da curva de exportação e importação e em baixo o saldo da balança comercial. Houve um aumento significativo desse saldo.

Voltando a um período anterior, desde janeiro de 1998, tínhamos um déficit bastante grande na balança comercial, até janeiro deste ano, quando se inverteu completamente essa curva. Mais adiante, avaliaremos os efeitos de um ajuste dessa proporção ocorrido em curto espaço de tempo e os reflexos disso nos preços relativos e na inflação. Esse é um gráfico de taxa efetiva, real, de câmbio, a evolução de janeiro de 2001 até janeiro deste ano. A obtenção, portanto, do ajustamento das contas externas mediante a flutuação da taxa de câmbio ocorreu com repercussões negativas sobre a economia brasileira. Houve aumento importante da dívida pública.

Como todos sabem, a dívida interna e a externa têm um componente: a externa, toda em dólar, e a interna tem um componente importante de dolarização. Esse gráfico mostra como variou a dívida cambial interna, mostra a subida da dívida cambial interna. Houve queda da dívida vinculada à Selic, houve queda da dívida mobiliária federal prefixada e houve subida da dívida mobiliária, corrigida pelo IGP, na medida em que o IGP reflete diretamente os choques cambiais. Então resultou dessas curvas um elevado grau e o perfil inadequado do endividamento público que elevaram bastante a nossa dívida pública no ano passado.

Essa é uma questão fundamental: a vinculação de uma parcela da nossa dívida, que, estando em papéis dolarizados, tem um reflexo importante em relação à dívida pública quando há choque cambial. No final do ano, a desvalorização chegou a representar para o Brasil uma dúvida dos credores em relação à própria estabilidade da nossa dívida.

Vemos agora a evolução, na linha vermelha, da dívida líquida do setor público interno e externo. E a taxa de câmbio, em azul, mostra uma relação quase direta da evolução da nossa dívida com a variação da taxa de câmbio.

A segunda questão importante do ajuste que o Brasil realizou no ano passado é a repercussão do choque cambial nos preços. Num primeiro momento, houve uma mudança importante nos preços relativos, ou seja, aqueles preços comercializáveis. Portanto, houve uma subida grande da inflação no final do ano passado, começando pelos preços de atacado, que recebem o impacto direto do choque de câmbio e, depois, transmitido a preços do varejo.

Essas três linhas mostram a evolução, durante 2001 e 2002, dos preços dos não-comercializáveis. Na linha de baixo, vermelha, vemos uma evolução pequena só acompanhando, no final do ano passado, os demais preços. Os bens comercializáveis tiveram um crescimento vertiginoso no final do ano passado e os preços monitorados também cresceram, na medida em que muitos contratos são vinculados ao dólar, ao preço do barril do petróleo ou ao IGP, dependendo do setor, e são impactados também com o choque cambial.

Essa é uma curva do IPCA e da expectativa da inflação em relação à meta central. Houve, durante todo o período do ano passado, uma expectativa girando em torno da meta da inflação, portanto, segurando a possibilidade do crescimento da inflação. Todavia, no final de ano, como pode ser observado, a inflação superou as próprias expectativas, causando um desarranjo importante em termos de expectativa de mercado e de resultados efetivos sobre a inflação.

A política monetária, no final do ano passado, procurou trabalhar em um ambiente de grande restrição, tentando diluir o efeito do choque ao longo do tempo.

A taxa de juros era de 18%, foi, em outubro, aumentada para 21%, depois, mais um ponto em novembro e, em dezembro, foi aumentada para 25% ao ano. No entanto, evolução real da taxa Selic não foi para cima, ao passo que a inflação subiu e os juros reais caíram significativamente, somente subindo com o aumento realizado no final do ano passado.

Esse conjunto de gráficos mostra que, num primeiro momento, a crise do ano passado foi temporária, com elevação momentânea da taxa de inflação. A partir de setembro, a desvalorização cambial contaminou os índices de preços, levando a uma queda da taxa real de juros. A crise de confiança na economia brasileira se traduziu na dificuldade do Governo em renovar seus títulos da dívida pública.

Essa é a taxa Selic deflacionada pelo IPCA; mostra uma queda grande da taxa Selic na medida em que o IPCA subiu de forma significativa no final do ano. A dificuldade de rolagem da dívida é o ápice, o momento mais crítico da crise de confiança que houve nesse período. Os aplicadores, em um momento como esse, escolhem outros títulos, outros ativos ou fundos de ações ou imóveis; saem das aplicações muitas vezes. Isso gerou uma crise muito grande de confiança. Numa situação como essa, mesmo a elevação da taxa de juros pode perder eficácia. Portanto, houve uma rolagem bastante dificultada da taxa de juros, em percentuais bastante elevados em relação ao ano anterior. Com isso, houve uma expansão da base monetária via resgate de títulos. E os títulos, como V. Exªs estão lembrados, não foram rolados no final do ano passado. Reafirmando o que disse no início, a crise do ano passado foi bem mais significativa do que a de 1999.

Aí está uma evolução do risco Brasil e uma evolução da taxa Selic, que acompanha, de alguma maneira, o risco Brasil. Muitas pessoas, eventualmente, no debate econômico, afirmam que a taxa Selic elevada tem sido responsável pelo aumento do risco Brasil. Realizamos um estudo que demonstrou que, na verdade, é o risco Brasil que puxa a taxa Selic, e não o contrário. Esse é um debate importante do ponto de vista da política monetária. O gráfico demonstra como a taxa Selic acompanha de forma quase simétrica a evolução do risco Brasil. Os papéis brasileiros no exterior no ano passado, V. Exªs estão lembrados, chegaram, no período de outubro, a valores muito baixos. O C-Bond foi negociado, durante alguns períodos de setembro e outubro, a 48% do valor de face. Era uma situação bastante complexa.

Aqui, apenas ressalto a incerteza criada a partir do momento da possibilidade de solvência da dívida brasileira. Além do que, o Brasil possui um passado em que desequilíbrios fiscais muitas vezes levaram à inflação elevada, o que gerou elementos de incentivo à crise instalada naquele momento.

Um parêntese quanto à questão previdenciária: um dos fatores de maior desequilíbrio nas contas do Governo é o déficit previdenciário, nas três esferas federativas.

Há um gráfico – relativo a União, Estados e Municípios, apenas setor público, não envolve o setor privado – que demonstra que, de 1995 a 2002, o déficit da Previdência evoluiu de R$19 bilhões, em 1995, para R$54 bilhões. Em termos de PIB, é uma evolução significativa, de 3% para 4,2% do PIB. Atingimos, portanto, no ano passado, um déficit na Previdência Pública de 4,2% do PIB. As contribuições chegaram a R$7,2 bilhões e as despesas de Previdência Pública, a R$61,6 bilhões (4,7% do PIB), causando um déficit de 4,2% do PIB. É uma questão fundamental para análise dos Srs. Senadores, do Congresso Nacional, do Governo e da sociedade como um todo, relativa à necessidade do debate da reforma previdenciária como um dos fatores fundamentais do equilíbrio econômico brasileiro.

A questão previdenciária no Brasil não é apenas uma questão fiscal, mas também de justiça social. Esse gráfico demonstra, na parte amarela, os tributos pagos pelos dez decis de renda no Brasil. E, na parte de cima, nas colunas vermelhas, a transferência de renda a partir dos rendimentos da Previdência, demonstrando que o Brasil faz uma transferência de renda significativamente regressiva no que diz respeito à questão previdenciária. Assim, a previdência, além da questão fiscal, esbarra também com a injustiça na distribuição de renda, o que é extremamente importante e exige uma avaliação criteriosa de todos nós.

Esse, por exemplo, é o gráfico do Reino Unido, retratando como o Reino Unido distribui sua Previdência a partir dos dez decis de contribuição previdenciária. Observem que é um gráfico progressivo de renda. No Brasil, infelizmente, fazemos exatamente o contrário.

Mostramos, portanto, a necessidade da reforma da Previdência. O Governo Federal gasta hoje R$33 bilhões para pagar a um milhão de beneficiários no regime próprio de Previdência e, no regime geral, R$88 bilhões para pagar a 18 milhões de beneficiários.

Muita gente alega que, se o Governo pagasse a sua parcela da Previdência, como nas folhas de pagamento na economia, seria resolvida a questão. Seria bom se fosse verdade, mas não é. Infelizmente, se o Governo pagasse uma contribuição relativa ao dobro daquilo com que contribui o servidor, o déficit seria reduzido de R$54 bilhões para R$40 bilhões. Então continuaríamos com um déficit bastante significativo.

Esses dados todos demonstram que ainda há, no País, a partir dessas questões fiscais e do choque de ofertas do ano passado, uma situação econômica ainda instável. Os desequilíbrios fiscais podem significar dificuldades em rolar a dívida pública, pressões inflacionárias e riscos de maiores desvalorizações. Por isso estamos apresentando algumas medidas de mudança da política econômica que julgamos significativas e que são exigidas pelo momento.

A primeira delas é a questão do ajuste fiscal, que acreditamos deva ser um ajuste severo neste momento. O objetivo da política econômica que estamos estabelecendo é reduzir, no médio prazo, a relação entre a dívida e o PIB. Essa é uma questão central para o crescimento do País. Nós não conseguiremos sair da armadilha da dívida pública se não fizermos uma política fiscal que garanta a redução da relação da dívida com o PIB no médio prazo. Para isso, essa política fiscal deve ser ajustada.

Em segundo lugar, tendo em vista a possibilidade da guerra, colocada neste momento político internacional e que já traz repercussões negativas para todos os países, inclusive para o nosso, dificultando o ajuste das nossas contas, esse esforço é para se buscar o início de um ciclo virtuoso no Brasil, com a redução do estoque de dívida, para que tenhamos menores gastos com juros, para que haja redução do risco de crédito, para que possamos, a partir daí, reduzir as taxas de juros, reduzindo ainda mais os gastos com juros para o pagamento da dívida. Essa é uma questão fundamental para a equação econômica do País, ou seja, o esforço para que façamos um ajuste de boa qualidade que reduza o peso da nossa dívida em relação ao PIB e que permita, a partir da criação de uma situação de maior estabilidade fiscal e monetária, a redução dos juros e a criação de condições para o crescimento do País.

Temos sempre afirmado que o Brasil deseja a redução das taxas de juros, mas é necessário fazê-lo de maneira sustentável. É preciso criar as condições macroeconômicas para que caminhemos com segurança para um círculo virtuoso de crescimento no Brasil, de redução da dívida, de redução das taxas de juros, com a possibilidade de uma política de crescimento sustentável.

Após o Plano Real, os gastos correntes do Governo foram financiados com aumentos da dívida. Esta é uma questão importante a ser observada para a política futura: se tomarmos o período de 1994 a 2002 e aplicarmos um superávit de 3,5% no estoque da dívida atual e da que tínhamos naquele período, observaremos que a nossa dívida não teria atingido os níveis atuais. Estamos na linha vermelha. Tivemos uma evolução da dívida líquida do setor público de 30% para 56% do PIB. Se tivéssemos aplicado uma política fiscal de austeridade durante todo o último período, poderíamos ter chegado a uma dívida líquida do setor público de 27,8%. Esse é um dado resultante de estudos de todos os indicadores econômicos, variando apenas a questão de um maior superávit, de um superávit de 3,5%, não maior do que o que é feito hoje, se ele fosse feito durante todo o último período.

O gráfico debaixo simula a possibilidade de, a partir de uma redução desse nível da dívida pública, reduzir em 5% as taxas de juros. Teríamos hoje uma dívida líquida do setor público em torno de 23%, portanto é importante analisar esse gráfico não como crítica ao passado, mas como a necessidade de compreensão do que precisamos realizar de maneira serena, objetiva para buscar o consenso no País pelo esforço fiscal que é preciso fazer para derrubar a nossa dívida pública para valores aceitáveis. Essa é uma condição de que o Brasil necessita para dar um oxigênio à sua economia, ao seu crescimento e ao seu desenvolvimento.

Fizemos a partir dessa análise, um gráfico de possibilidades que nos são dadas no próximo período, em relação à sustentabilidade da nossa dívida, da dívida líquida do setor público. O cenário do meio é básico, quer dizer, se não houver alguma mudança significativa, se o Brasil caminhar equilibrando suas contas, mas sem nenhum choque de credibilidade positivo ou negativo, teremos uma estabilização da dívida neste ano e uma redução da dívida no próximo período, considerando a manutenção de um superávit similar ao deste ano e calculando um juro real que ao longo do período possa baixar as atuais taxas para algo em torno de 8%. É um cenário básico que foi analisado e chegamos a essa curva de redução da nossa relação dívida com o PIB.

O cenário debaixo, azul, é mais otimista, ou seja, se obtivermos uma maior credibilidade da nossa política econômica, da política de desenvolvimento do País, poderemos, já no primeiro ano, ter uma queda significativa da relação dívida/PIB, nos próximos anos, de maneira bastante sustentável.

E, no quadro de cima, uma visão pessimista, possibilidades de novos choques externos – que infelizmente têm que estar nas nossas contas, esperamos que não estejam na nossa realidade –, com a possibilidade de trabalharmos com índices de relação dívida/PIB ainda altos.

A questão central para nós, e assim estamos conduzindo a política macroeconômica neste momento, é restabelecer a confiança na política de Governo depois de décadas de desequilíbrios fiscais. Não é mais possível financiar gastos públicos com aumento da dívida. E não deve ser necessário corrigir erros da política fiscal por meio de uma política monetária excessivamente "contracionista". O que estamos querendo dizer com isso?

Primeiro, não podemos ter como perspectiva, de maneira alguma, na situação em que está a nossa dívida pública neste momento, crescimento econômico baseado em aumento da dívida pública. É preciso mudar a política econômica.

Segundo, não é possível mais sustentar o equilíbrio fiscal e monetário com base numa forte política monetária e numa fraca política fiscal. Essa é uma questão essencial para o País. Se não tivermos uma política fiscal severa, seremos obrigados a praticar uma política monetária severa, com repercussões muito mais significativas no grau de crescimento do País, na possibilidade de geração de empregos, no desenvolvimento do País. Por isso é muito importante que haja uma coordenação da política macroeconômica, no sentido de que a credibilidade do País como um todo – não apenas do Governo, mas deste Congresso Nacional, da sociedade civil organizada – consiga construir as condições para que o Brasil realize as reformas: a reforma previdenciária, que ao mesmo tempo garanta a perspectiva, no longo prazo, das pessoas receberem seu direito à aposentadoria e realize um ajuste necessário nas nossas contas; a reforma tributária, que possa melhorar a qualidade dos impostos no Brasil, para que deixemos de recorrer a medidas tributárias para fazer ajuste nas contas, ou seja, para que o País não volte a utilizar o mecanismo de aumentar impostos sobre as pessoas e sobre as empresas para ajustar contas, porque esse mecanismo se mostrou extremamente venenoso para a nossa economia, danoso para o crescimento econômico.

Queremos estabelecer – não com uma política exclusiva do Governo, porque, sendo assim, tem menos chance de dar certo – uma política do País, de todos os seus poderes, da sociedade; uma política em que a credibilidade do País resulte da sua decisão de realizar as suas reformas de maneira serena, de maneira a construir consenso, a melhorar a qualidade dos tributos e a fazer a política fiscal sem depender de uma política monetária penosa para o nosso PIB, para o nosso crescimento. Portanto, é um conjunto de medidas que está longe de depender exclusivamente dos Ministérios da Fazenda ou do Planejamento; é um conjunto de políticas que depende de um esforço extraordinário de todo o País, mas que certamente será recompensado com os resultados econômicos e sociais que essas medidas trarão para todos.

Aqui estamos falando sobre impostos e, no final, ressaltamos: o superávit primário definido para este ano não inclui aumento de carga tributária. Essa é uma característica importante que queremos ressaltar, porque queremos fazer esse esforço, ou seja, fazer uma política fiscal que não dependa de condenar a economia e as pessoas a uma carga tributária ainda maior.

A grande maioria dos países emergentes hoje trabalha com índices de risco de 200 a 700 pontos. O restabelecimento da confiança no País é essencial para reduzir o nosso prêmio de risco, portanto, a nossa taxa de juros. Isso permitiria reduzir ainda mais as taxas de juros, dando a base para a retomada do crescimento. A política macroeconômica deve ser complementada com reformas microeconômicas para a retomada de investimento privado e a expansão do emprego.

A política econômica tem sido bem sucedida em reduzir o prêmio de risco do Brasil e melhorar a confiança na economia. O **C-Bond** é um dos títulos da dívida externa brasileira mais negociado no exterior. No quadro seguinte, veremos a evolução do **C-Bond**. Em outubro do ano passado, ele atingiu valores abaixo de 50% do seu valor de face. O esforço coordenado desde a transição do antigo para o atual Governo trouxe a decisão de fazer uma política monetária e fiscal ajustada que está sendo reconhecida como capaz de dar estabilidade ao Brasil.

A percepção do risco de que a economia brasileira pudesse apresentar dificuldades de sustentabilidade de sua dívida praticamente desapareceu nesse momento. E os papéis brasileiros, apesar de um período de grande instabilidade provocado pelo conflito com o Iraque, e a economia brasileira não têm sido penalizados na proporção de outros países com economias mais fortes, mostrando que há um **gap** de credibilidade importante criado neste momento no País que precisamos deixar que evolua corretamente.

Aí estão outras questões relativas à estratégia de crescimento e planejamento. As áreas prioritárias que acreditamos devam ser desenvolvidas pelo Governo, para o crescimento econômico: a inovação e o fomento tecnológico, integrando universidades e setor produtivo, políticas agressivas, incremento do volume de comércio exterior e redução de custos de logística e de transporte e políticas públicas que devem ser coordenadas com a política econômica, para garantir maior eficiência dos gastos públicos.

O que nós queremos mostrar com essa afirmação é que estamos conscientes de fazer uma política macroeconômica serena, com muito cuidado nesse momento, mas deve-se pressupor que ao seu lado caminhe uma política de desenvolvimento que seja criativa, que explore a possibilidade do nosso trabalhador, a riqueza das nossas empresas, o valor da

nossa agricultura, para que possamos forçar o ajuste de contas externas, que deve continuar, ao lado da melhoria das nossas contas correntes, de maneira sadia, e a maneira sadia de isso é conseguirmos uma balança comercial favorável e um combate efetivo da inflação. Como o País demonstrou nesse último período, ajustar as contas externas não significa apenas resultados positivos para a economia, porque o reflexo sobre a inflação é importante; exige um combate efetivo da inflação, que, se não for feito, joga por terra o ajuste externo que ocorreu nas nossas contas.

Além disso, estamos debatendo e propondo uma série de questões relativas a reformas institucionais que vamos enviar ao Congresso, como a concessão de autonomia operacional ao Banco Central, o que já está sendo debatido neste momento por todo o País. A Lei de Falências é uma questão fundamental para o Brasil, que tem uma lei extremamente atrasada na questão de falências. Assistimos a destruição de capital produtivo por não termos uma legislação adequada relativa às empresas em dificuldades, perdemos milhares de empregos, perdemos capital produtivo, perdemos a possibilidade da recuperação das nossas empresas. Esperamos obter a redução do custo do crédito, medidas que favoreçam a queda dos **spreads** bancários, que podem ser menores, o aperfeiçoamento do sistema de financiamento imobiliário e a expansão do microcrédito das cooperativas de crédito, que também hoje fornecem, em larga escala, crédito para a pequena economia – pequena que tem se tornado grande a partir da grande articulação de cooperativas agrícolas, das cooperativas de produção e das cooperativas de crédito, que passam a ter uma importância significativa na economia nacional.

Não me estenderei sobre esse ponto, mas acreditamos ser fundamental haver compatibilidade entre a política econômica e a política social. O Brasil não gasta pouco na área social, gasta mal. É preciso mais recursos.

Segundo os gráficos, essa é a situação da distribuição de renda no Brasil. Há quase 30 anos não há qualquer modificação nas faixas de renda do Brasil: 1% das pessoas mais ricas tem em torno de 12% e 12,5% da renda nacional e 50% das pessoas mais pobres detêm a mesma porcentagem de renda nacional. Houve uma piora dessa relação no período de alta da inflação, houve um período de pequena melhora no início do Plano Real, mas, infelizmente, ao longo dos últimos 30 anos, essa curva é quase uma reta. Como dizem os matemáticos, toda curva é uma reta de raio infinito. Não sou matemático, mas essa é uma reta no sentido estrito da palavra.

Não me estenderei sobre o ponto da distribuição dos gastos sociais do País. Trata-se de uma questão simples: se o Brasil reduzisse em 10% seu grau de desigualdade, seria o mesmo que crescer 25 anos à taxa de 3% ao ano. Essa é uma questão essencial para o nosso debate econômico, porque não basta crescer, é preciso crescer e modificar a distribuição de renda. O Brasil já cresceu no passado, mas mudou pouco a distribuição de renda, por isso não conseguimos fazer com que os benefícios de períodos de bonança do crescimento econômico se refletissem na qualidade de vida das pessoas e mantivemos grau de miséria e de pobreza extremamente elevados no Brasil. Portanto, nosso maior desafio não é apenas na questão crescimento, é no binômio crescimento e distribuição de renda, para que possamos fazer com que uma parcela maior da nossa população se aproprie da riqueza nacional. Esse foi um estudo simples feito pelo Ministério da Fazenda. O IPEA tem trabalhado esses dados de maneira bastante objetiva por um longo período e demonstra que se modificarmos em 10% o grau de desigualdade será o mesmo que crescer 3% durante 25 anos. Portanto, combinar distribuição de renda com o crescimento é fundamental para o futuro social do nosso País.

Por fim, os desafios da nossa política social seriam: focalizar melhor os recursos disponíveis, concentrar esforços nos programas de ação mais eficazes e permitir que os segmentos mais pobres da população possam estar preparados para participar e beneficiar-se do crescimento, e, principalmente, que possam também participar contribuindo com eles.

A universalização do acesso das pessoas aos serviços e benefícios tem de ser a meta do Governo e do País, mas deve estar subordinada a uma meta de investimento nas pessoas mais pobres.

Para concluir, a nossa expectativa é a de que se realize uma política econômica ajustada, que tenha serenidade e paciência com os nossos objetivos maiores, que tenha a firmeza de realizar as mudanças de que o Brasil precisa neste momento. Há necessidade de mudarmos o enfoque do ajuste fiscal, como ressaltei em alguns momentos, cortando os nossos gastos, mas sem impor à sociedade novos sacrifícios.

Que possamos fazer uma política monetária ajustada, mas que seja sustentada por uma política fiscal severa que não nos obrigue a juros altos permanentemente, portanto, que não imponha sofrimentos e restrições maiores à nossa economia. É uma necessidade neste momento em que o Brasil sai de um período de crise.

Eu diria, com muita segurança, que, neste momento, o Brasil passou por período de crise maior. Mesmo com a possibilidade de uma guerra, acredito e tenho muita segurança em relação a nossos indicadores, esta não será capaz de trazer uma instabilidade ao País capaz de nos jogar num choque externo como houve no final do ano passado.

Conseguimos – esse não é um esforço do Ministério da Fazenda, mas do País – sair da situação de grande restrição e começamos a caminhar num período de maior estabilidade, com queda significativa do risco Brasil, com aumento do valor dos nossos papéis no exterior, para que, a partir disso, criemos as possibilidades do crescimento.

Sr. Presidente, devemos colocar no centro de nosso debate, sempre, que o Brasil precisa crescer, sim, mas que precisa de políticas efetivas de distribuição de renda, porque, senão, vamos crescer, passar pelos períodos de crescimento, e a situação de má distribuição de renda em nosso País, infelizmente, pode perpetuar-se por mais um longo período.

Esse é um desafio de todos que participamos do Governo do Presidente Lula. Queremos estabelecer as nossas políticas em diálogo com o País e, nesta Casa, em diálogo com todos os Partidos. Temos certeza de que esse é o permanente compromisso do nosso Líder nesta Casa e na Câmara dos Deputados, porque acreditamos da construção de um Brasil melhor a partir do esforço de toda a sociedade e da participação ativa de todos os Partidos políticos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prosseguindo, concedemos a palavra ao Sr. Ministro do Planejamento, Guido Mantega, para a sua explanação.

O SR. GUIDO MANTEGA – Boa-noite a todos. Exmº Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Arthur Virgílio, Senador Aloizio Mercadante, que formularam o convite para que viéssemos a esta Comissão, Srªs e Srs. Senadores, Ministro Antônio Palocci.

O meu colega Antônio Palocci procurou delinear as linhas mestras da política econômica do nosso Governo, principalmente os aspectos da política monetária, e revelou a necessidade de uma política fiscal severa. S. Exª ficou com o lado bom da coisa, e eu agora vou falar da política fiscal severa, o lado mais difícil, mais duro da explanação.

Procurarei explicar a V. Exªs principalmente as medidas que o Governo tomou na área orçamentária a partir do contingenciamento feito no mês passado.

O Governo Lula assumiu o comando da República com o propósito de promover o crescimento sustentado no País com estabilidade. Não é possível atingir esse objetivo de crescimento sustentado sem que haja equilíbrio nas contas públicas. Com as contas públicas desequilibradas, com o aumento do déficit público, com o aumento da relação dívida pública em relação ao PIB não é possível nem garantir a estabilidade nem, muito menos, o crescimento sustentado.

Analisando o Orçamento de 2003, verificamos que não havia recursos suficientes para a execução de todas as despesas que lá estavam consignadas. Em função desta falta de recursos, fomos obrigados a fazer um contingenciamento das despesas, ou seja, a suspensão temporária de uma parte das despesas do Orçamento. As razões desse contingenciamento são bastante óbvias: em primeiro lugar, a escassez de recursos, que já é crônica para o Estado brasileiro. Talvez seja uma verdade acaciana, mas é bom ressaltar que já há muito tempo o Estado brasileiro se depara com escassez de recursos não só em nível federal como em todos os níveis de Governo. Essa escassez de recursos se verifica apesar de, nos últimos anos, a receita do Estado ter crescido razoavelmente ao sabor da criação de novos tributos. Infelizmente, não é um crescimento benigno da receita, porque se deu com a taxação maior da sociedade brasileira, tirando, portanto, recursos para que a sociedade faça investimentos e tenha um crescimento maior.

Embora as receitas tenham crescido razoavelmente, infelizmente as despesas cresceram com uma rapidez maior, particularmente as despesas com pagamento de juros. O Brasil é o campeão de pagamento de juros do mundo, principalmente nos últimos dez anos. Além da elevação das despesas com juros, também houve uma elevação das despesas com previdência e pessoal.

O gráfico que está ali representado procura mostrar a diferença entre a receita total e a despesa total. Portanto, estão aí incluídas as despesas com os juros. Em geral, falamos de superávit primário, mas aí está o conceito de despesa nominal. Observamos que aquela curva vermelha é a curva de receita total. Os senhores podem observar que ela permanece, na maior parte do tempo, abaixo da curva de despesa, que é a roxa. Apenas num pequeno intervalo, entre 2000 e 2001, tivemos um empate entre a receita e a despesa. Isso reflete a trajetória dos juros. A linha azul reflete a despesa com juros. Então, os senhores podem observar como o comportamento da despesa total acompanha o comportamento da curva de juros. Nos momentos em que houve aumento com a despe-

sa de juros, também houve um descolamento entre a curva de receita e a de despesa. A diferença entre a curva roxa e a curva vermelha é um déficit que se transforma em dívida pública. No período mais recente, observamos de novo, a partir de 2001, um descolamento entre a receita e a despesa. Se continuássemos o gráfico – não temos ainda o dado para 2003 –, a trajetória seria na mesma direção: a curva roxa para cima e a curva vermelha para baixo, havendo, portanto, uma tendência a um déficit maior.

Neste quadro, está especificada a evolução das principais despesas do Governo. Verificamos que, de 1997 até 2002, há um aumento com a despesa de pessoal, que está em bilhões correntes, de 41 para 73 bilhões; e uma projeção para 2003, de 78 bilhões.

A despesa de pessoal cresceu um pouco em termos de proporção do PIB. Em 2003 é 4,9%, voltando a um patamar inferior, embora não saibamos ainda se essa é a despesa definitiva com pessoal, que tem sempre sido maior a realizada do que a projetada.

Na terceira linha, temos a despesa com Previdência, que também sofre um aumento expressivo de 47 bilhões, em 1997, para 105 bilhões, projetados para 2003.

A maior despesa é com os juros nominais, que partem de 20 bilhões em 1997, atingindo a soma bastante elevada de 118 bilhões em 2002, representando 8,9% do PIB. É aí que se localiza uma pressão muito forte sobre o Orçamento.

As necessidades de fazer um ajuste no Orçamento foram dadas fundamentalmente pelo aumento de gastos obrigatórios com relação à Lei Orçamentária. Refazendo os gastos que deverão ser realizados em 2003, verificamos que alguns desses deles ultrapassam o estabelecido na Lei Orçamentária aprovada.

Em segundo lugar, houve uma mudança no parâmetro inflacionário, ou seja, uma aceleração da inflação do momento em que o Orçamento foi projetado no ano passado, e mesmo concluído pelo Congresso Nacional no final de dezembro, levou ao aumento de algumas despesas em função do fator inflacionário. Um outro aumento de despesas importante diz respeito a pessoal.

Além dessa pressão de despesas, o ajuste se faz necessário também porque o Governo resolveu adotar um superávit primário maior do que o que havia sido estabelecido em termos globais, de 3,75% para 4,25%.

O Ministro Antônio Palocci já deu as explicações pelas quais se aumentou a meta de superávit primário. No ano passado, enfrentávamos um cenário econômico muito difícil, que colocou o Brasil à mercê da turbulência internacional. Houve uma paralisação total dos créditos ao País. Entramos, então, em uma zona muito delicada de vulnerabilidade que exigia o estancamento da elevação de dívida/PIB. A dívida/PIB subiu consideravelmente no ano passado, chegando a bater em 64% do PIB, em parte por causa da desvalorização cambial do real. Portanto, um superávit primário maior é necessário para que essa relação seja estancada.

A relação dívida/PIB é um dos indicadores principais da vulnerabilidade do País e se reflete sobre o risco país. Então a necessidade de reduzir o risco país para permitir, entre outras coisas, a prática de taxas de juros menores para o Brasil nos levou a elevar a meta de superávit primário.

Nesse ajuste das contas, o contingenciamento também se faz necessário para evitar o aumento de tributos. A alternativa ao contingenciamento poderia ter sido uma proposição do Governo de elevação de alguns tributos, colocando a conta para o contribuinte brasileiro. Chegamos, contudo, à conclusão de que esse não seria o caminho mais adequado, mesmo porque, como já demonstrou o Ministro Palocci, a carga fiscal brasileira já tem um nível de primeiro mundo. É uma carga excessivamente elevada, pois chega a 35% do PIB, próxima às taxas da Suíça, Inglaterra e Alemanha. Portanto, a sociedade brasileira não comporta mais a elevação de tributos.

A outra alternativa é fazer ajustamento nas contas do Governo, fazer um contingenciamento das nossas próprias despesas.

Outra pressão importante, ao lado da despesa, que nos leva à necessidade de fazer esse ajuste é a pressão dos restos a pagar, que vêm sendo transferidos de um exercício ao outro. Temos uma pressão que se transfere de 2002 para 2003, de restos a pagar, da ordem de R$9,5 bilhões, uma parte dos quais tem que ser acomodada dentro dos limites orçamentários de 2003.

Neste quadro está o detalhamento do aumento de despesas que nos levaram ao contingenciamento. A primeira linha representa o aumento do superávit primário, que, na órbita do Governo Federal, deverá ir de 2,25 para 2,45, implicando o aumento de R$3,2 bilhões.

A linha seguinte mostra o aumento do superávit primário, mas apenas por conta da reestimativa do PIB. O PIB tinha sido estimado, na Lei Orçamentária, em R$1,4 trilhão e vai para R$1,6 a partir da inflação. Portanto, para atingir o patamar de superávit primário,

temos que aumentar mais R$2 bilhões. Serão, então, R$5,2 bilhões.

Pessoal e Encargos sofrem uma pressão de despesas de R$1,9 bilhão, o que não estava previsto na Lei Orçamentária. A Lei Orçamentária previa uma despesa de, mais ou menos, R$75 bilhões. Na verdade, a despesa com Pessoal vai para R$78,4 bilhões.

Na linha seguinte, existe um gasto adicional com subsídios e subvenções, principalmente para uma dívida agrária antiga. Em seguida, temos um aumento de gastos com a Previdência que, repito, não foram previstos na Lei Orçamentária. Nesse aumento de gastos com a Previdência, já estão descontados aqueles R$4,8 bilhões que o Congresso havia destinado ao aumento de despesas que se dariam com o aumento do salário mínimo.

Finalmente, na última linha, temos o aumento de despesas com abono salarial, seguro-desemprego, LOAs etc.: R$1,8 bilhão. A última linha é o aumento de gastos por créditos extraordinários. É uma parcela daquele crédito dada aos Estados no setor de transporte. Uma parte foi dada no final do Governo passado e outra, no início deste Governo.

O quadro anterior demonstra que tem sido comum subestimar as despesas com Pessoal e Previdência nos últimos três orçamentos principalmente. Tirei esse quadro de uma nota técnica feita por Assessores da Câmara e do Senado.

V. Exªs podem observar que, a partir de 2000, a Lei Orçamentária estabeleceu a despesa com Pessoal em R$52 bilhões – não sei se estou conseguindo enxergar. Mas, na verdade, a despesa efetivamente realizada foi de R$58 bilhões. Portanto, há uma diferença de R$6 bilhões, que foram subestimados. Sob o ponto de vista da Previdência, o gasto passa de R$62,9 bilhões para R$66,8 bilhões. Portanto, essas duas grandes despesas foram subestimadas. Verificou-se que são maiores do que as aprovadas na Lei Orçamentária. Em 2001 repetiu-se o fato. Observamos que, no gasto com Pessoal, a lei previa R$59,5 bilhões. Verificou-se um gasto de R$65,4 bilhões. No caso da Previdência, subestimou-se menos o gasto, que passou de R$75,8 bilhões para R$77 bilhões.

Finalmente, em 2002, o gasto com Pessoal, que havia sido estimado em R$68,5 bilhões, passou para R$75,3 bilhões. E a Previdência, de R$85 bilhões para R$88 bilhões. Portanto, vemos aí uma subestimação das despesas durante três anos consecutivos, o que provavelmente levou o Governo anterior a fazer contingenciamentos em todos esses anos. Aquelas despesas que se acrescentam à Lei Orçamentária foram somadas e resultam num total de R$16,2 bilhões, ou seja, tudo aquilo que aumenta em termos de despesa representa R$16,2 bilhões. Houve também um aumento de receita por conta do aumento do PIB e da inflação e, portanto, a diferença entre 16,2 e 2,1 é o que falta para fechar o orçamento e é o valor que foi contingenciado.

Existe uma dificuldade para fazer um contingenciamento no Orçamento Federal. É que esse possui uma grande rigidez, ou seja, a maioria das despesas é obrigatória ou protegida e não pode ser alterada. Então, cerca de 91% de todas as despesas do nosso orçamento federal são obrigatórias e protegidas. Portanto, o que pode ser contingenciado se resume em cerca de 10% do orçamento. Isso significa que o contingenciamento se dá de uma maneira muito desigual e, muitas vezes, até dolorosa para os ministérios que não estão protegidos.

Procuramos estabelecer alguns critérios para nortear o contingenciamento das despesas. O primeiro critério, como é óbvio, é a manutenção das dotações do projeto de lei para as funções protegidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias: no caso, educação, assistência, ciência e tecnologia e saúde.

Em segundo lugar, procuramos a preservação das ações prioritárias da área social. É bom esclarecer que isso não significa que não houve contingenciamento nos ministérios sociais. Houve, sim, porém não nos programas sociais prioritários. Procuramos fazer o contingenciamento das atividades de custeio dos orçamentos da área social. Só para dar um exemplo: o custeio do Programa Bolsa-Escola, que é um programa de cerca de R$2 bilhões que está na educação, representa 8% do seu valor, ou seja, para implementar, para poder fazer a bolsa chegar à mão do beneficiário, pelo sistema bancário, existem custos operacionais e burocráticos que, neste caso, representam R$150 milhões de reais.

Então, o contingenciamento foi feito tentando não atingir o programa social, não atingir o serviço que chega à população, mas tentando melhorar a eficiência da implementação do programa, reduzindo o seu custeio. Foram feitos, sim, contingenciamentos, mesmo na área da saúde e da educação, mas foram preservados os programas sociais prioritários que foram mantidos.

Mesmo o Programa Fome Zero continua com uma dotação de R$1 bilhão e 800 milhões desde quando foi elaborado. Uma verba foi tirada do Programa Fome Zero, mas ela não pertencia diretamente às atividades fundamentais do Fome Zero – R$34 milhões foram tirados. Mas o fulcro do programa se mantém e continua sendo executado, que é o atendi-

mento à população. O Programa Fome Zero tem uma dotação de R$1 bilhão e 700 mais R$100 milhões, que foram objetos de uma complementação excepcional, uma suplementação orçamentária que foi feita ainda em janeiro, de R$100 milhões, que foram dirigidos pelo Ministério da Segurança Alimentar. Portanto, a soma é R$1.8 bilhão e ele está mantido na sua integridade.

Além disso, procuramos preservar os projetos que têm conclusão neste exercício, obras que já estavam na sua fase final e que com poucos recursos poderão ser completadas ainda neste exercício. Uma parte dos investimentos de infra-estrutura foram contingenciados, principalmente novas obras, novos investimentos. Esta é uma regra de administração: quando se tem que fazer um contingenciamento, primeiro restringem-se os novos projetos, as novas obras, terminam-se as que já estão em curso e, depois, se novos recursos vierem, põem-se em funcionamento, implementam-se os novos projetos. Então, uma parte das emendas foi contingenciada, porque se refere a novos investimentos, a novos projetos ainda não iniciados.

Finalmente, também procuramos fazer uma redução do custeio, sem prejudicar as ações do Governo – é uma política importante –, de modo que a ação final do Governo não viesse a ser prejudicada mais que a parte burocrática, a parte de implementação sofresse a maior parte do contingenciamento.

Nesse quadro está demonstrado o impacto do contingenciamento sobre as despesas. As despesas totais são projetadas em R$275 bilhões, porém uma boa parte delas são despesas obrigatórias, que não podem ser mexidas. O contingenciamento deve recair sobre as despesas discricionárias, que, na verdade, se dividem em despesas preservadas pela LDO, ou seja, uma parte das despesas chamadas discricionárias é preservada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e a outra parte são as despesas não preservadas.

Na verdade, o contingenciamento acaba recaindo, sobretudo na linha quatro, nos R$27 bilhões, que são despesas não preservadas. Ao fazer o contingenciamento de 14 sobre 27, embora tenhamos feito uma parte pequena do contingenciamento sobre as preservadas, certamente o impacto é muito forte, de 14 sobre R$ 27 bilhões. A última linha demonstra esse impacto.

O contingenciamento sobre não preservados representa, em termos das atividades, 24% – portanto, 24% das atividades não preservadas foram contingenciadas – e 83% dos projetos das novas obras, das novas atividades foram contingenciados, o que representa um contingenciamento forte. Aí é que estão as novas obras. Se fizéssemos uma comparação do contingenciamento com as despesas totais, o número seria muito menor. Catorze bilhões sobre 275 representam apenas 6% do total. Mas, infelizmente, não é possível fazer uma distribuição equânime do contingenciamento e ele acabou recaindo mais sobre as despesas não preservadas, causando um impacto maior.

Uma vez feito o contingenciamento, o Governo procurou amenizar o impacto do contingenciamento com o aumento da eficiência do gasto público. Ou seja, fazer com que os recursos, agora em volume menor, pudessem se traduzir em um montante maior de serviços à população, fazendo com que menos recursos possam render mais serviços à população. Em outras palavras, aumentar a eficiência do gasto público. Esse aumento da eficiência deve ser obtido, em primeiro lugar, com a melhoria na gestão dos programas. Tanto na área de infra-estrutura quanto na área de serviços sociais, os programas deverão passar por uma revisão, uma nova engenharia de gestão, de modo que acabem custando menos para os cofres públicos.

Outra ação importante diz respeito à área de contratos de serviço. O Governo Federal possui um volume expressivo de gastos na contratação de serviços de terceiros. Consideramos que esse é um campo fértil para a redução de despesas, o que será auxiliado pela geração de indicadores de desempenho. Em vez de os Ministérios fazerem contratações por sua conta, pagando preços diferenciados por serviços iguais, podemos fazer uma homogeneização dos contratos pelos custos menores, o que vai ajudar muito na definição de geração de indicadores de desempenho. É o que se chama estabelecimento de **bench mark***, para servir de parâmetro, de orientação, para os serviços públicos.

Quero deter-me um pouco mais nessa questão da otimização da gestão pública, porque é um programa importante do Governo, que já está sendo posto em prática em todos os Ministérios. Ele implica selecionar determinados programas que sofrerão uma revisão dos seus processos de execução. Por exemplo, um programa já definido, orçado em oitocentos milhões de reais, é repensado; um grupo de gestão repensa todas as etapas desse programa, revê todos os procedimentos dele e consegue encontrar soluções alternativas, caminhos alternativos, para alcançar o mesmo objetivo, o que não é um mero exercício de intenções, de **wishful thinking**, como se diz. É, digamos, uma metodologia de gestão que já existe e

que pretendemos aplicar nos principais programas do setor público.

O objetivo é identificar caminhos alternativos, outras soluções que possam reduzir o custo dos programas, melhorar a qualidade e reduzir o tempo de execução.

Essa metodologia de gestão já foi experimentada num projeto da Infraero de ampliação do aeroporto de Guarulhos. Esse projeto foi orçado inicialmente em 900 milhões de reais e um grupo de gestão o discutiu ao longo de três meses, principalmente gestores do Ministério do Planejamento, da Infraero e do Ministério da Fazenda. Esse grupo rediscutiu todos os processos desse projeto e conseguiu reduzir os custos em 40%, de modo a atingir os mesmos objetivos, a mesma capacidade de carga, a mesma capacidade de escoamento de passageiros, o mesmo nível de qualidade do terminal do aeroporto de Guarulhos. Isso foi obtido com uma economia de recursos da ordem de 40%.

Então, o nosso objetivo, num primeiro momento, é aplicar essa metodologia de gestão a seis programas importantes do nosso Orçamento de 2003, o que já vem sendo feito. Os programas estão sendo escolhidos; a metodologia está sendo posta em prática e já vai dar resultados, já vai produzir uma economia de recursos, ainda no ano de 2003. A idéia é difundir essa nova metodologia de gestão para todos os programas do Governo. Evidentemente, isso não se faz do dia para a noite. É preciso formar os gestores do Executivo, dentro dessa nova mentalidade, dessa nova técnica de gestão, o que será feito em convênio com a Escola de Administração Pública e com empresas de consultoria, que já estão sendo contratadas, de modo que esse método de gestão se difunda por todo o Governo e consiga economia expressiva de recursos.

Nesse quadro estão expressos gastos que podem ser comprimidos a partir de uma ação de gestão, uma ação de redução de custos. Então, o Governo Federal – essas são estimativas para o ano de 2002 – tem um gasto corrente da ordem de R$14 bilhões. Nos gastos correntes é que se pode fazer economia e redução de custos. Só com o serviço de informática o Governo Federal gastou R$1 bilhão e 39 milhões no ano passado. Achamos também que aí é possível fazer economia de recursos. O mesmo acontece em serviços bancários, passagens aéreas, limpeza e conservação, enfim, todos os gastos dessa natureza que não estão diretamente envolvidos com os projetos sociais dos vários Ministérios.

A possibilidade de redução de custos é da ordem de 10% a 30%. Só para dar uma idéia, em geral, quando o Governo Federal adquire uma passagem aérea, ela acaba saindo sem desconto, temos observado que compramos a passagem pelo valor cheio. Então, evidentemente poderemos fazer gestões junto às empresas aéreas. Com o gasto de R$309 milhões, quase podemos constituir uma empresa aérea do Governo Federal e evidentemente deveremos obter descontos para a aquisição de passagens aéreas. Digo isso apenas para dar um exemplo de como poderá haver redução de custos.

Portanto, para encerrar, esses são os projetos do Governo para fazer frente a esse contingenciamento feito no mês passado. O contingenciamento não é uma medida de caráter definitivo; é uma medida cautelar que visa ajustar o nível de despesas à real disponibilidade de recursos que estamos estimando neste momento. Evidentemente, ao longo do ano, essa realidade poderá ser alterada. Por exemplo, um crescimento maior da economia poderá resultar num aumento de receitas do Governo Federal, ou mesmo uma melhoria do desempenho geral ou ainda a obtenção de receitas extraordinárias poderão possibilitar o descontingenciamento de uma parte desses recursos.

Neste momento, a realidade nos obriga a ter essa posição cautelar, principalmente levando em consideração o cenário relativamente conturbado que encontramos no mundo exterior e que tem nos afetado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com o encerramento das exposições realizadas pelos Exm°s Srs. Ministros, seguindo o que determina o Regimento, vamos conceder a palavra aos autores do requerimento. O Regimento fala num prazo de cinco minutos. Aqueles que tiverem um poder de síntese e puderem reduzir, tudo bem, mas o Regimento garante a cada Senador direito de fazer a sua indagação no prazo de cinco minutos, assegurado igual prazo aos Exm°s Ministros. Pelo Regimento, há também o direito à réplica e à tréplica, por dois minutos. Como muitos, ou a maioria ou todos, têm capacidade de síntese, não perderemos a eficiência e o conteúdo das interpelações nem das respostas.

Assim sendo, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, na qualidade de um dos autores do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Começo dizendo que tenho toda a confiança em V. Exª

como médico e lhe dedico os melhores votos de êxito como Ministro da Fazenda. Torço sinceramente pelo seu êxito, o que não impede que aqui venha talvez contraditar algumas das suas posições passadas, desejando sempre êxito no presente e no futuro. Isso significa mandarmos reformas estruturais para serem votadas, aquelas que diziam ser neoliberais no passado. Dou-lhe até um prazo ideal: depois de amanhã é muito tarde; hoje é uma data limite; trasanteontem seria uma data bastante conveniente. Essa é uma opinião sincera de quem torce pelo êxito de um companheiro de Congresso tão querido.

V.Exª faz uma bela exposição e muito precisa e, inclusive, muito honesta, quando diz que, aliada ao quadro econômico de dificuldades, havia também certezas quanto ao que seria o procedimento do novo Governo. V. Exª, depois, faz uma menção à política econômica que já apresenta mudanças significativas. Não tenho visto. E tenho visto V. Exª dizer de maneira otimista que os indicadores da economia brasileira estão melhorando. Estão melhorando, a meu ver, com o mesmo receituário, ou seja, quem sabe, em função da credibilidade que seu Governo vai conquistando e que, por não existir essa credibilidade antes, tamanhas turbulências tenham sido processadas nos mercados.

Lembro-me, V. Exª faz a comparação entre os C-Bonds de outubro com os de agora. Propor-lhe-ia fazer a comparação dos indicadores de maio, antes da corrida eleitoral começar, com o momento de agora. Eram bem mais suaves. E pego aqui alguns dados: um deles, em 18 de agosto de 2002, o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou uma carta, idealista como sempre, talvez não exata, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo o seguinte: "Ao lançarmos o nosso programa de governo, aqui em Brasília, há um mês, insistimos em que o País não deveria acovardar-se. Precisamos vencer a crise, atacando as suas causas, entre elas, a falta de crescimento sustentável e os juros altos. Quero reiterar a V. Exª, com franqueza, o que afirmamos aquele dia: se vencermos as eleições, começaremos a mudar a política econômica desde o primeiro dia. Tal compromisso é sagrado". Quem sabe isso não significou a deterioração do valor dos C-Bonds naquela altura.

Tenho aqui, e já me referirei com o mesmo respeito e apreço ao Ministro Guido Mantega, uma declaração, perto de outubro, quando o valor dos C-Bonds estava depreciado, publicada pelo **Valor Econômico**, de 6/9/2002, na qual o Ministro Guido Mantega diz que o Brasil não tem condições de ter inflação de país desenvolvido. Foi a época, mais ou menos, do plebiscito sobre a Alca, e que, em plena efervescência eleitoral, nos dizia que aquele caminho era o mais correto.

No mais, V. Exª cometeu muitos acertos. V. Exª diz que seria possível uma política absolutamente austera, numa época em que não tínhamos a honra de contar com seu partido nos ajudando a fazer reformas. E agora conte conosco para fazer reformas. É nosso compromisso fazer reformas que realmente reformem. V. Exª fala que a persistência de políticas absolutamente exigentes do ponto de vista fiscal em oito anos teria levado a uma relação dívida pública/PIB de 27%. Hoje, quem sabe, seja possível. Naquela época, tinha medo de que a CUT nos escalpelasse. Sinceramente, não vejo que houvesse a menor condição de, com tamanha agitação política, termos chegado a isso. Penso que se fez muito e reconheço o esforço que seu Governo vem fazendo no caminho da austeridade.

Encaminho-lhe algumas perguntas:

Qual será, na sua opinião, a situação da economia brasileira daqui a 4 ou 5 anos se for realizada, como pede o Governo, a reforma do sistema previdenciário?

Que avaliação tem V. Exª quanto a conseqüências eventuais no caso de fracasso dessa tentativa?

Se as mesmas propostas que vêm sendo anunciadas pelo Governo hoje, como o estabelecimento do teto único para a aposentadoria, previdência complementar para servidores públicos, contribuição de inativos, tivessem sido lançadas e implementadas há quatro anos, estaria ou não o País em uma situação melhor?

Tenho que me referir a seu partido: o seu partido, se não apoiou as reformas que são necessárias e se a falta de reformas agravou o quadro, seria co-responsável pela situação de dificuldades por que passa o País?

Outra pergunta; em 16 de junho de 1998, o Ministro de então, seu antecessor, Pedro Malan afirma, em entrevista à **Rádio Eldorado**, que o Governo estaria trabalhando para que o País tivesse uma taxa de juros mais civilizada.

Ele condicionou a queda da taxa de juros, entretanto, à continuidade das mudanças estruturais, particularmente, o avanço da reforma da Previdência. De lá para cá os juros permaneceram elevados, e a reforma da Previdência não se viabilizou. Da mesma forma e com a mesma sensatez do Ministro Pedro Malan – V. Exª é um homem sensato; admiro-o muito –, V. Exª tem condicionado a queda das taxas de juros à reali-

zação de reformas, com destaque para a da Previdência. Indago se V. Exª entende que assistia razão ao Ministro Malan naquela época.

O Brasil ocupa atualmente o terceiro lugar no **ranking** das maiores taxas de juros do mundo – isso nos atormenta há muito tempo –, segundo levantamento da Consultoria Global Invest. Nessa disputa, que é dura para o País, apenas a Turquia e a Venezuela estão à nossa frente. Ao longo dos 45 meses em que o levantamento vem sendo realizado, o Brasil é o único país que esteve sempre entre os cinco primeiros do **ranking**, ou seja, é um drama crônico. A solução para o problema parece cada vez mais distante, uma vez que a taxa de juros praticada hoje (26,5% ao ano) é 50% superior à média dos dois últimos anos do governo anterior: 17,6% ao ano.

Pergunto: A seu aviso, quanto tempo será necessário para que o País tenha uma taxa de juros mais civilizada?

Outra pergunta – aliás, fiz umas vinte: sabe-se que a elevação das taxas de inflação ocorrida nos últimos meses deve-se, em grande parte, à forte desvalorização de nossa moeda. Desde fevereiro de 2002, o real acumula uma perda de mais de 50% em relação ao dólar. Supondo que a instabilidade cambial perdure ainda por um longo tempo e pressione os índices inflacionários, a equipe econômica manterá a política de juros elevados, levando-se em conta, inclusive, a turbulência internacional entre Iraque e Estados Unidos, que une todos os brasileiros em apoio ao Governo de V. Exª?

Ministro Guido Mantega, em entrevista publicada pela revista **IstoÉ**, em maio de 1998, V. Exª afirmou o seguinte em relação ao rombo da Previdência – aspas para o ilustre Ministro, a quem desejo o mesmo êxito e por quem, à distância, tenho o mesmo apreço:

"Vi contas estapafúrdias do Governo, que fez terrorismo quando anunciou um déficit de R$28 bilhões. O Governo está manipulando números, está somando todas as folhas de inativos e pensionistas do setor público e jogando na conta da Previdência. A situação do INSS piorou porque a economia está em ritmo lento, desempregando gente e incentivando a informalidade. Assim, o Governo é um dos principais responsáveis pela queda de receita do INSS. Fiz o cálculo de quanto seria a arrecadação do INSS se os 2,5 milhões de trabalhadores dispensados entre o Governo Collor e o Governo Fernando Henrique ainda estivessem na ativa. Haveria uma arrecadação adicional de 2,5 bilhões e não teria havido déficit da Previdência em 1997. Se tivessem criado postos de trabalho formais, haveria superávit".

A ser exata a sua assertiva, poderia haver uma coincidência – tanto o Governo Lula, atualmente, está fazendo terrorismo quanto o Governo do qual fui Líder fez terrorismo –, ou era hora de V. Exª, com toda a grandeza, dizer que reformula essa posição? Aí não sei se o caminho para resolver o rombo da Previdência, como propõe V. Exª, seria o de atacar o problema da informalidade do mercado de trabalho, recontratando os demitidos no Governo Collor.

Em reportagem publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo, em julho de 2002, o jornalista Márcio Aith indaga de V. Exª o que seu Partido faria para dinamizar a economia brasileira de forma rápida. De acordo com a reportagem, responde V. Exª:

Se o Brasil apresentasse um saldo comercial de – digamos – US$10 bilhões, o risco Brasil cairia e a taxa básica de juros poderia cair. Você pode imediatamente melhorar o saldo comercial, dinamizando as exportações, tomando uma série de medidas. O BNDES pode baixar os juros dele para os setores prioritários porque não são juros de mercado. São juros administrados.

Apesar do saldo comercial de quase US$15 bilhões, nos últimos doze meses, observo que os juros continuam subindo. Pergunto a V. Exª: Estaria errada essa fórmula para dinamizar a economia – aí voltamos à honestidade intelectual do Ministro Antônio Palocci, que fez referência a incertezas quanto ao comportamento do Governo, o que é louvável; vi isso hoje feito pelo Líder Aloizio Mercadante e por um diretor do Banco Central, aprovado à unanimidade por nós – ou seria o famigerado mercado – agora podemos falar sem que alguém diga que sou neoliberal, podemos falar, com toda a abertura, que o mercado existe, que é uma realidade palpável –, que estaria exigindo um prêmio de risco em função, ainda, de certa falta de confiança no atual Governo?

Ministro Guido Mantega, quais seriam os setores prioritários que receberiam os empréstimos do BNDES com taxas de juros inferiores às praticadas no mercado? E qual o valor dessa taxa administrada a que se refere V. Exª e que seria cobrada pelo BNDES?

Sr. Presidente, encerro essa primeira etapa da participação e reafirmo que desejo aos dois Ministros muito êxito. É hora de torcermos por um Brasil melhor e não por um Brasil pior. Por outro lado, creio que um debate como este, assistido como é pela opinião pública brasileira, vai esclarecer, corrigir, levar a mea-culpa, levar a fatos novos, a uma compreensão

nova, a uma percepção nova da posição atual de V. Exªs. Uma pessoa, digamos assim – já concluo, Sr. Presidente –, menos tolerante diria: "Estão sendo incoerentes." E digo: "Que bom. Bendita incoerência!". Persistam os dois Ministros na linha dessa incoerência que vai fazendo do ajuste fiscal uma bandeira e nos levando à perspectiva de reduzirmos, com o tempo, com a persistência de políticas corretas, os juros, podendo então pensar em crescimento sustentável.

Muito obrigado a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI FILHO – Agradeço as perguntas do Senador Arthur Virgílio, porque colocam o debate em termos francos. E assim quero proceder na minha resposta.

Veja, Senador: o mérito para que possamos construir juntos, independentemente de partidos, um futuro melhor para o País, o mérito que se exige de todos nós é a tranqüilidade em admitir erros. Na minha vida política, certamente cometi muitos erros. Não fico ressaltando esses erros, porque não quero tirar assunto da oposição, mas certamente cometi e cometerei no futuro muitos erros políticos e pessoais.

Mas é preciso que o Governo que V. Exª representou reconheça, com tranqüilidade, erros do passado, porque eles são importantes, não para que façamos uma condenação pública de pessoas e de dirigentes, mas para corrigirmos os erros do passado. O País precisa corrigir os erros do passado. Querer atribuir a crise do ano passado a eventuais incertezas do novo Governo que viria é evitar reconhecer erros importantes. Não falo de incertezas, mas de especulações do mercado sobre a nova política econômica. Na verdade, houve especulações em torno da nova política econômica, mas o que houve foram problemas na condução da política econômica. Senão, como explicaríamos a crise de 1999? Essa não ocorreu na véspera de uma eleição, mas um mês depois da eleição.

É preciso admitir erros, insisto, não para condenar pessoas ou dirigentes, pessoas que, ressalto, tiveram um grande espírito público, porque certamente trabalharam pelo País – Ministros, o Presidente da República que nos antecedeu; mas houve erros na condução da política econômica em 1999, em 2002, erros que custaram caro ao País. O que estamos propondo, neste debate, é avaliar, com serenidade, esses erros, para que não os cometamos de novo. Nos quatro primeiros anos do Governo anterior, não se fez superávit nas contas, nenhum sequer. Isso custou ao País. Os quatro anos foram baseados numa âncora cambial que, quando veio a crise, custou caríssimo para as reservas do País. Esse foi um equívoco cometido. Devemos discutir essa questão com serenidade, para não cometer esse erro de novo. Também devemos refletir sobre os erros de um passado mais remoto, quando o Brasil escolheu o caminho do rompimento dos contratos para resolver seus problemas fiscais, da alta inflação para resolver seus problemas fiscais. Queremos analisar esses erros do passado, repito, não para condenar pessoas, mas para que o País tenha a certeza de que os erros fazem parte da vida, mas é melhor avaliá-los para não cometê-los de novo.

Nossa política econômica, Senador, não é uma repetição da anterior. Não é. Em algumas questões, é preciso deixar claro que qualquer política econômica precisa ser baseada em combate à inflação, em metas que se buscam para combater a inflação. Aliás, muitas vezes se diz: "Por que vocês repetem a política de metas de inflação inventada no Governo anterior?" Não, a política de metas de inflação começou em 1990, na Nova Zelândia, quando a Nova Zelândia e a Austrália fizeram um acordo para uma cooperação comercial que envolveu a exigência de estabilidade entre as economias dos dois países. Ali se inventou uma política de metas de inflação copiada por dezenas de países. É um instrumento, não uma política econômica, um instrumento de política macro-econômica.

Combate à inflação, política fiscal. Política fiscal não aprendemos nos últimos quatro anos; aprendemos com a dona-de-casa que não se pode gastar mais do que se ganha, principalmente quando se deve. E, nos primeiros quatro anos do último Governo, gastou-se muito mais do que se arrecadou. Esse é um equívoco cometido que analiso e em que insisto com a tranqüilidade de buscar acertar no futuro.

Por isso, Senador, estamos mudando a política econômica. O primeiro ajuste que fizemos no orçamento não foi com aumento de impostos, mas com corte nos nossos gastos. Isso não é igual ao que foi feito no passado, porque, no passado, elevou-se a carga tributária de 25% para 36,5% do PIB. Ou seja, impôs-se à sociedade o custo do ajuste fiscal. Se continuarmos fazendo isso, se pagarmos as nossas contas não com corte nos gastos, mas com mais impostos, poderemos elevar a nossa carga tributária a 40% do PIB. Pergunto: o que ocorrerá com a nossa produção, com as nossas empresas, com as pessoas que pagam impostos? Essas são as questões fundamentais, e falo sobre elas com tranqüilidade, porque esse debate é fundamental para o futuro do nosso País. Ou

seja, precisamos avaliar com serenidade as questões que passaram para corrigir os rumos.

Mas não sou daqueles, Senador, que faz tábula rasa quando os que governam não são do meu partido. Sei e por diversas vezes reconheci e reconheço o esforço fundamental que foi feito pela estabilidade econômica, com resultados positivos para o Brasil do ponto de vista do controle por um longo período da inflação, pelo ganho de competitividade que tiveram as nossas empresas nesse período. É preciso reconhecer valores que foram construídos por pessoas, por entidades e por dirigentes que se esforçaram para consertar as contas do Brasil. Mas quero também discutir os erros, porque quero poder receber críticas aos possíveis erros que venhamos a ter na política econômica que buscaremos conduzir.

Insisto numa questão fundamental: de mudança da política econômica. Essa foi uma afirmação que fiz duas ou três vezes na minha exposição não para ser cansativo, mas para fixar uma questão fundamental sem a qual – acredito – vamos patinar e não resolveremos a questão econômica. É preciso segurar o crescimento da dívida pública do Brasil. O que levou ao risco da credibilidade, da sustentabilidade da nossa dívida no final do ano passado foi o nível que ela atingiu, porque é uma dívida de curto prazo, de trinta e cinco meses em média. É preciso reverter esse quadro.

Não nos podemos financiar no próximo período com nova dívida pública, com o seu crescimento. No último período, ela foi de trinta para quase sessenta. Se repetirmos essa política econômica, poderemos levar o Brasil a um impasse significativo do ponto de vista de sua capacidade de desenvolver a economia, a competitividade das empresas, o comércio internacional e o desenvolvimento social das famílias. Esse é o debate que queremos francamente fazer, porque ele é necessário.

No próximo período, estaremos diante de desafios enormes. O Senador pergunta por quanto tempo é possível manter uma dura política monetária. Infelizmente, não temos a resposta, mas temos a decisão de fazer aquilo que for preciso para que o Brasil não perca a oportunidade de ajustar as suas contas e de começar um crescimento econômico sustentável.

É preciso ter disposição para isso. É preciso fazer as reformas. E trabalharemos por elas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senador Arthur Vírgilio, também agradeço a V. Exª as perguntas, porque elas me dão a oportunidade de esclarecer pontos que talvez permaneçam obscuros na nossa política econômica e também no nosso pensamento.

Não poderei deixar de começar admitindo a possibilidade de cometer erros, de haver cometido erros no passado e de cometer erros no futuro, que procurarei admitir e me redimir, assim que for necessário.

Mas começo abordando a questão da suposta continuidade da nossa política econômica. Talvez V. Exª tenha razão em fazer a menção de que a nossa política econômica se parece com a política anterior, porque as diferenças ainda não apareceram ou talvez não estejamos conseguindo explicitá-las adequadamente para a sociedade. Mas posso lhe afiançar que diferenças existem, evidentemente não na gestão do orçamento público, porque desde sempre dissemos que administraríamos o orçamento com responsabilidade fiscal. A responsabilidade fiscal não é um atributo de uma escola de pensamento ou de uma tendência liberal, neoliberal, ortodoxa, mas deve ser obrigação de todo tipo de governo. E se observarmos tanto os governos de esquerda quanto os governos de direita espalhados pelo mundo, veremos que todos procuram alcançar o equilíbrio fiscal, a responsabilidade fiscal, o equilíbrio das contas públicas. Então, não é aí que deve ser buscada a diferença de política econômica do Governo anterior para o nosso. A diferença deve ser buscada na mudança de conduta do Estado. E aí reside uma diferença fundamental, porque o Governo anterior, principalmente o núcleo duro do Governo anterior, tinha aversão a uma ação mais ativa do Estado brasileiro na elaboração de políticas, política industrial, política de comércio exterior, política agrícola ou qualquer tipo de política que pudesse soar como uma intervenção do poder público nas tendências do mercado.

Sendo assim, se o Presidente Fernando Henrique quis fazer essas políticas, deparou-se com uma barreira intransponível da equipe econômica, que era contra essas políticas, pensava que a lógica do mercado conduziria o País para o crescimento sustentado, e isso não aconteceu. Então, essa é uma diferença que vai aparecer. Não apareceu ainda porque temos apenas dois meses de governo, mas vai aparecer na elaboração das políticas que vão ser postas em prática em futuro próximo.

Estamos nos preparando para fazer um Plano Plurianual, quando colocaremos nosso projeto de longo prazo. Vamos voltar a pensar o Brasil a partir do futuro, com uma agenda de desenvolvimento. Durante oito anos o País não teve uma agenda de desenvol-

vimento, ficou olhando só para o curto prazo, curtíssimo prazo, apagando incêndios.

E, dentro em breve, vamos lançar a discussão sobre um projeto de longo prazo que implica numa certa intervenção do Estado na economia, um certo papel do Estado. Não é aquele velho Estado intervencionista do passado, do período desenvolvimentista. É a intervenção do Estado em termos modernos, como se faz, hoje em dia, uma moderna política industrial, de comércio exterior, etc.

Dissemos, antes de assumir o governo, que uma das nossas prioridades seria diminuir a vulnerabilidade do País, que muito nos custou, ao longo de todo esse período. Deixou-nos suscetíveis a todas as alterações, a todas as flutuações que aconteceram no mercado internacional. E vamos nos dedicar a eliminar essa vulnerabilidade de uma maneira ativa. Até houve, no ano passado, uma redução dessa vulnerabilidade, mais pelo efeito do câmbio do que propriamente por uma ação decisiva do Governo aumentando a competitividade dos produtos brasileiros.

Não podemos depender só do câmbio favorável para aumentar a competitividade do produto brasileiro. Temos que contar, também, com uma reforma tributária que diminua os encargos, que diminua o piso dos tributos sobre as exportações brasileiras. E sabemos que o Governo anterior foi totalmente refratário ao fazer uma reforma tributária que caminhasse nessa direção. Ele se opôs durante os oito anos, e as exportações brasileiras, o produto brasileiro, de um modo geral, tem uma carga fiscal maior do que o produto que é feito lá fora.

Então, são diferenças importantes que vão aparecer de um governo para o outro. Mesmo na política monetária também haverá mudanças importantes, que não podem ser feitas neste momento, porque o Brasil saiu, no ano passado, de uma crise de grande magnitude, quando o crédito para o Brasil secou totalmente. Sofremos, no ano passado, um choque de crédito, talvez inédito na história do Brasil. Não foi dado nenhum tostão de crédito, a partir de outubro, para a economia brasileira, e isso, evidentemente, exige medidas mais drásticas de precaução. Isso gerou um aumento do valor do dólar e uma pressão inflacionária que poderia se tornar um problema, se uma política monetária adequada não fosse praticada.

Mas, a partir das medidas que estão sendo tomadas, dentro em breve, quando a pressão inflacionária for debelada – e é bom lembrar que o nosso Governo se comprometeu em colocar como prioridade no País a estabilidade, um bem importante que deve ser preservado a todo custo –, assim que essa pressão inflacionária for debelada, a política monetária deverá ser diferente, porque, no passado, quando houve espaço para reduzir a taxa de juros, isso não aconteceu. E o exemplo que posso citar, mais próximo de nós, foi em março ou abril do ano passado, quando havia espaço para que a taxa de juros fosse reduzida pelo Banco Central, e até o mercado financeiro já tinha se preparado, já admitia isso. Mas o Banco Central foi conservador e, talvez, por um vício de comportamento, porque praticou as mais altas taxas de juros do mundo durante oito anos, continuou mantendo as taxas na estratosfera.

Essa política monetária também será mudada assim que as condições se colocarem, não de forma irresponsável, de forma arbitrária. E isso dissemos, também, ao longo da campanha. As taxas de juros não se mudam por decreto, se mudam quando existirem as condições para que elas possam ser mudadas de forma responsável.

Cada uma das suas instigantes perguntas necessitaria de cinco minutos para resposta. Gostaria de responder. Talvez eu tenha a oportunidade de falar, ainda, sobre a taxa de inflação no Brasil e a diferença dos países desenvolvidos. Continuo afirmando que o Brasil não tem condições de ter taxas de inflação semelhantes às dos países desenvolvidos, pelo menos neste momento, e não é isso que a política monetária está perseguindo, porque o Brasil é um país que tem uma vulnerabilidade externa e um câmbio flutuante. Então, isso transmite pressões inflacionárias adicionais que um país desenvolvido não tem. Quando conseguirmos estabilizar o câmbio, a partir de uma posição externa robusta, aí será possível ter como objetivo taxas de inflação semelhantes às dos países desenvolvidos. Enquanto isso não acontecer, continuo defendendo que temos que ter taxas um pouco maiores, e, de fato, as metas do Banco Central não são de países desenvolvidos, 8,5% para este ano.

Tenho que parar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo-lhe a palavra por dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Vou tentar resumir.

Começo pelo Dr. Mantega. V. Exª fala em erros do passado, em semelhanças aparentes. Por enquanto, as diferenças estão muito na base do agente secreto. Espero que, na hora efetiva em que a conjuntura permitir, V. Exª tenha a necessária ousadia de baixar juros, não como V. Exª pretendia, baixar um ponto para, depois, ter que aumentar três, em seguida. V.

Exªs haverão de ter ousadia para mudar, sim, mas em cima dos fundamentos que estão postos, mais a subsídios do que a políticas setoriais.

Pela reforma tributária, que desonerava as exportações, se fez o máximo. V. Exªs terão, quem sabe, um saldo de US$16 bilhões ao fim deste ano, não porque inventaram a roda, mas porque estão na linha de um processo que, no ano passado, rendeu cerca de US$12 bilhões de saldo da balança comercial.

O crédito sumiu, na minha opinião, em função das atribulações pela percepção que se fazia do favoritismo eleitoral do nosso ilustre Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Dr. Palocci, lhe digo a mesma coisa: louvável. Cometeram-se erros, pergunta se o nosso Governo também, se não foi um erro a manutenção daquele câmbio fixo. Discordo muito do meu querido amigo Gustavo Franco, acredito que foi um erro, sim, e, portanto, faço, também, esse **mea-culpa**. Fico comovido com a admiração que V. Exª revelou pelo segundo governo do Presidente Fernando Henrique. Fico comovido porque sei que tudo que vem de V. Exª é sincero e é honesto. Portanto, fico, de fato, comovido. Isso me ajuda, me estimula a lutar por reformas com mais ênfase ainda.

Quanto à crise de 1999, lembro-me das condições e dos equívocos do Governo que a causaram. Tentou-se alterar o câmbio, veio a crise do México, depois houve certa teimosia do Gustavo: "Minha cabeça é essa". Era uma época em que seu Partido falava de superávit nenhum. Os debates na Comissão de Orçamento eram enfadonhos: "Estão poupando para o FMI à custa do sacrifício do povo brasileiro e é para tapar buraco de estrada com isso". Todos aqui ouvimos, até os que disseram e os que não disseram. Eu era um pobre coitado que só ouvia.

Hoje aplaudo a compreensão de V. Exª e lhe digo que tenho absoluta convicção de que V. Exª haverá de ter ousadia para alterar, na hora possível, a política econômica, mas não o fez.

Regime de meta de inflação. Não é essa a única forma de combater a inflação. Há mais outras 34 maneiras de enfrentá-la. O Professor Marcus Lisboa deve-lhe dizer isso com muita propriedade e V. Exª sabe muito bem disso. E se fez o início da luta para estabilidade vitoriosa neste País sem estabelecer o chamado **inflation target**. Não foi por aí. Então, V. Exªs. deram um grande indicador de que queriam ir por esse caminho, que julgo justo, mantendo o regime de meta de inflação. Entraram para valer nessa perspectiva, até, quem sabe, se antecipando, porque podiam ter negociado melhor com o Fundo Monetário Internacional, ao invés de se anteciparem a ele, esse superávit de 4,25%, que é brutal, que se soma ao rombo da Previdência.

Mantiveram, com muita clareza, o regime de câmbio flutuante, que é correto. Foi equívoco do Governo não ter feito isso antes. É correto. E digo-lhe mais: quando falam a linguagem das reformas estruturais, tenho certeza de que, se estivessem com essa cabeça na época em que votávamos a quebra de monopólios que esclerosavam a economia brasileira, teríamos tido o ilustre voto de V. Exª e o ilustre apoiamento técnico e acadêmico do Ministro Guido Mantega, que, por azar nosso, não pertencia a esta Casa.

Portanto, desejo-lhe novamente boa sorte, mas não se apegue demasiadamente à idéia de que o único caminho é esse. No momento oportuno, mudem, sim, porque essa é a idéia que sempre acalentei no coração. Mudar, sim, porque seria sadio não praticar a política de juros altos eternamente, em se podendo baixá-los. O crescimento sustentado virá a partir do momento em que V. Exªs. não ficarem atrelados a essa prática ortodoxa, necessária por determinado tempo. Na hora de mudar, mudem, sim. Por enquanto, ainda não mudaram, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro Antonio Pallocci, V. Exª tem o mesmo tempo.

O SR. ANTONIO PALLOCCI FILHO – Não creio que seja producente dizer o grau de mudança que houve ou deixou de haver. O produtivo seria debatermos o que é preciso fazer pelo País. Eu não teria nenhum problema em repetir determinado gesto político ou medida que outro fez, mesmo que de um Partido completamente diferente do meu. Aliás, a meta de inflação, como ressaltei aqui, não é uma criação nossa, mas uma cópia, que julgo correta, de uma política que iniciou em 1990. Então, partindo desse ponto de vista, aquilo que a política produziu de positivo precisamos reproduzir nas novas políticas e dos exemplos errados do passado precisamos fugir. Dessa forma, podemos trabalhar melhor a idéia das necessidades que o País tem hoje e terá no futuro.

Não teremos, Senador, nenhuma dificuldade em operar as mudanças nas metas inflacionárias, na política monetária, melhor dizendo, na política fiscal, para fazer o que o Brasil precisa, mas note que já começamos a fazer isso. V. Exª ressalta que propusemos um superávit de 4,25%, sem negociar adequadamente com o FMI. Esse é o ponto, Senador. O Governo de V. Exª só fez superávit quando o FMI o exigiu, o que foi um grande equívoco. Nós estamos fazendo exatamente o contrário. O superávit é necessá-

rio para o País. Dissemos à missão do FMI que não iríamos esperá-la chegar ao Brasil para nos dizer que seria preciso superávit maior. Essa é uma questão fundamental da política, porque imaginem se o FMI, por alguma percepção equivocada, dissesse que o Brasil não precisa de superávit. Queremos fazê-lo, porque a sustentabilidade de nossa dívida exige que ele seja feito de maneira a garantir que no futuro possamos ter contas públicas mais elásticas, novos investimentos para o setor social, investimentos produtivos no País. Essas são as questões fundamentais.

À época das reformas, eu era Deputado, portanto não tenho dificuldades em admitir eventuais erros. Fui Vice-Presidente da Comissão de Reforma Tributária e não vi nenhum empenho do Governo em fazer reforma tributária alguma. Naquela época, a Comissão chegou a aprovar por unanimidade um projeto de reforma tributária que não andou, porque não houve... Esse é um equívoco importante, mas não um equívoco que tenha destruído os valores do Governo anterior, de forma alguma. Se não o reconhecermos como tal, não admitiremos a necessidade de fazê-la neste momento. A reforma tributária, hoje, precisa ser feita sem que possamos reduzir a carga. Infelizmente. Temos dito isso ao País, inclusive o dissemos na campanha. O Presidente Lula afirmou várias vezes: "Vamos fazer a reforma tributária. Num primeiro momento, não será possível reduzir a carga tributária, mas é possível e necessário melhorar a qualidade dos impostos".

Há uma discussão infindável no Brasil: o Governo dizendo que não taxa exportação, o exportador dizendo que há imposto na exportação. E, quando verificamos o fato, vemos que os dois têm razão, porque, na verdade, as leis atuais desoneram a exportação, mas, na prática, os exportadores não conseguem desonerar seus produtos. É preciso resolver essa equação da cumulatividade dos impostos, que muda preços relativos, destrói cadeias produtivas. Essa questão precisa ser resolvida.

Então, insisto, Senador, não faço a réplica para devolver crítica, mas para que possamos identificar equívocos não só do Governo anterior. Tratei aqui de muitas questões de um passado mais remoto do Brasil, em que incorremos em outro tipo de erro, que queremos neste momento avaliar com serenidade, para fugir deles e fazer as políticas que nosso País exige.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu queria começar reafirmando a necessidade de mudança da política monetária, quando as condições o permitirem. O Senador pode ter certeza de que estaremos apoiando, lutando para que essas mudanças se efetivem, mesmo porque consideramos que a taxa de juros e o custo financeiro estão entre os principais males que assolam a economia brasileira. Com essas taxas de juros elevadas, com o custo financeiro nesse patamar, que não é só a taxa Selic, é muito mais do que isso, é o custo financeiro que chega às empresas brasileiras – pequenas, médias empresas –, ao consumidor, que faz com que o crescimento sustentado seja absolutamente proibitivo. Portanto, se não houver uma mudança da política monetária, com adoção de uma nova dinâmica de taxa de juros, não poderemos atingir o crescimento sustentado prometido pelo nosso Presidente. Então, esse é um compromisso que teremos no momento certo, quando essas condições se colocarem.

Em relação à crise que acometeu o Brasil no ano passado, a falta de crédito e tudo o mais, V. Exª menciona que essa crise de confiança – vamos chamá-la assim – deveu-se fundamentalmente à postura do nosso candidato, ou à vantagem do nosso candidato. Eu queria me contrapor a essa afirmação, dizendo, em primeiro lugar, que fatores externos importantes contribuíram para isso: a crise da Argentina, que causou prejuízos aos investidores e uma aversão ao risco muito forte. Uma parte dos investidores achou que a história iria se repetir, com as perdas também no Brasil. O cenário americano também não contribuía, com a perda das empresas, a questão dos balanços falsificados das empresas americanas também causou uma grande aversão ao risco.

Do ponto de vista das responsabilidades internas, é claro que um processo eleitoral causa uma certa apreensão e um certo nervosismo no mercado. Eu diria que o processo eleitoral por si só causa isso.

Antes da eleição, o meu candidato divulgou a Carta ao Povo Brasileiro na qual deixava claros os compromissos da sua candidatura com a responsabilidade fiscal, com a manutenção e o cumprimento dos contratos e, portanto, de não dar calote algum e de se comprometer com a manutenção da estabilidade no País. Ele fez esse compromisso pensando justamente no País, para evitar que houvesse deterioração da situação do País.

Em contrapartida, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, se não me engano, o Presidente do Banco Central chegaram a insinuar a possibilidade, numa eventual vitória do candidato da oposição, de

que o Brasil caminhasse para uma "argentinalização". Isso foi dito textualmente por altas autoridades do Governo, a meu ver, alimentando os temores que, porventura, já existiam em função das outras causas. Então, eu diria que há, no mínimo, co-responsabilidade por esse quadro de insegurança que aconteceu no Brasil no segundo semestre do ano passado.

O importante é a recuperação da credibilidade que aconteceu no País, mesmo antes de o Presidente Lula assumir o Governo, confirmando a confiança que tinha nos compromissos de campanha, que foram feitos ainda nessa época, como por exemplo, a carta aos brasileiros. Então, os compromissos foram tomados a sério. O novo Governo passou a ter a confiança da sociedade e também dos credores brasileiros, e esses temores foram sendo afastados. Tanto que, no início deste ano, em janeiro, o dólar, que havia chegado a quase R$4,00, já estava encaminhando para um patamar de R$3,20. Se não fosse essa crise do Iraque, que está pairando sobre todos os países, já teríamos recuperado essa confiança, reduzindo ainda mais o risco país e, talvez, diminuindo mais essa pressão inflacionária, tendo ainda a possibilidade de estar pondo em prática uma nova política econômica.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O próximo Senador inscrito é o Senador Jorge Bornhausen.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, desculpe.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria agradecer ao Presidente e dizer que este é um momento muito importante da história do Senado no início deste Governo por ter a presença de dois Ministros da qualidade do Ministro Palocci e do Ministro Mantega.

Eu gostaria de abrir meu coração aqui nesta conversa, dizendo o seguinte: eu, como vocês todos, tive uma campanha muito dura nas ruas. Trabalhava quatorze, dezoito horas por dia. Andei em mais de 600 municípios do meu Estado. Apertava a mão do povo o dia inteiro. E não havia um dia em que não voltava para casa com a imagem de milhares de rostos que apenas pediam o direito de trabalhar, que pediam emprego. A coisa que mais me marcou nessa campanha se chama emprego. A segunda coisa que mais me chamou a atenção nessa campanha, como em todas as outras, após esse profundo mergulho com o povo brasileiro, foi a constatação das desigualdades neste País: aqui vemos uma favela, vemos aquela pobreza, aquela exclusão, gente que não consegue ter chance alguma na vida; ali, uma instituição de ponta, moderna, eficiente. Esses dois Brasis não podem conviver mais com esse abismo que existe. Esse quadro da distribuição de renda que está aí é um quadro da falta de crescimento econômico, que já não é uma coisa do governo que passou. Estamos há duas décadas perdendo o dinamismo e a capacidade de crescer e gerar emprego. Esta é a pauta deste País: crescer, gerar emprego, distribuir renda e promover a inclusão social.

No momento em que estamos discutindo aqui, no cenário da antevéspera de uma guerra que está deslegitimando a ONU e gerando uma crise institucional internacional, um desequilíbrio no mundo árabe com 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, com repercussões imprevisíveis

Estamos discutindo a situação atual da América Latina. Qual é o balanço desse período? A Argentina viveu um colapso econômico. A política de âncora cambial, que durou onze anos e meio, destruiu a Argentina. A Venezuela enfrenta uma crise institucional profunda. A Colômbia, numa guerra civil. A Bolívia passou por uma insurreição recente. No Paraguai, pedido de **impeachment**. O Equador sofreu uma tentativa de golpe de Estado, uma insurreição, uma mudança profunda de governo. E não preciso mais descrever a situação da América Latina. É neste mundo, neste continente em que vivemos. Nós, a elite política do País, que acabou de sair das urnas para encontrar respostas.

Há dois caminhos nesta Legislatura. Primeiro, de quem é a culpa das dificuldades do País? A Liderança da Oposição encontrou um caminho. É o discurso da Oposição e foram as atitudes da Oposição, nos últimos oito anos, que levaram o País a essa situação. Que me perdoem, mas é muito precária tal análise. Se nosso discurso fosse tão bom, não teríamos perdido por duas vezes a eleição presidencial. Tivemos que repensar nosso discurso, nosso programa e nosso projeto. Por esse motivo vencemos. Ampliamos o discurso porque oferecemos uma agenda positiva e afirmativa para o País, porque levantamos a esperança do povo. Foi por esse motivo que vencemos as eleições.

Segundo, é evidente que a responsabilidade pela crise não é da Oposição, que era minoria aqui dentro. V. Exªs. contavam com ampla maioria para aprovar o que desejassem. Se não conseguiram é porque não havia apoio parlamentar, ou vontade do Governo, ou falta de discussão e acúmulo, ou erro de método. Ainda que a Oposição possa ter contribuído para não aprovar coisas relevantes para o País. E estava errada quando não contribuiu.

Havia dois caminhos. Poderia indagar: qual é a natureza da crise? É o déficit de transações correntes, que nesses oito anos foi de US$187 bilhões que o Governo tomou emprestado no exterior e o serviço desse endividamento, que era de US$22 bilhões, em 1994, hoje é de US$52 bilhões. Só o que pagamos de juros, remessa de lucro. E não há dinheiro para financiar mais. Nem há mais empresa a ser privatizada a fim de financiar o déficit. Não sei se isso vai ajudar o Brasil.

Poderia dizer, para continuar a discussão, que o problema fundamental tem relação com as finanças públicas. A dívida pública, quando o Governo anterior assumiu, era de R$61,5 bilhões. Ao sair, era de R$623 bilhões. O custo de rolagem da dívida pública, em 2001, era de 18,5%. No ano passado foi de 44%. Que país agüenta pagar juros nessa velocidade, tirando dinheiro do Tesouro? Por isso há contingenciamento. Por isso falta dinheiro para investimento, para políticas sociais ou salários. O País não pode mais viver aprisionado por essa política.

Eu gostaria de perguntar, como podemos sair disso? É evidente que a Oposição tem que fazer críticas e o Governo tem de se defender. Mas em vez de apenas buscar de quem é a responsabilidade... Não dá mais. Estamos há trinta anos sem mudar o padrão de distribuição de renda. Gerações já passaram por estas salas, pelos tapetes do Congresso Nacional, e nada foi modificado. Estamos há vinte anos sem crescer o que crescíamos no passado. Eu gostaria de chamar a atenção para este ponto. Sabem o que há de diferente? Sinceramente, nas últimas eleições, o Brasil demonstrou imensa maturidade política, diferente do nosso entorno da América Latina, que está se dilacerando. A Argentina não consegue sequer encontrar um caminho de eleição presidencial, para dar o exemplo mais próximo. Observem a Venezuela, ou a Colômbia. Demos um imenso exemplo de responsabilidade política. Fizemos uma transição pactuada. Não ficamos perseguindo nem acusando o Governo anterior e nem se lamentando da situação que herdamos. Portanto, vamos pensar para frente. As lideranças mais importantes do Governo anterior também tiveram atitude de responsabilidade, de pacto em defesa da Nação, de buscar uma saída. A qualidade do cenário macroeconômico, da percepção internacional sobre o Brasil pela atitude política que tivemos, foi modificada.

Outro momento de mudança de qualidade no debate político ocorreu com o pacto dos governadores. Participei de uma reunião da qual vinte e sete governadores de todos os partidos políticos saíram com uma proposta concreta de reforma tributária e uma proposta corajosa e concreta de reforma previdenciária. Por quê? Porque é uma necessidade dos Estados, dos Municípios, da União. É uma necessidade do País. Precisamos agora colocá-las em prática.

Por essa razão, fiz um apelo em plenário outro dia, faço novamente nesta comissão, podemos fazer a disputa política, faz parte do jogo cobrar e insistir. Mas vamos pensar para a frente o Brasil. E pensar para a frente o Brasil, nesta Casa, significa, em primeiro lugar, votar o mais rápido possível, especialmente nesse cenário de instabilidade, a reforma tributária.

Eu queria que o Ministro Palocci mostrasse aqui qual o desenho da reforma tributária, qual o caminho que S. Exª vê para realmente viabilizarmos a reforma tributária. Ou queremos fazer reforma tributária, ou nem venha aqui dizer quais os princípios dela, porque todo mundo já sabe: desonerar a produção, acabar com o efeito cumulativo, simplificar, desburocratizar. Isso todo mundo já sabe. Qual é a proposta? Então, vamos discutir em cima de uma proposta concreta. A proposta já está pronta, desenhada, elaborada, costurada, e foi discutida com os governadores. Acho que é um grande momento.

Vamos discutir a reforma previdenciária. Qual é o desenho da reforma previdenciária? Onde estão as dificuldades da reforma previdenciária? Talvez discutir com o Ministro Berzoini, numa outra oportunidade.

Ao terminar, além dessas duas reformas, a minha avaliação é que temos que buscar um novo modelo de desenvolvimento. Quando digo nós, não estou falando só do Brasil, estou falando da América Latina. Esse modelo foi um fracasso. Temos que buscar um outro modelo, que valorize mais a produção, que olhe mais a agricultura, a indústria, que seja capaz de impulsionar a força produtiva, de promover a inclusão social. Está pronto? Teoricamente está acabado? Historicamente tem onde buscar essa lição? Não tem. Se me disserem onde está, porque não conheço. Talvez a China, que está crescendo há duas décadas, mas é um mundo totalmente diferente do nosso, um modelo totalmente diferente, não nos serve. E o Brasil é tão grande e tão complexo que não temos modelo a buscar, somos o nosso próprio modelo.

Então, ou esta Legislatura e este Governo, que despertou um interesse e uma esperança imensa no povo, conseguem realmente encontrar um caminho pactuado, negociação de votação, de resposta a esses desafios, ou seguramente, daqui a quatro anos, podemos até inverter as posições, alguns partidos serão governo e outros oposição, mas a rotina da mediocridade política do País vai ser a mesma. Acho que

não temos que nos prestar a isso. Temos a chance histórica de dar um salto de qualidade. A transição foi um salto de qualidade e o pacto dos governadores também. E aí termino, Sr. Presidente. É só olhar os indicadores. Nesse mundo de turbulência, de colapso da América Latina, este País se diferenciou: o risco país caiu; o C-Bond aumentou; o fluxo de financiamento e dos investimentos; o dólar se estabilizou e está recuando. E isso cria condições de reverter a crise da dívida pública, da inflação e criar condições de crescimento e produção.

Portanto, o convite que faço é de que cada um de nós, no seu papel, oposição ou Governo, realmente se encontre neste momento histórico e dê prosseguimento a essas mudanças, que é o que vai dar sustentação. Isso não é mérito deste Governo ou do meu discurso. Penso que chegamos a isso num grande embate político, e seguramente o Governo anterior deu uma grande contribuição na agenda em temas fundamentais para o País.

A minha sugestão é que pensemos com grandeza o momento, porque ele é extremamente difícil, qualquer que fosse o governo, com a herança que estamos tendo e com o que foram as últimas duas décadas deste País. Penso que deveríamos discutir o Brasil pra frente.

Eu gostaria de ouvir do Ministro menos diagnósticos e que mostrasse o que melhorou em sessenta dias, mas vamos discutir os temas fundamentais desta Casa, especialmente a reforma tributária, que acredito que devemos votar, e logo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Ministro da Fazenda Antônio Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Vou me ater, até para que a discussão possa ser mais produtiva, ao tema proposto pelo Senador Aloizio Mercadante. Não vou me reportar a todo o debate político, mas ao tema da reforma tributária.

Estamos em estudos conclusivos no Ministério da Fazenda a respeito da reforma tributária. Estamos procurando recuperar os dez anos em que esse tema esteve em debate aqui no Congresso Nacional. Porque, se é verdade que não chegamos a aprovar uma reforma, é verdade também que houve o acúmulo feito nesses debates, não apenas pelos Deputados de então, mas pelos governadores, pelos prefeitos, pela sociedade civil e pelos setores empresariais que participaram desse esforço de dez anos – foram dez anos de debate. Houve um acúmulo de debates nesse período.

Vou listar aqui cinco pontos da reforma. O primeiro deles é relativo à questão distributiva. Muitas pessoas dizem que a reforma tributária, ou que a política tributária não pode ter caráter distributivo, o qual deve se dar na política da despesa, e não da receita. Pensamos diferente: acreditamos que certamente o lado da despesa pode ser muito mais distributivo que o lado da receita, mas o lado da receita precisa também ser distributivo, ou pelo menos ser neutro – porque no Brasil não é neutro. As contas feitas ao longo dos últimos anos por qualquer dos partidos políticos demonstram que as pessoas mais pobres gastam 25% do que ganham em impostos, principalmente em termos de impostos indiretos, e as pessoas mais ricas do último decil de renda do Brasil gastam exatamente a metade (12,5%) do que obtêm em impostos, portanto, a nossa política é regressiva. É preciso, pelo menos, ser neutra, para que depois a política de despesa seja progressiva e tenhamos, no gasto público, um resultado positivo em relação à distribuição de renda. É preciso afirmar com todas as letras: o Brasil hoje não faz isso nem do lado da receita nem do lado das despesas. Esse não é um erro do último governo; talvez seja erro dos últimos dez governos que tivemos no Brasil. Nós não fizemos políticas dirigidas à progressividade, tanto na cobrança quanto na distribuição de recursos do Governo. Aquele gráfico que nós mostramos, de distribuição de recursos previdenciários, é a demonstração de onde há o maior gasto público, do tanto que fazemos regressivamente a despesa pública. Então, esse é um dos pontos fundamentais.

O segundo ponto é uma necessidade do setor produtivo e das políticas tributárias, que é a simplificação do imposto que mais arrecada e que é mais complexo no Brasil, que é o ICMS. O ICMS tem 27 leis, 27 atos normativos, 44 diferentes alíquotas e centenas de acordos realizados no Confaz para dar conta da sua complexidade. No lado das empresas, elas têm bibliotecas, escritórios de planejamento fiscal contratados para dar conta da complexidade desse imposto. Nós queremos limpar essa complexidade do ICMS e criar um imposto de valor agregado, o IVA, que tenha uma única lei federal e uma única normatização realizada pelos Estados. Os Estados nos cobram que a normatização não deve ser feita pelo Governo da União, porque é um imposto de propriedade dos Estados. Nós somos favoráveis que continue sendo propriedade dos Estados e que a norma nasça dos governos estaduais e não da União, mas seria feita uma mudança na Constituição dizendo que o Imposto de Valor Agregado será aprovado por uma única lei federal que elimine todas as 27 leis e normas atuais e uma

única normatização nacional com quatro ou cinco alíquotas. Isso trará uma simplificação extraordinária dos impostos, trará mais arrecadação com menos alíquota. Toda a teoria tributária e a prática dos países demonstram que, quando se cobram impostos de maneira mais simples, arrecada-se mais e se permite trabalhar com alíquotas menores.

A terceira questão de que nós vamos tratar no projeto de reforma é o fim da cumulatividade das contribuições sociais. No ano passado, já foi dado um passo significativo pelo Congresso Nacional, que aprovou o PIS tirando dele a cumulatividade. Foi definido naquele projeto que, um ano após o fim da cumulatividade no PIS, nós faríamos a mesma coisa com a Cofins. Nós estamos neste momento avaliando o resultado da mudança que fizemos em termos de receita. Não temos ainda dados suficientes. Temos dois meses de receita com a nova lei, não temos ainda dados conclusivos, mas nos parece que a mudança pode ser neutra em termos de receita, mas ela é muito positiva para a economia. Eliminar a cumulatividade significa eliminar ônus para as cadeias produtivas brasileiras e ônus para a competitividade do nosso produto em relação ao produto importado, que vem com menos tributos do que o nosso. Nós penalizamos o nosso produto em relação ao produto importado. Então, essa questão da cumulatividade é uma decisão do governo, tem apoio de todos os governadores, acredito que tem apoio integral do Congresso e de todo o setor produtivo. Essa é uma questão quase unânime no Brasil. São poucos os tributaristas que defendem a permanência da cumulatividade.

A quarta questão é que queremos propor a avaliação de um grau de desoneração da Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamentos. O desejável seria eliminar a Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamentos, mas pensamos que deva ser ponderada essa questão, para que ela seja feita ao longo do tempo ou parcialmente, porque a tributação na folha de pagamento é uma maneira de desestimular a empregabilidade no Brasil. Todas as empresas que mais empregam pagam o mais cumulativo dos impostos, que não é tratado assim. Todos falam do Cofins, do PIS, porém o mais cumulativo dos impostos chama-se contribuição sobre a folha de pagamento, que não há como desonerar e roda na cadeia, onerando aqueles que mais empregam. A nossa idéia é retirar, pelo menos em parte, a contribuição patronal e transferi-la para uma contribuição sobre o faturamento ou sobre o valor agregado – pessoalmente, acredito que a nova contribuição deva ser sobre o valor agregado.

Fizemos alguns ensaios e observamos que metade da folha salarial – não são ainda números definitivos – pode ser substituída por uma contribuição de valor agregado de 2,5%. Isso traz um benefício extraordinário para a competitividade daqueles que estimulam mais a geração de empregos, isso favorece a geração de empregos e a formalização dos que vivem na informalidade hoje pelo alto custo dos registros profissionais.

Precisamos buscar mecanismos de valorização do poder local, ou seja, fazer com que as políticas públicas – e a tributação reflete em parte essa questão – valorizem o desenvolvimento regional e o poder local. É preciso que se tenha clareza do valor para cada região dos fundos públicos constituídos, como os Fundos Constitucionais de Financiamentos do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte, e que se busque na política tributária a criação de mecanismos que garantam a eficácia desses fundos nas políticas de desenvolvimento, além da questão dos municípios.

Por fim, é necessária uma definição geral sobre carga. A idéia é de que a reforma tributária, num primeiro momento, não reduza nem aumente a carga tributária, mas que simplifique e modifique as tributações de forma a desonerar a produção, a exportação e os produtos de consumo de massa, ou seja, a atingir pontos essenciais para o País, para as pessoas e para as empresas.

Sobre o consumo em massa, é possível numa legislação única, nacional sobre o ICMS reduzir-se drasticamente o que mais penaliza o cidadão pobre, que é o imposto indireto, reduzindo imposto sobre o que ele consome imediatamente, os bens de consumo de massa. Isso parece uma coisa simples, mas estamos longe de fazer uma mudança como essa. É preciso fazê-la nesse momento. É preciso ainda desonerar as exportações e a produção, para aumentar a competitividade do nosso produto em relação ao produto exportado.

Espero ter respondido à pergunta do Senador Aloizio Mercadante e também, porque essa é uma determinação do Presidente Lula à nossa equipe, que possamos, num curto espaço de tempo, enviar a esta Casa a reforma tributária, para que V. Exªs possam debatê-la da melhor maneira possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, Exmºs Srs. Ministros, Srªs e Srs. Senadores, confesso que me senti atraído pelo desafio apre-

sentado pelo eminente Líder Aloizio Mercadante: tratar da reforma tributária.

Ouvi com atenção as explicações do eminente Ministro Antônio Palocci. Hoje pela manhã também fiquei feliz ao ver que o movimento desencadeado pelos prefeitos municipais partiu do lado certo. A reforma tributária é uma conseqüência do pacto federativo, que passa pela fixação do tamanho do Estado, para sabermos, então, o que compete a cada ente e chegarmos finalmente à distribuição adequada, sem produzir a dualidade e a triplicidade de competências, ralos que são permanentes da receita pública.

Confesso que temo também que o assunto fique apenas confinado aos entes federativos. Assisti com atenção à reunião dos Governadores, explanada aqui pelo eminente Líder do Governo, mas há que se levar em consideração que é o contribuinte o principal elemento dessa história, é quem sustenta as três máquinas. Espero que ele não seja relegado a um segundo plano, que sustentemos sempre a hipótese de aumentar ou manter a percentagem atual sobre o PIB, esquecendo que os itens listados aqui pelo Ministro podem perfeitamente redundar numa diminuição de alíquotas que possa permitir o aumento da base. Efetivamente, sinto que tenho o dever, como representante de Santa Catarina, de colocar na pauta uma questão que tem sido levantada e que está na alçada do Ministro Antônio Palocci.

Em novembro de 1999, o Governador eleito, Esperidião Amin, solicitou ao Banco Central uma auditoria nas contas do Banco do Estado de Santa Catarina. Uma medida, aliás, correta, uma cautela de um governante eleito. A auditoria realizada determinou uma correspondência do Presidente Armínio Fraga, em 29 de junho de 1999, em que em várias considerações ele acentua que a deterioração econômico-financeira verificada nas instituições do conglomerado Besc leva a exigir do Governo do Estado uma modificação de um dispositivo constitucional que não permitia a venda do controle acionário por parte do Estado. Acrescenta também que é a única hipótese plausível para se evitar a liquidação extrajudicial das instituições componentes do conglomerado Besc. A alteração constitucional foi votada na Assembléia Legislativa. Depois, o Banco Central enviou a documentação necessária e o projeto de resolução para abertura de um crédito, para que houvesse o contrato de compra e venda das ações do Banco do Estado para a União, no valor de até R$2.129.708.000,00.

Essa resolução foi aprovada no plenário do Senado, com uma única emenda do Senador Eduardo Suplicy, e, finalmente, o Bando do Estado de Santa Catarina foi federalizado, o que evitou a liquidação extrajudicial, permitindo a continuidade dos empregos, a manutenção das agências, principalmente as pioneiras e, o que é fundamental, deixou de haver uma punição aos acionistas e àqueles que, acreditando no estabelecimento oficial, tinham suas aplicações.

O Banco Central passou, a partir de então, a tomar as providências para dar seqüência àquele contrato aprovado aqui no Senado Federal. Até chegando mesmo correspondência do Dr. Carlos Eduardo Freitas – que é ainda Diretor do Banco Central, mantido por suas qualidades, certamente –, dizendo que houve a capitalização de R$780 milhões no banco, o que tinha evitado sua liquidação extrajudicial.

Na campanha eleitoral, surgiu esse assunto, que foi amplamente discutido. Finalmente, os candidatos à Presidência da República e ao Governo do Estado – o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva e o Governador eleito, Luiz Henrique –, na campanha em palanque em Florianópolis, no segundo turno, levantaram as mãos e garantiram que o Besc continuaria a ser um banco público. Surgiram, no entanto, notícias na imprensa catarinense, de que essa não era a opinião dos diretores do Banco Central e do próprio Ministro da Fazenda. Para que isso fique absolutamente esclarecido, para que não haja nenhuma dúvida em relação ao comportamento do Governo no meu Estado, sem emitir qualquer pronunciamento em favor desta ou daquela solução – aguardarei a solução do Governo para me manifestar sobre a sua validade, procedência ou não –, desejo fazer uma pergunta ao Ministro Antônio Palocci.

O BESC será mantido como banco federal ou será reestadualizado? Neste caso, de onde sairão os recursos e como será contornado o problema de natureza legal? O BESC será privatizado? Eu gostaria que uma das três posições fosse respondida de forma clara como uma atribuição do Ministro da Fazenda.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Primeiramente, sobre as considerações de V. Exª sobre a questão tributária, acredito que temos um acordo. De fato, não acredito que façamos uma reforma neste momento, modificando a questão do pacto federativo. Mas é preciso levar em consideração a construção do pacto federativo e que Estado queremos, com qual tamanho e com que distribuição de responsabilidade.

Sem dúvida nenhuma, a não-definição de atribuições claras, não só entre níveis de diferentes governos, mas nos níveis de Governo, inclusive entre diferentes órgãos, são espaços de gastos públicos desnecessários, históricos no Brasil.

A segunda questão que V. Exª menciona, que a reforma tributária poderia ter o risco de ficar confinada aos entes da Federação, penso que esse seria o pior dos erros, se o cometêssemos. Esse foi um debate feito entre o Presidente, os Ministros e os Governadores. É evidente que, quando se busca uma reforma, todos os segmentos buscam proteger suas condições financeiras. Então é normal que prefeitos, governadores e a própria União busquem preservar as suas necessidades. Agora, se cometermos o erro de fazer um grande pacto entre os entes da Federação, talvez não resolvamos nenhum dos problemas das pessoas e das empresas brasileiras, porque estas, sim, precisam de uma reforma tributária.

Como V. Exª disse corretamente, se fizermos impostos de melhor qualidade, poderemos baixar alíquotas, porque impostos mais simplificados geram mais arrecadação. Se o compromisso é com uma reforma neutra podemos baixar alíquotas. Isso não pode ser uma retórica; é preciso construir esses procedimentos. Mas a experiência no Brasil e em outros países mostra que, se fizermos o que está sendo projetado para o ICMS, teremos ganhos significativos de receita. Se isso se confirma, podemos operar com alíquotas menores, beneficiando todo o setor produtivo, o que penso ser o desejável. Se retiramos parte da contribuição sobre a folha de pagamento – insisto que essa não é uma questão que possa ser feita de forma apressada, descuidada; é uma mudança significativa que merece ser feita com todo cuidado –, formalizamos empresas e trabalhadores e contratos de trabalho. Com isso, aumentamos a participação da economia no financiamento tanto das contas públicas federais quanto principalmente da Previdência Social.

Atualmente, para cada trabalhador aposentado temos 1,4 de trabalhador contribuindo. É baixíssimo o número de trabalhadores contribuindo em relação aos aposentados. É preciso alterar essa relação com mudanças que possam atingir o grande setor informal que existe no Brasil hoje, trazê-lo para a formalidade, com a criação de mecanismos. Não adianta pensar em forçar as empresas a serem formais: elas simplesmente seriam forçadas a não existirem. O Simples – no campo, falamos que o que é bom deve ser preservado – foi uma medida positiva. Hoje, atinge dois milhões de empresas no Brasil e acredito tenha contribuído para uma maior formalização da economia brasileira. Mas estamos longe de conseguirmos uma formalização desejada, que melhoraria muito as contas da Previdência e do Estado, sem onerar os setores que já pagam.

Por fim, Senador, sobre a questão do Besc – Banco do Estado de Santa Catarina –, quando fui coordenador, pelo lado do Presidente Lula, do período de transição entre os Governos, o Besc estava em processo de privatização. Assumimos o Governo e, no diálogo com o Presidente Lula, definimos primeiramente que, no geral, sem tomar posição definitiva, não é política do Governo Federal manter bancos estaduais. Não nos parece adequado, na estruturação do Estado, que o Governo Federal mantenha bancos estaduais. Em segundo lugar, não é desejo do Governo privatizar nossos bancos federais e regionais, como é o caso do Banco do Brasil, do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Basa, do BNB. Portanto, decidiu-se que esse processo de privatização dos bancos estaduais teria continuação.

Após isso, procuraram-nos o Governador do Estado de Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, Senadores, Deputados. Eles foram tanto ao Ministério da Fazenda quanto ao Presidente Lula, para apresentarem opções à privatização. Então, evidentemente, receberemos e analisaremos as proposições à luz do dia, publicamente, demonstrando o que é possível ou não realizar. Agora, esses bancos estão num programa de privatização, e esse programa não foi interrompido. A Senadora Ideli Salvatti esteve várias vezes...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jorge Bornhausen, V. Exª tem direito a mais dois minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Em relação à pergunta sobre se o Besc seria mantido como banco federal, penso que o Ministro da Fazenda foi claro em dizer que não.

Em relação à pergunta sobre se o Besc será reestadualizado e, nessas condições, de onde virão os recursos e como será cumprida a lei, não houve resposta.

Em relação à pergunta sobre se o Besc será privatizado, ficou claro que é o caminho até agora adotado, aguardando-se sugestões que penso não podem sair destas três linhas: uma, a federalização, já foi retirada; a outra é a reestadualização, que depende da existência de recursos orçamentários e também do cumprimento de lei; a última é a privatização, considerada pelo Ministro o melhor caminho. Eu me manifestarei sobre o assunto de forma definitiva, assim que se chegar a uma conclusão entre a segunda e a terceira hipóteses.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem direito à tréplica, Sr. Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Serei bem breve, apenas para esclarecer, para que haja uma informação bastante transparente sobre essa questão. Se um Governador do Estado, um Deputado ou um Senador nos levar uma questão nova, evidentemente que nos disporemos a avaliá-la. Agora, é o que dissemos: há um processo em curso, que não foi interrompido. Vamos avaliar a proposição feita, e, ao fim e ao cabo, o Presidente Lula tomará uma decisão. Mas o processo dos bancos está em curso. Em alguns casos, há interrupções por decisões judiciais.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (PMDB – RN) – Srs. Ministros, Srªs e Srs. Senadores, o Ministro Guido Mantega anunciou que, até o dia 31 de agosto, Sua Excelência deverá encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007. A economia brasileira atravessa um período de dificuldades conjunturais, a exemplo das recentes elevações nos preços de petróleo no mercado internacional e da aceleração da inflação nos últimos meses. Sabemos que há problemas estruturais de longo prazo a serem superados, entre os quais poderíamos citar a necessidade de aumento da poupança interna; a redução da dependência do capital estrangeiro; a redução do desemprego e a retomada do desenvolvimento econômico com redistribuição de renda e justiça social.

A nossa pergunta é: como o Governo vai conciliar a necessidade de oferecer soluções a esses problemas no Programa Plurianual de Investimento? Quais as estratégias a serem utilizadas? A nossa maior preocupação é com os investimentos em infra-estrutura, principalmente na área de energia, tendo em vista que uma aceleração do crescimento econômico certamente esbarraria na escassez de energia elétrica.

Para o Ministro Antonio Palocci, tenho apenas uma pergunta, porque sei que a hora está avançada e o Senador Romero Jucá está impaciente para perguntar. Os contratos firmados com as concessionárias de energia elétrica prevêem reajustes de acordo com o IGPM, seguindo a orientação dada pelo BNDES e pelo Conselho Nacional de Desestatização, em meados da década de 90.

Agora que a inflação volta a aumentar o clima de incerteza, fala-se muito na substituição do índice de reajuste para onerar menos os consumidores. Sugere-se o IPCA usado pelo Governo na fixação de metas com o FMI e que, em princípio, reflete melhor os preços pagos pelo consumidor. Como o Governo pretende alterar o índice em contratos que já foram firmados? Como o Governo pretende lidar com o clima de incerteza que tal mudança certamente provocará entre os investidores?

O SR. GUIDO MANTEGA – O Senador Garibaldi Alves pergunta como fazer para implementar um plano de desenvolvimento de longo prazo. O que se pretende com o Plano Plurianual é colocar uma agenda de desenvolvimento, olhando para o futuro, diante das dificuldades existentes na atual conjuntura brasileira, particularmente as dificuldades na área de infra-estrutura, particularmente de energia. Além de energia, existe a questão de transporte e a dos portos. Portanto, existe um problema de infra-estrutura mais amplo, que vai além da energia.

Em primeiro lugar, estamos em uma fase de transição, tentando arrumar a casa em relação aos problemas que se manifestaram no segundo semestre do ano passado, os quais nos deixaram em uma situação de grande dificuldade econômico-financeira.

O crescimento a ser realizado assim que essa situação melhorar, deverá ser baseado mais na poupança interna do que na externa, o que, a meu ver, foi um dos vícios principais do modelo de desenvolvimento anterior. O Brasil tem de mobilizar a poupança interna para permitir um crescimento sustentado que se dará nos próximos anos.

As dificuldades maiores que temos são de financiamento. O Brasil hoje possui um dos menores patamares de crédito no mundo, que chega a 24% do PIB. Isso é inferior ao nível de crédito do Chile, que é mais de 60% e dos Estados Unidos, mais de 100%.

Então eu diria que um dos problemas principais que temos é como viabilizar o crédito, o que vai permitir os investimentos necessários para possibilitar um crescimento sustentado. Creio que carecemos de um aumento do nível de investimentos no País. Nos últimos dois anos, o nível de investimento no País foi muito baixo e acabou gerando, agora, pontos de estrangulamento. Um deles é o que V. Exª mencionou, na área de energia. A falta de investimentos causou esse ponto de estrangulamento e outros.

No setor siderúrgico temos, também, um ponto de estrangulamento. Outros setores, que hoje podemos observar, estão trabalhando com uma capacidade instalada elevada: estão exportando seus produtos.

Temos que armar uma estratégia para alavancar os investimentos no País. Temos que fazê-lo, em primeiro lugar, mobilizando a poupança que existe nas mãos dos bancos públicos. Trata-se de um segmento que ainda possui 40%, 45% do crédito no País. Os bancos públicos terão que direcionar o seu crédito para alavancar os investimentos, atendendo às prioridades que estão sendo estabelecidas pelo Governo. Por exemplo, é necessário um investimento na área de energia. Temos problemas nas áreas de transmissão, geração e distribuição de energia. Uma parte dos recursos públicos tem que ir para a área de transmissão.

Os bancos públicos terão que financiar, também, os pequenos e médios empresários brasileiros, que estão secos por crédito há muito tempo. É um setor que tem um efeito multiplicador importante.

Além do crédito público, é preciso estimular o aumento do crédito privado. Os bancos brasileiros têm capacidade de crédito, mas não o estão concedendo. Por isso, ele caiu para níveis tão baixos para um país com a estrutura produtiva, com o parque produtivo do Brasil. Vamos ter que estimular mecanismos para que os bancos privados alavanquem o crédito. Trabalham com um nível de alavancagem muito baixo. Isso passa por modificações, por exemplo, na Lei de Falência, dando-se mais garantia para o retorno do crédito quando ele estiver ameaçado. Os bancos privados dizem que não concedem crédito porque há o temor da inadimplência, o que é normal quando as economias têm um ritmo de crescimento menor. Há o risco de inadimplência. Por outro lado, temem, também, dificuldades para reaver créditos que possam conceder. Então, é importante que se vote uma nova Lei de Falência, dando maiores garantias para a concessão, para o retorno de financiamentos porventura concedidos. Isso vai alavancar o crédito.

A condição básica para que créditos sejam concedidos, para que empresas estejam dispostas a fazer investimentos e a tomar os créditos é que a taxa básica de juros da economia brasileira seja reduzida. O custo inicial é muito elevado. Mesmo hoje, no BNDES, que possui o crédito mais barato do País, as taxas não são baixas quando comparadas com taxas de outros países que concedem crédito de longo prazo. É uma equação importante que o País tem que resolver. É preciso movimentar o mercado de capitais. O Brasil tem um mercado de capitais muito acanhado, que encolheu nos últimos anos. O mercado de capitais também tem a capacidade de alavancar crédito de longo prazo.

A reforma da Previdência vai estimular a criação de fundos complementares de previdência, que, em vários países, são fontes importantes de crédito que podem ser utilizados em longo prazo. É toda uma engenharia que passa por alavancar o crédito e aumentar os investimentos no País. Depende dessa transição – e nesse momento é difícil que consigamos fazer isso –, mas acredito que em breve, superada a crise do Iraque, tenhamos um cenário mais favorável para pôr em prática essas medidas.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Senador Garibaldi Alves, o seu comentário sobre contratos de energia elétrica refere-se a duas questões fundamentais, segundo a minha maneira de ver: a primeira diz respeito a contratos; a segunda, a índices de inflação e reajuste de preços.

O Presidente Lula tem um compromisso reafirmado de não romper contrato. Essa é uma questão que consideramos essencial para o País. O Brasil já pagou caro no passado por procedimentos que acabaram levando a rompimento de contratos de vários tipos.

O custo ao País, a curto e a longo prazo, costuma ser muito alto em questões de rompimento de contrato. Esse é um ponto de partida, mas, eventualmente, muitos dizem "não, mas os contratos não precisam ser rompidos, podem ser renegociados". De fato, isso poderia ocorrer.

Em relação a índices de inflação, nem sempre é um bom procedimento. Nesse momento, temos o IGP maior e o IPCA um pouco menor e, em outros momentos, podemos ter exatamente o inverso. As análises de índices de inflação de longo prazo demonstram que o comportamento deles é quase idêntico, com poucas variações, principalmente em períodos de choque, de oferta, em que o IGP sobe muito. Às vezes, o IPCA acompanha, às vezes, não; eventualmente cai. Normalmente cai depois do IPCA, e assim por diante. Quando houve o choque de 1999, houve a subida dos índices de atacado e, em seguida, dos índices de varejo. Logo depois, houve queda dos índices de atacado e queda dos índices de varejo. Foi uma curva de Gauss que se cruzou no curto prazo.

Nessa oportunidade, no choque que estamos vivendo hoje, é possível que vejamos a mesma curva. Portanto, trocar índices no momento em que ele está alto pode levar-nos a nenhuma mudança.

O IGP costuma ter mudanças mais substanciais apenas em momentos em que a economia tem grande competitividade, em que há mudança de preços relativos, em que há questões relativas a bens de ca-

pital, e pode-se de fato ter uma queda do IGPM mais significativa. Fora disso, esses índices a longo prazo não apresentam mudanças importantes. Todavia, há que se responder à seguinte questão – e essa é a dificuldade, segundo a minha modesta maneira de ver. Em primeiro lugar, convencemos o povo brasileiro a economizar quando houve o apagão. Em seguida, convencemos o povo brasileiro a pagar pelo apagão, depois de ter economizado; agora, discute-se com o povo brasileiro sobre como pagar o pós-apagão. Por quê? Porque o setor passa por dificuldades. Precisamos separar de maneira muito objetiva e correta do ponto de vista econômico e de contratos o que são políticas de preços e o que são dificuldades do setor.

As dificuldades do setor devem ser encaradas pelo setor privado e pelo Estado, pelas agências de financiamento privado e de financiamento público, e precisamos equacionar a questão de financiamento e as dificuldades estruturais do setor, separando isso da política de preços, porque se, de alguma maneira, tentarmos transferir para preços os problemas estruturais, vamos praticar políticas de preços danosas para a economia, porque vai provocar o aumento de preços de produtos.

A energia para alguns produtos é muito importante, para outros é pouco menos, mas para todos os setores produtivos ela conta. Os setores elétricos intensivos seriam altamente prejudicados e por vezes podem ser inviabilizados; e também para as famílias pode ensejar um custo maior primeiro com a queda de consumo de energia, o que está ocorrendo hoje. As pessoas estão consumindo menos porque o preço subiu muito. Pode ocorrer uma situação em que as pessoas não possam pagar.

O setor precisa ser estudado, enfrentado com clareza, mas com dois princípios: não adianta muito mexer em índices – pode ser uma alternativa negociar, mas não adianta muito a longo prazo; segundo, manter contratos; terceiro, não transferir para custo problemas estruturais.

Essa é a minha concepção pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Garibaldi Alves abriu mão do direito de réplica.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ministro Antonio Palocci, Ministro Mantega, primeiro quero dizer que é um prazer essa primeira reunião, porque entendo que ela será o início de um trabalho. A presença do Ministro da Fazenda e do Ministro do Planejamento na Comissão de Assuntos Econômicos é extremamente importante e relevante para a discussão e para o funcionamento da Comissão. Isso ocorreu no Governo passado. Tenho certeza de que nesse Governo a presença dos Ministros e do Presidente Lula também será uma constante quando necessária para que possamos debater.

Eu vou fazer poucas perguntas, apenas cinco. Antes de fazer as perguntas, por conta da exposição e de tudo que foi dito aqui, até das afirmações do Líder Aloizio Mercadante. S. Exª disse que abria o coração para fazer algumas observações. Vou abrir o meu coração também. Vou tentar abrir inclusive o coração do Governo. Vou falar de forma muito franca e muito honesta. Quando ouvia a exposição do Ministro Antonio Palocci e do Ministro Mantega, eu pensava o seguinte: se lá no interior do meu Estado, Roraima, ou Estado do Amazonas, o caboclo estivesse acompanhando essa exposição pelo rádio e não pela televisão, poderia pensar que a exposição estava sendo feita pelo Ministro Pedro Malan e pelo Ministro Guilherme Dias, do Planejamento. Por quê? Porque – eu vou ser franco – nós passamos aqui oito anos discutindo com o Partido dos Trabalhadores e ouvindo um discurso completamente diferente desse. Nós ouvíamos aqui que não havia déficit na Previdência, que déficit da Previdência era balela, porque a Previdência estava sendo mal administrada; se fosse bem administrada, não haveria déficit. Nós ouvíamos que superávit nem pensar. Estava aqui o Deputado Sérgio Miranda, que hoje é Líder do Governo na Comissão de Orçamento. S. Exª participou da Comissão de Orçamento durante oito anos, como eu participei também. Jamais os Partidos de Oposição votaram a favor de qualquer tipo de superávit. Ouvíamos que taxa de juro dependia de política e, portanto, podia ser reduzida a hora que quisessem e que taxa de juro não podia ser instrumento para conter inflação; tinha de ser instrumento para gerar emprego. Nós ouvíamos mais, ouvíamos que pagar juros era privilegiar o capital especulativo internacional. E, portanto, o Brasil estava se entregando ao famigerado mercado. E ia por aí... Diziam que o preço da gasolina não podia aumentar quando aumentava o preço do petróleo, porque o Brasil produz quase toda a gasolina que consome e o brasileiro não recebe em dólar. Passamos anos ouvindo isso aqui. E nós debatíamos. Na exposição dos Ministros Palocci e Guido Mantega ouvimos algo diferente. Eu ouvi que a relação dívida/PIB tem que baixar. Essa era a cantilena do Ministro Pedro Malan aqui durante anos. Eu vi alusões à preparação da guerra como se crise internacional só tivesse surgindo agora, quando, na verdade, crise internacional, no contexto mundial, é uma per-

manente. Essa guerra começou dois anos atrás com o atentando contra os Estados Unidos, que gerou um problema grave na economia mundial. Eu ouvi falarem aqui da necessidade de redução do estoque da dívida, que é algo também extremamente importante. Muitas discussões nós tivemos aqui e eu via do Partido dos Trabalhadores dizer que não podia usar o recurso para abater o principal da dívida, tem que gerar outras atividades, tem que investir no social e assim por diante. O Ministro Palocci referiu-se aos anos 1994 a 2002 e afirmou que se o superávit primário tivesse sido 3,5%, o estoque da dívida seria metade do que é hoje. Seria. Eu só queria lembrar duas coisas. Primeiro que o PT, eu já disse isso, votou contra todos os superávits. O PT não apoiou superávit primário em momento nenhum. E foi dito aqui que o Governo do Fernando Henrique só buscou superávit primário quando o FMI exigiu. E nem quando o FMI exigiu o PT votou. Essa é outra afirmação importante.

Na exposição falou-se em reformas institucionais, com o que concordamos, como a reforma do Banco Central e da Lei de Falências. Avançou-se muito e é preciso avançar muito mais – **hedge credit** do **spread** bancário e outras coisas, que vamos apoiar também. Disseram aqui que o atual Governo precisava ter paciência, firmeza e serenidade para conduzir a política econômica. Concordo, mas quero dizer que não vi no PT, até o ano passado, nem paciência, nem serenidade no momento em que precisávamos discutir essa mesma política econômica e essas mesmas dificuldades que existiam na conjuntura que também era adversa.

O Ministro Guido Mantega falou na questão do contingenciamento e quero dizer que, particularmente, sou a favor do contingenciamento, que é artifício de operação orçamentária. Governo que tem responsabilidade não começa gastando; começa contingenciando. Vai arrecadando e pensando em que vai gastar.

Quero dar aqui um testemunho. Os números mostravam, mas não foram apresentados, porque o Ministro Guido Mantega pinçou apenas a despesa previdenciária e a despesa de pessoal. Em todos os quadros de orçamento demonstrados veremos que o Orçamento federal proposto tinha um valor, o Orçamento aprovado pelo Congresso tinha um valor maior e o Orçamento executado, a receita executada, tem um valor maior do proposto e do que foi aprovado, inexoravelmente. Foi assim nos oito anos em que fui membro da Comissão de Orçamento e continuará sendo assim, porque todo Governo que tem responsabilidade, faz o Orçamento de forma comedida. Quem é profissional de Orçamento sabe disso, sabe onde estão os caminhos, sabe onde terá que suplementar mais adiante. Na verdade, tanto pessoal, quanto Previdência, eram suplementados no final do ano. Quem participou da Comissão de Orçamento aqui sabe disso também. É regra suplementar Previdência e pagamento de pessoal no final do ano.

Falou-se aqui que seriam protegidas as ações prioritárias da área social. Quero dar o meu depoimento no sentido de que discordo do que foi feito. Quem vive no nordeste, no norte e no centro-oeste sabe que programa social é também investimento em água, em estrada, em energia e em infra-estrutura social. Portanto, quando se corta, por exemplo, o orçamento do Ministério da Integração em 90%, está-se cortando programa social, está-se cortando programa de desenvolvimento regional e de combate à desigualdade; não resta dúvida. Programa social não é só o Fome Zero, o Cesta Básica, ou o PET.

Sr. Presidente, ao fazer esse registro e antes de fazer as perguntas, gostaria de dizer aos dois Ministros que não estou aqui para atirar pedra em ninguém nem para discutir erros do passado, até porque os erros do passado já foram reconhecidos e, mais do que isso, foram julgados pelas urnas. Nós perdemos a eleição. Somos oposição, hoje, em razão desse julgamento. O que temos que evitar são os erros do presente e do futuro. E nós, da oposição, iremos ajudar nesse processo. Seremos leais para discutir questões importantes e registrar preocupações. E eu tenho preocupações.

Preocupo-me quando vejo que o discurso do PT de hoje é diferente do discurso de dezembro.

"PT descarta alta nos juros. Medida não será usada para conter inflação", diz Palocci.

Tenho aqui declarações do Ministro Antônio Palocci e do Ministro Guido Mantega: "PT é contra a alta de juros esperada hoje. Novo aumento da gasolina é dilema no Governo".

Quando eu vejo a conjuntura econômica melhorando, "Venda das Letras do Tesouro Reduz o Custo da Dívida", "**C-Bond** Sobe 2,3%". "Dólar Cai a Nível de Janeiro", quando vejo posições do Presidente Lula, reprisando o filósofo Gramisc, "O diagnóstico pode ser pessimista, mas o enfrentamento tem que ser otimista" e quando vejo a expectativa das ruas, preocupo-me com a alta dos juros e a alta do superávit primário, porque este vai gerar problemas sérios de investimento.

Tenho aqui uma matéria de setembro: "Nova Meta do Superávit Leva PT a Rever Apoio". Quando o

superávit primário, foi proposto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 3,75%, para 3,88%, o Presidente Lula e todo o PT deu declarações, que não vou ler aqui, mas existem declarações do Senador Aloizio Mercadante, do Ministro Guido Mantega e do próprio Presidente Lula, dizendo que iriam reunir o PT para rediscutir se podia ir para 3,88. E vemos, de repente, uma proposta de 4,25, que é uma proposta... E aí entrarei nas perguntas – são duas perguntas para o Ministro Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Estou falando menos que o Senador Eduardo Suplicy. A Oposição tem que falar mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Eduardo Suplicy está quieto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Hoje ainda nem falei, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Eu perguntaria ao Ministro Guido Mantega o seguinte: o Governo aumentou o superávit primário de 3,75 para 4,25 e aumentou esse superávit primário através de decreto. A Emenda Constitucional 32/2001 vedou a edição de medida provisória em matéria orçamentária. Se medida provisória não pode mexer em matéria orçamentária, como um decreto pode efetivamente alterar o superávit primário?

Quero dizer inclusive que entrei com um projeto de decreto legislativo, porque acho que o Executivo está agindo em área do Legislativo. Entramos com o projeto de decreto legislativo para desfazer. O decreto de contingenciamento é legítimo, o contingenciamento pode ser feito por decreto; a mudança do superávit, não, no meu entender e no entender da Consultoria do Senado Federal. Então, ficaria ao Ministro Guido Mantega esta primeira pergunta sobre a questão do decreto, registrando inclusive que, ao propor o aumento de 0.65 para 0.70 de superávit das estatais federais e quando representa 90% do superávit das estatais federais a Petrobras, estamos aqui na verdade embutindo ou uma diminuição nos investimentos da Petrobras em busca da auto-suficiência ou um aumento de preço de combustível para poder chegar no superávit de 90% de 0.70.

A segunda pergunta ao Ministro Mantega é como o Governo pretende dar continuidade à política de geração de superávits primários, tendo em vista que as contribuições da CPMF serão reduzidas a partir do próximo ano – reduzidas inclusive por proposta do próprio PT – de 0.38 para 0.08 – essa foi uma proposição do Partido dos Trabalhadores que efetivamente teve que ser aprovada por conta da emergência – e também em função da questão da desvinculação dos 20%, que também terminam neste ano? Então, são duas questões graves para compor o quadro de superávit no próximo ano.

Para o Ministro Antônio Palocci eu perguntaria sobre a questão do salário mínimo. O Decreto 4.591 sinaliza com um valor de apenas R$234,00 de salário mínimo – e nós aprovamos, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, R$240,00; e R$240,00 tem que ser o piso, e não o teto.

E a última pergunta é a seguinte: Ministro Antônio Palocci, existe e o que é o Plano B? Existe esse Plano B, que vai levar à transição do modelo passado para um modelo diferente do que é hoje? E o que quer dizer o Plano B? É bom, bonito, barato, enfim, qual é a meta, qual é a proposta? Porque as matérias dizem: o Plano B é inexorável, mas ninguém sabe quando virá. Então, na verdade, acho que isso também não ajuda na estabilidade da economia e eu gostaria de ouvir de V. Exª efetivamente se existe ou não esse famoso Plano B.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª não terá o mesmo direito que o Senador Romero Jucá. É uma brincadeira.

Com a palavra S. Exª o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. É tarde da noite, desanuviamos um pouco. O debate está muito bom.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senador Romero Jucá, eu queria começar fazendo algumas considerações sobre o preâmbulo das perguntas de V. Exª, que foi muito instigante e nos remete às nossas posições em relação a superávit primário, déficit previdenciário, estoque da dívida e tudo mais. Então, vou me fixar na questão do superávit primário.

De fato, sempre tive uma certa antipatia na produção de superávits primários – e confirmo aqui isso – porque esses superávits primários serviam apenas para alimentar um círculo vicioso que havia sido estabelecido pelo Governo anterior, que era trabalhar com juros elevadíssimos, produzindo um serviço da dívida elevado, aí se criando um superávit primário apenas para pagar parte dessa dívida.

Então, o superávit primário – que sabemos – impõe um sacrifício ao País na medida em que exige uma redução da disponibilidade de recursos do Estado, o Estado tem que reduzir gastos e investimentos,

e esse sacrifício é feito sem que se consiga atingir um objetivo maior de política econômica, resolver o equilíbrio das contas públicas, diminuir o déficit público ou coisa parecida. Então, o que aconteceu é que nesses últimos quatro anos, nos quais o Governo anterior produziu superávits primários, foram absolutamente inúteis, dinheiro jogado fora, sacrifício inútil, porque se conservou um conjunto de políticas que mantinham esse círculo vicioso. Então, eu criticava essa política e continuo criticando. O Governo deveria ter tomado outro rumo, diminuído a vulnerabilidade externa do País, criado condições para que a taxa de juros fosse reduzida naquela época, e, com isso, o País precisaria de superávits primários menores para manter as contas públicas estabilizadas.

A situação das contas públicas agravou-se a tal ponto que não deixou opção ao Executivo senão tentar uma política de choque de credibilidade, que é o que estamos tentando fazer atualmente: praticar um superávit primário maior até do que se praticava. Isso, evidentemente, tem um custo para a população – redução de investimentos e de gastos –, porém visa a sanear um problema maior, o do agigantamento da dívida pública brasileira. E nunca dissemos aqui que éramos favoráveis ao agigantamento da dívida pública. Nunca foi dito aqui que não prestaríamos atenção à dívida pública. Penso que a dívida pública, quando estava no patamar de 30%, era uma dívida confortável, podia ser administrada razoavelmente; mas, quando ultrapassa o patamar de 60% – como aconteceu no ano passado, chegou a 64% –, começa a ser um problema muito sério, principalmente para um país como o Brasil, que tem um perfil ruim de dívida, não tem muita credibilidade por parte dos credores. Então, é a situação de se ter que tomar um remédio amargo. Não gosto de administrar remédio amargo, mas há situações em que é inevitável.

Poderíamos ampliar esse raciocínio para a questão do acordo com o Fundo Monetário, antes que alguém nos cobre. Sempre fui um crítico do Fundo Monetário pelas políticas equivocadas impostas aos países que lhe pediram socorro financeiro, a ponto de o próprio Diretor-Gerente atual, Horst Koehler, ter feito autocrítica disso. O próprio Fundo Monetário reconheceu o equívoco de ter praticado determinadas políticas. Sempre fui um crítico do Fundo. Todo país que vai ao Fundo é um país que se mete em uma enrascada. Agora, diante do quadro que se colocou no ano passado, antes de sermos Governo, apoiamos a ida ao Fundo. A contragosto? Sim. Porém, em situações de risco, em situações limites, é necessário tomar remédio amargo, é preciso ir à UTI. Mas continuo dizendo que temos de fazer todo o esforço para evitar ir ao Fundo, para não precisar gerar um superávit primário de 4,25%, que é um esforço muito grande para o País, e assim por diante.

Em relação a sua pergunta quanto à meta de superávit primário, em nosso entendimento, ela pode ser aumentada, desde que o contingenciamento que se faça não afete as contas do Legislativo e do Judiciário. O contingenciamento é feito apenas dentro...

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Contingenciamento, sim. O que estou questionando é a mudança da meta do superávit por decreto. O contingenciamento foi feito.

O SR. GUIDO MANTEGA – Houve também um questionamento sobre o contingenciamento no sentido de que ele não poderia ser feito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Não. Concordo com o contingenciamento e até o apóio – eu disse isso claramente. A questão é a meta de superávit, pois uma emenda constitucional determina que não se pode mexer em matéria orçamentária por medida provisória; só se pode mexer por projeto de lei. A meta do superávit faz parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO. Está lá: 3,75%. Apresentei um projeto para diminuir para 3%, e o Governo aumentou, por decreto, para 4,25%.

O SR. GUIDO MANTEGA – Essa explicação será dada pelo Ministro Palocci, autor do superávit primário.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – O autor são os juros, mas posso explicar.

Senador, em primeiro lugar, digo a V. Exª e a outros que me comparam ao ex-Ministro Pedro Malan que não considero isso uma ofensa. Tenho certeza de que as comparações também não foram feitas como ofensa. Tenho grande respeito e admiração pelo ex-Ministro Pedro Malan, porque é uma pessoa de bem. Quando tomei posse, fiz uma declaração pública, porque achei justa, mostrando muitas divergências entre o meu pensamento econômico e o dele, mas, ao mesmo tempo, fazendo uma homenagem ao trabalho que fez pelo País. Sabemos da boa-fé e do empenho do ex-Ministro em consertar as contas do País. Digo isso até em justiça ao ex-Ministro, porque, muitas vezes, quando se diz isso, pode-se buscar um foco depreciativo, e sei que não é sua intenção.

Destaco aqui, a bem do processo político, não a bem da política em si, que é preciso buscar mudanças na política econômica e estamos buscando. É preciso observá-las e analisá-las, porque, senão, vamos incorrer em repetição de equívocos. O importante é que

sejam feitas as mudanças em direção a um novo projeto de País que possa recuperar equívocos passados.

Por exemplo, se a âncora cambial não fosse feita de 1995 a 1999, certamente, seria uma tentação futura para muitos governos, porque é algo aparentemente talentoso, através do que se busca equilibrar as contas. Mas, felizmente, para nós, a história mostrou que não é um bom caminho, não só no Brasil, mas também em outros países que fizeram isso. A vizinha Argentina também pagou um preço muito alto em relação a esse mecanismo. Hoje, todos podemos dizer, inclusive disse o Senador Arthur Virgílio, que a experiência mostrou que não é um bom caminho. Ponto final. Não significa condenar as pessoas, os governos, mas buscar caminhos mais saudáveis. A história brasileira tem mostrado muito o que não fazer e, algumas vezes, o que fazer. O importante é que o Congresso Nacional, os Ministros e a sociedade façam esse debate com franqueza. Tudo o que aprendemos na história de avanços e recuos do Brasil deveria servir de lição para nós.

Repito: muito do que não fazer a vida nos ensinou, aos trancos e solavancos, em tantos planos mirabolantes, alguns criativos, outros nem tanto, alguns fortes, outros frágeis, alguns com bons resultados, outros com péssimos. Todo esse experimentalismo vivido pelo Brasil, em longos períodos passados, exige de nós uma responsabilidade de analisar, francamente e de forma transparente, essas experiências para repetir o que deu certo, buscar novos caminhos e recusar coisas que, claramente, foram danosas para o Brasil, algumas de curto e outras de longo prazo.

Uma das questões fundamentais para nós é que não aceitaremos a inflação como uma verdade futura. Vamos combatê-la. Por quê? Porque, no passado, o Brasil aprendeu que a inflação é um imposto absolutamente perverso. Fui Prefeito em períodos de inflação e digo a V. Exª, Senador, que não tinha dificuldade alguma para governar, porque as contas pagam, atrasam-se aumentos, faz-se isso, aquilo... Aqui há vários ex-Governadores que governaram em períodos de alta inflação. A perversidade da alta inflação é que ela é absolutamente enganosa, porque os que muito têm, inclusive governos, nenhum problema encontram diante de si enquanto a inflação come as áreas mais frágeis da economia e das pessoas de menor renda.

Portanto, essa é uma experiência que o Brasil nos proporcionou. Não foi nem o PT, nem o PSDB, mas o País que, ao longo de sua história, ensinou-nos que imposto inflacionário é o pior dos impostos. Precisamos combatê-lo. Custe o que custar, é preciso combater a inflação. É evidente que, como disse o Ministro Guido Mantega, ninguém gosta de remédio amargo. Lidei com Medicina grande parte da minha vida e, muitas vezes, as pessoas não gostam dos tratamentos. As cirurgias, principalmente, as pessoas lamentam, evitam, às vezes se recusam a fazer. É preciso, sempre que se dá um tratamento, que se analise se ele trará o benefício da cura da doença. Em determinada situação, o tratamento pode ser muito grave, pode ser uma cirurgia extensa, mas isso se aplica quando a doença é grave e a situação é de alto risco. Por isso, ao tomar medidas mais duras na economia, não ficamos felizes, não dormimos tranqüilos. Temos responsabilidade de saber que elas constrangem aspectos importantes do desenvolvimento do País, mas temos certeza de estar fazendo aquilo que o Brasil precisa para dar um salto de qualidade num curto espaço de tempo. É nesse ambiente que queríamos fazer esse debate, indo direto à resposta às duas questões mencionadas.

Sobre o salário mínimo, não posso, infelizmente, responder, Senador, porque vamos administrar o orçamento junto com o Ministério do Planejamento, e caberá ao Presidente, nos próximos meses, tomar uma decisão sobre essa questão. O Presidente tem o compromisso de procurar valorizar, do ponto de vista real, o salário mínimo, e vamos ajudá-lo a cumprir esse compromisso. Sou defensor de compromissos desse tipo. Fizemos uma clara crítica da má distribuição de renda no País. É preciso agir para favorecer a renda dos menores salários em relação a ganhos maiores. Quando discutimos a Previdência Social, vemos, numa ponta, uma parcela enorme de trabalhadores, milhões deles recebendo um salário mínimo e, na outra ponta, uma pequena minoria recebendo salários altíssimos. Portanto, é preciso fazer distribuição de renda, mas não posso adiantar a decisão do Presidente. Vamos trabalhar para que a sua decisão corresponda à possibilidade do País e, na medida do possível, às necessidades dos trabalhadores. Temos certeza de que o Presidente Lula não abandonará, durante todo o seu Governo, seus compromissos sociais mais fortes, pela experiência de vida e pelos seus compromissos sólidos.

Quanto à questão do Plano B, do malfalado, do malfadado Plano B, eu sugeriria que lembrássemos que os debates de Plano B surgem em diferentes situações: quando se quer criar confusão; quando se deseja especular contra a moeda nacional; quando se

quer procurar diversionismo em relação ao claro debate público. Assim, na verdade, buscar a falta de clareza como planos alternativos...O Plano B, muitas vezes é usado, em nossa história, contra a estabilidade do País, não dos governos. Portanto, tenho rechaçado isso, porque sei que isso não tem nada a ver com os compromissos do Governo, do Presidente Lula ou de qualquer um de seus Ministros.

Isso não quer dizer que não podemos debater as políticas econômicas, evidentemente. Como Ministro, como agente público, estou exposto a todo tipo de debate crítico e tenho toda a disposição de fazê-lo. Vim com muita honra aqui, atendendo o convite do Presidente Ramez Tebet, do Senador Arthur Virgílio e do Senador Aloizio Mercadante, e virei quantas vezes foram necessárias para um debate muito claro sobre as questões econômicas. Mas eu chamaria a atenção para esta questão: estamos promovendo mudanças e queremos que o Congresso Nacional as debata. Por exemplo, na questão tributária, é possível aumentar a carga tributária, ou é necessário cortar para dentro? Tem razão o Senador quando diz: "Não há corte que não traga, em algum nível, prejuízo social". É evidente que, quando se corta investimento, há repercussão social. Não há cortes sem perdas. Há cortes de gordura, que o Ministro do Planejamento está, com a sua equipe, promovendo, ou seja, um amplo trabalho que visa à eficácia e à eficiência de marcas etc. Toda empresa, todo Estado, todo governo pode fazer isso: cortar gorduras que, na verdade, são desperdícios públicos. Esses desperdícios existem tanto no âmbito estadual quanto federal, e os cortes podem ser feitos. Agora, quando se faz cortes maiores, é certo que tem repercussão. Mas é preciso haver ação concentrada neste momento para que o Brasil possa reunir condições de dar um salto à frente. Não é difícil fazer o Brasil crescer durante crises, só que são bolhas de crescimento, que repercutem a inflação descontrolada em seguida.

Acreditamos que o crescimento virá; que o Brasil tem condições de promovê-lo e de fazê-lo de maneira sustentável, de forma a não repercutir a inflação ou perdas sociais. É isso o que buscaremos e, tenho certeza, com a contribuição desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª deseja a réplica, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Não, quero apenas agradecer aos Ministros Antônio Palocci e Guido Mantega pelas respostas. A aversão do Ministro Guido Mantega e a antipatia de V. Exª ao superávit primário é também minha. É claro que, quanto menos puder ser, melhor. Tanto que o meu projeto pretende baixar para 3%. Já considero alto. Penso que o quadro econômico mudou para melhor do ano passado para cá e, portanto, não tem sentido, no ano passado, ter 3,75% e, neste ano, 4,25%.

Agradeço pelas respostas. Estaremos aqui prontos para ajudar, debater e implementar mudanças. Acredito ser importante haver mudanças. A sociedade vai cobrá-las, e estaremos aqui para apoiar nessa linha da melhoria.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Sr. Presidente, esqueci de dar uma resposta importante ao Senador. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Sr. Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – O Senador pondera a possibilidade de mudar a lei orçamentária por MP ou por decisão unilateral do Governo. De fato, a Constituição Federal proíbe que se façam mudanças orçamentárias sem a utilização de leis, mesmo por meio de MP. Mas, quando fizemos a modificação da meta do superávit primário, trabalhamos com base na autorização da própria LDO, que fala em superávits mínimos. Trabalhamos com base em gastos do Poder Executivo. Se tivéssemos alterado os gastos do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo, ao que me parece, certamente, teríamos que enviar essa questão ao Congresso Nacional.

Na medida em que trabalhamos com exclusividade no Poder Executivo, nos disse o parecer jurídico – que posso deixar com V. Exª, até para dialogar sobre isso de maneira franca – que não é necessário o envio de uma mensagem ou de um projeto de lei para haver essa modificação, ou seja, ressaltando o fato de que estamos concentrados em uma mudança e em um esforço do Poder Executivo. Se os outros Poderes decidirem fazer, será um outro departamento. Mas, aí, sim, necessitando de uma lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Apenas para registrar que há controvérsias. O parecer do Congresso Nacional é exatamente no sentido contrário, de que precisaria, porque não há o limite mínimo, não há um número fixado. Mas é uma questão a ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador pelo Rio Grande do Norte José Agripino, para as suas indagações.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pois já não há nenhuma Srª Senadora presente, Ministros Guido Mantega e Antônio Palocci, V. Exªs podem estar certos de que estão

vivenciando um momento de grande civilidade política no Congresso Nacional.

Eu, como muitos dos que aqui estão, estive presente a muitas reuniões há poucos meses com o Ministro da Fazenda do Governo que se encerrou em 31 de dezembro. Devo confessar que eram reuniões tensas, que não eram marcadas pela mesma cordialidade com que estamos tratando um assunto de interesse nacional.

Tenho certeza – permita-me Ministro Guido Mantega me dirigir ao Ministro Antônio Palocci – de que grande parte do mérito do **relaxing** desta reunião é do Ministro Antônio Palocci. S. Exª está encontrando até tempo para comer uma bolachinha, pois já são 21 horas e 30 minutos, de tão descontraído que está o ambiente. Isso é produto de quê? É produto de uma certa similitude entre reuniões ocorridas no passado e reuniões de agora, não no nível de tensão; mas no nível das colocações, do conteúdo e da linha econômica aqui expostaS pelo Ministro Pedro Malan. E há uma outra grande similitude, Ministro Palocci, que é a competência e a sinceridade. V. Exª foi competente e sincero, sem retirar o mérito da exposição do Ministro Guido Mantega.

E quero me ater à competência e à sinceridade, sinceridade que V. Exª usou no limite máximo, a ponto de reconhecer o cometimento de erros. E é aí que vem minha preocupação e a minha indagação. Há uma diferença fundamental entre erro e posição. Ministro Palocci, vamos ser francos? O Presidente Lula ganhou a eleição prometendo a ruptura. E o que se está assistindo, graças a Deus, é a evolução de um sistema que precisava ser polido, melhorado. E o grande mérito, o País todo sabe, é da equipe econômica que V. Exª, Ministro Palocci, comanda e que eu aplaudo – e falo como Líder do PFL, um Partido de Oposição. Mas aí entra a minha preocupação: a diferença entre o cometimento de erros, que V. Exª assumiu com muita sinceridade, e posições – posições assumidas por ícones do PT, Partido que ganhou a eleição prometendo a ruptura.

Por exemplo, o Ministro Guido Mantega, no dia 21 de maio de 2002, declarou à **Folha de S. Paulo**: "Não há razão para prorrogar o acordo" – referia-se ao FMI. "O Brasil não deve nada ao Fundo e já é crescidinho para ter um tutor. O Brasil não tem condições de ter inflação de país desenvolvido". V. Exª acabou de dizer repetidas vezes, com ênfase redobrada, que não podemos abrir mão do combate à inflação. Concordo inteiramente com V. Exª. Mas o Ministro Guido Mantega, ao seu lado, declarou que não houve contestação aos jornais **Folha de S. Paulo** e **Valor Econômico**. Fatos que me preocupam com relação à coerência do Governo.

Um documento partidário do PT intitulado "A Ruptura Necessária", que se encontra na internet, preconiza a denúncia do ponto de vista político e jurídico do acordo com o FMI. Aqui foi dito, pelo Ministro Mantega, que, no ano passado, o Brasil passou uma crise de crédito inédita. É verdade. E o Brasil precisou, como nunca, ir ao FMI. E o FMI não faltou. E o Brasil, na minha opinião, não pode, como economia emergente, abrir mão do apoio do FMI. E aí entra a minha preocupação, decorrente da posição assumida por ícones do PT com relação ao FMI. Qual é a atitude do Governo com relação ao FMI? O Governo, antes de assumir, foi ao FMI. V. Exª declarou que foi dizer que não iria esperar que eles viessem, porque iria tomar atitudes antes que eles viessem. Mas as atitudes que foram tomadas, e aí está minha preocupação Sr. Ministro, foi elevar a meta do superávit primário de 3,75 para 4,25, retirando 8 bilhões de recursos disponíveis para a geração de emprego, confrontando diretamente a meta.

E o grande objetivo do Governo Lula, que o brasileiro tanto espera, retirando a perspectiva de geração de alguns milhares de empregos – e há a meta da geração de dez milhões de empregos, seis mil e oitocentos e tantos empregos por dia... E me preocupa o discurso e a prática, a posição de V. Exª. Eu gostaria de apostar minhas fichas em V. Exª, porque penso que V. Exª está certo. Mas os ícones do Partido de V. Exª pensam diferentemente, e pensam com projetos de lei! Vou ser mais explícito, o atual Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, quando Deputado, apresentou projeto que suprimia limites de gastos com a educação, hoje limitados a R$1.900,00, na declaração do Imposto de Renda. Se isso acontecer, se for aprovado, vai diminuir muito a arrecadação do Imposto de Renda, vai prejudicar aquilo que V. Exª, com muita propriedade, aqui colocou: a defesa da política fiscal mais importante do que a monetária, que é perversa.

Mais do que isso, Ministro, o Deputado Ricardo Berzoini hoje é Ministro da Previdência, é um ícone do PT. O que S. Exª apresentou foi um projeto de lei que está escrito e que, mais do que qualquer coisa, é um compromisso, é uma posição assumida. Como posição assumida foi também a adotada pelo Deputado Virgílio Guimarães, autor de um projeto, apresentado em outubro de 2000, que prevê a possibilidade de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que eleitores do município o autorizem, por meio de um plebiscito. O Relator do projeto foi o Deputado José Genoíno, hoje Presidente do PT, que es-

creveu textualmente no seu relatório: "relativamente ao mérito, resta-nos louvar a iniciativa que visa proteger os interesses da população, quando divergentes do que foi estabelecido como responsabilidade fiscal e manifestados em plebiscitos específicos".

Ministro, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma conquista da sociedade brasileira, foi um marco importante na responsabilidade que se impôs aos governantes, e aqui falo com a experiência de quem foi duas vezes Governador. Não precisei de Lei de Responsabilidade Fiscal para governar com decência o meu Estado. Mas essa não é a regra geral dos governantes, prefeitos ou governadores deste País. Não se pode macular a Lei de Responsabilidade Fiscal, até a bem do que V. Exª preconiza: a defesa de uma política fiscal que promova superávits.

Dito isso tudo – e acho que até me estendi mais do que deveria –, concordo inteiramente com o Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, que diz que é preciso pensar o Brasil para frente. Concordo inteiramente. E o meu Partido colaborará – V. Exª será testemunha disso – para que as reformas sejam aprovadas. O que esperamos é que as reformas e as propostas cheguem, para que as aprovemos.

Agora, há uma preliminar a ser desenvolvida em tudo isso. Quem está com a razão? Qual será o núcleo que vai, ao final, ser preeminente, no Governo Lula? A preliminar é de avançarmos.

V. Exª preconiza a evolução diferente da ruptura, preconizada nos projetos de lei que acabei de ler e explicitar. A minha grande dúvida, Ministro, a minha grande preocupação: quem é que vai prevalecer? As idéias novas que V. Exª pratica e que, no meu entendimento, são o certo ou as idéias defendidas pelos ícones do PT e que serviram de subsídio para que o PT ganhasse a eleição? Porque ganharam a eleição defendendo esses princípios, mas que, no meu entendimento, não conduzem ao melhor. O que vai prevalecer? V. Exª terá força suficiente? Porque V. Exª vai se desgastar em alguns momentos. E, na hora em que V. Exª se desgastar, forças se levantarão contra a linha de V. Exª, dentro do seu próprio Partido. Quem será proeminente: o talento, a competência, a sinceridade e o equilíbrio de V. Ex ou as idéias que ganharam a eleição?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebeb) – Concedo a palavra ao Ministro da Fazenda.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Senador, vou procurar não comentar todos os itens a que V. Exª se referiu, mas tentarei fazer o esclarecimento de um ponto fundamental. Declarações isoladas, muitas vezes, não ajudam um debate político. Por exemplo, o fato de o Ministro Guido, em maio do ano passado, declarar que seria melhor para o Brasil não ir ao FMI – se fez a declaração – tratou-se de uma declaração de desejo. O mesmo fiz eu neste ano. Espero que, no futuro, para o bem do Brasil e do FMI, não seja necessário que estejamos vinculados a um contrato com o Fundo. Trata-se de um desejo, não de uma posição, porque, se for necessário, recorreremos aos organismos internacionais, porque é assim que funciona; e, às vezes, é preciso. Portanto, é preciso não confundir disposições, posições com desejos. Ou seja, desejamos que não seja necessário aumentar nossa dívida pública e vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que ela não aumente. Mas, entre o desejo e a realidade, há um caminho de pedras a percorrer. Sempre tenho dito que governar é exatamente reduzir a distância entre a vontade e a realidade, entre aquilo que se quer e aquilo que se pode. Muitas vezes, essas distâncias são enormes.

V. Exª, que já foi governador, tem larga experiência nessa questão. Entre a vontade do governante e a possibilidade, existe sempre distância. Raras vezes essa distância é zero. Então, é um esforço que precisamos envidar pelo País.

Quanto à questão do superávit primário, Senador, chamaria a atenção para os dois gráficos que apresentamos hoje, um dos quais nem foi feito pelo meu Governo, mas pelo Governo anterior. Insisti naquele momento não para procurar criticar o passado, mas para que verificássemos com clareza o resultado de longo prazo de ter ou não ter superávit primário. Verificamos que a ausência de superávit primário nos primeiros quatro anos de 1994 a 1998 resultou ao final de oito anos num acréscimo importantíssimo da dívida pública.

Poderemos voltar ao passado e verificaremos que em outros momentos em que o Brasil não cuidou das contas frente a choques externos como o do petróleo, quando o Brasil não ajustou a conta, pagou a conta depois e às vezes a um preço muito maior do que o custo da conta no momento em que o choque se deu.

Por outro lado, fizemos cenários que também apresentei aqui do que há de possibilidades para o Brasil em termos de sustentabilidade da dívida, que nos parece ser o tema central na relação dívida/PIB. Alguns argumentam que há países com mais de 100% de relação dívida/PIB. Mas isso se dá com outro perfil e com um conjunto de outros pilares mais saudáveis que o nosso. Então, é necessário ter, no plano econômico, um conjunto de situações que temos

que buscar que sejam favoráveis. Quando disse que é preferível para o País, em termos de custo social, uma política fiscal mais severa a uma política monetária mais intensa, referi-me a um equilíbrio que precisa ser feito entre política fiscal e monetária. Não podemos ser lenientes em nenhum dos dois casos. Mas cada um deles tem um custo. Todos têm custo. Não há ajuste sem custo, embora esteja aqui dizendo o óbvio. É preciso equilibrar entre os diversos pilares de uma política macroeconômica aquela que possa significar a de menor custo, para que possamos superar as dificuldades e voltar a ter período virtuoso de crescimento.

Por fim, quanto à sua pergunta sobre o que vai valer em termos de posições do PT, digo que é público que o PT é um Partido organizado, disciplinado e democrático, que vê com naturalidade a existência em seu âmbito de pessoas que eventualmente criticam determinadas posições do próprio Partido. Isso fez parte da nossa história e avaliamos que isso faz parte da riqueza do PT, não de um ponto de fragilidade do Partido. O Presidente Lula foi eleito com um programa de Governo, que foi aprovado pelo Partido. Respeitamos vozes que discordam dele. Já disse um grande líder que a democracia é um péssimo regime, mas todos os outros são piores. Então, na verdade, a democracia é trabalhosa, mas é o melhor regime que temos. Para a vida interna dos Partidos, também a democracia é a mais trabalhosa, mas é, sem dúvida nenhuma, o melhor caminho para construir consenso. Vamos viver em outro âmbito, não no partidário, aqui no Congresso, o mesmo nível de debates, porque vamos estar dialogando sobre reformas, e todo tipo de posição vai surgir em relação às reformas tributária e previdenciária, que são complexas. Uma coisa é a decisão de fazê-las, que é hoje do Presidente, do Congresso; outra coisa é fazê-las. Elas são complexas. Vamos viver um período em que diversas posições vão surgir e haverá dificuldades de construir os consensos. Agora, esse é o desafio que temos pela frente, não há outro caminho.

Queremos – como eu disse no início e repito agora – ser absolutamente transparentes na nossa política econômica, assim como o Presidente Lula tem sido bastante transparente em todos os seus pronunciamentos e decisões de Governo. Este Governo tem deixado muito claro aquilo que busca, aquilo que pensa, assim como, quando eu estiver aqui, admitirei meus erros, procurarei valorizar o que há de bom, não nos meus acertos, mas nos índices econômicos que forem favoráveis ao Brasil, de maneira que possamos encontrar um caminho melhor.

Não acredito que o Brasil mereça 1.100 pontos de análise de risco, como não merecia, em outubro, 2.400 pontos, como não merecia a avaliação de muitos analistas de que o Brasil faria **default**, que iria quebrar. O Brasil não merecia isso. Mas vivemos esse período, a economia brasileira deu a resposta creio que pela responsabilidade de todas as lideranças do Brasil. Deu a resposta fazendo um ajuste duro. Esse ajuste ainda deixou coisas para serem arrumadas. Estamos procurando arrumar a casa. É esse nosso maior desafio.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu gostaria de usar a palavra, já que fui citado aqui pelo Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA – Em primeiro lugar, quero esclarecer minha posição perante a inflação. Talvez minha declaração cause alguma dubiedade, e por isso quero deixá-la muito clara. O que eu disse e continuo dizendo é que o Brasil, nas condições atuais e nas condições do ano passado, não tinha como apresentar o mesmo nível de inflação de um país desenvolvido, que pode ter um patamar de inflação mais baixo. Então, diversas vezes critiquei as metas de inflação que foram estabelecidas pelo Governo passado, em 2001, em 2002. Estou repetindo isso aqui agora, mas não porque eu tenha qualquer tolerância à inflação. Acredito que a inflação é um mal muito sério para qualquer economia, particularmente para a economia brasileira, cuja parcela importante da população é pobre. Quem mais sofre com a inflação é a população pobre, que tem seus salários corroídos. Portanto, a inflação não deve ser tolerada. Apenas fiz uma análise econômica, dizendo que o Brasil, enquanto tiver essa vulnerabilidade externa, um câmbio flutuante, poucas reservas, estará sujeito a flutuações cambiais, pela nossa vulnerabilidade, que causarão pressões inflacionárias que países desenvolvidos não têm. Então, não podemos fixar um patamar inflacionário no Brasil igual ao que é fixado na Suíça, na Alemanha, de 1,5%, 2%, que é irreal e leva a uma política monetária equivocada. É isso que eu dizia e continuo dizendo. Agora, não dá para fixar hoje no Brasil uma meta de inflação de 1,5%, 2%, 3%. Isso seria asfixiar o País com uma política monetária extremamente apertada.

Então, deixo claro: não sou tolerante com a inflação. Eu gostaria que o País tivesse o menor nível de inflação possível, que tivesse inflação de país desenvolvido, que pudesse ter 1%, 1,5%, mas verifico que isso não é possível, e, portanto, o nível de inflação

que o Brasil pode ter hoje é de 4%, 4,5%, sempre um delta a mais do que a inflação de um país desenvolvido, até o momento em que conseguirmos diminuir essa vulnerabilidade externa e permitir um câmbio mais sólido, com menos flutuações. Não arbitrariamente, dentro do regime de flutuações, porém com mais reservas, com um comércio exterior mais robusto. Isso nos permitirá, sim, no futuro, níveis de inflação mais baixos.

Quanto à questão da minha afirmação em maio de 2002, afirmei, sim, que me parecia, naquela época, desnecessário que houvesse um novo acordo com o FMI. E em maio, todos podemos nos lembrar, o quadro era mais favorável para o Brasil. Passamos, no primeiro semestre do ano passado, por um período muito favorável. O dólar caiu, chegou a, se não me engano, R$2,30 ou R$2,40, e se criou um cenário favorável, até que alguns bancos de investimento começaram a dizer que o Brasil teria problemas. Lembro-me que Merryll Linch e GP Morgan começaram a dizer que o Brasil teria problemas de solvabilidade da sua dívida. Aí começou a mudar o cenário e a situação econômica se deteriorou. Em maio, defendi essa posição.

Como disse, sempre tive críticas em relação a acordos com o Fundo Monetário, mas, depois, em setembro, eu estava apoiando a ida ao Fundo Monetário Internacional. Vi que não havia outra saída. Isso foi antes das eleições, Senador. Assim, deixamos muito claro qual era a nossa posição. Por isso, não concordo com a idéia de que idéias radicais ganharam a eleição, mas a equipe econômica tem ou defende posturas diferentes.

A Carta aos Brasileiros, assinada pelo Presidente Lula, foi apresentada à Nação antes das eleições, e lá estavam todas as medidas duras que deveriam ser tomadas e os princípios de combate à inflação e mesmo de superávit primário. Estávamos apoiando o superávit primário. Portanto, aquilo que foi apresentado ao eleitorado era aquilo que realmente se pensava e aquilo que está sendo praticado.

Até me lembro que a palavra "ruptura" surgiu em algum documento do Partido, um documento oficial. Na verdade, mais precisamente, naquele encontro de dezembro do ano anterior, algum segmento colocou "ruptura". Nunca concordei com esse termo, quero lhe dizer, e o termo que entendo ser correto também não é "evolução", mas "mudança". A palavra usada foi "mudança" e o programa oficial com o qual concorremos à eleição, que foi coordenado pelo Ministro Pallocci, não apresentava esse termo "ruptura", mas "mudança". Isso foi depois de uma discussão partidária, onde posições diferentes foram apresentadas e a posição oficial da candidatura Lula foi essa posição que fala "mudança", não "ruptura". Portanto, eu diria que não há essa divergência entre aquilo que se apresentou à população e o que se pratica hoje. Isso foi apresentado naquela ocasião.

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, se meus companheiros de Partido se opuseram, a meu ver, estavam errados. Sempre apoiei a Lei de Responsabilidade Fiscal. Acredito até que Deputados do nosso Partido tentaram aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que apresentava defeitos, como a questão da transição de um governo para outro, que não era contemplada. Havia medidas inconstitucionais que depois foram corrigidas.

É possível – eu não era Parlamentar e não posso lhe dizer com segurança – que as objeções feitas tenham sido no sentido de melhorar a lei. Mas, quanto ao princípio da lei, sempre fui favorável a ela e acho muito importante para que possamos manter o equilíbrio das contas públicas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, rapidamente. Não vou tomar mais tempo de ninguém.

Falo só de um fato, Ministro Guido Mantega, o documento que se encontra na internet, que é público, tem como título "A ruptura necessária" e claramente se coloca contra o entendimento com o FMI.

O PT chegou a ir ao Supremo para contestar a Lei de Responsabilidade Fiscal e folgo em saber que V. Exª sempre apoiou a lei e o que ela preconiza. O PT ganhou a eleição, e é claro que tinha fundamentos econômicos, mas com grandes clichês: a geração de dez milhões de empregos, que está no ideário. O povo brasileiro espera o cumprimento dessa promessa. Com muita franqueza e sinceridade, desejo, de coração, que V. Exªs. sejam mais fortes do que as más influências que possam se projetar sobre suas ações. Peço a Deus que V. Exªs. façam o melhor pelo Brasil.

O SR. ANTONIO PALOCCI FILHO – Agradeço seus votos, Senador, sinceramente. Estamos dispostos a enfrentar todas as dificuldades a fim de realizar nosso trabalho. Mas, observe, é preciso que os conceitos sejam vistos com mais tranqüilidade. A própria eleição de uma liderança como o Presidente Lula foi uma ruptura histórica do País, uma ruptura positiva. Mas quando falamos no encaminhamento de um processo econômico, devemos evitar rupturas, pois são traumáticas. Mas é preciso tranqüilidade. Os debates serão feitos entre os partidos aqui na Casa. O mais importante é que fortaleçamos o clima existente. V.

Exª, ao colocar suas questões, reafirmou o pensamento de que todos podem e devem participar das mudanças que o Brasil precisa realizar. Anotei uma frase dita pelo Senador Arthur Virgílio: se houver guerra, S. Exª e seu partido vão colaborar conosco. Mas tenho certeza de que, se não houver, também teremos a contribuição de S. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que seja sem guerra, de preferência, com paz.

O SR. ANTONIO PALOCCI FILHO – Se não houver, também teremos a colaboração. Não se trata, evidentemente, de não precisarmos no processo político. Nem é bom que seja assim, apagar diferenças. Até porque não é educativo do ponto de vista do crescimento do pensamento político que possamos pasteurizar as diferenças políticas ou negar que existam. Não faz bem para o Brasil. O esforço deve ser comum, pois o desafio é muito grande, e o Brasil precisa superar tanto dificuldades reais como dificuldades irreais, que são aquelas que se criam na auto-estima do povo, nos nossos indicadores, e que vivem como fantasmas no desenvolvimento brasileiro. Muitas vezes, pensamos que o Brasil não é capaz. Felizmente, existe a agricultura para provar que o Brasil é um dos países mais competitivos do mundo e que pode disputar de igual para igual com qualquer mercado. É esse valor que está presente no empresário, no trabalhador, em todos os sistemas econômicos e sociais que devemos trazer com força para as mudanças que todo o Brasil espera e, com certeza, todos os partidos buscam.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati. Srs. Senadores, estamos num debate altamente civilizado, democrático, que vai me permitir violar o Regimento Interno. Recebi um pedido de divisão do tempo entre os Senadores Tasso Jereissati – faço questão de registrar isso, dada a grande noite que vivemos – e Sérgio Guerra. S. Exªs. dividem cinco minutos. Vamos ver se haverá cumprimento do horário. Vamos acertar os ponteiros. Tem a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – **(Fora do microfone.)** Não falarei sobre as diferenças do passado, o que foi dito, o que se deixou de dizer, as diferenças que alimentam ainda o risco Brasil. Falarei muito mais como contribuição do que como qualquer outra coisa. Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre o MST. No momento em que o MST faz invasões e aparentemente é aceito como legítimo por pessoas do próprio Governo, isso aumenta o risco Brasil. E o esforço que o Ministro Antonio Palocci tem de fazer para compensar isso, elevando os juros, custa muito caro à sociedade brasileira. E, evidentemente, isso é um problema de Governo, não apenas de política econômica.

Lei de Responsabilidade Fiscal. A meu ver, quando o Ministro disse que as coisas certas devem ser aprimoradas ou seguidas, e a erradas não repetidas, talvez o maior acerto do Governo tenha sido a Lei de Responsabilidade Fiscal. V. Exª, que já foi Prefeito, e nós, que já fomos Governadores, sabemos o que isso representa para a responsabilidade fiscal no País. Parece-me que ela não está sendo levada a sério por esse Governo, porque vários Governadores não cumpriram com a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Governo não está atentando para a punição prevista pela lei, que é fundamental para o futuro em direção a um juro menor.

Eu gostaria de dizer também que considero um equívoco do Governo priorizar a reforma tributária em relação à reforma da Previdência. Como foi dito, a reforma tributária envolve enormes interesses conflitantes, desde os vários níveis de poder até os vários níveis da sociedade entre os contribuintes. Nós passaremos muito tempo discutindo e corremos o risco de fazer um enorme arranjo para satisfazer cada um, para que a lei seja aprovada sem trazer ganho de imediato. A meu ver, duas medidas podem trazer ganho de imediato: a reforma da Previdência e a questão do crédito. A reforma da Previdência, apesar de não ser tão imediata, pelo menos muda a expectativa e pode ajudar a baixar os juros. Nós acompanhamos a questão do crédito caro, a mudança do sistema financeiro nacional, que não dá a oportunidade de crédito ao pequeno, ao médio e ao empreendedorismo, função primordial para a criação de empregos neste País.

Também me preocupa a falta de uma política muito clara e objetiva neste ano em relação ao desequilíbrio regional, fundamental para qualquer crescimento homogêneo do País. E penso que este ano, em razão dos cortes feitos, já está perdido para qualquer ação concreta em relação ao desequilíbrio regional, que é o maior problema nacional. Não há programa de harmonização de renda no País sem a solução do problema de renda regional.

Basicamente, era o que tinha a dizer. Gostaria de dizer ao Ministro Mantega algo que não é uma questão de fundo, mas que me impressionou: R$300 milhões num aeroporto só! Peça ao Ministro da Justiça que mande prender quem executou essa obra ou peça-lhe que interrogue quem está prometendo fazê-lo, que pode estar enganando V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Ministro Mantega, Ministro Palocci, eu vou falar rapidamente, um pouco na linha do que disse o Senador Tasso Jereissati. Primeiro, eu quero registrar a importância dessa reunião. Eu fiquei até agora por várias razões, mas, entre outras, porque penso que essa foi uma reunião importante, porque houve uma convivência madura. Falou-se em serenidade, e penso que é a palavra adequada. Precisamos ter serenidade em face da situação de extrema dificuldade que atravessamos. A apropriação de pequenos defeitos, de eventuais erros, não é rigorosamente importante. É evidente que há uma distância entre os discursos que fez o PT ao longo do seu tempo de Oposição e a prática do Governo que ele assume, e essa distância é relevante. De toda maneira, cumpre apenas registrar, nesse aspecto, que, se medidas de ajuste fiscal não foram aprofundadas no Governo passado, o PT contribuiu para que isso não acontecesse. A Oposição foi fator relevante para que esse ajuste não fosse do tamanho que deveria ter sido e as reformas não tivessem acontecido em tempo mais breve, como o País precisava.

No segundo capítulo, eu gostaria de falar de alguns pontos que foram citados pelo meu amigo Senador Tasso Jereissati. Primeiro, já na perspectiva das mudanças, falou-se em contingenciamento. Eu penso que essa questão do contingenciamento tem que ser revista, aprofundada e modernizada. É uma agressão ao Congresso o sistema atual de contingenciamento. Parlamentares se reúnem ao longo de um ano inteiro e aprovam uma Lei de Orçamento na qual estabelecem prioridades e projetos que depois serão submetidos a uma pequena corte de privilegiados que, sem escutar ninguém e apenas por decisão própria, selecionarão aqueles projetos que valem e os que não valem, os que servem e os que não servem, os que devem ser executados e os que não devem. Isso não é democrático, produz imensos desequilíbrios e não ajuda à democracia e nem à austeridade.

Segundo, do ponto de vista de políticas regionais: com relação ao Nordeste, por exemplo, estamos a esperar uma proposta de política regional. O Presidente Lula é pernambucano. Anunciou, com todas as palavras, por exemplo, que a instituição do Nordeste, de todas a mais relevante, a Sudene, seria reaberta e ligada ao Presidente da República. Não há o menor sinal de que isso vá acontecer. Não sei de nada sobre o DNOCs, sobre o Banco do Nordeste, de rigorosamente coisa alguma sobre a Codevasf, sobre vários instrumentos regionais de desenvolvimento. Sei apenas que estão sendo loteados, de forma precária e não técnica, entre partidos que ajudam o apoio e a base política do Presidente da República. Isso não é mudança nenhuma. Ao contrário, é retrocesso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Ao Senador Tasso Jereissati, eu queria dizer que, no geral, tenho concordância com as questões colocadas, inclusive em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que o Brasil construiu, a partir dela, um arcabouço institucional de grande qualidade para o País. Outros países tiveram dificuldades sistêmicas, que talvez a ausência de legislação desse tipo tivesse levado a crises mais profundas. Então, desse ponto de vista, tenho concordância. Quero lhe informar que as medidas previstas pela lei estão sendo todas tomadas. As medidas de multas previstas, todos os casos definidos pela lei estão sendo tomados. Não temos sistematicamente feito disso um assunto permanente, mas posso lhe enviar todas as informações, porque para nós é muito importante a cobrança que V. Exª faz, mas lhe informo que não estamos errando neste caso.

Em relação à reforma tributária e à previdenciária, estou de pleno acordo com V. Exª. Penso que as duas reformas são importantes. Mas, sem dúvida, a reforma previdenciária tem importância em todos os sentidos: no sentido fiscal e também no sentido da garantia dos direitos. Porque, quando a Previdência se mostra insustentável, ela é insustentável em relação ao direito das pessoas também. Quer dizer, a garantia constitucional está questionada, hoje, na prática. Em algumas situações mais graves, em alguns Estados, as dificuldades não são de futuro, são de agora. Então, essa é de fato uma reforma inadiável. Como acredito que há um ambiente muito favorável do País, do Congresso, do Governo, considero possível trabalhar as duas reformas ao mesmo tempo. Mas, sem dúvida nenhuma, os impactos estruturais da reforma previdenciária podem apresentar resultados mais significativos para o País.

Sobre a questão do crédito, já temos dialogado com algumas Lideranças do Congresso – quero registrar isso, porque esta é uma Comissão específica da área econômica. Estamos reestudando todas as leis que já estão no Congresso Nacional, e algumas que vamos enviar, que são dirigidas especificamente à questão do combate ao alto **spread** bancário. Esse é um problema do nosso País. Precisamos estudar, e temos estudado. Temos uma equipe no Ministério da

Fazenda que está integralmente dedicada a esse estudo. Estamos trabalhando com outras autoridades econômicas, de institutos, de universidades, de outros países inclusive, para analisar o **spread** bancário. Porque, se é verdade que temos restrições para crescer, uma das grandes restrições não depende tanto de macroeconomia. É um problema estrutural do País, que tem a ver com as taxas de juros, mas que tem a ver com outras questões também, principalmente de direito de propriedade etc..

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Ministro – sem querer lhe interromper –, que não falo apenas do **spread**. Falo também em ausência de crédito. A maioria do pequeno e médio empresário e do empreendedor inicial não tem acesso a crédito nenhum. Ele não tem como chegar ao crédito. E isso não depende basicamente de questões internacionais, mas muito mais de uma reformulação, que acho que se pode usar a criatividade.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Concordo. Inclusive temos trabalhado de maneira integrada com os bancos públicos para explorar políticas que possam ser dirigidas aos setores que não contam com o financiamento privado. Porque o setor privado garante um espaço de financiamento, mas certamente insuficiente para o desenvolvimento do País. Poderá haver oportunidades maiores de crescimento, mas, se não trabalharmos agora para isso, não teremos a chance de crescer depois. Essa é uma questão fundamental. Muita gente pergunta quanto é que o Brasil pode crescer. Acredito que, se o País não começar a se estruturar agora, quando puder crescer, não conseguirá, porque as restrições estarão intocadas. É necessário um trabalho intenso em relação a esses problemas. Concordo plenamente com isso.

Sobre o desenvolvimento regional, penso que esse é um grande desafio para o Brasil, por sua dimensão continental. Acredito que, na reforma tributária, esse tema virá.

Quanto à pergunta do Senador Sérgio Guerra, sobre compromissos feitos pelo Presidente Lula, não vejo ainda nenhum recuo de Sua Excelência em relação à Sudene. Nenhum. Recentemente, o Presidente formou um grupo de trabalho – sob a responsabilidade, se não me engano, do Ministério da Integração Nacional – com o objetivo específico de restaurar a Sudene. Então, não há recuo em relação a esse objetivo, que será atingido. Esse é um aspecto da questão do desenvolvimento regional, mas também há o aspecto de renda, que é preciso enfrentar de maneira objetiva. Falei algumas vezes sobre o assunto, mas, sobre renda e desenvolvimento, crescimento e distribuição de renda, penso que ainda estamos devendo, nesse debate, alguns caminhos novos para o Brasil trilhar.

Outro ponto do Senador Sérgio Guerra é o Orçamento. Estou plenamente de acordo com V. Exª. Espero que os contingenciamentos orçamentários não sejam uma prática de longo prazo no Brasil. De fato, não é adequado esse procedimento. O ideal seria que o Governo e o Congresso fizessem orçamentos definitivos, com total clareza do que são receitas, despesas e de quais são nossas necessidades. Talvez seja um exagero pensar que, já no próximo ano, conseguiremos esse objetivo; mas, com certeza, o Governo e o Congresso precisam debater o assunto para fazer com que esses mecanismos, que não são ilegais, mas também não são saudáveis, não permaneçam. Ou seja, é preciso trabalhar de maneira mais objetiva para que os orçamentos sejam reais. E mais: para que não precisemos, a cada ano, inventar receitas novas e as tais das receitas extraordinárias. As receitas extraordinárias são tão freqüentes no Brasil que não são mais extraordinárias, são ordinárias. É até engraçado, porque a imprensa nos procura permanentemente para nos perguntar qual é a previsão do extraordinário para este ano. O extraordinário é tão freqüente que já tem previsão, já se sabe o que acontecerá. Ou seja, para o que não está programado, qual é a programação? Então, são questões que precisamos superar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Quero cumprimentar o Líder Arthur Virgílio pela convocação desta audiência, muito acertada, e pelo alto nível do debate aqui travado. Ao mesmo tempo, cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, que hoje está há 12 horas na Casa, presidindo primeiro a reunião que aprovou os novos diretores do Banco Central e agora este encontro. Parabéns, Senador, pela condução destes encontros.

Não farei considerações, até porque a hora já está adiantada. Passamos das 22h30min. Não farei considerações, mas apresentarei apenas sete questões rápidas e concisas.

Primeiramente, servidores públicos. Aqui em Brasília, há grande quantidade de servidores públicos. Alguns deles estão sem aumento há muito tempo. Agora em janeiro, foi previsto um aumento de 4%, que está no Orçamento. Gostaria de saber se realmente existe, por parte do Governo, algum estudo para melhorar o salário dos servidores, que está muito achatado. Hoje, não se consegue ter bons servido-

res. A desmotivação é total, e a defasagem salarial é absurda nestes últimos oito anos.

Eu também gostaria de saber sobre outra questão: o montante de gastos da União com serviços terceirizados.

Quanto ao Orçamento, o Senador Sérgio Guerra disse muito bem, é difícil. A Bancada de Brasília é unida, as emendas são coletivas. No ano passado, trabalhamos quatro meses, aprovamos R$180 milhões para Brasília em quinze emendas prioritárias aprovadas por todos os Partidos, inclusive pelo PT. De repente, houve o contingenciamento. Todas as obras sociais e hospitais pararam. Brasília foi muito prejudicada. Eu queria saber quais são os critérios para contingenciar os valores das Unidades Federadas? O valor do Ceará é menor do que o da Bahia e o de Brasília? Qual o critério utilizado para fazer esse contingenciamento?

A quinta pergunta refere-se à habitação. Foi muito anunciado o Programa do PT de construir seiscentas mil casas por ano. Temos um déficit de seis milhões de habitações. Até agora não vi nenhum lançamento de projeto habitacional. A Caixa Econômica Federal, que deveria ser um banco social, apresentou um lucro extraordinário em 2002. Não sei se ela continuará a apresentar lucro. Deveria ser um banco para fazer um trabalho social, mas não tem feito isso. Pergunto o seguinte: Existe algum projeto de financiamento? Voltará algum plano de incentivo à construção? Há algo em andamento no setor da habitação?

Sexta questão. No ano passado votamos em consenso na Casa duas medidas importantes: a prorrogação do prazo do Refis e a ampliação do Simples. Infelizmente, o Presidente vetou e, segundo informações, fez isso a pedido do Governo de transição, do Governo do PT. Existe algum estudo de encaminhamento de algum outro projeto nesse sentido ou o Governo apoiará a votação para que o veto agora seja discutido e – quem sabe? – ser revertido brevemente no Congresso?

Última questão. O PT apresentou projeto de criação de incentivo ao primeiro emprego. O Senador Aloizio Mercadante falou muito sobre o primeiro emprego. Pelo projeto, empresa que contratasse jovens teria um crédito de R$200,00 como incentivo. Quero saber se esse projeto, que pode gerar um milhão e meio de empregos no País, realmente vai ser colocado em prática.

São essas as questões.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro Guido Mantega, V. Exª está com a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA – Começarei pelas questões do Senador Paulo Octavio. Depois, remeter-me-ei às outras questões.

Em relação ao servidor, infelizmente, não foram previstos recursos orçamentários para que se dessem aumentos maiores do que os cogitados. Quatro por cento, descontadas as categorias que já tiveram aumento ao longo de 2002, ou 2,5% lineares para todos os servidores. Isso implicará um aumento na folha de pagamentos de R$78,4 bilhões, o que ultrapassa o que foi previsto no Orçamento e significa uma pressão adicional de gastos. Para que pudéssemos dar um aumento maior, seria preciso aumentar o contingenciamento e o Senador Guerra diria se tratar de mais um arbítrio do Governo Federal, porque teríamos de tirar algo dos outros ministérios.

Instauramos um processo de negociação com os servidores, tentando acomodar outras demandas que eles possuem que possam melhorar suas condições de trabalho e seu padrão de vida, que não passe necessariamente por um aumento maior, pelo menos neste ano. É claro que o servidor deverá ter aumentos salariais no futuro, temos que administrar isso no próximo Orçamento; precisamos contemplar recursos para que isso se viabilize. Mas, neste Orçamento, parece-me que não há espaço, a menos que façamos outro malabarismo.

Voltando à referência do Senador Guerra, concordo que o contingenciamento possui uma dose de arbítrio. Porém, pelo menos, fizemos um arbítrio às claras, transparente. Poderíamos ter usado outro sistema, que seria o de simplesmente conter as despesas na boca do caixa ou coisa parecida, e seria ruim esse procedimento. Optamos por enfrentar o desgaste de mostrar o contingenciamento, dizer como ele foi feito, quais os critérios, quais as prioridades que foram mantidas, de modo que pudesse haver também uma interferência do Poder Legislativo.

Concordo com o Ministro Antonio Palocci: é desejável montar um sistema que evite o contingenciamento, que é conseguir apurar melhor, projetar melhor a receita e a despesa, porque, no dia em que conseguirmos acertar a receita e a despesa, não será necessário mexer no Orçamento, alterar a vontade do Legislativo, que é importante. Espero que possamos eliminar essa dose de arbítrio.

Em relação às outras questões do Senador Paulo Octávio quanto aos serviços terceirizados, não sei a qual tipo de serviços terceirizados V. Exª se refere,

se informática, bancários, passagens aéreas, dos quais posso fornecer dados. Depois, existem terceirizados como médico de família, para os quais existe outro tipo de estatuto e administração. Aproximadamente, os serviços terceirizados perfazem algo em torno de R$12 bilhões a R$13 bilhões do Orçamento. É um volume expressivo e está sob nossa alça de mira para uma redução de custos.

E aí volto a uma questão apresentada pelo Senador Tasso Jereissati quanto à expansão do terminal do aeroporto de Guarulhos. Foi feito um projeto para a execução do terminal nº 3, no aeroporto de Guarulhos, contratado pela Infraero. Era apenas um projeto. Nesse projeto, detectou-se um custo, para o terminal, de pouco mais de R$900 milhões. Foi contratada a Fundação Getúlio Vargas, que tem um método de gestão.Formou-se um grupo de gestão com funcionários do próprio Governo e também da Infraero. Ao longo de três meses, fizeram uma reengenharia de gestão. É um método que já foi praticado até em empresas privadas. A Petrobras já utilizou isso em vários segmentos e conseguiu fazer economias substanciais. Não sei o resultado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com o mesmo prédio, o mesmo projeto?

O SR. GUIDO MANTEGA – Com o mesmo objetivo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na escola onde se formou o Senador Tasso Jereissati, onde somos professores.

O SR. GUIDO MANTEGA – Onde o Senador Eduardo Suplicy e eu lecionamos.

Por esse método, pegou-se um grupo de gestão formado por pessoas do próprio Governo, gestores da Infraero. Eles ficaram quatro meses discutindo cada passo desse projeto, as soluções do projeto, e conseguiu-se redução com outras soluções. Por exemplo, em vez de um caminhão de transporte passar por cima, passa por baixo. Não sei bem os detalhes, mas posso lhe passar uma cópia desse projeto de forma detalhada. O projeto não foi executado, mas existem casos em que esse método foi executado, e houve uma economia de recursos da ordem de 10% a 30%. Estamos querendo aplicar esse método em vários projetos do Governo, para que possam ser barateados.

Em relação à habitação, de fato o Governo está tentando elaborar um projeto de habitação que mobilize os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mas esbarra nos limites do endividamento. Essa é uma questão que está sendo discutida. Ainda ontem à noite, tivemos uma reunião com o setor de habitação. É um projeto que está ainda em fase de discussão para que encontremos o caminho de viabilizá-lo. Acredito que, em breve, possamos anunciar um projeto habitacional que possa enfrentar as carências que são enormes e que perfazem a casa de milhões de habitações.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Senador Paulo Octávio, para mim, ficou apenas a questão do Simples e do Refis. Na verdade, tem-se falado muito que essa questão, que surgiu a partir de um acordo votado no final do ano, teria tido o concurso da equipe de transição. Como coordenador da equipe de transição, cabe-me esclarecer que, de fato, fomos informados de que haveria a construção de um acordo em torno disso. Jamais tive qualquer participação no acompanhamento do conteúdo desse acordo. Isso não quer dizer que não tenhamos respeito pelo que foi feito. Vamos buscar, como tem feito o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, junto às Lideranças do Congresso Nacional, uma equação que possa respeitar o acordo estabelecido e um projeto que seja positivo para o País.

Ressaltaria alguns aspectos que precisariam ser considerados. Um deles é que, no último Refis, 130 mil empresas se inscreveram e 92 mil já estão excluídas do programa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas injustamente, Ministro.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou explicar a V. Exª a gravidade do problema. Eu me permito interrompê-lo para que possamos esclarecer.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há pessoas que devem e não têm nem patrimônio para pagar. Elas se inscreveram no Refis, parcelaram, pagaram duas ou três prestações e ou o contador se esqueceu ou elas mesmas não puderam pagar. Assim, elas perderam o direito completamente. Entretanto, elas não têm bens ou têm um estabelecimento comercial pequeno. Elas não têm bens imóveis, não têm como pagar e a União se recusa a receber. Penso que essa é uma questão administrativa, porque não tem jeito de receber nem judicialmente. Várias pessoas já me procuraram nesse sentido.

Queria aproveitar a oportunidade para falar isso. Penso que a Receita Federal deveria ter mais elasticidade. A pessoa não tem nada, mas ela quer pagar, porque ela quer refazer a sua vida – aí entra um conteúdo humanitário. Ela quer refazer a sua vida, mas

está inscrita como devedora. Ela não está querendo pagar nem porque ela é boazinha, mas porque ela não consegue trabalhar, pois ela não tem crédito e seu nome está inscrito como devedora.

Então, penso que essa é uma questão administrativa que se podia resolver em cada Estado da Federação.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – De fato, precisamos acreditar na boa fé das pessoas. Sou daqueles que consideram que má fé é exceção e que, no geral, as pessoas e as instituições trabalham com boa fé.

Não quis dizer que, ao saírem 92 mil empresas, as pessoas não respeitaram o programa, mas, sim, que, se de 130 mil, 92 mil saíram, é preciso se pensar qual o programa adequado que, de fato, possa produzir um benefício para a vida das empresas, sem, por outro lado, ser um sinal negativo para as pessoas que estão em dia com o Fisco. É um equilíbrio que precisamos buscar.

Nesta semana, ainda haverá reuniões do Ministério da Fazenda, do Gabinete da Casa Civil com Lideranças do Congresso Nacional. Logo, vamos chegar a um entendimento com relação a isso.

Sobre o Simples, Senador Paulo Octávio, também soubemos que houve uma proposta inicial negociada com o Governo anterior e que, depois, houve modificações. Informou-se também que o Governo de transição estaria acompanhando isso. De novo, o Governo de transição foi informado disso. Insisto, de novo, no mesmo procedimento: pelo fato deste Congresso ter aprovado um procedimento, vamos procurar respeitá-lo, mas não havia ainda, como não há agora, uma opinião definitiva do Governo do Presidente Lula sobre isso.

Tenho certeza de que vamos ter entendimentos sobre esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Não se preocupe, porque ele vai cumprir a palavra.

V. Exª tem cinco minutos.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Peço a palavra para uma questão de ordem. Apenas gostaria de saber qual foi a lógica da listagem de oradores. Eu estava inscrito – não posso, inclusive, protestar em face da riqueza das intervenções feitas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Respondo a V. Exª com o inciso XI do art. 398 do Regimento Interno, que diz: "A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido".

É o que estou procurando fazer. Até agora, manifestação do Partido dos Trabalhadores só houve uma. Do PSDB, duas manifestações; do PMDB compareceu o Senador Garibaldi Alves, que fez a sua intervenção; do PSDB houve até uma demonstração altamente democrática.

Assim, como disse antes, penso que teremos tempo para chegarmos até V. Exª. O único Senador que está presente é o Senador Eduardo Suplicy, que parece querer ceder a sua vez.

Estou procurando respeitar o Regimento e o bom clima que estamos vivendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para colaborar, não quero ser empecilho para dar oportunidade a todos poderem argüir. Eu me contentarei em ser o argüidor final, mas com direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, Senador, V. Exª tem a palavra. Depois, do Senador Eduardo Azeredo e, por último orador, ao menos dos presentes, será V. Exª.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Senador, eu não quero quebrar regras, mas se V. Exª preferir que os três Senadores falem para, então, nos dar a palavra, não há problema da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Talvez três sejam muitos.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Tenho poucas questões, Sr. Presidente. Penso que o Ministro Palocci e o Ministro Mantega poderão responder rapidamente.

Na verdade, muito do que eu iria comentar já foi aqui tocado por outros oradores que me antecederam. De qualquer forma, gostaria de saldar as presenças de S. Exªs e dizer da minha admiração pelo Ministro Antônio Palocci de quem conheço a formação como médico. Muito rapidamente conheci – e disso eu não sabia – a profundidade do seu domínio na área econômica.

O Ministro Palocci se destacou como coordenador da campanha do Presidente Lula e hoje é um homem que conhece profundamente a economia. Quero parabenizá-lo, pois sou engenheiro civil e, de longe, não tenho o conhecimento que V. Exª demonstra na área econômica.

Mas quero dizer a V. Exª e ao Ministro Mantega da nossa intensa preocupação em ver que atual política econômica aprofunda a política herdada e pautada pelo Governo passado, que era a de um ajuste fiscal

duro. Fui Governador do meu Estado e senti dificuldades, na medida em que, como outros Governadores como Tasso Jereissati, praticávamos uma política de desenvolvimento regional para combater essa desigualdade que existe entre o Nordeste e o Sul, tínhamos na contramão a falta de crescimento econômico do País.

Por um lado, havia um esforço muito grande, inclusive fiscal, dos governos estaduais, na chamada guerra fiscal e, por outro lado, não tínhamos a resposta da economia nacional, crescendo, porque os índices de crescimento eram pífios e diminutos.

Hoje, vejo essa política econômica aprofundada, porque na verdade cresceu o superávit primário, cresceram as taxas de juros. A carga tributária, de alguma forma, foi elevada, porque se manteve a alíquota do Imposto de Renda de 27,5%. Por outro lado, não se fez a correção para abatimento no Imposto de Renda.

Assim, temos a seqüência de continuidade de uma política, agora aprofundada. Isso me leva a uma preocupação muito grande em ver aqui dois Ministros da maior importância do Governo Federal, responsáveis pelas pastas da Fazenda e do Planejamento, tecerem comentários sobre uma realidade que, de certa forma, já conhecemos – e que os senhores já deviam conhecer também, quando assumiram seus Ministérios –, e nenhuma proposta nova principalmente quanto ao que é básico para o País. Sobre isso falou muito bem o Senador Mercadante – que é a geração de emprego e a distribuição de renda para o povo brasileiro. Sei que há um capital político muito grande do Presidente Lula e do Governo Federal. Mas esse capital político pode desgastar-se rapidamente se não houver uma política bem clara e nítida para dar uma satisfação ao povo brasileiro, que é a geração de emprego e renda. Essa é uma questão básica que o PT, o Governo e o Presidente Lula terão que considerar o mais rapidamente possível.

Dentro dessa problemática está a questão mencionada pelo Senador Tasso Jereissati, o combate às desigualdades regionais. A pobreza neste País concentra-se essencialmente no Nordeste brasileiro, onde não temos política alguma para combater a desigualdade regional. Nossa renda **per capita** média é metade da renda **per capita** brasileira.

Passarei ao outro ponto, Sr. Ministro. Já que trabalhamos com uma política monetária voltada para o controle da inflação, vejo metas difíceis de serem cumpridas e que não foram, até agora, reavaliadas. Por exemplo, a meta de inflação de 8,5%. Já se fala – o próprio Ministro Guido Mantega – que poderá ser de 9,5%, 10%, 11%. De quanto será, afinal de contas? Temos que trabalhar com uma meta de inflação. As empresas e os governos trabalham com uma meta.

Ainda com relação às metas, tecerei alguns comentários a respeito do nosso PIB, do crescimento do nosso País. O País está perdendo décadas e décadas de crescimento. A década de 90 foi perdida, a de 80 também. Nosso crescimento previsto para este ano é de 2,8%, se não me engano. Com as medidas adotadas recentemente, de aumento de juros e de contenção do depósito compulsório a 60%, tenho certeza absoluta de que não cresceremos sequer 2%. Se chegarmos a 1,5%, igual ao ano que se findou, teremos um grande sucesso.

Esses são os pontos que tenho a considerar. Quero dizer a V. Exª, desde já, que eu e meu Partido – e já foi dito pelo Líder – estamos prontos para apoiar as reformas, que devem ser enviadas o mais rapidamente. Não temos qualquer discordância. Acredito que, pela responsabilidade de V. Exª, as reformas serão profundas e virão, realmente, resolver o grave problema nacional.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero falar a respeito da questão da dívida dos Estados, que não foi abordada hoje.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, diferentemente de presidentes anteriores, enfrentou a dívida dos Estados e a refinanciou. Até 1988, os Estados e Municípios podiam emitir dinheiro por meio de títulos mobiliários. Essa negociação foi feita por nós, Governadores, e por vários prefeitos. Foi uma negociação penosa. Somos cobrados até hoje. O companheiro de Partido de V. Exª e candidato a Governador de Minas, Nilmário Miranda, disse-me que o acordo de Minas havia sido lesivo ao Estado. Precisei pedir direito de resposta à televisão, na época, para dizer que lesivo não foi. O Estado de Minas Gerais diminuiu R$9 bilhões em sua dívida por ter negociado com juros melhores e com prazos mais adequados.

Sobre a questão da nova renegociação, gostaria de ter uma posição do Ministro Palocci. O próprio Presidente Lula, em campanha – e tenho aqui os recortes de jornais –, também disse que não se podia fazer negociação e que era razoável fazer-se nova negociação. Da minha parte também entendo assim. Creio que a negociação que fizemos foi muito boa, positiva, organizou prazos maiores, juros menores. O Governo federal assumiu esse custo. Não tem dinheiro, na verdade refinanciou. Na campanha, houve críticas ao nosso Partido, o PSDB, pelas ações que tomamos. Se pudermos fazer uma nova negociação, se pudermos melhorar o que se paga, é o que desejo. O

Governador Aécio Neves gostaria muito de pagar menos a dívida que tem com o Governo Federal, mas essa não é uma posição muito clara até agora, ao menos não está coerente com o que foi colocado na época da campanha.

A outra questão que o Senador Tasso Jereissati provocou aqui foi sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. V. Exª colocou que estão sendo cobradas, sim. Eu diria só que não na totalidade. Existem membros do Governo de que V. Exª faz parte que não cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros que, inclusive, vão ocupar novos cargos previstos e que também não cumpriram. Ninguém sabe quem são. Prefiro deixar em aberto essa colocação. Então, estas são as questões que eu gostaria de colocar: da nova renegociação da dívida e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que estou muito bem impressionado. Eu diria que a exposição de ambos os Ministros foi muito firme, muito boa. Da nossa parte, o que desejamos, pela nossa experiência como Governadores, é que as reformas venham o mais rapidamente possível. Tenho experiência executiva, a minha experiência parlamentar é esta. Estou ansioso! Mande logo o projeto! Quero votar logo! Quero, rapidamente, aprovar reformas, porque considero que o que foi colocado aqui seja real, seja verdadeiro. Então, a posição do PSDB é construtiva, extremamente construtiva. Agora, queremos que a população saiba também que, nas próximas eleições, a discussão tem que ser mais madura. Acredito piamente nisso. Creio que o tempo de promessas vai passar. Vamos ter um processo mais maduro, porque muita gente que prometeu muita coisa, na verdade, vai ter que reconhecer que não foi bem assim. Então, vamos ter uma eleição em que as questões serão mais calmas, mais racionais, não serão tão emocionais, como aconteceu em alguns pontos do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, último orador. Aí, então, S. Exªs, os Ministros, responderão a todas as questões formuladas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quero também cumprimentá-lo pela sua extraordinária energia, desde a manhã de hoje à frente dos trabalhos desta Comissão.

Como o Ministro Guido Mantega, também sou um admirador de John Maynard Keynes. Nas suas diversas respostas, fez referências à qualidade do pensamento, da inovação e da criatividade de Keynes. Um dos maiores seguidores de Keynes, até hoje, é o Professor Paul Davidson, editor do **Journal of Post Keynesian Economics**.

Há poucos dias, como editor, ele havia me enviado uma carta aceitando um artigo que encaminhei para sua revista. Ele me escreveu uma breve carta com uma pergunta que poderia ser considerada um pouco provocadora, instigadora, mas que colocarei para V. Exª responder.

Prezado Eduardo, pelo que posso desvendar, vocês estão realmente vivendo tempos interessantes no Brasil. Algumas vezes, temo que a Esquerda, quando entra nos corredores do Poder, acabe adotando políticas da Direita, pois, como Keynes uma vez escreveu, "é melhor fracassar convencionalmente do que bem-suceder não-convencionalmente". Estaria isso ocorrendo com o Presidente Lula?

Gostaria ainda de fazer referências, colocando aqui para ambos os companheiros, amigos e pessoas por quem tenho cada vez mais admiração, algumas questões a mais, inclusive citando alguns dos grandes economistas. Kenneth Arrows, que é um dos laureados com o Prêmio Nobel de Economia, publicou, em 1951, um artigo sobre o teorema da impossibilidade das escolhas sociais, considerado por muitos de enorme importância até hoje. Ele procurou demonstrar com muita elegância e de uma forma relativamente simples que, por exemplo, se tivermos três pessoas "a, b e c" e três situações diferentes "x, y e z", e se "a" prefere "x" a "y" e "y" em relação a "z"; e se "b" prefere ainda outra ordem e se "c" prefere ainda outra ordem, torna-se praticamente impossível se estabelecer um consenso de maioria ou uma regra em que a maioria sempre esteja de acordo.

Outro grande economista laureado com o Prêmio Nobel de 1998, o economista Amartya Sen, justamente no seu discurso em que aceitou o Prêmio Nobel perante a Academia de Ciências Reais da Suécia, em Estocolmo, destacou a elegância da demonstração do Teorema da Impossibilidade de Kenneth Arrow, mas, ao mesmo tempo, disse que ele continuava muito otimista e que o próprio Kenneth Arrow, na verdade, colocava um desafio para os economistas. Disse também que continuava com muita fé na democracia e nas formas de as pessoas, numa sociedade, numa comunidade, sempre procurarem saber aquilo que as pessoas na sua maioria gostariam e que era muito possível por vezes se chegar a consenso sobre alguns objetivos que se detectava muito fortemente que aquela sociedade iria querer atingir. Como exemplo disso, naquele discurso de 1998, o Amartya Sen dizia que, por vezes, a sociedade consegue chegar,

mesmo numa sociedade democrática, a um consenso – e cito o exemplo da necessidade de se combater a fome e a miséria. Aí, brotam situações como aquelas que felizmente estamos hoje vivendo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando já eleito em dezembro de 1994, despediu-se do Senado Federal dizendo que "o Brasil tem pressa de fazer justiça". E era o seu propósito, dito na sua posse, em janeiro de 1995, outra vez expresso e reiterado em primeiro de janeiro de 1998, quando disse que iria procurar atingir os objetivos e melhorar a distribuição da renda, erradicar a pobreza, criar empregos – não apenas no segundo mandato –, obter a estabilidade. Mas, nesse aspecto, Sua Excelência não conseguiu realizar tudo o que era seu objetivo.

Foi esse o centro da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que conseguiu hoje um extraordinário consenso de mobilização da opinião pública e de pessoas que inclusive estão dispostas a dar de si, dar recursos, inclusive voluntariamente, além daquilo que pagam de impostos, e tudo para se conseguir efetivamente melhorar a distribuição da renda, erradicar a fome etc.

Agora vem a questão: Será que o Presidente Lula conseguirá fazer isso? E será que V. Exªs, como Ministros, conseguirão da forma mais racional possível atingir esse objetivo? Será que o Programa Fome Zero, que conseguiu essa extraordinária mobilização, já está suficientemente delineado para fazer isso da melhor maneira possível? Como coordenador do programa de transição, em dezembro último, Ministro Antônio Palocci, está ali expresso em seu relatório que, diante dos diversos programas de transferência de renda que existem, faz-se necessário chegar a uma melhor racionalização, coordenação dos mesmos, se possível a sua unificação, para se atingir a melhor eficiência. Em verdade, ali estão listados alguns programas de transferência de renda.

Ministro Antônio Palocci, estudei um pouco mais este assunto, e verifiquei que aquela lista ainda precisa ser bastante completada. Vou listar aqui rapidamente alguns dos programas de transferência de renda que temos hoje no Brasil:

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª já está com dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –Depois de tanta paciência, tenho um pouquinho de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Merecido por isso, porque V.Exª teve paciência mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Foi por essa razão que encaminhei à mesa um pouco de caju, para que V.Exªs pudessem ter um pouco mais de energia, porque eu sabia que iriam precisar neste final.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Está escondido aqui embaixo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Os Senadores também querem um pouquinho então.

Pois bem, o Agente Jovem; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PET; o Bolsa-Escola; o Programa Nacional de Renda Mínima associado à Educação; o Bolsa– Alimentação ou renda mínima associada à Saúde; o Auxílio Gás; o Bolsa-Renda; o benefício social continuado para os deficientes e para os idosos; o salário-família, que não é pago pelas empresas, porque é restituído, então é também de responsabilidade do Governo; o pagamento do salário-mínimo como pensão vitalícia; o regime geral de previdência social, que tem toda uma sistemática; e o sistema público de previdência social; o seguro-desemprego, do Ministério do Trabalho; o bônus do salário-mínimo anual, pago pelo sistema PIS/PASEP; a transferência do FAT para os programas de capacitação; o cartão-alimentação, que está se iniciando; o programa de estímulo ao primeiro emprego, mencionado pelo Senador Paulo Octávio e que, em princípio, conforme está-se anunciando, pagaria um crédito fiscal de duzentos reais para cada trabalhador contratado com até dois salários-mínimos; as transferências na forma de créditos subsidiados e outros subsídios às empresas, incluindo o que, por exemplo, foi transferido aos bancos na forma do PROER, do PROES, e assim por diante. Aqui, então, são listados pelo menos vinte formas de transferência de renda na sociedade brasileira.

Gostaria de fazer não apenas uma pergunta, mas uma forte sugestão para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Guido Mantega e o Ministro Antonio Palocci, como principais responsáveis pela condução da política econômica e pela formulação das reformas tributária, previdenciária e trabalhista, aproveitem agora esta extraordinária oportunidade, o bom senso, essa mobilização fantástica a que chegou a opinião pública para, por ocasião do envio dessas reformas, incluam nas mesmas algo que está aprovado desde dezembro último, por uma interação entre o Partido dos Trabalhadores, o PFL e todos os demais partidos. Por unanimidade e consenso, aprovamos aqui, em duas votações, em dezembro último, a Renda Básica de Cidadania. E por que razão?

Sr. Presidente, trata-se da maneira racional, eficiente, de se chegar à melhor forma de transferência de renda.

Ministro Guido Mantega, pensando agora em termos da relação entre trabalhadores e empresa, por que, se concedermos como um direito à cidadania, nunca como uma esmola ou como uma caridade, mas como um direito de cada um participar da riqueza da Nação, incondicionalmente, a cada pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou sócio-econômica, a possibilidade de receber uma renda, por que isso é uma reforma radical que transforma a sociedade, que modifica o modelo que estávamos tendo até agora, em especial num momento como hoje, em que o Presidente Lula anunciou que quer acabar com o trabalho escravo?

Porque no momento em que cada pessoa neste País tiver o direito, diante de uma única oportunidade que lhe for oferecida, alguma atividade que seja ofensiva à sua dignidade, que colocar a sua vida em risco ou que for semelhante à de um trabalho escravo, ou de vender o seu corpo ou de participar de uma quadrilha de narcotraficantes, como o que aparece no filme **Cidade de Deus**, que comoveu o Presidente Lula, então essa pessoa poderá dizer: "Olha, se for para fazer esse trabalho, prefiro continuar recebendo esse rendimento, que me é dado como um direito de ser brasileiro".

Não se trata de algo que vá de forma alguma humilhar a pessoa, deixar de dignificá-la; ao contrário, vai ser a forma que transformará o trabalhador num outro tipo de sujeito, que poderá fazer outra história, e inclusive do ponto de vista da sua dignidade, da sua liberdade, do ponto de vista até mesmo da racionalidade de se baratear o sistema – como a Fundação Getúlio Vargas disse que poderia custar bem menos e que impressionou o ex-aluno da Escola de Administração de Empresas, Senador Tasso Jereissati, porque é na escola que também ensinamos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª já está com a palavra há 15 minutos, eu pediria que encerrasse, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, o que venho sugerir é que na reforma tributária e na reforma previdenciária se coloque já para ser instituído daqui a dois, três anos, a partir de 2005, a perspectiva de haver como um direito inalienável da pessoa humana a renda básica de cidadania. Essa é a sugestão que deixo para V. Exªs., cumprimentando-os pela exposição generosa que nos deram hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI FILHO – Procurarei ser breve, até porque muitas das colocações feitas são contribuições ao debate, não necessariamente perguntas. Mas quero me referir em primeiro lugar à colocação do Senador César Borges sobre a política monetária.

Estamos trabalhando para fazer convergir os índices inflacionários, não no período de um ano, como divulgamos em janeiro, mas num período de dois anos, e fizemos uma curva de convergência desses índices, que é o que vamos perseguir em termos de política monetária.

Acho que é precipitado dizer, Senador, que estamos distantes de atingir esse índice ou que ele é um objetivo superdimensionado ou subdimensionado, no caso. Ainda vivemos efeitos de um conflito externo. Não estamos em choque externo, estamos num efeito prolongado de uma crise externa que dificulta ao Brasil cumprir todos os seus objetivos neste momento. Mas acreditamos firmemente que, superada essa dificuldade, o Brasil não tem elementos internos da sua política econômica que justifiquem dificuldades dessa magnitude – e não havia no ano passado também, não estou dizendo que com o nosso Governo não tem e lá existia. Na crise do ano passado houve um fator externo muito importante. De novo agora há uma grande melhoria e há um obstáculo externo fundamental à evolução dos indicadores nacionais. Mas acredito que, ultrapassado esse período de conflito, demonstraremos um sinal mais claro de que as metas podem ser atingidas.

Em relação às diferenças de políticas econômicas, Senador, não digo por razões político-partidárias, mas por razões de futuro do país, afirmo que estamos praticando uma nova política de comércio exterior, adotando uma nova política de financiamento público e praticando uma nova política econômica. É certo que os resultados dessas novas políticas não são sentidas imediatamente, porque, ao mesmo tempo em que estamos atuando com novas políticas, estamos atuando dentro de um ambiente de grande restrição em que o combate à inflação impõe ao País limites extraordinários para que possamos tomar todas as medidas que desejamos, a fim de fazermos com que o País encontre o caminho do crescimento sustentado. Essas políticas que estão em andamento mostrarão sua força ao longo do tempo.

A evolução dos fatores no Brasil está demonstrando a capacidade que o País tem de vencer essas dificuldades. A balança comercial brasileira é uma demonstração de força deste País. Neste ano, estamos começando no mesmo nível em que terminamos no ano passado, no que se refere à relação exportação/importação, e estamos aumentando os resulta-

dos. Então o caminho é positivo. Quero crer que a evolução dessa situação será mais positiva quando deixarmos de sofrer as restrições externas que estamos sofrendo hoje.

Senador Eduardo Azeredo, não sei se alguém do meu Partido criticou o seu acordo. Penso que todos os acordos que os Estados fizeram são muito bons para eles. Por exemplo, no ano passado, o Governo Federal rolou sua dívida a 44%. V. Exª pagava 9% ou 7,5% de sua dívida por ano?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sete e meio por cento.

O SR. ANTÔNIO PALOCCI FILHO – Penso que V. Exª não encontrará em lugar nenhum no mundo a diferença de **spread**, vamos chamar assim, entre a sua dívida e a da União, que se possa dizer que há possibilidade de um acordo melhor. Não há qualquer possibilidade de rever esses contratos, mesmo porque, se forem revistos, pode-se criar uma situação pior do que essa, porque entre 44% e 7,5%, acho que nem de pai para filho haveria uma diferença de juros dessa magnitude. Se os Estados ficassem somente com o acesso ao mercado para resolver suas dívidas, certamente a situação de muitos Estados seria de inviabilidade financeira e de desequilíbrio orçamentário neste momento. Esse é um ponto.

Por outro lado, há Estados com dificuldades reais. Vamos trabalhar para verificar as possibilidades de apoio a eles, mas não seria possível revisar esses contratos hoje. Diria que, até para o bem dos Estados, não vejo sentido em revisá-los.

Em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela segunda vez lembrado, chamei o Secretário do Tesouro – estou acompanhado pelo Secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, e do Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levi – e questionei-o porque poderia haver informações a que eu não tivesse tido acesso. Confirmei a informação de que nenhuma atitude que deva ser tomada frente ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal deixou de ser tomada pelo nosso Governo. Existem casos em análise. Aí utilizo um ditado mineiro que diz: "Aquilo que não foi feito, tudo se resolve até o final. E se alguma coisa não foi feita é porque não chegou ao final". Então, estamos analisando alguns casos, algumas situações e que, se exigirem medidas, serão certamente tomadas. Não temos o direito de descumprir a lei e nem temos a intenção de fazê-lo.

Por fim, as questões do Senador Eduardo Suplicy, mas parece-me que são endereçadas ao Guido.

O SR. GUIDO MANTEGA – Vou responder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Porque ele estava mencionando Keynes. É uma homenagem. (Risos.)

O SR. ANTÔNIO PALOCCI – Está bom. Deixarei para o Guido responder (Risos) sobre a carta que foi lida, porque discordo da idéia de que, quando a Esquerda chega ao Poder, ela usa instrumentos da Direita. Os instrumentos macroeconômicos utilizados hoje no Brasil, pelo Governo anterior e pelo nosso, são utilizados em todo o mundo, pelos governos de Esquerda, de Centro e de Direita, de diferentes Partidos, porque são instrumentos de política macroeconômica. Outra coisa são projetos de país. Agora, instrumentos básicos de política macroeconômica são utilizados para combater inflação, para equilíbrio fiscal, que uns países utilizam ou não. Eles não têm carimbo partidário ideológico. Ao contrário, muitos Partidos de Esquerda no mundo foram chamados a governar nas crises fiscais para corrigi-las, como o caso de muitas prefeituras da Esquerda no Brasil. Aliás, no ano passado, quando o Presidente Fernando Henrique foi premiar um governo que cumpria exemplarmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, procurou, procurou e encontrou um Governo do PT. Então, não vejo dificuldade de lidar com essa questão.

Sobre a questão da renda básica de cidadania, quero confessar, Senador, que já achava, antes de conhecer por dentro os programas do Governo da União, que V. Exª tinha razão em relação a essa questão. Hoje estou mais convencido disso, porque o erro de foco das políticas sociais brasileiras é uma questão gravíssima. Em várias áreas distribuímos recursos não exatamente para aqueles que mais precisam. É preciso corrigir esse foco, porque o Brasil não gasta pouco na área social. Precisaria gastar mais, mas não gasta pouco. O Brasil não é um país pobre. Ele tem recursos, mas tem muita pobreza e os recursos não são dirigidos de forma focalizada para as questões mais importantes. E aí há todo tipo de resistência. Particularmente, lidei com essas políticas no Governo da União, no Parlamento, quando fui Deputado, e, diretamente, na execução delas, quando fui Prefeito, e encontrei dois tipos de resistência às políticas focadas nos mais pobres: resistência desses próprios segmentos pelo grau de marginalização, que, às vezes, acontece, e resistência do aparelho de Estado em trabalhar com essas populações.

No caso da implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima na cidade de Ribeirão Preto, que teve o seu incentivo pessoal muito importante, em 1995, focamos nas crianças que estavam pedindo es-

mola nas ruas. Cinco famílias se recusaram a participar do programa. Elas diziam que a prefeitura não tinha o direito de tirar os seus filhos da rua. Foi uma difícil discussão, mas levamos essas famílias à Justiça, para que se determinasse que os pais tinham que pôr seus filhos nas escolas e não nas ruas. São situações em que há resistência, mas o principal não são as resistências das pessoas, mas as das estruturas dos Estados.

Quando implantamos um programa de primeiro emprego, dirigido a jovens, também na prefeitura de Ribeirão Preto, observei que, na evolução do programa, não se atingia os jovens exatamente mais pobres. Quando fui debater isso com as equipes, eles justificavam que, nos casos mais graves de exclusão ou em ambientes onde jovens muito pobres lidavam com drogas, os programas de renda não tinham eficiência, não tinham resultado. Fui a essas regiões da cidade e implantei, pessoalmente, alguns desses programas, e o resultado foi extraordinário. É falsa a idéia de que os jovens não estão dispostos a programas sociais efetivos e que as drogas são, muitas vezes, uma opção deles. Acho que essa questão é uma resistência que temos que vencer dentro do aparelho de Estado porque, em muitos casos, nossas equipes não estão preparadas, estão com conceitos e vícios que as afastam do enfrentamento dessa realidade social do Brasil.

Para terminar, digo que vamos, sim, colocar questões relativas a isso nas reformas e acho que uma mudança muito transformadora que o Brasil poderia fazer, que já está em andamento – o Presidente Lula construiu uma câmara social para isso –, é unificar os programas sociais, não num único programa social, mas que eles sejam coordenados em um único cadastro, porque todos os programas têm algum problema de foco.

Peguemos, por exemplo, o programa de seguro-desemprego, tão importante, que atinge pessoas desempregadas, mas mesmo ele atinge o desempregado que tinha carteira, porque aquele que vive o desalento, que vive o emprego informal não tem assistência alguma dos programas. Assim, essas são questões que, acredito, apesar do adiantado da hora, são fundamentais para o nosso debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra agora S. Exª o Ministro do Planejamento, Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Serei muito breve porque estão todos cansados depois de muitas horas de trabalho, mas farei uma referência rápida ao que disse o Senador César Borges, principalmente em relação à questão regional, mencionada pelos Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, à qual ainda não respondemos.

De fato, acho que há um padecimento maior das regiões mais pobres do País em função da falta de crescimento econômico que se verificou nos últimos anos. Emprego, renda, essas questões se tornam mais agudas nas regiões pobres do País e não se tem feito uma política regional. Posso lhe afiançar que é orientação do Presidente Lula que se dê prioridade às políticas regionais. Na elaboração do Plano Plurianual, daremos esse enfoque. Um dos objetivos é justamente reduzir as disparidades regionais, que são importantes, são fortes e ajudam a agravar aquele quadro de distribuição irregular de renda que existe no País. Esse é um compromisso, um desejo do Presidente, que procuraremos pôr em prática, inclusive com as sugestões e a colaboração da sociedade civil, das lideranças regionais e dos Parlamentares também, os quais serão convidados a participar, não na fase final, mas na fase mesmo de elaboração desses projetos regionais. Certamente, isso não se resolve só com recursos do Governo Federal, mas com uma política de desenvolvimento sustentado, que gerará emprego e renda também para os Governos regionais. E, aí, o que posso pedir é paciência aos senhores porque, embora já estejamos trilhando uma nova política econômica, tendo em vista as circunstâncias em que nos encontramos e em que se encontram o País e o cenário internacional, não é possível, apenas por força da nossa vontade, fazer as mudanças com a rapidez necessária. Portanto, paciência é o que se pede para que elas comecem a surtir efeito.

Com isso, respondo ao Senador Eduardo Suplicy sobre a observação do Paul Davidson, dizendo que o Governo do Presidente Lula não vai preferir fracassar com uma política convencional. Posso afirmar isto: não estará fazendo a política convencional. Estamos num período de transição para uma nova política, que já começa a ser implantada. Apenas não produziu frutos, mesmo porque encontramos esse cenário adverso, essa guerra ao Iraque, que atrapalhou os passos que havíamos traçado, essa estratégia de mudança. Mas a mudança já está em curso, virá e aparecerá mais nitidamente nos próximos meses.

Aproveito a oportunidade para agradecer a atenção e por estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, antes de encerrar os nossos trabalhos, quero agradecer a Deus pelo dia tão produtivo que vive-

mos aqui no Senado, especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, e a todos os Srs. Senadores. Quero ainda dizer que é a segunda reunião que realizamos com a presença de quase todos os membros, todos os Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. Hoje mesmo tivemos a presença de 26 Senadores, de um total de 27 que compõem esta Comissão, agraciada hoje, ainda, com a presença enriquecedora dos Exmºs. Ministros da Fazenda e do Planejamento.

Quero dar a minha palavra: eu nunca vi tanta unanimidade. Unanimidade por quê? Porque é a unanimidade de um sonho. Todos queremos fazer deste País uma pátria mais justa e mais humana. Eu tenho absoluta certeza disso. Todos nós sonhamos vencer a inflação. Eu vi que todos nós estamos sonhando vencer o desemprego, distribuir melhor a renda, diminuir as desigualdades sociais e regionais. Estamos sonhando. Vamos, agora, pedir isso a Deus e nos imbuirmos da responsabilidade de transformar essa intenção e esse sonho em realidade o mais rapidamente possível.

Eu quero falar um pouco concretamente também. Há muita coisa que depende de lei e de mudanças, mas muita coisa, eu penso, depende de ação. Nós já temos instrumentos legais e a nossa disposição, por exemplo, para diminuir as desigualdades regionais. Eu cito os Fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Particularmente, com relação ao Fundo do Centro-Oeste, é inadmissível que exista dinheiro que tem origem – assim como têm os Fundos do Norte e do Nordeste – no orçamento da União, que vêm do Imposto de Renda e do IPI e fique, no caso do Centro-Oeste, guardado no Banco do Brasil, que se arvora na análise dos projetos, embora eles tenham garantias reais muito superiores ao pedido de empréstimo.

O Banco do Brasil não dispõe sequer de gente para analisar os projetos e diz que o projeto apresentado por empresário não vale, porque o Banco entende que é incompatível com o mercado, embora ele tenha garantia.

Eu penso, Srs. Ministros, que isso é um absurdo. Eu penso que é preciso aplicar esses recursos. Esses instrumentos existem. É preciso aplicá-los no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste tal qual prevê o mandamento constitucional. Eu até tenho inveja do homem do Centro-Oeste. Eu pedirei que pense em uma agência do Centro-Oeste sem onerar o Governo, porque temos o Fundo constitucional e o Centro-Oeste não possui um banco. Eu acredito que podemos criar a agência do Centro-Oeste com os recursos do Fundo constitucional. É isso o que eu queria dizer.

Sr. Ministro, o Brasil não gasta pouco; gasta muito, embora pudesse gastar muito mais na área social. Vamos investir com esses recursos que já temos para serem aplicados. Eu tenho certeza de que ajudaremos os programas sociais do Governo, porque o objetivo de todos nós, como vimos aqui, é trabalho e renda, se investirmos esses recursos do Fundo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste em habitação, se o orçamento não for tão contingenciado como está. Eu faço coro com os meus colegas. Recente decreto do Presidente Lula cortou somente no Mato Grosso do Sul dezesseis milhões. Para onde ia esse dinheiro? Para a habitação. O Governo quer habitação e nós queremos habitação. Para onde ia esse dinheiro? Eu acho que esses recursos iam para obras de infra-estrutura, para drenagem, para pavimentação, para saneamento básico. Eu penso que nem sempre o corte, o contingenciamento, a tomada dos recursos, se justifica; muito pelo contrário, agir socialmente é fazer aquilo que todos nós queremos.

Por outro lado, eu quero dizer àqueles que falaram em energia que esse tema não é somente da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu penso que a energia é um assunto que interessa ao Governo, que não pode perder esta oportunidade, porque a nação está esperançosa.

Eu cumprimento os dois Ministros pela rapidez com que atenderam o nosso convite. É preciso que reconheçamos isso. Assim que os requerimentos dos Ilustres Líderes do PSDB e do PT foram aprovados, S. Exªs se apressaram. São 23 horas e 30 minutos e S. Exªs aqui se encontram com a maior boa vontade e com o maior desprendimento, aliás, como cumpre a quem tem a grande responsabilidade de resolver os problemas deste País e que nós não conseguiremos resolver sem a efetiva participação do Poder Legislativo, que acredito, pelo que vi, hoje, e tenho sentido, sempre aqui no Senado da República. Mas, hoje, talvez, mais do que qualquer outro dia, tenho sentido: mandem as reformas depressa, inclusive, a da Previdência. Sabe por quê? Porque haverá mais prejuízo ainda com a intranqüilidade da sociedade se ela não souber o que vai acontecer. Muitas aposentadorias precoces já começam a se efetivar, como no passado e, em conseqüência, perde o Poder Público e perde a Nação brasileira.

Muito obrigado a V. Exªs, a cada companheiro meu do Senado. A cada companheira Senadora, os meus mais sinceros agradecimentos e a certeza de

que vamos construir a pátria dos nossos sonhos, se Deus quiser!

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 23h50min)

Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em dezoito de março de 2003, às 10 horas.

Às dez horas do dia dezoito de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcidio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octavio, Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgilio, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: Projeto de Lei do Senado nº 270/1999 que "estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria". Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: pela rejeição do projeto e da subemenda nº 01-CAE Substitutiva. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2000, que "acrescenta parágrafos ao artigo 5º da Lei nº 6.194 de 19 de dezembro de 1974, para obrigar a divulgação do seguro obrigatório DPVAT aos segurados". Autor: deputado Professor Luizinho. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável com a emenda de redação. Observação: em 25 de março de 2003, foi concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, que devolveu sem manifestação. Resultado: retirado de pauta em decorrência da apresentação, em Plenário, de requerimento de autoria do Senador Geraldo Mesquita para que a matéria tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 104 de 2002, de autoria do Senador Álvaro Dias e com o Projeto de Lei do Senado nº 161 de 2000, de autoria do Senador Renan Calheiros. Emendas nºs. 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 de Plenário, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 543 de 1999, que "dispõe sobre o seguro-garantia e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão. Autores das Emendas: 1 e 4, Senadora Maria do Carmo Alves; 2 e 3, Senador Wellington Roberto e 5 a 7, Senador Edison Lobão. Parecer: pela rejeição das emendas nºs. 1,3,4,5 e 7 e pela aprovação das de nºs. 2 e 6, nos termos das subemendas substitutiva. Observação: em 25 de fevereiro foi concedida vista a Senadora Patrícia Saboya Gomes e aos Senadores Aloízio Mercadante e Paulo Octávio.Devolvido sem manifestação. A matéria será apreciada pela CCJC. Resultado: retirado de pauta, em decorrência da aprovação do requerimento nº 09/2003 – CAE, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando audiência pública com entidades representativas dos setores da Construção e Incorporação Imobiliária. Projeto de Resolução nº 38 de 2002, que "acrescenta o artigo 27-A a Resolução nº 43, de 2001, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de amortização e dá outras providências". Autor: Senador Amir Lando. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2001 – decisão terminativa, que "dispõe sobre a concessão de desconto para professores na compra de livro didático". Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: rejeitado o Projeto, por 23 votos. Projeto de Lei do Senado nº 444, de 1999 – decisão terminativa, que "cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais – FIPROL, destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas Universidades da Regiões Norte e Nordeste". Autor: Senador Luiz Otávio. Relator: João Alberto Souza. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: rejeitado o Projetos por 23 votos. Foram lidos e aprovados os seguintes requerimentos para realização de audiências públicas, de criação de Subcomissões e de Informação: nº 09/2003 – CAE, de autoria do Senador Paulo Octávio, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 543, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que "dispõe sobre o seguro-garantia e dá outras providências"; nº 10/2003 – CAE, de autoria do Se-

nador Eduardo Suplicy, convidando o Senhor Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar, Dr. José Graziano da Silva, para falar sobre o Projeto Fome Zero. Observação: A audiência pública será em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania em 26 de março de 2003; n° 11/2003 – CAE, de autoria do Senador Almeida Lima, convidando a Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, Drª Dilma Rousset, para prestar esclarecimento sobre as "políticas de governo para o refino de petróleo do Brasil particularmente à instalação de uma refinaria de óleo cru no Nordeste do País". Discutiram a matéria os Senadores: Delcídio Amaral, Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra e Mão Santa; n° 12/2003 – CAE, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando nos termos regimentais a criação de uma Subcomissão Temporária com a finalidade de analisar a legislação atual concernente a compensação financeira sobre atividades de extração mineral, bem como propor alterações que se façam necessárias para tornar mais justa a legislação em vigor"; n°s 13 e 14/2003, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Paulo Octávio respectivamente, solicitando nos termos regimentais a criação de uma Subcomissão Temporária de Turismo, destinada a analisar o "desenvolvimento e as potencialidades do setor de turismo no Brasil, bem como avaliar e acompanhar a política nacional para o ramo"; "estudar e propor iniciativas legislativas para desenvolvimento da indústria do turismo brasileiro"; de Informação, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre "indícios de vazamento de informação privilegiada sobre a descoberta de um campo gigante de petróleo, na Bacia de Sergipe, feita pela Agência Nacional de Petróleo". Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às 11 horas e 52 minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Na pauta, alguns projetos.

O item n° 1 da pauta é o Projeto de Lei do Senado n° 270, de 1999, não-terminativo, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social para financiamento de projetos do setor de agroindústria.

A autoria é do Senador Alvaro Dias, que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria que este projeto de lei fosse apreciado na próxima semana, em função da reanálise que estou fazendo do projeto por solicitação de alguns Srs. Parlamentares. Se isso for possível, peço a aprovação do adiamento dessa discussão para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Atendo à solicitação do Relator e determino desde já à secretaria que inclua esse projeto na pauta da próxima reunião da Comissão.

O item n° 2 é o Projeto de Lei da Câmara n° 76, de 2000, não-terminativo, que acrescenta parágrafos ao art. 5° da Lei n° 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para obrigar a divulgação do Seguro Obrigatório de PVAT aos segurados.

Autoria do Deputado Professor Luizinho, que tem como Relator o ilustre Senador Romero Jucá, com parecer favorável ao projeto com a Emenda n° 1 de redação que apresenta.

Esclareço que, em 25 de fevereiro do corrente ano, foi concedida vista ao ilustre Senador Roberto Saturnino, que o devolveu sem voto em separado. Devo ainda esclarecer que o Senador Geraldo Mesquita apresentou requerimento para o projeto tramitar em conjunto com os PLS n°s 104, de fevereiro, e 161, de 2000.

A matéria está retirada de pauta, se V. Exª concordar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, eu concordo. Registro apenas que o projeto é mais adiantado, porque já vem da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Professor Luizinho, do PT. Nosso parecer era favorável exatamente por entendermos a importância de o mais rápido possível o DPVAT ser informado melhor à sociedade, pois pelo menos uma parte da sociedade desconhece o seu direito. Mas, efetivamente, se o Senador Geraldo Mesquita propõe o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Secretaria informa que o requerimento já foi aprovado; não devia, portanto, nem constar da pauta, mas vou determinar à Secretaria que...

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Então, tudo bem. Não há o que discutir.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, sou suplente nesta Comissão, por isso não estava presente no início da reunião. Vendo, porém, que a Comissão iniciou a discussão de um item relacionado a um projeto que apresentei aqui na Casa desde o ano 2000, gostaria de apresentar um requerimento de tramitação conjunta com o projeto de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que o Senador Osmar Dias está se referindo ao projeto que já foi adiado para a próxima reunião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2000, de minha autoria. Esse projeto já deveria ter sido votado, mas decidiu-se marcar audiências públicas – algo que não aconteceu – e, por isso, um projeto de grande importância ficou sem ser votado, que é esse que versa sobre o DPVAT.

O meu projeto é mais amplo; ele, inclusive, contesta a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança do seguro obrigatório – contestei a aplicação desses recursos, recomendando que houvesse uma investigação sobre a aplicação dos recursos do DPVAT. Como foi solicitada a realização de audiência pública, houve o adiamento da apreciação da matéria. Acontece, porém, que faz três anos que estou aguardando essa audiência pública para discutir a destinação desse dinheiro do DPVAT.

É muito dinheiro arrecadado, Sr. Presidente, e muito mal aplicado. Aliás, notícias veiculadas pela televisão, através do Fantástico e do Jornal Nacional, dão conta do uso indevido do dinheiro com o pagamento de festas, viagens etc.. Eu gostaria de saber como esse dinheiro está sendo utilizado hoje, três anos após eu haver apresentado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias, V. Exª não gostaria de apresentar um requerimento para que o seu projeto seja anexado a este?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está em minhas mãos requerimento nesse sentido. Vou apresentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou submetê-lo à apreciação em plenário.

V. Exª quer fazer o encaminhamento da matéria ao plenário ou quer que nós o façamos?

(resposta fora do microfone)

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a retirada do item 4 da pauta, do qual sou relator – trata-se da questão da renegociação da dívida de estados e municípios, da prestação de informações.

Apesar de o relatório já estar preparado, o governo pede um tempo para analisar alguns desdobramentos e fazer algumas propostas. Como entendo ser importante que essa matéria seja discutida com a nova equipe econômica, peço que a matéria seja retirada de pauta e que, posteriormente, quando houver um posicionamento do novo governo, tratemos de discuti-la na Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ouvir primeiro o Senador Romero Jucá.

A que projeto V. Exª se refere?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ao item 4 da pauta. Eu gostaria de retirá-lo de pauta tendo em vista a necessidade de a nova equipe econômica analisá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª sugere que a matéria seja apreciada na próxima reunião?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sugiro que ela seja retirada de pauta. Voltaremos a pautá-la no momento em que isso for possível. Inclusive, se for necessário um substitutivo ou algum tipo de emenda de relator, nós os faremos. Peço que seja retirada de pauta sine dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero propor algo que acredito ser de natureza consensual – o Senador Romero Jucá ontem referiu-se ao assunto no plenário e o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo também está de acordo.

O Ministro José Graziano da Silva, Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar, fará, no Senado Federal, exposição perante as comissões de Assuntos Sociais e Constituição e Justiça. Proponho, como a exposição se refere também a instrumento de

política econômica, que a Comissão de Assuntos Econômicos tome parte na audiência comum. Requeiro simplesmente, Sr. Presidente, que V. Exª, como presidente desta comissão, seja o co-presidente da audiência que teremos, audiência já marcada para a próxima semana. Então, que seja perante as três Comissões. É apenas essa a sugestão que faço à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, a solicitação de V. Exª não diz respeito a esse projeto, o qual determino, agora, a retirada de pauta a requerimento do Relator, Senador Romero Jucá. No momento oportuno, quando entrarmos na fase dos requerimentos, V. Exª volta a formular.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, já que foi retirado de pauta, gostaria de elogiar a iniciativa do Relator e do Presidente, pois é um projeto relevante – e conta, inclusive, com o apoio da Bancada do Governo em relação ao mérito –, visto que ajuda na transparência e no acompanhamento das operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e estabelece uma série de exigências em relações às garantias, limites e condições de amortização. No entanto, o texto precisaria ter uma certa adequação. E como o Relator está de acordo, tenho certeza que chegaremos a bom termo para podermos aprovar essa importante iniciativa do Senador Amir Lando.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, se não me engano, o item a ser discutido é o item 3 da pauta. E já estamos no item 4.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, quero voltar ao requerimento que apresentei, caso contrário vamos perder a oportunidade de colocar o meu projeto junto com os outros, já que o outro requerimento foi votado pelo Plenário.

O art. 258 do Regimento, Sr. Presidente, diz o seguinte:

"Art. 258. Havendo, em curso no Senado, dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador."

Nesse sentido, gostaria que V. Exª colocasse o meu requerimento em votação aqui na Comissão, para que ele transformasse em requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há necessidade, Senador Osmar Dias, mas já o despachei encaminhando a Mesa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas requeiro que se faça isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª quer votação do Plenário?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Daqui da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas é competência do Presidente. Já determinei, já atendi V. Exª. Vai para o Plenário. E vou ler o despacho que dei.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas quero que V. Exª transforme o requerimento em requerimento da Comissão, Sr. Presidente; e não em requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas o requerimento da Comissão está decidido pelo Presidente. Olha aqui:

Recebido hoje em reunião. Encaminha-se à Mesa Diretora.

O SR. ALUIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Osmar, diria que há um amplo consenso em relação à reivindicação que V. Exª apresenta, porque o objetivo básico do adiamento é exatamente permitir que todos os projetos sejam apensados e discutidos no seu conjunto. V. Exª teve uma iniciativa importante sobre o tema. Seguramente será feito o mesmo procedimento. Mas a unanimidade da Comissão é de iniciativa do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não vi nenhuma oposição do Plenário ao requerimento de V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, se V. Exª entende que tem essa prerrogativa, não serei eu que irei discuti-la. Aceito a ponderação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No item 3 da pauta, há um requerimento formulado pelo Senador Paulo Octávio – S. Exª não se encontra presente, mas vou tomar a liberdade de ler – vazado nos seguintes termos:

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de ouvir entidades representativas dos setores da construção e incorporações imobiliárias, sobre a obrigatoriedade do seguro garantia, prevista no Projeto de Lei do Senado nº 543, de 1999.

O requerimento está dirigido ao Presidente, com fundamento no art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno, solicitando audiência pública.

Na justificativa, o autor, que é o Senador Paulo Octávio, declara que é preciso avaliar a situação dos pequenos e médios empreendedores, alegando que terão grandes dificuldades para assumir a nova obrigação securitária em virtude das contra garantias que deverão ser exigidas pelas companhias seguradoras.

S. Exª diz que isso vai dificultar os programas habitacionais.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Haverá audiência pública a ser designada oportunamente.

Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2001. É terminativo.

Dispõe sobre a concessão de desconto para professores na compra de livros didáticos. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relator: Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que a matéria é terminativa e exige quorum qualificado e votação nominal.

O parecer, segundo consta, é pela rejeição, mas vamos ouvir o eminente Relator.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do Senador Alvaro Dias tem dois artigos, determinando que é obrigatória a concessão de desconto de 30% para professores na compra de livros didáticos condicionada à apresentação, no ato da compra, de cédula de identidade funcional do beneficiário do desconto. Ele justifica o projeto em função das dificuldades econômicas do País e à crise salarial dos professores.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Sr. Presidente, conhecemos os nobres objetivos do Senador Alvaro Dias, mas entendemos que o projeto não deve prosperar, porque a medida proposta invade a seara da iniciativa privada, determinando que o professor se beneficie de um desconto na aquisição de livros, cujo ônus não será suportado pelo Estado mas pelos fornecedores.

A conseqüência lógica seria uma invasão dessas situações na iniciativa privada, bem como a elevação dos preços dos livros. Se interessa ao Estado subsidiar o professor na aquisição de livros, entendemos que outras medidas possam ser tomadas e não esta. Então, apesar de compreendermos as intenções positivas do Relator, entendemos que a matéria deve ser rejeitada e que não deve prosperar na analise da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer do Senador Antero Paes de Barros pela rejeição do projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. Esclareço que quem quiser votar com o Relator vota "não" ao projeto.

Vou fazer a chamada nominal.

(Procede-se à votação.)

Proclamo o resultado da votação: o projeto foi rejeitado por 23 votos.

Vamos ao próximo item. Item 6 da pauta, que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais, destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das Regiões Norte e Nordeste, de autoria do Senador Luiz Otávio. Relator: Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, o autor da matéria é o ilustre Senador Luiz Otávio, do PMDB, do Pará. Trata-se de um projeto bem interessante, mas que foi rejeitado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer do ex-Senador Lúcio Alcântara, porque verificamos que é atendido por outros dois bancos federais: Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Assim sendo, já distribuído, vou ler alguns tópicos do parecer, que é pela rejeição.

Como apontado pela CCJC, apesar dos propósitos notórios da proposição em exame, os objetivos perseguidos pelo autor do projeto já estão atendidos por outras linhas de crédito criadas no âmbito do Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda, do Ministério do Trabalho. Os beneficiários são os profissionais liberais de nível médio e superior, inclusive recém-formados. São financiáveis bens e serviços inerentes à atividade, inclusive de capital de giro associado com encargos financeiros acrescidos de 6% ao ano. O Banco do Brasil financia até 80% do valor orçado com capital de giro associado até 50% do valor financiado pelo investimento fixo e o teto financiável de

R$10 mil. Já o financiamento da Caixa pode chegar a 90% do valor do projeto, no caso de investimento fixo até 50% do total do projeto, sendo que, na área médica, girando em torno de R$20 mil a R$30 mil.

Em 2002, o Proger, por meio de linha de crédito a recém-formados e profissionais liberais, efetuou 16.051 operações de crédito, com a aplicação da ordem de 138 bilhões.

O projeto já está sendo atendido pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. Tendo em vista que a proposição em tela pretende criar um programa federal cujo público alvo já se encontra atendido pelo projeto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 444, de 1999.

Sr. Presidente, este é o parecer e o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer do Senador João Alberto de Souza é pela rejeição do projeto.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Trata-se de votação terminativa. Portanto, o processo será nominal. Os Srs. Senadores que concordam com a rejeição do parecer votam "não".

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O projeto foi rejeitado pelo mesmo número de votos que recebeu o projeto anterior.

Não chamarei os suplentes porque S. Exªs não estão presentes.

Encerrada a pauta de projetos desta reunião, vamos aos requerimentos.

Requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, que a audiência com o Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar, José Graziano da Silva, que fará exposição sobre o projeto Fome Zero perante as Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, seja também realizada perante esta Comissão de Assuntos Econômicos, considerando a sua relevância do ponto de vista econômico, no próximo dia 26 de março do corrente, às 10 horas.

A Presidência não se opõe à proposição e consulta o Plenário. (Pausa.)

Então, no próximo dia 26, teremos audiência pública.

Como há outros requerimentos, peço a atenção dos Srs. Senadores.

Requerimento de informações, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicita informações do Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre indícios de vazamento de informação privilegiada de um campo gigante de petróleo, na Bacia de Sergipe, feita pela Agência Nacional de Petróleo.

S. Exª indaga sobre as providências que estão sendo tomadas pela Comissão de Valores Mobiliários, a fim de apurar o suposto vazamento de informação, sua autoria e beneficiados, decorrentes da divulgação, pela ANP, de um poço gigante descoberto pela Petrobras, no Estado de Sergipe.

Quer também saber qual é a média do volume de negócios com as ações da Petrobras nos cinco dias antes e nos cinco dias após a divulgação feita pela Agência Nacional de Petróleo. Pede-se que a resposta seja por dia.

Ainda quer saber qual a média de volume de negócios com ações da Petrobras nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, nos meses de janeiro e fevereiro de 2002 e a cada dia no mês de março de 2003, até data anterior à divulgação do poço gigante da Agência Nacional de Petróleo, excepcionando-se os cinco dias antes.

Considerando que alguns veículos de comunicação social indicam que a CVM não considerou os volumes de negócios com ações da Petrobras expressivos para realizar uma investigação sobre o vazamento da informação, indaga-se: qual o índice de variação do volume ou preço considerado anormal para se abrir investigação? Qual o critério utilizado para se considerar determinada negociação dentro do patamar normal?

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, na semana passada, a Agência Nacional do Petróleo divulgou o resultado de um trabalho de exploração petrolífera que está sendo realizado pela Petrobras no Estado de Sergipe, resultado esse extremamente favorável ao Brasil, a Sergipe e ao Nordeste. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, trata-se de uma produção considerável, um montante considerável. Desde 1996, não tínhamos notícia tão alvissareira, da descoberta de um poço gigante no Estado de Sergipe, da ordem de 1,9 bilhão de barris.

Ora, nós, que fazemos parte de um pequeno Estado como o de Sergipe e que reivindicamos, como é de justiça, o aproveitamento integral das nossas riquezas – não só dos nossos recursos minerais, como cloreto de sódio, enxofre, calcário, mas também dos

recursos advindos da exploração do petróleo -, recebemos essa notícia com muita alegria.

Entretanto, no dia seguinte, no dia imediato à divulgação dessa notícia, a Petrobras reagiu aos números apresentados. Todas as informações sobre o novo campo foram dadas pela ANP, sendo que a Petrobras confirmou a descoberta; mas informou que ainda realiza testes para determinar sua viabilidade comercial, pois ainda estão em pesquisa a quantidade a ser explorada e a qualidade do óleo.

Recentemente, a Secretária Nacional de Petróleo, Gás e Combustíveis Renováveis, Maria das Graças Foster, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, publicada em 13 de março de 2003, negou que sejam de 1,9 bilhão de barris as reservas estimadas para o campo existente na bacia. E também não confirmou o grau de qualidade do óleo.

Ademais, a multicitada divulgação efetivada pela ANP promoveu elevação das ações da Petrobras, ocasionando a abertura de investigação pela Comissão de Valores Mobiliários de suposto vazamento de informação, o que teria beneficiado, de modo ilegítimo, alguns investidores. É que, no dia 10 de março de 2003, ou seja, um dia antes da aludida divulgação, mas em que a ANP já tinha informação sobre a existência do poço de petróleo, os negócios com as ações ordinárias da Petrobras aumentaram 45% em relação ao volume médio do mês inteiro de fevereiro, ficando com 22,3 milhões contra a média de 15 milhões na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. Dessa feita, verifica-se que a divulgação foi efetivada pela ANP.

Por conseguinte, Sr. Presidente, decidindo a Administração praticar um ato, deverá preocupar-se com a motivação desse ato, fato que deverá ser justificado, atendendo-se ao imperativo constitucional. As justificativas acerca das razões da divulgação e do conteúdo da própria divulgação são exigências legais. Tais justificativas são documentos em que a Administração Pública explicita os motivos que conduziram àquela escolha, traduzindo-se na efetivação normativa do princípio da motivação dos atos administrativos.

Sr. Presidente, o então jurista Hely Lopes Meirelles esclarecia que, por princípio, as decisões administrativas devem ser motivadas formalmente. Vale dizer que a parte dispositiva deve vir precedida de uma explicação ou de uma exposição de fundamentos de fato e de direito. Com efeito, a transparência e a legitimidade que a sociedade reclama do processo decisório e administrativo é traduzida juridicamente como o dever de fundamentar as decisões, demonstrando o elo que une a prática do ato ao interesse público mediato e imediato.

Quando a finalidade do ato não se encontra nos parâmetros previstos, impõe-se a sua anulação por desvio de finalidade ou indireta violação ao princípio da impessoalidade, que é outra face da motivação.

Portanto, em vista da polêmica que virou a divulgação pela ANP – e como sergipano, é lógico que estou torcendo para que seja verdadeira essa informação -, queremos um esclarecimento.

A descoberta pela Petrobras de poços de petróleo em Sergipe, aliada a fortes indícios de vazamento de informação, resta bastante oportuno que se verifiquem os motivos técnicos econômicos e administrativos de oportunidade e conveniência pela qual foi divulgado a existência de um poço gigante de petróleo na costa litorânea do Estado de Sergipe, com reservas estimadas em 1 bilhão e 900 milhões de barris. Se Bush descobrisse esse petróleo, a invasão não seria sobre o Iraque, mas sobre Sergipe, como disse o Senador Efraim Morais. (Risos.)

Sr. Presidente, para que V. Exª tenha uma idéia, a produção atual de petróleo no Sergipe é de aproximadamente 41 milhões de barris. Com uma produção desse quilate, passaremos a ser um verdadeiro "Iraque", sem perigo e sem guerra.

É bom lembrar a nefasta constatação de que, embora muitas agências tenham sido criadas para atuar sobre os diversos setores da economia, principalmente em setores privatizados ou concedidos para exploração privada, na prática, essas agências estão assegurando os sempre bem-vindos investimentos e capitais privados na prestação de serviços públicos, pela garantia absoluta do lucro e, no geral, com baixas exigências de investimentos com recursos próprios.

É exemplo concreto e questionável o fato de que a inflação medida pelo IPCA, que é o índice referencial para a meta de inflação controlada pelo Banco Central, foi de 78% no período de 1995 a 2001. Os aumentos autorizados pelas agências foram sempre superiores: em média, 178%, pelos cálculos do economista Francisco Marcos Figueiredo, do próprio Banco Central.

Portanto, Sr. Presidente, em síntese, queremos que o Ministério da Fazenda nos explique, por intermédio dos seus órgãos competentes, quais as verdadeiras razões dessa divulgação. Se for verdadeira, vamos bater palmas e pedir que Sergipe realmente seja encarado pelo Governo Federal como uma província produtora de Petróleo, com direito a tudo: com direito

ao aproveitamento dos seus minérios e a uma refinaria. O Estado de Sergipe poderá servir ao Nordeste e ao Brasil, mesmo que a reserva não seja de 1 bilhão e 900 milhões de barris, mas de 370 milhões, como prevê a Petrobras, pois isso já representa quase dez vezes a produção interna de petróleo do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de logo, devo dizer que, quanto à deliberação, quanto ao requerimento, quanto ao pleito, nada a opor. Mas como Senador de Sergipe, a exemplo do Senador Antonio Carlos Valadares, assim como fiz do plenário na última sexta-feira, devo dizer aqui que o anúncio desse campo gigante no Estado de Sergipe não me deixou contrariado. Ao contrário, deixou-me muito satisfeito.

Tratou-se de um anúncio que veio em um bom instante, em um bom momento. E digo que não fiquei contrariado, porque essa foi a reação do ex-Senador por Sergipe, José Eduardo Dutra, hoje Presidente da Petrobras. Quando do anúncio feito pela ANP, o ex-Senador José Eduardo Dutra encontrava-se na Argentina, segundo informou a imprensa, e ficou deveras contrariado, fazendo publicar nota, inclusive, em todo o País.

É evidente que uma celeuma surgiu quanto às reservas, mas é bom que se diga que, no dia seguinte ao anúncio, o jornal O Estado de S.Paulo fez um esclarecimento, pela palavra de um geólogo, estimando 1,9 bilhão de barris. Na verdade, essa era a projeção, embora esse dado não venha a significar que a extração de todo esse petróleo seja possível. Estabeleceu-se um percentual que variava entre 5% e 40%, o que abre uma possibilidade de uma reserva, com extração de 400 a 500 milhões de barris/dia, deixando, sem dúvida alguma, todos nós de Sergipe – e por que não os brasileiros – plenamente satisfeitos, alegres.

Como eu disse na sessão plenária da última sexta-feira, fiquei em estado de graça, ao contrário de outros que – parecem-me – se opõem aos pleitos do Estado de Sergipe. A oportunidade do anúncio deve-se exatamente ao pleito que o nosso Estado e o Governo do Estado fazem na contratação de técnicos para estudos de viabilidade, segundo o próprio Governador João Alves Filho informou-me no último domingo. Crescem exatamente a perspectiva e as condições técnicas tão reclamadas para a implantação da refinaria no nosso Estado de Sergipe.

Embora não contrariado com a divulgação, mas alegre e satisfeito, vejo que o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares nada impede e não dificultará com certeza o pleito do nosso Estado. S. Exª deseja colher informações de forma antecipada quanto à produção e às reservas. Essas são as explicações que colhi do jornal O Estado de S.Paulo e em virtude inclusive de contato que mantive pessoalmente com dirigentes da ANP. É só, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Elogio a iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. É evidente que o país todo torce para que esse fato seja consistente com a informação publicada. O Brasil caminha para a auto-suficiência na prospecção do petróleo. Já temos reservas próprias para mais de 35 anos de abastecimento para o nosso nível de consumo atual, e a descoberta de novos poços, especialmente com a dimensão que se possa vir a ter, é de grande interesse para a Petrobrás, para o Brasil, para o povo brasileiro e sobretudo para a que possamos superar a nossa dependência na importação de petróleo.

Discute-se agora não a relevância e muito menos o meritório pleito de Sergipe em relação às reservas e ao papel de produção e prospecção. Mas discute-se se houve manipulação – inside information – ou informação privilegiada, para favorecer especuladores do mercado financeiro. Essa é a iniciativa do Senador Valadares, de quem tenho total e completo apoio. Este Governo não vai tolerar esse tipo de manobra, porque isso significa, Sr. Presidente, que, se alguns espertalhões compraram um grande volume de ações da Petrobrás na véspera da divulgação da ANP, que não tinha autorização para fazê-lo, e venderam após a informação, houve uma manipulação clara, o que é crime em qualquer parte do mundo. Está mais do que na hora de o Brasil ter uma posição muito firme para eliminar esse tipo de procedimento, que tem ocorrido com uma certa permissividade por parte das autoridades a quem cabe fiscalizar esse tipo de procedimento.

Então, isso prejudicou outros investidores da empresa e trouxe prejuízos para investidores de longo prazo. E informação privilegiada é crime no sistema financeiro, aqui e em todas as bolsas de valores do mundo.

Portanto, o requerimento está muito bem-feito, é meritório, é consistente e há total e integral apoio do Governo para que essa investigação seja feita, e te-

mos certeza de que poderemos analisar posteriormente.

A única observação que faço ao Senador é a de que S. Exª não faz um corte de valor. Quando trabalhamos na CPI do caso PC/Collor e do Orçamento, tínhamos, na movimentação bancária, um limite de valor, para preservar pequenas movimentações, sobretudo, para preservar, neste caso, investidores que, evidentemente, com pequena participação, não têm nenhuma responsabilidade pelo episódio. Essa foi uma jogada muito grande, feita pela mudança do valor em relação ao mês. Foi uma jogada muito esperta e muito grande. Espero que tenhamos total transparência para saber exatamente quem fez. Esse é o único cuidado que V. Exª tem que ter com as informações, posteriormente. Mas tenho certeza de que o fará com todo o rigor. A Casa tem todo o interesse de que esta investigação seja feita, o Brasil e o Governo.

Parabéns, Senador Antonio Carlos Valadares, pela iniciativa. Creio que com essa atitude, V. Exª defende Sergipe, mas também a ética, o procedimento, a transparência e a seriedade no mercado de ações, mercado tão importante na captação de poupança nacional e que não pode ser manipulado – se isso ocorreu – por informações e procedimentos dessa natureza. Teremos essa certeza a partir da apuração, mas os indícios de que isso possa ter ocorrido neste episódio são muito graves. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o requerimento de informação em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Solicito à Mesa que prepare ofício dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda, acompanhado de cópia do requerimento.

Passamos a outro requerimento de autoria do Senador Almeida Lima.

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, de acordo com o Regimento Interno do Senado, para que seja convidada a Ministra de Estado de Minas e Energia a prestar esclarecimento nesta Comissão a respeito das políticas de Governo para o refino de petróleo no Brasil, particularmente quanto à instalação de uma refinaria de óleo cru no Nordeste do País.

Com a palavra o Senador Almeida Lima, como autor do requerimento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em pronunciamento no plenário desta Casa, mostramos que há uma necessidade imperiosa da construção de refinarias no País, diante do déficit que já se apresenta hoje na capacidade de demanda. Mostramos, inclusive, que, embora tenha havido flexibilização quanto ao monopólio estatal do petróleo, sobretudo diante do superávit da ordem de aproximadamente 10 milhões de barris/dia, capacidade de refino mundial, multinacionais do setor não têm demonstrado interesse no investimento em novas refinarias.

Tanto é verdade que temos informações de que a própria Petrobras, há aproximadamente três anos, tenta um parceiro para a Reduc – Refinaria Duque de Caxias, instalada no Rio de Janeiro sem sucesso. A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda apresenta uma preocupação no sentido de que se investimentos não forem feitos em 2005, com o aumento da demanda, do consumo e a falta de capacidade de refino do petróleo, a balança comercial do setor petrolífero apresentará um déficit da ordem de aproximadamente US$5 bilhões diante das importações que precisará fazer.

Logo, primeiramente, entendo que o Brasil por suas entidades deverá fazer esse investimento. É uma preocupação do setor econômico. E, como tal, desejamos o comparecimento da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, a esta comissão, a fim de que S. Exª possa explanar sobre as políticas do setor no atual Governo Federal.

Como, na reunião anterior, vi aqui um posicionamento não apenas da Mesa mas da Liderança do Governo nesta Casa no sentido de que todo o corpo ministerial encontra-se à disposição para comparecer ao Senado Federal e apresentar seus planos de governo, entendi não deveria ser um requerimento de convocação, mas um convite, por orientação, inclusive, de V. Exª.

Por esta razão, peço apoio dos meus Pares na sua aprovação, para que possamos aqui conhecer a política e sobre ela debater.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco\PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a importância da presença da Ministra Dilma Rousseff na CAE, até para que façamos um debate mais amplo. Isso é importante. Estamos passando por um momento difícil na área energética e que pode se complicar ainda mais em função de uma possível guerra o Iraque. Seria uma oportunidade ímpar para o debate mais amplo do setor energético, tratando não só de petróleo, de gás, mas também do setor elétrico, que, hoje, vai exigir uma ação do governo muito determinante.

Parabenizo o Senador Almeida Lima pela iniciativa e faço alguns registros que considero importantes. A nova refinaria no Nordeste está sendo discutida amplamente, principalmente com relação à utilização de um óleo pesado, de barracuda caratinga.

Com relação a associações da Petrobras em refinarias, principalmente refinarias em operação, a Petrobras tem tido muito sucesso nestas associações. Na associação com a Refap, no Rio Grande do Sul, e também com a Reduque, o processo já está bastante adiantado, até porque esse tipo de associação e essas ampliações tornam efetivamente... a operação como um todo é muito importante para a Petrobrás, para o País e para os sócios que estão se apresentando.

Penso que o foco principal é a questão de uma nova refinaria, de se fazer ou não essa refinara, o local e a região em que seria construída. No caso específico, V. Exª está colocando a questão do Nordeste.

Ressalto a importância da vinda da Ministra Dilma Rousseff, a fim de discutirmos mais amplamente a questão da energia e elucidar, esclarecer sobre a construção da refinaria, um tema que vai ser bastante debatido nos próximos meses, principalmente com relação aos próximos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também quero associar-me à iniciativa do Senador Almeida Lima. O Rio Grande do Norte também presta hoje uma importante contribuição no que toca à produção de petróleo, produzindo quase 100 mil barris/dia, além de ter um pólo industrial que vai permitir a produção de querosene de aviação, empreendimento esse que foi iniciado ontem com a presença de um dos diretores da Petrobras.

Eu queria que o Senador Almeida Lima me permitisse assinar com ele o requerimento. Sei que ele não vai ficar muito satisfeito porque o Rio Grande do Norte disputa a refinaria; mas agora não se trata de disputar, Sr. Presidente, e sim de assegurar a refinaria para o Nordeste, porque achamos que essa região realmente quem oferece melhores condições de sediar a refinaria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr.Presidente, é apenas para me somar à iniciativa do Senador Almeida Lima e dizer que o Nordeste está pleiteando uma refinaria, com todo o mérito, com todo o direito, já que os recursos ali existentes em termos de petróleo justificam a instalação dessa refinaria. O Estado de Sergipe é um dos grandes produtores de petróleo e gás natural e com todo o direito também pleiteia a instalação, a implantação de uma nova refinaria. Portanto, com a devida vênia do Senador Almeida Lima, eu também queria subscrever o seu requerimento porque, com a presença da Ministra, vários assuntos serão enfocados, não só o problema da refinaria, como falou o orador anterior, como outros da área do seu Ministério que interessam substancialmente ao desenvolvimento do Nordeste e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Governador do Estado do Ceará por três vezes, tenho uma longa experiência nessa questão de disputa pela refinaria desde 1986, quando foi discutida e suspensa por razões políticas. Eu queria sugerir o seguinte: como todo empreendimento econômico, principalmente do vulto de uma refinaria, que exige investimentos gigantescos de US$1 bilhão a US$2 bilhões no mínimo hoje, que esse processo seja como tem que ser: meramente técnico. Que não seja pretensão nossa a tomada de decisão em função de pressão política. E vou explicar por quê. A pressão política de Sergipe é legítima, assim como a do Rio Grande do Norte, a de Pernambuco e a do Maranhão, e vamos chegar a um impasse que leva ao que já tem ocorrido: há mais de 15 anos, já deveríamos ter uma refinaria instalada no Nordeste porque existe falta de gasolina e óleo processado no Nordeste, e essa refinaria não existe. E que ela seja por motivos técnicos e que deixe a Petrobras e seus parceiros...

Eu queria dizer que, no caso do Estado do Ceará, como o Senador Delcidio já sabe muito bem e, por uma questão de polidez política, não disse, já existe um parceiro, um sócio, um estudo de viabilidade econômica. Enfim, que outros procurem parceiros também e que façam seus estudos de viabilidade econômica e financeira e que seja escolhido aquele que os parceiros e a Petrobras tecnicamente indicarem. Dizia o meu amigo Senador César Borges que, se macumba valesse, o campeonato baiano terminava empatado. Aqui é a mesma coisa: se pressão política valer, vai terminar empatado e ninguém ganha, e que o critério correto é o critério técnico, financeiro e econômico daquilo que for mais eficiente para o País.

Subscrevo o requerimento do Senador Almeida Lima, mas colocando o nosso pleito perante a Ministra, para que o processo seja conduzido, sem nenhum tipo de pressão política, dentro dos critérios mais convenientes, levando em conta a produtividade e a eficiência econômica para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, considero as ponderações do Governador Tasso Jereissati absolutamente pertinentes. No passado, governos do nordeste pressionaram politicamente, arregimentaram-se em torno disso, e essa pressão surtiu efeito contrário ao nordeste e, de uma forma ou de outra, contrário também ao País, porque a decisão sobre o assunto, na medida em que se transformou em um combate entre os Estados, foi praticamente impedida. O Presidente da República, naquele momento, sentiu-se à vontade para resolver esse problema, em face de a decisão implicar fragmentação da sua base.

O tempo passou, o Brasil se modernizou, e nós, do nordeste, também. Neste instante, não acredito em outro caminho para a solução desse problema, a não ser esse do exame técnico da questão, da apropriação exata das variáveis que contam nela e de uma decisão fundada nessa conclusão técnica. A discussão vinda para o Senado agora, por iniciativa do Senador de Sergipe, é providencial e deve ser conduzida nestes termos: uma discussão para que o Brasil faça a melhor escolha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Ramez Tebet, eu queria tornar claro, contrariando o ponto de vista do grande administrador e líder que é o Dr. Tasso Jereissati, que governou muito bem, por três vezes, o Ceará, que essa não é uma decisão apenas econômica; há outros fatores. Estamos em Brasília. Desde o Império, José Bonifácio sonhou que haveria uma capital no centro do Brasil. Podia ter sido em Goiânia, em Anápolis – seria muito mais barato –, mas Juscelino Kubitschek, médico e cirurgião como eu, decidiu que seria aqui e construiu Brasília. Muito mais caro, mas ele queria interiorizar a Capital.

Também existe nessa discussão um projeto que nasceu de um técnico lá da Secretaria de Desenvolvimento Regional em Paulistana, no Piauí. Por quê? Vamos refletir, cada um, sobre a imagem do mapa do Brasil. O Piauí é um Estado muito comprido, e Paulistana se limita com Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins. Então, a tese de que o petróleo existe, e muito, no Sergipe – enquanto Bush não resolver tomar –, não tem nada a ver com a refinaria, para distribuí-lo para onde há mais deficiência. E a maior deficiência, hoje, comprovada – os números falam alto –, é no norte e no nordeste. Paulistana é eqüidistante de todas: Manaus, Belém, Teresina, São Luís, Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju. A partir de lá, pode-se irradiar economicamente a distribuição do petróleo e interiorizar o desenvolvimento numa inspiração semelhante à de Juscelino Kubitschek.

O Piauí está disputando a refinaria. Trata-se de uma decisão política e assim tem de ser. Meu Estado saiu na frente, porque apostou na esperança, foi o único que acreditou; foi o único Estado que venceu o PT no primeiro turno. Os outros eles já tinham conquistado. Assim, está em jogo o Piauí. Essa sempre foi uma decisão política, como o foi a decisão de construir Brasília.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, como autor, peço a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª já se pronunciou e pode se pronunciar outra vez.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço.

Duas alegrias. A primeira delas, porque vejo, realmente, a oportunidade do requerimento e da vinda da Ministra ao plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. A segunda, porque, de logo, sinto aqui, nesta Comissão, a presença de Senadores que representam o Sul e o Sudeste do País e neste instante não percebemos nenhum pleito, o que renova a minha alegria, em primeiro lugar, porque entendo que o Brasil precisa desse investimento – é uma questão nacional – e, em segundo lugar, porque, antes de defender os interesses de Sergipe neste instante, permito-me defender os interesses do Nordeste brasileiro, por explicações já oferecidas. Entendo que os critérios técnicos se farão presentes e contribuirão para esta decisão, no sentido de que a refinaria vá para o Nordeste brasileiro: critérios econômicos e critérios sociais.

Trata-se de um investimento estatal, mesmo que tenha participação da iniciativa privada. E sendo investimento público, não podemos deixar de tirar a política maiúscula do meio. É um investimento público, portanto será uma decisão política. Política baseada na técnica, na economia e nas questões sociais. Portanto, quando esta primeira definição for tomada, é claro que nossos Estados irão, pelas administrações estaduais, se manifestar e mostrar a viabilidade e o pleito de cada um deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar em votação.

O requerimento está em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Alguns requerimentos referentes à criação de subcomissões. O primeiro, da Senadora Ana Júlia Carepa, submetendo ou propondo a criação de subcomissão temporária com a finalidade de analisar a legislação atual concernente à compensação financeira sobre atividades de extração mineral, bem como propor alterações que se façam necessárias para tornar tal compensação mais justa.

Acho que esse requerimento...

Já vou colocar em votação.

Em votação.(Pausa.)

Aprovado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, não podemos só justificar? Não precisa?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não precisa. Já está aprovado o requerimento de V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A formação, então, da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A formação é da competência do Presidente, segundo a letra "d" do art. 89: "designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar sua composição".

Eu vou designar, talvez até amanhã, e V. Exª, como autora, naturalmente, estará incluída.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só um minuto! Eu não vou fazer como nos requerimentos em que as pessoas acabam reproduzindo uma discussão que vai ser posterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, para algum esclarecimento. Venceu o prazo da discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srªs e Srs. Senadores, o estudo dessa legislação, a Cefem, que já existe há quatorze anos, é necessário, haja vista a discussão sobre se esse dispositivo de compensação financeira, que hoje é para os Estados, mas principalmente para os Municípios, se ele, realmente, da forma como está, com as alíquotas atuais, ele está realmente sendo importante, se ele está cumprindo o seu papel de compensação financeira, pois recursos minerais são recursos finitos, não são recursos renováveis. Então, estamos propondo uma legislação. Consideramos que os recursos minerais são extremamente pequenos em relação ao estrago ambiental, ao estrago que é feito no Estado e essa compensação precisa ser mais justa e melhor distribuída.

Essa, então, é a justificativa. Em vez de se fazer uma legislação açodada, é melhor que se faça uma Subcomissão para se estudar a melhor forma. Essa situação não atinge apenas o Estado do Pará, mas vários Estados do País. Lógico que pedi por ser Senadora pelo Pará e por um problema real que acontece, hoje, no Estado. A própria DNPM diz que a Companhia Vale do Rio Doce deve R$150 milhões relativos à Cefem. A Vale contesta. Precisamos melhorar a legislação e torná-la mais clara e com alíquotas mais justas para Estados e Municípios. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs. e Srs. Senadores, há sobre a mesa um requerimento firmado pelo Sr. Senador Paulo Octávio e outro subscrito pelos Sr. Senador Leonel Pavan e outros Srs. Senadores, propondo uma Subcomissão temporária de Turismo.

Em votação os requerimentos.

As Srªs. e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Esclareço que a V. Exªs. que o requerimento de autoria do nobre Senador Paulo Octávio requer uma Subcomissão, em caráter permanente, mas eu conversei com S. Exª, e os demais Srs. Senadores requerem a criação temporária. Acho que nós podemos ficar com a Subcomissão temporária, que será prorrogada na medida do possível.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, eu quero apenas justificar que concordo com a Subcomissão temporária – sem maiores problemas – mas entendo que nós deveríamos ter uma Subcomissão Permanente, da mesma forma como existe na Câmara uma Subcomissão permanente, porque no assunto de turismo tem que haver um interlocutor, aqui, na Comissão. Muitas vezes, a Subcomissão ajuda o trabalho da Comissão porque os assuntos referentes ao turismo são tratados, às vezes, com um pequeno grupo que faz parte da Subcomissão. Concordo com a aprovação temporária, mas comunico a V. Exª que daqui a 90 dias vou apresentar novo requerimento, para que tentemos fazer uma Subcomissão permanente. A que foi feita na Câmara teve um trabalho muito efetivo e muito bom e parece que, inclusive, o próprio Governo do PT usa alguns dos trabalhos. O próprio Ministro Walfrido Mares Guia contou-me que o trabalho feito pela Câmara foi o que ele recebeu de

subsídio para assumir a Pasta de Turismo. Então, foi um trabalho conseqüente e responsável que fizemos na Subcomissão da Câmara e gostaria de fazer o mesmo, aqui, na Comissão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senadores, sobre a mesa, requerimento firmado pelo Suplente desta Comissão, o nobre Senador Ney Suassuna, com a finalidade de criar uma Subcomissão para, no prazo de 90 dias, acompanhar a situação da aviação comercial no Brasil e propor soluções que viabilizem a reestruturação do setor em bases economicamente viáveis, preservado o tratamento diferenciado, exigência prioritária na operação de sistemas diretamente relacionados à segurança nacional.

Outro requerimento, também de autoria do nobre Senador Ney Suassuna, propõe a criação de uma Subcomissão para acompanhar a evolução da dívida pública dos Estados e propor alternativas capazes de reverter quadro deficitário que, hoje, penaliza a quase totalidade das Unidades Federativas.

Como o autor dos dois requerimentos não se encontra presente, vou colocá-los em votação apenas na próxima sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo a presença de todos.

(Suspende-se a reunião às 11h e 52min.)

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em vinte e cinco de março de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcidio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Magno Malta, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgilio Neto, Romero Jucá, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Emendas n°s. 1 e 2 de Plenário, apresentadas ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado n° 79, de 1995, de autoria do Senador Waldeck Ornelas,** que "dispõe sobre a distribuição dos recursos do Salário-Educação e dá outras providências". **Autor das Emendas:** Senador Ramez Tebet. **Relator:** Senador César Borges. **Parecer:** pela prejudicialidade do Projeto e das Emendas. **Resultado:** aprovado o parecer. **Indicação n° 5, de 2002,** que "sugere a Comissão de Assuntos Econômicos que proceda estudo que viabilize possível proposição legislativa que vise à substituição da cesta básica pelo correspondente valor em dinheiro". **Autor:** Senador Ramez Tebet. **Relator:** Senador Ney Suassuna. **Relator "ad Hoc":** Senador Osmar Dias. **Parecer:** Favorável a Indicação e a constituição de uma Subcomissão Temporária no âmbito desta Comissão. **Discutiram a matéria os Senadores,** Eduardo Suplicy, Aloízio Mercadante, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Guerra, Romero Jucá e Ramez Tebet (autor). **Resultado:** aprovado. **Observação:** foi constituída a Subcomissão que tem como membros os seguintes Senadores: Eduardo Suplicy, Ney Suassuna, Osmar Dias, Garibaldi Alves Filho e Mão Santa. **Projeto de Lei do Senado n° 249, de 2000 – decisão terminativa,** que "altera a Lei n° 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola". **Autor:** Senador Maguito Vilela. **Relator:** Senador Jonas Pinheiro. **Parecer:** pela rejeição do Projeto. **Resultado:** rejeitado o Projeto por dezoito votos **não. Projeto do Senado n° 105 de 2000 – decisão terminativa,** que "estabelece a obrigatoriedade que empresas privatizadas devem manter o seu capital aberto e dá outras providências". **Autor:** Senador Osmar Dias. **Relator:** Senador Sérgio Guerra. **Parecer:** Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Discutiram a matéria** os Senadores Osmar Dias (autor) e Roberto Saturnino. **Resultado:** concedida vista coletiva pelo prazo de cinco dias (art. 132 § 1° RISF) aos Senadores Ney Suassuna e Sérgio Guerra. **Projeto de Lei do Senado n° 558, de 2001 – decisão terminativa,** que "destina recursos provenientes das Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos" **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relator:** Senador Pedro Simon. **Parecer:** favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** retirado de pauta em decorrência

da ausência do relator. **Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2001 – decisão terminativa,** que "altera o artigo 94 da Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola". **Autor:** Senador Luiz Pontes. **Relator:** Senador Jonas Pinheiro. **Parecer:** Favorável. **Discutiram a matéria** a Senadora Patrícia Saboya Gomes e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Eduardo Azeredo, Aloízio Mercadante, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Jonas Pinheiro (relator) e Antero Paez de Barros. **Resultado:** concedida vista coletiva pelo prazo de cinco dias (art. 132 § 1° RISF), aos Senadores Aloízio Mercadante, Roberto Saturnino e Tasso Jereissati. **Projeto de Lei do Senado n° 217 – decisão terminativa,** que "dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamentos rurais". **Autor:** Senador Luiz Pontes. **Relator:** Senador Roberto Saturnino. **Parecer:** pela aprovação. **Resultado:** retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **Projeto de Lei do Senado n° 66, de 2002 – decisão terminativa,** que "altera o Decreto-Lei n° 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências e outros diplomas legais, para assegurar aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso". **Autor:** Senador Moreira Mendes. **Relator:** Senador Almeida Lima. **Parecer:** pela aprovação. **Resultado:** retirado a pedido do relator, para reexame. **Foi lido e aprovado requerimento n° 15/2003 – CAE,** de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma Subcomissão Temporária, para "acompanhar a evolução da dívida pública dos Estados, e propor alternativas legais capazes de reverter o quadro deficitário que hoje penaliza a quase totalidade das unidades federativas. Foram designados os Membros das Subcomissões Temporárias da Extração Mineral e a de Turismo, que ficaram assim constituídas respectivamente: **Extração Mineral:** Senadora Ana Júlia Carepa e os Senadores Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Delcidio Amaral e Rodolfo Tourinho; **Turismo:** Senadores Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Octávio, Leonel Pavan e Mão Santa. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há número regimental.

Declaro aberta a sexta reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de tratarmos da pauta propriamente dita, anunciamos que há duas subcomissões requeridas e aprovadas. A Mesa usou como critério aproveitar os requerentes das Comissões e aqueles que solicitaram delas participarem tanto quanto possível, obedecendo a uma proporcionalidade partidária.

Em 18 de março de 2003, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, a Comissão aprovou o Requerimento n° 12, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que criou a subcomissão temporária com a finalidade de analisar a legislação atual concernente à compensação financeira sobre atividades de extração mineral bem como propor alterações que se façam necessárias para tornar tal compensação mais justa.

A Presidência, nos termos do art. 89, IV, do Regimento, designa como membros para compor a subcomissão cinco titulares e cinco suplentes. São titulares a Senadora Ana Júlia Carepa e os Senadores Luiz Octávio, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Eduardo Azeredo. São suplentes, até agora, dois Senadores: o Senador Delcídio Amaral, que fez solicitação, e o Senador Rodolpho Tourinho. Há a possibilidade ainda de a Presidência indicar mais três Senadores que acaso queiram compor essa comissão. Se acaso ninguém se manifestar até amanhã, a Presidência comporá o quadro de suplentes.

Na mesma data, a Comissão também aprovou o Requerimento n° 13, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Paulo Octávio, que criou a Subcomissão Temporária de Turismo, que ficou constituída pelos Srs. Senadores Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Octávio e Leonel Pavan como titulares; como suplente, está inscrito até agora o Senador Mão Santa. Da mesma forma, se até amanhã alguns dos Srs. Senadores não se manifestarem, a Presidência comporá o quadro de Suplentes.

Passa-se à pauta.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, dos cinco membros da subcomissão, há dois do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência esclareceu que procurou atender tanto quanto possível a manifestação das partes e um critério proporcional. Por isso, há dois Senadores do PSDB.

O Senador Eduardo Azeredo insistiu muito para participar. S. Exª vem do Estado de Minas Gerais e assim concordamos. Esse é um critério exclusivo da Presidência, que não é, evidentemente, absoluto, rígido. Às vezes, pensa-se de uma forma, mas não se consegue. A subcomissão está constituída.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quanto ao item 7, um projeto do Senador Luiz Pontes, relatado por mim, chegaram-me informações e elementos de que não dispunha anteriormente quando emiti o parecer. Sendo importantes essas informações e elementos, peço a V. Exª que retire da pauta o item 7 por duas reuniões, para que eu possa reexaminar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª será atendido.

Vamos passar ao Item nº 1 da pauta.

Emendas nºs 1 e 2 de plenário, apresentadas ao substitutivo oferecido ao PLS nº 79, de 1995. A matéria não é terminativa. Dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário educação e dá outras providências. A autoria é do Senador Waldeck Ornelas. E tem como relator o Senador César Borges, que apresentou parecer e solicitou que a Presidência designasse um relator **ad hoc** para a leitura do parecer. A Presidência atende S. Exª, designando o Senador Jonas Pinheiro para tal.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do Senador Waldeck Ornelas, relatado pelo Senador César Borges, é antigo, de 1966.

Entre a apresentação do projeto e a tramitação, até agora, já foram aprovados dois projetos, que já são leis, e prestando bons serviços para o Brasil, principalmente o Fundef*, que tem por objetivo atender ao que pretendia o projeto do eminente Senador Waldeck Ornelas.

Eis o voto do Senador César Borges:

"Em vista das razões expostas, o voto é, com base no art. 334, I e II, do Regimento Interno, pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 79/95, bem como das Emendas nºs 1 e 2 a ele apresentadas em plenário."

Portanto, Sr. Presidente, não há muito a comentar. Esse projeto de lei já se encontra prejudicado em função de outros projetos já transformados em lei, com o mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer do eminente Relator.

Não havendo quem queira discutir, peço licença para colocar em discussão o projeto, nos termos do parecer, pela prejudicialidade do projeto e das Emendas nºs 1 e 2 de plenário.

Em votação o parecer do Relator.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O projeto e as emendas estão prejudicados.

Item nº 2. Trata-se da Indicação nº 5, de 2002, não terminativa, que sugere à Comissão de Assuntos Econômicos que proceda a estudo que viabilize possível proposição legislativa que vise a substituição da cesta básica pelo correspondente valor em dinheiro. A autoria é do Senador Ramez Tebet, que preside esta Comissão, e tem como relator o Senador Ney Suassuna.

Solicito ao Senador Osmar Dias que proceda, por gentileza, à leitura do parecer do Senador Ney Suassuna.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o Senador Ramez Tebet, V. Exª, portanto, apresenta à Casa indicação para que esta Comissão proceda estudo que viabilize possível proposição legislativa substituindo a cesta básica pelo correspondente valor em dinheiro.

O autor, em sua justificação, ressalta que a cesta básica constitui elemento fundamental para a subsistência de grande número de pessoas que se encontram em situação precária, no que diz respeito à alimentação.

Não resta dúvida quanto a sua importância como instrumento de política compensatória, principalmente em momentos de crise econômica, assim como nas regiões mais pobres do País. Entretanto, é necessário que se analise a eficiência, eficácia e economicidade do instrumento cesta básica como a forma mais adequada de se combater a pobreza.

De fato, a cesta básica envolve todo um processo de logística de compras que contribui, e muito, para burocratizar o atendimento aos mais pobres. Ao mesmo tempo em que gera um custo de intermediação bastante elevado, que desapareceria caso fossem trocadas as cestas básicas por uma remuneração em dinheiro.

Por fim, argumenta o autor que o encaminhamento do recurso diretamente ao beneficiário reduziria o desvio e o uso político inadequado do referido instrumento.

Consta do processado minuta do relatório oferecido pelo Senador João Alberto Souza. Como a proposição ainda não fora apreciada, a Presidência desta Comissão designou Relator o Senador Ney Suassuna, que represento nesta oportunidade.

Análise.

A proposição em apreço foi apresentada em junho de 2002, quando entrava em final o Governo Fernando Henrique Cardoso. Como se sabe, em primeiro de janeiro próximo passado, tomou posse o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com promessas de medidas estruturais de combate à pobreza.

A proposta do novo Governo sobre o assunto em tela está consubstanciada no documento Projeto Fome Zero, uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, produzido, em 2001, pelo Instituto Cidadania. Trata-se de projeto abrangente e contempla três grandes conjuntos de iniciativas.

É descrito o conjunto de iniciativas.

"Concretamente, até o momento, existe o documento acima citado e o lançamento, em 24/02/2003, da primeira etapa do programa Cartão Alimentação, qual seja, um programa de transferência de renda direto do Governo Federal para a compra de alimentos pelas famílias pobres de Guaribas e Acauã, no Piauí, não atendidas por outros programas sociais, no valor de R$50 por mês, mediante uso individual de cartão magnético e destinado exclusivamente para a compra de alimentos."

Sr. Presidente, acredito que, do dia em que o Senador Ney Suassuna escreveu esse relatório até hoje, apenas uma coisa mudou: foi aberta a conta para o depósito em dinheiro. Fora isso, parece-me que o relatório do Senador Ney Suassuna está atual em relação ao programa Fome Zero, ou seja, não há providências mais práticas em relação à execução do documento descrito inclusive no parecer do Senador Ney Suassuna.

"O projeto Fome Zero abrange um amplo leque de ações, cujo detalhamento deverá estar concluído até 31 de agosto próximo, quando o Executivo enviará ao Congresso Nacional a proposta do novo Plano Plurianual 2004-2007.

Discute-se ainda no Governo substituir o Cartão Cidadão, que seria único para os programas sociais e que só foi lançado em junho de 2002, já próximo do fim do governo FHC, bem como a Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda e Socorro às Vítimas da Seca por um único cartão, isto é, substituir os 25 milhões de cartões magnéticos de transferência de renda, distribuídos durante o governo anterior, segundo informações da Caixa Econômica Federal, porquanto a tarja magnética permite o pagamento de mais de um programa em um mesmo cartão, como, por exemplo, famílias atingidas pela seca ou por qualquer outra situação de calamidade.

Por ora, o cartão alimentação será usado para repassar R$50,00 por mês do Projeto Fome Zero para as famílias pobres. Pelo que consta do citado documento, as cestas básicas seriam tão-somente emergenciais, portanto, residuais na questão do combate à fome e à desnutrição.

A pesquisa que deu origem ao projeto Fome Zero trabalha com a estimativa de 44 milhões de pobres no Brasil, destarte, uma das primeiras questões a serem tratadas diz respeito ao universo de pessoas a serem contempladas pelos programas do Fome Zero: os brasileiros que passam fome, os que são desnutridos, todos aqueles abaixo de alguma linha de pobreza.

A professora Maria Emília Tavares de Almeida lembra que todo famélico é pobre, mas nem todo pobre é famélico."

Sr. Presidente, S. Exª vai descrevendo a questão da desnutrição no País.

"A confusão conceitual entre pobre e famélico afeta a quantificação da fome no Brasil e contribui para a indefinição da natureza e do âmbito do programa Fome Zero, contornos, metas e instrumentos.

Ainda segundo a professora, até agora o que se ouviu foi uma algaravia de declarações desencontradas. Talvez por isso mesmo o Presidente Lula instituirá a Câmara do Setor Social, um fórum dentro do governo dos ministros que têm programas de ação social nas suas pastas, para coordenar ações do governo, evitar pulverizações e economizar os parcos recursos públicos.

Voto.

Em face do exposto, concluímos o nosso parecer pela aprovação da Indicação nº 05, de 2002, constituindo-se para os objetivos da proposição subcomissão temporária no âmbito desta CAE."

Este é o voto do Senador Ney Suassuna, que acabo de ler. Eu só faço um comentário de minha autoria, se V. Exª me permite. Penso que essa indicação no projeto de V. Exª se justifica porque, primeiro, a definição de cesta básica é muito antiga, não foi atualizada até hoje; segundo, a cesta básica é diferente em cada região do País. A composição da cesta básica muda de acordo com o hábito alimentar de cada região, e há uma dificuldade, muitas vezes, até de se calcular os valores que serão necessários despender

com o Fome Zero, por exemplo, ou com outros programas assistenciais. Por essa razão, Sr. Presidente, penso que V. Exª tem razão em propor essa indicação. Eu também, se fosse o Relator, daria o mesmo voto que deu o Senador Ney Suassuna, que foi designado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui, portanto, favoravelmente à indicação, mas com a constituição de uma subcomissão temporária no âmbito da CAE.

Está em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quando V. Exª, em junho de 2002, apresentou essa proposição no plenário do Senado, tive já a oportunidade de expor que com ela concordava. V. Exª aqui leva em consideração a experiência realizada durante os governos anteriores e, sobretudo, ao longo da administração dos dois primeiros anos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Poderíamos aqui recordar que, em 1995, o Governo Fernando Henrique Cardoso distribuiu aproximadamente três milhões de cestas básicas e, em 1998, cerca de 30 milhões. Isso perdurou até o ano 2000, quando ocorreu, não pela primeira vez, talvez pela enésima vez, um problema na Conab. Qual foi o problema? Mais uma vez o Governo havia detectado indícios claros de utilização, pelos diversos fornecedores da Conab, de combinação de preços ou de superfaturamento. Da experiência da compra centralizada de cestas básicas verificamos que, além dos problemas administrativos decorrentes da própria compra e dos fortes interesses que acabavam se organizando para tirar proveito daquela situação, houve também problemas com o transporte, mesmo com a colaboração das Forças Armadas brasileiras, que auxiliavam no envio dessas cestas básicas – aqui armazenadas pela Cobal – para regiões de seca, de inundação ou de problemas emergenciais. E foi, então, que o Governo Fernando Henrique Cardoso, com muita ênfase, resolveu que melhor seria a transferência de renda. E, a partir daí, expandiram-se tanto os programas de renda mínima social da educação, administrado pelo MEC – e posteriormente o programa de renda mínima associado à saúde, assim chamado bolsa-alimentação –, como os programas bolsa-renda, programa de erradicação do trabalho infantil, que inclusive teve uma experiência precursora no próprio Estado de V. Exª, ainda na administração anterior, durante o tempo do Presidente Itamar Franco.

Assim, a própria experiência mostrou que a conclusão propugnada por V. Exª tinha um caminho de racionalidade. Mas, restaram ainda algumas necessidades prementes de oferecimento de cestas básicas para problemas de grande emergência. Digamos que, se houvesse uma seca muito forte, um problema muito grave de inundação, mesmo em Estados do Sul ou do Centro-Oeste, ou seja, se ali houvesse a necessidade temporária de alimentos, caberia estudar qual o melhor mecanismo.

Então, a proposição de V. Exª leva em consideração a experiência de que melhor será a transferência de renda, inclusive por outro motivo: quando as próprias pessoas, como um direito de cidadão, recebem aquela renda e adquirem alimentos ou outras necessidades, geram um efeito importante nas economias locais, inclusive com melhor estímulo para a produção local, sobretudo os de alimentos, até porque a experiência demonstra que as populações relativamente mais pobres, quando recebem um acréscimo de renda, normalmente gastam prioritariamente naquilo de que mais necessitam, e a alimentação é uma dessas prioridades. Para se promover a produção local de alimentos, a própria atividade econômica e assim por diante, faz sentido a recomendação de V. Exª, Senador Ramez Tebet.

Amanhã teremos a oportunidade de ouvir, na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Assuntos Sociais e também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Ministro Graziano. Sr. Presidente, tenho a convicção de que será grande a audiência, pois, além dos Senadores, há muitas pessoas interessadas em inteirar-se dos detalhes do Programa Fome Zero. Por isso, seria conveniente reservar a maior sala para a audiência com o Ministro.

No que diz respeito a certas situações, poderá o Governo ainda distribuir cestas básicas. As três situações mencionadas por S. Exª, quando falava do Programa Fome Zero, são as oitenta mil famílias assentadas; as 43 mil famílias de comunidades indígenas e as cerca de 10 mil famílias que estão em comunidades quilombolas. Poder-se-ia perguntar a essas famílias se preferiam receber as cestas básicas, o cartão alimentação ou a forma de transferência de renda.

Sr. Presidente, avalio que essa experiência, essa interação merece ser, sim, objeto de cuidadoso estudo. Dialoguei com o Ministro José Graziano da Silva sobre um episódio ocorrido na região sul do Município de São Paulo, ou seja, a primeira experiência com uma comunidade indígena do Programa de Renda Mínima associado à educação. Para isso se fez antes um estudo com antropólogos da Funai que asses-

soram a equipe de governo da prefeita Marta Suplicy antes de ali instituir esse programa, que apresenta um desenho de benefício mais generoso do que o Programa Bolsa Escola do Governo Federal. Aquelas famílias com renda até meio salário mínimo **per capita**, com crianças de até 15 anos e 11 meses têm o direito de receber dois terços da diferença entre o número de pessoas na família vezes meio salário mínimo menos a renda familiar.

Essa experiência, iniciada há três meses, está sendo executada com resultados positivos. A Administração Federal fez a consulta. A comunidade respondeu que, sendo atendida pelo Programa Renda Mínima associado à educação, preferia – ainda que houvesse vozes discordantes – continuar recebendo a transferência de renda em dinheiro.

Assim, Sr. Presidente, é importante fazer essa reflexão e a consulta às comunidades interessadas sobre o que preferem. Penso que esse tema será o objeto da discussão da subcomissão que se propõe criar.

Quero aqui recordar aos Senadores que em dezembro passado houve uma segunda decisão histórica nesta Casa. A primeira foi em dezembro de 1991, quando, por consenso, foi aprovado o projeto de lei que instituía o Programa de Garantia de Renda Mínima. Novamente, em dezembro passado, esta Comissão aprovou duas vezes, por unanimidade, o projeto que institui a renda básica de cidadania, tendo em vista o parecer, muito construtivo, do Senador Francelino Pereira, do PFL, que foi favorável a esse projeto, que também se insere na preocupação da proposição de V. Exª. Inclusive, para que os novos Senadores conheçam melhor o que foi esse projeto, eu gostaria de aqui distribuir o projeto de lei de minha autoria e o Substitutivo do Senador Francelino Pereira, aprovado, para que todos possam conhecê-los melhor.

Portanto, sou inteiramente a favor do parecer do Senador Ney Suassuna sobre a proposição de V. Exª, instituindo uma subcomissão, da qual me honraria fazer parte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o Presidente por ter sugerido essa subcomissão, esse estudo para estimular o debate entre as duas opções para as políticas sociais do Governo sobre distribuição de cesta-básica ou remuneração em dinheiro.

Quero também registrar que o Senador Eduardo Suplicy – que acredito ser o homem público que mais se dedicou a esse tema na história recente – tem sido um estudioso das experiências internacionais, tem uma larga literatura sobre o assunto e uma produção intelectual invejável. Há mais de 10 anos debato esse tema com S. Exª. Acredito que continuaremos a debater por muito tempo. S. Exª sempre traz sugestões, inovações e leva adiante essa campanha.

Como hoje não aprofundaremos a discussão de mérito, eu gostaria que houvesse uma reflexão sobre o assunto. É inegável que a distribuição em dinheiro é mais interessante para o cidadão: ele tem liberdade de escolha, consumirá o que pensar mais oportuno e é evidente que, exatamente por essa condição, sempre haverá uma preferência pelo dinheiro. O dinheiro é líquido, dá liberdade de escolha ao consumidor, propicia ir de encontro às necessidades e à vontade do cidadão beneficiado por esse programa.

Num país com severas restrições orçamentárias, em que não há dinheiro disponível no Orçamento para dar a cobertura necessária e que tem uma péssima distribuição de renda como temos e que há 30 anos não se altera, será que esse é o caminho mais eficiente, no curto prazo, para enfrentarmos esse problema? Tenho dúvida, Sr. Presidente, inclusive amparado na história documentada de outras nações, da China, da Índia e de outros países que fizeram programas de combate à fome, estimulando a oferta agrícola. Por quê? Porque, se eu canalizo minha renda para o cidadão... Suponhamos: se eu triplicasse o valor do salário mínimo, todos aqueles que o recebem teriam três vezes mais poder de compra no mercado. Pergunto o seguinte: as linhas de ônibus que passam na frente da casa do pobre seriam triplicadas? Não. Haveria fila ou ágio na passagem. As casas populares seriam triplicadas? Não. Aumentaria o preço do aluguel dos barracos nas favelas. Os bens de consumo disponíveis nos supermercados seriam triplicados? Não, haveria inflação, ágio ou fila. Quando se faz uma política de mudança na distribuição de renda, deve haver um processo em que a estrutura de oferta de bens de consumo popular também se altera. Se não se aumentar a oferta de bens de consumo populares na mesma velocidade em que se muda o padrão de distribuição de renda, haverá fila, ágio ou inflação. Quando se canaliza o aumento da renda para, por exemplo, uma cesta de alimentos, num país que tem um potencial agrícola como o do Brasil, no começo, consegue-se, rapidamente, aumentar a oferta de alimentos para poder suprir aquela demanda. Se há um setor com o qual o Brasil pode responder com agilidade e rapidez, barateando custos e resolvendo um problema social dramático, a fome e a subnutrição, é a

produção de alimentos. Então, se for feito um programa de estímulo à oferta de alimentos de consumo popular da cesta-básica e de distribuição, erradicamos a fome com menos recursos do que precisaríamos para erradicá-la ou para melhorar a qualidade de vida se simplesmente distribuíssemos o dinheiro.

Portanto, acredito que esse seja um debate profundo do ponto de vista macroeconômico, do ponto de vista da experiência histórica e do ponto de vista dos interesses do cidadão. É meritória a iniciativa e podemos enriquecer essa reflexão a partir do Parlamento, ainda que eu considere que a definição dessas políticas deva ser prioridade das políticas de Governo. É fundamental o Senado ter uma participação ativa, enriquecendo essa reflexão.

Por tudo isso, somos totalmente favoráveis à idéia da subcomissão. Quero parabenizar o Presidente e dizer que o Senador Eduardo Suplicy tem uma vasta literatura, um trabalho invejável e tenho certeza de que permanecerá discutindo e procurando demonstrar o caminho que vem defendendo há tantos anos, que hoje é a renda básica da cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha experiência vem do Ceará, da Senadora Patrícia, mas ela ainda não tinha nascido. Em 1958, houve uma grande seca e eu era interno do Colégio Marista Cearense. Os irmãos maristas colocavam aqueles estudantes que quisessem angariar do comércio alimentos para levar para uma hospedaria em Getúlilo Vargas. Eu tinha meus 15 anos, interno, e era o primeiro que saltava no caminhão para fugir do internato. Acompanhei de perto a seca de 1958 em Fortaleza, no Ceará. Havia uma hospedaria Getúlio Vargas, antes de Caucaia. A minha impressão era a daqueles filmes de guerra nos campos de concentração. Quando médico, vi nascer uma criança contra os fuzis porque aquela massa humana ia invadir Fortaleza. Então, melhorou muito. Eu vi, sou testemunha. Foi melhorando e um dos mecanismos era a cesta básica. Conversa temos muitas.

Pedro II, quando se defrontou com isso, disse: venderei o último brilhante da minha coroa para resolver o problema. E daí a gente vê...

Os economistas dizem que isso é assistencialismo, que não deve ter. Mas na hora da fome tem que ter, ou então as populações rurais invadiriam. O Governo do Ceará foi obrigado a fazer a hospedaria Getúlio Vargas, coisa do passado, para deter a população faminta. Então, tem melhorado muito.

Agora vou dar a minha experiência de Prefeito e Governador do Estado do Piauí por duas vezes. Sou total favorável à cesta básica. Primeiro, tenho medo de dinheiro. Como se vai distribuir esse dinheiro? Dinheiro é um convite à corrupção. Sempre tive medo, e as estruturas que mais precisam disso não têm banco, não têm rede bancária nas cidades onde há mais fome, que é no interior, onde tem seca. Então, a cesta é um mecanismo, o essencial é fácil. Como acabou de dizer o Senador Aloizio Mercadante, é fácil de se comprar, o produto agrícola tem nos armazéns, comercializa-se.

No Nordeste havia uma estrutura que sabia cuidar disso. Infelizmente, ela está semimorta e precisa ser ressuscitada, a Sudene. Só se fala nas coisas ruins, mas quero dar um testemunho de que a Sudene não era a mesma coisa de Sudam. Sou testemunha. Durante o período que governei o Piauí, 80% do tempo a Superintendência da Sudene foi exercida por um general, Nilton Rodrigues, da Paraíba, um dos homens mais íntegros e austeros que conheci. Quer dizer, todos aqueles projetos inidôneos foram cortados. Fui muitas vezes defender empresários do Piauí, que não conseguiam porque ele cortava.

Então, não se fala do lado bom. É como avião: quando cai, todos reclamam. Entretanto, a Sudene fazia isso com uma tranqüilidade, com uma correção, de tal maneira que a grita não chegaria.

Isso deve ser estudado e deve se buscar os técnicos da Sudene. Eu citaria um do Nordeste. Ele é cientista há muito tempo e é do Piauí: Leonildes Filho, que eu vi muitas vezes dirigir. Lembro que, depois do fogo de Roraima, fui falar com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso e disse: "Vossa Excelência chegou à tarde no fogo. Se chegar à tarde na fome que está no Nordeste, que está no período da seca, Vossa Excelência vai perder a eleição." Foi um erro que cometi, porque eu devia ter deixado mesmo. Aí, Sua Excelência convocou a Sudene.

Então, a Sudene tem **know-how**. Devem-se convidar os técnicos da Sudene que sabem distribuir essas cestas básicas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, congratulo-me com a iniciativa de V. Exª que, por meio desse projeto, sugere à Comissão de Assuntos Econômicos que, ao invés da

distribuição da cesta básica, proporcione um programa de renda mínima.

Lembro que esse debate está se aprofundando justamente neste momento. Amanhã mesmo, teremos aqui a presença do Ministro José Graziano, perante três comissões, numa audiência conjunta, durante a qual S. Exª falará sobre o Programa de Segurança Alimentar.

Creio que a subcomissão a ser criada será muito útil, porque ela precisa observar as peculiaridades regionais. Determinados programas que são criados em determinadas regiões apresentam resultados tanto do ponto de vista social como até do ponto de vista econômico. Ouso lembrar uma iniciativa que, no Rio Grande do Norte, no nosso Governo, tomou o nome de Programa do Leite, que é uma distribuição de leite muito bem sucedida. Até me apresso em dizer que representantes e técnicos de outros Estados foram ao Rio Grande do Norte observar isso, porque 138 mil litros de leite são distribuídos para crianças de zero a três anos de idade. Para isso, fazem-se algumas exigências às famílias beneficiadas.

Esse programa revitalizou a bacia leiteira do nosso Estado. A bacia leiteira do Rio Grande do Norte, em 1986, produzia 80 mil litros de leite por dia e hoje ela produz mais de 600 mil litros de leite por dia. A partir desse programa, com esse mercado assegurado para os produtores, eles passaram a produzir muito mais. Por outro lado, duas usinas de beneficiamento de leite eram as únicas existentes em 1986. Hoje, existem 22 usinas de beneficiamento de leite. Então, é um programa que, na minha modesta visão, deveria ser observado. Lá, também temos outros programas, como o do pão vitaminado.

Então, creio que, provocado e muito bem lembrado por V. Exª, o aprofundamento dessa questão vai ser feito por essa subcomissão, para a qual sugiro esse temário desde logo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Nós, do Nordeste, temos uma larga experiência com os chamados programas de suplementação alimentar. Há várias formas, a maioria malsucedida. Rigorosamente, há instituições que honraram esse programa como, por exemplo, a Sudene. Mas há centenas e centenas de exemplos contrários. O processo de compra de grandes quantidades de mercadoria e de distribuição tem demonstrado durante o tempo, no geral – e não especificamente com relação à Sudene -, um processo bastante viciado. Isso vale para a distribuição de leite em um sentido geral, para a distribuição de cestas básicas. Todos nós temos dezenas e dezenas de casos de desvirtuamento desses projetos.

Uma boa lição é a que o Governador Garibaldi Alves Filho* acaba de citar. Seu caso deve ser objeto de exame no âmbito desta Subcomissão. Falo do Programa do Leite* em seu Estado. Nós pernambucanos, que somos produtores de leite, não o fizemos com mesma qualidade. Aliás, por uma razão muito simples: o Rio Grande do Norte conseguiu estabelecer uma interação muito forte entre pequenos e médios produtores de leite e consumidores. E o leite, lá, não era "cartelizado", não era um produto dominado por certos setores que asfixiam, no Brasil, a produção de leite. O Estado multiplicou a produção de leite de pequenas unidades, favoreceu a produção dos pequenos produtores e estabeleceu uma relação muito próxima entre quem produz e os compradores, a população. É um caminho exemplar para que seja examinado nesse conjunto, que não é de fácil administração.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, considero extremamente importante esse debate. Efetivamente, existem muitas soluções para um País do tamanho do Brasil. Temos realidades distintas. O Senador Aloizio Mercadante falou de uma realidade; o Senador Garibaldi Alves de outra. O Senador Eduardo Suplicy tem lutado há anos com essa questão.

Quero registrar que a Comissão de Assuntos Sociais, assim com a Comissão de Assuntos Econômicos, estarão debruçadas sobre essa questão. Amanhã, teremos um encontro importante com o Ministro José Graziano. Depois, está pautada a Ministra Benedita da Silva e outros segmentos da área de desenvolvimento social do Governo. É fundamental que se avance.

É importante, também, que não sejam esquecidos os resultados positivos alcançados por experiências comprovadas como o Bolsa-Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, que efetivamente funcionam no interior do Brasil. Sou uma testemunha disso no Estado de Roraima. Portanto, creio que existem lições, para serem tiradas, experiências e ousadias que devem ser utilizadas.

Creio que a discussão é extremamente. Quero somar-me à posição da Comissão de Assuntos Sociais e à da CAE no sentido de buscar os caminhos para resolver, com soluções distintas e às vezes complementares, a situação de pobreza no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Indago se há mais algum Senador que queira discutir a matéria.

Sendo o autor da matéria, permito-me fazer breves considerações.

Como já foi salientado há alguns programas do Governo que já são pagos em dinheiro: o Programa Bolsa-Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti e outros. Lembro, também, que esse é um bom exercício de cidadania. Temos que acreditar na capacidade da nossa gente: da dona-de-casa, do chefe de família. Se, por acaso, o pagamento da cesta básica for em dinheiro, também vamos contribuir para que não se esvazie o pequeno comerciante do bairro, lá do interior. Também vamos contribuir para evitar a fraude, o abuso do poder econômico, como a utilização da cesta básica no processo eleitoral.

De qualquer forma, creio que a matéria é importante em um momento em que o Brasil está buscando caminhos para a melhor forma de erradicar a fome e a miséria no nosso País. A erradicação da pobreza é objetivo nacional permanente, previsto na Constituição da República. Resta encontrar o melhor caminho.

Como já foi salientado aqui, vamos ter uma grande contribuição com a vinda do Ministro Graziano, amanhã, a esta Casa. O Senador Ney Suassuna também foi de uma felicidade muito grande, porque a criação de uma subcomissão vai permitir, por parte do Legislativo, um acompanhamento melhor ao lado do Poder Executivo. O Poder Legislativo tem que participar efetivamente disso. A criação de uma subcomissão tal qual está proposta no orçamento ajudará bastante nesse processo de integração entre o Legislativo e o Executivo, num projeto de tamanha envergadura social como este, que é a erradicação da fome no Brasil.

Coloco, portanto, o parecer do Relator, que é favorável à indicação, com a constituição de uma subcomissão temporária.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Estando aprovado, indico como membros o Senador Eduardo Suplicy, que foi quem solicitou; o Relator, Senador Ney Suassuna; o Senador **ad hoc**, que também é ligado ao ramo, o Senador Osmar Dias.

Fica composta, assim, a comissão de três membros para ajudar a encontrar o melhor caminho para a cesta básica.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer uma sugestão no sentido de que possa essa subcomissão, na medida do possível, organizar viagens aos locais onde se está iniciando o Projeto Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A estratégia da Comissão, Senador Eduardo Suplicy, poderá ser definida por ela mesma.

Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, imagino que a Comissão pretende estabelecer um debate contraditório. Eu gostaria de sugerir que fossem incluídos os Senadores Garibaldi Alves e Mão Santa, para podermos ter as duas posições e uma reflexão mais plural, que é o objeto da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se ambos aceitarem, a Presidência reformulará. Em vez de a subcomissão ter três membros, passará a ter cinco.

Agradeço a interferência do Senador Aloizio Mercadante.

Vamos ao Item nº 3 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2001, terminativo. Dispõe sobre política agrícola. Autoria do Senador Maguito Vilela. Relator, Senador Jonas Pinheiro, que tem a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposição deste Projeto de Lei nº 249 é para que se acrescente à Lei Agrícola, no art. 42, "a", o seguinte: "Estabelecendo que as importações de produtos agrícolas, cuja produção nacional seja suficiente para atender ao consumo interno, dependerão de autorização prévia da CNPA". O Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA – foi criado com o próprio projeto de lei agrícola. Ele ainda não começou a funcionar, mas é intenção do Ministro Roberto Rodrigues colocá-lo para funcionar, porque o CNPA é um órgão auxiliar para administrar o Ministério da Agricultura.

Sr. Presidente, vamos à analise deste projeto.

É louvável. Portanto, a proposta do Senador Maguito Vilela é criar esse mecanismo com a finalidade de preservar o produtor rural brasileiro da competição, muitas vezes desleal, de produtos agrícolas altamente subsidiados em seus países de origem. Entre-

tanto, combater o protecionismo internacional com mais protecionismo não parece ser uma estratégia adequada, principalmente para um País como o Brasil que luta tanto no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e também no da ALCA, para a redução de barreiras tarifárias e eliminação de barreiras não tarifárias praticadas no comércio internacional.

Constituem barreiras não tarifárias as medidas e os instrumentos de política econômica que afetam o comércio entre dois ou mais países e que não utilizam mecanismos tarifários. Assim, são consideradas barreiras não tarifárias, entre outras, o estabelecimento de quotas de importação, exigências relativas à saúde, à embalagem e rotulagem de produtos, além de exigência de licença não automática de importação.

Com a aprovação do projeto em análise estaríamos, na verdade, criando uma barreira não tarifária com a exigência de licença não automática para a importação de produtos agrícolas, licença essa que seria emitida pelo CNPA.

Sobre o assunto, o art. 4º do acordo agrícola da OMC, assinado pelo Brasil no final da rodada do Uruguai, em 1994, determina que não poderão existir barreiras no comércio que não sejam tarifárias. Pelo acordo, os países signatários devem substituir as barreiras não tarifárias por um equivalente tarifário, mecanismo que se convencionou chamar de tarificação. O objetivo da tarificação era acabar com a restrição comercial de difícil quantificação.

A transformação de barreira não tarifa em tarifa, mesmo que inicialmente elevada, facilita a sua quantificação e permite, em seu segundo momento, a adoção de cronogramas de redução.

Como vimos, Sr. Presidente, a medida em discussão não se alinha à postura que o Brasil tem adotado em termos de política externa, o que poderia prejudicar o seu poder de barganha em futuras negociações comerciais. Além disso, a adoção da barreira comercial não tarifária fere as normas da OMC atualmente em vigor.

Por isso, com bastante pesar, opinamos pela rejeição do projeto de lei, por tudo aquilo que já lemos nesta análise do projeto do eminente Senador Maguito Vilela.

Somos pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer do eminente Relator é pela rejeição do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação nominal.

Quem quiser rejeitar o projeto e ficar com o Relator vota não. (Pausa)

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por 18 votos, o parecer foi aprovado e, em conseqüência, o projeto rejeitado.

Passamos ao Item 4º da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2000, que é terminativo, e estabelece a obrigatoriedade de empresas privatizadas manterem o seu capital aberto e dá outras providências.

A autoria é do Senador Osmar Dias.

O Relator é o Senador Sérgio Guerra, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, é submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias.

Determina o presente projeto de lei que as empresas privatizadas nos termos do Programa Nacional de Desestatização mantenham, obrigatoriamente, o capital aberto.

Define, ainda, que compete à Comissão de Valores Mobiliários zelar pela observação e cumprimento desse preceito proposto.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É de conhecimento geral que as empresas públicas e as sociedades de economia mista resultam de esforços de poupança e de investimentos, realizados pela sociedade brasileira, ao longo de várias décadas, contribuindo sobremaneira para a aceleração e diversificação do seu processo de crescimento econômico.

Para a formação da estrutura industrial brasileira de alta diversificação e complementaridade, coube a essas empresas ocuparem espaços produtivos não atraentes à iniciativa privada; montar e estruturar aqueles que exigem volumes expressivos de capitais, também não disponíveis no setor privado; assim como gerar padrões tecnológicos próprios.

Além dessa importante contribuição para a formação da própria estrutura produtiva e industrial do País, é de se destacar igualmente que esse segmento econômico foi sistematicamente utilizado como mecanismo de financiamento dos setores públicos e privados.

De igual forma, não raras foram as vezes em que essas empresas foram chamadas a contribuir no controle do processo inflacionário brasileiro, por inter-

médio de políticas de preços administrados, nem sempre compatíveis com as suas necessidades de investimento e de custos.

Todas essas razões, as diversas formas de inserção e de contribuição das empresas estatais para o processo de acumulação de capital no País, demonstram ser, neste momento, impertinente repensar e, em conseqüência, proceder a mudanças ou mesmo aprofundamentos na perspectiva que orienta o Programa Nacional de Desestatização, em particular, frente à escassez das fontes de recursos financeiros para investimentos, seja em virtude dos atuais desequilíbrios que hoje afligem a economia internacional, seja mesmo em decorrência do componente de política monetária restritiva e suas decorrentes e ainda mais expressivas taxas de juros. Nada mais apropriado e condizente com essa realidade do que permitir promover e reafirmar o comprometimento das privatizações com o processo de fortalecimento da economia de mercado, inclusive com o desenvolvimento de novo padrão de financiamento.

Aliás, o Programa Nacional de Desestatização tem como objetivo fundamental, entre outros, o de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por meio do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade e do capital das empresas, que integram o programa (inciso VI, art. 1º, da Lei nº 9.491, de 1997). Nesse contexto deve ser compreendida a proposta em exame.

Nada justificaria o afastamento do Estado brasileiro das atividades produtivas se esse processo fosse acompanhado de crescente concentração de práticas de mercado incompatíveis com sua necessária transparência e prejudiciais aos consumidores.

As constantes críticas a esse programa, relativas ao seu distanciamento dos objetivos perseguidos, e a transferência de recursos públicos e de setores privados, com perdas irreversíveis para o patrimônio público, já sugerem a premente necessidade de medidas que viabilizem o efetivo comprometimento dessa riqueza acumulada pela sociedade brasileira com a urgente melhoria distributiva da renda na economia.

Todas essas razões trazem e demarcam a oportunidade da presente proposição. Não restam dúvidas de que a manutenção ou transformação da natureza do capital das sociedades de economia mista e das empresas públicas transferidas à iniciativa privada no âmbito do PND (Programa Nacional de Desestatização)* de modo a garantir a sua organização sob a forma de companhia aberta contribui e constitui importante instrumento para o fortalecimento da economia de mercado e de sua modalidade de financiamento mais característica. Nos termos da legislação que trata das sociedades por ações – Lei nº 6.404, de 1976 –, somente a companhia aberta tem seus valores mobiliários distribuídos no mercado e negociados em bolsas ou no mercado de balcão.

Vale notar, com efeito, que o próprio processo de crescimento econômico que experimentamos nos anos sessenta e setenta já evidenciava a importância da abertura do capital das empresas como uma das modalidades de alavancagem de recursos financeiros necessária e complementar para a consolidação dos expressivos e constantes aumentos de produção à época.

Cabe ressaltar que a importância das empresas de capital aberto ultrapassa sua dimensão puramente financeira. Talvez suas implicações quanto à democratização da propriedade demonstrem e demarquem também um aspecto político expressivo e modernizador.

Não se pretende reconhecer somente as virtudes e as implicações para o mercado de capitais que podem advir com a proposição em exame. Logicamente que deficiências e dificuldades ainda existem em relação ao funcionamento desse mercado, mas o que vale ressaltar é que, dependendo das circunstâncias do mercado e da composição dos custos financeiros da empresa, o aumento das possibilidades de emissão de capital pode constituir substantiva alternativa de financiamento, o que, certamente, a proposição sob análise viria a reforçar.

Tudo isso é particularmente destacável e oportuno quando, como se constata atualmente no Brasil, a função econômica das bolsas de valores está sendo restringida. Como amplamente veiculado, as empresas de capital aberto, diante da ainda incipiente dimensão dos mercados de capital local, vão buscar recursos no exterior, lançando ADEs (Atos Declaratórios Executivos). Os negócios com recibos de ações de empresas brasileiras na Bolsa de Nova York, na Nasdaq e no balcão têm sido ascendentes e expressivos, atingindo hoje valores equivalentes ao volume total de negócios da Bolsa de Valores de São Paulo*.

Para as empresas de capital aberto, é vital a fonte de capitalização barata que lhes permita escapar do endividamento. E, para a consecução e consolidação dessa possibilidade, é bastante pertinente a presente proposta, que, em verdade, objetiva contribuir para ampliar e tornar atrativo o mercado de valores mobiliários no Brasil, conferindo-lhe capacidade competitiva, hoje já necessária, como demonstrado em escala global.

Um mercado de capitais forte é certamente um dos sinais da saúde financeira do País. O Brasil precisa enfrentar o desafio de superar a crise atual e de criar condições para o fortalecimento do surgimento primário de capitalização das empresas.

A despeito das considerações que ressaltam a importância e a oportunidade do Projeto de Lei do Senado Federal nº 105, de 2000, acreditamos que ele necessita de aprimoramentos. De imediato, ressalto a necessidade de adequá-lo aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Há, ademais, que proceder a nova redação para o seu **caput**, de forma que fique claro o alcance da norma proposta e não se incorra em vícios de constitucionalidade. Assim, não pode pretender o projeto de lei em exame alcançar empresas já transferidas à iniciativa privada. Essas privatizações ocorrem nos termos de editais de privatização já publicados e adotados como instrumento orientador daquele processo de alienação, constituindo, portanto, atos jurídicos perfeitos, não passíveis de reversão por lei.

Voto.

Em conclusão, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 105, de 2000, na forma seguinte:

Art. 1º – A Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 3º – a – As empresas públicas e as sociedades de economia mista federais somente serão passíveis de inclusão no Programa Nacional de Desestatização de que trata esta lei, com cláusula de conversão ou manutenção respectivamente da constituição e organização de seu capital, sob a modalidade aberta, que deverá constar dos respectivos editais de venda.

Parágrafo único. As entidades já incluídas no Programa Nacional de Desestatização e que, na data de publicação desta lei, ainda não tiveram as suas alienações concluídas farão constar dos respectivos editais de venda a cláusula de conversão ou manutenção referida no **caput**.

Art. 3º – b – A alienação dos valores mobiliários das companhias ou sociedades tratadas no **caput** do art. 3º, "a", sem a observância do disposto nesta lei, implica responsabilidade solidária dos administradores e fiscais, bem como a reversão dos valores distribuídos, sem prejuízo das ações penais cabíveis.

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, que primeiro a solicitou. Posteriormente, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, estou com a obrigação de me retirar da reunião agora para presidir a Comissão de Educação, em que estará presente o Ministro do Esporte. Peço até aos membros da Comissão da Educação que estejam presentes àquela audiência pública.

Como autor do projeto, cumprimento o Senador Sérgio Guerra pelo relatório, mas não posso concordar com seu voto, principalmente na apresentação do substitutivo. Todos os argumentos apresentados no relatório motivaram a apresentação desse projeto de lei. As empresas públicas são resultado de um enorme esforço de poupança da sociedade brasileira, que investiu para a organização das empresas estatais. Estas participaram efetivamente no desenvolvimento econômico e social do País, promovendo, inclusive, muitas vezes outras empresas privadas, porque as estatais foram utilizadas para financiar empresas privadas; também foram responsáveis por segurar a inflação em períodos em que era a grande ameaça à sociedade – continua sendo, mas não tanto quanto já foi. Enfim, ocuparam espaços em momentos em que não havia atração para aquela atividade. Participaram efetivamente do esforço nacional para chegarmos onde estamos hoje. Depois, a desestatização não foi acompanhada de cuidados, que – penso – deveriam ter sido tomados. Um deles seria manter as empresas como capital aberto, exatamente para permitir houvesse precaução em relação a uma questão fundamental: de que adianta transferirmos uma empresa estatal para um cartel de empresas privadas? De que adianta transferirmos uma grande empresa estatal, por exemplo, do setor de telecomunicações para um grande conglomerado, que praticamente irá monopolizar as telecomunicações em uma região, ou até no País?

Com essa intenção, apresentei o projeto, para que essas empresas tenham seu capital aberto. O Relator, contudo, apresenta um substitutivo, dizendo que vale daqui para frente e que não vale para o que já ocorreu. Sabemos que aquela volúpia pela privatização acabou. Não teremos mais, salvo engano, pri-

vatizações a curto e a médio prazos. Então, o espírito do meu projeto era atingir as empresas privatizadas – empresas do setor de telecomunicações, de saneamento –, porque sei que há um grande desejo de empresas multinacionais dominarem esse setor no País, principalmente a água. Apresentei, assim, um projeto de lei que pudesse, transformado em lei, permitir que essas empresas já privatizadas também tenham seu capital aberto, até para que a sociedade brasileira possa ter um controle econômico-financeiro mais adequado, um controle de tarifas mais adequado. Sr. Presidente, meu projeto perde completamente o seu efeito se for aprovado o substitutivo.

Então, faço um apelo à Comissão, para que analise bem o projeto e o que contém o substitutivo, para que não percamos o valor e o espírito do projeto que apresentei. Peço licença para me retirar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Quero apenas antecipar que também vou pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pergunto se não seria o caso de solicitar uma audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pois a dúvida é quanto à constitucionalidade do que preceitua o projeto do Senador Osmar Dias. O projeto é, realmente, muito importante, é fundamental mesmo, mas, na forma resultante do substitutivo do relator, torna-se completamente inócuo. Todos sabemos que o programa de privatizações, que foi parte da política neoliberal, é coisa do passado – produziu efeitos desastrosos, desarticulou completamente todo o setor de energia elétrica, que é essencial para o desenvolvimento do país, produziu um verdadeiro saque ao BNDES, o que ainda vai ser devidamente esclarecido e responsabilizados os culpados. Todo esse conjunto de operações desastrosas é coisa do passado. Daqui para frente, não haverá mais isso. Se o projeto não puder atingir as privatizações já ocorridas, ele se torna completamente inócuo. Acho que deveríamos consultar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a possibilidade de aplicação do preceito às privatizações já realizadas, como propôs o autor do projeto, o Senador Osmar Dias.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, do ponto de vista do relator, não há oposição alguma à sugestão do Senador Roberto Saturnino. Pessoalmente, tenho convicções semelhantes às de S. Exª. Apenas digo que consultas feitas na área jurídica foram conclusivas: qualquer legislação, com outro formato, seria inócua. Não tenho nenhum questionamento quanto ao mérito, que é a intenção do Senador que apresentou o projeto, apenas tive, nas várias instâncias jurídicas consultadas, a confirmação de que o ato que produziu a privatização de algumas dezenas de empresas, muitas de forma desorientada, é juridicamente perfeito e inquestionável. Acho que a consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania faz todo o sentido. Acatarei o pronunciamento desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não vou prejudicar o pedido de vista conjunta. Na próxima reunião, decidiremos sobre o requerimento a respeito da oitiva para um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Primeiro, vou conceder vista, e o requerimento de V. Exª será reformulado, se necessário, depois da manifestação dos senadores que pediram vista. Está concedida vista conjunta do projeto pelo prazo regimental.

O SR. NEY SUASSUNA (PDMB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V. Exª que dê prioridade a um requerimento meu, que ele já está há três reuniões aqui. Se V. Exª puder colocá-lo em votação, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se há alguma objeção ao requerimento de preferência formulado pelo Senador Ney Suassuna, que pretende que seja votado requerimento de sua autoria para a criação de uma subcomissão permanente, composta por nove membros titulares e nove suplentes, para acompanhar a evolução da dívida pública dos estados e propor alternativas legais capazes de reverter o quadro deficitário que hoje penaliza a quase totalidade das unidades federativas.

Se não houver objeção, colocarei o requerimento em votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Ney Suassuna foi muito zeloso quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao acordo de renegociação da dívida. Acho que todos sabem das restrições que as finanças públicas da União sofrem neste momento. Proponho que essa subcomissão trate das dívidas públicas dos Estados,

Municípios e da União, que trate do conjunto do problema, porque acho que a margem de manobra é muito pequena e não se vai conseguir fazer mudança alguma que não contemple todo o problema do endividamento do Estado nos três níveis: União, Estados e Municípios. Temos que discutir os três níveis conjuntamente para ter uma visão de conjunto do problema e ver se, de fato, temos alternativas consistentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Percebo que o aditivo de V. Exª está aceito pelo Relator e, assim, passa a ser considerado um requerimento do Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está ótimo. Obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com toda a certeza, o Senador Aloizio Mercadante está coberto de razão, Sr. Presidente, porque os Estados estão com dificuldades, mas a União também está. O que estamos pedindo é para acompanhar e ver quais as medidas legais que podemos propor. E sabemos que será um estudo difícil, árduo, mas necessário.

De onde o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tirará os R$400 milhões que precisa todo mês? Não há milagre. Em economia e em administração, não há milagre. Temos de estudar as possibilidades, e claro que vamos discuti-las profundamente aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Proporei apenas também que V. Exª aceite que essa subcomissão seja uma comissão temporária, não permanente, como está a proposta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar este requerimento em votação, pois a iniciativa é excelente. Esta Casa tem que cuidar justamente disso, isto é, o objetivo da Comissão de Assuntos Econômicos e do Senado em si é justamente equacionar os problemas que dizem respeito à Federação como um todo.

Em votação o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas gostaria de saber se o número de nove Senadores e nove suplentes é adequado? Pergunto isso porque as outras subcomissões criadas hoje por V. Exª foram formadas por cinco membros, então...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou aceitar o número de nove, Senador Eduardo Suplicy, e explicarei o porquê. Isso ocorre porque sabemos as diferenças regionais existentes em nosso País. Inclusive, vou procurar formar essa comissão atendendo as regiões do nosso País. Portanto, considero nove membros um número adequado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aceito a argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o requerimento.

Vamos voltar à pauta.

Item nº 5 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999, também terminativo, que destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudo. A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti. O Relator é o Senador Pedro Simon, que tem parecer favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Como o Relator não está presente e não solicitou que alguém o substituísse, proporei à Casa que retiremos este item da pauta de hoje e que o incluamos na pauta da próxima reunião.

Passemos ao item nº 6, Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2001, também terminativo, que altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. A autoria é do Senador Luiz Pontes e o Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como V. Exª disse, o projeto é de autoria do Senador Luiz Pontes e pretende acrescentar um item no capítulo da eletrificação rural da política agrícola do Brasil. Isto é, ele procura estabelecer tarifas especiais para promover o desenvolvimento da aqüicultura.

Em resumo, Sr. Presidente, o projeto é importante porque a aqüicultura, como está sendo muito desenvolvida no Brasil, já havendo programas especiais, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é uma grande fonte de renda não só no aspecto econômico, no aspecto social, como também para a preservação do meio ambiente.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que esse projeto é de uma valia muito grande para a criação de peixes, camarões e outros animais usados na aqüicultura. Portanto, o meu parecer é favorável, dada a importância deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a matéria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu me associo ao Relator e ao autor do projeto, Senador Luiz Pontes, que já não se encontra mais nesta Casa, para dizer que a criação de camarão em viveiros vem modificando a realidade econômica do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco, da Bahia – talvez de todo o Nordeste – e também de um Estado da região Sul, Santa Catarina.

Essa atividade cresceu sem apoio substancial do Poder Público. Então, já está na hora de o Governo reconhecer a importância da criação de camarão em viveiros. E o parecer do Senador Jonas Pinheiro é uma oportunidade para isso, na medida em que propõe a alteração do art. 94 da Eletrificação Rural, incluindo-a como uma das atividades prioritárias a serem incentivadas pelo Poder Público.

Eu não vejo nenhum óbice à aprovação deste projeto. Pelo contrário, eu o vejo como uma consolidação daquilo que se fala muito hoje, Sr. Presidente, daquelas atividades econômicas peculiares a cada região, que terminam trazendo uma modificação na sua economia.

Por outro lado, o Rio Grande do Norte, que ainda é o maior produtor de sal do Brasil, produzindo cinco milhões de toneladas, também tem neste projeto o aproveitamento de velhas e antigas salinas que se mostravam irrecuperáveis e que, agora, proporcionam uma alavancagem na produção de camarão, sobretudo para a exportação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, da mesma maneira, eu também quero manifestar o meu voto favorável, no sentido de que a piscicultura acaba sendo uma alternativa econômica muito importante em todo o País. Eu me refiro especialmente às barragens que ocuparam, com o seu lago, terras muito férteis.

Nós podemos agora ter uma nova atividade nos grandes lagos que foram criados. É uma maneira importante de compensarmos alguns desses Estados ou parte da população que terá uma nova atividade.

O meu voto, portanto, é favorável.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar ao Relator e aos demais Srs. Senadores uma reflexão. É meritória toda iniciativa que venha estimular a cultura de crustáceos, peixes, moluscos, para impulsionarmos a piscicultura como forma de geração de renda, de produção de proteínas e como atividade agrícola complementar. Especialmente no Nordeste brasileiro, essas experiências têm tido bastante êxito; mas também no litoral brasileiro já se têm várias culturas de camarão, de ostras e de mariscos.

Porém, o projeto propõe uma renúncia de energia. Eu lembro que boa parte do setor energético foi privatizada. Neste momento, o setor das empresas de distribuição de energia vive uma crise bastante delicada, porque houve uma queda muito grande no consumo de energia. Além desses problemas, parte dos insumos é em dólar e a tarifa é em real. E estamos definindo aqui uma renúncia de receita orçamentária totalmente contrária à Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque não se estimam o montante de recursos e a fonte, no Orçamento, que suprirá essa demanda. Abertamente, viola a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ainda que seja meritório o sentido de estimular a aqüicultura.

Sr. Relator e Sr. Presidente, gostaria de propor um encaminhamento alternativo. O Governo está muito voltado para a regulamentação da pesca silvestre e para o estímulo à aqüicultura, sua grande meta.

Poderíamos chegar a um acordo, antes de votarmos esse projeto. Gostaria de convidar o Secretário Nacional da Pesca, da Secretaria Nacional de Pesca. Foi criada uma Secretaria, e há um plano nacional para esse setor. Existem vários programas.

No caso da aqüicultura, a energia é basicamente para armazenamento de peixe. Precisa-se de estímulo, inclusive, para a construção de tanques, compra de alevinos, início das atividades. Neste outro, é mais para a parte do armazenamento da pesca.

Então, gostaria que não avançássemos nessa linha de uma renúncia fiscal do setor privatizado, porque geraria uma dificuldade muito grande. É abertamente inconstitucional o que estamos fazendo; a LDO não permite que isso seja feito, sem estimar o volume de recursos e as fontes orçamentárias.

Reconhecendo o pronunciamento dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Eduardo Azeredo e do pró-

prio Relator sobre a necessidade de um programa de estímulo à aqüicultura, que gera emprego, renda e divisas – o Brasil pode exportar, tem um potencial imenso na cultura marítima e em água doce –, proponho que façamos uma audiência com o Ministro, ouçamos do Governo quais as medidas de estímulo a essa área, e não votemos o projeto como está, porque viola abertamente a LDO, por permitir renúncia fiscal para um setor que hoje é fundamentalmente privado, sem estimar, inclusive, o impacto orçamentário e os desdobramentos.

Eu peço que façamos uma audiência pública com o Ministro, para depois discutirmos esse projeto. Se o Relator e o Sr. Presidente estiverem de acordo, poderemos pedir vistas, para superar o problema. Tenho certeza de que o ex-Senador Luiz Pontes estaria de acordo com esse encaminhamento, apesar de S. Exª não estar presente. Não podemos votar o projeto como está.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sugiro a V. Exª que peça vistas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Estou pedindo vistas, porém dou o encaminhamento de quem realmente está sensível aos argumentos de estímulo à aqüicultura, desde que não seja feito dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O pedido de vista é conjunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT RJ) – Sr. Presidente, pelas razões apontadas pelo Senador Aloizio Mercadante, também ia pedir vistas. S. Exª sugere que, antes da votação, da decisão da Comissão, haja essa audiência pública, o que realmente tem sentido e esclareceria muito a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como é conjunto, o pedido de vistas vai permitir que essa sugestão e outras que por acaso surjam sejam acatadas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pelo visto, trata-se de uma matéria da maior importância, mas que se reveste de alguns quesitos de inconstitucionalidade, ou seja, possui defeitos de inconstitucionalidade. Isso poderia ser suprido por meio de um estudo da comissão competente, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Então, após as vistas, se essa matéria voltar a ser discutida nesta Comissão, pedirei a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antônio Carlos Valadares, a Presidência vai adotar a mesma regra de projeto anterior.

Concedidas as vistas. Logo, o projeto voltará à pauta na próxima sessão, para deliberarmos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, sei que, a essa altura, a questão é vencida, e não tenho nada contra o aprofundamento do debate. Gostaria apenas de lembrar que nós, representantes de uma região pobre, deparamo-nos, às vezes, com situações extremamente paradoxais. Há pouco tempo, discutimos o problema da cesta básica, ou seja, de ajudar a pessoa carente por meio de uma cesta básica ou de dinheiro. Agora, a região tem a oportunidade de consolidar uma vocação da sua economia, sem recorrer a políticas compensatórias, e não podemos frustrar essas vocações econômicas de uma região como a região nordestina, mas não tenho nada contra o que foi solicitado pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, então faço um requerimento verbal – já o encaminho à Mesa -, de um convite ao Secretário Nacional da Pesca, para fazer esse debate sobre os instrumentos de fomento e estímulo à agricultura, especialmente na Região Nordeste, para que vejamos o que está sendo pensado do ponto de vista do Orçamento, das fontes de financiamento do BNDES e de outros programas, ou mesmo formas de estímulo como esta. Mas o montante de recursos orçamentários teria que ser avaliado, porque, da forma como está, seguramente esse projeto não poderá ser aprovado pela CCJ. E nosso objetivo é estimular a agricultura, e não prejudicar a intenção do legislador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tendo havido o pedido de vista e estando sendo concedido, passaremos ao item seguinte.

Permitirei, por liberalidade, que o Senador Mão Santa e o Senador Sérgio Guerra se manifestem, mas está concedida a vista, e nada será deliberado antes da próxima reunião, quando o projeto retornar à pauta.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria dar um testemunho e endossar toda a observação do Governador do Rio Grande do Norte. Ele foi muito feliz no desenvolvimento de sua bacia leiteira, e digo que isso foi um acidente que beneficiou o Nordeste – gostaria de advertir o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. É hora de o Nordeste tirar essa diferença.

O Equador, país aqui da América do Sul, era o maior criatório de camarão do mundo, mas houve uma praga. Por uma patologia, todos os camarões de lá ficaram esbranquiçados, anêmicos. Então, de repente, a tecnologia passou para o Nordeste. Se observarmos a geografia, as condições do Equador são semelhantes às do Nordeste: o mesmo sol, a mesma luminosidade, o mesmo vento. Então, esse episódio é muito recente. O Piauí, com apenas 66 km de litoral, está se enriquecendo. E passo esse dado ao Senador Aloizio Mercadante, que é o responsável, a luz da nova economia do Governo Lula; foi nele que o povo confiou e acreditou.

Eu também diria o seguinte: no caso do Piauí, nossa maior riqueza de exportação ainda é a cera de carnaúba. Já existem grupos estrangeiros – espanhóis, italianos – com fazenda de camarão lá no Piauí. E os técnicos, devido a essa patologia no Equador, transferiram-se para o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, gostaria de ter um esclarecimento: tanto nesse caso quanto no que relatei anteriormente, a dúvida é sobre constitucionalidade, sobre legalidade; qual seria o procedimento para que essas dúvidas fossem suficientemente esclarecidas?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se a Comissão entender que há essa dúvida, vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas, tendo concedido vista, não posso mandar o processo para aquela Comissão, ainda mais com o pedido de vista conjunto. Quando mais de um Senador solicita vista, ela passa a ser uma vista conjunta. Pode ser que se decida enviar para lá.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, gostaria apenas de concordar com a ponderação do Senador Aloizio Mercadante, mas não poderia deixar de ressaltar a importância dessa atividade econômica principalmente para o nosso Estado, o Ceará. Essa é uma proposta do Senador Luiz Pontes, que, convivendo com a nossa realidade, não só do Ceará, mas de diversos Estados do Nordeste, teve a preocupação com essa atividade econômica, que representa hoje a possibilidade de melhoria de renda de milhares de nordestinos.

Portanto, gostaria só de ressaltar esse pensamento, mas concordo com o Senador Aloizio Mercadante: precisamos buscar os melhores caminhos para encontrar uma solução, por meio uma audiência. Se a questão é de vício de inconstitucionalidade ou outro problema, que possamos, juntos, encontrar uma alternativa. Mas não se pode simplesmente fechar a possibilidade de expansão dessa atividade, de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. Trata-se do último item da pauta.

Embora a vista esteja concedida, estamos abrindo para as considerações dos Srs. Senadores. Logo depois de V. Exª, a palavra será concedida ao Senador Tasso Jereissati

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria apenas de voltar a insistir que, na verdade, se lermos aqui, o que se está mudando é apenas do ponto de vista de abertura. O Poder Público incentivará prioritariamente o estabelecimento de tarifas especiais, porque, dessa maneira como está, o Senado está propondo apenas uma abertura, cabendo, evidentemente, um voto de confiança ao Governo Federal, que fará a regulamentação e o disciplinamento da questão quanto a pequenos produtores, a regiões. De maneira que, Senador Aloizio Mercadante, concordo que possamos trazer aqui – penso que é interessante –, inclusive sob esse aspecto.

Ao manifestar um apoio da maneira como está, estamos apenas dando um voto de confiança até para o Governo, que, através da sua Secretaria Especial da Pesca, deverá disciplinar a matéria, e – volto a insistir –, do ponto de vista nosso, do Estado de Minas Gerais, há um interesse grande para que a questão não fique restrita apenas à cultura de camarões, que é importante e atinge especialmente o Nordeste. Volto a dizer dos lagos e dos rios, e o Estado de Minas Gerais, que é chamado a caixa d'água do Brasil, tem evidentemente um interesse muito grande nessa questão da pesca.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Também enfatizo a importância que tem hoje essa atividade na economia do Nordeste, especificamente no

Estado do Ceará. Somente para um esclarecimento: essa audiência pública para tratar da questão seria antes da votação do pedido de vista que seria feito?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. S. Exª fez um requerimento que ainda é oral. Vamos primeiro ao pedido de vista, até porque estamos com a pauta sobrecarregada com essas audiências públicas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então votaríamos antes da audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria vai voltar à pauta na próxima reunião, e aí poderemos decidir sobre a audiência pública e sobre a remessa dos autos do projeto à CCJ. Aí iremos cada dia com a sua agonia. O que quero dizer é que, tendo sido concedida vista e considerando também que estamos com a pauta de audiências públicas sobrecarregada, determinamos que o projeto volte à pauta na próxima reunião.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, desculpe-me insistir, mas a minha agonia do dia de hoje é esse projeto, porque talvez esse seja o setor que esteja mais se desenvolvendo, que esteja gerando mais empregos e, até para o interesse do País, que esteja exportando mais hoje no Nordeste. A cada dia que se passa cresce o nível de exportação dessa atividade de extrema relevância.

O meu receio é que, em função da constitucionalidade ou não, o projeto obtenha votação contrária e o assunto seja esquecido. É o que tem acontecido, nada a ver com o Governo de agora, historicamente com o Nordeste: o assunto é esquecido, os projetos do setor começam a enfrentar uma série de dificuldades e, quando se toma alguma providência, já é tarde demais. Era essa a questão que eu queria colocar.

Não tenho conhecimento regimental o bastante para lhe dizer se é possível ou não, mas seria muito desejável que essa discussão fosse feita antes da votação da matéria, em função da nossa agonia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O pedido é de vista tão-somente. Quer dizer, ele vai retornar na próxima terça-feira, quando voltaremos a debater a matéria e os requerimentos serão formulados. Agora, quanto ao esquecimento da matéria, garanto a V. Exª que vamos seguir o Regimento. Ela não será esquecida.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu posso pedir vista também?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já está concedida vista em conjunto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E assim não haverá, porque, como a vista é em conjunto, na próxima terça-feira ninguém mais poderá pedir vista do processo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de saber se não poderíamos ter um outro encaminhamento regimental. Poderíamos sobrestar a matéria e, se o Relator estiver de acordo, fazer audiência, porque o objetivo de todos é estimular a aqüicultura.

O Brasil tem oito mil quilômetros de costa, e hoje somos o vigésimo oitavo país em pesca, o que é inadmissível. A aqüicultura está abrindo um caminho promissor de empregos, inclusive para pequenos produtores. É fonte de renda, gera divisas. Há um grande interesse nesse setor. Foi criada uma secretaria nacional, que pode esclarecer tudo o que está sendo pensado e definido. A partir dessa audiência, teremos muito mais elementos para vermos como estimular a aqüicultura. Insisto nesse caminho, que daria muita substância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há uma decisão da Mesa, e não estamos coibindo a audiência pública. Há muitos pedidos de audiência pública. Manteremos essa decisão e, na terça-feira, poderemos marcar a data da audiência pública se essa for a deliberação dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, reforço o argumento de V. Exª e do Senador Mercadante. Está surgindo no Nordeste uma crise muito grande, principalmente com os pescadores que atuam nas proximidades dos mangues. Houve muito desemprego em face da determinação do Governo anterior de que, nas proximidades dos mangues, não se poderia produzir peixe e nem crustáceos. Não sei se em Pernambuco há esse problema. Houve o fechamento dos chamados viveiros no Estado de Sergipe em grande quantidade, o que provocou desemprego e desespero em muitas famílias. A presença do Ministro na Comissão é da maior importância, do maior proveito para que os esclarecimentos sejam feitos e para que possamos levar aos nossos conterrâneos do Nordeste o pensamento do Ministro a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, entendo que todos aqueles que se pro-

nunciaram tiveram apenas uma intenção: melhorar o projeto. É evidente – é claro – que o Governo Lula instituiu até uma secretaria específica para o assunto da pesca e nomeou um Ministro competente, o qual conheci quando fui seu colega na Câmara dos Deputados.

Mais que isso, como disse o Senador Eduardo Azeredo, trata-se apenas de um incentivo que se pretende dar, que pode ser na forma de energia elétrica ou de outras maneiras, conforme disse o Líder do Governo.

Não sei se eu serei o Relator, mas qualquer relator teria de ouvir a Secretaria Especial de Pesca, não sei se seria em audiência pública ou em reunião com a secretária e com a sua equipe de trabalho. De qualquer maneira, acredito que seja muito importante essa audiência para tratar desse assunto e para que esse projeto seja melhorado. Repito: não sei se depois da vista conjunta seria eu o relator, mas, de qualquer maneira, entendo que o que está ocorrendo hoje na Comissão é importante para o setor da pesca.

Acredito até que não será apenas o incentivo da energia elétrica que colaborará com os aqüicultores deste Brasil, mas outras ações positivas para a pesca.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Informo que V. Exª continuará como relator e que o pedido de vista é importante, dado o interesse que a matéria tem despertado. Com toda certeza, a audiência pública será depois designada se na próxima sessão ela for marcada. Até terça-feira, não tem como se realizar essa audiência pública, porque amanhã, por exemplo, já estaremos com uma convocação extraordinária, reunindo três comissões, para ouvir o Ministro José Graziano.

Assim, está concedido o pedido de vista.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É sobre o assunto?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim.

Sr. Presidente, em função das ponderações feitas pelo Senador Valadares, gostaria de levantar uma tese. O Senador Valadares – repetindo o que disse S. Exª – falou que Sergipe tem problemas relacionados à questão do mangue e que seria importante, por isso, a participação do Secretário Nacional da Pesca, para discutir essa questão relacionada ao emprego. Ontem, a **Rede Globo de Televisão** tratou desse tema num dos melhores programas da emissora, o **Globo Rural**, ligando a questão à área ambiental. Então, se formos entrar na questão, teremos que ouvir a Senadora Marina Silva, a nossa Ministra do Meio Ambiente.

Quero também cumprimentar a Comissão, entendendo que o melhor foi o adiamento, porque o objetivo é melhorar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, antes de encerrar a reunião de hoje, as Subcomissões criadas terão que ser convocadas pelo seu membro mais idoso, que tem a competência para convocar a primeira reunião de cada Subcomissão.

Quero lembrar a reunião extraordinária de amanhã, que será em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a de Assuntos Especiais, para ouvirmos o Ministro José Graziano.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se à reunião às 12h e 25min.)

Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada Conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Sociais, em vinte e seis de março de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e seis de março do ano de dois mil e três, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores: Alofzio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcidio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Antonio Carlos Valadares, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Magno Malta, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Íris de Araújo, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Demóstenes Torres, José Agripino, José Jorge, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgilio, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes, e João Batista Motta. Deixam de comparecer os demais membros das respectivas Comissões. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da

reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com a presença, do Senhor Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, Doutor José Graziano, com a finalidade de discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério, em atendimento aos requerimentos nº 10/2003 – CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; nº 3/2003 – CCJC, de autoria do Senador Amir Lando; e nº 1/2003 – CAS, de autoria do Senador Romero Jucá e da Senadora Fátima Cleide. Usaram da palavra os Senadores: Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Amir Lando, Jefferson Peres, Efraim Moraes, Antônio Carlos Valadares, Arthur Virgilio, Aloízio Mercadante, Mão Santa e César Borges. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, secretário da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a sexta reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a quarta reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da primeira Sessão Legislativa Ordinária da qüinquagésima segunda legislatura. Esta é uma reunião conjunta das três Comissões(CCJ, CAS e CAE) com o objetivo de ouvirmos a exposição do Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, Sr. José Graziano, que vai discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério, em atendimento aos Requerimentos nº 10, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; nº 3 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Amir Lando; e nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Romero Jucá e da Senadora Fátima Cleide.

O Ministro José Graziano já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço aos Srs. Senadores Papaléo Paes e Aloizio Mercadante que introduzam o Ministro no plenário da Comissão.

Srªs e Srs. Senadores, de acordo com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as normas de conhecimento de todos. S. Exª, o Sr. Ministro, terá trinta minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, dando preferência, inicialmente, aos autores dos requerimentos e, depois, pela ordem de inscrição, intercalando-se de acordo com os partidos políticos. O interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado e ainda haverá a réplica de dois minutos e a tréplica com igual tempo.

Sr. Ministro José Graziano, em nome das três Comissões, tenho a honra de recebê-lo aqui. Veja V. Exª que o convite a que V. Exª acedeu para aqui comparecer foi feito pelas três Comissões em conjunto, dado o grande interesse pela exposição de V. Exª.

Concedo-lhe, então, a palavra pelo prazo de trinta minutos.

Há um telão na sala nº 15, a fim de que a exposição possa ser acompanhada por um maior número de pessoas.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente Ramez Tebet, Exmºs Srs. Senadores e Srªs Senadoras, senhores e senhoras presentes, inicio a minha exposição nesta Casa com um agradecimento especial ao Senador Almeida Lima que, gentilmente, retirou o seu pedido de censura a propósito de uma frase infeliz que pronunciei num depoimento na Fiesp, no início do mês de fevereiro. Lamentavelmente, essa frase, que foi apressadamente construída, na ânsia de enfatizar o argumento de que é preciso dar prioridade ao desenvolvimento do interior do Nordeste, deu margem a que se estabelecesse uma relação indevida entre migração e violência. Pior do que isso, ela deu margem a que se estabelecesse uma odiosa insinuação de separação entre nós e eles, própria de pessoas preconceituosas.

Tentei, na mesma ocasião, corrigir esse meu erro. Fiz uma declaração à imprensa, depois lancei uma nota por escrito, imediatamente, desautorizando essa ilação. Mas, infelizmente, a frase foi pinçada do meu depoimento e propagada pela televisão para todo o País e gerou uma justa reação de indignação.

Queria, aqui, reiterar a todos aqueles que se sentiram atingidos, indignados, o meu pedido de desculpas por essa frase infeliz e dizer que ela não reflete o que penso e o que tenho feito ao longo da minha vida.

Gostaria de, a partir de agora, ter oportunidade de expor, nesta Casa, as atribuições e as ações que estamos desenvolvendo no Ministério de Segurança Alimentar, o Mesa, e a concepção do Programa Fome Zero. Esse programa já extravasou as fronteiras do País e tem sido objeto de debate em alguns fóruns internacionais.

Agradeço, de antemão, a oportunidade que essas três Comissões, conjuntamente, me oferecem de expor, sucintamente, um programa que, infelizmente, tem sido exposto à mídia apenas nos seus pontos polêmicos, sem uma apresentação mais sistemática da sua concepção.

As atribuições do Ministério de Segurança Alimentar, criadas pela Medida Provisória de 1º de janeiro deste ano, são, basicamente, seis: formular e implementar a política nacional de segurança alimentar e nutricional; articular a participação da sociedade civil nessa política de segurança alimentar; promover a articulação entre os programas do Governo Federal e os vários âmbitos de Governo Municipal e Estadual com a sociedade civil; acompanhar e supervisionar essas ações; apoiar a constituição e a implementação do Consea e dos Conseas estaduais e municipais, e, por fim, gerir o fundo de combate à pobreza.

Gostaria de dizer, a título de introdução, que esse conjunto de ações que se consubstancia no que tem sido chamado pelo nome fantasia de Programa Fome Zero é um programa em construção. Estamos tendo a difícil missão, para usar uma expressão corriqueira, de trocar de roupa andando, mas poucos projetos têm sido tão amplamente debatidos como o Programa Fome Zero.

Na data do seu lançamento, em agosto de 2001, no Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Senador Suplicy, aqui presente, teve a oportunidade de ser um dos primeiros a iniciar o debate, juntamente com D. Mauro Morelli, presente no ato de lançamento. Temos, todo tempo, debatido esse programa, ao longo da campanha, nestes primeiros meses de Governo, e quero reiterar que estamos abertos a sugestões.

Esse não é um programa, na nossa concepção, de um partido político. A sua construção, o início dos projetos no Instituto Cidadania foi oferecido a toda a sociedade brasileira e foi lançado, aqui no Senado Federal, pelo então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 17 de outubro do ano passado.

Estamos procurando incorporar todos os bons exemplos e os programas já em andamento, tanto é que a base de ação do programa, que é o Programa Cartão Alimentação, deriva de uma rica experiência adotada pelo Governador Marconi Perillo, de Goiás, na implementação do seu Programa Renda Cidadã. O argumento central do programa é que procura dirigir os gastos, particularmente em um ano de profundas restrições orçamentárias, para um segmento que tem uma reconhecida capacidade ociosa e capacidade de gerar ocupação e renda, que é a agricultura familiar.

Estamos convencidos, hoje, de que o que impede o crescimento do setor agrícola no Brasil são as restrições de mercado. De um lado, as restrições dos mercados externos às nossas exportações pelo protecionismo praticado pelos países envolvidos; e, de outro, o baixo poder aquisitivo de boa parte da população brasileira. Portanto, o nosso diagnóstico da fome não é que falta produção, pelo contrário, temos uma capacidade produtiva ociosa altíssima em alguns segmentos, principalmente da agricultura familiar, mas falta renda, falta possibilidade de o trabalhador e daqueles desempregados, daquela população ocupada ou subocupada, encontrar esses alimentos disponíveis em uma quantidade e qualidade que permitam sua alimentação adequada.

Este é o objetivo do programa: dirigir os gastos para o setor. Por essa razão, não damos tanta ênfase ao problema da focalização desses gastos, pois consideramos que é uma questão menor em um País onde a pobreza está disseminada a pelo menos um terço da população e está entranhada em todas as regiões brasileiras, das mais pobres às mais ricas.

O nosso desafio, o desafio a que o Governo Lula se propôs é superar essa dicotomia entre o crescimento econômico e a distribuição de renda, de modo a promover um mecanismo de crescimento que contenha endogenamente um mecanismo de inclusão social.

Em resumo, queremos encontrar uma maneira de romper o ciclo vicioso que realimenta a exclusão social, crescendo e, ao mesmo tempo, combatendo essas causas estruturais da miséria.

Por que escolhemos a fome como elemento para romper esse círculo vicioso? A fome é, a nosso ver, a causa e, ao mesmo tempo, a conseqüência da pobreza. Uma criança com fome pode ir à escola, mas não aprende; uma mãe com fome não consegue alimentar o seu filho, um homem ou uma mulher com fome não tem produtividade no seu trabalho. Também achamos que erradicar a fome é uma meta factível em um País que tem excedentes de produção agrícola. Não seria factível em um País com déficits alimentares, não é o caso, felizmente, do Brasil. E terceiro, a sociedade brasileira se mobilizou nesta luta e sem isso nenhum Governo, por mais que articulasse as suas ações nos diversos níveis, não conseguiria vencer essa guerra, que é o combate à fome.

Temos, portanto, como meta, implementar uma política de segurança alimentar, o que é mais do que combater a fome, isso é apenas o começo. Mas uma política de segurança alimentar implica em dotar todos os brasileiros de condições para ter, como diz o

Presidente, três refeições ao dia, e todas com quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. São esses quatro atributos que compõem uma política de segurança alimentar. E em torno deles que construímos as ações do Ministério.

Primeiro, um conjunto de ações estruturais, pois estamos convencidos de que o que resolve o problema da fome realmente é ter a geração de emprego e renda. Esse é o objetivo fundamental a ser perseguido. E, para gerar emprego e renda, é preciso inúmeras ações. Não desconhecemos a necessidade dessas ações, mas não podemos esperar por isso. Além das ações estruturais, há a necessidade de um conjunto de ações específicas, algumas delas em caráter emergencial. E, para isso, o Ministério está implantando o programa do cartão-alimentação e o programa de banco de alimentos, que depende fundamentalmente de uma contribuição que está tramitando hoje, na Câmara, do Estatuto do Bom Samaritano, que já passou por esta Casa. Estamos implantando também um programa de restaurantes populares privados, um programa de educação alimentar e nutricional e um programa de apoio ao alto consumo alimentar.

Há ainda um conjunto de ações específicas que estão sendo articuladas pelo Ministério, em parceria com outros Ministérios do Governo: com o Ministério da Educação, a ampliação e o aperfeiçoamento do programa da alimentação escolar, que já teve início; com o Ministério do Trabalho, a ampliação do programa de alimentação do trabalhador; com o Ministério da Saúde, a ampliação do programa bolsa-alimentação. E ainda estamos estudando, na Câmara de Políticas Sociais, a integração e convergência dos programas de transferência de renda que hoje existem no País.

Além disso, estamos em contato com os Municípios e Estados no sentido de articular as ações do programa do Ministério com os que hoje já são desenvolvidos por inúmeras cidades brasileiras no combate à fome e à exclusão social.

Eu gostaria, em seguida, de falar um pouco a respeito das ações que já estão sendo desenvolvidas pelo Ministério. Depois, vou discorrer sobre as ações que pretendemos implantar ao longo deste ano.

O balanço de oitenta e cinco dias de Governo mostra uma lista bastante razoável de ações para um Ministério que teve de ser constituído do nada, praticamente. Todo o arcabouço jurídico institucional do Ministério foi implementado junto com o início de suas ações. A primeira delas foi a implantação do Consea, que eu gostaria de destacar. O Consea, para nós, é muito importante, porque é o canal pelo qual a sociedade civil organizada participa das ações de segurança alimentar. Já implantamos o Consea federal e estamos, em conjunto com vários Governadores, implantando os Conseas estaduais. Já há seis Conseas criados, além dos dois que já existiam quando assumimos o Governo, que eram os de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, e, em fase de implantação, há outros três Conseas estaduais. Também já iniciamos a implantação de dois Conseas municipais e estamos em fase de orientação de outros tantos a serem implantados.

O Consea federal, em sua terceira reunião, ontem, aprovou a primeira recomendação, que foi um plano de safra para a agricultura familiar, em que procura assegurar, mediante um conjunto de ações, que a expansão da demanda resultante das várias ações da política de segurança alimentar que ora começam a ser implantadas seja prioritariamente destinada ao estímulo da produção local dos agricultores familiares, especialmente nas regiões mais desfavorecidas do País.

Também já iniciamos a ampliação da merenda escolar. A primeira ação nesse sentido foi um decreto do Presidente Lula equiparando o repasse à merenda escolar, que antes era de R$0,06, para R$0,13 para as crianças de quatro a seis anos de idade. Estamos com um grupo de trabalho em andamento, estudando a possibilidade de ampliação desses valores, bem como a incorporação das creches ao Programa da Alimentação Escolar. Estamos na fase de implantação do piloto do cartão de alimentação em Guaribas e Acauã, juntamente com o programa conjunto de alfabetização e de implantação de cisternas, para evitar que na próxima seca – que, infelizmente, as previsões dão como quase certa – não se tenha que recorrer, nas mesmas proporções e no mesmo volume, ao uso de carros-pipas como se tem realizado até aqui.

Estamos, também, ultimando os mecanismos de expansão do Programa do Cartão-Alimentação para os Municípios – são 179 – dos Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha), Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. Ainda nesta semana, estarei lançando, no sábado, com a Governadora Wilma Faria, a ampliação do programa para os Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Nas próximas semanas, deve-se seguir a ampliação para os Estados de Pernambuco e Paraíba.

Uma quinta ação que queria destacar é a medida provisória que cria o cartão-alimentação e, no conjunto das ações do Governo Federal, institui ações de

política de segurança alimentar, dando base legal para o Governo atuar nessa área.

Uma sexta, a cooperação assinada com o Sesc para ampliação do programa dos bancos de alimentos privados, traduzidos pelo nome de Mesa Brasil, a todos os Estados da Federação.

Estamos também atuando em conjunto com a Embrapa, na região do semi-árido, no sentido de difundir tecnologias de convivência com a seca e incentivo à valorização de culturas locais.

Estamos iniciando a licitação da compra de alimentos para atender a um conjunto de famílias em alto risco nutricional, identificadas como aquelas acampadas à espera da reforma agrária; aquelas que vivem nos lixões; famílias de algumas aldeias indígenas que ainda não têm terras demarcadas; e famílias de quilombolas que também não conseguiram regularizar a posse de suas terras.

Implantamos um grupo de trabalho, em cooperação com o IBGE e o IPEA, para que se possa definir no Governo – e esta também é uma das atribuições do Ministério – uma linha única que norteie todas as ações do Governo na área dos programas sociais.

Além disso, instalamos o Conselho de Acompanhamento do Fundo de Combate à Pobreza. Esse Conselho, que estava previsto desde a lei de sua criação, não havia sido ainda instalado, embora o Fundo já tenha mais de um ano de utilização de recursos.

Finalmente, estamos iniciando com as prefeituras, com o apoio dos governos e da sociedade civil, um mutirão contra a fome, que foi convocado pelo Presidente Lula no seu discurso de posse. Esse mutirão contra a fome tem um **call center** que está orientando as pessoas a respeito de como podem colaborar. Esse **call center** é fruto de longas discussões e reuniões com as várias empresas concorrentes do setor de telefonia fixa no País, que fizeram uma doação, por um ano, de um atendimento onde 900 pessoas treinadas fornecerão, a qualquer cidadão que disque, de qualquer lugar do Brasil, para o telefone 0800-7072003, as informações de como colaborar com o programa e com o mutirão, onde doar os alimentos, enfim, tudo que julgamos pertinentes às ações a serem desenvolvidas.

Além do **call center,** estamos também, em conjunto com a HP, disponibilizando um **site** interativo, em que desde as empresas e Prefeituras que queiram participar do programa, do mutirão, até aquelas pessoas que queiram doar ou saber onde podem receber uma cesta-básica ou um quilo de alimento, obter o local mais próximo de sua residência para ser atendido. Esse **site**, que é , funciona também em sincronia com outro **site** da sociedade civil, , no qual as empresas podem obter uma cartilha de sugestões de procedimentos que são considerados positivos para participar não apenas com uma doação pontual, mas assumindo um compromisso, ao longo deste ano e dos outros três anos de governo, de participar desse mutirão de combate à fome.

Também já temos abertas as contas para recebimento das doações, que até ontem totalizavam, dos depósitos na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, cerca de R$274 mil.

Quero aproveitar esses minutos finais para falar um pouco das próximas ações que estamos preparando e da importância que atribuímos a esse programa do mutirão. Para nós, o mutirão não é simplesmente um chamamento a essa doação pontual. Não queremos que o mutirão se transforme em gestos de simples caridade, embora consideremos fundamental que as pessoas tenham esse gesto de estender a mão para o próximo.

Queremos transformar o mutirão numa ação de mobilização social. Entendemos que a sociedade brasileira quer participar desse chamamento do Presidente. Entendemos que a sociedade brasileira tomou para si esse programa, essa luta. Entendemos que a sociedade brasileira já tem, ela mesma, inúmeras entidades organizadas que se dedicam, há muito tempo, a essas ações de combate à fome e que não devemos, não podemos e não queremos ignorá-las. Ao contrário, queremos fazer delas parceiras nessa luta. O Governo não tem a pretensão de ser ele quem vai dirigir essa luta de combate à fome. Queremos colaborar, queremos ajudar e o espírito do mutirão é fornecer os instrumentos de participação da sociedade, facilitar a vida daqueles que já fazem esse trabalho diuturnamente. Entendemos que isso é fundamental, ou seja, criar essa mobilização social em torno de um projeto de futuro, de um país sem fome, com menos desigualdade.

As próximas ações previstas, além dessa expansão do programa, pretendemos, até o final do ano, estender o Programa do Cartão-Alimentação para aproximadamente mil Municípios da região do semi-árido e do Norte do País. Esses Municípios com menos de 50 mil habitantes, que representam 90% dos Municípios brasileiros e 70% dos Municípios que têm IDH menor do que 0.7, reproduzem uma concentração importante da pobreza brasileira e da falta de segurança alimentar.

Estamos também acudindo, entre as famílias prioritárias, como já disse, as famílias acampadas. Ao

programa de atendimento das famílias acampadas, deverá se seguir uma série de programas pilotos para acudir as famílias indígenas, especialmente nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, que foram identificados como os mais carentes, e as famílias convivendo em lixões, especialmente nas grandes cidades e áreas metropolitanas.

Também estamos dando prioridade à interação com o Ministério da Saúde, porque consideramos que um dos melhores programas, em termos de cadastro e do rigor com que as famílias são acompanhadas, é o Programa Bolsa-Alimentação, que hoje atinge apenas 175 mil famílias na região do semi-árido. Estamos trabalhando para que, no final do ano, tenhamos atingido cerca de 800 mil famílias integradas com o Programa Bolsa-Alimentação e o Programa Cartão Alimentação nas regiões prioritárias do País.

Finalmente, estamos em fase de elaboração, juntamente com a Radiobrás e várias emissoras privadas, de um programa de educação alimentar, que deverá instruir, especialmente as mães de famílias, na adoção de uma dieta mais variada, a fim de reforçar o uso de alimentos produzidos localmente, em apoio a um programa de produção de subsistência nas várias regiões do País. Queremos recuperar o valor das dietas regionais. Entendemos que, com isso, estaremos recuperando um pouco das culturas regionais perdidas nos últimos anos e enriquecendo a dieta das populações mais pobres.

Basicamente, são essas as ações que estamos desenvolvendo.

Coloco-me inteiramente à disposição de V. Exªs para responder a perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São autores de requerimentos os Senadores Romero Jucá, Fátima Cleide, Eduardo Suplicy e Amir Lando.

A Senadora Fátima Cleide enviou comunicado ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Romero Jucá, informando que, por problemas de saúde, está impossibilitada de comparecer à reunião que ora estamos realizando.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. Em seguida, concedo-a aos Senadores Eduardo Suplicy e Amir Lando, como autores de requerimento. Posteriormente, seguiremos a lista de inscrição, intercalando-se os oradores de acordo com os Partidos.

Cada Senador poderá usar da palavra por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Sr. Ministro José Graziano, primeiramente, gostaria de dar-lhe as boas-vindas ao Senado e dizer-lhe que, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, estaremos sempre à disposição de V. Exª, presentes ao debate, ao acompanhamento das ações, à fiscalização e, quando necessário, aos elogios ou às críticas que consideremos necessários.

Inicio minhas considerações dizendo que, como nordestino, aceito as desculpas de V. Exª. De fato, eu ia abordar esse assunto, mas avalio que V. Exª já se colocou da forma oportuna. Creio que isso não deve permear o nosso debate.

Peço a V. Exª uma definição específica do número de pessoas famintas que o Governo Lula considera A imprensa tem noticiado que passam fome no Brasil dez milhões, vinte milhões, trinta milhões, quarenta milhões, setenta milhões de brasileiros. É importante definir esse número até para que o debate fique claro e para que possamos discutir, efetivamente, o que é "fome zero" – se é um programa destinado a exterminar a fome de forma a fazer com que todos comam, ou se é a adoção de condições nutricionais específicas recomendadas pela área de saúde. Considero, portanto, importante esclarecer qual é o objetivo do Programa Fome Zero e de quanto é o público que o Governo Lula pretende atingir nos quatro anos. A partir das colocações de V. Exª, abordarei outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, como V. Exª tem cinco minutos para falar, gostaria que V. Exª falasse tudo que deseja. Caso contrário, será difícil controlar o tempo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Por que considero importante essa definição? Porque, a partir dela, teremos linhas de trabalho para, efetivamente, atingir o objetivo. Tenho acompanhado pela imprensa, com muita preocupação, a discussão e a implementação do Programa Fome Zero.

Em primeiro lugar, quero discordar do Ministro José Graziano e dizer que desde outubro se discute a questão do Fome Zero. Portanto, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não dispôs de apenas três meses para a formulação do programa. Ele teve, no mínimo, seis meses. E eu esperava que tivesse tido mais, porque, com muita sinceridade, durante a campanha política, eu entendia que o Governo do Presidente Lula tinha uma proposta concreta para efetivamente acabar com a fome no Brasil. Isso foi passado. Eu acreditei naqueles filmes de Duda Mendonça, com toda aquela equipe discutindo – com o

Aloizio Mercadante, com o Cristovam, com vários professores e cientistas. Acreditei que, ali, estava sendo formulada e formatada uma proposta que foi vendida para a sociedade. Na campanha política não foi dito na televisão: "Nós vamos ganhar a eleição, vamos criar várias comissões e vários conselhos, faremos reuniões e, a partir daí, vamos discutir, amplamente, uma solução que irá acabar com a fome no Brasil." Este, na verdade, não foi o enfoque dado.

Ainda em 2002 – e tenho aqui diversos recortes de jornais – havia várias posições até divergentes: "PT quer dar alimento a dois milhões de famílias." "Especialistas alertam para o risco do projeto". Portanto, no início, já havia uma contraposição de especialistas e aliados do próprio Presidente Lula à questão da efetivação do projeto. "PT quer financiar o Fome Zero com isenção fiscal". Matéria da revista **Veja**: "Mudar para quê? Governo Federal já tem um bom programa de combate à fome. Lula quer fazer um diferente. Todos os especialistas são contra a mudança." "Graziano diz que PT manterá bolsa-escola." "FAO defende evolução em lugar de mudança." "Suplicy critica cupom alimentação" – aliás, essa tem sido uma posição firme do Senador Eduardo Suplicy. "BIRD se diz pronto a ajudar o programa Fome Zero". "Frei Beto quer ter as Forças Armadas no Fome Zero" – na verdade, queremos saber também se as Forças Armadas estão participando ou irão participar, e de que forma ocorrerá essa participação. "Lula: Fome Zero não afetará programa de Fernando Henrique".

V. Exª disse uma frase na sua exposição: "Nós temos que trocar de roupa andando". É preciso ter cuidado quando se troca de roupa andando porque, efetivamente, pode-se ficar no meio do caminho: tirar a roupa, não colocar outra e ficar nu. Na verdade, esse processo é muito delicado, e a contradição na concepção, na implementação e na operacionalidade do programa hoje está frustrando não só a mim. Quero dizer a V. Exª que torço para o programa dar certo. Acho que nenhum brasileiro é contra o Programa Fome Zero, nenhum brasileiro é contra acabar com a fome no Brasil. Ao contrário. Agora, a expectativa criada vai, de certa forma, arrefecendo a participação popular, vai arrefecendo o próprio envolvimento das empresas e vai, pior do que tudo, arrefecendo a esperança do povo brasileiro.

Na questão da concepção, acompanhamos pela imprensa: "Municípios do Maranhão devem ficar fora da lista dos beneficiados". Não sei qual foi o critério pelo qual o interior do Maranhão que, como nós conhecemos, é uma região paupérrima, na verdade, ficaria fora. "PT quer dividir paternidade de Projeto de FHC". "Prefeitos não selecionarão famílias para o Fome Zero."

Portanto, um avanço efetivo que foi a municipalização dos programas sociais do Governo, a municipalização da ação pública, será, na verdade, pelo que foi dito até agora, concentrado em Brasília, correndo, portanto, o risco de virar – apesar de V. Exª dizer o contrário – um programa político eleitoral do próprio Governo. E nós nos preocupamos com isso.

Temos, aqui, uma declaração que diz que o Governo não daria aos prefeitos condição de atuar nesse cadastramento exatamente para evitar o uso eleitoreiro do programa. Eu só quero lembrar que, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, todos os programas efetivos de ação direta foram feitos pelos municípios, inclusive pelos municípios comandados pelos prefeitos do PT. Não houve discriminação efetiva em nenhum segmento, em nenhum setor. Portanto, entendo que deve haver fiscalização, mas tirar as prefeituras da ação é um retrocesso.

Uma outra questão, ainda na formulação – e foi por isto que fiz a pergunta se é para acabar com a fome ou para resolver problemas nutricionais –, é que há aqui uma posição do Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Jayme Chemello, que diz que, na Amazônia, o problema é outro. Na Amazônia, o problema não é fome – lá tem comida, tem peixe, tem tudo. A necessidade da população é saúde, educação, geração de renda, e não comida. Efetivamente, se esse for o entendimento do Governo, ele estará agindo de forma contraditória, porque o Governo do Presidente Lula acaba de contigenciar todas as obras federais, futuras ou em andamento, através de ações como construção de escolas, de creches, de sistema de abastecimento de água, construção e recuperação de estradas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, gostaria que V. Exª ficasse atento ao prazo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, vou ser rápido. A respeito da formulação do programa, gostaria de saber o que é verdade e o que não é. Gostaria de saber também o que está atrapalhando o programa.

Tenho aqui vários recortes. Tenho um artigo de Dom Mauro Morelli que lembra que além da burocracia, que amargura a vida dos governantes e muito do povo, nos palácios se aninham as víboras das intrigas e das maledicências. Portanto, ele registra publicamente que há uma disputa interna na implementação do programa, o que é muito ruim.

Gostaríamos de saber o que há de verdadeiro nisso. Tenho vários recortes. Dom Mauro Morelli vê disputa de poder no Fome Zero. Drª Zilda Arns, uma especialista no assunto, também faz colocações sobre essa questão em artigo da revista **IstoÉ** . Senadores da base do Governo criticam essa questão. O PT critica o programa Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, peço a V. Exª que preste atenção porque vou adotar o mesmo critério para todos os interpelantes. Isso porque percebo que a lista de inscritos é muito grande.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Com relação à questão operacional, estão aqui os recortes. "Fome Zero começa hoje cercado de dúvidas." "Até Lula culpa a elite da imprensa pelas críticas ao Fome Zero."

Gostaria de saber se V. Exª concorda com essa assertiva do Presidente Lula de culpar a elite e a imprensa pelas críticas ao programa Fome Zero.

Por último, V. Exª falou na questão do piloto de Acauã e Guaribas. O programa foi lançado. A primeira posição do Governo era que cidade piloto do programa iria ter menos beneficiados do que o necessário, porque todos seriam atendidos. Efetivamente ficou constatado que o Governo anterior atendida mais que o Governo atual está atendendo hoje.

Tenho aqui um jornal, o **Correio do Piauí,** que diz o seguinte: Guaribas já não tem comida do Zome Zero. Há aqui também uma matéria que explicita efetivamente isso. Ou seja, as pessoas dizem que o dinheiro não dá. Que comeram durante dez dias, uma semana, oito dias, quinze dias, e o dinheiro acabou. Se o dinheiro acabou, ou não estão comendo ou não estão tendo as carências nutricionais necessárias.

Gostaria de saber o que é que pretende efetivamente o programa Fome Zero: acabar com o a fome – portanto, não vai mais ter gente passando fome – ou suprir carências nutricionais? Se for para suprir as carências nutricionais, o programa, no seu piloto, já está falhando, segundo atesta a imprensa do Piauí.

Sr. Presidente, como tenho outras perguntas para fazer, gostaria de ficar para a repescagem, de perguntar novamente no final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª vai ter direito à réplica.

Pergunto à Mesa se há maneira de atuarmos como a Câmara dos Deputados. Ou seja, terminados os cinco minutos, a Presidência pode desligar o som. Se houver concordância do Plenário, vou fazer isso. Consulto o Plenário se concorda com isso, para podermos respeitar os cinco minutos, o prazo. Quero que não considerem esse procedimento como indelicadeza da Mesa. Isso será feito com todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, a impressão que eu tenho é que é completamente injusto o critério de estabelecer três, quatro ou cinco minutos, pois houve flacidez na primeira intervenção, a do Senador tucano, como eu, Romero Jucá, que falou por sete minutos e meio. Creio que a partir daí temos uma jurisprudência; jamais menos do que ele, se isso se fizer necessário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço vênia ao Plenário, mas acho que cinco minutos é tempo suficiente. É a primeira vez que vamos adotar esse critério aqui. Peço a compreensão de todos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de sugerir a V. Exª, concordando com seu critério, que após quatro minutos informasse ao orador que ele teria mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero colaborar com a brevidade e objetividade dos trabalhos. Concordo plenamente com os cinco minutos.

Fui citado num contexto bastante inapropriado pelo Relator. Peço a V. Exª que depois da resposta do Ministro me concedesse o minuto regimental a que tenho direito para responder. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Exª tem cinco minutos para responder todas as indagações que foram feitas.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, primeiro, a respeito da definição do público-alvo. O Programa Fome Zero busca implementar uma política de segurança alimentar. Queremos alcançar não apenas as pessoas que passam fome, mas também as pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar.

Infelizmente, para descrever os diferentes graus de insegurança alimentar, a Língua Portuguesa não é tão rica como outras: existem poucos termos, como "fome" e "desnutrição", que é um termo pouco utiliza-

do. Na Língua Inglesa, há vários termos. Mas queremos atingir todas as pessoas que não comem bem, seja no que diz respeito à quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. Há algumas pessoas que catam restos de restaurante; essas pessoas podem até estar bem-nutridas, mas não têm segurança alimentar.

O número de pessoas que estão em situação de insegurança alimentar no Brasil está um pouco abaixo do número de pobres calculado pelo IPEA. Segundo esse Instituto, o número de pobres é da ordem de 54 milhões. Chegamos a outro número a partir da atualização de dados da Pnad de 2002, qual seja o de 44 milhões.

Desse conjunto, um grupo bem menor é o de famintos, aqueles que têm desnutrição aguda, ao qual o inglês associa o termo **starving**. Esse é o público prioritário, por exemplo, do Programa Bolsa-Alimentação; são casos de desnutrição crônica ou de fome africana, como é traduzido. Esse conjunto bem menor, infelizmente, é muito difícil de estimar, porque a última pesquisa do IBGE feita no Brasil a esse respeito é de 1974. Felizmente, neste ano, o IBGE está fazendo uma nova pesquisa – o Ministério vai apoiá-la com recursos e já encomendou ao IPEA a atualização do mapa da fome –, e, dessa forma, esse número que caracteriza mais objetivamente essa população deverá ser definido até o final deste ano.

Em defesa do número que estamos utilizando, gostaria de dizer que, depois que assumimos o Governo, tomamos conhecimento da estimativa com que o Governo anterior trabalhava do número de pessoas que deveriam ser assistidas: 9,114 milhões de famílias. O nosso número era 9,216 milhões de famílias. Com isso, peço desculpas, porque fizemos um erro de estimativa, mas vamos corrigir isso ao longo deste ano.

Quanto ao tempo de preparação do programa, devo dizer que estamos debatendo esse programa desde agosto de 2001 – portanto, há bastante tempo. Entretanto, debater o programa no âmbito de uma ONG ou no âmbito de uma campanha política é muito diferente de preparar um programa com a complexidade do Programa Fome Zero, que abrange cerca de sessenta ações que estão sendo preparadas para ser incluídas no Programa Plurianual – PPA, que deverá ser encaminhado a esta Casa em agosto deste ano.

Esse conjunto de ações, que envolve a participação de outros Ministros e de outros Ministérios, está sendo formatado, e não temos nenhum problema em dizer que estamos procurando recolher todas as ações que possam ajudar nessa luta, porque, volto a insistir, essa é uma luta da sociedade brasileira, uma luta que, na minha opinião, está acima de disputas político-partidárias e de disputas eleitorais. Não queremos simplesmente cumprir um compromisso de campanha. Queremos, hoje, cumprir um compromisso que a sociedade brasileira abraçou na convocação do Presidente Lula.

Acompanho, na medida do possível, esses debates pela mídia. O Programa Fome Zero sempre foi apresentado a partir das suas polêmicas, desde a polêmica inicial gerada com o Senador Eduardo Suplicy, que, como foi muito bem lembrado aqui, permanece um crítico do programa em alguns dos seus aspectos, até de outros, como foi citado por V. Exª. Mas eu também poderia arrolar aqui uma centena de técnicos, entre os quais os que assinam o programa original, e outros tantos técnicos do mesmo quilate, calibre, dos nossos críticos, que apóiam essas iniciativas. Esse debate é próprio de uma democracia. Entendo que as críticas da imprensa e as que estamos recebendo são críticas feitas para melhorar essas ações.

Sobre o que está atrapalhando o programa...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa avisa que V. Exª ainda dispõe de 2 minutos.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Muito obrigado. Serei breve.

Não creio que os debates e as divergências atrapalhem o andamento do programa, ao contrário. Penso que o espírito desses debates e divergências é de aprimorar as ações.

Acho que não estamos atrasados. Reconheço, sim, que a expectativa gerada foi muito grande e, por isso, estamos tendo dificuldade de acompanhá-las. Mas, bem ou mal, com todos os tropeços, quero dizer que não estamos nus, pois já temos um rol de ações aqui apresentadas, que relatei, e estamos corrigindo os erros cometidos. Para isso, elaboramos um programa piloto. Não saímos aí a esmo. Temos um programa. Os erros estão sendo corrigidos, inclusive os de Guaribas e Acauã. Não faltam alimentos. Para algumas famílias, realmente R$50,00 se mostraram insuficientes, e estamos descobrindo que são famílias com um número maior de crianças e, principalmente, com pessoas doentes. Estamos procurando uma forma de corrigir esses casos, que são, a nosso ver, minoritários. Estamos corrigindo outros problemas encontrados – provavelmente terei oportunidade de me referir a eles mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra para a réplica, Senador Romero Jucá, pelo prazo de 2 minutos, desta vez improrrogáveis.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Quero dizer ao Ministro José Graziano que quando levantamos questões e criticamos é, efetivamente, para, em primeiro lugar, que o programa fique mais claro e, em segundo, para que se possa acertar mais.

Na verdade, acabamos de saber que famintos, no Brasil, são nove milhões de brasileiros, e não 44 milhões. Quarenta e quatro milhões têm desnutrição, efetivamente. Mas nove milhões...

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Nove milhões de famílias, quarenta e seis milhões de pessoas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Desculpe-me. Mas V. Exª disse que a posição era bem menor, e logo após falou em nove milhões. Entendi que eram nove milhões. V. Exª não quantificou o número de famintos. Deve ser bem menor do que isso, efetivamente.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Nove milhões de famílias, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Nove milhões de famílias que totalizam 44 milhões de desnutridos, mas, efetivamente, não dos que passam fome africana, como V. Exª falou.

Quero registrar que a preocupação é grande com a operação do programa, porque entendo, diferentemente do Ministro, que o atraso, as dificuldades, as críticas frustram a sociedade e a expectativa popular. "Governo é alvo de fogo amigo". "Não é só o Fome Zero que está muito mal", diz o Presidente da Câmara. "Termina a novela do cheque de Gisele." Além da questão da pulseira do cachorrinho, e por aí vai. São fatos pequenos, mas que contribuem para desqualificar até o próprio debate, porque se pinçam questões que não são fundamentais. O que tem um impacto muito forte na sociedade.

Por exemplo, a questão da formulação. V. Exª disse: a coluna Painel, da Folha de S. Paulo, colocou que o Governo, o Palácio do Planalto, teria solicitado a presença de nutricionistas americanos para definir a formulação do Programa Fome Zero. Isso é algo que efetivamente não cabe.

Sr. Ministro, já que o tempo é bastante curto, quero dizer a V. Exª que a Comissão de Assuntos Sociais fará um debate específico sobre essa questão. Na oportunidade, teremos condição de discorrer mais detalhadamente sobre o assunto. Torço pelo sucesso do programa, mas, até agora, o resultado concreto é muito pequeno. Queremos ajudar a melhorar o programa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a S. Exª o Ministro José Graziano para sua tréplica.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, eu disse que temos 46 milhões pessoas em situação de insegurança alimentar, o que dá aproximadamente 9,3 milhões de famílias. E o número com que o Governo anterior trabalhava era de 9,1 milhões de famílias. Então, temos uma pequena diferença entre a nossa estimativa e a do governo anterior.

O número de pessoas subnutridas é bem menor. Não há estimativas precisas, porque a última avaliação global do País é de 1974. No entanto, a FAO, por exemplo, estima em 16 milhões, e há estimativas da Organização Mundial da Saúde ao redor de 9 milhões de pessoas desnutridas. Insegurança alimentar não significa desnutrição. Uma pessoa pode estar bem alimentada e não conseguir comer dignamente, não ter regularidade. Dei o exemplo da pessoa que cata comida no lixão ou restos de comida em restaurantes. São pessoas que podem estar bem alimentadas, mas não têm segurança alimentar. É um outro conceito.

Insisto que nós não tomemos o conceito nem de pobreza nem de desnutrição. É uma política de segurança alimentar, é um conceito novo, e peço a atenção de todos para os quatro atributos que implica: quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. Não estou falando em pessoas desnutridas.

Segundo, não convocamos nutricionistas americanos para colaborar com o programa. Desde dezembro, a Embaixadora americana procurou a equipe de transição e ofereceu ajuda para o Governo Lula, em particular nos seus programas da área social. Agendamos, com a Embaixadora americana, uma visita ao Brasil de técnicos do Departamento da Agricultura, que trabalham com o programa de **food stamps,** e da USAID, que trabalha com o programa de apoio à agricultura familiar. Esses técnicos – são quatro especialistas – estão hoje visitando Acauã e Guaribas para se inteirarem dos programas que estão sendo feitos.

Isso é o que existe até o momento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tinha solicitado o meu minuto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Queria ser muito breve. O nobre Senador Romero Jucá, na sua linha de argüição, que foi arrolar dezenas e dezenas de manchetes de jornais, fez uma afirmação que merece uma resposta que gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo dois minutos para o Senador Aloizio Mercadante. Enquanto isso, consulto o Regimento para ver se podemos, realmente, adotar esse critério.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos dois minutos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Regimento, em plenário, diz que o Senador citado pode se pronunciar, mas em matéria depreciativa. Como não atinei para isso, estou pesquisando e logo vou comunicar à Casa a maneira como vamos proceder. Desde que seja um critério para todos, ele será justo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Perfeito, Sr. Presidente. S. Exª citou que, na campanha do Presidente Lula, nos programas de televisão, havia uma equipe de técnicos que apresentava os programas de Governo e que, nesse prazo, depois de arrolar dezenas de manchetes de jornais, não havia uma implementação, e a expectativa que se tinha era de que o programa fosse implementado com consistência. Disse, a partir daí, que o Governo de Fernando Henrique Cardoso tinha uma abrangência muito maior na cobertura dos programas sociais dessa natureza e que o novo Governo não estava conseguindo implementá-los.

Temos dois caminhos: ou vamos, realmente, pegar as manchetes dos jornais, numa discussão simplificadora, ou vamos fazer uma discussão aprofundada e, realmente, construir uma política que nunca foi feita com consistência, eu diria, não só na História do Brasil, mas na da América Latina, pois esse problema não foi resolvido. É um tema de grande desafio histórico e quero dizer que é verdade que alguns programas do governo anterior tinham consistência, como o Ministro citou. Por exemplo, o cadastro do SUS, que atinge apenas 175 mil famílias: o médico as acompanha, faz avaliação e tem, portanto, um padrão de saúde e nutricional, que é o caminho para se ampliar um programa com consistência. A meta é atender 800 mil famílias, especialmente no período da seca, para que haja cobertura baseada num cadastro fundamentado.

Qual era o outro cadastro em que o programa era amplo? O Bolsa Renda, que começou em setembro, um mês antes da eleição, tinha 267 mil famílias. Durante a eleição e até novembro, ele atingiu 1 milhão e 210 mil famílias. Portanto, um milhão de pessoas foram incorporadas ao programa, não ao longo de oito anos, mas nos dois meses de eleição.

Para cada cadastro preenchido na Prefeitura, pagavam-se R$ 0,39, e o foco do programa era Agricultura Familiar na Situação de Emergência e da Seca. Não há sequer, no cadastro, a categoria Agricultura Familiar, e muito menos a identificação de ser atingido pela seca.

Portanto, Sr. Presidente, apenas em Guaribas, 53% do cadastro não servem. São famílias que não precisavam, amigos do Prefeito, cabos eleitorais, o que não têm qualquer procedência. Então, vamos ver, do passado, o que realmente tem consistência para ser mantido e fortalecido. E não vamos fazer uma disputa superficial, porque o cadastro desse Programa Bolsa-Renda não tem consistência, nem fundamentação. O Programa teve um caráter eleitoreiro, e a experiência está demonstrando que não é o caminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Ramez Tebet, Srs. Presidentes das Comissões aqui reunidas, Sr. Ministro José Graziano, minha primeira palavra é de testemunho sobre V. Exª, porque, desde o início da história do PT, em 1980, e daí por diante, percebo – sobretudo como um companheiro do hoje Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que, em todas as oportunidades, esteve dialogando com Sua Excelência, participando, visitando cidades e áreas rurais. Um dos principais colaboradores de Lula foi o pai de V. Exª, José Gomes da Silva, cujas lições V. Exª e o Presidente aprenderam. O gesto de V. Exª, hoje, no início desta exposição perante o Senado Federal e os Senadores, é de grandeza e consistência com seu trabalho e seu objetivo.

Em segundo lugar, quero externar minha total concordância com o objetivo do Presidente Lula e de V. Exª de erradicar a fome, a pobreza absoluta, gerar emprego e renda em nosso País. Cumprimento-o pela maneira como o Governo está conseguindo galvanizar a opinião pública em favor do projeto Fome Zero.

Gostaria de abordar algumas questões objetivamente. Primeiro, relativamente à linha oficial de pobreza, sua utilidade é justamente podermos planejar de um ano para outro e ao longo dos anos, por exemplo, quatro anos, e proceder a metas de erradicação da pobreza absoluta em termos do progresso na sociedade. Há, inclusive, um projeto de lei já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, que cria a linha oficial de pobreza, ou seja, o Presidente da República, ao início de cada ano, poderá dizer quantas

pessoas estão abaixo da linha oficial de pobreza e quantas estarão nos anos seguintes, seja por um critério, seja por outro.

Agradeço se puder informar se há alguma meta nesse sentido, mais objetiva, sendo construída pelos responsáveis pelo Programa Fome Zero e pelo Presidente Lula.

No que diz respeito às cestas básicas, V. Exª mencionou que, para as comunidades indígenas, os acampados aguardando assentamentos e quilombolas, serão feitas consultas sobre o que seria mais adequado. Recentemente, o Programa Fome Zero, em consonância com esse objetivo, consultou comunidades indígenas, como, por exemplo, a aldeia Crucutu, ao sul do Município de São Paulo, que falaram sobre como seria interessante que outras comunidades indígenas conhecessem a experiência positiva que estão tendo relativamente ao Programa de Renda Mínima, instituído, inclusive, com a assessoria de antropólogos da Funai em diálogo com eles. Gostaria, portanto, de reiterar que este é um bom caminho, o da consulta às próprias comunidades.

No que diz respeito ao desenho do benefício, gostaria também de observar o quão relevante para o objetivo e sucesso do programa é pensarmos sempre se os R$50,00 hoje estipulados para o cartão-alimentação da família, independentemente do seu tamanho e renda...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Faz soar a campainha.) V. Exª dispõe de um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...são o melhor desenho ou não, levando-se em conta, sobretudo, a literatura a respeito e as armadilhas do desemprego e pobreza que devem ser consideradas.

Finalmente, quero falar – e deixarei para fazê-lo nos dois minutos a que terei direito – sobre a questão da liberdade de se gastar, a questão da educação, da consciência das pessoas e do processo educacional que se quer obter. Na literatura sobre educação, nos ensinamentos de Paulo Freire, Montessori, Anísio Teixeira e mesmo dos Teólogos da Libertação, como Leonardo Boff e Frei Beto, aqui presente, sempre observamos o quão importante é o processo educacional para a liberdade dos seres humanos.

Eu gostaria de ouvir a sua reflexão sobre isso, porque me estenderei sobre o assunto nos dois minutos seguintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Ministro Graziano.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Eduardo Suplicy, sobre a linha de pobreza: é atribuição do Ministério fixar essa linha de pobreza. Para isso, criamos um grupo de trabalho que conta com a participação dos órgãos governamentais diretamente envolvidos e de técnicos do IBGE e do IPEA. A pretensão não é apresentar uma resposta pronta e acabada sobre essa linha de pobreza, até porque existe uma tradição muito forte nas universidades brasileiras de trabalhos importantes nessa área.

Vamos reunir as evidências e as contribuições existentes e organizar um seminário acadêmico. Vamos reunir todos os pesquisadores que se envolveram na discussão desse tema no passado recente para ver se definimos algumas metodologias. A partir dessas metodologias, procuraremos fixar empiricamente valores, objetivos diferenciados para as regiões brasileiras, não queremos buscar uma única linha de pobreza para todo o país. Obtidos os resultados, eles serão submetidos à decisão política do governo, nas câmaras setoriais, e se chegará à definição desse valor ou dos valores que serão adotados para balizar os instrumentos de política governamental.

Não temos uma expectativa rígida quanto a isso, porque o processo está apenas se iniciando, mas procurarei manter o Senador, que sei ser um estudioso do assunto, interado das novidades que surgirem relativamente ao tema.

Sobre a consulta: de fato, estamos consultando as comunidades. Do mesmo jeito que temos comunidades que preferem receber o recurso em dinheiro ou em cartão, temos comunidades que, por disporem de uma ação coletiva no preparo do alimento – têm uma cozinha coletiva ou o hábito de cozinharem coletivamente –, preferem que o volume seja transferido em espécie e não em cestas individuais, preferem receber quantidade de alimentos suficiente para as comunidades. Esse é o caso dos guaranis do Mato Grosso do Sul, em Dourados, e do Rio Grande do Sul – não me lembro o nome exato da comunidade agora.

Também estamos preparando a implantação do que chamamos "Cartão de Alimentação Povo Indígena", específico para cada uma dessas tribos. Pretendemos estar com essa experiência implantada até meados do ano.

Sobre o desenho do benefício: a idéia do cartão é que seja um programa complementar, nunca substituto. O cartão-alimentação vai complementar o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. Pretendemos substituir o Bolsa-Renda na próxima seca, que é um cartão vinculado a situação de emergência. Pretende-

mos que o Bolsa-Renda seja utilizado na menor quantidade possível na próxima seca.

Explico isso em mais detalhes. Hoje, temos um programa chamado Bolsa-Renda que determina uma transferência de renda no valor de R$30,00 por família nos municípios em situação de calamidade pública. Cessada a situação de calamidade pública, o benefício é automaticamente suspenso.

Estamos implantando o benefício do cartão de R$50,00, permanente, não vinculado à seca, mas à situação de subnutrição ou de insegurança alimentar das famílias – e não das pessoas –, começando pela região de seca. Há, neste momento, uma coincidência geográfica, porque queremos chegar, em setembro, a uma cobertura maior a esses municípios da região tradicionalmente atingida pela seca.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, tem V. Exª a palavra para réplica, por dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Ministro José Graziano mencionou que já há R$270 mil de contribuições voluntárias. Esta reunião está sendo assistida no Brasil inteiro por milhares, senão milhões de pessoas, ao vivo. Se cada um dos 81 Senadores contribuírem com R$500,00, já superaremos os R$300 mil. Peço ao Ministro para informar, em determinado momento, a conta do Fome Zero no Banco do Brasil, porque eu e diversos Senadores, como Roberto Saturnino Braga e outros que já me comunicaram, estamos dispostos, também, a realizar tal contribuição, pois acreditamos no objetivo do programa Fome Zero.

Mas, Sr. Ministro, levanto uma questão fundamental relacionada ao que algumas vezes se têm dito, ou seja, de que haveria um aspecto cultural em relacionar a educação, a alimentação, a saúde, o auxílio-gás, etc. a cada uma dessas contribuições ou benefícios que o Governo provê.

Na verdade, os grandes educadores, como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Montessori e os membros da Teologia da Libertação, ensinam-nos que é preciso caminhar na direção de maior liberdade, da conscientização do ser humano, para permitir que cada um possa, efetivamente, realizar sua escolha.

A Constituição brasileira, Sr. Presidente Ramez Tebet, assegura – e V. Exª é um jurista – o respeito ao direito à propriedade, o que significa que cada pessoa que detém o capital pode receber lucros, juros, aluguéis, sem necessariamente estar trabalhando, sem ter de colocar seus filhos na escola ou adquirir determinados alimentos ou produtos.

Se asseguramos aos mais ricos o direito de receber alimentos, mesmo sem trabalhar – eles trabalham, porque desejam progredir; colocam suas crianças na escola, porque desejam que se eduquem, progridam –, por que não estender a todos os brasileiros, ricos e pobres, o direito inalienável de participar da riqueza da Nação, recebendo uma renda como direito à cidadania?

Acredito, Ministro José Graziano, que o Programa Fome Zero caminha nessa direção.

É necessário que o Ministro tenha o direito à resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para o Ministro falar, é preciso que V. Exª complete, e já o fez.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas o Ministro tem o direito de responder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à tréplica, Sr. Ministro. Logo a seguir, falará o Senador Amir Lando.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, V. Exª, melhor que ninguém, sabe que comungo com V. Exª na expectativa de um dia a sociedade brasileira poder amparar todos os necessitados com uma renda mínima. Tivemos, inclusive, a oportunidade de firmar um documento conjunto, no próprio Senado Federal, em seu gabinete, com o entendimento de que o Programa do Cartão Cidadão é um passo, um começo nessa direção.

Gostaria, nesta oportunidade, de dizer que esse passo é no sentido de garantir a segurança alimentar a todos aqueles que ainda não a têm. Segurança alimentar é um dos direitos que estamos querendo agregar, que é o direito humano à alimentação. Ele visa, basicamente, garantir esse direito nas condições de quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. É disso que estamos falando.

Penso que o cartão é um início para isso e creio que estamos dando um passo importante no sentido de assegurar posteriormente outros direitos aos brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª ainda tem tempo.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Os números das contas, para quem quiser, podem ser obtidos em uma chamada à central telefônica, discando 0800-707-2003. Quem puder anotar, o número da conta do Banco do Brasil é 100-2003-9, agência 1607-1; a conta da Caixa Econômica é simplesmente o número 2003-3, agência 0647-5.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o incidente hermenêutico, tratado aqui no voto de censura de que fui Relator, propiciou um ganho muito forte para esta Casa: tivemos a oportunidade – e estamos tendo ainda – de ouvir o Ministro José Francisco Graziano.

Foi uma exposição clara, sucinta, oprimida pelo tempo, mas foi exposta a concepção de um programa novo. O novo encanta, mas também encontra contrariedade, sobretudo no imobilismo conservador; mas o novo se debate para se tornar realidade.

A concepção do programa é o ponto de partida. As idéias são muito perigosas porque transformam o real, abstrações que pode tornar a utopia completa. Portanto, aquilo que era uma utopia começa hoje a dar passos no sentido da execução, e é esse o ponto que temos que destacar daquilo que se chama política de segurança alimentar. É, sobretudo, uma proposta que visa à integração de todo um governo.

Há de haver um discurso comum — comum! – em todos os Ministérios. Que isso não seja coisa do Fome Zero, mas que seja o centro, o âmago do Governo. É muito importante manter o discurso e uma doutrina para se implantar um programa dessa natureza, um programa sobretudo no que seja o seu ponto fulcral e essencial, que é o Fome Zero.

Trata-se de um programa que nasceu para terminar logo. Não se pode pensar numa vida longa para o Fome Zero, porque não podemos sustentar a miséria eternamente; temos que erradicá-la. Os miseráveis terão que ser integrados ao processo produtivo, ganhar com dignidade o pão de cada dia e construir um futuro dentro dos seus sonhos.

"Que fazer?", dizia Lênin. Sonhar; sonhar, sim. "Mas um marxista pode sonhar"? Pode sonhar, sim, porque ele tem que construir um futuro, e sem sonho não se pode construir o futuro.

É exatamente nessa linha de raciocínio que vejo esse programa e tenho que saudá-lo. Ele é a última esperança da minha geração, que se debateu contra a ditadura, contra tantas oposições, contra a miséria e a fome e que encontra agora uma oportunidade. Essa oportunidade não se pode perder – Não eu; não pode perder o Brasil.

Se esse programa não der certo, se tudo isso não der certo, não sei o que virá amanhã. Esse amanhã é tenebroso! Não quero pensar nele. Quero pensar no sucesso do programa e quero pensar que realmente poderemos construir um Brasil diferente, sobretudo no que visa à realização da justiça e da distribuição de riqueza.

Sr. Presidente, quero saudar V. Exª e dizer que temos que nos integrar nesse programa.

Essa questão de dar pão a quem tem fome e água a quem tem sede é mais antiga do que o Novo Testamento. Ainda no Livro dos Mortos, Roger Garraudy nos relata, no apelo aos vivos, no encanto de três mil anos antes de Cristo, quando Ozires, Deus dos vivos e dos mortos, assim falava: *"Não causei sofrimento aos mortos; não menti; não me apossei das terras; jamais violei a ordem dos tempos; jamais cedi à palavra da cólera; jamais me fiz surdo às palavras da justiça; dei pão a quem tinha fome e água da minha fonte a quem tinha sede; vesti o nu".*

É isso. Não podemos mentir. Não podemos causar mais sofrimento ao povo brasileiro. É hora do engajamento num processo de realização da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que não haja réplica.

Abreviando os nossos trabalhos, concedo a palavra, na forma de intercalar, ao Senador Jefferson Péres, do PDT.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Agradecendo mais uma vez a contribuição do Senador, gostaria de fazer um comentário apenas. De fato, a concepção que temos é que o sucesso do Programa Fome Zero será medido pelo tempo em que ele conseguir ser extinto. Essa também foi a concepção de se criar um Ministério Extraordinário, que tem uma vida determinada, o tempo de um mandato. Pretendemos que ele seja sucedido por um Ministério de Segurança Alimentar, ordinário, e não mais de combate à fome, uma vez que essa é a pretensão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres, por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Ministro, eu estava pensando comigo como é difícil fazer planejamento no Brasil, um País com estatísticas tão frágeis. V. Exª mencionou que o último levantamento do IBGE, levantamento real, concreto, data de 1974; vai completar 30 anos, portanto. Ou seja, chegaram a nove milhões de famílias a partir de cadastramentos cuja confiabilidade ponho em xeque. Então, na verdade, o Governo – qualquer governo no Brasil – está trabalhando – muitas vezes sem querer, não é

culpa dele – à base do "achímetro", do "chutômetro", e isso é muito ruim para o País.

Em segundo lugar, Sr. Ministro, este Programa Fome Zero, junto com outras ações sociais do Governo, vai implicar uma quebra da continuidade administrativa. Não posso negar, apesar de ter sido opositor ao governo passado, que o Programa Comunidade Solidária, inclusive no meu Estado, do Amazonas, teve ações muito positivas. Não ouço mais falar nelas. Isso está sendo relegado ao abandono? Está sendo feita uma avaliação para corrigir imperfeições, melhorar, ampliar ou, porque foi do Governo passado, isso vai ser realmente desprezado? É uma pergunta que lhe faço.

Em terceiro lugar, Sr. Ministro, é claro que V. Exª falou em ações emergenciais, há situações que têm de ser atendidas de imediato, mas sempre me incomoda um pouco quando vejo ações assistencialistas, se não mesmo paternalistas. Prefiro programas com público alvo menor, mas que realmente ensinassem às pessoas a andarem com os próprios pés, ou seja, que elas se tornassem cidadãs num prazo relativamente curto. Penso num programa à semelhança do chileno. O Chile é um país que dá muitas lições à América Latina em todos os campos, político, econômico, e social também. Seria uma triangulação, Sr. Ministro: num vértice do triângulo, o Bolsa-Escola, com exigência de contrapartida, é claro; e a contrapartida não seria apenas a matrícula e a freqüência das crianças na escola, mas, no outro vértice do triângulo, a capacitação profissional obrigatória do chefe de família, de acordo com as suas aptidões e condições locais, e, finalmente, no terceiro vértice do triângulo, o microcrédito, que seria uma forma de atingir, de imediato, o salário mínimo, que dá direito a comer. A curto prazo, estaria a capacitação profissional; no médio prazo, o microcrédito; e, no longuíssimo prazo, é claro, o acompanhamento do infante ou do jovem até o ensino médio. Esse, realmente, seria um programa de inserção social.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro José Graziano, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Jefferson Péres, de fato, há uma grande carência de estatísticas. Infelizmente, isso se acentua tremendamente nessa parte nutricional. Felizmente, o IBGE já está em campo, e, com o aporte de recursos que estamos realizando, deveremos obter, em setembro ou outubro, alguns dados preliminares sobre as pesquisas de orçamentos familiares para todo o Brasil e áreas metropolitanas em destaque. Isso ajudará bastante na definição de uma série de políticas do Governo, particularmente as políticas do Ministério de Segurança Alimentar.

Sobre a continuidade administrativa, lembro que o Programa Comunidade Solidária começou a ser desmontado no Governo anterior. Houve a privatização de várias ações, que foram transformadas em ONGs ou Cipes, como o Alfabetização Solidária e outros programas. Estamos dando continuidade a várias dessas ações. Recuperamos os Municípios que tinham um Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado, e, agora, eles constam na lista de prioridades da expansão do Programa do Cartão, porque existem critérios comuns, como, por exemplo, "população menor que 50 mil habitantes", "presença no semi-árido e na Região Norte", "IDH abaixo de 0,7".

Estamos também articulados com o Programa Alfabetização Solidária, que está trabalhando em conjunto conosco. O Programa do Cartão vincula as ações de alfabetização no Município que precisam ser assumidas ou pelo poder municipal e estadual ou por uma organização. E, nesses 179 Municípios em que estamos atuando, o convênio está sendo feito com o Alfabetização Solidária, originário de uma ação do Programa Comunidade Ativa, que integrava o Programa Comunidade Solidária.

Sobre as ações assistencialistas, quero reprisar a idéia de que o mutirão dessa campanha de doações e a ação assistencialista embutida no Programa do Cartão e na transferência de renda são apenas algumas das ações. E as estamos utilizando para nuclear um conjunto de outras ações que são simultâneas. A grande crítica que fazemos às ações do Governo anterior é que elas eram muito dispersas e não conseguiram ser integradas nem localmente. Não havia uma base territorial definida que permitisse a sua articulação, e não havia a intenção deliberada de alguém que coordenasse essas ações.

Como fiz questão de ressaltar no início, as principais atribuições da Mesa são ações de articulação intergovernamental, seja em nível de Governo Federal, seja em nível de Governo Estadual ou Municipal. Estamos num processo de expansão, assinando e firmando um protocolo de intenções com os Governos dos Estados e com cada um dos Prefeitos, no sentido de garantir um conjunto mínimo de ações necessárias e prioritárias neste primeiro ano, obtidas a partir de um diagnóstico feito entre técnicos do nosso Ministério e técnicos estaduais e municipais, em comum acordo. Com isso, estamos querendo coordenar essas ações e programas, evitando sua dispersão.

Nesse conjunto de ações, estamos coordenando a ação do Programa Bolsa-Escola com ações de

capacitação e de microcrédito. Estamos dando prioridade a esse tripé a que o senhor se referiu, que são bases de experiências exitosas em muitos Municípios brasileiros também. Onde conseguimos ter uma atuação conjunta do Sebrae, do BNDES, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, verificamos que esses programas andam harmonicamente e se traduzem em resultados muito mais concretos e objetivos do que quando essas ações não estão integradas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres, V. Exª deseja ainda usar da palavra?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Apenas uma última questão, Sr. Ministro. V. Exª falou em dar dignidade ao assistido, ao beneficiado. Mas se for mantida – não sei se já foi abandonada – a exigência do comprovante de emprego dos R$50 em alimentação, pergunto a V. Exª se não acha que fere a dignidade da pessoa humana tratar as pessoas com essa **capitis diminutio,** como se fossem menores carentes, incapazes de dar racionalidade aos seus gastos.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, a necessidade de comprovação tem várias razões. O princípio básico do programa é canalizar, concentrar e estimular um impulso de demanda num setor que tem capacidade ociosa hoje e que tem um grande potencial de geração de ocupações, especialmente nessas áreas de pequenos municípios de base rural, como o caso do Nordeste e Norte brasileiros, como o senhor sabe melhor do que eu. Acreditamos que, se conseguirmos dinamizar a agricultura familiar, a agroindústria familiar nessas pequenas comunidades, estaremos gerando aí uma oportunidade ímpar de as próprias comunidades terem os seus recursos, administrarem-nos e promoverem a cidadania nessas regiões.

O fato de exigirmos a comprovação se prende também a um processo educativo. Pretendemos, com o tempo, à medida que o nosso programa de rádio e televisão estiver em andamento, ir abrindo mão dessa necessidade ou flexibilizando-a cada vez mais. Hoje, por exemplo, já vale inclusive o depoimento pessoal da família. Acreditamos no processo educativo de fazer isso.

Queria finalmente dizer, Senador, que as pesquisas que temos feito no Governo mostram que mais de 70% da população brasileira, inclusive as próprias pessoas hoje beneficiadas com o programa, concordam com a necessidade de comprovação dos gastos desse programa em alimentação, em direcionar e concentrar isso num primeiro momento. De modo que há um respaldo desse procedimento na própria vontade da sociedade por acreditar que essa concentração no combate à fome é um atalho para combater a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Ministro José Graziano, Srs. Parlamentares, quero inicialmente, Sr. Ministro, congratular-me com V. Exª por comparecer a esta Casa e dizer que considero também louvável a capacidade do homem público de conviver com a crítica e o contraditório.

Eu mesmo tive oportunidade de criticar V. Exª no plenário desta Casa em função da frase infeliz, que o senhor reconheceu, destinada a nós, nordestinos. Sou paraibano, Sr. Ministro, com muita honra. Não quero voltar ao tema porque o considero esgotado, mas, como nordestino, vou me manter na fiscalização com relação ao Fome Zero para que, se acontecer discriminação, possamos ter o direito de voltar a criticar V. Exª. Esse será o nosso comportamento. Consideramos superado o tema, consideramos a matéria esgotada, em função das desculpas públicas de V. Exª.

O programa Fome Zero, do qual V. Exª é dirigente e titular, foi qualificado como prioritário pelo Presidente Lula, que, em seu lançamento, adotou o mesmo **slogan** sustentado pelo saudoso Betinho, pioneiro, entre nós, nesse tipo de empreendimento: "Quem tem fome tem pressa".

Estamos exatamente, em presença de V. Exª, querendo saber a velocidade dessa pressa. A fome existe. As divergências, as discrepâncias dos números que embasam o Governo já foram, em alguma parte, esclarecidas. Segundo disse o Senador, são 44 milhões. Estudo feito pela Organização Mundial da Saúde, publicado na revista **Veja,** diz que são apenas 7 milhões.

Queremos, primeiro, saber se não está havendo uma confusão conceitual entre famintos e desnutridos. Essa seria a primeira pergunta.

A segunda, que me preocupa, é em relação à palavra do Líder, às vezes respondendo por V. Exª, quando diz que os prefeitos desviaram recursos. Em outras palavras, os prefeitos estão fora do Fome Zero? Talvez os técnicos aprovem, mas não saibam que lá, no Nordeste e no Norte, nos recantos mais pobres do País, o prefeito é o cidadão que dá o atestado, ou melhor, que concede desde a certidão de nascimento até o atestado de óbito. Nesse intervalo, a primeira pancada, a primeira presença é dos prefeitos. São eles que fazem realmente um serviço emergencial.

A nossa pergunta é se eles estão fora, e qual é a situação dos prefeitos das grandes cidades. Se não

me engano, houve uma doação do Fome Zero de 23 mil toneladas – não sei ao certo o número – à Prefeita Marta Suplicy. Quero saber se apenas os pequenos municípios estão fora.

V. Exª tem falado muito em seca. A seca, no Nordeste, é secular. Estamos preocupados, porque, quando vier a seca, o cartão-alimentação deverá estar lá para servir à população como emergência. Queremos saber: há algum plano do Governo, do Ministério de V. Exª, em relação à seca? Como combater a seca sem ser com esmola? Essa é minha outra pergunta a V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, tem V. Exª a palavra pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, agradeço a sua contribuição. Realmente foi uma frase infeliz. Eu gostaria de não a ter proferido, mas eu o fiz.

Gostaria de dizer que não partilho de discriminação nenhuma. Nesse programa, não há nenhuma discriminação. Aliás, devo dizer que, nessa fase de expansão, todos eles são Municípios da região do semi-árido do Nordeste. Além disso, devo informar também que, na maior proporção, 25%, de cada quatro Municípios um deles é administrado pelo PFL. Não há nenhum sendo administrado pelo PT nessa primeira fase de expansão escolhida.

Sobre a doação à Prefeita Marta Suplicy, temos por norma – isso está na cartilha do nosso programa, no nosso **site** – que as doações recolhidas no Município devem ficar no Município. Essa é a prioridade, a menos que haja um excedente, um estoque no Município. Para isso, pedimos que os Municípios criem – e essa é uma importante participação da prefeitura — centros de recepção e doação desses produtos. Podem ser simplesmente centros de manipulação ou bancos de alimentos.

A Prefeitura de Marta Suplicy foi a primeira no Brasil a implantar um banco de alimentos, sob a orientação do Mesa, de um programa que estamos implantando também experimentalmente. De modo que ela tinha todas as habilitações necessárias para que os alimentos arrecadados em São Paulo ficassem no Município de São Paulo, e tinha também credenciadas as entidades filantrópicas que os receberam. Quero esclarecer isto: os alimentos não foram doados à Prefeita, mas às entidades filantrópicas cadastradas junto à Prefeitura de São Paulo.

Sobre isso ainda: não estamos omitindo, absolutamente, a participação dos prefeitos. Os prefeitos, além de poderem se engajar no mutirão – e o nosso **site** tem o local onde os prefeitos podem se cadastrar para se habilitar a receber essas doações; já temos centenas deles cadastrados –, também estão sendo conclamados a constituir um programa de segurança alimentar municipal, usando qualquer organismo de que disponham – se já houver uma secretaria municipal de abastecimento ou uma secretaria de ação social, por exemplo –, e designar alguém que possa ser o interlocutor com o Programa Fome Zero. Dependemos fundamentalmente dos prefeitos para instalação do Programa, porque são eles que nomeiam os comitês gestores que fazem a administração dos cartões nos Municípios. Essa atribuição, que foi dada diretamente à sociedade civil, a pessoas que são escolhidas dentro da própria comunidade, também conta com a participação dos prefeitos.

Nesse treinamento que estamos realizando nos Municípios, há a figura dos multiplicadores: o prefeito indica um, e o outro é indicado por uma entidade existente na sociedade civil do Município que já tenha experiência em ações de combate à fome local, de modo que um dos dois que está sendo capacitado é um técnico ou um agente indicado pelo prefeito municipal.

Queremos e necessitamos envolver as prefeituras nessas ações, porque entendemos que a segurança alimentar só pode ser assegurada à pessoa onde ela vive, onde ela mora. A segurança alimentar não pode ser feita em Brasília, mas no Município onde a pessoa reside, onde ela come, onde faz as suas refeições. Portanto, o prefeito é fundamental nesse processo.

Eu queria comentar a discrepância dos números. Realmente, temos uma discrepância de números e um erro de conceitos, mas, na minha opinião, o conceito que vem sendo sistematicamente confundido no dia-a-dia pela mídia é entre "pobreza" e "segurança alimentar", que são dois conceitos diferentes, mas que se aproximam quando se mede a insuficiência de renda. Há um indicador de pobreza que se chama insuficiência de renda, que é o índice que também serve para medir a insegurança alimentar.

Finalmente, estamos fazendo um programa de convivência com a seca, além da construção de cisternas, por intermédio da Asa – Articulação dos Semi-Áridos, que engloba um conjunto de ONGs, para dar curso a um programa que pretende instalar um milhão de cisternas. O Governo está providenciando a sua contrapartida para que o programa possa ter curso. Estamos mobilizando a Embrapa e o MDA, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, para a insti-

tuição do seguro-safra, que deverá ser anunciado nas próximas semanas, e também de um programa de convivência com a região semi-árida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, tratando-se de uma reunião conjunta de três Comissões e tendo que me ausentar, é com muita honra que passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Edison Lobão, que preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Efraim Morais para usar de seu direito de réplica.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB.) – Ministro, uma outra preocupação nossa diz respeito à participação dos Municípios. Por isso, fiquei feliz ao ouvir V. Exª até contrapor as palavras do Líder e dizer que os prefeitos vão participar.

A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, pelo que foi distribuído para nós, ocorreu no dia 30 de janeiro último, e ele conta com a participação de 62 representantes da sociedade organizada e do Governo.

Eu queria que V. Exª esclarecesse ao Plenário qual foi o critério de escolha desse Conselho. Depois, li que o sindicalista Luiz Marinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, foi escolhido presidente, pela sua experiência. Não me consta que metalúrgico passe fome. É sempre escolhido alguém de São Paulo. Não há outro Estado de onde escolher? Sabemos que existem vários nordestinos competentes, companheiros do Norte. Tem de ser um sindicalista? Essa é a informação que queria de V. Exª.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, o critério de composição do Consea propõe dois terços de representantes da sociedade civil e um terço do Governo. Os órgãos do Governo são aqueles Ministérios que têm ações diretas ligadas à segurança alimentar. Além do Mesa, os Ministérios da Educação, da Saúde e outros. O critério de escolha dos representantes da sociedade civil obedeceu, primeiro, às indicações de entidades da sociedade civil que tradicionalmente participam de ações de combate à fome e de política de segurança alimentar. Um elenco de indicações foi feito ao Presidente da República, que escolheu as pessoas. Como V. Exª sabe, o Conselho é composto por pessoas ligadas diretamente ao Presidente, que são de escolha direta do Presidente. O Presidente da República escolheu um a um os representantes do Consea, a partir de indicações que encaminhamos, de um rol de indicações, bem como o Presidente do Conselho. Quando da posse do Presidente do Consea, o Presidente da República fez questão de estar presente e esclarecer as razões que levaram à escolha do companheiro Luiz Marinho. Quis Sua Excelência sinalizar a importância que tem a participação de todos os segmentos da sociedade civil e que, da mesma maneira que dava importância à participação de setores empresariais, ele iria assinalar a importância das organizações religiosas e das organizações sindicais. Quis que a escolha recaísse sobre o seu companheiro Luiz Marinho. É uma escolha pessoal do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro, fico feliz ao confirmar, por meio de suas palavras, que o Programa Fome Zero não tem nada a ver com assistencialismo. É um programa que cuida, sobretudo, das causas estruturais das quais a pobreza se origina.

Infelizmente, a pobreza não está concentrada apenas numa região. Ela está disseminada, como disse V. Exª, por todo o Brasil, tanto nas cidades como no meio rural. É possível que a evasão do campo seja uma das causas da inchação e da eclosão do desemprego nas cidades, o que tem causado tantas vítimas – pessoas que saem do campo sonhando em ter uma vida melhor na cidade.

Mas, no campo, temos um instrumento de fixação da maior importância, para evitar o êxodo, fazendo a promoção do emprego e sustentabilidade da nossa economia. É um instrumento da agricultura, notadamente um apoio à agricultura familiar, porque aí estaremos lidando com milhões e milhões de famílias que estão prontas para lutar em favor da própria sobrevivência e o excedente de seus produtos podem ser lançados no mercado do Brasil.

Nas propriedades familiares, identificamos, e aqui anotamos, Sr. Presidente, que não há uma reforma agrária consistente, que dê apoio ao produtor desde o início do assentamento, da produção à comercialização. Dizem: "Aqui está a terra, ocupe-a como quiser". Ao Deus dará. Infelizmente, não há uma política, como eu disse, consistente de apoio ao homem do campo nos seus assentamentos, na reforma agrária estabelecida.

Há um descompasso, Sr. Ministro, entre o início do plantio e a liberação do crédito; falta de assistência técnica ou deficiência na extensão rural, tão importante para personalizar o atendimento do produtor e dar-lhe a assistência técnica devida; falta de pesquisa rural para dar suporte à produtividade do pequeno e médio produtor rural; ausência de orientação ao pro-

dutor no sentido de promover a agregação de valores para aumentar a sua renda. No Nordeste, há, realmente, uma descontinuidade administrativa no que diz respeito aos programas de combate à seca ou de convivência com ela. V. Exª se referiu a esse assunto: a construção de apoio à convivência das secas, como, por exemplo, cisternas, aguadas e pequenas represas.

O sistema de comercialização é inadequado. Precisamos de uma comercialização que livre o produtor da ação nefasta do atravessador.

Quanto à remuneração do agricultor, ela é prejudicada, Sr. Ministro, porque os produtos agrícolas do mercado interno, como o feijão, a batata, o inhame e o milho não estão vinculados às variações do câmbio, e os seus insumos, como os defensivos e os fertilizantes, no entanto, são dolarizados, reduzindo substancialmente a remuneração do produtor rural.

Portanto, Sr. Ministro, é preciso que haja políticas públicas, tais como as que estão sendo aplicadas pelo atual Governo, no sentido de fixar o homem no campo, para que ele permaneça junto da sua família, evitando esse êxodo rural que tem inchado as cidades.

Nós falamos tanto de pobreza e violência, e sei que algo tem a ver com isso, sem nenhuma discriminação, com a falta de apoio à agricultura. A agricultura é fundamental não somente para deixar o homem lá, mas também para alimentar o Brasil.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Valadares, é um prazer ouvi-lo. É uma música clássica, para mim, a questão da importância da agricultura familiar. Participo, na essência, de todas as suas preocupações e acho que recuperar o papel e a importância da agricultura familiar, neste País, é uma das principais missões deste Governo. Se conseguirmos fazer isso, estaremos abrindo caminho para a geração de ocupação e renda nessas regiões hoje desfavorecidas, abrindo um caminho melhor para boa parte dessa população que tem, lamentavelmente, migrado em busca de trabalho e renda.

Na nossa visão, a questão hoje fundamental com que se depara a agricultura familiar é o problema dos mercados, a falta de mercado. O baixo poder aquisitivo da população brasileira faz com que a demanda, hoje, seja menor do que a capacidade de oferta, de modo que um ano bom, um ano em que chove regularmente e em que não ocorrem intempéries é um ano de infelicidades para o agricultor familiar, porque o seu produto não terá bom preço no mercado e, como V. Exª bem disse, seus insumos continuam sendo reajustados.

Pensamos em duas políticas que podem dar outros moldes ao apoio à agricultura familiar no âmbito do Programa Fome Zero. A primeira delas já começou a ser implantada quando o Presidente Lula removeu todos os empecilhos à criação de cooperativas de crédito.

Entendemos que não há caminho para a agricultura familiar no atual sistema financeiro, pois por mais que as taxas de juros baixem, os repasses e as exigências de contrapartida cobradas pelo sistema financeiro são uma barreira instransponível para boa parte dos nossos agricultores mais pobres. Desse modo, o caminho promissor – e esse é o exemplo dos Estados Unidos e da União Européia – é que os próprios agricultores tenham seus pequenos bancos, que são suas cooperativas de crédito, junto com as cooperativas de apoio à comercialização e consumo. Não há outra saída: os agricultores precisam se coordenar e administrar diretamente repasses como os do Pronaf.

Mesmo um banco oficial, como o Banco do Brasil, ao respeitar a sistemática de repasses exigida pelos acordos de Basiléia, torna inviável a tomada de crédito pelo agricultor mais pobre. Hoje, em termos práticos, de cada real repassado a título de investimento pelo Pronaf, um real é retido no percurso bancário até o tomador da ponta, o que inviabiliza um programa massivo de crédito, mesmo para os bancos oficiais.

A segunda política a que me referi é algo diferente e que ainda não foi implantado neste país. Estamos habilitando a Conab para implantá-la em parceria com o Ministério de Segurança Alimentar a partir da próxima safra: trata-se da política de compra antecipada da produção dos pequenos agricultores familiares. Avaliamos que só essa política poderá garantir o preço dos produtos e a sua comercialização pelos agricultores. Não há outra maneira senão o governo voltar a comprar a produção – nesse caso, discriminando favoravelmente o pequeno agricultor. A política consiste em buscar nos municípios o pequeno excedente que muitas vezes é gerado e que é a única fonte de renda daquela população.

Essas duas políticas norteiam a nossa mudança quanto ao apoio à agricultura familiar. Há, primeiro, o incentivo ao cooperativismo, especialmente ao cooperativismo de crédito, para evitar o custo dos repasses bancários, inclusive do Pronaf. Paralelamente, há a política de compra antecipada da produção diretamente operada pelo governo, com a qual queremos

recompor estoques mínimos de segurança de alimentos neste País, dado que herdamos estoques praticamente zerados desses produtos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – CE) – Sr. Ministro, sabemos que existe outro setor co-responsável pelo atendimento da mão-de-obra, principalmente da mão-de-obra menos qualificada que atua no setor habitacional. Da mesma forma, sabemos que, ao longo desses anos, a construção de conjuntos habitacionais, de casas de modo geral, foi praticamene abandonada porque a Caixa Econômica Federal não colocou à disposição do grande público – mais de sete milhões de brasileiros que precisam de casa – os recursos para o financiamento de suas moradias.

Ora, se estamos identificando as causas que originam a fome, temos de atentar para a construção de moradias, porque essa atividade, além de possibilitar o acesso à habitação, gera empregos.

Logicamente, não é apenas o Ministério que V. Exª dirige, mas como esse órgão trabalhará de forma articulada com outros ministérios, quero saber no que o governo está pensando para reativar o programa habitacional em nosso País.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, faço questão depois passar a V. Exª a cartilha do programa-piloto, que está sendo realizado no Piauí, para mostrar que uma das ações é a política habitacional e saneamento.

Tivemos que fazer em Guaribas o primeiro banheiro privado – vejam bem: não é público – da história da cidade. Não havia, até então, em Guaribas nenhum banheiro para receber, inclusive, a comitiva que para lá se dirigiu. Isso é para que se tenha uma idéia da precariedade dessas habitações e do sistema sanitário local.

Essa ação está sendo implementada em integração com o Ministério das Cidades. Há um programa de subsídio para habitação popular realizado conjuntamente pela Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades. Esse programa deverá seguir a trajetória do cartão alimentação, também como ação integrada. Para isso, os Governos estaduais estão tendo que fazer um aporte de recursos. Daí a necessidade dessa contratação conjunta.

Além desse programa de habitação e de melhoria habitacional, estamos instituindo um programa de habitação rural, por entendermos que é necessário que se tenha algum tipo de apoio e ajuda à melhoria e construção de casas na área rural – isso não vem sendo feito – como forma de permitir que a população do campo possa viver com dignidade, não morando em taperas. Essas são as duas ações previstas no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro José Graziano, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente agradeço ao Ministro pela humildade do pedido de desculpas. Não se trata de conselho, mas de uma recomendação: talvez fosse mais justo V. Exª simplesmente pedir desculpas e não sair com o viés de que houve descontextualização, até porque a polêmica se estenderia. Admiro V. Exª, mas admiraria mais ainda se dissesse "desculpas e pronto, fui infeliz".

A minha vontade de concordar é grande. Se V. Exª insiste que é de 45 milhões de pessoas o universo a ser trabalhado, vou cobrar do Governo ações efetivas para esse número de pessoas.

Essa discussão se encerra por aqui. Na minha cabeça seria menos, mas, se o Governo insiste que são 45 milhões, passarei a cobrar que as ações se estendam a 45 milhões de pessoas.

Na verdade, vejo que, no Programa Fome Zero, apesar do tamanho diminuto, apenas R$1,3 bilhão deva se somar ao que já existe por aí.

Refiro-me aqui ao Dr. Oded Gragew, um coordenadores do Programa Fome Zero e Assessor Especial da Presidência da República. Ele diz – é um prazer enorme saber que uma figura tão ilustre está conosco – que o Governo não fiscalizará o envio de doações em recursos e alimentos feitos ao Programa. Diz ainda que admite a hipótese de que, quem sabe, alguém possa se apropriar indevidamente desse produto.

Perguntas:

V. Exª acredita que se pode delegar à sociedade a responsabilidade por um projeto que é, afinal, a pedra de toque da propaganda do seu Governo? A sociedade já carrega nos ombros a obrigação, que não é pequena, de arrecadar. Ela precisa agora também fiscalizar, checar se as doações chegam? E como a sociedade faria isso se ela visivelmente não dispõe de meios de fiscalização, não tem rede de distribuição de alimentos, não tem acesso às contas bancárias criadas para recolher doações e por aí afora?

V. Exª anunciou, no início do mês, que o programa atingiria mais de cem Municípios. Pergunto: quais seriam os critérios para essa inclusão? Pergunto ainda se uma eventual decisão política não poderia ser danosa ao programa, uma vez que, até hoje, eu, pessoalmente – se for só eu no País, eu me purgo e peço

desculpas –, não tenho clareza sobre os mecanismos, objetivos e critérios de implantação. Pergunto, porque me custa acreditar, mas parece que V. Exª já confirmou isso: V. Exª insistirá em algo que, para mim, chega a ser humilhante, a nota fiscal para prestação de contas disso? Os municípios vão ou não fornecer cestas básicas?

Sr. Ministro, V. Exª, ainda há pouco, foi injusto com o Governo anterior em relação ao bolsa-renda, que era uma coisa provisória para o tempo da seca. O passo seguinte estava encetado, era o seguro-safra, que, a meu ver, resolve o problema muito bem. Nasceu essa idéia no Governo anterior e, parece-me, ela será muito bem aproveitada pelo Governo do Presidente Lula.

Pergunto se V. Exª tem a data exata da edição da medida provisória. Se não a tem, vamos lutar, nós dois, eu aqui reclamando, e V. Exª, lá, pedindo para sair logo a medida provisória com o seguro-safra.

V. Exª está vendo de perto, agora, como é difícil fazer as coisas e como é sempre mais fácil criticar. Vejo a dificuldade de Guaribas. Vejo a foto da Gisele Bündchen – nada errado –, mas não havia conta, quem sabe o porquê, e ela não havia dado ainda o cheque, mas a foto e o texto se referiam a um cheque. Portanto, a impressão, para todos nós, é que a doação estava realizada.

Guaribas mostra ao Governo a dificuldade de se implantar algo profundo neste País. Os Ministros foram lá. Aproveito para reclamar: estou com um requerimento de informações perguntando em quanto ficou a viagem a Guaribas. Temo que tenha sido muito maior o gasto do que o que possa ter sido levado de benefício ao povo daquela região.

Digo mais: o Senador Suplicy, benemerente como sempre, propõe que cada um de nós contribua com R$500,00 para uma quota. Até admito contribuir – para mim custa, sou uma pessoa que vive estritamente dos seus subsídios parlamentares. Mas eu queria saber quanto gastaram os Ministros lá; queria comparar o que se apuraria aqui com o que, porventura, tenha sido gasto no que me pareceu um **happening**.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado pela solidariedade, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, conte comigo, Senador Suplicy, e os pressione para obtermos uma resposta clara e democrática de quanto custou a viagem dos Ministros a Guaribas.

Agora, bolsa–escola, bolsa–alimentação, trabalho infantil erradicado, bolsa–renda para os flagelados da seca, benefícios da Loas, aposentadoria rural, isso tudo havia. Digo que se V. Exª tem interesse em quebrar a espinha dos esquemas clientelistas e assistencialistas, já que mudanças importantes foram feitas, como, por exemplo, seleção dos beneficiários controlada por conselhos municipais pluralistas, com participação de Prefeitos e Vices, múltiplas formas de fiscalização via conselhos de Vereadores, professores, profissionais de saúde, até mesmo serviço 0800, eliminação de intermediários no pagamento de benefícios via cartão magnético, se a novidade é articular políticas compensatórias, ações estruturantes e ocupação de geração e renda, o caminho foi aberto, inclusive pelo Comunidade Ativa, pelo Comunidade Solidária, pelo Projeto Alvorada, pela Metodologia de Desenvolvimento Local Integrado envolvendo o Sebrae.

Descontinuar isso, parece-me, teria um custo proibitivo, do ponto de vista social, para o povo brasileiro, e político, do ponto de vista do seu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Faz soar a campainha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

No entanto, temo que o Governo de V. Exª termine achando prosaico demais para a grande eloqüência do seu discurso simplesmente admitir que essas coisas são válidas e devem ser continuadas.

Se fica apenas nessa lengalenga da herança maldita, temo que o seu Governo fique aprisionado no dilema de "ter que inventar a roda", em vez de aproveitar o aperfeiçoamento de métodos que são científicos e que têm dado bons resultados.

Obedecerei a rigidez com que está sendo observado o tempo para uso da palavra e, na réplica, farei mais algumas perguntas, que já não seriam contestadas por mim ou não teriam o meu "de acordo", mas seriam, com certeza, examinadas pelos demais Líderes dos Partidos de Oposição que aqui estão.

Por enquanto é isso. Daqui a pouco terei um pouco mais a dizer a V. Exª.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, queria fazer uma separação entre o que são as ações do Programa Fome Zero e as ações do Mutirão Contra a Fome.

O Mutirão Contra a Fome soma-se às ações do Programa Fome Zero, mas eles não a mesma coisa. As ações do Programa Fome Zero são um conjunto de ações que o Governo vai empreender, de sua responsabilidade, de responsabilidade de outros Minis-

térios e de responsabilidade partilhada com Estados e Municípios.

No Mutirão Contra a Fome, o papel do Governo é apenas ser o indutor desse processo e dar suporte às ações que a sociedade civil já faz – não que vai fazer, mas já faz –, e agora está sendo estimulada a fazer mais.

De modo que já temos cadastradas, e já estavam cadastradas, e há muito fazem ações de combate à fome, 15 mil entidades neste País. Estamos cadastrando e certificando 37 mil postos de coleta de empresas estatais, agências dos Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Furnas, e empresas privadas, como a rede Pão de Açúcar, a rede Bom Preço e outras que têm manifestado a sua adesão. Há 70 processos de contribuição de redes empresariais ao Programa Fome Zero sendo analisados, e essas redes deverão ser gradativamente credenciadas, à medida que os estudos forem concluídos.

Não estamos pedindo à sociedade civil que fiscalize uma ação do Governo, porque ela já faz isso, já tem os seus caminhos; essas entidades já têm os seus critérios. O Governo está pedindo àqueles que comem para ajudarem aqueles que têm fome. Esse é o sentido e o lema do programa do mutirão.

A respeito do critério de expansão dos Municípios, como já falei aqui, pretendemos atingir todos os Municípios. A prioridade estabelecida neste ano é atingir os Municípios da região semi-árida, os que tiveram situação de emergência decretada – o que pode vir a se repetir por não haver abastecimento e condições sanitárias adequadas –, os que tenham implementado em sua organização social alguma ação ligada ao combate à fome, os que tenham IDH baixo e os que tenham estabelecido contato conosco. Fizemos o apelo, mandamos cartas, contatamos por telefone, e alguns não se manifestaram. Estamos dando prioridade àqueles Municípios que assinaram o acordo conosco.

Como acabei de dizer, não há clientelismo algum, não há favorecimento político. Aqui estão os números, que estão à disposição de V. Exª, assim como os critérios que demonstram que não há favorecimento de partido político.

Sobre a exigência de nota fiscal, eu nunca disse que isso seria exigido. É como a história do cheque da Gisele Bündchen. Eu nunca disse isso. Quem disse e repete isso – e creio que o programa dele, com justiça, deve-se a isso – é o Governador Marconi Perillo. Em Goiás, o Programa Renda Cidadã exige a comprovação dos gastos com notas fiscais. E o Governador tem exposto publicamente suas razões para essa exigência. Nunca fizemos isso por entender que, nos pequenos Municípios, onde o programa está começando, a estrutura local de varejo não é suficientemente formalizada para estar habilitada a fornecer um documento contábil legalizado. Portanto, estamos aceitando vales, qualquer anotação, a conta da padaria, a caderneta de marcação e até mesmo a declaração verbal. As famílias chegam ao Comitê Gestor e dizem: "Comprei um frango da vizinha". Se entender que isso não é verdade, o Comitê terá a oportunidade de verificar, até porque, em uma cidade de cinco mil habitantes, todas as Marias e Joões se conhecem.

O cheque de Gisele Bündchen nunca foi do conhecimento do Ministério. Recebi da Srtª Gisele um documento de intenção de doação no valor de R$50 mil. E, segundo me foi comunicado pela empresária dela, o cheque foi depositado diretamente numa das contas abertas.

Senador, a medida provisória do dia 1º regulamenta as contas. As contas da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil foram abertas no início de janeiro e estiveram todo o tempo em testes. Recebemos vários cheques de doação, e, a cada cheque recebido, era feito um treinamento na Caixa Econômica e no Banco do Brasil. Esse procedimento visava resguardar os futuros depositantes, porque temos a intenção de identificar grandes quantias doadas, para evitar o mau uso dessas doações.

Da mesma maneira, procuramos coibir fraudes. Houve, vários casos de fraude, que hoje estão sendo apurados em sindicância interna da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Alguns já foram encaminhados para apuração policial, durante esse processo. Desse modo, a precaução do Governo de não divulgar as contas, até que os testes estivessem realizados e que tivéssemos um serviço telefônico que permitisse receber todas as denúncias, tinha procedimento e razão de ser. Insistir em dizer a V. Exª que nunca recebi cheque da senhorita Gisele.

Digo ainda que estamos assegurando mecanismos de continuidade àqueles programas que julgamos bem avaliados.

Senador Arthur Virgílio, de viva voz, digo que só há um programa do Governo anterior que nos foi deixado com uma avaliação em curso: que é o Bolsa-Renda Alimentação. Nenhum dos outros programas tem uma avaliação que foi ou esteja sendo realizada. E estamos procedendo a essa avaliação, em vez de dar simplesmente continuidade a esse programa.

Entendemos que há alguns programas de corte muito bons – como o Bolsa-Escola, por exemplo –, que já foram testados, inclusive, em outras circuns-

tâncias e que merecerão ser continuados. Não há nenhuma intenção do Governo de descontinuá-los.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em relação aos programas não avaliados, digo que o PET foi avaliado pelo Banco Mundial.

Perguntas: 1) O programa Fome Zero será harmonizado ou não – não ficou claro para mim –, com os programas sociais implantados pelo Governo anterior?; 2) Como V. Exª interpreta as críticas do Bispo de Duque de Caxias, D. Mauro Morelli, que afirmou que o Programa não tem planejamento e que combater a fome não é somente distribuir alimentos?; 3) O Programa Fome Zero está desprezando conceitos como nutrição, saúde, educação e saneamento, limitando-se apenas à preocupação de distribuir alimentos?; 4) Quais são as metas do Programa, levando-se em consideração o seu orçamento limitado e o grande contingenciamento de necessitados?

O Ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse que Fome Zero já seria retirar dinheiro do "seu" Fome Zero – esse que V. Exª tão bem defende – para poder aumentar a contribuição às famílias e o número de famílias beneficiados. S. Exª acredita que as famílias já gastam 87% do Bolsa-Escola com alimentação e que o próprio Presidente Lula – são palavras do Sr. Cristovam, nosso colega Senador – estaria querendo unificar todos os programas sociais existentes. Então, pergunto: como V. Exª vê as declarações do Ministro Cristovam Buarque?

Vejo muita discrepância dentro do seu Governo, ou melhor, do seu Partido – para ficar de maneira mais íntima – no que toca às reformas da estrutura da sociedade brasileira. Por aí, está difícil o entendimento. Esses choques internos existiriam também nas políticas sociais do seu Governo?

Sobre o Cadastro, considero um dos grandes legados do Governo anterior para o Governo de V. Exª o investimento de cerca de R$100 milhões no Cadastro Único. Já ouvi dizer – e tem-se dito muita coisa – que o Cadastro poderia ser abandonado, que haveria interesses eleitoreiros, mas acredito que sejam acusações infundadas. E agora vejo o nosso respeitado Frei Betto, recém-convertido a Gerente de Programas Sociais do novo Governo, sustentando que o Cadastro Único está todo errado e que o levantamento dos pobres seria realizado pelo IBGE. Pergunto, então, qual seria – fora dessa decisão estapafúrdia de se cadastrarem, em gabinetes de Brasília, os pobres brasileiros – a solução. Mandar pesquisar cada um dos cinco mil Municípios?

No mais, de maneira bem curta, agradeço a V. Exª pela presença. Estarei ouvindo suas novas explicações de maneira muito atenta.

Vou propor aqui uma troca saudável: vou passar ao Senador Suplicy a minha contribuição para o Fome Zero e, por outro lado, cobrar do Governo que não continue mais protelando enviar para esta Casa, para atender a este modesto Senador, os gastos, a transparência que exigimos. Queremos liberdade de informar, liberdade de dizer. A liberdade de dizer nós temos, até porque a conquistamos enfrentando o regime militar. A liberdade de informar não podemos ver sonegada por um Governo que sabemos ser de compleição democrática, a partir da própria biografia bonita e emocionante do Presidente Lula.

Estou inquieto, porque três meses já é tempo de terem me dito quanto custou aquela viagem. Não disseram. Sei que, talvez, aquilo pudesse ter sido evitado; um **happening** não teria sido tão bom quanto uma viagem sucinta para maximizarmos cada tostão. Mas não é por falta dos meus tostões que se deixa de tocar esse Programa para frente.

Então, o Senador Eduardo Suplicy recebe, agora, a minha modestíssima contribuição, que me faz falta, mas que sei que vai, com certeza, sob o talento de V. Exª, servir bastante aos pobres deste País, que um dia pretendemos ver sem pobres.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Seja o exemplo de V. Exª seguido por todos os Senadores e cidadãos que têm recursos neste País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu criei uma confusão que dá uma contribuição pequena. Imaginem se fosse uma grande! Por isso a confusão com o cheque da Gisele.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – V. Exª imagina como deve ter sido. Eu queria dizer que não consegui, em razão da rapidez das suas questões, anotar todos os pontos das suas questões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se o Presidente permitir, eu repito.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Eu não sei precisar a data do Seguro-Safra, tampouco sabia do seu requerimento de pedido de informações sobre os gastos de viagem. Não sei como isso poderá ser operado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu dei conhecimento a V. Exª e peço agora que me ajude a fazer este Governo ser transparente. Ou seja, meu papel de homem de oposição é cobrar transparência, e o do Governo é ser transparente. Eu estou sem saber algo que é de interesse público e que interessa também à imprensa e ao País.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Há intenção do Governo de harmonizar os vários programas, até porque entendo que eles foram multiplicados em situações emergenciais e essa não é a melhor maneira de sincronizá-los.

Nós sempre estivemos inteiramente de acordo com as críticas e as sugestões de Dom Mauro Morelli até o final do ano passado. Dom Mauro Morelli participou desde o início da elaboração do Programa Fome Zero, do Instituto Cidadania.

Com relação à questão da unificação do Bolsa-Escola com outros programas, nós entendemos que alguns programas têm identidades culturais próprias. Ou seja, o Bolsa-Escola garante a freqüência à escola, o Peti garante a erradicação do trabalho infantil e outros programas que têm identidade própria, como o Bolsa-Alimentação, não devem ser simplesmente instintos ou fundidos. Acreditamos que eles têm que ser mantidos e integrados num cadastro único, num sistema único de pagamentos. Esse mecanismo do cadastro único, que é indispensável para qualquer ação, infelizmente, terá que ser profundamente revisado. Nós já estamos fazendo isso em todos os Municípios que estamos iniciando. A primeira ação do comitê gestor é receber a lista de beneficiários e tem que fazer um batimento dessas pessoas que estão ali listadas. O exemplo de Guariba e Acauã mostrou que mais de 50% dos que deveriam estar no cadastro não estavam, por várias razões. Muitos que estavam no cadastro não deveriam estar. Por isso estamos fazendo esse processo de depuração do cadastro. Essa é uma das razões que nos impedem de andar mais depressa com o Programa, como gostaríamos.

Finalmente, acredito que muito do que a imprensa tem traduzido por choques internos, discordâncias, polêmicas são saudáveis na democracia. Venho de um Partido político que tem o hábito de debater e discutir. Evidentemente, no Governo, isso muitas vezes é visto como rompimento, dissonância, intriga. Estamos acostumados ao debate e isso enriquece o Programa.

O Programa, desde a sua versão original, já teve três versões até chegar à campanha eleitoral. Durante a campanha eleitoral, recebeu outros adendos, que estão sendo incorporados. Considero isso saudável, produtivo. Eu gosto da polêmica, gosto do debate, pois acredito que isso pode ser produtivo no Programa Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Srs. Senadores, o nosso Governo tem tido uma atenção muito grande, para não gerar nenhum sentimento de revanchismo e de ficar pensando o passado, mas basicamente construir o futuro. Se nós quisermos comparar, do ponto de vista da transparência, este Governo com o anterior, vamos abrir essa discussão. Sobre a questão das viagens, eu tenho todo o interesse. Por exemplo, há Ministro que gastou mais indo para Fernando de Noronha passar férias do que exatamente com um programa social como esse, absolutamente revolucionário, destinado à pobreza do semi-árido. Vamos pegar qualquer viagem para a França – por sinal, em algumas, não só os netos do Presidente estavam no avião, mas também a babá – e compará-la com essa outra viagem. Penso que não é esse o caminho da democracia; isso não contribui para a qualidade do debate. Vamos fazer essa discussão, se a Oposição considerar que esse é o caminho.

A discussão que gostaria de fazer aqui hoje é sobre como avançar num programa que seja efetivamente capaz de enfrentar um problema tão dramático como a fome. Não é verdade que há uma desqualificação dos programas anteriormente feitos. O Ministro disse aqui que há coisa que foi bem feita que não só está mantida como será ampliada; por exemplo, o cadastro do Ministério da Saúde, do SUS, do Bolsa-Alimentação. A abrangência é relativamente pequena: 175 mil famílias, mas a expectativa é ampliar, até setembro, para 800 mil. Por que esse cadastro está bem feito? Porque há avaliação e critérios técnicos; e, também, porque os agentes de saúde e os médicos dão pareceres. Esse é um programa que tem de ser fortalecido e ampliado e que está no foco da preocupação desse novo programa. Durante o governo anterior, destinei todas as minhas emendas pessoais parlamentares para o Bolsa-Escola, sem saber para onde ia ou como ia; lutei em plenário, inclusive, em muitos momentos, para que R$500 milhões a mais fossem para o Fundo de Combate à Pobreza. Aquele programa é suprapartidário, tem de ser fortalecido e está focado: são crianças na escola pública. Se há cadastros questionados, como o do Bolsa-Renda, que se faça uma auditoria sobre eles.

Não havia nenhum critério. A prefeitura abria um guichê, pagava R$0,39 por cadastro, no qual sequer existia a categoria "agricultura familiar", ou "emergência", ou "seca". Não existia nenhuma identificação do público-alvo. Quem aparecia na prefeitura? Quem estava próximo das pessoas. Não havia nenhuma comprovação, documentação ou fiscalização. Inclusive, as pessoas mais pobres, afastadas da sede do Muni-

cípio, não tiveram acesso. Em Guaribas, para citar um exemplo, em toda a amostragem que está sendo feita, 53% do cadastro, aproximadamente, não está apropriado. Há gente que não deveria estar contemplada, e faltam famílias que tinham de estar. Vamos discutir as coisas com profundidade e qualidade. Não é uma coisa maniqueísta, ou seja, o que foi feito tem de ser desmanchado ou o que foi feito está absolutamente correto. Vamos fazer uma discussão aprofundada, principalmente porque se trata de um cadastro que foi feito em ano eleitoral. Todos sabem o que acontece em ano eleitoral: entrega-se a quem está disputando a eleição a incumbência de fazer um cadastro para distribuir renda, sem nenhuma avaliação e critério. Não é esse o caminho, todos sabem. Temos que construir um caminho mais sólido.

Em segundo lugar, há uma sobreposição de programas: Vale-Gás, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda, Bolsa-Escola. Tem de existir um cadastro único e um sistema único de inclusão social no País, porque há famílias que são beneficiadas com mais de um programa e outras que não têm acesso, porque, quanto mais pobre, quanto menor o nível de informação, mais dificuldade há de disputar a cidadania. Precisamos construir um único cadastro, centralizar e integrar esses programas, mesmo sabendo que há programas como o Bolsa-Escola, que foi construído suprapartidariamente, ou o Bolsa-Alimentação, que tem uma base consistente e deve ser preservado, assegurado.

Em relação à participação dos prefeitos, é evidente que eles são agentes fundamentais. O programa está sendo ampliado para 200 Prefeituras, nenhuma do PT. Qual é o critério? Pequenos Municípios, Índice de Desenvolvimento Humano abaixo de 0,7. São critérios objetivos, socialmente relevantes. Vamos fazer dessas iniciativas, como estamos fazendo em relação ao Bolsa-Escola do passado, uma agenda suprapartidária, maior que os nossos interesses políticos e do tamanho dos problemas que este País tem – a isso estamos convidando todos –, não só incorporando o que está bem feito, como também nos dispondo a fazer melhor no futuro. Creio que essa é a agenda em que todos nós temos interesse. Mas o Prefeito não pode ser o agente de identificação do público-alvo. Tem de haver critérios técnicos de avaliação e mecanismos mais eficientes – como o SUS demonstrou ser capaz de fazer –, para construir um cadastro confiável, que não seja enviesado por interesses político-eleitorais.

Quero falar sobre a participação da sociedade civil. O Ministro, por seu estilo, talvez não tenha tocado em contribuições que são fantásticas e que só são possíveis porque um Presidente com a história e a biografia de Lula colocou a fome como agenda nacional e prioritária. Por sinal, Sua Excelência o fez já no Governo Itamar Franco, quando levou o Programa de Combate à Fome, que tinha sido coordenado pelo pai de José Graziano, José Gomes da Silva, Ministro da Reforma Agrária. Esse compromisso começou muito antes.

Gostaria de citar alguns dados. Está aqui a Política Nacional de Segurança Alimentar, que deu origem à campanha de Betinho.

Para concluir, quero citar que a Nestlé deu R$10 milhões, um milhão de alimentos. Foi para quem? Para a pastoral da criança. Alimentos que não prejudicam a amamentação, e foram canalizados para poder manter o aleitamento materno.

A Volkswagen deu dois caminhões, um automóvel, três quilos de alimentos para cada carro vendido, o que significa mais de 120 mil quilos.

A OCB deu 24 mil toneladas de alimentos este ano, e já foram distribuídos quatro mil.

Ainda posso citar: a Brasil Invest, que deu 750 mil latas de sopa; a Mercedes-Benz Caminhões; o Ceasa, em Campinas; a HP do Brasil; o Pão de Açúcar, com 500 lojas como postos de coleta de alimentos. Além disso, 600 jovens foram contratados como agentes sociais, gerando emprego – é a preocupação da inclusão social.

Está correto, Senador Jefferson Peres, precisamos começar a combater a fome, mas criando um caminho de cidadania, de inclusão social, programas de microcréditos, programas de qualificação profissional.

Então, acredito que, se fizermos uma discussão sóbria, séria, aprofundada, poderemos incorporar o que há de passado e dar um salto de qualidade no futuro. E, mais do que isso, não fazer essa passagem pensando apenas no interesse partidário, local, imediato, mas pensando um pouco além do nosso tempo, em um país que continua, apesar de todos os nossos esforços, tendo um dos piores padrões de distribuição de renda, de concentração de justiça e de exclusão social do Planeta.

Acredito que somos capazes, como homens públicos, de fazer uma discussão qualificada e dar um salto adiante. Creio que esse é o espírito da audiência.

Obrigado.

Não vou usar a réplica, porque passei do meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência agradece.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Eu queria fazer apenas dois adendos, Sr. Presidente.

Existem duas avaliações em curso do Cadastro Único – talvez esta Casa pudesse solicitar essas informações –, uma por parte do Tribunal de Contas da União e outra por parte do IPEA, que está fazendo uma avaliação sistemática do Cadastro Único e talvez tenha já algumas informações preliminares que possam ajudar.

Quero, também, reafirmar que não houve critério político algum. E, quanto à distribuição dos Municípios por partido político, vou citar os quatro partidos principais: PFL tem 25%; PMDB, 24%; PSDB, 17%; e PPB, 10%. Isso perfaz 77% dos Municípios dessa primeira fase de expansão. Nenhum deles é do PT.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

Pela ordem, tem a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, eu lhe peço a sua paciência. Eu gostaria que partíssemos para promover uma exegese mais realista da palavra regimental, porque o Líder Aloizio Mercadante foi citado, ainda pouco, de passagem pelo Senador Romero Jucá. Foi citado, é verdade, mas nada que maculasse a bela imagem que o País inteiro faz de S. Exª.

S. Exª, como se ofendido tivesse sido, usou do que supostamente lhe prodigalizaria o Regimento. Outro dia, em uma comissão – isso foi profundamente curioso, pelo menos –, eu elogiava S. Exª, que pediu vênia para se defender de um elogio. Foi inédito. Aquilo não era muito comum, enfim.

O SR. ALOÍSIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria retribuir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nesse caso, diria: "quero retribuir ao meu grande amigo". Mas eu queria que terminássemos com um certo eufemismo. S. Exª falou olhando para mim – falou, portanto, para mim – e teve o suposto cuidado, a suposta habilidade de não citar o meu nome. É verdade. Então, pergunto: daria para dizer coisas até mais graves, escondendo-me atrás dessa figura, que não é correta, de não citar? Ou seria melhor, quando alguém se sentir efetivamente ofendido – confiamos na seriedade de cada Parlamentar –, pedir o direito de falar? Por exemplo, S. Exª fala em "alto nível", e o Partido dele execrou Rogério Magri quando este transportou uma cadelinha em um carro oficial. Agora, vi isso se repetir. E voltou a ser "baixo nível" agora, porque isso atinge o Partido e o Governo de S. Exª.

Quero discutir, Senador Aloizio Mercadante, em alto nível, o meu projeto. E discutir qualquer coisa do Governo passado – transparência, viagens; vamos discutir mesmo. Sabe qual a grande diferença? Aquelas viagens foram discutidas pelo Tribunal de Contas da União, discutidas pela Imprensa, que tinha livre acesso às informações, e agora não consigo nem saber se posso criticar a viagem do seu Governo, porque este não está dando, efetivamente, a nós e à Imprensa o esclarecimento necessário. Só posso saber se critico ou não, depois de ter os dados. E os dados eu não tenho, até porque tem faltado transparência nesse campo.

Eu topo a discussão em alto nível e a discussão sobre transparência também. O terreno quem escolhe é o adversário, e estamos prontos para disputar em qualquer terreno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, estou aqui, desde o começo, ouvindo, respeitosa e silenciosamente, as intervenções que foram oferecidas pelos Senadores presentes.

Naturalmente, sendo esta uma casa política, não poderia deixar de haver conotação política nessas intervenções. Considero isso normal, embora entenda que um programa dessa natureza deva estar acima de qualquer injunção política.

Não há nisso nenhuma intenção de censurar quem quer que seja, mas ainda há, Sr. Ministro, como resíduo de toda essa exposição que V. Exª fez com muita sinceridade e franqueza, uma dúvida na minha cabeça, que me parece importante sobretudo para a sociedade brasileira.

Esse programa tem suscitado até certo entusiasmo na sociedade, mas, se não sair das intenções, das formulações, das discussões para a ação imediata, terminará, também, como tantos outros, e o Governo perderá o crédito de confiança que a sociedade lhe ofereceu.

Por isso, gostaria de saber qual é a visão do Governo a respeito da data, do tempo em que esse programa estará plenamente implementado. Ou seja, quando o programa estará em condições de atender todos os Municípios brasileiros, todas as áreas necessitadas desses benefícios?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço desculpas, Senador José Maranhão, mas V. Exª está falando pela ordem, não está interpelando o Ministro.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu não pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, tanto que, quando V. Exª concedeu a palavra a um Senador pela ordem, eu me calei resignado. Pedi a palavra para fazer uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Mas V. Exª não está inscrito para falar, e, na sua frente, estão os Senadores Valdir Raupp, do PMDB, Mão Santa, Pedro Simon e Ney Suassuna. V. Exª é Vice-Presidente desta Comissão e nos honra muito com sua presença e sua palavra, mas ainda haverá meia hora de interpelação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Exª está cerceando, elegantemente, a minha intenção de participar do debate.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PMDB – MT) – Sr. Presidente, pelo processo de alternância, falou o Senador Arthur Virgílio e, depois, o Senador Aloizio Mercadante. É impossível que o Senador Valdir Raupp e o Senador Pedro Simon estejam na minha frente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pensei que V. Exª, tão generoso com alguns Colegas que fizeram pelo menos cinco intervenções aqui, pudesse conceder-me, pelo menos, a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PMDB – MT) – Eu gostaria que V. Exª anunciasse a ordem alternada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos ouvir o Senador Valdir Raupp, enquanto me organizo. S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª está anunciando que temos, no máximo, mais meia hora. Há muitos oradores inscritos, e todos fazem questão de falar, porque o assunto é da maior importância, do maior significado. Ou vamos até o início da Ordem do Dia, que é às 15h30min, ou suspendemos a reunião agora, para retomarmos em outra oportunidade. Com todo o respeito, não se pode cobrar rapidez de quem vai falar, apenas porque o tempo está no fim. O assunto é da maior importância e parece estar, agora, começando a adquirir o contexto que tinha. É fácil entender por que havia, no início, tratando-se de uma matéria como essa, pergunta e resposta, o cobra e não cobra. O Senador Aloizio Mercadante, inclusive, apresentou a questão de uma maneira muito positiva. Agora, vamos ver se se apresentam propostas sobre o que fazer, e isso não dá para ser feito em meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Pedro Simon, havíamos fixado, em princípio, que esta reunião duraria até às 14 horas. Quando chegarmos às 14h, se o Plenário decidir que prefere ir até o final do dia, iremos, mas é uma decisão que tomaremos às 14h e não agora. Tomaremos essa decisão a tempo e não a destempo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra pela ordem V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Quando V. Exª fez a leitura da relação dos inscritos, parece-nos que houve omissão em relação ao Senador que vos fala, Almeida Lima, do PDT, e, pela alternância proposta pela Mesa, o nosso partido deve estar incluído nessa relação. Peço a V. Exª que, por gentileza, verifique a relação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A alternância diz respeito também ao número dos Parlamentares que compõem cada Bancada. Então, estou fazendo uma tabulação para ver em que posição V. Exª vai se encontrar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão e Sr. Ministro José Graziano, quero me apresentar. Sou do Piauí, sou nordestino, mas tenho que ser indulgente. Sei que muitos aqui leram **O Príncipe**, de Maquiavel; eu também já o li várias vezes, mas gosto mais de **O Pequeno Príncipe**, que diz que "a linguagem é uma fonte de desentendimentos". O senhor caiu ali e cai hoje de novo.

Ontem tivemos – quis Deus – César Borges, que representa tão bem o Nordeste. Deu a injustiça que sofremos, que está bem retratada no Conselho que V. Exª preside pelo número.

Quero dizer que criei a cidade de Guaribas, e a criei porque o Piauí é um Estado geograficamente disforme, muito comprido. Para que V. Exª recorde a geografia, cabem dentro dele doze sergipes, dez alagoas. Deus me permitiu transformar 76 povoados longínquos em cidades, e o **Pequeno Príncipe** – se não o leu é bom lê-lo – diz que "o essencial é invisível aos olhos". Além daquilo que você pode ver, uma rua calçada, um mercado, uma escola – ou um banheiro, que o senhor não viu –, há aquilo que considero mais im-

portante: a oportunidade de pessoas que viviam numa zona rural de participar do desenvolvimento, oportunidade a novos líderes, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores - algo que o senhor não está considerando.

Esse seu lugar eu até invejo, eu gostaria de assumi-lo. Digo na minha concepção: esse é um lugar bom para um prefeitinho. Se eu fosse o Lula, eu ia chamar o de Santa Catarina, o Leonel Pavan, que foi três vezes prefeito.

Fui muitas coisas. Tenho sessenta anos de idade. Foi longo e sinuoso o caminho até chegar aqui, lá do Piauí. Agora, sou médico, cirurgião, como Juscelino. Às vezes, dá certo.

Então, quero dizer o seguinte: quanto ao banheiro, há. Isso é relativo. Moro num apartamento com o qual, segundo me disseram, a Senadora Benedita da Silva não ficou satisfeita, exigindo uma banheira toda diferente. A comitiva do Governo exigiu além dos padrões habituais do nosso pobre e digno homem do interior.

Vou situar para os amigos o que é Guaribas. É a cidade que está como está, mas de uma gente... Vocês já ouviram falar em Serra da Capivara, que dizem que foi o berço do homem americano, onde há inscrições rupestres? É ao lado de uma serra das confusões – o nome está dizendo, lá em cima. Mas eles têm aqueles banheiros modestos e higiênicos. O senhor é meio São Tomé, mas um quadro vale por dez mil palavras. Eu queria dizer que há prefeito, vereadores, civilização, energia elétrica, ruas calçadas, pobres, como o Brasil todo tem. Agora, pobres cristãos, honrados.

Que o Piauí se lembre para reivindicar aquela frase. Só lhe perdôo porque sou indulgente, porque li "O Pequeno Príncipe": "A linguagem é uma fonte de desentendimentos". Então, entendo que o senhor está caindo freqüentemente nessa conta do Piauí. Aquilo existia, e vou lhe provar. Mas não satisfez a sua comitiva vaidosa, como não satisfez a do Senado. A Senadora Benedita da Silva fez instalar uma banheira diferente de todas. Isso é relativo. Mas há aqueles banheiros antigos da Fsesp – sou médico –, e todos são testemunhas de que o PCPR funcionou no Governo passado. Não sou do PSDB ou do PFL, mas funcionou muito bem o PCPR. Fizemos três mil obras, a maioria com aqueles banheiros padronizados.

Eu pediria que esse dinheiro que o Sr. Ministro José Graziano está arrecadando fosse entregue a mim para fazer alguns banheiros em Guaribas, porque cheguei a fazer um banheiro com R$600,00.

Quero dizer que há Prefeito, conheço bem o Secretário do Prefeito, que foi Deputado Estadual.

Queria mesmo é dar um testemunho de grandeza também: uma coisa é receber ajuda do Governo, e outra coisa é ser humilhado por um Governo. Queria distinguir essas coisas para o PT: uma coisa é merecer e estar consciente como César Borges, que definiu essa injustiça que há entre esses Brasis, e outra coisa é ser constantemente humilhado. O Piauí não aceita isso, como nunca aceitou. A história diz que aquele foi o único povo que esteve em uma batalha sangrenta para expulsar os portugueses.

Primeiramente, gostaria de cooperar com o Governo, mas temos que rever o passado. O Programa do Leite do Presidente José Sarney é o melhor programa de combate à fome, porque, além de nutrir – sou médico –, fixa o homem no campo, com uma bacia leiteira, que foi muito bem divulgada no Governo do Rio Grande do Norte.

Outra boa idéia são esses restaurantes populares que criei: o restaurante Sopa na Mão, que depois foi plagiado por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. A merenda escolar é um programa muito bom, e lembraria que podemos utilizar o leite de soja, que é 40% mais barato que o leite de vaca. Se o gosto é ruim, como disse João Baptista Figueiredo, é só fazer como eu: coloca-se uma banana, que vira bananada. Havia menino que comia nove.

O Prefeito é fundamental. Minhas homenagens aos Prefeitos! Posso falar, porque já fui Prefeito. Quando saí da Prefeitura da minha cidade, obtive 93,84% dos votos. Na minha cidade, foi a maior votação dada a um brasileiro. O Juscelino e o Ronaldo tiveram uma votação expressiva, e houve também essa. E havia um candidato do PT. Éramos eu, um candidato do PFL, um candidato do PT e um candidato do Partido do Collor, e obtive 93% dos votos.

Com essa experiência, queria convidá-los a conhecer melhor o Piauí.

Queria dizer, como médico, que me orgulho; cada um leva para onde for em sua profissão. Um quadro vale mais do que mil palavras: no Piauí, fazem-se transplantes cardíacos com êxito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só queria esclarecer, Sr. Presidente, que o Secretário-Executivo do Ministério vai depositar todos os cheques que forem entregues ao Ministro inapropriadamente e pede que qualquer Senador que queira contribuir deposite diretamente na conta que foi anunciada, porque não é procedente que o Ministro receba contribuição – não é essa política. Então, soli-

citaria que qualquer contribuição, Senador Eduardo Suplicy, seja depositada diretamente na conta; e o Secretário já foi depositar os cheques recebidos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Mão Santa, conheço várias dessas ações que V. Exª mencionou. Também partilho da idéia de que o programa do leite foi um programa estigmatizado. É um programa, do ponto de vista do que se dispõe a respeito na Literatura, bem avaliado. Ao contrário do que se divulga, ele teve uma grande participação da sociedade, das entidades assistenciais e um baixo nível de desvios que, no entanto, o deixou muito estigmatizado. Foi muito prejudicado por ser um programa desenvolvido numa época de inflação muito alta que tornava os valores quase que uma moeda e que permitiu que os locais credenciados retirassem os vales, esperassem a sua valorização para, posteriormente, trocá-los.

Não temos intenção de estigmatizar Guaribas como a cidade da pobreza. Eu mesmo disse aqui que a pobreza brasileira, diferentemente da de outros países desenvolvidos, é espalhada em toda a sociedade. Recentemente, uma pesquisa feita pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura de São Paulo constatou que em São Paulo existem 400 Guaribas, procurando mostrar núcleos de concentração de famílias com baixo nível de renda e tensão social. No entanto, é preciso que se diga que Guaribas tem uma situação bastante precária do ponto de vista das contas públicas.

Em Guaribas, fizemos auditoria nas várias contas – e os dados foram divulgados pelo Ministro Waldir Pires e fazem parte do Programa Corrupção Zero, que também acompanha as ações do programa Fome Zero –, o que mostrou vários usos inapropriados dos repasses recebidos pelos programas federais na cidade. Não vou ler o relatório agora, pois não é o caso, mas totalizam R$1,5 milhão de recursos recebidos, sem a devida comprovação. E está à disposição de V. Exª, caso tenha interesse.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª deseja usar da palavra para réplica?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Estado tem instituições que devem funcionar, como o Tribunal de Contas, que é bem organizado. O Piauí é uma sociedade avançada, e aqui estamos representando essa grandeza. E é tão avançado que foi o único Estado que acreditou na esperança, na competência do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – o senhor eu não conhecia –, do Líder Aloísio Mercadante e foi o único Estado que confiou temporariamente no PT.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu gostaria de não voltar mais ao assunto da sua infeliz declaração e da qual V. Exª já se penitenciou. No entanto, como nordestino, essas coisas marcam, porque temos certeza de que não é apenas um ato falho de uma palavra solta e sim uma atitude muitas vezes consciente que permeia o subconsciente de muitos planejadores, estudiosos, localizados em outros centros, que não conhecem a realidade nordestina e o papel importante que o Nordeste sempre teve para o desenvolvimento deste País.

V. Exª se penitenciou, mas encaminhou a esta Casa um esclarecimento que repete preconceitos e desinformações. V. Exª disse em seu esclarecimento: "Gostaria, portanto, de apelar aos que justamente se sentirem indignados para que canalizem essa energia para um desafio maior, o da reconstrução do Brasil." Como se nós não fizéssemos permanentemente isso, como se o Nordeste não estivesse usando toda a sua energia para reconstrução do Brasil.

E continua V. Exª : "Afinal, as políticas públicas dos últimos anos, agravadas pela 'guerra fiscal' entre os Estados, retardaram ainda mais o combate às desigualdades regionais e sociais." Isso é desconhecimento, Sr. Ministro. Sou ex-Governador do meu Estado e estou aqui com vários ex-Governadores, que nos honram nesta Casa, e V. Exª não sabe que a guerra fiscal foi o único instrumento que os Estados e os Governadores nordestinos tiveram para diminuir um pouco a necessidade de geração de emprego e renda para o nosso povo.

V. Exª critica, sem conhecimento de causa, o problema da guerra fiscal. E isso me leva a uma preocupação, quando vejo o Governo Federal lançar programas que, muitas vezes, são concebidos nos gabinetes de Brasília ou mesmo nos de São Paulo e tentar implementá-los em todo o País, em especial no Nordeste, sem uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

Hoje, li um artigo de V. Exª, intitulado "O Mutirão pelo Futuro", que foi veiculado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**. Confesso a V. Exª que fiquei sem entender bem, porque não há quantificação, não há números. V. Exª fala que o Fome Zero não será um programa apenas distributivo de alimentos, um programa assistencialista, mas sim um programa com 60 outras atividades e ações. No entanto, não discrimina mais do que cinco ou seis ações. E o que é mais importante: não há nem prazo nem preço para esse Programa,

que não é quantificado no público-alvo, no universo, no número de Municípios que serão atendidos em todo o País. O Programa não quantifica os recursos alocados pelo Governo Federal nos diversos Ministérios.

Na implantação de todo esse Programa, com as 60 ações previstas, pelo que diz V. Exª, será combinada, no mesmo espaço geográfico, a ação assistencial com políticas estruturais de inclusão social, será combatido o analfabetismo, serão construídas cisternas no semi-árido. Ações serão conjugadas: agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, seguro-renda, primeiro emprego. Tudo isso precisa de recursos, e sabemos que o Governo Federal adotou uma política macroeconômica de severos cortes no Orçamento federal, com redução de R$14 bilhões. É preciso saber onde estão esses recursos, quanto estará alocado para os anos de 2003, 2004 e 2005, ou seja, no Plurianual proposto pelo Partido de V. Exª e que deverá vir para esta Casa.

Também não se quantifica o público-alvo, porque se diz apenas que alguns milhões de cidadãos são governados pela fome, que comanda sua rotina e seu metabolismo. Mas, o Programa não o quantifica. Eu pediria a V. Exª que o quantificasse.

Efetivamente, até hoje, não se fez um programa que obtivesse os resultados desejados de combate à fome, mas programas importantes foram implementados, como a criação do Fundo de Combate à Pobreza. Gostaria que V. Exª informasse quantos milhões estão no Orçamento deste ano oriundos do Fundo de Combate à Pobreza. Para esse Fundo, que foi criado por esta Casa, por iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, foram previstos, segundo informações que obtive, R$4 bilhões por ano. O Governo passado utilizou apenas R$1,5 bilhão no ano de 2001; em 2002, não sei o número exato. V. Exª confirma a previsão de R$4 bilhões? Desse montante, quanto será utilizado no programa que V. Exª está coordenando e que é o mais polêmico, hoje, do País?

Hoje, num artigo de Elio Gaspari, foi dito o seguinte: "Se os sábios de Brasília tivessem dado mais atenção à Drª Zilda Arns, o Programa Fome Zero não teria virado a encrenca que virou". E continua: "O Fome Zero começou a desandar quando meia dúzia de maganos de Brasília chegaram a Guaribas, no Piauí, a bordo de um helicóptero da Polícia. As pessoas são pobres, não são burras; sabem que um helicóptero cheio de maganos atende aos interesses de quem come e não de quem tem fome". É o que foi dito por Elio Gaspari, no jornal **O Globo** de hoje.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro José Graziano.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador César Borges, já me desculpei e farei tantas vezes quanto necessário esse pedido de desculpa. Não foi um ato falho, não sou uma pessoa preconceituosa. Tenho uma história de vida que me permite atestar isso. Mais uma vez, desculpe-me pela falha cometida, nos termos colocados pelo Senador Arthur Virgílio. Simplesmente, peço desculpas.

Não tenho como quantificar o mutirão. O mutirão é um chamamento da sociedade. Estamos começando com esse programa, mas quero insistir que o objetivo fundamental do mutirão não é arrecadar. Não se trata de outra campanha tipo Doe Ouro para o Bem do Brasil, ou campanha pelas crianças. Queremos, com o mutirão, criar um canal de relação entre os que têm fome e aqueles que comem; criar mecanismos de ajuda permanente; de integração de empresas, prefeituras e pessoas que possam montar uma solidariedade permanente ao longo dos próximos anos. Queremos reconstituir um pouco esse tecido desta Nação, que nos pareceu muito esgarçado nos últimos anos.

Sobre o Programa Fome Zero, V. Exª está-me cobrando um detalhamento que deverá ser feito até agosto. O Programa Fome Zero, do ponto de vista formal, só passará a existir no seu conjunto de ações, na sua inter-relação nos vários ministérios quando for inserido no PPA. E estamos trabalhando para isso, para apresentar a esta Casa o detalhamento dessas ações, como consta do artigo que escrevi sobre o mutirão.

Também já disse que não tenho como quantificar neste momento as pessoas desnutridas deste País. A última pesquisa foi feita em 1974, e há uma pesquisa em curso – esperamos ter os dados até o final do ano.

Volto a insistir que a ambição do programa não é atingir apenas as pessoas que passam fome, ou as pessoas que estejam em estado de subnutrição, mas todas aquelas que tenham insegurança alimentar. Muitas pessoas pobres têm segurança alimentar, e muitas pessoas pobres não a têm – talvez a grande maioria. No entanto, há também pessoas que não são pobres e que tampouco têm segurança alimentar. Cito como exemplo pessoas que trabalham nas grandes metrópoles, como secretárias, **office-boys**, etc., que têm baixos salários, mas não podem ser enquadradas como pobres porque recebem sempre valores superiores ao salário mínimo, balizador tradicional da

linha de pobreza do nosso País. Essas pessoas, muitas vezes, não conseguem fazer a sua refeição em situação de dignidade ou regularidade e acabam comendo alguma coisa na rua, uma coxinha ou um churrasquinho de gato etc. Programas de restaurantes populares, entre outros, podem, e muito, contribuir para dar dignidade, regularidade e qualidade à alimentação dessas pessoas. São programas, por exemplo, de segurança alimentar e não são de combate à fome.

O Fundo de Combate à Pobreza está sob gestão do Conselho que presido – fazem parte do Mesa essas atribuições – e tem atualmente cerca de R$5bilhões. Esses recursos já estão alocados em programas, praticamente metade no Bolsa-Escola; tem recursos significativos para o Peti, para o Bolsa-Alimentação, programas, enfim, relacionados ao combate à pobreza. Foram alocados no Orçamento do ano passado e não foram alterados. Simplesmente faremos a supervisão do uso desses recursos, porque nos governos anteriores, de fato, os recursos não foram integralmente utilizados. Eles não eram contingenciados, mas tampouco eram gastos efetivamente.

Os programas específicos do Mesa, contando com o cartão-alimentação e outros programas, como a compra antecipada, que mencionei, o banco de alimentos e o apoio a restaurantes privados têm hoje, no Ministério, R$1,8 bilhão – pouco menos de R$2 bilhões – para serem gastos neste ano, com possibilidade de suplementação, caso necessário. Esse é o orçamento que tenho. É pequeno, mas volto a insistir que esses são só os programas específicos do Ministério, que também são uma pequena parte. A maior parte das ações estão em outros ministérios. O Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, por exemplo, estão no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde e, portanto, têm recursos disponibilizados nesses outros ministérios.

De fato, ao longo desses quase três anos de debate público, há polêmicas, divergências. E volto a insistir: isso faz parte de um programa amplamente debatido com a sociedade; talvez seja o programa mais polêmico, mas certamente também é o mais debatido na sociedade brasileira. Inclusive, espero que assim continue, porque, para essa mobilização, para essa vontade de participar da sociedade, deve haver uma contrapartida: a de transparência por parte do Governo. As questões estão sendo debatidas com a sociedade, e me orgulho disso.

Elio Gaspari foi o segundo, depois do Senador Eduardo Suplicy, a introduzir uma polêmica: o que ele chamou de Imposto do Restaurante, à época, que foi uma das modificações introduzidas. Não há mais esse imposto. Na época, ele, que entende desse assunto, protestou contra a cobrança de um imposto adicional sobre restaurantes, e isso foi retirado do programa, mas não antes de um longo debate público, em que se verificou efetivamente que essa contribuição não resolveria o problema do montante de recursos de que precisávamos para combater a pobreza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª deseja...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É só para complementar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para contraditar?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber realmente a quantificação dos recursos federais, porque sei que não é apenas um Ministério que trata desse assunto, mas sim vários, inclusive – acredito – com alguma superposição e alguma perda de capacidade operacional. E, havendo essa superposição, os Ministros ou Secretários ficarão sem saber exatamente onde atuar.

Nesse sentido, a quantificação é importante para acompanharmos o desempenho. Não sei se o Plano Plurianual vai efetivamente detalhar isso. Ficaremos no aguardo, prontos para apoiar, sabendo que a tarefa de V. Exª é hercúlea. Todo o País está ansioso para que essa política possa se efetivar, sair do discurso e das boas intenções e vir para uma prática efetiva. Estaremos prontos para apoiar esse Programa.

Além disso, Sr. Ministro, também gostaríamos que se aproveitassem as boas experiências estaduais, não havendo discriminação e preconceito contra as políticas adotadas pelos Srs. Governadores. Fui Governador e criei um fundo de combate à pobreza. E assim como o Frei Beto colabora com V. Exª, também colocamos um padre católico, Padre Piaza, à frente da Secretaria de Combate à Pobreza. Esse padre criou um fundo estadual de combate à pobreza em cima de produtos supérfluos que foram sobretaxados.

Logo, há possibilidade de uma intensa parceria com os Governos estaduais e também municipais. Não vamos ter preconceitos. É claro que, às vezes, há administradores que não cumprem essencialmente a sua tarefa, mas são exceções. Os Prefeitos e Governadores brasileiros, em sua maioria, têm a intenção de trabalhar corretamente e o fazem dessa forma.

Eram, portanto, essas as considerações que eu faria aqui, para encerrar a minha participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – De fato, Senador, estamos empenhados em recolher essas experiências e estamos buscando essas parcerias com os Estados e Municípios. Sabemos que, nesta Casa, há muitos ex-Governadores e ex-Ministros, e esta é uma oportunidade também de recolher essas experiências, às quais estamos totalmente abertos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, já foi extrapolado o prazo. Se o prorrogássemos até a Ordem do Dia, teríamos apenas mais 22 minutos. A média de intervenção de um Senador, com a resposta do Ministro, está oscilando entre 18 e 20 minutos. Então, ouviríamos apenas mais um Senador, enquanto há aqui dezenas de Senadores inscritos. Dessa forma, gostaria de sugerir, como fez anteriormente o Senador Pedro Simon, que marcássemos uma nova vinda do Ministro, pois eu mesmo tenho uma dezena de perguntas para fazer a S. Exª e gostaria de fazê-las. Caso contrário, penso que devemos encerrar a presente reunião, pois a indagação de apenas mais um Senador não resolverá nossa curiosidade e mesmo os questionamentos que o Ministro deve responder.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, acrescentando, sugeriria que prorrogássemos a reunião até às 15h30min.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Gostaria de ouvir o Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como o Ministro ainda tem a argüição na Câmara dos Deputados, gostaria de sugerir que marcássemos para futuramente um retorno. Temos todo interesse no debate. Considero que foi muito oportuno e tenho certeza de que a opinião pública gostou muito e o Governo mais ainda. Queremos que ele volte todas as vezes que os Senadores tiverem interesse.

No entanto, o Plenário tem matérias relevantes a apreciar e não vamos poder postergar. Eu mesmo, na condição de Líder, terei que ir para o plenário. Eu proporia que cumpríssemos o prazo – já estamos extrapolando o prazo, até 14h30 –, com o compromisso de retorno do Ministro para darmos continuidade a este debate. Poderíamos preservar a lista de inscrições daqueles que foram prejudicados hoje para a próxima vez.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Gostaria de falar, já que temos tempo ainda de falar e eu sou o próximo inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Estou vendo aqui que a Ordem do Dia iniciar-se-á às 15h30. Nós estamos ainda às 14h12. Falta, portanto, para o começo da Ordem do Dia, mais de uma hora e meia.

Eu pediria, inclusive, a V. Exª, preferência para interrogar o Sr. Ministro, diante do entendimento que foi feito por ocasião da discussão do nosso requerimento, que abreviou inclusive a vinda de S. Exª a esta Casa.

Portanto, são as duas questões que pretendo levantar para apreciação de V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Mesmo prorrogando o tempo até as 15h30, não teremos condições de ser ouvidos aqui. Com todo o respeito, devemos continuar até o horário estipulado e depois convidar novamente o Ministro, para que aqueles que não usaram a palavra pudessem usá-la depois.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senador Antero Paes de Barros pediu a palavra pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Estou pedindo pela ordem para pedir para falar, pois sou o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª não é exatamente o próximo inscrito, V. Exª é um dos próximos inscritos. Mas temos que tomar uma decisão preliminar: se vamos prosseguir até às 15h ou até às 15h30 – V. Exª é um dos próximos inscritos – ou se adotamos a proposta do Senador Aloizio Mercadante de encerrar agora e voltar em uma outra reunião, numa outra data a ser marcada ainda.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, gostaria só de argumentar que a vinda do Ministro José Graziano a esta Comissão – acho que o retorno também é importante – pressupõe que S. Exª estaria à disposição da Comissão até o início da Ordem do Dia. Até o início da Ordem do Dia pode perfeitamente funcionar a Comissão. Não há nenhum impedimento ao funcionamento da Comissão. Essa preliminar já existia antes da vinda do Ministro. Não sei por que votar uma questão que já está votada e acordada, Sr. Presidente.

Creio que esta reunião só pode se interromper as 15h30, **data venia** um entendimento que sempre existiu no Senado da República, e V. Exª, com mais experiência do que eu, sabe. A menos que inovemos.

Reconheço que possa existir o cansaço do Ministro, mas ele existe em todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para contraditar, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero ponderar que se o cálculo do Senador Demóstenes Torres for preciso – e acho que está próximo disso, vinte minutos –, mesmo que prolonguemos por mais uma hora, só três Senadores falarão. Portanto, isso não resolve o problema da lista de inscritos, e seria um desrespeito muito grande com aqueles que chegaram aqui às 10h, estão aqui até agora e não poderão falar.

Creio que a solução para essa demanda de discussão seria dar continuidade em uma nova argüição, que marcaríamos para o mais breve possível, de comum acordo com os Presidentes das três Comissões, que precisam avaliar as suas agendas.

Proporia que encerrássemos. Vários Senadores têm compromissos –nós, inclusive – e poderíamos dar continuidade, o mais breve possível, em uma nova vinda do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Quero informar ao Senador Antero Paes de Barros, com todo o apreço que merece S. Exª, que, do ponto de vista da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, temos três reuniões marcadas para hoje. A primeira delas já ocorreu. A segunda é esta, conjunta. A terceira, ao encerrar-se esta, estava prevista e necessariamente não terá que se realizar. É uma outra reunião, quando trataremos, inclusive, de uma questão fundamental, que é a instalação da Subcomissão da Segurança Pública.

Desejo pôr em votação a proposta do Senador Aloizio Mercadante, no sentido de que se encerre agora a reunião, ficando desde logo assentado que o Ministro voltará, mantendo-se a inscrição atual.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Seja o mais breve possível.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria que ficasse assegurada a ordem de inscrição da lista que está com V. Exª, para não começarmos tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Exatamente.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desejo sugerir que o Ministro Graziano faça uma previsão da data. Assim, haveria da parte de todos que querem ouvi-lo maior segurança no que se refere à votação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, a esta altura pode ser que eu seja o maior prejudicado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª é o primeiro inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Será o primeiro da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos tomar uma decisão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu queria realmente fazer a minha pergunta, mas tenho que aceitar a vontade da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência agradece.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Quero também fazer um apelo para que isso seja marcado o mais brevemente possível. Que o Sr. Ministro nos comunique até o final da semana, se for possível, dependendo da agenda dele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vamos marcar, no máximo, para daqui a duas semanas. Vamos fazer isso o mais brevemente possível, dentro desse prazo, de comum acordo com os três Presidentes. Não temos aqui o calendário das três Comissões. Mas acho que, talvez, na semana que vem, no máximo, na outra faremos a audiência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O melhor seria na semana que vem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – De nossa parte e do Governo não há nenhum impedimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me apresentasse uma justificativa. Isso porque estive falando com V. Exª e percebi que antes de mim falou o Senador Mão Santa, depois... Não vou conseguir lembrar,

mas nessa rodada falaram os Senadores Arthur Virgílio e Mão Santa, do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Acho que posso esclarecer a dúvida de V. Exª, se me permitir.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero entender por que um Senador do PMDB falou na minha frente, já que há um rodízio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu explico. O Presidente Ramez Tebet tomou uma decisão usual nas Comissões. Ou seja, a alternância de Partidos. Muito bem, com essa alternância, falaram dois Senadores do PMDB; dois Senadores do PFL; dois Senadores do PSDB; dois Senadores do PT. Ora, como o PMDB é maior do que o PSDB, o PFL é maior em número do que o PSDB e até o PT, é claro que essa ainda não é a próxima vez do PSDB.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) (?) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O Senador Romero Jucá falou como autor do requerimento, como outros Senadores falaram, inclusive falaram primeiro. Primeiro falaram os autores do requerimento e, depois, pela ordem dos Partidos. Foi esse o critério estabelecido pelo Senador Ramez Tebet. Portanto, do PSDB falou o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª pode ter razão. Se o Senador Ramez Tebet concedeu a palavra como autor e não como membro do PSDB, só falou um do PSDB. Nesse caso, V. Exª será o próximo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª estava encaminhando a votação. Eu gostaria que mantivesse esse encaminhamento e depois partisse para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos tomar uma decisão.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Aloizio Mercadante de se encerrar agora a reunião, voltando o Sr. Ministro dentro de duas semanas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra dois votos.

A lista está valendo para a próxima reunião e o Senador Antero Paes de Barros será o primeiro inscrito.

Peço aos Srs. Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que permaneçam aqui por alguns minutos.

Convoco reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para daqui a dois minutos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h20min

Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em primeiro de abril de 2003, às 10 horas.

Às dez horas do dia primeiro de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloízio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcidio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octavio, Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgilio, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Ofício "S" nº 1 de 2000,** que "sugere que o Senado Federal aprove resolução autorizativa especifica, que viabilize ao Municípios acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM, objeto da Resolução nº 37, de 1999, do Senado Federal" **Autor:** Prefeitura Municipal de Joinville – SC. **Relator:** Senador Ney Suassuna. **Relatora "Ad Hoc":** Senadora Patrícia Saboya Gomes. **Parecer:** pelo arquivamento. **Resultado:** concedida vista ao Senador Leonel Pavan, pelo prazo de cinco dias **(art. 132, § 1º – RISF). Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1999 – decisão terminativa,** que "dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação". **Autor:** Senador Jefferson Peres. **Relator:** Senador Gilberto Mestrinho. **Parecer:** pela rejeição do Proje-

to. **Resultado:** sobrestada a apreciação da matéria, em virtude da não deliberação, pelo Plenário, de Medidas Provisória. **Projeto de Lei do Senado n° 395, de 1999 – decisão terminativa,** que "dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos – estudantes ou profissionais – no valor do ingresso em espetáculos musicais e dá outras providências". **Autor:** Senador Maguito Vilela. **Relator:** Senador Roberto Saturnino. **Parecer:** pela rejeição do Projeto. **Resultado:** sobrestada a apreciação da matéria, em virtude da não deliberação, pelo Plenário, de Medidas Provisórias. **Projeto de Lei do Senado n° 105, de 2000 – decisão terminativa,** que "estabelece a obrigatoriedade de que empresas privatizadas devem manter o seu capital aberto e dá outras providências". **Autor:** Senador Osmar Dias. **Relator:** Senador Sérgio Guerra. **Parecer:** favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Observação:** em 25 de março de 2003, foi concedida vista coletiva aos Senadores Ney Suassuna e Sérgio Guerra. **Resultado:** sobrestada a apreciação da matéria, em virtude da não deliberação, pelo Plenário, de Medidas Provisória. **Projeto de Lei do Senado n° 558, de 1999 – decisão terminativa,** que "destina recursos provenientes das loterias administrativas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudo". **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relator:** Senador Pedro Simon. **Parecer:** favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** sobrestada a apreciação da matéria, em virtude da não deliberação, pelo Plenário, de Medidas Provisória. **Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2001 – decisão terminativa,** que "altera o artigo 94 da Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola". **Autor:** Senador Luiz Pontes. **Relator:** Jonas Pinheiro. **Parecer:** pela aprovação do Projeto. **Observação:** em 25 de março de 2003, foi concedida vista coletiva aos Senadores Aloízio Mercadante, Roberto Saturnino e Tasso Jereissati. **Resultado:** sobrestado tendo em vista a leitura de medidas provisórias, no Plenário. **Projeto de Lei do Senado n° 166, de 2000 – decisão terminativa,** que "estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências". **Autor:** Senador Osmar Dias. **Relator:** Senador Gilberto Mestrinho. **Parecer:** pela rejeição do Projeto. **Resultado:** sobrestada a apreciação da matéria, em virtude da não deliberação, pelo Plenário, de Medidas Provisória. **Projeto de Lei do Senado n° 62, de 2001 – decisão terminativa,** que "institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública – FASIP". **Autor:** Senador Álvaro Dias. **Relator:** Senador Jonas Pinheiro. **Parecer:** pelo arquivamento. **Resultado:** sobrestada a apreciação da matéria, em virtude da não deliberação, pelo Plenário, de Medidas Provisória. **Foram lidos e aprovados os seguintes requerimentos** para realização de audiências públicas: **n° 16/2003 – CAE,** de autoria do Senador Efraim Moraes, convidando a Drª Tânia Bacelar, para que possa esclarecer o que "será a nova Sudene, rede viva pelo atual Governo"; **n° 17/2003 – CAE,** de autoria do Senador César Borges, convidando o Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes, com o objetivo de "esclarecer as políticas públicas do novo Governo para o desenvolvimento das Regiões brasileiras, especialmente o Nordeste brasileiro, ilustrando o papel das Agências de Desenvolvimento Regional, como a Sudene". Foram designados os seguintes Senadores para comporem a Subcomissão de Mineração e a de Turismo: **Mineração:** Titulares - Ana Júlia Carepa, Luiz Octávio, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo; Suplentes - Delcídio Amaral, Hélio Costa, Efraim Morais e Almeida Lima; **Turismo:** Titulares – Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Octávio e Leonel Pavan; Suplentes - Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, José Jorge, Lúcia Vânia e João Batista Motta. Dando prosseguimento aos trabalhos, inicia-se audiência pública, com a presença do Senhor Ministro do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, Dr Luiz Fernando Furlan, com a finalidade de discorrer "sobre o papel a ser desempenhado pelo Ministério durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva" em decorrência da aprovação do **Requerimento n° 4/2003 – CAE,** de autoria do Senador Arthur Virgilio. Após a explanação do senhor Ministro, usaram da palavra os Senhores Senadores Ramez Tebet, Arthur Virgilio, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Aloízio Mercadante, Ney Suassuna, Sérgio Guerra, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Roberto Saturnino. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às quinze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número regimental. Declaro aberta a 8ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de darmos início aos nossos trabalhos, quero comunicar que, por encontrar-se trancada a pauta do plenário em virtude da leitura de medidas provisórias, hoje nós só poderemos apreciar matérias não-terminativas, e matérias não-terminativas na pauta nós só temos uma, que é o Ofício nº 1, de 2000, que sugere que o Senado Federal aprove resolução autorizativa específica que viabilize aos municípios acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios, matéria que é objeto da Resolução nº 37, de 1999, do Senado Federal. A autoria é do Banco Central. O Relator é o Senador Ney Suassuna, que não se encontra presente, razão pela qual a Senadora Patrícia Gomes está encarregada de ler o seu parecer. S. Exª acedeu em dar a sua contribuição e ler o parecer, que será colocado depois em discussão e em votação.

Com a palavra a Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, é submetida à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Ofício S nº 01, de 2000, da Prefeitura Municipal de Joinvile, Estado de Santa Catarina, que sugere que seja aprovada a resolução do Senado Federal autorizando os municípios a contratarem, com a Caixa Econômica Federal, operações de crédito vinculadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, sem observância das disposições da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

Incorporam-se ao Ofício S nº 1, de 2000, os seguintes documentos:

a) texto da Resolução nº 37, de 17 de setembro de 1999, do Senado Federal, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito destinadas à consolidação, assunção e refinanciamento de suas dívidas pela União;

b) texto da Resolução nº 64, de 25 de novembro de 1999, do Senado Federal, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US$300 milhões de principal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros;

c) texto da Mensagem nº 1.163, de 1999, do Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1.891/10, de 23 de novembro de 1999, que estabelece critérios para consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos municípios;

d) texto da Mensagem nº 1.294, do Presidente da República, convocando, com fundamento no art. 57, inciso VI, da Constituição Federal, o Congresso Nacional para, no período de 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000, em sessão legislativa extraordinária, deliberar sobre matérias que especifica.

É declarado o recebimento do Ofício S nº 1, de 2000, pela Presidência do Senado e seu encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu partiria logo para o voto, se não houver dúvidas. (Pausa)

Voto.

Nos termos do inciso I do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, somos pelo arquivamento do Ofício S nº 1, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, a matéria está em discussão. (Pausa)

Senador Pavan, esta é a oportunidade para tratar do assunto sobre o qual V. Exª falou comigo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista referente à matéria constante do Item 1, já que esse ofício é de interesse de Santa Catarina e que o autor foi o ex-Deputado Federal Luiz Henrique da Silveira, que hoje é Governador de Santa Catarina. Por isso, quero pedir vista, para que possa fazer uma consulta ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é concedida pelo prazo regimental.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para um fazer um requerimento e um pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço que apenas aguarde um momento, Senador.

As demais matérias constantes da pauta, em razão das medidas provisórias que já foram lidas em plenário, não podem entrar em discussão e votação hoje, porque são matérias terminativas; o Regimento

nos proíbe fazê-lo. A pauta, nesse sentido, está trancada.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, para que possa fazer o seu requerimento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, faço um pedido de informação a V. Exª. Formulamos um requerimento, que foi aprovado, convidando a Ministra de Minas e Energia a comparecer a esta Comissão para fazer uma exposição acerca do programa do Governo quanto à instalação de refinarias no País. Gostaria de saber se já há uma data agendada para a vinda da Ministra. Esse é o primeiro assunto.

Em segundo lugar, faço um requerimento nos termos que se seguem. Fui designado por V. Exª para oferecer parecer a esta Comissão sobre a matéria constante do Aviso nº 792, de 25 de novembro de 2002, procedente do Ministério da Fazenda, que trata exatamente do PNAAF, que é o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados brasileiros. Devo informar a V. Exª que, no presente momento, encontro-me impossibilitado de oferecer o parecer, pela necessidade de uma diligência ao Ministério da Fazenda, no sentido de que esse Ministério encaminhe para esta Comissão documentação relativa às licitações e/ou dispensas de licitações, documentos que comprovem a efetiva prestação dos serviços ou compras e procedimento de liquidação da despesa referente aos recursos recebidos e gastos nesse programa pelo Estado do Rio de Janeiro, que tem a obrigação de encaminhá-los ao Ministério da Fazenda, diante da resolução aprovada por este Senado Federal.

Portanto, o requerimento visa a que a Secretaria desta Comissão encaminhe ao Ministério essa solicitação, sobrestando esse processo, na forma do art. 335, II, do Regimento Interno, até a vinda dessa diligência para uma avaliação da matéria de forma mais aprofundada.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O primeiro requerimento de V. Exª realmente encontra-se na Casa. Aguarda-se uma oportunidade para que seja marcada a data da audiência com a Exmª Srª Ministra de Minas e Energia. V. Exª tem observado que, todas as semanas, alguma autoridade do Executivo aqui comparece. Hoje, por exemplo, estará presente aqui S. Exª o Ministro Luiz Fernando Furlan, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E, assim, vamos agendando semanalmente a vinda de um Ministro. Então, esse requerimento já existe na Casa.

Quanto ao processo para o qual V. Exª foi designado Relator, sugiro-lhe que insira no processado os termos do requerimento feito oralmente, com muita propriedade. Determinarei à Secretaria que seja oficiado, porque tenho que colocar o requerimento em votação nesta Comissão, pois não posso deliberar sozinho sobre a matéria. Todos os requerimentos precisam ser aprovados pelo Plenário da Comissão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, o requerimento, feito oralmente, não poderia ser submetido à apreciação dos Pares neste instante?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acredito que ganharíamos muito, mas isso não é possível, pois o Regimento Interno determina que os requerimentos devem ser feitos por escrito. Portanto, a Mesa vai aguardar a apresentação do seu requerimento na forma regimental.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Compreendo, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de uma informação. Criamos a Subcomissão para a Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi criada uma Subcomissão para Segurança Pública aqui?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, perdão. Criamos uma Subcomissão para o Endividamento dos Estados. V. Exª ainda não fez a instalação dessa Subcomissão. Quando fizermos o cronograma das pessoas que serão ouvidas por nós, será necessário trazê-lo para o plenário ou o faremos na Subcomissão e apresentaremos em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª pode sugerir que sejam ouvidos aqui, pela Comissão. Senador Ney Suassuna, entendo que, uma vez designados os seus membros, a Subcomissão tem competência, na forma regimental, para ser instalada, seguindo as normas das Comissões, ou seja, o mais idoso assume os trabalhos, elege o Presidente, e marcam-se as reuniões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – As audiências podem ser realizadas em reuniões conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Basta V. Exª comunicar-nos e atenderemos a ordem da pauta. Não há a menor dúvida quanto a isso.

Creio que V. Exª saiba que tramita na Casa um projeto de lei do Senador Antero Paes de Barros que trata do mesmo assunto. Inclusive, não designei Relator para a matéria em respeito a essa Comissão, cujo requerimento é de iniciativa de V. Exª. Mas já designamos os seus membros.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Acredito que o mais idoso seja eu. Então, convocarei uma reunião para instalarmos a Subcomissão.

Muito obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A confissão de V. Exª não tem importância, porque a aparência de V. Exª não revela esse fato, Senador Ney Suassuna.

Passemos para a segunda parte da reunião. Leremos a lista dos componentes de algumas Subcomissões aprovadas pelo Plenário.

Nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno, estão designados os seguintes membros para compor a Subcomissão de Mineração: como titulares, os Senadores Ana Júlia Carepa, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo; e, como suplentes, os Senadores Delcídio Amaral, Hélio Costa, Efraim Morais e Almeida Lima. Falta a designação de um suplente.

A Subcomissão de Turismo está assim composta: como titulares, os Senadores Aelton Freitas; Garibaldi Alves Filho; Valdir Raupp; Paulo Octávio e Leonel Pavan; e, como suplentes, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Mão Santa, José Jorge, Lúcia Vânia e João Batista Motta.

Há alguns requerimentos sobre a mesa. Enquanto aguardamos a chegada do Sr. Ministro, aproveitarei para ler alguns requerimentos.

O requerimento apresentado pelo Senador César Borges está posto nos seguintes termos:

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Exmº Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes, com o objetivo de esclarecer as políticas públicas do novo Governo para o desenvolvimento das Regiões brasileiras, especialmente o Nordeste brasileiro, ilustrando o papel das Agências de Desenvolvimento Regional, como a Sudene."

Segue justificativa em que declara ser imprescindível a presença do ilustre Ministro.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Esse requerimento é tomado como um convite, a exemplo dos outros, sem a necessidade de convocação, porque as autoridades do Executivo têm acedido.

Passo a ler o requerimento do Sr. Efraim Morais:

"Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que preste depoimento, junto a esta Comissão de Assuntos Econômicos, a Drª Tânia Bacelar, para que possa esclarecer o que será a nova Sudene, rede viva pelo atual Governo".

Também tomo esse depoimento como um convite que será feito à Drª Tânia Bacelar.

Em discussão o requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são muito oportunos ambos os requerimentos. Sugiro que, se possível, uma vez que a Drª Tânia Bacelar desenvolve um trabalho de reestruturação da Sudene dentro do Ministério da Integração, S. Sª venha a esta Casa em companhia do Ministro da Integração Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o Senador Efraim Morais, autor do requerimento, se, por medida de economia e de interesse, S. Exª acede. Creio que, com isso, ganharíamos tempo. A sugestão do Senador Fernando Bezerra me parece oportuna.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concordo com o Senador Fernando Bezerra. O objetivo se completa com a presença da Drª Tânia Bacelar e do Ministro Ciro Gomes, que é do Ministério responsável pela recriação da Sudene.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Ambos os requerimentos foram aprovados.

Determino à Secretaria que proceda às diligências para agendar com o Ministro Ciro Gomes a data

para seu comparecimento aqui, acompanhado da Drª Tânia Bacelar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, V. Exª pode me conceder a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, peço que V. Exª espere um momento, apenas para que eu possa fazer um lembrete.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Apenas gostaria de fazer um comentário sobre esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero avisar aos Senadores interessados que haverá uma exposição do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, no Plenário II do Anexo II da Câmara dos Deputados, hoje, às 15h.

Também quero comunicar que a assessoria do Sr. Ministro das Cidades, Dr. Olívio Dutra, e o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Eduardo Levi Matoso, entraram em contato com a Secretaria sugerindo o dia 29 de abril, terça-feira, para atender ao convite da Comissão de Assuntos Econômicos.

Encontra-se sobre a mesa, ofício do Chefe de Gabinete do Exmº Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, informando a impossibilidade de seu comparecimento hoje, juntamente com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. S. Exª repassou os elementos relativos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a S. Exª o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que já está se encaminhando para este plenário.

Encontrando-se presente aqui o Ministro Luiz Fernando Furlan, solicito ao Senador Luiz Otávio que, junto com o Senador Aloizio Mercadante, introduza S. Exª ao plenário. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro Luiz Fernando Furlan, esta Comissão sente-se honrada em receber V. Exª, particularmente eu que, do meu Estado, conheço-o como um homem desenvolvimentista, um homem de sucesso nos empreendimentos particulares, que agora está emprestando sua capacidade e seu talento para o Poder Público, para o Poder Executivo, enfim, para o Brasil.

Esse nosso encontro reveste-se de extrema importância, Sr. Ministro, porque um dos dilemas deste País é: como se proceder ao desenvolvimento, por exemplo, com elevadas taxas de juros? Estamos prestes a discutir e a votar uma reforma tributária que, naturalmente, deve atender à diversidade da Federação brasileira. Como o desenvolvimento pode ir para o interior? E as pequenas e médias empresas, que são responsáveis por 48% dos empregos? O Presidente da República tem o compromisso com a Nação de criar dez milhões de empregos até o término do seu mandato. No Senado Federal, temos uma preocupação com as diferenças regionais, preocupação que se acentua com a excessiva burocratização que ainda existe no setor público.

V. Exª pode imaginar a importância da sua Pasta, principalmente perante o mercado internacional, num mundo globalizado, com o País avançando no setor agropecuário e até mesmo no setor industrial. Daí porque o recebemos com muita alegria, certos de que esta reunião vai proporcionar uma oportunidade, que está sendo cada vez maior, de um maior entrosamento entre os Poderes Legislativo e Executivo. É também uma oportunidade de a Nação, por meio do Poder Legislativo, que é o pulmão da democracia, tomar conhecimento das ações e daquilo que V. Exª já está empreendendo no seu Ministério em favor dos brasileiros.

Assim, saúdo sua presença aqui. Não estamos convocando ninguém, estamos convidando. Isso é muito importante, porque demonstra que a equipe do Governo está pronta a atender às solicitações do Senado da República.

Ao agradecer a presença de V. Exª, quero desejar-lhe sucesso e também falar da forma com que vamos trabalhar aqui. V. Exª terá oportunidade de fazer a sua exposição. Depois, levando-se em conta os Partidos políticos – as indagações são feitas intercaladas, a fim de que os Partidos políticos possam pronunciar-se –, os Srs. Senadores, por ordem de inscrição, disporão de cinco minutos para suas perguntas, e V. Exª disporá de igual tempo para respondê-las. É dado o direito de réplica aos Senadores, e V. Exª tem o direito de tréplica. Na última reunião, tentamos observar o prazo regimental, e parece que isso está dando certo. Via de regra, ultrapassávamos o prazo de cinco minutos. Parece que, assim, todos os Senadores estão tendo uma maior oportunidade de participação.

Sr. Ministro, concedo a palavra a V. Exª, para fazer suas considerações iniciais.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, uma pessoa que conheço e admiro já de longa data pelo seu passado não só de político, mas também de empresário, principalmente no Mato Grosso do Sul; Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Paulo Octávio; Exmº Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; demais Líderes presentes; Srªs e Srs. Senado-

res; atendendo ao requerimento de audiência pública de autoria do ilustre Senador Arthur Virgílio, aprovado por esta Comissão de Assuntos Econômicos, venho ao Senado Federal com prazer e com alguma nostalgia, porque, nesta mesma Casa, durante oito anos, até 1972, serviu o meu avô, Attilio Fontana. Ele, possivelmente, esteve nesta Comissão também, enquanto presidiu a Comissão de Agricultura do Senado Federal naqueles tempos.

A minha idéia de apresentação é de tocar nos três principais temas que fazem parte do elenco de responsabilidades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Preparei uma apresentação com alguns pontos principais, para que as Srªs e os Srs. Senadores possam acompanhar. Farei alguns comentários sobre o que já está sendo feito e sobre os resultados que estão sendo produzidos.

Gostaria que passassem a primeira transparência. Falarei, primeiro, do tema das exportações. Quando o Presidente Lula convidou-me, transmitiu que esse deveria ser um tema prioritário em seu Governo, pela possibilidade de geração de empregos no curto prazo e, principalmente, de geração de superávits de moeda forte, trazendo tranqüilidade ao **front** externo.

Nosso primeiro objetivo é o de agregação de valor à pauta das exportações brasileiras. É do conhecimento público que a maior parcela das exportações brasileiras ou pelo menos o grande saldo da balança comercial relaciona-se a produtos básicos. Só o complexo soja, neste ano, produzirá quase US$8 bilhões em exportações. É um número recorde na história brasileira. Também outros setores básicos, não só na área agrícola, mas também na área mineral, são responsáveis por grandes saldos. Na verdade, temos um empenho de agregação de valor, diversificando a pauta brasileira e dando espaço a novos setores que se empenhem no comércio exterior.

O segundo ponto, já referenciado pelo Ministro Antonio Palocci, é a inclusão, na reforma tributária, da desoneração completa das exportações, de forma a dar maior competitividade mundial à produção brasileira.

Quanto ao terceiro ponto, é um tema que, durante minha carreira anterior, no setor privado, sofri com muita intensidade. Infelizmente, temos uma burocracia que imagino seja herança da nossa origem ibérica. Talvez o Brasil seja o único país onde os direitos do cidadão precisam ser intermediados pela figura conhecida como despachante. Temos como objetivo e orientação do Presidente Lula facilitar a vida dos exportadores, reduzindo os entraves burocráticos. Estamos tratando com os nossos colegas do Ministério da Fazenda e também do Banco Central um caminho nesse sentido.

O ponto seguinte é a modernização do sistema de comércio exterior, o chamado Siscomex. Já temos praticamente pronta uma atualização do sistema. Gostaria de contar com o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores no sentido de dar total transparência ao Sistema de Comércio Exterior, de forma a se evitarem eventuais fraudes de subfaturamento, superfaturamento e venda de informações, que, em alguns casos, podem ocorrer pela não-transparência do sistema, principalmente no caso das importações. Proporemos à Receita Federal que nos apóie no sentido de dar ampla transparência ao sistema. Assim, cremos que poderemos evitar fraudes tais como a relacionada ainda esta semana em uma publicação, em que se mostrava o Presidente Lula usando uma caneta esferográfica importada. Talvez alguns dos presentes tenham a reportagem. Dizia-se que as importações eram feitas por até meio centavo de dólar por uma caneta esferográfica; portanto, com muita possibilidade de haver algum tipo de fraude de subfaturamento. Então, a modernização do Siscomex deverá dificultar muito qualquer tipo de fraude, pela transparência que o sistema dará ao público em geral.

O próximo ponto é a ampliação do acesso às informações. Foi feita uma pesquisa que diz que poderíamos ampliar as exportações dando maior condição de informações sobre o mercado, sobre oportunidades e, ao mesmo tempo, dando possibilidade a pequenas empresas de colocar, via Internet, seus catálogos de produtos em forma eletrônica, de maneira que possíveis interessados pudessem acessar essas informações para, com isso, poderem fazer contato direto com pequenas empresas com potencial exportador.

Ao mesmo tempo, encontramos, em órgãos do Governo brasileiro, quatro sistemas de informações sobre comércio exterior. Estamos tomando uma providência no sentido de transformar esses quatro sistemas em um sistema melhorado, compartilhado. Com isso, economizaremos recursos, hoje muito escassos no Orçamento da União.

O primeiro dos nossos objetivos é desenvolver uma agressiva política de promoção comercial. Tivemos o apoio do Governo e do Congresso. Uma Medida Provisória com a reformulação da Apex – Agência de Promoção de Exportações, passa agora a fazer parte da instrumentação do Ministério cujo Presidente e Diretor estão aqui presentes, no sentido de usar a inteligência comercial, identificar os alvos para ampliar geograficamente as exportações e com produtos,

dando uma extraordinária mobilidade à promoção comercial no exterior das exportações brasileiras.

O outro objetivo é o acompanhamento permanente, a divulgação e o combate às barreiras tarifárias. O nosso Senador Fernando Bezerra aqui presente, à sua época de Presidente da CNI, fez um trabalho extraordinário de compilação das barreiras que sofrem os produtos brasileiros, principalmente no chamado Primeiro Mundo, ou seja, o eixo composto União Européia, Japão e Estados Unidos.

O Brasil poderia duplicar as suas exportações em muitos setores no curto prazo, se conseguíssemos minimizar as barreiras que hoje sofremos. Há três frentes de oportunidade: a negociação na OMC, a negociação com a Alca e também Europa e Mercosul, que poderão nos dar condições de diminuir essas barreiras.

Falarei agora sobre as metas para este ano. Srªs e Srs. Senadores, temos como meta contratada com o setor privado um crescimento mínimo de 10% no valor das exportações brasileiras, o que significará um incremento de US$6 bilhões sobre o ano passado, que é um pouco mais do que 1% do PIB brasileiro, e que nos daria a oportunidade de criar, pelo menos, 400 mil empregos. Aliás, o nosso eminente Senador Ramez Tebet colocou na sua introdução que há o compromisso de criação de 10 milhões de postos de trabalho nestes próximos quatro anos de Governo. Só com o incremento nas exportações, poderemos criar, pelo menos, dois milhões de postos de trabalho nestes quatro anos. Esse número é bastante conservador, porque estudos do BNDES demonstram que, dependendo da composição e da agregação de valor nas exportações, a criação de empregos poderia chegar a um milhão de postos de trabalho por ano, com esse incremento das exportações.

Gostaria de dizer também que, no primeiro trimestre deste ano, graças ao esforço de todo o setor privado e também da promoção comercial, as exportações brasileiras estão crescendo acima de 20%.

O maior crescimento está sendo nos chamados terceiros mercados – Rússia, China, África do Sul, Índia, países árabes. Houve também o revigoramento do Mercosul com a recuperação da economia Argentina, bem como, claramente, o pacto andino, que tem representado o maior crescimento das exportações brasileiras neste ano. Só as exportações para a China vem crescendo em um nível maior do que 40% ao ano.

Temos programada, para um futuro muito próximo, uma missão à China e outra à Rússia. Nesta quarta-feira. estará chegando à Arábia Saudita, Rihad – acabei de falar com o nosso Embaixador junto àquele país –, uma missão capitaneada pelo Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, por intermédio de seu secretário executivo, para resolver problemas sanitários que hoje criam obstáculos à exportação brasileira para o Oriente Médio.

Essa mesma missão esteve no começo da semana em Moscou, resolvendo, também, entraves às exportações brasileiras, ou seja, não vamos economizar em energia e em logística para promover as exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, temos como meta a criação de 50 pólos produtivos no fomento à capacitação em **design** ou desenho.

Na verdade, a agregação de valor, em muitos casos, está ligada à capacidade de agregar ao produto brasileiro mais emoção.

Muitas vezes, dou como exemplo a comparação do custo de um quilo de algodão. Hoje, o maior produtor de algodão, no Brasil, é o Estado do Senador Jonas Pinheiro, Mato Grosso, que produz mais de 50% do algodão nacional. Mas a exportação de algodão em bruto tem uma baixíssima agregação de valor. Se esse algodão for transformado em fio, depois, em tecido e em uma estamparia com desenho brasileiro, haverá uma agregação de valor em cadeia. Agora, se esse produto for transformado em moda brasileira e for vestido em uma passarela por uma modelo brasileira de destaque internacional, teremos uma peça de roupa brasileira, com desenho brasileiro, que, em muitos casos, pesa meio quilo, um quilo e pode significar 50, 100 vezes o valor do algodão em bruto.

Então, com a criação de pólos produtivos, dando inclusive oportunidade a pequenas empresas para que agreguem valor e criatividade, poderemos, sim, fazer como os Srs. Senadores aqui presentes, que envergam um adereço por muitos considerado até desnecessário – a gravata – e que possivelmente não tenha tido um custo de R$5,00 em materiais e mão-de-obra. No entanto, aceitamos pagar muitas vezes mais, pelo fato de ter desenho, qualidade, etiqueta e alguma emoção. É disso que estamos falando, Srªs e Srs. Senadores.

Ao mesmo tempo, o Brasil é tradicional fornecedor dos produtos chamados pouco dinâmicos na exportação mundial. O dinamismo é relacionado à capacidade de crescimento mundial. Por exemplo, somos campeões na exportação de minério e também de produtos básicos na agricultura. Nada contra, porque o Brasil, sendo muito competitivo nesses setores, deve continuar exportando e ocupando o espaço mundial. Por outro lado, a demanda desses produtos no mundo atual cresce a uma velocidade muito baixa – 2%, 3%, 4% ao ano –, enquanto existem produtos

que têm um crescimento mundial de 10%, 20%, 30%, 40% ao ano.

Precisamos continuar estimulando a exportação de produtos básicos, que fazem realmente a espinha dorsal do saldo da balança comercial brasileira – só o setor do agronegócio neste ano representará quase US$25 bilhões no saldo da balança comercial, que será diminuído pelo déficit causado por outros produtos –, mas, por exemplo, na área de telefonia celular, o Brasil tornou-se hoje um exportador importante. O pólo industrial de Manaus representa atualmente, na sua geração de divisas, um segmento muito importante nessa área. Há outros setores, como o próprio setor automotivo que neste ano deverá crescer mais de 20%, em que o Brasil passa a ter um papel de protagonista, inclusive exportando seus produtos a mercados altamente sofisticados.

O nosso esforço será também no sentido de ampliar a participação de produtos dinâmicos, inclusive de moda, como já me referi, e também, em muitos casos, de artesanato, de pedras preciosas e de jóias. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de pedras preciosas e semipreciosas, mas esse item, na pauta de exportações, é muito pouco significativo, porque, infelizmente, uma boa parte dessa riqueza nacional é exportada em peça bruta e é até contrabandeada.

Temos tratado do próximo tema com o Presidente Lula. Temos um sonho, que se pode transformar em realidade: termos pelo menos uma dúzia de empresas multinacionais brasileiras ao final dos quatro anos deste Governo.

Muitas pessoas criticam as multinacionais, mas a verdade é que o desenvolvimento e a presença internacional dos países do Primeiro Mundo dá-se, em muitos casos, por meio das suas empresas.

Existe um livro de um famoso escritor norte-americano que compara o **hard power**, o poder duro, ao **soft power**. Aliás, neste momento de conflito no Oriente Médio, esse assunto está voltando à tona. A conclusão desse professor é de que o **soft power**, o poder macio exercido pela informação, pelo cinema, pelos jornais, pela mídia e pela presença das empresas, por cadeias de refeições tipo McDonald's é muito mais importante e será muito mais importante no futuro do que o poder duro, aquele exercido pela força econômica e pela força das armas.

O Brasil, que não é um defensor do poder duro, não tem hoje uma presença internacional à sua altura, seja por meio do cinema, da mídia, dos seus expoentes da literatura, da música, da arte, e também das suas empresas. É muito comum, quando se pensa num país, confundir a imagem de alguma empresa símbolo com a imagem desse país. Dou um exemplo: quando pensamos em Japão, pensamos em tecnologia, inovação, qualidade, e, provavelmente, vem à lembrança alguma marca ou algum produto de empresa japonesa.

Temos potencialmente empresas brasileiras que podem ser estimuladas na sua expansão para o exterior. Já temos mecanismos no BNDES para financiar investimentos de empresas brasileiras no exterior de maneira que essas empresas possam não só produzir canais de distribuição, mas inclusive finalização de produtos, montagem de produtos ou mesmo processamento de matérias-primas brasileiras, agregando valor no exterior, próximo aos mercados de consumo.

Quanto às principais iniciativas que estamos tomando em relação às exportações, já falamos sobre desburocratização, redução de custos financeiros através de linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), principalmente, e através dos Bancos privados e também dos Bancos públicos federais – o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal –, de maneira a poder dar condições de competitividade aos exportadores.

Essa questão é muito grave. Muitos Senadores e Senadoras aqui presentes sabem que a logística e a infra-estrutura em geral do Brasil não favorecem as exportações brasileiras. O nobre Senador Tasso Jereissati, em muitos momentos, referiu-se ao novo porto estabelecido no seu Estado como um canal importante para o destino das exportações. Infelizmente, a malha ferroviária e a malha viária do Brasil estão hoje extremamente prejudicadas. Ao mesmo tempo, é de conhecimento geral que o descarregamento de produtos nos nossos portos pode levar, às vezes, três ou quatro dias, o que faz com que a frota de transporte brasileiro seja enormemente subutilizada. Um caminhoneiro, que poderia fazer quatro viagens por mês do Centro-Oeste ao Porto de Paranaguá ou ao Porto de Santos, muitas vezes fica metade desse tempo parado na fila para descarregar. É necessário, então, a melhoria dos portos brasileiros, eliminando gargalos nos portos atuais e ampliando os novos portos.

Vamos inaugurar, ainda neste mês de abril, uma nova instalação no Porto de Santarém, saída natural para a Amazônia, o que é um sonho do Centro-Oeste e do Pará. Lembro-me de ter participado de um projeto no Centro-Oeste, em 1972 – há trinta anos, Senador -, que previa o escoamento via Santarém, e nós, até hoje, não viabilizamos o acesso ao Porto de San-

tarém. A nobre Senadora sabe que esse é um sonho antigo que poderá tornar-se realidade.

A logística é um grande gargalo das exportações brasileiras e deverá ter a devida prioridade neste Governo.

Quanto aos custos tributários, aos quais já me referi, já tive o prazer de ler por completo a apresentação do meu colega e extraordinário Ministro Antônio Palocci junto a esta Comissão e inclusive de conhecer o pensamento dos Senadores que puderam naquele momento intervir. Sei que S. Exª deu muito boas notícias nesse aspecto.

Um problema grave é a difusão da cultura exportadora e o aumento de base de empresas e produtos. Temos uma excessiva concentração: cerca de cem empresas brasileiras representam mais de 50% da exportação nacional. Ao mesmo tempo, vinte produtos são responsáveis por mais de 50% da exportação brasileira. Temos certamente uma subutilização dos nossos recursos de produção, inclusive no setor privado.

Estive com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua comitiva de Ministros visitando o Piauí e uma das primeiras medidas que tomamos no Ministério foi mapear, Estado por Estado brasileiro, as exportações atuais: os produtos, as empresas e o destino.

O Piauí, Srªs e Srs. Senadores, conta com apenas 18 exportadores registrados. Um Estado com o potencial do Piauí, com a segunda melhor mina de opala do mundo, com a riqueza do seu artesanato e da sua produção agrícola, principalmente o babaçu e a castanha de caju, ter 18 exportadores! Quer dizer, há uma incapacidade nossa, até hoje, de formar uma cultura exportadora criando instrumentos, motivando as empresas, fazendo com que elas se congreguem em agrupamentos industriais voltados para a exportação e, ao mesmo tempo, para novos produtos.

As Srªs e os Srs. Senadores que tiverem a oportunidade de visitar o nosso Ministério – grande prazer terei em recebê-los – verão que mandei instalar uma exposição de artesanato brasileiro, que é renovada semanalmente. É impressionante a riqueza do nosso artesanato, que pode ser mobilizado para a exportação, seja ele do Centro-Oeste, do Norte, do Sul, do Sudeste. Todos esses produtos significam geração de emprego no interior da região e, ao mesmo tempo, difusão da cultura brasileira.

Estive, na semana passada, visitando os famosos consórcios de pequenas empresas na Itália. A minha equipe lá permaneceu por mais de duas semanas. Desenvolvemos um forte vínculo com o Sebrae, que conta hoje com 20 especialistas absorvendo conceitos de agrupamentos de consórcios de pequenas e médias empresas voltadas para a exportação. Há várias iniciativas, uma na Paraíba, outra em Uberlândia, Minas Gerais, outras no Sul, outras no interior de São Paulo, criando consórcios de pequenas empresas voltadas para a exportação. Essa seria a grande solução para a geração de empregos.

Estive reunido com o presidente da região do Veneto, no norte da Itália, onde há 500 mil empresas, congregando 5 milhões de trabalhadores, ou seja, uma média de dez empregados por empresa. Essas pequenas empresas elaboram produtos de alto valor agregado, inclusive calçados de marcas extraordinárias, francesas, italianas, com **design**. São produtos de alta qualidade, que, em muitos casos, utilizam matéria-prima brasileira – no caso, o couro.

Inauguraremos no mês de maio, juntamente com o Ministro italiano do Comércio Exterior, um novo pólo moveleiro, em parceria com a Prefeitura de Uberlândia, envolvendo dezesseis pequenas empresas italianas e outras tantas mineiras. Esse é um caminho de grande sucesso. A parceria envolve o Ministério do Trabalho, cujo titular é o Ministro Jaques Wagner; o Ministério da Agricultura, cujo titular é o Ministro Roberto Rodrigues; o Ministério de Ciência e Tecnologia; e, em muitos casos também, a Ministra Marina Silva, porque é necessário o apoio da área de meio ambiente.

O aumento da produção exportável. As Srªs e os Srs. Senadores sabem que o Brasil não utiliza 50% da área agricultável. Nos últimos dez anos, a produção brasileira dobrou na área agrícola sem aumento da área utilizada. Isso quer dizer que a produtividade foi o grande fator responsável, e, nesse caso, políticas de estímulo à exportação, aliadas a políticas de financiamento. Nesse particular, gostaria de parabenizar o Congresso brasileiro por ter dado um fim produtivo àquela longa negociação das dívidas agrícolas, que acabava tomando uma grande parte do debate público. O Governo brasileiro fez um grande sacrifício em forma de concessões, mas o resultado concreto é que estamos batendo recordes acima de recordes na produção, com ganhos de produtividade, com geração de empregos e com um saldo na balança comercial extraordinário. Mas também precisamos fazer isso no setor industrial e no setor de serviços.

O Brasil, pela capacidade de seu povo, tem grande potencial de exportação de serviços de engenharia, de software, e, na área cultural, de novelas, de filmes, de livros. Um escritor brasileiro, hoje membro da Academia Brasileira de Letras, já vendeu 53 mi-

lhões de livros. É uma marca fantástica desse escritor brasileiro, cujas obras hoje são publicados em dezenas de idiomas. Na Rússia, já vendeu mais de um milhão de exemplares, e, no Irã, mais de dois milhões. Isso significa difusão da cultura brasileira e também uma porta de entrada para a exportação de produtos brasileiros. O eminente escritor Paulo Coelho se dispôs a acompanhar missões brasileiras para mercados em que é conhecido e reverenciado.

Quanto à defesa comercial, há instrumentos em nosso Ministério, na Secretaria de Comércio Exterior, que possibilitam ao Brasil e às empresas brasileiras o exercício de seus direitos para coibir a concorrência desleal. Ao mesmo tempo, podemos apresentar nossos pleitos nos fóruns internacionais, como temos feito em parceria com o Itamaraty, por intermédio da Câmara de Comércio Exterior – Camex, no sentido de ter a nossa defesa visível. Neste momento, comemoramos a vitória em uma batalha relativa ao aço contra o protecionismo americano. Esse é um tema importantíssimo.

Hoje não temos apenas dificuldade de acesso aos principais mercados. Nossa exportação de produtos agropecuários para os Estados Unidos é praticamente zero, não só em virtude de medidas de proteção não tarifária, seja na área sanitária, seja na de regulamentos, mas também em virtude da concorrência desleal na venda de produtos subsidiados, que são vendidos a terceiros mercados, muitas vezes com subsídios que vão até 40%, 50%, e que retiram valor das exportações brasileiras, ocupando espaço indevido. Essa é uma luta antiga que estamos retomando, com muito esforço e motivação, junto com o Itamaraty e com o Ministério da Agricultura.

A criação de subsidiárias em empresas brasileiras no exterior é importantíssima para deixarmos de ser um exportador FOB – **Free on Board** -, o que quer dizer posto dentro do navio em porto brasileiro, para sermos um exportador que entrega a mercadoria ao interessado no destino, evitando esse **gap**, esse tempo. Muitas vezes, a finalização da exportação do Brasil para o Japão leva quarenta dias, considerando o período de produção na fábrica e o de entrega ao destinatário. Se tivermos armazéns de entrega no local, será possível receber o pedido num dia e entregá-lo no dia seguinte, podendo concorrer com muitos fornecedores mais próximos, como a Tailândia, a Malásia e a Indonésia, que hoje atendem ao mercado japonês, que fica a uma pequena distância.

O ponto seguinte que gostaria de abordar é a promoção e a defesa comercial, de que já falei em linhas gerais. V. Exªs vão ter muitas boas notícias da divulgação de produtos brasileiros no exterior, mediante a participação em feiras – participaremos de cinqüenta a cem feiras no exterior –, levando pequenas empresas. Recentemente, em março, estivemos na maior feira de calçados na Alemanha. Geramos um convênio com a Promos, a maior empresa de feiras da Itália, com sede em Milão, e parcerias com empresas alemãs. Vamos estar presentes também em outros países. No próximo ano, teremos um grande evento na Inglaterra com uma das maiores cadeias de lojas de departamento, chamada Selfridges. Estive em Londres, na semana passada, tratando desse assunto com o nosso novo embaixador, José Maurício Bustani. A nossa presença no exterior será muito viva e os resultados aparecerão em curto e médio prazo.

Este ponto já mencionei, a nossa capacidade de defender os interesses nacionais. Não vamos perder nenhuma oportunidade de expor o nosso interesse e de pleitear, dos nossos parceiros comerciais, o reconhecimento dos nossos pleitos.

Estamos implantando um plano estratégico de promoção comercial, com inteligência comercial. Isso quer dizer que, em vez de fazermos uma promoção generalizada – como se fosse uma propaganda no **Jornal Nacional**, que é visto por 60 milhões de brasileiros, dos quais talvez só 5 ou 10% têm condições de comprar o produto –, a nossa estratégia, usando os escassos recursos brasileiros, é usar a inteligência comercial, elegendo alvos, produtos, e fazendo a promoção comercial diretamente onde o resultado é mais positivo, em curtíssimo prazo. Já começamos isso em março.

Quanto à capacitação de profissionais para o comércio exterior, temos um convênio estabelecido com o Itamaraty e também com universidades, de forma a capacitar jovens brasileiros no esforço do comércio exterior. Ao mesmo tempo, estamos estabelecendo convênios com órgãos no exterior, de forma a treinar profissionais brasileiros, com estágios em países de destino de mercadorias brasileiras.

Quanto à continuidade das negociações, ainda ontem estivemos em Assunción, no Paraguai, criando o I Fórum de Competitividade do Mercosul, juntamente com os Ministros de Comércio e Indústria do Mercosul, podendo fazer uma frente única do Mercosul em relação a terceiros mercados. No mês passado, estivemos no Japão, também acompanhando as negociações da OMC.

Queremos ampliar os mecanismos de defesa da promoção nacional, reforçando a nossa equipe, acompanhando as negociações abertas, apoiando os negociadores do Itamaraty, em parceria direta com a

nossa representação em Genebra, junto à OMC, e em Bruxelas, junto à União Européia. Também pretendemos estimular, por meio de cartilhas, o exportador a pleitear a sua defesa, além de divulgarmos permanentemente, como já disse, as barreiras tarifárias, de maneira que possa estar muito vivo, junto aos setores exportadores, quais são as dificuldades de acesso ao mercado.

Também queremos evitar que as dificuldades e as negociações do Mercosul tenham de se resolver junto à OMC, como ocorreu recentemente, criando condições, dentro do Mercosul, para essa solução. A nossa equipe do Ministério, que está aqui presente, para conhecimento das Srªs e Srs. Senadores, reúne-se a cada 15 dias com a contraparte argentina, uma vez no Brasil, outra vez na Argentina – a próxima reunião será semana que vem, em Montevidéu –, de forma a podermos, amistosamente, resolver os contenciosos do Mercosul, evitando perda de tempo e de dinheiro.

Em relação aos acordos bilaterais, estamos negociando com a China, com a Índia, com a Rússia, com a África do Sul, com o Peru, de forma a podermos abrir mercados e ampliar a presença das exportações brasileiras.

Sei que o nobre Senador Ney Suassuna dedica parte do seu tempo à relação com países árabes e também com os do norte da África. Temos grande interesse de nos colocarmos presentes nesses mercados. A posição do Governo brasileiro, do Presidente Lula, claramente favorável à paz, nos coloca em uma posição muito simpática em todos esses países. Sabemos que, independentemente das dificuldades do momento, estaremos presentes sistematicamente em todos os mercados, desprezando até o risco que alguns suscitam no transporte aéreo internacional.

Quanto às cadeias produtivas, como já me referi, estamos trabalhando na sua competitividade. Trouxe para ser o Secretário dessa área um ex-superintendente do BNDES, para dar amplitude aos fóruns de competitividade. Já iniciamos as reuniões setoriais, ainda no mês de março. Temos já vinte setores. Apenas para dar uma idéia às Srªs e aos Srs. Senadores, os fóruns de competitividade reúnem governos e setor privado, como também as associações de trabalhadores e os sindicatos, de forma a dar uma amplitude à cadeia produtiva. Muitas vezes há problemas entre os setores supridores de matérias-primas e os de produtos semi-elaborados, até os produtos finais. Essa experiência é muito boa para dar uma unicidade às cadeias produtivas.

Duas cadeias produtivas nos preocupam de modo particular: o setor eletroeletrônico, que tem grande presença no pólo industrial de Manaus e é responsável, hoje, por cerca de US$ 6 bilhões de déficit de balança comercial; e o setor químico e petroquímico, hoje responsável por cerca de US$ 2,5 bilhões de déficit de balança comercial. Com a perspectiva de crescimento do mercado brasileiro, e da auto-suficiência em petróleo nos próximos três anos, bem como a de necessários investimentos, inclusive com pleitos de refinarias novas, que deverão ser construídas, e também no fornecimento de matérias-primas para o setor secundário e terciário da cadeia, pretendemos trabalhar muito, oferecendo alternativas ao Governo do Presidente Lula, ao Congresso Nacional e ao setor privado.

Vinte cadeias produtivas, como eu disse, estão sendo estudadas nesse fórum de competitividade. Como também já me referi, ontem tivemos a implantação do I Fórum de Competitividade do Mercosul, e um programa de atração de investimentos, estimulando a instalação no País de unidades industriais onde o Brasil não tenha hoje auto-suficiência e, ao mesmo tempo, em muitos casos, a produção local.

Esse é um resumo das principais iniciativas.

O BNDES tem dado grande ênfase ao financiamento das pequenas empresas. Neste primeiro trimestre, cresceu 16% a disponibilidade de recursos às pequenas empresas exportadoras. Ao mesmo tempo, o Modernfrota vem dedicando um valor extraordinário à modernização da produção agrícola exportável; ao adensamento da cadeia produtiva do setor eletroeletrônico, inclusive com a produção nacional de semicondutores, que é hoje uma lacuna muito grande; e à capacitação tecnológica em parceria com o nosso colega Ministro da Ciência e Tecnologia, de forma a não somente fazer a ciência pura, mas ter um efeito prático, de curto prazo, na produção nacional.

Uma visão setorial. Quanto ao uso do álcool combustível, estive no Japão e na Suíça. Com o Protocolo de Kyoto, mais e mais países vão estimular a mistura do álcool à gasolina. O Japão vai começar com o uso de 3% na gasolina, indo para 10%. Quando o Japão colocar 10% de mistura na gasolina, o consumo japonês de álcool será equivalente à metade da produção atual brasileira. Somente a Suíça consumirá 500 milhões de litros, por ano, de álcool que poderá ser brasileiro, e também o biodiesel, que poderá ser uma grande oportunidade para as exportações nacionais.

Ao mesmo tempo, há uma nova tecnologia de concentração do álcool hidratado para o álcool anidro, não utilizando energia, mas por meio de uma fil-

tração chamada nanotecnologia, já está em testes no Brasil, em Piracicaba, que poderá dar um grande avanço, se aprovada, à competitividade do álcool anidro brasileiro.

Finalizando, o fortalecimento das micros, pequenas e médias empresas, um ponto que o Presidente Lula levanta permanentemente, com acesso ao crédito, com condições à implantação dos telecentros de informações e negócios. Reduzir a taxa de mortalidade das pequenas empresas, que é elevadíssima hoje; no primeiro ano, quase metade das empresas morre.

O acesso ao crédito. A comercialização de microcomputadores, que daria um alento à capacidade produtiva brasileira e, ao mesmo tempo, uma modernização das pequenas empresas, com acesso à informação e à Internet. Isso, em parceria com o Ministério do Trabalho e com o Ministro Ciro Gomes, do Ministério da Integração Nacional.

O fortalecimento das parcerias com o Sebrae e a Apex. O segmento artesanal a que já me referi. O Fórum Nacional de Secretários de Estado, de Indústria e Comércio Exterior.

Alguns Estados já estão criando secretarias de comércio exterior, como é o caso dos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. O Governador do Ceará também tem manifestado desejo nesse sentido.

A simplificação do processo de registro mercantil, que ainda é um grande entrave à criação de pequenas empresas.

O Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, a que pretendemos dar uma dinâmica maior.

O Pólo Industrial de Manaus, que é hoje moderno, desenvolvimentista, muito diferente do que era há 20 ou 30 anos, quando o conheci, promovendo não somente o desenvolvimento sustentável, mas também o desenvolvimento tecnológico.

Tive o prazer de visitar dois centros de pesquisa em Manaus, um funcionando perfeitamente, e outro inaugurado no final do ano, infelizmente ainda não equipado em termos de recursos humanos e de laboratórios, que é o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Conversei, durante o fim de semana na Granja do Torto, com os dirigentes do BID no sentido de mobilizar recursos internacionais do Governo brasileiro para rapidamente equipar esse centro que poderá dar uma condição de exploração dos recursos da Amazônia, uma preocupação constante do Presidente Lula, que diz que nós estamos deixando esvaírem-se pelos dedos as riquezas da Amazônia, permitindo que outras empresas internacionais – outros países – se apropriem dessa vantagem. Ao mesmo tempo, esperamos a simplificação do processo de importação e exportação quanto à burocracia, que hoje cria obstáculos.

Finalizando aqui as principais questões, também há a requalificação profissional em Manaus, que tem hoje uma taxa de desemprego muito alta e, ao mesmo tempo, precisa de profissionais capacitados para os desafios que estão vindo.

Tive uma reunião com cinco Governadores da região. Vamos ter uma próxima reunião na semana que vem, aqui, em Brasília. Estamos tomando todas as providências na região, de comum acordo com os Governadores dos diversos Partidos políticos.

Os dois institutos que integram o nosso Ministério são o INPI e o INMETRO, ambos localizados no Rio de Janeiro. Na próxima quinta-feira, visitarei o INMETRO. Sabemos que esses institutos têm um grande papel a realizar, mas, hoje, estão subdimensionados. No INPI, 40% dos funcionários vão se aposentar nos próximos três anos. O salário de entrada no INPI para uma carreira que requisita pós-graduação é de apenas R$1,1. Pode-se perceber a nossa dificuldade de atrair mão-de-obra competente. Senador, V. Exª sabe que precisamos olhar o INPI como uma ferramenta extraordinária de propriedade intelectual, de dar condições ao setor público e ao setor privado, e não como uma autarquia que, simplesmente, está lá para cumprir tabela.

Vou propor ao Governo a contratação de técnicos – não precisamos de muitos, mas precisamos de técnicos suficientes para proceder à modernização. E, ao mesmo tempo, com a abertura do Brasil às negociações internacionais, esses dois institutos precisam estar tecnologicamente aparelhados e modernos, à altura dos institutos internacionais.

Aqui, são parcerias na área de certificação da produção de frutas, da certificação de origem, inclusive com o Ministro da Pesca, que, hoje, é um ponto importante na produção e exportação brasileiras. Nas áreas de couro, calçados, aço, madeira e aeroespacial, estamos instalando, nessa semana, o fórum de competitividade aeroespacial.

Há algumas coisas a que já me referi rapidamente, e esse texto será distribuído às Srªs e Srs. Senadores.

A certificação florestal também. Estaremos, agora, em abril, certificando, pela 1ª vez, uma iniciativa de produção florestal brasileira. Há muitas barreiras, no exterior, em relação a esse tema e o Brasil deve se antecipar, evitando que o acesso ao mercado seja obstaculizado por acusações, muitas vezes, sem

nenhum fundamento, uma vez que, como todos sabem, a maior parte da produção brasileira do setor florestal, mais de 90%, é de floresta plantadas e não de florestas naturais.

A defesa do consumidor, através do portal do consumidor.

Sr. Presidente, perdoe-me o excesso do tempo e o entusiasmo. Estou terminando a minha apresentação. Fico, com muito prazer, à disposição das Srªs e Srs. Senadores para as questões que, espero, a minha apresentação tenha despertado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, daremos início, agora, ao nosso debate. Mas, antes, Sr. Ministro, vou me pretender fazer aqui duas denúncias, para ser franco, e peço que V. Exª ajude.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os estabelecimentos oficiais procedem, às vezes, de forma até arbitrária. Vou dar um exemplo a V. Exª: Um industrial fez um acordo com um estabelecimento de crédito – o Banco do Brasil, o caso é real -; há sete anos, saldou a sua dívida; e, agora, quer montar uma indústria com recursos do Fundo do Centro-Oeste. O Conselho do Centro-Oeste aprovou sua carta consulta e o Banco do Brasil entende que o empreendimento é viável, mas ele está no vermelho, sem lei, sem nada. No entanto, pela legislação penal, uma pessoa que pratica um delito passa a ter, depois de um certo tempo, direito até ao que se chama de reabilitação, ou seja, ela limpa completamente o seu nome. Quer dizer, isso, positivamente, é um absurdo.

Outra coisa é que, às vezes, o estabelecimento que gera esses recursos, ou, no caso, que administra esses recursos, o órgão desses fundos constitucionais – cada um tem um órgão que aprecia essas medidas – dá um projeto como viável, mas os estabelecimentos de crédito, os Bancos – digo Bancos, mas, especificamente, cito o que administra o Fundo do Centro-Oeste –, que não têm empresários nos seus quadros, que estão diminuindo, pela automação, o número de seus servidores, dizem: "Não, a essa indústria não vamos conceder empréstimo, porque ela não é viável." Mas por que não é viável? "Porque achamos que não é viável."

Considero esse julgamento arbitrário, porque é feito por quem não tem competência para fazê-lo, pois não há órgão competente para analisar. Então, penso que V. Exª, se entender razoável, deveria atuar junto ao Ministério da Fazenda – estou fazendo isso também – e junto ao próprio Banco para que essas coisas não aconteçam.

No caso que citei, está havendo uma punição, um castigo à pessoa. Positivamente, num Brasil que precisa de empregos, que precisa se expandir, isso é um verdadeiro absurdo.

Vou conceder a palavra ao autor do requerimento, Senador Arthur Virgílio. Depois, concederemos a palavra a um Senador de cada Partido, de forma intercalada, obedecendo à ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Ministro, começo até pelo fim, porque considero inaceitável que qualquer preconceito ou qualquer eiva de desinformação passe pela cabeça de um Ministro da área ligada ao Parque Industrial de Manaus. O grosso do déficit de balança comercial do setor elétrico/eletrônico se dá no Centro-Sul. Então, ao contrário, estamos vendo, de US$1,1 bilhão do ano passado, a título de exportações, atingir-se-á, agora, alguma coisa acima de US$1,3 bilhão. Imagino que, gerido esse sistema por pessoas competentes como V. Exª, lá para 2005, teremos equilíbrio na balança comercial da Zona Franca.

Até agora, foi muito bem empregada a renúncia fiscal na região: o Amazonas é o terceiro arrecadador de ICMS **per capita** do País; o Amazonas, que tem metade da população do Pará, arrecada mais tributos federais do que Pará, Amapá, Acre, Rondônia e Roraima juntos, ou seja, essa é a prova de que existe, lá, uma experiência repleta de êxito. Em ano de crise, o Parque Industrial de Manaus fatura US$ 8 a 9 bilhões; quando não tem crise, já chegou a US$13 bilhões.

Por outro lado, se não soubermos, a partir da sua iniciativa e da sua liderança, transformar essa questão, indo para a agenda certa, em algo essencial para o entendimento do brasileiro, como sendo essa uma ação estratégica do Brasil e não uma questão paroquial que eu estaria levantando como mero representante do Amazonas, iremos mal.

Amanhã, discutir-se-á água, ou a competência da Amazônia para gerir aquela região tão rica em recursos. Estamos vendo, hoje, a guerra pelo petróleo; amanhã, pode ser uma guerra pela água, ou seja, temos que ter, todos nós do Brasil, a concepção clara de que não tem nada mais nacional, não tem nada menos paroquial, não tem nada mais estratégico, não tem nada menos injusto do que olharmos desproconceituosamente a região.

Então, queria saber de V. Exª se há preocupação sua quanto à prorrogação do modelo e que planos há para a divulgação nesse sentido de fazer o Brasil incorporar aquilo como uma questão sua, nacional, e não como algo paroquial que eu defenderia como se fosse a abertura de um furo que atrapalhasse a navegação local. Como se salvaguardaria o Parque Industrial de Manaus na questão da Alca?

Peço-lhe a liberação dos processos produtivos básicos que estão parados há muito e precisam ser, de fato, liberados para que se possa fazer aquilo que é uma obsessão do Presidente Lula e – acredite, Presidente Lula – é minha também, que é gerar empregos.

Ainda há essa pendência, que está quase na solução final, de deixar que nós, do Parque Industrial de Manaus, sejamos considerados um terceiro país na hora do Mercosul.

V. Exª falou do INPI, e eu diria, logo, que a coisa mais justa, parece-me, seria acabar com a interinidade que há lá, nomeando alguém para valer, demitindo o interino, porque é muito importante. Estamos falando de algo extremamente importante para o futuro das empresas brasileiras: INPI. Assim como é importante para as empresas brasileiras, é importante para o mundo inteiro. Já se cuida de fazer um megaorganismo internacional para cuidar da propriedade industrial.

Portanto, creio que as pessoas que sobraram do Governo passado deveriam ser logo demitidas para que se nomeassem outras, de confiança do Governo atual, para não perdermos mais tempo com isso, para virarmos essa página para valer. O INPI é uma grande preocupação que tenho. Creio que deveria ser colocado alguém da absoluta confiança do Governo, alguém forte, alguém prestigiado, para podermos levar a sério tudo que foi posto. Confesso que fiquei irritado com isso. Vim para dançar uma valsa com V. Exª, mas como "tocou na minha perna", dançamos mesmo um **rock and roll,** ainda que eu tenha muito apreço pelo empresário exitoso e que não queira que fracasse no serviço público. Quero que V. Exª tenha tanto êxito no serviço público como teve como exportador e como empresário.

Gostei muito do que ouvi no restante. Exceto a parte da Zona Franca de Manaus, gostei do resto. Os primeiros três meses me pareceram de paralisia. Cheguei até a lhe fazer um requerimento de informações tendo em vista a demora na demissão de fulano para o preenchimento de cargo estratégico. No dia 6 de março, finalmente, V. Exª fez as nomeações. Ao mesmo tempo, estou vendo que medidas de promoção de políticas industriais que vinham sendo tocadas pela gestão do Embaixador Sérgio Amaral estão paralisadas. Eu queria saber do efeito prático disso tudo. Os **fori** de competitividade, as Câmaras setoriais, envolvendo empresários, trabalhadores e Governo, também as vejo paradas. Vou aqui apelar para a honestidade, que é inquestionável, de V. Exª. Os tais R$3,6 bilhões de saldo de balança comercial, no Brasil, são fruto não do brilhante trabalho que haverá de aperfeiçoar e melhorar esses números, mas de contratos, de acordos e de acertos feitos no Governo anterior: acordo bilateral com o México; projetos como Marca Brasil. Concordo com essa história de se usar Ronaldinho, Paulo Coelho, mas promoção comercial vai além disso, não deve ficar só nisso.

Cito o exemplo brilhante do acordo com o México. As exportações brasileiras para o México cresceram em 35% em função do que vinha para trás. Acho que a gestão de V. Exª vai ser julgada a partir de maio. O que vier de bom e de ruim – espero que só venha coisa boa – seja julgado a partir de maio. Até agora é resultado, em cadeia e vegetativo, do que se fez de lá para cá.

Quero ainda dizer que a sua Pasta é muito importante para a minha região e para a minha concepção de desenvolvimento brasileiro. Logo, eu não gostaria de vê-la esvaziada.

Vejo o Ministério da Defesa pegando naco de discussão das empresas aéreas; vejo o Ministério das Minas e Energia discutindo outro naco, toma do BNDES a discussão da dívida da AES com a Eletropaulo. Vejo a questão do protecionismo agrícola muito sob a alçada dessa outra figura competente. Há duas pessoas em quem deposito fé neste Governo, além do próprio Presidente Lula: são V. Exª e o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. E vejo as negociações bilaterais com o Itamaraty, com o Embaixador Sérgio Amaral que, para mim foi o melhor de todos do período do Governo Fernando Henrique – houve gente muito boa e gente muito ruim ali.

No BNDES existiam problemas sérios. Eu não concordo com o Carlos Lessa quando ele fala no hospital de empresas. Vejo o BNDES paralisado. No primeiro bimestre deste ano, as consultas para novos financiamentos caíram em 70%, e as aprovações de financiamento para novos financiamentos caíram 66,6% de R$7,1 bilhões para R$2,4 bilhões.

Sr. Presidente, estou com um pouco mais de tempo, porque peço que V. Exª desconte o tempo que usei da palavra para referir-me ao meu Pantanal, que foi citado.

Então, até agora, nada do que o PT prometeu foi feito. Quero saber o que vai haver de prático.

Perguntas: como pretende V. Exª levar as exportações se o Governo Lula não tomar efetivas ações de promoção comercial, por exemplo, continuando o que já vinha dando certo no período anterior?

Como impulsionar a atividade produtiva interna diante da paralisia que os números do BNDES exibem? Os procedimentos internos do BNDES estão sendo completamente revistos e antigas estruturas inteiras desmontadas. Como esperar que um Banco assim seja a alavanca de projetos de resgate da dívida social inclusive como prega o Governo?

Finalmente, Sr. Presidente, o Vice-Presidente do BNDES, Sr. Darc Costa, disse, ao jornal **Valor Econômico,** que setores que interessarem ao País desenvolver serão socorridos pelo Banco – temo muito isso. É a questão de quem escolhe. Aliás, tenho um pouco de medo do Dr. Carlos Lessa. Não me chamem de Regina Duarte, mas tenho; de V. Exª eu não tenho, mas dele, tenho um pouco.

Finalmente, eu queria ver o MIDIC mais ativo, discutindo a questão da produtividade no âmbito da reforma tributária, que é essencial como meta do nosso País, como arma do seu Ministério, para que possamos pensar em desenvolver a nossa competitividade.

Espero não lhe ter tomado tempo demasiado. Desejo-lhe novamente os êxitos do empresário ao homem público, correto, ativo e competente, que, tenho certeza, V. Exª, ao fim e ao cabo, terminará por ser.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro, por cinco minutos.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. A minha experiência de 39 anos no setor privado, do qual me desliguei – aposentei-me – em definitivo para servir o Governo do Presidente Lula por quatro anos, me dá a tranqüilidade de interpretar muito positivamente as suas preocupações e as suas perguntas.

Em primeiro lugar, sou um grande fã do pólo industrial de Manaus. Talvez o ilustre Senador não tenha conhecimento, mas conheço o pólo industrial desde os anos 70, porque a empresa onde trabalhei se instalou ali como distribuidora de produtos alimentares, sendo o principal abastecedor de proteína animal do pólo de Manaus.

O desafio que V. Exª coloca, de fazer o pólo ser equilibrado, ou superavitário em termos de moeda forte para o ano 2005, foi objeto da minha reunião com empresários e também com órgãos púbicos durante a minha visita, no final de fevereiro, a Manaus.

A diversificação e a agregação de valor são prioritárias. Ao mesmo tempo, como lhe disse, a produção de biotecnologia, medicamentos, cosméticos, pode ser uma grande fortuna. O Brasil exporta milhões de toneladas. Embora não seja um usuário, há potes de creme, às vezes com 40, 50 gramas, que têm um apelo emocional e uma tecnologia e são vendidos por mais de R$100. A ilustre Senadora Ana Júlia deve conhecer bem isso, por observação, como eu. Mas a verdade é que há coisas que são únicas no Brasil, das quais podemos ter registro de origem, apelação controlada, mas não estamos fazendo isso.

V. Exª diz que houve um atraso na demora de nomeação. É verdade, houve um atraso, e foi intencional. Por exemplo, no caso da Suframa, fiz um acordo com os Governadores da região, ainda no final de dezembro, que teria 90 dias para poder indicar a transição. Além disso, o atual superintendente é uma pessoa, no meu modo de ver, muito competente, e na opinião dos Governadores também.

No caso do INPI, Senador, estou estudando, com o meu Secretário de Tecnologia Industrial – que, acho, é conhecido das Srªs e Srs. Senadores, o Sr. Roberto Jaguaribe, um diplomata experiente nas negociações externas, que eu trouxe lá da Embaixada de Washington –, uma reestruturação do INPI. Talvez equivocadamente, quero ter um projeto para o INPI para dizer quem vai pilotar o projeto. O interino não é o Presidente antigo, é um dos diretores que ficou interino, um técnico.

Quando V. Exª fala, de forma adequada, que o resultado das exportações nesse primeiro trimestre, em boa parte, vem da inércia, ou seja, processos em andamento, gostaria de lembrar também dois pontos que talvez tenham passado despercebidos. O primeiro está ligado a São Pedro. No ano passado, tínhamos expectativas de recordes de safras e, no final, houve uma frustração. O nobre Senador Ramez Tebet, que acompanha muito essa área, sabe que tivemos seca no Sul, dificuldades climáticas também no Centro-Oeste e produtividade mais baixa.

Neste ano, São Pedro aderiu completamente ao novo Governo, passou a fazer parte da nossa retaguarda, porque tudo o que tinha de dar certo deu certo: chuva na hora certa, clima favorável. O que ficou esquecido é que, até o mês de junho, teremos o dólar corrente ao redor de um real acima do seu valor no ano passado. Portanto, até o mês de junho, mantido o atual nível de R$3,30, teremos o **spread** de US$1 em relação aos cerca de R$2,40 do ano passado. Portanto, há o efeito inercial do câmbio. A partir de junho, teremos o dólar igual ou inferior ao do ano passado.

Então, quando V. Exª diz que a nossa prova de fogo – minha e da minha equipe – será no segundo semestre, eu concordo plenamente, porque não teremos nem a ajuda de São Pedro, nem a ajuda do dólar.

Quando V. Exª elogia o meu colega Sérgio Amaral, eu concordo plenamente. É uma extraordinária pessoa, um bom amigo e, felizmente, agora está saindo do hospital, depois de três semanas de internação para uma cirurgia banal, que acabou se transformando num problema grave. Quando se fala que o Ministro Sérgio Amaral escolheu algumas prioridades geográficas, não cabe a mim reinventar a geografia econômica mundial. Estou de pleno acordo, inclusive participei da escolha das prioridades, como setor privado, de que China, Índia, Rússia são efetivamente prioridades do Brasil, e não posso agora dizer que não são. As coisas certas são certas.

V. Exª diz que não devemos ter pessoas do governo passado. O Presidente Lula só fez uma exigência na nomeação da minha equipe: que todas as pessoas deveriam passar por um crivo de verificação de honestidade. Essa foi a única exigência do Presidente. Não tenho nada contra pessoas eficientes, técnicos do governo anterior. O meu Secretário de Comércio Exterior, Ivan Ramalho, é um profissional de alto valor, que vem do governo anterior e está integrado à nossa equipe.

Gostaria de lhe dizer que, ao longo dos anos, aprendi a trabalhar em equipe. A minha assessoria de imprensa me critica permanentemente porque eu não atendo – e os profissionais de imprensa sabem disso – com a assiduidade que deveria os nossos companheiros da imprensa. Na verdade, tenho muita preocupação em produzir resultados e motivar a equipe e sei que, neste início de Governo, mais do que anunciar pedras fundamentais, temos de fazer uma base sólida de produção de resultados, que virão certamente. Espero que não só o Presidente, mas as nobres Senadoras e Senadores cobrem os resultados.

Acompanho o transporte aéreo com o meu colega, Ministro da Defesa. Modestamente, surgiu do nosso Ministério a proposta de solução por meio do setor privado, mas S. Exª é a pessoa indicada para contribuir, e sou seu assessor.

Quanto à AES, partiu do nosso Ministério a clara orientação de que o assunto deve ser tratado no âmbito do Banco e de seu cliente, não se devendo travar uma discussão pela mídia, pois isso não contribui em nada para a construção de uma solução. Isso está sendo feito, e estamos trabalhando de comum acordo com a nossa colega, Ministra Dilma Roussef.

Roberto Rodrigues é para mim um parceiro de muitos anos. Em relação ao Itamaraty, uma vez por semana tenho uma reunião com o Ministro Celso Amorim, afinando nossos pontos de vista. Ontem, estive com Mario Vilalva, chefe da Promoção Comercial, até às 23h, em Assunción, sem qualquer dificuldade.

Agora, se V. Exª diz que o espaço da mídia está sendo tomado, eu não me importo com isso, porque, muitas vezes, é a versão do fato que vale. A minha equipe tem compromisso com resultados e a paternidade dos resultados será do governo do Presidente Lula, seja quem for que bata o pênalti – isso é irrelevante. Vamos causar surpresas extraordinárias na promoção das exportações, coisa que este País nunca viu antes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, V. Exªs terão a oportunidade de colaborar conosco. Aliás, já sugeri ao Presidente e ao nosso Líder, Senador Aloisio Mercadante, que congressistas acompanhem as missões comerciais – não para fazer turismo, mas para trabalhar, para ajudar a fazer pressão política. Em muitos casos, a presença de membros do parlamento ajuda a abrir mercados. Gostaria de ter nas missões comerciais um, dois ou três senadores ou senadoras que nos ajudassem nisso, principalmente aqueles com interesse específico em alguma região mundial.

Paralisia no BNDES? Eu tenho aqui dados do BNDES: o Banco passou por uma transformação extraordinária.

Eminente Senador, interpreto como um estímulo as palavras de V. Exª no sentido de que é um direito e uma obrigação do Governo capitaneado pelo Presidente Lula fazer as mudanças que entenda necessárias, afinal de contas, a proposta do Presidente Lula foi fazer mudanças. O BNDES, que é um instrumento precioso, raríssimo no Brasil, passa por um processo de mudanças, de alinhamento com a política do atual governo.

Paralisia? O BNDES desembolsou 3,5 bilhões no primeiro bimestre, US$50 milhões para apoiar a exportação de micro e pequenas empresas, R$800 milhões para o Moderfrota no primeiro semestre, US$45 milhões para a construção de navios de apoio a plataformas de petróleo, que serão construídos nos estaleiros de Itajaí gerando seiscentos empregos e, ao mesmo tempo, cresceu 16% o financiamento às pequenas empresas.

Reconheço que no primeiro mês pouco se fez, pois a diretoria do BNDES tomou posse apenas no dia 16 de janeiro. Sou novo – aliás, sou novo não, eu ainda nem sei fazer política -, sou novo no mundo político e não tenho todas as explicações. Posso lhe di-

zer que o BNDES será um instrumento para impulsionar muitas atividades. Hoje as demandas sobre o BNDES representam aproximadamente três vezes a capacidade do Banco de atendê-las, por isso o Banco terá que estabelecer prioridades.

Todos os membros da diretoria do BNDES foram entrevistados individualmente por mim antes de serem aprovados definitivamente, pois a prioridade do BNDES é a prioridade do governo. O BNDES não é, individualmente, um formulador de política industrial e não o será. Será um executor e trabalharemos juntos, porque, afinal de contas, o BNDES faz parte deste Ministério. Aliás, quero trazer mais pessoas de grande competência que estão no Banco para trabalharem comigo de forma a termos uma ponte.

Como lhe disse, não me cabe divulgar na mídia idéias e projetos que estão começando, não é do meu feitio. No momento em que tivermos fatos e dados, coisas concretas, V. Exª se surpreenderá – positivamente, espero – com a capacidade da equipe de movimentar uma máquina pequena, com um orçamento de 50% do orçamento do Sebrae. Contamos com pessoas altamente capacitadas, muito motivadas e com grande mobilidade.

Espero ter respondido às suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª quer usar o direito de réplica?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Ministro, não meço seu desempenho pela mídia, apenas pelos dados quanto à demora ou à pressa nas suas ações de governo. Mas não fique tão contra a idéia de demonstrar pela mídia o que V. Exª faz, porque não estamos na ditadura, nem V. Exª é do meu glorioso partidão. Então, não tem por que a clandestinidade. Diga o que fez, a mídia não faz mal nenhum se agimos com transparência.

O Dr. Ozias, que V. Exª acaba de elogiar, é uma figura que respeito, e a sua escolha corresponde a um critério de despolitização que, tenho certeza, V. Exª não permitirá que acabe. Foi uma conquista do governo passado despolitizar a Suframa. Roberto Jaguaribe brilhou em nosso governo, conheço-o bem demais. V. Exª está de parabéns se vai indicá-lo para esse lugar tão importante.

V. Exª não me respondeu qual é a sua posição em relação à prorrogação dos incentivos fiscais do parque industrial de Manaus, e isso é essencial para nós. Vejo que V. Exª está com a auto-estima lá em cima, tomara que isso se manifeste por todo o Governo. Torço mesmo por ler na mídia, ou fora dela saber de notícias surpreendentes positivamente a respeito do seu trabalho.

Prefiro não viajar com V. Exª, porque vou aprovar, aqui, as matérias de interesse do País que V. Exª mandar para cá. Penso que teria muito pouco a fazer, não teria a quem pressionar. Isso eu posso fazer aqui dentro.

Quero dizer também que o BNDES executor me tranqüiliza. Fico feliz com o seu entrosamento com o Presidente Carlos Lessa. É algo que me deixa muito tranqüilo porque não poderia haver uma dicotomia de posições aí.

O que quero, portanto, com a minha cobrança de homem de oposição, que tem estima e respeito por sua pessoa, é que V. Exª aja com rapidez, realize o que diz, para não precisar fazer alianças sobrenaturais com São Pedro ou coisa parecida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra para tréplica, pelo mesmo prazo.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – A aliança com São Pedro, penso que foi proposta pelo governo anterior, porque, depois da crise energética, ela ficou sendo essencial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª está enganado. Ao contrário, é um modelo que vem de muito tempo, são equívocos antigos, e a nossa parte foi paga. Não fizemos aliança com São Pedro, mas com a sociedade brasileira para enfrentar as dificuldades com o modelo energético. Não sei qual vai ser sua atitude, mas penso que vai continuar prevalecendo a preferência pelo hidrelétrico em relação aos demais modelos.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Vamos rezar para que essa aliança com São Pedro perdure. Como sou esportista antigo – e vejo outros esportistas aqui –, sei que o goleiro além de ser bom tem que ter sorte.

Sobre o ponto que o nobre Senador levantou, com relação à prorrogação dos estímulos à região de Manaus, ainda não tenho uma posição. Gostaria de ouvir a posição do Governo, talvez o Líder do Governo possa me instrumentar, o nobre Senador Aloizio Mercadante, pois realmente não me debrucei sobre o assunto, porque, entenda, compor uma equipe trazendo pessoas de grande experiência, capacidade e com motivação para vir trabalhar em Brasília não é fácil. Sei disso porque precisei de dois meses de trabalho e convencimento para compor uma equipe. Mas é uma equipe de seleção. V. Exª pode contar que vamos

ganhar o campeonato e ajudar este Governo e este País.

Não estamos falando em termos de partido político. Como V. Exª sabe, não pertenço a nenhum partido. O Presidente me convidou em meados de dezembro; portanto, tive 15 dias para trabalhar e não consegui realmente montar minha equipe, mas aqui está ela. Não apresentei o Juan Quirós, empresário da região de Campinas, Presidente da Apecs; o Alessandro, um técnico que estava em Londres dando aula, pós-graduado, especialista em promoção comercial; o Márcio Fortes de Almeida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não me apresente o Márcio Fortes, pois conheço-o.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Márcio Fortes de Almeira, pessoa que admiro há muitos anos, meu colega na Diretoria da Associação de Comércio Exterior, no Rio de Janeiro, durante muito tempo; também, lá atrás; o Mario Mugnaini, empresário do setor de máquinas e equipamentos, que veio para a coordenação da Secretaria Executiva da Camex – o mais duro de convencer foi o Mario -; o Carlos Gastaldoni, funcionário de carreira, ex-superintendente do BNDES, que também conhece todas as cadeias produtivas e está comandando a Secretaria de Desenvolvimento da Produção. Ou seja, temos uma equipe afinada, não homogênea, com pessoas de carreira, de outras áreas do Governo e do setor privado. Por aí fazemos as pontes também com o BNDES e com o Itamaraty. É esse o espírito, Senador. V. Exª verá que os resultados aparecerão. Gostaria muito que V. Exª me cobrasse, porque tenho convicção de que estou correto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Reconhecerei aqui os resultados positivos.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Ministro Furlan, seja bem-vindo. É um prazer tê-lo aqui conosco para discutir uma questão tão crucial e tão importante para o nosso País.

Ministro, tenho a percepção de que, quando o nosso produto é de boa qualidade, quando conseguimos imprimir eficiência, mais dia, menos dia, ele é aceito no mercado internacional. Esse mercado, acirrado, na verdade, não é empecilho, em definitivo, para que consigamos colocar a produção brasileira no exterior. Entendo que empecilho grave é o cipoal burocrático a que o cidadão e as empresas brasileiras, notadamente as pequenas e médias, estão submetidos. Na verdade, os grandes cidadãos e as grandes empresas neste País, historicamente, sempre tiveram um acesso fácil ao crédito e a todas as facilidades. Aliás, rola-se tapete vermelho para que possam adentrar os recintos dos agentes públicos financeiros. No entanto, os pequenos chegam apenas à porta, pois o gerente já apresenta uma relação de vinte e sete itens que têm que cumprir, e eles saem dali desanimados e desestimulados. A meu ver, esse quadro tem que mudar.

A minha preocupação, Sr. Ministro – e também a minha pergunta –, é nesse sentido. É sabido que o acesso ao crédito para as empresas de pequeno e médio porte no nosso País é excessivamente burocrático e, muitas vezes, o crédito não é concedido por falta de garantias. Por outro lado, a participação de empresas de pequeno e médio porte na exportação está bastante aquém do potencial dessas empresas. Então, Ministro, a minha pergunta é a seguinte: que medidas efetivas serão adotadas, no âmbito do seu Ministério, para mudar essa situação? Como viabilizar o crédito para investimento e financiamento das exportações para empresas pequenas e médias e aquelas que estão iniciando nessa atividade?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Ministro Furlan.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Nobre Senador Geraldo Mesquita, concordo plenamente com as suas colocações. Quero lhe dizer que, nos meus primeiros dez anos de profissional de comércio exterior, trabalhei numa empresa pequena, importadora, e passei por todas essas vicissitudes, inclusive de levar borderô de duplicata para pagar câmbio em pequenos Bancos, porque os grandes Bancos não tinham tempo para as pequenas empresas.

Seria uma fanfarronice de meu lado dizer que comigo e com a minha equipe teremos condições de resolver essas questões, que estão postas há não sei quantos anos. Não. Agora, V. Exª pode contar com o fato de que eu e a equipe vamos, diariamente, lutar contra a burocracia. Hoje, quando alguém me diz no Ministério que determinada coisa não pode ser feita porque já se tentou antes e a Receita Federal não aceita – é a coisa mais comum acontecer isso –, eu digo que nós não estamos aqui para viver o passado, estamos aqui para construir o futuro. Portanto, para mim, outros órgãos de governo são como jogadores da mesma equipe e têm o mesmo objetivo nosso. Há um elenco de temas que estamos tratando, sem a cla-

ridade dos holofotes, com outros órgãos de Governo, buscando a solução dos problemas.

Um deles, por exemplo, ao qual V. Exª não se referiu, é o Cadin. Trata-se de um cadastro de inadimplentes que envolve todos os órgãos de governo. Se uma empresa estiver devendo R$20 – por exemplo, o IPVA de um carro –, ela está impedida de ter acesso ao crédito à exportação de organismos oficiais. Nós queremos modificar isso. Queremos fazer com que ou o Cadin não se aplique à empresa exportadora ou que haja uma franquia, com um valor entre R$2 mil e R$5 mil, para que até esse valor a pequena empresa não seja prejudicada no processo de exportação.

O BNDES não é um Banco equipado para atender a pequena empresa. Ele não tem agências, embora tenha algumas sucursais em alguns Estados. Mas é um Banco repassador de recursos, irrigador da rede. A proposição do Presidente Lula de chamar os três grandes bancos – a Caixa Econômica, o grande Banco das pequenas empresas, o Banco do Brasil, o grande Banco da exportação, e o BNDES – para uma reunião mensal com os Ministros da área vai fazer com que tenhamos um trabalho em equipe para irrigar a pequena empresa. Vamos ficar longe do ideal, mas certamente vamos fazer muito melhor do que já foi feito, creia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª deseja fazer uma réplica?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Quero apenas saudá-lo, Ministro, por sua iniciativa e dizer-lhe que, de nossa parte, conte conosco para o que precisar ser feito aqui no Senado, para que possamos remover, paulatinamente, tantas dificuldades.

Se eu assinar um contrato com o Senador Saturnino, mesmo que eu assine na frente de S. Exª, o Senador Saturnino só vai se sentir tranqüilo quando for ao cartório e lhe disserem que realmente aquela é a minha assinatura. Essa é a nossa cultura. E isso acontece com a pessoa física e com a pessoa jurídica. Nós precisamos remover esse entulho, dar a ele um tratamento outro e não nos conformarmos com essa situação que dificulta a inserção de tantas empresas no mercado de exportação. Isso faz com que não avancemos nesse terreno.

De minha parte, estou satisfeito com sua resposta e me coloco à sua disposição, aqui no Senado, para podermos agir em sintonia, a fim de levantarmos esses obstáculos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo pela exposição bem-feita, clara, das metas e objetivos de seu Ministério. Isso não me surpreende, porque sei da sua competência e do profundo conhecimento que tem do mercado externo, de política industrial. Tive a alegria de participar com V. Exª de tantas lutas. Hoje, temos a oportunidade de trabalhar pelo Brasil.

Quero cumprimentar o Governo, sobretudo o Presidente, pela feliz escolha de seu nome. Nelson Rodrigues dizia que a unanimidade era uma coisa burra, mas acho que esta unanimidade é inteligente. V. Exª tem praticamente a unanimidade dos Senadores desta Comissão, mesmo aqueles mais duros, como o Senador Arthur Virgílio e outros membros da Oposição, que reconhecem a sua competência, a sua honestidade, a sua dedicação pelo comércio exterior.

Farei alguns pequenos comentários e apenas uma pergunta.

Tive a felicidade, juntamente com o Senador Ney Suassuna, de relatar a Lei de Patentes. A lei que hoje está aí tem muito da minha participação, da participação desta Casa, do Senado. Depois de dois anos tramitando na Câmara, mais dois anos no Senado, assumi a relatoria e, em noventa dias, produzimos, por uma dedicação intensa, por um debate muito claro, uma lei que hoje não é reconhecidamente boa para o País. No entanto, infelizmente, os instrumentos de aplicação da lei não se modernizaram. O INPI, realmente, se fosse possível, deveria começar de novo, do zero. Fico contente de ouvir de V. Exª a preocupação com relação aos aspectos operacionais do INPI.

Cumprimento V. Exª também por destacar, claramente, a necessidade de um plano estratégico de promoção e inteligência comercial e nos anunciar que todos vamos nos surpreender com isso. Isso é fundamental para o crescimento das exportações. Cumprimento V. Exª, mesmo sem conhecer os detalhes do plano estratégico.

Fui cobrado muitas vezes, e cobrei tantas vezes do Governo, quando exercia o papel de Presidente da Confederação Nacional da Indústria, uma política industrial para o País. Embora não tenha V. Exª explicitado o que aqui expôs como uma política industrial, evidentemente aqui estão as bases de uma política industrial. Não quer dizer que não precisamos avançar. Precisamos avançar, sim, e discutir um projeto mais detalhado de política industrial para o Brasil.

Com relação ao BNDES, tive a oportunidade de ouvir o seu Presidente, o Professor Dr. Carlos Lessa, e fiquei muito contente com o que ouvi. Na minha opinião, trata-se de uma modificação profunda de objetivos, de filosofia do Banco, que dará, espero, uma enorme contribuição para o desenvolvimento.

Aí vem a minha pergunta principal, e não quero me prolongar muito, pois há outros Srs. Senadores que querem falar. V. Exª, apenas de passagem, referiu-se à questão do desenvolvimento regional. Eu me preocupo com isso, porque, por anos, as regiões menos favorecidas do País ficaram, na verdade, fora da agenda brasileira. Tive a oportunidade de, no Governo passado, assumir o Ministério da Integração Nacional, que não existia e que tinha como objetivo reinserir as regiões menos desenvolvidas na agenda nacional. Fiz um esforço, creio, dei uma pequena contribuição, mas vejo que pouco, pouquíssimo foi feito em relação a isso, modificando o sistema de incentivo.

Ouvi do Ministro Palocci que S. Exª pretende, dentro da reforma tributária por que tanto lutamos juntos, inserir um capítulo especial para a questão do desenvolvimento regional. É preciso, inclusive, para que possamos defender a integridade de nosso País, que não existam tantas diferenças como hoje. Creio que também na área das exportações seja possível inserir alguns incentivos às regiões menos desenvolvidas.

V. Exª se referiu à questão do artesanato. Penso que aí existe um campo imenso, que provavelmente não se desenvolveu porque faltou exatamente a promoção comercial. Nisso o Brasil é ruim, é péssimo, gasta pouco e gasta mal. O turismo, por exemplo, que não é da Pasta de V. Exª, poderia ter um avanço muito maior e um papel fundamental no desenvolvimento de muitas regiões menos desenvolvidas do País, mas não recebeu, no passado, a atenção que devia. Creio que o artesanato é um caminho, mas não é o único.

Gostaria muito de ouvir V. Exª. Há, também, a questão do financiamento, já abordada pelo Senador Geraldo Mesquita – S. Exª me poupa de repeti-la –, que é uma preocupação. Não há crescimento das exportações, nem desenvolvimento econômico, se não há financiamento. Reconheço que é impossível que o desenvolvimento se dê com as taxas de juros que estão sendo praticadas, mas também compreendo que elas ainda não podem ser reduzidas ou não devem sê-lo por um decreto.

A nossa Constituição, tolamente, fixou juros de 12% ao ano, o que não serviu para absolutamente nada, porque os juros praticados no mercado são muitas vezes superiores a isso. Os juros recebem influência de vários componentes e não podem ser decididos por um ato de governo.

Gostaria de ouvir o que V. Exª pensa em relação ao desenvolvimento regional. Houve aqui, basicamente, uma denúncia do Senador Ramez Tebet em relação à utilização dos fundos constitucionais. Os Bancos que os operam decidem isso, às vezes, de uma maneira arrogante, definitiva, como donos da verdade absoluta. Temos que entender – e isto foi o que mais me entusiasmou no discurso do Dr. Carlos Lessa, quando o ouvi – que os Bancos têm que ser, efetivamente, um grande instrumento do desenvolvimento econômico. Não podem encarar essa questão apenas como um investimento, cujas taxas de retorno têm de ficar asseguradas e cujo risco tem de ser o menor possível. Temos que pensar no crescimento econômico.

Era isso, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, Senador, pelas palavras, certamente imerecidas de minha parte. Queria lembrar que, provavelmente, V. Exª foi o mentor para que o meu nome aparecesse na cabeça do Presidente Lula. V. Exª me destacou para fazer uma exposição durante uma argüição na Confederação Nacional da Indústria sobre comércio exterior, e, talvez por essa razão, o Presidente Lula tenha ficado com essa marca em mente, endereçando-me o convite.

Queria dizer-lhe que, dentro da parte de inteligência comercial, participamos, de janeiro a março, de dezenove feiras no exterior, com 629 empresas participantes; investimos US$3 milhões nesses processos; foram fechados negócios de US$50 milhões, e, em tratativas, US$250 milhões. Ou seja, contrariamente ao efeito inercial que foi aqui levantado, existem casos de participações de feiras em janeiro, fevereiro e março, com resultados concretos medidos, envolvendo, inclusive, um grande número de pequenas empresas.

Não estamos só envolvidos em mercadorias. Estamos participando de cinco feiras de cinema, três feiras de bebidas, com cachaça, quatro feiras de jóias e, ao mesmo tempo, uma feira de música e uma de **software**, ou seja, produtos não-tradicionais da exportação brasileira.

Compartilho fortemente da sua preocupação com relação ao desenvolvimento regional. Tive a oportunidade, no meu trabalho pretérito, de participar de ações de desenvolvimento regional no Centro-Oeste e sei dessa importância. Pernoitei, muitas vezes, em Belém, junto à Sudam. Um dos meus pri-

meiros trabalhos foi tocar um projeto em Paragominas, no Pará, nos anos 70. Sei das dificuldades.

Por outro lado, V. Exª sabe muito bem, e citou, que existe um Ministério encarregado dessa área, dirigido por um colega de grande talento, o Ministro Ciro Gomes, e que sofreu, como nós também, as dificuldades desse momento inicial, não de corte de orçamento, como foi mal interpretado, mas de contenção de orçamento, de sobrestamento; ou seja, era a questão de se esperar um pouco para ver. Na criação de órgãos, por exemplo, muitos deles de desenvolvimento, como é o caso do Ministério das Cidades, do Ministério da Pesca, cedi 10% dos DAS do Ministério, que seriam suficientes para que o Ministro Graziano montasse sua equipe. Então, esse começo realmente foi difícil.

Sei que há idéias de se transformar o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, como referiu o eminente Senador, numa agência de desenvolvimento do Centro-Oeste. Esses processos estão em gestação e terão todo o nosso apoio. No curto prazo, a minha convicção é de que devemos motivar o desenvolvimento regional voltado para o comércio exterior. É o atalho mais curto, é o caminho que já está aberto.

Referi-me aqui a um levantamento feito, mas parece que até agora ele não despertou nenhuma pergunta. Trata-se do mapa, Estado por Estado, mostrando o que cada Estado faz, o que produz e para onde vende. Queremos transferir conhecimento de um Estado para outro, porque, muitas vezes, uma pequena empresa de um Estado ignora que aquilo que ele faz já está tendo canal de distribuição de venda, de promoção comercial feito por outra região. Isto é inteligência comercial: transferir o conhecimento de um lado para outro e, ao mesmo tempo, encurtar os caminhos.

Como já disse, vamos trabalhar em parceria com o meu colega e vamos ajudá-lo em tudo o que for possível, porque acredito, claramente, tendo participado do desenvolvimento regional modestamente no Norte e no Centro-Oeste, que esse é o melhor caminho para se ter um País socialmente mais justo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra para a réplica.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Ministro, apenas para complementar, gostaria de dizer que não tenho nada contra e considero extremamente útil que os Senadores acompanhem as missões no exterior. O Senador Arthur Virgílio não gosta disso, mas julgo ser importante para a Casa acompanhar as missões comerciais no exterior, como propõe o Sr. Ministro. Quero apoiar essa idéia, diferentemente do que aqui expressou o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E V. Exª contará com o apoio da Presidência, como também o Ministro.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Por fim, havia um projeto em discussão no Ministério, ainda com o Ministro Sérgio Amaral, da criação de pólos de exportação na Região Nordeste. Um desses pólos seria iniciado na minha cidade de Santa Cruz, no interior do Rio Grande do Norte. Era uma parceria entre o setor têxtil e o Senai, que entraria com o treinamento da mão-de-obra. Isso vem ao encontro da idéia de V. Exª de agregar valor às exportações. No setor têxtil, por exemplo, há um produto, o **indigo blue**, que é exportado diretamente, quando a confecção poderia ser elaborada aqui e chegar como moda no exterior – como propôs V. Exª ao descrever toda a cadeia têxtil.

Não sei por que esse projeto não andou. À época, eu podia fazer algo, porque era o Presidente da CNI. Então, dispus-me a colocar as máquinas na primeira cooperativa através do Senai, como comodato, para o treinamento da mão-de-obra. Ele entraria na cadeia produtiva. Precisava da contrapartida do Ministério. No setor têxtil, a negociação foi feita com Paulo Skaff, que ainda é o Presidente da Abit. Julguei que era um projeto muito bom, porque projetavam 120 desses pólos em todo o Nordeste. Entrava o Ceará, da Senadora Patrícia Gomes e do Senador Tasso Jereissati, e Pernambuco. Enfim, haveria grande geração de empregos. A cidade onde nasci é muito pobre, e esse projeto geraria 2.000 empregos. Ora, 2.000 empregos numa cidade do interior equivalem a 20.000 empregos em qualquer capital deste País.

Gostaria de saber como anda esse projeto, Sr. Ministro?

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Obrigado, Senador.

Gostaria de dizer a V. Exª que a minha equipe está ouvindo com atenção as suas palavras. Tanto a Apex quanto a Secretaria de Desenvolvimento da Produção vão verificar qual é o estágio dessa iniciativa. Queria também lhe dizer que o maior número de feiras de que participamos neste primeiro trimestre é exatamente do setor de confecções, quando estivemos na França, na Alemanha, na Colômbia, na Espanha, no México e na Itália, com missões neste ano,

porque sabemos que é um setor que agrega uma quantidade extraordinária de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, tem uma grande permeabilidade regional, porque os pólos de exportação podem ser em todas as regiões brasileiras, e é um setor em que apostamos e que conta com a maior parcela de recursos da Apex. Portanto, vamos verificar com interesse a sua sugestão e, ao mesmo tempo, dar-lhe uma resposta positiva sobre o andamento deste tema.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, motivo de força maior me impede de acompanhar a exposição e a presença de V. Exª aqui, mas fico muito contente por ver que V. Exª é um adepto da criação da Agência do Centro-Oeste. Mas é com muito prazer, embora não possa ficar, que vou passar a Presidência dos nossos trabalhos à Senadora Patrícia Gomes. V. Exª ficará muito melhor acompanhado.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Senador, não desmerecendo a sua participação, mas penso que estou levando uma grande vantagem na troca.

Muito obrigado pela sua participação e apoio e sempre estaremos à sua disposição e dos membros desta Comissão no Ministério.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, que terá cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Ministro, Srª Presidente, queria, inicialmente, dizer da honra de tê-lo aqui nesta Comissão. Nestes três meses de trabalho, V. Exª conseguiu estabelecer um ritmo espetacular no Ministério, um rumo claro e promissor, especialmente por sua larga experiência empresarial, seu longo currículo nas negociações internacionais, vindo, inclusive, de uma empresa que exportava para 70 países. É uma cultura empreendedora, de quem tem vocação de produção, de geração de investimento, de emprego, de oportunidade de negócio, e que hoje está tão presente no Ministério.

Os resultados estão aparecendo, as exportações crescendo em uma situação econômica extremamente adversa, não só pela guerra, mas pela crise financeira prolongada. A economia européia vai crescer em torno de 1% este ano; a economia americana está com déficit público de mais de US$400 bilhões, em um quadro de muita incerteza e com consumidores retraídos, com aversão ao risco; o Brasil é a economia que mais melhorou nesse período, que mais melhorou em relação a toda economia internacional. O Professor Affonso Celso Pastore elaborou um quadro comparativo demonstrando exatamente a melhora no balanço de pagamento, a redução do déficit de transações correntes, o crescimento e a melhora na pauta das exportações brasileiras, com perspectiva, inclusive, de crescimento de 10%, a retomada das linhas de financiamento, a melhora da relação dívida/PIB, permitindo a queda da inflação, que gera o cenário de queda na taxa de juros por crescimento.

Queria elogiar também o cuidado com que V. Exª está escolhendo seus assessores, diretores e parceiros nessa empreitada. É melhor escolher bem do que ser apressado nas escolhas. O Governo anterior teve nada menos do que sete Ministros nesta área – Srª Dorothéa Werneck; Srs. Francisco Dornelles; José Botafogo; Celso Lafer, aqui, era para ser o Luiz Carlos Mendonça de Barros, que caiu antes de ser nomeado por causa do episódio da privatização; Clóvis Carvalho, que caiu porque fez um discurso desenvolvimentista, mas essa não era a política econômica do governo; Alcides Tápias, que saiu porque não conseguia atuar em função dos obstáculos que tinha no Ministério da Fazenda; e Sérgio Amaral, que, com aquele jeito diplomático, entregou o mandato tentando imprimir mudanças. Vários contribuíram em aspectos importantes, mas isso mostra a instabilidade. Cada mandato durou pouco mais que um ano, trocando toda a equipe e demonstrando falta de foco, estabilidade e rumo. Então, é melhor escolher bem. "O apressado come cru." V. Exª fez muito bem em escolher com critério, com profundidade, em montar uma equipe sem nenhum tipo de questionamento para imprimir esse trabalho pela frente.

Está claro o avanço nas exportações, o foco, o apoio à pequena e microempresa, as novas formas de parceria do Governo com o setor privado.

O grande desafio é criar um padrão de financiamento não-inflacionário, que seja capaz de estimular as exportações, as importações, o crescimento econômico sustentado e a desconcentração regional da economia.

Há uma transição difícil. Parece que hoje tivemos uma recaída com a tese de George Soros – evidentemente, com o rosto simpático de Regina Duarte, que já fez a autocrítica sobre o episódio. Mas, quanto à tese catastrofista, do pânico, que foi derrotada nas urnas e na história recente do País, ninguém mais lembra esse tipo de argumento.

Eu queria apenas lembrar que o Professor Carlos Lessa, que tem uma longa vida acadêmica e vem do Partido de V. Exª, Senador Ney Suassuna, o

PMDB, deu grandes contribuições à construção democrática. Foi eleito Reitor com 75% dos votos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na ocasião, apoiado por toda a Bancada de Vereadores, Deputados Estaduais e Senadores daquele Estado, e imprimiu, realmente, uma nova perspectiva ao BNDES. As 26 diretorias foram reduzidas a 12, e mudou-se a concepção produto–cliente, para retomar-se a idéia de Banco de fomento e investimento.

Qual é a dificuldade? Estão aí os resultados: 3,5 bilhões de linhas de financiamento em um bimestre. Mas qual é a maior dificuldade do BNDES? É a herança anterior. Pergunto: se não houvesse uma AES na lista do BNDES, com US$1,2 bilhão comprometidos este ano, que simplesmente não paga e remete lucros para o exterior, o que ocorreria? Ela chegou a reduzir o capital na Eletropaulo, para favorecer a remessa de lucro ao exterior, e está inadimplente. Se não houvesse a Enron, no final do ano passado, com mais de R$600 milhões de financiamento, uma empresa que estava entrando em concordata no mundo inteiro? O único país em que ela não fechou, além dos Estados Unidos – Flórida -, foi no Brasil, porque é o único lugar em que tem dinheiro público para financiar seus passivos. Se não houvesse situações como essa, seguramente o BNDES teria **funds**, mais fundo, mais capacidade de financiamento.

Agora, o rumo está claro: a mudança de ênfase nas empresas nacionais, no setor produtivo. Não vamos mais colocar dinheiro público para financiar empresa multinacional em privatização. Por sinal, péssima escolha, como é o caso de algumas que mencionei. Queremos outro caminho, o tripé BNDES/Banco do Brasil/Caixa Econômica Federal.

V. Exª tratou, de forma muito breve, como vai articular esse tripé. Gostaria que desenvolvesse mais a idéia, ou seja, falasse sobre o papel do BNDES, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil e sobre as novas linhas de financiamento. É evidente que, com o passivo dolarizado no setor privado, de US$147 bilhões, estabilizando-se a taxa de câmbio, o BNDES poderá avançar mais no financiamento e não terá que fazer o papel, muitas vezes, de prestar socorro. No final do semestre passado, não havia nenhuma linha de financiamento internacional, e o Banco teve o papel muito difícil de suprir linhas de financiamento em um cenário bastante adverso.

Então, como articular esse novo padrão de financiamento? E, para concluir, como avançar nas negociações internacionais, dado que temos enfrentado uma política protecionista extremamente severa, especialmente na agricultura e em alguns setores que são tão importantes na economia, pela competitividade e eficiência, como vem demonstrando o **agrobusiness** brasileiro recentemente? Quer dizer, como podemos dar um salto de qualidade nessa política de financiamento e nas negociações internacionais, para abrir mercado e permitir, com isso, a consolidação do saldo comercial, a diminuição da vulnerabilidade externa, tão essencial à estabilidade e ao crescimento sustentado do País?

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Obrigado nobre Senador, Líder do Governo no Senado, pelas suas palavras e também pelo estímulo.

Quanto à primeira pergunta, notamos, na primeira reunião com o BNDES, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, que havia a necessidade de coordenação do esforço de Governo e até uma superposição e um pouco de competição. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil podem ser – e deverão ser – órgãos mais ativos como repassadores de recursos do BNDES. O Banco do Brasil é o maior financiador de comércio exterior e, ao mesmo tempo, o grande financiador da área agrícola. A Caixa Econômica tem um grande contato com pequenos empresários e também é o órgão mais adequado para o incremento dos financiamentos à habitação. Essa coordenação, então, fluirá de maneira que possamos valorizar mais os recursos que ainda são bastante limitados, e ter, justamente, uma associação dos instrumentos de irrigação do crédito com as políticas de governo.

A primeira reunião foi feita no gabinete do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e as reuniões subseqüentes estão sendo feitas com a equipe econômica; em muitos casos, convidam-se Ministros que tenham a ver com os temas tratados. Deveremos ter, em breve, uma reunião em que os projetos serão apresentados, quando haverá uma definição das estratégias dos três bancos voltadas para o desenvolvimento do País.

Na área de negociações internacionais, o Presidente Lula tem feito um trabalho extraordinário. Sua Excelência tem telefonado e se relacionado com outros Presidentes e Primeiros-Ministros. Na visita que fizemos juntos, depois e durante a reunião de Davos, Sua Excelência conversou com o Primeiro-Ministro da Alemanha, Sr. Gerhard Schröder, com o Primeiro-Ministro da França e com o Presidente francês, expondo claramente o interesse brasileiro e buscando aliados. Na equipe alemã teve, claramente, um aliado em relação às barreiras agrícolas a que o nobre Senador se referiu; e teve claramente, no Presidente francês, um adversário fortemente contrário a qualquer tipo de liberação. O Presidente Jacques Chirac,

durante o almoço com o Presidente Lula, argumentou que, para a França, as barreiras de protecionismo agrícola representam uma questão cultural e usou – pela primeira vez, no meu conhecimento – que cultura é a parcela mais relevante de agri**cultura**. Portanto, para S. Exª, o protecionismo é uma questão cultural. Certamente, o Presidente francês está no seu papel e nós estamos no nosso papel de, sistematicamente, bombardearmos esse sistema que prejudica o Brasil e empobrece o mundo em desenvolvimento.

Temos, então, muitos aliados. Fiquei muito surpreso, agradavelmente, com a conversa que tive em dois encontros, na semana passada, em Londres. A primeiro foi num jantar de premiação das Personalidades do Ano Brasil-Inglaterra, em que um advogado nosso, um emblema para o Brasil, o Sr. Pinheiro Neto, já com seus mais de oitenta anos, foi homenageado pela Câmara de Comércio Brasil–Inglaterra. Sentei-me ao lado de dois Ministros do governo inglês, e a sua xará, Senadora, a Srª Patrícia Hewitt, Ministra de Comércio do gabinete inglês, colocou-se completamente a favor das posições brasileiras nessa luta contra o protecionismo. A Inglaterra, como se sabe, junto com a Alemanha, faz parte dos grandes doadores de recursos da União Européia, cujos principais beneficiários são França e Espanha. Concretamente, não se estabelece a mesma proporção de alianças no conflito do Iraque. No dia seguinte, visitando outra Ministra do gabinete inglês, a Srª Ministra Clare Short, ocorreu fato semelhante.

Portanto, estamos colecionando aliados na União Européia para a mudança da política agrícola comum, e também na OMC e no Acordo Mercosul/União Européia. Aliás, a proposta do Mercosul, cobrindo 83% do universo de produtos, foi muito bem recebida pelos europeus, e deverá se desdobrar nos próximos meses. Há caminhos, pois é uma causa justa que o Brasil defende, liderando, inclusive na OMC, junto com o Grupo de Cairns. Vamos ter progressos no futuro da abertura dos mercados agrícolas mundiais. Aí o bom trabalho do Itamaraty que gostaria de ressaltar e esse trio que o Presidente Lula, por coincidência, indicou no mesmo dia: Roberto Rodrigues, Celso Amorim e o meu nome. Fomos juntos à reunião da OMC em Tóquio, jogando em equipe nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senador Aloizio Mercadante, V. Exª tem dois minutos para réplica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não vou pegar os últimos oito anos, apesar de terem apresentado a quarta pior taxa de crescimento do PIB de todo o século XX, mas pegaria um período mais amplo: de 1990 a 2002, portanto os últimos doze anos, para não tornar menor o debate nessa comissão.

O PIB brasileiro cresceu 2,4% e nesses doze anos a indústria cresceu apenas 2%. A taxa de crescimento da indústria tem estado abaixo da taxa de crescimento do PIB. Se, de um lado, é evidente que temos uma vocação agrícola inquestionável, de outro, desde a Cepal, em 1949, quando se pensava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a reflexão de como a América Latina ia superar sua tradição primária exportadora de matérias-primas, produtos primários e importadora de manufaturados, toda a idéia de desenvolvimento estava associada à industrialização. Esta foi a idéia-força do plano de metas em 1950 – 61, inspirando teóricos e políticas econômicas ao longo da nossa história econômica e chegamos a ter esse parque industrial, que era a oitava, décima indústria da economia internacional. Precisamos ter essa preocupação, pois não basta ser um país com a vocação de **commodities**, de exportar matérias-primas de baixo valor agregado.

Gostei muito da exposição porque traz como primeiro ponto agregar valor agregado. Precisamos retomar a idéia de um projeto industrializante para o país, de política industrial, de política de ciência e tecnologia, de formas de parceria entre o Governo – com projetos estruturantes de desenvolvimento, que alavanquem e também pensando em desenvolvimento regional, pois não só temos que nos industrializar como temos que industrializar descentralizando a estrutura produtiva e impulsionando as diversas regiões.

Penso que essa discussão que começamos hoje aqui é fundamental para essa Comissão e queria, Sr. Ministro, ressaltar a disposição do Governo no sentido de que todos os principais colaboradores venham à Comissão. Queria sugerir, Presidente, que marquemos audiência com o Presidente do BNDES, Carlos Lessa, e façamos aqui uma discussão pública e transparente sobre a política. Vamos fazer com o Presidente da Caixa Econômica Federal o mesmo e uma audiência comum com o Ministro Olívio Dutra.

Gostaria também de apresentar oralmente e depois formalizar um requerimento para convidar o Presidente do Banco do Brasil para fazer o debate do padrão de financiamento e complementar toda essa apresentação, muito importante, de um ministro que, tenho certeza, passará para a história do Ministério não só pela sua estabilidade, pela sua competência, mas, sobretudo, pelos seus resultados. Exportar mais, gerar mais valor agregado e atacar de forma co-

rajosa o comércio exterior, o grande instrumento de superar a vulnerabilidade externa e retomar o crescimento econômico **é o nosso lema**.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Senador, em breve comentário, agradeço mais uma vez as suas palavras, mas queria lhe dizer e também às nobres Senadoras e Senadores que a nossa equipe, compreendendo o passado, está totalmente voltada para os desafios do futuro. Quando alguém me fala sobre passado, digo que passado para mim é século passado e o nosso desafio é para a frente e temos uma motivação extraordinária. Por isso não me canso de dizer que a opinião pública vai ter um conjunto de boas notícias desse setor. Se há uma área do Governo que cultiva diariamente o otimismo em cima dos desafios essa é a nossa equipe.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra o Senador Ney Suassuna, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Presidente.

Quero saudar o ministro, que já conheço e foi meu colega de Escola Superior de Guerra no ano de 1982. De lá para cá nossa amizade tem-se consolidado. Quero saudar essa equipe que o Ministro selecionou, composta por pessoas conhecidas pela sua eficiência, o nosso Márcio Fortes, Jaguaribe, Roberto Rodrigues, Ivan Ramalho e dizer da minha alegria de vê-la, e tenho certeza de que os demais, como uma equipe que vai jogar para ganhar.

Mas há alguns pontos que gostaria de levantar nessa ocasião. Por exemplo, criamos um grupo parlamentar de apoio à exportação, que, lamentavelmente, perdeu, por conta do resultado das últimas eleições, alguns parceiros, mas está sendo reconstruído e estará à disposição de V. Exª.

Exultei, Sr. Ministro, quando ouvi V. Exª falar da importância de Parlamentares nos grupos. Todas as viagens que fizemos com Parlamentares abriram novas portas, porque eles tiveram, com toda certeza, acessos que os empresários sozinhos jamais terão. Verificamos, de antemão, a legislação correlata e o que deveríamos fazer. Foi muito produtivo.

Quero agradecer, agora, ao Dr. Jaguaribe – mesmo que não mais esteja lá, tenho certeza de que vai nos ajudar –, porque nos organizamos, principalmente em relação aos países árabes, Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia, Egito, Arábia Saudita. Quando eu era Presidente desta Comissão, criamos uma subcomissão, chamamos os embaixadores e discutimos as pautas de exportação, o que foi muito produtivo. Mas tivemos algumas decepções. Por exemplo, Sr. Ministro, verificamos, com tristeza, que compramos da Argélia, no ano retrasado, US$1 bilhão em petróleo, e só vendemos US$50 milhões. Quem tem o poder de comprar US$1 bilhão tem o poder de vender muito mais, mas resolvemos comprar de um truste, em Londres, porque custava 0,001 centavo a menos. Creio que esse pode ser um instrumento importante para a pauta de V. Exª. É melhor pagarmos à Petrobras essa diferença de 0,001 centavo, mas termos o poder de vender, do que deixarmos como está. É como vender US$1 bilhão em mercadorias para a Argélia.

Taiwan já investiu US$900 bilhões no exterior, tem US$110 bilhões no bolso e quer investir no Brasil. Cada vez que um taiwanês vem ao Brasil – pasmem, senhores –, tem que tirar um **laissez-passer**. Ele não pode usar o seu passaporte. Noventa países do mundo, inclusive os Estados Unidos e a China – que é adversária de Taiwan –, aceitam o passaporte daquele país, e o Brasil não aceita. Já fizemos um projeto tentando modificar isso. Ele tira um **laissez-passer**, vem ao País, mas, quando sai, a Polícia Federal toma o **laissez-passer**, e ele tem que tirar um novo, o que demora de 15 a 30 dias.

Nós lutamos – o Sr. Jaguaribe sabe disso – para fazer um **laissez-passer** múltiplo, com vinte entradas. Não conseguimos as vinte, mas a Polícia Federal e o Itamaraty concordaram com dez entradas. Não temos o dinheiro para imprimir o formulário. Quase fizemos uma coleta para imprimir o formulário – não podia ser uma concorrência só, porque também havia a necessidade de se fazerem passaportes. E essa relação com o pessoal de Taiwan, que tem uma experiência gigantesca, que tem interesse de investir bilhões no Brasil, fica prejudicada por causa do **laissez-passer**. É algo muito preocupante.

Para a Ucrânia, deixamos de vender US$500 milhões em telefones porque não conseguimos fazer um seguro de US$8 milhões. Já para a Polônia, abrimos as portas e tivemos a vergonha das "polonetas". Aí, fechamos tudo e não conseguimos garantia para exportar uma leva de telefones, fechando-se praticamente a porta para uma negociação gigantesca.

Vi a mesma coisa acontecer para o Caribe, com relação a ônibus usados: US$1,5 milhão inicial, mas que poderia ser elevado, porque hoje exportamos ônibus para a Ásia, África e Caribe. Mas não conseguimos linha de crédito porque eram usados.

Creio que V. Exª tem um trabalho gigantesco pela frente. Vi, pela sua exposição, que está tomando cuidado em todos os itens, mas, com certeza, algumas coisas podemos fazer só com mudança interna de burocracia, como V. Exª já mencionou.

Não me conformo quando vejo naufragar um projeto que poderia ser grandioso para nós. V. Exª acabou de falar em feiras. Gastamos, numa feira em Hannover, alguns milhões de dólares para fazer uma exposição. Tínhamos o maior local de exposição possível, que era o porta-aviões "Minas Gerais". Lutei por isso, levei o projeto ao Presidente Fernando Henrique, levei ao Ministro da Marinha. O "Minas Gerais" foi desmobilizado e podia ser uma feira permanente do Brasil. Encostava-se em um porto, o Presidente ia para lá de avião, descia de helicóptero. Podia levar casa, carro, avião, produtos comestíveis. Vários empresários de São Paulo aprovaram a idéia, mas resolvemos vendê-lo por US$400 mil para ser um museu, na Inglaterra ou na China, e deixamos de ter um **shopping** que sairia levando produtos brasileiros mundo afora.

Agora, que sou Presidente da Comissão Brasil-Grécia, estou tentando ver se, na Grécia – que é um país muito importante, Sr. Ministro, onde se localiza o banco regional para todas aquelas novas repúblicas da Rússia e para todo o Leste Europeu –, há algum empresário com um petroleiro grande que queira entrar em uma coisa dessas. Tenho alguns **shoppings** e sei que seria importante termos um **shopping** flutuante, que aportasse num país do Caribe, num país da África. Isso significaria, com certeza, vendas na hora e, mais do que isso, propiciaria o treinamento de gerentes, que iriam ao navio e aprenderiam como se faz exportação.

A Inglaterra já teve isso. Não entendo por que não fazemos o mesmo. Fica aqui a idéia.

Para encerrar, queria lembrar que Bali faz artesanato e turismo juntos. Podíamos fazer nas aldeias como fazem em Bali: para comprar cesta, deve-se ir a um canto; para comprar metal, vai-se a outro; para comprar madeira, vai-se a outro lugar diferente. É turismo junto com a venda de artesanato.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Vejo que V. Exª poderá ser um grande contribuinte para enfrentar nossos desafios.

No dia 11 de setembro, no dia do atentado ao World Trade Center, eu estava em Teerã acompanhando uma missão brasileira. Na volta de Teerã, telefonei ao Presidente da Petrobras, como empresário, dizendo que precisávamos ampliar o nosso comércio com o Irã, país extraordinário, que importa US$18 bilhões por ano, e o Brasil participa minoritariamente.

Não tive muito sucesso, infelizmente. Recentemente, retomei os contatos com o Irã, onde temos um extraordinário Embaixador, Mello Antônio. Chamei o Embaixador do Irã no Brasil, Mansour Moazani para conversar. Tivemos grande oportunidade de debater esse assunto. Falei também com a Ministra Dilma Rousseff e com o Presidente da Petrobras. Coincidentemente usei o mesmo argumento apresentado no início.

A Petrobras pode fazer **trading** de petróleo. Não é exatamente o petróleo do Irã que queremos. Mas quem está no ramo pega de um lado, troca por **commodities**. Colocamos produto brasileiro no lugar. É assim com Angola, pode ser assim até na reconstrução do Iraque, no programa **Oil for food**, que é óleo em troca de alimentos.

Também já estive em Bagdá, eminente Senador, cobrando contas, durante a guerra Irã/Iraque. Portanto, talvez seja o único Ministro brasileiro que já andou por terras tão distantes, inclusive nas aldeias da Indonésia, na ilha de Bali, que V. Exª mencionou.

A minha equipe também tem uma visão ampla dessas oportunidades. Estamos olhando como parceira a Ucrânia, país pequeno, que tem cinqüenta milhões de habitantes, mais do que a Argentina. Não é pouca coisa! É um grande mercado.

V. Exª mencionou ônibus. Nós viabilizamos uma venda de ônibus urbanos para dez empresas do Peru, em que o sistema de garantia inclui o recolhimento diário do dinheiro das gavetas dos ônibus, o qual é depositado num banco para fazer uma conta garantida e pagar os financiamentos. Quer dizer, criatividade temos bastante.

Esse assunto de Taiwan, infelizmente, refere-se à política externa brasileira e não é uma questão que está dentro da nossa capacidade de resolver. Pode ter certeza de que vamos enfrentar todos esses desafios e levar adiante uma parte dos seus sonhos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Ministro. Hoje, o Irã nos compra setecentos milhões, nós vendemos cinqüenta. Quanto ao óleo, eu gostaria de dizer que acompanhei o Embaixador à Petrobras. Realmente, até usamos o óleo iraniano, mas já estamos comprando de outra fonte. Do Iraque, já compramos dois bilhões, Ministro. Eu também estive lá. Estive no Irã e no Iraque. Também tenho alguns negócios em 48 países. Estivemos em Basra. Lamentavelmente saímos sob bomba, porque a nossa esco-

la era em Basra. Passamos cinco anos no Iraque. Na Líbia, estive recentemente três vezes, e tínhamos uma pauta de dois bilhões, que, hoje, está reduzida a cinqüenta milhões. Kadafi me disse pessoalmente que queria comprar de nós, porque não quer comprar de italiano, que já matou muita gente lá; nem de francês, alemão, americano, todos já mataram. "O senhor viu meu palácio bombardeado? Quero comprar de vocês que são irmãos." Mas passamos um ano inteiro aqui sem receber o Embaixador da Líbia, que foi recebido no dia em que o peguei pela mão e o levei ao Palácio do Planalto, com a permissão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Há momentos em que temos de passar ao largo. Isso foi difícil. Hoje, já voltamos às boas com a Líbia, país que quer comprar uma pauta enorme de produtos nossos. Levamos o último grupo e espero que muitos grupos de empresários tenham parlamentares, como V. Exª disse, porque isso será muito bom para nós.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, que dispõe de cinco minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ministro, o Ministério que V. Exª ocupa hoje, seguramente, é um dos que a grande maioria dos brasileiros deseja que se consolide e cumpra seu papel. Evidentemente, não tem sido fácil, com a hegemonia da área econômica, que aconteceu antes e continua acontecendo agora, a consolidação de projetos como esse do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior.

Toda sociedade brasileira desejava que o País tivesse mais desenvolvimento e menos controle econômico, mas entendemos que nem sempre isso é possível. O fato é que esse Ministério não se confirmou devidamente. Esse órgão evoluiu, teve no tempo o foco da exportação mais privilegiado, mas, rigorosamente, ainda é uma aspiração.

Sempre acreditei que homens práticos, empresários, eram adequados a esse Ministério. Quero dizer-lhe, como brasileiro que não o conhece pessoalmente, que tenho a convicção de que a escolha, pelo Governo, de V. Exª para ocupar o Ministério foi absolutamente adequada, pela sua experiência, pela objetividade que, normalmente, homens da iniciativa privada são capazes de produzir e pela lucidez, que está associada às duas. De toda maneira, é preciso que sejamos realistas. O fato concreto é que, por mais eficiente que seja a equipe de V. Exª, o orçamento destinado à Pasta que ocupa é muito limitado.

O contingenciamento não é um corte, mas um bloqueio que conduz a um corte final. É impossível que o Governo execute o Orçamento previsto. Efetivamente, alguns ministérios terão melhor tratamento que outros. Mas o fato concreto é que haverá um corte, uma redução dos números, que nem sempre são favoráveis, como não o são em relação ao Ministério que V. Exª ocupa.

Prioridade implica definição de recursos também. Acredito que essa prioridade deve ser comprovada. Por exemplo, alguém falou sobre desenvolvimento regional – se não me engano, o Senador Fernando Bezerra. Não me parece ter consciência de prioridade o Governo que, ao contingenciar recursos, contingencia 90% dos recursos destinados ao Ministério da Integração Nacional, Pasta diretamente ligada às regiões, enquanto outros ministérios não sofreram cortes dessa ordem. Não sei qual foi o contingenciamento do Ministério ocupado por V. Exª, mas, seguramente, não foi modesto.

Estou convencido de que temos de apoiar a ação de V. Exª, na Oposição ou no Governo. Não considero que devamos fazer apuração de responsabilidades. Trata-se de um esforço de brasileiros para que a ação de um ministério voltado à produção no Brasil obtenha êxito. Esse é o desejo da grande maioria dos brasileiros, sejam oposicionistas ou da base de apoio do Governo, enfim, de todas as facções políticas. Reconheço que há uma torcida quase unânime para que V. Exª aconteça no Ministério e nele permaneça durante todo o Governo Lula.

Dito isso, eu gostaria de ponderar sobre as exportações brasileiras, que também foram favorecidas – não estou atrás do tempo nem do patrocínio – pelo câmbio e pelas chuvas. Aliás, foram imensamente favorecidas por elas.

Eu queria ponderar com V. Exª dois fatos relevantes que estão no conteúdo do seu discurso. O primeiro é a questão da infra-estrutura. Ouvi o Ministério da Produção sobre isso. Qual a política desse Governo para infra-estruturas, no plural? Rodovias, ferrovias, portos? Evidentemente, não teremos capacidade de exportação segura, crescente, competitiva, se não tivermos uma renovação, um investimento pesado no sistema de logística do País, que está e continua rigorosamente quebrado e que não dá sinais de que vai deixar de sê-lo.

Segundo, é notório que a capacidade do nosso sistema industrial está, em grande parte, usada. Há setores que estão trabalhando com capacidade plena. Como prever, para frente, exportações crescentes, sem clareza sobre como fazer uma nova capaci-

dade de investimento para esse setor, no geral, que produza nova capacidade técnica que possa gerar folga para a exportação, como vimos no caso da indústria siderúrgica brasileira? Efetivamente, a siderurgia tem exportado mais por causa do câmbio e porque atende cada vez menos o mercado interno.

Pergunto-lhe, de maneira muito clara, como o Ministro da Produção, que sabe que para dar certo precisa de infra-estrutura logística e de empresas investindo, vê esses problemas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Ministro.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, nobre Senador. Compartilho das suas preocupações.

Se entendi, V. Exª disse que a infra-estrutura do País está quebrada – se entendi bem –, com dificuldades extraordinárias. Para mim, está claro que teremos que fazer investimentos. Aprendi na escola que prioridade não é aonde vão os discursos, mas onde se põem os recursos. É muito fácil saber a prioridade de um governo ou de uma empresa, basta ver para onde vão o dinheiro e os recursos humanos. Portanto, as prioridades desse Ministério foram apresentadas aqui. No âmbito do BNDES, vamos beneficiar projetos de infra-estrutura que eliminem gargalos da logística e também de setores que, muitas vezes, prejudicam o desenvolvimento. Aqueles que são da região Norte, de Roraima, do Amazonas, sabem que hoje a energia elétrica é um problema nessas regiões, que somos ainda dependentes de termoelétricas, embora tenhamos, no caso do Amazonas, recursos de produção de gás, que não têm gasoduto para os locais de consumo. Ao mesmo tempo, estamos importando gás da Bolívia, dolarizado, e acaba o Brasil pagando, como se referiu o Presidente Lula, há poucos dias, para não consumir. Esses problemas não são específicos do nosso Ministério; são problemas muito mais amplos, do País inteiro e vamos depender de negociações com muitos membros da equipe do Governo, inclusive com o Congresso, porque muitas coisas virão para o Orçamento do próximo ano e certamente terão que ser melhoradas.

Eu poderia dizer-lhe um pouco da minha experiência anterior. Muitas vezes, tira-se uma fotografia instantânea de um setor e se diz que a capacidade instalada está toda tomada, como ouvi numa reunião com uma organização empresarial, há pouco tempo. Mas a experiência mostra que, muitas vezes, uma linha de produção muito longa tem um ou dois gargalos, equipamentos que ficaram subdimensionas, que, se forem melhorados, toda a linha vai ter uma capacidade maior. Isso, nesses anos noventa, nas empresas, foi comum de fazer. Melhora de capacidade instalada, trocando alguns equipamentos. Certamente, na área de infra-estrutura, existe isso. Por exemplo: por que é que milhares de caminhões têm que ficar na fila esperando para descarregar no porto de Paranaguá? Não é problema de estrada nem de porto. Paranaguá não carrega navio se chove, nem descarrega caminhão se ocorre outro fato qualquer. Além disso, as ferrovias que levam aos portos do Sul e do Sudeste – o nobre Senador Eduardo Suplicy conhece muito este assunto, porque foi militante na sua juventude em Santos – têm uma estrutura de transporte de vagões, na serra, extremamente atrasada.

Se pudéssemos elaborar um projeto para desentupir o gargalo das ferrovias, um investimento parecido ao que foi feito com a nova pista da Rodovia Imigrantes, que inclusive foi construída com capitais privados, e ter uma ferrovia de descida para Santos, com apenas dois túneis, ou a mesma situação na serra da Graciosa que desce para Paranaguá, a operação de todo o sistema do porto seria altamente otimizada.

Cito esses exemplos não para polemizar. Se estamos falando em projetos de desenvolvimento de largo prazo, devemos analisar os empreendimentos que realmente inovem e não simplesmente tapem buracos, além de fazer mais – como dizem os espanhóis **mas de lo mismo**. Estou convencido disso. Há idéias inovadoras, que, no devido tempo, serão discutidas no Governo.

Espero que, posteriormente, V. Exª também contribua com idéias nesse sentido. Tenho viajado bastante, mas ainda não fui a quatro Estados brasileiros, que espero visitar neste ano: Paraíba, Acre, Amapá e Sergipe. É preciso compreender as dificuldades do momento. Como disse V. Exª, esses acontecimentos já vêm de muitos Governos. Como diz o Presidente Lula, não se pode pegar uma varinha mágica e resolver os problemas imediatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Senador Sérgio Guerra dispõe de mais dois minutos

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Ministro, pelo que entendo, V. Exª reconhece algumas das ponderações que, por sinal, não são movidas por nenhum sentimento oposicionista, mas são de simples constatação. Evidentemente, o Ministério que V. Exª dirige necessita, para se complementar, de uma ação muito articulada com certos agentes.

É importante que o BNDES tenha um controle e uma orientação geral mais firme. Como V. Exª falou, é

fundamental enfrentar gargalos na empresa, em geral, ou na infra-estrutura, além de priorizar investimentos. Não estou falando apenas desses gargalos. Estou falando de uma situação objetiva.

Estamos investindo em rodovias pelo menos um sexto do que deveríamos investir, para que o País, de uma maneira geral, tenha condições de se sustentar – e sustentar o seu desenvolvimento econômico. Isso vale mais ainda para as ferrovias, para as hidrovias completamente e também para os portos.

Portanto, é preciso haver uma articulação muito forte nesse conjunto, mas o núcleo da nossa ação e do esforço de V. Exª passa pelo enfrentamento dessas questões centrais que não estão sendo enfrentadas há muitos anos.

Quanto ao BNDES, V. Exª fez algumas ponderações, mas ressalto apenas uma. O BNDES deveria ter, entre suas prioridades, a questão da integração econômica do País e da redução das desigualdades inter-regionais. V. Exª falou sobre outros temas, mas, talvez por esquecimento, não disse nada sobre esse assunto. É preciso que o Banco, além de se dotar de capacidade para ajudar e contribuir com esse esforço geral, tenha prioridade também nesse aspecto. Os investimentos no Nordeste, em geral, assim como na infra-estrutura, estão completamente despriorizados no Governo atual. Os sinais não são bons.

Registro que Pernambuco não terá o privilégio da Paraíba de tê-lo no Estado agora, porque não tive a mesma idéia do ex-Ministro e Senador de reforçar o seu Ministério com Minas Gerais. O porta-aviões é uma força importante para o desenvolvimento das exportações brasileiras. Por exemplo, há um porto no Estado, como o do Ceará. Nós, pernambucanos, temos a convicção da necessidade de uma ferrovia, para que possamos ser mais exportadores. Essa questão é geral, e é importante que V. Exª também inclua os pernambucanos em sua agenda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Luiz Fernando Furlan.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Obrigado, Srª Presidente.

Estive em Pernambuco com o Presidente Lula, inclusive visitando Brasília Teimosa, que parece continua teimosa. Mas lhe queria dar uma sugestão quanto ao porta-aviões. O ilustre Senador Ney Suassuna sugeriu a compra de um petroleiro que poderia denominar-se Pernambuco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Ministro Luiz Fernando Furlan, sua exposição inicial e sua apresentação mostram extraordinário cabedal de iniciativas. Cumprimento-o pela maneira tão completa com que tem procurado dinamizar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, granjeando o respeito de todos os Senadores.

V. Exª ressaltou a necessidade de darmos maior importância aos produtos de valor agregado. É importante o algodão, mas melhor ainda será se estimularmos a exportação do tecido confeccionado e da moda com todo o valor agregado.

V. Exª citou o exemplo da gravata. Para ilustrar sua opinião, tive a idéia de, reforçando seu argumento, fazer uma breve pesquisa entre os Senadores presentes, para saber quantos de nós estávamos usando gravatas estrangeiras ou nacionais – notei que minha gravata, por exemplo, era estrangeira. O levantamento que lhe entreguei pessoalmente informa que 13 Senadores estavam usando gravatas estrangeiras.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – O número 13 o persegue, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Treze Senadores estavam usando gravatas estrangeiras, e cinco, nacionais. Isso serve para reforçar seu ponto de vista. Quem sabe venhamos a estimular o desenho nacional de nossa gravata? Daqui a algum tempo, mais Senadores estarão usando gravatas nacionais.

Gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª: que, na oportunidade em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus Ministros estiverem examinando a coordenação e integração de todos os programas de natureza social – inclusive, ainda na semana passada, em seu pronunciamento, o Senador Tasso Jereissati expressou uma preocupação que também é de V. Exª, e o Senador Sérgio Guerra o indagou sobre os investimentos em infra-estrutura e sobre as medidas de apoio que seu Ministério está considerando –, sejam levadas em conta questões-chave, como por exemplo: o cartão-alimentação ora posto em prática torna a economia brasileira mais competitiva ou menos competitiva? Qual o efeito disso na competitividade da economia brasileira **vis-à-vis** as economias dos países desenvolvidos?

A reflexão em torno do Bolsa-Escola, do Bolsa-Alimentação, do Bolsa-Renda ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é muito significativa.

Por quê? Hoje, os países desenvolvidos, ao instituírem programas de garantia de renda, de imposto de renda negativo, de crédito fiscal à remuneração de trabalhadores, pensam nessa questão. Ora, vejamos o que ocorre em alguns países como os Estados Unidos ou Reino Unido.

Lá, decidiu-se, já desde a segunda metade dos anos 70, que o trabalhador que tenha uma família, se sua renda não alcança determinado patamar, passa a ter o direito de receber um complemento de renda que tem certa característica. E qual é, em síntese, o resultado disso? A sociedade norte-americana resolve complementar a remuneração dos seus trabalhadores que não recebem até um certo montante. Isso torna, a meu ver, a economia norte-americana mais competitiva em relação aos países que não se preocupam com isso e fez com que, por exemplo, o Reino Unido adotasse uma sistemática semelhante, consubstanciada no **Family Tax Credit**. Não que seja esse desenho o melhor ou mais adequado. O mais racional e mais adequado é ainda um outro, dizem os que têm estudado esse assunto. Trata-se de uma renda básica de cidadania.

Não vou me estender, o que quero sugerir a V. Exª é que, na hora de o Governo do Presidente Lula refletir e apresentar o tema para debate perante o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na reunião dos Ministros da área social – onde a presença de V. Exª também é importante, porque tem todo o aspecto não apenas de desenvolvermos o Brasil da forma mais saudável socialmente, mas, inclusive, do ponto de vista da nossa competitividade –, é que V. Exª tenha essa preocupação e elementos na hora da definição de qual será o melhor desenho de todos esses programas que visam erradicar a pobreza e a fome no Brasil e permitir que cada brasileiro participe da riqueza da Nação.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, nobre Senador. Desde muito tempo admiro a sua luta, inclusive sua tenacidade e persistência, levando adiante idéias que podem, efetivamente, causar mudanças de longo prazo no Brasil.

Eu queria lhe dizer, também, que participo, com muita honra, do Conselho Econômico e Social. Como Ministro, participei ontem durante toda a manhã e só não estive à tarde – mas minha equipe esteve –, porque às duas horas, como mencionei, fui a Assunção e retornei às duas horas da manhã.

O que mais podemos fazer no nosso Ministério em relação à questão social, Senador, é criar empregos. Impressionou-me muito, naquela viagem de dois dias em que o Presidente Lula levou seu Ministério, talvez pela minha experiência anterior de observação, que, depois de algum tempo, olhar uma pequena casa, em qualquer núcleo que fosse, por mais pobre que fosse, e perceber de fora se havia morador empregado ou desempregado. Mas era assim, transparente. Olhando as crianças, podia-se saber se havia trabalho ou não havia trabalho.

Então, o nosso grande desafio – em que este Ministério e a equipe podem realmente contribuir para a questão social – é a geração de emprego. Quando eu disse aqui que vamos gerar, só com a exportação, dois milhões de empregos em quatro anos, é uma tarefa gigantesca que pode ter um efeito social extraordinário. Quando V. Exª se referiu aos núcleos de produção, o Juan Quirós esteve agora visitando no norte da Itália a cidade de Beluno, que é responsável pela produção de mais de 50% das armações de óculos de grau vendidas no mundo. Quando V. Exª fez aqui uma pesquisa, que deu treze gravatas estrangeiras e cinco brasileiras, na verdade, das treze estrangeiras, há doze italianas. É muito comum o senhor comprar ou receber de presente, como é o meu caso, uma gravata com uma dessas etiquetas francesas bem conhecidas. No selinho bem pequeno, que tem aqui, das brasileiras tem o CGC e no das estrangeiras, está escrito "pura seda feita na Itália". É Christian Dior ou qualquer marca feita na Itália.

Eu não tenho nada contra produto importado, mas acho que temos que aprender com o sucesso dos outros. Podemos fazer, e já os estamos fazendo em alguns setores, produtos que são vendidos com marcas internacionais, feitos no Brasil. É o caso da confecção e de muitos outros produtos, inclusive perfumes, cosméticos e automóveis. Hoje, a maior exportação da Volkswagen é para o Nafta. O comprador está adquirindo uma marca internacional e o produto é feito no Brasil, na China ou em outros lugares. Então, temos um grande desafio.

A essa palavra que o Presidente Lula abomina, **cluster**, daremos o nome de agrupamento industrial ou distrito industrial dedicado. Acharemos uma sigla brasileira, mas, na verdade, essa é a grande de solução de criação de empregos e multiplicação das pequenas.

Quero, também, dar a informação ao Plenário de que foi instituído, no BNDES, um cartão Finame. Isso saiu e até hoje se considera na imprensa como uma dificuldade de boas notícias transitarem com destaque.

O cartão Finame é uma espécie de cartão de crédito onde o pequeno empresário pode comprar qualquer coisa – insumos ou equipamentos – utilizan-

do-o e, automaticamente, tem uma linha de crédito com um financiamento. Então, há coisas simples e inovadoras que produzirão resultados, principalmente para os pequenos.

Temos uma proposta, que está sendo estudada, de termos uma espécie de Moder Frota para os pequenos empresários, para compra e modernização de equipamentos, desde uma pequena padaria ou confecção, com linhas de crédito e juros subsidiados.

Há muitas iniciativas que vão frutificar ao longo do tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, permita-me agradecer a resposta.

Enfatizando a minha proposição, eu gostaria de assinalar que, quando o Presidente Bill Clinton assumiu, a taxa de desemprego nos Estados Unidos era da ordem de 7,5%. Naquela ocasião, ele expandiu o IATC tanto no formato, expandindo as categorias, quanto na quantia. Esse programa, hoje, beneficia vinte milhões de famílias norte-americanas, ou cerca de 60 milhões de pessoas, e é um programa que foi consistente, com maior competitividade das empresas norte-americanas e maior nível de emprego. A taxa de desemprego, ao final de seu Governo, era de 3,9 e, hoje, aumentou para 5,7 por outras circunstâncias, mas foi algo consistente, com o objetivo de aumentar o emprego, mas ainda não foi o mais eficaz do ponto de vista da melhoria da distribuição da renda.

Para isso, se faz necessário um outro desenho, para o qual eu gostaria de conclamar o Governo, inclusive o seu Ministério, a dar maior atenção.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite, terei que atender três Embaixadores, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que estão me visitando agora, e devo ir.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Aliás, vou precisar de sua ajuda nessa Comissão, porque temos uma pauta pendente no Senado e na Câmara, e, oportunamente, conversaremos sobre isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT –SP) – A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dará todo o apoio e irá interagir com o seu Ministério.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, Senador.

A SR.ª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves, por cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Ministro Luiz Fernando Furlan, a exemplo dos demais Senadores, quero cumprimentá-lo por sua exposição. Fiz um pedido por escrito a seus assessores para recebê-lo, que já está sendo providenciado pelo Senado Federal.

Tenho três perguntas a fazer. O antecessor de V. Exª, o Ministro Sérgio Amaral, deu muita ênfase a uma política de exportações baseada no apoio do Itamaraty, inclusive realizando exposições e feiras no exterior. Faço este depoimento porque fui Governador de um Estado do Nordeste, o Rio Grande do Norte, e participei de duas feiras. Sei que V. Exª tem uma visão mais pragmática e não pretendo aqui estabelecer um confronto entre V. Exª e seu antecessor; não se trata disso, absolutamente. Trata-se de avaliar se o Itamaraty sempre participou de uma política de exportação, pois nunca houve tanta ênfase em programas de exportação como quando o Embaixador Sérgio Amaral esteve à frente do Ministério. Assim sendo, gostaria de contar com a avaliação de V. Exª a respeito. Fiquei curioso e interessado nesse desdobramento, já que participei tão de perto. Essa seria a primeira indagação.

A segunda pergunta – e peço permissão a V. Exª, já que descartou maior responsabilidade nisso – diz respeito à política de desenvolvimento regional. Os Senadores Fernando Bezerra e Sérgio Guerra também enfocaram o tema. Gostaria, portanto, de saber de V. Exª – com a visão pragmática que possui – em que seu Ministério pode colaborar. E daria até uma sugestão, sem querer tomar muito tempo, pois sei que a hora do jantar está próxima.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Senador, eu já perdi três quilos; não é meio quilo que fará diferença.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª pela tolerância. Os Estados estão fazendo sua parte, inclusive na política que tem esse nome complicado de **cluster.** Então, cada Estado está buscando descobrir esses agrupamentos que significam novas oportunidades para cada um deles, com uma visão realista, algo de baixo para cima e não de cima para baixo.

A terceira é uma pergunta muito prática, mas pode ser também um exemplo. O porto de Natal aumentou bastante suas exportações porque foi mais bem aparelhado com investimentos do Governo Federal. Mas agora, em face de restrições orçamentárias e contingenciamentos, o Porto está inclusive perdendo condições. O Senador Sérgio Guerra fez a per-

gunta anteriormente; eu a faria de forma mais prática: posso bater à porta de V. Exª ou apenas à do Ministro de Infra-Estrutura?

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que sou daqueles que aprendeu, ao longo dos anos, a admirar o Itamaraty. Portanto, creio ser muito natural que o Embaixador Sérgio Amaral, sendo alguém do Itamaraty, se apoiasse mais fortemente numa organização extraordinária e que ele conhece tão bem.

Por outro lado, aprendi que quando há hibridação, ou seja, quando há cruzamentos genéticos, o produto alcança um resultado melhor. Minha política é exatamente a de hibridação, conforme mencionei. Há pessoas que trabalham comigo e são oriundas do Itamaraty, funcionários de carreira do Ministério, do BNDES e da iniciativa privada. E é dessa hibridação que vamos sair com um algo mais.

Tenho um extraordinário relacionamento com o Itamaraty. Aliás, ele é o Ministério mais bem aparelhado. Gosto muito de fazer reuniões no Itamaraty porque o meu Ministério é pobrezinho. Quando o Embaixador Celso Amorim me convida, fico mais contente, porque sei que serei atendido como no primeiro mundo.

Na última reunião das nossas equipes, que tem sido a cada quinze dias, chegamos a uma conclusão muito singela. O Itamaraty tem uma extraordinária estrutura física, porque tem instalações em todo o mundo, e, ao mesmo tempo, tem também recursos humanos extraordinários, gente treinada, que tem, em geral, além do curso do Instituto Rio Branco, um curso superior, alguma especialização e conhecimentos. O que temos do nosso lado? Temos o conhecimento da exportação. Se pudéssemos usar uma palavra estrangeira, o Itamaraty tem o **hardware**, o equipamento, os recursos humanos, e nós temos o **software**, que é saber fazer exportação, e temos também recursos financeiros por meio da Apex, área que inclusive não sofreu nenhum corte, até porque não é parte do Orçamento da União; são recursos do setor privado, como V. Exª sabe. Juntando essas quatro faculdades, faremos o melhor. Então, eu não tenho dificuldades. Ao contrário, ainda hoje receberei mais um membro do Itamaraty, que está vindo do Japão. Quando fui a Tóquio, pedi autorização ao Ministro Celso Amorim e fiz uma proposta de compra de passe, porque eu preciso de um especialista em extremo oriente. Espero que S. Exª aceite a proposta hoje.

Senador, falei de alguns temas que passam pelo desenvolvimento regional. Mencionei o caso do Piauí, que tinha 18 exportadores, e mencionei um levantamento que estamos fazendo, Estado por Estado, qual o produto, que empresas e para onde exportam. Nós teremos propostas de desenvolvimento regional voltado para a exportação para cada Estado. O projeto piloto é com Goiás, porque é perto, porque o seu Governador foi o primeiro que me procurou com esse objetivo, e porque ele tem também um secretário de comércio exterior, portanto, esse assunto é prioridade para ele.

Como já mencionei, estarei em São Paulo com o grupo de comércio exterior do Governador na segunda-feira próxima, e em Minas Gerais durante a semana, porque sou convidado. Se o seu Estado me convidar, irei discutir e apresentar a proposta com muito prazer, porque é um Estado que aprendi a apreciar pelas suas riquezas excepcionais.

V. Exª diz que os Estados estão fazendo a sua parte. Eu me permitirei discordar. Acredito que ninguém está fazendo a sua parte. Se estivesse fazendo, o Brasil seria muito melhor do que é. Não é por vontade própria. Às vezes é por desconhecimento, às vezes é por não poder colocar prioridade no assunto, por não ter gente. Nós aprendemos na vida que há coisas urgentes e há coisas importantes. As importantes, até pelo nome, são mais relevantes do que urgentes, mas, normalmente, ocupamo-nos destas. Os Estados, com a informação que temos, com a inteligência comercial, com o levantamento de potencialidades que ofereceremos, poderão ser inseridos no desenvolvimento regional, criando empregos, mirando o comércio exterior. E também na infra-estrutura.

Na verdade, como ex-Governador, V. Exª sabe que a sua escolha de investimentos na infra-estrutura tem vários fatores que obrigam a decisão, e um deles é o que esse investimento produzirá. Esse é um fator: como se pagará o investimento. Nós poderemos contribuir com o Estado. V. Exª esteja certo que uma ida ao seu Estado não só será bem recebida, como levaremos também um conjunto de propostas e informações para o desenvolvimento regional.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Não quero fazer nenhuma réplica, mas reforçar o convite para que V. Exª visite nosso Estado.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – De preferência, numa sexta-feira.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Numa sexta-feira, sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Meu caro Ministro Furlan, quero saudá-lo, esperando possamos ter uma ação bastante construtiva. V. Exª está vindo aqui pela primeira vez e virá outras vezes. Sem dúvida, nossa expectativa em relação à sua ação no Ministério é muito grande.

Antes de fazer as perguntas e falar especificamente sobre o tema, faço alguns comentários sobre algumas colocações do Senador Aloizio Mercadante que entendo importante rebater.

Primeiro, S. Exª diz que voltou a tese do "catastrofismo", em razão das palavras do Senador Arthur Virgílio, e que isso não cabia mais. Lembro ao Senador Aloizio Mercadante que não cabe mais a tese do "catastrofismo" exatamente porque o que gerou aquele pânico anterior mudou – e não foi a nossa postura, da Oposição, mas a postura do atual Governo. Quer dizer, toda uma expectativa foi permeada por um discurso e uma prática econômica que assustaram o mercado e o Brasil. Agora, vemos de forma positiva que o atual Governo mudou o discurso e a prática. Talvez a Regina Duarte estivesse acreditando efetivamente no discurso do Lula e na prática do PT anterior. Estamos vendo agora que não só a Regina Duarte se enganou, mas o próprio Lula e o PT também se enganaram. Portanto, está mudando o tipo de postura, e ficamos felizes com isso. Tanto está mudando que foi buscar V. Exª, um empresário sem partido político, renomado, para assumir um ministério crucial para o futuro do País. E isso temos de louvar.

Faço esse reparo histórico, porque o Senador Aloizio Mercadante errou: não fomos nós que mudamos; eles mudaram e, efetivamente, mudaram para melhor. Ficamos felizes com isso.

Quanto à questão do crescimento do PIB brasileiro em 2%. É pouco? Sim. Torço para que o Presidente Lula divulgue um PIB maior, mas isso ainda não foi apurado, assim como a rotatividade de ministérios também não foi apurada. Estatística é algo complicado, só sendo possível sua apuração no final do período. A estatística do Governo Lula, por exemplo, é aterradora: mataram dois juízes em trinta dias. Não conheço, na história da República e nem do Império, algo parecido que tenha acontecido. Na verdade, é uma estatística pinçada de determinadas questões.

O salário mínimo anunciado agora, por sua vez, dá um aumento real de menos de 2%. Em 2001, no Governo Fernando Henrique, o salário mínimo teve um aumento real de 11%. É uma estatística negativa também para o atual Governo.

Faço esse registro para dizer que, efetivamente, não devemos discutir o passado, que já foi julgado, numa eleição inclusive. Temos de atuar no sentido de corrigir e melhorar o futuro. E essa será a responsabilidade da Oposição; por isso, estamos aqui. Estamos em maior número, os membros da Oposição, do que os membros do Governo, e daremos esse tipo de contribuição.

Na questão prática, concreta, do Ministério de V. Exª, quero fazer algumas observações. Primeiro, sou da Região Amazônica, uma região que necessita muito da atenção do Brasil. Temos de montar na Região Amazônica um desenvolvimento auto-sustentado responsável, que atenda o meio ambiente, as questões indígenas, mas que gere dignidade para as pessoas que produzem e vivem lá.

É preciso que V. Exª se debruce efetivamente sobre a questão das linhas de financiamento. O BNDES e o FNO têm linhas de financiamento, mas o dinheiro não é gasto. Não há capacidade efetiva, por uma série de burocracias e de entraves operacionais. Não há um processo de deslanchar esse tipo de atividade econômica. Portanto, peço a atenção de V. Exª para essa questão.

Eu gostaria de tratar especificamente sobre a implantação do processo Kimberly de certificação de diamantes de exportação – já entreguei cópia da medida provisória ao Dr. Márcio Fortes, Secretário Executivo. O Brasil hoje não está certificando. Portanto, ao não certificar, tirando uma ou outra operação específica do Banco do Brasil, está incentivando o contrabando, e essa questão está entre o DNPM e os Ministérios do Desenvolvimento e o de Minas e Energia, e, efetivamente, deixa-se de exportar. Já há três meses, por conta desse processo burocrático, tem-se deixado de exportar um volume razoável – volume que pode ser maior. Peço, realmente, a atenção de V. Exª para esse assunto.

Também peço a atenção de V. Exª para a questão relativa à taxação em 20% do açúcar brasileiro na Argentina, já que o veto do Presidente Duhalde foi derrubado pelo Senado argentino. Gostaria de saber qual é a posição do governo brasileiro sobre o assunto – talvez seja o caso de o Senado brasileiro fazer algum tipo de retaliação. Gostaria de saber como V. Exª entende que devemos reagir diante desse fato que representa um rompimento, ainda que a questão seja isolada, do Mercosul.

Gostaria também de saber de V. Exª a posição do Governo atual sobre a implantação e o funcionamento das ZPEs e das áreas de livre comércio, que foram instrumentos criados para gerar algum tipo de

diferenciação no desenvolvimento regional, mas que, em muitos casos, não foram implantados ou estão sendo cerceados em seus limites, enfim, não estão funcionando bem. Entendo que esses instrumentos poderiam funcionar como alavancas de desenvolvimento.

Por fim, gostaria de saber de V. Exª qual a posição do Ministério do Desenvolvimento sobre os transgênicos, qual é a visão no tocante à comercialização da safra de soja do Rio Grande do Sul e à própria pesquisa, que, por conta de vários entraves, está paralisada no Brasil. Entendo que não podemos assumir uma posição isolada com relação ao restante do mundo. Sei que existem posições antagônicas dentro do próprio governo, mas V. Exª, como responsável pelo processo de desenvolvimento e, portanto, pelo processo de exportação de **commodities**, deverá ter um papel decisivo nessa definição.

Agradeço as respostas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ministro Furlan, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigada Senadora.

Tive o prazer de conhecer o seu Estado e melhor entender os problemas de desenvolvimento regional, parte deles melhorados. Fui ao seu Estado na época em que a ligação Boa Vista-Santa Helena não estava ainda concluída e a população sofria com o racionamento de gás e de combustíveis, porque era época de seca, e o transporte fluvial não conseguia dar vazão à necessidade local de transporte. Hoje sei que o abastecimento pode ser feito da Venezuela, com 120 quilômetros aproximadamente. Tive oportunidade de tomar banho de rio lá e ver que o hemisfério norte, onde fica o seu Estado, tem também grandes potencialidades.

V. Exª entrou por uma seara que não é a minha: eu não sou político, não sou filiado a partido e felizmente não preciso de votos, a não ser o voto do Presidente Lula. Como cidadão, porém, posso mostrar o meu ponto de vista.

Acompanhei processo semelhante acontecido na Itália – há, inclusive, um filme clássico, mostrando como esse assunto foi tratado por lá. O assassinato de juízes, acredito, é uma atitude desesperada do crime organizado e revela, talvez pela primeira vez, que o crime organizado está sentindo as concretas políticas que contrariam o seu poder estabelecido ao longo dos anos. Recomendaria a V. Exª, se não viu, ver o filme, que é muito interessante e trata da vida do juiz Falcone – por acaso revi-o outro dia num desses canais pela terceira vez. Vale a pena.

O tema diamantes: quando estive em Manaus, reunido com seu Governador, no seu Estado, falamos sobre o assunto e vamos nos empenhar para encontrar uma solução, já que o tema é bastante complexo.

O assunto do açúcar: ainda ontem à noite ele foi objeto do debate travado entre mim e o Ministro da Produção argentino Aníbal Fernández. O Presidente Lula no sábado manifestou grande contrariedade com a decisão do Congresso argentino de derrubar o veto presidencial, mas temos que reconhecer que, neste momento, há uma indefinição no processo político. Dia 25 de abril, deveremos saber quem será o novo Presidente da Argentina. V. Exª deve entender que nenhum político quer "pôr a mão na cumbuca" para defender o açúcar brasileiro em relação à produção Argentina. Continuaremos na marcação.

Quanto às ZPEs, confesso-me um observador. Elas foram criadas há mais de 10 anos. Recordo-me de ter visitado um protótipo de ZPE no pantanal do Mato Grosso, se não me engano em Cáceres. Aparentemente, pela observação, sem ter uma opinião formada, não funcionou até agora, talvez tenha ficado ultrapassado no tempo e devamos buscar mecanismos mais modernos. Na nossa discussão em Manaus com Governadores da região, pedi sugestões a S. Exªs, que serão apresentadas na próxima semana, dia 10. Teremos uma reunião com cinco Governadores da região. Olhando para frente, não estou preocupado em olhar para trás.

Quanto aos transgênicos, é muito simples a posição do Ministério. A observação da história mostra que aqueles que lutaram contra a evolução da ciência perderam. Mesmo que o reconhecimento fosse tardio, como no caso do Vaticano em relação àquele italiano que disse que a Itália e o mundo não terminavam em um barranco. Nossa posição é pragmática. A evolução da ciência é inexorável e o Brasil é um dos poucos países que pode, se quiser, conviver com o processo tradicional e a evolução transgênica. Não podemos permitir, principalmente na área da soja, que é o tema específico, que o Brasil, neste ano, em que se tornará o maior exportador mundial de soja, pela primeira vez, seja prejudicado na sua produtividade em relação aos dois principais concorrentes, que são os Estados Unidos e a Argentina. Pode-se dizer que há compradores no mundo que nos boicotarão. Mas eles comprarão de quem? Se houver um prêmio pela soja não-transgênica ou pela soja orgânica, certamente teremos produtores brasileiros que atenderão o mercado mundial e conquistarão esse prêmio. Não entro

na polêmica, meu sentido é prático e não podemos prejudicar o desenvolvimento do País com bandeiras que, ao longo da história, não se mostraram procedentes. É claro que a luta contra os transgênicos e contra as modificações genéticas tem argumentos concretos, inclusive éticos, mas, certamente, não no caso da soja.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Ministro, agradeço a resposta. Encaminharei a V. Exª cópia de um projeto meu que trata da exportação de madeira na Amazônia. A Bancada do PT da Amazônia apóia o projeto, que, como V. Exª falou, trata do valor agregado. Sou contra a exportação de madeira em tora ou em prancha da Amazônia. Acredito que deveríamos buscar outro caminho efetivo para isso, deveríamos industrializar e ter o valor agregado na própria Amazônia, para coibir qualquer tipo de contrabando, mais do que isso, para tirar menos madeira e ter um valor agregado maior. Se a Amazônia é um patrimônio da humanidade, deveríamos dar um tratamento diferente a essa questão. Encaminharei a V. Exª e espero que V. Exª possa ser meu aliado dentro do Governo nessa questão.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Aliás, dentro do fórum de madeira e móveis que, ontem, se instalou em Assunção, como falei no início. Anotaremos sua ponderação.

O SR. ROMETO JUCÁ (PSDB – RR) – Registro que os comentários políticos que fiz não foram para V. Exª me responder, porque foram direcionados ao Senador Aloizio Mercadante. Fiquei preocupado. Eu poderia, mais uma vez, sofismar em cima de dados e dizer o seguinte: pelas colocações de V. Exª, quanto mais combate ao crime houver, mais juízes serão mortos. Seria uma resposta. Na verdade, preocupo-me com a saúde dos juízes por conta desse combate ao crime do Governo Lula. É apenas uma brincadeira, não é uma provocação.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Respondo a sua brincadeira com outra brincadeira. Como eu sou corintiano e meu irmão é conselheiro do Palmeiras, ele não está preocupado com o campeonato brasileiro, porque, como V. Exª sabe, a equipe dele está na segunda divisão. Então, foi nesse sentido que eu quis dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia por cinco minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Ministro, eu gostaria de cumprimentá-lo por sua presença, dizer do nosso entusiasmo com a sua fala, didática, simples, direta e, principalmente, ressaltar a sua serenidade ao tratar do passado, valorizando aquilo que é positivo, e a força com que V. Exª encara o futuro. Isso, sem dúvida, para nós, de oposição, é gratificante.

Fiquei feliz de o Senador Romero Jucá falar antes de mim, porque S. Exª estabeleceu o contraditório com o Senador Aloizio Mercadante, evitando dessa forma que eu entrasse nessa seara.

De qualquer forma, quero falar sobre algumas coisas que já foram ditas. Ao fazer a sua exposição, V. Exª referiu-se a algumas dificuldades, a algumas barreiras operacionais, dentre elas, a questão da logística, que foi exposta pelo Senador Sérgio Guerra, e a questão da burocracia.

Nós, que já passamos pelo Executivo e vimos a dificuldade que essas duas ações provocam nos resultados do nosso trabalho, ficamos um pouco assustados quando não vemos um planejamento estratégico em que possamos perceber os Ministérios que fazem interface com o Ministério dirigido por V. Exª. Isso seria importante para que tenhamos segurança desses resultados.

Eu gostaria de saber se há esse planejamento, se há essa interface, se aquilo que é estratégico para o resultado positivo das exportações está sendo trabalhado nesse conjunto, principalmente no que diz respeito à burocracia e à logística, que são dois impeditivos muito graves hoje.

Quero, também, fazer um pergunta em relação à geração de empregos. V. Exª disse que é propósito do Ministério gerar, em um ano, 400 mil empregos, envolvendo cerca de US$6 bilhões.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – De incrementos às exportações.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Disse também que o instrumento de fomento para esses empregos seria do BNDES. Pergunto se V. Exª conta também com uma intervenção nos fundos constitucionais para essa geração de emprego.

São essas as minhas questões: se há um planejamento estratégico com os Ministérios que fazem interface com o Ministério dirigido por V. Exª e se existe um mecanismo de intervenção do Ministério junto aos fundos constitucionais.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, nobre Senadora. Aprendi, ao longo dos anos, a admirar o Estado que V. Exª representa. Quase implantei um projeto em Goiatuba, em Morrinhos, nos anos 80. Chegamos a comprar as áreas. Fico muito satisfeito ao ver que o Estado encontra a sua voca-

ção desenvolvimentista. Ele, certamente, sofre com a logística, porque está muito distante dos portos e dos centros de consumo, mas gradualmente isso vem sendo superado.

Como já tive o prazer de dizer, Goiás foi escolhido como o projeto piloto de promoção de exportações no âmbito estadual. Juan Manuel Quirós, aqui presente, da minha equipe, já esteve com a equipe de Governo, com o Governador, que já me visitou duas vezes, e nós vamos trabalhar, de forma muito dinâmica, com Goiás que, além de tudo, tem a vantagem de abraçar Brasília, o que facilita também a nossa logística.

Senadora, sobre o planejamento, somos uma equipe nova que recebeu números orçamentários que foram discutidos anteriormente a este Governo. Não compete a mim reclamar dos recursos. Muito pragmaticamente, compete à nossa equipe fazer o melhor com os recursos que temos e por meio das parcerias com os colegas de outros Ministérios. Então, os fundos constitucionais fazem parte, sim, do nosso processo. Também estamos trabalhando forte – por meio do apoio do Sr. Roberto Jaguaribe, Secretário de Tecnologia Industrial – com o Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem recursos extraordinários para pesquisa e desenvolvimento, para o que gostaríamos de dar uma feição muito prática e concreta em torno de objetivos de médio e longo prazo. Queremos não apenas investimentos em pesquisa, mas transformá-la em valor econômico para as empresas, de forma a poder criar empregos de novo, que é uma obsessão que temos. Eu não encontro uma vez com o Presidente Lula sem que Sua Excelência não toque nessa tecla.

Então, o planejamento em âmbito governamental está sendo lapidado em várias reuniões. Participo semanalmente da Câmara de Política Econômica. Uma boa parte do planejamento é dependente da política econômica, dos recursos, das liberações. Não é falta de projeto. Projetos e diagnósticos, o Brasil tem pilhas e pilhas. O que precisamos é ação. Na Câmara de Política Econômica, temos apresentado muitas sugestões que vão ao encontro do projeto de desenvolvimento do Presidente Lula. Algumas coisas estão caminhando; em outras, a primeira rebatida foi infrutífera, mas vamos continuar insistindo.

Ao mesmo tempo, uma equipe de Governo tão ampla precisa de um tempo para pegar ritmo de jogo. Aliás, o Presidente tem estimulado – V. Exª deve ter lido nos jornais que, no domingo, houve uma partida de futebol no Palácio Jaburu – que se tenha jogo em equipe, realmente no sentido de as pessoas se conhecerem e de poderem se tratar pelo primeiro nome. Quando eu tiver uma questão ligada ao Ministro Viegas, com o Celso Amorim, com o Ciro ou com quem for, que eu possa, com liberdade, falar com ele, chamá-lo pelo primeiro nome, de maneira que não fique aquele negócio de Excelência para cá, Excelência para lá, salamaleques. O Presidente Lula detesta formalidade e vive brigando com o cerimonial. Eu também não gosto desse tipo de coisa. Talvez até este não seja o local indicado para fazer esse tipo de comentário, mas penso, em grande parte, que isso seja uma perda de tempo. Quando uma pessoa tem respeito e goza de respeito, não é o tratamento circunspecto que fará a diferença. Fiquei impressionadíssimo, na primeira vez que fiquei – no bom sentido – com o Presidente Lula numa situação de intimidade, que foi na volta ou na ida para o Piauí, quando o Presidente convidou a mim e ao Ministro Roberto Rodriguez para sua cabine. O Presidente chamou o que seria o comissário de bordo e disse: "Meu querido, traga mais um cafezinho para nós". Fiquei imaginando um Presidente da República chamar um funcionário menos graduado de uma forma tão próxima, uma pessoa que devia conhecer talvez há uma semana.

Então, fazemos parte de um Governo que vai cultivar essa relação informal no sentido de produzir resultados. Ao mesmo tempo, vamos nos adaptando. Fui um esportista até razoável no passado. No futebol, jogava como zagueiro, na defesa, mas no vôlei era atacante. No basquete, jogava como pivô, aquele que joga de costas para a cesta. Então, a gente aprende a jogar em todas as posições. Daqui a pouco, V. Exª verá que vamos ter uma equipe bem azeitada, como estou fazendo com a minha, que está toda presente. Eles receberam uma instrução, desde o início, no sentido de que nenhum deles pode dizer: esse assunto não é comigo. Na falta de um, o outro tem que dar cobertura.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu gostaria de agradecer a sua fala e de cumprimentá-lo pela equipe. Conheço bem o Dr. Márcio Fortes. Acredito que os demais, embora não os conheça, por suas referências, serão um sucesso. Quero demonstrar, também, minha alegria de ver seu entusiasmo, sua crença, sua força.

Agradeço por Goiás. Tenho certeza de que Goiás vai responder a esse apelo, a esse desafio, como o Brasil espera de um Estado em desenvolvimento, com todo um potencial para ajudar o País a crescer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nosso último inscrito é o Senador Roberto Saturnino.

V. Exª dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ministro Luiz Fernando Furlan, quero cumprimentar V. Exª pela exposição, pela forma como respondeu todas as indagações. Peço-lhe desculpas, também, porque meu dever aqui, como Senador do Governo, era o de poupar V. Exª, que já deve estar extremamente fatigado.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Ao contrário. Desculpe-me a interrupção, que também não é do protocolo. Acabei dormindo às 02h30min. A solução que encontrei, pela manhã, foi a de pular na água. Fui tomar um banho de piscina às 06h30min para ficar bem acordado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Vou procurar ser o mais objetivo possível. Vou-me referir a dois pontos extremamente importantes, mas que não foram mencionados.

Acredito que o esforço de V. Exª e de sua equipe na produção de um aumento das exportações será muito bem sucedido. Tenho plena confiança disso. Ocorre que, à medida que as exportações vão crescendo, crescerá também uma outra conta negativa sobre a qual a atuação do Governo não tem sido sentida: a conta de fretes. Sou do tempo em que o Brasil possuía uma frota mercante poderosa que transportava 40% do seu comércio internacional. Hoje, está reduzida a zero por uma série de circunstâncias que não irei recordar. O importante é discutirmos o que fazer. No Governo passado, havia o preconceito de ser um governo de filosofia liberal, profunda; qualquer iniciativa governamental era sempre mal vista, ou vista com preconceito. No nosso Governo, acredito que a passividade do Governo passado não pode persistir. É preciso haver alguma iniciativa. Do contrário, o esforço de exportação será sangrado por uma quota negativa que vai crescer enormemente.

Falarei a respeito da segunda questão. V. Exª ressaltou muito bem a importância da redução dos custos de logística, de infra-estrutura, de transportes e dos custos portuários. A tendência nítida da navegação de longo curso no mundo de hoje é, cada vez mais, os navios crescerem. Os **mega-carriers** vão acabar tomando a fatia principal desse mercado. O Brasil precisa equipar-se para ter um posto redistribuidor, um chamado **hub port**, que seja capaz de receber esses **mega-carriers** e distribuí-los por toda a América do Sul e não só pelo Brasil. Essa oportunidade existe em Sepetiba. O porto de Sepetiba está localizado em meu Estado – e claro que é muito importante –, mas trata-se de um projeto brasileiro. Diria que até sul-americano. V. Exª disse que, em seu Ministério, não vale a expressão "isso não é comigo". De fato, Sepetiba não está diretamente ligada ao seu Ministério, mas gostaria de ouvir de sua parte alguma manifestação de vontade de interferir, também, a favor da execução dos acessos. O que Sepetiba está precisando, essencialmente, é da melhoria dos seus acessos rodoviário e ferroviário.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, Senador. Foi uma coincidência feliz receber de sua voz a última pergunta, porque o Rio de Janeiro foi o único Estado brasileiro que me concedeu o título de Cidadão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Muito justo.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Como me referi no início da minha apresentação – depois, com vagar, encontrei a foto dele ali, quase acima da foto do Senador Ney Suassuna, logo à direita –, meu avô também fez seu primeiro discurso no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, que hoje é sede da Assembléia, mas, como V. Exª lembra, era a Câmara Federal nos anos 50, antes da criação de Brasília. E lá mesmo agradeci o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio, Senador, precisa desenvolver suas vocações. V. Exª sabe que não me preocupo com esse problema que mencionou, porque, na sexta-feira passada, cheguei de Londres, às 05h50min, fui a casa, troquei de roupa, peguei o avião das 10h30min para o Rio e tive uma reunião no Conselho do BNDES às 11h30min. Saí de lá, às 19h para Brasília. O Rio, Senador, tem suas vocações, mas – não veja isto como crítica – ainda não engrenou como deveria. E o BNDES, hoje, pode dar uma ajuda extraordinária, como está dando, aprovando, inclusive, financiamentos aos estaleiros do Rio, como foi anunciado na própria sexta-feira, na nossa reunião do Conselho. Presido o Conselho do Banco por questões da própria regra. E, por essa convenção com estaleiros internacionais e brasileiros, serão construídos vários navios, o que promoverá uma criação de emprego extraordinária e uma movimentação na economia do Estado. Ao mesmo tempo, no próximo dia 14 – parece que sua pergunta foi encomendada –, realizaremos um seminário, durante todo o dia, no BNDES, sobre o porto de Sepetiba. E V. Exª está convidado; já o foi. Não sei se já viu o convite, mas o Professor Lessa já o mandou, disse-me.

Portanto, os pontos que V. Exª apresenta são extraordinariamente relevantes. Defendo, claramente,

que o Brasil explore melhor sua capacidade de transporte marítimo e também de cabotagem, que é totalmente inexplorada. Agora, com o advento dos contêineres, é muito mais dinâmica a possibilidade de transporte via cabotagem, para um país com a quilometragem de costas do Brasil. É impressionante como o transporte do pólo industrial de Manaus para as outras regiões do Brasil é predominantemente feito por meios que não o transporte fluvial e de cabotagem. Mas essa é uma preocupação presente, porque pretendemos ter a meta extraordinária, como aquela que V. Exª ouviu no passado, de US$100 bilhões de exportação, desafio que todo dia martela a minha cabeça. Ainda não fizemos essa proposta dos US$100 bilhões, porque não temos nenhuma meta que seja do desejo do Ministro. Nossas metas têm pé no chão, são de um grande sapato brasileiro – o meu é de nº 44, 45. Então, não lançamos metas que sejam desejos, mas, daqui a pouco, poderemos tratar dos famosos US$100 bilhões de exportação, e, certamente Sepetiba terá um papel muito importante nesse trabalho, principalmente na agregação de valor.

Obrigado pela sua pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de agradecer a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e também a presença do Ministro, que deu a esta Casa a grande oportunidade de ouvi-lo, para compreendermos melhor o que está sendo feito. Igualmente, cumprimento toda a equipe presente e agradeço ao Presidente desta Comissão, pela honra e o privilégio de estar ao lado de V. Exª presidindo este debate e esta sua explanação.

O SR. MINISTRO (Luiz Fernando Furlan) – Muito obrigado, também, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, damos por encerrada a reunião, agradecendo, mais uma vez, a presença do Ministro.

(Levanta-se a reunião às 15h.)

Ata da Décima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em oito de abril de 2003, às 10 horas.

Às dez horas do dia oito de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho e Antero Paes de Barros. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **ITEM EXTRA-PAUTA: MENSAGEM SENADO FEDERAL Nº 73, DE 2003, NÃO TERMINATIVA**, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2003". Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO. Parecer: Favorável nos termos do PDS que apresenta. Resultado: Aprovado parecer do relator favorável ao projeto nos termos do PDS que apresenta. **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 53, DE 2000, NÃO TERMINATIVO**, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências". Autoria: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto. **Discutiu a matéria** o Senador Osmar Dias. **OFÍCIO "S" Nº 01, DE 2000, NÃO TERMINATIVO**, que "sugere que o Senado Federal aprove Resolução autorizativa específica, que viabilize aos Municípios acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM, objeto da Resolução nº 37, de 1999, do Senado Federal". Autoria: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Observação: Em 1º/04/03, foi concedida vista ao Senador Leonel Pavan, nos termos regimentais. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. **OFÍCIO "S" Nº 06, DE 2001, NÃO TERMINATIVO,** que "solicita ao Senado Federal providências no sentido de, no desempenho das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso XIII do artigo 48 e inciso IV do artigo 192 da Consti-

tuição Federal, editar normas para que o atendimento ao público pelos estabelecimentos creditícios governamentais e particulares sejam feitos no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, estipulando-se sanções drásticas para os infringentes, como forma de coibir os flagrantes e incontestes abusos praticados pelos mesmos até então, com vistas exclusivas nos resultados financeiros altamente compensatórios, em detrimento do povo brasileiro". Autoria: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRETOS - (SP). Relator: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. **EMENDAS Nos 01, 02, 03 E 04 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, 1988, NÃO TERMINATIVO**, que "concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 (sessenta) anos, nas condições que especifica". Autoria do Projeto. Autoria das Emendas: Câmara dos Deputados. Senador IRAM SARAIVA. Relator: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável às Emendas Nos 01, 02, 03 e 04 da Câmara dos Deputados. Resultado: Concedida vista nos termos regimentais ao Senador Eduardo Suplicy. **Discutiram a matéria** os Senadores Eduardo Azeredo, Fernando Bezerra, Eduardo Suplicu e a Senadora Patrícia Saboya Gomes. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 1999, NÃO TERMINATIVO**, que "estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria". Autoria: Senador ÁLVARO DIAS. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Relator "Ad Hoc": Senador Mão Santa. Parecer: Pela rejeição do Projeto e da Subemenda nº 01-CAE-SUBSTITUTIVA. Resultado: Aprovado o parecer do relator pela rejeição do Projeto e da Subemenda Nº 01-CAE-Substitutiva. **EMENDAS Nºs 02, 03 e 04 de PLENÁRIO, APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 1996, NÃO TERMINATIVO**, que "define a utilização dos títulos da divida agrária, prevista na constituição federal". Autoria do Projeto: Senador JONAS PINHEIRO. Autoria das Emendas: nºs 2 e 4: Senador Nabor Júnior; nº 3: Senador José Eduardo Dutra. Relator: Senador GERALDO MESQUITA. Parecer: Pela rejeição do Projeto e pela prejudicialidade das Emendas de Plenário. Resultado: Aprovado parecer do Relator pela rejeição da Emenda nº 01-Substitutiva e pela prejudicialidade das Emendas nºs 02, 03 e 04 de Plenário. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 1999, TERMINATIVO**, que "dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação". Autoria: Senador JEFFERSON PERES. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 1999, TERMINATIVO**, que "dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos - estudantes ou profissionais - no valor do ingresso em espetáculos musicais e dá outras providências". Autoria: Senador MAGUITO VILELA. Relator: Senador ROBERTO SATURNINO. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 558, DE 1999, TERMINATIVO**, que "destina recursos provenientes das Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos". Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Relator: Senador PEDRO SIMON. Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2001, TERMINATIVO**, que "altera o artigo 94 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, que 'dispõe sobre a política agrícola'". Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Favorável ao Projeto. Observação: Em 25-03-03, foi concedida vista coletiva. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2000, TERMINATIVO**, que "estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências". Autoria: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2001, TERMINATIVO**, que "institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública – FASIP". Autoria: Senador ALVARO DIAS. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1999, TERMINATIVO**, que "autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador DELCIDIO AMARAL. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-SUBSTITUTIVO apresentada pela Comissão de Infra-Estrutura. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90 DE 2002, TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do imposto de renda os resgates de recursos aplicados em planos de previdência pri-

vada, no caso que especifica". Autoria: Senador ARI STADLER. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 96, DE 2002, TERMINATIVO**, que "modifica o artigo 2° e o artigo 5°, incisos II e III, da Lei n° 10260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos". Autoria: Senador RICARDO SANTOS. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 162, DE 2002, TERMINATIVO**, que "altera a legislação do Imposto de Renda. (Reduz de 15% para 5% a alíquota do Imposto na hipótese de transferência de bens constantes da declaração do Imposto de Renda)". Autoria: Senador ARI STADLER. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 79, DE 2002, TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafo ao artigo 2° da Lei n° 6528, de 11 de maio de 1978, que 'dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências'". Autoria: Senador LUIZ OTÁVIO. Relator: Senador MÃO SANTA. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 22, DE 2001, TERMINATIVO**, que "dá nova redação ao § 5° do artigo 1° da Lei n° 10177, de 12 de janeiro de 2001, que 'dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei n° 7827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências'". Autoria: Senador JONAS PINHEIRO. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 23, DE 2001, TERMINATIVO**, que "altera a Lei n° 10177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense". Autoria: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator: VALDIR RAUPP. Parecer: Favorável ao PLS N°22 DE 2001 nos termos da Emenda N°01 de autoria do Senador Moreira Mendes, com a Emenda N°02 de Redação que apresenta e pela rejeição do PLS N°23 DE 2001. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 66, DE 2002, TERMINATIVO**, que "altera o Decreto-Lei n° 204, de 27 de fevereiro de 1967, que 'dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências', e outros diplomas legais, para assegurar aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso". Autoria: Senador MOREIRA MENDES. Relator: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas N^{os} 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 142, DE 2001, TERMINATIVO**, que "altera o parágrafo único do artigo 15 e o § 4° do artigo 20 da Lei n° 7827, de 27 de setembro de 1989, que 'regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências'". Autoria: Senador JEFFERSON PERES. Relator: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda N° 01 de autoria do Senador Ricardo Santos. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 612, DE 1999, TERMINATIVO**, que "altera o Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro". Autoria: Senador NEY SUASSUNA. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 142, DE 2000, TERMINATIVO**, que "altera a Lei n° 9434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências, e a Lei n° 9656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Autoria: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator: Senador MÃO SANTA. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 269, DE 2002, TERMINATIVO**, que "dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens de viajante procedente do exterior ou a ele destinado". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO N° 11, DE 2002, TERMINATIVO,** que "altera o artigo 50 do Decreto-Lei n° 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências". Autoria: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. Relator: Senador FERNANDO BEZERRA. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **N° 18-CAE, DE 2003,** de Autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência

Pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com a presença do Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, para prestar informações sobre os planos da INFRAERO para atendimento da demanda aérea do País, situação dos aeroportos brasileiros e planos para efetivação do uso do Aeroporto de Confins para transporte de carga. **Nº 19-CAE, DE 2003**, de Autoria do Senador Pedro Simon, quer requer, de acordo com o art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, convidar o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM , Paulo Roberto Ziulkoski, para expor aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o posicionamento dos municípios brasileiros, sobre à aplicabilidade da Lei Complementar 101/00, LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal na oportunidade em que esta completa três anos de sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, antes de abrir oficialmente a 10ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, declaro-a aberta com a finalidade de registrar a presença ilustre de Parlamentares do País amigo, um dos berços da cultura mundial, que é a Grécia, acompanhados do Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Grécia, nosso companheiro de Comissão, Senador Ney Suassuna.

Manifesto aos Parlamentares gregos a nossa alegria e satisfação em recebê-los aqui, na firme convicção de que, cada vez mais, se fortalecem os laços políticos, econômicos, sociais e de amizade entre os nossos países. Portanto, sejam muito bem-vindos à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, este grupo parlamentar encontra-se aqui presente já em resposta à nossa ida à Grécia. Hoje, Srs. Senadores, a Grécia é um país importantíssimo para a economia brasileira e pode ser a porta do Brasil para a Europa Central e para as novas repúblicas desmembradas da antiga União Soviética.

Estão aqui presentes cinco Srs. Parlamentares – na Grécia não há Senado, sendo seu Parlamento unicameral. Acompanha-nos também, para nossa honra, o Embaixador Efstratios Doukas.

Sr. Presidente, solicito a V. Exª a gentileza de ceder a palavra a S. Exª, a fim de dizer os nomes dos Parlamentares presentes, que são extremamente difíceis de pronunciar, como normalmente são os nomes gregos. Um deles, que se apresentará rapidamente, apenas dizendo seu nome, é o Presidente da Comissão de Economia do Parlamento Grego, que tem 300 Deputados. Lá, o mandato é de um ano, e S. Exª já é Presidente da Comissão há três anos. O Presidente da delegação será o Presidente da Comissão Parlamentar da Olimpíada no próximo ano. Está ao lado do Embaixador. Já fez convites aos Parlamentares que quiserem ir às Olimpíadas de Atenas no próximo ano, dizendo que terá muito prazer em nos receber.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, se possível, que conceda a palavra ao Embaixador Efstratios Doukas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Embaixador Efstratios Doukas.

O SR. EMBAIXADOR (Efstratios Doukas) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou limitar-me à apresentação dos membros da delegação parlamentar grega. À minha direita, Deputado do Partido Socialista, Ioannis Thomopoulos, que é Presidente da Comissão da Economia do Parlamento Grego; à minha esquerda, o líder da delegação, membro do Partido Socialista, Presidente da Comissão Parlamentar da Educação e da Cultura e também membro da Comissão Organizadora das Olimpíadas de 2004 em Atenas, Ioannis Diamantidis; à minha esquerda, o Deputado do Partido Comunista, Antonios Skyllakos; finalmente, o Deputado Anastasios Nerantzis, do Partido da Nova Democracia, o maior partido da Oposição. Os outros dois senhores são colegas meus, cônsules em Recife e no Rio de Janeiro.

Por solicitação do líder da delegação, peço licença para que S. Exª pronuncie algumas palavras de saudação e agradecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Permissão concedida.

(Pronunciamento em grego)

(Tradução)

O SR. IOANNIS DIAMANTIDIS – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Senador Ney Suassuna, Srªs e Srs. Senadores, em nome de toda a delegação,

eu queria expressar a minha grande satisfação pela oportunidade de realizar esta primeira visita parlamentar grega ao Brasil, que é um dos maiores países do mundo, não só geograficamente como também do ponto de vista político e econômico.

(Pronunciamento em grego)

(Tradução)

O SR. IOANNIS DIAMANTIDIS – Foi uma honra e uma grande satisfação receber a delegação parlamentar brasileira no ano passado, quando se efetuou a primeira visita parlamentar brasileira à Grécia. Estamos aqui trazendo uma mensagem de amizade e o desejo de estreitar a cooperação entre os nossos países. Temos a expectativa de que será possível realizar também encontros oficiais em São Paulo, onde estaremos daqui a dois dias.

(Pronunciamento em grego)

(Tradução)

O SR. IOANNIS DIAMANTIDIS – Os nossos países têm uma longa tradição de cooperação e amizade. É com essas idéias que estamos aqui, querendo ampliar o relacionamento entre a Grécia, o Brasil e os demais países da América Latina.

(Pronunciamento em grego)

(Tradução)

O SR. IOANNIS DIAMANTIDIS – Estou certo de que estou traduzindo os sentimentos do povo grego, confirmando que esta visita tem o propósito de estreitar os laços de cooperação e amizade entre os nossos países.

(Pronunciamento em grego)

(Tradução)

O SR. IOANNIS DIAMANTIDIS – Espero que, no ano que vem, em 2004, durante as Olimpíadas, tenhamos o prazer de receber na Grécia não somente os brasileiros que são amigos dos esportes, mas também uma delegação parlamentar oficial brasileira. Somos adeptos dos esportes e, na Grécia, o futebol brasileiro, em particular, tem uma grande fama. Eu sou grande adepto do futebol brasileiro.

(Pronunciamento em grego)

(Tradução)

O SR. IOANNIS DIAMANTIDIS – Com estas palavras, eu gostaria de terminar a minha locução, agradecendo a oportunidade que nos foi oferecida para participar no plenário da Comissão.

Também gostaria de aproveitar a oportunidade para estender um convite ao Sr. Presidente, ao Senador Ney Suassuna, aos Membros da Comissão, aos Membros da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional para que visitem a Grécia no próximo ano e também em setembro, quando estaremos organizando uma missão empresarial brasileira de maior importância para a Grécia.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mais uma vez agradecemos a visita dos Srs. Parlamentares gregos, acompanhados do Embaixador da Grécia no Brasil.

Esta é uma visita, volto a repetir, muito honrosa para nós, de estreitamento dos laços de amizade e também esportivos. Vou transformar o seu convite em um desafio: vamos levar um time de futebol às Olimpíadas. Queremos a mudança das regras, porque estamos dispostos a enfrentar o Parlamento grego, pois há muitos atletas tanto no Congresso Nacional como aqui. Estaremos todos prontos.

(Palmas.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Um time de futebol composto por Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Composto de Deputados e Senadores, pois na Grécia o sistema é unicameral.

Srªs e Srs. Senadores, vamos à pauta dos nossos trabalhos.

Mensagem do Poder Executivo nº 73, de 2003. Trata-se de item extrapauta, dada a importância da matéria, por tratar-se de Mensagem que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º, inciso II, do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a programação monetária relativa ao 2º trimestre de 2003.

O Relator é o eminente Senador Garibaldi Alves Filho, que tem parecer favorável nos termos do PDS que apresenta.

Com a palavra S. Exª, o Relator.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a Mensagem nº 73, de 2003, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o 2º trimestre de 2003, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

A mensagem está acompanhada dos documentos necessários. Há também considerações sobre a economia no 1º trimestre de 2003 e sobre a política monetária no 4º trimestre de 2002; considerações sobre a política monetária no bimestre de janeiro e fevereiro de 2003. Além disso, Sr. Presidente, há uma análise das perspectivas para o 2º trimestre e para o ano de 2003.

Nessas perspectivas, as autoridades consideraram o recuo da atividade econômica a partir de dezembro de 2002 e início deste ano, a despeito dos resultados favoráveis no comércio exterior. Registraram-se, com efeito, retração da demanda interna tanto no consumo como no investimento privado, com maior intensidade nesse período, e assinalaram os seguintes fatores explicativos deste comportamento: perda do poder aquisitivo dos rendimentos, sobretudo com o recrudescimento da inflação no último trimestre de 2002; elevação das taxas de juros, principalmente a partir de outubro, e a persistência de incertezas, em especial, aquelas decorrentes do contexto internacional, em cenário de intensificação das tensões envolvendo o Oriente Médio, que afetam de forma intensa a evolução das expectativas internas.

Além dos resultados positivos do comércio exterior, as autoridades ressaltam dois aspectos que atenuam os impactos negativos dos fatores acima referidos: o desempenho esperado para o setor primário para 2003, especialmente a manutenção de taxas elevadas de crescimento da produção de grãos, e a continuidade dos desembolsos do FGTS em 2003, ainda que para os segmentos com rendimentos mais elevados e, portanto, com menor propensão a consumir.

O volume das operações de crédito contratadas junto ao sistema financeiro registrou discreta expansão no período, evidenciando trajetória consistente com o nível de contração da atividade econômica, com uma maior cautela das empresas e das famílias face às incertezas, com a elevação das taxas de juros e com a seletividade das instituições na concessão de novos recursos.

A restrição imposta pelos bancos e a liberação dos recursos do FGTS contribuíram para a redução da inadimplência observada no 2° semestre do ano fiscal.

Na área fiscal, o Governo ratificou o compromisso com a disciplina fiscal, aumentando de 0,5% para 4,25% do Produto Interno Bruto a meta de superávit fiscal, e comprometeu-se com as reformas estruturais que garantirão o ajuste das contas públicas, especialmente a tributária e a previdenciária.

Embora o desempenho da economia mundial não demonstre o dinamismo que caracteriza um cenário de recuperação em vista do pessimismo e da incerteza associados à crise no Oriente, o balanço de pagamento do País registrou, no 1° bimestre de 2003, condições de financiamento das contas externas melhores do que no último trimestre de 2002.

O déficit em transações correntes permaneceu em trajetória declinante, sendo financiado integralmente, assim como em meses recentes, pelos investimentos estrangeiros diretos.

A efetivação do desempenho esperado para a balança comercial e a manutenção dos investimentos estrangeiros diretos líquidos, ainda que em patamar inferior a 2002, resultará em folga no financiamento do saldo em transações correntes, haja vista que não se projetam alterações significativas nos fluxos de serviço e renda.

Adicionalmente, verifica-se o restabelecimento de captação de empréstimos e títulos e a progressiva melhora nas taxas de rolagem associada à recuperação do crédito de curto prazo.

Com isso, as autoridades monetárias, Sr. Presidente, Sr^as^ e Srs. Senadores, esperam que a evolução da taxa de câmbio, um dos determinantes do comportamento da inflação nos últimos meses, deverá deixar de exercer pressão sobre os preços.

Além da esperada menor pressão do câmbio sobre a inflação, considero que a produção agrícola tende a seguir contribuindo para conter as taxas inflacionárias, embora a variação dos preços dos produtos industrializados assim como dos produtos agrícolas **in natura**, influenciados pelo aumento passado do câmbio e das próprias taxas de inflação, ainda não tenha mostrado arrefecimento.

Adicionalmente, considero que o movimento inicial dos preços tende a arrefecer-se em vista da própria desaceleração da inflação e, sobretudo, da recente perda de dinamismo do nível de atividade econômica.

Há metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o 2° semestre do ano de 2003, programadas em consistência com o atual regime de política monetária. Esse regime é baseado em metas para a inflação, no comportamento esperado para a renda nacional, nas taxas de juros, nas operações de crédito e demais indicadores pertinentes.

Temos os quadros três e quatro sobre a programação monetária, que são descritos no documento.

Peço permissão aos Srs. Senadores para passar à análise da programação monetária para o trimestre de cada ano. Esta é elaborada pelo Banco Central, examinada e aprovada pelo Conselho Monetário Nacional para posterior encaminhamento a esta Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com determinações legais já referidas.

Ainda não há, Sr. Presidente, registro algum de operações metodológicas na elaboração da programação. Com efeito, as metas indicativas da evolução dos primeiros agregados monetários são programa-

das em consistência com o atual regime de política monetária baseado em metas para a inflação. Mediante modelos econométricos, as autoridades monetárias projetam estimativas da demanda por papel-moeda e por depósito à vista, considerando-se além das metas de inflação das expectativas do comportamento da demanda agregada e do crescimento do Produto Interno Bruto, da trajetória da taxa básica de juros e dos cenários domésticos internacionais compatíveis com as metas para a inflação, os prováveis impactos das operações de crédito e os componentes de tendência e sazonalidade característicos desses agregados.

Como relatamos recentemente, na programação para o 1º trimestre deste ano, persistem os chamados vícios de origem, embora constem da programação alguns indicadores da macroeconomia do País e das perspectivas para 2003, que fundamento:

Não há, no documento, informações sobre a trajetória esperada da taxa básica de juros nem o instrumento de controle da política monetária sobre um regime de metas da inflação. Não há informações sobre a distribuição do crédito nem sobre o emprego de medidas urgentes e necessárias para eliminar abusos nos **spreads** bancários, diferença entre os custos de captação e de aplicação no mercado, cuja taxa tem-se situado ao redor de 30% ao ano.

De igual modo, não constam do documento manifestações ou compromissos prestados a autoridades monetárias quanto ao papel da política monetária a ser implementada no respectivo trimestre, exceto quanto ao entendimento do Copom de que, embora a inflação evidencie tendência de queda, é necessário aguardar os efeitos das medidas de política monetária adotadas recentemente e os desdobramentos da guerra no Oriente Médio, e que, por isso, manteve a taxa básica de juros em 26,5% este ano, com viés de alta.

São feitas ainda algumas considerações nessa análise, mas, de igual modo, a presente programação é consistente, com tendência de melhora dos indicadores macroeconômicos do País, e abre a possibilidade de redução da taxa básica de juros, porquanto persiste uma expansão da liquidez real da economia ao longo de 2003.

Por fim, deve-se reconhecer que a atual forma de atuação do Banco Central do Brasil está afinada com a prevalecente no mundo, com câmbio flutuante e metas de inflação a atingir. A política monetária utiliza a taxa nominal de juros a curto prazo para conter a inflação, buscando alcançar a taxa de juros real de equilíbrio macroeconômico interno e externo.

Conforme vaticina Pérsio Arida, ex-presidente do Banco Central, as limitações da prática democrática da divulgação pública das análises fundamentais das ações das autoridades monetárias são virtudes que se ganham, e não grau de liberdade que se perde. Quanto mais disseminada a informação sobre a forma de atuação da autoridade pública mais eficaz ela tende a ser. Além de evitar bolhas especulativas, traumas e frustrações dos agentes econômicos, prepara o Banco Central para a sua verdadeira autonomia, ou seja, ter a capacidade técnica e dispor de fundamentos macroeconômicos para adotar medidas que não expressem sistematicamente as expectativas criadas pelo mercado para não tornar pobre a política monetária.

Voto.

Não obstante a reprodução de ressalvas construtivas expostas anteriormente nesta Comissão, a propósito da programação e da política monetária de juros elevados em curso, concluímos o nosso parecer pela aprovação da programação monetária para o 2º trimestre, em 2003, nos termos do seguinte projeto de decreto legislativo:

É aprovada a programação monetária para o 2º trimestre de 2003. Fica aprovada a programação monetária, nos termos da Mensagem Presidencial nº 73, de 2003.

Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer que acaba de ser lido é pela aprovação, e o coloco em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao item nº 2.

Projeto de Resolução do Senado nº 53, de 2000, não-terminativo, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios, de suas respectivas autarquias, fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorizações, e dá outras providências.

O autor é o Senador Osmar Dias; o Relator, Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão

o Projeto de Resolução nº 53, de 2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

A proposição de autoria do nobre Senador Osmar Dias visa a introduzir uma série de alterações na Resolução nº 78, de 1998, objetivando não só garantir maior transparência e controle sobre a gestão do endividamento dos diversos entes da Federação, mas também captar a percepção dos próprios governantes locais. Ainda, segundo o autor, trata-se de um aperfeiçoamento da citada Resolução nº 78, em vista da experiência de quase dois anos de sua vigência e da necessidade de permanentes modificações normativas, de modo a garantir a eficiência das decisões do Senado Federal no tocante à responsabilidade fiscal.

Com efeito, as modificações propostas são basicamente as seguintes:

1 – Incluem, entre as operações de crédito, a concessão de garantias para lastrear empréstimos bancários a mini e pequenos produtores rurais ou às suas cooperativas;

2 – Incluem os aditamentos contratuais que elevem valores ou modifiquem valores ou prazos de pagamento entre as modalidades de financiamento ou empréstimo;

3 – Consideram vencidas, para efeito dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, as dívidas oriundas de contratações vedadas pelo art. 3º da Resolução nº 78;

4 – Excluem o tratamento especial, isto é, não oneração dos limites, conferido ao montante e ao serviço das operações de crédito relativas ao programa de ajuste fiscal;

5 – Acrescentam requisito relativo à compatibilidade plurianual da operação de crédito, que envolvam mais de um exercício para efeito do cômputo anual do limite de endividamento;

6 – Reduzem os limites de endividamento de 18% para 16% da receita líquida real; o montante anual de contratações de 13% para 11% da RLR, o limite e dispêndio anual com amortizações juros e demais encargos e dívidas;

7 – Obrigam os Estados que despenderem menos de 11% de suas receitas líquidas com o pagamento de dívidas a alocarem os recursos excedentes a esses limites na capitalização do Fundo de Previdência dos servidores estaduais;

8 – Transferem do Banco Central para o Poder Executivo a determinação do não-envio de pleitos ao Senado Federal, cujos solicitantes apresentem resultados primários negativos;

9 – Vedam a tramitação, na Casa, dos pleitos que não atenderem ao requisito acima;

10 – Reduzem o limite dos saldos de garantias concedidas, de 25% para 20% da receita líquida real;

11 – Reduzem o limite do saldo de operação de Antecipação de Receita Orçamentária – ARO, de 8% para 5% da RLR;

12 – Aumentam o resgate mínimo, de 5% para 10%, de títulos vincendos da dívida mobiliária dos Estados e dos Municípios;

13 – Excluem a possibilidade de não-observação dos limites estabelecidos nos arts. 6º e 7º da Resolução nº 78, em casos excepcionais, para efeitos de refinanciamento de títulos da dívida pública;

14 – Incluem a comprovação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal como um dos requisitos para a autorização de operações de crédito;

15 – Proíbem a realização de ARO para os entes da Federação que apresentarem déficits orçamentários nos dois exercícios anteriores ao pleito;

16 – Incluem, como parte integrante da instrução dos pedidos, a análise fiscal do ente da Federação a ser avaliado pela União;

17 – Determinam que o Banco Central, caso não encaminhe o pleito ao Senado Federal em 30 dias, devolva o processo ao ente solicitante da operação de crédito para a atualização de dados;

18 – Incluem, entre os requisitos mínimos, as certidões de regularidade do PIS/Pasep, Finsocial, INSS, FGTS, bem como as certidões dos Tribunais de Contas;

19 – Determinam ao Banco Central a publicação mensal das operações – ARO contratadas por cada ente da Federação;

20 – Ampliam o prazo de publicação do edital de leilão de venda de títulos públicos, de três para dez dias;

21 – Determinam ao Banco Central o envio de relatório sobre operações de crédito fiscalizadas a pedido do Senado Federal;

22 – Determinam o envio mensal, pelo Banco Central, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal de cópias de balancetes e de execução de caixa dos entes autorizados a realizar operação de crédito.

Dada a abrangência das mudanças propostas, o autor propõe, efetivamente, a substituição da Reso-

lução nº 78, de 1998, e, assim, a sua expressa revogação.

Constam do processado minutas de relatórios oferecidos a esta Comissão pelos Senadores Ney Suassuna e Amir Lando, respectivamente, em junho e dezembro de 2001, para dar continuidade à tramitação da matéria.

Tendo em vista a nova Legislatura que ora se inicia, a Presidência desta Comissão designou-me relator do projeto.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Louvamos a iniciativa do nobre Senador Osmar Dias de oferecer uma proposta objetivando o aprimoramento da Resolução nº 78, de 1998, que, à época, disciplinava os limites e condições de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Trata-se de uma proposição abrangente e que poderia, em outras circunstâncias, de fato, contribuir para o almejado aprimoramento das normas do Senado sobre o assunto. Todavia, cabe ressaltar que uma parte substantiva dos dispositivos propostos foi incorporada ao texto da Resolução nº 78, de 1998, mediante resoluções esparsas.

Em dezembro de 2001, o Senado Federal reformulou as normas sobre o endividamento dos entes subnacionais, editando a Resolução nº 43, de 2001, e revogando, explicitamente, a citada Resolução nº 78, de 1998.

Por outro lado, ao inovar quanto aos limites de endividamento, propondo a redução de praticamente todas as modalidades de operação de crédito, a proposta mostra-se intempestiva, como argumentaremos em seguida.

Entre as incorporações esparsas à Resolução nº 78, citaríamos como exemplo as Resoluções nºs 49/99; 58, 62, 63, 64 e 65, todas de 2000; e a nº 18, de 2001, que modificaram ou introduziram dispositivos à Resolução nº 78, inclusive com a redação proposta pelo autor do presente projeto, e que contemplaram, entre outros assuntos:

– a caracterização de garantias para lastrear empréstimos bancários a mini e a pequenos produtores rurais ou às suas cooperativas, como uma das modalidades de operações de crédito já introduzidas pela Resolução do Senado Federal 40/1999;

– a sanção proposta ao descumprimento de vedações estabelecidas pelo Senado Federal (parágrafo único do art. 3º), já incorporada pela Resolução nº 58/2000;

– a obrigatoriedade de certidão do Tribunal de Contas quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo pleiteante (inciso XI do art. 13, incorporado pela Resolução nº 62/2000).

Em segundo lugar, o autor propõe a redução de todos os limites de endividamento e de garantia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a saber:

– de 18% para 16% da receita líquida real para o montante anual contratado;

– de 13% para 11% da receita líquida real para o dispêndio com as amortizações, juros e demais encargos, obrigando os Estados a locarem os recursos poupados com os encargos de dívida para o fundo de previdência de seus servidores;

– de 25% para 20% da receita líquida real para o saldo das garantias concedidas;

– de 8% para 5% da receita líquida real o limite do saldo de AROs (Antecipação de Receitas Orçamentárias).

A proposta visa aumentar o percentual mínimo de 5% para 10% para o resgate mínimo dos títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e também exclui a possibilidade permitida pela Resolução nº 78/98, do Senado Federal (art. 11, inciso III), de não-oneração dos limites de endividamento, montante contratado e dispêndio com amortizações, juros e encargos, nos casos de refinanciamento de dívida mobiliária.

Ainda no que diz respeito ao endurecimento dos limites e condições de endividamento, a proposta contempla a proibição de contratações de operações ARO pelos entes da Federação que apresentarem déficits orçamentários nos dois últimos exercícios financeiros (art. 15, inciso III, proposto).

Com relação aos critérios e condições para aprovação dos pleitos, o autor propõe que o Banco Central, caso não aprecie o pedido no prazo de 30 dias, conforme o art. 25 da Resolução Senado Federal nº 78/98, devolva a documentação ao interessado para atualização dos dados. Propõe também que as certidões de regularidade do PIS/PASEP, FGTS e as dos Tribunais de Contas sejam consideradas como requisitos mínimos (nova redação, art. 27).

No que diz respeito à transparência das operações, o Banco Central deverá dar publicidade mensal sobre o valor das AROs de cada ente da Federação (§ 7º do art. 33, proposto). Por outro lado, o prazo de publicação de edital de leilões para a venda de títulos da dívida pública seria ampliado de três para dez dias (§ 2º do art. 35).

A proposta determina ao Banco Central o envio de relatório circunstanciado sobre operações de crédito fiscalizadas, a pedido desta Casa (nova redação ao parágrafo único do art. 36), assim como o envio mensal à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal de cópias de balancetes e execução de caixa dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios das capitais, autorizados a realizar operações de crédito (nova redação ao art. 38).

Depreende-se do exame da proposta, em face das normas vigentes, que a proposição está prejudicada, porquanto vários dispositivos nela contidos foram incorporados ao texto da então vigente Resolução nº 78, especialmente ao longo do ano de 2000, quando o presente projeto foi apresentado à Casa, assim como durante o ano de 2001, em especial com a aprovação das Resoluções nºs 40 e 43, de dezembro de 2001, que determinaram os novos limites de 16% da receita corrente líquida para o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro e de 11,5% da mencionada receita para a cobertura de serviços de dívida consolidada. Os limites globais para a dívida consolidada dos Estados, do DF e dos Municípios, os novos conceitos e parâmetros de administração pública definidos pela Lei de Responsabilidade fiscal, transferiram para o Ministério da Fazenda, em substituição ao Banco Central, a avaliação preliminar dos pedidos de autorização dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas entidades para realizar operações de crédito e, por fim, consolidaram as diversas resoluções do Senado Federal, relacionadas com a questão do endividamento público das unidades subnacionais.

Assim, do ponto de vista do aprimoramento normativo, as decisões desta Comissão de Assuntos Econômicos, ao longo de 2000 e 2001, atualizaram e consolidaram os dispositivos contidos na Resolução nº 78, de 1998, em consonância com os objetivos do programa de ajuste fiscal e com as inovações introduzidas na administração pública pela Lei de Responsabilidade Fiscal. As decisões estão consolidadas nas vigentes Resoluções nºs 40 e 43, de dezembro de 2001.

No que diz respeito ao mérito, cabe lembrar que tantos limites de endividamento estabelecidos em 1998 e em 2001 pelo Senado Federal, como os parâmetros definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal de maio de 2000 têm contribuído para melhorar a performance econômico-financeira do setor público, mediante modernização administrativa, observação de limites de gasto com pessoal, reaparelhamento das respectivas capacidades arrecadatórias, redução permanente da relação dívida-receita e da geração de superávits primários que cubram parte dos juros da dívida consolidada. São limites e parâmetros relativamente recentes em um quadro de ajuste fiscal e patrimonial com refinanciamentos fortemente subsidiados pela União.

3º item – Voto.

Diante do exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Resolução nº 53, de 2000.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra como autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer está em discussão. Concedo a palavra ao autor do projeto de resolução, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, pedi a palavra, em primeiro lugar, até para facilitar a decisão dos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, porque concordo inteiramente com o relatório do Senador Almeida Lima, principalmente quando diz que o espírito do que está proposto no projeto de resolução que apresentei em maio de 2000 já foi contemplado em outras resoluções apresentadas posteriormente a essa data. Lembro isso porque, se tivéssemos votado na Comissão de Assuntos Econômicos como deveríamos, porque, se lermos o Regimento, verificaremos que um Senador tem 30 dias para relatar um projeto; passado esse tempo, ou outro relator assume a tarefa ou o projeto pode ir a plenário e ser votado. Agora, de vez em quando, ouço discursos, e também faço alguns deles no plenário do Senado, reclamando que a Câmara dos Deputados engaveta nossos projetos. A Câmara dos Deputados não aprova nada que os Senadores aprovam aqui. Estou até fazendo um levantamento para saber quantos projetos aprovados no Senado Federal estão parados na Câmara dos Deputados. Eu mesmo sou autor de uma dezena deles.

Reclamamos da Câmara dos Deputados, mas devemos fazer uma autocrítica. Apresentei um projeto desse tamanho, dessa importância e dessa influência na relação entre a União, Estados e Municípios, assunto que, na época, era importante, oportuno e pontual, porque os Estados reclamavam que não tinham condições de pagar o que a União exigia no acordo da dívida, e os Municípios reclamavam que ficaram desprotegidos pela Resolução nº 78 e pelo acordo da dívida. Trabalhamos para apresentar uma solução que pudesse contemplar os Estados e Municípios, sem prejudicar a União, mas o projeto ficou na gaveta do Senado Federal até hoje. Isso é até uma falta de consideração. É claro que, agora, ele não é mais oportuno porque,

pontualmente, a Resolução nº 78 foi sendo reformada por resoluções que se aplicavam a um artigo ou a um parágrafo. Meu projeto foi retalhado em dezenas de outras resoluções, que já foram aprovadas.

Por isso, concordo com o parecer do Relator, porque, se fosse dá-lo ao meu projeto agora, ele seria pela rejeição. Não posso deixar de registrar essa triste realidade, Sr. Presidente, pois o projeto foi apresentado em maio de 2000. Estamos em abril de 2003. É muito tempo para um projeto ficar sem ser analisado na Comissão técnica, que deveria ter tido pelo menos a consideração de pautá-lo para que fosse debatido. Sr. Presidente, sinto muito que tal fato ocorra nesta Casa até comumente. Há projetos de 1997 que sequer foram analisados pelas Comissões.

Eu gostaria que o meu projeto tivesse sido aprovado pelo esforço que fizemos ao elaborá-lo, estudando o assunto, debatendo e trazendo para a Comissão de Assuntos Econômicos, que, só agora, após três anos, analisou e rejeitou o projeto por não ser mais oportuno. Agora não é mais mesmo. Até peço que votem contra meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Parecer do Senador Almeida Lima foi aprovado e, em conseqüência, o projeto do Senador Osmar Dias foi rejeitado. O próprio autor deu as devidas explicações.

Aproveito a oportunidade para estabelecer um critério. Espero que os Srs. Senadores, estando eu na Presidência da Comissão, impulsionem os projetos e reclamem porque, se faltar indicação para relatar, providenciaremos o Relator. Se houver alguma providência que dependa da Presidência, também tomaremos as devidas medidas, pois entendo que os projetos apresentados devem seguir um caminho. E a Presidência, naturalmente, de quando em vez, precisa ser acionada, critério que estou estabelecendo.

Estamos há menos de três meses na Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. Não acredito que V. Exª esteja reclamando desta Presidência, mas o assunto é por demais importante e, via de regra, nós, aqui no Senado Federal, temos sustentado as observações feitas por V. Exª quanto aos projetos que vão para a Câmara dos Deputados e os da competência do Senado Federal, inclusive da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, V. Exª não precisa ficar preocupado, porque todo o Brasil sabe que V. Exª foi Presidente do Senado Federal até o dia 31 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Exª me concedeu uma boa oportunidade para solicitar que os Membros da Comissão impulsionem a Presidência.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Vou fazê-lo agora, solicitando uma informação. Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos – não na anterior, na de duas terças-feiras anteriores a ela –, houve um pedido de vista de um outro projeto de minha autoria que também, por coincidência, é de 2000. Eu não seria injusto, mas V. Exª pautou os projetos de minha autoria relativos ao ano de 2000. Eu tenho mais alguns que entrarão na pauta.

Aquele projeto de 2000 determinava que as empresas privatizadas deveriam manter o capital aberto. Mais oportuno do que esse projeto, naquele ano, não havia, pois estávamos no auge das privatizações, principalmente do setor de telecomunicações.

Como houve essa demora – não por responsabilidade do Relator –, o Relator, ao assumir a relatoria, disse: "Teremos de pegar as empresas que forem privatizadas daqui para frente", fugindo do espírito do meu projeto apresentado, cujo objetivo era alcançar as empresas que estavam sendo privatizadas.

Se o projeto fosse relatado em 2000, quando eu o apresentei, não estaríamos discutindo aqui esse problema. Como houve o atraso, estamos discutindo.

Portanto, peço o retorno à pauta do Projeto nº 105 , para que possamos decidir a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto a que V. Exª se refere está em poder do ilustre Senador Sérgio Guerra, que me informa que já examinou o projeto e já ofereceu relatório. Portanto, ele será incluído na pauta da próxima reunião da Comissão, se Deus quiser.

Ainda relativamente ao mesmo assunto, peço aos Srs. Líderes que indiquem, até amanhã, os membros da subcomissão, aqui aprovada por requerimento, de estudo do endividamento dos Estados. Sobre essa matéria, há, inclusive, um projeto, oferecido durante minha gestão, para o qual ainda não designei relator, pois quero primeiro compor essa subcomissão.

Trata-se de um projeto apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros, que tem me cobrado com insistência essa designação. Caso não sejam enviadas as indicações até amanhã, vou usar a prerrogativa regimental e fazer a designação dos membros dessa subcomissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de trazer a sugestão, pois sei da maneira séria, competente e ágil com que V. Exª tem agido, no sentido de que seria interesse dos membros da Comissão o conhecimento de quantos e quais projetos estão dependendo de relatório desta Comissão.

Há informações de que seriam 500, 600, ou 700 projetos. Portanto, esse conhecimento seria de nosso interesse porque, assim como o Senador Osmar Dias vota pela rejeição de um projeto apresentado há alguns anos, é possível que essa paralisação deponha contra nós, e poderíamos resolver a questão com uma certa agilidade.

Era essa a sugestão, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, são aproximadamente 150 o número de projetos na Comissão de Assuntos Econômicos. Sendo assim, é impossível votá-los, mas já determinei agilidade à Secretaria.

V. Exªs podem observar que em nossa pauta não constam menos de oito ou dez itens por reunião. Volto a insistir: o Senador que tiver interesse em algum projeto de sua autoria, cujo trâmite esteja parado, basta fazer um requerimento ou pedir pessoalmente a providência do andamento do feito.

Passamos ao próximo item da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – V. Exª designou-me, há duas semanas, Relator do pedido de refinanciamento de letras financeiras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Informo que estou aguardando um novo parecer do Ministério da Fazenda. Hoje conversei hoje com o Secretário Arno Augustin Agostinho e com o Governador Germano Rigotto, e concordamos com a apreciação desse parecer na próxima terça-feira, vez que há necessidade de um estudo mais aprimorado por parte do Ministério da Fazenda. Essa informação eu queria dar a V. Exª, bem como para o conhecimento do Governador Germano Rigotto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Rio Grande do Sul acaba de ouvir V. Exª.

Vamos ao item terceiro da pauta. É sobre um Ofício nº 6, de 2001, do Senado Federal, não-terminativo. A autoria é da Câmara Municipal de Barretos. O relator é o Senador Rodolpho Tourinho, que me solicitou, por meio da Secretaria, que retirasse esse assunto de pauta, o que a Presidência atende neste momento.

O Item nº 4 se refere às Emendas nºs 1, 2 e 3, da Câmara dos Deputados, que foram oferecidas ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 112, de 1988, não-terminativo. Concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física, ou maiores de 60 anos, nas condições que especifica. A autoria é do Ex-Senador Iran Saraiva. Relator: Senador César Borges, a quem concedo a palavra para leitura do parecer.

O SR. RELATOR (César Borges) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi a ênfase do Sr. Presidente com relação ao projeto. Realmente, trata-se de um Projeto de Lei do Senado Federal de 1988, que permite às pessoas jurídicas deduzir do Imposto de Renda devido valor equivalente à alíquota efetiva sobre os salários pagos aos empregados com deficiência física, ou maiores de 60 anos.

O projeto estabelece alguns parâmetros para o benefício fiscal. Os vencimentos salariais passíveis de dedução não podem ultrapassar o teto de três salários mínimos, e a dedução não poderá exceder, em cada exercício financeiro, a 20% do imposto devido.

O projeto de lei faculta ao empregador reduzir 50% da carga horária dos empregados idosos de mais de 60 anos, ou deficientes físicos.

De autoria do então Senador Iran Saraiva, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 112, de 1988, foi submetido a esta Comissão de Assuntos Econômicos e aprovada em 17/10/89, com emendas do relator, o então Senador Dirceu Carneiro.

As emendas do relator suprimiram a autorização para que o empregador reduzisse em 50% a carga horária dos idosos e deficientes físicos, e delegaram ao Executivo a tarefa de regulamentar o projeto e definir a espécie e grau de deficiência física que daria direito ao benefício fiscal.

Em 23/11/1989, o projeto foi enviado à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, para revisão. Na Câmara dos Deputados, o

PLS nº 112 foi apreciado e aprovado com as seguintes emendas:

"Emenda nº 1.

Suprima-se dos arts. 1º e 3º do projeto a expressão 'física', passando o referido dispositivo a ter a seguinte redação:

Art. 1º A pessoa jurídica poderá deduzir do Imposto de Renda devido na declaração o valor equivalente à aplicação de alíquota efetiva sobre os salários pagos aos empregados portadores de deficiência e aos maiores de 60 anos, cujos vencimentos não ultrapassem o teto de três salários mínimos, sem prejuízo de considerar os gastos efetuados com despesa operacional do exercício.

Art. 3º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 dias, que deverá definir a espécie e o grau de deficiência."

Aí, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, saiu a expressão "física", de que trata o art. 1º dessa lei.

"Emenda nº 2.

Suprima-se da emenda do projeto a expressão 'física'."

"Emenda nº 3.

Dê-se ao art. 4º do projeto a seguinte redação:

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos que lhe são próprios a partir do primeiro dia do exercício financeiro subseqüente."

"Emenda nº 4.

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

Art. 2º A dedução a que se refere o artigo anterior não poderá exceder, em cada exercício financeiro, a 5% do imposto devido."

Consoante decisão desta Comissão, em 23/5/95, solicitou-se, na mesma data, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a análise da constitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 4, da Câmara dos Deputados.

Em 12/9/2001, aquela Comissão aprovou o relatório do Sr. Senador Francelino Pereira, que passou a constituir parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição das referidas emendas da Câmara dos Deputados, sendo vencido o então Senador José Eduardo Dutra, que fez voto em separado.

Em 24/2/2003, fui designado, na Comissão de Assuntos Econômicos, o presente relator.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e outros assuntos correlatos, como é o caso sob análise.

Considerando que o PLS nº 112 já havia sido votado e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabe proceder à análise das emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados, com vista ao disposto nos arts. 285 a 287 do Regimento Interno.

A Emenda nº 1 e a Emenda nº 2 eliminam a palavra "física", estendendo o benefício fiscal a todos os deficientes. Essa alteração permite a inclusão de indivíduos portadores de deficiências mentais. Os deficientes mentais representam aproximadamente 3% da população brasileira e são, talvez, as maiores vítimas de discriminação no mercado de trabalho. Nos países onde a contratação de deficientes mentais é estimulada, como nos Estados Unidos e no Canadá, registram-se aumentos na expectativa de vida dos excepcionais, melhor integração social desse grupo e diminuição da despesa do Governo com tratamento de doenças mentais.

A Emenda nº 3 estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos que lhe são próprios, a partir do primeiro dia do exercício financeiro subseqüente.

Essa alteração torna mais prática a administração do benefício fiscal e deve ser aprovada, até porque, a nosso ver, faculta ao Poder Executivo adotar providências no sentido da adequação orçamentária e financeira em face do ora disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Emenda nº 4 estabelece um limite mais estreito para a dedução, que diminui de 20% do imposto devido para 5%. Embora seja a alteração voltada para a redução do alcance do benefício fiscal, ela foi fruto de negociações políticas e representa louvável ponto de equilíbrio entre a austeridade fiscal e os objetivos sociais.

Em resumo, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 112 visa facilitar o ingresso, no mercado, de indivíduos, muitas vezes, capazes e eficientes que são vítimas contumazes da discriminação. Esse tipo de iniciativa é relativamente comum em países do Primeiro Mundo, onde deficientes físicos e mentais gozam de amplo amparo legal. Acreditamos que a incorporação de deficientes e idosos à força de trabalho, quando feita de forma criteriosa, costuma apresentar bons resultados em termos de produtividade e deve ser, portanto, incentivada.

Tendo em vista o fato de que esse projeto de lei atende ao objetivo ingente de humanizar o capitalismo brasileiro, votamos pela aprovação das referidas emendas da Câmara, fazendo nossos os argumentos do referido voto em separado da Comissão de Constituição e Justiça, muito bem fundamentado e de grande atualidade.

Portanto, Sr. Presidente, assim sendo, afigura-se que a Comissão de Assuntos Econômicos deve manifestar-se, quanto ao mérito, pela aprovação das quatro emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados.

VOTO.

À vista do exposto, somos pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 112, de 1988.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, para discutir, e, a seguir, à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero apenas manifestar meu apoio a esse projeto que me parece extremamente objetivo e às alterações propostas pelo relato do Senador César Borges, que são pertinentes. O Senado Federal acabou de criar uma subcomissão para discutir, exatamente, a questão dos portadores de deficiência. Parece-me que esse projeto vem a calhar com essa nova subcomissão que está sendo instalada. Um dos pontos em discussão é exatamente este: a busca de incentivos para o trabalho do portador de deficiência.

Eu gostaria apenas de manifestar aos companheiros Senadores desta Comissão a concordância. Considero muito importante um projeto como esse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes, para discutir.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Sr. Presidente, concordo com as palavras do Senador Osmar Dias, que acaba de expor sua preocupação com o trâmite dos projetos do Senado Federal. Sei que este é um projeto antigo, que está na Casa desde 1988, foi para a Câmara dos Deputados e, agora, volta ao Senado.

A LDO estabelece que qualquer proposição de lei que objetive a renúncia fiscal indique as despesas a serem anuladas, em igual valor, inclusive, as transferências e vinculações constitucionais. O projeto em análise não está em conformidade com essas disposições. Sou uma pessoa que tem procurado sempre defender projetos sociais que atendam aos mais desfavorecidos e discriminados pela sociedade e, por se tratar de um projeto nobre, decididamente de mérito, que procura corrigir as distorções ou as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho desses dois grupos – pessoas idosas e deficientes –, concordo com a proposta do Senador Eduardo Azeredo. Temos duas subcomissões que foram aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais. E já tive oportunidade, em contato com o Senador Romero Jucá, de sugerir também que este projeto possa ser encaminhado a essas duas subcomissões, que foram criadas agora, para que possa ter uma análise melhor, porque o trabalho do ex-Senador Iran Saraiva é um projeto, certamente, de mérito, que merece todo o nosso apreço e nossa preocupação, mas, para que ele possa ser analisado nas duas subcomissões, que tratam dessas comissões, peço a V. Exª que coloque em discussão a possibilidade de a matéria ser encaminhada a essas duas subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, minha posição vai exatamente ao encontro do que aqui colocou a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que tem uma vida toda marcada pela defesa dos deficientes e pela sua preocupação com a questão econômica.

Sr. Presidente, acompanho a sugestão e o pedido da Senadora Patrícia Saboya Gomes no sentido de que o projeto vá a estas duas Subcomissões: dos Idosos e dos Deficientes, porque ali é que essa questão poderá ser mais bem analisada, voltando a esta Comissão, que terá um tempo para verificar, do ponto de vista econômico, se o projeto cumpre aquilo que foi colocado por S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou pedir a atenção do eminente Relator, da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Fernando Bezerra. Para enviar o projeto para a Comissão, o requerimento tem que ir a plenário – essa é matéria tranqüila no Regimento Interno. Então, eu proporia o seguinte: para ir a plenário, ou suspendemos aqui a votação, ou votamos o projeto, e entra o requerimento lá em plenário – vai depender do relator –, ou então o colocamos em votação, aprovamos o projeto e vai para lá. Se V. Exª suspende, retirando de pauta, tudo bem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ponderar com a Senadora Patrícia Saboya Gomes que essas duas Subcomissões, na verdade, são Comissões de Defesa do Idoso e de Defesa do Portador de Deficiência. Não tenho dúvida de que as duas Comissões vão caminhar no sentido positivo ao projeto.

Quanto à alegação de renúncia fiscal, parece-me que não é exatamente o caso. O que se está fazendo é um incentivo a que a empresa que tiver empregados nessa situação possa fazer dedução no seu Imposto de Renda. Então, não é propriamente uma renúncia, porque são situações muito específicas em que se está abrindo uma nova perspectiva de dedução dentro do Imposto de Renda da empresa.

Penso que, se mandarmos o projeto para as duas subcomissões, fatalmente, as duas vão concordar com o projeto.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Entendo V. Exª quando tem a preocupação de que essas duas Comissões exatamente foram criadas com esse objetivo, mas eu gostaria de insistir na possibilidade de que o projeto fosse encaminhado a essas duas subcomissões, ou então que seja suspensa a votação neste momento, para que possamos analisá-lo um pouco melhor. O Ministério do Trabalho também tem interesse em discutir essa matéria.

Sr. Presidente, existem 23 projetos de lei tramitando na Câmara dos Deputados e mais alguns no Senado Federal que tratam dessa mesma questão. Até pelo meu interesse, pela importância, pela relevância desse assunto, tanto de idosos quanto de deficientes, a que tenho procurado na minha vida me dedicar, faço esse apelo à Comissão para que possamos ter um pouco mais de prazo para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Para viabilizar o melhor exame desta matéria, que tem tantos méritos, e, inclusive para que a equipe do Ministério do Trabalho, o Ministro Jaques Wagner e a Secretária Sandra Starling possam trazer aqui as sugestões e possam ser examinadas, peço vista do projeto. Assim, viabilizo o tempo necessário tanto para o requerimento em plenário como para adiarmos a votação da matéria.

Para essa finalidade, Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, não estamos em processo de votação, estamos discutindo a matéria. O Senador Eduardo Suplicy pede vista – isso é regimental –, de sorte que o projeto vai voltar ao debate na Comissão de Assuntos Econômicos ainda na fase de discussão da matéria. Não declaro encerrada a discussão da matéria e concedo vista regimental ao Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (César Borges) – Sr. Presidente, na verdade, estamos discutindo as emendas que vieram da Câmara dos Deputados. O projeto foi anteriormente aprovado. As emendas aperfeiçoam o projeto.

Lamento ter que contraditar a Senadora Patrícia Gomes pelo fato de que, quanto mais demorarem esses projetos, menos a sociedade recebe os benefícios que são propostos. É um projeto de 1998. Então, são mais delongas que impedirão que pessoas discriminadas pela sociedade, inclusive pela sociedade industrial, possam ser contempladas.

Por isso, resolvemos acatar as emendas que já foram aprovadas na Câmara dos Deputados e permanecemos com o nosso relato, aprovando essas emendas que vão fazer com que esse projeto possa caminhar e ter seus efeitos benéficos o mais rapidamente possível. Mas já que houve pedido de vista, temos que nos quedar diante dele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista está concedida pelo prazo regimental. Quero lembrar que esse projeto foi aprovado aqui, seguiu para a Câmara dos Deputados, voltou, e estamos apreciando somente as emendas e não há sequer a possibilidade de ele ser emendado aqui.

Passa-se à apreciação do Item nº 5.

Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Estabelece a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% dos recursos do BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. O parecer é pela rejeição do projeto e da Subemenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos, substitutivo. Não se encontrando o relator presente, peço que o Senador Mão Santa leia o parecer feito pelo Senador Jonas Pinheiro.

O SR. RELATOR AD HOC (Mão Santa) – Relatório.

Volta a esta Comissão, por força da aprovação do Requerimento nº 454, de 2001, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 270, de 1999, de iniciativa do nobre Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% dos recursos do sistema do BNDES para financiamento de projetos no setor de agroindústria.

O objetivo da proposição é fomentar o desenvolvimento da agroindústria brasileira, por meio do aumento do volume de recursos emprestados pelo BNDES a esse setor, recuperando o patamar anteriormente alcançado, de apoio do banco à atividade agroindustrial.

A definição usada no projeto para o setor da agroindústria inclui apenas o ramo de agropecuária e alimentos. O projeto de lei em tela foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia 30 de novembro de 1999, face à apresentação do Recurso nº 27, de 1999.

A matéria foi submetida ao Plenário, onde recebeu a Emenda nº 01, de autoria do Senador José Roberto Arruda. Tal Emenda, aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos da Subemenda nº 1, substitutiva, alterou a proposição original em seu mérito, transformando a obrigatoriedade de aplicação de recursos em projetos agropecuários em uma mera obrigação do BNDES em prestar informações ao Senado Federal.

Quando da votação da matéria em plenário, o Senador Romero Jucá apresentou o pedido de reexame pela Comissão de Assuntos Econômicos, baseando-se no art. 315, combinado com o inciso II, do art. 279 do Regimento Interno.

Em sua justificativa, o autor do requerimento informa que sua iniciativa teve a anuência do autor da proposição original e subjetiva para encontrar uma nova redação para a matéria que preserve o seu espírito original.

Análise: o objetivo de aumentar os financiamentos do BNDES voltados para o desenvolvimento da agroindústria brasileira, meta primordial do Projeto de Lei nº 270, de 1999, é, em princípio, meritória. Ocorre, porém, que o estabelecimento de uma vinculação de parte significativa dos recursos de uma instituição financeira da importância do BNDES para um único setor econômico criaria uma indesejável rigidez em sua política de aplicações, com conseqüências negativas, a médio e longo prazos, sobre a própria eficiência dos investimentos.

Como já apontado no Parecer nº 715, de 2001, de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, que versa sobre a Emenda nº 1 – Plen, o BNDES já demonstrou toda a atenção que dispensa ao setor agroindustrial por intermédio de diversos programas, sendo a fixação de um piso mínimo de aplicação naquele setor uma iniciativa, a nosso ver, inoportuna.

Cabe notar ainda que, em geral, as linhas de crédito e os programas existentes no BNDES são criados por meio de atos expedidos pelo próprio banco. Isso porque a definição de linhas de financiamentos e dos programas de estímulo a determinados setores ou atividades, baseados em concessão de financiamentos com recursos públicos, especialmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador, é atribuição do BNDES, órgão da administração pública federal e, portanto, de competência exclusiva do Poder Executivo, conforme prevê o art. 61, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

O BNDES também opera alguns programas criados pelo Governo, por meio de decretos ou por lei de iniciativa do Executivo, observando-se o dispositivo no mesmo mandamento constitucional.

Assim, a imposição do teto mínimo de aplicação de recursos pelo BNDES, em determinados setores, não poderia ser feita por meio de lei de iniciativa do Legislativo, pois conteria vício de inconstitucionalidade formal. Quanto à Subemenda nº 1 – Comissão de Assuntos Econômicos, substitutiva, que transforma a obrigatoriedade de aplicação de recursos em projetos agropecuários em obrigação do BNDES em prestar informações ao Senado Federal, não há como ajustá-la de modo a preservar o espírito original do projeto, uma vez que o conteúdo da subemenda é totalmente diverso do projeto em tela.

Além disso, a imposição da obrigatoriedade em lei de prestação de informações ao Senado Federal é desnecessária, tendo em vista que a Constituição Federal, no seu art. 49, estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar diretamente, ou qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Os arts. 70, 71 e 72 da Carta Magna também dispõem sobre o controle externo do Congresso Nacional, sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das unidades de administração direta e indireta, destacando a obrigatoriedade de prestação de contas de qualquer pessoa física e jurídica, pública ou privada que gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais a União responda". (parágrafo único, art. 70).

Por sua vez, o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 102-A, regulamenta os dispositivos constitucionais mencionados, estabelecendo as várias maneiras em que a fiscalização e o controle externo dos atos do Poder Executivo poderá se dar, entre elas:

I – Avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo; e

III – Solicitar, por escrito, informações à administração direta, indireta, bem como requisitar documentos públicos.

Voto:

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, e da Subemenda nº 1 – Comissão de Assuntos Econômicos (substitutivo).

Sala das Comissões. – Senador **Jonas Pinheiro,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer é pela rejeição do projeto.

Em discussão, o projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o parecer, o projeto fica rejeitado.

Passa-se ao Item nº 6:

Emendas nºs 2, 3 e 4, de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1996, não-terminativo, que define a utilização dos títulos da dívida agrária prevista na Constituição Federal. Autor: Senador Jonas Pinheiro. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Sr. Presidente, Srª Senadora Patrícia Saboya, Srs. Senadores, é submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1996, que define a utilização dos títulos da dívida agrária prevista na Constituição Federal.

Pretende a referida proposição que as emissões de títulos da dívida agrária tenham seu lançamento, resgate e pagamento de encargos correspondentes mantidos sob controle por intermédio do seu registro e de suas transferências em sistema centralizado de liquidação e custódia. Define, ainda, a proposta que esses títulos sejam remunerados à taxa de juros de 6% ao ano ou fração **pro rata**, além da incidência de fator de preservação de seu valor real.

É de se notar que o projeto em exame não traz qualquer demarcação acerca de suas negociações no mercado secundário, além daquela atinente ao seu registro no sistema de controle mencionado. Não são previstas, assim, que em dadas circunstâncias, exigências e condições financeiras poder-se-iam proceder a amortizações antecipadas ou aquisições e resgates parciais desses títulos.

Afora esses aspectos, o Projeto de Lei do Senado Federal nº 29, de 1996, trata basicamente das possibilidades de utilização desses TDAs embasada nos termos da seguinte taxionomia:

1 – Títulos da Dívida Agrária Vincendos.

a) pagamento do Imposto Territorial Rural;

b) pagamento de terras públicas;

c) caução para garantia de quaisquer contratos, obras e serviços celebrados com a União;

d) caução como garantia de empréstimos ou financiamentos e estabelecimentos da União, Autarquias Federais e Sociedades de Economia Mista e entidades ou fundos de aplicação das entidades criadas para esse fim;

e) depósito para assegurar execução em ações judiciais ou administrativas;

f) fiança em geral.

2 – Títulos da Dívida Agrária vencidos.

a) pagamento de 100% do valor de tributos e contribuições devidos à União;

b) pagamento de dívidas oriundas de financiamentos de custeio, investimentos e comercialização agrícola, contraídas com instituições financeiras oficiais ou privadas;

c) aquisições de ações de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

As demais disposições do projeto dizem respeito à utilização desses títulos pelas instituições financeiras, para recolhimento dos depósitos compulsórios que são obrigadas a manter no Banco Central, e ao recadastramento e registro dos Títulos da Dívida Agrária emitidos pelo Incra, ainda em circulação, no sistema centralizado de liquidação e custódia.

Ao Projeto de Resolução nº 29, de 1996, foram oferecidas quatro emendas.

Análise de mérito:

Como é sabido, os Títulos da Dívida Agrária foram criados nos termos da Lei nº 4.504, de 1964, na qual surgem como modalidade de financiamento da reforma agrária. Mais especificamente, esses Títulos aparecem como instrumento financeiro passível de dação em pagamento a título de indenização de terras desapropriadas para aquele fim.

Ainda que anterior à Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.504, de 1964, em vigência, no que concerne aos TDAs, encontra-se regulamentada de forma detalhada, nos termos do Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.

A Constituição Federal, em verdade, recepciona esse instrumento normativo, mais conhecido como Estatuto da Terra, avançando fundamentalmente no que diz respeito à restrição imposta ao direito de pro-

priedade que passa a sujeitar-se ao cumprimento de função social, e é nesta direção que a Legislação pós-Constituição de 1988 avança: definição, demarcação e elucidação dos requisitos e exigências atinentes ao cumprimento da função social da propriedade; módulos agrícolas insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, sejam em decorrência da comprovação de tratar-se de propriedade produtiva, seja em virtude de seu tamanho; e estipulação do conceito relativo à justa indenização pela desapropriação procedida, e instituição do Fundo de Terras e da reforma agrária, etc.

Nesse contexto, a legislação que disciplina a emissão, lançamento de TDA, seu controle, registro e possibilidades de utilização encontra-se basicamente consubstanciada na Lei denominada Estatuto da Terra e sua regulamentação expressa no Decreto nº 578, de 1992.

Assim, os Títulos da Dívida Agrária dispõem de perfil jurídico constitucional próprio e específico traduzindo-se no instrumento financeiro a ser utilizado pelo Estado, quando exigida a sua intervenção em decorrência da descaracterização da função social que deve atender a propriedade privada.

Como se depreende dessas considerações, os Títulos da Dívida Agrária têm origem definida e garantia por lei, reforçada sua idoneidade institucional no próprio texto constitucional (art. 184), que lhe assegura a preservação de seu valor real. Essa cobertura jurídico-constitucional assegura, em última instância, que as possibilidades de utilização desses títulos públicos extrapolem aquelas definidas e já explicitadas nos referidos instrumentos normativos, em particular, aquelas definidas no art. 11 do referido Decreto nº 578, de 1992, que, em verdade, reproduz o contido no art. 105 da Lei nº 4.504, de 1964, ou seja, previsão para prestação de garantias, cauções em garantias de contratos e de empréstimos junto à União e órgãos da administração direta e indireta, fianças, depósitos em ações judiciais e administrativas, para pagamento de Imposto Territorial Rural e de preço de terras públicas.

É nosso entendimento que os dispositivos contidos no Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1996, incorporam, praticamente, normas já existentes e definidas no escopo da referida Lei nº 4.504, de 1964, e em seu decreto regulamentador. Isso é claramente manifesto tanto na caracterização da natureza dos TDAs, de seu sistema de registro e controle, de suas transferências e resgates, dos encargos financeiros envolvidos, quanto nas possibilidades de utilização desses TDAs.

Vem ao encontro desse entendimento a própria justificação do projeto, quando ressalta, tão-somente como inovação dos aspectos legais pertinentes à matéria, a ampliação das possibilidades de sua utilização enquanto título público vencido.

Para os Títulos da Dívida Agrária vincendos, o presente projeto mantém as limitações e restrições já existentes, e, para os títulos vencidos, cria-se a necessária possibilidade de pagar integralmente os tributos e contribuições devidos à União, as dívidas oriundas de custeio e investimento agrícola e aquisições de ações de empresas estatais, incluídas no Programa Nacional de Desestatização, e, mesmo, assim, de maneira equivocada, senão, vejamos:

1 – o inciso VI do art. 11 do Decreto nº 578, de 1992, já prevê a possibilidade de utilização dos TDAs vencidos para a aquisição de ações de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização;

2 – a natureza dos TDAs, que são títulos emitidos e garantidos pelo Tesouro Nacional, contendo cláusulas de valoração e de preservação do seu valor real, passíveis de serem transferidos por cessão de direito público, podem, assim, solver ou garantir valores devidos, inclusive os previstos na proposta em análise;

3 – a sua utilização para pagamento de tributos e contribuições é perfeitamente viável. Em verdade, a legislação, a doutrina e a jurisprudência fornecem o embasamento para tais destinações, sejam os débitos tributários acertados e saldados na fase administrativa ou mesmo na judicial, quando instauradas em decorrência da não-aceitação pelo órgão arrecadador da compensação pretendida;

4 – essas possibilidades de utilização dos TDAs encontram respaldo legal, proveniente do próprio decreto que atualmente regulamenta a Lei nº 4.504, de 1964, que os criou. A possibilidade de compensação entre débitos e créditos nada mais significa também do que a execução da clara e específica previsão da utilização desses títulos em garantia para os casos mais variados, com ênfase em contratos de obras ou serviços, empréstimos ou financiamentos junto à União e a seus órgãos;

5 – e, por último, existe consenso na literatura jurídica, que a jurisprudência tem aceitado que os TDAs sejam passíveis de utilização como forma de caução para garantia em pendências as mais variadas, em que se incluem essencialmente os débitos tributários.

A despeito dessas considerações, são notórios e amplamente conhecidos os desajustes e desequilíbrios que atualmente restringem as finanças públicas,

independentemente da origem dos fatores determinantes desta situação.

Neste contexto, propor o pagamento antecipado de débitos futuros do setor público só funcionaria como elemento adicional que contribui para a deterioração das contas públicas.

Não há justificativas no momento que possam fundamentar a adoção desse procedimento pretendido, em última instância por este Projeto de Lei n° 29, de 1996, ao tornar compulsória de forma unilateral, a utilização dos TDAs vincendos para o pagamento integral do ITR.

Note-se que as normas vigentes que tratam dessa matéria já prevêem essa utilização para pagamento de até 50% do Imposto Territorial Rural. Com a vantagem de definir que parcela proporcional desse recebimento seja transferida ao Município, obviamente na proporção que lhe é devida.

O projeto em análise omite qualquer referencia a esse respeito.

No que se refere à utilização dos TDAs vencidos no pagamento de dívidas oriundas no financiamento de custeio, de investimentos e de comercializações agrícolas, contraídas com instituições financeiras oficiais ou privadas, constata-se inconstitucionalidade. Esses empréstimos e financiamentos são contraídos por meio de celebração de contratos que, entre outras especificações financeiras, contêm determinações acerca dos meios de pagamentos e das garantias a serem oferecidas para a sua contratação.

Como expresso no Item XXXVI do art. 5° da Constituição Federal, inserido no Título que trata Dos Direitos e Garantias Fundamentais: a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Aqueles contratos de empréstimos e de financiamentos agrícolas são acordados e efetivados nos termos de leis e regulamentos que disciplinam o crédito rural, constituindo-se em atos jurídicos perfeitos, não suscetíveis, portanto, de rupturas unilaterais provocadas ou oriundas de lei como a pretendida com o presente projeto. Isso até porque, como já observado, esses contratos são realizados com base em cláusulas que prevêem modalidades de pagamentos e de garantias a serem prestadas para fazerem frente a possíveis situações de inadimplência em conformidade com a legislação que disciplina a matéria.

Nesses termos, e com esse entendimento, a elevação dos TDAs a categorias de meios de pagamentos de obrigações provenientes de dívidas agrícola, só teria eficácia jurídica se decorrente de execução de garantias oferecidas e contratadas e que incorporassem aqueles títulos públicos. Todavia, essa possibilidade já se encontra prevista na legislação vigente, que trata da utilização dos TDAs como visto anteriormente.

Vale denotar, ainda, que o Projeto de Lei n° 29, de 1996, incorre também em redundância no próprio texto, quando permite que as instituições financeiras utilizem aqueles títulos "Pagamento de Tributos Devidos à União", possibilidade essa já prevista anteriormente. E mais ainda, restringe e compromete adicionalmente a política monetária, na medida em que os depósitos compulsórios passam a ter o seu recolhimento passível de realização com a utilização dos TDAs.

Por fim, prevê o projeto o recadastramento e o registro de títulos da dívida agrária, emitidos pelo Incra, e que estejam em circulação no Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia.

Aqui também a proposta apresentada já foi objeto de disciplinamento. De fato, até a publicação do Decreto n° 578, de 1992, a emissão dos títulos da dívida agrária era feita pelo Incra e sob a modalidade cartular.

A partir de então, passa essa emissão a ser responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como o controle dessa emissão, do seu resgate e do pagamento dos encargos financeiros.

É adotada a modalidade escritural para o lançamento desses títulos, o que levou também à prática dos seus registros no Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia, Sistema Securitizar/Cetip.

Entretanto, o art. 14 do referido Decreto previu que os certificados emitidos pelo Incra, vincendos e vencidos, deveriam ser identificados junto a este instituto, para efeito de sua inclusão naquele Sistema Centralizado de Registro.

Para esse objetivo, foi publicado o edital de convocação do Incra no **Diário Oficial da União**, de 16 de dezembro de 1996, de forma a que os detentores desses certificados pudessem legitimá-los para fins de sua utilização nas finalidades previstas no Decreto n° 578, de 1992, ao tempo em que permitiria o efetivo controle dos títulos emitidos pelo Incra.

Aspectos Regimentais.

O Projeto de Lei do Senado n° 29, de 1996, constitui proposição apresentada na Legislatura 95/98. Durante sua tramitação foi apresentado o Requerimento n° 889, de 1996, aprovado em 08/10/96, no sentido de sua inclusão na Ordem do Dia, com base no inciso I do art. 172 do Regimento Interno, em

virtude de sua não apreciação pela Comissão, no prazo regimental.

Atendendo determinação expressa no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos se pronunciou pela inexistência de óbices à inclusão do referido projeto em Ordem do Dia.

Em 22/10/96, foi proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, parecer favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo que ofereceu à matéria, Emenda nº 1 ao Substitutivo, tendo sido, a partir de então, aberto o prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas.

Foram apresentadas as Emendas de nºs 2, 3 e 4.

O parecer oferecido em Plenário e as emendas ao projeto não foram objeto de apreciação naquela legislatura.

O parecer ao projeto foi tão-somente lido, e as emendas remetidas para exame desta Comissão.

A Secretaria Geral da Mesa entende que o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1996, deveria ter sua tramitação continuada na atual legislatura, em razão da inaplicabilidade do referido dispositivo regimental, que trata do arquivamento de proposições apresentadas em legislatura anterior.

Voto.

O voto, Sr. Presidente, é pela rejeição do projeto, e, em conseqüência, pela prejudicialidade das emendas a ele oferecidas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão, o substancioso parecer do eminente Senador Geraldo Mesquita.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o parecer.

Em conseqüência, o projeto está rejeitado.

Srs. Senadores, as outras matérias constantes da pauta têm caráter terminativo. Em razão das medidas provisórias que tramitam na Casa, não podem ser ser apreciadas.

Assim, passamos aos requerimentos.

Há requerimento do ilustre Senador Eduardo Azeredo, propondo seja convidado o ilustre ex-Senador, Presidente da Infraero, Carlos Wilson Rocha de Queiroz, para prestar informações e discutir a situação dos aeroportos brasileiros e planos para efetivação do uso do Aeroporto de Confins para transporte de carga.

Em discussão, o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação. (Pausa)

Aprovado.

Determino à Mesa que coloque esse requerimento junto com os convites que estão sendo formulados.

Há outro requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon, para que seja convidado o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, ilustre presidente da Confederação Nacional dos Municípios, para debater assuntos pertinentes a esta Comissão e de interesse dos Municípios.

Em discussão, o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação. (Pausa)

Aprovado.

A Secretaria da Mesa tomará as providências necessárias.

Há um requerimento, do ilustre Senador Almeida Lima, de informações ao Ministro da Fazenda, referentes ao 11º Relatório do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros. S. Exª solicita documentos relativos apenas ao Estado do Rio de Janeiro.

A Presidência fará a leitura e pede vênia ao ilustre Senador para encaminhá-lo à Mesa do Senado Federal, com as homenagens desta Comissão, porque se trata de requerimento de informações, de competência da Mesa do Senado Federal.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, isso será deliberado pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há necessidade, a não ser que os Srs. Senadores queiram, porque a competência é da Mesa do Senado Federal.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Compreendi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu li os termos do seu requerimento. Se V. Exª deseja que os demais Senadores tomem conhecimento de outros... Todos se referem à leitura que fiz.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, tramita nesta Comissão o Requerimento nº 112. Trata-se de um pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre a possibilidade de vazamento de informação privilegiada. Trata-se de uma matéria consensual, que tem o apoio da própria Liderança do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se o requerimento é de informações e encontrar-se na Secretaria, traga-o para que eu possa despachá-lo e encaminhá-lo à Mesa do Senado Federal, pois o assunto é da competência da Mesa do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Era isso que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em se tratando realmente de requerimento de informações, a competência é da Mesa do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – É exatamente isso, Sr. Presidente. Gostaria de saber se esse requerimento já foi encaminhado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já foi encaminhado à Mesa do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Obrigado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Vice-Presidente da Comissão, Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, comunico que hoje, às 13 horas, os membros da Subcomissão de Turismo estaremos reunidos no restaurante do Senado com o Ministro Walfrido Mares Guia. Às 14h30min, estaremos instalando aqui a Subcomissão de Turismo.

Convidamos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos e também o Presidente, para que todos estejam conosco nesses dois eventos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com muito prazer.

Obrigado pela presença e até a próxima terça-feira, se Deus quiser.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h30min.)

Ata da Décima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em quinze de abril de 2003, às 10 horas.

Às dez horas do dia quinze de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Efraim Morais, Romero Jucá, Roberto Saturnino, Mão Santa, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Ana Júlia Carepa, César Borges, Rodolpho Tourinho, Patrícia Saboya Gomes, Tasso Jereissati, Antero Paes de Barros, Antônio Carlos Valadares, João Alberto Souza, Eduardo Suplicy, Almeida Lima, Paulo Octávio, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Serys Slhessarenko, Magno Malta, Amir Lando, Sérgio Cabral, Íris de Araújo, Lúcia Vânia, Reginaldo Duarte, Juvêncio da Fonseca, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Renildo Santana, Flávio Arns, Luiz Otávio, Osmar Dias, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, Sibá Machado, João Ribeiro, Eurípedes Camargo, Sérgio Cabral e Edison Lobão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Aloizio Mercadante, Valdir Raupp, Jonas Pinheiro e Jorge Bornhausen. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: OFÍCIO "S" Nº 01, DE 2000 – NÃO TERMINATIVO, que "sugere que o Senado Federal aprove Resolução autorizativa específica, que viabilize aos Municípios acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM, objeto da Resolução nº 37, de 1999, do Senado Federal". Autoria: Prefeitura Municipal de Joinville (SC). Relator: Senador NEY SUASSUNA. Relator "Ad Hoc": Senador EFRAIM MORAIS. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Observação: Em 1º/04/03, foi concedida vista ao Senador Leonel Pavan, nos termos regimentais. Resultado: Aprovado o parecer do relator pelo arquivamento do Projeto. OFÍCIO "S" Nº 06, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO, que "solicita ao Senado Federal providências no sentido de no desempenho das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso XIII do artigo 48 e inciso IV do artigo 192 da Constituição Federal, editar normas para que o atendimento ao público pelos estabelecimentos creditícios governamentais e particulares sejam feitos no prazo máximo de 15 (quinze) mi-

nutos, estipulando-se sanções drásticas para os infringentes, como forma de coibir os flagrantes e incontestes abusos praticados pelos mesmos até então, com vistas exclusivas nos resultados financeiros altamente compensatórios, em detrimento do povo brasileiro". Autoria: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRETOS – (SP). Relator: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento do Projeto. Discutiram a matéria os Senadores Roberto Saturnino, Pedro Simon e a Senadora Ana Júlia Carepa. OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO, que "solicita, com base no artigo 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que o Senado Federal requisite ao Banco Central do Brasil o processo de emissão de Letras Financeiras daquele Estado, no sentido de que esta Casa aprecie o pleito do Estado do Rio Grande do Sul para que possa rolar as Letras Financeiras decorrentes da 7ª e 8ª parcelas de precatórios judiciais, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro de 2001". Autoria: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Senador EDUARDO SUPLICY. Parecer: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais, aos Senadores Fernando Bezerra e Antero Paes de Barros. Foram designados os membros da Subcomissão Temporária da Dívida Pública dos Estados: Titulares: Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Delcídio Amarsl, César Borges, Paulo Otávio, Antero Paes de Barros; Suplentes: Eduardo Matarazzo Suplicy, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Jonas Pinheiro, José Jorge e Romero Jucá, estando a Comissão aguardando a indicação dos líderes do PMDB, PDT e PPS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está aberta a 11ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, onde vamos apreciar matérias que têm caráter não terminativo. Logo após, vamos ter o prazer de receber a visita de S. Exª, o Ministro da Agricultura, marcada para as 11 horas.

Antes, porém, dou conhecimento de que, em 23 de março de 2003, esta Comissão aprovou, nos termos do art. 73 do nosso Regimento, o Requerimento nº15, de autoria do Senador Ney Suassuna, criando a Subcomissão Temporária da Dívida Pública dos Estados. A Presidência, nos termos do art. 89, inciso IV do Regimento, designa os seguintes membros para compor a Subcomissão:

– Pelo Bloco de Apoio ao Governo PT, PSB, PTB e PL, Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral; suplentes, os Senadores Eduardo Suplicy, Aelton Freitas e Antonio Carlos Valadares.

– Pelo PFL, como titulares os Senadores César Borges e Paulo Octávio; suplentes, os Senadores Jonas Pinheiro e José Jorge.

– Pelo PSDB, titulares os Senadores Antero Paes de Barros, tendo como suplente o Senador Romero Jucá.

A Mesa continua aguardando as indicações por parte do Líder do PMDB e também do PDT e PPS.

Item 1: Ofício nº1, de 2000, não terminativo, que sugere que o Senado Federal aprove resolução autorizativa específica que viabilize aos Municípios o acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios, objeto da Resolução nº37, de 1999, do Senado Federal. A autoria é da prefeitura municipal de Joinville, Santa Catarina. O relator é o Senador Ney Suassuna, opinando pelo arquivamento do projeto. Houve um pedido de vista do Senador Leonel Pavan, nos termos regimentais, que devolveu sem voto em separado. Não estando presente o Senador Ney Suassuna, a presidência indica o Senador Efraim de Morais para que faça a gentileza de ler o parecer emitido pelo relator, o Senador Ney Suassuna.

O SR. EFRAIM DE MORAIS (PFL – PB) – É submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Ofício S nº1, de 2000, da prefeitura municipal de Joinville, Estado de Santa Catarina, que sugere seja aprovada resolução do Senado Federal autorizando os Municípios a contratarem com a Caixa Econômica Federal operações de crédito vinculadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, sem observância das disposições da Resolução nº78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, Municípios, respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantia, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Incorporam-se ao Ofício S nº1, de 2000, os seguintes documentos: 1. O texto da Resolução nº37, de 17 de setembro de 1999; 2. O texto da Resolução nº64, de 25 de novembro de 1999; 3. Texto da Mensa-

gem nº1.163, de 1999, Congresso Nacional, do Presidente da República; 4. Texto da Mensagem nº1.294, de 1999, do Congresso Nacional, Mensagem nº1.980, de 20 de dezembro de 1999, na origem, da Presidência da República; 5. A declaração do recebimento do Ofício S nº1, de 2000, pela Presidência do Senado e do seu encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos.

Análise.

A fim de justificar seu pedido, a Prefeitura Municipal de Joinville formula os seguintes argumentos:

1º – O art. 14 da Medida Provisória nº1.891-10, de 1999, autoriza a União a realizar, com os Municípios, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de créditos destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando, para tanto, recursos provenientes de contratos de empréstimos junto a organismos financeiros internacionais.

2º – Os recursos internacionais foram contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, em operação de crédito autorizada pela Resolução nº64, de 1999, do Senado Federal.

3º – As normas operacionais editadas pela Caixa Econômica Federal.

4º – A interpretação dada pelos Tribunais de Contas relativamente à disposição do inciso VIII do art. 13 da Resolução nº78, de 1998, do Senado Federal.

5º – Esse problema teria ocorrido na recente operação de refinanciamento das dívidas dos municípios, objeto principal da Medida Provisória nº1.891-10, de 1999.

6º – Para que os Municípios pudessem habilitar-se à operação de refinanciamento de que trata o item anterior, o Senado Federal promulgou a Resolução nº37, de1999.

7º – Os Municípios brasileiros somente poderão habilitar-se a contratar operações de crédito relativo aos programas de fortalecimento e moralização e máquina administrativa municipal caso o Senado federal aprove resolução autorizativa específica para esse fim.

Inicialmente, cumpre informar que a questão relativa à impossibilidade do fornecimento das certidões previstas no inciso VIII do art. 13 da Resolução nº78, de 1998, do Senado Federal, vigente à época da solicitação ora sob análise, foi solucionada com a edição da Resolução nº74, de 14 de dezembro de 1999, do Senado Federal, que alterou a redação do inciso VIII do art. 13 da Resolução nº78, de 1998, do Senado Federal.

O texto original do referido inciso estipulava que os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de interesse dos Municípios teriam de ser instruídos com certidão expedida pelo respectivo Tribunal de Contas, comprovando o cumprimento do disposto no § 2º do art. 27, do inciso VI do art. 29, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº19, de 1998.

Isso levou ao entendimento de que a certidão do Tribunal de Contas deveria referir-se ao exercício imediatamente anterior ao do pleito da autorização, o que dificultava o atendimento da exigência das prestações de contas relativas ao exercício findos não encaminhadas aos Tribunais de Contas ao longo do primeiro trimestre do exercício subseqüente. Levando-se em conta o tempo gasto pelo referido Tribunal no exame da matéria, a apreciação final pelo Plenário não se verifica antes do último trimestre do exercício.

A Resolução nº74, de 1999, do Senado Federal solucionou o problema ao especificar, em seu art. 1º, que a certidão do Tribunal de Contas exigida de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 13, da Resolução nº78, de 1998, também do Senado Federal, refere-se ao último exercício analisado e não ao imediatamente anterior ao do pleito.

Sobre essa questão, cabe ainda uma preliminar. A solicitação contida no Ofício S nº1, de 2000, sugere a edição de norma que excepcionalize os pleitos municipais dos limites e demais condições estipuladas pela Resolução nº78, de 1998.

Todavia, a Resolução nº78, de 1998, já foi explicitamente revogada pela Resolução nº43, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantia em seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

Logicamente, a solicitação, se entendida como pertinente, poderia ser adequada à referida norma em vigor. De outra parte, não é correta a alegação de idêntico problema ter ocorrido nas operações de refinanciamento das dívidas dos municípios, objeto da Medida Provisória nº1.891-10, de 1999.

Objetivo básico da Resolução nº37 supramencionada foi permitir que o montante e o serviço da dívida relativa às operações de crédito por ela autorizadas não fossem computadas para efeito dos limites previstos nos incisos I, II e III do art. 6º da Resolução nº78, de 1998, do Senado Federal, no exercício financeiro em que as operações fossem celebradas.

Tal permissão não gerou o problema de elevação do endividamento municipal à revelia dos controles do Senado, porque as operações de crédito, de consolidação, assunção e refinanciamento das dívidas municipais pela União correspondem apenas a uma reorganização de credores e devedores de dívidas já existentes e não à assunção de nova dívida.

O mesmo não ocorre, porém, com as operações de crédito vinculadas aos programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, os quais dão origem a um novo endividamento.

Como viesse a acatar a proposta do Município de Joinvile, o Senado Federal estaria relegando a segundo plano o exercício de sua competência privativa de dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos Municípios, que lhe é conferido pelo inciso VII do art. 52 da Constituição Federal.

Cabe ainda uma última observação a respeito do tema em pauta. Durante o período de tramitação do Ofício S n°1, de 2000, foi promulgada a Resolução n°47, de 23 de junho de 2000, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito de Municípios a serem contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, regulando a matéria de que trata a solicitação da Prefeitura Municipal de Joinvile.

Entendemos, em conseqüência, que ficou assim prejudicada a reivindicação expressa no Ofício S n°1, de 2000. Em razão conjugada às demais observações acima, recomendo o arquivamento do Ofício S n°1, de 2000.

Voto.

Nos termos do § 1° do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, somos pelo arquivamento do Ofício S n°1, de 2000.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com os nossos agradecimentos ao Senador Efraim Morais pela gentileza da sua colaboração, colocamos o parecer em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Por unanimidade, a matéria será arquivada.

Item 2: Ofício S n°6, de 2001, não terminativo, de autoria da Câmara Municipal de Barretos, Estado de São Paulo, que tem como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, a quem concedo a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, trata-se do Ofício S n°6, de 2001, da Câmara Municipal de Barretos, que solicita ao Senado Federal providências no sentido de, no desempenho das atribuições que lhe são conferidas, editar normas para que o atendimento ao público pelos estabelecimentos creditícios governamentais e particulares seja feito no prazo máximo de quinze minutos, estipulando-se inclusive sanções drásticas para os infringentes.

A Câmara, no seu ofício, faz uma série de considerandos sobre o advento da era da informática e da sua rápida evolução, que as agências foram automatizando suas operações, que os homens foram substituídos por máquinas eletrônicas. Fala das filas de atendimento nos bancos, estabelecimentos creditícios, que se alongam e que os usuários são atendidos por um número mínimo de caixas, ao mesmo tempo em que os bancos, os estabelecimentos creditícios, auferem lucros astronômicos, no dizer da Câmara. E considerando que as leis municipais são contestadas, peremptoriamente, pelas instituições bancárias, solicita então com base nos arts. 48 e 192 da Constituição, o pronunciamento do Senado.

O art. 48 estabelece que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. E o art. 192 diz que "o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar...". Também trata da organização, do funcionamento e das atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Considerando ainda que os Municípios não podem fazer nada, a Câmara requer que, cumpridas as formalidades regimentais, seja enviado ofício às Presidências da Câmara, do Senado e do Banco Central solicitando providências.

Não resta dúvida de que é extremamente desagradável para os usuários do serviço bancário esperar por longo tempo na fila, o que é verdade. Submeter o cliente a essa longa espera é um desrespeito ao consumidor, categoria na qual os clientes do banco também se enquadram.

É oportuna realmente a preocupação da Câmara Municipal de Barretos, mas não julgamos apropriada a intromissão do Senado na regulação da matéria. O inciso IV do art. 192 da Constituição Federal, men-

cionado inclusive no ofício, estabelece que lei complementar que regulará o Sistema Financeiro Nacional disporá sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das instituições financeiras. E vigora atualmente com força de lei complementar a Lei nº4.595, de dezembro de 1994, que confere ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil, entre outras atribuições, competências para regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras. E tendo em vista que a lei designa um órgão específico para regular o setor bancário, parece-me que eventuais providências para contornar os problemas mencionados no ofício devam ser tomadas por esse órgão. Cabe aos membros do Congresso Nacional, quando o for o caso, em lugar de legislar a respeito, fazer chegar ao Poder Executivo e mais especificamente ao Banco Central as sugestões relacionadas à disciplina.

No caso em tela, essa solução não é possível, tendo em vista que o art. 411 do Regimento Interno do Senado Federal proíbe ao Senado o encaminhamento a outro órgão do Poder Público de documentos que lhe sejam enviados. Vale observar ainda, a julgar pelos termos do documento encaminhado ao Senado pela Câmara, que ela também solicitou providências ao Banco Central do Brasil, órgão ao qual o assunto é afeto.

À vista de todo o exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício S nº6, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs. e Srs. Senadores, como acabamos de verificar, o parecer do eminente Relator é pelo arquivamento da matéria.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não vou discordar do Relator. O parecer é correto, é pelo arquivamento mesmo, porque a pretensão de regulamentar isso em lei acabará forçosamente na edição de mais uma dessas leis que não "pegam". Aliás, posso estar equivocado, mas tenho lembrança de que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro votou uma lei no sentido de obrigar os bancos a atender com mais celeridade ou menos demora os seus clientes, e o resultado foi absolutamente inócuo. Os abusos continuam sendo perpetrados; há uma espécie de cartel entre os bancos, todos mais ou menos acertaram entre si que a demora imposta ao cliente não tem importância nenhuma. O que tem importância é a redução dos custos das agências bancárias, com a redução do número de caixas. E como todos o fazem, o cliente fica prejudicado e sem poder ter nenhuma reação.

De forma que aceitarmos simplesmente o arquivamento sem nenhuma manifestação da Comissão de preocupação com a qualidade de vida do cliente, do cidadão também não seria uma posição correta, adequada. Deveríamos arquivar o ofício do Município de Barretos, mas a Comissão poderia se manifestar por meio de um ofício ao Banco Central, pedindo mais atenção ao fiscalizar os bancos, que é sua atribuição, sua responsabilidade, isto é, dar a qualidade mínima ao atendimento ao cliente, evitando esses abusos que às vezes obrigam a pessoa a permanecer até duas horas numa fila bancária. Enfim, penso que deveria haver uma manifestação desta Comissão ao Banco Central pedindo atenção para esse aspecto.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É muito feliz a manifestação do Senador. Penso que o Relator, antes de pedir o arquivamento, poderia aceitar a sugestão do Senador Roberto Saturnino e enviar um ofício ao Banco Central pedindo esclarecimento. Poderia dizer que estamos recebendo isso e queremos saber o que é, como é, o que pode ser feito. Depois, baseados no que o Banco Central disser, poderia até devolver para ele, dizendo que estamos tomando conhecimento disso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Nada a opor, concordo. Considero realmente um absurdo o que os bancos fazem hoje com os seus clientes. Estou inteiramente de acordo com a sugestão. É uma idéia muito boa. Já que não podemos mandar um ofício, deveríamos deixar esse assunto muito bem discutido e esclarecer a posição do Senado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, queria pronunciar-me não só como senadora, já que esse assunto veio à baila neste momento, mas também como bancária. Sou dessa categoria e conheço muito bem esse problema. Sou funcionária do Banco do Brasil há vinte anos. Quero dizer que essa é uma preocupação, na verdade, de várias câmaras legislativas no Brasil inteiro e também da nossa. Eu era vereadora antes de chegar ao Senado. Já existe até lei no nosso Município sobre a maneira de efetivar a fiscalização. Para que isso seja eficaz, não basta aprovar a lei; é preciso torná-la exeqüível.

Falta a regulamentação – agora, não mais apenas mediante lei complementar, depois da aprovação pela Câmara, mas por diversas leis – do sistema financeiro, de que trata o art. 192, abrangendo os diversos aspectos. A esta Casa cabe manifestar-se. Que-

ria propor alguma coisa, mas concordo com a manifestação do Senador Roberto Saturnino. Esse é um problema enfrentado pela maioria do povo brasileiro hoje. A maior parte dos trabalhadores que recebem salário recebem por banco recebem-no por meio de um cartão eletrônico. Discordar inclusive desse ponto que a Câmara Municipal de Barretos e outras não atentaram apenas para os bancos públicos. É um problema do sistema financeiro como um todo, porque ele tem que atender a todos, seja ele público ou privado. Essa é a verdade, até porque o sistema financeiro é o que mais aufere lucros, sem dúvida nenhuma.

Entendo que deve haver uma manifestação unânime desta Comissão, ao Banco Central, pedindo-lhe que nos demonstre o que tem sido feito. Estamos cumprindo a nossa função: fiscalizar. Então, queria salientar que isso diz respeito não só a uma situação, mas ao que ocorre no Brasil inteiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer, que é pelo arquivamento. (Pausa)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostaria de dizer ao Senador que antes de votar o arquivamento, por unanimidade, se a Comissão decidir oficializar ao Banco Central...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Data venia, pelo que entendi, eminentes Senadores, o parecer conclui juridicamente pelo arquivamento. Mas o próprio Relator manifestou a sua opinião favorável às observações feitas pelo Senador Roberto Saturnino, por V. Exª, Senador Pedro Simon, e pela Senadora Ana Júlia Carepa.

Eu queria acrescentar que a coisa é muito grave, porque agora estão cobrando uma tarifa sobre cheque do próprio depositante; quer dizer, sobre cheque acima de tantos reais do próprio depositante é cobrada uma tarifa. São tantos os serviços cobrados pelos estabelecimentos de crédito que nos cumpre fazer um ofício ao Banco Central, em nome da Comissão, pedindo que informe tudo que é autorizado por lei pelo Banco Central, por decisão do Banco Central, para podermos saber se os bancos estão agindo corretamente. E naquilo que entendermos, que o Senado ou a Comissão entender que o Banco Central também está errado, podemos sugerir que o Banco Central tome providências. O assunto é de muita relevância porque atinge a cidadania, atinge o direito das pessoas de serem bem atendidas, inclusive saberem o que pagam e por que pagam. Se nos aprofundarmos nisso, veremos que no Brasil quase todos os estabelecimentos de crédito emitem cartão de crédito sem que a pessoa solicite. E por mais que a pessoa diga que não quer, vem aquela importância debitada em sua conta.

Urge um ofício genérico. Se for autorizado pela Comissão, a Mesa vai preparar um texto, ler na próxima reunião, e, se a Comissão entender correto, assinamos e enviamos ao Banco Central para que preste as informações capazes de provocar uma decisão mais acertada por parte da Comissão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Permite, Sr. Presidente, um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É que o pedido, como V. Exª diz, deve ser genérico, mas podemos ser específicos em relação à demora no atendimento dos clientes, para fazer uma referência a este projeto, porque a pretensão, o postulado pela Câmara de Barreto tem a sua justiça, sua razão de ser.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Relator.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Creio que caberia aí um requerimento de informação, que é regimental, mas, especificamente, devemos bater em cima desse caso...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Querem sobrestar a decisão? (Pausa)

Vou colocar em votação o parecer do Senador Rodolpho Tourinho, pelo arquivamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o parecer.

Srs. Senadores, nós vamos ter uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais. Fizemos um convite a S. Exª o Sr. Ministro da Agricultura. Na reunião passada, iríamos votar, já havia um pedido para incluir na pauta um assunto de interesse do Estado do Rio Grande do Sul.

Vou pedir vênia ao Senador Romero Jucá, que tem interesse em uma outra matéria, que sei que vai estabelecer polêmica, para que na próxima reunião a sua matéria seja incluída em pauta normal. Prometo incluí-la.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Exatamente, Sr. Presidente. A Liderança do Governo pediu que retirasse de pauta para ter mais um prazo para explicar aos Governadores na reunião desta semana essa proposta de regulamentação de ISS. Portanto, não vou apresentar hoje. Retiro de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há como retirar de pauta porque não está em pauta. Deixamos de colocar em pauta.

E vamos ao assunto do Rio Grande do Sul.

O parecer será distribuído pela Secretaria.

Damos as boas-vindas ao nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para leitura do seu relatório, referente à solicitação do Governo do Rio Grande do Sul.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, conforme as normas desta Comissão, quando se examinam as solicitações de Unidades da Federação, havendo a necessidade de sempre estar presente ou o Governador da Unidade da Federação ou o Secretário da Fazenda. Está presente o Dr. Paulo Michelucci Rodrigues, Secretário da Fazenda do Governador Germano Rigotto. Sugiro que o mesmo seja convidado por V. Exª a tomar assento à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sugestão aceita. Convido o eminente Secretário a tomar assento à mesa, à minha direita.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No caso de haver necessidade, S. Exª estará pronto para quaisquer esclarecimentos.

Peço a atenção de todos porque se trata de situação bastante complexa, que merecerá muita reflexão para uma decisão importante.

Vem para esta Comissão, para análise, o Ofício S n°12, de 2001, do Governador Germano Rigotto, que solicita, com base no art. 29 da Lei Complementar n°101, de 2000, que o Senado Federal requisite ao Banco Central do Brasil o processo de emissão de letras financeiras do Estado do Rio Grande do Sul, para que esta Casa aprecie o pleito para que possa rolar as letras financeiras decorrentes da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro de 2001.

Acompanham o pleito do Estado os pareceres do Banco Central e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Tesouro Nacional.

Não foram apresentadas emendas.

O Estado do Rio Grande do Sul celebrou com a União, em 1998, contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, ao amparo da Lei Federal n°9.496, de 11 de setembro de 1997, cuja eficácia ocorreu em 16 de novembro de 1998. Quando da assinatura do referido contrato, foram excluídos do refinanciamento, por recomendação do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, as letras financeiras do Estado, decorrentes da sétima parcela de precatórios judiciais, autorizada pela Resolução n°66/95, do Senado. Foram também excluídas do refinanciamento as letras financeiras decorrentes da oitava parcela de precatórios judiciais.

A Comissão Parlamentar de Inquérito não constatou nenhuma irregularidade na emissão e negociação de títulos públicos do Estado do Rio Grande do Sul, o que é algo muito importante.

Posteriormente, o Rio Grande do Sul solicitou, junto à Secretaria do Tesouro, a inclusão dos dispêndios com o pagamento das parcelas vencidas em 15 de maio e 15 de novembro de 2001, no cálculo do limite máximo do comprometimento estabelecido no art. 5° da Lei n°9.496, pleito esse negado por ter sido analisado, já com base na Lei Complementar n°101, de 4 de maio de 2000.

Considerando que no pleito acima foi aplicada a Lei Complementar n°101 e não a Resolução do Senado Federal n°78, de 1998, tendo em vista o estabelecido no art. 29, inciso V, §4°, da mesma Lei, o Estado encaminhou solicitação ao Banco Central em 29 de setembro de 2000, para rolagem e refinanciamento das referidas letras, tendo aquela autarquia se manifestado através do Ofício de 2001, dizendo:

"O disposto no Parágrafo Único do art. 11 da Resolução n°78, de 1998, impede o refinanciamento de títulos emitidos para fins de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, caso o ente público tenha extrapolado os limites previstos nos artigos 6° e 7° daquele normativo. Dado que o Estado do Rio Grande do Sul não se enquadra nos limites dos incisos II e III, do art. 6°, referentes ao dispêndio anual e aos estoques da dívida, informo a V. Exª que o Estado não pode realizar o refinanciamento pleiteado à luz da citada Resolução senatorial."

O posicionamento manifestado pelo Banco Central é o de que, considerando que a Resolução do Senado Federal n°78, de 1998, enquadra o refinanciamento das letras como uma operação de crédito, tornar-se-ia necessário o cumprimento pelo Estado dos limites de endividamento estabelecidos na citada Resolução, o que levaria a indeferir o pleito, de vez que o Estado extrapolou os limites do dispêndio anual do estoque da dívida. Contudo, é possível considerar o pleito sob a ótica da isonomia federativa, em analogia a situações anteriores já examinadas pelo Senado Federal e pelo próprio Banco Central. A própria Reso-

lução n°78/98, com relação às operações de refinanciamento com a União, em seu art. 4°, §1°, dispensa do cumprimento dos limites do montante das operações de crédito, do saldo e do serviço da dívida, bem como do resultado primário, aquelas operações de refinanciamento. Tal entendimento, inclusive, já foi adotado em situação semelhante pelo Banco Central através do Parecer Dedip n°2.022, de 21 de março de 2000, que instrui o processo encaminhado à aprovação do Senado Federal que tratava sobre a assunção de dívidas da Companhia de Habitação e da Caixa Econômica Estadual pelo Estado do Rio Grande do Sul, refinanciadas no amparo da Lei Federal n°8.727.

Naquele parecer o Banco Central, muito embora tenha considerado que devessem também ser observados os limites em questão, o que levaria ao indeferimento in limine do pleito, acabou por manifestar-se favoravelmente. Assim manifestando-se, é possível, todavia, outra interpretação baseada na analogia e no tratamento dispensado pela própria Resolução n°78 às operações de refinanciamento com a União.

Nesse caso, o seu art. 4° dispensa do cumprimento dos limites do montante das operações de crédito, do saldo e do serviço da dívida, bem como do resultado primário das operações de refinanciamento.

Assim, por analogia, parece-nos defensável aplicar a mesma interpretação às operações tais. E assim prossegue mais adiante:

Vale ressaltar que, quando do refinanciamento efetuado ao amparo da Lei n°8.727, o Estado poderia assumir diretamente as dívidas de suas empresas perante a União ou figurar como garantidor da operação.

Naquela oportunidade, alguns Estados escolheram a última alternativa, outros assumiram formalmente as dívidas que pertenciam a suas empresas. Esses últimos se beneficiam da inclusão dos pagamentos dessas dívidas no limite de 3% do comprometimento da receita líquida real para efeito da Lei n°9.496, enquanto os que figuram como garantidores, embora venham honrando os pagamentos, não gozam daquele benefício. Permitir a transformação dos garantidores em devedores principais, além de formalizar uma situação que já existe de fato, garante tratamento isonômico dos Estados.

Observa-se que, utilizando o princípio da isonomia de tratamento entre as Unidades da Federação, a dispensa do cumprimento de limites, ainda que sem previsão regulamentar, foi aplicada para autorizar outras operações de crédito.

O Estado do Rio Grande do Sul informa que, caso essas letras tivessem sido incluídas no refinanciamento com a União em 15 de abril de 1998, o Estado, nos meses de maio e novembro de 2001, comprometeria com o serviço da dívida a parcela de 13% da receita líquida real, enquanto permanecer na situação atual, o Estado está sendo apenado com o desembolso extra da ordem de R$70 milhões a preço de 28.02.2003.

Posteriormente, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria Geral da Fazenda se manifestaram através do Parecer STN 481, de 2002, de 2 de maio de 2002, e Parecer n°3.494/2002, de 18 de novembro de 2002, sobre o pleito do Estado do Rio Grande do Sul em análise.

Em seu parecer, a Secretaria do Tesouro Nacional detalha os motivos para o indeferimento da referida solicitação. Em conseqüência, como não se trata de rolagem para o Estado do Rio Grande do Sul, a detentora da atualidade dos títulos, devia a si próprio, conforme demonstrado pelo Banco Central no citado parecer, o pleito do Estado caracteriza nova emissão, que está vedada. Além disso, verifica-se que a emissão pretendida pelo Estado do Rio Grande do Sul também está vedada pela alínea "a" do § 5° do art. 3° da Lei n° 9.496, de 1997, que dispõe que, enquanto a dívida financeira da Unidade da Federação for superior a sua receita líquida anual, o contrato de refinanciamento deverá prever que a Unidade da Federação não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno, exceto nos casos previstos no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Estado do Rio Grande do Sul protocolou junto ao Banco Central, em 29 de setembro de 2000, portanto durante o Governo Olívio Dutra, tendo como Secretário de Fazenda o Sr. Arno Agostim, hoje um dos principais Secretários do Ministro Antonio Palocci, pedido de autorização para rolagem do refinanciamento das letras financeiras do Tesouro do Estado que venceriam em 15 de maio de 2001 e 15 de novembro de 2001, pleito este complementado com o Ofício n°135, de 24 de abril de 2001, portanto, antes do vencimento das respectivas letras.

Existe precedente de autorização de refinanciamento retroativo de letras por parte do Senado Federal, ou seja, autorizações após o vencimento das letras a serem substituídas, como, por exemplo, o ocorrido com as Resoluções n°s37/98 e 97 dentre outros.

Quanto ao aspecto da titularidade, destacamos que as autorizações do Senado normalmente eram concedidas antes do vencimento, sendo que as resoluções não apresentavam condicionantes quanto ao detentor dos títulos no vencimento.

Cabe ressaltar que a constituição da dívida ocorreu na emissão das respectivas letras com a realização dos leilões à oferta pública, onde foram arrecadados recursos utilizados no pagamento de precatórios judiciais. Houve, portanto, troca de passivos. Essa emissão permanece contabilizada, independentemente do detentor dos títulos, no balanço patrimonial do Estado, como dívida fundada interna.

Assim, Sr. Presidente, não há óbice legal, quanto ao aspecto da retroatividade e titularidade, que impeça o Estado do Rio Grande do Sul a pleitear a rolagem das letras financeiras decorrentes da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais.

Cabe estabelecer o valor da operação de refinanciamento das letras. Ressaltamos que a Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, define, no inciso V do art. 29, o refinanciamento da dívida mobiliária, como emissão de títulos para o pagamento do principal acrescido da atualização monetária. Diz também, no §3° do art. 5°, que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em legislação específica.

Visto que as Resoluções do Senado nºs6.695 e 9.797, que autorizaram a emissão das respectivas Letras Financeiras do Tesouro Estadual, definiram as condições financeiras entre elas – se rendimento igual das letras financeiras do Tesouro, criadas pelo Decreto-Lei nº2.376, de 25 de novembro de 1987 –, entendemos que o indexador utilizado para atualização das letras deva ser o mesmo definido pelo Senado. Sendo assim, o valor correspondente ao refinanciamento da dívida mobiliária, decorrente da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais emitidos em 20 de dezembro de 1995 e 29 de outubro de 1997, deve ser de R$70,4 milhões, a preço de 28 de fevereiro de 2003.

Em carta encaminhada a este Relator anexa, o Governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, afirma a análise aqui apresentada sobre a situação das Letras Financeiras do Tesouro Estadual, decorrentes da sétima e oitava parcelas. Também reitera a necessidade de o Senado Federal considerar o pleito do Estado, sob a ótica da isonomia federativa, em analogia a situações anteriores já examinadas por esta Casa.

Em face do exposto, somos pela aprovação do pleito do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do projeto de resolução apresentado a seguir, e que está anexo, assim como a carta do Governador Germano Rigotto.

Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio, quero ressaltar que, no caso, este Relator teve muita prudência na hora de examinar este pleito, tendo conversado algumas vezes com o Governador Germano Rigotto, tendo procurado obter também a palavra do Ministro Antônio Palocci, que, infelizmente, nesta semana, por razões de suas atribuições, encontra-se nos Estados Unidos. Então, não foi possível atender à minha solicitação explícita.

No entanto, quero informar que, em decorrência das dificuldades envolvidas nessa situação, solicitei, excepcionalmente, esta carta do Governador Germano Rigotto, para que S. Exª explicitasse, primeiro, todos os condicionantes relativos a esta autorização de emissão de Letras Financeiras do Estado, bem como a explicação das razões pelas quais S. Exª acredita, com toda a convicção, poder atender, sem quaisquer problemas, as exigências e o bom andamento do refinanciamento que representará a emissão dessas letras.

Ressalto que o Secretário Paulo Michelutti Rodrigues, aqui presente, informou-me que, atualmente, a arrecadação anual de receita do Estado do Rio Grande do Sul é da ordem de R$9 bilhões, ou aproximadamente R$650 milhões por mês. Isso significa que uma autorização de emissão de títulos, que vão representar cerca de R$70 milhões, constitui uma quantia que não representa qualquer exagero para um Estado cujo Governo arrecada em torno de R$9 bilhões anualmente.

Portanto, a ponderação – que acredito seja correta – é que o Governador Germano Rigotto está agindo de forma responsável, mas todo e qualquer esclarecimento poderá ser dado pelo Secretário Paulo Michelutti Rodrigues.

Ressalto, Sr. Presidente, que, assim como o Senador Pedro Simon, fui membro da CPI dos Precatórios – creio o foram também o Senador Roberto Saturnino e outros aqui presentes. Desde aquela oportunidade, os projetos de resolução passaram a ser muito mais rigorosos.

Então, quando aqui aprovamos este projeto de resolução, junto à autorização, o Estado do Rio Grande do Sul encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta resolução. E, segundo o art. 3°, o Banco Central encaminhará ao Senado, no prazo máximo de 14 dias, depois de concluída a operação, para exame da CAE, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final, bem como a efetivação da sua venda definitiva.

O que significa, Sr. Presidente, que estamos tomando os cuidados necessários para que não haja mais a repetição daqueles desvios de utilização dos recursos obtidos para a emissão do pagamento de precatórios judiciais e que acabaram sendo utilizados para outras finalidades, ou seja, estamos aqui sendo bastante rigorosos e prudentes.

Esse é o meu parecer e voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, já se encontra na Casa S. Exª o Ministro da Agricultura, aguardando o término da nossa reunião para que S. Exª possa atender ao nosso convite.

Pediu a palavra, primeiramente, o Senador Romero Jucá. Em seguida eu a concederei ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar rapidamente que considero justo o pleito do Estado do Rio Grande do Sul, que está pagando extralimite R$70 milhões, quando deveria estar pagando essa dívida inserida no contexto dos 13% da receita líquida. E quero só lembrar à Casa que o Senado já fez mais do que isso. No ano passado, para viabilizar a situação do Estado de Alagoas, reinserimos, dentro do limite dos 13% da receita líquida, uma dívida de precatórios irregulares, mas que efetivamente viabilizariam o funcionamento do Estado de Alagoas.

Portanto, no caso do Rio Grande do Sul, os precatórios não foram considerados irregulares, e é justo darmos o mesmo tratamento que demos a outros Estados ao Rio Grande do Sul.

Quero encaminhar o meu voto favoravelmente ao pleito. Entendo que o estudo minucioso feito pelo Senador Eduardo Suplicy elide de qualquer dúvida o voto dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, também considero, como o Senador Romero Jucá, absolutamente justa a pretensão do Rio Grande do Sul.

Quero, entretanto, ponderar o fato de que, ao abrir o seu relatório, o Senador Eduardo Suplicy reconhece a complexidade da matéria e, ao final, S. Exª também reconhece que não há uma manifestação ainda formal, pelo menos do Ministro da Fazenda, que se encontra no exterior.

Então, do ponto de vista pessoal, o meu voto é favorável. Entretanto, quero solicitar vista. Isso implicará votação da matéria na próxima semana, para que possamos, do ponto de vista do Governo, ouvir o Ministro da Fazenda.

Solicito vista, portanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, há um pedido de vista, mas se encontram inscritos aqui os Senadores Antero Paes de Barros e Paulo Paim. Considerando o pedido de vista, indago se desejam aduzir algo mais. (Pausa)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não, Sr. Presidente, desejo apenas me incluir no pedido de vista coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é conjunta, considerando que o Senador Antero Paes de Barros e o Senador Romero Jucá também se posicionam nesse sentido, assim como o Senador Ney Suassuna.

Com a vista concedida, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela ordem, porque já não está mais em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só queria, rapidamente, dizer que entendo a posição da Liderança do Governo, mas que ficou muito claro que o Ministro da Fazenda, até o momento, não apresentou nada em contrário à aprovação do projeto na versão aqui apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Referindo-me a mais um dado: isso é um pedido do Governador Olívio Dutra, que é referendado pelo Governador Germano Rigotto. Entendo e peço a Casa a garantia de que o prazo para a votação do projeto seja até terça-feira. Depois desta data, todos os prazos vencem e o Rio Grande do Sul será muito prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência determina à secretaria a inclusão, na pauta, dessa matéria como primeiro item da próxima reunião, a realizar-se no dia 22 de abril, às 10 horas.

O pedido de vista é conjunto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Apenas porque se não for votado na terça-feira, não adiantará mais. É importante para o Governo do Rio Grande Sul que ele seja votado em plenário na semana que vem, senão esgotam-se o mês e a possibilidade. Por isso, é importante o que disse o Senador Paulo Paim, ou seja, a devolução do projeto, após a concessão de vista, é a certeza que temos de que receberá votação favorável aqui.

Apenas acrescento que, se alguém tiver alguma dúvida, a mesma poderá ser esclarecida pelo Secretário da Fazenda, que estará na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, por isso a matéria constará como item 1 da pauta da reunião da próxima terça-feira, dia 22 de abril.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

Lembro que já se encontra em nossa Casa o nosso convidado, o Ministro da Agricultura, e que estamos com trinta minutos de atraso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o Líder do Governo ainda não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não depende da presença de S. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se por ventura algum Senador ou Senadora tiver dúvida que possa ser esclarecida pelo Secretário da Fazenda, talvez esta seja a oportunidade para que consideremos cumprida a responsabilidade de um representante do Governador, senão ele próprio, de estar aqui. É possível que nenhum tenha essa dúvida, mas S. Exª estará presente e disponível, tendo, assim, cumprido a responsabilidade de prestar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, o Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul está me informando que estará à disposição da Casa na próxima terça-feira.

Declaro encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Levanta-se a reunião às 11h e 30min.)

Ata da Décima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e dois de abril, de 2003, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se à comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Efraim Morais, Jorge Bornhausen e Antero Paes de Barros. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO, que "solicita, com base no artigo 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que o Senado Federal requisite ao Banco Central do Brasil o processo de emissão de Letras Financeiras daquele Estado, no sentido de que esta Casa aprecie o pleito do Estado do Rio Grande do Sul para que possa rolar as Letras Financeiras decorrentes da 7ª e 8ª parcelas de precatórios judiciais, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro de 2001". Autoria: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Senador EDUARDO SUPLICY. Parecer: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. Observação: Em 15/04/03, foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Resultado: Aprovado o parecer do relator e requerimento de urgência para tramitação da matéria. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO, que "altera o caput do artigo 20 da Lei nº 5474, de 18 de julho de 1968. (Autoriza as empresas, fundações e sociedades civis a emitirem faturas e duplicatas pela prestação de serviços de locação de bens móveis)". Autoria: Deputado ARNALDO MADEIRA. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Foi concedida Vista ao Senador Roberto Saturnino, nos termos regimentais. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 1996-Complementar – NÃO TERMINATIVO, que "dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências". Autoria: Senador FRANCELINO PEREIRA. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 02 e 03, APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 1999 – NÃO TERMINATIVO, que "transfere os recursos previstos no artigo 159, I,c, da Constituição para a gestão do Banco Regional de Brasília – BRB, e dá outras providências". Autoria do projeto: Senador LUIZ ESTEVÃO. Autoria das Emendas: Senador Eduardo Matarazzo Suplicy e Romero Jucá. Relator: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. Parecer:

Pela rejeição da Emenda nº 03-PLEN e favorável à Emenda nº 02-PLEN na forma da Subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2000 – NÃO TERMINATIVO, que "estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo". Autoria: Senador OSMAR DIAS e outros Senhores Senadores. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO, que "revoga a Resolução nº 95, de 1996, do Senado Federal, que fixa alíquota para cobrança do ICMS". Autoria: Senador OSMAR DIAS e outros Senhores Senadores. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Favorável ao PRS Nº 27, de 2000 e pela rejeição do PRS nº 42, de 2001. Resultado: Foi concedida vista ao Senador Antônio Carlos Valadares, nos termos regimentais. Discutiram a matéria os Senadores Osmar Dias, Antônio Carlos Valadares e Eduardo Azeredo. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2000 – TERMINATIVO, que "estabelece a obrigatoriedade de que empresas privatizadas devem manter o seu capital aberto e dá outras providências". Autoria: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador SÉRGIO GUERRA. Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Observação: EM 25-03-03, foi concedida vista coletiva. Resultado: aprovado o Requerimento nº 20/2003-CAE, de autoria do relator, Senador Sérgio Guerra, requerendo que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça para análise da constitucionalidade da matéria. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2001 – TERMINATIVO, que "altera o artigo 94 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, que 'dispõe sobre a política agrícola'". Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Favorável ao Projeto. Observação: Em 25-03-03, foi concedida vista coletiva. Resultado: aprovado o Requerimento nº 21/2003-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Ana Júlia Carepa, convidando o Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, para instruir o PLS nº 145, de 2001 e o PLS nº 11, de 2002. Discutiram a matéria a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Jonas Pinheiro. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 1999 – TERMINATIVO, que "dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação". Autoria: Senador JEFFERSON PERES. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: rejeitado o projeto. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 1999 – TERMINATIVO, que "dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos – estudantes ou profissionais – no valor do ingresso em espetáculos musicais e dá outras providências". Autoria: Senador MAGUITO VILELA. Relator: Senador ROBERTO SATURNINO. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: rejeitado o projeto. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 558, DE 1999 – TERMINATIVO, que "destina recursos provenientes das Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos". Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Relator: Senador PEDRO SIMON. Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta em decorrência da ausência do Relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1999 – TERMINATIVO, que "autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-SUBSTITUTIVA apresentada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2002 – TERMINATIVO, que "acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 6528, de 11 de maio de 1978, que 'dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências'". Autoria: Senador LUIZ OTÁVIO. Relator: Senador MÃO SANTA. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F. a matéria será submetida a turno suplementar de discussão, por ter recebido Substitutivo Integral. Discutiram a matéria os Senadores Antônio Carlos Valadares, César Borges, Garibaldi Alves Filho e Ramez Tebet. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2001 – TERMINATIVO, que "dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10177, de 12 de janeiro de 2001, que 'dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências'". Autoria: Senador JONAS PINHEIRO. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2001 – TERMINATIVO, que "altera a Lei nº 10177, de 12 de

janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense". Autoria: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator: VALDIR RAUPP. Parecer: Favorável ao PLS N°22, DE 2001 nos termos da Emenda N°01 de autoria do Senador Moreira Mendes, com a Emenda N°02 de Redação que apresenta e pela rejeição do PLS N°23 DE 2001. Resultado: Foi concedida Vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais. Discutiram a matéria os Senadores Jonas Pinheiro e Fernando Bezerra. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2002 – TERMINATIVO, que "altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que 'dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências', e outros diplomas legais, para assegurar aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso". Autoria: Senador MOREIRA MENDES. Relator: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2002 – TERMINATIVO, que "dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens de viajante procedente do exterior ou a ele destinado". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta em decorrência da ausência do relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2002 – TERMINATIVO, que "altera o artigo 50 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências". Autoria: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. Relator: Senador FERNANDO BEZERRA. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprovou o Requerimento Nº 21/2003-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Ana Júlia Carepa, convidando o Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, para instruir o PLS nº 145, de 2001 e o PLS nº 11, de 2002. Foram aprovados os seguintes requerimentos: REQUERIMENTO Nº 20-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que requer que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise da constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2000, tendo em vista dúvidas suscitadas nesta Comissão com relação ao aspecto acima. REQUERIMENTO Nº 21-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, para discorrer sobre as propostas concernentes a área de atuação daquela Secretaria, bem como a respeito do Projeto de Lei nº 145, de 2001, que "dispõe sobre política agrícola", de autoria do nobre Senador Luiz Pontes, a fim de que este Órgão técnico possa adequadamente instruir a matéria, bem como sobre o Projeto nº 11, de 2002, da Senadora Maria do Carmo Alves, que "dispõe sobre estímulos à pesca". REQUERIMENTO Nº 22-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal e nos termos dos artigos 215, I, 'a', e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações, junto ao Presidente do Banco Central, sobre as atividades bancárias regulamentadas e fiscalizadas por aquele órgão, em especial no tocante aos motivos da demora que tem sido verificada no atendimento aos clientes por tempo, quase sempre, superior a quinze minutos, bem como a explicação sobre a cobrança das taxas e serviços bancários, a razão de sua existência, e o que pode ser feito para melhorar a qualidade do atendimento à população no sentido de solucionar estes problemas. REQUERIMENTO Nº 23-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que requer, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o comparecimento do Sr. Marcelo Deda Chagas, Coordenador Temático da Frente Nacional de Prefeitos, para trazer ao conhecimento dos parlamentares integrantes da Comissão o posicionamento dos Municípios brasileiros quanto à aplicabilidade da lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00), após três anos de sua aprovação nesta Casa. REQUERIMENTO Nº 24-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do inciso II, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a realizar-se conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação de um representante do Conselho Curador do FGTS, um da BOVESPA e um da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, subsidiar a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2002, que "dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que,

lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de passarmos à pauta, permitam os membros da Comissão a leitura dos titulares das Subcomissões Temporárias de Mineração e de Turismo. A princípio, essas Comissões estavam compostas por cinco membros da Comissão de Assuntos Econômicos. Houve uma solicitação, que a Presidência atendeu, ampliando esse número de cinco para sete titulares e sete suplentes. Assim, a Subcomissão Temporária de Mineração ficou composta pela Senadora Ana Júlia Carepa e pelos Senadores Aelton Freitas, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Rodolpho Tourinho, João Ribeiro e Sérgio Guerra. Suplentes: Senadores Delcídio Amaral, Magno Malta, Hélio Costa – ainda há uma vaga do PMDB –, Efraim Morais, Almeida Lima e Eduardo Azeredo.

A Subcomissão Temporária de Turismo 2003 ficou composta pelos Senadores Aelton Freitas, Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Octávio, João Ribeiro e Leonel Pavan. Suplentes: Senadores Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Mão Santa, João Batista Motta, César Borges e Eduardo Azeredo.

Item 1:

O interesse é do Estado do Rio Grande do Sul, que solicita, com base no art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que o Senado Federal requisite ao Banco Central do Brasil o processo de emissão de Letras Financeiras daquele Estado, no sentido de que esta Casa aprecie o pleito do Estado do Rio Grande do Sul para rolar as Letras Financeiras decorrentes das 7ª e 8ª parcelas de precatórios judiciais, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro de 2001.

O Relator é o Senador Eduardo Suplicy, que já procedeu à leitura de seu parecer. Houve pedido de vista na última reunião, dia 15 de abril, e foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Como homenagem ao Estado do Rio Grande do Sul, eu gostaria que o Secretário de Fazenda daquele Estado tomasse assento à minha direita e o Senador Pedro Simon tomasse assento à minha esquerda.

Eminente Relator, Senador Eduardo Suplicy, V. Exª já leu o parecer, mas se quiser acrescentar alguma coisa, a palavra está à sua disposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Fernando Bezerra solicitou vista, mas até o presente instante, regimentalmente, não colocou qualquer objeção.

Tendo em vista que houve o tempo necessário para que o Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central pudessem examinar o relatório que encaminhei e li na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo em vista os argumentos apresentados e que poderão ser reiterados pelo Secretário da Fazenda, Paulo Michelucci Rodrigues, segundo os quais o Governo do Rio Grande do Sul, em primeiro lugar, nas diversas ocasiões em que houve emissão de títulos para pagamento de precatórios judiciais, nos diversos governos anteriores, não incidiu em qualquer irregularidade, tendo o assunto sido examinado detalhadamente pela Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou o problema dos precatórios judiciais, tendo em vista que o Governador Germano Rigotto avalia que pode, responsavelmente, emitir letras do Tesouro no valor aproximado de R$70 milhões, considerando-se também que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tem uma arrecadação da ordem de R$9 bilhões por ano e que esse volume pode ser considerado perfeitamente suportável por parte do Governo do Rio Grande do Sul, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer do Senador Eduardo Suplicy, favorável à pretensão do Estado do Rio Grande do Sul. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado por unanimidade.

Com as homenagens da Comissão de Assuntos Econômicos ao povo gaúcho, representado pelo seu Governador Germano Rigotto, com o esforço de toda a Bancada do Rio Grande do Sul no Senado Federal e a compreensão dos eminentes membros desta Comissão, está aprovada a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pedimos urgência na tramitação. Este projeto tem que ser resolvido até quarta-feira, senão ficaremos falando sozinhos. Pedimos urgência urgentíssima.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, há um pedido de urgência formulado – informa-me a Secretaria por escrito – e ratificado pelo Senador Pedro Simon e pelos integrantes da Bancada do Rio Grande do Sul com assento nesta Casa.

Quero esclarecer que a urgência se justifica, segundo o Senador Pedro Simon, porque, ultrapassado o prazo de quarta-feira ou quinta-feira, o Estado do Rio Grande do Sul estará prejudicado.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a tramitação de urgência para a presente matéria permaneçam sentados.

Aprovada.

Aprovado o pedido de urgência, segue imediatamente para a Mesa do Senado.

Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2001, não-terminativo. Altera o **caput** do art. 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, que autoriza as empresas, fundações e sociedades civis a emitirem faturas e duplicatas pela prestação de serviços de locação de bens móveis. A autoria é do ilustre Deputado Arnaldo Madeira, que hoje está licenciado da Câmara, prestando serviço na chefia do gabinete do Governo do Estado de São Paulo. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de uma matéria aparentemente simples, mas importante, tendo em vista uma série de decisões judiciais contrárias a essa questão.

O projeto dispõe sobre a duplicata, que consiste em uma das espécies de títulos de crédito inseridas no campo do Direito Civil e do Direito Comercial, ramos do Direito sobre os quais compete privativamente à União legislar, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre o assunto, e é legítima a iniciativa parlamentar, em conformidade com o que estabelecem os arts. 48 e 61 da Lei Maior.

A proposição visa pôr fim a um possível óbice legal à emissão de duplicatas pelas empresas que têm como atividade a locação de bens móveis. Algumas decisões judiciais têm negado a essas empresas o referido direito, sob o argumento de que a norma legal somente admite a emissão de duplicatas por empresas que se dediquem à prestação de serviços, atividade que não contempla a locação de bens móveis. Com isso, às empresas alcançadas por essas decisões tem sido negado o direito de emitir esses títulos, o que lhes dificulta o acesso ao crédito junto a instituições financeiras.

Pela pertinência do argumento, transcrevemos o seguinte trecho da justificação da proposição: "Há que se observar ainda que a regulamentação desta matéria apenas legalizará uma prática usual, costumeira, e que, sob o ponto de vista comercial, não prejudicará nenhuma empresa ou pessoa física. É louvável a iniciativa do autor do projeto, que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento da legislação vigente, pondo fim a uma controvérsia jurídica cujo único resultado é dificultar o acesso ao crédito pelas empresas dedicadas à locação de bens móveis".

Portanto, pelos motivos expostos, nós nos manifestamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é favorável.

Em votação.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na prática, o projeto faz equivaler a locação de bens móveis à prestação de serviços. São atividades de natureza bastante distinta. Por isso ainda não me sinto em condições de formar opinião, razão pela qual peço vista do projeto para analisar melhor a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se mais algum Senador pede vista ou se o pedido se restringe ao Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Está concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, pelo prazo regimental.

Quanto ao **Item 3**, o ilustre Relator solicitou à Mesa a retirada de pauta do projeto.

Item 4: Emendas de Plenário nºs 2 e 3, apresentadas ao substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1999, não-terminativo, que transfere os recursos previstos no art. 159, I, "c", da Constituição para gestão do Banco Regional de Brasília (BRB) e dá outras providências. O Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra para o parecer referente às Emendas nºs 2 e 3.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o parecer foi distribuído por antecipação. A matéria tramita há bastante tempo. Serei breve e ater-me-ei ao voto, pela rejeição da Emenda nº 3 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, nos seguintes termos: "Acrescente-se o seguinte §1º ao art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, renumerando-se os demais – art. 16, § 1º.

O BRB – Banco de Brasília, participará da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, na qualidade de agente financeiro na área de abrangência do Distrito Federal, para execução dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, mediante repasse efetuado pelo Banco do Brasil, cabendo ao BRB – Banco de Brasília S/A o risco das operações.

Sr. Presidente, creio que, com essa subemenda, há uma correção adequada da matéria. A ela sou, portanto, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer do Relator. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução nº 27, de 2000, não-terminativo, que estabelece a alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo. É de autoria do Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores, tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 42, de 2001, não-terminativo, que revoga a Resolução nº 95, de 1996, do Senado Federal, que fixa alíquota para cobrança do ICMS.

O Relator da matéria é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para leitura do parecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, após aprovada a sua constitucionalidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consoante os termos do impecável relatório do Senador Luiz Otávio, retorna a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias e outros, mediante o qual pretendem os ilustres Parlamentares estabelecer 7% à alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidentes sobre operações interestaduais com farinha de trigo.

Ainda na CCJ, foi rejeitado o Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2001, também de autoria do Senador Osmar Dias e outros, o qual tramita em conjunto com o PRS nº 27, de 2000, uma vez que aquela Comissão julgou insubsistentes as alegações de inconstitucionalidade que fundamentaram a sua apresentação.

Justificando o PRS nº 27, de 2000, seus autores afirmam que a elevada carga tributária que recai sobre nossos produtos está pondo em risco a continuidade das operações das empresas nacionais. Com isso, a farinha de trigo produzida no Brasil acaba sendo vendida por um preço superior ao da farinha importada, com natural perda de competitividade, levando os compradores brasileiros a negarem para o mercado externo, principalmente o da Argentina, haja vista que os produtores daquele país recebem de seu governo benefício fiscal consistente à devolução dos impostos incidentes sobre produtos exportados.

Salientam ainda que a redução do ônus fiscal suportado pelos produtores brasileiros é a medida mais indicada para recuperar a atratividade do seu produto, o que se espera do Senado, mediante a redução das alíquotas de ICMS, tributo que mais eleva o preço da farinha de trigo. Subscrevem a iniciativa, além de seu primeiro signatário, outros 27 Srs. Senadores.

Quanto ao PRS nº 42, de 2001, que preconiza a revogação da Resolução nº 95, de 1996, sob a alegação de sua inépcia e inconstitucionalidade, consoante o resumido no penúltimo parágrafo da justificação, está subscrito pelo primeiro signatário e mais 26 Srs. Senadores.

Aos projetos não foram apresentadas emendas.

Na análise adiante, acompanhamos, na quase integralidade, a minuta de relatório sobre a mesma matéria anteriormente apresentada a esta Comissão pelo eminente Senador Francelino Pereira, porque insuscetível de reparos quanto à argumentação aduzida.

Passo à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

No que tange ao Projeto de Resolução do Senado Federal nº 27, de 2000, a perda da competitividade dos produtores de farinha de trigo instalados no Brasil, em face da concorrência imperfeita a que estão submetidos, relativamente às indústrias de outros países, sobretudo as localizadas em Estados integrantes do Mercosul, com todas as vantagens a eles inerentes, é fato que tem preocupado aqueles que se interessam pelo futuro da nossa economia.

Com efeito, o País não pode assistir passivamente à degradação da indústria nacional ligada a um

setor tão importante como o do trigo, produto que integra a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira de norte a sul.

Conforme muito bem informa a justificação da proposição em análise, o segmento dos moinhos de trigo, pelas dificuldades que atravessa, encontra-se em situação que inspira sérios cuidados e exige imediatas providências para que se evite o fechamento de muitos empreendimentos, o que traria trágicas conseqüências, como o empobrecimento de muitas localidades e o aumento do já alarmante nível de desemprego.

No que se refere aos tributos federais, a União nada pode fazer no momento, tendo em vista a obediência que deve aos tratados e às convenções internacionais de que é signatária, sob pena das sanções neles previstas para o caso de quebra de tais instrumentos.

Quanto ao principal tributo estadual a gravar a farinha de trigo, nenhum empecilho há no que se refere ao estabelecimento dessa ou daquela alíquota interestadual. Parece-nos que a redução aqui proposta, de 5% na alíquota do ICMS – portanto de 12% para 7% –, não trará graves prejuízos aos Estados exportadores do produto, mas servirá para aliviar a situação dos produtores nacionais, que poderão colocar o seu produto no mercado em condições de igualdade com os seus competidores estrangeiros, garantindo a continuidade das suas operações e a manutenção do emprego de milhares de pais de família que aqui convivem.

Além do mais, a inovação não afetará a saída do produto dos estabelecimentos situados nas regiões Sul e Sudeste com destino às demais regiões e no Estado do Espírito Santo, onde já é onerado em 7%.

A competência desta Casa para tomar a decisão proposta é perfeitamente legítima, conforme já declarado na CCJ, podendo ser aqui mais uma vez invocada a Resolução do Senado Federal nº 95, de 1996, que reduziu para 4% a alíquota do imposto aplicável à prestação de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal.

Deveras, diante da situação analisada, o Senado não poderia eximir-se de agir, corrigindo uma distorção provocada não pelos agentes econômicos nacionais, mas pelos gravames tributários que estão obrigados a suportar e pelos incentivos à exportação vigentes em outros países. Entretanto, no tocante à Resolução nº 42, de 2001, acompanhamos a manifestação da CCJ, que concluiu pela sua rejeição.

Passo ao voto.

À vista do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 27, de 2000, nos termos em que foi apresentado, e pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2001.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, essa matéria refere-se a assuntos que serão tratados na reforma tributária, que, conforme anunciado pelo Ministro da Fazenda e agora pelo Governo, receberemos no Congresso Nacional no próximo dia 30. A reforma é muito mais abrangente. Tendo em vista que a matéria não chegou à Casa, não poderíamos sobrestá-la, mas posso pedir vista para estudá-la melhor, com mais afinco.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um pedido de vista formulado pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é claro que entendo, compreendo e aceito o pedido de vista, que é regimental. Mas o argumento do Senador Antonio Carlos Valadares foi utilizado centenas de vezes em todas as ocasiões em que um projeto de lei propondo alterações tributárias ingressou nesta Comissão.

Quando era Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, dizia-se que estava para chegar ao Congresso Nacional o projeto de reforma tributária, que teríamos de aguardá-lo, pois, se aprovássemos os projetos de lei individualmente, teríamos de revê-los depois, por ocasião da discussão da reforma tributária.

Vou torcer, Sr. Presidente, para que desta vez o Congresso Nacional aprecie a reforma tributária, mas temo que, novamente, adiaremos decisões importantes como esta. V. Exª, que é de um Estado produtor, sabe da importância desse projeto de lei, que poderia muito bem ser aprovado, entrar em vigor e, depois da reforma tributária, ser adaptado a ela.

Sr. Presidente, estamos tratando de um assunto muito sério, principalmente quando se fala no Programa Fome Zero. É preciso relembrar que este País consome cerca de 10 milhões de toneladas de trigo e

importa oito milhões. Para este ano, como vamos produzir mais, deveremos importar sete milhões de toneladas. Isso significa um dispêndio de US$1,200 bilhão, quantia que gerará emprego na Argentina, no Canadá, nos Estados Unidos. Ainda mais porque, diante de todas as barreiras sanitárias impostas por esses países ao Brasil, temos que concordar com a importação de trigo contendo um fungo que pode contaminar o trigo nacional.

Diante de tudo isso, é relevante esse projeto, porque ele estabelece um equilíbrio entre o trigo nacional e o importado que hoje não existe, já que Estados do Nordeste e do Norte dão preferência ao trigo importado. Esse é um dos fatores que alimentaram esse processo de importação de trigo ao invés do consumo da produção nacional.

Sr. Presidente, continuaremos aguardando a reforma tributária. Não sei quando ela virá, nem se virá. Coloco em dúvida se ela acontecerá, porque, no Governo passado, esperei por ela por oito anos.

Esse projeto foi apresentado em 1995; reapresentado em 1997 e em 2000. Creio que terei de reapresentá-lo no próximo ano, infelizmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, já foi anunciado que no dia 30 a reforma chegará ao Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, na qualidade de Relator, analisei, estudei o assunto e quero acompanhar os argumentos apresentados pelo Senador Osmar Dias.

Pelo que já foi exposto pelo Ministro Palocci, pelo que a imprensa divulga, a reforma tributária não entrará no mérito de uma alíquota de ICMS dos Estados produtores do trigo. Quanto à reforma tributária, – pelo que estamos acompanhando –, eu gostaria até que fosse muito mais radical, mas ela se aterá a questões ligadas à guerra fiscal; nós temos regras nacionais de ICMS.

De maneira que também concordo com a apreensão do Senador Osmar Dias, no sentido de que deixaremos de analisar esse projeto apenas porque está por chegar uma reforma tributária que depois precisará de leis complementares. O que virá para o Congresso no dia 30 é a reforma como um todo. Depois teremos de analisar diversas leis complementares.

Esse assunto será postergado e diz respeito ao pão, a uma boa parte da alimentação brasileira. Estamos procurando apenas proteger o produtor e o consumidor nacional da importação do trigo. Portanto não vejo realmente muito motivo em esperar para abordar um assunto simples e da responsabilidade do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sendo regimental, não há como não conceder o pedido de vista, conforme salienta o próprio autor, o Senador Osmar Dias.

Considero ponderáveis os argumentos. Eu mesmo tenho um projeto em tramitação que faculta aos Estados isentar, inclusive, produtos da cesta básica, mas é preciso compreender que estamos presos ao Regimento da Casa. Havendo o pedido de vista, concedo-o pelo prazo regimental.

Na próxima sessão, vamos colocar a matéria em discussão e também em votação. Portanto, do projeto está concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares pelo prazo regimental.

O Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2000, terminativo, estabelece a obrigatoriedade a empresas privatizadas de manter o seu capital aberto, e dá outras providências. A autoria é do Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador Sérgio Guerra, que emitiu um parecer favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresentou. Em 25 de março, foi concedida vista coletiva.

Tenho aqui requerimento do próprio Relator, Senador Sérgio Guerra, solicitando, nos termos regimentais, que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise da constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2000, tendo em vista dúvidas suscitadas nesta Comissão com relação ao aspecto acima. Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, datado de hoje. Quer dizer, o próprio Relator apresenta o requerimento pedindo para ir à CCJ.

Então, considerando a existência desse requerimento, vou colocá-lo como preliminar, porque não há como deixar de votá-lo, seja favoravelmente ou não. O requerimento ficaria prejudicado se eu colocasse já em votação o próprio projeto. Assim, colocarei primeiro em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, como autor do projeto, eu deveria ser contra o requerimento, mas serei favorável e vou explicar por quê.

O relatório do Senador Sérgio Guerra apresenta um substitutivo que praticamente tira o propósito do meu projeto, que era o de exigir que as empresas privatizadas mantivessem o capital aberto, principalmente as que já foram privatizadas.

No substitutivo, o Senador Sérgio Guerra aprova a minha idéia, o meu objetivo, mas daqui para frente. Então todas aquelas empresas de telecomunicações, de saneamento, as empresas que foram privatizadas no auge do programa de privatização ficariam excluídas da regra que propus. Portanto meu projeto se tornaria inócuo, não atingiria aquelas empresas para as quais apresentei o projeto, para que elas mantenham o capital aberto e, dessa forma, a sociedade brasileira tenha como controlar melhor seus movimentos econômicos e financeiros, permitir a participação de empresas nacionais. Tudo isso foi objetivo do meu projeto.

Concordo que se ouça a CCJ, porque, se ela entender que não é inconstitucional retroagirmos nessa questão, o meu projeto poderá ser salvo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Por essa razão, apóio o requerimento de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão o requerimento.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento foi considerado preliminar da matéria.

Aprovado.

Determino à Secretaria que faça a remessa do projeto à Comissão de Constituição e Justiça, com as homenagens de praxe.

Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2001, que altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola. A autoria é do ilustre Senador Luiz Pontes e tem como relator o ilustre Senador Jonas Pinheiro.

Em 25 de março, foi concedida vista coletiva.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro para proferir o parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, houve um pedido de vista coletiva, encabeçado pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que justificava a necessidade de se quantificar o que custaria esse dispositivo diante do capítulo da eletrificação rural na Lei Agrícola...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, há um requerimento sobre a mesa, que o Secretário me apresenta, firmado pelo Senador Aloizio Mercadante e pela Senadora Ana Júlia:

"Nos termos regimentais, requeiro, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado o Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação daquela Secretaria, bem como a respeito do Projeto de Lei nº 145, de 2001, que dispõe sobre política agrícola, de autoria do nobre Senador Luiz Pontes, a fim de que este órgão técnico possa adequadamente instruir a matéria, bem como o Projeto nº 11, de 2002, da Senadora Maria do Carmo Alves, que dispõe sobre estímulos à pesca."

Tenho que considerar igualmente este requerimento como preliminar da matéria.

Coloco o requerimento em discussão.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, a minha justificativa encaminha exatamente em favor desse requerimento. Quando discutimos a matéria, entendeu-se que, pela importância da aqüicultura, até a criação de uma secretaria específica com **status** de ministério, seria melhor ouvir o Secretário Fritsch para, com seus argumentos, melhorar esse projeto. Portanto sou plenamente a favor do requerimento, porque dessa forma aproveitaremos melhor o projeto de lavra do eminente Senador Luiz Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Relator concorda com o requerimento constante do Item 16 da pauta, Projeto nº 11, de 2002, da Senadora Maria do Carmo Alves, que dispõe sobre estímulos à pesca.

Continua em discussão o requerimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de justificar, perante os Senadores e as Senadoras, essa solicitação.

Temos com dois projetos que dizem respeito a incentivos à indústria da pesca, que é muito importante para o nosso Estado, para o Brasil, mas principalmente para a nossa região, a Amazônia, que tem um potencial fantástico, sobretudo em relação à indústria da pesca.

Já que foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, nada mais justo do que ouvir o Secretário, até para adequar o projeto, porque o Senado quer incentivar a indústria da pesca. É esse o espírito do projeto do Senador Luiz Pontes. Queremos adequar, Senador César Borges, porque queremos fazer uma lei exeqüível. Portanto, nada melhor que ouvir o nosso Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca, verificar o que podemos aperfeiçoar, o que está de

acordo com políticas públicas já colocadas em execução, em que podemos contribuir para essa indústria, para o nosso País. Na semana passada, ouvimos o nosso Ministro da Agricultura, sabemos das dificuldades e queremos contribuir.

Assim, faço essa consideração na certeza de que vai contribuir para esta Comissão, para que possamos fazer o melhor projeto de lei para a nossa indústria da pesca.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Determino à Secretaria que me faça entrar em entendimento com o ilustre Secretário Especial da Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, para a designação de data a fim de que ele aqui compareça para prestar esclarecimentos sobre a sua área de atuação e tomar conhecimento do Projeto de Lei nº 145, de 2001, e do Projeto nº 11, de 2002, da Senadora Maria do Carmo Alves, que dispõe sobre estímulos à pesca.

Assim, tanto o Projeto de Lei do Senado nº 145 quanto o de nº 11, de 2002, saem da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1999, terminativo, que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação. A autoria é do Senador Jefferson Peres, o Relator é o Senador Gilberto Mestrinho, que tem a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do Senador Jefferson Peres prevê que as alterações feitas por ato executivo nas alíquotas do Imposto de Importação sejam submetidas ao Senado Federal.

Esse projeto chegou a ser aprovado nesta Comissão e, posteriormente, com o voto em separado do Senador Romero Jucá, o Presidente do Senado, na época, encaminhou o projeto à Comissão do Mercosul por se tratar de matéria que envolve interesses do Mercosul.

A Comissão do Mercosul aprovou um parecer do Deputado Feu Rosa, contrário ao projeto, porque a política de Imposto de Importação é usada pelo Governo não só nesses acordos internacionais, como também para proteger a indústria nacional ou facilitar a importação ou colocação de produtos no mercado interno.

Ora, o art. 153 da Constituição determina a competência do Senado, e a aprovação desse projeto invalidaria essa competência, por isso o Deputado Feu Rosa, na Comissão, deu parecer contrário e seguimos essa orientação, mesmo porque a matéria que trata de assunto semelhante deveria ser cuidada por reforma constitucional, e não por uma simples lei. Daí a matéria figurar também como inconstitucional.

Por essas razões, o nosso parecer é contrário à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer do eminente Senador Gilberto Mestrinho é pela rejeição do projeto. A matéria está em discussão. Lembro que a matéria é terminativa e exige *quorum* qualificado. A votação será nominal.

Não há quem queira discutir a matéria.

Tratando-se de votação nominal, consulto se há número. (Pausa)

Havendo número legal, vou passar à chamada. Quem quiser votar com o Relator votará "Não" ao projeto, quer dizer, a palavra "não" acompanha o voto do Relator.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por treze votos, com o meu, quatorze, o parecer do Relator foi aprovado. Está rejeitada a matéria.

Projeto de Lei do Senado nº 395, de 1999, terminativo, que dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos estudantes ou profissionais no valor do ingresso em espetáculos musicais, e dá outras providências. De autoria do Senador Maguito Vilela; Relator Senador Roberto Saturnino, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 395, de 1999, de autoria do nobre Senador Maguito Vilela, assegura aos músicos estudantes ou profissionais o desconto de 50% no valor do ingresso para espetáculos musicais em todo o País.

Em tramitação nesta Casa Legislativa, o projeto inicialmente foi aprovado quanto ao mérito, sem emendas, pela Comissão de Educação. Em seguida, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, a proposição recebeu parecer favorável, nos termos de emendas oferecidas. No entanto, por força do Requerimento nº 395, de 29 de maio de 2001, o nobre Senador Lucio Alcântara, Presidente desta Comissão na época, encaminhou o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com vistas ao exame da constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Apesar do reconhecimento de suas meritórias intenções, na oportunidade foram questionadas a constitucionalidade e a juridicidade da proposição,

tendo o Relator, nobre Senador Bello Parga, apresentado parecer pela sua rejeição, por incorrer o ato em vício de iniciativa, por ferir a harmonia e a independência entre os Poderes e por regular matéria já disciplinada pela legislação vigente.

Na etapa subseqüente de sua tramitação, o projeto de lei retornou a esta Comissão para decisão terminativa.

Inspirado pela tradicional meia-entrada facultada a estudantes para admissão em cinemas em quase todo o território nacional, o projeto em epígrafe propõe benefício similar para ingresso dos músicos profissionais ou estudantes em espetáculos musicais.

Consideradas as escassas oportunidades de aperfeiçoamento profissional dessa categoria, reiteramos o nosso reconhecimento da elevada intenção do ato em epígrafe.

Contudo, é mister ponderar que a concessão facultada aos músicos sem a respectiva avaliação do seu nível de renda poderia representar uma benesse supérflua, concedida a uma categoria em detrimentos de outras que, inevitavelmente, arcariam com os custos dos ingressos majorados para efeito de compensação.

Além desse reparo referente ao mérito, acatamos o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e corroboramos os seus termos ao identificar na proposição incontornáveis problemas de juridicidade e vícios de iniciativa que vulneram a Lei Maior.

Pelo exposto, procedido o exame da matéria, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 395, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é pela rejeição do projeto.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Para votar de acordo com o Relator, o voto deve ser "não".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por 14 votos, o projeto foi rejeitado.

Em função da ausência do Relator, retiro da pauta o **Item 10**.

A pedido do Relator, retiro o **Item 11** da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2002, terminativo, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, que dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências. Autor: Senador Luiz Otávio. Relator: Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para a leitura do parecer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O projeto em pauta, de autoria do Senador Luiz Otávio, foi apresentado no dia 9 de abril de 2002 e, distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos, mereceu a relatoria do Senador Waldeck Ornélas. Sobre o projeto, contudo, não houve deliberação até o término da última legislatura.

Mantida a tramitação, à vista do disposto no inciso III do art. 332 do Regimento Interno, coube a este Relator a oportunidade de reiterar o relatório originalmente oferecido, com o qual concordamos plenamente.

Trata-se de proposição formulada com o objetivo de vedar a cobrança pelas empresas concessionárias de serviço de saneamento de tarifa referente a esgotamento sanitário onde não houver estrutura para a prestação efetiva de serviço.

Para tanto, a proposição altera a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, que dispõe sobre as tarifas de serviço público e saneamento básico, para acrescer dispositivo que expresse o mencionado impedimento.

Ampara o projeto o argumento de que é corrente a cobrança pelas concessionárias do serviço de saneamento de um valor proporcional à tarifa de fornecimento de água como pertinente à prestação de serviços de esgotos sanitários.

Alega o autor que tais serviços constituem, com freqüência, cobrança indevida, uma vez que alguma dessas empresas sequer possui um sistema de coleta de esgotos sanitários em toda a sua jurisdição.

Ainda, segundo o autor do projeto, a par de concorrer impropriamente para o enriquecimento das referidas empresas, a cobrança por serviços não prestados constitui distorção que indiretamente estimula o adiamento de investimentos em redes de esgotos sanitários.

Ao fim, é destacado o propósito de harmonizar a lei alterada com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que, no art. 39, V, veda ao fornecedor de produtos ou serviços a possibilidade de exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Distribuído em caráter terminativo para a deliberação desta Comissão, o PLS nº 79, de 2002, não recebeu emendas no transcurso do prazo regimental.

Análise.

O projeto nos parece de inteira oportunidade e pertinência. No momento em que o setor de sanea-

mento assume posição de relevo na agenda política nacional, seja pelas crescentes carências desse serviço nas áreas urbanas, seja pela polêmicas causadas pelas propostas de privatização do setor, a questão da cobrança por serviços não prestados de esgotamento sanitário merece especial atenção.

De fato, como alega o autor da proposição, a prática generalizada da cobrança pelos serviços de esgotamento por meio da simples duplicação da tarifa referente ao consumo de água encerra aspectos danosos, de uma parte porque resta evidenciada a lesão às relações de consumo nos casos em que o serviço não é prestado, de outra porque o critério da cobrança baseado exclusivamente na medição da água fornecida tende a desestimular o provimento dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto.

Embora longe de configurar a causa principal da ainda vergonhosa situação dos serviços de saneamento do Brasil, não há dúvida de que a distorção combatida pelo projeto em pauta inibe o investimento em sistema de esgotamento sanitário. Se o fornecimento da água tecnicamente mais barata e politicamente mais visível permite a cobrança independentemente da efetiva prestação, pelos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de custos mais onerosos e de menor apelo eleitoral, qual é o estímulo para que as concessionárias realizem esse investimento tão importante?

Não por acaso se hoje cerca de 17 milhões de brasileiros, moradores das áreas urbanas, não dispõem de água tratada, nada menos que 46 milhões estão excluídos dos serviços de coletas de esgoto. Pior: do pouco que é coletado, apenas 20% recebem tratamento. Na verdade, estender os serviços de saneamento básico a todos os brasileiros operaria uma verdadeira revolução no sentido de combater a pobreza e construir as bases para um desenvolvimento sustentável.

Nada menos do que 65% das internações hospitalares de menores de 10 anos estão associadas a condições precárias dos serviços de saneamento, enquanto os esgotos não tratados, dispostos inadequadamente em cursos de águas constituem, ao lado do lixo, a maior fonte de degradação ambiental urbana do Brasil. Não é tarefa fácil. Estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES publicados em 1998 estimaram que a universalização dos serviços de saneamento exigiriam um esforço de investimento da ordem de 40 bilhões em 15 anos, mais de 2,6 bilhões a cada ano.

Portanto não pode mais tardar uma política nacional para o setor, estabelecida em lei, na qual a proposta estaria melhor assentada à proposição que ora examinamos. Entretanto, como os debates sobre os vários projetos formulados com esse objetivo não permitem imaginar sua imediata transformação em lei, parece convir a aprovação da medida que ora se examina.

O PLS nº 79, de 2002, contudo, incide sobre a legislação que, embora vigente, encontra-se desatualizada. A Lei nº 6.528, de 1978, refere-se ao extinto Plano Nacional de Saneamento Básico – Planase, e, em decorrência, ao modelo institucional das companhias estaduais de saneamento. Como se sabe, vencidos os prazos das concessões aos Municípios e aos Estados, múltiplos formatos institucionais vêm sendo engendrados na conformidade da peculiaridade de cada ente municipal titulado e serviço.

Nesse sentido, para que não se perca o destacado mérito da proposição, formulamos emenda no sentido de que a alteração passe a incidir sobre a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviço público, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Assim, mais que os serviços de saneamento, o princípio moralizador proposto alcançaria, como norma geral, todos os serviços públicos objeto de concessão a empresas públicas ou privadas.

Quanto ao equilíbrio econômico-financeiro das concessões em vigor que alguns poderiam considerar ameaçado, estar-se-ia tão-somente promovendo saudável choque de verdade nas relações contratuais.

O princípio geral não pode ser outro senão o de se cobrar apenas pelo serviço efetivamente prestado. Assim os valores adequados para cada serviço seriam discutidos entre o poder concedente e os respectivos concessionários públicos ou privados, de tal sorte que os operadores recebessem módica, mas justa, contribuição e fossem estimulados, no caso dos serviços de saneamento, a ampliar a cobertura tanto dos serviços de fornecimento de água quanto de esgotamento sanitário.

Abrigados nos arts. 21 e 23, VI, e 175, da Constituição Federal, e imune à imputação de vícios de iniciativa, o projeto atende aos preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, embora de pleno acordo com o conteúdo da proposição, julgo conveniente, pelas razões expostas, fazendo incidir sobre a Lei nº 8.987, de 1995.

Voto.

Pela aprovação do PLS n° 79, de 2002, nos termos do seguinte Projeto de Lei do Senado n° 79 – Substitutivo, de 2002, que acrescenta parágrafo ao art. 9° da Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviço público, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a cobrança por concessionário ou permissionário de serviço público de tarifa relativa ao serviço não prestado efetivamente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°. O art. 9° da Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

(...)

§ 5°. É vedada a cobrança a qualquer título de tarifas referentes a serviços que não tenham sido efetivamente prestados.

Art. 2°. Esta lei entra em vigor na data da sua promulgação.

Sr. Presidente, queria dar o testemunho da minha vida: Deus me permitiu governar o Piauí e minha maior obra foi o saneamento da Capital. Teresina tem 400 quilômetros de esgotos, uma obra de US$40 milhões. Sei que estou aqui diante de renomados governadores, mas quero dizer àqueles que não foram governadores que "o essencial é invisível aos olhos", como diz o Pequeno Príncipe.

Todos diziam: "Não faça isso, porque ninguém vê, fica no chão". Mas é um engano. A mocidade hoje é muito estudiosa. Cito Padre Antonio Vieira: "Um bem chama outro". De repente, Teresina se verticalizou.

Eu me lembro de que estava perto de Natal quando um empresário me telefonou para inaugurar um prédio de 26 andares, na época o mais alto. E eu fugia porque tinha outras obrigações de governo. Era quase meia-noite quando o empresário me telefonou e disse: "Não, Mão Santa, não começa a festa enquanto você não chegar". Chegando lá, diante dos inquilinos, dos proprietários, ele fez o segundo discurso que mais me comoveu: "Estávamos esperando o Governador. Eu sei que o prédio é de vocês, mas nesta homenagem quero dar uma medalha, porque isso tudo só foi possível graças ao Projeto Sanear". Assim surgiram dois grandes **shoppings**.

Este projeto que estamos analisando é muito importante e queremos que transite rapidamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer do ilustre Senador Mão Santa é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresentou.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de felicitar o Senador Luiz Otávio por esta brilhante iniciativa, ratificada pelo parecer não menos brilhante do Senador Mão Santa, que realmente procura corrigir uma distorção existente em muitos Estados da Federação brasileira, onde as empresas de saneamento cobram tarifa de esgoto mesmo que não exista rede de esgoto.

É dever do Poder Público cuidar do saneamento como instrumento de combate às doenças e às endemias, entretanto isso não pode ser custeado pelas pessoas pobres que, morando na periferia, são taxadas pelas empresas de saneamento básico sem uma contrapartida.

De modo que tem razão S. Exª o Senador Mão Santa quando aprova **in totum** a pretensão do Senador Luiz Otávio.

O PSB integra o Bloco do Governo e manifesta-se favoravelmente a essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero também parabenizar o autor do projeto, o Senador Luiz Otávio, e o Relator, Senador Mão Santa, pelo parecer.

Esse projeto é de uma lógica cartesiana, cristalina. Não se pode cobrar por algo que não se fez. Isso seria uma escorcha, seria, na verdade, um crime de usura em relação ao consumidor.

O projeto situa muito bem a questão da ampliação do serviço de saneamento. A cobrança do esgoto, quando da sua existência, servirá como estímulo para que as empresas procurem ampliar o seu mercado de serviço. No entanto, é preciso destacar que se não houver linhas de crédito, de financiamento para as empresas estaduais de saneamento, principalmente pela Caixa Econômica Federal, que substituiu o antigo BNH e ficou responsável pelo financiamento de obras de saneamento básico, seja abastecimento de água ou esgotamento sanitário, não vamos ampliar esses serviços tão importantes. O impacto do saneamento básico é fundamental na saúde da população.

Creio que esta Comissão deve, no momento oportuno, trazer aqui o Ministro das Cidades e o Pre-

sidente da Caixa Econômica para que falem sobre as linhas de financiamento disponíveis para as empresas de saneamento dos Estados brasileiros, a fim de que elas possam expandir e acabar com a distorção apontada no relatório do nosso Senador Mão Santa, de que 46 milhões de habitantes dos centros urbanos brasileiros ainda não dispõem desse serviço fundamental à saúde humana.

Era essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também quero me associar aos Senadores que estão felicitando tanto o Senador Luiz Otávio, autor do projeto, como também o Senador Mão Santa, autor do parecer.

É muito importante o que acaba de dizer o Senador, ex-Governador da Bahia, meu querido amigo, no sentido de que possamos realizar um amplo debate sobre a política de saneamento do País. A despeito dos esforços realizados pelos Estados, a política não avançou. Falou-se muito que a solução estaria na concessão dos serviços, na terceirização, na privatização, mas não houve progressos por razões óbvias, que foram apontadas no parecer do Senador Mão Santa, porque o Poder Público não tem condições de financiar uma política de saneamento.

Sr. Presidente, estamos quase na estaca zero em termos de ampliação de uma política de saneamento para o Brasil. O alerta contido no parecer do Senador Mão Santa e referendado pelo Senador César Borges é muito oportuno. Não podemos, de maneira alguma, deixar para os Estados uma tarefa que não irão cumprir. Sabemos que um dos Estados mais viáveis economicamente é o Estado da Bahia. Lá, a despeito do esforço do Governador César Borges, não foi possível se avançar em um modelo de terceirização, de privatização dos serviços. E não sabemos se esse é o modelo, mas é preciso encontrar uma saída, sob pena de condenarmos os nossos irmãos mais pobres a uma situação de verdadeira penúria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa.)

O Sr. Relator volta a pedir a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Primeiro, foi importante a intervenção do Governador César Borges.

Isso foi possível com o recurso da Caixa Econômica. Foram duas etapas que geraram 400 quilômetros de esgoto para Teresina, hoje uma das capitais com menor taxa de mortalidade infantil. Mas isso só foi possível graças à Caixa Econômica Federal. Devo agradecimentos ao Presidente da Caixa à época, Sérgio Cutolo, mas tive uma ajuda extraordinária do ex-Governador Antonio Britto. Portanto sem a Caixa Econômica não há possibilidade de se executarem programas de saneamento. É preciso que sejam reabertos aqueles financiamentos, como aconteceu no meu governo .

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos à votação. Os Senadores que querem aprovar o projeto de lei nos termos do substitutivo deverão votar "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com 16 votos favoráveis, o substitutivo está aprovado.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno da nossa Casa, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão por ter recebido substitutivo integral.

Eu também queria me pronunciar rapidamente sobre este projeto, recordando que a taxa de esgoto é cobrada junto com a taxa de água e essa prática ocorre em muitos municípios brasileiros. Feita pelos municípios ou pelos Estados e agora terceirizada, vem lá a cobrança da tarifa de água junto com a tarifa de esgoto onde não existe esgoto. Positivamente, um absurdo.

Quero parabenizar o autor, o relator e todos quantos se manifestaram, pois a aprovação do substitutivo representa uma mentalidade diferente que está acontecendo no País. Não podemos deixar de confirmar o que o Senador Mão Santa falou: homens públicos deixavam de executar serviços importantes para a comunidade, para a sociedade, porque a obra era enterrada, não era vista pela população.

O exercício da cidadania no País avança, e a sociedade exige medidas, tais como as que foram cobradas aqui pelos Srs. Senadores. Por isso a Presidência se congratula com todos.

Projeto de Lei do Senado nº 22, que dá nova redação ao § 5º do art. 1º da Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. O Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

Este Projeto de Lei do Senado está tramitando em conjunto com o Projeto de Lei nº 23, de 2001, que é terminativo, tem como autor o Senador Antero Paes de Barros e como Relator o Senador Valdir Raupp. Parecer favorável ao PLS nº 22, de 2001, nos termos

da Emenda nº 1, de autoria do Senador Moreira Mendes, com a Emenda nº 2, de redação, que apresenta pela rejeição do PLS nº 23, de 2001.

Tem a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Projeto de Lei nº 22, de autoria do ilustre Senador Jonas Pinheiro, altera o §5º, do art. 1º, da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações dos recursos constitucionais de financiamento do Norte, Centro-Oeste e Nordeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

A modificação proposta visa a estender a concessão do bônus de adimplência de 25% para os mutuários que desenvolvam atividades produtivas no Pantanal mato-grossense da mesma forma que hoje é permitido para a região do semi-árido nordestino.

Da análise.

A proposta do PLS nº 22, de 2001, de estender a concessão do bônus de adimplência para os mutuários do Pantanal mato-grossense é meritória, na medida em que representa incentivo importante para recuperação e dinamização da pecuária pantaneira.

As condições de financiamento passariam a ser mais compatíveis com as possibilidades dos pecuaristas e de outros tomadores de empréstimos do Pantanal mato-grossense, como por exemplo, os vinculados às atividades de turismo.

Convém notar que o bônus de adimplência, ao mesmo tempo em que reduz a taxa de juros efetiva cobrada nos financiamentos da região do Pantanal, incentiva o pagamento em dia das prestações por parte dos investidores.

Não se observaram aspectos que deponham contra a constitucionalidade material, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 22, de 2001, exceto pela necessidade de adaptação da emenda do projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, de forma a realçar e explicitar o objeto da lei.

Quanto à emenda ao PLS nº 22, de 2001, entendemos ser pertinente, na medida em que os produtores da Floresta Amazônica, em sua maioria extrativistas, pecuaristas e agricultores, sofrem de problemas semelhantes ao das regiões do semi-árido nordestino e do Pantanal, como, por exemplo, o da baixa rentabilidade de suas atividade. Além disso, o apoio a essas atividades é fundamental para melhorar as condições para a utilização sustentável dos recursos naturais da região e o equilíbrio do ecossistema da Amazônia.

O voto.

Pelo exposto o voto é pela rejeição ao PLS nº 23, de 2001, e pela aprovação do PLS nº 22, de 2001, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 2001.

Dê-se à emenda do Projeto de Lei nº 22, de 2001, a seguinte redação: Dar nova redação ao § 5º, do art. 1º, da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para estender aos mutuários que desenvolvam atividades produtivas no Pantanal mato-grossense e na Floresta Amazônica o bônus de adimplência sobre encargos financeiros dos financiamentos concedidos com os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro. Logo a seguir, falará o Senador Fernando Bezerra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MS)– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a apresentação desse projeto se justifica pela importância que tem o Pantanal Mato-Grossense, tanto do Mato Grosso como do Mato Grosso do Sul, uma vez que, por intermédio de uma emenda constitucional apresentada por V. Exª, o Pantanal Mato-Grossense do Sul foi denominado Pantanal Sul-Mato-Grossense, ficando para o Pantanal do norte a denominação de Pantanal Mato-grossense.

A vocação do Pantanal é a pecuária, o turismo e as ações vinculadas aos animais silvestres. A nossa pecuária tem perdido rentabilidade, porque, hoje, em qualquer parte do País, para ser rentável, a pecuária deve ter no mínimo 70% de natalidade. No Pantanal Mato-grossense, devido à atividade extensiva, não chega a 50%. Portanto está perdendo competitividade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em função da sua vocação natural, no passado o Pantanal era uma região rica, hoje é uma região pobre. Também devido a vários incentivos que o Governo Federal deu nesses últimos 30 anos para a pecuária fora do Pantanal, buscavam-se exatamente lá as matrizes para povoamento bovino do Centro-Oeste, da Amazônia e do resto do País. Isso fez com que a taxa de população bovina no Pantanal descesse ao nível mais baixo e hoje, apesar de famosa, não tenha rentabilidade.

O que o nosso projeto propõe é muito simples. A taxa de juros do FNE do semi-árido nordestino sofre um decréscimo de 25%. Nas demais regiões, o decréscimo é de 15%. O Pantanal tem um bônus de adimplência, se pagar no dia certo, conforme o contrato, de 15%. O restante do Nordeste também tem 15%. O que estou propondo é que o Pantanal

Mato-grossense e o Pantanal Sul-Mato-Grossense, em função das suas dificuldades, passem a ter também esse bônus de 25%.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, além do benefício no repovoamento do Pantanal, o meio ambiente vai agradecer uma atitude dessa natureza. Agora mesmo estão acontecendo grandes queimadas. E vem aquela conversa de que estão pondo fogo no Pantanal. Ninguém põe fogo lá de propósito. O que ocorre é que, sem o pé do boi, não são destruídas as macegas, mistura de gramínea com leguminosa, que pegam fogo com muita facilidade; um raio ou outro tipo de ação põe fogo no Pantanal, que, aos poucos, vai ficando mais pobre em função das queimadas.

O Senador Moreira Mendes lembra a Floresta Amazônica, já fora do FCO, dentro do FNO, que apresenta problemas iguais.

Sr. Presidente, peço Srªs e aos Srs. Senadores que entendam bem a situação do Pantanal Mato-Grossense, de forma a recuperá-lo. O Pantanal, como a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, é patrimônio nacional. Portanto, aprovando este projeto, estamos protegendo o patrimônio nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB –RO) – Gostaria de fazer uma correção, porque, muitas vezes, quando se fala em Pantanal Mato-Grossense, subentende-se o Pantanal dos dois Mato Grosso, mas não está aqui o Pantanal Sul-Mato-Grossense. Então, que fosse colocado para evitar dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª, como Relator, corrigirá isso com uma emenda de redação.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é meritória a proposta do Senador Jonas Pinheiro, e não quero, de maneira nenhuma, me manifestar de pronto contrária ou favoravelmente.

Se não me falha a memória, quando eu exercia a função de Ministro da Integração Nacional, dentro de uma composição de passivo que existia do FNE com o Banco do Nordeste, é que foi criado esse incentivo. Entretanto gostaria de pedir vista do projeto, Sr. Presidente, uma vez que ele aumenta um incentivo de natureza tributária.

Deve-se atentar para as condições estabelecidas no art. 14, incisos I e II do **caput** da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que em seu texto dispõe:

A concessão ou ampliação de incentivos ou benefício de natureza tributária do qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro do exercício em que deva iniciar a sua vigência, e, nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das condições seguintes: demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Segundo, estar acompanhada de medidas de compensação no período mencionado no **caput**, por meio de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

É apenas, Sr. Presidente, uma certa cautela antes da aprovação, que considero justa.

Peço vista, para que possamos, no âmbito do Governo, analisar o projeto antes de submetê-lo à votação.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, concordamos com a preocupação do eminente Senador Fernando Bezerra. Apenas lembramos que, quando V. Exª era Ministro, tratamos do assunto junto à equipe que cuida dos fundos constitucionais no Ministério de Integração Nacional e essa idéia também proliferou na época em que o Senador Ramez Tebet era Ministro da Integração Nacional. O projeto teve origem no próprio Ministério do Interior, não refletindo na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o fundo cobre essa despesa, que é pequena.

V. Exª lembra que o desconto generalizado para as três regiões é de 15%. O financiamento no Nordeste e no semi-árido, em vez de 15%, tem 25% de desconto. Se é de 8.75%, com o desconto de 15%, dá 7.66% de juros, portanto a diminuição é pequena. No entanto, é importante como incentivo para a região que estamos especificando. Se forem 25%, em vez de 7.66%, passarão a 6.55%, uma coisa assim, ficando os juros protegidos nessa região em função do seu problema, tanto no Nordeste, no semi-árido, quanto do Pantanal.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Senador Jonas Pinheiro, não me manifesto contra o projeto. Apenas quero examiná-lo para enquadrá-lo na legislação vigente em relação à questão tributária. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista está concedida.

Último item da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2002, que altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências e outros diplomas legais para assegurar aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso. De autoria do Senador Moreira Mendes, tem como Relator o Senador Almeida Lima, a quem solicito a leitura do parecer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2002, que altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências e outros diplomas legais para assegurar aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso.

O projeto, de autoria do nobre Senador Moreira Mendes, propõe seja acrescido artigo ao Decreto-Lei nº 204, de 1967, à Lei nº 5.768, de 1971, à Lei nº 9.615, de 1998, e parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 261, de 1967, tornando obrigatória a informação sobre a probabilidade de sucesso aos apostadores em bilhetes de loteria, aos participantes na distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda efetuada mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, aos adquirentes de títulos de capitalização que assegurem a participação em sorteios, assim como aos participantes nos jogos de bingo.

Consta do processado minuta de relatório oferecida pelo Senador Romeu Tuma em 8 de maio de 2002.

Como a proposição não foi apreciada na legislatura anterior, a Presidência desta Comissão designou-me Relator da matéria nos termos regimentais.

O projeto tramita nesta CAE em decisão terminativa e, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

De acordo com o Decreto-Lei nº 204, de 1967, a exploração de loteria constitui serviço público exclusivo da União, executado pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Essa norma prevê a distribuição de percentagem mínima de 70% em prêmios, assim como regras de emissão de bilhetes de pagamentos de cota de previdência, de recolhimento do Imposto de Renda e de destinação da renda líquida para aplicações de caráter social. Todavia, a regulamentação não prevê a prestação de informações aos apostadores sobre a possibilidade de sucesso nas apostas.

Em nosso entendimento, o projeto preenche importante lacuna na legislação ao tornar obrigatória a informação sobre a probabilidade de ganho aos apostadores não apenas nas aquisições de loterias, mas também nas participações em distribuições gratuitas de prêmios e em operações de sociedades de capitalização cujos títulos envolvem sorteios.

No tocante aos jogos de bingo, ocorre que a Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, revogou, a partir de 31 de dezembro de 2001, os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 1998, que disciplinavam a atividade, respeitando-se as autorizações que estivessem em vigor até a data de sua expiração.

Essas autorizações, conforme informação constante do sítio da Caixa Econômica Federal na Internet, expiraram-se todas no dia 28 de dezembro de 2002. Assim, desde aquela data, não há mais casas de bingo autorizadas, o que configura a atividade, se ainda exercida, como contravenção penal, **ex vi** dos arts. 50 e 51 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, a Lei de Contravenções Penais. Assim, impõe-se suprimir a referência a essa atividade que hoje é ilegal.

Do ponto de vista operacional, o fornecimento da informação não onera os operadores, até porque os cálculos de probabilidade são facilmente elaborados. Ademais, todas as modalidades estão sujeitas à aprovação prévia do Ministério da Fazenda, o que contribuiria, seguramente, para a eficácia da norma proposta.

Por fim, a informação sobre as possibilidades de sucesso aos apostadores em loterias, assim como aos adquirentes de títulos de capitalização que envolvem sorteios e aos participantes em distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda parece-nos, **mutatis mutandis,** tão relevante quanto as informações obrigatoriamente prestadas aos consumidores sobre a qualidade e validade dos produtos nos mercados.

Trata-se, portanto, de proposição que, de forma singela, visa aumentar o grau de proteção dos consumidores de bens e serviços e, ao mesmo tempo, contribui para o aprimoramento de nossa legislação.

Em suma, embora a legislação já tenha instituído, há muitos anos, regras quanto à distribuição mínima em prêmios, regras sobre a emissão de bilhetes e, essencialmente, sobre a destinação de renda líquida para finalidades sociais, não incorpora uma informa-

ção relevante para os apostadores, qual seja, a probabilidade de sucesso nas apostas.

Assim, o projeto preenche, do ponto de vista formal, uma lacuna na legislação sobre a matéria e, do ponto de vista substantivo, obriga aos exploradores dos respectivos serviços fornecerem informação relevante para a decisão dos adquirentes, modernizando a relação entre as partes envolvidas.

Como frisado acima, concorrem para a operacionalização e eficácia da medida tanto as facilidades de cálculo de probabilidade, mediante o uso de planilhas eletrônicas, quanto o fato de todos serem autorizados pelo Ministério da Fazenda.

Além da supressão à referência aos bingos, parecem-nos necessários, tão-somente, alguns ajustes com vistas ao aperfeiçoamento da proposição.

Do ponto de vista do mérito, impõe esclarecer-se a situação das loterias de prognósticos, que possuem não apenas bilhetes como também volantes, que são os impressos nos quais o apostador faz a sua aposta. Assim, é importante que as informações sobre as probabilidades do bingo constem dos dois documentos.

Considerando tantos os aspectos logísticos como o impedimento de desperdício de material, é também conveniente que se autorize a utilização integral dos estoques de volantes já impressos até a publicação da lei que se originar do presente projeto.

Finalmente, parece-nos adequado, do ponto de vista da técnica legislativa, que as alterações que estão sendo feitas nos diversos diplomas legais sejam adicionadas, como já se faz com o Decreto-Lei nº 261 de 1967, aos dispositivos que tratam de matéria similar, não se justificando a introdução de um novo artigo.

Voto.

Diante do exposto, concluo o nosso parecer pela aprovação do PLS nº 66, de 2002, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 – CAE: Dê-se ao art. 1º do PLS nº 66, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 9º do Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

V – informações sobre as probabilidades de sucesso do apostador.

Emenda nº 2: Dê-se ao art. 2º do PLS nº 66, de 2002, a seguinte redação:

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Nas operações a que se referem os artigos 1º e 3º, observar-se-á o seguinte:

I – Os participantes serão informados sobre as suas probabilidades de sucesso sempre que o cálculo for possível;

II – Quanto o prêmio sorteado ou ganho em concurso não for reclamado no prazo de 180 dias, caducará o direito do respectivo titular e o valor correspondente será recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 10 dias, pelo distribuidor autorizado.

Emenda nº 3: Suprima-se o art. 4º do PLS 66, de 2002.

Emenda nº 4: Inclua-se, onde couber, no PLS nº 66, de 2002, artigo com a seguinte redação:

Fica autorizada a utilização de volantes das loterias e prognósticos já impressos até a publicação desta lei, sem as informações exigidas no inciso V do art. 9º do Decreto-Lei nº 204, de 1967.

Sr. Presidente, é o parecer e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Indago se alguma das Srªs ou dos Srs. Senadores presentes deseja discutir a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Proponho à Comissão que procedamos à votação, vez que, via de regra, teremos que votar o projeto e, em seguida, as emendas.

Fiz uma rápida leitura das emendas e consulto V. Exªs se há objeção de que procedamos apenas a uma votação: do projeto juntamente com as emendas. O Sr. Relator faz alguma objeção quanto a isso? (Pausa.)

As Srªs e srs. Senadores que concordam com essa proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a proposta, vamos proceder à votação.

Em votação o projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4.

Quem desejar votar favoravelmente ao projeto e às emendas deve votar "sim".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram favoravelmente 16 Srs. Senadores.

O projeto foi aprovado, juntamente com as emendas.

Passamos ao último item da pauta.

Retirarei essa matéria da pauta, considerando que o Relator não se encontra presente e a matéria diz respeito também ao tratamento tributário aplicável aos bens de viajantes procedentes do exterior.

Passamos aos requerimentos.

Peço a atenção da Casa, por gentileza.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do nobre Senador Roberto Saturnino, no sentido de que seja solicitado o comparecimento do Sr. Marcelo Déda Chagas, Coordenador Temático da Frente Nacional de Prefeitos, para trazer ao conhecimento dos ilustres Parlamentares, integrantes desta Comissão, o posicionamento dos Municípios brasileiros quanto à aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal após três anos da sua aprovação nesta Casa.

A Presidência esclarece que a audiência pública para este assunto já foi deliberada. Trata-se apenas de incluir mais um convidado, que seria o Sr. Marcelo Déda Chagas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de colaboração à Mesa – e a Mesa, por antecipação, agradece porque a matéria também já foi decidida pela Comissão. O nobre Senador Rodolpho Tourinho apresenta requerimento que irá justificar o ofício da Mesa requerendo informações, junto ao Presidente do Banco Central, sobre as atividades bancárias regulamentadas e fiscalizadas por aquele órgão, em especial no tocante aos motivos da demora que tem sido verificada no atendimento aos clientes, por tempo quase sempre superior a 15 minutos, bem como a explicação sobre a cobrança de taxas e serviços bancários, a razão de sua existência e o que pode ser feito para melhorar a qualidade do atendimento à população, no sentido de solucionar tais problemas.

O requerimento está apresentado com data de hoje.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Tasso Jereissati, já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. Pedirei licença ao Senador para fazer com que o requerimento seja apresentado nesta Comissão nos mesmos termos com que o foi naquela Comissão.

O Senador Tasso Jereissati é Relator do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2002, que dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Sustenta o eminente Senador que a matéria é bastante polêmica e envolve, entre outros fatores, direitos e interesses dos trabalhadores que têm no Fundo de Garantia, o FGTS, uma fonte segura de recursos, no caso de desemprego, tão comum nos atuais dias, além da possibilidade de sua utilização para aquisição de casa própria.

Por outra face, a baixa remuneração do Fundo tem sido apontada como argumento favorável a experiências de utilização de tais recursos, como no caso de aquisição de ações da Companhia Vale do Rio Doce e Petrobras, com resultados até agora bastante positivos.

S. Exª pede audiência pública, a fim de serem ouvidos representantes de todos os setores envolvidos, como o Conselho Curador do FGTS, presidido pelo Sr. Ministro do Trabalho, a Câmara Brasileira da Indústria de Construção Civil e a Bovespa, para subsidiar a apreciação da matéria, de forma a avaliarmos mais acuradamente os impactos de tal medida.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, caso queira aduzir algo mais ao seu requerimento. Por gentileza.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, basicamente, já está dito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que apenas redija requerimento em igual sentido e leve ao Senador Tasso Jereissati para colher a sua assinatura. Porém, considerando o requerimento aprovado...

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É sobre o assunto?

Senador Almeida Lima, tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, apenas desejo solicitar informações acerca da agenda desta Comissão no que diz respeito à vinda da

Ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, que foi aprovada e até o presente momento não se efetivou.

Gostaria de saber como está a agenda e qual é o entendimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, a Ministra esteve recentemente nesta Casa em outra Comissão, motivo pelo qual estamos dando um intervalo. Mas estamos providenciando a vinda de S. Exª; o convite será formulado a fim de atender o desejo de toda a Comissão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Gostaria de reiterar esse pedido, por se tratar de uma matéria extremamente importante. Percebemos que os fatos estão acontecendo no plano do Executivo, e esta Casa precisa, realmente, tomar conhecimento disso. Daí a importância da solicitação que renovo neste instante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que todos se recordam de que a própria Liderança do Governo comprometeu-se a providenciar, o mais rapidamente possível, a vinda dos Ministros. Todavia, encareço à Secretaria-Geral da Casa que faça o competente contato, em meu nome, com a Ministra, passando-me a matéria para que eu combine com S. Exª a data de sua vinda o mais brevemente possível. Lembro que se trata de convite e não de convocação.

Consulto se mais algum dos Srs. Senadores deseja formular alguma solicitação. (Pausa.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas um adendo, dada a observação feita por V. Exª

De fato, é um convite, não convocação. Foi feito nos termos de convite, diante do entendimento estabelecido com a Liderança do Governo, nesta Casa, de que todos estariam disponíveis para aqui comparecer e que não haveria necessidade de se estabelecer, no requerimento, a expressão convocação – um tanto imperiosa, impositiva -, mas apenas convite.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O esclarecimento de V. Exª vem reforçar o que falei aqui. V. Exª tem inteira razão. Cumpre destacar que está dando certo essa maneira de proceder por convite, porque todos têm, com a maior solicitude, comparecido a nossa Comissão e também a esta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h)

Ata da Décima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e nove de abril, de 2003, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet e com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixa de comparecer o Senador Pedro Simon. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2002, TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 6528, de 11 de maio de 1978, que 'dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências'". Autoria: Senador LUIZ OTÁVIO. Relator: Senador MÃO SANTA. OBS: Em 22-04-2003, foi aprovado Substitutivo Integral apresentado ao Projeto. Resultado: Durante o Turno Suplementar de Discussão do Substitutivo, não foram apresentadas Emendas. De acordo com o art. 284 do R.I.S.F. o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 2001, NÃO TERMINATIVO,** que "altera o caput do artigo 20 da Lei nº 5474, de 18 de julho de 1968. (Autoriza as empresas, fundações e sociedades civis a emitirem faturas e duplicatas pela prestação de serviços de locação de bens móveis)". Autoria: Deputado ARNALDO MADEIRA. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Favorável ao Projeto. OBSERVAÇÃO: Em 22-04-2003, foi concedida VISTA ao Senador Roberto Saturnino nos termos regimentais. Findo o prazo regimental, não foi apresentado voto em separado. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000, TERMINATIVO**, que "altera a Lei

nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador MÃO SANTA. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 01 – CAE por 19 votos favoráveis. **Discutiu a matéria** o Senador Roberto Saturnino. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1999, TERMINATIVO**, que "autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-SUBSTITUTIVO apresentada pela Comissão de Infra-Estrutura. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2002, TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens de viajante procedente do exterior ou a ele destinado". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: A Comissão rejeita o projeto por 19 votos. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2001, TERMINATIVO**, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição, pelo Município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar". Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Parecer: Pela Rejeição do Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2000, TERMINATIVO**, que "dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem para os maiores de sessenta e cinco anos". Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Relator: Senador EFRAIM MORAIS. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 17 votos favoráveis, 01 voto contrário e 03 abstenções. **Discutiram a matéria** os Senadores Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa e Almeida Lima. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 1999, TERMINATIVO**, que "altera a lei 6024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras". Autoria: Senador ROMERO JUCÁ. Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 19 votos favoráveis e uma abstenção. **Discutiram a matéria** os Senadores Eduardo Suplicy, João Alberto Souza e Romero Jucá. FOI APROVADO O SEGUINTE REQUERIMENTO: **Nº 25-CAE, DE 2003**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que requer a realização de Audiência Pública pela Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de discutir o aperfeiçoamento e a simplificação do Sistema Tributário Nacional, por meio de um imposto único federal. Sendo sugerido o nome do Professor e ex – Deputado Federal Marcos Cintra para discorrer sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas, eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Faço o registro de um documento que deve ser do interesse das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores. Recebemos da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – Andima – a publicação **Retrospectiva 2002**, elaborada pela área técnica da Andima, contendo um amplo panorama da economia brasileira do ano que passou. Esse documento encontra-se na Secretaria, para leitura, à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Cumpre-me também esclarecer que esperávamos contar hoje com a presença do Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que, ontem, por intermédio do Líder do Governo nesta Casa e membro desta Comissão, Senador Aloizio Mercadante, declarou a impossibilidade de comparecer aqui nesta data por motivo de força maior, ficando, então, seu comparecimento para data oportuna.

Em conseqüência, obedeceremos à pauta.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2002, terminativo, que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 6528, de 11 de maio de 1978, que "Dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências". É autor o Senador Luiz Otávio e Relator, o Senador Mão Santa.

Em 22-04-2003, foi aprovado substitutivo integral apresentado ao projeto.

Como se trata de um projeto de discussão em turno suplementar, consulto se há alguma emenda a ser apresentada, porque até agora não foram apresentadas emendas. (Pausa)

Não havendo emendas, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo é dado como definitivamente adotado.

Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2001, não terminativo, que altera o caput do artigo 20 da Lei nº 5474, de 18 de julho de 1968, que autoriza as empresas, fundações e sociedades civis a emitirem faturas e duplicatas pela prestação de serviços de locação de bens móveis. É autor o Deputado Arnaldo Madeira e Relator, o Senador Eduardo Azeredo. O parecer é favorável ao projeto.

Em 22-04-2003, foi concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, nos termos regimentais. S. Exª o devolveu sem voto em separado.

Concedo a palavra ao Relator, para sabermos se mantém o seu parecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, mantenho meu parecer, que é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer do Relator.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, estudei o projeto, tendo pedido vista, e não só não apresentei voto em separado como também concordo com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão o parecer do Relator. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, terminativo, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. É autor o Senador Luiz Pontes e Relator, o Senador Mão Santa.

O parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 01 que apresenta.

Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O ilustre autor do PLS nº 174, de 2000, Senador Luiz Pontes, pretende acrescentar, por meio do art. 1º do projeto, alínea "g" do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, Lei dos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde. O propósito da alteração é o de inserir, como item de cobertura obrigatória nos planos e seguros que incluem internação hospitalar, as despesas de acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças, enquanto estes permanecerem internados em Unidades de Tratamento Intensivo neonatal ou pediátrico.

A vigência da norma está prevista para a data de sua publicação, e dispõe o art. 2º da sua proposição: "O autor justifica a apresentação do projeto pelo fato de terem-lhe chegado reclamações de todo o território brasileiro sobre o descumprimento de leis nos casos de pacientes internados em Unidades de Tratamento Intensivo, mesmo quando se tratam de crianças que ainda necessitam de aleitamento materno".

S. Exª salienta que as operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde não vêm cobrindo as despesas de acompanhantes de pacientes menores de 18 anos de idade, conforme determina o art. 12 da Lei, por interpretar que a norma considera que, em caso de internação em Unidade de Tratamento Intensivo, não há necessidade de permanência dos pais ou responsáveis no hospital.

Conforme o ilustre Senador, isso constitui um excesso por parte daquelas instituições, e, portanto, a proposição tem o objetivo de emprestar ao dispositivo mencionado daquela lei o cunho de interpretação autêntica, para evitar o descalabro de que tem sido vítima.

Na leitura anterior, o projeto havia sido distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos para apreciação em caráter terminativo, onde, esgotado o prazo regulamentar, não havia recebido emendas. Naquela ocasião, recebeu o voto do Relator, Senador Wellington Roberto, pela aprovação da matéria, com a emenda que sugeria. No final da Legislatura, como o projeto não havia sido apreciado pela Comissão, o processado foi, então, devolvido para atender ao dispositivo do art. 89, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a Resolução nº 17, de 2002.

Dessa forma, no início da atual Legislatura, o projeto veio a esta Comissão de Assuntos Econômicos para continuar em tramitação, em virtude do disposto no art. 332, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, tendo sido a mim confiada a relatoria da matéria.

Análise.

Nesse parecer, faço minhas as considerações exaradas pelo ilustre Relator da matéria, da última Legislatura, por comungar de suas preocupações com a relevância do tema e com a necessidade de aprovação do projeto para estancar o abuso que vem sendo cometido pelas operadoras de planos e seguros privados de saúde.

Para ilustrar a importância do projeto em análise, lembro aqui os pontos mais relevantes das manifestações de profissionais de saúde enviadas ao autor da proposta.

A presença do pai, mãe ou responsável é importante no processo de recuperação de crianças gravemente enfermas, mesmo que o acompanhante não possa estar em contato direto com a criança, pois sua presença confere tranqüilidade e segurança quanto aos procedimentos que estão sendo tomados, sentimentos que são transferidos para a criança e que resultam em maior chance de recuperação.

A acentuada redução nos índices de mortalidade infantil no Brasil fez-se notar, sobretudo, na mortalidade tardia, entre o período neonatal e o final do primeiro ano de vida, mas não se fez sentir com a mesma intensidade na mortalidade precoce, nos primeiros 28 dias de vida, a despeito dos avanços das tecnologias de suporte desenvolvidas em berçários de alto risco e Unidades de Terapia Intensiva neonatal.

Alguns serviços maternais e infantis públicos do Brasil e também algumas unidades no exterior têm obtido êxito a partir da conciliação de tecnologia avançada de suporte com estratégias de humanização assistencial, entre as quais se destaca a preservação da figura materna nos ambientes hospitalares e de assistência, como fator decisivo na recuperação do recém-nato ou lactente jovem, medida que atende ao que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente e às normas do Ministério da Saúde concernentes ao Programa de Assistência Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso.

O mesmo êxito ainda não vem sendo observado no setor privado, onde, sem a cobertura de despesas de acompanhante, os esforços e investimentos dirigidos à clientela das Unidades de Terapia Intensiva neonatal ou pediátrica não vêm proporcionando os resultados almejados. Os dados acima corroboram, portanto, a necessidade de se alterar a situação.

Por fim, concordamos também com a opinião do Senador Wellington Roberto de que, em vez de limitar o direito em pauta aos recém-nascidos, lactentes e crianças internados em Unidades de Tratamento Intensivo neonatal ou pediátrico, como faz o PLS nº 174, de 2000, deveríamos assegurá-lo a todos os menores de 18 anos, conforme a intenção original do legislador, razão por que esse parecer propõe não a inclusão de uma nova alínea no inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, mas a inserção, na alínea "f" original, de trecho para enfatizar que o direito ali previsto se estende aos casos de internação em Unidade de Tratamento Intensivo ou similar.

Voto.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, com a seguinte emenda:

"Emenda nº 1, CAE. Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, a seguinte redação: 'Art 1º. A alínea "f" do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação: f) cobertura de despesas de acompanhante no caso de paciente menor de 18 anos, inclusive quando se tratar de internação em Unidade de Terapia Intensiva ou similar'.

Relator: Francisco de Assis de Moraes e Souza, Senador Mão Santa."

Resumindo, hoje, o sistema hospitalar do Brasil, em grande parte, está perdendo o sentido filantrópico e humanitário e se tornando empresarial. As seguradoras de assistência médica não estão acatando a presença do acompanhante quando o doente vai para uma UTI, acompanhamento esse que consideramos muito importante. Nenhum de nós gostaria de deixar só um ente querido abaixo de 18 anos, principalmente nos grandes centros urbanos, onde a distância entre a residência e o hospital é muito grande.

Sabemos que a medida acarreta custos, mas o número de leitos de UTI é relativamente insignificante em relação ao número de leitos hospitalares; dessa forma, aqueles devem ser reservados, embora o custo seja aumentado, para a família dos pacientes menores de 18 anos na UTI, principalmente porque, na administração – mesmo não se tratando de Medicina –, como diz Henri Fayol, é necessário planejar, orientar, coordenar e controlar. A família faz o controle, verificando se realmente o seu paciente está recebendo a assistência médica adequada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer, com a emenda apresentada.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, o meu primeiro impulso foi pedir vista do projeto, considerando que a sua aprovação vai me-

xer com o equilíbrio financeiro dos planos de saúde, que é uma matéria que vive sendo discutida e contestada de várias maneiras.

Entretanto, Sr. Presidente, o conteúdo do projeto é de tal maneira humano, quer dizer, trata-se realmente de uma questão de humanidade, muito bem ressaltada no parecer do Relator, que não vou pedir vista e me pronuncio favoravelmente ao parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam que a votação, que é nominal, porque o projeto é terminativo, seja do projeto e da emenda, porque a emenda não colide com o projeto. Se concordarem, a votação valerá para o projeto e para a emenda. Senão, primeiro votaremos o projeto e, depois, a emenda.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Havendo concordância, coloco o projeto e a emenda em votação.

Quem quiser votar com o Relator, o voto é "sim".

(Procede-se à votação nominal.)

Por 19 votos, o projeto está aprovado.

O projeto é terminativo.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1999, terminativo, que autoriza o uso de o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica. É autor o Senador Carlos Patrocínio e Relator, Senador Delcídio Amaral.

O parecer é pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 01-Substitutivo, apresentada pela Comissão de Infra-Estrutura.

Com a palavra o eminente Relator, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, este projeto de lei, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, autoriza o uso do gás natural e do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para veículos automotores utilitários, destinados ao transporte de produtos hortifrutigranjeiros e de leite.

No art. 1º, ele restringe às pessoas físicas ou jurídicas cadastradas como produtores rurais, às cooperativas agropecuárias e a transportadores autônomos. E, no caso do gás liquefeito de petróleo, a autorização somente é concedida para veículos com 7 (sete) ou mais anos de fabricação.

O projeto propõe que seria de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, por meio de seu órgão competente, fazer o credenciamento e a fiscalização dos serviços. E estabelece que, evidentemente, os veículos que vão trafegar utilizando gás como combustível estão sujeitos à apreensão e multa se estiverem sendo utilizados para trabalhos diversos dos previstos no projeto.

Esse mesmo projeto, em março de 1999, foi distribuído à CAE para decisão terminativa. O então Relator, Senador Luiz Otávio, preparou minuta de parecer favorável à proposição. Em maio do mesmo ano, foi aprovado, em plenário, requerimento solicitando que a matéria fosse remetida à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Naquela Comissão, o Senador Mauro Miranda, Relator do projeto, apresentou substitutivo que veio a ser aprovado naquela Comissão.

O substitutivo aprovado mantém o estímulo ao uso do gás natural como combustível, ampliando e possibilitando o acesso em todo o território nacional, sem restrições quanto ao uso. O gás natural, convém lembrar, é visto como uma energia não poluente e segura, tendo em vista que se dilui rapidamente no ar.

Em contrapartida, o mesmo substitutivo não autoriza o uso de GLP em veículos automotores, não só em função de o País importar 40% do GLP, como também em função de, por ser mais denso, levar os motoristas a um risco muito maior.

Houve uma consideração à época com relação ao subsídio ao GLP, que não existe mais. Hoje existe única e exclusivamente o auxílio-gás. Por último, o substitutivo atribui ao Poder Executivo, e não mais ao Ministério de Minas e Energia, a responsabilidade pelo credenciamento e pela fiscalização do serviço.

A análise feita mostra claramente que é um projeto importante para a introdução do gás natural na matriz energética. É o combustível do futuro, seguro e limpo. A restrição com relação ao uso do GLP é fundamental, uma vez que importamos 40% desse gás consumido, além dos riscos inerentes à sua utilização. Mais importante: com esse programa, estamos contribuindo para aumentar o consumo de gás, registrando que hoje a queima nas plataformas diminuiu sensivelmente.

O meu parecer é favorável ao projeto, uma vez que o gás natural, sem sombra de dúvida, terá um papel fundamental no desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer do Senador Delcídio Amaral ao substitutivo é favorável.

Em discussão o parecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, penso que o parecer do Senador Delcídio Amaral está bem fundamentado e apresenta méritos, mas, como considero essa matéria de bastante complexidade, preferiria ter tempo para um melhor exame. Portanto, com todo o respeito, peço vista, assegurando que, na próxima semana, irei talvez até confirmar o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O pedido de vista é regimental. Os Senadores Rodolpho Tourinho e Romero Jucá também pedem vista. A vista é conjunta. Concedida vista ao projeto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem.

Sugiro a V. Exª e aos companheiros que, em alguns desses projetos com parecer, se algum companheiro desejar pedir vista, que o faça antes de o próprio relator fazer o parecer, por economia das matérias a serem votadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa sugestão seria bem-vinda se eu pudesse contornar o Regimento. A matéria é incontornável. Apenas podemos agir com maior brevidade.

Passemos a outro item.

Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens de viajante procedente do exterior ou a ele destinado". É autor o Senador Carlos Patrocínio e Relator, o Senador João Alberto Souza.

O parecer é pela rejeição do projeto.

Tem a palavra o Relator.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer, que já foi distribuído a V. Exªs, origina-se de um projeto do Senador Carlos Patrocínio, em que S. Exª procura nos sensibilizar a respeito das restrições que existem hoje no tratamento tributário aplicável à bagagem procedente do exterior. Entretanto, por portarias e por resoluções alfandegárias, o que pede o Senador Carlos Patrocínio já foi, em vários governos, acolhido. Assim sendo, Sr. Presidente, quero ler meu relatório, em que sinalizo pela rejeição.

Matéria dessa natureza vem sendo objeto, tradicionalmente, do Regulamento Aduaneiro expedido por decreto. É o caso, agora, do recente Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, que trata do assunto em disposições como os arts. nºs 135, II, "d" a "f", 153 a 168, 224 a 227 e 424 a 427.

Em que pesem as bem fundamentadas razões expedidas na justificação, não vemos oportunidade nem conveniência na aprovação do projeto de lei, dada a complexidade da matéria, que deve continuar regida pela legislação vigente, recepcionada pela nova ordem constitucional e aplicada com bom senso pelas autoridades competentes, respeitado sempre o direito de o cidadão, na hipótese de abuso de direito, poder valer-se do amparo judicial cabível.

À vista do exposto, Sr. Presidente, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2002, elogiando o ex-Senador Carlos Patrocínio pela vontade de querer melhor regulamentar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer é pela rejeição da matéria.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer. Como se trata de matéria terminativa, a votação é nominal. Quem quiser votar com o Relator vota "sim" e estará rejeitando o projeto. Não estou colocando em votação o projeto, mas o parecer.

(Procede-se à votação nominal.)

Por 19 votos, o projeto foi rejeitado.

Item 06. Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2001, terminativo, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição, pelo Município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar". É autor o Senador Luiz Pontes e Relator, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O parecer é pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer aborda assunto relativo ao PLS nº 146, de 2001, que "dispõe sobre Isenção do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) na aquisição pelo Município de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar".

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto não merece reparos. Entretanto, não obstante os argumentos expendidos pelo autor em prol da isenção tributária pretendida, há razões que apontam para a inconveniência de sua aprovação. Cito algumas: o Ministério da Educação, por exemplo, instituiu em 1994 o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), executado com recursos do Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação, que provê assistência financeira a Municípios e organizações não-governamentais para aquisição de veículos para transporte dos alunos matriculados nas escolas públicas do ensino fundamental, com prioridade aos residentes no meio rural e aos alunos com necessidades especiais. Por outro lado, o Senado aprovou substitutivo ao PLC nº 4, de 2002 (nº 4.476, de 2001, na Casa de origem, que acrescenta inciso aos arts.10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências), segundo o qual "a União incumbir-se-á de prestar assistência financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para auxiliá-los na oferta de transporte escolar, nos termos do art. 211, § 1º, da Constituição Federal, e dos arts. 10, inciso VII, e 11, inciso VI, desta lei".

Se confirmada pela Casa iniciadora e sancionada pelo Presidente da República, a emenda introduzida pelo Senado obrigará a União a colaborar não só com os Municípios, mas também com os Estados e o Distrito Federal no que diz respeito à oferta de transporte escolar gratuito aos alunos de toda a rede de educação básica residentes na zona rural, atendendo, portanto, não só os estudantes do ensino fundamental, como também os do ensino infantil e médio.

Ainda, Sr. Presidente, os veículos utilizados no transporte escolar estão, na sua quase totalidade, já exonerados do IPI, por força da sua classificação em códigos que prevêem alíquota zero da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), baseada na NCM: 87.02.10.00 Ex 02 e 87.02.90.90 Ex 02, descritos no anexo desse parecer. A TIPI em vigor foi aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002. A alíquota zero tem o mesmo efeito desonerador de uma isenção, mas apresenta a grande vantagem da agilidade na sua fixação. Com efeito, com fundamento no art. 153, § 1º, da Carta Magna, o Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, faculta ao Poder Executivo reduzir até zero ou acrescentar até trinta pontos percentuais à alíquota do IPI fixada em lei. Embora a alíquota zero em questão possa ser elevada pelo Poder Executivo, é certo que a sua fixação nesse patamar está lastreada em razões de política econômica e social, que objetivam desonerar o transporte coletivo e que têm, pois, caráter permanente.

Por essas e outras razões, Sr. Presidente, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vimos, o parecer do eminente Relator é pela rejeição do projeto.

O parecer está em discussão.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mais algum Senador pede vista? (Pausa)

Os Senadores Romero Jucá e Fernando Bezerra também pedem vista. Então, a vista é conjunta.

Item 7: Projeto de Lei do Senado, nº 107, de 2000, terminativo, que "dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem para os maiores de sessenta e cinco anos". É autor o Senador Mozarildo Cavalcanti e Relator, o Senador Efraim Morais.

O parecer é favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao eminente Relator do projeto.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tem por objetivo isentar as pessoas maiores de 65 anos do pagamento das taxas e emolumentos devidos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem.

Apresentado na legislatura anterior, o projeto teve a sua tramitação garantida na nova legislatura à vista do disposto no inciso II do art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, do Senado Federal, estando na Comissão de Assuntos Econômicos para deliberação em caráter terminativo.

No prazo regimental, Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas.

A aprovação do projeto no sentido de isentar da taxa de emissão do passaporte e demais documentos de viagem os maiores de 65 anos de idade não constituirá um decréscimo relevante na arrecadação da receita da União.

E, em consonância com a campanha em favor do idoso, desenvolvida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, a proposta se insere como instrumento de proteção a esse grupo social responsável pela condução de 20% dos lares brasileiros, formado por mais de 14 milhões de pessoas.

De tal forma, vê-se que o autor do projeto pretende na forma estabelecida por essa proposição assegurar importante conquista ao direito social do idoso, antevendo o alargamento da conscientização de que à família, à sociedade e ao Estado cabem mais do que o amparo social dos idosos.

Por outro lado, a proposta, em nenhum momento, fere o que dispõe a Lei nº 8.842, de 1994.

O nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 107, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Efraim Moraes concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa)

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sinceramente, Sr. Presidente, não me sinto em condições de votar a favor desse projeto, pois me parece, inclusive, ser em causa própria – estou com 61 anos e daqui a quatro terei 65.

Normalmente, as pessoas que viajam para o exterior têm condição de assumir os seus gastos. A taxa de passaporte é paga apenas pelos que vão viajar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está pedindo vista?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou argumentando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para pedir vista?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. Para não votar a favor.

A taxa de passaporte, se não for paga pelo próprio usuário, que normalmente é pessoa que tem condição de ir ao exterior, será paga pela população toda. Aqueles, inclusive, que não têm condições de viajar irão arcar com isso. São os impostos de todo o povo que irão custear essa despesa.

Não avalio, nesse caso, que se estaria atendendo às observações da CNBB, de maior respeito aos idosos. Maior respeito aos idosos, todos nós queremos. Mas, nesse caso, aprovando a isenção do pagamento da taxa de passaporte, eu me sentiria votando em causa própria. Por esse motivo, vou me abster, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, eu também me filio ao entendimento do Senador Eduardo Suplicy e já antecipo que o meu voto será desfavorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não estamos no momento de votação ainda, Senador.

Continua em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, voto com o Relator e justifico o meu voto. Se impusemos esse sacrifício a pequenos empresários de transporte do nosso País, podemos impor essa pequena cota de sacrifício ao Governo em favor dos velhinhos. Portanto, voto com o Relator.

(Continua a votação.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, voto contra o Relator e quero justificar. Embora pudesse ter feito a emenda, competiria também ao Relator estabelecer a abrangência desse projeto apenas para os idosos, na idade a que se reporta, que tivessem necessidade de ordem econômico-financeira. Para quem viaja ao exterior sem a exclusão a que me refiro, não há por que estabelecer a não obrigação. Normalmente, são pessoas que têm condição de viajar, de pagar passagem aérea. No final, não é o Governo que paga, é o povo que é tributado. Portanto, voto contra.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram "sim" 17 Srs. Senadores; e "não", 1.

Houve 3 abstenções.

O projeto foi aprovado.

Passaremos ao último item da pauta. Há, ainda, um requerimento do nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio, para ser votado.

Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1999, terminativo, que "altera a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras". É autor o Senador Romero Jucá e Relator, o Senador Aloizio Mercadante.

O parecer é favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Romero Jucá procura disciplinar uma matéria relevante: a intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

Basicamente, a mudança sugerida pelo Senador está no art. 56-A da Lei nº 6.024, de 1974, determinando que o Banco Central encaminhe semestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado relatório pormenorizado do processo de intervenção e liquidação de instituições financeiras. No art. 56-B, estabelece que a nomeação dos interventores e liquidantes seja referendada pelo Senado, por

voto secreto, após argüição pública na CAE, no prazo de 90 dias após a sua nomeação.

Inicialmente, quero lembrar que dispor sobre "matéria financeira, cambial, monetária, instituições financeiras e suas operações" faz parte das atribuições do Congresso Nacional, como disposto no art. 48, XIII, da Constituição Federal. Conseqüentemente, o projeto não possui vício de inconstitucionalidade, e pode ser analisado quanto ao mérito.

O Senador Romero Jucá justifica sua proposta observando que nos últimos 10 anos foram decretadas pelo Banco mais de 186 liquidações extrajudiciais e mais de 10 casos de administração especial temporária.

Em alguns casos, os processos arrastaram-se por tempo injustificável provocando prejuízo para a economia das regiões diretamente afetadas. O autor do projeto argumenta que o Banco Central não tem amparo legal para sustentar por tanto tempo as intervenções, sem prestar contas à sociedade.

O projeto de lei sob análise procura trazer para a fiscalização do Senado Federal os episódios de intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras, as quais vêm sendo realizadas há anos pelo Banco Central sem a necessária transparência.

Aliás, a falta de transparência quanto às intervenções e liqüidações do Banco Central já foi ressaltada pela CPI do Sistema Financeiro, realizada pelo Senado Federal em 1999. Consta do relatório final um eloqüente protesto em relação ao comportamento do Banco Central e de seus interventores:

"O Proer foi conduzido sob pouca transparência. Durante sua execução, os atos normativos e os contratos que permitiram as operações não foram revelados. (...)

Esta CPI não encontrou boa vontade do Banco Central em fornecer informações sobre os atos ilícitos praticados pelos Bancos que sofreram intervenção."

Esse trecho que estamos citando é uma pequena amostra das dificuldades encontradas pelos membros da CPI em abrir a caixa-preta das intervenções e liquidações extrajudiciais.

Para que uma fiscalização efetiva das intervenções do Banco Central seja realizada, entendemos que mudanças importantes precisam ser feitas, relatórios detalhados precisam ser enviados ao Senado Federal. E acreditamos que os interventores só terão boa vontade para prestar conta quando tiverem seus nomes submetidos ao Senado Federal.

Então, para concluir, Sr. Presidente, é um projeto que dá mais transparência às liqüidações e às intervenções do Banco Central, cria uma forma de controle do Poder Legislativo sobre esse procedimento, assegurando não apenas acesso aos relatórios pormenorizados do processo liqüidante, mas também a homologação pelo Senado, em votação secreta e argüição, por parte da Comissão de Assuntos Econômicos.

Creio que é um aprimoramento da instituição, é um controle externo importante sobre as ações do Banco Central, e a prática recente demonstra que é uma matéria relevante, dada a magnitude dos recursos que foram envolvidos e dos interesses que estão diretamente associados a esse processo de liqüidação e intervenções.

Diante do exposto, votamos pela aprovação integral do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa)

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ainda há pouco, o Senador Jonas Pinheiro estava aqui comentando comigo que o Senador Romero Jucá parecia um tanto inquieto hoje. Avalio que estamos tendo, neste instante, uma amostra de como um dos Senadores que mais se tem destacado com críticas ao Governo e ao PT recebe do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, um parecer extremamente favorável a uma iniciativa sua, muito meritosa, relacionada à questão da transparência e, sobretudo, ao fortalecimento do papel do Senado Federal, para exigir que o Banco Central esclareça sempre muito bem uma questão tão complexa e difícil como a da fiscalização das intervenções e liquidações. Cumprimento o Senador Romero Jucá por sua iniciativa. S. Exª pode ficar mais tranqüilo.

Aproveito, Sr. Presidente, para informar que, às 12h e 30min, já que há vários membros da Comissão de Relações Exteriores aqui presentes, haverá a apreciação do requerimento de Cuba.

Estou de acordo com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa)

Tem a palavra o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, o relatório fala sobre a CPI do Sistema Financeiro de 1999, da qual fui Relator. O projeto evidentemente procura clarear e tornar mais transparentes as intervenções feitas pelo Banco Central. Só queria que o Relator me explicasse bem um ponto sobre o art. 56. Aprovamos a escolha dos dirigentes do Banco Central, encaminhada a nós pela Presidência

da República. O art. 56-B estabelece que a nomeação dos interventores e liquidantes seja referendada pelo Senado Federal. Só que, nesse caso, quem faz a nomeação é a Diretoria do Banco Central. Ou seja, o Banco Central é que nos mandaria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – O Presidente da República.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Não. Aqui diz o seguinte:

"O art. 56-B estabelece que a nomeação dos interventores e liquidantes seja referendada pelo Senado Federal..."

Mas é o Banco Central que faz a nomeação dos interventores, e não a Presidência da República. Quer dizer, a Presidência da República é que nos mandaria? Se for, teremos que, na outra ponta, fazer alguma modificação, porque quem faz a intervenção é o Banco Central, e não o Presidente da República.

Então, gostaria de um esclarecimento a respeito desse art. 56.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao autor do projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Eu gostaria apenas de registrar que, em relação a essa questão, a aprovação será **a posteriori**, porque não caberia esperar que nos reuníssemos e aprovássemos um nome para fazer uma liquidação que seria ainda anunciada. Portanto, não há como fazer isso antecipadamente.

A idéia é a de que o Banco Central indique um nome – não sei se a nomeação é feita pelo Banco Central, pelo Ministro da Fazenda ou pelo próprio Presidente da República – e que a comunicação seja dada por intermédio da Presidência da República, porque, na verdade, o canal de comunicação com o Congresso é a Presidência da República, por meio da Casa Civil. Portanto, independe de a indicação ser feita pelo Ministro da Justiça ou pelo Banco Central, ou por qualquer outra instituição. O Presidente da República é o canal definido para encaminhar a correspondência indicando o nome. Será o nome indicado pela Presidência, pelo Executivo, pelo Governo Federal.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Mas, Sr. Presidente, o projeto não diz isso. Não está claro no projeto, em momento algum, essa afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, se V. Exª me permite, segundo a explicação do Senador Romero Jucá e considerando o sistema presidencialista, que norteia as nossas ações, todas as autoridades estão submetidas ao Presidente da República. V. Exª gostaria que isso estivesse mais claro no projeto, o que é razoável. Mas creio que, se o Presidente do Banco Central vai fazer isso, e se S. Srª sabe que, pela lei, o nome terá de vir ao Senado, ele vai fazer a comunicação ao Presidente da República, e o Presidente da República vai pedir o **referendum** daqui. Não há outra solução.

Mantenho ainda a disposição de que a matéria seja discutida, caso algum Senador queira fazê-lo. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

(Procede-se à votação nominal.)

Votaram "sim" 19 Srs. Senadores, e houve uma abstenção.

Srªs e Srs. Senadores, temos um requerimento do nosso Vice-Presidente sobre matéria tributária.

Chamo a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para o requerimento apresentado pelo Senador Paulo Octávio, que requer a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos com o objetivo de discutir o aperfeiçoamento e a simplificação do sistema tributário nacional por meio de um imposto único federal.

Concedo a palavra ao autor para justificar o seu requerimento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no momento em que o Brasil debate uma reforma tributária, temos que buscar projetos que já estão em andamento nesta Casa.

Na Câmara dos Deputados, a proposta do imposto único Federal tramitou nos dez últimos anos e está em estágio avançado. Creio ser oportuno discutirmos, no Senado, com o autor da proposta, professor Marco Cintra, que poderia vir à CAE explicar o seu projeto. Por isso, estou sugerindo essa audiência pública com a presença do Professor Marco Cintra, que vem explicar melhor o imposto único Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A audiência pública será marcada oportunamente, obedecendo à ordem cronológica de audiências públicas já solicitadas aqui e os nossos entendi-

mentos com relação a esses convites que estão sendo feitos.

Agradecemos a todos pela presença.

Está encerrada mais uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Levanta-se a reunião às 12h.)

Ata da Décima Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em seis de maio, de 2003, às dez horas.

Às dez horas do dia seis de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, João Ribeiro, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Antonio Carlos Valadares (falta justificada por ter comparecido à Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos em Aracaju-SE), Jorge Bornhausen e Antero Paes de Barros. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se a apreciação das seguintes matérias: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2002 – COMPLEMENTAR, NÃO-TERMINATIVO, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000". Autoria: Senador PAULO HARTUNG e outros Sr(s) Senadores. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2002, NÃO-TERMINATIVO, que "dispõe sobre o contrato de distribuição de bebidas em geral, e dá outras providências". Autoria: Senador SEBASTIÃO ROCHA. Relator: Senador LUIZ OTÁVIO. Parecer: Favorável ao projeto nos termos da Emenda Nº 01-Substitutiva que apresenta. Observação: A matéria terá decisão terminativa na CCJ. Resultado: Retirado de pauta em decorrência da ausência do Relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO-TERMINATIVO, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo". Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relator: Senador GERALDO MESQUITA. Parecer: Contrário à aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2000, NÃO-TERMINATIVO, que "estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo". Autoria: Senador OSMAR DIAS e outros Senhores Senadores. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2001, NÃO-TERMINATIVO, que "revoga a Resolução nº 95, de 1996, do Senado Federal, que fixa alíquota para cobrança do ICMS". Autoria: Senador OSMAR DIAS e outros Senhores Senadores. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Favorável ao PRS Nº 27, de 2000, e pela rejeição do PRS nº 42, de 2001. Observação: Em 22-04-03, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares que devolveu sem Voto em Separado. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Discutiu a matéria o Senador Roberto Saturnino. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1999, TERMINATIVO, que "autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-SUBSTITUTIVA apresentada pela Comissão de Infra-Estrutura. Observação: EM 29/04/03, foi concedida vista coletiva. Não foi apresentado voto em separado. Resultado: Aprovada a Emenda nº 01-CI-CAE-SUBSTITUTIVA, com 17 votos sim. A matéria será submetida a Turno Suplementar de discussão, por ter recebido SUBSTITUTIVO integral. O Senador João Ribeiro manifesta o seu voto, favorável ao Projeto. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2002, TERMINATIVO, que "dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de de-

zembro de 1975 (Imposto sobre Produtos Industrializados)". Autoria: Senador MOREIRA MENDES. Relator: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas N°s 01 e 02 que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. PROJETO DE LEI DO SENADO N° 206, DE 2002, TERMINATIVO, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual". Autoria: Senador ROBERTO SATURNINO. Relator: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas N°s 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. PROJETO DE LEI DO SENADO N° 270, DE 2002, TERMINATIVO, que "altera o artigo 1° da Lei n° 8427, de 1992, visando à criação de equalização para manutenção de contas bancárias de mini e pequenos produtores rurais". Autoria: Senador MOREIRA MENDES. Relator: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator "Ad Hoc": Senador Osmar Dias. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: A Comissão rejeita o Projeto. PROJETO DE LEI DO SENADO N° 260, DE 2001, TERMINATIVO, que "altera a redação do *caput* do art. 12, da Lei n° 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos produtos que especifica". Autoria: Senador ROMERO JUCÁ. Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o projeto. Discutiram a matéria os Senadores Roberto saturnino, Romero Jucá e Eduardo Suplicy. MENSAGEM (SF) N° 88, DE 2003, NÃO-TERMINATIVA, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Relatório. Que a Comissão dispõe dos meios necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: aprovada a indicação por 22 votos favoráveis. Sabatinaram o indicado os Senadores Eduardo Suplicy, Ramez Tebet, Roberto Saturnino, Flávio Arns e Garibaldi Alves Filho. Foram aprovados os seguintes requerimentos: N° 26-CAE, DE 2003, adendo ao de n° 24 -CAE, de 2003, ambos de autoria do Senador Tasso Jereissati, requerendo que a audiência pública proposta conte com a presença de um representante da Caixa Econômica Federal; N° 27-CAE, DE 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, requerendo que seja convidado o Senhor Pinguelli Rosa, Diretor-Geral da Eletrobrás, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômico, a fim de prestar informações sobre provisões feitas em seu balanço de 2002 para cobrir déficits provenientes de operações de suas subsidiárias, na ordem de R$ 3,6 bilhões; N° 28-CAE, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, requerendo que seja convidado o Presidente da Petrobrás Senhor José Eduardo Dutra, para prestar esclarecimentos sobre o atraso da meta de auto-suficiência de petróleo no País. N° 29-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Fernando Bezerra, requerendo a realização de audiência pública com a participação de representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para orientar o estudo do PLS 164, de 2002, que dispõe sobre o contrato de distribuição de bebidas em geral, e dá outras providências. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Hoje teremos alguns assuntos em pauta e, logo mais, estaremos sabatinando um indicado pelo Presidente da República para compor a diretoria do Banco Central.

Passamos ao primeiro item da pauta.

Item 1. Projeto de Lei do Senado n° 249, de 2002, Complementar, não terminativo, que altera dispositivos da Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências", com a redação que lhe deu a Lei Complementar n° 102, de 11 de julho de 2000.

Autoria: Senador Paulo Hartung e outros Srs. Senadores.

Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Parecer: Pela prejudicialidade do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para seu competente parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, em função do avanço que houve sobre o assunto no final do ano de 2002, esse projeto ficou prejudicado, principalmente agora quando o Governo Federal remete o seu texto de reforma tributária. Assim, não tem mais sentido a aprovação desse projeto bem-intencionado do Senador Paulo Hartung, atual Governador do Espírito Santo.

Em sua justificativa, o Senador Paulo Hartung já dizia que, caso fosse mandado o projeto de reforma tributária, o seu projeto ficaria arcaico. Portanto, não sei se seria preciso ler o relatório, mas essa é a conclusão a respeito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª conclui pela prejudicialidade do projeto?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloco em discussão o parecer do eminente Relator, que é pela prejudicialidade do projeto, segundo as explicações dadas, tendo em vista os avanços havidos em relação ao assunto, que é o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação. A chegada da reforma tributária, segundo S. Exª, representa uma pá de cal em cima do projeto. A conclusão é pela prejudicialidade.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A aprovação é unânime, pela prejudicialidade.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2002, não terminativo, que "dispõe sobre o contrato de distribuição de bebidas em geral e dá outras providências".

Autoria: Senador Sebastião Rocha.

Relator: Senador Luiz Otávio.

Parecer: Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 01 – substitutiva, que apresenta.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, peço vista. Entendo que deveria ser ouvido o Cade, por achar que há implicações econômicas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está concedida a vista.

Estou sendo alertado, Senador Fernando Bezerra, e me parece que tem procedência. Como ainda não deferi o pedido de vista, estava encaminhando nesse sentido, sou alertado de que o pedido de vista sempre ocorre após a leitura do parecer. Como não houve leitura do parecer e como o Relator não está presente, nós retiraríamos a matéria de pauta e a incluiríamos na próxima reunião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Gostaria de fazer uma sugestão. Já que o Senador Fernando Bezerra pretende ouvir o Cade, talvez fosse o caso de S. Exª elaborar um requerimento sobrestando a votação da matéria até que o Cade fosse ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aguardaremos providências, mas, no momento, a matéria está fora de pauta.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999, complementar, não terminativo, que dispõe sobre o sistema nacional de crédito cooperativo.

Autor: Senador Gerson Camata.

Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer contrário à aprovação do projeto.

Tem V. Exª a palavra, como Relator, para proferir o parecer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999, propõe várias medidas de reforço à atuação das cooperativas de crédito, que representariam uma alternativa importante para o desenvolvimento econômico, à medida que permitem o acesso ao crédito sem a participação do sistema financeiro tradicional.

Há uma questão de mérito relevante, e vou direto a ela. No meu entendimento, há inconstitucionalidades nos arts. 13 e 14 do projeto de lei em pauta.

O art. 13 dispõe que a fiscalização e a normatização do sistema será exercida pelo Banco Central do Brasil e por um conselho de representantes das cooperativas participantes. Ocorre que a Constituição Federal estabelece em seu art. 21, inciso VIII, como competência da União, a fiscalização sobre as operações de natureza financeira. A propósito, o art. 174, **caput**, do Estatuto Magno, estatui que, como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fisca-

lização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Dessa forma, é obrigação precípua do Poder Público a fiscalização das operações de natureza financeira, não cabendo ao particular co-participar dessa atividade estatal. Nesse sentido, a Lei nº 4.595, de 1964, atribui ao Banco Central, por ela criado, essa espécie de fiscalização. Outrossim, segundo entendemos, também a normatização, vale dizer, a edição de normas referentes ao sistema financeiro, é da competência exclusiva do Poder Público. Assim, o art. 22, I, da Lei Maior, estatui que é da competência privativa da União a legislação sobre Direito Comercial, onde se situa o Direito Bancário. Já o inciso VII do mesmo artigo preceitua ser do âmbito Legislativo da União legislar sobre política de créditos.

Por outro lado, o art. 14 estabelece que a regulamentação da lei em tela será efetuada pelo Poder Executivo, em até seis meses após a sua publicação, por grupo de trabalho com representantes da OCB, do Banco Central do Brasil, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, cabendo a coordenação do grupo ao representante do Banco Central do Brasil. Ocorre que, conforme avaliamos, há igualmente inconstitucionalidade nesse preceptivo. Isso porque a Constituição Federal atribui ao Presidente da República a competência privativa para sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. Sendo assim, não pode a lei determinar que entidade privada, no caso a OCB, participe da regulamentação de diploma legal, e nem mesmo estabelecer que tais ou quais órgãos públicos participarão dessa espécie de regulamentação.

A análise quanto ao mérito, Sr. Presidente, também revela problemas de outra natureza.

O PLS nº 293 foi redigido em 1999, com o apoio de integrantes do Sistema de Crédito Cooperativo, mas, na opinião da Secretaria de Apoio para o Cooperativismo, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a proposta está desatualizada. Nos quatro anos que se passaram desde a elaboração do projeto, muita coisa mudou, e a proposta já não é representativa das reivindicações das cooperativas de crédito. Argumenta ainda o titular dessa Secretaria que há entendimentos com as entidades do setor para que se elabore nova proposta de mudança da legislação sobre as cooperativas de crédito.

Estando, então, a proposta representada pelo PLS nº 293, de 1999, desatualizada e distante das atuais demandas das cooperativas de crédito, não vemos razão para opinar positivamente quanto ao mérito.

Diante do exposto, somos contrários à aprovação do Projeto de Lei nº 293, de 1999, complementar.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concluída a leitura do parecer, pede a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço vista do projeto porque sou autor de um projeto de lei, a nova Lei do Cooperativismo, e gostaria de analisar melhor esta proposta do Senador Gerson Camata. Se for compatível com o que apresentei, talvez pudéssemos aproveitar algo do que S. Exª propõe.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar aos argumentos apresentados pelo eminente Senador Osmar Dias que recentemente foi aprovada na Câmara dos Deputados matéria que trata do Sistema Financeiro Nacional, art. 192 da Constituição, dentro do qual o cooperativismo de crédito tem um capítulo específico. Portanto, alio-me ao Senador Osmar Dias no pedido de vista, para também tentar compatibilizar o projeto que estamos analisando com o que estamos recebendo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em conseqüência do pedido do Senador Jonas Pinheiro, a vista é coletiva.

Eu recebi uma comunicação do Senador Eduardo Azeredo, Relator do item 4, de que S. Exª está se dirigindo para esta Comissão, e por isso peço permissão para deixar o item 4 como último da pauta.

Vamos ao item 5.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, eu não entendi a razão da inversão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Eduardo Azeredo, Relator do Projeto de Resolução nº 27, da autoria de V. Exª, telefonou informando que está a caminho da Comissão. Penso que é uma deferência que fazemos ao Relator.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, às 11h30min, eu vou presidir a Comissão de Educação e temo que não poderei estar presente. Mas

respeito a solicitação do Senador Eduardo Azeredo, apesar de S. Exª já ter apresentado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nobre Senador, como eu já comuniquei, manterei a deferência a S. Exª, que merece essa consideração. V. Exª há de compreender, e creio que dará tempo de V. Exª permanecer e defender o projeto.

O item 5 da pauta é um projeto terminativo. Autoriza o uso de gás natural do gás liquefeito de petróleo como combustível para os veículos que especifica. A autoria é do Senador Carlos Patrocínio. O Relator é o Senador Delcídio Amaral.

Houve pedido de vista coletivo. A matéria é terminativa.

O parecer do Relator já foi lido.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria exige quorum qualificado.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria está aprovada, com 17 votos "sim".

Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2002, que dá nova redação ao art. 6º do Decreto Lei nº 1.435. A autoria do Senador Moreira Mendes, e o Relator é o Senador Rodolpho Tourinho, que tem parecer favorável ao projeto com emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Tem S. Exª a palavra para a leitura do parecer.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, compõe-se de dois artigos. O primeiro altera a redação do **caput** do art. 6º do Decreto Lei nº 1.435, para que a vigente isenção do IPI assegurada aos produtos elaborados por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental, assim como matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive as de origem pecuária, passem a alcançar os referidos produtos se elaborados com matérias-primas de origem regional.

Na justificação, o eminente autor afirma que o dispositivo a ser alterado perpetua inconsistência quanto à política de desenvolvimento da Amazônia Ocidental, pois restringe a isenção do IPI somente à produção local que utilize matéria-prima agrícola extrativa vegetal, exclusive as de origem pecuária. Argumenta que essa limitação não faz o menor sentido no que se refere à política de polarização da industrialização em Manaus e aponta, como conseqüência, que a região deixa de aproveitar suas potencialidades centradas nos segmentos agrosilvopastoril, da agroindúsria, da bioindústria e da reciclagem de resíduos. Assinala o autor da proposição que a região passa a ser induzida à exportação de produtos primários, que vão ser industrializados em outras regiões, muitas vezes retornando à própria Amazônia Ocidental como produtos acabados.

Conclui, por fim, que os benefícios fiscais concedidos aos produtos oriundos de outras regiões do País, destinados ao consumo na Amazônia Ocidental, foram criados para compensar o custo de transporte por longas distâncias, mas que esses benefícios não podem servir de desestímulo para a instalação de indústrias locais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Quanto ao mérito, o projeto de lei afigura-se merecedor de aprovação, à vista dos convincentes argumentos expostos pelo autor. Não há nenhum obstáculo de ordem constitucional quanto à iniciativa do processo legislativo. Também não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, referente a sistema tributário no âmbito do IPI. E quanto à regimentalidade, também não há nada a obstar, bem assim quanto à técnica legislativa.

Entretanto, a única dúvida seria no tocante à necessidade de atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito à renúncia de receita, que deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário financeiro para o exercício em que se iniciar e de atender à LDO, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos dois exercícios seguintes.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se pronunciou favoravelmente em casos análogos, como o PLS nº 84, de 1999. Segundo a CCJ, se a CAE estiver convencida quanto ao mérito da conveniência do aproveitamento da proposição sob análise, como entendemos ser o caso, à vista dos fortes argumentos da justificação, deve abster-se do exame preliminar das exigências dos art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e das disposições da LDO aplicáveis. No caso, o Senado deixaria essa incumbência para a Casa revisora.

No sentido de aprimorar desde de logo o projeto quanto às exigências financeiro-orçamentárias aludidas, concluímos favoravelmente ao projeto de lei, propondo, ao final, a adoção de duas emendas.

Voto.

À vista do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2002, aperfeiçoado com as seguintes emendas:

Emenda nº 1, da CAE, ao projeto do Senador Moreira Mendes: "Acrescente-se ao PLS nº 149, de 2002, o seguinte art. 2º, renumerado para art. 3º, o último deste projeto de lei.

Art. 2º – Para os fins do art 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo procederá à estimativa de receita de renúncia em decorrência do disposto nesta lei e implementará as medidas de compensação cabíveis dentro de 90 dias, contados da sua publicação."

Emenda nº 2, CAE: "Dê-se ao art. 2º do PLS nº 149, de 2002, renumerado para art. 3º, a seguinte redação:

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos orçamentários e tributários a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior."

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença ao Senador Roberto Saturnino para conceder a palavra ao Senador Fernando Bezerra, que a havia solicitado anteriormente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, peço vista do projeto para analisá-lo com mais profundidade.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, era o que ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é coletiva.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – E quero justificar. Não me parece que o mérito seja contestável, mas estou com a incumbência de relatar vários projetos apensados, pelo menos uma dúzia, que se referem a isenções de IPI. Eu queria estabelecer alguns critérios, algumas linhas e diretrizes para essas concessões. Essa é a razão pela qual peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é coletiva, como já salientei.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, embora se trate de matéria vencida, eu gostaria que a Mesa registrasse meu voto favorável na votação anterior, por se tratar de um projeto que considero muito importante, de autoria do ex-Senador do meu Estado Carlos Patrocínio, que trata da questão do gás natural. Eu estava aqui, mas V. Exª na oportunidade não me chamou. Sei que não foi por desconsideração, mas porque V. Exª não me viu. Estão faltando dois titulares do meu Partido, e sou suplente desta Comissão. Portanto, gostaria que fosse registrado em Ata meu voto favorável na votação anterior. Estou pronto para votar as próximas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, foi até bom o fato de eu não ter chamado V. Exª, porque assim V. Exª justificou um voto de interesse do seu Estado. A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 7. Concede isenção do imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência física ou visual. Autoria: Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO SAURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pela mesma razão que me levou a pedir vista do projeto anterior, eu pediria que este projeto fosse retirado da pauta. A proposição é de minha autoria, por conseguinte, reconheço o mérito e quero reconhecer também o mérito das emendas apresentadas pelo Relator, Senador César Borges, acrescentando os deficientes auditivos no âmbito do mesmo benefício. A sugestão de S. Exª é muito oportuna.

Como há um acúmulo de projetos pedindo isenção de IPI, não obstante ser este de um alcance social indiscutível, peço que seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que não haverá objeção, mas consulto o eminente Relator, Senador César Borges. É nossa praxe.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, temos que nos quedar diante da solicitação do autor, reconhecendo o mérito da proposta. Nosso parecer é inteiramente favorável. Enriquecemos o projeto, colocando também os deficientes auditivos e acreditamos que este projeto tem toda possibilidade de aprovação por esta Casa, mas não temos o que fazer quando o próprio autor solicita sua retirada de pauta.

Portanto, Sr. Presidente, estou perfeitamente de acordo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Como sugestão ao Relator, Senador César Borges, a expressão poderia ser ampliada para pessoas portadoras de deficiência, que poderia ser auditiva, visual ou eventualmente mental, que precisem de um equipamento específico. Então, que a pessoa portadora de deficiência que necessite de um equipamento possa ter o benefício de isenção do IPI e do ICMS. Isso daria um cunho mais abrangente e a pessoa com deficiência estaria sendo beneficiada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2002, terminativo. Altera o art. 1º da Lei nº 8.427, de 1992.

Autoria: Senador Moreira Mendes.

Relator: Senador Antero Paes de Barros, que conclui pela rejeição do projeto.

Peço ao Senador Osmar Dias que leia, rapidamente, em nome do Senador Antero Paes de Barros, que propugna pela rejeição do projeto. Assim, poderemos atendê-lo, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o projeto de lei relatado pelo Senador Antero Paes de Barros visa à criação da equalização para manutenção de contas bancárias de mini e pequenos produtores rurais.

A Lei nº 8.427, de 1992, autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções econômicas a produtores rurais sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros de operações de crédito rural, além da equalização de preços e produtos agropecuários e extrativos.

O Projeto de Lei em estudo pretende criar nova modalidade de equalização para o pagamento da tarifa de manutenção de contas correntes de mini e pequenos agricultores tomadores de crédito rural.

Na justificação, o autor destaca que o projeto tem por objetivo corrigir uma distorção existente nos empréstimos de crédito rural destinados a mini e pequenos produtores rurais. Esses agricultores são, em geral, amparados pelo Pronaf, que impossibilita a contratação de empréstimo a taxas de juros subsidiadas.

De acordo com as normas do sistema nacional de crédito rural, para contratar o financiamento é necessário que o mutuário tenha conta corrente numa instituição financeira que cobra tarifa mensal a título de manutenção desse serviço.

Entretanto, apesar da justa intenção da proposta, é necessário avaliar, com maior profundidade o assunto, a fim de analisar os reais efeitos que poderiam ser causados aos programas governamentais de apoio aos agricultores e familiares, em especial o Pronaf. Este programa divide os agricultores em diversos grupos de acordo com suas condições financeiras e seus estágios de desenvolvimento. Produtores que estiverem em estágio de desenvolvimento mais precário são mais subsidiados, pois, além de receberem rebate, pagam taxas de juros menores que aqueles que estão em grau de desenvolvimento mais adiantado. Quando se cria uma subvenção que incide uniformemente sobre todos os grupos de agricultores e familiares, está-se privilegiando com recursos públicos limitados os grupos mais envolvidos em detrimento dos menos envolvidos. Esse procedimento contraria a finalidade do Pronaf.

Resumindo, Sr. Presidente, o que o Relator está dizendo, e eu concordo com S. Exª, é que não dá para colocar uma regra geral sobre o Pronaf, porque os agricultores e familiares são classificados por categorias, e os financiamentos têm custos diferenciados, o que faz com que os subsídios sejam diferenciados.

Por isso o Senador Antero Paes de Barros dá o voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer do Relator, Senador Antero Paes de Barros, é pela rejeição do projeto.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal. Quem votar "sim" vota com o Relator, rejeitando o projeto.

Em votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto foi rejeitado.

Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2001, que altera a redação do **caput** do art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, nos produtos que especifica. A autoria é do Senador Romero Jucá. O Relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, a quem concedo a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 91, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido à apreciação terminativa desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2001, que altera a redação do **caput** do art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997, para conceder aos Municípios

isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, nos produtos que especifica. Embora iniciada antes do término da legislatura anterior, a tramitação do referido projeto deve continuar, **ex vi** do disposto no art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 17, de 2002, do Senado Federal.

O projeto em causa, de autoria do eminente Senador Romero Jucá, é constituído por dois artigos. O art. 1º estende aos órgãos de segurança pública dos Municípios a isenção do IPI prevista no art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997. Essa isenção abrange os aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, os veículos para patrulhamento policial e as armas e munições, quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal. O art. 2º contém cláusula expressa de vigência, fixando para o seu início a data de publicação da lei.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

O art. 144 da Constituição, que trata de segurança pública, faculta aos Municípios a criação de guardas municipais para proteger seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Com base nesse dispositivo constitucional e atendendo ao clamor popular por falta de segurança pública, muitos Municípios dedicaram-se à formação de corpos de guarda municipal. Entretanto, esse empreendimento, de fundamental importância não somente para a proteção do patrimônio municipal, mas da própria população, é obstaculizado pelas dificuldades orçamentárias que afligem quase todos os Municípios. Daí o mérito da proposição sob análise: ela permite aos Municípios economizar parcela de recursos necessários ao equipamento dos seus corpos de guarda e, ao mesmo tempo, corrige grave injustiça de caráter antiisonômico, qual seja a concessão do benefício da isenção em causa apenas para os órgãos de segurança da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Quanto à constitucionalidade, nada há a objetar. A juridicidade, a nosso ver, não encontra dificuldade ante o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme os seus artigos que são transcritos neste parecer, como já é do conhecimento dos Srs. Senadores. A observação das exigências formuladas no **caput** do artigo e nos incisos I e II deve ser transferida para a análise da Casa revisora, neste caso, a Câmara dos Deputados, pois somente na fase final de tramitação, ou seja, quando iminente a sua aprovação, com ou sem emenda na Casa revisora, é que se tem conhecimento do exercício financeiro em que elas, provavelmente, começarão a vigorar.

Portanto, o atendimento da referida exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal só é factível na Casa revisora, salvo se a proposição for devolvida à Casa de origem para a apresentação de emendas.

Com base nas razões acima expostas, ilustrativas da constitucionalidade, juridicidade e mérito do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2001, somos pela sua aprovação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer do Senador Garibaldi Alves Filhos é favorável ao projeto do Senador Romero Jucá.

Está em discussão a matéria.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu não vou pedir vista deste projeto e vou dizer por quê. Trata-se, mais uma vez, de isenção de IPI. Desta feita, entretanto, é isenção para Municípios, para entidades de direito público. Não beneficia nenhuma entidade privada, destinando-se a enfrentar um dos problemas mais graves que a sociedade brasileira está vivendo – e a minha cidade em particular – que é a segurança pública.

Tendo em vista que a isenção se dirige a entidades públicas, Municípios, eu não vou pedir vista e vou votar favoravelmente ao projeto.

O PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, autor do projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, este projeto dá isonomia aos Municípios. A União e os Estados já têm a isenção do IPI na aquisição de viaturas para a segurança pública.

No ano passado, o Município não se envolvia mais diretamente na questão de segurança pública. Agora, não. As guardas municipais estão se aparelhando para fazer um trabalho preventivo de segurança. Portanto, nada mais justo que os Municípios, ao adquirirem viaturas para o sistema de segurança das guardas municipais, também tenham a mesma isenção dos Estados e da União.

A idéia do projeto é ampliar a condição de operacionalidade dos Municípios no tocante à segurança pública.

O PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu estava comentando com o Senador Roberto Saturnino que um fato me impressiona na Comissão de Assuntos Econômicos. É algo que ocorre há algum tempo, mas, particularmente neste ano legislativo, a cada reunião surgem diversos projetos, quatro, cinco, seis, ora de isenção de impostos para determinado setor, ora de subsídios creditícios para outros.

Neste caso, parece que não há qualquer problema quanto ao projeto.

Ressalto, Sr. Presidente, que precisamos estar atentos, tal o volume de iniciativas que ocorrem para este ou aquele setor, precisamos estar atentos quanto à propriedade de conceder tais isenções ou de criar subsídios fiscais e creditícios.

Vou votar favoravelmente, mas é importante o alerta para que todos fiquemos mais conscientes da nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Procederemos à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

O projeto foi aprovado unanimemente por aqueles que exercitaram o direito de voto.

Em discussão o item 4, cujo parecer foi lido pelo Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é preciso historiar rapidamente a procedência desse projeto.

Ocorre que o Brasil já dependeu em 80% do trigo importado. Há dois ou três anos, importamos sete milhões de toneladas de trigo para um consumo de nove milhões de toneladas. Hoje, estamos consumindo 10,5 milhões e vamos importar 6,5 milhões de toneladas, o que significa que estamos com um porcentual de dependência externa entre 60% e 65%.

Quando apresentei o projeto, meu objetivo era o de diminuirmos a dependência de importação de trigo, criando condições mais adequadas à produção nacional. Os Estados compradores de trigo, aqueles que não produzem trigo por questões climáticas, têm preferido comprar o trigo argentino exatamente pela diferença de tributação que sofre o trigo argentino em relação ao nacional. Por meio do Reintegro, os produtores argentinos conseguem recuperar os impostos pagos no trigo e na farinha de trigo produzidos na Argentina. E nós aqui pagamos, para o transporte do trigo de um Estado para outro, ICMS de 17%, em alguns casos, ou de 12%, em outros casos.

Baseei-me em um projeto de resolução que o Senado aprovou, reduzindo a alíquota do querosene da aviação para 4%. Houve um parecer contrário ao meu projeto, dizendo que era inconstitucional. Por isso, apresentei um projeto de resolução revogando o do querosene, porque, se é inconstitucional para o trigo, tem que ser também inconstitucional para o querosene. Foi, então, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, revendo a sua posição, considerou constitucional a nossa proposta.

É atribuição do Senado Federal legislar sobre matéria tributária. O que estamos propondo é simplesmente um instrumento de competição do trigo nacional com o trigo argentino. Se não reduzirmos a alíquota do transporte interestadual para 7%, vamos continuar promovendo a agricultura argentina, fazendo com que os moinhos dêem preferência ao trigo importado, e não ao trigo nacional, perdendo divisas e postos de trabalho.

Hoje, se não estou enganado, pois não ouvi bem a notícia, o Presidente Lula, numa decisão rápida e inédita, fez um empréstimo à Argentina de US$1 bilhão para apoiar a exportação argentina. Se isso realmente for verdade, se não estou aqui traduzindo uma notícia de forma equivocada, teremos ainda mais problemas com a exportação do trigo argentino para o Brasil.

Não podemos ficar na dependência de um produto tão essencial como o trigo, que está presente em todas as mesas, em todos os Estados, em todas as cidades do País, na forma de macarrão, pão, bolacha, massa e derivados.

Então, se é um produto essencial, o trigo precisa ter uma política de preservação da produção nacional, até por uma questão de soberania. Em 1987, o Brasil produziu para sua auto-suficiência, provamos que isso é possível. Mais uma vez, se quisermos, ou se o Governo tiver uma política clara de apoio ao trigo, poderemos nos tornar auto-suficientes.

No entanto, se nós, do Senado Federal, negarmo-nos a proporcionar um ambiente tributário equivalente, pelo menos, ao da Argentina, fazendo com que o trigo nacional tenha iguais condições de concorrer no território nacional com o trigo argentino, não vamos eliminar o grave problema da dependência de um produto tão essencial na mesa do brasileiro.

Por isso estou pedindo a aprovação do projeto que apresentei e que aqui tramita há vários anos.

Alguns vão argumentar que devemos esperar pela reforma tributária, mas a reforma pode demorar mais do que se imagina, como já demorou.

Assim, como houve o reconhecimento da proposta sobre o querosene da aviação, peço que haja essa mesma atitude com um produto tão essencial à alimentação dos brasileiros. Inclusive precisamos contribuir com o programa Fome Zero, pois, se importarmos trigo, não conseguiremos abastecer a mesa dos brasileiros. Temos que reduzir essas importações e ter a menor dependência possível, porque depender em mais da metade daquilo que consumimos de um produto que podemos plantar aqui é um absurdo. Por isso peço a aprovação do meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto realmente tramita há bastante tempo, já passou por fases de discussão aprofundadas e detalhadas.

A mim me parece que o mérito é indiscutível. Se o projeto objetivasse dar uma vantagem ao trigo brasileiro em relação ao trigo argentino, eu não me pronunciaria a favor. Isso porque o Mercosul tem que ser encarado com seriedade e com espírito até de certa benevolência em relação aos produtores dos países-membros do Mercosul. Entretanto, não se trata de dar vantagem ao trigo brasileiro, mas simplesmente de equalizar as condições de formação de preço, tendo em vista as vantagens de que já desfruta o trigo argentino. Nessas condições, tendo em vista também o interesse legítimo dos produtores brasileiros de trigo, pronuncio-me e voto favoravelmente ao projeto do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 27, de 2000, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias.

A pauta de hoje, em matéria de projetos, está encerrada.

Antes de passarmos à sabatina, trago ao conhecimento da Casa um adendo ao Requerimento nº 24, de 2003, já aprovado, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer a realização de reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos para, em audiência pública, serem ouvidos representantes do Conselho Curador do FGTS, da Bovespa, da Câmara Brasileira de Indústria e Construção sobre um projeto que dispõe sobre investimentos em ações com recursos depositados em contas vinculadas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O adendo é muito simples, apenas pede, com justeza, para que a audiência pública conte também com a presença de um representante da Caixa Econômica Federal.

O requerimento está muito explicitado, mas, antes de colocá-lo em votação, pergunto ao Senador Tasso Jereissati se deseja aduzir mais algum ponto ao seu requerimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, penso que não há necessidade, a não ser que algum Senador tenha alguma dúvida. Portanto, a princípio, creio não ser necessário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o adendo. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado, determino, em conseqüência, à Secretaria para fazer o competente convite também ao representante da Caixa Econômica Federal.

Há também um requerimento da ilustre Senadora Ana Júlia Carepa, requerendo, nos termos da Constituição e do Regimento Interno, que seja convidado o ilustríssimo Sr. Luiz Pinguelli Rosa, Diretor-Geral da Eletrobrás para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a fim de prestar informações sobre provisões feitas em seu balanço de 2002 para cobrir déficit provenientes de operações de suas subsidiárias, na ordem de R$3,6 bilhões. A Senadora apresenta justificativa, e eu coloco o requerimento em discussão. (Pausa)

Não havendo quem deseja discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O requerimento está aprovado.

Eu peço à Secretaria que esses convites, como já foram feitas recomendações, sejam feitos pela ordem, sempre de maneira a compatibilizar os projetos que estão em andamento.

Há um requerimento do Sr. Senador Arthur Virgílio para que seja convidado o ex-Senador desta Casa José Eduardo Dutra, atualmente Presidente da Petrobras, para aqui comparecer e aqui prestar esclarecimentos sobre razões do atraso da meta de auto-suficiência de petróleo no Brasil, sobre os planos da Petrobras para a construção de novas plata-

formas de prospecção de petróleo e também sobre razões técnicas e econômicas para a anunciada construção de uma nova refinaria de petróleo no País, em parceria com a Venezuela.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Considerando-o aprovado, faço a mesma recomendação à Mesa.

Chega à Mesa requerimento escrito do Senador Fernando Bezerra, formalizando o requerimento oralmente feito com relação ao Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre os contratos de distribuição de bebidas em geral, para que haja uma audiência pública com a participação de um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Mesa deve observar o critério que já está aqui anunciado.

Está encerrada a primeira parte dos nossos trabalhos.

Suspendo a reunião, por cinco minutos, a fim de que a Secretaria possa organizar a segunda parte dos nossos trabalhos.

(Suspende-se a reunião às 11h e 40min.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, reiniciamos os nossos trabalhos.

Mensagem do Senado Federal nº88, de 2003, não terminativa, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Executivo.

Relator: Senador João Alberto Souza.

Parecer: A ser apreciado em votação secreta.

Peço ao Senador Romero Jucá para conduzir o Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale ao plenário. (Pausa)

Senador Romero Jucá, a Mesa agradece a deferência e pede desculpas por ter interrompido o diálogo, que naturalmente é de alto interesse nacional, entre V. Exª e o Senador Fernando Bezerra.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto de Souza para a leitura de seu parecer.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, a indicação do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Trata-se de uma indicação presidencial, feita por meio da Mensagem nº 88, de 2003, acompanhada do **curriculum vitae** do indicado.

O Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale se formou em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 1977. Fez especialização em Análise de Sistemas de Informações pelo Centro de Desenvolvimento em Administração Paulo Camilo de Oliveira Pena, da Fundação João Pinheiro, em convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), em Belo Horizonte, no período de 1978 a 1979.

Foi Vice-Presidente de Tecnologia e Infra-Estrutura do Banco do Brasil, de agosto de 2001 a janeiro de 2003; ocupou o cargo de Diretor de Tecnologia e Infra-estrutura da mesma instituição de abril de 2001 a agosto de 2001; é funcionário de carreira do Banco Central desde 1984, onde ocupou os cargos de Consultor da Diretoria de Finanças Públicas e Regimes Especiais, atual Diretoria de Liquidações e Desestatização, de abril de 2000 a abril de 2001; Chefe Adjunto do Departamento de Fiscalização, de abril de 1999 a abril de 2000; Chefe de Divisão no Departamento de Fiscalização, de agosto de 1997 a abril de 1999; Assessor do Departamento de Fiscalização, de fevereiro de 1995 a agosto de 1997; Auditor, Inspetor e Coordenador de Fiscalização interino na Gerência Regional de Fiscalização em Curitiba, Paraná, de agosto de 1984 a fevereiro de 1995.

Ainda trabalhou no Banco Mercantil do Brasil, onde foi Gerente da Divisão de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas, na Direção-Geral, em Belo Horizonte.

Foi funcionário da IBM, trabalhou na siderúrgica Montana; foi funcionário novamente do Banco de Minas Gerais – seguros – de março de 1973 a junho de 1974. Seu primeiro emprego foi no Banco de Minas Gerais, de junho de 1971 a março de 1973, onde foi responsável pela Central de Cobranças, na Direção-Geral.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, o nome do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale está em condições de ser apreciado por esta Comissão.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra, o Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale para fazer sua exposição. O tempo de V. Sª será de 20 minutos.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Obrigado.

Exmº Sr. Senador Gilberto Mestrinho, que preside neste momento esta Comissão; Exmº Sr. Senador João Alberto Souza, Relator, a quem agradeço sinceramente pelas generosas palavras, Exmªs Srªs Senadoras e Exmºs Srs. Senadores membros desta Comissão, demais Parlamentares presentes, senhoras e senhores:

É para mim uma grande honra comparecer a esta Comissão para a argüição pública prevista na Constituição Federal, na expectativa de, caso aprovado por este Senado Federal, poder continuar servindo ao meu País, ocupando cargo de tamanha importância como o de Diretor do Banco Central do Brasil. O exercício desse relevante cargo representaria o coroamento da carreira de um servidor que fez pelo serviço público federal, há 19 anos, a sua opção de vida profissional, razão pela qual quero expressar meus sinceros agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter encaminhado a esta Casa a indicação do meu nome para ocupá-lo.

De outra parte, gostaria, evidentemente, de manifestar o quanto dignificado fiquei em receber tal convite do Exmº Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique de Campos Meirelles e do Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Antonio Palocci Filho, homens públicos aos quais devoto admiração e respeito e a quem agradeço a confiança em mim depositada.

A minha mais absoluta convicção na capacidade de nossas lideranças em vencer os grandes desafios impostos à Nação brasileira, na busca de uma sociedade mais igualitária, e a oportunidade de compor a equipe do Presidente Henrique Meirelles – que, em pouco mais de 100 dias do novo Governo, deu mostras de extrema competência à frente do Banco Central do Brasil – fizeram-me aceitar esse convite, com muito orgulho.

Estou profundamente otimista com o futuro do nosso País. Estamos vivendo um momento histórico, em que temos um Governo que, além de comprometido com a inclusão social e com o desenvolvimento econômico, também está comprometido com a responsabilidade fiscal e com o combate implacável à inflação, na absoluta crença de que essas são as condições necessárias para assegurar, simultaneamente, um crescimento econômico sustentado e justiça social.

Hoje, todos sabemos, depois de anos de altos índices inflacionários, que a inflação é o mais perverso dos impostos, pois afeta dramaticamente os que não têm acesso aos mecanismos de proteção da moeda, ou seja, os mais pobres, os menos favorecidos da sociedade. Além disso, tamanho é o descontrole gerado pela inflação que se minam os contratos, desorganiza-se a economia, reduzem-se as taxas de investimentos, concentra-se a renda, apenando novamente a população menos favorecida e, sobretudo, destrói-se a confiança em um dos principais símbolos pátrios, a moeda. Essa é a verdadeira perda da soberania nacional, e é por isso que a moeda deve ser intransigentemente defendida.

Nesse contexto, emerge a disposição já manifestada pelo Governo Federal de se dotar o Banco Central do Brasil das condições operacionais necessárias para que ele possa cumprir a sua mais nobre função, que é ser o guardião da estabilidade da moeda. O cumprimento dessa nobre missão fará com que consigamos, de um lado, aumentar a poupança nacional de forma genuína e sustentável; de outro, resolver o eterno problema brasileiro de insuficiência de recursos para financiar os projetos de seu desenvolvimento, tornando possível a implementação de políticas de crescimento de longo prazo, com melhoria da distribuição de renda.

Sem dúvida, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trilhando esse caminho, reencontraremos nosso destino de progresso, tornando viáveis os sonhos de um Brasil mais justo. Entretanto, a uma nação não basta ter fundamentos macroeconômicos consistentes para assegurar um crescimento sustentável. É necessário também possuir um sistema financeiro sólido, eficiente e em condições de prover a sociedade de crédito suficiente para assegurar a geração de renda e de emprego.

O Sistema Financeiro Nacional é vital para o desenvolvimento do País e, como conseqüência, para o desenvolvimento social da população brasileira. A atividade bancária não deve ficar relegada a segundo plano quando se defendem mudanças na área social

– e nem pode –, sob o risco de se comprometer o objetivo maior que é a melhoria da qualidade de vida da população, fator fundamental que caracteriza uma nação justa.

Muito pode ser feito para que a contribuição do Sistema Financeiro seja mais efetiva, principalmente direcionando recursos para o chamado mercado de varejo, incluindo-se aí as iniciativas das camadas sociais menos favorecidas que pretendem abrir ou manter negócios comerciais, industriais ou de serviços, que geram renda e, principalmente, empregos. O direcionamento do crédito a essas camadas sociais, inclusive com incentivo à formação de cooperativas de crédito, será fundamental para o País retomar o crescimento e direcionar a poupança interna para a geração de renda e emprego.

A regulamentação do art. 192 da Constituição Federal, no que se refere especificamente ao mercado financeiro bancário, irá, sem dúvida, aperfeiçoar as relações bancárias, propiciando grande impulso para a solução dos graves problemas de crédito, sem afetar a saúde financeira dos Bancos, o que é fundamental para o prosseguimento da modernização das instituições no Brasil.

No mesmo sentido, assume importância capital a modernização da legislação que trata da intervenção e liquidação de instituições financeiras, uma das áreas que estão sob a responsabilidade da diretoria do Banco Central para a qual fui indicado.

As Leis nº 6.024, de 1974, e 9.447, de 1997, e o Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, estabelecem que compete ao Banco Central do Brasil a decretação e a condução dos regimes de intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária das instituições financeiras. A imposição desses regimes especiais objetiva excluir do mercado instituições sem condições de operar dentro das normas estabelecidas pela autoridade monetária, de forma a preservar interesses de depositantes e aplicadores e recuperar recursos públicos porventura utilizados no saneamento do Sistema Financeiro Nacional.

As propostas que a legislação atual oferece para a condução desses regimes especiais já não correspondem à complexidade dos problemas, impossibilitando, em muitos casos, soluções adequadas. São muitas as possibilidades e oportunidades de que dispõem os ex-administradores, controladores e outros interessados para retardar o andamento do regime de liquidação e impedir a rápida realização dos ativos e pagamento dos credores.

São freqüentes os recursos judiciais na tentativa de embargar a venda de ativos. Dessa forma, já se faz necessária uma legislação que dote os regimes especiais de mecanismos mais ágeis de solução no que diz respeito à realização de ativos, pagamentos de passivos e formas de encerramento.

Menciona ainda a necessidade de que a nova legislação incorpore os avanços e inovações trazidas com a implantação do novo sistema de pagamentos brasileiro e com o relevante papel que passou a ser exercido pelo fundo garantidor de créditos, que foi criado para cumprir a missão essencial relacionada à proteção aos pequenos investidores e depositantes.

Dedicarei especial atenção para os estudos que estão sendo realizados no âmbito do Banco Central do Brasil, visando à elaboração de uma proposta para a reforma da legislação de regimes especiais, onde devem estar contempladas, além dos mecanismos e avanços citados, as novas tendências do direito falimentar no Brasil e no mundo. Assim que esses estudos estiverem concluídos, o anteprojeto será encaminhado ao Ministério da Fazenda e aos demais órgãos do Poder Executivo como uma sugestão do Banco Central do Brasil para a reforma dessa legislação, com vistas à posterior submissão ao Congresso Nacional, onde haverá oportunidade para ampla discussão que se faz necessária sobre essa matéria.

Existem atualmente 106 empresas em liquidação, dentre elas, 22 Bancos e 41 administradoras de consórcio. A função da diretoria, nesses casos, é assegurar a observância da estrita legalidade dos procedimentos, seguindo princípios de economicidade e agilidade processual, evitando que esses processos sejam retardados em prejuízo dos credores.

Uma das minhas prioridades à frente da diretoria, caso meu nome seja aprovado por V. Exª, é dar continuidade ao processo de agilização e finalização dos regimes de liquidação de instituições financeiras.

Outro assunto sob responsabilidade da diretoria à qual fui indicado diz respeito à gestão do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária – Proes, em fase de conclusão. Esse programa, instituído em agosto de 1996, pela Medida Provisória nº 1.514, atual Lei nº 2.192, buscou equacionar os desequilíbrios financeiros dos Bancos estaduais, mediante o financiamento ao Estado controlador pela União dos recursos necessários para a capitalização e posterior venda, liquidação ou transformação em agência de fomento.

Apesar de aquele diploma legal prever o saneamento da instituição financeira e sua permanência sob controle acionário do Estado, caso em que os recursos necessários eram divididos em 50% financia-

dos pela União e 50% de recursos próprios do Estado, apenas cinco Estados optaram por essa modalidade. Ele foi, juntamente com o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, instituído pela Medida Provisória nº 1.560, de 19 de dezembro de 1996, atual Lei nº 9.496, que permitiu a assunção e o refinanciamento das dívidas do Estados pela União, os instrumentos que propiciaram a realização de uma ampla reestruturação do endividamento daqueles Entes da Federação, equacionando as suas finanças e criando as condições necessárias para que todos pudessem se adequar aos princípios do equilíbrio e da responsabilidade fiscal.

É exatamente sob a ótica das finanças públicas estaduais que entendo que o Proes deve ser abordado, já que não faria sentido equacionar todas as dívidas do Estados sem atacar uma das principais fontes de endividamento, que eram os Bancos estaduais. Os Estados tinham nas mãos Bancos com patrimônio líquido negativo, ou seja, não representavam ativos, mas, sim, dívidas que teriam de pagá-las quando a liquidação dos Bancos se tornasse inadiável.

O Proes permitiu o pagamento daqueles passivos de forma organizada, mediante o financiamento dos recursos necessários ao Estado controlador em 30 anos, com juros inferiores aos que os próprios Bancos pagavam para o financiamento de seus desequilíbrios de caixa.

É preciso reconhecer que, sem tais iniciativas, teria sido impossível ingressar na atual trajetória de equilíbrio fiscal e estadual, trajetória essa coroada, sacramentada e assegurada pela sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Proes, cujos contratos foram submetidos ao crivo desta Comissão de Assuntos Econômicos e aprovados pelo Senado Federal, como determinam os preceitos legais que regem o endividamento público, permitiu o saneamento de cinco instituições que continuam sob o controle dos Estados; a venda de onze, sendo que sete tiveram os processos conduzidos pelos próprios Estados controladores e quatro pela União; a extinção ou liquidação ordinária de dez; e ainda permitiu a criação de 16 agências de fomento, restando, para que o programa seja concluído, o término do processo de venda de quatro Bancos estaduais, cujos controles acionários foram adquiridos pela União exclusivamente para esse fim.

Se aprovada a minha indicação por esta egrégia Casa legislativa, à frente da Diretoria de Liquidações e Desestatização do Banco Central do Brasil, darei continuidade a todos os processos sob sua responsabilidade, respeitando, sempre e por óbvio, os mandamentos legais e os interesses da Federação.

Estou à inteira disposição de V. Exªs para responder aos questionamentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, encerrada a exposição feita pelo Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale, vamos às argüições, segundo nosso Regimento Interno, pela ordem de inscrição dos eminentes Senadores.

Está inscrito, em primeiro lugar, o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, gostaria de formular algumas questões sobre a sua experiência, inclusive na área relativa à diretoria para a qual está indicado – observo que, ao longo de sua vida, teve experiências, por exemplo, no Conselho de Administração da Centrus –, e também sobre o posicionamento que nos traz sobre a condução da política econômica.

Em primeiro lugar, na sua exposição, S. Sª ressalta a importância da estabilidade da moeda diante do diagnóstico de que a inflação é o mais perverso dos impostos, e procura dizer como será importante caminhar na direção da implementação de políticas de crescimento de longo prazo, com melhoria da distribuição da renda. Mas muitas vezes temos observado que a atenção para a estabilidade da moeda, se não se levar em conta o crescimento das oportunidades de emprego, poderá acabar resultando na negativa a muitas pessoas de uma melhor condição de vida.

Muitas vezes, pela forma como a autoridade econômica age, essas oportunidades acabam não sendo dadas. Se houver a preocupação de simplesmente olhar a estabilidade de preços, sem que se atente, concomitantemente, para os objetivos de crescimento da economia e também das oportunidades de emprego, os resultados podem não aparecer. Peço a V. Sª que nos traga sua reflexão sobre esse dilema, já que irá participar da direção do Banco Central. Gostaria de saber em que medida, no diálogo entre os Diretores do Banco Central, haverá a preocupação no que diz respeito à coordenação não apenas da política monetária, mas com os demais instrumentos de política a cargo dos responsáveis pela política econômica, os condutores da política fiscal, política de gastos, política na área do trabalho.

Na verdade, as autoridades monetárias não agem de maneira isolada na condução da política

econômica, ainda que tenham instrumentos tão importantes, tanto no tocante à condução dos dispositivos que afetam a oferta de moeda da economia, a política cambial e outros instrumentos, como o depósito compulsório e as operações de mercado aberto.

Quanto à sua experiência na Centrus, gostaria de perguntar-lhe em que medida V. Sª avalia que hoje estes órgãos de previdência fechada, como a Centrus, a Previ, a Funcef, a Petrus e tantos outros relacionados às instituições públicas e empresas estatais, ao realizarem suas escolhas de investimento, adotam procedimentos com suficiente transparência em relação a todos os interessados – no caso do Banco Central, obviamente seriam todos os cotistas da Centrus, os trabalhadores ou todos que contribuíram de alguma maneira para essa fundação. Em que medida, ao longo da história da Centrus, teria havido pressões de quaisquer setores do Poder Executivo para que fossem realizados investimentos desta ou daquela forma e em que proporção isso se tornou transparente para o conjunto dos cotistas da Centrus? E, na medida em que a Centrus tem participação significativa do Poder Público, quero saber em que proporção isso foi transparente para a sociedade? V. Sª faria recomendações no sentido de que isso venha a ocorrer?

Como V. Sª tem experiência na área de liquidações e de intervenções, formulo perguntas para exemplificar dois casos que preocupam quer os acionistas minoritários, quer os credores de instituições que até hoje lutam por seus direitos. Houve intervenção ainda na década de 80, cuja definição, do ponto de vista dos titulares, credores de letras daquela instituição, estão pendentes até hoje. Então, vou citar um exemplo do início dos anos 80 que teve enorme repercussão na época: o caso Coroa/Brastel. Seguidamente a Associação dos Credores da instituição financeira Coroa tem procurado Parlamentares pedindo que verifiquem os direitos que teriam, uma vez completado o processo de liquidação, de intervenção, e a definição daquilo que houve de disponibilidade do valor dos ativos.

No caso, o Presidente ou Superintendente do grupo, o Sr. Assis Paim Cunha, informa que chegou a propor um entendimento com o Banco Central, no sentido de que pudesse haver a garantia da restituição aos credores, sobretudo aos pequenos credores, portadores de letras, na época, mas até hoje isso não foi concluído. Às vezes, sou procurado por portadores de letras que dizem: Mas, Senador, daqui a pouco vou terminar a minha vida! São pessoas que têm mais de 70 anos. Lembro-me de que isso ocorreu, com compradores de letras, quando havia um otimismo em relação à Coroa-Brastel, no final dos anos 70, início dos anos 80. A intervenção se deu no início dos anos 80. E hoje eles me dizem: "Eu vou morrer e até hoje não se resolveu!" Então, pergunto: V. Sª, inclusive por trabalhar na área do Banco Central, tem alguma informação sobre isso?

Um outro caso refere-se a uma intervenção mais recente. Trata-se do HSBC e do Bamerindus. A Associação Brasileira dos Investidores Minoritários do Grupo Bamerindus tem sempre nos procurado para saber dos seus direitos, pois também nesse caso houve tentativa de se chegar a um entendimento com o HSBC, que assumiu o controle do Bamerindus por meio dos mecanismos criados pelo Proer. Ouvimos diretores do HSBC. Inclusive, aqui foi feito um apelo por muitos de nós, Senadores, para que se chegasse a um entendimento com os minoritários. Entretanto, isso até hoje não foi concluído, em que pese ter o Banco Central, a certa altura, encaminhado que haveria um entendimento relativamente a isso.

Em carta que vou encaminhar a V. Sª, que me chegou recentemente do Presidente dessa Associação, Sr. Euclides Ribas, há a informação de que todo o assunto estava correndo normalmente – e isso em fevereiro último. Disse-me ele que tudo indicava que seria brevemente resolvido, inclusive com o apoio do Diretor do FGC, Antonio Carlos Bueno. Mas eis que o Sr. Luiz Eduardo de Freitas começou a colocar inúmeras dificuldades que até então não existiam, terminando por declarar, em 20 de fevereiro último, ao Diretor do Fundo, que o Banco Central não tinha mais interesse nesse assunto, e dava por encerrados os entendimentos.

Ora, será que pode haver uma perspectiva de esperança, de entendimento com respeito aos minoritários do Bamerindus, que se viram – por ações pelas quais não foram responsáveis – alijados de direitos? Eu apreciaria se também puder comentar esse caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Dr. Gustavo, para responder as indagações feitas pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, inicialmente, pelas perguntas de V. Exª, Senador Suplicy, pois me deram oportunidade de discorrer sobre alguns assuntos.

Primeiramente, a respeito do seu questionamento sobre a condução da política monetária, eu a entendo como uma das partes da política econômica estabelecida pelo Governo Federal. V. Exª tem toda

razão em dizer que não basta estabilizar a moeda para fazer com que o País cresça de forma sustentada para, assim, distribuirmos a renda de forma mais igualitária entre a população brasileira.

Outro dia, fui a uma exposição em que se demonstrava claramente que a moeda brasileira foi estável, nesses últimos 30 anos, exatamente no período em que tivemos um crescimento um pouco maior na economia. Isso nos permite concluir que, efetivamente, as condições básicas para que possamos avançar, em crescimento sustentado, partem do princípio da estabilidade da moeda. Essa não é a única questão, mas é um ponto fundamental para que possamos crescer de forma sustentada. Acredito – falei na minha exposição inicial – que a inflação impede que tenhamos um horizonte de longo prazo. Lembramo-nos perfeitamente, todos nós, que as aplicações financeiras neste País, há cerca de 10 anos, chegaram a ser quase que horárias; as pessoas faziam negócios em termos de recursos corrigidos a cada duas, três horas. Diariamente, então, nem se falava. Foi quando tivemos aqueles índices inflacionários de 70%, 80% ao mês no final de 1989.

Sendo assim, acredito firmemente que a política monetária tem que seguir as diretrizes da política econômica, essa sim estabelecida pelo Governo Federal. Nessa política deve estar previsto todo o crescimento sustentado e toda a distribuição de renda de que este País necessita. Portanto, ela é uma parte do processo. Acredito que tanto a política de juros como a política de metas de inflação são partes integrantes da política econômica. Evidentemente, V. Exª tem toda a razão: não podemos, de forma nenhuma, fazer com que a política monetária seja um fim em si mesma. Ela jamais o deverá ser; ela tem que ser parte integrante de um conjunto muito maior, e, esse conjunto maior é a política econômica estabelecida pelo Governo Federal.

Relativamente aos fundos de pensão, declaro que fui do Conselho de Administração da Centrus, eleito pelo corpo funcional do Banco Central, o que muito me orgulha. E sou um defensor da previdência privada no País, em particular da previdência das empresas estatais, das empresas de previdência dos fundos de pensão fechados. A experiência que tive na Centrus foi muito boa, e posso dizer para V. Exª, com sinceridade, que nunca, em toda a nossa gestão, tivemos algum tipo de envolvimento de pedidos ou de sugestões do nosso patrocinador, que era o Banco Central do Brasil, direcionando um ou outro investimento. Estive lá de 1996 a 2000 e posso lhe afirmar, com certeza absoluta, que não existiu nenhum tipo de sugestão, vamos chamar assim. E em outros fundos, se por acaso houver, acredito que isso tem que ser repudiado da forma mais veemente, porque, a rigor, o fundo de pensão pertence aos seus participantes. O fundo de pensão é algo que não podemos analisar do ponto de vista do curto prazo; ele é uma instituição que tem que ser analisada do ponto de vista do longo prazo. Quer dizer, pagamos aposentadorias de 50, 100, 200 anos. E é assim que acho que um fundo de pensão tem que ser administrado, com todos os mecanismos possíveis de segurança e com extremo conservadorismo em seus investimentos.

É assim que vejo os fundos de pensão e acredito muito neles. A solução das aposentadorias deste País passa pelos fundos de pensão fechados, em particular pelos fundos de pensão das estatais. Lamento o fato de termos perdido, nós funcionários da ativa do Banco Central, a nossa Fundação em 1996, quando o Supremo Tribunal Federal nos incluiu dentro da Lei nº 8.112, que é a lei que rege o funcionalismo público. Hoje, a Centrus é o nosso fundo de pensão e trata, exclusivamente, dos aposentados até 31 de dezembro de 1990, quando entrou em vigor a Lei nº 8.112. Nós, da ativa, estamos fora desse processo, ao nos incluirmos no estatuto geral do funcionário público. Mas ela continua existindo, e tenho certeza de que muito bem administrada como a Previ, como a Telus, como a Funcef, como V. Exª bem citou. A meu ver, esse é o futuro das aposentadorias não só do setor privado, mas, principalmente, das estatais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª me permite uma interrupção?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS – Claro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª aborda um assunto que praticamente preocupa todos os brasileiros, que é a aposentadoria. Hoje não há família que não esteja preocupada. Essa é a verdade. No passado, existiram esses fundos; muitos deles lesaram a população, que perdeu a confiança nos fundos. Vejo que uma das soluções que o Governo vai apresentar é a de permitir que cada cidadão brasileiro, quando velhinho, tenha a garantia efetiva daquilo que contribuiu. Então ele vai para um fundo de pensão para complementar a aposentadoria que o Poder Público lhe dá.

V. Sª acha que o Governo deveria garantir esses fundos, pelo menos os feitos em empresas em que ele tenha o controle majoritário, como é o caso dos fundos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e de outros? O Banco Central está aparelhado para exer-

cer efetiva fiscalização de forma a permitir tranqüilidade, que a pessoa possa realmente contar com aquilo sem receio? A caderneta de poupança é garantida, outras aplicações não o são. Não seria o caso de o Governo – pergunto a V. Exª -, por meio do Banco Central, dar garantia a esses fundos de pensão, para que realmente a família tenha tranqüilidade? Se vamos estabelecer um teto, se vamos permitir a contribuição, o fundo, para aposentadoria complementar, é preciso que o contribuinte sinta-se seguro e tenha um sono tranqüilo.

Pergunto-lhe se o Banco Central, que tem a atribuição de fiscalizar, está aparelhado para exercer essa fiscalização. Esta é a minha pergunta: o Governo deve garantir?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS – Hoje, esses fundos de pensão, tanto os fundos de previdência aberta quanto os fundos de previdência fechada, que são esses fundos das estatais, estão na órbita de fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar, que é um órgão do Ministério da Previdência Social; ele não é de responsabilidade do Banco Central enquanto órgão fiscalizador, ele é de responsabilidade do Banco Central como órgão normatizador. Quer dizer, as normas dessas instituições são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, mediante o Banco Central do Brasil, mas a fiscalização pertence à Secretaria de Previdência Complementar. Esse inclusive é um dos assuntos previstos no art. 192 da Constituição Federal, a ser regulamentado por este Congresso Nacional.

Respondendo concretamente à pergunta de V. Exª: o Banco Central não está aparelhado para fiscalizar essas instituições porque hoje isso não lhe cabe legalmente; ele teria de fazer caso a legislação futura passasse ao Banco Central essa responsabilidade.

V. Exª perguntou se o Governo deveria garantir os depósitos dessas fundações. Creio que não, creio que a função do Governo não é garantir à sociedade brasileira o bom funcionamento dessas instituições; o Governo tem de criar mecanismos de controle dessas instituições, seja por meio dos seus órgãos fiscalizadores, seja por meio da participação dos próprios contribuintes nos órgãos diretivos dessas fundações. Hoje existem essas fundações de estatais com a participação dos próprios funcionários dos órgãos, tanto na diretoria quanto no conselho de administração. A administração compartilhada com os próprios beneficiários, aliada a uma fiscalização efetiva e uma normatização que prevê limites à atuação desses órgãos, pode, com certeza, evitar aquilo que aconteceu no passado, quando, como V. Exª bem lembrou, pessoas que depositaram dinheiro durante uma vida foram sacar, ele não estava mais lá.

Acredito na aposentadoria, Senador Ramez Tebet, como uma capitalização ao longo da vida. Acho que uma aposentadoria tranqüila é aquela em que se começa a pagar a um fundo de pensão desde que se começa a trabalhar, formando a sua reserva própria, para que, no final da vida, tenha aquela aposentadoria. Não acredito que o Governo seja responsável por cobrir essas possíveis deficiências, mas sim responsável por uma fiscalização efetiva e por uma normatização efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não quero ter o monopólio, mas o senhor há de entender que esse assunto é palpitante. Farei só mais uma pergunta. Então, como vamos incentivar isso se o Governo vai incentivar a aposentadoria complementar e não a garante nem no Banco do Brasil e nem na Caixa Econômica Federal, onde ele detém a maioria? Acho isso muito grave. Acho que o Governo deveria incentivar e garantir pelo menos nessas Instituições. Se não, a pessoa não terá tranqüilidade quanto à aposentadoria. A pessoa precisa ter tranqüilidade para gozá-la. Eis o problema.

Esta é uma oportunidade que temos para ter um efetivo esclarecimento de quem participou de um fundo de previdência complementar, como V. Exª acabou de afirmar e manifesta tanta convicção no êxito desses mesmos fundos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Falta apenas a questão relativa ao Bamerindus e à Coroa-Brastel.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – V. Exª permite que eu dê apenas uma resposta ao Senador Ramez Tebet?

A Lei nº 6.435, que estabelece toda a legislação dos fundos de pensão, no caso das estatais, dá a obrigatoriedade ao patrocinador, e o patrocinador são essas empresas estatais, de cobrir déficits porventura existentes. De certa forma, de forma indireta, nessas estatais o Governo já garante. A minha resposta foi mais abrangente, vamos dizer assim.

A respeito das liquidações, Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem toda razão. Acho que uma coisa que temos que trabalhar é no sentido da modernização da legislação que hoje rege os regimes especiais. A Lei nº 6.024 é de 1974, tem quase 30 anos. Nesse período, tivemos uma nova Constituição, um novo Código Tributário Nacional, tivemos novas leis. E essas

novas leis, de certa forma, não contemplaram aquilo que a Lei nº 6.024 precisava mudar. E isso, de algum modo, atrasa todo o processo de liquidação.

Cito só um exemplo: antes da Constituição, por exemplo, quando o liquidante chegava numa instituição em liquidação, ele tinha condições de ver qual era o passivo, porque ele era congelado na data da liquidação. Hoje, não. Hoje, em qualquer liquidação em andamento aparece, por exemplo, a fiscalização da Receita Federal e estabelece novas multas ou novas obrigações tributárias perante a liquidação, e o liquidante tem que reabrir todo o quadro de credores e fazer novamente, porque o ativo é limitado. E, na realidade, esse ativo tem que ser vendido, tem que ser realizado para que o passivo, que são os credores, possa ser quitado, e, normalmente, como V. Exª bem lembrou, os credores quirografários vêm depois dos créditos preferenciais, sejam da Fazenda Pública, sejam os trabalhistas, como estabelece a nossa legislação.

Entendo que realmente precisamos avançar no processo de modernização da Lei nº 6.024, e acho que o Congresso Nacional, com certeza absoluta, irá atacar esse problema, no futuro, o mais rápido possível, para que possamos agilizar essas liquidações. V. Exª tem toda a razão. O caso Coroa-Brastel é de antes de eu entrar para o Banco Central. Estou aqui dizendo que sou funcionário, há 19 anos, e confesso a V. Exª que não sei qual é o estágio da liquidação do Coroa-Brastel hoje. Vou me atualizar. Assim, se por acaso for aprovado por V. Exªs., vou me atualizar em termos da Coroa Brastel, porque me causou surpresa. Eu achava que já tinha terminado esse processo há muito tempo. Como estou fora do Banco Central há cerca de dois anos, não tenho muito conhecimento sobre a atualidade desses processos.

No caso do Bamerindus, efetivamente, desconheço o que V. Exª relatou, mas recebi a carta que V. Exª mandou e prometo que assim que chegar no Banco Central, caso seja aprovado por esta Casa Legislativa, com certeza absoluta vou me inteirar do que aconteceu, já que V. Exª citou casos especificamente recentes. Acredito piamente que, com a participação do Fundo Garantidor de Crédito – que, pelo menos até antes de eu sair do Banco Central, era o maior credor do Bamerindus –, em processo de negociação, tanto com o Fundo, com os acionistas minoritários, com os ex-controladores, possamos achar uma saída para essa liquidação.

Comprometo-me com V. Exª a me atualizar assim que chegar ao Banco Central e lhe dar uma resposta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a atenção do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale. O Sr. Euclides Ribas, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Investidores Minoritários do Bamerindus gostaria de ter a oportunidade de dialogar com o senhor a respeito, bem como os que há quase 20 anos vêm batalhando para ver se chegam a um entendimento, como titulares das Letras da Financeira Coroa, uma vez que, segundo o próprio Sr. Assis Paim Cunha, teria já proposto um entendimento pelo qual os investidores remanescentes teriam a possibilidade de obter ainda seus direitos. Isso, numa proposição enviada ao próprio Ministro Antonio Palocci, cuja cópia da mesma, no seu início – porque é um longo volume –, entrego a V. Sª para que possa se inteirar do assunto.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado Senador Suplicy, estou inteiramente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Dr. Matos do Vale, inicialmente quero cumprimentar V. Sª pela exposição, pela sua experiência demonstrada.

Vou me limitar aos questionamentos a respeito do direito dos minoritários do Bamerindus, que também sou instado freqüentemente a informar. O Senador Suplicy já apresentou e V. Sª já respondeu. Então, vou me limitar a duas questões.

A primeira questão é a seguinte: na sua avaliação – estou querendo ter uma idéia de prazos –, V. Sª acha que até o fim deste ano o Banco Central já teria concluído os estudos para proposição de uma nova legislação para esses regimes especiais, tendo em vista exatamente a abreviação desses processos de liquidação, que deixam suspensos tantos interesses, tantas quantidades e valores de interesses legítimos? Podemos ter em mente se até o fim do ano isso estará pronto e enviado ao Congresso Nacional?

A outra questão diz respeito àquela indagação feita pelo Presidente Ramez Tebet. Na proposta da reforma da Previdência, há uma indução para que os funcionários da Administração Direta doravante venham a recorrer a fundos de previdência privada, fechada, destinada a eles, funcionários da Administração Direta, de vez que a aposentadoria vai ser limitada?

Diz V. Sª, Dr. Matos do Vale, que a normatização do funcionamento desses fundos de pensão é feita pelo Banco Central, por conseguinte uma instituição

governamental. A fiscalização é feita pelo Ministério da Previdência, Secretaria da Previdência complementar, outro órgão governamental. Se o Governo é responsável pelas normas, que são conservadoras – têm que ser muito conservadoras, como o senhor disse –, e se o Governo é responsável pela fiscalização, que também tem que ser rigorosa, nada mais natural que assuma a garantia, por meio de um algum mecanismo.

Isso é importante, porque esse é um dos pontos levantados, ou seja, a insegurança do servidor público, quando ele é induzido a buscar a complementação de sua aposentadoria num fundo dessa natureza, a desconfiança gerada pelas ocorrências do passado constituem pontos polêmicos dessa reforma da Previdência. Então, se o Governo tivesse a disposição de garantir, e na medida, como eu disse, em que fixa as normas e faz a fiscalização, ele teria a segurança para assumir a garantia, o que facilitaria muito a aprovação deste ponto polêmico na reforma da Previdência.

Era isso o que eu queria indagar de V. Exª.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente, Senador Saturnino. Obrigado. Vou responder, inicialmente, a questão do fundo de pensão e do processo de capitalização. Atualmente, temos um processo de capitalização nos fundos de pensão das estatais, como o Senador Suplicy bem citou.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sou aposentado por um deles, que é a Fapes, do BNDES, que funciona muito bem e ninguém tem a menor desconfiança de que possa a instituição, amanhã, nos deixar em má situação.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – E não vai mesmo, com certeza. Temos a aposentadoria por repartição simples, que é a do INSS, onde as pessoas da ativa pagam pelos aposentados e na medida em que se aumenta a capacidade de vida e as condições de saúde do povo brasileiro, cada vez mais teremos mais aposentados e menos pessoas na ativa sustentando isso. O senhor deve lembrar, acredito, que no passado era tudo por repartição simples, porque tínhamos um corpo de funcionários da ativa muito maior do que dos aposentados, e isso começou a vir à tona quando a balança começou a se inverter, o que não acontece no processo de capitalização, porque V. Exª, por exemplo – desculpe-me o exemplo –, começou a contribuir para o fundo de pensão do BNDES, quando iniciou sua carreira, e foi formando uma poupança que é do senhor mesmo. Isso é que lhe será pago no futuro. V. Exª não depende de "a" ou "b", se está mal ou bem repartido.

Agora, dentro do processo do funcionalismo público, em se caminhando para o processo de criação de um fundo de previdência privada da União, é evidente que a União será, em última análise, responsável por aquele fundo, sem dúvida nenhuma. O Banco Central é o normatizador e a Secretaria de Previdência Complementar é a fiscalizadora de todo o processo. Então, a União tem que normatizar e fiscalizar, mas não tem que garantir outros fundos, como o dos Bancos onde as empresas privadas têm seus fundos de pensão, e nem dos Estados, pois cada Estado é responsável pelo seu. A União será responsável pelo seu, se, dentro da reforma, criar o fundo de pensão do servidor público, ao que sou favorável. Mas essa é uma condição particular.

Não sei se respondi a pergunta.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – A questão da legislação.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – As informações que tenho são as de que os estudos estão praticamente concluídos e que, no máximo, em 40 dias isso estará pronto para ser submetido ao Ministério da Fazenda e aos demais órgãos do Poder Executivo para ser submetido ao Congresso Nacional. Então, estou muito otimista de que isso será tratado o mais cedo possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Sª pela indicação para uma das Diretorias do Banco Central e compartilhar com V. Sª do entusiasmo em relação às grandes perspectivas para o Brasil e aos desafios que o Brasil deve enfrentar.

Várias das indagações que eu iria fazer já foram também abordadas pelas pessoas que me antecederam, mas gostaria só de enfatizar, novamente, que, tanto na Câmara como no Senado, Deputados e Senadores já se debruçaram bastante sobre o Banco Central, seja na CPI do Proer, por exemplo, ou na CPI dos Bancos, na Câmara dos Deputados. E as conclusões sempre que demonstraram que, no decorrer da história, setores do Banco Central deixavam bastante a desejar, em termos do papel que deveria exercer num conjunto de áreas, como também na Diretoria que V. Sª vai assumir, na parte de intervenção e liquidação de instituições financeiras.

Em relação à questão do Bamerindus – sou do Paraná também e sinto o drama dos 53 mil sócios minoritários do Banco Bamerindus –, houve um conjunto de problemas, como, por exemplo, o redireciona-

mento da Carteira de Crédito Imobiliário, que é uma conclusão da CPI; o valor da marca Bamerindus que foi extremamente subvalorizado nas transações que aconteceram; da mesma forma, o valor dos imóveis do Bamerindus, que foram subestimados em cinco vezes o valor, conforme conclusões da CPI; a atuação do interventor – inclusive, depois, todos os interventores foram afastados e a Diretora do Banco Central tomou conhecimento das dificuldades, das fraudes que estavam sendo cometidas pela equipe liquidante –, todos os membros da equipe liqüidante foram demitidos e a nova equipe, na época, foi nomeada. Apenas dois anos depois, houve a comunicação por parte da Diretora, Srª Tereza Grossi, ao Presidente da CPI sobre a existência de indícios de crime por parte da equipe interventora do Banco Bamerindus. Na época, todos ficamos até com uma certa perplexidade, questionando o papel, a organização e a estruturação do Banco Central.

Então, as indagações que faço, refletindo novamente sobre esses pontos todos: qual vai ser o posicionamento de V. Sª, em primeiro lugar, na nova função de Diretor do Banco Central – almejando também sucesso e seriedade, que sei que não lhe faltam, assim como entusiasmo para vencer os desafios –, em relação às conclusões das CPIs da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional, que já indicaram muitos caminhos a serem perseguidos?

O segundo questionamento que faço é: quais as ações judiciais que estão sendo promovidas em relação às afirmações da própria Diretoria do Banco Central de que havia indícios de crime, de acordo com a carta mandada para a CPI – como já mencionei – pela Diretora Tereza Grossi? Quais estão sendo as tratativas para deixar transparente e claro para a sociedade que esses problemas ocorreram realmente na liquidação do Banco Bamerindus. Aliás, condições extremamente questionáveis em termos do que ocorria na época. Ao mesmo tempo, quero reforçar o que a própria CPI dos Bancos da Câmara dos Deputados já mencionou em relação ao Bamerindus. Foi aprovada e efetivamente proposta por aquela Comissão a recomendação ao Banco Central de que a liquidação fosse feita pelo fundo garantidor de crédito, como sendo o maior credor, e que pagaria o Banco Central, os demais credores, sem prejuízo de eventuais ações judiciais decorrentes.

Qual vai ser o posicionamento de V. Sª – para que possamos dizer aos 53 acionistas minoritários do Bamerindus, de maneira clara – em relação aos acionistas minoritários do Banco?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Senador Flávio Arns, respondendo, vamos dizer, da última pergunta à primeira, em tese, não especificamente sobre o caso Bamerindus, se eu tiver a felicidade de ser aprovado por V. Exªs, acredito que toda a minha gestão será no sentido de agilizar ao máximo todas essas liquidações.

Quando fui inspetor, participei de algumas liquidações, e V. Exª pode ter certeza absoluta de que não existe nada pior do que uma liquidação financeira. Além de todos os traumas que causa qualquer liquidação de qualquer empresa, os da instituição financeira são ainda maiores, porque afetam os credores, os acionistas minoritários e assim por diante.

Portanto, como eu disse, respondendo à pergunta do Senador Eduardo Suplicy, não sei como estão essas tratativas em se transferir ao fundo garantidor de crédito a liquidação, sendo ele o maior credor. Mas já me comprometi com o Senador Eduardo Suplicy e me comprometo com V. Exª. Assim que chegar ao Banco, vamos estudar, com muito carinho, todo esse processo, o que ocorreu, de forma a encontrarmos uma solução, o mais rápido possível, com toda a transparência possível.

Acredito que o funcionário público e a instituição pública têm, por obrigação, de ser transparentes. "Ser transparente" faz parte de toda a instituição pública, porque "ser público" quer dizer pertencente à sociedade, e essa sociedade tem todo o direito de saber o que acontece dentro desse "ser público".

Especificamente sobre o do caso do Bamerindus, efetivamente não o conheço, porque, como eu disse, estou fora do Banco Central já há algum tempo.

Em relação às fraudes que o senhor mencionou, também não sei o que aconteceu durante esse período, vamos dizer, no levantamento daquelas denúncias, como o senhor se referiu, e qual o encaminhamento dado pelo Banco Central a esses processos. O que posso dizer a V. Exª, em tese, é que o Banco Central, quando detecta qualquer indício de fraude, seja em qualquer liquidação em funcionamento ou em liquidação, ele normalmente encaminha essas denúncias ao Ministério Público, a quem cabe efetivamente verificar e levantar se houve a fraude. O Banco Central só tem capacidade de detectar indícios e passar as informações ao órgão fiscalizatório, ao órgão investigativo por excelência, que é o Ministério Público. Então, desconheço. Mas acredito que, se o senhor menciona uma correspondência da Diretoria de Fiscalização do Banco, dizendo da existência de indícios criminais, é possível que esses indícios tenham sido encaminhados ao Ministério Público. Confesso que não sei, mas acredito

nisso. Mas prometo que vou verificar o que aconteceu com esse processo de denúncia. Conheci as denúncias; não conheço, vamos dizer, a conseqüência daquelas denúncias, porque, quando foram feitas, eu ainda estava no Banco Central, ainda não tinha me afastado. Então, comprometo-me com V. Exª a verificar o que aconteceu e lhe dar uma resposta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu só queria sugerir que, nas novas funções, para as quais certamente vai ser indicado, V. Sª pudesse se debruçar sobre as conclusões da CPI do Proer e da CPI dos Bancos, tanto do Senado quanto da Câmara.

Foi um debate bastante exaustivo, ocorrido no Congresso Nacional, junto a todos os setores relacionados ao Banco Central, ao sistema financeiro. E, sem dúvida, muitas indicações podem ser buscadas nesses relatórios para que possamos construir um processo, inclusive naquele aspecto que o Senador Roberto Saturnino mencionou, em termos do aprimoramento da legislação existente. Creio que existe um manancial bastante bom de informações naqueles relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Diretor Antonio Gustavo Matos do Vale – já estou chamando-o de Diretor pela perspectiva de ver o nome de V. Sª aprovado aqui para exercer o Cargo de Diretor do Banco Central:

Peço desculpas a V. Sª, ao Presidente e aos Colegas Senadores e Senadoras se, por acaso, eu repetir aqui alguma pergunta já feita. É que tive que ir à Comissão de Educação, onde sou Relator de projetos, então perdi um pouco deste debate. Se, por acaso, eu fizer uma pergunta que já tiver sido feita, peço, inclusive, ao Presidente que me advirta a respeito disso.

V. Sª nos traz uma mensagem muito otimista no seu pronunciamento: "Estou profundamente otimista com o futuro do nosso País. Estamos vivendo um momento histórico." E faz outras considerações a respeito deste momento.

Assim, eu gostaria de perguntar a V. Sª se esse momento, claro, inclui a queda dos juros. Sei que essa não é a área que vai dirigir no Banco, mas, pelo seu **feeling**, pela sua sensibilidade, gostaria de saber se V. Sª tem alguma previsão de quando esses juros poderão cair, se será logo. É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a respeito do que disse o Vice-Ministro das Relações Exteriores da Argentina, o Sr. Martín Redrado, a respeito da possibilidade de uma moeda comum, bilateral, a ser usada nas transações comerciais e turísticas entre Brasil e Argentina. Perguntado sobre o que o Governo brasileiro pensa da futura moeda única do Mercosul – aí já seria na evolução dos dois países para o Mercosul –, o Sr. Redrado respondeu: "A moeda única é a cereja do sorvete. Primeiro, é preciso ter o sorvete; depois, o creme; depois, a calda para ter a cereja". V. Sª tem algum comentário a respeito disso?

Em terceiro lugar, V. Sª já anuncia uma reforma na legislação, com relação a esse regime especial. Ontem, tive a oportunidade de fazer alguns comentários a V. Sª a respeito da falta de transparência que se verificou em algumas intervenções do Banco Central, com relação a liquidações dos Bancos Estaduais. E citei até o exemplo do meu Estado, o Rio Grande do Norte, com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelos seus questionamentos, Senador Garibaldi Alves Filho.

Bem, a primeira questão é a respeito dos juros. Eu acho que os juros são o preço da moeda. Então, na realidade, os juros são uma conseqüência de uma série de fatores macroeconômicos, como a inflação e outros fatores externos e internos, ou seja, há uma série de fatores que faz com que a taxa de juros básica da economia varie. Entendo que, quando essas condições macroeconômicas se tornarem consistentes, esses juros podem, de certa forma, cair.

V. Exª me pergunta quando isso vai acontecer. Efetivamente, eu não sei, mesmo porque eu nunca, como V. Exª mesmo lembrou, fiz parte do Comitê de Política Monetária. Vou fazê-lo, caso seja aprovado por V. Exª, mas entendo que o juro é uma conseqüência de uma série de fatores macroeconômicos que, se Deus quiser, acredito que teremos, sem dúvida nenhuma, no Brasil. Da forma como estamos caminhando, vendo que os índices inflacionários, se Deus quiser, cairão, que o País volte a crescer de forma sustentada, penso que podemos pensar nisso, sem sombra de dúvida! Não sei lhe dizer quando isso poderia acontecer. Mas não tenho dúvida de que estamos no caminho certo, do ponto de vista macroeconômico.

Com relação à moeda comum do Mercosul. Em tese – não especificamente as características dos países que compõem o Mercosul –, creio que uma moeda única, dentro de um bloco econômico, tem as suas vantagens e desvantagens. Ela pode dar certo! Temos aí o caso do euro, a moeda única do antigo Mer-

cado Comum Europeu, que hoje reúne todos os países da Europa, que é uma realidade e é um sucesso, vamos dizer assim.

Creio que podemos pensar, no futuro, na existência de uma moeda única dentro do Mercosul, envolvendo os nossos quatro países, porque acredito fundamentalmente no Mercosul, enquanto bloco econômico. Não sei lhe dizer se essas condições econômicas existem em curto prazo. Realmente, com as diferenças existentes entre o Brasil e a Argentina, hoje, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da trajetória da sua moeda, não sei se temos – mesmo porque não temos todas as informações para termos uma posição definitiva a respeito disso –, mas acho que podemos, pelo menos do ponto de vista de objetivos, de desejos, pensar efetivamente em uma moeda única. Não sei lhe dizer se o momento é adequado ou se virá a ser em curto prazo, e assim por diante. Não sei lhe dizer.

Com relação aos regimes especiais, já tive oportunidade de lhe dizer, penso que é obrigação do Banco Central dar transparência a esses regimes especiais. Acho que não tem por que, por exemplo, um liquidante, como um síndico dessa liquidação, e o Banco Central, como juiz dessa liquidação, não dar transparência, principalmente a ex-controladores, do andamento dessa liquidação. É salutar que se possa conversar com os ex-controladores, para se obter a melhor solução. Não tenho dúvida nenhuma de que, em se tendo esse entendimento com ex-controladores, o destino da liquidação será muito mais rápido, muito mais efetivo para todas ambas as partes. Acredito, piamente, nesse processo de transparência que deva ter o Banco Central na condução dos regimes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero convidar as Srªs e os Srs. Senadores que ainda não exercitaram o direito de voto para que o façam, por gentileza.

Está encerrado o processo de argüição.(Pausa)

Peço ao Senador Roberto Saturnino que, por gentileza, permaneça na Comissão a fim de apurarmos os votos.

Peço ao Senador Flávio Arns que auxilie a Mesa, juntamente com o Senador Roberto Saturnino. Ambos ficam designados escrutinadores.

Peço que conduza a urna para conferência e posterior resultado.

(Procede-se à votação.)

Quero, com muita alegria e satisfação, dizer que, inclusive, com o voto da Presidência, V. Exª, Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale, obteve unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos. Ou seja, 22 votos.

Aproveito a oportunidade também para dizer a V. Sª que já o conhecia relativamente, mas que agora me impressionou pela sinceridade. É muito importante a pessoa dizer, por exemplo, "eu não estou a par" ou "eu não sei". Quanto aos assuntos que são de sua competência, V. Sª mostrou-se como tal, no meu modo de entender. Ou seja, competente. Com relação àquilo que não era de sua responsabilidade, V. Sª soube, com toda a sinceridade, dizer várias vezes um "não sei". Isso significa competência. Isso significa sabedoria.

Receba os cumprimentos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria também de dizer a todos os Membros da Comissão de Assuntos Econômicos da minha alegria em estar presidindo esta Comissão. Sempre tivemos número nas nossas reuniões, todas as terças-feiras, e vamos continuar assim, principalmente agora, quando a responsabilidade desta Comissão está consideravelmente aumentada. Isso porque pelo menos uma das reformas – a tributária – terá a participação e o concurso importante da Comissão de Assuntos Econômicos. E muito provavelmente também a reforma da Previdência Social, que diz respeito à vida das pessoas, será objeto de trabalho nosso com a Comissão de Assuntos Sociais. Para isso, peço a colaboração de toda a Comissão de Assuntos Econômicos para esse trabalho.

Agradeço a todos, agradeço ao Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio, que acaba de chegar. S. Exª tem sido pontual, tem sido um companheiro que muito tem ajudado a Presidência na condução dos trabalhos.

Parece cedo para fazer agradecimentos, mas ficamos comovidos realmente com os funcionários da Comissão de Assuntos Econômicos. Todos têm tido um devotamento muito grande. Já distribuímos aqui cerca de 200 projetos, nesse pouco tempo que estamos trabalhando juntos, na Comissão de Assuntos Econômicos, além das sabatinas, além de termos recebido Ministros, em audiências públicas, da forma mais transparente possível.

Espero que V. Sª, Dr. Antonio Gustavo, nos ajude, fazendo com que essas liquidações terminem logo, evitando, tanto quanto possível, com a sua competência, com seu espírito público, prejuízos a esses sócios minoritários, que, nesse processo de quebradeira de Bancos, estão aí a ver navios, que sofreram prejuízos, mas não perderam a esperança ainda de verem resolvidos os seus problemas.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar, quero agradecer-lhe a referência elogiosa à minha pessoa. Quero cumprimentar o Dr. Antonio Gustavo, que acaba de ter seu nome aprovado, nesta Comissão, para Diretor do Banco Central. Eu o conheço há algum tempo. S. Sª foi um Diretor exemplar do Banco do Brasil, lutando por aquela Instituição e certamente honrará muito o Brasil na Diretoria do Banco Central. Formulo os melhores votos de êxito. Infelizmente, não pude participar da votação por estar participando da reunião de outra Comissão, mas quero registrar aqui o meu voto favorável e desejar-lhe muito sucesso, agradecendo ao Sr. Presidente pelas referências, cumprimentando-o pela condução exemplar de mais esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, assim sendo, declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima terça-feira, se Deus quiser.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 03 minutos.)

Ata da Décima Sexta Reunião da Comissão De Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em treze de maio, de 2003, às dez horas.

Às dez horas do dia treze de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Demóstenes Torres, Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon e Sérgio Guerra. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se a apreciação das seguintes matérias: **TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº 01– SUBSTITUTIVA, OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1999, TERMINATIVO**, que "autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica". Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01– SUBSTITUTIVA. Observação: Em 06-05-2003, foi aprovado Substitutivo Integral apresentado ao Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2002, NÃO TERMINATIVO**, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências". Autoria: EXECUTIVO. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01, de Redação que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o parecer do Relator. **EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04 OFERECIDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 2000, NÃO TERMINATIVO**, que "altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União". Autoria: Senador ROBERTO FREIRE. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 2000, NÃO TERMINATIVO**, que "altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União". Autoria: Comissão Temporária das Enchentes – Pernambuco e Alagoas. Relator: Senador EFRAIM MORAIS. Relator "Ad Hoc": Senador DELCÍDIO AMARAL. Parecer: Pela rejeição da Emenda nº 04-PLEN. Resultado: A Comissão aprova o parecer do Relator pela rejeição da Emenda Nº 04 – PLEN. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 1996-Complementar, NÃO TERMINATIVO**, que "dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições apos o vencimento e da outras providencias". Autoria: Senador FRANCELINO PEREIRA. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Relator "Ad Hoc": Senador ROBERTO SATURNINO. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2000, TERMINATIVO**, que "estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências". Autoria: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2001, TERMINATIVO**, que "institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública –

FASIP". Autoria: Senador ÁLVARO DIAS. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2000, TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências, e a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Autoria: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator: Senador MÃO SANTA. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2003, NÃO TERMINATIVA**, que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome da Doutora MARIA PAULA DALLARI BUCCI, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos". Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES. Relatório: Que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Comissão aprova a indicação da Dra. MARIA PAULA DALLARI BUCCI, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por 23 votos favoráveis. **Sabatinaram a indicada** os Senadores Eduardo Suplicy, Aloísio Mercadante, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges e Ana Júlia Carepa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a nossa 16ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, esclarecendo que, estando a pauta do Senado trancada, os processos terminativos que constam da nossa pauta não poderão ser apreciados – trata-se de disposição legal. Vamos apreciar somente os projetos não-terminativos.

Antes, porém, cumpre-me comunicar que, na próxima terça-feira, dia 20, vamos apreciar algumas matérias e, a partir das 11h30min, de acordo com os calendários que estão sendo agendados para aquelas audiências públicas, para aqueles convites, para a vinda de ministros e outras autoridades, vamos receber o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Gostaria, incluindo esta Presidência, que tivéssemos número legal já às 10h para que pudéssemos apreciar o maior número de matérias possível antes da audiência pública. Outras audiências que foram aprovadas pelo Plenário da Comissão estão sendo agendadas.

Passemos à análise do Item 2 da pauta, relativo ao Projeto da Câmara nº 105, de 2002, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. O projeto é de autoria do Poder Executivo e tem como relator o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como se trata de um parecer longo – são sete páginas que estão aqui anexadas -, vou passar direto à análise.

O PLC nº 105, de 2002, PL nº 4.828/98 na origem, foi apreciado na Câmara dos Deputados por Comissão Especial criada nos termos do art. 34, inciso II, c/c art. 33, § 1º, todos do Regimento Interno daquela Casa.

O art. 34, inciso II, determina que as comissões especiais serão constituídas para dar parecer sobre proposições que versarem sobre matéria da competência de mais de três comissões que devam pronunciar-se quanto ao mérito, por iniciativa do Presidente da Câmara ou a requerimento de líder ou de presidente de comissão interessada.

O projeto, de iniciativa do Poder Executivo, menciona a importância do mercado de sementes no País, citando que, em 1988, o setor movimentava, aproximadamente, US$1,2 bilhões ao ano e gerava 300 mil empregos diretos e indiretos.

A necessidade de desregulamentação do setor é uma das justificações apresentadas, pois o mesmo se encontra excessivamente dependente da ação pública.

Assim, a responsabilidade pela qualidade da semente produzida e comercializada passa ao produtor e a seu responsável técnico, ficando o Poder Público com a responsabilidade de estabelecer os padrões de qualidade e de exercer com eficiência o poder fiscalizador.

Também a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências, ao abrir o mercado brasileiro de sementes às criações fitogenéticas de outros países com os quais exista acordo de reciprocidade, exige uma legislação atualizada sobre a matéria.

Outro aspecto mencionado na exposição de motivos é a participação do Brasil no Mercosul, que

demanda uma legislação mais adequada às normas comerciais estabelecidas pelos países-membros.

Foi aprovado substitutivo na Câmara dos Deputados e, conforme parecer do relator, foram mantidos os fundamentos da proposta do Governo. Os principais aspectos que caracterizam o substitutivo são as atribuições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como agente responsável pela normatização e fiscalização do disposto na legislação, a transferência da responsabilidade pela certificação para o produtor de sementes e o seu responsável técnico, a mudança da nomenclatura das sementes oferecidas ao agricultor, que não mais se chamará fiscalizada e sim certificada – no caso, pelo próprio produtor e seu responsável técnico -, dispensa da inscrição, no RNC, das cultivares utilizadas por comunidades locais indígenas e pelos agricultores familiares que produzem sementes para a própria comunidade.

Outro aspecto próprio do substitutivo é a dispensa da inscrição no RNC, a critério do Ministério, para a produção de sementes florestais nativas e de outras espécies, nas quais há dificuldade de comprovação de origem genética.

Também consta da proposta a desoneração do Ministério da atribuição, pouco factível, de fiscalizar todos os campos e certificar as sementes e mudas, passando a atuar como órgão encarregado de normatizar o setor e de promover o registro das cultivares e dos produtores, a fiscalização dos processos de certificação e do comércio interestadual e internacional de sementes e, quanto aos Estados, caberá a fiscalização do comércio interno à respectiva Unidade da Federação.

Trata-se, portanto, de projeto que já tem uma longa tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de origem do Poder Executivo. Técnicos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foram ouvidos, de maneira que meu voto, pelo exposto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, apenas com a seguinte emenda de Relator, por entendermos que houve uma inversão na digitação dos conceitos de planta básica e planta matriz. Essa emenda, portanto, deixa claro que planta básica é a planta obtida a partir do processo de melhoramento, sob responsabilidade e controle direto de seu obtentor ou introdutor, mantidas suas características de identidade e pureza genéticas, e a planta matriz é a planta fornecedora de material de propagação, que mantém as características da planta básica da qual seja proveniente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença aos membros da Comissão, se todos concordarem, para colocar em discussão o projeto e a emenda, tendo em vista que ela vem corrigir o que talvez seja até tenha sido um erro de digitação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Exatamente. É o que foi informado pela Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão esse importante projeto, que garante a identidade, a qualidade de um material de multiplicação, de reprodução do vegetal produzido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – E coloca também o Brasil em condições melhores de comercialização, porque estabelece um sistema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A lei anterior é de 1977.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O Item 2 está aprovado por unanimidade.

O Item 3 também é não-terminativo. Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União. O Relator é o Senador Efraim Morais, que dá parecer pela rejeição da Emenda nº 4. Não estando presente S. Exª, convido o Senador Delcídio Amaral, caso queira fazer o obséquio de proceder à leitura.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, acho que essa matéria, pelas razões muito bem aqui expostas, já "passou do tempo" – vamos dizer assim – e o momento específico que gerou efetivamente esse projeto já foi suplantado. Portanto, sou favorável ao parecer pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é pela rejeição da emenda.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitada a emenda por unanimidade.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 1996, também não-terminativo, dispõe sobre multa

de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências. Autor: Senador Francelino Pereira; Relator: Senador Romero Jucá.

O Relator emitiu parecer favorável ao projeto.

Peço ao eminente Senador Roberto Saturnino que, caso queira, proceda à leitura do parecer do Senador Romero Jucá.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, diz o relatório do Senador Romero Jucá:

Incumbe preliminarmente fazer um apanhado histórico da tramitação da proposição. Foi apresentada em 08 de agosto de 1996, na mesma data em que foi lido o PLS nº 178. Em 09 de outubro seguinte, foi aprovado requerimento para que os projetos passassem a tramitar em conjunto. Em 10 de dezembro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, atribuindo precedência ao Projeto nº 177, aprovou-o na forma de substitutivo que adotava integralmente a redação do Projeto nº 178. Requerimento de urgência fez com que fosse designado Relator para proferir parecer em plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre ambos os projetos. Um outro requerimento, dessa vez do autor da proposta, impediu que a matéria fosse apreciada pelo Plenário, remetendo-a à Comissão de Assuntos Econômicos para reexame e emissão de novo parecer, em face da legislação vigente que estabelece, por decisão recente do Congresso, percentuais de juros de mora diferentes dos propostos no presente projeto. Na CAE, a proposição sofreu uma adequação aos ditames do art. 260 do Regimento Interno. Em 15 de outubro de 1998, o Senador Carlos Bezerra encaminhou parecer pela aprovação do Projeto nº 178 e prejudicialidade do Projeto nº 177. Persiste tramitando, portanto, o Projeto de Lei nº 177, em razão de já haver sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma do substitutivo apresentado pelo Relator Bernardo Cabral. Em 21 de março de 2000, o então Senador José Eduardo Dutra ofereceu voto em separado no sentido da rejeição da proposta.

No que guarda pertinência com o seu mérito, expôs muito bem o Senador Bernardo Cabral, quando se manifestou em plenário na qualidade de Relator designado, **in verbis**... – consta, então, uma argumentação do Senador Bernardo Cabral em apoio à proposição em pauta.

Perceba-se que o decorrer dos anos não tornou batida a argumentação do Senador Bernardo Cabral – diz o Relator Romero Jucá – quando ressalta a estabilidade financeira vivida no País, ainda que fora ameaçada no período de eleições gerais.

Ao mencionar decisão recente do Congresso Nacional no requerimento de reexame da matéria por esta Comissão, o Senador Francelino Pereira, autor da proposta na realidade, referia-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1996, que veio a se converter na Lei nº 9.430, de 1996.

Não cabe, no caso, invocação de prejudicialidade, seja por perda de oportunidade da matéria, seja por prejulgamento do Plenário, conforme dispõe o art. 334 do Regimento Interno.

A matéria continua atualíssima, diz o Senador Romero Jucá. E, embora o assunto tratado no Projeto nº 177, nos termos do substitutivo, se assemelhe com o art. 61 da Lei nº 9.430 de 1996, acima transcrito, há uma importante distinção entre tal projeto e essa lei. O Projeto nº 177 abrange tributos de competência dos três níveis de Governo. É, portanto, norma de caráter nacional válida para todos os entes da Federação. Ao passo que a Lei nº 9.430 é tão somente norma federal aplicável aos tributos federais.

A referida lei ao projeto em comento dispõe assim sobre matérias que se distinguem quanto à sua amplitude. Essa distinção é estabelecida pela Constituição Federal, que exige espécies normativas diferentes, lei complementar e lei ordinária, para disciplinar cada uma das matérias.

No voto em separado apresentado pelo Senador José Eduardo Dutra, argumenta-se que a redução da multa de mora proposta pelo substitutivo poderá levar a freqüentes situações em que será mais vantajoso o inadimplemento de tributos do que buscar recursos nas fontes alternativas de capital disponíveis no mercado. Salienta-se ainda que o credor do setor privado pode cobrar juros de mora equivalentes aos juros praticados no mercado financeiro. Isso diz o voto em separado do Senador Dutra. Para buscarmos equivalência na multa de mora cobrada ao devedor do setor privado e do Estado seria necessário estabelecer equivalência também para os juros de mora. Ademais, reconhece o voto que a relação havida entre particulares é espontânea, ao passo que a constituída pelo contribuinte e pelo Estado se dá em razão do poder de polícia e de necessidade de financiamento da máquina pública.

Parece-me, diz o Senador Romero Jucá, Relator, por isso mesmo, contraditório o voto que encaminha pela rejeição da matéria, isto é, o voto do Senador Dutra. Primeiro, porque a função, a multa de mora, seja no setor público, seja no privado, não é remune-

rar o capital, mas sim servir como incentivo para a pontualidade do pagamento da prestação devida.

Assim, restando livre o Estado para estabelecer a alíquota de multa de mora que bem lhe aprouver, pode acabar por obter por meio dessa multa uma forma de financiamento da estrutura pública, finalidade à qual não se alinha a penalidade pela constituição da mora.

A pena moratória, embora não deva ser irrisória a ponto de se tornar estímulo à retenção em débito dos valores do credor, também não pode assumir, ao contrário, proporção confiscatória ou leonina. Deve ser dimensionada, portanto, de tal modo que, em face dos indicadores econômicos, principalmente daqueles referentes ao custo do dinheiro e da inflação, seja mais oneroso cair e permanecer em mora ou ficar utilizando capital credor do que buscar suprir-se de capital em outras fontes.

Pelo exposto, diz o Senador Romero Jucá, Relator da matéria, a proposta contida no projeto de lei em análise merece ser aprovada por este e convertida em lei.

Sr. Presidente, esse foi o parecer do Senador Romero Jucá lido por mim. Todavia, considerando o voto e a polêmica levantada pelo Senador Dutra e tendo em vista que tramita no Congresso Nacional uma reforma tributária cujo teor ainda não conhecemos plenamente, peço vista para estudar melhor esse assunto importante e complexo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço vista igualmente do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é conjunta, considerando que os Senadores Fernando Bezerra e Geraldo Mesquita acompanham o pedido de vista do Senador Roberto Saturnino. A vista é pelo prazo regimental.

Os Itens 5, 6 e 7 são terminativos.

Os sabatinados encontram-se aqui? (Pausa)

Com a permissão de todos, vamos passar à segunda parte da reunião e apreciar as mensagens que submetem ao Senado da República nomes que, pelo Regimento Interno, passam por esta Comissão para, depois, irem ao plenário para a votação definitiva.

Em primeiro lugar, Mensagem nº 75, de 2003, não-terminativa, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome da Drª Maria Paula Dallari Bucci para exercer o cargo de Procuradora-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos. O projeto é de autoria do Poder executivo, e a Relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes. O parecer vai ser apreciado em votação secreta.

Senador Fernando Bezerra, peço a V. Exª que conduza, em nome da Comissão, a indicada para compor a Mesa. (Pausa)

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, para que proceda à leitura de seu parecer sobre a indicada.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, a indicação da Drª Maria Paula Dallari Bucci para exercer o cargo de Procuradora-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos. Trata-se de uma indicação presidencial feita por meio da Mensagem nº 75, de 2003, acompanhada do **curriculum vitae** da indicada.

A Drª Maria Paula Dallari Bucci formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1987. Em 1994, concluiu o mestrado em Direito também na USP, na área de Direito Econômico-Financeiro, com a dissertação "Aspectos jurídicos do cooperativismo e das cooperativas de habitação no Brasil". Em 2000, doutorou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, na área de Direito do Estado, com a tese "Direito administrativo e políticas públicas". A candidata tem bom domínio de línguas estrangeiras. Fala e escreve com fluência o inglês e o francês, lê e entende o italiano e o espanhol. Sua experiência profissional é ampla e variada. Destacamos, em seu currículo, as seguintes atividades: foi advogada no escritório Professor Eros Roberto Grau, no período de 1988 a 1990; é Procuradora na Universidade de São Paulo, em cuja consultoria jurídica ingressou como assistente jurídico, em 1992, atuando nas áreas contenciosa e consultiva; no período de 26/06/1998 a 29/03/1999, exerceu as funções de Procuradora Subchefe; coordenadora do Grupo Assessor para Convênios da USP, desde novembro de 1990; coordenadora da Subcomissão de Legislação Informatizada da USP, desde março de 1999; representante da consultoria jurídica da Comissão de Informática da Reitoria da USP desde 1999. Devemos destacar também a experiência docente da indicada: foi professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Judas Tadeu, em 1996; professora do curso de mestrado em Direito da Universidade Católica de Santos desde janeiro de 2001; professora e orientadora dos trabalhos do curso de especialização em Direito Público da Escola Superior do Ministério Público

desde 2002; professora no curso de mestrado profissionalizante em Direito do Mercado Financeiro do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais em São Paulo, desde 2002; professora no curso de especialização em Direito Administrativo e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, desde 2002.

A Drª Maria Paula Dallari Bucci tem, em seu currículo, 17 trabalhos técnicos publicados, cabendo destacar dois livros: **Direito Administrativo e Políticas Públicas** e **Cooperativas de Habitação no Direito Brasileiro**. Há mais o que mencionar nas 15 páginas do seu magnífico currículo, mas acredito que constam deste relatório informações suficientes para comprovar a qualificação da indicada.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

E eu queria dizer da felicidade e do privilégio de poder concluir esse parecer a respeito de mais uma mulher que tem se destacado pela competência, pela seriedade, pela transparência, pela forma como vem exercendo todos os cargos em sua vida. Antes de mais nada, eu gostaria de registrar esse privilégio, dizendo como isso é importante para nós, mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concluída a leitura do parecer, concedemos a palavra agora à Drª Maria Paula Dallari Bucci – se é essa a pronúncia correta do nome – para que S. Exª proceda a uma exposição.

A SRA. MARIA PAULA DALLARI BUCCI – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; Srª Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes; Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, inicialmente, muito bom-dia a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer à Relatora pela generosidade com que expôs o seu relatório. De fato, tenho procurado me pautar com seriedade e especial dedicação à necessidade de modernização da coisa pública e à necessidade de que as instituições jurídicas no País façam a transição das estruturas vigentes. Trata-se de uma já bastante longa transição, que vem desde a redemocratização, desde a Constituição de 1988. Enfim, já se vão 15 anos ou mais, em que as instituições vêm fazendo um movimento profundo de reestruturação, de busca de referência nos seus valores mais profundos, nos valores democráticos, nos valores republicanos. Mais recentemente, dediquei-me a isso na minha área de estudos, o que culminou na publicação do meu livro **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. Nessa obra, pensei em como o Direito pode contribuir para superar aquele tradicional formalismo, aquela tradicional visão superficial da legislação e como se pode trabalhar para realizar valores que são valores constitucionais, em especial no que nos diz respeito neste momento, os valores do art. 170 da Constituição Federal.

Os valores do trabalho, da livre iniciativa, da concorrência são valores que devem ser realizados e harmonizados. E o papel dos que detêm a competência legal para atuar nas Procuradorias é realizar isso por meio do Direito, é realizar essas tarefas na atividade cotidiana, fazendo a mediação entre aqueles grandes princípios, os grandes vetores postos pelo Constituinte, tornando-os regentes da atividade miúda do cotidiano. Esta é a dificuldade: passar das grandes linhas para as pequenas linhas.

Acredito que esse desafio, na Procuradoria-Geral do Cade, ocorrerá a cada dia. O Cade é um Tribunal administrativo e, dessa forma, profere decisões que atingem agentes econômicos poderosos, às vezes em contraposição, em conflito uns com os outros, e às vezes numa situação de acerto uns com os outros. Aí é particularmente importante que o Poder Público, representado pela autarquia especializada em matéria concorrencial, seja dotado de todo o seu aparelho institucional, seja dotado da força jurídica necessária para fazer implementar as suas decisões, evidentemente, respaldado na legalidade dos seus procedimentos, na legitimidade dos valores defendidos em cada uma das decisões, na correção da dosimetria das penas aplicadas, ou seja, o Cade tem de ter absoluto equilíbrio na aplicação de penas e de multas; tem de se pautar na razoabilidade e tem, depois, de ser capaz de defender judicialmente as decisões administrativas nas situações em que elas são contestadas.

Esse é, portanto, o papel que eu vejo caber à Procuradoria-Geral do Cade, qual seja, imprimir a sua orientação para se realizarem os valores maiores da Constituição Federal, e não apenas os do art. 170, mas também os dos arts, 1º, 3º e 5º, os Direitos Econômicos e Sociais do art. 6º e o arcabouço dos princípios da Constituição Federal, para que eles tenham uma realização cotidiana na defesa dos consumidores.

Eu acredito que, a minha experiência de dez anos na consultoria jurídica da USP, que é uma autarquia estadual de regime especial e, portanto, tem, eu diria, bastante semelhança no seu regime e no seu funcionamento com aquilo que eu já venho observan-

do no Cadê – onde, na condição de interina, estou ocupando a Procuradoria-Geral há três semanas -, pode, em grande medida, ser transposta para a realização dessas diretrizes que eu frisei, desde o início, como as minhas diretrizes cotidianas: a realização dos princípios constitucionais, a ampliação da cidadania e o acesso à proteção da ordem econômica como algo que é interesse difuso e cuja obtenção e realização devem repercutir como bem-estar sobre o conjunto da sociedade brasileira.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tendo ouvido a exposição da Drª Maria Paula Dallari Bucci, passemos às indagações. O orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, que tem a palavra pelo prazo regimental de três minutos, a fim de formular a sua indagação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr, Presidente, Senador Ramez Tebet, Senadora Patrícia Saboya Gomes, relatora, Drª Maria Paula Dallari Bucci, no seu currículo, observamos tanto a sua contribuição no livro sobre Direito Administrativo, como também está registrado que V. Exª é professora de especialização em Direito Administrativo Econômico na Faculdade Mackenzie. Foi também classificada em concurso público para provimento de cargo de Doutora nesta área de Direito Administrativo na Universidade de São Paulo, em fevereiro do ano passado.

Eu gostaria que V. Exª se aprofundasse um pouco mais em uma breve análise da Lei de Defesa da Concorrência – Lei nº 8.884, de 1994 -, assim como nas alterações na legislação que V. Exª avalia sejam necessárias para resolver os problemas de concentração de mercado, de abuso do poder econômico e resguardar os interesses dos consumidores brasileiros.

Em segundo lugar, gostaria que fizesse uma avaliação do Cade. A última pesquisa, com cerca de quinhentos especialistas em regulamentação econômica, realizada pela revista **Global Competition Review**, britânica, especializada em concorrência, divulgada pelo jornal **Valor Econômico**, em 15 de outubro de 2002, avalia que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, teve o pior desempenho entre os órgãos de defesa de concorrência de 26 países no último ano. O combate dos cartéis, o julgamento de fusões e de aquisições feitos pelo Cade e pelas Secretarias de Direito e de Acompanhamento Econômico dos Ministérios da Justiça e da Fazenda foram considerados fracos pela revista.

Diante desses fatos que afetam uma das principais instituições da economia brasileira, na sua avaliação de V. Exª, quais os elementos que afetaram o desempenho do Cade no último ano? Quais as medidas que o Cade deve implementar para tornar essa agência de fato uma instituição de defesa da concorrência na economia brasileira?

A terceira questão refere-se a agências reguladoras. O Governo Federal criou inúmeras agências setoriais – Aneel, Anatel, ANP, etc –, sem criar mecanismos de coordenação entre elas e de articulação com o Cade. Nas últimas semanas, entretanto, o debate sobre o papel dessas agências na fixação das tarifas nos respectivos setores econômicos e na regulação dos setores de infra-estrutura econômica está no centro do debate nacional.

Gostaria que V. Exª fizesse uma breve análise da evolução recente dessas agências, na sua regulamentação e na sua interação com os demais órgãos do sistema de defesa da concorrência brasileira. Basta a ação da Aneel, da Anatel, da ANP ou cabe uma ação mais efetiva do sistema de defesa da concorrência brasileira, da Secretaria de Direito Econômico, do Cade e da Secretaria de Acompanhamento Econômico?

Finalmente, Sr. Presidente, há uma questão nova: ao observar o noticiário de ontem e de hoje, Drª Maria Paula Dallari Bucci, sinto-me na responsabilidade de formular uma pergunta sobre um caso **sui generis** de abuso do poder econômico.

Ontem, um ex-diretor do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de São Paulo disse que a atual diretoria daquele sindicato, há algum tempo, vem recebendo contribuições, pagamentos em dinheiro, favores os mais diversos para, mais particularmente na gestão da Prefeita Martha Suplicy – mas já há bastante tempo –, agir num conluio com aquelas empresas para realizar greves e destruir ônibus. Agindo contrariamente ao interesse coletivo da população de São Paulo que usa aqueles ônibus, numa ação acertada com aquelas empresas, vem-se, por exemplo, majorando tarifas e atendendo, na verdade, ao interesse das empresas. Essas ações de alguma maneira podem parecer dos trabalhadores, mas muitas vezes fugiram ao bom–senso.

Recordo que esses episódios com aquele sindicato vêm ocorrendo desde o início, quando aquelas empresas concessionárias do transporte público coletivo, em São Paulo, passaram a ter o serviço de concessão transferido da anterior empresa municipal, a CMTC, para essas empresas.

Isso iniciou, Sr. Presidente, ao tempo da Prefeita Luiza Erundina, quando era Secretário de Assuntos Jurídicos um dos mais eminentes juristas deste País, que coincidentemente está presente nesta reunião, o professor Dalmo Dallari, que é pai, e muito mais do que pai, um professor exemplo para todos nós brasileiros. Pois bem, ao tempo da Prefeita Luiza Erundina, já eu, inclusive como Presidente da Câmara Municipal e depois como Senador, algumas vezes tentei mediar um entendimento e percebi que nem sempre ali havia uma ação de boa-fé.

Mas agora, Sr. Presidente, verificou-se que as empresas estão ali diante de um monopólio natural, um caso que tipicamente o Cade precisa examinar. Mas surgiu um caso muito grave em que a direção dessas empresas resolveu fazer pagamentos, propinas as mais diversas, aos diretores dos sindicatos, para que organizassem, até mesmo em assembléia, pessoas que agissem dessa forma com o pagamento feito pelas empresas, no sentido de deflagrar a greve. Por maior que fosse o esforço da Prefeita, do Secretário Municipal de Transportes de dialogar e chegar a uma saída, o número de greves foi exagerado.

Agora, o próprio Ministério Público exige e vai entrar com ação para desvendar inteiramente o episódio.

Sr. Presidente, é de tal ordem a gravidade desses fatos, e como é atribuição nossa, membros da Comissão de Assuntos Econômicos, propor ao Cade o estudo de assunto que envolva abuso do poder econômico, que desejo sugerir a busca de informação mais completa sobre esse episódio e que, inclusive, ingressemos – e me disponho a fazê-lo – com uma representação formal, pois a Comissão de Assuntos Econômicos tem esse direito constitucional, para que o Cade examine o caso.

Desde já, gostaria de solicitar da Drª Maria Paula Dallari Bucci considerações sobre o caso **sui generis** que hoje está em todos os jornais e também em emissoras dos meios de comunicação do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Eduardo Suplicy ultrapassou o prazo regimental de três minutos. Portanto, V. Exª terá o tempo que entender necessário para o esclarecimento ou respostas às perguntas formuladas pelo eminente Senador.

A SRA. MARIA PAULA DALLARI BUCCI – Vamos procurar não abusar da paciência dos Srs. Senadores.

Gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pelas perguntas, pois elas me darão oportunidade de discorrer sobre alguns aspectos do Cade.

A primeira pergunta versa especificamente sobre a Lei da Concorrência nº 8.884, de 1994, sobre a qual V. Exª pede um comentário.

Inicialmente, poderia dizer que em relação ao que eu disse anteriormente, vejo o momento do Brasil como de elaboração e de evolução institucional.

O Cade existe, como conselho, desde 1962 e, como autarquia, desde 1994. Ele pode ser considerado uma autarquia relativamente jovem, não tem dez anos, mas, por outro lado, bastante atuante. Levando esse fator em consideração, podemos tomar várias perspectivas, mas uma me parece bastante eloqüente: a elaboração normativa. Anualmente, são publicadas três, quatro, cinco resoluções. O Cade já está em sua 30ª Resolução, aproximadamente.

Então, há uma intensa produção de normas, regimento interno, projetos de lei – alguns se converteram em leis, vou comentá-los rapidamente –, mais no intuito de aperfeiçoar o procedimento, de aparar certas arestas institucionais. Uma delas merece um comentário em destaque: a inserção do Cade no chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é integrado por três órgãos: a Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça e o Cade, uma autarquia ligada ao Ministério da Justiça, como disse anteriormente, um tribunal administrativo.

Há algum tempo, ocorre um debate sobre esse formato institucional. Chegou a ser cogitada, em passado recente, a criação da agência da concorrência – projeto que não foi para frente. Não entrarei no mérito do projeto, se bom ou não, se a agência era uma boa idéia ou não, até porque há questão específica sobre isso. Mas importa destacar que há um momento instrutório e, nesses processos, como são processos que lidam com casos sempre muito complexos, a qualidade da instrução já quase define o julgamento. E a linha de conhecimento que se adote levará a um julgamento mais bem informado ou menos bem informado. Então a coordenação – e V. Exª toca no conceito chave, que é coordenação e articulação entre os órgãos administrativos –, essa evolução institucional tem que caminhar para isso: para uma melhor ordenação e articulação dessa atividade instrutória, desempenhada basicamente pela SEAI e pela SDE com a atividade de julgamento, que é decidida pelo Cade. E o julgamento do Cade – aqui estou traçando gran-

des linhas –, há uma atividade decisória que também compete à SDE, assim como há uma atividade instrutória que também recai sobre o Cade. Mas esse movimento de articulação gerou, por exemplo, que penso que é um movimento que vem sendo perseguido há algum tempo, uma resolução recente sobre o tratamento sumário de ato de concentração. Constatou-se que naquele enorme volume de processos cuidando de atos de concentração há uma grande maioria de processos muito simples e repetitivos e um pequeno número de processos de elevada complexidade.

Tanto o Cade como a SDE e a SEAI deveriam ter focado – para usar um termo da moda – a sua atenção exatamente nesses processos de maior complexidade. Isso é tradicional na administração pública brasileira. Acho que deve ser louvado como um fator de modernidade poder se concentrar nos problemas realmente mais complicados para que os demais possam passar rapidamente. Parece-me que isso vem sendo implementado.

V. Exª toca depois, e eu muito rapidamente, no problema da avaliação do Cade, e essa avaliação tem relação com esse primeiro assunto que estou comentando, que é a necessidade de uma coordenação dos órgãos que integram o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

A avaliação do Cade – não tenho todos os dados, não conheço especificamente essa pesquisa, mas é preciso ver o horizonte de comparação. V. Exª, como economista, sabe bem que, dependendo do quadro que se tome como referência, o resultado é um ou é outro.

Novamente insisto que a defesa da concorrência é um tema relativamente novo no Brasil; é um tema dos anos 90 em diante. O Cade, se recente, ganharia muito tendo uma estrutura institucional mais robusta. Há a necessidade, há uma área nova. A área da concorrência no meu campo, no campo do Direito... Basta para que V. Exªs tenham um panorama, a bibliografia nacional não chega a quinze títulos nessa matéria, e a bibliografia nacional de Direito da Concorrência vem sendo produzida basicamente por pessoas de minha geração, para que V. Exªs tenham uma noção de como é um Direito novo.

Portanto, acho que é de se esperar, já houve algumas decisões paradigmáticas. Preparei-me para referir-me a algumas delas e basta que eu cite duas; uma delas é a decisão relativa ao combate aos cartéis de gasolina em Florianópolis e em Goiás, que é um trabalho conjunto do Sistema Brasileiro da Concorrência, e o combate ao cartel do aço, que também é uma decisão do Cade. São alguns casos que não compõem um grande número, mas compõem uma amostra significativa daquilo que pode ser conseguido pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Então, quais as medidas que podem ser obtidas para o fortalecimento desse sistema? Eu avaliaria um grande investimento em pessoal. O Brasil já teve uma tradição do serviço público muito relevante e muito importante, e é uma tradição que precisa ser retomada, especificamente em relação a essas matérias de alta complexidade. Todos os setores regulados dependem diretamente disso e dependem de uma burocracia forte.

Então com isso já toco na penúltima questão de V. Exª, que é a questão das agências regulatórias. A relação dessas agências com o órgão da concorrência vai passar por mecanismos de coordenação e articulação, sem dúvida. Esses dependem de pessoal especializado, devidamente qualificado, coisa que a administração pública brasileira está de uma certa maneira a dever, está carente desse pessoal.

Finalmente, a última questão de V. Exª, a dos ônibus de São Paulo. Parece-me que em relação às empresas de ônibus, sem dúvida, há medidas. Nós, paulistanos, ao ler os jornais, temos uma sensação muito forte de que alguma coisa, algum acerto há. E esse acerto pode ser investigado, pode ser apurado dentro da esfera da concorrência. E esse acerto entre empresas se torna ainda mais grave se ele se valer da estrutura sindical para isso. Então, naquilo que estiver dentro da alçada da Procuradoria-Geral do Cade, se eu merecer a honra da aprovação de V. Exªs, estarei ao inteiro dispor para apuração dessas condutas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos para qualquer indagação.

Senador Aloizio Mercadante, por gentileza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Estamos tendo o privilégio de assistir a uma argüição competente, fundamentada, sóbria, consistente, que vem de uma sólida formação jurídica e de uma experiência concreta de trabalho numa área que entendo como uma dimensão extremamente difícil, complexa e igualmente necessária para a economia e para a sociedade brasileira.

Esse processo de fusões e incorporações vem se acelerando nacional e internacionalmente com uma tendência à constituição de grandes corporações, grandes conglomerados. Temos, por exemplo, uma pesquisa da Consultoria Price Waterhouse de acordo com a qual em 1990 tivemos 186 fusões no Brasil; em 2001, 561. Não só um número cada vez maior de fu-

sões e incorporações em toda a economia internacional como vem também se acelerando violentamente junto com o processo acentuado de desnacionalização da economia que tivemos nos anos 90.

Parte desse processo eu diria que está associada às mudanças do padrão de concorrência da economia internacional. Quer dizer, as escalas de produção são cada vez maiores, a competitividade e a eficiência de uma empresa exige escalas cada vez mais superiores de produção, a regionalização do processo produtivo com a constituição de macros mercados como o Mercosul, União Européia, Nafta, também impulsiona processos de fusão e incorporação regionais. E isso tem aspectos positivos, aumenta a eficiência, a produtividade. Hoje, neste início de século, as médias e grandes empresas ou são presas ou são predadores porque esse é um processo que está em curso. Ou o Brasil vai vender suas empresas ou vai conseguir criar empresas competitivas na escala global ou regional.

No entanto, há, evidentemente, questões de direitos dos consumidores e princípios de concorrência que têm sido agredidos por esse processo. Concordo que o Cade é uma instituição em construção, que o sistema de concorrência é uma legislação recente no Brasil, é um sistema que ainda precisa de aprimoramento institucional, mas precisamos do Cade para uma política mais firme, decisiva nessa busca que toda a economia internacional está tendo, de estabelecer limites, em que os oligopólios não se cartelizem; que o princípio da concorrência estimule o progresso tecnológico, estimule preço, estimule melhoria de qualidade na produção.

Espero que a sua presença na Procuradoria, além de impulsionar os trabalhos no Cade, permita rever esse sistema. Temos tido pareceres quase que antagônicos de uma instância para outra. Em alguns processos de fusão, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, a Secretaria no Ministério da Fazenda, a Secretaria de Defesa Econômica e depois o Cade tomaram decisões absolutamente contraditórias, senão antagônicas. Isso mostra que falta consistência técnica. E muitas vezes o poder dos lóbis é de tal ordem que o Estado e a sociedade se sentem incapazes de permitir uma resposta eficiente. O Senador Suplicy citou uma questão gravíssima. Era de conhecimento público e agora com uma prova testemunhal faz parte do sindicato. É evidente que existe uma associação indevida de empresas de transporte que corrompem instituições sindicais para poder utilizar uma capacidade de pressão sobre o poder concedente; e isso sacrifica a população mais pobre da cidade, não só em São Paulo. Na realidade, muitas vezes não se sabe mais quem é o poder concedente e o concessionário em algumas áreas, e essa é uma delas. O Poder Público não tem mais estrutura para reagir e é totalmente acuado por movimentos que penalizam a população e jogam a opinião pública contra o poder público para que possam impor seus interesses privados. Então, espero que o Cade e o novo Governo tenham uma posição mais firme no enfrentamento dessas questões.

Por último, tenho muita segurança na atuação que a Drª Maria Paula poderá ter nessa instituição.

Minha última questão é relação entre o Cade e o sistema financeiro. Há uma discussão complexa entre os limites do Banco Central, os limites do Cade, até onde o Cade pode opinar em processo de fusão no âmbito do sistema financeiro. Gostaria de saber da Drª Maria Paula qual é o seu parecer a respeito da competência das restrições no que tange a processo de fusão, de concorrência, no âmbito do sistema financeiro. Isso é exclusividade do Banco Central? Sei que a Advocacia Geral da União já tem parecer, já há um debate institucional avançado. Como o Cade pode se posicionar diante desses fatos?

Termino parabenizando a Senadora Patrícia Saboya Gomes pelo parecer e diria da segurança que a Comissão e o País tem pela tradição, inclusive familiar, de competência jurídica, não só seu pai, professor Dalmo, mas também seu irmão Pedro. Acredito que toda a família tem uma longa tradição nesta área e tenho certeza de que essa competência no Direito Administrativo será de grande valia para que o País possa aprimorar essa instituição tão essencial à concorrência e aos direitos dos consumidores, eu diria, do cidadão, porque o abuso do poder econômico é uma das coisas mais recorrentes nesta etapa que atravessamos do capitalismo internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra, por favor.

A SRA. MARIA PAULA DALLARI BUCCI – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante as questões oportunas e bem colocadas, que me darão oportunidade de alguma reflexão sobre o assunto.

Em primeiro, o tema do crescimento, em número, das fusões e aquisições como decorrência do processo de globalização e da necessidade de melhor aparelhamento das empresas nacionais para a concorrência internacional. É verdade não apenas no Brasil, mas foi verdade, particularmente enfática no cenário europeu, a necessidade das empresas se

aglutinarem, se agregarem, se reorganizarem para fazer frente a um novo panorama mundial: a concorrência transfronteiras, transnacional. Essa mesma dinâmica, evidentemente, chega ao Brasil, que também lida com este paradoxo: a necessidade de robustecer as suas empresas e, ao mesmo tempo, estar mais aberto à concorrência internacional. Essa foi a dinâmica assumida, a partir dos anos 90.

Chamo a atenção para esse paradoxo porque, embora as empresas estejam, naturalmente, em busca de fusões – e tem crescido o número de fusões – isso não é a mesma coisa. O fenômeno que ocorre dos anos 90 em diante não se confunde com o fenômeno que ocorreu no início dos anos 70, em que a fusão de empresa e a concentração era uma política oficial do Estado. A própria posição relativa do Cade àquela altura era consistente com essa visão, o próprio governo estava em missão de constituir grandes empresas, grande conglomerados, em face do papel estratégico dessas empresas em um cenário que era, então, um cenário fechado nas fronteiras nacionais.

Hoje se, por um lado, é verdade que o País precisa fortalecer suas empresas nacionais para concorrer no mercado externo, é também verdade que esse tem que ser um fortalecimento, se é que é possível usar essa palavra nesse contexto, até certo ponto honesto, isto é, sólido, consistente, um fortalecimento que de fato represente uma diferença competitiva no mercado externo. Os vários foros internacionais, quer dizer, toda discussão do Brasil na OMC, na ALCA, em especial a resistência em relação ao mercado de serviços e a busca de uma contrapartida consistente em relação aos mecanismos de proteção e subsídios para a agricultura dos países fortes, estão a demonstrar que a política da concorrência, assim como a política industrial, é extremamente complexa composta de vários ingredientes.

Posto esse panorama, reconhecida a condição de competitividade no mercado nacional, quando ela agrega verdadeiramente eficiência, ela é também, por si, uma condição de competitividade fora do Brasil. Quer dizer, uma empresa que passe pelo crivo da concorrência, pelo crivo do controle da concorrência e demonstre ser uma empresa competitiva, muito provavelmente ela terá passado pelo crivo necessário para concorrer também no mercado externo. Os elementos de eficiência de produtividade serão os elementos necessários para concorrer fora.

Não vejo, nesse sentido, contradição entre a atuação de órgão, de uma autarquia da concorrência nacional e a posição do Brasil fora. Ao contrário, a autarquia nacional, ao filtrar os casos de concorrência nacional, dá uma contribuição porque, de certa maneira, induz as empresas a um mecanismo seletivo que será criado necessariamente fora. Por outro lado, ela é um agente difusor de concorrência, ela é um agente que fomenta a concorrência.

Já que citei esse caso dos debates do Brasil na OMC, na Alca e no Mercosul, é importante registrar que o Cade tem participado desses foros. Ele tem negociado a legislação e a normatização da concorrência. Está aqui o Conselheiro Cleveland Prates, que recentemente esteve na OCDE e discutiu essa matéria na OMC. O Cade tem participado, tem dado contribuições e tem sido a porta de entrada dessa legislação, dessas formulações internacionais dentro do Brasil.

Finalmente, nesse ponto, quanto ao risco de decisões antagônicas dentro do sistema brasileiro de concorrência, V. Exª tem razão ao dizer que a juventude institucional não pode ser usada como um grande guarda-chuva que desculpe tudo. O sistema deve estar em busca de aperfeiçoamento.

Nesse sentido, acho louvável a busca de formalização de cada vez mais ter normas que deixam claro. Há outras medidas. Por exemplo, a jurisprudência do Cade tem sido divulgada pela Internet – isso é relativamente recente – de modo que aqueles que acompanham essa matéria possam entender quais são os critérios de decisão porque a transparência do tribunal administrativo é fundamental para fortalecimento de suas próprias decisões.

É evidente que esse processo tem que repercutir também no sistema brasileiro de defesa da concorrência. Não me parece que exista uma posição reiterada de antagonismo ou choques institucionais, como seria mais freqüente com as agências reguladoras, por exemplo. Dentro do sistema brasileiro de concorrência, há um esforço de coordenação que deve ser aprimorado.

Permitam-me, mais uma vez, enfatizar que essa coordenação não virá espontaneamente; ela virá à medida que se invista nessa política. Isso depende diretamente do fator humano. Se se investir na formação de gente habilitada e consciente desse problema, certamente o resultado será o de maior articulação e coordenação porque é a preocupação de todos os integrantes do sistema.

Finalmente, o problema do Banco Central cristalizou-se num documento da Advocacia-Geral da União – Parecer nº 20, de 2000 –, que dava interpretação a uma matéria extensamente debatida no plenário do Cade, que era a competência ou não do Cade para apreciar atos de concentração envolvendo instituições financeiras.

Essa questão hoje está próxima de um final feliz se for aprovado o projeto de lei complementar que, parece-me, está em tramitação nesta Casa e outorga ao Banco Central a competência para decidir os casos em que haja risco ao bom funcionamento do sistema financeiro. São aqueles casos em que haja o chamado risco sistêmico. Esses casos serão decididos terminativamente pelo Banco Central. Todos os demais casos serão examinados ou instruídos pelo Banco Central e submetidos à deliberação final do Cade, que – diga-se de passagem –, como regra geral, é a mais salutar.

Isso ocorreu em recente seminário preparatório da rodada OMC sobre concorrência promovido pelo Cade em conjunto com a Unctad. Foi enfatizado esse fato, que a legislação da concorrência fica mais forte à medida que se reduzem as isenções. Isto é, há situações excluídas do exame da autoridade concorrencial. Então, quanto mais situações forem examinadas pela autoridade concorrencial, mais forte fica o sistema da concorrência. Isso é verdade também para o sistema bancário. O desejável é que o sistema bancário, que as concentrações sejam submetidas ao controle da autoridade concorrencial. E por mais um aspecto: quanto maiores as empresas ou os bancos, quanto menos concentrado o mercado, menor o índice do risco sistêmico.

O controle sistemático e rotineiro da concorrência é um fator de saúde do sistema, que, portanto, provocará uma grande diminuição das situações em que o Banco Central decidirá terminativamente a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, minha indagação se referia exatamente à questão do sistema financeiro, mas a Drª Maria Paula já me esclareceu ao responder ao Senador Aloizio Mercadante.

Dessa maneira, só me resta cumprimentar a Drª Maria Paula pela qualidade da sua exposição, clara e nada protocolar, mas objetiva e inteligente, e também pelas respostas dadas. Quero manifestar a minha convicção de que o conceito de que ela desfruta e as suas intervenções aqui nesta Comissão constituem uma garantia do bom desempenho que todos nós esperamos que ela tenha na Procuradoria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Drª Maria Paula, na verdade, eu não poderia, de forma alguma, deixar passar a oportunidade de dizer para a senhora que a segurança com que respondeu a questões de alta complexidade aqui formuladas pelos nobres Senadores mostra a todos nós que vamos ter exatamente isso, segurança no Cade. Poderemos até divergir de decisões tomadas por V. Exª naquela autarquia. Mas teremos a certeza da segurança que V. Exª está mostrando aqui nesta argüição. E essa segurança é um sentimento que me acompanhou durante muito tempo, primeiro, como acadêmico de Direito e, depois, como Advogado da Fazenda Pública Federal, segurança que eu tirava dos ensinamentos e das lições que colhia nas obras publicadas pelo seu honrado pai. Eu não poderia perder a oportunidade de prestar uma homenagem a ele, que se encontra aqui neste recinto. Quero agradecer, inclusive, o privilégio de ter estado aqui por ocasião da sua argüição.

Tenho certeza absoluta de que vamos ter muitas alegrias no que diz respeito à sensação de estarmos bem representados naquele Conselho, no que se refere propriamente à Procuradoria-Geral daquela autarquia.

Quero parabenizá-la e agradecer pelas lições que rapidamente V. Exª pôde nos proporcionar a partir de suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Dra. Maria Paula Dallari Bucci, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Relatora, gostaria, inicialmente, de parabenizá-la pelo currículo de que tive conhecimento e tecer algumas preocupações que gostaria que V. Exª pudesse explicitar dentro da sua visão, se poderia fazer algo pelo Cade, porque o que verificamos é a formalização hoje de oligopólios dentro da economia nacional, a cada dia mais esses oligopólios estão em muitos casos se transformando em cartelização, trazendo prejuízo à economia popular em vários setores. Eu perguntaria se há uma política determinada para fazer combate a esses cartéis que afrontam a economia do povo brasileiro. Há dois casos específicos que eu gostaria de saber se V. Exª conhece, que é com relação ao gesso acartonado que, de certa forma, impõe preços à matéria-prima. Hoje, pouquíssimas empresas, pelo que me consta, são mais do que três em matéria-prima produzida no interior do Nordeste brasileiro, e também uma outra questão que tem nos preocupado muito e que, infelizmente, não conseguimos avançar, que é com relação à carteliza-

ção na distribuição de combustível, principalmente nos postos. Os preços, apesar de livres, são praticamente iguais, porque é feita uma cartelização desses preços. Então, o que pergunto é exatamente isso: poderia V. Exª, por meio do Cade, atuar efetivamente nessa legislação da concorrência, inclusive, com previsão de investimento em recursos humanos, que possa chegar à ponta do consumidor para preservar a economia do povo brasileiro? São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Drª Maria Paula.

A SRA. MARIA PAULA DALLARI BUCCI – Agradeço as palavras gentis dos Senadores Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita e César Borges e aproveito para responder que, com toda certeza, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e, em especial, o Cade, dispõe de instrumentos para o combate aos cartéis a que V. Exª se refere. Em especial, quanto ao gesso acartonado, confesso que ainda não tive contato com esse caso, de fato, não tenho conhecimento.

Em relação aos combustíveis, o sistema já vem há algum tempo atuando, e, parece-me, de maneira bastante incisiva e bastante satisfatória. Referi-me há pouco às decisões quanto aos cartéis de combustíveis em Florianópolis e em Goiás. Acho que é possível aquilatar a importância dessas decisões porque, pelos jornais, tende-se a achar que são pequenos casos, casos isolados, não vão ter maior repercussão sobre o sistema. Só se pode aferir a repercussão que isso terá sobre os demais casos do sistema, primeiro, quando percebe a violência ou a incisividade daqueles que estão do outro lado. Então, os sindicatos de postos nesses casos, em especial, que já passaram pelo Cade, que são objeto de processo judicial, são absolutamente aguerridos, combativos e, entre outras coisas, porque sabe o peso que terá a confirmação dessas decisões na jurisprudência do Cade e na jurisprudência judicial propriamente dita.

No caso de Goiás, por exemplo – não sei se é um desses dois –, o Cade já julgou, já reconheceu que a conduta é lesiva à concorrência, já reconheceu a existência de cartel e já impôs a sua multa. As empresas estão discutindo em juízo a legalidade da multa, a questão do processo judicial, estão tentando derrubar a multa em juízo, porque sabem que, se for confirmado em juízo a atribuição do Cade para impor as multas e que essas condutas vão gerar de fato sanções e penalidades, isso tem um efeito multiplicador sobre o resto do sistema. E, aí, nesse sentido, acho que a juventude da autarquia deve ser levada em consideração. Ainda são poucas decisões, apenas duas para um país de dimensão continental como o Brasil, talvez sejam relativamente poucas, mas no momento em que se tiver a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, eventualmente, do Supremo Tribunal Federal, confirmando essas decisões, isso terá um peso muito grande sobre outras condutas. Há um processo de construção de combate a esses cartéis, que já têm condenações. E o caso do cartel do aço, também, é muito eloqüente, fala por si, porque são empresas enormes. É uma luta quase de Davi contra Golias. É o poder econômico, na sua expressão mais viva, mais pura, tentando combater decisões do Estado. Mas me parece que há um grande empenho. E se essa estrutura institucional corresponder, vai se impor a legislação da concorrência, que trará grandes benefícios não só para consumidores, mas para o sistema econômico brasileiro como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a última oradora inscrita, Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Sr. Presidente Ramez Tebet, nobre Relatora, Senadora Patrícia, Drª. Paula Dallari Bucci, eu, na verdade, como funcionária do Banco do Brasil, iria fazer uma pergunta porque me preocupa essa situação, mas V. Exª já esclareceu aqui. Espero que seja realmente aprovada para que possamos, tendo a legislação, poder atuar de forma mais firme nesse setor.

Mas eu não poderia deixar de registrar, realmente, como já fez aqui inclusive a minha colega Patrícia, a felicidade que sentimos quando vemos uma mulher assumir tal posição, uma mulher que, não só pelo seu currículo, como V. Exª aqui demonstrou, mas pela sua segurança, pela qualidade inclusive das suas intervenções, deixa a todas nós tranqüilas de que estamos aprovando para o Cade alguém que está de acordo com as diretrizes do Governo Lula, com as diretrizes que permitem uma concorrência leal, uma concorrência saudável no nosso País.

Então, eu quero dizer que fico orgulhosa, como mulher, de ver V. Exª ocupar um cargo tão importante. Com certeza, V. Exª vai ter uma atuação decisiva nessa autarquia recente, jovem, mas que tem uma importância grande para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido os Senadores para exercitarem o direito de voto ao tempo em que a Comissão manifesta o seu regozijo pela forma didática como a reunião transcorreu. Há uma contribuição para o exercício da cidadania quando comparece a esta Comissão uma pessoa da capacidade intelectual e moral da nossa sabatinada de

hoje. Quero cumprimentá-la pela objetividade de suas respostas e pelo espírito público de que está investida.

Quero deixar, também, o meu abraço e os meus agradecimentos à ilustre Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, pela presteza com que preparou o seu parecer.

E não posso deixar de registrar, também, aqui, no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, a presença de um grande jurista que honra o mundo jurídico do Brasil, que é o pai de V. Exª, o ilustre professor Dalmo Dallari, conhecido por suas obras e pelos relevantes serviços que tem prestado à causa pública.

V. Exª vai – eu, ainda, não contei os votos – para uma posição, vai para um órgão de grande importância nacional, porque é um órgão que tem por objetivo principal evitar o abuso do poder econômico, que ainda graça no País de forma assustadora, e defender o consumidor, defender o cidadão. Portanto, é um órgão em defesa da cidadania. V. Exª vai ocupar a Procuradoria-Geral desse importante órgão da administração pública brasileira. Formulo votos para que ele se aproxime cada vez mais da sociedade, da cidadania, porque, realmente, os abusos econômicos, como acabei de afirmar, e V. Exª e todos nós constatamos, ainda são bastante ostensivos neste País.

Convido os Senadores Roberto Saturnino e Eduardo Suplicy para escrutinarem, vez que as Srªs e os Srs. Senadores já exerceram seu direito de voto.

Darei o meu voto, com muito prazer. Tenho a faculdade de votar ou não, mas quero cumprir esta missão.

(Procede-se à votação.)

Srªs e Srs. Senadores, foram 23 votos.

Votaram "sim" 23 Srs. Senadores.

Não houve abstenções.

Em nome da Comissão, declaro aprovada a indicação da Drª Maria Palma Dallari Bucci para exercer o cargo de Procuradora-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando a próxima para terça-feira, dia 20, se Deus quiser.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h e 15min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Sociais (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003, quarta-feira às 17:30 horas.

Às dezoito horas e nove minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e três, na Sala 15, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna , reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, MAGUITO VILELA, EDISON LOBÃO, ROMERO JUCÁ, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EDUARDO AZEREDO, TASSO JEREISSATI.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Flávio Arns e Patrícia Saboya Gomes para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Romero Jucá, por 19 votos favoráveis; para Vice-Presidente – Senador Papaléo Paes, por 19 votos favoráveis. São declarados eleitos o Senador Romero Jucá e o Senador Papaléo Paes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Romero Jucá agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Comissão, e expõe sobre a importância dos trabalhos desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004.

Até o presente momento, foi registrada a seguinte chapa: para Presidente, o nobre Senador Ro-

mero Jucá; para Vice-Presidente, o nobre Senador Papaléo Paes.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Senadores cédulas de votação. As cédulas estão devidamente rubricadas pela Presidência e deverão ser utilizadas para votação após a chamada nominal. Vamos iniciar a chamada.

(Procede-se à chamada nominal)

Por gentileza, o Senador pega a cédula, preenche e a coloca na urna.

Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Eurípedes Camargo; Senadora Fátima Cleide; Senador Flávio Arns; Senador Sibá Machado; Senador João Capiberibe; Senador Aelton Freitas e Senador Papaléo Paes.

Vamos chamar os suplentes: Senador Delcídio Amaral; Senadora Serys Slhessaenko e Senador Tião Viana.

PMDB – Senador Mão Santa; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Maguito Vilela; Senador Sérgio Cabral; Senador Ney Suassuna (Votarei após passar a Presidência); Senador Amir Lando; Senador Renan Calheiros. Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Hélio Costa. Senador Ramez Tebet. PFL – Senador Edison Lobão; Senador Jonas Pinheiro; Senador José Agripino; Senador Leomar Quintanilha; Senadora Maria do Carmo Alves e Senadora Roseana Sarney.

Chamaremos os suplentes – Senador Antonio Carlos Magalhães; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Efraim Morais; Senador Jorge Bornhausen.

PSDB – Senador Romero Jucá; Senadora Lúcia Vânia; Senador Teotonio Vilela Filho; Senador Antero Paes de Barros; Senador Reginaldo Duarte; Senador Augusto Botelho; Senadora Patrícia Saboya Gomes; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador César Borges; Senador Tasso Jereissati; Senador Eduardo Azeredo...

(Intervenções fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador Reginaldo Duarte; Senador José Agripino...

Senador, o voto é secreto.

Peço ao nobre Senador Romero Jucá que assuma a Presidência, por um momento, enquanto eu voto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, nobre Senador.

Encerrada a votação, convido os nobres Senadores Patrícia Gomes e o Senador Flávio Arns, por gentileza, para procederem ao escrutínio dos votos.

(Procede-se ao escrutínio dos votos)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por unanimidade, ou seja, por 19 votos favoráveis, foram eleitos os Senadores Romero Jucá e Papaléo Paes, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Convido os eleitos e passo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Presidente já empossado desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador Ney Suassuna; Srªs e Srs. Senadores; caro Senador Papaléo Paes, eleito Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, serei breve.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os Companheiros e Companheiras que nos elegeram para a Presidência desta Comissão e registrar a importância da Comissão de Assuntos Sociais no período de Governo em que estamos vivendo e ainda vamos viver.

A Comissão de Assuntos Sociais é uma comissão pela qual perpassam vários assuntos, como, por exemplo, os programas sociais de forma mais direta. Mas também discutiremos aqui questões ambientais, o modelo previdenciário brasileiro – portanto, a reforma da Previdência Social, a sua legislação complementar e o seu modelo passarão por esta Comissão –, questões indígenas, as relações de trabalho, a mudança, por exemplo, da CLT e a modernização do processo de geração de emprego no País. Passa também pela Comissão a discussão da segurança das cidades, da habitabilidade, de programas de complementação de condição social, ou seja, temos uma imensa tarefa sobre a qual nos debruçaremos.

Assim, como Presidente da Comissão, eu gostaria de poder contar com todos. Entendo, e a minha experiência nas diversas comissões das quais participei me ensinou que não é a Presidência que faz a Comissão, mas os seus membros. Ao Presidente cabe buscar as condições, atuar de forma a harmonizar caminhos. Mas, na verdade, esta Comissão será forte na medida em que os seus membros exerçam, na sua plenitude, as prerrogativas, direitos e obrigações desta Comissão.

Então, registro a minha satisfação e digo a todos que estaremos irmanados e à disposição. Conto com a ação concreta e decisiva do Senador Papaléo Paes.

Registro também, com satisfação, que tanto o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais quanto o seu Vice-Presidente são dois Senadores da Região Norte, de Estados pobres, de ex-Territórios, que, por-

tanto, têm uma visão muito marcada pela importância do social na transformação da vida das pessoas.

Agradeço a todos e informo que, oportunamente, marcaremos o horário da reunião da Comissão. Na legislatura passada, ela ocorria às quartas-feiras, às 9h, o que era muito ruim, porque conflitava com a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por onde passam todas as votações de emendas constitucionais. Portanto, a Comissão ficava um pouco esvaziada.

Discutiremos com cada um para mudarmos a data e fixarmos um horário em que a Comissão, efetivamente, se reúna com a presença de todos, em que a grande maioria possa atuar e ter a cobertura da sua atuação por parte da imprensa, além do acompanhamento da sociedade.

Então, iremos conversar, e tudo dependerá da definição da Ordem do Dia de quinta-feira. Se ela ficar para a tarde, como explicitou ontem o Presidente José Sarney, a minha sugestão será que as reuniões da Comissão de Assuntos Sociais se dêem às quintas-feiras, às 10 horas. Dessa forma, teremos efetivamente a condição de atuar bem e não conflitar nem com a Comissão de Assuntos Econômicos, nem com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Encerro as minhas palavras agradecendo a todos e colocando-me à disposição de V. Exªs.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h25min.)

Ata da Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 13 de março de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia treze de março de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência do Senhor Senador **ROMERO JUCÁ** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, ÍRIS DE ARAÚJO, SÉRGIO CABRAL, EDISON LOBÃO, LEOMAR QUINTANILHA, RENILDO SANTANA, LÚCIA VÂNIA, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, ÁLVARO DIAS, PATRÍCIA SABOYA GOMES, RAMEZ TEBET, CÉSAR BORGES, EDUARDO AZEREDO e TASSO JEREISSATI.** A Senhora Senadora **ROSEANA SARNEY** justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes da apreciação da pauta proposta, o Senhor Presidente coloca em discussão os requerimentos apresentados junto a esta comissão. São aprovados os requerimentos de nº 01 – Convidando o Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar, Senhor Ministro JOSÉ FRANCISCO GRAZIANO DA SILVA, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Fátima Cleide; nº 02 – Convidando o Ministro da Saúde, Senhor Ministro HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 03 – Convidando a Ministra do Meio Ambiente, Senhora Ministra MARINA SILVA, para expor a política ambiental a ser adotada por seu Ministério, abordando inclusive, a liberação da multa sobre importação de pneus recauchutados e suas conseqüências, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 04 – Convidando a Ministra da Assistência e Promoção Social, Senhora Ministra BENEDITA SOUZA DA SILVA, para prestar esclarecimentos sobre as ações do Ministério sobre sua gestão, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 05 – Convidando os Ministros do Meio Ambiente, Senhora Ministra MARINA SILVA, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Ministro LUIZ FERNANDO FURLAN, da Saúde, Senhor Ministro HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA, do Desenvolvimento Agrário, Senhor Ministro MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Ministro ROBERTO RODRIGUES e o Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Senhor ODACIR KLEIN, para debaterem sobre transgênicos, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Ana Júlia Carepa; nº 06 – de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 07 – de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2002, de autoria da Senadora Fátima Cleide; nº 08 – Criando a SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO, em substituição a Subcomissão Permanente do Idoso (Requerimento nº 07, de 1999, aprovado em 26/05/199.), de autoria do

Senador Romero Jucá, composta por sete membros titulares e com duração de seis meses, os quais podem ser prorrogados por igual período; nº 09 – Criando a SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, em substituição a Subcomissão Permanente da Exploração do Trabalho e Prostituição Infantil (Requerimento nº 03, de 1999, aprovado em 28/04/199.), de autoria das Senadoras Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes, composta por sete membros titulares e com duração de seis meses, os quais podem ser prorrogados por igual período; nº 10 – Criando a SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, de autoria do Senador Flávio Arns, composta por sete membros titulares e com duração de seis meses, os quais podem ser prorrogados por igual período; nº 11 – Criando a SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE, de autoria do Senador Papaléo Paes, composta por sete membros titulares e com duração de seis meses, os quais podem ser prorrogados por igual período. Os itens constantes da pauta ficam adiados, em virtude do início da Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romero Jucá**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Comunico ao Plenário que a Srª Senadora Roseana Sarney justifica sua ausência a esta reunião por motivos médicos.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens da pauta relacionados e entregues nas bancadas.

Antes de apreciarmos os itens remanescentes da Legislatura anterior, eu gostaria de fazer algumas colocações e ouvir a posição dos companheiros. Entendo que a Comissão de Assuntos Sociais é extremamente relevante e, na conjuntura atual do posicionamento do novo Governo, das cobranças da sociedade e de tantas necessidades de mudança explicitadas nas ruas, a Comissão ganha um relevo de extrema importância, em vários aspectos: na formulação e na sugestão de caminhos sociais, na fiscalização da ação do Governo e dos resultados concretos e no debate com a sociedade. Seremos um canal aberto para fluírem diversas correntes, pensamentos e entendimentos que possam, ao final, corroborar com uma ação concreta do poder público mais eficaz.

As reuniões da Comissão de Assuntos Sociais se realizavam sempre às 9h da manhã da quarta-feira. Eram reuniões que transcorriam com muita dificuldade, porque quarta-feira, às 10h, há reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Sociais ficava em segundo plano em relação a ações que tinha que discutir e, inclusive, quanto à presença de Senadores. Inúmeras vezes a Comissão teve dificuldades. Por quê? Porque esta Comissão é a maior Comissão da Casa, com 29 membros, enquanto CCJC tem 23 membros e a CAE tem 17. Para deliberarmos sobre qualquer assunto temos que ter no mínimo 15 presentes, o que, se não for feito num horário que facilite a presença de todos os membros, teremos dificuldades operacionais para funcionar.

A idéia inicial – por isso que esta reunião foi marcada hoje, às 10h – era de que as sessões da quinta-feira do Plenário cumpririam o Regimento, às 14h30. Se as sessões forem às 14h30 na quinta-feira, às 10h seria um horário ideal para o funcionamento da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Relações Exteriores, que também tem seu calendário comprometido perante a reunião das outras Comissões.

Essa posição precisará ser esclarecida pela Presidência. Terei uma conversa com o Presidente Sarney, verificarei que tipo de decisão a Mesa tomará quanto a isso, juntamente com as Lideranças, para sabermos se remarcaremos. Hoje teremos às 11h o início da Ordem do Dia e, após seu início, o Regimento determina que não poderá mais haver reunião de Comissões. Esse horário fica comprometido se houver reunião pela manhã.

Eu gostaria de apresentar a todos essa situação e pedir sugestões. Na próxima semana, avançaremos nessas informações. Manteremos contato e definiremos, à luz dos novos fatos da Mesa, o prazo e a data em que faríamos as reuniões.

Ainda quanto à formulação, faço uma sugestão para ser discutida com os membros. Cada Comissão do Senado pode ter até quatro subcomissões. Esta Comissão tem hoje uma Comissão Permanente –

que é a Comissão do Idoso – e, na Legislatura passada, havia outras subcomissões variáveis.

Eu pretendia instalar quatro subcomissões, porque acredito que ampliamos assuntos e dividimos tarefas. A comissão é de todos.

A idéia seria, em princípio, formar quatro subcomissões com assuntos específicos. Os nossos assuntos na Comissão de Assuntos Sociais são muito amplos. Por aqui, passarão a reforma da Previdência; a reforma da legislação trabalhista; questões ambientais; programas sociais; questões de saúde; a questão da habitabilidade das cidades com segurança, que está ligada diretamente às questões sociais; questões de infância e juventude; a questão do idoso e um leque de ações extremamente complexas e importantes para a sociedade.

Portanto, qual é a proposição que eu gostaria de expor para o debate? Em vez de termos comissões permanentes – e a prática mostra que essas comissões terminam estendendo-se por dois anos, e perdemos um pouco de objetividade –, a idéia é, talvez, termos quatro subcomissões temporárias com o prazo de um ano, para que a subcomissão possa, nesse prazo, discutir, avaliar e, ao final do ano, propor uma legislação, que seria encampada pela comissão, para que pudéssemos atuar.

Por que essa sugestão das subcomissões? Porque poderíamos mudar de tema logo que o assunto ficasse, de certa forma, esgotado. Não ficaríamos presos a um determinado assunto que poderia ser equacionado em seis ou oito meses. Por exemplo, a questão do idoso. O Senador Sérgio Cabral tem uma experiência vasta nessa questão. Não sei se ele precisaria, por exemplo, de um ano para dar as sugestões ele implantou no Rio de Janeiro. Mas essa não é uma decisão do Presidente, mas do Colegiado.

Pelas proposições apresentadas, tínhamos algumas opções de subcomissões. Foi solicitada a subcomissão do idoso; foi solicitada a subcomissão da infância e da juventude pela Senadora Lúcia Vânia e, posteriormente, pela Senadora Patrícia Gomes; tínhamos pensado em uma subcomissão sobre a questão da saúde, para discutirmos a questão de remédios, atendimento, etc, pois existe um espectro grande que precisa ser tratado aqui, e havíamos pensado também em uma subcomissão de habitabilidade e desenvolvimento das cidades, para discutirmos a questão da geração de renda, segurança, políticas sociais, que, efetivamente, estariam relacionadas às cidades.

Eram sugestões que eu também gostaria de apresentar. Não precisamos tomar essa decisão necessariamente hoje. Quis apresentá-las para que pudéssemos fazer um trabalho harmônico e, de certa forma, organizado.

Além disso, temos vários requerimentos de convite para autoridades, assim como requerimentos de audiência pública.

Requerimentos de convites para autoridades: um requerimento meu, outro da Senadora Fátima Cleide para convidar o Ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, Francisco Graziano, para uma audiência a esta Comissão.

Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou um pedido para ser realizada uma reunião conjunta com a CCJ e com a CAE e com o Ministro Francisco Graziano, motivados por uma proposta de voto de condenação pelas declarações infelizes do Ministro.

O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, está presente; o Senador Ramez Tebet também manifestou vontade de realizar essa reunião conjunta. Sendo assim, poderíamos colocar em votação esse requerimento de minha autoria e da Senadora Fátima Cleide para realizarmos, em conjunto com as duas outras comissões, a audiência com o Ministro Francisco Graziano.

No caso da nossa comissão, não somente para tratarmos do **mea culpa**, da reparação das infelizes declarações do Ministro, mas para discutirmos temas fundamentais que estão sendo explicitados pela imprensa de forma negativa, como a questão da burocracia do Fome Zero, da ausência de contas. Enfim, de uma série de dificuldades operacionais que, efetivamente, estão prejudicando o andamento do programa. Ao prejudicar o andamento do Programa, a nossa preocupação é que prejudique o engajamento da sociedade, que, num determinado momento, foi extremamente contundente, mas, à medida que as falhas vão-se verificando, de certa forma, vai quebrando a vontade de as pessoas participarem.

Então, eu colocarei em votação o requerimento de convite ao Ministro José Graziano para participar da reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo com o convite, mas que os termos fossem no sentido de que o Ministro José Graziano explicasse todo o programa de combate à fome, os trabalhos, as dificuldades. Não sei em que termos o convite está

sendo feito, por isso seria bom se pudesse haver uma leitura do ofício.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Os termos são os seguintes: "Nos termos regimentais, requeiro, ouvida a Comissão, convidar o Ministro José Graziano a comparecer ao plenário desta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o Programa Fome Zero". Esse é o meu requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O requerimento da Senadora Fátima Cleide fala a respeito de discorrer sobre propostas concernentes à área de atuação do Ministério. Portanto, é dentro de uma linha programática e operacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Certo. Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento, do Senador João Capiberibe, convida o Ministro da Saúde, Humberto Costa, para debater assuntos referentes a programas de saúde na área de assuntos sociais.

Como o Senador João Capiberibe não se encontra no momento, eu gostaria de assinar o requerimento em conjunto com S. Exª, para que possamos votá-lo, em homenagem ao Senador. Não é pela ausência do Senador que vamos deixar de distinguir a importância do tema. Então, também assino o requerimento em conjunto com o Senador João Capiberibe e colocarei em votação o convite para a presença posterior, com data a ser marcada, do Ministro Humberto Costa.

Em votação, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Um outro requerimento, de minha autoria, convida a Ministra Marina Silva a vir à Comissão para debater o programa ambiental brasileiro. No caso específico, faço menção – porque é importante, também, que venham os esclarecimentos específicos – à liberação da multa de importação de pneus usados, a que me referi, nesta semana, no plenário. Entretanto, a idéia, efetivamente, pelo carinho que temos para com a Ministra Marina Silva, pela sua importância e pela sua visão, é ouvir a explanação da Ministra para que possamos ser aliados na ampliação da luta em favor do meio ambiente.

Portanto, coloco em votação o requerimento de convite da Senadora Marina Silva.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, neste caso, poderíamos ampliar o enfoque, para que a Ministra pudesse discorrer sobre todas as áreas de atuação da pasta, especificamente sobre alguns problemas que estão, hoje, na nossa ordem do dia, como o incêndio em Roraima e outras coisas mais. Poderíamos conversar com a Ministra a respeito de toda a sua atuação na sua Pasta.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Sibá Machado. Na verdade, a proposta fala especificamente da discussão da política ambiental como um todo, mas fica feita a ressalva e o requerimento sofre um adendo dessa maneira.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último requerimento convida a Ministra Benedita da Silva Sampaio, Ministra da Assistência e Promoção Social, para também discorrer sobre propostas, ações e posições do seu Ministério, bem como sobre a continuidade e a ampliação de programas sociais importantes para o País. O requerimento também está em termos gerais, para discussão de propostas, a fim de vermos como poderemos, de certa forma, interagir e ajudar as ações do Ministério.

Em votação, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, há requerimentos de audiência pública. Temos o requerimento das Senadoras Fátima Cleide e Heloísa Helena, sugerindo uma audiência pública para discutir um projeto de ato médico. Esse projeto já criou polêmica na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas, com algumas mudanças, foi aprovada a sua constitucionalidade. Ele vem, agora, para a Comissão de Assuntos Sociais e, sem dúvida nenhuma, como a nossa Comissão decidirá sobre o mérito, será um tema que deverá ser bastante debatido. Existem posições divergentes de várias entidades diferentes. A posição do Conselho Federal de Medicina é uma e a de outras entidades ligadas à área de saúde é outra, portanto, considero prudente o convite da audiência pública feito pelas Senadoras.

No pedido de audiência pública, estão relacionados: Édson de Oliveira Andrade, representante do

Conselho Federal de Medicina; Solange Gonçalves Belchior, da Federação Nacional de Enfermeiros; Odair Furtado, representante do Conselho Federal de Psicologia; Noemi Tamaguichi Tomita, representante do Conselho Federal de Biologia; Rui Gallart de Menezes, representante do Conselho Federal de Fisioterapia; e Arnaldo Zubioli, representante do Conselho Federal de Farmácia.

Esses seriam os nomeados pelas Senadoras para participarem desta audiência.

Caso haja alguma sugestão, estaremos à disposição.(Pausa.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, o horário destinado às audiências públicas serão em horário diverso do da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sim. Normalmente as audiências públicas são realizadas no final da tarde, após a Ordem do Dia.

Em se tratando de uma audiência com vários integrantes como esta, teremos que ter o cuidado, mas a idéia é que ela seja a mais rápida possível.

Em votação o requerimento das Senadoras Heloísa Helena e Fátima Cleide, solicitando a audiência pública mencionada. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há também uma solicitação de audiência pública proposta pelo Senador Tião Viana que passo a ler:

"Requeiro audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para tratar do Projeto de Lei da Câmara nº 90, que regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências, o qual será o objeto de deliberação até a realização da mesma.

Estarão presentes representantes sindicais dos Tecnólogos de São Paulo; do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; do Fórum de Entidades Nacionais da Área de Saúde; do Conselho Nacional de Educação e do Ministério do Trabalho".

Tendo em vista a ausência do Senador Tião Viana nesta reunião, farei uso da mesma praxe anterior, ou seja, em homenagem ao Senador Tião Viana, assinarei o requerimento proposto pro S. Exª, como co-autor, para que possamos votá-lo.

Em votação, o requerimento do Senador Tião Viana. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há um outro requerimento, de minha autoria, solicitando audiência pública, convidando a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente; o Ministro de Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; o Ministro de Saúde, Humberto Costa e o Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Odacir Klein para comparecerem a esta Comissão para debatermos a situação dos transgênicos. Inclusive este tema está na pauta da Ordem do Dia. Aliás, os jornais de hoje ressaltam que o MST, em algumas áreas, está plantando soja transgênica. Portanto, este é um assunto extremamente relevante.

Por que convidamos o ex-Ministro e Secretário de Agricultura Odacir Klein? Porque é no Estado do Rio Grande do Sul onde está configurada a maior produção de soja transgênica, inclusive com uma situação de fato, qual seja, a proximidade da colheita. Portanto, com a proibição do Governo Federal, teremos uma situação que terá de ser resolvida.

Considero esse assunto extremamente importante e o coloco, portanto, em debate nesta audiência pública.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Na verdade, se possível, gostaria de acrescentar ao requerimento do Senador Tião Viana o convite ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, já que o tema diz respeito aos pequenos agricultores. Creio que com a inclusão de S. Exª a lista se completará para que possamos discutir melhor este assunto.

V. Exª tem entendimento contrário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não só fica acatada a solicitação de V. Exª como V. Exª passa a ser co-autora do requerimento, caso queira, para que tenha prioridade no questionamento nas Comissões.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, considero o tema bastante polêmico, tendo em vista a leitura dos nomes dos convidados. Desculpe a minha interpretação, mas temo que algumas áreas possam ser prejudicadas sendo favoráveis ou não.

Sugiro que votemos este requerimento na próxima semana. Assim, poderíamos convidar outros interlocutores como, por exemplo, representantes do movimento social. Gostaria de acrescentar ao seu requerimento a Contag e alguém do Movimento dos Sem-Terra.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Posso fazer uma observação?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Trata-se de uma observação calcada na prática de quem já discutiu muitas matérias como essa.

Estamos aqui, em um primeiro momento, convidando os Ministros. Se convidarmos uma série de entidades, além de a reunião ficar muito grande, poderemos perder o foco da posição do Governo. Aliás, está faltando aqui o Ministro Roberto Rodrigues que estou agregando porque é o Ministro da Agricultura. A idéia poderia ser, "decupando" a proposta de V. Exª, a de fazer uma primeira audiência tendo oficialmente a posições dos Governos. A partir dessas traríamos a Contag e outras entidades. Poderíamos chamar a Embrapa para discutir tecnicamente a questão, quer dizer, daríamos desdobramentos. Se trouxermos todos vai virar um comício e, na verdade, acabaremos perdendo o foco. Como a tendência é surgirem questionamentos paralelos ao assunto, terminará havendo um debate em determinado órgão que tem cobranças a fazer ao Ministro. Assim, estaremos expondo, inclusive, o Ministro a esse tipo de constrangimento. Queremos obter uma participação efetiva dos Ministros, queremos que contribuam ao máximo.

É minha sugestão. V. Exª poderia ficar encarregado de listar algumas entidades, alguns segmentos da sociedade que pudessem ser elencados. Pode ser que os Ministros cheguem até aqui e, de repente, mostrem que está tudo certo e que não precisamos fazer qualquer tipo de desdobramento. Faço essa sugestão. Não sei se atende V. Exª. (Pausa)

Em votação, então, o requerimento de convite dos Ministros para o debate de assunto específico: os transgênicos. Os autores são os Senadores Romero Jucá e Ana Júlia.

Aprovado.

Temos, agora, a questão das subcomissões. Existem vários requerimentos de criação de subcomissão. Existem requerimentos das Senadoras Lúcia Vânia e Patrícia Gomes sobre a questão infância, da criança e do adolescente. De autoria do Senador Papaléo há um requerimento de criação da subcomissão da saúde. Existe, também, a proposta do Senador Sérgio Cabral, que efetivamente vinculou-se a uma comissão permanente, sobre a questão do idoso. Então, são essas as três subcomissões.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de acrescentar uma subcomissão relacionada à pessoa portadora de algum tipo de deficiência. De acordo com a estimativa da Organização Mundial de Saúde, com os dados do IBGE, cerca de 10% da população possuem algum tipo de deficiência. Seriam 17 milhões de brasileiros. Muitos dos assuntos relacionados a essas pessoas encontram-se nessa Comissão: a questão da assistência, da saúde, do trabalho. Também em outras comissões, naturalmente. Se nos dedicarmos a esse tema durante 6 meses fazendo audiências, chamando as federações e confederações, o Conade – o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, tenho a certeza de que poderemos apresentar à sociedade um conjunto de propostas, de alternativas, de cumprimentos, inclusive da legislação já existente, de regulamentação, que creio seria um avanço significativo. Concordo plenamente com a posição de V. Exª. Creio que é bem mais interessante termos temas temporários porque poderemos nos dedicar a mais temas e, inclusive, fazer um esforço para esgotá-los, da mesma forma. O tema relacionado à pessoa portadora de algum tipo de deficiência é muito importante e poderá esgotar-se em um prazo curto de tempo, fruto do esforço de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Fica, então, a sugestão do Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero somar-me à preocupação do Senador Flávio Arns: a questão da pessoa portadora de deficiência no Brasil. Acredito até que é mais uma questão de cumprimento da legislação.

Temos legislação a respeito, mas, na própria área pública, o cumprimento é muito baixo do que deve ser feito. As questões ligadas ao acesso da pessoa portadora de deficiência a locais públicos, por exemplo, continuam muito abaixo do que seria necessário. Assim, somando-me à preocupação do Senador Flávio Arns, caro Presidente, faço a minha adesão à proposta de uma subcomissão para discutir o assunto temporariamente, como colocado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, na verdade, temos propostas formais de quatro subcomissões – Subcomissão do Idoso; Subcomissão da

Infância e Juventude; Subcomissão de Saúde e Subcomissão de Assuntos dos Portadores de Deficiência.

Se houver consenso, podemos combinar que todas essas comissões sejam temporárias, com prazo de seis meses, renovável de acordo com a solicitação da subcomissão e o andamento dos trabalhos. Em tese, iniciaríamos com o prazo de seis meses, para que pudéssemos fazer rodízio de temas.

Algumas questões encontram-se fora dos temas de rodízio. A questão ambiental é fundamental. Precisamos consolidar uma legislação ambiental, porque hoje ela é extremamente complexa. Existem obrigações do Município, do Estado, da União, que se sobrepõem, em muitos casos, criando dificuldades, inclusive, para fiscalização.

A habitabilidade das cidades é outra questão gravíssima. Quando falo em habitabilidade, refiro-me a programas sociais, transporte urbano, segurança, enfim, à condição de vida do cidadão que mora nas cidades.

A modernização da legislação trabalhista passa também por esta Comissão.

Na verdade, muitos temas competem a esta Comissão. Se realmente nos organizarmos, e houver uma divisão de trabalho por todos, poderemos propor coisas muito importantes para o País.

Então, fica aqui a sugestão dos seis meses, mas estou abrindo a discussão para que todos dêem a sua opinião.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de conhecer a formação das comissões, porque – é lógico –, com a nova Legislatura, houve uma alteração de composição nas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Informarei a V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A subcomissão seria composta por, no máximo, sete membros; se colocássemos mais membros, com a necessidade de **quorum**, surgiria nova dificuldade, ao invés de uma solução. Poderia ser menor, mas fiz o cálculo com sete membros, para poder permear todos os partidos. Se uma comissão tiver três, quatro, cinco membros, algum partido fica de fora, e não fazemos o rodízio. Então, com sete membros, teríamos dois membros do Bloco/PT, do Governo; dois membros do PMDB; um do PFL; um do PSDB e um do PDT. Eventualmente, por uma questão de entendimento, esse membro do PDT, em determinada comissão, poderia ceder a vaga, já que os outros partidos têm menos representatividade, ao rodízio dos outros partidos. O PPS entraria no rodízio em razão do número de membros e da proporcionalidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como são quatro comissões, os que só têm um representante, vai ficar um em cada comissão; não vai haver dúvida. Haverá vagas para todos.

Eu e a Senadora Patrícia Gomes somos um só de cada partido. Não poderíamos de participar das quatro comissões; então, vamos dividir as comissões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vejam bem: isso aqui é uma regra para nortear o entendimento, mas é claro que vamos buscar o entendimento de todos. Cada um tem a sua especificação; alguns Senadores têm visão de profundidade em determinados temas. Vamos aqui procurar fazer a melhor organização possível, para que efetivamente possamos fazer o melhor trabalho.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de fazer algumas indagações a respeito da estrutura dessas Subcomissões. Segundo V. Exª, seriam quatro Subcomissões. Teríamos membros suficientes para compor todas elas ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Teríamos, primeiro porque temos vinte e nove membros, a maior quantidade dentre todas as comissões do Senado. Depois, necessariamente, não há qualquer proibição a que um Senador participe de uma e de outra Subcomissão. Cada Subcomissão deverá ter um presidente e um relator, que coordenarão os trabalhos. Os assuntos a serem debatidos nas Subcomissões poderão ser tratados em reuniões das Subcomissões, mas, necessariamente, terão que vir à Comissão para efetivamente serem aprovados.

Ou seja, não estamos criando uma instância paralela; na verdade, estamos dividindo tarefas para que todos possam, num curto espaço de tempo, prestar uma colaboração muito maior. Mas a participação será feita mediante indicação das Lideranças. A idéia é: aprovadas as Subcomissões, a Presidência fará um ofício aos Líderes pedindo a indicação dos membros. É uma praxe nas comissões um encaminhamento, de certa forma, de consideração com os temas levantados. Então, é praxe que quem proponha a Subcomissão seja presidente ou relator. Quando dois propuserem, pela ordem, um é presidente, e o outro é

relator. A idéia nossa é exatamente buscar um entendimento e um consenso. São duas posições extremamente importantes. O Presidente vai conduzir o debate, mas o relator é quem vai fazer o relatório das proposições. Então, acho que temos espaço para caminhar e atender basicamente, com uma boa arrumação, a formação das comissões.

Em discussão, o encerramento das comissões permanentes e a criação de quatro comissões temporárias que aqui foram nomeadas, com sete membros cada.

A SRA. PATRÍCIA GOMES (PPS – CE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. PATRÍCIA GOMES (PPS – CE) – Gostaria de saber se já ficariam acertadas essas quatro Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A idéia inicial é que as fizéssemos por seis meses.

A SRA. PATRÍCIA GOMES (PPS – CE) – Porque há um requerimento de minha autoria e da Senadora Lúcia Vânia que trata da mesma questão. Então, uma sugestão é que, como criança e adolescente é uma prioridade dentro do estatuto, pudéssemos colocar "criança, adolescente e juventude", para também atender ao requerimento da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Acatada a sugestão. A idéia inicial era realmente englobar todos os programas, ações e preocupações com esses três segmentos.

Em discussão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de dizer que concordo plenamente. Já tive um entendimento anterior com a Senadora Patrícia, em que discutimos essa questão. Acho que não seria prudente criarmos uma comissão de criança e outra de adolescente. Portanto, essa junção é extremamente importante e pode resultar em ações realmente efetivas em favor da criança e do adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a colocação da Senadora Lúcia Vânia e informo, inclusive, que o requerimento que será votado será de autoria de S. Exª, porque foi o primeiro que propôs essa questão. Estamos fazendo um adendo com o requerimento da Senadora Patrícia Gomes e as sugestões feitas na Comissão.

Com a palavra, a Senadora Íris.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que quero participar da Subcomissão do Idoso. Já encaminhei, inclusive, expediente nesse sentido, dando ciência disso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de registrar que, na verdade, a indicação dos membros das Subcomissões não é do Presidente da Comissão, mas dos Líderes. Na verdade, como as Subcomissões são menores, haverá provavelmente, nas bancadas maiores, uma demanda maior do que o número de vagas. E aí não caberia a mim escolher, por exemplo, quem do PMDB ou do Bloco seria membro da Subcomissão. Esse é um processo que quero abrir para os Líderes, a fim de que se possa efetivamente esclarecer isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas queria pedir a V. Exª, no tratamento dessa quarta Subcomissão, que é da habitabilidade e das cidades...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não. Essa, por enquanto, ficou fora. As quatro Subcomissões aprovadas foram a do Idoso, a da Criança, da Infância e da Juventude, a da Saúde, e a dos Portadores de Deficiência, que têm um prazo de seis meses, a partir do que, a depender da conjuntura – e eu pediria aos presidentes e relatores que efetivamente, nesses seis meses, tivéssemos uma proposição e um resultado –, entraríamos na questão da legislação trabalhista, da legislação previdenciária, da habitabilidade das cidades, numa outra rodada de assuntos igualmente relevantes.

Em votação, a criação das quatro Subcomissões temporárias amplamente discutidas. (Pausa.)

Aprovada.

Não vamos entrar em matérias específicas, porque são 11h, a Ordem do Dia vai começar – se não começou ainda –, e não queremos ferir o Regimento. Mas, antes de encerrar queria saber se algum dos presentes teria algum tipo de colocação ou proposição a fazer à Comissão.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar um pouco sobre essa Subcomissão da Juventude, que agora se torna Comissão da Infância e da Juventude.

Temos, em relação à criança, um arcabouço legal, representado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que é considerado um dos melhores do mundo. Temos tido programas e projetos baseado nesse arcabouço legal, e o Governo tem avançado muito na questão da criança de zero a seis anos, combatendo a mortalidade infantil, estabelecendo programas como o Bolsa-Alimentação e outros pro-

gramas relativos à saúde da mulher e, principalmente, ao pré-natal.

Em relação à criança de sete a catorze anos, temos ainda graves problemas, principalmente no que diz respeito ao combate à violência, ao abuso sexual a crianças e adolescentes. Mas, nessa faixa etária, também temos uma série de programas importantes, como o Bolsa-Escola, que se transformou num programa universal e que, sem dúvida, tem mostrado resultados extremamente eficientes. E uma Subcomissão da Criança se justifica principalmente para acompanharmos esses projetos e os resultados dos programas.

Em relação à juventude, temos uma defasagem de aparato legal muito grande. No ano passado, votamos uma lei que exige que as empresas reservem uma cota para os jovens. No entanto, essa lei já foi sancionada, mas não está vigendo. Temos, em relação à juventude, fatos que nos levam a concluir que a juventude tem sido vítima da violência e tem composto o quadro que forma a violência neste País.

Em relação a isso, temos alguns programas do Governo, como o Agente Jovem, o Serviço Civil Voluntário, que ainda não responderam aos resultados esperados. São programas de baixo impacto, e hoje temos que acompanhar, principalmente quando o Governo acena com o primeiro emprego, esse tratamento que esse jovem terá no mercado de trabalho. Temos a questão da violência, da educação sexual, do combate às drogas, enfim, uma série de problemas que afligem a nossa juventude e que estão intimamente ligados à violência que hoje assusta todo o povo brasileiro.

E a principal vítima da violência tem sido a juventude.

Eu tomei a liberdade de mandar para todos os pares desta Comissão uma série de artigos do jornalista Gilberto Dimenstein, um especialista na área, que tem chamado a atenção das autoridades para a importância de se olhar com atenção a questão da juventude. Ele menciona em seus artigos que fomos capazes de combater a paralisia infantil, mas não estamos sendo capazes de combater a paralisia juvenil. E ele atribui também à ação dos jovens nos crimes, principalmente sendo utilizados pelo crime organizado. E chamo a atenção para o fato de que nenhum programa de segurança pública neste País pode ter sucesso, se não tivermos um programa preventivo para a nossa juventude.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia suas colocações, que só referenciam a importância da subcomissão que acabamos de criar.

Com a palavra, o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, encaminhamos um ofício a V. Exª, pedindo para participar da Subcomissão do Idoso. Eu gostaria de saber, então, qual será o procedimento, se faremos um para a Liderança ou se será...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O procedimento será o seguinte: vamos comunicar às Lideranças dos Partidos as vagas em cada subcomissão, e as Lideranças de certa forma indicarão, num processo de discussão interna, os membros de cada subcomissão.

Volto a dizer que ficaria difícil para mim, como Presidente, determinar, dentro do Partido, qual Senador deve fazer determinada tarefa, caso três, quatro ou cinco Senadores peçam para ir para uma subcomissão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – O art. 89 deixa claro:

"Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

(...)

IV – designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição".

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sim, vou designar. A composição está fixada em sete membros.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – A indicação é que será feita pelas Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vou solicitar às Lideranças. Se as Lideranças, decorrido determinado prazo, não indicarem, puxarei a atribuição para mim e indicarei. Mas quero ouvir os Líderes.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Aí torna com efeito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sim. É importante cada um manter contato com seu Partido para que as indicações sejam feitas o mais rápido possível.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h15min.)

Ata da Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão

Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 20 de março de 2003, quinta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e vinte e oito minutos, do dia vinte de março de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência do Senhor Senador **ROMERO JUCÁ** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, JOÃO CAPIBERIBE, AELTON FREITAS, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, SÉRGIO CABRAL, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, TEOTÔNIO VILELA FILHO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, ÁLVARO DIAS, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, CÉSAR BORGES, EDUARDO AZEREDO e SÉRGIO GUERRA** e Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE, ÍRIS DE ARAÚJO, LÚCIA VÂNIA e PATRÍCIA SABOYA GOMES.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência a Senhora Senadora **ROSEANA SARNEY.** O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta cujos relatores estejam presentes. **Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2000**, que "Modifica os artigos 2º, 4º, 5º, 6º e 11 e 12 da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no artigo 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências", **de autoria do Senador Paulo Hartung**, tramitando em conjunto ao **Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2000,** que "Altera a Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências" **de autoria do Senador Luiz Pontes** e ao **Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2000**, que "Altera os artigos 4º e 5º da Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências, para alterar a forma de fiscalização da aplicação dos recursos do Fundef.", **de autoria do Senador Paulo Hartung**. É feita a leitura do parecer, pelo **Relator, Senador Leomar Quintanilha.** O Senador Eurípedes Camargo manifesta pedido de vista. O pedido é concedido. **Item 1 – Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999,** que "Dispõe sobre a Reprodução Assistida", **de autoria do Senador Lúcio Alcântara.** É feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Tião Viana.** Não havendo quem quisesse discutir, a matéria é posta em votação. O Substitutivo é aprovado, com as Subemendas nºs 1 e 2-CAS, por quinze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. **Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2002,** que "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para facultar a oferta, contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica", **de autoria do Senador Sebastião Rocha.** O **Senador Tião Viana, como relator da matéria**, requer a retirada de Pauta. O requerimento é deferido pela presidência. **Item 1 da pauta extra – Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002,** que "Dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico", de **autoria do Senador Tião Viana.** É feita a leitura do parecer, pelo **Relator, Senador Mão Santa.** Não havendo quem quisesse discutir, a matéria é posta em votação. O Projeto é aprovado, com a Emenda nº 1-CAS, por quinze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. O Senador Sibá Machado apresenta requerimento oral para que o nome da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Deficiência, seja alterado para Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. O requerimento é aprovado. São apresentadas as seguintes candidaturas à presidência das Subcomissões; Subcomissão Temporária do Idoso, candidato Senador Sérgio Cabral; Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, candidata Senadora Lúcia Vânia; Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, candidato Senador Flávio Arns; e Subcomissão Temporária da Saúde, candidato Senador Papaléo Paes. São aprovados os **requerimentos de nº 12** – Convidando o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Senhor Ministro MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO, a comparecer ao Plenário dessa Comissão, para prestar esclarecimentos sobre os recentes episódios de invasão de terras e de sedes de Superintendências Regionais do INCRA, em vários pontos do território nacional, por integrantes do MST; **nº 12A** – Convidando o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Senhor Ministro MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO,

a comparecer ao Plenário dessa Comissão, para prestar informações sobre o Plano de Desenvolvimento Agrário e de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil; **nº 13** – Convidando o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, Senhor Francisco Simeão, a comparecer ao Plenário dessa Comissão, para discorrer sobre a liberação da multa sobre a importação de pneus recauchutados e suas conseqüências; e **nº 14** – Requerendo a audiência preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre os aspectos relativos à constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2002, item 8 da pauta, que "Regulamenta o exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, manicuro, pedicuro, esteticista e massagista".Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romero Jucá**, Presidente .da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Comunico ao Plenário que a Senadora Roseana Sarney justifica a sua ausência a esta reunião por motivos médicos.

A presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes itens constantes da pauta: turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999, Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999, Projeto de Lei do Senado nº 175 de 2002, Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2002, Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2002, Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, em decisão terminativa; Ofício S nº 9, de 2002; Projeto de Lei do Senado nº 84, com decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Projeto de Lei do Senado nº 67 de 2000, Projeto de Lei do Senado nº 83 de 2000, Projeto de Lei do Senado nº 126 de 2000, que tramitam em conjunto, com decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos. O item extrapauta é o Projeto de Lei do Senado nº 170, em decisão terminativa.

Item 1: turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 90. O Relator é o Senador Tião Viana, que não se encontra presente por estar na reunião do Conselho de Ética.

O item 2 é o Ofício S nº 9, de 2002, cujo parecer é do Senador Juvêncio da Fonseca, que também se encontra na reunião do Conselho de Ética, da qual é o Presidente.

Item 3 é o Projeto de Lei nº 313, cujo parecer é do Senador Leomar Quintanilha. A decisão é terminativa.

Então, vamos reiniciar os nossos trabalhos pelo item 4 da pauta, cujo relator é o Senador Leomar Quintanilha, a quem concedo a palavra.

(Pausa)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2000, do Senador Ademir Andrade, que modifica os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 11 e 12 da Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, §7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Os projetos apresentam sugestões de grande valor que podem trazer real contribuição de aperfeiçoamento para o Fundef. De fato, algumas idéias se repetem, embora com textos distintos. Outras, por sua vez, são questionáveis ou simplesmente desnecessárias para que o Fundo opere de modo adequado.

Como meio de aproveitar as contribuições dos três projetos, conciliando as suas diferenças e sobreposições, torna-se inevitável a apresentação de um substitutivo, cujo conteúdo é justificado nas linhas que se seguem:

As três iniciativas julgam necessário promover mudanças nos conselhos de acompanhamento de controle social do Fundef de uma forma geral, com o objetivo de reforçar a sua representatividade e seu papel fiscalizador.

No que diz respeito à composição dos Conselhos, é incluída a participação de representantes do Poder Legislativo, como sugerem as três proposições. Essa participação, no entanto, não se limita à esfera municipal. Ela é estendida às três esferas governamentais, como melhor estabeleceu o PLS nº 67, de 2000.

Por outro lado, merece acolhimento a idéia sustentada pelo PLS nº 83, de 2000, e PLS nº 123, de

2000, de prever a participação sindical e de associações de pais na escolha, respectivamente, dos representantes dos professores, diretores de escola, funcionários e dos próprios pais.

Não nos parece adequada a sugestão apresentada no PLS nº 83/2000 sobre a presença, na composição dos conselhos municipais, de representante do Ministério Público Estadual, pois haveria incompatibilidade entre o universo de entes municipais e o de procuradores estaduais. Contudo, são acolhidas as suas propostas de prever o critério de reputação ilibada como requisito de indicação para o conselho, bem como a vedação do exercício de sua presidência pelo representante do Poder Executivo responsável pela gestão dos recursos do Fundo.

O substitutivo aproveita a sugestão do PLS nº 67, de 2000, de explicitar a efetividade da ação dos conselhos na avaliação periódica do Fundef a ser feita pelo MEC. Foi igualmente mantida a idéia de explicitar as sanções legais aplicáveis a eventuais infratores das normas que regem o Fundo.

Convém acolher também a proposta do PLS nº 67, de 2000, e do PLS nº 83, de 2000, de prever a produção pelos conselhos de relatórios periódicos de suas atividades. Entre a periodicidade anual e trimestral sugeridas, propomos que elas sejam pelo menos semestral. Por outro lado, não nos parece adequado exigir que constem desses relatórios informações próprias da Secretaria de Educação ou de órgão equivalente na esfera do Executivo.

A fim de reforçar a publicidade das contas do Fundo e, por conseguinte, de sua fiscalização, foram aproveitadas as sugestões contidas no PLS nº 126, de 2000, de facilitar o acesso do Ministério Público e da população em geral aos registros e demonstrativos do fundo. Também foi acolhida sugestão conexa no PLS nº 67, de 2000, de prever a publicação dessa documentação na imprensa ou sua fixação em locais públicos, no caso dos pequenos Municípios.

No que concerne aos critérios para a distribuição de recursos do Fundo, merece apoio a proposta do PLS nº 83/ 2000, de explicitar a situação dos jovens e adultos matriculados em classes presenciais do ensino fundamental. Entretanto, apenas os estudantes de educação especial de escolas públicas de ensino fundamental podem ser computados nos cálculos do Fundef, não cabendo a inclusão daqueles de escolas particulares, ainda que sem fins lucrativos e mantidas parcialmente com recursos públicos.

Os critérios estipulados na lei para o cálculo do valor anual por aluno já são bem claros. As sugestões do PLS nº 67/2000 repetem, sem qualquer mecanismo, que se assegurem princípios já observados pela lei – a valorização do magistério, art. 7º, e a garantia do padrão de qualidade no ensino, art. 13.

O substitutivo também não incorpora a sugestão do PLS nº 67/2000, de prever ajustes na distribuição dos recursos do Fundo antes do final de cada exercício, de acordo com os dados do censo do ano correspondente.

Ao contrário da expectativa desse projeto, o censo escolar constitui um processo relativamente longo e, para serem mais fidedignos, seus dados apenas devem ser enviados pelas escolas após o início do período letivo. Depois, eles precisam ser cuidadosamente checados com o objetivo de evitar falsificações. O resultado final apenas aparece no segundo semestre. Estipular novos coeficientes de distribuição de recursos no final do ano seria contraproducente para o fechamento das contas dos entes federados.

No que diz respeito aos coeficientes de distribuição, a situação revela-se menos problemática do que tendem a imaginar. As distorções que se manifestaram nos anos iniciais do funcionamento do Fundef, acarretadas pelo cômputo das matrículas do censo do ano anterior, reduziram-se significativamente em vista da tendência de estabilização nas transferências de matrículas entre as redes estaduais e municipais. Também seria contraproducente elaborar novo coeficiente no início de cada exercício para corrigir aqueles utilizados no ano anterior por conta de variações, na maior parte das vezes, consideravelmente reduzidas.

Cumpre lembrar, ainda, que o parágrafo 9º do art. 3º da Lei do Fundef prescreve que, caso Estados e Municípios celebrem convênios para a transferência de alunos entre suas redes escolares, será prevista a transferência imediata de recursos correspondentes aos números de matrículas assumidas.

Quanto à complementação federal, para que ela seja precisa, é necessário considerar a efetiva arrecadação das receitas vinculadas ao fundo, dado que apenas se pode obter no exercício seguinte, quando os estados enviam informações sobre a efetiva arrecadação do ICMS em seus territórios.

Assim, o Decreto nº 2.264, de 1997, que regulamenta a Lei nº 9.424/96, determina que o Ministério da Fazenda calculará, após cada exercício, o valor da complementação federal, tendo por base a efetiva arrecadação, com o fim de promover os ajustes necessários entre a União e os entes federados.Desse modo, os estados e municípios beneficiados pela complementação da União estão sujeitos a terem compensações negativas ou positivas em suas contas.

Julgamos válida, por sua vez, a sugestão contida no PLS nº 67/2000 de prever o repasse de 1/12 dos recursos federais a título de complementação do fundo. Já a criação de duas contas, uma para o pagamento dos profissionais do magistério e outra para as demais despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, constitui medida administrativa que deve ser da iniciativa de cada ente federado e não configura garantia de aplicação adequada dos recursos. Além disso, criaria uma camisa-de-força para os administradores, pois ao longo do exercício podem ocorrer variações nas aplicações destinadas a cada encargo, como se dá, por exemplo, na época de pagamento do 13º salário dos professores.

O substitutivo acolhe a sugestão do PLS nº 83/2000 de explicitar a possibilidade de pagamento dos professores que desenvolvam atividades de suporte pedagógico diretas à docência com os recursos subvinculados pelo art. 7º da Lei 9.424/96.

Na verdade, a Emenda à Constituição nº14/96 dispõe sobre a remuneração de professores que trabalham, efetivamente, em atividade de magistério. Porém, a Lei nº 9.424/96 não observou essa decisão e substitui os termos "professores" por "profissionais do magistério". Sabe-se que a legislação tem considerado como próprias do magistério outras funções de apoio ao ensino exercidas por profissionais que não são professores. Portanto, a lei acaba de ampliar aquilo que a Constituição restringe, o que configura descumprimento do texto constitucional. Isso se refere, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a outros profissionais que não têm a qualificação específica do magistério.

A Emenda nº 14/96 fala, ainda, em efetivo exercício do magistério. Está claro que a intenção dos autores dessa mudança constitucional é de distinguir entre os professores que efetivamente lecionam ou exercem atividade de suporte diretamente relacionada à docência e aqueles cedidos a órgãos alheios à educação ou que executam trabalhos burocráticos nos órgãos da administração do sistema de ensino. A medida visa, exatamente, prestigiar a docência e desestimular o desvio de função responsável pelo inchaço da burocracia educacional. Por isso, o substitutivo impõe limites no que concerne aos 60% dos recursos de que trata o art. 7º da Lei para o cômputo de professores que desenvolvem tarefas de apoio direto à docência. Isso não significa, contudo, a desvalorização do papel dos demais profissionais da educação, apenas fica determinado que, para o pagamento de sua remuneração, devem ser usados os outros 40% da composição do fundo. Vale ressaltar que essas propostas sobre o pagamento dos professores têm, ainda, o mérito de evitar as interpretações diferentes que os tribunais de contas têm emitido a respeito do assunto.

Por fim, o substitutivo evita dispor sobre a qualificação dos docentes leigos, como propõe o PLS nº 83/2000, uma vez que já foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado, com emenda do relator, o PLS nº 448/1999, também de iniciativa do Senador Luiz Pontes, que trata da mesma matéria.

Apesar de não terem exatamente o mesmo conteúdo, ambas as proposições são coincidentes no objetivo de especificar que a habilitação dos professores leigos, com parcela dos recursos subvinculados à remuneração docente, deve ser feita por instituições que tenham garantia de credibilidade.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação da matéria na forma do projeto de lei substitutivo apresentado a seguir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O voto e o parecer do Senador Leomar Quintanilha são pela aprovação da matéria.

Em discussão o item nº 4.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço vista dada a complexidade da matéria, pois preciso estudá-la mais.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedido vista. Alguém quer vista coletiva? Concedido vista, então, ao Senador, no prazo regimental.

Voltamos ao item nº 1 da pauta, cujo Relator é o Senador Tião Viana.

Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a matéria tem votação terminativa na Casa. É uma matéria de autoria do eminente Senador Lúcio Alcântara, que, hoje, governa o Estado do Ceará. Ela teve, em sua evolução de processo legislativo, um substitutivo do Senador Roberto Requião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido ampla e exaustivamente debatida por outros Senadores naquela Comissão.

Tivemos mais de cinco audiências públicas tratando deste tema, um tema que levou a uma sedimentação do assunto, visto que o referido assunto exige maturidade. A matéria que trata da reprodução humana, ou seja, de casais inférteis que procuram recursos de reprodução assistida, tal como a inseminação artificial, não possui uma regulamentação efetiva, pois a legislação existente sobre a matéria é do início dos anos 90: uma portaria e uma resolução do Con-

selho Federal de Medicina. Havia, portanto, essa dívida do Parlamento brasileiro.

Nesse sentido, dediquei-me exaustivamente ao tema e procurei tratar do assunto com a sociedade organizada de uma maneira aberta. Assim, além dos debates com a sociedade que atua na área da genética, da reprodução clínica, dos Direitos Civil, Penal e Constitucional, procuramos fazer uma média ponderada da legislação de países, tais como Espanha, Canadá, Estados Unidos, França, Austrália, Reino Unido, tirando um aprendizado daquelas legislações e procurando elaborar um substitutivo à altura do Senado Federal e podermos legislar sobre o assunto.

O meu apelo, portanto, é no sentido de aprovarmos esta matéria aqui no Senado Federal, para que ela possa seguir para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O parecer do Senador Tião Viana é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem queira peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Tião Viana.

Gostaria de informar as Srªs e aos Srs. Senadores que a decisão é terminativa.

Vamos fazer a votação nominal.

(Procede-se à votação)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, voto com certa tranqüilidade com o Relator, considerando o estudo profundo que fez da matéria e também a origem da questão que estamos tratando, que é um projeto do Senador Lúcio Alcântara, que foi cuidadosamente elaborado. Voto com o Relator, portanto.

(Continua o processo de votação)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nós temos ainda um voto para o Bloco. Assim, ou o Senador Flávio Arns ou o Senador Sibá Machado tem que votar, já que já computei como suplente o voto do Senador Tião Viana.

A matéria foi aprovada com 15 votos "sim".

Antes de prosseguir a pauta normal, colocarei uma matéria extrapauta, em decorrência do pleito do Senador Tião Viana e da rápida diligência do Senador Mão Santa que, como Relator da matéria, de ontem para hoje, apresentou relatório a respeito da comercialização de soro antiofídico, extremamente importante para o País mais especialmente para a Amazônia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, há um pedido do Ministério da Saúde para que também o item VII, de minha autoria, que se refere à assistência farmacêutica no Brasil, seja retirado para mais um estudo, já que nós estamos em uma nova equipe de Governo. Eu acatei entendendo que a matéria voltará em tempo oportuno para o plenário da Comissão.

Solicito a V. Exª que acolha o pedido de retirada de pauta do item VII.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tento em vista a extrema boa vontade de colaborar com o Governo da Comissão e da Presidência, eu retiro de pauta, atendendo o pleito de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, Relator do projeto que dispõe sobre a produção e importação do soro antiofídico.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Romero Jucá, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é com grande satisfação que relato esse trabalho, porque se trata de um problema saúde. E o meu contentamento é grande para mostrar o significado desta Casa nos momentos de hoje.

No primeiro Senado da República havia 44 brasileiros – 22 magistrados, 1 advogado, 10 militares, se não me engano, 7 eclesiásticos e 2 médicos. O Senado de hoje tem seis médicos, o que significa dizer que os problemas de saúde serão bem encaminhados. Entendo que os mais angustiantes problemas da humanidade são os de saúde.

Então, há seis médicos que engrandecem esta Casa, mostrando a evolução não só em quantidade, mas também em qualidade. O mais velho, o Senador Antonio Carlos Magalhães, um patrimônio da política e do Nordeste, na vida pública fez grande avanços na ciência médica. Nós que somos médicos do Nordeste testemunhamos a grandeza da ciência médica na Bahia. Depois, vêm os Senadores Mão Santa – já estou ficando velho, eu nunca pensei que fosse o segundo -, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Papaléo Paes e Tião Viana. E o contentamento é maior quando se vê que o mais novo se dedica com tanta grandeza aos problemas de saúde, fazendo da ciência médica a mais humana das ciências e um médico o bem feitor da humanidade.

Então, é o projeto de lei do nosso Senador Tião Viana, que trata de um problema antigo, a produção de soro antiofídico. E ninguém melhor do que S. Exª

para dispor sobre esse assunto, porque onde tem cobra é lá na mata da Amazônia.

Dou meu testemunho médico formado há muitos anos, em 1966. Esse problema é complexo e foi evoluindo. Antigamente, existia um soro para cada cobra. Depois, com a evolução, elaborou-se um soro polivalente que facilitou a nós, médicos que não somos especialistas do assunto. E o Senador Tião Viana simboliza todo esse avanço da ciência médica. O soro antiofídico tem que ser aplicado.

Complementando, o médico Lúcio Alcântara, meu colega de turma, constatou que ocorrem, por ano, mais de vinte mil picaduras de cobra, a maioria no Amazonas, por informações de médicos do Amazonas. Eu mesmo enfrentei esse problema. E o soro está ultrapassado, ele precisa, para a sua conservação, se colocar em geladeiras, frigoríficos e tal. Todavia, nas áreas onde ocorrem a maioria das picaduras de cobra não há essa aparelhagem. Em muitas delas, pela grandeza do Brasil e principalmente do Amazonas, não há sequer energia elétrica. Conseqüentemente, falta essa aparelhagem e o soro para aqueles que mais necessitam, o homem do campo, o trabalhador das matas.

O autor do projeto pede uma modernização, que algum percentual desse soro, polivalente, antiofídico, seja liofilizado, que passe por esse processo que o solidifica, como ocorre com qualquer injeção, como a penicilina.

Diante daquilo que é mais significativo, a vida humana, esse discurso é muito pequeno, porque, desses vinte mil que sofrem um acidente ofídico, muito mais de uma centena morre e outros, aqueles que conseguem escapar, ficam com seqüelas neurológicas graves.

Então, esse projeto do médico e legislador, Senador Tião Viana, é muito justo, muito oportuno. Passo a ler o parecer.

O projeto de Lei nº 170, de 2002, de autoria do Senador Tião Viana, estabelece, no seu art. 1º, que, no mínimo, 50% das doses do soro antiofídico importado, ou produzido no País, deverão estar sob a forma liofilizada.

O parágrafo único define que o soro antiofídico será comercializado obrigatoriamente, em conjunto com medicamento anti-histamínico e bula com orientações sobre a aplicação e conservação dos produtos.

O art. 2º da proposição prevê o início da vigência da norma para dois anos após a data da publicação.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Sociais, a qual caberá decisão terminativa sobre a matéria. No prazo regulamentar não foram apresentadas emendas.

Análise.

O tratamento dos acidentes ofídicos, com o uso de soro apropriado, já é conhecido da medicina há muitas décadas. No Brasil, o Sistema Único de Saúde disponibiliza gratuitamente o soro antiofídico às vítimas dos acidentes. Ainda assim, registra-se um número significativo de óbitos causados por acidentes ofídicos, além de seqüelas incapacitantes em algumas das pessoas que sobrevivem ao ataque. Grande parte desses óbitos e lesões graves poderia ser evitada com a instituição da terapêutica adequada em tempo hábil; mas o início do tratamento é freqüentemente retardado em função da indisponibilidade do soro antiofídico nas proximidades do local do acidente.

A limitação do acesso da população ao soro não se dá por escassez do mesmo, mas pela dificuldade na conservação do produto, atualmente distribuído pelo SUS, que precisa ser mantido sob temperatura baixa e constante. Dessa forma, como a maioria dos acidentes ofídicos acontece na zona rural, distante dos refrigeradores do serviço de saúde, as vítimas têm que se deslocar por grandes distâncias até receberem o tratamento soroterápico.

A produção do soro sob a forma liofilizada, ainda que não altere a eficácia do medicamento em si, representará um grande salto qualitativo na assistência às vítimas de acidentes ofídicos no Brasil. Esses produtos seriam preferencialmente destinados a regiões mais longínquas e sem estruturas para manter o soro comum sobre refrigeração.

O projeto de lei em análise prevê ainda a distribuição do soro em conjunto com medicação anti-histamínica. Tal medida é plenamente justificada pelo risco de reações anafiláticas, secundárias à administração do soro antiofídico.

O único óbice, em relação ao projeto está na ementa. Do modo como está escrita, dá uma idéia errônea do âmbito da lei, passando a impressão de uma lei mais ampla que define toda a regulamentação sobre a produção e importação do soro antiofídico. Em verdade, a lei limita-se a definir o percentual mínimo que deve estar sob a forma liofilizada.

Por fim, além de ter mérito indiscutível, o PLS nº 170, de 2002, apresenta-se em conformidade com as exigências de constitucionalidade e juridicidade.

Voto.

Em vista do exposto e considerando que o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, possui inegável mérito e atende os requisitos de constitucionalida-

de e juridicidade, o voto é por sua aprovação, com a seguinte emenda:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, a seguinte redação: "Dispõe sobre o percentual mínimo do soro antiofídico distribuído no País, que deve estar sob a forma liofilizada".

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. A votação é nominal, por se tratar de matéria terminativa.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com 15 votos favoráveis, a matéria está aprovada.

Já que alguns Srs. Senadores precisam se ausentar, antes de retomar a pauta, eu gostaria de expor um assunto que entendo ser importante e que precisa ser definido pela maioria da presença dos Senadores, que é exatamente a constituição das quatro subcomissões que definimos na reunião passada.

Tendo em vista que praticamente todos os Líderes já encaminharam o nome dos membros, a não ser para a Subcomissão Temporária do Idoso*, em que há uma vaga do PDT ainda não indicada, para a qual a Presidência indicará o Senador Alvaro Dias – não que seja idoso, mas, pelo contrário, com a sua juventude irá colaborar com a Comissão.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR) – Tem que se pensar no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – E, na Subcomissão Temporária dos Portadores de Deficiência Física, há uma vaga do PPS em aberto, para a qual estamos indicando o Senador Mozarildo Cavalcanti, já que a Senadora Patrícia Saboya Gomes já está na Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude*.

Com essas quatro Subcomissões constituídas, quero fazer uma sugestão. Na verdade, a designação de Presidente, Relator e Assessor de Subcomissões não é uma tarefa do Presidente, é uma votação. Mas, tendo em vista que fui procurado por vários Senadores – alguns são autores de requerimentos e expressaram também a sua vontade no sentido de ter participação mais direta –, quero propor à Comissão uma composição para que efetivamente avancemos na constituição das Subcomissões e estas possam começar a trabalhar.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem sobre a nomenclatura da Subcomissão Temporária dos Portadores de Deficiência Física. Parece que o nome correto seria "portador de necessidades especiais".

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É verdade. V. Exª tem toda a razão. Começamos consertando o nome, porque a forma correta é a que V. Exª acaba de dizer.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só quero expor uma situação em relação à questão de ordem. Na verdade, poderia ser "pessoa portadora de necessidades especiais", conforme determina a LDB, mas nada impediria que fosse "pessoa portadora de deficiência", terminologia usada na Constituição Federal e aceita mundialmente sem dificuldades. Há muitas restrições, inclusive, em relação aos cegos e mudos, que preferem dizer que são portadores de cegueira e de surdez a serem chamados de pessoas portadoras de necessidades especiais. Então, a terminologia "necessidades especiais" também tem por parte das pessoas integrantes uma restrição. Elas preferem falar que são cegas, surdas ou possuidoras de deficiência física: paraplegia, tetraplegia, etc. Mas nada impede que seja "necessidades especiais". Sempre digo que o mais importante é as pessoas serem tratadas com muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a fala do Senador Flávio Arns, mas entendo que talvez devêssemos seguir a sugestão do Senador Eurípedes Camargo de ajustar o nome da Comissão.

A proposta seria a seguinte: Comissão Temporária do Idoso, com o Senador Sérgio Cabral como Presidente e o Senador Leomar Quintanilha, que foi Presidente na Legislatura anterior e possui experiência sobre a questão, como Relator. Subcomissão Temporária de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com o Senador Flávio Arns como Presidente e o Senador Eduardo Azeredo como Relator, já que manifestou intenção de colaborar com essa questão. Comissão Temporária da Saúde, com o Senador Papaléo Paes, autor do requerimento e também do Bloco, como Presidente e o Senador Mão Santa como Relator, já que S. Exª é médico e representaria o PMDB nessa composição. Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a Senadora Lúcia Vânia, autora do primeiro requerimento, como Presidente e a Senadora Patrícia

Gomes, autora do segundo requerimento, como Relatora. Nesse caso, não estamos cumprindo a questão matemática da divisão da relatoria e sub-relatoria, mas entendo que a Senadora Patrícia Gomes, sem dúvida, com muito brilhantismo faria esse trabalho.

São essas as sugestões para a discussão e debate entre os membros da Comissão.

Em discussão a proposta de composição das comissões e subcomissões.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Há requerimentos de autoria do Senador Romero Jucá e da Senadora Ana Júlia, para que o Ministro Miguel Rosseto seja convidado a comparecer ao Plenário da comissão, a fim de discutir questões da reforma agrária.

Coloco em votação os requerimentos, transformados em um só, para a presença do Ministro da Reforma Agrária.

As Srªs e o Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há o requerimento do Senador Álvaro Dias, que solicita a presença do Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, Sr. Francisco Semeão, na oitiva da Comissão de Assuntos Sociais, em reunião em que será ouvida a Ministra Marina Silva.

Gostaria de fazer uma ponderação para ajudar na discussão. Estamos discutindo a convocação de vários Ministros, procurando circunscrever a audiência a posições do Governo. Se trouxermos outros segmentos para debater com os Ministros, terminaremos criando, em muitos casos, situações em que os debates se diluirão. A idéia inicial seria ouvir a posição oficial do Governo sobre a questão dos pneus e, posteriormente, em outra reunião, convidaríamos a indústria de remodelagem de pneus, a indústria do próprio pneu e também, por exemplo, o Denatran e o Ministério da Justiça para discutirem a questão da segurança. Enfim, faríamos uma discussão técnica, mas já tendo, como pano de fundo, a posição do próprio Governo.

Então, pondero ao Senador Alvaro Dias que talvez fosse mais produtivo se aprovássemos o requerimento não para fazer a audiência da Ministra Marina Silva, mas, sim, para deixar que S. Exª expusesse a proposta do Ministério, para depois, com vários segmentos, fazermos especificamente essa discussão. Fica a sugestão a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é claro que acolho a pretensão de V. Exª, embora entendo que o debate seria mais apropriado. Creio que teríamos uma visão mais clara se pudéssemos confrontar posições. Não sei se há confronto de posições neste caso. Não posso antecipar o julgamento, não conheço a posição de cada parte em profundidade. Mas este é um assunto complexo e que exige audiência das partes, já que, se, de um lado, existe a necessidade inadiável e irrevogável da preservação do meio ambiente – que trata de preservar a própria vida -, há a exigência de compatibilizá-la com o interesse do progresso econômico. Não podemos ignorar que, neste caso, há interesses subjacentes de empresas multinacionais do pneu e, de outro lado, o interesse social da geração de empregos. Há ainda um trabalho de preservação ambiental, que conheço particularmente no Paraná, liderado exatamente por quem instalou lá uma indústria que gera milhares de empregos.

Sr. Presidente, por essa razão, entendemos ser conveniente a convocação do representante da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados. Insisto que seria ideal que o debate se estabelecesse em conjunto, até porque o Governo não pode, de forma alguma, recusar-se ao debate. Tenho certeza de que, sobretudo a Ministra Marina Silva, que conhecemos bem, não teria receio de qualquer tipo de debate. Ao contrário, S. Exª tem gosto, é afeita ao debate e se sente bem com ele. Mas, de qualquer maneira, prevalece a orientação de V. Exª, que tem a responsabilidade de conduzir os trabalhos desta Casa. Acataria, sem problema algum, se esse for o desejo e a orientação de V. Exª para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero então pactuar um compromisso de atuação com o Senador Alvaro Dias: poderíamos aprovar o requerimento, fazer a segunda reunião, e depois, se efetivamente houver discrepância com a posição da Ministra Marina Silva, poderemos convidá-la especificamente para esclarecer essa questão. Na verdade, com a vinda de S. Exª, esse assunto será tratado, mas também outros referentes à exposição do próprio Ministério. Como será o primeiro comparecimento de S. Exª, como Ministra, na Comissão, será uma exposição mais genérica. Posteriormente, poderemos fazer a discussão específica.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR) – Sem problemas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em votação o requerimento do Senador Alvaro Dias. (Pausa)

Aprovado o requerimento, que iremos complementar com mais algumas entidades no sentido de ampliar o debate.

O último requerimento é do Senador Flávio Arns, pedindo que, para o PLS nº 237, de 2002, constante do item 8 da pauta, seja recebida a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto trata da regulamentação de carreira, e, portanto, o Senador Flávio Arns entende que deve haver um parecer da CCJ.

Em discussão o requerimento do Senador Flávio Arns. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Não há mais quorum para decisão terminativa, para votação nominal, e o pouco de matérias que restam são terminativas. Não sei se algum Senador gostaria de usar a palavra para alguma consideração. Caso contrário, encerraria a reunião da Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, penso que certas coincidências de horário acabam prejudicando as duas comissões. Poderia haver um entendimento com a Presidência do Senado. Por exemplo, sou membro do Conselho de Ética, que marcou horário das reuniões para as 10h de hoje. Como foi a segunda ou terceira reunião, tudo bem, mas poderia haver algum tipo de acordo para que as reuniões fossem em horários diferentes das reuniões de comissão, porque senão todas as comissões ficarão prejudicadas, exigindo-se a presença dos Senadores em vários locais ao mesmo tempo. Se pudesse haver algum entendimento com o Senador Juvêncio da Fonseca no sentido de alertar para que o horário ficasse para depois da Ordem do Dia ou em outro horário. O objetivo é maximizar a presença.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Procuraremos compatibilizar os horários, mas, na verdade, já avançamos muito porque transferir a Ordem do Dia de quinta-feira para a tarde foi uma conquista no sentido de termos um espaço para fazermos as reuniões das Comissões de Assuntos Sociais e de Relações Exteriores. V. Exª pondera uma questão que iremos tratar.

Como último aviso gostaria de registrar que o convite do Ministro José Graziano para uma audiência conjunta da Comissão de Assuntos Sociais, Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos está confirmado para a próxima quarta-feira, às 10 horas da manhã, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é um plenário com um espaço maior que este.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h e 14min.)

Ata da Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, Sétima Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos e Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 26 de março de 2003, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e cinqüenta e oito minutos, do dia vinte e seis de março de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a presidência dos Senhores Senadores **RAMEZ TEBET, EDISON LOBÃO e ROMERO JUCÁ,** em sessão conjunta, para a realização de Audiência Pública, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores **JOSÉ JORGE, JOÃO ALBERTO DE SOUZA, PAPALÉO PAES, DEMÓSTENES TORRES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, RODOLPHO TOURINHO, CÉSAR BORGES, JUVÊNCIO DA FONSECA, MOZARILDO CAVALCANTE, TASSO GEREISSATI, LEONEL PAVAN, ALOIZIO MERCADANTE, ANA JÚLIA CAREPA, MARCELO CRIVELA, SERYS SLHESSARENKO, EDUARDO SUPLICY, JEFFERSON PERES, AELTON FREITAS, EFRAIM MORAES, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, VALDIR RAUPP, SIBÁ MACHADO, JONAS PINHEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, DELCÍDIO AMARAL, PAULO OCTÁVIO, ROBERTO SATURNINO, MAGNO MALTA, GILBERTO MESTRINHO, PEDRO SIMON, LUIZ OTÁVIO, NEY SUASSUNA, ANTERO PAES DE BARROS, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, ALMEIDA LIMA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, JOÃO BATISTA MOTTA, EURÍPEDES CAMARGO,**

FLÁVIO ARNS, JOÃO CAPIBERIBE, ÍRIS DE ARAÚJO, AMIR LANDO, RENAN CALHEIROS, JOSÉ AGRIPINO, RENILDO SANTANA, ROSEANA SARNEY, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO JOSÉ MARANHÃO e SÉRGIO GUERRA. A Senhora Senadora **FÁTIMA CLEIDE** justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, **MINISTRO JOSÉ FRANCISCO GRAZIANO DA SILVA**, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério. O Senhor Ministro faz uso da palavra para a sua exposição inicial. Participam das interpelações ao Senhor Ministro, os Senhores Senadores **ROMERO JUCÁ, EDUARDO SUPLICY, AMIR LANDO, JEFFERSON PERES, EFRAIM MORAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ARTUR VIRGÍLIO, ALOIZIO MERCADANTE, MÃO SANTA E CÉSAR BORGES.** Em virtude da eminência do início da sessão plenária do Senado Federal e do número de Senadores inscritos para interpelar o Senhor Ministro, o Senhor Senador Aloizio Mercadante propõe que a audiência pública seja encerrada e retomada em uma data futura para que os Senadores inscritos possam interpelar o Senhor Ministro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romero Jucá**, Presidente da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a sexta reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a quarta reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da primeira Sessão Legislativa Ordinária da qüinquagésima segunda legislatura. Esta é uma reunião conjunta das três Comissões(CCJ, CAS e CAE) com o objetivo de ouvirmos a exposição do Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, Sr. José Graziano, que vai discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério, em atendimento aos Requerimentos nº 10, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; nº 3 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Amir Lando; e nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Romero Jucá e da Senadora Fátima Cleide.

O Ministro José Graziano já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço aos Srs. Senadores Papaléo Paes e Aloizio Mercadante que introduzam o Ministro no plenário da Comissão.

Srªs e Srs. Senadores, de acordo com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as normas de conhecimento de todos. S. Exª, o Sr. Ministro, terá trinta minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, dando preferência, inicialmente, aos autores dos requerimentos e, depois, pela ordem de inscrição, intercalando-se de acordo com os partidos políticos. O interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado e ainda haverá a réplica de dois minutos e a tréplica com igual tempo.

Sr. Ministro José Graziano, em nome das três Comissões, tenho a honra de recebê-lo aqui. Veja V. Exª que o convite a que V. Exª acedeu para aqui comparecer foi feito pelas três Comissões em conjunto, dado o grande interesse pela exposição de V. Exª.

Concedo-lhe, então, a palavra pelo prazo de trinta minutos.

Há um telão na sala nº 15, a fim de que a exposição possa ser acompanhada por um maior número de pessoas.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente Ramez Tebet, Exmºs Srs. Senadores e Srªs Senadoras, senhores e senhoras presentes, inicio a minha exposição nesta Casa com um agradecimento especial ao Senador Almeida Lima que, gentilmente, retirou o seu pedido de censura a propósito de uma frase infeliz que pronunciei num depoimento na Fiesp, no início do mês de fevereiro. Lamentavelmente, essa frase, que foi apressadamente construída, na ânsia de enfatizar o argumento de que é preciso dar prioridade ao desenvolvimento do interior do Nordeste, deu margem a que se estabelecesse uma relação indevida entre migração e violência. Pior do que isso, ela deu margem a que se estabelecesse uma odiosa insinuação de separação entre nós e eles, própria de pessoas preconceituosas.

Tentei, na mesma ocasião, corrigir esse meu erro. Fiz uma declaração à imprensa, depois lancei uma nota por escrito, imediatamente, desautorizando

essa ilação. Mas, infelizmente, a frase foi pinçada do meu depoimento e propagada pela televisão para todo o País e gerou uma justa reação de indignação.

Queria, aqui, reiterar a todos aqueles que se sentiram atingidos, indignados, o meu pedido de desculpas por essa frase infeliz e dizer que ela não reflete o que penso e o que tenho feito ao longo da minha vida.

Gostaria de, a partir de agora, ter oportunidade de expor, nesta Casa, as atribuições e as ações que estamos desenvolvendo no Ministério de Segurança Alimentar, o Mesa, e a concepção do Programa Fome Zero. Esse programa já extravasou as fronteiras do País e tem sido objeto de debate em alguns fóruns internacionais.

Agradeço, de antemão, a oportunidade que essas três Comissões, conjuntamente, me oferecem de expor, sucintamente, um programa que, infelizmente, tem sido exposto à mídia apenas nos seus pontos polêmicos, sem uma apresentação mais sistemática da sua concepção.

As atribuições do Ministério de Segurança Alimentar, criadas pela Medida Provisória de 1º de janeiro deste ano, são, basicamente, seis: formular e implementar a política nacional de segurança alimentar e nutricional; articular a participação da sociedade civil nessa política de segurança alimentar; promover a articulação entre os programas do Governo Federal e os vários âmbitos de Governo Municipal e Estadual com a sociedade civil; acompanhar e supervisionar essas ações; apoiar a constituição e a implementação do Consea e dos Conseas estaduais e municipais, e, por fim, gerir o fundo de combate à pobreza.

Gostaria de dizer, a título de introdução, que esse conjunto de ações que se consubstancia no que tem sido chamado pelo nome fantasia de Programa Fome Zero é um programa em construção. Estamos tendo a difícil missão, para usar uma expressão corriqueira, de trocar de roupa andando, mas poucos projetos têm sido tão amplamente debatidos como o Programa Fome Zero.

Na data do seu lançamento, em agosto de 2001, no Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Senador Suplicy, aqui presente, teve a oportunidade de ser um dos primeiros a iniciar o debate, juntamente com D. Mauro Morelli, presente no ato de lançamento. Temos, todo tempo, debatido esse programa, ao longo da campanha, nestes primeiros meses de Governo, e quero reiterar que estamos abertos a sugestões.

Esse não é um programa, na nossa concepção, de um partido político. A sua construção, o início dos projetos no Instituto Cidadania foi oferecido a toda a sociedade brasileira e foi lançado, aqui no Senado Federal, pelo então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 17 de outubro do ano passado.

Estamos procurando incorporar todos os bons exemplos e os programas já em andamento, tanto é que a base de ação do programa, que é o Programa Cartão Alimentação, deriva de uma rica experiência adotada pelo Governador Marconi Perillo, de Goiás, na implementação do seu Programa Renda Cidadã. O argumento central do programa é que procura dirigir os gastos, particularmente em um ano de profundas restrições orçamentárias, para um segmento que tem uma reconhecida capacidade ociosa e capacidade de gerar ocupação e renda, que é a agricultura familiar.

Estamos convencidos, hoje, de que o que impede o crescimento do setor agrícola no Brasil são as restrições de mercado. De um lado, as restrições dos mercados externos às nossas exportações pelo protecionismo praticado pelos países envolvidos; e, de outro, o baixo poder aquisitivo de boa parte da população brasileira. Portanto, o nosso diagnóstico da fome não é que falta produção, pelo contrário, temos uma capacidade produtiva ociosa altíssima em alguns segmentos, principalmente da agricultura familiar, mas falta renda, falta possibilidade de o trabalhador e daqueles desempregados, daquela população ocupada ou subocupada, encontrar esses alimentos disponíveis em uma quantidade e qualidade que permitam sua alimentação adequada.

Este é o objetivo do programa: dirigir os gastos para o setor. Por essa razão, não damos tanta ênfase ao problema da focalização desses gastos, pois consideramos que é uma questão menor em um País onde a pobreza está disseminada a pelo menos um terço da população e está entranhada em todas as regiões brasileiras, das mais pobres às mais ricas.

O nosso desafio, o desafio a que o Governo Lula se propôs é superar essa dicotomia entre o crescimento econômico e a distribuição de renda, de modo a promover um mecanismo de crescimento que contenha endogenamente um mecanismo de inclusão social.

Em resumo, queremos encontrar uma maneira de romper o ciclo vicioso que realimenta a exclusão social, crescendo e, ao mesmo tempo, combatendo essas causas estruturais da miséria.

Por que escolhemos a fome como elemento para romper esse círculo vicioso? A fome é, a nosso ver, a causa e, ao mesmo tempo, a conseqüência da pobreza. Uma criança com fome pode ir à escola,

mas não aprende; uma mãe com fome não consegue alimentar o seu filho, um homem ou uma mulher com fome não tem produtividade no seu trabalho. Também achamos que erradicar a fome é uma meta factível em um País que tem excedentes de produção agrícola. Não seria factível em um País com déficits alimentares, não é o caso, felizmente, do Brasil. E terceiro, a sociedade brasileira se mobilizou nesta luta e sem isso nenhum Governo, por mais que articulasse as suas ações nos diversos níveis, não conseguiria vencer essa guerra, que é o combate à fome.

Temos, portanto, como meta, implementar uma política de segurança alimentar, o que é mais do que combater a fome, isso é apenas o começo. Mas uma política de segurança alimentar implica em dotar todos os brasileiros de condições para ter, como diz o Presidente, três refeições ao dia, e todas com quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. São esses quatro atributos que compõem uma política de segurança alimentar. E em torno deles que construímos as ações do Ministério.

Primeiro, um conjunto de ações estruturais, pois estamos convencidos de que o que resolve o problema da fome realmente é ter a geração de emprego e renda. Esse é o objetivo fundamental a ser perseguido. E, para gerar emprego e renda, é preciso inúmeras ações. Não desconhecemos a necessidade dessas ações, mas não podemos esperar por isso. Além das ações estruturais, há a necessidade de um conjunto de ações específicas, algumas delas em caráter emergencial. E, para isso, o Ministério está implantando o programa do cartão-alimentação e o programa de banco de alimentos, que depende fundamentalmente de uma contribuição que está tramitando hoje, na Câmara, do Estatuto do Bom Samaritano, que já passou por esta Casa. Estamos implantando também um programa de restaurantes populares privados, um programa de educação alimentar e nutricional e um programa de apoio ao alto consumo alimentar.

Há ainda um conjunto de ações específicas que estão sendo articuladas pelo Ministério, em parceria com outros Ministérios do Governo: com o Ministério da Educação, a ampliação e o aperfeiçoamento do programa da alimentação escolar, que já teve início; com o Ministério do Trabalho, a ampliação do programa de alimentação do trabalhador; com o Ministério da Saúde, a ampliação do programa bolsa-alimentação. E ainda estamos estudando, na Câmara de Políticas Sociais, a integração e convergência dos programas de transferência de renda que hoje existem no País.

Além disso, estamos em contato com os Municípios e Estados no sentido de articular as ações do programa do Ministério com os que hoje já são desenvolvidos por inúmeras cidades brasileiras no combate à fome e à exclusão social.

Eu gostaria, em seguida, de falar um pouco a respeito das ações que já estão sendo desenvolvidas pelo Ministério. Depois, vou discorrer sobre as ações que pretendemos implantar ao longo deste ano.

O balanço de oitenta e cinco dias de Governo mostra uma lista bastante razoável de ações para um Ministério que teve de ser constituído do nada, praticamente. Todo o arcabouço jurídico institucional do Ministério foi implementado junto com o início de suas ações. A primeira delas foi a implantação do Consea, que eu gostaria de destacar. O Consea, para nós, é muito importante, porque é o canal pelo qual a sociedade civil organizada participa das ações de segurança alimentar. Já implantamos o Consea federal e estamos, em conjunto com vários Governadores, implantando os Conseas estaduais. Já há seis Conseas criados, além dos dois que já existiam quando assumimos o Governo, que eram os de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, e, em fase de implantação, há outros três Conseas estaduais. Também já iniciamos a implantação de dois Conseas municipais e estamos em fase de orientação de outros tantos a serem implantados.

O Consea federal, em sua terceira reunião, ontem, aprovou a primeira recomendação, que foi um plano de safra para a agricultura familiar, em que procura assegurar, mediante um conjunto de ações, que a expansão da demanda resultante das várias ações da política de segurança alimentar que ora começam a ser implantadas seja prioritariamente destinada ao estímulo da produção local dos agricultores familiares, especialmente nas regiões mais desfavorecidas do País.

Também já iniciamos a ampliação da merenda escolar. A primeira ação nesse sentido foi um decreto do Presidente Lula equiparando o repasse à merenda escolar, que antes era de R$0,06, para R$0,13 para as crianças de quatro a seis anos de idade. Estamos com um grupo de trabalho em andamento, estudando a possibilidade de ampliação desses valores, bem como a incorporação das creches ao Programa da Alimentação Escolar. Estamos na fase de implantação do piloto do cartão de alimentação em Guaribas e Acauã, juntamente com o programa conjunto de alfabetização e de implantação de cisternas, para evitar que na próxima seca – que, infelizmente, as previsões dão como quase certa – não se tenha que recorrer,

nas mesmas proporções e no mesmo volume, ao uso de carros-pipas como se tem realizado até aqui.

Estamos, também, ultimando os mecanismos de expansão do Programa do Cartão-Alimentação para os Municípios – são 179 – dos Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha), Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. Ainda nesta semana, estarei lançando, no sábado, com a Governadora Wilma Faria, a ampliação do programa para os Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Nas próximas semanas, deve-se seguir a ampliação para os Estados de Pernambuco e Paraíba.

Uma quinta ação que queria destacar é a medida provisória que cria o cartão-alimentação e, no conjunto das ações do Governo Federal, institui ações de política de segurança alimentar, dando base legal para o Governo atuar nessa área.

Uma sexta, a cooperação assinada com o Sesc para ampliação do programa dos bancos de alimentos privados, traduzidos pelo nome de Mesa Brasil, a todos os Estados da Federação.

Estamos também atuando em conjunto com a Embrapa, na região do semi-árido, no sentido de difundir tecnologias de convivência com a seca e incentivo à valorização de culturas locais.

Estamos iniciando a licitação da compra de alimentos para atender a um conjunto de famílias em alto risco nutricional, identificadas como aquelas acampadas à espera da reforma agrária; aquelas que vivem nos lixões; famílias de algumas aldeias indígenas que ainda não têm terras demarcadas; e famílias de quilombolas que também não conseguiram regularizar a posse de suas terras.

Implantamos um grupo de trabalho, em cooperação com o IBGE e o IPEA, para que se possa definir no Governo – e esta também é uma das atribuições do Ministério – uma linha única que norteie todas as ações do Governo na área dos programas sociais.

Além disso, instalamos o Conselho de Acompanhamento do Fundo de Combate à Pobreza. Esse Conselho, que estava previsto desde a lei de sua criação, não havia sido ainda instalado, embora o Fundo já tenha mais de um ano de utilização de recursos.

Finalmente, estamos iniciando com as prefeituras, com o apoio dos governos e da sociedade civil, um mutirão contra a fome, que foi convocado pelo Presidente Lula no seu discurso de posse. Esse mutirão contra a fome tem um **call center** que está orientando as pessoas a respeito de como podem colaborar. Esse **call center** é fruto de longas discussões e reuniões com as várias empresas concorrentes do setor de telefonia fixa no País, que fizeram uma doação, por um ano, de um atendimento onde 900 pessoas treinadas fornecerão, a qualquer cidadão que disque, de qualquer lugar do Brasil, para o telefone 0800-7072003, as informações de como colaborar com o programa e com o mutirão, onde doar os alimentos, enfim, tudo que julgamos pertinentes às ações a serem desenvolvidas.

Além do **call center,** estamos também, em conjunto com a HP, disponibilizando um **site** interativo, em que desde as empresas e Prefeituras que queiram participar do programa, do mutirão, até aquelas pessoas que queiram doar ou saber onde podem receber uma cesta-básica ou um quilo de alimento, obter o local mais próximo de sua residência para ser atendido. Esse **site**, que é , funciona também em sincronia com outro **site** da sociedade civil, , no qual as empresas podem obter uma cartilha de sugestões de procedimentos que são considerados positivos para participar não apenas com uma doação pontual, mas assumindo um compromisso, ao longo deste ano e dos outros três anos de governo, de participar desse mutirão de combate à fome.

Também já temos abertas as contas para recebimento das doações, que até ontem totalizavam, dos depósitos na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, cerca de R$274 mil.

Quero aproveitar esses minutos finais para falar um pouco das próximas ações que estamos preparando e da importância que atribuímos a esse programa do mutirão. Para nós, o mutirão não é simplesmente um chamamento a essa doação pontual. Não queremos que o mutirão se transforme em gestos de simples caridade, embora consideremos fundamental que as pessoas tenham esse gesto de estender a mão para o próximo.

Queremos transformar o mutirão numa ação de mobilização social. Entendemos que a sociedade brasileira quer participar desse chamamento do Presidente. Entendemos que a sociedade brasileira tomou para si esse programa, essa luta. Entendemos que a sociedade brasileira já tem, ela mesma, inúmeras entidades organizadas que se dedicam, há muito tempo, a essas ações de combate à fome e que não devemos, não podemos e não queremos ignorá-las. Ao contrário, queremos fazer delas parceiras nessa luta. O Governo não tem a pretensão de ser ele quem vai dirigir essa luta de combate à fome. Queremos colaborar, queremos ajudar e o espírito do mutirão é fornecer os instrumentos de participação da sociedade, facilitar a vida daqueles que já fazem esse trabalho di-

uturnamente. Entendemos que isso é fundamental, ou seja, criar essa mobilização social em torno de um projeto de futuro, de um país sem fome, com menos desigualdade.

As próximas ações previstas, além dessa expansão do programa, pretendemos, até o final do ano, estender o Programa do Cartão-Alimentação para aproximadamente mil Municípios da região do semi-árido e do Norte do País. Esses Municípios com menos de 50 mil habitantes, que representam 90% dos Municípios brasileiros e 70% dos Municípios que têm IDH menor do que 0.7, reproduzem uma concentração importante da pobreza brasileira e da falta de segurança alimentar.

Estamos também acudindo, entre as famílias prioritárias, como já disse, as famílias acampadas. Ao programa de atendimento das famílias acampadas, deverá se seguir uma série de programas pilotos para acudir as famílias indígenas, especialmente nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, que foram identificados como os mais carentes, e as famílias convivendo em lixões, especialmente nas grandes cidades e áreas metropolitanas.

Também estamos dando prioridade à interação com o Ministério da Saúde, porque consideramos que um dos melhores programas, em termos de cadastro e do rigor com que as famílias são acompanhadas, é o Programa Bolsa-Alimentação, que hoje atinge apenas 175 mil famílias na região do semi-árido. Estamos trabalhando para que, no final do ano, tenhamos atingido cerca de 800 mil famílias integradas com o Programa Bolsa-Alimentação e o Programa Cartão Alimentação nas regiões prioritárias do País.

Finalmente, estamos em fase de elaboração, juntamente com a Radiobrás e várias emissoras privadas, de um programa de educação alimentar, que deverá instruir, especialmente as mães de famílias, na adoção de uma dieta mais variada, a fim de reforçar o uso de alimentos produzidos localmente, em apoio a um programa de produção de subsistência nas várias regiões do País. Queremos recuperar o valor das dietas regionais. Entendemos que, com isso, estaremos recuperando um pouco das culturas regionais perdidas nos últimos anos e enriquecendo a dieta das populações mais pobres.

Basicamente, são essas as ações que estamos desenvolvendo.

Coloco-me inteiramente à disposição de V. Exªs para responder a perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São autores de requerimentos os Senadores Romero Jucá, Fátima Cleide, Eduardo Suplicy e Amir Lando.

A Senadora Fátima Cleide enviou comunicado ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Romero Jucá, informando que, por problemas de saúde, está impossibilitada de comparecer à reunião que ora estamos realizando.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. Em seguida, concedo-a aos Senadores Eduardo Suplicy e Amir Lando, como autores de requerimento. Posteriormente, seguiremos a lista de inscrição, intercalando-se os oradores de acordo com os Partidos.

Cada Senador poderá usar da palavra por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Sr. Ministro José Graziano, primeiramente, gostaria de dar-lhe as boas-vindas ao Senado e dizer-lhe que, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, estaremos sempre à disposição de V. Exª, presentes ao debate, ao acompanhamento das ações, à fiscalização e, quando necessário, aos elogios ou às críticas que consideremos necessários.

Inicio minhas considerações dizendo que, como nordestino, aceito as desculpas de V. Exª. De fato, eu ia abordar esse assunto, mas avalio que V. Exª já se colocou da forma oportuna. Creio que isso não deve permear o nosso debate.

Peço a V. Exª uma definição específica do número de pessoas famintas que o Governo Lula considera A imprensa tem noticiado que passam fome no Brasil dez milhões, vinte milhões, trinta milhões, quarenta milhões, setenta milhões de brasileiros. É importante definir esse número até para que o debate fique claro e para que possamos discutir, efetivamente, o que é "fome zero" – se é um programa destinado a exterminar a fome de forma a fazer com que todos comam, ou se é a adoção de condições nutricionais específicas recomendadas pela área de saúde. Considero, portanto, importante esclarecer qual é o objetivo do Programa Fome Zero e de quanto é o público que o Governo Lula pretende atingir nos quatro anos. A partir das colocações de V. Exª, abordarei outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, como V. Exª tem cinco minutos para falar, gostaria que V. Exª falasse tudo que deseja. Caso contrário, será difícil controlar o tempo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Por que considero importante essa definição? Porque, a partir dela, teremos linhas de trabalho para, efetivamente, atingir o objetivo. Tenho acompanhado pela imprensa, com muita preocupação, a discussão e a implementação do Programa Fome Zero.

Em primeiro lugar, quero discordar do Ministro José Graziano e dizer que desde outubro se discute a questão do Fome Zero. Portanto, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não dispôs de apenas três meses para a formulação do programa. Ele teve, no mínimo, seis meses. E eu esperava que tivesse tido mais, porque, com muita sinceridade, durante a campanha política, eu entendia que o Governo do Presidente Lula tinha uma proposta concreta para efetivamente acabar com a fome no Brasil. Isso foi passado. Eu acreditei naqueles filmes de Duda Mendonça, com toda aquela equipe discutindo – com o Aloizio Mercadante, com o Cristovam, com vários professores e cientistas. Acreditei que, ali, estava sendo formulada e formatada uma proposta que foi vendida para a sociedade. Na campanha política não foi dito na televisão: "Nós vamos ganhar a eleição, vamos criar várias comissões e vários conselhos, faremos reuniões e, a partir daí, vamos discutir, amplamente, uma solução que irá acabar com a fome no Brasil." Este, na verdade, não foi o enfoque dado.

Ainda em 2002 – e tenho aqui diversos recortes de jornais – havia várias posições até divergentes: "PT quer dar alimento a dois milhões de famílias." "Especialistas alertam para o risco do projeto". Portanto, no início, já havia uma contraposição de especialistas e aliados do próprio Presidente Lula à questão da efetivação do projeto. "PT quer financiar o Fome Zero com isenção fiscal". Matéria da revista **Veja**: "Mudar para quê? Governo Federal já tem um bom programa de combate à fome. Lula quer fazer um diferente. Todos os especialistas são contra a mudança." "Graziano diz que PT manterá bolsa-escola." "FAO defende evolução em lugar de mudança." "Suplicy critica cupom alimentação" – aliás, essa tem sido uma posição firme do Senador Eduardo Suplicy. "BIRD se diz pronto a ajudar o programa Fome Zero". "Frei Beto quer ter as Forças Armadas no Fome Zero" – na verdade, queremos saber também se as Forças Armadas estão participando ou irão participar, e de que forma ocorrerá essa participação. "Lula: Fome Zero não afetará programa de Fernando Henrique".

V. Exª disse uma frase na sua exposição: "Nós temos que trocar de roupa andando". É preciso ter cuidado quando se troca de roupa andando porque, efetivamente, pode-se ficar no meio do caminho: tirar a roupa, não colocar outra e ficar nu. Na verdade, esse processo é muito delicado, e a contradição na concepção, na implementação e na operacionalidade do programa hoje está frustrando não só a mim. Quero dizer a V. Exª que torço para o programa dar certo. Acho que nenhum brasileiro é contra o Programa Fome Zero, nenhum brasileiro é contra acabar com a fome no Brasil. Ao contrário. Agora, a expectativa criada vai, de certa forma, arrefecendo a participação popular, vai arrefecendo o próprio envolvimento das empresas e vai, pior do que tudo, arrefecendo a esperança do povo brasileiro.

Na questão da concepção, acompanhamos pela imprensa: "Municípios do Maranhão devem ficar fora da lista dos beneficiados". Não sei qual foi o critério pelo qual o interior do Maranhão que, como nós conhecemos, é uma região paupérrima, na verdade, ficaria fora. "PT quer dividir paternidade de Projeto de FHC". "Prefeitos não selecionarão famílias para o Fome Zero."

Portanto, um avanço efetivo que foi a municipalização dos programas sociais do Governo, a municipalização da ação pública, será, na verdade, pelo que foi dito até agora, concentrado em Brasília, correndo, portanto, o risco de virar – apesar de V. Exª dizer o contrário – um programa político eleitoral do próprio Governo. E nós nos preocupamos com isso.

Temos, aqui, uma declaração que diz que o Governo não daria aos prefeitos condição de atuar nesse cadastramento exatamente para evitar o uso eleitoreiro do programa. Eu só quero lembrar que, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, todos os programas efetivos de ação direta foram feitos pelos municípios, inclusive pelos municípios comandados pelos prefeitos do PT. Não houve discriminação efetiva em nenhum segmento, em nenhum setor. Portanto, entendo que deve haver fiscalização, mas tirar as prefeituras da ação é um retrocesso.

Uma outra questão, ainda na formulação – e foi por isto que fiz a pergunta se é para acabar com a fome ou para resolver problemas nutricionais –, é que há aqui uma posição do Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Jayme Chemello, que diz que, na Amazônia, o problema é outro. Na Amazônia, o problema não é fome – lá tem comida, tem peixe, tem tudo. A necessidade da população é saúde, educação, geração de renda, e não comida. Efetivamente, se esse for o entendimento do Governo, ele estará agindo de forma contraditória, porque o Governo do Presidente Lula acaba de contigenciar todas as obras federais, futuras ou em andamento, através de ações como construção de escolas, de cre-

ches, de sistema de abastecimento de água, construção e recuperação de estradas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, gostaria que V. Exª ficasse atento ao prazo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, vou ser rápido. A respeito da formulação do programa, gostaria de saber o que é verdade e o que não é. Gostaria de saber também o que está atrapalhando o programa.

Tenho aqui vários recortes. Tenho um artigo de Dom Mauro Morelli que lembra que além da burocracia, que amargura a vida dos governantes e muito do povo, nos palácios se aninham as víboras das intrigas e das maledicências. Portanto, ele registra publicamente que há uma disputa interna na implementação do programa, o que é muito ruim.

Gostaríamos de saber o que há de verdadeiro nisso. Tenho vários recortes. Dom Mauro Morelli vê disputa de poder no Fome Zero. Drª Zilda Arns, uma especialista no assunto, também faz colocações sobre essa questão em artigo da revista **IstoÉ** . Senadores da base do Governo criticam essa questão. O PT critica o programa Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, peço a V. Exª que preste atenção porque vou adotar o mesmo critério para todos os interpelantes. Isso porque percebo que a lista de inscritos é muito grande.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Com relação à questão operacional, estão aqui os recortes. "Fome Zero começa hoje cercado de dúvidas." "Até Lula culpa a elite da imprensa pelas críticas ao Fome Zero."

Gostaria de saber se V. Exª concorda com essa assertiva do Presidente Lula de culpar a elite e a imprensa pelas críticas ao programa Fome Zero.

Por último, V. Exª falou na questão do piloto de Acauã e Guaribas. O programa foi lançado. A primeira posição do Governo era que cidade piloto do programa iria ter menos beneficiados do que o necessário, porque todos seriam atendidos. Efetivamente ficou constatado que o Governo anterior atendida mais que o Governo atual está atendendo hoje.

Tenho aqui um jornal, o **Correio do Piauí,** que diz o seguinte: Guaribas já não tem comida do Zome Zero. Há aqui também uma matéria que explicita efetivamente isso. Ou seja, as pessoas dizem que o dinheiro não dá. Que comeram durante dez dias, uma semana, oito dias, quinze dias, e o dinheiro acabou. Se o dinheiro acabou, ou não estão comendo ou não estão tendo as carências nutricionais necessárias.

Gostaria de saber o que é que pretende efetivamente o programa Fome Zero: acabar com o a fome – portanto, não vai mais ter gente passando fome – ou suprir carências nutricionais? Se for para suprir as carências nutricionais, o programa, no seu piloto, já está falhando, segundo atesta a imprensa do Piauí.

Sr. Presidente, como tenho outras perguntas para fazer, gostaria de ficar para a repescagem, de perguntar novamente no final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª vai ter direito à réplica.

Pergunto à Mesa se há maneira de atuarmos como a Câmara dos Deputados. Ou seja, terminados os cinco minutos, a Presidência pode desligar o som. Se houver concordância do Plenário, vou fazer isso. Consulto o Plenário se concorda com isso, para podermos respeitar os cinco minutos, o prazo. Quero que não considerem esse procedimento como indelicadeza da Mesa. Isso será feito com todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, a impressão que eu tenho é que é completamente injusto o critério de estabelecer três, quatro ou cinco minutos, pois houve flacidez na primeira intervenção, a do Senador tucano, como eu, Romero Jucá, que falou por sete minutos e meio. Creio que a partir daí temos uma jurisprudência; jamais menos do que ele, se isso se fizer necessário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço vênia ao Plenário, mas acho que cinco minutos é tempo suficiente. É a primeira vez que vamos adotar esse critério aqui. Peço a compreensão de todos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de sugerir a V. Exª, concordando com seu critério, que após quatro minutos informasse ao orador que ele teria mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

O SR. ALOISIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero colaborar com a brevidade e objetividade dos trabalhos. Concordo plenamente com os cinco minutos.

Fui citado num contexto bastante inapropriado pelo Relator. Peço a V. Exª que depois da resposta do Ministro me concedesse o minuto regimental a que tenho direito para responder. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Exª tem cinco minutos para responder todas as indagações que foram feitas.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, primeiro, a respeito da definição do público-alvo. O Programa Fome Zero busca implementar uma política de segurança alimentar. Queremos alcançar não apenas as pessoas que passam fome, mas também as pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar.

Infelizmente, para descrever os diferentes graus de insegurança alimentar, a Língua Portuguesa não é tão rica como outras: existem poucos termos, como "fome" e "desnutrição", que é um termo pouco utilizado. Na Língua Inglesa, há vários termos. Mas queremos atingir todas as pessoas que não comem bem, seja no que diz respeito à quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. Há algumas pessoas que catam restos de restaurante; essas pessoas podem até estar bem-nutridas, mas não têm segurança alimentar.

O número de pessoas que estão em situação de insegurança alimentar no Brasil está um pouco abaixo do número de pobres calculado pelo IPEA. Segundo esse Instituto, o número de pobres é da ordem de 54 milhões. Chegamos a outro número a partir da atualização de dados da Pnad de 2002, qual seja o de 44 milhões.

Desse conjunto, um grupo bem menor é o de famintos, aqueles que têm desnutrição aguda, ao qual o inglês associa o termo **starving**. Esse é o público prioritário, por exemplo, do Programa Bolsa-Alimentação; são casos de desnutrição crônica ou de fome africana, como é traduzido. Esse conjunto bem menor, infelizmente, é muito difícil de estimar, porque a última pesquisa do IBGE feita no Brasil a esse respeito é de 1974. Felizmente, neste ano, o IBGE está fazendo uma nova pesquisa – o Ministério vai apoiá-la com recursos e já encomendou ao IPEA a atualização do mapa da fome –, e, dessa forma, esse número que caracteriza mais objetivamente essa população deverá ser definido até o final deste ano.

Em defesa do número que estamos utilizando, gostaria de dizer que, depois que assumimos o Governo, tomamos conhecimento da estimativa com que o Governo anterior trabalhava do número de pessoas que deveriam ser assistidas: 9,114 milhões de famílias. O nosso número era 9,216 milhões de famílias. Com isso, peço desculpas, porque fizemos um erro de estimativa, mas vamos corrigir isso ao longo deste ano.

Quanto ao tempo de preparação do programa, devo dizer que estamos debatendo esse programa desde agosto de 2001 – portanto, há bastante tempo. Entretanto, debater o programa no âmbito de uma ONG ou no âmbito de uma campanha política é muito diferente de preparar um programa com a complexidade do Programa Fome Zero, que abrange cerca de sessenta ações que estão sendo preparadas para ser incluídas no Programa Plurianual – PPA, que deverá ser encaminhado a esta Casa em agosto deste ano.

Esse conjunto de ações, que envolve a participação de outros Ministros e de outros Ministérios, está sendo formatado, e não temos nenhum problema em dizer que estamos procurando recolher todas as ações que possam ajudar nessa luta, porque, volto a insistir, essa é uma luta da sociedade brasileira, uma luta que, na minha opinião, está acima de disputas político-partidárias e de disputas eleitorais. Não queremos simplesmente cumprir um compromisso de campanha. Queremos, hoje, cumprir um compromisso que a sociedade brasileira abraçou na convocação do Presidente Lula.

Acompanho, na medida do possível, esses debates pela mídia. O Programa Fome Zero sempre foi apresentado a partir das suas polêmicas, desde a polêmica inicial gerada com o Senador Eduardo Suplicy, que, como foi muito bem lembrado aqui, permanece um crítico do programa em alguns dos seus aspectos, até de outros, como foi citado por V. Exª. Mas eu também poderia arrolar aqui uma centena de técnicos, entre os quais os que assinam o programa original, e outros tantos técnicos do mesmo quilate, calibre, dos nossos críticos, que apóiam essas iniciativas. Esse debate é próprio de uma democracia. Entendo que as críticas da imprensa e as que estamos recebendo são críticas feitas para melhorar essas ações.

Sobre o que está atrapalhando o programa...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa avisa que V. Exª ainda dispõe de 2 minutos.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Muito obrigado. Serei breve.

Não creio que os debates e as divergências atrapalhem o andamento do programa, ao contrário. Penso que o espírito desses debates e divergências é de aprimorar as ações.

Acho que não estamos atrasados. Reconheço, sim, que a expectativa gerada foi muito grande e, por isso, estamos tendo dificuldade de acompanhá-las. Mas, bem ou mal, com todos os tropeços, quero dizer

que não estamos nus, pois já temos um rol de ações aqui apresentadas, que relatei, e estamos corrigindo os erros cometidos. Para isso, elaboramos um programa piloto. Não saímos aí a esmo. Temos um programa. Os erros estão sendo corrigidos, inclusive os de Guaribas e Acauã. Não faltam alimentos. Para algumas famílias, realmente R$50,00 se mostraram insuficientes, e estamos descobrindo que são famílias com um número maior de crianças e, principalmente, com pessoas doentes. Estamos procurando uma forma de corrigir esses casos, que são, a nosso ver, minoritários. Estamos corrigindo outros problemas encontrados – provavelmente terei oportunidade de me referir a eles mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra para a réplica, Senador Romero Jucá, pelo prazo de 2 minutos, desta vez improrrogáveis.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Quero dizer ao Ministro José Graziano que quando levantamos questões e criticamos é, efetivamente, para, em primeiro lugar, que o programa fique mais claro e, em segundo, para que se possa acertar mais.

Na verdade, acabamos de saber que famintos, no Brasil, são nove milhões de brasileiros, e não 44 milhões. Quarenta e quatro milhões têm desnutrição, efetivamente. Mas nove milhões...

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Nove milhões de famílias, quarenta e seis milhões de pessoas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Desculpe-me. Mas V. Exª disse que a posição era bem menor, e logo após falou em nove milhões. Entendi que eram nove milhões. V. Exª não quantificou o número de famintos. Deve ser bem menor do que isso, efetivamente.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Nove milhões de famílias, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Nove milhões de famílias que totalizam 44 milhões de desnutridos, mas, efetivamente, não dos que passam fome africana, como V. Exª falou.

Quero registrar que a preocupação é grande com a operação do programa, porque entendo, diferentemente do Ministro, que o atraso, as dificuldades, as críticas frustram a sociedade e a expectativa popular. "Governo é alvo de fogo amigo". "Não é só o Fome Zero que está muito mal", diz o Presidente da Câmara. "Termina a novela do cheque de Gisele." Além da questão da pulseira do cachorrinho, e por aí vai. São fatos pequenos, mas que contribuem para desqualificar até o próprio debate, porque se pinçam questões que não são fundamentais. O que tem um impacto muito forte na sociedade.

Por exemplo, a questão da formulação. V. Exª disse: a coluna Painel, da Folha de S. Paulo, colocou que o Governo, o Palácio do Planalto, teria solicitado a presença de nutricionistas americanos para definir a formulação do Programa Fome Zero. Isso é algo que efetivamente não cabe.

Sr. Ministro, já que o tempo é bastante curto, quero dizer a V. Exª que a Comissão de Assuntos Sociais fará um debate específico sobre essa questão. Na oportunidade, teremos condição de discorrer mais detalhadamente sobre o assunto. Torço pelo sucesso do programa, mas, até agora, o resultado concreto é muito pequeno. Queremos ajudar a melhorar o programa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a S. Exª o Ministro José Graziano para sua tréplica.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, eu disse que temos 46 milhões pessoas em situação de insegurança alimentar, o que dá aproximadamente 9,3 milhões de famílias. E o número com que o Governo anterior trabalhava era de 9,1 milhões de famílias. Então, temos uma pequena diferença entre a nossa estimativa e a do governo anterior.

O número de pessoas subnutridas é bem menor. Não há estimativas precisas, porque a última avaliação global do País é de 1974. No entanto, a FAO, por exemplo, estima em 16 milhões, e há estimativas da Organização Mundial da Saúde ao redor de 9 milhões de pessoas desnutridas. Insegurança alimentar não significa desnutrição. Uma pessoa pode estar bem alimentada e não conseguir comer dignamente, não ter regularidade. Dei o exemplo da pessoa que cata comida no lixão ou restos de comida em restaurantes. São pessoas que podem estar bem alimentadas, mas não têm segurança alimentar. É um outro conceito.

Insisto que nós não tomemos o conceito nem de pobreza nem de desnutrição. É uma política de segurança alimentar, é um conceito novo, e peço a atenção de todos para os quatro atributos que implica: quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. Não estou falando em pessoas desnutridas.

Segundo, não convocamos nutricionistas americanos para colaborar com o programa. Desde dezembro, a Embaixadora americana procurou a equipe de transição e ofereceu ajuda para o Governo Lula, em particular nos seus programas da área social. Agendamos, com a Embaixadora americana, uma visita ao

Brasil de técnicos do Departamento da Agricultura, que trabalham com o programa de **food stamps,** e da USAID, que trabalha com o programa de apoio à agricultura familiar. Esses técnicos – são quatro especialistas – estão hoje visitando Acauã e Guaribas para se inteirarem dos programas que estão sendo feitos.

Isso é o que existe até o momento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tinha solicitado o meu minuto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Queria ser muito breve. O nobre Senador Romero Jucá, na sua linha de argüição, que foi arrolar dezenas e dezenas de manchetes de jornais, fez uma afirmação que merece uma resposta que gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo dois minutos para o Senador Aloizio Mercadante. Enquanto isso, consulto o Regimento para ver se podemos, realmente, adotar esse critério.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos dois minutos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Regimento, em plenário, diz que o Senador citado pode se pronunciar, mas em matéria depreciativa. Como não atinei para isso, estou pesquisando e logo vou comunicar à Casa a maneira como vamos proceder. Desde que seja um critério para todos, ele será justo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Perfeito, Sr. Presidente. S. Exª citou que, na campanha do Presidente Lula, nos programas de televisão, havia uma equipe de técnicos que apresentava os programas de Governo e que, nesse prazo, depois de arrolar dezenas de manchetes de jornais, não havia uma implementação, e a expectativa que se tinha era de que o programa fosse implementado com consistência. Disse, a partir daí, que o Governo de Fernando Henrique Cardoso tinha uma abrangência muito maior na cobertura dos programas sociais dessa natureza e que o novo Governo não estava conseguindo implementá-los.

Temos dois caminhos: ou vamos, realmente, pegar as manchetes dos jornais, numa discussão simplificadora, ou vamos fazer uma discussão aprofundada e, realmente, construir uma política que nunca foi feita com consistência, eu diria, não só na História do Brasil, mas na da América Latina, pois esse problema não foi resolvido. É um tema de grande desafio histórico e quero dizer que é verdade que alguns programas do governo anterior tinham consistência, como o Ministro citou. Por exemplo, o cadastro do SUS, que atinge apenas 175 mil famílias: o médico as acompanha, faz avaliação e tem, portanto, um padrão de saúde e nutricional, que é o caminho para se ampliar um programa com consistência. A meta é atender 800 mil famílias, especialmente no período da seca, para que haja cobertura baseada num cadastro fundamentado.

Qual era o outro cadastro em que o programa era amplo? O Bolsa Renda, que começou em setembro, um mês antes da eleição, tinha 267 mil famílias. Durante a eleição e até novembro, ele atingiu 1 milhão e 210 mil famílias. Portanto, um milhão de pessoas foram incorporadas ao programa, não ao longo de oito anos, mas nos dois meses de eleição.

Para cada cadastro preenchido na Prefeitura, pagavam-se R$ 0,39, e o foco do programa era Agricultura Familiar na Situação de Emergência e da Seca. Não há sequer, no cadastro, a categoria Agricultura Familiar, e muito menos a identificação de ser atingido pela seca.

Portanto, Sr. Presidente, apenas em Guaribas, 53% do cadastro não servem. São famílias que não precisavam, amigos do Prefeito, cabos eleitorais, o que não têm qualquer procedência. Então, vamos ver, do passado, o que realmente tem consistência para ser mantido e fortalecido. E não vamos fazer uma disputa superficial, porque o cadastro desse Programa Bolsa-Renda não tem consistência, nem fundamentação. O Programa teve um caráter eleitoreiro, e a experiência está demonstrando que não é o caminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Ramez Tebet, Srs. Presidentes das Comissões aqui reunidas, Sr. Ministro José Graziano, minha primeira palavra é de testemunho sobre V. Exª, porque, desde o início da história do PT, em 1980, e daí por diante, percebo – sobretudo como um companheiro do hoje Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que, em todas as oportunidades, esteve dialogando com Sua Excelência, participando, visitando cidades e áreas rurais. Um dos principais colaboradores de Lula foi o pai de V. Exª, José Gomes da Silva, cujas lições V. Exª e o Presidente aprenderam. O gesto de V. Exª, hoje, no início desta exposição perante o Senado Federal e os Senadores, é de grandeza e consistência com seu trabalho e seu objetivo.

Em segundo lugar, quero externar minha total concordância com o objetivo do Presidente Lula e de

V. Exª de erradicar a fome, a pobreza absoluta, gerar emprego e renda em nosso País. Cumprimento-o pela maneira como o Governo está conseguindo galvanizar a opinião pública em favor do projeto Fome Zero.

Gostaria de abordar algumas questões objetivamente. Primeiro, relativamente à linha oficial de pobreza, sua utilidade é justamente podermos planejar de um ano para outro e ao longo dos anos, por exemplo, quatro anos, e proceder a metas de erradicação da pobreza absoluta em termos do progresso na sociedade. Há, inclusive, um projeto de lei já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, que cria a linha oficial de pobreza, ou seja, o Presidente da República, ao início de cada ano, poderá dizer quantas pessoas estão abaixo da linha oficial de pobreza e quantas estarão nos anos seguintes, seja por um critério, seja por outro.

Agradeço se puder informar se há alguma meta nesse sentido, mais objetiva, sendo construída pelos responsáveis pelo Programa Fome Zero e pelo Presidente Lula.

No que diz respeito às cestas básicas, V. Exª mencionou que, para as comunidades indígenas, os acampados aguardando assentamentos e quilombolas, serão feitas consultas sobre o que seria mais adequado. Recentemente, o Programa Fome Zero, em consonância com esse objetivo, consultou comunidades indígenas, como, por exemplo, a aldeia Crucutu, ao sul do Município de São Paulo, que falaram sobre como seria interessante que outras comunidades indígenas conhecessem a experiência positiva que estão tendo relativamente ao Programa de Renda Mínima, instituído, inclusive, com a assessoria de antropólogos da Funai em diálogo com eles. Gostaria, portanto, de reiterar que este é um bom caminho, o da consulta às próprias comunidades.

No que diz respeito ao desenho do benefício, gostaria também de observar o quão relevante para o objetivo e sucesso do programa é pensarmos sempre se os R$50,00 hoje estipulados para o cartão-alimentação da família, independentemente do seu tamanho e renda...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Faz soar a campainha.) V. Exª dispõe de um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...são o melhor desenho ou não, levando-se em conta, sobretudo, a literatura a respeito e as armadilhas do desemprego e pobreza que devem ser consideradas.

Finalmente, quero falar – e deixarei para fazê-lo nos dois minutos a que terei direito – sobre a questão da liberdade de se gastar, a questão da educação, da consciência das pessoas e do processo educacional que se quer obter. Na literatura sobre educação, nos ensinamentos de Paulo Freire, Montessori, Anísio Teixeira e mesmo dos Teólogos da Libertação, como Leonardo Boff e Frei Beto, aqui presente, sempre observamos o quão importante é o processo educacional para a liberdade dos seres humanos.

Eu gostaria de ouvir a sua reflexão sobre isso, porque me estenderei sobre o assunto nos dois minutos seguintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Ministro Graziano.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Eduardo Suplicy, sobre a linha de pobreza: é atribuição do Ministério fixar essa linha de pobreza. Para isso, criamos um grupo de trabalho que conta com a participação dos órgãos governamentais diretamente envolvidos e de técnicos do IBGE e do IPEA. A pretensão não é apresentar uma resposta pronta e acabada sobre essa linha de pobreza, até porque existe uma tradição muito forte nas universidades brasileiras de trabalhos importantes nessa área.

Vamos reunir as evidências e as contribuições existentes e organizar um seminário acadêmico. Vamos reunir todos os pesquisadores que se envolveram na discussão desse tema no passado recente para ver se definimos algumas metodologias. A partir dessas metodologias, procuraremos fixar empiricamente valores, objetivos diferenciados para as regiões brasileiras, não queremos buscar uma única linha de pobreza para todo o país. Obtidos os resultados, eles serão submetidos à decisão política do governo, nas câmaras setoriais, e se chegará à definição desse valor ou dos valores que serão adotados para balizar os instrumentos de política governamental.

Não temos uma expectativa rígida quanto a isso, porque o processo está apenas se iniciando, mas procurarei manter o Senador, que sei ser um estudioso do assunto, interado das novidades que surgirem relativamente ao tema.

Sobre a consulta: de fato, estamos consultando as comunidades. Do mesmo jeito que temos comunidades que preferem receber o recurso em dinheiro ou em cartão, temos comunidades que, por disporem de uma ação coletiva no preparo do alimento – têm uma cozinha coletiva ou o hábito de cozinharem coletivamente –, preferem que o volume seja transferido em

espécie e não em cestas individuais, preferem receber quantidade de alimentos suficiente para as comunidades. Esse é o caso dos guaranis do Mato Grosso do Sul, em Dourados, e do Rio Grande do Sul – não me lembro o nome exato da comunidade agora.

Também estamos preparando a implantação do que chamamos "Cartão de Alimentação Povo Indígena", específico para cada uma dessas tribos. Pretendemos estar com essa experiência implantada até meados do ano.

Sobre o desenho do benefício: a idéia do cartão é que seja um programa complementar, nunca substituto. O cartão-alimentação vai complementar o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. Pretendemos substituir o Bolsa-Renda na próxima seca, que é um cartão vinculado a situação de emergência. Pretendemos que o Bolsa-Renda seja utilizado na menor quantidade possível na próxima seca.

Explico isso em mais detalhes. Hoje, temos um programa chamado Bolsa-Renda que determina uma transferência de renda no valor de R$30,00 por família nos municípios em situação de calamidade pública. Cessada a situação de calamidade pública, o benefício é automaticamente suspenso.

Estamos implantando o benefício do cartão de R$50,00, permanente, não vinculado à seca, mas à situação de subnutrição ou de insegurança alimentar das famílias – e não das pessoas –, começando pela região de seca. Há, neste momento, uma coincidência geográfica, porque queremos chegar, em setembro, a uma cobertura maior a esses municípios da região tradicionalmente atingida pela seca.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, tem V. Exª a palavra para réplica, por dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Ministro José Graziano mencionou que já há R$270 mil de contribuições voluntárias. Esta reunião está sendo assistida no Brasil inteiro por milhares, senão milhões de pessoas, ao vivo. Se cada um dos 81 Senadores contribuírem com R$500,00, já superaremos os R$300 mil. Peço ao Ministro para informar, em determinado momento, a conta do Fome Zero no Banco do Brasil, porque eu e diversos Senadores, como Roberto Saturnino Braga e outros que já me comunicaram, estamos dispostos, também, a realizar tal contribuição, pois acreditamos no objetivo do programa Fome Zero.

Mas, Sr. Ministro, levanto uma questão fundamental relacionada ao que algumas vezes se têm dito, ou seja, de que haveria um aspecto cultural em relacionar a educação, a alimentação, a saúde, o auxílio-gás, etc. a cada uma dessas contribuições ou benefícios que o Governo provê.

Na verdade, os grandes educadores, como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Montessori e os membros da Teologia da Libertação, ensinam-nos que é preciso caminhar na direção de maior liberdade, da conscientização do ser humano, para permitir que cada um possa, efetivamente, realizar sua escolha.

A Constituição brasileira, Sr. Presidente Ramez Tebet, assegura – e V. Exª é um jurista – o respeito ao direito à propriedade, o que significa que cada pessoa que detém o capital pode receber lucros, juros, aluguéis, sem necessariamente estar trabalhando, sem ter de colocar seus filhos na escola ou adquirir determinados alimentos ou produtos.

Se asseguramos aos mais ricos o direito de receber alimentos, mesmo sem trabalhar – eles trabalham, porque desejam progredir; colocam suas crianças na escola, porque desejam que se eduquem, progridam –, por que não estender a todos os brasileiros, ricos e pobres, o direito inalienável de participar da riqueza da Nação, recebendo uma renda como direito à cidadania?

Acredito, Ministro José Graziano, que o Programa Fome Zero caminha nessa direção.

É necessário que o Ministro tenha o direito à resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para o Ministro falar, é preciso que V. Exª complete, e já o fez.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas o Ministro tem o direito de responder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à tréplica, Sr. Ministro. Logo a seguir, falará o Senador Amir Lando.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, V. Exª, melhor que ninguém, sabe que comungo com V. Exª na expectativa de um dia a sociedade brasileira poder amparar todos os necessitados com uma renda mínima. Tivemos, inclusive, a oportunidade de firmar um documento conjunto, no próprio Senado Federal, em seu gabinete, com o entendimento de que o Programa do Cartão Cidadão é um passo, um começo nessa direção.

Gostaria, nesta oportunidade, de dizer que esse passo é no sentido de garantir a segurança alimentar a todos aqueles que ainda não a têm. Segurança alimentar é um dos direitos que estamos querendo agregar, que é o direito humano à alimentação. Ele visa, basicamente, garantir esse direito nas condi-

ções de quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. É disso que estamos falando.

Penso que o cartão é um início para isso e creio que estamos dando um passo importante no sentido de assegurar posteriormente outros direitos aos brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª ainda tem tempo.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Os números das contas, para quem quiser, podem ser obtidos em uma chamada à central telefônica, discando 0800-707-2003. Quem puder anotar, o número da conta do Banco do Brasil é 100-2003-9, agência 1607-1; a conta da Caixa Econômica é simplesmente o número 2003-3, agência 0647-5.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o incidente hermenêutico, tratado aqui no voto de censura de que fui Relator, propiciou um ganho muito forte para esta Casa: tivemos a oportunidade – e estamos tendo ainda – de ouvir o Ministro José Francisco Graziano.

Foi uma exposição clara, sucinta, oprimida pelo tempo, mas foi exposta a concepção de um programa novo. O novo encanta, mas também encontra contrariedade, sobretudo no imobilismo conservador; mas o novo se debate para se tornar realidade.

A concepção do programa é o ponto de partida. As idéias são muito perigosas porque transformam o real, abstrações que pode tornar a utopia completa. Portanto, aquilo que era uma utopia começa hoje a dar passos no sentido da execução, e é esse o ponto que temos que destacar daquilo que se chama política de segurança alimentar. É, sobretudo, uma proposta que visa à integração de todo um governo.

Há de haver um discurso comum — comum! – em todos os Ministérios. Que isso não seja coisa do Fome Zero, mas que seja o centro, o âmago do Governo. É muito importante manter o discurso e uma doutrina para se implantar um programa dessa natureza, um programa sobretudo no que seja o seu ponto fulcral e essencial, que é o Fome Zero.

Trata-se de um programa que nasceu para terminar logo. Não se pode pensar numa vida longa para o Fome Zero, porque não podemos sustentar a miséria eternamente; temos que erradicá-la. Os miseráveis terão que ser integrados ao processo produtivo, ganhar com dignidade o pão de cada dia e construir um futuro dentro dos seus sonhos.

"Que fazer?", dizia Lênin. Sonhar; sonhar, sim. "Mas um marxista pode sonhar"? Pode sonhar, sim, porque ele tem que construir um futuro, e sem sonho não se pode construir o futuro.

É exatamente nessa linha de raciocínio que vejo esse programa e tenho que saudá-lo. Ele é a última esperança da minha geração, que se debateu contra a ditadura, contra tantas oposições, contra a miséria e a fome e que encontra agora uma oportunidade. Essa oportunidade não se pode perder – Não eu; não pode perder o Brasil.

Se esse programa não der certo, se tudo isso não der certo, não sei o que virá amanhã. Esse amanhã é tenebroso! Não quero pensar nele. Quero pensar no sucesso do programa e quero pensar que realmente poderemos construir um Brasil diferente, sobretudo no que visa à realização da justiça e da distribuição de riqueza.

Sr. Presidente, quero saudar V. Exª e dizer que temos que nos integrar nesse programa.

Essa questão de dar pão a quem tem fome e água a quem tem sede é mais antiga do que o Novo Testamento. Ainda no Livro dos Mortos, Roger Garraudy nos relata, no apelo aos vivos, no encanto de três mil anos antes de Cristo, quando Ozires, Deus dos vivos e dos mortos, assim falava: *"Não causei sofrimento aos mortos; não menti; não me apossei das terras; jamais violei a ordem dos tempos; jamais cedi à palavra da cólera; jamais me fiz surdo às palavras da justiça; dei pão a quem tinha fome e água da minha fonte a quem tinha sede; vesti o nu".*

É isso. Não podemos mentir. Não podemos causar mais sofrimento ao povo brasileiro. É hora do engajamento num processo de realização da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que não haja réplica.

Abreviando os nossos trabalhos, concedo a palavra, na forma de intercalar, ao Senador Jefferson Péres, do PDT.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Agradecendo mais uma vez a contribuição do Senador, gostaria de fazer um comentário apenas. De fato, a concepção que temos é que o sucesso do Programa Fome Zero será medido pelo tempo em que ele conseguir ser extinto. Essa também foi a concepção de se criar um Ministério Extraordinário, que tem uma vida determinada, o tempo de um mandato. Pretendemos que ele seja su-

cedido por um Ministério de Segurança Alimentar, ordinário, e não mais de combate à fome, uma vez que essa é a pretensão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres, por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Ministro, eu estava pensando comigo como é difícil fazer planejamento no Brasil, um País com estatísticas tão frágeis. V. Exª mencionou que o último levantamento do IBGE, levantamento real, concreto, data de 1974; vai completar 30 anos, portanto. Ou seja, chegaram a nove milhões de famílias a partir de cadastramentos cuja confiabilidade ponho em xeque. Então, na verdade, o Governo – qualquer governo no Brasil – está trabalhando – muitas vezes sem querer, não é culpa dele – à base do "achímetro", do "chutômetro", e isso é muito ruim para o País.

Em segundo lugar, Sr. Ministro, este Programa Fome Zero, junto com outras ações sociais do Governo, vai implicar uma quebra da continuidade administrativa. Não posso negar, apesar de ter sido opositor ao governo passado, que o Programa Comunidade Solidária, inclusive no meu Estado, do Amazonas, teve ações muito positivas. Não ouço mais falar nelas. Isso está sendo relegado ao abandono? Está sendo feita uma avaliação para corrigir imperfeições, melhorar, ampliar ou, porque foi do Governo passado, isso vai ser realmente desprezado? É uma pergunta que lhe faço.

Em terceiro lugar, Sr. Ministro, é claro que V. Exª falou em ações emergenciais, há situações que têm de ser atendidas de imediato, mas sempre me incomoda um pouco quando vejo ações assistencialistas, se não mesmo paternalistas. Prefiro programas com público alvo menor, mas que realmente ensinassem às pessoas a andarem com os próprios pés, ou seja, que elas se tornassem cidadãs num prazo relativamente curto. Penso num programa à semelhança do chileno. O Chile é um país que dá muitas lições à América Latina em todos os campos, político, econômico, e social também. Seria uma triangulação, Sr. Ministro: num vértice do triângulo, o Bolsa-Escola, com exigência de contrapartida, é claro; e a contrapartida não seria apenas a matrícula e a freqüência das crianças na escola, mas, no outro vértice do triângulo, a capacitação profissional obrigatória do chefe de família, de acordo com as suas aptidões e condições locais, e, finalmente, no terceiro vértice do triângulo, o microcrédito, que seria uma forma de atingir, de imediato, o salário mínimo, que dá direito a comer. A curto prazo, estaria a capacitação profissional; no médio prazo, o microcrédito; e, no longuíssimo prazo, é claro, o acompanhamento do infante ou do jovem até o ensino médio. Esse, realmente, seria um programa de inserção social.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro José Graziano, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Jefferson Péres, de fato, há uma grande carência de estatísticas. Infelizmente, isso se acentua tremendamente nessa parte nutricional. Felizmente, o IBGE já está em campo, e, com o aporte de recursos que estamos realizando, deveremos obter, em setembro ou outubro, alguns dados preliminares sobre as pesquisas de orçamentos familiares para todo o Brasil e áreas metropolitanas em destaque. Isso ajudará bastante na definição de uma série de políticas do Governo, particularmente as políticas do Ministério de Segurança Alimentar.

Sobre a continuidade administrativa, lembro que o Programa Comunidade Solidária começou a ser desmontado no Governo anterior. Houve a privatização de várias ações, que foram transformadas em ONGs ou Cipes, como o Alfabetização Solidária e outros programas. Estamos dando continuidade a várias dessas ações. Recuperamos os Municípios que tinham um Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado, e, agora, eles constam na lista de prioridades da expansão do Programa do Cartão, porque existem critérios comuns, como, por exemplo, "população menor que 50 mil habitantes", "presença no semi-árido e na Região Norte", "IDH abaixo de 0,7".

Estamos também articulados com o Programa Alfabetização Solidária, que está trabalhando em conjunto conosco. O Programa do Cartão vincula as ações de alfabetização no Município que precisam ser assumidas ou pelo poder municipal e estadual ou por uma organização. E, nesses 179 Municípios em que estamos atuando, o convênio está sendo feito com o Alfabetização Solidária, originário de uma ação do Programa Comunidade Ativa, que integrava o Programa Comunidade Solidária.

Sobre as ações assistencialistas, quero reprisar a idéia de que o mutirão dessa campanha de doações e a ação assistencialista embutida no Programa do Cartão e na transferência de renda são apenas algumas das ações. E as estamos utilizando para nuclear um conjunto de outras ações que são simultâneas. A grande crítica que fazemos às ações do Governo anterior é que elas eram muito dispersas e não conseguiram ser integradas nem localmente. Não havia uma base territorial definida que permitisse a sua arti-

culação, e não havia a intenção deliberada de alguém que coordenasse essas ações.

Como fiz questão de ressaltar no início, as principais atribuições da Mesa são ações de articulação intergovernamental, seja em nível de Governo Federal, seja em nível de Governo Estadual ou Municipal. Estamos num processo de expansão, assinando e firmando um protocolo de intenções com os Governos dos Estados e com cada um dos Prefeitos, no sentido de garantir um conjunto mínimo de ações necessárias e prioritárias neste primeiro ano, obtidas a partir de um diagnóstico feito entre técnicos do nosso Ministério e técnicos estaduais e municipais, em comum acordo. Com isso, estamos querendo coordenar essas ações e programas, evitando sua dispersão.

Nesse conjunto de ações, estamos coordenando a ação do Programa Bolsa-Escola com ações de capacitação e de microcrédito. Estamos dando prioridade a esse tripé a que o senhor se referiu, que são bases de experiências exitosas em muitos Municípios brasileiros também. Onde conseguimos ter uma atuação conjunta do Sebrae, do BNDES, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, verificamos que esses programas andam harmonicamente e se traduzem em resultados muito mais concretos e objetivos do que quando essas ações não estão integradas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres, V. Exª deseja ainda usar da palavra?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Apenas uma última questão, Sr. Ministro. V. Exª falou em dar dignidade ao assistido, ao beneficiado. Mas se for mantida – não sei se já foi abandonada – a exigência do comprovante de emprego dos R$50 em alimentação, pergunto a V. Exª se não acha que fere a dignidade da pessoa humana tratar as pessoas com essa **capitis diminutio,** como se fossem menores carentes, incapazes de dar racionalidade aos seus gastos.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, a necessidade de comprovação tem várias razões. O princípio básico do programa é canalizar, concentrar e estimular um impulso de demanda num setor que tem capacidade ociosa hoje e que tem um grande potencial de geração de ocupações, especialmente nessas áreas de pequenos municípios de base rural, como o caso do Nordeste e Norte brasileiros, como o senhor sabe melhor do que eu. Acreditamos que, se conseguirmos dinamizar a agricultura familiar, a agroindústria familiar nessas pequenas comunidades, estaremos gerando aí uma oportunidade ímpar de as próprias comunidades terem os seus recursos, administrarem-nos e promoverem a cidadania nessas regiões.

O fato de exigirmos a comprovação se prende também a um processo educativo. Pretendemos, com o tempo, à medida que o nosso programa de rádio e televisão estiver em andamento, ir abrindo mão dessa necessidade ou flexibilizando-a cada vez mais. Hoje, por exemplo, já vale inclusive o depoimento pessoal da família. Acreditamos no processo educativo de fazer isso.

Queria finalmente dizer, Senador, que as pesquisas que temos feito no Governo mostram que mais de 70% da população brasileira, inclusive as próprias pessoas hoje beneficiadas com o programa, concordam com a necessidade de comprovação dos gastos desse programa em alimentação, em direcionar e concentrar isso num primeiro momento. De modo que há um respaldo desse procedimento na própria vontade da sociedade por acreditar que essa concentração no combate à fome é um atalho para combater a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Ministro José Graziano, Srs. Parlamentares, quero inicialmente, Sr. Ministro, congratular-me com V. Exª por comparecer a esta Casa e dizer que considero também louvável a capacidade do homem público de conviver com a crítica e o contraditório.

Eu mesmo tive oportunidade de criticar V. Exª no plenário desta Casa em função da frase infeliz, que o senhor reconheceu, destinada a nós, nordestinos. Sou paraibano, Sr. Ministro, com muita honra. Não quero voltar ao tema porque o considero esgotado, mas, como nordestino, vou me manter na fiscalização com relação ao Fome Zero para que, se acontecer discriminação, possamos ter o direito de voltar a criticar V. Exª. Esse será o nosso comportamento. Consideramos superado o tema, consideramos a matéria esgotada, em função das desculpas públicas de V. Exª.

O programa Fome Zero, do qual V. Exª é dirigente e titular, foi qualificado como prioritário pelo Presidente Lula, que, em seu lançamento, adotou o mesmo **slogan** sustentado pelo saudoso Betinho, pioneiro, entre nós, nesse tipo de empreendimento: "Quem tem fome tem pressa".

Estamos exatamente, em presença de V. Exª, querendo saber a velocidade dessa pressa. A fome existe. As divergências, as discrepâncias dos números que embasam o Governo já foram, em alguma parte, esclarecidas. Segundo disse o Senador, são 44 milhões. Estudo feito pela Organização Mundial da

Saúde, publicado na revista **Veja,** diz que são apenas 7 milhões.

Queremos, primeiro, saber se não está havendo uma confusão conceitual entre famintos e desnutridos. Essa seria a primeira pergunta.

A segunda, que me preocupa, é em relação à palavra do Líder, às vezes respondendo por V. Exª, quando diz que os prefeitos desviaram recursos. Em outras palavras, os prefeitos estão fora do Fome Zero? Talvez os técnicos aprovem, mas não saibam que lá, no Nordeste e no Norte, nos recantos mais pobres do País, o prefeito é o cidadão que dá o atestado, ou melhor, que concede desde a certidão de nascimento até o atestado de óbito. Nesse intervalo, a primeira pancada, a primeira presença é dos prefeitos. São eles que fazem realmente um serviço emergencial.

A nossa pergunta é se eles estão fora, e qual é a situação dos prefeitos das grandes cidades. Se não me engano, houve uma doação do Fome Zero de 23 mil toneladas – não sei ao certo o número – à Prefeita Marta Suplicy. Quero saber se apenas os pequenos municípios estão fora.

V. Exª tem falado muito em seca. A seca, no Nordeste, é secular. Estamos preocupados, porque, quando vier a seca, o cartão-alimentação deverá estar lá para servir à população como emergência. Queremos saber: há algum plano do Governo, do Ministério de V. Exª, em relação à seca? Como combater a seca sem ser com esmola? Essa é minha outra pergunta a V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, tem V. Exª a palavra pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, agradeço a sua contribuição. Realmente foi uma frase infeliz. Eu gostaria de não a ter proferido, mas eu o fiz.

Gostaria de dizer que não partilho de discriminação nenhuma. Nesse programa, não há nenhuma discriminação. Aliás, devo dizer que, nessa fase de expansão, todos eles são Municípios da região do semi-árido do Nordeste. Além disso, devo informar também que, na maior proporção, 25%, de cada quatro Municípios um deles é administrado pelo PFL. Não há nenhum sendo administrado pelo PT nessa primeira fase de expansão escolhida.

Sobre a doação à Prefeita Marta Suplicy, temos por norma – isso está na cartilha do nosso programa, no nosso **site** – que as doações recolhidas no Município devem ficar no Município. Essa é a prioridade, a menos que haja um excedente, um estoque no Município. Para isso, pedimos que os Municípios criem – e essa é uma importante participação da prefeitura — centros de recepção e doação desses produtos. Podem ser simplesmente centros de manipulação ou bancos de alimentos.

A Prefeitura de Marta Suplicy foi a primeira no Brasil a implantar um banco de alimentos, sob a orientação do Mesa, de um programa que estamos implantando também experimentalmente. De modo que ela tinha todas as habilitações necessárias para que os alimentos arrecadados em São Paulo ficassem no Município de São Paulo, e tinha também credenciadas as entidades filantrópicas que os receberam. Quero esclarecer isto: os alimentos não foram doados à Prefeita, mas às entidades filantrópicas cadastradas junto à Prefeitura de São Paulo.

Sobre isso ainda: não estamos omitindo, absolutamente, a participação dos prefeitos. Os prefeitos, além de poderem se engajar no mutirão – e o nosso **site** tem o local onde os prefeitos podem se cadastrar para se habilitar a receber essas doações; já temos centenas deles cadastrados –, também estão sendo conclamados a constituir um programa de segurança alimentar municipal, usando qualquer organismo de que disponham – se já houver uma secretaria municipal de abastecimento ou uma secretaria de ação social, por exemplo –, e designar alguém que possa ser o interlocutor com o Programa Fome Zero. Dependemos fundamentalmente dos prefeitos para instalação do Programa, porque são eles que nomeiam os comitês gestores que fazem a administração dos cartões nos Municípios. Essa atribuição, que foi dada diretamente à sociedade civil, a pessoas que são escolhidas dentro da própria comunidade, também conta com a participação dos prefeitos.

Nesse treinamento que estamos realizando nos Municípios, há a figura dos multiplicadores: o prefeito indica um, e o outro é indicado por uma entidade existente na sociedade civil do Município que já tenha experiência em ações de combate à fome local, de modo que um dos dois que está sendo capacitado é um técnico ou um agente indicado pelo prefeito municipal.

Queremos e necessitamos envolver as prefeituras nessas ações, porque entendemos que a segurança alimentar só pode ser assegurada à pessoa onde ela vive, onde ela mora. A segurança alimentar não pode ser feita em Brasília, mas no Município onde a pessoa reside, onde ela come, onde faz as suas refeições. Portanto, o prefeito é fundamental nesse processo.

Eu queria comentar a discrepância dos números. Realmente, temos uma discrepância de números e um erro de conceitos, mas, na minha opinião, o conceito que vem sendo sistematicamente confundido no dia-a-dia pela mídia é entre "pobreza" e "segurança alimentar", que são dois conceitos diferentes, mas que se aproximam quando se mede a insuficiência de renda. Há um indicador de pobreza que se chama insuficiência de renda, que é o índice que também serve para medir a insegurança alimentar.

Finalmente, estamos fazendo um programa de convivência com a seca, além da construção de cisternas, por intermédio da Asa – Articulação dos Semi-Áridos, que engloba um conjunto de ONGs, para dar curso a um programa que pretende instalar um milhão de cisternas. O Governo está providenciando a sua contrapartida para que o programa possa ter curso. Estamos mobilizando a Embrapa e o MDA, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, para a instituição do seguro-safra, que deverá ser anunciado nas próximas semanas, e também de um programa de convivência com a região semi-árida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, tratando-se de uma reunião conjunta de três Comissões e tendo que me ausentar, é com muita honra que passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Edison Lobão, que preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Efraim Morais para usar de seu direito de réplica.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB.) – Ministro, uma outra preocupação nossa diz respeito à participação dos Municípios. Por isso, fiquei feliz ao ouvir V. Exª até contrapor as palavras do Líder e dizer que os prefeitos vão participar.

A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, pelo que foi distribuído para nós, ocorreu no dia 30 de janeiro último, e ele conta com a participação de 62 representantes da sociedade organizada e do Governo.

Eu queria que V. Exª esclarecesse ao Plenário qual foi o critério de escolha desse Conselho. Depois, li que o sindicalista Luiz Marinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, foi escolhido presidente, pela sua experiência. Não me consta que metalúrgico passe fome. É sempre escolhido alguém de São Paulo. Não há outro Estado de onde escolher? Sabemos que existem vários nordestinos competentes, companheiros do Norte. Tem de ser um sindicalista? Essa é a informação que queria de V. Exª.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, o critério de composição do Consea propõe dois terços de representantes da sociedade civil e um terço do Governo. Os órgãos do Governo são aqueles Ministérios que têm ações diretas ligadas à segurança alimentar. Além do Mesa, os Ministérios da Educação, da Saúde e outros. O critério de escolha dos representantes da sociedade civil obedeceu, primeiro, às indicações de entidades da sociedade civil que tradicionalmente participam de ações de combate à fome e de política de segurança alimentar. Um elenco de indicações foi feito ao Presidente da República, que escolheu as pessoas. Como V. Exª sabe, o Conselho é composto por pessoas ligadas diretamente ao Presidente, que são de escolha direta do Presidente. O Presidente da República escolheu um a um os representantes do Consea, a partir de indicações que encaminhamos, de um rol de indicações, bem como o Presidente do Conselho. Quando da posse do Presidente do Consea, o Presidente da República fez questão de estar presente e esclarecer as razões que levaram à escolha do companheiro Luiz Marinho. Quis Sua Excelência sinalizar a importância que tem a participação de todos os segmentos da sociedade civil e que, da mesma maneira que dava importância à participação de setores empresariais, ele iria assinalar a importância das organizações religiosas e das organizações sindicais. Quis que a escolha recaísse sobre o seu companheiro Luiz Marinho. É uma escolha pessoal do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro, fico feliz ao confirmar, por meio de suas palavras, que o Programa Fome Zero não tem nada a ver com assistencialismo. É um programa que cuida, sobretudo, das causas estruturais das quais a pobreza se origina.

Infelizmente, a pobreza não está concentrada apenas numa região. Ela está disseminada, como disse V. Exª, por todo o Brasil, tanto nas cidades como no meio rural. É possível que a evasão do campo seja uma das causas da inchação e da eclosão do desemprego nas cidades, o que tem causado tantas vítimas – pessoas que saem do campo sonhando em ter uma vida melhor na cidade.

Mas, no campo, temos um instrumento de fixação da maior importância, para evitar o êxodo, fazendo a promoção do emprego e sustentabilidade da nossa economia. É um instrumento da agricultura, notadamente um apoio à agricultura familiar, porque aí estaremos lidando com milhões e milhões de famílias

que estão prontas para lutar em favor da própria sobrevivência e o excedente de seus produtos podem ser lançados no mercado do Brasil.

Nas propriedades familiares, identificamos, e aqui anotamos, Sr. Presidente, que não há uma reforma agrária consistente, que dê apoio ao produtor desde o início do assentamento, da produção à comercialização. Dizem: "Aqui está a terra, ocupe-a como quiser". Ao Deus dará. Infelizmente, não há uma política, como eu disse, consistente de apoio ao homem do campo nos seus assentamentos, na reforma agrária estabelecida.

Há um descompasso, Sr. Ministro, entre o início do plantio e a liberação do crédito; falta de assistência técnica ou deficiência na extensão rural, tão importante para personalizar o atendimento do produtor e dar-lhe a assistência técnica devida; falta de pesquisa rural para dar suporte à produtividade do pequeno e médio produtor rural; ausência de orientação ao produtor no sentido de promover a agregação de valores para aumentar a sua renda. No Nordeste, há, realmente, uma descontinuidade administrativa no que diz respeito aos programas de combate à seca ou de convivência com ela. V. Exª se referiu a esse assunto: a construção de apoio à convivência das secas, como, por exemplo, cisternas, aguadas e pequenas represas.

O sistema de comercialização é inadequado. Precisamos de uma comercialização que livre o produtor da ação nefasta do atravessador.

Quanto à remuneração do agricultor, ela é prejudicada, Sr. Ministro, porque os produtos agrícolas do mercado interno, como o feijão, a batata, o inhame e o milho não estão vinculados às variações do câmbio, e os seus insumos, como os defensivos e os fertilizantes, no entanto, são dolarizados, reduzindo substancialmente a remuneração do produtor rural.

Portanto, Sr. Ministro, é preciso que haja políticas públicas, tais como as que estão sendo aplicadas pelo atual Governo, no sentido de fixar o homem no campo, para que ele permaneça junto da sua família, evitando esse êxodo rural que tem inchado as cidades.

Nós falamos tanto de pobreza e violência, e sei que algo tem a ver com isso, sem nenhuma discriminação, com a falta de apoio à agricultura. A agricultura é fundamental não somente para deixar o homem lá, mas também para alimentar o Brasil.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Valadares, é um prazer ouvi-lo. É uma música clássica, para mim, a questão da importância da agricultura familiar. Participo, na essência, de todas as suas preocupações e acho que recuperar o papel e a importância da agricultura familiar, neste País, é uma das principais missões deste Governo. Se conseguirmos fazer isso, estaremos abrindo caminho para a geração de ocupação e renda nessas regiões hoje desfavorecidas, abrindo um caminho melhor para boa parte dessa população que tem, lamentavelmente, migrado em busca de trabalho e renda.

Na nossa visão, a questão hoje fundamental com que se depara a agricultura familiar é o problema dos mercados, a falta de mercado. O baixo poder aquisitivo da população brasileira faz com que a demanda, hoje, seja menor do que a capacidade de oferta, de modo que um ano bom, um ano em que chove regularmente e em que não ocorrem intempéries é um ano de infelicidades para o agricultor familiar, porque o seu produto não terá bom preço no mercado e, como V. Exª bem disse, seus insumos continuam sendo reajustados.

Pensamos em duas políticas que podem dar outros moldes ao apoio à agricultura familiar no âmbito do Programa Fome Zero. A primeira delas já começou a ser implantada quando o Presidente Lula removeu todos os empecilhos à criação de cooperativas de crédito.

Entendemos que não há caminho para a agricultura familiar no atual sistema financeiro, pois por mais que as taxas de juros baixem, os repasses e as exigências de contrapartida cobradas pelo sistema financeiro são uma barreira instransponível para boa parte dos nossos agricultores mais pobres. Desse modo, o caminho promissor – e esse é o exemplo dos Estados Unidos e da União Européia – é que os próprios agricultores tenham seus pequenos bancos, que são suas cooperativas de crédito, junto com as cooperativas de apoio à comercialização e consumo. Não há outra saída: os agricultores precisam se coordenar e administrar diretamente repasses como os do Pronaf.

Mesmo um banco oficial, como o Banco do Brasil, ao respeitar a sistemática de repasses exigida pelos acordos de Basiléia, torna inviável a tomada de crédito pelo agricultor mais pobre. Hoje, em termos práticos, de cada real repassado a título de investimento pelo Pronaf, um real é retido no percurso bancário até o tomador da ponta, o que inviabiliza um programa massivo de crédito, mesmo para os bancos oficiais.

A segunda política a que me referi é algo diferente e que ainda não foi implantado neste país. Estamos habilitando a Conab para implantá-la em parceria com o Ministério de Segurança Alimentar a partir

da próxima safra: trata-se da política de compra antecipada da produção dos pequenos agricultores familiares. Avaliamos que só essa política poderá garantir o preço dos produtos e a sua comercialização pelos agricultores. Não há outra maneira senão o governo voltar a comprar a produção – nesse caso, discriminando favoravelmente o pequeno agricultor. A política consiste em buscar nos municípios o pequeno excedente que muitas vezes é gerado e que é a única fonte de renda daquela população.

Essas duas políticas norteiam a nossa mudança quanto ao apoio à agricultura familiar. Há, primeiro, o incentivo ao cooperativismo, especialmente ao cooperativismo de crédito, para evitar o custo dos repasses bancários, inclusive do Pronaf. Paralelamente, há a política de compra antecipada da produção diretamente operada pelo governo, com a qual queremos recompor estoques mínimos de segurança de alimentos neste País, dado que herdamos estoques praticamente zerados desses produtos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – CE) – Sr. Ministro, sabemos que existe outro setor co-responsável pelo atendimento da mão-de-obra, principalmente da mão-de-obra menos qualificada que atua no setor habitacional. Da mesma forma, sabemos que, ao longo desses anos, a construção de conjuntos habitacionais, de casas de modo geral, foi praticamene abandonada porque a Caixa Econômica Federal não colocou à disposição do grande público – mais de sete milhões de brasileiros que precisam de casa – os recursos para o financiamento de suas moradias.

Ora, se estamos identificando as causas que originam a fome, temos de atentar para a construção de moradias, porque essa atividade, além de possibilitar o acesso à habitação, gera empregos.

Logicamente, não é apenas o Ministério que V. Exª dirige, mas como esse órgão trabalhará de forma articulada com outros ministérios, quero saber no que o governo está pensando para reativar o programa habitacional em nosso País.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador, faço questão depois passar a V. Exª a cartilha do programa-piloto, que está sendo realizado no Piauí, para mostrar que uma das ações é a política habitacional e saneamento.

Tivemos que fazer em Guaribas o primeiro banheiro privado – vejam bem: não é público – da história da cidade. Não havia, até então, em Guaribas nenhum banheiro para receber, inclusive, a comitiva que para lá se dirigiu. Isso é para que se tenha uma idéia da precariedade dessas habitações e do sistema sanitário local.

Essa ação está sendo implementada em integração com o Ministério das Cidades. Há um programa de subsídio para habitação popular realizado conjuntamente pela Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades. Esse programa deverá seguir a trajetória do cartão alimentação, também como ação integrada. Para isso, os Governos estaduais estão tendo que fazer um aporte de recursos. Daí a necessidade dessa contratação conjunta.

Além desse programa de habitação e de melhoria habitacional, estamos instituindo um programa de habitação rural, por entendermos que é necessário que se tenha algum tipo de apoio e ajuda à melhoria e construção de casas na área rural – isso não vem sendo feito – como forma de permitir que a população do campo possa viver com dignidade, não morando em taperas. Essas são as duas ações previstas no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro José Graziano, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente agradeço ao Ministro pela humildade do pedido de desculpas. Não se trata de conselho, mas de uma recomendação: talvez fosse mais justo V. Exª simplesmente pedir desculpas e não sair com o viés de que houve descontextualização, até porque a polêmica se estenderia. Admiro V. Exª, mas admiraria mais ainda se dissesse "desculpas e pronto, fui infeliz".

A minha vontade de concordar é grande. Se V. Exª insiste que é de 45 milhões de pessoas o universo a ser trabalhado, vou cobrar do Governo ações efetivas para esse número de pessoas.

Essa discussão se encerra por aqui. Na minha cabeça seria menos, mas, se o Governo insiste que são 45 milhões, passarei a cobrar que as ações se estendam a 45 milhões de pessoas.

Na verdade, vejo que, no Programa Fome Zero, apesar do tamanho diminuto, apenas R$1,3 bilhão deva se somar ao que já existe por aí.

Refiro-me aqui ao Dr. Oded Gragew, um coordenadores do Programa Fome Zero e Assessor Especial da Presidência da República. Ele diz – é um prazer enorme saber que uma figura tão ilustre está conosco – que o Governo não fiscalizará o envio de doações em recursos e alimentos feitos ao Programa. Diz ainda que admite a hipótese de que, quem sabe, alguém possa se apropriar indevidamente desse produto.

Perguntas:

V. Exª acredita que se pode delegar à sociedade a responsabilidade por um projeto que é, afinal, a pedra de toque da propaganda do seu Governo? A sociedade já carrega nos ombros a obrigação, que não é pequena, de arrecadar. Ela precisa agora também fiscalizar, checar se as doações chegam? E como a sociedade faria isso se ela visivelmente não dispõe de meios de fiscalização, não tem rede de distribuição de alimentos, não tem acesso às contas bancárias criadas para recolher doações e por aí afora?

V. Exª anunciou, no início do mês, que o programa atingiria mais de cem Municípios. Pergunto: quais seriam os critérios para essa inclusão? Pergunto ainda se uma eventual decisão política não poderia ser danosa ao programa, uma vez que, até hoje, eu, pessoalmente – se for só eu no País, eu me purgo e peço desculpas –, não tenho clareza sobre os mecanismos, objetivos e critérios de implantação. Pergunto, porque me custa acreditar, mas parece que V. Exª já confirmou isso: V. Exª insistirá em algo que, para mim, chega a ser humilhante, a nota fiscal para prestação de contas disso? Os municípios vão ou não fornecer cestas básicas?

Sr. Ministro, V. Exª, ainda há pouco, foi injusto com o Governo anterior em relação ao bolsa-renda, que era uma coisa provisória para o tempo da seca. O passo seguinte estava encetado, era o seguro-safra, que, a meu ver, resolve o problema muito bem. Nasceu essa idéia no Governo anterior e, parece-me, ela será muito bem aproveitada pelo Governo do Presidente Lula.

Pergunto se V. Exª tem a data exata da edição da medida provisória. Se não a tem, vamos lutar, nós dois, eu aqui reclamando, e V. Exª, lá, pedindo para sair logo a medida provisória com o seguro-safra.

V. Exª está vendo de perto, agora, como é difícil fazer as coisas e como é sempre mais fácil criticar. Vejo a dificuldade de Guaribas. Vejo a foto da Gisele Bündchen – nada errado –, mas não havia conta, quem sabe o porquê, e ela não havia dado ainda o cheque, mas a foto e o texto se referiam a um cheque. Portanto, a impressão, para todos nós, é que a doação estava realizada.

Guaribas mostra ao Governo a dificuldade de se implantar algo profundo neste País. Os Ministros foram lá. Aproveito para reclamar: estou com um requerimento de informações perguntando em quanto ficou a viagem a Guaribas. Temo que tenha sido muito maior o gasto do que o que possa ter sido levado de benefício ao povo daquela região.

Digo mais: o Senador Suplicy, benemerente como sempre, propõe que cada um de nós contribua com R$500,00 para uma quota. Até admito contribuir – para mim custa, sou uma pessoa que vive estritamente dos seus subsídios parlamentares. Mas eu queria saber quanto gastaram os Ministros lá; queria comparar o que se apuraria aqui com o que, porventura, tenha sido gasto no que me pareceu um **happening**.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado pela solidariedade, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, conte comigo, Senador Suplicy, e os pressione para obtermos uma resposta clara e democrática de quanto custou a viagem dos Ministros a Guaribas.

Agora, bolsa-escola, bolsa-alimentação, trabalho infantil erradicado, bolsa-renda para os flagelados da seca, benefícios da Loas, aposentadoria rural, isso tudo havia. Digo que se V. Exª tem interesse em quebrar a espinha dos esquemas clientelistas e assistencialistas, já que mudanças importantes foram feitas, como, por exemplo, seleção dos beneficiários controlada por conselhos municipais pluralistas, com participação de Prefeitos e Vices, múltiplas formas de fiscalização via conselhos de Vereadores, professores, profissionais de saúde, até mesmo serviço 0800, eliminação de intermediários no pagamento de benefícios via cartão magnético, se a novidade é articular políticas compensatórias, ações estruturantes e ocupação de geração e renda, o caminho foi aberto, inclusive pelo Comunidade Ativa, pelo Comunidade Solidária, pelo Projeto Alvorada, pela Metodologia de Desenvolvimento Local Integrado envolvendo o Sebrae.

Descontinuar isso, parece-me, teria um custo proibitivo, do ponto de vista social, para o povo brasileiro, e político, do ponto de vista do seu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Faz soar a campainha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

No entanto, temo que o Governo de V. Exª termine achando prosaico demais para a grande eloqüência do seu discurso simplesmente admitir que essas coisas são válidas e devem ser continuadas.

Se fica apenas nessa lengalenga da herança maldita, temo que o seu Governo fique aprisionado no dilema de "ter que inventar a roda", em vez de aproveitar o aperfeiçoamento de métodos que são científicos e que têm dado bons resultados.

Obedecerei a rigidez com que está sendo observado o tempo para uso da palavra e, na réplica, fa-

rei mais algumas perguntas, que já não seriam contestadas por mim ou não teriam o meu "de acordo", mas seriam, com certeza, examinadas pelos demais Líderes dos Partidos de Oposição que aqui estão.

Por enquanto é isso. Daqui a pouco terei um pouco mais a dizer a V. Exª.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, queria fazer uma separação entre o que são as ações do Programa Fome Zero e as ações do Mutirão Contra a Fome.

O Mutirão Contra a Fome soma-se às ações do Programa Fome Zero, mas eles não a mesma coisa. As ações do Programa Fome Zero são um conjunto de ações que o Governo vai empreender, de sua responsabilidade, de responsabilidade de outros Ministérios e de responsabilidade partilhada com Estados e Municípios.

No Mutirão Contra a Fome, o papel do Governo é apenas ser o indutor desse processo e dar suporte às ações que a sociedade civil já faz – não que vai fazer, mas já faz –, e agora está sendo estimulada a fazer mais.

De modo que já temos cadastradas, e já estavam cadastradas, e há muito fazem ações de combate à fome, 15 mil entidades neste País. Estamos cadastrando e certificando 37 mil postos de coleta de empresas estatais, agências dos Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Furnas, e empresas privadas, como a rede Pão de Açúcar, a rede Bom Preço e outras que têm manifestado a sua adesão. Há 70 processos de contribuição de redes empresariais ao Programa Fome Zero sendo analisados, e essas redes deverão ser gradativamente credenciadas, à medida que os estudos forem concluídos.

Não estamos pedindo à sociedade civil que fiscalize uma ação do Governo, porque ela já faz isso, já tem os seus caminhos; essas entidades já têm os seus critérios. O Governo está pedindo àqueles que comem para ajudarem aqueles que têm fome. Esse é o sentido e o lema do programa do mutirão.

A respeito do critério de expansão dos Municípios, como já falei aqui, pretendemos atingir todos os Municípios. A prioridade estabelecida neste ano é atingir os Municípios da região semi-árida, os que tiveram situação de emergência decretada – o que pode vir a se repetir por não haver abastecimento e condições sanitárias adequadas –, os que tenham implementado em sua organização social alguma ação ligada ao combate à fome, os que tenham IDH baixo e os que tenham estabelecido contato conosco. Fizemos o apelo, mandamos cartas, contatamos por telefone, e alguns não se manifestaram. Estamos dando prioridade àqueles Municípios que assinaram o acordo conosco.

Como acabei de dizer, não há clientelismo algum, não há favorecimento político. Aqui estão os números, que estão à disposição de V. Exª, assim como os critérios que demonstram que não há favorecimento de partido político.

Sobre a exigência de nota fiscal, eu nunca disse que isso seria exigido. É como a história do cheque da Gisele Bündchen. Eu nunca disse isso. Quem disse e repete isso – e creio que o programa dele, com justiça, deve-se a isso – é o Governador Marconi Perillo. Em Goiás, o Programa Renda Cidadã exige a comprovação dos gastos com notas fiscais. E o Governador tem exposto publicamente suas razões para essa exigência. Nunca fizemos isso por entender que, nos pequenos Municípios, onde o programa está começando, a estrutura local de varejo não é suficientemente formalizada para estar habilitada a fornecer um documento contábil legalizado. Portanto, estamos aceitando vales, qualquer anotação, a conta da padaria, a caderneta de marcação e até mesmo a declaração verbal. As famílias chegam ao Comitê Gestor e dizem: "Comprei um frango da vizinha". Se entender que isso não é verdade, o Comitê terá a oportunidade de verificar, até porque, em uma cidade de cinco mil habitantes, todas as Marias e Joões se conhecem.

O cheque de Gisele Bündchen nunca foi do conhecimento do Ministério. Recebi da Srtª Gisele um documento de intenção de doação no valor de R$50 mil. E, segundo me foi comunicado pela empresária dela, o cheque foi depositado diretamente numa das contas abertas.

Senador, a medida provisória do dia 1º regulamenta as contas. As contas da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil foram abertas no início de janeiro e estiveram todo o tempo em testes. Recebemos vários cheques de doação, e, a cada cheque recebido, era feito um treinamento na Caixa Econômica e no Banco do Brasil. Esse procedimento visava resguardar os futuros depositantes, porque temos a intenção de identificar grandes quantias doadas, para evitar o mau uso dessas doações.

Da mesma maneira, procuramos coibir fraudes. Houve, vários casos de fraude, que hoje estão sendo apurados em sindicância interna da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Alguns já foram encaminhados para apuração policial, durante esse processo. Desse modo, a precaução do Governo de não divulgar as contas, até que os testes estivessem realizados e que tivéssemos um serviço telefônico que permitisse re-

ceber todas as denúncias, tinha procedimento e razão de ser. Insistir em dizer a V. Exª que nunca recebi cheque da senhorita Gisele.

Digo ainda que estamos assegurando mecanismos de continuidade àqueles programas que julgamos bem avaliados.

Senador Arthur Virgílio, de viva voz, digo que só há um programa do Governo anterior que nos foi deixado com uma avaliação em curso: que é o Bolsa-Renda Alimentação. Nenhum dos outros programas tem uma avaliação que foi ou esteja sendo realizada. E estamos procedendo a essa avaliação, em vez de dar simplesmente continuidade a esse programa.

Entendemos que há alguns programas de corte muito bons – como o Bolsa-Escola, por exemplo –, que já foram testados, inclusive, em outras circunstâncias e que merecerão ser continuados. Não há nenhuma intenção do Governo de descontinuá-los.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em relação aos programas não avaliados, digo que o PET foi avaliado pelo Banco Mundial.

Perguntas: 1) O programa Fome Zero será harmonizado ou não – não ficou claro para mim –, com os programas sociais implantados pelo Governo anterior?; 2) Como V. Exª interpreta as críticas do Bispo de Duque de Caxias, D. Mauro Morelli, que afirmou que o Programa não tem planejamento e que combater a fome não é somente distribuir alimentos?; 3) O Programa Fome Zero está desprezando conceitos como nutrição, saúde, educação e saneamento, limitando-se apenas à preocupação de distribuir alimentos?; 4) Quais são as metas do Programa, levando-se em consideração o seu orçamento limitado e o grande contingenciamento de necessitados?

O Ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse que Fome Zero já seria retirar dinheiro do "seu" Fome Zero – esse que V. Exª tão bem defende – para poder aumentar a contribuição às famílias e o número de famílias beneficiados. S. Exª acredita que as famílias já gastam 87% do Bolsa-Escola com alimentação e que o próprio Presidente Lula – são palavras do Sr. Cristovam, nosso colega Senador – estaria querendo unificar todos os programas sociais existentes. Então, pergunto: como V. Exª vê as declarações do Ministro Cristovam Buarque?

Vejo muita discrepância dentro do seu Governo, ou melhor, do seu Partido – para ficar de maneira mais íntima – no que toca às reformas da estrutura da sociedade brasileira. Por aí, está difícil o entendimento. Esses choques internos existiriam também nas políticas sociais do seu Governo?

Sobre o Cadastro, considero um dos grandes legados do Governo anterior para o Governo de V. Exª o investimento de cerca de R$100 milhões no Cadastro Único. Já ouvi dizer – e tem-se dito muita coisa – que o Cadastro poderia ser abandonado, que haveria interesses eleitoreiros, mas acredito que sejam acusações infundadas. E agora vejo o nosso respeitado Frei Betto, recém-convertido a Gerente de Programas Sociais do novo Governo, sustentando que o Cadastro Único está todo errado e que o levantamento dos pobres seria realizado pelo IBGE. Pergunto, então, qual seria – fora dessa decisão estapafúrdia de se cadastrarem, em gabinetes de Brasília, os pobres brasileiros – a solução. Mandar pesquisar cada um dos cinco mil Municípios?

No mais, de maneira bem curta, agradeço a V. Exª pela presença. Estarei ouvindo suas novas explicações de maneira muito atenta.

Vou propor aqui uma troca saudável: vou passar ao Senador Suplicy a minha contribuição para o Fome Zero e, por outro lado, cobrar do Governo que não continue mais protelando enviar para esta Casa, para atender a este modesto Senador, os gastos, a transparência que exigimos. Queremos liberdade de informar, liberdade de dizer. A liberdade de dizer nós temos, até porque a conquistamos enfrentando o regime militar. A liberdade de informar não podemos ver sonegada por um Governo que sabemos ser de compleição democrática, a partir da própria biografia bonita e emocionante do Presidente Lula.

Estou inquieto, porque três meses já é tempo de terem me dito quanto custou aquela viagem. Não disseram. Sei que, talvez, aquilo pudesse ter sido evitado; um **happening** não teria sido tão bom quanto uma viagem sucinta para maximizarmos cada tostão. Mas não é por falta dos meus tostões que se deixa de tocar esse Programa para frente.

Então, o Senador Eduardo Suplicy recebe, agora, a minha modestíssima contribuição, que me faz falta, mas que sei que vai, com certeza, sob o talento de V. Exª, servir bastante aos pobres deste País, que um dia pretendemos ver sem pobres.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Seja o exemplo de V. Exª seguido por todos os Senadores e cidadãos que têm recursos neste País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu criei uma confusão que dá uma contribuição peque-

na. Imaginem se fosse uma grande! Por isso a confusão com o cheque da Gisele.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – V. Exª imagina como deve ter sido. Eu queria dizer que não consegui, em razão da rapidez das suas questões, anotar todos os pontos das suas questões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se o Presidente permitir, eu repito.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Eu não sei precisar a data do Seguro-Safra, tampouco sabia do seu requerimento de pedido de informações sobre os gastos de viagem. Não sei como isso poderá ser operado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu dei conhecimento a V. Exª e peço agora que me ajude a fazer este Governo ser transparente. Ou seja, meu papel de homem de oposição é cobrar transparência, e o do Governo é ser transparente. Eu estou sem saber algo que é de interesse público e que interessa também à imprensa e ao País.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Há intenção do Governo de harmonizar os vários programas, até porque entendo que eles foram multiplicados em situações emergenciais e essa não é a melhor maneira de sincronizá-los.

Nós sempre estivemos inteiramente de acordo com as críticas e as sugestões de Dom Mauro Morelli até o final do ano passado. Dom Mauro Morelli participou desde o início da elaboração do Programa Fome Zero, do Instituto Cidadania.

Com relação à questão da unificação do Bolsa-Escola com outros programas, nós entendemos que alguns programas têm identidades culturais próprias. Ou seja, o Bolsa-Escola garante a freqüência à escola, o Peti garante a erradicação do trabalho infantil e outros programas que têm identidade própria, como o Bolsa-Alimentação, não devem ser simplesmente instintos ou fundidos. Acreditamos que eles têm que ser mantidos e integrados num cadastro único, num sistema único de pagamentos. Esse mecanismo do cadastro único, que é indispensável para qualquer ação, infelizmente, terá que ser profundamente revisado. Nós já estamos fazendo isso em todos os Municípios que estamos iniciando. A primeira ação do comitê gestor é receber a lista de beneficiários e tem que fazer um batimento dessas pessoas que estão ali listadas. O exemplo de Guariba e Acauã mostrou que mais de 50% dos que deveriam estar no cadastro não estavam, por várias razões. Muitos que estavam no cadastro não deveriam estar. Por isso estamos fazendo esse processo de depuração do cadastro. Essa é uma das razões que nos impedem de andar mais depressa com o Programa, como gostaríamos.

Finalmente, acredito que muito do que a imprensa tem traduzido por choques internos, discordâncias, polêmicas são saudáveis na democracia. Venho de um Partido político que tem o hábito de debater e discutir. Evidentemente, no Governo, isso muitas vezes é visto como rompimento, dissonância, intriga. Estamos acostumados ao debate e isso enriquece o Programa.

O Programa, desde a sua versão original, já teve três versões até chegar à campanha eleitoral. Durante a campanha eleitoral, recebeu outros adendos, que estão sendo incorporados. Considero isso saudável, produtivo. Eu gosto da polêmica, gosto do debate, pois acredito que isso pode ser produtivo no Programa Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Srs. Senadores, o nosso Governo tem tido uma atenção muito grande, para não gerar nenhum sentimento de revanchismo e de ficar pensando o passado, mas basicamente construir o futuro. Se nós quisermos comparar, do ponto de vista da transparência, este Governo com o anterior, vamos abrir essa discussão. Sobre a questão das viagens, eu tenho todo o interesse. Por exemplo, há Ministro que gastou mais indo para Fernando de Noronha passar férias do que exatamente com um programa social como esse, absolutamente revolucionário, destinado à pobreza do semi-árido. Vamos pegar qualquer viagem para a França – por sinal, em algumas, não só os netos do Presidente estavam no avião, mas também a babá – e compará-la com essa outra viagem. Penso que não é esse o caminho da democracia; isso não contribui para a qualidade do debate. Vamos fazer essa discussão, se a Oposição considerar que esse é o caminho.

A discussão que gostaria de fazer aqui hoje é sobre como avançar num programa que seja efetivamente capaz de enfrentar um problema tão dramático como a fome. Não é verdade que há uma desqualificação dos programas anteriormente feitos. O Ministro disse aqui que há coisa que foi bem feita que não só está mantida como será ampliada; por exemplo, o cadastro do Ministério da Saúde, do

SUS, do Bolsa-Alimentação. A abrangência é relativamente pequena: 175 mil famílias, mas a expectativa é ampliar, até setembro, para 800 mil. Por que esse cadastro está bem feito? Porque há avaliação e critérios técnicos; e, também, porque os agentes de saúde e os médicos dão pareceres. Esse é um programa que tem de ser fortalecido e ampliado e que está no foco da preocupação desse novo programa. Durante o governo anterior, destinei todas as minhas emendas pessoais parlamentares para o Bolsa-Escola, sem saber para onde ia ou como ia; lutei em plenário, inclusive, em muitos momentos, para que R$500 milhões a mais fossem para o Fundo de Combate à Pobreza. Aquele programa é suprapartidário, tem de ser fortalecido e está focado: são crianças na escola pública. Se há cadastros questionados, como o do Bolsa-Renda, que se faça uma auditoria sobre eles.

Não havia nenhum critério. A prefeitura abria um guichê, pagava R$0,39 por cadastro, no qual sequer existia a categoria "agricultura familiar", ou "emergência", ou "seca". Não existia nenhuma identificação do público-alvo. Quem aparecia na prefeitura? Quem estava próximo das pessoas. Não havia nenhuma comprovação, documentação ou fiscalização. Inclusive, as pessoas mais pobres, afastadas da sede do Município, não tiveram acesso. Em Guaribas, para citar um exemplo, em toda a amostragem que está sendo feita, 53% do cadastro, aproximadamente, não está apropriado. Há gente que não deveria estar contemplada, e faltam famílias que tinham de estar. Vamos discutir as coisas com profundidade e qualidade. Não é uma coisa maniqueísta, ou seja, o que foi feito tem de ser desmanchado ou o que foi feito está absolutamente correto. Vamos fazer uma discussão aprofundada, principalmente porque se trata de um cadastro que foi feito em ano eleitoral. Todos sabem o que acontece em ano eleitoral: entrega-se a quem está disputando a eleição a incumbência de fazer um cadastro para distribuir renda, sem nenhuma avaliação e critério. Não é esse o caminho, todos sabem. Temos que construir um caminho mais sólido.

Em segundo lugar, há uma sobreposição de programas: Vale-Gás, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda, Bolsa-Escola. Tem de existir um cadastro único e um sistema único de inclusão social no País, porque há famílias que são beneficiadas com mais de um programa e outras que não têm acesso, porque, quanto mais pobre, quanto menor o nível de informação, mais dificuldade há de disputar a cidadania. Precisamos construir um único cadastro, centralizar e integrar esses programas, mesmo sabendo que há programas como o Bolsa-Escola, que foi construído suprapartidariamente, ou o Bolsa-Alimentação, que tem uma base consistente e deve ser preservado, assegurado.

Em relação à participação dos prefeitos, é evidente que eles são agentes fundamentais. O programa está sendo ampliado para 200 Prefeituras, nenhuma do PT. Qual é o critério? Pequenos Municípios, Índice de Desenvolvimento Humano abaixo de 0,7. São critérios objetivos, socialmente relevantes. Vamos fazer dessas iniciativas, como estamos fazendo em relação ao Bolsa-Escola do passado, uma agenda suprapartidária, maior que os nossos interesses políticos e do tamanho dos problemas que este País tem – a isso estamos convidando todos –, não só incorporando o que está bem feito, como também nos dispondo a fazer melhor no futuro. Creio que essa é a agenda em que todos nós temos interesse. Mas o Prefeito não pode ser o agente de identificação do público-alvo. Tem de haver critérios técnicos de avaliação e mecanismos mais eficientes – como o SUS demonstrou ser capaz de fazer –, para construir um cadastro confiável, que não seja enviesado por interesses político-eleitorais.

Quero falar sobre a participação da sociedade civil. O Ministro, por seu estilo, talvez não tenha tocado em contribuições que são fantásticas e que só são possíveis porque um Presidente com a história e a biografia de Lula colocou a fome como agenda nacional e prioritária. Por sinal, Sua Excelência o fez já no Governo Itamar Franco, quando levou o Programa de Combate à Fome, que tinha sido coordenado pelo pai de José Graziano, José Gomes da Silva, Ministro da Reforma Agrária. Esse compromisso começou muito antes.

Gostaria de citar alguns dados. Está aqui a Política Nacional de Segurança Alimentar, que deu origem à campanha de Betinho.

Para concluir, quero citar que a Nestlé deu R$10 milhões, um milhão de alimentos. Foi para quem? Para a pastoral da criança. Alimentos que não prejudicam a amamentação, e foram canalizados para poder manter o aleitamento materno.

A Volkswagen deu dois caminhões, um automóvel, três quilos de alimentos para cada carro vendido, o que significa mais de 120 mil quilos.

A OCB deu 24 mil toneladas de alimentos este ano, e já foram distribuídos quatro mil.

Ainda posso citar: a Brasil Invest, que deu 750 mil latas de sopa; a Mercedes-Benz Caminhões; o Ceasa, em Campinas; a HP do Brasil; o Pão de Açúcar, com 500 lojas como postos de coleta de alimentos. Além disso, 600 jovens foram contratados como agentes sociais, gerando emprego – é a preocupação da inclusão social.

Está correto, Senador Jefferson Peres, precisamos começar a combater a fome, mas criando um caminho de cidadania, de inclusão social, programas de microcréditos, programas de qualificação profissional.

Então, acredito que, se fizermos uma discussão sóbria, séria, aprofundada, poderemos incorporar o que há de passado e dar um salto de qualidade no futuro. E, mais do que isso, não fazer essa passagem pensando apenas no interesse partidário, local, imediato, mas pensando um pouco além do nosso tempo, em um país que continua, apesar de todos os nossos esforços, tendo um dos piores padrões de distribuição de renda, de concentração de justiça e de exclusão social do Planeta.

Acredito que somos capazes, como homens públicos, de fazer uma discussão qualificada e dar um salto adiante. Creio que esse é o espírito da audiência.

Obrigado.

Não vou usar a réplica, porque passei do meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência agradece.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Eu queria fazer apenas dois adendos, Sr. Presidente.

Existem duas avaliações em curso do Cadastro Único – talvez esta Casa pudesse solicitar essas informações –, uma por parte do Tribunal de Contas da União e outra por parte do IPEA, que está fazendo uma avaliação sistemática do Cadastro Único e talvez tenha já algumas informações preliminares que possam ajudar.

Quero, também, reafirmar que não houve critério político algum. E, quanto à distribuição dos Municípios por partido político, vou citar os quatro partidos principais: PFL tem 25%; PMDB, 24%; PSDB, 17%; e PPB, 10%. Isso perfaz 77% dos Municípios dessa primeira fase de expansão. Nenhum deles é do PT.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

Pela ordem, tem a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, eu lhe peço a sua paciência. Eu gostaria que partíssemos para promover uma exegese mais realista da palavra regimental, porque o Líder Aloizio Mercadante foi citado, ainda pouco, de passagem pelo Senador Romero Jucá. Foi citado, é verdade, mas nada que maculasse a bela imagem que o País inteiro faz de S. Exª.

S. Exª, como se ofendido tivesse sido, usou do que supostamente lhe prodigalizaria o Regimento. Outro dia, em uma comissão – isso foi profundamente curioso, pelo menos –, eu elogiava S. Exª, que pediu vênia para se defender de um elogio. Foi inédito. Aquilo não era muito comum, enfim.

O SR. ALOÍSIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria retribuir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nesse caso, diria: "quero retribuir ao meu grande amigo". Mas eu queria que terminássemos com um certo eufemismo. S. Exª falou olhando para mim – falou, portanto, para mim – e teve o suposto cuidado, a suposta habilidade de não citar o meu nome. É verdade. Então, pergunto: daria para dizer coisas até mais graves, escondendo-me atrás dessa figura, que não é correta, de não citar? Ou seria melhor, quando alguém se sentir efetivamente ofendido – confiamos na seriedade de cada Parlamentar –, pedir o direito de falar? Por exemplo, S. Exª fala em "alto nível", e o Partido dele execrou Rogério Magri quando este transportou uma cadelinha em um carro oficial. Agora, vi isso se repetir. E voltou a ser "baixo nível" agora, porque isso atinge o Partido e o Governo de S. Exª.

Quero discutir, Senador Aloizio Mercadante, em alto nível, o meu projeto. E discutir qualquer coisa do Governo passado – transparência, viagens; vamos discutir mesmo. Sabe qual a grande diferença? Aquelas viagens foram discutidas pelo Tribunal de Contas da União, discutidas pela Imprensa, que tinha livre acesso às informações, e agora não consigo nem saber se posso criticar a viagem do seu Governo, porque este não está dando, efetivamente, a nós e à

Imprensa o esclarecimento necessário. Só posso saber se critico ou não, depois de ter os dados. E os dados eu não tenho, até porque tem faltado transparência nesse campo.

Eu topo a discussão em alto nível e a discussão sobre transparência também. O terreno quem escolhe é o adversário, e estamos prontos para disputar em qualquer terreno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, estou aqui, desde o começo, ouvindo, respeitosa e silenciosamente, as intervenções que foram oferecidas pelos Senadores presentes.

Naturalmente, sendo esta uma casa política, não poderia deixar de haver conotação política nessas intervenções. Considero isso normal, embora entenda que um programa dessa natureza deva estar acima de qualquer injunção política.

Não há nisso nenhuma intenção de censurar quem quer que seja, mas ainda há, Sr. Ministro, como resíduo de toda essa exposição que V. Exª fez com muita sinceridade e franqueza, uma dúvida na minha cabeça, que me parece importante sobretudo para a sociedade brasileira.

Esse programa tem suscitado até certo entusiasmo na sociedade, mas, se não sair das intenções, das formulações, das discussões para a ação imediata, terminará, também, como tantos outros, e o Governo perderá o crédito de confiança que a sociedade lhe ofereceu.

Por isso, gostaria de saber qual é a visão do Governo a respeito da data, do tempo em que esse programa estará plenamente implementado. Ou seja, quando o programa estará em condições de atender todos os Municípios brasileiros, todas as áreas necessitadas desses benefícios?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço desculpas, Senador José Maranhão, mas V. Exª está falando pela ordem, não está interpelando o Ministro.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu não pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, tanto que, quando V. Exª concedeu a palavra a um Senador pela ordem, eu me calei resignado. Pedi a palavra para fazer uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Mas V. Exª não está inscrito para falar, e, na sua frente, estão os Senadores Valdir Raupp, do PMDB, Mão Santa, Pedro Simon e Ney Suassuna. V. Exª é Vice-Presidente desta Comissão e nos honra muito com sua presença e sua palavra, mas ainda haverá meia hora de interpelação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Exª está cerceando, elegantemente, a minha intenção de participar do debate.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PMDB – MT) – Sr. Presidente, pelo processo de alternância, falou o Senador Arthur Virgílio e, depois, o Senador Aloizio Mercadante. É impossível que o Senador Valdir Raupp e o Senador Pedro Simon estejam na minha frente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pensei que V. Exª, tão generoso com alguns Colegas que fizeram pelo menos cinco intervenções aqui, pudesse conceder-me, pelo menos, a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PMDB – MT) – Eu gostaria que V. Exª anunciasse a ordem alternada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos ouvir o Senador Valdir Raupp, enquanto me organizo. S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª está anunciando que temos, no máximo, mais meia hora. Há muitos oradores inscritos, e todos fazem questão de falar, porque o assunto é da maior importância, do maior significado. Ou vamos até o início da Ordem do Dia, que é às 15h30min, ou suspendemos a reunião agora, para retomarmos em outra oportunidade. Com todo o respeito, não se pode cobrar rapidez de quem vai falar, apenas porque o tempo está no fim. O assunto é da maior importância e parece estar, agora, começando a adquirir o contexto que tinha. É fácil entender por que havia, no início, tratando-se de uma matéria como essa, pergunta e resposta, o cobra e não cobra. O Senador Aloizio Mercadante, inclusive, apresentou a questão de uma maneira muito positiva. Agora, vamos ver se se apresentam propostas sobre o que fazer, e isso não dá para ser feito em meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Pedro Simon, havíamos fixado, em princípio, que esta reunião duraria até às 14 horas. Quando chegarmos às 14h, se o Plenário decidir que prefere ir até o final do dia, iremos, mas é uma decisão que tomaremos às 14h e não agora. Tomaremos essa decisão a tempo e não a destempo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra pela ordem V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Quando V. Exª fez a leitura da relação dos inscritos, parece-nos que houve omissão em relação ao Senador que vos fala, Almeida Lima, do PDT, e, pela alternância proposta pela Mesa, o nosso partido deve estar incluído nessa relação. Peço a V. Exª que, por gentileza, verifique a relação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A alternância diz respeito também ao número dos Parlamentares que compõem cada Bancada. Então, estou fazendo uma tabulação para ver em que posição V. Exª vai se encontrar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão e Sr. Ministro José Graziano, quero me apresentar. Sou do Piauí, sou nordestino, mas tenho que ser indulgente. Sei que muitos aqui leram **O Príncipe**, de Maquiavel; eu também já o li várias vezes, mas gosto mais de **O Pequeno Príncipe**, que diz que "a linguagem é uma fonte de desentendimentos". O senhor caiu ali e cai hoje de novo.

Ontem tivemos – quis Deus – César Borges, que representa tão bem o Nordeste. Deu a injustiça que sofremos, que está bem retratada no Conselho que V. Exª preside pelo número.

Quero dizer que criei a cidade de Guaribas, e a criei porque o Piauí é um Estado geograficamente disforme, muito comprido. Para que V. Exª recorde a geografia, cabem dentro dele doze sergipes, dez alagoas. Deus me permitiu transformar 76 povoados longínquos em cidades, e o **Pequeno Príncipe** – se não o leu é bom lê-lo – diz que "o essencial é invisível aos olhos". Além daquilo que você pode ver, uma rua calçada, um mercado, uma escola – ou um banheiro, que o senhor não viu –, há aquilo que considero mais importante: a oportunidade de pessoas que viviam numa zona rural de participar do desenvolvimento, oportunidade a novos líderes, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores – algo que o senhor não está considerando.

Esse seu lugar eu até invejo, eu gostaria de assumi-lo. Digo na minha concepção: esse é um lugar bom para um prefeitinho. Se eu fosse o Lula, eu ia chamar o de Santa Catarina, o Leonel Pavan, que foi três vezes prefeito.

Fui muitas coisas. Tenho sessenta anos de idade. Foi longo e sinuoso o caminho até chegar aqui, lá do Piauí. Agora, sou médico, cirurgião, como Juscelino. Às vezes, dá certo.

Então, quero dizer o seguinte: quanto ao banheiro, há. Isso é relativo. Moro num apartamento com o qual, segundo me disseram, a Senadora Benedita da Silva não ficou satisfeita, exigindo uma banheira toda diferente. A comitiva do Governo exigiu além dos padrões habituais do nosso pobre e digno homem do interior.

Vou situar para os amigos o que é Guaribas. É a cidade que está como está, mas de uma gente... Vocês já ouviram falar em Serra da Capivara, que dizem que foi o berço do homem americano, onde há inscrições rupestres? É ao lado de uma serra das confusões – o nome está dizendo, lá em cima. Mas eles têm aqueles banheiros modestos e higiênicos. O senhor é meio São Tomé, mas um quadro vale por dez mil palavras. Eu queria dizer que há prefeito, vereadores, civilização, energia elétrica, ruas calçadas, pobres, como o Brasil todo tem. Agora, pobres cristãos, honrados.

Que o Piauí se lembre para reivindicar aquela frase. Só lhe perdôo porque sou indulgente, porque li "O Pequeno Príncipe": "A linguagem é uma fonte de desentendimentos". Então, entendo que o senhor está caindo freqüentemente nessa conta do Piauí. Aquilo existia, e vou lhe provar. Mas não satisfez a sua comitiva vaidosa, como não satisfez a do Senado. A Senadora Benedita da Silva fez instalar uma banheira diferente de todas. Isso é relativo. Mas há aqueles banheiros antigos da Fsesp – sou médico –, e todos são testemunhas de que o PCPR funcionou no Governo passado. Não sou do PSDB ou do PFL, mas funcionou muito bem o PCPR. Fizemos três mil obras, a maioria com aqueles banheiros padronizados.

Eu pediria que esse dinheiro que o Sr. Ministro José Graziano está arrecadando fosse entregue a mim para fazer alguns banheiros em Guaribas, porque cheguei a fazer um banheiro com R$600,00.

Quero dizer que há Prefeito, conheço bem o Secretário do Prefeito, que foi Deputado Estadual.

Queria mesmo é dar um testemunho de grandeza também: uma coisa é receber ajuda do Governo, e outra coisa é ser humilhado por um Governo. Queria distinguir essas coisas para o PT: uma coisa é mere-

cer e estar consciente como César Borges, que definiu essa injustiça que há entre esses Brasis, e outra coisa é ser constantemente humilhado. O Piauí não aceita isso, como nunca aceitou. A história diz que aquele foi o único povo que esteve em uma batalha sangrenta para expulsar os portugueses.

Primeiramente, gostaria de cooperar com o Governo, mas temos que rever o passado. O Programa do Leite do Presidente José Sarney é o melhor programa de combate à fome, porque, além de nutrir – sou médico –, fixa o homem no campo, com uma bacia leiteira, que foi muito bem divulgada no Governo do Rio Grande do Norte.

Outra boa idéia são esses restaurantes populares que criei: o restaurante Sopa na Mão, que depois foi plagiado por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. A merenda escolar é um programa muito bom, e lembraria que podemos utilizar o leite de soja, que é 40% mais barato que o leite de vaca. Se o gosto é ruim, como disse João Baptista Figueiredo, é só fazer como eu: coloca-se uma banana, que vira bananada. Havia menino que comia nove.

O Prefeito é fundamental. Minhas homenagens aos Prefeitos! Posso falar, porque já fui Prefeito. Quando saí da Prefeitura da minha cidade, obtive 93,84% dos votos. Na minha cidade, foi a maior votação dada a um brasileiro. O Juscelino e o Ronaldo tiveram uma votação expressiva, e houve também essa. E havia um candidato do PT. Éramos eu, um candidato do PFL, um candidato do PT e um candidato do Partido do Collor, e obtive 93% dos votos.

Com essa experiência, queria convidá-los a conhecer melhor o Piauí.

Queria dizer, como médico, que me orgulho; cada um leva para onde for em sua profissão. Um quadro vale mais do que mil palavras: no Piauí, fazem-se transplantes cardíacos com êxito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só queria esclarecer, Sr. Presidente, que o Secretário-Executivo do Ministério vai depositar todos os cheques que forem entregues ao Ministro inapropriadamente e pede que qualquer Senador que queira contribuir deposite diretamente na conta que foi anunciada, porque não é procedente que o Ministro receba contribuição – não é essa política. Então, solicitaria que qualquer contribuição, Senador Eduardo Suplicy, seja depositada diretamente na conta; e o Secretário já foi depositar os cheques recebidos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador Mão Santa, conheço várias dessas ações que V. Exª mencionou. Também partilho da idéia de que o programa do leite foi um programa estigmatizado. É um programa, do ponto de vista do que se dispõe a respeito na Literatura, bem avaliado. Ao contrário do que se divulga, ele teve uma grande participação da sociedade, das entidades assistenciais e um baixo nível de desvios que, no entanto, o deixou muito estigmatizado. Foi muito prejudicado por ser um programa desenvolvido numa época de inflação muito alta que tornava os valores quase que uma moeda e que permitiu que os locais credenciados retirassem os vales, esperassem a sua valorização para, posteriormente, trocá-los.

Não temos intenção de estigmatizar Guaribas como a cidade da pobreza. Eu mesmo disse aqui que a pobreza brasileira, diferentemente da de outros países desenvolvidos, é espalhada em toda a sociedade. Recentemente, uma pesquisa feita pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura de São Paulo constatou que em São Paulo existem 400 Guaribas, procurando mostrar núcleos de concentração de famílias com baixo nível de renda e tensão social. No entanto, é preciso que se diga que Guaribas tem uma situação bastante precária do ponto de vista das contas públicas.

Em Guaribas, fizemos auditoria nas várias contas – e os dados foram divulgados pelo Ministro Waldir Pires e fazem parte do Programa Corrupção Zero, que também acompanha as ações do programa Fome Zero –, o que mostrou vários usos inapropriados dos repasses recebidos pelos programas federais na cidade. Não vou ler o relatório agora, pois não é o caso, mas totalizam R$1,5 milhão de recursos recebidos, sem a devida comprovação. E está à disposição de V. Exª, caso tenha interesse.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª deseja usar da palavra para réplica?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Estado tem instituições que devem funcionar, como o Tribunal de Contas, que é bem organizado. O Piauí é uma sociedade avançada, e aqui estamos representando essa grandeza. E é tão avançado que foi o único Estado que acreditou na esperança, na competência do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – o senhor eu não conhecia –, do Líder Aloísio Mercadante e foi o único Estado que confiou temporariamente no PT.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu gostaria de não voltar mais ao assunto da sua infeliz declaração e da qual V. Exª já se penitenciou. No entanto, como nordestino, essas coisas marcam, porque temos certeza de que não é apenas um ato falho de uma palavra solta e sim uma atitude muitas vezes consciente que permeia o subconsciente de muitos planejadores, estudiosos, localizados em outros centros, que não conhecem a realidade nordestina e o papel importante que o Nordeste sempre teve para o desenvolvimento deste País.

V. Exª se penitenciou, mas encaminhou a esta Casa um esclarecimento que repete preconceitos e desinformações. V. Exª disse em seu esclarecimento: "Gostaria, portanto, de apelar aos que justamente se sentirem indignados para que canalizem essa energia para um desafio maior, o da reconstrução do Brasil." Como se nós não fizéssemos permanentemente isso, como se o Nordeste não estivesse usando toda a sua energia para reconstrução do Brasil.

E continua V. Exª : "Afinal, as políticas públicas dos últimos anos, agravadas pela 'guerra fiscal' entre os Estados, retardaram ainda mais o combate às desigualdades regionais e sociais." Isso é desconhecimento, Sr. Ministro. Sou ex-Governador do meu Estado e estou aqui com vários ex-Governadores, que nos honram nesta Casa, e V. Exª não sabe que a guerra fiscal foi o único instrumento que os Estados e os Governadores nordestinos tiveram para diminuir um pouco a necessidade de geração de emprego e renda para o nosso povo.

V. Exª critica, sem conhecimento de causa, o problema da guerra fiscal. E isso me leva a uma preocupação, quando vejo o Governo Federal lançar programas que, muitas vezes, são concebidos nos gabinetes de Brasília ou mesmo nos de São Paulo e tentar implementá-los em todo o País, em especial no Nordeste, sem uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

Hoje, li um artigo de V. Exª, intitulado "O Mutirão pelo Futuro", que foi veiculado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**. Confesso a V. Exª que fiquei sem entender bem, porque não há quantificação, não há números. V. Exª fala que o Fome Zero não será um programa apenas distributivo de alimentos, um programa assistencialista, mas sim um programa com 60 outras atividades e ações. No entanto, não discrimina mais do que cinco ou seis ações. E o que é mais importante: não há nem prazo nem preço para esse Programa, que não é quantificado no público-alvo, no universo, no número de Municípios que serão atendidos em todo o País. O Programa não quantifica os recursos alocados pelo Governo Federal nos diversos Ministérios.

Na implantação de todo esse Programa, com as 60 ações previstas, pelo que diz V. Exª, será combinada, no mesmo espaço geográfico, a ação assistencial com políticas estruturais de inclusão social, será combatido o analfabetismo, serão construídas cisternas no semi-árido. Ações serão conjugadas: agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, seguro-renda, primeiro emprego. Tudo isso precisa de recursos, e sabemos que o Governo Federal adotou uma política macroeconômica de severos cortes no Orçamento federal, com redução de R$14 bilhões. É preciso saber onde estão esses recursos, quanto estará alocado para os anos de 2003, 2004 e 2005, ou seja, no Plano Plurianual proposto pelo Partido de V. Exª e que deverá vir para esta Casa.

Também não se quantifica o público-alvo, porque se diz apenas que alguns milhões de cidadãos são governados pela fome, que comanda sua rotina e seu metabolismo. Mas, o Programa não o quantifica. Eu pediria a V. Exª que o quantificasse.

Efetivamente, até hoje, não se fez um programa que obtivesse os resultados desejados de combate à fome, mas programas importantes foram implementados, como a criação do Fundo de Combate à Pobreza. Gostaria que V. Exª informasse quantos milhões estão no Orçamento deste ano oriundos do Fundo de Combate à Pobreza. Para esse Fundo, que foi criado por esta Casa, por iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, foram previstos, segundo informações que obtive, R$4 bilhões por ano. O Governo passado utilizou apenas R$1,5 bilhão no ano de 2001; em 2002, não sei o número exato. V. Exª confirma a previsão de R$4 bilhões? Desse montante, quanto será utilizado no programa que V. Exª está coordenando e que é o mais polêmico, hoje, do País?

Hoje, num artigo de Elio Gaspari, foi dito o seguinte: "Se os sábios de Brasília tivessem dado mais atenção à Drª Zilda Arns, o Programa Fome Zero não teria virado a encrenca que virou". E continua: "O Fome Zero começou a desandar quando meia dúzia de maganos de Brasília chegaram a Guaribas, no Piauí, a bordo de um helicóptero da Polícia. As pessoas são pobres, não são burras; sabem que um helicóptero cheio de maganos atende aos interesses de quem come e não de quem tem fome". É o que foi dito por Elio Gaspari, no jornal **O Globo** de hoje.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro José Graziano.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – Senador César Borges, já me desculpei e farei tantas vezes quanto necessário esse pedido de desculpa. Não foi um ato falho, não sou uma pessoa preconceituosa. Tenho uma história de vida que me permite atestar isso. Mais uma vez, desculpe-me pela falha cometida, nos termos colocados pelo Senador Arthur Virgílio. Simplesmente, peço desculpas.

Não tenho como quantificar o mutirão. O mutirão é um chamamento da sociedade. Estamos começando com esse programa, mas quero insistir que o objetivo fundamental do mutirão não é arrecadar. Não se trata de outra campanha tipo Doe Ouro para o Bem do Brasil, ou campanha pelas crianças. Queremos, com o mutirão, criar um canal de relação entre os que têm fome e aqueles que comem; criar mecanismos de ajuda permanente; de integração de empresas, prefeituras e pessoas que possam montar uma solidariedade permanente ao longo dos próximos anos. Queremos reconstituir um pouco esse tecido desta Nação, que nos pareceu muito esgarçado nos últimos anos.

Sobre o Programa Fome Zero, V. Exª está-me cobrando um detalhamento que deverá ser feito até agosto. O Programa Fome Zero, do ponto de vista formal, só passará a existir no seu conjunto de ações, na sua inter-relação nos vários ministérios quando for inserido no PPA. E estamos trabalhando para isso, para apresentar a esta Casa o detalhamento dessas ações, como consta do artigo que escrevi sobre o mutirão.

Também já disse que não tenho como quantificar neste momento as pessoas desnutridas deste País. A última pesquisa foi feita em 1974, e há uma pesquisa em curso – esperamos ter os dados até o final do ano.

Volto a insistir que a ambição do programa não é atingir apenas as pessoas que passam fome, ou as pessoas que estejam em estado de subnutrição, mas todas aquelas que tenham insegurança alimentar. Muitas pessoas pobres têm segurança alimentar, e muitas pessoas pobres não a têm – talvez a grande maioria. No entanto, há também pessoas que não são pobres e que tampouco têm segurança alimentar. Cito como exemplo pessoas que trabalham nas grandes metrópoles, como secretárias, **office-boys**, etc., que têm baixos salários, mas não podem ser enquadradas como pobres porque recebem sempre valores superiores ao salário mínimo, balizador tradicional da linha de pobreza do nosso País. Essas pessoas, muitas vezes, não conseguem fazer a sua refeição em situação de dignidade ou regularidade e acabam comendo alguma coisa na rua, uma coxinha ou um churrasquinho de gato etc. Programas de restaurantes populares, entre outros, podem, e muito, contribuir para dar dignidade, regularidade e qualidade à alimentação dessas pessoas. São programas, por exemplo, de segurança alimentar e não são de combate à fome.

O Fundo de Combate à Pobreza está sob gestão do Conselho que presido – fazem parte do Mesa essas atribuições – e tem atualmente cerca de R$5bilhões. Esses recursos já estão alocados em programas, praticamente metade no Bolsa-Escola; tem recursos significativos para o Peti, para o Bolsa-Alimentação, programas, enfim, relacionados ao combate à pobreza. Foram alocados no Orçamento do ano passado e não foram alterados. Simplesmente faremos a supervisão do uso desses recursos, porque nos governos anteriores, de fato, os recursos não foram integralmente utilizados. Eles não eram contingenciados, mas tampouco eram gastos efetivamente.

Os programas específicos do Mesa, contando com o cartão-alimentação e outros programas, como a compra antecipada, que mencionei, o banco de alimentos e o apoio a restaurantes privados têm hoje, no Ministério, R$1,8 bilhão – pouco menos de R$2 bilhões – para serem gastos neste ano, com possibilidade de suplementação, caso necessário. Esse é o orçamento que tenho. É pequeno, mas volto a insistir que esses são só os programas específicos do Ministério, que também são uma pequena parte. A maior parte das ações estão em outros ministérios. O Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, por exemplo, estão no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde e, portanto, têm recursos disponibilizados nesses outros ministérios.

De fato, ao longo desses quase três anos de debate público, há polêmicas, divergências. E volto a insistir: isso faz parte de um programa amplamente debatido com a sociedade; talvez seja o programa mais polêmico, mas certamente também é o mais debatido na sociedade brasileira. Inclusive, espero que assim continue, porque, para essa mobilização, para essa vontade de participar da sociedade, deve haver uma contrapartida: a de transparência por parte do Governo. As questões estão sendo debatidas com a sociedade, e me orgulho disso.

Elio Gaspari foi o segundo, depois do Senador Eduardo Suplicy, a introduzir uma polêmica: o que ele chamou de Imposto do Restaurante, à época, que foi uma das modificações introduzidas. Não há mais esse imposto. Na época, ele, que entende desse assunto,

protestou contra a cobrança de um imposto adicional sobre restaurantes, e isso foi retirado do programa, mas não antes de um longo debate público, em que se verificou efetivamente que essa contribuição não resolveria o problema do montante de recursos de que precisávamos para combater a pobreza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª deseja...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É só para complementar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para contraditar?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber realmente a quantificação dos recursos federais, porque sei que não é apenas um Ministério que trata desse assunto, mas sim vários, inclusive – acredito – com alguma superposição e alguma perda de capacidade operacional. E, havendo essa superposição, os Ministros ou Secretários ficarão sem saber exatamente onde atuar.

Nesse sentido, a quantificação é importante para acompanharmos o desempenho. Não sei se o Plano Plurianual vai efetivamente detalhar isso. Ficaremos no aguardo, prontos para apoiar, sabendo que a tarefa de V. Exª é hercúlea. Todo o País está ansioso para que essa política possa se efetivar, sair do discurso e das boas intenções e vir para uma prática efetiva. Estaremos prontos para apoiar esse Programa.

Além disso, Sr. Ministro, também gostaríamos que se aproveitassem as boas experiências estaduais, não havendo discriminação e preconceito contra as políticas adotadas pelos Srs. Governadores. Fui Governador e criei um fundo de combate à pobreza. E assim como o Frei Beto colabora com V. Exª, também colocamos um padre católico, Padre Piaza, à frente da Secretaria de Combate à Pobreza. Esse padre criou um fundo estadual de combate à pobreza em cima de produtos supérfluos que foram sobretaxados.

Logo, há possibilidade de uma intensa parceria com os Governos estaduais e também municipais. Não vamos ter preconceitos. É claro que, às vezes, há administradores que não cumprem essencialmente a sua tarefa, mas são exceções. Os Prefeitos e Governadores brasileiros, em sua maioria, têm a intenção de trabalhar corretamente e o fazem dessa forma.

Eram, portanto, essas as considerações que eu faria aqui, para encerrar a minha participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GRAZIANO – De fato, Senador, estamos empenhados em recolher essas experiências e estamos buscando essas parcerias com os Estados e Municípios. Sabemos que, nesta Casa, há muitos ex-Governadores e ex-Ministros, e esta é uma oportunidade também de recolher essas experiências, às quais estamos totalmente abertos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, já foi extrapolado o prazo. Se o prorrogássemos até a Ordem do Dia, teríamos apenas mais 22 minutos. A média de intervenção de um Senador, com a resposta do Ministro, está oscilando entre 18 e 20 minutos. Então, ouviríamos apenas mais um Senador, enquanto há aqui dezenas de Senadores inscritos. Dessa forma, gostaria de sugerir, como fez anteriormente o Senador Pedro Simon, que marcássemos uma nova vinda do Ministro, pois eu mesmo tenho uma dezena de perguntas para fazer a S. Exª e gostaria de fazê-las. Caso contrário, penso que devemos encerrar a presente reunião, pois a indagação de apenas mais um Senador não resolverá nossa curiosidade e mesmo os questionamentos que o Ministro deve responder.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, acrescentando, sugeriria que prorrogássemos a reunião até às 15h30min.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Gostaria de ouvir o Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como o Ministro ainda tem a argüição na Câmara dos Deputados, gostaria de sugerir que marcássemos para futuramente um retorno. Temos todo interesse no debate. Considero que foi muito oportuno e tenho certeza de que a opinião pública gostou muito e o Governo mais ainda. Queremos que ele volte todas as vezes que os Senadores tiverem interesse.

No entanto, o Plenário tem matérias relevantes a apreciar e não vamos poder postergar. Eu mesmo, na condição de Líder, terei que ir para o plenário. Eu proporia que cumpríssemos o prazo – já estamos extrapolando o prazo, até 14h30 –, com o compromisso de retorno do Ministro para darmos continuidade a este debate. Poderíamos preservar a lista de inscrições daqueles que foram prejudicados hoje para a próxima vez.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Gostaria de falar, já que temos tempo ainda de falar e eu sou o próximo inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Estou vendo aqui que a Ordem do Dia iniciar-se-á às 15h30. Nós estamos ainda às 14h12. Falta, portanto, para o começo da Ordem do Dia, mais de uma hora e meia.

Eu pediria, inclusive, a V. Exª, preferência para interrogar o Sr. Ministro, diante do entendimento que foi feito por ocasião da discussão do nosso requerimento, que abreviou inclusive a vinda de S. Exª a esta Casa.

Portanto, são as duas questões que pretendo levantar para apreciação de V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Mesmo prorrogando o tempo até as 15h30, não teremos condições de ser ouvidos aqui. Com todo o respeito, devemos continuar até o horário estipulado e depois convidar novamente o Ministro, para que aqueles que não usaram a palavra pudessem usá-la depois.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senador Antero Paes de Barros pediu a palavra pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Estou pedindo pela ordem para pedir para falar, pois sou o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª não é exatamente o próximo inscrito, V. Exª é um dos próximos inscritos. Mas temos que tomar uma decisão preliminar: se vamos prosseguir até às 15h ou até às 15h30 – V. Exª é um dos próximos inscritos – ou se adotamos a proposta do Senador Aloizio Mercadante de encerrar agora e voltar em uma outra reunião, numa outra data a ser marcada ainda.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, gostaria só de argumentar que a vinda do Ministro José Graziano a esta Comissão – acho que o retorno também é importante – pressupõe que S. Exª estaria à disposição da Comissão até o início da Ordem do Dia. Até o início da Ordem do Dia pode perfeitamente funcionar a Comissão. Não há nenhum impedimento ao funcionamento da Comissão. Essa preliminar já existia antes da vinda do Ministro. Não sei por que votar uma questão que já está votada e acordada, Sr. Presidente.

Creio que esta reunião só pode se interromper as 15h30, **data venia** um entendimento que sempre existiu no Senado da República, e V. Exª, com mais experiência do que eu, sabe. A menos que inovemos.

Reconheço que possa existir o cansaço do Ministro, mas ele existe em todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para contraditar, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero ponderar que se o cálculo do Senador Demóstenes Torres for preciso – e acho que está próximo disso, vinte minutos –, mesmo que prolonguemos por mais uma hora, só três Senadores falarão. Portanto, isso não resolve o problema da lista de inscritos, e seria um desrespeito muito grande com aqueles que chegaram aqui às 10h, estão aqui até agora e não poderão falar.

Creio que a solução para essa demanda de discussão seria dar continuidade em uma nova argüição, que marcaríamos para o mais breve possível, de comum acordo com os Presidentes das três Comissões, que precisam avaliar as suas agendas.

Proporia que encerrássemos. Vários Senadores têm compromissos –nós, inclusive – e poderíamos dar continuidade, o mais breve possível, em uma nova vinda do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Quero informar ao Senador Antero Paes de Barros, com todo o apreço que merece S. Exª, que, do ponto de vista da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, temos três reuniões marcadas para hoje. A primeira delas já ocorreu. A segunda é esta, conjunta. A terceira, ao encerrar-se esta, estava prevista e necessariamente não terá que se realizar. É uma outra reunião, quando trataremos, inclusive, de uma questão fundamental, que é a instalação da Subcomissão da Segurança Pública.

Desejo pôr em votação a proposta do Senador Aloizio Mercadante, no sentido de que se encerre agora a reunião, ficando desde logo assentado que o Ministro voltará, mantendo-se a inscrição atual.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Seja o mais breve possível.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria que ficasse assegurada a ordem de inscrição da lista que está com V. Exª, para não começarmos tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Exatamente.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desejo sugerir que o Ministro Graziano faça uma pre-

visão da data. Assim, haveria da parte de todos que querem ouvi-lo maior segurança no que se refere à votação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, a esta altura pode ser que eu seja o maior prejudicado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª é o primeiro inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Será o primeiro da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos tomar uma decisão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu queria realmente fazer a minha pergunta, mas tenho que aceitar a vontade da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência agradece.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Quero também fazer um apelo para que isso seja marcado o mais brevemente possível. Que o Sr. Ministro nos comunique até o final da semana, se for possível, dependendo da agenda dele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vamos marcar, no máximo, para daqui a duas semanas. Vamos fazer isso o mais brevemente possível, dentro desse prazo, de comum acordo com os três Presidentes. Não temos aqui o calendário das três Comissões. Mas acho que, talvez, na semana que vem, no máximo, na outra faremos a audiência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O melhor seria na semana que vem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – De nossa parte e do Governo não há nenhum impedimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me apresentasse uma justificativa. Isso porque estive falando com V. Exª e percebi que antes de mim falou o Senador Mão Santa, depois... Não vou conseguir lembrar, mas nessa rodada falaram os Senadores Arthur Virgílio e Mão Santa, do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Acho que posso esclarecer a dúvida de V. Exª, se me permitir.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero entender por que um Senador do PMDB falou na minha frente, já que há um rodízio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu explico. O Presidente Ramez Tebet tomou uma decisão usual nas Comissões. Ou seja, a alternância de Partidos. Muito bem, com essa alternância, falaram dois Senadores do PMDB; dois Senadores do PFL; dois Senadores do PSDB; dois Senadores do PT. Ora, como o PMDB é maior do que o PSDB, o PFL é maior em número do que o PSDB e até o PT, é claro que essa ainda não é a próxima vez do PSDB.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) (?) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O Senador Romero Jucá falou como autor do requerimento, como outros Senadores falaram, inclusive falaram primeiro. Primeiro falaram os autores do requerimento e, depois, pela ordem dos Partidos. Foi esse o critério estabelecido pelo Senador Ramez Tebet. Portanto, do PSDB falou o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª pode ter razão. Se o Senador Ramez Tebet concedeu a palavra como autor e não como membro do PSDB, só falou um do PSDB. Nesse caso, V. Exª será o próximo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Exª estava encaminhando a votação. Eu gostaria que mantivesse esse encaminhamento e depois partisse para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos tomar uma decisão.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Aloizio Mercadante de se encerrar agora a reunião, voltando o Sr. Ministro dentro de duas semanas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra dois votos.

A lista está valendo para a próxima reunião e o Senador Antero Paes de Barros será o primeiro inscrito.

Peço aos Srs. Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que permaneçam aqui por alguns minutos.

Convoco reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para daqui a dois minutos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h20min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003. (Instalação)

Às dezessete horas e dezesseis minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e três, na sala reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvati, Fátima Cleide, Aelton Freitas, Hélio Costa, Gerson Camata, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti, Marco Maciel, Artur Vigílio e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os senhores Senadores Eurípedes Camargo, Maguito Vilela, Paulo Octávio e Luiz Otávio. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2003/2004. Distribuídas às cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual convida o Senhor Senador Flávio Arns e a Senhora Senadora Fátima Cleide para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Para Presidente – Senador **Osmar Dias**, quinze (15) votos, para Vice-Presidente – Senador **Hélio Costa**, quinze (15) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Mozarildo Cavalcanti, proclama eleitos e empossados os Senadores **Osmar Dias** e **Hélio Costa** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. A seguir, passa a condução dos trabalhos ao Senador Osmar Dias que expõe sobre a importância dos trabalhos da Comissão. Após o discurso do Presidente eleito, fazem uso da palavra os Senadores Hélio Costa, Flávio Arns e Siba Machado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às dezessete horas e cinqüenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas no Diário do Senado Federal. – Senador **Osmar Dias** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Tendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

A chapa registrada até agora: para Presidente, Senador Osmar Dias; para Vice-Presidente, Senador Hélio Costa.

As Srªs e os Srs. Senadores presentes, já que há outras Comissões a que deverão comparecer para votar, podem pegar a cédula e fazer o voto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias, candidato a Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O Senador Hélio Costa e eu poderemos votar também, de acordo com o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Claro, V. Exªs poderão votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Encerrada a votação.

Convido o nobre Senador Flávio Arns e a Srª Senadora Fátima Cleide para serem os escrutinadores. (Pausa.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, foram contados 15 votos – 15 cédulas. Quinze votos para Presidente, indicando o nome do Senador Osmar Dias e 15 votos para Vice-Presidente, indicando o nome do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Encerrada, portanto, a apuração.

Verifico a unanimidade de votos para os cargos de Presidente e Vice-Presidentes, que serão ocupados pelos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa, respectivamente.

Convido os Senadores Osmar Dias, para ocupar a Presidência, e Hélio Costa, para tomar assento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço a confiança do meu Partido por me indicar para presidir esta Comissão de Educação, assim como a seus membros. Agradeço também a unanimidade de votos, elegendo-me Presidente desta importante Comissão de Educação do Senado Federal.

Em meu nome e em nome do Senador Hélio Costa, eleito Vice-Presidente, quero manifestar o nosso sincero agradecimento.

Portanto, desde já, gostaria de tratar de algumas questões concernentes à Comissão de Educação do Senado. Penso ser importante que V. Exªs possam se inteirar do que realmente é importante para a Comissão de Educação do Senado, já que há um breve trecho no Regimento Interno, art. 102, que trata das atribuições desta Comissão, que passo a ler:

À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:

I – normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional, salário-educação;

II – diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas;

III – formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

V – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte, utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VI – outros assuntos correlatos.

Portanto, temos um espectro amplo de atuação na Comissão de Educação. Além disso, temos três subcomissões: Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática; Subcomissão Permanente do Esporte e Subcomissão Permanente do Livro.

Presidi a Comissão de Assuntos Sociais na legislatura passada, e nós tínhamos, naquela época, uma relação estreita com a Comissão de Educação, até porque alguns assuntos são correlatos. Um deles, para exemplificar, está em debate hoje no Executivo. Foi composta exatamente hoje uma comissão de nove ministérios para definir uma proposta de legislação em relação aos transgênicos. Acredito que esse assunto, por se tratar de ciência e tecnologia, deverá estar presente também nos debates desta Comissão, porque o Congresso Nacional terá a responsabilidade de criar uma legislação que possa definir as regras em relação a esse tema.

Eu gostaria de agradecer a presença do nosso Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, e de anunciar que foram 15 votos e que S. Exª foi eleito Vice-Presidente da Comissão por unanimidade. É uma honra para mim ter o Senador Hélio Costa como companheiro na Mesa desta Comissão.

Quando presidi a Comissão de Assuntos Sociais, tínhamos o problema de horário que temos hoje. Não será hoje que decidiremos, mas quero antecipar esse problema que ocorre com a Comissão de Educação. Em virtude da não-realização de sessões deliberativas do Senado nas quintas-feiras à tarde, e sim de manhã, nós perdemos uma manhã para a realização de reuniões de comissão, e houve um acúmulo de reuniões às terças e quartas-feiras. O Senador Mozarildo Cavalcanti sabe que percorremos esse corredor muitas vezes, todas as terças e quartas-feiras, porque é impossível cumprir com as obrigações inteiramente estando em duas comissões simultaneamente. Por isso, de uns tempos para cá, a Comissão de Educação mudou o horário regimental de quinta-feira, às 14h30min. Vejam a dificuldade! Esse horário foi alterado, e eu gostaria de deixar já comunicado à Comissão que continuaremos com ele, pelo menos temporariamente, porque vinha dando certo: terça-feira, às 11h30min. Porque não há como compatibilizarmos o horário desta Comissão na quinta-feira enquanto não for resolvido que teremos sessões na quinta-feira à tarde. Há um requerimento do Senador Jefferson Peres, Líder do meu partido, que pede que as sessões sejam realizadas exatamente quinta-feira à tarde. Se essa mudança for feita, nós teremos a possibilidade de realizar as nossas reuniões quinta-feira de manhã, então marcaríamos para esse horário. Enquanto a mudança não ocorrer, nós seguiremos com o horário que vinha determinando o funcionamento da Comissão: terça-feira, às 11h30min. A Comissão de Assuntos Econômicos inicia os seus trabalhos terça-feira, às 10 horas. Como muitos membros, inclusive eu, são membros da Comissão de Assuntos Econômicos e membros desta Comissão, dá tempo para participar daquela reunião e desta. Desta forma, ficamos acordados que o horário é esse até que haja uma decisão do colégio de líderes em relação à realização ou não de sessões deliberativas quinta-feira à tarde.

Dito isso, eu gostaria também de dizer que compete ao Presidente da Comissão escolher os membros das subcomissões.

Gostaria, desde já, de solicitar a contribuição ou a ajuda do Senador Hélio Costa, o Vice-Presidente, para que possamos definir a composição das três subcomissões. Vou citá-las novamente para que os Srs. Senadores possam pensar de quais subcomissões têm interesse em participar.

Antes, gostaria que o secretário me fornecesse o número de Senadores por subcomissão.

Vejam que são subcomissões permanentes. Normalmente, por requerimento de um Senador, pode-se criar uma comissão temporária para analisar determinado assunto. Essas comissões são permanentes. São elas:

– Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática;

– Subcomissão Permanente do Esporte;

– Subcomissão Permanente do Livro.

Essas são as três subcomissões da Comissão de Educação, e se reúnem em horário diferente do funcionamento da Comissão de Educação, porque, evidentemente, são membros da Comissão de Educação, mas não são os mesmos que compõem as três subcomissões.

Gostaria que os Srs. Senadores encaminhassem à Secretaria da Comissão a manifestação de interesse em participar de uma ou de outra subcomissão, para que houvesse a distribuição até de acordo com a vontade dos Senadores.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Que subcomissão vai analisar as licenças e concessões de rádio e TV?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não há uma subcomissão específica para tratar desse assunto, que é da competência da Comissão de Educação.

Aliás, foi bom V. Exª perguntar, porque há uma dúvida. Já que foi criado o Conselho de Comunicação Social do Senado, há quem tenha dúvida em relação às atribuições do Conselho se misturando com as atribuições da Comissão de Educação.

O Conselho é consultivo; não delibera. Quem delibera é a Comissão de Educação. E a Comissão de Educação, por força de norma constitucional, tem a responsabilidade de apreciar os processos de outorga e de concessão de rádio e televisão. Portanto, continuam essas atribuições pertencendo exclusivamente à Comissão de Educação do Senado.

Consulto se algum Senador quer fazer alguma manifestação. Enquanto aguardamos o número de Senadores que compõem a Subcomissão, a palavra está livre.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, congratulo-me com V. Exª por assumir a Presidência de uma das mais importantes comissões do Senado da República, a Comissão de Educação, que engloba assuntos tão importantes e de grande interesse da comunidade. Agradeço também à Liderança do meu Partido, o PMDB, pela indicação do meu nome para ocupar esta Vice-Presidência.

Fui eleito Senador pela primeira fez. Como Deputado, fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Sou também titular na Comissão de Relações Exteriores e espero, ao seu lado, Senador Osmar Dias, aqui na Comissão de Educação, poder dar a minha contribuição e certamente defender os interesses do povo de Minas Gerais, do qual sou representante, do Estado de Minas Gerais, que constitucionalmente represento, e de certamente poder contribuir mais uma vez, como fiz na campanha desde o turno zero, com as propostas do nosso Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

É uma honra muito grande estar ao seu lado nesta Comissão e das Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa. É para mim uma honra. Gostaria, até, de adiantar o seguinte: muitas vezes – e cometi no início esse equívoco, por acreditar que o Senador demonstre o seu desempenho no Plenário do Senado. Na verdade, é nas comissões técnicas que o Senador pode demonstrar o seu desempenho, pode participar dos debates, porque aqui é que se decide a maioria das votações. Depois que a comissão aprova uma matéria, o Plenário praticamente sacramenta essa decisão. Aqui há uma proporcionalidade, determinada pelo Regimento, entre os partidos; isso aqui é um extrato do Plenário, e a votação feita aqui praticamente se repete lá. A Comissão tem a importância que nós, os Senadores que a ela pertencemos, podemos lhe dar.

Lembro-me que quando assumi a presidência da Comissão de Assuntos Sociais havia um problema: a comissão não tinha **quorum** para funcionar – havia, por exemplo, a coincidência de horário dos trabalhos desta comissão com o de outras. Nós mudamos o horário para as 9 horas e as reuniões jamais deixaram de ter **quorum**, durante dois anos a comissão funcionou com **quorum**.

Por isso, faço um apelo desde já no sentido de que esta comissão possa ser valorizada pelos seus

membros. É muito importante ser membro de uma comissão de educação de uma casa legislativa, especialmente no Senado, mas mais importante ainda é participar dos trabalhos da comissão, poder debater, poder estar presente nas reuniões.

Apelo, portanto, para que esta comissão seja efetivamente importante para a sociedade brasileira com a nossa participação.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT–PR) – Eu quero, ao fazer coro com o que foi dito, parabenizá-lo, Sr. Presidente, e também o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente. A educação é, de fato, uma das áreas mais importantes para qualquer país, é a chave para as grandes transformações que desejamos que aconteçam em no Brasil, seja na educação infantil, seja no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior, na educação de jovens e adultos, na educação de portadores de deficiências. Um Brasil diferente, um Brasil desenvolvido e justo, passa também, e fundamentalmente, pela área da educação. Por tudo isso, é uma grande alegria participar dos trabalhos desta Comissão.

Todos nós devemos despender todos os esforços possíveis para que os resultados sejam bons, interessantes e importantes para o nosso país. Ao mesmo tempo, quero dizer que não se trata, como já foi ressaltado, apenas da educação, porque o esporte, a cultura, a ciência, a tecnologia, a comunicação e a informática também são assuntos que estão a cargo desta Comissão. Essas cinco áreas fundamentais fazem parte, com bastante ênfase, do plano de governo como áreas importantes para o desenvolvimento do Brasil, são áreas sociais e se referem a direitos fundamentais do ser humano.

Temos um grande desafio pela frente no decorrer deste ano. Trata-se de um grito de muita esperança, de muito otimismo, de muita motivação em termos dos trabalhos que podem aqui ser desenvolvidos. Por isso, é uma alegria estar aqui presente, compartilhando com os colegas senadores dos trabalhos desta comissão.

Parabenizo a Presidência e a Vice-Presidência desta comissão. Que todos nós, em conjunto, possamos fazer um bom trabalho para, no final do ano, podermos dizer, em alto e bom som, que valeu a pena.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Algum Senador pretende ainda usar a palavra? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT–AC) – Obrigado, Senador.

Tenho uma dúvida: eu me inscrevi para participar dos trabalhos desta comissão e não sei se, por um erro de redação ou por esquecimento, fui escalado para a suplência da Comissão de Educação. Só por precaução, queria saber se é possível deixar, provisoriamente, o meu nome enquanto consulto a nossa Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A composição da Comissão é proposta pelos líderes dos respectivos partidos. V. Exª pertence ao Bloco PT/PSB/PTB/PL. Aqui, pelo menos na folha que tenho em mãos, há uma vaga de titular que não foi preenchida – estamos aguardando a indicação de um nome – e três de suplentes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT–AC) – No caso, seria para suplência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Preciso receber a indicação do nome de V. Exª do Líder do seu partido para que eu possa fazer constar, o que farei com o máximo prazer.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT–AC) – Vou-me comunicar com ele. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se nenhum outro Senador deseja usar da palavra, quero dar mais uma informação.

Temos um estoque de projetos e outras proposições – se não me engano, são 50 projetos e mais 170 proposições de outras naturezas – que teremos que distribuir. Como temos que ter o cuidado de fazer uma distribuição guardando harmonia com o perfil dos Senadores e o interesse dos Estados, pediria uma semana de prazo para fazer a distribuição desses projetos da melhor maneira, a fim de que haja interesse do Senador ou Senadora em relatar o projeto que irá receber.

Há também uma outra questão: as reuniões ordinárias acontecem todas as terças-feiras. No entanto, como não teremos tempo hábil para fazer a distribuição e o Senador apresentar o relatório à Comissão, não teremos reunião na próxima terça-feira, ficando a próxima marcada para a outra terça-feira.

Ainda hoje pretendo iniciar a distribuição dos projetos, pelo menos parte deles, em companhia do Senador Hélio Costa após esta reunião, continuando a distribuição na próxima semana, para que na outra terça-feira tenhamos matéria suficiente para compor uma pauta e fazermos a primeira reunião deliberativa da Comissão de Educação desta Legislatura.

Agradeço a confiança de todos em nome do Senador Hélio Costa e em meu nome e agradeço a presença daqueles que permaneceram aqui até agora. Convoco a todos para fazermos um trabalho árduo, já que temos muitas matérias a analisar, sobretudo em relação à educação em nosso País.

Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 17h58min.)

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2003.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia onze de março de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, João Capiberibe, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Tião Viana, Eurípedes Camargo, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Amir Lando e Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Íris de Araújo, José Maranhão, Renan Calheiros, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Roseana Sarney, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica à Comissão que, estando no dia de hoje, sobrestada a pauta do Plenário desta Casa, de acordo com o que determina os parágrafos 1º e 2º do artigo 64 da Constituição Federal, os projetos de caráter terminativo, constantes da pauta, ficam adiados. A Presidência informa ao Plenário os resultados das Audiências mantidas nesta manhã com os Senhores Jorge Werthein e Gilberto Gil, Representante da UNESCO no Brasil e Ministro da Cultura, respectivamente. Discutiram sobre o assunto as Senadoras Ideli Salvatti e Fátima Cleide e os Senadores Gerson Camata, Flávio Arns, Demóstenes Torres e João Capiberibe. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 03: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, "Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Educação, Cristovam Buarque; da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; das Comunicações, Miro Teixeira; do Esporte, Agnelo Queiroz; e da Cultura, Gilberto Gil, sobre as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas para os próximos quatro anos". O requerimento é aprovado, com adendo do Senador José Jorge para que a audiência com o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, seja realizada conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Item 04: Indicação nº 04, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Reginaldo Duarte, que "Sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado Federal a criação da Universidade Federal na Região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará". O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável é aprovado. Discutiram a matéria os Senadores Hélio Costa, José Jorge, Flávio Arns, Reginaldo Duarte e Sérgio Cabral. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 533, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orobó, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Valdir Raupp pede a palavra e requer oralmente a inclusão extra-pauta dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 768 de 2002 e Projeto de Decreto Legislativo nº 767 de 2002. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 768, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. Extra Pauta: Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 767, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. Extra-pauta: Item 03: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Ideli Salvatti que, "Re-

queremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o Exmo. Sr. José Paulo Cavalcanti Filho, Presidente do Conselho de Comunicação Social." O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude do sobrestamento da pauta do Plenário do Senado Federal, as seguintes matérias: Item 01: Substitutivo de autoria do Senador Casildo Maldaner ao Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2002; Item 02: Substitutivo de autoria do Senador Ricardo Santos ao Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2002. O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Hoje há na pauta oficial cinco itens. Peço a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que os dois primeiros itens exigem votação terminativa. No entanto, regimentalmente, estamos impedidos de votá-los, porque a pauta da Casa está obstruída por três medidas provisórias. Ocorrendo a apreciação hoje, estaremos em condições de votar esses dois projetos.

Há uma pauta extra, alguns relatórios que já chegaram à Comissão. Gostaria, então, de fazer algumas comunicações. A primeira delas diz respeito às subcomissões.

É atribuição do Presidente designar os Senadores que irão compor a subcomissão. Mas, na primeira reunião que realizamos, preferi pedir aos Senadores que manifestassem por escrito o interesse em participar, porque são temas específicos, como a Subcomissão do Cinema, que exige certo conhecimento da área. As Subcomissões só funcionam bem quando há realmente o interesse do Senador em participar efetivamente dela.

Então, pediria aos Senadores que encaminhassem à secretaria da Comissão a manifestação do interesse de participar das três subcomissões que compõem a nossa Comissão de Educação.

Informo também que nos dias 26, 27 e 28 de março, em Mendonza, Argentina, realizar-se-á o XIII Encontro Cultural do Mercosul, do Parcum – Parlamento Cultural do Mercosul.

Como Presidente desta Comissão, que também tem como atribuição a cultura, sou membro nato do Parlamento Cultural do Mercosul. Desses eventos, como o que acabei de anunciar, poderão participar Senadores da Comissão de Educação.

Dois Senadores poderão participar deste evento. Vou repetir: XIII Encontro Cultural do Mercosul, o Parcum, em Mendonza, nos dias 26, 27 e 28. Na verdade, nos dias 27 e 28, porque 26 será o dia da chegada das delegações e não haverá nenhuma atividade.

Esse evento reunirá Parlamentares do Mercosul para tratar do tema cinema. Mais precisamente:

Apresentação da indústria cinematográfica dos países do Mercosul no processo de integração regional, situação atual, ponto de vista dos parlamentares, participação das autoridades da cinematografia nacional dos países do Mercosul.

Em uma outra sessão de trabalho, constará a cultura da paz, fundamento da democracia, exposição do professor Gerardo Caetano *, Diretor do Centro Latino-Americano de Economia Humana.

Também haverá reunião do Comitê Executivo do Parcum, avaliação do trabalho desenvolvido pelo Parlamento desde a sua criação.

Anuncio o evento e, depois, conversaremos sobre o interesse de participação de dois Senadores.

Srs. Senadores, recebi a visita do representante da Unesco, Dr. Jorge Werthein, que veio propor à Comissão o debate de temas de altíssimo interesse, inclusive de alguns Senadores. O Dr Jorge propõe que seja feito, nesta Comissão, o lançamento do livro, que foi o resultado da pesquisa feita em 14 Estados do Brasil pela Unesco, estabelecendo um diagnóstico sobre o ensino médio. Ele já antecipou que é negro o diagnóstico sobre a situação do ensino médio no Brasil. É claro que isso deve interessar a todos os integrantes da Comissão, não apenas o lançamento do livro, porque ele propõe a realização de dois fóruns de debates sobre esse tema, mas também sobre um assunto de iniciativa da Unesco, que vem sendo colocado em prática em vários países do mundo com sucesso.

A Unesco chegou à conclusão de que a violência cresce nos finais de semana exatamente quando os estudantes estão fora das escolas. Ele propõe, então, que essa comissão assuma como uma recomendação de política pública na área de educação o uso dos espaços das escolas nos finais de semana para atividades culturais, de lazer, esportivas. Segundo ele, os resultados na redução da violência e da criminalidade são extraordinários nos países que implantaram essa experiência.

Como são temas de muita importância para nós, brasileiros, a educação, a violência, a criminalidade, creio que esta Comissão é o fórum ideal para o debate do assunto. Ele traz outros dois temas que poderiam, juntamente com esse primeiro, ser motivo de alguns eventos apoiados pela Unesco. Ele se propõe a apoiar tecnicamente e até financeiramente a realização de eventos. Pensei que a Comissão pudesse realizá-los regionalmente: um no Sul, outro no Sudeste e um outro no Centro-Oeste. Segundo ele, é um tema que a Unesco estuda há tempos e que a literatura não tem tratado como deveria porque tem influência muito grande na vida do cidadão. Trata-se de violência nas escolas **versus** qualidade de ensino.

Ele relatou-nos que não existe nenhum artigo, nenhum livro que não seja da Unesco tratando do tema "A violência nas escolas e a qualidade de ensino". A violência na escola inclui o uso de drogas, a violência entre alunos e professores e vice-versa. É camuflada e, muitas vezes, o medo de denunciar acaba colaborando, contribuindo para que cresça a violência nas escolas, que, por sua vez, contribui para o baixo nível de ensino, que vai ser retratado no livro que acabei de citar aqui, do ensino médio no Brasil, que, segundo o autor, está realmente um quadro negro.

Propõe que esta Comissão assuma o debate e a proposição de leis, políticas públicas que possam amenizar a violência nas escolas, que, segundo ele, é de relevância em nosso País, embora pouco divulgado. Então, sugere que esta Comissão realize ou uma audiência pública ou um fórum de debates em Brasília ou vários fóruns regionais, para chamar a atenção da sociedade para um assunto que, rotineiramente, não é tratado pela sociedade. Temos a responsabilidade de levantar essa questão.

Queria dizer aos Senadores, principalmente aos que estão na primeira legislatura, que, enquanto estamos falando aqui, V. Exªs podem solicitar a palavra, que teremos o máximo prazer em concedê-la. Vou só dar o ultimo aviso aqui, a última comunicação, que é em relação à audiência pública em junho. Ele está propondo uma audiência pública nessa data, com a participação de um especialista francês, Dr. Éric, que, segundo ele, é a maior autoridade no assunto no mundo, para tratar exatamente do assunto "Violência nas escolas **versus** qualidade de ensino". Então, faríamos vários eventos até junho, e, em junho, teríamos essa audiência pública para fechar e, quem sabe, propor alguma medida, algum projeto de lei ou, enfim, alguma política pública que pudesse amenizar essa situação.

Eu disse ao representante da Unesco que, de nossa parte, estaremos abertos para trabalhar em sintonia com a Unesco evidentemente com a pauta que compete à Comissão fazer.

Ocorre que a Comissão de Educação tem uma grande responsabilidade e tenho visto que alguns projetos que são atinentes à Comissão de Educação não estão passando por aqui, estão indo diretamente para outras comissões. Por isso, apresentarei dois requerimentos chamando esses projetos para a Comissão de Educação. Apresentei dois e vou apresentar mais dois.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, entendo que o assunto é de fundamental importância e pertinente. Tivemos em espaço bem recente um trabalho realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, abordando a violência nas escolas. Portanto, teríamos uma oportunidade, durante os eventos, de trazer os representantes da confederação que realizaram os trabalhos de pesquisa nessa mesma linha para ter o panorama completo da situação, principalmente sob o enfoque da violência. Poderemos realizar vários eventos e é de fundamental importância que possamos realmente descentralizar a ação da Comissão e realizar eventos para divulgar e debater essa matéria em todas as regiões do País.

Sr. Presidente, V. Exª me desculpe, mas quero fazê-lo com toda a delicadeza: o ensino médio, a educação não tem quadro negro e sim quadro trágico, quadro desolador. Como membros da Comissão de Educação não podemos reforçar a identificação de negro com algo ruim. É aquela forma de perpetuar determinado preconceito e, como educadores e Parlamentares, temos que ter o cuidado para não reproduzir. V. Exª me desculpe. A Senadora Fátima Cleide e eu, nas duas vezes em que V. Exª usou a expressão, nos arrepiamos. Então, digo-o com toda a delicadeza e humildade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com toda a delicadeza, Senadora, essa é uma expressão utilizada comumente. Eu posso usá-la sem nenhum constrangimento. Embora V. Exª não me conheça, mais de cinqüenta por cento dos meus funcionários são negros e, com o maior orgulho, digo que tenho um respeito muito grande pela raça negra e sou muito respeitado pela raça negra principalmente em meu Estado que, aliás, fez um movimento de apoio a minha candidatura e que resultou em muito sucesso.

Sem nenhum constrangimento digo que a expressão que utilizei nada tem de pejorativo. Muito pelo contrário, é uma expressão usualmente utilizada. No caso, teremos que fazer um projeto de lei proibindo as expressões comumente utilizadas. É mais uma questão de preconceito do que a análise da questão como deve ser tratada, mas aceito a crítica de V. Exª e vou procurar não usar mais uma expressão tão popular quanto essa. Se eu dissesse cinzento talvez estivesse atingindo alguém que se julgue cinzento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer minhas as palavras da companheira Ideli Salvatti e dizer que não é uma crítica que fazemos. Acho que cabe a nós da Comissão de Educação também contribuirmos com a queda de preconceitos, e a linguagem, infelizmente, em nosso País reforça o preconceito. Assim, não tenha como uma crítica e sim como uma chamada de atenção para que não cometamos...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O negro, no caso, é o quadro escuro.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É um quadro ruim, péssimo, que conhecemos de algumas publicações de trabalhos realizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores expressos na revista **Retratos da Educação Pública no Brasil**.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas é bom debatermos porque quando falei quadro negro quis dizer quadro escuro. Eu não estava me referindo à raça negra, pela qual tenho um respeito enorme.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, temos o entendimento de que as pessoas falam porque são expressões comuns, populares, mas indiscutivelmente a linguagem também serve de propagação daquilo que se estabelece como preconceituoso. Fazemos isso sem o preconceito, porque é normal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V. Exª pela iniciativa de procurar a Unesco. São dois ou três assuntos importantíssimos sobre os quais a Comissão precisa se debruçar. É bem-vinda a ação da Unesco. Tenho me preocupado, durante muitos anos – inclusive tenho mencionado isso em plenário –, com a situação difícil que enfrentam os brasileiros, principalmente os mais humildes. Sofrem com a maior carga tributária do mundo e não recebem do Governo – não digo deste, mas dos governos anteriores, e espero que melhore com o atual – a atenção que o pagamento desses pesados tributos deve representar para cada um.

Portanto, observe V. Exª que é preciso vir a Unesco aqui dizer que o quadro do nosso ensino médio é trágico, no dizer da Senadora Ideli Salvati. A Unesco precisa vir aqui para nos falar de um fato que acontece em nosso rosto, que é a violência crescente em nossas escolas. Na área de segurança, a maior carga tributária não representa segurança para o cidadão brasileiro. Se ele não gradeia sua casa, se não coloca um vigia na rua, se não se arma, é constantemente vítima de assalto e até de atentados contra a sua vida. Na área de saúde, se não possuir um plano de saúde, se depender do plano de saúde governamental, correrá constantemente risco de vida, apesar de pagar a maior carga tributária do mundo. E na área de educação, se seus filhos não entram nas cotas agora criadas e contestadas na Justiça – cotas de ensino público, cotas de afro-descendente, e a que está sendo criada para o descendente de índios –, não entram em universidade pública, a única gratuita. Quem estuda na escola pública não entra na universidade pública; é preciso estudar na escola particular, de melhor qualidade. Devemos discutir estes temas: a educação nesta Comissão; a violência na comissão respectiva. Nem vamos falar em outros direitos que o cidadão tem.

É um assunto importante. O seminário que V. Exª propõe é importantíssimo. Desejo, em nome do Governador do Espírito Santo, oferecer nosso Estado, para que o encontro regional do sudeste ocorra no Espírito Santo, que se encontra em estado de recuperação ética e moral e precisa ouvir os críticos e especialistas brasileiros, principalmente sobre a violência nas escolas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu também gostaria de ressaltar a importância dos temas levantados no entendimento com a Unesco, a exemplo do que fez o companheiro Senador Gerson Camata. É uma preocupação de todos nós a segurança da sociedade de maneira geral e especialmente a segurança de crianças e jovens nas escolas. O assunto já foi objeto de muito debate na Câmara dos

Deputados e na Comissão de Educação daquela Casa. Penso que deve ser também objeto de reflexão, de estudos e de entendimentos em audiências públicas, com a participação da sociedade. Considero importante a idéia de regionalizar a atuação da Comissão de Educação. Também nesse sentido coloco à disposição da Comissão o Estado do Paraná, a fim de que um desses eventos, se possível, dentro da discussão que será feita, ocorra lá. Enquanto isso, poderíamos orientar as pessoas a levantarem os trabalhos existentes nos Estados voltados para os dois temas, tanto o da violência como o do ensino médio, que também merece de todos nós, como os outros níveis de ensino, preocupação especial.

Sr. Presidente, gostaria apenas de sugerir dois encaminhamentos que dizem respeito às nossas reuniões, pois quando lemos os itens da pauta, ao observar o que está acontecendo naquele item, não temos a possibilidade de compará-lo com o que acontecia na legislação anterior. Penso que poderíamos ter uma espécie de síntese em cada item. Sei que isso daria um trabalho um pouco maior para a assessoria, mas já pegaríamos a pauta e teríamos o que acontece na legislação atual e o que, eventualmente, está sendo proposto em termos de modificação. Então, a própria leitura da pauta já permitiria se localizar em termos do que estará sendo abordado. Então, essa seria a primeira sugestão só escrever a pauta de uma maneira um pouco diferente. Tivemos uma experiência bem interessante neste sentido, no ano passado, na Câmara dos Deputados, onde, pela primeira vez, se fez isso, e os resultados foram bastante elogiados pelos membros da Comissão de Educação daquela Casa. E mesmo para o público que vir o item da pauta, quando este for o caso, dá a possibilidade de ter o quadro comparativo das duas situações.

O segundo aspecto é se já poderíamos, no dia anterior à nossa reunião, ter acesso a essa síntese, mesmo que a assessoria passe aqui na Comissão de Educação. Porque já teríamos o projeto de lei, o parecer do relator, para que possamos vir para a reunião mais subsidiado, vamos dizer assim, em relação aos assuntos a serem abordados aqui. Então, se pudéssemos ter acesso, já na noite anterior, no dia anterior, ao material.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns, regimentalmente, a Comissão deve distribuir a pauta com os avulsos 48h antes da realização da reunião. Isso ocorre sempre no Senado.

Em relação ao formato da pauta, ela é padronizada em todas as Comissões. Portanto, para mudarmos aqui, teremos que obter a autorização de todas as Comissões para fazê-lo. Mas, de qualquer forma, V. Exª pode encontrar nos avulsos referência à legislação anterior. Quando V. Exª acessar os avulsos, ou seja, o relatório, a lei anterior, terá tudo isso na pauta cheia, não há necessidade de estar no resumo da pauta. V. Exª pode verificar aí, quando acessar o item nº 1, que haverá o relatório, o parecer, a legislação anterior, e aí V. Exª poderá comparar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu só gostaria de dizer, como sugestão, se V. Exª me permitir, que, de fato, também na Câmara o processo é padronizado, igual para todas as Comissões. A única Comissão que fazia de maneira diferente, e era bastante elogiada – porque acho que não é, tanto quanto eu saiba, uma questão regimental, mas didática, bastante interessante –, era aquela Comissão. Então, foi só um ordenamento. Eu até diria que eu encaminharia para a assessoria e ela estudaria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª, então, encaminha para a assessoria. Se bem que temos aí, nos avulsos, a legislação anterior citada, sempre.

Com a palavra o Senador Demostenes Torres.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, fico muito feliz que este debate se inicie agora na nossa Comissão de Educação. Não vejo alternativa para o Brasil a não ser a prevenção da violência através da educação. Preconizo, acho e entendo que o modelo a ser adotado é o modelo da escola em tempo integral. Tenho ouvido o Presidente Lula dizer que pretende, nesse período, ampliar o investimento do PIB brasileiro em educação em dois pontos percentuais, assim como o Ministro da Educação também dizer que vai abrir um processo para discutir qual o modelo de escola ideal que devemos ter.

Então, acho por demais oportuno, agora que se vai combater ou discutir a forma de se combater a violência nas escolas e na sociedade, utilizando-se do modelo da escola, que se discuta a escola integral. Por quê? Para se ter uma idéia: uma empresa como a Coca-Cola lucrou, no ano de 2001, US$17 bilhões. Se buscarmos uma coca-cola em qualquer botequim da esquina, vamos encontrar. Quem tem números mais pessimistas diz que o tráfico de drogas lucrou US$500 bilhões, ou seja, mais ou menos trinta vezes mais que uma empresa como a Coca-Cola. É óbvio que essa é a razão pela qual o traficante está cada vez mais próximo dos nossos filhos. Se o traficante consegue envolver ministros, juízes, promotores, policiais, políticos, por que não conseguirá envolver a criança?

Cerca de 80% da criminalidade violenta no País é praticada por pessoas drogadas. Infelizmente, a quase totalidade desses crimes envolve na associação adolescentes. Então, sugiro que esse modelo seja discutido. Temos condições de fazer isso. São muitos os programas no Brasil para tratar da erradicação do trabalho infantil, do salário-escola, do investimento para que as crianças permaneçam na escola. Poderíamos concentrar isso na escola, não com o gigantismo que muitos imaginaram, mas com o pé no chão. Por quê? Hoje o pai trabalha, como sempre trabalhou; a mulher ocupa, cada vez mais, seu espaço no mercado de trabalho; e a criança fica na mão de quem? A partir do meio-dia, está onde? Então, a criança poderia permanecer na escola, alimentar-se na escola, dormir um pouco, fazer suas tarefas, praticar esportes – tenho certeza de que teríamos centenas de campeões olímpicos no Brasil – e aprender profissões. No final do dia, entregaríamos essa criança nas mãos de seus pais e a tiraríamos das mãos do traficante. Tiraríamos a criança das mãos do traficante e a colocaríamos nas mãos do professor.

Penso que temos que iniciar uma discussão nesse sentido. Vejo a escola como principal fator da inibição da criminalidade no Brasil. Se queremos adotar medidas preventivas, creio que temos que caminhar imediatamente para a adoção desse modelo de escola integral. Fico feliz quando vejo a preocupação do senhor em iniciar esse tipo de discussão. Quando essa discussão for aberta, coloco o meu Estado de Goiás à disposição, para que essa discussão ocorra também no Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na educação brasileira temos um problema básico a que precisamos dar um encaminhamento, uma solução, que é o da educação infantil. É na primeira infância que se molda o caráter. Não temos financiamento para educação infantil. Temos hoje financiamento para o ensino fundamental e, no entanto, não há um fundo capaz de financiar a educação infantil e o segundo grau. Resolvemos o problema do miolo, no que diz respeito ao financiamento da educação. A primeira infância, que vai de zero a seis anos, não tem financiamento público para garantir presença na escola.

Temos algumas experiências dos nossos vizinhos latino-americanos, países mais pobres do que o Brasil, com PIB infinitamente menor que o nosso, que há muitos anos tiveram essa preocupação com a primeira infância e hoje, mesmo sendo mais pobres, não ostentam essa demonstração absurda de desigualdade social, que são milhares de crianças no Brasil todo vivendo nas ruas. Não existem crianças de rua em pelo menos um desses países, o Chile, que cuidou há mais de 60, 70 anos atrás da sua primeira infância. Eles tiveram a preocupação de garantir o financiamento da educação infantil, de zero a seis anos. Creio que temos que nos debruçar sobre essa questão e buscar fontes de financiamento, que, como foi levantado aqui, pode ser sobre venda de armas de fogo. Há várias opções. O que financia a violência pode financiar o combate à violência também. O que promove a violência pode financiar o combate à violência, com a educação infantil. Aí, sim, deixaríamos de ter menino de rua e teríamos uma seqüência, digamos, mais lógica na formação da juventude brasileira.

Lembro de muitas experiências que fizemos, enquanto Governador do Amapá, entre elas a abertura das escolas nos finais de semana, projeto denominado Escola Aberta Comunidade em Festa – a Unesco conhece esse projeto –, onde a única estrutura existente, na maioria dos bairros periféricos brasileiros, é hoje a escola, às vezes nem a escola existe. Então, essas escolas têm que ser abertas no final de semana para todo o tipo de atividade sociocultural com os jovens.

Uma outra questão que me parece muito lógica é que nossas escolas sejam dotadas e espaços de esporte e lazer. O Brasil tem possibilidade de fazer isso, falo assim porque governei um dos Estados mais pobres da Federação e todas as nossas escolas, construídas nos últimos três anos, eram dotadas de quadras poliesportivas, de piscinas semi-olímpicas, e se um Estado pobre tem condições de fazer isso então significa que a sociedade brasileira tem uma dívida brutal com a primeira infância o que provoca, evidentemente, essa deformação de caráter.

Era o que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado Senador João Capiberibe.

A última comunicação que faço é a visita do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que esteve aqui para se colocar à disposição da Comissão da Educação, o seu Ministério, e também propondo, juntamente com a Unesco, a realização de um evento na área cultural, que está para ser definido talvez para o segundo semestre, em conjunto com a Comissão de Educação, discutir o patrimônio artístico e cultural, e nos colocamos à disposição para atuarmos junto com o Ministério na realização desse evento.

Feitas essas comunicações, concedo a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero pedir desculpas pelo atraso, estava relatando a indicação do diretor de fiscalização do Banco Central na CAE, gostaria de propor um requerimento para que fossem, se possível, incluídos na pauta os pareceres da Rádio Amazônia Cabo e TV na cidade de Porto Velho e Guajará-Mirim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto ao Plenário e se não houver nenhuma contestação fica aprovada a inclusão na extrapauta a solicitação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Requerimento idêntico, Sr. Presidente, é proposto em uma carta enviada à Comissão por S. Exª, o Sr. Bispo da cidade de Tianguá, do Estado do Ceará, Dom Francisco Xavier Hernandes, que pede que seja incluída na pauta a Rádio Santana de Tianguá, Estado do Ceará, e a Rádio da Associação de Cooperação e Desenvolvimento daquela mesma cidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E designando algum companheiro do Ceará para ser relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos verificar se já está na Comissão.

Vou submeter ao Plenário um requerimento de minha autoria e pediria a atenção de todos. É o item 3 da pauta.

Gostaria de submeter à discussão e à votação este requerimento que convida, para serem ouvidos separadamente, os Ministros da Educação, Cristovam Buarque, da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, das Comunicações, Miro Teixeira, do Esporte, Agnelo Queiroz, da Cultura, Gilberto Gil, sobre as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas para os próximos quatro anos.

A intenção do requerimento que apresento é proporcionar aos Senadores a oportunidade de ouvir cada Ministro, sobre assuntos relacionados a nossa Comissão, para que esta Comissão possa participar efetivamente desse esforço de cada pasta e acredito que seja muito oportuno iniciarmos esse processo o mais rápido possível. Submete então o requerimento à discussão dos Srs. Senadores.

Está em discussão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Presidente, se não me engano, foram mencionados cinco Ministérios, o Ministério das Comunicações tem algumas atribuições afetas à Comissão de Educação e outras. Como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, gostaria de propor que no caso específico do Ministério das Comunicações fosse feita uma reunião conjunta entre esta e a Comissão que presido, para que possamos ouvir o Ministro de uma só vez, para que S. Exª não tenha o trabalho de vir aqui duas vezes para explicar a mesma coisa. É verdade que eu teria que submeter o requerimento à Comissão de Infra-Estrutura, mas, se os colegas concordarem, creio que seria de bom-senso para que o Ministro – que tem tantas coisas para fazer – não se ocupe de vir duas vezes ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Votaremos o requerimento e, depois, o adendo de V. Exª.

Em votação o requerimento proposto no item 3.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação a proposta do Senador José Jorge, de fazermos a audiência com o Ministro Miro Teixeira em conjunto com a Comissão de Infra-Estrutura.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, o Ministro Cristovam Buarque, ao saber que o requerimento seria votado hoje, também se colocou à disposição para vir à Comissão no dia 1º de abril, caso seja possível.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Analisaremos a agenda da Comissão e entraremos em contato com a assessoria do Ministro.

Item 4: Indicação nº 4 de 2002, que sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação no Senado Federal a criação da Universidade Federal na região do Vale do Cariri, Estado do Ceará. Autoria: Senador Reginaldo Duarte. Relatoria: Senador José Jorge, a quem concedo a palavra para relatar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da Comissão de Educação trata-se da indicação nº 4 de 2002. Sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação no Senado Federal a criação da Universidade Federal na região do Vale do Cariri, Estado do Ceará.

Relatório: a indicação nº 4, de 2002, sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado Federal a criação da Universidade Federal na região do Vale do Cariri, Estado do Ceará. Segundo o Autor da proposta, o dinamismo da economia cearense, especialmente da região do Vale do Cariri, aliada à expansão crescente do número de concluintes de ensino médio e à carência de instituições dessa natureza no Estado, requer maiores investimentos públicos e federais que promovam a ampliação das oportunidades de ensino superior. A esse respeito, ressalta que, em alguns Estados brasileiros, a União mantém mais de uma universidade, enquanto que no Ceará, apenas uma, na capital, procurando atender a demanda de toda a população.

Análise: em nosso modo de ver, a sugestão do Senador Reginaldo Duarte é sensata e oportuna, porque, se por um lado as tentativas de criar escolas e universidades, mediante apresentação de projetos de lei autorizativos, prática comum no Congresso Nacional, têm-se mostrado infrutíferas, por outro, a oferta de educação superior é insuficiente para atender à demanda de informação dos jovens brasileiros. Dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, revelam que, no Brasil, a taxa de matrícula no ensino superior na faixa de idade entre 18 e 25 anos é muito mais baixa que em países como Argentina, França, Coréia do Sul, Canadá e Estados Unidos.

Durante toda a década de 80, início dos anos 90, o sistema de educação superior permaneceu praticamente estagnado. De acordo com o Ministério da Educação, entre 1980 e 1994, portanto 14 anos, as matrículas no ensino superior cresceram apenas 14,8%, enquanto nos cinco anos seguintes verificou-se uma expansão de 22%.

Hoje, embora o setor evidencie uma taxa média de expansão de 11% ao ano, conforme expressam os dados do Censo de Educação Superior de 2000, ainda é grande a defasagem entre as vagas ofertadas e o número de excluídos. Além disso, deve-se levar em conta que o maior responsável pela expansão observada tem sido o setor privado, que, em geral, não prima pela qualidade dos cursos que oferece. Muitas vezes os cursos do setor privado são bons, mas a estatística mostra que, pelo menos por enquanto, as escolas públicas têm tido um rendimento melhor – no ensino superior, evidentemente.

De 1994 a 2000, o número de instituições privadas aumentou 86%, enquanto o de instituições federais apresentou um crescimento de apenas 33%. A evolução recente do ensino médio, resultante do movimento de reforma da educação básica, torna a situação mais complexa. No período de 1996 a 1999, por exemplo, as matrículas nesse nível de ensino cresceram 35,4% e o número de concluintes quase dobrou. Tomando-se por base os esforços do sistema de ensino para melhorar a produtividade e a eficiência da educação básica e, particularmente, do ensino médio, a expectativa é de que essa tendência de crescimento continue até 2005, dificultando sempre mais a absorção dos egressos pelo sistema de educação superior.

Ademais, as universidades brasileiras destacam-se como centros de excelência tanto no desenvolvimento de pesquisa básica quanto na formação de profissionais de alta qualificação. Não se deve esquecer que, ao contrário do que ocorreu em outros países, quase toda pesquisa básica brasileira e feita no interior das instituições.

No mundo globalizado em que estamos inseridos, a disponibilidade de mão-de-obra especializada constitui ferramenta indispensável para o desenvolvimento sustentável. Resta-nos, pois, congratular e apoiar o autor da iniciativa, que, acreditamos, poderá estimular Senadores, membros da sociedade e Governo Federal a analisar, de forma criteriosa, as possibilidades de ampliação da rede de universidades públicas, principalmente dos Estados do Norte e do Nordeste brasileiro.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da indicação nº 4 de 2002.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Está em discussão o relatório do Senador José Jorge.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em princípio, eu anteciparia o meu voto totalmente favorável à proposta do Senador Reginaldo

Duarte e relatada pelo Senador José Jorge. Mas eu gostaria de fazer uma observação.

A modernidade do sistema educacional já exige algumas preocupações, na medida em que estamos colocando em discussão a criação de mais uma universidade federal. Na medida em que sentimos que as universidades federais, em todos os Estados da federação, passam por dificuldades seriíssimas, os recursos são cada vez menores, as dificuldades são cada vez maiores e as reclamações são intensas, tanto da parte do corpo docente quanto discente.

Vejo que o sistema público tem que acompanhar, de certo modo, as propostas que foram vitoriosas no sistema privado. Por exemplo, seria muito mais prático, mais rápido e mais eficiente que, em vez de se propor a criação de mais uma universidade federal no Ceará, que se propusesse a criação dos **campi** avançados.

Amanhã, na semana que vem, o Governo já estaria em condições de patrocinar os cursos que têm demanda na região específica – não se trata apenas uma proposta do Ceará ou neste particular, neste detalhe. Penso que todos os Estados brasileiros deveram se aproveitar dessa idéia dos **campi** avançados. Temos já algumas experiências em Minas Gerais. A Universidade Federal de Ouro Preto, que é uma universidade consagrada no Brasil inteiro, que forma engenheiros de minas e metalurgia, está realizando cursos especializados da própria universidade, em diversas cidades do Estado de Minas Gerais, onde existe a demanda para aqueles cursos específicos.

Penso que independentemente de aprovarmos a criação da universidade, deveríamos, se possível, incluir no seu relatório, Senador José Jorge, a possibilidade do campus avançado, atendendo especificamente a demanda localizada da região a que se propõe levar mais uma universidade federal, que, mais à frente, acabará tendo os mesmo problemas, as mesmas dificuldades.

Nesses termos, acredito que atenderíamos plenamente a necessidade proposta pelo projeto e, ao mesmo tempo, ampliaríamos o escopo da universidade do Ceará, que poderia se estender a várias cidades e não apenas a um vale como está proposto no projeto de lei.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, na realidade, concordo bastante com a opinião de V. Exª.

Eu só gostaria de esclarecer que o meu parecer, na realidade, é favorável não à criação da universidade, mas a que a Comissão de Educação faça um estudo específico sobre essa questão.

Penso que, nesse estudo, poderia ser levada em conta exatamente essa opinião de V. Exª e sugiro até que, se possível, o Senado Hélio Costa possa relatar o estudo depois de realizado. Às vezes é mais fácil realizar um campus avançado em determinadas situações do que criar uma nova universidade, visto que aumentam os custos e os meios, vamos dizer assim. Considerei bastante interessante a opinião. Realmente, eu a colocaria no meu relatório, se ele não fosse apenas para aprovar o estudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, toda vez que damos uma opinião aqui no Senado, arrumamos um trabalho. O Senador Hélio Costa acabou de arrumar um. Está aceita a sugestão de V. Exª e S. Exª será o relator.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo com o relatório emitido pelo Senador José Jorge, com a opinião do companheiro Senador Hélio Costa e também com a sua indicação para os desdobramentos, em função da sugestão, mas queria destacar duas coisas importantes. Na vinda do Ministro da Educação, Cristovam Buarque, penso que deveríamos ter uma clareza da sua parte sobre qual é a política do Ministério da Educação em relação à necessidade de expansão do ensino superior federal. Ao mesmo tempo, deveríamos, logicamente, questionar em relação à educação infantil e especial. Temos de ver qual a política do Ministério da Educação em relação a isso.

Agora, eu sugeriria, também, para a assessoria da Comissão de Educação, que já nos trouxesse, no decorrer dessa discussão, um quadro comparativo de todos os Estados brasileiros em termos de número de universidades federais ou de instituições de ensino superior federais nos Estados, não apenas em termos de número, mas também em termos de recursos – essa informação poderia ser requisitada do Ministério da Educação ou da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização -, ou seja, quanto de recursos cada Estado do Brasil recebe para o desenvolvimento do ensino superior estadual, a fim de vermos, inclusive, se o princípio federativo vem

sendo obedecido. Imagino que alguns Estados estão recebendo muito mais recursos que outros para o desenvolvimento do ensino superior federal, até mesmo por causa do relatório do Senador José Jorge, quando S. Exª fala que, em alguns Estados brasileiros, a União mantém mais de uma universidade, enquanto, no Ceará, há apenas uma, na Capital, que procura atender à demanda. A minha preocupação não é somente em termos de número, mas em termos de recursos: quanto de dinheiro vai para cada Estado para o desenvolvimento do ensino superior federal. Podemos considerar isso como uma preparação para uma discussão que deve acontecer conforme o Senador José Jorge propôs. Certamente, aqui, no Ceará, isso vai ser priorizado, porque a própria descrição mostra a precariedade do ensino federal no Estado.

Então, que possamos ter esses subsídios, para uma discussão com mais dados em termos financeiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, autor da proposição.

Senador, há mais um inscrito para falar, o Senador Sérgio Cabral. Por isso, se V. Exª quiser usar a palavra no final, é uma prerrogativa sua como autor do projeto.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de ratificar as observações e sugestões feitas pelo Senador Hélio Costa. É bastante justa a proposta do Senador Reginaldo Duarte e o relatório do Senador José Jorge justifica o mérito da proposta, entretanto, creio que a proposta do Senador Hélio Costa é objetiva e penso que a função do novo Congresso, do Parlamento moderno, é dar mais objetividade aos temas. Ficarmos apenas diagnosticando os problemas tem sido quase que uma marca do Parlamento brasileiro e da pouca praticidade.

Eu gosto da idéia do Senador Hélio Costa quando S. Exª aponta soluções objetivas. No Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, uma das Universidades de melhor pontuação na avaliação do Ministério da Educação nos últimos anos, em todos os seus cursos, tem essa experiência, aliás, muito positiva, do campus avançado. Ela é mais prática, dá maior velocidade e vai exatamente ao encontro das necessidades da região.

O Senador José Jorge, diz, em seu Relatório, que "a região do vale do Cariri está situada no extremo sul do Estado do Ceará, a uma distância de 560 quilômetros da capital, Fortaleza. Ele reúne 30 Municípios, cuja população atinge, de acordo com o último senso, mais de 850 mil habitantes.

A atividade econômica apresenta-se em pleno crescimento, tanto no que diz respeito à agricultura, voltada principalmente para produtos tropicais, e à pecuária, como à industria de transformação, citando-se os exemplos dos Municípios de Crato e Juazeiro do Norte."

Portanto, aí está o avanço do trabalho do Senador Hélio Costa no sentido da criação desse campus avançado, exatamente para atender a esse perfil econômico e de demanda da região.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar o autor da iniciativa, o relatório e a complementação do Senador Hélio Costa, que dá praticidade e facilita, a meu ver, a intenção do autor da proposta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Exª me permite um aparte, Senador Sérgio Cabral?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Concedo um aparte a V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Lembraria ao Senador Reginaldo Duarte – tenho a certeza de que no final da fala de S. Exª certamente será abordado esse tema –, que a aprovação do projeto para a instalação de uma universidade no Estado do Ceará não quer dizer que essa universidade será criada. Ela está na dependência da votação da Lei Orçamentária, da vontade do Presidente da República, afinal, as coisas aconteçam a seu tempo e à sua hora para que essa universidade seja criada. Caso amanhã decidirmos criar uma universidade federal, certamente levará cinco anos para que tal universidade esteja funcionando com todas as pretensões contidas no projeto. Enquanto que o campus avançado vai, imediatamente, colocar em funcionamento todas as disponibilidades da Universidade do Ceará. Necessariamente não temos que ter três ou quatro universidades.

O Estado de Minas Gerais – falo isso como um bom mineiro – foi privilegiadíssimo. Talvez Minas seja o Estado que tenha o maior número de entidades federais. Temos nove universidades, além de centros de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais: a Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte; a Universidade Federal de São João Del Rei; a Universidade Federal de Ouro Preto; a Universidade de Viçosa, entre outras. É claro que falo de um Estado cuja extensão territorial se iguala à da França, cuja

população é igual à soma da população de quase todos os Estados nordestinos.

Contudo, Sr. Presidente, a modernidade exige praticidade. E isso encontramos na proposta de criação do campus avançado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Apenas indago ao Senador Sérgio Cabral se S. Exª já encerrou.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, devo esclarecer que, quanto à criação de um campus avançado, todos nós concordamos, por se tratar de uma idéia importante. Mas a questão é quanto a esse estudo, que, se aprovado, será relatado pelo Senador Hélio Costa. Na verdade, seria o caso de verificarmos a questão legal. Ou seja, uma lei que aprova a criação de uma universidade é atribuição do Congresso Nacional. Contudo, a criação de um campus avançado, é atribuição do Poder Executivo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, Senador José Jorge, se V. Exª me permite, seria de cunho autorizativo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ou seja, ela não garante a criação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Seria iniciativa do Conselho de Educação do Estado ou do Conselho Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na verdade, há um procedimento para a criação de universidades e campus avançados. Contudo, no que diz respeito ao Conselho Federal e ao Ministério da Educação, há uma burocracia, digamos. Portanto, para a criação de uma universidade, seria uma lei específica.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É curioso, Sr. Presidente: gastando-se mais, pode; mas gastando menos... O Poder Legislativo propõe a solução do campus, dá praticidade. Essa é uma idéia formidável que gerará muito menos impacto para o Tesouro do que a criação de uma universidade.

Creio que fugindo ao formalismo, mas sem cair na ilegalidade, a Comissão de Educação e o estudo do Senador Hélio Costa precisam encontrar uma solução para que a demanda seja atendida sem a necessidade de gerar mais custos e com maior praticidade para a demanda do povo do Ceará, sobretudo da região que o Senador quer atender.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, autor da proposta.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de criação da universidade é o sonho de todos os habitantes do Cariri.

O Cariri fica situado na região sul do Ceará. É constituído por 27 Municípios e possui mais ou menos 870 mil habitantes, sem contar as cidades confinantes com o Cariri, ou seja, Cariús e Iguatu. São cidades populosas. Em um raio de 150 km, chegamos a quase um milhão de habitantes. Sem contar os Estados confinantes como Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A região do Cariri é o centro geográfico do Nordeste e dista apenas de 550km a 600km das principais capitais do Nordeste. Para o restante dos Estados nordestinos, como o Maranhão, a Bahia, a distância é acima de 600km. Trata-se de uma região estratégica e com um poder econômico relativamente grande. Nossa cidade, Juazeiro do Norte – terra do Padre Cícero –, é o quarto pólo de calçados do País e o primeiro do Ceará. É uma região próspera onde existe uma universidade estadual que não atende à demanda por ensino superior.

Segundo dados que apresentei em minha indicação, dados fornecidos pelo Centro de Educação Básico, a número anual de concluintes no ensino médio vem crescendo aceleradamente: é mais que o dobro de 1995 a 2001. O número de egressos passou de 30.642 para 65.615, segundo dados do Censo de Educação Básica. O número de matrículas na educação superior, na graduação, é inferior a 57 mil. Destes, cerca de 13.600 são no interior do Estado. Em 2000, as vagas oferecidas para o curso de graduação foram tão-somente 14.565 para 99.360 candidatos. A relação candidato/vaga, este ano, foi de 6.82%, bem mais elevada do que a do restante da Região Nordeste, que é igual a 4,98% e mais de duas vezes maior do que a média do País, de 3,32%. Esses dados são contundentes.

Posso até concordar com o ilustre Senador Hélio Costa no sentido de que não seja criada uma Universidade do Ceará. A criação é a aspiração do povo do Cariri porque é mais uma oportunidade de geração de empregos para o povo da região, mais uma oportunidade para os estudantes que não podem deslocar-se para as capitais. Acredito que o desdobramento da Universidade Federal do Ceará para o Cariri seria ótimo. No entanto, creio que a Universidade do Ceará não iria tirar grande parte dos seus recur-

sos para subsidiar sua extensão no Cariri. Mas, somos batalhadores, somos renitentes, temos fé.

Temos uma bancada estadual, só em minha cidade, Juazeiro do Norte, com nove Deputados estaduais, três federais e um Senador da República, que é este que lhes fala. Assim sendo, temos uma vontade política muito grande e o ideal de ver a nossa região crescer para a nossa juventude, e não fazer como no passado, quando éramos muito vinculados a Pernambuco. A maior parte dos doutorandos de minha região são formados em Pernambuco. Eu mesmo fui estudante em Recife, o que exigia um deslocamento de quase seiscentos quilômetros – são quinhentos e oitenta quilômetros de Juazeiro a Recife. Em sendo o Cariri o centro geográfico do Nordeste, acredito que a criação dessa universidade será de suma importância para o desenvolvimento de nossa terra e de nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão. Em votação o relatório do Senador José Jorge.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 5 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 533, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó a realizar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Orobó, no Estado de Pernambuco. O autor é o Poder Executivo. O Relator é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra, pedindo o resumo do relatório.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou ler apenas o voto, tendo em vista que os relatórios são todos praticamente idênticos.

Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 533/2002 não evidenciou violação de legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Orobó, no Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Votaremos, agora, os itens requeridos pelo Senador Valdir Raupp, extrapauta.

Depois, gostaria que os Srs. Senadores permanecessem para a discussão e votação de outro requerimento.

Projeto de Decreto Legislativo nº 768/2002, que aprova o ato que outorga a concessão à Amazônia Cabo Ltda para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia. O Relator é o Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também faço apenas o relato do voto.

Tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS nº 768/2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão à Amazônia Cabo Ltda para exercer serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 767, que aprova o ato que outorga a permissão à Amazônia Cabo Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia. O Senador Valdir Raupp é o Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 767/2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Amazônia Cabo Ltda para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guajará-Mi-

rim, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Sobre a mesa, requerimento proposto pelos senadores Fátima Cleide, Flávio Arns e Ideli Salvatti: "Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o Exmº Sr. José Paulo Cavalcanti Filho, presidente do Conselho de Comunicação Social."

Em discussão o requerimento proposto. (Pausa)

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Conselho de Comunicação Social, previsto no art. 224 da Constituição Cidadã, é órgão auxiliar do Congresso Nacional com a atribuição de realizar estudos, pareceres, recomendações e atender a outras solicitações que lhe forem encaminhadas a respeito do título oitavo do capítulo cinco da Constituição Federal.

O Conselho de Comunicação Social foi instalado em 25 de junho de 2002, e já realizou seis reuniões. Nesse período, a Comissão de Educação enviou algumas matérias para o seu exame. No entanto, não existe clareza sobre como se dará, de fato, o nosso relacionamento com o referido conselho. A realização de uma audiência pública, no nosso entender, será uma oportunidade para que o Sr. José Paulo Cavalcanti Filho faça um relato sobre as atividades até agora realizadas pelo conselho e para que possamos dar início a processo de definição de procedimentos e, enfim, definir o papel do conselho nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu só gostaria de lembrar que o conselho em apreço é resultante de determinação da Constituição de 1988 e a sua regulamentação ocorreu em 1991. A sua instalação, porém, ocorreu apenas em junho de 2002, onze anos depois de sua regulamentação.

Entendo, portanto, que procedem bem os senadores que fazem o requerimento propondo essa discussão. Todos queremos saber como vai funcionar o conselho e qual vai ser o relacionamento dele com a Comissão de Educação.

Continua em discussão. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejarem fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Quero agradecer a presença de todos os senadores que, em nossa primeira reunião deliberativa, estiveram aqui para dar quórum à comissão. Naquela oportunidade ficou claro que esta comissão vai funcionar de acordo com a nossa vontade e a nossa disposição. E vejo que há muita disposição.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2003.

Às onze horas e quarenta minutos do dia dezoito de março de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, João Capibaribe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Hélio Costa, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Mão Santa, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Lúcia Vânia e Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valmir Amaral, José Maranhão, Renan Calheiros, Leomar Quintanilha e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. Item 01: Substitutivo, de autoria do Senador Casildo Maldaner ao Projeto de Lei do Senado n.º 136, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Senador Chico Sartori que, "Inclui a disciplina noções de cidadania no currículo do ensino fundamental e do ensino médio". Ao Substitutivo, em turno suplementar, são oferecidas as subemendas de redação n.º 01 e 02 – CE, de autoria do Senador José Jorge, acatadas pelo relator (ad hoc) Senador Mozarildo Cavalcante e aprovadas por quinze (15) votos. Discutiu a matéria o Senador Flávio Arns. Item 02: Substitutivo, de autoria do Senador Ricardo Santos, ao Projeto de

Lei do Senado n.º 232, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Senador Lúcio Alcântara que, "Altera o artigo 18 da Lei nº 8313, de 1991, que restabelece os princípios da Lei nº 7505, de 2 de julho de 1986, institui o programa nacional de apoio à cultura (PRONAC) e dá outras providências, para estender à realização de mostras e festivais audiovisuais a fruição do incentivo fiscal" O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Senador Maguito Vilela que, "Inscreve o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no livro dos heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 728, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Vera Cruz a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Canoinhas Ltda., para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Jorge Bornhausen e o parecer favorável é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 606, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Vitória Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 744, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Tabaporaense de Desenvolvimento Artístico e Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabaporã, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 635, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Clube FM Arenápolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arenápolis, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o parecer favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 544, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa, Cultural e Filantrópica Maria Efigênia Ferracini Campos para executar serviço de radiodifusão de sons na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 758, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão a SESAL - Comunicação e Informática Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambé, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 706, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Divisanovense para Radiodifusão Comunitária, Cultural e Comunicação - ADERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divisa Nova, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE, é aprovado. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Bonjesuense Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE , é aprovado. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro dos Funcionários – Fruta de Leite / Mg a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fruta de Leite, Estado

de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE , é aprovado. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE , é aprovado. Prosseguindo, os Senhores Senadores José Jorge, Garibaldi Alves Filho, Fátima Cleide e Jefferson Péres, pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 688, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 662, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 684 de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 708, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 592, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 588, de 2002, Projeto de Decreto Legislativo nº 645 de 2002. Os requerimentos são aprovados. Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 765, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco". O relator designado é o José Jorge e o parecer favorável é aprovado. Extra Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 718, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão a Fundação Seridó Central para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer favorável é aprovado. Extra-pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n.º 688, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Centro Social Presidente Tancredo Neves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte.". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra-pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 662, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto Rodrigues e FM Ouro Negro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra-pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 660, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Centro Social José Paulino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra-pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 684, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Esportiva Rodolfense – ACERF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra-pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 708, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jarú, Estado de Rondônia". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra-pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 592, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Samaúma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra-pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 588, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança e Paz – ASCEPAZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto D'Oeste, Estado de Rondônia". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra-pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 645, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o

ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas". O relator designado é o Senador Jefferson Péres e o parecer, pelo sobrestamento da matéria, na forma do requerimento de informações dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações é aprovado. Extra-pauta, Item 11: Requerimento de Informação, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Péres que, "Solicito, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, e dos arts. 215 inciso I, alínea "A" e 216 incisos I, IV e V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à regularidade do processo Licitório a que se refere à mensagem presidencial nº 295, de 2002 (TVS nº 2015, de 2002), que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas". O requerimento é aprovado. Extra-pauta, Item 12: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Eurípedes Camargo e João Capiberibe que, "Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência Pública, no sentido de que seja ouvido o Ilustríssimo Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, sobre a situação da SSR/MC". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 689, de 2002, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 699, de 2002, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 318, de 2002, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 607, de 2002 e Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 509, de 2002.O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs. e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura com os itens constantes da pauta.

Antes de iniciarmos a apreciação dos itens da pauta, gostaria de comunicar que o Requerimento aprovado pela Comissão, na última reunião, propondo o convite aos cinco Ministros que administram pastas com assuntos relacionados à Comissão de Educação já começa a ser cumprido. Está pré-agendado, para a próxima terça-feira, a vinda do Ministro da Ciência e Tecnologia. Para 1º de abril está, também, pré-agendado, faltando apenas a confirmação, o Ministro do Educação, Sr. Cristóvam Buarque. Os demais serão marcados assim que houver coincidência de agenda entre a Comissão e os Srs. Ministros.

Gostaria, também, de comunicar que a Comissão designou os Srs. Senadores Roberto Saturnino e Demostenes Torres para representarem esta Comissão no Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul, Parcum, que se realizará entre os dias 26 e 28 deste mês em Mendonça.

Antes de entrarmos na pauta e apenas para concluir as minhas informações, gostaria de sugerir a leitura desta matéria da pág. 39 que coincide com o relato que fiz, aqui, na última reunião. Está escrito, aqui, na revista **IstoÉ**: "Quadro Negro". Fala sobre a educação no Brasil.

Como os itens 1, 2 e 3 são terminativos, proponho ao Plenário da Comissão que iniciemos pelo item 9, que não é terminativo e do qual está presente o Relator, Senador Jorge Bornhausen.

Item 9: Projeto de Decreto-Legislativo nº 754, de 2002, que aprova o Ato que renova a concessão da Rádio Canoinhas Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Com a palavra o Relator, o nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. RELATOR (Jorge Bornhausen) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto-Legislativo nº 754, de 2002, que aprova o Ato que renova concessão outorgada à Rádio Canoinhas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

De acordo com o exame feito sobre a matéria e verificada a composição acionária, passamos à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permis-

são e autorização para serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens, devendo pronunciar-se, também, sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se execute serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se nesta Casa Legislativa pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto-Legislativo um instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 754, de 2002 não detectou violação das formalidades estabelecidas na legislação permanente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Jorge Bornhausen.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passamos ao item 10 da pauta, cujo Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu pediria que V. Exª lesse apenas o voto. Trata-se do item 10 da pauta, página 89.

Projeto de Decreto Legislativo nº 606, que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Glorinha, no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (Mozarildo Cavalcanti) – Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 606, de 2002, não se evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal.

Não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, solicitaria a V. Exª que fosse incluído em extrapauta o PDS nº 765, de 2002, que aprova o ato de concessão à Elo Comunicação Ltda., na cidade de Caruaru.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se não houver nenhuma contestação, V. Exª será atendido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Item 11 da pauta. O Senador Mozarildo Cavalcanti é o Relator. Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Vitória Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Quero fazer uma observação. Tenho procurado fazer a distribuição desses projetos de decreto legislativo para Senadores do próprio Estado a que se refere o projeto, mas, quando não há os respectivos representantes na Comissão, fazemos uma distribuição a outros Senadores, como é o caso do Senador Mozarildo Cavalcanti, que vai relatar a permissão à Vitória Comunicação, do Estado de Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Mozarildo Cavalcanti) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 609, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Vitória Comunicação Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora, em

freqüência modulada, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Havendo **quorum**, vamos voltar ao item 1 da pauta e, depois, daremos prosseguimento à pauta normal.

O item 1 refere-se ao substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2002, em turno suplementar, que inclui a disciplina "Noções de Cidadania" no currículo do ensino fundamental e do ensino médio. A autoria do substitutivo é do Senador Casildo Maldaner, e a do PLS, do Senador Chico Sartori.

O parecer ao PLS nº 136, de autoria do Senador Casildo Maldaner, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 11 de dezembro de 2002.

Há duas emendas sobre a mesa, de autoria do Senador José Jorge.

Teremos que nomear um Relator para as emendas, já que o autor do substitutivo, que foi o Relator, Senador Casildo Maldaner, não se encontra mais nesta Casa. Farei a substituição com um Relator **ad hoc**.

Com a palavra, o Senador José Jorge, autor das emendas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este foi um projeto que tramitou aqui na legislatura passada, foi bastante discutido e, a meu ver, merece atenção especial desta Comissão.

A idéia inicial do projeto era incluir uma disciplina nova, chamada Noções de Cidadania, no currículo do ensino fundamental e do ensino médio. Ora, a inclusão de disciplinas e de conteúdos no currículo, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, é atribuição do Conselho Federal de Educação. Então, aqui se fez essa discussão e se chegou à conclusão de que deveria ser modificada a redação do projeto, para que, em vez de ser uma disciplina, fosse um conteúdo. Incluir uma disciplina no currículo é questão muito grave. Requer interferência nos sistemas estaduais e municipais de educação, contratação de professores. Enfim, é um detalhamento acima das nossas obrigações aqui no Senado.

Pois bem, foi feita uma nova redação, que, de certa maneira, deixa praticamente definido que seria não uma disciplina, mas um conteúdo, porque, como conteúdo, cada sistema educacional vai adaptar na disciplina ou nas disciplinas existentes. Acredito que nem isso deveria ser aprovado, mas, pelo menos, é melhor do que se for aprovada uma disciplina específica.

Então, apresentei duas emendas, pois, na verdade, corrigiu-se o texto, mas não se corrigiu a ementa. Na ementa, dizia-se que era uma disciplina. Assim, corrigimos para dizer que a ementa passa a ser a seguinte: *"Altera a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, de modo a incluir Noções de Cidadania no currículo do ensino fundamental e médio"*.

Assim, não se especifica que é uma disciplina; pode ser um conteúdo. Creio que assim possa ser mais viável, já que o ideal mesmo seria que esse projeto fosse rejeitado.

Na Emenda nº 2, há somente uma mudança de artigo: passamos do art. 27 para o art. 26.

A segunda emenda, também de redação, exige uma justificação mais detalhada. O art. 27, em que se pretendia apor o novo parágrafo em tela, trata do currículo da educação básica como um todo, e não do ensino fundamental e médio, etapas onde se pretende desenvolver com os alunos Noções de Cidadania. O art. 26, que já dispõe de referência a comportamento específico para o ensino fundamental e médio, como Artes, Educação Física, Língua Estrangeira e Aspectos da História do Brasil, é o lugar apropriado para essa inserção na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

Portanto, essa emenda corrige esses dois pontos: tira da ementa e também passa do art. 27 para o art. 26. Ela não mexe no conteúdo, porque a idéia é que aqui só se possa fazer emenda de redação nessa fase do projeto.

Aprovadas ou não as emendas, elas vão ao Plenário, quer dizer, o projeto é terminativo, mas vamos fazer um requerimento, pedindo o apoio de alguns companheiros para que esse projeto seja discutido no plenário, para verificarmos se há condições de rejeitá-lo.

São essas as duas emendas, Sr. Presidente. Não sei se ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, V. Exª apresentará um requerimento em plenário?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, Sr. Presidente, solicitando a audiência do Plenário. Tem um nome específico, não me lembro agora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª terá cinco dias após a aprovação da matéria aqui para fazer o requerimento e apresentar o recurso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente. Vou apresentar o recurso em plenário e até peço o apoio de nove companheiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ouvido o autor das emendas, consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti se está em condições de relatar as emendas.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, lembrando que a votação dessa matéria, como também das emendas, é nominal. Aliás, só as emendas que serão votadas.

O SR. RELATOR (Mozarildo Cavalcanti) – Na aprovação do Projeto de Lei nº 136, na forma do substitutivo apresentado, não vejo nenhum óbice para acolher as emendas apresentadas.

Portanto, opino favoravelmente às emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é favorável.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, concordo amplamente com o Senador José Jorge, quando S. Exª coloca que, em termos de disciplina, isso seria até impensável porque se trata de um tema que permeia todas as disciplinas. As noções de cidadania podem estar presentes no ensino de Geografia, de História, de Português ou mesmo de Matemática. Essa já é uma preocupação da Lei de Diretrizes e Bases, LDB, quando coloca, nos pressupostos para o ensino fundamental e para o ensino médio, que a lei educacional seja voltada para o exercício da cidadania. Então, o tema "Noções de Cidadania" já está bastante previsto na legislação.

As diretrizes do Conselho Nacional de Educação dão ênfase, em todos os aspectos, na transversalidade e em todas as outras abordagens da LDB, no sentido de noções de cidadanias estarem presentes.

Concordo com o Senador José Jorge, quando S. Exª enfatiza ser dispensável esse acréscimo à LDB. O conceito de noções de cidadania está presente em toda a lei. O art. 27, I, da LDB, também apenso ao relatório, preconiza que os conteúdos curriculares abordarão a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. Entendo que o conceito de noções de cidadania já está traduzido em coisas bem mais concretas no inciso I, porque as noções de cidadania se relacionam à difusão dos valores fundamentais ao interesse social. Isso é cidadania, assim como os direitos e deveres dos cidadãos, a justiça social, o bem comum, direitos humanos e a ordem democrática.

Eu diria que o tema "Noções de Cidadania" já está previsto no art. 27 da referida lei. Poderíamos, então, acrescentar algo que se tornaria desnecessário pelo conteúdo e pelas orientações. O Senador José Jorge até sugeriu que seria esse tema dispensável. Concordo com S. Exª, embora considere o debate importante. Votaria pela rejeição do projeto de lei face ao fato, ao princípio, de que aquilo que o mesmo propõe já estar previsto na própria LDB.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua a discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passaremos à votação nominal do projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A assessoria me informa que este projeto já foi aprovado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estamos votando as emendas apresentadas pelo Senador José Jorge.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sou totalmente favorável às emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Proponho a votação em bloco das duas emendas apresentadas pelo Senador José Jorge e relatadas pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Foi aprovado por unanimidade.

Item 2: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2002, turno suplementar, que altera o art. 18 da Lei nº 8313, de 1991, que restabelece os princípios da Lei nº 7505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura, Pronac, e dá outras providências para estender incentivo fiscal à realização de mostras e festivais audiovisuais.

O Senador Ricardo Santos foi autor do Substitutivo e o Projeto é de autoria do Senador Lúcio Alcântara.

Não foram oferecidas emendas. Em sendo assim, o projeto pode ser considerado aprovado pelo Plenário da Comissão de Educação.

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2003, inscreve o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no livro dos Heróis da Pátria. O Senador Maguito Vilela é o autor e o Senador Aelton Freitas, o relator.

Passo a palavra ao relator, Senador Aelton Freitas, para apresentar o seu parecer.

O SR. RELATOR (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2003, de autoria do nobre Senador Maguito Vilela, inscreve o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Em anexo, na Comissão de Educação do Senado Federal, o ato em epígrafe não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise

Com o intento de prestar justa homenagem ao Patrono da Marinha, a iniciativa de lei referida propõe a inscrição de Tamandaré no livro dos Heróis da Pátria.

Na justificação, o ato em comento relaciona os grandes feitos e a bravura que pontuam a biografia do Almirante Joaquim Marques Lisboa. Gaúcho de nascimento, o Marquês de Tamandaré, como passou a ser mais conhecido, liderou inúmeras vitórias navais marcadas por seu constante empenho pela manutenção da unidade nacional.

No comando da Armada Imperial, Tamandaré escreveu algumas das matérias mais importantes das páginas da história da pátria. Reconhecido por seu idealismo e integridade, não raras vezes o Almirante abdicou de honrarias e de recompensas pecuniárias, dedicando seu fervor cívico às causas da Marinha e do País.

Ao ignorar os acenos para participar da vida política, o Marquês de Tamandaré dizia ser recompensado pelo reconhecimento popular, tendo afirmado, em mais de uma ocasião: "Sou apenas um marinheiro e outra coisa não quero ser".

A justificação do Projeto de Lei ressalta também que a data natalícia do patrono da Marinha, 13 de dezembro, é celebrado como o Dia do Marinheiro.

No livro dos Heróis, já constam insignes nomes de nossa História, como Tiradentes, D. Pedro I, Zumbi dos Palmares, o que confere legitimidade à proposição nesse sentido.

Consideramos oportuno o meritório projeto em análise

Pelo exposto, não encontrando óbice de natureza constitucional, jurídica ou técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 2003.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo à chamada dos Srs. Senadores, porque a votação é nominal.

(Procede-se à votação.)

Aprovado por unanimidade.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que inclua extrapauta a votação do PDL nº 718, de 2002, do PDL nº 662, de 2002, do PDL nº 660, de 2002, do PDL nº 688, de 2002, e do PDL nº 684, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se não houver nenhum reparo a ser feito pelo Plenário, vamos incluir todos os projetos solicitados por V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pergunto à Senadora Fátima Cleide se já recebeu a matéria da **IstoÉ** intitulada "O Quadro Negro". (Pausa)

Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 728, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Radiocomunitária de Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia.

O Relator é o Senador Valdir Raupp, a quem passo a palavra.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Passo à leitura do voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 728, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela apro-

vação do ato que autoriza a Associação Radiocomunitária de Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 728, de 2002, a seguinte redação:

> "Art. 1º Fica aprovado o ato que se refere à Portaria nº 798, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Vera Cruz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

No Item 8, o Relator é o Senador Roberto Saturnino. S. Exª não está presente.

Passemos ao item 12, cujo Relator é o Senador Jonas Pinheiro. S. Exª não está presente.

Item 14. O Relator é o Senador Olivir Gabardo. Como S. Exª não está na Casa, solicito ao Senador Flávio Arns que o substitua como Relator **ad hoc**. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 544, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Cultural e Filantrópica Maria Efigênia Ferracini Campos para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Assis Chateaubriand, no Paraná.

Senador Flávio Arns, se V. Exª concorda, tem a palavra.

O SR. RELATOR (Flávio Arns) – Sim, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 544, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quantos aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Educativa Cultural e Filantrópica Maria Efigênia Ferracini Campos para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O item 15 tem como Relator o Senador Luiz Otávio, que não está presente.

O item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 758, aprova o ato que outorga permissão a Cesal Comunicação e Informática Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambé, no Estado do Paraná. O Relator é o Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

O SR. RELATOR (Flávio Arns) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 758, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Cesal Comunicação e Informática Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambé, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os itens 17, 18, 19 e 20 têm como Relator o Senador Aelton Freitas, a quem eu pediria que relatasse o Projeto nº 706, que aprova o ato que autoriza a Associação Divisanovense para Radiodifusão Comunitária, Cultura e Comunicação – Aderc, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Divisa Nova, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. RELATOR (Aelton Freitas) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha

o PDS nº 706, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Divisanovense para Radiodifusão Comunitária, Cultura e Comunicação – Aderc, a execução de serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divisa Nova, Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao art. 1.º do PDS nº 706, do ano de 2002, a seguinte redação:

> "Art. 1º Fica aprovado o ato que se refere à Portaria nº 526, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Divisanovense para Radiodifusão Comunitária, Cultura e Comunicação – Aderc, a executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Divisa Nova, Estado de Minas Gerais."

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.ªs e Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 720, que aprova o ato que autoriza a Associação Bom Jesuense Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão na cidade de Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Sr. Senador Aelton Freitas.

O SR. RELATOR (Aelton Freitas) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 720, de 2002 não evidenciou violação na legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Bom Jesuense Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados com a seguinte emenda de redação:

"Dê-se ao art. 1º do PDL nº 720, de 2002 a seguinte redação:

> "Art. 1º. Fica aprovado o ato que se refere à Portaria de nº 685, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Bom Jesuense Comunitária de Radiodifusão a executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais."

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 72, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro dos Funcionários Fruta de Leite Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão na cidade de Fruta de Leite, no Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Sr. Senador Aelton Freitas.

O SR. RELATOR (Aelton Freitas) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 722, de 2002, não evidenciou violação na legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária do Bairro dos Funcionários Fruta de Leite Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fruta de Leite, no Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados com a seguinte emenda de redação:

"Dê-se ao art. 1º do PDL nº 722, de 2002 a seguinte redação:

Art. 1º. Fica aprovado o ato que se refere à Portaria de nº 764, de 06 de dezembro de 2001, que autoriza Associação Comunitária do Bairro dos Funcionários Fruta de Leite, em Minas Gerais, a executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fruta de Leite, em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 723, que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana da Vargem, no Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. RELATOR (Aelton Freitas) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 723, de 2002 não evidenciou violação na legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem a excutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana da Vargem, no Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 723, de 2002 a seguinte redação:

> "Art. 1º. Fica aprovado o ato que se refere à Portaria de nº 679, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem a executar por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana da Vargem, no Estado de Minas Gerais."

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr.ªs e Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Ex.ª a palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a inclusão extrapauta dos Decretos Legislativos nº 588, 592 e 708.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou submeter ao Plenário e se não houver nenhuma contrariedade à proposta de V. Ex.ª, estará aprovado e incluído na pauta.

Antes de prosseguir – porque o Senador Jonas Pinheiro, Relator dos Itens 12 e 13, já chegou -, gostaria de dividir com a Comissão uma preocupação. Fui informado de que há mais de 4,5 mil processos de rádios comunitárias – 6 mil, o Senador Gerson Camata me corrige – tramitando no Ministério das Comunicações, seguindo para a Câmara dos Deputados e, posteriormente, para o Senado Federal.

Há um projeto de resolução que constava da pauta da última sessão do plenário do Senado Federal, mas foi retirado por requerimento do nosso Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, a fim de que venha a esta comissão e aqui seja apreciado. Tal projeto de resolução dispõe que as matérias referentes a outorga e concessão, ou seja, essas a que estamos nos referindo, não irão mais a plenário. Antes o Plenário votava nominalmente, uma a uma, as matérias referentes a outorga e concessão. Em seguida, houve um avanço. O Plenário vota, mas não nominalmente. O projeto de resolução pretende tornar terminativa essa matéria na Comissão de Educação, o que valoriza a Comissão, não há dúvida, mas há um problema. Se recebermos 6 mil processos e votarmos um a um, nominalmente, votaremos apenas matérias referentes a rádios na Comissão, não podendo freqüentar nem outras comissões e nem o plenário, pois os Senadores da Comissão de Educação deverão se dedicar exclusivamente ao assunto.

Faço essa colocação a fim de que os Senadores comecem a pensar a respeito. Designarei um relator nesta comissão para o projeto de resolução. Sugiro que a matéria seja terminativa, sim, mas que possamos proceder como a Câmara dos Deputados, que vota nominalmente, porém em bloco, esses processos. Estamos trabalhando em ritmo acelerado, pedindo compreensão aos Senadores para ler apenas os votos, mas, assim mesmo, não conseguimos nos desvencilhar de tantos processos que nos chegam. Apenas de rádios comerciais, são mais de 150; somando com rádios comunitárias, mais de 6.000 processos. É impraticável. Vamos paralisar a Comissão de Educação se esse projeto de resolução não for alterado de forma que possamos, em um acordo de plenário, alcançar um procedimento que nos permita votar com mais rapidez e celeridade matérias dessa natureza.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, há, sobre a mesa, requerimento para que venha à Comissão o Sr. Eugênio de Oliveira Fraga, Secretário de Serviço de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. Compartilho da preocupação de V. Exª porque penso que é o resultado de um processo de longo tempo em que a radiodifusão foi utilizada para impedir a democratização da informação no País.

Algumas ações já estão sendo adotadas pela Secretaria de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. Uma delas é a criação de um grupo de trabalho que pretende organizar um mutirão para, em 90 dias, ajudar a resolver o problema que impede a Comissão de discutir com maior profundidade outras questões ligadas ao setor de educação, em função do acúmulo e da ansiedade do povo brasileiro em obter as rádios. Creio que esse é mais um motivo que justifica o requerimento para que o Sr. Eugênio de Oliveira Fraga compareça a esta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Após a fala do Senador Gerson Camata, já que é oportuno, apresentaremos o requerimento ao plenário, antes de dar continuidade à pauta.

Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, seria ideal criar subgrupos, subcomissões de discussão para as rádios. Por exemplo, rádios comunitárias ou emissoras no Espírito Santo seriam de Senadores do Espírito Santo, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro. Porque o Senador do Rio de Janeiro conhece o seu Estado, sabe quem são as pessoas, onde ficará aquela emissora de rádio, tanto comercial quanto comunitária. Depois aprovaríamos em bloco, desde que tivessem o parecer favorável dos Senadores ou do Senador representante do Estado. Por exemplo, para processos da Subcomissão nº 3, do Rio de Janeiro, etc. Haveria a oportunidade de uma análise mais acurada, porque cada Senador conhece seu Estado. Apreciando em bloco ou por região, haveria mais rapidez na apreciação desses seis mil processos que estão vindo por aí.

Veja V. Exª que isso seria até que se aprovassem ou se rejeitassem esses seis mil. Depois, tudo fluiria normalmente, porque esses processos estão sendo guardados há anos nas gavetas dos Ministérios e agora começam a fluir. Dessa maneira haveria uma apreciação mais acurada, mais rápida. Essas subcomissões poderiam se reunir fora da reunião normal da comissão, por exemplo, numa quinta-feira pela manhã, apenas para apreciar rádio. E depois, em bloco, na sessão normal das terças-feiras, a Comissão de Educação votaria esses projetos que tivessem sido aprovados na subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como V. Exª está fazendo sugestões, consulto se V. Exª aceita relatar o projeto de resolução que está vindo para a Comissão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A determinação de V. Exª tem que ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É um pedido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu também gostaria de discutir um pouco este assunto. A minha sugestão é que se use o esquema que a Câmara dos Deputados já usa há anos. Depois da Constituição de 1988, quando foi criada essa possibilidade de as rádios serem aprovadas no Congresso, a Câmara dos Deputados, constitucionalmente, montou uma forma de aprovação que não gera nenhum tipo de problema, que não vai para o Plenário, porque a Constituição preocupa-se com a fase de rejeição. Quando for para rejeitar, tem que haver votação nominal, tem que haver maioria absoluta, etc. Na fase de aprovação, pode ser algo bastante simples. Então, sugiro ao Senador Camata, que já foi Deputado há muitos anos, que S. Exª examine em que base legal a Câmara dos Deputados realiza essa aprovação, porque, fazendo como ela, nós teremos o problema resolvido com muita simplicidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero apenas informar que há uma consulta do Bloco sobre a constitucionalidade do caráter terminativo da matéria nesta Comissão. Existe essa consulta, de que vamos, inclusive, dar conhecimento ao Relator do projeto de resolução, já designado o Senador Gerson Camata.

Eu submeto o requerimento dos Senadores Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvati, Eurípedes Camargo e João Capiberibe: "Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o Exmº Sr. Eugênio Fraga, Secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério de Comunicações."

A Senadora já justificou a apresentação do requerimento, mas, se quiser, pode usar da palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco\PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, para encaminhar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco\PT – RO) – Sr. Presidente, o Sr. Eugênio Fraga apresentou, na tarde de ontem, em reunião do Conselho de Comunicação Social, um diagnóstico valioso sobre a situação da Secretaria de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. Consideramos fundamental que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Educação tenham conhecimento dos dados ali apresentados, uma vez que tratam especificamente dos processos de concessão de outorgas, em especial de rádios e TVs, assim como da situação do setor de rádios comunitárias no Brasil.

Como comissão de mérito no exame dos projetos de decretos legislativos referentes ao tema, a Comissão de Educação não se pode furtar a debater a situação da Secretaria de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, estou um pouco constrangido, porque até suplente sou, mas é que tenho um compromisso na Ordem dos Advogados do Brasil, com seu Presidente, Dr. Rubens Approbato, e queria a permissão de Vossas Excelências para relatar logo esses projetos de emissoras de radiodifusão comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto ao Plenário a inversão de pauta proposta pelo Senador Garibaldi Alves. Tenho procurado fazer uma distribuição igual entre titulares e suplentes, exatamente para prestigiar todos os Senadores da Comissão, porque todos evidentemente são componentes. Com isso, vamos garantindo quorum na Comissão, como se verifica hoje.

Senador Garibaldi Alves, V. Exª tem a palavra para relatar. Qual é o projeto?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – O projeto é o PDS nº 684, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Peço licença, então, para anunciá-lo, por uma questão regimental.

Projeto de Decreto Legislativo nº 662, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto do Rodrigues e FM Ouro Negro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, o nosso voto é no sentido da aprovação. O exame da documentação que acompanha o PDS nº 662, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto do Rodrigues e FM Ouro Negro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação: "Dê-se ao art. 1º do PDS nº 662, de 2002, a seguinte redação: é aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 129, de 19 de março de 2001, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto do Rodrigues e FM Ouro Negro a executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vou fazer uma importante observação para todos os relatores de projetos de rádios comunitárias. Essa emenda que comumente é lida por todos os relatores pode ter sua leitura dispensada, porque ela apenas amplia de três para dez anos o prazo de concessão das rádios comunitárias. É uma legislação já aprovada, não há necessidade, portanto, de se ler a emenda, pode ser dispensada.

PDS nº 660, de 2002, que aprova o ato que autoriza o Centro Social José Paulino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte. O Relator é o Senador Garibaldi Alves, que tem a palavra.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, examinada a documentação que acompanha o PDS nº 660, de 2002, não se evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza o Centro Social José Paulino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

> PDS nº 688, que aprova o ato que autoriza o Centro Social Presidente Tancredo Neves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – O exame da documentação que acompanha o PDS nº 688, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza o Centro Social Presidente Tancredo Neves a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão se encontram. (Pausa)

Aprovado.

PDS nº 684, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Esportiva Rodolfense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 684, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Esportiva Rodolfense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão se encontram. (Pausa)

Aprovado.

PDS nº 718, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Seridó Central, para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 718, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Seridó Central para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item 12: PDS nº 744, que aprova o ato que autoriza a Associação Tabaporaense de Desenvolvimento Artístico e Social a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Tabaporã, Estado do Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. RELATOR (Jonas Pinheiro) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Tabaporã é uma nova cidade, muito promissora, localizada bem ao norte do Estado do Mato Grosso, e evidentemente poucos que aqui estão a conhecem.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 744 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Tabaporaense de Desenvolvimento Artístico e Social a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Tabaporã, Estado do Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com uma emenda de redação que dispõe sobre prazo.

Por isso, o meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item 13: PDS nº 635, que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Clube Arenápolis Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arenápolis, Estado do Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. RELATOR (Jonas Pinheiro) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 635 não detectou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado Federal e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação que outorga permissão à Rádio Clube FM de Arenápolis, Mato Grosso, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arenápolis, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, consulto se pode ser votado agora o item 15 da pauta, Decreto Legislativo nº 509, que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Oriximiná, no Pará, tem como Relator o Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A não ser que o Plenário sugira outra fórmula, adotaremos o seguinte critério: estando presente o Relator, apreciaremos o projeto. Se S. Exª não estiver presente, aguardaremos pelo menos duas reuniões para que compareça e para que a Comissão tenha quorum adequado.

O Senador José Jorge pode relatar o PDS nº 765, que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. RELATOR (José Jorge) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 765, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para executar serviços de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo ordinário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Atenderemos agora à solicitação da Senadora Fátima Cleide.

PDS nº 588, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança e Paz a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. RELATORA (Fátima Cleide) – Registro minha felicidade por relatar esse projeto, que é um anseio da comunidade de Ouro Preto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 588, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comuni-

tária Esperança e Paz a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados com a seguinte emenda de redação:

"Dê-se ao art. 1º do PDS nº 588, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º – Fica aprovado o ato que se refere à Portaria nº 190, de 17 de maio de 200 que autoriza a Associação Comunitária Esperança e Paz a executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia."

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

PDS nº 592, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária Samaúma a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. RELATORA (Fátima Cleide) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 592, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Samaúma a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao art. 1º do PDS, nº 592, de 2002, a seguinte redação:

> "Art. 1º – Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 147, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Samaúma a executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia."

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

PDS nº 708, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Interativa Jaruense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jaru, Estado de Rondônia.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. RELATORA (Fátima Cleide) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 708, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária Interativa Jaruense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaru, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Art 1º – Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 297, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Interativa Jaruense a executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito à exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jaru, Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, requeiro seja incluído extrapauta o PDS nº 645.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Jefferson Péres, V. Exª tem a palavra para relatar o PDS nº 645, que aprova ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas.

O SR. RELATOR (Jefferson Peres) – Sr. Presidente, trata-se da concessão de um canal de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Peço a atenção do Plenário porque se trata de um relatório diferente dos demais.

O SR. RELATOR (Jefferson Peres) – A empresa que ofereceu o maior preço foi excluída porque estaria inadimplente com o Ministério. Foi dada concessão à segunda colocada e, posteriormente, o decreto do Presidente da República foi praticamente anulado por uma portaria do Ministro das Comunicações, que tornou a dar ganho causa à primeira. Já fui procurado por ambas as partes. Enfim, Sr.Presidente, parece-me um imbróglio. Oxalá não seja um **maledetto** imbróglio. De forma que estou pedindo informações ao Ministro das Comunicações.

É o parecer

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O que vamos submeter à votação é o sobrestamento da matéria para aguardar as informações do Ministério das Comunicações e o requerimento de informações ao Ministro.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Jefferson Péres.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o relatório do Senador Jefferson Péres.

Sobre a mesa, requerimento de informação do Senador Jefferson Péres, que vou submeter ao Plenário.

Solicito, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215, I, "a" e 216, I, IV e V do Regimento Interno do Senado Federal sejam requeridas ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à regularidade do processo licitatório a que se refere a Mensagem Presidencial nº 295, de 2002, TVR nº 215, de 2002, que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 15, de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar pelo prazo de 15 anos, sem direito à exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas.

É o requerimento do Senador Jefferson Péres, que está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento de informação.

Agradeço a compreensão dos Srs. Senadores que permaneceram aqui para a votação de toda a pauta de hoje.

Como eu disse – o Senador Jefferson Péres tinha outra reunião de Comissão e chegou agora -, eu gostaria de reafirmar a minha preocupação com o elevado número de processos que virão para esta Comissão, tratando-se principalmente de rádio comunitária. São mais de seis mil processos. Se formos votar todos com os procedimentos que temos hoje, vamos praticamente paralisar a Comissão para votar os processos de rádio comunitária. Precisamos estudar uma forma de cumprirmos as nossas responsabilidades, evidentemente, mas não paralisando a Comissão de Educação. Como disse a Senadora Fátima Cleide com razão, com esse procedimento, a Comissão fica quase que impedida de discutir as matérias referentes a educação, ciência e tecnologia, cultura, além de outros assuntos importantes relativos à Comissão. Há as três Subcomissões, para cuja composição já estão chegando os nomes. Então, há muito trabalho para que a Comissão se dedique quase que exclusivamente a esse tema. Portanto, peço que os Srs. Senadores pensem numa solução que possa ser racional. Hoje, já apreciamos um volume altíssimo de projetos, praticamente para cumprir a praxe. Então, temos de encontrar uma maneira. Talvez a sugestão do Senador Gerson Camata possa ser aproveitada.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Qual é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A de se constituírem Subcomissões que fariam análises e, depois, as votaríamos em bloco na Comissão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Então, foi transmissão de pensamento, porque eu ia propor exatamente a criação de uma Subcomissão para que todos os itens que não fossem polêmicos e que não apresentarem qualquer anomalia ou suspeita de anomalia fossem aprovados, por atacado mesmo, com base no parecer da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço a compreensão de todos.

A reunião está encerrada.

(Suspende-se a reunião às 12h e 53min.)

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2003.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Cos-

ta, sala 15, sob a Presidência dos Senhores Senadores Osmar Dias e Hélio Costa, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Gerson Camata, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valmir Amaral, Sérgio Cabral, José Maranhão, Renan Calheiros, Roseana Sarney, Leonel Pavan e Fátima Cleide, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência pública, que tem como objetivo ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro do Esporte, Deputado Agnelo Queiroz, sobre as diretrizes e programas prioritários de sua pasta para os próximos quatro (4) anos. Finda a exposição o Senhor Senador Osmar Dias, passa a Presidência ao Senhor Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, que franqueia a palavra para os Senadores membros presentes para posterior debate com o convidado. Encerrado o debate, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e convoca reunião extraordinária para o dia vinte e seis de março de dois mil e três, para votação, em regime de urgência do PLC nº 01 de 2003 que, "Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências". O Vice-Presidente, no exercício da presidência, Senador Hélio Costa determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente encerra a reunião, às quatorze horas e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência. – Senador **Hélio Costa**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Declaro aberta a 4ª reunião extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 25 de março de 2003, às 11h30min.

Nossa reunião de hoje é uma audiência pública com o Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz: assuntos, diretrizes e programas prioritários do Ministério do Esporte. Autores do requerimento: Senadores Osmar Dias e Hélio Costa.

Solicito ao Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão, e ao Senador Gerson Camata que acompanhem o Ministro até a mesa. (Pausa)

Em se tratando de uma audiência pública, os Senadores já estão presentes em número suficiente para o início da exposição do Ministro. Passarei a palavra a S. Exª, que, a princípio, contará com 20 minutos para sua exposição; depois, passaremos à segunda parte da reunião, quando os Srs. Senadores terão a oportunidade de questionar o Ministro ou fazer as suas manifestações.

Concedo a palavra ao Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Senador Hélio Costa, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, agradeço por este honroso convite para discutirmos as diretrizes e os programas prioritários do Ministério do Esporte. É uma honra muito grande estar aqui. Coloco-me inteiramente à disposição da Comissão de Educação para trabalharmos conjuntamente, porque tenho certeza de que o Congresso Nacional, tanto o Senado quanto a Câmara, podem contribuir muito não só na elaboração de um programa como esse, que tem grande importância para o desenvolvimento do nosso País, como também acompanhando sua execução, como instrumento valioso de aperfeiçoamento dos nossos programas e das nossas idéias.

Sr. Presidente, a existência de um Ministério do Esporte no Brasil é um fato novo. É a primeira vez na história que temos um ministério exclusivamente do esporte, o que já foi uma sinalização do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que essa área deveria ter uma prioridade maior, um foco mais concentrado e que não poderia dividir as atenções com outras áreas também muito importantes. Portanto, essa é a primeira sinalização de que esse é um instrumento de grande importância para o desenvolvimento do nosso povo, do nosso País, merecendo uma organização mais concentrada no tema.

Segundo, faz-se necessário uma política nacional de esporte no Brasil, não só no papel, mas também na prática. Isso significa que, a despeito das dificuldades econômicas momentâneas, devemos tratar de toda a esfera de programas de esporte, e não especificamente de um segmento. O Ministério não seria uma modalidade de uma área ou de outra, existindo, sim, uma política nacional, que contemple a área

de competição, a área de rendimento, que tem muita importância para o Brasil. Nessa área somos grandes e, quanto melhor o desempenho, mais medalhas, mais torneios conquistaremos, mais ganharemos em auto-estima e confiança, o que ajuda, obviamente, na formação da unidade nacional. Enfim, é um exemplo extremamente positivo para o conjunto da sociedade. O fato de termos atletas bem sucedidos, vitoriosos, estimula o desenvolvimento do esporte e também todo o conjunto da sociedade; eles são paradigmas para a nossa juventude.

Quanto ao rendimento, alguns eventos ajudam muito a tensionar nossas forças. Temos marcada a realização dos Jogos Pan-Americanos para 2007 no Brasil. Um evento dessa magnitude ajuda na formação de recursos humanos para uma competição e também atrai investimentos de que o Brasil precisa. Nossos jovens, nossos atletas, tendo metas a alcançar, vendo-se diante da realização dos Jogos Pan-Americanos sentem-se estimulados. Além disso, o evento ajuda a economia do Brasil com a realização de investimentos, e até a imagem do nosso país melhora.

Por isso também estamos lutando para sediar as Olimpíadas. Essa é outra grande batalha de que o governo federal vai participar com muita determinação. Queremos fazer com que os Jogos Olímpicos de 2012 sejam realizados no Brasil. Isso é algo inédito na história dos Jogos Olímpicos, porque a América do Sul nunca teve esse privilégio, seria a primeira vez.

Todos sabem da importância dos investimentos que advêm da realização desse evento e de como melhora a imagem do país que sedia esses jogos. Exemplo disso é o que aconteceu com Barcelona, com Sidney e com todas as cidades que já sediaram jogos olímpicos.

Essa é uma marca importante que vamos perseguir, vamos disputar. Há duas cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, que estão concorrendo; a partir de julho será apenas uma e, aí sim, será a cidade pela qual lutaremos para que sedie os Jogos Olímpicos de 2012.

Há grandes possibilidades de sediarmos a Copa do Mundo de 2014, o que será também um grande estímulo para investimentos no país e para o desenvolvimento do esporte.

Nessa área de esporte e rendimento, nossa idéia é trocar idéias e discutir planos e metas de desenvolvimento das diversas modalidades em parceria com as entidades, sobretudo com o Comitê Olímpico Brasileiro. Este é um assunto que interessa ao Estado brasileiro: o bom desenvolvimento do esporte. Não se pode esperar que uma entidade, espontaneamente, seja capaz de cuidar sozinha desse assunto. Precisamos levantar as áreas de excelência, as vocações por região, por estado, verificar quais são os investimentos sintonizados com metas e objetivos estratégicos. É muito importante o bom desempenho do Brasil nessa área, é um impulso ao desenvolvimento do país. Portanto essa é uma área muito especial.

O desporto educacional assume também grande relevância. Estamos discutindo esse assunto com o Ministério da Educação, queremos tratar de forma conjunta e articulada a política do esporte na escola, que é onde se dá o primeiro contato do jovem com o esporte. A parte lúdica ajuda a melhor formar os jovens, ajuda o desempenho na escola e, sobretudo, torna a escola mais prazerosa, mais atrativa, e isso tem grande importância. Como a carência é gigantesca, temos que traçar os planejamentos e os investimentos, colocando progressivamente equipamentos esportivos, usando o que já existe, recuperando o que está depreciado e construindo onde não existe, para investirmos mais nos recursos humanos. O professor de Educação Física é muito importante na formação de recursos humanos. E mesmo que a estrutura física não seja tão boa, com bons recursos humanos conseguiremos desenvolver a atividade de esporte na escola.

É importante também que o esporte tenha uma grande interação na área de promoção de saúde, prevenção de doenças, bem-estar e de uma vida melhor. Deve haver uma política nacional para que o cidadão adquira consciência na sociedade brasileira.

É importante praticarmos esporte, ter uma atividade física para a saúde, para adoecer menos, para viver melhor e mais. Isso não pode ser privilégio apenas das pessoas que podem pagar uma academia para terem orientação só porque são mais esclarecidas, mas deve perpassar a toda a sociedade para que faça parte da nossa cultura fazer atividade física, porque gastaremos menos com saúde, produziremos melhor, teremos uma produtividade melhor no trabalho e trabalharemos com mais satisfação.

Essa é a integração da nossa área com o Ministério da Saúde. Estamos planejando programas e campanhas para serem lançados com este objetivo de promoção de saúde e de prevenção de doenças para todas as idades.

O foco principal são os programas prioritários. Há um capítulo especial que será nossa prioridade: o esporte como instrumento de inclusão social. Nisso gostaria de me deter por mais tempo. O tema principal desse debate situa o esporte como instrumento de in-

clusão social. Em um País com desigualdades, como o Brasil, se o esporte for um instrumento de desenvolvimento humano, de uma nação, do nosso povo, ele é incorporado como um instrumento importante. Nenhum país desenvolvido economicamente deixou de investir pesadamente no esporte para ter melhor desenvolvimento do seu povo e melhor produtividade. Nenhuma potência social – que às vezes nem é desenvolvida industrialmente – deixou de investir muito no seu povo e, por conseguinte, no esporte. Não há necessidade de serem formados campeões, que serão revelados progressivamente, naturalmente. Deve-se investir no cidadão, formar o cidadão e dar oportunidade para esse desenvolvimento.

Levando em consideração que nosso objetivo é para a Nação, evidentemente, com a desigualdade que temos, devemos tratar com prioridade parte grande do nosso povo que está excluída e que precisa, por meio do esporte, ter uma ocupação saudável que ajude seu desenvolvimento físico e intelectual. Esse instrumento é o esporte, justamente por ser atrativo, porque a criança e o jovem gostam de praticá-lo, pois é prazeroso. Não é preciso brigar com o jovem para que pratique esporte, basta dar oportunidade, que ele o fará com muita satisfação.

E para possibilitarmos isso, obviamente, devemos articular com a sociedade, porque uma política para milhões de brasileiros não será feita por apenas um ministério, temos que fazer isso com a sociedade brasileira, mobilizar todos os parceiros que disponham de equipamentos esportivos para fazer as parcerias, para não precisarmos construir em uma primeira fase. Devem-se usar os equipamentos existentes, que são subutilizados e colocar as crianças carentes de área de risco e de risco social nesses espaços para poderem praticar esporte e terem alimentação – que é uma suplementação alimentar – e um reforço escolar, a parte pedagógica.

De acordo com o parceiro, acrescentam-se outros ingredientes como arte, algum tipo de treinamento, assistência médico-odontológica, etc. Mas o formato mínimo tem três pilares: o esporte, a alimentação e a educação. Esses são os pilares básicos que devem conduzir o projeto, que será enriquecido e adaptado a cada realidade do Estado, do Município ou da região. Ou seja, a criança num turno está escola e no outro, numa atividade dessas que estamos chamando de inclusão, justamente para receber uma formação mais integral.

Estamos propondo essa atividade não para dar uma satisfação e simplesmente ocupar as crianças nesse período. Hoje, temos instrumentos científicos comprovando que, com estas modalidades – a parte educativa e a parte esportiva -, são introduzidos conteúdos que ajudam na formação integral da criança – nos aspectos de convivência, auto-estima, desenvolvimento de habilidades, de respeito ao próximo para ser respeitado. Enfim, são conteúdos introduzidos nas atividades normais dessa prática.

Considero importante envolver as universidades nessa parceria. Em cada lugar do Brasil, as universidades podem dar um suporte teórico nessa formação, com a participação das Faculdades de Educação Física e dos recursos humanos, sejam como estagiários ou monitores desses programas. Fica muito barato esse tipo de programa, e atinge um grande número de pessoas.

Como tivemos um contingenciamento dos recursos do esporte, levantaremos prioridades na aplicação desses projetos. Queremos começar esse projeto de inclusão nas capitais do Brasil, nas áreas onde a criança está mais suscetível, mais vulnerável à violência, à droga, ao tráfico. Temos que trazer nossas crianças para o bem, para o lado saudável, oferecendo condições: um período na escola e outro, numa atividade de inclusão. Elas chegarão em casa cansadas, vão dormir, mas com os deveres concluídos, pois tiraram as dúvidas e poderão ter um melhor desempenho na escola no outro dia, com a auto-estima elevada porque levaram tudo pronto.

Haverá menos repetência e, conseqüentemente, não teremos um gasto absurdo, como temos hoje, com repetências e deficiências no desempenho escolar. A atividade é parte importante do desenvolvimento da criança, pois envolve educação, alimentação e esporte.

Acrescentaríamos outros elementos a depender dos parceiros. Quais seriam os parceiros? Todos que possam ter algum tipo de equipamento.

Em abril, começaremos uma parceria com as Forças Armadas, que ofereceram espaços para as crianças praticarem esportes. Começaremos numa área crítica, na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. Há uma área da Marinha, ao lado de duas áreas de morro em que o tráfico tem grande influência. As crianças vão praticar esporte e conviver com outras crianças, com material esportivo, uniforme e esses ingredientes básicos que já citei.

Fizemos parcerias também com o SESI, SESC e já estamos formatando para desenvolver no País inteiro. Os clubes sociais também têm os seus espaços subutilizados durante a semana. Os sócios utilizam somente nos fins de semana e feriados. São espaços maravilhosos com infra-estruturas ótimas. Estamos em

negociação com a Confederação Brasileira de Clubes, que possui seis mil clubes sociais, assim como com as AABBs, que são 1.300. Dá para inserir as crianças no período da semana usando espaços maravilhosos, com campo de futebol, quadra esportiva, piscina, sem precisar construir absolutamente nada.

Também as organizações não-governamentais e entidades religiosas dispõem desses instrumentos. Municípios e Estados são grandes parceiros nisso, porque tornam o projeto mais barato, uma vez que têm capacidade de articulação – conseguem um voluntário para dar aulas, fazem parceria com uma entidade privada de saúde para prestar assistências às crianças e por aí afora, ou seja, enriquecem o programa.

O custo de um programa como esse é muito barato. Esse é o investimento mais barato que existe. A depender do parceiro, esse formato custa entre R$20 a R$30 por criança por mês. Isso significa que se vai gastar R$ 200 por ano – são dez meses, com dois meses de férias. Então, gasta-se entre R$200 a R$ 300 por criança por ano. Se se comparar isso com o que se gasta por mês em presídios ou em centros de recuperação de menores, quando o dano social é imensurável, esse tipo de investimento é baratíssimo.

Obviamente, isso depende de um esforço muito concentrado. Por isso, tenho certeza de que, com a nossa articulação na Comissão de Educação do Senado Federal e também na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, vamos trabalhar num orçamento já para o próximo ano. Vamos tentar superar as dificuldades atuais para instalar imediatamente esse programa. Já estamos fazendo isso com vários parceiros. Vamos implantar nas capitais imediatamente e, posteriormente, em todo o Brasil.

O objetivo é municipalizar, ao longo do período, o esporte, porque é no Município que acontecem as coisas. Então, temos de ser formuladores da política, temos de emular, estimular, fiscalizar e elaborar, mas o Município é que executa. Então, se conseguirmos, ao final dos quatro anos, atingir todos os Municípios do Brasil, teremos um programa de inclusão social ocupando nossas crianças de forma saudável e com algo que a criança queira fazer. Aí, sim, estamos buscando um desenvolvimento integral para as nossas crianças, que é o nosso objetivo, e estamos fazendo o maior programa de prevenção contra o uso de drogas e contra a violência, com o custo mais barato possível.

Não tem nada mais grandioso, não tem uma tarefa maior que investir justamente nas nossas crianças e nos nossos jovens. Esse projeto é focado na idade de 7 a 17 anos, nas áreas de risco pessoal e social. Ou o Estado atua ou, então, obviamente, não se terá possibilidade de haver o desenvolvimento pleno dessas crianças por causa da selva da rua, das dificuldades, das condições de moradia precária – às vezes, moram em um cômodo e não podem ficar dentro de casa, vivendo completamente na rua, sem um auxílio, sem alguém para tirar suas dúvidas e para estimular seu desenvolvimento escolar.

Esse é o projeto prioritário. Por isso, dediquei-me um pouco mais a ele.

Falando de esporte do Brasil, não podemos deixar de falar do futebol, porque esse é o grande carro-chefe. O futebol extrapola o esporte, ele é um patrimônio cultural, um grande embaixador do nosso País. Estruturar esse segmento para que ele seja profissional, rentável e para que o País ganhe com o desenvolvimento do futebol é indispensável. Por isso, estamos adotando essas medidas agora e que se encontram aqui no Senado Federal, como é o caso do Estatuto do Torcedor – é o Estatuto do Consumidor para o torcedor –, de instrumentos que garantam calendários estáveis, marcados com antecedência, não permitindo essas chamadas "viradas de mesa", alterações de calendário sem motivo concreto, de se ter garantias e boas condições para o torcedor no estádio, como boas instalações sanitárias, serviços, segurança, ou seja, estádios que funcionem bem no Brasil, para atrair os torcedores. Enfim, são vários os instrumentos importantes que constam. Há também deveres do torcedor, não somente direitos. Então, o torcedor que brigar no estádio e que invadir o campo será punido, ficando cinco anos sem freqüentar o estádio e prestando serviços à comunidade na hora do jogo. Isso tudo são mecanismos que estão inseridos nesse projeto e na Medida Provisória nº 79, que foi aprovada na Câmara e que está, também, aqui no Senado. De tal maneira, a aprovação desses instrumentos tem em vista, sobretudo, a possibilidade de aprovar o Estatuto do Esporte. Há uma Comissão Especial funcionando na Câmara, que tem por objetivo congregar toda a legislação esportiva em um único instrumento. Hoje, como a legislação esportiva está completamente pulverizada e como foi tratada de forma pontual, virou uma colcha de retalhos, uma anarquia jurídica. É difícil saber o que existe e o que não existe. Havendo um estatuto que congregue toda a legislação esportiva brasileira em um único instrumento, todas as modalidades, será uma grande conquista. Vamos precisar muito da ajuda de nossos Senadores para desenvolver, aperfeiçoar e aprovar um instrumento como esse.

Outro grande desafio é aumentar o financiamento do esporte no Brasil. Como nunca teve priori-

dade, o esporte nunca foi encarado como um instrumento indispensável para o desenvolvimento de um povo, sobretudo em um País do tamanho do Brasil. É evidente que não há recursos. Não há recursos no orçamento e nem instrumentos privados de auxilio. É indispensável haver uma ofensiva legislativa para garantir, para melhorar o financiamento do esporte. Aprovar uma lei de incentivo ao esporte, nos termos da Lei Rouanet, para facilitar a iniciativa privada é de fundamental importância. Assim, vamos financiar não só o rendimento, mas as áreas sociais e escolares. É a alternativa, hoje. Cada vez, nas empresas está mais consolidada a responsabilidade social. Elas têm feito investimentos porque descobriram que é bom atrelar a imagem da empresa ao esporte. O esporte é um sinal de sucesso, de saúde, de solidariedade. Isso ajuda a dar credibilidade ao produto, a vendê-lo, a angariar a confiança da população. Criar mecanismos para que as empresas financiem mais, para que ajudem no desenvolvimento investindo em recursos humanos é, ao mesmo tempo, ajudar a valorizar as próprias empresas.

Já existe uma lei do Conanda. Estamos constituindo uma comissão de chancela para garantir o financiamento de 1% do Imposto de Renda das empresas para financiar projetos sócio-desportivos. Devem ser programas exclusivamente sociais e esportivos. É justamente com esse formato que falamos aqui do projeto de inclusão. Em um mês e meio colocaremos o comitê de chancela para funcionar. Vai depender, agora, da ampliação do fundo que o Congresso vai votar. O fundo será a base para o financiamento desses projetos.

Creio que são desafios importantes sob o ponto de vista legislativo, de organização do esporte, do financiamento e do desenvolvimento de políticas em todas essas áreas. Com os grandes eventos que se aproximam, se tratarmos a questão de forma articulada, não separada, estanque, setorial, o rendimento, à medida que se desenvolver, também ajudará a área social. Estamos negociando com a área de rendimento no Brasil. Todas as confederações do Brasil estão apresentando programas sociais, não só apresentando por sua experiência, mas comprometendo-se em acompanhar tecnicamente, ajudando com recursos humanos e materiais. Não há contradição entre essas partes, mas a complementação de uma política una. Isso é o importante.

Por isso, tenho certeza de que o papel reservado ao Legislativo brasileiro de fundamentar, de estabelecer as bases para o desenvolvimento da área dará uma grande contribuição para o desenvolvimento não só do esporte, mas ao desenvolvimento humano no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, comunico que já há cinco Senadores inscritos.

Sendo o Senador Hélio Costa co-autor do requerimento juntamente comigo – como Presidente assinei esse requerimento –, S. Exª tem a preferência para falar.

Comunico que o Senador Gerson Camata, que é Relator do Projeto de Lei nº 1, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor e dá outras providências, já entregou à Comissão o seu relatório. A matéria está em regime de urgência, com prazo para tramitação de 45 dias, que vence em 12 de abril. Precisamos votar, portanto, nesta semana. Gostaria de consultar se seria possível convocarmos uma reunião extraordinária para amanhã, às dez horas, para votarmos esse projeto, que já tem o parecer do Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Acredito que a presença do Ministro, já que fez uma exposição muito completa e abordou o problema do Estatuto do Torcedor, poderia ensejar uma pergunta, estendendo-se, assim, um pouco mais. Finalizada a presença do Ministro, em homenagem à sua vinda, votaríamos, hoje, essa luta de S. Exª que tanto representará para os torcedores brasileiros. S. Exª definiu que não é nada mais do que um código do consumidor para o torcedor, para que tenha os direitos que um consumidor tem, quando adquire um par de óculos, uma caneta. Quando o torcedor paga, adquire o direito de ver um espetáculo, e não uma trapalhada, como vimos no domingo, no jogo entre o meu time e o Vasco, quando o técnico atirou a bola num jogador que estava caído no chão. Se levássemos um filho nosso lá, ficaríamos até envergonhados com o que ele aprenderia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Gerson Camata, o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão, e eu conversamos antes, porque, por se tratar de um projeto polêmico, tivemos a cautela de marcar para amanhã. Agora, se o Plenário da Comissão concordar que seja votado hoje, não teremos oposição alguma à idéia. Marcar para amanhã seria apenas uma cautela para cumprir o Regimento. É claro que o Plenário é soberano. Eu, como Presidente, e o Vice-Presidente, Hélio Costa, decidimos,

cumprindo o Regimento, marcar para amanhã. Fica para amanhã, então.

Já estamos com a lista de cinco, e outros já pediram para assiná-la. Passo a palavra ao Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão, que também assinou este requerimento. Lembro aos Srs. Senadores que o Ministro Agnelo Queiroz é o primeiro a vir em audiência pública e se dispõe a atender o convite da Comissão rapidamente. Depois, na seqüência, virão outros quatro Ministros, que têm relação com a Comissão: o Ministro Cristovam Buarque, que já está marcado para o dia 1º de abril; depois, o Ministro de Ciências e Tecnologia, Roberto Amaral, sem data marcada, e os Ministros Miro Teixeira e Gilberto Gil. Daremos seqüência, então, a essas audiências públicas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Fiz um requerimento para que venha também o Ministro da Saúde. Não sei se é possível colocá-lo em votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sugiro que V. Exª apresente amanhã, quando haverá a votação em reunião deliberativa. Esta não é deliberativa, portanto não podemos votar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio Costa.

Como já estamos com o horário adiantado – essa é a desvantagem deste horário de reunião –, pediria que os Senadores fossem objetivos, para permitir que todos usem da palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero, inicialmente, saudar o Ministro Agnelo Queiroz e cumprimentá-lo pela rapidez com que atende à nossa solicitação, para que venha expor a política de seu Ministério perante os nossos companheiros, os Senadores da Comissão de Educação.

Como ex-Presidente de uma comissão na Câmara dos Deputados, lembro-me sempre das dificuldades que tínhamos, no Governo passado, de trazer, perante as comissões do Congresso, os Ministros de Estado. Na verdade, eram meses, até que se conseguia a presença de um Ministro. E, hoje, cumprimento V. Exª pela maneira rápida com que atende a nossa solicitação.

Quero ser bem sucinto, Sr. Ministro, mas não poderia deixar de trazer à tona alguns assuntos, relacionados, evidentemente, à sua pasta, que estão, no momento, nas manchetes dos jornais, sendo comentados, discutidos, como o foram na Câmara dos Deputados na semana passada, tais como a MP nº 79, o Estatuto do Torcedor, que acaba de ser relatado pelo Senador Gerson Camata e que devemos, amanhã, portanto, apreciar. São assuntos relevantes e que dizem respeito à comunidade esportiva como um todo, mas, sobretudo, à cidadania brasileira.

Então, formulei algumas perguntas e serei muito objetivo em apresentá-las, Sr. Ministro.

Na semana passada, a proposta da MP 79 foi aprovada na Câmara dos Deputados, por meio de substitutivo do Deputado Gervásio Silva, do PFL de Santa Catarina. Agora a matéria será apreciada aqui no Senado, na nossa Comissão de Educação. A transformação dos clubes em empresas será facultativa, não obrigatória. Os clubes poderão ser organizar da forma jurídica como desejarem, mas terão que prestar contas públicas, publicar seus balancetes. Serão submetidos à legislação trabalhista, à legislação fiscal, tributária, previdenciária, etc. E, evidentemente, terão que prestar contas ao Conselho Nacional de Educação – o que é muito importante para acabar com tudo o que, no passado, levou até a CPI do Futebol. Além disso, proíbe-se a venda para o exterior de jogadores menores de 18 anos. Quanto aos clubes que optarem por se transformar em empresa, seus dirigentes **não** terão os bens penhorados nem confiscados em caso de condenação por irregularidade na administração do clube.

Então, a minha primeira pergunta, Sr. Ministro, é a seguinte: por que o Governo não apresentou ou não apoiou a proposta que previa o incentivo fiscal para as empresas que investirem no esporte, assim como a chamada Lei Rouanet incentiva à cultura? Essa pergunta vai exatamente na direção do exposto por V. Exª. Nesse sentido, acrescentarei um detalhe importante: V. Exª referiu-se ao esporte como investimento, como instrumento de inclusão social - o que é extremamente importante. É uma função específica do esporte, sim. E vejo que os clubes profissionais são os preferidos pelas empresas estatais - pelo menos o foram até o ano passado. Lembro, por exemplo, os grandes patrocínios da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, dos Correios. Estou falando de patrocínios da ordem de meio bilhão de reais! Eu gostaria de saber se o Ministro está disposto a trabalhar para que esse dinheiro das estatais seja direcionado para o esporte amador, porque é lá, no es-

porte amador, que começaremos a fazer a cidadania por meio do esporte. É lá que usaremos o esporte como instrumento de inclusão social. É um caminho que creio deva ser perseguido pela administração do Presidente Lula, sensível às questões sociais, e certamente por V. Exª.

Passo agora ao segundo tema, Sr. Ministro. Em 2003, o orçamento do Ministério do Esporte foi contingenciado em 88,34%, ou seja, seu Ministério ficou com apenas R$43 milhões. Isso não dá para comprar nem o passe de um perneta desses que há por aí em vários clubes do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, etc. O orçamento previsto para sua Pasta neste ano não será suficiente sequer para renovar os convênios ligados à área social, que são tão importantes e não podem ser interrompidos. O Ministro pedirá ao Presidente que o orçamento do Ministério fique em torno de R$110 milhões a R$150 milhões – essa é a informação de que dispomos. A minha pergunta é a seguinte: os recursos solicitados ao Presidente da República serão suficientes para atender a demanda existente nas secretarias estaduais de esporte, Sr. Ministro?

Essas são as perguntas que tenho como um dos signatários do requerimento que o Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, deu-me a honra de assinar junto com ele, para que V. Exª pudesse comparecer a nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Ministro Agnelo Queiroz, para responder.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa, por suas indagações excelentes e muito propícias.

Com relação à MP 79, chegamos a sugerir a possibilidade de aprovação da Lei Rouanet voltada para o esporte. Ela não foi introduzida para discussão em uma reunião de líderes na Câmara porque se considerou melhor reportar essa matéria para o Estatuto do Esporte, a ser votado neste primeiro semestre. É que seriam necessárias algumas costuras na área econômica também e optou-se por não tratar exclusivamente assim da Lei Rouanet. Será uma lei de incentivo ao esporte, nos termos da referida lei, mas separada, para não criar muitos conflitos, nem problemas com a área da cultura. Essa é uma conquista muito importante para a Cultura e algumas pessoas da área argumentam sobre a possibilidade de haver uma competição, caso o esporte seja regulamentado pela mesma Lei Rouanet, e que talvez seja melhor criar uma lei específica de incentivo ao esporte. Seria esse o objetivo. Com ele concordamos, porque se firmou, ao mesmo tempo, um acordo com as Lideranças de todos os Partidos que estavam participando de que, então, ele voltaria com o estatuto. Já foi, então, assumido o compromisso muito importante para se resolver isso em definitivo para o esporte.

De qualquer maneira, mesmo que se aprovasse uma Lei Rouanet, teríamos que regulamentar como ela funcionaria para o esporte. Dependeria, então, de regulamentação. Então, optou-se por isso. O importante é o conteúdo dessa argumentação, que é correto: é preciso um instrumento para que a iniciativa privada possa financiar e patrocinar o esporte no Brasil.

Com relação aos patrocínios, o Governo do Presidente Lula está mudando a forma de patrocínio. Centralizou uma equipe, que envolve vários Ministérios, inclusive o do Esporte e o das Comunicações, para tratar dessa questão. Dessa maneira, as empresas estatais, para terem patrocínio nessa área de rendimento, teriam que oferecer essa contrapartida na área social.

Essa é uma regra. Vai-se, assim, financiar alguns programas sociais específicos, inclusive no Ministério do Esporte, onde há três grandes projetos. Um deles é para que presidiários confeccionem materiais esportivos. É um projeto muito interessante, porque, além de ajudar na ressocialização do preso, pois ele estará trabalhando, fornecerá material esportivo para as escolas públicas e para os programas sociais. Então, teremos material esportivo em quantidade para suprir as escolas e os programas sociais. Tanto é assim que um dos contingenciamentos atingiu esse programa.

Falei com o Presidente Lula, que mandou recompor imediatamente o programa. Temos que ampliar o trabalho nos presídios para melhorar o sistema carcerário, que é terrível. É uma das nossas chagas. Uma das soluções, sem dúvida, é o trabalho, e queremos ampliar esse programa, para instalar mais fábricas de confecção de material esportivo nos presídios. A experiência atual é de que o preso que está nesse programa não quer sair, porque, a cada três dias de trabalho, ele abate um dia na pena. Além disso, ele ganha dois reais por cada bola, rede, ou outro material esportivo confeccionado. Ganha esse dinheirinho para a família. E ainda podemos contar com esse material que serve a um objetivo nobre. É um material de boa qualidade, um bom material que tem o controle de qualidade do Inmetro. Esse é um tipo de programa que temos que ampliar, temos que construir mais fábricas dessas nos presídios.

É importante ressaltar que, nesses episódios de rebelião dos presídios, em que os detentos quebram coisas, como colchões e celas, eles não quebram fábrica. Esse é o maior sinal de que o preso identifica no programa a possibilidade de uma saída e por isso ele o preserva.

Então, o Presidente Lula pediu para recompor integralmente o Orçamento, que previa um pequeno aumento no programa, e está orientando uma dessas nossas empresas estatais para ter um programa de ampliação disso.

Em relação à questão orçamentária, de fato, houve um contingenciamento muito forte, depois do qual tive contato com a área econômica, em um planejamento, detalhando o significado desse contingenciamento para alguns dos programas. Conversei também com o Presidente Lula sobre isso. Sua Excelência já autorizou o início imediato do programa de inclusão e se comprometeu a descontingenciar ao longo do ano para a sua ampliação. Então, foi dado o sinal verde, tanto é que vamos iniciar imediatamente, já no começo de abril, com as Forças Armadas e com vários Municípios. Com o Sesi – Serviço Social da Indústria – iniciaremos no dia 15. Então, já há uma série inicial de programações.

Estamos pretendendo, com esse recurso, colocar primeiramente 100 mil crianças nesse programa de inclusão. Até o meio do ano, completaremos isso e precisaremos de recursos para continuar fazendo. O compromisso do Presidente é de ampliar esses recursos, porque realmente é muito barato. Claro, faremos isso em parceria com o Programa Fome Zero, que entrará com o recurso da alimentação, de tal maneira que será possível executar o programa.

Vale dizer que fizemos um corte radical nos custos administrativos do Ministério. Não anunciamos isso porque não precisa. Penso ser obrigação cortar tudo quanto for possível, contrato que não seja imprescindível – porque às vezes há a necessidade, mas não é imprescindível –, gastos com xérox, passagens e diárias, essas coisas. Dessa forma, já sobrarão recursos para implantar esse programa para 100 mil crianças, o que corresponde, obviamente, a mais do que já existe hoje, dos programas que têm convênio com o Ministério. E vamos renovar, obviamente, os programas que já existem nessa concepção, apenas ajustando a eficácia do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos já em mãos o relatório do Senador Gerson Camata, que será discutido amanhã, na reunião das dez horas. Em cumprimento ao Regimento, estamos distribuindo esse parecer com antecedência suficiente.

Lerei a relação de inscritos para solicitar mais uma vez, não só aos Senadores, mas também ao Ministro, que encurtem um pouco o tempo de pergunta e resposta, porque temos o Senador Eurípedes Camargo, primeiro inscrito, e o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Hélio Costa já usou da palavra. Há ainda os Senadores Gerson Camata, Leonel Pavan e Flávio Arns e as Senadoras Ideli Salvatti e Iris de Araujo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar minha inscrição também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a solicitação de V. Exª, temos, então, oito Senadores inscritos. Neste momento, com muita honra, transfiro a Presidência da Comissão ao Senador Hélio Costa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir um encaminhamento: talvez três Senadores pudessem fazer as perguntas e depois o Ministro responder a um grupo de três. Assim, agilizaríamos os procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto à votação o requerimento do Senador Flávio Arns.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra os Srs. Senadores Eurípedes Camargo, do PT, inicialmente; posteriormente, Eduardo Azeredo e, em terceiro lugar, Gerson Camata. Em primeiro lugar, com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Hélio Costa, nosso Ministro do Esporte Agnelo Queiroz, gostaria, inicialmente de cumprimentar o Sr. Ministro. Tivemos oportunidade, durante o mandato na Câmara Legislativa do Distrito Federal, de conhecer o perfil de V. Exª, seu dinamismo, sua preocupação com o social. Com certeza o Ministério de V. Exª tem essa marca e contribuirá com o Governo Lula e com toda a sociedade brasileira para essa inclusão social, para elevar o esporte ao merecimento que requer a cultura brasileira, que já é o cartão de visita do Brasil. Espero que seja conhecido por outras áreas também, mas o esporte é esse cartão de visita, e com certeza essa pasta está em boas mãos.

No ano passado, em uma discussão, em um debate com o Sr. Cristovam Buarque, "Brasília Revisitada", um dos entrevistados era o jogador de futebol Dr. Sócrates, nacionalmente conhecido, que afirmou que exportamos os nossos atletas, ao invés de produzir o espetáculo no Brasil e trazer o espectador para cá,

aproveitando o que chamou de nossa "matéria-prima humana".

Como bem observou o Dr. Sócrates, exportamos os nossos atletas e o lucro fica com os Estados importadores. Muitas vezes, temos de exportar a nossa matéria-prima, ao invés de produzir o próprio espetáculo. Gostaria de saber também a posição de V. Exª com relação a essa preocupação.

Outra questão em relação a isso é que, em 2007, o Brasil se candidata a participar, a sediar a Copa. Temos, hoje, um problema de segurança nos estádios, tema já citado aqui pelo Senador Gerson Camata. Como trabalhar essa questão, se por acaso viermos a sediar a Copa, estando todos os olhos voltados para o Brasil?

Quanto à Medida Provisória nº 79, lendo o relato do Senador Gerson Camata, percebemos que é pela sua aprovação, ressalvada uma emenda, da qual não tivemos oportunidade de fazer uma leitura. Parece-me que o projeto passa com uma certa tranqüilidade pelo Plenário, pela manifestação dos Pares desta Casa. Portanto, a importância da aprovação dessa medida parece ser questão já entendida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Dando seqüência, pela sugestão do Senador Flávio Arns, concedo a palavra ao segundo inscrito, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostaria de abordar a questão do esporte especializado, especialmente com vistas às Olimpíadas do ano que vem. Em época de Olimpíadas, todo mundo começa a acompanhar outros esportes, que não o futebol, o basquete e o voleibol. Realmente, temos o atletismo, o judô, a ginástica e outros esportes individuais, que carecem enormemente de algum apoio no Brasil.

A minha questão, portanto, é em relação à utilização da Lei Piva. Qual é o seu valor previsto para este ano e qual é o plano de apoio, especialmente nessa arrancada para os jogos olímpicos do ano que vem? Lembro também de outro tema que será abordado pelo Senador Flávio Arns – os jogos paraolímpicos -, assunto que precisa ter permanente apoio do Governo. O Ministério dos Desportos, ainda no ano passado, concedeu recurso importante para a equipe de basquete paraolímpica de Minas Gerais. Não gostaria de deixar de mencionar esse tema, que fica para o Senador Flávio Arns, mestre na matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Como terceiro inscrito, passo a palavra ao ilustre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentá-lo. Conheci V. Exª como esportista e vejo que V. Exª, com poucos dias, está com um apetite danado, com uma vontade enorme de trabalhar, e não tem medo de aproveitar, com as devidas correções ou acertos, o lado bom do que já foi feito anteriormente. O Brasil precisa de dirigentes objetivos e práticos como V. Exª. Gostaria de cumprimentá-lo por isso.

A sua colocação sobre o esporte como inclusão social é perfeita. Penso que a ação do Governo tem que ser ali, o Senador Hélio Costa já falou. Todos temos que nos preocupar, inclusive a iniciativa privada. Mas V. Exª não deixa de lado os avanços necessários no esporte que se mantém por si próprio, como o futebol, os esportes profissionais. E cuidando, no caso do estatuto, do torcedor brasileiro. Acredito que os clubes estão espantados, preocupados, têm telefonado.

Na verdade, é bom para os clubes que o torcedor vá ao estádio com tranqüilidade, que as crianças vão e se transformem em adultos que freqüentam o estádio, que as mulheres possam ir também. E o clube tem que ser o guardião do estádio. A coisa mais triste do mundo é ver um espetáculo de futebol transformado em apenas um espetáculo para a televisão. Falta a vibração, o ânimo. Percebemos a cada dia que mais torcedores estão torcendo somente para a Seleção brasileira. Eles estão deixando os clubes. É uma pena. Os clubes são os sementeiros onde se semeiam os valores que vão para a Seleção brasileira. Se fenecerem, a Seleção também em uma certa época entrará em crise. Penso que essas duas iniciativas são muito boas, o estatuto do torcedor e o estatuto dos clubes, para que eles tenham a responsabilidade, depois de tanto tempo, valorizando o torcedor que sempre alimentou os clubes com suas economias, com sua presença no estádio, com seu ânimo, com sua torcida de sempre.

De modo que quero cumprimentar V. Exª e pedir que deixe no final das considerações 2 minutos ou 3 minutos, de modo a aumentar o conhecimento da comissão sobre o estatuto do torcedor, para que possamos, amanhã, pacificamente, votarmos essa matéria, que é uma grande conquista para o torcedor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Eurípedes Camargo, para mim, é uma honra muito grande receber essas palavras carinhosas. Muito obrigado. Tenho que retribuir a V. Exª, um exemplar representante do povo de Brasília e do Brasil pela trajetória ímpar e comprometida com o nosso povo, com as áreas sociais. Tenho certeza de que sua presença é um orgulho para todos nós brasilienses e brasileiros.

V. Exª abordou dois aspectos importantes. Um é produzir os nossos próprios espetáculos. Os países, compreendendo melhor o grande efeito do futebol, passaram a ter palcos importantes e a vender seu futebol para o mundo inteiro. Com isso há uma divulgação dos países e seus produtos. A Espanha tem feito isso, a Itália também, no sentido de atrair os grandes jogadores, de ter um torneio bem organizado, exemplar, lucrativo, bem programado, que vende com antecedência os ingressos, inclusive do ano inteiro.

Portanto, podemos fazer isso, porque temos o melhor futebol do mundo, tanto que os outros países compram os nossos jogadores para realizarem esses grandes espetáculos. Temos o melhor produto, precisamos organizá-lo de maneira que essa riqueza fique em nosso País, que aqui seja o grande palco do futebol mundial e que possamos vendê-lo para o mundo inteiro, que adora o futebol brasileiro, como compramos o futebol que assistimos na TV, o futebol italiano, espanhol, alemão etc. Vamos vender para o mundo inteiro.

Precisamos introduzir essa propaganda, no sentido de que, 30 segundos antes do jogo, fale-se sobre a cidade daquele time no Brasil, para vender a imagem do País lá fora. O futebol é um grande embaixador. E, conseqüentemente, tendo a simpatia, vendem-se os produtos brasileiros. O Embaixador da Líbia esteve em meu gabinete, nesses dias, e falou que, na final da Copa do Mundo, o seu país parou para torcer pelo Brasil, engarrafando a rua e criando um problema de acesso à Embaixada brasileira para pegar material esportivo, bandeiras etc. Esse é um relato muito interessante. Nada melhor do que vender um produto brasileiro a um país que tem grande simpatia pelo Brasil. A economia brasileira, com esse grande instrumento que é o futebol. Para isso, as medidas legislativas a que o Senador Gerson Camata já se referiu introduzem instrumentos importantes de defesa do nosso futebol. Já está na medida provisória a questão de um calendário fixo com dois anos para essa alteração, a venda antecipada dos ingressos, a própria a estrutura dos estádios, que têm que ter câmeras e instalações sanitárias adequadas – não pode ser do jeito que é hoje, em que ninguém consegue entrar no banheiro de um estádio –, a segurança.

Quanto à segurança – e já respondendo à outra pergunta de V. Exª –, ontem fizemos um seminário, no Ministério, sobre segurança nos estádios, envolvendo vários segmentos dessa área. Inclusive, convidamos John de Quidt, um inglês que participou da reestruturação do futebol inglês, que era muito complicado. Ele faz parte de um órgão que trata exclusivamente da segurança nos estádios, resolveu problemas gravíssimos e deu grandes contribuições nesse sentido. A legislação que estamos apontando é nesse sentido, facilitando que as mulheres vão aos estádios. A presença das mulheres nos estádios é uma vacina contra a violência, mas, desse jeito, está impossível. Por isso, o estatuto tem direitos e deveres. Ele também é rigoroso quando o torcedor comete alguma infração, como, por exemplo, brigar nos estádios, jogar objetos nos outros, invadir. Tudo isso merece punição muito rigorosa. A questão da segurança é fundamental.

Se o objetivo é ter os próprios espetáculos, com a possibilidade de realizar a Copa do Mundo, como V. Exª bem disse – porque, pelo rodízio da Fifa, vem para a América do Sul e os países sul-americanos estão fechando para a candidatura única do Brasil —, depende apenas de nós. Se fizermos uma organização no futebol e nos estádios, até 2007, quando há a definição oficial, ninguém tira a Copa daqui. Isso será importante para a economia brasileira. Por exemplo, neste momento, a Alemanha está em recessão e a única atividade econômica que recebe investimentos novos e lucrativos está ligada à Copa do Mundo. Hoje ela mobiliza mais pessoas do que as Olimpíadas e tem uma grande repercussão econômica no mundo. Por isso, a questão da segurança é fundamental. Na medida em que estamos tratando a legislação, também temos que ver a situação dos clubes para melhorar essa situação, abrir uma linha de modernização dos estádios brasileiros, que são antigos, não funcionais, têm dificuldades de escoamento, são grandes demais. Enfim, há toda uma metodologia que precisa ser feita junto com os clubes.

O Senador Eduardo Azeredo falou sobre os valores da lei que já financia o esporte tanto olímpico como para-olímpico. A expectativa é de 50 milhões por ano, sendo 15% para o esporte para-olímpico. Essa lei, de minha autoria e do Senador Pedro Piva, porque foi aprovado o substitutivo com os dois, é uma pequena revolução no financiamento do esporte no Brasil. Ela não só conseguiu repasse de forma permanente, perene e independente, por exemplo, de

uma eventualidade como essa, que teve um contingenciamento.

A lei não está sujeita a contingenciamento. Vai direto ao Comitê Olímpico, não se interrompe toda uma programação a ser feita em um clube por conta de um contingenciamento possível ou outra eventualidade.

A lei também introduziu fiscalização. A cada três meses, o Tribunal de Contas da União fiscaliza esses recursos. O Comitê Olímpico apresentou, agora, uma prestação de contas de um ano que é um verdadeiro diagnóstico sobre o esporte brasileiro – nunca aconteceu isso na história do esporte no Brasil –, com detalhamento de até quantos atletas são filiados e de quanto é o recurso em caixa de cada federação. Todas as federações do Brasil têm dinheiro em caixa. Nunca se viu algo assim na história. Para gastar, tem que ter apresentação e comprovação.

Poucas confederações no Brasil tinham uma equipe olímpica permanente. Como ganhar medalhas constituindo a equipe no ano anterior à Olimpíada? Não há condições. Não se podia fazer uma programação entre as Olimpíadas para as competições nacionais e internacionais e trazer técnicos, às vezes, de fora, e equipamentos sofisticados, que são caros. Hoje tudo isso está sendo possível fazer. Praticamente quase todas as federações, no Brasil, têm sede e funcionários. Tem um ano e meio a lei, tem um ano de prestação de contas, mas isso, daqui a 10 anos, será uma revolução, não tenho dúvida do desempenho do Brasil com isso.

Quanto a esses esportes individuais, respondendo à segunda pergunta, conversamos com o Comitê Olímpico e queremos fazer um planejamento. Quer dizer, o Estado brasileiro quer discutir como isso nos interessa. Vamos saber o desempenho do Brasil daqui a 10, 15, 20 anos, como isso está estruturado e como vamos trabalhar juntos para ter esses investimentos de forma conjunta. Isso não pode ser uma atribuição exclusiva de uma entidade. O Estado tem interesse de um bom desempenho. V. Exª tocou num aspecto importante, na área dos chamados esportes individuais que dão muita medalha. Há certos esportes em que temos capacidade, mas nunca investimos. Por exemplo, o ciclismo tem 54 medalhas. Por que não investir numa área como essa, já que podemos também vender o Brasil com ciclismo, com provas em várias cidades, nessas regiões belíssimas do Brasil, onde se podem fazer as provas e, junto com o esporte, vender a região? Vamos desenvolver também isso em parceria não só naquilo em que já temos desempenho, mas também outras modalidades, incluindo muitas individuais que dão muitas medalhas. Fazemos um esforço grande, como com o futebol, ou o basquete e o vôlei, para conseguir uma medalha somente. Temos de combinar as várias modalidades porque é importante também nosso desempenho aqui.

O Senador Gerson Camata já mencionou essa questão do estatuto e da medida provisória, medidas que valorizarão muito o futebol porque não estão só apertando os clubes. O caso da medida provisória oferece também. Estamos incluindo estímulos para o clube que forma jogadores. Hoje, a Lei Pelé tirou o passe e desestimulou completamente; então há um ressarcimento para formar jogadores. Há a questão dos 8 anos para a transferência de jogadores para estimular a formação desses craques aqui no Brasil, para o Brasil ser o palco e não expor tanto os nossos jogadores, nossos garotos lá fora. Há instrumentos para diminuir a ofensiva, por exemplo, de... Saiu o passe da mão do clube e veio para a mão de alguns empresários que hoje pegam uma procuração e, na hora em que o atleta estoura com 15, 16 anos... Limitamos o prazo de um ano para essa procuração. Se ele estiver sendo um bom procurador, o atleta renovará com um ano. Mas não pode ocorrer o que houve agora com o Robinho, do Santos, que, depois que estourou, apareceram dois que são donos dele; daqui a pouco, aparecem mais. V. Exªs sabem, eles pegam uma procuração do pai quando a criança está com 14 anos e, ao estourar amanhã, estão com o garoto na mão. Enfim, há medidas importantes, sobretudo para o cumprimento dessas atividades.

Quanto à prestação de contas, o Senador Hélio Costa observou bem: faculta formar o clube empresa, mas não obriga. Independentemente disso, todos serão fiscalizados porque o que não é empresa terá o seu departamento profissional fiscalizado como empresa.

São instrumentos importantes que ajudam a profissionalização, a moralização, a transparência e, ao mesmo tempo, oferecem condições para o desenvolvimento, prestigiando o clube, vendo como se resolve.

Está na medida provisória a negociação da dívida do clube com o INSS, que hoje é crônica. Vamos negociar essa dívida em longo prazo e até trocar por esses projetos sociais. Os clubes são queridos demais no Brasil inteiro. Já pensaram uma escolinha de um clube como o Corinthians ou o Flamengo lá no Nordeste do Brasil, uma escolinha social? Seria um negócio fantástico; não caberia a quantidade de crianças que se inscreveriam. Eles podem também fazer

programas sociais para resolver esse problema da dívida. Portanto, são medidas que se somam para dar um resultado. Não poderia tratar mais pontualmente cada coisa e, sim, de forma mais global.

Obrigado pelas três perguntas excelentes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Na seqüência, com a palavra o Senador Leonel Pavan; posteriormente, o Senador Flávio Arns e, por último, nessa série, a Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Ministro Agnelo Queiroz, com quem tive o prazer de ser Deputado Federal e, ao mesmo tempo, a Secretária de Educação de Balneário Camboriú, Jaci Malta.

O esporte é um instrumento de inclusão social. Hoje não dá para se trabalhar a violência, a diminuição desse terror que assola nosso País sem incluir o esporte, principalmente na atividade escolar. A Secretária de Educação está aqui para acompanhar esse seu depoimento, essa sua informação.

O Rio de Janeiro está vivendo um terror em face da violência, e, há muitos anos, esse terror vem sendo combatido pela Polícia, mas não tem havido redução da violência no Estado. A Polícia está mais para repreender do que para educar. E parece que um dos caminhos que estão encontrando no Rio é a abertura das escolas nos finais de semana. Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, Unesco, depois que começaram a ser abertas essas escolas nos finais de semana, houve redução da violência nas escolas em torno de 60%, no Rio de Janeiro. Não se pode, porém, simplesmente abrir as escolas; é preciso dar a elas infra-estrutura. E as escolas foram abertas nos bairros periféricos mais violentos do Rio de Janeiro.

Sou Senador por Santa Catarina, assim como nossa querida amiga Ideli Salvatti, que também faz parte desta Comissão. Quando se fala em violência, fala-se em investimentos na área social e também em investir no Rio de Janeiro, em São Paulo, investir no social no Norte e Nordeste, e esquece-se um pouco o sul do País. E Santa Catarina também tem tido inúmeros problemas de violência nas escolas, de tráfico de drogas, apesar de já haver um trabalho muito forte por parte da Polícia Militar, com o Proerd, um programa fantástico, que acredito que também exista em São Paulo, que trabalha com as crianças na conscientização do perigo e principalmente na atividade esportiva.

Queremos seguir o conselho da Unesco. Santa Catarina e, com certeza, Rio Grande do Sul e Paraná querem seguir o conselho da Unesco, que está dando certo no Rio de Janeiro. Porém, as escolas que realmente necessitam ser abertas, nas partes periféricas, precisam ter infra-estrutura. Sabe-se que há o Fundef para liberar recursos para investimento nas escolas, que há a obrigatoriedade de os Municípios terem de investir 25% de seu orçamento na educação, incluindo atividade esportiva, qualificação de mão-de-obra, material escolar, salário, e ainda assim há escolas que só têm a parte física, a sala de aula, a sala da diretora, a cozinha, não há o outro equipamento fundamental para incluir a criança nesse projeto social que V. Exª quer implantar em todo o Brasil.

É preciso, então, que essas escolas estejam equipadas com um complexo desportivo, com quadras de esportes, para voleibol, basquetebol, handebol, atletismo, futebol de salão e para outras atividades normais, inclusive contemplando crianças de menos de cinco anos. Deve-se pagar aos professores para fazer atividades de lazer com as crianças. Há muita coisa que precisa ser trabalhada com o Município e na própria Lei. Não se pode pagar hora extra. É precisa analisar a lei fiscal. Há muitas coisas.

Fiquei muito feliz em saber que V. Exª ocupou este Ministério, porque sabemos da sua qualidade e competência, principalmente como homem público. Qual o caminho, quais os recursos de que o Ministério dos Esportes dispõe para fazer com que as escolas se equipem na área desportiva, como aconteceu no Rio, diminuindo a violência? É preciso usar os 25% da educação, é preciso usar o dinheiro do Fundef, ou o Ministério terá os recursos para construir essas quadras esportivas? Geralmente, as escolas do centro da cidade possuem piscina, oferecem mais opção de lazer às crianças. O problema, então, está nos bairros, onde as crianças não têm o que fazer, pois não há ginásio de futebol. Resta a elas bater bola em ruas, em terrenos baldios.

Sr. Ministro, há outros assuntos importantíssimos, sobre os transportes "piratas" das crianças, que têm esperança de serem atletas profissionais e são levadas para clubes do exterior. Criam uma esperança enorme e as crianças voltam frustradas. Os pais gastam, viajam junto, vendem casa, carro, tudo para acompanhar os filhos; que não são aproveitados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Para concluir, Sr. Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu teria outros assuntos, mas este é o de extrema importância. Qual? Se existe recurso, por que ainda não aprovaram o orçamento para implantar quadras esportivas nas escolas do interior?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª como ex-companheiro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e uma pessoa sempre envolvida diretamente com todos os debates da Comissão, particularmente da área desportiva. É bom vê-lo como Ministro e desejo sucesso nos trabalhos.

Eu gostaria, na linha do colega Senador Leonel Pavan, de perguntar qual o recurso disponível em cada um dos programas considerados prioritários pelo Ministério: O Esporte como Instrumento de Inclusão Social; O Esporte como Gerador de Emprego e Renda; Pintando a Liberdade; Esporte na Escola e Esporte de Rendimento? Qual o recurso orçamentário disponível para cada um desses programas?

A segunda pergunta: Muitas pessoas, pelo Brasil, desejam participar dos programas considerados prioritários pelo Governo, como o Senador Leonel Pavan acabou de mencionar; sempre perguntam a respeito de formulários, diretrizes, prazos. Isso já está disponível para prefeituras, estados, entidades? Se não estiver disponível, quando estará, para que essas pessoas possam acessar, participar e pleitear também as questões junto ao Ministério?

O terceiro aspecto que eu gostaria de enfatizar é em relação ao edital do Caderno de Encargos do Sétimo Jogos da Juventude. Inclusive, estou aqui com o Caderno. No item 1.3 está escrito: "Estima-se a participação de 3.500 atletas e 1.500 integrantes, entre técnicos, dirigentes, árbitros, organizadores, representando 27 Estados, o Ministério do Esporte e o Comitê Olímpico Brasileiro." Então, eu estranhei muito, porque sei da vinculação de V. Exª com o desporto para-olímpico, mas no Caderno de Encargos não se menciona a participação da pessoa portadora de deficiência nos Jogos da Juventude. Acho que deve ter sido um lapso. Mas se foi um lapso, deve haver, eu até diria, uma complementação, em **Diário Oficial**, dos Encargos dos Jogos da Juventude, porque isso não pode acontecer. Apesar de haver eventos específicos também para pessoa portadora de deficiência – essa foi a alegação de alguém do Ministério quando indagado sobre esse lapso – a pessoa portadora de deficiência deve também participar da programação normal do Ministério. Esse é o terceiro aspecto.

O quarto aspecto, para encerrar: eu diria que a pessoa portadora de deficiência foi esquecida no Ministério dos Esportes, apesar de haver a Lei Piva, na qual 15% dos recursos são destinados ao Comitê Paraolímpico. Em termos de orçamento e de participação no Ministério do Esporte, eu diria que não existe quase nada para a pessoa com deficiência.

Qual a proposta de V. Exª, para que realmente, de acordo com a Lei nº7.853, conhecida como Lei da Corde, haja um setor específico, uma política própria, uma força para o portador de deficiência?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – A última participação nesta seqüência é da Senadora Ideli Salvatti, a quem eu passo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Presidente. Quero cumprimentar o Ministro Agnelo Queiroz e dizer que, com o contingenciamento, realmente V. Exª vai precisar fazer muita ginástica para poder implementar as políticas. Mas V. Exª já deu plena demonstração de ser um bom atleta, e muito bem articulado, porque, na exposição e nos programas aqui apresentados, já se percebe a busca de potencializar os recursos existentes, as articulações com outros Ministérios, como a questão das Forças Armadas, dos equipamentos, do Sesi e Senac.

Então, penso que essa articulação, essa potencialização é muito importante, porque tem essa capacidade, exatamente, de implementar a política, sem grandes investimentos em equipamento, que podem estar mais voltados para o pessoal, para a política como um todo.

Gostaria de fazer duas perguntas. Uma já foi apresentada pelo Senador Gerson Camata e considero muito importante. Votaremos, amanhã, o Estatuto do Torcedor. De acordo com informação da nossa Assessoria, vários aspectos do Estatuto do Torcedor estão contemplados na MP nº 79, e outros, no projeto do Estatuto do Desporto. Então, seria muito importante termos uma posição do Ministério com relação a esse projeto.

A outra questão diz respeito à perspectiva, mencionada em sua exposição, de 4.200 escolas serem atendidas com o Programa Esporte na Escola. Conforme as contas que fiz, são 1.300 escolas apenas na rede estadual de Santa Catarina, sem contar as da rede municipal. Então, 4.200 escolas é muito pouco. Sei que há pouco recurso, que há necessidade de fazer ginástica para esticá-los e que existe toda uma operação do Governo Lula de boa articulação com os Governadores e Prefeitos, ou seja, esse canal está aberto. Gostaria de saber se há possibilidade de estabelecer programas conjuntos, porque os Estados e os Municípios são os que têm a maior parte dos equipa-

mentos escolares efetivos, principalmente nas regiões periféricas, onde o atendimento é prioritário.

Sendo assim, gostaria que V. Exª enfocasse mais essa perspectiva de articulação de parceria com os Estados e Municípios na implementação da política, que está muito bem descrita e animada por sua capacidade gerencial.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Obrigado pelas excelentes perguntas e observações. Esse exemplo, do Rio, que o Senador Leonel Pavan apresenta, a Unesco também está desenvolvendo em outros Estados do Brasil. É um projeto ainda pequeno, mas a abertura das escolas no fim de semana já é um sucesso.

Então, há uma articulação do nosso Ministério e do Ministério da Educação com a Unesco, para ampliar bastante esse programa de abertura das escolas nos fins de semana. Isso tem grande importância – o Senador destacou vários aspectos –, porque, realmente, a comunidade participa. Abrem-se mais espaços esportivos, e a comunidade passa a defender a escola, não deixa que seja depredada; enfim, a relação se torna completamente diferente. O que precisamos é colocar material, inicialmente, nas escolas que dispõem de algum equipamento; faremos isso em conjunto, tanto o Ministério da Educação como o do Esporte.

Em algumas áreas, por exemplo, queremos desenvolver o xadrez na escola, que é um jogo extremamente importante para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Existem estudos que comprovam que, nas escolas que oferecem o xadrez, comparando-se com as que não oferecem, os alunos que o jogam têm desempenho melhor em outras matérias regulares.

Então, estamos formatando isso com a Confederação. Isso vai-se dar justamente nos Estados e Municípios. Faremos um projeto-piloto, aqui, na rede pública do Distrito Federal, expandindo progressivamente para o País inteiro. Mas este é um exemplo: ter equipamentos de todos os tipos – bolas, quadras, etc. – que possam ser utilizados no fim de semana.

Para dar um exemplo importante – você citou o Rio e esse programa da escola –, quero citar outro, só para confirmar essa tese do programa de inclusão, que foi desenvolvido na Mangueira. Começou só com o esporte e, depois, foi acrescentando outras coisas: entrou a parte do reforço escolar, alimentação, dança, arte e, hoje, é um programa mais completo. E os índices de violência, de abstenção, de ausência na escola caíram absurdamente e houve melhoria do desempenho dos alunos. Todos os indicadores se alteraram de forma impressionante e muito rapidamente. Não se espera para daqui a cinco ou dez anos; é uma coisa imediata. É impressionante. Há outro programa nos morros do Pavão e Pavãozinho, desenvolvido pelo Unicef junto com a Globo, no morro Cantagalo, que atende também a cinco mil crianças. E são impressionantes também os resultados oficiais desse tipo de programa.

Em suma é isto: está-se tirando da rua, do ócio para uma atividade prazerosa que a criança quer fazer e que ajuda no seu desenvolvimento.

Como se faz para botar esses equipamentos? O caminho é fazer um trabalho junto com o Ministério da Educação. Já conversamos longamente com o Ministro Cristovam, e os nossos técnicos estão formatando isso. Já temos essa decisão política e uma orientação do Presidente Lula justamente para esse trabalho conjunto dos Ministérios, que têm essa intercessão nas suas ações, que é elaborar um projeto que progressivamente vai equipando. Inicialmente, vamos botar material esportivo nas escolas.

Hoje no Brasil são 20 mil escolas que têm mais de 500 alunos. Com 20 mil escolas, isso dá quase 20 milhões de alunos. Como são mais de 180 mil escolas, não temos condições de atender a todas de uma vez, mas faremos progressivamente. Vamos começar por essas escolas a botar os materiais. Esse material, como me referi, que os presos confeccionam vai para as escolas, o material esportivo é baratíssimo, porque somos nós que o produzimos; é um programa do Ministério do Esporte junto com o Ministério da Justiça, que é gerenciado pelo Ministério do Esporte.

Então, nesse programa, vamos ampliar a produção, aumentando o número de fábricas e já atuando desde já. A primeira coisa: botando material esportivo; segundo, é um plano de construção que começa do nada. Há muitos lugares que já têm algum equipamento.

Certa vez, visitei uma escola numa área aqui em Brasília e a escola está lá fechada no fim de semana, numa área em que a comunidade não tem nenhum equipamento. A escola está fechada e tem quadra de boa qualidade. Ali tem que abrir para ser usada, porque é um espaço da comunidade e, sobretudo, das crianças. Os que não tem devem fazer um planejamento e, progressivamente, ir construindo. Então vamos somar os parcos recursos, mesmo com as dificuldades atuais, do Ministério dos Esportes com os do Ministério da Educação, sobretudo porque na educação há alternativas como, por exemplo, os recursos

do Fundef, para serem utilizados para esse tipo de construção. Progressivamente, vamos fazendo com um controle maior e, de fato, fazendo porque houve muitos problemas na construção dessas quadras com recursos do Fundef. Temos que radicalmente utilizar os recursos para construir essas quadras.

Nosso colega Flávio Arns, companheiro de Comissão, apresentou alguns aspectos importantes aqui. Qual é o recurso disponível no Orçamento? Veja bem: só nessa parte da inclusão social, temos de início disponível desde já R$35 milhões para vários programas, sem especificar cada programa. Quer dizer, na parte de atividades no Ministério, que envolve todos os programas que têm continuidade, ou seja, que não são investimentos novos, o programa de inclusão está incluído porque ele tem continuidade – e também o escolar. Então, na verdade, envolve a parte administrativa. Por isso falei no início que estamos fazendo um corte violentíssimo na parte da manutenção do Ministério. Na audiência com o Presidente Lula até brinquei com ele dizendo que se cortassem a luz do Ministério, ele que ajudasse a mandar ligar, porque estou cortando recursos até do telefone celular. Devolvi as máquinas coloridas de xérox; viagens, diárias, contratos de todas as formas; dispensei empresas de carros nos Estados. Estamos cortando tudo o que for possível. Só o que for para a manutenção é que não tem jeito. Estou fazendo um corte radical. Com isso, estou querendo economizar 50% ou mais da manutenção para o recurso ser destinado a isso.

Então, há aproximadamente, nesse aspecto, em torno de R$35 milhões para tocar os projetos de continuidade. Vou citar dois: o escolar e o de inclusão.

Qual foi o cálculo que fizemos? Vamos pegar, como exemplo, uma contribuição do Fome Zero, que vai pagar a parte de alimento, em torno de R$17 milhões do nosso Orçamento, do total de R$35 milhões. Com R$17 milhões, viabilizamos esse projeto para 125 mil crianças a um custo unitário de aproximadamente, o que difere de um parceiro para outro, de R$25 por criança por mês.

Portanto, mesmo nas dificuldades, é possível realizar muito e de imediato. É isso o que o Presidente autorizou. Vou fazê-lo com esse programa, e vamos buscar recursos, com certeza, para complementar, porque é preciso implementar o programa no País inteiro.

É claro que os Municípios vão pedir para ver o projeto. Vão fazer parcerias. Há como diminuir os custos. Por exemplo, visitamos, com o Presidente, um trabalho belíssimo das cantinas comunitárias do Pe. Luiz Fachini, em Joinville. Ele atende milhares de crianças. São 27 cozinhas comunitárias. Ele faz um reforço escolar.

Vimos esse trabalho e verificamos que só estava faltando o suporte para que as crianças ficassem no espaço. Então, acertamos com ele. Já lhe entregamos todo o material esportivo e vamos fazer um convênio para pagar os instrutores.

Então, vamos implementar o programa, que envolve alimentação, a parte pedagógica e o esporte, para 2.000 crianças e vamos gastar R$20 mil por ano. É um custo irrisório. Reforça um trabalho sério, que é feito e respeitado pela comunidade, e vamos fazê-lo otimizando os recursos e diminuindo ao máximo com essas parcerias.

É impressionante se compararmos esse gasto com qualquer outro. Isso não é gasto, é investimento. Fazendo isso, pode-se economizar em qualquer outra área.

Falei de atividade. Da parte do programa, por exemplo, foi muito violento o contingenciamento, porque só foram disponibilizados R$8 milhões para todos os programas nossos, incluindo o da confecção de material feito pelos presos. E o que está destinado no orçamento para ele seriam R$11 milhões. Com esse valor, não daria para executar nem sequer este programa. É isso o que o Presidente autorizou, que, imediatamente, fossem recompostos esses R$11 milhões, para não alterar este programa.

Apresentei ao Ministério do Planejamento as prioridades dos programas, que são justamente aqueles nas comunidades carentes. Há uma parte também destinada às competições nacionais.

Enfim, são alguns outros programas importantes e indispensáveis dos quais o Ministério do Esporte não pode abrir mão, porque senão ficará desaparelhado completamente, até para garantir as mínimas condições de funcionamento. Então, já há um compromisso do Governo em recompor essas áreas prioritárias.

Estamos acabando a formatação dos programas para justamente disponibilizá-los.

Se for o objetivo atender em torno de 100 mil crianças de imediato, vamos dar prioridade a isso; vamos focar o atendimento nas áreas de risco, colocar o programa nas capitais do Brasil, nas áreas mais sentidas e, numa segunda rodada ampliar para outros Municípios no nosso País, sobretudo os mais carentes, que precisam de mais desse tipo de programa. Isso aqui não exclui a possibilidade de um ou outro ser atendido, agora, como uma política geral, dando prio-

ridade às capitais do País e às áreas onde tem mais violência, etc.

Os Jogos da Juventude, penso que essa é uma falha, porque estamos discutindo também com o Comitê Para-Olímpico para fazer esses jogos nacionais juntamente com os jogos para-olímpicos de cada modalidade. Isso é muito importante, porque se monta uma infra-estrutura e já se fazem as adaptações. Fica muito mais barato, mas sempre foi separado.

Então, isso foi discutido e toparam fazer um formato. Temos os Jogos da Juventude no meio do ano e temos as Olimpíadas Colegiais. Os Jogos da Juventude englobam mais as seleções de cada Estado e as Olimpíadas Colegiais são feitas pelos próprios colégios, que participam de uma etapa estadual e, depois, de uma etapa nacional.

Acho que primeiro tem que colocar aqui para que possa participar, como V. Exª falou, pois pode haver algum tipo de deficiência que não exclua a competição em determinada modalidade. Então, deve estar aqui.

Segundo, já estou adiantando a informação de que faremos os Jogos Para-Olímpicos associados com esses jogos nossos, pelo menos no próximo ano, seguramente, porque estamos estruturando isso. Para esse ano ficaria muito em cima montar e fazer as adaptações necessárias.

Concordo com V. Exª que o orçamento é muito precário para a área dos portadores de deficiência e temos que ver uma forma de tentar melhorar, tomar iniciativas e ter uma política própria. Tenho uma atenção especial, inclusive nessa Lei Piva Agnelo eu coloquei a parte dos 15% dos recursos para os para-olímpicos, porque isso não constava do outro projeto. Isso significa R$7 milhões por ano para os para-olímpicos, o que é uma revolução, porque nunca poderiam ter um recurso regular dessa forma. Hoje, o para-olímpico tem uma programação, ou seja, tem um calendário até Atenas, dos Jogos Olímpicos, tem as competições nacionais, tem todo um calendário de viagem, tem uma sede em Brasília, ou seja, tem outras condições para o fortalecimento, sobretudo para valorizar os nossos atletas para-olímpicos, que deram uma grande demonstração de capacidade nos jogos de Sidney, com grandes vitórias e um grande desempenho, mesmo sem ter o financiamento. Com certeza, agora as condições vão melhorar bastante.

A Senadora Ideli Salvatti citou a questão do estatuto e algumas dessas medidas estão muito vinculadas. Tanto o estatuto como a medida provisória e o estatuto do esporte fazem parte de um processo quase contínuo que vem sendo elaborado no Congresso do nosso País, buscando uma legislação mais estável, mais clara e que possa estimular, de fato, o desenvolvimento do esporte no Brasil. Por isso, tem algumas coincidências mesmo, mas o que for aprovado agora já está absorvido pelo estatuto do esporte, porque vai revogar toda a legislação anterior com a aprovação do estatuto do esporte. Por algumas marcações de posição, por reafirmar certos princípios, termina sendo repetido, mas, fundamentalmente, permanece esse espírito, primeiro, da organização, na parte da segurança, que é do estatuto; segundo, vincula muito à transparência da administração dos clubes, e, terceiro, são estímulos ao desenvolvimento da prática esportiva com os clubes, como os exemplos que citei do estímulo de formação, do refinanciamento das dívidas, dos jogadores, enfim, são várias iniciativas que constam nesses dois instrumentos e que melhoramos muito.

O que foi aprovado no Congresso tirou tudo que era inexeqüível, tudo que não é para ser realizado, porque a legislação tem que ser clara, tem que realizar e ter os instrumentos de punição rigorosa para quem não cumpre, que vão desde o afastamento, a destituição do cargo – se a instalação de um processo comprovou a ilegalidade -, a não participação em nenhuma atividade esportiva durante dez anos, sem prejuízo inclusive das medidas normais da justiça comum.

Sob o ponto de vista do esporte, tem que ter as obrigações e os objetivos, mas tem que ter também a punição, porque senão a lei fica desmoralizada, como acontecia de forma recorrente. Fala-se que vai fazer e não se executa. Então, temos que ter leis para serem executadas e não se legislar para meia dúzia de clubes, uma vez que o Brasil é um País heterogêneo, com realidades complemente diferentes entre clubes do Rio, São Paulo ou Minas para um clube do Acre, do Distrito Federal ou de Santa Catarina. Temos que ter um equilíbrio e não podemos obrigar todos os clubes a se transformarem em empresas. A Constituição proíbe. Pode-se estimular sua transformação em empresas, mas se isso não acontecer também será fiscalizado. Esse é um caminho para termos melhor organização. A lei bem feita ajuda, definitivamente, o desenvolvimento de uma atividade. O exemplo é a lei do financiamento do esporte olímpico e paraolímpico. Dá orgulho ver que uma lei pode induzir à profissionalização de todo um setor da sociedade brasileira – e esse é o exemplo. Não basta só passar o recurso, é preciso ter fiscalização e transparência. Não quero dizer que alguém é desonesto. Ninguém, a princípio, é desonesto; ninguém, a princípio, está acima da lei ou do bem e do mal. Então, se é um agente público ou priva-

do de interesse público deve prestar conta para cumprir a sua obrigação. Então, ninguém vai dizer que ele é desonesto ou que não tem que prestar conta porque é honesto. As relações devem ser claras e transparentes para ajudar a fortalecer o segmento e não deixar a mácula de que todo mundo desta área é bandido. Todo setor tem problemas; todo o setor tem gente séria e outros que não tem o mesmo compromisso.

Então, é importante ter uma regra clara para todos, e esses dois instrumentos colaboram para que isso ocorra. O Deputado Gilmar Machado, Relator do Estatuto – S. Exª vem fazendo um belo trabalho, aliás, eu estava também participando dele –, fez inúmeras consultas à sociedade, viajou por todo o País e ouviu diversas modalidades esportivas. Realmente, é uma grande conquista para o desporto brasileiro o Estatuto do Esporte, tendo em vista que toda a matéria ficaria localizada e não dispersa em tantas leis para nos confundir. A lei é para todos, permanente e estável para o País. Para as coisas erradas, teremos rigor e a Justiça cumprirá o seu papel para não ocorrer comportamentos que não sejam condizentes com a lei.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Como V. Exª vê a pretensão de o Brasil sediar a Copa em 2014? Há algum planejamento em andamento? Quais os custos estimados, caso a Copa seja sediada em nosso País?

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Nobre Senador, esse é um dos nossos objetivos quando assumimos lutar pela vinda dos grandes eventos para o Brasil, e não só no campo do esporte. É obrigação nossa que os grandes eventos mundiais venham para o nosso País. Isso é fundamental para desenvolver a nossa economia e mostrar o Brasil, as nossas características, etc.

No caso da Copa, discutimos com entidades relacionadas ao desporto, inclusive com a possibilidade de conversarmos a respeito de um rodízio, como disse anteriormente, para a América do Sul, tendo candidatura única, o Brasil. Então, nessa parte só perderíamos sediar a Copa se não cumprirmos os encargos que a Fifa exige. E não esperaremos 2007, quando há a definição para modernização, segurança e profissionalização do esporte com a legislação que estamos aprovando. Tenho certeza de que em 2007 estaremos aptos ou até antes. Se, porventura, pelo rodízio em 2010, nenhum país da África cumprir o caderno de encargo, é óbvio que o Brasil é um candidato muito forte para sediar a Copa do Mundo de 2010. Essa seria uma novidade importante.

Não temos ainda os custos mensuráveis, mas todos os estudos comparativos com outras sedes revelam que os custos se pagam, e o país ganha muito dinheiro com isso – vejam o que está acontecendo com a Alemanha agora, já na preparação da Copa.

Realmente, é um grande investimento e, por isso, a disputa ferrenha de todos os países, assim como ocorre em relação às Olimpíadas. Vamos brigar para trazer as Olimpíadas em 2012, mas vamos disputar com as grandes metrópoles que querem o mesmo: Nova Iorque, Paris, Madri, todos estão na disputa para valer e vão disputar com todas as forças.

Creio que o sentimento internacional com relação ao Brasil, a esperança no Governo Lula e sua imagem tão positiva no mundo inteiro podem ser um grande estímulo para um gesto internacional de reforçar a democracia, a economia brasileira e a resolução dos graves problemas que o Brasil está decidido a enfrentar. Entendo que esse fator pode, também, atrair as Olimpíadas de 2012 para cá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Se V. Exª me permite um rapidíssimo comentário, só falta combinar com o adversário, conforme dizia o Garrincha.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa)– Ou seja, a violência nas cidades, o tráfico de drogas...

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Isso pode impedir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Tenho a relação dos últimos quatro inscritos, começando com a Senadora Iris de Araújo, seguida dos Senadores Leomar Quintanilha, Sérgio Guerra e o último inscrito, já incluído nessa série, Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Louvo a disposição do Ministro de estar aqui conosco respondendo às nossas indagações, trazendo suas propostas, dentro de um ministério que considero da maior importância para a realidade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando falamos em esporte, vem-nos imediatamente à lembrança a imagem da beleza e da juventude. Mas o Brasil vive hoje uma realidade diferente, como podemos ver nas matérias de jornais. Praticamente todos os dias, a mídia vem-se referindo aos representantes da melhor idade, da terceira idade. Acredito que temos duas ida-

des, dois nascimentos: aquele primeiro e, depois, outro, quando criamos nossa família, dedicamos o nosso trabalho à sociedade, ensinamos e aprendemos; enfim, quando atingimos o patamar em que me encontro hoje, assim como vários dos presentes. Não estou advogando só em causa própria, mas em nome de mais de 10 milhões de habitantes deste País.

Gostaria de saber, diante dessa nova realidade, se existe dentro do Ministério algum programa direcionado a essa faixa etária, uma vez que está comprovado, até por pesquisas médicas, que o esporte e a qualidade de vida podem prolongar a vida dos nossos idosos – a musculação, inclusive, vem sendo recomendada para as pessoas que atingirem esse patamar. Essa é a minha pergunta, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, nobres Pares, eminente Ministro, juntamos nossa manifestação àqueles que revelaram a sua alegria em ver o seu espírito aberto, o sentimento desportivo que o nosso jovem Ministro do Esporte tem demonstrado, na consciência de que a lei é muito boa quando atrapalha o menos possível e de que é importante discutirmos a consolidação da legislação já existente no que diz respeito ao esporte.

Meus cumprimentos à eminente Senadora Iris de Araujo pela sua preocupação com um atendimento especial às pessoas da terceira idade. Isso é especialmente importante num país que tem visto se modificar, numa progressão geométrica, em tempo recorde, o perfil da sua população – hoje já são mais de quinze milhões de pessoas com mais de 60 anos, e uma projeção indica que, nos próximos vinte anos, essa população alcançará algo em torno trinta e oito milhões de pessoas.

É importante que nos preocupemos com essa faixa etária particularmente no esporte, porque a vida, mesmo na terceira idade, é boa quando é vivida de forma saudável. A atividade física, inclusive a atividade esportiva, pode e deve ser praticada em qualquer idade.

Mas, Ministro, relembro aqui o encontro que tivemos há poucos dias, quando levei à presença de V. Exª um grande número de presidentes de federações de futebol de vários e importantes estados brasileiros. A intenção era levar ao conhecimento de V. Exª idéias e opiniões a respeito do esporte nacional e, ao mesmo tempo, tratar de influências que poderão se fazer sentir a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 79, que está sendo discutida nesta Casa, e do Estatuto do Torcedor.

Ficamos, depois daquele encontro, de levar ao Ministro a consolidação dessas opiniões. Espero fazer isso até o final da tarde, caso o Ministro ainda tenha a disposição de nos receber.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Claro.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Gostaria ainda de fazer um breve comentário com relação ao projeto de lei que ficou conhecido como Estatuto do Torcedor. Entendo que devemos estender o tapete vermelho para os torcedores – refiro-me aos torcedores que querem participar da atividade esportiva como uma atividade lúdica, de lazer, de entretenimento, não àquela pequena parcela de torcedores que não se comporta de maneira responsável no convívio com outras pessoas e atira objetos nos jogadores, xinga os juízes, depreda os estádios, depreda os transportes coletivos a que tem acesso. Não são esses torcedores que o projeto de lei contempla. A idéia de tratar do assunto de forma genérica, mas, seguramente, ressaltando os direitos e os deveres do torcedor.

Registro, porém, eminente Ministro, que alguns aspectos desse projeto, no meu entendimento, conflitam com preceitos constitucionais. Gostaria de levar ao conhecimento de V. Exª esses aspectos para que possamos discuti-los.

Outra observação que gostaria de fazer diz respeito ao regime de tramitação do projeto. Estranho muito que esse projeto esteja tramitando nesta Casa em regime de urgência, pois temos muitas outras coisas para serem tratadas aqui em regime de urgência. Não entendo por que o esporte, por que o Estatuto do Torcedor mereceria o regime de urgência. Vamos procurar cumprir a decisão que já foi tomada na Casa, embora estranhando essa urgência.

Quero colocar de forma clara, Ministro, os pontos que, segundo entendemos, estão em conflito com a Constituição Federal. Quem sabe possamos ainda contornar essa situação e apresentar uma alternativa que venha a conciliar os direitos e os deveres do torcedor brasileiro com o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Passo a palavra ao último senador inscrito, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pelas suas idéias. Acho importante que o esporte, além da prática em si mesma, além de levar a glória a quem o pratica e de dignificar o nosso país, seja utilizado como uma das formas de

combate à violência. Acredito ser esta a única maneira eficaz no Brasil de prevenir a violência: a adoção da escola integral, onde o esporte tem papel preponderante. Mas esse é um assunto que não nos cabe discutir hoje.

Analisei o documento que V. Exª distribuiu acerca da sua palestra, um resumo, em que diz que em 2003 pretende-se atender até 4.200 escolas e cerca de três milhões de alunos a um custo unitário de R$7 por ano. E fiquei muito preocupado quando também disse que o instrumento de inclusão social, que é o esporte, vai utilizar parte dos recursos nas escolas – R$7 por ano, por aluno – inclusive para um reforço alimentar. Penso que V. Exª está em dificuldades, pois os recursos são escassos. E quase todos os Senadores externaram a mesma preocupação. O Senador Hélio Costa, inclusive, apresentou uma sugestão no sentido de que V. Exª poderia capitalizar esses recursos junto às estatais.

Imagino que V. Exª pretenda implementar – é muito louvável que o faça – uma bolsa-atleta, que também vai despender mais recursos. Além dos recursos da União propriamente ditos e do esforço que devemos fazer para que seu orçamento seja melhorado, V. Exª tem alguma sugestão de onde buscarmos recursos específicos para que se possa colocar em prática, talvez no ano que vem, todas essas sugestões e idéias que apresentou aqui?

Ministro, estamos discutindo o Estatuto do Torcedor. Uma das nossas grandes preocupações é com as chamadas torcidas organizadas. Isso porque elas acabam se tornando quase que uma quadrilha, o que acaba afugentando os torcedores que querem buscar o seu entretenimento, principalmente no futebol, que é a glória do nosso País.

Preocupa-me também o fato de grande parte dessas torcidas serem mantidas pelas próprias diretorias dos clubes. Com relação às diretorias dos clubes brasileiros de futebol, apesar de V. Exª ter quase generalizado, dizendo que em muitos lugares temos problemas e não só nessa área, mas teríamos que cuidar para que elas ficassem livres, de certa forma, da criminalidade diretora. Sabemos que isso não acontece só no Rio de Janeiro. Lá ocorreu o episódio do último fim de semana, que também já é freqüente. Mas nos Estados brasileiros com um todo quase sempre quem dirige os clubes de futebol são pessoas ligadas à contravenção.

Peço a V. Exª, portanto, que se tiver alguma sugestão nesse sentido que a faça, dizendo quais as medidas que poderíamos tomar.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr. Ministro, antes de passar a palavra a V. Exª, permita-me lembrar as Srªs e aos Srs. Senadores a convocação para amanhã, dia 26 de março, quarta-feira, às 9h30min, de uma reunião extraordinária desta Comissão para deliberar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, e que está em regime de urgência.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – A Senadora Iris colocou um ponto muito importante que eu, como médico que sou, valorizo muito. É preciso continuar estimulando a prática do esporte, da atividade física, da integração. O Ministério tem um bom programa de estímulo à atividade física na terceira idade ou melhor idade, como é conhecida. O que temos a fazer é ampliar o programa, porque o número é pequeno, mas o formato é muito interessante.

Recentemente, estive em Cuiabá, onde tem um programa nosso fantástico – uma iniciativa do Congresso Nacional. Construíram uma área relativamente simples, que tem uma freqüência espetacular. Quase não consegui sair de lá, tais eram os depoimentos. Os usuários têm piscina, hidromassagem, atividade de arte, coral, atividade de costura, oficinas de culinária. É uma coisa extraordinária. Muito simples, muito objetivo. A população adora o projeto, e está tão bem feito que vale a pena completá-lo. Precisariam de mais duas áreas. Podemos ter um projeto modelo, pela quantidade de pessoas que freqüentam o local e o adoram. É muito bom para a saúde. Uma senhora me disse que começou a viver depois que foi para lá. Isso ocorre devido à integração, à socialização, às viagens, uma série de iniciativas que merecem apoio.

O Senador Leomar Quintanilha falou da necessidade de se ter políticas públicas ofensivas nessa área no Brasil. Em 2025, vamos ser a quarta população de idosos no mundo. Com o aumento da expectativa de vida, é preciso que esses anos a mais sejam vividos com qualidade, de forma produtiva. Na área do esporte existe um capítulo muito especial de políticas públicas voltado à terceira idade. Vamos nos dedicar a ele com força.

A SRA. IRIS DE ARAUJO – Não gostaria de interrompê-lo, mas V. Sª está se referindo a um projeto que ficou encantado, e eu também quero contribuir. Não sei se seria na sua área ou na da Ministra Benedita da Silva, mas temos, em Goiás, um projeto maravilhoso, que deu certo, o Projeto Vila Vida, mais ou

menos nesses moldes que V. Sª está colocando. Eu gostaria de ter oportunidade de apresentá-lo a V. Sª e, se possível, levá-lo para conhecer o projeto.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Faço questão de conhecê-lo. Inclusive, dia 7 de abril, estarei em Goiânia, pois vamos entregar materiais esportivos às escolas públicas. Poderíamos visitar o projeto, para enriquecer nosso conhecimento, de forma a podermos aplicar essas boas experiências no País. Isso é de fundamental importância.

Vou-me encontrar com o Senador Leomar Quintanilha hoje à tarde. O nosso objetivo é construir algo sólido, denso, exeqüível, de tal maneira que uma contribuição que esteja com essas condições terá grande receptividade. Queremos aperfeiçoar o projeto, pois não adianta aprová-lo de qualquer jeito para, depois, sofrer alterações. Nós debatemos bastante a medida provisória, para que não houvesse qualquer obstáculo, e conseguimos. Temos que respeitar a Constituição, porque senão qualquer área vai recorrer e desmoralizar o trabalho. Fica sem efeito. Queremos à exaustão debater, discutir, ouvir opiniões, porque pode haver algo para o qual não estamos atentos. Vamos examinar tudo corretamente.

O Senador Demóstenes Torres abordou um aspecto interessante. Esse projeto, de fato, é grandioso. Confesso que não esperava o contingenciamento nesse patamar. Mesmo contando com o orçamento todo não daria para realizar um projeto dessa dimensão, mas dá para começarmos a instalar suas bases, de uma forma irreversível. Podemos trabalhar com os nossos colegas do Congresso Nacional, para que seja feita uma previsão no Orçamento do próximo ano. E podemos buscar fontes alternativas.

Quais seriam as alternativas que poderiam atender as nossas necessidades agora? Eu estava pretendendo fazer um projeto maior do que esse, mas só posso começar com 100 mil pessoas.

Um instrumento que estamos identificando, que estamos querendo tratar num prazo muito curto, de imediato, depois de acabar essa discussão sobre a medida provisória e o estatuto, é regulamentar a situação dos bingos no Brasil.

Essa é uma área que está com uma vacância legislativa, fruto disso caiu a arrecadação brutalmente dessa área. Além do que quem está fazendo está sujeito a todo tipo de coisa para manter funcionando. Não se pode manter uma ilegalidade dessa. Primeiro, é preciso regulamentar, passar para uma instituição que cuide de jogo, tirar da legislação esportiva, em primeiro lugar, tirar da mão do Ministério ou das entidades esportivas e colocar no âmbito da Caixa Econômica e elaborar uma lei clara, transparente, de fato, muito rigorosa para o funcionamento dessa área.

O que importa para nós é ter esse percentual para o esporte, a fim de bancar projetos sociais. Aí sim, como essa arrecadação com um grau de fiscalização rigorosa vai aumentar sobremaneira, poderemos, com esses recursos, atender um grande número, outros tantos milhares ou dezenas de milhares de crianças em nosso País. Então, essa seria uma fonte alternativa que estou situando, mas podem vir outras, como das estatais, etc.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concordo plenamente com isso.

Particularmente, como pessoa, sou absolutamente contra o jogo. Tive uma experiência como Secretário de Segurança Pública, em Goiás, que me demonstrou que toda ilegalidade que não conseguimos contornar ou toda forma de colocar na clandestinidade algo, ou de não regulamentar devidamente, primeiro, não conseguimos combater, segundo, favorece e muito a corrupção policial e, terceiro, o Estado não arrecada.

Então, penso que se conseguíssemos regulamentar bingos, cassinos, jogo do bicho, por que não transformar contraventor em empresário? Por que financiar policiais, políticos, etc, em vez de financiar esporte, o combate à droga, por exemplo? Acredito que tudo que colocamos hoje na clandestinidade é algo absolutamente deletério, até a própria comunidade nacional. Vejam a situação dos caça-níqueis no Brasil. Em cada lugar, em cada boteco de esquina temos uma máquina caça-níquel. Quer algo que corrompa mais a nossa juventude do que isso? Por que não se coloca isso no lixo, longe das escolas e até mesmo se financia o tratamento para as pessoas que se viciam nesse tipo de jogos?

Penso que temos que colocar o pé na realidade. Na medida em que nós, por pura convenção, preconceito ou por qualquer outro motivo, desconhecemos a realidade, ganha força a criminalidade, a contravenção e outras pessoas lucram, que não o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Retorno a palavra ao Ministro.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Concordo plenamente, Senador, estou convencido também disso, os exemplos são inúmeros e o depoimento de V. Exª, que tem uma experiência específica na área até sustenta com mais densidade a questão. Mas onde não está o Estado é evidente que o crime vai tomar conta. Não há dúvida. Já são mais de mil bingos no

Brasil, portanto, é necessário que haja uma ação, de fato, profissional, compete, que coloque para funcionar com o rigor da Receita Federal, da Polícia Federal e com o controle da Caixa, fazendo assim faz-se sobreviver as pessoas de bem que tratam disso, evita degenerar e passar para outras coisas que não sejam só o bingo e mais a arrecadação brutal, que não está tendo hoje e passa a ter. Essa arrecadação, concretamente, vai servir muito para financiar os programas sociais, que é esse o percentual que desejamos para vir para o Ministério.

Como dá para fazer isso juntamente com os Estados, para que parte desse recurso também, um percentual pequeno – cerca de 5% –, mas se passássemos esses recursos para se ter uma linha de financiamento estável para as federações, porque, nesse caso, seriam os Estados que passariam para as federações, mesmo sendo pequena a contribuição, mas regular e estável, vai-se fazer um estrago, no sentido positivo, de se programar, porque seria possível atender diretamente as necessidades dos atletas.

Então, há possibilidade de resolvermos o problema de financiamento das confederações com essa lei das loterias, do prêmio. Existe o recurso para a área social, que é o esporte na área social. Buscamos sem contradição, porque muitos dizem que vamos tirar esse dinheiro da Lei Piva, Agnelo, e vamos colocar em outro lugar. Há essa demanda. O que não resolve, porque vamos garantir uma grande conquista e vamos buscar recursos que hoje estão indo para outros lugares que não seja o Estado – ou seja, vai até para o crime ou para a contravenção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Querendo ou não, eles vão continuar existindo. Perdoe-me a intervenção, Sr. Presidente. Então, temos que definir se quem vai lucrar com isso são os contraventores e criminosos, ou se é o Estado, de uma forma regulamentada.

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Exatamente. Foi boa a provocação de V. Exª. Quero dar atenção a essa situação imediatamente, até pela necessidade. Ela não pode continuar desse jeito, porque, estando na ilegalidade hoje, está funcionando com todos esses métodos que V. Exª colocou. Foi sem querer colocar, mas colocou mesmo para funcionar, porque está ilegal e há todo tipo de extorsão para manter esse funcionamento. Isso é estimular a corrupção. E o Estado não pode ser omisso e o está sendo nesse caso. Objetivamente, não pode ser. Ao ser omisso, possibilita que o crime tome conta. Isso ocorre em qualquer lugar. Se o Estado não está presente nas áreas carentes do País, o crime toma conta lá. Da mesma forma, se não existe uma legislação clara na organização do futebol, isso também acontece em qualquer lugar. A questão é não abrir mão do papel do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em nome do Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, e em meu próprio nome, autores que somos do requerimento para a vinda de V. Exª a esta Comissão, quero agradecer a maneira rápida, clara e objetiva com que V. Exª, ao atender o nosso convite, expõe as diretrizes do Ministério do Esporte para os nossos membros da Comissão de Educação.

Fico feliz em ver a posição de V. Exª, preocupado sobremaneira com o esporte como instrumento de inclusão social, que é fundamental, evidentemente, para os nossos futuros atletas e, sobretudo, para aqueles que não têm o privilégio de morar num bairro que tenha as condições mínimas necessárias ou **mínimo minimorum** para se exercer qualquer atividade esportiva.

Da mesma forma, tenho a certeza de que V. Exª cumprirá a sua proposta de fazer do esporte um gerador de emprego e renda, que é muito importante também para a inclusão social e para a nossa sociedade com um todo.

As decisões da Medida Provisória nº 79, que, com o apoio de V. Exª, vão moralizar a administração dos grandes clubes, deixarão bem claro que os clubes não podem ser simplesmente um instrumento político na mão daqueles que querem galgar posições políticas utilizando-se desses espaços políticos, desses espaços do esporte.

Sr. Ministro, é com imenso prazer que registramos a presença de V. Exª na nossa Comissão. Esperamos que V. Exª possa voltar num futuro próximo até para discutir em detalhes esse relatório que foi apresentado hoje pelo Senador Gerson Camata, que é sobre o Estatuto do Torcedor, que, apesar de polêmico, é fundamental e importantíssimo para o entendimento da situação que estamos presentemente vivendo.

Pergunto se V. Exª deseja fazer considerações finais?

O SR. MINISTRO (Agnelo Queiroz) – Quero somente agradecer o carinho, a contribuição. Foi uma honra participar desta audiência. Coloco-me à disposição de V. Exªs permanentemente. Tratamos de assuntos gerais, mas poderemos, em determinado momento do debate, tratar de um tema específico, de algum ramo dessa política. Espero contar também com a colaboração dos Senadores para aperfeiçoar essa política. Elaborando junto com o Parlamento, acom-

panhando essa execução, vamos trabalhar também o orçamento para o próximo ano. Essa interação **pari passu** e cobrança de responsabilidades ajuda bastante a enriquecer e quem ganha é o povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Hélio Costa. Agradeço em seu nome a todos os Srs. Senadores pela acolhida. Coloco à disposição da Comissão o Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado mais uma vez, Sr. Ministro.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, amanhã, às 9h30min, neste plenário, haverá reunião extraordinária da Comissão de Educação para apreciação do relatório do Senador Gerson Camata sobre o Estatuto do Torcedor.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h.)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de março de 2003.

Às dez horas do dia vinte e seis de março de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Hélio Costa, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Jorge, Leomar Quintanilha, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Siba Machado, Jonas Pinheiro, e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Sérgio Cabral, José Maranhão, Renan Calheiros, Jorge Bornhausen, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Almeida Lima e Fátima Cleide, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 2003,** de caráter não terminativo que, "Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências", tramitando simultaneamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais, em regime de urgência, nos termos do artigo 64, § 1º da Constituição Federal. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável, com a rejeição da emenda oferecida pelo Senador João Ribeiro, é aprovado, com voto contrário do Senador Leomar Quintanilha. **Discutiram a matéria** os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Leonel Pavan, Leomar Quintanilha, Sibá Machado, Hélio Costa e Gerson Camata. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, comunica ao plenário da Comissão os nomes designados, segundo o que preceitua o Inciso IV do Artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, para comporem os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática: no Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL) os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Fátima Cleide e João Capiberibe como titulares e Sibá Machado, Eurípedes Camargo e Papaléo Paes como suplentes; no PMDB os Senhores Senadores Hélio Costa, Sérgio Cabral e Íris de Araújo como titulares e Gerson Camata, Juvêncio da Fonseca e Luiz Otavio como suplentes; no PFL os Senhores Senadores Roseana Sarney, Demóstenes Torres e Edison Lobão como titulares e Paulo Octavio e José Agripino como suplentes; no PSDB os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Leonel Pavan como titulares e Arthur Virgilio e Reginaldo Duarte como suplentes; no PDT o Senhor Senador Almeida Lima como titular. Usou da palavra o Senador Flávio Arns. O Senador Hélio Costa solicita a inclusão **extra-pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2002**, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Professora Néria Coelho Guimarães, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guanhães, no Estado de Minas Gerais". O parecer é favorável, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade e de técnica legislativa. O Senhor Presidente considera lido o relatório, deixando a votação para a próxima reunião. O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Educação para apreciação de item único, Projeto de

Lei da Câmara nº 1, de 2003, não-terminativo, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

O projeto é de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que ofereceu parecer favorável, com rejeição da emenda apresentada pelo Senador João Ribeiro.

A matéria está tramitando na CCJ, na CAS e nesta Comissão em regime de urgência. Por isso, nosso Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, marcou esta reunião para hoje às 9h30min, especificamente para apreciarmos o item.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Gerson Camata, para apresentação do seu relatório.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposição legislativa ora em exame é composta de 45 artigos, apresenta os conceitos de "torcedor de estádio", estabelece equiparação a fornecedor da entidade responsável pela organização da competição esportiva e da entidade de prática esportiva mandante de jogo, submetendo-as às regras do Código de Defesa do Consumidor.

Esta legislação poderá parecer muito rigorosa – mais à frente vai-se notar isso; mas ela apenas está garantindo ao torcedor, como consumidor do produto que é o espetáculo esportivo, todas as garantias consignadas no Código de Defesa do Consumidor para quem consome, ou vai consumir, ou vai adquirir qualquer produto à venda produzido pela indústria brasileira ou importado pelo Brasil, que deve se enquadrar nos artigos daquele Código.

Ademais, são asseguradas ao torcedor a publicidade e a transparência na organização das competições.

Institui, ainda, a figura do Ouvidor de Competição.

Determina inclusive como direitos do torcedor a divulgação do regulamento, das tabelas e do nome do ouvidor designado até 60 dias antes do início da competição, além da entrega, em até quatro horas, contadas do fim da partida, da súmula e dos relatórios da partida pelo árbitro e pelos seus auxiliares ao representante da entidade encarregada da organização da competição.

O projeto garante a publicidade da súmula e dos relatórios da partida até 14 horas do primeiro dia útil subseqüente ao dia de sua realização.

A segurança antes, durante e após a realização das partidas no estádio é direito do torcedor. De acordo com a proposta, a entidade de prática esportiva mandante do jogo e os seus dirigentes são responsáveis pela segurança do torcedor em evento esportivo, sem prejuízo das regras dos arts. 12 e 14 da Lei Consumerista, que é o Código de Defesa do Consumidor.

É dever da entidade encarregada da organização da competição o contrato de seguro de acidentes pessoais em benefício do torcedor portador de ingresso, com início de validade a partir do instante de sua entrada no estádio.

Constitui direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingência.

O Estatuto de Defesa do Torcedor dispõe também sobre ingressos, transporte, alimentação e higiene, de modo a garantir condições mínimas de higiene, em lugar seguro e com orientação interna e externa nos estádios. Prevê inclusive que o local conste no número do ingresso.

Define ainda as relações com a arbitragem esportiva, com a entidade de prática desportiva e com a Justiça Desportiva.

Propõe que os árbitros da competição sejam escolhidos por sorteio.

Determina as penalidades a serem aplicadas à entidade de administração do desporto, à liga ou entidade de prática desportiva que violar ou, de qualquer maneira, concorrer para a violação das disposições deste projeto de lei. Elas podem ter até a destituição dos seus dirigentes, a suspensão deles por seis meses, o impedimento de gozar de benefícios fiscais em âmbito federal e a suspensão, por seis meses, dos repasses e recursos públicos federais da Administração Direta e Indireta.

Segundo a proposição, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, conforme a jurisdição, cabe fiscalizar os atos praticados no âmbito das entidades nacionais de administração do desporto e das ligas nacionais.

Ficará proibido, pelo prazo de três meses a um ano, de comparecer a qualquer evento esportivo ou a locais próximos quem promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores, de acordo com a gravidade da conduta, sem prejuízo das demais sanções.

A defesa em juízo dos direitos dos torcedores seguirá as regras da norma consumerista no tocante à defesa de consumidores em juízo – quer dizer, remete novamente ao Código. "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão promover a defesa do torcedor."

O Senador João Ribeiro apresenta uma emenda que propõe a supressão do art. 32 (sorteio dos árbitros), com vistas a definir um critério técnico desportivo para a seleção dos árbitros da competição.

Análise

Compete a esta comissão manifestar-se quanto ao mérito da proposição, por se tratar de matéria referente a desportos, em conformidade com o dispositivo do art. 102 do nosso Regimento Interno.

É de se ressaltar a importância das competições desportivas para o País, como parte do nosso patrimônio cultural, além de essas atividades serem consideradas de relevante interesse social. Mencione-se que o torcedor exerce papel preponderante como financiador das competições.

O presente estatuto foi idealizado para garantir os direitos do torcedor de futebol. Entretanto, mais tarde, o seu âmbito de aplicação foi ampliado a todas as modalidades esportivas. A nosso ver, o principal benefício do projeto de lei em questão diz respeito ao art. 3º, que propõe equiparar a entidade responsável pela organização da competição e a entidade mandante de jogo à figura do fornecedor, sujeitando-as aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, que é reconhecido como uma das normas consumeristas mais avançadas do mundo.

É de se ressaltar, Sr. Presidente, que, quando votamos, em 1990, o Código do Consumidor do Brasil, disseram que era rigoroso, que era violento demais, que era uma lei inexeqüível, que as indústrias não mais produziriam, que o comércio ficaria inibido de vender. Entretanto, a indústria e o comércio continuam vendendo, e a qualidade dos produtos brasileiros melhorou muito. E, melhorando internamente, começou a melhorar a competição no mercado externo. Foi uma grande conquista para o Brasil esse código.

"Considerando-se a necessidade premente de incentivar a realização de competições esportivas das mais diversas modalidades, é mister outorgar direitos ao torcedor, conforme enunciados no texto da proposição em análise. Trata-se, portanto, de assegurar direitos no tocante à transparência da organização da competição".

É comum sabermos aqui o que acontece nas competições: o campeonato começa com uma regra, termina com outra. Há poucos dias, por exemplo, no Campeonato Paulista, os clubes não tinham idéia de como seria a contagem de pontos nas competições finalíssimas, e os jogadores estavam dando entrevistas desencontradas sobre esse fato. Os próprios técnicos e jogadores não sabiam; nem a Justiça sabia. Imaginem os torcedores!

"Considerando-se a necessidade premente de incentivar a realização de competições esportivas das mais diversas modalidades, é mister outorgar direitos ao torcedor, conforme enunciados no texto da lei." Trata-se, portanto, de assegurar direitos no tocante à transparência da organização da competição. E, para tanto, o art. 5º proposto cuida do princípio da publicidade de todas as informações relativas à competição, tais como a íntegra do seu regulamento, as suas tabelas e outros.

Vale observar que a instituição da figura do ouvidor da competição deve contribuir para a garantia da satisfação do torcedor, que terá amplo acesso ao ouvidor para apresentação de sugestões críticas.

A título de exemplificação, revela-se pertinente, dentre outros direitos do torcedor, a contratação de seguro de acidentes pessoais pela entidade incumbida da organização da competição, com o objetivo de beneficiar o torcedor portador de ingresso. A validade desse seguro se inicia quando da entrada do torcedor no estádio.

Um dos pontos principais da proposição diz respeito à adoção de planos de ação, a fim de propiciar maior segurança ao torcedor. Merece menção o direito do torcedor em ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso, além do dispositivo que inibe a entidade mandante de jogo de permitir a entrada de pessoas em número maior do que a capacidade de público no estádio. Desse modo, ficará definitivamente solucionado o problema da superlotação dos estádios". Um outro problema que já ocorreu é a do torcedor mal informado que entra no estádio e se coloca do lado da outra torcida e, às vezes, lá é agredido, até com lesões gravíssimas ou morte.

"Entendemos que o Estatuto de Defesa do Torcedor, tal qual enunciado – já um substitutivo do original preparado na Câmara –, aborda perfeita e cabalmente os aspectos primordiais da matéria. É de se salientar, inclusive, o mérito do Estatuto, porquanto ele contribui para a viabilização, a valorização e o estímulo ao desporto em nosso País.

Quanto à emenda apresentada, o nosso entendimento é que o sorteio é a forma mais confiável para assegurar a imparcialidade da arbitragem. Portanto, a emenda, ao nosso ver, não deve ser acatada.

Voto

Posto isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de

Lei da Câmara nº 01, de 2003, e pela rejeição da Emenda nº 01.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

Antes de passar à discussão do parecer do Senador Gerson Camata, comunico que há uma subcomissão permanente já constituída, a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, que tem como membros, do Bloco de apoio ao Governo, o Senador Roberto Saturnino, do PT, a Senadora Fátima Cleide, do PT, e o Senador João Capiberibe, do PSB; do PMDB, o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Sérgio Cabral e a Senadora Iris de Araújo; do PFL, a Senadora Roseana Sarney e os Senadores Demóstenes Torres e Edison Lobão; do PSDB, os Senadores Eduardo Azeredo e Leonel Pavan; do PDT, o Senador Almeida Lima. Essa subcomissão ainda tem como suplentes, do Bloco de apoio ao Governo, os Senadores Sibá Machado, Eurípedes Camargo e Papaléo Paes; do PMDB, os Senadores Gerson Camata, Juvêncio da Fonseca e Luiz Otávio; do PFL, os Senadores Paulo Octávio e José Agripino; do PSDB, os Senadores Arthur Virgílio e Reginaldo Duarte.

São doze membros titulares e doze suplentes, e essa é a primeira das três subcomissões permanentes da Comissão de Educação, que estamos designando já para iniciar os seus trabalhos.

Comunico que os membros devem, eles próprios, tomar a iniciativa de reunirem-se e, dessa forma, elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão. Compete, portanto, aos membros da subcomissão fazer a eleição do seus Presidente e Vice-Presidente.

Em discussão o parecer do Senador Gerson Camata sobre o projeto que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assisti ao início da discussão desse projeto, na semana passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ouvi opiniões as mais diversas, inclusive manifestações considerando esse projeto um verdadeiro absurdo, sem cabimento. Mas, na verdade, quem acompanhou o trabalho da CPI do Futebol, principalmente nos seus detalhes mais profundos, vê que não só os clubes precisavam realmente passar por uma forma de disciplinar a sua atuação, como faz-se necessário também abrir essa caixa preta que era verdadeiramente o futebol no País, acabar com a cartolagem e, enfim, colocar uma ordem, em respeito principalmente ao público do Brasil, que gosta muito do futebol.

Logicamente, não ficaria completo esse trabalho se apenas cuidássemos da parte dos clubes. Devemos até mesmo disciplinar a questão dos jogadores, com relação a seus passes. É verdade que teríamos de avançar para o usuário, para o consumidor, para a pessoa que efetivamente faz com que o futebol exista, o torcedor.

Portanto, esse projeto pode até ter falhas e questões a serem complementadas, mas, na verdade, é um avanço. Como disse o Senador Gerson Camata, o Código de Consumidor, no momento da sua aprovação, foi também criticado e hoje é um instrumento fortíssimo para fazer valer o direito do consumidor em qualquer circunstância.

O torcedor nada mais é do que um consumidor. É ele que mantém essa grande empresa que é o futebol funcionando.

Assim, voto favoravelmente, sem nenhum temor, aplaudindo, inclusive, o esforço que se está fazendo na Casa para dar esse instrumento útil para não só uma importante modalidade de esporte, mas para uma marca registrada do Brasil. Não é à toa que somos pentacampeões mundiais de futebol.

Portanto, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua a discussão.

Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, o Relator foi feliz ao relatar pela aprovação de um projeto muito discutido pela sociedade.

O esporte é muito discutido em nosso País, assunto que não sai da pauta da população. Ao tempo em que o Congresso aprova matéria tão importante para os brasileiros, o Estado se faz presente no processo pelo ordenamento jurídico do mesmo, a fim de que seja dado prosseguimento a esta importante matéria.

O esporte não é importante apenas como entretenimento, mas também para a saúde e o bem-estar social. Por isso, é preciso que haja regras para que se tire proveito do que o esporte pode proporcionar à população.

Este projeto entra na pauta em boa hora e creio que será aprovado nesta reunião.

Parabenizo os autores pela iniciativa e o Relator pelo voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Eurípedes.

Continua a discussão.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu gostaria de registrar meus cumprimentos ao Senador Gerson Camata pela coragem de apresentar uma proposta que regulariza a situação do esporte, fazendo com que os estádios do nosso País possam oferecer maior segurança aos torcedores.

Geralmente, os cartolas, as pessoas ligadas aos esportes têm ditado as regras de como deve ser feito o esporte no Brasil: "viram mesa", escolhem o juiz, compram e vendem atletas, que são transferidos de clubes sem nenhuma regra, à revelia do desejo do treinador, envolvendo inclusive casos de pirataria.

O torcedor brasileiro, ao pagar para assistir a um jogo de futebol, está comprando um produto. É um consumidor que gasta seus recursos para assistir a um jogo, na expectativa de que no estádio haja segurança, banheiros e condições de, pelo menos, presenciar a partida divulgada pela mídia.

Aliás, as partidas de futebol são patrocinadas por empresas milionárias, que aproveitam o evento para vender seus produtos. E quem mantém esses jogos são os torcedores, que, ao chegar aos estádios, não encontram desocupada a cadeira que comprou, assim como não encontram ninguém para fazer a reclamação. Quem chega primeiro ocupa a cadeira comprada; a segurança fica a cargo da Polícia, que decide se usará da violência ou não e escolhe uma pessoa para servir de exemplo; e os banheiros não têm mínimas condições de serem usados.

Destaco coragem do Senador de enfrentar os cartolas, que terão de arcar com essa lei. Também parabenizo S. Exª pela exigência de que a segurança – seja a Polícia Militar municipal ou estadual, dos próprios estádios ou mesmo privada – ofereça conforto aos torcedores. Quero cumprimentá-lo pela coragem. Espero que seja realmente aprovada essa lei.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Leonel Pavan.

O Senador Gerson Camata, com certeza, vai ser convidado pelos cartolas para assistir de camarote a final do próximo campeonato.

Alguém mais quer discutir a matéria? (Pausa)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra V. Exª

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi os breves comentários expendidos pelo eminente Senador Demóstenes a respeito da matéria.

Eu concordaria com o eminente Senador num aspecto. Quanto à urgência, gostaria de dizer que ouvi a proposta de S. Exª. Não sei se o Regimento permite isso, para que se estude melhor a matéria exatamente em razão da argüição da inconstitucionalidade de alguns artigos pertinentes ao PL. Eu não ouvi toda a manifestação de S. Exª. Por isso não sei se S. Exª comentou o art. 32, que estabelece uma forma de escolha do árbitro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leomar Quintanilha, posso fazer um pequeno corte na sua fala, só para dar uma informação a V. Exª?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O regime de urgência foi solicitado pelo Governo e somente ele pode retirá-lo. Temos de proceder de acordo com o Regimento e votar o projeto em regime de urgência, desde que o Governo não reveja sua posição inicial.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Eu pretendia pedir vista do processo. Em razão do regime de urgência, eu acredito que V. Exª, se o concedesse, o faria por um prazo muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vinte e quatro horas.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – A minha idéia seria apresentar um voto. É possível isso? (Pausa)

Então, eu solicito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós teremos de convocar uma reunião para amanhã para voltar a discutir o projeto. Senador Leomar Quintanilha, é claro que o direito de V. Exª é legítimo.

Quero fazer uma ponderação. Amanhã teremos de votar. Se houvesse possibilidade de votarmos hoje seria o ideal, porque até amanhã eu não sei se conseguiremos alterar a posição dos Senadores em relação à proposta relatada pelo Senador Gerson Camata. Eu não sei se haverá um fato novo ou algo que possa ser acrescentado. Se V. Exª pudesse...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, eu acho que ainda me caberia...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O problema é o **quorum** até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É o problema de **quorum** também.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – A minha idéia seria apresentar um voto em separado e submeter o meu pensamento à apreciação dos eminentes Srs. Senadores, o que pode ser feito em plenário. Vou apresentar minha proposta no plenário. Assim, não atrapalharei o funcionamento da Comissão.

Eu também entendo existir no projeto algumas inconstitucionalidades. Por exemplo, o art. 32 estabelece uma forma de convocação do árbitro. Entendo isso como uma interferência em flagrante conflito com o preceito do art. 217 da Constituição.

Retiro o pedido de vista para não atrasar o funcionamento da Comissão. Apresentarei o meu voto em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Leomar, pela compreensão. V. Exª tem toda a razão. Ao agradecer a compreensão de V. Exª, eu quero dizer que aqui não haveria a possibilidade de apresentação de emendas, mas no plenário sim. V. Exª pode apresentar o voto em separado lá. Se V. Exª estiver disposto a isso, nós poderemos continuar com a discussão e votar hoje o projeto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Perfeitamente.

Vamos continuar a discussão, mesmo porque, Sr. Presidente, esse projeto está sendo simultaneamente apreciado em mais duas outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exatamente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Entendo que será mais oportuno apresentar o voto em separado no plenário após a manifestação das três comissões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado pela compreensão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Ali, eu apresentarei o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado pela compreensão.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT-AC) – Sr. Presidente, eu queria também aproveitar para parabenizar o Relator Senador Gerson Camata pela clareza que S. Exª apresenta aqui no seu relatório.

Quero lembrar também que deverá estar sendo apreciado o Estatuto do Torcedor pela Câmara dos Deputados e que, talvez, no futuro, pudéssemos até juntar toda a legislação do desporto brasileiro numa única lei, num código de leis. O futebol brasileiro está precisando de uma medida como esta. Eu quero parabenizar de novo o Relator e dizer que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Siba.

Continua em discussão. (Pausa)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Eu quero anunciar que evidentemente o meu voto é favorável até porque li o relatório do Senador Gerson Camata e concordo com os dizeres de S. Exª. Mas queria fazer uma observação que pode, no futuro, ser acrescentada a qualquer proposta que, eventualmente, venha a modificá-lo depois que todo esse projeto for transformado em lei; ainda assim, poderemos alterá-lo através de emendas modificativas.

Não foi abordado tanto na questão da MP nº 79 quanto do Estatuto do Torcedor um assunto que foi tratado pelo Senador Maguito Vilela num projeto de lei apresentado aqui no Senado que diz respeito à sucessão dos presidentes de clube que, diga-se de passagem, é uma idéia que vem, a meu ver, amparada pela Emenda nº 8 da Constituição americana que acabou sendo incluída na Constituição brasileira e que diz o seguinte: ninguém pode ser submetido a tratamento injusto e cruel.

É um absurdo aceitarmos a situação que hoje alguns clubes estão vivendo em que a sucessão é feita em família, a sucessão é feita entre amigos, a sucessão é feito à revelia do torcedor, à revelia dos sócios, à revelia daqueles que realmente gostam do futebol.

A proposta do Senador Maguito Vilela simplesmente faz uma isonomia no esporte. Quer dizer, ninguém pode ter um irmão como seu sucessor na presidência de clube; ninguém pode simplesmente fazer daquele clube um trampolim político. Essas coisas precisam ser tratadas de uma forma bastante clara. Infelizmente, conforme eu disse, a MP nº 79 não tratou do assunto, nem o Estatuto do Torcedor. Mas eu espero que mais à frente, depois de transformado em lei esse Estatuto do Torcedor, nós possamos aprimorá-lo, eventualmente, incluindo esses detalhes que são tão bem lembrados pelo Senador Maguito Vilela quando apresenta esse projeto de lei no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, o Senador Gerson Camata, como Relator, pediu a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu quero agradecer o Senador Eurípedes Camargo, Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan. E proclamar o apoio ao relatório que acabei de apresentar.

A certeza de que esse Estatuto é importante é só lê-lo ao contrário. Quer dizer, se nós lermos assim: "É direito do torcedor que o regulamento das competições seja público; não tem direito o torcedor de saber o regulamento da competição". Se nós lermos ao contrário: "É direito do torcedor que o árbitro e seus auxiliares entreguem a súmula dos relatórios da partida. O torcedor não tem direito de conhecer as súmulas dos relatórios. É dever da entidade de prática esportiva solucionar sempre que possível as reclamações dirigidas aos seus dirigentes". Quer dizer, eles não têm que atender reclamação de ninguém. Se nós lermos ao contrário, vemos que é rigoroso, vamos ter que ter um processo de adaptação. Quer dizer, o torcedor não tem direito a instalações higiênicas limpas no estádio; o torcedor não tem direito à alimentação higienicamente embaladas nos estádios, todas essas coisas. Se lermos ao contrário, percebemos que está na hora e estava precisando muito disso.

É igual à história do Código do Consumidor. A maioria aqui estava na Câmara quando aprovamos o Código do Consumidor e se lembra disso. Ouviu-se: "o Brasil não vai funcionar com esse código. Ninguém mais vai produzir um produto. O comércio não vai mais funcionar." O comércio funcionou, a qualidade dos produtos brasileiros melhorou. Os consumidores hoje têm acesso aos institutos de defesa do consumidor em todas as cidades para fazer as suas reclamações. Os industriários aprenderam a fazer bons produtos, a aumentar a garantia e a atender aos anseios do consumo. Creio que é a mesma coisa. No começo dão um berro, demoram a se ajeitar, a coisa fica um pouco difícil, mas o torcedor é um consumidor de um espetáculo esportivo. É mais do que um consumo, porque, quando consome um copo d'água ou um televisor não o faz apaixonadamente, mas quando vai torcer pelo seu time, pelo seu país, vai com coração, com alma, com vontade. Por isso tem de ser mais respeitado que o consumidor de um copo d'água ou de uma geladeira.

Quero agradecer o apoio de todos e pedir o voto favorável a essa iniciativa, porque todo o Governo quer isso com urgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Gerson Camata, quero agradecer V. Exª pela rapidez com que relatou e pela eficiência, o que permitiu o debate havido aqui.

Vamos encerrar a discussão e passar à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Gerson Camata queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Leomar Quintanilha.

Tínhamos hoje essa missão, que era apreciar o item único da pauta e a cumprimos. Se não houver nenhum Senador que deseje manifestar-se, vou encerrar a reunião.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de fazer uma indagação com relação às subcomissões. Devemos nos apresentar nas subcomissões ou há necessidade de o partido indicar? Na verdade, extra-oficialmente, já me candidatei à subcomissão de Esporte. Não sei se não existe número suficiente para a constituição da Comissão. Qual é a situação?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns, recebemos a indicação dos partidos, que solicitei fosse feita, e conseguimos completar apenas a subcomissão que anunciei hoje. Para a semana que vem, vamos constituir a subcomissão a que V. Exª se candidatou que, pela informação que tenho, é a de Esporte. Vamos constituí-la na próxima semana e ela poderá começar a funcionar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, pediria a V. Exª a inclusão extrapauta na reunião de hoje do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2002, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Professora Néria Coelho Guimarães, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guanhães, no Estado de Minas Gerais.

Tenho o relatório em mãos e faço a leitura do voto do relator, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 664 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas. Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa, consideramos lido o relatório, mas devo informar a V. Exª que ontem, na sessão de Plenário do Senado, o Presidente da Casa, Senador José Sarney, com o apoio dos Líderes, colocou em pauta extra o

Parecer nº 34, que foi votado e aprovado. Ele torna terminativa a outorga e concessão de rádio e televisão em nossa Comissão. Portanto, como há agora um número baixo de Senadores na Comissão, em função de todos já terem se retirado para outras comissões, peço a compreensão de V. Exª. Vamos considerar lido o relatório e deixar a votação para a próxima reunião ordinária da Comissão, que se realizará na terça-feira próxima.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h35min.)

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1° de abril de 2003.

Audiência Pública

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Aelton Freitas, Hélio Costa, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Eurípedes Camargo, Luiz Otávio, João Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Comparecem à reunião os Senhores Senadores César Borges (PFL/BA) e Augusto Botelho (PDT/RR) não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Duciomar Costa, Valmir Amaral, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Mozarildo Cavalcanti, que justificou a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de passar a palavra ao Senhor Ministro, o Senhor Presidente da ciência de ofício, de autoria do Senador Flavio Arns, dirigido ao Ministro dos Esportes Agnelo Queiroz que, aprovado, passou a ser de autoria da Comissão: "O Diário Oficial de 10/03/2003 publicou o Caderno de Encargos dos VII Jogos da Juventude de 2003, evento de grande importância e repercussão no cenário brasileiro. Contudo, na leitura e avaliação do referido documento, observa-se que nenhuma menção é feita à participação dos jovens portadores de algum tipo de deficiência, como deficiência física, visual, auditiva, mental ou de outra natura nos Jogos". No item 1.3, inclusive, é mencionado o envolvimento do Comitê Olímpico Brasileiro, não havendo qualquer referência ao Comitê Pára-Olímpico. A participação nos Jogos da Juventude é fator importante para o desenvolvimento físico, social e psicológico de todos os jovens portadores ou não de deficiência. No caso de jovens que apresentam qualquer tipo de deficiência deve-se destacar que eles almejam a plena inclusão social, a qual, aliás, é a linha norteadora da atual gestão do Ministro Agnelo Queiroz, ardoroso defensor do envolvimento dos atletas com algum tipo de deficiência, em igualdade de condições, nos eventos esportivos. Assim sendo, tenho a certeza de que houve engano na elaboração do Caderno de Encargos. Requeiro à Comissão de Educação o envio do presente expediente ao Ministério dos Esportes para a correção do referido documento e a sua nova publicação no Diário Oficial. Não se pode adiar a solução para a próxima versão dos Jogos, sob pena de se estar aceitando, por tempo limitado, a exclusão social". Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Professor Cristovam Buarque, sobre as diretrizes e programas prioritários de sua pasta para os próximos quatro (4) anos. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores Hélio Costa, Isis de Araújo, Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Flávio Arns, José Jorge, Sério Cabral, Ideli Salvatti, Almeida Lima, Eurípedes Carmargo, Fátima Cleide, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Reginaldo Duarte e Paulo Octávio. Encerrado o debate, o Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e comunica a realização de Reunião Extraordinária da Comissão para o dia dois de abril de dois mil e três, destinadas à votação de matérias. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, está aberta a 6ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se

no dia de hoje com a presença do Ministro de Estado da Educação, Dr. Cristovam Buarque.

Assunto: diretrizes e programas prioritários do Ministério da Educação, atendendo requerimento de autoria desta Presidência e do Senador Hélio Costa, Vice-Presidente desta Comissão.

Gostaria de esclarecer as Srªs e Srs. Senadores que esta reunião foi marcada para as 11 horas a pedido da assessoria do Ministro. O nosso horário usual é às 11h30min. No entanto, o Ministro participava até agora de uma reunião com o Líder do Governo e é claro que cumpria agenda que lhe foi determinada.

Mas quero registrar que devemos conversar com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, porque essa prática tem prejudicado os trabalhos desta Comissão. É a segunda vez que isso ocorre, e é claro que os Senadores que foram convocados para as 11 horas aqui estavam, muitos deles deixaram a sala inclusive, exatamente porque a reunião que ocorreu é uma reunião a convite do Líder do Governo.

Mas acredito que o Líder do Governo saberá respeitar a prioridade que as comissões técnicas têm e encontrará outro horário para o debate com os Ministros do Governo.

De nossa parte, queremos agradecer muito a presença do Ministro Cristovam Buarque, que se dispôs, desde o primeiro dia, a estar aqui atendendo ao nosso convite. Inclusive, quando da primeira data proposta, o Ministro já manifestou aceitação, demonstrando toda a sua boa vontade, o que só valoriza esta Comissão.

Antes de passar a palavra para o Ministro, gostaria apenas de levar à consideração do plenário desta Comissão ofício do Senador Flávio Arns – que considero importante – dirigido a esta Presidência. Solicita que este ofício seja aprovado pela Comissão para, transformando-se em ofício da Comissão, ser remetido ao Ministro do Esporte, que aqui esteve na última semana.

Diz o ofício:

> "O Diário Oficial de 10/03/2003 publicou o Caderno de Encargos dos VII Jogos da Juventude de 2003, evento de grande importância e repercussão no cenário brasileiro.
>
> Contudo, na leitura e avaliação do referido documento, observa-se que nenhuma menção é feita à participação dos jovens portadores de algum tipo de deficiência, como deficiência física, visual, auditiva, mental ou de outra natura nos Jogos".

No item 1.3, inclusive, é mencionado o envolvimento do Comitê Olímpico Brasileiro, não havendo qualquer referência ao Comitê Pára-Olímpico.

"A participação nos Jogos da Juventude é fator importante para o desenvolvimento físico, social e psicológico de todos os jovens portadores ou não de deficiência.

No caso de jovens que apresentam qualquer tipo de deficiência deve-se destacar que eles almejam a plena inclusão social, a qual, aliás, é a linha norteadora da atual gestão do Ministro Agnelo Queiroz, ardoroso defensor do envolvimento dos atletas com algum tipo de deficiência, em igualdade de condições, nos eventos esportivos.

Assim sendo, tenho a certeza de que houve engano na elaboração do Caderno de Encargos.

Requeiro à Comissão de Educação o envio do presente expediente ao Ministério dos Esportes para a correção do referido documento e a sua nova publicação no Diário Oficial.

Não se pode adiar a solução para a próxima versão dos Jogos, sob pena de se estar aceitando, por tempo limitado, a exclusão social".

Assina o Senador Flávio Arns.

Ele me pediu e eu submeto à Comissão de Educação do Senado para que se transforme numa proposta da Comissão de Educação ao Ministro dos Esportes. (Pausa)

Não havendo objeção, está aprovada a proposta do Senador Flávio Arns, e encaminharemos o expediente ao Ministro dos Esportes.

Apenas reafirmando que o Ministro Cristovam Buarque, atendendo ao nosso convite, aqui está. E não foi dele, efetivamente, a responsabilidade de estarmos iniciando esta reunião com atraso. Muito pelo contrário, ele está aqui desde às 8h30min da manhã, e poderíamos ter iniciado exatamente no horário, não fosse a interferência do Líder do Governo, que fez uma outra reunião e, retardando aquela, atrasou a nossa.

Quero comunicar à Comissão que vamos cumprir o Regimento, exatamente para dar oportunidade a todos os Srs. Senadores.

Pelo Regimento Interno, o Ministro terá 30 minutos para fazer a sua exposição. Os Srs. Senadores que irão fazer as interpelações terão cinco minutos, o Ministro terá cinco minutos para a resposta e, se houver a necessidade do contradito, nós daremos dois minutos para os Srs. Senadores e dois minutos para o Ministro.

Com a palavra, por 30 minutos, o Exmº Ministro da Educação, Sr. Cristovam Buarque que, aliás, é nosso colega, Senador.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, um bom dia a todos.

Sr. Presidente, quero iniciar, isentando o nobre Senador Aloisio Mercadante pelo meu atraso. Na verdade, S. Exª encerrou a reunião com tempo suficiente para eu vir aqui, mas a culpa foi minha e de minha Assessoria, porque quis atender quatro Srs. Senadores que pediram para falar comigo. Eu e a Assessoria não percebemos que cada um deles vinha acompanhado por cinco, seis pessoas ou até mais. Demorou muito e acabei sendo indelicado com S. Exªs porque não consegui atender, como gostaria, os dois últimos Srs. Senadores. Comprometi-me a voltar, se for preciso, mas terminei chegando atrasado a esta Comissão. Peço desculpas, mas o Senador Aloisio Mercadante terminou a reunião dele a tempo. Foi falha minha e peço desculpas.

Mas, ao mesmo tempo, fico encabulado por pedir desculpas porque estou diante de algo que há muito tempo desejava, que é debater com as Srªs. e Srs. Senadores o projeto de educação que queremos levar adiante nos próximos anos.

Estamos diante de um momento ímpar para resgatarmos uma dívida e, mais do que uma dívida, um equívoco secular da sociedade brasileira, a partir dos seus dirigentes, que é o equívoco de não dar a devida atenção à educação e, ainda mais grave, em muitos momentos, fingirem que davam atenção à educação. Nós vivemos um momento que tem tudo para fazermos isso.

Em primeiro lugar, é algo que nem depende do Governo atual, do qual faço parte, que não depende do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com seu carisma e liderança. É o simples momento que, hoje, vive o Brasil. Não há dúvida de que houve uma mudança de postura da sociedade e da liderança brasileira, nos últimos anos, no que se refere à educação. A educação chegou à primeira página dos jornais – nunca isso havia ocorrido antes. A universidade passou a ser uma preocupação da sociedade brasileira. A verdade é que não era. Ela passou a ser tema de debate das lideranças nacionais. Esse é o primeiro ponto que faz deste um rico momento para aqueles que querem corrigir o equívoco e pagar a dívida.

O segundo, óbvio, é o Governo atual. Ao longo da historia do Partido dos Trabalhadores e dos outros Partidos que nos dão sustentação, ao longo dos discursos do Presidente Lula, nesses últimos 20 anos, a educação foi sempre um fator fundamental. Mas, mais do que isso, o Presidente tem diante de si a chance de deixar um legado para a sociedade brasileira. O momento exige, o carisma de Sua Excelência permite e a base de apoio sustenta. Não será o legado de uma revolução social. Não será o legado de uma grande mudança na economia. O grande legado que o Presidente pode nos deixar é o de, depois de 115 anos, completarmos a abolição incompleta que fizemos em 1888 e a República incompleta que proclamamos em 1889.

Somos um País que tem um regime republicano e que aboliu o regime escravocrata, mas somos um regime, um País, uma sociedade dividida em uma aristocracia e uma plebe chamada povão. Nós, hoje, no Brasil, somos uma elite distante do povo e, ao mesmo tempo, somos uma elite que não merece o título de republicana. E, do ponto de vista da abolição da escravidão, todos nós sabemos, proibimos as vendas dos trabalhadores, mas não lhes demos terras, não demos escola a seus filhos. Mesmo quando damos um aumento salarial considerado até acima das possibilidades, é um salário de R$240,00. Logo, não completamos aquilo que foi começado pelas gerações anteriores 115 anos atrás.

Esse é o legado que o Governo Lula pode deixar, assim como Deodoro deixou o legado da República como regime, como Getúlio deixou o legado do trabalhismo e da industrialização, como Juscelino deixou o legado de termos hoje não só uma capital nova, mas industrialização e urbanização, como o Governo Sarney deixou o legado da democratização. Hoje temos a possibilidade de um legado da completude, de formar um País em que os seus cidadãos sejam cidadãos e não alguns divididos em elite e outros em povão. E mesmo os desempregados não sejam escravos das suas necessidades e saibam que, apesar de não terem emprego, seus filhos têm uma boa escola, suas famílias têm um bom sistema de saúde e eles têm uma voz a falar pela educação que tiveram.

Esse legado exigirá muitos investimentos e caminhos, mas não há dúvida de que o centro desse processo da construção de uma República e da abolição de todas as formas de escravidão passa, sobretudo, pela educação. E é com senso de responsabilidade de quem recebeu do Presidente Lula a tarefa de conduzir a educação que venho a esta Casa. Venho para formular as linhas que pensamos trabalhar, para ouvir as Srªs e Srs. Senadores sobre o que pensam disso e para tentar realizar um projeto junto com vocês – desculpe chamá-los de vocês, acho o tratamento mais simples do que de excelências; depois de falar em Proclamação da República, quando trato por excelências dá impressão de que estou tratando de conde, barão ou duque. Então, deixem-me tratá-los de vez em quando de vocês, se for permitido.

O Brasil, apesar de ser uma República presidencialista, é na prática um regime parlamentarista. Não temos como levar adiante um projeto de um governo se não houver apoio no Congresso, cujos membros não podem dar sustentação sem serem ouvidos. Quero que construamos juntos e espero que hoje seja a abertura de um diálogo que eu possa manter, deste lado, com as Srªs e os Srs. Senadores, neste Senado, enquanto o Presidente Lula permitir; ou, então, do seu lado, quando eu voltar a esta Casa como Senador.

Temos três grandes eixos para a construção da educação brasileira no futuro e mais um complementar. O primeiro eixo, que consideramos, é o de pagar aquela dívida que citei no princípio e de evitar um equívoco que cometemos ao longo de décadas, que é a abolição do analfabetismo no Brasil. Não é possível que um país com o potencial brasileiro, com a renda nacional brasileira, com a universidade que há no Brasil, não há justificativa para que tenhamos ainda entre quinze milhões e vinte milhões de brasileiros absolutamente analfabetos e mais uns trinta milhões analfabetos funcionais. Nossa meta é de resolvermos esse problema até 2006.

Não queremos ser mais um governo que alfabetiza; queremos ser o Governo que alfabetizou. Não nos contentaremos em alfabetizar mais do que cada Governo anterior. Cremos que chegou a hora de o Governo investir o suficiente, usar sua competência de mobilização suficiente para, em quatro anos, podermos dizer que o Brasil é um País alfabetizado. Isso não quer dizer que vai haver zero de analfabetos. Sempre haverá. A Suécia e os Estados Unidos têm analfabetos. Cuba, que tem sido um grande exemplo nessa área, tem alguns analfabetos. É impossível zerar completamente, mas chegar a ter um analfabeto como exceção, como algo raro é possível e temos essa meta.

Sabemos como fazer, já estamos em plena marcha nesse sentido. Temos Governadores de mais de um partido político já envolvidos plenamente na tarefa de fazer o mesmo até 2006. Temos prefeitos disputando entre si qual será o primeiro a colocar uma placa na entrada da cidade dizendo: "Todos os nossos habitantes com mais de 15 anos são alfabetizados."

Queremos sair do assistencialismo para a abolição – assistencialismo é alfabetizar alguns, abolição é alfabetizar todos.

Da mesma maneira, queremos sair do assistencialismo no que se refere ao trabalho infantil. Não podemos disputar com outros governos a redução no número de trabalhadores infantis. Temos que nos diferenciar abolindo o trabalho infantil. Não podemos comemorar um bom atendimento às meninas que vivem da prostituição. Temos é que dizer ao mundo inteiro: "Aqui não há mais espaço para exploração sexual de menores." No mesmo nível, o analfabetismo. Queremos abolir o analfabetismo.

O segundo eixo é a escola no ensino básico. Queremos, sim, que, ao longo dos próximos anos, o Brasil esteja nos patamares dos países mais sérios do mundo, onde toda criança, sem exceção, tem uma escola, quase todas terminam o ensino médio, e esse ensino médio é de qualidade. Essa tem que ser uma meta, mas não sejamos ingênuos, pois não é para quatro anos. Isso levará de 15 a 20 anos. Essa é uma meta que só será possível se, por meio um grande acordo e coalizão de governos e Parlamento, definirmos um rumo para o País inteiro. A Irlanda deu o exemplo, 20 anos atrás: definiu um programa em que, entra Governo, sai Governo, o processo educacional de seu povo vai em frente. E os resultados apareceram. Hoje, a Irlanda já é um país respeitável, educacionalmente, o que não era há 20 anos.

Queremos, sim, que, muito proximamente, toda criança, sem exceção, aos quatro anos de idade, o pai, a mãe, o tio ou o irmão mais velho possa levar para a escola, no dia do seu aniversário, e que, chegando lá, haja uma cadeirinha para ela sentar e um bolinho com quatro velas para ela soprar. Lugar de criança, a partir dos quatro anos, é na escola. Isso não pode demorar.

Ao lado disso, sabemos o que é preciso para que essas escolas fiquem boas. O primeiro ponto fundamental é parar o fingimento de que damos atenção aos professores neste País, quando, na verdade, abandonamos os professores e professoras. A escola é o prédio, o equipamento, o método, mas é, sobretudo, o professor. Temos que trabalhar para resolver isso.

Vou falar sobre duas santíssimas trindades. Uma santíssima trindade – três em um só – é a cabeça, o bolso e o coração do professor. Não podemos continuar desprezando o bolso dos professores, nem a cabeça, nem o coração deles. Hoje, uma grande parte dos professores está desmotivada no coração, despreparada na cabeça e descontente nos salários. Será preciso termos um piso salarial decente para os professores. Se, a cada ano, votamos um salário mínimo, porque não votamos, a cada ano, um piso para o professor?

De fato, os professores são funcionários dos Estados e Municípios, e não da União, mas os que ganham salário mínimo também não são funcionários

da União, e a União decide um salário mínimo para prefeitos, governadores e para a empresa privada.

Será preciso termos também um programa radical de formação dos professores e outras formas de motivá-los. No entanto, ao dar isso, vamos ter que avaliar os professores. Se educação é uma coisa séria, não podemos continuar na situação atual, em que – como mostrou uma recente pesquisa da UnB – 40% dos professores já se entregaram, ou seja, já exercem a função como se estivessem embrulhando um pacote e não formando um ser humano. Vamos ter que exigir também.

Além de cuidar do professor, vamos ter que equipar nossas escolas, construir prédios decentes para as nossas escolas, ter métodos de conteúdo capazes de mudar a cabeça das nossas crianças. Hoje, temos listado no MEC um conjunto de 22 medidas que comporiam a escola ideal. Não a escola no sentido do prédio, da unidade escolar, mas a escola no sentido de uma cidade inteira.

Não vamos fazer isso em todos os municípios do Brasil em quatro anos. Nossa idéia é, juntamente com prefeitos e governadores motivados, escolhermos 20, 30, 50, 200 cidades e dizermos: aqui, ao mesmo tempo em que cumprimos nossa obrigação com todas, essas duzentas vão ser exemplos do que queremos para o ano 2022, quando vamos comemorar o segundo centenário da Independência.

E estamos no processo de escolha dessas cidades. Hoje, à tarde, vou estar com o prefeito que quer fazer da cidade dele um exemplo do que pode ser a escola numa cidade. E estamos conversando com outros e, aos poucos, acho que vamos chegar a isso.

Depois da alfabetização de todos os adultos e do início da construção da escola que todos desejamos para o Brasil, ao longo das próximas duas décadas, nossa terceira meta é cuidar da universidade. E no que se refere à universidade, há três problemas a enfrentar: a emergência atual, a organização desse sistema que não está organizado e a formulação de um projeto de longo prazo para a universidade de que o século XXI precisa.

A emergência diz respeito a dois pontos fundamentais. Na universidade particular, a qualidade que deixa a dever em muitas delas e o fato de que hoje milhares de jovens que conseguiram realizar o sonho de entrar na universidade serem obrigados a abandoná-la por falta de dinheiro para pagar a mensalidade. Tínhamos que resolver esse problema emergencial.

Com relação às universidades públicas, temos que resolver o problema emergencial da escassez de recursos, da falta de motivação também de muitos professores, da falta de equipamentos, de prédios com goteiras, e até pior que isso, alguns caindo, da falta de professores, da situação caótica de alguns hospitais das universidades federais. Essa emergência significa, sobretudo, recursos. Significa também emergência quebrar uma brutal burocracia que foi montada ao longo dos anos, que, fingindo dar autonomia às universidades, exigia que o Ministro assinasse a licença de qualquer professor para viajar; que não permite ao reitor dizer se ao invés de um professor titular não seria melhor dois professores adjuntos; que impede a comunidade de escolher o seu dirigente, obrigando-a a mandar uma lista tríplice. Temos que quebrar a máquina da burocracia que tirou a autonomia, temos que dar recursos suficientes para sair da crise emergencial e temos que apoiar as universidades particulares, cobrando qualidade e dando suporte para que seus alunos não sejam obrigados a abandonar a faculdade.

Hoje já há para isso um programa claro de eleição de reitor, um programa claro do Fies, capaz de atender a 100 mil estudantes. Retomamos a transmissão dos repasses para as universidades, que esteve atrapalhada nas primeiras semanas de governo. Liberamos do MEC e está na decisão final do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda a contratação dos professores já autorizados do ano passado para o Orçamento de 2002.

Segundo, depois da emergência, é a organização. O sistema do ensino superior brasileiro hoje é caótico. Ele tem instituições, às vezes em número exagerado para alguns setores, falta para outros, a qualidade é absolutamente variada, não há uma correlação clara entre o sistema universitário e o setor privado, entre o setor universitário e os órgãos de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. O setor privado não casa com o setor público. O setor público e o privado não casam com o ensino médio. Hoje, não há na verdade um sistema universitário brasileiro. Temos instituições universitárias isoladas, mas de formas diversas e desorganizadas. É preciso criar o sistema universitário brasileiro. A própria aparente estrutura, que a gente finge que é estrutura, foi feita nos anos 70, por orientação da Usid americana, implantada pelo regime militar. Nesses trinta anos, acabou a ditadura, caiu o Muro de Berlim, a Internet tomou conta, as armas ficaram inteligentes, embora errem muito, e não mudamos a universidade, como deveríamos. Então, é preciso criar o sistema.

O terceiro item é o que diz respeito ao salto que precisamos dar, para recuperar o tempo perdido de

trinta anos para cá e olhar para o futuro, para trinta anos adiante. O Presidente Lula quer deixar uma marca em seu legado de ter formulado uma nova visão de universidade para o futuro. Uma universidade que resolva quatro problemas estruturais, fundamentais, que não são emergenciais nem organizacionais. Esses problemas estão ligados a princípios. Não é uma crise do telhado com goteira, mas uma crise em que o céu está caindo sobre nós, o que exige uma nova universidade.

O primeiro desses problemas é o fato de que hoje a velocidade com que o conhecimento avança faz com que, muitas vezes, a universidade chegue atrasada. Não é por acaso que atualmente há centenas de universidades corporativas, milhares de institutos independentes das universidades, governamentais ou privados. Isso ocorre porque a universidade não está correndo na velocidade em que deveria para formular o pensamento de vanguarda. Precisamos retomar isso para a universidade, que, para tal, precisa mudar.

Segundo, a universidade já não é o instrumento, por excelência, de distribuição do saber. Há pouco tempo, só havia um caminho para que o indivíduo, de fato, tivesse conhecimento superior: a universidade. Hoje, existem muitas instituições que não podemos chamar de universidades transmitindo saber. Mais que isso: atualmente, alguns aprendem diretamente pela Internet. É possível formar jovens sem sentá-los em cadeiras de uma universidade, que ainda não captou para dentro de si esses novos métodos. A Internet, os satélites, o ensino a distância e a curiosidade fazem com que muitos jovens estejam aprendendo sem precisar da universidade.

Terceiro, a universidade entrou em profunda crise porque perdeu a legitimidade que tinha de ser o instrumento do sucesso dos jovens. O diploma já não é um passaporte para o êxito. Era, mas não o é mais. A universidade tem de entender isso; senão vai morrer. Alguns de nós – e é um direito sadio – ingressamos na universidade para obter o sucesso pessoal por meio do diploma. Sabemos que hoje uma parte aprende no quintal da casa do pai, no seu computador; outra, nas universidades do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Xerox ou da McDonald's. Por isso, temos de descobrir uma maneira pela qual a universidade volte a ser um instrumento de promoção social dos seus alunos.

O quarto problema talvez seja o mais grave: a universidade perdeu sintonia com as necessidades do povo. Nos anos 70, quando a universidade sofreu sua grande mutação – ocorrida durante o regime militar, tendo resultado no que é hoje –, queiramos ou não, tinha uma sintonia com as necessidades do povo, com as necessidades de Itaipu, da ponte Rio–Niterói, das grandes indústrias, que iam desenvolver o País, aumentar o bolo, que, depois, seria distribuído. A universidade era progressista; hoje, não o é. As pessoas que atualmente preparamos e formamos – é claro que há muitas exceções em tudo que estou dizendo – nas universidades têm um compromisso quase exclusivamente com a parcela privilegiada da sociedade. Isso não ocorre por culpa das universidades, exatamente, mas pelo fato de que, da década de 70 para cá, embarcamos num regime de **apartheid** social: deixamos de ser desiguais e começamos a ser diferentes. A universidade, é natural, ficou do lado dos incluídos. Não havia como ficar do lado dos excluídos.

Contudo, a universidade precisa mudar, ou perderá legitimidade ou deixará de ter o apoio da população – algo que já não está tendo hoje.

Esses quatro problemas que tiram a sintonia aconteceram mil anos atrás com os conventos, que foram perdendo legitimidade. O que surgiu? As universidades. Mil anos depois, se as universidades não perceberem que estão virando conventos, serão superadas por outras instituições que nem sabemos direito o que são.

Penso que seria muito ruim para a humanidade que, em vez de universidades, fossem outras instituições. Talvez eu sofra de algum desvio, mas tenho uma paixão muito grande pela instituição universitária e, por isso, quero salvá-la. Para tanto, acredito que temos de reinventá-la, reestruturá-la, formular um projeto alternativo. E os universitários brasileiros têm competência para isso. É preciso apenas que um Governo os provoque um pouco, organize o debate e transforme idéias em propostas e essas em projetos de lei.

Estes são os três grandes objetivos: abolição do analfabetismo; construção da escola ideal no ensino básico, obviamente cuidando da pré-escola e da primeira infância, porque, senão, não há ensino básico de qualidade; e enfrentar a emergência, organizar o sistema e reinventar a universidade.

O quarto item a que me referi – que é de outro tipo, mas vale à pena falar sobre ele – é a educação. Não no sentido da instrução, mas no sentido do comportamento do povo brasileiro. O Ministério da Educação também tem de participar da idéia de fazer com que o Brasil seja um país educado também no comportamento.

Quando apresentamos, no Distrito Federal, a idéia das faixas de pedestres, muitos a interpretaram como um projeto de trânsito. Contudo, foi um projeto de educação, que tem de ser levado a todo o Brasil. Mas não é o caso apenas da faixa de trânsito, mas também não jogar lixo no chão e não chegar atrasado aos compromissos, como cheguei hoje a este encontro, porque isso é uma falta de educação, é ter consciência do que é uma Nação e não a soma das corporações, como dividimos o Brasil hoje, fazendo com que o País "desexista" e a Nação seja substituída por um arquipélago de interesses corporativos. Esse é mais um item que devemos procurar trabalhar.

Para que isso seja feito – e vou cumprir minha meia hora – vamos precisar de três coisas, a segunda santíssima trindade, três coisas em uma só. Precisaremos de projetos nítidos, que hoje começamos a ter, de uma articulação política que transforme isso não em questões de um Governo, mas de uma Nação inteira, por intermédio do Congresso e dos recursos financeiros necessários para tal. Essas três coisas são uma só: projeto, articulação e finanças. Sem projetos, não há articulação; sem articulação, não há finanças; sem finanças, não há projetos.

Estamos prontos para transformar essas idéias de que falei em um conjunto de projetos: como colocar as crianças na escola, como fazer com que o professor dê aula, como parar o fingimento com que tratamos a educação brasileira, fazendo de conta o tempo todo e comemorando o que nos devia envergonhar.

Não podemos comemorar ter 95% das crianças na escola, quando deveríamos pedir desculpas por termos 5% fora dela. Durante a escravidão, muita gente dizia que o Brasil só tinha 50% de negros escravos. Os outros todos já foram libertados. Hoje, dizemos o mesmo. Só que, em vez de 50%, falamos em 95%.

E não dá para fingir que matrícula não significa freqüência, que freqüência não significa estudo. O grande mérito será quando estivermos muito próximos de 100% – e jamais serão 100% porque morrem jovens também e é impossível manter alguns na escola –, quando tivermos 98% ou 99% dos jovens concluindo o ensino médio, como em países como Costa Rica, Coréia, Chile e Argentina, os quais já chegaram a esse percentual ou estão perto disso. Não falo de França ou Estados Unidos. Cuba é um exemplo para nós, e muitas vezes temos acanhamento de dizer. Isso é possível se conseguirmos transformar a vontade de um Presidente na vontade de uma nação. Na minha opinião, a grande beleza do presidencialismo, a grande vantagem – fiz campanha pelo presidencialismo, apesar de vir aqui querendo propor um parlamentarismo com os senhores e senhoras – é que o Presidente é o grande sedutor da nação, o que um primeiro-ministro não consegue. O Presidente, nos regimes parlamentares, é uma figura apenas simbólica. O principal papel de um Presidente é ser aquele que transforma as idéias dele, do seu partido, nas idéias da nação inteira, e vim aqui como parte desse esforço.

Queria atrair esta Comissão, daqui para o Congresso e do Congresso ao Brasil, para essa grande mania pela educação de que o Brasil está precisando: a partir da superação do fingimento, da mentira que estamos educando bem, da formulação de propostas claras e da garantia dos recursos por intermédio de uma articulação política nacional. Isso não vai dar certo se daqui a cinco ou dez anos o meu partido disser que foi obra dele. Não vai dar certo porque não conseguirá o apoio suficiente e porque a obra tem que ser de toda a sociedade brasileira.

A abolição da escravidão, limitada como foi, foi fruto dos dois partidos da época, nenhum dos dois foi o Partido Abolicionista. Os dois juntaram-se naquele momento certo e nos dois havia pessoas contra, como é capaz de, no meu próprio partido, ter pessoas que não estariam de acordo em canalizar recursos para a educação em vez de outras finalidades. Como talvez alguns não aceitem avaliar os professores, como alguns considerem outras questões mais importantes do que abolir o analfabetismo.

Vim aqui no sentimento de que é possível construirmos o grande pacto, a grande coalizão nacional pela educação e que, sem isso, não vamos conseguir dar o salto de que o Brasil precisa. O momento dessa coalizão será no segundo semestre deste ano, quando formos elaborar o Orçamento. E não será possível ficar só aqui, porque os recursos que se gastam hoje em educação são minoritariamente da União. Quem realmente banca a educação do povo brasileiro são os Estados e Municípios. Nós cuidamos de bem menos de metade – o Mec tem menos de metade, dos quais mais da metade é para suas universidades. Então, a contribuição financeira da União para a educação do povo brasileiro é mínima. Hoje, quem educa o povo são os governadores e os prefeitos. Vamos ter que partir daqui, num grande esforço, para obter mais recursos da União, mas também mais recursos dos prefeitos, governadores e, inclusive, mais recursos do setor privado brasileiro.

Nós comemoramos a eleição do nosso Presidente em outubro, mas do nosso Governo só podere-

mos comemorar em 2003, dependendo do Orçamento. A eleição presidencial dá o direito ao Presidente de sentar naquela cadeira, no Palácio do Planalto.O direito de governar só é obtido quando ele assina o primeiro Orçamento que elaborou. O Presidente Lula vai ou não tomar posse no começo de 2004, quando assinar o Orçamento. Por isso digo que somos um regime presidencialista, pois embora o povo eleja pelo voto direto, a figura que assume a Presidência, o Congresso, as assembléias legislativas e as câmaras de vereadores é que elegem o governo como ele vai ser.

Precisamos trabalhar juntos para formular o Orçamento de 2004. Por isso quero vir aqui não uma, não duas, não três vezes, mas quantas vezes forem necessárias para, junto com os senhores e senhoras, elaborarmos o Orçamento que o Brasil precisa para dar o salto que não deu nesses 115 anos, desde a Proclamação da República e a Abolição da Escravidão. Quero vir construir com V. Exªs o projeto do meu Ministério, o projeto do Presidente Lula referente à educação. Como eu disse, quero fazer a composição da santíssima trindade: os projetos, a articulação e os recursos. Para isso, não posso empurrar projetos "goela abaixo".

Nos próximos quinze dias estarei pronto para apresentar a esta Casa dez projetos de lei para mudar a educação brasileira antes mesmo do Orçamento. Porém, não quero trazê-los à votação, pois antes pretendo ouvir o que os Srs. Senadores têm a dizer sobre o tema, e nada melhor do que começar por esta Comissão.

Foi um grande prazer estar neste Plenário não encerrando, mas começando uma caminhada. Se acertarmos, daremos às futuras gerações a idéia de que não apenas governamos – Parlamento e Executivo –, mas deixamos um legado para o nosso povo.

Esse é o meu projeto, seja como Ministro enquanto o Presidente quiser, seja do lado de V. Exªs quando Presidente Lula mandar.

Um grande abraço a todos os colegas Senadores e, sobretudo, aos parceiros por um Brasil republicano e sem nenhuma forma de escravidão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Ministro.

Comunico a todos que, em virtude do grande número de pessoas interessadas em participar desta audiência pública, colocamos na Sala 3 um telão para quem quiser acompanhar a reunião. Há muitas pessoas no corredor e também neste plenário. Na Sala 3, há espaço para aqueles que querem acompanhar, pelo telão, a audiência pública com a participação do Ministro Cristovam Buarque.

Passaremos à lista de inscrições, lembrando que os Senadores dispõem de cinco minutos. Sei que é desagradável estipular prazo, mas o Regimento assim o determina. Concedo esse prazo, mas, evidentemente, o bom-senso estabelece o tempo de cada um. O Sr. Ministro, por exemplo, cumpriu o seu prazo, mas, se fosse preciso, S. Exª ficaria falando por mais tempo, porque eu não o interromperia. Realmente, devo estipular um prazo para que todos tenham oportunidade de falar.

Ouviremos o Senador Hélio Costa, que assinou juntamente comigo o requerimento e, como autor, tem a preferência. Posteriormente, daremos seqüência à lista de inscrição, que tem como primeira oradora inscrita a Senadora Iris de Araújo.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Osmar Dias.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perdão, Sr. Presidente. Todos os anos que me ligam ao Senador Álvaro Dias me fazem cometer essa injustiça com V. Exª de não chamá-lo pelo nome tão conhecido do povo paranaense.

Meu caro Senador Osmar Dias, Presidente da nossa Comissão, gostei muito da exposição do Sr. Ministro, Cristovam Buarque e cumprimento S. Exª pela clareza e objetividade.

Sr. Ministro, orientarei as minhas perguntas rigorosamente conforme a sua proposta da santíssima trindade: projetos claros, articulação política e recursos.

A minha primeira pergunta refere-se a um projeto, e pergunto se o Ministro estaria disposto a assumi-lo conosco.

Em maio do ano passado foi realizada uma pesquisa por uma equipe de professores mineiros intitulada "Direitos e direitos humanos: o que pensam os universitários?" Esse foi o tema da pesquisa, que representou para nós uma verdadeira tragédia. Foram pesquisados 1.704 alunos, Sr. Ministro, sendo 37,7% da Universidade Federal de Minas Gerais, 22,4% do Unicentro Nilton Paiva, 21,2% da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 9,7% da Unibh e outros centros, como Ciências Médicas, Universidade Estadual, Fumec e outros estabelecimentos.

Essa pesquisa apontou-nos com clareza o ambiente de desconhecimento revelado na sala de aula

de nossas universidades, principalmente no tocante às prerrogativas fundamentais do nosso sistema político constitucional.

Sr. Ministro, a título ilustrativo, um dos dados dessa pesquisa revela que 40,5% dos estudantes universitários pesquisados acham justificável a tortura, subvalorizando o nosso sistema de proteção à dignidade humana: 40,5% justificam a tortura.

Ainda, o que parece mais aviltante: 44,5% dos universitários pesquisados concordam com o fechamento do Congresso Nacional.

3 – Um outro dado potencializa a periculosidade dessa revelação pretérita: em uma lista de nove instituições, a universidade e as Forças Armadas alcançaram o primeiro e o segundo lugares. O oitavo e o nono lugares, respectivamente, ficaram para a Presidência da República e o Congresso Nacional.

Essa pesquisa foi feita com os universitários de Minas Gerais.

A primeira pergunta é se V. Exª aprovaria um projeto de lei que faça da Educação um caminho para o exercício da cidadania, senão vamos ficar todos cultos, mas perdemos a noção da cidadania.

A minha segunda pergunta, Sr. Ministro, é exatamente sobre a articulação política que V. Exª propõe, porque durante todo o ano passado e no ano anterior discutimos a questão da Alca na Comissão de Relações Exteriores da Câmara e aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado, especialmente no que diz respeito às imposições que fazem hoje os grupos da Nafta, Estados Unidos, Mexico e Canadá, da participação do Brasil a partir de 2005.

Discutimos, sim, as questões relacionadas com subsídios e tudo o mais relativo ao mercado entre Brasil e os Estados Unidos, mas esquecemos de uma coisa: não estamos discutindo, nem sequer iniciamos a discussão, dos serviços prestados. Neste instante, vejo num importante jornal de domingo uma manchete que diz o seguinte: "A Organização Mundial do Comércio discute mudanças nas regras da educação. Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia e Japão apresentaram propostas na OMC para debater a comercialização dos serviços relacionados com a educação". O que eles querem? A idéia desses países é que os serviços de ensino passem a ser comercializados livremente.

A minha pergunta é a seguinte: existe um projeto prevendo a vinda para o Brasil de dezenas de universidades internacionais de vários países que vão chegar aqui e absorver todo o mercado brasileiro, como fizeram comprando as nossas hidrelétricas, comprando nossas empresas telefônicas, comprando os nossos bancos e, agora, vão comprar o sistema educacional brasileiro. O que se pode fazer? V. Exª vai permitir que isso aconteça ou vai exigir que elas se identifiquem, que elas sejam, na realidade, autorizadas, ou elas podem simplesmente chegar aqui e, por força de um acordo com uma universidade brasileira, passarem a funcionar?

Com relação aos recursos, sou o porta-voz dos Reitores das Universidades Federais, preocupadíssimos neste momento até mesmo porque está ficando praticamente impossível a administração do cotidiano, segundo dizem os reitores, porque eles estão, na verdade, esperando repasses de R$75 milhões do IFES, destinados a "restos a pagar", o que, até agora, lamentavelmente, não aconteceu. E também a exclusão do Decreto nº 45/91 que implica um repasse de mais R$71 milhões.

Esses são os problemas que vêm, na verdade, preocupando os reitores de todas as Universidades Federais. Se V. Exª me perguntar por que estou servindo de porta-voz das universidades, responderei que é porque o meu Estado é privilegiadíssimo, temos nove universidades federais no Estado de Minas Gerais, inúmeras instituições federais e, certamente, tenho uma grande preocupação com o funcionamento de todas elas.

São as perguntas que teria a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro da Educação, Cristovam Buarque.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Vou responder na ordem das perguntas.

Em primeiro lugar, essa pesquisa sobre os estudantes universitários, de fato, é verdade. Isso decorre do fato de o Brasil ser, hoje, uma mistura dos Estados Unidos em guerra e da África do Sul com o **apartheid**. Ontem li uma pesquisa feita nos Estados Unidos que diz que 70% dos americanos aprovam que, se for preciso, destruam todo o Iraque para ganhar a guerra. É uma loucura completa. E a África do Sul tratou os excluídos, os negros, como se não fossem gente. E, no Brasil de hoje, os que estão na universidade, tratam as massas excluídas como se não fossem semelhantes e eles têm essa virulência contra o setor público.

E nós, ao longo da história do Brasil, fizemos por onde: não fomos capazes ou de atender o que eles pediam, ou de dizer, com clareza, que não era possível, porque faltou muito isso também.

Durante a inflação, que é o maior dos fingimentos, fazemos de conta que damos aumento de salário,

que estamos pagando bem, e tudo está sendo deteriorado. Então, com esse fingimento, prometíamos mais do que era possível para os universitários. Chegou a hora de dizer a verdade, os limites, o que dá e o que não dá.

Contudo, sou a favor dessa escola da cidadania e desde o ensino fundamental. Não adianta colocar isso na cabeça dos universitários. Quando o indivíduo chega à universidade, já está formado. Muito pouco muda para quem já está na universidade, do ponto de vista do caráter. Então, sou favorável a aulas de patriotismo, inclusive. A Bandeira tem que estar nas escolas, o Hino tem que ser aprendido, a característica do poder tem que ser ensinada e, até mais, estou defendendo a criação do curso de Direito desde o final do ensino fundamental. Se ensinamos Geografia, por que não ensinar Direito, que no dia-a-dia até é mais importante? Então, estou totalmente de acordo a dar apoio a essa sua idéia.

Quanto à OMC, não há como frear a penetração dos tipos de formação e informação. Não tem jeito. Qualquer um, aqui, já pode inscrever-se num curso em Harvard, mas temos de controlar o conteúdo. Não podemos fazer como os Estados Unidos querem, porque, se – tenho certeza – um xeque árabe quiser montar uma escola de islamismo nos Estados Unidos, vão criar problema. Se alguém quiser dar um curso de engenharia de terrorismo, eles não vão deixar. Se quisermos ensinar Física Nuclear, como fazer bomba atômica pela televisão, a OMC não vai deixar, e há outras formas de bombas. Existem bombas por meio de idéias. Se um curso de Geografia – isso não é impossível – de uma universidade americana excluir o Amazonas da geografia do espaço brasileiro, não temos que deixar. Então, vamos ter que compor os nossos limites de formação. Não podemos ter um processo de formação que fira nossos valores.

Portanto, a OMC não deve ser aceita naquilo que ela propuser para violentar a consciência brasileira, como eles farão lá nos países deles. Aliás, como fazem, muitas vezes, ao exigir que acabemos com o protecionismo dos nossos produtos e toleremos o protecionismo no mercado dos países deles.

E, finalmente, no que se refere aos 75 milhões, houve problema no primeiro momento por causa das dificuldades de contingenciamento de regras. Hoje, estamos praticamente em dia com as universidades, salvo o resto a pagar, mas há resto a pagar em tudo. Estamos com problema de resto a pagar em todos os setores, não só nas universidades. Isso deve ser uma luta de todos nós para que o Governo tenha as condições de superar o resto a pagar. Eu, mesmo, estou lutando em prol do resto a pagar para o Bolsa-Escola e para aumentar o Fundef. Aliás, o Fundef nem precisa de resto a pagar, basta a liberação do previsto no Orçamento, que já temos como aumentar o Fundef para R$500, com recurso só do MEC, mas não podemos esquecer que cada um de nós, hoje, é Ministro da sua Pasta e Ministro da luta contra a inflação, também.

Sou favorável ao radical aumento do salário de professor, mas tenho dito à categoria que sou seu aliado, mas sou sócio do patrão, e, na hora de verificar os recursos disponíveis, vou levar em conta o que o patrão está dizendo ao fazer suas contas na Fazenda e no Planejamento.

Vamos trabalhar para que o resto a pagar seja atendido, pois é um direito, e a regularização do recurso conseguimos há duas semanas. Se não de tudo, pelo menos de quase tudo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à próxima inscrita, Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Ministro, V. Exª se refere justamente à sua observação, mesmo contrariando a formalidade do Presidente da Casa, que só a perde quando erra o meu nome. Depois V. Exª responde, já fui vingada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É a terceira advertência que V. Exª me faz por esse motivo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Fiquei muito tocada, devo dizer.

Afirma-se que o Brasil não tem mais problema de vagas para o Ensino Fundamental. Porém, o mais preocupante, Sr. Ministro, é que, mesmo as crianças que conseguem matricular-se, aprendem muito pouco. Prova dessa dolorosa situação é o estudo sobre o aprendizado da matemática, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** no último dia 25 de fevereiro. Esse estudo concluiu que 3% da população brasileira não tem habilidades suficientes sequer para ler o preço de um produto no comércio ou anotar o número de um telefone. Trinta e dois por cento dos brasileiros são capazes de ler preços, horários e anotar números, enquanto que os outros 44% conhecem as quatro operações fundamentais, mas, em geral, recorrem às calculadoras, e apenas 21% de nossa população são considerados verdadeiramente alfabetizados em matemática. Provavelmente, essa dificuldade de aprender é uma das causas da evasão escolar, outro grave problema.

V. Exª, caro Ministro, que é reconhecido pela paixão que dedica à educação, o que pretende fazer para superar, de uma vez por todas, a precariedade

do Ensino Fundamental, que só aumenta a distância entre brasileiros pobres e ricos?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª concluiu, Senadora?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra, o Ministro Cristovam Buarque.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Senadora Iris de Araújo, realmente esses dados são estarrecedores.

Fiz questão de distribuir uma série de dados como esses citados por V. Exª. Esse procedimento objetivou acabar com o fingimento na educação – e esse é um deles. Realmente é assustador o nível de conhecimento do brasileiro. Vejam V. Exªs que essa pesquisa foi realizada com crianças e com adultos insuficientemente educados. Mas, se a fizermos entre aqueles considerados educados, iríamos ter grandes choques no que se refere ao conhecimento geral, ao de matemática ou ao da língua portuguesa.

Na verdade, o Brasil é um dos países mais atrasados em todo o mundo no que se refere a sua inteligência.

V. Exªs têm visto que muitos iraquianos entrevistados falam inglês? V. Exªs podem pensar – eu também pensei – que talvez seria porque eles só entrevistassem quem falasse o inglês. Mas não é. De fato, apesar de 12 anos de bloqueio, o processo educacional no Iraque não foi em nada pior do que o nosso. No Líbano, durante 15 anos de guerra, as crianças não faltavam às aulas. Grupos guerrilheiros faziam pactos para suspender os ataques com bombas durante os dias de exames.

Senadora, nós abandonamos essa questão, e, agora, temos que nos preocuparmos com ela.

Como fazer isso?

Primeiramente, trabalhar com os aqueles que estão entrando na escola mudando o Ensino Fundamental.

Há diversos fatores, mas os três primeiros são professor, professor e professor: professor bem remunerado, bem motivado e bem formado.

Como faremos isso?

Criando um piso salarial para o professor. Não podemos continuar pagando R$530 por mês, em média, de salário ao professor. E dessa média, 75% só ganha R$370. Ou seja, 75%, a média, recebe R$370. Os 100% chegam a R$530, porque alguns Estados pagam melhor. Temos que mudar isso! Mas tem-se que formar bem, seja por meio do ensino a distância, como a universidade aberta, que estamos montando; seja por meio de programas provenientes do Governo anterior. É preciso dizer que, em muitas coisas, não estamos partindo do zero. O Governo anterior tomou iniciativas que permitem superar tudo isso dando continuidade a elas. O que falta é radicalizar no compromisso. Não desfaremos nada começado no Governo anterior. O que devemos fazer é pisar no acelerador e dobrar à esquerda no que se refere à formação e ao compromisso. E radicalizar. Temos poucas excelentes escolas e terríveis escolas, e o fundamental é quebrar a maior das tragédias brasileiras. Um brasileiro de classe média, não me refiro aos muito ricos, filhos nossos e até de gente com menos renda que nós, em média, gasta R$250 mil reais com educação ao longo de toda a sua vida; e um filho de 40% mais pobre gasta R$3,2 mil; ou seja, oitenta vezes é a diferença entre o que gasta, com formação, uma pessoa de classe média uma pessoa de classe pobre. Aqueles ficam vinte anos na escola; esses ficam quatro. Aqueles gastam mil por mês; esses, oitocentos por ano.

Qual é a solução? Tem que aumentar isso. Agora, com seriedade. Não podemos ter outro fingimento e dizer que mais professores e melhores salários significam automaticamente melhor escola. Não é. Não é, se o professor falta; não é se o professor, como hoje em dia, reserva uma parte do seu tempo para o tal do planejamento e os meninos ficam sem aula; não é, se continuarmos com o sistema de promoção automática, fingindo que o aluno aprendeu. Isso tem que parar. Claro que não podemos deixar que um aluno de catorze anos fique junto com um de dez, porque ele irá embora, mas deve-se colocá-lo com outros alunos da mesma idade que não passaram, ou faz como nós no Distrito Federal fazíamos. Ele avançava com a turma, mas ficava devendo as disciplinas, o que antigamente se chamava de dependência.

Temos que investir maciçamente no ensino fundamental, com rigor. E aí, qual é o problema? Não é a falta de recursos, que estou esperando que superemos, mas não há um sistema educacional brasileiro. Cada Município é um sistema. O ensino fundamental não é regulado nacionalmente. A Lei de Diretrizes e Bases é uma abstração quando chega na ponta. Vamos ter que ter formas de intervir.

Gostaria de dizer algo, talvez me antecipando bastante ao que gostaria de discutir no futuro, mas se esse País tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que aplaudi quando veio, porque não termos uma Lei de Responsabilidade Educacional? Por que um Prefeito vai preso se não pagar a dívida, mas fica solto se

fechar as escolas? Não há uma única punição ao Prefeito irresponsável na educação. A responsabilidade é apenas em pagar as contas.

Por que no Brasil de hoje, com essa Lei de Responsabilidade Fiscal, que, volto a insistir, aplaudi e que não pode ser cancelada, não se conserta uma falha? Por exemplo: há Prefeituras em que sobra dinheiro, quer contratar mais professores, mas não pode por causa da limitação da lei fiscal. Sabe o que eles estão fazendo? Mantêm um salário baixo e no final do ano dão uma gratificação, porque aí não entra no limite de 60%.

Tem que tratar diferente o que seja gasto com educação e saúde. Assim, temos que chegar na ponta do professor e fazer uma série de projetos que hoje temos claro que gostaria de vir discutir aqui sobre prédios, sobre artes. Porque uma coisa que está acabando com a escola brasileira não é a falta de qualidade, é a falta de alegria. Não há aprendizado bom sem alegria.

Engraçado, é possível ter alegria sem qualidade, mas qualidade sem alegria não tem. E as nossas escolas perderam a capacidade de serem alegres. Tem-se que mudar o ensino. Tudo isso já se sabe como fazer e temos idéia de quanto custa, mas falta conseguir esse empenho do dinheiro e trabalhar a idéia da relação federativa no que se refere à educação.

A Federação, no que se refere à educação, está precisando de uma reflexão especial. Como é que deixamos a critério de um Prefeito a responsabilidade com a educação das crianças brasileiras!? A criança, antes de ser de Recife ou Distrito Federal, minhas duas cidades, é brasileira. A responsabilidade é do Ministro, mas não é ele que executa.

Temos como resolver, Senadora, se conseguirmos a articulação para fazer as leis necessárias e garantir-lhes os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo, Sr. Ministro. Sou seu admirador e o acompanho tanto como Governador quanto como educador que sempre foi. Este debate no Senado Federal é enriquecedor. V. Exª demonstra ser um homem que conhece profundamente o tema que dirige no País.

Ouvi atentamente a exposição de V. Exª, e também li o material aqui distribuído. Uma de suas metas é fazer com que, no ano 2010, tenhamos alcançado a 11ª meta: toda escola em tempo integral no País. Sou defensor da escola em tempo integral. Não há alternativa para melhorar a qualidade e para enfrentar o tema preocupante da prevenção da violência.

Creio que há um excesso de programas sociais seletivos, que não conseguem contemplar a todos. Assim é o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), excelente programa, mas que não consegue açambarcar todas as crianças. Assim são o Bolsa-Escola, o Vale-Gás, e, agora, o projeto contra a fome. Imagino que poderíamos concentrar todos esses programas na escola integral, além de podermos dispor de outros recursos. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem defendendo, por exemplo, a regulamentação dos bingos e a legalização dos jogos, afastando-se a corrupção dessa área e utilizando os recursos daí oriundos na escola.

Um dos grandes problemas atualmente é a prevenção da criminalidade. O ideal seria que o jovem chegasse à escola às 7h e saísse por volta das 17, 18h. Como o pai e a mãe trabalham fora, o jovem que sai da escola ao meio-dia fica à mercê de uma gama imensa de tentações, inclusive o tráfico. Poderíamos retê-lo na escola com essa finalidade, fornecendo-lhe alimentação, tempo para estudar, praticar esportes – tenho certeza de que haveria centenas de campões olímpicos – arte, computação. Como V. Exª disse, proporcionaríamos alegria e prazer para a criança voltar à escola.

Sr. Ministro, não haveria como realizar esse cronograma antes de 2010? Isso me preocupa, pois acredito que a escola integral seja o principal fator de combate à criminalidade.

Sr. Ministro, V. Exª citou rapidamente uma preocupação na área educacional, de fazer com que as crianças avancem em sua série, independentemente da condição intelectual ou do preparo que adquiriu. Não são apenas uma ou duas matéria, como V. Exª bem disse. Em nossa época de criança, poderíamos ficar, para avançar no futuro. Hoje, porém, há uma condição de aceleração quase automática. Há crianças e adolescentes numa seriação mais elevada, que, na realidade, são analfabetas funcionais. Portanto, indago se há também – e V. Exª disse que é contra – um procedimento para que pudéssemos estancar esse tipo de aprendizado no Brasil.

Estourei meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, Senador. V. Exª está em cima do tempo. V. Exª dispõe de um minuto ainda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Assim sendo, faço mais duas perguntas. Em primeiro

lugar, gostaria de conhecer a opinião de V. Exª a respeito do provão.

Além disso, algo que sempre me preocupa diz respeito à universidade. A universidade federal é gratuita. Ou seja, em tese, deveria favorecer aqueles que menos possuem, abrindo caminho para as pessoas que possuem menos e que, portanto, se formariam numa escola sob a responsabilidade financeira do Governo. No entanto, até por sua melhor qualidade, acabam atraindo alunos mais ricos. Há algum estudo de V. Exª para equalizar também essa questão?

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – A questão da desigualdade entre as escolas particulares e públicas?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim. Especialmente como pessoas mais abastadas têm maior acesso à escola pública.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Não. À escola particular.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A escola pública hoje...

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – A universidade pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito, a universidade.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Certo, entendi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perguntaria se há como equalizar.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Eu começarei por esta última pergunta. Há uma forma de equalizar: fazer com que toda escola pública gratuita para crianças, desde os quatro anos de idade, seja de qualidade. Quando todas as escolas forem igualmente boas, a concorrência para entrar numa universidade quase não será mais uma questão de renda – sempre será um pouco, porque o indivíduo com mais renda poderá pagará ensino complementar. Esse é o caminho.

Outro caminho que hoje se discute – caminho que não defenderei como ministro, mas que é bom que se tente impor – é a idéia das cotas para escolas públicas nas universidades públicas. Eu sou defensor da idéia das cotas como forma de corrigir os desequilíbrios, mas penso que não seria bom o ministério defender a idéia agora, porque seria uma imposição na cabeça dos brasileiros. Nós ainda estamos muito despreparados para as cotas. Eu apóio totalmente a UERJ por ter tomado essa iniciativa e gostaria que outras universidades estivessem fazendo o mesmo, mas penso que não seria bom uma determinação de cima implantando as cotas para negros de um dia para o outro. Precisamos de mais tempo, assim como precisamos de mais tempo para implantar as cotas para a escola pública. Esses são paliativos – necessários, mas paliativos.

O grande ponto para o qual gostaria de chamar a atenção é que o que faz a escola ser elitista não é que os ricos estão lá dentro, é que quando se formam só trabalham para os ricos. Se o filho do homem mais rico do Brasil entrasse numa universidade e estudasse de graça para curar o câncer, não haveria por que cobrar dele. Mandem-no pagar impostos para pagarmos a universidade para todos. Além disso, mesmo o solteiro sem filhos, se tiver dinheiro, tem que pagar pela universidade para os outros, como, aliás, paga pelo Exército, paga pelo Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas. Por que ninguém reclama que no Instituto Rio Branco só entram pessoas de classes abastadas? Porque sabemos que estão estudando para servir ao país como diplomatas. Por que ninguém reclama que é com o nosso dinheiro que se pagam as balas dos estudantes da Academia de Agulhas Negras? Nós sabemos que com aquelas balas eles defenderão o Brasil. Nós tínhamos que fazer com que a universidade fosse um instrumento de defesa do Brasil. Hoje é um instrumento de promoção social – nem tão bom, porque nem o diploma está servindo. Se mudarmos a universidade para que tenha mais compromisso com o País e menos com o aluno e se fizermos a escola pública boa, resolveremos o problema da desigualdade lá dentro.

Nós falamos muito que a universidade pública tem os filhos dos ricos e a particular, os filhos dos pobres. Não, no Brasil, os filhos dos pobres não chegam à quinta série do primário. Poucos chegam à oitava, e quase nenhum chega ao final do ensino médio. São apenas alguns. Para esses alguns, penso que estamos dando ajuda por meio do Fies. Agora faremos o Fies diferenciado: 70 mil bolsas terão que ser pagas de volta, mas 30 mil serão grátis, desde que seja alfabetizador de adultos quem receba a bolsa. Esse assunto merece uma discussão naquele projeto de universidade nova.

A respeito de como estancar essa crise do ensino fundamental, nós temos um outro dado, Senadora. Hoje 40% das nossas crianças não sabem ler ainda aos 10 anos. É um absurdo. Tinham que saber ler aos seis ou sete, no máximo. Precisamos melhorar a escola, como V. Exª cobrou, e há maneiras. Teremos que fazer com que essa situação pare. Aí vem a pergunta de V. Exª: "Concentrando todas essas coisas, daria?" Eu penso que sim. Não só as rendas, mas

concentrando uma parte dos gastos sociais, daria. Hoje o salário mínimo foi aumentado. Ninguém será contra o aumento do salário mínimo, que ainda foi pequeno, mas custará R$4 bilhões. Para se ter idéia, o Bolsa-Escola gastará apenas R$1,5 bilhão. Daria para multiplicá-la quase três vezes. O benefício poderia passar de R$24,00 para R$75,00. Há um desperdício.

Eu não defendo uma unificação, porque há um simbolismo por trás do destino desse dinheiro. Eu penso que há três tipos desses penduricalhos. Há aqueles que são pura renda – por exemplo, a aposentadoria rural. Não adianta: é renda. Há aqueles que têm finalidade educacional, como a bolsa-escola. Se não pagarmos, mesmo a escola sendo boa, o menino não vai, porque precisa trabalhar. Há aqueles que são assistência mesmo. Por exemplo, em casos de calamidades ou em casos de fome, tem que distribuir aquilo. Mas se juntarmos todas estas bolsas – vale-gás, bolsa-escola, vale-alimentação – poderíamos dar R$200 para os 50 milhões de famílias de pobres no Brasil. E o Presidente Lula tem dito que quer juntar isso, o que poderia contribuir para a implantação de uma boa escola, de uma escola em tempo integral.

Encerro dizendo que não há nada melhor do que ouvir que não estou sendo ambicioso. Fico preocupado é quando dizem que estou muito ambicioso. Então, quando V. Exª diz que 2010 é uma data muito distante, estou pronto para discutir uma maneira de antecipar essa data. Gostaria de informar que o custo da implantação de uma escola em tempo integral até o ano de 2010 seria de R$2 bilhões por ano. Se aumentarmos esse valor para R$3 bilhões, poderíamos reduzir o tempo para até o ano de 2007/2008. Vamos trabalhar isso! No mundo inteiro, a escola é em período integral. Todos os nossos filhos freqüentam a escola, mas também cursos de francês, inglês, natação, judô. E os filhos dos pobres não ficam nem quatro horas inteiras.

Como sou defensor dessa idéia, fico contente em ouvir isso de V. Exª. Nesse sentido, gostaria muito que conversássemos para ver como diminuir o tempo de implantação dessa medida, de 2010 para 2007 ou 2008.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero cumprimentar o Ministro e dizer que teríamos inúmeras perguntas a fazer, mas vamos nos ater somente a duas. Antes, no entanto, quero dizer que a pergunta do Senador Demóstenes Torres referente à diferença econômica do aluno que estuda em universidade federal, não é um questionamento só dele, mas de toda a sociedade, em função da falta de vagas nas universidades, ou de poucas vagas nas universidades federais.

As pessoas que sobram, em número maior, e perdem a oportunidade de estudar são justamente aqueles que têm menor poder aquisitivo. E eles acabam dizendo que a universidade federal é feita para atender filhos de ricos, o que não deixa de ser verdade, pois se olharmos os estacionamentos das universidades federais, veremos carros importados, carrões, enfim, automóveis de quem tem poder aquisitivo alto. Ficamos, assim, sem ter o que dizer a todas as pessoas que necessitam de vagas nas universidades federais.

Há poucos dias, Sr. Ministro, conversamos a respeito de uma cartilha de orientação sobre mergulho aos jovens estudantes e à sociedade em geral, com idade entre 15 e 27 anos. Parece-me, inclusive, que o Dr. Aloysio Campos da Paz já conversou com V. Exª neste sentido. Estou falando isso porque sofri um acidente recentemente. É algo em torno de 800 a 900 pessoas, por ano, ficam tetraplégicas no Brasil, isto é, 26% de quem sofre esse acidente acaba ficando tetraplégico, segundo informações do Dr. Aloysio Campos da Paz. Assim, pergunto se realmente vamos executar, por meio do Ministério da Educação, uma cartilha de orientação a esses estudantes.

A segunda pergunta talvez seja hoje o que mais discutimos em Santa Catarina: durante a campanha eleitoral, o Presidente Lula falou muito, e certamente tem esse compromisso com a população, em gerar em torno de 10 milhões de empregos, durante seus quatro anos de mandato. Nós, de Santa Catarina, dependemos muito do turismo. E a minha cidade, no litoral de Santa Catarina – sou de Balneário Camboriú, fui três vezes prefeito daquela cidade – sofre muito no período de temporada. A temporada começa em janeiro ou final de dezembro e se encerra quando se iniciam as aulas, que têm começado antes do carnaval, criando um problema seríssimo nessa parte econômica do nosso Estado. A nossa maior indústria hoje é o turismo, portanto, Santa Catarina depende muito desses três meses de temporada.

Sabemos que a LDB determina 800 horas de aula ou 200 dias letivos, mas precisamos discutir essa outra questão ou nossas empresas acabarão falindo e gerando um número enorme de desemprego na região, contrariando o desejo do Presidente de aumentar a oferta de empregos.

Fui autor da criação de uma subcomissão de turismo no Senado. Quero propor ao Ministro a flexibilização do calendário escolar, caso seja viável analisarmos esse assunto. Essa discussão poderia ser feita na subcomissão. É geral a gritaria dos empresários dos setores hoteleiro e turístico, principalmente na minha cidade, que vive 100% do turismo.

Gostaria de pedir ao Ministro que discuta, na Subcomissão de Turismo ou na Comissão de Educação, um calendário que não prejudique a sazonalidade, principalmente na nossa região, e a elaboração de uma cartilha de orientação aos jovens, aos adolescentes, à sociedade em geral, por parte do Ministério da educação.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Hoje, já há uma descentralização, pois o calendário escolar não é o mesmo no Brasil inteiro, alguns adotam datas diferentes para o começo das aulas, porém, varia pouco. Alguns começam depois do carnaval, outros antes, depende muito do governo estadual e do prefeito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não adianta as aulas se iniciarem após o carnaval na minha cidade, pois temos interesse é no turista paulista, mineiro, goiano, paranaense.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Entendi. Então, as aulas deveriam começar depois do carnaval? Mas há que se tomar o cuidado de não prejudicar o turismo do Natal, se as aulas entrarem pelo mês de dezembro adentro. Temos que fazer as contas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sim, mas sem perder a qualidade da educação, poderíamos rediscutir o número de horas-aula?

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Não, o número de horas-aula não dá para diminuir, Senador, tem que aumentar. Duzentos dias ainda é pouco, para se ter uma educação realmente valorosa. Os filhos dos ricos, nas férias, fazem intercâmbio; os filhos dos pobres ficam na rua. Temos que tirá-los da rua. A escola hoje não é mais um instrumento de educação, é um instrumento que tira as crianças da rua. Traga o projeto, que daremos um parecer, vamos analisar esse assunto. Temos que levar em conta as especificidades do campo, por exemplo. No período da colheita, é natural que não haja aulas. Precisamos discutir esse ponto.

Sobre a outra pergunta de V. Exª, de fato, se formos olhar marca de carro nos estacionamentos das universidades federais, devem ser melhores do que nas particulares, mas lá também está cheio de carros. Não há ninguém indo para a universidade andando, porque não tem dinheiro para pagar o ônibus. Devemos pensar naqueles que estão a pé, porque não podem pagar o ônibus. Não estou falando que não se deve preocupar com a universidade, até porque sem universidade não há uma boa escola pública e não há nada no País.

Nesses três meses de Ministério, o fato que mais me impressiona é que o número de pessoas que vem pedir pela universidade federal é maior do que o número dos que vêm pedir pela particular. E o número dos que vêm pedir pela particular é maior do que aqueles que vêm pedir por mais vagas para aqueles que não entraram na universidade ainda. Quase ninguém vem pedir por aqueles que não terminaram o ensino médio. É trágico. Queria apenas que houvesse um equilíbrio entre as pessoas que vêm pedir tanto pelo Ensino Médio, pelo Ensino Fundamental quanto pelas universidades. Mas é o contrário, é natural, porque as universidades fazem parte do nosso mundo. Fui reitor e qualquer reitor fala para mim que os prefeitos das cidades do interior têm vergonha de vir ao Ministério, não tomam a iniciativa. Eu queria receber mais prefeitos e menos reitores, porque eu queria cuidar mais das crianças. Essa, aliás, é a razão pela qual – embora não defenda como política, mas como idéia – continuo acreditando que deveríamos ter dois ministérios: do ensino básico e do ensino superior. Seria muito melhor para o Brasil ter dois ministérios. Na hora de discutir o Orçamento, seriam duas pessoas discutindo por mais recursos, em vez de ser uma só. Após recebermos R$1 bilhão, quando pedimos mais R$1 bilhão para as universidades, alegam que já recebemos R$1 bilhão para as escolas. Mas se fosse um ministro para as escolas públicas e outro para as universidades, cada um receberia R$1 bilhão.

Chamo a atenção para um fato: a desigualdade entre os que estão nas federais e os que estão nas particulares é muito menor do que deles para quem está embaixo. Temos que nos esforçar para que esses cheguem lá. Mesmo assim, reconheço que as federais têm mais nível de renda do que as outras.

Sua frase é muito boa, ao dizer que a universidade é feita para atender os filhos dos ricos – está ocorrendo isso –, mas o certo seria dizer que a universidade é feita para atender o povo inteiro, não porque o povo inteiro entraria na universidade – o que nunca ocorrerá –, mas porque todos que terminam a universidade servirão ao povo como médico, arquiteto, engenheiro, filósofo ou como poeta, temos que fazer isso, temos que mudar.

Nós publicaremos a cartilha, que mostra um dos erros deste País. Se tivéssemos gastado mais em educação há 20 anos, não estaríamos gastando tanto quanto gastamos hoje com segurança, sem conseguir evitar a violência. Se gastássemos mais com esse panfleto que o Dr. Campos da Paz fez, que não custará nada, quanto não evitaríamos de gastos, sem falar do sofrimento. Ele contou-me sua história e foi por um triz que o senhor não teve um problema mais sério.

Isso mostra como certas providências baratas, na hora certa, evitam rombos imensos depois. Educação é um desses casos. Poucos gastos agora trarão benefícios imensos daqui a 20 anos. Se não o fizermos, vamos ter um grande gasto. Quando eu inaugurava uma escola, durante meu Governo, ao ser perguntado quanto custou – e jornalista adora fazer essa pergunta –, eu dizia que não iria dizer quanto custou, mas que custaria muito mais caro se não a fizéssemos. Todos perguntam quanto custará a alfabetização. Em vergonha, custará muito mais caro não alfabetizar todos os brasileiros agora. Esse panfleto é um bom exemplo do que aprendi com o Dr. Campos da Paz: o custo da omissão. Não fazer custa muito mais do que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador Leonel Pavan, costumamos dizer que prevenir é milhares de vezes mais barato do que remediar.

Eu teria várias perguntas a fazer, mas eu gostaria de me deter à área específica da pessoa portadora de algum tipo de deficiência. Sabemos que no Brasil – é uma estimativa aceita mundialmente – cerca de 10% da população tem algum tipo de deficiência, ou de necessidade especial – conforme a LDB diz – ou de excepcionalidade. Seriam 17 milhões de brasileiros, quase 20 milhões com dificuldade na área visual, cegueira, surdez, deficiência física, deficiência mental, autismo, paralisia cerebral, deficiências múltiplas, nas áreas mais variadas. Nesse sentido, em relação a essas pessoas, no decorrer dos anos, no Brasil, os pais, os amigos, os próprios portadores de deficiência se organizaram e constituíram entidades com vários objetivos. Primeiramente, para lutar pelos direitos fundamentais: educação, saúde, assistência, trabalho, previdência, sensibilidade e assim por diante. Em seguida, essas associações também se reuniram para apoiar as famílias. As famílias, em muitos casos, precisam de ajuda, e as associações existem para prestar atendimento.

As Apae, as Pestalozi, as associações para deficientes visuais têm, no Brasil, atendimento para a população que precisa de educação especial do nascimento até a idade adulta. A própria LDB dispõe que, quando se necessita de educação, essas pessoas que têm algum tipo de necessidade especial devem estar ou na classe comum – preferencialmente na classe comum; todo esforço deve ser feito nesse sentido –, quando as necessidades ultrapassarem classe especial, ou em escola especial de acordo com as necessidades do educando.

Sempre cito como exemplo um jovem de 15 anos de idade que tenha deficiência mental severa. Ele terá necessidades diferentes daquele jovem que está no ensino médio aprendendo física, química, matemática, pois precisará aprender a lavar a mão, a tomar banho, a se vestir, a ficar independente. A área da educação especial sempre teve, no decorrer dos governos de todos os partidos políticos, um apoio muito grande do Ministério da Educação. Menciono os atuais Senadores Jorge Bornhausen e Marco Maciel, que foram Ministros e muito dedicados à área. O próprio Ministro Carlos Alberto Chiarelli, na seqüência, que foi extraordinário para a área da educação especial. José Goldenberg foi acionado judicialmente por discriminação em relação à pessoa portadora de deficiência, porque dizia que se não tínhamos dinheiro nem para atender alunos do ensino regular, como iríamos atender a pessoas portadoras de deficiência. Foi responder na Justiça, já que não quis, naquela época, retratar-se em função dessa discriminação. Murilo Hingel foi, realmente, amado pela área; Paulo Renato, que também deu uma contribuição muito grande. Quer dizer, houve uma sensibilidade, nesse sentido, bastante significativa.

A indagação que fazemos é que gostaríamos de saber – e é uma área na qual me incluo por ter um filho portador de deficiência mental, participando do movimento de pais de maneira intensa – como está o posicionamento do MEC atual em relação ao portador de deficiência, seja na classe comum, seja na classe especial, e, particularmente, como está a valorização do MEC em relação ao movimento social organizado. Como o Presidente Lula sempre coloca, se quisermos avançar, teremos de trabalhar junto com a sociedade organizada.

Como estão os projetos que serão mandados, como a pessoa portadora de deficiência está sendo incluída em todas as ações do MEC, que é o grande objetivo da área, para merenda, livro didático, biblioteca, transporte, para criança na classe comum, para criança em escola especial, para todos serem bem

atendidos. Como está essa política? Por que não incluir também nas metas do MEC, que são 23, de uma maneira muito clara, uma meta específica desse compromisso do Governo Lula em relação à população marginalizada. O portador de deficiência no Brasil é ainda, infelizmente, muito marginalizado. Como está essa filosofia do MEC em relação ao portador de deficiência, assim como essa valorização da sociedade organizada? Lembro que na Irlanda foi feito um plebiscito para ver se o povo queria que essas escolas ficassem públicas ou comunitárias, mantidas pelos pais, pelos portadores de deficiência, pela comunidade. O resultado do plebiscito na Irlanda revelou que o povo queria que as escolas fossem comunitárias e recebessem, porém, os recursos do Poder Público, como se públicas fossem, porque estão, na verdade, atendendo a uma ausência do Poder Público. Aliás, na minha opinião, o Poder Público não deve ter uma escola especial nessa área, porque a comunidade pode fazer um trabalho envolvente, mais barato e de muita qualidade também.

Gostaria de saber a respeito da filosofia do MEC em relação ao portador de deficiência, à inclusão desse setor nas metas. Como está a valorização do movimento social?

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Fico muito contente com a pergunta do Senador, que me dá margem para dizer que esse é um setor em que estamos atrasados. Não o coloquei nas metas de propósito; nelas somente incluí as áreas em que já sabemos o que fazer. Não estamos ainda em condições de mostrar a nossa cara diferente para esse setor. Como V. Exª disse, todos fizeram um pouquinho, mas falei que nossa diferença não é fazer um pouquinho mais, é fazer tudo.

Penso que estamos em família e posso dizer que, até hoje – o Senador e eu temos discutido isso –, não consegui encontrar a pessoa que vai "carregar" essa área. Não quero nomear ninguém que o Senador Flávio Arns não queira, e nenhum dos nomes que levei a S. Exª foi aceito, assim como os que S. Exª me sugeriu também não os aceitei. Essa é uma questão nossa, porque não quero impor um nome ao Ministério.

Por que ainda não se chegou a um acordo? Porque esse é um setor para cuja dificuldade eu não estava alerta, apesar de que também tenho um irmão deficiente. Há disputa entre entidades e profissionais. É incrível – V. Exª sabe – como os profissionais, que são organizadíssimos, defendem uma coisa, e as entidades, como a Apae, que são maravilhosas, defendem outra coisa. Eles se chocam. Há os que querem colocar os portadores de deficiência dentro da escola regular, e há os que defendem um tratamento especial. É claro que todos têm um meio-termo. Há diferenças de acordo com o tipo de deficiência, como a cegueira e a deficiência locomotora. E existem ainda os Partidos.

Consegui nomear todos os meus Secretários num instante; fui até acusado de ter sido rápido demais e de não ter ouvido muitas pessoas. Entretanto, nessa área, eu e o Senador precisamos resolver isso. Não falei em parlamentarismo? Vamos combinar, vamos escolher, juntos, a pessoa; assim, poderemos dar o grande salto.

Esse povo não pode esperar mais, já são 90 dias. Estou aqui pedindo desculpas pela demora em mostrar a nossa diferença em relação a esse setor. Temos de chegar a um acordo, Senador. Vamos conversar mais sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O próximo inscrito é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Ministro Cristovam Buarque, inicio minha fala, parabenizando-o pela filosofia e pelos princípios apresentados por V. Exª e por sua gestão no Ministério da Educação.

A legislação do setor educacional foi sempre discutida e votada no Congresso Nacional praticamente por consenso entre todos os Partidos. O nosso Partido, mesmo sendo de Oposição, estará disposto a colaborar, para que possamos melhorar o setor educacional brasileiro, que tem enormes deficiências em todos os seus níveis de atividade. Esse setor precisa e pode melhorar.

Tinha pensado em algumas perguntas específicas, mas considerei ser melhor deixar as perguntas específicas para quando os projetos prometidos por V. Exª chegarem ao Congresso.

O setor educacional tem uma estrutura legal em funcionamento já antiga, de certa maneira. Há um capítulo sobre educação na Constituição Federal, que foi votada em 1988, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, votada anos depois, em 1996, que passou dez anos aqui sendo discutida. Até fui o Relator da última versão. Depois, houve também o Plano Nacional de Educação, aprovado no ano passado no Senado, com vigência de dez anos. E ainda há o Orçamento Federal, que, todo ano, evidentemente, aloca recursos para a Educação.

Creio que, na realidade, as modificações no sistema devem ser realizadas a partir da estrutura existente. Por exemplo, se V. Exª quer mudar a Constitui-

ção em relação à Educação, deverá nos enviar uma proposta de emenda constitucional, e discutiremos especificamente o que a emenda realizará. Se V. Exª quer mudar algo que depende de lei, então tomará a lei – no caso é a Lei de Diretrizes e Bases – e apresentará projetos que a modifiquem, o que daria unidade legal ao setor. Outra opção é criar uma lei mais específica, que pode ser citada na Lei de Diretrizes e Bases. Dessa forma, haverá essa estrutura.

Assim ocorre com relação ao Plano Nacional de Educação. Vamos falar da criação de um programa, como, por exemplo, o Programa de Fardamento Escolar, que já foi citado em algumas matérias, e sei que o Ministério o está preparando. Esse é um programa que não está previsto no Plano Nacional de Educação, pelo que me lembro agora. É polêmico sob o ponto de vista dos educadores, mas poderá ser incluído, desde que haja recursos, para ser discutido.

É importante que esses projetos venham com tempo, com prazo e com a filosofia de alterar o que já existe, pois, muitas vezes, ocorre o seguinte – e V. Exª já disse que não irá fazê-lo: há programas como o Fome Zero, que foi lançado como se não existisse nenhum programa no País de atendimento à população mais carente, com dinheiro, alimentação, etc.

V. Exª deu uma sugestão muito boa: que se utilizasse o Programa Bolsa-Escola, pelo fato de milhões de famílias carentes já estarem cadastradas. Se há recursos para dar a essas famílias, é muito mais rápido aumentar o Bolsa-Escola do que começar um projeto novo, Município por Município, no Piauí, no Ceará, onde quer que seja.

Assim, essa questão deve ser analisada de forma consistente; precisamos discuti-la especificamente.

Na semana passada, foi aprovada no Senado, já em segundo turno, uma proposta de emenda constitucional que retira recursos do salário-educação destinado ao ensino fundamental e os coloca na educação básica. Na hora, houve uma solicitação do Líder do PT, aparentemente a pedido de V. Exª, para que se adiasse a votação do projeto, o que não pôde ser feito. Até concordei com o adiamento, mas fomos derrotados. O projeto foi votado e aprovado. Esse projeto, de certa maneira, "cobre um santo descobrindo o outro".

Sabemos que o grande nó da baixa eficiência do ensino fundamental no Brasil está nos recursos aplicados, que são muito menores do que o mínimo necessário para que haja uma escola de qualidade mínima. Há alguns anos, dei-me ao trabalho de montar uma escola "ideal", que fosse a mais simples possível. Calculei o gasto com professores e outras despesas, para chegar ao resultado de quanto sairia o custo com cada aluno. A preços de hoje, seria algo em torno de R$1,2 mil. Na verdade, o preço médio, hoje, pela última pesquisa do Inep, é de R$666,00, se não me engano. Pelo Fundef, o preço é de pouco mais de R$400,00.

Enquanto não tivermos a possibilidade de oferecer R$1,2 mil por aluno para melhorar a produtividade, para melhorar o professor e tudo o mais que V. Exª disse, não vamos conseguir melhorar a qualidade. Já avançamos na quantidade, mas a qualidade é fundamental. Temos um aliado: as taxas de natalidade baixaram bastante. Poderemos esperar, a médio prazo, uma demanda menor nas escolas. Assim, poderemos atender melhor os alunos, em classes menores.

Contudo, ao mesmo tempo em que vou solidarizar-me com os princípios fundamentais mencionados por V. Exª – que não vou repetir –, gostaria de examinar os projetos, como Partido da Oposição, para discuti-los e colaborar com eles, para que se possa fazer o melhor.

Era o que tinha a dizer, agradecendo também a presença de V. Exª.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Em primeiro lugar, quero dizer que os uniformes foram incluídos no Orçamento a partir da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Sei que é polêmico, mas, em matéria de educação, tudo é polêmico, até ter ou não escola. Pensamos que a idéia da farda quebra a desigualdade que ainda existe dentro da escola por causa de roupa melhor ou pior, dá uma cara neste país inteiro de que essa meninada está, de fato, indo à escola. Acreditamos que seja positivo, e já estava no orçamento, graças à Câmara!

Quanto ao valor, para se ter uma idéia, se gastamos R$1.200,00 (um mil e duzentos reais), que, na verdade, seria o mínimo para se ter uma certa eficiência, por ano, gastaríamos R$4 bilhões. Ora, R$4 bilhões é o valor que arranjamos para o salário mínimo; R$3 bilhões e meio arranjamos, no ano passado, para uma única categoria de funcionário público que teve aumento. Foram R$3,5 bilhões! Não é um dinheiro exagerado. Mas ainda é pouco. Por quê? Porque as classes médias gastam R$12.000,00 (doze mil reais) por ano. Por que não podemos gastar R$6.000,00 (seis mil reais)? Não a partir de 2004, mas em um cronograma para 2006, aumentando-se paulatinamente. E aí, sim. O Senador José Jorge traz um ponto importante, para isso, exige continuidade. O programa educacional não pode ser do governo atual, tem que ser da sociedade brasileira inteira. A gente não fez um acordo para haver democracia, para haver eleição direta, para fazer uma Constituinte? Então, por que não

se chega a um consenso em relação aos gastos com educação ao longo dos próximos dez, vinte anos. A Irlanda fez isso. Hoje, é um país completamente diferente de dez anos atrás no cenário europeu. Eles se reuniram e fizeram um grande pacto. Entra governo, sai governo, e eles investem em educação, claro que mudando a maneira de investir.

Então, essa continuidade é fundamental. Por isso, é preciso que não seja só do partido que está no Governo, tem que ser de todos, e que todos tirem proveito disso e aceitem isso.

Finalmente, sobre os três instrumentos que temos: LDB, Orçamento e PNE. Em relação ao PNE, lamentavelmente, o Presidente Fernando Henrique fez alguns vetos que, de fato, nos atrapalham. Não me refiro ao veto de se gastar 7% do PIB em educação, porque 7% é pouco durante algum tempo, e não gostaria de ficar vinculado a essa porcentagem. Creio que precise de mais. E, se precisar de menos, para que pedir 7%?

Mas há outros vetos que, se derrubarmos, daremos um salto bom na educação, no Brasil.

Agora, precisamos mudar algumas coisas na Lei de Diretrizes e Bases, mas são mudanças pontuais visando a lei. O que realmente precisamos é de projetos novos, e projetos dentro das leis que estão aí – e aí, sim, dinheiro no Orçamento.

Quanto à continuidade, a mim ninguém me acusará de não estar comprometido com ela. Nada que o Governo anterior começou vamos parar. Aliás, esqueci-me de falar no provão. Vou falar agora. Esqueci-me, falando nisso. Nada vai parar.

Para se ter idéia, amanhã, vou a São Paulo inaugurar um projeto que, é claro, começou no Governo Fernando Henrique. Então, não só vou inaugurar como também liguei para o Ministro Paulo Renato e o convidei para estar lá comigo. Quero tê-lo lá para dizer: "Quero que vocês saibam que quem fez isso foi o Ministro Paulo Renato, não fui eu." Lamentavelmente, ele estará no Paraná, se o senhor liberar é capaz de ele ir comigo, mas mandará um representante. Isto é continuidade: manter e trazer junto. E dizer: "Fizemos isso. Quem começou foi ele, e continuei." E espero que façam o mesmo comigo, José Jorge. É uma questão de projeto. E quero discutir aqui, sobretudo com a sua experiência de ex-Secretário da Educação de nosso Pernambuco, para ver o que há de bom, de ruim, o que aceitamos ou não, onde chegamos ou não.

Finalmente, provão. Peço mil desculpas. O Senador não está aqui. Quando ele falou, anotei já a resposta. Ia dizer: perguntar se é favor ou não do provão é como perguntar a qualquer torcedor de futebol no Brasil se é a favor ou não do futebol. Do futebol, todos somos; agora, vamos ver qual é o time. Há uma coisa que o Paulo Renato e o Governo Fernando Henrique Cardoso fizeram que é fundamental: a cultura da avaliação. Isso é fundamental! E o provão foi o principal instrumento dessa cultura, embora não o único. Temos, hoje, diversos instrumentos. Então, não se pode parar isso; senão, será um grande retrocesso. Agora ele próprio, se ficasse aí, faria algumas mudanças. Nós também vamos fazer algumas mudanças com o tempo, mas jamais interromper o provão. Este ano não vai dar tempo de mudar nada, vamos manter como está. Porém, no próximo ano, discutindo com a comunidade e com os professores, vamos procurar melhorar o provão. Nem o nome nós vamos mudar, até porque esse nome não existe. O nome formal é outro. Esse nome ficou no imaginário.

Não podemos parar uma das boas coisas na educação brasileira: a cultura da avaliação. Está faltando mais avaliação. Ainda há pouca avaliação no Brasil hoje. Não se faz nada sério sem avaliação. Volto àquelas palavras que eu insisti muitas vezes: fingimento. Não fazer avaliação é fingir que o professor é bom e dá aula. Não fazer a prova é fingir que o aluno é bom e passou de ano. Precisa parar de fingimento. A maneira de parar de fingimento é a avaliação. E o provão é um desses instrumentos. Vamos mudar, como tudo o que é preciso, ao longo do tempo, para melhorar; jamais para parar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Ministro, antes mesmo de ouvir a sua palestra e o debate, eu iria registrar a minha satisfação pela nomeação de V. Exª para o Ministério da Educação. E mais ainda agora. De fato, o Presidente Lula acertou em cheio ao nomeá-lo Ministro da Educação.

Quero fazer uma observação a V. Exª, um homem cheio de idéias, um homem aberto, para – quem sabe! – reavaliar um pouco essa dicotomia do presidencialismo versus parlamentarismo. O parlamentarismo é muito melhor do que o presidencialismo. Infelizmente, em 1993, o Brasil perdeu essa grande oportunidade.

Falou V. Exª em três pontos fundamentais da ação do Ministério: a erradicação do analfabetismo, a questão do ensino básico, entrando pela educação infantil, e a universidade pública.

Acredito que a questão do analfabetismo é dura de se resolver. Historicamente ela tem sido de difícil

ação por parte do Governo Federal, com programas do regime militar como o Mobral, com programas que desde o Governo Sarney são tentados, eu não consigo e eu não entendi bem que ação será essa, quais são as ações de enfrentamento do analfabetismo e quais instrumentos serão utilizados diferentes do que foi tentado até agora. Essa é uma aflição que me pega mesmo depois dessas horas toda de debate. Não vejo, no sentido prático como enfrentar essa questão com o efeito produtivo que V. Exª colocou, quer dizer, que daqui a quatro anos, como disse V. Exª, acabaremos com o analfabetismo no Brasil.

Um tema que já até falamos por telefone, que me deixa muito preocupado, é questão do financiamento do ensino médio no Brasil. Quer dizer, será que é uma responsabilidade apenas dos Governos Estaduais? Porque eu penso que no ensino básico – e fico feliz de ouvir os elogios e as referências ao Ministro Paulo Renato – o Brasil tem dado sorte nessa área nos últimos oito anos e, pelo visto, no mínimo, nos próximos quatro anos com a presença de V. Exª. A questão do ensino básico e do ensino infantil, no Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito já avança no ensino infantil com recursos próprios, etc, está mais ou menos resolvido, mas o que mais verificamos é a ansiedade dos pais sobre o que fazer com os seus filhos no ensino médio, onde matriculá-los. Não há escolas. Na cidade do Rio de Janeiro não se constrói uma escola do chamado 2º Grau, o novo Ensino Médio, há muitos anos. E é isso que leva fundamentalmente a garotada para a marginalidade, para a ociosidade.

Quero concordar com V. Exª em relação à questão da verba. Nelson Rodrigues dizia "que paisagem é verba". Temos é que investir mesmo em educação, gerar esse impacto, essa ação suprapartidária. Creio que o Presidente Osmar Dias tem essa função pelo Senado de, junto com o Ministério da Educação, provocar, na elaboração do Orçamento, esse pacto em torno da educação e, de alguma maneira, encontrar fontes de financiamento pelo Governo Federal para o ensino médio.

É inviável para o Governo Estadual, a meu ver, mesmo com reforma ou redefinição tributária e nos padrões mínimos de razoabilidade, investir seriamente no ensino médio, principalmente para os grandes Estados, com grandes populações.

Acredito no caminho da praticidade: em vez de analisarmos o conjunto dos problemas e jogarmos para frente as ações, temos de, como disse V. Exª muito bem, vislumbrarmos no médio prazo e, ao mesmo tempo, agirmos no curto prazo.

No Rio de Janeiro, quando se deu a experiência da política de quotas, eu era Presidente da Assembléia Legislativa, e houve uma simultaneidade equivocada em relação à política de quotas para a educação, para o ensino público e para a questão dos negros, para o direito dos negros. Deveríamos, primeiro, avançar na política de quotas para a escola pública e, mais na frente, tratarmos da questão dos negros, que já está embutida na escola pública, porque a maioria das pessoas de raça negra está estudando hoje nas escolas públicas; a maioria dos nossos irmãos negros é pobre e está nas escolas públicas. Portanto, creio que a escola pública deveria, neste momento e nos próximos meses, ser privilegiada por V. Exª no Ministério da Educação, e deveria ser estabelecida a política de quotas.

Apresentei um projeto de emenda constitucional, PEC, que garante 50% das vagas das universidades federais do Brasil para alunos oriundos da escola pública, desde que realizado todo o ensino médio na escola pública. Há várias razões, Sr. Ministro. Não preciso convencer V. Exª, mas uma questão que tem sido pouco discutida, tanto no debate sobre a experiência da UERJ, como no Congresso Nacional, refere-se à inexistência de serviço público no Brasil ou no mundo que tenha qualidade, que seja vigiado de forma correta, sem que a classe média usufrua dele. Não existe nos Estados Unidos, na Europa ou na Ásia, e não será diferente no Brasil. A classe média tem de usufruir desse serviço. E o afastamento da classe média, durante a década de 80, para o plano de saúde particular, para a escola particular levou ao esvaziamento da política de saúde pública da escola pública.

Quando a classe média está afastada, quando só pobre usufrui do serviço, os jornais não cobram e, infelizmente, a atenção é muito inferior do que quando a classe média utiliza o serviço.

Então, a política de quotas força também a classe média a ir para a escola pública, pela percepção pragmática de que, estando o filho na escola pública, ele poderá também ter chances. Será mais um caminho de acesso à universidade pública, juntamente, é claro, com os filhos dos trabalhadores mais humildes.

Então, Ministro, vamos prestigiar essa possibilidade imediata. Que não seja o mesmo Projeto de Emenda Constitucional, mas que seja uma iniciativa de V. Exª, pelo Executivo. Parece-me fundamental já neste ano que tenhamos uma política de quotas para a escola pública, nas universidades públicas.

Por fim, relato uma experiência modesta. O Senador Leonel Pavan falava de turismo, e passou-me

pela cabeça que acabei de deixar uma experiência muito interessante, de doze anos, como Presidente de uma federação, de uma ONG, que são os Albergues da Juventude. Na Alemanha, são um milhão de sócios por ano; na França, 400 mil sócios/ano, e no Brasil, sem nenhuma ajuda governamental, são em torno de 60 mil sócios/ano.

Por que não uma experiência piloto, em alguns destinos turísticos interessantes e mercados emissores interessantes, do uso da escola pública, como ocorre na Alemanha e na França, para alunos da escola pública nos finais de semanas?

A ação para equipar essas escolas públicas é muito barata, trata-se de leitos coletivos, por sexo, masculino e feminino. Os banheiros e a estrutura da escola já existem. Já ouvi várias entrevistas de V. Exª e creio que é uma forma inclusive de incluir cada vez mais a escola pública no sentido comunitário da valorização, de ela ser a referência, o ícone da nossa sociedade.

É uma experiência que V. Exª certamente conhece e que é muito utilizada na Europa. Podíamos começar de maneira incipiente com essa experiência do uso da escola pública nos finais de semana para alunos da rede pública, pois viajar e conhecer novos lugares são formas de cultura e informação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Ministro Cristovam Buarque.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – De trás para a frente, em primeiro lugar, sou um grande admirador dos albergues. Aqui, no meu Governo, liberamos um espaço...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É verdade, eu era Presidente da Federação Brasileira de Albergues da Juventude, e V. Exª foi muito ágil. É isso mesmo.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – E fizemos um aqui, que está funcionando muito bem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Aliás, foi um dos raros Governos no Brasil que ajudaram o programa, enquanto, na Europa, prefeituras, governos estaduais e governo central ajudam muito.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Então, sou um admirador e acho boa essa idéia de usar mais para jovens, mas hoje estamos trabalhando num programa de turismo para professor, na idéia da auto-estima dos professores. Estamos trabalhando muito nesse sentido.

Quanto ao ensino médio, V. Exª não tenha dúvida: não pode ficar só "nas costas" do Governo estadual. O ensino médio tem que ser um programa nacional de todos e, portanto, liderado com recursos federais, ainda que a execução seja do Governo estadual. Não sou a favor de termos mais escolas federais, mas que passemos recursos para as escolas estaduais poderem funcionar.

Sobre as cotas, ao invés de mandarmos um projeto, prefiro apoiar o de V. Exª, acho que vale a pena, coloca em discussão, acho positivo para a escola pública. Digo a V. Exª uma coisa: não é para beneficiar os pobres, necessariamente, porque os pobres não estão chegando no ensino médio. É para beneficiar uma classe média mais baixa e alguns pobres que conseguem dar um salto, mas trará um grande benefício pelo lado contrário, que V. Exª deixou a entender, pois as classes médias altas colocarão os filhos na escola pública. E na hora em que fizerem isso, a escola pública melhorará, porque eles cobrarão, vão brigar e farão **lobby**. Então, nesse sentido acho que essa é uma idéia que levará à melhora da escola pública, necessariamente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Como foi, nas décadas de 1950 e 1960, o serviço público de educação.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Como foi na década de 1950, exatamente. Então, acho positivo por esse lado. Se beneficiará mais ou menos os pobres veremos ainda, mas é uma idéia positiva.

Finalmente, sobre o problema do analfabetismo, qual é a nossa diferença? Primeiro, é uma meta: não queremos apenas alfabetizar mais, queremos alfabetizar todos. Essa é uma diferença, estamos jogando prestígio – por enquanto meu, até fiz questão de deixar o Presidente meio resguardado disso. Estou me jogando nesse prestígio. Vamos abolir.

Qual é a outra diferença? Adotaremos todos os métodos. Todos. Não temos preconceito algum. Como tenho dito por aí, se inventarem injeção alfabetizadora, aplicaremos injeção em quem não tiver muito medo.

E, em terceiro lugar, queremos envolver todo mundo. O Governador do Ceará, por exemplo – estive lá esta semana –, está decidido que o Ceará será o primeiro Estado, e olhe que isso é mais difícil ainda do que o Brasil inteiro, porque o Ceará tem muitos analfabetos. Mas o Governador Lúcio Alcântara teve a sensibilidade de dizer: "O Ceará foi o primeiro Estado a abolir a escravidão, quatro anos antes do resto do Brasil. Então, faremos aqui um esforço para abolir o analfabetismo". Muitos prefeitos já estão disputando

entre eles qual colocará a primeira placa na entrada da cidade: "Aqui abolimos todo o analfabetismo".

Então, é a questão do envolvimento, da tolerância com todos os métodos e existir a meta, e, obviamente, para isso, ter dinheiro. Estamos angariando os recursos para viabilizar isso. Já temos alguns e achamos que será possível conseguir.

Finalmente, algo que não se fala, em geral: acho que a boa coisa, Senador, da escola pública em relação à universidade é a adoção de um sistema de vestibular que não seja uma única prova, como foi adotado aqui em Brasília, na época do meu Governo. Aqui se chama PAS (Programa de Avaliação Seriada), em que o estudante faz uma prova no final do primeiro ano, no final do segundo e no final do terceiro, e a média é que o coloca dentro da universidade. Isso hoje já é aceito, Santa Maria faz, toda a Paraíba faz, e Brasília.

Se pudéssemos levar isso para o Brasil inteiro, junto com a idéia de que, se existem cem vagas na universidade, cinqüenta iriam para a escola pública, através desse sistema, aí obrigaremos os alunos a realmente estudarem na escola pública, e durante os três anos. Senão haverá muita gente – quem tiver dinheiro – que se inscreverá na escola pública e terá uma escola particular de tarde, entrando na escola pública só para obter o privilégio de garantir a cota e estudando numa particular. Se colocássemos essa idéia do PAS, ou com outro nome, vinculado a vagas já pré-determinadas, seria muito bom. Porque aqui não é assim. Na UnB, 50% das vagas vai para o PAS, mas não para a escola pública. O PAS abrange alunos de todas as escolas, particulares ou não, e em geral têm passado mais, obviamente, os das particulares. Seria um PAS vinculado à escola pública. Isso poderia dar o salto que V. Exª está desejando. Criar-se-ia um grande **lobby**. Aquele **lobby** do qual reclamei, pois não existe no ensino médio, vai aparecer rapidamente nessa hora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Ministro Cristovam Buarque, primeiramente, registro a nossa satisfação de contar com a sua presença nesta Comissão de Educação.

O Senador já se antecipou em algumas questões que eu iria abordar, inclusive no que diz respeito ao analfabetismo. Gostaria de fazer uma ligação com uma outra questão. É impossível fazer-se a erradicação do analfabetismo sem utilizar a capilaridade existente no sistema educacional brasileiro, que passa obrigatoriamente por Governos estaduais e municipais, e também sem envolver a sociedade civil organizada, pois há muitas organizações, muitas ONGs atuantes nessa área, que podem contribuir de forma efetiva se tiverem algum tipo de sustentação.

Como V. Exª já respondeu a essa questão, quero tratar de um outro assunto e pedir um pouco mais de esclarecimento. Houve modificações na legislação ao longo dos últimos anos. E a modificação que mais me assusta, por suas conseqüências, é a Emenda Constitucional nº 14, que acabou gerando o Fundef. Essa emenda gerou vínculo de recursos para o ensino fundamental, mas deixou a educação infantil e o ensino médio desprotegidos. O Estado e o Município destinam, se puderem e tiverem condição, seus recursos a esses dois setores, depois de atenderem à obrigatoriedade da aplicação dos 15% no ensino fundamental.

Com essa emenda constitucional, a União acabou ficando com um papel complementar, de pouca expressão. Era a própria União que determinava qual o valor, e, durante um bom período, este ficou muito abaixo da real necessidade.

O debate da emenda constitucional que flexibilizou o uso do recurso do salário-educação não apenas para o ensino fundamental, mas também para a educação infantil – inclusive, foi feita a solicitação de um debate mais amplo, com mais tempo para se discutir a questão do ensino médio – deve-se já por conta desse engessamento. Como não há um sistema único de educação – as redes estaduais e municipais são muito diferenciadas de um Estado para o outro, de um Município para o outro –, existem alguns engessamentos. Há Municípios em que o ensino fundamental é praticamente atendido pela rede estadual. O Município não tem necessidade, às vezes, de aplicar os 15% no ensino fundamental. Poderia até estar aplicando em outro nível de ensino, mas não pode. Se não fizer isso, perde o recurso na distribuição.

A flexibilização do salário-educação direcionado à educação infantil pode ser visto sob a ótica de "cobertor pequeno" – de tirar de uma área e passar para outra, de tirar do ensino fundamental e passar para a educação infantil –, mas teve também um caráter de flexibilizar um pouco o engessamento que a Emenda Constitucional nº 14 e a lei do Fundef acabaram dando, conforme o estabelecido nas questões de financiamento.

Por isso, gostaria que V. Exª aprofundasse um pouco as perspectivas concretas do Fundeb. Sabemos que é uma das metas para 2004, mas gostaría-

mos de ter um pouco mais de detalhes sobre essa questão, que nos agonia bastante.

Acredito que seja prioridade a derrubada dos vetos do PNE. V. Exª também tem insistido nessa questão, para que possamos dar-lhe um novo rumo, principalmente no que diz respeito aos vetos ligados a financiamentos.

Por último, Ministro Cristovam Buarque, V. Exª falou de uma quarta questão: a comportamental. Ou vamos encarar isso de forma muito franca e aberta com a sociedade brasileira, ou, então, também não adianta a educação. Há muita gente que sabe, mas devemos considerar o comportamento social, a maneira como a sociedade lida com os comportamentos, principalmente com os de determinadas classes, de determinados segmentos, que não sofrem qualquer tipo de retaliação social. Isso é muito importante. Estabelece-se a faixa de pedestre não como um programa de trânsito, mas como um programa educacional. Isso mexe em comportamentos, tal como acontece com o filhinho de papai que julga ter todo o direito de fazer o que bem entende. Esse enfrentamento dos comportamentos anti-sociais é uma tarefa de fundamental importância. Achei muito interessante V. Exª colocar isso como tarefa de Governo, como tarefa do Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro Cristovam Buarque.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Esse é um setor que, ao lado do ensino especial, está um pouco atrasado. Concentramo-nos muito nos outros três.

Sobre o Fundeb, gostaria de dizer que, no dia 25 de abril, em Natal, haverá a reunião dos Secretários estaduais. Espero levar a essa reunião um projeto de lei do Fundeb, para ouvir o que os Secretários pensam. Provavelmente, trarei o projeto para os Senadores desta Comissão para uma discussão informal, para ouvir sugestões, idéias. Aqui já existem projetos sobre a matéria. Então, seria a questão de ver se deveria apresentar mais um ou não. Depois eu o levarei à Presidência da República para que seja aprovado.

A capilaridade, nós a estamos usando. Não estamos fazendo a alfabetização com entidades novas. Estamos usando muito bem, sim, a Comunidade Solidária, que alfabetizou três milhões nos últimos oito anos e tem uma bela experiência. Dissemos a eles que, em vez de alfabetizar mais, escolham algumas cidades para resolver o problema de uma vez. Eles estão escolhendo. Estamos trabalhando. Achamos que vamos chegar lá por essa capilaridade.

Quanto ao Fundeb, espero em breve obter essa proposta. Obviamente, haverá grandes dificuldades financeiras, porque aumentará muito o número, porque incorpora os alunos da pré-escola e os do ensino médio. Teremos dificuldades financeiras, mas vamos lançar o Fundeb, discuti-lo e criar um cronograma. Não é preciso adotá-lo de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Ministro encontra-se aqui, gentilmente, respondendo a todas as questões, mas quero lembrar que temos um limite de tempo em virtude da sessão do Senado e da agenda do Ministro.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – E é preciso respeitar o programa fundamental do Governo, que é o Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há mais quatro Senadores inscritos. Portanto, peço-lhes compreensão e objetividade.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Ministro Cristovam Buarque, quero parabenizá-lo. Entendo que a Educação está em boas mãos. Reconheço a seriedade de V. Exª, que se apresenta de forma correta, diria até como Ministro da Educação do Brasil, Ministro do Brasil, não como Ministro do Governo ou Ministro do Partido dos Trabalhadores, na medida em que busca essa somação. Digo isso muito à vontade, porque sou daqueles Senadores que não se incluem na Bancada de sustentação do Governo e muito menos na da Oposição. Considero-me Senador da República, não Senador de "A" e nem de "B". Portanto, fico muito à vontade para me expressar dessa forma.

V. Exª diz que o Brasil não é uma República, quero concordar com a afirmativa, diante da justificativa apresentada por V. Exª, pois de fato as elites, como bem diz V. Exª – prefiro utilizar o termo "classes dirigentes", o que dá no mesmo –, realmente devem muito ao povão, que delas está bem distante.

Permito-me, no entanto, acrescentar que o Brasil não é uma República, como bem disse V. Exª. E digo que não é uma República federativa, o que é muito lamentável. Não é República e não é federativa.

Nesse sentido, indago o que V. Exª acha da necessidade, que ainda hoje está vigente, de o Governo, de a União precisar liberar recursos para a construção de uma escola de ensino fundamental até mesmo em um povoado longínquo de uma cidade interiorana do meu pequenino Estado de Sergipe. Essa necessidade caracteriza muito bem o fato de que o Brasil realmente não é uma República federativa.

A participação maior dos Estados e Municípios na tarefa educacional é salutar. Concordo com o que V. Exª disse. Fui Prefeito de Aracaju em 1994, em 1995 e em 1996. Em 1995, o Município utilizou 37% do seu orçamento para a Educação, valor muito superior ao mínimo legal estabelecido. Vejo que os Municípios e os Estados não possuem os recursos necessários – parece-me que V. Exª também afirmou isso – para, nessa parceria dos três níveis de Poder, promoverem exatamente o desenvolvimento da Educação no País.

Recordo-me – batendo, inclusive, na tecla da Federação a que me referi há pouco – que, em 1996, recebemos recursos do MEC para a construção de uma escola, os quais foram aprovados e liberados. Quando da execução da obra, chegamos à conclusão de que eles eram mais do que suficientes para a proposta apresentada. E foi uma luta, Sr. Ministro, para que o Município de Aracaju tivesse o direito de utilizar aqueles recursos para a ampliação ou a construção de outra escola. Inclusive, chegamos a não receber autorização do MEC e recebemos uma diligência do Tribunal de Contas da União, que existe, nesses casos, para ampliar os gastos na atividade-meio e não na atividade-fim. Daí eu informar que, realmente, não vivemos numa Federação. Antes de ser aracajuano, aquele povo é brasileiro. Concordo com V. Exª. Portanto, a responsabilidade é do MEC.

Concordo com a urgência de uma lei de responsabilidade para os gestores da Educação, assim como há a Lei de Responsabilidade Fiscal. Posso até concordar com a afirmativa do parlamentarismo no plano nacional, mas, já no estadual e municipal, discordo. As Assembléias Legislativas e as Câmaras não têm competência legislativa, que está completamente concentrada na União. Isso dificulta as ações educacionais e as ações nos demais segmentos, porque, na maioria das vezes, os Municípios e os Estados poderiam desenvolver a sua criatividade legislativa diante das especificidades e da extensão territorial continental do País. Isso não tem sido possível. Há dificuldades. Daí entender que o Ministério, como gestor maior, até poderia ser um fiscalizador da execução desses planos, mas não o executou na ponta exatamente pela dificuldade diante da nossa extensão.

V. Exª fala em equipar as escolas. Nesta semana, recebi um documento das mãos de Alberto Accioli Bonfim, diretor de uma escola agrotécnica no meu Estado. Sr. Ministro, encontro-me hoje aqui porque tive a felicidade de saber da existência dessa escola de nível médio no meu Estado. Ele diz: "Sou homem do interior de Sergipe, de pais pobres, e não tinha condições de estudar. Se não fosse essa escola, que me dava a sala de aula, a mesa, a refeição e o dormitório, eu não poderia estudar". Aliás, aqui mesmo, ele diz, em seu relatório, que passarei às mãos de V. Exª, com um ofício: "As dotações orçamentárias anuais trazem pouco recurso para investimento, o que impossibilita aquisições suficientes para atender a todas as necessidades pedagógicas, à manutenção do internato e à modernização da escola. Soma-se a isso a dificuldade na obtenção de convênios específicos para reverter essa realidade e a falta de apoio político no sentido de lutar e tornar realidade os projetos encaminhados a Brasília. É uma escola agrotécnica cujos equipamentos, tratores, datam de 1993 – dez anos, portanto –, imprestáveis, obsoletos a essa altura".

Ao final, ele diz: "Portanto, esperamos um trabalho parlamentar que possa oferecer novas oportunidades a esses jovens, normalmente oriundos de famílias carentes [e ele não errou], que, sem o regime de internato, praticamente estão impedidos de dar continuidade aos estudos após o término do ensino fundamental, ficando impossibilitados de realizar seus sonhos de crescimento pela educação".

Parece-me que ele estava exatamente pensando em José Almeida Lima quando redigiu esse relatório. O regime de internato me possibilitou sair de uma cidade do interior, agrícola, pecuarista, para a grande Aracaju, onde essa escola se encontra situada. É o que ele diz: que foi exatamente o internato que lhe deu a possibilidade de ter cama, roupa lavada, mesa e sala de aula.

Os programas do Governo que eliminaram até mesmo a merenda escolar e a alimentação para o ensino médio levam à falta de recursos, impedindo que essa escola dê continuidade a esse intento, diminuindo, inclusive, a capacidade de matrículas, porque os outros recursos orçamentários – e hoje se trata de uma autarquia – não são suficientes para dar toda a cobertura alimentar para o número necessário anterior. Muitos alunos, muitos sergipanos do interior, estão fora disso.

Eu gostaria de saber como V. Exª encara essa realidade e o que fará exatamente para esse ensino médio. V. Exª fala das emergências para as universidades. O aluno está deixando as universidades particulares, privadas, por não ter condições de pagá-las. Eu acrescentaria que muitos alunos do sexo feminino continuam ali porque estão se prostituindo, Sr. Ministro, para continuar a pagar a mensalidade. É duro ter de dizer isso no Senado Federal, na República brasileira, mas é preciso que se diga. E acredito piamente que V. Exª tenha essa informação.

Onde está o crédito educativo, que tive de utilizar e do qual gostei imensamente? Tive alegria ao pagá-lo – porque vi que não me sacrificava –, após a minha conclusão do curso superior, com juros módicos. Ao contrário, devo dizer que fui excluído no início, mas eu tinha necessidade de obter o crédito educativo, além de um estágio no Projeto Rondon, para poder me manter e continuar os meus estudos de nível superior, que facilitaram, que permitiram a minha vinda para cá.

Concluo, Sr. Presidente, atendendo ao apelo que V. Exª faz.

Essa é a realidade, e pergunto a respeito do crédito educativo. É preciso que essas coisas que ocorreram no passado no País continuem. Por que mudaram? As coisas boas neste País mudam! Também acabou o Projeto Rondon, uma escola de formação e de civismo! A desagregação social que vivenciamos hoje, os valores morais, o esgarçamento do tecido social, Sr. Ministro, existem exatamente porque há desagregação na família, na escola, na igreja, no local de trabalho, no clube social. Perdemos referenciais éticos e morais. Recordo-me de que, no ensino fundamental, no primário, como se chamava na minha época, eu aprendia a rezar, a cantar o Hino Nacional num dia determinado da semana. E esses valores foram mudados. Buscamos referências modernas, porque os outros eram "caretas".

Eu diria como Athaulfo Alves: "Que saudade da professorinha, que me ensinou o bê-á-bá!". Trocaram-na até por uma tia.

É só, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Cristovam Buarque.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Em primeiro lugar, Senador, eu quero dizer que trocar professora por tia tem uma importância, a meu ver, bem forte também, negativa eu diria. Estou de acordo com V. Exª. Há uma diferença. Professora e professor têm uma força muito maior. Eu estou de acordo.

Quanto ao Rondon, eu também acredito que deveria ser votado algum tipo de programa de mobilização de jovens ao redor do Brasil. Acerca do crédito educativo – essa é a grande pergunta – ele será anunciado já, agora em maio. Nós tivemos de dar um tempo, pois quisemos reformulá-lo em dois sentidos: primeiro, para não ser todo ele financiamento, para uma parte ser bolsa. Então, tivemos de refazer. São setenta mil financiamentos e trinta mil bolsas, que não terão de ser pagas de volta.

A outra mudança é a definição de critérios. Nós incluiremos nos critérios que eles venham de escola pública; que sejam professores, ou seja, atuem em áreas de magistério, licenciatura ou pedagogia; incluiremos a região – se for do Sergipe, terá mais vantagem do que se for do Sul. Ou seja, definimos uma fórmula que leva em conta uma porção de características para a escolha. Agora em maio já o lançamos e, no primeiro semestre, isso será possível. Claro, teremos de resolver um problema, mais uma vez financeiro, qual seja, para onde vai o dinheiro oriundo da Loteria, e que deveria vir para o Fundo.

Finalmente, agradeço ser um Ministro do Brasil. Acredito que, de fato, ao assumir um Ministério, não ficamos sob partido. Eu aprendi com o Presidente Lula que disse, desde o começo, que S. Exª não é Presidente do PT, mas é um Presidente do país inteiro e de todos os brasileiros. Eu sou Ministro, sem dúvida alguma, de todos aqueles envolvidos na educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Ministro Cristovam Buarque, nobre Senador, eu já fiz esta pergunta pela manhã, quando V. Exª esteve em outro trabalho aqui, na Casa. Mas, eu insisto nisso, pois está nesta Comissão um projeto de três Srs. Senadores apensado a estre projeto. Eu pedi vista do projeto, já sabendo do propósito de se enviar para esta Casa uma proposta ampliada, a do Fundeb. Mas, a pergunta que eu fiz, e conversando sobre esta questão, foi a de qual garantia que virá mesmo. Então, é essa a preocupação que paira sobre alguns pares. É claro, eu não conversei com todos, mas essa é uma preocupação. Eu gostaria que V. Exª discorresse um pouco sobre a diferença entre o Fundef e o Fundeb, até para auxiliar no meu parecer, e que facilitará a votação nesta Casa. Seria basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Eurípedes Camargo.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Eu posso garantir que, muito breve, sairá do MEC para as autoridades superiores. E essas autoridades – principalmente o Presidente Lula, especialmente – têm manifestado, enfaticamente, o seu compromisso com o Fundeb. É um compromisso que vem do Partido, do programa de Governo e da transição. Quando formos aumentar o Fundef, em muito pouco, em 6%, eu estive com o Presidente da República e disse a S. Exª que estávamos em falta, porque deveria ser 700%. Eu disse a S. Exª que o nosso Partido sempre

defendeu setecentos; e S. Exª disse "não só isso; a lei manda setecentos". Ou seja, S. Exª tem o compromisso e eu espero que isso ocorra.

A diferença é muito simples: o Fundef é um fundo para o ensino fundamental, ou seja, de seis ou sete anos até os quatorze anos e o Fundeb é para o ensino básico, o que inclui de quatro a seis anos e de quatorze até dezessete, dezoito anos, que vai até a última série do ensino médio. Isso significa que custará muito mais caro. Mas se trata daqueles investimentos que custam mais caro quando se faz, mas que trazem uma economia enorme depois de feitos.

O Brasil não precisaria estar tão envolvido na luta contra a violência hoje se houvéssemos gasto mais dinheiro com a educação, há vinte anos. Não precisaria. Isso não quer dizer que a educação faz santo. De forma nenhuma. Há muito bandido educado; mas a violência diminui. Há bandido educado, mas a violência é muito menor. A violência endêmica é fruto de um processo de deseducação, não somente da instrução, pela falta de oportunidade na vida, como também pela falta do comportamento. Uma boa escola, que transmita solidariedade na escola fundamental, que transmita noções de direito na escola fundamental e no ensino médio, o que certamente reduz a violência. Além disso, criam-se oportunidades iguais, porque essa é a grande vantagem da educação. Ela não faz as pessoas iguais, mas faz as pessoas terem oportunidades iguais na vida. Reduz-se a violência.

O Fundeb vai custar caro. Não tenho ainda a posição das autoridades fazendárias, até porque não mostrei ao Ministro Palocci. Nem tenho as contas prontas; eu as terei no dia 25 de abril, em Natal, porque quero que os primeiros a tomarem conhecimento disso sejam os Secretários estaduais. Aí eu as trarei para cá e, em maio, discutirei com os Secretários municipais. Com isso, a gente começa a formular o projeto, que vai depender do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Ministro, quero dizer que é sempre um prazer poder ter uma aula com V. Exª. Também quero falar da minha alegria de ser aprendiz.

É claro que tudo o que V. Exª diz aqui é muito importante, mas gostaria de frisar a intenção de derrubar os fingimentos. Um grande fingimento que acontece no meu Estado, Rondônia – e creio que isso se dê na maioria dos Estados considerados como periferia –, diz respeito à questão do ensino médio: para se superar a demanda reprimida, opta-se, nos Estados, pelo ensino supletivo nos cursos noturnos. É uma fábrica de diplomas, que precisamos combater o mais rápido possível.

Fico feliz porque comungo da sua idéia de que a qualidade na educação tem que vir com alegria, com música, com esporte. Meus filhos, assim como eu, também estudaram em escola pública. Hoje, por termos uma situação melhor, eles estudam em escola particular. Sentimos isto na pele: o quanto é diferente o que pudemos dar.

Gostaria de parabenizá-lo pela meta estabelecida de implantar o Fundeb já em 2004, porque acredito que é fundamental atingir essa outra meta de estar entre as dez melhores posições na disputa mundial dos sistemas educacionais.

Quero também recomendar, uma vez que isso não aparece entre as metas do Ministério, que nós tenhamos um outro olhar – e digo nós, porque também estou disposta a trabalhar por essas metas, para que elas se concretizem, para que, assim, possamos alcançar a nossa utopia da escola pública de qualidade – sobre os outros profissionais da educação que não são visíveis. Gostaria de lembrar o seu projeto de profissionalização dos funcionários da escola, quando à frente do Governo do Distrito Federal. Pretendo ver como meta, o mais rapidamente possível, esse setor tendo o privilégio de ser profissionalizado. Não há como falarmos em inclusão na escola pública se não tivermos a concepção de que os funcionários da escola também são educadores. Gostaria muito de dialogar sobre isso.

Por fim, quero dizer que serei uma guerreira incansável, aqui dentro, nessa luta pela implantação do Fundeb e por essa proposta magnífica que é a inclusão pelo fim do analfabetismo.

Pegando um gancho da sua fala com relação aos bandidos educados, penso que eles são os piores, porque se utilizam dos bandidos pobres, deseducados, e não vão para as prisões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro Cristovam Buarque.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Senadora Fátima Cleide, agradeço-lhe muito por ter trazido aqui um ponto polêmico; gosto de polêmica.

Do mesmo jeito que passamos a chamar professoras de "tia", passamos a tratar todos os trabalhadores do setor educacional por "trabalhadores da educação". Temos que fazer uma diferença, não porque um professor seja mais importante do que um merendeiro como ser humano e nem no exercício de distribuir a merenda ou de dar aula, mas professor é

professor. Fico encabulado, porque sou professor também. Não quero nunca trazer isso como uma defesa minha.

Por exemplo, não dá para dizer "trabalhador do futebol" e tratar Ronaldinho como um massagista. O profissional massagista é muito importante, mas é o jogador Ronaldinho quem faz gol. O professor é quem põe Matemática na cabeça da criança. Sem o massagista, Ronaldinho não joga; sem a merendeira, a criança não estuda. É claro que a merendeira é fundamental, mas a gente tem que fazer a especificidade.

Às vezes, querendo buscar igualdade, ao invés de igualar, diluímos o papel do professor, e não podemos fazê-lo, pois isso tira a sua auto-estima e a da merendeira, que deixa de reconhecer que o seu trabalho é fundamental como merendeira, não como trabalhadora da educação! E o da professora é fundamental, não como trabalhadora da educação, como professora. Penso que precisamos, para elevar a auto-estima, não diluir mais, dar o devido respeito a cada uma das profissões. Não pode é o professor tratar a merendeira ou o merendeiro como inferior, mas não diluir como se fosse a mesma coisa. A mesma coisa ocorreu quando alguns movimentos feministas terminaram querendo fazer com que não houvesse diferença entre homem e mulher; há a diferença, agora o respeito é que tem que ser mútuo.

Eu gostaria muito de aprofundar esse debate, mas creio que, para haver uma boa educação, não podemos diluir cada uma das categorias dos trabalhadores da educação em um só ente abstrato, sobretudo, não pode diluir o papel e a responsabilidade do professor. Sem uma boa merendeira, o aluno não estuda. Mas quem é responsável pela educação da criança é o professor. Se a criança não aprende, a culpa não é da merendeira; a culpa é da professora. Temos que colocar o assunto em pauta. Isso faz com que transformemos a professora ou o professor no grande herói brasileiro. E é isso que está faltando, em parte, para melhorar a educação.

A Senadora Iris de Araújo me perguntou o que falta? E eu lhe respondi: o professor. Vou dizer professora, porque acho até lamentavelmente que a grande maioria do ensino fundamental é professora, estão faltando mais homens. Até disse aqui que eu estava querendo propor, quando era Governador, colocar quota para homem no concurso de professor, porque penso que melhoraria, daria um salto bom na relação afetiva; é uma afetividade diferente, e precisa disso. Tem que ter a valorização para todos.

Agora, essa diferença, nós a temos que fazer: a do professor. Como eu estava dizendo, temos que transformá-lo – eu chamei de professora ou professor – no grande herói nacional. Tenho dois minutinhos em um programa na **Voz do Brasil**, uma vez por semana. No de sexta-feira, eu estava dizendo que nos Estados Unidos o astronauta é o herói. Não vamos ter astronauta, a não ser pegando carona agora no foguete americano, como estão aprontando. O nosso herói é o astronauta do futuro; e o astronauta do futuro é o professor. É o que nos faz navegar em direção ao futuro. Então, tem que fortalecer a personalidade do professor, tem que diferenciá-lo das outras, não só educação, tem que diferenciá-lo dos geólogos, dos engenheiros, dos advogados, dos Senadores. O professor tem que passar a ser o grande construtor deste País. Então, diluí-lo como trabalhador da educação, acho que pode enfraquecer essa auto-estima, essa valorização, com todo respeito que tenho aos outros trabalhadores. Inclusive, se formos dessa forma, vamos, então, falar sério: o pedreiro que fez o prédio da escola é trabalhador da educação, ou não o é? O marceneiro que construiu a cadeira, o operário que fez a caneta, o tipógrafo que editou o livro: todos são trabalhadores da educação; e os Senadores também o são, porque põem dinheiro no Orçamento. Aí dilui o papel do professor.

Vamos fortalecer a especificidade dessa coisa maravilhosa que é o professor primário, para não falar da minha área que é a universidade e que não merece muita coisa. O professor ou a professora primária tem que voltar a ser o centro deste País. Como alguém falou: quando éramos pequenos, bastava ser marido de professora que já era importante; temos que voltar a isso. E aí a diluição diminui. Mesmo assim, acho que a sua crítica é correta. Falo pouco dos outros profissionais; nisto estou de acordo. Penso que tenho que falar de todos eles, mas sem diluir, mostrando que cada um tem a sua função, e essa função é muito importante para cada um. Agora, quem põe matemática e português na cabeça dos meninos é o professor, não é o pedreiro que fez o prédio. Agora, sem o prédio, o professor não dava aula. Mas quem põe mesmo é professor. Do mesmo jeito que quem faz gol é Ronaldinho; não adianta diluí-lo na categoria de trabalhadores do futebol. Mas vamos continuar discutindo isso por muito tempo ainda.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – A valorização dos profissionais outros também é incorporada à formação dos professores. Não estou aqui dizendo que professor é menos dos que os outros, não.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Sei que não é menos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – A minha preocupação é no sentido de incluir os que não têm visibilidade na educação e que também têm a sua função educativa.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Isso tem toda razão. Isso foi uma falha minha e tem sido, aliás. Foi ótimo ter trazido. Temos que falar na valorização de todos aqueles envolvidos na produção do aluno. Mas tem que diferenciar a especificidade de cada um e dar uma nobreza maior àquele que tem o exercício do magistério. Essa é uma figura especial, professor primário e secundário. Universitário é outra coisa, sabem brigar por eles, estão em um outro patamar. Então não é nada em causa própria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas. O último inscrito é o Senador Valdir Raupp, que pediu a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Ministro, é uma satisfação muito grande recebê-lo aqui. Faço minhas as palavras dos Senadores que me antecederam de referência a V. Exª, porque o tempo está um pouco avançado. V. Exª elucidou muitas das minhas dúvidas nesta área relativa à educação. Hoje tenho certeza de que a educação está em ótimas mãos. Realmente V. Exª é Ministro da Educação do Brasil.

Quero fazer duas perguntas. Muitas pessoas têm dúvida a respeito do contingenciamento do governo em todos os Ministérios, em todos os segmentos e nos procuram por sermos do bloco de apoio ao governo e por sermos de Minas Gerais, um grande Estado, agraciado por boa parte das instituições federais de ensino superior.

A primeira: o Decreto nº 4.594, de 2003, que dispõe sobre a realização dos Restos a Pagar, no seu art. 5º, diz que os Ministros do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda poderão autorizar, mediante portaria interministerial, por solicitação circunscrita pelo respectivo Ministro, a realização de despesas que não atendam às disposições previstas neste decreto. Diante disso, V. Exª vê a possibilidade de liberação do repasse de 75 milhões destinados a Restos a Pagar a 53 instituições federais de ensino superior?

Segunda: As instituições federais de ensino superior tiveram aprovados, no Orçamento a ser executado em 2003, R$92 milhões para pagar despesas de custeio. Existe a previsão para a liberação desses recursos a partir de maio?

Pergunto isso, Sr. Ministro, porque dentro desses recursos está prevista a realização de concurso para preenchimento de cargos.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Primeiro para preenchimento de cargos. Está praticamente autorizado pelo Ministro Guido a possibilidade de contratarmos os professores e o pessoal para os hospitais universitários, e não tenho dúvida de que isso irá acontecer.

Quanto a Restos a Pagar, vamos ter que lutar e estamos lutando não só pelas universidades, mas para todos os outros setores que têm Restos a Pagar, como Proer, Proep, Bolsa-Escola têm quase R$300 milhões. Mas, de qualquer maneira, do Orçamento de 2003 já liberamos, até 28 de março, R$79 milhões. Ou seja, estamos caminhando para atender ao que as universidades têm direito. Houve um aperto no primeiro momento, e a última conversa que tive com o Ministro Palocci é de que há possibilidade, sim, de acordo com a receita de, mais dia menos dia, discutir-se a possibilidade de mais recursos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

Agora se inscreveu também o Senador Reginaldo Duarte.

Vamos ouvir os dois e, depois, o Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Gostaria de parabenizar o Ministro da Educação, Senador e Professor Cristovam Buarque, pela sua luta obstinada em defesa da educação do nosso País. Sei que quase tudo que vou perguntar já foi falado. Entrei com um projeto no Senado estendendo os benefícios do Fundef para jovens e adultos acima de 14 anos, porque o Fundef só atende até 14 anos, o ensino fundamental, para que eles possam ser incluídos também. Os Municípios e os Estados alegam que muitas vezes não podem investir nessa faixa de alunos porque o Fundef não a alcança. Sabemos que toda lei não é completa, mas pode ser aperfeiçoada.

A segunda pergunta é referente à Lei de Responsabilidade Fiscal. Fui cobrado por alguns prefeitos do meu Estado. Dizem que a lei é muito boa, que veio moralizar a situação das prefeituras, dos Estados, com mais investimentos nas áreas sociais, mas que deixou também uma lacuna, um problema: chegando aos 60%, as prefeituras não podem mais contratar nem professores. Um prefeito não pode investir 30%, 35% em Educação, principalmente na área de pessoal, pois está limitado à Lei de Responsabilidade Fiscal.

São essas as indagações, Sr. Ministro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de o Ministro se pronunciar, vamos ouvir o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Ministro, sabemos que as universidades particulares estão aumentando em progressão geométrica em relação às federais, naturalmente devido à inexistência de vagas nas universidades federais, por falta de investimentos e outros fatores.

As universidades particulares estão se preocupando com o índice de inadimplência que, naturalmente, poderá vir. A maioria dos pais não consultou os seus orçamentos antes de colocar seus filhos em universidades particulares. Pensando nisso, eu já estava estudando um projeto, visando à criação da poupança educativa, dentro dos paradigmas da poupança da casa própria.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Muito bem.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Como V. Exª já demonstrou que, em breve, irá lançar um crédito para amparar esses estudantes, não permitindo que se esvaziem as escolas, tanto a escola pública como a privada, gostaria que examinasse esse parâmetro, verificando ainda a possibilidade de os pais aplicarem os recursos do FGTS também na educação dos filhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Cristovam Buarque.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Em primeiro lugar, nunca tinham me falado sobre essa opção de utilização do FGTS, o que acho uma ótima idéia. Confesso que é a primeira vez que escuto isso, e a idéia é muito interessante. Vou trabalhar essa questão.

Creio que a idéia da poupança é muito boa. Já tinha conversado a respeito e, inclusive, pedi ao dono de uma empresa aqui de Brasília, de consórcio de automóvel, para pensar sobre a possibilidade de um consórcio educacional – é claro que isso se daria nas circunstâncias atuais, porque o ideal é que escola pública seja grátis até o final da universidade. Educar-se não é um privilégio apenas para si, é um serviço ao País. Então, para que pagar para prestar um serviço ao País? Mas vamos ser realistas: vai demorar muito para se chegar a isso.

Senador Reginaldo Duarte, gostaria de analisar a sua idéia de poupança educativa. Gostei muito da sugestão sobre o FGTS. Temos de pensar ainda em outras formas de financiamento. Não há jeito. É preciso pensar como R$1,3 trilhão da renda nacional chegam até a Educação. Temos de inventar fórmulas.

A CPMF é uma idéia simples, ainda que muito criticada – nunca a critiquei. Hoje, há mais de R$6 bilhões. Não devemos aumentar a carga fiscal, que está alta demais, mas a idéia foi brilhante, gerando recursos em grande quantidade para a Saúde. Temos de inventar algo parecido para a Educação, sem aumentar a carga fiscal.

Senador Valdir Raupp, agradeço a colocação. A solução realmente é o Fundeb, abrangendo toda a população que precisa estudar. Aí ficaria faltando só a primeira infância das famílias pobres. A minha defesa, há muito tempo, é a de um salário para as mães pobres, para que elas possam cuidar dos seus filhos. O salário seria pago às mães ou aos seus maridos ou a uma tia da criança, por exemplo. Ou ainda um grupo de mães poderia montar a sua própria pequena creche. É demagogia prometer creche para todas as crianças que precisam, pois isso não será possível por muitos e muitos anos. No entanto, não adianta mandar a criança esperar para crescer depois: ela cresce todos os dias. Uma solução seria um salário para a escola, aliás, de certa maneira, toda mulher que tem um emprego tem uma licença-maternidade para cuidar do filho durante quatro meses ganhando seu salário. A idéia é que mesmo quem não tenha emprego receba, e que não seja por quatro meses, mas sim pelo tempo que precisar, até entrar na escola – aí, claro, não é um salário inteiro, é uma pequena contribuição do tipo Bolsa-Escola.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de informar que a minha assessoria acabou de me passar uma informação a respeito da pergunta que coloquei para o Ministro e que já está em um dos principais jornais do Brasil.

O Brasil adotou uma posição defensiva nas discussões sobre os serviços de educação na OMC e ficará atento para que o resultado dela não interfira nas leis do País, segundo o Ministério das Relações Exteriores. E mais: que todos os cursos devem receber permissão do órgão para funcionar, obedecer a Lei de Diretrizes e Bases e ser avaliados pelos sistemas existentes no País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de ouvir as considerações finais do ministro, quero agradecer a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, todos que participaram desta importante reunião da Comissão de Educação, principalmente daqueles que permaneceram aqui até agora, às 14 horas e dezessete minutos. Inclusive, ministro, o Senador Augusto Botelho, que nem é desta Comissão, está aqui desde o início, participando efetivamente da palestra de V. Exª e do debate que aqui se travou.

Quero agradecer ao Senador Hélio Costa, Vice-Presidente desta Comissão, que nos apoiou para que V. Exª estivesse aqui hoje. Hoje foi um dia muito importante para a Comissão de Educação. Posso lhe afirmar que tenho, pelas circunstâncias da função que exerço aqui, de Presidente da Comissão de Educação, recebido muitos professores, especialistas e proprietários de escolas particulares e é impressionante o respeito e a confiança que todos depositam em V. Exª, sobretudo a confiança que depositam no trabalho que V. Exª irá desenvolver à frente do Ministério da Educação.

Por tudo isso, a nossa Comissão hoje foi muito valorizada, sabemos que hoje foi um dia muito importante para a nossa gestão – a do Senador Hélio Costa e a minha – à frente da Comissão.

Agradeço-lhe profundamente por ter se colocado à nossa disposição imediatamente para vir aqui apresentar os planos do Ministério e pela paciência de debater até agora, sem almoço, os assuntos relacionados a esse tema que V. Exª tanto conhece e de que tanto gosta.

Concedo a palavra ao Ministro para as considerações finais.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, não tenho o privilégio de ser da Comissão de Educação, mas não poderia deixar de estar aqui para dar um abraço no representante de Brasília, Senador Cristovam Buarque, que ocupa o honroso cargo de Ministro da Educação, e informar-lhe que o pleito que ele nos fez há algum tempo, ao setor da construção civil – alfabetizar todos os trabalhadores da construção civil nos canteiros de obras –, vai muito bem. Informo ao Ministro que dentro de dez dias teremos o projeto pronto, devidamente aprovado pelos sindicatos.

Não poderia deixar de transmitir essa notícia e de cumprimentá-lo pela audiência, que sei que foi um sucesso, e desejar muito sucesso à frente do Ministério da Educação.

O SR. MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE – Muito obrigado.

Quero agradecer ao Presidente Osmar Dias, ao Senador Hélio Costa, a cada um dos Senadores pela paciência que vocês...os senhores...V. Exªs tiveram – não me acostumo com isso, desculpem. Aliás, dirigi um ofício ao Ministro José Dirceu pedindo-lhe que acabasse com esse negócio de excelência pelo menos entre os ministros – não precisa chamar de companheiro, mas, pelo menos, que não seja de excelência.

Estou aqui por essa paixão, por esse gosto, e querendo que nós, esta geração, fique na história como aquela que deu a virada na educação brasileira. Não podemos continuar assim por muito tempo. E vai ser muito triste que outra geração o faça daqui a 20, 30 ou 50 anos.

Tenho consciência – e esta é uma das razões pelas quais estou aqui – de que o meu trabalho depende de três grupos, nesta ordem de importância: em primeiro lugar, os Professores e, junto com eles, os outros trabalhadores em Educação; em segundo lugar, o Presidente da República – só sou Ministro porque assim quer Sua Excelência, mas não adianta o Presidente me manter como Ministro, se os professores e professoras do Brasil não se comprometerem de fato com a Educação; e, em terceiro lugar, o Congresso Nacional. Não teremos êxito sem o entendimento do Congresso brasileiro de que a Educação é a prioridade para a qual devemos canalizar a maior parte dos recursos.

O Brasil tem os recursos necessários do ponto de vista dos construtores, que constroem os prédios; da indústria, que fabrica as mesas e as cadeiras para as salas de aula; e das editoras, que editam os livros – quando não os temos, mandamos buscá-los no Chile, e assim já fizemos uma vez. Temos condições de obter recursos do setor público para gastar mais em Educação, sem ferir as obrigações da responsabilidade fiscal. O que é preciso é uma grande vontade nacional, e esta passa por aqui, não só porque as Srªs e os Srs. Parlamentares são os que determinam o Orçamento, mas porque a palavra de V. Exªs, nos Estados e Municípios, determina o comportamento do prefeito e do governador, chega na ponta de cada uma das nossas 185 mil escolas públicas do Brasil.

Vim aqui com muito prazer, é verdade, mas também por um senso de responsabilidade, pois, se as nossas idéias não seduzirem o Parlamento, vamos ficar apenas em idéias, não vamos transformá-las em políticas. E são as Srªs e os Srs. Parlamentares que são capazes de construir essa política.

Para concluir, quero dizer que fiquei preocupado com uma coisa. Ouvi elogios demais aqui no sentido de que o Presidente Lula fez bem em me nomear. Fiquei receoso de que V. Exªs não me queiram aqui. Gosto de receber elogios de todos, menos de Senadores, porque parece que, talvez, não queiram que eu seja colega deles.

Enquanto o Presidente Lula desejar e o Congresso der o apoio necessário para fazermos a revolução educacional, estarei lá. Contem comigo como um colega que ocupa provisoriamente um cargo no Executivo. Digo colega porque a minha opção foi, de fato, a de ser Senador, e o povo de Brasília assim também o quis. Digo colega, volto a insistir, porque este é um País parlamentarista. Ministro não governa se não tiver o apoio do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e, principalmente, da sua respectiva Comissão, como é o caso da Comissão de Educação.

Quero me colocar às ordens para vir aqui mais vezes e, assim, poder fazer o que o Congresso considera que é certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr. Ministro, vamos resolver aquela sua preocupação, convidando V. Exª para que sempre esteja nesta Comissão, entre nós. Muito obrigado por sua participação aqui.

Agradeço às Senadoras e aos Senadores aqui presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h20min.)

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de abril de 2003.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dois de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Papaléo Paes, Sibá Machado, Juvêncio da Fonseca, Edison Lobão e Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Maranhão, Renan Calheiros, Leomar Quintanilha, Almeida Lima e o Senador Mozarildo Cavalcanti, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência comunica à Comissão que, estando no dia de hoje, sobrestada a pauta do Plenário desta Casa, de acordo com o que determina os parágrafos 1° e 2° do artigo 64 da Constituição Federal, os projetos de caráter terminativo, constantes da pauta, ficam adiados. Prosseguindo, inicia-se a deliberação pelos itens não terminativos: **Item 06: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan que "requer nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde para que compareça à Comissão de Educação desta Casa, a fim de prestar informações sobre: a) a situação da implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, instituída pela Portaria GM nº 737, de 16 de maio de 2001; b) providências tomadas por aquela pasta com vistas à prevenção da lesão medular traumática decorrente de acidentes de mergulho e à assistência e reabilitação desses acidentados, e os resultados alcançados". O requerimento é aprovado, com adendo do Senador Hélio Costa para que a audiência seja realizada conjuntamente com a Comissão de Assunto Sociais. Discutiram a matéria os Senadores Leonel Pavan, José Jorge e a Senadora Ideli Salvatti.**Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Aldo Rebelo que, "Dá nova redação à alínea e do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um Canal Universitário para uso compartilhado de Instituições de Ensino Superior em locais de área de prestação de serviços)". O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A Senadora Ideli Salvatti apresenta requerimento oral de adiamento da discussão, para aguardar a audiência pública com o Ministro das Comunicações, que poderá esclarecer melhor o Projeto em questão. O requerimento é aprovado, com

adendo do Senador Hélio Costa, para que se encaminhe o relatório ao Ministro das Comunicações para conhecimento. Discutiram a matéria os Senadores Hélio Costa, Sérgio Cabral, Ideli Salvatti e Gerson Camata. Em virtude da ausência do relator, fica adiado o **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002.** Tendo em vista o sobrestamento da pauta do Plenário do Senado Federal, as seguintes matérias ficam adiadas: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2002, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2002, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2002, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2002, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2002, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2002, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2002, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2002, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2002, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2002, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 1999, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 680, de 2002, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2002, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2002, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2002, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2002, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2002, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 659, de 2002, Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2002, Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2002, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2002, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2002, Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2002, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2002, Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2002, Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 711, de 2002, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2002, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 587, de 2002, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2002, Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2002, Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2002, Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2002, Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2002, Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2002, Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2002, Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2002, Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2002, Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2002, Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2002, Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2002, Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2002, Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2002, Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 596, de 2002, Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2002, Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2002, Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 699, de 2002. O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 7ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a se realizar hoje.

A pauta está bastante extensa, nela constando 50. No entanto, 47 tratam de matérias terminativas. Nós estamos com a pauta obstruída em razão de a Medida Provisória nº 79 não haver sido votada ontem.

Então, somente temos três itens a apreciar. Trata-se dos itens nºs 4, 5 e 6. Como o relator do item nº 4, Senador Mozarildo Cavalcanti, não está presente, vamos deixar este item para ser apreciado na próxima reunião.

O Senador Sérgio Cabral, relator do item nº 5, está a caminho da Comissão. Então, iremos já para o item nº 6 da pauta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu pedirei vista do item nº 5, e não sei se poderia fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós temos de ouvir a leitura do relatório nem que seja resumidamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois, não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aguardemos, então, o relator. Mas podemos apreciar o item nº 6, que é um requerimento do Senador Leonel Pavan.

"Requeiro, nos termos do §1º, do art. 50, da Constituição Federal, c/c o inciso III, do art. 90 e do §1º, do art. 397, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Exª Sr. Ministro de Estado da

Saúde para que compareça à Comissão de Educação desta Casa para prestar esclarecimentos."

O autor é o Senador Leonel Pavan, a quem passo a palavra para justificar o seu requerimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou-me ater à justificação. Sabem os nobres colegas do acidente que sofri. Talvez alguns Srs. Senadores ainda não tenham tomado conhecimento. Foi um mergulho mal dado que acabou me levando para a enfermaria do Hospital Sarah Kubitschek, aqui, em Brasília.

Essa experiência me colocou em contato com um drama que afeta, por ano, a família de mais de um milhar de jovens brasileiros, vítimas de acidente com lesão na coluna. A grande maioria dos quais ficam paraplégicos, ceifando suas possibilidades de realização pessoal e profissional. Dentre as lesões medulares, chama a atenção as decorrentes de acidente de mergulho. Por ano, cerca de oitocentos casos desse tipo de acidente são registrados no País por afetar a coluna cervical. Esses acidentes apresentam elevada gravidade. Cerca de vinte por cento dos acometidos por ele morrem em decorrência de problemas respiratórios. Dos sobreviventes, pelo menos 75% ficam tetraplégicos. O custo do tratamento e da reabilitação dessas pessoas é altíssimo e oneram principalmente o Sistema Único de Saúde.

Há uma pesquisa segundo a qual apenas o tratamento de cada acidentado custa em torno de US$ 26 mil. Envolvem-se nesse tipo de acidente, em sua imensa maioria, adolescentes e adultos, jovens do sexo masculino e, principalmente, as pessoas que não têm a informação dos locais onde estão mergulhando. Outra característica é a de que eles ocorrem com elevada predominância nos meses de verão.

Ações educativas e campanhas de comunicação social dirigidas a essa população e concentradas no verão têm demonstrado ser extremamente eficazes na redução da ocorrência desses acidentes, segundo demonstra a experiência de alguns países europeus e do Canadá. Em função da prevenção, eles diminuem em torno de setenta por cento.

A prevenção dos acidentes de mergulho é eficaz e barata. E poderia haver, se fosse desejo de nossas autoridades sanitárias, redução das dimensões do drama de dezenas de jovens brasileiros e suas famílias.

Essa é a razão que me move a solicitar aos nobres colegas Senadores o apoiamento a este requerimento, que objetiva estimular o Sr. Ministro da Saúde a dar um pequeno passo, mas que será de grandes resultados.

Sr. Presidente, ontem mesmo o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, manteve contato com o Diretor do Hospital Sarah Kubitschek, Aloysio Campos da Paz Júnior, e vão providenciar a elaboração de um panfleto de orientação. Tal atitude surgiu em virtude do meu acidente.

No período em que fiquei internado no Hospital Sarah Kubitchek, fizemos uma pesquisa do número de pessoas que entram semanalmente. Em média, de dez pessoas que dão entrada por semana, 95% são paraplégicos, em função de mergulhos em águas rasas. O próprio diretor lamenta que nunca houve uma campanha para que se reduzissem esses acidentes. Vejam que custa em torno de US$26 mil o tratamento por pessoa.

Existe campanha para não se usar o telefone celular ao dirigir, para se usar o cinto de segurança e outras. No entanto, para o caso a que me refiro e que é muito grave ainda não houve nenhum trabalho. A campanha não apenas pode garantir à sociedade mais segurança, mas também visa a diminuir sensivelmente os gastos que o Governo Federal e o SUS vêm tendo com os tratamentos. Por isso estou pedindo a visita, a presença do Ministro, para que possamos discutir aqui uma saída. Tive de sofrer na própria carne a dor para enxergar o problema e vir a fazer esse pedido.

Talvez possamos nós, da Comissão de Educação, achar uma solução: uma campanha nacional para a prevenção desses acidentes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A intenção de V. Exª é transformar uma fatalidade de que V. Exª foi vítima em benefício de milhares de pessoas no Brasil, e eu louvo a preocupação de V. Exª. Apenas faço uma consulta, porque isso faz parte inclusive do nosso Regimento: no seu requerimento, V. Exª está convocando o Ministro. Seria uma convocação ou um convite?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Gostaria que se fizesse o que fosse melhor para a Comissão. Se V. Exª entender que uma convocação é o melhor caminho, que permaneça a convocação. Mas se V. Exª e os demais membros da Comissão entenderem que o convite seja o caminho mais ético, simpático, optemos por ele.

A convocação seria para que tomássemos uma decisão, porque depois, dependendo desta reunião e do que ocorrer, poderemos optar por um projeto de lei, algo que nos permita encontrar resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma sugestão ao Senador Leonel Pavan. Muito embora seja pertinente a apresentação do seu requerimento aqui na Comissão de Educação, mesmo porque cabe ao Ministério da Educação fazer campanhas com temas como o apresentado por S. Exª, sugiro que se acrescente a este requerimento o convite à Comissão de Assuntos Sociais, que também engloba a área de saúde, para participar de uma reunião conjunta, uma vez que teremos o Ministro da Saúde aqui na Comissão de Educação.

Certamente seria muito apropriado que os Senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais, que também cobre a área de saúde, estivessem presentes, para transformarmos a reunião em um encontro mais produtivo, além de cuidar do assunto apresentado por V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Aceito, claro que sim! A sugestão enriquece ainda mais o nosso debate.

Sr. Presidente, talvez o convite fosse mais simpático. Vamos mudar. O Ministro não vai deixar de providenciar, com a maior brevidade possível, a sua presença. Se entenderem que o convite é mais simpático, não vejo motivo para não mudarmos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O hábito é, em primeiro lugar, fazer o convite. Se o convite não for atendido, faz-se a convocação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pode ser pedido ou convite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Convite.

Devo lembrar que o autor do requerimento aceitou o adendo do Senador Hélio Costa no sentido de fazer uma audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais. Se aprovarmos esse requerimento aqui, ele terá de ser aprovado também, na Comissão de Assuntos Sociais, para a reunião tornar-se conjunta. Caso contrário, a reunião será apenas na Comissão de Educação. É preciso aprovar o requerimento aqui e lá.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se não for aprovado lá, permanece o nosso?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Permanece o nosso.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, as minhas ponderações eram mais ou menos na mesma linha da observação do Senador Hélio Costa. As questões pertinentes ao assunto e a justificativa para a ouvida do Ministro da Saúde sobre essa questão são relevantes. Os argumentos do Senador Leonel Pavan, que sofreu na carne aquele acidente, são muito convincentes. Da parte que diz respeito à área de educação tratamos ontem com o Ministro Cristovam Buarque. Refiro-me à campanha, à distribuição do panfleto, da apostila, para divulgação dos riscos, alertando, principalmente, a juventude, para que tome cuidado nas atividades esportivas no mar, em rio, em lagoa, em cachoeira, onde esse tipo de acidente acontece com maior gravidade.

O requerimento de audiência do Ministro da Saúde cabe muito mais na Comissão de Assuntos Sociais, porque é ela que tem a competência de analisar proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde e de opinar sobre as mesmas. Esse requerimento, repito, tem mais cabimento na Comissão de Assuntos Sociais. Isso não impede que a reunião seja conjunta, mas o correto seria ouvir o Ministro naquela Comissão.

Se houver entendimento no sentido de fazer reunião conjunta, também seremos beneficiados com o debate. Isso é o que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se o Ministro já foi convidado para participar de audiência na CAS, podemos verificar a data e perguntar ao autor do requerimento se S. Exª concorda com a audiência conjunta. Se concordar, aproveitando a vinda do Ministro da Saúde para o debate. Só que lá, com certeza, o convite tem outro objeto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra. A justificativa da ilustre Senadora Ideli Salvatti é procedente. Todavia, gostaria de lembrar que a campanha do Ministério da Educação será feita nas escolas, enquanto a do Ministério da Saúde será geral, dirigida a todo o povo brasileiro. As áreas a serem atingidas são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, concordo com a Senadora Ideli quando S. Exª diz que esse assunto estaria mais bem colocado na Comissão de Assuntos Sociais. Além disso, se vamos convocar um Ministro para discutir

um assunto específico, devemos elaborar uma proposta, esclarecendo o que queremos que seja feito em relação a esse assunto. Caso contrário, tomaremos inutilmente o tempo do Ministro, que é uma pessoa bastante ocupada e já tem obrigação de ir à comissão especifica do seu Ministério, na Câmara e no Senado.

Vou votar favoravelmente ao requerimento, mas solicito ao Senador Pavan que durante esse intervalo, entre hoje e o dia em que o Ministro vier aqui, elabore uma proposta objetiva, sobre a qual o Ministro deverá pronunciar-se. Se isso não for feito, corremos o risco de ouvir apenas generalidades e de os Senadores não comparecerem. Então, é importante formular uma proposição antes de o Ministro vir aqui.

É a minha opinião, mas voto favoravelmente.

Muito obrigado

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Um minuto, por favor. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leonel Pavan, quero fazer uma sugestão, até para que V. Exª a aproveite em sua intervenção. Se V. Exª pertence à Comissão de Assuntos Sociais, poderá apresentar esse requerimento de audiência conjunta lá, e nós resolveremos o impasse levantado pelo Senador José Jorge, porque as duas Comissões em conjunto garantiriam o **quorum**, e não ficaríamos com um assunto específico. É a sugestão que faço. Se não for componente da Comissão, que encontre um Senador que faça esse requerimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou fazer isto para que seja encaminhado o requerimento lá. Só que US$2,5 milhões por ano é um assunto de grande importância para a Nação. Se ficássemos aqui apenas dez minutos explicando ao Ministro que ele tem que fazer uma campanha nacional para a economia do que é gasto com esse tipo de acidente que ocorre no Brasil, já estaríamos prestando um grande serviço para a Nação, mas poderíamos nós, Senadores, aproveitar a permanência de S. Exª para falar sobre outros assuntos.

Ontem não falei sobre o assunto que interessava ao Ministro da Educação; fui ao assunto que me interessava dentro do Ministério que S. Exª atende. Portanto, este assunto é de extrema relevância, e só quem visita ou conhece o Sarah Kubitschek sabe quantos brasileiros sofrem em função da falta de uma campanha por parte do Governo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas V. Exª, então, apresenta também o requerimento na Comissão de Assuntos Sociais?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Apresento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em votação o requerimento do Senador Leonel Pavan.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos para o Item nº 5 da pauta, que tem como Relator o Senador Sérgio Cabral. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, que dá nova redação à alínea "e" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de tevê a cabo e dá outras providências, disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado em instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço.

O autor é o Deputado Aldo Rebelo. O Relator é o Senador Sérgio Cabral, que apresenta um substitutivo.

Já fui avisado pelo Senador José Jorge que S. Exª irá pedir vista, e teremos que concedê-la, mas temos que ouvir, antes, o Relator.

Com a palavra, o Relator.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, trata-se do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001 (Projeto de Lei nº 2.973, de 2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do nobre Deputado Aldo Rebelo, que dá nova redação à alínea "e" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de tevê a cabo e dá outras providências.

A norma em questão dispõe atualmente que a operadora de tevê a cabo deve disponibilizar um canal universitário reservado ao uso compartilhado entre as universidades localizadas no Município ou Municípios da área de prestação do serviço. A proposta do autor do Projeto é de se ampliar o acesso a esse canal gratuito de tevê a cabo a todas as instituições de ensino superior localizadas no Município ou Municípios da área de prestação do serviço.

O Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, na forma como foi apresentado, e encaminhado ao Senado Federal. No Senado Federal, foi apresentada uma primeira emenda, modificativa, de autoria do ilustre Senador Romeu Tuma, que daria a seguinte redação à norma, objeto do projeto... E aí se passa ao texto do Senador Romeu Tuma.

Vou abreviar o relatório entrando na fundamentação e, em seguida, no voto, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Claro, e aí teremos oportunidade de debater com mais tempo na ocasião da votação.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – A questão ora em discussão diz respeito à amplitude do acesso de instituições de ensino de nível superior ao canal gratuito de tevê a cabo. Atualmente, somente universidades dispõem desse favor legal. O Projeto, em sua redação original, aprovada pela Câmara dos Deputados, pretende ampliar esse acesso para toda e qualquer instituição de ensino de nível superior.

Há duas emendas oferecidas ao projeto: a primeira, de autoria do Senador Romeu Tuma, pretende reduzir a amplitude de acesso pretendida no Projeto; a segunda, de autoria do Senador Ricardo Santos, pretende ampliar ainda mais o acesso à tevê a cabo para instituições de ensino em relação ao disposto no projeto, estendendo não somente às instituições de ensino superior, mas também aos centros federais de educação tecnológica.

A ampliação pretendida pelo ilustre Senador Ricardo Santos iria trazer o risco de uma pulverização muito grande do direito de acesso ao canal de tevê a cabo, o que certamente iria comprometer, e muito, a qualidade da programação, devendo por isso ser rejeitada.

No que diz respeito à emenda do ilustre Senador Romeu Tuma, a questão merece uma análise mais apurada. As justificativas por ele apresentadas para restrição de acesso ao canal de TV a cabo residem justamente no risco de queda de qualidade da programação desses canais de televisão e no risco de pulverização do tempo de participação de cada instituição no horário do canal.

É sabido, pelas avaliações que o MEC tem efetivado, que muitas instituições de ensino superior não têm apresentado um nível de qualidade de ensino em sala de aula razoável. É provável que esse baixo nível de qualidade seja reproduzido no canal de televisão, dessa vez atingindo não apenas os alunos matriculados, mas toda e qualquer pessoa que assistir a esse canal de televisão a cabo.

A emenda do ilustre Senador Romeu Tuma, no mérito, portanto, é bastante pertinente, até porque cria um critério de mérito para as faculdades que pretendam participar do canal de televisão a cabo, o que certamente reverterá em proveito da busca de melhoria de qualidade do ensino. Ela merece, porém, algumas considerações no sentido de aperfeiçoá-la.

Inicialmente, deve ser considerado que o termo "excepcionalmente", utilizado para qualificar o acesso das demais instituições de ensino superior que dão a universidades, acaba por atribuir um caráter dúbio à norma. Ou existe o direito de acesso ao canal ou esse direito não existe. Qualificar o direito de acesso como "excepcional", sem qualquer critério objetivo, traria enormes dificuldades para aplicação da norma, já que o acesso é ordinário para quem preenche os requisitos previstos na norma.

A emenda cria também um critério diferenciado para a participação de instituições de ensino superior que não são universidades: a) nos municípios onde haja universidade, somente poderiam participar outras instituições de ensino superior que tivessem a maioria dos seus cursos de graduação avaliados com conceitos A ou B no exame nacional de cursos; b) nos municípios onde não haja universidades poderiam participar instituições de ensino superior que possuíssem, pelo menos, um terço dos seus cursos reconhecidos pelo MEC, com avaliação global A ou B.

Esse critério diferenciado atinge o objetivo de evitar uma grande pulverização do tempo de programação, mas parece criar uma diferença de tratamento entre as faculdades que poderiam ferir o princípio da isonomia, comprometendo a constitucionalidade da norma.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à própria exigência de maioria de cursos com avaliação A ou B no Exame Nacional de Cursos. A experiência tem mostrado que pouquíssimas instituições de ensino superior têm alcançado essa performance. Não há motivo para se excluir instituições de ensino com avaliação C, considerada satisfatória pelo MEC.

Voto

Diante do exposto, tendo em vista o mérito do projeto apresentado pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo e das alterações propostas pelo ilustre Senador Romeu Tuma, proponho a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, nos termos do seguinte substitutivo. E apresento o substitutivo que todos os Senadores têm cópia e que exatamente dá essa ampliação, estabelecendo no art. 1º, alínea "e", do inciso I, do art. 23, da Lei 8.937, de 6 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação: "Um canal universitário reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas do município ou municípios da área de prestação do serviço ou que tenha campus na região, bem como das demais instituições de ensino superior, cuja maioria dos cursos – e aí entra o mérito da proposta do Senador Romeu Tuma ao Projeto de Lei do Deputado Aldo Rebelo – de

graduação tenham obtido graduação A ou B ou C no último Exame Nacional de Cursos.

Dessa maneira, creio que estimulamos a boa competitividade no uso desse direito que a lei oferece, mas gerando e estimulando a qualidade do ensino superior que é, sem dúvida, um dos grandes objetivos desta Comissão de Educação.

Portanto, a proposta tem esse substitutivo no meu relatório.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado ao Senador Sérgio Cabral.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar o Senador Sérgio Cabral pelo seu relatório. Entendo que é uma matéria que merece talvez um pouco mais de atenção, e, sobretudo, é necessário que se expanda um pouco a posição assumida pelo autor do projeto, Deputado Aldo Rebelo. Caberia a nós, através do próprio Relator, Senador Sérgio Cabral – se S. Exª aceitar a sugestão –, ampliar um pouco o assunto aqui discutido, ao retomar o estudo da questão apresentada.

O que quero apresentar como um ponto fundamental? Um canal de televisão envolve um custo extraordinário, mesmo sendo a cabo. Se não estabelecermos critérios bem detalhados de como esse canal será utilizado, as instituições ricas assumirão o canal, farão os programas que quiserem, e as instituições pobres acabarão não participando ou participando de forma muito modesta. Então, temos que encontrar um caminho para regulamentar a direção e os custos de quem assumirá esse canal universitário. Mas a idéia é muito boa.

Por outro lado, um outro assunto também precisa ser discutido neste contexto. Nos últimos anos, proliferaram no Brasil, especialmente no Estado de Minas Gerais, as chamadas emissoras de TV educativa, que, no governo passado, foram dadas, em sua maioria, a entidades políticas ligadas a entidades de ensino. Na verdade, trata-se de uma emissora educativa política, ou seja, "educa" os eleitores daquele político; não educa verdadeiramente.

Essa emenda é extremamente interessante. Abrindo esse canal na TV a cabo, poder-se-iam incluir também as chamadas emissoras educativas, até porque TV a cabo só existe nas grandes cidades. Noventa e oito por cento das cidades do interior do Brasil não têm TV a cabo, mas algumas têm a chamada TV educativa. Essa TV educativa, que não é uma TV comercial, mas é mais política do que educativa, poderia servir a esse instrumento maravilhoso de dar acesso às instituições de ensino, não só às universidades, mas também às escolas técnicas no interior, para que possam expor o seu trabalho técnico, desenvolvido com ações da própria instituição.

Gostaria de sugerir que, havendo possibilidade de se refazer a proposta...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ouço o nobre Senador com muito prazer.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Hélio Costa, trata-se de duas situações diferentes. O Deputado Aldo Rebelo apresentou uma proposta ao projeto de lei alterando a lei já vigente, lei que regula a TV a cabo, que está aqui sendo aprimorada. V. Exª propõe uma outra frente, observada na questão das TVs educativas, TV aberta, que são de outra natureza, quer dizer, são distintas, não se opõem. Então, é uma outra lei que está em vigor desde 1995, e o Deputado Aldo Rebelo se propôs, com grande mérito, a alterá-la para ampliar a participação das universidades. O mérito do Senador Romeu Tuma, na apresentação da emenda, foi estabelecer um critério de valorização. Como bem disse o nosso Ministro Cristovam Buarque, a graduação do chamado provão será mantida – e é uma questão importante para o atual governo a mensuração, a qualificação das universidades, a avaliação. O nosso substitutivo vai ao encontro da proposta, só ampliando mais uma menção, o "C", porque, nas últimas avaliações, foram poucas as universidades que chegaram a receber as notas "A" e "B". E o MEC entende a menção "C" como uma boa avaliação também.

V. Exª tem razão quanto à política de TV educativa, mas trata-se de outra lei.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A minha preocupação é porque, em alguns casos, há uma interferência de TV a cabo em TV aberta. Existem, em alguns Estados, emissões em TV a cabo que deveriam estar contidas exclusivamente no sistema a cabo, mas que acabam sendo retransmitidas pela TV aberta. Então, já não se sabe mais fazer a distinção entre TV a cabo e TV aberta.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Seria o caso de chamar o Ministro para uma discussão sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Ministro já está convidado a comparecer.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Esse é um bom item para ser discutido com S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Faz parte de um requerimento assinado pelo Senador Hélio Costa e este Presidente.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, também gostaria de pedir vista ao projeto. Dado ao debate aqui, não sei se seria o caso de transformar em vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com o pedido de V. Exª, já é vista coletiva.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E talvez pudéssemos vincular – há alguma previsão de vinda do Ministro das Comunicações?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Foi o único Ministro que ainda não marcou a data, mas estamos tratando de providenciar isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Talvez pudéssemos vincular a própria vinda do Ministro ao aprofundamento e ampliação dessa ótica que o Senador Hélio Costa propõe. Do debate, poderíamos sair com um posicionamento mais claro com relação ao projeto em questão, mas também, poderíamos ter uma outra iniciativa legislativa no sentido das questões das TVs educativas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª poderia transformar essa sugestão em requerimento para que esse assunto não voltasse à pauta enquanto não ouvíssemos o Ministro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então já é um requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, desde a iniciativa do Deputado Aldo Rebelo – e o Senador Sérgio Cabral expõe claramente – está-se emendando aqui a Lei de TV a cabo. Para fazer uma emenda na outra legislação de radiodifusão de sons e sons e imagens temos que emendar a outra lei, meritória. Seria interessante.

Observa-se, hoje, dentro daquilo que o Senador Hélio Costa apresentou, que estão acontecendo algumas coisas muito interessantes nesse setor. Lá no Espírito Santo, há uma distribuidora chamada Excelsa Net, que tem o Canal Universidade, já previsto em lei. As faculdades produzem um programa, levam a fita para irem ao ar. Não está muito organizado; em alguns momentos ele está no ar, em outros não. Creio que ainda não haja produção suficiente para as 24 horas. Mas já é alguma coisa interessante. Normalmente, são cursos de comunicação das faculdades que fazem treinamento – nem sempre é a melhor produção, mas estão ali aprendendo, tendo a oportunidade de exibi-la e receber críticas.

O Senador Hélio Costa cita algo muito interessante que está ocorrendo com os canais de UHF – são 60 canais de UHF. Há um interesse no UHF já antecipado porque ele vai repetir a TV de alta definição, organizações, pessoas físicas. Empresas vão à licitação de UHF repetidor – porque gerador é complicado e para repetidor o Ministro assina uma portaria e entrega.

Como o canal tem que ser colocado no ar e como não há produção, é jogado no ar um canal da TV a cabo. Na maioria das vezes, jogam até a **TV Senado**, que tem uma boa programação. No Espírito Santo, estão jogando um canal do Ceará, que só é transmitido para o Ceará, e está virando um sério problema. A TV Cearense, que é até boa, é regional, mas não tem nada a ver com o Espírito Santo.

Ficam ocupando aquele canal porque, se ele fica durante 60 dias sem transmitir, caduca. Ele não tem programação, ele fica com aquele canal. Há um canal **shopping** de São Paulo que só vende coisas de São Paulo e, no Espírito Santo, está com uma imagem maravilhosa, no Canal 47.

Creio que precisamos conversar com o Ministro para disciplinar essas empresas. Na verdade, elas estão investindo pouco – um pouco de energia elétrica que estão gastando num transmissor pequeno em cima de qualquer montanha – para reservar esse canal para quando vier a TV de alta definição. Então, que pelo menos cuidem – e aí vem a minha preocupação casada com a preocupação do Senador – de uma programação mais atraente e que não joguem no ar qualquer programação só por interesse comercial.

Parece-me que a redação pode provocar uma batalha judicial futura, ao dizer: "... um canal universitário reservado para uso compartilhado entre as universidades localizadas no Município ou Municípios da área de prestação de serviço que tenham *campi* na região, bem como das demais instituições de ensino superior que também tenham *campi* na região, cuja maioria dos cursos tenham obtido avaliação..."

Porque, se não definir onde são as outras, vai uma outra, de outra cidade, querer ocupar o canal até para fazer propaganda, diante dos alunos, do seu programa. Deve-se encontrar uma maneira de explicar onde ela fica.

Era só, Sr. Presidente, agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

O Relator quer se pronunciar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para ratificar essa preocupação do Senador Camata. Pode ser feita no relatório, se os Srs. Senadores o permitirem, a inclusão dessa ratificação da preocupação do Senador Camata.

Eu gostaria de incluir, na proposta do requerimento da Senadora Ideli Salvatti a respeito da vinda do Ministro Miro Teixeira, a discussão desse tema, como também a proposta do Senador Hélio Costa, e já enviar a cópia para o Ministro Miro Teixeira, que é homem do Parlamento, conhece bem toda a tramitação e o funcionamento das Comissões, bem como a cópia das demais outras matérias, que o Secretário Júlio pode separar, que estejam tramitando na Comissão, para que o Ministro possa emitir. Não me refiro à ratificação de concessões de rádio, mas a projetos dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aceita a sugestão de V. Exª.

Vou submeter o requerimento da Senadora a voto.

Esclareço que votaremos para que essa matéria tenha a sua votação adiada até que possamos ouvir o Ministro das Comunicações, na Comissão, pronunciar-se sobre o assunto.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Fica adiada a matéria.

O Relator vai ter seu pedido atendido e vamos encaminhar o seu relatório ao Ministro das Comunicações, para que, quando S. Exª vier, já se pronunciar a respeito.

Antes de encerrar, porque não temos mais nenhuma matéria possível de ser votada, eu queria comunicar aos membros da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática que, amanhã, às 9h30min, aqui mesmo neste local, reunir-se-ão para a eleição do seu Presidente e Vice-Presidente. Como eu disse na reunião anterior, são os próprios membros que escolhem o Presidente e o Vice-Presidente.

A reunião de instalação será amanhã, às 9h30min, e eu pediria que os membros da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática comparecessem, dando **quorum** e escolhendo o Presidente e o Vice-Presidente.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h01min.)

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de abril de 2003.

Às dez horas e treze minutos do dia nove de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha Renildo Santana, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Eurípedes Camargo, Sibá Machado, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, José Maranhão, Mozarildo Cavalcanti, e o Senador José Jorge, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica à Comissão que, estando no dia de hoje, sobrestada a pauta do Plenário desta Casa, de acordo com o que determinam os parágrafos 1º e 2º do artigo 64 da Constituição Federal, os projetos de caráter terminativo, constantes da pauta, ficam adiados. Prosseguindo, inicia-se a deliberação pelos itens não terminativos: **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Marisa Serrano, "Institui o ano de 2002 como "Ano do Educador" e dá outras providências". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista à Senadora Ideli Salvatti. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2002,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Esther Grossi que, "Modifica o Artigo 67, Inciso V, da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar reunião semanal de estudos aos profissionais da educação". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o parecer pela rejeição é aprovado. O Senhor Presidente informa aos membros da Comissão que está apresentando Proposta de Emenda Constitucional propondo que as rádios co-

munitárias deixem de ser apreciadas pelo Congresso Nacional, de acordo com o que preceitua o atual texto constitucional, em virtude do imenso volume de processos que tramitam no Ministério das Comunicações (quatro mil e oitocentos) e que serão encaminhados, em breve, ao Congresso Nacional, inviabilizando o funcionamento das comissões pertinentes nas duas casas. O Plenário da Comissão, por unanimidade, aprova a iniciativa do Senhor Presidente. Foi aprovada o envio à Sociedade Internacional dos Jornalistas e ao Comitê para a Proteção dos Jornalistas de moção de solidariedade, proposta pelo Senador Hélio Costa, complementada pela Senadora Ideli Salvatti e também pelo Senador João Capiberibe, pela morte de três jornalistas quando um tanque norte-americano disparou contra o hotel onde estavam no Iraque e de repúdio aos governos envolvidos no confronto bélico. Tendo em vista o sobrestamento da pauta do Plenário do Senado Federal, as seguintes matérias ficam adiadas: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2002, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2002, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2002, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2002, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2002, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2002, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2002, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2002, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2002, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2002, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2003, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 1999, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 680, de 2002, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2002, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2002, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2002, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2002, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2002, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 659, de 2002, Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2002, Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2002, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2002, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2002, Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2002, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2002, Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2002, Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 711, de 2002, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2002, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 587, de 2002, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2002, Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2002, Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2002, Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2002, Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2002, Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2002, Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2002, Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2002, Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2002, Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2002, Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2002, Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2002, Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2002, Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2002, Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 596, de 2002, Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2002, Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2002, Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 699, de 2002. O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e cinqüenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 8ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, hoje com 50 itens na pauta, porém, destes, 48 exigem votação terminativa, então, poderemos apreciar e votar apenas os Itens 4 e 5. Em função de estar a pauta do Plenário obstruída, não poderemos votar os 48 itens restantes.

O **Item 4**, não-terminativo, refere-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002, que institui 2002 como o Ano do Educador, e dá outras providências, de autoria da Deputada Marisa Serrano, Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Já adiamos a votação na última reunião, pela ausência do Relator, e temos como regra que, na segunda reunião, mesmo na ausência do relator, designamos um relator **ad hoc** para fazer a leitura do relatório e colocá-lo em discussão.

Solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca que aceite a incumbência de ser o relator **ad hoc** desse projeto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, aceitando a designação de V. Exª, queria, de início, dizer da minha satisfação em relatar um projeto de autoria da Deputada Federal Marisa Serrano, que é do meu Estado, do PSDB de Mato Grosso do Sul.

O Projeto de Lei da Câmara nº 101, de autoria da Deputada, institui 2002 como o Ano do Educador e estabelece ações que seriam realizadas naquele ano a fim de resgatar o prestígio e o papel social do professor na sociedade brasileira. Assim a proposição elenca os objetivos da instituição do Ano do Educador e relaciona ações, tais como: a realização de cursos, viagens, intercâmbio e acesso à produções culturais, que visam a propiciar a valorização do professor como trabalhador da educação e formador do cidadão.

Como é óbvio, 2002 já passou.

Voto

Dessa forma, considerando o mérito e a oportunidade da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, com a apresentação das seguintes emendas:

Emenda nº 1. Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 101, de 2002, a seguinte redação: Institui o ano de 2004 como o Ano de Educador e dá outras providências.

Emenda nº 2. Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002, a seguinte redação: Fica instituído o ano de 2004 como o Ano do Educador.

Sala das sessões, data de hoje, Sr. Presidente.

Este é o relatório e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Está em discussão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, gostaríamos de solicitar vista do projeto, uma vez que o Governo nos solicitou esse encaminhamento, porque serão apresentadas inúmeras proposições. O próprio Ministro da Educação esteve nesta Comissão, na semana passada, relatando uma série de projetos que deverão vir a esta Casa e um deles, de forma muito especial, trata da valorização da remuneração do magistério, inclusive com a perspectiva da instituição de um piso nacional. Da mesma forma como trabalhamos com o salário mínimo no Brasil, teremos também um piso nacional unificado para todos os professores. Isso se relaciona, de forma direta, com a proposta em exame, que prevê um ano específico para ações voltadas para a valorização do magistério.

Então gostaríamos, em nome do Governo, de pedir vista ao projeto, para apresentar um parecer não só com a perspectiva de termos o Ano do Educador, mas também as ações encaminhadas pelo Governo Lula para a valorização do magistério nacional.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vista concedida.

Passamos ao exame do **Item 5** da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2002, que modifica o art. 67, inciso V, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar reunião semanal de estudos aos profissionais da educação. Autora: Deputada Esther Grossi. Relator: Senador Paulo Octavio.

Estando ausente o Senador na segunda reunião em que apresentamos o processo, peço ao Senador Hélio Costa que faça a leitura do voto, para que procedamos à discussão e à votação.

Como Relator **Ad Hoc**, o Senador Hélio Costa, fará a leitura do relatório.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 40, de 2002, de autoria da Deputada Esther Grossi, tem como objetivo alterar o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação, para assegurar reunião semanal de estudos aos profissionais da educação.

Em sua justificação, a Autora ressalta a importância das reuniões para melhoria da prática docente, entendendo também que elas aumentam o interesse e a segurança do professor.

Na Câmara dos Deputados, a proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Análise do Relator.

De acordo com o art. 67, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases, os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, o período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho.

Ao dispor sobre o tema, na Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação assim se manifesta:

"Art. 6º – Além do que dispõe o art. 67, da Lei nº 9.394/96, os novos planos de car-

reira e remuneração do magistério deverão ser formulados com a observância do seguinte:

IV – A jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 horas e incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades. Estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% e 25% do total da jornada, consideradas como horas de atividades aquelas destinadas à preparação e à avaliação do trabalho didático e colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola".

Ora, de acordo com a proposta do PLC nº 40, de 2002, o dispositivo da LDB a ser alterado teria a seguinte redação:

"V – Período semanal suficiente para reuniões de estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho".

Pode-se observar que, em relação ao texto original da LDB, a modificação sugerida restringe-se ao uso da expressão "período semanal suficiente" como forma de garantir que as reuniões ocorram semanalmente, durante um período "suficiente".

O dispositivo da Resolução nº 3/97, do Conselho Nacional de Educação, bem mais preciso, fixa os parâmetros da jornada de trabalho, prevendo, inclusive, a articulação dos docentes com a comunidade escolar, o que denota certa imparcialidade do legislador no que diz respeito aos riscos decorrentes das reuniões dos professores.

Ademais, cumpre lembrar que a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, não recomenda o uso de termos imprecisos, tais como "suficiente". Seu art. 11, inciso II, alínea **c** é contundente.

"Art. 11 As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

II – para obtenção de precisão.

c – evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto".

No dispositivo do PLC em análise, a palavra "suficiente" pode ter diferentes interpretações. Tanto pode significar 15 minutos como um dia.

Nessas circunstâncias, a redação original do texto da LDB apresenta-se como mais apropriada. Não devemos esquecer que, à luz dos princípios de descentralização e de gestão democrática do ensino, estabelecidos pela LDB, a fixação da prioridade do tempo de duração das reuniões deve ser atribuição dos sistemas de ensino das escolas, tendo em vista que depende do desenvolvimento dos trabalhos escolares fixados nas propostas pedagógicas.

Voto

Dessa forma, em que pese a justa intenção da autora da iniciativa, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2002.

Sala de sessão.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Lido o relatório, está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório, que é pela rejeição, votam SIM; as Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o projeto votam NÃO. (Pausa)

Como não se trata de votação nominal, as Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o relatório.

O Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão, pediu a palavra, mas antes eu gostaria de fazer duas comunicações.

Primeiro, há pendência de cinco audiências públicas, com o Ministro da Comunicação, o Presidente do Conselho de Comunicação, o Secretário de Radiodifusão, o Ministro da Cultura, o Ministro da Ciência e Tecnologia e o Ministro da Saúde, por requerimento do Senador Leonel Pavan.

Estamos tentando marcar as audiências conforme a agenda da Comissão de Educação e das pessoas convidadas. Provavelmente, ainda não confirmado, no dia 16, estará aqui o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira.

O Presidente do Conselho de Comunicação esteve comigo ontem e se dispôs também a vir neste mês de abril; marcaremos a data.

Então só quero informar que estamos tomando as providências e que essas audiências que estão aprovadas pela Comissão serão realizadas.

A outra informação é que estou apresentando uma PEC e pediria a todos os Senadores da Comis-

são que, se concordarem com a proposta, assinassem a PEC para que as rádios comunitárias não passassem mais pelo Congresso Nacional, isto é, que não seja mais necessário que o Congresso Nacional autorize a outorga e concessão das rádios comunitárias, porque esta Comissão terá muita dificuldade em apreciar os 4.500 processos que serão encaminhados do Ministério das Comunicações para o Congresso, para aprovação tanto da Câmara quanto do Senado. Teremos de fazer, evidentemente, o relatório individual de cada um desses processos. Dessa forma, ficaremos aqui horas e horas para apreciar essa questão que considero dispensável pelo Congresso Nacional.

Fiz uma PEC e estou colhendo assinaturas para dispensar a audiência do Congresso Nacional, ficando, portanto, como competência do Executivo a autorização de concessão e outorga de rádios comunitárias. Eu pediria apoio a essa PEC que estou apresentando.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, como Jornalista profissional de muitos anos, sinto-me na obrigação de fazer o relato, na nossa Comissão, que é também de comunicação, dos acontecimentos que estão preocupando a comunidade da imprensa no mundo inteiro.

Nas últimas 24 horas, três jornalistas foram brutalmente mortos em Bagdá, na Guerra do Iraque, de uma forma que a imprensa mundial já divulgou e que a todos nós causou no mínimo espanto, porque um tanque do exército americano responde a um suposto "tiro", que teria partido do hotel onde ficam os correspondentes estrangeiros em Bagdá, com um tiro de canhão, destrói todo o quinto andar do edifício do Hotel Palestina e mata três jornalistas. Isso tudo foi feito de uma forma em que precisa ser bem entendido o ato violento que se cometeu ali.

Participei de pelo menos três conflitos como jornalista, cobrindo três guerras. É muito comum que os jornalistas todos, nessa situação, protejam-se, ficando sempre no mesmo hotel.

Ainda recentemente, no ano passado, numa viagem que fiz, como Deputado, a Israel e à Palestina, preferi ficar no hotel, em Jerusalém, onde estavam os jornalistas – era o Hotel Jerusalém -, porque sabia que ali eu estava protegido. Diga-se de passagem que, no dia em que eu estava em Jerusalém, no hotel, ouvi uma explosão, cheguei à porta do hotel para ver o que era e se tratava exatamente de um palestino suicida que havia explodido um ônibus, matando quinze pessoas, a cerca de vinte metros do nosso hotel. Naquele hotel, estavam todos os jornalistas estrangeiros e as autoridades, inclusive da Organização das Nações Unidas, porque era o hotel onde nos sentíamos protegidos. É assim que o jornalista age. Quando chega ao teatro de guerra, ele fica sempre enturmado, para que, juntos, possam estar mais protegidos.

Pois foi nesse hotel em que morreram os três jornalistas anteontem, quando o tanque norte-americano disparou, propositadamente, de forma deliberada, contra o hotel onde estavam os jornalistas da imprensa do mundo inteiro.

Além disso, nas últimas horas, fiz um levantamento rápido, pela Internet, e apurei alguns dados que são estarrecedores com relação a mortes de jornalistas. De 1991 até ontem, já morreram 260 jornalistas; desses 260, 189 foram mortos deliberadamente, ou seja, foram literalmente assassinados na guerra. As outras mortes foram em decorrência de pisar numa mina ou de ser colhido no fogo cruzado, situações que a guerra realmente provoca. Entretanto, os 189 são vítimas da guerra de uma forma brutal, em situações como essa que verificamos nas últimas horas. Somente nos 21 dias de conflito, a Guerra do Iraque provocou a morte de doze jornalistas. A comparação é a seguinte: a Guerra no Vietnã, de dez anos de extensão, custou a vida de 70 jornalistas. Em dez anos na guerra possivelmente mais violenta do século passado, 70 jornalistas morreram. Na Guerra do Golfo, que durou aproximadamente um ano, morreram quatro jornalistas; no Afeganistão, em três meses, morreram dez; em vinte dias no Iraque, morreram doze jornalistas. Ninguém está ainda a salvo, neste momento, porque as declarações que ouvi, pela televisão internacional ou pela Internet, ainda são mais perturbadoras. O Pentágono fez a seguinte declaração: "Guerra é um lugar perigoso". É evidente que é um lugar perigoso. Porém, existe a atrocidade e a falta de sensibilidade para saber que ali, no centro de Bagdá, naquele hotel, reconhecido por todos os lados, principalmente os dois lados em conflito, era onde estavam hospedados os jornalistas. E a resposta que se dá: "Revidamos a um ataque". Ataque de um tiro? Assim mesmo, um jornalista chileno, Santiago Pavlovky, fez um declaração hoje à imprensa internacional, dizendo que não houve tiro algum partindo do hotel, pelo contrário. O que estava acontecendo era que algumas câmeras indiscretas estavam filmando a ação dos tanques que se aproximavam do hotel naquele momento. Mas não houve tiro algum. Jornalistas franceses e espanhóis fizeram a mesma declaração: não houve disparo algum partindo do hotel onde

estavam os jornalistas. Na verdade, houve um ataque deliberado àquele hotel onde estavam os companheiros da imprensa.

Tudo isso me deixa extremamente preocupado, Sr. Presidente. Como Jornalista profissional, como Senador, como alguém que passou uma vida inteira em diversos países, em diversas situações de guerra como essa, lamento profundamente que nesse instante a imprensa esteja, de certo modo, recolhida, porque começa a sentir que já não tem mais o **mínimo minimorum** de proteção que se dá ao jornalista durante a guerra. Isso motiva a repulsa de todos nós.

Fiz um pronunciamento no Plenário do Senado ontem e não poderia de deixar de trazer esses dados, que são perturbadores, à nossa Comissão, por ser também a Comissão de Comunicação do Senado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa, consideramos extremamente importante que V. Exª tenha trazido essa manifestação ao Plenário da Comissão de Educação, porque trata exatamente de um assunto relacionado aos jornalistas e à questão da comunicação também.

Como Presidente da Comissão, estamos solidários à manifestação de V. Exª, a quem agradecemos por ter escolhido o Plenário desta Comissão para essa comunicação de extrema gravidade e importância. Vamos abrir o tema à discussão.

A Senadora Ideli Salvatti pede a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Hélio Costa, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento de ontem e por trazer a esta Comissão esse assunto tão grave e delicado e que, infelizmente, está contextualizado na posição dos Estados Unidos, país que, com relação a essa guerra, se coloca acima de qualquer regra, bom-senso ou respeito às condições mais elementares para as relações entre pessoas, países e as instituições estabelecidas.

Sabemos que é caracterizada como crime de guerra qualquer violência contra pessoas que estejam exercendo a profissão jornalística. Isso está muito bem caracterizado como crime de guerra.

Pela forma como foi feito o ataque, um revide, que pode até não ter se caracterizado, como se ventila agora, tendo em vista que os disparos de canhão ocorreram contra um edifício perfeitamente identificado, sendo de pleno conhecimento de quem disparava que ali se encontravam representantes da imprensa internacional, há todas as condições para que o ato seja contabilizado como crime de guerra efetivamente.

Tenho, portanto, o entendimento de que, da mesma forma como o Governo Lula e o próprio Congresso Nacional já tomaram inúmeras iniciativas, marcando a nossa posição de absoluta indignação em relação à guerra e aos episódios que se sucedem, infelizmente, nesse conflito, além de realizarmos meramente o debate, deveríamos tomar algum tipo de iniciativa. Talvez uma deliberação da Comissão de Relações Exteriores ou do próprio Plenário, uma manifestação oficial do Senado da República junto aos órgãos internacionais, para que esse crime de guerra seja avaliado e julgado.

Esperamos que o conflito se resolva o mais rapidamente possível, após o que estabeleceremos, então, as tratativas sobre as conseqüências do conflito em si. Gostaria que pudéssemos viabilizar uma manifestação oficial por meio deste debate e deixar claro, ainda, o seguinte: para os Estados Unidos não interessa a divulgação da verdadeira face da guerra. Creio que é sob essa ótica que lançam tiros de canhão contra jornalistas internacionais. Não interessa divulgar o que efetivamente estão fazendo no Iraque. Contudo, não podemos nos curvar a essa prepotência, a esse autoritarismo, à barbárie que está sendo praticada pelo governo americano.

Quero propor uma iniciativa, uma manifestação oficial da Casa, do Senado brasileiro, junto aos organismos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A palavra continua franqueada.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Existem duas organizações, Senadora Ideli Salvatti, que poderiam, certamente, receber, no mínimo, uma moção de solidariedade da nossa Comissão, como, de resto, do Senado e do próprio Governo. Além, evidentemente, de a endereçarmos àquele que é responsável pelo ato: o governo americano. A organização que, certamente, poderá receber a nossa solidariedade é a Sociedade Internacional dos Jornalistas. Hoje, existe na Europa – creio que estabelecido em Paris –, o chamado Comitê para a Proteção dos Jornalistas. Vou apurar exatamente qual é a sigla. Essas duas organizações são as que mais atuam em defesa dos jornalistas que estão cobrindo o teatro de guerra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Creio que a solidariedade é de fundamental importância, mas, junto com a moção de solidariedade, poderíamos encaminhar nosso repúdio à Embaixada Americana, à Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, e às Nações Unidas. Meu entendimento é no sentido de que são as Nações Unidas que têm a prerrogativa de fiscalizar os atos de conflito ocorridos.

Quero associar-me ao Senador Hélio Costa para, se for possível, fazermos em conjunto moções de solidariedade e de repúdio, bem como um pedido de providências junto aos organismos internacionais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sabemos da importância da presença dos jornalistas nesse conflito do Iraque. Só estamos sendo informados, ou mais ou menos informados, devido aos jornalistas que lá estão presentes. Há quem diga: "Por que trabalhar tanto em defesa dos jornalistas se estes têm o mesmo valor de qualquer outro civil?" No entanto, pensamos diferentemente, porque os jornalistas nos informam, apesar de algumas informações ainda estarem sendo bloqueadas. O que nos chega ainda não é a realidade.

Quero sugerir ao Senador Hélio Costa que façamos uma indicação à Comissão de Relações Exteriores no sentido de que dirija, por meio do Itamaraty, à ONU um projeto regulando a participação de jornalistas na guerra e, ainda, uma sugestão sobre configurar crime de guerra o atentado a jornalistas. Deve haver alguma coisa a respeito nos órgãos públicos da França. O Brasil deve posicionar-se desta forma: fazer com que o Itamaraty manifeste-se, sugerindo a regulamentação da participação dos jornalistas. É preciso considerar uma atitude dessa como um crime de guerra.

É a sugestão que deixo à Comissão de Educação e ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Por enquanto, há apenas uma sugestão, não há uma proposta para ser deliberada. Pergunto ao Senador Hélio Costa se pretende encaminhar uma proposta aqui ou no Plenário. Se for aqui, teremos que submetê-la à votação do plenário da Comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Fiz um pronunciamento, ontem, no Plenário do Senado, Sr. Presidente, mas creio que é importante extrairmos de nossa Comissão, que é a Comissão de Comunicação também, esse posicionamento. Pediria à Senadora Ideli Salvatti que nos ajudasse, com a assessoria que se dispõe a indicar, a preparar esse texto, que seria aprovado aqui mesmo na nossa Comissão, para fazermos o envio desse repúdio aos responsáveis e de apoio às entidades que congregam os jornalistas no mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador, se esperarmos a redação do texto para, depois, aprovarmos, isso só acontecerá semana que vem. Acredito que esse seja um fato cuja deliberação precisaria ser feita de imediato. Então, se não tivermos condições, Sr. Presidente, de aprovar, sem ter o texto nas mãos, o correto será deixarmos para o Plenário à tarde, tendo em vista que até lá poderemos elaborar. Neste momento, não temos condições de aprovar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A sugestão de V. Exª é pertinente. Como os termos desse texto já foram discutidos, submeto à Comissão se esta concorda em aprovar essa indicação proposta pela Senadora Ideli Salvatti e pelo Senador Hélio Costa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na realidade, seria um texto de solidariedade aos dois organismos internacionais que tratam da questão do jornalismo, o repúdio à Embaixada Norte-Americana e ao organismo da ONU que trata das questões de crime de guerra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como esse texto terá que ser submetido ao Plenário, pergunto se a Comissão concorda em aprovar os seus termos desse, mesmo sem conhecê-lo, para que depois possamos, no Plenário, debatê-lo.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar uma condenação veemente. Já fizemos encaminhamentos condenando a guerra, mas, no final desse texto, insistir que a guerra partiu de uma decisão unilateral, imperialista, portanto assustadora, porque não tem limites nem respeito por absolutamente nada. Jornalistas que são concentrados num único espaço, exatamente para ficarem protegidos, passaram a ser atacados. Então temos que condenar com veemência a guerra imperialista, até para que isso desperte a própria opinião pública americana, a fim de que se erija uma barreira aos desejos do Presidente Bush e dos ingleses.

Estamos presenciando uma barbárie. Hoje li que o Ministro da Defesa da Inglaterra entende que as guerras preventivas vão continuar. Isso é algo absurdo e preocupante. Temos que levantar com veemência a nossa voz, com uma condenação formal, aprovada em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esse texto que será elaborado agora pelo Senador Hélio Costa e pela Senadora Ideli Salvatti é apenas uma moção de apoio ou é alguma sugestão ao Itamaraty de algum projeto para alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, pelo que entendi, é não apenas de solidariedade, mas o protesto que foi o complemento feito pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo. Mas estou propondo que o Itamaraty se manifeste, sugerindo a regulamentação da participação de jornalistas ou até uma lei para que seja considerada crime a morte dos jornalistas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa!

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, com a experiência de mais de vinte anos como jornalista, é praticamente impossível tentar disciplinar, vamos dizer assim, com a melhor palavra possível, a atividade do jornalista, principalmente no teatro de guerra.

Todos eles, inclusive os brasileiros que estão, neste momento, cobrindo para os diversos órgãos da imprensa nacional, sabem que a guerra é um lugar perigoso, evidentemente. Alguns jornalistas, e me parece que neste momento são apenas quatro, são chamados incorporados. O que é um jornalista incorporado? É aquele que veste a farda do Exército, assume todas as posições que o Exército está assumindo e vai à frente de batalha como um soldado. Ele já nem é mais considerado, naquele caso específico, um jornalista. Ele é um incorporado, muito embora a função dele não seja atirar, e sim escrever, anotar, falar. Então é praticamente impossível tentar disciplinar a ação do jornalista, até porque o entendimento que existe é no sentido de que o jornalista é um observador privilegiado, nada mais, apenas um observador privilegiado. Ele está em determinado local de onde reporta para a sua localidade, para o País e para o mundo.

Então, lamentavelmente, tenho que dizer a V. Exª que não haveria como abrigar a sua sugestão de tentar disciplinar a atividade do jornalista, porque nós estaríamos, na verdade, cerceando-a. Qualquer movimentação impediria o pleno exercício da profissão de jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada a discussão.

Submeto à Comissão a proposta do Senador Hélio Costa, complementada pela Senadora Ideli Salvatti e também pelo Senador João Capiberibe.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra a nobre Senadora Íris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, eu gostaria de anunciar, de acordo com a pauta colocada sobre a Mesa, a 2ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 10 de abril de 2003, amanhã, quinta-feira, às 10 horas, com audiência pública, em função do requerimento assinado pelos Senadores: Demóstenes Torres, eu mesma e o Senador Sérgio Cabral. O debate sabre as questões legislativas a Agência Nacional de Cinema, ANCINE.

Teremos, como convidados, o Dr. Juca Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura, e Assunção Ernandes, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Feita a comunicação da Senadora Íris de Araújo, pergunto se algum Senador tem algo a comunicar.

Não havendo quem queira usar da palavra, cumprimos a responsabilidade de votar os dois itens não-terminativos contidos na pauta, aguardando que a pauta do Plenário seja desobstruída para que possamos votar outros 48 itens.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h50min.)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de abril de 2003.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, João Capiberibe,

Valmir Amaral, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Jorge, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Sibá Machado, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Duciomar Costa, Aelton Freitas, Hélio Costa, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Roseana Sarney, Antero Paes de Barros, justificando ausência o Senador Gerson Camata e a Senadora Ideli Salvatti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. A Presidência submete ao plenário que se inicie a pauta pela deliberação dos Projetos de Decretos Legislativos, em virtude do acumulo dessas matérias na Comissão, como conseqüência do sobrestamento da pauta do plenário do Senado Federal. A sugestão é acatada por todos os membros da Comissão. Item 09: Projeto Decreto Legislativo nº 761, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marabá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maracaju, Estado do Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 10: Projeto Decreto Legislativo nº 663, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão a Radiojornal de Amambaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 12: Projeto Decreto Legislativo nº 713, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Pró-Desenvolvimento do Cariri – Júlia Leite de Luna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 13: Projeto Decreto Legislativo nº 712, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Itamaracá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Ipaussu, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 14: Projeto Decreto Legislativo nº 619, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a ADESCS – Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Sales, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 15: Projeto Decreto Legislativo nº 005, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 20: Projeto Decreto Legislativo nº 647, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Feira Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira Nova, Estado de Pernambuco". O relator designado é a Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 21: Projeto Decreto Legislativo nº 642, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Iati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iati, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 24: Projeto Decreto Legislativo nº 318, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência á Carência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 25: Projeto Decreto Legislativo nº 641, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova

o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, Boa Notícia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 30: Projeto Decreto Legislativo n° 485, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga concessão ao Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre". O relator designado é o Senador Siba Machado e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 36: Projeto Decreto Legislativo n° 725, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema – ACCPI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itarema, Estado do Ceará". O relator designado é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 37: Projeto Decreto Legislativo n° 696, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Amparo e Educação à Infância de Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz, Estado do Ceará". O relator designado é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 38: Projeto Decreto Legislativo n° 632, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sol Maior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 39: Projeto Decreto Legislativo n° 589, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Contorno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 42: Projeto Decreto Legislativo n° 757, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Caracaraí de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 45: Projeto Decreto Legislativo n° 721, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado para executar serviço de radiodifusão sonoro em freqüência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 27: Projeto Decreto Legislativo n° 674, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Casa da Cultura de Bom Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 28: Projeto Decreto Legislativo n° 674, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Xique-Xique a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 29: Projeto Decreto Legislativo n° 748, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ômega de Comunicação e Ação Social para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Senador Osmar Dias, passa a Presidência ao Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, que continua a liberação dos itens da pauta. Item 50: Projeto Decreto Legislativo n° 689, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Pioneira de Londrina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 51: Projeto Decreto Le-

gislativo nº 699, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Artística Folha do Boqueirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 52: Projeto Decreto Legislativo nº 030, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guaíba S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Presidente atual, Senador Juvêncio da Fonseca, repassa a Presidência ao Presidente Senador Osmar Dias, que continua a liberação da pauta. Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 08, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jaques Wagner, "Denomina 'Rodovia Jorge Amado' o trecho da Rodovia BR-415 que interliga as cidades de Itabuna e Ilhéus, no Estado da Bahia". O relator designado e a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável é aprovado. Discutiu a matéria o Senador Demóstenes Torres. Fica adiado o Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002, pela ausência justificada da Senadora Ideli Salvatti, com a concordância do relator, Senador Mozarildo Cavalcanti. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2002, Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2003, Item 06: Projeto de resolução do Senado nº 073, de 2002, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 664, 2002, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2002, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2002, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 090, de 1999, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 680, de 2002, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2002, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2002, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2002, Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 659, de 2002, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2002, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 711, de 2002, Item: 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2002, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 587, de 2002, Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2002, Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2002, Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2002, Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2002, Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2002, Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2002, Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2002, Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2002, Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 596, de 2002, Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2002. O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quinze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, com uma pauta contendo 52 itens.

Quero registrar, e os Senadores já notaram, a falta da pauta que deveria estar sobre a mesa dos Senadores. Mas, assim como aconteceu na Comissão de Assuntos Econômicos, aconteceu aqui também. A Comissão de Assuntos Econômicos só recebeu a pauta no momento em que se iniciavam os trabalhos. E aqui já entramos em contato com o Diretor da Gráfica, que ficou de me telefonar dizendo o que está acontecendo. Mas, na verdade, até agora só recebemos dez pautas. Portanto, não há pauta para todos os Senadores porque a Gráfica não as providenciou a tempo, como deveria fazê-lo. Pretendo registrar esse fato ao Presidente do Senado e ao Diretor-Geral do Senado, para que providências sejam tomadas, porque é evidente que uma Comissão não pode ter os seus trabalhos prejudicados em função de atraso da Gráfica do Senado.

Desejo ao Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, quando for realizar a reunião daquela Comissão, lá esteja a pauta com a antecedência recomendada, para que inclusive os Senadores tenham acesso ao material.

Mas hoje temos uma pauta contendo 52 itens, como eu disse, e vamos iniciar pelo Item 7 e daí em diante, que são os projetos de decreto legislativo. Vamos adotar o seguinte critério: os Relatores que estiverem presentes farão a leitura do relatório e nós o

colocaremos em discussão. E, como há, aprovada pelo Plenário do Senado, uma resolução que torna terminativa matéria na Comissão de Educação, vamos ouvir a leitura dos relatórios, a conclusão, promover a discussão e votaremos em globo as matérias de parecer favorável. Seria impossível votarmos uma a uma com lista de votação. Tomaremos essa providência e é evidente que, se houver uma contestação de algum Senador, votaremos uma a uma. Essa é uma proposta que estou levando ao Plenário para que todas as matérias com parecer favorável sejam votadas – estou falando de projeto de decreto legislativo, portanto, outorga ou concessão de rádio. Se houver qualquer contestação em relação a um item, faremos a votação individual daquele item. Se não houver, faremos da forma que acabei de descrever.

O Item 7 é terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Professora Néria Coelho Guimarães, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

O Relator é o Senador Hélio Costa, que ainda não chegou. Portanto, passemos adiante.

Vamos para o item cujo Relator esteja presente.

Item 9. O Senador Juvêncio da Fonseca é o Relator. Projeto de Decreto Legislativo nº 762, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marabá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca, para apresentar seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o processo teve sua tramitação respeitando todos os requisitos legais e o nosso voto é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Voto favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

V. Exª pode já relatar também o Item 10, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jornal de Amambaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul.

Tem V. Exª a palavra, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também da mesma forma esse projeto atendeu a todos os requisitos legais e nosso voto é favorável, com a simples retificação de que a nossa cidade lá da Rádio Jornal é Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É Amambai, aqui tem um acento a mais.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O Senador Gerson Camata, Relator do Item 11, entrou em contato com a Comissão, justificando sua ausência. O Presidente da República encontra-se em seu Estado, Espírito Santo, e S. Exª o está recebendo.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Fundação Pró-Desenvolvimento do Cariri Júlia Leite de Luna, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado do Ceará.

O Senador Reginaldo Duarte é o Relator, a quem passo a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, como a Fundação Pró-Desenvolvimento do Cariri Júlia Leite de Luna atendeu a todas as exigências legais e técnicas, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sendo o voto favorável, está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votaremos em seguida.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 712, que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Itamaracá FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ipauçu, Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Reginaldo Duarte, que tem a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, da mesma forma, a Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Itamaracá FM atendeu a todas as exigências técnicas e legais.

Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido

Sales a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Sales, no Estado da Bahia.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pelos motivos anteriores, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Reginaldo Duarte, para relatar a matéria.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, a Fundação Educacional Avelar Pereira de Alencar, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, atendeu a todas as exigências legais, constitucionais e técnicas.

Meu voto é favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Feira Nova, Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Iati a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Iati, Estado de Pernambuco.

Tem a palavra o Senador José Jorge, para relatar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o nosso parecer, também neste caso, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 24, terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 318, que aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência à Carência Social a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário, Estado do Maranhão.

Tem a palavra o Senador Edison Lobão, para relatar.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, com a emenda que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de Comunicação e Cultura Boa Notícia a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão.

Tem a palavra o Senador Edison Lobão, para relatar.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, nas mesmas condições, o parecer é favorável, com a emenda que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O Senador Sibá Machado é o Relator do Item 30, Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2002, que aprova o ato que outorga concessão ao Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur, para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tendo o Governo do Acre apresentado todos os documentos necessários, somos favoráveis a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema – ACCPI a executar serviços de radiodifusão comunitária em Itarema, Estado do Ceará. A Relatora é a Senadora Patrícia Gomes, a quem passo a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, o parecer também é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Item 37. Projeto de Decreto Legislativo nº 696, que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Amparo à Educação e à Infância de Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz, Estado do Ceará. A Relatora é a Senadora Patrícia Gomes, que tem a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Da mesma forma, Sr. Presidente. Parecer favorável com emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Item 38. Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sol Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba. O Relator é o Senador Papaléo Paes, a quem concedo a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Item 39. Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2002. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Contorno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia. O Senador Papaléo Paes é o Relator.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, o parecer também é pela aprovação, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Item 42. Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Caracaraí de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Tem a palavra o Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da análise da documentação, conclui-se que o projeto preencheu todos os requisitos legais.

Portanto, o parecer é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Item 45. Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Tem a palavra o Senador Leonel Pavan, que relatará o projeto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, infelizmente, estou sem a pauta cheia.

Mantemos o parecer favorável, aprovando essa emissora. Porém, não tenho em mãos o parecer para proceder à leitura. A pauta está vazia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A gráfica não entregou a pauta. Só entregou 10, sendo que agora chegaram mais algumas. Nós já registramos o fato e vamos oficiar ao Presidente do Senado e à Diretoria-Geral do Senado para que providências sejam tomadas, porque esse fato também ocorreu na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De qualquer forma, mantemos o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Voltaremos aos Itens 27, 28 e 29, do Senador Sérgio Guerra.

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 674, que aprova o ato que autoriza a Associação Casa da Cultura de Bom Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado

de Pernambuco. Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nosso parecer é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 668, que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Xique-Xique a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia. Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o parecer do Relator é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 748, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ômega de Comunicação e Ação Social para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Serra Talhada, Pernambuco. Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Todos os itens cujos Relatores estão presentes já foram apresentados. Solicito às Srªs e aos Srs Senadores que permaneçam em plenário, pois faremos a votação nominal de todos os projetos agora. Antes, solicito que o Senador Juvêncio da Fonseca assuma a Presidência por alguns minutos, para que eu possa relatar três projetos de decreto legislativo. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Submetemos à apreciação desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2002, que aprova ato que autoriza Associação Rádio Comunitária Pioneira de Londrina a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Relator Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável. Todos os requisitos foram cumpridos com a emenda que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 699, de 2002, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Artística Folha do Boqueirão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Relator Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável. Todos os requisitos foram cumpridos com a emenda que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2003, que aprova ato que renova a concessão da Rádio Guaíba S.A. para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Relator Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável. Todos os requisitos foram cumpridos com a emenda que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Volta a Presidência às mãos sempre sábias e competentes do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Devo esclarecer que estou de acordo com V. Exªs quanto à apreciação dessas matérias. A Constituição exige que elas sejam apreciadas, mas é realmente estranho fazermos dessa maneira. Infelizmente, não há outra forma de fazê-lo.

Há mais 200 processos de rádio na Secretaria. Acabo de fazer um apelo ao Senador Edison Lobão para que distribua uma emenda constitucional a que eu já fiz referência na última reunião, para dispensar o Congresso Nacional de apreciar as rádios comunitárias. Ficaríamos somente com as rádios comerciais e

TVs; as rádios comunitárias seriam de prerrogativa do Executivo. Não justifica estarmos reunidos para apenas ler o final do relatório e cumprir a praxe de votar como vamos fazer agora.

Proponho, se não houver nenhuma contestação, que todos os processos sejam votados em globo, porque não houve parecer contrário. Todos os pareceres são favoráveis. Vamos ter que votar a emenda separadamente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Concordo com V. Exªs que precisamos reformular os critérios para outorga de rádios comunitárias, mas esta Comissão aprovou, no dia 18 de março, um requerimento para realização de uma audiência pública com o Sr. Eugênio Fraga, Secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. Minha proposta é que qualquer mudança de critério se faça após a realização dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Fátima Cleide, como informamos, o Senador Edison Lobão designará um Relator para apreciar a proposta de emenda constitucional que encaminhamos pela Presidência da Comissão. Isso deve demandar aproximadamente uma semana. Na semana que vem, na quarta-feira, deverá estar aqui o Secretário do Conselho, quando poderemos realizar a audiência pública. Então cumpriremos essa exigência de V. Exª.

Vamos votar. Eu pediria que todos permanecessem depois dessa votação porque vamos entrar em projetos que exigem votação terminativa também. São os seis primeiros itens da pauta.

Os projetos relatados serão votados em globo.

(Procede-se à votação.)

Todos os projetos foram aprovados.

Passemos à votação das emendas.

Há algum voto diferente da primeira relação? (Pausa)

Aprovadas as emendas também.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, que veda às instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas e altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.

O autor é o ex-Senador Blairo Maggi, que hoje é Governador de Mato Grosso. O Relator é o Senador Marco Maciel, que apresentou uma emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Relator não está presente. Por isso, passemos ao item 2. Como também não está presente o Senador Hélio Costa, vamos apreciar o item 3, cujo Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002, que institui o ano de 2002 como o ano do educador e dá outras providências.

Há uma questão abordada pela Senadora Ideli Salvatti relativa a este item. A Senadora não está presente, por estar doente, mas S. Exª pediu que, se possível, adiássemos a apreciação da matéria, porque S. Exª gostaria de estar presente. Consulto o Relator se há algum inconveniente nisso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estando o Relator de acordo, aguardaremos, então, a presença da Senadora Ideli Salvatti.

Item 4. Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2003, que denomina Rodovia Jorge Amado o trecho da Rodovia BR-415 que interliga as cidades de Itabuna e Ilhéus, no Estado da Bahia. O autor é o Deputado Jaques Wagner. A Relatora é a Senadora Fátima Cleide, a quem concedo a palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na análise do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2003, constatamos que o mesmo não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais e as normas da boa técnica legislativa. Ademais, encontra pleno respaldo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, a qual estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

O Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2003, mostra-se ainda pertinente no que tange ao mérito. A par de ser um dos mais notórios escritores brasileiros, Jorge Amado marcou sua obra por uma forte identificação com a paisagem, os habitantes, as crenças, a cultura, enfim, da região cacaueira, da qual as cidades de Itabuna e Ilhéus são as mais destacadas representantes.

Por essa razão, a escolha da via objeto da homenagem foi extremamente feliz.

Voto

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srª Relatora, raramente se vê um projeto com tanta propriedade. Denominar o trecho de uma BR que liga Itabuna a Ilhéus com o nome do escritor Jorge Amado realmente é de uma oportunidade extraordinária. Ele teve e tem um enorme merecimento. Ele foi um dos escritores mais lidos e traduzidos no Brasil e no mundo afora. De sorte que parabenizo o Deputado Federal Jaques Wagner, que apresentou a proposta, assim como a Senadora Relatora.

É inusitada essa proposta, mas é uma justa homenagem que se faz ao escritor Jorge Amado, ainda mais naquele trecho entre Itabuna e Ilhéus, onde ele ambientou grande parte de seus romances.

Voto favoravelmente e aplaudo a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Fátima Cleide.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos ao Item 06.

Como está ausente o Senador Gérson Camata, Relator da matéria, pelos motivos que já expus aqui, ou seja, a visita do Presidente da República ao Estado de S. Exª, não poderemos apreciá-lo agora.

O mesmo ocorre com o item 07.

Para cumprir a regra estabelecida de não votar projetos quando o Relator estiver ausente, estamos impedidos de continuar apreciando a pauta.

Contudo, relembro que, conforme acordo, isso será adotado apenas por duas reuniões. Na terceira, mesmo na ausência do Relator, indicaremos um Relator **ad hoc** e votaremos a matéria, evidentemente para não se acumularem processos na pauta por ausência de um ou outro Senador.

Agradeço a presença de todos. Lembro que teremos audiência pública, às 10h, na quarta-feira, mas haverá reunião normal, com pauta, na terça-feira.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A audiência pública será em que horário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Será às 10 horas. Será emitida a convocação. Vamos cumprindo os requerimento aprovado aqui.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 15 minutos.)

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2003.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Aelton Freitas, Hélio Costa, Íris de Araújo, Valdir Raupp, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana, Papaléo Paes, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Arthut Virgílio, Eduardo Azeredo, Teotônio Vilela Filho e Lucia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valmir Amaral, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, e Fátima Cleide, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. A Presidência submete ao plenário que se inicie a pauta pela deliberação dos Projetos de Decretos Legislativos, em virtude do acumulo dessas matérias na Comissão, como conseqüência do sobrestamento da pauta do plenário do Senado Federal. A sugestão é acatada por todos os membros da Comissão. Item 06: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática que "Requer, com base no art. 90, inciso I e V do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Educação, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que 'Dispõe sobre contribuição das Empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens para a produção au-

diovisual brasileira independente'". O requerimento é aprovado. Item 07: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática que "Requer, com base no art. 90, inciso II e V do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de educação, a fim de instruir o projeto de lei do Senado nº 263, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que 'Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura". O requerimento é aprovado. Item 08: Projeto Decreto Legislativo nº 065, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Palmaciana da Comunidade Sede – ASPACS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmácia, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 12: Projeto Decreto Legislativo nº 664, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Professora Néria Coelho Guimarães, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Item 14: Projeto Decreto Legislativo nº 694, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "aprova o ato que autoriza a Rancho Verde Vida – RVV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 15: Projeto Decreto Legislativo nº 675, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Comunidade São Pedro - AMOPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 16: Projeto Decreto Legislativo nº 717, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitária Rádio Lajedo FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedo, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 17: Projeto Decreto Legislativo nº 656, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Espaço Aberto de Massaranduba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Jorge Bornhausen e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 18: Projeto Decreto Legislativo nº 659, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional do Alto do Vale do Itajaí - FEDAVI para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Jorge Bornhausen e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 19: Projeto Decreto Legislativo nº 704, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Rádio Grupo Conesul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. Item 21: Projeto Decreto Legislativo nº 648, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jorge Bournhausen e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 22: Projeto Decreto Legislativo nº 610, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Integração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jorge Bournhausen e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 23: Projeto Decreto Legislativo nº 627, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que renova a concessão da Rede Fronteira de Comunicação Ltda.,

para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jorge Bournhausen e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Item 24: Projeto Decreto Legislativo n° 636, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Marconi para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jorge Bournhausen e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 29: Projeto Decreto Legislativo n° 587, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Oeiras do Pará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oeiras do Pará, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. Item 30: Projeto Decreto Legislativo n° 509, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão a RBN - Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Oriximiná, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Item 31: Projeto Decreto Legislativo n° 586, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pe. Constantino Zajkowski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Item 32: Projeto Decreto Legislativo n° 483, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão á Rádio Ciranda de Chiapetta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chiapetta, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. Item 33: Projeto Decreto Legislativo n° 596, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Rio Manso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Manso, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Item 34: Projeto Decreto Legislativo n° 654, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Betel do Bairro Jardim Aeroporto para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Paulo Afonso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Item 35: Projeto Decreto Legislativo n° 576, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardinópolis Comunicações S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Item 36: Projeto Decreto Legislativo n° 612, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário e Rádio 'São Pedro' FM (AMCRSP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda n° 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. Item 37: Projeto Decreto Legislativo n° 464, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 38: Projeto Decreto Legislativo n° 617, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Alto Horizonte – Goiás AMPAH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Horizonte, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o pro-

jeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 39: Projeto Decreto Legislativo nº 763, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Riopardense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ribas do Rio Parda, Estada de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 40: Projeto Decreto Legislativo nº 737, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corguinho, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 41: Projeto Decreto Legislativo nº 703, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Inocênciense de Comunicação e Marketing a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 42: Projeto Decreto Legislativo nº 480, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 43: Projeto Decreto Legislativo nº 591, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Fronteira, Estado do Piauí". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 44: Projeto Decreto Legislativo nº 599, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 45: Projeto Decreto Legislativo nº 663, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 46: Projeto Decreto Legislativo nº 746, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste – AFARO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário Oeste, Estado do Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Item 47: Projeto Decreto Legislativo nº 680, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão Gramense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Grama, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Item 48: Projeto Decreto Legislativo nº 090, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio América S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 49: Projeto Decreto Legislativo nº 774, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora Vale do Acará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 52: Projeto Decreto Legislativo nº 496, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a união das Associações Comunitárias e de Moradores de Carazinho – U.A.C.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carazinho, Estado

do Rio Grande do Sul". O relator designado é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. Item 53: Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a ACE – Associação Cultural Encruzilhadense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. Item 54: Projeto Decreto Legislativo nº 711, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Renascer para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Louveira, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. Item 55: Projeto Decreto Legislativo nº 580, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural do Sistema de radiodifusão 'Cidade das Árvores' para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Paulo Octávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 56: Projeto Decreto Legislativo nº 001, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga concessão à Rede Floresta Viva Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 57: Projeto Decreto Legislativo nº 745, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cunha, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. Finda a deliberação dos Projetos de Decretos Legislativos a Presidência retorna a ordem natural da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Veda a Instituições Públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas, e altera a lei nº 9456, de 25 de abril de 1997." O relator designado é o Senador Marco Maciel, e o parecer é favorável, na forma do Substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça. A Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, o adiamento da apreciação da matéria para a próxima reunião, com a concordância do Relator e a aprovação do Plenário. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Senador Maguito Vilela, "Introduz modificações na Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, que institui o código Brasileiro de Telecomunicações". O relator designado é o Senador Hélio Costa, cujo Parecer propugna pela rejeição. O Projeto é rejeitado por quinze (15) votos. Discutiu a matéria o Senador Demóstenes Torres. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 041, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, "Torna obrigatório o uso de leite de vaca na merenda escolar". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador José Jorge. Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Marisa Serrano, "institui o ano de 2002 como 'Ano do Educador' e dá outras providências". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável com as emendas oferecidas. Foi concedida vista do Projeto à Senadora Ideli Salvatti no dia nove de abril do corrente ano, que apresentou voto em separado pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo oferecido. A Senadora requer preferência para a votação do voto em separado, o que é aprovado pelo Plenário, com a aquiescência do Relator. O voto é submetido à votação e aprovado por unanimidade, passando a se constituir em Parecer da Comissão. Item 58: Projeto Decreto Legislativo nº 626, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Abaeté de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 59: Projeto Decreto Legislativo nº 644, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vazante, Estado de Minas Gerais". O relator desig-

nado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com emenda nº 01-Ce, aprovada pro quatorze (14) votos. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 04: Projeto de Resolução do Senado nº 073, de 2002, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 598, 2002, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2002, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2002, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2002, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2002, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 741, de 2002, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 770, de 2002, Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 710, de 2002, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2002, Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 623, de 2002, Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2002. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

Há 59 itens na pauta, sendo que os itens 1, 2 e 3 exigem votação terminativa. Então, vamos iniciar pela apreciação dos itens que não exigem votação terminativa e cujos Relatores estejam presentes.

Em relação ao item 5, há uma solicitação da Senadora Ideli Salvatti, que estará presente dentro de alguns minutos à reunião. S. Exª pede que aguardemos a sua presença, no que será atendida.

O item 6 é um requerimento que solicita, com base no art. 90, incisos II e V do Regimento Interno, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº88, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre a contribuição das empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens para a produção de audiovisual brasileiro independente. Autoria da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática: Senadores Iris de Araújo, Juvêncio da Fonseca e Roberto Saturnino.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o requerimento.

Item 7: Requerimento que solicita, com base no art. 90, incisos II e V do Regimento Interno, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura. Autoria da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática: Senadores Iris de Araújo, Juvêncio da Fonseca e Roberto Saturnino.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O item 8 também é terminativo, mas trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Palmaciana da Comunidade-Sede a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmácia, Estado do Ceará. O Relator é o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, é apenas um esclarecimento quanto aos itens 4 e 5, que não são terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O item 4 tem como Relator o Senador Gerson Camata, que não está presente. E com relação ao item 5, eu já havia comunicado que a Senadora Ideli Salvatti solicitou que aguardássemos a sua presença, porque S. Exª tem voto em separado a apresentar. Como solicitou que aguardássemos a sua presença, vamos aguardar. Não estando presente até o final da reunião, iremos apreciá-lo assim mesmo.

Então, vamos proceder da mesma forma que na última reunião. No caso dos Projetos de Decreto Legislativo que autorizam concessão de rádio, vamos

proceder à apresentação do relatório, a leitura do relatório, para, no final, votarmos todos em globo.

Tem a palavra o Senador Reginaldo Duarte para relatar o item 8.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, a Associação Palmaciana da Comunidade-Sede da cidade de Palmácia, Estado do Ceará, cumpriu todas as exigências legais e técnicas. Por isso, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 9: o Senador Gerson Camata não está presente.

Itens 10, 11, 12: o Senador Hélio Costa é o Relator. Como já é a quarta vez que a matéria está na pauta, vou cumprir a regra que estabelecemos: não estando presente o Relator em uma reunião, aguardamos a segunda e, na terceira, colocamos a matéria em votação. Portanto, vamos colocá-la em votação. Antes, porém, teremos que ouvir o relatório. Peço ao Senador Reginaldo Duarte, que já fez a leitura do Item 8, que faça também a apresentação do Item 12, que é o ato que aprova a outorga de permissão à Fundação Educativa Cultural Professora Nélia Coelho Guimarães para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte, como Relator **ad hoc**.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pelo mesmo motivo anterior, por a Fundação Educativa Cultural Professora Nélia Coelho Guimarães ter atendido a todas as exigências ao mencionado projeto, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 14. O Relator é o Senador Marco Maciel.

Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Rancho Verde Vida a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª e aos demais integrantes desta Comissão que o ato que autoriza a Rancho Verde – RVV – a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco observou todas as exigências legais. Daí a razão pela qual o meu voto é pela aprovação do referido projeto, com parecer favorável à emenda que foi oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade São Pedro a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Relator Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, a aprovação da proposição anterior, eu a faço com relação ao ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade São Pedro a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.

Sou também de parecer favorável à acolhida à emenda que foi oferecida.

Este é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Lagedo FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Relator Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, o meu parecer é favorável ao ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Lagedo FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo, Estado de Pernambuco. Daí por que, no meu parecer, explicito também que sou favorável à emenda que foi oferecida ao referido projeto legislativo.

Este é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 17. O Relator é o Senador Jorge Bornhausen. Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Espaço Aberto de Maçaranduba a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade

de Maçaranduba, Estado de Santa Catarina. Trata-se do PDS 656.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 659, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educacional do Alto do Vale do Itajaí para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o meu voto é também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 19. O Relator é o Senador Eurípedes Camargo. Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2002, aprova o ato que autoriza a Rádio Grupo Conesul a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, o Senador Eurípedes Camargo. (Pausa)

Não está presente o Senador Eurípedes Camargo. Como este é um projeto que está na pauta pela terceira vez, eu pediria ao Senador Juvêncio da Fonseca para apresentar o relatório do item 19.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, o projeto mereceu a satisfação de todos os requisitos legais. Somos favoráveis à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 20.

Não estando presente a Senadora Ideli Salvatti, eu pediria ao Senador Jorge Bornhausen que proferisse o relatório do item 21, que aprova o ato que autoriza a Associação Envolvimento Comunitária Rádio da Paz Serrana FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina.

Com a palavra, o Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Da mesma forma, Senador Jorge Bornhausen, para o item 22.

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Integração Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 23: projeto de Decreto Legislativo nº 627 que aprova o ato que renova a concessão da Rede Fronteira de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Não estando presente o Senador Leonel Pavan, eu pediria ao Senador Jorge Bornhausen que proferisse o relatório.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 636, 2002, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Marconi para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Da mesma forma, eu pediria ao Senador Jorge Bornhausen que apresentasse o relatório.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 587, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Oeiras do Pará a executar servi-

ços de radiodifusão comunitária na cidade de Oeiras do Pará, Estado do Pará.

Senador Luiz Otávio é o Relator, mas, não estando presente, eu pediria ao Senador Duciomar Costa que apresentasse o relatório.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, a cidade é Oeiras do Pará e o projeto atende a todos os requisitos legais. Por isso, nosso voto é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2002, aprova ato que outorga permissão à RBN de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na Cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

Com a palavra, o Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, o projeto atende a todos os requisitos legais, por isso somos favoráveis à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Constantino Zaikowski, para o desenvolvimento social, cultural e artístico, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator é o Senador Flávio Arns, que tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O voto é favorável com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2002, que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Ciranda de Chapeta Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na Cidade de Chapeta, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Da mesma forma, o voto é favorável com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 596, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural, Educativa e Artística de Rio Manso a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Rio Manso, Estado de Minas Gerais.

O Relator é o Senador Aelton Freitas.

S. Exª teve um problema para chegar. Então, pediria ao Senador Hélio Costa que apresentasse o Relatório, substituindo o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o parecer, de igual modo, é pela aprovação da proposta, já que ela atende a todos os requisitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o projeto apresentado pelo Senador Hélio Costa. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 654, que autoriza à Associação Comunitária Betel, do Bairro Jardim/Aeroporto, para desenvolvimento artístico e cultural de Paulo Afonso, a executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Paulo Afonso, no Estado da Bahia.

O Relator é o Senador Aelton Freitas. Não estando S. Exª presente, solicito ao Senador Hélio Costa que apresente o relatório.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Da mesma forma, Sr. Presidente, a proposição oriunda da Câmara destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União. Portanto, sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardinópolis Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Jardinópolis, no Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Papaléo Paes, que tem a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela aprovação, na forma do Projeto

de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 36:

Projeto de Decreto Legislativo nº 612, que aprova o ato que autoriza à Associação Movimento Comunitário e Rádio São Pedro FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, no Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PMDB – AP) – Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação com a emenda de redação apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão a Estúdio G Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora FM – Freqüência Modulada, na cidade de Jataí, no Estado de Goiás.

Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 617, que aprova o ato que autoriza à Associação dos Movimentos Populares de Alto-Horizonte – GO a executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Alto-Horizonte, Estado de Goiás.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela aprovação, com oferecimento de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº763, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Riopardense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora FM – Freqüência Modulada, na cidade de Ribas do Rio Pardo, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 737, que aprova o ato que autoriza à Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses a executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Corguinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Senador Juvêncio da Fonseca é o Relator e tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, embora Corguinho seja o nome da cidade, trata-se de uma grande cidade e com um povo hospitaleiro e bom e merece essa rádio comunitária.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 703, que aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária Inocenciense de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Inocência – MS.

Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, que tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmico a executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Engenheiro Coelho, no Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Mão Santa, que tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela aprovação, com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queria discutir, vou encerrar a discussão.

Passa-se ao item 43, cujo Relator é o Senador Mão Santa. Trata-se do Projeto de Decreto-Legislativo nº 591 que aprova o Ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Fronteira, no Estado do Piauí.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Somos pela aprovação com a Emenda. Peço permissão para dar uma sugestão ao ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Recentemente, governando o Estado do Piauí, Deus me permitiu criar 76 cidades e, nesta última campanha, ao sair de uma recém-criada, fui chamado porque tinha que dar uma entrevista – "Eu não já dei?" E me responderam: – "Não. Há outra Rádio Comunitária".

Então, quero advertir que só no Piauí há cerca de mil. Nesta Casa, há representantes de 27 Estados. Nas devidas proporções, não iremos fazer outra coisa a não ser apreciar essas concessões. No meu entender, hoje, essas rádios comunitárias são o que eram as amplificadoras antigas; e elas estão proliferando-se em razão de uma necessidade cultural, representam uma evolução da comunicação, educam e dão oportunidade de trabalho.

Creio que tem que haver uma sistematização por parte do próprio Executivo, a fim de dinamizar esse grande benefício que está havendo na evolução da comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Mão Santa, a recomendação de V. Exª já está atendida por uma Proposta de Emenda à Constituição que apresentamos e que está sendo relatada pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Esta se encontra no item 3 da pauta da CCJ de amanhã, quando será votada, propondo, exatamente, o que V. Exª acaba de sugerir: dispensar a audiência do Congresso Nacional, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, para as rádios comunitárias; o Executivo é quem ficaria com a competência.

Está atendida, portanto, a solicitação de V. Exª.

O Senador Tião Viana não se encontra presente.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti para que relate o item nº 44. Projeto de Decreto-Legislativo nº 599 que aprova o Ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda tropical, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o Projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito, da mesma forma, que o Senador Mozarildo Cavalcati relate o item nº 45. Projeto de Decreto-Legislativo nº 663 que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur, a executar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sena Madureira, no Estado do Acre.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Igualmente, o Parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro para relatar o item nº 46, que aprova o Ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Somos pela aprovação, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Com a palavra o Senador Almeida Lima para relatar o item nº 47. Projeto de Decreto-Legislativo nº 680, que aprova o Ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão Gramense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Grama, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, concluo pela aprovação, apresentando emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao item nº 48: Projeto de Decreto-Legislativo nº 90 que aprova o Ato que renova a concessão da Rádio América S. A., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Almeida Lima, a quem concedo a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, concluo com a apresentação do voto pela aprovação, na forma do Projeto de Decreto-Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. Peço, no entanto, a V. Exª permissão para, a propósito da palavra do Senador Mão Santa, complementada por V. Exª, dizer que, nesta semana ainda, no bojo de uma proposta de emenda à Constituição que trata da reforma política e do Estado brasileiro, apresentarei uma proposta no sentido de que as emissoras de rádio e televisão de alcance apenas local, no território do Estado, seja um serviço executado ou concedido ou autorizado pelo próprio Estado-membro e não pela Federação, e não pelo Governo da União, a título apenas de colaboração no sentido de que essa matéria, com certeza, será objeto de ampla discussão aqui, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos, Senador.

Item nº 49. Projeto de Decreto Legislativo nº 774, que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Educadora Vale do Acará Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa, Relator.

O SR. DUCIOMAR COSTA (PTB – PA) – Sr. Presidente, não havendo reparos quanto às questões legais, recomendamos a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Item nº 52. Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2002, que aprova o ato que autoriza a União das Associações Comunitárias de Moradores de Carazinho a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, Relatora.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 53. Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Encruzilhadense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, Relatora.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, igualmente favorável é o parecer, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 54. Projeto de Decreto Legislativo nº 711, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Renascer para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Louveira, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho, Relator.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, não havendo reparos a fazer ao referido projeto, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 55. Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2002, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educativa e Cultural do Sistema de Radiodifusão Cidade das Árvores para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, Relator.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Fundação Educativa e Cultural do Sistema de Radiodifusão Cidade das Árvores, em Araras.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 56. Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2003, que aprova o ato que outorga a concessão à

Rede Floresta Viva Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, nosso voto é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 57. Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha a executar serviços de radiodifusão na cidade de Cunha, Estado de São Paulo.

O Relator, Senador Leomar Quintanilha, não se encontra presente. Solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca que faça o relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Os itens nºs 58 e 59 constam da pauta pela primeira vez. Seguindo o critério, vamos suspender a sua apreciação e proceder à votação de todos os projetos de decreto legislativo que foram relatados.

Passamos à chamada nominal, colhendo a votação, portanto.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Precisamos votar as emendas. Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se há algum voto diferente do que foi proferido para o projeto.

Como os votos são repetidos, vencemos essa parte da pauta, que é uma necessidade.

Voltamos ao item 1, que tem como Relator o Senador Marco Maciel.

Trata-se de um projeto de extrema importância – tive a oportunidade de relatá-lo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, de autoria do atual Governador do Mato Grosso, então Senador Blairo Maggi, que veda a instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas e altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.

O parecer é favorável, na forma da Emenda Substitutiva nº 1, aprovada pela CCJ.

O Senador Marco Maciel apresenta uma emenda substitutiva, e solicito a S. Exª que apresente o relatório.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, fui procurado, ontem à noite, pela Senadora Ideli Salvatti, que me relatou que tivera um entendimento com V. Exª quando lhe pediu que a proposição não fosse apreciada, tendo em vista ela ser autora de um pedido de convocação de Ministro de Estado à Comissão de Infra-Estrutura. S. Exª me consultava se, na condição de Relator, tinha algo a obstar, ao que respondi que não, que estava de acordo, já que S. Exª se referira ao fato de ter conversado, precedentemente, com V. Exª.

De minha parte, nada há a opor, tendo em vista as razões expostas, mormente pelo fato de a Senadora Ideli Salvatti haver sido autora da convocação do Ministro de Estado. Por essa razão, faço essa colocação a V. Exª. A Senadora, inclusive, antecipou-me que a apreciação da matéria poderia ser feita na próxima terça-feira, se não estou equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Relator propõe, a pedido da Senadora Ideli Salvatti – que entrou, sim, em contato comigo –, a transferência, para a próxima reunião da nossa Comissão, da apreciação desse projeto.

No entanto, registro que é a quinta vez que esse projeto consta da pauta e, em todas essas reuniões, o Relator, Senador Marco Maciel, esteve presente. Ainda não apreciamos esse projeto de extrema importância, que é o item nº 1 da pauta. O Senador Marco Maciel não teve oportunidade sequer de apresentar o relatório.

Vamos concordar com a transferência para a semana que vem, mas, nessa próxima reunião, impreterivelmente, faremos a apreciação desse projeto.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, estou de acordo com a decisão de V. Exª, mesmo porque acredito que, pela relevância da matéria, a sua apreciação não deve mais ser postergada nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador.

Item nº 2. Projeto de Lei do Senado nº 165, que tem como Relator o Senador Hélio Costa. Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. O autor é o Senador Maguito Vilela.

O Relator, Senador Hélio Costa, tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, a apreciação, em caráter terminativo, é do Pro-

jeto de Lei do Senado nº 165, de 2002, de autoria do ilustre Senador Maguito Vilela. Conforme V. Exª indicou, introduz modificações na Lei nº 4.117, que institui o Código Brasileiro de Comunicações.

O projeto acrescenta ao art. 38 da mencionada lei, alínea "i", estabelecendo a obrigatoriedade de transmissão de cursos de línguas estrangeiras por parte das emissoras de rádio e televisão e modifica as alíneas "a" dos arts. 59 e 63 da mesma lei, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, no sentido de atualizar as sanções estabelecidas nesses dispositivos. Assim, o autor quer que as emissoras de rádio e televisão fiquem obrigadas a apresentarem aulas de línguas estrangeiras.

Confesso que estudei detalhadamente esta proposta. Vou dar a razão técnica pela qual ela não deve ser aprovada, mas, como um homem de comunicação, considero quase que difícil, neste momento, atendermos a essa imposição da lei para línguas estrangeiras, uma vez que ainda estamos num processo de alfabetização de adultos no Brasil. De preferência, queríamos os horários das emissoras de rádio e televisão para alfabetizar os 5% dos brasileiros que não sabem ler.

É importante citar a razão pela qual não se pode aprovar essa lei: há de se considerar que o nobre propósito contemplado na proposição já está previsto, ainda que em termos mais genéricos, na legislação vigente, especificamente no art. 16 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Diz o art. 16 que "o Contel baixará normas determinando a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário, duração e qualidade desses programas".

§1º – a duração máxima obrigatória dos programas educacionais será de cinco horas semanais;

§2º – os programas educacionais obrigatórios deverão ser transmitidos em horários compreendidos entre 7 e 17 horas".

Diante dessas constatações, conclui-se que já existem mecanismos legais para alcançar os objetivos pretendidos, de forma que se mostra prescindível a aprovação da nova disposição legislativa sobre a matéria.

Portanto, somos pela reprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres, para discutir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, concordo perfeitamente com o nobre relator. Na realidade, uma lei mais genérica acaba sendo mais importante para o Brasil.

Na realidade, a intenção do Senador que propôs a matéria é excelente. No entanto, se formos estabelecer cotas para inglês, português, história, geografia, vamos praticamente impossibilitar modificações em decorrência da própria alteração da realidade brasileira. Já temos uma boa e genérica legislação codificada, e à medida que começarmos a dizer o que as televisões educativas ou mesmo as rádios têm que fazer com a programação educativa, nós estaremos estabelecendo por lei algo que deve ficar ao alvedrio de quem efetivamente promove a educação. É claro que, efetivamente, por lei já criamos a obrigatoriedade.

Como disse o nobre Senador, cinco horas diárias já são destinadas à educação ou a projetos similares, e não temos como estabelecer essa cotização em decorrência, principalmente, de língua estrangeira.

Em sendo assim, acompanho o voto do nobre relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, com a seguinte observação: vamos votar o projeto, que é terminativo. Então, aqueles que votam com o relator votam "não" e aqueles que votam com o projeto votam "sim".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, não sei se meu voto tem necessidade de ser colhido, porque não sei se estão presentes todos os membros do PFL, os titulares.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ainda há espaço, sim.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Bem, então quero concordar com a opinião do Relator e, concordando com a opinião do Relator, votar "não".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, foi aprovado o relatório, portanto rejeitado o projeto, por unanimidade. Passemos ao item 3 da pauta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, estou como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura na sala vizinha – duas salas para lá -, presidindo um debate com o Ministro dos Transpor-

tes. Então, vou ter que me retirar. Vim aqui especificamente para pedir vista a esse projeto, sei que ele vai ter que ser lido para poder ser pedido vista, mas eu já queria deixar registrado meu pedido de vista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fica registrado, Senador José Jorge.

Passo a palavra ao Relator, Senador Reginaldo Duarte, que vai apresentar o relatório, até para cumprir o Regimento. Projeto de Lei do Senado Federal nº 41 de 2003, que torna obrigatório o uso do leite de vaca na merenda escolar. O autor é o Senador Hélio Costa. Com a palavra o Relator, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O projeto de autoria do Senador Hélio Costa torna obrigatória a inclusão do leite de vaca **in natura**, de produção nacional, no cardápio no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação. O projeto atende hoje a cerca de 35 milhões de alunos matriculados no ensino pré-escolar e fundamental de escolas públicas e filantrópicas. Em 2002, foram aplicados 838,8 milhões no programa, que é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O autor alega em sua justificativa que o leite de vaca se constitui em um dos alimentos mais completos e possui a maioria dos elementos essenciais em porções maiores do que em qualquer outro produto isolado. Dessa forma, a obrigatoriedade da inclusão desse alimento na merenda escolar contribuiria para atingir o objetivo do programa, que assegurará que cerca de 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos sejam atendidas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação constitui-se hoje em uma bem-sucedida operação, executada pelo FNDE, que leva aos alunos uma alimentação equilibrada, com cardápios elaborados por nutricionistas capacitados, supervisionados pelo Conselho de Alimentação Escolar e levando em conta os hábitos alimentares e as vocações agrícolas locais. A alimentação saudável e regular é indispensável para o bom rendimento escolar, e, para muitas crianças e jovens das escolas públicas e filantrópicas, a merenda escolar é a única refeição do dia. Preservar a qualidade desse instrumento de atuação social nas escolas é de fundamental importância para que se conquiste uma educação de qualidade, ao permitir o acesso de milhões de crianças e jovens carentes a uma refeição saudável por dia e assim reduzir os efeitos dramáticos que a fome impõe aos alunos mais pobres.

O Programa Fome Zero, lançado pelo atual Governo, tem por objetivo garantir que todos tenham acesso a, pelo menos, três refeições diárias. A Merenda Escolar, um programa bem administrado e difundido em todo o País, presta contribuição preciosa a esse objetivo ao assegurar uma refeição por dia a milhares de pessoas. Sabe-se que o leite de vaca contém grandes porções de micronutrientes, aminoácidos e ácidos graxos, além de proteínas de alta qualidade, de elevado percentual de cálcio e de outras substâncias bioativas, como enzimas, que são fatores de crescimento, os hormônios e citosinas. Assim, a presença desse produto na merenda escolar é fundamental para a qualidade da alimentação oferecida aos alunos de nossas escolas públicas.

Diante do exposto, considerando o mérito e a oportunidade da proposição em tela, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo vista ao Senador José Jorge, para constar na pauta da próxima reunião, terça-feira. Fica adiada também a discussão.

Item 4.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sou a autora do requerimento da vinda do Ministro dos Transportes na Comissão de Infra-Estrutura e dei uma pequena escapadinha de lá, para poder participar, porque pedi vista do item 5 e tenho um voto em separado. Portanto, queria pedir, se fosse possível, que se fizesse uma inversão para que eu pudesse voltar à reunião da Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora, não vai haver necessidade disso, porque não estando presente o Senador Gerson Camata iremos imediatamente para o item 5.

Item 5. Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002, que institui o ano de 2004 como o ano do educador e dá outras providências. Autora: Deputada Marisa Serrano. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, que apresentou parecer favorável com as emendas oferecidas.

A Senadora Ideli Salvatti pediu vista e apresentou o voto em separado. Como o Senador Mozarildo já apresentou o relatório, agora seria a vez da Senadora Ideli Salvatti apresentar o seu voto em separado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, vou, no voto em separado, suprimir a parte do relatório, tendo em vista que é do conhecimento de todos os Parlamentares; portanto, passarei direto à análise.

Não obstante o mérito da proposição em análise, que visa a instituir 2004 como o ano do educador; que visa à divulgação, a promoção da estima do professor e o resgate do prestígio social do educador, durante o período de um ano, com ações eventuais de atendimento a grupos de professores com alguns benefícios excepcionais, estamos apresentando um substitutivo propondo a inclusão "e da valorização do professor", objetivando ampliar a proposição e construir um processo de envolvimento do Poder Público, da União, dos Estados e Municípios, dos professores e da sociedade, com a elaboração e implementação de planos de ação buscando a construção de um novo ciclo de valorização do professor, da educação e do ato de educar, fundamentado na co-responsabilidade da sociedade em relação ao professor e do professor com a sociedade, por intermédio do seu envolvimento no processo de mobilização coletiva na construção da qualidade social da educação, entendendo que a valorização profissional do professor e a qualidade social da educação fazem parte de um mesmo contexto socioeconômico e cultural.

A inclusão do termo "e da valorização profissional do professor" demonstra que não se trata apenas de reconhecer o trabalho ou a função do educador na sociedade. Trata-se também, e principalmente, de valorizar profissionalmente o professor, com formação, salário, prestígio e compromisso social.

O ano de 2004 pode ser um marco nessa busca. O Ministro da Educação, Professor Cristovam Buarque, tem manifestado, com muita ênfase, que pretende valorizar os professores, dizendo que é uma questão de cabeça, bolso e coração, ou seja, é uma questão que envolve a formação, o salário e a paixão pela educação. O entendimento e a disposição do Ministro demonstram que essa proposição do Congresso Nacional tem sintonia com o Ministério da Educação e encontrará a mesma simpatia nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e também dos professores e da sociedade que buscam na Educação um espaço de construção da cidadania e da qualidade de vida.

Considerando que a valorização profissional do professor deve ser uma política permanente, ao estabelecer 2004 como o ano do educador e da valorização profissional do professor na forma de um substitutivo, queremos avançar na proposição inicial, no sentido de ir além do ano do educador como um ato excepcional da sociedade e dos governos em relação aos educadores.

Estamos propondo a construção de uma nova política de Estado com a participação da sociedade, visando construir uma política permanente de valorização do professor e da construção da qualidade social da educação.

Sendo assim, somos favoráveis ao PLC nº 101, de 2002, nos termos de um substitutivo.

Esse é o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão a matéria, tanto o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti quanto o voto em separado da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, acato, na íntegra, o substitutivo da Senadora Ideli Salvatti, que realmente aprimora a idéia do projeto inicial, dando maior amplitude ao objetivo que se quis atingir com o projeto originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, acolho integralmente o substitutivo da Senadora Ideli Salvatti como parte do meu relatório e passo a ser seu co-autor. Não há, portanto, razão para votar em separado o parecer da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A matéria continua em discussão, mas, em virtude da posição assumida pelo Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, colocaremos em votação o novo relatório de S. Exª com o acolhimento do voto em separado da Senadora Ideli Salvatti.

Há, porém, uma questão regimental. Precisamos, de fato, colocar em votação o voto em separado da Senadora.

Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sugiro que a Senadora Ideli Salvatti faça um requerimento oral, solicitando a preferência de votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, requeiro a preferência de votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Ideli Salvatti, está atendida a solicitação de V. Exª.

Votação do voto em separado da Senadora Ideli Salvatti.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Também agradeço à Comissão e solicito aos Senadores que permaneçam no recinto, porque o Senador José Maranhão solicitou que apreciássemos os dois últimos itens da pauta – os itens 51 e 59.

Agradeço aos integrantes da Comissão, porque hoje marcaram presença 35 Senadores e estiveram presentes à reunião para discussão das matérias, 30 Senadores, o que demonstra o prestígio à Comissão de Educação e a prioridade que o Senado está dando à Comissão de Educação.

Peço apenas mais um minuto de paciência aos Srs. Senadores, visto que o Senador José Maranhão solicitou que apreciássemos mais dois itens.

Item 58. Projeto de Decreto Legislativo nº 626, de 2000, que aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Abaeté de Radiodifusão Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para relatar o projeto.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 626, de 2000 (nº 1.680, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Abaeté de Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais.

A assessoria já me informou que, em casos rotineiros e não polêmicos como este, por economia processual, o relator poderia limitar o relatório à leitura do voto. Com a devida permissão das Srªs e dos Srs. Senadores, assim procederei também.

Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 626, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Abaeté de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

V. Exª pode também relatar o Item 59, referente ao PDS nº 644, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vazante, Minas Gerais.

Solicito que o Senador José Maranhão emita parecer sobre a matéria.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Seguindo a mesma prática, passo a ler o voto referente ao projeto cuja ementa já foi anunciada pelo Presidente.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 644, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vazante, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

"Dê-se ao art.1º do PDS nº 644, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 70, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vazante, Estado de Minas Gerais."

Essa é a emenda substitutiva ao art. 1º do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, em globo, os dois projetos.

(Procede-se à votação.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, faltou registrar meu voto. Eu voto com o Relator.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Sr. Presidente, em nenhuma das três vezes, fui chamado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, considere-se convocado agora. Vou fazer constar seu nome na votação.

Foi aprovado por unanimidade.

Quanto à votação da emenda, as Srªs os Srs. Senadores repetem a mesma votação? (Pausa)

Então, a matéria está aprovada por unanimidade.

Antes de encerrar a reunião, lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que amanhã haverá audiência pública com o Secretário do Ministério das Comunicações, Dr. Eugênio de Oliveira Fraga, às 10h. Solicito, portanto, a presença dos membros da Comissão ao evento.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h e 50min.)

Ata da 11ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de abril de 2003.

Audiência Pública

Às dez horas e dezesseis minutos do dia trinta de abril de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Íris de Araújo, José Jorge, Sérgio Guerra, Renildo Santana, Eurípedes Camargo, João Ribeiro e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aelton Freitas, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti e Fátima Cleide que justificou a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir o Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Dr. Eugênio de Oliveira Fraga, sobre a concessão e renovação de outorgas de rádios e televisões no País. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra para os Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Eurípedes Camargo e Duciomar Costa para posterior debate com o convidado. Encerrado o debate, o Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado o trabalho, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que tem como objetivo a aprovação da audiência pública com o Dr. Eugênio de Oliveira Fraga, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações. O tema a ser debatido, conforme requerimento dos Senadores Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Eurípedes Camargo e João Capiberibe, é o processo de concessão e renovação de outorga de rádio e televisão no País.

O Dr. Eugênio Fraga trouxe um vídeo para apresentar na sua exposição. Temos que aproveitar o máximo possível do tempo disponível, até porque haverá sessão deliberativa do Senado Federal com votação nominal.

Concedo a palavra ao Dr. Eugênio para sua exposição, depois da qual abriremos a palavra aos Senadores interessados.

O SR. EUGÊNIO DE OLIVEIRA FRAGA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, bom dia. Gostaria de agradecer a oportunidade de vir à Comissão de Educação do Senado Federal, atendendo ao requerimento das Srªs e dos Srs. Senadores, para apresentar o que está sendo feito na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, tanto em relação a rádios comunitárias, como também aos demais serviços a cargo da Secretaria.

Em razão do tempo da exposição e da Ordem do Dia do Senado Federal, gostaria de passar à exposição, se V. Exªs o permitirem, de forma bastante rápida, sobre essa situação da Secretaria.

(Apresentação de eslaides)

Primeiramente, gostaria de apresentar as áreas de atuação da Secretaria de Comunicação Eletrônica. A Secretaria cuida de outorga de serviços de tevê e rádio de uso comercial, tevê e rádio com finalidade educativa, rádios comunitárias, retrans-

missoras e repetidoras de televisão. Além disso, cuida também de alteração societária dos dirigentes. Sempre que haja alguma alteração societária para rádio ou tevê comercial ou de dirigentes para uma entidade com finalidade educativa, existe a necessidade de uma alteração, de uma informação e aprovação prévia pelo poder concedente. Essa atuação ocorre também quando há transferência direta e indireta de quotas, renovação de outorga, aprovação de locais e utilização de equipamentos, alteração de características técnicas e, ainda, a aprovação de serviços auxiliares de radiodifusão. De forma geral e sintética, essas são as atribuições a cargo da Secretaria de Comunicação Eletrônica.

Apresento alguns quadros de como foi encontrada a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica em janeiro de 2003. Primeiramente, deparamo-nos com a extinção das delegacias regionais do Ministério das Comunicações nos Estados. Essa extinção ocorreu em novembro de 2002, por meio do Decreto nº 4.471, que extinguiu as delegacias nos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Essa extinção dificultou o acesso do cidadão ao Ministério das Comunicações, pois as delegacias eram o elo entre o Ministério e o cidadão nos Estados. Além disso, recebemos uma demanda extra de estudos, de análises, ou seja, cerca de 40 mil processos que estavam em tramitação nessas delegacias deverão ser transferidos para Brasília, para que sejam analisados pelo Ministério das Comunicações. Além desses 40 mil processos em andamento, deverão ser transferidos 70 mil processos já arquivados, que se constituem no acervo desses serviços de radiodifusão.

Não considerando esses 40 mil processos que ainda serão transferidos, a Secretaria conta com 17 mil processos em andamento, sendo que existem 5.300 processos em tramitação na Comissão Especial de Licitação.

A coluna "Existentes" demonstra quais são os processos existentes em cada um dos setores e os que estão em andamento ou aqueles para os quais falta ainda alguma análise. Ou seja, a diferença entre os dois são processos que já têm alguma definição.

Retransmissora de televisão: 3.000 processos em andamento; rádio e tevê educativa: 800 processos; rádios comunitárias: 4.400; pedidos de abertura de rádios comunitárias, ou seja, pedidos que se fazem inicialmente para abertura de aviso: somam 4.200 – talvez alguns desses até com localidades repetidas, mas, de qualquer forma, como fazemos o controle pelos arquivos, temos o número de 4.200; há também outros serviços que tratam de renovação de outorga, alteração contratual, dirigentes, assentimento prévio etc, o que dá o número aproximado de 3.500 processos em andamento.

Também nos deparamos com a total ausência de manuais de procedimento para análise de processos. Essa análise era feita de forma empírica, de uma forma não claramente determinada num documento, embora fosse uma exigência regimental a existência desses manuais.

Também nos deparamos com a ausência de critérios claros e predefinidos para a concessão de outorga. Quero chamar a atenção para o fato de que essa ausência de critérios se restringe especialmente a rádios e tevês educativas e também à retransmissão de televisão.

Depois, procuro demonstrar o que está sendo feito na Secretaria a partir desse quadro encontrado. Primeiramente, elaboramos manuais técnicos e jurídicos para a análise desses processos, envolvendo os diversos serviços de radiodifusão: a área técnica de engenharia, rádios comunitárias, área jurídica, tevê educativa e retransmissora de tevê. Esses manuais já estão praticamente prontos, restando somente uma análise e um parecer final da consultoria jurídica.

Também nomeamos servidores públicos de carreira para ocupar funções na secretaria; demos prioridade a uma carreira conhecida por "especialistas em políticas públicas e gestão governamental". Trata-se de uma carreira que goza de muito prestígio na administração, em função do critério de seleção – concurso público e, posteriormente, a especialização de cada um desses concursados. Há hoje um número expressivo de servidores dessa carreira na Secretaria de Comunicação Eletrônica.

Especificamente para rádios comunitárias, foi criado um grupo de trabalho envolvendo a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica; o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional; a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; a Comissão de Educação do Senado Federal; e ainda entidades ligadas ao movimento de rádios comunitárias. Esse grupo de trabalho tem o objetivo de analisar todos os processos referentes a rádios comunitárias, definir critérios para a outorga, estabelecer mecanismos de transparência de todos esses atos. Procuramos então chamar pessoas envolvidas em rádios comunitárias, setores da sociedade civil também envolvidos nesse tema para que, junto com o Ministério, definam os critérios de forma clara, transparente e objetiva. Esse

grupo de trabalho terá o prazo de 90 dias para analisar 4.400 processos de rádios comunitárias. Temos processos de 1998 que não sofreram qualquer análise. Então, o objetivo é que nesse prazo de 90 dias, que se iniciou em 2 de abril, o Ministério consiga dar andamento a todos esses 4.400 processos. Até o dia 02 de julho próximo, teremos concluído esses trabalhos e apresentado uma satisfação à sociedade de como foi conduzido o processo. E, a cada reunião, está sendo disponibilizada na **Internet** toda a ação do grupo de trabalho.

Estamos procurando melhorar o sistema de acompanhamento processual de forma a que fique mais eficiente. O sistema que hoje temos no Ministério não atende às necessidades, porque não traz de forma clara a situação em que se encontra um processo. Daqui a pouco vou demonstrar, por meio de uma transparência, como é dada essa informação hoje. Estamos procurando melhorar o nível dessa informação.

Também estamos fazendo a análise de todos os processos em curso na Secretaria. Inicialmente, como uma forma de definição de prioridades, começamos por rádio comunitária.

Ainda num segundo momento, também como definição de prioridades, pretendemos fazer essa revisão da legislação ouvindo os vários segmentos envolvidos, para que apresentem sugestões e para que participem dessa discussão e dessa proposição de uma nova legislação para todo o setor de radiodifusão. Pretendemos fazer também a reciclagem e o aperfeiçoamento dos servidores por meio de cursos de qualificação e treinamento e, principalmente, a modernização e o reaparelhamento da Secretaria.

Em razão da limitação que se tem hoje de aumentar o quadro de pessoal, da limitação legal de procedimentos que devemos cumprir, em razão da legislação que se aplica à matéria, não restam muitas alternativas a não ser melhorar o processo de gerência desse órgão. Então, estamos procurando dar maior eficiência aos trabalhos da Secretaria.

Também estamos procurando disponibilizar por meio da **Internet** todas as ações da Secretaria, como acompanhamento processual, atos de concessão, permissão e autorização expedidos. Pode-se acompanhar pelo **site** do Ministério todas as concessões, permissões e autorizações expedidas nos últimos dias. Sempre que há alguma alteração, ela é disponibilizada imediatamente no **site** do Ministério, assim como diversas solicitações recebidas pela Secretaria, a participação acionária das emissoras após a outorga do serviço, enfim, todas as demais ações desenvolvidas pela Secretaria que possam gerar informações e que possam ser disponibilizadas na Internet.

A disponibilização dessas informações passa por um aperfeiçoamento dos sistemas existentes de controle na Secretaria. A Secretaria de Comunicação Eletrônica possui hoje nove sistemas de informações. Esses sistemas são trabalhados com uma base de dados frágil, o **Acess**, que não se comunicam entre si.

Temos dois sistemas para rádios comunitárias, sistema de controle de processos, de pleitos, de pedido de edital, de composição de lotes e sistema de licitação de radio e tevês educativas, repetidoras de tevê. Além disso, o objetivo é trazer todos esses sistemas para um único sistema, de forma que ele possa ser disponibilizado na **Internet**. A partir daí, poderemos disponibilizar todas as informações referentes a rádios comunitárias, licitação, tevê educativa, repetidora de televisão etc. A intenção é também disponibilizar dados sobre radiodifusão disponíveis no Sitar, um sistema de acompanhamento bem amplo entre os sistemas que fazem o acompanhamento do sistema de radiodifusão, que ficaria num sistema externo ao da Secretaria, mas estaria também disponível para consulta. Há também o Seprod, um sistema de acompanhamento processual que está sendo desenvolvido pelo Ministério. A partir da última semana, começamos a alterar o acompanhamento processual, o registro processual feito anteriormente por um novo sistema que vai possibilitar uma informação mais adequada.

Essa informação disponível que temos hoje no Ministério, quanto ao histórico de movimentação dos processos, não é clara. Qualquer análise que se faça, qualquer consulta que se faça de uma tramitação de processo, a única informação que se tem é que está tramitando e que está em estudo. Independentemente das ocorrências que verificarmos nessa consulta, o nível de informação será o mesmo.

Estamos procurando melhorar esse sistema; a partir da última semana, começamos a mudar esse sistema. Pode-se verificar na última linha que a informação relativa a esse processo refere-se ao encaminhamento do termo de liberação de funcionamento para assinatura do Sr. Ministro, ou seja, a entidade no Estado ou qualquer pessoa de fora do Ministério que acesse o **site** poderá ter informação de como o processo está caminhando e em que situação ele se encontra.

Este quadro traz algumas informações sobre TVs e rádios comerciais que são outorgados por meio de licitação, conforme critério estabelecido na Lei nº 8.666, de 1993.

É um quadro sintético que traz a relação dos lotes de um a nove, ou seja, todos os lotes que já tiverem editais publicados trazem um quadro por Estado de quais foram as localidades que tiveram licitação, e quais foram os serviços já homologados, sendo rádio FM, rádio OM e TV.

Pode ocorrer que, em algumas localidades, por constar mais de um lote, a cidade esteja repetida, por exemplo, há 22 localidades, pode ser que Rio Branco conste de dois ou três lotes, então, ele aparecerá com uma duplicidade.

Nesses nove anos, desde 1998, tivemos a participação de 5.357 empresas nesse processo licitatório, apresentando 8.153 propostas de licitação. Nesse período, houve uma arrecadação aos cofres públicos de R$165 milhões.

Relativamente às emissoras de rádio e TV com finalidades educativas, temos em andamento 653 pedidos para rádio FM educativa; para TVs educativas, 165, totalizando 798 análises.

Quanto às retransmissoras e repetidoras de televisão em caráter primário, ou seja, aquela que depende de uma consulta pública e tem proteção contra interferência, temos pedido de 1.300 entidades. E no caso de retransmissora e repetidora de caráter secundário, que é aquela basicamente utilizada pelas prefeituras municipais sem proteção contra interferência, há 1.500 pedidos. E também quanto à transformação de canal, que seria o caso de retransmissora para geradora, teríamos em torno de 200 pedidos.

A retransmissora de televisão – apenas uma informação rápida – é aquela estação que vai retransmitir o sinal a partir do sinal da geradora. A geradora retransmite para a retransmissora, que vai distribuir para aquela localidade o sinal da emissora.

Relativamente às rádios comunitárias, segundo a Lei 9.612 – talvez seja um tanto redundante, mas só para situar bem o que seria a conceituação de rádios comunitárias –, que é a rádio de difusão sonora, em freqüência modulada, operada em baixa potência, com cobertura restrita e que deve ser outorgada às fundações e às associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço, o Ministério tem em tramitação, como análise de processo de rádios comunitárias, 7.531 processos, sendo que, desses, 1.707 já foram autorizados e 1451 já foram arquivados.

Esse marco de 17/03 ocorre em razão de uma exposição feita ao Conselho de Comunicação Social, em que foram apresentados esses números. Então, tomamos por base esse mesmo dado.

Pegando o número 7531 e deduzindo os autorizados dos arquivados, vamos chegar ao número aproximado de 4400 processos, que são aqueles que estão em análise pelo grupo de trabalho desses processos de rádios comunitárias. Em análise, tínhamos 767 processos em 17 de março, e hoje temos em torno de 2000 processos, até o dia 17 de abril.

Em exigência, ou seja, aqueles processos em análise que geraram uma necessidade de complementação de informação a ser solicitada à entidade, tínhamos 2246 processos, e temos hoje 891.

Essa alteração de dados – ou seja, a redução do número de processos em exigência e o crescimento do número de processos em análise – deve-se à seguinte situação: muitos desses processos em exigência estavam nessa condição há mais de um ano. Não bastava que apenas reiterássemos a exigência. Foi necessário que se fizesse uma nova análise desses processos para se verificar a situação atual. Esse novo pedido de complementação de informações deve ser feito com base numa situação atual, que espelhe a realidade, e deve observar se o quadro diretivo da empresa está dentro da data de validade, para que haja somente uma solicitação. Dessa forma, quando o processo vier a ser analisado novamente, não será necessária uma nova solicitação.

Estão em fase de acordo 42 processos. Há um mês, nessas duas datas, existiam 92. Essa fase de acordo é a seguinte: quando se chega ao final da análise do processo, se mais de uma entidade tiver direito a outorga de rádio comunitária, a lei manda que inicialmente haja entendimento entre essas duas ou mais entidades para ver se há possibilidade associativa entre elas. Havendo essa possibilidade, as duas passam a operar a rádio comunitária; se não houver, o segundo critério seria o da representatividade, ou seja, dentro da comunidade, aquela entidade que angaria maior apoio. Havendo empate de apoiamento, partir-se-ia então para o sorteio.

Processos instruídos são aqueles que já foram concluídos na Secretaria de Radiodifusão e estão sendo encaminhados ao Ministro para homologação, evidentemente depois de passar pelo grupo de trabalho. Já foram concluídos 157 processos, em 17 de abril. Tínhamos, em 17 de março, 84% dos processos analisados. Temos hoje uma posição mais atualizada, um mês depois, de 95% de processos analisados, com um crescimento de 900 processos já em fase de

análise. Estavam aguardando análise 1154 processos. Esse número foi reduzido para 344. Os dois casos totalizam o número de processos disponíveis na Secretaria.

Esse quadro é apenas informativo e traz o número de outorgas de processo por unidade da Federação; na primeira coluna, tem-se a unidade da Federação, o número de municípios, quantas foram as portarias autorizadas, quais foram os decretos legislativos já aprovados e quais são os processos de interesse de rádios comunitárias em cada um desses Estados.

O quadro informativo também traz o número de outorgas por mês e ano, desde 1999 até 2002. Da mesma forma, esse quadro informativo traz os avisos de habilitação de rádios comunitárias, de 1998 até 2002, pelo número de aviso, a data dos avisos, quantas foram as localidades contempladas e quantos processos foram recebidos em função desses avisos. O aviso é o momento em que o Ministério disponibiliza o canal para operação de rádios comunitárias, e a entidade deve, no prazo determinado no aviso, 30 dias, apresentar toda a documentação necessária ao exame da matéria.

Detectamos algumas causas da morosidade na análise desses processos. Como disse no início, há processos, desde 1998, que não haviam sido ainda analisados. Então, procuramos ver quais causas justificaram essa morosidade. Primeiramente, essa falta de procedimentos internos para análise de processos. Em alguns casos, ao se analisar o processo, havia a necessidade de informação de composição do quadro diretivo da entidade. Num segundo momento,

Num segundo momento, quando chegava essa informação, havia necessidade de outra informação. Ou seja, eram sucessivos pedidos de informação, que oneravam tanto o Ministério quanto o Poder Público e as entidades. O resultado era uma demora maior na análise desses processos.

Também o controle do sistema de informações era pouco eficiente. Não tínhamos na Secretaria – e ainda não temos satisfatoriamente – o nível de informação de cada um desses processos. Qualquer pedido de informação sobre determinado processo que chegue hoje à Secretaria faz um funcionário se deslocar para uma sala com 20 mil processos, pegar na prateleira o processo e folheá-lo para ver em que situação está. Essa é a forma de dar a informação de forma clara e precisa. Recebemos em torno de 2500 a 3000 pedidos de informação por mês. O funcionário que vai ao setor de arquivo ver a situação do processo para prestar essa informação está deixando de analisar, naquele momento, um outro processo.

A morosidade é causa desse pedido de informação por um sistema de informação deficiente, como também a falta de estrutura que faça uma análise mais célere, em função da demanda pela prestação de informação. Pretendemos, com esse sistema de informação a ser disponibilizado na Internet de forma mais clara e eficiente, suprir essas falhas.

Também tivemos a priorização de determinadas localidades para análise. Sem entrar no mérito da forma e por que foi feito isso, temos processos de 2002 ou de 2001 que já têm outorga concedida, enquanto outros, de 1998, sequer foram analisados. O que se pretende, dentro desse novo procedimento, desse novo critério de análise, é fazer isso de uma forma célere e uniforme.

Também já se falou sobre esses sucessivos pedidos de complementação de documentos. Pretendemos fazer que quando o processo chegue à Secretaria, ele venha com toda a documentação, para que o técnico possa analisá-lo e concluí-lo no menor prazo possível, sem necessidade de novos pedidos de informação.

Verificamos também algumas morosidades causadas pelas entidades. Em primeiro lugar, a dificuldade de acesso a informações e os registros cartoriais feitos indevidamente. Quanto à dificuldade de acesso à informação, procuraremos suprir da seguinte forma: quando houver abertura de aviso, pretendemos fazer que aquelas entidades que já solicitaram a abertura de aviso recebam, primeiramente, a informação de que o aviso vai ser aberto e que elas deverão apresentar a documentação num determinado prazo; no mesmo momento, com uma segunda informação, uma cartilha detalhando toda a documentação que ela deve apresentar, num único momento, para que a análise possa ser feita de uma forma rápida.

Sobre os registros cartoriais feitos indevidamente: alguns cartórios fazem o registro no livro B, que trata das entidades de radiodifusão, enquanto o registro deveria ser feito no livro A, que trata das entidades sem fins lucrativos. Se a legislação manda que o registro seja feito como entidade sem fins lucrativos, muitas vezes há necessidade dessa adequação, há necessidade do retorno à entidade para que faça essa correção.

Estatutos sociais em desacordo com a legislação. Dificuldades de atendimento às normas legais.

Há também o desconhecimento da necessidade da correta instrução do processo. Essas deficiências,

que são causa de morosidade, pretendemos suprir com uma informação clara à entidade, tanto por meio da Internet quanto por meio desse aviso, desse expediente que vai ser encaminhado à entidade sobre a forma como deve apresentar essa documentação.

Tendo por base a mesma data – 17 de março – em que foram apresentados esses números ao Conselho de Comunicação Social, fizemos uma previsão para que houvesse, já nos próximos 30 ou 45 dias, 56 licenças definitivas aprovadas. Até 28/04, liberamos 50 licenças definitivas.

Termos de liberação.

A previsão inicial era de 114. Já conseguimos liberar 141 e estamos aguardando que esse termo de liberação retorne para que seja, então, emitida a licença definitiva.

Um esclarecimento técnico: ocorre a licença definitiva quando a entidade recebe a licença para que possa funcionar em caráter definitivo, em função de uma deliberação do Congresso Nacional, ou seja, quando já houve a publicação do Decreto Legislativo. A liberação da licença definitiva tem a exigência anterior ao termo de liberação, que é um contrato entre o Ministério e a entidade para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Da mesma forma, a licença provisória e o termo de operação é a mesma situação, tanto da licença quanto do termo de operação. Nesse caso, não houve a manifestação do Congresso Nacional ou o decreto legislativo não foi publicado, mas, por força da Medida Provisória 2231, pode ser executado o serviço de radiodifusão comunitária se o processo estiver em tramitação no Congresso Nacional há mais de 90 dias.

Licença provisória.

A previsão de licença provisória inicialmente era 109; já foram liberadas 75.

Termos de operação.

Quanto aos termos de operação encaminhados a essas entidades para assinatura e, posteriormente, a emissão de licença provisória, a previsão inicial era 60; já foram emitidos 181.

Processos instruídos.

A previsão inicial era de 114, chegamos, em 28/04, a 157. O total, então, inicial de 453, estamos com o número aproximado de 604 casos já solucionados.

Era essa a exposição que eu queria fazer sobre o trabalho da Secretaria de Comunicação Eletrônica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A exposição foi bastante elucidativa e preencheu aqui o objetivo principal da reunião, que era conhecermos os números, as informações da Secretaria coordenada pelo Dr. Eugênio.

O requerimento foi assinado pelos Senadores Flávio Arns, Eurípedes Camargo, João Capiberibe, Fátima Cleide e Ideli Salvatti. É claro que a preferência seria para os que o assinaram. Então, vou começar pelo Senador Flávio Arns, que assinou a lista de inscrição em primeiro lugar e está também como o autor do requerimento.

Eu pediria que fôssemos objetivos, em razão da sessão do Senado, a que teremos de comparecer.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Em primeiro lugar, quero enaltecer a presença do Dr. Eugênio, a clareza dos dados e, ao mesmo tempo, dizer que, após a apresentação, fiquei extremamente preocupado com aquilo que fazemos dentro do Congresso Nacional e com o próprio setor da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica. Por que fiquei preocupado? Por causa do diagnóstico feito pela própria Secretaria, dizendo, entre outras coisas, que não existem critérios claros para a concessão das rádios, das TVs. Os manuais ainda precisam ser elaborados, e existem aspectos de privilegiamento na concessão de rádios e de TVs, processos de entidades e pessoas que, iniciados em anos anteriores, estão sendo analisados depois daqueles que deram entrada na Secretaria em data posterior. Então, isso me causou profunda preocupação, porque há na Comissão de Educação, de acordo com os dados da assessoria, mais ou menos 4,5 mil projetos de decreto legislativo de rádios comunitárias a serem analisados e mais 3 mil projetos de outras rádios.

Então, se não existem critérios claros, se os setores da Secretaria ainda não estão interligados, ficamos pensando como é que todos esses pareceres vêm sendo elaborados e aprovados, inclusive por todos nós, na Comissão de Educação.

Eu até sugeriria, em função de uma discussão que possa haver com a Secretaria, que postergássemos toda a discussão, ainda mais sendo ela na Secretaria da Comissão de Educação, no sentido de, talvez, repassar o ônus, a responsabilidade pela aprovação dos meios de comunicação para a própria Secretaria.

Foi muito interessante ver os dados apresentados de uma maneira clara, mas isso requer, da Comissão de Educação, acompanhamento, ainda no decorrer desses 90 dias, até o mês de julho. A preocupação realmente é muito grande.

Agora, o segundo aspecto: só se abordou o aspecto formal. E eu fico pensando como é que está o acompanhamento da alteração societária, de dirigentes, a transferência direta e indireta de cotas. Como é que tudo isso vem sendo acompanhado pela Secretaria?

Ao mesmo tempo, como última pergunta, como a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica se relaciona com todos os aspectos que envolvem a legislação da área social no Brasil?

Sabemos que os meios de comunicação vêm atuando em desacordo, por exemplo, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não é admissível que tenhamos programas nocivos ao desenvolvimento do ser humano em horários diurnos, como os programas policiais que noticiam assassinatos, roubos, seqüestros, na hora do almoço. Ou outros programas, durante o dia ou à noite, que sugiram violência, desagregação familiar e uma série de problemas.

Se, por um lado, não queremos cair na censura, por outro, também não desejamos a liberação de tantos aspectos sem uma discussão maior com a sociedade, o que não acontece em países desenvolvidos economicamente.

Então, temos a preocupação de saber como se dará a alteração societária, a transferência direta ou indireta, como a fiscalização está acontecendo e como é o debate dentro do próprio Ministério das Comunicações, do Conselho de Comunicação Social, da vinculação, da outorga de um serviço de comunicação em relação a todos os aspectos sociais de desenvolvimento que são importantes para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Eugênio, de fazer duas observações. Primeiro, para a comissão que está analisando os processos das rádios comunitárias, que são quase 5 mil, o Ministério das Comunicações solicitou, e a Comissão de Educação indicou, um representante. Portanto, a Comissão de Educação está participando, lá no Ministério, da análise daqueles processos.

Dentro dessa preocupação, que já apresentamos à Comissão, sobre o número excessivo de processos a analisar, agora a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está reunida analisando uma proposta de emenda constitucional, de minha autoria, que dispensa a audiência do Congresso Nacional para autorização do funcionamento das rádios comunitárias. Há os que concordam e os que discordam, mas a verdade é que precisamos encontrar uma forma de não sobrecarregar a Comissão de Educação, que ficaria praticamente à disposição dos processos de rádios comunitárias.

Só que agora ouvi, pela apresentação do Dr. Eugênio, que podemos até ficar livres de analisar os quase 5 mil processos das rádios comunitárias, mas não ficaremos livres de analisar os quase 3 mil processos de rádios comerciais, televisões. E, portanto, esta Comissão terá uma tarefa muito difícil, principalmente porque a votação se tornou terminativa nesta Comissão, o que exige votação nominal dos Senadores.

A outra observação é que o Ministro das Comunicações estará aqui, atendendo também a um requerimento de minha autoria, em audiência pública, já confirmada para o dia 7, quarta-feira próxima, quando esse aspecto levantado pelo Senador Flávio Arns, o último pelo menos, também poderá ser abordado pelo Ministro Miro Teixeira.

Com a palavra o Dr. Eugênio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Que as pessoas fizessem todas as perguntas e, na seqüência, as respostas seriam em bloco, em função da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sugestão aceita.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante a exposição do Dr. Eugênio, teci alguns comentários com os meus Parceiros do lado, dizendo que o relato é muito assustador, porque acontece toda essa falta de comunicação no Ministério das Comunicações, ou seja, há todo um procedimento emperrado arcaico, sem normas e sem regras. E não sabemos quais são os critérios de decisão – porque critério sempre há. Se não há o critério oficial, público, escrito, preto no branco, sempre há um critério, alguém terá alguma lógica ou será orientado, a partir de uma determinada lógica, para fazer as definições e as autorizações.

Assustou-me bastante, porque, no Ministério das Comunicações, falta a interligação dos sistemas, há o problema de não se conseguir um banco de dados único, está tudo pulverizado, e o volume de trabalho também é assustador.

Gostaríamos de fazer esse registro. A emenda do Senador Osmar Dias para que deixemos de anali-

sar as rádios comunitárias, a meu ver é correta. Trata-se de uma rádio que tem um objetivo muito específico, localizado.

Portanto, se o Ministério das Comunicações funcionar adequadamente, não há razão para ficarmos aqui fazendo análise, porque não vamos acrescentar absolutamente nada àquilo que o Ministério das Comunicações vai produzir. Agora, é preciso que o Ministério das Comunicações tenha capacidade de funcionamento adequado.

Além da proposta de emenda à Constituição do Senador Osmar Dias, está tramitando nesta Casa matéria que trata da análise da qualidade da programação. É necessário clareza sobre isso, porque precisamos saber se o Ministério das Comunicações, com toda essa dificuldade que já tem, teria condição de fazer essa análise sobre esse aspecto. Com certeza, aqui no Senado Federal, teríamos mais dificuldades.

É fundamental que na hora da concessão se possa trabalhar na linha da qualidade e da programação, até porque há inúmeros questionamentos a respeito da qualidade do que é retransmitido pelas nossas TVs e rádios em termos de incentivo à violência, à discriminação, à coisa neurótica da programação, o que acaba destruindo, de forma sistemática, os próprios valores da nossa sociedade.

Gostaria de fazer esse questionamento a respeito do Projeto de Resolução nº 73, que trata da questão da análise sob a ótica da qualidade da programação.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Na seqüência, o Senador João Capiberibe.

Senadora Ideli Salvatti, comunico a V. Exª que estamos ouvindo as perguntas dos Senadores. O Dr. Eugênio vai responder a todos, no final.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Sr. Secretário, no que se refere ao volume de processos que aguardamos chegue a esta Comissão, vemos que é inviável. É impossível emitirmos qualquer parecer, porque não temos mecanismos para verificação.

Recebi alguns projetos para emitir parecer e tive a curiosidade de consultar essas comunidades onde essas emissoras prestam serviço. Fiz uma consulta a algumas instituições de municípios do Rio Grande do Sul, para saber qual era a avaliação que a comunidade fazia da atuação dessas emissoras. O objetivo era buscar um meio de fazer um relatório mais consistente e não apenas assinar em baixo daquilo que a assessoria vem fazendo. Isso é tudo igual. Se formos reparar os relatórios, verificaremos que nem as vírgulas nem os ponto-e-vírgulas mudam. Assim, ficamos numa função inócua.

Está tramitando o Projeto de Resolução nº 73, de 2002, e a PEC nº 21, de 2003.

Eu queria saber qual é a sua posição, Sr. Secretário, a esse respeito. Ao longo desses 12 anos, tivemos um desmonte do aparelho do Estado. As delegacias regionais, em vários Estados, foram desativadas. O Ministério pretende reativar essas delegacias ou elas foram entregues praticamente à Anatel? Não é só a ponta da Anatel que está nos Estados. O Ministério pretende restabelecer essas delegacias?

Com relação à nossa função de acompanhar essas emissoras, creio que temos que repensar isso. Ou seja, como vamos efetivamente exercer um acompanhamento? Sabemos que há atitudes abusivas de parte dos meios de comunicação no Brasil todo. Estamos aqui numa situação em que não podemos acompanhar esse assunto e muito menos coibir esses abusos. Discute-se, no Ministério, algumas alternativas para acompanhamento e até para coibir os abusos cometidos por emissoras, principalmente num País como o nosso, onde temos emissoras de caráter nacional? Temos as concessões nacionais, e os Estados e Municípios deixam de participar da comunicação. As emissoras são nacionais e então há espaços regionais dentro dessas emissoras. O cidadão que mora hoje, por exemplo, no Oiapoque ou no Chuí, recebe a mesma comunicação, e ela praticamente não diz respeito às comunidades locais.

Eu gostaria de ouvi-lo a respeito dessa outra questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário se há algum Senador que deseja fazer alguma pergunta. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Secretário, a minha questão é muito breve. Desejo registrar minha concordância com os Srs. Senadores com relação às preocupações já colocadas. Agora vem outra preocupação. Trata-se da importância da regionalização – assunto colocado pelo Senador João Capiberibe – da comunicação. Se isso não for feito, a comunicação vira um pastelão geral, e a cultura local não aparece.

Minha preocupação diz respeito também à questão das rádios comunitárias, rádios do quarteirão, da quadra. Sabemos que essa foi toda uma discussão que houve no sentido de se tentar conseguir a liberação, para que esse sistema comunitário interno funcionasse. Isso é de grande importância.

É claro que precisamos de uma legislação para adequar isso à realidade, para não haver desvios no processo e não acabar com a importância que esse sistema de comunicação representa para as comunidades. Fico preocupado com a situação de funcionamento do sistema e também com o fato de que isso talvez não seja uma medida impeditiva de continuarmos nos debruçando sobre essa questão e sobre a importância que ela representa para as comunidades. Como encontrar essa saída?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não há mais nenhum Senador que deseje falar?

Vamos passar a palavra então ao Dr. Eugênio.

Fui avisado de que a Ordem do Dia está para começar. Eu pediria ao Dr. Eugênio que também procurasse resumir a sua manifestação, respondendo, é claro, a todas as perguntas dos Srs. Senadores, para que possamos cumprir o nosso objetivo.

Com a palavra o Dr. Eugênio.

O SR. EUGÊNIO DE OLIVEIRA FRAGA – Obrigado.

Senador Flávio Arns, V. Exª me perguntou inicialmente sobre a questão da programação. Creio que o Conselho de Comunicação Social tem um papel muito importante na verificação dessa programação.

A parte que o Ministério das Comunicações avalia da programação das emissoras não diz respeito a essa preocupação de V. Exª, ou seja, à questão da violência – à melhoria do nível da programação, dizendo de uma outra forma.

Sei também que no Fórum Social Mundial houve, se não me engano, manifestação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pela elevação do nível da programação. Falava-se até, se não me falha a memória, em não haver o patrocínio à baixaria. Não me lembro bem o termo, o **slogan** adotado, mas, em síntese, a manifestação propunha que o patrocinador reavaliasse o seu incentivo, o seu apoio ao programa se ele não tivesse uma qualidade aceitável.

Então, isso não estaria somente afeto ao Ministério das Comunicações; envolveria, eu diria, a Comissão de Educação do Senado Federal, o próprio Conselho de Comunicação Social, talvez as emissoras ligadas aos setores de radiodifusão – TV e rádio –, de uma forma que, sem esbarrar no aspecto da censura, que queremos evitar, se pudesse construir um acordo para que a programação tivesse um nível mais adequado. Que se mostre em horários mais apropriados programas condizentes com o telespectador que assiste aos programas naquele horário, como as crianças. A idéia seria melhorar o nível da programação.

Creio que o Ministério das Comunicações, a Comissão de Educação do Senado Federal, a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o Conselho de Comunicação Social, enfim, as entidades e órgãos envolvidos poderiam construir um entendimento, sem partir para a censura, para elevar o nível da programação. Seria um ponto em que se poderia caminhar, numa discussão, para a solução dessa questão.

Quanto à participação, direta ou indireta, dos cotistas das empresas, o Ministério faz o acompanhamento. Somente após a autorização do poder concedente é que a entidade tem autorização para mudar o cotista, ou o gerente, melhor dizendo. Caso essa autorização prévia não seja obtida, a entidade fica sujeita a uma série de penalidades previstas no Código Brasileiro de Telecomunicações.

O Ministério das Comunicações está atento a esses fatos.

Por fim, V. Exª manifestou preocupação com a existência de critérios, de manuais e de privilégios na análise de determinados processos. Talvez eu não tenha sido muito claro na exposição, que eu dividi em dois pontos bem distintos. A partir da folha 3, falo da situação em que foi encontrada a Secretaria de Comunicação Eletrônica em janeiro de 2003. Nesse momento, digo que não existiam manuais escritos. Não estou falando que não existia nenhum critério, mas os critérios não estavam positivados.

A partir da folha 4, altero o enfoque da exposição, já falo das ações que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria, suprindo aquelas falhas observadas no início da gestão.

Os manuais técnicos já foram elaborados, os critérios já estão definidos ou em fase de definição. Cito, por exemplo, as rádios comunitárias. Definimos os critérios para a análise das rádios comunitárias, e o grupo de trabalho resolveu por bem ampliar esses critérios, que deverão ser aprimorados.

Creio que essa iniciativa é muito salutar. Foi um primeiro passo dado pelo Ministério, que, num segundo momento, foi aprimorado pelo próprio Poder Legislativo, por meio das Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia, do Senado Federal e da Câma-

ra dos Deputados, respectivamente, por meio de entidades da sociedade civil e do próprio Conselho de Comunicação Social. Esses critérios e manuais já existem e estão em fase de aperfeiçoamento. Sempre buscamos o aprimoramento. Eu não poderia dizer que se trata de um caso encerrado e que o manual está pronto. Mas ele já existe, está positivado e está sendo aprimorado.

Quanto aos privilégios, algo mencionados por V. Exª, essa também foi uma causa observada até janeiro de 2003. Processos de 1998 não haviam sido analisados, enquanto processos de 2002 já haviam tido análise e outorga. Sem querer entrar no mérito de por que isso ocorreu, foi uma falha observada e que estamos procurando corrigir. De que forma? Com uma análise feita em ordem cronológica.

O grupo de trabalho começou analisando os processos que estão em fase final de encaminhamento. Tanto é que 157 processos foram ratificados pelo grupo de trabalho na semana passada para serem encaminhados à consultoria jurídica, posteriormente ao Ministro e ao Congresso Nacional. A partir daí, os processos deverão obedecer a uma ordem cronológica de análise, a partir do estágio em que eles se encontram. Por exemplo, se, hipoteticamente, existem 300 processos em fase de análise, logicamente a ordem cronológica deve ser observada. Esse é um dos critérios que estamos procurando estabelecer.

Não sei se deixei de responder a algum questionamento de V. Exª. (Pausa.)

A Senadora Ideli Salvatti mencionou também o sistema arcaico e a falta de critérios e de manuais desses procedimentos da Secretaria de Radiodifusão. Da mesma forma, ressalto, talvez até por uma informação que não tenha ficado clara no início da exposição, que a falta de critérios, a falta de manuais foi uma situação observada no início da gestão e que se está procurando corrigir ao longo destes meses de trabalho.

A Senadora manifestou o desejo de que o Ministério das Comunicações funcione de maneira adequada. É o nosso objetivo. Estamos também buscando esse aspecto ideal. Já conseguimos muitos avanços: a disponibilização, pela Internet, de algumas informações.

O grupo de trabalho das rádios comunitárias era um setor que tinha uma demanda social muito grande. Creio que já estamos conseguindo atender, de uma forma, pelo menos neste primeiro momento, aceitável, a demanda da sociedade. Estamos buscando dar uma maior eficiência ao Ministério das Comunicações.

Estamos dando um salto qualitativo, se me permitem fazer essa colocação. Creio que estamos conseguindo, ao longo do tempo, chegar a um nível mais adequado de trabalho, de resposta à sociedade.

A Senadora manifestou-se também sobre a programação. Com a resposta que dei ao Senador Flávio Arns creio que o questionamento dela foi atendido.

O Senador João Capiberibe, nos relatórios que fez sobre rádios comunitárias, manifestou a necessidade de um aprofundamento do conhecimento dessas entidades, o que é muito louvável. Nem sempre o Ministério das Comunicações tem condições de fazer essa verificação **in loco**, de fazer uma análise mais aprofundada e de verificar se aquela entidade está realmente funcionando.

Infelizmente, não temos estrutura para isso. Fazemos o acompanhamento de uma forma aleatória, talvez. Pensando um caso e outro, fazemos uma investigação mais aprofundada, se a situação assim exige, mas não posso afirmar que fazemos uma análise aprofundada **in loco** de cada caso, porque não temos estrutura para isso.

O Senador João Capiberibe citou duas proposições: o Projeto de Resolução nº 73 e a PEC nº 21, ambas de autoria do Senador Osmar Dias.

O Projeto de Resolução nº 73 trata de formalidades e critérios para que os processos sejam analisados na Comissão de Educação. É louvável isso, mas, em primeiro lugar, a matéria está sob análise do Poder Legislativo, e não sei se eu poderia emitir algum juízo a respeito dela. Mas acho louvável se estabelecerem critérios.

E falo também na intenção do Ministério das Comunicações. Já que há essa interação entre o Ministério das Comunicações e o Legislativo, Câmara dos Deputados e Senado Federal, na análise desses processos, seria muito interessante que os contatos fossem aprofundados, de forma que os processos que viessem do Executivo para o Legislativo atendessem já as recomendações do Legislativo, que chegassem aqui e tivessem uma conformação adequada à necessidade deste Poder. Não conheço em detalhe o Projeto de Resolução nº 73, mas acho que dentro do objetivo macro ele é muito bom.

A PEC nº 21, se não me falha a memória, retira a necessidade de o Poder Legislativo analisar as outorgas de rádios comunitárias.

A manifestação do Poder Legislativo é muito valiosa para o processo como um todo. Seria uma ratificação da decisão tomada no Executivo. Mas, como eu disse, é uma decisão que cabe ao Legisla-

tivo. Eu não poderia emitir nenhum juízo de valor, porque é uma matéria que está sendo tratada pelo Poder Legislativo.

De qualquer forma, entendo também as limitações que tem a comissão para analisar esses processos, principalmente agora que lhes queremos dar uma celeridade maior. Se detectamos uma certa morosidade, e isso está causando algum transtorno à avaliação da Comissão de Educação, tenho impressão de que, havendo maior celeridade, essa situação tende a se agravar. Seria uma solução que poderia atender à Comissão de Educação, ao Legislativo como um todo.

Senador Eurípedes Camargo, V. Exª fez uma consideração a respeito da regionalização da programação. Penso que isso é muito valioso. Em primeiro lugar, estaremos, com a regionalização, gerando empregos nas localidades, preservando a cultura, valorizando os artistas, os radiodifusores, enfim, toda aquela comunidade.

A regionalização é viável, interessante e responde, de uma certa maneira, aos anseios da população, atende à demanda cultural e social da localidade. Acredito que, nesse ponto, a rádio comunitária tem um papel fundamental, principalmente porque, nas pequenas localidades, às vezes, as tradições regionais estão mais arraigadas. Então, penso que a rádio comunitária pode ter um papel fundamental.

Imagine V. Exª, por exemplo, uma rádio comunitária numa aldeia indígena, para a preservação da cultura, da língua. Um dos objetivos do Ministério é justamente fazer a disseminação de rádios comunitárias nas localidades mais carentes, que não têm nenhum ponto de comunicação. Seria uma universalização do serviço de radiodifusão.

V. Exª mencionou, também, a necessidade da revisão da legislação. Realmente, há necessidade de se fazer isso, mas precisamos, dentro das limitações de estrutura que temos, definir algumas prioridades. A prioridade inicial foi tratada como rádio comunitária. Primeiro, em função da demanda social; segundo, em função do número de processos; terceiro, em função de uma forma rápida que se pode caminhar com essa demanda. Então, procuramos dar vazão a esses processos, dar uma resposta à sociedade, a esses processos, seja pelo deferimento ou indeferimento dos requerimentos, mas que haja essa resposta. O que não podemos fazer é ficar com esses processos tramitando há 04 ou 05 anos sem que as entidades e a sociedade tenham uma resposta. O objetivo é dar essa resposta, positiva ou não.

No segundo momento, há uma necessidade dessa legislação. Como pretendemos fazer isso? De uma forma ampla, de uma forma bastante discutida e procurando a colaboração de todos os agentes envolvidos nesse processo: rádios comunitárias, entidades ligadas aos setores de comunicação, Conselho de Comunicação Social, o próprio Congresso Nacional. Então, nesse sentido, sempre que houver sugestões, elas serão muito bem-vindas.

Creio que foi o último questionamento feito pelo Senador Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu gostaria de comunicar ao Senador Eurípedes Camargo que há dois projetos tratando da regionalização das comunicações. Um, do Senador Antero Paes de Barros, que foi aprovado pelo Senado Federal e está na Câmara dos Deputados, bem completo, que exige que 30% da programação, tanto de rádio quanto de televisão, tenha geração e produção no local. Esse projeto foi aprovado aqui na Comissão de Educação, no Plenário, e está à disposição dos Deputados na Câmara dos Deputados.

Acredito que esse seja um projeto mais completo – eu entendo assim – do que o da Deputada Jandira Feghali, que está para vir para o Senado Federal, parece-me que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, e que se limita às programações das televisões e define horários que não são os melhores horários para regionalização.

Feita essa comunicação, questiono se algum Senador ainda deseja usar da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de enaltecer novamente o trabalho. No início, mencionei que havia um motivo de preocupação, depois, na apresentação, esse ponto ficou extremamente esclarecido com a explicação do Dr. Eugênio. Portanto, é extremamente interessante ter um diagnóstico preciso do estado em que se encontrou também o andamento de todos os processos do Ministério das Comunicações e o encaminhamento que vem sendo dado. Agora, em função da importância do tema e da necessidade de acompanhamento da questão por esta Comissão e do tempo inclusive que esses assuntos demandam nesta Comissão, até sugeriria que, daqui a dois meses, por exemplo, pudéssemos novamente debater o assunto para acompanharmos o andamento de todas essas propostas, para haver uma tranqüilidade, uma segurança e um diálogo entre o Legislativo, o Executivo e o Conselho

de Comunicação Social para vermos o andamento de todos esses trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB-PA) – Dr. Eugênio, este assunto já foi tratado, aqui, pelos Senadores, inclusive o senhor deve ter sentido a preocupação desta Casa tendo em vista alguns comentários e respostas. Queria enfatizar sobre essa situação, porque, pelo menos para mim, não ficou muito claro.

Em relação à questão da qualidade dos programas que são colocados dentro dos lares todos os dias, o estímulo à violência e outras coisas mais, V. Exª teceu alguns comentários. Mas eu gostaria de saber – V. Exª mesmo colocou o tema – se existe a intenção de restabelecer censura ou algo desse tipo, enfim, a busca de uma melhor qualidade de programação que possa levar à sociedade uma educação de qualidade. E não temos dúvidas de que isso tem contribuído. O tipo de programa que hoje é apresentado tem estimulado a violência neste País e, sem dúvida alguma, a comunicação tem papel fundamental no comportamento da sociedade.

Pergunto se no Ministério – assim como está sendo dado, como pude perceber pela sua explanação, um carinho todo especial em relação à questão das rádios comunitárias, tão úteis para o País – existe alguma preocupação nesse sentido, algum estudo sendo levantado, alguma proposta ou alguma discussão, enfim, alguma coisa que esteja sendo realizada dentro do Ministério no sentido de colaborar para que a qualidade da programação seja melhorada no País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dr. Eugênio, ao responder, já pode também fazer as suas considerações finais.

O SR. EUGÊNIO DE OLIVEIRA FRAGA – Senador, o Ministério não tem disponibilidade legal que preveja o controle de programação gerada, até em função da polêmica suscitada em razão da liberdade de expressão. Mas essa questão é tratada no Ministério da Justiça pelo Departamento de Classificação Indicativa da Secretaria Nacional de Justiça. Então, é mais um órgão. Citei há pouco o Conselho de Comunicação Social, a própria Comissão de Educação, a Comissão de Ciência e Tecnologia, o próprio Ministério das Comunicações e esqueci do órgão principal a esse respeito, que é o Departamento de Classificação Indicativa da Secretaria Nacional de Justiça. Cabe à própria Secretaria Nacional de Justiça essa classificação indicativa da programação. Mas penso que esses outros órgãos que, de certa forma, estão envolvidos também no processo, podem participar como uma forma, como sugestão, como um grupo de trabalho, ou seja, da forma que for mais adequada, enfim, podem participar da procura de uma solução para esse caso, para esse problema que está sendo colocado. Principalmente, o Ministério da Justiça poderia coordenar um grupo de trabalho que faça uma análise dessa questão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Permite-me, V. Sª, um aparte?

O SR. EUGÊNIO DE OLIVEIRA FRAGA – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Por exemplo, no processo de renovação de outorga, eu diria que é essencial verificar-se se a empresa, rádio ou televisão vem cumprindo, respeitando a legislação existente no Brasil. E, para isso, nos critérios de renovação de outorga, um dos aspectos é o parecer do órgão do Ministério da Justiça, porque uma rádio ou uma televisão que não atenda aquilo que a legislação determina como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras, eu diria, não merece ter a sua renovação concedida.

Temos que estudar esses critérios todos que estão sendo discutidos, fazer essa interação, integração entre esses órgãos governamentais, para que os critérios sociais sejam levados em conta em razão da legislação existente. Nesse sentido, isso mereceria um estudo maior dos critérios, dos manuais de renovação de concessão, já para alertar para esse aspecto, e, mais particularmente, para o de renovação. É lei. Ou seja, uma televisão tem que cumprir a lei. Não, mas não está cumprindo a legislação, está mostrando programas inadequados em horários que possam causar prejuízos para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Então, não se renova. Temos a lei e vamos cumpri-la nesse sentido.

O SR. EUGÊNIO DE OLIVEIRA FRAGA – Muito obrigado. É uma sugestão ótima. Talvez esse grupo de trabalho seja tão profícuo em razão disso. Já anotei a sugestão de V. Exª, e vamos ver a possibilidade até de fazer essa avaliação quando da renovação da outorga.

Deixei, por uma falha de memória, de responder a um questionamento, se não me engano do Senador João Capiberibe, quando falou da reativação das delegacias do Ministério das Comunicações. Penso que seria muito bom que essas delegacias fossem reativadas, é uma necessidade do Ministério, é uma necessidade que a população está demandando tam-

bém, e creio que a rigor elas nem deveriam ter sido extintas.

Mas de qualquer forma temos que trabalhar com o fato consumado. O fato consumado é que hoje não temos mais essas delegacias. Então, o que nos resta a fazer? É trabalhar no momento com a ausência dessas delegacias. Se elas vierem a ser criadas no futuro próximo, ótimo! Vamos suprir essa deficiência que hoje estamos verificando.

Por que hoje não se pode criar de imediato essas delegacias? Primeiro, porque os prédios em que elas funcionavam – algumas funcionavam em prédios ou alugados ou cedidos pelo Patrimônio da União – já foram devolvidos. O mobiliário também já foi devolvido, já foi inventariado e devolvido. Os funcionários já foram redistribuídos, ou seja, não há mais nenhuma estrutura. As funções necessárias a essa estrutura já não existem mais; já foram transferidas para o Ministério das Comunicações, e algumas delas já foram preenchidas até, como citei ali, por funcionários públicos, gestores, professores universitários etc.

Então, talvez seja até a forma de se criar uma delegacia com uma estrutura menor. Apenas uma pessoa responsável para fazer um encaminhamento, prestar uma informação, alguma forma nesse sentido. De qualquer sorte, hoje, o que temos é a extinção das delegacias e estamos trabalhando com essa possibilidade, mas sem perder de vista também a necessidade de se rever essa decisão no futuro próximo.

E, por fim, também eu gostaria de falar ao Senador Flávio Arns de uma manifestação de S. Exª, quando falou da necessidade de um segundo encontro, de um segundo encontro da Secretaria mostrando o desenrolar dos trabalhos. Acredito que isso seja muito bom, muito profícuo. E sempre que tiver necessidade de uma informação, de um esclarecimento, ou seja, de qualquer forma que a Secretaria possa auxiliar a Comissão de Educação, os Srs. Senadores, as Srsª. Senadoras, de qualquer forma que isso possa ser viável, a Secretaria está sempre disponível. Seja uma informação, seja um comparecimento ou qualquer esclarecimento que venha ser necessário.

Agradeço a oportunidade de estar aqui e coloco a Secretaria sempre à disposição de V. Exªs também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Fátima Cleide, uma das autoras do requerimento, justificou sua ausência por ofício, já que teve compromissos políticos no seu Estado e não pôde estar presente nesta audiência.

Quero agradecer ao Dr. Eugênio, não só pela presença, mas também pela forma objetiva, clara e competente com que apresentou a situação da sua Secretaria, o que proporcionou à Comissão informações importantes para os nossos procedimentos daqui para frente. E como sugeriu o Senador Flávio Arns, se houver um requerimento, haveremos de convidar novamente o Dr. Eugênio para estar aqui conosco quando for necessário e importante.

Reafirmo aquela comunicação que já fiz da presença do Ministro Miro Teixeira, no dia 7, portanto, na próxima quarta-feira, até para que possamos continuar com esse assunto que iniciamos hoje com o Dr. Eugênio Fraga.

Agradeço a presença de todos e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h35min.)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003, após a Ordem do Dia.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores EURÍPEDES CAMARGO, AELTON FREITAS, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, JOÃO RIBEIRO, MARCO MACIEL, ANTERO PAES DE BARROS, DELCÍDIO AMARAL, GILBERTO MESTRINHO E PAULO OCTÁVIO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores PAULO OCTÁVIO e MARCO MACIEL para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador NEY SUASSUNA e para Vice-Presidente: Senador ANTERO PAES DE BARROS, ambos com onze votos. São declarados eleitos o Senador NEY SUASSUNA e o Senador ANTERO PAES DE BARROS, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas vinte e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanha-

mentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba; para Vice-Presidente, do PSDB de Mato Grosso, Senador Antero Paes de Barros.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada para votação.

Estão à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente registradas, carimbadas e reconhecidas.(Pausa)

Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal, e Marco Maciel, para participarem da apuração dos votos, tendo em vista a disputa acirrada para definir esta votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: para Presidente, o Senador Ney Suassuna, com 11 votos; para Vice-Presidente, o Senador Antero Paes de Barros, também, com 11 votos.

Convido os eleitos, Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba, e o Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso, para ocuparem os seus lugares à Mesa e, em seguida, usarem da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio, muito obrigado, Srs. Senadores, pela confiança e pelo voto depositado.

Nesta Comissão, que tem um importante papel, teremos muito trabalho. Trabalhamos em sintonia com o Tribunal de Contas da União não só verificando o que o Tribunal detectou, mas também pedindo-lhe que fiscalize a aplicação do dinheiro público. Além da fiscalização do dinheiro público – seja ele aplicado na estrutura federal, na estrutura estadual ou nos municípios –, também verificamos se há ou não diferença entre a aplicação dos projetos e os resultados obtidos.

Então, realmente, é uma Comissão que tem um trabalho sério que poderá ajudar muito a República e, principalmente, o contribuinte do Brasil. Por essa razão, conclamo a todos que, unidos, façamos o que fizemos num mandato anterior, quando conseguimos fazer com que esta Comissão funcionasse a todo o vapor. Conto com todos os senhores.

Tenho a honra de ter como Vice-Presidente um Senador atuante que, com toda certeza, nos ajudará não só no planejamento, mas também na execução dos serviços.

Agradeço a todos e encerramos a reunião, marcando, desde já, a primeira reunião para a próxima quarta-feira às 11 horas. Depois discutiremos o horário para ver se encontramos um outro mais adequado. Se não encontrarmos, vamos permanecer com o horário anteriormente marcado.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h28min.)

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2003, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, HELOISA HELENA, ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ANTERO PAES DE BARROS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JULIA CAREPA E JOÃO ALBERTO SOUZA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a delimitar parâmetros para os trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle para o biênio 2003/2004. Iniciada a reunião, são apresentadas, lidas e discutidas as seguintes matérias: a) Requerimento de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, solicitando diversas informações ao Presidente do BNDES – Sr. Carlos Lessa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético; b) Requerimento de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, solicitando diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético; c) Re-

querimento de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, solicitando diversas informações ao Presidente da ELETROBRAS, Sr. Luiz Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético; d) Requerimento de autoria do Senador **LUIZ OTÁVIO**, solicitando diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal, sobre os atos praticados em decorrência da medida provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a EMGEA – empresa gestora de ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras; e) Requerimento de autoria do Senador **EURÍPEDES CAMARGO**, convidando o Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria; f) Requerimento de autoria do Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, convocando o Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão e g) Proposta de Fiscalização e Controle, de autoria da Senadora **ANA JULIA CAREPA**, com adendo do Senador **ANTERO PAES DE BARROS**, para "examinar os aspectos de legalidade de: 1) Atos de gestão praticados pelo Grupo REDE, controlador das Centrais Elétricas do Pará. Preços das tarifas praticados pelas Centrais Elétricas do Pará – CELPA, remessa indevida de recursos para o exterior pelo Grupo. Transferência de recursos para outras subsidiárias do Grupo REDE, Aplicação dos US$ 54 (cinqüenta e quatro milhões de dólares) tomados pelo Grupo REDE ao Deutsche Bank, a titulo de captação de recursos; 2) Verificação da atuação da ANEEL quanto a esses indícios de irregularidades e 3) Que as situações descritas fossem verificadas em todos os Estados onde haja a presença da Empresa. Em razão de acordo de lideranças, as matérias não são deliberadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 2ª reunião da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura da Comissão de Fiscalização e Controle. Os Srs. Senadores não precisam concordar com a ata da última reunião: ela já foi aprovada na reunião passada, que não teve agenda.

Primeiramente, gostaria de informar aos Srs. Senadores que temos muito trabalho pela frente. Entre ontem e hoje, dos 240 processos que estão na comissão, distribuímos 200. Não precisamos, porém, prender-nos aos processos que estão tramitando, podemos abrir qualquer pedido de informação que seja necessário e podemos, inclusive, abrir processos de fiscalização, porque esses demandam um ritual mais complexo. Onde há dinheiro público, onde há programas do governo, podemos imediatamente pedir informações e fazer a comparação entre o que foi planejado e o que está sendo executado.

Há requerimentos sobre a mesa.

O primeiro requerimento, com base no art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal: "Com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético, que tem conseqüências desastrosas para o setor industrial brasileiro e para os consumidores em geral, requeiro que sejam encaminhadas ao presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, as seguintes indagações:

1 – A revista **Época** de 24 de fevereiro do corrente trouxe uma crítica de sua autoria ao modelo de privatização do setor energético. Por que o senhor acredita que o caso Eletropaulo/AES é apenas a parte mais explosiva de um modelo de venda de estatais que deu errado?

2 – Como a Eletrobrás vê o aumento de participação dos fundos de pensão no capital das empresas do setor elétrico? Não seria uma forma de intervenção branca nas empresas em dificuldade?

3 – O senhor confirma a existência de estudos de viabilidade técnico-econômico-financeira para a transferência da Eletropaulo à Eletrobrás?

4 – Com os preços de transferências nos contratos de compra de energia subfaturados entre empresas de um mesmo grupo: como podem ser esses preços coibidos pelo governo? O aparato legal permite uma ação mais dura no desestímulo a essas práticas abusivas?

5 – O serviço de energia elétrica é uma concessão do Poder Público e, como tal, pode ser cassada a qualquer momento se verificadas práticas lesivas ao consumidor, como parecer ser o caso AES/Eletropaulo, caso emblemático. Quê recomendações a Eletrobrás pode oferecer à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal como contribuição para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle relativo ao setor?

Esse é um pedido de informação de minha autoria enviado ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa, presidente da Eletrobrás.

Em discussão.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me desse uma informação. Ouvi falar em subfaturamento. Como se chegou a essa conclusão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A própria reportagem da revista **Época** de 24 de fevereiro mostra que as empresas de energia, quase todas, têm feito subfaturamento – quem isso falou foi o próprio presidente da Eletrobrás na informação que prestou. Estamos pedindo que ele confirme a informação publicada pela revista **Época**. Estamos querendo ver confirmado o que foi publicado pela imprensa.

Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senador, concordo com a solicitação de V. Exª, mas gostaria de saber se ela não vai prejudicar o requerimento feito por nós – ele vai nessa mesma direção, até a reforça.

Queria aproveitar para esclarecer os diversos Senadores, inclusive o Senador que ainda há pouco falava: existe um estudo feito por técnicos e auditores da USP, por exemplo, nas finanças da subsidiária do Estado do Pará, da distribuidora de energia do Estado que foi privatizada há alguns anos, há cerca de quatro anos. Essa subsidiária tem um estudo que demonstra que estão sendo repassados recursos para outras empresas do grupo, inclusive de um empréstimo feito com o aval da Aneel, cujos termos impedem que esses recursos sejam repassados. Mesmo assim, estão sendo.

Só para dar um exemplo, o reajuste da nossa energia, nos últimos anos foi da ordem de 84%, enquanto a inflação foi de 40%. Isso é uma demonstração clara de que é necessário fiscalizarmos melhor, além das próprias empresas, também as agências, porque elas existem para efetuar essa fiscalização, mas não estão fazendo a contento.

Nesse sentido, concordando com o requerimento do Senador, gostara de pedir o apoio dos outros em relação à solicitação que entregamos na Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A nobre Senadora Heloísa Helena me informa que devemos discutir, porque foi um acordo feito pelos Líderes em uma outra Comissão, e devemos acatar. No entanto, como há uma medida provisória que está trancando a pauta do Senado, e as Comissões também ficam impedidas de votar, deixaremos pronto e só faremos a votação na outra reunião.

Obrigado pelo apoio de V. Exª.

Vamos ao Requerimento nº 2. Temos cinco requerimentos.

Sobre a área de eletricidade, foram feitas três indagações, uma ao Presidente da Eletrobrás...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Nesse caso, fica encerrada a discussão deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A discussão está encerrada. Na próxima reunião, só faremos a votação.

Quando se faz a leitura, a "catraca" já começa a girar porque as pessoas das instituições que estão aqui já levam as informações mesmo que não tenham sido votadas. Então, é importante que já avancemos, porque tempo é dinheiro.

Então, vejamos o que foi feito em relação a isso.

Foi pedido ao Presidente da Eletrobrás, ao Presidente do BNDES, uma vez que o dinheiro é brasileiro, e o requerimento para o BNDES é o seguinte:

"Com base no disposto no art. 102, III, do Regimento Interno do Senado Federal, e com vistas a apurar a extensão da crise do setor energético, com conseqüências desastrosas para o setor industrial brasileiro e para os consumidores em geral, requeiro sejam encaminhadas ao Presidente do BNDES, Carlos Lessa, as seguintes indagações:

1. Que medidas estão sendo estudadas na hipótese de a AES, empresa norte-americana controladora da Eletropaulo, não honrar os compromissos no montante de US$1,2 bilhão junto ao BNDES?

2. Os resultados financeiros obtidos pela Eletropaulo deveriam ser usados prioritariamente para o pagamento da dívida da controladora e, no entanto, serviram para a distribuição de dividendos que somaram US$318 milhões, o que, na prática, significa que o BNDES emprestou recursos a juros subsidiados para serem remetidos diretamente ao exterior, e as garantias que podem ser executadas são as próprias ações da empresa que despencaram de preço e cujo valor, hoje, não cobre a dívida. Que justificativas existem para o nível de exposição tão elevado para um banco de desenvolvimento nacional financiar um grupo estrangeiro cujas subsidiárias estão inadimplentes, tomaram dinheiro do BNDES e estão ligadas a

empresas sediadas nas Ilhas Caymann, paraíso fiscal universalmente conhecido?

3. A AES nunca havia investido no segmento de telecomunicações, todavia realizou investimentos vultosos nessa área no Brasil, dentre os quais destacamos a LightCom e a Infovias. A Lytom, a Lightcom, que é no Rio de Janeiro, a Infovias, em Minas Gerais, Eletropaulo e Telecom, em São Paulo, e a Eletronet, também em São Paulo, longa distância de linhas de alta tensão usando fibras óticas. Nessa última, construiu redes óticas de longas distâncias onde já havia redes de várias outras empresas operadoras de telecomunicação. Não pagou a LightPar – que é governo –, empresa que vendeu 51% do controle da Eletronet, tomando a administração dessa empresa. Portanto, houve uma estatização branca. A LightPar vendeu, gastou o dinheiro, não cumpriu, a LightPar tomou de volta. Isso significa que gastaram o dinheiro, e nós estatizamos de volta a empresa de forma inusitada.

Por outro lado, deixou de realizar os investimentos necessários à expansão e à saúde financeira dos negócios no ramo de energia elétrica. No entendimento de V. Sª, o BNDES dispõe de instrumentos para garantir que os recursos emprestados cumpram a finalidade estabelecida nos contratos de financiamento? Esse é o segundo requerimento, no caso, ao BNDES, que emprestou o dinheiro e que o uso – estamos vendo – não é dos melhores.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, tenho uma dúvida regimental. Encerrando-se essa discussão, a matéria irá à votação por acordo?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ela não está indo à votação, porque existe uma medida provisória bloqueando. Mas, na próxima reunião, ganharemos tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Regimentalmente, acho que poderia ser votada a matéria. Não pode ser votada em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estando o plenário fechado, as comissões também ficam fechadas.

Pode-se apenas discutir a matéria e encerrar sua discussão.

Passamos, agora, ao requerimento de 2003, do Senador Eurípedes Camargo: "Solicito a V. Exª que seja convidado o Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Waldir Pires de Sousa, para, perante a Comissão de Fiscalização e Controle, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria."

Sou favorável ao requerimento, mas não poderemos votá-lo. Apenas está lido. Entraremos em contato com o Ministro para sabermos de sua disponibilidade. Na próxima reunião da Comissão, quando votarmos o requerimento, informaremos se S. Exª aceitou o convite e em qual dia poderá vir ao Senado.

Em função de acordo. O PT pediu.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Em se tratando de requerimento, não sendo matéria terminativa, ela poderia ser votada. Mas, por acordo, por entendimento de lideranças, regimentalmente é possível ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Foi entendimento de liderança e foi isso que a Senadora Heloísa Helena nos pediu. Como vamos tomar as providências devidas, entrando em contanto com o Ministro da Controladoria, já poderemos marcar os dias possíveis para sua vinda a esta Comissão.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, concordo com o encaminhamento e peço licença, pois preciso me retirar, porque tenho outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª está liberado.

Há outro requerimento, este da Senadora Ana Júlia Carepa, que é uma proposta de fiscalização e controle.

"Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal requeremos a instauração de procedimento de fiscalização e controle no âmbito desta Comissão, para examinar os aspectos de legalidade dos seguintes atos consubstanciados nos documentos em anexo.

1 – atos de gestão praticados pelo Grupo Rede, controlador das Centrais Elétricas do Pará; preços das tarifas praticadas pelas Centrais Elétricas do Pará, Celpa; remessa indevida de recursos para o exterior, pelo Grupo; transferências de recursos para outras subsidiárias do Grupo Rede; aplicação de US$54 milhões, tomados pelo Grupo Rede ao Deustshe Bank a título de captação de recursos:

2 – verificação da atuação da Aneel quanto a esses indícios de irregularidade.

Justificativa: a polêmica em tela refere-se ao Grupo Rede, controlador das Centrais Elétricas do Pará – Celpa, empresa da qual a União, através da Eletrobrás, é detentora de 34% das ações. A imprensa tem, repetidamente, veiculado matérias denunci-

ando atividades irregulares do Grupo. Algumas sobre transferências dentro do País autorizadas pela Aneel, outras sobre transferências de recursos para o exterior, expressamente proibidas por essa Agência. De uma forma ou de outra é uma demonstração de que o Grupo Rede, controlador da Celpa, tem atuado à margem do interesse público, seja nas questões de ordem financeira e atuarial seja na manobra das tarifas para aumentar seus lucros às custas dos consumidores do Estado do Pará.

Essa discussão não é nova. Ela está assentada no debate acumulado pela Câmara Municipal de Belém, onde realizamos audiência pública para esclarecer questões pertinentes ao setor elétrico e a atuação do Grupo Rede.

Dois pontos principais foram questionados na audiência: o reajuste de 87% nas tarifas de energia elétrica do Pará, após a privatização da Rede Celpa (julho de 1998 a 2002), bem superior à inflação do mesmo período, que ficou em torno de 40%, e a transferência de recursos financeiros da Rede Celpa para empresas do Grupo Rede localizados em outros Estados do País, totalizando R$254,3 milhões, segundo estudos coordenados por professores da USP e divulgado em novembro de 2002.

Creio que posteriormente seria útil e necessário ampliarmos para outros Estados e outras agências essa discussão, uma vez que uma série de abusos e irregularidades vem sendo denunciada pela mídia e sentido pelos cidadãos.

Esses são os motivos que propomos esses procedimentos fiscalizatórios.

Sala das Comissões, fevereiro de 2003.

Senadora Ana Júlia Carepa."

Em discussão. (Pausa)

V. Exª que encaminhou tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu queria pedir o apoio. Sei que nós não vamos poder votar hoje, mas queria fazer até uma proposta para o Presidente Ney Suassuna. Que tivéssemos a oportunidade, porque no dia do voto de repente já passou a discussão, de, pelo menos, justificar esse requerimento. Não é apenas em função do que está colocando hoje em relação às agências.

Eu era Vereadora do Município de Belém, a capital do Estado, quando nós já atuamos e já fizemos ações em relação a essa situação. Inclusive já foi denunciada, no caso, pela imprensa nacional, a revista **Carta Capital**, o jornal **O Liberal**, o principal jornal de divulgação do Estado. Depois de tudo isso, teve não só audiências na Câmara Municipal, quando eu era Vereadora, mas também na Assembléia Legislativa – existe até uma comissão de Deputados –, mas nada andou. Então, já que se trata de concessão pública, é, portanto, do interesse público, cabe a esta Comissão fiscalizar os bons usos.

Eu queria dar uma informação aqui para os Senadores. Foi feito um acordo entre os sócios e a Eletrobrás, apesar de deter 34% das ações, não participa da gestão. Então, nós temos que cuidar dos recursos que não são nossos, mas públicos. Portanto, acredito, acho que não teremos dificuldade em conseguir o apoio dos demais Senadores a essa solicitação. Com certeza o povo do Pará agradece.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero apenas indagar se nós faremos somente a discussão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não. Nós faremos só a discussão com acordo de liderança. Como está fechada a votação no plenário, nós também estamos deixando tudo pronto. Na próxima reunião nós só faremos as votações, mas já estamos preparando a documentação para dar continuidade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu solicitaria que fosse feito apenas um adendo à solicitação da Senadora Ana Júlia no sentido de que fossem verificadas essas situações em todo o País em que há a presença dessa empresa. E assim nós trataríamos dos assuntos do Pará e analisaríamos também a situação de outros Estados brasileiros que podem estar convivendo com a mesma dificuldade.

Essa é a sugestão que faço ao autor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência indaga à nobre Senadora se acata esse adendo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acato a proposta do nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será, então, incluída.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Na justificativa, propomos que isso seja estendido a outros Estados, e é importante até porque existe, exatamente, a situação de transferência para dois outros Estados do País. Concordo, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Na próxima sessão, faremos a votação antes da Ordem do Dia.

Srªs e Srs. Senadores, há sobre a mesa dois requerimentos que passo a ler:

"Com base no art. 102, a, III, do Regimento Interno do Senado Federal, com vista a apurar a extensão da crise no setor energético com conseqüências desastrosas para o setor industrial brasileiro e os consumidores em geral, requeiro que seja encaminhado ao Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, Sr. José Mário de Miranda Abdo, as seguintes indagações:

1 – de que instrumentos dispõe a Aneel para garantir o atendimento da demanda, por energia elétrica, dentro dos pressupostos de continuidade e regularidade dos serviços, pressupostos esses que norteiam e definem as relações de consumo?

2 – Por que a Eletropaulo, apesar da excelente capacidade de geração de caixa e de atuar no "filé mignon" do mercado, apresenta um endividamento extraordinário que coloca em xeque o modelo de privatização do setor energético nacional?

3 – A Eletropaulo atua na maior, melhor e mais densa fatia de mercado da distribuição de energia do País, comprando energia de outras empresas do grupo AES/Tietê Geradora a preços superfaturados" – quem diz é a entrevista da **Época** e quem disse foi o próprio Presidente da Eletrobrás na entrevista que deu à **TV Globo** – "cuja evidência fica patente se comparada aos preços praticados no mercado. Entretanto, a elevação de custos em função de contratos com terceiros" – contratos superfaturados, segundo essas informações – "tem servido para justificar a elevação de tarifas que, após a privatização, superam, formidavelmente, a inflação no período e os percentuais necessários à recomposição das margens de lucro dentro de patamares aceitáveis. Que medidas essa Agência tem adotado no sentido de verificar se há administração fraudulenta e qual a punição a ser aplicada, se confirmada a hipótese?

4 – A prática de compra de energia elétrica pela controladora de empresas menores, gerando operações conhecidas como preço de transferência, onde o superfaturamento serve para inflar a planilha de custo das controladoras e justificar os constantes reajustes de preços finais, configura procedimento recorrente entre as empresas do País. Perguntamos à Aneel: quais empresas já foram relacionadas? Ou constitui apenas o **modus operandi** exclusivo da Eletropaulo? Pelo visto, não, porque a própria Senadora traz um caso específico em que se está passando a mesma coisa.

5 – Como se trata de concessão de serviço público, a Aneel pode e deve punir práticas abusivas. Que medidas estão sendo tomadas para coibir tais abusos?"

Esse é o outro Requerimento que completa. Foram feitos à Eletrobrás, ao BNDES e à Aneel pedidos e informações para que possamos nos aprofundar num assunto que todo o povo brasileiro tem sentido na pele: o excessivo aumento e a perda de qualidade das prestações de serviços elétricos.

Este Requerimento é assinado por mim e, portanto, é de minha autoria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O mesmo já está pronto para ser votado na próxima sessão.

O último Requerimento, de autoria do nobre Senador Luiz Otávio, diz:

"Com base no disposto no art. 102, **a, III**, do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a necessidade de elucidação de atos praticados em decorrência da Medida Provisória nº 2.155, de 2001, que criou a Emgea, Empresa Gestora de Ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras, requeiro que sejam encaminhadas ao Presidente da Caixa Econômica Federal as seguintes indagações:

1 – Quais as razões que fundamentaram a transferência dos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal para a Emgea e quais as conseqüências para os mutuários e para o nível de adimplência do Sistema Financeiro de Habitação".

O Sistema Financeiro de Habitação tem um rombo em cerca de R$19 bilhões. Mais cedo ou mais tarde, esta Comissão terá de se debruçar sobre esse assunto, porque é um assunto que toda a sociedade brasileira quer – casa própria – e, no entanto, vimos que 19 bilhões não estão muito bem explicados.

"2 – Quais as características dos ativos da Caixa que foram transferidos e qual o montante correspondente a essa cessão de ativos?

3 – Qual a composição do capital social da Emgea e como se deu a sua integralização?

4 – Por que a Caixa foi contratada pela Emgea para administrar os créditos cedidos? Qual o valor mensal do contrato à data da contratação? Houve reajuste no valor contratual? Em que percentual?

5 – Como se explicam as carências adicionais para a regularização de créditos, implementação de empreendimentos em terrenos de devedor – geralmente com taxas de juros de 3,12% ao ano – no caso de agentes que não entregaram as moedas de pagamento tempestivamente?

6 – Onde foram encontrados os maiores problemas de inadimplência e quais as providências adotadas pela Emgea para solucioná-los?

7 – Foram detectados problemas de gestão temerária, incúria, negligência ou improbidade por parte dos gestores nos contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, compreendendo os estados, municípios, construtoras, cooperativas habitacionais, liquidantes e repassadores?

8 – No entendimento de V. Sª, como pode ser resumida a situação de empresas estaduais como Minas Caixa, Habitasul e outras, como Economisa, Sul Brasileiro, Transcontinental, Companhia Província e Aletra, por exemplo, no tocante a flebilizações e adesão à nova ação, nos termos da Lei nº 10.150/2000?

9 – No caso da questão anterior, especificar volume e pertinência da administração paga à Caixa Econômica Federal, níveis de transigência para a regularização dos contratos com pessoas físicas, com ou sem abertura do FCVS.

10 – Durante o período de atuação da Emgea, as auditorias realizadas na forma da lei acusaram irregularidades? Quais? Onde? Que medidas foram adotadas?

11 – Proceder ao detalhamento, por grandes grupos, das operações realizadas pela Emgea no tocante à regularização dos contratos de apropriação por carteira, discriminando os quantitativos, valores e perfis de ativos transferidos.

12 – Como aconteceu a reestruturação das dívidas? Quais os pontos considerados relevantes por V. Sª para a avaliação do impacto dessa reestruturação na performance do financiamento público da habitação?

13 – Quais os principais avanços relativos aos contratos cobertos pela FCVS?

14 – Idem para aqueles que não estão ao abrigo do Fundo.

15 – As instituições estaduais também procederam à conciliação de haveres e obrigações patrimoniais no período? Qual o nível de adesão e quais as principais dificuldades verificadas no processo?

16 – Nos casos de recebimento de créditos ativos, foram contratados os próprios devedores para administrar os créditos cedidos da Caixa. Foi determinada aos cedentes/administradores a adesão à Lei nº 10.150, de 2000, com novação de créditos com cobertura do FCVS e liquidação do débito do mutuário e cessação do pagamento da administração.

17 – Qual o rombo do setor e as reais possibilidades de ter a Caixa Econômica Federal assegurado o pagamento dos empréstimos relativos aos mutuários inadimplentes?

18 – Qual o custo da Emgea para o Tesouro Nacional?

19 – Que razões levaram a Caixa Econômica Federal a retomar as obrigações de responsabilidade da Emgea segundo o espírito da Medida Provisória retromencionada? Quais as vantagens para o sistema com a adoção de tal prática? Ela não desqualifica a necessidade de criação da Emgea?"

Subscreve o Senador Luiz Otávio.

Congratulo-me com S. Exª pela profundidade das perguntas, o que demonstra que foi feito um estudo profundo para tal. Ao que entendi – indago ao Senador sobre isso –, foi criada uma companhia, foi pago a ela um valor, e depois a própria Caixa assumiu de volta essas obrigações, mas continua pagando. É isso, Senador?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Sr. Presidente, da mesma forma como foi apresentado um requerimento anteriormente com relação à energia elétrica no País como um todo, não apenas com as taxas, as contas, os excessos, a falta de informação e, principalmente, a falta de divulgação de como foram feitas essas operações, no que se refere à habitação, tenho certeza de que também há unanimidade entre os Senadores, de todos os Estados, principalmente os que têm um maior déficit habitacional, como é o nosso caso, no Estado do Pará, onde praticamente estão paralisadas todas as operações para financiamento de habitação, principalmente para as pessoas de baixa renda.

Então, a justificativa de sempre é que os contratos anteriores, os financiamentos feitos ao longo de décadas até e essa problemática de índices de inadimplência, na própria Caixa Econômica, inviabilizam os novos financiamentos para habitação, principalmente das pessoas de baixa renda. E tivemos informação – até a própria opinião pública, principalmente a especializada no assunto, conhece bem o tema – de que foi criada uma empresa para receber o passivo da Caixa Econômica.

Então, esse passivo é a grande incógnita, o nosso grande questionamento, para saber se essa empresa realmente é necessária e o quanto ela custa

para a Caixa Econômica, para ficar com esse passivo descoberto, a cobrança desses passivos, como vai ficar resolvida essa questão, qual é o custo disso, quais são os benefícios que a Caixa Econômica tem, e como o Governo vai determinar a política de habitação, baseado em que dados e em que informações, porque são apenas informações que estamos pedindo, nada mais do que isso. Não estamos, ainda, chegando no próximo passo, que seria o chamamento do Tribunal de Contas da União e até mesmo o encaminhamento das contas para a nossa avaliação propriamente dita. Estamos apenas querendo as informações, o que é a atitude mais natural do mundo, como foi feito por todos os Senadores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, a V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu gostaria de dizer que concordo, que são importantes mesmo essas informações, mas eu queria ir um pouco mais além. Eu queria propor que convidássemos o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Matoso, para vir a esta comissão, em audiência pública, porque isso é do interesse de todos, com certeza. Inclusive, não herdamos só o rombo de R$19 bilhões, Senador Ney Suassuna, herdamos isso tudo, assim como a Emgea, porque isso tudo foi feito no Governo anterior. Esses rombos todos não foram só no Governo anterior, mas, obviamente, ao longo de anos, e é necessário que nos debrucemos, com certeza, sobre esses assuntos.

Quero parabenizar o Senador Luiz Otávio, dizer que concordamos e que vamos fazer uma proposta até em cima, porque o Governo tem todo o interesse, inclusive, de vir discutir e mostrar, não só para os Senadores, mas como para os representantes da nossa Federação, dos nossos Estados e, portanto, do povo do nosso País, como é que se encontra essa situação da Caixa Econômica, que tem um reflexo absolutamente direto em uma situação que hoje é fundamental para o nosso povo, que é a da habitação.

O déficit habitacional, neste País, é imenso, e é importante que o povo saiba como aquilo que era Banco Nacional da Habitação e depois se transformou em Caixa Econômica Federal, principal banco de investimentos nessa área de habitação, de infra-estrutura, de saneamento, como é que se encontra e como vamos trabalhar para que, inclusive, ao longo de anos, esses erros e falhas possam ser corrigidos e o povo possa ter respostas. Creio que o nosso Governo tem total interesse.

Por isso, eu queria – não sei se todos concordam – fazer um convite ao Presidente da Caixa para que pudéssemos fazer uma audiência pública, tomando por base, Senador, todo o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, o assunto que desejo falar não é sobre esse item que está sendo discutido pelos Senadores. É sobre outro item.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, deixe-me encerrar essa discussão e, em seguida, paço a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É sobre um outro requerimento que eu gostaria de apresentar à comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já está sobre a mesa de V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, por gentileza, V. Exª mesmo fará a leitura e nós já abrimos essa discussão.

Vamos encerrar a discussão deste projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Faremos a votação no início da próxima reunião.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, como V. Exª tem conhecimento, fui Relator da Proposta da Emenda Constitucional, que redundou na Emenda nº 29, que assegura financiamento para as ações de saúde no nosso País.

Ocorre que, depois da vigência dessa Emenda Constitucional nº 29, o Governo anterior deu uma interpretação, a meu ver, equivocada, errônea, que terminou numa divergência com o próprio Ministério da Saúde, e essa querela ainda continua, uma vez que a saúde, por causa dessa redução de recursos, com base na interpretação do Governo anterior, continua em crise em todo o Brasil.

Freqüentemente, visito hospitais. Não tenho hospital, mas os visito para saber como estão funcionando, e, na maioria dos hospitais que dependem do

SUS, a situação é dantesca, o quadro é triste, é de abandono, de desprezo, de omissão.

O que se alega é que os recursos não estão vindo de acordo com a previsão. Tanto os Estados estão reclamando como o estão os municípios, que já têm, hoje, a obrigatoriedade de administrar os recursos da saúde. Ou seja, com a descentralização dos recursos, muitos municípios ficaram com o encargo e a responsabilidade de gerir esses recursos, que são insuficientes para a prestação do serviço de saúde para a pessoa pobre, que é a que mais precisa. Mais de cento e vinte milhões de brasileiros dependem do SUS.

Sr. Presidente, essa situação não pode perdurar. Quando aprovamos essa PEC, tivemos um objetivo puro e sadio. Foi aprovada primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal. E fui o Relator – volto a dizer. Aqui ela foi aprovada. Votaram todos os Senadores, à exceção dos da Bahia, que não votaram sob a alegação de que a verba iria ajudar Serra.

Ora, o Ministério da Saúde hoje não é mais de Serra. Agora já é de um integrante do Partido dos Trabalhadores, o Dr. Humberto Costa.

Gostaria, então, de propor à Comissão que convocássemos o Ministro da Saúde para saber se S. Exª tem o mesmo parecer, a mesma posição do Ministro anterior, que não concordava com a interpretação da Advocacia da União.

Gostaria de saber da Comissão se será possível convocar. Creio que seja a melhor decisão, porque o setor da saúde está perdendo mais de um bilhão por ano.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Algum dos Srs. Senadores se opõe?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É mais de um bilhão que o setor saúde está perdendo por ano. São quatro bilhões nos quatro anos. Desde o ano de 2001 que o setor saúde vem perdendo esse dinheiro por causa de uma interpretação lesiva aos interesses do setor saúde.

A interpretação é uma firula jurídica do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O art. 77 diz mais ou menos assim:

Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações de serviço público de saúde serão equivalentes. No caso da União, no ano de 2000, o montante empenhado em ações em serviços públicos de saúde, no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, 5%; e, do ano de 2001 ao ano de 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto.

Ora, a interpretação que a Advocacia-Geral da União deu é no sentido de que aquilo que foi apurado no exercício anterior não é base de cálculo para a transferência do recurso e, sim, o que foi empenhado. Ora, na realidade, o que foi empenhado pode ser, num determinado ano, contingenciado. Se isso ocorrer, quem perderá mais será o setor saúde, que é baseado no empenho e não na despesa efetivamente realizada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, envergonha a todos nós do serviço público esse poder que tem a União, os Estados e os Municípios de empenhar e, depois, de cancelar. Ainda há mais essa. É feito o empenho, depois é cancelado, e fica tudo por isso mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, pelos cálculos do Ministério da Saúde, o Brasil está perdendo cerca de R$1 bilhão por ano. Esse valor representa um prejuízo incomensurável para um setor tão sensível que atende a milhões de brasileiros que dependem do SUS.

Apresento um requerimento de convocação do Ministro da Saúde para que essa querela seja resolvida de uma vez por todas e para que passemos a utilizar a legislação que aprovamos em benefício da comunidade mais pobre do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre senador, a Comissão de Assuntos Sociais também está convocando o Ministro. Pergunto a V. Exª se há algum problema de fazermos uma audiência conjunta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Podemos fazê-la conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, na próxima reunião, logo após o Carnaval, submeteremos à votação o requerimento de V. Exª para convocação do Ministro conjuntamente com a CAS.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, também quero fazer um adendo sobre a Comissão de Fiscalização e Controle.

Já que se trata de uma interpretação da Advocacia-Geral da União, gostaria que o Advogado-Geral da União também seja convocado, ainda que em reunião distinta para o esclarecimento do novo entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso deve ser feito talvez até antes da convocação do Ministro da Saúde, para nos armarmos dos argumentos de S. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Creio que isso é importante.

Sr. Presidente, o setor saúde no Governo Fernando Henrique deu realmente prioridade à liderança do Ministro José Serra. S. Exª se articulou bem com o Congresso. A aprovação da Emenda nº 29 – uma velha luta do Deputado do ex-Deputado Eduardo Jorge, do Estado de São Paulo – revoluciona o setor de saúde.

Sr. Presidente, esta Comissão, aproveitando o requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, precisa posicionar-se sobre um entendimento – em minha opinião, perigoso – que estão tendo os Estados, que terão problemas com o Tribunal de Contas da União.

Qual é o entendimento de alguns Estados brasileiros? Como os recursos são vinculados, na época da aprovação dessa emenda – daí eu ressaltar a importância da luta do Senador José Serra, que foi apoiado pelo Congresso – os governadores lutaram pela sua desvinculação. A maioria era contrária à vinculação de recursos – um argumento inclusive da Bahia. Falava-se que, em pouco tempo, não seria mais necessária a figura do Governador, mas de um contador. Depois, insatisfeitos com a vinculação, estabeleceram um entendimento nos Estados.

Na semana passada o **Correio Braziliense** publicou matéria sobre o assunto, demonstrando que os Estados estão aplicando um percentual pouco menor que o previsto na lei. Por que há essa diferença? Entendo que esta Comissão tem de pesquisar esse fato a fundo. Sr. Presidente, o motivo da diferença é o seguinte: na saúde são 10%, e serão 12% no total para os Estados e 15% para os Municípios. Os Estados estão deduzindo o valor já vinculado para a Educação. Por exemplo, se a receita é 100, aplicando-se 25% na educação, sobram 75%. Aplicam-se 12% sobre 75% e não os 12% sobre 100%. O correto é 12% sobre 100%. Creio que essa questão é importante e deve ser tratada por esta Comissão, até para que haja um pronunciamento claríssimo de todas as autoridades brasileiras no setor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – V. Exª poderia fazer um requerimento, para a próxima sessão, onde pedisse, em todos os Estados, a indagação de quem está cumprindo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Creio que é um adendo ao investigarmos essa questão levantada pelo Senador Valadares. Estaremos contemplando também esse setor.

Finalmente, quero registrar aqui uma preocupação. Apesar da propaganda...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Antero, permita-me V. Exª...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Até para um efeito de correção, talvez os Estados estejam executando esse processo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Não estou dizendo que é má-fé.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Exatamente, até por uma questão de execução. O próprio Tribunal de Contas poderá orientar os Secretários, tanto de Saúde como de Planejamento, nos Estados, para que haja uma correção daqueles que estejam fazendo dessa forma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Antero, V. Exª me concede um aparte.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Aproveitando esse adendo a que V. Exª se referiu, poderíamos reformular o requerimento e fazermos um em conjunto, assinado por mim e por V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) –Muito bem pensado.

Gostaria, para concluir, Sr. Presidente, de deixar aqui uma preocupação com este realismo do Governo brasileiro, que é maior do que aquilo que nos é solicitado.

Quando o Governo brasileiro aumentou o superávit, existiram duas preocupações. Primeiro, uma preocupação de que, ao mesmo tempo em que anunciava o aumento para 4,25% do superávit primário, o governo brasileiro fazia absolutamente questão de anunciar algumas cibalenas para a área social. E fazia questão absoluta de declarar que a área social não havia sofrido nenhum corte nesse contingenciamento de mais de 14 bilhões de reais. Só o setor saúde sofreu mais de um bilhão de reais de contingenciamento e isso nunca aconteceu com a presença do Ministro José Serra. Creio que é um dado relevante, precisamos realmente ter essa preocupação, porque a saúde pública é essencial, principalmente para os carentes. Temos é que apoiar o setor da saúde. Temos que formar aqui uma bancada de apoio ao Ministro Humberto Costa, não dá para aceitar cortes na área da saúde. Esse é um setor

que tem, cada dia mais, que contar com o apoio do Congresso Nacional e do Governo federal. A área econômica tem conceitos para agradar as autoridades internacionais, mas não é possível que isso ocorra em prejuízo do setor saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador. Creio que a reunião de hoje foi extremamente produtiva, distribuímos cerca de 200 processos aos senhores Senadores, e gostaria de dizer a todos que estão vendo a TV Senado que, se sabem que de alguma forma está sendo desencaminhado dinheiro público, podem escrever diretamente para a Comissão de Fiscalização e Controle, porque iremos fazer a fiscalização. Estamos aqui exatamente para defender o dinheiro que os senhores pagam nos impostos e é isso que essa Comissão vai executar, sem se preocupar em qual Governo, passado ou este. Qualquer que seja o Governo, a nossa missão é de zelar pelo dinheiro público.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h17min.)

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2003, às 11:00 horas.

Às dezoito horas e cinquenta e nove minutos do dia doze de março de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ANTERO PAES DE BARROS, JOÃO BATISTA MOTTA** e **ANA JULIA CAREPA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à votação de requerimentos apresentados pelos Senhores Senadores na reunião anterior. Em razão de acordo de lideranças, as matérias não são deliberadas e têm os seguintes resultados: Item 1) Requerimento de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "solicita diversas informações ao Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: **ADIADO**; Item 2) Requerimento de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "solicita diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: **ADIADO**; Item 3) Requerimento de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "solicita diversas informações ao Presidente da ELETROBRAS, Sr. Luiz Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: **ADIADO**; Item 4) Requerimento de autoria do Senador **LUIZ OTÁVIO**, que "solicita diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal, sobre os atos praticados em decorrência da medida provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a EMGEA – empresa gestora de ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras". Resultado: **ADIADO**; Item 5) Requerimento de autoria do Senador **EURÍPEDES CAMARGO**, que requer "seja convidado o Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria". Resultado: **ADIADO**. O Senhor Presidente designa o Senador **JOÃO RIBEIRO** como Relator da Proposta de Fiscalização e Controle, de autoria da Senadora **ANA JULIA CAREPA**, que tem o objetivo de "examinar os aspectos de legalidade de: 1) Atos de gestão praticados pelo Grupo REDE, controlador das Centrais Elétricas do Pará. Preços das tarifas praticados pelas Centrais Elétricas do Pará – CELPA, remessa indevida de recursos para o exterior pelo Grupo. Transferência de recursos para outras subsidiárias do Grupo REDE, Aplicação dos US$ 54 (cinqüenta e quatro milhões de dólares) tomados pelo Grupo REDE ao Deutsche Bank, a titulo de captação de recursos e 2) Verificação da atuação da ANEEL quanto a esses indícios de irregularidades". São apresentados e lidos, ainda, os seguintes requerimentos: a) Requerimento de autoria da Senadora **HELOÍSA HELENA**, que "requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção seguida de tomada de contas especial nos convênios firmados entre o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, agência de Barra do Corda – MA e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – COPABA; b) Requerimento de autoria da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, que "requer a constituição de subcomissão permanente, no âmbito da CFC, para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras"; c) Requerimento de autoria da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, que "requer a realização de Audiência Pública com o Sr. Jorge Eduardo Levi Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos a respeito da nova política que se pretende implementar naquela instituição, além de detalhes técnicos da EMGEA– Empre-

sa Gestora de Ativos e d) Requerimento de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "convida os Srs. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Luiz Guilherme Shymura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atuação das respectivas agências reguladoras. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª sessão legislativa da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos na pauta quatro requerimentos. Vamos lê-los, despachá-los e, como não podemos votar porque está trancada a pauta do Senado, apenas vamos distribuir os da sessão passada e vamos ler os que foram apresentados hoje, uma vez que nove Srs. Senadores já vieram à Comissão e já registraram suas presenças.

Então, temos um requerimento da Senadora Heloísa Helena que, nos termos do art. 71 e 74 da Constituição Federal, combinados com o disposto no art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 46/93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção, seguida de tomada de contas especiais, nos convênios firmados entre o Banco do Nordeste do Brasil, Agência Barra do Corda, Maranhão, e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda, Coopaba.

Justificação: alguns projetos da Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda, Maranhão, se transformaram em verdadeiros fracassos e numa enorme dor de cabeça para os seus diretores e associados. Por exemplo, o projeto referente à implantação de uma fábrica para a produção de polpas de frutas consumiu um grande volume de recursos, sendo em pouco tempo abandonada e causando prejuízo ao Banco do Nordeste do Brasil, que até agora não conseguiu reaver os recursos emprestados.

Os produtores rurais envolvidos nos projetos, cerca de 800, são os mais prejudicados, pois, além de ficarem impedidos para contrair novos empréstimos, não conseguem sequer saber qual o valor real do débito de cada devedor, devido aos entendimentos da agência e da direção da Coopaba

O requerimento vai ser colocado em discussão e ficará pronto para ser votado na próxima reunião.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Votaremos na próxima reunião.

O outro requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, vice-líder do Bloco de apoio ao Governo, que requer, com fundamento nos arts. 73 e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

Justificação

"O modelo de agências reguladoras representou uma grande transformação na administração pública brasileira, tendo sido introduzida de forma muito célere e praticamente à margem da Constituição Federal, que prevê tão-somente a criação da Anatel (art.21, inciso XI) e da ANP (art. 177, § 2º, inciso III).

Afigura-se, ademais, inquestionável a competência constitucional do Poder Legislativo para fiscalizar e controlar os atos das agências reguladoras, mormente ao se examinar o teor dos arts. 70 e 74 da Constituição Federal, que definem a abrangência do controle externo. E importa relembrar ainda que a competência para a formulação das políticas e diretrizes setoriais continua afeta aos Poderes Executivo e Legislativo, cabendo às diversas agências tão-somente implementá-las em suas respectivas áreas de atuação.

A competência normativa, segundo a Senadora, conferida às agências reguladoras, justificadas à época de suas criações pela necessidade de valorização do dinamismo, da especialização técnica e de soluções consensuais, é muito ampla e difusamente delimitada. Numa primeira análise, entende-se até mesmo que essa competência não encontra amparo ou tem dificuldades para ancorar-se na Constituição brasileira.

Com efeito, a competência normativa regulamentadora conferida às agências não é mais só de execução ou instrumental; é muito mais ampla. Por

esse fato, por si só se exigiria um acompanhamento sistemático por parte do Poder Legislativo de todos os atos normativos emitidos pelas agências reguladoras, visando aferir se esses não extrapolam os limites da delegação legislativa, competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme dispõe o inciso V do art. 49 da Constituição.

Do contrário, cria-se um ambiente propício à prática de abusos do poder regulamentar e da invasão de competência do Congresso Nacional sem que se disponha do conhecimento para uma imediata correção.

Por outro lado, com a criação das agências reguladoras, a Administração Pública, especialmente no âmbito da União, passou a estruturar-se sob o enfoque da especialidade. Diante desse fato, cabe ao Congresso Nacional, para melhor desempenho de sua missão, especialmente na área do controle externo, avançar no sentido da especialização de parlamentares e assessores.

Assim sendo, com vistas a se realizar uma atividade contínua e duradoura de controle e acompanhamento da gestão dessas entidades, requer-se a estruturação e especialização de uma subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, para fiscalizar e controlar suas atividades no limite de competência regimental desta Comissão.

O requerimento encontra fundamento no art. 73, combinado com o art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui à Comissão de Fiscalização e Controle competência para fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta, e para criar subcomissões permanentes em matérias afetas a suas atribuições.

Resta clara, portanto, a conveniência da aprovação desse requerimento, bem como de sua conformidade às normas regimentais.

Sala das Comissões, 12 de março de 2003. – Senadora **Ana Júlia Carepa.**

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para, se quiser, fazer mais algum adendo ao seu requerimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, acredito até que, pela importância deste tema, cabe uma subcomissão. Como, de repente, começa a aparecer uma série de requerimentos, se criarmos uma subcomissão, vamos estar fazendo, inclusive, um trabalho melhor para a sociedade.

Foi este o espírito que nos levou a propor uma subcomissão: estaremos atendendo aos interesses de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o requerimento da nobre Senadora.

Nesta reunião, não poderemos votar, mas vamos deixar discutido. Talvez, por ser uma subcomissão, com a concordância de V. Exª, pudéssemos até deixar a discussão também em aberto, só lemos o requerimento. Uma subcomissão é uma mais substanciosa e, com certeza, outros irão querer discutir.

Está lido o requerimento.

Continuaremos com a discussão na próxima reunião.

Ainda há mais um requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa.

"Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocada audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, devendo esta Comissão convidar o Sr. Jorge Eduardo Levy Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos a respeito da nova política que se pretende implementar naquela instituição, além de detalhes técnicos da Emgea, Empresa Gestora de Ativos.

Justificação

A Caixa está presente na vida de milhões de brasileiros, sejam eles clientes do crédito imobiliário, do penhor, trabalhadores beneficiários do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do PIS ou do Seguro-Desemprego, aposentados, estudantes assistidos pelo Crédito Educativo, apostadores das loterias ou usuários dos serviços bancários. E, por priorizar os setores de habitação, saneamento básico, infra-estrutura urbana e prestação de serviços, a Caixa direciona os seus principais programas para a população de baixa renda.

Visando a excelência do atendimento e a satisfação dos clientes, a Caixa adotou um novo modelo conceitual e ambiental para suas agências. As mudanças se traduzem na oferta de canais alternativos de atendimento, como terminais de auto-atendimento, banco 24 horas, caixa-rápido, débito automático, telemarketing e internet, serviços integrados e automatizados ao trabalhador e nas novas instalações das agências.

Com a carteira imobiliária de 1,3 milhões de contratos, estimada em mais de 50 bilhões, a Caixa detém 50% do total de financiamentos do País, sendo responsável por 95% daqueles destinados à população de baixa renda. Ao longo da história, são mais de

5 milhões de moradias financiadas, beneficiando cerca de 20 milhões de pessoas. Os recursos são provenientes do FGTS, do Orçamento Geral da União e da própria Caixa.

A política de concessão de cartas de crédito proporcionou maior liberdade ao cliente, que, de posse do crédito, pode escolher o imóvel conforme suas necessidades e condições salariais.

Com a presença específica no setor financeiro e habitacional do País, a realização da audiência pública proposta certamente atenderá aos anseios do Senado Federal e da sociedade brasileira, razão pela qual pedimos o apoio dos Srs. Senadores da Comissão para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 12 de março de 2003. – Senadora **Ana Júlia Carepa.**

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senador, este requerimento foi feito com base na última reunião da Comissão. Já que o Senador Luiz Otávio é autor de um requerimento de informações à Caixa Econômica Federal, e eu, como vice-líder do PT, propus – recebendo manifestações de apoio – o convite, que o Presidente da Caixa terá o maior prazer em aceitar, acho que é o momento adequado e o papel da nossa Comissão.

Portanto, na verdade, só estou ratificando o que já havíamos discutido na última reunião, em que não tinha formalizado o requerimento, mas fiz uma proposta oral.

Formalizei o requerimento e acredito que, neste caso, especificamente, pelas manifestações havidas por parte dos diversos Senadores presentes na última reunião, sejam todos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Encerramos a discussão e votaremos na próxima reunião, uma vez que tudo indica que, amanhã, por consenso de liderança, será votada a medida provisória que está paralisando o Plenário da Casa.

Na ultima reunião, tínhamos lido uma proposta de fiscalização da Senadora Ana Júlia. Para análise e parecer, estou distribuindo para o Senador João Ribeiro.

Está feita a distribuição.

Como não podemos votar em processos, vamos encerrar a reunião.

Antes, queria informar aos Srs. Senadores que eu mesmo estou fazendo um requerimento para que venham a esta Comissão o Sr. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, e o Sr. Luís Guilherme Shimura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, uma vez que essas agências têm sido citadas na Comissão.

É importante que convoquemos os Presidentes, de forma a que, à medida que estamos aprofundando as discussões dos vários setores, possamos também ter as informações dos Presidentes dessas agências.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Queria concordar com V. Exª. Por isso, inclusive, é que estamos pedindo a subcomissão. É bom ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Primeiro, vamos ouvir as outras áreas, depois já deixaremos agendados dentro de uma flexibilidade, de forma que eles possam fechar o "mosaico" para que possamos ter uma idéia mais precisa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Gostaria de falar de outro assunto posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concederei a palavra a V. Exª em seguida.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar, votaremos na próxima sessão.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Queria fazer um registro, até porque foi uma gentileza do Presidente desta Comissão.

Trata-se do presente que todas as Senadores receberam, ou seja, um livro do Senador Ney Suassuna por conta da comemoração, feita hoje no Senado, do Dia Internacional da Mulher, ocorrido no dia 8 de março.

Queria fazer este registro e este agradecimento em nome de todas as Srs. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Enviei um para cada Senadora, porque não sei o que seria do mundo não fossem as mulheres. Sei que a mulher ganha cada vez mais espaço no mercado de trabalho, mas o sacrifício a que estão submetidas é muito maior do que o que nós, homens temos para conquistar postos de trabalho, já que ainda têm trabalho paralelo em casa.

Por esta razão, a homenagem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Muito obrigada.

Quando não se tem marido, temos que cuidar sozinhas da casa, de filho, de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, sei o que é isso, porque há dois anos estou separado e sei o que é cuidar de casa. Não imaginava que fosse tão difícil.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h14min.).

Ata da Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2003, às 11:00 horas.

Às doze horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de março de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **ANTERO PAES DE BARROS**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, HELOÍSA HELENA, AELTON FREITAS, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, OSMAR DIAS, JOÃO BATISTA MOTTA, ANA JULIA CAREPA e DELCÍDIO AMARAL.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada, e esclarece que a presente reunião destina-se à votação de 09 (nove) requerimentos anteriormente apresentados e discutidos pelos Senhores Senadores, com os seguintes resultados: Item 1) Requerimento nº 01, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "solicita diversas informações ao Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: **APROVADO**; Item 2) Requerimento nº 02, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "solicita diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: **APROVADO**; Item 3) Requerimento 03, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "solicita diversas informações ao Presidente da ELETROBRAS, Sr. Luiz Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: **APROVADO**; Item 4 e Item 8 (votados conjuntamente): Requerimento 04, de autoria do Senador **LUIZ OTÁVIO**, que "solicita diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal, sobre os atos praticados em decorrência da medida provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a EMGEA – empresa gestora de ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras" e Requerimento 08, de autoria da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, que "requer a realização de Audiência Pública com o Sr. Jorge Eduardo Levi Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos a respeito da nova política que se pretende implementar naquela instituição, além de detalhes técnicos da EMGEA– Empresa Gestora de Ativos". Resultado: **APROVADOS**; Item 5) Requerimento 05, de autoria do Senador **EURÍPEDES CAMARGO**, que requer "seja convidado o Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria". Resultado: **APROVADO**. Item 6) Requerimento 06, de autoria da Senadora **HELOÍSA HELENA**, que "requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção seguida de tomada de contas especial nos convênios firmados entre o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, agência de Barra do Corda – MA e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – COPABA". Resultado: **APROVADO**; item 7) Requerimento de 07, autoria da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, que "requer a constituição de subcomissão permanente, no âmbito da CFC, para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras". Resultado: **APROVADO** e item 9) Requerimento 09, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA**, que "convida os Srs. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Luiz Guilherme Shymura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atuação das respectivas agências reguladoras". Resultado: **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Antero Paes de Barros**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião extraordinária da Comissão de Fisca-

lização e Controle da Primeira Sessão da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovada a ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à votação de nove requerimentos apresentados e já discutidos.

Item 1 da pauta, requerimento do Senador Ney Suassuna solicitando diversas informações ao Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, com vistas à apurar a extensão da crise no setor energético.

Este requerimento já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado o requerimento do Item nº 1.

Item 2 da pauta, requerimento de que é também autor o Senador Ney Suassuna, solicitando diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético.

Da mesma forma, este requerimento já foi discutido em reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado o requerimento do Item 2 da pauta.

Item 3 da pauta, requerimento de que é autor Senador Ney Suassuna, solicitando diversas informações ao Presidente da Eletrobrás, Sr. Luís Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético.

Da mesma forma, este requerimento foi debatido em reuniões anteriores

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado o requerimento do Item de nº 3.

Requerimento nº 4, autor Senador Luiz Otávio....

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra a Senador Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de que fosse discutido o Item 4 junto com outro item que acredito seja o de número 8, porque, devido ao requerimento do Senador, fizemos outro requerimento, então gostaria de que fossem apreciados conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Exª está propondo a tramitação conjunta dos Itens de nºs 4 e 8, Senadora Ana Júlia?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então lerei para o Plenário os requerimentos do Senador Luiz Otávio e o da Senadora Ana Júlia, para que o Plenário possa... Temos informação da Assessoria de que todos já foram discutidos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pedimos que sejam votados conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a proposta da Senadora Ana Júlia permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Júlia.

Em votação os requerimentos dos **Itens de nºs 4 e 8**, o primeiro, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal sobre os atos praticados em decorrência da Medida Provisória de nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a Engea, Empresa Gestora de Ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras; Item nº 8, da Senadora Ana Júlia, que requer a realização de audiência pública com o Sr. Jorge Eduardo Levi Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimento a respeito da nova política que se pretende implantar naquela instituição, além de detalhes técnicos da Engea, Empresa Gestora de Ativos.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Ambos estão aprovados e serão encaminhados conjuntamente ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

Item nº 5, requerimento do Senador Eurípedes Camargo, convidando o Ministro da Controladoria-Geral da União, Sr. Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria.

Esse requerimento já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Item 5 da pauta.

Item 6, requerimento da Senadora Heloísa Helena no sentido de que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção, seguida de tomada de contas especial, nos convênios firmados entre o Banco do Nordeste do Brasil – agência de Barra do Corda, Maranhão – e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – Copaba.

O requerimento do Item 6 já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Item 6 da pauta.

Requerimento do **Item 7**. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Requer a instituição de subcomissão permanente no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra para justificar o requerimento, pois julgo ser importante.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pretendemos fazer uma fiscalização das agências de forma tranqüila. A idéia é verificarmos se, desde que foram criadas até agora, estão cumprido o que prevê a legislação, o seu papel. Acredito que esta Comissão tenha essa prerrogativa. Muita gente fala em outras comissões, mas creio que esta é a que tem esse papel a cumprir.

A idéia é criar uma subcomissão se dedique a isso para se aprofundar. Não há outro objetivo, a não ser o de aperfeiçoar um instrumento que, como a própria legislação estabelece, tem um papel importante na defesa do funcionamento dessas áreas privatizadas, mas que são todas de serviços essenciais à sociedade. Esse é o nosso objetivo e por isso peço apoio.

O SR.PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O requerimento da Senadora Ana Júlia já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento. Posteriormente, na próxima reunião, o Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna, anunciará a constituição da subcomissão de acordo com a proporcionalidade.

O Item 8 da pauta já foi votado em conjunto com o Item 4.

Item 9: requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, no sentido de que sejam convidados os Srs. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, e Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atuação das respectivas agências reguladoras.

O requerimento já foi debatido em reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Não havendo mais itens a serem tratados, declaramos encerrada a presente reunião deliberativa.

(Levanta-se a reunião às 12h35min)

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de março de 2003, às 11:00 horas.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador NEY SUASSUNA, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores EURÍPEDES CAMARGO, ANTONIO CARLOS VALADARES, AELTON FREITAS, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, JOÃO BATISTA MOTTA e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada, e passa à deliberação da pauta: Item 1) AVISOS Nºs 39, DE 1999; 4C, 85 E 214 DE 2000, que são os Avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de Decisões e Acórdãos daquela Instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator "Ad Hoc": Senador GERSON CAMATA Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. Resultado: APROVADO; Item 2) AVISOS Nºs 229, DE 2000; 57 E 86, DE 2001 E 53, DE 2002, que são os Avisos constantes do anexo I,

mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de Decisões e Acórdãos daquela Instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator "Ad Hoc": Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. Resultado: APROVADO; Item 3) AVISO 33/2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade (TC 425.052/98-2 e TC 425.021/98-0)." AUTOR: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator "Ad Hoc": Senador JOÃO BATISTA MOTTA. Parecer: Solicita ao Tribunal de Contas da União a remessa do inteiro teor do processo, inclusive com os relatórios de auditoria que embasaram tanto a presente Decisão como a de nº 850/2000-Plenário. Resultado: APROVADO. A seguir, o Senhor Presidente nomeia a composição da Subcomissão destinada a concentrar as atividades de fiscalização das Agências Reguladores e procede a leitura de expedientes recebidos pela Comissão. Ao final da reunião, é aprovado Requerimento de autoria dos Senadores OSMAR DIAS e ÁLVARO DIAS que "solicita ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa do Relatório Final do Banco Central do Brasil, sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização do Banco do Estado do Paraná" Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, votamos na reunião passada, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, o Requerimento nº 07, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que criou a Subcomissão Permanente, com a finalidade de concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

Designamos os Srs. Senadores Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral, pelo Bloco; Senador Luiz Otávio, pelo PMDB; Senador Leomar Quintanilha, pelo PFL; e o Senador Romero Jucá, pelo PSDB, que são os titulares. São suplentes os Senadores Aelton Freitas, Eurípedes Camargo, Valmir Amaral, César Borges e Leonel Pavan. Dessa forma, fica constituída a Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras. Entre os Senadores titulares, haverá eleição, conforme o nosso Regimento, para que sejam escolhidos o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator da Comissão.

A pauta de hoje tem três itens. O primeiro deles é o Aviso nº 39, de 1999. Peço ao eminente Senador Gerson Camata que seja Relator **ad hoc**, para emitir parecer sobre o Aviso nº 39, de 1999, 4C, 85 L, 214, de 2000, sobre os Avisos constantes no anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado cópias das decisões e acordos daquela instituição referentes a auditorias e inspeções realizadas.

Autor: TCU. O Relator é o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Antero Paes de Barros, que, por estar ausente, será substituído pelo Senador Gerson Camata, que será Relator **ad hoc**.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com muito prazer, substituo o Relator, Senador Antero Paes de Barros. Trata-se de relatório enviado à Comissão de Fiscalização e Controle atinente aos Avisos constantes do quadro abaixo:

Aviso nº 39, do Banco Central do Brasil, sobre a implantação do Proat, Programa de Aperfeiçoamento de Atividades de Supervisão do Sistema Financeiro Nacional, cuja decisão do TCU foi pela determinação da produção de informações pelo BCB e de acompanhamento pelos órgãos do TCU e pelo Controle Interno do Executivo.

A 4C, da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, Funasa e outros órgãos federais e estaduais, e de saúde em Alagoas. Programa de Ação na área de

saúde, implantação do Sistema Nacional de Auditoria, adoção de medidas para evitar a ocorrência de impropriedades. As recomendações são diversas, do DNER, do DR de São Paulo e Minas, a determinação de tornar sem efeito a retificação do julgamento do DRS de São Paulo, compensação de valores pagos a maior e ampliar acompanhamento.

E do DNOCS, determinação para a Secretaria do TCU responsável que encaminhe ao colegiado os resultados de auditorias.

O voto do Relator, Senador Antero Paes de Barros:

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, propomos que esta Comissão tome conhecimento das matérias e delibere pelo envio ao arquivo dos processos elencados acima. É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O relatório, portanto, é pelo arquivamento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2:

Avisos nºs 229, de 2000; 57 e 86, de 2001; e 53, de 2002.

Com a palavra o eminente Senador Antonio Carlos Valadares para ler o parecer, também de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que não está presente, sobre Avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópias de decisões e acórdãos daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, os avisos acima foram recebidos no Senado Federal e remetidos a esta Comissão para exame da matéria, tomada de decisão, sendo o caso. Do conteúdo dos processos, observa-se que o Tribunal de Contas da União enviou tais decisões ao Senado Federal, fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam. Observa-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis à espécie.

O voto do Relator é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das matérias e delibere pelo envio ao arquivo dos processos elencados acima. O Senador Antero Paes de Barros é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 3 da pauta. Aviso nº 33 de 2001, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes à auditoria realizada no dia 11 no 11º Distrito Rodoviário Federal, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Estado do Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade. O autor é o Tribunal de Contas da União e o Relator é o Senador Antero Paes de Barros.

Solicito ao nobre Senador João Batista Motta que, por gentileza, leia o parecer, como Relator **ad hoc.**

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS-ES) – Proceder à necessária retificação e substituir o Item 1.1.1 da Decisão nº 850 do Plenário para retirar da citação ali determinada os herdeiros e sucessores da Srª Anamélia Adriene Correia da Costa, tendo em vista que foram incluídos indevidamente, em razão do suposto falecimento da responsável, fato esse que, na verdade, não ocorreu, devendo, em razão disso, ser promovida tão-somente a citação da responsável, juntamente com os demais responsáveis nos termos ali preconizados, cuja redação passa a ser a seguinte:

Solidariamente com a Srª Anamélia Adriane da Costa e seu procurador, o advogado Francisco Rodrigues da Silva, para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa e recolher as quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente, e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas a seguir especificadas, concernentes ao Processo Administrativo de Desapropriação Consensual nº 20.111.000.183/92-4, tendo como beneficiária a própria Srª Anamélia Adriene Correia da Costa, decorrentes das seguintes irregularidades: falta de embasamento legal para o pagamento administrativo, uma vez que não mais configura a situação prevista no art.

10 do Decreto-Lei nº 3.365/41, decorridos mais de cinco anos do ato declaratório de utilidade pública; existir processo judicial em curso para solução da lide no qual o valor concedido pelo juiz era pouco mais de 10% do valor pleiteado pela autora (Processo nº 94.869-4 da Justiça Federal de Mato Grosso); a área do imóvel ter sido parcialmente desapropriada quando era dono o Sr. Hilton Correia da Costa, além de não terem sido observados determinados critérios de avaliação do imóvel constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial da NBR 5.676, que disciplina, na forma objetiva, baseada em opiniões técnicas e judiciais, inclusive a avaliação de imóvel urbano e rural, o que elevou, em princípio, o montante pago. Data: 26/12, 3 milhões; 8/7/1997, 1 milhão; 14/8/1997, 1 milhão; 23/9/1997, 804.823,06. Total: 5.804.823,06.

8.2 – Manter os demais termos da referida decisão.

Voto do Relator.

Diante do exposto e tendo em vista ser esta prática lesiva ao patrimônio público, voto no sentido de que se requeira ao Tribunal de Contas da União o inteiro teor do processo, inclusive com os relatórios da auditoria que embasam tanto a presente decisão como a de nº 850/2000, Plenário. Sala da Comissão, março de 2003. Senador Antero Paes de Barros, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Srs. Senadores, temos aqui uma solicitação do Ministério Público Federal, uma correspondência dos Líderes Renan Calheiros, José Agripino Maia e Arthur Virgílio e um requerimento do Senador Álvaro Dias.

Lerei e peço a V. Exªs a sua opinião sobre esse ofício que recebemos do Ministério Público Federal, Protocolo nº 134001061/2003. que diz:

"Exmo. Senhor,

Cumprimentando-o e tendo em vista a representação instaurada neste órgão do Ministério Público Federal, venho, por meio, deste solicitar a V. Exª, com fulcro na Lei Complementar nº 75/93, informações sobre as providências e diligências tomadas pela Comissão na apuração de inadimplência da Empresa AES, controladora da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A, relativamente aos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

Segundo a imprensa, essa insigne Comissão, para apuração dos fatos, irá determinar o comparecimento dos Presidentes do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social -, da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo e do Diretor da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. Solicito a gentileza de informar se já foram fixadas datas e locais para as respectivas audiências".

Já foram votados e os Srs. Senadores sabem que estamos fazendo os contatos para chamá-los aqui.

"Solicito, outrossim, a remessa de cópias de quaisquer documentos que possam ser úteis à instrução da representação em trâmite no Ministério Público Federal, tendo por escopo a defesa da probidade administrativa nas operações realizadas pelo BNDES e na qualidade do serviço público prestado pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.

Assinalo, de acordo com a legislação vigente, o prazo de cinco dias úteis para manifestação, estando a disposição de V. Exª para qualquer esclarecimento pelos telefones (...) do Gabinete do Procurador.

Aproveito o ensejo, para apresentar protestos de consideração."

A Presidência entendeu que as informações, tenhamos maiores dados, porque começamos a apuração e as tratativas agora, devem ser fornecidas ao Ministério Público Federal, mas, com relação ao prazo de cinco dias do último parágrafo, parece-me que não está havendo um entendimento correto do Sr. Procurador da República, porque a Comissão não pode estar presa a prazos – não creio que o Senado da República tenha essa obrigatoriedade – até porque ainda não fixamos as datas. Pedimos a informação e temos um prazo de trinta dias para fornecê-las. O prazo de cinco dias deve ter sido um erro de digitação ou alguma outra pessoa que não fiscalizou bem o prazo dado ao Senado da República, porque os nossos prazos são mais ecléticos.

Deixo em discussão a matéria.

Senador Gerson Camata, V. Exª tem algum análise a fazer?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Concordo em gênero, número e grau, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Portanto, remeteremos, sim, à Procuradoria, mas não nos preocupando com o prazo de cinco dias, pois acredito que não teremos o material nesse prazo.

Um outro assunto, já lido, diz respeito à correspondência dos Líderes, que pedem que seja indicado como Presidente da Subcomissão Permanente destinada a concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras o Senador Leomar Quintanilha.

Cabe a mim informar que não é o Presidente da Comissão que indica o Presidente da Subcomissão, mas os seus membros. A eleição é feita entre os membros, que foram indicados hoje. A eleição deverá ocorrer na próxima reunião, bem como a instalação da Subcomissão Permanente.

Há um requerimento dos nobres Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias. S. Exªs requerem, com amparo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216, Item I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro de Estado da Fazenda remessa do relatório final do Banco Central do Brasil sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização no Banco do Estado do Paraná.

Nenhum dos dois Senadores está presente. No caso, a votação do requerimento depende da consulta aos Senadores presentes. Indago aos Srs. Senadores se colocamos em votação ou deixamos para quando estiverem presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª prefere votar. Portanto, V. Exª subscrever o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADRES (Bloco/PPS – SE) – Se S. Exªs enviaram o requerimento, é porque há interesse. Naturalmente, neste momento, podem estar ocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Assim sendo, V. Exª subscreve e coloco em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPS – SE) – Não vou subscrever o requerimento, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, porque não os consultei. Não sei se há interesse na minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas V. Exª é de opinião que deve ser votado, mesmo na ausência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPS – SE) – Sim. Embora ausentes, devem ter interesse.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Portanto, coloco em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPS – SE) – Todos sabem como são os trabalhos aqui no Senado Federal. Estamos aqui reunidos neste momento, e os Senadores podem estar em local tão importante quanto este.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os Srs. Senadores estão de acordo? Sendo opinião vigente, coloco em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Senadores, está encerrada a nossa pauta. Os trabalhos estão no início, por isso estão ainda lentos, embora tenhamos distribuído mais de duzentos e poucos projetos. Na próxima semana haverá nova distribuição. E reitero a todos os brasileiros que nos ouvem que, se há conhecimento de alguma distorção na aplicação de verbas públicas, que escrevam à nossa Comissão. Ontem mesmo fomos procurados por duas pessoas que nos trouxeram informações. Vamos averiguar. Se houver fundamento, levaremos a investigação adiante.

Não havendo mais o que tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 18h37min)

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 19 de fevereiro de 2003, quarta – feira, após a Ordem do Dia.

Às dezenove horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e três, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, EURÍPEDES CAMARGO, MAGNO MALTA, AELTON FREITAS, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO, OLIVIR GABARDO E REGINALDO DUARTE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a instalação da Comissão Legislação Participativa, criada pela Resolução 64/2002 e para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Depois de instalada o Senhor Presidente distribui as cédulas e proce-

dida à votação, convida os Senhores Senadores RODOLFO TOURINHO e OLIVIR GABARDO para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente o Senador MAGNO MALTA com a totalidade dos votos. É declarado eleito para Presidente o Senador MAGNO MALTA. A eleição para Vice-Presidente fica adiada aguardando indicação dos líderes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores NEY SUASSUNA e MAGNO MALTA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezenove horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta**.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Participação Legislativa.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Até o momento, as lideranças indicaram para Presidente da Comissão o Senador Magno Malta, do Espírito Santo.

Sobre a mesa, já se encontram à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas a partir de agora.

Por gentileza, os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Ontem, o Senador Magno Malta fez um discurso que sensibilizou a todos nós, ocasião em que ele decantou, com muita justiça, o nome de Dona Dadá, sua genitora. E, agora, ele está dizendo, como proselitismo de campanha para a Presidência, que, por gentileza, sufraguem o nome do filho da Dona Dadá, ou seja, do nobre Senador Magno Malta.

Estamos votando apenas para Presidente, porque não houve, ainda, um acordo de lideranças em relação ao Vice-Presidente. Na próxima reunião, será eleito o Vice-Presidente da Comissão. Então, a eleição é só de Magno Malta.

Peço aos nobres Senadores Rodolpho Tourinho e Olivir Gabardo que, por gentileza, mal haja último sufrágio, façam a verificação da votação.

O Senador Magno Malta foi eleito, por unanimidade. Solicito ao Senador Magno Malta que, por gentileza, assuma a presidência.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Deus, a oportunidade, o privilégio da vida, de poder viver este momento histórico na minha vida, de, com a origem que tenho, ter chegado ao Congresso, ao Senado da República e à presidência desta Comissão tão importante, uma Comissão nova, mas de uma importância vital para a democracia e dentro da própria proposição de comportamento do novo Presidente da República, que é de participação popular, de ter o povo participando das decisões, dizendo o que precisa e o que quer para o seu bem-estar, para o bem-estar da sociedade.

Sem dúvida alguma, este é um momento importante e sou grato por isso. Meu nobre colega Ney Suassuna – com quem tive o privilégio de conviver, conjuntamente com o Senador Marcelo Crivella, antes mesmo que tomássemos posse já vínhamos estreitando nossa amizade – disse, em uma forma carinhosa de brincar comigo, que sufragássemos o nome do filho de Dona Dadá. Na verdade, tudo que gostaria hoje é que Dona Dadá estivesse viva para ver este momento, porque Dona Dadá sabia, desde que eu tinha 13 anos de idade, aonde eu iria chegar na vida. E dizia isso com todas as letras. Mas, aprouve a Deus levar Dona Dada aos 57 anos de idade, com um tumor no cérebro. Uma mulher que não fez outra coisa na vida senão amar a Deus, ser honrada e faleceu ganhando meio salário-mínimo por mês. Minha mãe era uma faxineira, com muito honra, pois todo trabalho é digno, de um prédio escolar. Mas era uma mulher feliz e próspera. Até parece um paradoxo alguém dizer ser próspero ganhando meio salário mínimo, até porque prosperidade não é dinheiro no banco, nem ter fazendas; prosperidade é ter de Deus o privilégio de não conhecer a miséria. E minha mãe era uma mulher simples, mas não conheceu a miséria. Eu dou graças a Deus por isso.

Dedico este momento importante aos meus irmãos, às minhas filhas, à minha esposa, aos meus companheiros, àqueles cidadãos do meu Estado que me deram a maior votação da história do Espírito Santo nesta eleição para o Senado da República. Cumprimento o meu suplente, o Chico, companheiro e amigo; o meu amigo Presidente da Associação dos Fisioterapeutas, que, juntamente com a sua esposa, veio me prestigiar, trazendo também o abraço do meu amigo Filé, que, de fato, foi quem ganhou a Copa do Mundo para nós. Se ele não coloca o Ronaldinho de pé, não estaríamos comemorando a Copa do Mundo. Filé é o meu fisioterapeuta.

Eu fiquei paralítico há um ano e meio, com uma lesão de medula. A medicina me desenganou. Retiraram o meu fio condutor, o que recebe as informações do cérebro depois da cauda eqüina, que dá o comando às nossas pernas. Eu não o tenho. Ele foi arrancado. Essa é a razão da paralisia do Super-Homem. O dele foi rompido na queda, e o meu foi suturado para a retirada de um tumor. Há um enxerto na minha coluna. Há um ano e meio, em outubro do ano retrasado, eu fui mandado para a cadeira de rodas. Com sessenta dias, sem movimentos, eu fui obrigado a operar também os joelhos. Mas, aprouve ao meu Deus me colocar de pé. Eu sou um homem lesionado de medula em pé.

Então, razões para ser grato e fiel a Deus, honrado com o meu País e com as pessoas que sempre acreditaram em mim. E serei. Eu serei, porque entendo que na Presidência desta Comissão que se instala, teremos uma oportunidade única de chamar a sociedade para dentro. Este será o espaço da sociedade. O foro mais importante. Aliás, em uma homenagem ao Acre, a Senadora Marina Silva é a lutadora e a grande vitoriosa da instalação desta Comissão. Eu quero aqui homenageá-la, porque tudo nasceu no coração de S. Exª, que conduziu todo esse processo de construção, para que acontecesse esta Comissão; esta figura ímpar e maravilhosa, que hoje é Ministra, com muito mérito, para honra e alegria de todos nós, a Senadora Marina Silva.

Cumprimento, assim, falando nela, o Acre, que teve coragem na pessoa de seu Governador, de enfrentar – de forma destemida, ainda que com risco iminente, de ver ceifada toda a sua família – o crime organizado, dando um fim a esta prática, comandada pelos pascoais do Estado do Acre, como eu presenciei e tive a oportunidade de participar. Quando se faz uma coisa séria, a prova mais contundente é que o Acre, hoje, se não vive os seus melhores dias, vive dias menos piores do que vivia antes, com os homens públicos da qualidade do nosso querido Senador que acaba de assumir e os assentos que tem nesta Casa e também na Assembléia Legislativa do Estado, com a morte dos políticos comprometidos com o crime naquele Estado, os homens de bem se encorajaram no Acre.

Fico muito honrado de ter em uma Comissão Senadores tão qualificados, homens com tantos anos nesta Casa, como é o caso do Senador Ney Suassuna. A mim é dado, nesta hora, o privilégio de presidir e de produzir juntos um trabalho significativo para o Brasil nesta Comissão. Conto com todos os senhores. Acredito que temos, em um primeiro momento, nesta Comissão, a função de informar à sociedade que ela existe, usando os meios de comunicação e a mídia em geral, para que a sociedade tome conhecimento da existência da Comissão e, dentro deste mesmo momento, levantarmos na Casa aquilo que já existe de proposições da sociedade, de organizações não-governamentais de todas as ordens que vieram de fora para dentro, para que tomemos conhecimento e possamos cruzar aquilo que seja igual ou mais ou menos correlato de assuntos e chamar os seus propositores para dentro da discussão e de aprendermos um pouco com a Câmara dos Deputados, que já tem a sua instalada já há dois anos, sob a Presidência da Deputada Federal Luíza Erundina. Nós vamos nos encarregar de visitar a Comissão e de conhecer todos os seus procedimentos, para fazermos um bom trabalho aqui.

Eu gostaria de pedir a todos os Srs. Senadores que, como a Comissão é nova, tivessem um pouco de benevolência e não definíssemos o dia de reunião ainda, em função das Comissões antigas da Casa, que já têm os seus horários estabelecidos, para que, dando-se o início, encontremos espaço, a fim de determinar o dia de funcionamento desta Comissão.

Assim sendo, muito obrigado a V. Exªs pela confiança, aos Partidos e ao meu Deus.

Está encerrada a reunião.

(Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 19h43min)

Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada no dia 20 de março de 2003, quinta – feira, às 9 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de março de dois mil e três, na sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador MAGNO MALTA, reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores SIBÁ MACHADO, EURÍPEDES CAMARGO, MAGNO MALTA, AELTON FREITAS, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO, OLIVIR GABARDO E REGINALDO DUARTE. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a eleição do Vice-Presidente para o biênio 2003/2004. Por sugestão do Senador Fernando Bezerra, acatada pelos membros presentes, a eleição para Vice-Presidente é feita por aclamação. O Senhor Presidente declara eleito, por aclamação, o Senador LEOMAR QUINTANILHA. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores LEOMAR

QUINTANILHA e MAGNO MALTA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Magno Malta**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Declaro abertos os trabalhos da segunda reunião da Comissão de Participação Legislativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Vice-Presidente, o Senador Leomar Quintanilha.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas. Passemos ao processo de votação, uma vez que temos agora a Comissão de Ética e outras Comissões.

As Srªs e os Srs. Senadores podem, portanto, começar a votar, após o que declararemos empossado o Senador Leomar Quintanilha. Posteriormente, marcaremos uma reunião para deliberarmos os caminhos que tomaremos no sentido de darmos visibilidade a esta Comissão, que reputo ser uma das mais importantes da Casa, pela participação da população, usando os meios...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Como sugestão a V. Exª, já que não há divergência, podemos fazer a eleição do Vice-Presidente por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Proposto e apoiado.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores da fotografia que não concordam não sorriam. São três votos... Concorda? São três contra dois.

Está eleito.

Obrigado, Senador, pela sua experiência. Tenho certeza de que teremos uma Comissão muito alegre.

Duas coisas faremos em princípio: uma é dar visibilidade à Comissão, para termos a participação da sociedade de todas as maneiras; e, em seguida, tirar uma comissão para estudar o Regimento Interno, que já foi escrito, depois de 2 anos de luta na Câmara dos Deputados, sob a direção da Deputada Luiza Erundina. Creio que teremos pouca coisa a mudar no Regimento, porque a roda já foi inventada. Esta Comissão dará o seu parecer e começaremos a trabalhar.

Já discuti com o Senador José Sarney, o nosso Presidente, e faremos algumas viagens pelo País para darmos visibilidade à nossa Comissão e instigarmos as Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores a adotar o mesmo procedimento, porque certamente teremos algo novo: a Câmara de Vereadores aprenderá, com a participação do povo, a discutir problemas relacionados à Nação e esses vereadores poderão vir aqui trazer as proposições lá da sua comunidade que entendem terá valor para a Nação brasileira como um todo.

Teremos, em princípio, algo que a comissão lá na Câmara já adotou, que realmente vamos dar continuidade aqui: de todas as participações da sociedade, só não acataremos pedidos de CPI e de emenda constitucional. No mais, a sociedade terá participação total aqui.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha, após a qual encerraremos a reunião.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, eminentes Pares, apenas um registro breve para manifestar o meu agradecimento ao Líder do meu Partido pela indicação à participação nesta Comissão, o que me alegra muito, e aos nobres Senadores, pela decisão unânime de aprovar a indicação do meu nome como Vice-Presidente da Comissão.

Estou seguro de que esta Comissão haverá de alcançar os seus objetivos. Esta é a Casa do povo, a Casa mais aberta e a mais acessível possível, notadamente depois dos avanços da ciência e da tecnologia em termos de comunicação. Hoje estamos presentes em todos os quase seis mil municípios brasileiros, via TV Senado, via rádio. O cidadão ainda pode usar e-mail, o 0-800 do Senado, o telefone, o fax, a comunicação direta com os seus representantes com assento nesta Casa e nesta Comissão ou vir aqui participar conosco e discutir os problemas que afligem diariamente a população brasileira.

Estou seguro de que esta Comissão haverá de cumprir os seus propósitos, os seus objetivos com muita firmeza, com muita fidelidade.

Reitero os agradecimentos à confiança a mim depositada. Vamos trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 9h59min.)

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 29 de maio de 2003, quarta – feira, às 9 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de março de dois mil e três, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador MAGNO MALTA reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores SIBÁ MACHADO, EURÍPEDES CAMARGO, AELTON FREITAS, JOSÉ MARANHÃO, GARIBALDI ALVES FILHO, EDISON LOBAO, EFRAIM MORAIS, LEOMAR QUINTANILHA, RODOLPHO TOURINHO, REGINALDO DUARTE, SERES SKGESSARENKO, AMIR LANDO, GILBERTO MESTRINHO, JONAS PINHEIRO E JOAO BATISTA MOTTA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item nº 1** – "Apreciação e votação das normas que estabelecerão regras para o funcionamento e recebimento de propostas através da Comissão de Legislação Participativa". O Senhor Presidente apresenta uma minuta de ato interno para regulamentar os trabalhos da Comissão e uma proposta do Senador Marcelo Crivella para alteração do Regimento Interno do Senado Federal. Em discussão, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha e Aélton Freitas. Em votação, é aprovado por unanimidade o **Ato Interno nº 01/2003,** que vai publicado em anexo, de autoria do Senador Magno Malta, em prejuízo da proposta apresentada pelo Senador Marcelo Crivella. **Item nº 2 – Sugestão nº 14/2003**, que "Dispõe sobre a criação do Cadastro Funcional das Organizações Não Governamentais". **Autor:** Associação Comunitária do Chonin de Cima – ACCOCI. **Relator**: Senador Ney Suassuna. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa **Relator "Ad Hoc"** o Senador Aélton Freitas que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. Em discussão, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Jonas Pinheiro e Aélton Freitas. Em votação, o parecer pelo arquivamento da matéria é aprovado por unanimidade. **Item nº 3 – Sugestão nº 01/2003:** Proposta de alteração do CPC. **Autor:** Dr. Antonio Ivair Reinaldin, **Relator**: Senador Ney Suassuna. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator "Ad Hoc"** o Senador Jonas Pinheiro. Em discussão, fazem uso da palavra os Senadores Leomar Quintanilha, Jonas Pinheiro e Aélton Freitas. Em votação, o parecer pelo arquivamento é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta.**

ATO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 01, DE 2003

(De autoria do Senador MAGNO MALTA)

Estabelece regras para o recebimento e tramitação das sugestões legislativas e demais assuntos de competência da Comissão de Legislação Participativa.

A Comissão de Legislação Participativa resolve:

Art. 1º As sugestões, pareceres técnicos, exposições, propostas e demais expedientes encaminhados à Comissão de Legislação Participativa pelas entidades enumeradas nos incisos I e II do art. 102-E, do Regimento Interno, deverão ser feitos por escrito e vir acompanhados de documento que comprove a existência da signatária.

§ 1º O Presidente da Comissão não autorizará a autuação de qualquer sugestão ou expediente sem data, assinatura ou redigido em termos desrespeitosos (art. 410 do Regimento Interno).

§ 2º O Presidente, antes da autuação, poderá solicitar informações adicionais e documentais, sempre que considerar necessários e pertinentes à identificação da entidade signatária.

Art. 2º O Presidente mandará providenciar listagem de todas as sugestões e expedientes recebidos, relacionados por entidade signatária, e dar-lhes-á conhecimento aos membros da Comissão.

Art. 3º As sugestões e expedientes que cumprirem as exigências do art. 1º serão encaminhados ao Serviço de Protocolo Legislativo para autuação sob a sigla "SUG".

Art. 4º Depois de autuadas as sugestões e expedientes de que trata o art. 1º, o Presidente indicará os respectivos relatores.

Art. 5º O relatório deverá concluir:

I – se favorável: pela apresentação de proposição legislativa, exceto criação de Comissão Parlamentar de Inquérito:

II – se contrário: pelo arquivamento.

Art. 6º O parecer da Comissão que concluir pela apresentação de Proposta de Emenda à Constituição

deverá conter as assinaturas de Senadores que, complementando as dos membros da Comissão, compreendam, no mínimo, um terço dos membros do Senado Federal.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2003. – Senador **Magno Malta,** Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 19 de fevereiro do 2003, às dezessete horas e quarenta minutos.

Às dezessete horas e quarenta minutos do dia dezenove de fevereiro do ano de dois mil e três, no Plenário 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **GILBERTO MESTRINHO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores: **HÉLIO COSTA, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO SUPLICY, JOÃO CAPIBERIBE, AELTON FREITAS, FÁTIMA CLEIDE, MARCO MACIEL, LUIZ OTÁVIO, ARTHUR VIRGÍLIO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, ANTERO PAES DE BARROS, TASSO JEREISSATI, JOSÉ AGRIPINO, MARCELO CRIVELLA, JOÃO RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, PEDRO SIMON, FLÁVIO ARNS.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual Senador **GILBERTO MESTRINHO** declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Após a votação o Presidente convida a Senadora Patrícia Gomes e o Senador José Agripino para serem os escrutinadores. Após a apuração dos votos o Presidente anuncia que o Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY** e o Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA** foram eleitos por unanimidade para presidente e vice-presidente, respectivamente. Os dois Senhores Senadores eleitos fizeram uso da palavra para considerações e agradecimentos. Em seguida, utilizaram a palavra os Senhores Senadores **PEDRO SIMON, TIÃO VIANA** e **JOSÉ AGRIPINO.** Sendo assim, encerra-se a reunião às 19 horas e 30 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Gilberto Mestrinho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, destinada à escolha e eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Os Partidos apresentaram os membros titulares e suplentes, totalizando 19 titulares e 19 suplentes.

Na forma regimental e por acordo partidário, registraram a seguinte chapa: Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

A Mesa chamará nominalmente as Srªs. e os Srs. Senadores para a votação, de acordo com a relação existente.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Encerrada a votação.

Convido a Senadora Patrícia Gomes e o Senador Antero Paes de Barros para serem os escrutinadores (Pausa.)

Como o Senador Antero Paes de Barros não está presente, convido o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. Fazendo soar a campainha) – Encerrada a apuração, vou proclamar o resultado.

Para Presidente, o Senador Eduardo Suplicy; para Vice-Presidente, o Senador Marcelo Crivella, que foram eleitos por unanimidade dos votantes.

Convido os dois Senadores para tomarem assento à Mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Juntamente com o Vice-Presidente Marcelo Crivella, do PL, eu quero agradecer a todos, sobretudo a indicação dos companheiros do Partido dos Trabalhadores, representados aqui pelo Senador Tião Viana, nosso Líder.

Também quero agradecer ao Senador Gilberto Mestrinho por ter presidido esta reunião, como de resto a todos os Senadores que, por unanimidade, aprovaram os nossos nomes – aos quinze Senadores, inclusive o nosso Senador que foi Vice-Presidente da República e que nos honra também com a sua presença aqui.

Na verdade, cada um dos Senadores aqui terá extraordinário papel no sentido de fazer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional um órgão de grande importância, colaborando com o Poder

Executivo na definição da política externa brasileira, de nossas relações com o Mercosul, de toda a questão que está sendo debatida cada vez com maior intensidade sobre a Alca, além da responsabilidade muito grande que o Congresso Nacional deve ter agora com respeito aos esforços de paz no Oriente Médio.

Ainda ontem, o Senador Pedro Simon e eu apresentamos um requerimento no sentido de que o Senado Federal possa estar apoiando com maior vigor os passos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que seja realizado um esforço para não haver a necessidade de guerra, de violência contra o Iraque.

Ainda hoje o Ministro Celso Amorim fez uma visita ao Senado Federal, dialogando com os Senadores do Bloco, inclusive o Senador Pedro Simon esteve presente, mas tivemos toda a iniciativa – o Senador Aloizio Mercadante, o Senador Tião Viana e todos os presentes – de fazer um convite ao Ministro Celso Amorin, dada a importância deste assunto, a fim de que S. Exª venha dialogar no plenário da Casa. Isso significa que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se abre para todo o Plenário, dado o interesse dos 81 Senadores sobre a diretriz de política externa.

Há pelo menos 22 nomes de embaixadores designados, portanto, vamos ter que trabalhar intensamente.

Gostaria de dizer que se for considerada a modificação dos horários de trabalho para que voltemos a ter as quintas-feiras as sessões plenárias às 14 horas e 30 minutos, isso viabilizaria que a reunião regular da Comissão de Relações Exteriores voltasse a ser quinta-feira pela manhã, às 10 horas. Portanto, teremos as reuniões regularmente logo após a Ordem do Dia ou às 17 horas e 30 minutos das terças-feiras, a não ser que haja alguma sugestão porque alguns Senadores consideraram a hipótese de fazermos reuniões às quartas-feiras, às 11horas e 30 minutos, mas isso significaria sempre um conflito com a Comissão de Constituição e Justiça, que é tão importante.

Então, enquanto se mantiver a sessão do Plenário de quinta-feira, às 10 horas, manteremos as reuniões da Comissão de Relações Exteriores às 17 horas e 30 minutos, das terças-feiras.

Então, fica já convocada a próxima reunião.

Senador Pedro Simon, solicito que V. Exª utilize o microfone, pois a Comissão está sendo transmitida pela TV Senado...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Exª tomar essa decisão em nome da Casa e se ficar como está e marcarmos a reunião para quarta-feira vai ficar como está. Creio que o importante seja criarmos um fato político. A Comissão acha que tem o direito de fazer as suas reuniões às quintas-feiras, às 10 horas da manhã. E que a reunião plenária seja sempre às 14 horas. Eu creio que a Mesa deveria tomar a decisão, porque vamos ser claros, é horrível e os Companheiros que já estão aqui sabem disso: a atuação da Comissão é insuportável. Às vezes a reunião com embaixadores demora muito, porque depende da Ordem do Dia. Às vezes os embaixadores vêm e vão embora e não dá para serem ouvidos; outras vezes nós votamos às pressas apenas por votar e cumprir a missão. Agora o trabalho da Comissão, o desempenho da Comissão, a ação da Comissão é zero, porque o nosso horário e um horário desgraçado de ruim.

Então, creio que nós deveríamos tomar uma posição. Nós temos o direito – pois se trata de uma Comissão de grande importância neste momento que o mundo está vivendo – de voltarmos ao nosso horário. Qual é o nosso horário? Quinta-feira, às 10 horas; e que a reunião plenária de quinta-feira seja às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, sabe V. Exª que há muitos senadores que têm externado esse ponto de vista em plenário, inclusive ontem o Senador Roberto Saturnino Braga. Tem S. Exª externado isto nas nossas reuniões. Foi inclusive acordada entre os Senadores do Bloco do PT que essa era uma boa iniciativa. Eu acredito que se nós tivermos aqui um consenso nesse sentido poderemos seguir a sua sugestão e transmitir ao Presidente José Sarney que essa é a vontade desta Comissão, até porque assim as reuniões se dariam em um horário em que, inclusive, do ponto de vista dos meios de comunicação, haverá certamente maior interesse se as reuniões forem pela manhã. Há muitos Senadores que estão chegando aqui com muita vontade de trabalhar, terça, quarta e quinta e de segunda a sexta, de maneira a melhor possível...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dá licença, nobre Senador, não é de segunda a sexta, é de terça a quinta. A proposta que nós estamos fazendo é de terça a quinta, porque hoje nós trabalhamos de terça a quarta. Chega-se aqui terça-feira ao meio-dia e se vai embora quarta-feira às 18 horas. Esse é o escândalo do absurdo como está funcionando o Senado Federal. Nós estamos propondo apenas que, em vez de ir embora na quarta-feira, transfira-se para quinta-feira às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre esse assunto, Senador Tião Viana.

Poderemos abrir a palavra, depois, para outros assuntos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sobre esse assunto, Senador Eduardo Suplicy, quero manifestar minha concordância com o Senador Pedro Simon. Acrescento apenas que há um respaldo a essa intenção dele, até porque nós, do Partido dos Trabalhadores, temos uma posição clara de defesa da reunião de quintas-feiras, pelo período da tarde.

O Presidente José Sarney externou a posição de que, não havendo concordância dos Líderes, não haverá reunião às quintas-feiras pela manhã; e não abriremos mão desse posicionamento.

Então, o caso fica resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, inclusive pedindo para que externe a sua opinião.

Em princípio, manifesto-me favorável a termos reuniões às dez horas da manhã, mas consultarei todos, as Srªs e os Srs. Senadores, se estão de acordo, porque assim transmitiremos a opinião, se possível consensual, ao Presidente José Sarney.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer a honra que tive de ser indicado, pela Liderança do meu Partido e pelo acordo de Líderes, e ser hoje votado e empossado como Vice-Presidente desta Comissão tão importante.

Como brasileiro que viveu dez anos no exterior, principalmente nos países longínquos da África: Malawi, Zâmbia, Quênia, Uganda, Tanzânia, venho para esta Comissão com uma esperança muito grande de representar essa imensa comunidade, porque já são dois milhões de brasileiros vivendo no exterior.

Eu gostaria de dizer, também, como fez o Senador Eduardo Suplicy, que estou à disposição e com muita vontade de trabalhar, que empenho todo o meu apoio a essa posição do meu Presidente de realizar reuniões às quintas-feiras pela manhã, o que parece ser, até o momento, unanimidade na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu gostaria de consultar as Srªs. e os Srs. Senadores e também o Líder, José Agripino Maia, a respeito da sugestão de trabalharmos efetivamente mais e, inclusive, dando maior importância a esta Comissão, porque V. Exª tem consciência, pela experiência aqui que, se pudermos realizar as nossas reuniões ordinárias às quintas-feiras, às dez horas da manhã, iremos avançar bastante.

Quero informar que, como há 22 processos de designação de Senadores para dar pareceres, vou solicitar à Secretaria que encaminhe a mim todos esses pareceres, e eu os distribuirei amanhã, para que, na próxima semana, já possam as Srªs e os Srs. Senadores completarem os seus pareceres e iniciarmos o trabalho, o quanto antes, na próxima semana.

Agora vamos decidir se a proposta do Senador Pedro Simon será consensualmente aceita. Poderíamos então comunicar ao Presidente José Sarney amanhã de manhã, ou hoje à noite.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, considero fundamental a humildade diante dos fatos.

Creio que V. Exª participou da reunião de Líderes, com o Presidente José Sarney...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre esse assunto, não participei.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ficou decidido, há uma semana, ou há quinze dias, que a sessão plenária de quinta-feira ocorreria às dez da manhã, o que inviabiliza ou invalida a decisão da Comissão.

Evidentemente, que as sessões plenárias se sobrepõem às Comissões.

Então, a minha palavra é de ponderação, para que não se decida um fato aqui, se feche a porta, para que uma decisão numa instância superior, no caso, a Mesa Diretora e a reunião de Líderes, seja desautorizada.

A minha obrigação é trazer ao conhecimento desta Comissão, que houve uma decisão anterior dos Líderes, tomada por unanimidade, ou quase unanimidade, no sentido de que a reunião das quintas-feiras ocorresse como é uma tradição.

Pessoalmente, estou inteiramente de acordo em que se faça a reunião plenária nas quintas-feiras, à tarde.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então já são dois Líderes, PFL e PT.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concordo, mas é preciso que haja o acordo de todos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quero propor a V. Exª que não feche questão nesse assunto e que o leve ao Presidente da Casa como uma sugestão, como uma proposição, mas não como uma decisão tomada, porque isso pode criar embaraços e pode criar dificuldade no próprio **quorum**, porque se fica a dúvida e marcam reuniões para as 10 horas da

manhã, caso haja conflito entre a reunião plenária e a comissão, os embaixadores podem chegar aqui e não haver **quorum** para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Então, a minha palavra é de ponderação. Só isto: ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador José Agripino, acho que devemos, sim, levar em conta essa ponderação, mas, se for expressão da vontade dos membros da Comissão que venhamos a ter reuniões regulares quintas-feiras, às 10 horas, e assim passamos a ter a reunião plenária às 14h30, posso levar essa disposição de todos nós ao Presidente José Sarney, que, então, consultará os Líderes, seguindo a sugestão do Senador Pedro Simon. Como temos um encontro com o Presidente José Sarney, faríamos isso ainda hoje à noite.

Tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, entendo o comportamento conciliador que tem o Senador José Agripino neste momento, na tentativa de encontrar uma solução pelo entendimento, e sigo o mesmo caminho, mas é preciso lembrar que o art. 155 do Regimento Interno estabelece que as sessões do Plenário do Senado Federal ocorrerão de segunda a quinta-feira, das 14h30 às 18h30 e o art. 107 do próprio Regimento, no seu inciso I, alínea "e", diz que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reunir-se-á às quintas-feiras, às 10 horas.

Então, eu só gostaria de lembrar a resposta que o Presidente do Senado Federal deu ontem a uma questão de ordem do Senador Roberto Saturnino: não havendo consenso dos Líderes, S. Exª não continuaria fazendo as reuniões de Plenário às quintas-feiras pela manhã. Então, o caso fica resolvido, porque não vamos abrir mão, pois entendemos que não é possível perder uma tarde de quinta-feira, um trabalho do Parlamento em função de um acordo anterior que prejudica o andamento das reformas que são tão importantes para o País.

Portanto, o caso fica resolvido por antecipação, porque a resposta do Presidente da Casa à questão de ordem de ontem foi essa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se não houver consenso...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Que S. Exª não acataria se não houvesse consenso. Apenas para ajudar o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Tião Viana, é que precisaria haver o não-consenso dos Líderes. Como o Senador José Agripino mencionou que, na reunião dos Líderes, teria havido consenso...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, porque S. Exª talvez não tenha percebido que foi uma reivindicação minha esse assunto ser decidido lá. E o Senador José Sarney falou – no final da reunião – que isso teria que ser levado ao Plenário e aí a questão de ordem foi feita ontem pelo Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas, então, eu faria a seguinte sugestão: levando em conta a disposição de praticamente todos que até agora se pronunciaram a favor – se houver opinião contrária, peço que seja registrada -, mas se todos aqui formos a favor de reuniões plenárias às 14h30 na quinta-feira e reuniões desta Comissão às 10 horas, seguindo o Regimento, que possamos, inclusive V. Exª, amanhã, na sessão plenária normal das 10 horas – por enquanto está marcada às 10 horas – transmitir esse ponto de vista à Presidência e ao Plenário do Senado Federal, dizendo que a Liderança do PT considera que será melhor seguir o Regimento, tal como explicitado, pela conveniência da Comissão.

O Senador José Agripino poderá, então, ponderar e consultar os seus Colegas, se estiver também de acordo, porque daí já seriam pelo menos dois Partidos e mais possivelmente o PMDB e outros. Pelo que percebo, essa opinião é de muitos – senão da maioria dos Senadores – que gostariam de voltar ao procedimento anterior.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só gostaria de lembrar a V. Exª que o Presidente do Senado Federal já respondeu à questão de ordem feita pelo Senador Roberto Saturnino, dizendo que, não havendo consenso, não haveria as reuniões pela manhã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o Líder do PT está dizendo que não há consenso, porque é contra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está certo. Mas, salvo engano meu, a reunião de amanhã está convocada para as 10 horas, não é isso?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Dez da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy.) – Então...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, só um reparo: falo em meu nome. Não consultei o partido sobre essa posição. A minha posição é pessoal e reiterada. Não é a posição do PFL ainda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, então, será de bom senso que coloquemos essa posição em nome da Comissão e dos presentes. A sugestão ao Presidente José Sarney é para que, amanhã, se consulte o Plenário, se consultem todos. Haverá uma expressão muito grande daqueles que preferem que, a partir da semana que vem, voltemos àquilo que está no Regimento. Está bem, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perfeito!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Portanto, vamos, sim, acatar a sua sugestão e, amanhã, designarei os relatores.

Quero informar que procurarei sempre democratizar a relatoria. Todos os Senadores trabalharão.

Muito obrigado. Foi uma honra para mim e para o Senador Crivella termos recebido os votos de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h30min.)

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no 25 de fevereiro do 2003, às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e três, no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras: **HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO SUPLICY, GILBERTO MESTRINHO, LÚCIA VANIA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, MARCELO CRIVELLA, AÉLTON FREITAS, HELOÍSA HELENA, PEDRO SIMON, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, ALOÍSIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, JOÃO ALBERTO SOUZA, LUIZ OTÁVIO, JOÃO CAPIBERIBE E JOSÉ AGRIPINO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos ressaltando que por motivo regimental as matérias terminativas ficam sobrestadas. Inicia-se a apreciação do item 05 da pauta. **Item 05** – Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2002, que "altera a redação dos artigos 67 e 89 da Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980. (Altera o Estatuto do Estrangeiro – dispõe sobre a extradição e julgamento de estrangeiro por delito praticado em solo brasileiro)", de autoria do Senhor Senador Carlos Wilson. Após lido o parecer o Senhor Senador **GILBERTO MESTRINHO,** relator da matéria, pronuncia-se favorável ao projeto. Em seguida as Senhoras Senadoras **HELOÍSA HELENA** e **PATRÍCIA SABOYA GOMES** pedem vista coletiva do projeto. Na sequência, o Senhor Presidente faz algumas ponderações e coloca em discussão requerimentos que estavam em pauta de autoria do Senhor Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Foram aprovadas duas moções: uma de autoria dos Senadores **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** e **PEDRO SIMON,** cujo teor é o seguinte: "Os membros do Senado Federal da República Federativa do Brasil apóiam enfaticamente os esforços que têm sido realizados, e devem continuar a sê-lo, pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto aos Governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, no sentido de virem a desistir de atacar o Iraque, principalmente porque o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) se posicionou contra a guerra. Apóiam também gestões junto ao governo do Iraque para que sejam adotadas as medidas necessárias no sentido de atender às recomendações da ONU e demonstrar que, efetivamente, não dispõe de armas de destruição de massas. Deve o governo iraquiano facilitar o trabalho dos inspetores das Nações Unidas e apressar a destruição das armas proibidas que possam vir a ser descobertas em seu território", e outra de autoria do Senador **ALOÍSIO MERCADANTE**: "O Senado Federal vem acompanhando com extrema preocupação o acirramento das tensões relacionadas com a questão do cumprimento, pelo Iraque, de obrigações relativas à eliminação de armas de destruição em massa e de outros armamentos proibidos, conforme determinações das resoluções dos Conselhos de Segurança da ONU. O Senado Federal enfatiza a necessidade de esgotar todos os meios pacíficos para assegurar o cumprimento das decisões do CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas – e, nesse contexto, a necessidade da continuidade do processo de inspeções. O Senado Federal acentua a responsabilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacional e sublinha que o CSNU é o único órgão com legitimidade para autorizar o uso da força que deve constituir uma medida de último recurso. O Senado Federal vê com apreensão os possíveis desdobramentos negativos que a eclosão de um conflito armado no Iraque possa ter para a ordem internacional. As expressivas manifes-

tações pela paz, observadas nos mais diversos países no passado final de semana, indicam o repúdio de significativos segmentos da opinião pública internacional à possibilidade de uma guerra. Dentro dos princípios que norteiam a posição do Brasil, o Senado Federal expressa seu indeclinável apoio à paz e a necessidade essencial do respeito ao direito internacional. Com esse objetivo, estende um veemente apelo aos países amigos no sentido de que continuem a exercer todos os esforços para uma solução pacífica da crise no Iraque.". Discutiram os requerimentos e as moções os Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, GILBERTO MESTRINHO, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, ALOÍSIO MERCADANTE, PEDRO SIMON, JOÃO CAPIBERIBE, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA e a** Senhora Senadora **HELOÍSA HELENA**Sendo assim, encerra-se a reunião às 19 horas e 06 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma". – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional. Há cinco itens na pauta, alguns dos quais de natureza terminativa, Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente da Comissão.

A pauta está trancada por motivo regimental, por causa dos projetos de natureza terminativa, projetos esses que não podemos examinar.

A matéria referente ao Item 5 pode ser examinada. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2002, que altera a redação dos arts. 67 e 89 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que altera o Estatuto do Estrangeiro e dispõe sobre a extradição e julgamento de estrangeiro por delito praticado em solo brasileiro. O autor é o Senador Carlos Wilson, e a relatoria é do Senador Gilberto Mestrinho.

Antes de pedir ao Senador Gilberto Mestrinho para ler o parecer, gostaria de informar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que há 22 projetos relativos à indicação de Embaixadores para serem apreciados. Portanto, há, para as próximas semanas, um número significativo de audiências de Embaixadores.

Designei, na semana passada, logo após a minha eleição como Presidente, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para serem relatores de cada um dos pareceres. Tenho adotado o critério de designar todos os Senadores e Senadoras; inclusive, utilizei a ordem da composição da Mesa, designando cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para relatar. Quero informar que todos vão trabalhar de maneira eqüitativa.

Na medida que os Senadores puderem completar os seus pareceres, até a próxima semana, poderemos iniciar a audiência dos Srs. Embaixadores após o Carnaval.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, conversei com o Presidente Itamar Franco, que solicitou que a sua argüição fosse feita logo após o dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – No caso do ex-Presidente Itamar Franco, ainda não chegou a mensagem presidencial ao Senado. Então, não é possível marcar a audiência, porque não tive como designar o Relator.

Aliás, quanto ao caso do Sr. Bustani, apontado para ser embaixador no Reino Unido; do Sr. Tilden José Santiago, designado para embaixador em Cuba; do Sr. Itamar Franco, indicado para a Embaixada na Itália, não foi enviada ainda a mensagem presidencial ao Senado Federal. Temos que aguardar a chegada da mensagem, e, de pronto, farei a indicação dos Srs. Relatores, para podermos apreciar o quanto antes.

O Ministério de Relações Exteriores informa-nos que seria importante que déssemos prioridade a algumas Embaixadas de grande relevância. Queria fazer uma solicitação aos Srs. e Srªs. Relatores, no sentido de que possam estar prontos, para a semana seguinte ao Carnaval, os pareceres referentes ao Embaixador designado para o México, Luiz Augusto Saint-Brisson de Araujo Castro, que tem a Senadora Patrícia Saboya Gomes como relatora; para o Harari, George Ney de Souza Fernandes, relatora a Senadora Heloísa Helena; Carlos Augusto Rego Santos Neves, na Rússia, relator Senador Jefferson Peres; Kywal de Oliveira, no Timor Leste, relator Senador Marcelo Crivella; Sérgio Silva do Amaral, na França, relatora Senadora Lúcia Vânia; para a Unesco Antonio Augusto Dayrell de Lima, relator Senador Jefferson Peres; Antonino Lisboa Mena Gonçalves, relator Senador João Capiberibe; Stélio Marcos Amarante, na Irlanda, relator Senador Gilberto Mestrinho; para o Panamá, Luiz Tupy Caldas de Moura, relator Senador

Fernando Bezerra; Pedro Paulo Pinto Assumpção, Seul, Coréia do Sul, relator Senador Gilberto Mestrinho; e Gilda Maria Ramos Guimarães, relator Senador João Alberto.

Essas são as designações que, prioritariamente, iremos examinar. Na medida do possível, pelo menos três ou quatro, dado certo acúmulo nesse início de semestre. Se pudermos trabalhar até com três ou quatro audiências de embaixadores, logo após o carnaval, assim procederemos.

Gostaria também de relatar que houve também uma solicitação na nossa primeira reunião de, na medida do possível, termos as nossas reuniões regulares nas quintas-feiras pela manhã, se for mudado o horário do plenário para quinta-feira de tarde. Isso ainda está por ser definido, porque o Senador José Sarney, Presidente do Senado, vai fazer uma consulta aos senhores líderes e aos Senadores a respeito dessa mudança. Então, vamos aguardar a comunicação do Presidente José Sarney.

Passamos ao Item 5. Peço ao Senador Gilberto Mestrinho para ler o parecer sobre o Item 5, projeto de lei do Senado que altera a redação dos arts. 67 e 89 da lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, e o Estatuto do Estrangeiro e dispõe sobre extradição e julgamento de estrangeiro por delito praticado em solo brasileiro.

Em seguida ao exame desse item, vamos tratar das questões relativas aos procedimentos de requerimentos, inclusive as diversas sugestões que os Senadores têm colocado a respeito de debates sobre os mais diversos assuntos nesta comissão. Vamos tratar desse assunto logo após o Item 5, que é o único de caráter não-terminativo para ser examinado hoje.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do Senador Carlos Wilson, que é submetido a esta Comissão, objetiva determinar que eventuais procedimentos de expulsão ou de extradição de estrangeiros, em caso de indiciamento ou condenação penal sobre os mesmos, só sejam concluídos após o encerramento do processo penal ou da pena. O projeto admite, no entanto, à exceção, a expulsão e a extradição antes desses prazos, se autorizado pelo Presidente da República. O objetivo é fazer com que esses estrangeiros que cometem crimes no País sejam submetidos à Justiça brasileira e cumpram aqui as penalidades devidas. Excepcionalmente, quando a pena não for de prisão ou estiverem em livramento condicional, admite também a extradição ou a expulsão, sempre com autorização prévia do Presidente da República.

Por isso, o parecer é favorável ao projeto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT–AL) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O parecer do Senador Gilberto Mestrinho é favorável. A Senadora Heloísa Helena pede vista regimental. Então, fica concedida a vista à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS–CE) – Sr. Presidente, também gostaria de pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Senadora Patrícia Gomes também pede vista. Vista coletiva, então.

Temos também alguns requerimentos de autoria do Senador Artur Virgílio relativamente à convocação de autoridades.

Em verdade, o requerimento de Senador, segundo alguns assessores aqui consultados, também podem ter o caráter de proposição terminativa. Então, regimentalmente, estaríamos, assim, impedidos de votar.

Todavia, eu gostaria de dizer, tanto ao Senador Arthur Virgílio como aos demais membros da Comissão de Relações Exteriores, o quão importante será que pensemos num semestre de atividades que envolvam os debates sobre as principais matérias de grande interesse, seja na área internacional, de relações exteriores, como relativamente à segurança nacional. E isso está dentro das preocupações do Senador Arthur Virgílio. Conversamos em plenário e o Senador Arthur Virgílio disse que estaria de acordo, aliás, conforme também foi o procedimento da Comissão de Assuntos Econômicos, hoje pela manhã, de transformar os seus requerimentos de convocação em convites aos ministros, às autoridades. Agora, no diálogo com alguns Senadores e Senadoras também percebi que muitos gostariam que programássemos, ao longo deste semestre, o convite a algumas autoridades e especialistas para debater alguns assuntos, como, por exemplo, a questão da Alça; relacionada à questão da Alca está a questão do Mercosul, e a própria questão da paz no Oriente Médio, além do assunto da Abin, tratado pelo Senador Arthur Virgílio num de seus requerimentos.

Com respeito ao requerimento relativamente à Abin, quero ponderar ao Senador Arthur Virgílio que como existe um projeto, a Lei nº 9.883, de 2002, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, que cria a

Agência Brasileira de Inteligência, que diz, no seu art. 6º, que o controle, fiscalização externa, as atividades da inteligência exercidos pelo poder de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo, na forma estabelecida em ato do Congresso Nacional, sendo que integrarão o controle externo da atividade de inteligência os líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado. Ou seja, esse órgão previsto no art. 6º desta Lei é que teria mais diretamente a atribuição de convocar o responsável pela Abin.

Então, pondero ao nobre Senador Arthur Virgílio se não seria mais adequado fazer isso conjuntamente com a Câmara. E, como a Câmara ainda não provocou o assunto, talvez pudesse haver o diálogo com aquela Casa para que, então, fosse realizado um diálogo com o entendimento do convite, em sessão conjunta.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Nobre Senador, V. Exª permite que seja feito o convite, mas no âmbito da Comissão de controle da Abin, mas não desta Comissão. É isso? A Comissão de Controle da Abin é integrada pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa e da Câmara e pelos Líderes da Maioria e da Minoria no Senado e na Câmara. V. Exª permite que o convite seja feito no âmbito daquela Comissão ou em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De acordo com o requerimento do nobre Senador Arthur Virgílio, S. Exª está propondo que vá para além daquela Comissão. É verdade que, pela lei, esta Comissão tem a atribuição de fiscalizar, mas não há um impedimento de que a nossa Comissão o faça. Não há impedimento em que, além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, possa haver, também, a participação dos Srs. Senadores desta Comissão num diálogo com o responsável pela Abin.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB–AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB–AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Mestrinho, pela ordem e, em seguida, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB–AM) – Sr. Presidente, essa Comissão da Abin não existe. Não existe também os Líderes de minoria nem no Senado e nem na Câmara. Então, é preciso que ela exista.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Essa comissão existe, mas só que não está composta nesta Legislatura.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB–AM) – Sim, ela não está composta e, como não existe....

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nobre Senador Gilberto Mestrinho, ela existiu na Legislatura passada. Ela existiu e, inclusive, eu, como Líder da Oposição, participei nessa qualificação. Então, foi assim considerado.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Sr. Presidente, permite V. Exª um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, nobre Senador Jefferson Peres. V. Exª tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Sr. Presidente, o meu sucessor foi o Sr. Aldo Rebelo, e, na gestão de S. Exª, o General Alberto foi convidado para um debate realizado lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E prestou depoimento.

Sr. Senador Arthur Virgílio, então é do entendimento de V. Exª o fato de que não apenas o Presidente da Comissão de lá, mas os membros de ambas as Comissões possam estar dialogando? É este o espírito do requerimento de V. Exª?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB–AM) – Sr. Presidente, procurarei ser bastante claro em relação às duas proposituras. Primeiro, creio que formulei mal – e devo me penitenciar por isso – o que seria convocação. E a palavra convocação me agrada menos que a palavra convite, apenas me orientaram a fazer assim, dizendo que depois seria transformado em convite por sugestão de V. Exª. A minha idéia é, claramente, a de que a Comissão composta pelo Líder da Minoria, pelo Líder da Maioria e por determinado número de uma Casa e de outra, pudesse ouvir o General Félix.

Foi esse o tratamento que, à época, a Oposição dispensou – e isso era muito correto – ao General Alberto Cardoso. E, mais ainda: àquela altura, fui porta-voz para os Líderes da Oposição da preocupação que tinha o General Alberto Cardoso não em ser ouvido por mais ou por menos pessoas, mas, sim, em, es-

tando ele numa Comissão com a característica daquela, ter mais liberdade para falar mais coisas, para abrir mais segredos, enfim, e, em alguns momentos, a sessão seria secreta. Preferiria a reunião naqueles moldes, inclusive entendo que se levaria à compreensão de que o Líder da Minoria seria o Senador José Agripino Maia, até por ser do maior partido de Oposição da Casa, o Líder da Maioria seria o Senador Aloizio Mercadante, que acumula com a Liderança no Congresso, e não haveria o que duvidar, além dos membros que coubessem atuar representando as duas Casas, mas no âmbito daquela comissão, que havia sido presidida pelo Senador Jefferson Peres – um ano S. Exª presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e no outro ano presidiu-a o Deputado Luiz Carlos Hauly, que também presidia a da Câmara. Ou seja, vi que formulei mal e que o correto teria sido fazer dessa forma aparentemente mais restritiva, porém que permitiria ao general falar com muito mais liberdade sobre os temas que por aqui trafegassem.

Quanto ao que para mim perfeitamente pode ser convite e que por mera firula técnica veio sob a forma de convocação para o Ministro Celso Amorim e os dois Secretários-gerais para discutirmos aqui Alca, entendo que é justo e razoável. Considero importante tê-los aqui conosco discutindo em profundidade esse assunto, e ainda gostaria que acrescentássemos a preocupação com a guerra, essa posição injustificada do Governo norte-americano que afronta o convívio internacional. Tanto quanto se desmoralizou em algum tempo a Liga das Nações, vejo-o hoje a passos largos para desmoralizar a Organização das Nações Unidas, e, mais ainda, com tudo aquilo que signifique um precedente aberto para amanhã qualquer país tomar um ato de força unilateral contra um vizinho seu. Tal precedente teria, então, sido aberto precisamente pela atuação à revelia das Nações Unidas, postura essa que vem sendo adotada pelo Presidente George W. Bush.

Portanto, àquela altura e a minha preocupação com as atitudes do Presidente Bush é de tal sorte aguda – se eu fosse eleitor americano não votaria de forma alguma no Presidente George Bush, dizia ao Senador Pedro Simon -, que eu imaginava que talvez quando estivéssemos votando aqui algo que propusesse a discussão da perspectiva de paz ou de guerra, talvez já tivesse eclodido o conflito.

Felizmente a opinião pública mundial tem conseguido atrasar bastante esse momento e espero que se consiga a fórmula para que não ocorra. Mas de qualquer maneira entendo que seria convite ao Ministro e aos dois secretários-gerais do Ministério das Relações Exteriores.

Tenho muita curiosidade de ouvir aqui a opinião do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães sobre Alca. Tenho certeza de que, com enorme coerência, vai dizer aqui tudo que pensa sobre o assunto. Já o li e me deleito quando o ouço e quando o leio, e poderíamos acrescentar, para valer a questão da análise da conjuntura internacional, que tem apontado caminhos de guerra quando a vocação do Brasil é lutar por caminhos de paz.

Espero ter esclarecido V. Exª e me penitencio pela forma equivocada como encaminhei o requerimento ligado ao Ministro-Chefe da Secretaria de Defesa Institucional.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB–MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB–MT) – Sr. Presidente Senador Eduardo Suplicy, V. Exª, reportando-se aos requerimentos de convocação, disse pretender adotar o mesmo critério, o que considero inteiramente justo, adotado pelo Presidente Ramez Tebet, da Comissão de Assuntos Econômicos. Ou seja, transformar esses requerimentos de convocação em convites. Ao mesmo tempo V. Exª informava que, pelo fato de a medida provisória trancar a pauta e sendo requerimento uma convocação terminativa, isso estaria impossibilitado de ser votado hoje.

Como há um consenso nesta Casa de transformar o requerimento em convite, se não consenso, pelo menos a manifestação do Presidente e também do próprio autor do requerimento, Senador Arthur Virgílio, embora consenso pressuponha maioria, e não unanimidade, eu gostaria de fazer uma solicitação a V. Exª. Se a maioria da Comissão entende que deve ser formulado o convite, eu gostaria de sugerir que ficasse, desde agora, autorizado o convite às autoridades que anteriormente haviam sido convocadas. Sendo assim, poderíamos aprovar o convite, e aí não dependeria, evidentemente, da questão regimental de se votar ou não o requerimento como matéria terminativa.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente, apoiando a idéia manifestada por V. Exª, para que possamos aprovar os convites.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Senadores Aloizio Mercadante, Pedro Simon e Heloísa Helena, pela ordem, terão a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, o Governo do Presidente Lula tem todo o interesse em que os Ministros venham às comissões e, com total transparência, discutam em profundidade as políticas de governo. Tanto é assim que encaminhei um ofício a todos os Senadores, sugerindo que fizessem convites, porque queremos o debate, e acredito que este é um papel essencial do Legislativo: fiscalizar, acompanhar, formular, propor as políticas públicas, sobretudo quando se trata de defesa nacional e relações exteriores, em que o Senado Federal tem uma responsabilidade muito especial.

Hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos – apesar de o Líder Arthur Virgílio não estar presente, e o art. 242 do Regimento não permitir sequer que seja lido o requerimento, pela ausência do Parlamentar –, fiz questão de encaminhar no sentido de aprovação, na condição de convite, de todos os Ministros que foram sugeridos, porque creio que esse é o caminho da democracia, e é nesse sentido que devemos andar nesta Casa.

Agora, em relação ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, concordo plenamente que a audiência seja feita no âmbito da Comissão de Controle Externo da Abin, porque uma das propostas do Governo é regulamentar essa comissão, pois um regime democrático tem que ter mecanismos eficazes de controle da Abin. Estamos em processo bem adiantado de negociação e queremos discutir isso no âmbito da Comissão. Então, creio que deveria ser feita a audiência no âmbito da Comissão, e apoiamos integralmente, na forma de convite, que poderíamos aprovar.

Em relação à política externa, considero um tema de grande sensibilidade para o País, para a repercussão internacional, para o momento que estamos atravessando, com a crise na Venezuela, a recomposição do Mercosul – que encaminhamos e foi fundamental para mudar o padrão de negociação da Alca, porque saímos com uma proposta única do Mercosul, o que não tínhamos –, a construção do Grupo de Amigos, para encontrar uma solução ao impasse da Venezuela e para que não houvesse golpe naquele país, o que foi uma sugestão e uma vitória da diplomacia brasileira, para fortalecer a OEA, inclusive com a presença do governo americano –, o posicionamento claro do nosso Governo contra a guerra, a visita aos governos da Alemanha e da França, o que mostra uma atitude em defesa da paz, mas de maturidade, porque o Brasil não tem excesso de poder e tem que saber utilizar muito bem o poder internacional que tem. Esse debate deveria ser feito no Plenário do Senado, porque o Brasil tem interesse.

Apresentei um requerimento, convocando – porque, em Plenário, Comissão, tem que ser "convocação" – o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. O meu encaminhamento é para que façamos esse debate no Plenário do Senado, como já fizemos, no passado, com o Ministro Celso Lafer. Então, que façamos um grande debate de política externa no Senado Federal.

A única coisa com que não posso concordar, Sr. Presidente, é abrir o precedente de a Comissão convocar ou convidar funcionários de governo que não sejam ministros. Isso é anti-regimental, não está na prática do Parlamento, não aconteceu no governo anterior, e não acredito que seja um bom caminho para que possamos discutir um tema tão sensível, em uma conjuntura internacional tão delicada quanto esta. Quem fala pela política externa do Governo é o Ministro, é o Chanceler. Foi assim no governo anterior, será assim neste Governo. Os demais funcionários de governo falarão a partir das definições de governo.

A nossa proposta é um debate no Plenário do Senado, com o Ministro Celso Amorim, em vez de uma audiência no âmbito da Comissão. Creio que a Comissão poderia encaminhar isso à Mesa, pois o requerimento já foi apresentado.

O debate que tivemos foi com o Ministro Celso Lafer, no Plenário do Senado. Queremos reproduzir esse mecanismo: debate no Plenário, comissão geral. Fizemos na Câmara e no Senado, e com o Ministro das Relações Exteriores, agora, Ministro Celso Amorim, faremos o debate em plenário para discutirmos toda essa crise.

Creio que esse é o caminho. Faríamos a Comissão de Controle da Abin, para o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o convite ao Ministro Celso Amorim, para o debate em plenário, na forma de uma comissão geral, e qualquer outro Ministro que seja convidado, o Comandante, Ministro da Defesa, por exemplo, também poderia vir a esta Comissão. Quanto aos demais órgãos de Governo, não está no Regimento e não podemos prosseguir. Penso que vamos flexibilizar demais as exigências institucionais. Não podemos, aqui, agora, imaginar que vamos ter um debate entre funcionários, secretários-executivos ou outro cargo de Governo e o chefe da pasta, que é quem fala e expressa política externa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havia colocado na ordem os Senadores Pedro Simon e Heloísa Helena. Todos estão falando sobre o mesmo assunto. Quem sabe possa, então, em seguida, V. Exª usar da palavra, porque vamos ter mais idéias.

Gostaria apenas de fazer uma ponderação, Senador Aloizio Mercadante. Já tivemos no Senado, para discutir especificamente a Alca, simpósios – talvez os Senadores Pedro Simon, Jefferson Peres e outros vão se lembrar –, com a presença de grandes autoridades, especialistas no assunto. Por exemplo, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, prestou depoimento na qualidade de grande conhecedor do fato.

Apenas como registro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, fazer um simpósio sobre Alca e convidar o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, estou de inteiro acordo. O que não concordo é fazer uma convocação do Ministro com dois secretários-executivos, imaginando que isso possa gerar algum constrangimento ao Governo, por divergência de concepção. Isso não ajuda o Parlamento e não ajuda o caminho que queremos dar. Queremos iniciar o debate com qualidade. O Ministro deve, primeiro, expor aqui qual é a concepção de política externa, quais são as diretrizes, quais são as políticas, como o Itamaraty está vendo os desafios da inserção do Brasil internacional, quais foram os encaminhamentos, quais são os procedimentos.

Penso que é muito importante o debate, sobretudo com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o resgate da figura desse Embaixador, que foi afastado de uma função importante por divergência política. Valorizamos isso, assim como fizemos com o Embaixador Bustani, que perdeu a Presidência da Opaq, sofreu **impeachment**, porque não queria nomear técnicos por pressões de quem tinha o interesse que não propriamente o desarmamento. Queremos resgatar essas figuras da diplomacia. S. Exª é hoje Embaixador em Londres.

Esse debate para nós não tem qualquer constrangimento. O que não podemos, evidentemente, aqui acordar – e não há acordo sobre isso, não cabe à Presidência, é prerrogativa do Parlamento, o Regimento não ampara essa iniciativa – é a convocação de secretários-executivos de Ministério. Isso não ajuda o debate, não é correto. Jamais aconteceu no Governo anterior, e espero que não insistamos nesse caminho. Vamos chamar o Chanceler, o Ministro para o debate e podemos, quando houver um simpósio sobre a Alca, evidentemente chamar qualquer especialista, inclusive funcionários de carreira do Itamaraty.

São duas coisas bem distintas, e a Liderança do Governo está muito atenta à natureza das iniciativas.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB–AM) – Preciso falar agora, porque o Líder Aloizio Mercadante foi um pouco menos delicado do que o habitual e preciso repor as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, vou pedir a concessão da vez ao Senador Pedro Simon, porque já tinha assegurado a S. Exª e à Senadora Heloísa Helena a palavra. Como, então, o Senador Arthur Virgilio tem uma questão de esclarecimento, concedo a palavra a S. Exª. No entanto, acredito que as posições aqui são todas possíveis de conciliação no espírito de termos tanto o Ministro quanto aquelas pessoas que tão bem entendem dos assuntos que V. Exª quer aqui que sejam debatidos.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgilio.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB-AM) – Primeiro, temos um acordo fechado quanto ao fato de que o General Félix viria para aquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pediria, inclusive, a V. Exª, por uma questão de ordenação das coisas, que possa reformular o requerimento, já com o entendimento junto à Câmara para fazer conjuntamente, e assim procederemos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB–AM) – O segundo ponto é dizer que o Líder Aloizio Mercadante, de certa forma, compreenderá, com o tempo, que algumas pessoas deverão ser defenestradas do Governo do qual é Líder ao longo do tempo. Isso é natural, é da arte de governar, é da ação dos governos. Jamais imaginei que S. Exª ou outros Líderes expressivos da Oposição tivessem a intenção de criar qualquer constrangimento ao Governo do qual eu era Líder à época quando incensava as posições do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que, infringindo regulamentos do Itamaraty e falando além do que seria a praxe e a história da Casa, manifestava sua posição além da de cidadão.

Imaginava que o queria o Líder da então Oposição, Senador Aloizio Mercadante, era simplesmente ouvir a expressão e a palavra brilhantes do Embaixador Samuel Pereira Guimarães. Logo, não posso aceitar que, de alguma forma, prezado Senador Aloizio Mercadante, paire sobre mim a dúvida de que eu esteja aqui para criar constrangimento para o Governo. É evidentemente que vou fiscalizar. Quanto a criar constrangimentos, fique tranqüilo. Pelo afeto que lhe

tenho, espero que V. Exª viva duzentos e cinqüenta anos! Não haverá a menor possibilidade de, por isso, se encurtar essa vida tão brilhante, tão querida para todos nós. Constrangimentos, jamais!

Simplifiquemos ainda mais as coisas. Em alguns momentos, entendo que o ministro deve vir a esta Casa com seus assessores principais. Isso aconteceu muitas vezes nas Comissões da Câmara dos Deputados, por exemplo, às quais comparecia com mais freqüência, evidentemente por dever de ofício. Os ministros vinham, moto próprio, trazendo seus principais assessores. Em alguns momentos diziam a um assessor: – "Fulano, isso é da sua área de competência, fale você!" Depois, pediam a outro: – "Beltrano, agora é a sua vez! A bola está nos seus pés".

Prezado Senador Aloizio Mercadante, se pudermos nos desarmar e imaginar que nem tudo que a Oposição faz quando cumpre seu dever é para tentar criar constrangimentos, imagino que teremos uma relação boa, fraterna, à altura da que sempre mantivemos.

Volto a dizer que não me passa pela cabeça que fosse idéia de V. Exª criar meramente constrangimentos ao Governo, seria infantil da minha parte imaginar V. Exª fazê-lo. Portanto, não repetiria algo que seria infantil da minha parte fazê-lo e, da sua, imaginá-lo. Vou mais além. Entendo que é possível, sim, na Comissão, ouvir o ministro e pedir a S. Exª que, em concordando, traga seus assessores para que possamos ter uma visão mais ampla.

Mais ainda, se a questão é ficarmos nos substantivos, darei mais uma prova de boa vontade: peço que o nobre Líder Aloizio Mercadante me conceda a enorme e supina honra de assinar o requerimento de sua autoria para fazermos, no plenário, esse debate.

Como estamos na fase da carência, da lua-de-mel, sugiro que aproveitemos o momento em favor das reformas essenciais de que carece o País. Inclusive, até porque conheço sobejamente a posição do ilustre Embaixador Samuel Pereira Guimarães, de quem sou fã de carteirinha, já tendo participado de vários seminários ao seu lado – conseguimos ser fã, sem concordar com as idéias –; porém, da minha parte, quero facilitar. Assino o requerimento de convocação para o plenário e abro mão do convite para esta Comissão, embora fique com aquele pesar, com a frustração, de não ouvir o Embaixador Samuel Pereira Guimarães. Em compensação, quem sabe, eu possa lhe telefonar e dizer-lhe que, não podendo ouvi-lo na Comissão, vou ouvi-lo no telefone. Vamos falar umas duas ou três horas sobre a Alca. Fico feliz por demonstrar ao Governo Lula que não tenho a menor vontade de criar embaraço. É meu dever e meu direito fazer oposição e vou fazer. Mas também é meu dever e meu direito deixar bem claro que penso primeiro no País, de acordo com minha ótica e percepção deste mesmo País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ouviremos os Senadores Pedro Simon, Heloísa Helena, Tião Viana e Jefferson Peres. Creio que, depois, chegaremos a uma conclusão.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB–RS) – Primeiramente, penso que o nobre Líder do PSDB falar duas horas por telefone não é aconselhável no momento em que estamos vivendo. (Risos.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB–AM) – Mas comigo ele pode.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB–RS) – Não sei. Sempre pode haver um terceiro na linha. (Risos.)

Em segundo lugar, entendo que devemos compreender a atuação dos Líderes do PSDB, do PFL e do Governo. S. Exªs estão se acomodando. Realmente, é uma situação inopina. De uma hora para outra, o Líder do Governo tornou-se Líder da Oposição. O Senador Aloizio Mercadante, que passou a vida inteira como Líder da Oposição, é Líder do Governo. Portanto, acomodar-se é difícil, creio que todos temos que ter paciência, compreensão, respeito, porque não tenho nenhuma dúvida de que um será tão brilhante Líder da Oposição como foi do Governo, e a recíproca é verdadeira.

O que penso, em primeiro lugar e com toda a sinceridade, é que parece que todos estamos dizendo a mesma coisa. O Líder do Governo tem razão quando diz que fazer um requerimento convocando autoridades secundárias não está na nossa Constituição nem no Regimento. Temos que convocar o Ministro e não há Ministro que venha a uma Comissão sem a sua equipe. Lá pelas tantas, faz-se uma pergunta e a resposta é: fala você, fulano. O Ministro da Fazenda sempre veio com o Presidente do Banco Central e, lá pelas tantas, ele passa a palavra ao Presidente do Banco Central. Creio que isso é natural, é bom, é da tradição se fazer. Entendo a posição do Mercadante, adaptado ali na Liderança do Governo, de não querer já abrir um precedente. Ele quer ficar por ali. Penso que devemos entender que podemos convidar essas pessoas no sentido de que vejam que é essa a tradição. Convocação é o fim disso. Correto. Pedir ao Ministro que venha com seu assessor é coisa normal.

O que quero falar aqui é que gostaria que interpretássemos os seguintes aspectos: há uma disposição que diz que há uma medida provisória que tranca a pauta e não podemos votar. Mas há uma outra questão em que penso que temos que ser tremendamente práticos. Quinta ou sexta-feira a ONU se decide, parece que, dessa vez, em caráter definitivo, para votar uma segunda moção, onde os americanos e a Inglaterra querem fazer uma moção da guerra do Iraque. Com todo o respeito, não sei qual seria a atitude, se é convidar o Ministro ou fazer uma reunião extra oficial no Plenário, quer dizer, não podemos convocar, mas creio que não podemos deixar de agora, neste momento, tomar uma posição da Comissão de Relações Exteriores com relação à guerra do Iraque, porque a decisão vai ser na quarta e na quinta-feira. Amanhã iremos ter sessão, quinta-feira não sei, e depois só vamos voltar depois do carnaval. Essa é a última oportunidade que temos para tomarmos uma posição e creio que, por consenso, devemos tomá-la.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Gostaria de fazer um aparte, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Apresentamos uma moção em defesa da paz e contra a guerra à Presidência da Comissão e creio que poderíamos, por acordo, aprovar a moção e fazer o debate em Plenário na quinta-feira, já com o Ministro, se houver consenso. Da nossa parte, pode ser quinta-feira pela manhã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Está feito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Poderíamos ter o debate no Plenário do Senado para discutir a questão da guerra, com prioridade, e mostrar a força e a presença do Senado. Entre outras coisas, porque alguns Senados, por exemplo, o Senado da Itália, que tirou a moção de apoio à política externa do governo italiano pró-guerra. Penso que era muito importante que a Comissão de Relações Exteriores tirasse uma moção de apoio contra a guerra, para que mostrássemos sintonia do Brasil na defesa da paz, neste momento. Sem uma proposta de moção apresentada à Mesa, poderíamos fazer a Comissão Geral quinta-feira pela manhã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Podemos votar a moção agora e fazer um acordo de entendimento de que quinta-feira o Ministro vem ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, levando em consideração esta ponderação, o Senador Arthur Virgílio e V. Exª, o Senador Aloizio Mercadante, lembraram há pouco que havíamos, inclusive com V. Exª, assinado moção nesse sentido e pedi ao Senador Marcelo Crivella que possa ser o relator dessa moção, relator agora designado e, mais do que isso, posso solicitar ao Senador Marcelo Crivella que dê seu parecer, portanto, a moção iria ao Plenário. Ele pode proferir o seu parecer, votaremos agora e não é caráter terminativo, portanto, vai ao Plenário e regimentalmente pode ser aperfeiçoada. Na reunião de Plenário, faríamos o debate e, se alguém quiser aperfeiçoar a moção, até mesmo o próprio relator, poderíamos fazer. Creio que seria adequado dar a palavra à Senadora Heloísa Helena e aos Senadores Tião Viana e Jefferson Peres para, em seguida, passar a palavra ao Relator dessa moção.

Senador João Capiberibe, sua moção ainda está sendo objeto de coleta de assinaturas visto que dá reforço a esta?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB–AP) – Senador Eduardo Suplicy, para uma questão de informação, trata-se de uma ação em conjunto com os Parlamentares da União Européia. Já colhemos 56 assinaturas que enviarei, em breve, ao Parlamento Europeu. Juntarei todas as assinaturas para enviá-las à ONU.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Portanto, a moção de V. Exª tem um ponto de contato com esta moção. Eventualmente, as duas moções poderão tramitar em conjunto.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT–AL) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, além de compartilhar com as discussões havidas em relação à moção contra a guerra, ressalto que, amanhã, em frente à rampa do Congresso, vários Parlamentares estarão, simbolicamente, fazendo um ato pela paz.

Sr. Presidente, farei um pequeno registro. Durante várias vezes, enquanto atuava na Oposição, tive a oportunidade de manifestar-me em relação a alguns gestos – não é o caso presente – que sempre eram feitos pela então base governista quanto a uma polêmica – para mim absolutamente infrutífera – sobre as palavras convite e convocação.

Entendo que não existe absolutamente nada de mais. Creio não ser uma regra pouco civilizada estabelecer o termo convocação. Aliás, a própria Constituição, em seu art. 50, trata da convocação e não do convite de Ministro de Estado ou qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República. No entanto, alguém poderá dizer: "A Constituição preceitua "poderão convocar". Nunca ouvi um

tempo verbal ser tão utilizado para impedir que o Congresso Nacional cumpra realmente sua obrigação.

Não se trata de tempo verbal, ou seja, do futuro do presente do indicativo do verbo poder, porque tanto o art. 138 quanto o art. 397 do Regimento Interno referem-se à convocação como convite. Pode ser até uma regra bem "civilizada", mas, para mim, civilização não necessariamente corresponde a isso. Não creio que exista nenhum constrangimento, absolutamente nenhum problema, de uma Casa Legislativa fazer a convocação a um Ministro ou a quaisquer titulares de qualquer Pasta diretamente vinculada à Presidência da República.

Sr. Presidente, faço esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Senadora Heloísa Helena fez um registro, mas já existe um entendimento sobre o assunto.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT–AC) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, serei breve.

Em relação a esse assunto, entendo que a tradição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem sido a de convidar, pelo menos no exercício da Presidência do Senador José Sarney – para as audiências públicas de que participei -, os Ministros de Estado, com auxiliares diretos de envergadura em nível de Secretaria Executiva, como pessoas auxiliares ao debate, contribuindo no momento da presença no plenário da Comissão em audiências públicas ou não. A exemplo, realizou-se um ótimo seminário sobre a Amazônia brasileira, a idéia de integridade do território nacional e a política de defesa nacional que inserimos na Comissão.

Sr. Presidente, quero tratar especificamente do Regimento. Também considero um termo elegante e eufêmico a vinda de Ministro por convite – é melhor para nós. Há um clima de democracia plena no País e de boa relação e não faria mal o convite. Entretanto, o art. 90 do Regimento Interno estabelece:

Art. 90. "Às comissões compete:

III – convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O inciso V do art. 90 determina:

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. (Constituição art. 58, §2º, inciso V)

Então, entendo que Ministro de Estado, sim, e a autoridade deveria ser solicitado. Por isso, parece-me impreciso o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, mas já houve entendimento.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Sr. Presidente, é assunto superado o de convite à convocação. É praxe transformar todos os requerimentos de convocação em convite. Parece que os detentores de poder sempre têm extrema susceptibilidade. Não vejo nenhum desdouro em convocar um Ministro, mas os que estão do lado de lá o vêem, não sei porquê. É curioso isso. Eu viria, se fosse Ministro, convocado pelo Congresso Nacional, não estaria sendo intimado por nada vergonhoso. Poderia ser convocado como previsto na Constituição.

A rigor, Sr. Presidente, nem poderíamos convidar Ministro, sabe por quê? Porque o direito privado e o direito público são regidos por dois princípios diferentes. No direito privado, tudo que não for proibido é permitido. No direito público, ao contrário, é proibido tudo que não seja expressamente permitido. Nem a Constituição, nem o Regimento permitem ou autorizam que se convide Ministro. A rigor não poderiam fazê-lo. É uma figura esdrúxula, não prevista nas normas que nos regem, tanto as constitucionais quanto as regimentais. Mas, como todos os Ministros se sentem ofendidos por serem convocados, vamos ser delicados, Sr. Presidente, e convidá-los! Como é um convite, algo que não existe nem na Constituição, nem no Regimento – não existe a figura do convite, simplesmente estamos usando uma figura que não existe -, no meu ponto de vista, é informal. Logo, podemos convidar o Ministro e também os funcionários.

Eu ficaria muito curioso realmente de ver o Embaixador Samuel Guimarães se manifestar radicalmente contra o ingresso do País na Alca e o Ministro defender tal ingresso depois de negociações. Seria muito interessante isso.

Vou para uma questão mais substantiva. Parece que há acordo no convite ao Ministro para ir ao plenário, é isso? Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Aloizio Mercadante, com diversas assinaturas, já encaminhou o requerimento, que foi lido em plenário. O Senador Arthur Virgílio disse que concorda com a decisão, dada a importância do fato.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Propus-me a ser co-autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E gostaria, inclusive, de ser co-autor. O Senador Aloizio Mercadante informou que este convite poderia, dada a relevância e eminência dos fatos, eventualmente até ser realizado na quinta-feira, pela manhã. O Ministro Celso Amorim teria condições de comparecer?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Teria, sim.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Gostaria de fazer uma ponderação a ambos os autores do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Gostaria de consultar os Senadores Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, co-autores do requerimento agora, sobre uma questão de ordem prática. O problema da intervenção no Iraque é importantíssimo e urgente. O problema da Alca é importantíssimo, mas não é urgente. Não me parece prático misturar os dois assuntos, que são complexos. Permitam-me sugerir aos dois que o Ministro venha debater a questão do Iraque e talvez a crise venezuelana, quem sabe, deixando a questão da Alca para ser debatida em outra ocasião, com o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro do Desenvolvimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB–AM) – Perfeitamente, ou seja, a idéia é não abrir mão de ouvir o Ministro Celso Amorim sobre a Alca e deixar que faça como S. Exª quiser. Se S. Exª julgar que deve vir sem seus assessores principais que o faça. Acatando a sábia ponderação do Senador Pedro Simon de o quanto antes, ontem, quinta-feira, ouvirmos o Ministro especificamente sobre a questão da guerra e sobre essa insana postura do governo norte-americano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria sugerir que, na quinta-feira, fizéssemos um debate sobre a política externa, que é, evidentemente, a grande prioridade deste momento. O povo brasileiro está sensibilizado, assim como a comunidade internacional, e a guerra deve ser o centro da discussão.

A Alca é um tema complexo, estratégico e definitivo sobre a inserção do Brasil, sobre as nossas relações comerciais e sobre os seus desdobramentos. A proposta que o governo americano apresentou é minimalista. Discrimina claramente, abertamente, o Mercosul. Trata as outras regiões da América de forma distinta à do Mercosul, é muito restritiva. Eles dão ênfase às áreas em que são muito fortes, como, por exemplo, o acordo de investimentos, e o poder jurídico perderia o controle.

O Governo brasileiro apresentou, por meio do Mercosul, uma proposta defensiva. Creio que esse é um debate extremamente oportuno. Não apresentamos propostas para compras governamentais, para áreas de investimentos. Portanto, será um grande debate.

O tema da Alca deve ser um ciclo de discussão permanente nesta Comissão. Temos que chamar o Ministro do Desenvolvimento, o Ministro da Agricultura, o Ministro das Telecomunicações, algumas personalidades, instituições em que há pesquisa na área acadêmica, o que é fundamental para haver um impacto disso; Câmara de Comércio Brasil Estados Unidos, enfim, há um grande debate a ser feito.

Proponho que a Presidência convoque as Lideranças ou os Senadores interessados para uma reunião, a fim de propormos um calendário de discussão. Aprovaríamos já um ciclo de estudos, de discussão sobre o tema da Alca, porque creio que ele é da maior relevância. Eu começaria pelos Ministros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento e da Agricultura. Os três, pelo menos, deveriam ser, de pronto, convidados para esse debate, sem prejuízo de outras autoridades do Governo.

Será um macrodebate, e teremos seis meses para apresentar outra proposta, a proposta terminativa do Brasil. Portanto, essa é uma questão que deveríamos focar com prioridade posteriormente na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Comissão de Relações Exteriores está de acordo e propõe ao Presidente José Sarney a convocação do Ministro Celso Amorim para falar sobre a política externa brasileira, com ênfase maior sobre o tema de grande urgência, relativo à ameaça de guerra no Iraque, podendo o Ministro tratar dos assuntos que julgar importantes, se assim avaliar, como a questão da Alca, da Venezuela, ou algum outro que algum Senador perguntar a S. Exª. Teremos, então, na quinta-feira, a presença do Ministro no plenário e sugeriria às Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão que encaminhassem à Presidência sugestões do que poderá ser uma seqüência de debates sobre esses temas ao longo do ano, com a proposição de nomes, seja dos Ministros, seja de especialistas na área, e, nessa qualificação, estariam certamente o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho – esse último, inclusive, tem sido um dos responsáveis pela pauta de negociação sobre blocos de integração. Então, assim ficamos acordados.

Com respeito aos requerimentos e moções relativos à ameaça de guerra, peço ao Senador Marcelo Crivella que dê o parecer a um requerimento de minha autoria juntamente com o Senador Pedro Simon, a um requerimento do Senador Aloizio Mercadante e, ainda, a um requerimento e/ou moção do Senador

João Alberto Capiberibe sobre o assunto. Peço ao Senador Marcelo Crivella que dê o parecer a respeito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – O requerimento cuja leitura farei agora diz o seguinte: "Os membros do Senado Federal da República Federativa do Brasil apóiam enfaticamente os esforços que têm sido realizados, e devem continuar a sê-lo, pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto aos Governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, no sentido de virem a desistir de atacar o Iraque, principalmente porque o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) se posicionou contra a guerra.

Apóiam também gestões junto ao governo do Iraque para que sejam adotadas as medidas necessárias no sentido de atender às recomendações da ONU e demonstrar que, efetivamente, não dispõe de armas de destruição de massas.

Deve o governo iraquiano facilitar o trabalho dos inspetores das Nações Unidas e apressar a destruição das armas proibidas que possam vir a ser descobertas em seu território."

Sou plenamente favorável a essa conclamação de o Governo brasileiro continuar na linha que tem publicamente manifestado.

A outra matéria é de autoria do Líder do Governo, Senador Aloízio Mercadante. Trata-se de uma moção que passo a fazer a leitura.

"O Senado Federal vem acompanhando com extrema preocupação o acirramento das tensões relacionadas com a questão do cumprimento, pelo Iraque, de obrigações relativas à eliminação de armas de destruição em massa e de outros armamentos proibidos, conforme determinações das resoluções dos Conselhos de Segurança da ONU.

O Senado Federal enfatiza a necessidade de esgotar todos os meios pacíficos para assegurar o cumprimento das decisões do CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas – e, nesse contexto, a necessidade da continuidade do processo de inspeções.

O Senado Federal acentua a responsabilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacional e sublinha que o CSNU é o único órgão com legitimidade para autorizar o uso da força que deve constituir uma medida de último recurso.

O Senado Federal vê com apreensão os possíveis desdobramentos negativos que a eclosão de um conflito armado no Iraque possa ter para a ordem internacional. As expressivas manifestações pela paz, observadas nos mais diversos países no passado final de semana, indicam o repúdio de significativos segmentos da opinião pública internacional à possibilidade de uma guerra.

Dentro dos princípios que norteiam a posição do Brasil, o Senado Federal expressa seu indeclinável apoio à paz e a necessidade essencial do respeito ao direito internacional. Com esse objetivo, estende um veemente apelo aos países amigos no sentido de que continuem a exercer todos os esforços para uma solução pacífica da crise no Iraque."

Sr. Presidente, a relatoria é totalmente favorável à moção. Acredito que, se V. Ex.ª entender que deve ser levada à votação, podíamos ter uma definição sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pediria ainda ao Senador João Capiberibe que possa explicar a sua moção porque poderíamos solicitar ao Senador Marcelo Crivella que faça o seu parecer completo sobre as três moções que, dessa forma, seriam encaminhadas ao Plenário com a apreciação e votação unânime de todos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB-AP) – Na verdade, Sr. Presidente, há um apelo contra a guerra no Iraque que é uma mobilização do Parlamento Europeu, que está coletando assinaturas de Parlamentares no mundo todo para encaminhar às Nações Unidas.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas votou com unanimidade, em 08 de novembro de 2002, a Resolução nº 1.441, que dispõe sobre o desarmamento do Iraque. Atualmente, depende de Saddam Hussein, dos inspetores de desarmamento e dos membros do Conselho de Segurança evitar a guerra.

Nós, Parlamentares, apelamos a todas as partes e em particular aos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas para que concentrem todos os esforços no intuito de encontrar uma solução pacífica para a crise iraquiana.

A idéia é impedir a guerra no Iraque, negociar um plano global de paz no Oriente Médio e incentivar as futuras etapas visando o desarmamento mundial e reforçar os recursos das Nações Unidas destinados à prevenção e resolução não-violenta dos conflitos.

O nosso apelo se junta aos apelos de todos os Parlamentares do mundo e será encaminhado às Nações Unidas. Passarei à Mesa para o parecer do Senador Marcelo Crivella.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT–AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT–AL) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que talvez eu não esteja bem inteirada do conteúdo desta moção, porque a ouvi, agora, apressadamente, tendo em vista não tê-la recebido antes para que pudesse refletir melhor. Trata a moção da destruição de armas químicas, portanto proibidas, que possam vir a serem descobertas no território iraquiano.

Entendo ser muito complicado fazermos essa consideração até porque está é a consideração que vem sendo feita pelo governo americano, independentemente de qualquer parecer dos inspetores das Nações Unidas. O tempo todo o governo americano levanta, perante o mundo, a possibilidade da existência de armas proibidas. Não falarei em armas que possam levar à destruição, até porque, do contrário, teríamos que acabar com todos os armamentos, inclusive os dos Estados Unidos, que são capazes de implodirem o planeta Terra em poucos minutos. Mas entendo que seria importante que não fizéssemos menção ao fato de que liberar os inspetores da ONU seria apressar a destruição de armas proibidas que venham a ser descobertas. Realmente gostaria de votar a favor da moção, inclusive com ressalvas. Sei do momento que estamos vivenciando, da importância de uma moção apresentada por unanimidade, portanto, até eu, que não reconheço a legitimidade do Conselho de Segurança da ONU para arbitrar conflitos dessa magnitude, pois, ao longo da história, não tem se comportado dessa forma, sei que a moção não dá legitimidade, não diz isso. Mas, antecipadamente, sugiro que se acelere o processo de destruição de armas proibidas que venham a ser descobertas. Sinceramente, penso que esse reparo deveria ser feito.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB-AP) – Senadora Heloísa Helena, o uso de armas químicas pelo Iraque contra os Curdos está comprovado. Não há dúvidas sobre seu uso. Portanto, elas têm que ser destruídas! Devemos colocar isso na moção porque está comprovado o uso de armas químicas. Não há dúvidas. Evidentemente, quem armou os iraquianos foram os americanos. E as armas foram utilizadas contra os Curdos. Portanto, não há dúvidas sobre o uso de armas químicas no Iraque. E elas têm que ser destruídas!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, entendo que deveríamos deixar o debate para o Plenário, com a presença do Ministro, para aprofundarmos a discussão. Creio que devemos chegar a uma resolução que esteja em sintonia com a política externa que o Estado e a sociedade brasileira têm expressado.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se manifestou a respeito do tema em Davos, e na sua mensagem ao Congresso Nacional. Sua Excelência também esteve com os governos alemão e francês, hipotecando solidariedade.

Portanto, gostaria de defender a segunda moção por entender que a mesma não entra no mesmo nível de discussão por ter um posicionamento claro e substantivo do caminho que deveríamos trilhar na política externa.

Sr. Presidente, se possível, creio que poderíamos aprová-la.

A moção do Senador João Capiberibe é internacional, portanto, de adesão individual e, praticamente todos os Srs. Senadores a assinaram. Já está expressa. Trata-se de moção que será encaminhada internacionalmente. No entanto, deveríamos elaborar um texto próprio do Senado, de acordo com a política externa, com o posicionamento que o Governo tem adotado e fundamentado.

Portanto, gostaria de encaminhar em relação à segunda moção, evidentemente aberto a qualquer tipo de contribuição que possa ser apresentada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT–AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB–RS) – Tem fundamento a proposta do Senador Aloízio Mercadante, até porque a primeira moção faz uma referência ao Presidente Lula e a segunda moção é mais ampla, mais generalizada. Se o Líder do Governo fala assim, eu estou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas, na verdade, a moção do Senador Aloizio Mercadante tem uma referência expressa semelhante àquela que foi objeto da observação da Senadora Heloísa Helena.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – A moção fala da necessidade de cumprir a resolução.

Na realidade, a Resolução nº 1.441 é do Conselho de Segurança da ONU e estabelece, por uma decisão democrática e unânime, que tem que ser feita a inspeção de armas. Por sinal, a Opaq vinha fazendo esse trabalho. Um terço das armas de distribuição em massa foram destruídas pelo trabalho que o Embaixador Bustani vinha fazendo na Opaq. Cento e cinqüenta e quatro países hoje fazem parte dessa associação, e nós temos que ter uma política firme de destruir armas químicas de destruição em massa e ar-

mas nucleares. Nós não podemos assistir a corrida armamentista sob qualquer pretexto. Está correta a posição da ONU, sobretudo de um Estado que é uma ditadura e que realizou um ataque ao Kuwait no passado, e outras implicações. Agora, o que não podemos confundir...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Fizemos isso hoje com relação ao Iraque, o que nos dá autoridade amanhã de pedir com relação ao americano.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Exatamente. Essa é uma política externa, e essa foi uma das divergências com o Embaixador Bustani, porque ele mandou fazer a inspeção nos arsenais americanos, colocou a indústria bélica americana como parte da política de desarmamento e sofreu o **impeachment**. Essa foi a natureza do **impeachment** que ele sofreu, e por isso que esse é um debate que temos que fazer no plenário.

Nós estamos favoráveis ao desarmamento, agora, o que estamos assistindo em relação ao Iraque é um caminho que viola todos os princípios das instituições multilaterais, sem nenhum amparo da ONU. É um processo de acirramento, de uma atitude unilateral, belicista, de ataque ao Iraque por motivações que só podemos discutir depois, em plenário. Eu penso que devíamos apoiar uma moção mais ampla, sóbria, consistente e fundamentada, que eu penso que expressa o pluralismo desta Casa e um posicionamento de Estado brasileiro, que é o que está jogo neste momento. Por isso eu queria sugerir a segunda moção como o caminho da unidade, se for possível.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT-AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu não sei qual proposta o Senador-Relator fará, mas, como Presidente, sugiro que o faça na qualidade de Relator.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT-AL) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma breve observação, porque, como o Senador Capiberibe lembrou determinados momentos de utilização de armas químicas, é evidente que os inspetores das Nações Unidas, a quem foi dada legitimidade, não encontraram nada de armas químicas. E eu tenho certeza de que o Senador Capiberibe também concorda que, se nós, de alguma forma, abordarmos as intervenções americanas ao longo da história recente do País, inclusive utilizamos em outras guerras componentes químicos que promoveram não apenas problemas gravíssimos ambientais como também a morte de milhares de pessoas. E, infelizmente, ninguém está a propor agora que a inspeção realmente possa ser feita não em alguns países que momentaneamente estão em condição desigual perante os Estados Unidos, mas é evidente que os Estados Unidos pouca ou nenhuma autoridade têm para viabilizar debates relacionados à corrida armamentista especialmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Marcelo Crivella, como Relator, poderá fazer uma síntese, para que possamos votar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Realmente eu entendo que a matéria é muito importante. Seria bom que houvesse um consenso da nossa Comissão, e me parece que poderíamos levar à votação. Há talvez uma síntese das duas que, em linhas gerais, falam o mesmo e se inspiram na Resolução nº 1.441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas a própria moção do nosso Líder do Governo explicitamente diz da eliminação de armas de destruição em massa e de outros armamentos proibidos.

Sr. Presidente, eu penso que, se nós suprimirmos essa frase, teríamos um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Das duas?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Da moção do Senador Aloizio Mercadante e dessa que vem assinada por V. Exª e pelo Senador Pedro Simon.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB–AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB–AM) – Acredito, pelo que ouvi, que a proposta do Senador Aloizio Mercadante atinge seu objetivo. Se queremos que os Estados Unidos obedeçam à Resolução nº 1.441, da ONU, e esperem todo o exame pelos técnicos da ONU que estão no Iraque, para que, então, seja tomada uma decisão, é justo também querer que o Iraque cumpra as suas obrigações. Por isso, não vi nenhum excesso na expressão que está aí.

O importante é que se faça algo. Agora, se continuarmos discutindo assim, a guerra começa; vai ser tarde. (Risos)

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – Sr. Presidente, vamos votar; do contrário estará prejudicado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Pela euforia da nossa Comissão, acredito que podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Aprovada uma ou as duas moções?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Acredito que as duas moções estão aprovadas, desde que...

O SR. JEFFERSON PERES (PDT–AM) – A Senadora Heloísa Helena faz uma ressalva.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT–AL) – Já registrei minha ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ambas as moções são consideradas aprovadas e encaminhadas ao Plenário, para debate na quinta-feira próxima, e quinta-feira o Ministro estará no Plenário.

A aprovação é por consenso. (Pausa)

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Suspende-se a reunião às 19h e 6min.)

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada 11 de março do 2003, às 17 horas e 30.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia onze de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, LUIZ OTÁVIO, MARCELO CRIVELLA, ANTERO PAES DE BARROS, HELOÍSA HELENA, JOÃO CAPIBERIBE, EDUARDO AZEREDO, JOÃO ALBERTO SOUZA, ARTHUR VIRGÍLIO, JOÃO RIBEIRO, VALDIR RAUPP, GILBERTO MESTRINHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, TIÃO VIANA, FÁTIMA CLEIDE e LÚCIA VÂNIA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem N° 58, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte." O Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Senadora **HELOÍSA HELENA**, relatora da matéria, que faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente convida os Senhores Embaixadores **JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI e LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO** a entrarem na comissão. A seguir, o Senhor **JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI** faz sua exposição de motivos. Passa-se, então, para a apreciação do item seguinte. **Item 02** – Mensagem N° 15, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAUJO CASTRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos." A Relatora, Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES,** faz a leitura do relatório. Na seqüência o Senhor Embaixador **LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO**, faz sua exposição de motivos. Procede-se a apreciação do último item. **Item 03** – Mensagem N° 03, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora **VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia." O Senhor Presidente esclarece que a Senhora Embaixadora já foi argüida na Comissão, de modo que, os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras apenas apreciarão e votarão sua indicação à Embaixada na República da Lituânia. O Relator, Senhor Senador **LUIZ OTÁVIO**, está ausente. Faz a leitura do relatório a pedido do Presidente o Senhor Senador **HÉLIO COSTA.** O Senhor Presidente determina que a sessão se torne secreta para proceder às sabatinas dos Embaixadores **JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI e LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO** . Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 20 horas e 05 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, jun-

tamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Abrimos a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura com o objetivo de ouvirmos e argüirmos o Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, bem como para realizarmos a argüição do Diplomata Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, indicado para ser Embaixador no México, com o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Ainda temos na pauta de hoje a indicação para a República da Lituânia da Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, hoje Embaixadora junto ao Reino da Dinamarca.

Com a palavra a Relatora, a Senadora Heloísa Helena, para emitir parecer sobre o indicado para Embaixador no Reino Unido, Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani.

A SRA. RELATORA (Heloísa Helena) – Sr. Presidente, antes da leitura do parecer, eu gostaria que V. Exª se pronunciasse sobre a audiência desta Comissão, apesar de a pauta estar trancada devido à medida provisória. Temos tomado outras decisões em outras comissões, mesmo quando o assunto não era conclusivo, como no caso dos requerimentos. Considero importante que a Mesa coloque o argumento regimental para que estejamos aqui votando, fazendo sabatina e anotações secretas, embora a pauta ainda esteja trancada pela Medida Provisória nº 77.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senadora Heloísa Helena, como a votação dos nomes dos indicados não é matéria de natureza terminativa, pois ainda haverá votação no plenário do Senado, é possível, sim, fazer-se a argüição e votação no âmbito desta Comissão. Obviamente, enquanto a pauta não for desobstruída, o Plenário não poderá votar a matéria.

Aqui, poderemos realizar os nossos trabalhos normalmente.

A SRA. RELATORA (Heloísa Helena) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª, e teremos o mesmo procedimento em outras comissões em votações de requerimento que precisem igualmente ir a Plenário.

Passo a ler o relatório, Sr. Presidente:

> "Relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 58, de 2003 (nº 56, de 2003, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Democracia Parlamentar no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte."

Sr. Presidente, fiz um grande esforço para garantir a discrição no meu relatório, conforme manda a Constituição, embora não possa deixar de agradecer a V. Exª por ter me dado o privilégio de ser a Relatora nesta indicação que, com certeza, honra e orgulha por demais o povo brasileiro.

Esta Casa do Congresso Nacional, de conformidade com a Constituição Federal, é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Democracia Parlamentar do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Desculpe, Senadora Heloísa Helena, tem havido o procedimento de normalmente ser feita a leitura na ausência dos embaixadores. Mas, se não houver objeção por parte das Srªs e dos Srs. Senadores, entendo que seria gentil para com eles, que estão à porta, que possam ser convidados a entrar e ouvir a exposição. (Pausa.)

Não havendo objeção, solicito ao Embaixador José Maurício de Figueiredo Bustani para estar presente, bem como o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, por favor.

V. Exª pode prosseguir, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. RELATORA (Heloísa Helena) – O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** do diplomata indicado, bem como amplo relatório sobre o Reino Unido, do qual extraímos algumas informações para este relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

Passo à análise.

O Reino Unido compreende a Grã-Bretanha, a Inglaterra, a Escócia e o País de Gales, a Irlanda do Norte e algumas ilhas menores. Com população aproximada de 60 milhões, PIB de US$1,4 trilhões e PIB **per capita** de US$23,7 mil, a Grã-Bretanha é a segunda maior economia da União Européia. Em junho de 2001, o Primeiro-Ministro, Tony Blair, iniciou seu 2° mandato naquele país. Uma nova realidade após o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos e a intervenção no Afeganistão, ao lado da deterioração das perspectivas de paz entre Israel e Palestina, levaram o Governo britânico a atribuir maior peso às considerações de política externa, aqui inclusa a luta anti-terror. Internamente, existem críticas e mesmo repúdio ao que se considera um excessivo protagonismo e alinhamento a Washington, em particular a aliança com os Estados Unidos na investida anti Saddam Hussein.

A economia britânica enfrenta, neste momento, alguns problemas que podem ser assim resumidos: desequilíbrio resultante de um setor industrial em queda, déficit comercial crescente, índice de poupança decrescente e uma elevação na carga tributária utilizada para financiar o endividamento interno com grande peso para a classe média, conforme relata a Oposição.

Todavia, a economia vem atingindo taxas de expansão bem acima da média da Zona do Euro pelo segundo ano consecutivo. No ano passado, a Zona do Euro cresceu apenas 0,8%, e a Grã-Bretanha, 1,6%, segundo relatório do Banco HSBC. Em 2001, o crescimento da economia britânica ficou em 2% maior do que os 0,3% dos Estados Unidos e que o da Zona do Euro, formada pelos 12 países que adotaram o euro como moeda única, de 1,5%, segundo o mesmo estudo. O banco prevê que neste ano a Grã-Bretanha cresça 2,5%, novamente ultrapassando a expansão dos Estados Unidos, prevista para 2%, e da Zona do Euro, projetada para ficar em 1,2%.

É também verdade que o setor de serviços em expansão, apesar do desaquecimento do setor de serviços financeiros, garante o crescimento e compensa a contração experimentada pela indústria. Para alguns analistas, os problemas existentes não significam sinais de estagnação da economia, que mantém inalterada a taxa de juros num patamar de 4% há 14 meses. Quanto a uma possível adesão ao euro, ainda não há decisão sobre a data para o referendo por parte dos ingleses, mas Tony Blair a qualifica como a mais importante decisão desta geração.

As principais análises indicam que o atual Governo britânico e, sobretudo, o Primeiro-Ministro, já teriam tomado sua decisão não somente pela postura pró-européia que os caracteriza, mas também pela percepção da inexorabilidade da entrada do Reino Unido na Zona do Euro em face de o país lá concentrar a maior parte da sua atividade econômica internacional e realizar cerca de 55% do seu comércio. No que tange especificamente às relações Brasil e Reino Unido, merece destaque a existência de um plano de ação conjunta, firmado em dezembro de 1997, no qual foi instituído o que se denominou de parceria brasileiro-britânica, passando o Brasil a fazer parte dos 10 mercados estratégicos preferenciais do Reino Unido para a exportação de bens e serviços e para investimentos.

A visita do Primeiro-Ministro Tony Blair, em 30 de julho e 1° de agosto de 2001, de cunho bilateral, revisou, atualizou e reforçou o plano de ação conjunta como instrumento balizador das relações bilaterais, conferindo prioridade a 10 áreas: comércio e investimentos; questões globais e de finanças internacionais; educação, ciência, tecnologia e cooperação técnica, inclusive proteção ambiental; direitos humanos; luta contra o crime internacional; lavagem de dinheiro, terrorismo, drogas e corrupção; defesa nacional e participação em operação de paz; gestão pública e erradicação da pobreza.

Há que se considerar que o Brasil é o maior parceiro comercial do Reino Unido na América Latina. As exportações britânicas para o mercado brasileiro representam mais de um terço do total exportado para toda a região. Em níveis globais, o Brasil é o 32° destino das exportações britânicas, em dados de 2000. Por sua vez, o Reino Unido foi o 10° destino das exportações brasileiras em 2001, correspondentes a US$1,7 bilhão, e o 10° país em termos de importações, com US$1,2 bilhão.

O Reino Unido é uma das poucas potências industriais com as quais o Brasil mantém superávit na balança comercial. Nesse cenário, existe uma complementaridade tecnológica entre as indústrias britânica e brasileira, sendo que a parceria empresarial afigura-se como um fator para a ampliação do comércio e dos investimentos entre os dois países.

Como um registro importante, ressalte-se que o número de viajantes britânicos para o Brasil vem crescendo, tendo chegado a 143 mil em 2000, segundo dados da Embratur. Como catalisador para o fortalecimento das relações bilaterais, destaca-se, ainda, o Fórum Brasil-Reino Unido, no qual se inclui o diálogo brasileiro britânico, projeto que visa a aprofundar o contato entre instituições do Governo e da sociedade, entre políticos e pesquisadores, cooperação acadê-

mica Brasil-Reino Unido, com atividades tanto no Reino Unido quanto no Brasil. Merece atenção específica, na mensagem de Ano Novo do Primeiro-Ministro Tony Blair, a lista do que ele considerou como perigo segundo a ótica britânica: o terrorismo, as armas de destruição em massa controladas pelo Iraque e pela Coréia do Norte, a recessão econômica e seus efeitos sobre os empregos e as aposentadorias, o colapso do sistema de acolhida de refugiados e criminalidade. Tudo isso, evidentemente, segundo a percepção do Primeiro-Ministro Tony Blair.

Ao tempo em que o Reino Unido é uma economia de importância inquestionável, em particular para o Brasil, é fato que contribui material e militarmente nas operações dos Estados Unidos no Afeganistão. Na esfera multilateral, o Reino Unido assumiu a presidência do Comitê Antiterrorismo, criado pela Resolução nº 1.373, de 2001, do Conselho de Segurança, e exerceu liderança no combate ao financiamento de atividades terroristas.

Segundo o Secretário do Exterior, a ação militar contra o Taliban e a Al-Quaeda foi levada a cabo com base no direito de autodefesa previsto no art. 51 da Carta das Nações Unidas. Outrossim, chama a atenção o fato de que o Reino Unido foi o único país da União Européia a tomar a medida extrema de derrogar o art. 5º, Direito à Liberdade e Segurança, da Convenção Européia de Direitos Humanos, e o art. 9º do Pacto Internacional das Nações Unidas de Direitos Civis e Políticos. Reside nesse mosaico a importância de o Brasil manter nesse posto pessoa com amplos conhecimentos, de um lado, da dimensão financeira e do desenvolvimento e da necessidade de se ampliar a cooperação Brasil–Reino Unido, e, de outro, da real problemática do que se pode denominar de segurança internacional.

O indicado pelo Governo brasileiro desempenhou numerosas e importantes funções no exterior. O currículo do Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani não deixa dúvidas quanto ao acerto da Presidência da República com a sua indicação, pois possui ampla qualificação nas duas dimensões acima consideradas, merecendo destaque a sua participação no Comitê Brasileiro da 1ª Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre desarmamento, em Nova Iorque, em 1978, como Delegado; na 1ª Sessão Especial também da Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre desarmamento, em Nova Iorque, em 1971, como Delegado; na Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, em 1979, 1980, 1981, 1982, como Delegado; no Comitê Especial sobre a Carta das Nações Unidas; e também exerceu o cargo de Chefe de Departamento de Política Tecnológica, Financeira e Desenvolvimento, entre 1992 e 1993; a sua participação no Comitê Preparatório da Organização Internacional para a Proibição de Armas Químicas, entre 1996 e 1997; foi eleito Diretor-Geral da Organização para Proibição de Armas Químicas – Opaq, por aclamação, em 13 de maio de 1997, para mandato de quatro anos; foi reeleito, por aclamação, em maio de 2000, um ano antes do término do seu mandato, por iniciativa dos governos dos Estados Unidos da América e da Federação Russa, para mandato de cinco anos.

O indicado serviu na Embaixada em Moscou, entre 1970 e 1973; na Embaixada em Viena, entre 1973 e 1975; na missão junto à ONU, entre 1977 e 1984; na Embaixada em Montevidéu, entre 1984 e 1986; e no Consulado Geral em Montreal, entre 1987 e 1992.

Cabe destacar uma afirmação do próprio Sr. José Maurício Figueiredo Bustani, em artigo publicado na revista **Estudos Avançados**, de 2002, que corrobora o conhecimento e a sensibilidade do indicado em relação à necessidade de nova postura brasileira na consecução de um ambiente de paz e prosperidade internacional:

"O uso unilateral da força até pode resolver um problema **ad hoc**, a curto prazo, mas jamais levará a uma solução duradoura e geralmente aceitável para a comunidade internacional, que espera poder contar com práticas e políticas comuns, negociadas para o bem de todos, através de instrumentos jurídicos internacionais que garantam a verdadeira integração da sociedade das nações."

O Presidente da República, Luiz Inácio Lua da Silva, declarou que o Brasil precisa recuperar sua auto-estima, respeitar-se mais, falar um pouco mais grosso nas suas relações internacionais, pois ainda não fazemos isso com a grandeza que nós, brasileiros, temos e merecemos.

O indicado demonstra a harmonia quanto aos objetivos a serem perseguidos e declarados pelo novo Governo.

> Julgamos, pois, que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Infelizmente, Sr. Presidente, volto a repetir – e V. Exª, Senador Jefferson Peres, sabe como sou apaixonada nas minhas decisões –: o Regimento e a Constituição não me permitem fazer um relatório que desse

conta do orgulho e da honra que temos com a indicação feita pelo Governo brasileiro de V. Exª, Sr. Bustani, futuro Embaixador do Brasil no Reino Unido.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem toda a liberdade de se expressar aqui. E, como Presidente, regimentalmente, aceitarei a livre manifestação de V. Exª em homenagem ao indicado.

Vamos ouvir o Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani. Depois, ouviremos o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, para, em seguida, passarmos à reunião reservada de argüição.

Tem a palavra o Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito obrigado pela oportunidade. Para mim, é uma honra muito especial ser sabatinado por uma Comissão presidida por uma pessoa que considero meu amigo, com quem aprendi muito desde 1995, quando fomos companheiros na Delegação do Brasil à Conferência de Desenvolvimento Social, em Copenhagen. Naquele momento, aprendi o que era tubing tax, ouvi sobre Thomas Paine, ouvi toda a sua preocupação a respeito da renda mínima, muito bem explicada na sua publicação Renda da Cidadania, que considero leitura obrigatória para o brasileiro de hoje.

Quero agradecer à Srª Senadora Heloísa Helena pelas amáveis palavras dirigidas à minha pessoa. E, aos Senadores e Senadoras, alguns deles que estiveram aqui presentes, eu gostaria de agradecer pelo apoio recebido há um ano, quando eu estava passando por momentos extremamente difíceis da minha carreira. Foi nesse ninho que recebi, como também da imprensa e da opinião pública, o apoio que eu talvez não tenha merecido de outros setores da sociedade brasileira naquele momento.

Sinto-me extremamente honrado por ter sido escolhido pelo Presidente Lula para substituir, na Embaixada em Londres, uma pessoa que reputo da maior qualidade que o Itamaraty jamais produziu, que é o Embaixador, hoje Ministro, Celso Amorim.

A embaixada em Londres é extremamente importante, a prova disso é que por lá passaram embaixadores da maior categoria como Paulo Tarso Flecha Lima, Celso Antônio de Souza e Silva, Rubens Barbosa e o próprio Celso Amorim; embaixadores com quem tive a oportunidade e a honra de poder trabalhar direta ou quase diretamente.

Celso Amorim é um paradigma; com ele trabalhei seriamente e com grandes resultados durante o período do Governo Itamar Franco, momento em que estávamos decidindo questões muito importantes para a segurança nacional, relativas a desarmamento, programa espacial e outras matérias. Apreendi muito com Celso Amorim.

Sinto-me também honrado de participar, se V. Exª me permite, Sr. Senador, de um Governo que inclui pessoas da minha maior intimidade, a quem respeito muito por serem brasileiros viscerais, como é o caso do nosso Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, o meu fraterno amigo e companheiro de exílio, por delito de opinião, como disse o jornalista Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty.

É um momento muito feliz para a minha careira: voltar depois de um ano sem função e poder estar aqui na mesma Comissão que me ouviu com tanta simpatia, e que tanto me apoiou um ano atrás.

Eu gostaria de compartilhar com V. Exªs algumas das minhas idéias a respeito da função de um embaixador e, especificamente, ocupando a Embaixada em Londres; eu queria mais receber orientação de V. Exªs do que falar a respeito do posto ao qual estou designado, uma vez que a Senadora Heloísa Helena fez uma apresentação que absolutamente cobre quase tudo que eu gostaria de dizer a respeito do posto. Eu queria mais uma vez reiterar a minha emoção de estar nesta Comissão.

Se aprovado, vou chegar ao Reino Unido em um momento extremamente difícil da política internacional e do próprio País, momento muito crítico para a figura do Ministro Tony Blair. De modo que terei como orientação duas principais preocupações que aprendi com o Presidente Lula: a primeira delas é que não há tempo para errar, pois temos um período muito curto para recompor, para redirecionar algumas coisas do nosso Brasil e, segundo, o Brasil, sim, tem que retomar a posição importante que merece – como a Senadora Heloísa Helena lembrou – no cenário internacional, por sua virtude histórica. Para isso, entendo que deve haver um engajamento das forças do Brasil: do Executivo, do Legislativo e de toda a sociedade civil. Acredito que tem que haver uma aglutinação de esforços do Executivo e do Congresso Nacional.

Acredito que a representação do Brasil no exterior, a Embaixada em Londres em particular, tem a responsabilidade de desenvolver uma política que insira o Brasil numa globalização, não a globalização perversa como lembrou Milton Santos, uma globaliza-

ção outra, não aquela que nos é vendida como uma fábula.

Penso que a função do embaixador é dar conta não só das necessidades imediatas do Brasil – uma delas é o comércio; e penso que ela deve dar conta, e vou tentar fazer na Embaixada em Londres – mas também de todas as oportunidades na área da cooperação tecnológica e técnica, em que o Reino Unido se apresenta como um grande expoente, basta lembrar que mais de 70 cidadãos do Reino Unido são portadores do Prêmio Nobel na área de ciências; também, sobretudo – e o Presidente Lula já começou esse tipo de participação –, fazer a voz do Brasil ser ouvida na solução dos grandes problemas internacionais, como é o caso, no momento, essa crise que todos vamos ter que enfrentar.

O trabalho do embaixador no Reino Unido, de uma certa maneira, não é muito complicado por conta do que já falei, da qualidade dos embaixadores que lá estiveram e acima de tudo pela qualidade do serviço diplomático brasileiro, o profissionalismo que o nosso serviço diplomático sempre demonstrou, procurando extrair o que há de melhor e reproduzir, traduzir lá fora os anseios da sociedade brasileira, dos governos que representamos.

Obviamente, houve alguns momentos de alguma miopia e de alguns equívocos talvez por falta de uma direção profissional adequada, o que levava o Itamaraty a não dar o rendimento que ele merecia. Creio que esses momentos já passaram. Agora temos um Presidente e um Ministro com um sentido de missão nacional brasileira, e acredito que o Itamaraty e toda a sociedade brasileira estarão preparados para contribuir.

Lidaremos com o Reino Unido, a quinta economia do mundo – como a Senadora lembrou –, um país que possui 10% das maiores empresas mundiais. Curiosamente, em Londres, o embaixador é um pouco diferente daquele de outros lugares, porque a própria natureza da sociedade faz com que o embaixador seja um ponto focal, um catalisador. Seja por meio do Governo, das empresas, do setor financeiro, das ONGs ou das universidades, tudo passa pelo embaixador. Isso foi-me explicado por meus Colegas que me antecederam. O papel do embaixador é extremamente importante, porque ele pode catalisar, ordenar e, inclusive, redirecionar as diversas manifestações das relações dos dois países.

Na área comercial, o Reino Unido é o maior parceiro da América do Sul. Nossa balança comercial tem sido favorável, e trabalharemos para que isso continue. Somos o maior receptor de investimentos do Reino Unido, além de sermos o maior investidor da América Latina no Reino Unido.

Há outros aspectos curiosos do Reino Unido. Trata-se de um país que apóia claramente, explicitamente, o fortalecimento do Mercosul e com o qual podemos ter um diálogo muito melhor nas nossas relações com a União Européia, porque é um país que propõe a reformulação da Política Agrícola Comum da União Européia e é muito aberto ao aumento das importações agrícolas.

Na área financeira, é o maior centro financeiro em volume de transações. Dos três tipos de bancos centrais existentes – o americano, o europeu e o inglês –, o inglês é o que mais se aproxima do nosso Banco Central; sua política monetária é baseada na meta inflacionária. Há uma fluidez de diálogo que nos permite uma interação muito mais fácil.

A praça financeira de Londres também é importante, porque a legislação trabalhista de Londres permite que haja uma triagem muito mais rígida dos funcionários que trabalham na praça, de modo que a qualidade da variação do mercado das tendências internacionais em Londres é muito superior ao que se pode encontrar em outros centros financeiros por conta dessa seleção e dessa flexibilidade da legislação local.

Há 463 bancos estrangeiros em Londres. Do Brasil, salientam-se o Banco do Brasil e o Unibanco. Também é um centro extremamente importante nas telecomunicações.

Como a Senadora lembrou bem, o quadro das relações bilaterais com o Reino Unido passa pelo decálogo, os dez mandamentos desenvolvidos por meio do plano de ação conjunta, em 1997, preparado pelo então embaixador em Londres, Rubens Barbosa, cobrindo todas as áreas mencionadas: comércio, investimentos, parte financeira, educação, cultura, meio ambiente, direito humanos, combate ao terrorismo, cooperação na área de defesa etc.

Mais recentemente, em 2001, incluíram-se nesse plano de ação questões importantes, como as sociais e as de gestão pública. O Reino Unido tem seus problemas sérios, é o país da União Européia em que há maior pobreza infantil. Há uma grande preocupação em solucionar os problemas da pobreza numa sociedade de primeiro mundo, mas que tem grandes bolsões de miséria. O enfoque que o Governo tem dado a essas políticas é abrangente, relaciona-se com a criação de oportunidades e com o melhor aproveitamento da tecnologia para favorecer a situação das comunidades. O Brasil tem muito a aprender nessa área.

Já que a parte financeira ocorre praticamente sozinha, o embaixador é uma figura que favorecerá e catalisará esse fenômeno. O comércio exige nosso investimento, mas temos uma estrutura que pode promovê-lo. Pretendo focalizar muito essa parte social e tentar extrair das comunidades científicas, universitárias e das não governamentais tudo que é possível em termos de programas sociais, de combate à miséria e de prevenção de doenças, em que o Reino Unido não tem muita tradição.

Não falei especificamente das relações políticas entre Reino Unido e Brasil, porque, sinceramente, tenho a impressão de que as relações políticas entre o Brasil e o Reino Unido passaram, nos últimos anos, por contatos que eu consideraria mais pessoais do que propriamente tópicos ou pontuais, ou relativos a grandes questões nacionais. O diálogo entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Primeiro-Ministro Tony Blair era intelectual. Ou então esse diálogo ocorreu no contexto da governança progressista, que foi o exercício que se mostrou, finalmente, muito mais teórico e muito menos aplicado às questões pontuais da sociedade.

De alguma maneira, penso que esse diálogo tem que ser desenvolvido com base nas grandes questões, nas grandes coisas que podem afetar o Brasil diretamente, coisa que o Presidente Lula já começou a fazer: os contatos com diversos líderes, inclusive com o Primeiro-Ministro Tony Blair, há apenas dias atrás, com relação à questão do Iraque, que pode afetar o Brasil de maneira irreversível.

Penso que há um espaço enorme para ampliar as relações entre o Brasil e o Reino Unido. Não nos esqueçamos que estamos falando de Partido dos Trabalhadores e do Partido Trabalhista. Quer dizer, há uma base trabalhista comum, com suas nuances obviamente, mas há uma preocupação. Creio que se deve pensar sempre muito mais no trabalhismo do que nos agentes do trabalhismo que podem estar no poder naquele momento e, por circunstâncias políticas determinadas, tenham tomado uma linha que não é exatamente a linha óbvia e tradicional do trabalhismo.

Acredito que, se observarmos a atitude do Governo trabalhista do Reino Unido em relação às questões internacionais, encontraremos um partido basicamente, fundamentalmente multilateralista. O Reino Unido apoiou o Protocolo de Quioto, o Reino Unido apoiou a Convenção de Armas Biológicas, o Reino Unido apoiou a Conferência de Joanesburgo, o Reino Unido apoiou a Corte Penal Internacional e o Reino Unido apoiou a Organização das Armas Químicas, da qual fui diretor por cinco anos, como nenhum outro país.

Tive, do Reino Unido, durante cinco anos, a melhor colaboração que eu jamais poderia ter recebido de qualquer país membro da organização. De modo que quando dizem que meu **agrément** demorou, meu **agrément** foi concedido dentro do prazo regulamentar, porque minha relação com o Reino Unido, independente do que aconteceu, foi sempre absolutamente exemplar.

No Reino Unido, também a opinião pública, como os senhores estão vendo, tem uma grande participação na formulação das políticas, coisa que no Brasil agora já é uma verdadeira realidade. Penso que também devemos explorar a vertente, o viés da administração, inclusive do partido conservador, que é tentar buscar acomodar as grandes divergências ou diferenças entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. O programa de cooperação técnica do Reino Unido é, tradicionalmente, extremamente rico. Há uma tradição do Reino Unido dessa idéia na área do desenvolvimento. Uma das razões, talvez até por conta desse aspecto, de a Ministra Claire Short, que ameaçou demitir-se agora, não poder ser despedida, é porque ela é uma Ministra extremamente competente e com enorme popularidade internacional, sobretudo no Continente africano. Tive oportunidade de conhecê-la numa conferência no Sudão, e realmente é uma pessoa de uma capacidade de trabalho inacreditável.

Não podemos também ignorar que, mesmo no contexto das pressões que o Primeiro-Ministro Tony Blair possa estar sofrendo em relação à questão do Iraque, todas as suas manifestações nunca deixaram de passar por uma solução abrangente para o Oriente Médio. Há sempre a preocupação de que o Iraque seja colocado no contexto da solução do problema Israel/Palestina. E a conferência,há poucas semanas, em Londres, prova isso.

Não devemos esquecer também que, ainda ontem, o Reino Unido estava tentando ainda uma solução pacífica – apesar do que parece – para a questão do Iraque, por meio da apresentação de algo que reputo extremamente importante: a lista de ações a serem tomadas pelo Iraque, de modo que se possa chegar a uma avaliação mais objetiva da situação e decidir se se justifica ou não uma ação militar.

De modo que tenho a esperança de que o trabalhismo verdadeiro ainda esteja na base de toda essa política, e o multilateralismo do Reino Unido esteja ainda, apesar das aparências, por baixo de toda essa atuação que vemos. A política, às vezes, leva a pro-

postas, decisões que talvez não sejam evidentes para a opinião pública. Mas penso que isso é importante.

Penso que, nesse contexto, é muito importante que o Brasil aproveite esse papel protagônico do Reino Unido para se fazer ouvir. Como disse o Presidente Lula, o Brasil deve sair debaixo do tapete e colocar sua voz, porque tem uma virtude histórica a ser considerada. O Brasil pode não ter força militar, pode não ter uma economia de Primeiro Mundo, mas tem uma tradição de respeito ao direito, uma tradição de convivência com os vizinhos sem a menor dificuldade, um peso político e uma diplomacia tradicional que nos dá uma grande credibilidade. Temos de resgatar tudo isso. Temos de fazer com que a voz do Brasil seja ouvida, e ela será ouvida. Temos de ousar em algumas iniciativas, e penso que o momento é este, porque o Presidente Lula demonstrou, em dois meses de Governo, que já ocupou um enorme espaço internacional nas principais potências da Europa. De modo que isso nos dá uma grande capacidade de talvez criar uma outra coisa, que não é a diplomacia presidencial, mas é a diplomacia pelo Brasil e para o Brasil, uma diplomacia muito mais voltada para a promoção dos interesses do Brasil que a personalidade do Presidente.

Então, penso que o Brasil deve lutar por isso, sobretudo porque vamos entrar, no ano que vem, para o Conselho de Segurança. Quem sabe, numa reforma do Conselho de Segurança, em conseqüência desta crise internacional do Iraque, venhamos a participar do Conselho em bases permanentes. Entendo ser essa uma aspiração legítima que o Brasil jamais deveria ter abandonado, quando decidiu que isso deveria acontecer. Não se precisa ter um grande exército nem uma grande economia. Se isso fosse condição necessária para entrar para o Conselho de Segurança, bastava ter um membro, que é o Estados Unidos, e estava tudo resolvido.

Para não tomar muito mais o tempo de todos os senhores, eu gostaria de dizer-lhes que a minha disposição de trabalhar no Reino Unido é apenas a de multiplicar as áreas que já existem e que têm sido trabalhadas com grande êxito pelos meus antecessores e a de explorar novas avenidas.

Pretendo também, digamos assim, roubar os cérebros dos brasileiros que trabalham no Reino Unido – temos muitos professores universitários naquele país –, tentar trazê-los para a embaixada e fazer com que eles nos dêem uma contribuição a partir de suas experiências nas diversas áreas, de modo que alguma proposta de imaginação possa ser considerada pela embaixada e trazida para o Governo, para a concretização dos nossos objetivos.

Penso também que a nossa relação deve tentar resgatar o que a governança progressista – que é um tema tão caro ao Primeiro-Ministro Tony Blair – devia ter feito desde o começo, que é focalizar as questões relativas à Justiça e à promoção do desenvolvimento e do bem-estar da população do mundo.

Essa é a minha missão.

Estou aberto para as suas perguntas.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Dr. José Maurício de Figueiredo Bustani.

Vamos, agora, então, ouvir o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes, a respeito do diplomata indicado para ser embaixador junto aos Estados Unidos Mexicanos, Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, para, em seguida, fazermos a argüição reservada de ambos os indicados.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. RELATORA (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Presidente, antes de mais nada, agradeço a deferência de V. Exª de me destacar ao me conceder o privilégio de relatar a indicação do embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos. Esse privilégio se dá justamente em conseqüência da trajetória do embaixador e da forma como se tem conduzido, representando o nosso País em todos os cargos por onde passou, desde 1968.

Portanto, vamos ao meu relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos. A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, art. 483, I, elaborou o **curriculum vitae** do candidato.

De acordo com esse documento, o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, nasceu na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, em 20 de agosto de 1946, sendo brasileiro nato, nos termos do art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

É diplomata de carreira desde fevereiro de 1968, sendo promovido a Segundo Secretário, em 1971 e,

por merecimento, a Primeiro Secretário em 1976; a Conselheiro, em 1979; a Ministro de Segunda Classe, em 1982 e a Ministro de Primeira Classe, em 1988.

Na Secretaria de Estado, exerceu várias funções, entre as quais podem ser destacadas a de Coordenador de Planejamento Político da Secretaria Geral das Relações Exteriores, 1979 a 1983; de Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, de 1987 a 1990; de Diretor-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, de 2000 a 2001; de Sub-Secretário-Geral Adjunto em 2001 e de Sub-Secretário Geral para Assuntos Políticos Multilaterais, de 2001 a 2003.

Em representações diplomáticas do Brasil no exterior, o Sr. Araújo Castro serviu em Genebra, como Terceiro Secretário, em 1971, e como Segundo Secretário, de 1971 a 1973; em Los Angeles, como Cônsul Adjunto; em Nova Iorque, perante as Nações Unidas como Segundo Secretário, em 1976 e Primeiro Secretário, de 1976 a 1978. Em Washington, como Ministro Conselheiro; em Nova Iorque, perante as Nações Unidas, como Embaixador de 1990 a 1994; em Washington, junto à Organização dos Estados Americanos, como Embaixador, de 1994 a 1996 e, por fim, em Montevidéu, como Embaixador, de 1996 a 2000.

Entre suas várias missões como agente diplomático, destaca-se a sua participação como membro do Comitê dos Fundos Marinhos e Oceânicos das Nações Unidas e do Comitê Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, de 1974 a 1982, experiência essa que culminou com a obra intitulada **O Brasil e o Novo Direito do Mar. Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva**.

Cabe ainda frisar a sua participação como membro do Conselho Permanente da OEA; representante adjunto do Brasil no Conselho de Segurança; Presidente da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas e Presidente da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** relatado, documento informativo sobre os Estados Unidos Mexicanos, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores. Foi destacado por este a recente e profunda alteração no cenário político mexicano, com o fim do período de domínio de 07 décadas do PRI e a ascensão do Presidente Fox, em 2000, pertencente ao PAM. As dificuldades de aprovar medidas internas, em decorrência dessa transição política, têm direcionado o Governo Fox a valorizar a política externa, o que criou terreno fértil para aprofundar nossas relações bilaterais. Como exemplo, sublinha-se o comércio Brasil-México, que, nos últimos anos, confirma seu grande potencial, com crescente saldo comercial brasileiro, em razão da exportação de veículos automotores. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Eu gostaria de justificar. Eu fiz um parecer sucinto, até para dar oportunidade a que o Embaixador possa se expressar perante todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Patrícia Gomes.

Passamos a palavra ao indicado para ser Embaixador no México, Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro.

O SR. LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO – Muito obrigado. Obrigado, Presidente Eduardo Suplicy.

É para mim uma honra voltar à Comissão de Relações Exteriores, nessa ocasião em que fui distinguido e muito honrado com a designação, pelo Presidente Lula, para o cargo de Embaixador do Brasil no México.

É um desafio extraordinário que o Presidente Lula me confia, por indicação do Chanceler Celso Amorim. Fico muito honrado com essa indicação e tenho a esperança de poder levar adiante uma missão que considero extremamente desafiante, mas muito enriquecedora pelo seu potencial.

Eu gostaria de agradecer de forma particular à Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, a generosidade e, inclusive, a apresentação.

Muito rapidamente – pois sei que temos certa restrição de tempo –, eu gostaria de dizer que o México é um país com extraordinária riqueza histórica e cultural. Ele tem um perfil singular na encruzilhada entre a América Latina e a América do Norte e insere-se no quadro regional e no quadro global com considerável peso político e com peso econômico crescente. O Brasil conhece-o relativamente pouco. São os dois países, creio eu, mais importantes da América Latina, que têm o maior potencial e que, no entanto, têm-se mantido um pouco afastados. Estão se aproximando em diversos campos: na área cultural, na área econômica, na área comercial, na área de iniciativa acadêmica e em outras. Creio, entretanto, que ainda há muito para fazer no contexto da nova política externa brasileira.

Para citar a política externa brasileira, eu diria que, há duas semanas, a edição mexicana da revista Foreign Affairs – a revista Foreign Affairs americana

tem uma edição em espanhol editada no México – publicou um artigo do Presidente Lula, no qual, entre vários outros pontos, Sua Excelência afirma que "o Brasil buscará desenvolver suas relações com a África do Sul, com a Índia, a China, a Rússia e o México, assim como com outros países que têm importância econômica e geo-política em suas respectivas regiões".

É interessante a citação que fez o Presidente Lula de cinco grandes países: a Rússia, a China, a Índia, a África do Sul e o México. São países para os quais, em diferentes áreas, a política exterior deste Governo pretende dirigir-se de forma prioritária no sentido de descobrir novos caminhos, de desenvolver potenciais e de criar parcerias que poderão ser desenvolvidas não só no âmbito das iniciativas bilaterais, mas em um contexto de iniciativas que possamos levar adiante em foros multilaterais.

O Ministro Celso Amorim, em seu discurso ao assumir o cargo dia 1° de janeiro, também fez referência à idéia de alianças com os grandes países em desenvolvimento, reforçando um diálogo com a China, a Rússia, a Índia, o México e a África do Sul.

O Brasil e o México são os dois maiores países da América Latina em termos de população e de economia. São os dois únicos países que têm grande dimensão populacional. São países com mais de 100 milhões de habitantes. O México é um país com mais de 104 milhões de habitantes. O Brasil possui 175 milhões. São os dois países que têm um tipo de dimensão que lhes confere um peso internacional específico, o que, internamente, gera e aumenta os problemas sociais, os problemas políticos, a desigualdade e as disparidades regionais. Há muitas semelhanças entre o México e o Brasil sob esse ponto de vista.

O norte do México é mais rico e o sul, mais pobre; é o contrário do Brasil. Possui um setor industrial que vai muito bem e que se desenvolveu ao longo da última década, sobretudo impulsionado pelo processo do Nafta. Ao mesmo tempo, viu a deterioração da sua vida rural, da sua vida agrícola com enormes problemas sociais no campo. É um país que tem procurado soluções sociais para esses problemas desde o inicio do século, com a revolução mexicana, de 1910 a 1917. Foi toda uma sucessão de líderes em uma história conturbada – nesse caso vale lembrar, também, o governo de Lazaro Cardanas, na década de 30, quando foi nacionalizado o petróleo e intensificado o processo da reforma agrária, já naquela época. Isso tudo vem até os dias de hoje. Não vou tentar resumir a complexa e interessantíssima história mexicana, que, aliás, vem de muito antes da época do "descobrimento". Trata-se de uma história, de uma cultura riquíssima e que possui vários pontos de semelhança com o Brasil.

Fazendo uma fuga no tempo até os dias de hoje, até os momentos recentes de transição democrática que ocorreu no México e consolidou-se nas eleições de julho 2000, quando, pela primeira vez, o PRI deixou de exercer o poder em eleições livres e tranqüilas. Foi eleito, finalmente, um candidato de outro Partido, do PAN. Não foi uma transição democrática pacífica. Quer dizer, o momento da transição, no ano 2000, foi absolutamente pacífico, sem maiores incidentes. Mas nisso tudo há os antecedentes de 1968, quando houve o massacre da praça de Tlateloco, os antecedentes de 1988, com as eleições em que houve contestação quanto aos resultados, atribuindo-se, oficialmente, a vitória ao Presidente Carlos Salinas de Gortari. Havia acusações de fraude, que teriam prejudicado o candidato do PRD, que era o Cuauhtémoc Cárdenas. O mandato presidencial lá é de seis anos. A eleição seguinte, em 1994, também foi extremamente tumultuada. O ano de 1994 foi terrível para o México. Ele começou, no dia 1° de janeiro, com a entrada em vigor do Nafta, com tudo o que isso representava. No mesmo dia eclode a rebelião armada no Estado de Chiapas, que foi a Rebelião do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Há um processo eleitoral muito conturbado no meio do qual o candidato do PRI, que é Luis Donaldo Colossio, é assassinado e teve que ser substituído por outro candidato do PRI, que é o Ernesto Zedillo, que acabou sendo eleito.

Para culminar, pouco depois da posse do Ernesto Zedillo, explode uma enorme crise econômica e financeira que afeta gravemente o México. Ou seja, eles passaram por momentos muito traumáticos, em diferentes momentos, mas talvez mesmo esse trauma tenha facilitado a transição democrática no sentido de se permitirem mudanças das regras eleitorais, maior transparência e a criação de um instituto que é similar ao nosso Tribunal Superior Eleitoral ou Tribunais Regionais Eleitorais, que é um instituto eleitoral mexicano, o Instituto Federal Eleitoral do México.

Eles foram aperfeiçoando esse processo, e as últimas eleições, aparentemente, se deram em condições de absoluta tranqüilidade. O Presidente Fox se elegeu, mas sem uma maioria absoluta, creio que com 42% dos votos, contra uns 34%. E isso aconteceu também com o candidato do PRD, o Cuauhtémoc Cárdenas, que recebeu uma votação menor do que a que tinha recebido em 1988 e em 1994. Ele teve, realmente, uma votação menor. Isso se refletiu também na composição do Congresso, do Senado e da Câmara dos Deputados mexicanos. Em nenhum dos

dois, o Presidente tem maioria. Então, cada medida legislativa tem que ser arduamente negociada no Parlamento mexicano, que é muito forte, o que talvez reflita o fato de uma série de reformas propostas tanto na área fiscal quanto na área de liberalização do regime energético e outras estarem paradas, em função das dificuldades de obtenção de maioria. O Parlamento, que foi do Partido do Governo durante muitos anos, tinha poderes, e os mantêm.

Não quero deixar de mencionar, por alto, o excelente relacionamento político que há entre o Brasil e o México. E o novo Governo brasileiro, representado pelo Presidente Lula – os senhores se lembram –, mesmo antes de tomar posse, em dezembro, foi ao México, passou um dia lá, teve contato com o Presidente e com outros líderes políticos do México. Foi uma visita muito rápida, mas teve uma simbologia muito importante: a de abrir esse caminho para um diálogo, no mais alto nível, entre Brasil e México, diálogo esse que é uma continuação de um diálogo que já existe solidamente em diferentes campos, no campo cultural, no campo da cooperação em organismos internacionais e em diferentes áreas nas quais o nosso nível de entendimento com o México, de um modo geral, é muito bom, embora nossas posições nem sempre sejam coincidentes. Mas, como dois grandes países latino-americanos e que exercem bastante influência no contexto internacional, esse tipo de diálogo é importante, deve ser estimulado e deve ter continuidade, mesmo quando, como eu disse, as posições não sejam coincidentes. São países que estão engajados em diversos processos negociadores, às vezes lado a lado, como é, por exemplo, o caso da Alca, e não exatamente lado a lado, no caso, por exemplo, do Iraque. Mas o Brasil deve ser eleito para substituir o México no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a partir do dia 1º de janeiro do próximo ano. Vamos nos sentar na cadeira do México. Agora, estamos assistindo com muito interesse a um México sujeito a todas as vicissitudes dessa condição de membro não-permanente do Conselho de Segurança no momento em que se aproxima do voto na questão do Iraque. E, por falar nisso, as últimas declarações do Governo mexicano não deixam exatamente muito claro qual é a posição, mas deixam claro que eles não favorecem o recurso à guerra para a solução dessa questão. Mas o processo, como os Senhores sabem, continua em aberto nesses dias.

Temos um bom diálogo com o México em questão de direitos humanos, meio ambiente, direitos da mulher, em questões relacionadas com o narcotráfico, de lavagem de dinheiro, há cooperação entre a COAF e o órgão correspondente mexicano da COAF. Penso que poderia haver mais cooperação na área parlamentar.

O Grupo Parlamentar Brasil/México celebrou a sua primeira reunião no ano 2000, na cidade do México. Creio que poderia ser feita alguma iniciativa ou pelo Senado, ou pela Comissão de Relações Exteriores, para levar isso adiante e ver quem são os integrantes da Comissão Parlamentar Brasil/México do lado brasileiro e tentar retomar esse contato e reavivar. São dois parlamentos que têm tido uma atuação muito importante no desenvolvimento e na modernização do Estado e no tratamento dos temas novos e que têm muita coisa que poderiam fazer. A área acadêmica é riquíssima, não vou nem mencionar. Há muitas iniciativas que estão sendo feitas e nessa área.

O México é um país que vive uma série de problemas, obviamente na área de política exterior, coisa que inclusive se refletiu muito recentemente com a substituição do anterior Chanceler Jorge Castañera por Luis Ernesto Derbes, que era o Secretário de Economia. Eles têm uma agenda complexíssima, da qual o ingrediente principal, por uma série de motivos, é o relacionamento com os Estados Unidos, o grande vizinho deles com o qual têm uma fronteira de 3.000 quilômetros. Há 20 milhões de pessoas de descendência mexicana vivendo nos Estados Unidos legalmente e, além disso, há entre 3 e 5 milhões de ilegais ou não documentados mexicanos atualmente nos Estados Unidos. O grande tema difícil do relacionamento bilateral é a questão migratória. Há uma reivindicação, sobretudo a partir do Governo Fox, o qual se iniciou com uma reivindicação fortíssima da negociação de um acordo migratório com os Estados Unidos, que teria duas componentes: uma, regulamentar e facilitar o ingresso mexicano para trabalhar nos Estados Unidos legalmente; duas, regularizar a situação dos três a cinco milhões de mexicanos que já vivem nos Estados, facilitar o acesso a recursos de saúde e dar a esses mexicanos as condições mínimas de se integrarem à sociedade americana de forma produtiva.

Sobre a questão do Nafta, muito sinteticamente há dois vereditos básicos: há um discurso de que o Nafta foi um grande erro, porque produziu para o México aumentos de PIB, aumento dos grandes números macroeconômicos, os números da exportação. Mas há também a crítica pelo que o Nafta não trouxe benefícios do lado humano, do lado social, o fato de que aumentou o desequilíbrio interno de renda, o fato de que diminuiu a renda e certamente empobreceu o setor rural e, também, mesmo na área industrial, a dúvida sobre se houve uma melhoria das condições dos

trabalhadores. Não há dúvida de que aumentou a produção, a exportação e de que isso contribuiu para a modernização, para a produtividade, para a inserção da economia mexicana na economia da América do Norte. Mas é um debate não concluído ainda, que continua e que pode ter repercussões. Tem sido feita essa reparação no contexto da nossa participação na Alca.

Li um artigo, escrito no ano passado por Samuel Pinheiro Guimarães, que justamente menciona o exemplo do México como servindo ou não servindo de exemplo para o processo da Alca.

Uma das críticas feitas a todo o processo da Nafta e que é também uma crítica que pode também ser feita ao processo da Alca, que é o contrário do que aconteceu com a Europa, é que o Nafta e a Alca são projetos de criação de áreas de livre comércio, só isso. Não são projetos de criação de mercado comum, não se criou um mercado comum da América do Norte, o que se criou foi uma área de livre comércio da América do Norte. Não há livre circulação de trabalhadores entre os três países do Nafta e nem se prevê nada parecido no contexto da Alca. Não há uma série de medidas financeiras, como foram adotadas no contexto europeu, para estimular o desenvolvimento das áreas mais pobres da Europa, que eram Portugal, Espanha e a Grécia e os setores mais pobres até de alguns outros países. Houve esse esforço concentrado, porque sentiu-se que era necessário, senão equalizar, pelo menos diminuir, as distâncias dentro da Europa, para que o projeto do Mercado Comum Europeu tivesse viabilidade. Os Europeus sentiram, desde o início, que criar um Mercado Comum, uma União Européia, num continente em que houvesse enormes disparidades de renda, de condições de vida e de indicadores sociais, não seria viável. Então eles atacaram isso; eles trabalharam nesse sentido.

Claro que há vários defeitos no processo que podem ser criticados, mas houve essa preocupação que, como muitos dizem, não foi uma preocupação altruísta, nem nada, mas no sentido de dar viabilidade ao projeto político-econômico da União Européia.

Para terminar, quero fazer, muito rapidamente, uma breve referência às relações econômicas e comerciais entre Brasil e México. É extraordinário o potencial. O México é hoje o 4º destino das exportações brasileiras. O primeiro é os Estados Unidos, o segundo, a Alemanha, o terceiro passou a ser a China, e o quarto é o México. O Brasil exportou 2,3 bilhões de dólares para o México no ano passado. Passou por muito pouco as nossas exportações para a Argentina, que foram em torno de 2,3; um pouco menos. Obviamente, isso tem a ver com as dificuldades por que passam a Argentina no momento atual e deve ser compensado, por um lado, na medida em que melhore a situação da Argentina; por outro lado, o potencial que se está identificando, se está realizando, com relação ao México é tão grande, que há dúvida, porque a perspectiva é de um crescimento muito forte.

Do comércio, 50% das nossas exportações, ou mais, são do setor automotivo. Nós exportamos carros, motores e autopeças em grandes quantidades para o México. O carro mais vendido no México é o Gol, fabricado pela Volkswagen do Brasil, só para se ter uma idéia. Esse é o automóvel mais vendido no México. O México tem uma poderosa indústria automobilística, mas que é praticamente voltada para a exportação para o mercado americano. Então, a Volkswagen no México produz carros **top of the line**, carros mais caros e tal, e importa o Gol do Brasil que é o carro de consumo popular.

O Brasil é também o maior destino das exportações mexicanas, mas eles têm exportado muito menos. Nós exportamos 2,3 bilhões, e o México exportou apenas 580 milhões, ou seja, 0,6 bilhões. Há um saldo positivo de 1,7 bilhões, saldo muito grande. Obviamente, é interesse dos dois países reequilibrar isso, não no sentido de diminuir as nossas exportações, mas de aumentar as nossas exportações, aumentar as importações do México e aumentar os investimentos, que é um capítulo extraordinário.

Há no Brasil hoje 2,4 bilhões de dólares de investimentos mexicanos. Grupos mexicanos controlam, provavelmente, a metade dos celulares que estão nesta sala. Grupos mexicanos são controladores de diferentes companhias de celular no Brasil. Eles têm, hoje, creio que uma participação de 30 a 40% do mercado de celulares no Brasil. Eles são donos de redes hoteleiras, de fábricas de suco, e o que é interessante, para terminar darei só esse exemplo, o dos o Sucos Del Vale, uma companhia mexicana, que vendia sucos no Brasil. A partir de um certo momento, eles sentiram que o mercado de sucos no Brasil era tão promissor, que eles investiram e abriram uma fábrica em São Paulo. Hoje, eles produzem esse suco em São Paulo, que é vendido em qualquer supermercado. São os Sucos Del Vale. O capital é mexicano, mas são produzidos no Brasil, com mão-de-obra brasileira. E eles agora estão passando à fase de exportar para o resto da América do Sul o suco produzido no Brasil. Quer dizer, o que era uma importação nossa do México, passou a ser um investimento direto e vai virar uma exportação brasileira. É um processo dinâmico, extremamente criativo e penso que é papel nosso, da Embai-

xada, do Governo brasileiro, em contato com o setor empresarial, com o apoio do Congresso, tentar estimular esse tipo de parceria criativa que entendo que é do bem de todos e que facilita a todos.

Uma última palavra, que eu tinha esquecido de mencionar, mas que é um problema grave, sério, e que a embaixada vai ter que cuidar, é a respeito de problemas consulares entre Brasil e México. Não sei se vocês viram, recentemente, na televisão, reportagem sobre brasileiros que estão indo para o México, sem visto, porque não há exigência de visto no México, para tentarem, a partir do México, entrar ilegalmente nos Estados Unidos. Esse é um problema crescente que começou há dois anos, quando os mexicanos, num gesto de amizade e simpatia, suspenderam a exigência de visto para turistas brasileiros.

Milhares de brasileiros vem se dirigindo ao México, muitos realmente para fazer turismo, sem a menor dúvida, mas muitos tentam atravessar a fronteira para os Estados Unidos. Isso está começando a criar um problema grande. Teremos reuniões no Itamaraty para tentar equacionar e ver que tipo de assistência especial, que medidas podem ser tomadas para tentar obviar esse problema.

Desde já agradeço a atenção de todos e, mais uma vez, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, em particular à relatora e a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Luis Augusto Araújo Castro.

Quero informar que o Item 3 da pauta trata da votação da Srª Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia.

Como ela já foi argüida aqui, apenas estaremos apreciando e votando sua indicação para a Embaixada na República da Lituânia. Nesse caso, não há argüição.

Portanto, as Srªs e os Srs. Senadores poderão votar também a indicação de seu nome.

Passaremos, agora, à fase reservada da reunião. Peço apenas que as Srªs e os Srs. Senadores permaneçam.

A partir deste instante a reunião passa a ser reservada.

O SR. RELATOR AD HOC (Hélio Costa) – Trata-se do relatório do Senador Luiz Otávio, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 3, 2003, do Sr. Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia.

Entre as funções desempenhadas no Exterior pela Srª Vera Pedrosa Martins de Almeida, destacam-se as de Embaixadora em Quito, em 1999; Embaixadora em Haia, em 1995; Encarregada de Negócios junto à Unesco em Paris, em 1991; de Ministra Conselheira e Delegada Permanente Adjunta junto à Unesco, em Paris, de 1990 a 1992; de Conselheira em Paris, de 1983 a 1986.

No cumprimento das missões para as quais foi designada pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, tendo participado de delegações brasileiras em grande número de reuniões internacionais, com destaque para as atuações junto ao Conselho Permanente da Organização para a Proibição das Armas Químicas.

A Diplomata tem as seguintes condecorações: Ordem do Rio Branco Grande Oficial Brasil; Ordem do Mérito Naval Comendador Brasil; Ordem do Mérito Militar Grão-Mestre Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico Comendador Brasil; Medalha do Mérito Santos Dummont Brasil; Ordem El Sol Del Peru, Oficial Peru; e Ordem do Mérito Civil da Espanha.

O intercâmbio comercial é, no momento, pouco expressivo entre os países onde ela estará representando o Brasil como Embaixadora, tendo ficado na ordem de U$ 9,8 milhões em 2001. Registra-se um pequeno aumento em 2002, para cerca de U$ 10,6 milhões em setembro. O fluxo comercial ainda é quase inteiramente favorável ao Brasil. Não obstante, a Lituânia aumentou em mais de seis vezes suas exportações para o Brasil desde 2001.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir, diz o Relator, outras considerações no âmbito deste relatório.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Passamos agora à reunião reservada.

(Reunião reservada)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está reaberta a reunião.

Informo que, tanto para o Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro como para os Embaixadores José Maurício de Figueiredo Bustani e Vera Pedrosa Martins de Almeida, houve unanimidade dos votos. Quinze titulares votaram a favor.

Cumprimentamos os três embaixadores também pelo brilhantismo das exposições.

Também informo que, na próxima reunião, apreciaremos requerimento de iniciativa do Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, no sentido de a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa ter uma subcomissão que tratará, permanentemente, dos assuntos relacionados a brasileiros no exterior, inclusive diante do caso levantado pelo Senador Hélio Costa, do falecimento da brasileira Prisciliana Pereira, há duas semanas, de frio, no rio Bravo, na fronteira do México com os Estados Unidos, quando tencionava atravessar a fronteira rumo aos Estados Unidos.

Também informo aos membros da Comissão de Relações Exteriores que receberei, amanhã, ao meio-dia, a visita da Embaixadora Donna Hrinak, dos Estados Unidos. Aliás, hoje encaminhei a ela, por e-mail, o conteúdo de todo o debate havido entre nós, Senadores, e o Embaixador Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Receberemos S. Exª para conhecê-la e mostrar o ponto de vista dos Senadores, que, unanimemente, votaram uma moção no sentido de apoiar os esforços de paz que o Governo brasileiro está realizando.

Eu queria transmistir aos embaixadores – já que tanto o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro como o Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani também falaram a respeito dos esforços de paz para que não haja guerra no Oriente Médio, tão importante nos próximos dias – então, que poderão contar sempre com o respaldo dos Senadores desta Comissão.

Muito obrigado.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h05min.)

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada 27 de fevereiro do 2003, às 10 horas.

Às dez horas do dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e três, no Plenário do Senado Federal, por concessão do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador **JOSÉ SARNEY**, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores: **HÉLIO COSTA, ARTHUR VIRGÍLIO, RODOLPHO TOURINHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TASSO JEREISSATI, ALOÍSIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, FLÁVIO ARNS, GILBERTO MESTRINHO, PEDRO SIMON, MARCO MACIEL, TIÃO VIANA, JOÃO CAPIBERIBE, ANTERO PAES DE BARROS, RAMEZ TEBET e LÚCIA VÂNIA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores Chanceler Celso Amorim para debater sobre o cenário da guerra e as iniciativas políticas do Governo Brasileiro em defesa da paz mundial e outros aspectos da política exterior brasileira. Após a abertura da reunião, o Senhor presidente designa comissão formada pelos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, MARCO MACIEL e ROBERTO SATURNINO** para conduzir o Ministro ao Plenário do Senado Federal juntamente com todas as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores e informa que está aberta a lista de interpelação para argüição ao Senhor Ministro. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** convida o Senhor Senador **PAULO PAIM** para co-presidir a reunião, concedendo a palavra ao Senhor Ministro para que faça sua exposição. Utilizam da palavra os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **ARTHUR VIRGÍLIO, ALOÍSIO MERCADANTE, JOÃO CAPIBERIBE, TIÃO VIANA, HÉLIO COSTA, FLÁVIO ARNS, ROMERO JUCÁ, PEDRO SIMON, EDUARDO AZEREDO, SERYS SLHESSARENKO, ANTERO PAES DE BARROS, GERALDO MESQUITA JUNIOR, ROMEU TUMA, RODOLPHO TOURINHO e ANA JULIA CAREPA.** Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 44 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A presente reunião realiza-se no plenário do Senado Federal por concessão do Sr. Presidente, Sena-

dor José Sarney, com vistas a propiciar a participação de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, bem como do corpo diplomático.

Esta reunião destina-se a ouvir o Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre o cenário de guerra e as iniciativas de política do Governo brasileiro em defesa da paz, e outros aspectos da política exterior brasileira.

O Sr. Ministro já se encontra no gabinete da Presidência.

Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Romeu Tuma, Marco Maciel e Roberto Saturnino a convidar o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, que se encontra na sala da Presidência, a vir ao plenário do Senado Federal.

Vamos aguardar a vinda do Ministro Celso Amorim – faremos um breve intervalo para isso.

Convido todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores a virem ao plenário do Senado Federal, uma vez que será iniciada, dentro de instantes, a exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a política externa brasileira, sobretudo a relacionada à iminência de eclosão de guerra, e sobre as iniciativas do Governo brasileiro para evitar a guerra no Oriente Médio, em especial no Iraque.

Informo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que está aberta a lista de inscrição para argüição ao Sr. Ministro. Solicito aos Srs. Senadores que desejam se inscrever que o façam por escrito a partir de agora.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está reaberta a reunião destinada a ouvir o Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a política externa brasileira e, sobretudo, o cenário de esforços de paz no Oriente Médio e as iniciativas de políticas do Governo brasileiro em defesa da paz.

Convido o Senador Paulo Paim, como 1º Vice-Presidente e Presidente em exercício, para co-presidir esta reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Convidamos as Srªs Embaixadoras e os Srs. Embaixadores sediados em Brasília para estarem presentes nesta reunião da Comissão de Relações Exteriores no plenário do Senado Federal, onde ouviremos o Ministro Celso Amorim, que falará a respeito da política externa brasileira.

Nos termos regimentais, o Ministro Celso Amorim disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição. Para fazer as interpelações a S. Exª, serão chamadas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores inscritos, intercalando-se os oradores de cada partido, que disporão de cinco minutos cada um, sendo assegurado ao Ministro igual tempo para a resposta. Para contraditá-lo, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores poderão usar da palavra por dois minutos, concedendo-se ao Ministro igual tempo para a réplica.

Concedo, portanto, a palavra ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, que poderá escolher se falará de pé, da tribuna, ou sentado, conforme o que avaliar melhor.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Presidente em exercício, Senador Paulo Paim; Srs. Líderes; Srªs e Srs. Senadores, para mim é uma honra muito especial comparecer à Comissão de Relações Exteriores do Senado, aqui no plenário, para fazer uma apresentação sobre alguns aspectos da política externa brasileira, sobretudo aqueles que dizem respeito aos esforços do Presidente Lula e do Ministério das Relações Exteriores, que me foi confiado, em relação à situação no Oriente Médio e aos nossos esforços em defesa da paz.

Eu iniciaria por dizer que, raras vezes, a Diplomacia brasileira se viu confrontada, sobretudo num início de governo, com uma situação de guerra ou paz – com tão sérias implicações de ordem jurídica, política e econômica para a comunidade internacional – como a que hoje se configura em função da crise do Iraque. Evidentemente, houve outras crises de natureza regional que foram enfrentadas com muita capacidade pelo Itamaraty, inclusive no Governo anterior, mas, desta vez, fala-se de uma crise, de uma perspectiva de guerra, de uma possibilidade de guerra com implicações amplas para todo o mundo.

A crise se apresenta basicamente sob dois aspectos: como desarmar o Iraque em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança e como lidar com a possibilidade de opção militar com ou sem autorização do Conselho de Segurança.

O Brasil se posiciona claramente em favor de uma solução pacífica para essa questão.

Em seu discurso de posse, o Presidente Lula afirmou que as resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas e que crises internacionais como as do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação.

Ao receber eu próprio o cargo de Ministro das Relações Exteriores, declarei que o Brasil vê o assunto da seguinte maneira: que não se pode, de forma al-

guma, abandonar a via pacífica e do diálogo, sob pena de perpetuar-se o sofrimento das populações envolvidas e de se desencadearem forças incontroláveis com enorme potencial desestabilizador.

Antes de me referir especificamente às ações do Presidente Lula e às minhas próprias como Chanceler, nesse terreno, valeria a pena uma brevíssima recapitulação do que é a situação do Iraque, para que tenhamos um entendimento claro da questão.

Originalmente, o problema do Iraque foi inscrito na agenda do Conselho de Segurança, em 1990, como uma ameaça à paz internacional em função da invasão do Kuwait pelo regime de Bagdá. Obteve-se a desocupação do Kuwait por meio de uma coalizão que foi autorizada a usar a força – o termo, digamos, o eufemismo, empregado com esse sentido na época era "todos os meios necessários". Isso foi feito pela Resolução nº 678, do Conselho de Segurança. Portanto, essa coalizão atuou com autorização explícita do Conselho de Segurança. E o Iraque foi, posteriormente, quando chegou o momento do cessar-fogo, submetido a um regime de sanções, cuja suspensão, estipulada na Resolução nº 687, ficou sujeita à eliminação de todas as suas armas de destruição de massa e outras armas proscritas. Em outras palavras, a resolução do cessar-fogo estipulou também o desarmamento do Iraque e fez do desarmamento a condição para a suspensão das sanções que então foram estabelecidas.

Obviamente, houve muitos episódios, bastante longos para serem relatados, mas, em breves palavras, pode-se dizer que se seguiu uma década marcada por períodos em que foram realizados progressos na área de desarmamento do país – mais armas foram destruídas pelos inspetores do que na própria Guerra do Golfo. Esses progressos foram freqüentemente interrompidos por crises, umas resultantes da recusa iraquiana em manter um nível de cooperação adequado com as Nações Unidas, e outras por uma certa incompreensão das próprias equipes de inspetores.

Houve sérios impasses que levaram, em fins de 1998, a uma tentativa de reorganização do trabalho dos inspetores. Eu próprio, por coincidência histórica, era na época Presidente do Conselho de Segurança e fui, depois, Presidente de três painéis, três comissões: uma sobre temas de desarmamento; outra sobre assuntos humanitários; e a terceira relativa a prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitiana. E, desses painéis, sobretudo o do desarmamento, resultou, em parte – obviamente, houve modificações nas idéias originais –, a substituição da famosa Unscom, que era muito criticada pelo Iraque e outros países por causa de seus métodos de trabalho, pela Unmovic, que atualmente é presidida pelo sueco Hans Blix, que todos vêem freqüentemente na televisão.

O Brasil teve uma importante participação no desenvolvimento desses trabalhos, sobretudo em relação aos mecanismos de verificação e monitoramento, e essa nova configuração foi consagrada pela Resolução nº1.284, de dezembro de 1999.

O fato é, como eu já advertia na época, que a melhor resolução, a melhor técnica para as inspeções vale de pouco se não houver em paralelo uma aceitação pelo Iraque da presença dos inspetores. Mas, por motivos diversos – que depois poderíamos comentar –, o Iraque não aceitou o regresso dos inspetores, pois considerava que ainda havia excessos naquilo que estava estipulado, não estava satisfeito com a não-suspensão imediata das sanções. O fato é que o regresso dos inspetores só se daria com a Resolução nº 1.441, que é já de novembro de 2002 – portanto, mais ou menos três ou quatro anos depois da crise inicial – e, em parte, isso ocorre dentro do contexto que se criou no mundo depois do 11 de setembro de 2001.

Embora, originalmente, o problema do Iraque seja estritamente o de armas de destruição em massa, digamos, do ponto de vista psicológico, sociológico e político, ficou mesclado com a questão do terrorismo internacional, ou pelo menos em termos de motivação, sobretudo por parte da maior potência.

Com isso, o Conselho de Segurança, após uma série de pressões e contrapressões, terminou por aprovar essa Resolução nº 1.441, que diz respeito ao reforço das inspeções. É dentro do quadro dessa resolução, que repete as anteriores, mas acrescenta vários outros aspectos – inclusive já há a constatação de que o Iraque estaria em violação grave das resoluções anteriores e ameaça o Iraque com sérias conseqüências –, que o governo iraquiano finalmente acede em receber os inspetores novamente e que se passam as inspeções que têm sido noticiadas na imprensa.

Sempre houve duas motivações presentes nas ações – creio eu – dos países: uma parte deriva diretamente das resoluções do Conselho de Segurança, sobretudo dessa a que me referi, que é a resolução do cessar-fogo, que estabelece que o Iraque tem que ser desprovido, despojado, desarmado das suas armas de destruição de massa; mas há também, há muito tempo pelo menos, uma outra agenda, que se tornou mais explícita recentemente, mas que já havia sido mencionada antes, que é a agenda da mudança de regime, da mudança de governo do Iraque. Evi-

dentemente, isso não faz parte das resoluções do Conselho de Segurança, mas é um fato que acompanha em paralelo essa questão das inspeções.

É importante ter esse fato presente, porque isso também permite entender que, ao mesmo tempo em que a resolução é aprovada, se dá um grande desdobramento militar na área, portanto, uma ameaça de intervenção militar, uma retórica de possibilidade de intervenção militar que antecede e que continua depois da Resolução nº 1.441, que, por vezes, parece estar estritamente ligada à Resolução e, por vezes, parece também se inserir num pano de fundo mais amplo.

Então, essa é a situação que veio se agravando. A cooperação dada pelo Iraque, mesmo depois da 1.441, foi considerada, em geral, insuficiente, com graus variáveis de apreciação, digamos – alguns países achando que essa situação é possível remediar com um pouco mais de cooperação, e outros apontando um problema de credibilidade estrutural do governo iraquiano. Seja como for, a verdade é que essas ameaças foram crescendo, o risco de guerra foi aumentando. E isso coincide com a chegada, no Brasil, do Governo Lula ao poder.

O Presidente Lula se referiu ao assunto em seu pronunciamento feito no Clube de Imprensa dos Estados Unidos. E há uma série de iniciativas diplomáticas do Brasil que estão voltadas para a consecução desse objetivo, que é a solução pacífica da questão. Volto a insistir que a solução pacífica da questão – a paz é obviamente muito importante – passa também pelo pleno cumprimento das resoluções das Nações Unidas por parte do Iraque e, portanto, com a certeza, por parte da comunidade internacional, de que o Iraque não mais dispõe de armas de destruição de massa.

Vou relatar brevemente alguns desses episódios. Primeiro, nas declarações que fez em Davos e também nos encontros que manteve tanto com o Chanceler Schröder quanto com o Presidente Chirac, em Berlim e Paris, respectivamente, o Presidente Lula claramente posicionou o Brasil a favor de uma solução pacífica e dentro do quadro das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que criticamos o terrorismo e a existência de armas de destruição de massa.

Não pode haver dúvida e não há nenhuma ambigüidade a esse respeito. Menciono o terrorismo porque o fato tem sido freqüentemente citado, embora haja dúvidas sobre se há ou não vínculo claro entre o Governo de Bagdá e ações terroristas. Muitos dizem que isso nunca foi realmente comprovado.

Pouco depois da viagem do Presidente Lula, houve uma reunião do Mercosul, em Montevidéu, cujo objetivo era obviamente tratar de outros temas, mas coincidiu com uma reunião do Conselho de Segurança, na qual o Secretário de Estado, Colin Powell, faria uma apresentação sobre a situação. Naquele dia, então, os chanceleres do Mercosul, reunidos, emitiram uma resolução com basicamente três elementos: primeiro, apóia os esforços pacíficos para que a Resolução nº 1.441 seja plenamente cumprida; expressa confiança nos inspetores da agência de inspeção Unmovic, que substitui a Unscom, e da agência atômica, que devem ter tempo suficiente para realizar suas tarefas com plena e integral cooperação do Governo iraquiano, e, finalmente, reitera o papel do Conselho de Segurança – isso é muito importante – como órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, e é o único com legitimidade para autorizar o uso da força.

Pouco depois, houve a divulgação, pela França, Alemanha e Rússia, de uma declaração comum, com a proposta de intensificação das inspeções, como forma de pressionar Bagdá a cumprir com suas obrigações de desarmamento nas várias áreas. O Brasil, então, emitiu um comunicado oficial registrando interesse na iniciativa, solidarizando-se em relação aos seus objetivos. Isso coincidiu com uma viagem que eu faria ao Japão, no contexto das negociações da Organização Mundial de Comércio. Em contato telefônico com os Ministros da Rússia e da Alemanha, acertei que, na volta, eu passaria nesses dois Países. O encontro foi marcado com muito pouca antecedência, o que demonstra, digamos, o interesse desses países em conhecer as opiniões do Brasil.

Os encontros foram bons. Pude observar mais de perto a problemática dentro e fora do Conselho. Inclusive, tive a visão – e voltarei a esse ponto, se houver tempo, no final – de que, além do caminho técnico para se resolver o problema das inspeções, há que se descobrir uma solução política para o problema, dada a circunstância que já apontei de que há uma certa ambigüidade com relação aos objetivos de alguns dos países e há, digamos, uma escalada militar que torna o recuo também bastante complexo.

Foram extremamente proveitosas as conversas que tive com o Ministro Igor Ivanov e também e com o Ministro Joschka Fischer, as quais reportei detalhadamente ao Presidente Lula.

Na mesma viagem, mantive um contato telefônico com o Ministro Xavier de Villepin, da França, com quem voltaria a falar mais tarde.

Em 18 de fevereiro – portanto, coincidindo com a minha estada –, houve um debate aberto na Organização das Nações Unidas – debate aberto significa

que não participam apenas os membros do Conselho de Segurança, mas também de outros países que assim o desejarem.

Nesse debate, o nosso representante, o Embaixador Caldas de Moura, que está como o encarregado do negócio, fez um pronunciamento bastante forte em apoio à Resolução nº 1.441, o qual termina dizendo que "apoiamos os objetivos contidos nas referidas iniciativas", inclusive as da França, Rússia e Alemanha. Também reitera que é possível uma solução pacífica para a crise – "ainda existe a esperança de paz e devemos insistir em alcançá-la". Foi, portanto, um discurso bastante significativo, mesmo quando comparado com o de outros países.

Qual é a situação atual, em termos de quadro parlamentar, no Conselho de Segurança, e de possíveis atuações mais imediatas?

No dia 24, os Estados Unidos, com o co-patrocínio do Reino Unido da Espanha, tabularam um projeto de resolução. Tabularam-no – já há uma linguagem codificada do Conselho de Segurança – em azul. Isso quer dizer que o documento já tem uma certa formalidade. É claro que ele pode ser modificado, mas não é, digamos, uma mera especulação. Trata-se de um projeto de resolução a ser considerado.

Esse projeto de resolução recapitula vários projetos anteriores e também os termos da Resolução nº 1.441. O mais importante é que, no seu único parágrafo praticamente operativo – porque o outro é apenas para dizer que o Conselho continuaria a tratar do assunto –, o projeto estabelece, mais ou menos literalmente, que o Iraque não aproveitou ou deixou de aproveitar – depende de como se queira traduzir – a última oportunidade que lhe foi oferecida para desarmar-se. O verbo "aproveitar" está no passado. Além do mais, a resolução é feita dentro do Capítulo VII, que é o que permite ações de força, entre outras; mas permite também o uso da força, e a interpretação que se tem dessa resolução — embora ela não contenha prazo ou seja uma ameaça específica – é a de que ela seria vista como uma luz verde para a ação militar por parte dos países que integrassem a coalizão.

Nessa mesma semana, a França e a Alemanha enviaram um memorando aos membros do Conselho de Segurança e detalharam um programa de fortalecimento das inspeções, mais ou menos na linha do que já haviam exposto naquela primeira declaração; mas, nesse caso, já de maneira bastante específica, com cronograma para a avaliação do andamento dos trabalhos e um prazo de 120 dias para uma avaliação definitiva.

Houve várias outras manifestações, inclusive dos países não alinhados, que se posicionaram também contra a guerra e insistiram na necessidade do recurso às instituições multilaterais.

É evidente que toda essa situação decorre do fato de a cooperação do Iraque ter sido menos do que totalmente satisfatória. Quer dizer, em vários momentos, houve procrastinações e dificuldades. Em boa parte, os inspetores só estão tendo acesso a certos lugares, em função da pressão que se criou mais recentemente, mas o fato é que, independentemente da razão, essa cooperação tem aumentado.

Recentemente, o Iraque permitiu o sobrevôo de aviões U-2 e de outros também – saliento o U-2 porque era o mais controverso do ponto de vista iraquiano, sobre território iraquiano. O Iraque permitiu também algumas entrevistas, pelo menos com cientistas não acompanhados de supervisores, de membros do governo iraquiano, e entregou documentos a tal ponto que Hans Blix, que é o principal inspetor, disse que "há sinais de cooperação substancial" por parte do Iraque, mas não chega a dizer que se trata de uma cooperação integral. Não sabemos ainda o relatório que eles vão apresentar no próximo dia 7, quando o Conselho de Segurança vai voltar a ouvir aquele país.

O Conselho de Segurança, que, evidentemente, teria que tomar uma decisão sobre a resolução anglo-hispano-americana, permanece dividido. A situação prática é a seguinte: são necessários 09 votos positivos para que a resolução seja aprovada. O Conselho tem 15 membros. Portanto, se 07 países se abstiverem, mesmo que não haja nenhum voto negativo, a resolução não será aprovada. É preciso que haja 09 votos positivos. Se houver 09 ou 10 votos positivos, é necessário que entre os demais não haja nenhum voto negativo de membros permanentes do Conselho de Segurança; isto é, veto. É preciso, portanto, em termos práticos, que os Estados Unidos, a Inglaterra e a Espanha obtenham pelo menos os 09 votos e que nem a França, nem a China, nem a Rússia votem contra a resolução. Eles podem se abster, mas não podem votar contrariamente.

Não há clareza sobre a situação. Há muita dúvida. As impressões que se têm são as de que a existência da resolução – refiro-me mais a relatos de jornal e análises – se deve sobretudo à necessidade de o governo britânico ter uma segunda resolução. O governo americano parece mais decidido – digo parece porque, repito, esses fatos são extraídos de declarações públicas, que nunca são absolutamente definitivas – a uma eventual ação.

Sr. Presidente, para concluir – creio que ainda tenho mais cinco minutos –, a grande dificuldade que vejo para se resolver o problema é que existe uma ambigüidade de objetivos que decorrem da realidade – e aqui não estou fazendo nenhum juízo de valor.

Por um lado, há o objetivo do desarmamento do Iraque, que é o cumprimento pleno das resoluções das Nações Unidas. Os países que participam do Conselho e que querem uma solução pacífica têm procurado resolver o problema sugerindo o reforço dos inspetores, dando-lhes mais tempo e mais rigor nas inspeções – inclusive o Brasil apoiou e continua a apoiar a idéia de que isso ocorra. Por outro lado, os países que têm tido uma posição mais aguerrida em relação ao tema dizem que isso não adianta, porque há um problema de confiabilidade básica: não adianta ter mais inspetores se o Iraque não cooperar. Efetivamente, se se perguntar – como já fiz em algum momento – qual a ação que o Iraque poderia tomar que significaria, então, que ele teria passado a merecer a confiança, a resposta se reporta sempre ao passado. O Iraque já deveria ter tomado as medidas, teve muitas oportunidades e não as tomou. Há um problema, independentemente do juízo de valor que se faça, de confiança que – a meu ver – é difícil de ser superado com iniciativas do tipo das que a França, a Alemanha e a Rússia tomaram. Não que elas não sejam importantes. Elas merecem ser apoiadas. Mas elas, digamos, não cobrem o total do espectro político. Elas também não cobrem o fato – até porque isso está fora das resoluções da ONU – de que a maior potência do mundo, secundada por um outro país, que também é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, tem um grande efetivo de tropas na região, e que diante dessa falta de confiança inerente ao regime do Saddam Hussein, teria dificuldade de desmontar esse efetivo, mediante apenas um documento ou uma meia dúzia de documentos ou de escavações. Enfim, há um problema que transcende na percepção recíproca.

Então, o que temos procurado fazer ultimamente? Quanto ao Brasil, penso que a guerra não nos interessa sob nenhum aspecto. Não nos interessa sob os aspectos político, econômico, comercial, humanitário, nem nos interessa sob o aspecto da nossa adesão ao multilateralismo. Evidentemente que continuamos querendo que o Iraque se desarme, e reconhecemos até que a pressão militar é um fator importante para que isso ocorra – como já disse antes. Se não tivesse havido essa pressão é possível – ou é certo, quase –, que o Iraque não teria feito as aberturas que fez. Mas ao Brasil não interessa a guerra. Como disse muitas vezes, a melhor ameaça é aquela que não precisa se concretizar. Que a ameaça foi importante, talvez tenha sido. Reconhecemos isso. Mas o ideal é que não precise se concretizar pelos custos humanos, econômicos, etc.

O que temos procurado fazer dentro de uma situação que não é nada simples? Hoje, o Brasil não é membro do Conselho de Segurança da ONU – aliás, isso ilustra como é importante ser membro do Conselho de Segurança – de modo que a nossa capacidade de agir depende muito da nossa interlocução, do nosso diálogo com outros países. Por isso, o Presidente Lula tem falado, como falou com Jacques Chirac por duas vezes – uma vez pessoalmente e uma outra por telefone –com Gerhard Schröder, além de haver falado com outros líderes latino-americanos. Aliás, eu próprio tenho mantido contatos, que já relatei, e também conversado com membros latino-americanos do Conselho de Segurança da ONU. Inclusive, recentemente, conversei longamente com a ministra chilena – foi muito interessante – e devo dizer que também tenho conversado, falei sobre o assunto, pelo telefone, com o Secretário de Relações Exteriores da Inglaterra, Jack Straw; também tive uma longa conversa com o Ministro Colin Powell. Temos conversado em torno da necessidade da solução pacífica, tentando usar a imaginação para ver se é possível ainda encontrar uma solução política. Não é fácil, porque qualquer uso da imaginação passa por algo de heterodoxo, digamos assim, dentro da situação atual. Mas, quando me perguntam se a guerra é inevitável, penso que faz parte da discrição profissional de um Ministro das Relações Exteriores acreditar que toda guerra é evitável, até que pelo menos o primeiro tiro seja disparado. Então, até que isso ocorra, todos os nossos esforços, podem até ser qualificados de ingênuos por alguns, serão dirigidos à paz.

A guerra, portanto, cremos que é evitável. Mas se me pedissem para fazer uma análise percentual, eu não daria uma percentagem muito grande. Mas eu tenho que trabalhar nesta via, por mais estreita que ela seja, e, por meio do diálogo com outros países, sobretudo o diálogo com os membros permanentes e os não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mas que estão lá e que são os mais próximos de nós, como é o caso do México e do Chile.

Em resumo, eu diria que essa é a situação atual. Esses foram os passos dados. Eles não esgotam as possibilidades, porque isso é um processo contínuo de conversas. Enfim, essa é a situação atual. Não devemos superestimar excessivamente a nossa capacidade de atuação, mas tampouco devemos subesti-

má-la, porque o Brasil é um país que tem uma grande credibilidade; o Brasil é um país pacífico; o Brasil é um país que está passando por uma reforma social fundamental – fez uma eleição nesse sentido – e é um país muito respeitado no mundo e obteve uma transição fenomenal; o Presidente Lula tem muito prestígio, além do prestígio do Brasil, e isso nos dá alguma margem. É essa margem que temos procurado utilizar nesse diálogo com os países que detêm a influência mais direta e que detêm a chave dessas operações, que, esperamos, ainda se concluam de forma pacífica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informamos que há 12 Senadores inscritos, incluindo os proponentes da presença do Ministro Celso Amorim, os Senadores Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante. Portanto, estão inscritos os Senadores João Capiberibe, Hélio Costa, Marcelo Crivella, Jefferson Péres, Magno Malta, Duciomar Costa, Flávio Arns, Tião Viana, Romero Jucá, Pedro Simon e outros que estão assinando a lista com a Srª Secretária.

As Senadoras Serys Slhessarenko e Fátima Cleide também já estão inscritas.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores, que, na última reunião da Comissão de Relação Exteriores, foram aprovados, conforme o parecer do Senador Marcelo Crivella, os requerimentos e moções, tanto de iniciativa do Senador Aloizio Mercadante como do Senador Pedro Simon e minha, foram assinados por todos e aprovados por unanimidade, no sentido de apoio do Senado Federal em prol da paz mundial ante a iminência de eclosão de conflito armado com o Iraque, enfatizando a necessidade de serem esgotados todos os meios pacíficos para assegurar o cumprimento das decisões do Conselho de Segurança da ONU, particularmente a continuidade dos procedimentos de inspeções naquele país em nome da ONU, e conclamando o Governo brasileiro a dedicar todos os seus esforços junto aos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido no sentido de desistência de qualquer ação militar contra o Iraque. Ambos os requerimentos foram aprovados, por unanimidade, e consoante, portanto, aos esforços aqui expressos pelo Ministro Celso Amorim.

Tendo o Senador Arthur Virgílio, no âmbito da Comissão, apresentado o requerimento para a vinda do Ministro e também tendo o Senador Aloizio Mercadante proposto a sua vinda inclusive em Plenário – conversei com o Senador Aloizio Mercadante – avaliamos como adequado possa o Senador Arthur Virgílio ser então o primeiro argüidor.

Tem a palavra, portanto, o Senador Arthur Virgílio.

Por uma questão de eqüidade física, propus ao Ministro Celso Amorim que se coloque em posição equivalente à dos Senadores, postando-se na tribuna, à direita da mesa, e o Senador Arthur Virgílio à esquerda, seguindo a tradição da argüição em igualdade de condições.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Poder olhar o Ministro Celso Amorim é um prazer que se renova cada vez que a oportunidade me é dada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Celso Amorim, a impressão mais forte que me ocorre é que hoje devemos buscar aqui o máximo possível de unidade nacional, em hora que me parece profundamente delicada para o mundo e para o País, uma vez que os reflexos são enormes, embora se perceba o profissionalismo do Itamaraty e a competência inegável da nossa política externa, mesmo em momentos difíceis, como aqueles da ditadura militar. É, por exemplo, hora muito mais de V. Exª falar e menos de ouvirmos assessores especiais. Devemos buscar o consenso nacional. A margem de manobra é curta. Temos, ao mesmo tempo, a necessidade de clamar contra a guerra e o dever de caráter de apresentar a nossa mais profunda repulsa à idéia do terrorismo e à idéia do unilateralismo. Nenhuma das duas serve de exemplo para o mundo que o Brasil haverá de ajudar a construir e, ao mesmo tempo, temos a clara necessidade de não permitir que as nossas relações com os Estados Unidos se deteriorem, até porque, no momento em que digo isso, é nítido que o mundo vive uma delicada conjuntura: os Estados Unidos colaboram para a escalada – e deploro a escalada do Governo Bush – ao mesmo tempo em que aumenta o risco, para o Brasil, de turbulências econômicas, que se sofrerem acréscimo, se explodirem, o País terminará, na quadra em que vive, tendo de recorrer – isso é uma verdade, é questão de *real politik* mesmo – ao Tesouro Americano e ao Fundo Monetário Internacional. Logo, temos de saber dialogar com pragmatismo sobre a Alca e construir sobre ela uma visão de Brasil, algo que nos una a todos. E, ao mesmo tempo em que, mantendo diálogo amplo, aberto com essa admirável democracia que precisa reencontrar o seu melhor caminho no diálogo com o mundo, que são os Estados Unidos, precisamos clamar de maneira uníssona e muito forte pela paz.

Sr. Ministro, quando transmito a V. Exª a clara definição do meu Partido, o PSDB, pela paz, contra o unilateralismo, digo-lhe que ele o faz estribado na própria visão que tivemos, no governo do Presidente Fer-

nando Henrique Cardoso, de deplorar fortemente o terrorismo, os acontecimentos de 11 de setembro, a ponto de não caber aqui qualquer dúvida quanto a sermos avessos à figura tirânica, ditatorial, ultrapassada, obscura, que não serve ao mundo, do ditador Saddam Hussein. Mas o unilateralismo é barbárie. Prefiro Bretton Woods, mesmo capenga, esse sistema que está velho, a não contar com nenhum foro internacional. Prefiro o Conselho de Segurança da ONU soberano, embora defasado – porque não representa, hoje, a verdade do mundo que aí está –, a decisões solitárias tomadas hoje pela maior potência. Amanhã, elas poderão ser secundadas – essas decisões unilaterais – por algum vizinho incomodado com o outro e, com isso, perceber um mundo cada vez mais tenso – e a tensão não é boa companheira da paz mundial, não representa boa perspectiva para um país que precisa de paz e tranqüilidade para consolidar o seu caminho rumo à definitiva estabilidade econômica e à perspectiva de crescimento sustentável.

Portanto, neste momento, insisto em dizer que as divergências, tão essenciais para a construção da democracia no Brasil, devem ficar mais restritas ao debate interno da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos debates mais fechados, e há muitas divergências, para as quais haveremos de encontrar pontos de convergência, até porque a democracia sempre propicia, saudavelmente, as duas faces. Logo, neste momento, a posição do PSDB é nitidamente a de esperar e confiar que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva haverá de ser firme e hábil ao mesmo tempo: firme na defesa da paz e hábil em sua relação com um parceiro importantíssimo, talvez o nosso principal parceiro, que são os Estados Unidos.

Temo a alta de preços, mas registro que, desde o Governo passado, se construía a perspectiva de não se precisar muito do petróleo do Iraque, do ponto de vista do abastecimento; o preço, sim, seria algo terrivelmente danoso para nós, se se completasse a possibilidade de ser ele aumentado de maneira incisiva. Mas, a partir da decisão do Presidente Fernando Henrique de importar petróleo da Argentina e de outras decisões estratégicas desse tipo, ao mesmo tempo em que, com a quebra necessária e, hoje, reconhecida por todos como vitoriosa, do monopólio estatal do petróleo, que tirou entraves que mantinham a Petrobrás atada a números insignificantes se comparados com os dados vitoriosos de hoje, isso tudo faz com que o Brasil possa ter absoluta convicção de que vai ultrapassar todas as linhas imaginárias que se possam atravessar em seu caminho tático e estratégico.

Sr. Ministro, não tenho, na verdade, indagações a fazer a V. Exª. Confio em seu profissionalismo e sei de sua competência. Sei, aliás, da competência da Casa a que V. Exª pertence como um dos Diplomatas mais brilhantes da sua geração. Considero que o tema Política Externa haverá de ser cada vez mais relevante para este País. O Brasil precisa exercitar o papel que lhe cabe sem exageros, sem fingir protagonismos acima do nosso peso real; ao contrário, precisa saber pesar e sopesar o seu verdadeiro peso para não cairmos em provincianismos que não ajudam à compreensão da realidade nacional. O Brasil precisa cada vez mais participar, influenciar, no que lhe seja dado com realismo fazer, a cena externa. Isso terminará por influenciar decisões até de política eleitoral. Haverá um momento em que o Deputado fulano e o Senador sicrano poderão perder ou ganhar a eleição a partir de saberem ou não abordar certos pontos de política externa com eficiência, com proficiência.

Entendo, então, que alguns pontos de política nacional podem ser compostos, se formos capazes, Oposição e Governo, de desideologizarmos certas posições. Se formos capazes de concessões legítimas de parte a parte, poderemos em cima de alguns temas, a exemplo da minha região, a Amazônia, como um tema de necessária abordagem nacional, até para mostrarmos para o mundo unidade absolutamente indestrutível em relação à consciência nacional que precisamos ter da importância da região Amazônica para o desenvolvimento brasileiro.

Além desse ponto, cito mais dois outros. Menciono, de início, a questão da paz. O Brasil é extremamente importante; foi fundamental por ocasião da criação do Estado de Israel; mantém uma relação bastante boa com os países árabes; não aceita a dicotomia que alguns querem impor de uma suposta guerra religiosa entre a civilização judaico-cristã e a civilização muçulmana: não podemos aceitar essa tese por medíocre e incapaz de trazer para o mundo bons momentos e bons tempos. O Brasil abriga em São Paulo mais libaneses do que Beirute. O Brasil, portanto, pode ser um grande interlocutor no encaminhamento de mensagens de paz. Eu falo da paz e falo da Alca. Não é o momento apropriado para se falar de Alca, mas entendo que o Brasil pode chegar a uma posição una, a uma posição de toda a Nação a respeito da Alca.

Portanto, Sr. Ministro, desejo repisar a posição do meu Partido de maneira muito clara e serena. Neste momento, nós aqui emprestamos ao Governo brasileiro toda a solidariedade e lhe damos toda a legitimidade que possa ser a ele conferida pela Oposição brasileira, para que, de maneira profissio-

nal, hábil e incisiva, defenda a paz e não perca o caminho do diálogo.

Essa é a nossa posição. Temos absoluta convicção de que, agindo assim, teremos a noção de que lidamos com um país de objetivos permanentes e não com um país de veleidades, felizmente, transitórias.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

(O orador é cumprimentado)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim por cinco minutos.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Senador Arthur Virgílio, a quem me dirijo, por intermédio do Sr. Presidente, para mim, também, é um prazer ouvi-lo.

Na realidade, talvez eu não precise dos cinco minutos, porque concordo com praticamente tudo o que disse. Agradeço, em primeiro lugar, as palavras dirigidas não só a mim, mas a minha Casa – devo dizer que o Presidente Lula compartilha da sua opinião, pois escolheu um profissional para chefiar a Casa –, e também o seu apoio e solidariedade ao Governo num momento como este. Penso que isso é muito importante.

Hoje mesmo, li no jornal que os parlamentares da oposição, na França, emprestaram apoio ao Presidente Jacques Chirac num momento difícil, porque, nessas grandes questões de política externa, a unidade do país, o consenso, é, realmente, algo fundamental.

Não vou entrar em muitos detalhes, porque, quanto à maioria dos pontos que V. Exª mencionou, eu estaria de pleno acordo e apenas repetiria as palavras de V. Exª, mas, com relação ao fato de que é preciso sermos, ao mesmo tempo, corajosos na defesa da paz, mas hábeis, concordo plenamente. Por isso mesmo, tenho tomado a iniciativa de manter diálogo com os Estados Unidos da América e com o Reino Unido. No caso dos Estados Unidos, tive uma longa conversa recente com o Secretário de Estado Colin Powell, até mesmo para evitar equívocos e más interpretações, que freqüentemente surgem de declarações.

Então, as nossas posições são claras, nítidas. As nossas preocupações são não só de índole global, multilateral, pacíficas, mas também de natureza econômico-financeira, como tão bem V. Exª ressaltou. Temos plena consciência dos pontos que V. Exª mencionou. Não há, em nenhuma das nossas declarações, nem o mais leve resquício – que seria absurdo – de antiamericanismo, pois ele seria incompatível até com o fato de o Presidente Lula ter ido aos Estados Unidos logo na seqüência das suas primeiras visitas como Presidente eleito, e mantido bom entendimento, bem como expresso o desejo de ter a reunião de cúpula, proposta pelo Presidente Bush, e de cumprir uma agenda muito positiva. Diria, também, que, nos mais variados níveis, nas relações comerciais, isso tem ocorrido. Agora, em Tóquio, quando estávamos numa reunião da OMC, tive oportunidade de ter uma conversa muito ampla, franca e boa com o Secretário de Comércio Exterior dos Estados Unidos, Bob Zoellick, com quem, inclusive, combinei fazer uma avaliação conjunta, para saber se, nas negociações concretas, os interesses dos dois lados estão caminhando, apenas para me referir **en passant** ao tema a que V. Exª também se referiu **en passant**, a Alca.

Nosso objetivo é defender o interesse nacional, não estar preso a preconceitos, é a discussão efetiva desse interesse, tal como o entendemos, tal como o temos discutido com a sociedade, empresários, sindicatos, tal como pretendo fazer, sempre que tiver a chance, com o Congresso Nacional, muito especialmente com a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Se me permite, Sr. Presidente, para terminar esta minha intervenção, pois não havia registrado antes, gostaria de salientar a importância que atribuímos à moção da Comissão de Relações Exteriores do Senado em favor da paz, que fortalece muito a nossa ação externa. Todas essas manifestações nos fortalecem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

Aproveito para informar que a lista de inscrições inclui, em seguida, os Srs. Senadores João Capiberibe, Hélio Costa, Marcelo Crivella, Jefferson Péres, Magno Malta, Duciomar Costa, Flávio Arns, Tião Viana, Romero Jucá, Pedro Simon, Eduardo Azeredo, Serys Slhessarenko, Antero Paes de Barros e Geraldo Mesquita Júnior.

Na medida em que atendam ao tempo regimental, haverá oportunidade para todos falarem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Presidente Interino da Casa, Senador Paulo Paim; Ministro de Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim; Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de saudar o Ministro não apenas pela qualidade da sua intervenção, mas pela consistência da nossa política de relações exteriores, que tem em V. Exª a chefia, e pela carreira marcada pelos princípios, pela coerência e pelo resgate da história diplomática de uma Nação que, em mais de um século, não se envolveu em qual-

quer tipo de conflito armado, que resolveu todos os seus problemas de fronteira e que construiu, portanto, um padrão de diplomacia que é um marco internacional, plenamente presente na Chancelaria, com o que o Ministro representa de competência, de consistência e de dedicação ao interesse público do País.

Também gostaria de saudar o Senado Federal pela realização desta reunião que considero histórica. De um lado, porque a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo Senador Eduardo Suplicy, aprovou moções, por unanimidade, que apóiam o Governo brasileiro e manifestam, claramente, idéias contrárias à guerra e em defesa da paz, como um valor fundamental e uma atitude absolutamente essencial à presença do Brasil no mundo.

É evidente que o episódio de 11 de setembro gerou um novo cenário, um clima, nas relações internacionais, que exige das Nações uma atitude firme de combate ao terrorismo. Da nossa parte, houve solidariedade nacional ao povo americano na ocasião do referido episódio e um esforço muito grande da nossa diplomacia em apoiar todas as iniciativas de desarmamento das Nações, como foi o trabalho do Embaixador José Maurício Bustani frente à OPAQ, como foi a manifestação da diplomacia brasileira em todas as frentes, para destruir os arsenais de amas químicas e de destruição em massa.

Quero hipotecar apoio às decisões da ONU de deliberar o desarmamento completo do Iraque, país marcado por um regime ditatorial, o qual, evidentemente, é incompatível com nossos princípios, com nossa política externa e com sua Resolução nº 1441, que exigiu o desarmamento completo do Iraque. Penso que devemos apoiar as instruções, porque as mesmas fazem parte do esforço internacional para construir uma política de paz duradoura. Entretanto, a pretexto dessa atitude que apoiamos por considerá-la coerente, estamos assistindo a uma escalada militar sem precedentes na região, a um clima de confronto e a um impasse militar que não está, eu diria, acompanhando o esforço e o progresso diplomático nas inspeções que se realizaram.

O Ministro registrou, assim como o próprio Chefe dos Inspetores, que houve evolução nas inspeções e uma abertura das informações, que há vôos permitidos e que, inclusive, houve um pronunciamento do governo e do parlamento iraquiano sobre a aprovação de uma resolução que proíbe a produção de armas de destruição em massa.

Todo esse avanço diplomático não condiz com a escalada militarista, com o impasse e a ameaça de uma guerra que não interessa à humanidade, ao Oriente Médio e – quero registrar e reconhecer a relevância do pronunciamento do Sr. Ministro –, em nenhum aspecto, à economia e à sociedade brasileira. Ela não interessa do ponto de vista comercial, das finanças internacionais e da evolução da inflação – porque o petróleo é uma fonte determinante de contaminação de preços – e, sobretudo, do ponto de vista dos valores da humanidade, da civilização e do que significa conviver com as diferenças e com as tolerâncias e buscar, por meio da diplomacia e da negociação, superar os impasses e as diferenças internacionais.

Sr. Presidente, os Estados Unidos são um parceiro fundamental na nossa história recente e não apenas um parceiro na diplomacia, porque estivemos juntos na II Guerra Mundial e em momentos decisivos da história internacional; eles são o mais importante parceiro econômico brasileiro. Hoje mesmo, tive uma audiência com o Subsecretário do Comércio Exterior dos Estados Unidos, Sr. Willian H. Lash III, discutindo, exatamente, as relações comerciais bilaterais. Nós temos um comércio de apenas US$30 bilhões com os Estados Unidos e poderíamos dobrá-lo em quatro anos e, quem sabe, termos US$100 bilhões em oito ou dez anos. Nós queremos relações comerciais. Vamos defender o nosso mercado, os nossos interesses; vamos discutir temas como a Alca em outra oportunidade, queremos defender o nosso patrimônio, que é o mercado interno – é isso que atrai investimentos –, mas queremos aprimorar as relações bilaterais, sobretudo porque os Estados Unidos compram duas vezes mais que a Europa, quatro vezes mais que o Japão, é o maior investidor, isoladamente, na economia brasileira. Temos todo interesse, portanto, em aprofundar as relações comerciais, diplomáticas, culturais, científicas e tecnológicas. Agora, princípios de uma nação não se vendem, não se compram nem se negociam, e o que está posto neste momento é um princípio fundamental da nossa diplomacia, da nossa história. Somos um país e um povo que quer a paz e que vai lutar até o último momento para uma solução diplomática desse impasse, fortalecendo os organismos multilaterais, porque, com todas as deficiências da ONU, é muito melhor ter um mundo com a ONU do que um mundo de relações unilaterais. O unilateralismo é o caminho da guerra e do conflito; o multilateralismo é o caminho da negociação, da diplomacia, de um mundo mais civilizado, mais justo e mais solidário.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero terminar saudando o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, falando de momentos da história que são momentos de união nacional. Este é um momento de união nacional, porque não podemos subestimar a turbulência

que já está presente em relação ao petróleo, que contamina a nossa estrutura de preços, que pressiona a inflação e, portanto, prejudica o povo, a economia e o País. São fatos em que não temos responsabilidade qualquer e, por isso mesmo, num cenário como esse, temos que negociar com o Fundo Monetário Nacional cláusulas que permitam ao País se defender dessa instabilidade. É fundamental que na negociação com o Fundo seja introduzida a cláusula de guerra e que, portanto, o País tenha mecanismos de defesa, e tenho certeza de que o Governo tomará providências nesse sentido, para que não venhamos a sofrer o impacto de uma guerra com a qual não temos qualquer responsabilidade. Ao contrário: temos feito tudo que está ao nosso alcance para evitá-la dentro da responsabilidade e dos limites que temos como nação na inserção internacional. Acredito que o pronunciamento de Davos foi histórico. A visita aos Chanceleres Gerhard Schröder e Jacques Chirac foi na proporção do que deveríamos fazer, e toda a articulação que o Itamaraty vem fazendo também.

Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, se a conjuntura nacional se deteriora, nesta Casa temos que tomar atitudes, aprovar as reformas estruturais, como as reformas tributária e previdenciária, que permitem ao Estado brasileiro enfrentar um cenário como esse. Temos que buscar esse sentimento de identidade do povo com o governo, porque a Inglaterra hoje é uma nação dilacerada pela divergência, pois tem o povo na rua, mais de um milhão de pessoas – a maior manifestação política da história da Inglaterra – contra o governo e contra a guerra. Na Espanha, o governo apóia a guerra, mas um milhão e meio de pessoas foram às ruas dizendo que querem paz. Aqui, há um encontro entre o povo e o governo, entre a oposição e o governo, numa atitude que não é deste Governo, é da nossa história diplomática, de defender a paz, de ter um posicionamento claro de solução diplomática para os impasses.

Portanto, Sr. Presidente, encerro minhas palavras nesse clima de união nacional, em defesa do País, em defesa da paz, em apoio a essa política externa que foi aprovada por unanimidade na Comissão. Que esse sentimento, que está presente neste plenário, nesse início de debate, na intervenção de V. Exª se traduza também em atitudes concretas de apoio às reformas que são essenciais e dê o respaldo político à Nação para que possamos superar esse cenário de adversidade e sair dele mais fortes como país, não só porque estamos enfrentando os nossos problemas com coragem e determinação e pedindo apoio do povo para enfrentar as dificuldades que herdamos – os problemas que estão acumulados – mas sobretudo para sairmos adiante como uma Nação que tem mais auto-estima, porque negocia, busca parceria comercial e quer aprofundar as relações bilaterais, mas que não abdica de seus princípios. A paz faz parte da nossa História e é um princípio fundamental da nossa relação comum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Presidente, creio que, talvez para poupar um pouco de tempo, como concordo naturalmente e absolutamente com tudo que o Senador Aloizio Mercadante disse – e quero agradecer a S. Exª, mais uma vez, a iniciativa, como outras que tem tomado e que facilitaram o diálogo do Itamaraty e meu diálogo pessoal, do Ministro, com o Legislativo, especialmente com o Senado –, eu apenas faria dois rápidos comentários na mesma linha e que se relaciona também com o que o Senador Arthur Virgílio afirmou antes. Se pautarmos as nossas ações por princípios firmes, não por estridências desnecessárias, isso será compreendido pelos outros países. Tenho certeza de que os Estados Unidos compreendem a posição do Brasil e sabem que a nossa atitude não deriva de nenhum desejo demagógico, mas sim da defesa firme de princípios e de interesses. Princípios que são aqueles já enunciados, do multilateralismo, da paz etc., e interesses que têm a ver com a situação econômico-financeira internacional, o preço do petróleo, e também as possíveis tendências recessivas que podem ser agravadas com uma guerra. Até uma tendência, digamos, usando aquela expressão antiga, de estagflação, ou seja, ao mesmo tempo, recessão e tendências inflacionárias, o que aumentaria a aversão ao risco e dificultaria a entrada de investimentos no País. Esse é apenas um breve comentário, para não tomar muito tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, do PSB.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, essa possibilidade de guerra nos preocupa e assusta. O Brasil é uma potência ambiental. Somos detentores de um patrimônio fantástico de recursos naturais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Senador João Capiberibe. Pela tradição, penso que seria adequado que V. Exª ocupasse a tribuna, porque, inclusive, sugerimos ao Ministro para

estar ali, ficando em igualdade de condições com os Srs. Senadores.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, somos iniciantes na função parlamentar...

Como eu dizia, o Brasil é uma potência ambiental e somos detentores de um imenso patrimônio de recursos estratégicos que nos preocupa no futuro.

É evidente que a guerra no Iraque tem um cunho de disputa de recursos estratégicos, que é o caso do petróleo. A minha preocupação é com esse imenso reservatório de água doce de que somos detentores. O Brasil detém 20% da água doce do planeta. E o século XX foi marcado pela disputa de recursos como o petróleo. Se pudéssemos traçar um cenário do futuro, parece-nos que a grande disputa do século XXI será a água. Um terço dos países do mundo já sofre com a sua escassez. No Brasil, convivemos há séculos com problemas de água no Nordeste.

Uma decisão unilateral como a que está se avizinhando pode também nos envolver futuramente em função dessa riqueza de água doce que detemos. Qual é a relação, Sr. Ministro, entre essa disputa e essa guerra que se avizinha com uma disputa futura de nossos recursos naturais? Além da água, somos detentores de grande biodiversidade.

Era essa a minha questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente e Senador Capiberibe.

Creio que é evidente que temos que estar vigilantes na defesa de todos os nossos recursos naturais. Não desejaria especular se já há ou não algum desígnio em relação a outros recursos. Mas a preocupação é perfeitamente válida e temos que estar atentos a isso nos mais diversos fóruns. Nos fóruns em que esses temas são discutidos, a água é cada vez mais um tema de conferências internacionais, e temos que estar atentos e evitar que surjam fórmulas que tratem a água de maneira diferente da que foi tratado o petróleo, não no sentido que V. Exª mencionou, mas também no sentido de vir a tratá-la como um recurso da humanidade e não sujeito à soberania nacional. De modo que é preciso estar atento a esse aspecto. De uma maneira mais ampla, penso que essa questão recoloca outra, também mencionada aqui pelo primeiro orador, que é a questão da composição do Conselho de Segurança.

Pode parecer extravagante pensarmos agora nesses temas, mas muita coisa que era extravagante aconteceu.

Creio que temas como esse podem vir a ser examinados no contexto da segurança internacional.

É muito importante que países em desenvolvimento e países em desenvolvimento do porte do Brasil, que têm uma contribuição a dar, possam também estar de forma permanente no Conselho de Segurança. Também, como salientado anteriormente pelo nobre Senador Arthur Virgílio, o Conselho de Segurança, hoje, não reflete mais a realidade do mundo. Creio que países que são, como V. Exª muito bem ressaltou, potências ambientais e potências em muitos outros sentidos têm um legítimo interesse em estar aí representados. É claro que tudo isso deve ser feito de maneira discutida, dialogada com os nossos vizinhos, evitando conflitos e confrontos. Mas, sem dúvida alguma, é algo importante também.

Essa é a nossa posição. Compartilhamos da sua preocupação antecipatória de vigilância em relação a esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, do PMDB.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas quero lembrar a V. Exª que o Regimento recomenda cinco minutos para a pergunta, cinco minutos para a resposta, dois minutos e meio para a réplica e dois minutos e meio para a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Esse prazo está sendo assegurado, e os Srs. Senadores sabem disso, conforme eu havia avisado. Se o Senador João Capiberibe desejar realizar a réplica poderá fazê-lo, mas, como S. Exª não manifestou interesse, chamei o próximo orador.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, ilustre Ministro Celso Amorim, louvo, inicialmente, as posições assumidas pelo Líder do Governo, Aloizio Mercadante, e pelo Líder do PSDB, Arthur Virgílio, que representam muito bem a preocupação do Senado da República, neste momento em que o Brasil se une, Governo e Oposição, para mostrar aos belicosos – colocando nesses termos –, a dois líderes belicosos, que o Brasil é contrário à guerra. A guerra não interessa a nin-

guém; talvez interesse àqueles que estão diretamente envolvidos no processo.

E tenho uma preocupação, Sr. Presidente, lembrando um velho jornalista americano que conheci, há muitos anos, nos Estados Unidos e que dizia o seguinte: "Em toda guerra, a primeira vítima é sempre a verdade". E, neste momento, a pergunta que se faz é esta: quem está certo? O Presidente George W. Bush, com declarações feitas insistentemente, alarmando o seu país e o mundo, ou o ditador Saddam Hussein, com respostas insistentemente fornecidas pela agência do Iraque?

A verdade é que o mundo fica na expectativa do que acontecerá nos próximos dias, pois estamos praticamente na iminência de um grande conflito que pode trazer seríssimas repercussões econômicas e sociais no mundo inteiro.

Vejo que cabe a mim, até pela experiência profissional, fazer a V. Exª a primeira pergunta. Conhecendo a região como conheço e sendo, com muita honra, um dos três Senadores que representa o glorioso Estado de Minas Gerais, lembro que o Brasil, nos anos 70 e 80, teve uma grande parceria comercial com o Iraque, hoje praticamente reduzida a zero. Nem sequer as compras de petróleo são feitas; estamos apenas participando do processo da troca de alimentos por petróleo – **oil for food** –, como foi estabelecido pela Resolução das Nações Unidas.

Naquele momento em que o Brasil tinha um grande intercâmbio comercial com o Iraque, várias empresas mineiras foram para aquele país e lá se estabeleceram; muitos mineiros casaram-se com iraquianas e permanecem no Iraque. Hoje, no mundo inteiro, dois milhões e meio de brasileiros vivem fora do Brasil, e centenas deles vivem no Iraque.

Pergunto a V. Exª: qual tem sido a preocupação do Ministério das Relações Exteriores com relação a esses brasileiros que vivem no Iraque, notadamente àqueles que já manifestaram o desejo de lá permanecer, qualquer que seja a situação que venha a ocorrer nas próximas semanas ou no próximo mês, na iminência de um conflito de seríssimas proporções? Essa é a primeira pergunta que faço a V. Exª.

Ao mesmo tempo, gostaria de fazer um outro questionamento. Em agosto de 2001, o Governo brasileiro decidiu reativar a Embaixada do Brasil em Bagdá. Com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o Brasil voltou atrás. Neste momento, o Brasil não tem uma representação diplomática em Bagdá. Até que ponto isso interfere no esforço de paz impetrado pelo Presidente Lula? E Sua Excelência já manifestou isso em suas viagens internacionais, em Davos, em Paris, em Washington. A posição do Governo está definida, e V.Exª a tem mantido em todas as suas declarações. Mas até que ponto a falta de uma representação diplomática do Brasil em Bagdá prejudica o esforço de paz por parte do Brasil, do Senado da República e do Congresso Nacional neste momento?

Essa é a minha pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Hélio Costa.

Com relação aos brasileiros que vivem naquela região, temos tomado providências, realizando reuniões de várias áreas do Governo, no sentido de mantê-los informados e de possibilitar a sua evacuação em caso de conflito. Reconheço, Senador, que isso é menos fácil em relação àqueles que já estão, de alguma forma, totalmente integrados na vida local e que optam por permanecer ali. Assim, a nossa capacidade de protegê-los é diminuída. Aliás, a ausência da Embaixada em Bagdá, de certa maneira, também é uma limitação sob esse aspecto. Os assuntos relativos ao Iraque, hoje, são cobertos pela nossa Embaixada em Aman, que, até recentemente, prestou apoio a alguns Deputados que estiveram no Iraque.

Em Bagdá, temos o que se chama tecnicamente – isso vem desde 1991 – de guarda de arquivos. Por sinal, o responsável é um desses brasileiros que se casou com uma iraquiana – não sei se é mineiro –, que lá ficou e que não pretende sair daquele país, ocorra o que ocorrer. Devo dizer que, nessas circunstâncias, de fato, há uma limitação na possibilidade de ajuda.

Tentaremos ajudar os que nos procuram e desejam sair daquela região de alguma forma. Uma série de providências consulares já estão listadas. Não as tenho todas aqui, mas poderia, eventualmente, enviá-las ao Senador, para conhecimento geral, se necessário. Há uma preocupação muito forte nesse sentido, mas esse empenho se torna mais difícil, evidentemente, no Iraque, até pela ausência da representação diplomática ou consular brasileira naquele país.

Quanto a sua segunda pergunta, é difícil medir exatamente. Estou fazendo uma avaliação e uma reflexão, pensando quase que em voz alta, à luz da sua pergunta, porque eu não havia visto a questão por esse ângulo. Se tivéssemos uma Embaixada em Bagdá, talvez, pudéssemos ter algum tipo de interlocução com o Governo iraquiano que pudesse ser útil. Em

que medida isso influenciaria o Governo iraquiano é difícil saber, mas teria alguma utilidade. Se ela seria marginal ou substancial, confesso que tenho dificuldade em ter certeza.

Estive pessoalmente, como disse, envolvido com a questão do Iraque no passado, e, às vezes, o diálogo não é muito fácil, mesmo quando se está procurando ajudar não o regime do Iraque, mas o seu povo. Há certa dificuldade de diálogo, e a existência da Embaixada talvez nos permitisse obter elementos de diálogo de que hoje não dispomos.

Em vários momentos, cogitou-se o restabelecimento, mais concretamente, como V. Exª lembrou, em 2001. No entanto, os acontecimentos que se seguiram tornaram-no mais difícil. Obviamente, reabrir a Embaixada neste momento poderia levar a uma leitura equivocada, até provocativa, o que creio não seria desejoso. Se a situação se normalizar de alguma forma, como desejamos, é claro que isso será do interesse brasileiro, inclusive comercial. O Iraque é um País importante. Há essa comunidade de brasileiros expatriados que temos que olhar, mas este é um momento difícil para tomar uma decisão nesse sentido, pois ela poderia ser interpretada de uma maneira que não desejaríamos que fosse, até, digamos, contaminando de maneira errônea os nossos esforços a favor da paz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se algum dos Senadores interpelantes desejar o direito de réplica, por favor se manifeste.

Os próximos oradores inscritos não estão presentes – são os Senadores Marcelo Crivella, Jefferson Péres e Magno Malta.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns do PT.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero, em primeiro lugar, destacar a importância da presença de V. Exª no plenário do Senado Federal, convidado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Destaco também, como muitas pessoas já o fizeram, o trabalho competente, profissional, sensível e sintonizado com os anseios da comunidade do Brasil nesta área das relações exteriores que vem sendo desenvolvido não só por V. Exª, como já foi enfatizado, mas por todo o corpo diplomático brasileiro. Creio ser um dever de todos nós, brasileiros, reconhecer a competência e o profissionalismo do corpo diplomático do Brasil. Isso é muito importante.

Os que me antecederam já se referiram, de maneira clara, ao esforço do governo brasileiro, do Congresso brasileiro e de todos os brasileiros a favor da paz. A paz faz parte da nossa cultura em todos os aspectos, não só nas relações com os outros países como dentro do próprio país. O brasileiro é, por natureza, um amante da paz.

Com relação à perspectiva de guerra no Iraque, uma das grandes dificuldades que vejo é a seguinte: como todos os países, de fato, podem achar uma saída diplomática para a retirada das tropas, particularmente americanas e inglesas daquela região? Armou-se toda uma estrutura bélica à revelia do Conselho de Segurança da ONU e do povo americano – o povo americano apóia a presença das tropas americanas na região se isso for decorrente de uma decisão do Conselho de Segurança, mas não apóia, pelo menos em sua maioria, uma intervenção americana que não seja conseqüência de um ato do Conselho de Segurança.

Como o Senador Hélio Costa já mencionou, trata-se de duas personalidades, sem dúvida, belicosas. Há muita dificuldade de se dialogar com os dois líderes a favor de uma cultura da paz. Nos relacionamentos de V. Exª com os outros países do mundo, tenho a impressão de que isso deve estar sendo, de alguma forma, também enfatizado: a dificuldade de se construir uma cultura da paz, um projeto de paz para a região a partir dessas características da personalidade ou das personalidades desses dirigentes dos dois países – não propriamente dos povos, do povo americano ou do povo iraquiano, mas sim dos dirigentes. Há pessoas, inclusive, que dizem que o obstáculo para a paz estaria concentrado nos dois dirigentes e não em outros fatores, que poderiam perfeitamente ser ultrapassados. Naquilo que V. Exª puder relatar para o Plenário, gostaria de ter uma idéia de como esse aspecto vem sendo abordado, inclusive por outros países.

Um outro assunto que gostaria que fosse comentado diz respeito ao desenvolvimento da política externa brasileira, à preocupação com o desenvolvimento econômico, com o fortalecimento do Mercosul, com a Alca, com as interações do Brasil com países europeus e asiáticos. Tudo isso tem, sem dúvida alguma, impactos sociais, porque envolve a geração de divisas, de empregos e de desenvolvimento e diminui as tensões sociais no Brasil. Isso vem sendo muito enfatizado nos pronunciamentos de V. Exª e também nos do Presidente da República.

A partir do que foi mencionado, gostaria de levantar um terceiro aspecto. Na minha ótica, poderia ser mais enfatizado, em todas essas discussões que vêm acontecendo, aquilo que o Presidente Lula costuma chamar de política humanista, algo que queremos desenvolver em nosso contexto de política exter-

na: uma política humanista, voltada para os direitos do cidadão, para a realização da cidadania.

Dois anos atrás, a partir de iniciativa da ONU, foi tema do Ano Internacional a construção de uma cultura de paz. Ficamos pensando como nós, do Brasil e de outros países com os quais o Brasil se relaciona, poderemos direcionar os nossos esforços para a construção de uma cultura de paz. Quando pensamos sobre o tema, vemos que o assunto está relacionado essencialmente aos direitos sociais e não ao desenvolvimento econômico, em que há uma grande competição entre os países. Trata-se de promover a aproximação dos países no sentido de humanidade, de solidariedade, de atendimento das necessidades básicas do cidadão. Nesse sentido há muito a ser feito.

Como exemplo, gostaria de mencionar o que aconteceu comigo, pois, no decorrer dos anos, tenho me dedicado muito à pessoa portadora de deficiência, tendo inclusive representado o Brasil durante alguns anos num organismo internacional que conta com a participação de mais de cem países. Refiro-me a uma instituição denominada Inclusion International – Inclusão Internacional. Foi bonito ver, nas discussões realizadas, árabes e israelenses sentados à mesma mesa, objetivando a cidadania do portador de deficiência. Apesar de a briga e a guerra lá fora estarem acontecendo, estavam ali sentados em busca da realização dos direitos sociais.

Há quatro ou cinco anos, no parlamento polonês, estive representando a Câmara dos Deputados num congresso que tratou da realização dos direitos humanos. A Alemanha chegou ao encontro na Polônia questionando-se: "Como posso falar de direitos humanos se também infringi tantos direitos humanos em décadas recentes? Mas estou aqui para pedir desculpas ao povo polonês e para recomeçarmos uma trajetória de entendimento e de diálogo". A partir desse exemplo, percebemos o que pode ser construído entre os países.

Eu gostaria que V. Exª comentasse o espírito humanista a que se refere o Presidente Lula para que possamos, no diálogo com os países, buscar a realização dos direitos humanos, dos direitos sociais básicos, de forma que isso seja um instrumento forte de aproximação de países árabes e judeus, para que possamos, a partir daí, como a própria ONU de uma certa forma esclareceu há dois anos, construir um processo de paz.

São esses os assuntos que gostaria de ver comentados, ressaltando, mais uma vez, a importância da presença de V. Exª no Senado e dizendo que o Brasil tem um grande caminho a percorrer e nele o Ministério das Relações Exteriores, sem dúvida, tem um papel fundamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Presidente, tentarei responder sinteticamente.

Na realidade, quando V. Exª me pergunta qual seria a saída, trata-se de uma pergunta complexa. Como disse, essa é uma das questões que é parte central do diálogo que tenho mantido com os outros Ministros.

Gostaria de dizer, para ser absolutamente justo e correto, até porque mencionei que pode haver uma ambigüidade de objetivos, que o Iraque poderia ter cooperado de forma mais ativa com as Nações Unidas. Todas as ações de cooperação do Iraque estão, se me permitirem a analogia, sendo extraídas a fórceps. Se desde a aprovação da Resolução nº 1.441 o Iraque tivesse permitido o sobrevôo de aviões U2 e a realização de entrevistas não monitoradas de alguns cientistas – embora não se saiba se isso teria evitado os problemas, porque entendo que há uma ambigüidade de objetivos –, os que defendem a paz, os que defendem uma solução pacífica, como nós, estariam melhor municiados para continuar a defendê-lo. E esse aspecto também tem de ser enfatizado, já que a referida resolução pede não a cooperação passiva, ou seja, deixar os inspetores fazerem seu trabalho, mas uma cooperação ativa: o Iraque teria de oferecer as informações de que dispõe. Isso, evidentemente, é apenas uma parte da história, mas como talvez não a tenha enfatizado suficientemente no início, pensei que deveria fazê-lo agora.

A outra parte a que V. Exª mencionou, sobre como recriar uma cultura de paz na região, é o nosso objetivo. Penso que, talvez, não haja uma solução para a questão do Iraque e do Oriente Médio como um todo se não encararmos essa questão por esse ângulo. É claro que, em curto prazo, é difícil ver como fazer uma mudança cultural que tenha reflexo na situação política, mas as propostas políticas têm que levar em conta esse aspecto, essa dimensão.

Tentando passar, rapidamente, pelos outros pontos de V. Exª – com os quais estou de acordo porque são mais comentários – com relação ao desenvolvimento econômico, Mercosul e Alca, tem sido preocupação do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a parte social, o elemento social, esteja presente. E para repetirmos o que recentemente falamos nos encontros com a Argentina, queremos que

todas as ações, mesmo as voltadas para o comércio ou voltadas para outros aspectos financeiros, tenham presentes essa preocupação com o social. Uma ilustração disso foi a decisão que o Presidente Eduardo Duhalde e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomaram em criar um Instituto Social do Mercosul. Mas isso ainda está em evolução, visto que essas questões tomam um pouco de tempo. Estou citando isso apenas para ilustrar a existência da preocupação.

O mesmo tipo de preocupação existe, também, em relação ao aspecto de direitos humanos. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, efetivamente, como V. Exª disse, mencionou uma política externa humanista e isso tem várias vertentes. Algumas delas são essas de aspecto social mais imediato, mesmo dentro dos projetos de integração econômica. Mas um cenário muito importante onde essa política se dá ou se dará – e isso apenas para ilustrar – é na área de direitos humanos. O nosso Secretário de Direitos Humanos deverá estar brevemente em Genebra, participando de reuniões, e o Brasil mantém e deve reforçar iniciativas importantes.

Por exemplo, o Governo passado propôs uma resolução na Comissão de Direitos Humanos que considera o racismo incompatível com a democracia, o que merece registro e deve continuar, pois é algo muito importante. Temos que persistir e aprofundar nessa linha. Isso para ilustrar um pouco o tipo de ação que o Brasil pode ter.

Tomei conhecimento recentemente, também na linha do que V. Exª está pensando ou mencionou, da idéia de uma reunião no Brasil no contexto do diálogo das civilizações, uma iniciativa de países também do Oriente Médio, inicialmente para se contrapor à idéia do choque de civilizações. E haverá uma reunião de natureza inicialmente privada, à qual daremos todo apoio para o seu desenvolvimento porque vai justamente na linha desse humanismo. No entanto, a expressão mais forte desse humanismo talvez seja justamente essa tentativa de buscar a paz, mas não de uma forma ingênua, quero frisar isso. Queremos o desarmamento do Iraque e o governo iraquiano tem que cooperar de uma forma ativa para isso, tem que demonstrar que se está desarmando. Não basta se desarmar de uma maneira escondida e depois dizer que se desarmou, porque há um problema de credibilidade envolvido e que necessita da contribuição do próprio governo iraquiano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Tião Viana. Em seguida, o Senador Romero Jucá.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Ministro Celso Amorim, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero saudar a honrosa presença do Senador Eduardo Suplicy presidindo a Comissão de Relações Exteriores, função que legitima a sua biografia de Senador que tantas vezes trouxe ao plenário do Senado Federal o grande debate pela paz mundial, trazendo memoriais sobre Mahatma Gandhi, Martin Luther King e outros, tentando um novo mundo, uma nova maneira de ser da humanidade. Então, é muito feliz essa oportunidade de tê-lo presidindo esta reunião, com a presença do Ministro Celso Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Ministro, V. Exª colocou de maneira muito objetiva, em recente debate com a Bancada de apoio ao Governo, que via menos de 10% de chance de não haver guerra entre os Estados Unidos e o Iraque, não haver invasão. Esse é um ponto de partida do meu entendimento sobre a matéria. Portanto, a primeira indagação que lhe faço é a seguinte: havendo a invasão americana ao Iraque, isso significaria uma ruptura efetiva com as normas do Direito Internacional estabelecidas dentro da ONU? Isso sujeitaria o governo americano às sanções penais no Tribunal Internacional Penal? Deixo essa indagação muito objetiva a V. Exª.

O governo americano tem uma posição de invasão iminente e tem o mesmo tipo de litígio diplomático com a Coréia do Norte, a mesma concepção que talvez justifique a invasão americana ao Iraque. E a mesma análise deve ser feita com a Coréia do Norte, que, inclusive, já deixou claro que pode alcançar a costa oeste americana com suas armas nucleares. Então, por que dois pesos e duas medidas dos americanos em relação a um tema tão delicado como o tema da guerra? Eric Hobsbawn coloca claramente que a grande razão das guerras no século XX, especificamente, em toda a História, tem sido a razão econômica. Houve mais de 165 guerras após a Segunda Guerra Mundial, sempre motivadas por razões econômicas e onde mais 30 milhões de pessoas morreram.

Todas as informações estratégicas mostram que o governo americano tem uma receita econômica da ordem de US$811 bilhões em função da venda de armas e sua utilização em escala planetária. E vamos para um campo oposto a este: o campo do confronto entre as religiões. Hans Kung estabelece que não haverá paz no mundo enquanto não houver paz entre as religiões. Pergunto se as razões desse fundamentalismo religioso, as razões internas das crises religio-

sas, que levam a estados autoritários, como possivelmente o de Saddam Hussein, podem estar interferindo de alguma maneira para uma presença mais demorada desse tipo de modelo ditatorial, que torna inconveniente as relações diplomáticas internacionais. Poderíamos ter esse enfoque neste momento?

O Presidente Lula foi absolutamente feliz quando disse que o mundo precisa de compreensão e não de guerra. É uma frase forte de um estadista que se afirma com grande autoridade no cenário internacional. Pergunto se não está faltando, além da coragem da China, da Alemanha, da França, do Governo brasileiro e de outros governos, ações favoráveis ao controle dessa iminente ação americana? Não está faltando sal? E o que seria isso? Seria uma grande mobilização da história da humanidade, dando um exemplo favorável à paz efetiva do planeta no terceiro milênio.

O Brasil pode fazer mais. E já que estamos em um Governo democrático e popular, poderemos ter o Parlamento brasileiro reunindo um milhão de pessoas à frente do Congresso Nacional em favor da paz, com essa imagem sendo repercutida internacionalmente. Como V. Exª observa esse tipo de indagação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Senador Tião Viana, para se definir se um eventual ataque armado constituiria uma violação das normas do Direito Internacional, deve-se saber se o Conselho de Segurança aprovará a ação armada. E o fato de ela ser aprovada não quer dizer que continuaremos a lamentar que ocorra dessa maneira, porque queremos uma solução pacífica. Mas a questão legal – se é ou não uma violação das normas do Direito Internacional – depende, fundamentalmente, da autorização do Conselho de Segurança. Se o Conselho autorizar, deixa de ser uma invasão, como V. Exª descreveu, passando a ser uma ação de observância de normas internacionais. Isso ocorreu em 1991, quando as Nações Unidas deram autorização explícita à Coalizão para que agisse militarmente, ou seja, que se valesse de todos os meios necessários. Essa é uma consideração importante.

E, mesmo que haja uma violação, a questão do Tribunal Penal Internacional aplica-se apenas aos Estados-membros desse tribunal, o que não é o caso dos Estados Unidos. De modo que eles não estariam cobertos. E a tipificação do crime seria complexa.

De qualquer maneira, a premissa é saber se o Conselho de Segurança aprova a ação, pois isso que lhe daria legalidade. Nos países onde as populações estão mais divididas ou até em oposição, como é o caso do Reino Unido, há preocupação em obter essa aprovação, porque ela daria, não sei se uma legitimidade moral – isso é discutível, cada um fará uma avaliação –, mas pelo menos uma legalidade internacional à ação.

A segunda questão, sobre as razões do fundamentalismo, é complexa, filosófica, sociológica, e não disponho de elementos para respondê-la. Não quero ser simplista, mas creio que há uma correlação entre pobreza e fundamentalismo. Então, até nesse sentido, o humanismo do Presidente Lula, a que V. Exª se referiu, tem que se refletir na política externa. E uma das iniciativas do Presidente, em Davos – e que estamos tentando operacionalizar –, foi a criação de um programa não só brasileiro, mas mundial, de combate à fome. Inclusive, programas já existentes poderiam ser complementados. Como disse o Diretor-Geral da FAO, que esteve aqui há pouco tempo, é importante que o foco do problema da fome e da pobreza seja colocado de maneira clara. Não estamos dizendo que não houve iniciativas anteriormente, mas nunca o foco foi tão evidente, tão claro. É óbvio que há outras questões que alimentam o fundamentalismo. O próprio Iraque, apesar de todas as características de um regime autoritário, possuía um regime razoavelmente laico, e há percepção de um crescimento do fundamentalismo, sobretudo em função do regime de sanções a que o Iraque esteve submetido.

Portanto, é uma questão complexa, há mais de um fator, mas, certamente, a pobreza é sempre um deles. E a não percepção de que a pobreza é um problema fundamental acaba alimentando essas tendências fundamentalistas.

Sobre as manifestações populares em defesa da paz, não me compete, como chanceler, tomar iniciativas nesse campo. Evidentemente, elas têm uma repercussão, isso é óbvio. Qualquer governo tem que levar em conta o que o povo pede, enfaticamente, por meio de manifestações.

Mas isso é um julgamento que cada governo terá que fazer em relação às suas próprias populações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Tião Viana tem o direito à réplica.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, agradeço a vinda do Ministro ao plenário do Senado Federal.

Quero enaltecer a visão estratégica do Presidente Lula, que pede ao Ministério das Relações

Exteriores que tenha um direcionamento de ações fortalecido, em razão da política econômica com a nossa irmã África. Os países pobres registram, diariamente, a morte de trinta e cinco mil crianças, pela fome ou por doenças evitáveis. E o Presidente Lula tem dado um grito a favor da solidariedade internacional e reafirmado o posicionamento de "não" à guerra.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com essa prioridade africana. Estamos, de imediato, propondo a recriação do Departamento da África, que foi extinto, a meu ver, erradamente, por uma medida de economia no passado. O Departamento é a primeira forma – claro que a burocracia não dá soluções – de expressar essa prioridade. E, em breve, encaminharei ao Presidente Lula proposta de criação da Embaixada em São Tomé e Príncipe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço as palavras do Líder do PT, Senador Tião Viana.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, vou ser rápido. Com relação à guerra no Iraque, inicialmente, quero louvar a posição do Governo e dizer que o Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim, todos os setores do Itamaraty retratam a vontade nacional, coincidente com a mundial, que é a vontade pela paz. Temos que ter competência e criatividade – o Brasil tem dado demonstrações de que as tem – para buscar saídas, como V. Exª ressaltou. A pressão é importante, mas não podemos ceder à decisão final de um ataque, quando é possível encontrar caminhos alternativos. Portanto, na questão da guerra do Iraque, penso que há uma unanimidade neste Plenário e na sociedade brasileira.

Quero aproveitar a oportunidade para trazer essa questão do espírito humanista mais para perto, para países mais próximos, e fazer duas perguntas rápidas ao Ministro Celso Amorim, que dizem respeito a questões da América do Sul.

A primeira delas é sobre a Venezuela. Sou Senador por Roraima, sou vizinho da Venezuela e estou sentindo na pele – e a sociedade de Roraima também – a situação de indefinição política e econômica daquele País. E, apesar das tentativas da OEA e do grupo "Amigos da Venezuela", temos tido vários problemas, culminando, na semana passada, com a prisão dos líderes da greve na Venezuela. Pergunto ao Ministro Celso Amorim qual é a posição do Governo brasileiro e do grupo "Amigos da Venezuela" quanto à prisão dos líderes grevistas, já que parte da mídia internacional classifica-a como política. Até onde sei, entendo que o Governo brasileiro jamais apoiaria essa questão, mas é importante explicitar isso para que se possa buscar uma solução negociada.

A segunda pergunta diz respeito a assunto que está muito presente na mídia esta semana: Fernandinho Beira-Mar, sócio e aliado das FARC. Quero saber qual é a posição do Governo brasileiro quanto às FARC. Creio que devemos ter uma posição única; não se pode condenar ou apoiar apenas em parte. Essa também é uma questão que diz respeito à Amazônia e preocupa-nos muito. Portanto, a posição de V. Exª e do governo brasileiro é fundamental para resolver o problema.

Essas são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Com relação à Venezuela, vou responder, fazendo um pouco de pano de fundo, porque fica difícil responder de maneira muito específica a sua pergunta.

Ao propor o grupo "Amigos da Venezuela" e ao realizar reuniões e fazer contatos com o governo venezuelano, a intenção do Brasil é contribuir para a criação de um clima de confiança entre o Governo e a Oposição. Caso contrário, os problemas não serão resolvidos. Acreditamos que a questão venezuelana tem que ser resolvida pelos venezuelanos.

Quando assumi o Itamaraty, havia idéias de que fossem feitas sugestões – quase que uma espécie de arbitragem – no período do auge da greve. O Brasil sempre foi contra isso, pois acreditamos que as soluções não devem ser impostas, não devemos intervir nos negócios internos de outros países.

O que o Brasil pode e deve fazer é propiciar o diálogo entre aqueles que estão envolvidos na questão. Então, todo o esforço do Grupo de Amigos foi e continua sendo nesse sentido. Por isso, apoiamos a declaração contra a violência feita sob os auspícios do Secretário-Geral da OEA; por isso também nos reunimos, primeiramente, em Washington, com os Chanceleres, e, depois, em Caracas; e por isso recebi o Ministro Chaderton, das Relações Exteriores, e expus várias idéias que poderiam permitir criar um clima de confiança.

Com relação à questão específica da prisão, é delicado o Brasil se pronunciar sobre uma decisão judicial tomada em outro país. A nossa presunção tem que ser que ela é uma decisão judicial. Eu não posso, a não ser que houvesse indícios fortíssimos, materia-

is, e não apenas circunstanciais, presumir que seja uma decisão política. Tenho que presumir que é uma decisão judicial.

Agora, evidentemente, temos procurado nos pronunciar tanto em público como privativamente, o que, às vezes, é mais eficiente no sentido de contribuir para que a retórica não conduza a mais desconfiança, o que vai no sentido inverso daquele que desejamos. A Constituição venezuelana prevê fórmulas até generosas, digamos assim, para que a Oposição modifique a situação política. Entendemos que essas fórmulas podem ser utilizadas, se a Oposição desejar, e o Governo tem que oferecer condições de transparência para que isso ocorra de maneira a não despertar dúvidas. Portanto, esse é mais ou menos o nosso trabalho e envolve, algumas vezes, uma diplomacia pública e, outras vezes, uma diplomacia mais silenciosa, o que é natural.

Com relação às Farc, na Colômbia, não há dúvida da condenação que o Brasil faz das ações terroristas. Fomos muito claros, e o Presidente Lula enviou uma mensagem muito enfática, eu diria, ao Presidente Uribe. Toda essa discussão semântica de saber se as Farc como um todo são ou não uma organização terrorista tem sido muito mais pública do que nas nossas relações com a Colômbia. Efetivamente, o Presidente Uribe escreveu recentemente ao Presidente Lula sobre o tema, mas o mais importante é que os dois Presidentes vão se encontrar brevemente. O Presidente Uribe aceitou um convite para uma reunião de trabalho no Brasil no próximo dia 7. Teremos ocasião de discutir com toda a franqueza, e bilateralmente, qual é a melhor maneira de encaminhar os problemas e como podemos ajudar, se e na medida em que a Colômbia desejar, a solução dos problemas.

Então, entendo que há nisso uma posição muito clara do Brasil de condenação a atos terroristas, venham de onde vierem, inclusive, num caso específico, o Brasil apoiou a resolução da Organização dos Estados Americanos que indica que a ação terrorista naquele clube de Bogotá foi uma ação das Farc, portanto, condenando o ato terrorista praticado. Queremos discutir diretamente com o Governo colombiano, bilateralmente, no mais alto nível, uma forma de ajudar aquele país. Acredito que há um bom entendimento entre os Presidentes, esse é o primeiro passo, e também entre os Chanceleres e os Ministros da Defesa.

E a reunião agora é uma boa iniciativa, porque, embora eu não tenha ainda os detalhes completos de como tudo vai se passar, pois foi decidido ontem, além dos aspectos puramente repressivos ou preventivos em relação ao terrorismo e ao narcotráfico – evidentemente essas são preocupações centrais –, há também uma agenda de meio ambiente, uma agenda comercial, que, certamente, é importante para aquele país e para o Brasil como um todo.

Portanto, a nossa relação com a Colômbia está colocada em um patamar de altíssima prioridade, e isso está se refletindo numa reunião presidencial, uma reunião de trabalho, rápida, que se realizará na sexta-feira, depois do Carnaval.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, quero agradecer as explicações do Ministro e apenas registrar, no caso da Venezuela, que espero que o Grupo Amigos da Venezuela seja amigo de todos os venezuelanos, principalmente os mais frágeis hoje. Portanto, espero gestões para que se possa resolver o impasse da prisão dos líderes grevistas. Se isso não ocorrer, Sr. Presidente, depois do Carnaval apresentarei uma moção de repúdio à prisão dos grevistas e proporei à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional uma comissão para ir à Venezuela acompanhar **in loco** essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos acompanhar a iniciativa do Senador Romero Jucá, do PSDB.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, primeiro, singelamente, quero dizer ao ilustre Líder do PSDB que considerei a pergunta dele realmente maliciosa. Aliás, o Lula, quando candidato, respondeu a essa questão, quando lhe foi feita pergunta sobre qual era a sua relação com esse segmento na Venezuela. Sua Excelência disse que, quando era líder sindical e decidiu fazer política, criou um partido político e, durante anos, lutou dentro desse partido, participando democraticamente das eleições. Perdeu muitas e ganhou outras. Então, não vejo nenhuma ligação do Governo brasileiro com as forças da Venezuela. Vejo, sim, o interesse do Brasil – e acho isso muito correto – em encontrar uma solução democrática e não em apoiar uma intervenção à força, como querem, lá na Venezuela.

Em segundo lugar, um abraço muito grande a V. Exª, por quem tenho muito carinho. V. Exª foi Chanceler do Governo Itamar Franco, do qual tive a honra de ser líder nesta Casa, portanto eu o conheço e sei da sua capacidade, da sua dignidade, da sua correção. Torcemos para que continuasse no cargo, já que substituiu Fernando Henrique no Ministério quando ele foi para o Ministério da Fazenda. Ele levou um

amigo do Banco Central para a Fazenda e ficou seis anos. V. Exª, infelizmente, volta somente agora. Acho que teria feito um bom trabalho nesses oito anos que se passaram. Tenho certeza também de que fará um grande trabalho agora.

Sr. Chanceler, esta reunião foi marcada especificamente para que o Senado da República manifestasse a sua repulsa à guerra que está em véspera de ser travada. Nós estávamos reunidos debatendo a matéria e houve uma moção do ilustre Presidente da Comissão e outra do ilustre Líder do PSDB. Ficamos diante de uma angústia. Decidimos então marcar uma reunião. Hoje era praticamente um dia morto. Amanhã começa o Carnaval e nós só voltaríamos a nos reunir lá pelo dia 10 ou 12. Alguém disse que quando voltássemos a nos reunir provavelmente já estaríamos em plena guerra. Daí a solução desta reunião extraordinária, no plenário, para que ela pudesse ter a importância do plenário, com um objetivo: manifestar a repulsa do Senado Federal da maneira mais clara. Se já fizemos isso muitas vezes e estamos fazendo novamente – é importante que se faça de novo –, é porque agora a ameaça é mais forte.

Assim, Sr. Chanceler, o objetivo é exatamente este: a unanimidade das forças do Senado. Venho a esta Casa, a esta tribuna, neste momento, manifestar a V. Exª, em primeiro lugar, solidariedade ao trabalho do Presidente Lula, brilhante. Diga-se de passagem, que, em política exterior, o Presidente Lula e V. Exª já fizeram, nestes dois meses, mais do que muitos governos fizeram ao longo do tempo, como, por exemplo, a ação, a manifestação em Porto Alegre, a manifestação na Suíça, na Alemanha e na França. As posições corretas, positivas, merecem respeito e admiração, pela competência, pois se vê que atrás do Presidente Lula está V. Exª, que tem a experiência de, ao mesmo tempo, como diz V. Exª aqui, manifestar, dizer, pôr para fora o pensamento, com a competência do embaixador que deve deixar abertas as portas do respeito, da tradição, da solidariedade, da amizade que nos une aos nossos irmãos americanos.

Repito tudo o que se disse e se queira dizer sobre o nosso respeito pelos Estados Unidos, pela importância que têm para a nossa economia, para o desenvolvimento, para os empréstimos que contraímos, enfim, para toda a nossa vida. Considero apropriada a revolta contra o ditador do Iraque, contra o absurdo da sua posição, os extremos que faz, a sua ditadura absurda, os crimes que pratica.

Mas, neste momento, o mundo está assistindo a algo inédito na história da humanidade, na minha opinião. Não me lembro de nada assim. Lembro-me do Hitler entrar e invadir a Polônia. Um ato de ditadura, uma guerra, uma loucura. Lembro-me de muita violência. Mas este cinismo, este momento que estamos vivendo, com o americano debochando do mundo inteiro – aliás, o americano não, o Presidente Bush, um homem que não está preparado para estar lá, um homem que lamentavelmente está ocupando uma posição para a qual não tem credencial –, querendo travar uma guerra contra a humanidade, com muita prepotência. Sabemos do poderio americano. Sabemos da força do armamento americano, do exército americano, do dinheiro americano, da economia americana, da indústria americana. Sabemos do seu poderio fantástico. Nunca houve na história da humanidade uma nação e um povo com a força que têm os Estados Unidos hoje, muito superior à dos romanos. Falava-se no Império Romano, mas ele fica longe, muito longe do que é hoje o domínio americano sobre a humanidade.

Mas há de haver um mínimo de respeito recíproco. Imaginava-se que esse mínimo era na ONU, ali no Conselho de Segurança, onde amigos tradicionais deles, como a França, como a humanidade inteira, fazem um apelo nesse sentido. Fala-se nas razões do petróleo, que seriam da maior importância, do maior significado. Por que Bush, que é tão elegante, não disse uma palavra, respondendo às grosserias da Coréia do Norte: "eu tenho força para atacar; se me irritarem, minhas bombas chegarão aos Estados Unidos". A questão da Coréia pode ser respondida e discutida diplomaticamente, mas o Iraque tem que ser destruído. A Coréia não tem petróleo, mas o Iraque tem muito. O Iraque adotou o euro, uma espécie de provocação ao dólar em termos de mundo. O Iraque é um país que tem água, elemento importante naquela região.

Não consigo entender, Sr. Presidente. O mundo inteiro diz não. Na Inglaterra, coitado do Primeiro-Ministro, que cairá na primeira eleição que tiver, porque a imensa maioria do povo inglês é contra a guerra. Anteontem, foi aprovada uma moção com o voto dos conservadores, porque Tony Blair perdeu os votos do Partido Trabalhista.

Penso ser muito importante, no momento em que estamos vivendo, que nossa voz seja firme, principalmente no Parlamento. Não tenho, como V. Exª, que é diplomata, a obrigação de negociar, debater e manter a elegância da linguagem. Posso me dar ao luxo de ser um pouco mais agressivo, de dizer que, na minha longa vida pública, como professor, deputado e senador, nunca vivi um momento tão cruel como este que estamos vivendo. De um lado, estamos vendo os americanos comprando a Turquia, para que esta pos-

sa receber suas tropas – pagar US$30 bilhões àquele país é vexatório e humilhante –, e, de outro, vemos a determinação de que, até sábado, o Iraque deverá destruir os foguetes com alcance de 150 quilômetros, ao mesmo tempo em que se vê cercado por não sei quantas mil pessoas, a maior concentração de forças dos últimos tempos, preparadas para esmagar o país. Nunca vi grosseria mais brutal do que a que está acontecendo.

Louvo a França. Mágoa dos Estados Unidos? Não sei, acho que não. Ingratidão da França, que não se lembra do que o americano fez para salvá-la na Segunda Guerra? Não me parece correto. Louvo a França, respeito a Alemanha, a Rússia, a China. Tenho muito pesar pelo Sr. Tony Blair, que, nessa questão, aparece como o homem que está a favor dos americanos, mas tem causa, idéia e princípio. A imprensa londrina diz que ele é o cachorrinho do americano, que é o que late em nome do americano. Perdoem-me, peço que retirem até do meu discurso essas expressões, mas é o que a imprensa está publicando.

Então, meu ilustre Chanceler, que esta reunião – faço questão de dizer isso no meu pronunciamento – tenha este objetivo: o Senado brasileiro está reunido no plenário para dizer, alto e bom som, na frente do seu Chanceler, que temos repulsa pelo que está acontecendo; que protestamos – isso é humilde e singelo, não tem nenhum significado, mas o terá perante a história – contra o que está acontecendo. Estamos revoltados com o que está ocorrendo.

Mas sou um eterno otimista, meu querido Chanceler. Atrevo-me a dizer que as chances são mais de 10%. Não sei por quê. Olhando-se, matematicamente, as tropas e o que está acontecendo, V. Exª está certo, mas alguma coisa me diz que, com o mundo rezando, protestando, gritando e se manifestando, pessoas das mais variadas facções, o Conselho vai ser firme. E não creio, embora possa parecer estranho, que o americano tenha coragem de fazer o bombardeio sem a decisão do Conselho de Segurança. Não acredito que, com toda a sua força, o seu prestígio, faça algo que signifique, como já foi dito aqui – e concordo com essa idéia –, o fim da Organização das Nações Unidas, o fim de um mínimo de convivência fraterna. O americano enfrentaria a antipatia do mundo inteiro, o que seria difícil de suportar.

Já se disse, não sei, que o Presidente Bush pai – V. Exª deve saber – era um grande diplomata, um homem de grande cultura, capacidade e competência, e que o Bush filho não tem a cultura, a competência, nem as qualidades do pai; que isso teria criado um problema de complexo entre pai e filho e que, para essa história de que o pai é formidável e o filho não é, o pai é maravilhoso e o filho não é, a resposta do filho seria a de que o pai perdera na Guerra do Golfo e que ele, Bush, ganharia. A imprensa noticia isso. Há até análises de psicólogos americanos sobre isto: a permanente dúvida entre pai e filho quanto à competência.

Não sei. O que sei, meu querido Embaixador, é que felicito V. Exª, o Governo Lula, o Congresso brasileiro. Estamos tendo uma atuação absolutamente correta. Para mim, poderia ser um pouquinho mais. Mas é por isso é que não estou lá. Os que estão lá são os que defendem um pouco menos.

Creio que V. Exª está correto. Venho aqui para lhe dar um abraço muito fraterno, amigo e cordial e também para dizer que todas as questões que foram aqui debatidas são muito importantes, mas esta reunião tem o objetivo de protesto e de revolta com a eventualidade de uma guerra.

Muito obrigado. Meus cumprimentos a V. Exª, meu prezado amigo, que é o grande condutor de todo esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, se V. Exª avaliar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deve enviá-lo ao Iraque para dizer tudo isso, poderemos considerar seriamente essa alternativa. Quem sabe, se V. Exª quiser que estejamos juntos e se o Ministro considerar uma boa idéia...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pensei que V. Exª estivesse falando em ir para Nova Iorque, para a ONU. O Iraque não resolve nada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Presidente, creio que V. Exª me poupará de tomar parte nessa decisão específica. Mas quero, sobretudo, agradecer as palavras que foram dirigidas a mim pelo Senador Pedro Simon. Tenho muito orgulho de ter participado, junto com S. Exª, do Governo do Presidente Itamar Franco, um homem de grande integridade, cujos princípios sempre procurei seguir e por quem tenho grande admiração, como a V. Exª, Senador Pedro Simon.

Apesar do que disse V. Exª, estou voltando em um bom momento. Estou muito feliz, porque as curvas do destino me trouxeram de novo para a Chancelaria neste momento específico.

As palavras do Senador Pedro Simon sempre são carregadas de grande emoção, de grande sinceridade e de grande humanismo e, por isso mesmo,

calam fundo nas pessoas que o conhecem, como eu, que o conheço há muitos anos.

Mas meu único comentário seria, porque foi o único ponto de divergência que S. Exª demonstrou, em relação aos 10%. Na realidade, essa avaliação numérica é um pouco bobagem. Antes da Copa do Mundo, as apostas no Brasil eram feitas na proporção de uma para vinte, e o Brasil foi campeão. Portanto, essas estimativas são relativas.

Embora, olhando a situação, as vias pacíficas sejam estreitas, temos que apostar nelas, ou seja, independentemente de serem 5%, 10%, 15%, 20% ou 30%, esse é o caminho em que temos que apostar, ainda que pareça ingênuo para alguns. Prefiro ser considerado ingênuo, junto aos que lutaram pela paz, a estar junto aos realistas que facilmente sucumbiram a outras soluções, é claro sempre querendo que o Iraque cumpra a sua parte, o que é muito importante neste processo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, do PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago meus cumprimentos ao Sr. Ministro pela presteza com que aqui comparece.

Os oradores que me antecederam declararam muito bem a posição do Senado Federal, que deseja a paz. Em particular, o nosso Líder, Senador Artur Virgílio, destacou a posição do PSDB de se somar ao Governo brasileiro na busca de uma solução que interesse a toda a humanidade.

O Senador Hélio Costa, meu companheiro de Bancada em Minas Gerais, mencionou, com pertinência, a nossa preocupação quanto aos brasileiros que lá estão, em especial, quanto às dezenas ou centenas de mineiros que lá trabalharam durante um período pacífico, em que se construíram estradas. Nessa ocasião, o Brasil tinha uma relação muito positiva com aquele país.

Por outro lado, não podemos, de maneira alguma, esquecer o que aconteceu em 11 de setembro de 2001. A audácia terrorista no ataque aos Estados Unidos matou pessoas de todo o mundo, de várias nacionalidades, inclusive latinos. Esse fato não pode ser esquecido, mas a persistência na busca da paz deve ser permanente. O Brasil tem uma tradição pacifista, é um País multirracial – este Senado Federal expressa bem essa posição brasileira –, é um País que sempre soube conviver com as diversas raças. Felizmente, é um número mínimo o de líderes brasileiros que defendem ações militares, no sentido de se pegar em armas.

Portanto, enfatizamos a confiança na atuação de V. Exª e do Governo brasileiro na busca pela paz. Realmente, esperamos que o valor não seja de 10%, mas muito maior, para que possamos dar proteção aos brasileiros que lá estão.

Ao concluir, manifesto a minha confiança e ressalto a importância de ações pensadas e planejadas para que haja a proteção dos brasileiros em caso de guerra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Agradeço as palavras do Senador Eduardo Azeredo, que reforçam o sentido de unidade nacional e também o compromisso que eu já havia assumido, quando o Senador Hélio Costa falou, de examinar mais especificamente a situação dos brasileiros no Iraque. Essa não é uma questão simples, pois, como já falei, diferentemente de outros lugares, atualmente, não temos representação consular naquele país.

Senador Eduardo Azeredo, mais uma vez registro e agradeço a confiança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MG) – Nossa saudação ao Ministro Celso Amorim!

Inicialmente, quero lembrar que muitas das falas dos que nos antecederam contemplaram questões que gostaríamos de apresentar. Mas gostaríamos de assinar embaixo, na totalidade, sem nenhuma exclusão, da fala do Senador Pedro Simon.

Mesmo assim, gostaríamos de dizer algumas palavras, principalmente sobre a importância da presença de V. Exª no Senado da República, porque acredito que o avanço do processo democrático, no sentido de que haja uma democracia verdadeira e representativa, dá-se com base em um tripé, e este é o momento em que ela está acontecendo: a liberdade total e absoluta de idéias, em que cada um se posiciona como pensa, como deve, como acredita; a liberdade total e absoluta de acesso à informação, pois informação é poder, com certeza; a participação na "feitura" das regras do jogo. E, neste momento, estamos fazendo as regras do jogo em conjunto.

Aqui, ouvimos, desde o primeiro orador, que foi o Senador Arthur Virgílio, falar da busca da união nacional, para que a paz realmente aconteça. Muitas

uniões nacionais deverão acontecer no mundo para que exista paz.

Nosso Ministro, o dia 11 de setembro de 2001 levou a humanidade a um aprendizado, pois ficou claro que não adianta continuarmos construindo uma sociedade da disputa, da competitividade. Não adianta dizer que é o melhor e o maior economicamente, belicamente e politicamente. Vimos o que aconteceu e não concordamos, não compactuamos com atos dessa natureza, que não devem acontecer de maneira alguma. Nós os repudiamos, mas reafirmamos que não adianta se autodenominar maior belicamente e economicamente. Está lá o que foi feito com o Pentágono e com as torres do World Trade Center.

É claro que estamos às portas de uma guerra, mas, antes que ela aconteça, precisamos, verdadeiramente, Srªs e Srs. Senadores, de mudança de mentalidade e de valores. Precisamos estimular a solidariedade e a fraternidade na luta pelo bem maior que é a vida. Chega de competitividade! O Planeta precisa movimentar-se, mobilizar-se para construir a paz e, com ela, a mudança de valores em nossas escolas e em todos os aspectos da nossa sociedade. Mas, infelizmente, há uma guerra batendo a nossa porta, e ninguém estará liberto se ela eclodir.

Como disse o Senador Pedro Simon e vários outros Srs. Senadores há poucos instantes, há algo dentro de mim, uma intuição talvez, que me diz que ela não vai acontecer. Ela não pode acontecer. Não podemos deixar que uma pessoa sozinha, de forma desequilibrada até, saia propagando a guerra e consiga vencer a humanidade, que clama realmente pela paz. A nossa esperança é grande nas mobilizações dos povos no mundo. Que saiam todos para as ruas; que saiamos nós aqui no Brasil, como já ocorre; que saiam todos os povos. Nos Estados Unidos, milhares e milhares de pessoas clamam pela paz nas ruas. É com essas manifestações de paz, acreditamos, que a guerra será superada.

Finalmente, faço uma pergunta que praticamente já foi respondida, pelo menos em parte, mas que é uma grande preocupação dos brasileiros e de outros povos no mundo. Refiro-me especificamente à sorte de milhares e milhares de brasileiros que se encontram no exterior, não apenas no Iraque e nos Estados Unidos, porque essa possível guerra não ficará restrita a poucos países. Quais seriam as ações efetivas que nós, brasileiros, poderíamos estabelecer, não nos esquecendo de que a luta poderá ser evitada até o último segundo, como o senhor já disse muito bem? Enquanto o primeiro tiro não for disparado, para nós a guerra não vai acontecer. É acreditando nisso que estamos no Senado da República, neste momento, posicionando-nos. Com certeza, este é um Poder que tem força política e que, ao realizar esta audiência, fortalecerá cada vez mais a posição do nosso País e, especialmente, do nosso Presidente da República.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Muito obrigada, Senadora. Compartilho da sua fé de que conseguiremos ainda evitar a guerra. É por isso que nós e o Presidente Lula temos trabalhado para encontrar fórmulas que permitam resolver essa situação.

Com relação aos brasileiros, objeto da sua pergunta específica, como disse antes, há uma série de ações pensadas, sobretudo para os brasileiros que estão mais próximos da região. É evidente que não estamos livres da possibilidade de que, como conseqüência da guerra, haja outras ações terroristas. Deus nos livre da guerra, em primeiro lugar. Deus nos livre também dessas outras ações. Procuraremos sempre, dentro da medida dos nossos recursos, proteger esses brasileiros.

Devo dizer também que os recursos são muito escassos. Há um programa muito importante iniciado no Governo anterior e que gostaríamos de desenvolver. Trata-se da assistência a brasileiros no exterior, que tem que ser muito mais desenvolvida do que é, não só em tempos de guerra, mas também em tempos de paz. Isso envolve recursos dos quais, infelizmente, não dispomos plenamente. Estamos procurando disseminar a informação, trabalhar junto com as comunidades brasileiras em todos os países, em todas as cidades. Hoje em dia, há uma relação muito intensa, que procuramos não seja de distância e muito menos de confrontação, digamos, entre a autoridade brasileira, que é o cônsul ou o embaixador, e a comunidade. Temos trabalhado de maneira muito integrada.

Há poucos dias visitei o Conselho Comunitário Brasileiro em Buenos Aires. Há conselhos comunitários estabelecidos em várias partes do mundo. Sempre que possível, atuaremos junto com eles nessas outras regiões. Há um elenco de medidas a serem adotadas, e me comprometi a enviá-las mais tarde, o que deverei fazer com relação especificamente à região mais imediatamente afetada.

Vamos confiar, como V. Exª, na possibilidade de ainda evitar-se esse cenário mais catastrófico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Antero Paes de Barros, do PSDB.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ministro Celso Amorim, inicialmente reafirmo o que todos praticamente disseram: o apoio unânime do Senado às posições brasileiras da defesa da paz. E, nesse sentido, cumprimento o Governo brasileiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelas iniciativas tomadas para desfazer até mal-entendidos como as declarações do Ministro Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia, sobre a bomba atômica.

Reafirmo também a necessidade da nossa habilidade para construirmos a paz, na convicção de que se trata do único caminho que pode realmente trazer a tranqüilidade essencial ao nosso desenvolvimento. Um outro integrante do Governo, o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, numa declaração infeliz, disse que, se fôssemos hábeis, poderíamos obter alguma vantagem, algum lucro com a guerra. Não podemos lucrar com a guerra. Entre o lucro e a vida, temos que priorizar a vida e cumprir a Constituição, porque é um princípio do País a busca da solução dos conflitos e da paz.

Entendo também que nesses momentos críticos seria necessário – gostaria de ouvir a opinião de V. Exª a respeito, pois sei que o Brasil tem atuado nessa linha –, reafirmar uma posição do Mercosul, para que tenhamos uma atitude de bloco, numa manifestação internacional em defesa da paz, do cumprimento das decisões da Organização das Nações Unidas.

É evidente que o Brasil apóia a resolução da ONU. Entendemos que o Iraque precisa tomar iniciativas de desarmamento. Mas, neste instante em que se cobra o desarmamento daquele país, a destruição de mísseis de alcance não permitido pela Organização das Nações Unidas – entendemos que o Iraque deva cumprir a resolução –, é importante também ver o tempo em que essa resolução pode e deve ser cumprida. É preciso que essa exigência prevaleça na região.

É evidente que há uma situação explosiva. O Brasil precisa reafirmar o seu entendimento. Da mesma forma que o Brasil foi, e é, solidário com o Estado de Israel, precisamos ser solidários com o Estado da Palestina. Necessitamos realmente defender o desarmamento da região. Só haverá paz e tranqüilidade, não apenas se o Iraque se desarmar. É importante

É importante que o desarmamento ocorra no Irã e em Israel. Também é importante que as recomendações da ONU sejam inteiramente respeitadas.

Gostaria de fazer apenas uma indagação a V. Exª.

Embora, torçamos 100% pela paz, não dá para acreditar 100% que não haverá guerra, não pela opinião pública mundial, mas pela posição do Presidente americano George W. Bush. Esse "W" seria muito bem traduzido se fosse George War Bush, uma vez que é evidente a posição da supremacia de quem tem a força e quer fazer a guerra e de forma incompreensível. A Coréia do Norte tem desafiado muito mais, internacionalmente, as posições dos Estados Unidos do que o Iraque, que aceitou tudo! E a determinação americana claramente viola um princípio internacional muito caro para nós, que é o princípio da autodeterminação dos povos. O Presidente Bush diz: resolvido o conflito no Iraque, vamos ter lá um governo dessa ou daquela forma.

Entendemos que essas soluções têm de ser buscadas de acordo com o princípio da autodeterminação dos povos.

Gostaria de indagar de V. Exª: qual o futuro do mundo? Qual o futuro da ONU? Qual o futuro do Direito Internacional se, passando por cima da resolução da ONU, os Estados Unidos resolverem atacar o Iraque?

É muito importante conhecer a opinião de V. Exª, um dos mais importantes diplomatas brasileiros, que, com certeza, representa muito bem o nosso Governo no posto que ocupa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Muito obrigado, Senador. Vou me limitar à pergunta, pois entendo que os outros comentários, de modo geral, foram um pouco na linha do que havíamos conversado antes.

Senador Antero Paes de Barros, com toda honestidade, penso que, se houver uma decisão tomada unilateralmente, isto é, sem o apoio das Nações Unidas, para uma ação militar, isso será muito grave. Como foi dito aqui por vários Senadores, entre eles o Senador Arthur Virgílio, isso se aplica a **Bretton Woods**, mas se aplica, como disseram outros, às Nações Unidas: mau com ela, pior sem ela! A ONU é uma organização de Direito Internacional e seus membros têm que se pautar pelo Direito Internacional. É claro que os Estados mais fortes acabam tendo um peso maior nas decisões. Uma decisão desse porte, num tema dessa importância, que está sendo acompanhado pelas populações no mundo inteiro,

sem o aval do Conselho de Segurança significaria sério abalo na credibilidade desse Conselho.

Quero dar a minha opinião franca. Muitas vezes se diz que se o Conselho de Segurança não apoiar uma ação militar, a credibilidade dele está abalada. Na realidade, penso o contrário, ou seja, uma ação militar sem a aprovação do Conselho de Segurança abalará a credibilidade desse. Não quero dizer que o Conselho não tenha de assumir suas responsabilidades em situações difíceis. Freqüentemente é necessário impor medidas duras para que os Estados mudem seu comportamento. O objetivo de sanções, e até do uso da força em casos extremos, é fazer com que os governantes mudem suas ações em determinados momentos. Para isso, o uso da força é previsto na Carta da ONU, Capítulo VII. Entretanto, a força só pode ser usada estritamente dentro dos princípios estabelecidos pela referida carta, não podendo ser usada com objetivos outros. E a existência dessa ambigüidade é algo que, sem dúvida alguma, preocupa-me muito.

Eu não me atreveria a dizer qual é o futuro do mundo porque é uma questão que vai além da minha capacidade de julgar. Realmente, haveria um abalo muito sério nas instituições internacionais, no multilateralismo, em tudo que o Brasil vem defendendo desde Rui Barbosa – se não antes, pelo menos desde Rui Barbosa –, que é, digamos, a melhor tradição brasileira de tentar a solução pacífica das controvérsias, de tentar sempre soluções que sejam obtidas no plano multilateral, sempre que possível pelo diálogo e do consenso.

Repito: para isso é necessário que o Governo do Iraque coopere e que o faça com abertura e franqueza. É preciso que ele entenda que está em situação difícil. Há um déficit de credibilidade do Governo do Iraque. Isso é verdade. Então, é preciso que o mesmo coopere claramente, sem deixar margem a dúvidas. Contudo, penso que há espaço para tentar isso pela via pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmº Ministro Celso Amorim, inicialmente quero revelar que estou tomado de uma satisfação genuína por ter a oportunidade de, nesta Casa, estar à frente do diplomata, do brasileiro, que, pela segunda vez, assume o honroso cargo de Ministro de Relações Exteriores do meu País.

Não considero esse fato pequeno, mas relevante. Acredito que, a par da sua elevada qualificação, do seu extremo profissionalismo, necessariamente, há um adicional que permitiu a ocorrência desse fato. Na minha avaliação, trata-se do seu patriotismo e extremado amor por este País tão bonito. Isso me animou a vir aqui não para interpelá-lo, mas para participar do elevado debate de um assunto que, até poucos dias, julgava ser motivo de preocupação de toda humanidade. Lastimavelmente, há poucos dias me dei conta de que é parcialmente verdade. Historicamente, o povo americano já se envolveu em questões como essa, que preocupavam toda a humanidade. Lembro aqui, a título de exemplo, a guerra do Vietnã. A percepção que tenho – posso estar enganado – é a de que, todas as vezes que os Estados Unidos se envolveram em conflitos – atualmente há a iminência de outro – o povo americano, no primeiro momento, considerava aquilo necessário e justo e depois, verificando que se tratava de algo grotesco e brutal, que atingia toda a humanidade, refluía e se colocava francamente contra a posição tomada pelo governo do seu país.

Cito o exemplo da guerra do Vietnã porque foi exatamente isto que aconteceu: num primeiro momento o povo americano considerou aquilo justo e necessário, mas, vendo a barbaridade em que se transformou aquele conflito bélico, foi à praça pública e se insurgiu e se colocou contrariamente a tudo aquilo que estava acontecendo. Parece que a coisa está se repetindo.

Tive a oportunidade de estar com o Ministro Cristovam Buarque há poucos dias. Ele estava retornando dos Estados Unidos, de uma viagem a serviço. Eu, ingenuamente, torcendo, inclusive, para que esse movimento não estivesse se repetindo, perguntei ao Ministro se, na sua rápida passagem pelos Estados Unidos, S. Exª teria tido tempo de colher a manifestação do povo americano, o sentimento do povo americano em relação a isso que se anuncia como sendo mais um desastre mundial. E o Ministro me respondeu: Geraldo, por incrível que pareça, o que a gente vê, claro que precariamente, na mídia, em conversa com populares, é que o povo americano entende que esse conflito iminente, na verdade, é um movimento de defesa a um possível ataque do Iraque.

Se isso não fosse triste, eu diria até que isso é uma coisa ridícula. O povo americano, o país se preparando para um conflito bélico, de forma unilateral e no alto da sua enorme capacidade militar, afirmando que estava fazendo todo esse movimento para se defender de um possível ataque iraquiano. Então, parti-

cularmente, entristece-me, porque eu esperava outro comportamento do povo americano a essa altura, porque, se, de outras vezes, ele teve a possibilidade de refluir e reconsiderar a sua posição, talvez desta não lhe reste essa possibilidade.

A caminho deste bonito plenário, eu conversava com uma servidora da Casa, com a qual tenho o privilégio de contar em meu gabinete, a Drª Cláudia, que me perguntava, a propósito do que ia se dar aqui hoje, se eu estava ciente de que corre a informação de que, nas escolas americanas, nas matérias que tratam da geografia mundial, no mapa do Brasil, hoje, a região Amazônica é sublinhada como área de preocupação mundial e nesses cursos a Amazônia é tratada como sendo de jurisdição internacional.

Este tema me é tão caro, tão preocupante, e procuro afastar do meu raciocínio aquele lugar-comum de que o movimento bélico, na iminência de ser iniciado pelos Estados Unidos, é algo que tem a ver com a luta dos bons contra uma ditadura. Procuro afastar das minhas reflexões esse tipo de raciocínio porque fico lembrando que o "grande irmão branco", em tempos atrás, apoiou, estimulou uma ditadura sangrenta, cruel, que se instalou em nosso País. Quer dizer que existem ditaduras que servem e ditaduras que não servem aos seus propósitos. Afasto, em princípio, essa linha de raciocínio porque acho que ela se torna meio gelatinosa e não contribui para a compreensão precisa do que está acontecendo no mundo.

Eu dizia a V. Exª que aquela observação da minha assessora me levou à seguinte preocupação: hoje, os Estados Unidos se mobilizam para combater uma ditadura cruel. Será que, daqui a alguns anos – e precisamos confirmar isso para não sermos injustos –, já que essa preocupação com relação à Amazônia brasileira toma corpo nos Estados Unidos, no futuro, um movimento parecido com esse não será deflagrado ao argumento de que estamos dando maus-tratos a nossa região Amazônica ou, como disse o Senador João Capiberibe, de que nos valemos do nosso grande poço d'água de forma inconveniente e indevida?

Então, menos que uma pergunta, quero lhe fazer um apelo. A pergunta, necessariamente, seria se, no âmbito do Itamaraty, esse fato já é considerado, ou seja, se as escolas americanas já se preocupam com a Amazônia. Em que nível os diplomatas já se debruçam sobre ele para examiná-lo?

Como patriota que é, o apelo que eu gostaria de fazer a V. Exª é para não deixar passar qualquer oportunidade de participar efetivamente, com a quase totalidade da humanidade e das nações, desse esforço para evitar aquilo se afigura como um desastre de proporções que poderão fugir ao controle da humanidade e daqueles que têm a responsabilidade de conduzir os destinos de bilhões de pessoas.

Agradeço a oportunidade de vir fazer essas considerações e fico na expectativa da sua resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Muito obrigado, Senador, por suas palavras que são, obviamente, muito encorajadoras. Sua referência a minha pessoa me deixa muito emocionado e creio que suas palavras me animam a continuar na direção por que tenho procurado pautar a minha conduta não só como diplomata profissional, mas como Ministro de Governo do Presidente Lula.

Com relação à sua pergunta mais específica, devo confessar que, quando eu estava em Londres como Embaixador, li algo a respeito. Depois de ter chegado ao Ministério, não tive oportunidade de verificar a extensão disso, se foi uma escola ou se foram muitas. Vou, sem dúvida alguma, dar uma atenção especial a essa preocupação. É trabalho permanente do Itamaraty divulgar, corrigir informações distorcidas. Tenho certeza de que o governo norte-americano não cogita disso, mas, de qualquer maneira, se isso estiver presente em algum lugar, temos que tentar corrigir, e vou tomar as providências a fim de verificar o que de fato aconteceu. Escutei isso a distância, como V. Exª, que escutou da sua secretária, mas não tenho informações aqui. Prometo examinar e cuidar do assunto com carinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Romeu Tuma, do PFL.

Estão ainda inscritos os Senadores Rodolpho Tourinho e Ana Júlia Carepa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ministro Celso Amorim, Presidente Suplicy, eu quis manter a minha inscrição para ter a oportunidade de somar a minha palavra à dos Senadores que me antecederam e enaltecer a figura de V. Exª.

Conheço-o há muitos anos, sempre na área da diplomacia, e sei a eficiência com que V. Exª sempre desenvolveu as missões que recebeu em nome do Governo brasileiro. Então, esta é a minha intenção ao usar esta tribuna: o reconhecimento público da excelência do trabalho de V. Exª à frente do Itamaraty. Quero cumprimentar o Presidente Lula pela acertada escolha que fez para essa missão tão importante.

Quando falamos em diplomacia, sempre raciocinamos que essa é a área da negociação, a área da busca da paz, a área da discussão e da busca dos elementos necessários para que se resolvam os assuntos, os interesses em torno de uma mesa. Hoje, estamos aqui discutindo como buscar a paz.

Provavelmente, desde que o mundo é mundo teve o homem a idéia de viver em paz, de buscar a sua felicidade, a harmonia para a sua vida e a da sua família, e no entanto tantas e tantas guerras são hoje catalogadas pela história.

Estava eu ali, ouvindo alguns dos oradores, todos excelentes e brilhantes nas suas argumentações, e comecei a sentir como se usa o termo guerra com facilidade em nosso linguajar diário: é guerra fiscal, guerra comercial, guerra contra a fome. A palavra guerra é hoje uma circunstância normal na vida do cidadão. Será que não conseguiríamos eliminar isso do nosso vocabulário e buscar a paz por meio de grandes negociações? Fico assustado com o que se gasta na guerra e nos seus preparativos. Vai custar aos Estados Unidos ou ao mundo ocidental US$91 bilhões a reconstrução do Iraque, se bombardeado e destruído.

Senador Arthur Virgílio, outro dia vi na televisão um pouco da história da civilização, a imagem da antiga Mesopotâmia, do Império Babilônico. Todos os fatos históricos e o nascimento das civilizações estão lá onde o Iraque, hoje, procura, segundo informações jornalísticas, esconder tesouros da humanidade, que poderão ser destruídos se bombardeado for aquele país.

Não sei, mas acho que temos alguma coisa que é importante, e não é só a movimentação popular, hoje em todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos. O Senador Geraldo fez referência ao refluxo do povo americano, mas temos visto manifestações contrárias à guerra hoje pelas televisões e pelos noticiários, as orações. Hoje se busca, por meio de todos os sistemas de religiões, invocar a Deus para que nos ajude a ter inteligência suficiente, a fim de que a guerra seja evitada. Aqueles que são belicistas por natureza talvez tenham momentos iluminados ao saber que, por meio do diálogo e da busca da paz, o mundo viverá melhor. Vivemos em um mundo cheio de miséria, de sofrimento e de doenças terríveis que, aos poucos, vão nos trazendo uma intranqüilidade constante. Hoje não vivemos mais em paz, estamos sempre assustados com tudo o que acontece ao nosso derredor.

Há um movimento em São Paulo, constituído na Assembléia Legislativa, pelo então Presidente Walter Feldman, que é judeu, e do qual faz parte meu irmão, que é descendente de árabe. O Itamaraty provavelmente conhece o Conscre – Conselho Estadual Parlamentar de Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras –, em cuja mesa se sentam todas as raças, todas as religiões e todos os segmentos étnicos. É uma coisa bonita, porque há harmonia para quem participa dessas reuniões, pelos resultados que elas apresentam. Creio que o homem, individualmente, acredita na paz, mas quando as lideranças procuram um outro caminho, os movimentos começam a crescer e se procura aquilo que é o pior para a humanidade, que é a guerra.

E a guerra não pára, no Oriente principalmente, Ministro. No Oriente, ela é uma coisa terrível e é histórica. Desde as 12 tribos de Judá, essas disputas acontecem, com intervenções hoje muito mais violentas, que trazem estímulo para que continuem as lutas, às vezes religiosas, às vezes pela terra, às vezes econômicas nessa região, constantemente fustigada por lutas internas ou internacionais.

Peço licença para discorrer um pouquinho sobre o problema da Amazônia, sobre o estudo da geografia nos Estados Unidos. Estive nos Estados Unidos, na Embaixada, solicitei a vários segmentos algum exemplar de livro que demonstrasse o que foi denunciado pelo Senador. Não consegui. Meu filho estudava e trabalhava, inclusive, num hospital de Nova Iorque. Pela Internet, sim, encontrei inclusive a modificação dos contornos geográficos. Há muitos anos, eu pegava aquelas rádios internacionais, a Rádio Tirana, da Albânia, e quase todo dia eles diziam que os americanos iam instalar sete grandes lagos na Amazônia, destruindo toda a floresta. Há especulações sobre a Amazônia constantemente por aqueles que têm interesse em trazer problemas para nós, com alguns países ou até internamente. É uma questão que devemos ver com muita cautela. Não consegui nenhum exemplar de livro de geografia de qualquer escola americana que realmente mostrasse o que veio pela Internet, por **e-mail**, que foi distribuído e correu vários segmentos. Então, tenho cautela com isso, que haja qualquer orientação do sistema educacional americano de se fazer uma transformação desse naipe.

Quero agradecer a presença de V. Exª, todas as considerações que aqui foram feitas e dizer que devemos continuar a lutar. Cumprimento V. Exª e o Presidente Lula, que, como disse alguém que me antecedeu, desde a primeira hora quis manter no foro internacional o respeito de que o Brasil goza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Presidente, vou ser breve. Gostaria de agradecer as palavras amáveis e inspiradoras, como sempre, do Senador Romeu Tuma. Não vou me atrever a entrar pelo terreno da religião, que não é meu campo. Felizmente, somos só Ministério das Relações Exteriores. Não temos mais, como no tempo do Império, Relações Exteriores e Culto, mas acho que um dos ensinamentos das religiões é a humildade, um dos pontos que talvez contassem se todos os governantes no mundo pudessem ver as coisas dessa forma.

Com relação aos seus outros comentários, de fato, a expressão do Legislativo, a importância da moção aprovada é muito grande, porque fortalece a nossa posição externamente. E também, embora achando que devemos sempre estar vigilantes quanto aos nossos recursos naturais, compartilho da sua cautela em relação aos episódios isolados, que não devem contaminar as excelentes relações que temos e queremos ter com os Estados Unidos da América, que é um grande parceiro comercial, um país com o qual temos muitos valores em comum. Temos que tentar esclarecer esses pontos e evitar generalizá-los. Não creio que tenha sido intenção de ninguém fazê-lo, mas acho que devemos ter essa cautela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA.) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, eu queria louvar a sua atuação por trazer aqui o Ministro Celso Amorim, e destacar a importância da vinda de S. Exª a esta Casa, para que pudesse ouvir a reação de todos nós contra a guerra.

Desejo complementar o que foi dito aqui pelo Senador Antero Paes de Barros e levantar os principais efeitos dessa guerra, que não podem jamais ser confundidos com qualquer tipo de benefício aqui no País.

Em primeiro lugar, vou me ater um pouco à questão do petróleo, até pela minha experiência no governo anterior, por ter exercido o Ministério e a Presidência do Conselho da Petrobrás, e deixar clara a minha preocupação em relação à questão do petróleo. Todas as previsões indicam que o petróleo deve passar dos US$40 por barril. Hoje, já houve uma subida grande do preço do petróleo, tanto do light quanto do Brent, e isso é preocupante.

O Senador Arthur Virgílio destacou aqui um ponto importante, que o Governo anterior fez de uma forma muito própria, que foi deixar de depender do petróleo do Oriente Médio, do petróleo iraquiano e passar a importar da Argentina e da Venezuela. Foi uma ação perfeita. Só que eu lembraria que, neste momento, também com a crise na Venezuela, é possível que eles levem algum tempo para recuperar essa posição de produção normal na Venezuela. Isso pode nos afetar outra vez, comprometendo o nosso abastecimento.

Um terceiro ponto é que, na condição atual, o estoque mundial do óleo está muito abaixo daquilo que é o normal, o que outra vez leva não só a uma crise de abastecimento, mas também a uma crise de preço.

Um quarto ponto, ligado ainda ao petróleo, é que a reserva de produção da OPEP, que na crise de 1991 era de seis milhões de barris por dia, hoje está reduzida a um terço, a dois milhões de barris por dia, o que leva outra vez à preocupação de um crescimento ainda maior do que o esperado em relação ao preço do petróleo.

E é bom lembrar, dentro de toda essa conjuntura, que uma estimativa do Fundo Monetário Internacional prevê que, a cada 10% de crescimento do preço de petróleo, tem-se uma redução média de 0,6% no Produto Nacional Bruto, no GDP de todos os países. Isso preocupa, porque é acelerar uma recessão futura numa economia já hoje praticamente parada, em termos mundiais.

Outra coisa que convém lembrar é que, nos últimos trinta anos, tivemos quatro pulos no preço do petróleo, e todos eles contribuíram para uma recessão global. O que ainda é pior, quando lembramos agora, é que nessas épocas passadas de salto de preço de petróleo as economias mundiais estavam numa posição diferente da que estão hoje. Estavam numa posição em alta, e hoje estão todas em baixa. Então, naquele tempo podia-se usar o aumento da taxa de juros para evitar a inflação. Hoje é possível até que os preços subam menos pela própria posição não de recessão, mas de estagnação das economias, o que indicará, na pior ou na melhor das hipóteses, que a recuperação dessa recessão será muita mais lenta do que as que ocorreram no passado.

Ao analisarmos hoje a economia mundial, sobretudo a situação na Europa, especificamente da Alemanha, do Japão, ou a situação dos bancos, isso nos preocupa ainda mais, traz-nos uma preocupação muito maior do que a que tínhamos anteriormente.

Penso que esses pontos que trago aqui só devem servir para reforçar essa nossa posição contrária à guerra, e quero transmitir de forma muito clara essa posição, que não é só do meu Partido, o PFL, mas

também de todo o Senado, por tudo que vimos aqui. Diante disso, penso que o nosso papel deve ser o de evitar a guerra e mostrar essa posição claramente ao mundo.

Quero lembrar outro ponto, que já foi mencionado aqui, relacionado a outros países, como a Coréia do Norte. Penso que essa é uma posição que deve ser colocada claramente para os Estados Unidos. E depende do Governo brasileiro, que V. Exª representa aqui neste momento, Ministro, adotar uma posição até mais dura em relação a toda essa questão.

Eu gostaria de lembrar que os gastos militares estão estimados entre US$50 bilhões a US$150 bilhões e que os gastos de recuperação ao longo de uma década podem atingir US$ 600 bilhões. São números difíceis ou quase impossíveis de serem calculados neste momento, mas que fariam muito bem se aplicados de outras formas, como em programas de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, em programas contra a fome ou em programas que viessem a atingir objetivos que não a guerra em si, ou a luta entre irmãos, mas objetivos humanitários. Destaco a questão da fome por que o País luta e na qual estamos todos engajados.

Finalmente, gostaria de fazer minhas as palavras do Senador Pedro Simon, porque entendo que fazem o melhor retrato que vi ultimamente da problemática da nossa relação com os Estados Unidos e do conflito entre Estados Unidos e Iraque.

Senador, mais uma vez, louvo a atuação de V. Exª para que o Ministro Celso Amorim viesse a esta Casa discutir e ouvir nossas posições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sr. Ministro, eu gostaria de informar que, dada a relevância e o conteúdo significativo da expressão de todos os Senadores, representando todos os partidos desta Casa, enviaremos à Embaixadora dos Estados Unidos e ao Embaixador do Reino Unido no Brasil cópia das notas taquigráficas completas desta reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no plenário do Senado Federal.

Com a palavra, o Ministro Celso Amorim.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, em função do adiantado da hora, sugiro que V. Exª conceda a palavra à última oradora inscrita, Senadora Ana Júlia Carepa, e depois ao Ministro Celso Amorim, que responderia conjuntamente aos questionamentos dos dois oradores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Por uma questão de eqüidade e atenção ao Senador Rodolpho Tourinho, devo lhe perguntar se o Ministro Celso Amorim poderá responder a ambos. (Pausa)

Se S. Exª poderá responder a ambos, dado que o sentido da intervenção, pelo que percebemos, é muito semelhante, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, obrigada.

Sr. Ministro Celso Amorim, Srªs e Srs. Senadores e todos que nos ouvem aqui e em todo o Brasil, considero importantíssima esta reunião. Fiquei até o final porque tenho algumas propostas concretas a apresentar. Tenho um documento, que entregarei à Mesa, em defesa da paz, das Nações Unidas e contra a intervenção militar no Iraque.

Tenho algumas propostas no sentido de nos somarmos ao esforço de milhões de pessoas no Brasil e em todos os países do mundo que estão demonstrando publicamente seu repúdio à guerra, como já defendido aqui por diversos oradores e brilhantemente pelo nobre Senador Pedro Simon, com a força da sua oratória.

Apresentarei algumas sugestões, para as quais, inclusive, gostaria de ouvir a opinião do Sr. Ministro. Uma delas é o apoio do Governo brasileiro ao memorando apresentado nessa segunda-feira, dia 24, no Conselho de Segurança da ONU, pela França, Alemanha e Rússia, cujos objetivos estão direcionados a alcançar, pela via pacífica, pela ampliação da capacidade de ação e do tempo de trabalho dos inspetores da ONU, o cumprimento, por parte do governo iraquiano, das resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança desde 1990, concretamente, a Resolução nº 1.441, de novembro de 2002.

Confesso que não assisti a toda a exposição do Sr. Ministro e não sei se esta ação já foi tomada, mas sugiro também que haja uma reunião extraordinária dos Ministros de Assuntos Exteriores dos países da América Latina e do Caribe, a qual poderia ser organizada pelo Brasil, junto com os países do Mercosul, para definir uma linha comum contra a guerra e apoiar os países da América Latina que participam, como membros não-permanentes, do Conselho de Segurança da ONU – o México e o Chile –, com o objetivo de que os mesmos possam manter sua tradicional política diplomática, orientada a resolver os conflitos in-

ternacionais por meios pacíficos, no respeito à Resolução das Nações Unidas.

Agora apresento uma proposta que diz respeito ao Senado da República. Temos que realmente ir até o fim na luta contra essa guerra, mesmo com as declarações do Presidente dos Estados Unidos, que, aliás, diga-se de passagem, foi, ao longo dos últimos anos, o maior incentivador do terrorismo mundial. Foram os Estados Unidos que criaram o Bin Laden e que ajudaram, inclusive, a armar Saddam Hussein, porque, antes, eles eram aliados.

Portanto, não podemos aceitar essa verdadeira afronta ao mundo inteiro feita pelos Estados Unidos. Esse Presidente americano, já tão bem classificado pelo Senador Pedro Simon, com seus problemas, está atingindo e ameaçando o mundo inteiro. Essas são atitudes típicas de quem não tem argumento, de quem tem apenas atitudes voluntaristas, inconseqüentes e irresponsáveis.

Como temos responsabilidade sobre os milhões e milhões de brasileiros, junto com o Governo e outras instituições, e também temos preocupação com a população de outros países e com os milhares de brasileiros que vivem no exterior, precisamos ir até o fim nessa luta.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, proponho que nós, Senadores brasileiros, possamos apoiar a iniciativa do parlamento russo, de convocar uma reunião em Bagdá – sei que temos o problema de tempo, mas estamos lutando contra ele –, de 4 a 7 de março próximos, com parlamentares de todo o mundo, para discutir formas de evitar o início de uma guerra dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha contra o Iraque.

Essa proposta faz parte da resolução aprovada pela câmara dos deputados russa – Duma, segundo a qual um ataque dos Estados Unidos ao Iraque, sem o aval da Organização das Nações Unidas, seria "uma grave violação às normas e aos princípios universalmente reconhecidos no Direito Internacional".

Por último, devo dizer que um ataque militar ao Iraque, sem o apoio formal do Conselho de Segurança da ONU, não deveria acontecer antes de esgotados todos os esforços diplomáticos e o trabalho dos inspetores da ONU. O Conselho de Segurança das Nações Unidas perderá totalmente a sua credibilidade, como organismo encarregado de manter a paz e a seguridade internacional e de desenvolver relações amistosas entre as nações, se não tentar impedir a intervenção militar dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha no Iraque até o último momento.

Como alternativa para se evitar que esse risco de guerra se materialize, poderíamos apresentar aos países-membros do Conselho de Segurança a proposta de se enviarem urgentemente tropas da ONU ao Iraque. Essa decisão, acompanhada do repúdio à guerra por parte da sociedade civil, da ação política e diplomática de todos os países contrários à guerra, é a principal garantia para tentar evitá-la e para permitir a continuidade dos trabalhos dos inspetores. Consideramos que as tropas da ONU deverão permanecer no Iraque até que cesse a ameaça de guerra e se concluam os trabalhos dos inspetores.

A proposta está em total consonância com a própria Carta da ONU, na soberania e na legitimidade das decisões e na obrigação de todos Estados-membros tentarem resolver seus conflitos por meios pacíficos, evitando pôr em perigo a paz e segurança internacionais. Lembramos que todos os membros da ONU têm obrigação de aceitar e cumprir as decisões adotadas pelo Conselho de Segurança.

Diante do enorme perigo que representa para o mundo inteiro a iminência dessa guerra, devemos ir até o final. Mesmo que não tenhamos tempo para reunir todos os Senadores, poderíamos talvez mandar uma representação da própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para participar dessa reunião com parlamentares de outros países.

É necessário mostrar ao mundo, a exemplo do que já temos visto por meio de manifestações de milhões de pessoas, que os dirigentes dos países não podem ser inconseqüentes, não podem colocar em risco o que não lhes pertence, que é a vida humana. Temos que defender a vida humana! E, neste momento, temos que ir até as últimas conseqüências que estejam a nosso alcance.

São essas as propostas que encaminharei à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a palavra ao Ministro Celso Amorim, seria importante dizer a V. Exª, Senadora Ana Júlia, que encaminhasse suas propostas à Mesa na forma regimental, para que a Comissão possa examiná-las e para que aquilo que for objeto de deliberação do Senado Federal seja enviado ao plenário.

Solicito, inclusive, ao Ministro Celso Amorim que apresente sua avaliação a respeito de proposições que são da responsabilidade do Senado Federal.

Há algumas dificuldades, Senadora Ana Júlia, na medida em que V. Exª faz proposições que exigem a aprovação do Senado Federal, como o envio de representação a Bagdá daqui a alguns dias. Seria ne-

cessário que essa decisão fosse tomada em sessão do Senado Federal, e a última sessão deliberativa desta Casa antes dos dias 2 a 4 de março será realizada hoje, à tarde.

Assim, solicito que V. Exª verifique junto à Secretaria da Mesa se há viabilidade na resolução, dada a emergência da proposta. É preciso verificar se é viável atender à proposição de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é possível a Comissão votar, e a matéria ir para o plenário? Votamos agora e a enviamos ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, preciso verificar, mas me parece que a Senadora Ana Júlia não encaminhou a sua proposição em requerimento formal, para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pudesse examiná-la. S. Exª a externou apenas como opinião.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Exª tem um requerimento escrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Haveria também a necessidade de um quorum regimental para apreciarmos e votarmos a matéria.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, posso apresentar esse requerimento oralmente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não. V. Exª pode encaminhá-lo, hoje à tarde, ao plenário do Senador Federal, na forma de requerimento. O requerimento normalmente é encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas, nesse caso, existe o problema do tempo. Portanto, teremos que considerar a hipótese de o Plenário do Senado...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tenho um documento escrito. Posso transformá-lo em requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas o requerimento precisa ser encaminhado, por escrito, ao Presidente do Senado, no plenário do Senado, hoje à tarde.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Digo à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não em tempo hábil para que haja deliberação, já que não temos quorum, Senadora Ana Júlia.

Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente.

Creio que estas serão minhas palavras finais, porque a maioria já fez indagações, a não ser V. Exª, naturalmente, que pode desejar algum esclarecimento adicional.

Rapidamente, refiro-me às duas últimas intervenções do Senador Rodolpho Tourinho.

As análises econômicas acompanham aquilo que temos analisado também no Itamaraty. Temos, internamente, um papel para discussão, no qual, aliás, há vários cenários. Um deles, para falar a verdade, creio que é muito otimista, dentro do pessimismo da guerra, porque prevê a guerra por duas semanas apenas. Penso que a guerra provavelmente será longa e terá efeitos prolongados. Os efeitos no preço do petróleo são aqueles que V. Exª já indicou, além das outras questões que já abordamos aqui anteriormente.

Além do preço do petróleo e do efeito recessivo que gera a situação, há um efeito também naquilo que se chama "versão ao risco", que também influi nos investidores internacionais. Portanto, as nossas análises seguem o sentido que V. Exª indicou.

Eu não poderia concordar mais com V. Exª, até porque, de certa maneira, estou repetindo algo que o Presidente Lula já disse, no sentido de que os recursos gastos nessa guerra deveriam ser destinados ao combate à fome no mundo. O Presidente também está fazendo uma proposta, como mencionei, de combate à fome em nível internacional, e não haveria melhor uso de recursos do que para esse fim.

Com relação às propostas que dizem respeito mais diretamente ao Executivo e à condução da política externa, eu diria que, na prática, nós, de certa maneira, já manifestamos apoio a esse memorando, porque ele detalha uma declaração que foi feita em fevereiro, que o Brasil apoiou.

No que concerne à reunião de chanceleres ou à reunião da América Latina e Caribe, temos mantido contatos constantes. Há a declaração do Mercosul, que já citei aqui, e temos mantido contatos com outros chanceleres, sobretudo dos países que são atualmente membros do Conselho de Segurança, como Chile e México. A diplomacia, às vezes, é uma arte meio complicada, e, algumas vezes, a articulação privada e direta com os ministros dos países que dispõem de mais possibilidade de ação pode resultar em mais do que uma convocação, que inclui países com nuances de posição que, por vezes, podem ensejar problemas em se ter uma declaração no sentido da-

quilo que desejaríamos. Então, obtivemos uma declaração muito positiva dos países do Mercosul.

Temos dialogado intensamente com México e Chile e temos também conversado com outros países. Tentamos até explorar a possibilidade de uma reunião de ministros da América do Sul, mas havia problemas de viabilidade em tempo hábil, antes da próxima reunião do Conselho de Segurança. Portanto, temo-nos limitado – ainda não excluo a idéia – a consultas.

Sei que o México e o Chile, que são países-membros do Conselho de Segurança, normalmente têm mantido contatos com os nossos embaixadores nas Nações Unidas. Creio que o nosso peso é maior no contato direto com chanceleres, e é o que temos procurado fazer, tentando evitar ações que, embora bem intencionadas, possam ter um efeito que não desejamos.

Sr. Presidente, em resumo e antecipando-me às suas palavras finais, apenas para ganhar tempo, quero dizer que, na condição de Ministro, agradeço por essas intervenções, porque, além de ter falado e de ter me estendido por alguns minutos no início da reunião, vim aqui para ouvir.

Saio daqui fortalecido na minha convicção – até porque o que ocorre nesse Parlamento estará ocorrendo em muitos outros – de que é preciso lutar pela hipótese da paz. Temos que fazer com que esse desejo passe de 20% para 30% ou 50%, acabando por prevalecer a paz.

Quero agradecer imensamente aos Srs. Senadores pelas palavras, a todos que usaram da palavra, e muito especialmente a V. Exª, como Presidente, e aos Líderes, que tiveram a iniciativa de convocar a reunião.

Creio que este é o primeiro diálogo importante do Executivo – no caso da minha Pasta – com o Legislativo, e é fundamental, para a política externa, que esse diálogo seja mantido sempre em temas como este, como a Alca, como a Organização Mundial de Comércio; temas também de uma agenda mais positiva com outros países, que desejamos estabelecer, mas, obviamente, mais do que tudo, tema como este, que envolve a guerra e a paz.

Quero agradecer a V. Exª todas as gentilezas que ouvi e reiterar a minha disposição para continuar a cooperar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Celso Amorim, quando da argüição do Senador Romero Jucá, V. Exª mencionou que, com respeito à Colômbia, dentro de poucos dias, virá ao Brasil o Presidente Álvaro Uribe, quando o Presidente Lula e V. Exª terão oportunidade de um diálogo a seu respeito.

Aproveito a oportunidade para lhe transmitir um pedido de natureza humanitária, uma vez que foi seqüestrado, pelas FARC, o Sr. Ramiro Álvaro Eduardo Carranza Coronado em 2 de setembro de 2001.

Coincidentemente, trata-se de um diplomata colombiano, que serviu no Brasil, na década de 80. Casou-se com uma brasileira, Srª Cibele Hammes, que, inclusive, trabalha com o Senador Alberto Silva, e ambos têm uma filha, Júlia Hammes Carranza. Desde setembro de 2001, a família está fazendo um apelo no sentido de que as FARC possam liberá-lo, inclusive por causa do seu grave estado de saúde.

Portanto, encaminho a V. Exª esse pedido. Já o havia feito, mas aproveito para reiterá-lo nesta reunião, a fim de que o Governo brasileiro envide esforços na direção de conseguir a liberação desse senhor.

Quero também agradecer a atenção de V. Exª em aqui expor tão claramente os esforços do Governo brasileiro e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que seja realizado um entendimento que evite essa guerra, que poderá causar um número extraordinário de vítimas. Devemos torcer para que os Governos dos Estados Unidos e do Reino Unido aprendam mais com os grandes líderes, que mostraram a necessidade de sempre estarmos realizando esforços pela não-violência. Líderes como Mahatma Gandhi, Martin Luther King Junior, uma das pessoas homenageadas com um feriado pelo povo norte-americano, sempre dizia aos seus compatriotas que jamais deveríamos aceitar tomar o chá do gradualismo, daqueles que dizem que é possível esperar o tempo transformar as coisas, já que as coisas precisam ser transformadas imediatamente. É claro que concordamos com os governos norte-americano, inglês e outros quando dizem que é preciso terminar com a ameaça de destruição em massa, representada pelas armas que, porventura, tenha o governo iraquiano. Então, é preciso urgência na transformação, destruição e desaparecimento dessas armas. Com isso, sem dúvida alguma, estamos de acordo. Mas também dizia Martin Luther King Junior que jamais deveríamos tomar do cálice do ódio, da violência, da guerra, da vingança; deveríamos confrontar sempre a força física com a força da alma. É este espírito que precisa presidir as relações entre os povos, sobretudo, neste momento.

Eu gostaria apenas de pedir uma informação a V. Exª. Quando do jantar que o Presidente José Sarney ofereceu ao Presidente Lula, presentes pratica-

mente todos os Senadores, na ocasião, transmiti ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a reiteração do governo do Reino Unido para que Sua Excelência possa, o quanto antes, visitar aquele país, conforme transmitiu o Ministro para a América Latina Rammel, quando estive em Londres, há pouco mais de uma semana. Na ocasião o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse-me que era sua intenção ter uma conversa telefônica, nos próximos dias, com o Primeiro-Ministro Tony Blair.

Acredito firmemente que, neste momento, dado o extraordinário peso da liderança, não apenas aqui no Brasil mas também internacionalmente que hoje tem o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é bastante possível que o empenho pessoal de Sua Excelência possa ser de extraordinária valia no entendimento entre o governo dos Estados Unidos, do Reino Unido e o governo iraquiano do Presidente Saddam Hussein.

A pergunta que formulo é se V. Exª tem conhecimento de diálogo recente ou que está por ser realizado entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar da paz com o Primeiro-Ministro Tony Blair ou com o Presidente George Walker Bush nesses dias, até por causa da iminência da eclosão da guerra.

Era essa a pergunta.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Sr. Presidente, mais uma vez muito obrigado por todas as colocações.

Efetivamente, ignoro que tenha sido feita tal chamada para um Chefe de Estado estrangeiro. Apenas tenho conhecimento de um telefonema do Presidente Jacques Chirac ao Presidente Lula, oportunidade em que S. Exª voltou a expressar a expectativa sobre a ação brasileira e a importância da liderança brasileira e o peso que tem a voz do Presidente Lula no cenário internacional.

De certa maneira, ligações do meu nível ocorreram. Mas comentarei com o Presidente Lula, porque sei que essa intenção está sob consideração. A questão era de escolher o melhor momento e obter as informações que permitissem que essa ligação ocorresse no melhor momento possível.

Obviamente, transmitirei ao Presidente Lula o teor do que conversamos aqui hoje, que, para Sua Excelência, evidentemente é muito importante. Nesse contexto transmitirei também esse pedido, essa pergunta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço muito as presenças do Ministro Celso Amorim e a de todos as Srªs. e os Srs. Senadores, assim como a dos membros do Corpo Diplomático do Irã, aqui representados, e aos demais presentes.

Muito obrigado a todos.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h44min.)

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no 1° de abril do 2003, às 17 horas e 30 minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia primeiro de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, JOÃO RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, ROSEANA SARNEY, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, ARTHUR VIRGÍLIO, HELOÍSA HELENA, HÉLIO COSTA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, GILBERTO MESTRINHO, TASSO JEREISSATI, ALOIZIO MERCADANTE, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO ALBERTO SOUZA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOÃO CAPIBERIBE, FERNANDO BEZERRA, AELTON FREITAS, MARCO MACIEL, PEDRO SIMON, EDSON LOBÃO e LÚCIA VÂNIA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem N° 66, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana".O Relator, Senador **PEDRO SIMON**, faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente prossegue com a leitura de dois Ofícios enviados pelo Senhor Vice-Presidente da República, **JOSÉ ALENCAR**, congratulando as indicações dos Senhores Itamar Franco e Tilden Santiago, concedendo a palavra ao Senhor **ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO** para sua exposição. A requerimento do Senhor Presidente e com a aprovação dos membros da Comissão, a reunião permanece aberta para argüição dos indicados. Passa-se a apreciação do item seguinte. **Item 02** – Mensagem

N° 59, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora **CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA,** Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética".Faz a leitura do relatório o Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES,** relator da matéria. Na seqüência, a Senhora **CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA** faz sua exposição de motivos. A seguir, é invertida a pauta. **Extra-pauta – Item 01** – Requerimento N° 184, de 2003 que "sugerem a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, que convoque conclave dos líderes religiosos mundiais, preferencialmente em Bagdá, ou em outra Capital de um dos países envolvidos no conflito, para discutir soluções pacíficas para a crise no Iraque e propugnar pelo cessar das hostilidades e pela paz." O Relator, Senador **TASSO JEREISSATI,** faz a leitura do parecer que é favorável à matéria. Passa-se a leitura do item seguinte. **Item 02** – Requerimento N° 185, de 2003 que "conclama aos governos dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas que convoquem reunião de emergência daquele organismo para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução 1441 de forma pacífica e cessar de imediato a intervenção militar no Iraque". Não havendo quem queira discutir, as matérias foram aprovadas. Segue a apreciação da pauta. **Item 03** – Mensagem N° 65, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **TILDEN JOSÉ SANTIAGO** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba".Passa-se a palavra ao Senhor Senador **HÉLIO COSTA,** relator "ad hoc" da matéria para que leia o parecer. O Presidente passa a palavra ao Senhor **TILDEN JOSÉ SANTIAGO** que faz sua exposição. Fazem uso da palavra, para argüição, os Senhores Senadores: **ALOIZIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, ARTHUR VIRGÍLIO, HÉLIO COSTA, PEDRO SIMON e ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES.** O Senhor Presidente solicita aos Senadores **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, PEDRO SIMON** e **EDUARDO AZEREDO** que façam a apuração dos votos. Para a Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, houve 17 votos favoráveis. Para os indicados a Embaixador na Itália, Itamar Franco e em Cuba, Tilden Santiago –, houve 16 votos a favor e um contrário. O Senhor Presidente anuncia que os três indicados foram aprovados quase por consenso. Sendo assim, encerra-se a reunião às 21 horas e 23 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão pedido de dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias da pauta.

Vamos ouvir, hoje, os indicados a Embaixadores: o Senador Itamar Augusto Cautiero Franco, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana; a Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, para assumir o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, e o Sr. Tilden José Santiago, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

Em primeiro lugar, vamos solicitar ao Senador Pedro Simon, Relator da mensagem sobre o Embaixador Itamar Franco, que leia o seu parecer.

Em seguida, ouviremos o ex-Presidente, ex-Governador, ex-Senador, nosso colega, Itamar Franco. Depois, faremos a argüição para prosseguirmos com as demais indicações.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Candidatos a Embaixadores, prezado Senador, ex-Presidente e amigo, Itamar Franco, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República fez do Sr. Itamar Augusto Cautiero Franco, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de Caráter Permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum vitae** do indicado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações.

Nascido em Juiz de Fora, filho de Augusto César Stiebler Franco e Itália Cautiero Franco, o Sr. Itamar

Franco é engenheiro, graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e fez o Curso de Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas.

Nas lides políticas, desde a sua formação universitária, foi Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Juiz de Fora; subseqüentemente, foi Prefeito, por duas vezes, no seu Município natal, Juiz de Fora; foi Senador da República, por dois mandatos, de 1974 a 1982 e de 1982 até sua eleição para Vice-Presidente da República, em 1989; foi Presidente da República de 1992 a 1994 e Governador de Minas Gerais, em 1998.

Em sua atuação parlamentar, que marcou época e presença no Congresso Nacional como Senador da República, foi Presidente da Comissão de Economia e da Comissão de Finanças, membro da Comissão de Educação e Cultura, da Comissão de Relações Exteriores e Legislação Social, da Comissão de Serviço Público, entre outras. Foi Presidente da Comissão do Distrito Federal, Vice-Líder do MDB, 3º Secretário da Mesa Diretora do Senado, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o acordo nuclear Brasil/Alemanha, Presidente da Comissão Mista que examinou a emenda das eleições diretas, Emenda Dante de Oliveira, Líder do Partido Liberal, Senador Constituinte, titular da Comissão de Organização dos Poderes da Assembléia Nacional Constituinte, 2º Vice-Presidente da Subcomissão do Poder Legislativo da Assembléia Nacional Constituinte, Membro do Parlamento Latino-Americano/Senado Federal e Presidente da Comissão Mista que estudou o comércio entre o Brasil e o Leste Europeu.

O Sr. Itamar Franco possui trabalhos publicados em diversas áreas, decorrentes de sua longa trajetória parlamentar, dentre os quais cabe destacar: **Homenagem a Juscelino Kubitschek de Oliveira,** 1976; **A Imprensa e o Parlamentar,** 1977; **Tributo ao Liberal Pedro Aleixo,** 1988; **O Negro no Brasil Atual,** 1980; **A Dívida Externa e Soberania Nacional,** 1983; **Compromisso de um Democrata com o Povo Mineiro,**1986.

O Sr. Itamar Franco ocupou por duas vezes o cargo de Embaixador do Brasil em Lisboa, de 1995 a 1996, e junto à OEA (Organização dos Estados Americanos), em Washington, de 1996 a 1998, tendo participado de inúmeras missões oficiais no exterior, dentre as quais cabe destacar:

Integrante da Delegação Brasileira, como observador parlamentar à Assembléia Geral das Nações Unidas, 1978;

Membro da Comissão de Parlamentares Brasileiros que estiveram visitando as usinas nucleares da Alemanha, da França e a Agência Internacional de Energia Atômica, na Áustria, 1979;

Membro da Delegação de Parlamentares Brasileiros em visita à Arábia Saudita, 1981;

Participante, como Delegado, do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar que visitou a Bulgária, 1981;

Participante, como Observador, do Grupo Brasileiro na 65ª Conferência Interparlamentar, realizada em Bonn, Alemanha, 1978;

Integrante da Comissão Parlamentar Brasileira em visita ao Senado japonês, 1983;

Observador Parlamentar da XXXIX Sessão da Assembléia Geral da ONU, 1984;

Participou do Conselho Argentino dos 40 anos da OEA, 1988.

No cargo de Vice-Presidente da República:

Visita Oficial, na cerimônia de posse da Exmª Sª Presidente da República da Nicarágua, Drª Violeta Barrios Chamorro, de 24 a 27/04/90;

Visita Oficial à cerimônia de posse do Exmº Sr. Presidente da República da Costa Rica, Dr. Rafael Angel Calderon Fournier, de 06 a 10/05/90.

Dentre as condecorações, que são inúmeras e são imensas, cumpre citar as seguintes: Ordem do Mérito Legislativo de Minas Gerais; Medalha de Honra ao Mérito Militar; Grau de Comendador; Medalha de Honra da Inconfidência Mineira; Ordem do Mérito de Rio Branco; Ordem do Mérito do Trabalho e Ordem do Mérito Militar.

No que concerne à importância das relações bilaterais Brasil/Itália, fundada em notórios fatores históricos, políticos, econômicos e culturais, urge revelarmos a simpatia recíproca nutrida por ambos os países, refletida em intensa agenda de cooperação e comércio.

Pela tradição, os relatórios de indicações de embaixadores resumem-se à apresentação de dados biográficos dos indicados. No entanto, creio que podemos e devemos abrir uma pequena exceção para o Sr. Itamar Augusto Cautiero Franco, por ser ele um ex-Presidente da República.

Quero aqui, mesmo que de modo breve, destacar o importante papel desempenhado pelo Sr. Itamar Franco no recente processo de democratização e de estabilidade econômica no Brasil.

Em 1992, o Brasil passou por momentos muito delicados. Em setembro daquele ano, um **impeachment** determinou o afastamento do então Presidente

Fernando Collor de Melo. Ocupava a Vice-Presidência da República o Sr. Itamar Franco.

Durante todo o traumático processo que levaria ao afastamento do então Presidente, manteve-se o Sr. Itamar Franco numa postura de total isenção. Não defendeu o Presidente, como queriam alguns, mas também não cedeu aos apelos daqueles que lhe cobravam um engajamento contrário. Cumpriu à risca o papel que destina a Constituição aos Vice-Presidentes. Sua postura serena foi fundamental para que o processo transcorresse dentro da normalidade.

Empossado, Itamar Franco liderou um Governo de transição que reuniu apoio maciço no Congresso Nacional e teve um excelente desempenho. Foi no Governo de Itamar Franco que se elaborou e implantou o Plano Real, que viria a debelar um processo inflacionário que durava já duas décadas.

Itamar Franco indicou para o Ministério das Relações Exteriores e, posteriormente, para o Ministério da Fazenda o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que viria, depois, a suceder Itamar Franco. Iria sucedê-lo com seu apoio e com a colaboração de Itamar à sua campanha.

Deixou o Planalto com uma grande aprovação popular, a mais alta tida até então, o que, sem dúvida, acabou contribuindo para a eleição do candidato que apoiou, Fernando Henrique Cardoso.

Eu poderia destacar aqui inúmeras decisões fundamentais que foram adotadas naquele governo de transição. Reporto-me apenas a duas decisões, porque penso que foram simbólicas e que representam a administração Itamar Franco. Uma, a constituição da Comissão Especial de Investigações destinada a analisar denúncias de corrupção no âmbito da administração pública. A verdade é que nunca, antes, o combate à corrupção tinha sido erigido como prioridade neste País. Itamar Franco teve a coragem e a sensibilidade de perceber a grandeza do problema que, infelizmente, ainda hoje nos infelicita.

Em segundo lugar, eu destacaria a criação do Consea, Conselho de Segurança Alimentar, sob a inspiração do Betinho. Aliás, é importante salientar, o Senador Presidente desta Comissão nos procurou na ocasião e trouxe ao nosso gabinete Luiz Inácio Lula da Silva, que trazia o projeto do PT e que achava importante que o levássemos ao Ministro da Fazenda.

Quando tomei conhecimento do projeto, senti sua importância e disse que ele deveria ser levado ao Presidente da República. Imediatamente, conversei por telefone com o Presidente, que marcou uma audiência. O Lula e toda a sua assessoria foram ao gabinete da Presidência. Lá estavam o Presidente da República, com seus Ministros especiais. E do debate nasceu aquele projeto, magnífico, diga-se de passagem, e o Presidente Itamar teve a grandeza de colocar o Betinho em um dos cargos e o Bispo de Duque de Caxias em uma das outras grandes e importantes posições. Esse programa que hoje se chama Fome Zero iniciou-se e teve êxito no Governo de Itamar Franco.

Itamar Franco foi Senador da República por 16 anos. Conheci-o em 1978, quando cheguei ao Senado Federal. Ao longo de todos esses anos, minha admiração pelo seu trabalho político e administrativo só tem feito crescer. Penso que Itamar Franco terá, no futuro, seu nome incluído na relação dos grandes estadistas brasileiros.

Agora o Sr. Itamar Franco está sendo indicado para a nossa Embaixada em Roma. A diplomacia brasileira é das mais conceituadas do mundo. Nossos embaixadores de carreira estão entre os mais bem preparados intelectualmente. No entanto, é também da nossa tradição indicar nomes de relevo na política, na economia, na cultura para certas embaixadas de grande importância. Esse é o caso.

Apresento o meu relatório com a plena convicção de que o candidato cumpre, com extensas sobras, todos os requisitos e qualificações exigidas para o cargo.

Tenho aqui, Sr. Presidente, uma longa exposição, uma análise que poderá ser feita da administração do Sr. Itamar Franco no Governo de Minas Gerais e as conclusões do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre a sua atuação e a aprovação de suas contas. Se for o caso, se alguma das Srªs e dos Srs. Senadores quiser, terei oportunidade de explicar, na hora oportuna.

Creio, Sr. Presidente, que – isso é algo que vivencio ao longo de toda a minha vida, e lá se vão 45 anos de vida pública – normalmente o Congresso, o Senado, a Câmara, a Assembléia Legislativa votam com a mais absoluta tranqüilidade principalmente quando se trata de um homem que não conhecem. Quem é ele? É um homem saído não se sabe de onde. Não se sabe quem é, não se conhece a sua a biografia, não se sabe de quem se trata, não se tem o mínimo conhecimento dele e, no entanto, a sua indicação é aprovada com a maior tranqüilidade, com a maior serenidade, sem nenhuma dúvida, sem nenhuma interrogação, sem absolutamente nenhum problema.

Quando se trata de um homem público, é diferente. O homem público é público. E, principalmente, o homem público que subiu, que cresceu, que tem

personalidade, ele agradou e não agradou. Ele disse algo com que alguém simpatizou e com que alguém antipatizou. Ele teve a sua vida, a sua atuação e, como político, foi para a tribuna. Alguém que foi por 16 anos Senador da República, alguém que foi Presidente da República, que foi duas vezes Prefeito, que foi Governador de seu Estado, evidentemente debateu, discutiu, analisou. É claro que teve seus adversários. É evidente que se chegou a Presidente da República e nomeou 200, há muitos outros chateados. O Lula nomeou 500 e há mil chateados, porque esperavam a nomeação e não conseguiram. Isso faz parte da normalidade. O homem público, quando expõe o seu nome, tem algo a mais do que o homem que está na vida comum. Ele tem o seu nome exposto, é vitrina diária.

O Sr. Itamar Franco, desde os tempos de Senado da República, era um Senador complicado, difícil, que, às vezes, parava o Congresso Nacional. Naquela época, um Senador podia parar o Congresso Nacional; hoje não conseguimos. Ele parou o Congresso Nacional várias vezes, para conversar e debater, porque havia uma questão de ética, de formação e de firmeza que exigia ser atendida. Ele presidiu a comissão nuclear, que, na época da ditadura, foi um dos marcos mais importantes da história do Parlamento brasileiro. Foi a primeira vez que se fez algo de positivo, concreto, real, sobre aquela matéria. É evidente que deve haver pessoas com ressentimentos, dúvidas e interrogações. E acho mais do que normal.

E esta é a hora em que temos de fazer análise da personalidade, dignidade, correção, decência, honra ou, ao contrário, da indignidade, imoralidade, indecência da vida do cidadão. Alguém que ponha no seu voto uma mágoa pessoal, um ressentimento não está à altura de desempenhar sua importante missão em uma hora como esta, em que temos de fazer a análise da pessoa e do que ela representa.

Vejo no Sr. Itamar Franco um homem que merece respeito e consideração. Que o Senador Itamar Franco, o Presidente Itamar Franco, o político Itamar Franco é um homem complicado, difícil, é verdade; que é um homem cujos amigos têm que entrar na sua profundidade, é verdade; mas a dignidade, a correção, a seriedade, a firmeza, a garantia de suas posições nas horas mais dramáticas e difíceis, a retidão de sua personalidade e a firmeza de seu comportamento me parecem uma realidade da qual não podemos fugir.

Por isso, com muita tranqüilidade, apresento o meu parecer favorável.

E antecipo o meu voto, acreditando que vamos ter, nesta reunião, um momento de afirmação do Congresso, desta Comissão, desta Casa, que é política. Há aqui ex-Governadores, ex-Presidentes da República, ex-Presidentes do Senado, ex-Ministros, Lideranças da maior grandeza que se mostram homens livres, respeitáveis, que têm suas convicções e restrições, mas têm a competência de, na hora exata, produzir a média do pensamento.

Vou ser muito sincero: penso que passará, tranqüila e serenamente, por esta Casa, o nome do ex-Senador Itamar Franco, mas, se não passasse, seria mais desgastante para a Casa do que para ele. Não teríamos como explicar à sociedade que o Sr. Itamar Franco, com uma biografia como a sua, teria sido rejeitado pela Casa. Não acredito nisso, nem me passa pela cabeça. Estou apenas querendo dizer, com isso, que este é realmente um momento importante e significativo.

O Presidente Lula age corretamente. Ninguém tem mais respeito pelo Itamaraty do que eu. O serviço de relações exteriores do Brasil é de primeira grandeza. Pode haver igual, mas não melhor. Guardo um enorme carinho, porque, na época do regime militar, quando praticamente quase tudo soçobrou, o Itamaraty permaneceu na sua linha, na sua dignidade, na sua seriedade. Foi, inclusive, um momento em que o Itamaraty se firmou, olhando para a África e para a América do Sul – o que antes não se fazia. E olhou com grande profundidade. O Itamaraty nos honra.

Mas agem bem os Presidentes da República, quando, de vez em quando, indicam alguém que, por aspectos relacionados à cultura, à economia ou à política, representa algo importante para a Nação. Estamos indicando um ex-Presidente da República para a Itália. O nome da sua mãe é Itália. Sua identidade com esse país é da maior profundidade. Nessas condições, estamos indicando para Embaixador na Itália alguém que gosta, estima, tem carinho e respeito por esse país.

Sou do Rio Grande do Sul, onde a colonização mais importante é a italiana. Temos um enorme respeito pela Itália, temos um carinho profundo pela Itália. É uma das grandes nações, e há todas as condições de aprofundar e levar muito além o relacionamento entre Brasil e Itália. E me parece que Itamar Franco reúne as condições para ser um grande Embaixador, até por sua biografia, por sua história, até pelas relações de sangue entre ele e a Itália.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acabo de receber dois ofícios do Vice-Presidente da República, José Alencar. Com a anuência de ambos os

indicados aqui, que são seus conterrâneos, do Estado de Minas Gerais, passo a ler as duas breves mensagens.

Caríssimo e eminente amigo Presidente Itamar Franco,

Ao cumprimentá-lo pela escolha de Roma, desejo-lhe sucesso na nobre missão de Embaixador do Brasil. Imagino o orgulho e a emoção de Dª Itália, se aqui estivesse, ao ver o filho ilustre novamente alçado à condição de representante do Governo brasileiro justamente no país com que ela se identificava nas origens e no próprio nome.

Esteja certo, Presidente, que ela estará ao seu lado, assistindo-o no prosseguimento de sua atuação em favor do Brasil, ao qual tem prestado tão relevantes serviços.

Meus parabéns e votos de crescente êxito em sua brilhante carreira de homem público de comportamento exemplar, sob todos os aspectos.

Um abraço do amigo,

José Alencar

Vice-Presidente da República.

Brasília, 1º de abril de 2003.

Ambos os ofícios são do dia 1º de abril.

Caríssimo e eminente amigo Embaixador Tilden Santiago,

Cumprimento-o por sua indicação para o posto em Havana e externo-lhe meus votos de muito sucesso no desempenho da nobre missão de Embaixador do Brasil.

Estou seguro de que o ilustre amigo voltará a demonstrar ali o elevado espírito público que sempre marcou a sua atuação política e administrativa, voltada permanentemente à defesa da ética, ao compromisso com princípios e ao devotamento às causas sociais.

Com meus parabéns, desejo-lhe crescente êxito na nova carreira, que irá enriquecer ainda mais o seu portfólio de relevantes serviços ao País.

Com abraço,

José Alencar, Vice-Presidente da República.

Brasília, 1º de abril de 2003.

Concedo a palavra ao nosso sempre Senador e Presidente, Governador e Embaixador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella; Sr. Relator, Senador Pedro Simon, a quem desde já agradeço pelas palavras generosas a meu respeito.

Quero agradecer também ao Sr. Vice-Presidente da República, meu prezado amigo José Alencar, pela carta a mim dirigida.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, permita-me agradecer também às pessoas que me ajudaram neste pronunciamento: Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu; Embaixadores Andrea Matarazzo, Carlos Alberto Leite Barbosa, Mauro Vieira e Paulo Tarso Flecha de Lima; o Conselheiro Sérgio Karnas; os Diplomatas do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores e a Assessoria de Assuntos Internacionais do Sebrae, na pessoa de Renato Cordeiro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra para mim que V. Exªs me recebam nesta Alta Casa da República, onde, durante 16 anos, representei, com grande orgulho, o Estado de Minas Gerais.

No cumprimento do mandato constitucional, venho à presença de V. Exªs, após ter sido indicado pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para desempenhar-me como seu Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Italiana, em Roma.

Sinto-me honrado com a possibilidade de voltar a participar de nosso Itamaraty, onde destaco a atuação do Ministro Celso Amorim, com quem tive a felicidade de trabalhar quando exerci a Presidência da República.

O Brasil, no início da imigração italiana de massa.

A presença italiana no Brasil até a metade do século XIX limitou-se a poucas centenas de indivíduos, apesar do matrimônio, em 1842, entre o Imperador D. Pedro II e Teresa Cristina de Bourbon, irmã do rei das duas Sicílias, do início de uma imigração exígua de trabalhadores manuais e da hospitalidade concedida aos exilados políticos que tinham participado dos movimentos de 1821 e 1831, na Itália. Muitos desses continuaram a lutar em terras brasileiras, movidos pelos mesmos ideais que os inspiravam no país de origem, como, por exemplo, Líbero Badaró e Giuseppe Garibaldi, este último comprometido, de forma tenaz, com a revolução separatista iniciada no Rio Grande do Sul em 1835.

Sistema político.

A Itália é uma República, com sistema parlamentarista de Governo. O Presidente é eleito para mandato de sete anos, por colégio eleitoral constituído pelas duas Casas do Parlamento e representantes dos Conselhos Regionais, três para cada região italiana, para garantir a representação regional.

O Governo é composto pelo Conselho de Ministros, presidido pelo Primeiro-Ministro designado pelo Presidente da República e encarregado de formar um gabinete com o apoio do Parlamento.

O Parlamento é bicameral, constituído pela Câmara dos Deputados (630 Deputados) e pelo Senado da República (315 Senadores) aos quais somam-se os ex-Presidentes da República, membros de direito vitalício, e cinco Senadores vitalícios, designados pelo Presidente da República, que se tenham distinguido por elevados méritos nos setores cultural ou social.

Os membros do Parlamento são eleitos para mandato de cinco anos. Desde 1994, 75% dos Deputados e Senadores são eleitos pelo voto direto e 25%, pelo voto proporcional com base em listas elaboradas pelos Partidos.

Chefe de Estado: Presidente Carlo Ciampi, eleito em maio de 1999, para mandato de sete anos.

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi.

Ministro do Exterior: Franco Frantini.

Embaixador da Itália no Brasil: Vicenzo Petrona.

Principais indicadores econômicos e financeiros.

PIB, na moeda americana: US$1,4 trilhão em 2001.

Taxa de crescimento do PIB: média de 1,9% entre 1996 a 2000, 2,9% em 2000, 1,8% em 2001.

PIB **per capita**: US$24,3 mil em moeda americana, no ano de 2001.

Moeda: euro.

Inflação: média de 2,3% entre 1996 e 2000, 2,5% em 2000; e 2,7% em 2001.

Taxa de desemprego: 10% em 2001.

Exportações: US$243 bilhões em 2001.

Importações: US$226 bilhões em 2001.

Saldo comercial: US$17 bilhões no ano de 2001.

Principais exportações: máquinas, têxteis, couros, equipamentos de transporte e produtos químicos.

Principais importações: máquinas, equipamentos de transporte, produtos químicos e energia.

Taxa de crescimento da produção industrial: 0,4% no ano de 2001. T

Taxa de alfabetização: 98%.

Taxa de mortalidade infantil: 5,76% por mil.

Expectativa de vida: 79,25.

Srªs e Srs. Senadores, não está dito na Constituição italiana que a República seja federativa. Está, sim, dito que é una e indivisível (no art. 5º), ou seja, como os italianos a entendem, unitária.

Com a Lei Constitucional nº 3, de 18 de outubro de 2001, chamada Mudança ao Título V da Parte II da Constituição, foram modificados vários artigos da Constituição, o que dá mais autonomia fiscal e administrativa às diversas regiões, umas mais, outras menos. Com isso, conclui-se que oficialmente a República é unitária, mas do ponto de vista de alguns ela seria federativa, sem que isso esteja escrito ou definido explicitamente.

Claudio Brambilla, representante do Escritório Legislativo Liga Norte do Partido Separatista, faz reflexões sobre o dogma da unidade do Estado. O título fala por si; já na Constituição existe o federalismo. Argumenta no texto que, no art. 5º da Constituição, a República é una e indivisível, mas reconhece e promove as autonomias locais.

Cristiano Ercorlano, em "Federalismo e Regionalismo. Autonomia outorgada pelo art. 5º da Constituição. Princípio de Autogoverno Social", também faz uma análise da unidade e indivisibilidade da República, após a concessão de autonomia a algumas regiões pela citada Lei nº 3.

Fiz questão de explicar essa parte, porque alguns consideram a República como federativa, quando ela é, na verdade, unitária.

Complementos. Dados básicos: O aniversário da República é no dia 02 de junho. Parlamentarismo desde 1º de janeiro de 1948. Organização Administrativa: A Itália é dividida em 20 regiões, e cinco delas – Sicilia, Sardegna, Trentino Alto Adige, Friuli Venezia Giulia e Vale D´Aosta – gozam de **status** especial.

Cada região possui um conselho regional, órgão legislativo eleito por voto universal, a cada cinco anos, e uma junta regional – Poder Executivo. Essas regiões são subdivididas em 95 províncias.

A Itália, como recordarão V. Exªs, é uma das fontes da cultura ocidental, berço do cristianismo, origem da nossa língua base e território de uma civilização que cobriu grande parte do Planeta e que marcou profundamente a história.

É desnecessário enumerar os gênios do espírito humano que, desde a Itália, desde a antiguidade e pelos tempos afora, criaram marcos do conhecimento, da estética, da reflexão, da construção, da arte e da Ciência.

O território da Itália tem pouco mais de 300 mil quilômetros quadrados. Os italianos somam cerca de

um terço da população brasileira, mas sua renda **per capita** é oito vezes maior do que a do Brasil, pois alcança os US$24 mil.

No Brasil, a presença econômica italiana é destacada. A Itália, em 2001, foi o quinto maior investidor externo no País, respondendo por 5% do estoque total de investimentos estrangeiros diretos do Brasil. No ano 2000, as empresas italianas investiram US$488 milhões, e o setor de telefonia tem sido um dos mais atraentes para essas operações.

Outros campos de atividade econômica ostentam a presença de grandes empresas italianas, tais como a indústria automobilística, de produtos agro-alimentares, de seguros, de bancos e empresas financeiras, de energia, de pneus e cabos.

O intercâmbio comercial da Itália com o Brasil vem decrescendo, desde 1998, quando atingiu seu maior valor, acima de US$5 bilhões. Em 2001, o comércio bilateral ficou nos US$3.9 bilhões, com um déficit de US$370 milhões para o Brasil.

Compramos da Itália principalmente veículos, tratores, autopeças; e vendemos couros e peles, minério, concentrado de ferro, e café.

A Itália, Srªs e Srs. Senadores, é um importante membro da União Européia. Sua economia compara-se à do Reino Unido. Seu Produto Interno Bruto é superior a US$1 trilhão. Com essas credenciais, participa do grupo das sete nações mais ricas do mundo, o G7, e também do G8 quando a ele se junta a Rússia. A Itália, portanto, tem papel ativo na discussão e encaminhamento das soluções para problemas de caráter mundial, tanto no plano econômico quanto no político.

O funcionamento da democracia italiana foi marcado, até há poucos anos, pela predominância das forças democratas cristãs, embora com governos de curta duração. Desde o fim da II Guerra Mundial até o ano 2000 – notem, Srªs e Srs. Senadores –, a Itália teve 58 governos. No início da década de 90, iniciou-se a denominada Operação Mãos Limpas, que pretendeu identificar e reprimir os vínculos ilícitos, entre expoentes da sociedade e da política italiana e a máfia.

O processo conhecido como Mãos Limpas iniciou-se, na Itália, em 17 de fevereiro de 1992, com a prisão do engenheiro Mário Chiesa, integrante do Partido Socialista Italiano, por suborno. As investigações sobre as atividades de Chiesa vinham sendo conduzidas pelo Ministério Público, tendo à frente o Dr. Antonio Di Pietro. Trata-se do maior e mais abrangente processo por corrupção política realizado na Itália. A justiça identificou a ligação entre o crime organizado e os partidos políticos, com o objetivo de lesar o Estado e apropriar-se indevidamente de recursos públicos.

Em julho de 1992, eram 73 os envolvidos, sendo 61 presos em prisão domiciliar, desses, 43 eram políticos, 17 do Partido Socialista Italiano liderado por Bettino Craxi, então presidente do Conselho de Ministros, 15 democratas cristãos e 11 de outros partidos.

As propinas envolviam empresas de limpeza prestadoras de serviços ao Estado, obras públicas como a ampliação da Auto-Estrada Veneza-Pádua, entre outras.

Após 25 meses, o resultado foi: 4.525 presos, 10 suicídios e 1.069 parlamentares e políticos envolvidos nos processos sediados em Milão e guiados por um **pool** de procuradores e juízes.

Em 1994, Silvio Berlusconi venceu as eleições e liderou um governo de coalizão de centro-direita. Berlusconi renunciou em 1995 e, em 1996, uma coligação de centro-esquerda, organizada por Romano Prodi, chegou ao poder. Berlusconi voltou a ser 1º Ministro nas eleições de 2001.

O panorama político-partidário da Itália é hoje denominado por duas grandes reuniões: na centro-direita está a Casa Del Libertar, Casa das Liberdades, e na centro-esquerda, a Olivo, Oliveira.

A primeira, atualmente no poder, congrega os seguintes partidos: Força Itália, de centro, criada por Berlusconi, em 1994; a Aliança Nacional de Inspiração Neofascista, sob a liderança de Gianfranco Fini; a Liga Norte, partido autonomista liderado por Umberto Bossi; há ainda a mini-coligação, que reúne a ala direitista da antiga democracia cristã.

A reunião de centro-esquerda Oliveira reúne o Partido Democrático de Esquerda, originário do núcleo social democrata do antigo Partido Comunista Italiano; o Partido Popular Italiano, que deriva dos segmentos esquerdistas do antigo Partido Democrata Cristão; a Renovação Italiana, que compõe o núcleo centrista; os Verdes, que agrupam militantes mais ativos, identificados com temas ambientais e com a proteção dos direitos civis – noto que o atual Prefeito de Roma, Rutteli, foi eleito sob essa legenda; e outros partidos menores, existem outras agremiações partidárias não aliadas a nenhum dos dois blocos maiores.

É importante ainda observar que, no ano de 2002, o Governo italiano aprovou legislação que permite a eleição de italianos residentes no exterior para o Parlamento italiano.

A política externa italiana foi, ao longo da Guerra Fria, resolutamente anticomunista e pró-ocidental. Não obstante, os Governos italianos faziam, ocasionalmente, gestos (inaudível) para a ex-União Soviética, a Líbia e outros países. Esse contraste vem sendo substituído, no atual Governo Berlusconi, por uma linha claramente pró-americana. A Itália busca hoje apresentar-se como parceira privilegiada dos Estados Unidos, na Europa, distanciando-se, assim, da Alemanha e da França e se aproximando do Reino Unido, em muitas das grandes questões internacionais da atualidade, o Oriente Médio, Iraque, terrorismo.

Entretanto, Srªs e Srs. Senadores, observou-se uma divergência de posição entre o Chefe de Governo Berlusconi e o Chefe de Estado Ciampi com relação à posição da Itália na guerra contra o Iraque. Berlusconi, que num primeiro momento vinha apoiando explicitamente os Estados Unidos, tomou, em seguida, posição moderada, não se juntando ao Reino Unido e Espanha em Açores, em razão da posição fortemente contrária à guerra da opinião pública italiana, inclusive, da maioria dos seus próprios eleitores. Pesou nessa sua moderação a forte pressão diplomática do Vaticano e de grupos católicos e pacifistas. Não obstante, Silvio Berlusconi adiantou que seu partido e os demais que compõem a aliança que o apóiam poderiam votar, como aconteceu, a favor do uso do espaço aéreo e das bases terrestres e marítimas em território italiano pelas forças norte-americanas.

Sem o aval da ONU e da Otan ou da União Européia a uma ação bélica unilateral, Carlo Azeglio Ciampi lançou mão da Constituição para opor-se a uma participação direta, ativa – nem homens, nem meios –, da Itália no conflito. Afirmou que uma guerra sem o endosso da ONU é inconstitucional, fere o art. 11 da Constituição italiana, que reza que a Itália repudia a guerra como instrumento de ofensa.

Restou, entretanto, uma questão aberta que é a concessão por parte da Itália de um mínimo suporte logístico, ajuda passiva. Vale dizer: a permissão de sobrevôo no espaço aéreo italiano e do uso das bases terrestres e marítimas pelas forças norte-americanas. Para resolver essa questão, coube a Ciampi, na condição de comandante supremo das Forças Armadas, convocar o Conselho Supremo de Defesa, do qual é Presidente, o que fez em 19 de março.

Diante do acima exposto e da sugestão de Bush de que a Itália faz parte da união de 45 países que apóiam os Estados Unidos, em carta endereçada a Berlusconi, Bush agradeceu o apoio italiano e o empenho pessoal do Ministro. Cerca de 70% da opinião pública italiana declararam desconhecer a posição de seu país quanto ao conflito.

Em 19 de março, o Conselho Supremo de defesa italiana, presidido pelo Presidente Ciampi, definiu sua proposta de limites para o apoio da Itália à união anglo-americana. Os seis principais pontos foram:

I – militar: excluída a participação nas ações de guerra de militares italianos;

II – armamentos: nenhum armamento ou equipamento militar será fornecido ou colocado à disposição tanto dos Estados Unidos quanto da Grã-Bretanha;

III – ataque direto: excluído o uso de estruturas militares como base de ataque a objetivos iraquianos;

IV – posição da Itália: não beligerante; bases e espaço aéreo: as bases militares localizadas em território italiano podem ser utilizadas somente para trânsito, abastecimento e manutenção de equipamento militar, foi autorizado o uso do espaço aéreo italiano para sobrevôo de aeronaves;

V – proteção: deve ser reforçado o aparato do proteção das bases militares.

O Parlamento italiano aprovou por 304 votos contra 247 o sobrevôo em espaço aéreo italiano de aeronaves, tanto dos Estados Unidos como da Grã-Bretanha, bem como o uso das bases militares. Berlusconi, sentindo-se vitorioso, declarou que o seu governo logrou dar apoio pleno ao ataque legítimo dos Estados Unidos sem ser beligerante. O motivo de tanta repercussão da decisão italiana ao apoio dos Estados Unidos deveu-se à posição dúbia assumida ultimamente por Berlusconi, às declarações desencontradas de autoridades italianas, bem como a carta do Presidente Bush a Berlusconi, agradecendo o apoio da Itália. O mesmo não se deu, por exemplo, com relação à posição da França e da Alemanha, publicamente contrárias à guerra.

Sr. Presidente, tomei o cuidado de trazer esses aspectos, face ao momento atual que vivemos em função da guerra com o Iraque.

A Itália na condição de país-membro da organização do Tratado do Atlântico Norte participou de operações de paz relevantes no cenário europeu. A exemplo do Kosovo e da Albânia, enviou forças militares para colaborar com a paz no Afeganistão. Os interesses geopolíticos da Itália estão muito próximos também do universo mediterrâneo, o que facilmente é compreensível.

As relações do Brasil com a Itália oferece perspectivas singulares de cooperação e amizade estreitas, dada a identificação cultural de grande parte da

nossa população com os italianos. Vieram da Itália correntes migratórias importantes nos séculos XIX e XX. Esse contingente participou e participa de forma marcante na formação ética, social e cultural do nosso País, especialmente nos Estados do Sul e do Sudeste, como aqui se referiu o nosso Relator.

Lembramos também a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial com a FEB, na Itália, na defesa da democracia e da liberdade. A missão da embaixada em Roma é, naturalmente, estimular ainda mais a diversidade, a força e o dinamismo desses laços que em todos os campos de atividade traduzem a longa história de amizade e cooperação que temos com a República italiana.

Cuidaremos para que se concretize a criação de um grupo parlamentar bilateral, para o que solicito desde logo o apoio e as boas idéias das Srªs e dos Srs. Senadores, a partir da positiva experiência do Grupo Parlamentar Brasil/Itália do Congresso Nacional.

Na mesma linha, aproximaremos ainda mais os Poderes Legislativos dos dois países, com a realização de missões parlamentares, instrumento valioso para ampliar o conhecimento pessoal e as afinidades entre os representantes eleitos dos dois povos.

Em novembro de 2002, o então Presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Pier Ferdinando Castini, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que participou convidado pelo ex-Deputado, Presidente da Câmara, Aécio Neves, da Cúpula Parlamentar de Integração Continental. Merece destaque o acordo de cooperação parlamentar assinado em 2001 pelo ex-Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, e sua contraparte italiana Deputado Ferdinando Castini.

Visita de autoridade e de lideranças empresariais e de outros segmentos da sociedade civil, não só no plano político diplomático, mas em todos os demais setores de interesse para relações bilaterais, deve introduzir múltiplas iniciativas conjuntas, conforme foi possível verificar pessoalmente em visita que fiz à região de Piemonte.

Os investimentos de capitais de origem italiana têm contribuído de maneira relevante para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. A Itália é o quinto maior mercado de origem dos investimentos externos diretos do Brasil. Empresas como a Fiat, Pirelli, Olivetti, Ferrero, Parmalat, Benetton, Telecom Itália e a Agip têm forte presença no mercado brasileiro, considerado ponto estratégico para o mercado ampliado do Mercosul e do restante do continente sul-americano.

Somente na última década, o montante acumulado de investimentos italianos na economia brasileira apresentou o crescimento de cerca de 300%. Os investimentos italianos no Brasil, no período de 1991 a 2000, concentraram os seguintes setores: produtos químicos, máquinas, ferramentas, automóveis -, a Fiat, a Ivecco –, produtos agroalimentares – Ferrero, Parmalat –, produtos têxteis, seguros, comércio, transporte, setor financeiro – Banco Sudameris controlado pelo Comit –, telecomunicações – Telecom Itália –, energia – Agip –, pneus e cabos – Pirelli –, sivicultura e pesca.

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Tradicionais, a Itália respondia em 1998 por 4,7% do estoque acumulado de investimentos italianos no Brasil. Estima-se que em 2002, o total de investimentos italianos no Brasil tem alcançado a expressiva marca dos sete bilhões.

No ano de 2000, as empresas italianas investiram 488 milhões de dólares no Brasil. É importante ressaltar que nos últimos anos a Telecom Itália investiu montante superior a um bilhão de dólares no Brasil, no setor de telefonia móvel e fixa.

No setor energético, a Agip, empresa pertencente à Holding Eni, ganhou licitação para prospecção de postos de petróleo na Bacia de Campos e vem expandindo aceleradamente sua rede de postos de distribuição de combustível, com a compra de redes de São Paulo e diversos postos da Shell na Região Centro-Oeste.

A Agip do Brasil e outras subsidiárias controlam ainda a distribuidora de gás Liquigás e Gás Brasiliano, outros grupos empresariais importantes na Itália como os grupos Daniele, Natuzzi Couros realizaram recentemente expressivos investimentos produtivos no Brasil.

O intercâmbio comercial com a Itália, favorável ao Brasil durante vários anos atingiu o ponto de inflexão em 1995, quando registrou o déficit superior a um bilhão. O volume total de comércio, importações e exportações, foi claramente excedente até 1998, quando superou a casa dos cinco milhões.

Nos últimos três anos, paralelamente ao decréscimo do montante global do comércio bilateral, passou de 5,1 bilhões para 3,9 bilhões em 2001. Verificou-se sucessivo decréscimo das importações brasileiras, que em 2000 praticamente equivaleram às exportações italianas, superávit italiano de apenas US$25 milhões.

No ano 2001, o intercâmbio comercial Brasil-Itália apresentou, portanto, um montante de US$3.9 bi-

lhões, exportações brasileiras de US$1.8 bilhões, importações brasileiras de US$2.1 bilhões, resultando num déficit de US$370 milhões, sendo que a Itália ocupou a nona posição entre os países compradores de produtos brasileiros. Em 2000, havia ocupado a sexta posição. Verificou-se ainda, em 2001, uma retração no comércio de 7,5% em relação a 2000, que foi de US$431 milhões. Essa retração decorreu da redução de 15,7% verificada nas exportações brasileiras, sendo que nossas importações mantiveram-se no mesmo patamar, 0.6%.

No terreno econômico-comercial é imprescindível fazer com que as exportações do Brasil para a Itália incorporem produtos de alto valor agregado, de maneira que as empresas possam contribuir rapidamente para que a estrutura da nossa pauta de vendas se afaste do padrão tradicional característico das relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

É necessário reverter a tendência declinante do valor anual do intercâmbio comercial, que vem caindo dos US$5 bilhões que atingimos, como já disse, em 1998.

Assim, uma das metas será justamente favorecer os negócios e as parcerias, não só campo do comércio, mas também no dos investimentos: na transferência de tecnologia, nas experiências de administração e **marketing**, no acesso a mercados externos de alto nível de exigência, entre as pequenas e médias empresas do Brasil e da Itália.

Com esse propósito, pretendo valer-me de mecanismos como o do Sebrae, o qual deve ser posto em contato com entidades similares de nível nacional e regional. A autonomia das regiões na Itália de hoje oferece possibilidade de parcerias que tenciono explorar plenamente.

O Executivo brasileiro, pelo Ministro Furlan, reafirmou a prioridade atribuída à participação de micro e pequenas empresas na ampliação de nossa base exportadora.

É do conhecimento internacional que o melhor modelo de sucesso de empresas de pequeno porte é o italiano. O Brasil já se vem beneficiando disso por intermédio da colaboração entre o BNDES e o Sebrae e com o fomento com outras empresas.

No momento, está em andamento projeto conjunto dessas entidades para a implantação de quatro distritos industriais no Brasil. Além disso, várias missões de pequenos empresários têm visitado os distritos industriais italianos.

O Brasil e a Itália criaram mecanismos para expandir e aprofundar as suas relações a partir de uma perspectiva integrada e abrangente. Refiro-me ao Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, que prevê o estabelecimento de um Conselho Ítalo-Brasileiro para Cooperação Econômica, Industrial e Financeira e para o Desenvolvimento, a ser presidido pelos respectivos chanceleres.

Nenhuma dessas instâncias previstas no Acordo-Quadro se reuniu. Um dos objetivos será justamente instalar esses foros ainda em 2003 e contribuir para que esses mecanismos de cooperação e decisão conjunta se constituam em realidades operacionais.

O Governo italiano deverá implementar, a partir do corrente ano, o denominado Plano de Grandes Obras Públicas, constituído, principalmente, por importantes projetos. Na área de infra-estrutura, são mais de 200 obras ao longo de dez anos, das quais 19 são consideradas prioritárias. Entre essas cabe assinalar a construção da ponte sobre o Estreito de Messina, que deverá interligar a região da Calábria à Ilha da Sicília, a construção de novos eixos rodoviários e ferroviários em diversas regiões, o projeto de abastecimento hídrico da Itália Meridional. Os recursos previstos para todos os projetos desse plano de obras montam a 125 bilhões de euros.

A alta prioridade atribuída pelo Governo aos projetos mencionados abre, inegavelmente, perspectivas à engenharia e à construção nacional.

A Itália é servida por uma rede de 102 câmaras de comércio, articuladas em base provincial: dezenove uniões de regionais de comércio, dezoito centros de comércio exterior, uma união de câmaras de comércio e numerosas agências especializadas nacionais.

A Câmara de Comércio de Milão merece destaque particular. Compreende uma entidade central e oito entidades especializadas, que proporcionam excelente suporte operacional a empresas italianas em diversos setores estratégicos de atuação.

A região de Milão é a mais importante plataforma produtiva industrial, a origem da maioria das exportações de valor, com produto agregado, e a fonte de maior parte do produto interno bruto do país.

A Embaixada em Roma certamente se ocupará de associar essa vasta e eficiente rede de contatos e negócios em toda a Itália, constituída pelas câmaras e centros de comércio, e, no caso de Milão, também

pelo Consulado Geral do Brasil, aos interesses exportadores dos empresários e trabalhadores brasileiros.

Outra área de interesse central, na cooperação entre as autoridades judiciárias e policiais dos dois países, no combate ao crime organizado, nas esferas nacional e internacional – a Itália detém importante experiência neste setor –, é promover missões de conhecimento mútuo e de cooperação entre autoridades policiais e do Poder Judiciário dos dois países, de maneira que possamos aproveitar as reconhecidas capacidades italianas nesse campo, ativar ainda mais a cooperação judiciária entre o Brasil e a Itália, com base nos acordos vigentes, assinados na década de 90, e que atendem às áreas penal, civil e de execução de sentenças e de extradição. Nesse campo, julgo importante concluir o mais rapidamente possível a negociação em curso de entendimento com a Itália sobre a transferência de pessoas condenadas.

Atualização da chamada questão do Iraque.

Ainda quanto à guerra no Iraque, estou convencido de que as diferenças de posição não constituirão entrave às relações entre o Brasil e a Itália, porque o pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é coerente com a História brasileira de afirmação da autodeterminação dos povos e respeito às instituições internacionais.

Quero relembrar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que quando houve um pedido de intervenção das Nações Unidos no Haiti, o Brasil, pelo nosso entendimento com o chanceler e por determinação do próprio Presidente da República, deu voto contrário a essa intervenção. Julgo importante mostrar isso às Srªs e aos Srs. Senadores.

Julgo importante divulgar o que disse o Presidente Ciampi sobre a União Européia em 25 de março de 2003. Durante o almoço oferecido ao Grão-Duque de Luxemburgo, no contexto do 46º aniversário da assinatura do Tratado de Roma, o embrião da União Européia, o Presidente italiano Carlo Ciampi fez declarações a favor da União Européia, que relato abaixo. Tais declarações, embora nada explosivas, têm significado especial no atual momento de rachadura dos membros da União Européia diante do apoio aos Estados Unidos na guerra contra o Iraque.

Afirmou o Presidente italiano:

> Os Tratados de Roma deram início ao processo comunitário, desenvolveram o equilíbrio entre a supernacionalidade e a cooperação intergovernamental, promoveram a estabilidade e o bem-estar. Desde então a Europa sempre progrediu. Ontem, éramos 6; hoje, 15, e, em breve, seremos 25.

Também com 25 membros a Europa deverá manter no centro de seus objetivos o prosseguimento da unidade política. Esta permanece a única possibilidade de fixar os interesses nacionais dentro de uma perspectiva européia e seu único instrumento de realização. A Europa deve falar como uma única voz. A manutenção da coesão européia é um bem preciso que tem que ser salvaguardado.

E concluiu:

> Não podemos nos resignar com uma Europa incompleta. Uma autêntica política externa européia é uma necessidade para a estabilidade e a segurança nas relações internacionais. A unidade européia reforça a OTAN e a ONU, é necessária para os europeus, promove a democracia e a liberdade.

As últimas declarações do Presidente italiano, há poucos dias, rebatendo algumas iniciativas em relação ao problema das Nações Unidas:

O papel das Nações Unidas é fundamental e irrenunciável. O mundo precisa de uma ONU que tenha crédito, seja coesa e representativa. Com mais de 50 anos, a Carta de São Francisco, que criou a ONU, precisa de modificações que a reforcem, e não a enfraqueça. Considerações de Berlusconi, respondendo à jornalista em entrevista neste final de semana: Sobre a reconstrução do Iraque: "A Itália não ficará de fora da reconstrução do Iraque. Sob a presidência italiana da União Européia no segundo semestre deste ano, perguntado sobre a sua conversa com Prodi, Berlusconi respondeu: Falamos sobre o nosso semestre da presidência italiana, e, sobretudo, aquilo que colocaremos no programa. Creio que teremos uma boa colaboração com a comissão e com o seu presidente. Compartilhei com ele em todos os pontos.

Sobre a crise européia, gerada pela falta de unanimidade em apoiar os Estados Unidos na guerra do Iraque, Berlusconi afirmou que, durante sua conversa com Prodi, disse que após o que aconteceu, a Europa deve tentar se reunificar e aprender a trabalhar junta, a não se dividir. Deverá ser cada vez mais aquele ente político único capaz de desenvolver uma política externa única, tendo à disposição uma força própria, de modo a tornar-se protagonista também nas questões internacionais. Naturalmente devem ser reativadas e consolidadas as posições e as relações transatlânticas, bem como o papel da ONU.

O Presidente da Comissão Européia, o italiano Romano Prodi, em visita ao Presidente Cassini, disse que a ONU deve ter um papel fundamental na reconstrução do Iraque. Após a visita ao Presidente do Senado, Prodi disse que era melhor que a guerra não tivesse começado e que a maior parte da opinião pública européia é contra a guerra.

Srªs e Srs. Senadores, nesta apresentação, condensei algumas das metas que pretendo atingir na execução da política externa do Brasil para a Itália. Os objetivos são diversificados, pois correspondem à grande variedade e amplitude das significativas relações que o Brasil mantém historicamente com a República Italiana.

Finalmente, tenho a certeza de que o caminho de mudança para onde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está conduzindo o País, será tema de grande interesse e curiosidade por parte das lideranças políticas e sociais da Itália.

Reitero o meu empenho em auxiliar, tornar realidade o seu projeto de mudança para o País, ou seja, essencialmente vencer a fome e a miséria que ainda flagelam o nosso Brasil, de maneira injusta e intolerável, tantos milhões de nossos compatriotas.

Antes de terminar, Sr. Presidente, voltando a esta Casa algumas vezes, mas sobretudo agora, onde exerci o cargo, representando o meu Estado por dezesseis anos, busquei, numa homenagem ao nosso relator e a todas as Srªs e Srs. Senadores, as palavras do Deputado Ulysses Guimarães quando da sessão solene da promulgação da nova Constituição brasileira. Dizia o nobre e querido Deputado Ulysses Guimarães:

Todos os dias quando divisava na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara, rogando as bençãos do céu, e a concha convexa do Senado Federal, ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava o meu coração. Era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Muito bem! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Itamar Franco.

Quero informar que já estão inscritos os Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Hélio Costa, Antonio Carlos Magalhães, João Ribeiro. Estão abertas aqui as possibilidades de inscrição, basta levantar a mão para que eu possa anotar.

Quero dar algumas informações. Primeiro, em função do acúmulo de designados para embaixadores, temos tido, nas últimas semanas, e ainda vamos ter um número significativo de embaixadores indicados e, portanto, temos feito três a cada ocasião.

Nas últimas ocasiões, até para facilitar, porque alguns Senadores tinham outras obrigações e queriam, pelo menos, ouvir os três indicados, foram feitas as três exposições e, em seguida, a argüição, de acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, que diz o seguinte:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após a argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes da missão diplomática de caráter permanente;

Na última vez, entretanto, consultados todos os indicados e também os Senadores, avaliou-se que não havia qualquer tema que necessitasse a reserva e, assim, fizemos a argüição em reunião aberta.

Eu queria fazer uma consulta, até pelo enorme interesse que esta reunião desperta. Certamente, neste instante, a **TV Senado** está transmitindo a reunião para todo o Brasil.

Acho que é uma homenagem a V. Exª, Presidente Itamar Franco, esse interesse tão grande. Mas a indagação que quero formular é se V. Exª considera que alguns temas – a pergunta é válida também para os Senadores e para os indicados Tilden José Santiago e Celina Maria Assumpção do Valle Pereira – merecerão reserva. Porque, se assim for, teremos que obedecer à Constituição.

Mas como até a exposição original tem sido, salvo engano, desde o tempo do Senador Antonio Carlos Magalhães, feita abertamente, se todos considerarem que as relações do Brasil com a Itália e a Suíça podem ser discutidas abertamente – preservando-se o voto secreto –, a reunião poderia continuar a ser aberta.

Digo isso porque, às vezes, as pessoas que assistem às reuniões da Comissão de Relações Exteriores alegam que aprendem muito com essas reuniões, com o diálogo dos indicados com os Senadores, e que gostam de acompanhá-las. Há como que um desejo da população, graças à **TV Senado**, de acompanhar o conhecimento que aqui se transmite aos Senadores.

Consulto então V. Exª se acredita que podemos continuar com a reunião aberta. Ou poderíamos ter o seguinte procedimento: apresentada alguma pergunta que V. Exª considere mereça reserva, faríamos essa parte reservadamente.

A pergunta a V. Exª é: se gostaria que continuasse aberta a reunião e se gostaria de compartilhar a exposição dos indicados para Cuba e para a Suíça, porque aí poderíamos fazer a argüição em seguida.

O SR. ITAMAR FRANCO – Nobre Presidente, Senador Eduardo Suplicy, será uma honra para mim ouvir tanto o futuro embaixador quanto a futura embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E não haveria objeção a que a reunião continuasse aberta?

O SR. ITAMAR FRANCO – Em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E consulto se todos também estão de acordo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, com todo o respeito, essa indagação que V. Exª faz ao ex-Presidente Itamar Franco deve ser feita ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas eu a fiz, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A indagação deve ser respondida pelo Plenário da Comissão. Penso que não há nenhuma razão para que não façamos uma reunião aberta, mas essa definição cabe ao Plenário da Comissão, aos Srs. Senadores que estão aqui para ouvir e votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem razão, mas me permita expressar que entendi pelo menos ter feito a pergunta. Se assim não compreendeu, eu a formulo novamente.

Estão todos de acordo que a reunião continue aberta?

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

É a segunda vez que formulo a pergunta, mas eu o faço, por atenção a V. Exª, outra vez.

Assim todos acordaram e assim continuará.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães para transmitir o seu parecer sobre a Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, indicada pelo Presidente da República para ser Embaixadora na Suíça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, meus senhores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** da diplomata indicada, do qual extraímos, para este relatório, as informações que se seguem.

Nascida em 16 de abril de 1939, filha de Olavo Nunes Assumpção e Maria Barão de Assumpção, a Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira licenciou-se em Língua e Literatura Francesa pela Universidade de Marselha, na França, e em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de ter concluído o Curso de Prática Consular e o Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco.

A ilustre diplomata ingressou na carreira no posto de Terceira Secretária, em 1969. Ascendeu a Conselheira em 1981, a Ministra de Segunda Classe em 1989 e a Ministra de Primeira Classe em 1997.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se: a de Assessora de Ministro de Estado, Chefe Substituta da Secretaria de Assuntos Legislativos, Chefe da Divisão de Atos Internacionais, Chefe da Divisão Europa, Chefe do Departamento de Serviço Exterior, Chefe de Gabinete do Subsecretário de Serviço Exterior e Diretora-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, sempre se saindo muito bem nos postos em que atuou.

No exterior, exerceu, entre outros cargos, o cargo de Conselheira em Washington, de Conselheira em Otawa, de Ministra Conselheira em Paris e de Embaixadora em Genebra, de 2000 até o presente.

Desempenhou, ainda, numerosas e importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações em diversas reuniões e negociações bilaterais e multilaterais, e em conferências em organizações internacionais.

A diplomata possui a condecoração do Brasil da Ordem do Rio Branco, do Mérito Aeronáutico, do Mérito Naval, do Mérito Militar, a Medalha Santos Dumont, do Senegal, do México e de Portugal, a Ordem de Cristo.

A Confederação Helvética, nome oficial da Suíça, país para onde foi designada a diplomata, é uma confederação dividida em 23 cantões e três semicantões autônomos. Sua capital é Berna e o país tem oito

milhões de habitantes, numa área de 41.285 quilômetros quadrados.

O Produto Interno Bruto é de US$370 bilhões, em 2002, o que lhe propicia uma renda per capita de US$46 mil.

O Poder Executivo é exercido pelo Conselho Federal, composto de sete membros, eleitos por quatro anos pela Assembléia Federal. Os Conselheiros Federais são também titulares dos departamentos federais, que equivalem a Ministérios.

Anualmente, a Assembléia elege dois, entre os sete Conselheiros, para a Presidência e a Vice-Presidência da Confederação.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Federal, composta de duas Câmaras: o Conselho de Estado, equivalente ao nosso Senado, que é composto por 46 membros, com mandatos de 1 a 4 anos, e o Conselho Nacional, equivalente à Câmara dos Deputados, composto por 200 membros, eleitos por 4 anos.

Segundo informa o Itamaraty, a excelência das relações entre o Brasil e a Suíça vem sendo reafirmada pelos constantes contatos políticos de alto nível e pela forte presença suíça na economia brasileira.

Reitera que a importância desse relacionamento decorre sobretudo da posição da Suíça como um dos principais centros financeiros internacionais, de seu expressivo estoque de investimentos no país, que se encontra entre os dez maiores.

Para a Suíça, o Brasil representa o mais relevante interlocutor na América Latina, ocupando a posição de principal parceiro comercial suíço na região e principal destinatário de seus investimentos.

Cerca de 60% dos investimentos suíços na América Latina estão concentrados no Brasil. Fora da Europa e logo atrás dos Estados Unidos e do Canadá, o Brasil é o mais importante País de destino de investimentos suíços. A maioria das grandes empresas multinacionais suíças dos setores farmacêutico, químico e alimentício e de máquinas estão instaladas no Brasil desde o início do século XX. Com unidades de produção própria, as filiais dessas empresas no Brasil empregam cerca de 80 mil pessoas.

O comércio bilateral, tradicionalmente deficitário para o Brasil, tem-se caracterizado por exportações brasileiras de matérias-primas e semifaturados e por exportações suíças de produtos de tecnologia sofisticada e de alto valor agregado, tais como maquinário de precisão, relógios e compostos químicos.

No plano político, os contatos de alto nível têm possibilitado uma troca de impressões ampla e objetiva sobre os principais aspectos da agenda bilateral, bem como sobre os grandes temas da atualidade internacional.

O recente ingresso da Suíça na ONU, em 10 de setembro de 2002, deverá contribuir para o aproveitamento de todo o potencial de cooperação existente entre o Brasil e a Suíça, nos principais fóruns multilaterais.

Considera-se que seria conveniente a implementação de mecanismos de cooperação judicial mais ágeis do que os previstos em 1932. O campo de maior interesse do Brasil seria o de lavagem de dinheiro decorrente do narcotráfico e da corrupção.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação, ponderada, certa, do Senhor Presidente da República.

Assim, o meu parecer é totalmente favorável à candidata a Embaixadora na República Helvética.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra à Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira. Em seguida passaremos ao exame do nome de Tilden Santiago.

A SRA. CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella; Sr. Relator, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem agradeço pelo relatório e pelas palavras generosas; Srªs e Srs. Senadores, ao submeter-me à elevada apreciação de V. Exªs em razão da indicação, pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do meu nome para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, gostaria, inicialmente, de expressar o meu respeito e admiração pelo Senado Federal e por esta Comissão, os quais, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, atuam na promoção e defesa dos interesses nacionais por intermédio da execução da política externa brasileira.

Na minha apresentação, falarei em linhas gerais sobre a Confederação Helvética, inclusive sobre sua formação; em seguida, falarei sobre as relações bilaterais e finalizarei com uma idéia sobre as perspectivas futuras.

A Suíça ocupa uma área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro, no coração da Europa, e faz fronteira com sete países: França, Alemanha, Áustria, Liechtenstein e Itália.

Sua população é de 7,2 milhões de habitantes, cuja composição étnica compreende 65% de suíços de origem alemã, 18% de origem francesa, 10% de origem italiana e 1% de romanches.

Quanto às confissões religiosas, 46% são católicos romanos e 40% protestantes.

A área territorial da Suíça é pequena, cercada por sete países, como vimos, seis deles membros da União Européia. Sua localização geográfica, bem como a composição étnica e confessional guardam uma relação importante com algumas das principais características da Confederação Helvética, tais como o sistema federalista de governo, a neutralidade, como veremos adiante.

A economia suíça.

A Confederação Helvética é um dos países mais ricos do mundo. Seu PIB em 2002 foi estimado em US$276 bilhões, com uma taxa de crescimento de 1,2%, com estimativas para 2003 de 1,7%. Seu PIB **per capita** é também dos mais elevados do mundo. Em 2002, foi de US$36 mil.

O país goza de baixos níveis de inflação – em 2000, foi de 1,5% – e de desemprego, 1,9%. Não obstante, o diferencial positivo, a diferença a mais que existe entre a economia da Suíça com relação à União Européia tem diminuído, da mesma forma que o diferencial negativo da economia Suíça com relação aos Estados Unidos tem aumentado. Ou seja, o que se observa atualmente é um ligeiro declínio econômico da Suíça. Segundo a OCDE, esse declínio se deve à estagnação mundial dos anos 90, bem como a alguns fatores estruturais próprios da economia suíça. Não se deve, por exemplo, a dificuldades em matéria de recursos. Os níveis de investimentos são elevados, a oferta da mão-de-obra suíça também é bem explorada. As dificuldades têm relação com um lento crescimento da produtividade suíça e aos preços elevados no país. A economia suiça está muito integrada à economia internacional.

Darei, em breves linhas, alguns números sobre o comércio, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães, por ocasião da sua relatoria, já mencionou alguns desses dados; portanto, não me estenderei muito.

O comércio externo da Suíça em 2000, por exemplo, foi da ordem de US$163 bilhões. Em 2001, cerca de US$185 bilhões. Esse comércio tem a seguinte distribuição: as exportações suíças destinam-se essencialmente para a Europa, em torno de 61%, sendo que, dentro da Europa, a Alemanha recebe 22% das exportações suíças, os Estados Unidos 10,6%. Os países emergentes têm uma participação de 9,8%, e o Brasil de 0,9%.

As importações repetem o mesmo esquema, sendo que 80% procedem da Europa, 5,3% dos Estados Unidos e 3,7% dos países emergentes – dos quais o Brasil representa 0,6%.

O sistema político da Confederação Helvética.

O sistema político se caracteriza por três elementos importantes: sistema de governo federativo, democracia direta e a neutralidade em política externa.

A origem do Estado suíço remonta a 1291, quando três cantões das montanhas se associaram num pacto de defesa mútua, mantendo, entretanto, suas respectivas autonomias de jurisdição e gestão. Essa aliança respondia ao desejo desses cantões de salvaguardar seus direitos de jurisdição e gestão em face da política hegemônica dos habsburgos.

Gradativamente, outros cantões foram se associando, movidos também pelo desejo de defesa comum da independência reivindicada por cada cantão com relação a outros senhores e cortes européias.

Não podemos esquecer que a Europa conhece durante longos anos conflitos entre as cortes e, depois, entre os Estados. Justamente a localização geográfica da Suíça ou desses cantões que não constituem ainda a Suíça significava passagem por suas terras de outras forças e um certo desejo de arregimentar, entre os diferentes cantões, alianças, ou para o lado da Lombardia, ou da Borgonha, aproveitando-se do fato de justamente esses cantões terem uma conexão cultural com os países vizinhos. Então, mais e mais cantões foram se juntando aos três cantões originais, sempre com o objetivo de ter uma defesa comum e manter a sua autonomia. Podemos, portanto, dizer que a geografia contribuiu para que o sistema escolhido de governo fosse o federativo.

Da necessidade de defender-se do contágio dos conflitos circunvizinhos, surgiu também o princípio da neutralidade, que se foi consolidando até ser internacionalmente reconhecido, em 1815, pelo Congresso de Viena. Ou seja, os cantões eram cercados de forças, senhores e cortes mais poderosos, de língua francesa, ou de língua italiana. Lembramos também que, durante uma época da formação dos Estados europeus, houve guerras religiosas. Então, havia um sentido, uma ameaça até de desmembramento dos cantões. A neutralidade, portanto, permitiria que se mantivessem ausentes dos conflitos nas vizinhanças.

Portanto, em 1815, o Congresso de Viena, que se sucedeu à derrota de Napoleão, reconheceu o princípio da neutralidade da Suíça. Em 1848, ao cabo

de uma curta guerra civil entre os cantões católicos, conservadores e protestantes liberais, foi criada a Confederação Helvética e, adotada a sua constituição, ela sofreu revisões amplas em 1874 e 1967 e outras adaptações ao longo dos anos.

Como está estruturada a Confederação Helvética do ponto de vista político?

Há uma semelhança com o Brasil, além do próprio fato de ser um sistema federativo. No nível menor há as comunas – são três mil; em seguida, os cantões, que corresponderiam aos nossos Estados. São vinte cantões, mais seis subcantões e a Confederação, que seria – digamos – a União.

O Senador Antonio Carlos Magalhães também teve a oportunidade de mencionar como estão estruturados os poderes. Portanto, não vou me estender a respeito. O Legislativo é uma assembléia federal, com duas câmaras, o Conselho Nacional e o Conselho dos Estados, e o número de membros também foi dito.

Menciono rapidamente os quatro principais partidos. A Suíça tem quatro partidos principais: Partido Radical Democrata, Partido Democrata Cristão, Partido Socialista e União Democrática de Centro.

É interessante observar, como disse S. Exª. que é a Assembléia Federal que escolhe o Conselho Federal; o Conselho Federal é o Poder Executivo na Suíça, composto de sete conselheiros federais, que são, ao mesmo tempo, titulares de pastas. Nesse Conselho Federal há uma distribuição mais ou menos fixa por partidos: o Radical Democrata tem 102, o Democrata Cristão tem dois, o Partido Socialista também tem dois e a União Democrática de Centro tem um representante.

Essa foi a forma que encontraram para estabelecer o equilíbrio. Há longas negociações políticas quando se elegem os Conselheiros Federais, porque se procura estabelecer um certo equilíbrio geográfico, lingüístico e religioso. O país tem, realmente, características muito próprias.

O Conselho Federal, que é o Executivo, é um órgão colegiado. O Presidente da Confederação Helvética inclusive é um membro do Conselho Federal igual aos demais. Atualmente, o presidente do Conselho Federal é o titular da pasta do Interior, Pascal Couchepin, que já esteve no Brasil. O ministro da Economia deverá vir ao Brasil. Ele é eleito por um ano apenas. Há uma rotação dos sete membros desse Conselho Federal na eleição do presidente e do vice-presidente. É interessante essa distribuição dos cargos do Conselho Federal entre os quatro partidos, e já com uma atribuição fixa.

O Judiciário é um tribunal federal, eleito também pela Assembléia Federal para um mandato de sete anos. Ele não fica em Berna, fica em Lausane. Há um tribunal federal da previdência social, que decide os conflitos que surgem nessa área, e há uma corte administrativa federal.

O que é importante a respeito do sistema político da Confederação Helvética é a democracia direta que eu mencionei como sendo uma das características do sistema.

A iniciativa parlamentar na Suíça pode ser tomada por um cidadão, por um grupo de interesses, pelos membros do Parlamento Federal, pela administração, pelos cantões ou pelo Conselho Federal. Quando ela parte de um cidadão, denomina-se iniciativa popular e só pode ser tomada com relação à Constituição. Se um cidadão ou um grupo de cidadãos ou um grupo de interesse objetiva emendar a Constituição, ele tem dezoito meses para colher cem mil assinaturas de apoio a essa iniciativa popular – que pode simplesmente conter a idéia em si ou a emenda pode já vir articulada. Ela é então apresentada.

De um modo geral, o Conselho Federal apresenta um contraprojeto e então isso é submetido a um referendo. Não são poucos os casos. Infelizmente não tomei nota dos dados estatísticos, mas creio que, ao longo de toda a história, foram 149 iniciativas de emenda à Constituição. Dessas iniciativas, foi aprovado um número mais reduzido; a Constituição tem sofrido poucas alterações.

Outro instrumento, outro mecanismo da democracia direta é o referendo. Toda emenda constitucional, mesmo que parta do Poder Legislativo, é submetida a referendo. Também tratados internacionais são submetidos a referendo – por exemplo, a adesão à ONU, que se deu no ano passado.

O Legislativo não tem a obrigação de submeter as leis ordinárias a referendo, mas os cidadãos podem pedir, mediante o apoiamento de 50 mil assinaturas, que aquele projeto de lei ou aquela lei seja submetida a referendo – nesse caso, o prazo para se colher as assinaturas é de doze meses. Essa é a tão falada democracia direta suíça, característica realmente importante daquele país.

A terceira característica do sistema político é a neutralidade em matéria de política externa, que é um princípio fundamental da política externa Suíça desde o século XVII. Ela foi respeitada durante as duas guerras mundiais, da mesma forma foi aceita pelos dois blocos durante a guerra-fria, e teve um efeito estabilizador na Europa.

A neutralidade Suíça enquadra-se perfeitamente dentro das disposições da Convenção de Haia de 1907, que trata da neutralidade. E isso, traduzido no plano concreto, significa que a Confederação reconhece os Estados, mas não os Governos. Essa neutralidade foi que explicou, de uma certa forma, a demora da Suíça, da Confederação Helvética, em aderir às Nações Unidas. A adesão deu-se no ano passado.

No entanto, embora só ano passado tenha aderido às Nações Unidas, na verdade a Suíça já participava do sistema das Nações Unidas e dos organismos especializados. Basta dizer que antes mesmo daquele país entrar para a ONU eu tinha como companheiro das negociações que se dão na Conferência de Desarmamento, em Genebra, o representante da Suíça, que também participava dos demais fóruns de Genebra. Portanto, a adesão à ONU foi a culminação dessa participação da Suíça em outros órgãos das Nações Unidas.

A neutralidade também é um elemento a ser destacado no contexto atual da guerra do Iraque. A posição da Confederação Helvética é naturalmente pela neutralidade. Antes do início das operações militares, o governo suíço já havia deixado claro que se o ataque ao Iraque não se desse com o apoio do Conselho de Segurança da ONU, a Confederação Helvética não o apoiaria. Se fosse autorizado pelo Conselho de Segurança, ela também não disse que o apoiaria, mas disse que ele seria examinado do ângulo da política externa. Portanto, poderia inclusive não haver apoio.

O que fez a Suíça dentro desse princípio da neutralidade na questão do Iraque? Os sobrevôos de aviões militares que tenham objetivo de abastecimento de alimentos e coisas assim poderão ser autorizados, mas em bases **ad hoc**. Os outros não serão autorizados.

Da mesma forma, Berna não atendeu ao pedido americano para que os diplomatas iraquianos em Berna e em Genebra deixassem o país, exercendo, assim a neutralidade na sua forma plena.

O princípio da neutralidade, condicionando, de certa forma, a política externa Suíça, levou a que rejeitassem também, em 1992, a adesão ou a participação no espaço econômico europeu e, em 1997, o ingresso na União Européia.

As Relações entre o Brasil e a Suíça.

Os primeiros laços com a Suíça se estabeleceram em 1818, quando D. João VI autorizou, por decreto, a imigração de cerca de dois mil colonos suíços, que fundaram a cidade de Nova Friburgo. Foi o primeiro caso de imigrantes não portugueses em uma imigração dirigida.

Tivemos também um outro laço com a Suíça quando o Presidente do Conselho Federal, na época Walter Hauser, em 1900, deu um laudo arbitral favorável ao Brasil na questão do Amapá.

As relações entre os dois países são excelentes. A partir de 1994, o que se observa é um número maior de visitas de autoridades suíças ao Brasil, sobretudo na área econômica. Deveríamos ter tido, no mês passado, março, a visita da ministra das Relações Exteriores, que foi adiada em razão da guerra no Iraque. Mas talvez ela venha em maio. E teremos mais adiante, no segundo semestre, a visita do ministro da Economia ao Brasil.

Esses contatos são importantes e representam um elemento dinamizador da política externa. Portanto, devem ser incentivados.

Relações econômicas.

O Brasil é o principal mercado da Suíça na América Latina, tanto em termos de comércio como de investimento. A Suíça é o 19º parceiro comercial do Brasil. O comércio bilateral é deficitário e vem crescendo nos últimos sete anos, a partir da abertura comercial brasileira, mas segue o padrão das relações comerciais entre o país desenvolvido e em desenvolvimento, ou seja, é deficitário para o Brasil. A pauta de exportação brasileira é em **commodities**, com produtos de pouco valor agregados, enquanto o contrário se dá em relação à Suíça.

Uma exceção, no que diz respeito às exportações brasileiras, é a exportação de aviões da Embraer para a Suíça. A companhia suíça – que era regional e que, agora, virou nacional, desde a falência da Swissair – é, na Europa, o principal comprador e usuário de aviões da Embraer. Então, já foram entregues, relativamente em pouco tempo, 25 aviões da Embraer – acho que é o ERJ-145 – e há o compromisso de entregar mais 60 aviões. Na verdade, esse compromisso era maior. No entanto, em razão de dificuldades que a companhia aérea suíça enfrenta, haverá uma suspensão de parte dessas encomendas.

Mas, justamente, essas exportações de aviões da Embraer permitiram que fosse diminuído o déficit no comércio bilateral. Temo que, com a suspensão parcial dos contratos, o déficit volte a aumentar. Nós importamos, sobretudo, produtos da indústria química e farmacêutica da Suíça.

Com relação aos dados de exportação, todos já foram mencionados – a exportação e importação e comércio bilateral foram mencionados pelo Senador

Antonio Carlos Magalhães –, e eu vou me permitir passar para outro tópico.

Investimentos.

O Brasil representa para a Suíça o principal destino de seus investimentos fora da Europa – Estados Unidos e Canadá. Nesse ponto, precisamos prestar um pouco de atenção, porque o México, tanto em comércio bilateral como em investimentos, começa a aumentar a sua participação, embora ainda seja bem menor do que a do Brasil. Mas o México assinou, com a Confederação Helvética, um acordo de livre comércio. Além do mais, o México é membro da OCDE. Então, esse intercâmbio comercial de investimentos entre o México e a Confederação Helvética e a Suíça começa a crescer um pouco.

De qualquer forma, no momento, 60% dos investimentos suíços na América Latina estão no Brasil. A Suíça é o 10º maior investidor no Brasil, com um estoque de US$4,113 bilhões, ou 2,26% do total dos investimentos estrangeiros no Brasil.

A Suíça, até recentemente, foi o quinto maior investidor no Brasil. Essa queda se deu, justamente, no período das privatizações no Brasil. A Suíça não aproveitou as oportunidades que se criaram no Brasil com a privatização. Pessoalmente, posso supor que isso se deveu ao fato de que as privatizações se deram, sobretudo, na área de serviços. Não é a área onde a Suíça, normalmente, procura investir fora do país. Ela investe na área de produtos químicos e na área farmacêutica. Talvez isso explique o pouco interesse da Suíça em participar do processo de privatização no Brasil.

Algumas das empresas suíças, estabelecidas no Brasil, são as empresas mais representativas da economia suíça. Na área farmacêutica, a Norvatis, que tem uma importante tecnologia de ponta, a Roche, a Givodan e a Firmelic. Na alimentação, a Nestlé que está aqui, como a Roche, desde o começo do século XX, e a Sandoz e a Suchar. Na área de máquinas, a ABB, a Suser a Schindler, de elevadores. Nos serviços financeiros, nós temos o SBS, o UBS e o Credit Suisse, e seguros via Intertour e Zurich Turismo.

Perspectivas do relacionamento.

Como disse, esse intercâmbio maior, a visita de autoridades, que é um elemento importante no relacionamento diplomático, vem aumentando desde 1994 e continuará crescendo, já que este ano haverá provavelmente dois ministros suíços visitando o Brasil. A importância do intercâmbio comercial e de investimentos também mostra que o futuro desse relacionamento só tende a incrementar. Não obstante, devemos todos ter a preocupação de evitar que se acentue, no que diz respeito às relações comerciais, a situação típica das relações entre um país desenvolvido e um país em desenvolvimento.

Caso a minha indicação receba a aprovação de V. Exªs, uma das orientações que eu seguiria na minha atuação em Berna seria, inicialmente, intensificar e diversificar o diálogo político bilateral. Certamente a adesão da Suíça à ONU deverá contribuir para isso. Em Genebra, onde estou como embaixadora alterna, ocupando-me das negociações dos organismos políticos e desarmamento, pude constatar que há muita afinidade nas posições políticas do Brasil e da Suíça, o que, portanto, facilitará um aprofundamento do relacionamento bilateral, possibilitando inclusive uma concertação política entre os dois países.

Outro objetivo seria o de multiplicar as visitas de alto nível, porque esse contato direto sem dúvida favorece o aprofundamento das relações.

Apoiar iniciativas no âmbito parlamentar visando a um diálogo parlamentar mais intenso entre os dois países. As próprias características do sistema político parlamentar suíço podem despertar inclusive interesse por aprofundar o relacionamento bilateral.

É inescapável buscar um aumento do comércio bilateral, com ênfase no incremento das exportações brasileiras de maior valor agregado – o exemplo da Embraer mostra que é possível fazer isso –, e procurar diversificar a pauta de exportações.

Buscar também aumentar o fluxo de investimentos suíços no Brasil. Eles já têm um estoque de investimentos importante, uma experiência altamente positiva, portanto não haveria razão para não acreditar que se possa aumentar o fluxo de investimentos suíços no Brasil. Para isso há mecanismos usuais que nossas embaixadas utilizam, como seminários, visitas de empresários. Mas a própria Suíça oferece também alguns mecanismos que podem nos ajudar. Eles têm um organismo que incentiva investimentos suíços em países em desenvolvimento. O Brasil é graduado como país em desenvolvimento – em muitos países ele não consta como tal. Conseguimos, graças à atuação de um ex-embaixador suíço no Brasil, um grande amigo do Brasil, que tem hoje um papel importante na área econômica na Suíça, que o Brasil fosse incluído nesse programa de fomento dos investimentos suíços. Há também o mecanismo do Suisse Development Finance Corporation. Deveríamos procurar tirar proveito desse mecanismo e aumentar os investimentos, sobretudo na área de pequenas e médias empresas.

É importante que se estimule também a cooperação universitária e cultural, sobretudo nas áreas estratégicas, como da indústria de precisão e indústria química, nas quais a Suíça alcança uma excelência única, que a torna competitiva com indústrias semelhantes nos Estados Unidos e na Alemanha.

É importante também promover a imagem do Brasil no exterior, um trabalho que as nossas embaixadas vêm fazendo e que na Suíça se tornará razoavelmente fácil, pelo interesse que desperta lá o nosso país. Há um clima muito amistoso com relação aos brasileiros, ainda que tenhamos alguns problemas na área de tratamento de brasileiros em situação irregular, ilegal, na Suíça. Às vezes temos razões para nos queixar de certos acontecimentos – alguns talvez sejam do conhecimento de V. Exªs –, que já mobilizaram o antigo Secretário de Direitos Humanos no Brasil, o professor Paulo Sérgio Pinheiro.

Em síntese, o que me cabe fazer é defender e promover os interesses do Brasil, cumprindo as instruções do Governo, da Chancelaria, com o apoio do Congresso brasileiro.

Agradeço, portanto, ao Sr. Presidente, às Srªs e aos Srs. Senadores, a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira.

Passaremos à leitura, pelo Senador Hélio Costa, do parecer sobre a indicação do ex-Deputado Tilden José Santiago.

Como tem de se ausentar, o Senador Tasso Jereissati pergunta se V. Exªs estariam de acordo com a leitura do breve parecer sobre o requerimento apresentado ontem por diversos Senadores, inclusive eu, sugerindo a Sua Santidade o Papa João Paulo II que convoque os líderes religiosos mundiais para, preferencialmente em Bagdá – mas pode ser em Washington, em Londres ou em outra capital de um dos países envolvidos no conflito –, discutir soluções pacíficas para a crise no Iraque e propugnar pelo cessar das hostilidades e pela paz.

Muitos dos Senadores assinaram ontem o original.

Peço à Srª Lúcia que colha as assinaturas, no próprio requerimento, dos que desejarem assinar.

Se me permite, então, Senador Hélio Costa, porque, assim, ainda com **quorum**, votaríamos o requerimento, vou passar a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISATI (PSDB – CE) – A proposição não extrapola as atribuições da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por se tratar de matéria afeta a relações internacionais.

No mérito, o requerimento é da maior oportunidade e relevância. No momento em que o mundo se depara com imagens e relatos de fatos estarrecedores, não podemos ficar omissos. Nossa tradição cristã, que prega a prática de receber, acolher e conviver com todas as religiões, não admite a percepção de que vivemos uma nova cruzada.

A iniciativa, portanto, de uma demonstração explícita de todas as lideranças religiosas do mundo em favor da paz, sob a convocação de Sua Santidade, sem dúvida trará peso considerável aos apelos ouvidos em todo o mundo no sentido do fim das hostilidades e recondução das negociações de paz, vital para o futuro das novas gerações.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do requerimento, na forma em que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou de pleno acordo com o relatório, mas creio que não seria conveniente pedir ao Papa para ir a Bagdá agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sua Santidade indo, talvez o Presidente George Walker Bush mande suspender o bombardeio, e se possa chegar a uma solução. Entretanto, é claro que o Papa João Paulo II vai...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que fique esclarecido que há outras opções, porque também concordo com o Senador Antonio Carlos que querer mandar o Papa para lá é querer dizer... Mas ele tem outras opções para escolher.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem sabe a Suíça ou Roma mesmo.

Chegará, dentro de instantes, pela Mesa, o requerimento dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana que conclama os governos dos países-membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas a convocarem reunião de emergência daquele organismo para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução nº 1441 de forma pacífica e cessar, de imediato, a intervenção militar no Iraque.

Se todos considerarem, no espírito do parecer do Senador Tasso Jereissati, que esse requerimento também pode ser aprovado, estaríamos já simplificando o procedimento.

Como o Senador Tasso Jereissati terá de se ausentar, quem sabe o Senador Pedro Simon queira se

considerar Relator desse outro requerimento. Assim, quando chegar, já teríamos formalmente a assinatura de todos e a aprovação.

As Srªs e o Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado também este requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srª Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira; ilustre Presidente, Governador e futuro Embaixador Itamar Franco; meu caro companheiro Tilden José Santiago, jornalista, Deputado, Secretário e futuro Embaixador, nesta tarde tive o prazer de ler o relatório do Senador Tião Viana, que se encontra fora do Congresso Nacional em uma missão. S. Exª pediu, inicialmente, à Senadora Patrícia Saboya Gomes que o lesse. Hoje, por impossibilidade de estar presente, a Senadora pediu-me para apresentá-lo, o que faço a seguir.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Tilden José Santiago para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, nos termos do art. 52, inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum vitae** do interessado.

O Sr. Tilden José Santiago nasceu em Nova Era, Minas Gerais. Filho de Geraldo Santiago e Maristela Santiago, possui licenciatura em Filosofia pela Universidade de Minas Gerais e em Teologia pela Universidade Pontifícia Gregoriana de Roma. Professor universitário na Universidade Federal e na Universidade Católica de Minas Gerais, o Sr. Tilden José Santiago cursou créditos de mestrado em Filosofia também na Universidade Federal de Minas Gerais.

Como Deputado Federal, em seu terceiro mandato, é autor da lei que regulamentou o serviço de TV a cabo no Brasil e instituiu a obrigatoriedade dos canais de acesso público gratuito, comunitário, legislativo, universitário e educativo-cultural, e da lei que ampliou de três para oito anos o período de inelegibilidade dos políticos cassados por corrupção. Em tramitação está também o seu projeto de lei que regulamenta a guarda compartilhada dos filhos na separação dos casais.

É um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e da CUT, presidiu o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e foi Secretário de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais na gestão do Governador Itamar Franco. Foi candidato a Senador pelo PT de Minas Gerais, tendo recebido mais de três milhões de votos.

No que concerne à importância das relações bilaterais Brasil-Cuba, cumpre relevar a expressiva pauta de cooperação que se tem desenvolvido entre os dois países, bem como a amizade e simpatia recíprocas que temos mantido nos mais diversos fóruns e circunstâncias.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir considerações no âmbito deste relatório.

Sala das Comissões, Relator, Senador Tião Viana.

Futuro Embaixador, quero acrescentar o prazer, a satisfação e a honra que tenho de fazer a leitura deste relatório, pois sei, assim como V. Sª, quanto esperamos do futuro Embaixador em Cuba no estreitamento das relações do nosso País com aquela ilha. V. Sª foi professor, jornalista, padre operário – trabalhou no Oriente Médio, nos **kibutzim**, e tem vivido intensamente a situação daquela região, que hoje aflige a todos nós –, líder sindical, Deputado Federal, Secretário de Estado, candidato a Senador e, agora, Embaixador do Brasil. É uma honra para nós.

O povo de Nova Era, hoje, que certamente está-nos assistindo pela TV Senado, deve estar extremamente orgulhoso do seu filho mais ilustre e mais querido. E D. Maristela deve estar emocionada neste momento, sabendo que seu filho será o Embaixador do Brasil em Cuba.

Vaja con Díos, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nosso querido ex-Deputado, companheiro de Partido, agora designado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser Embaixador em Cuba, Tilden José Santiago.

O SR. TILDEN JOSÉ SANTIAGO – "É preciso que Cuba se abra para o mundo, e que o mundo se abra para Cuba" – palavras proféticas de João Paulo II, na histórica visita à Ilha.

Sr. Presidente, meu amigo e companheiro, Senador Eduardo Suplicy; Drª Celina Assumpção, agora companheira de trabalho na diplomacia brasileira, Embaixadora; Sr. Presidente da República, Governador de Minas, Senador, agora Embaixador Itamar

Franco, com quem tive a alegria de estar junto no Governo de Minas Gerais, a seu convite, na Secretaria do Meio Ambiente; Srªs e Srs. Senadores, com quem convivi por cerca de dez anos no Congresso Nacional, alguns com uma forte amizade; minhas senhoras e meus senhores, meus colegas jornalistas:

Senti emoção, grande alegria e orgulho ao ser escolhido pelo Presidente Lula para representar o Brasil em Cuba. A sugestão nasceu dele. Também senti emoção pela rápida resposta positiva do Presidente Fidel Castro ao pedido de agrément enviado pelo Itamaraty.

Minhas ações diplomáticas – e não seria exagero dizer a totalidade da minha vida – visarão, a partir de agora, dependendo do resultado desta sabatina, dois grandes objetivos: o incremento do intercâmbio Brasil–Cuba/Cuba–Brasil, com avanço de ambos na caminhada histórica de libertação; e a reinserção, cada vez maior, da pátria de José Martí no cenário das nações, no contexto do Caribe, da América Latina e do mundo. O primeiro objetivo situa-se no campo comercial, econômico e financeiro; o segundo, mais diretamente no campo filosófico, da política e das relações internacionais.

Minha contribuição será inspirada no internacionalismo, no patriotismo e no sentimento de independência de Rio Branco, José Martí, Tiradentes, Antônio Maceu, José Bonifácio, Carlos Manoel de Céspedes, sob o olhar dos Chanceleres Celso Amorim e Felipe Peres Roque, e dos Presidentes Lula e Fidel Castro. É bom lembrar que Tiradentes e José Bonifácio fazem companhia a Bolívar e a dezenas de libertadores latino-americanos nos jardins da Praça da Fraternidade, em plena Havana.

Sr. Presidente, a contribuição que darei como Embaixador do Brasil em Cuba será inspirada também na minha visão de mundo. No meu entender, tudo que existe está perpassado de claro e escuro, de organização e desorganização, de caos e de cosmo. Não existe para os mortais, em nosso planeta, um paraíso exalando paz, um jardim recluso ou uma redoma de pura unidade e unificação. A comunidade científica mundial garante que todos – mundo vegetal, reino animal, mundo humano, universo inteiro – nascemos há 15 bilhões de anos de um imenso caos, de uma enorme explosão, mas também de um cosmo, quer dizer, da ordem que se foi criando e continua se criando, ao longo de todos os milênios. Caos e cosmo são inseparáveis e articulam-se mutuamente, especialmente no mundo humano, onde as contradições se desdobram, dando origem a homicidas, a ecocidas e biocidas, de um lado, e, por outro lado, a anjos da guarda, profetas e santos, como bem observou Leornado Boff.

Cuba, Brasil, Caribe e América Latina não escapam dessa dicotomia estrutural de tudo que existe. O desafio é fazer conviver o caos e o cosmo de forma criadora, a exemplo de Francisco de Assis, no meu entender, o mais realista de todos os viventes.

Foi isso que tentei durante mais de quarenta anos, como padre operário, jornalista, professor, sindicalista, Deputado Federal, Secretário de Estado do Governador Itamar e militante ambientalista. Eu me joguei e me molhei até hoje na realidade humana, com base na espiritualidade, no jornalismo, na educação, no sindicalismo, na política e na ecologia. Agora, continuarei a molhar-me na realidade humana, baseado na diplomacia, mantendo a paciência história diante da presença ambivalente do joio e do trigo.

Estréio como Embaixador num momento de acirramento do pólo positivo com o pólo negativo neste Planeta a ser trabalho à luz da diplomacia. De um lado, o time da guerra, do diabólico, semeando ódio, ofensa, discórdia, dúvida, erro, desespero, tristeza, trevas, semeando a morte. De outro lado, o time da paz, do simbólico, divulgando o amor, o perdão, a união, a fé, a verdade, a esperança, a alegria, a luz, divulgando a vida.

A exemplo de Jesus de Nazaré e dos grandes místicos do Oriente e do Ocidente, não vou, como Embaixador, correr o risco de arrancar o trigo ao extirpar o joio. Continuarei a distingui-los, curvar-me-ei à inexorável coexistência do bem e do mal, mas, a partir de agora, passo a viver, como diplomata, um projeto de vida, que se orienta pelo trigo sem nunca perder de vista a presença ameaçadora do joio. Estou aberto à fonte primordial da vida, de onde emana toda a paz, certo que, como Santo Agostinho, o Bispo de Ipona, "requieto estará meu coração enquanto não descansar em Ti, Senhor".

É com esses propósitos que venho dialogar com V. Exªs sobre a nossa representação em Cuba, colocando-me à disposição de cada Senador da República componente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional durante esta sabatina. E o faço em obediência à Constituição, que atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (art. 52, §4º)

Srªs e Srs. Senadores, não é de hoje que busco entender a dinâmica de Cuba, o que não é difícil para quem mais do que estima acabou experimentando uma verdadeira paixão por aquela terra e seu povo. É mais do que gratificante defender os interesses do

Brasil em terras de Cuba, zelando pela vitalidade de ambas sociedades e palmilhando a caminhada libertadora histórica dos dois povos.

Além da leitura de livros e textos, analisando a sociedade e a história cubanas, a Ilha sempre suscitou uma tomada de posição da minha parte. Não sou conhecedor acadêmico e neutro de Cuba. Durante três mandatos de Deputado Federal, participei da Frente Parlamentar Brasil-Cuba, o que nos levou a muita leitura e estudos e visitas à Ilha. Vibrei com o triunfo da Revolução em janeiro de 1959. Um ano depois, quando Fidel, Che Guevara e a trupe de barbudos abraçaram o marxismo e caíram nos braços da União Soviética, experimentei certa perplexidade clerical. E não podia ser diferente. Eu tinha 19 anos, vestia batina no seminário da velha Mariana, primeira capital de Minas, e tornava-me um peripatético obcecado na leitura exclusiva de Aristóteles, de Platão e de Tomás de Aquino. Eu era um filósofo perdido nas correntes do pensamento clássico e alienado da política nacional e internacional.

Pouco depois, convivi em Roma, durante a Teologia, com um jovem estudante cubano Presidente do Diretório Estudantil da Universidade Gregoriana dos Jesuítas, sobrinho-neto de um dos pais da Pátria, carregando o nome do seu ascendente Carlos Manuel de Céspedes, hoje Monsenhor em Havana e grande intelectual. Com ele, minha perplexidade começou a passar e aprendi que toda a história de Cuba como nação é marcada por um nacionalismo sadio e por uma rebeldia permanente, face à Espanha, primeiro, e depois, em face aos Estados Unidos da América, pois ambos tiveram uma postura nitidamente colonialista em relação à ilha. Mais tarde, na vivência de três anos com palestinos, jordanianos e israelenses, nesse **carrefour** da história que é o Oriente Médio, em meados dos anos 60, comecei a entender que Cuba não era um joguete da Guerra Fria, apenas ela não tinha alternativa num mundo inteiramente controlado por duas superpotências.

Resistência.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, Sr. Presidente, éramos, no Brasil, na América Latina, uma juventude irrequieta, rebelde, que resista à ditadura, privados totalmente das liberdades democráticas. Vivi essa fase juntamente com José Dirceu, José Serra, Vladimir Palmeira, Almino Alfonso, José Genoíno, Haroldo Lima, Aloísio Nunes, Aldo Arantes, José Aníbal, Nilmário Miranda, Gilnei Viana, Nelson Rodrigues Filho e tantos outros hoje na política institucional. Nesse momento, não poucos, mesmo nas fileiras eclesiais, alimentados pelo Movimento Fé e Política, ficamos fascinados e vimos de perto o internacionalismo revolucionário de Cuba, presente na África e na América Latina, com destemor, convicção e generosidade.

Certamente, só quem experimentou aquele momento consegue captar ser a mesma a vitalidade com que Cuba busca hoje uma relação democrática com os outros Estados. Agora, a forma é outra, naturalmente. É uma relação de Estado para Estado, respeitosa, mas na raiz está a mesma solidariedade internacional, revolucionária de outrora, capaz de doar a própria vida, eternizada para a posteridade no rosto imortal de Che Guevara, cuja lembrança os esbirros do conservadorismo boliviano não conseguiram sepultar. Riscaram Che do mapa da vida, mas não o símbolo do internacionalismo e da generosidade heróica que ele continua a ser para os jovens – com boina ou sem boina – do mundo inteiro e para as nações.

A solidariedade, o companheirismo, a fraternidade de cubanos e brasileiros ultrapassam nossas fronteiras geográficas e possuem as mesmas raízes históricas, advindas da Península Ibérica e de África e transplantadas da grande Pátria de Bolívar, Tiradentes, José Martí, que é **nuestra** América, nossa América, a América Latina.

Viagens.

A partir de 1986, restabelecidas as relações diplomáticas de Estado para Estado, intensifico meus contatos e o conseqüente conhecimento da realidade cubana. De lá para cá, fui mais de dez vezes a Cuba, por motivos os mais diferentes: encontros visando à solidariedade, reunião de jovens de todo o mundo; semana cristã pela paz, organizada pelos teólogos da Libertação latino-americanos; visita oficial do então Governador de Minas, Senador Eduardo Azeredo, ilustre membro desta Comissão; foro de São Paulo; visita específica para conhecimento do Estado cubano e do Partido Comunista cubano; visita a empresas e iniciativas na área rural. Nos últimos cinco anos, a presença de minha filha, Alessandra Rodrigues Santiago, estudando Medicina em Pinar del Rio, e as investigações e entrevistas sobre o primeiro padre guerrilheiro da América Latina, Padre Guilhermo Sardiñas, motivaram ainda mais as minhas viagens.

Particularmente, as pesquisas e entrevistas sobre o Padre Sardiñas me possibilitaram um aprofundamento do processo sócio-econômico-político-cultural-histórico desenvolvido por Cuba.

Muitos sacerdotes participaram do movimento anti-Batista na segunda metade dos anos 50, mas só um padre cubano subiu à Sierra Maestra e conviveu

com Fidel e com Che, a quem entrevistei como jornalista e escritor sobre esses acontecimentos.

Após o triunfo, em janeiro de 1959, Padre Guilherme Sardiñas esteve no Brasil numa delegação enviada pela revolução cubana recém-vitoriosa. Impossível penetrar na vida de Sardiñas, sacerdote-guerrilheiro, comandante da revolução, sem captar a alma do povo cubano, cuja história foi uma sucessão de lutas nacionalistas, face ao mandonismo e à dominação, primeiro espanhola, depois norte-americana. Impossível abordar quem foi Sardiñas sem descobrir os valores e a potencialidade do povo e da nação cubana, que não se fechou sobre si mesma, mas vem concretizando o desejo do mestre, do apóstolo e herói nacional de independência de Cuba. "Yo quiero que la ley primera de nuestra república sea el culto de los cubanos a la dignidad plena del hombre, dizia José Martí".

Atos e visitas.

Os atos em vigor assinados pelo Brasil com a República de Cuba e as visitas de autoridades brasileiras a Cuba no período de julho de 1999 a dezembro de 2002 são um termômetro do crescimento das relações entre Brasil e Cuba. Desde o restabelecimento das relações diplomáticas em 14 de junho de 1986, durante o Governo Sarney – por feliz coincidência hoje Presidente desta Casa -, foram 26 atos assinados e 52 visitas oficiais realizadas. Além do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Marco Aurélio de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal, inúmeros Ministros de Estado, Governadores, Parlamentares, Prefeitos, juristas, empresários, líderes partidários e sindicais estiveram oficialmente em Havana.

Abraço como missão a intenção do atual Governo de intensificar o intercâmbio com Cuba, que, no meu entendimento, se fará prioritariamente em três níveis: no plano das trocas comerciais de nossos produtos, no campo tecnológico-científico e na dimensão das atividades culturais e esportivas, que revelam a alma dos dois povos.

É o que deduzo de vários encontros mantidos com Embaixadores no Itamaraty, especialmente com o nosso Chanceler, o Ministro Celso Amorim, e com nosso Presidente Lula, além de ser convicção que carrego dentro de mim.

Entendo que os atos já assinados e os futuros com a República de Cuba não devem permanecer letra morta nos arquivos, nem meros protocolos de intenção no fundo das gavetas. Temos de tornar realidade histórica esses belos e bons desejos. E não podemos nos contentar com uma mera similitude psicológica e sentimental-afetiva entre o povo brasileiro e o povo cubano. Apesar de nossas diferenças, somos povos parecidos e amigos e temos tudo para uma solidariedade de nação, um companheirismo efetivo, fruto do incremento das relações econômico-comerciais, possibilitando o bem-estar de nossa gente e desenhando no céu da América Latina um exemplo histórico de fraternidade, sonhada no passado por Tiradentes, José Martí e tantos outros nacionalistas e iluminados.

Temos que dar continuidade e avançar no trabalho diplomático entre o Brasil e Cuba, e o faremos com ousadia e realismo, a partir do reconhecimento do acúmulo já obtido, graças à dedicação de nossos Embaixadores Ítalo Zappa, o saudoso Zappa, Asdrúbal Pinto de Ulyssea, José Nogueira Filho, Álvaro Gurgel de Alencar e Luciano Martins em Havana e Jorge Bolaños, Ramón Sánchez Parodi e Jorge Lescano Pérez em Brasília. Merecem também menção os conselheiros políticos que muito contribuíram nessa caminhada: Sergio Cervantes e Jorge Ferrera, entre tantos brasileiros e cubanos que serviram e servem às duas pátrias.

Diplomacia.

Se merecer a aprovação de V. Exªs, estou prestes a assumir a Embaixada em Havana, num momento fecundo da diplomacia brasileira. Vários pronunciamentos, iniciativas do Presidente Lula e do Chanceler Celso Amorim são sinais dos novos tempos também no mundo diplomático: o grupo de Amigos da Venezuela, incluídos os Estados Unidos e Espanha, a ponte Porto Alegre/Davos, os encontros com os Presidentes da Alemanha, França, anteriormente com Bush e, mais recentemente, com Álvaro Uribe, Presidente colombiano.

De todas as últimas iniciativas no campo diplomático, ganham relevo, diante da invasão do Iraque, já tão abordada pelo Presidente e Governador Itamar Franco, os pronunciamentos do Presidente Lula e do Chanceler Celso Amorim e os comentários do Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República para as Relações Internacionais. Os três sublinhando a defesa da paz, do multilateralismo, a condenação da guerra e o papel da ONU.

Vivemos o desafio de construir um novo modelo de desenvolvimento econômico. A eleição de Lula demonstrou que essa é a vontade da maioria do povo brasileiro, a vítima primeira dos males decorrentes do modelo neoliberal de crescimento e de uma globalização pautada pela dominação. Junto com o novo modelo econômico, alternativo ao neoliberal, certamente já está emergindo uma nova diplomacia, diferente da

diplomacia predatória, de rapina, dos países ricos, viciados a um eterno colonialismo, outrora geográfico-político, hoje econômico, financeiro e cultural.

Brasil e Cuba, pelo passado e pelo presente, surgem no horizonte futuro da humanidade como arquitetos credenciados a desenhar e promover a engenharia de um novo modelo econômico e diplomático, inspirado na globalização, sim, mas a globalização pautada pela solidariedade.

Cooperação.

Entre os projetos de cooperação em andamento, ressalte-se aquele desenvolvido no âmbito do Programa de Recuperação Econômica de Cuba, com a participação no lado brasileiro do Ipea, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Receita Federal, dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho, bem como do Banco Central. Tais órgãos vêm transferindo a experiência brasileira, em suas respectivas áreas, às instituições congêneres cubanas. O foco da cooperação em curso está centrado na área de biotecnologia, tendo sido identificados dezoito projetos conjuntos nesse campo, com parcerias já definidas.

Economia e comércio.

Ao Brasil interessa colaborar com Cuba no incremento de seu volume de exportações, com vistas à aceleração do processo de saldo da dívida. No plano dos investimentos, cabe destacar a assinatura, em novembro de 1998, de contrato de exploração e prospecção de petróleo pela Braspetro, em Cuba. Os trabalhos de prospecção realizados em área situada na costa centro-norte, a 300 quilômetros de Havana, não se revelaram promissores. Mas Cuba tem procurado interessar a empresa brasileira na exploração de petróleo, em sua zona econômica exclusiva no Golfo Pérsico, onde o México e os Estados Unidos já obtiveram resultados positivos.

Joint venture.

Em 2000, por exemplo, Cuba adquiriu 480 ônibus do Brasil para transporte coletivo e interprovincial em Havana. A empresa brasileira Busscar opera em regime de joint venture com a cubana Unicamoto, montando carrocerias e motores. Importante joint venture é constituída, também, entre a Souza Cruz e a estatal cubana na fabricação de cigarros.

Hotelaria, turismo e pesca, sobretudo da lagosta, são campos para um fecundo intercâmbio. É bom lembrar que, de um total de dois milhões de turistas que freqüentam por ano a ilha, enquanto os Estados Unidos da América mandam 150 mil turistas, e a Argentina, 20 mil, o Brasil envia apenas oito mil.

Antes mesmo de assumir a Embaixada em Havana, tenho sido procurado por empresários, cientistas, professores universitários, reitores, artistas, agentes de cultura, líderes sindicais de entidades de classe, líderes esportistas, ministros, secretários de Estado, governadores e parlamentares interessados no intercâmbio com Cuba.

Além das áreas de intercâmbio a que me referi acima, inúmeras outras opções me foram sugeridas. Entre elas: mineração e processamento de níquel, medicamentos genéricos, vacinas, indústria açucareira e derivados, produção de álcool combustível, barcos para lagosta, tecnologias de pesca, transporte aéreo, desporto, educação física e recreação, reflorestamento, diversas iniciativas no campo da cultura, da saúde, da engenharia genética e biotecnologia, da informática e da telefonia celular. Nossa exportação de bens e serviços pode operar, pelo que me chegou como sugestões, nas mais diferentes áreas.

Meu acordo com o Presidente da República, com o Chanceler Celso Amorim e com o Ministro Luiz Fernando Furlan é trabalhar nesses primeiros sessenta dias em Cuba, estudando, analisando e dialogando diretamente com as autoridades cubanas sobre o intercâmbio já em andamento e as possibilidades de seu crescimento. E, a partir daí, estabelecer prioridades para a intensificação de nossas negociações, que certamente passarão por esta Casa tão importante na condução da nossa política externa.

Balança comercial.

A balança comercial bilateral tem sido bastante favorável ao Brasil. Nossas exportações apresentam um movimento continuamente crescente. Enquanto as importações, de 1997 para cá, caíram, subiram, e depois voltaram a cair, as duas tabelas abaixo, no texto que distribuí aos Senadores, dão uma visão clara do comportamento da balança comercial bilateral em milhões de dólares, desde 1997 até o primeiro semestre de 2002. O Governo cubano sempre tem demonstrado interesse em saldar pelo menos parte dos atrasados comerciais, atrasados que sobem a US$40 bilhões. Agora, por exemplo, tem interesse em fazê-lo oferecendo-nos barcos pesqueiros e tecnologia mais avançada para a pesca da lagosta, além de produtos da indústria farmacêutica.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ilha de Cuba, com 110.922km² – o arquipélago perfaz 114.500km² –, está presente desde os primórdios da história da América, já que foi descoberta pelo próprio Cristóvão Colombo em 1492. Com esse território, ela se tornou uma próspera colônia espanhola e hoje é uma nação independente que se destaca no Caribe,

na América Latina e no mundo, mesmo tendo uma população de apenas 11.400.000 habitantes, um PIB, em 2001, de US$25,5 bilhões, e um PIB **per capita** de US$2.277,00. A população cubana é composta por 51% de mestiços, 37% de brancos, 11% de negros e 1% de chineses. Não existe colônia imigrante expressiva. A organização do Estado funciona com um regime de partido único, o Partido Comunista Cubano, e um órgão supremo como Poder Legislativo, um Congresso unicameral, a Assembléia Nacional do Poder Popular, com 609 membros que acabam de ser eleitos por voto direto para mandato de cinco anos.

Na minha opinião, Srªs e Srs. Senadores, a característica principal de Cuba é a sua vocação solidária e internacionalista, na qual as cubanas e os cubanos foram forjados graças ao conceito universal de pátria, que lhes foi legado por Jose Martí para quem "**patria es humanidad**". Esse nobre conceito de pátria está explicitado na própria Constituição cubana, citando José Martí.

É com esse parceiro que vamos intensificar o intercâmbio nas mais diferentes áreas do comércio, da pesquisa científica, da cultura e dos esportes. No cenário político, a meta é a reinserção cada vez maior de Cuba não só entre os povos de nossa América, desde o rio Bravo até a Patagônia, mas no cenário mundial das nações.

Srªs e Srs. Senadores, esta é uma missão que pretendo assumir com a devida aprovação desta Casa Legislativa, com o irrestrito apoio de nossos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e como executor da política do Governo do Presidente Lula, que pretende implementar uma nova relação com os países-irmãos, onde a diplomacia seja sempre um instrumento da paz, da solidariedade, do desenvolvimento econômico e do fim da desigualdade entre os povos.

Aí vai a minha sintonia e fidelidade, como Embaixador, ao meu povo, ao povo brasileiro, na força que deu a essa expressão Darcy Ribeiro: ao povo brasileiro, cujos sentimentos ousarei irradiar em Cuba, no Caribe, na América Latina. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Hoje estamos aprendendo muito a respeito da história e das relações do Brasil com a Itália, com a Suíça e, agora, com Cuba. É interessante notar que são países com renda **per capita** de US$24,3 mil, US$36 mil e US$2,3 mil, respectivamente. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem nos propiciado uma oportunidade de aprendizado muito grande.

Passaremos, agora, à argüição, podendo as Srªs e os Srs. Senadores sabatinar os três indicados a embaixadores.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante e, em seguida, aos Senadores Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Hélio Costa, Antonio Carlos Magalhães e João Ribeiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, são tantos os afazeres que não podemos ficar o tempo inteiro na audiência, que penso foi bastante rica, pela consistência das exposições. Eu gostaria de ser muito breve e objetivo.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a Embaixadora Celina, que possui uma carreira exemplar, com uma consistência e uma vivência profissional que lhe possibilitarão representar o Brasil da melhor forma possível. Tenho absoluta convicção de que o profissionalismo e a competência do Itamaraty estarão preservados nessa função e de que nós poderemos, com essa relação bilateral, aprofundar os laços científicos, tecnológicos, comerciais e culturais, especialmente com um país importante no bojo da União Européia.

Eu tenho absoluta convicção de que V. Exª fará esse trabalho com a maior competência e seriedade, e com consistência profissional.

Eu gostaria também de expressar publicamente a simpatia e, eu diria, quase que a emoção de ver o Tilden – permita-me V. Sª me expressar assim, pela nossa intimidade e convivência – indicado para embaixador. Sei que isso tem um significado muito especial para ele.

Para quem conhece Tilden Santiago, é muito difícil separar o coração, o sentimento e as responsabilidades públicas. É tudo uma coisa só. E penso que o texto expressa um pouco a sua história, o sentimento, o carinho que ele tem pelo povo cubano, o respeito que tem pelo país.

É uma relação importante, política, diplomática, cultural, comercial, científica e tecnológica.

Tenho certeza de que, nessa tarefa nova, com a sua experiência parlamentar e de secretário de Governo, com uma longa experiência de vida pública, V. Sª desempenhará também essa função, que é um cargo novo, inédito, de forma muito promissora para os dois países.

Especialmente pelo isolamento que Cuba sofre, pelo bloqueio econômico, pelas dificuldades das relações diplomáticas, num mundo marcado pela instabilidade, pela insegurança, pela incerteza, uma

voz amiga, para aprofundar as relações entre os dois países com serenidade, com sobriedade, com a cautela que as relações diplomáticas exigem, só fará bem ao Brasil, ao nosso povo e à relação entre esses dois países.

Quero concluir dizendo que o Presidente Lula foi muito feliz ao indicar o Presidente Itamar para Embaixador na Itália.

A carreira política de V. Sª como Prefeito, como Senador por tanto tempo, como Governador, Vice-Presidente da República, Presidente da República e como Embaixador em dois postos relevantes – em Portugal e na OEA – o credenciam de forma absolutamente inquestionável. E precisamos colocar as razões de Estado acima dos interesses partidários e políticos ou de qualquer outra motivação.

Tenho certeza de que o espírito público vai prevalecer no Senado Federal, nesta Comissão e no Plenário do Senado, e que as diferenças políticas são muito menores do que a responsabilidade de um país que precisa ter na sua diplomacia também pessoas de quadros políticos, homens públicos com a experiência, com a vivência, eu diria, com a riqueza da trajetória de V. Sª.

Por tudo isso, tenho certeza de que vamos contar com o apoio do Itamaraty, da nossa carreira diplomática, para aqueles que não fazem parte da escola. Acho que o Brasil está correto em dar preferência a embaixadores de carreira, e o nosso Governo deu preferência a diplomatas de carreira. Mas a representação de uma Nação e do Presidente de um Governo não pode ser feita apenas por funcionários de carreira. Existem alguns postos que têm que ser tratados, eu diria, com essa dimensão. Isso faz parte da história do Itamaraty e da nossa história diplomática.

Portanto, é importante um ex-Presidente da República representar o nosso País em um país tão importante nas nossas relações culturais, históricas, fraternais como a Itália. Temos muita coisa a recuperar na relação com a Itália, inclusive do ponto de vista comercial. Não só houve uma regressão no comércio bilateral como ele é muito desequilibrado, assim como com toda a União Européia, do ponto de vista da qualidade das relações.

Nossa pauta de exportações é basicamente constituída de **commodities.** E importamos manufaturas, muito valor agregado, tecnologia, equipamentos. Precisamos melhorar nossa pauta de exportações, ter um grande empenho comercial, científico, tecnológico, cultural, político.

Por tudo isso, acho que o Brasil está muito bem representado por V. Sª. Eu queria dar este depoimento, não apenas como Líder do Governo, mas sobretudo por tudo o que acompanhei da vida de V. Sª. Tenho absoluta confiança e segurança de que o País estará muito bem representado.

Quero parabenizar, portanto, a Comissão pela argüição, e concluir a minha intervenção.

Não tenho nenhuma questão específica. Os esclarecimentos nos depoimentos e na trajetória dão toda segurança ao País da representação que teremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Como não houve perguntas, não houve manifestação. Quem sabe haverá após ouvirmos os demais.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero primeiro registrar meus cumprimentos à Embaixadora Celina, por sua apresentação profissional, que mostra mais uma vez como o Itamaraty está bem preparado para representar o Brasil. As nossas relações com a Suíça precisam ser evidentemente ampliadas, para recuperarmos aquela posição, nos investimentos, a que ela tão bem se referiu aqui.

Ao caro companheiro – posso dizer assim – Tilden Santiago, futuro Embaixador do Brasil em Cuba, quero dizer que seu entusiasmo por aquele país é muito marcante e sempre nos chamou a atenção. A sua postura recente de procurar os Senadores, mostrando o seu desejo de poder servir bem o seu País em Cuba, espelha isso.

Tivemos uma disputa recente, eleitoral, em Minas, democrática, respeitosa, e poucas vezes pude discordar de V. Sª. Houve sempre convergência nos nossos pensamentos. V. Sª terá uma dificuldade, na questão da dívida de Cuba com o Brasil num momento em que o nosso País precisa tanto de recursos, mas talvez isso seja algo de menor importância na relação que precisamos ter com um país que necessita muito da presença do Brasil, como um líder latino que o Brasil é.

Presidente Itamar, quero dizer a V. Exª que estamos aqui, hoje, no cumprimento de uma obrigação de mineiros e de brasileiros. Sou, hoje, Senador por Minas Gerais e cumpro aqui uma obrigação maior, a de discutir as questões do Brasil, assim que nossas divergências políticas são abandonadas nesse mo-

mento, quero me referir à questão específica da Itália como um dos nossos principais parceiros e investidores no Brasil.

A Itália, dentro desse projeto de crescimento do Brasil, tem um papel muito relevante, V. Exª sabe bem disse; a globalização, por outro lado, traz preocupações com os empregos, temos uma linha de diplomacia comercial brasileira que evoluiu muito bem, com alguns dos nomes muito expressivos como o Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que aqui estava ainda há pouco, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que esteve representando também o Brasil na Itália, e cuidou muito bem dos destinos das empresas brasileiras, dos interesses brasileiros também.

Um assunto que me preocupa muito é que precisamos ter uma abertura permanente, exigência da globalização, ao capital estrangeiro, aos investimentos externos, essa mesma globalização exige um incentivo e um trabalho na busca desses investimentos. No momento, a Fiat, nossa principal empresa italiana no Brasil, passa dificuldades internacionais muito sérias, e a Fiat brasileira tem um papel muito relevante no complexo Fiat mundial. Temos, em Minas Gerais, a planta da Fiat e também da Iveco, recentemente, e a minha colocação aqui é exatamente nesse sentido.

Eu gostaria de saber qual a opinião de V. Exª sobre essa moderna diplomacia, a necessidade dessa diplomacia que busca com trabalhos os investimentos, defendendo os interesses das empresas brasileiras e, ao mesmo tempo, sua opinião sobre a crise da Fiat, as suas possíveis conseqüências sobre o emprego dos brasileiros e seus investimentos no País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Presidente Itamar Franco, tem a palavra V. Exª.

O SR. ITAMAR FRANCO – Sr. Presidente, evidentemente, eu, que fui Senador durante 16 anos, jamais poderia imaginar que numa Comissão de Relações Exteriores os problemas de ordem pessoal fossem levados em consideração, razão pela a colocação inicial de V. Exª refletirá a minha resposta exatamente nesse sentido. Aqui não estamos para discutir problemas de ordem pessoal; estamos para tentar discutir o meu nome ou não, na indicação do Senhor Presidente da República.

V. Exª sabe da importância da Itália, das afinidades culturais, sentimentais e históricas que nos une ao povo italiano, e posso dizer isso porque, neto de imigrante italiano que aqui chegou ao Brasil, foi sapateiro, tendo a minha mãe nascido na cidade de São João Nepomuceno, portanto, filha de imigrante, e criado por ela, sempre tive no meu lar as considerações de ordem daquele povo, que sofreu muito, sobretudo quando se dirigiu ao nosso Brasil.

E, apesar disso tudo, a diversidade com a Itália é muito grande em relação ao Brasil. Basta dizer, como pude demonstrar aqui, que o nosso intercâmbio comercial caiu bastante, caiu de 5 bilhões para 3,8 bilhões, sendo que na balança comercial pesou um déficit para o Brasil de 370 milhões. Significa exatamente aquilo que o Presidente Lula tem dito e o nosso querido Embaixador Tilden disse, vamos ampliar esse conceito daqueles países que hoje, como a Itália, representam praticamente países desenvolvidos.

Recordando a V. Exª, sabemos que a Itália é um país do Grupo dos Sete, que se torna Grupo dos Oito quando a Rússia faz parte. A importância de se juntar a esse país que abre de repente uma porta ao mercado comum, que luta agora insistentemente pelo seu povo, não pelas suas autoridades, na busca de uma paz, de uma nova Organização das Nações Unidas, que o Brasil defende há muitos anos. Não só no meu período como Presidente, mas também no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre imaginamos uma Organização das Nações Unidas, de cujo Conselho o Brasil pudesse fazer. Tudo isso leva a que busquemos uma amplitude com o comércio italiano, que, no momento, é muito fraco.

A Fiat é a grande empresa da Itália aqui no Brasil. Tanto V. Exª quanto eu sabemos o quanto representa a Fiat, não só para os mineiros, mas para os brasileiros e o que significa a Iveco, não só para os mineiros, mas para os brasileiros.

A Fiat italiana já vem demonstrando dificuldades muito grandes, que se afloraram com a morte do Dr. Gianni Agnelli. É claro que a General Motors, que tem interesses fundamentais em adquirir a Fiat italiana, vê essas dificuldades ao examinar os balanços financeiros, mas, sobretudo, porque o Governo italiano vê na Fiat o grande propulsionador da sua obra financeira perante as regiões que cercam a Itália.

Portanto, uma das nossas missões é fazer justiça. Tanto fiz justiça – V. Exª há de se recordar – que fiz questão de citar todos aqueles Embaixadores que me ajudaram nesse projeto que debati no Senado. Essa foi minha homenagem a todos aqueles Embaixadores que foram aqui citados. Citei, em meu agradecimento inicial: Andrea Matarazzo, que deixou há pouco a Embaixada; Carlos Alberto Leite Barbosa, mineiro como nós; Mauro Vieira e Paulo Tarso Flecha de Lima, com quem pude conversar nesses últimos dias, pedindo algumas informações detalhes. Recebi de todos a melhor colaboração e a melhor informação.

Reconheço que S. Exªs fizeram grande trabalho. Por que um País como a Itália, que tem tantas afinidades culturais com o Brasil, até mesmo em função de nossa língua, tem problemas de mercado com o Brasil? O Senador Aloizio Mercadante falou muito bem do problema da importação e da exportação. Creio que essa será uma das grandes batalhas que o futuro embaixador – se for o nosso caso de sermos aprovados por esta Comissão e pelo Plenário do Senado – um dos grandes deveres junto ao País e ao Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Itamar Franco, Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle, Deputado Tilden Santiago, não farei perguntas, apenas expenderei alguns conceitos e opiniões. Começarei pela Embaixadora Celina, em quem vejo uma profissional de currículo brilhante, de folha de serviço inatacável, representando o que há de melhor, numa Casa que, por tradição, representa o que há de melhor na burocracia brasileira – sou parlamentarista – à altura do que de mais exigente se pudesse colocar no parlamentarismo.

A simples leitura do seu currículo mostra as responsabilidades que passaram por suas mãos e as credenciais que farão de V. Exª uma grande embaixadora junto à Confederação Helvética, pelo que conhece da Suíça, pelo que conhece do Brasil e pelo que conhece da sua careira.

Passo ao meu querido amigo Tilden Santiago. De início, o Brasil já manda para lá alguém à altura do Comandante Fidel Castro, no brilhantismo e na extensão do discurso. O pré-requisito é amar o seu país, mas uma das condições que podem fazer de alguém um bom embaixador, um embaixador sensível, representando seu país junto a outro Estado, sem dúvida, é a capacidade de aprender a também defender os interesses desse outro Estado junto a seu país, com tudo que está acontecendo e com a toda situação delicada que envolve a diplomacia norte-americana hoje. Vejo isso na Embaixadora Donna Hrinak. Eu a considero uma Embaixadora de primeiro nível, alguém que consegue defender situações difíceis, procurando entrar na alma do país junto ao qual ela está acreditada.

Eu quis pegar um pólo oposto ao pólo ideológico em que se situa brilhantemente o Deputado Tilden Santiago para dizer que não tenho nenhuma dúvida de que S. Exª saberá representar o Brasil e cultivar esse seu amor, que é telúrico, por Cuba.

Deputado exemplar, adversário absolutamente leal, embora duro, o Embaixador Tilden Santiago dará alegrias a mais para o Presidente Lula.

Imagino que para as pessoas honradas como, por exemplo, o Presidente Lula, o poder deve ser aquela maçada – e, seguramente, o é -, aquela seqüência de encargos, o cansaço psicológico, o cansaço físico, mas com alguns momentos de prazer. Por exemplo, imagino como deve ter sido prazeroso para o Presidente Lula assinar a mensagem que indicava V. Exª para representar o Brasil em Cuba. Esses pequenos momentos representam muita grandeza e tenho certeza de que a sua realização pessoal significará, ao fim, a realização comercial, diplomática e política dos interesses brasileiros junto à ilha de Cuba.

Presidente Itamar Franco, não tenho dúvida de que, tratando-se de alguém que tem a sua experiência na vida pública, tendo sido praticamente tudo ao longo de uma carreira muito brilhante, com decisão sempre pelo voto, tendo chegado a Governador do seu Estado e Presidente da República, a sua indicação para a Embaixada do Brasil na Itália – da mesma maneira que, antes, a sua indicação para a Embaixada do Brasil em Lisboa e, depois, para Embaixador na missão permanente junto à OEA –, antes e agora, ou seja, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique e o do Presidente Lula, ambos os Chefes de Estado pensaram que isso seria uma demonstração de prestígio para quem estava recebendo V. Exª. Afinal, está-se enviando para essa missão e enviou-se para as missões anteriores alguém que governou o seu País, que iniciou o processo de estabilidade econômica, que cumpriu com o seu dever e que, sem dúvida alguma, representa uma clara referência da opinião pública brasileira.

V. Exª foi duas vezes Embaixador – essa será, portanto, a terceira – e tem toda a perspectiva de se enquadrar de maneira muito adequada a essa política externa sólida, competente e profissional que faz o Itamaraty. Se antes eu aplaudi e aprovei a sua indicação, embora não como Senador, mas como cidadão, para duas missões diplomáticas, desta vez não teria como fugir à coerência de imaginar que trata-se de um lance político acertado do Presidente Lula.

Portanto, desejo-lhe muita sorte. Fiquei muito feliz por ouvir a sua correta exposição, sóbria e muito bem recheada de dados sobre a realidade italiana. Desejo-lhe sorte e felicidades. Tenho a convicção de que juntamente com os demais indicados trará um claro retorno para o Brasil.

A Itália respondeu concedendo-lhe o **agrément** de maneira muito rápida e pronta . O Brasil precisa

responder à Itália, agora, concedendo a sua indicação pelo Plenário do Senado Federal e pelo Plenário desta Comissão, de maneira rápida e pronta, para que possamos nos alçar à confiança que imediatamente veio da Itália para cá.

Adianto-lhe o meu voto e que esta é a sensação que permeia o meu Partido, que tenho honra de liderar nesta Casa, o PSDB.

Sr. Presidente, desejo a V. Exª que prossiga na sua exitosa missão presidindo esta relevantíssima Comissão, numa hora em que o Brasil cada vez mais vai aumentar a sua preocupação, até quanto aos rumos de política interna, a partir de rumos que possa traçar de política internacional.

Digo que foi uma bela jornada. Começou pela tarde, seguiu noite adentro. E aqui temos a profissional de carreira típica, capaz de exercitar qualquer função dentro do Itamaraty, de Ministra de Estado a Embaixadora em qualquer missão importante e delicada, a Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira.

O Embaixador Tilden Santiago é uma figura que enternece pelo seu passado e que a todos nos contagia pelo seu amor a Cuba. Quando digo amor a Cuba, no fundo, quero que S. Exª tenha amor a mim, um amigo que o admira tanto e vê nele, sobretudo, um amor, algo para o que não se precisa definir o objeto direto desse amor. S. Exª ama e pronto; vive em estado de paixão, e isso faz de S. Exª uma figura respeitada por todos nós neste Congresso.

O Presidente Itamar Franco vai para a Itália como ex-Presidente da República. Imagino que, se eu fosse italiano, eu ficaria profundamente orgulhoso de receber um ex-Presidente da República, como demonstração de que o País eleva ao grau máximo de confiança a sua relação com a República Italiana.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra o Sr. Tilden Santiago.

O SR. TILDEN SANTIAGO – Em primeiro lugar, Senador Eduardo Azeredo, sobre a questão da dívida, os atrasados comerciais de Cuba para com o Brasil é uma questão que tanto o Governo brasileiro como também eles têm uma consciência muito aguda. É curioso, porque estamos altamente interessados em aumentar as importações de Cuba para cá, justamente para facilitar a obtenção de um maior equilíbrio.

Talvez, numa visão simplista, a diplomacia poderia ser vista como uma luta em que o Embaixador vai brigar pelos interesses do seu país sem levar em consideração o outro. Entretanto, o Senador Arthur Virgílio se antecipou e apresentou a verdadeira visão telúrica que se deve ter na ação diplomática.

Então, sobre saldar essa dívida, o país está bem consciente. O eixo central do nosso trabalho será um incremento das negociações, com essa finalidade: saldar esses débitos.

Com relação à palavra do Senador Arthur Virgílio, a mensagem que V. Exª me passou, no início da reunião, vai para os meus anais, para os meus arquivos, para as minhas lembranças. E suas palavras de agora irão ainda mais. Sempre tivemos empatia, na Câmara Federal, apesar de um ser situação e o outro, oposição. Sempre houve uma identidade muito grande, quando conversávamos ou quando subíamos à tribuna.

Foi interessante V. Exª falar da alegria do Presidente Lula. Eu queria reafirmar que a idéia nasceu dele. O Presidente foi o primeiro que me falou. Aliás, Sua Excelência me pegou pelo braço, quando foi a Belo Horizonte se encontrar com o Governador Itamar Franco, e disse: "Governador, estou com uma dúvida atroz. Não sei se mando o Tilden para a Faixa de Gaza ou para a Ilha de Cuba." O Governador, "mui amigo", disse: "Não, ele já foi palestino; manda para a Faixa de Gaza." O Senador Hélio Costa o salvou, porque disse: "Não, o Tilden é latino-americano. O lugar dele é na Ilha de Cuba." Na hora em que o Presidente Lula assinou a mensagem para enviar ao Senado, V. Exª precisava ver a alegria no seu rosto e a convicção com que Sua Excelência fez esse gesto, dizendo: "Embaixador em Cuba." E revidei assim: "Estou diante do Presidente da República".

Então, é um momento muito forte. Nesse momento em que a Nação brasileira inteira busca um avanço em todos os sentidos, penso que a Embaixada em Cuba ganha realmente um significado. Tenho a grande alegria de cumprir essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento V. Exª pela maneira competente e serena com que conduziu os trabalhos desta Comissão, nesta tarde tão importante para a diplomacia brasileira. Ao mesmo tempo, cumprimento os três Senadores autores dos relatórios que aprovaram as indicações da Embaixadora Celina Maria, do

Embaixador Itamar Franco e do Embaixador Tilden Santiago.

Relatórios dos Senadores Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães e Tião Viana, que representei na apresentação do relatório do Embaixador Tilden Santiago.

Nós, mineiros, ficamos muito orgulhosos de ter o nosso ex-Governador, nosso ex-Presidente para representar os interesses do nosso País junto a uma nação tão importante para os brasileiros. Sou neto de italianos, assim como o é o Governador Itamar Franco. Sabemos das relações cordiais, íntimas, tão extraordinárias, durante tantos anos, entre o Brasil e a Itália, entre brasileiros e italianos.

O Embaixador Itamar Franco, se me permite já chamá-lo assim, está testado no mais alto nível da diplomacia brasileira, porque, como Presidente da República, soube comandar todo um processo de reaproximação do Brasil em momentos difíceis da nossa história, assumindo a Presidência da República num momento da maior crise institucional deste País, nas últimas décadas. Ele soube recompor toda a política nacional e externa brasileira, dando ao Brasil a dimensão que o País merece e possui.

Isso é motivo de muita alegria para nós, porque sabemos que o Brasil estará muito bem representado junto à nação amiga – a Itália. Nós, mineiros, que temos nas empresas italianas em nosso Estado um importante fator econômico, porque, afinal de contas, talvez a empresa Fiat seja a maior contribuição para as nossas finanças em Minas Gerais.

Sabemos que, com a presença do Governador, em Roma, representando o Brasil, estaremos certamente expandindo as posições econômicas Brasil e Itália, num momento em que vamos precisar muitíssimo dessas relações, desses entendimentos, e da presença firme da diplomacia brasileira, porque estamos sendo acossados do lado de cá pelas insistentes influências que nos querem levar a participar da Alca, que não temos necessariamente de aceitar neste momento, podendo ser prejudicial às relações econômicas do Brasil. Entendo que o Brasil começa a caminhar para a União Européia, a dar valor às propostas que vêm da Europa, notadamente dos países amigos, com os quais sempre tivemos um ótimo relacionamento.

Particularmente, para quem acompanha a carreira do Embaixador Itamar Franco durante tantos anos e o viu como Prefeito da sua querida Juiz de Fora, para, depois, galgar todos os mais altos escalões da política até chegar a Presidente da República, Embaixador em Portugal, Embaixador junto à Organização dos Estados Americanos e agora Embaixador junto ao Governo da Itália, é uma honra muito grande poder estar aqui neste momento, participando desta Comissão que aprova o seu nome. V. Exª merece, tem todas as qualificações, não apenas como ex-Presidente, mas como figura humana, pelo seu caráter, pela sua dignidade, pela sua seriedade, pela sua condução da coisa pública, pela história que fez no Brasil, como Governador, como Presidente, no trato da coisa pública. V. Exª tem, acima de tudo, o respeito dos mineiros e dos brasileiros pelas suas posições firmes e coerentes, pela sua maneira leal, pela convicção que V. Exª imprime a todas as suas ações e, sobretudo, pela sua qualidade de homem sério, digno e honesto.

Meu querido amigo Tilden Santiago, com quem vivemos a aventura de correr pelas cidades de Minas Gerais numa campanha memorável que levou o Presidente Lula até o Palácio do Planalto. Estivemos juntos e participamos de uma mesma emoção, quando caminhamos em direção ao Senado da República.

Quero dizer a V. Exª que seu lugar está reservado. V. Exª vai ficar em Cuba um pouco e, depois, voltará depressa. Vamos trazer Tilden Santiago para o Senado da República. Aqui é o seu lugar.

Embaixadora Celina Vale Pereira, tenho a certeza de que, conforme disse o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, o Itamaraty mostra, por meio de V. Exª, a qualidade de seu quadro de pessoal. O Brasil estará bem representado junto a um país tão importante para nós e no Conselho das Nações. Parabéns a V. Exª, parabéns ao Embaixador Itamar Franco. Espero que S. Exª permita-me, agora, chamá-lo assim. O cargo de embaixador é bonito, fico feliz por poder chamá-lo assim. Vou visitá-lo naquele Palácio maravilhoso lá na Piazza Navona.

Vou esperar que Tilden Santiago cumpra sua promessa de mandar muitos charutos cubanos, para que eu possa distribuí-los entre Virgílio Guimarães, Aloizio Mercadante e outros companheiros.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos esclarecer que é uma brincadeira, pois constará dos Anais. Não é verdade: S. Exª não prometeu charutos para ninguém. É uma brincadeira, mas alguém poderá levar a serio.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Parabéns, Embaixador Itamar Franco, parabéns Embaixador Tilden Santiago, parabéns Embaixadora Celina Vale Pereira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Serei muito breve, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, cumprimento V. Exª pela maneira como tem presidido esta Comissão. Não me surpreende, mas me agrada.

Em segundo lugar, em relação à Embaixadora Celina Maria Assunção Vale Pereira, fiz o relatório e pude dizer até algumas coisas sobre sua pessoa, e diria muito mais se o relatório fosse feito depois que ouvi sua explanação e, sobretudo, depois do encontro que tivemos no meu gabinete, quando pude observar sua capacidade e, ao mesmo tempo, como o Itamaraty possui diplomatas de excelência.

Quanto a Tilden Santiago, trata-se de uma pessoa a quem quero bem de graça. Damo-nos muito bem, apesar de comportamentos políticos opostos. Sempre tivemos um relacionamento excepcional. Sua atuação na Embaixada de Cuba será – tenho certeza – notável para o Brasil. S. Exª fez questão de dizê-lo aqui mesmo, para quem entende suas palavras tão bem pronunciadas. Seu pronunciamento é excepcional. V. Exª fez questão de falar sempre no lado democrático, o que é muito importante. E será, certamente, um Embaixador, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da maior competência. Fico feliz que V. Exª vá para a Embaixada de Cuba.

Ao mesmo tempo, congratulo-me também porque, graças a um Embaixador tão competente quanto V. Exª, Ítalo Zappa, fui o primeiro Ministro brasileiro a ir a Cuba e fazer a ligação telefônica entre Fidel Castro e o Presidente José Sarney. Tudo isso resultou numa amizade entre mim e o Presidente Fidel Castro, que, sempre que pode, vai à Bahia e me visita.

Quanto ao Presidente Itamar Franco, vim para votar pelos seus méritos e, ao mesmo tempo, fazer-lhe um agradecimento. Porque, num momento difícil por que passei, em que poucas pessoas me deram apoio, S. Exª soube me dar um apoio muito importante, e que me cativou. De maneira que fiz questão de vir aqui e relembrar, também, uma conversa que tivemos, em 21 de novembro de 1994, em seu gabinete, onde a minha amiga comum, D. Ruth Hargreaves, estava presente, assim como o Governador Paulo Souto e o Prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy. Discutíamos ali o seu futuro, e V. Exª não estava muito crente nele, mas, naquela conversa, surgiu a oportunidade... "Embaixador em Portugal? Eu até que aceitaria". Fui correndo à casa do Presidente Fernando Henrique, que ainda não havia assumido o governo – era dia 21 de novembro -, e lhe disse: "Olhe, vou trazer-lhe um presente: o Itamar aceita a Embaixada de Portugal". No outro dia, cedo, ele telefonou para V. Exª, fez o convite, e V. Exª foi para Portugal, depois foi para a OEA, depois para o Governo de Minas e, agora, vai para Roma.

Vim aqui para dar esse testemunho e, mais do que isso, para fazer um agradecimento. Na situação difícil que enfrentei, V. Exª, sem ter maiores obrigações comigo, foi muito presente na sua solidariedade. Não preciso dizer que vou votar em V. Exª, porque o voto deixou de ser secreto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permitam-me fazer uma interrupção na lista de oradores – falta ainda o Senador Pedro Simon. Essas palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães fizeram surgir a necessidade de um que eu faça um registro também.

Quero dizer que a presença de V. Exª nesta reunião me traz muita satisfação, Presidente Itamar Franco. Há três semanas, o Senador Hélio Costa me perguntou se seria, de fato, necessária a vinda de V. Exª à Comissão de Relações Exteriores. Respondemos que sim, que a designação para a embaixada em Portugal depende da aprovação da Comissão de Relações Exteriores. Ademais, disse-lhe que, especialmente por estar ocupando a presidência da comissão, gostaria muito de receber o ex-presidente, ex-senador, ex-governador e ex-embaixador Itamar Franco.

Lembro-me – e o Senador Pedro Simon recordará esse fato ainda com mais facilidade do que eu, dado o estreito relacionamento entre ambos –, de que houve época em que enfrentamos dificuldades para ouvi-lo. Por isso, as palavras tão respeitosas aqui proferidas hoje pelo Senador Antonio Carlos e o fato de ter S. Exª feito questão de aqui vir, para quem pôde observar, representaram algo politicamente importante para esta comissão. O Senador Pedro Simon saberá dar mais detalhes sobre o assunto, mas, no momento em que testemunhei o Senador Antonio Carlos Magalhães cumprimentando o Presidente Itamar Franco e dizendo-lhe que vinha aqui para aprovar a sua indicação, percebi que algo havia mudado em relação ao que tinha sido planejado e previamente anunciado pelo partido do Senador Antonio Carlos Magalhães. Uma surpresa positiva aconteceu!

Considerei importante fazer esse registro sobre a atitude e a presença do Senador Antonio Carlos. Penso que o Senador Pedro Simon poderá recordar ainda melhor os momentos de dificuldades. De qualquer forma, felizmente, hoje o Senador Itamar Franco

volta à sua Casa – V. Exª se lembra de que houve um momento de dificuldade para que isso ocorresse.

Senador Pedro Simon, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não há dúvidas de que presenciamos hoje uma reunião da maior importância, uma reunião rara aqui na Comissão, pelo seu contexto e pelo vários significados. Quero dizer, de saída, que é uma alegria muito grande para mim votar na Embaixadora Celina, gaúcha de Santa Maria da Boca do Monte, com uma biografia extraordinária, das mais brilhantes representantes do Itamaraty.

Lamentavelmente, minha cara Embaixadora, o Rio Grande do Sul não está mais tão presente como estava e como deveria estar no nosso Itamaraty. Não sei se a nossa gente não está fazendo concurso ou se os mineiros e os paulistas estão subindo e deixando a nossa turma lá em baixo. A verdade é que, com V. Exª, são três embaixadores gaúchos, contra dezenas de embaixadores paulistas, cariocas e mineiros.

Mas V. Exª honra o nosso Estado pela sua biografia, V. Exª é o símbolo do nosso Itamaraty. Hoje, quando estamos votando em V. Exª e em mais dois Ministros. V. Exª, pela sua biografia, sua história, os cargos que ocupou e os degraus que vem subindo, representa o que há de melhor no nosso Itamaraty. E, tenho certeza, representará o nosso Brasil, em uma nação da maior importância, que é a Suíça, com muita dignidade, capacidade e competência, o nosso Brasil lá na Suíça.

A Suíça levou muito tempo para fazer parte da ONU, e, quando assim o fez, pareceu ter pé frio, visto que toda essa desgraça veio depois de sua entrada. Na verdade, na verdade, ela não deu muita sorte. Mas, repito, tenho certeza que V. Exª vai nos honrar e dignificar o Brasil e o Rio Grande do Sul de um modo especial.

Meu amigo Tilden, também fiquei emocionado com o seu pronunciamento, que vai entrar para a história, pois nunca um embaixador fez um discurso tão emocionante e tão apaixonado como V. Exª.

Conhecendo-o há muito tempo – inclusive, já repartimos o pão e rezamos juntos, várias vezes, com o nosso grupo católico – pude ver a paixão de V. Exª ao dedicar-se de corpo e alma ao que faz. E naquela luta, no Oriente Médio, como padre operário, V. Exª expressou o afeto, o carinho, a admiração e o respeito por Cuba, mas também mostrou que isso não influenciará a sua vontade de defender os nossos interesses e buscar o que for possível para que possamos melhorar as nossas relações.

E me atrevo a dizer que as amizades e as ligações que V. Exª tem lá e aqui podem ajudar aquele Governo nesse momento tão difícil por que passa, quando o seu Presidente chega ao 75 anos e o país não encontra uma fórmula, uma saída para os problemas. Assim, como bem diz o nosso diplomata, Líder do PSDB, V. Exª poderá fazer esse grande trabalho dentro do espírito e da competência diplomática de avançar e recuar quando necessário.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já demonstrou a sua preocupação em buscar o entendimento internacional, assim como fez com os amigos da Venezuela e, também, com o Mercosul, que está caindo em desgraça. E para tanto conta com V. Exª como aliado. Sei da grande alegria em rever sua filha, que se está formando em Medicina, mas também tenho certeza que o Presidente Lula agiu muito bem em indicar o seu nome para ocupar o cargo. Com o amor, a paixão, a sinceridade e a integridade, V. Exª haverá de ser um grande Embaixador.

Meu bravo Presidente Itamar Franco, V. Exª é uma figura muito importante na história deste País. V. Exª é uma pessoa simples e singela, e não se impõe. Já foi Presidente da República, mas não ocupou uma única vez o espaço de rádio e de televisão, apesar da insistência de todos nós: Fernando Henrique, eu e todos mais. V. Exª mandava que o Ministro fizesse isso, inclusive nas horas mais importantes. V. Exª é um homem que representou muito para este País. Por volta de 1974, o MDB estava desaparecendo. Em 1970, ele praticamente desapareceu. Primeiro, ganhou a Arena; em segundo lugar, o voto em branco e, em terceiro lugar, o MDB. E achávamos que ele estava desaparecido. Em 1974, os grandes líderes do Partido não quiseram ser candidatos. Mas V. Exª veio das Minas Gerais, de Juiz de Fora, renunciou à Prefeitura, e disse: Eu vou ser candidato!

E, daquele gesto em diante, fez a sua biografia. Foi um Senador, repito, da maior importância, do maior significado. Era época de regime militar e V. Exª representou uma posição de resistência à dignidade do Senado, à bravura do Senado, à seriedade do Senado. Eu me lembro das muitas vezes em que representantes da Arena e do MDB iam ao seu gabinete. Eles chegavam a um acordo, e o Líder do MDB, Sr. Paulo Brossard, dizia: "o acordo está feito! Agora, o Itamar vocês vão convidar, porque eu não sei se o convenço". V. Exª era irredutível nas suas convicções.

Penso que a passagem de V. Exª pela Presidência da República foi muito importante. Salientei que V. Exª foi Vice-Presidente, porque tenho na minha alma as dores da posição de Vice. No Governo do Sr. Getú-

lio Vargas, foi o Vice-Presidente, Sr. Café Filho, quem liderou a derrubada dele e assumiu o lugar com os adversários dele.

Com relação a isso, eu vi em V. Exª exatamente o contrário. V. Exª foi impressionante! Nós lutávamos, nos esforçávamos, discutíamos sobre como era e como não era, mas V. Exª não participou. V. Exª teve a dignidade de não emitir uma palavra para atingir, derrubar o Presidente Collor; mas também não houve uma palavra na posição contrária, de defesa.

Assumindo a Presidência da República, V. Exª convocou uma unanimidade. Na verdade, V. Exª fez um chamamento a toda a Nação. E seu Governo foi isso. O PT, equivocadamente – não sei se foi um equívoco, porque agora conseguiu a Presidência da República –, não aceitou o chamamento. Convidamos a Srª Luiza Erundina, mas o PT isolou-a, afastou-a, fazendo com que ela tivesse que se licenciar do Partido, para aceitar o nosso convite.

V. Exª foi buscar o Deputado Roberto Freire, à época mais idealista do que hoje, defendia com mais convicção suas idéias. Hoje, ele é um comunista histórico. V. Exª foi buscar o PFL, o PMDB, os vários partidos, para um entendimento de paz, de desenvolvimento, de crescimento.

Tenho a obrigação de dizer que me emocionava a preocupação de V. Exª com a seriedade da coisa pública.

Houve uma questão de uma privatização, quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda. De repente, um membro da Comissão de Privatizações me procurou, por intermédio do Presidente do Senado, Senador Humberto Lucena, e mostrou-me um dossiê absolutamente contra as privatizações. Quer dizer, não mostrou, mas falou para mim. Eu disse a ele que pusesse no papel. Ele não queria, mas pedia que eu levasse a questão ao Presidente da República. Eu disse que não levaria ao Presidente da República o que eu ouvi dizer e tornei a pedir a ele que pusesse no papel o que estava me dizendo. Levei ao Presidente que, no dia seguinte, convocou a Comissão e anulou a privatização. Ele tinha razão; mas não teve nenhuma dúvida em anular o que estava acontecendo para restabelecer a questão.

Nós todos conhecemos o episódio – o cidadão está aqui, um homem da maior importância – da CPI dos Anões do Orçamento. Em determinado momento, foi citado o nome do Chefe da Casa Civil. Ele foi a V. Exª dizer que se afastaria, enquanto não houvesse uma decisão ele não faria parte da equipe. E foi absolvido, por unanimidade, com aplauso, e voltou para o seu Governo.

V. Exª fez uma coisa que nenhum dos seus sucessores quiseram fazer. Infelizmente, o nosso querido Fernando Henrique anulou aquela sua medida. Espero que o Lula a traga de volta. Foi criada uma comissão de investigações, composta de pessoas notáveis, sem nenhuma participação do Governo, com a mais absoluta autonomia para investigar todos os atos de Governo. Chegava uma denúncia ao Governo, e seja o que fosse ia para essa comissão, que fazia a investigação com plenos poderes e chegava à conclusão.

O problema da fome foi um gesto de grandeza. O Lula levou um susto quando eu disse para ele que a audiência não ia ser com o Ministro da Fazenda, a audiência ia ser com o Presidente da República, e levou um susto maior quando ele chegou lá e estavam V. Exª e mais seis Ministros, e levou um susto maior ainda quando foi apoiado por unanimidade e outro maior ainda quando, na Presidência, foi colocado o nosso querido Betinho, que era a pessoa que estava indicada e que era um dos que mais criticavam o Governo de V. Exª, um dos maiores opositores e – diga-se de passagem –, passou dois anos na Presidência do Conselho falando, ele mais debatendo, analisando, porque na verdade era o Dom Morelli que fazia tudo, que coordenava tudo, e no entanto não citava o Governo, nem coisa nenhuma, e nem por isso V. Exª o retirou.

Citarei um caso que eu não podia citar, mas vou citar: lá pelas tantas, V. Exª me procura e diz: "Olha, Pedro, preciso de um favor teu. Tenho meu sobrinho, que é filho do meu irmão que pagou a minha formatura, me ajudou a trabalhar, é mais velho do que eu e preciso arrumar um trabalho para ele. Eu gostaria que você o colocasse no teu gabinete". Eu te respondi: "Tá brincando? Coloca tu no teu, aqui. Você está no Governo e vai pedir para eu colocar no meu gabinete? Coloca no teu. Em segundo lugar, não tenho gabinete, só tenho o meu gabinete". Porque eu, Líder do teu Governo, não constituí gabinete de Líder, fiquei com a minha gente, com o meu número, nenhum a mais. E não nomeei e V. Exª também não nomeou, e ele morreu sem ser nomeado coisa nenhuma.

Isso é um exemplo, quer dizer, um Presidente da República não nomear um sobrinho seu, que está ali com ele, não nomear no seu Governo, não conseguir, com as milhares de relações que tinha, alguma coisa nesse sentido. Esse era o seu estilo. Um estilo estranho, lá pelas tantas V. Exª comprou, de verdade, uma enorme cafeteira desse tamanho, comprava o café e nos chamava, tomávamos, e dizia: "Não, eu não vou

sair daqui com o café frio, eu vou sair daqui com meu café quente".

Eram coisas realmente que emocionavam em V. Exª. V. Exª contando dinheiro, preocupado – até a imprensa o ridicularizou –, na hora de fazer as contas da sua mãe, que estava muito doente, e chamou o Ministro da Saúde e disse: "Olha como está aqui. Eu que pago as contas da doença da minha mãe, olha como aumentou aqui e ali, como essas pessoas podem viver?" As pessoas não conseguem entender por que V. Exª não morava no Palácio, ficou um tempão sem morar no Palácio, e morava quase numa edícola, morava numa república com alguns mineiros, e dividam as contas e, dividindo as contas, lá pelas tantas V. Exª chamou o seu Ministro e disse: "Olha, quem está pagando o gás lá em casa sou eu, e o preço não dá para aumentar".

Quer dizer, essas questões de manter a dignidade, a seriedade, de se impor são muito importantes em V. Exª. V. Exª aceitou o Plano Real. Foi o Plano mais bonito que se teve neste País, porque ele foi democrático, ele não foi de cima para baixo, ele foi feito aqui – eu era Líder do Governo. Não cantamos um Deputado, nenhum Senador. Todo mundo... Houve mais de 60 emendas do Congresso Nacional, quer dizer, não foi um Plano impossível de emendar, não. Todo mundo emendou. Mas o Ministro da Fazenda, o Fernando Henrique, e outros membros do Governo vieram quinhentas vezes aqui, debater, uma por uma, e o Plano saiu. Saiu qualquer coisa de espetacular, primeiro a URV, depois da URV veio o Plano Real. E foi uma das fases indiscutivelmente mais significativas e mais importantes da história deste País. Não teve o impacto espetacular do Plano Cruzado, que congelou tudo e no dia seguinte cada um ganhava 20% a mais, deu um aumento de salário mínimo de 20%, mas teve o plano da serenidade, da tranqüilidade que se levou através do tempo.

V. Exª foi Embaixador em Lisboa, foi Embaixador em Washington, voltou a Governador de Minas Gerais, apoiou o Lula, uma atitude importante e significativa. V. Exª é de uma terra conservadora, diziam que até mesmo reacionária, e apoiou um homem de esquerda, quer dizer...

Mas V. Exª, em tudo isso, mantém o seu estilo, o seu caráter, a sua dignidade. Assisti com muita emoção a manifestação do Senador Antonio Carlos. O Senador Antonio Carlos tem realmente esse mérito importante de dizer as coisas que sente, na hora precisa. Mas S. Exª diz exatamente que fez isso porque, na hora difícil por que passou, V. Exª foi uma das pouquíssimas pessoas que esteve ao lado dele. Isso é V. Exª. Na hora difícil, várias pessoas tiveram V. Exª ao lado. Por isso creio que esta Casa fará justiça imensa, e V. Exª será um grande Embaixador. Não tenho a paixão pela Itália, como tenho tido por Cuba, mas não há dúvida alguma de que haverá de ser um Embaixador competente, sério, responsável. V. Exª sabe, como nós, que sua missão na Itália será bem mais difícil do que em Portugal, onde há um relacionamento mais de pai para filho. Será bem mais difícil do que na OEA, onde não se pode fazer muito. Na Itália, neste momento, V. Exª, como ex-Presidente da República, tem uma missão importante, significativa, e tenho a convicção de que V. Exª se revelará um grande diplomata e nos honrará muito nessa nova missão.

Meus cumprimentos, Presidente. V. Exª inclusive mandou o Papa para Bagdá. Ainda bem que o Senador Antonio Carlos levantou que não precisa ser obrigatoriamente para Bagdá, pode ser em Roma. Foi uma moção muito importante. Tanto esta com a anterior são duas moções importantíssimas, e até é importante que se vote em uma reunião como esta, porque a hora é importante e isso é significativo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Pedro Simon, Certamente, o testemunho de V. Exª, tanto por ocasião da leitura de seu parecer quanto agora, estão contribuindo para o resultado desta reunião.

Pergunto se todos os Senadores já votaram. (Pausa.)

Solicito aos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Pedro Simon e Eduardo Azeredo que façam, respectivamente, a apuração dos votos. Peço-lhes que tragam as três urnas para a mesa e façam a contagem.

Vamos aguardar um pouco.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos anunciar o resultado. Para a indicada, Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, houve 17 votos favoráveis. Portanto, todos votaram favoravelmente. Para os indicados a Embaixador – na Itália, Itamar Franco e, em Cuba, Tilden Santiago –, houve 16 votos a favor e um contrário. Total: 17 votos.

Os três indicados foram aprovados quase por consenso. (Pausa.) Meus cumprimentos.

Na próxima quinta-feira, às 10h, para falar sobre o conflito dos Estados Unidos e Reino Unido com o Iraque, receberemos a Embaixadora Donna Hrinak, dos Estados Unidos, e o Embaixador Roger Bone, do Reino Unido.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 21h23min.)

Ata da Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no 18 de março do 2003, às 17 horas e 30 minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **LUCIA VÂNIA, MARCELO CRIVELLA, JOÃO ALBERTO SOUZA, LUIZ OTÁVIO, HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, JOÃO CAPIBERIBE, EDUARDO AZEREDO, JOÃO RIBEIRO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, GILBERTO MESTRINHO, AELTON FREITAS, PEDRO SIMON, HELOÍSA HELENA e TIÃO VIANA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. O Senhor Presidente informa sobre as exposições da Embaixadora dos Estados Unidos da América **DONNA JEAN HNIRAK** e do Embaixador do Iraque **JARALLAH ALOBAIDY** previstas para as próximas semanas onde expressarão suas opiniões sobre o conflito bélico. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **GILBERTO MESTRINHO, HÉLIO COSTA, MARCELO CRIVELLA**; inicia-se a apreciação dos itens da pauta. O Senhor Presidente requer a inversão de pauta. **Item 02 – extra-pauta** – Projeto de Decreto Legislativo N°09 de 2003 que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schoeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002." O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **JOÃO CAPIBERIBE**, relator da matéria, que faz a leitura do relatório com Parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, o Parecer é aprovado. Passa-se, então, para apreciação do item seguinte. **Item 01** – Mensagem N° 299, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia." O Relator, Senador **JOÃO CAPIBERIBE**, faz a leitura do relatório. Na sequência o Senhor **ANTÔNIO LISBOA MENA GONÇALVES** faz sua exposição de motivos. Passa-se, então, para a apreciação do item seguinte. **Item 02** – Mensagem N° 301, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **KYWAL DE OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste." O Relator, Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA**, faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Embaixador **KYWAL DE OLIVEIRA** para fazer sua exposição de motivos. Procede-se a apreciação do próximo item. **Item 03 – ADIADO.** Segue, então, a apreciação do **Item 01** da **extra-pauta** – Mensagem N° 182, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue." A Relatora, Senhora Senadora **HELOÍSA HELENA**, faz a leitura do relatório. Logo após o Senhor Embaixador **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES** faz sua exposição de motivos. O Senhor Presidente determina que a sessão se torne secreta para proceder às sabatinas dos Embaixadores **ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES, KYWAL DE OLIVEIRA e GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**. Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 20 horas e 50 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

Inicialmente informo aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que, na semana passada, recebi a visita da Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, que, diante da eminência do conflito no Iraque, expressou que avaliava importante, até por eventual sentimento norte-americano que poderia estar ocorrendo, expor, se possível aos membros da Comissão das Relações Exteriores do Senado, o ponto de vista do governo norte americano. Expressei a S. Exª que seria bem-vinda, mas que considerava também justo e eqüitativo que ouvíssemos o Embaixador do Iraque no que S. Exª concordou. Então, visitei o Embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy, na mesma noite de quarta-feira, quando a Embaixadora me visitou, e S. Exª disse-me que também aceitava o convite para expressar a sua opinião, inclusive que S. Exª gostaria de se expressar também aos Senadores e Deputados. S. Exª apenas ressalvou que, como os Estados Unidos estavam efetuando um ato de ataque ao Iraque, não ficaria bem, inclusive do ponto de vista do povo Iraquiano, que ele estivesse presente no mesmo horário e na mesma sala que a embaixadora americana. Então, a Embaixadora americana falaria em primeiro lugar, e logo após o embaixador do Iraque. Para tanto, pediu-me a Embaixadora que a reunião fosse reservada aos Parlamentares, com o que concordei. Assim, procurei uma data que fosse de comum acordo. Mas isso não foi possível. Portanto, o que foi possível, e já está confirmado, é o seguinte: na próxima quinta-feira, às 10 horas, ouviremos o Embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy, expondo as razões de seu governo sobre o conflito com os Estados Unidos e eventualmente com outros países. E no dia 03 de abril viria a embaixadora americana. Ambos expressaram que prefeririam que o diálogo fosse apenas com os Parlamentares.

Informei a Srª Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Zulaiê Cobra, tendo em vista o interesse manifestado pelos Deputados, convidando-os. Portanto, será uma reunião conjunta, dado o enorme interesse do Congresso Nacional saber o ponto de vista de ambos os governos.

Nesta oportunidade, convido as Srªs e os Srs. Senadores para participarem dessa reunião, que será na próxima quinta-feira, às 10 horas.

Na agenda da próxima semana, teremos também a oitiva de três indicados para ocuparem o cargo de Embaixador.

Quero ressaltar que estava previsto para hoje, também, o Embaixador Sérgio Amaral, indicado para a França. Em virtude de uma cirurgia a que se submeteu, S. Sª está no Hospital Sírio Libanês. Ontem, conversei com sua senhora que me disse que S. Sª estava ainda na UTI, recuperando-se, e que não poderia, hoje, estar presente. Em nome da Comissão de Relações Exteriores expressei nosso desejo de melhoria de sua saúde e farei uma visita, na próxima sexta-feira. Já há notícias de que S. Sª está um pouco melhor. Esperamos que possa, o quanto antes – e só então designaremos a data -, comparecer à reunião desta Comissão.

Na próxima semana, vamos fazer a reunião regular às quintas-feiras, 10 horas. Ouviremos a designada, Srª Gilda Maria Ramos Guimarães, para Trinidad e Tobago; o Sr. Antonio Augusto Dayrell de Lima para a Unesco e o Sr. Stélio Marcos Amarante, indicado para a República da Irlanda.

Já recebemos a indicação feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para a Embaixada de Cuba, do ex-Deputado Thilden Santiago; para a Embaixada da Itália, o ex-Governador, ex-Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco. Iremos dialogar com S. Sªs tendo em vista, inclusive, o momento em que ficará pronto o parecer dos indicados e a data propícia para que ambos possam aqui comparecer. Falo, provavelmente, da primeira ou segunda semana de abril. Estamos fazendo um esforço bastante grande para ouvir ao menos três Embaixadores em cada semana.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Se hoje é dia 18...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não precisamos de um relatório do Senador designado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não é o Senador Pedro Simon?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Fiz, hoje, a indicação do Senador Pedro Simon para dar seu parecer sobre o Sr. Itamar Franco. O Senador Pedro Simon conhece bastante a história de vida de S. Sª. Acredito que, em 10 dias, terá prazo suficiente para dar um parecer sobre o ex-Presidente. Eu mesmo estava tentando conversar com S. Exª para marcar uma data, para marcarmos de comum acordo. Poderíamos, eventualmente, se estiverem todos de acordo, marcar para quinta-feira, às 10 horas, os três designados que já estão agendados. Eventualmente, se todos estiverem de acordo – até porque seria uma maneira de apressar porque temos 15 ou 20 Embaixadores para serem ouvidos -, em trabalhar duas vezes por semana, faríamos o ex-Presidente Itamar Franco na terça-feira, neste mesmo horário. V. Exªs consideram que seria adequado? Pergunto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seguindo a sugestão, na próxima semana teria que ser na terça-feira neste mesmo horário.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Terça?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seguindo a sua sugestão. Ou dia 1° de abril. Dia 1° de abril, no final da tarde, poderíamos até ouvir os Srs. Itamar Franco e Tilden Santiago.

Lembro que, no dia 3 de abril, haverá a oitiva da Embaixadora dos Estados Unidos. Portanto, nesta semana do dia três, na terça, às dezoito horas e trinta minutos, ouviríamos os Srs. Tilden Santiago e Itamar Franco. Seriam dois, porque o diálogo com o ex-Presidente Itamar Franco talvez seja mais longo. Podemos, então, estabelecer o dia 1° de abril, atendendo a essa sugestão. Já ficam marcados Itamar Franco e Tilden Santiago.

Hoje, vamos argüir o Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomacia do Itamaraty, para ser Embaixador junto à República da Bolívia. Temos também o Sr. Kywal de Oliveira, Ministro de 2ª Classe do quadro diplomático, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Timor Leste. E também o Sr. George Ney de Souza Fernandes para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, ou Harare.

Informo que há ainda uma pauta extra relativa ao Projeto de Decreto Legislativo de 2003, que aprova o texto do acordo sobre a cooperação financeira para a execução de projetos para a preservação das florestas tropicais, celebrados entre o Governo do Brasil e da Alemanha.

Indiquei o Senador João Capiberibe como Relator dessa mensagem. Se estiverem de acordo, poderemos proceder à parte expositiva de cada um dos Srs. Embaixadores. Primeiramente, cada um disporia de dez minutos, para, em seguida, passarmos à parte reservada da reunião, com as perguntas e diálogo com os Srs. Senadores. (Pausa.)

Havendo acordo, como se trata de reunião aberta, convido os Embaixadores Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Kywal de Oliveira e George Ney de Souza Fernandes para adentrarem o recinto e ocuparem um lugar à mesa. Convido também o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, para estar comigo dirigindo os trabalhos da Comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – RJ) – Sr. Presidente, entendi que, após ouvirmos os embaixadores, teremos uma reunião deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Reservada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – RJ) – Não, após a reunião reservada, teremos uma reunião deliberativa da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Poderíamos ter de pronto. Depende se o Senador João Capiberibe já está em condições de ler o parecer, o que seria breve. Liquidaríamos isso de pronto.

Então, se estiverem de acordo, faremos a inversão de pauta para, rapidamente, tratar do PDC nº2.228/2002, na origem.

Os Srs. queiram fazer a gentileza de ocuparem os seus lugares. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, o acordo de cooperação financeira entre a Alemanha e o Brasil tem como objetivo a preservação das florestas tropicais. Surgiu na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1992, com a contribuição dos países ricos num grande programa chamado Programa de Proteção das Florestas Tropicais. E é um programa com resultados muito positivos na Amazônia. O programa se divide em várias ações, entre elas, a de fortalecimento institucional e projetos experimentais. Esses projetos experimentais têm como objetivo desenvolver as cadeias produtivas de algumas espécies vegetais da

Amazônia. Vários desses projetos financiados com recursos do programa-piloto têm melhorado as condições de vida de ribeirinhos e de habitantes da Amazônia espalhados ao longo dos rios e estradas.

Pretende-se estender esse projeto à Mata Atlântica mais com a intenção de promover a sua recuperação, pois sabemos que essa floresta foi drasticamente reduzida – hoje restam apenas 3% de sua cobertura florestal primária.

O volume de recurso em questão atinge algo em torno de 66 milhões de euros e é a fundo perdido. Na verdade, entre os países que cooperaram com o programa-piloto e que assinaram os diversos tratados e convenções da conferência das Nações Unidas de 1992, a Alemanha tem se destacado como a grande contribuinte, dando mostras de compreender que as questões ambientais dizem respeito a todos nós que habitamos o planeta Terra. Portanto, parece-nos importante frisar aqui a visita do chanceler alemão, ocasião em que ratificou e deu continuidade ao programa-piloto, destacando ainda mais a Alemanha como contribuinte para a preservação do meio ambiente global.

Hoje assistimos a mudanças climáticas importantes. Nós mesmos, no Brasil, começamos a sentir essas mudanças, variações climáticas que antes não existiam e que hoje ocorrem em função, principalmente, das queimadas – o Brasil é o grande campeão das queimadas em florestas. Muitos desses projetos mostraram que é possível a utilização dos recursos da natureza com racionalidade, sem abrir mão de sua utilização econômica.

Há alguns experimentos que demonstraram com clareza que um hectare de floresta utilizado economicamente, de forma diversificada e com adensamento das cadeias produtivas, rende muito mais, não só uma ou duas, mas pelo menos de cinco a seis vezes mais do que qualquer outra conversão de atividade agrícola, seja soja, seja o pasto. São experiências novas que surgiram a partir dessa cooperação no programa-piloto de proteção das florestas tropicais.

Portanto, eu sugiro a aprovação desse acordo com a Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer favorável do Relator João Capiberibe queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nós passamos agora à apreciação da escolha do Sr. Antonino Lisboa Menan Gonçalves, indicado para ser Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador João Capiberibe.

Pediria a V. Exª que possa fazer a leitura do seu parecer.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador, é uma satisfação muito grande poder relatar a indicação de V. Exª como nosso Embaixador na Bolívia.

A propósito, tenho uma passagem de minha vida ligada à Bolívia, e, por incrível que pareça, também ao Zimbabué. Também exerci minha atividade profissional de zootecnista em fazendas de Moçambique. Logo depois da independência, três anos depois, eu morei em Moçambique e trabalhei em lugar muito próximo da fronteira – ainda no período de conflitos, quando o Zimbabué ainda não era Zimbabué, era Rodésia. Tive oportunidade de conviver com as imensas dificuldades na dos povos africanos e também da Bolívia. Escapei pelo rio Amazonas, atingi o Guajará-Mirim, depois atravessei o rio Beni e cheguei em Cochabamba, no dia 20 de agosto de 1971, no golpe que derrubou o General Torres. Eu estava dentro da universidade quando fomos cercados por tropas do Exército e, por um milagre, escapamos com vida.

Por isso é uma grande satisfação, em primeiro lugar, constatar que estamos vivos e, em segundo, representar o povo do meu Estado e também relatar a indicação do Sr. Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves, filho de Zózimo da Costa Mena Gonçalves Marques e Ozilda Lisboa Mena Gonçalves, nasceu a 03 de fevereiro de 1947, em Niterói, Rio de Janeiro. É licenciado em Língua Inglesa na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Uni-

versidade Federal Fluminense, e é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970. Foi promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em 1973; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1979; a Conselheiro, também por merecimento, em 1983; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, também por merecimento, em 2000.

No Ministério das Relações Exteriores, exerceu funções de relevância, como Diretor-Geral do Departamento das Américas, em 1999; e Chefe, substituto, do Departamento de Promoção Comercial, entre 1980 e 1984. Foi, ainda, Assessor Especial do Subsecretário-Geral de Planejamento Político e Econômico, em 1993.

Entre as funções desempenhadas no Exterior, destacam-se as de Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Washington, entre 1994 e 1999; a de Conselheiro-Encarregado de Negócios em Caracas, entre 1988 e 1990; e de Conselheiro em Washington, entre 1985 e 1988.

No cumprimento das missões para as quais foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, tendo participado de delegações brasileiras em grande número de reuniões internacionais. Tem experiência em processos de integração, atuando em reuniões como as Cúpulas Ibero-Americana e os Encontros do Conselho de Cooperação Amazônica, que, aliás, é uma questão muito relevante para todos nós, porque a Amazônia é um vasto universo de culturas e de línguas, e nós, brasileiros, devemos voltar a destacar aqui o Tratado de Cooperação Amazônica, inclusive ampliando isso para os franceses, que também têm um espaço amazônico na região Guiana.

Participou de inúmeras negociações bilaterais e multilaterais, contribuindo para que se ampliassem as relações entre o Brasil e países das Américas e de outros continentes.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, foi destacado para ficar à disposição do Presidente dos Estados Unidos.

O diplomata em apreço foi agraciado com as seguintes condecorações:

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil;

Ordem do Mérito Militar, Brasil;

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil;

Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Brasil;

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil;

Ordem "Sol Del Peru", Gran Oficial, Peru;

Ordem Nacional do Mérito, do Gran Oficial, Paraguai;

Ordem Nacional do Mérito, Grã-Cruz, Equador;

Ordem Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile;

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Consta do processo, além do **curriculum vitae**, que acabamos de relatar, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, que avalia as relações bilaterais entre o Brasil e a Bolívia, analisando a cooperação entre os dois países. Em seguida, encontra-se documento contendo informações gerais sobre a República da Bolívia, também encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o relatório do Itamarati, o relacionamento entre o Brasil e a Bolívia apresenta atualmente sinais muito positivos. "O projeto do gasoduto e a crescente indução de projeto de densificação econômica, nos dois lados da fronteira, tendem a cristalizar uma firme organização de interesse entre os dois países, a qual se tornará imune à injunção de ordem internacional", afirma o documento.

Na visita de Estado à Bolívia do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, ficou registrado na Declaração Presidencial de Tarija o firme propósito de ambos os países seguirem avançando com projetos conjuntos de elevado significado econômico e social, como são a construção de termoelétrica nos dois países e a implantação de um pólo de petroquímica na região de fronteira, alimentadas pelo gás boliviano. Nesse sentido, a Bolívia tem manifestado interesse em aumentar suas exportações para o Brasil, com ênfase exatamente nas áreas de petroquímica e de produção de energia termelétrica.

Chama-se atenção ao preço do gás boliviano vendido ao Brasil. A Bolívia insiste em vender o produto vinculado a uma cesta de derivados de petróleo no mercado internacional, o que tornaria a energia elétrica produzida com gás boliviano pouco competitiva em relação à hidroelétrica.

A Petrobras, por sua vez, tenta modificar a regra para que seja estabelecido mecanismo que incorpore pisos e tetos, os quais limitariam a volatilidade de preço do gás no mercado brasileiro. O relatório informa: "Mesmo se considerando apenas os efeitos diretos das exportações de gás natural boliviano para o Bra-

sil, é notável a mudança quantitativa e qualitativa no comércio entre os dois países. As importações brasileiras que, de 1996 a 1998, tinham média inferior a US$30 milhões alcançaram, de janeiro a agosto de 2002, a cifra de US$250 milhões, equivalente ao total importado pelo Brasil da Bolívia ao longo de 2001".

Em que pese o fato de que as exportações brasileiras para a Bolívia ainda não tenham recuperado todo o seu potencial – o que pode vir a ocorrer caso a demanda interna no país vizinho volte a se aquecer –, cabe ressaltar o caráter político do relacionamento comercial entre os dois países. De fato, o papel do Brasil como principal mercado daquele país nos coloca em situação de grande responsabilidade, mas também de grande poder de influência.

Ademais, o relatório faz referência ao incômodo que o atrelamento do destino econômico boliviano ao Brasil causa às elites daquele país, mais vinculadas aos Estados Unidos. Acrescenta, não obstante, que a ligação com o Brasil é uma realidade que as elites bolivianas serão obrigadas a aceitar.

O documento considera também as possibilidades de integração entre Brasil e Bolívia, relacionadas a um corredor inter-oceânico que liga o Pacífico ao Atlântico. Tal processo beneficiaria ainda Equador, Peru e Chile, o que torna o projeto muito relevante.

Antes da conclusão do presente relatório, caberia ressaltar a necessidade de especial atenção que deve ser dada às relações Brasil-Bolívia, especialmente no que concerne às questões fronteiriças. Afinal, a extensão de aproximadamente 2.423 km faz dessa a nossa maior fronteira, englobando quatro Estados da Federação Brasileira – Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – e dois importantes ecossistemas: o da Amazônia e o do Pantanal.

No que diz respeito às populações que vivem na fronteira entre Brasil e Bolívia, convém lembrar que, em muitas áreas, a referida fronteira é quase indistinta do ponto de vista cultural. De fato, o relacionamento entre moradores brasileiros e bolivianos transcende a nacionalidade e engloba laços de parentesco e uma cultura compartilhada que estimula a intensa circulação transfronteiriça, tanto de pessoas quanto de mercadorias.

Ademais, a Bolívia compartilha conosco dois importantes ecossistemas, a Amazônia e o Pantanal, com as incomensuráveis possibilidades de cooperação para o turismo e a exploração sustentável e com necessidades comuns de preservação, para as quais não podemos ficar alheios.

Outro aspecto relevante dessa fronteira refere-se às questões de segurança pública. É sabido que, em diversos pontos da região limítrofe entre os dois países, há quadrilhas de roubo de caminhões e de cargas, bem como rotas internacionais de tráfico de drogas e de armas que passam pela fronteira Brasil-Bolívia. Citem-se, ainda, as notícias divulgadas com freqüência pela imprensa e autoridades do Poder Público sobre esquema de lavagem de dinheiro realizada entre municípios brasileiros e bolivianos.

Sem embargo, deve-se estar atento também para as possibilidades de cooperação econômica entre os dois países. Além da importância do gasoduto, convém mencionar que muito ainda há de ser desenvolvido em termos de parcerias comerciais entre a Bolívia e o Brasil, com destaque para o papel dos Estados brasileiros limítrofes. Vale lembrar: é pela Bolívia que passarão importantes corredores que ligarão o Brasil a países como o Chile, Peru e Equador, o que permitirá a integração entre o Atlântico e o Pacífico e o acesso brasileiro aos mercados da Ásia e Oceania.

Destarte, a Bolívia não pode ser vista apenas como mais um dos vizinhos do Brasil. O Governo brasileiro deve manter-se atento para a importante cooperação transfronteiriça a ser desenvolvida em parceria com os Estados brasileiros limítrofes com aquele país. As relações Brasil/Bolívia merecem a máxima atenção do nosso Governo. Atenção essa que deve passar necessariamente pelas peculiaridades da nossa fronteira. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Passamos a palavra agora ao Sr. Antônio Lisboa Mena Gonçalves.

O SR. ANTÔNIO LISBOA MENA GONÇALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. Gostaria, antes de qualquer coisa, de agradecer o relatório tão abrangente, tão completo feito pelo Senador João Capiberibe, que tocou em alguns pontos que, certamente, poderíamos, na segunda parte desse encontro, debater em profundidade. Outros serão objeto já da minha apresentação. Fico muito feliz de ver que o Senador levantou esses pontos sobre os quais eu mesmo havia pensado em falar nessa apresentação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo inicialmente manifestar a V. Exªs que é, para mim, motivo de muita honra poder estar aqui, ser convoca-

do para esta reunião, poder ser submetido a exame desta Comissão, em que se encontram representantes tão ilustres dos Estados brasileiros. É altamente gratificante também ter sido o meu nome submetido, pela Presidência da República, à aprovação do Senado para o cargo de Embaixador na Bolívia. Estejam V. Exªs seguros de que, caso meu nome mereça a aprovação desta Comissão e do Plenário deste Senado, farei meu melhor esforço para corresponder à confiança do Governo brasileiro.

A chefia de uma embaixada em nosso Continente tem, para mim, um significado muito especial, já que exerço atualmente o cargo de Diretor-Geral do Departamento do Itamaraty, e foi neste Continente, nas Américas, onde exerci, no exterior, a quase totalidade de minhas missões.

A Bolívia é um país importante para a história deste Continente. A cultura, a história, a civilização da Bolívia são milenares. São anteriores à própria formação do império inca. Os povos do altiplano boliviano, onde se concentra mais de 70% da população do país vizinho, demonstraram a sua capacidade de domar e explorar uma área inóspita do planeta e foram capazes de resistir e sofrer a dominação inicialmente do império inca e, em seguida, da metrópole espanhola. O que é hoje a Bolívia foi uma das mais ricas colônias da Espanha, sobretudo, em função das minas de prata de Potossi, que, durante um largo período de tempo, constituíram a principal fonte de riqueza da coroa espanhola. Infelizmente, essa riqueza, ou seja, quase nada dessa riqueza beneficiou a grande maioria da população autóctone camponesa da Bolívia, que foi relegada, ao longo de vários séculos, a uma condição marginal e a uma situação que somente muito recentemente começa a mostrar alguns sintomas de reversão, que me permitirei comentar mais adiante.

A Bolívia também é um país importante para o Brasil. Partilhamos com ela, como bem assinalou o Senador, a nossa mais extensa fronteira, mais de três mil quilômetros. Como assinalou a Senadora, também é o país vizinho que tem mais Estados brasileiros nos seus limites – Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul —, os quais, merecendo a aprovação do meu nome pelo Senado, pretendo visitar, para buscar estreitar a interação inter-regional, a que também se referia o Senador com muita felicidade, entre os Estados-limite brasileiros e a Bolívia como um todo. São relações caracterizadas pela boa vizinha e cooperação e que deveriam, na minha opinião, pautar-se cada vez mais pelo princípio de que a fronteira é mais uma linha de integração do que de separação nos momentos que atravessamos na história deste continente.

Da mesma maneira em que a relação do Brasil com o Paraguai pode ser dividida entre antes e depois da usina de Itaipu, nossa relação com a Bolívia pode ser dividida entre antes e depois do gasoduto Brasil–Bolívia. Durante quase todo o século XX, a relação do Brasil com a Bolívia caracterizou-se por muita fluidez e harmonia no plano político, mas viu-se frustrada na busca de um intercâmbio comercial mais consentâneo na relação de amizade que nos une àquele país. A economia mineira da Bolívia, essencialmente voltada para o Pacífico, não era complementar com a economia brasileira. A identificação de jazidas de petróleo, no início do século XX, abriu a perspectiva de cooperação bilateral na área dos hidrocarbonetos. Os acordos para construção da ferrovia Corumbá–Santa Cruz de la Sierra – na qual, aliás, meu pai trabalhou como um jovem engenheiro – já vinculavam o empreendimento da estrada à pesquisa e à exploração conjunta dos campos de petróleo, mas a Revolução de 1952, na Bolívia, de forte cunho nacionalista, deixou um pouco em suspenso essas expectativas, até que os Acordos de Roboré, mais tarde, já começaram a falar, explicitamente, na hipótese da construção de um gasoduto.

As negociações a respeito desse empreendimento tardaram quase quarenta anos e foram marcadas por alguns acordos – entre os ex-Presidentes Geisel e Banzer, em 1974, e, posteriormente, entre os ex-Presidentes Itamar Franco e Paz Zamora, em 1993 –, mas, somente em 1996, foi possível assinar o contrato pelo qual a Petrobrás financiou e viabilizou o projeto do gasoduto em território boliviano, e o gasoduto foi construído.

Os resultados desse empreendimento foram brilhantes em termos de equilíbrio do comércio bilateral, como o Senador bem assinalou. Entre os anos 2000 e 2002, as exportações bolivianas de gás para o Brasil subiram de US$110 milhões para aproximadamente U$340 milhões, dados ainda preliminares. Para se ter idéia da grandeza, os aproximadamente US$340 milhões de exportações de gás para o Brasil representam não menos do que 83% do total das exportações da Bolívia para o Brasil. Nossas compras de gás transformaram o Brasil no principal importador da Bolívia e estão contribuindo para uma tendência

de equilíbrio, finalmente, dessa balança comercial, que, tradicionalmente, apresentava déficits muito vultosos para o lado boliviano. A situação de déficit ainda persiste para o lado boliviano, mas se reduziu de quase US$700 milhões, em 1997, para aproximadamente – também são números preliminares – 25 milhões em 2002.

Vivemos uma conjuntura de alguma dificuldade na negociação com a Bolívia em termos de gás – o Senador também se referiu a isso. Não há uma perspectiva de que se possa cumprir, em curto prazo, a meta esperada de 30 milhões de m^3 de exportação de gás por dia, por falta de mercado consumidor que absorva esses montantes no Brasil. A energia elétrica produzida com base em gás ainda não é competitiva com a energia elétrica, pelo menos na matriz brasileira. De modo que o gás importado da Bolívia, durante muitos anos ainda, provavelmente, terá de ser consumido para outros propósitos que não necessariamente e apenas o da energia elétrica.

Para que essas utilizações se expandam, serão necessários preços mais vantajosos, como já dizia o ilustre Senador. Os preços são baseados em regras internacionais vinculadas ao mercado, oscilam, e um dos pontos de negociação da Petrobras é que se busque pelo menos uma banda de preços que torne um pouco mais previsível o preço dessa **commodity**.

Nessa conjuntura boliviana, o problema é que a busca dessas condições mais vantajosas para a compra do gás terá de levar em conta a crise severa, política e econômica, enfrentada pelo nosso vizinho. A Bolívia conseguiu, a partir de 1986, um extraordinário processo de saneamento da sua economia, conseguindo debelar uma inflação que chegou a 24 mil por cento. Ela reduziu drasticamente o déficit público e chegou a um belo processo de reorganização do Estado boliviano, criando condições para a retomada do crescimento.

O chamado Plano Dignidade, implantado durante o segundo mandato do Presidente Hugo Banzer, o qual infelizmente não pôde concluir, conseguiu erradicar 40 mil hectares de plantação de coca na região do Chapari e fez um extraordinário bem para a imagem externa da Bolívia, durante muito tempo associada à droga. A Bolívia era vista como um país, de alguma maneira, sustentado pela droga. Mas há sempre o lado negativo, e o lado negativo foi que a erradicação da coca subtraiu rendas estimadas em até US$800 milhões da economia informal boliviana. Isso num país cujo PIB está na faixa de US$8 bilhões, ou seja, realmente foi uma perda extraordinária.

Os efeitos do Plano Dignidade, tão bons em termos de erradicação de drogas, acabaram surtindo efeitos deletérios na economia boliviana. O plano acarretou uma crise profunda, insatisfação social aguda, sobretudo nas comunidades indígenas, as mais afetadas pelo programa de erradicação.

As tentativas do Governo Sanchez de Lozada de uma nova reforma da economia infelizmente têm sido infrutíferas e geraram recentemente protestos de extrema violência, que custaram a vida de dezenas de pessoas – os Srs. Senadores acompanharam isso recentemente pela imprensa. Para que se possa compreender a gravidade da crise e o nível de sensibilidade da população, basta assinalar que o estopim imediato da revolta popular foi o anúncio de um projeto de lei que pretendia cobrar imposto de renda na fonte, instituição não existente na Bolívia, no nível relativamente modesto de 12%.

Esse processo de insatisfação da população, que na realidade precede até um pouco essa questão da coca, teve, pelo menos, um lado favorável e positivo: o expressivo aumento da participação dos indígenas na vida política do país, depois de tantos anos de marginalidade, a que eu me referi no início desta apresentação.

Eles conquistaram uma ampla representação no Congresso da Bolívia e têm adotado atitudes bastante radicais, ou seja, os representantes das nações indígenas no Congresso chegam a questionar a própria existência do Estado Boliviano. Defendem a reversão às nações originárias e rejeitam tudo o que se possa confundir com herança da colonização espanhola; e, obviamente, fazem pressões muito fortes para a retomada dos cultivos de coca.

É de se esperar que a convivência no Parlamento possa amainar a resistência dos representantes indígenas e amainar essas posições. Neste aspecto, gostaria, inclusive, de mencionar que é muito saudável o aumento da interação entre o Congresso Brasileiro e o Congresso Boliviano, já que o Congresso Brasileiro tem sido, tradicionalmente, um exemplo de convivência entre opiniões diversas.

O Brasil tem todo o interesse na estabilidade e na prosperidade da Bolívia. Queremos com aquele país uma parceria crescente na área do gás, o que deve gerar riquezas para ambos os países. Esse, aliás, é um dos pontos principais da declaração de Ta-

rija, a que se referiu o meu ilustre relator, ou seja, a riqueza deve ser compartilhada. Iniciativas como o pólo petroquímico, a que também se referiu o Sr. Senador, estão em curso; a questão das termoelétricas não está tão avançada, mas está em cogitação.

É importante acrescentar que a parceria Brasil-Bolívia não se restringe e não deve se restringir apenas à questão do gás. Há uma forte presença de empresas prestadoras de serviço, de empreiteiras brasileiras na Bolívia, e há, sobretudo na área de fronteira, onde essa integração a que se referiu o Sr. Senador é muito intensa, uma presença forte de agricultores brasileiros que têm contribuído para a modernização da agricultura boliviana, sobretudo no campo da soja. É importante lembrar que a soja, na pauta geral das exportações bolivianas, é mais importante ainda do que o gás.

Enfim, na minha opinião, a par da legítima defesa de melhores condições para o desenvolvimento dos nossos empreendimentos comuns, é preciso buscar fórmulas que ajudem a Bolívia a sair da crise. É preciso pensar que o risco de empobrecimento do nosso vizinho pode acarretar ameaças à democracia, pode acarretar pressões crescentes em prol do afrouxamento dos controles sobre os cultivos ilícitos naquele país.

O Barão do Rio Branco, o nosso patrono da diplomacia brasileira, patrono do Itamaraty, ensinou-nos que a defesa dos interesses do Brasil pode ser exercida com elevado grau de generosidade. Deve buscar compatibilizar-se com o interesse dos nossos vizinhos. O atual Governo Brasileiro tem projetado uma imagem altamente positiva na nossa região e gerado expectativas de que os objetivos de promoção do desenvolvimento com benefícios de distribuídos de maneira equânime possam ter reflexos também além das nossas fronteiras, possam ter reflexos para as nossas parcerias com nossos vizinhos.

Eram essencialmente esses, Sr. Presidente, os comentários iniciais que gostaria de fazer. Aguardo, obviamente, as perguntas que me possam ser feitas, os comentários, as críticas e, sobretudo, a orientação que esta Comissão haja por bem me dar para a missão que me aguarda na Bolívia, caso, repito, eu mereça aprovação desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Antonino Gonçalves.

Passaremos agora à apreciação do Item 2, para depois fazermos a argüição, em reunião reservada, do Sr. Kywal de Oliveira. Antes, porém, informo a presença dos ex-Senadores Carlos Alberto de Carli e Jonas Pinheiro, que honram esta Comissão com a visita.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, relator da mensagem sobre o Sr. Kywal de Oliveira, que está indicado para exercer cargo na República Democrática do Timor Leste.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, temos a grata satisfação de passar a ler, na qualidade de relator, a Mensagem nº 301, de 2002, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Kywal de Oliveira, atualmente Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil numa missão extraordinariamente difícil junto à República Democrática do Timor Leste.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente deseja fazer do Sr. Kywal de Oliveira. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha de Chefes de Missão Diplomática de Caráter Permanente.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado. Segundo o referido documento, o Sr. Embaixador é filho de Kywal de Oliveira e Leni Ramos de Oliveira. Nasceu em 19 de maio de 1946, no Rio de Janeiro. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco e foi nomeado Terceiro Secretário, em 1973. Foi promovido a Segundo Secretário por merecimento, em 1976; a Primeiro Secretário, em 1980; a Conselheiro, também por merecimento, em 1984 e Ministro de Segunda Classe, em 1993.

No Ministério das Relações Exteriores, exerceu funções de relevância como Coordenador Geral da Coordenadoria Geral da Modernização e Planejamento Administrativo, entre 1988 e 2000, e Chefe da Divisão de Pessoal, de 1993 a 1995.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Encarregado de Negócios, em Dili, em 2002, e de Chefe do Escritório de Represen-

tação, em Dili, entre 2000 e 2002; e a importante missão de Cônsul Geral, em Sidney, de 1995 a 1998.

No cumprimento das missões para as quais foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, com destaque para a sua atuação junto a delegações brasileiras que acompanharam o processo de independência do Timor Leste e a estruturação daquela república.

O Diplomata em apreço foi agraciado com as seguintes condecorações: Ordem do Rio Branco – Grã-Oficial; Medalha do Mérito Santos Dumont – medalhas brasileiras; Ordem de Maio ao Mérito Oficial – Argentina; Ordem ao Mérito, Qualidade de Oficial – República Italiana; Medalha do Pacificador – do Exército Brasileiro; Prêmio Rio Branco Medalha de Prata – Brasil.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores que avalia as relações bilaterais entre o Brasil e o Timor Leste, abordando a cooperação entre esses dois países. Em seguida, são apresentadas informações gerais sobre a República Democrática do Timor Leste, também encaminhadas pelo Ministério pelo Ministério.

Segundo o relatório do Itamaraty, o Brasil votou consistentemente, nas Nações Unidas, em favor da independência do Timor Leste. A história mais recente das relações bilaterais retrocede a fevereiro de 2000, quando o Embaixador do Brasil em Jacarta entregou a Xanana Gusmão carta pela qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso o convidava a visitar o Brasil. Em 2001, o Presidente Fernando Henrique visitou o Timor Leste, reafirmando o interesse brasileiro em cooperar com o país e garantir seu direito à independência. Em 1° de junho de 2000, começou a funcionar o escritório de representação do Brasil em Dili, transformado em embaixada em 20 de maio de 2002, por ocasião da independência daquele país. Na mesma data, quando foram estabelecidas relações diplomáticas com o novo Estado, assinaram-se importantes acordos de cooperação técnica e educacional.

Além da participação de efetivos do Exército brasileiro na força de manutenção de paz da ONU e da presença de observadores militares nacionais em Timor Leste, diversas são as iniciativas brasileiras em apoio à reconstrução do novo país, nas quais merece destaque a atuação da Agência Brasileira de Cooperação. Assim, vale mencionar atividades como o Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social Brasil/Timor Leste e os projetos: Alfabetização Solidária em Timor Leste; formação de professores e alunos, com recurso da educação a distância, telecursos; transferência de técnicas cafeeiras; cooperação em matéria de saúde; e a Pastoral da Criança.

O relatório informa que todos esses projetos revestem-se de elevado conteúdo social e abrangem numerosas populações com acesso democrático e igualitário.

Relevante, ainda, o apoio prestado pelo Brasil nas eleições livres em Timor Leste. A Missão brasileira de observação eleitoral, composta por representantes do Congresso Nacional e da Justiça Eleitoral, participou da fiscalização à consulta popular, em agosto de 1999, quando se confirmou o desejo de independência da população timorense.

Também tiveram êxito as missões de observadores eleitorais brasileiros, em agosto de 2001 e abril de 2002, que fiscalizaram os pleitos para escolha da assembléia constituinte e do presidente da república do Timor Leste.

Com 850 mil habitantes, o Timor Leste recupera-se do surto de violência e destruição que se seguiu ao plebiscito de 1999. Entre os desafios do novo país, estão a formação de quadros com capacidade gerencial, a recuperação do comércio e da agricultura e a reconstrução de prédios públicos e residenciais.

De acordo com relatório do Itamaraty, até meados desta data, a exploração do petróleo trará, ao Estado timorense, recursos significativos suficientes para o financiamento do orçamento público.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Em seguida, segue um extraordinário **curriculum vitae** que nos foi enviado pelo Ministério das Relações Exteriores, com todas as missões e medalhas que relatei anteriormente.

Gostaria apenas de acrescentar aos Membros desta Comissão que o nosso Embaixador viveu momentos dramáticos no Timor. O processo de saída dos antigos ocupantes e detentores do poder foi traumático: destruiu-se quase tudo. E foi para esse país demolido que esse valoroso e patriótico Embaixador transformou uma comissão em embaixada e desenvolveu seus trabalhos.

Temos um amigo em comum, o Coronel Singfried, que serviu comigo no Exército – na época éramos tenente -, que tem pelo Sr. Kywal o maior respeito e consideração. De sorte que gostaria, Sr. Presidente, de acrescentar essas informações, para que a Comissão possa estabelecer um julgamento criterioso do nosso Embaixador.

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Passamos a palavra ao indicado para embaixador no Timor Leste, Sr. Kywal de Oliveira.

O SR. KYWAL DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, Senador pelo meu Estado, Rio de Janeiro; Srªs e Srs. Senadores.

Antes de qualquer coisa, gostaria de agradecer as palavras do meu Relator, que muito me sensibilizaram. Gostaria de dizer também que me sinto extremamente honrado em poder comparecer a esta Comissão para ser argüido sobre uma missão para a qual estou indicado e o posto no qual me encontro a serviço do Brasil, há pouco menos de três anos, primeiramente, como chefe do escritório de representação, porque se iniciaram suas operações em 1º de junho de 2000 e, desde maio de 2002, como encarregado de negócios.

Em quatro séculos e meio de dominação colonial, Timor Leste sempre foi terra de rebeldia, que jamais se submeteu completamente ao colonizador, sem, no entanto, conseguir ser dona do seu próprio destino e ter seu lugar no concerto das nações.

Como sabemos, seria apenas no século XX, com o processo de descolonização propiciado pela Revolução dos Cravos, que chegou a Timor Leste a perspectiva de independência, perspectiva essa frustrada violentamente em 7 de dezembro de 1975, com a invasão indonésia. O que se viu depois foram 24 anos, terríveis, de opressão e resistência, que custaram 250 mil vidas a Timor Leste, até a assinatura dos acordos de Nova Iorque, entre Portugal e Indonésia, em 5 de maio de 1999. Mas os tormentos de Timor Leste não terminariam aí, como sabemos.

Com a derrota da proposta de autonomia limitada no plebiscito de 30 de agosto de 1999, os partidários da integração com a Indonésia, organizados nas famigeradas milícias, iniciaram um trabalho sistemático de destruição, violência e brutalidade que, para dar um exemplo aos senhores, resultou na destruição de 90% dos imóveis. No total do País, 67 mil casas foram incendiadas, centenas ou milhares de timorenses – jamais saberemos exatamente quantos – foram mortos e cerca de 500 mil tiveram de abandonar suas moradias e fugir para as montanhas. Duzentos de cinqüenta mil, paradoxalmente, buscaram asilo na Indonésia, fugindo da anarquia em sua própria terra.

Ameaçada pelas milícias pró-integração, a Onamet, que era a delegação da ONU, encarregada de conduzir o plebiscito teve de ser evacuada. O resultado de tudo isso foi o completo desaparecimento da máquina do Estado, dos serviços públicos e o desmantelamento da economia.

As Nações Unidas receberam para administrar uma terra arrasada pelo fogo, sem Estado e sem economia.

Mas, como para acentuar as afinidades entre o Brasil e Timor Leste, Xanana Gusmão, o grande líder da resistência, preso desde 1992, foi libertado em 7 de setembro de 1999. Em 12 de setembro, a Indonésia aceitou a intervenção da força multinacional, a Interfet; cria-se a administração transitória das Nações Unidas em Timor Leste; e é nomeado para o cargo de administrador transitório e representante especial do Secretário-Geral da ONU um brasileiro, que todos conhecemos, Sérgio Vieira de Mello.

Tem início uma seqüência de fatos que é conhecida – e o meu Relator inclusive a mencionou, mas eu gostaria de reprisá-la. A caminhada para a independência teve seu primeiro grande momento em 30 de agosto de 2001, com as eleições para a Assembléia Constituinte de Timor Leste, a primeira Assembléia Constituinte da história do país, e, em março de 2002, essa Assembléia terminou o seu trabalho de redigir a primeira Constituição de Timor, que adotou o tradicional nome de República Democrática de Timor Leste.

Em 14 de abril, tivemos eleições para Presidente da República, e vence Xanana Gusmão. E, em 20 de maio de 2002, Timor Leste, finalmente, torna-se independente, e a Constituição entra em vigor. Xanana Gusmão toma posse como primeiro chefe de estado timorense, e Mari Alkatiri, líder do partido majoritário, a Fretilin é feito primeiro ministro. Portanto, os timorenses estão no comando de seu país. Mas não tem sido tarefa fácil a das autoridades de Timor Leste independente, não obstante os trabalhos preparatórios

executados pela Untaet, sob a direção de Sérgio Vieira de Melo.

Dou-lhes alguns indicadores sociais para que possam avaliar a enormidade dessa tarefa: 41% da população está abaixo da linha nacional de pobreza, que é de 55 centavos de dólar por pessoa por dia; 45% da população acima de 15 anos de idade está desempregada; 57% da população é analfabeta, assim como duas em cada três mulheres. A expectativa geral de vida da população é de 57 anos. E o índice de mortalidade infantil é de 8% dos nascimentos vivos. A renda **per capta** está atualmente em US$478.00 e o salário mínimo é de US$85.00 mensais. O quadro sanitário, especialmente em Dili, que é a capital, é grave. Não há rede de esgotos; menos da metade da população tem acesso a água potável e há alto risco de se contrair malária ou dengue. Em todo o país há apenas um hospital, precariamente equipado, em Dili. Não há sistema previdenciário em funcionamento. O Judiciário apenas agora começa verdadeiramente a ser estabelecido, com a instalação do tribunal superior do país. O sistema escolar funciona, mas são imensas as necessidades, particularmente em recursos humanos e materiais para reintroduzir o Português, hoje língua oficial do país, que foi banida durante os anos de ocupação indonésia e por esse motivo é desconhecida da maior parte da juventude.

A grande esperança está no petróleo e no gás. Estimativas de 2001, que posso dar no momento, quando se firmou o acordo do Mar do Timor, entre Timor Leste e Austrália, previam, aos preços da época, que dentro de quatro ou cinco anos, quando investimentos realizados nesse momento proporcionassem retorno, Timor Leste teria uma receita de petróleo e gás da ordem de US$250 milhões anuais durante 20 anos. Aos preços de hoje, a renda **per capta** anual de Timor Leste passaria a praticamente US$800.00 com as receitas de petróleo e do gás resultantes apenas do tratado do Mar do Timor. Para que os senhores possam avaliar o que isso representa em termos de Timor Leste, eu diria que o orçamento anual do estado timorense é de US$77 milhões, dos quais US$31 milhões são resultantes de aportes dos grandes doadores internacionais.

Gostaria de recordar alguns itens essenciais sobre o petróleo do Timor Leste que é tão importante para a viabilidade econômica do país. As jazidas situam-se no Mar do Timor, que está entre a ilha e o continente australiano. Em 1989, a Austrália celebrou com a Indonésia um acordo sobre recursos da área conhecida como Timor Gap, cuja exploração se iniciou em 1992. A questão foi renegociada entre a Austrália e Untaet, em nome de Timor Leste, redundando em novo tratado assinado em 20 de maio de 2002, data da independência, já ratificado por Timor Leste, e em processo de ratificação pela Austrália, onde foi aprovado pelo Senado. Um novo acordo concede a Timor Leste 90% das receitas resultantes da exploração do Timor Gap.

Por último, agora no dia 6, Timor Leste e Austrália assinaram um acordo técnico para exploração da parcela das reservas do poço Ratta Sunrise, que não estão na área do Timor Gap. Mas em nenhum desses instrumentos está tratado o cerne da questão, que consiste em traçar a fronteira marítima entre Timor Leste e Austrália, que é essencial para que se determine de quem é a propriedade dos recursos que se estima existirem fora dessas duas áreas objetos desses tratados.

É neste contraditório quadro timorense – que, por um lado, reúne carências extremas como vimos, mas também perspectivas de um desenvolvimento sustentado – que se tem inserida a atuação do Brasil. O início da nossa cooperação com Timor Leste praticamente coincidiu com o início das operações do escritório de representação em 2000, quando uma missão técnica multissetorial coordenada pela ABC, como a que foi mencionada pelo meu relator, visitou Dili em julho de 2000 para a elaboração de propostas de projetos e iniciativas de cooperação. Da missão, resultaram os projetos em matéria de educação que ainda se encontram em andamento. Gostaria de dizer que as prioridades da nossa cooperação foram dadas pelo lado timorense. Não fomos nós que dissemos a Timor o que queríamos fazer; os timorenses é que nos disseram o que queriam de nós.

Foi timorense a escolha de atuação nas áreas de alfabetização dos adultos. Hoje temos 130 salas trabalhando nisso. Do uso da televisão no ensino, nós temos 15 salas em Dili – eu me permito ampliar informações que o Relator me antecipou – e há formação técnico-profissional com a montagem do centro de ensino técnico que começa a formar pessoal em Timor e que é um projeto de 1,8 milhões de dólares. Temos também, iniciativas nas áreas de saúde, tivemos médicos brasileiros trabalhando em Timor, chegamos a ter em algum momento sete médicos brasileiros trabalhando em Timor Leste; e a Pastoral da Criança que foi mencionada também pelo Senador Marcelo

Crivella, que é conduzida por quatro religiosas e duas leigas católicas brasileiras.

Em novembro último, ingressamos num campo novo, com um projeto que pode ser muito significativo e consiste para transferir para Timor Leste técnicas brasileiras de cultivo de café; técnicas que podem ser relativamente simples como é a poda. O café timorense é um café de sombra, mas tratado de forma muito rústica. Isso pode revolucionar a lavoura do café, que representa 90% das exportações de Timor Leste. Espero que neste final de mês esteja chegando ao País uma missão de especialistas brasileiros que deve auxiliar o Ministério da Educação timorense na elaboração do currículo escolar, na elaboração das leis básicas de educação e no treinamento de professores em português.

No terreno das relações econômicas e comerciais a extrema pobreza de Timor Leste, à distância, são obstáculos cuja superação depende do crescimento do poder aquisitivo e, conseqüentemente, da demanda da população timorense e da existência de transporte regular entre os dois países.

Mas, se por um lado há um quadro complexo e desequilibrado no plano econômico e comercial, o mesmo não cabe dizer no plano político. Sempre digo que Timor Leste não é uma unidade cultural, étnica ou lingüística, nem é uma minoria étnica, num estado multiétnico opressor. Timor Leste é uma ex-colônia portuguesa, cujo povo tem uma aspiração política, a de viver de forma independente na comunidade das nações.

Para além de qualquer outra consideração, essa é a essência de Timor Leste e é o objetivo declarado da sociedade e da liderança nacional que, durante quase 1/4 de século, se empenharam em obtê-la.

Timor Leste é, portanto, um fato político e a política, a essência das relações bilaterais. Concebo assim e tenho trabalhado essas relações a partir de um binômio, que é a manutenção da paz e a cooperação para o desenvolvimento.

No tocante à manutenção da paz o Brasil, apesar do seu pequeno contingente militar, tem uma participação extremamente importante e de grande visibilidade na força internacional que lá se encontra.

Gostaria, nesta oportunidade, de registrar o extraordinário trabalho realizado pelos nossos observadores militares, pelos policiais militares dos diversos Estados brasileiros e pelos oito contingentes militares brasileiros que já passaram por Timor Leste.

Desejo aqui, deixar o meu testemunho do carinho, da consideração que, invariavelmente, esses contingentes receberam da população e das autoridades locais como retorno pela habilidade e pelo profissionalismo com que vêm se conduzindo.

No terreno da manutenção da paz, gostaria de me valer do momento para deixar uma preocupação e um tema para reflexão, que é a questão da segurança de Timor Leste, após a retirada das forças da ONU em junho de 2004. Em 2003, já assistimos a alguns episódios de violência organizada em Timor Leste, com mortes e feridos, que são para mim um claro alerta sobre o caráter frágil da estabilidade do País e da sua dependência da proteção por parte da comunidade internacional e, por fim, sobre a necessidade que temos nós brasileiros, de definir o papel que desejamos ter na garantia da segurança do país a partir de junho de 2004.

Ao falar do contingente militar, eu gostaria de falar de um outro contingente, o civil. Residem, hoje, em Timor Leste exatamente cem civis brasileiros, dos quais 60% são missionários, em sua maioria evangélicos, de diversas denominações.

Não posso deixar de reconhecer igualmente o trabalho e a dedicação desta pequena comunidade em Timor Leste, especialmente no campo da administração pública e da educação, porque, além dos nossos missionários, que conformam a maior parcela do nosso contingente civil, a segunda é formada por brasileiros que se encontram a serviço das Nações Unidas e de organismos internacionais que lá estão representados e trabalham, igualmente, em favor de Timor Leste.

No terreno da cooperação para o desenvolvimento, posso afirmar que, não obstante a tragédia da ocupação estrangeira e o vandalismo de 1999, Timor Leste tem motivos para esperar um futuro de crescimento equitativo e sustentado. Menciono quatro fatores positivos: o primeiro deles é a população reduzida, de pouco mais de 800.000 habitantes; o segundo é a alavanca de desenvolvimento, representado pela receita do petróleo e do gás que começará a fluir para Timor Leste dentro de poucos anos; o terceiro é a disposição das autoridades e da população de fazerem da educação e da saúde as prioridades nacionais absolutas; o quarto é a existência de uma liderança que, na luta pela independência dentro e fora do território timorense, adquiriu uma visão precisa e moderna do país que deseja para as futuras gerações dos seus compatriotas.

Certamente, nenhum desses fatores é milagroso, nem elimina, da noite para o dia, a pobreza da sociedade timorense e a necessidade de ajuda externa, sobretudo enquanto as receitas do petróleo e do gás não ingressam nas arcas do tesouro do país. Num futuro visível, a cooperação internacional de modo algum deixará de ocupar o centro das relações exteriores do país, e é neste quadro que se situam as relações entre o Timor Leste e o Brasil.

Tenho afirmado, incansavelmente, que, se, no plano multilateral, a segurança é o núcleo de nossas preocupações com respeito a Timor Leste, no plano bilateral a cooperação técnica é o terreno central das relações entre os dois países. Assim tem sido até o momento e não tenho dúvida de que, entre o Brasil e o Timor Leste, esta será a ênfase por muito tempo.

Neste momento, pensando na cooperação técnica, após quase três anos de presença brasileira em Timor, penso que devemos avaliar nossas ações e realizar um trabalho profundo de prospecção de novas possibilidades, dentre as quais, posso adiantar-lhes, uma das mais promissoras, a meu ver, é a que se situa no campo da estruturação do Poder Judiciário em Timor Leste.

É neste sentido, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que tenho trabalhado e me disponho a continuar trabalhando em Timor Leste se, naturalmente, o meu nome contar com aprovação de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, nobre Embaixador Kywal de Oliveira.

Vamos passar ao exame do nome do Sr. Jorge Ney de Souza Fernandes, indicado para ser Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, ou Harare, sendo Relatora a Senadora Heloisa Helena, a quem passo a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de me desculpar com V. Exª e com os demais Senadores pelo atraso, mas tanto o Senador Pedro Simon quanto eu estávamos na reunião do Conselho de Ética.

Passo a ler o relatório:

De conformidade com a Constituição Federal, o Senado Federal é chamado a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Jorge Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente da Comissão de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV, da Constituição).

O Regimento Interno do Senado Federal define que a reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedada declaração ou justificação de voto (art. 383, VI).

O Ministério das Relações Exteriores elaborou currículo do diplomata indicado, bem como relatório sobre a República do Zimbábue.

É o relatório.

Passo à análise.

Situado na África Meridional, o Zimbábue, Capital Harari, conta com uma extensão de 509.580km^2, mantendo fronteira com Zâmbia, Moçambique, Botsuana, República da África do Sul. O povo Banto criou no Século XV o Império Monomotapa nesse território, alcançando uma grande importância.

Em 1607, o monarca do Império concede aos portugueses a exploração do império daquela região, provocando a decadência dessa civilização, que voltaria a ressurgir em 1725, graças ao ouro, passando a denominar-se Grande Zimbábue; porém, voltaria a decair nos anos seguintes, em razão das constantes migrações da população.

No final do Século XX, em 1980, o país conseguiu sua independência, denominando-se República do Zimbábue, e as eleições foram ganhas pela União Nacional Africana do Zimbábue. Em 12 de agosto de 1984, a União Nacional Africana do Zimbábue pretendeu instaurar um regime marxista-leninista e, dois anos depois, Robert Mugab anuncia medidas para acabar com as cadeiras ocupadas pelos brancos da Assembléia.

Cumpre destacar que cerca de 97% dos habitantes são negros. Em 2 de dezembro de 1987, Mugab é nomeado primeiro Presidente Executivo do País e seria reeleito em março de 1990. em 1991, a UNAS promove uma reforma agrária que permite ao governo trabalhar as grandes propriedades dos brancos. Roberto Mugab se mantém no poder, eleito uma vez mais no ano de 1996. Em fevereiro de 2002, o Presidente não conseguiu aprovar um referendo para uma nova Constituição, mecanismo que fortaleceria ainda mais os seus poderes. Críticos afirmam que, para aumentar sua popularidade e desviar a atenção da população em relação à crise econômica, o Governo incentiva as ocupações de terras.

Recentemente, os zimbabuanos negros ocuparam algo próximo a 500 fazendas de propriedades de famílias brancas. Há pelo menos 4.500 fazendeiros brancos no país que controlam cerca de 70% das melhores terras agricultáveis, ou seja, os fazendeiros brancos são donos de praticamente 2/3 das melhores terras agricultáveis do país, enquanto aproximadamente 1,5 milhão de pequenos produtores negros divide o outro 1/3.

O Zimbábue é o segundo país em importância econômica na África austral, sendo que um dos seus mais graves problemas reside justamente na concentração das melhores terras produtivas nas mãos da minoria branca. Aqui reside o cerne da crise política atual vivenciada por esse país, herança do período em que o país era uma colônia britânica. O Governo, na pessoa do Presidente, recebeu severas críticas de Londres, que o tem acusado de incentivar as ocupações das fazendas dos brancos. Os conflitos agrários, no entanto, são gerados pela histórica concentração da propriedade da terra, em boa medida resultado da herança colonial, motivando ações de organizações de movimentos populares que lutam para reaver o direito ao acesso da terra no país.

Mugab, que liderou a guerrilha na ex-colônia britânica na luta pela independência nos anos 70, está no poder desde o final da era colonial, em 1980. Nos últimos meses, veteranos da guerra da independência e militantes do partido governamental têm participado da ocupação de fazendas cujos proprietários são brancos que vieram para o país durante o período colonial. As críticas são rebatidas pelo Presidente, ao dizer que pretendia realizar a redistribuição das terras do país de maneira organizada, mas que o plano foi rejeitado junto com o projeto da nova Constituição do país em um plebiscito em fevereiro de 2002.

Nesse contexto, o Presidente tem defendido publicamente as ocupações de terras, afirmando que essas ações são justas. No Reino Unido, já tem um plano de emergência para a população branca caso a situação se agrave. Segundo o plano, tropas retirariam do país cerca de 20 mil pessoas que têm passaportes britânicos. O Reino Unido, no processo de independência, prometeu recursos para implantar uma reforma agrária pagando compensações a fazendeiros brancos que viessem a optar pelo retorno à Europa. No entanto, a etapa já implantada dos programas de distribuição de terras foi insuficiente para democratizar a propriedade, gerando os atuais conflitos no país. Os recursos ingleses prometidos foram insuficientes. O principal grupo de oposição do país, o movimento pela mudança democrática acusa o Presidente de usar o problema da terra para aumentar a tensão no País e, assim, justificar sua permanência no poder.

As relações bilaterais Brasil/Zimbábue caracterizadas pelo Ministério das Relações Exteriores como corretas e amigáveis, mesmo sendo de baixa densidade sempre tiveram estímulo à manutenção de laços mais estritos entre os Governos de Brasília e de Harare, seja pela liderança regional do Presidente, seja pela importância econômica do País. O intercâmbio comercial tem se revelado pouco expressivo, não passando as importações brasileiras de US$10 milhões, em termos médios dos últimos anos, contra cifras ainda mais modestas por parte das exportações do País para o Brasil. Nossa pauta de exportação inclui matérias-primas para a indústria de plástico, armas e munições, chapas de ferro e alumínio, equipamentos para processamento de café, compressores para refrigeradores, motores diversos, pesticidas, etc. importamos cromo, ferro-cromo e, por vezes, asbestos.

Com a reestruturação econômica da década passada, os especialistas acreditam na existência de oportunidades para o exportador brasileiro, naquele mercado, ainda não plenamente exploradas, segundo declaração do próprio Ministério das Relações Exteriores.

É nesse contexto de instabilidade política e tensão social que o Sr. George Ney de Souza Fernandes deverá assumir a Embaixada do Brasil na República do Zimbábue – com toda a nossa boa sorte e estima. Não restam dúvidas, todavia, que o indicado possui os atributos necessários para exercer o cargo, como atestam uma carreira diplomática exemplar tendo alcançado o posto de 3º Secretário em concurso de dezembro de 1978, 2º Secretário, em novembro de 1980, 1º Secretário por merecimento, em dezembro de 1988, Conselheiro por merecimento, em dezembro de 1996 e Ministro por merecimento, em dezembro de 2001.

Chamam a atenção os serviços prestados pelo indicado no exterior: Guatemala de 1979 a 1982, 3º Secretário, 2º Secretário, Encarregado de serviço consular, Chefe do Setor de Promoção Comercial e Encarregado de Negócios; em Montevidéu, de 1982 a 1985, 2º Secretário, Chefe do Setor de Administração e Chefe do Setor Cultural; em Bucareste, de 1986 a 1988, 2º Secretário, Chefe do Setor Político e do Setor de Promoção Comercial e Encarregado de Negócios; No Vaticano, 1º Secretário e Chefe do Setor de Administração; em Kinshasa, Encarregado de Negócios; em Santiago, 1º Secretário-Conselheiro, Encarregado de Negócios, Chefe do Setor de Administração e Chefe do Setor de Promoção Comercial; em Havana, Conselheiro-Chefe do Setor Econômico.

O indicado, já em 1979, participou como Delegado na 6ª Assembléia Anual de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento na Costa do Marfim. Em praticamente todos os postos diplomáticos teve oportunidade de atuar na área de promoção comercial como Encarregado de Negócios e, mais recentemente, na Chefia de um setor econômico de Embaixada.

Julgamos que os integrantes desta Comissão possui os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais sendo possível aduzir no âmbito deste relatório.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Vamos ouvir o indicado para ser o Embaixador da República do Zimbábue, George Ney de Souza Fernandes.

Eu queria assinalar que foram deixados aqui, na Bancada dos Senadores, uns óculos, na reunião passada.

Então, Senador Marcelo Crivella, felizmente recuperou seus óculos.

Embaixador George Ney de Souza Fernandes tem a palavra.

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Vice-Presidente, Senador Bispo Marcelo Crivella, Srª Relatora Senadora Heloísa Helena, V. Exª quase dispensa a minha apresentação, porque o relato da Senadora Heloisa Helena foi tão completo que me sobrou muita pouca coisa para comentar, o que também garante a V. Exªs que serei muito breve.

Quero assinalar, em primeiro lugar, a satisfação da feliz coincidência de estar sendo sabatinado junto com o Embaixador Antonino Mena Gonçalves, que foi e é um pouco o meu guru, o orientador da minha tese sobre Cuba no Itamaraty e com o colega Kywal de Oliveira, que foi chefe da Divisão de Pessoal antes que eu fosse também chefe da Divisão de Pessoal, minha última função aqui. Até o ano passado tive a oportunidade de admirar o trabalho do Kywal lá, de apreciar e de entender o sofrimento do que é administrar o pessoal do Itamaraty.

Vamos também, se V. Exªs assim determinarem, para países complicados, e jovens, como o caso do Zimbábue, um país um pouco mais antigo do que o Timor Leste, mas não menos complicado.

A Senadora Heloísa Helena já fez o seu relatório bastante abrangente, muito completo, onde mencionou a população negra do Zimbábue. Gostaria de começar por aí, porque a raiz dos problemas do Zimbábue está toda aí, como esteve na África do Sul, o regime era muito parecido.

Costumo dizer, e não é uma blague, que o Zimbábue – começo sempre por uma apresentação pelo país – tem treze milhões de habitantes. São 12,95 milhões negros, 50 mil brancos e zero mulatos. Para ser politicamente correto, deveria dizer 12.950 mil afro-zimbabuanos e 50 mil eurozimbabuanos e nenhum mulato. Isso eu tive oportunidade de verificar pessoalmente. Não está no meu **curriculum vitae**, talvez porque ele data do ano passado. Estive no Zimbábue entre janeiro e março do ano passado, na época exatamente das eleições presidenciais.

Possivelmente, pleiteei nessa oportunidade, tive a sorte e a felicidade de ver o meu nome indicado para ser Embaixador – num momento histórico, que foi a última eleição do Presidente Mugabe.

Serei breve, mas farei uma breve digressão também. Dá-me muita satisfação saber que o Senador João Capiberibe conhece o país e o Senador Hélio Costa tem uma enorme experiência em meios de comunicação, conhecida experiência em meios de comunicação. Não sei se coincidirão comigo, mas há dois Zimbábues, um Zimbábue dos meios de comunicação, que aparece nos meios de comunicação, que, de certa maneira, forja algum tipo de realidade, e há um Zimbábue real. Pude, estando três meses no Zimbábue, participar e ler nos jornais o que acontecia no país e ver que acontecia outra coisa ou viver outra coisa no país.

Como eu disse, a história do Zimbábue é uma história conturbada, como foi a história da Rodésia ou das Rodésias, a Rodésia do Norte, Zâmbia, Malaui, Niassalândia, e a Rodésia do Sul, que é o Zimbábue, que se fundiram numa Federação que se desfez quando Malaui e a Zâmbia ficaram independentes. O Zimbábue sofreu um segundo problema, diferente da África do Sul, que foi a declaração unilateral de independência em 1965, pelo governo branco de Ian Smith. E, a partir daí, a história do Zimbábue se confunde com a história do Presidente Robert Mugabe. É impossível falar de Zimbábue sem falar de Mugabe, como é impossível, por exemplo, falar de Cuba, sem falar em Fidel Castro.

Mugabe, ao contrário da imagem que se divulga – e eu posso me estender depois na parte do diálogo a respeito disso – de um ditador sanguinário, sem princípios, violento, ignorante, não é absolutamente nada disso. Robert Mugabe formou-se em História na Universidade de Fort Hare na África do Sul e esteve na prisão de 1964 a 1975, por 11 anos, onde formou-se pela Universidade de Londres, por corres-

pondência, em mais quatro cursos superiores. Além de ser professor de História, formou-se em Direito, em Administração, em Economia, em Pedagogia e fez um mestrado em Direito. Dedicou toda a sua vida, durante o período em que esteve na cadeia, a estudar. Sofreu também na cadeia uma das grandes humilhações da sua vida – todos que somos pais e mães compreendemos isto –, a morte de seu filho.

Ele era casado com uma ganense, a Sally. Ficou viúvo e, hoje, é casado com uma zimbabuana, a Grace.

A morte de seu filho ocorreu em Gana. Ele pediu autorização às autoridades locais para ir ao funeral do filho, que morreu de malária cerebral, e teve essa autorização negada, mesmo indo sob custódia.

Portanto, apesar de católico, eu compreenderia perfeitamente se houvesse um grande ódio por parte de Mugabe ao governo branco, que o tratou dessa maneira. Mas isso não aconteceu. Mugabe foi solto e foi um líder da independência da Rodésia do Sul. Foi o primeiro-ministro, foi o primeiro governante do Zimbábue, quando este país nasceu, em 80. Quando a reforma constitucional de 1987 aboliu a figura do primeiro-ministro e criou a de presidente, o próprio Mugabe foi eleito presidente e vem sendo reeleito sucessivamente presidente. A última eleição ocorreu no ano passado, em 2002, e ele recebeu mais um mandato de quatro anos. Ele já está com 79 anos e não dá nenhuma demonstração de vontade de deixar o poder. Ao contrário do que os europeus em geral, sobretudo os britânicos, gostariam que ocorresse no Zimbábue.

Governou praticamente sem oposição até 1999, quando surgiu, como a Senadora mencionou, o MDC, Moviment for Democratic Changes, de origem trabalhista – sem absolutamente nada a ver com o PT daqui, por exemplo – e que se transformou rapidamente numa oposição muito forte. Em três anos, o partido conseguiu, nas últimas eleições parlamentares, das 120 cadeiras do parlamento zimbabuano, o MDC conseguiu 57; o governo, 62 e um micropartido, mais uma cadeira.

Essa oposição foi sempre estimulada clara e nitidamente pelos ingleses, que tiveram seus interesses contrariados no Zimbábue, apesar dos acordos que deram origem ao país.

Em 1979/80, quando foi convocada a Conferência de Lancasterhouse e quando a Rodésia se transformou em Zimbábue, o Reino Unido se comprometeu a financiar a reforma agrária no Zimbábue, mas jamais o fez. Essa reforma agrária viria em benefício, como veio, da população negra ou afro-zimbabuana. Isso também está na base da reforma constitucional de 1996, quando o Zimbábue deixou de adotar a doutrina marxista em sua constituição e quando o Presidente Mugabe decidiu promover a reforma agrária. Admito que ela foi feita de uma forma bastante atabalhoada.

Vemos por meio da imprensa, por exemplo, muitas fazendas ocupadas. O governo estimula a ocupação de terras. São terras produtivas, mas é preciso observar, em primeiro lugar, a realidade zimbabuana. Havia, nos anos 70, 75% das terras cultiváveis nas mãos de 4.500 fazendeiros brancos. Essa realidade existe até hoje; 96% da população zimbabuana ocupava metade do país, enquanto 4%, principalmente de brancos e asiáticos, eram donos da outra metade. A discriminação e a divisão eram muito nítidas.

O governo Mugabe decidiu fazer a reforma agrária e decidiu fazer cumprir ou tentou fazer com que fossem cumpridos os acordos de Lancasterhouse, acordos pelos quais a Grã-Bretanha deveria não subvencionar, mas pagar aos fazendeiros expropriados. A Grã-Bretanha jamais fez isso. Por isso, o governo Mugabe optou por uma solução mais drástica: desapropriou sem o devido pagamento e determinou, em uma decisão que também foi aprovada pela justiça zimbabuana, que os fazendeiros brancos fossem buscar compensação na Grã-Bretanha. Ele não teve nenhum escrúpulo, nenhum pudor em desafiar a potência colonial.

É curioso observar que quando se fala em veteranos de guerra, que são aqueles que estariam ocupando as fazendas, imaginamos – nós, brasileiros – nossos pracinhas, por quem temos o maior respeito, mas, não, são jovens de 38 a 40 anos, porque a Guerra de Ocupação, a Guerra de Independência foi em 1980. Esse é um segundo problema da reforma agrária zimbabuana: toda uma população jovem marginal, toda uma força de trabalho desprezada.

Os números são muito mais dramáticos do que os números já apresentados. Por exemplo: 33% da força de trabalho zimbabuana está sem emprego e 60% da população vive abaixo da linha de pobreza. Harare é uma cidade com 1,2 milhão de habitantes, dividida entre um gueto branco, mínimo, e uma enorme zona favelizada, para a qual eles usam o eufemismo de subúrbio de alta densidade, de quase 1 milhão de negros, que não freqüentam a parte branca.

Doze milhões e 900 mil, o crescimento vegetativo é mínimo e a taxa de natalidade infantil é um pouco maior do que a de mortalidade. Eu queria fazer esse esclarecimento inicial para falar da realidade que eu, se V. Exª assim determinar, vou encontrar no país.

É com esse país, com o Zimbábue, que o Brasil deve trabalhar e vem trabalhando. Nossa embaixada é recente, foi inaugurada em 1987. O desconhecimento, infelizmente, é enorme, tivemos poucas visitas bilaterais de alto nível nesses anos de relaciona-

mento. Concretamente, o Presidente Collor esteve no Zimbábue em 1991 e o presidente Mugabe esteve no Brasil em 1999, numa viagem que passaria por Buenos Aires e terminaria em Nova Iorque.

Além dessas duas visitas de alto nível, houve apenas outras duas, num contexto multilateral: do então Vice-Presidente Senador Marco Maciel, que esteve lá em 1996, e do presidente Mugabe, que esteve aqui em 1992, para participar da Eco-92. Nenhum contato parlamentar. Essa é uma atividade que gostaria de desenvolver. Acho importante. Temos acordo com vários países e isso favorece imensamente o conhecimento do país.

O parlamento zimbabuano tem uma formação curiosíssima. Ele é unicameral – era bicameral: são 150 deputados, dos quais 120 são eleitos por voto livre, direto, universal, obrigatório; 12 são indicados pelo presidente da República, na figura do biônico, que já tivemos no Brasil também; 8 são indicados pelos governadores de províncias – são 8 as províncias, que seriam os nossos Estados -, os quais, por sua vez, são indicados pelo presidente, e 10 são chefes tribais tradicionais, o que garante ao governo 30 votos permanentemente, num parlamento de 150, experiência que espero não ver imitada num país como o nosso, de forma nenhuma. Essa é uma atividade que gostaria de promover, esse conhecimento entre os nossos Parlamentos.

Passando à parte final da minha exposição, gostaria também de centrar a minha atividade além da promoção comercial – que, como V. Exª assinalou, não digo que seja uma especialidade, mas foi uma coincidência que ocorreu na minha carreira por várias vezes -, porque estamos falando de um país com o qual temos um relacionamento muito delicado e aí, à semelhança do Timor, devemos concentrar os nossos esforços na cooperação técnica. O campo, neste caso, é muito promissor. Na produção comercial também o foi. Em 1984, chegamos a vender US$100 milhões para o Zimbábue. Isso significa mais do que o intercâmbio comercial bilateral Brasil-Cuba do ano passado – refiro-me a Cuba porque foi o meu último posto – que foi de US$88 milhões. Hoje, o comércio é pequeno, estando em torno de US$10 milhões nos dois sentidos. Não vou repetir os produtos já citados pela Senadora Heloísa Helena.

Portanto, vejo grande possibilidade de ampliação desse comércio, no momento em que iniciarmos a ocupação desse vácuo existente no Zimbábue em relação aos demais países.

O Brasil deve assumir a sua grandeza. Ouvimos esta frase o tempo todo. Tanto é que, ontem, eu a ouvi no gabinete do Senador Eduardo Suplicy proferida pelo Embaixador do Equador. Nós não temos consciência da nossa grandeza e, às vezes, só a percebemos quando estamos fora do Brasil. Percebi isso estando no Zimbábue, quando o Brasil foi convidado a participar das eleições zimbabuanas, como observador – oportunidade em que recebi nota convocando-me. Então, tive o prazer de dizer ao chefe do protocolo que o Brasil agradecia o convite – aliás, apenas o Brasil e a Argentina foram convidados, dentre os países da América Latina – mas que não iria participar, porque acreditamos não fazer parte da nossa história democrática. Segundo, porque não temos lições a dar. Essa mensagem eu a dei com prazer. Não temos lições de democracia a dar para os africanos, nem para ninguém. Também não gostamos de receber lições de democracia.

Do ponto de vista comercial, penso que essa aproximação política é fundamental. Mas o nosso grande trabalho – e aquilo que pretendo desenvolver – está na cooperação técnica. No Zimbábue, quatro quintos dos leitos dos hospitais são ocupados por aidéticos; 25% da população, entre 15 e 49 anos, é portadora do vírus HIV. O Zimbábue só é superado nesse triste recorde pelo país vizinho Botsuana. Um outro dado que considero ainda mais impressionante é que 60% das mulheres que procuram os centros de educação pré-natal são portadoras do vírus HIV. O que significa que a possibilidade de transmissão vertical é imensa. Em outras palavras: se nada for feito – e nada vem sendo feito, não há nenhuma campanha de prevenção, por exemplo, e o Brasil tem muita experiência nessa área –, em um curto espaço de 13 anos, todas as mulheres grávidas do Zimbábue estarão contaminadas com o vírus HIV. Isso é uma realidade dramática!

Podia citar outros números, como por exemplo, a expectativa de vida que baixou de 61 anos para 39. Prefiro parar por aqui para não transformar a minha exposição em um círculo de horrores e imaginar o que podemos fazer. Podemos fazer tudo e podemos fazê-lo a custo zero.

Felizmente tenho um mandato para a função de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação com o fim de criar, com os zimbabuanos, um acordo de cooperação técnica. Já existem acordos culturais e de promoção comercial, mas que ainda não estão em vigor. No entanto, não existe um acordo no campo da cooperação técnica. Sabemos que há algo mais importante do que firmar um acordo, que pode ser só mais um papel, afinal um papel aceita qualquer coisa – mas, nesse momento, temos a oportunidade de cooperar com o Zimbábue. Estamos desenvolvendo lá – digo nós porque a Embaixada está sem titular há dois

anos; esta conta apenas com um jovem e brilhante Terceiro Secretário, cujo trabalho venho acompanhando – um trabalho de cooperação com o Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Zimbábue. Uma instituição prestigiada localmente, que foi abandonada pelos europeus, que quer participar do nosso programa de estudantes com convênio.

O Brasil, como sabem V. Exªs, juntamente com vários países do Terceiro Mundo, oferece bolsas de estudo para pós-graduação. Essa entidade quer mandar alunos para o Brasil. Inclusive já obtive do Itamaraty a promessa – este ano é impossível porque o ano letivo já começou – de que para 2004 teremos garantidas cinco bolsas de estudo para zimbabuanos. E essa entidade se dispõe, na volta desses estudantes, a contratá-los. Então, o que isso significa para eles e para nós? Tudo. Primeiro, o objetivo inicial, principal deles agora, são tecnologias limpas.

Então, já identificamos o parceiro, o Senai em Porto Alegre. V. Exª certamente conhece tão bem. Esse é um projeto.

Não queria me alongar mais. Termino dizendo que tenho presente, desses pequenos passos que podem parecer banais, às vezes, que podemos e devemos adensar as relações.

Só para finalizar, o Zimbábue tem alguma coisa a nos oferecer. Os fazendeiros zimbabuanos são os segundos criadores mundiais de avestruzes, só superados pela África do Sul. No Brasil recentemente começa a se desenvolver essa atividade – do avestruz se aproveita absolutamente tudo, até o bico. Lembro-me da música do Fagner: do boi só perde o berro. Do avestruz, como ele não berra, não se perde nada. Há um interesse no Brasil na criação de avestruzes.

O Zimbábue tem experiência, tem os animais e se dispõe a cooperar. Só falta que marquemos as visitas das nossas autoridades ao Zimbábue, que é uma coisa que também me proponho a fazer.

Peço perdão, porque prometi ser breve e me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – No Brasil as escolas de samba usam muitas penas de avestruz no carnaval – é verdade, Senadora Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – **(Intervenção fora do microfone.)**

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES – Mas não é só pluma não, Senadora. Também se come a carne do avestruz, que tem um elevado poder calórico. Também se faz artesanato com o joelho do avestruz e o bico se usa para a bijuteria.

Muito obrigado pela atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador George Ney de Souza Fernandes, na verdade, a exemplo do que fizeram os Embaixadores Kywal de Oliveira e Antonino Gonçalves, V. Exª nos enriqueceu muito. E assim como fizeram os anteriores, o parecer dos Senadores e o da própria Senadora Heloísa Helena trouxeram um informe muito rico sobre o que se passa no Zimbábue.

Permite-me uma curiosidade, antes mesmo de passarmos à reunião reservada. O fato de não haver o relacionamento para a procriação entre brancos e negros decorre ali de alguma ação de questão cultural, religiosa ou de legislação que impeça, ou há uma razão específica que difere de outros países, especialmente do Brasil?

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES – Não, Senador, é meramente cultural. Uma coisa que verifiquei, por exemplo: vai-se a um restaurante num determinado bairro da cidade, e há dez mesas, nove mesas estão ocupadas por brancos e uma mesa está ocupada por negros. Eles se cumprimentam, se falam, mas de longe, não há nenhum contato. Isso para mim foi extremamente curioso, porque, como brasileiro, descendente de português e índio, não sou nem branco nem negro – sou cinza e eu passava meio invisível. Nesse mesmo restaurante, que freqüentei várias vezes, o dono é branco, os empregados são negros, é algo cultural, de raízes econômicas, é claro.

Uma vez, a menina que me servia não resistiu e veio me perguntar de onde eu era. Como era muito educada – eles são muito gentis -, perguntou se eu era zimbabuano – eu cultivava um cavanhaque, uma barbicha – de origem asiática, ou se era árabe. Disse que era brasileiro. E ela começou uma frase que não acabou, assim: mas pensei que os brasileiros... Imaginei que ela iria dizer que os brasileiros são negros. Eu disse que éramos brancos, amarelos, vermelhos, marrons. Os brasileiros são assim, o que, aliás, facilita muito o trabalho do Brasil no Zimbábue. Isso é visto com muita simpatia, um exemplo a ser seguido, essa multiplicidade que temos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, passamos agora à reunião reservada, ainda que vá ser tão interessante. Seria bom se telespectadores do Brasil inteiro pudessem acompanhar as reuniões reservadas também, mas, por enquanto, essa é a regra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – RJ) – É obrigatório, na realidade, por força regimental, fazer a reunião secreta ou é a critério do sabatinado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É uma tradição, mas pergunto à Secretaria se está escrito no Regimento que a reunião deve ser reservada. (Pausa.)

A Secretaria da Comissão informa que a disposição é regimental.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – RJ) – A minha pergunta, Sr. Presidente, é se, a critério dos sabatinados, pode ser aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Houve uma época em que a exposição inicial também era reservada; modificamos, então, para abrir a reunião inicial. Uma nova alteração poderia considerar a reunião pública, sendo que, se os Srs. Senadores e os indicados para embaixadores o solicitassem, faríamos uma parte reservada. Podemos pensar nisso para outra ocasião.

(Torna-se secreta a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Anunciamos, especialmente às senhoras esposas e à sogra também, que está presente, que, depois dos brilhantes depoimentos dos três senhores indicados para embaixadores – George Ney de Souza Fernandes, para a República do Zimbábue; Kywal de Oliveira, para a República Democrática do Timor Leste e Antonino Lisboa Mena Gonçalves, para a República da Bolívia –, os três obtiveram onze votos favoráveis. O resultado, portanto, foi consensual, sem nenhum voto contrário. Então, estão aprovados.

Meus parabéns aos senhores!

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Suspende-se a reunião às 20h e 50min.)

Ata da Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia vinte de março do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte de março do ano de dois mil e três, no Plenário 2, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras: **HÉLIO COSTA, LÚCIA VÂNIA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, MARCELO CRIVELLA, AELTON FREITAS, HELOÍSA HELENA, PEDRO SIMON, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, EDUARDO AZEREDO, JOÃO ALBERTO SOUZA E JOÃO CAPIBERIBE.** A presente reunião destina-se a audiência pública com o Ilustríssimo Senhor Embaixador da República do Iraque **JARALLAH ALOBAIDY** para expor as razões do conflito entre a República dos Estados Unidos da América e a República do Iraque bem como os esforços que vêm sendo efetivados para uma solução pacífica de acordo com as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Após a abertura da reunião, o Senhor presidente convida o Senhor Embaixador do Iraque para iniciar sua exposição e informa que está aberta a lista de interpelação para argüição ao Senhor Embaixador. Na seqüência o Senhor Embaixador **JARALLAH ALOBAIDY** faz sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, JOÃO CAPIBERIBE, HELOÍSA HELENA, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO SATURNINO, HÉLIO COSTA, SIBÁ MACHADO E LÚCIA VÂNIA.** Também fazem uso da palavra os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas: **ZULAÊ COBRA, NEIVA MOREIRA, PERPÉTUA ALMEIDA, JAMIL MURAD, LUCIANA GENRO, FERNANDO GABEIRA, JACKSON BARRETO, NILSON MOURÃO, LEONARDO MATTOS, ENÉAS CARNEIRO E MÁRIO ASSAD JÚNIOR.** Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 53 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está aberta a reunião das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara. Encontram-se presentes a Presidente da Comissão

de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Zulaiê Cobra, e o nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella. Nosso objetivo é ouvir o Embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy, e, no dia três de abril, a Embaixadora dos Estados Unidos da América, Donna Hrinak.

Há uma enorme preocupação do Congresso Nacional brasileiro, externada, ontem, por iniciativa de ambas as Casas, aqui no Senado Federal, e, por unanimidade, foi aprovado requerimento em que os 81 Senadores disseram:

Condenamos a intervenção militar unilateral no Iraque e manifestamos preocupação quanto aos seus desdobramentos econômicos e geopolíticos, e, antes que ocorra o ataque ao Iraque pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, conclamamos os seus governantes a ouvirem a voz dos povos de todo o mundo, no sentido que terão nosso apoio para persuadirem o governo iraquiano a destruir inteiramente suas armas de destruição em massa, bem como para promover a democratização das instituições políticas do Iraque por meios pacíficos.

Peço desculpas, mas, provavelmente, pela ênfase com que fiz o pronunciamento sobre isso, a voz se foi. Dessa forma, hoje pedirei ao Vice-Presidente, meu companheiro Senador Marcelo Crivella, que me ajude na condução dos trabalhos, ao lado da Presidente, Deputada Zulaiê Cobra. Manifestamos nossa preocupação e solidariedade àqueles que estão sendo atingidos pela guerra contra o Iraque, às famílias, às crianças e a tantas pessoas inteiramente inocentes que poderão ser atingidas pelos instrumentos bélicos que estão sendo desferidos desde a noite de ontem.

Primeiro, vou passar a palavra à Presidente Zulaiê Cobra Ribeiro, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para expor as iniciativas ontem tomadas por aquela Casa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, quero cumprimentar o Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, o Embaixador, o intérprete, os Srs. Senadores e Deputados. Para nós, é uma grande satisfação estar aqui hoje, nesta reunião conjunta do Senado e da Câmara, até porque nossa causa é única, a paz.

Gostei muito do seu requerimento, Senador Eduardo Suplicy, porque tem conteúdo e explica muitíssimo bem o momento tão importante que atravessamos no mundo. A questão não é só brasileira, mas mundial, portanto fico muito satisfeita em ver o Senado Federal e a Câmara dos Deputados unidos, num único momento, para ouvir o Embaixador do Iraque e, mais do que isso, para tomar uma posição definitiva com relação a essa guerra, essa violência, essa invasão, essa maneira unilateral de um país sentir-se absolutamente dono do mundo.

Estamos vivendo um processo muito difícil, que também pode atingir o Brasil no futuro. Portanto, estou aqui, Sr. Presidente, com muita satisfação e tenho mais satisfação ainda em saber que representantes de São Paulo presidem a Comissão de Relações Exteriores no Senado e na Câmara dos Deputados. Com todo o respeito aos demais Estados, isso é motivo de muito orgulho para mim.

Portanto, estou profundamente realizado de estar nesta Comissão, sob a sua Presidência, e com um requerimento de tanta importância para o Senado e para a Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Embora o Embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy, compreenda um pouco de português, terá o auxílio do tradutor Abderrahaman Belhaddad, conhecido como Abdul. O Embaixador Jarallah Alobaidy afirmou que a reunião poderá ser inteiramente aberta, pois não tem nada para falar reservadamente.

Portanto, informo às Srªs e Srs. Senadores e Deputados que a reunião será aberta à imprensa e transmitida ao vivo pela TV Senado.

Peço a S. Exªs que quiserem fazer uso da palavra após a exposição do Sr. Embaixador que se inscrevam junto à Secretaria.

Com a palavra, o Embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy.

O SR. JARALLAH ALOBAIDY– Tradução: Gostaria de cumprimentar, atenciosamente, o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e os Srs. Senadores e Deputados.

Discutir a respeito da crise iraquiana e dos problemas dos iraquianos é uma questão muito delicada, que levaria muito tempo. Mesmo assim, vou tratar desse assunto, tentando, na medida do possível, resumir, para que os senhores entendam esse problema.

O Iraque, na realidade, desde o início de sua história, sofreu muitas invasões de países vizinhos. Um dos motivos dessas invasões é que o Iraque possui riqueza de água, assim como riquezas petrolíferas. Por isso, muitos países vizinhos têm inveja dessas riquezas, que lhes foram dadas por Deus.O Ira-

que tem uma riqueza muito importante: o país tem tâmaras e várias frutas raras.

O Iraque sofreu muitos ataques no passado e sofre até hoje, por causa de conflitos entre impérios daquela época. Hoje em dia, há outras forças imperialistas também interessadas em tomar essas riquezas do povo iraquiano. Como os senhores sabem, o Iraque possui a segunda maior reserva de petróleo do mundo.

Há alguns anos, houve luta muito violenta entre os britânicos e o Império Otomano para dominar essas riquezas. De fato, as empresas britânicas, francesas e de outros países conseguiram dividir entre eles essas riquezas em uma época. Nos anos 70, o Iraque assumiu uma posição que muito beneficiou o seu povo, relacionada à nacionalização do petróleo, para que o próprio povo iraquiano se beneficie das riquezas. Desde então, os países imperialistas tentaram, em várias oportunidades, tomar essas riquezas e nos causaram conflitos desnecessários, como contra o Irã e o Kuwait. Esses conflitos têm um só motivo: essas forças imperialistas gostariam de tomar as riquezas que estão dentro do Iraque.

Após a invasão do Kuwait, a Organização das Nações Unidas aprovou algumas resoluções contra o Iraque. Essas resoluções são humilhantes e também injustas. Mesmo assim, nós as aceitamos e respeitamos para atender ao pedido da ONU.

Dentre essas resoluções, eu gostaria de tratar da Resolução nº 687, que resultou em sanções econômicas impostas ao Iraque, as quais são injustas. Nenhum país havia sofrido sanções iguais. Essa resolução determinava que os inspetores que examinavam a existência de armas de destruição em massa investigassem e fiscalizassem a presença dessas armas no Iraque para destruí-las. A resolução determinava também que, quando terminasse o trabalho dos inspetores, essas sanções seriam interrompidas, para que o Iraque pudesse ter empresas.

Os inspetores de armas começaram o seu trabalho em 1991 e com ele prosseguiram até 1998. De maneira espontânea, o Iraque destruiu grande parte dessas armas. As demais armas foram destruídas pelos inspetores. O ex-presidente dos inspetores declarou que o Iraque destruiu uma grande parte dessas armas e que faltam apenas poucas provas e pouquíssimas armas para serem destruídas.

Chegamos logo depois, no momento em que o Iraque sentiu que essas sanções não seriam interrompidas. O povo iraquiano está sofrendo, até porque perdemos 1 milhão e 780 mil vítimas, entre as quais crianças e velhos.

A posição do governo iraquiano é a de que não é lógico que o Iraque continue destruindo suas armas sem que as sanções sejam interrompidas. Por isso temos o direito de pedir que as sanções sejam suspensas, mesmo gradualmente. Não agüentamos mais ver as nossas crianças sofrerem sem que a ONU, no caso, demonstre a sua colaboração no sentido de suspender, mesmo que gradualmente, essas sanções. Tenho em minhas mãos uma pesquisa realizada pela Unicef, mostrando-nos o número de vítimas iraquianas, entre elas crianças, vítimas dessas sanções. A pesquisa fala de crianças abaixo de 5 anos e de idosos acima de 50 anos. Os inspetores alegaram que o Iraque já havia destruído parte dessas armas, faltavam pouquíssimas, eles deveriam comprovar que houve uma colaboração no sentido de destruir as armas. Dissemos aos inspetores que a função de provar se há armas ou não é deles e não nossa. Esta é uma missão dos inspetores. Por exemplo, se alguém me acusa de ter uma arma escondida, então, ele deve procurar os meios de comprovar tal acusação, alguém especializado em fiscalizar para ver se há ou não uma arma e não continuar me acusando sem fazer nada que prove o contrário. O pedido do Iraque foi apresentado para a ONU, e as sanções quase foram levantadas e interrompidas.

Mas os Estados Unidos da América usaram pressões, recusaram-se a aceitar a interrupção dessas sanções.

O Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, na sua missão anterior no Conselho de Segurança, tem conhecimento sobre esses fatos. À época, viajou para o Iraque com uma comissão do Conselho de Segurança e viu, de perto, os fatos a respeito das armas de destruição em massa.

Logo depois, a Resolução nº1.284 foi emitida pelo Conselho. Essa resolução determinava que os inspetores de armas de destruição em massa continuassem trabalhando, fiscalizando e investigando; que o trabalho desses inspetores continuasse para, logo depois, interromper as sanções econômicas impostas.

O que os Estados Unidos fizeram nessa outra oportunidade? Alertaram os inspetores de armas em 1998 para que saíssem do Iraque. E eles jogaram bombas em todo o Iraque, atingindo prédios e várias cidades.

Logo após esses ataques, o Presidente norte-americano declarou que os Estados Unidos conseguiram destruir todas as armas que o Iraque possuía.

Então, segundo essa confirmação, podemos observar que os Estados Unidos já destruíram todas

as armas. Por que então, agora, estão alegando que existem armas no Iraque?

É uma realidade. Vou tratar dos sofrimentos dos iraquianos, mas não gostaria que sentissem pena, mas que tomem uma posição diante da história, já que no Iraque todas as crianças estão sofrendo.

Os Estados Unidos nos atacaram, usando armas proibidas, nunca usadas até então. Essas bombas causaram doenças que nunca vimos antes. Essas doenças estão causando a morte e a epidemia.

Os Estados União não ficaram satisfeitos com essas ações, porque, logo depois, colocaram áreas proibidas para os aviões iraquianos.

O governo iraquiano não aceitou situação tão humilhante, já que a ONU determinou a destruição de grande parte das armas, e os inspetores estavam trabalhando no sentido de destruir as demais. Então, o governo iraquiano não aceitou que essa situação continuasse.

Por isso, pediram a volta dos inspetores.

Na época, respondemos a eles que, já tendo sido declarado por eles e pela ONU que as armas de destruição já foram eliminadas, será que o Iraque vai continuar aceitando a situação de humilhação sem que as sanções sejam interrompidas? Não agüentamos ver as nossas crianças morrerem.

Apesar disso, aceitamos a volta dos inspetores e pedimos que a fiscalização continuasse. Fizemos ainda um programa de trabalho no sentido de colaborar com os inspetores.

O governo norte-americano proibiu que os inspetores da ONU continuassem trabalhando com o governo iraquiano no sentido de destruir as armas. O Sr. Hans Blix liderou essa missão para fiscalizar as armas no Iraque. Não vou tomar o tempo dos senhores, vou tentar resumir. Logo depois de ter sido escolhido o Sr. Hans Blix como presidente dessa comissão, duas conferências foram realizadas, uma em Genebra e outra em Viena. Nessas conferências, foi decidido que o Iraque deveria continuar colaborando e deveria ajudar os inspetores. Todas as partes aceitaram essa resolução. Na terceira sessão dessa conferência, porém, Hans Blix não aceitou que se chegasse a uma solução com o governo iraquiano, alegando que ele deveria voltar para Washington para discutir e passar as novidades e as notícias para eles. Quando Hans Blix chegou aos Estados Unidos, ele foi recebido pelos membros da CIA e do Pentágono. Logo depois de ter sido recebido por esses membros, eles realizaram algumas conferências, nas quais discutiram e trocaram idéias. Depois disso, decidiram realizar uma quarta sessão. Uma delegação iraquiana participou dessa quarta sessão e assinou a resolução, mas o Sr. Hans Blix recusou-se a assinar a resolução. Os senhores sabem por que ele voltou atrás, todos nós sabemos que ele sofreu pressão do governo norte-americano. Por isso que ele se recusou a assinar esse acordo.

Eles conseguiram enganar o mundo, alegando que foi o Iraque que recusou a volta desses inspetores. Nós jamais impedimos a volta dos inspetores e jamais impedimos que eles continuassem trabalhando no Iraque. Defendemos que eles deveriam estabelecer um prazo, um programa, para que, quando terminassem o seu trabalho, se as armas fossem destruídas, o Iraque não continuasse sofrendo essas sanções.

Mesmo assim, e com a intermediação de alguns países amigos do Iraque, o Iraque aceitou, de maneira integralmente espontânea, a volta dos inspetores, e sem condições.

Esses países amigos falaram que o Iraque não deveria deixar um pretexto a ser usado pelo governo norte-americano para atacar o Iraque.

E apesar das injustiças cometidas contra o Iraque pelo governo norte-americano, o Governo iraquiano aceitou a volta dos inspetores, sem condições. Mas, à época, os Estados Unidos não aceitaram a volta dos inspetores, alegando que essa decisão deveria ser aprovada pelo Conselho de Segurança.

A posição do Iraque, à época, era a seguinte: já que há resoluções que definem como os inspetores deveriam trabalhar no Iraque, por que há necessidade de aprovar outra resolução? Mesmo assim, a Resolução nº 1.441 já foi aprovada. E o Iraque aceitou essa resolução, aceitou colaborar com os inspetores, baseando-se nessa resolução.

Os membros do Conselho de Segurança, à época, entraram em contato com pessoas especializadas em legislação dentro do Conselho, para saber se essa resolução permitia que o Iraque fosse atacado. E o Conselheiro Legislativo do Conselho de Segurança determinou que essa resolução não permitisse qualquer tipo de ato contra o Iraque e que, no caso, dever-se-ia aprovar outra que permitisse o ataque. E nós, antes de assinar a Resolução nº 1.441, entramos em contato com os países amigos, perguntando se ela permitia atacar o Iraque. Recebemos o conselho desses países – por meio de seus conselheiros legislativos – de que essa resolução jamais permitiria atacar o Iraque.

O Iraque, logo depois, aceitou a volta dos inspetores de armas de destruição em massa e colaborou com eles. A Resolução nº 1.441 não limitou um prazo para que os inspetores terminassem seu trabalho no Iraque. Todos assistiram às declarações dos Srs. Hans Blix e Mohammed El Baradei, que afirmaram que o Iraque colaborou de maneira integral e positiva com os inspetores. Mesmo assim, os Estados Unidos, com o apoio da Grã-Bretanha, tentaram pressionar os inspetores, pedindo uma colaboração integral deles. Mas os inspetores perceberam que não deveriam continuar sofrendo essas pressões norte-americanas.

Os Estados Unidos tentaram conseguir outra resolução que fosse aprovada no Conselho de Segurança e que permitisse um ataque contra o Iraque, mas não conseguiram sucesso. Todos nós vimos quando o governo norte-americano apresentou documentos falsos, que alegam que o Iraque está escondendo armas de destruição em massa, assim como o governo britânico apresentou outro documento falso, que alega que o Iraque exportou urânio para fabricar armas de destruição em massa.

Os Senhores presenciaram as declarações dos Srs. Hans Blix e Mohamed ElBaradei, quando eles declararam que esses documentos são falsos.

E, se analisarmos a política externa americana contra o Iraque, podemos observar que há vários objetivos a serem alcançados pelo Governo norte-americano, e cada vez eles têm mais objetivos para alcançar diante do Iraque.

Na primeira etapa, eles pediram que o Iraque aceitasse a volta dos inspetores de armas de destruição em massa. O Iraque aceitou.

Assim que eles pediram que o Iraque colaborasse com os inspetores, o Iraque aceitou.

Pediram que o Iraque apresentasse um relatório completo sobre as armas que possui e deram um prazo de uma semana.

Na época, eles estavam pedindo um milagre, porque querem usar os detalhes do relatório como pretexto para atacar o Iraque.

Mesmo assim, o Iraque apresentou um relatório completo, com 1.800 páginas, que cita todas as armas que o Iraque possuía.

Mas lamento dizer que o Presidente norte-americano, George Bush, pediu a saída dos inspetores e dos diplomatas estrangeiros, para atacar o Iraque.

O Iraque aceitou todas as resoluções da ONU e colaborou com os inspetores.

Atacar o Iraque não é legítimo. Está fora das leis internacionais.

Há uma prova sobre as intenções norte-americanas; que eles, algumas semanas atrás, tentaram pressionar o Conselho de Segurança para que ele aprovasse uma resolução que poderia permitir um ataque contra o Iraque.

Eles estão alegando que a última resolução permite atacar o Iraque. Por que, então, tentaram antes pressionar o Conselho de Segurança para que aprovasse uma outra resolução que permitisse um ataque? Mas, graças a Deus, temos as forças do bem, as forças que defendem a paz.

Entre as forças que temos hoje em dia que defendem a paz podemos citar a França, a Alemanha, a China, a Rússia, o Brasil, outros países e outros membros do Conselho de Segurança.

O governo norte-americano não conseguiu colocar ao seu lado outros países; não conseguiu, no Conselho de Segurança, outros votos. Os votos que ele conseguiu são apenas da Espanha, da Bulgária e da Grã-Bretanha.

Essa guerra que o governo norte-americano está travando contra o Iraque não é legítima. É uma guerra da lei da selva. Por isso, podemos observar que o mundo inteiro se posicionou contra essa guerra.

Mas, graças a Deus, essa guerra conseguiu mostrar as verdadeiras intenções do governo norte-americano. Eles alegam que são a favor da paz e que querem que a paz reine no mundo; mesmo assim, podemos observar que estão atacando outros países. Alegam que são a favor dos direitos humanos. Colocaram sanções econômicas contra os iraquianos. Alegaram que são a favor da democracia, mas, ao contrário, estão se posicionando contra a posição da população americana, que é a favor da paz. Alegam que são a favor da democracia, mas não respeitam a decisão do povo iraquiano, que escolheu, com uma grande maioria, seu Presidente.

Escolher o presidente de um país é uma questão interna. Ninguém deveria interferir nos problemas de outro país.

Será que um país tem direito de derrubar um presidente colocando outro em seu lugar, mesmo que o povo desse país tenha escolhido o seu presidente? Esse fato é muito grave nas relações internacionais.

Se a comunidade internacional aceitar a posição norte-americana, o governo norte-americano vai querer fazer o mesmo em outros países: derrubar seus presidentes e colocar outros que defendam os seus interesses.

Não tenho muito mais a dizer a respeito disso, mas vou reduzir minha palavra a alguns pontos.

Primeiro, somos um país que gosta da paz, defende-a e ama outros países, assim como respeitamos a legitimidade e as leis internacionais. Confirmamos também que o Iraque não possui armas de destruição em massa, o que foi confirmado pelos inspetores de armas. Até os inspetores norte-americanos confirmam essa realidade. Outra personalidade brasileira muito famosa e importante confirmou esse fato. Em entrevista ao **Correio Braziliense** em 18 de setembro do ano passado, o Sr. Bustani confirmou que o Iraque não possuía armas de destruição em massa. Então, quando ele falou a verdade, os Estados Unidos se posicionaram contra ele, pressionaram a ONU e conseguiram sua demissão.

A política norte-americana quer dizer ao mundo: ou vocês seguem minhas instruções e minhas determinações, defendendo meus interesses, ou vou tirar suas riquezas. Será que esses são os princípios humanitários que os Estados Unidos alegam estar defendendo no mundo? O mundo inteiro se enganou com esses princípios que os Estados Unidos alegam defender. Mas hoje, graças a Deus, podemos observar que não é mais assim: desde 2000 até 2003 que o mundo inteiro percebeu as intenções norte-americanas e a sua falsidade. Pela primeira vez, o mundo inteiro se posicionou contra a política norte-americana – oficialmente e por meio das manifestações populares que foram organizadas. É por isso que os Estados Unidos não conseguiram ter sucesso no Conselho de Segurança. As manifestações mostram que a comunidade internacional entendeu a missão do governo norte-americano.

Então, o que estão querendo? Tomar as riquezas petrolíferas. O Sr. Presidente Saddam Hussein, numa oportunidade, tentou debater com eles, tentou chegar a uma solução para ajudá-los – no caso, exportar o petróleo iraquiano. Mas eles não querem que trabalhemos com eles tendo como base o respeito multilateral. Na realidade, a intenção deles é tomar o petróleo e usá-lo para pressionar outros países. Eles querem, depois de tomar o petróleo iraquiano, pressionar os governos de outros países: se eles não seguirem a política norte-americana, os Estados Unidos vão recusar-se a vender o petróleo para eles.

Eu gostaria de agradecer a posição do governo brasileiro, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e também do povo brasileiro, que é pacífico. Mas, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelas tentativas e esforços no sentido de evitar essa guerra. Essa posição é baseada na tradição do povo brasileiro, que ama a paz. Também espero que o povo brasileiro faça muito mais do que isso para evitar uma guerra que pode resultar na morte de muitos inocentes.

É tudo o que tinha a dizer.

Deixo às Srªs e aos Srs. Senadores o espaço para apresentem suas perguntas e comentários.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador do Iraque, Sr. Jarallah Alobaidy.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente desta Comissão; Srª. Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; Exmº Sr. Embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy.

Neste momento dramático de iminente conflito, aliás, injusto, contra o qual se levantou a maioria das nações livres do mundo – quase a totalidade delas – o povo brasileiro, desde o seu Presidente até as pessoas mais simples têm tentado, sem muito êxito – devo reconhecer –, arrefecer os ânimos e evitar que o conflito aconteça.

Ontem, em uma conclamação, assinada por unanimidade pelas Srªs e Srs. Senadores, o nosso Presidente, emocionado – emoção que lhe causou uma rouquidão, aliás, esse sintoma manifestado por S. Exª representa a nossa alma mais do que os próprios parágrafos que assinamos naquelas duas folhas de papel. Estamos roucos, sim, todos, na alma, no espírito, por clamarmos – parece-nos que como João Batista, no deserto – sem que possamos ter uma resposta efetiva.

A leitura da Bíblia não nos deixa muitas esperanças, quando vemos que mesmo num ambiente perfeito, como era o paraíso – aliás, segundo a Bíblia, entre os rios Tigre e Eufrates, exatamente onde, hoje, está o território Iraquiano – um lugar de riquezas infindáveis, e essas riquezas, ao longo da história, têm provocado tantos conflitos.

A natureza humana é extremamente perigosa.

Seria ingênuo supor que não haja por trás dessa guerra interesses geopolíticos e econômicos de dominação por parte de um povo já tão aquinhoado, abençoado, que, embora tenha 5% da população mundial, domina 50% da economia do mundo.

No início dos nossos debates e dos nossos esforços aqui no Senado, esperávamos mesmo que essa guerra não acontecesse. Agora, a nossa esperança é que ela não dure muito. Que não haja tantas

crianças sofrendo. Esta é a nossa oração. Por outro lado, essa natureza humana, embora disfarçada por discursos feitos até pela maior nação cristã ocidental, se desnuda.

Lembro-me de um discurso muito realista do grande Apóstolo Paulo, que dá nome ao Estado ao qual a nossa Senadora tem tanto orgulho de pertencer e hoje é representado por dois ilustres cidadãos, que são os Presidentes dos Conselhos de Relações Exteriores.

O Apóstolo Paulo, já de cabelos grisalhos, disse o seguinte: "Maldito homem que sou, porque o bem que quero fazer esse não faço. E o mal que não quero fazer esse faço". Que condição humana! Que coisa monstruosa dita por um dos maiores apóstolos, mas que não conclui pessimistamente! Aí, ele diz o seguinte: "Mas, graças a Deus, porque o poder de Deus se aperfeiçoa na fraqueza e, quando tenho consciência da minha pequenez, da fraqueza tiro forças". Talvez falte isso a esses agressores que, embora detentores da economia mundial, hoje, diante dos olhos do mundo, reduzem-se a uma fraqueza tão grande e expõem sentimentos tão pequenos diante do sofrimento desse povo.

Portanto, gostaria, Sr. Presidente, sensibilizado e honrado por ser seu companheiro nesta Comissão e vê-lo ontem como João Batista, clamando no deserto, solidarizar-me com o povo do Iraque e pedir a Deus que, na sua infinita misericórdia e compaixão, possa abreviar, diminuir o sofrimento desse povo.

Não tenho perguntas a fazer, mas gostaria de agradecer e expressar a minha alma neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Deputado Neiva Moreira.

O SR. NEIVA MOREIRA (PDT – MA) – Sr. Presidente, integro um grupo de Deputados que vai à Embaixada dos Estados Unidos para protestar contra esse ato, que não é uma agressão, não é um ato militar, mas é um ato de pirataria para o roubo das riquezas do Iraque e, mais do que isso, para colocar no centro geo-estratégico do mundo, que é aquela região do Oriente Médio, o poderio norte-americano.

Temos que entregar um apelo para que haja um momento de bom senso e cessem as hostilidades contra esse país. O Iraque já sabe que essa posição não é minha, nem da Câmara, nem do Senado, mas da totalidade do povo brasileiro. Na minha longa vida pública, poucas vezes vi um momento de unidade, de reação, de indignação como este que está ocorrendo no meu País.

Receba o meu abraço e minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra deseja formular uma pergunta.

Como são muitos os inscritos, daremos a palavra a três parlamentares e, em seguida, sempre, retornando ao Embaixador.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Embaixador Jarallah Alobaidy, é um prazer muito grande ter V. Exª aqui na Comissão. Como já disse, gostei da sua explanação, que representa a indignação do povo iraquiano.

Só queria fazer uma pergunta. O senhor falou que são três as resoluções, e eu queria saber, Sr. Embaixador, a data da Resolução nº 687, que é a primeira. A segunda é de 1988, é a nº 1.284. E da última, a mais importante, a nº 1.441, eu também queria saber a data. Além isso, eu gostaria que o senhor se manifestasse a respeito da ONU: o que o senhor acha de uma Organização das Nações Unidas que não consegue conter essa situação que vivemos hoje? São as duas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estou recebendo um apelo para que, antes de o Embaixador responder, mais quatro Parlamentares usem da palavra, porque desejam estar presentes na manifestação junto à Embaixada dos Estados Unidos. Solicito, então, a todos, que sejam breves.

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Aproveito este momento para saudá-lo, Sr. Presidente, bem como a companheira Zulaiê e, quebrando o protocolo da Casa, saúdo o Embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy. Lembro-me de que, nos escritos de Che Guevara, ele escreveu: "Se tu consegues te indignar por qualquer injustiça cometida a qualquer homem no mundo, então, somos companheiros". Entendo que este é o sentimento de companheirismo e de solidariedade que envolve todos os brasileiros e parte do mundo hoje.

De certa forma, hoje é um dia muito triste para a humanidade. Bush, de forma revoltante, impõe os seus desejos e as suas vontades. Eu queria trazer, neste momento, a dor e a solidariedade do povo do meu Estado, o Acre, das mulheres da floresta, das seringueiras, das ribeirinhas, que, às vezes, conseguem ser até mais solidárias do que nós.

Hoje, no Parlamento, estão funcionando várias outras Comissões. Particularmente, o meu desejo hoje é que todos os movimentos estivessem voltados para este momento, para que todos pudéssemos ser solidários com a sangria que acontece hoje no Iraque.

Trago a solidariedade dos homens e mulheres da floresta que, na sua maioria, neste exato momento, nem foram fazer a coivara no seu roçado, nem foram pescar nem foram caçar. Estão em casa com o rádio ligado, no pé do ouvido, ouvindo as notícias do mundo. É a forma que têm os povos da floresta, desde os tempos mais longínquos, de demonstrar sua solidariedade.

Sr. Embaixador, Sr. Presidente, hoje, o grito que ecoa nas florestas da Amazônia, do Acre, em todo o Brasil, é um só. A pergunta que se faz é a seguinte: neste momento, é o petróleo no Iraque; amanhã será talvez a nossa reserva de água doce ou, quem sabe, a nossa densa floresta amazônica, que os Estados Unidos preferem dizer que é o pulmão da humanidade, e que nós dizemos que é patrimônio do Brasil e que é nossa? Ou será que amanhã vai ser a nossa biodiversidade? O Brasil tem hoje – e está no meu Estado do Acre, na Serra do Divisor – a maior biodiversidade do planeta. Queremos não ter que, daqui a mais alguns anos, viver o mesmo drama que hoje vive o povo do Iraque.

Vou finalizar, porque sei que vários parlamentares querem falar, registrando a homenagem do povo do meu Estado do Acre, do Brasil como um todo, e destacando numa pequena estrofe do hino acreano, que lá dizemos que se trata de um hino de nação, porque, ontem, ninguém neste País conseguiu dormir, com certeza. É uma tristeza que sentimos, neste momento, porque vemos o que a humanidade vive hoje. Queria traduzir a solidariedade do povo do Acre num pequeno trecho do nosso hino, que diz:

"Mas, se audaz estrangeiro algum dia
Nossos brios de novo ofender,
Lutaremos com as mesmas energias
Sem recuar, sem cair, sem temer."

Essa é a solidariedade dos homens e das mulheres da floresta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srª Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputada Zulaiê Cobra; Sr. Embaixador Jarallah Alobaidy, a quem trazemos o nosso abraço, a nossa solidariedade e o nosso apoio e manifestamos a nossa indignação; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados, estou aqui com uma fotografia com o Vice-Primeiro Ministro do Iraque, o General Tareq Aziz, um católico.

Estivemos lá há um mês, quatro Deputados brasileiros, e tenho um cartão do Coordenador-Diretor dos Inspetores da ONU, com o qual estivemos reunidos, juntamente com 30 Deputados do Parlamento europeu. Os Inspetores da ONU nos disseram que, em três meses, não tinham encontrado nenhum sinal de arma de destruição em massa.

Portanto, estamos, hoje, reunidos aqui para protestar contra a insanidade desse carniceiro da humanidade, chamado Bush. O Presidente do Senado, Senador José Sarney, disse que ele é um ditador do mundo. É um homem que não respeita leis internacionais, não respeita um fórum internacional como o da ONU. Ele é um grande perigo para a humanidade, sem querer fazer proselitismo, mas só analisando os fatos. Qualquer coisa pode acontecer com qualquer povo do mundo, a partir da guerra que ele iniciou contra o Iraque.

Portanto, esse ato aqui manifesta a nossa indignação e a nossa solidariedade ao povo iraquiano, que não merece o que está sofrendo. E também queremos dizer que devemos dar continuidade a essa luta por uma sobrevivência da civilização humana, que hoje está em perigo, com a força que tem o Bush e a sua turma no poder nos Estados Unidos.

Agora, já não se pode mais evitar a guerra, pois esta já iniciou. Mas a luta pela paz deve ter mais força, para que possamos impedir a continuidade dessa guerra, para que ela possa ser encerrada ainda hoje ou amanhã. Essa guerra precisa ser encerrada pelo levante dos povos do mundo, pela consciência.

Em todo o período em que o Papa está no seu mandato, não o vi tão indignado e tão ativo como agora. Depois que nos reunimos com Tareq Aziz, na semana seguinte, ele foi recebido pelo Papa. São bilhões de seres humanos que estão se mobilizando em favor da paz e contra a continuidade da guerra. Isso há de prevalecer. Vamos à Embaixada norte-americana levar um documento que os Srs. Senadores ainda estão assinando. Até lá irão Líderes de todos os Partidos – e vamos ver se o Presidente da Câmara pode nos acompanhar também. Nossa intenção é fazer cessar a guerra. Precisamos impedir a continuidade da guerra e fazer a ONU funcionar. Se a ONU não funcionar como deve, de acordo com seus princípios, o que funcionará será apenas a vontade do Bush.

No Brasil, existe uma corrente minoritária que está na defensiva, como, por exemplo, um professor da USP, Coordenador do Núcleo Estratégico, Professor Brás Araújo, que escreveu um artigo para a **Folha de S. Paulo**, na semana passada, e deu uma entre-

vista a **Globo News**, defendendo o alinhamento com os Estados Unidos. Isso é um suicídio, é vassalagem. Trata-se de uma mente colonizada. Não importam quantos títulos de professor universitário ele tenha. Ele não sabe como foi construído o Brasil: com a cabeça erguida contra invasores, contra ocupantes, contra colonizadores. Portanto, devemos ter uma posição firme a esse respeito.

Cumprimento o Ministro Celso Amorim, pela política exterior brasileira, e também o Presidente Lula, que estão comandando essa resistência contra a guerra e a solidariedade ao povo do Iraque, num movimento em favor do Iraque e da autodeterminação dos povos.

Parabéns, Senador Eduardo Suplicy, por promover esta reunião!

Sr. Embaixador, receba a nossa solidariedade, a solidariedade do povo brasileiro, ao seu povo.

Muito obrigado.

O SR. JARALLAH ALOBAIDY – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Aproveito a oportunidade para atender a um pedido do Deputado Dr. Rosinha. Trata-se da apresentação do relatório da visita que fizeram ao Iraque os Deputados Dr. Rosinha, Orlando Fantazzini, Jamil Murad e Tarcísio Zimmermann.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Embaixador, nosso sentimento de indignação contra essa violência cometida contra o povo iraquiano nos dificulta até mesmo fazer aqui uma interpelação ou um debate de esclarecimento. Pode haver ainda algo a ser desvendado ou a ser esclarecido, mas nenhum detalhe ainda não esclarecido pode justificar essa decisão que afronta a humanidade. Essa decisão de ir à guerra é unilateral e afronta a representação da humanidade, a Organização das Nações Unidas, que teve na sua origem uma iniciativa muito forte dos Estados Unidos.

A ONU é fruto de esforços e empenhos muito grandes, não só na sua primeira versão, pelo Presidente Wilson, como também na sua segunda versão, pelo Presidente Roosevelt. Essa Organização, que representa os povos do mundo, foi afrontada por esse ato de violência. Isso não pode deixar de causar, a todo ser humano que vive neste Planeta, esse sentimento de indignação que o Embaixador e todos aqui estão observando entre Senadores e Deputados brasileiros.

Sr. Embaixador, eu ainda gostaria de pedir uma informação a V. Exª a respeito do uso da moeda de venda do petróleo que o Iraque e o Irã têm usado ultimamente. Gostaria de saber se é verdade que Iraque e Irã deixaram de usar como moeda nas suas trocas internacionais, nas suas vendas, o dólar e passaram a usar o euro. Isso, obviamente, também pode estar por trás dessa decisão desesperada e insana do Presidente Bush de buscar a guerra e derrotar o governo iraquiano para poder impor como moeda internacional novamente o dólar, que está perdendo posição em relação ao euro.

Então, peço a V. Exª que nos diga também alguma coisa sobre isso, mas o essencial é registrar aqui, é manifestar a indignação de todos nós contra esse ato que, como eu disse, afronta a humanidade, afronta o ser humano, afronta toda a história do mundo até hoje, cuja evolução culminou na Organização das Nações Unidas, hoje tão desprezada por essa força e esse uso de violência. Meus cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Saturnino.

Concedo a palavra à Deputada Luciana Genro.

A SRª LUCIANA GENRO (PT – RS) – Sr. Presidente, quero saudar o ilustre Embaixador, o Senador Suplicy, a Deputada Zulaiê, o Senador Crivella e os demais Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que aqui estão neste importante momento.

Também concordo com a Deputada Perpétua no sentido de que este é o evento mais importante do Congresso Nacional neste momento, porque nada está acima das preocupações ou, pelo menos, nada pode estar acima das nossas preocupações do que essa terrível guerra. Na verdade, não é uma guerra, mas uma tentativa de massacre contra o povo iraquiano perpetrada pelo governo norte-americano.

Creio que nos cabe aqui uma reflexão, já que o governo Bush criou a expressão "eixo do mal". Parece-me que nos cabe refletir sobre quem é o verdadeiro "eixo do mal". Na minha opinião, o "eixo do mal" está lá, na Casa Branca, no Pentágono. É lá que se organiza a maior maldade que vai ser perpetrada contra uma importante parte da humanidade, já que, segundo as estimativas, nas próximas 48 horas, mais bombas cairão sobre o Iraque do que nas duas guerras mundiais que este mundo já presenciou. Quinhentas mil pessoas podem ser mortas e mais de dois milhões podem se transformar em refugiados.

Esse é o verdadeiro "eixo do mal", que não se preocupa sequer em usar armas que podem provocar, como já provocaram na Guerra do Golfo, surtos

de câncer – dezenas de milhares de pessoas no Iraque são vítimas ainda hoje desse mal –, além de desastres ambientais, já que até hoje os mares da região estão sendo tratados por causa dos barris de petróleo que foram lá derramados.

Portanto, queremos manifestar de fato a nossa indignação frente à arrogância do governo Bush, que diz querer libertar o povo do Iraque, quando, na verdade, o que faz é pisotear a soberania do povo do Iraque; e, mais do que a soberania do povo do Iraque, pisotear a soberania dos povos do mundo inteiro, que têm se manifestado categoricamente contra essa guerra. Já houve milhares de manifestações com a participação de milhões de pessoas e, certamente, ocorrerão ainda outras.

Nessa angústia, nessa tristeza que nos acompanha neste momento, temos também um conforto, que é saber que o ódio dos milhões e milhões que vêm lutando contra o imperialismo norte-americano nos movimentos antiglobalização, nas manifestações que têm ocorrido mundo afora, como, por exemplo, na minha cidade, que é sede do Fórum Social Mundial, será multiplicado depois dessa guerra. Certamente vão crescer o ódio e o repúdio dos povos de todo o mundo contra o Governo Bush, contra o imperialismo norte-americano, fazendo com que a nossa luta em defesa da soberania e da autodeterminação dos povos fique cada vez mais forte. E nós nos somamos a este apelo, a esta exigência de que essa guerra pare, de que esse massacre pare. Temos a certeza de que o Parlamento brasileiro se soma a essa luta, que só será vitoriosa, só poderemos parar esse massacre se os povos de todo o mundo continuarem se mobilizando.

E nós, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, também nos associamos à manifestação, dando a nossa contribuição a essa grande mobilização mundial contra a guerra. Inclusive, hoje, participaremos de manifestação em frente à Embaixada dos Estados Unidos, onde nos somaremos a sindicalistas e a participantes de movimentos sociais que lá estarão para protestar, engrossando esse movimento mundial contra a guerra, contra o massacre do povo iraquiano.

A nossa solidariedade, o nosso apoio e a nossa certeza de que o povo iraquiano não irá se render!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra ao Deputado Jackson Barreto e, em seguida, ao Embaixador do Iraque. Após a fala do Embaixador, seguiremos com o Deputado Nilson Mourão.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PT – RJ) – Sr. Presidente, sinto que na reunião há duas possibilidades: a primeira, de expressar solidariedade ao Iraque e indignação com a decisão americana de atacar; e, a segunda, de formular perguntas sobre a situação e o desdobramento. Sinto que a primeira possibilidade está sendo avançada. No entanto, pediria a V. Exª, Sr. Presidente, que, antes de passar a palavra para o Embaixador, deixasse que se esgotassem as manifestações de solidariedade e de indignação para, depois, entrarmos em uma fase de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Considerarei isso, na medida em que tantos querem expressar uma palavra ao Embaixador.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PT – RJ) – V. Exª está rouco. Já entendi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Consulto se todos estão de acordo. (Pausa.)

O SR. FERNANDO GABEIRA (PT – RJ) – Sr. Presidente, V. Exª irá se guiar pela ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Exatamente; vamos seguir a ordem de inscrição para, em seguida, darmos a palavra ao Embaixador.

Seguiremos a sugestão de V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMN – SE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Suplicy; Srª Deputada Zulaiê Cobra, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, quero, neste momento, também fazer uma manifestação não apenas em nome do meu Partido, mas em nome da minha consciência de cidadão. Quero manifestar também o nosso apoio à posição do Presidente Lula de independência e fidelidade ao princípio da autodeterminação dos povos.

Sentimos, Sr. Embaixador, uma sensação de impotência diante da agressão que o povo iraquiano sofre neste momento, e o máximo que podemos fazer estamos fazendo, nós, Deputados e Senadores, o Congresso Nacional e o Governo do meu País.

Confesso a V. Exª que, nesta noite, como bem disse a Deputada Perpétua Almeida, o mundo inteiro não conseguiu dormir. Confesso que, durante muito tempo, estive com a televisão ligada na **CNN**, acompanhando o desenrolar dos fatos, sentindo aquela mesma sensação de impotência.

No momento em que manifestamos a V. Exª a nossa solidariedade, lembro aqui alguns fatos que o mundo já conheceu dessa mesma política externa do Governo norte-americano e, por coincidência, de um Governo republicano. Na época, o Presidente dos Estados Unidos era o Sr. Ronald Reagan. Lembro-me de alguns fatos – como testemunha está aqui o ilustre Senador Arthur Virgílio. Lembro que, quando, em 1979, chegamos a esta Casa como Deputado Federal – e renovamos o nosso mandato em 1982 –, a nossa luta era pela redemocratização do País, contra a ditadura no Brasil e as ditaduras da América Latina, todas elas financiadas pelo Governo norte-americano.

Lembro-me de uma discussão que tivemos num Departamento de Estado norte-americano. Havia uma comissão de Deputados – e, de saudosa memória, registramos a ausência entre nós da Deputada Cristina Tavares, dentre os demais. Havia ditadura no Brasil, havia a ditadura assassina do Chile, havia ditadura na Argentina e no Uruguai, que outrora foi a Suíça da América, e havia ditadura no Paraguai. E, neste momento, não vemos nenhuma autoridade moral dos Estados Unidos em querer aparecer ao mundo como salvador da pátria ou como polícia do mundo a acusar a ditadura do Iraque, até porque, com todo o respeito que tenho ao seu país, os Estados Unidos talvez sejam o único país do mundo que não tem autoridade moral para falar de ditaduras.

Lembro-me perfeitamente quando o Governo Ronald Reagan queria, de qualquer forma, abafar e impor a sua vontade ao povo da Nicarágua, que, naquele momento, derrubava a ditadura de Somoza, e o Governo sandinista assumiu o poder naquela época.

Com essas lembranças, quero manifestar a nossa solidariedade. Coincidentemente, estamos à mercê de mais um Governo republicano, no velho estilo da política externa norte-americana de agressão e de imposição de sua vontade ao mundo.

Na verdade, não assistimos a uma guerra, porque em uma guerra sentimos a necessidade do equilíbrio de forças. O que acontece hoje é uma invasão do território iraquiano. E, há pouco, um Deputado perguntou: hoje é o Iraque, e amanhã, quem será?

Quero, neste momento, ao concluir minhas palavras, Senador Eduardo Suplicy, Deputada Zulaiê Cobra, Sr. Embaixador, lamentar profundamente o desrespeito e o enfraquecimento da ONU. Acredito, Sr. Embaixador, que, depois desse fato lamentável, uma nova ordem vai reorientar o mundo. Não acredito que a ONU venha a ser desmoralizada ou enfraquecida; talvez até deste episódio surja uma nova ordem mundial, porque a posição do Conselho de Segurança da ONU de não avalizar a vontade e o pensamento do Governo americano já serviu como exemplo para todos nós. É uma atitude que considero um ato de coragem, nunca então conhecido, por parte da ONU.

E, por fim, quero lamentar profundamente aquela foto da última reunião do Presidente Bush, do 1º Ministro da Espanha, José María Aznar, e do 1º Ministro da Inglaterra, Tony Blair, distribuída pelas agências internacionais, em que os três aparecem sorrindo para anunciar uma guerra. Nunca vi tanto cinismo numa fotografia para se anunciar ao mundo o assassinato de milhares e milhares de inocentes. Quero, ao concluir minhas palavras, Sr. Embaixador, deixar demonstrada nossa solidariedade. Peço, também, à Comissão permissão para me retirar, porque vou fazer parte da comissão que vai à Embaixada dos Estados Unidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Queremos registrar, Deputado Jackson Barreto, que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela **TV Senado**, o que representa uma oportunidade para a Embaixadora Donna Hrinak acompanhar tudo que está sendo dito aqui. S. Exª foi convidada a comparecer, mas me informou que não poderia, porque estaria viajando. Parece, na verdade, que voltou a Brasília e, se quiser, ainda poderá vir. Entretanto, confirmou sua presença para o dia 3 de abril. Está sendo dada, de maneira eqüitativa, uma oportunidade aos Embaixadores do Iraque e dos Estados Unidos.

Passo a palavra ao Deputado Nilson Mourão.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srª Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Zulaiê Cobra, Sr. Embaixador do Iraque, em primeiro lugar, quero manifestar minha integral solidariedade ao povo iraquiano, que hoje está sendo submetido a esse bombardeio e está resistindo bravamente. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero exprimir minha indignação e perplexidade ante um ato tão insano, praticado por uma nação que, de certa forma, tem uma história de luta pela liberdade.

É impressionante, Sr. Presidente, Sr. Embaixador, como, em determinados momentos da história, algumas nações ou pessoas se sentem ungidas de Deus, os messias, os salvadores. No século XV, os espanhóis e os portugueses se sentiram os enviados de Deus; vieram para a nossa América e, em nome do cumprimento dessa missão divina, aqui chegaram, destruíram culturas, assassinaram crianças, idosos, mulheres, semearam o terror e levaram nossas rique-

zas para a Espanha e Portugal. Tudo isso, no cumprimento de uma missão. Hoje, no início deste novo século, é impressionante como, em todas as suas aparições, o Presidente George Bush se apresenta como um ungido, um missionário, alguém enviado por Deus para libertar as nações, para levar a liberdade. S. Exª impôs-se esta missão.

Naturalmente, foi uma grata satisfação ouvir o pastor da Igreja de que o Presidente George Bush participa nos Estados Unidos desautorizar essa concepção, dizendo que ele e sua Igreja não compartilham essas idéias, que são a favor da paz.

Assim, Sr. Presidente, quando esses fatos de destruição, de invasões, de cruzadas, quando esse desejo de guerra é movido também por inspiração divina, torna-se duplamente perigoso, porque, como o Presidente Bush, o Estado americano – e não o povo americano – é o único no mundo, hoje, com hegemonia militar e política depois do fim da Guerra Fria e passa por cima do Direito internacional, pisoteia a ONU, humilha o Conselho de Segurança e, sobretudo, Sr. Presidente, ignora as manifestações feitas no mundo todo – graceja da França, da Alemanha, da Rússia e dos outros países que se colocaram contra essa invasão.

Desse modo, Sr. Presidente, faz-se necessário um rearranjo no mundo para colocar um freio, para colocar um basta nessa sede insaciável de domínio do Estado americano.

A intervenção do Embaixador foi suficientemente esclarecedora em relação aos elementos que compuseram essa questão do Iraque. Absolutamente esclarecedora. Não nos cabe entrar nas questões internas da vida do povo iraquiano. Eles têm autonomia.

Sr. Presidente, encerro esta minha breve intervenção aqui nesta reunião, dizendo que o sangue das crianças, das mulheres, dos idosos, enfim, de toda a população civil inteiramente desarmada, que vai ser derramado no Iraque nos próximos dias, com essas bombas – e muitas delas estão sendo testadas nessa guerra –, será uma semente para a conformação de uma nova ordem internacional.

Esse é o meu desejo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Deputado Nilson Mourão.

Com a palavra, o Deputado Leonardo Mattos.

O SR. LEONARDO MATTOS (PV – MG) – Obrigado, Sr. Presidente, Srª Presidente, Sr. Embaixador, Sr. Tradutor, Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, é uma honra muito grande a oportunidade de fazer uma breve manifestação em defesa do povo iraquiano e de todo o Oriente Médio. Manifesto também a nossa perplexidade com essa conquista do mundo ocidental, que se imbuiu de propósitos nobres para galgar avanços tecnológicos e, hoje, usá-los contra a vida e o patrimônio histórico, agredindo uma nação cuja história tivemos a oportunidade de estudar em livros e na Bíblia – o Tigre, o Eufrates, onde se originou a nossa cultura.

Foram ditas algumas palavras, Sr. Embaixador, lembrando a nossa impotência. Isto é que me tem incomodado muito: assistir à impotência de todos os países deste planeta ou de quase todos ante o império americano. Onde isso vai terminar? Precisamos terminar com isso. As nações precisam reagir. O Iraque e seu povo, juntamente com o povo da Palestina, têm mostrado muita coragem, talvez a coragem que faltou a todos os outros países. Precisamos assumir isso. O que está faltando para reagirmos a essa violência que é cometida contra toda a Humanidade? Vemos meninos com 4, 5, 6, 7 anos de idade jogando pedras em tanques na Palestina! E nós, o que iremos fazer? Qual será a nossa atitude veemente contra essas agressões? Quando vamos, realmente, praticar uma sociedade liberta? Quando vamos atingir aquilo que a nossa inteligência nos possibilitou por meio de avanços tecnológicos?

Não tenho perguntas a fazer, mas gostaria que V. Exª, Sr. Embaixador, representando todo o mundo corajoso deste planeta, colocasse para nós como poderemos também contribuir para acabar com esse tipo de invasão e de agressão. Enfim, que toda a humanidade seja altruísta, que seja grande e independente, e é importante que essa independência geográfica migre para a independência individual dos povos.

É essa a nossa busca, é essa a nossa ansiedade e é por isso que estamos também, como todos os demais Srs. Deputados e como todo o País, indignados com essa agressão.

Muito obrigado por sua presença.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado a V. Exª, Deputado Leonardo Mattos.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Sr. Presidente, Srª Presidente, Sr. Embaixador, não vou mais expressar a minha indignação com a invasão do Iraque, não vou mais expressar solidariedade, porque me identifico com todas as palavras que foram ditas aqui, e quero, quem sabe, iniciar uma fase de reflexão

sobre o que está se passando e o que nós podemos fazer.

A primeira pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Embaixador é se é possível descrever, com as informações que S. Exª tem, o que houve nessa madrugada e ontem. Nessa madrugada – talvez já fosse de manhã no Iraque –, ataques pontuais foram feitos em alguns pontos do Iraque e, ontem, verificaram-se alguns choques já na fronteira sul, em Al-Zubair, onde houve um confronto de tropas. Gostaria de saber se S. Exª pode traçar um quadro do que está acontecendo neste momento.

O segundo ponto é que eu percebi, agora, e tenho percebido ao longo dos dias, que tanto os americanos como os ingleses não se prepararam para uma ação humanitária. Eles não se prepararam para a hipótese de uma tragédia. No levantamento que se fez agora, foi constatado que há dinheiro para manter algumas pessoas durante algum tempo – talvez um mês –, mas não se sabem quantos refugiados surgirão nem qual a sorte de problemas que terão. Ontem, por exemplo, na Avenida Yasser Arafat, em Bagdá, as farmácias estavam todas tomadas por pessoas comprando esparadrapo e todo tipo de medicamento que pudesse ser usado em caso de emergência.

Pergunto também ao Sr. Embaixador: no caso de uma tragédia, o que V. Exª aconselharia o Brasil a fazer? Se nós pensamos em ajudar efetivamente, qual seria a melhor posição geográfica para nos situarmos e quais seriam os melhores mecanismos para utilizarmos?

Finalmente, uma pergunta de ordem política que também é importante: como V. Exª avalia a oposição no Iraque? Como avalia os grupos de oposição que estão se movimentando ao lado dos Estados Unidos, ou em cumplicidade com os Estados Unidos, no sentido de buscar o poder no Iraque? V. Exª acha que pode haver alguma estabilidade no Iraque com a possível queda do regime, ou não? Como S. Exª vê o futuro do Iraque? O próprio presidente Bush admitiu esta manhã que a guerra será mais prolongada do que se imagina. De qualquer maneira, existe uma grande reflexão sobre o pós-guerra. Como S. Exª vê esse processo também?

São as perguntas que faço, evidentemente ressaltando que, durante todo o tempo, fizemos o que foi possível, no Brasil, pela paz. Agora, pretendemos fazer, também, diplomaticamente, o que for possível para transformar a guerra em algo mais curto.

Eu queria apenas me permitir sugerir que parte da audiência pública pudesse ser destinada a uma troca de informações, evidentemente respeitando e considerando a importância da manifestação política de indignação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deputado Fernando Gabeira, vamos respeitar a sua própria sugestão, permitindo que todos formulem a sua solidariedade ou pergunta, para, depois, o Embaixador responder.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Sr. Vice-Presidente Marcelo Crivella, Deputada Zulaiê Cobra, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Sr. Embaixador do Iraque, eu talvez seja uma voz destoante aqui. Inevitável que todos sofremos, estamos preocupados, repudiamos a guerra e, principalmente, estamos solidários com o povo iraquiano. Somos solidários porque, sobretudo, tanto o povo iraquiano quanto o povo americano são vítimas de dois ditadores que estão promovendo um conflito de proporções inimagináveis e que, lamentavelmente, pode-se desenvolver numa grande guerra que envolverá a nós todos.

Nós, brasileiros, pacíficos, estamos aqui apenas como observadores. O Congresso fazendo o seu trabalho, o seu esforço pela paz, aprovando requerimentos, tentando de todas as formas buscar o caminho que possa ajudar no encontro da paz. Mas, lamentavelmente, temos que dizer aqui nesta discussão, com a presença do Sr. Embaixador do Iraque, que uma guerra não se faz sozinho. Há duas partes numa guerra e, inevitavelmente, existem culpas dos dois lados. Um ditador que se diz eleito pela maioria absoluta sem um voto contra no seu país, o que é uma mentira; e o outro ditador que possivelmente nem eleito foi, porque existem dúvidas até hoje se o presidente Bush foi realmente eleito pelo voto democrático do povo americano.

De um lado, temos um Iraque que simplesmente esmaga os curdos, invade o Kuwait, tem a Arábia Saudita do seu lado, mas não é seu aliado, e, lamentavelmente, quando os palestinos mais precisam do apoio do mundo árabe, esmagados e destruídos como são permanentemente, no Oriente Médio, raramente se vê a posição firme do Iraque.

Os dois lados são culpados, e o mundo inteiro vê este absurdo de uma guerra inimaginável, inadmissível, inaceitável, sendo conduzida simplesmente porque não se esgotou ao máximo o caminho de se encontrar a paz.

Os Estados Unidos, por sua vez, já acostumados com as suas invasões. Assim fizeram em Granada e no Panamá, onde pegaram um presidente com

todos os defeitos e absurdos que cometia – ainda assim foi uma agressão, por terem invadido um país.

Portanto, são dois agressores que não conseguem encontrar o caminho da paz.

Certamente tenho que citar aqui, Sr. Presidente, o equilíbrio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e acabo de receber aqui a orientação do Governo brasileiro :

1) O Iraque deve cumprir as resoluções da ONU relativas ao seu desarmamento.

2) O desarmamento do Iraque deve ser alcançado de forma pacífica e negociada.

3) Os inspetores deveriam ter tido mais tempo para fazer o seu trabalho, que está dando resultados concretos, como a destruição dos mísseis **al samoud**.

O Governo brasileiro defende a solução do problema na esfera da ONU, e nós todos estamos lamentando a diminuição do conceito das Nações Unidas, do prestígio internacional das Nações Unidas, que é a única instância que tem realmente legitimidade, de conformidade com o Direito Internacional Público. Isso tinha que se resolver por meio da ONU – e não com o Sr. Bush desafiando o Sr. Saddam, e o Sr. Saddam desafiando o Sr. Bush. E nós estamos no meio. O mundo inteiro, pacífico, vê o que está acontecendo.

Os partidos que apóiam o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vêem a intervenção unilateral e contínua e estão propugnando por uma solução multilateral que possa, realmente, levar à solução desse conflito.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que ainda existe espaço de negociação. Tenho absoluta convicção de que os povos do Iraque e dos Estados Unidos não merecem essas agressões, e é muito importante que se faça a distinção entre o Governo do Presidente Bush e o povo americano, aquele americano do interior dos Estados Unidos, que está morrendo de medo, neste momento, de ver seu país envolver-se em mais uma guerra.

Tenho absoluta convicção de que ainda temos espaço para negociar e vou cumprimentar nosso Presidente por sua capacidade de realmente entender esse conflito, por seu equilíbrio, pela proposta que faz para que voltemos às negociações imediatamente.

Termino, Sr. Presidente, lembrando algo que aprendi, nos livros de história pan-americana, de um grande líder mexicano que se chamava Benito Juárez. Dizia ele que a diferença entre a democracia e a ditadura – que hoje, lamentavelmente, vejo desaparecida dos dois lados, tanto de um quanto do outro – é que, na democracia, se o povo não gosta do Governo, o povo muda o Governo; na ditadura, Sr. Presidente, quando o povo não gosta do Governo, o Governo muda o povo.

Faço minhas, por designação do Senador Pedro Simon – que não sei se ainda se encontra neste recinto –, as palavras que S. Exª me pede para dizer, de que aguardou até o último momento, mas, infelizmente, não pôde estar presente até o fim desta reunião.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra à Presidenta Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes que V. Exª dê a palavra ao grande Senador Arthur Virgílio, comunico que tenho de sair, porque há uma manifestação da qual sou responsável e à qual tenho de comparecer. Peço desculpas a V. Exªs.

Sinto-me muito honrada, por meio da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, de ter participado desta reunião. Tenho certeza de que os Deputados continuarão presentes e levantarão suas questões. Retiro-me, então, pedindo desculpas, mas estou em cima da hora.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr. Embaixador. Muito obrigada a todos. Até a próxima reunião!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srª Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, Deputada Zulaiê Cobra; Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Crivella; Srªs e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Embaixador, quando da vinda ao Congresso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, o que ficou claramente consertado era que o Brasil teria uma posição una em relação ao conflito entre Estados Unidos e Iraque.

Portanto, sendo, como sou, Líder de um partido de Oposição ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o entendimento que tenho – e que o meu Partido tem – neste momento é que não nos cabe a não ser a decisão brasileira de legitimar o que o Presidente da República fala pelo País; portanto, fala por nós também neste momento.

Os princípios são muito claros: a condenação ao unilateralismo, que é forte, como a condenação a qualquer manifestação terrorista. Somos solidários ao povo americano em relação ao dia 11 de Setembro; somos, por outro lado, contrários ao unilateralis-

mo, que faz de uma só potência a proprietária da ética, até impondo uma certa ética sua aos demais povos do planeta, e isso não é bom.

Da mesma maneira, reafirmamos – nós o fizemos aqui, no Congresso, em debate muito amplo, e agora o fazemos pela palavra do Presidente da República – o nosso compromisso com a paz. O Brasil tem uma tradição absolutamente consolidada, e isso era observado até durante o regime militar, que tanto foi combatido pelos democratas neste País: a observância aos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos. Isso é muito claro para nós.

O compromisso com a paz, a condenação ao terrorismo e o compromisso de luta contra o unilateralismo são as nossas posições. Queremos um mundo multilateral, em que caiba a expressão de maiorias e minorias, um mundo que se pretenda cada vez mais a caminho desse passo civilizatório, que é a consolidação da democracia em todo o planeta.

O compromisso brasileiro é o de reforçar todas as possibilidades que quaisquer povos do mundo tenham de se encontrar com a democracia, na medida de atitudes que nasçam nesses próprios povos, nessas próprias nações. O Brasil é bastante sabedor de que cada povo tem o seu estágio, seu momento histórico, seu compasso. O nosso papel é estimular as manifestações que levem à democracia em cada país do mundo.

Portanto, desejamos ao seu país e a todos os países deste planeta que, cada vez mais, se aproximem da perspectiva da democracia, tal como possamos imaginar que seja a participação popular, decidindo sobre os destinos da Nação.

Neste momento, não tenho perguntas a fazer, Sr. Embaixador. Tenho apenas uma declaração final: o Brasil, pela sua posição, pelo seu Governo, não tem uma posição antiamericana. O Brasil tem uma posição contra a guerra – nada a ver com xenofobia, com sentimento antiamericano. Isso tem sido bem ressaltado, seja pela Oposição brasileira, seja pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Temos, neste momento, que firmar a nossa solidariedade às vítimas inevitáveis desse conflito, o desejo de que o seu país encontre a paz, o desejo de que o mundo retorne aos quadros do multilateralismo.

Disse muito bem o Secretário-Geral da ONU, Embaixador Kofi Annan, que o dia de ontem – e acrescento o de hoje, o de amanhã, pelo encaminhar das coisas – foi muito triste para a ONU, que se desmantela como zeladora da ordem jurídica internacional, e para todos os povos, em função da ameaça que qualquer conflito gera: a de possíveis outros conflitos em cadeia.

Reafirmo a nossa disposição de Nação – volto a dizer, sem essa distinção, que marca muito renhidamente as nossas lutas internas – de, na medida do peso brasileiro, que é relativo, ajudarmos ao máximo em tudo que possa levar à suspensão dos bombardeios, em tudo que possa levar a uma saída negociada, em tudo que possa levar ao resgate da autoridade da ONU, em tudo que possa levar, enfim, à recuperação da perspectiva de paz numa região milenarmente conflagrada e que, a depender do desejo brasileiro, haverá de, muito em breve, encontrar o melhor caminho para a sua afirmação civilizatória e para a sua afirmação como entidades – aqueles países todos ligados à democracia –, num mundo onde passamos acreditar que não prevaleça nem a barbárie do terrorismo nem a barbárie do unilateralismo. O primeiro é a barbárie por si só; o segundo é a barbárie de não termos a segurança de que as ponderações de nações mais fracas militarmente possam valer para injetar mais sensatez na mesa de negociação em que se sentam nações militarmente mais fortes.

Desejo felicidade pessoal a V. Exª, muita paz ao s que não conseguem encontrar o caminho da paz. Certamente tenho que citar aqui, Sr. Presidente, o equilíbrio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e acabo de receber aqui a orientação do Governo brasileiro :O Iraque deve cumprir as resoluções da ONU relativas ao seu desarmamento. O desarmamento do Iraque deve ser alcançado de forma pacífica e negociada. Os **inspetores deveri**am ter tido mais tempo para fazer o seu trabalho, que está dando resultados concret**os, como a destrui**ção dos mísseis al samoud.palavra, o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, Sr. Embaixador, quando foi estabelecido o fim da Guerra Fria, o mundo inteiro acreditou que essa seria uma das grandes conquistas da humanidade, porque poderia haver o desarmamento geral. Hoje, há uma única superpotência tomando decisões unilaterais.

Manifestamos nossa enorme solidariedade ao povo do Iraque. Reforçamos que queremos, sim, o Iraque democrático, mas entendemos que essa decisão não deve ser resultado de uma intromissão do Presidente dos Estados Unidos, reconhecidamente uma potência bélica internacional. Isto tem de ser uma conquista do povo iraquiano.

As resoluções da ONU devem ser cumpridas pelo Iraque e, também, pelos Estados Unidos e por

Israel. Da mesma forma que a Organização das Nações Unidas pode e deve funcionar para fazer com que suas resoluções sejam cumpridas pelo Iraque, assim também deve ocorrer com os Estados Unidos.

Há uma enorme injustiça na concepção americana do conceituário antiamericanismo, que não existe. Creio que nenhuma nação, na história recente do mundo, recebeu a solidariedade mundial como os Estados Unidos, em função dos atentados de 11 de setembro. Sem dúvida, não faltou essa solidariedade por parte do Congresso brasileiro nem por parte do povo brasileiro.

O Líder Arthur Virgílio disse bem que este momento é do Brasil. Parece que clamamos no deserto, como disse o Senador Marcelo Crivella, citando a figura histórica de João Batista. Entendo que este é o momento em que o País inteiro – não somente quem apóia o Presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores –, em sua integralidade, deve dizer que apóia a posição política do Presidente brasileiro de defesa da paz. E ainda é o momento de se lutar pela paz.

No instante em que os Estados Unidos dizem que estão usando a Resolução nº 1.441, que autoriza uma decisão, é importante que a ONU se reúna, mesmo ocorrendo a guerra, para dizer que essa resolução não é, como de fato não é, autorizativa para nenhum bombardeio ao Iraque.

Não sei como reorganizar a ONU – aliás, o mundo não o sabe – após o desrespeito à sua resolução de não-agressão ao Iraque. Portanto, considero fundamental uma ratificação da decisão da ONU de não-autorização à guerra, e de uma nova ordem da ONU para que suspenda a guerra.

Sr. Presidente, não podemos perder a nossa capacidade de indignação. Minutos antes da guerra, duas imagens fortíssimas povoaram as telas da televisão brasileira: uma, do Bush, antes de ordenar esse massacre, esse mar de sangue, brincando com seu cachorrinho. E a outra, mais recente, antes de ordenar, maquiando-se, fazendo um processo de maquiagem para tentar convencer o mundo da justeza das suas ações.

Reafirmo também minha solidariedade e a necessidade de o mundo voltar e se manifestar pela ONU, voltar a exigir que cesse a guerra, para que as resoluções da ONU – tanto em relação ao desarmamento do Iraque e de Israel quanto à não existência da guerra – possam ser cumpridas.

Hoje, há essa guerra contrariamente à ONU; amanhã a água será um **commodity** extraordinariamente importante, Sr. Presidente. E, no instante em que isso ocorrer – a água já é um **commodity** importante, mas será infinitamente mais importante daqui a algum tempo na história mundial –, teremos problemas com relação à soberania da Amazônia.

É o momento de insistirmos na paz. Pode parecer um gesto sem maiores conseqüências, mas creio que o Presidente Lula, representando o Brasil como o faz – e na minha avaliação representa a unanimidade do País –, deveria insistir na tese da paz.

Era o registro que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOISA HELENA (PT – AL) – Sr. Presidente, quero, primeiro, saudar a presença do Embaixador e prestar a nossa plena solidariedade ao povo iraquiano. Saúdo os Srs. Senadores e Deputados, fazendo uma consideração. Serei certamente repetitiva, em função das várias considerações já feitas na Comissão, mas me sinto na obrigação de fazê-la.

Os argumentos utilizados pelo governo americano colidem com a própria postura dos governos americanos ao longo da história daquele país. O governo americano não tem nenhuma autoridade para exigir desarmamento. Não posso, por mais pacifista que seja, exigir o desarmamento de outro, para que, depois, diante do outro desarmado, eu vá até ele, mate-o, mate sua filha e seus pais.

Os Estados Unidos não têm nenhuma autoridade para falar em desarmamento porque são a nação que mais investiu, inclusive como instrumento da dinamização da economia, na viabilização de guerras perante outros países também.

Não se constrói a paz com desarmamento unilateral. Nunca se construiu! Ao contrário, as grandes guerras que se foram instalando no planeta Terra ocorreram justamente após o desequilíbrio entre grandes potências, com o fim da Guerra Fria.

Portanto, não existe nenhuma resolução da ONU ou de quem quer que seja. Isso ainda é mais grave quando se pensa que a ONU sempre funcionou como um anexo dos Estados Unidos, quer em relação a temas comerciais, quer em relação à paz do mundo. E, mesmo no momento em que aquele conselho, cuja legitimidade muitas vezes questionamos, diz não à guerra, os Estados Unidos se propõem a fazê-la. Não existe paz num planeta com o desarmamento unilateral.

Hoje os Estados Unidos têm uma estrutura gigantesca para monitorar o mundo, inclusive utilizando aquilo que não se pode utilizar, que é o espaço aéreo de outras nações.

Os Estados Unidos não têm nenhuma autoridade para interferir no rumo de outros países. Ainda bem que a nossa Constituição – a nossa Constituição burguesa, que não expressa o meu pensamento trotskista, leninista, cristão e marxista – estabelece a autodeterminação dos povos, o respeito à autodeterminação dos povos.

Há divergências profundas entre os países. Não podemos ver o mundo conforme nossa visão de mundo ocidental, temos que acabar com essa presunção. O mundo não funciona simplesmente conforme a nossa concepção, conforme a nossa visão de mundo ocidental. E os Estados Unidos também não podem se comportar dessa maneira.

As ditaduras mais sangrentas da América Latina, que mataram os nossos irmãos, foram financiadas pelos Estados Unidos – aqui e em vários lugares do mundo. Aliás, muitos dos problemas hoje existentes em relação a nações árabes foram causados pelos Estados Unidos, que patrocinaram a tecnologia para armas químicas com muito dinheiro. E em função de quê? Para combater o comunismo na União Soviética. Muito já foi feito pelos Estados Unidos em nome do desarmamento, da Guerra Fria, do comunismo e até da democracia. Agora, introduziu-se o terrorismo.

Há um velho poema que diz que, se deixamos que invadam a casa do vizinho e roubem a rosa do seu jardim sem nada falar para protegê-lo, perdemos a autoridade de falar quando isso é feito contra nós.

Os Estados Unidos, infelizmente, conhecem uma única linguagem. A propósito: como sabe o bispo Crivella, nosso querido Jesus Cristo, com uma heróica paciência, teve que entrar com o chicote no templo para expulsar os fariseus e os sicofantas. Infelizmente, eles só conhecem a linguagem da soberania e da força. Não quero com isso dizer que se deva agredir o povo americano de alguma maneira, mas as nações do mundo têm que se unir para dar um basta a essa situação.

O comportamento político americano se repete quando se trata de seus interesses comerciais. O mundo funciona conforme aquilo que os Estados Unidos querem. Por exemplo: o nosso açúcar e a nossa laranja só chegam aos Estados Unidos quando eles querem. Eles falam de liberdade, mas impõem gigantescas barreiras comerciais para proteger a economia deles; promovem as guerras porque a validade de suas armas está prestes a vencer.

Nós choramos junto com os americanos pelas vítimas do ataque de 11 de setembro. Aquele era o momento de pensarmos, de refletirmos, e não de procurar revidar de alguma forma, como foi o caso do ataque ao Afeganistão. O que foi feito lá? Não era para combater o terrorismo no mundo? Daqui a pouco é a vez da Colômbia, das Farc.

Já introduziram a base de Alcântara no Brasil, já introduziram um escritório da CIA em São Paulo. Como é possível estabelecer equilíbrio no planeta, se uma única nação define o destino das outras nações e dos outros povos?

Quando penso em guerra, Senador Hélio Costa, só penso em uma coisa: se eu tivesse uma filhinha de 10 anos, e fosse a minha filhinha que estivesse dentro de uma casa para ser estuprada por uma multidão de soldados absolutamente tresloucados com a guerra? E se fosse o meu filho com a testa estourada pelos fuzis? Sabemos que guerra não é bom para ninguém, mas enquanto não sentirmos no nosso próprio coração, na nossa própria pele, o que lá está acontecendo, não poderemos nos indignar o suficiente. Os Estados Unidos precisam de um basta. Uma nação não pode ser assim. Não são os interesses comerciais dos Estados Unidos maiores do que os interesses comerciais das outras nações. A dinamização da economia dos Estados Unidos não pode definir as regras a serem estabelecidas perante todo o mundo. Isso não existe. E se não gritarmos agora, depois seremos nós, quando vierem ao Brasil supostamente para combater o terrorismo das Farc. Inclusive, o Governo brasileiro teve uma demonstração de coragem ao não aceitar a pressão para fazer essa caracterização, o que não impede que eles a continuem fazendo. Agora é no Iraque, mas já foi em outras nações.

Isso é inadmissível. E tenha certeza, Sr. Embaixador, que o meu coração e minha alma choram com as crianças, com os velhos, com os jovens ou com os guerreiros que estão no Iraque defendendo seu povo. Tenha certeza que choramos todos. E o que este Congresso Nacional tiver que fazer, as articulações que tivermos que fazer, saiba que iremos fazê-las. Caso contrário jamais haverá paz.

O Senador Antero Paes de Barros lembrou, há pouco, a tranqüilidade do presidente americano se maquiando, brincando com a jornalista. Como é que uma pessoa que vai matar crianças, jovens, enfim, pessoas indefesas, em uma outra parte do mundo, pode rir como se nada estivesse para acontecer.

Portanto, Sr. Embaixador, receba a minha solidariedade. Respeito a determinação dos povos, mas os problemas existentes não podem ser resolvidos dessa forma. Os Estados Unidos não têm nenhuma autoridade para fazer críticas em relação a nada, em relação a nenhuma nação.

Espero que não cheguemos a chorar os nossos mortos, pois essa é a pior dor. Toda vez que os Estados Unidos fazem uma ofensiva contra uma nação, nós nos reunimos, tomamos posições, fazemos os nossos discursos e nos indignamos. No entanto, como os mortos não são nossos e como a mecânica da vida se encarrega de colocar outras coisas no lugar, esquecemo-nos daqueles mortos e esperamos que outros mortos apareçam. Portanto, se estamos chorando a memória dos que já foram e dos que estão indo hoje, que isso seja, acima de tudo, um mecanismo para que o Congresso Nacional e o Governo brasileiro juntem-se com outras nações para dar um basta ao governo americano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Diante dessa manifestação, porque imagino que a Senadora Heloísa Helena tenha sido ouvida pela Embaixadora Donna Hrinak, eu gostaria de dizer a S. Exª que é importante que o diálogo seja aberto. Esse é o apelo que faço publicamente a ela.

Além disso, embora estejamos aguardando a vinda de S. Exª nesta Comissão apenas no próximo dia 03 de abril, diante da gravidade dos fatos, caso queira antecipá-la para a próxima semana, assim procederemos.

E dialogando com a Deputada Zulaiê Cobra e com o Senador Marcelo Crivella, consideramos que igual oportunidade deve ser dada ao Embaixador do Reino Unido.

Vamos fazer o convite se essa for também a opinião consensual de todos membros. (Pausa.)

Como todos se manifestaram a favor, formularemos o convite ao Embaixador do Reino Unido.

O Senador Marcelo Crivella continuará a chamar os oradores inscritos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – De acordo com a lista, concedo a palavra ao Deputado Lindberg Farias. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, do Estado do Amapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Embaixador, manifesto a nossa solidariedade às vítimas dessa invasão ao povo iraquiano. Digo invasão porque o ataque dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha ao Iraque não conta com a chancela das Nações Unidas; é fruto de uma decisão unilateral. É uma invasão que, certamente, provocará muitas mortes e destruição no Iraque.

Nós, que vivemos sob a influência do sistema de comunicação ocidental, temos dificuldades para perceber algumas viradas nas relações dos países ocidentais com o Iraque. Tempos atrás, vivia-se uma relação de cooperação intensa com as autoridades iraquianas, não havia preocupação com o regime político do Iraque. Posteriormente, o Iraque passa a ser a encarnação do mal. Qual o motivo dessas mudanças? O que está ocorrendo? O Iraque se transformou numa potência regional que fugiu ao controle dos Estados Unidos e da Europa? Para nós é difícil entender essa mudança de humor, principalmente dos Estados Unidos, em relação ao Iraque.

A tragédia da humanidade, porém, vem de longa data. Prova eloqüente disso é a destruição dos povos indígenas da América, desde o norte do Canadá, das terras geladas do Canadá, até a Terra do Fogo no sul do continente. A civilização ocidental provocou a destruição dos povos americanos e também dos povos africanos. A África sangra, é submetida ao colonialismo e à destruição das culturas mais pacíficas, está sob as armas dos povos europeus.

No Brasil – e por isto acredito que estejamos construindo uma outra civilização –, a duras penas, estamos conseguindo construir uma convivência entre as nossas diferenças. Essa conquista nos caracteriza como povo pacífico, algo fielmente traduzido por nosso Presidente Lula.

Quando nos perguntamos o que é possível fazer para estancar esse avassalador domínio imperial dos Estados Unidos, a impotência parece tomar conta de todos nós. Alguns gestos, entretanto, podem ser feitos. Acredito que o símbolo do imperialismo americano no mundo é a Coca-Cola. Então, acho que este é um gesto simbólico, mas de repercussão: deixar de tomar Coca-Cola. A Senadora Heloísa Helena já disse que deixou de tomar Coca-Cola... Alternativamente, podemos deixar de freqüentar os **fast food** americanos, como o McDonald's – não posso dizer que vou deixar de freqüentá-los porque nunca os freqüentei. A nossa juventude tem que compreender que é hora de sinalizar com um gesto pela paz e um gesto de resistência ao avassalador domínio americano.

Quero reiterar a nossa solidariedade às crianças, que sei que estão sofrendo neste momento no Iraque. Como já vivi em um país em guerra, sei o tormento e o sofrimento por que passa a população civil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Deputado Enéas.

O SR. ENÉAS CARNEIRO (PRONA – SP) – Em primeiro lugar, quero agradecer a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, que me convidou para falar, o que já havia ocorrido ontem, na sessão da Câmara, quando

S. Exª a Deputada Zulaiê Cobra também me distinguiu, convidando-me para falar.

Quero deixar claro uma coisa: existe um cinismo mundial. Cinismo! Começo falando pelo ilustre Deputado Leonardo Mattos, quando falou de uma coisa aqui a qual dou o máximo valor: a coragem.

Temos estado de cócoras e de joelhos no cenário internacional. Esse é um fato inconteste. A Senadora Heloísa Helena, com muita propriedade – até pedi que ficasse para ouvir o que tenho a dizer –, na sua locução, foi claríssima. Marchas pela paz são belíssimas. Lenços brancos agitados não adiantam nada.

Os Estados Unidos detêm o poder bélico, do que todos somos testemunhas, se analfabetos não formos em geopolítica estratégica.

A bomba atômica lançada em Hiroshima era de 20 quilotons. Senadora, isso significa, em física nuclear, 20 mil toneladas de TNT. Isso é uma brincadeira comparado com o que existe hoje no arsenal nuclear bélico.

A potência americana, à qual muitas outras estão aliadas, exige que países servos, e o nosso se incluí nesse meio, assinem tratados de não-proliferação de armas nucleares. Desarmemo-nos todos, e S. Exªs os donos do mundo ditam as regras de como devemos nos comportar. Essa é a única realidade.

O ilustre Deputado disse uma palavra que repito: coragem. E vou mais fundo na questão: o que está por trás de tudo, e que sempre esteve, é o interesse financeiro. Digo financeiro porque está um pouco além hoje do econômico.

Circula no mercado internacional o **inpit**. Antigamente era com papel pintado. Os Estados Unidos imprimiam o quanto quisessem desde a ruptura do acordo, quando o Presidente Nixon disse que não precisava haver lastro mais.

Emitiram-se milhões de toneladas em papel pintado sem nenhuma correspondência com a riqueza real nos diversos países. Hoje, o computador permite que se transfiram bilhões de dólares de um banco para outro do planeta, enriquecendo, criando fortunas milionárias nas mãos de pouquíssimos detentores de riqueza imensurável, falsa, fictícia, enquanto riqueza real como a nossa está no subsolo.

E aqui vai um recado para os donos do mundo, já que S. Exª o Senador me deu a palavra, o que agradeço: primeiro, o Brasil é o maior produtor do mundo de nióbio, metal com o qual se constroem e sem o qual não se constroem aviões supersônicos. O nióbio é vendido a preço de banana no mercado internacional com a conivência das autoridades brasileiras. O alumínio é vendido no norte do País por um preço inferior ao que se paga em energia elétrica no País, na região de Tucuruí.

E a lista é interminável. Milhões de toneladas de manganês se foram. Hoje, no Amapá, existem buracos de onde o manganês foi embora.

Quer dizer, o que estamos fazendo?

Pergunte o senhor intérprete ao ilustre Embaixador quantos habitantes, bem próximo do real, o último censo estabeleceu para o Iraque, por favor.

O SR. JARALLAH ALOBAIDY – Tradução: Aproximadamente 24 milhões.

O SR. ENÉAS CARNEIRO (Prona – SP) – Vinte e quatro milhões de seres humanos submetidos ao genocídio! Não se pode falar em guerra, isso é um eufemismo. E S. Exªs os donos do mundo não estão só nos Estados Unidos, estão no poder mundial e detêm o controle não só do Fundo Monetário, em que se fala tanto, mas também da Organização Mundial do Comércio e da própria ONU. Até me espantei por essa posição agora. Vinte e quatro milhões de seres humanos submetidos a uma agressão que é similar às das hostes do passado, da Idade Antiga, dos exércitos de Napoleão. Tudo isso por quê? Será que é porque S. Exª o Sr. Saddam Hussein dirige com pulso de ferro, mas também com coragem, como disse o nobre Deputado? Será que é porque ele não se curva? Será que estamos tão bem não é porque temos nos curvado até agora?

Lembremo-nos do ano passado: foram US$113,9, US$114 bilhões! A economia nacional sendo dessangrada. Há poucos dias, em plena Câmara dos Deputados, assisti a uma decisão – e fiquei calado, como é o normal meu, estou falando a convite de S. Exª o Presidente – em que, em menos de dois minutos, se determinou um acréscimo para ser pago, um dividendo a mais, nos juros do ano passado, serviços da dívida pública. E o valor foi de R$17 bilhões! São números astronômicos, e S. Exªs falam em superávit primário, acerto fiscal, mais impostos. É essa a realidade, Senhores! Pelos céus! As raras vezes em que falo dos meus eleitores, que acreditam em mim, digo com clareza meridiana, do liquor de quem não tem meningite, da água de rocha: votaram em mim porque acreditam na minha absoluta independência. Por isso, todo respeito a todos, Senadores e Deputados, mas é preciso que se ponham os pingos nos is.

Quando falei, em 1998 – e a imprensa brasileira antinacional, apodrecida, em decomposição, criticou-me –, que o Brasil precisava lutar contra o trata-

do, que naquela ocasião não tinha sido assinado, que tínhamos que ter um submarino pelo menos, um artefato nuclear qualquer, não era para jogar em ninguém, era para nos defender, para impedir que, num futuro próximo, como disse nobremente a Senadora e outros tantos, não estejamos aqui a chorar. Uma nação continental como o Brasil, que tem tudo para ser independente, tudo, vive serva, de joelhos.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deputado Enéas, permita-me. Há poucos dias, li numa revista que V. Exª até agora estava quieto, sem mostrar muito por que tinha tido tantos votos. Hoje, quando o vi presente, avaliei que seria importante ouvir a sua voz, para que pudesse expressar a razão que, provavelmente, é a de tantos brasileiros que votaram em V. Exª. Portanto, achei muito importante que a sua voz pudesse hoje aqui ser expressa de maneira tão significativa.

O SR. ENÉAS CARNEIRO (Prona – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deputado Mário Assad Júnior.

O SR. MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL – MG) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, procurarei ser breve. Em primeiro lugar, quero dizer que me sinto contemplado e também apóio as diversas manifestações de solidariedade, de indignação e até mesmo de boicote aos produtos americanos. Mas, como descendente de libanês que sou, como tantos e tantos outros membros deste Parlamento, eu não poderia me omitir nesta manhã tão dolorosa para toda a humanidade. Se, de um lado, Senador Hélio Costa, não concordo – e não concordamos – com a ditadura, por outro lado, em momento algum, os Estados Unidos podem se arvorar em xerifes do mundo. A humanidade vive uma flagrante violação ao Direito Internacional: uma nação que ataca sem ter sido atacada, uma nação que ataca sem autorização do Conselho de Segurança.

Lembro, neste momento, Rosa Luxemburgo, que, com propriedade, disse: *"o capitalismo leva à barbárie"*. Vivemos hoje a atualização dessa reflexão, visto que o capitalismo é a barbárie.

Falta-nos, Deputado Enéas, a coragem para acabar com a miséria que está aqui, está aqui na esquina.

Sr. Embaixador, um saudoso Presidente brasileiro disse, certa feita, que *"o ódio gera o ódio, que só o amor constrói para a eternidade"*. Como esse pensamento faz falta hoje à humanidade, aos seres humanos!

Manifesto aqui, Sr. Embaixador, a minha indignação ao ver a barbárie de uma guerra que passa pela televisão, para assistirmos nos nossos lares, nas nossas casas. E pergunto a V. Exª como aquele povo encantador, sofrido e trabalhador, que é o povo do deserto, pode resistir. Como aquele povo, que tem ao seu lado a coragem e o amor, vai poder, depois de uma guerra, depois de doze anos de embargo, resistir a uma das maiores e mais poderosas armadas já criadas e organizadas para invadir um único país? Como o povo do deserto poderá enfrentar essa situação?

Encerro – disse que seria breve – deixando essa reflexão, mas me permito trazer uma saudação muito comum dos árabes: **Allah Akebar!** Deus é grande!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, nobre Deputado Mário Assad Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Em seguida, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, última inscrita.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, considerando o avançado da hora – e certamente muitos já tiveram de sair em face de suas programações –, acredito que a segunda parte da intenção desta reunião ficou prejudicada, que seria ouvir as respostas do Embaixador a respeito das perguntas levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Haverá a oportunidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Parabenizo V. Exª pela sua militância, pela capacidade que demonstrou em todos esses dias ao tentar levantar a voz desta Casa, apresentando ontem requerimento de grande importância. Parabenizo também o discurso do Senador José Sarney, da tribuna. Pedi que os documentos fossem transformados numa posição oficial do Governo brasileiro, e fossem enviados a todas as embaixadas dos países com os quais o Brasil tenha relações diplomáticas.

Quero contribuir também com a nossa reunião, levantando dois aspectos principais. Penso que os Estados Unidos devam estar passando por certas crises de identidade. Relaciono algumas delas. Considero muito forte ainda aquela derrota, que deve ser humilhante até hoje para o exército americano, que foi a Guerra do Vietnã. Devemos considerar também os aspectos econômicos, de que muitos já falaram, como o crescimento de outros blocos de países, a exemplo da União Européia, que chegou a ter um PIB – se não me engano – igual ou superior ao PIB ameri-

cano, apresentando-se como uma alternativa de mercado para outros países. Isso mexe muito na geopolítica de dominação. Podemos lembrar ainda a dificuldade de se resolver a eleição do próprio presidente George Bush, que ficou vários dias padecendo de um empate, situação que ficou até humilhante para a democracia americana. Acredito que muitos países não gostariam de copiar tal modelo.

Outros falaram aqui também sobre o segundo aspecto que gostaria de tratar: a capacidade que o mundo tem para reagir neste momento. Sei que não é fácil voltar numa palavra dada, principalmente para uma pessoa que ocupa um espaço como o do presidente americano, uma vez que disse que iria fazer o que está fazendo. No momento em que todos os esforços foram feitos no sentido de persuadi-lo a voltar atrás, o voltar atrás seria, no meu entendimento, um xeque-mate em relação a essas crises que acabei de mencionar. Isso seria, para o presidente, o fim de sua experiência política.

Portanto, a reação dos demais países, como o nosso Brasil e tantos outros, pode ser a de, neste momento, fazer uma reflexão como esta: como agir de maneira contrária? O que me preocupa é ficarmos esperando essa guerra acabar – guerra não, também sou partidário da idéia de que não há guerra, mas uma invasão – e apenar partilharmos os restos dela, a parte ruim dessa situação, ou seja, a ajuda humanitária. Vamos nos limitar a ficar fazendo campanhas nacionais para arrecadar ajuda para essas famílias que foram atingidas e para os refugiados, como medicamentos, alimentos, roupas e tudo mais.

Assim, essa é uma situação muito difícil.

Ouvi o Senador João Capiberibe falar em uma pequena iniciativa. Penso que nenhum país do mundo, hoje, teria coragem de tomar qualquer atitude que gerasse um embargo econômico dos americanos. Pelo que se sabe, qualquer país, hoje, estaria fazendo o inverso, ou seja, procurando ter relações comerciais com a maior economia do mundo.

A sugestão do Senador de não se tomar Coca-Cola até a resolução desse episódio pode-se tornar um símbolo maior da nossa posição contrária em relação ao que foi feito.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo ao Embaixador Jarallah que a acusação dos americanos foi de que o povo árabe e, diga-se de passagem, o governo iraquiano – mais o que ele já acabou de destruir no Afeganistão –, são os responsáveis pelo financiamento do terror e, como tal, responsáveis pela destruição do World Trade Center.

A segunda acusação é no sentido de que no país se encontram armas de grande poder de destruição e, principalmente, armas químicas.

Por último, os americanos colocam que o governo iraquiano é ditatorial.

Não vamos discutir o terceiro ponto, porque isso não nos interessa, mas os dois primeiros pontos, sobre os quais a ONU se pronunciou, da justificativa de existirem ou não as armas.

A minha pergunta é: qual é a sua palavra em relação às armas do Iraque? Elas existem ou não? O que foi feito pela ONU é justificável? Se a sua resposta for de que essas acusações que os Estados Unidos estão fazendo não procedem, pedirei ao Sr. Presidente Eduardo Suplicy providências para que possamos conversar com o Presidente Lula, a fim de fazermos um chamamento mundial em relação a uma posição mais clara contra esse genocídio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo por sua determinação, pela sua ousadia, pela sua vontade de trazer ambas as partes aqui, para que o contraditório pudesse se fazer neste momento importante para o Mundo.

Gostaria de me solidarizar com o Embaixador, falando-lhe da satisfação de me juntar a todos os Parlamentares que aqui se expressaram, para que sinta que o que foi dito aqui é unanimidade em todos os cantos do nosso País, inclusive no Estado que represento, Goiás.

Acredito que o Senador Arthur Virgílio manifestou aqui a síntese do que nós todos, o povo brasileiro, sentimos neste momento. Eles conseguiram sintetizar alguns princípios básicos para que possamos interpretar este momento, que é um momento triste, por que passa o mundo. Essa síntese está assentada em quatro pontos fundamentais: primeiro, o nosso compromisso com a paz; segundo, o nosso compromisso com a democracia; terceiro, o nosso compromisso com a autodeterminação dos povos. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu interpretar com muita sensibilidade esses compromissos e V. Exª pode ter certeza que esta Casa, por meio do Presidente do Senado, Senador José Sarney, e do Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, conseguiu também expressar o desejo, o sentimento, a revolta e a indignação do povo brasileiro.

Por fim, eu gostaria de repetir aqui uma das perguntas do Deputado Gabeira. Já existe algum trabalho, algum país que tenha se manifestado em relação à ajuda humanitária que se fará às vítimas desse embate que nos deixa a todos indignados?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Tivemos a informação de que o Presidente Lula está, neste instante, proferindo uma mensagem. Até peço para verificarem se esta televisão pode ser ligada. Sim ou não? Se for demorar muito, vai terminar o pronunciamento do Presidente.

Até lá, vamos passar a palavra ao Embaixador Jarallah Alobaidy.

O SR. JARALLAH ALOBAIDY – Tradução: Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Antes de responder as perguntas feitas pelos Srs. Senadores e Deputados, lembro a V. Exªs que alguns pontos das suas perguntas eu poderei responder, e vou citá-los. O primeiro ponto é relacionado à palavra que foi dada por um dos Srs. Senadores, na qual ele expressou a sua posição em relação a esse conflito, que as duas partes desse conflito nos colocaram no meio desse problema. Minha resposta à palavra do Sr. Senador é a seguinte: que o motivo dessa guerra são os interesses americanos e a tentativa de alcançá-los. E a prova disso é que os Estados Unidos não estão lutando contra outros países. Escolheram lutar contra o Iraque. Será que Deus os autorizou a serem, no caso, os missionários no planeta Terra.

A questão dos direitos humanos e da democracia são apenas um pretexto do governo norte-americano, além de serem também falsas as propagandas para alcançarem os seus objetivos.

Mesmo assim vou discutir com V. Exªs a questão dos direitos humanos e da democracia no Iraque. A formação do povo iraquiano é muito delicada já que no Iraque há muitas etnias e religiões. No Iraque podemos observar a existência de árabes, curdos, turcomanos, como também a existência de mulçumanos de muitas linhas. Assim como há cristãos de várias linhas também. Temos também judeus no Iraque. E há algumas seitas religiosas que não podem ser encontradas em outra parte do mundo. Esses são chamados de Yazidis. Essa seita prega a oração a satanás. Então, eles estão rezando a satanás por temerem que ele se vingue deles. A constituição e as leis iraquianas dão o direito ao povo de praticar essas seitas assim como as demais religiões; que eles sigam as suas convicções. No Iraque há uma lei que obriga qualquer cidadão iraquiano a respeitar a convicção do outro, a religião do outro. Se você interfere nessa religião, ou seja, se você desrespeita essa religião, você será preso.

Quem visitar o Iraque perceberá que na mesma rua poderemos encontrar mesquitas, igrejas e templos. Ninguém pode impedir que um cidadão iraquiano pratique a sua religião.

O Iraque foi o primeiro país que deu independência limitada aos curdos. Tenho o código que permite certa independência aos curdos. Da minha parte, vou tentar traduzi-lo e mandá-lo para o Sr. Eduardo Suplicy.

O conteúdo desse código respeita uma certa independência para os curdos, mas dentro da república iraquiana. Eles têm uma Câmara dos Deputados independente, que se situa no norte do país. Podemos falar também que os curdos administram o funcionalismo, a contratação dos funcionários e demais funções. A língua, o idioma oficial no norte e na região onde moram os curdos é a língua curda. Não só isso, na região do norte, os curdos podem aprender a sua língua em todas as escolas da sua parte. Eles têm revistas e jornais publicados na língua curda.

De 1980 a 2000, o Iraque conheceu outra realidade. E essa realidade resultou no fato de que foram emitidas instruções para defender a soberania. Mas em 2001 foram canceladas algumas instruções que eram pesadas para o povo iraquiano e impediram que eles se expressassem.

Essas leis, que são novas, cancelam e alteram as antigas leis. Vou apresentá-las para o Sr. Senador Suplicy e também para os demais senhores.

Foi emitida uma resolução que dá anistia geral a todos os condenados, tanto iraquianos quanto árabes, como de todas as nacionalidades, tanto políticos como militares, mesmo que a pessoa já antes houvesse usado arma contra um membro do Estado. Essa anistia geral atinge a todos os iraquianos e os exilados também. Essas leis da anistia foram apresentadas à ONU. E com o resultado disso muitos iraquianos voltaram para o seu país sem sofrer nenhuma retaliação.

Temos uma frente nacional que conta com a representação de todos os partidos. Não sei o que eles estão pedindo do Iraque, o que o Iraque precisa fazer mais, sofrendo essas ameaças. Essas acusações norte-americanas são falsas. Vamos supor que eles mesmos defendam os direitos humanos. Por que, então, nunca interferiram para defender o povo palestino, tão sofrido? Israel ataca com toda força o povo pa-

lestino, usando aviões e tanques, e os Estados Unidos nunca interferiram. Será que, então, os Estados Unidos têm legitimidade para falar sobre a democracia e direitos humanos?

Esse é o primeiro ponto. Há também dois pontos a serem discutidos. Gostaria de confirmar que, no Iraque, não há armas de destruição em massa. Se houvesse armas de destruição em massa no Iraque, os Estados Unidos não teriam tomado essa decisão de atacar o nosso país. Eles sabem que, na Coréia do Norte, há armas de destruição em massa e, mesmo assim, nunca tomaram uma decisão de enfrentar e atacar aquele país.

Na realidade, respeitamos todas as resoluções das Nações Unidas e sempre mostramos a nossa disposição de colaborar com os inspetores, mas os Estados Unidos nunca aceitaram que as sanções econômicas fossem interrompidas. Os Estados Unidos tentaram causar um conflito entre a ONU e o Iraque, mas não obtiveram sucesso nesse sentido. O ataque norte-americano contra o Iraque pode ser comparado a um assalto a mão armada, e é por isso que não podemos chamar esse fato de guerra. Os Estados Unidos estão atacando o Iraque com todos os tipos de armamento.

Essa é a minha introdução para responder às perguntas que foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Houve três perguntas do Deputado Fernando Gabeira. Eu vou recordá-las. S. Exª gostaria que algo fosse dito sobre o que ocorreu essa noite, de madrugada, algo sobre a oposição no Iraque e sobre a possível ajuda humanitária que o Brasil poderia dar ao Iraque.

O SR. JARALLAH ALOBAIDY – Tradução: Eu poderia dizer que a guerra significa destruição, e destruição da Humanidade, destruição dos princípios.

Quanto a oferecer uma ajuda ao Iraque, entendo que a ação mais eficaz e mais positiva seria que os povos e os governos pressionassem o governo norte-americano se posicionando contra essa agressão. Precisamos que todos os países do mundo digam aos Estados Unidos: estamos contra vocês, vamos tomar providências contra vocês, porque vocês violaram os direitos humanos. É preciso que essa mensagem seja dada, que se tome posição. Todas as vozes do mundo precisam se juntar e se posicionar contra o governo norte-americano porque eles violaram todas as leis internacionais.

Às 5 horas e 35 minutos, no horário do Iraque, foi lançado um míssil que atingiu o edifício do canal iraquiano e outro edifício.

Um pouco antes, o presidente norte-americano declarou que a guerra já havia começado. O ataque causou a destruição de muitas casas ao redor do edifício da televisão iraquiana. Até poucos momentos antes da minha chegada aqui no Senado, muitas pessoas no Iraque estavam ajudando na salvação de vítimas. A maioria das pessoas que sofreram com esse ataque eram mulheres que trabalhavam na televisão. Também foram lançados outros 40 mísseis, tanto no centro de Bagdá como ao redor da cidade. Mas, até o momento, não temos informações sobre o número de mortos.

Como eu já havia falado, a guerra significa destruição para toda a humanidade, e as conseqüências dessa guerra serão muito graves. Haverá muitas vítimas, e muitas casas e pontes serão destruídas. É por isso que só temos uma única escolha: defender o nosso país, a nossa honra e a nossa soberania, que é muito querida por nós, assim como o povo brasileiro gosta muito do seu país e da sua soberania.

Daremos uma lição aos americanos que querem invadir o nosso país. Eles saberão que, com essa invasão, eles não farão um passeio e sofrerão muito para que, futuramente, não tentem fazer o mesmo com outro país.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sr. Embaixador Jarallah Alobaidy, muito obrigado. Saiba V. Exª que a solidariedade é comum a todos os Senadores e Deputados e que continuaremos com o nosso esforço pelo término da guerra e restabelecimento da paz.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h53min.)

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e três, às doze horas e trinta minutos.

Às doze horas e trinta minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: MOZARILDO CAVALVANTI, GILBERTO MESTRINHO, LÚCIA VÂNIA, JOÃO CAPIBERIBE, JEFFERSON PÉRES,

FERNANDO BEZERRA, RODOLPHO TOURINHO, TIÃO VIANA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOSÉ AGRIPINO, ARTHUR VIRGÍLIO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, HÉLIO COSTA e AELTON FREITAS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. Item 01 – Requerimento n° 223, de 2003 "de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e às liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano" e Item 02 – Requerimento n° 10, de 2003/CRE que "requer, nos termos do inciso IV, do artigo 103, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura ao governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos no julgamento do dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero, em meio a dezenas de outros cidadãos cubanos condenados por defenderem a liberdade de expressão e a reforma democrática do regime de Havana." Considerando que os dois requerimentos tratam sobre o mesmo assunto e já tendo sido lido o parecer do Requerimento N° 223, de 2003 na reunião anterior, passa-se a palavra ao Senador JEFFERSON PÉRES, autor do Requerimento N° 10 de 2003, que faz sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: ARTHUR VIRGÍLIO, JOSÉ AGRIPINO, TIÃO VIANA, FERNANDO BEZERRA e HÉLIO COSTA. O Senhor Presidente concede pedido de vista coletivo aos Senhores Senadores FERNANDO BEZERRA e HÉLIO COSTA. A votação do Requerimento N° 10,de 2003/CRE foi adiada. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 30 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação da matéria da pauta. Hoje, há apenas o Requerimento n° 223, de 2003, de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano.

Há, também, requerimento sobre o mesmo assunto, de autoria do Senador Jefferson Péres, que é o Item 2, no qual S. Exª requer, nos termos do inciso IV do art.103 do Regimento Interno do Senado Federal, o voto de censura ao Governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos no julgamento do dissidente Héctor Palácio Ruiz e dos jornalistas Ricardo González e Raúl Rivero, em meio a dezenas de outros cidadãos cubanos condenados por defenderem a liberdade de expressão e a reforma democrática do regime de Havana.

Em verdade, são dois requerimentos sobre o mesmo assunto. Lembro também que o Senador Romero Jucá fez um pronunciamento sobre esse tema, no plenário do Senado, formulando diversas sugestões, as quais, inclusive, foram consideradas no relatório já lido pelo Senador Tião Viana, na última semana.

Por respeito ao Senador Jefferson Péres, que não pôde estar presente na semana passada, os requerimentos foram apenas lidos. Todos avaliamos que seria importante a presença de S. Exª, como um dos autores, para a votação da matéria.

Informo que a próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se dará na outra quinta-feira, dia 08 – porque esta, dia 1°, é feriado –, ocasião em que ouviremos e argüiremos dois indicados a Embaixadores: Marcelo Andrade de Moraes Jardim, para a República da Polônia; e Renan Leite Paes Barreto, para a República da Guatemala.

Já tendo sido lidos os requerimentos referentes aos Itens 1 e 2 e também o parecer do Senador Tião Viana, podemos passar à discussão da matéria.

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, meus agradecimentos pela deferência que tiveram para comigo de não votarem o requerimento devido à minha ausência. Aliás, trata-se de uma deferência que eu teria com qualquer Membro da Comissão.

Eu estava no Rio de Janeiro para uma reunião do Diretório do meu Partido, e o Senador Eduardo Suplicy teve a gentileza de me mandar um **fax** com o parecer do Senador Tião Viana, que é no sentido de que manifestemos nossas preocupações com o que está acontecendo em Cuba e enviarmos uma delegação de Senadores para visitar aquele País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, compreendo os escrúpulos do Senador Tião Viana. A minha origem é de esquerda. Nasci admirando a Revolução Cubana. Lembro-me do entusiasmo com que li **Furacão sobre Cuba**, um livro de Jean-Paul Sartre, editado em 1961, creio, dois anos depois da vitória de Fidel Castro. Lembro-me da esperança que tive de que aquele fosse um novo tipo de socialismo, um socialismo humanístico. Poucos anos depois, decepcionei-me, quando vi que era um modelo estalinista que se implantara naquele País.

Pensei também depois, e depositei minhas esperanças, no fim da Guerra Fria. Julguei que, como tinha deixado de ser uma cunha soviética nas Américas, Cuba deixasse de ser importante para os Estados Unidos, um perigo para os Estados Unidos – como realmente deixou de ser. Creio que, hoje, o Governo americano não dá muita importância a Cuba, não tem muita preocupação com ela. E pensei que o regime sofresse uma lenta e gradual abertura, mesmo mais lenta do que a do nosso Presidente Ernesto Geisel, mas sempre abertura.

Choquei-me, Sr. Presidente, quando vi o recrudescimento da repressão lá, a condenação daqueles jornalistas, políticos e intelectuais à pena de até 28 anos de prisão pelo crime de opinião, sob o pretexto de que teriam recebido auxílio da representação americana, e, vejam bem, com o testemunho de agentes do Serviço de Segurança Cubano, Senador Agripino, infiltrados no movimento. Essas foram as testemunhas-chave de acusação. E, então, lembrei-me do regime militar brasileiro: já pensou se dissidentes de esquerda fossem acusados de receber ajuda da Embaixada cubana – como, aliás, muitos receberam – e, com o depoimento de agentes do SNI, recebessem punições, penas de prisão e julgamento sumário de até 28 anos? Isso para mim é inconcebível. Pior ainda foi a condenação à morte daqueles três, um deles muito jovem, 21 anos, que seqüestraram um barco, mas não mataram nem feriram ninguém, diga-se de passagem, apenas ameaçaram. Foi um julgamento sumário. Foram fuzilados sumariamente, com seis dias de julgamento, sem direito à apelação numa instância superior. Foi algo realmente chocante. E, quando visitamos o Embaixador cubano, a convite do Senador Suplicy, ouvimos a velha explicação de sempre: "Cuba está em guerra; os Estados Unidos..." Ou seja, tudo se justifica.

Inclusive, já é tempo de desmistificar ou "desmitificar" isso de que o embargo americano é o responsável pela truculência do Governo e é responsável pelo subdesenvolvimento cubano. Isso é uma falácia! Cuba comercializa com todos os países, à exceção dos Estados Unidos e das empresas multinacionais americanas. E é uma contradição, em termos. Interessante, Senador Arthur Virgílio, é que os defensores cegos do regime cubano não verificaram essa contradição.

A revolução cubana foi feita contra a ditadura odiosa, corrupta e sanguinária do Batista, mas sob alegação também de que o país era explorado pelos americanos. Havia grandes capitais americanos nas usinas de açúcar, nos serviços de infra-estrutura, e diziam que o país era extremamente explorado. Assim, as empresas americanas foram expropriadas – aliás, confiscadas. Diga-se de passagem, um embargo é feito a uma questão judicial pendente. As empresas americanas foram confiscadas e nunca receberam indenização. Essa é a principal alegação jurídica dos Estados Unidos para o embargo. Não é o fato de o regime ser comunista.

Muito bem, é uma contradição, em termos. Cuba livrou-se da exploração das empresas americanas, livrou-se do comércio que, segundo o catecismo de certas correntes de esquerda, é também responsável pela subjugação de um país economicamente a outro, e livrou-se dos empréstimos externos, também escorchantes e exploradores. Passei quatro anos aqui neste Senado ouvindo meu eminente e saudoso Senador Lauro Campos votar sistematicamente contra todos os empréstimos, sob a alegação de que o país que aceitava empréstimo estrangeiro se escravizava ao emprestador. Então, Cuba, livre dos empréstimos escravizadores, do capital explorador das empresas americanas e do comércio espoliador com os Estados Unidos, deveria ser o país mais próspero do mundo. No entanto, alegam que é por isso que estão subdesenvolvidos e não em função da ineficiência do sistema – essa é que é a verdade.

Muito bem, eu dedicaria uma hora para falar um pouco sobre Cuba nessa tentativa de desmistificação.

Vamos ao que importa. Nada, nada, a meu ver, justifica que, 44 anos depois, quando caíram todas as ditaduras de direita das Américas, quando não há um país em regime ditatorial aqui e não há uma ameaça iminente dos Estados Unidos a Cuba – os Estados Unidos não estão ameaçando intervir em Cuba; não

há nenhum indício – quando Cuba não está sob ameaça de intervenção americana, não se justifica que este país seja um regime de partido único, que nega as liberdades elementares de associação, expressão e reunião e ainda fuzile pessoas que querem deixar o país.

Isso, para mim, é inaceitável. Não consigo conviver com isso. Acho que se eu silenciar, se não manifestar o meu protesto e a minha indignação contra isso, eu realmente estaria numa crise de consciência comigo mesmo. Chega de tolerância com os excessos do regime cubano! Não quero interferir no regime lá, não estou propondo que se rompam relações diplomáticas com Cuba; estou propondo – eu, como o Senador Arthur Virgílio e o Senador José Agripino – que manifestemos nossa clara repulsa.

Embora reconhecendo as razões que levaram o Senador Tião Viana a emitir o seu parecer, não tenho preocupação com o que está acontecendo em Cuba ou com o que aconteceu recentemente. Estou indignado com o que aconteceu, inconformado.

O Brasil tem para com os outros países das Américas a cláusula – mesmo no Mercosul – democrática. O Paraguai só não sofreu um golpe há dois ou três anos, porque sabia que o Brasil, a Argentina e o Uruguai teriam que romper relações com ele, pela interrupção do processo democrático. Não quero que rompam com Cuba, porque o regime é anterior – não é um fato novo. Não estou propondo isso. Mas acho que, se nós nos manifestarmos, endurecendo um pouco com Cuba, estaremos ajudando o processo de abertura daquele país. E eles, endurecendo – ao contrário – estão alienando solidariedade, estão criando um problema gravíssimo.

Se o governo Bush cortar agora a remessa de cerca de US$1 bilhão de residentes cubanos nos Estados Unidos para Cuba, acho que a economia desaba, porque já está em péssima situação. Só não está pior devido ao turismo, graças a investimentos italianos, espanhóis e franceses lá.

Enfim, Sr. Presidente, lamento não poder concordar com o meu estimado amigo, o Senador Tião Viana, mas eu, de minha parte, mantenho o requerimento, nos termos em que eu o propus.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem a palavra. Em seguida, o Senador Tião Viana e José Agripino.

V. Exª prefere falar após o Senador José Agripino, que é um dos autores? (Pausa.)

Os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Tião Viana e Fernando Bezerra já estão inscritos.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho a idéia de que, em matéria de política externa, sempre que possível – e quando não for possível não é – devemos procurar chegar a posições que sejam nacionais.

No episódio lato da guerra contra o Iraque, fomos uníssonos em oferecer apoio e respaldo à posição adotada pelo Governo brasileiro, pelo Presidente Lula, pelo Chanceler Celso Amorim.

No episódio restrito, específico do requerimento, pedindo repúdio a esse gesto atroz e torpe cometido pelo governo de Cuba, assinamos a matéria os Senadores José Agripino, Jefferson Péres e eu próprio. O acerto tácito que tínhamos – e não é a primeira vez que fazemos isso, por coincidência, os três – era de que deliberaríamos conjuntamente até o final do processo. Sendo assim, não tendo como unidade a não ser a insistência na resolução, na manutenção da resolução, submetendo-a a voto da Comissão, essa é a minha posição e a do meu Partido.

Faço ainda algumas poucas considerações. Não quero repetir argumentos usados, expendidos aqui de maneira muito competente e cirúrgica pelo Senador Jefferson Péres. Portanto, não repito, procuro acrescentar.

Se o Governo Bush toma a iniciativa de impedir a chegada desse bilhão de dólares a Cuba, ele tampouco serve à causa da abertura democrática em Cuba até porque, quanto mais fechado, o regime mais tende a se isolar nos seus próprios erros e a cometer mais gestos de fechamento, e jamais de desanuviar o ambiente político.

Tenho como idéia muito firme que o Brasil precisa, sem deixar de ser pragmático, ser firme em relação à questão da paz, à defesa de Direitos Humanos, à defesa da democracia, à manutenção e à consolidação da democracia como princípio essencial e fundamental para todos nós, base a partir de que não se começa qualquer coisa, sem o que não se começa nem se termina nada bem neste País. Ou seja, a nossa idéia é procurar estimular os povos à nossa volta e os distantes a adotarem formas democráticas de governo. O Brasil precisa, a meu ver, pelo seu Governo, mostrar firmeza nesse episódio, não dar, em nenhum momento, a idéia de que seria mais duro se não fosse um governo com o qual supostamente alguns teriam relações sentimentais, enfim.

Eu, como Senador pelo Amazonas, brasileiro, não me sinto no direito de ter relação sentimental com povo nenhum, nenhum. Tenho interesses brasileiros a

defender, tenho princípios a resguardar, e não adianta dizer algo como: "Ah! Mas fui a Cuba, numa época tão romântica". Esqueci isso. Isso é do meu passado. Se um dia eu fizer um livro de memórias, mencionarei o fato com o maior carinho. Mas não posso dizer que, por causa disso, serei mais ameno com relação a Cuba, pois isso coloca em xeque o Governo brasileiro, que, sei, é dotado das melhores intenções.

Sr. Presidente, adensando no pragmatismo, o Governo brasileiro, que foi firme e muito firme – alguns consideraram que exageradamente firme, outros que firme, mas de qualquer maneira, entre firme e exageradamente firme – ele foi muito firme no episódio da guerra do Iraque, precisa ser firme – entre firme e considerado exageradamente firme por alguns –, no episódio de Cuba e em outros que surjam e que coloquem em xeque a opinião humanista de um governo que precisa se afirmar também por esse lado.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, uma vez, fiz uma viagem a convite da ONU com outros Parlamentares, Deputados Federais e Senadores. Fui naquele clima não mais de comunista, porém de alguém que via no imperialismo americano o maior fantasma a impedir que Cuba se realizasse enquanto nação, enquanto projeto. Lá, estranhei uma senhora, diretora de uma escola, por ser firme. E, se eu não fosse tão pró-Cuba como eu era naquela época, eu diria que ela era autoritária, mas como eu era tão pró-Cuba, eu não diria autoritária, mas apenas firme. Eu passava a mão na cabeça mesmo. Eu era alguém que vinha de uma geração que explicava por a+b que era justa a invasão da Hungria. A minha geração explicava por a+b+c que a invasão da Tchecoslováquia era justa, era a defesa do socialismo contra os inimigos da humanidade. Sobre isso, eu sentava num bar e pontificava – sobretudo se fosse num bar – da maneira mais aguda, defendendo o que seria a intenção e o gesto da então União Soviética.

Mas essa senhora primeiro fez uma explanação muito bonita sobre o compromisso internacionalista de Cuba e sobre os cubanos que iam para o exterior defender Angola, Moçambique, exportar os ideais da revolução. Depois, ela disse que dirigiu uma escola tão capaz, bonita, competente e criativa que ela buscava perfeição. Os alunos e professores dessa escola, que era de elite – e é de se estranhar que lá tivesse isso também -, tinham que ser bonitos, fisicamente inteiros, jovens e robustos. Ela disse que eram evitados os deficientes físicos como professores, e aí abandonei toda aquela solidariedade que havia me levado a Cuba e perguntei se porventura alguns desses heróis internacionalistas, um desses que foi para Angola e voltou deficiente porque estava defendendo os ideais da revolução cubana, socialista, o que Cuba entende, juntamente com Angola, que seja o melhor do ponto de vista da liberdade para Angola, se um desses heróis volta – e não mais na vida militar, mas na civil – e diz que quer dar aula nessa escola. Ela me disse que não aceitaria esse herói dando aula na escola, porque a figura desse deficiente atrapalharia o psicológico daquelas crianças que estavam destinadas a ser grandes cientistas, atletas, atores, etc.

Enfim, o que Cuba tem feito me pareceu mais para o lado do fascismo do que para o lado do que eu imaginava que fosse uma perspectiva histórica pela esquerda.

Atualmente tenho uma posição muito clara e tranqüila. Hoje eu não explicaria a atrocidade que foi a invasão da Hungria, da União Soviética, sufocando a tentativa de um povo de chegar à forma mais democrática de governo. Não consigo imaginar que tenhamos algum tipo de punição política arbitrária que justifique, porque, se os Estados Unidos fizerem isso eles cairão – os assassinos de Miami estão ali perto. Essa é uma fase superada da minha vida.

Aconteceram atrocidades e excessos, excessos que foram tão bem condenados e com unidade nacional no episódio da guerra contra o Iraque e que saberemos condenar tão bem toda vez que ele se manifeste diante de uma nação que se afirma como uma potência que quer ser econômica, mas que não haverá de ser bélica, digo que a minha posição, já que o nosso compromisso é pela unidade das três forças que assinaram essa moção, é no sentido de colocar voto e dizer que de direita ou de esquerda atrocidade é atrocidade e o Brasil é a favor dos direitos humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, já tive a oportunidade de me manifestar sobre o requerimento do qual sou subscritor, mas gostaria, de forma rápida, fazer algumas considerações adicionais.

Na década de 50 a 60, na região do Caribe, existiram duas ditaduras notórias, a do Haiti, com Papa Doc e a de Cuba com Fulgencio Batista. Ambas caíram. Papa Doc cedeu lugar a Baby Doc, que finalmente cedeu lugar ao regime que supôs-se democrático, com eleição de presidente da república a intervalos de tempo.

Bem ou mal o país vem decidindo os seus destinos pelo voto. Fulgencio Batista foi derrubado por uma revolução, e assumiu Fidel Castro, homem que, ao longo do tempo, adquiriu notoriedade internacional pela coragem de suas atitudes. Não discuto a seriedade do seu comportamento como repúblico. Penso que Cuba não guarda corrupção nos seus procedimentos e hábitos de política. Em alguns segmentos, é exemplar, como na política de saúde, de educação, mas é um regime que envelheceu com o tempo, e é sobre isso que quero me manifestar.

O recente episódio, que terminou com o fuzilamento de pessoas que manifestaram dissensão em relação ao regime, é um sinal amarelo de que é preciso que o mundo se manifeste de forma muito clara em relação a Cuba. Uma manifestação nos Estados Unidos em relação ao que aconteceu em Cuba teria pouca significação por conta de seu antagonismo tradicional. Agora, seria importante uma posição do Brasil, que tem sido aliado de Cuba há anos, motivado por uma razão que não é de ordem econômica, porque, se o fosse, o Brasil teria se alinhado aos interesses dos Estados Unidos e nunca de Cuba. Mas o que se vê é Fidel Castro, posse atrás de posse, presente em Brasília, assistindo à posse dos Governos que se sucedem, numa manifestação clara de amizade, de apreço, de entendimento.

Uma manifestação de censura do Brasil será um sinal amarelo no regime que, na minha opinião, está envelhecendo e adquirindo vícios inaceitáveis.

Não se pode aceitar o quê? Qual é a razão da posição do Brasil, tradicional, aliada de Cuba? É a defesa de um princípio chamado autodeterminação dos povos – dos povos, não do Governo –; autodeterminação do povo cubano, que tem um líder, que, na minha opinião, comanda um regime que envelheceu. A autodeterminação dos povos, com o episódio recém-ocorrido e que é objeto do requerimento, foi duramente atingida por duas teses que, na minha opinião, se sobrepõe a ela, a da autodeterminação dos povos, quais sejam, a defesa da vida e a ausência de liberdades democráticas. O direito de ir e vir, a liberdade de expressão são causas não praticadas em Cuba.

Por essa razão é que concordei e tomei a iniciativa, junto com os Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio, de oferecer esta moção; por entender que uma moção do Brasil terá significação importante, porque é a moção de um aliado, por ser uma coisa semelhante à manifestação do escritor José Saramago, português, comunista, tradicional, que alertou o mundo, quando se manifestou em relação ao episódio. O Brasil, tradicional aliado, tem autoridade moral para se manifestar, porque não moveu a posição do Brasil, hora nenhuma, a questão econômica, foi questão política, foi questão de identidade política.

Agora, acho que chegou a hora de se manifestar, e de forma muito clara, com relação a vícios que não podem se agudizar. "Cesteiro que faz um cesto faz um cento", e não sei se três fuzilados de agora serão 300 de amanhã, e antes que sejam, creio que é oportuno que o Congresso brasileiro se manifeste. E, neste sentido, encaminho voto favorável, nos termos do requerimento que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador José Agripino.

Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que é um assunto importantíssimo o que estamos debatendo, no plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pois concepções universais estão sendo relembradas aqui.

O Senador Jefferson Péres, juntamente com os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, transmite claramente os seus sentimentos de sofrimento com a perda de três vidas por uma decisão do Governo cubano e abomina claramente o comportamento de restrição de liberdade de expressão em defesa de um outro modelo político para Cuba. Então, é inquestionável esse sentimento.

Quando apresentei o meu requerimento, tinha como propósito único e claro acolher essa manifestação crítica a essas práticas que também abominamos de modo integral. Há uma conquista democrática e de direitos humanos, no nosso País, que nos permite defender claramente o Estado Pleno de Direito, o estado democrático efetivo; abominamos e abolimos a pena de morte da nossa prática diária, mas, infelizmente, 84 países ainda praticam a pena de morte. A União Européia, graças a Deus, já se livrou desse tipo de prática abominável, mas há alguns países que ainda a exercem, colocada por razões de Estado.

Entendo que a situação de Cuba deve ser tratada de modo muito especial por nós. É um exemplo isolado de defesa de um Estado socialista, um exemplo vivo de um povo que, há dezenas de anos, tenta construir a sua história, tenta definir o seu caminho político, o seu destino. Ao mesmo tempo, temos uma oposição sistemática e cruel, praticada pelo Governo americano contra o povo cubano, que já gerou uma perda da ordem de US$70 bilhões para um país com aquela população, com aquela dimensão populacio-

nal e socioeconômica de toda natureza, uma situação que nos permite um acompanhamento judicioso.

O nosso País, infelizmente, tem uma relação de política econômica com Cuba muito negativa. O Brasil compra US$6 milhões, em média, de Cuba por ano e vende US$100 milhões para Cuba. Então, não é efetivamente um comportamento solidário como prática de Estado. Precisamos corrigir isso. A presença de ações de qualquer multinacional americana em qualquer empresa brasileira ou não torna restritiva a venda de produtos para Cuba. Portanto, o embargo é real, é verdadeiro, não é abstrato. Isso para mim é um posicionamento muito claro. Nós temos, felizmente, alguns países que não acataram esse comportamento e tentam praticar uma relação comercial e econômica efetiva com o povo cubano.

Temos situações que precisam ser colocadas para reflexão aqui. O jornal **US Today,** de hoje, diz o seguinte: "Em 1994, o Governo Clinton fez um acordo de imigração com Cuba que permite que não mais de 20 mil cubanos migrem anualmente para os Estados Unidos, atitude restritiva do Governo americano. Em 2001, somente 76 cubanos receberam asilo político do Governo americano. Nesse mesmo ano, o Governo Fidel Castro permitiu que 27.703 cubanos pudessem emigrar para os Estados Unidos, reconhecidos pelo Governo cubano." Então, existe uma situação de intolerância política efetiva do Governo americano com o povo cubano. Existe uma ação de restrição; existe uma ação organizada e ordenada de inviabilização do regime cubano. Não podemos deixar esse fato fora deste debate; temos que acolher como claro e concreto esse comportamento. E estamos vendo o comportamento de política externa do Presidente George W. Bush.

Sr. Presidente, estive em Cuba em 1993, num momento delicadíssimo da crise de Cuba, porque o muro havia caído, a ajuda soviética havia sido restrita. E eu jurava que, com a crise socioeconômica que vi naquele país, o regime cubano não sobreviveria mais dois anos. Era quase asfixia absoluta de alternativas de manutenção da sua ordem política, econômica, etc. Felizmente, aquele povo venceu aquela crise; felizmente, aquele povo melhorou muito os seus indicadores. E é muito importante lembrarmos que, quando se entra em Cuba, ainda se vêem frases do tipo: "Todos os dias 35 mil crianças morrem, no Planeta, em função da fome ou de doenças evitáveis; em Cuba, não morre nenhuma". Então, as conquista sociais efetivas na área da saúde, na área da educação, na área do combate à fome e à miséria foram asseguradas por aquele povo. Temos que levar em conta isso.

Há poucos meses, eu estava debatendo, no meu Estado, com uma imigrante cubana, casada, que veio, por opção, morar no nosso País e perguntei a ela em tom de provocação: "Em Cuba, como vão as coisas?". Ela disse: "Vão bem". E eu disse: "E o nosso País, como você está sentindo?" Ela disse: "É um país bonito, mas muito triste". E eu disse: "Por quê?" Ela respondeu: "Porque aqui morrem muitas pessoas de fome. Há muita gente na miséria. Há muita gente sem escola. Há muita gente humilhada porque não tem saúde. E no meu país não há isso". E eu disse: "Mas vocês não têm liberdade política". Ela disse: "De que liberdade política você fala? O nosso país tem liberdade política". Ela falava isso.

Então, o meu conceito universal de liberdade política, e direitos humanos é o mesmo do Senador Arthur Virgílio e do Senador Jefferson Péres. Mas, às vezes, não é o entendimento de outras pessoas. Então, temos que relevar isso. Por essas razões, por entender que precisamos aprofundar este debate sob pena de dificultarmos mais o destino do povo cubano na sua busca de um novo Estado democrático, de uma nova alternativa, por eu também condenar o partido único, por eu condenar o centralismo democrático, por eu condenar qualquer regime ditatorial, entendo que nós deveríamos, nesse momento, ter a cautela de designar uma missão para observar se está havendo desrespeito aos direitos humanos em Cuba, para depois concluirmos um parecer formal de repúdio àquele país.

Sou contrário. Entendo que o posicionamento do Senador Jefferson Péres, que merece o mais absoluto respeito, na sua intenção, do Senador Arthur Virgílio e do Senador José Agripino, tem um vício anti-regimental, quando aponta aconselhamento ao Governo brasileiro em relação a Cuba.

O Regimento Interno, art. 225, II, é claro, quando estabelece que a indicação não poderá conter sugestão ou conselho a qualquer Poder.

Defendo o meu parecer e voto contra o do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador José Agripino informou que, em virtude de um compromisso inadiável, terá de sair e pede seja a sua manifestação considerada como voto. Acredito que isso pode ser feito. Se todos estiverem de acordo, assim vou considerar, porque é um procedimento de respeito a S. Exª, um dos autores da proposição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, vejo que está em jogo uma questão de princípio. Tenho dois pontos a levantar nesta intervenção.

Inicialmente, não vejo, sinceramente, nada de mais em se manter relações diplomáticas, relação de troca de apoio científico e tecnológico, relação cultural, relação comercial, e, nesse episódio específico, fazer uma censura, que é absolutamente construtiva e, ao mesmo tempo, não nos obriga a amordaçar nossa consciência.

A segunda preliminar visaria, quem sabe, tornar regimental o requerimento. Tiraríamos tudo o que não fosse a censura a esse gesto atroz, tudo o que não fosse a censura a esse gesto torpe, tiraríamos, e não incorreríamos no eventual vício regimental, detectado competentemente pelo Senador Tião Viana.

Não gostaríamos de trocar, digamos assim, pela perfumaria o essencial, que é a condenação de algo com o qual a nossa consciência não se apazigua.

Finalmente, gostaria de dizer também que concordo, por todas as razões, até pelas mais práticas, com o voto do Senador José Agripino Maia.

Não estou também – não sei se o Senador Jefferson Péres concordará comigo – morrendo de pressa de ver essa matéria votada. Se V. Exª quiser deixar para depois, até lhe faço um pedido.

O SR. FERNADO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não tenho nenhuma pressa. Nada a obstar, aliás, é um direito regimental do Senador Fernando Bezerra. Essa é uma matéria sobre a qual deveria ser ouvida toda a Comissão de Relações Exteriores. Seria bom sabermos o que pensa sobre isso cada membro desta Comissão. Portanto, não tenho nenhuma pressa em votar isso agora.

Quanto às dificuldades regimentais – o Senador Jefferson me segredou aqui que concorda em retirar qualquer coisa que signifique aconselhamento a Cuba -, o que não aceito retirar é a censura clara a um gesto atroz e torpe do governo cubano nesse episódio. É preciso que tenhamos coerência, e a coerência nos indica atitudes firmes, seja para o lado do aspecto ideológico, seja para o outro lado, porque esse é o Brasil da afirmação pacifista, da afirmação democrática, que todos temos interesse em construir. Portanto, não tenho nenhuma pressa em votar.

Gostaria, até, que realmente essa matéria fosse votada por todos, que V. Exª a colocasse em votação em um dia em que não estive ausente nenhum suplente. Gostaria que fossem ouvidos os suplentes também. Queria saber o que pensam os suplentes dessa posição, que, a meu ver, é apenas condenável, por pessoas que, à unanimidade desta Casa, com certeza, têm todo um compromisso democrático a por ele zelar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Tião Viana, diante das ponderações feitas, tem uma observação a fazer.

O Senador Fernando Bezerra e o Senador Hélio Costa estão inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, após ouvir novamente o Senador Arthur Virgílio, gostaria de expressar a minha concordância com a posição que ele manifesta agora. Isso porque eu fui muito claro nas minhas considerações. Acolhi todos os sentimentos e críticas que eles externavam. Tratava-se de uma ferida aberta contra os direitos humanos e contra as liberdades supostamente praticadas pelo povo cubano.

Ficando a matéria restrita a essa manifestação crítica e não havendo nenhuma responsabilidade que se impõe ao Governo brasileiro de ação restritiva, estou plenamente de acordo com a manifestação dos Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Comissão repudia a atrocidade da vida em Cuba. Esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Fernando Bezerra havia considerado a hipótese de pedir vista. Se puder haver um entendimento ainda nesta reunião – quem sabe? -, talvez cheguemos a um consenso.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, meu pedido de vista foi no sentido de harmonizar a proposta feita pelo Senador Arthur Virgílio e pelo Senador Jefferson Péres com as ponderações de ordem regimental que foram colocadas aqui pelo Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana não se coloca contra a idéia e a proposta dos Senadores, mas faz um alerta com relação à questão regimental. Foi nesse sentido o meu pedido de vista. Se há aqui uma forma de harmonizarmos as propostas,

não vejo razão para o pedido de vista. O bom senso do Senador Arthur Virgílio e o bom senso do Senador Tião Viana convergem para uma proposta que será certamente aprovada pela unanimidade dos presentes nesta reunião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a palavra ao Senador Hélio Costa – talvez S. Exª queira se manifestar também a respeito do entendimento -, desejo registrar que os três autores do requerimento manifestaram o seu protesto e estão de acordo com a exclusão da parte anti-regimental ou anticonstitucional. Entretanto, na proposição do Relator, Senador Tião Viana, há ainda sugestões adicionais que significariam a visita a Cuba por parte. (Pausa.) Então não constará do requerimento final essa proposta.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, do ponto de vista prático o mais simples seria acompanhar o pedido de vista do Senador Fernando Bezerra e fazê-lo em conjunto. Isso porque com um pedido de vista em conjunto nós teríamos tempo suficiente para apresentarmos os ajustes redacionais que merece essa proposta. Certamente já na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores viríamos aqui com um resultado definitivo do que nós entendemos seja um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª, em cooperação com o Senador Fernando Bezerra, pede vista para harmonizar os requerimentos e o ponto de vista do parecer.

Fica concedido o pedido de vista coletiva.

Esse item constará da pauta da próxima reunião de quinta-feira.

Consulto os Srs. Senadores sobre o seguinte: como houve um apelo para que todos estivessem presentes, desejo saber se podemos colocar na pauta esse assunto como primeiro item, já que houve uma harmonização a respeito. Solicito aos Senadores Hélio Costa e Fernando Bezerra que harmonizem as proposições e redijam um texto com o qual todos concordem.

Peço ao Senador Hélio Costa que procure dar uma redação harmônica com aquilo que está sendo objeto de consideração.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h e 30min.)

Ata da Quinta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e sete de março do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, MARCELO CRIVELLA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, GILBERTO MESTRINHO, ALOIZIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, EDISON LOBÃO, JOÃO ALBERTO SOUZA, MARCO MACIEL, AELTON FREITAS, HÉLIO COSTA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, JOSÉ AGRIPINO, LUIZ OTÁVIO, PEDRO SIMON, ARTHUR VIRGÍLIO, LÚCIA VÂNIA e JOÃO CAPIBERIBE.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem Nº 300, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **STELIO MARCOS AMARANTE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda." O Relator, Senador **GILBERTO MESTRINHO**, faz a leitura do relatório. Na seqüência, o Presidente requer a leitura dos relatórios seguintes. **Item 02** – Mensagem Nº 362, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora **GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago." Faz a leitura do relatório o Senhor Senador **MARCO MACIEL**, relator "ad hoc" da matéria. **Item 03** – Mensagem Nº 13, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura." Passa-se a palavra ao Senhor Senador **AELTON FREITAS**, relator "ad hoc" da matéria para que leia o parecer. O Presidente passa a palavra ao Senhor **STELIO MARCOS AMARANTE** que faz sua exposição de motivos. Em seguida, a Senhora **GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES** e o Senhor **ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA** fazem as suas exposições de motivos. Passa-se à argüição dos Senhores Embaixadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **EDUARDO AZEREDO, AELTON FREITAS, GILBERTO MESTRINHO, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO MATARAZZO SUPLICY.** O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **GILBERTO MESTRINHO, AELTON FREITAS** e à Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** que escrutinem os votos. Segue, então, a apreciação do **Item 01** da **extra-pauta** – Requerimento N°08, de 2003-CRE, de autoria do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** que requer, "nos termos regimentais que, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado promova o I Encontro das Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa que deverá se realizar no Senado Federal, no período de 26 a 30 de maio de 2003." Tem a palavra a Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES** para proferir o parecer. As Senhoras Senadoras **PATRÍCIA SABOYA GOMES, LÚCIA VÂNIA, HELOÍSA HELENA, ROSEANA SARNEY** e **FÁTIMA CLEIDE** são convidadas a representarem esta Comissão neste Encontro. Não havendo quem queira discutir, o requerimento foi aprovado. O Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 12 horas. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

Estando todos de acordo, dispensada a leitura, passamos à apreciação das matérias de pauta.

Item 1:

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Srs. Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

Pergunto aos Srs. Senadores se poderíamos realizar as três exposições dos embaixadores indicados. Se houver concordância, tanto dos Srs. Senadores quanto dos Embaixadores, poderíamos proceder à argüição, como fizemos nas duas ocasiões anteriores, conjuntamente.

Então, convido para sentar-se à mesa o Sr. Stelio Marcos Amarante, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda; a Srª Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago; e do Sr. Antonio Augusto Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco.

Vamos realizar o procedimento sugerido, uma vez que todos estão de acordo.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, Relator da mensagem indicando o nome de Stelio Marcos Amarante, para que leia o parecer. Em seguida, daremos a palavra o Srº Stelio Marcos Amarante.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, o Presidente da República, na forma constitucional, encaminhou ao Senado a indicação do Sr. Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores, para, com aprovação da Comissão e do Senado, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Irlanda.

As relações do Brasil com a Irlanda são recentes. A Irlanda instalou a embaixada do Brasil a partir

de 1991. Todavia, esse intercâmbio é promissor com negócios na faixa de US$600 milhões. O embaixador Amarante, pelo currículo apresentado e pelos cargos já exercidos no Itamaraty, por seu trabalho diplomático, tem todas as credenciais para ser indicado e aprovado como Embaixador do Brasil junto à Irlanda, com o objetivo de fomentar, cada vez mais, essas relações e abrir caminhos para o alargamento das exportações brasileiras.

O meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou solicitar ao Senador Marco Maciel que leia o parecer do Senador João Alberto Souza, a respeito da Sra. Gilda Maria Ramos Guimarães, indicada para ser Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad Tobago.

Peço que depois o Senador Aelton Freitas leia o parecer seguinte.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo do que fez o Senador Gilberto Mestrinho, também serei conciso no parecer relativo à indicação da Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães para chefiar a nossa embaixada em Trinidad Tobago.

Gostaria de lembrar que a Embaixadora, além de ter um excelente currículo, é uma pessoa que domina muito bem as questões internacionais. Sua indicação, portanto, a meu ver, preenche todos os requisitos necessários à sua aprovação.

De mais a mais, o Brasil cada vez procura ampliar sua presença no exterior, envolvendo aí não somente os chamados países do Primeiro Mundo mas também outros países mormente aqueles aos quais nós devemos dar cada vez mais atenção, inclusive os países do nosso hemisfério, já que agora se fala muito nessas negociações com a Alca e precisamos ampliar as parcerias com os diferentes países que participam desses esforços com relação à criação da Alça.

Portanto, face ao exposto, gostaria de repetir aquilo que já diria se aqui estivesse o Senador João Alberto: o parecer é pela aprovação da indicação feita, sem prejuízo de eventuais observações que a Embaixadora Gilda Guimarães venha a produzir no plenário desta Comissão logo a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Solicito ao Senador Aelton Freitas que leia o parecer do Senador Jefferson Péres a respeito do indicado para ser Embaixador junto à Unesco, Antonio Augusto Dayrell de Lima.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, lendo o breve relato do Senador Jefferson Péres chegamos à conclusão, como disseram os dois Senadores que já me antecederam, que também o Sr. Dr. Antonio Augusto Dayrell de Lima tem todos os requisitos necessários para assumir tal posto, representando nosso país junto à Unesco.

É uma pessoa nascida em Liverpool, no Reino Unido, brasileiro, de acordo com o art. 129, II, da Constituição de 1946. O ilustre Diplomata indicado ingressou na carreira diplomática no posto de 3º Secretário em 1967, ascendeu a Conselheiro em 1979; como Ministro de 2ª Classe em 1986, e Ministro de 1ª Classe, a partir de 1995, sempre por merecimento. Segundo informe do Itamaraty, o diplomata também já participou de vários organismos internos e comissões nacionais, assim como em negociações bilaterais como assessor, como delegado e chefe de delegação. Participou também de um grande número de reuniões internacionais relativas a produtos de base, assuntos sociais, descolonização, segurança, paz internacional, campo especial, meio ambiente, assuntos marítimos e Antártida, junto à Unesco, com seus organismos e programas, assim como em vários outros organismos internacionais especializados e conferências específicas sobre tratados internacionais. Portanto, concluímos que tem todos os requisitos para representar muito bem o nosso País junto à Unesco e estamos de acordo com o Relator Jefferson Peres.

Para avaliação de aspecto da instituição onde o Diplomata vai exercer as suas funções como Delegado Permanente do Brasil, transcreve-se neste relatório o seguinte trecho e informações anexadas pela divisão de acordo com assuntos multilaterais e culturais do Itamaraty. A Organização tem como principal objetivo contribuir para a paz e a segurança mundiais, promovendo a colaboração entre as nações nos campos educacional, científico, cultural e de comunicação e visa igualmente incentivar o respeito à justiça e aos direitos humanos e as liberdades fundamentais sem distinção de raça, língua e credo.

Portanto, para concluir, para complementar com essas metas, age em diversas frentes na realização dos estudos prospectivos sobre políticas em área de sua competência na difusão e intercâmbio de conhecimento por meio do ensino de pesquisa, formação e treinamento, no estabelecimento de instruções nor-

mativas internacionais e o apoio à cooperação técnica e a disponibilização de peritos.

O Diplomata indicado é portador de condecorações pelo Brasil, pela Ordem Rio Branco, de Mérito Aeronáutico, de Mérito Naval, de Mérito Militar e de Mérito Científico. Pela Argentina, de Ordem ao Libertador San Martín.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial em todos os sentidos. Os três, pelo que se vê, têm currículos excelentes, exemplares e, desde já, como Senador e mais um membro desta Comissão, podemos desejar felicidades a todos, principalmente a quem acabamos de nos referir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Passamos, então, a palavra ao Sr. Stelio Marcos Amarante, indicado para ser Embaixador do Brasil junto à República de Irlanda, que, inclusive foi Embaixador em La Paz, na Bolívia, além dos outros cargos que constam do seu currículo.

O SR. STELIO MARCOS AMARANTE – Muito obrigado.

Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr. Senador Gilberto Mestrinho, a quem agradeço a gentileza de seu relatório, as palavras tão amáveis, Senadores Marco Maciel, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo, bom dia, muito obrigado pela presença. Para mim, é uma honra muito grande comparecer pela segunda vez à Comissão de Relações Exteriores desta feita para fazer uma apresentação sobre o posto para o qual tive a honra de ser indicado, para chefiá-lo, que é a Embaixada do Brasil em Dublin. Esta Embaixada foi por nós aberta em 1991, e, recentemente, recebemos, então, por parte dos irlandeses, o tratamento de reciprocidade, quando, em 2001, abriram sua Embaixada em Brasília.

A Irlanda é um país que não é, embora pareça pequeno, tão pequeno para os padrões europeus. A área da Irlanda representa 1/3 da área da Grã-Bretanha, e a área de toda a Ilha equivale mais ou menos à área de Portugal e, em termos brasileiro, seria como se tivéssemos as áreas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Apesar de não ser assim tão pequena, tem uma população baixíssima. A República da Irlanda só está, agora, alcançando os 4 milhões de habitantes, porque a Ilha está ocupada em 4/5 pela República e o outro quinto pela chamada Irlanda do Norte que é, então, parte da Grã-Bretanha, faz parte do Reino Unido da Grã-Bretanha, Irlanda. Esta população pequena está crescendo, já esteve em apenas 2 milhões e 600 mil habitantes e, no passado, no início do Século XIX, a população era de apenas a 8 milhões de habitantes, quando passaram por uma crise terrível, que foi a grande fome irlandesa. Em meados do Século XIX, tiveram três quebras da safra de batatas, e os agricultores irlandeses pobres se alimentavam quase que exclusivamente de batatas, embora o país produzisse milho, carne e trigo, que era exportado. E a grande tristeza disso foi que, enquanto os irlandeses morriam de fome naquele momento, eles continuavam exportando. Quer dizer, os donos das terras fizeram com que se mantivessem os contratos. E a Inglaterra estava naquele momento de "ultraliberalismo", de **laissez-faire**, achando que a mão invisível do mercado resolveria tudo e resolveu de uma maneira terrível: morreram mais de um milhão de irlandeses e também um milhão e meio, em pouco tempo, emigraram para os Estados Unidos, dando início a um fluxo migratório que fez com que o país perdesse população constantemente. Essa tendência só foi revertida agora, em 1970, quando começou a cair o fluxo migratório para os Estados Unidos, e, pelo contrário, o país começou a receber mais imigrantes.

Mas isso é uma coisa que já pode ser considerada passado na Irlanda, um passado muito triste, com muitas lutas para conseguir a independência. Mas hoje o país está numa fase extraordinária, que lhe valeu, inclusive, o apelido de "O Tigre Celta". O país cresceu constantemente, ao longo dos dez últimos anos, a uma taxa de quase 10% ao ano. Isso foi uma coisa fantástica. E o dado que, para nós, tem mais importância, eu diria, é que a Irlanda, com quatro milhões de habitantes, exporta, hoje em dia, US$85 bilhões. O Brasil exporta US$60 bilhões e a "Irlandinha" exporta US$85 bilhões.

Agora, são exportações de altíssimo valor agregado. Eles exportam, sobretudo, produtos farmacêuticos, produtos químicos e equipamentos de informática, além de **software.** Eles chegaram a esta posição por várias razões. A mais importante foi terem adotado uma política financeira virtuosa. O país, assim como o Brasil dos anos 70, se endividou muito na época dos créditos fáceis e juros baixos. Eles ficaram muito endividados. Eles estavam numa situação muito difícil quando um determinado governo irlandês, já nos anos 80, tomou a decisão de acertar as finanças públicas. Começaram a reduzir os gastos, mais ou menos o que estamos fazendo agora, aqui no Brasil, que já fizemos também no passado, mas que agora estamos buscando fazer novamente. Os resultados

foram fantásticos. Eles tinham uma dívida total que chegou a 110% do PIB e reduziram-na para 37%, o que lhes dá uma folga extraordinária.

Com este bom panorama financeiro, os investimentos estrangeiros começaram a fluir para a Irlanda. Aí eles também tomaram uma medida muito inteligente: fizeram investimentos imensos na educação da mão-de-obra, mas voltadas mais para o lado científico. Então, a mão-de-obra irlandesa atualmente é, na Europa, a que tem a melhor qualificação científica. Por isso são grandes exportadores de **software** e de produtos de alto valor agregado.

Agora, a vantagem principal para eles foi realmente estar no Mercado Comum Europeu. Entraram para o Mercado Comum em 1973 e, a partir daquele ano, receberam subsídios, os subsídios comunitários, que são extraordinários. Eles chegaram a receber 5% do PIB em subsídios. Se o Brasil recebesse 5% do PIB, acho que, em um bilhão de dólares, estaríamos recebendo cinco bilhões de dólares sem uma contrapartida.

Atualmente, a Irlanda já está sendo graduada. Ou seja, ela já não estará mais recebendo da União Européia todos esses subsídios. Eles já estão sendo reduzidos. Talvez só fique o da agricultura.

Em termos de investimentos, a Irlanda teve uma sorte muito grande. Com esse número imenso de americanos de origem irlandesa, muitos deles bem sucedidos, presidentes de empresas, essas empresas americanas investiram pesadamente na Irlanda e fizeram desse país uma espécie de Zona Franca de Manaus, ancorada ao lado da União Européia. Com isso eles estão com facilidades de exportação. Isso facilita a exportação e ainda permite que eles cheguem a esse volume tão alto de exportações. São empresas na sua maioria americanas. Segundo li, são mais ou menos quatrocentas empresas americanas de **high tech,** empresas que fazem chips, todas elas estão com suas filiais na Irlanda. Graças a isso, eles estão com esse setor muito desenvolvido.

Esse é o quadro positivo que havia até o ano passado. Com a crise européia, com a estagnação da economia européia na Alemanha, na França, a Irlanda já não está crescendo tanto. Talvez cresça 3% neste ano de 2003, o que para eles é muito pouco. Ao mesmo tempo eles já estão voltando a ter déficits em suas contas externas.Talvez o déficit da Irlanda suba neste ano para 2,3% do PIB, o que é muito perigoso, porque ele pode chegar aos 3%, que é o limite que o Banco Central Europeu e a União Européia admitem para que o país possa continuar dentro do Acordo de Maastricht, para manter a sua moeda como o euro.

Isso está tendo repercussões políticas. O país agora é governado por uma coalizão de um partido tradicional. Eles têm uns partidos curiosos e que não são partidos ideológicos. São partidos formados no início do processo de independência e que têm nomes gaélicos – Fiána Fáil, Sinn Féin, Fine Gael. Esses partidos não são marcadamente ideológicos. Não são de esquerda, são frentes, talvez, com uma ideologia tênue. Eles têm dois partidos com uma ideologia mais marcada. Um deles é trabalhista e outro é socialista. O trabalhista é mais forte eleitoralmente O governo está sendo detido por um desses tradicionais, em associação com um outro partido, que é de tendência mais liberal em economia e que tem uma líder, uma mulher muito forte na Irlanda, chamada Mary Robinson. Ela é a n° 2 na estrutura política do país.

Eles têm um sistema eleitoral que talvez seja interessante mencionar. Eles têm um senado curioso: não é eleito por voto universal. Eles têm 60 senadores, onze dos quais são indicados pelo Primeiro-Ministro. Os demais são eleitos por órgãos classistas, digamos assim. As universidades elegem 6 senadores. Os setores da indústria elegem mais 2; o setor de agricultura e o comércio também elegem senadores. Trata-se de um senado parecido com o que tínhamos em 1936, na época do Chico Campos.

Na câmara baixa já não acontece isso. Lá ocorre votação universal. Eles têm o voto distrital, mas não se trata do sistema inglês, majoritário, por distrito. Trata-se de um sistema onde cada distrito pode ter três, quatro ou cinco deputados, ou seja, pode eleger até cinco deputados, de forma também curiosa. Na votação, o eleitor escolhe dois nomes: escolhe o seu predileto e põe um segundo candidato. Se no Brasil fosse assim, não haveria o problema das últimas eleições, em que foram eleitos candidatos com mínima representatividade. Lá não. Eles têm o que chamam de **single transferable vote**, quer dizer, o voto pode ser transferido para um segundo candidato caso não haja definição com relação ao **quorum** deles. É um sistema muito complicado, e creio que não poderíamos fazer isso no Brasil, talvez por causa de nossas máquinas e porque seria muito complicado para os eleitores. A apuração também é muito complicada. Às vezes, eles têm que fazer vários escrutínios até conseguir o resultado. Contudo, do ponto de vista de votação proporcional, talvez os resultados sejam dos mais justos possíveis.

Agradeço muito a atenção de V. Ex^es^ e estou à disposição para eventual aprofundamento desses temas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Stelio Marcos Amarante.

Concedo a palavra à indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil perante a República de Trinidad e Tobago, Srª Gilda Maria Ramos Guimarães.

A SRª GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Exmos Srs. Senadores, eu queria me associar às palavras do Embaixador Stelio Amarante e dizer da honra que é para mim comparecer aqui, pela segunda vez, para uma sabatina por V. Exªs. Também me sinto honrada por ter sido indicada pelo Senhor Presidente da República para, caso aprovada pelo Senado, exercer as funções de Embaixadora perante o Governo de Trinidad e Tobago.

Farei uma breve exposição sobre o país, as relações com o Brasil e o programa de trabalho que pretendo implementar lá.

Trinidad e Tobago é ex-colônia inglesa. O país ficou independente em 1962, sendo que, em 1976, adotaram uma Constituição republicana. É uma República parlamentarista, em que se segue o modelo westminsteriano inglês: o Chefe de Estado é eleito pelo parlamento bicameral, composto pela Câmara de Representantes, com 36 membros eleitos por voto direto, e pelo Senado, com seus 31 parlamentares nomeados pelo presidente da República. O Chefe de Governo é o Primeiro Ministro, eleito pelo partido majoritário.

A composição da população de Trinidad Tobago é a seguinte: 40% de origem africana, 40% de origem indiana, 20% de várias procedências: europeus, chineses, etc. São dois os partidos principais: Movimento Nacional do Povo e Congresso Nacional Unido, expressões políticas das principais etnias – africana e indiana. O Movimento Nacional do Povo, predominantemente africano, está hoje no poder, ou seja, o Chefe de Governo é desse partido. E o Congresso Nacional Unido é uma expressão política da parcela indiana de 40% da população.

Após as eleições realizadas em 2001, houve um impasse que durou de janeiro a outubro de 2002, em virtude do empate ocorrido no número de deputados da Câmara de Representantes. Então, o Governo ficou praticamente mobilizado. Em outubro, houve eleições, sendo vencedora a maioria do Movimento Nacional do Povo, ao qual pertence o Primeiro Ministro, Patrick Manning.

Quanto ao índice de desenvolvimento humano, o país está classificado entre os países de mais alto desenvolvimento humano segundo o relatório da ONU sobre o tema: 2% de analfabetismo, um PIB de US$8,9 bilhões, uma dívida externa de US$2,7 bilhões, uma população de 1,3 milhões, com uma extensão de 5.128 quilômetros quadrados.

Dado esse panorama, eles têm uma política econômica externa com interesses, particularmente, voltados para o seu sócio comercial, os Estados Unidos.

É um país que pertence ao Caricom e apóia, consistentemente, as iniciativas desse organismo. Tem uma relação comercial muita próxima, intensa com a Venezuela, e tem manifestado grande interesse em uma intensificação da aproximação com o Brasil.

Em relação à economia, os grandes itens são reservas de petróleo – 120 mil barris diários, e gás natural, 270 bilhões de metros cúbicos. Possuem também um dos maiores postos de betume do mundo.

A ausência de descobertas recentes de reservas significativas faz com que o governo se dedique muito à ampliação do comércio de gás natural e à busca de novas reservas de atividades exploratórias.

As relações com o Brasil datam de 1942, quando o Brasil participou dos esforços conjuntos com os aliados contra o nazismo. Tínhamos então o vice-consulado em 1942. Como Trinidad e Tobago fica numa rota estratégica para os Estados Unidos houve combates lá e perdemos alguns navios durante a guerra. Inclusive o navio Parnaíba que afundou durante a guerra. Posteriormente, tivemos um consulado.

Depois da Independência, em 1962, três anos depois, passamos a ter uma representação no âmbito da embaixada, desde 1965.

Um dado que chama muito a atenção é o intercâmbio comercial entre o Brasil e Trinidad e Tobago. Nossas exportações para Trinidad e Tobago, em 2002, elevaram-se a US$144 milhões e as importações a US$ 25 milhões, sendo que tivemos um saldo favorável de US$119 milhões.

Essa área das relações comerciais apresenta grandes perspectivas de crescimento, à qual pretendo dar uma especial atenção.

Tivemos esses índices de exportação, que considero muito significativos, sem uma grande estrutura de apoio, pois quase não temos estrutura de apoio na embaixada. Lutarei para ter uma estrutura de apoio para fomentar essas atividades comerciais, que são, como disse, as que oferecem maiores perspectivas de crescimento.

Temos com Trinidad e Tobago um acordo de alcance parcial, assinado em 2001, que está dependendo da ratificação deles, que,por sua vez, estão dependendo de uma resposta do Caricom.

Por exemplo, Senador, em outubro, houve uma missão da Vale do Rio Doce, que entrou em contato

com a Ispat – Importadora de Minério de Ferro, que estamos mandado de Carajás. A idéia era fazer uma usina siderúrgica em Trinidad, mas a engenharia do projeto não prosperou. Então, se fez essa usina de "pelletização" de minério de ferro de Carajás.

Hoje, somos exportadores de 65% desses **pellets**, desse minério de ferro. Temos 35%, o Canadá tem 65% e o Peru tem 10%. Mas a iniciativa dessa exportação dos **pellets**, cuja usina está no Maranhão, é uma expectativa de que possamos ser um dos principais – talvez o primeiro – exportador desse material.

A distância geográfica, por exemplo, entre o Maranhão e Trinidad e Tobago é de cinco dias por via marítima, o que favorece muito essa relação, quer dizer, a proximidade do Nordeste e do Norte é um fator extremamente positivo para o incremento dessas atividades comerciais. Isso é muito importante.

Além do ponto de vista comercial, do ponto de vista político, o relacionamento também é importante, porque Trinidad e Tobago é um país que integra o Caricom, composto de 15 países, em que podemos ter a facilidade de acesso também aos votos políticos em organismos internacionais. São 15 países que votam nos organismos internacionais.

Outra área na qual penso que também podemos desenvolver o trabalho é na cooperação técnica. Temos hoje um acordo, mas um acordo antigo, de 1971, de cooperação técnica econômica e cultural, que penso podemos atualizar. Há várias áreas em que podemos fomentar essa cooperação. Por exemplo, em área de turismo, em área de combate a Aids – temos um grande conhecimento nessa área –, doenças tropicais, etc. Creio que deveríamos atualizar esse acordo.

Nunca foi criado um grupo parlamentar de amizade Brasil-Trinidad e Tobago. Talvez se possa pensar nisso, dado o interesse que temos tanto comercial quanto político na região. Essas são mais ou menos as linhas de um programa de trabalho que pretendia desenvolver.

Quero agradecer a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães.

Concedo a palavra ao Embaixador Sr. Antonio Augusto Dayrell de Lima, indicado para ser Delegado Permanente do Brasil junto à Unesco.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy. Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero me associar a todos os meus colegas. É para mim também uma honra extrema estar mais uma vez nesta Comissão para discutir a indicação do meu nome.

A Unesco declarou, em seu ato constitutivo, em 46, que se as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser reerguidas as defesas da paz. Creio que essa é uma observação bastante pertinente nos dias de hoje; idealista, mas também muito prática.

Hoje, a melhoria da educação, o aprimoramento da ciência e a proteção do patrimônio mundial são as imagens mais corriqueiras que temos da União. É justamente por causa dessa imagem de marca, algo técnica e professoral, que eu gostaria de realçar outros aspectos dessa organização, que venham a mostrar a sua importância política e contemporaneidade.

Espero fazer isso respondendo a três indagações, que, penso, são essenciais.

As perguntas que devem presidir a sabatina de um candidato a Delegado Permanente junto à Unesco são: qual o sentido maior desse foro internacional, qual é a sua importância para o Brasil e quais seriam as prioridades diplomáticas que lá deveríamos perseguir.

É por intermédio da evolução diplomática da Unesco que melhor entenderemos o seu papel. Portanto, creio que seria interessante fazer um pouquinho de história.

A Unesco foi concebida sob a influência preponderante do Reino Unido, dos Estados Unidos e da França, a partir de reuniões e conferências de Ministros de Educação aliados, em Londres, desde 1942. O nosso País também lá estava. Foi um dos 20 países fundadores da organização, com o Professor Paulo Carneiro, cuja trajetória profissional de vida, aliás, se confunde com a história da própria Unesco, como os senhores sabem.

Esse grande brasileiro foi um dos pais da Unesco. Promoveu várias realizações importantes, de âmbitos humanista e universal, por meio da organização. Podemos dizer, portanto, que a Unesco tem uma marca de nascença brasileira que outros se encarregaram inclusive de perpetuar e relançar.

A Unesco viria, desde o seu início, a exprimir, portanto, uma visão solidarista das relações internacionais. Mas, na realidade, não acolhia apenas idealismo e iluminismo em um pós-guerra, mas também um claro interesse ocidental em sanar o mundo ainda intoxicado pela propaganda de guerra e substituí-la pela difusão de uma mensagem democrática liberal. E já despontava, então, o desejo de um foro em que

estivesse expressa e legitimada uma visão mais integrada, holística e mundial, diferente da que estava além da então chamada "cortina de ferro".

Vemos, portanto, que a Unesco já nasce bastante politizada, e a União Soviética e os países socialistas esperaram quase uma década para participar da Agência. O grupo socialista só veio a entender o real alcance político da Organização quando se deu conta do grau de envolvimento desta na Guerra da Coréia.

Nos anos 60, começaria também a acontecer a segunda onda da descolonização, com a plena emergência nacional dos países em desenvolvimento, e a Unesco teve papel fundamental nesse processo, pois forneceu o embasamento intelectual necessário à afirmação da identidade cultural do Terceiro Mundo e à promoção da luta contra o racismo. Uma multidão de atores internacionais, agora, podia exibir comportamentos parlamentares autônomos ou de bloco, na ONU, em plena guerra fria.

Nos anos 70 e 80, houve uma grande convergência de reivindicações totalmente novas, de um vasto número de nações em desenvolvimento, dirigidas no sentido de uma reestruturação do próprio sistema internacional. Foi esse conjunto de propostas e de iniciativas que, aliado à perda do domínio e controle parlamentar nos foros internacionais por parte do grupo de países ocidentais – lembrem-se, por exemplo, do voto contra o sionismo, na Assembléia Geral, em 75 –, favoreceu o aparecimento da chamada crise do multilateralismo. Justamente na Unesco seria exercido o primeiro teste de uma postura mais restritiva com relação às Nações Unidas pelos norte-americanos, com seu lamentável abandono, em 84, da Organização.

Na realidade, a Organização, então, apenas tentava preparar o mundo para algumas das transformações globais que viriam, efetivamente, a acontecer mais tarde e, desde então, a chamada crise multilateral não se acalmou em nada e existe, ao contrário, a mais nua e crua prática do realismo político nos organismos internacionais, como vimos até recentemente. Na raiz desse fenômeno, talvez esteja a própria questão da coerência das Nações Unidas como sistema atual de poder em um mundo globalizado, onde se confrontam, hoje, uma só hegemonia – política, econômica e cultural – e o inarredável e natural pluralismo mundial.

Essa questão não é política, moral ou cultural, mas funcional, pois seria organicamente insustentável para a comunidade internacional um confronto dessa natureza entre uma hegemonia e o pluralismo, vigor, extensão ou capilaridade. Quer dizer, ele pode, em sã consciência, imaginar ou desejar um mundo global submetido a uma única maneira de ser, e acho que é mais ou menos evidente.

Na última assembléia geral, um ano depois do 11 de setembro, do atentado de Nova Iorque, ouvimos o próprio Presidente dos Estados Unidos anunciar que o país voltaria à Unesco. Isso foi confirmado, inclusive, recentemente, em plena Guerra do Iraque.

Na verdade, a extrema pertinência política do diálogo intercultural e a falência das teses da morte das ideologias, cientificamente em voga, demonstram a atualidade permanente do Organismo. O mundo está, realmente, ainda resvalando numa certa incompreensão sócio-cultural, intolerância, por obscuros e obtusos motivos religiosos, étnicos ou ultranacionalistas, os quais acreditávamos ultrapassados na mente moderna e a menção central da Unesco de contribuir para a paz e a segurança por meio da colaboração entre as nações adquire, portanto, ainda maior sentido moral e prático. Essa missão, inclusive, foi atualizada da maneira mais abrangente possível com os próprios avanços tecnológicos que conduziram à globalização, sem deixar de levar em conta as enormes conquistas universais, em termos de direitos humanos e sociais.

O que se pode dizer, em conclusão a este primeiro enfoque, é que o campo de atuação dessa Organização extravasa o da educação, da ciência e da cultura, já que se ocupa também, por exemplo, de comunicação, informática, tecnologia, meio ambiente, direitos humanos e direitos sociais.

Não há dúvida de que a Unesco, desde que começou a ser submetida a críticas internacionais severas e desde a última administração, tende a concentrar seus esforços sem pulverizá-los, com vista a tornar mais efetiva sua ação em inícios de vocação dessa Organização, em um processo de reforma radical que encontra, talvez, as melhores soluções gerenciais.

Várias dessas atividades da Unesco estão histórica e intimamente associadas ao desenvolvimento de inúmeras políticas públicas em áreas importantes para o Brasil – no setor educacional, científico ou do patrimônio cultural ou natural. A elas eu posso voltar especificamente se assim o desejarem.

Mas, na realidade, a pertinência da Organização para o Brasil vai muito além desse quadro.

Quando o atual Diretor-Geral da Unesco, Koichiro Matsuura, assumiu o cargo, ele disse o seguinte:

Em todo o mundo, as sociedades continuam a ser ameaçadas pela pobreza, pela violência, pela intolerância, pelo conflito armado, pela ignorância, pelo

aquecimento da Terra, pelo abuso do uso de drogas, pelo crime, fatores que afetam adversamente a qualidade das nossas vidas.

No início desse novo século, a nossa maior prioridade deve ser a erradicação da pobreza, da ignorância e da violência, que adquire novas dimensões e novos significados em um mundo caracterizado pela globalização.

Sr. Presidente, reconhecemos, nessas prioridades, as nossas.

A Unesco foi uma das primeiras Organizações a planejar, em médio prazo, assim, a definir objetivos estratégicos encarando prioridades. Tem um extenso programa de trabalho com três linhas de força e dois objetivos estratégicos bem focados nas áreas de sua competência. Mas, sobretudo, definiu-se, recentemente, dois temas transversais, atuais, que a tudo isso se sobrepõem e permeiam, portanto, toda ação da Organização, que tem profunda ressonância no Brasil. Refiro-me à erradicação da pobreza, especialmente da extrema pobreza, e à contribuição das tecnologias da informação e da comunicação para construção de sociedades do conhecimento, pois, sem a solução prioritária desses problemas não há esperança para solução de outros problemas e as guerras nascerão nas mentes dos homens.

Nos últimos 20 anos, a Unesco soube, portanto, prever, interpretar, sobrenadar as convulsões trazidas pelos fundamentalismos de todo bordo, pela implosão da União Soviética, pela crescente visão neoconservadora norte-americana, assim como pela própria globalização. Ela forneceu pistas para dirimir as dúvidas trazidas pela ciência e a tecnologia em mundo globalizado sem perder seu sentido ético. Conservou-se, portanto, como uma Instituição mundial de referência incontestada nas áreas de sua competência.

O fato de que, deste Fórum, composto por quase 190 nações, possam nascer consensos universais, em vez de imposições unilaterais em áreas tão sensíveis como as que se referem às idéias, ressalta o pleno vigor do multilateralismo. O seu papel normativo inovador, por exemplo, em campos pioneiros como o da diversidade cultural da bioética não pára de crescer.

Na conflituosa conjuntura internacional, em que se torna indispensável um diálogo entre civilizações e culturas, a Unesco só aumentou a sua atualidade. Tornou-se o fórum ideal de uma batalha para coibir uma nova divisão internacional do trabalho, baseado em um único fator preponderante: o conhecimento, criador de uma nova classe mundial de excluídos. E, hoje, entre todos os objetivos, sobressai o conceito de desenvolvimento humano e de universalização da cidadania, ficando claro que a Unesco pode fornecer, como tem fornecido, elementos inestimáveis para o nosso desenvolvimento.

A Organização tem também se adiantado em inúmeras áreas, cujo futuro é extremamente problemático para a humanidade, como, por exemplo, o da previsível escassez global da água doce.

Constitui-se, portanto, no meu entender, uma plataforma privilegiada para os países em desenvolvimento e a observação da globalização, sendo um dos fóruns mais esclarecidos dessa.

É mais do que propícia ver a colação de novos modelos políticos e sociais que se impõem hoje em dia, além de se constituir realmente em uma arena internacional estratégica, portanto, uma agência especializada, as Nações Unidas, que estabeleceu, aqui no Brasil, estratégias de parcerias abrangentes, inovadoras com inúmeros interlocutores na área governamental e na sociedade civil.

Vários membros do Senado integram um grupo de Parlamentares Amigos da Unesco, criado em 1997.

Esta Comissão apreciará, portanto, que a Delegação do Brasil junto a Unesco, sob o mando do Itamaraty, possa ter as 21 prioridades diplomáticas – e com isso vou encerrar o meu apanhado – que contemplem pelo menos o seguinte:

– a sintonia fina com as prioridades nacionais nas quatro áreas de competência da Organização, as quais tenham incidências no campo social;

– a participação ativa, nesse sentido, nos conselhos e comissões da Unesco;

– o concerto político com os Estados, membros da Unesco, que apresentem o melhor perfil de cooperação com o Brasil;

– a cooperação e o concerto políticos com os países de língua portuguesa e a promoção da lusofonia e da latinidade;

– a cooperação com os países do entorno sul-americano e a cooperação sul-sul em geral;

– a transmissão e utilização internacional do cabedal científico e tecnológico do Brasil, ao qual já nos qualificamos, podendo transmitir a outros países em desenvolvimento;

– o estímulo à universalização da organização e a volta dos membros que dela se retiraram, sem que o equilíbrio institucional seja rompido;

– a defesa do pluralismo da diversidade cultural com a utilização de tecnologias inovadoras – sobre isso, a Unesco desenvolve vários aspectos interessantes. Por exemplo, o desenvolvimento de um **soft-**

ware de tradução simultânea, que, realmente, é interativo e cujo projeto, atualmente, está sendo liderado por um brasileiro. A participação dos esforços de combate ao racismo e o resgate da memória histórica da escravidão e sua abolição, assim como a proteção aos povos indígenas;

– a plena utilização do foro para a promoção de instrumentos e mecanismos de direitos humanos, com vistas, inclusive, à solução de casos individuais de violação dos direitos humanos – se V. Exª quiserem, posso voltar a me referir a isso;

– a utilização do foro para a divulgação do acervo da cultura brasileira; a divulgação do foro para a divulgação das realizações do Governo e da sociedade brasileira;

– a promoção da internacionalização de centros de excelência brasileira; a participação ativa na elaboração internacional de normas e instrumentos relativos à ética na ciência;

– a busca de oportunidades científica e tecnológica inovadoras de interesse para o Brasil;

– a utilização de mecanismos de preservação e proteção na área do patrimônio sendo intangível, inclusive, o cultural – isso é novo;

– a busca de parcerias para a manutenção plena do **status** dos sítios ou bens protegidos no Brasil;

– a utilização da competência da Unesco em favor do desenvolvimento sustentável;

– a visita de autoridades brasileiras e delegações oficiais do Brasil à Unesco;

– a presença de funcionários internacionais de qualidade do Brasil na Secretaria da Organização – aliás, o diretor-geral adjunto é um brasileiro, o Dr. Márcio Barbosa;

– a reforma do Conselho Executivo da Conferência Geral, assim como a defesa da busca das mais eficientes soluções gerenciais para a organização; e

– a continuação da busca de uma redução, eqüitativamente, para a *(palavra incompreensível)* da contribuição financeira do Brasil à Organização.

Estarei atento aos acréscimos e às observações que V. Exª possam fazer. Desculpem-me por ter lido todo esse catálogo, mas para darmos uma visão da Unesco, em custo prazo de tempo, penso que só poderia ler um texto, em vez de divagar e ficar falando várias horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado a V. Exª, nobre Embaixador Antonio Augusto Dayrell de Lima.

Passamos, agora, à fase de argüição por parte dos Srs. Senadores.

Antes, apresento algumas informações aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na próxima terça-feira, às 17h30min, estaremos aqui argüindo e apreciando a indicação do nome do ex-Presidente, ex-Governador e ex-Senador Itamar Augusto Cautiero Franco para representar o Brasil junto à Itália – e o Relator é o nobre Senador Pedro Simon. Peço a atenção, porque precisamos publicar o seu parecer e, se puder, peço que o entregue o quanto antes. Apreciaremos também o nome do Sr. Tilden José Santiago, ex-Deputado Federal, para representar o Brasil junto à Cuba; e o da Srª Celina Maria Assunção do Vale Pereira para ser Embaixadora na Suíça. No caso, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães já entregou o seu parecer.

Na próxima quinta-feira, às 10h da manhã – teremos duas reuniões na próxima semana –, nós ouviremos a Embaixadora dos Estados Unidos, Srª Donna Hrinak, bem como o Embaixador do Reino Unido no Brasil, Sr. Roger Bone. Então, ouviremos os dois ao mesmo tempo.

Sobre o conflito no Iraque, a Embaixadora dos Estados Unidos e o Embaixador do Reino Unido para exporem o ponto de vista de seus governos relativamente ao que ocorre no Iraque, tendo a Comissão já ouvido o embaixador do Iraque na última semana.

Estão abertas as inscrições para a argüição dos embaixadores.

Pergunto se algum dos Srs. Senadores deseja formular alguma pergunta aos três indicados.

Dado o grande interesse na reunião de hoje da Comissão de Ética, se não houver objeção dos Srs. Senadores e dos indicados, continuaremos com a reunião aberta para que logo possamos concluí-la.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao embaixador Stelio Amarante em relação aos investimentos.

Embaixador, dentre os poucos investimentos que a Irlanda tem no Brasil, pode-se citar a Kerry, que foi instalada em Minas Gerais, na cidade de Três Corações, terra natal de Pelé. Queria saber a sua opinião sobre a possibilidade de que esse seja apenas um projeto inicial, pois queremos que, além da Kerry, outras empresas irlandesas possam se instalar no Brasil.

Faço essa indagação com a visão muito clara de que cabe aos embaixadores brasileiros o desempenho dessa função comercial moderna, tão bem exer-

cida pelo Itamaraty, e que outros países exercem também com muita freqüência no Brasil.

O SR. STELIO MARCOS AMARANTE – Muito obrigado, Senador. Aliás, quero pedir desculpas, porque na minha exposição acabei omitindo esse aspecto tão importante, que é o meu desejo de aprofundar as nossas relações econômicas com a Irlanda.

De fato há esse investimento pioneiro do grupo Kerry, um grupo muito poderoso e de capital genuinamente irlandês que se dedica à produção de acessórios para a indústria alimentícia. Eles têm duas ou três fábricas no Brasil, sendo a principal a de Minas Gerais, mas têm também uma em São Paulo e teriam comprado mais duas outras empresas.

O meu desejo é que, a partir desse investimento em Três Corações, consigamos estimular os irlandeses a formar um **cluster,** e que seus investimentos sejam feitos não somente no setor de alimentos mas também no de tecnologia avançada. Sei que eles estão muito interessados, inclusive já mandaram uma missão ao Brasil e querem enviar outra – eles têm uma empresa estatal de fomento das empresas genuinamente irlandesas: chama-se **Enterprise Ireland.** A minha idéia é ver se, da nossa parte, há receptividade a isso. Do próprio Estado de Minas Gerais, onde eles têm essa base, certamente, a matriz recebe informações muito boas. Acredito que a rentabilidade dessa empresa deva ser alta, pois já compraram duas outras.

O que estou sentindo é que, da nossa parte, estamos muito tímidos. Eles já fizeram visitas importantes. A ex-Presidente da República da Irlanda Mary Robinson já veio; depois, veio o Primeiro-Ministro, que, aliás, inaugurou a embaixada aqui; recentemente, veio o Ministro do Meio Ambiente. Mandaram missões da **Enterprise Ireland.** E, da nossa parte, a coisa está muito modesta. Tivemos uma missão da Firjan, em 2001, e uma missão de Deputados gaúchos, mas creio que não estamos exercendo a reciprocidade. Nossa embaixada é muito mais antiga do que a deles aqui, e eles estão fazendo muito mais, embora já tenham um comércio muito superavitário conosco. Eles já estão na faixa dos US$200 milhões, e não subimos além dos US$100 milhões. Eles exportam produtos que cobrem 100 itens da pauta aduaneira, e nós apenas exportamos 60 itens. Isso mostra um esforço muito grande deles de prospecção, o que não estamos fazendo. Meu desejo é um pouco a minha especialidade na carreira: promoção comercial. Fiz isso em quatro postos e vou tentar contribuir para reduzir esse **gap**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Embaixadores – que tenho certeza que muito bem representarão o nosso País, tanto na Irlanda, quanto na República do Trinidad e Tobago e na Unesco –, quero complementar as palavras do meu companheiro, Senador Eduardo Azeredo, defendendo, além da Bandeira do Brasil, a das nossas Minas Gerais.

Considerando o currículo dos senhores, bem como os países para onde estão indo e a importância desse intercâmbio para o nosso País, acredito que sejam, além de executivos representando o Brasil lá fora, também bons negociadores. Vemos que pode aumentar muito o intercâmbio dos países onde os senhores representarão o nosso Governo e o nosso País, nos próximos quatro anos, como aumentar muito essa área de negócios de intercâmbio com o Brasil.

Fiquei encantado ao tomar conhecimento da renda **per capita** dos irlandeses e do seu poder de exportação – hoje equivalente a US$20 mil por habitante. Quem dera, Senador Marcelo Crivella, o Brasil chegasse a um décimo disso. E acreditamos que é possível, em razão do conhecimento que os senhores têm – já sendo Ministros de 1ª Classe, com a convivência e a experiência que têm no Itamaraty –, trazer muitos conhecimentos e resultados que deram certo nos países em que os senhores nos representarão, aumentando cada vez mais o intercâmbio com o nosso País.

Como Senador mineiro, como representante do nosso Estado, quero estar também à disposição de V. Exªs para o que precisarem nesta Casa, em todos os sentidos.

Parabéns, muitas felicidades e sucesso na nova vida dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Embaixadores, os indicados – o Embaixador Stelio Marcos Amarante e a Embaixadora Gilda Maria Ramos – mostraram clareza na exposição que fizeram, apresentaram seus currículos e o conhecimento que têm das causas brasileiras, na abordagem do aspecto das relações econômicas e comerciais entre Brasil e os países onde serão representantes, e o Embaixador Antonio Augusto Dayrell de Lima, que é um nome conhecido no cenário brasileiro, vai nos representar junto a um órgão importantíssimo, a Unesco.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, diante de um quadro assim, não me cabe fazer perguntas, mas apenas desejar sucesso aos novos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Membros do nosso Corpo Diplomático e futuros representantes do Brasil na Irlanda, em Trinidad e Tobago e na Unesco, a cada reunião que fazemos nesta Comissão de Relação Exteriores, ficamos mesmo orgulhosos, porque o nosso Corpo Diplomático é, sem sombra de dúvida – pelo menos na amostragem que tem sido feita na nossa Comissão –, de extremo gabarito.

Sentimos não poder, às vezes, acompanhar as reuniões desde o princípio, exatamente por esse volume de informações tão interessantes e pertinentes que os senhores trazem a esta Casa. E nas conversas que têm os Senadores, bilaterais, ficamos mesmo muito impressionados com o preparo e o cabedal de cada um dos senhores.

Como contribuição, apenas, gostaria de lembrar à nossa futura Embaixadora em Trinidad e Tobago sobre uma tecnologia brasileira extremamente importante, mas pouco divulgada no exterior: o cimento. Digo isso, pois V. Exª se envolveu com os temas siderúrgicos, e eles estão muito correlacionados.

O Brasil tem uma tecnologia de produzir o cimento portland de alto forno. Isso é algo nosso. A grande vantagem desse cimento, já testado por mais de vinte anos nas construções brasileiras, é ter 85% da sua matéria prima advinda da escória de alto forno. A escória de alto forno é esse material que fica em suspensão na produção do aço, essa borra, essa nata, que é tirada do alto forno e jogada fora no pátio, que se esfria como um carvão de churrasco. Depois, como ela tem volume, com baixa densidade, porque o volume é grande, mas o peso é pequeno, ela é moída e incorporada num saco de cimento. Logo, 85% de um saco de cimento é escória. Isso é tecnologia nossa.

Então, quem hoje tem siderúrgica, automaticamente, deve ter perto uma fábrica de cimento. Dr. Antônio Ermírio de Morais é um grande exemplo disso. Em Barra Mansa, ele tem a Siderúrgica Barra Mansa e, ao lado, ele tem a fábrica de cimento Votoran, que é a maior do País. A fábrica de cimento Tupi, que também tem capital estrangeiro, fica do lado da Companhia Siderúrgica Nacional, com um contrato de cem anos para pegar essa escória. Não paga nada por ela. A única coisa que a Companhia Siderúrgica pede é que o sujeito remova-a de lá, porque é uma escória, não tem nem interesse para eles.

Gostaria de deixar essa contribuição e desejar sucesso aos nossos Embaixadores.

Sr. Presidente, o Embaixador da Alemanha esteve ontem me visitando no gabinete e me fez portador de uma solicitação, que é a de vir à nossa Comissão para falar da posição da Alemanha no conflito entre Estados Unidos e Iraque. Disse-lhe que iria submeter a proposta a V. Exª para ver a possibilidade disso acontecer. O Embaixador tem uma posição muito parecida com a nossa. Afirmou, também, não sei com que propósito, que a Alemanha está disputando o segundo lugar na parceria comercial com o Brasil. Hoje, são os Estados Unidos, a Argentina e, em seguida, a Alemanha, mas o Embaixador acredita que este ano a Alemanha passará a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Embaixadora Gilda tem a palavra.

A SRª GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES – Senador, agradeço o comentário de V. Exª. Tenho aqui a pauta de exportação nossa para Trinidad, que se compõe de cem itens, na qual não consta cimento portland de alto forno. Estarei muito atenta a isso. Temos uma pauta em que dois itens representam quase 80%, que são minérios de ferro aglomerado e concentrados em óleos brutos de petróleo. Estarei muito atenta a isso. É muito importante esse comentário de V. Exª. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Há mais algum Senador que gostaria de usar da palavra?

Gostaria de fazer uma breve indagação aos senhores três indicados e a senhora, uma vez que estamos vivendo um conflito que, certamente, está chamando atenção de todo o corpo diplomático brasileiro.

Já convidamos para vir a esta Comissão, na próxima semana, a Embaixadora dos Estados Unidos e o Embaixador do Reino Unido. Ambos têm uma posição semelhante. Poderíamos convidar o Embaixador da República Federal da Alemanha em uma oportunidade um pouco mais à frente, para que, na próxima semana, possamos dialogar entre nós se seria o caso de ouvirmos os Embaixadores dos países-membros do Conselho de Segurança da ONU no Brasil que têm proposto um caminho diferente, como a Alemanha, China e Rússia. Apresento a sugestão para reflexão para que, na próxima semana, possamos decidir conjuntamente.

Gostaria de informar que recebi um ofício do Presidente da Assembléia da República da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, Sr. Jaime

Gama, sugerindo que uma delegação do Congresso brasileiro de aproximadamente cinco membros possa visitar a Assembléia da República de Portugal. Peço à Secretaria da Comissão que encaminhe cópia do ofício a todos seus membros titulares. Os Srs. Senadores que avaliarem o convite interessante poderão comunicar à Presidência da Comissão.

Informo que, logo após o encerramento desse item, deveríamos apreciar um item extrapauta. Trata-se de um requerimento de autorização à co-promoção do I Encontro de Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, evento que a Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados promoverá.

Gostaria de iniciar pelo Sr. Antônio Augusto Dayrell de Lima, que, inclusive, expressou o grande papel que poderá ter a Unesco em construir as condições da verdadeira paz no mundo, que nos apresente sua visão, preocupação e recomendação relativamente ao conflito no Iraque.

Depois, pedirei uma palavra de cada um dos três sobre tema, a título de considerações finais.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA – Muito obrigado.

Evidentemente, a Unesco é uma organização criada no pós-guerra. E cumpriu muito bem sua função, tanto o é que atualmente está no Afeganistão ao lado do Unicef e de outras organizações fundamentais, onde desempenha um papel fundamental.

Entretanto, considero o papel preventivo mais importante no momento, na medida em que se fala de confronto de civilizações, sendo que alguns já externaram de forma cabal esse conceito. É mais ou menos como se os princípios iluministas de racionalidade, que remontam o século XVIII, tivessem sendo negados por causa dos fundamentalismos de todo bordo. E digo bem "de todo bordo" e não de apenas uma das partes. Digamos que o nosso credo nacionalista caiu um pouco pelo chão e, talvez, a visão internacional mais solidarista esteja sendo posta de lado por uma real política exagerada em um mundo muito hegemônico, em que não há mais capacidade de diálogo.

Creio que a Organização das Nações Unidas não irá se esvaziar, porque um sistema internacional é necessário. Não existe a possibilidade de um sistema internacional solipsista, ou seja, que pensa que a realidade é a sua própria realidade, que está dentro da própria pessoa e que não existe realidade fora de sua cabeça. Teremos de enfrentar essa situação de exaltação, digamos assim.

Considero interessante no fundamentalismo, no exagero que está havendo em termos políticos, a avaliação de que faltou educação, que estamos resvalando na barbárie, na falta de civilização. É como se a mensagem do esclarecimento, das luzes, que um professor tivesse dado não tivesse funcionado e os alunos reprovados saíssem brigando na classe. Não é bem isso. Entendo que os fundamentalismos de hoje, e todo o bordo, volto a esclarecer, são argumentados até com precisão, são até esclarecidos e difundidos pelos mais modernos meios de comunicação e de marketing. Não nascem por um súbito obscurecimento da razão, mas porque existe uma compreensão aguda desses ensinamentos racionalistas. É justamente por pensar por si mesmo, e não por um mestre externo, que o exaltado moderno não se precipita no caminho que considera salvaguardar sua própria identidade. Penso que é esse o problema fundamental, que não é tanto de ordem econômica ou política, mas de ordem cultural, quando falamos de confronto de civilizações, seja um fundamentalista islâmico ou um fundamentalista americano, porque, hoje em dia, temos um Presidente americano criacionista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães.

A SRª GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES – Penso, Senador, que a nossa posição, expressada, inclusive, pelo Presidente Lula, é extremamente equilibrada, porque creio que essa guerra é preocupante. Foi ignorado um organismo multilateral, da importância das Nações Unidas, portanto, nós nos vemos numa situação em que não há um equilíbrio de poder, não há forças equilibradas, mas somente uma força que não respeitou as Nações Unidas, o que considero muito preocupante. O nosso papel é exatamente de contribuir para revitalizar essa Organização das Nações Unidas, que é um fórum importantíssimo nesse contexto. Penso que a nossa posição foi muito clara, muito equilibrada e muito correta. Esperemos que essa Organização internacional seja realmente revitalizada e que venha a desempenhar, outra vez, o seu papel internacional de fundamental importância.

Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães.

Concedo a palavra ao Embaixador Stelio Marcos Amarante.

O SR. STELIO MARCOS AMARANTE – Com relação à posição brasileira, penso que há uma unani-

midade em que estamos seguindo o caminho da correção. Esta guerra, por não ter sido autorizada pelas Nações Unidas, é ilegal. O Brasil tem enfatizado isso e buscado – de maneira muito clara e já há muito tempo, muito antes da detonação do conflito – evitar que se chegasse a esse ponto. Esperemos que realmente as Nações Unidas possam sair desse episódio não destroçadas, mas tenho meus receios quanto a isso. Não estou tão otimista quanto ao futuro e também vejo, na União Européia, uma cisão muito grave entre a Grã-Bretanha e a França, que talvez fosse já um desamor antigo, e também entre a Alemanha, a França e os Estados Unidos, isto é, todas essas tendências que já vinham latentes há muito tempo surgiram agora de uma maneira muito clara. Não sei como vão fazer para acertar isso, talvez só com o próximo governo americano, se não for reeleito o Presidente Bush, tenhamos uma chance de reconciliação. Creio que seria positivo se isso servisse para que os europeus se unissem mais. O problema da União Européia é que não há uma posição unânime sobre os temas de política externa, isso a debilita muito. Além dessa debilidade, a União Européia, do ponto de vista bélico, também se enfraqueceu muito perante os Estados Unidos, deixando de fazer investimentos em armamentos, que é uma coisa sensata economicamente. Mas, do ponto de vista político, tornaram-se anões armamentistas, o que fez com que, neste momento, os Estados Unidos tivessem essa posição incontestável de poderio e que a União Européia – a Alemanha, por exemplo – não tenha como bloquear ou frear essas tendências. Esperemos que isso seja resolvido de outra maneira, não por meio de aumento de gastos militares na União Européia.

A Irlanda ficou numa posição muito difícil, por depender muito dos Estados Unidos, dos investimentos americanos e dos mercados da Alemanha, França e Grã-Bretanha. Embora seja um país profundamente católico, que tenderia a atender ao apelo do Papa no sentido de que esse conflito cessasse, a Irlanda manteve-se numa posição muito prudente, não se exprimindo claramente em favor de qualquer uma das partes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito aos Senadores Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Lúcia Vânia a gentileza de apurarem os votos.

Primeiramente, pergunto se todos os Srs. Senadores já votaram, porque ainda não o fiz. Em seguida, daremos início à votação.

Enquanto alguns dos Srs. Senadores ainda votam, peço à Senadora Patrícia Saboya Gomes que dê seu parecer a respeito do requerimento que propus, a fim de que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também possa co-patrocinar o encontro das Parlamentares mulheres de língua portuguesa, segundo a proposição da Deputada Maria José Maninha, na Câmara dos Deputados. Portanto, solicito a V. Exª a gentileza de expressar sua opinião.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Marcelo Crivella, para que eu possa votar.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, sinto-me honrada, por V. Exª pedir minha opinião sobre esse requerimento, que trata justamente do encontro de mulheres Parlamentares de língua portuguesa, a ser realizado no Senado Federal.

A iniciativa de V. Exª, assim como da Deputada Maria José Maninha, do PT do Distrito Federal, é de extrema importância para todos nós.

Aproveito a oportunidade para dizer que a Senadora Lúcia Vânia e eu nos atrasamos para a reunião desta Comissão, porque estávamos entregando o Prêmio Berta Lutz às cinco homenageadas brasileiras pelo desempenho e pelo papel que vêm exercendo.

Portanto, é de fundamental importância a iniciativa de V. Exª, assim como da Deputada Maria José Maninha. Creio que realizaremos esse encontro no Senado entre os dias 26 e 30 de maio, para trocarmos idéias e experiências.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito às Senadoras Patrícia Saboya Gomes, Lúcia Vânia, Heloísa Helena, Roseana Sarney e Fátima Cleide que representem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nesse encontro das Parlamentares mulheres dos povos de língua portuguesa.

Aprovado o requerimento.

Os Senadores Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Lúcia Vânia informam-nos que os três indicados para representar o Brasil em Trinidad e Tobago, na República da Irlanda e na Unesco – Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães, Sr. Stelio Marcos Amarante e Embaixador Antônio Augusto Dayrell de Lima respectivamente –, foram aprovados unanimemente, com dezesseis votos a favor e nenhum voto contrário, por todos os Membros da Comissão.

Meus cumprimentos a V. Exªs.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h00min.)

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia três de abril do ano de dois mil e três, no Plenário Dois da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **HÉLIO COSTA, EDISON LOBÃO, FERNANDO BEZERRA, JEFFERSON PÉRES, ARTHUR VIRGÍLIO, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO CAPIBERIBE, PEDRO SIMON, EDUARDO AZEREDO, ROSEANA SARNEY, ALOIZIO MERCADANTE, MARCELO CRIVELLA, LUIZ OTÁVIO, SÉRGIO GUERRA, JOÃO ALBERTO SOUZA, DUCIOMAR COSTA, FÁTIMA CLEIDE, LÚCIA VÂNIA, TASSO JEREISSATI e VALDIR RAUP**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Projeto de Decreto Legislativo N°07 de 2003 que "aprova os textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova York, em 6 de setembro de 2000".O Senhor Presidente concede a palavra à Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, relatora da matéria, que faz a leitura do relatório com Parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, o Parecer é aprovado. Passa-se, então, para apreciação do item seguinte. **Item 02** – Audiência Pública com presença da Embaixadora dos Estados Unidos Americanos **DONNA JEAN HRINAK** para expor as razões do conflito entre a República dos Estados Unidos da América e a República do Iraque e também a presença do Embaixador do Reino Unido **ROGER BONE** para expor as razões que levaram seu país a apoiar o mencionado conflito. O Senhor Presidente informa que a reunião será reservada aos Senadores, Deputados e Assessores de ambas as Embaixadas e aos Parlamentares. Ainda, informa à imprensa que, segundo entendimento com ambos os Embaixadores, a reunião será gravada pela **TV Senado** e transmitida após seu termino. Concede a palavra à Senhora Embaixadora **DONNA JEAN HRINAK** que faz sua exposição. Em seguida, o Senhor Presidente informa que a lista de interpelação está aberta e passa a palavra ao Senhor Embaixador **ROGER BONE** para fazer sua exposição. Feitas as exposições, utilizam da palavra os Senhores Senadores: **ARTHUR VIRGÍLIO, HÉLIO COSTA JOÃO CAPIBERIBE, TASSO JEREISSATI, EURÍPEDES CAMARGO, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO, PATRÍCIA SABOYA GOMES e ALOIZIO MERCADANTE**. Concede-se novamente a palavra à Embaixadora que compromete-se a responder as perguntas dos Senhores Senadores por escrito, pois um grupo de organizações populares a aguardava numa pequena manifestação em frente à Embaixada. Sendo assim, a Embaixadora ausenta-se. Passa-se a palavra ao Senhor Embaixador **ROGER BONE** para que responda às perguntas. O Senhor Senador **HÉLIO COSTA** pede a palavra pela ordem. Concede-se, novamente, a palavra ao Senhor Embaixador para considerações finais. O Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Embaixadores e encerra-se a reunião às 12 horas e 40 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Hoje, vamos dedicar esta reunião à audiência da Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Jean Hrinak, e do Embaixador do Reino Unido, Roger Bone. A intenção é que sejam expostas as razões do conflito entre os Estados Unidos da América, o Reino Unido e o Iraque.

Antes de darmos início à audiência, quero informar que nos foi feita uma solicitação pela Cruz Vermelha, cujo diretor para a América Latina nos visitou ontem, no sentido de que esta Comissão possa examinar com celeridade os textos dos protocolos facultativos da Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados, à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova Iorque, em 06 de setembro de 2001.

Solicitamos à Senadora Patrícia Saboya Gomes que leia o seu parecer, que é muito simples. Iniciaremos esta reunião com este item, rapidamente.

Antes, porém, convido a tomar assento à mesa a Embaixadora dos Estados Unidos da América, Donna Jean Hrinak, e o Embaixador do Reino Unido, Roger Bone. Quero informar que também se encontra presente a representante da Unicef no Brasil, Srª Reiko Niimi – seja muito bem-vinda à nossa reunião.

Informo, ainda, que foram convidados os Deputados Federais da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e encontra-se aqui o Deputado José Múcio, representando a Câmara dos Deputados – seja muito bem-vindo, Deputado.

Peço à Senadora Patrícia Saboya Gomes que leia o seu parecer.

A SRª RELATORA (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy; Embaixadora Donna Hrinak; Embaixador Roger Boné; Srª Reiko Niimi, representante da Unicef no Brasil, eu gostaria de dizer da satisfação de ter sido designada Relatora desse protocolo que hoje o Brasil irá ratificar.

Estamos vivendo momentos particularmente inquietantes. As cenas que estamos presenciando, todos os dias, são, infelizmente, desumanas e, lamentavelmente, em todos os conflitos, as crianças e as mulheres são a parte da população mais afetada. Não sabemos ao certo quantas crianças acabam sendo vítimas – morrem, são feridas ou ficam órfãs –, mas, sem dúvida alguma, elas são a parcela mais frágil das guerras.

Neste momento em que se discute o papel das Nações Unidas na administração dos conflitos mundiais, temos aqui, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, uma boa notícia: o Brasil está dando o primeiro passo rumo à ratificação de dois importantes protocolos facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, hoje o documento de direitos humanos mais aceito na história da humanidade. O primeiro desses protocolos diz respeito ao estabelecimento de normas rígidas sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. O segundo refere-se à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil.

O Brasil é reconhecidamente um país pacífico. Nas relações internacionais, sua posição tem sido a de neutralidade e de busca da resolução dos conflitos pelo caminho da diplomacia. O País vive atualmente tempos de apreensão diante do agravamento da violência e de problemas gravíssimos, como o crime organizado e o tráfico de drogas. Milhares de crianças não estão tendo a oportunidade de se desenvolver plenamente, são cada vez mais cedo aliciadas pelo tráfico, exploradas sexualmente e expostas a todo e qualquer tipo de violência.

Nesta Casa, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, temos tido a oportunidade de dar continuidade a um trabalho pela luta de defesa das crianças e adolescentes, dessa vez não só em defesa das crianças de meu Estado, Ceará, que ainda é muito pobre e sofrido, mas buscando fazer o melhor possível por todas as crianças e adolescentes do nosso País, inclusive aprovando uma CPI Mista, feita pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, pela qual deveremos investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País, tendo em vista, inclusive, algo que nos deu um estímulo muito grande, a palavra do nosso Presidente Lula de que esta será uma missão de seu Governo: combater veementemente a exploração sexual de nossas crianças e adolescentes.

Portanto, para mim e para aqueles que lutam pelas organizações não-governamentais e governamentais, que têm um trabalho efetivo em relação ao tema de crianças e adolescentes, é muito importante poder ler este parecer.

Passo agora a ler o relatório, Sr. Presidente.

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2003, que aprova os textos dos protocolos facultativos à Convenção Sobre os Direitos das Crianças, relativos ao envolvimento das crianças em conflitos armados e à venda de crianças à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova Iorque, em 06 de setembro de 2000.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido. O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 25 de fevereiro 2003, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição, a Mensagem nº 1.035, de 2001, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 242, de 10 de dezembro de 2001, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores da qual cabe destacar o seguinte: o Brasil é parte da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, desde 1990, quando esta foi promulgada pelo Decreto nº 9.710.

Os dois protocolos facultativos, que ampliam a abrangência do CDC, refletem relevantes princípios internacionais e representam importantes instrumentos para a proteção das crianças contra o envolvimento em conflitos armados e a exploração sexual.

A exposição de motivos informa ainda que, no âmbito da Organização das Nações Unidas, os protocolos foram adotados por votação unânime pela Comissão de Direitos Humanos, submetidos ao crivo do Conselho Econômico e Social, em 25 de maio de 2000, aprovados pela Assembléia-Geral da ONU.

No Brasil, foram consultados o Ministério da Defesa e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos que declaram não ter oposição à assinatura. A Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, por sua vez, também apresentou parecer favorável à assinatura.

Os protocolos em apreço, em consonância com as mais modernas tendências da proteção aos direitos da criança, buscam assegurar à condição humana proteger a infância tanto em conflitos armados quanto em situações que se apresentem o risco de graves delitos, condenáveis em todos os sistemas jurídicos das nações civilizadas, como a pornografia infantil e a prostituição de menores.

A exploração infantil, em suas diferentes formas, é conduta inaceitável cabendo à comunidade internacional cooperar no sentido de condenar e coibir práticas como o recrutamento forçado de menores de 18 anos e os abusos relacionados à venda de crianças, pornografia infantil e delitos afins.

O Brasil não pode e não deve se furtar em mostrar-se atuante, no sistema jurídico interno e internacional, no combate a todo e qualquer tipo de violação dos direitos da infância. Trata-se, toda a evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, celebrado no âmbito das Organizações das Nações Unidas, o que é muito positivo para as relações internacionais do Brasil e para a imagem do País junto à comunidade internacional.

Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versando em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2003.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Informamos que já há número regimental, podemos votar a matéria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo às mãos da Embaixadora Donna Hrinak e do Embaixador Roger Bonn dois dos requerimentos que foram aprovados por esta Comissão, na última terça-feira. O primeiro, que teve como Relator o Senador Pedro Simon, de autoria deste Senador e também dos Líderes Aloizio Mercadante e Tião Viana, "conclama os governos dos países membros do Conselho de Segurança da ONU a convocar reunião de emergência daquele organismo, para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução nº 441, de forma pacífica, e cessar, de imediato, a intervenção militar no Iraque."

E o outro, também assinado por inúmeros Senadores, inclusive por mim, sugerindo a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, que "convoque conclave dos líderes religiosos mundiais para discutir soluções de paz para o conflito no Iraque, de preferência em Bagdá ou em uma das capitais dos países envolvidos no conflito."

Passo a palavra à Embaixadora Donna Jean Hrinak.

Saliento que tivemos o seguinte entendimento: esta parte da reunião será reservada à presença dos Senadores e Deputados Federais, podendo também permanecer a representante do Unicef, os assessores de ambas as Embaixadas e os assessores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Informo à imprensa que, segundo entendimento com ambos os Embaixadores, esta reunião será, embora reservada, gravada pela TV Senado. Logo que for concluída, a Embaixadora Donna Hrinak e o Embaixador Roger Bonn autorizaram que seja transmitida pela TV Senado, hoje mesmo, no horário em que a emissora puder transmitir. Embora a reunião se processe reservadamente, será inteiramente transparente em seu conteúdo para divulgação à opinião pública. É esse o entendimento.

Peço a atenção dos jornalistas e outras pessoas que não sejam as que mencionei – Senadores, Deputados e os assessores da Embaixadora e do Embai-

xador e do próprio Senado Federal, que estão convidados a permanecer –, enfim, aos demais presentes, peço a gentileza de se ausentarem neste momento.

Aguardaremos 30 segundos para que todos possam se retirar.

Peço a gentileza dos seguranças a fim de permitirem aos fotógrafos chegarem mais perto para tirarem as fotos; depois, devem se ausentar.

Esta reunião se dá em prosseguimento ao grande interesse que houve, há duas semanas, quando tivemos aqui uma audiência com o Embaixador do Iraque Jarallah Alobaidy.

E, então, ficamos hoje de ouvir os Embaixadores, tanto dos Estados Unidos quanto do Reino Unido. E é a isso que procedemos, de pronto. Quero agradecer a atenção da Embaixadora Donna Hrinak, assim como do Embaixador Roger Bone, ambos têm tido muita atenção para com o Congresso Nacional e ambos se dispuseram a participar desse diálogo com as Srªs e com os Srs. Senadores e também Deputados e Deputadas Federais.

Agora, peço licença aos jornalistas para que possamos prosseguir, já informando, portanto, que tudo se tornará transparente, pois a TV Senado vai transmitir esta reunião, que será gravada a partir deste instante. Assim, a TV Senado terá condições de passar ao vivo a reunião do Conselho de Ética, que também está sendo objeto de grande interesse. E, logo que terminar a reunião do Conselho de Ética, a TV Senado transmitirá esta reunião. Se porventura o Conselho de Ética estiver sendo transmitido até o horário da sessão ordinária do Senado Federal, então após a sessão do Senado esta reunião poderá ser transmitida.

Então, passamos a palavra à Embaixadora Donna Hrinak. Seja bem-vinda.

A SRª EMBAIXADORA (Donna Hrinak) – Bom dia!

Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por convidar-me para falar com os senhores hoje. Gostaria também de agradecer o Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, e aos outros Senadores e Deputados aqui presentes.

Estou especialmente feliz de ter ao meu lado o excelente e estimado Colega, bem como parceiro de coalizão, o honorável Sr. Roger Bone.

Durante as últimas semanas, tenho explicado aos meus chefes, ao Congresso e à imprensa dos Estados Unidos por que o Brasil, nosso parceiro essencial no hemisfério, não está do nosso lado no conflito no Iraque. Falei sobre a preferência brasileira sempre pela busca de soluções pacíficas contra o conflito, que remonta ao século passado, com o Barão do Rio Branco. Expliquei a firme crença do seu País em trabalhar no âmbito das instituições multilaterais para solucionar problemas e também expus a preocupação do Brasil com o possível impacto econômico da guerra.

Nem todos em Washington concordam com a posição do Brasil, mas, pelo menos agora, há um melhor entendimento da reação do Brasil aos eventos que ora se desenrolam no Iraque. É neste espírito que estou aqui hoje, para criar um entendimento mais profundo. Acredito que quanto mais entendermos um ao outro tanto melhor serão as discussões sobre uma gama de questões que enfrentamos. Espero ter esse diálogo com os senhores hoje sobre o Iraque.

O Secretário de Estado Colin Powell falou recentemente perante o nosso Congresso e enfatizou o seguinte:

"Este é um conflito que não pedimos, que não buscamos, que não queremos, que fizemos tudo para evitar. Em outras palavras, a força não foi nossa primeira escolha. Como já observei antes, a guerra sempre foi uma opção, porém a última opção.

Trabalhamos arduamente com a comunidade internacional para aprovar a Resolução nº 1441, do Conselho de Segurança da ONU, que dava ao regime iraquiano a última chance para se desarmar de maneira pacífica, mas que também alertava sobre as graves conseqüências caso isso não fosse feito. O regime iraquiano rejeitou essa chance, forçando a coalizão a concluir que a força era necessária para desarmá-lo.

O regime iraquiano não apenas rejeitou aquela chance, mas ele a ignorou e, ao longo de 12 anos, infringiu 17 resoluções do Conselho de Segurança da ONU. A comunidade internacional está unida na convicção de que Saddam Hussein é uma ameaça perigosa e deve ser desarmado.

Duas semanas atrás, esta Comissão se reuniu com o representante do Governo iraquiano e emitiu um pronunciamento que dizia:

"Conclamamos seus governantes a ouvirem a voz dos povos de todo o mundo, no sentido de que terão nosso apoio para persuadir o Governo iraquiano a destruir inteiramente suas armas de destruição em massa, bem como para promover a democratização das instituições políticas do Iraque, por meios pacíficos".

Meu Governo compartilha com esta Comissão o desejo de que o Iraque se desfaça de suas armas de destruição em massa e que um Iraque democrático esteja disposto e seja capaz de viver em paz com seus vizinhos e tenha prosperidade.

É evidente que concordamos com relação à ameaça imposta pelo Iraque. Durante doze anos, tentamos a diplomacia. Por várias vezes, apelamos para a Organização das Nações Unidas e, com a Resolução nº 1.441, a ONU orientou o Iraque que deixasse claro que havia se desarmado. Mas o Iraque, novamente, não o fez.

Não podemos ignorar o fato de que Saddam Hussein tem um histórico. Iniciou guerras contra o Irã e contra o Kuwait. Durante o último conflito, Israel e Arábia Saudita foram alvos. Talvez o mais chocante seja o fato de que faz guerra contra seu próprio povo. Isso ocorreu quando lançou gases contra milhares de cidadãos iraquianos em Halarja, em 1988. E ele não tolera divergências.

Não podemos ignorar o fato de que Saddam Hussein não se desarmou. Não podemos ignorar os fatos apresentados pelo Chefe dos Inspetores, Hans Blix, em seus relatórios para a ONU:

"Foi decepcionante que a declaração do Iraque, de 07 de dezembro, não tenha revelado novas provas documentais. Quando provas de itens proscritos não são exibidas, são necessários relatos confiáveis que sejam aceitáveis ou os próprios itens proscritos".

No final, o Iraque não apresentou nem um nem outro.

Não podemos ignorar o fato de que em todos esses anos os inspetores da ONU chegavam ao Iraque, eram expulsos e, depois, retornavam. Mas a postura básica do regime de Saddam Hussein não se alterou. Ao contrário, esse ditador manteve e, em alguns casos, aumentou seu arsenal de armas de destruição em massa. Vamos examinar algumas delas:

Antraz: o Iraque declarou 8,5 mil litros, enquanto a ONU estima 26 mil litros.

Toxina botulínica: o Iraque declarou 19 mil litros, mas a ONU estima o dobro, 38 mil litros.

Gás neutróxico vx: há 1,5 tonelada não explicada, e uma gota é letal.

Sistemas para distribuição de armas químicas biológicas: existem mais de 30 mil munições, cartuchos e bombas não explicados.

Desenvolvimento nuclear: o Iraque tentou várias vezes adquirir, de forma ilegal, materiais controlados utilizados para enriquecimento do urânio.

Mísseis balísticos: muitos testes dos mísseis balísticos Al Samud II e Al Faht excederam o limite de 150 quilômetros estabelecido pela Organização das Nações Unidas, mas o Iraque declarou falsamente que esses sistemas atendiam às exigências da ONU.

É uma lista impressionante, que representa um patente desafio à vontade da comunidade internacional, como explicitado naquelas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Ninguém quer a guerra, mas os Estados Unidos, o Reino Unido e uma coalizão internacional, formada por quase 50 nações, comprometeram-se a garantir aquelas Resoluções, para deixar mal o Iraque e libertar o povo iraquiano da tirania de Saddam Hussein.

O meu país está entre os que se comprometeram a ajudar a reconstruir o Iraque. Nós não somente ajudaremos a reconstruir os estragos causados pelo conflito, como também os danos maiores causados por anos de decadência e mal uso dos recursos. Agora mesmo, a comunidade internacional está-se reunindo para atender às necessidades humanitárias do povo iraquiano. Os Estados Unidos, o Reino Unido e os aliados da coalizão fornecerão segurança para evitar o caos e a retaliação. O nosso intuito é libertar o Iraque, destituí-lo de todas as armas ilegais e os meios para distribuí-las, eliminar instrutores terroristas e preservar o Iraque como um Estado unificado.

Depois disso, junto com os nossos parceiros e com o próprio povo iraquiano, vamos iniciar o processo de reconstrução econômica e política daquele país. Acredito que estamos de acordo sobre alguns fundamentos básicos: que Saddam Hussein é uma ameaça, que deve ser desarmado de acordo com as Resoluções da ONU e que o povo iraquiano merece viver num país democrático e em paz com os seus vizinhos e consigo mesmo.

Portanto, as nossas diferenças são sobre as táticas, e não sobre os objetivos. Estamos num momento importante da história. Seria um erro mascarar as diferenças que surgiram entre as nações, os desafios que enfrentamos. É hora de se concentrar não somente nos sentimentos, mas também nas responsabilidades. O mundo mudou muito desde o fim da Guerra Fria, e nós, agora, enfrentamos o perigo oculto, porém mortal, do terrorismo global e das armas de destruição em massa, bem como a ameaça visível, mas freqüentemente ignorada, da pobreza e da fome.

A partir de 11 de setembro, as pessoas nos Estados Unidos e ao redor do mundo entenderam, de uma nova forma, a ameaça do terrorismo global. O mundo, como demonstrado na Resolução da ONU, logo após os atentados, está bastante ciente de que

terroristas procuram adquirir armas de destruição em massa, e todos nós devemos reconhecer, com tristeza e honestidade, que os esforços internacionais para manter tais armas fora do alcance de líderes temerários não têm surtido efeito. A maneira de lidar com tiranos é combatê-los. Sabemos disso, porque sofremos na própria pele. Reconhecemos que muitas pessoas sérias deste hemisfério, deste Congresso, têm opiniões diferentes sobre o assunto e respeitamos os seus pontos de vista. Na verdade, lamento que a primeira oportunidade de vir aqui tenha sido para conversar com V. Exªs somente sobre o Iraque. Temos uma enorme agenda hemisférica com um grande número de iniciativas para proteger o meio ambiente, combater o tráfico de drogas e outras formas de crime internacional, aumentar o acesso à assistência médica e à educação, fortalecer o papel das mulheres na sociedade e erradicar a pobreza para mencionar apenas algumas.

Espero ter muitas oportunidades para conversar com V. Exªs sobre esses e muitos outros temas de importância para o nosso relacionamento bilateral e nossa agenda regional. Devemos desarmar e destituir Saddam Hussein, mas não deixaremos que ele nos desvie do nosso esforço no sentido de enfrentar os desafios e alcançar as metas que traçamos para nós neste hemisfério.

Obrigada por me ouvirem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Embaixadora Donna Hrinak.

Quero informar que já está aberta a lista de argüição.

Passamos agora a palavra ao Embaixador do Reino Unido, Roger Bone.

O SR. EMBAIXADOR (Roger Bone) – Exmºs Srs. Senadores, bom dia. Gostaria de agradecer ao Senador Suplicy pelo convite para participar desta reunião. Agradeço também aos Senadores aqui presentes pela sua participação. Como sempre, é um grande prazer estar com a minha Colega, a Embaixadora dos Estados Unidos.

Esta é uma ótima oportunidade para esclarecer ao Congresso Nacional brasileiro a posição do Reino Unido em relação ao Iraque. Tenho consciência dos fortes sentimentos despertados pela ação militar nos Membros desta Casa e na população brasileira. Sei também que há outras questões importantes para o Brasil, que vêm à tona: questões morais, jurídicas e geopolíticas.

Os sentimentos despertados no Reino Unido por esse conflito não são mais brandos do que aqui. Não há decisão mais difícil para uma nação democrática e pacífica do que enviar suas tropas a um campo de batalha. Uma decisão assim somente é tomada como último recurso, pois conhecemos suas graves implicações.

Como foi possível que chegássemos a esse ponto? Há 12 anos, a Comunidade Internacional vem trabalhando em conjunto para tentar desarmar o Iraque, em resposta à invasão do Kwait pelas tropas iraquianas. Porém, Saddam Hussein apresenta, há muito mais tempo, um histórico de agressão e de uso de armas de destruição em massa contra seu próprio povo e seus vizinhos.

Não pretendo discorrer sobre cada detalhe dos esforços da Comunidade Internacional para eliminar as armas de destruição em massa do Iraque ao longo desses 12 anos. Mas asseguro que se trata de um histórico de constante obstrução, engano e não cumprimento de suas obrigações, em desrespeito às 17 resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Em novembro de 2002, o Conselho de Segurança concordou, por unanimidade, que a proliferação de armas de destruição em massa no Iraque constituía uma ameaça constante à paz e à segurança internacionais e que o Iraque havia descumprido as exigências de desarmamento impostas pelo Direito Internacional. Em seguida, o Conselho de Segurança afirmou que a atitude do Iraque constituía uma grave violação à Resolução nº 687, de 1991, e que, portanto, seriam renovadas as disposições da Resolução nº 678, de 1990, autorizando os Estados-membros a utilizarem todos os meios necessários para restaurar a paz e a segurança internacionais.

O governo britânico acredita que esse argumento forneça o embasamento legal para o uso da força no Iraque. Caso os Membros desta Casa desejem, terei muito prazer em fornecer uma cópia integral do parecer do Procurador-Geral do Reino Unido sobre a questão, emitido em 17 de março último.

Por meio da Resolução nº 1.441, a Comunidade Internacional deu ao Iraque uma última chance de cumprir as exigências de desarmamento, mediante cooperação imediata, ativa e incondicional, com os inspetores de armas da ONU. Nenhum membro do Conselho de Segurança tentou argumentar que tenha havido cooperação imediata, ativa e incondicional. O chefe dos inspetores, Dr. Blix, e sua equipe apresentaram uma longa lista de questões em aberto sobre as armas de destruição em massa do Iraque.

Creio que todos aqui tenham ciência dos esforços diplomáticos do Reino Unido, em conjunto com os Estados Unidos e outros membros do Conselho de

Segurança, para tentar aprovar uma ulterior resolução que impusesse um programa realista de desarmamento e que permitisse ao Iraque cumprir suas obrigações. Infelizmente, esses esforços não deram os frutos desejados.

Um dos argumentos apresentados defendia a idéia de que os inspetores precisavam de mais tempo. Tempo não era a questão. Saddam teve vários anos à sua disposição para cumprir as exigências da ONU, o que faltou foi cooperação. As inspeções não foram eficazes.

Era necessário decidir, portanto: agir imediatamente para desarmar Saddam Hussein ou simplesmente evitar lidar com essa ameaça. Temos plena convicção de que evitar o problema garantiria a impunidade de Saddam e permitiria que ele continuasse a aumentar seu arsenal de armas de destruição em massa.

A proliferação de armas de destruição em massa é a maior ameaça à paz e à segurança internacionais que existe no mundo. Não importa se essas armas estão nas mãos de tiranos imperiosos como Saddam Hussein ou se pertencem a grupos de terroristas fanáticos. Ambos odeiam a liberdade e a democracia, ideais tão caros ao Brasil e ao Reino Unindo.

Se ignorarmos essa ameaça no presente, seu impacto será ainda maior no futuro. É verdade que um conflito militar gera instabilidade, mas, neste caso, ele visa a salvaguardar a estabilidade e a ordem geopolítica a longo prazo. Nossas liberdades, nossos direitos, nossas economias e nossos modos de vida dependem disso. Esse é o motivo para o Reino Unido ter decidido participar da ação militar.

A remoção de Saddan Hussein devolverá a liberdade e a esperança ao povo iraquiano. Quatro milhões de iraquianos vivem no exílio; 60% da população depende de ajuda humanitária para alimentar-se, e centenas de milhares foram levados de suas casas ou assassinados.

Os direitos humanos do povo iraquiano não significam nada para um governo que tem, no medo e na brutalidade, seus principais argumentos.

A ação militar tem um objetivo muito claro: eliminar as armas de destruição em massa do Iraque. Todas as medidas tomadas visam levar a esta meta final. Essa ação não é contra o povo do Iraque. O Reino Unido tem um sério comprometimento com o futuro do Iraque e com a devolução do seu governo e seus recursos ao povo iraquiano.

A curto prazo, os recursos advindos do petróleo iraquiano serão direcionados a um fundo especial, sob os cuidados da ONU, para garantir que a população do Iraque seja beneficiada.

Nossa motivação não é o petróleo. Desejamos que o Iraque se torne uma nação estável, unida e obediente à lei, uma nação que garanta à população um governo representativo eficaz e não mais represente uma ameaça a seus vizinhos e à segurança internacional.

Uma de nossas prioridades é fornecer, imediatamente, ajuda humanitária ao povo iraquiano. As ações humanitárias já começaram, e o Reino Unido comprometeu-se a destinar uma verba adicional de R$600 milhões para essas ações. As tropas britânicas construíram um aqueduto que leva água potável do Kuwait a mais de um milhão de iraquianos, e a população no sul do país já começou a receber ajuda humanitária em forma de alimentos. Ao mesmo tempo, intensificam-se os esforços para levar ajuda humanitária ao norte do Iraque.

Em 28 de março, o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade a Resolução nº 1472 sobre o programa Petróleo por Alimentos, permitindo a retomada da distribuição de ajuda humanitária ao povo do Iraque por meio desse programa. A Resolução também representa um compromisso do Conselho de Segurança de cooperar para a construção de um futuro melhor para o Iraque. Além disso, o Reino Unido tem um comprometimento a longo prazo com o Iraque: trabalharemos junto às Nações Unidas e à Comunidade Internacional para ajudar a população do Iraque a superar o triste legado deixado por Saddan Hussein após tantos anos de tirania.

Já está na hora de o Iraque realizar plenamente seus potenciais e fazer justiça à riqueza da sua história, cultura e diversidade.

O Reino Unido compromete-se a retirar suas tropas do Iraque assim que for possível.

Esperamos ver, em breve, um governo de transição civil estabelecido no Iraque. Pretendemos cooperar com a Comunidade Internacional para garantir o maior apoio internacional possível para a reconstrução do Iraque. Espero que o Brasil possa assumir um papel importante nesses esforços, apesar das divergências de opinião que possamos ter tido até agora sobre este conflito. Tenho certeza de que o Brasil e o Reino Unido compartilham a mesma opinião sobre a importância do sistema das Nações Unidas e o papel singular dessa Organização para a garantia da paz e da segurança internacionais.

Essa foi uma breve apresentação dos motivos que levaram o Reino Unido a participar da ação militar

no Iraque. Permanece nossa firme opinião de que essa ação é justa, pois representa uma reação a uma ameaça direta à segurança internacional. Contudo, não se trata de uma ação unilateral. Muitos outros países compartilham os mesmos objetivos. A ação militar conta com o apoio de uma ampla coalizão de quase 50 países, incluindo a maioria dos Estados europeus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Roger Bone.

Antes de a Presidência iniciar a argüição por parte do Srs. Senadores, farei uma consulta. Quando do comparecimento do Embaixador do Iraque a esta Comissão, muitos Senadores quiseram expressar sua opinião e fazer perguntas. Em razão disso, a Presidência permitiu que todos se pronunciassem e, em seguida, o Embaixador respondeu aos questionamentos.

Pergunto se todos estão de acordo com esse procedimento. Dessa forma, daremos a todos a oportunidade de se expressarem. Estão inscritos os Senadores Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Hélio Costa, João Capiberibe, Tasso Jereissati e Eurípedes Camargo. Se todos forem suficientemente concisos, todos poderão manifestar-se. Posteriormente, a Srª Embaixadora e o Sr. Embaixador poderão responder a todos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, saúdo com muita fraternidade a presença da Embaixadora Donna Hrinak, dos Estados Unidos, e do Embaixador Roger Bone, do Reino Unido.

Não me surpreende a competente exposição que ambos fizeram: o Embaixador, pela sua tradição de profissionalismo e seriedade ao lidar com as questões internacionais sob o ponto de vista do seu país, e a Embaixadora, que me causa uma impressão muito forte. Eu dizia à Embaixadora que consegui vê-la elogiada por ninguém menos que o Presidente Hugo Chaves, que pessoalmente disse ter uma impressão muito correta de sua participação naquele imbróglio da Venezuela. É uma profissional que merece o nosso respeito, e é fundamental expressarmos a ambos o respeito desta Casa.

Sr. Presidente, pontuarei a minha posição. Primeiramente, quero dizer da repulsa que sinto pelo governo ditatorial de Saddam Hussein.

Não se discute o julgamento do regime que ali está, mas se o desejo justo de ver uma ditadura desmontada estaria sendo expresso da maneira mais correta, levando-se em conta o que possa ter havido em termos de danos para o sistema multilateral, o Direito Internacional regulado pelo funcionamento das Nações Unidas, ou seja, o que possa isso ter significado de perda qualitativa e de densidade para a Organização das Nações Unidas, para o próprio sistema de Bretton Woods, que, na minha opinião, precisa de reformas urgentes. Ele capenga, mas prefiro algum Bretton Woods a nenhum Bretton Woods. Prefiro alguma ONU a nenhuma ONU, algum Conselho de Segurança a nenhum Conselho de Segurança.

Não sei se mais pressão internacional, mais tempo aos inspetores da ONU ou se as próprias tropas aquarteladas ali perto iriam aos poucos desvendando esse mistério das tais armas químicas, mas, de qualquer maneira, devo também ressaltar, para que fique bem nítido, que sinto que uma posição antiamericana não é a do Governo brasileiro. De jeito algum, ao contrário. Nesse ponto, Governo e Oposição se irmanam para reconhecer que os Estados Unidos são o principal parceiro com que contamos nas nossas relações comerciais com o mundo, um parceiro político.

Então, que sejam escoimados todos esses fantasmas. Não há antiamericanismo; não há solidariedade a uma ditadura. O que há é o questionamento sobre se foi correta – e parece-me que não foi – a intervenção militar sem o respaldo claro do Conselho de Segurança da ONU. Creio que pode ter sido atingido o processo de velocidade da globalização dos mercados. Receio que isso possa acarretar problemas – e temo que os Estados Unidos se fechem um pouco nas suas próprias fronteiras, atrasando um pouco as negociações. Não sou contra a participação do Brasil na Alca, mas gostaria de ver a Alca abrindo mercados substanciais para produtos brasileiros. Não ideologizo essa questão, mas gostaria muito de ter certeza de que isso não atrapalhará o avanço da Alca e a própria abertura, para que ela se torne viável e rentável e, portanto, concretamente boa para o Brasil e para o Mercosul.

Temo que estejamos presenciando momento de enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio. Gostaria muito de ressaltar que a decisão unilateral, por mais que se busque respaldo ético para ela, sempre me parecerá inferior em qualidade a uma decisão efetivamente multilateral.

Srª Embaixadora e Sr. Embaixador, quero dizer-lhes que o fato de 50 países se motivarem com a legitimidade de os seus Governos participarem desta campanha não me dá a impressão de que substituam a ONU, que precisa ser fortalecida por todos nós, in-

clusive no período do pós-guerra, no período da reconstrução. Gostaria muito que houvesse uma solução da ONU, já que houve, a meu ver, o arranhão, a fim de se restabelecer a confiança do mundo no sistema multilateral, para que não prevaleça unilateralismo, a ética de um só, enfim, a ética de uma potência.

Temo que o evento – com conseqüências ainda não dimensionadas na sua totalidade – possa servir de combustível para "bin ladens" e coisas parecidas estimularem-se e terem forças para incendiar a possibilidade negativa e nefasta do terrorismo internacional.

Ressalto aqui a minha preocupação com qualquer perspectiva que, a meu ver, seria nefasta também: uma divisão entre civilização judaico-cristã e mulçumana. Observo a tensão se avolumar entre Estados Unidos e Síria. Preocupa-me muito a posição da Coréia, ou seja, o mundo teria que se conscientizar multilateralmente de que os esforços na direção da paz têm que ser encetados com a participação de todos. O Brasil reconhece seu tamanho político limitado, mas é um País que está sempre às ordens para trabalhar acordo de paz.

Este mundo conturbado me causa tensão. Temo reflexos econômicos. No pós-guerra, acontecendo algo parecido como a perda do valor da moeda norte-americana, os Estados Unidos passariam a receber um valor real menor pelo que exportassem, o que os levaria, por medida de política econômica– quem sabe –, a restringirem suas importações, com reflexos claros sobre as economias emergentes, até porque os fluxos de capital se tornariam mais raros. Poderíamos ver o aprofundamento de uma crise mundial, a qual poderia levar a um quadro recessivo. Isso me preocupa profundamente.

Ainda gostaria de dizer, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, que é extremamente relevante que três pontos sejam bem aclarados entre nós. Primeiro, a reconstrução do Iraque; segundo, que essa reconstrução ocorra sob a égide da ONU, o que creio ser essencial; terceiro, a criação de imediato de condições para o estabelecimento de um Estado palestino. A meu ver, o fato de uma pomba, e não um falcão, representar hoje o homem da maior confiança da autoridade palestina, que está ali com uma perspectiva de negociação, serviria para desanuviar bastante aquele quadro milenar de crise no Oriente Médio.

Eu, pessoalmente, sou admirador da democracia inglesa e americana e pertenço a um País que está, ele próprio, consolidando sua democracia, um País que é o terceiro em tradição de funcionamento parlamentar ininterrupto – acima da Suécia, da Itália, da Alemanha. Vale dizer, em tradição parlamentar. Após o primeiro, que é o Reino Unido, do Embaixador Roger Bone, e o segundo, que são os Estados Unidos, da Embaixadora Donna Hrinak, o terceiro é o Brasil. Temos muita convicção de que nossa democracia veio para ficar, para se consolidar. Digo, portanto, como democrata que procuro ser – e ser democrata significa procurar se aprimorar a cada momento –, que, pessoalmente, sou contra o esforço bélico. Entendo que as conseqüências poderão ser piores e mais graves para todos os envolvidos do que se possa analisar do ponto de vista militar meramente. Sei que esse não é o limite que V. Exª se impõe, Embaixadora, e não é esse o limite que se impõe o nosso competente Embaixador Roger Bone.

Finalmente, tenho uma preocupação muito grande que devo relatar a V. Exªs, qual seja, o fato de que represento uma região de interesse nacional explícito e de interesse planetário. Refiro-me à Amazônia, que poderá ser, pelo Brasil – e claro que sempre sob a bandeira brasileira, sempre sob o crivo da soberania nacional –, uma grande parceira da humanidade a partir do momento em que o Brasil aplique políticas corretas – e está fazendo isso – de perspectivas de auto-sustentabilidade, a partir do momento em que o Brasil desenvolva o que a biota lhe propicia – a biotecnologia está aí –, a possibilidade do ecoturismo, a possibilidade da extração de riquezas minerais absolutamente fantásticas que ali estão encerradas, e algo precioso, essa **commodity** do século XXI, valiosa, que é a água.

Preciso ter muita certeza – e não duvido nem um pouco de que seja essa sua convicção, Embaixador – de que seja essa a convicção do Reino Unido, mas preciso ter muita certeza de que, em momento algum, seu País haveria de concordar com a tese que foi explicitada pela primeira vez pelo Presidente François Mitterrand, da soberania restrita sobre a Amazônia. Não, ela é brasileira e haverá de ser brasileira sempre. O Brasil será responsável ao perceber os reflexos sobre o mundo e, portanto, saberá explorá-la com competência, independentemente de quem governe o País conjunturalmente. Isso nos causa certa inquietação, porque percebemos que, dentro de poucos anos, a água será uma **commodity** mais valorizada do que o próprio petróleo. E uma palavra tranqüilizadora, dita para brasileiros, que, da minha região ou não, têm consciência de que a Amazônia é uma questão nacional – não estou falando da minha paróquia, da minha província, mas do interesse de meu País sobre sua região mais estratégica, sobre a sua mais promissora fronteira de desenvolvimento. Falo, sabendo que minha região desperta interesse

planetário, e é assim que deve ser. E falo com a certeza de que o mundo inteiro, pelas suas lideranças responsáveis, haverá de compreender que a soberania nacional do Brasil sobre a Amazônia é intocável, intangível, irrecusável, seja porque temos direito a isso, seja porque saberemos sempre agir com responsabilidade em relação a uma área tão importante.

No mais, quero concluir dizendo a V. Exªs que temos muita confiança em nossa parceria com o Reino Unido, que é histórica, e com os Estados Unidos, que também é histórica, pragmática e efetiva. E não haverá de ter nenhuma solução de continuidade em razão da posição do Governo brasileiro que tem sido, a meu ver, cada vez mais, com o tempo, serena, ou seja, marca que é a favor do multilateralismo, da paz e marca a sua condenação à guerra e, ao mesmo tempo, explicita que a discordância entre democratas significa que interesses outros, que passam por Alca, por negociações bilaterais, que passam pela reconstrução do multilateralismo, não haverá de ser afetada em nenhum momento.

Embaixadora, aprecio muito o seu trabalho e percebo que V. Exª, com o peso que tem como Embaixadora, consegue também representar os interesses do País que a recebe, e imagino que tenha colocado com clareza e sinceridade a minha posição, que é a do meu Partido, que, serenamente, torce por algo parecido com o fim da guerra, a cessação das hostilidades, a negociação como forma primeira e última de se chegar à solução dos conflitos, o respeito ao multilateralismo, o respeito ao princípio de autodeterminação dos povos e ao de não-intervenção. E, mesmo quando o Brasil vivia a infelicidade de uma ditadura militar, ele ainda assim era muito fiel a esses dois princípios na sua política externa.

Agradeço a presença honrosa de ambos. Eu dizia, há pouco, aos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo que precisamos intensificar esses contatos. E, sinceramente, apesar da clara oposição que, pessoalmente e pelo meu Partido, nutro em relação ao gesto que me pareceu um erro tático da coalizão, eu gostaria de repetir o meu respeito e admiração por ambos os ilustres Embaixadores que aqui compareceram e prestaram depoimentos tão sinceros e tão corretos do ponto de vista da atividade diplomática.

Muito obrigado, Srª Embaixadora e Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Passamos a palavra ao Senador Hélio Costa, do PMDB.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente Eduardo Suplicy.

Inicialmente, saúdo a Embaixadora Donna Hrinak e o Embaixador Roger Bone e, sobretudo, ressalto os esforços que têm sido feitos pela ilustre Embaixadora dos Estados Unidos no aprimoramento das relações entre o seu País e o Brasil, relações diplomáticas, culturais, sobretudo comerciais. O mesmo repito com relação ao Embaixador Roger Bone. As relações do nosso País com o Reino Unido são imensas, e tenho certeza de que, por intermédio de V. Exª, continuaremos aprimorando essas relações.

Antes de ser Senador, antes de ser um Parlamentar, Srª Embaixadora e Sr. Embaixador, fui um jornalista que cobria os eventos internacionais. Por essa razão, talvez aqui neste plenário eu seja o único Parlamentar que tenha tido três vezes a experiência de estar numa guerra. Cobri, como jornalista, três conflitos de gravíssimas proporções. O último deles foi a guerra civil em El Salvador, que considero a mais dramática e violenta que vi.

Talvez essa visão de perto da guerra, de ter visto pessoas morrendo na minha frente, de ter sentido o drama de inocentes, das crianças, das mulheres, dos desprotegidos da guerra, é que me faz pensar de uma forma tão coerente e tão poderosa com relação à paz e nos esforços que temos que fazer para que essa paz seja encontrada.

Tenho algumas preocupações nesse sentido. É evidente que o povo americano apóia as ações do Governo americano. Vivi nos Estados Unidos durante 18 anos e sei como é. Certo ou errado, na hora do conflito internacional, o povo americano apóia o Governo. O mesmo ocorre, certamente, no Reino Unido. Mas tenho preocupações porque, tendo vivido nos Estados Unidos e na Europa durante o período da Guerra do Vietnã e, como jornalista, observei algo que se repete, Srª Embaixadora. Na época da Guerra do Vietnã, recebia companheiros jornalistas que visitavam Washington e que queriam ir até a sepultura do Presidente John Kennedy ou do Senador Robert Kennedy. E, aos sábados, era comum vermos 200, 300 sepulturas abertas, semanalmente, para receber jovens americanos mortos no Vietnã. E, só depois que a imprensa, por meio do jornal **The New York Times**, expôs o massacre de My Lai e as ações do Tenente William Calley e do Capitão Ernest Medina, e um fotojornalista recebeu um prêmio internacional pela foto de uma criança correndo ainda em chamas no Vietnã, a opinião pública americana começou a entender a gravidade e os horrores daquela guerra e começou a mudar de opinião.

Nesse ponto, o movimento jovem foi importantíssimo para sensibilizar o Governo, e acabou fazendo com que Lyndon Johnson sequer se candidatasse à reeleição, o que levou certamente ao fim do conflito. Mas a imprensa, durante muito tempo nos Estados Unidos, esteve cerceada. Não divulgava os fatos. Não divulgava a realidade da guerra.

Agora, tenho sérias preocupações, Srª Embaixadora, porque ocorre o mesmo. Falo diariamente com meus amigos americanos. Tenho dois filhos cidadãos americanos que moram nos Estados Unidos e vivem o drama diretamente. Sinto que estamos passando pela mesma situação. Ainda na semana passada, um repórter americano da Rede NBC, Peter Arnett, famoso, reconhecido como um dos mais importantes repórteres na cobertura de conflitos internacionais há anos, perdeu o emprego, porque fez uma declaração contrária ao Governo americano. Pouco depois, outro personagem de televisão – não digo que Geraldo Rivera seja um jornalista por excelência porque, na verdade, atua em **talk show**, etc – acabou sendo expulso do Iraque, porque também teria divulgado alguma informação que o Governo americano não gostou com relação ao posicionamento de suas tropas.

São fatos que me causam preocupação, Srª Embaixadora, pois é fundamental que a imprensa americana não ignore a guerra. E faço uma referência ao que li no **Financial Times**, de autoria do ilustre jornalista Jurek Martin. Lerei em inglês para que não haja a menor dúvida do que ele realmente disse: "**US Journalism has become too respectful of authority, too inclined to take what government says at face value**", ou seja, o jornalismo americano está ficando muito obediente à autoridade constituída e muito inclinado a aceitar o que o Governo diz.

Outro jornalista, também inglês, Sr. Embaixador Roger Bone, Lionel Barber, diz, também no **Financial Times** – mais uma vez em inglês, para que não haja problemas. Acredito que seu tradutor é profissional e excelente, mas lerei em inglês: "**Also US media have been generally reluctant to show photos and footage of dead and captured G.I.s, sometimes at the administration's explicit request, in sharp contrast to foreign practices into the internet**".

Tradução: a mídia americana tem sido relutante em mostrar fotos, filmes e vídeos de soldados americanos mortos ou capturados, algumas vezes por solicitação expressa do Governo, uma atitude frontalmente contrária ao que ocorre na imprensa de outros países.

Tenho essa preocupação, Srª Embaixadora, porque é importante que V. Exª, uma profissional da mais alta qualificação, possa informar ao seu Governo que é importante podermos ver daqui que, lá, a guerra está sendo contada na sua triste realidade, com todas as suas dores, com todos os seus problemas.

Tenho algumas observações extraídas, inclusive, da sua própria declaração inicial, Embaixadora. V. Exª disse que "lamentavelmente, o Brasil não está do nosso lado". Lembrarei o atentado terrorista de 11 de setembro, quando o Brasil inteiro se solidarizou com o seu País, quando o Brasil inteiro viu o absurdo que tinha sido cometido contra o povo americano. Não se tratava de derrubar as torres do World Trade Center ou de atacar o Pentágono ou Nova Iorque, mas, sim, o povo americano, lamentavelmente. E o Brasil inteiro ficou solidário e lamentou esse ato absurdo, ridículo e inaceitável cometido contra o povo americano. Mas o Brasil tem lado, sim. O Brasil está do lado da paz, Embaixadora.

O Presidente Lula fez uma declaração na semana passada, que faço questão de repetir. As posições do Governo são as seguintes: em primeiro lugar, o Iraque deve cumprir as resoluções da ONU relativas ao seu desarmamento. Tem que cumprir, não tenha dúvida. Segundo, o desarmamento do Iraque deve ser alcançado, mas de forma pacífica e negociada. Terceiro, os inspetores da ONU deveriam ter tido mais tempo para fazer o seu trabalho, que estava dando resultados concretos, como a destruição dos mísseis Al-Samoud. O Governo defende a solução do problema na esfera da ONU, única instância que tem legitimidade para tal, conforme determina o Direito Internacional Público.

Os Partidos que apóiam o Governo condenam a intervenção militar unilateral e propugnam por uma resolução multilateral e legal do conflito, de acordo com a tradição diplomática do Brasil.

Lembro que uma ditadura não pode ser combatida com atos ditatoriais. A América Latina é um exemplo típico disso. Houve ditaduras perversas na América Latina, na Argentina, no Chile, mesmo no Brasil, durante algum tempo. E como essas ditaduras foram combatidas? Com atos de democracia, de liberdade, de transformação dos corações e mentes dos seus povos; não foi com um ato agressivo. Não precisamos invadir o Chile ou a Argentina para conseguir a paz e a estabilidade democrática no País.

Então, tenho certeza de que V. Exª há de entender que o nosso Governo tem um lado, sim, que é o lado da paz. Certamente, se o Governo americano

conseguir alcançar a paz, estaremos mais uma vez, como estivemos no 11 de setembro, fechados com os Estados Unidos, contrários ao terrorismo. Ninguém aceitou o que se fez por se tratar de um ato terrorista, que não admitimos. Conhecemos a figura de Saddam Hussein: um ditador cruel, sanguinário, absurdo e inaceitável. Ele tinha que sair, sim, mas tinha que sair democraticamente. Tínhamos que encontrar o caminho por meio das Nações Unidas, prestigiando-a, dando força ao Secretário-Geral, para que ele pudesse, com toda a sua experiência de funcionário de muitos anos, conhecedor profundo das questões do Oriente, conduzir o processo a uma paz duradoura.

Srª Embaixadora, tenho que me reportar aos anos de Jimmy Carter e, mais recentemente, Bill Clinton, que foram dois presidentes que conseguiram resistir à tentação de impor a maioria política a outros povos. Jimmy Carter, então, sai do governo com uma demonstração de absoluta seriedade e equilíbrio no trato das coisas internacionais. Não fosse por ele, talvez os Estados Unidos tivessem criado um outro Vietnam na América Central. E Bill Clinton, com todas as dificuldades pessoais que possa ter tido, tinha o maior respeito do povo brasileiro e era sempre reconhecido pelos seus esforços, pela maneira como lidava com as questões internacionais.

O que estamos sentindo do Presidente Bush é que, lamentavelmente, S. Exª ainda não viu a importância, o reflexo econômico sobre os países, como o Brasil, do que está acontecendo no Iraque. Estamos preparados até para uma situação de emergência. É assim com a economia globalizada de hoje: é como se diz, quando a Bolsa de Nova York dá um espirro, vamos para o CTI com uma pneumonia dupla. Tudo que se faz em Londres tem reflexo em Brasília. Essa é a situação da economia globalizada. É assim que estamos vivendo hoje no mundo inteiro. Esse é o perigo que corremos.

Na verdade, fico extremamente preocupado com essas relações comerciais, porque, na medida em que o Brasil não está apoiando as ações dos Estados Unidos e do Reino Unido, faço um apelo a V. Exªs para que contribuam, num futuro imediato, a fim de que possamos consolidar as nossas relações e que elas não sejam estremecidas por essa posição política que o Brasil assume – por uma razão até não ideológica, mas humanitária, de sermos contra a guerra, contra qualquer guerra. Não existe nenhuma guerra justa, todas as guerras são injustas. Não existe nenhuma bomba inteligente, toda bomba é burra, lamentavelmente.

E faço três perguntas aos dois, ao Embaixador e à Embaixadora, porque elas têm rigorosamente respostas semelhantes, porém não idênticas. A primeira delas: o que se pode fazer, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, para que tanto o Departamento de Estado Americano quanto o **Foreign Service** da Inglaterra possam mostrar a necessidade de a imprensa americana ter a sua tradicional e respeitável liberdade de poder dizer tudo sobre a guerra? Tudo, absolutamente tudo! O povo americano merece isso, e o povo inglês também merece isso.

Segunda pergunta: a reconstrução do Iraque. Leio no jornal **Washington Post** de hoje: "O Departamento de Defesa dos Estados Unidos já faz planos para administração temporária da indústria iraquiana do petróleo depois da guerra, já criando um conflito entre os aliados europeus". E depois: "A Casa Branca mantém que todos os recursos advindos do óleo iraquiano financiarão a reconstrução do país no pós-guerra".

Isso tem que ser bem explicado, Srª Embaixadora, porque existe uma generalizada informação no Brasil de que o interesse americano pela guerra do Iraque seria o óleo, o petróleo. O interesse da Inglaterra na guerra do Iraque seriam os campos petrolíferos do Iraque. Então, temos que explicar isso bem, e é a oportunidade que V. Exªs vão ter de poder dizer se é assim, ou não. Como já vi pela sua dissertação – que ficou muito bem feita –, V. Exª comparou os dados que o Governo do Iraque informou e os dados que a Organização das Nações Unidas, por intermédio do Sr. Blix, conseguiu, mostrando a disparidade das armas químicas, biológicas e de destruição em massa que o Iraque diz ter e que a ONU, na verdade, já dizia que era mais.

Mas entendo que é fundamental que essa explicação seja muito bem dada, para não deixar nenhuma dúvida com relação à verdadeira posição dos Estados Unidos e a razão pela qual o país entrou nesse conflito.

Finalmente, quero reforçar o apelo feito pelo Líder Arthur Virgílio. Entendo, Srª Embaixadora, Donna Hrinak, que, infelizmente, essa questão toda está muito relacionada com a situação dos palestinos.

Ainda há três meses, tive a oportunidade de passar uma semana entre Israel, Jordânia e o Estado Palestino, fazendo inclusive uma visita a Ramala, onde estava o Líder Yasser Arafat, e senti que lá há um povo desesperado, sem absolutamente nenhuma proteção internacional.

Acredito que essa seria a grande oportunidade de, terminada essa guerra, fazer-se, urgentemente, um esforço internacional para se dar ao povo palestino o mesmo direito que têm os israelenses de possuir a sua terra, ter o seu país. Isso é fundamental!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Passamos a palavra ao Senador João Capiberibe, do PSB. Em seguida, falará o Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srª Embaixadora; Sr. Embaixador, acompanhei as explicações da Srª Embaixadora sobre os motivos que levaram as forças de coalizão a atacar o Iraque. Buscou a Srª Embaixadora demonstrar que foram exauridas todas as possibilidades na esfera da diplomacia e sustentou a necessidade do ataque, em razão de que se trata de uma ditadura sanguinária – e parece-me que há um certo consenso, nesta Casa, de que o regime político do Iraque é uma ditadura que não respeita os direitos dos seus concidadãos –, e de se garantirem os direitos do povo iraquiano, além das preocupações com o meio ambiente global.

Foi repetido, algumas vezes, que esse ataque ao Iraque era para libertar o povo iraquiano. No entanto, temos vários exemplos na América Latina, nos anos 70, quando proliferaram regimes ditatoriais sanguinários, como os de Somoza, Trujillo, Videla e Pinochet, com o apoio dos Estados Unidos. Em nenhum momento houve intervenções para garantir os direitos humanos ali desrespeitados e tampouco as democracias destruídas ao longo desse período.

O próprio ditador Saddam Hussein, na guerra entre o Irã e o Iraque, foi apoiado pelos americanos e, depois de tão pouco tempo – dez anos ou pouco mais –, o aliado se transforma no inimigo público número um dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Cada vez que se busca compreender essa guerra, mais aumentam nossas dúvidas e, às vezes, pergunto-me quem mais nos atemoriza, a nós, os brasileiros: se Saddam Hussein ou a política americana, os Estados Unidos.

Vimos, aqui, algumas manifestações de preocupação, inclusive com os nossos recursos, já que somos uma potência ambiental, detentora de grandes estoques de recursos naturais. Aqui já houve uma manifestação de preocupação nesse sentido. A dúvida é saber quem mais nos atemoriza. Sabe-se que a opinião pública em todo o mundo tem-se manifestado inicialmente por uma solução negociada no sentido de que se paralise a guerra. Há o caso do nosso Embaixador na Inglaterra, José Maurício Bustani, que trabalhou no controle de armas da Organização das Nações Unidas. S. Exª foi afastado com o voto dos Estados Unidos, porque pretendia, da mesma forma, inspecionar as armas do Iraque e dos Estados Unidos.

A minha pergunta é: os Estados Unidos possuem armas químicas? Elas são inspecionadas? Os Estados Unidos permitiriam, hoje, a inspeção dessas armas pelos inspetores da Organização das Nações Unidas?

São algumas questões que me preocupam e me parece necessário um esclarecimento.

Uma outra questão é que continuo acreditando que seja possível uma globalização solidária, a cooperação entre os povos. Neste ano, tivemos o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e também o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Tivemos uma ação muito significativa que acena para uma possibilidade de diálogo, que foi a presença do nosso Presidente Lula nos dois Fóruns, numa demonstração clara da necessidade de se conversar, de se estreitar essa discussão e também sugerir algumas soluções para as graves perturbações deste início de século e de milênio, entre eles a crise ambiental.

É contraditória a agenda de preocupações sobre a crise ambiental, aqui avançada pela Srª Embaixadora, enquanto ocorrem bombardeios que provocam mudanças climáticas. Os Estados Unidos também não assinaram a Convenção de Kyoto. Isso, evidentemente, mexe com a vida de todos nós, não importa onde estejamos e de que nacionalidade somos, pois as mudanças climáticas são concretas, fazem transformações e causam danos em todo mundo.

Finalmente, num mar de contradição, a pergunta é exatamente: quem mais nos assusta?

Como ficam essas relações internacionais depois da ruptura com a ONU e da divisão do Conselho de Segurança: russos e chineses de um lado? Será que isso não provocará um efeito contrário daquilo que se espera?

Desarma-se Saddam Hussein pela força das armas, mas se dispara uma nova corrida armamentista, porque as decisões unilaterais que foram tomadas hoje em relação ao Iraque, amanhã podem ser tomadas contra outro país. É preocupante que haja novamente uma corrida armamentista, e isso não ajuda em absolutamente nada a crise social provocada pela

imensa concentração de riqueza no Hemisfério Norte e pela ampla exclusão social no Hemisfério Sul, sobretudo provocada pelo descontrole dos capitais financeiros.

São grandes as preocupações suscitadas a partir de uma decisão unilateral.

Finalmente, devo dizer que o nosso País, com uma imensa população, com um bom nível tecnológico e uma grande disposição política, certamente deverá se reposicionar e ampliar seu leque de relações no pós-guerra.

Eram essas as minhas preocupações. Quero agradecer imensamente a oportunidade de ouvi-los e de defender a posição dos vossos governos e saber que nós, brasileiros, temos uma índole muito pacífica e que vamos nos caracterizar sistematicamente no cenário internacional com posições antiguerra, com posições pela paz e, sobretudo, em busca de reduzir as grandes desigualdades que hoje existem entre o mundo rico do Hemisfério Norte e a imensa pobreza do Hemisfério Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati do PSDB. Em seguida, terá a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora Donna Hrinak, Sr. Embaixador Roger Bone, eu gostaria de agradecer a explanação muito franca, muito aberta que foi feita para nós, Senadores, nesta Comissão e colocar como pressuposto a algumas observações que farei, três aspectos importantes: o nosso repúdio à ditadura sanguinária, conhecida, violenta de Saddam Hussein, o nosso repúdio a qualquer tipo de guerra ou de iniciativas que gerem violência, mesmo que seja em contraposição à violência, e a nossa convicção e respeito que temos pelas sociedades americana e inglesa. Em relação à sociedade americana, a certeza de que é o nosso mais importante parceiro nas relações comerciais e, portanto, essa relação deve ser sempre preservada, apesar de diferenças eventuais e momentâneas.

Eu gostaria que dois pontos fossem esclarecidos, para conhecer melhor a visão dos Srs. Embaixadores.

A meu ver, na visão de um leigo que não é especialista em relações internacionais, essa escalada de violência, como foi colocada pelo Senador Hélio Costa, começou ainda na visita que o atual Primeiro-Ministro de Israel fez a um templo ou a um local sagrado muçulmano em Jerusalém, o que desencadeou a imediata reação dos palestinos; e essa onda de violência, que aparentemente estava estagnada há algum tempo, retornou. Quando o Primeiro-Ministro foi eleito, isso foi se intensificando e se alastrando pelo Oriente Médio, tomando, a meu ver, características muito perigosas, características que levaram a uma intensa hostilidade. Aparentemente, em anos recentes, a mais intensa hostilidade entre as religiões cristã e muçulmana.

Viajo com certa freqüência aos Estados Unidos, pois tenho relações comerciais com os americanos, mas nunca tive a oportunidade – eu talvez me engane – de perceber uma hostilidade tão grande entre religiões, chegando até, em determinados momentos, à beira de preconceitos.

E essa onda se alastrou nesse sentido, de maneira que tivemos o lamentável acontecimento de 11 de Setembro e agora a Guerra do Iraque, o que me leva a crer – novamente como leigo, não sou especialista em assuntos internacionais – que, se a questão Palestina não for resolvida, podemos, os ocidentais, os americanos, os ingleses tirar o poder de Saddam Hussein, colocar outra pessoa em seu lugar, ou outro tipo de regime, mas essa onda de violência vai continuar. E essa perigosa visão de ser uma guerra religiosa – pelo menos, por parte de alguns, tem essa característica – também vai continuar. E mais do que a evidente obrigação das forças de coalizão de, depois dessa guerra, reconstruir o Iraque, existe, em nome da paz mundial e da paz nos próprios territórios americanos e ingleses, a necessidade urgente de se interromper a violência no Oriente Médio, principalmente entre Israel e os palestinos. E isso tem que ser resolvido com a solução dos problemas dos palestinos.

A recente tendência bélica do Primeiro-Ministro de Israel, que teve sempre o apoio e o aparente estímulo dos governos da coalizão, a meu ver, está no berço dessa onda de violência que não vai se acabar com o fim do regime de Saddam Hussein.

Eu gostaria saber a posição dos Srs. Embaixadores, se a minha visão é correta, e se já existe uma disposição firme no sentido de, logo em seguida a essa guerra, ser tomada uma iniciativa concreta para que tenham fim essas hostilidades no Oriente Médio.

E a segunda pergunta que faço – que também já foi feita de outra maneira – é que tem sido dito pela imprensa internacional sobre as divergências crescentes entre o governo americano e o governo inglês em relação ao pós-guerra e à maneira de administrar o futuro Iraque sem Saddam Hussein.

Eu gostaria de ouvir dos Srs. Embaixadores, americano e inglês, qual é o fundamento dessas diferenças.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Informo que a Embaixadora Donna Hrinak havia me dito que iria receber um grupo de entidades de brasileiros – até, a meu pedido – na Embaixada, por volta de meio-dia. Por uma questão de respeito aos Srs. Senadores inscritos, faço um apelo à Embaixadora – até mesmo porque fui eu que pedi à V. Exª para receber essas pessoas – no sentido de que as mesmas esperem um pouco mais para que V. Exª possa, respeitando o Senado Federal, ouvir ainda as observações dos demais Senadores inscritos Eurípedes Carmargo, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Patrícia Saboya Gomes e Aloizio Mercadante, que estão inscritos.

Dessa forma, peço que os Srs. Senadores possam continuar externando seus entendimentos e indagações, se V. Exª permitir. (Pausa)

Muito obrigado.

Todos estão sendo bastante objetivos, de maneira que acredito que vamos ter uma reunião bastante eficaz.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Senhora Embaixadora Donna Hrinak, Sr. Embaixador Roger Bone, sinto-me contemplado com as colocações de meus Pares nesta reunião.

Eu gostaria apenas de apresentar um entendimento que vejo nas ruas no dia-a-dia. Sou de origem de um bairro muito popular no Distrito Federal, onde resido até hoje, por isso é essa visão das ruas que eu gostaria de tentar passar aqui: a preocupação sobre as questões internacionais, sobre essa situação da guerra pelos comentários do dia-a-dia dos moradores do Brasil e do mundo, como um todo.

Não há compreensão por parte das pessoas para com uma situação em que se tenta impor vontades por meio das armas. Não há dúvida de que Saddam Hussein seja um sanguinário, mas o que se procura fazer é contornar essa situação multiplicando o sangue derramado. Isso não é compreendido pela população.

Outro ponto é que as imagens do que se passa na guerra são controladas pelos interesses dos que controlam essas imagens. Revolta a população, além das bombas, a imagem de um soldado com um fuzil e uma granada passando a mão sobre a cabeça de uma criança iraquiana, como que dizendo: "Aqui está a bomba, mas também o carinho". Parece que a intenção é escarnecer daquele povo. Essa é a impressão que vem das ruas.

Outra questão que também nos preocupa diz respeito às instituições multilaterais. Essas instituições são uma proteção ao indivíduo, e trabalhamos para que elas possam ser respaldadas e apoiadas, mas quando elas são violadas, como no caso da ONU, qual é a proteção que têm os indivíduos nesse processo? Essa é a preocupação que temos neste momento.

Quanto à reconstrução do Iraque: passam-se informações de que essa reconstrução, até para se poder ganhar simpatia com a idéia de que a guerra também traz benefícios, ocorrerá. Qual será a participação dos organismos multilaterais nesse processo, tendo em vista que as armas têm mais poder do que o diálogo? Essa seria a lógica que se observa nessa guerra. A ONU não teve condições de dialogar para restabelecer a paz. Isso foi feito, então, pelas armas. Como seria resolvida essa questão no pós-guerra, diante do sentimento de fragilidade que se introduziu no mundo? Para haver confiança é preciso haver paz. Essa guerra faz com que a confiança no ser humano diminua. Qual seria o trabalho necessário para resolver essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Eurípedes Camargo.

Passamos a palavra ao Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, do PL.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora Donna Jean Hrinak e Sr. Embaixador Roger Borne, eu gostaria de expor a V. Exªs que tem sido para nós, evangélicos – eu sou um bispo –, um paradoxo, uma controvérsia, uma profunda incoerência a posição unilateral que os americanos tomaram no conflito com o Iraque.

Os evangélicos no Brasil, que somam mais de 30 milhões segundo o IBGE, têm profundas raízes com os ingleses e americanos. Cresci em uma igreja metodista onde os hinos eram traduzidos do inglês. Nossos pastores, professores da escola dominical, nossos heróis, na verdade, eram os missionários americanos que iam para a África, para o Oriente. Assisti a muitos filmes de um ilustre americano chamado Tommy Lee Osborne que formou, no meu espírito, na minha alma, uma idéia do povo americano tão extraordinária que quando completei a maioridade também fui ser pastor e missionário na África, onde

passei 10 anos revivendo os sonhos que via nos filmes. Fui colega de muitos pastores americanos lá, e também na Índia e nas Filipinas.

Dessa maneira, nós, evangélicos, não conseguimos ver, com clareza, nesse ato da Guerra do Iraque, aquela nação que, sob a égide da Bíblia, da fé, dos princípios cristãos, levantou-se como a grande nação. Os americanos são 4% da população do mundo, mas representam 50% da riqueza. A Toys "R" Us, nos Estados Unidos, vende US$20 bilhões em brinquedos por ano. Nosso maior grupo varejista de alimentos, no Brasil, não chega a vender US$4 bilhões. Isso, para nós, sempre esteve associado ao poder da fé, da justiça, dos princípios cristãos.

Chego a pensar que os americanos, por causa do excesso de poder que possuem, talvez tenham, em um momento da sua história, caído naquela situação do Rei Davi, que também muito rico e poderoso, marido de muitas centenas de mulheres, apaixonou-se por uma mulher e frustrou um reino, um legado. Milhões de pessoas que lêem a Bíblia não conseguem entender também como um rei tão rico, tão abençoado, foi cair por uma paixão. Talvez, pela necessidade do petróleo – depois daquele ato em 1971, quando o Iraque expulsou as grandes companhias americanas e inglesas, estatizando o petróleo – tenha começado a surgir ali um conflito. Não sei.

Srª Embaixadora, eu gostaria que V. Exª, juntamente com o Embaixador, tivesse a preocupação de desmistificar esse conceito de guerra santa, que já foi assunto de um discurso inflamado do Presidente do Senado Federal. S. Exª foi, também, muito controverso. Começou o seu discurso falando das palavras de Jesus sobre a paz e o terminou contradizendo o mesmo Jesus ao ridicularizar a nação americana por acreditar na figura do diabo, figura esta que foi atestada pelo Cristo, enaltecido no princípio do seu discurso.

Como vivemos em um mundo de paradoxos, de controvérsias, quero dizer que são mais de 30 milhões de brasileiros, pastores e bispos de diversas denominações, origem do esforço de muitos missionários, ingleses e americanos principalmente, que, aqui nesta terra, fundaram, na alma do nosso povo, uma admiração tão grande a essa nação que também reconhecíamos como a contemporânea terra prometida, contemporânea nação escolhida. Víamos no dólar "**In God we trust**", e também depois colocamos na nossa moeda uma frase semelhante. E, agora, temos a tristeza de ver, neste momento, uma nação que tanto amamos e tanto admiramos se envolver num conflito que, a nosso ver, tem profundas ligações com os interesses geopolíticos.

Eu gostaria de encerrar esta minha participação, Srª Embaixadora, lembrando o Apóstolo Paulo. Já de cabelos brancos, esse grande apóstolo, considerando a natureza do ser humano – e não estou aqui tecendo comentário algum preconceituoso, estou apenas fazendo considerações – dizia: "Maldito o homem que sou, porque o bem que quero fazer, esse não faço, mas o mal que não quero, esse faço." O Apóstolo Paulo dizia que os nossos erros são diretamente proporcionais ao poder que temos. Quanto mais poder, maiores serão os nossos erros, indistintamente de quem somos. Mas ele concluía dizendo o seguinte: "Mas, glória a Deus, por isso, porque, quando reconheço a minha pequenez, o poder de Deus se aperfeiçoa na minha fraqueza; e, quando estou fraco, aí é que sou forte."

Penso que as questões da guerra vão ficar claras na reconstrução do Iraque. E, para nós, uma esperança de ver a nação americana, um dia, reconhecer a sua fraqueza, pelas necessidades econômicas que possui e, de alguma forma, nessa fraqueza, tirar forças.

Muito obrigado, Srª Embaixadora!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, do PL.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo do PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, Sr. Presidente da Comissão, Eduardo Suplicy, a questão apresentada como justificativa tanto pelos Estados Unidos quanto pela Inglaterra, ou seja, as forças aliadas, é o não-cumprimento da Resolução da ONU, tirada depois do fim da Guerra do Kuwait.

Entretanto, a própria ONU não chegou a essa conclusão de maneira terminativa. Armas químicas, até agora, não foram encontradas, nem as armas de destruição em massa, pelo que se tem notícia, até o momento. Permanecendo, portanto, a justa desconfiança de que, por trás dessa guerra, estaria não só o desejo de pôr fim a um regime que todos sabem ser ditatorial, mas também de que há um interesse econômico ligado ao petróleo.

Quando da Guerra do Kuwait, a opinião pública mundial e o Brasil estiveram ao lado dos americanos, porque ali era diferente: era uma invasão do Iraque ao Kuwait. Da mesma maneira, no combate ao terrorismo. É evidente que ninguém em sã consciência pode concordar com o terrorismo pelo mundo afora, especialmente com o que aconteceu nos Estados Unidos mais recentemente e em outras partes do mundo

também. Há pouco tempo lembrávamos que brasileiros também morreram. Não foi um ataque apenas aos Estados Unidos, foi à civilização como um todo.

A nossa tradição brasileira é pacifista, no sentido de não concordar com guerras e que, quando acontecem, que sejam rápidas e que se encerrem na busca do cessar fogo e da paz rápida.

De maneira que a nossa posição, do nosso Partido, o PSDB, é uma preocupação muito clara com o ponto a que se chegou: a morte de inocentes está ocorrendo! São crianças, mulheres, civis, que não têm nada a ver com a guerra e que, infelizmente, acabam perdendo suas vidas.

Ao mesmo tempo, preocupam-nos outros pontos. É evidente que o mais importante é a vida humana. Mas gostaria de abordar um ponto que é a questão que foi, inclusive, hoje, abordada pelo **Jornal do Brasil**: a Unesco, patrimônio cultural, está em risco. A Unesco está relatando a sua preocupação com informações alarmantes sobre ataques americanos e ingleses ao patrimônio cultural do Iraque, inclusive com a informação de que, antes da guerra, a Unesco forneceu ao Governo e ao Exército americanos listas e mapas dos lugares de maior valor cultural, pedindo que não fossem bombardeados. Nós todos vimos, há algum tempo, atos terroristas na região árabe contra patrimônios históricos e culturais, fato que provocou grande revolta em todos. De maneira que, se agora tivermos também ataques a monumentos culturais, a igrejas, a pontos religiosos importantes, evidentemente que a condenação deve ser a mesma. Agora não por terrorismo, mas por guerra.

De maneira que eu gostaria de colocar aqui, além exatamente da nossa preocupação com o mais importante, que são as vidas humanas, essa nossa preocupação com a questão do patrimônio cultural ameaçado e a expectativa de que possamos ter, o mais rápido possível, um cessar fogo, encerrando essa guerra que realmente não combina com o século em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, já tive a oportunidade, esta manhã, de me pronunciar sobre a ratificação do protocolo que o Brasil assina com normas muito rígidas pela não-participação de menores de 18 anos no envolvimento de conflitos armados. E essa, como eu disse também pela manhã, tem sido uma preocupação não só minha, mas certamente de muitos dos Senadores e Senadoras, de Parlamentares que, em seu mandato, têm buscado uma sociedade mais justa, mais humana, em que os direitos humanos possam ser respeitados e principalmente os direitos de tantas crianças e adolescentes que, em um País como o nosso com tantas dificuldades, ainda vivem à margem da sociedade, sem direito a uma educação de qualidade, ao acesso à saúde, sem oportunidades de trabalho para que possam crescer e se desenvolver com dignidade, e sendo, muitas vezes, explorados sexualmente ou mesmo no trabalho infantil – que é um dos problemas graves do País.

O Brasil tem tido a parceria dos Estados Unidos em diversos projetos – eu mesma já tive oportunidade de visitar alguns projetos sociais que têm oferecido melhores condições de vida a algumas crianças. A minha preocupação com relação a essa guerra não é apenas como Senadora, como representante do Estado do Ceará, mas também como mulher, como mãe. Ontem, eu tive oportunidade de, ao lado do nosso Presidente, Senador Eduardo Suplicy, receber o representante da Cruz Vermelha, que relatou, inclusive para os jornais, o horror da guerra.

E é nesse sentido que vai a minha indagação: quais são os mecanismos, os instrumentos que os dois países têm utilizado para proteger essas crianças que, pelo que estamos assistindo, têm sido vítimas, pois ou são mortas, ou feridas, ou se tornam órfãs. Essa tem sido uma das grandes preocupações do mundo inteiro com relação aos conflitos armados. Isso acaba sendo uma grande perversidade, porque, se de um lado, lutamos pela garantia desses direitos humanos e pela garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes, em um conflito como esse, elas acabam sendo as principais vítimas.

Então, eu gostaria de saber quais são os instrumentos que estão sendo utilizados para protegê-las, o que está se pensando em termos de futuro, e também em relação àqueles que têm procurado fugir da guerra, que têm se abrigado em países vizinhos: adolescentes, crianças, mães e mulheres que, sabemos, muitas vezes, acabam sendo explorados sexualmente durante os conflitos.

Sei do compromisso dos Srs. Embaixadores, das relações existentes entre o Brasil e os Estados Unidos, enfim, dessa parceria que há entre os dois países e da boa vontade, carinho e atenção que V. Exª tem demonstrado por todos nós brasileiros.

Dessa forma, pergunto, não querendo ser agressiva ou hostilizar, de forma alguma: o que os

Estados Unidos poderão fazer para proteger as crianças e os adolescentes?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Com a palavra o Sr. Aloizio Mercadante, Líder do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Embaixador Roger Bone, Embaixadora Donna Hrinak, estamos realizando uma audiência pública relacionada aos episódios do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, na qual tenho a responsabilidade de acompanhar os depoimentos e os desdobramentos. Peço desculpas porque, infelizmente, tive que me ausentar, mas, posteriormente, terei acesso a toda a audiência, pela qual tenho imenso interesse.

Agradeço a presença de V. Exªs neste plenário, prestigiando o Senado Federal, esclarecendo e expondo a posição de vossas nações e de vossos governos. Particularmente, preocupam-me os desdobramentos dessa situação.

Quero registrar, publicamente, que o trabalho que V. Exª, Srª Embaixadora, tem realizado na representação do governo americano é uma contribuição inestimável no sentido de buscar a aproximação dos dois países, de esclarecer os fatos, de buscar construir pontes e ajudar a administrar os conflitos que, evidentemente, existem, tanto do ponto de vista diplomático quanto do econômico e comercial, o que é próprio das nações e dos governos.

É exatamente em nome desse empenho e respeito ao trabalho de V. Exª que faço questão de estar presente. Em primeiro lugar, para fazer este depoimento; em segundo lugar, porque, no início desta apresentação, V. Exª disse que uma das funções importantes da Embaixada é informar o governo, o congresso e as autoridades americanas sobre o comportamento, a evolução e o posicionamento do Governo e da sociedade brasileira diante desse episódio.

É sobre isso que eu gostaria de argumentar. Somos um País que tem uma longa tradição de paz. Há mais de um século, o Brasil não se envolve diretamente em nenhum conflito. Não houve nenhum envolvimento nas guerras dos países vizinhos, mas participou de alguns momentos extremamente importantes da História, inclusive ao lado dos Exércitos inglês e americano, como ocorreu na última guerra mundial contra o nazifacismo.

Temos essa cultura e a convicção de que a diplomacia é o melhor caminho para dirimir os conflitos e os impasses entre as Nações. Mais do que isso: temos na ONU uma referência fundamental. Trata-se de uma instituição que se constituiu no pós-guerra para, primeiro, dar legitimidade ao direito internacional e é o organismo multilateral de negociação, de busca de soluções, para uma agenda que, eu diria, tem o apoio da sociedade e do Governo brasileiro. Estivemos muito empenhados em apoiar todas as iniciativas internacionais de combate ao terrorismo e à destruição e controle das armas de destruição em massa.

Inclusive, o nosso Embaixador José Maurício Bustani, que esteve à frente da Opac e, agora, representará o Brasil junto ao Reino Unido, teve um trabalho reconhecido internacionalmente de empenho e eficiência nesse esforço de destruição de armas químicas, com resultados bastante promissores. Esse esforço, esse empenho tem que ocorrer, no nosso ponto de vista, com o amparo das instituições multilaterais, que são essenciais para que esse processo tenha continuidade, para que a paz possa ser preservada e para que a diplomacia e a negociação sejam a prioridade no tratamento dos conflitos e nas relações entre as nações, entre os povos.

O Governo brasileiro apoiou enfaticamente a Resolução nº 1.441, do Conselho de Segurança da ONU. Inclusive, V. Sª estava comigo na audiência do Presidente Lula, ainda não empossado, com o Presidente Bush. É fato inédito, na história brasileira, um presidente americano convidar um presidente eleito, e isso foi dito pelo próprio Presidente Bush. Foi uma reunião muito franca, amistosa, em que foi proposta a criação de um organismo de cúpula dos dois Ministérios, para aprimorar as relações bilaterais e toda a agenda. O Presidente Lula, naquela ocasião, reafirmou o compromisso do Governo brasileiro de apoiar todas as determinações do Conselho de Segurança da ONU, como instituição legítima e multilateral para tratar dos interesses da segurança internacional.

A nossa avaliação – e o Chanceler Celso Amorim fez um depoimento no plenário do Senado Federal nesta direção – é que, de fato, houve, por parte do regime de Saddam Hussein, uma desobediência, durante um longo período, às resoluções. Sofreu sanções, como bloqueio econômico, com prejuízos econômicos e sociais muito grandes ao Iraque. O Governo brasileiro não tem embaixadas no Iraque. Acompanhamos toda essa evolução, o posicionamento firme da ONU no sentido do desarmamento e da fiscalização. O Governo apoiou a constituição de uma missão diplomática sob orientação da ONU, para fiscalizar, investigar e apurar o arsenal de armas do Governo iraquiano, com o compromisso de apuração dos indí-

cios e de destruição de todos os equipamentos que fossem identificados.

Tivemos uma evolução nesse processo. Mísseis vinham sendo destruídos. O Parlamento iraquiano aprovou uma lei – uma das reivindicações do Conselho de Segurança da ONU – que determinava a proibição de produção de armas de destruição em massa no Iraque.

Portanto, tínhamos, nessa evolução diplomática, um cenário promissor de que o conflito militar, de que o confronto pudesse ser evitado, para que vítimas civis, pessoas absolutamente inocentes e que já vinham de um longo sofrimento, pudessem ser preservadas.

Nós exigíamos – e o Presidente Lula disse isso ao Presidente Bush – que o Iraque cumprisse rigorosamente todas as exigências da ONU e do Conselho de Segurança. E o Governo brasileiro dava total e irrestrito apoio ao Conselho de Segurança, para que as inspeções fossem feitas, as armas de destruição em massa fossem destruídas e todas as exigências da ONU fossem rigorosamente cumpridas.

No entanto, o Conselho de Segurança da ONU não se posicionou favoravelmente ao ataque militar. Essa é a nossa interpretação. Houve um esforço diplomático dos Governos americano, inglês, espanhol e de outros, que achavam que essa era a solução para o impasse, no entanto não houve uma determinação do Conselho de Segurança clara nesse sentido. Inclusive, os Governos da coalizão acabaram não apresentando a moção no Conselho de Segurança.

Então, a posição do Governo brasileiro é amparada no direito internacional, coerente com a nossa defesa das instituições multilaterais. Ela vem amparada na nossa tradição pacifista de buscar, por meio da diplomacia, as soluções para os impasses. E nós identificávamos que a missão da ONU vinha avançando, que progressos estavam sendo feitos, que um tempo deveria ser dado para concluir o trabalho da missão, o que foi respaldado, inclusive, por vários países com assento no Conselho de Segurança da ONU. Destaco a França, a China, a Rússia e o apoio da Alemanha, que não faz parte, mas foi um apoio público. Majoritariamente – eu diria –, essa era a expectativa naquele cenário.

Portanto, a nossa posição em defesa da paz, de uma solução negociada e, ainda agora, de cumprimento rigoroso da Resolução nº 1.441 orientou a nossa diplomacia. E tenho certeza de que precisaremos repensar a institucionalidade internacional. Não podemos ter um órgão com legitimidade e sem poder, como é a ONU hoje, e não podemos ter poder sem legitimidade.

A reconstrução, o fortalecimento da ONU como instituição e a evolução desse cenário são o que mais preocupa o nosso Governo.

Quero lhe adiantar que todo o esforço, de forma fraterna e franca, na direção de preservar o respeito ao Direito Internacional e às instituições multilaterais é o que orientará o nosso posicionamento. E tenho certeza de que o Embaixador Roger também tem trabalhado nessa direção, respaldado na importância de nossas relações bilaterais com a Inglaterra e com os Estados Unidos, na longa tradição cultural, política, diplomática, nos profundos interesses comerciais, culturais, científicos e tecnológicos.

Nossa posição tem amparo no Direito Internacional e o respaldo de parcela importante e majoritária das nações que compõem a ONU e o Conselho de Segurança. Amparados nessa atitude, nesses princípios, nesses valores é que estamos nos conduzindo nesse episódio, com respeito, com seriedade, mas com firmeza na defesa de princípios essenciais para que a civilização, a comunidade internacional possa evoluir num mundo mais pacífico e mais justo.

Portanto, daremos todo apoio ao combate ao terrorismo, à destruição das armas de destruição em massa. Mas achamos que havia um espaço para a diplomacia, havia progresso com a diplomacia. Portanto, o confronto foi precipitado e não teve o amparo, a legitimidade de uma decisão clara do Conselho de Segurança, que, seguramente, se houvesse, o Governo brasileiro acompanharia.

A nossa posição está amparada nessas condições políticas, institucionais e nesses valores que, tenho certeza, serão compreendidos porque fazem parte do sentimento majoritário das nações na busca de outros caminhos que não os da guerra para dirimir conflitos de interesse entre os povos e entre as nações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Passo a palavra à Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak.

A SRª EMBAIXADORA (Donna Jean Hrinak) – Muito obrigada, Senador.

Fui informada de que há um grupo de organizações populares e até alguns Deputados em uma pequena manifestação em frente à Embaixada. Penso que a minha responsabilidade neste momento é de atendê-los.

Contudo, tenho várias perguntas formuladas pelos Senadores. Há uma da Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre nossos preparativos para atender especialmente aos meninos e adolescentes que podem ser vítimas do conflito e, em geral, o que está sendo feito para evitar que o conflito atinja os civis.

A outra pergunta é a do Senador Azeredo, sobre a questão do patrimônio cultural. Há também uma pergunta do Senador Tasso Jereissati sobre a política dos Estados Unidos com respeito ao Oriente Médio.

Como esses assuntos podem estar ligados com o que estamos fazendo no Iraque? Se me permitirem, Srªs e Srs. Senadores, comprometo-me a responder por escrito a todas as perguntas anotadas. Gostaria de desculpar-me com os Srs. Senadores, para poder atender às pessoas que me aguardam na Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Apenas gostaria de transmitir a V. Exª as moções aqui aprovadas sobre a preocupação que é de todos nós, como V. Exª pode sentir. E até mesmo pudemos aprender com pessoas tanto dos Estados Unidos como do Reino Unido – tais como Bertrand Russell, John Lennon, Martin Luther King Jr. e Bob Dylan – que é necessário e possível fazer todo o esforço para persuadir os que não estão de acordo conosco a modificar a sua postura por meios que não sejam a guerra, a violência, o ódio, a vingança.

Então, queremos perguntar, juntamente com Bob Dylan, um dos maiores compositores norte-americanos:

"Quantas estradas os homens precisarão percorrer até que, finalmente, possamos chamá-los de homens?

Quantas vezes as balas de canhões precisarão voar até que possam, finalmente, ser silenciadas?

Quantas vezes os homens precisarão olhar para cima até que, finalmente, possam ver o céu?

Quantos ouvidos as pessoas precisarão ter até que, finalmente, possam ouvir outras chorarem?

Quantas pessoas precisarão morrer até que, finalmente, possamos perceber que muitas pessoas já morreram?

A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento."

Espero que o Presidente George W. Bush ouça a palavra melhor de tantos líderes religiosos, inclusive da religião que professa, evangélica, protestante, batista, mas também do Papa João Paulo II. Foi por essa razão que sugerimos ao Papa que considere a possibilidade de ir a Bagdá verificar se o bombardeio pode ser interrompido.

Nós gostaríamos que a Embaixadora Donna Hrinak respondesse a todas as perguntas. Iríamos até a Embaixada para dizer às pessoas que lá estão, se avaliar adequado, que é importante que a senhora possa responder a todas as perguntas. Certamente, aquelas pessoas compreenderão a importância de responder as questões não apenas por escrito, mas oralmente nesta ocasião. A decisão é da senhora.

A SRª EMBAIXADORA (Donna Jean Hrinak) – Srªs e Srs. Senadores, muito obrigada pelas perguntas tão sérias e pelas preocupações obviamente tão sinceras que expressaram aqui. Comprometo-me a responder por escrito, pois creio que tenho que ir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora tem licença para se retirar.

Passamos a palavra ao Embaixador Roger Bone.

O SR. EMBAIXADOR (Roger Bone) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Fico muito contente em ter vindo hoje aqui esclarecer ao Congresso Nacional a posição do Reino Unido com relação ao Iraque. A reunião foi muito produtiva. A troca de idéias com as Srªs e Srs. Senadores presentes foi de grande utilidade para nós. Em minha apresentação inicial, creio que descrevo os motivos que levaram o Reino Unido a participar, em cooperação, numa ampla coalizão de países, da ação militar no Iraque.

(Exposição em língua estrangeira, com tradução.)

Senadores, se me permitem, eu gostaria de, antes de sair, acrescentar duas breves palavras a respeito das perguntas que foram suscitadas aqui.

Permitam-me afirmar, com toda a sinceridade, que o Governo britânico não tinha nem nutria qualquer desejo de entrar ou travar uma guerra no Iraque.

Entramos na guerra como último recurso, como derradeiro recurso, após muitos anos a fio esperando que Saddam Hussein tomasse a iniciativa de cumprir aquilo que era dele exigido nos termos das resoluções emitidas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Como afirmei em minha apresentação inicial, o Governo Britânico está absolutamente confiante acerca do fundamento e do embasamento jurídico que nos leva à ação que adotamos.

A propagação de armas de destruição em massa constitui a mais importante ameaça a que todos estamos hoje expostos no cenário internacional. Se nos abstivermos de enfrentar esse problema que

se apresenta à segurança internacional no presente, o seu impacto será cada vez maior no futuro que se avizinha. E fazemos isso com o coração partido. Estamos empenhados em ajudar na reconstrução do Iraque após a cessação das hostilidades. Temos disponível todo o poder para tanto e pretendemos trabalhar em cooperação conjunta com os parceiros internacionais.

Deixo claro que levo muito a sério e recebo, no fundo do meu coração, as observações expressas, sobretudo pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, com relação ao risco que se apresenta para a vida humana, para as crianças e para as mulheres afetadas envolvidas no conflito.

Estamos convencidos, do fundo do nosso coração, de que, após a cessação das hostilidades no Iraque, será possível e viável construir um novo Iraque, marcado pelo respeito aos direitos humanos em oposição ao atual regime ditatorial de um ditador sanguinário e brutal.

O Senador Tasso Jereissati fez alusão ao importante tema de Israel e do povo palestino. Trata-se de questão de suma importância. Estamos comprometidos em ver estabelecido um assentamento justo e duradouro para um Estado de Israel livre do terror ou da ação terrorista e um Estado Palestino viável nos moldes dos limites geográficos estabelecidos em 1967, em conformidade com as resoluções do Conselho da ONU, para a implementação dos dispositivos ali constantes.

Isso, por sua vez, traz à tona três resultados importantes.

Por fim, com relação aos assentamentos israelenses, deve-se encontrar uma solução ou superação do drama vivido pelos refugiados palestinos e uma capital palestina em Jerusalém. Porém, tudo isso deve depender de uma garantia de haver um Estado de Israel livre do terror ou livre da ação terrorista.

Srªs e Srs. Senadores, permitam-me brevemente concluir. Levo muito a sério e aceito do fundo do meu coração todas as expressões e opiniões veiculadas acerca das preocupações de V. Exªs acerca do Iraque. Somos sensíveis a todas as opiniões expressas e compartilhamos do mesmo objetivo brasileiro e da mesma aspiração brasileira de um Iraque livre, democrático e próspero. Nisso consiste o nosso objetivo, em última instância.

Sr. Presidente, muitíssimo obrigado pelo convite e por terem ouvido com atenção o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Hélio Costa, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Eu, com muita atenção, ouvi a posição do Sr. Embaixador Roger Bone, que me dá uma repercussão diferente do que tenho ouvido de posições americanas e inglesas, que é exatamente da instalação do Estado Palestino, com a sua capital no Estado de Israel. Ou, pelo menos, possivelmente o entendimento que eu tenho é de que V. Exª está falando de Jerusalém ser transformada em uma cidade internacional que possa ser a capital palestina, ou ter representação palestina na cidade de Jerusalém.

Eu peço a confirmação dessa posição de V. Exª, porque realmente é muito importante. Talvez isso seja um dos detalhes fundamentais para se conseguir um entendimento de paz, no Oriente Médio, entre palestinos e israelenses.

Em segundo lugar, pergunto sobre a sua declaração inicial, em que V. Exª disse que as tropas britânicas deixarão o Iraque assim que possível. Então, V. Exª disse: **as soon as possible**. E eu pergunto: **When "as soon as possible" is possible?** Ou seja, quando é que o mais cedo quanto possível é possível?

O SR. EMBAIXADOR (Roger Bone) – Sr. Senador, eu fui bastante cauteloso na escolha de palavras quando expressei o meu ponto de vista. Eu disse que precisamos, primeiramente, como pré-condição, haver um Estado de Israel livre do terrorismo. Em segundo lugar, colocar fim aos assentamentos israelenses na região. Em terceiro lugar, uma solução para o drama experimentado pelos refugiados israelenses. Aí, sim, teremos as condições que nos levarão a alcançar um acordo acerca do estabelecimento de uma capital palestina em Jerusalém.

Eu terei muito prazer em conversar mais intensamente com V. Exª sobre esse tema e espero que compreenda com quanta cautela expressei meu ponto de vista.

Com relação à segunda pergunta acerca de quando "tão logo" é possível, eu diria que as tropas poderão ser retiradas do Iraque assim que seja possível, porém esse "quando" depende de podermos estabele-

cer uma plena estabilidade no Iraque e assim criarmos um fundamento para que o próprio povo iraquiano possa construir um estado livre da tirania à qual ele tem estado acostumado e exposto há tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu quero agradecer, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presença da Embaixadora americana, Srª Donna Hrinak e do Embaixador inglês, Sr. Roger Bone, **(corte na gravação)** e também por prestarem os esclarecimentos.

Muito obrigado a ambos, especialmente a V. Exª, Embaixador, que pôde permanecer até a conclusão, respondendo a todas as perguntas.

Muito brigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dez de abril do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia dez de abril do ano de dois mil e três, no Plenário 2, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, RODOLPHO TOURINHO, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, MARCELO CRIVELLA, GILBERTO MESTRINHO, LUIZ OTÁVIO, JOÃO CAPIBERIBE, HÉLIO COSTA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, HELOÍSA HELENA, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO RIBEIRO e ARTHUR VIRGÍLIO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente requer inversão de pauta. **Item 01 – extra pauta** – Projeto de Decreto Legislativo Nº 12, de 2003 que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval, celebrado em Windhoek, em 3 de dezembro de 2001". Concede-se a palavra ao Senhor Senador **LUIZ OTÁVIO** para que leia seu parecer. Discutiu a matéria o Senador **MARCELO CRIVELLA.** Em votação, o parecer é aprovado. Segue-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem Nº 16, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia." O Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senhor Senador **JOÃO CAPIBERIBE** que faz a leitura do relatório. Em seguida, passa-se a palavra ao Senhor **CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES** que faz sua exposição de motivos. Segue a apreciação dos itens. **Item 02** – Mensagem Nº 336, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **LUIZ TUPY CALDAS DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá." O Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senhor Senador **RODOLPHO TOURINHO** que faz a leitura do relatório. Após leitura, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **LUIZ TUPY CALDAS DE MOURA** para que faça sua exposição de motivos. **Item 03** – Mensagem Nº 337, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Coréia". O Senhor Senador **GILBERTO MESTRINHO**, relator da matéria, faz a leitura do seu relatório. Concede-se a palavra ao Senhor **PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO** que faz sua exposição de motivos. Passa-se à argüição dos Senhores Embaixadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **HÉLIO COSTA, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO e GILBERTO MESTRINHO.** O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **RODOLPHO TOURINHO, GILBERTO MESTRINHO** e ao Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA** que escrutinem os votos. O Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 50 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Dispensada.

Antes de passarmos à apreciação das matérias constantes da pauta, informo a V. Exªs que estamos recebendo a visita de cortesia do Embaixador de Israel, Daniel Gazit, acompanhado do Senador Marcelo Crivella, que estiveram em meu gabinete, oportunidade em que o Embaixador Daniel Gazit disse-me que gostaria, no momento em que esta Comissão considerar adequado, de se colocar à disposição para uma visita a esta Casa com o propósito de expor o ponto de vista de Israel a respeito de tudo o que se passa no Oriente Médio, sobretudo em seu país, bem como expor as dificuldades com os palestinos.

Em breve, portanto, poderemos ter a oportuna visita do Embaixador de Israel a esta Casa. Conforme expliquei ao Embaixador, temos uma pauta a cumprir relativamente ao exame dos nomes indicados tanto pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto pelo Presidente Lula. Após esse processo bastante ativo, marcaremos a data para a vinda de S. Exª a esta Comissão.

Agradeço a visita do Embaixador de Israel, Daniel Gazit, que, se desejar – uma vez que esta parte da reunião é aberta – poderá nos honrar com sua permanência.

Hoje, apreciaremos as indicações dos nomes dos Srs. Carlos Augusto Rego Santos Neves, indicado para Embaixador do Brasil na Federação da Rússia; Luís Tupi Caldas de Moura, indicado para Embaixador do Brasil na República do Panamá, e Pedro Paulo Pinto Assunção, indicado para Embaixador do Brasil na República da Coréia.

Convido S. Exªs para tomarem assento à mesa.

Conforme temos procedido nas últimas reuniões, se as Srªs e os Srs. Senadores, bem como os três indicados, estiverem de acordo, ouviremos a exposição de cada um dos indicados, e só então os Senadores os argüiriam simultaneamente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª. Por força do trancamento da pauta no Senado, o que tem atrasado as decisões conclusivas não só desta Comissão, mas certamente as de outras, e tendo em vista que inúmeros Embaixadores ainda serão ouvidos pela nossa Comissão, inclusive para colaborar com o trabalho do Ministério das Relações Exteriores, gostaria de sugerir a V. Exª que adotasse um procedimento mais prático, que nos ajudaria. A minha sugestão é que cada um dos Srs. Embaixadores indicados apresentasse por escrito o seu trabalho à Comissão – para que pudéssemos, depois, com tempo e detalhadamente, fazer a leitura da exposição de cada um – e que fosse concedido o tempo de rigorosamente dez minutos a cada um para uma rápida explanação da sua carreira e do país para onde vão. Com isso teríamos tempo de fazer a audiência pública com os Embaixadores.

O que está acontecendo é que passamos três horas ouvindo as exposições, o Plenário se esvazia e ficamos sem os Senadores que querem fazer perguntas aos Embaixadores. Assim, infelizmente, não estamos cumprindo rigorosamente aquilo a que nos dispomos. Essa é a primeira observação que tenho a fazer.

Em segundo lugar, Sr. Embaixador, porque tenho de me ausentar por alguns minutos para participar de uma reunião da nossa Subcomissão de Cinema da Comissão de Educação, eu gostaria de registrar que recebi hoje pela manhã uma correspondência da Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil, a Srª Donna Hrinak, que aqui participou, na semana passada, de uma audiência pública a convite do nosso Presidente Eduardo Suplicy. A Embaixadora fez observações sobre todas as perguntas que o Senador Hélio Costa lhe apresentou e também manda as respostas das perguntas feitas pelos outros Senadores que aqui a interrogaram. Considero-me plenamente atendido com as respostas da Embaixadora, que abordou todos os temas que solicitamos. Evidentemente que não concordo com a grande maioria deles, mas aceito e entendo que é um ato rigorosamente correto por parte da Embaixadora o de atender à solicitação que fizemos em Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, muito obrigado.

Com respeito à correspondência da Embaixadora Donna Hrinak, também a Senadora Patrícia Saboya Gomes encaminhou a resposta que recebeu pessoalmente da Embaixadora. E ontem o Ministro Conselheiro da Embaixada Norte-Americana encaminhou-me o texto das respostas enviadas pela Embaixadora Donna Hrinak.

Assim, peço à Secretaria da Comissão que providencie cópias das respostas encaminhadas pela Embaixadora Donna Hrinak para serem distribuídas a todos os membros da Comissão bem como à imprensa.

Srs. Senadores, temos na pauta um projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre cooperação naval, celebrado em Windhoek, Namíbia, em 03 de dezembro de 2001, cujo Relator é o Senador Luiz Otávio.

Consulto os membros da Comissão se poderíamos proceder rapidamente ao exame desse item. (Pausa)

Peço ao Senador Luiz Otávio para fazer um breve parecer.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, Srs. Embaixadores presentes na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o projeto em pauta é o PDC nº 2310, de 2002, na origem, Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2003, que aprova o texto de acordo com o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre cooperação naval.

Julgamos o projeto de decreto legislativo apreciado conveniente e oportuno aos interesses nacionais no que tange à constitucionalidade e legalidade e versado em boa técnica legislativa, pelo que votamos pela sua aprovação.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, a Namíbia, país de um milhão de habitantes situado no deserto de Kalahari, possui uma colônia de brasileiros expressiva. Somos muito bem recebidos lá. Eu mesmo estive várias vezes em Windhoek, a capital. O país possui a mesma moeda da África do Sul, o rand, e se encontra em franco desenvolvimento. Creio que a presença brasileira ali é fundamental, pois há grandes riquezas a serem exploradas. Deixo registrado na Comissão que os brasileiros que lá vivem são muito felizes, apesar da temperatura altíssima. O pouso no aeroporto também é terrível, por falta de sustentação no ar, pois o deserto é muito quente. Mas quando pousamos e conhecemos a cidade, é realmente um lugar muito aprazível. Espero que os brasileiros que lá vivem possam também usufruir desse contrato de US$32 milhões, mais US$18 milhões de contrapartida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos à apreciação da mensagem designando Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe do Quadro do Itamaraty, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia.

Peço ao Senador João Capiberibe para ler o parecer do Senador Jefferson Peres.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, fico honrado em ser o Relator **ad hoc**; mantive ontem uma longa conversa com nosso futuro Embaixador na Rússia num momento importante da história da humanidade.

Passo a ler o parecer do Senador Jefferson Peres.

"Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 16, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia. A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exterio-

res, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa (art. 383, inciso I), elaborou o **curriculum vitae** do candidato.

De acordo com esse documento, o Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1944. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1966, sendo promovido a Segundo Secretário em 1968, e, por merecimento, a Primeiro Secretário, em 1974; a Conselheiro, em 1978; a Ministro de Segunda Classe, em 1983; e a Ministro de Primeira Classe, em 1987. Na Secretaria de Estado exerceu várias funções de relevância, dentre as quais podem ser destacadas: Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, de 1983 a 1985; Chefe da Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, de 1984 a 1985; Chefe de Gabinete do Secretário-Geral de Relações Exteriores, de 1985 a 1988; e Secretário de Planejamento Diplomático, de 1999 a 2001. Em representações do Brasil no exterior, o Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves serviu em Nova Iorque, como Cônsul Adjunto, de 1969 a 1972; em Hong Kong, como Cônsul Adjunto, de 1972 a 1973; e Encarregado de Negócios, em 1973, em Taipé; em Buenos Aires, como Segundo Secretário, em 1974, e Primeiro Secretário, de 1974 a 1977; em Genebra, como Conselheiro, de 1979 a 1983; em Nova Iorque, como Cônsul-Geral, de 1988 a 1992; na Cidade do México, como Embaixador, de 1992 a 1996; em Otawa, como Embaixador, de 1996 a 1999; e, por fim, em Houston, como Cônsul-Geral, de 2001 a 2003.

Constam do processo, além do **curriculum vitae,** documentos informativos sobre a Federação da Rússia elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores, nos quais foi demonstrado o estreitamento das relações entre o Brasil e a Rússia no pós-Guerra Fria. Desde 1997 foi criado o mais alto nível de interlocução entre os dois Países. Exemplo disso é a Comissão de Alto Nível de Cooperação, coordenada pelo Vice-Presidente brasileiro e o Primeiro-Ministro russo e encarregada da definição de estratégias e de diretrizes para o desenvolvimento das relações bilaterais. Sobre esse mecanismo foi criada a Comissão de Assuntos Políticos para envolver consultas sobre temas políticos presentes na agenda internacional. Já sobre questões técnicas, ambos os Países estabeleceram a Comissão Intergovernamental de Cooperação, co-presidida pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores brasileiro e pelo Ministro-Chefe da Administração russo, que deverá ter a sua próxima reunião no segundo semestre do corrente ano. Tal enfoque técnico tem se concentrado nas áreas econômico-comercial, energética, espacial, técnico-militar e científico-tecnológica e de cooperação.

Em 2002, com a visita do Presidente Fernando Henrique à Rússia, foram declaradas as principais linhas de relação bilateral e celebrados os seguintes acordos: Tratado de Extradição, Programa de Intercâmbio Cultural e Educacional, Memorando de Entendimentos entre o Banco do Brasil e o Banco de Comércio Exterior da Rússia e o Memorando entre o BNDES e o Banco de Relações Econômicas da Rússia. Como resultado desse estreitamento de relações bilaterais, a Rússia tornou-se o 13º destino das exportações brasileiras, principalmente em razão das vendas recentes de carne suína e de aves.

Esse êxito comercial também se deve ao fato de as duas economias serem complementares. Em confirmação dessa realidade, em agosto de 2002, foi constituído o Conselho Empresarial Brasil-Rússia para aproximar mais os setores produtivos.

O documento do Ministério das Relações Exteriores também tece análises sobre a política interna e externa e a conjuntura econômica da Federação da Rússia sob o comando de Vladimir Putin.

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Passamos a palavra ao Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves, para fazer a sua exposição.

V. Exª pôde ouvir a recomendação do Senador Hélio Costa: na medida do possível, a exposição inicial de cada um deve durar cerca de dez minutos. Se assim for, teremos mais tempo para o diálogo com os Srs. Senadores.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante que os Embaixadores entendam que devem fazer esse resumo apenas se for possível – às vezes é impossível fazê-lo. O que pedimos é que, sendo possível, façam o resumo, até porque nós todos na Comissão estamos acostumados a ouvir os Embaixadores e sabemos da sua competência, do seu preparo especialíssimo para ocupar esses cargos. Até hoje só temos tido surpresas agradabilíssimas ao ouvir os Embaixadores, mas, infelizmente, com a pauta que nós temos, se ouvirmos apenas três Embaixadores por semana, não conseguiremos liberá-los até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de dizer aos três indicados para as respectivas Embaixadas que o Senador Hélio Costa tem em mente também a eqüidade para com os que já ouvimos – na semana passada, por exemplo, ouvimos os indicados Itamar Franco e Tilden Santiago, que fizeram exposições bastante prolongadas. Sendo assim, temos que nos nortear pela eqüidade, para que sejam levados em consideração ambos os aspectos.

Com a palavra o embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves.

O SR. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. É para mim uma particular honra, dada a admiração que tenho há muito tempo por V. Exª, prestar o meu depoimento perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, sendo V. Exª o seu Presidente.

Com relação aos aspectos práticos, devo dizer que eu não conhecia a prática de se fazer a leitura do parecer do Relator com antecedência à exposição dos Embaixadores. De certa maneira, poupa-nos entrar em aspectos já abordados pelo Relator, Senador Jefferson Peres, como, por exemplo, a estruturação da relação entre os países, as comissões, subcomissões, consultas estratégicas. Assim, como isso estava incluído na minha exposição, não será necessário repetir.

Procurarei orientar a minha exposição tentando compartilhar com as Srªs e os Srs. Senadores e também com a Comissão a perplexidade geral sobre o ocorrido na União Soviética, obviamente olhando para o futuro. Não estamos aqui fazendo um estudo, não somos um centro de estudos históricos, apenas olhando para o que o Brasil poderá fazer, qual será a atuação do Brasil na Rússia. Mas não podemos esquecer que a Rússia era a União Soviética, sofreu uma **débâcle** sem precedentes e, ademais – um assunto que curiosamente é pouco anotado, pouco suscitado –, a Rússia não pode escapar a uma comparação com a China. Ambos os países viviam sob uma economia centralmente planificada.

E rememorando minha longa carreira, pela penosa leitura de tão longas décadas em que estive dedicado ao serviço do meu País no exterior, em Hong Kong, entre 1972 e 1974, recordo-me que jamais poderia imaginar que a China, vivendo aquela economia de imensa austeridade, uma pobreza bem administrada, pudesse algum dia rivalizar com quem quer que seja, com o Brasil, com a Rússia, então, nem pensar! No entanto, vemos aí um paradoxo, vemos um fato que merece uma reflexão: por que a China está se dando tão bem e por que a Rússia está se dando tão mal? Então, em uma exposição que espero seja bastante breve, Senador Hélio Costa, vou suscitar e compartilhar com V. Exªs a interpretação, relativamente própria, porque a vejo sob uma ótica brasileira, que desenvolvi dessas leituras sobre a Rússia.

Em primeiro lugar, quero dizer que a Rússia é um país colossal, tem duas vezes a área do Brasil, ou seja, é um país gigantesco. A Rússia tem origens que datam do século IX e – coisa pouco sabida– começou a nascer em torno da cidade de Kiev, uma aglomeração de casas de madeira, como uma extensão do Império Romano do Oriente, então, como uma extensão de Bizâncio, como uma extensão da Igreja Ortodoxa Cristã, da Igreja Ortodoxa chamada Grega – não por causa da Grécia de hoje, quer dizer, a Igreja Ortodoxa Grega de hoje, na Grécia, chama-se Igreja Ortodoxa Grega porque assim era chamada a Igreja de Bizâncio. Portanto, eles se consideravam – Roma era muito fraca, havia caído – o repositório da verdadeira fé. E a Rússia nasceu inspirada e se crendo portadora dessa verdadeira fé.

Com isso, a Rússia, aliás, todos esses países da Ásia Central, eles se originam e vão-se formando por meio de sucessivas movimentações de povos nômades, que não se sabe muito bem de onde vêm, não se sabe muito bem como ali chegaram, não se sabe de onde tiraram tanta energia. Mas a Rússia se formou a partir dos sítios, o que quer dizer muito pouco, porque ninguém sabe exatamente o que foram os sítios. Posteriormente, a Rússia foi invadida por hordas e hordas de tribos nômades que certamente, havendo perdido suas condições de vida nas estepes centrais, deslocavam-se para o oeste e iam aparecendo na Europa, iam aparecendo ali no Oriente Médio.

No século XIII, a Rússia sofre a grande invasão dos Kahns, quando há uma certa organização em torno não só de Kiev, mas também de Moscou, ainda um aglomerado de cabanas de madeira. Imaginem V. Exªs, essa invasão forma uma dinastia na China, a Dinastia Yuan, dos grandes Kahns, derrubando a anterior e ocupando a cidade central e toda a China. Quando Marco Polo foi à China, ela estava sendo governada por Kublai Kahn, o neto de Genghis Kahn. Portanto, Marco Polo não teve contato com a China verdadeiramente chinesa, com um governo verdadeiramente chinês da China, mas com um governo mongol.

Essas mesmas hordas haviam avançado para o oeste e ocupado a Rússia durante 250 anos, mais ou menos o tempo que estiveram na China. Kiev foi poupada, mas não Moscou, que já se tornava o centro da

Rússia. Essa ocupação marcou profundamente o País.

Vamos sugerir um início de explicação. Surgiu na história russa um dilema: somos um país oriental, um país tártaro ou um país ocidental? Evidentemente, eles se sentiam bastante atrasados quando se comparavam ao Ocidente, e a aventura ocidental da Rússia implicava progresso econômico, mudanças de hábitos sociais, cismas, mudanças de abordagem religiosa, às vezes por coisas especiosas, como sabemos. Um dos importantes cismas na Rússia, por exemplo, tinha a ver com o fato de que se devia fazer o sinal da cruz com dois dedos ou com três dedos. Milhares de pessoas morreram por essa causa. V. Exªs não podem avaliar.

Enfim, a Rússia caminhou nesse rumo até o século XVII. No início do século XVIII, houve uma gigantesca mudança na Rússia. Pedro, o Grande – devemos lembrar que esse nome vigora hoje, mas antes era só Pedro –, ou seja, o Czar Pedro decide não somente equiparar a Rússia à Europa, mas sobrepujá-la, e esse é um traço importante.

O tipo de governo predominante na época, em qualquer parte da Europa, era o de elite, um governo aristocrático, que funcionava na parte superior, na fina cultura, nas discussões entre a aristocracia. E a maneira de Pedro, o Grande, sobrepujar a Europa foi construir São Petersburgo, uma cidade plenamente européia, com um desenho espetacularmente europeu, geométrico, que simbolizava o Iluminismo, a Idade da Razão, que nascia na Europa. Pedro, o Grande, construiu São Petersburgo na beira do Báltico, numa região desolada, plana, cheia de pântanos, que parte do ano estava congelada. Ali, ele resolveu fazer uma grande cidade.

E quando V. Exªs ouvem essa idéia de se fazer uma grande cidade como símbolo do progresso, de desafio, como se ela fosse portadora da modernidade, encontramos algum eco entre a Rússia e um país que conhecemos mais de perto.

Constrói-se a cidade, que é esplêndida, e Pedro, o Grande, apresenta-se ante a Europa.

A etapa final do reinado de Pedro, o Grande, se deu como sempre acontece na Rússia, onde as novas idéias suscitam movimentação social e inquietação sempre nas camadas superiores – não estamos falando de movimentações sociais de base, estamos falando de massas. A Rússia conservou seus servos até 1867, portanto, 21 anos antes de abolirmos a escravatura.

O reinado de Pedro, o Grande, sofre esse pequeno retrocesso, mas o seu ideário é retomado por Catarina II, a Grande, princesa alemã que havia se casado com um membro da dinastia russa dos Romanov. O marido morre em circunstâncias misteriosas, ela consegue – desculpem o termo futebolístico – "botar para córner" o filho mais velho e ela, uma princesa alemã, assume o poder na Rússia, de maneira incontrastável, mas também de maneira espetacular. Catarina, a Grande, forma, juntamente com o Marquês de Pombal...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Desculpe-me, mas qual foi o termo que V. Sª usou?

O SR. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES – Eu disse que ela "botou para escanteio" o filho mais velho. (Risos)

Catarina II é uma pessoa de presença extraordinária, dizem que era uma mulher bonita demais. Ela se corresponde com o Voltaire e com Diderot, que a apresentam à Europa como modelo de monarca esclarecido, iluminado, informado, modernizador, preocupado com a educação e com o destino do seu povo – vejam bem, não é com o povão, e sim do povo das camadas superiores. Enfim, ela quer modernizar o seu país. Inclusive, os franceses usam Catarina para apresentá-la como modelo a Luís XV. Essa era a época dos déspotas esclarecidos: Frederico, o Grande, da Prússia; José I, da Áustria; Catarina II e Marquês de Pombal. Enfim, são esses monarcas autoritários e modernizadores informados pelo Século das Luzes.

Provavelmente, ficamos na área das aparências. Na verdade, Catarina, quando viu o que estava acontecendo com a Revolução Francesa, ela, evidentemente, deu vários passos atrás e provavelmente rompeu suas correspondências com alguns dos filósofos, até porque alguns deles fugiram da França e outros foram decapitados. Portanto, a Rússia sofre um encolhimento, havia avançado demais – esse sentido é importante.

Quando, então, a França reposta, Napoleão resolve invadir a Rússia. Napoleão organiza a chamada **Grande Armée**, um grande exército invencível que tinha de caminhar da França à Rússia, comandado pelo próprio Napoleão, e apresenta-se diante das forças russas. É curioso, Napoleão vinha vencendo muito na Europa, porque os seus exércitos eram populares. As guerras anteriores na Europa eram lutadas basicamente pela aristocracia e por mercenários. Napoleão tem um exército popular, porque é um exército revolucionário. O que a Rússia tem para enfrentá-lo? O que ela tem em abundância: população. Vejam, a

aristocracia russa recorre a quem? Recorre aos servos, o que terá grandes conseqüências na Rússia. Comandado pelo General Kutusov, a Rússia consegue deter o avanço francês em Borodino e o General Kutusov, num gesto de audácia extraordinária, evacua Moscou, recua para o interior da Rússia, leva os mantimentos e incendeia parte da cidade, de modo que Napoleão não contaria com quase nada em Moscou. Napoleão se vê na situação de não poder mais abastecer suas tropas, não pode mais atacar; tenta recuar e o inverno destrói a grande armada. Napoleão chega arruinado e, na verdade, é derrotado nessa grande tentativa de conter a Rússia. É a primeira vez que a Rússia salva a Europa, mas não será a última.

Há um detalhe: com o final da campanha napoleônica, Napoleão é finalmente derrotado em Waterloo; reúne-se o Congresso de Viena e quem são as duas maiores potências presentes no Congresso de Viena ditando à Europa como ela se formará? É justamente a Rússia e o Império Austro-Húngaro. Vejam V. Exªs que a Rússia, de país atrasado, complexado, acanhado, em um século, lança-se e afirma-se como potência européia; ela consegue destruir o maior exército jamais organizado na Europa e comanda o Congresso que restabelece a paz na Europa, redesenhando-a e, mais do que isso, constitui a Santa Aliança, cujo reacionarismo e cujas conseqüências as próprias Américas sentiram.

Novamente, observemos que, no início e no curso do século XX, a Rússia tem duas decisivas intervenções na Europa. A primeira, com a Rússia atacada, a Alemanha declara guerra e os exércitos russos se organizam, marcham, mas, ao mesmo tempo, ocorre na Rússia a revolução social, política e econômica em 1917. A Rússia retira-se da guerra, faz um acordo de paz em separado, estabelece o poder dos sovietes. Lênin, Trotski e Stalin assumem o comando da Rússia, que é atacada pelas potências européias e feita a paz.

Vejam V. Exªs que, novamente, a Rússia tem esta característica: ela não só quer se rivalizar e enfrentar a Europa; ela quer sobrepujar a Europa. E o que fazem então os comunistas bolcheviques no poder? Eles não somente se defendem, mas querem e tentam patrocinar a revolução social nas capitais européias, nos países europeus e em todo o mundo. É a idéia, como chamam os franceses, **a fuite en avant**, do salto adiante, de tentar fazer mais, com a audácia, de certa forma, de ter a sensação de haver conseguido fazer isso.

A Rússia, durante os anos que se seguem, como sabemos, atravessa nova política econômica, atravessa os anos terríveis de Stalin. Depois, faz uma paz com Hitler, provisória, e verifica que ela é insustentável. Então declara guerra à Alemanha, que se movimenta para invadir a Rússia.

Na verdade, a Rússia – isso é pouco dito – foi realmente o grande país vitorioso na Segunda Guerra Mundial. Não houvesse ocorrido a resistência russa e depois a invasão do Exército Vermelho, do Exército Russo, por toda a Europa, dificilmente a participação americana teria sido tão decisiva e tão modesta como foi na Segunda Guerra Mundial. Isso custou à Rússia algo como, dependendo dos autores, entre 20 milhões a 30 milhões de pessoas – 20 milhões a 30 milhões de russos morreram. Mas novamente a Rússia teve uma intervenção decisiva na história européia.

Temos então três intervenções decisivas: Napoleão; subseqüentemente, o Congresso de Viena; a revolução social que mudou o mundo, a Europa; e a Segunda Guerra Mundial, em que a participação da Rússia foi absolutamente decisiva.

A Rússia, nessas circunstâncias, é um país europeu, com particularidades. Mas essa sua idéia de enfrentar a Europa, que a inferiorizava, de uma maneira que sobrepujasse e, se fosse o caso, agredisse a Europa é um traço que eu diria permanente e que talvez explique, onde quero chegar, com o que ocorreu com a **débâcle** da Rússia.

Numa pequena reflexão, V. Exªs se recordarão que, ao abrirem as suas memórias, Henry Kissinger diz algo, pelo estilo, no primeiro volume das suas memórias. Ele narra os anos 60 dos Estados Unidos e ele ia se referir à Guerra do Vietnã e à tragédia do Presidente Richard Nixon, que o havia levado ao **impeachment**, praticamente, e à renúncia. Ele se confessa impotente diante da tarefa, dizendo que aquilo é coisa que ele como historiador, como diplomata, como cientista político tentaria cobrir, mas que aquilo não era matéria para pessoa como ele; aquilo era matéria para um escritor e para um escritor de gênio.

Não posso deixar de pedir a atenção de V. Exªs para isso que Kissinger observava como ausente, e ausente não só na história americana, mas também ausente em geral na história dos países. A Rússia teve isso e, consistentemente, ela tem tido isso. Imediatamente, salta à lembrança de V. Exªs a obra-prima de Tolstoi, que é "Guerra e Paz". Depois de passados, talvez, cinqüenta anos da campanha de Napoleão e da resistência russa, Tolstoi apresenta esse panorama, que justamente Henry Kissinger disse que ele mesmo não poderia fazer. É um panorama do país, da sociedade em seus diferentes estratos; é um panora-

ma da guerra, da resistência e é uma indagação sobre o ser nacional que havia tornado possível tudo aquilo. O que se sente presente ali – além de toda a matéria literária sobre o que, de fato, Kissinger tem razão, pois nenhum historiador, nenhum cientista político, nenhum diplomata poderia reproduzir aquilo – é o sentimento dos indivíduos participantes naquele processo histórico.

Isso não é um caso isolado na Rússia. Nós nos recordaremos de um livro que sofreu certo ocaso por razões políticas, que é o de Boris Pasternak, "Doutor Jivago". É um livro que está sendo imensamente valorizado atualmente. Ele apresenta o retrato da Revolução, dos primeiros anos de esperança da Revolução e dos anos de desencanto que se seguiram, com o stalinismo e as políticas autoritárias e totalitárias dos anos 30. É um livro extraordinário e extremamente comovedor, em que o autor, sendo romancista, apresenta-se, sobretudo, como um poeta, sendo que o principal personagem é um poeta, o Dr. Jivago. O livro se encerra com poemas belíssimos que seriam os de Boris Pasternak, como se fossem do Dr. Jivago.

Nos tempos mais recentes, observemos o que é a obra do Soljenitsin se não um grande panorama do "Arquipélago do Gulag", o arquipélago das prisões e das repressões. Nenhum historiador, nenhum diplomata, nenhum cientista político podia escrever isso que Soljenitsin nos apresenta nessa e em muitas outras de suas obras. Mencionei apenas uma, mas há "Cancer World", "Pavilhão dos Cancerosos"; há também o livro "Um dia na vida de Ivan Denisovich".

Finalmente, Soljenitsin está dedicando suas últimas décadas de escritor a preparar uma obra monumental, que será sua obra magna. O primeiro volume já foi lançado, e creio que se está lançando o segundo. O primeiro volume se chama "Agosto de 1914". Será, portanto, um volume sobre a Rússia da pré-guerra, a Rússia da guerra e a Rússia da Revolução Vermelha.

Não estou citando Dostoievski, porque esse caráter histórico não está ali. Mas todos percebemos, ao ler Dostoievski, como ele está impregnado desse sentir social e histórico, que é tão inseparável dos russos.

O grande clássico de Pushkin, "Eugene Onegin", não é outra coisa senão, em forma poética, a vida de um cidadão comum na Rússia que mudava velozmente no século XIX.

Ouso fazer uma comparação, porque disso muito devemos nós, brasileiros, orgulhar-nos. Somente encontro paralelo com obras de densidade histórica como essas que marcam a vida russa na obra de Euclides da Cunha.

Então, há dois traços definidores: recapitulando, o Oriente, a Rússia profunda e a modernidade e como enfrentar a modernidade e a Europa.

Uma primeira reflexão que faço, portanto, sobre a derrocada soviética é a indagação sobre se não terá ocorrido um momento em que a Rússia novamente se enfrentou com um sentimento de fragilização interior que procurou transformar num salto adiante, ultraliberal. Detenhamo-nos no que ocorria, na Rússia, no correr dos anos 80. O mundo vinha ocupado pela globalidade, ou seja, dedicava-se a uma mudança completamente sem precedentes de orientação econômica, de modo de produção, de forma que o capitalismo europeu e o norte-americano se estendiam à Ásia e a outras nações em desenvolvimento. As linhas de produção de automóveis, que antes se localizavam em Detroit, agora se estendem por duas dúzias de países. Assim, o capitalismo consegue sobreviver, enriquecer, concorrer por meio de uma completa reorganização de seus métodos financeiros e, sobretudo, por uma completa reorganização geográfica.

Evidentemente que uma economia fechada, centralmente dirigida teria dificuldades em fazer isso. A Rússia começa a sentir que há uma grande distância. E vai-se ampliando a distância entre a Rússia e o Ocidente – quando digo Rússia, como o General De Gaulle insistia em fazer, refiro-me à União Soviética.

Há essa necessidade de mudança. É o que Mikhail Gorbachev começa a fazer. Ele começa fazer isso – de modo que hoje parece tímido – com a **perestroika** e a **glasnost**. São as formas democráticas, é a transparência, são as reformas econômicas. Gorbachev mais ou menos esgota o seu processo com certa rapidez. Ele começa lentamente e se esgota. O colapso de Gorbachev é bastante rápido.

E o que fazem então os russos? Volto ao ponto inicial da comparação entre a China e a Rússia. Já naquela época, a China se encaminhava para um programa de reformas lentas, graduais e seguras. Eram feitas com muito cuidado e sob rígido controle do Estado. Nada de grandes privatizações, nada de grandes aberturas. Eles preferiram fazer as coisas aos poucos e seguramente, garantindo taxas grandes de crescimento e da maneira chinesa. Optaram por ser confucionistas nesse aspecto.

A Rússia faz algo inteiramente diferente. O entusiasmo com que adere ao ideário neoliberal justificaria uma indagação sobre se ela não sofre da famosa Síndrome de Estocolmo, em que a vítima adere aos seus captores. Assim, além de derrotada na Guerra Fria, tem sua economia destruída e desorganizada, vê seu sistema político prostrado, vê-se moralmente

abatida. Provavelmente, uma derrota militar, exceto a nuclear, não teria promovido efeitos tão devastadores na Rússia como provocou a **débâcle** no início dos anos 90.

Não obstante, a Rússia adere ao neoliberalismo, mas "dobrando a mesa", dobrando a aposta. Decide desregulamentar todos os preços, abre-se totalmente à concorrência, implantam-se todos os esquemas financeiros os mais ousados, propostos pelos centros mais avançados do capitalismo financeiro, e o resultado é absolutamente catastrófico. Estamos nos anos de Boris Yeltsin. Com isso, agrava-se não só essa adesão que se dá, mas somam-se a isso as características pessoais do governante. Penso que a melhor maneira de definir Yeltsin é considerá-lo como a reencarnação do patriarca Dimitri Karamazov: constantemente ébrio, constantemente alucinado, constantemente maltratando e acossando os seus filhos. Enfim, uma figura absolutamente imprevisível e que parece sempre possuído por uma força um tanto diabólica.

O Governo Yeltsin é absolutamente catastrófico, absolutamente irresponsável. Ele consegue destruir o seu País em tal grau, que todos conhecemos as estatísticas de diminuição da população, de aumento da taxa de mortalidade. Um homem russo tem uma vida prevista de 57 anos. Se eu fosse russo, provavelmente já não estaria entre os senhores. Assim, todos os índices são catastróficos: miséria, fome, doenças, todo tipo de mazelas. Isso em meio a uma pretensa ajuda.

Nesse ponto, há um elemento ao qual retorno e insisto. Trata-se dessa adesão imensa, no sentido de fazer mais: "Se são os americanos que lideram o Ocidente, vamos ser mais americanos que os americanos, como no passado tentamos ser mais europeus que os europeus. Adotamos todas aquelas medidas." Foram realizadas, na época do Ieltsin, todas a privatizações. Foram feitas de forma absolutamente anárquica.

Para que os senhores tenham uma idéia, um dos instrumentos básicos da privatização era um bônus. Davam bônus das diversas fábricas, indústrias, corporações e entidades estatais para seus empregados. Distribuíam, então, lotes de bônus. Os sujeitos transformavam-se em proprietários. Proprietários de quê? Era um país onde não havia o que comer, onde o aparato produtivo estava completamente desfeito, desorganizado. O Estado não atuava mais. Em pouco tempo, as pessoas usavam aqueles bônus – 50 mil rublos teoricamente valiam US$50 mil – para comprar comida, roupa, para pagar a conta da eletricidade. O valor daqueles títulos caiu para 10%. Rapidamente, um título que valia 50 mil rublos passou a valer 05 mil rublos. Eram negociados no meio da rua de qualquer maneira. Grupos reuniram aqueles títulos de propriedade e, pagando o preço pelo qual eram transacionados no mercado – entre os ex-empregados das indústrias –, compraram galinhas-mortas: as corporações russas fracionadas. Compraram barato: por 10% do preço. O Estado aceitava o valor de face. Dessa maneira foi feita a privatização na Rússia. O primeiro objetivo da nova classe que dominava a economia russa não era fazer com que aquelas unidades produzissem, mas dilapidá-las, vendê-las, explorá-las, sucateá-las, o que fosse possível para fazer dinheiro.

Muito recentemente – e agora estamos passando para o Governo de Putin –, essas unidades começam a ser vistas como produtivas. Essa é a grande transição que se faz de Ieltsin para Putin. Ieltsin, já fisicamente debilitado, desmoralizado, politicamente insignificante, é dominado pelo que se chama "família". É um grupo liderado por sua filha, que o domina plenamente, e pelo grupo dos chamados de oligarcas. Não no sentido político, como às vezes usa-se no Brasil, mas oligarcas econômicos. O termo mais certo seria plutocratas.

Ieltsin consegue fazer uma transição negociada com Putin. Esse assumiu o poder. É um mistério o porquê Putin foi escolhido e não outra pessoa. Putin era pouco conhecido, um indivíduo discreto. Tem aparência discreta e modesta. No entanto, possui uma personalidade muito forte e o treinamento de um oficial graduado da KGB. É portador daquela mensagem, ao mesmo tempo autoritária e nacional, que caracterizava a atuação da KGB. A KBG, na União Soviética, funcionava um pouco como um dublê do Partido Comunista. Onde o Partido Comunista fraquejava entrava, realmente, a estrutura da KGB, que era quem jogava os lances mais difíceis de vida política.

O Governo do Putin, atualmente, é assim. Ele é eleito com 53% de votos, governa já durante três anos, acalma o país e tem sorte. Estive na Venezuela. Faço um paralelo, mais ou menos, com a época em que o Putin assumiu o poder. Eu estava lá, porque era Secretário de Assuntos Políticos do Ministério. Perguntaram-me quais as perspectivas do governo do Presidente Hugo Chávez. Respondi: se o preço do petróleo sobe, Deus é chavista. Se Deus é chavista, vai ser difícil derrotá-lo. No caso, aplica-se o mesmo ao Governo de Putin. O preço do petróleo sobe. O petróleo é o elemento central na economia russa atualmente. Dessa forma, a vida na Rússia melhorou. Nos anos de Putin, a Rússia que não crescia, mas diminu-

ía a cada ano, passou a crescer 5% ao ano - cifra que se mantém até hoje com a previsão de uma ligeira diminuição para 4% no curso do ano de 2003.

Os oligarcas, que fazem algum tipo de pacto de Putin, esqueceram o passado. Vamos administrar e tentar administrar produtivamente as empresas privatizadas. Ou seja, elas não serão mais objeto de butim dos que as haviam comprado, mas passarão a funcionar. Isso se aplica à área do petróleo, em parte à área do gás natural, indústrias manufatureiras, bancos, etc.

Então, essa é a Rússia que temos hoje, uma Rússia que começa a ser otimista, a se refazer de um vendaval que durou dez anos, a se refazer, como no passado, dos excessos da sua tentativa de ser moderna, de ser européia, de sobrepujar a Europa e, neste caso, de sobrepujar até o que havia de mais avançado em termos de idéias modernas, de globalização, de monetarismo, de liberalismo econômico, etc.

Esse processo está sendo purgando na Rússia, e creio que o país deve se recuperar.

Devemos fazer uma diferença. Hoje, há dados conhecidos de que o Produto Interno Bruto russo é de pouco menos de US$200 bilhões. V. Exªs podem imaginar o que esse valor significa se comparado ao valor anterior. Mas isso deverá ser corrigido por um critério das Nações Unidas, aprovado pelo Fundo Monetário Nacional e pelo banco, de paridade e de poder de compra. Então, é razoável dizer que o Produto Interno Bruto da Rússia, hoje, esteja em torno de US$1,3 trilhão e que a sua renda **per capita**, em paridade e poder de compra, está em torno de US$8 mil mensais.

Portanto, essa é a Rússia que o Brasil encontra e com a qual irá trabalhar.

A estruturação das relações entre o Brasil e a Rússia foi apresentada pelo Relator, como disse, de forma admirável, sinteticamente. E o desafio que temos é de duas ordens: estabelecer um relacionamento político e restabelecer um relacionamento econômico-comercial com a Rússia.

Passemos ao relacionamento econômico-comercial. Temos um bom comércio com a Rússia. Exportamos cerca de US$1,2 bilhão e importamos cerca de US$400 milhões. Exportamos para a Rússia basicamente açúcar, mais de 50%; seguido de carne e carcaças suínas, 27%; frangos, 15%, desse total de US$1,2 bilhão; depois, carne de gado.

Também há uma lista de produtos que considero muito promissora, mas cujas presenças são quase traços. São artigos tradicionalmente brasileiros, tais como peças de vestuário, artigos de cutelaria – da Tramontina -, cadeiras de dentista, equipamentos... Nesse mercado, há muito com o que trabalhar.

O Ministro Furlan visitará a Rússia daqui a 40 dias. Essa é uma das razões por que irei à Rússia direto do Texas, caso esta Comissão aprove minha indicação, o Plenário do Senado haja por bem votar favoravelmente a minha indicação e o Presidente da República assine o Diploma Legal. Assim que isso acontecer, no mesmo dia, irei à Rússia preparar a missão do Ministro Furlan.

Essa missão será secundada por uma outra da Agência de Promoção de Exportações, Apex, que, em suas ações, será seguida de um arcabouço, de uma rede e de uma tessitura de estruturação das nossas relações – já muito bem apresentadas, realço mais uma vez, pelo Relator.

Finalmente, uma palavra sobre as nossas relações com a Rússia. Deixarei para a fase de perguntas, se for o caso e houver interesse de V. Exªs, as posições internacionais da Rússia. Vejam V. Exªs que não é por acaso que o Ministro Celso Amorim já fez duas viagens à Rússia. S. Exª me dizia, ontem, que há algo curioso em sua vida, porque S. Exª, desde que assumiu o Ministério, só conseguiu ir uma vez ao Rio de Janeiro, sua cidade, mas já foi duas vezes a Moscou, sendo recebido, da última vez, pelo Presidente Vladimir Putin. Nesse aspecto, os russos são muito soviéticos ainda, eles são muito ciosos em suas tarefas. Não é por acaso que eles fazem esses gestos – aliás, fizeram gestos também de homenagem ao Brasil. Em onze dias me foi dado o **agrément**. E isso não tem nada a ver com a minha pessoa. Ele pediu que o Presidente da República e o Ministro Celso Amorim tivessem ciência desta distinção, porque o prazo normal é de quatro a cinco semanas, e não onze dias. Há, portanto, um ambiente favorável. Creio que a Rússia sofreu, como dizem os senhores usando um termo de um dos clássicos brasileiros, um período de ilusão americana. Esse período foi de fato inteiramente ilusório. Creio que a ele se seguiu uma decepção, porque a ajuda que eles esperavam dos Estados Unidos não se materializou nem indiretamente, nem através do Fundo Monetário Internacional. Para os senhores terem uma idéia, os investimentos externos dos Estados Unidos na Rússia são em igual volume aos do dinheiro investido na Costa Rica. Assim, os senhores podem imaginar o interesse na economia russa.

Portanto, repito, a ajuda foi realmente quase nenhuma, e há inclusive aqueles que crêem que os Estados Unidos – é um termo que popularizei quando estive no Brasil como Secretário de Planejamento Político – tiveram "paciência estratégica". É um termo

que os americanos que estão no poder nos Estados Unidos usavam para se referir a Rússia: "Vamos ter paciência estratégica". Quer dizer, "vamos deixar o negócio desabar bem, ficar bem desossado, vamos falar mais e fazer pouco". E, de fato, foi pouca a contribuição. A ajuda veio mais da Europa, da Alemanha e, em segundo lugar, como investidor, da Itália.

Vejo que não é um acaso, não é um capricho o alinhamento da Rússia com a França, com a Alemanha nesse episódio do Iraque. Creio que há aí uma virada, creio que a Rússia deve retornar ao concerto europeu de que ela sempre fez parte como membro muito disciplinado. Essa questão da ameaça da Rússia/Europa é um viés muito impróprio, porque a Rússia nunca foi imperial na Europa, exceto no período em que se seguiu a II Guerra Mundial, com aqueles estados-tampão para a proteção do regime comunista russo. A Rússia nunca foi imperial na Europa; a Rússia é imperial na Ásia Central. A grande derrota da Rússia foi a Guerra da Criméia, no Século XIX.

De modo que a Rússia, na Europa, será um membro bem comportado. A Rússia conserva as suas riquezas, conserva sua extensão, conserva a sua população ainda muito respeitável. Mas não se deve subestimar o preço a pagar pela reconstrução do País. Para que os senhores possam ter uma idéia, Alemanha Oriental, que tem cerca de 16 milhões de pessoas, demandou da Alemanha Ocidental, com o governo Kohl, um programa de incorporação que durou dez anos e previu gastos anuais – obviamente a fundo perdido, sem retorno – de US$100 bilhões. Em dez anos foram gastos US$1 trilhão para tentar trazer àquelas 16 milhões de pessoas o nível dos outros habitantes da Alemanha Ocidental, que orçavam em torno de 60 milhões de pessoas. Não obstante o gasto de US$1 trilhão em dez anos, a Alemanha Oriental ainda tem uma situação inferior e ainda está muito ressentida com relação aos termos de sua integração na Alemanha unificada. Tanto isso é verdade que, até hoje, o Partido Comunista é o partido mais votado na Alemanha Oriental.

Fala-se de integração econômica e de integrar-se países artificialmente separados, de desigualdades muito maiores do que as das Alemanhas. Proclamam que será tomada uma série de medidas, mas a única coisa em que não se fala é como se vai tornar a economia desses países compatível para que possa haver benefícios mútuos, convivência devida, enfim, uma harmonização dessa integração da economia. Integrar economicamente um país é muito caro. A União Européia sabe disso porque gastou bilhões de dólares na Espanha, em Portugal, até hoje gasta na Grécia e prepara-se também para contribuições e transferências, sem retorno e da mesma ordem, nos novos países que se incorporarão à Europa. Em resumo, vejo a Rússia saindo de mais uma grande catástrofe, de várias; e, seguramente, sairá engrandecida como saiu das demais, num processo de amadurecimento na maior crueldade. Seguramente, em algum lugar da Rússia, há um menino crescendo que vai escrever a grande obra desses 15 anos, de 1988 até os dias que correm, de barbaridade que esse país sofreu.

Estarei à disposição dos senhores, obviamente, para responder a qualquer questão pontual, qualquer detalhe sobre aspectos da exposição ou alguém que haja faltado à exposição.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra pela ordem o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Confesso que considero perfeito o método que V. Exª utiliza na Comissão. Entretanto, em alguns momentos, temos outros deveres, nas quintas-feiras pela manhã, em outras Comissões. Não queria sair daqui sem dizer que o Itamaraty tem sido, ao longo do seu tempo, a melhor escola de homens públicos do Brasil. Neste instante, vemos aqui três embaixadores da melhor qualidade que vão para os seus postos, o Sr. Carlos Augusto dos Santos Neves, um dos homens mais cultos do Itamaraty; o Sr. Pedro Paulo, que tem demonstrado alta competência na sua carreira, e o Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, que também tem sido um excelente homem no Itamaraty em todas as funções que exerce.

Eu tenho que me ausentar e gostaria que V. Exª me autorizasse a dar o meu voto, que será positivo, a esses três nomes que engrandecem o Itamaraty e vão engrandecer os postos que vão ocupar. Creio que V. Exª, que é um liberal nesses casos, vai dar essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dadas as circunstâncias, vamos compreender isso. Está aberta a possibilidade de os Srs. Senadores depositarem os seus votos, assim como de se inscreverem para a argüição.

Quero agradecer a excelente exposição do Embaixador Carlos Augusto Rego dos Santos Neves. É muito difícil, de fato, tecer considerações, com o conhecimento que S. Sª. tem, de uma nação como a

Rússia, que tem valores como Tolstoi, Dostoievski, Pasternak, e tantos outros que ele aqui citou para nos dar uma idéia da Rússia de hoje, com extraordinária riqueza histórica. Foi muito importante estarmos aqui aprendendo com o seu conhecimento. Fico pensando até se o menino citado por S. Exª não seria um embaixador brasileiro.

O relator referente ao Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura é o Senador Fernando Bezerra, que precisou se ausentar nesta sessão. Pergunto ao Senador Tourinho se poderia fazer a gentileza de ler o parecer do Senador Fernando Bezerra. (Pausa)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Parecer do relator, Fernando Bezerra, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, filho de Francisco de Moura e Lourdes Caldas de Moura, nasceu no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1941, tendo se formado em Ciências Econômicas, pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro.

Concluiu o curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco, bem como o Curso de Altos Estudos e o Curso de Prática Diplomática e Consular, do mesmo Instituto. Foi nomeado Terceiro Secretário em 1970. Foi promovido a Segundo Secretário em 1973, a Primeiro Secretário em 1979, a Conselheiro em 1982, a Ministro de Segunda Classe em 1988 e a Ministro de Primeira Classe em 1996, todos por merecimento.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe de Divisão das Nações Unidas, de 1987 a 1990; Chefe, substituto, do Departamento de Organismos Internacionais, de 1989 a 1990; Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, de 1996 a 1998; Secretário Executivo da Comissão de Promoções, de 1996 a 1998; e membro do Conselho de Política Exterior, também de 1996 a 1998.

Entre as funções desempenhadas no exterior destacam-se: Ministro-Conselheiro na missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e Representante Permanente Alterno, entre 1990 e 1994; e Embaixador junto à Organização das Nações Unidas e Representante Permanente Adjunto, entre 1999 e 2002.

No cumprimento das missões para que foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira em várias ocasiões, como a XXI e XXII Reuniões da Cecon, em Washington, em 1990 e 1992; XXVI e XXVII Reuniões Anuais do Cies, também em Washington, em 1991 e 1992. Chefiou ainda a delegação brasileira na IX e X Reuniões dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, em Nova York, em 1999; nas Sessões Substantivas de 1999 e 2000 da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, em Nova York, na VII Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, também em Nova York, em 1999, na III Sessão do Comitê Preparatório para a Conferência de Exame em 2000 dos Estados Partes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em Nova York, em 1999; nas Sessões Anuais da Junta Executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Nova York, em 1999, 2000, 2001 e 2002.

O diplomata em apreço foi agraciado com inúmeras condecorações, tanto nacionais como estrangeiras, entre as quais podemos destacar: Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil; Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Santos Dumont, Brasil; Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile; Ordem do Infante Dom Henrique, Grã-Cruz, Portugal; Ordem Francisco de Miranda, Primeira Classe, Venezuela; Ordem Nacional do Cedro, Grande Oficial, Líbano; Legion d'Honneur, Comendador, França.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, que, além de conter os dados biográficos da Presi-

denta do Panamá, Mireya Elisa Moscoso Rodríguez, e de seu Chanceler, José Miguel Alemán Healy, avalia a política interna e as relações bilaterais entre o Brasil e o Panamá, destacando o intercâmbio econômico, onde, no primeiro semestre de 2002, o Brasil obteve superávit da ordem de US$ 51,4 milhões. Na agenda das relações bilaterais, figuram itens como a questão de cessão pelo Brasil de originais das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826, celebrado na cidade do Panamá por convocação de Simon Bolívar, a retirada do Panamá da lista da SRF de países com baixa tributação (os chamados "paraísos fiscais"), a cooperação judiciária para combate aos crimes transnacionais (narcotráfico, contrabando de armas e outros do gênero), entre outros. Cabe mencionar ainda o "Programa de Modernização do Canal do Panamá e Áreas Adjacentes", de grande interesse para empresas brasileiras, onde o projetado Centro Logístico Multimodal das Américas poderá converter o Panamá no mais importante centro de movimentação de mercadorias da região centro-americana.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

É o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra ao Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura.

O SR. LUIZ TUPI CALDAS DE MOURA – Exmº Sr. Presidente da Comissão, Senador Eduardo Suplicy, Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, Exmºs Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Fernando Bezerra pelo relatório e pelas considerações amáveis. Tive a oportunidade de ontem estar com ele. Realmente muito me esvaneceu ter me recebido em seu gabinete. Agradeço ao Senador Rodolpho Tourinho pela gentileza da apresentação do relatório. E tendo presente a sugestão do Senador Hélio Costa, vou fazer uma apresentação muita sucinta sobre a situação política e econômica do Panamá, as suas relações externas e, sobretudo, o seu relacionamento com o Brasil.

O Panamá, com sabemos, é um país relativamente pequeno, com pouco mais de 75 mil quilômetros quadrados, com uma população de cerca de 2,8 milhões de habitantes, tem um Produto Nacional Bruto de, aproximadamente, US$10 bilhões, uma renda **per capita** estimada em cerca de US$ 3,5 mil. Lá praticamente não há analfabetismo. O salário mínimo é de US$ 253. Apesar de haver uma moeda local, balboa, a moeda corrente é o dólar norte-americano, em uso desde a independência do país, em 1903. Este ano, portanto, em novembro próximo, o Panamá celebrará o centenário de sua independência.

Quanto à situação política, em 2 de maio de 1999, realizaram-se as mais recentes eleições gerais, para a Presidência e para a Assembléia Legislativa, que tem uma característica especial, é unicameral, com 71 legisladores. Os respectivos mandatos são de cinco anos. O voto é obrigatório para maiores de dezoito anos.

Foi, então, eleita, com cerca de 45% dos votos, a atual Presidenta Mireya Moscoso. Eram mais de 1,7 milhão de eleitores. Assumiu a Presidência apoiada por uma coalizão, que lhe deu a maioria na Assembléia. No entanto, no ano 2000, a oposição logrou reverter essa situação: obteve a maioria na Assembléia, que passou a dificultar alguns dos projetos da Presidenta. Essa situação persistiu até o ano de 2002, quando, em setembro, fragmentou-se a oposição majoritária e a Presidenta pôde levar adiante alguns de seus projetos, como a indicação de um juiz para a Suprema Corte – são nove juízes – e também a aprovação do orçamento. As próximas eleições gerais estão previstas para maio de 2004. O quadro sucessório ainda é impreciso. Em princípio são três candidatos principais: um, do partido arnulfista, o mesmo da Presidenta, o ex-chanceler Miguel Alemán, que inclusive esteve em visita ao Brasil, afastou-se do cargo em fevereiro passado, se não me engano, e já deu início à campanha. Há o candidato da oposição, filho do Omar Torrijos, Martín Torrijos, derrotado pela Presidenta Moscoso, em 1999, que obteve uma votação bastante expressiva de 35%, se não me engano. Mais recentemente, surgiu um terceiro candidato, o ex-Presidente Guilherme Andara, que curiosamente também é do partido arnulfista, mas foi indicado pelo pequeno partido Solidariedad. A situação, enfim, ainda está muito tensa em relação a essa indicação porque, sendo ele membro do partido arnulfista, está provocando enorme desconforto no partido. Já se fala até mesmo em expulsar o Guilherme Andara do partido.

A economia do Panamá gira em torno de serviços que abrangem cerca de 80% das atividades econômicas. O setor industrial tem uma participação de 12%; o agrícola, em aproximadamente 7%. O comércio exterior se dá, sobretudo, por operações no âmbito da Zona Livre de Colón. A pequena produção industrial destina-se ao mercado interno. Na sua produção agrícola, o Panamá retira seus principais produtos de exportação: banana, camarões, pescados. No contexto de sua política comercial, o Panamá tem

buscado reforçar os laços de integração com os países vizinhos e com os Estados Unidos. Recentemente, assinou um tratado de livre comércio com El Salvador. Estão em curso negociações com o México, o Chile e os Estados Unidos. O Panamá é beneficiário do sistema geral de preferências tarifárias dos Estados Unidos e também da Caribean Base Iniciativity, também dos Estados Unidos.

No ano 2000, a balança comercial do Panamá alcançou a cifra de US$12,4 bilhões, dos quais mais de 60% dizem respeito a transações no âmbito da Zona Livre de Colón. Os demais, cerca de US$4,2 bilhões, são classificados como operações no país: US$707 milhões de exportação e US$3,5 bilhões de importações. A maior parte desse comércio é feito com os Estados Unidos. Mais adiante, vou referir-me ao comércio com o Brasil.

As principais atividades econômicas estão, assim, concentradas no setor de serviços: trânsito pelo canal, uso da bandeira panamenha em meios de transporte marítimos, operações na Zona Livre de Colón, funcionamento do centro bancário na cidade do Panamá e turismo. Estima-se que o trânsito anual pelo canal seja superior a 13 mil embarcações, que gera um recurso estimado em cerca de US$800 milhões anuais. Sob a bandeira panamenha, estão registradas mais de 14 mil embarcações, metade de cargueiros, com uma tonelagem avaliada em 200 milhões de toneladas. A maior parte desses interesses é de estrangeiros. O uso da bandeira chamada bandeira de conveniência panamenha, 60% seriam de interesses japoneses e 30% de interesses gregos. Operam no Panamá mais de 100 bancos, inclusive o Banco do Brasil, que está no Panamá há 30 anos precisamente. Dezoito por cento desses bancos estão autorizados a operar com não-residência. É o caso Banco do Brasil.

O setor turismo, apesar da forte concorrência do Caribe, Costa Rica, República Dominicana e México, tem gerado importantes recursos para a economia panamenha. Em 2001, foram de cerca de US$700 milhões.

O Panamá, nos últimos anos, tem sido afetado negativamente pela instabilidade econômica internacional, em especial da economia norte-americana, com as inevitáveis conseqüências da retração de investimentos, do comércio exterior e da regrada ação de impostos.

No plano interno, seguem não resolvidos os projetos de reforma fiscal e da previdência social, bem como não atendidas as reivindicações da classe trabalhadora no sentido do reajuste do salário mínimo, que é de US$253. As perspectivas da economia panamenha para o futuro próximo são incertas, tanto em função da situação econômica internacional, quanto da aproximação das eleições gerais de 2004.

Nesse contexto, o Governo Moscoso está empenhado num grande esforço de promoção do país, com oportunidade de investimentos e também na consecução de acordos comerciais que permitam maior acesso a seus produtos de exportação.

O Panamá é membro dos principais organismos e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No plano bilateral, sobressai naturalmente o seu estreito relacionamento com os Estados Unidos e seus vizinhos mais próximos, Costa Rica e Colômbia. Como sabemos, a independência do Panamá e sua afirmação como nação se devem, essencialmente, ao interesse dos Estados Unidos na construção do canal e na sua utilização.

Não me estenderei nos antecedentes históricos sobre o relacionamento Panamá/Estados Unidos. Recordarei apenas que o interesse norte-americano foi o fator decisivo para a independência do Panamá, da sua separação da Colômbia, em 1903. Feita a independência, os Estados Unidos compraram, no ano de 1904, por US$40 milhões, todos os direitos para a construção do canal da falida companhia francesa Companie Universale du Canal Internacionaliste, uma história trágica pela perda de mais de 25 mil pessoas na obra, pelo escândalo que se formou na França a respeito da atuação da companhia e pelo descrédito em que caiu o célebre construtor do canal de Suez, Ferdinand de Lesseps. É também uma história que tem o seu fascínio pela grandiosidade do empreendimento, na época considerado a oitava maravilha do mundo, pelo que representou em termos estratégicos e comerciais e pelas articulações políticas e financeiras envolvidas.

A administração e o controle do canal pelos Estados Unidos e a presença de contingentes militares norte-americanos em áreas adjacentes constituíram questões de permanente inconformidade para os panamenhos, em defesa de sua soberania e do princípio da não-intervenção. Essa situação só seria equacionada em 1977, com a assinatura dos Tratados Carter-Torrijos, ou seja, o Tratado do Canal do Panamá e o Tratado sobre a Neutralidade Permanente e o Funcionamento do Canal do Panamá. O primeiro tratado substituiu o Tratado Hay-Bunau-Varilla, de 1903, e acordos bilaterais subseqüentes e transferiu

o canal definitivamente ao Panamá em 31 de dezembro de 1999.

Com o Tratado de Neutralidade, as partes concordaram em garantir a neutralidade do canal, e aí cito a parte do tratado, "de modo a que, tanto em tempo de paz e de guerra, o canal permanecerá seguro e aberto ao trânsito pacífico de embarcações de todos os países, em termos de total igualdade".

O Panamá tem, como vizinhos diretos, Costa Rica e Colômbia. Com a Costa Rica, o relacionamento é harmonioso, sem problemas. Já com a Colômbia, apesar das boas relações governamentais, ressalta-se a delicada questão da presença da guerrilha e de paramilitares colombianos na Península de Darian.

O Brasil mantém um bom relacionamento com o Panamá. No plano multilateral, temos uma convivência permanente e somos membros das principais organizações e organismos internacionais. Como países latino-americanos, somos membros de diversos agrupamentos regionais de coordenação e de cooperação, como o Grupo Latino-Americano e Caribenho, como o Grupo do Rio, como o Sistema Econômico Latino-Americano.

O Brasil manteve posição inequívoca de apoio às reivindicações do Panamá sobre o canal. Por ocasião da invasão do Panamá pelos Estados Unidos em dezembro de 1989, o Governo brasileiro reiterou sua posição de condenação ao uso da força nas relações internacionais e seu apoio à soberania panamenha.

A presença do Brasil no Panamá, além, evidentemente, da Embaixada, é, em essência, refletida pela existência da agência do Banco do Brasil e por um pequeno contingente de brasileiros: funcionários que operam em companhias multinacionais e também do acordo de cooperação cultural do Brasil com o Panamá que, se não me engano, data de 1944, em que estudantes panamenhos vêm ao Brasil e muitos deles se casaram com brasileiras. Desse modo, existe um contingente bastante representativo.

Infelizmente, a Varig, há tempos, não voa mais para o Panamá. Atualmente, a única linha direta do Brasil-Panamá é operada pela Copa Airlines. Trata-se de uma associação de maioria panamenha com a Continental norte-americana, que faz seis vôos semanais entre São Paulo e a cidade do Panamá.

O Brasil tem participado, nos últimos anos, da Exposição Comercial Internacional, a Expocomer, inaugurada em 1983, que conta com expressiva presença de exportadores e importadores do mundo inteiro. Recentemente, em meados de março, realizou-se a Expocomer 2003. O Brasil se fez representar por um grupo com cerca de 40 empresas.

O ponto alto do relacionamento bilateral, sem dúvida, foram as visitas recíprocas dos nossos Chefes de Estado. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve duas vezes no Panamá, em novembro de 2000 e em março de 2002. A Presidenta Mireya Moscoso visitou o Brasil em agosto de 2001. A primeira visita do ex-Presidente se deu no quadro da realização da X Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Na oportunidade, à margem da cúpula, realizou-se a cerimônia, cessão e depósito das Atas do Congresso Anfiteônico de 1826, feita pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à Presidenta Moscoso.

A visita de Estado da Presidenta Moscoso ao Brasil, em agosto de 2001, constituiu oportunidade para a assinatura de seis instrumentos, entre os quais está o acordo de cooperação no campo da luta contra o crime organizado e o acordo sobre cooperação entre as respectivas academias diplomáticas.

A segunda visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ocorreu em março de 2002, quando participou da cerimônia de lançamento das obras de dragagem do Lago Gatun, o contexto do projeto de modernização do canal. Também participou da inauguração da XX Expocomer.

Apesar da fluidez da convivência do Brasil com o Panamá, ainda se encontra em nível baixo o relacionamento econômico e comercial. Em 2002, o Brasil exportou pouco mais de US$100 milhões e importou menos de US$20 milhões. Tradicionalmente, o Brasil tem mantido saldos comerciais na relação com o Panamá. Em função, em particular, dos projetos panamenhos de modernização do Canal de Panamá, da Zona Livre de Colón e do aproveitamento das áreas em que estão localizadas as bases militares norte-americanas, há uma série de oportunidades comerciais a serem exploradas. Será sempre por esforço muito árduo, em função da acirrada competição pelos eventuais contratos, especialmente à luz das maiores facilidades e agilidade das empresas norte-americanas, européias e asiáticas. Os projetos de modernização do canal estão ainda em fase de estudos. Em meados de novembro último, o administrador da autoridade do Canal realizou visita ao Brasil, quando se encontrou com representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, a Sindarma, da Petrobras, da Vale do Rio Doce, do BNDES, e de grandes empreiteiras.

No BNDES, o administrador da autoridade do Canal acentuou o interesse panamenho em estabele-

cer uma parceria de longo prazo com o Brasil. Indicou que juntamente com as hidrovias que possui para o escoamento da produção do Norte e do Centro-Oeste, o Brasil poderá fazer uso das facilidades do Canal nas suas operações de exportação para a Ásia e Oriente próximo, tais como soja e minério de ferro.

Parelelamente, as perspectivas no tocante aos projetos no âmbito do Canal e da Zona Livre de Colón, ainda há outros grandes projetos que dependem da montagem da necessária engenharia financeira que, basicamente, constitui programa habitacional para a população de baixa renda apresentada pela consultoria brasileira ao Ministério da Habitação do Panamá. E dois projetos na área de transporte de massa, um apresentado pela empresa francesa, pela filial brasileira, a ABB Alstom, e, o outro, por um consórcio brasileiro, chamado Consórcio Centenário, integrado por várias empresas, que são Cet, Concremat, Eletra, Equipav, International Engines, Marcopolo, Tour&Transport. Esse projeto ainda depende também de um acordo sobre a fonte de financiamento.

Por outro lado, existem cerca de 100 empresas brasileiras que têm vínculos comerciais com o Panamá. Um número também bastante significativo de empresas panamenhas tem vínculos com o Brasil.

Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, no contexto da missão de ampliar e defender os interesses do Brasil junto ao Panamá, e a partir da orientação que recebi do Itamaraty no plano da execução das diretrizes determinadas pelo Sr. Presidente da República, tenciono, caso tenha a minha indicação aprovada por V. Exªs, desenvolver junto ao Governo e à sociedade panamenhas a intensificação do diálogo político, a ampliação do intercâmbio de visitas de alto nível, o aprofundamento e a diversificação dos laços de cooperação econômica, comercial e cultural.

O Panamá é um país amigo e fraterno, com interesse genuíno no Brasil. Estou certo de que será possível elevar ainda mais os vínculos de amizade e de cooperação que unem Brasil e Panamá, países latino-americanos com formação cultural muito semelhante e com as mesmas aspirações de desenvolvimento, de justiça social e de progresso dos seus povos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço vênia, finalmente, para aqui fazer um agradecimento muito especial ao meu colega e amigo o Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção, que atualmente está no Panamá e que muito me ajudou com as informações que forneci a V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura, que também nos trouxe um relato muito significativo a respeito da história do Panamá e de nossas relações com aquele país.

Agora, vamos solicitar ao Senador Gilberto Mestrinho que leia o parecer a respeito do Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, o Presidente da República submeteu a esta Casa, na forma do que dispõe o art. 52, § 4º, da Constituição Federal, o nome do Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção para representar o nosso País junto à República da Coréia.

Acompanhando a indicação, o Itamaraty elaborou um dossiê completo, não somente com o **curriculum vitae** do Sr. Embaixador mas também com informações sobre variados aspectos históricos, econômicos e sociais da Coréia do Sul.

O Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção, pelo seu currículo de 41 anos de atividades intensas no Itamaraty – o seu primeiro cargo foi em 1961 –, é qualificado para exercitar com proficiência e sucesso a missão de nos representar junto àquela República do sudeste asiático.

A Coréia é de grande importância para o Brasil não somente pela atividade econômica, mas, sobretudo, como exemplo de país que se desenvolveu de uma maneira inteligente. A Coréia do Sul, até a década de 50, quando foi invadida pela Coréia do Norte, era um país eminentemente agrário. Havia os senhores da terra e o seu desenvolvimento era fraquíssimo. No pós-guerra, com as reformas feitas, a Coréia começou um processo de desenvolvimento, por incrível que pareça, exportando perucas de cabelo natural – essa foi a primeira atividade exportadora da Coréia. Com isso, foi avançando e, aos poucos, construiu um grande parque industrial. Hoje, tem um volume de exportações incrivelmente superior ao nosso.

Os coreanos dizem que são mais inteligentes do que os japoneses, porque enquanto os japoneses, para tomar uma decisão, se reúnem demais, até que todos concordem – é a chamada Teoria Z –, eles começam a atividade para, depois, consertá-la, durante o andamento. Com isso, eles têm avançado e suas atividades se espalham pelo mundo.

Nós mesmos, no Amazonas, tínhamos a presença coreana, num dos maiores empreendimentos da Zona Franca, de uma das maiores empresas coreanas, a Samsung. Temos também a LG. Temos uma

presença coreana grande no Estado, que precisa ser incrementada. Precisamos fomentar as nossas exportações para a Coréia, a fim de reduzir o nosso déficit, já que somos um País eminentemente importador. Também são muito importantes os acordos culturais, para que possamos fazer a interação entre estudantes brasileiros e coreanos, para, aos poucos, descobrir esse milagre da transformação que ocorreu na Coréia.

Por exemplo, em 1980, a Coréia não tinha nenhuma patente registrada no mundo. O Brasil tinha três ou quatro patentes. Em 1998, a Coréia tinha 4.348 patentes e o Brasil tinha 87. Isso mostra a evolução fantástica da Coréia nesse período todo. Então, é um país com que, por várias razões, vale a pena uma aproximação e tenho certeza de que o Embaixador Pedro Paulo será um elemento importante nessa interação, nessa ligação, na presença do Brasil naquele país do sudeste asiático.

Assim, Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho, por nos trazer tantos conhecimentos sobre o desenvolvimento da Coréia.

Concedo a palavra ao Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO – Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmº Sr. Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, Srª Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores, nos últimos sete anos, esta é a terceira vez que me submeto à Comissão de Relações Exteriores buscando a aprovação de meu nome para mais uma representação diplomática no exterior, na capacidade de Embaixador do Brasil. E o faço com grande prazer e muito honrado, porque, para mim, não se trata, apenas, de uma praxe constitucional a ser cumprida, mas, sobretudo, da possibilidade e de uma excelente oportunidade para que funcionários de carreira do Ministério das Relações Exteriores possam intercambiar idéias com elevados representantes da sociedade brasileira. Afinal, como Embaixador, representamos pessoalmente o Presidente da República, representamos as instituições e a Nação, ou seja, o povo brasileiro. Então, esse é um episódio muito importante para cada um de nós, candidatos a uma Embaixada no exterior.

Sou muito sensível à sugestão feita pelo Senador Hélio Costa de fazer uma apresentação a mais breve possível, deixando o máximo de espaço para a sabatina. O debate, além de ser muito importante, certamente enriquecerá, de forma extraordinária, o conhecimento recíproco, sobretudo, em benefício dos representantes futuros no exterior.

Sr. Presidente, eu desejaria passar aos presentes, com a sua autorização, a essência de quatro aspectos que me parecem fundamentais ao abordar os temas Coréia e Coréia/Brasil.

Em primeiro lugar, é necessário falar um pouco, muito rapidamente, sobre a essência da história da Coréia; em segundo, porque está diretamente ligada a isso, sobre a essência do seu relacionamento internacional; depois, pretendo dizer alguma coisa, também, da essência de sua política e de política interna; e, finalmente, da qualidade da Coréia como potência econômica, a décima-primeira do mundo, na frente do Brasil -- e, aí, evidentemente, identificar os pontos de interesse bilaterais e plasmar, de forma tentativa, evidentemente sujeita às instruções sempre do Sr. Presidente da República, tal como serão oportunamente a mim transmitidas pelo Itamaraty, e identificar o programa de atuação do Chefe da Missão Diplomática brasileira em Seul.

Breve história da Coréia. A Coréia, até o ano de 1900, havia vivido 20 séculos, dois mil anos, de unidade política, regimes autocráticos. A partir de 1900, a Coréia não resiste à onda universal inaugurada em torno de uma fase acelerada de colonialismo.

A Coréia é invadida pelo Japão, em 1905, e formalmente incorporada ao Japão em 1910. Cito esse episódio porque não pretendo, Sr. Presidente, referir-me a nomes, nem a números, nem a valores, mas apenas ao essencial para identificar a essência dos quatros episódios que são importantes na compreensão do assunto.

Em 1910, o Japão incorpora formalmente a Coréia. Aí se vai viver uma incorporação, eu diria, extremamente selvagem da dominação do Japão sobre a Coréia, que deixa, até hoje, resquícios de animosidade latente entre os dois países. Essa fase chegou a tal intensidade que o grande programa do Japão, tal como definido em uma frase, significa: Japão e Coréia, um só país. A idéia, portanto, do Japão, era acabar com a Coréia e fazer apenas um Japão.

Em 1948, alguns anos depois do final da II Guerra Mundial – depois da derrota dos japoneses –, os japoneses aceitam, de certa forma, abandonar a Coréia, desde que tivessem um estímulo para isso. O estímulo veio evidentemente de dois países importantes, que também haviam participado da II Guerra Mundial e que estimularam esse desfecho, evidente-

mente pressionando o Japão. Qual foi esse estímulo? O estímulo foi fazer a independência da Coréia.

Portanto, em 1948, surgiram os dois Estados, que se tornaram, ao longo de um prazo muito curto, dois inimigos figadais; dois Estados que, ao assumir a independência, mantiveram a postura permanente de que nenhum deles aceitava a independência do outro. Cada um se sentia no direito de reunir a Coréia sob a sua soberania.

Em 1950 – uma data importante, me desculpem citar uma segunda data – a Coréia do Norte invade a Coréia do Sul. Essa invasão, no entanto, discretamente apoiada pela União Soviética, mas com apoio mais ostensivo da China, é realizada. E os americanos, evidentemente vencedores da coalizão que derrotou o eixo na II Guerra Mundial, promovem uma reação, através de forças da ONU, mas sob sua direção. Esse contra-ataque das forças da ONU sob a liderança dos Estados Unidos forçou uma recuada, em relação ao norte, dos invasores da Coréia do Norte. Essa forçada até o norte parou no Paralelo 38, que evidentemente muito mais tarde se vê constituir na linha divisória entre as duas Coréias.

Com a aquiescência da União Soviética, sobretudo a linha divisória de 48, recuperada com o rechaço da invasão norte-coreana até esta área, foi depois formalizada como a linha divisória entre as duas Coréias.

Esse estado de beligerância, no entanto, não termina porque em 1953 não é assinado um acordo de paz entre a Coréia do Norte e a Coréia do Sul. É assinado simplesmente um armistício, que significa na linguagem diplomática apenas um cessar de hostilidade. Porque continua até então o desejo de soberania única, um reivindicando o território do outro.

Essa é basicamente, num pequeno resumo, toda a história da Coréia até então.

A partir de 1953, com a independência qualificada dessa forma, a Coréia tem sucessivos regimes militares. Três presidentes em meios militares, evidentemente com presidências muito fortes, mas, sobretudo o primeiro deles – é o único nome provavelmente que vou citar aqui –, Rhee Syng-Man, foi o primeiro presidente da Coréia do Sul independente e promove um forte desenvolvimento econômico da Coréia, com forte nacionalismo.

Já por volta de 1970, começa uma distensão e uma passagem do regime militar propriamente dito para o regime civil. E, em 1997, elege-se um primeiro presidente da Coréia, verdadeiramente civil, num processo reconhecido universalmente como limpo e democrático.

Esse Presidente eleito em 1997 é substituído recentemente por um outro presidente, esse num processo realmente considerado totalmente democrático, eleito em dezembro e empossado em 25 de fevereiro.

Esse é um pouco da história, do antecedente histórico, da política interna da Coréia.

É importante assinalar que a Coréia hoje vive sob o regime da sua Constituição de 1987. É uma constituição que estabelece um regime unicameral, tem 277 membros desse parlamento, dos quais 47 não são eleitos, são apenas indicados pelos partidos, respeitando proporção obtida nas eleições diretas realizadas para presidente.

O mandato do presidente é único, apenas de cinco anos. O mandato da Assembléia Nacional é de quatro anos. Existe um conselho de gabinete formado pelo Presidente; pelo Primeiro-Ministro, que é nomeado pelo Presidente, não sendo eleito; e, evidentemente, pelos Ministros de Estado. Esse é um traço essencial da política interna coreana.

Quanto à política externa coreana, o ponto central ainda é o problema da Coréia do Norte, que, evidentemente, ainda ameaça uma possível invasão da Coréia do Sul. A Coréia do Norte mantém na sua agenda esse espectro permanente em relação à Coréia do Sul.

Nos anos 90, acontecem dois fatos que considero necessário citar para ver como o entorno que descrevi anteriormente tem importância nos dias de hoje da Coréia do Sul. Em 1990, ainda não havia relações entre Moscou e Piong Yang ou Seul. Nesse ano, estabelecem-se as relações diplomáticas entre a Coréia do Sul e Moscou. Em 1992, estabelecem-se as relações diplomáticas entre a Coréia do Sul e a China. Esse fato, evidentemente, é surpreendente, porque, como mencionei anteriormente, a existência da Coréia do Norte depende, e dependia naquela época muito mais, do apoio muito expressivo que recebia tanto da Rússia – Rússia hoje – como da China. No entanto, ocorreu um fato extremamente curioso: num dado momento, a partir do extraordinário desenvolvimento econômico alcançado aceleradamente pela Coréia do Sul, naturalmente os russos e os chineses chegaram à conclusão de que poderiam continuar a apoiar a Coréia do Norte, mas, em função de seus interesses, iriam estabelecer relações com a Coréia do Sul.

Logo depois que os dois países estabeleceram relações diplomáticas com a Coréia do Sul, com dife-

rença de dois anos, foi possível que a Coréia do Sul se tornasse membro das Nações Unidas – fato muito importante. Ao mesmo tempo também, a Coréia do Sul concordou que a Coréia do Norte viesse a ser membro também das Nações Unidas.

Em 1995 é tal a importância que vai adquirindo a Coréia, não só como potência econômica, mas internacionalmente, que a Coréia do Sul é eleita, neste ano, para o Conselho das Nações Unidas, como membro não permanente. Isso, evidentemente, é um desenvolvimento extraordinário.

A Coréia do Sul pertence, basicamente, a todos os organismos internacionais, bancos internacionais, etc., o que não sucede, evidentemente, com a Coréia do Norte, que até esta data é apenas membro das Nações Unidas; não pertence a nenhum outro organismo internacional. Essa é a essência da política externa da Coréia do Sul.

Devo falar um pouco, também em essência, sobre a economia coreana, que, evidentemente, transformou a Coréia e lhe deu um lugar especial no Conselho das Nações.

Como acentuou o meu Relator, Senador Gilberto Mestrinho em seu excelente relatório, a Coréia do Sul é um milagre econômico extraordinário. Vou citar poucos números, para que não os esqueçamos e para caracterizar o que acabo de dizer: em 2001, a Coréia teve um PIB de US$482 bilhões, mas o seu comércio exterior, exportação e importação estavam em cerca de quase US$300 bilhões, um milagre verdadeiramente econômico. Aliás, a literatura especializada – permitam-me uma pequena digressão – refere-se a dois milagres do século XX: o grande milagre político da criação do Estado de Israel e o grande milagre econômico da criação da Coréia.

Qual é a razão – e o mundo pesquisa muito – do verdadeiro milagre econômico da Coréia, algo que leva muitos autores a citar a Coréia como um exemplo a ser seguido pelo Brasil? Acredito ser essa possibilidade um exagero. Essas experiências não são tão automaticamente transferíveis, já que qualidades culturais, geográficas, disposição em relação à vida e a filosofia de vida de seus respectivos povos não possibilitam pensar que, automaticamente, seja transferível um modelo de um país para o outro.

Há basicamente dois fatores muito importantes – há muitos, mas dois são essenciais. Primeiro foi a revolução cultural na Coréia, o sistema de educação que, aliás, foi mencionado muito oportunamente pelo relator, Senador Gilberto Mestrinho. Vou citar alguns dados de importância essencial: em 1970, a Coréia já não tinha nenhum analfabeto, todos os habitantes tinham o primeiro grau; em 1990, todos os habitantes da Coréia também já tinham o segundo grau – seria, no Brasil, o que consideramos o fim do ginasial dos nossos tempos. Finalmente, gostaria de mencionar que, do total da população coreana com o segundo nível, 50% já tinham chegado à universidade ou a cursos superiores de formação técnica.

Nesse ponto temos uma observação a fazer para caracterizar a importância desse dado: esse índice era superior, em 90, ao que fora atingido pela Inglaterra, Japão e Alemanha. Isso dá uma amostra extraordinária de um dos grandes fundamentos do fantástico progresso econômico da Coréia.

Um outro dado importante – e isso diz respeito à filosofia de vida – é a paixão desmensurada pelo trabalho, os coreanos são fanáticos pelo trabalho. Um dado importante relativo ao assunto é que a jornada de trabalho semanal é de seis dias, com o mínimo de nove horas por dia, podendo chegar a dez de acordo com a legislação local. Essa situação é extraordinária; nenhum país tem essa situação. Aliás, um dado curioso é que a Coréia do Sul, que é membro da OCDE, é o único país que, em relação à OCDE, se encontra na ilegalidade, pois é o único país que adota a semana de seis dias – todos os outros países da OCDE adotam a semana de cinco dias. Há uma grande discussão entre empresariado e as classes trabalhadoras, negociação que ainda não tem desfecho conhecido, porque há resistência para diminuir as horas de trabalho. A idéia não conta com o apoio da classe empresarial, e a outra classe, logicamente, apóia entusiasticamente alguma ação nessa linha.

O outro ponto importante – seria o terceiro elemento – é que há trinta anos a Coréia compreendeu rapidamente que era um país com riqueza natural muito escassa, com agricultura modesta, altamente protegida. A sua grande cultura agrícola é o arroz e a importação desse produto paga uma tarifa de 900% – é praticamente proibido importar arroz na Coréia. Isso é apenas um exemplo.

Há trinta anos – talvez um pouquinho mais –, eles chegaram à conclusão de que o futuro deles estava em produzir para exportar, selecionando os produtos aos quais seriam possível agregar valor rapidamente. Essa foi uma decisão que eles tomaram. Em conseqüência, desenvolveu-se muito na Coréia a indústria de informática, que até hoje é exemplo para todo o mundo, e a indústria química e farmacêutica.

Hoje a Coréia é um país de economia extraordinariamente aberta. Das 500 maiores empresas do mundo, citadas pela revista **Forbes**, 198 já estão localizadas na Coréia, que continua atraindo inversões e a presença

de empresas estrangeiras, todas elas, evidentemente, desejosas de participar dos insumos tão competitivos oferecidos para a Coréia, para que possam realizar suas exportações para todo o mundo.

Ainda sobre a questão laboral na Coréia, um dado importante é que o coreano trabalha mais horas do que o trabalhador de qualquer país do mundo, inclusive o dos Estados Unidos, o do Japão, etc. Hoje, o seu grande competidor no mundo, que é o Japão, em termos de avanço tecnológico, está apenas 12 anos à frente da Coréia. Cito isso porque, muitas vezes, comenta-se que a Coréia virou um competidor do Japão ao exportar os mesmos produtos que os japoneses fazem, só que de pior qualidade.

Segundo essa leitura especializada, em termos de avanço tecnológico, o Japão se encontraria relativamente estagnado, isto é, não estaria avançando de forma acelerada, como aconteceu no passado, enquanto os coreanos estariam avançando muito rapidamente. Há apenas um **gap** de 12 anos. E, a continuar esse ritmo, estima-se que, em um prazo de 15 anos, a Coréia poderá alcançar ou até ultrapassar o Japão. Esse é um dado impressionante.

Com relação à essência do relacionamento comercial entre Brasil e Coréia – isso já foi mencionado no relatório do Senador Gilberto Mestrinho e também no relatório que o Itamaraty apresentou à Comissão –, já constam várias referências a respeito das estatísticas do comércio bilateral. Seria apenas suficiente dizer que, em 2001, o comércio bilateral ficou em US$2,3 bilhões, só que, evidentemente, com um extraordinário déficit para o Brasil, que importa da Coréia cerca de US$1,5 bilhão e exporta para aquele país apenas US$800 milhões. Existe, portanto, um **gap** extraordinário que tende a crescer se não tomarmos providências para ativar a conquista de espaço adicional no mercado coreano.

Penso que existe essa disposição, visto que o Brasil, no momento, vive a política de tentar expandir suas fronteiras de mercado internacional, e, certamente, a Coréia, que é essa potência econômica, tem esse comércio internacional – eles importam basicamente US$130 bilhões. É um país de 98 mil Km² – do tamanho de Pernambuco – e, portanto, tem uma população equivalente à do Estado de São Paulo somada com a população do Rio Grande do Sul, que possui 47 milhões de habitantes. Esses são dados importantes, pois colocam a Coréia como um interlocutor extraordinariamente atrativo para o Brasil.

Retomando uma referência feita pelo meu estimado colega Santos Neves, há um dado de política internacional que devo citar aqui: fala-se muito na reunificação das duas Coréias. No entanto, essa reunificação apresenta um preço apenas para a Coréia do Sul. Existe uma comissão chamada Coréia para o Século 2001, que já estimou o custo dessa absorção da Coréia do Norte pela Coréia do Sul, que seria de US$1,3 trilhões, ou seja, seriam basicamente três PIBs coreanos.

A Coréia tem uma posição muito discreta, e a política oficial deles a esse respeito é a seguinte: "Desejamos essa reunificação, mas de forma a mais pacífica possível. Para evitar açodamentos e decisões impensadas, o que fazemos, evidentemente, é buscar o melhor relacionamento político com a Coréia do Norte, por meio de uma cooperação econômica. E esperamos que essa reunificação venha a ter um desfecho pacífico, com os menores custos possíveis".

Uma das idéias aventadas no relatório Coréia 2001 é a de que a Coréia do Sul venha localizar suas produções intensivas do fator trabalho na Coréia do Norte, onde, evidentemente, os custos de trabalho são muito mais baratos. Apesar de ter um custo de trabalho mais elevado, com uma renda **per capita** de quase US$10 mil, a Coréia do Sul compensa isso não só com o extraordinário avanço tecnológico, com instrumentos de **management**, de gerência, bastante sofisticados, mas também com uma política de investimento extraordinariamente bem direcionada em favor de produção dirigida à exportação.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu podia fazer. Espero ter atendido a recomendação do Senador Hélio Costa de ser o mais breve possível. Estou à disposição para qualquer pergunta e para aprofundar qualquer aspecto que tratei na minha exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

Em verdade, os três indicados, assim como V. Exª, tentaram atender o Senador Hélio Costa, mas tinham tanto o que nos relatar a respeito dos respectivos países e das nossas relações, que acabaram nos ensinando muito e trazendo conhecimentos muito significativos, inclusive sobre a Coréia.

Passamos, agora, à fase de argüição. Prevê a Constituição que essa fase seja realizada reservadamente. O nosso entendimento é que isso deve ocorrer na medida em que houver temas que os Senadores ou os indicados considerem sigilosos.

Como fizemos na reunião passada, consulto as Srªs e os Srs. Senadores e os Srs. Embaixadores se podemos prosseguir com a reunião aberta.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, acredito que, em não havendo nenhum contencioso do Brasil com esses países, a reunião poderá ser aberta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se todos estiverem de acordo, vamos continuar a reunião em aberto. Se, porventura, os indicados avaliarem que há algum aspecto que devem falar reservadamente, poderão informar à Presidência, e assim procederemos. Por outro lado, vamos considerar uma grande vantagem, graças à **TV Senado**, a oportunidade de pessoas no Brasil inteiro acompanharem os trabalhos e os conhecimentos que estão sendo transmitidos aqui. Por essa razão, vamos manter aberta a reunião.

Está inscrito para argüição o Senador Hélio Costa, que tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Devo, até pela citação feita várias vezes do meu nome, com relação à solicitação que fiz, reportar-me novamente à proposta inicial, que não teve evidentemente nenhuma intenção de cercear a exposição dos Srs. Embaixadores. Pelo contrário, Sr. Presidente, a minha intenção foi a de, sabendo do alto nível dos Diplomatas do Itamaraty e reconhecendo neles uma representação absolutamente elevada do nosso Governo lá fora, usar o tempo que teríamos de duas horas e meia a três horas para trocarmos idéias, para conversarmos sobre o trabalho que esses Srs. Embaixadores terão em países tão importantes como a Rússia, a Coréia e o Panamá.

Até volto a insistir com V. Exª, Sr. Presidente, para que, nas próximas reuniões da nossa Comissão, possamos dedicar mais tempo às perguntas que, eventualmente, queremos fazer do que necessariamente às exposições.

Evidentemente, fiquei encantado de ver o Embaixador Santos Neves rebuscar, na China, as dinastias de Kublai Kahn e Gengis Kahn, passando pelas travessuras de Yeltsin, para chegar em Putin e contar a história da nova Rússia para nós. Mas, certamente, tenho perguntas atualizadas para o Embaixador Santos Neves sobre a posição que o Brasil vai adotar em determinada situação específica para o nosso País.

Da mesma forma, quando ouvi o Embaixador Caldas de Moura falando sobre o Panamá, tive **flash-backs** de Arnulfo Arias, de Omar Torrijos, de todas essas figuras que fizeram, de repente, um país do tamanho de um pequeno Estado brasileiro destacar-se na América Latina ou por ditaduras ou, evidentemente, por participação na vida ativa do país.

Também tenho algumas observações a fazer e, certamente, eu as farei com respeito à Coréia, porque é o grande país em desenvolvimento na Ásia e tem um comércio importantíssimo com o Brasil, o que precisamos corrigir, porque, neste momento, conforme V. Exª mesmo lembrou, estamos em déficit no comércio com a Coréia. Talvez, até em razão disso, precisamos entrar imediatamente em conversações com o Governo coreano. Trabalha-se nove horas por dia, seis dias por semana, mas não podemos esquecer que pagam US$0,50 por hora de trabalho. Essa é a competição que sofremos no Brasil. Eu mesmo, há alguns anos, tentei trazer para aqui o que chamamos de **drawback** – uma firma americana poderia trazer seus produtos ao Brasil, para que a mão-de-obra brasileira fosse executada aqui –, mas lamentavelmente, perdemos para a Coréia, porque era muito mais barato fazer isso na Coréia do que no Brasil.

Mas quero, inicialmente, dirigir-me ao Embaixador Santos Neves, porque tenho uma preocupação. Durante esses últimos anos, discutimos amplamente, nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, a questão da compra de aviões pela FAB. Surgiram três propostas importantes no contexto. A primeiras delas era americana: duas empresas dos Estados Unidos simplesmente venderiam US$1 bilhão de aviões para o Brasil. Certamente, elas nos venderiam os aviões, como o fizeram para o Chile, sem os instrumentos de guerra que a FAB precisava. Qualquer avião não moderno que o Brasil ainda dispõe poderia simplesmente ser concorrente de um F-16, que foi vendido para o Chile, que não dá um tiro, não tem um computador preparado para fazer uma intervenção realmente militar.

A segunda proposta partiu dos franceses: a de um **joint venture** entre a Embraer e a Dassault, no sentido de se fazer um investimento de US$1 bilhão no Brasil e uma modernização do avião que já existe na frota da FAB e de se iniciar a fabricação dos aviões da Dassault no Brasil. Ou seja, a transferência de tecnologia era a proposta francesa.

E havia uma proposta russa: a dos aviões Sukhoy, que, segundo li em várias revistas especializadas, agradava muito a direção da FAB, até porque era

um avião relativamente moderno, porém muito mais barato dos que os aviões americanos e franceses.

Como sei que esse assunto certamente voltará a ser discutido a qualquer momento nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também na Câmara, pergunto se, como Embaixador na Rússia, V. Exª pode informar a esta Comissão, tão logo quanto possível, qual é o projeto russo para a venda de aviões ao Brasil. Eles continuam interessados, continuam tentando fazer os contatos no sentido de vender esses aviões para o Brasil. E o que nos interessa? Interessa-nos a transferência de tecnologia. Existem informações de que os russos estariam dispostos a fazer a transferência de tecnologia, como os franceses já se manifestaram. Mas realmente não podemos dizer que existe um documento oficial, formal, do Governo russo, no sentido de que, se decidirmos comprar US$1 bilhão de aviões russos, eles vão fazer a transferência de tecnologia, até para que não aconteça o que houve há alguns anos, quando algumas firmas brasileiras importaram um carro russo chamado Lada, mas, depois de três anos, ninguém sabia onde comprar um pneu ou um parafuso para aquele carro, porque ninguém mais sabia da existência da fábrica. Aparentemente, a fábrica entrou em colapso na Rússia, ainda na época da União Soviética, e ficamos aqui sem saber o que fazer.

É muitíssimo importante que, como representante do Brasil junto ao Governo russo, à Federação russa, V. Exª possa informar a esta Comissão que posição deveremos ter com relação a essa proposta russa. Pode ser a melhor posição, a melhor proposta, mas devemos ser bem informados. E, neste momento, não temos as informações suficientemente necessárias para que tomemos a decisão.

Quero também fazer uma observação e uma pergunta ao nosso futuro Embaixador no Panamá, Embaixador Caldas de Moura. Fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores na Câmara e fui visitado insistentemente pelo Embaixador do Panamá no Brasil, inclusive durante a visita da Presidente Mireya Moscoso. Eles faziam uma solicitação – e continuam fazendo-a – para que fosse assinado o acordo mútuo de não-exigência de vistos entre brasileiros e panamenhos, da mesma forma que o temos com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai. Os panamenhos pedem que o Brasil assine esse acordo, que está no Itamaraty há pelo menos três anos, segundo me consta. E não conseguimos nunca uma informação exata da razão por que, até hoje, não temos esse acordo.

Por que faço essa pergunta? Porque fiquei de dar essa resposta ao Embaixador do Panamá e, lamentavelmente, nunca consegui obter uma resposta objetiva. Espero que V. Exª transmita essa informação a mim ou diretamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Há, evidentemente, a preocupação de que o comércio entre o Brasil e o Panamá possa crescer novamente, porque já chegamos a mais de US$200 milhões e hoje estamos na casa dos US$40 milhões. O Brasil pode ser um bom parceiro do Panamá, que é um porto livre; é uma situação especial que certamente podemos utilizar.

Tenho certeza de que V. Exª vai trabalhar nesse sentido. Penso que o Itamaraty deve fazer tudo o que puder no exterior para aumentar as relações comerciais entre o Brasil e os demais países. Hoje, com essa economia globalizada, isso é fundamental, importantíssimo. Gostaria até de ver – e o Presidente Lula repetiu isso várias vezes durante a campanha e em outros discursos – o Itamaraty inteiramente envolvido no processo das relações econômicas entre o Brasil e os países onde somos representados por Embaixadores.

Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção, tenho algumas observações a fazer, principalmente no que diz respeito às relações entre a Coréia do Sul e a Coréia do Norte.

A minha experiência na Comissão de Relações Exteriores me levou a vários entendimentos com o Embaixador da Coréia do Sul, que, há cerca de um ano e meio, conseguiu inclusive, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, passar um requerimento, que foi oficializado pelo Governo brasileiro, em que a nossa Comissão, na Câmara, manifestava-se – era um voto de aplauso, vamos dizer assim – pela iniciativa coreana de participar de todos os entendimentos pela reunificação da Coréia.

No instante em que parece que houve a quebra de um acordo bilateral entre Estados Unidos e Coréia do Norte, impunha-se o envio de óleo combustível para a Coréia do Norte substituir o programa nuclear. E a falta do envio desse combustível leva a uma situação beligerante novamente, quase a ponto de se romperem as relações ainda muito tênues entre a Coréia do Sul e a Coréia do Norte. Eu gostaria que V. Exª pudesse, lá na frente, dar informações objetivas, diretas, para a nossa Comissão, sobre como estão esses entendimentos da reunificação, porque consideramos importantíssimo para a paz na região a reunificação das duas Coréias. E, evidentemente, queremos saber a posição do Governo brasileiro, se este vai atuar, de alguma forma, nesse processo de reunificação. Para

nós, seria muito importante que tivéssemos um papel a desempenhar neste momento.

Sobre a questão do milagre da Coréia do Sul, há uma explicação, Sr. Embaixador: o contrabando, a pirataria que se faz. Lamentavelmente, o Brasil é vítima disso, porque são milhões e milhões de dólares que a indústria brasileira perde, na medida em que o contrabando chega ao País de uma forma tão aberta, gritante e absurda. Por essa razão, infelizmente, temos alguma coisa a reclamar da Coréia. Algo tem que ser feito.

Nesta semana, estiveram aqui artistas importantes que vieram trazer para o Presidente José Sarney um documento, pedindo o combate à pirataria artística, porque são os DVDs, os videocassetes, os **videolaser**, todos os tipos de VDs e vídeos que estão sendo pirateados de forma brutal, principalmente em Hong Kong e na Coréia do Sul. Essa questão precisa ser tratada de maneira muito especial, porque prejudica a indústria brasileira, todos os níveis da economia nacional.

Certamente, tenho que cumprimentar os três Embaixadores. Mais uma vez, o Itamaraty mostra a qualidade do seu pessoal, do seu corpo diplomático. Não nos impressiona mais ouvir dissertações tão corretas, tão bem-feitas, tão bem analisadas. Para nós, é uma honra muito grande saber que o Brasil é representado em um nível tão elevado, tão alto, pelos Srs. Embaixadores, que vão assumir cargos de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Pergunto aos Srs. Senadores se podemos prosseguir com as argüições, para que os Embaixadores possam responder conjuntamente. (Pausa)

Concedo a palavra ao Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves.

O SR. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Hélio Costa pela ampla oportunidade que me dá, ao formular uma pergunta tão cheia de conseqüências e facetas.

A decisão de compra de armamento – está claro que já está presente na sua pergunta – envolve uma quantidade de considerações, e a transferência de tecnologia é uma delas. A confiabilidade é importantíssima. Ilustrarei com uma circunstância: quando era Embaixador no México, a Força Aérea Mexicana era equipada por uns aviões suíços, semelhantes aos nossos Tucanos. Deu-se a situação complicada em Chiapas, e, como costuma acontecer, a manutenção nem sempre é a melhor, os aviões nem sempre estão em situação de combate imediato. Sem entrar no mérito do movimento de Chiapas, o fato é que os americanos se dirigiram, então, aos suíços, fabricantes dos aviões, pedindo que providenciassem as peças de reposição e fizessem as manutenções adequadas. Simplesmente, os suíços disseram que não iriam fazê-lo enquanto durassem as hostilidades. É uma situação curiosa, porque o sujeito vende armas, mas, se há hostilidade, não há manutenção, não há peça de reposição, não há competência.

Isso deve ser tratado com uma medida de desconfiança e, ao mesmo tempo, com uma exigência de confiança absolutamente total. Não se compra armamento se não se souber se há segurança de que o armamento será assistido, modernizado, quando for o caso. Desse modo, creio que essas opções duvidosas devem ser descartadas já no início.

Vejamos a questão da transferência da tecnologia, que, dada a tecnologia que envolve um avião de combate, é muito complexa. De que tecnologia estamos tratando? Se falamos dos chamados avionics, estamos tratando de uma questão fundamental na aviação.

Eu não entendia, até há pouco tempo, o mecanismo do grande progresso na aviação nos últimos 30 anos, da época dos Boeings até hoje. Eu julgava que a modernização se dava porque os motores eram melhores, e os motores, sendo melhores, eram mais econômicos. Era um completo engano. A grande revolução se deu no desenho, porque os aviões passaram a ser assistidos pelos computadores, encontrando hoje muito menos resistência no ar. Hoje há o Boeing 707, da Presidência, um avião com um desenho antigo e, por isso, barulhento, dispendioso. Onde é que está a transferência de tecnologia?

Eu era Embaixador no Canadá quando tínhamos aqueles problemas com a Bombardier. Fui sozinho visitar a Bombardier. O ambiente era de tal hostilidade, que decidi ir lá. Fui recebido de forma muito fria, muito inamistosa. O mínimo que me disse o Presidente da Bombardier era que eles levariam a Embraer à bancarrota. A conversa se seguiu. E quero dizer a V. Exªs algo que me dá imenso prazer: a ação da Bombardier hoje caiu 75%. A Bombardier, no ano passado, teve um prejuízo de US$600 milhões, e a Embraer, um lucro de mais de US$1 bilhão. Além disso, a ação da Embraer está muitas vezes superior ao que era antes.

Agora, vejam a diferença: eles têm um avião obsoleto, o que é visível a olho nu. Visitando a fábrica, pode-se reconhecer isso. É como se reconhece um automóvel. Não é preciso conhecer a marca para se saber se é dos anos 50, 60 ou 70. É reconhecível.

Que tecnologia vai se transferir? Vou-lhes mostrar um detalhe curioso. Na Bombardier, perguntei quantos países forneciam peças para os aviões deles. Responderam-me que eram em torno de 20 países. Cheguei em Ottawa – a fábrica era em Montreal – e liguei para o Maurício Botelho, da Embraer. Perguntei ao Maurício quantos países lhes forneciam as peças dos aviões. Ele também me respondeu: "Em torno de 20". Há mais ou menos a mesma coisa em muitos componentes dos aviões, nos **avionics**, em controles de toda ordem, nos flaps, etc. Há fabricantes mais ou menos localizáveis. Portanto, às vezes, as pessoas pensam que estão obtendo uma grande transferência de tecnologia quando, na verdade, não estão. A minha opinião de leigo no assunto, mas com a experiência nessas negociações muito difíceis, nas quais o Brasil saiu-se extraordinariamente vitorioso, é que a grande coisa a ser transferida é o desenho do avião. O resto se compra no mercado internacional.

A grande vitória da Embraer – e essa foi a percepção do Brasil – é que a Bombardier recebeu a fábrica de presente. A Bombardier é de uma família canadense. Eles fazem vagões de trem, e nada mais diferente de um avião do que um vagão de trem. Eles receberam aquela empresa, pagaram um dólar por ela, livres de dívidas. Eu até dizia aos canadenses: "Nossa diferença com os senhores é que temos um avião subsidiado. Os senhores, não. Os senhores têm um subsídio que voa. É diferente". Vejam que eles não tinham condições de modernizar o avião, porque o receberam de presente. Nós tínhamos condições de modernizar sempre o nosso avião, porque ele foi desenvolvido por nós.

Não tenho condições de dar opinião sobre o acordo que a Dassault nos propõe, mas eu, se tivesse oportunidade de examiná-lo, teria todas estas desconfianças: Quantos fornecedores tem a Dassault? Por que deles podemos comprar. Vão nos transferir desenho? O que vão nos transferir exatamente? Amplio inclusive a questão, e já estou falando como se já tivesse sido aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, sem me deixar contaminar, como dizem os americanos, pela "**localities**", que é a doença que afeta os Embaixadores que ficam muito afetados pelo lugar.

Vejam os senhores, vou citar só umas áreas que são selecionadas para cooperação entre a Academia de Ciência da União Soviética e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: imagiadores de satélites; combustível líquido para lançadores de satélites; utilização do centro de lançamento de Alcântara; cooperação técnico-militar; memorando de entendimento assinado quando da visita do Ministro Quintão à Rússia. Outras áreas: tecnologia da informação e das comunicações; materiais avançados; nanociência e nanotecnologias; pesquisa e desenvolvimento de matemática computacional, e por aí afora.

A Rússia hoje é um repositório gigantesco de conhecimento científico. O senhor citou o exemplo do Lada, que é perfeito, porque era um carro de amargar o tal do Lada. Há uma história de um fotógrafo que flagrou o Presidente Fernando Henrique, que teve a má idéia de comprar um Lada, empurrando o seu automóvel. Mas, veja o senhor, o Lada é exatamente o oposto. Ele era um objeto de consumo, era um Fiat de 1960. A Fiat foi à Rússia e montou a fábrica inteira. Quer dizer, não houve nenhuma transferência de tecnologia. A Fiat foi lá, montou a fábrica, pôs o nome de Lada e o carro ficou sendo feito durante 30 anos. O mesmo carro. É igual ao avião da Bombardier. Eles deram a fábrica de presente para a família, mas não ensinaram a família a fazer avião.

O que vejo é que uma compra de armamento militar deve ser feita no contexto de uma ampla cooperação, mas não numa cooperação restrita ao aparelho. Ao que dizem, esse avião é fantástico, de imenso desempenho, de longe muito superior aos outros. Dizem que o avião é tão bom que pode até provocar um certo mal-estar, digamos assim, em certos países da vizinhança, porque tem um desempenho superior a todos os disponíveis por outros países.

Portanto, a minha resposta não é no sentido de indicar este ou aquele aparelho. É a seguinte: a compra de armamento tem que ser feita de maneira muito ampla, o conceito de transferência de tecnologia tem que ser muito amplo, tem que haver um acordo de cooperação extremamente amplo. E creio que aí está um país que inclusive se vê naquela situação de que tem os seus cientistas, tem seus especialistas, tem a sua tecnologia, mas no momento não tem condições de produzir. Então, o que ele tem condições de fazer é ajudar o desenvolvimento de projetos, o que ele tem condições de fazer é não vender a sua tecnologia, é participar de projetos de aplicação da tecnologia disponível e já pesquisada nos seus diversos centros de excelência. Portanto, uma associação de uma amplitude maior. Quer dizer, é esse o avião, diria eu. Mas temos o privilégio de ter o ex-Embaixador na Rússia como Ministro da Defesa hoje em dia, e certamente – não conversei com S. Exª especificamente sobre o tema – estará aconselhando as diversas Armas a fazerem uma boa escolha, em particular a Força Aérea.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Era apenas para agradecer ao Embaixador Santos Neves e acrescentar que minha pergunta foi feita em razão da certeza de que voltamos ao assunto do US$ 1 bilhão – e me preocupa a maneira como o Brasil vai gastar, lamentavelmente, eu diria até, esse US$ 1 bilhão nesse particular assunto – e, sobretudo, já caminhando para, lá na frente, entrarmos numa outra seara, exatamente a da transferência de tecnologia de satélites, colocação de satélites em órbita.

O Brasil, a antiga União Soviética, hoje Rússia, Ucrânia, França, China, são alguns poucos países que detêm a tecnologia da colocação de satélite em órbita. Nesse contexto, tenho certeza de que o Itamaraty poderá ter um papel muito importante no estreitamento das relações, possibilitando a abertura de caminho para que o Brasil não precise celebrar aquele acordo horroroso proposto no ano passado, o Acordo de Alcântara, em que se estabelecia a entrega da Base Aérea de Alcântara aos americanos, ao invés de desenvolvermos a nossa própria tecnologia.

O SR. CARLOS AUGUSTO SANTOS NEVES – Compartilho integralmente da opinião de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura.

O SR. LUIZ TUPI CALDAS DE MOURA – Quanto à pergunta formulada pelo Senador Hélio Costa, tenho prazer de dizer-lhe que o assunto está resolvido.

Tenho aqui uma informação da Divisão de Relações Internacionais do Itamaraty, que relata que possuímos dois acordos sobre a isenção de visto com o Panamá. Acredito que um deles seja aquele a que V. Exª se referiu, ou seja, a isenção de vistos em passaportes comuns.

Esse acordo foi assinado em 10 de abril de 2000. Entrou em vigor no dia 10 de janeiro de 2002. Teve sua promulgação, por meio do Decreto nº 4092, no dia 16 de janeiro de 2002.

O segundo acordo de isenção de vistos diz respeito a passaportes diplomáticos, consulares, oficiais, especiais ou equivalentes, assinado na mesma data, 10 de abril de 2000, e que entrou em vigor em 10 de maio de 2000.

Portanto, felizmente, o assunto está resolvido.

Quanto à sua segunda consideração, mais do que uma pergunta, efetivamente, um vetor fundamental da atuação do diplomata brasileiro hoje, do embaixador em especial, é a área de promoção comercial. A área de promoção da imagem do Brasil e da promoção comercial.

Nesse sentido, está presente aqui o atual Embaixador do Panamá, que tem sido incansável nessa tarefa. Evidentemente, o Embaixador não faz negócio, mas cria oportunidades, aproxima e informa sobre oportunidades.

No caso específico do Panamá, temos também contado sempre e tradicionalmente com o apoio Banco do Brasil, que está lá há 30 anos e que, como disse, opera por intermédio do que chamam de balcão de negócios, financiamentos, exportações, basicamente, se não me engano, por meio do Proer.

Nesse exercício, é fundamental também, não há dúvida, a atuação do empresário. O empresário tem tido oportunidade em feiras que se realizam anualmente. Tivemos uma em março, que contou com a presença de 40 empresas brasileiras. O Itamaraty está sempre em contato, no caso o Departamento de Promoção Comercial, e tem dado o apoio necessário e possível aos empresários.

De modo que temos esperança de que, em função de potencial de comércio e outras oportunidades comerciais com o Panamá, como todos esses planos de modernização do canal, da Zona de Colón, da utilização das áreas onde estavam localizadas as antigas bases militares, possamos aproveitar comercialmente. Também poderá haver o adensamento da relação entre empresários dos dois países.

Agradeço a V. Exª pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO – Agradeço ao Senador Hélio Costa suas muito oportunas perguntas e comentários sobre a Coréia.

Dois assuntos foram levantados: reunificação e a pirataria.

A reunificação é um problema extremamente complexo entre as duas Coréias não só pelos antecedentes políticos mencionados em resumo, mas também em função do alto custo que isso poderia implicar, sobretudo para a Coréia do Sul.

Quanto ao seu interesse em saber qual seria o papel do Brasil no exercício dessa natureza, penso que o Brasil, à vista dos fundamentos da sua política diplomática, é claro, favoreceria um processo de reunificação, negociado da forma a mais pacífica possível e respeitando os interesses de ambas as partes, evidentemente, com os ajustes necessários. Seria a nossa posição geral.

Quanto às iniciativas específicas para promover uma aproximação maior entre as duas Coréias, primeiramente há uma cooperação bastante ativa e, diria, por baixo do pano, até um pouco ilegal entre as duas Coréias. Ilegal no sentido de que grandes empresas coreanas, não vou citar o nome por razões óbvias, teriam passado somas importantes ao Governo norte-coreano, ante a possibilidade de obtenção de contratos comerciais importantes para execução de obras, infra-estrutura, etc. Isso evidentemente embora feito dessa forma traz um claro benefício para a Coréia do Norte, um país paupérrimo até de divisas. Ela importa US$1,5 bilhão e exporta apenas US$600 milhões, um país que tem uma sede extraordinária de recursos externos. Nesse caso a Coréia do Sul, país desenvolvido vizinho, oferece essa possibilidade.

O papel que o Brasil pode ter nessa reunificação derivaria primeiramente da sua grande autoridade moral em promover processos de aproximação pela via negociada. Isso nós dá um **status** muito importante entre as nações, especificamente no jogo diplomático que se pode fazer em torno das Nações Unidas, que certamente terá um papel importante nesse jogo.

O senhor mencionou como provavelmente um obstáculo a esse processo de reunificação o acordo celebrado entre os Estados Unidos e a Coréia, em 1994, ainda no Governo Bill Clinton. O acordo estabelecia que os americanos dariam aos coreanos ajuda econômica de toda natureza, inclusive em espécie, alimentos, etc., mediante promessa da Coréia do Norte de parar o desenvolvimento do programa nuclear.

O fato é que os americanos não cumpriram à risca o acordo. Por várias razões. Houve também uma certa responsabilidade da Coréia, que nunca perdeu essa atitude belicosa em relação à Coréia do Sul. Os americanos, de fato, ficaram, por oposição no próprio congresso americano, desencantados com essa atitude e passaram a avaliar que talvez não valesse à pena dar ajuda prometida porque não se tinha certeza de que a Coréia de fato iria interromper o programa de desenvolvimento nuclear.

Muito recentemente, depois que o Presidente Bush, em 2002, anunciou o seu famoso conceito de eixo do mal, aí incluindo a Coréia do Norte, o Iraque e o Irã, tal atitude passou a despertar uma animosidade sem precedentes da Coréia do Norte em relação a Washington. Evidentemente animosidade essa seguida por certos atos, como lançamento, ainda recentemente, de dois foguetes terra-mar que chegaram próximo do Japão, mas sem nenhuma ameaça estratégica: apenas como um aviso de que estava desenvolvendo um foguete, que poderia ser melhorado, para, algum dia, atingir um país importante. E o grande candidato, primeiro, seria a Coréia do Sul, o primeiro foguete a atingiria; o segundo seria o Japão, e, evidentemente num processo muito mais sofisticado, poderiam pensar em atingir os Estados Unidos.

O fato é que esse processo é muito delicado. Especificamente o Brasil, com essa posição geral de promover reunificações ou solucionar conflitos através de um processo negociado, tem autoridade moral. O que podemos de fato? Recentemente, não quero tirar a autoria dessa iniciativa, numa conversa no Senado, ouvi uma sugestão muito interessante a ser tomada pelo Brasil para promover amistosamente essa reaproximação entre as duas Coréias. O que me lembrava um pouco certas iniciativas havidas nos Estados Unidos na gestão do Presidente Richard Nixon. Mas vou deixar que essa iniciativa seja anunciada por seu próprio autor, que, aliás, entusiasmou-me. Muito obrigado.

Sobre a pirataria, respondo que a posição do Brasil, obviamente de todo país que é responsável, é contra a pirataria, ainda que muitas vezes não consigamos controlá-la, porque a pirataria, evidentemente, entusiasma e desperta a iniciativa de pessoas altamente sofisticadas no comércio internacional. É por isso que, sendo ilegal, ela continua a existir. O fato é que nós não aceitamos a pirataria como tal, como uma prática normal de comércio, por razões óbvias. A posição do Governo é combater essa prática ilícita de comércio internacional. Se o problema se agudiza dessa forma como V. Exª acaba de mencionar e se os interesses brasileiros forem levados ao Itamaraty de forma concreta, tenho a impressão de que esse vai ser um dos temas constantes da minha agenda de atuação em Seul. E tudo farei para encaminhar esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção estava se referindo a uma idéia que surgiu do nosso diálogo ontem, quando ele me visitou. Temos estado aqui preocupados com a guerra do Iraque, com eventualmente mais uma próxima ameaça – porque primeiro o Iraque, depois a Coréia do Norte e o Irã, conforme ele observou. Então o que poderia ser feito para evitar outra guerra dos Estados Unidos na Coréia do Norte? E como o Brasil poderia colaborar para isso? Como? Lembro da extraordinária simpatia que o Brasil obteve por sua seleção de futebol no campeonato mundial ao conquistar a Copa, ali na Coréia, no Japão. E qual poderia ser essa proposição?

Peço ao Embaixador Pedro Paulo que verifique a possibilidade da seleção brasileira, eventualmente, fazer uma visita à capital da Coréia do Sul e à da Coréia do Norte, jogar com ambos os times ou, eventualmente, até com uma seleção conjunta, de ambos os times, nos dois países, quem sabe, com o espírito de promover um passo importante na unificação, reunificação de ambas as Coréias. Os Estados Unidos já utilizaram o pingue-pongue para o restabelecimento das relações entre eles e a República Popular da China. Quem sabe, através do futebol, colaboraríamos para que haja a paz? Aliás, no espírito do que nos foi lembrado pelo Embaixador Santos Neves, porque estamos hoje aqui relembrando Tolstoi, de **Guerra e Paz**, que inspirou Gandhi, Martin Luther King Jr. e outros.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, realmente, um dos melhores momentos da nossa vida parlamentar acontece quando, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, temos a oportunidade de ouvir os nossos Embaixadores, que nos remetem aos cinco continentes da Terra com dissertações tão bonitas, tão claras e tão absorventes. O tempo passa, e nós somos tomados.

Tenho uma honra dupla, porque os três Embaixadores, como a maioria dos que vieram, que compareceram a esta Comissão nesta 52ª Legislatura, são do meu Estado. Isso mostra realmente que o fluminense, em especial o carioca, tem essa alma de diplomacia, de democracia, essa visão do mundo. Talvez por isso nosso Estado seja tão sacrificado.

Nesses dois primeiros meses do ano – aqui está um desabafo para nós, fluminenses, cariocas -, o nosso Estado arrecadou R$6,5 bilhões para o Governo Federal e recebeu de contrapartida R$200 milhões. Contando as verbas do SUS, mais R$200 milhões. Quer dizer, no Estado do Rio de Janeiro, considerando o Imposto de Renda, o PIS, o Pasep, o Cofins, enfim, os impostos federais, R$6,5 bilhões são recolhidos. Dessa quantia, volta menos de 5% para o nosso Estado. Durante o ano passado, foram recolhidos US$10 bilhões e menos de US$1 bilhão voltou para o nosso Estado, que não tem dinheiro sequer para a folha de pagamento. A Governadora está na iminência de receber um mandado de prisão do Tribunal de Justiça porque não pagou o 13º salário e não dispõe de recursos para fazê-lo.

Voltando a essa missão extraordinária que os senhores terão, representando o nosso País na Rússia, no Panamá e na Coréia, faço um apelo, como um brasileiro que morou durante dez anos no exterior e nos lugares mais difíceis da África, no sentido de que lembrem da nossa comunidade. Quero pedir o apoio dos senhores – já tive a oportunidade de ir ao Itamaraty expor essa idéia aos ilustres Embaixadores –, pois precisamos investir mais nos Consulados brasileiros no exterior.

Sr. Presidente, como alguns dizem, há mais de 2 milhões de brasileiros vivendo no exterior – talvez 2,5 milhões. Segundo o Banco Central, há uma remessa de US$5 bilhões anualmente, o que é mais ou menos US$100 por mês. Ora, o orçamento do Itamaraty para esse ano, no que se refere ao aparelhamento e assistência aos nossos Embaixadores e Cônsules que estão no exterior, é de apenas R$250 milhões, aliás, R$238 milhões. Já que o Banco Central recolhe 1% dessas remessas com um mínimo de US$20, seria uma atitude muito coerente tirar desses recursos uma contribuição para assistir aos brasileiros no exterior, assistir aos nossos Embaixadores, aos Cônsules, enfim, garantir todo o nosso aparato lá fora. Isso poderia, num futuro muito próximo, aumentar as nossas exportações. Com uma Embaixada bem equipada, ou um Consulado, com técnicos especializados em descobrir negócios, nossa pauta de exportação poderá ser atendida, o que é o grande objetivo dessa Nação com tantas desigualdades sociais.

Estou aqui para congratular-me com os nossos Embaixadores e dizer-lhes que é uma honra para nós tê-los recebido. Com certeza, aqui serão aprovados por unanimidade e no plenário a consagração será total.

Parabéns!

Que Deus os abençoe com as suas famílias! Para nós, brasileiros, é uma honra ter um corpo diplomático da categoria do existente no Itamaraty.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, quero cumprimentar os Embaixadores Santos Neves, Pedro Paulo e Luiz Tupi pela forma como conduziram as suas exposições, o que não é surpresa tendo em vista o preparo dos membros do Itamaraty. Isso nos deixa muito à vontade. Tenho certeza de que V. Exªs farão excelente trabalho lá fora em

prol do nosso País e, sobretudo, aumentarão o intercâmbio comercial desses países com o Brasil.

A minha pergunta, que é muito objetiva, é dirigida aos três.

Considerando que pelo menos grande parte das mazelas no Brasil passam pela pouca participação do setor externo em nossa economia e considerando que as condições e os números apontados aqui pelo Embaixador Pedro Paulo – de US$300 bilhões no ano entre a exportação e importação da Coréia – como conseguir isso? Eles conseguiram obter uma revolução cultural baseada num enorme avanço em educação, numa paixão desmesurada pelo trabalho – não é tanto o nosso caso, pois penso que se trata de uma questão cultural – e no direcionamento para trabalhar com produtos, para exportar produtos que agregassem valor, o que dever ser feito, mas é uma questão de tempo. Pergunto, portanto: como podemos conseguir isso considerando que a nossa grande mazela passa por aí?

Essa pouca participação acaba influenciando nos altos juros, no desemprego, na dívida pública, enfim, exerce influência no quadro geral. Lembro aqui a experiência do Embaixador Santos Neves em Nova York, no México, no Canadá, outra vez nos Estados Unidos. E tenho essa preocupação por entender que, às vezes, são considerados conflitos até ideológicos num tema em que não deveria existir, que seria o dos acordos internacionais como a Nafta e a Alca. Minha pergunta, objetiva, é a seguinte: há alguma condição de tentarmos fazer crescer essa participação do setor externo na economia do Brasil sem que venhamos a participar de acordos, com a Europa, com os Estados, em bloco, com o Mercosul, ou em separado, como o Chile tem feito? Eu gostaria muito de saber a opinião de cada um dos senhores sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Augusto Santos Neves.

O SR. CARLOS AUGUSTO SANTOS NEVES – Senador, muito obrigado. Penso que V. Exª toca num ponto que transcende até as argüições nossas, porque diz respeito a um aspecto crucial do futuro do próprio País. O fato é que, nos últimos dez anos, se V. Exª observar, as exportações brasileiras estão estacionárias. No último ano houve uma aparente melhoria – digo aparente porque se trata de uma melhoria simplesmente quantitativa – devido ao fato de ter havido também melhores preços para **commodities** e porque a recessão força muitas companhias a exportarem produtos que, em condições normais, seriam absorvidos pelo mercado brasileiro. Razões contábeis aconselham essas companhias a exportarem porque elas têm o chamado **break even**, elas têm que cobrir os custos fixos; e, se não derem uma determinada dimensão a sua produção, estão em maus lençóis.

Essa não é uma característica permanente, pois o País, se melhorar sua situação, não exportará sua produção, e sim a absorverá, pois, na verdade essa produção não tem preços competitivos. Essas manufaturas não têm preços competitivos, problema com o qual o País vem convivendo já há muito tempo.

A verdade é um pouco mais séria e um pouco mais grave do que isso, porque se vem observando uma sensível perda de qualidade na pauta das exportações brasileiras. Anos atrás, tínhamos na pauta de exportações, por exemplo, firmas de engenharia do seu Estado, que orgulhavam o País realizando obras formidáveis em toda parte, inclusive no Iraque. Atualmente, Senador, o Brasil vem perdendo e vem se transformando num país exportador de recursos naturais com algum grau de elaboração. Por exemplo, exportamos alumina, mas não exportamos alumínio. Exportamos ferro minimamente elaborado, além do minério de ferro, mas não estamos exportando máquinas, ferramentas, coisas de alto valor agregado. Exportamos pasta de papel, todo o complexo da soja, mas não estamos exportando óleo de soja, mas o farelo. Então, há realmente uma perda. Fala-se muito como uma característica da globalidade – e creio que aí está o segredo da Coréia.

Há um livro que o Presidente Fernando Henrique Cardoso gostava muito de citar, um admirável livro de um espanhol que ensina na Califórnia, o professor Manuel Castels, que cita como característica da globalidade a existência de cadeias globais de produção – exatamente o que eu apontava, no caso dos aviões. A linha de montagem não é mais aquela linha fordista, em que o automóvel ia passando e o Carlitos apertava os botõezinhos e chegava em casa repetindo os mesmos movimentos. Não. Essa linha hoje é virtual; dá-se em vários países. Portanto, para qualquer objeto transacionado globalmente, há peças, partes e softwares, desenhos etc., que têm uma infinidade de origem.

O fato é que a Coréia participa de muitas dessas cadeias globais de produção, assim como o Japão, os países da Ásia, Cingapura, a China, os países europeus, os Estados Unidos também, naturalmente. No entanto, nós temos uma participação muito episódica, muito tênue. Enquanto essa questão não encontrar uma solução, creio que dificilmente haverá outra melhoria nas nossas exportações que não seja resultante de

uma expansão do horizonte agrícola brasileiro, agregando novas terras. Melhorias de produtividade pela introdução de transgênicos é uma outra possibilidade – um assunto extremamente polêmico. Desse modo, trata-se de uma questão de imensa importância.

Senador, quando me referi à ilusão americana da Rússia, nesse abraço demasiado, que teve tantas conseqüências daninhas para Rússia e sua economia, eu havia feito a comparação com a China, sempre observando que a China não havia abraçado ninguém, que a China havia autogerido e autogestado o seu modelo de desenvolvimento, que o Estado chinês tem uma presença intensa na vida econômica chinesa, não por ser a China um país socialista, mas por ser um país dedicado ao seu desenvolvimento econômico.

Não tenho nenhuma dúvida sobre a inconveniência de um modelo em que o Estado se ausenta. O resultado é esse. Na Coréia, o Estado está presentíssimo. O Embaixador Pedro Paulo apontou isso na sua exposição, e, certamente, regressando da Coréia, no momento em que for convidado a comparecer nesta Comissão para falar da sua experiência, ele lhe dirá realmente da presença decisiva, como orientador, como gestor, como propiciante de fundos de investimento. Não vejo desenvolvimento se dar sem a presença do Estado. Não é aquele Estado obsoleto, é um outro Estado, mas estamos falando, obviamente, de algo que funcione e não de algo que não funcione.

No caso da União Soviética, o Estado era obsoleto. Dizia-se que o trabalhador fingia que trabalhava e o Estado fingia que pagava a ele, e o resultado era aquele famoso automóvel há pouco citado pelo Senador Hélio Costa.

Portanto, com relação a essa grande questão, do meu modesto ponto de vista, temos que realmente fazer uma reflexão muito profunda, porque não é por acaso que o Brasil tem esse desempenho estacionário. Transvestir esse desempenho utilizando expressões que parecem engrandecer o desempenho exportador brasileiro – como dizer que o Brasil é um **global trader** – é algo que faz, talvez, as pessoas chegarem em casa um pouco mais felizes, mas considero totalmente impróprio chamarem **global trader** um país que não exporta sequer 1% do que é comerciado internacionalmente.

Essa é uma questão absolutamente crucial, uma questão que me penaliza e me mobiliza de tal maneira que não posso expressar o sentido de ultraje que sinto quando vejo o desempenho do País. E não teremos divisas, não teremos condições de realizar uma série de ajustes necessários – de taxa de juro, por exemplo – enquanto o Governo estiver induzindo a recessão no país. E se o País não a induzir, naturalmente demandará importações que não tem condições de financiar, porque não exporta.

Essa é uma questão crucial. Quanto ao caso da Rússia especificamente, temos aqui, pelo menos, algumas pequenas linhas a explorar, porque, como o país sofreu uma **débâcle**, evidentemente há linhas a buscar. Quer dizer, temos que tentar. Temos nos concentrados em açúcar e carnes suínas congeladas. Isto é penoso: açúcar de cana, carnes suínas congeladas, como eu disse, mais de 80% são de carnes e açúcar. Com o mau humor de um burocrata russo, isso vai para outro mercado. O que já ocorreu. Dizem, por exemplo, que a carne do suíno exportado de Santa Catarina contém uma doença – eu nem sabia que existia essa doença no suíno. Nesse caso, há uma restrição.

No entanto, do outro lado, temos uma série de produtos. A Apex vai explorar, porque existem os motocompressores, tubos catódicos, cadeiras de dentistas, tratores rodoviários, pneus, facas de cozinha.

Veja que não estamos nos computadores, mas, de qualquer maneira, isso é melhor do que nada. Temos joalherias, calçados, naturalmente, parte de aparelhos para cozinhas, ferro e aço, enfim, certos bens médios de tecnologia **standard** que podemos exportar. Vamos explorar isso e vamos explorar com grande afinco.

O grande desafio no caso da Rússia, como é o caso de outros países com os quais temos relações comerciais um pouco amarradas, é o fato de terem dificuldades de exportar para o Brasil.

A lista de exportação russa é mais triste do que a nossa, porque eles têm simplesmente nitrato de amônia, que inclusive está sofrendo direitos compensatórios, e alguns outros produtos de uma fórmula química – o engenheiro Marcelo Crivella conhece, se me permitem, porque também fui da Escola Nacional de Engenharia – de uma tal singeleza que vemos que o produto é de um grau mínimo de elaboração. Mais simples do que nitrato de amônia é só a água, porque é H_2O. O nitrato de amônia, se não me engano, é NH_4. Quer dizer, não tem nem carbono.

Enquanto eles estiverem vendendo US$400 milhões para o Brasil e nós estivermos exportando para lá US$1,2 bilhões, tudo bem. Um dia verão que o nosso açúcar é amargo, que a galinha tem não sei o quê, que a carne de vaca tem febre aftosa. Estamos tentando resolver isso. Quando sair daqui, vou conversar

com o Ministro da Agricultura – já conversei com o Ministro Furlan – para ver se estabilizamos os produtos que já exportamos.

Entretanto, o problema, Senador, é grave.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Poderia entender que essa participação do Estado a que o senhor se refere, até para mudar esse perfil de exportação colonial, seria uma condução de acordos bem feitos, como apresentei antes, ou individualmente, com regiões, com a Europa, com os Estados Unidos? Poderia entender que é essa a posição?

O SR. CARLOS AUGUSTO SANTOS NEVES – Há duas questões. Eu valorizo menos, Senador, com toda sinceridade, os acordos. Os acordos comerciais, tradicionalmente, são baseados em preferências tarifárias. Para falar em preferência tarifária, vamos usar o mercado americano, já que o mercado europeu é peculiar, tendo uma tarifa externa comum, que é a própria razão de ser da União Européia.

No caso do mercado americano, o comércio entre o México e os Estados Unidos é pouco resultante de uma preferência tarifária. Esse comércio é muito resultante de uma proximidade geográfica conjugada, naturalmente, à mão-de-obra barata no México.

O assunto é muito complicado. Fui Embaixador no México no primeiro ano e meio de Governo do Presidente Vicente Fox e, como estava na Texas, fui à fronteira. Como engenheiro, gosto de ver fábricas. Senador, em um ano e meio, 25% das indústrias maquiladoras mexicanas transferiram-se para a China. Todas as indústrias de vestuário transferiram-se para a China, assim como 60% da Philips. Atualmente, estão sendo produzidos ali aparelhos de televisão de 52", porque o transporte dos mesmos é muito caro em função do tamanho, e lâmpadas, que, embora leves e fáceis de carregar, quando em volume equivalente, por exemplo, a US$5 mil, têm que ser produzidas ali na fronteira. A zona produtora está se estiolando e irá desaparecer. Por quê? Porque a solução era artificiosa e não atacava a origem do problema, que é a necessidade de o País selecionar o que pode produzir, encontrar meios de fazê-lo e vender sua produção no mercado internacional.

Atualmente, o mercado internacional está muito definido e tem seus fornecedores. Quando se pensa em produzir determinado produto, primeiramente, tem-se que verificar quem já produz o mesmo artigo e quem o vende nos Estados Unidos, na Europa, qual é a cadeia global de produção. Às vezes, não é necessário entrar na produção final. Pode-se atuar nas fases intermediárias, como fornecedor de insumos.

Por isso, vejo a questão muito menos como um questão de acordo comercial. Se V. Exª me permite, essa não é área de minha competência nem direi algo que provoque alguém: o que me assombra na Alca é que, entrando em vigor, não vislumbro o Brasil exportando mais do que exporta hoje para os Estados Unidos. Não se trata de um instrumento indutor de exportações. É um instrumento obsoleto. É como o telefone de manivela, que serviu há muitos anos. O acordo de livre comércio se originou há 40 ou 50 anos. Essa proposta tem 15 anos. O mundo mudou e não é mais tempo de exportar por causa de preferência tarifária. Hoje, a questão é a produção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Gilberto Mestrinho gostaria de usar da palavra?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, para nós foi motivo de satisfação ouvir as explanações dos Srs. Embaixadores, pela alta qualificação profissional que têm e pelo conhecimento perfeito da função que exercerão e que já exercem profissionalmente.

Não farei perguntas, mas desejo sucesso a V. Exªs durante o tempo em que representarão o Brasil na Rússia, na Coréia e no Panamá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura responderá à pergunta formulada pelo Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. LUIZ TUPI CALDAS DE MOURA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com o benefício da resposta bastante precisa e abrangente, dada pelo Embaixador Santos Neves, com a qual estou inteiramente de acordo, faria apenas algumas considerações.

Primeiramente, considero a questão transcendente, como o disse o Embaixador Carlos Augusto Santos Neves. Tem a ver com o próprio modelo de desenvolvimento e como levá-lo adiante. Entendo que existe uma palavra-chave, que também é uma questão-chave, que é a competitividade. Cada vez mais o comércio exterior passou a ser altamente competitivo. Inclusive, o modelo que praticamente todos os países têm adotado é o de aumentar exportações e tentar colher, digamos assim, recursos internos para financiamento do seu próprio desenvolvimento no processo de exportações.

Então, a competitividade e a disputa por mercado e por financiamento ficam cada vez mais difíceis. Nesse caso, o Brasil tem muitas desvantagens, principalmente na área de financiamento.

Por exemplo, quanto à questão específica dos aviões de grande porte, a Varig, que hoje está numa situação delicada, antigamente possuía grandes aviões **boeing**, mas, em determinado momento, precisou devolvê-los. Lembro-me que um dos problemas que afetavam diretamente a Varig era a questão do financiamento dos aviões. O Eximbank americano vendia os aviões para as empresas americanas a uma taxa obviamente muito mais favorável do que aquela estipulada a outras empresas. A questão do financiamento é fundamental.

No caso específico do Panamá – o Embaixador Pedro Paulo conhece o assunto bem melhor do que eu –, essa situação tem dificultado uma série de operações. Existem oportunidades que não se materializam. Por quê? O País compete em condições de desigualdade. Ele não tem a mesma capacidade financeira e a mesma agilidade das empresas americanas, européias e asiáticas. Considero esse ponto fundamental.

Ao citar a Coréia, o Embaixador Pedro Paulo abordou outra questão que diz respeito à educação, ao desenvolvimento tecnológico e também à questão do financiamento. Devemos, cada vez mais, nos aprimorar para que tenhamos condições de competitividade. É preciso juntar esses elementos: educação, desenvolvimento tecnológico com maior valor agregado e financiamento.

Em relação especificamente aos acordos, o Embaixador Santos Neves mencionou a questão de que a essência dos acordos seria a preferência tarifária. Os acordos têm a sua importância, porque dão uma moldura institucional e também certa previsibilidade. Até mesmo na implementação de acordos que prevêem as tais preferências tarifárias, há aqueles que prevêem quantidades de importação e exportação. Portanto, existe uma previsibilidade.

A questão fundamental – e V. Exªs conhecem muito melhor do que nós, e que foi o exemplo mencionado pelo Embaixador Santos Neves – é a da Alca. É fundamental que o acordo seja um acordo de fato, ou seja, que atenda aos interesses das partes. Não pode ser um acordo de apenas uma via.

Agradeço, ainda, a reflexão do Senador Rodolpho Tourinho.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO – A essência da pergunta do Senador Rodolpho Tourinho está, provavelmente, baseada em dois aspectos. Primeiramente, a adequação ou a necessidade da participação do Estado na modernização do setor externo da economia brasileira ou da economia em geral. Além disso, creio que S. Exª desejaria que eu ilustrasse a minha resposta com algum exemplo coreano que eu já deva conhecer.

Quanto ao primeiro aspecto, menciono que realmente considero a participação do Estado importante para a modernização da economia, especialmente no setor externo. No entanto, faço uma ponderação. Evidentemente, o Estado obsoleto e não moderno não modernizará nada, mas, sim, atrapalhará. É preciso analisar se o aparelho do Estado, na sua organização e no seu funcionamento, atingiu parâmetros de organização de grande eficiência.

O Estado coreano é extremamente moderno. Faço essa afirmação, em virtude das matérias que li, até agora, a respeito da Coréia e de todas as conversas que mantive sobre o assunto. Por isso, secundo inteiramente a observação feita pelo meu colega Santos Neves no sentido de que, na Coréia, existe uma participação extraordinária do Estado na formação e na facilitação dos grandes conglomerados comerciais, chamados **chaebol**, que são muito importantes.

Mas essa participação direta e importante do Estado não cria clientelismo. Aí é que é o dado importante. Como o Estado é moderno, ele está disposto a ajudar empresas que se formem modernamente e que estejam preparadas para competir com eficiência no comércio internacional, mesmo porque a Coréia, tendo basicamente três quartos do seu PIB dedicados ao comércio internacional, evidentemente, ou é extremamente competitiva ou não teria essa participação assegurada.

Para lhe dar um exemplo concreto de como isso funciona, vou-lhe citar apenas um de que tive conhecimento direto e ao qual vou me referir – até com a presença de colega nosso do setor de promoção comercial do Itamaraty, que tem dado uma contribuição extraordinária ao Brasil. Nosso sistema está bem estabelecido e é muito conhecido do empresariado brasileiro, mas quero me referir a um exemplo coreano de promoção das exportações.

É fundamental recordar que um país de tal avanço tecnológico aplica à sua promoção de exportação uma estrutura altamente avançada, com o uso da informática. Como funciona isso? Como pensamos na promoção de exportação, na promoção tradicional? Enviamos missões empresariais, participamos de feiras internacionais, mantemos um sistema bastante ágil de listas de importadores e exportado-

res, que podem ser consultadas por meio da Brasil Trade Net, que é um grande sucesso até agora do nosso sistema de promoção de exportação, mas devo assinalar que os coreanos foram muito além disso. Aquilo que chamamos de Brasil Trade Net é um sistema que os coreanos tinham há 25 anos. Hoje, o sistema funciona da seguinte forma: a Coréia dispõe, no exterior, contrastando com o que chamamos de setores de promoção comercial nas Embaixadas ou até independentes, o que chamam de **Cotra**, que em inglês quer dizer **Corean Trade Office**. Em São Paulo, há um grande; no próprio Panamá também há um muito importante. Visitei o do Panamá e devo visitar, proximamente, o de São Paulo.

E funciona da seguinte forma – vou dar-lhes os detalhes concretos, para verificarem o fator distância, porque, nos relatos que recebo, um dos empecilhos de se comercializar mais com a Coréia é a dificuldade de se fazerem contatos empresariais diretos.

A Coréia, evidentemente, deve-se considerar no centro do mundo, mas talvez não pensemos da mesma forma. A distância é longa. Como eles fizeram para eliminar o problema da distância? Solução através da informática. Qual é essa solução, concretamente? Esse centro de promoção comercial, além de atos tradicionais, como distribuir folhetos, fornecer listas, dar endereço, fazem outras coisas. Eles publicam periodicamente, nos jornais, que esses centros estão dispostos a receber consultas de potenciais importadores de produtos coreanos em determinado país onde haja esse centro. As pessoas vão a esse centro, dão o seu nome, dizem o tipo de produto que desejam, indicam quais as condições, como as de financiamento, que desejam que sejam aplicáveis a essas importações e eles tomam nota, preenchem um formulário.

Evidentemente, acumula-se o número de consultas e esses formulários são enviados, eletronicamente, para Seul. Lá, isso é distribuído entre os potenciais exportadores interessados, da Coréia, para exportar tal produto, por exemplo, para o Brasil. Nesse momento, não cessa o aparato do trabalho público – é aí nesse momento que se identifica o interesse do país, e também para caracterizar que o aparato público pode continuar a dar essa colaboração. Então, o que acontece? Esses centros comerciais publicam, depois, um outro aviso, dizendo que em tal período iniciaremos conferências diretas entre os potenciais exportadores e importadores – e essas pessoas são convidadas a esse centro comercial. E, nesse momento, cada importador brasileiro – seria o caso de São Paulo, por exemplo – conversa com seus vários potenciais exportadores para o Brasil. Essa pessoa, então, discute o produto pela Internet, visita, também pela Internet, a fábrica e discute as condições todas. As informações que tenho são que, no caso do Panamá, por exemplo, de cada dez conferências por Internet, dessa forma, há pelo menos uma média de três negócios fechados. Assinalo que nenhum importador panamenho foi à Coréia e nenhum exportador coreano foi ao Panamá. Quer dizer, a um custo baixíssimo pode-se contratar a operação comercial.

Isso significa que o Estado, para chegar a esse ponto, evidentemente não está obsoleto. Ele dá uma contribuição extraordinariamente moderna, tornando, pela via eletrônica, mais ainda competitiva a exportação coreana. Então, participo da opinião de que o Estado moderno dá contribuição moderna, então, a operação se faz modernamente.

Creio que essa era a essência de sua pergunta e deixo essa contribuição. Creio que algum dia, provavelmente, no Brasil, consideraremos uma sugestão dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Antes de encerrar, peço aos Senadores Rodolpho Tourinho, Gilberto Mestrinho e Marcelo Crivella que, respectivamente, façam a apuração dos votos, porque todos os Srs. Senadores já votaram.

Peço aos Srs. Senadores que cada um examine a respectiva urna indicada e se responsabilize por ela, fazendo a contagem com o devido cuidado para não se repetir o que ocorreu outro dia. Temos que ser precisos na contagem dos presentes e do número de votos obtidos por cada um dos indicados.

(Procede-se à apuração.)

Por unanimidade de votos, cumprimento os Srs. Embaixadores Carlos Augusto Rego dos Santos Neves, Luiz Tupi Caldas de Moura e Pedro Paulo Pinto Assunção, indicados, respectivamente, para a Rússia, paras as Repúblicas do Panamá e da Coréia.

Nossos cumprimentos pela excepcional contribuição dos três à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h e 50min.)

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e três, no Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **LÚCIA VÂNIA, MOZARILDO CAVALCANTI, AELTON FREITAS, ALOIZIO MERCADANTE, JOÃO CAPIBERIBE, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, EDUARDO AZEREDO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA, HÉLIO COSTA, JOÃO ALBERTO SOUZA, PEDRO SIMON, ROSEANA SARNEY, LUIZ OTÁVIO, MARCO MACIEL, GILBERTO MESTRINHO, ARTHUR VIRGÍLIO JOSÉ AGRIPINO e FLÁVIO ARNS.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens de pauta. **Item 01** – Mensagem Nº 12, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **SÉRGIO SILVA AMARAL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa". A Relatora, Senadora **LUCIA VÂNIA**, faz a leitura do relatório. Na seqüência, o Presidente passa a palavra ao Senhor **SÉRGIO SILVA AMARAL** que faz sua exposição de motivos. Passa-se à arguição do Senhor Embaixador. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, RODOLPHO TOURINHO, PEDRO SIMON, HÉLIO COSTA, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA, ARTHUR VIRGÍLIO, JOÃO CAPIBERIBE e CÉSAR BORGES.** Em seguida, o Senhor Presidente requer a leitura da próxima matéria de pauta. **Item 02** – Mensagem Nº 04, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia". Faz a leitura do relatório a Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**. Após leitura do relatório, o Senhor Presidente inverte a pauta . **Item 01– extra pauta–** Mensagem Nº 06, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Barbados, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristovão e Névis". O Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, relator da matéria, faz a leitura do parecer. O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, GILBERTO MESTRINHO** e o Senhor Senador **RODOLPHO TOURINHO** que escrutinem os votos. Segue-se então a apreciação do próximo item de pauta. **Item 02– extra pauta–** Requerimento Nº 223, de 2003 "de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e às liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano". Passa-se a palavra ao Senhor Senador **TIÃO VIANA**, relator da matéria, para ler seu parecer. Após leitura do parecer, a Comissão consentiu que o Requerimento deveria ser adiado pela ausência do Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES** que apresentou um requerimento junto à Comissão com assunto semelhante. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 35 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias.

Item nº 01:

Mensagem (SF) N° 12, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República francesa."

Eu gostaria de aqui externar o quanto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional considera significativo e importante que possa o Ministro Sérgio Silva do Amaral aqui estar presente, já que, às vésperas da reunião marcada para ouvi-lo, foi submetido a uma delicada cirurgia, mas felizmente está muito bem de saúde, acompanhado inclusive de sua senhora, a Embaixatriz Rosário do Amaral. Que seja bem-vinda. Desejamos registrar quão importante é para todos nós seu pronto restabelecimento.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para ler o relatório.

A SRª RELATORA (Lúcia Vânia) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata:

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 12, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador junto à República Francesa.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador junto à República francesa.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Sérgio Silva do Amaral, filho de Pedro Augusto Amaral e Maria Aparecida da Silva Amaral, nasceu em 1° de junho de 1944, em São Paulo. É doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne).

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1971, e, sucessivamente promovido, chegando a Ministro de Primeira Classe, em 1994.

No serviço público federal, exerceu funções de relevância tanto no Ministério das Relações Exteriores quanto em outras pastas, chegando a Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, em 1995 e 1999, e a Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2001 e 2002. Foi também Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1994.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Embaixador em Londres, em 1999 e 2001, e de Ministro Conselheiro em Washington, em 1991 e 1993.

O Ministro Sérgio Silva do Amaral tem chefiado delegações do Brasil em inúmeras missões internacionais, dentre as quais cabe destacar as relacionadas à negociação da dívida externa brasileira na década de 1980; tem proferido palestras e publicado em periódicos internacionais a respeito deste assunto.

O diplomata em apreço foi agraciado com a condecoração de Grande Oficial da Ordem do Rio Branco.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores referente às relações entre o Brasil e a França.

Segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores, as relações entre Brasil e França experimentaram, no passado recente, um desenvolvimento inédito em todos os campos da já tradicional e densa interação bilateral. Os laços históricos de amizade e confiança entre os dois países tornaram-se ainda mais estreitos, servindo de base para a articulação de iniciativas em campos como a concertação política, comércio e investimentos, segurança e defesa, ciência e tecnologia, educação e cultura.

O texto ressalta ainda que nunca antes se verificou tão intensa troca de visitas de autoridades do mais alto nível de parte a parte. Faz referências às três viagens do Presidente Fernando Henrique Cardoso (em 1976, 2000 e 2001) **sic** à França, e do Presidente francês Jacques Chirac ao Brasil em 1997 e 1999. O Primeiro-Ministro francês, Leonel Jospin, também visitou o Brasil em 2001. Com isso, o diálogo entre os dois países tem aumentado significativamente.

Cabe destacar, também, os avanços nas relações econômicas e comerciais entre Brasil e França. Nos últimos anos, as exportações brasileiras para a França quase dobraram, o mesmo ocorrendo com as importações. O fluxo comercial passou de US$1,7 bilhão, em

1994, para mais de US$3 bilhões, em 2002. Além dos tradicionais produtos exportados pelo Brasil, como soja e minério de ferro, o País passou a contar, na sua pauta de exportação para a França com itens de alto valor agregado, como aviões e automóveis.

No que concerne a investimentos, recentemente, grandes grupos franceses instalaram-se no Brasil em setores diversos, automotivo, energético, hoteleiro, entre outros, totalizando cerca de 700 empresas francesas no País. O estoque total dos investimentos franceses diretos no Brasil cresceu de cerca de US$2,5 bilhões, em 1995, para mais de US$10 bilhões nos dias atuais, o que assegura à França um lugar entre os cinco maiores investidores franceses no País.Também na área de ciência e tecnologia, Brasil e França mantêm tradicional e produtiva cooperação.

Na área de segurança e defesa, a agenda entre Brasil e França tem sido intensa e marcada por fatos positivos, com destaque para a preferência concedida pelo Governo brasileiro à parceria com a República francesa nos projetos Pro-Amazonas e Promotec – com um contrato de financiamento no valor aproximado de US$430 milhões. Ressalte-se ainda a aquisição do porta-aviões Foch, atual São Paulo, e a definição pela compra, pelo Ministério da Defesa, de helicópteros franceses para o Exército brasileiro, e também a associação estratégica entre Embraer e a francesa Dassault.

Finalmente, é importante mencionar os desenvolvimentos na cooperação intensificada, desde 1997, na área de fronteira comum. Deverão ocorrer saltos qualitativos no futuro próximo – ressalta o relatório – com a construção da ponte sobre o rio Oiapoque e a criação do Parque Nacional da Guiana – em iniciativa semelhante à do Governo brasileiro, com a criação do Parque Nacional do Tumucumaque – e com o estabelecimento da Carta de Circulação Transfronteiriça.

No plano internacional, o documento do Ministério das Relações Exteriores apresenta a França "como interlocutor valioso para a diplomacia brasileira, como fonte de informações e avaliações de cenários e também por iniciativas e ações conjuntas".

O Brasil, por sua vez, seria visto pela República francesa como "um ator importante na cena mundial, cujo apoio é capaz de acrescentar credibilidade e abrangência à sua iniciativa e com a qual procura trabalhar em parceria sólida no plano bilateral".

Quanto ao Mercosul, o relatório informa que a aposta da França é verdadeira. A idéia de um mercado ampliado na América do Sul agrada às empresas francesas. A classe política da França, por sua vez, apoiaria a criação de um pólo alternativo de concertação representado pelo Mercosul.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Lúcia Vânia, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Passamos agora a palavra ao Ministro Sérgio Amaral, indicado para representar o Brasil na República francesa.

Tem S. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, e, por seu intermédio, aos Membros desta Comissão, a manifestação de solidariedade que tiveram comigo, refletida numa visita do Presidente desta Comissão a mim no hospital. Agradeço também a compreensão manifestada em face da necessidade de adiamento da minha presença nesta Casa.

Eu gostaria de iniciar esta minha curta apresentação – sei que a Comissão hoje prefere uma apresentação mais curta, e eu também, e, depois da fala da relatora, na verdade, eu teria pouco a acrescentar – com uma breve referência histórica.

Se fizermos um retrospecto das relações França-Brasil, veremos que elas são marcadas por muitos encontros em nossa história comum, por muitos momentos de convergência e mesmo de amizade, ainda que tenha começado com um desencontro, porque todos nos lembramos de que os franceses foram os primeiros a chegar à nossa costa para explorar o pau-brasil, o que obrigou os portugueses a se decidirem pela colonização do nosso território.

Os franceses se estabeleceram, como todos sabem, no Rio de Janeiro e, depois, em Pernambuco, no Maranhão e, posteriormente, em Caiena, território que anexaram por força de um acordo com a Holanda. As famílias reais de Portugal e da França se uniram, criando a Casa Real Brasileira Orleans e Bragança. O positivismo teve uma forte presença na Proclamação da República, nossos militares muito devem à missão Gamelain, assim como a Universidade de São Paulo tem um débito considerável com os franceses, porque foi um grupo de grandes intelectuais franceses, entre os quais Lévy-Strauss, que fez certamente da USP o que ela é hoje.

Mas não é do passado que vamos falar; é do futuro. E no futuro o que vemos hoje são elementos, fa-

tores que fazem da nossa relação uma grande oportunidade, em vários campos. Temos coincidências na agenda interna, temos convergência na nossa forma de perceber o momento internacional e temos grandes oportunidades de intercâmbio nos mais diferentes setores, que são favorecidos por um substancial incremento dos investimentos franceses no Brasil nos últimos anos.

A França ocupa hoje um papel relevante e diferenciado entre os países do G-7. Seu PIB cresce, passou recentemente o da Inglaterra – eles ficam disputando, e a França tem tomado a dianteira, com US$1,5 trilhão, como observou a Senadora Lúcia Vânia. Mas o que é importante é que, além de um grande produtor, a França é também uma potência comercial, é hoje o quarto país exportador no mundo, com uma exportação, no ano passado, de US$330 bilhões, exportação que representa 22% do produto francês. Sublinho esse dado porque, Senador Suplicy, Presidente da Comissão, o que estamos vendo hoje é que todos os países que se destacam, que tomam a dianteira, sejam os mais adiantados, sejam os médios, como a Coréia, o México – não enquadraria a China como um exemplo de país médio, mas vem crescendo de forma substancial –, têm na exportação um fator fundamental do seu desenvolvimento. Esses países mencionados como médios têm nas exportações cerca de 30% a 40% do produto. Esse fato também se manifesta na França. Enquanto estamos, apesar de ter aumentado substancialmente nossas exportações, com índices que representam de 10% a 11% do nosso produto.

A França é um dos mais prósperos países do G-7, que tem uma trajetória própria e diferenciada. Ela apresenta algumas peculiaridades como, no seu sistema político, a coabitação, uma espécie de gestão compartilhada entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, o que, a julgar pelos próprios membros do Governo Jospin, foi um dos fatores de paralisia das reformas francesas nos últimos anos. Pelo menos é o que diz o Chefe de Gabinete do Ministro Jospin num livro recente, publicado na França, chamado **Matignon, rive gauche**.

A França fez as reformas, mas não com o fervor, talvez, como fizeram os Estados Unidos e a Inglaterra. Em 1986, a França tinha 3.500 empresas públicas; hoje, ainda tem 1.500, e o compromisso do novo governo é reduzir o número dessas empresas. O Estado tem uma participação substancial na economia – 53% das despesas são públicas –, e o Governo francês busca preservar, de certa forma, a sua participação ou pelo menos as garantias expressas no Estado do bem-estar social.

Não obstante essas peculiaridades, não obstante a falta desse fervor de certas reformas liberalizantes, a França cresceu 3.3%, em média, de 1998 a 2000. Alcançou e está ultrapassando a economia inglesa.

O que é curioso é que, **mutatis mutandis**, levando em conta as diferenças óbvias entre Brasil e França, compartilhamos uma série de coincidências e convergências, seja na nossa agenda interna, seja, como eu disse, na nossa agenda internacional. Na agenda interna, as prioridades, hoje, na França são a segurança e a exclusão, que toma a forma de um amplo debate sobre a imigração, problema que não temos; em segundo lugar, estão a economia e o emprego; e, em terceiro lugar, a previdência social e o Estado do bem-estar social, ou seja, o papel do Estado na economia.

Se olharmos apenas pelo enunciado dos tópicos principais dessa agenda, veremos que são temas familiares e atuais para nós também. Eu gostaria de mencioná-los rapidamente, porque acredito que é um ponto importante da relação entre o Brasil e a França, e o meu futuro como Embaixador – se aprovado por esta Comissão – é ter na França um posto de observação para mudanças que também queremos fazer e para preocupações que também temos no que diz respeito à dimensão e à profundidade dessas mudanças.

Segurança.

Essa questão tomou um papel de destaque na política francesa nas eleições. Foi um dos seus temas centrais por causa da imigração. Mas, na verdade, a criminalidade na França não é maior do que nos Estados Unidos ou na Alemanha, não obstante o novo Ministro do Interior, Sarkozi, ter tomado uma série de medidas para fortalecer a segurança, inclusive com um importante aumento dos efetivos policiais. Mas ele vem sendo criticado por desrespeito aos direitos humanos e por perseguir – como se diz na imprensa francesa – os mendigos da Romênia e as prostitutas da África.

No que diz respeito ao segundo ponto, economia e emprego, a França se ressente, como a maioria dos países, de um certo desaquecimento da economia mundial. Em 2003, a economia deverá crescer menos do que os 2,6% previstos – vai crescer menos de 2% –, e o déficit público será maior do que o esperado, que era de 2,6% do produto e, no entanto, pode-

rá chegar ou mesmo ultrapassar 3%, colocando em questão o limite fixado pela União Européia.

O resultado disso é que o movimento das empresas francesas – que seria Confederação da Indústria da França – pede a reforma do Estado e, nela, basicamente a flexibilização da lei de modernização social, que dificulta a demissão no setor público e no setor privado, o emagrecimento do setor público e a reforma da previdência social.

Portanto, a França também vive hoje sob a égide da mudança. Mas essa demanda por mudança se faz num momento em que a economia mundial não é a mesma sob a qual governou o Primeiro-Ministro Jospin, em que a França se beneficiou como grande exportador que é. Durante o período Jospin, as finanças estavam em ordem, a inflação era baixa, e a França cresceu. Esse cenário permitiu a criação de 1,6 milhão de empregos, o que neste momento será difícil de ser repetido, ainda que o desemprego esteja hoje em 9%.

O Governo do Primeiro-Ministro Jean-Pierre Raffarin quer criar empregos mediante novos investimentos no setor privado em vez de no setor público. Um dos passos seria a privatização das grandes empresas francesas que ainda não foram privatizadas, como a França Telecom – Telecomunicações, a Air France, a eletricidade de França e o gás de França. Mas o Governo hesita em perder o controle de empresas em setores estratégicos como esses, os sindicatos são contra e muitos alegam que o momento não é oportuno, em face da queda nas bolsas de valores.

A reforma tributária também é um ponto da agenda. As despesas públicas representam 53% das despesas da economia francesa contra 38%, na média dos países da OCDE. O Imposto de Renda pode chegar a 60%, e o TVA, que é o imposto sobre valor agregado, é de 19,6%. O setor privado reclama, como é normal e esperado, contra uma carga tributária excessiva que afeta a competitividade dos produtos franceses. Vemos aí mais um ponto de semelhança.

A convergência é ainda maior na discussão sobre a previdência social. A previdência social francesa assegura aos aposentados um nível de vida comparável ao dos trabalhadores da ativa. Isso é insustentável demograficamente. A população acima de 40 anos deverá passar de 1/5 para 1/3 do total da população francesa. Em vez de dois trabalhadores para um aposentado, como é hoje, a relação será de um trabalhador para um aposentado. Portanto, ou os que trabalham deverão pagar mais ou os aposentados deverão receber menos, uma equação que também conhecemos bem. A pressão demográfica fará com que essas medidas tenham que ser tomadas nos próximos 5 anos.

O serviço de saúde pública da França é um dos melhores do mundo, consome 10% do PIB, contra 13% nos Estados Unidos e mais de 10% na Alemanha, mas, não obstante isso, os gastos são considerados elevados. Houve um acordo no Parlamento com os sindicatos e com os empresários para limitar os gastos com saúde. Isso foi cumprido em 1999, em que o sistema de saúde passou de um déficit para superávit, mas no ano passado o déficit voltou e, neste ano, deverá ser de mais de 4 bilhões de euros.

Muitas dessas questões nos são familiares, o que faz da França um importante posto de observação para nós. Diferentemente de outros países, que buscaram dar uma resposta aos desafios do mundo global numa liberalização profunda, a França, como o Brasil, busca um equilíbrio.

Preservamos um papel do Estado na economia, e o BNDES, o Banco do Brasil e a Petrobras são uma ilustração disso. Vimos buscando – isso tem sido uma prioridade do atual Governo – reforçar as nossas políticas públicas em saúde, educação, na redução das desigualdades sociais. Na verdade, em vez de diminuir estamos buscando crescer o nosso Estado do bem-estar social. Mas essas coincidências não se limitam ao plano interno. Elas são igualmente importantes no plano internacional, porque a França busca hoje novo protagonismo em linhas que são de interesse para nós.

Em primeiro lugar, a busca de um equilíbrio de poder, de um contraponto à supremacia norte-americana pela restauração do eixo franco-alemão e pelo alargamento da União Européia. Mas esse objetivo encontra limites nas próprias fissuras dentro da União Européia que a questão do Iraque explicitou.

Segundo ponto, o compromisso com o multilateralismo, que também é nosso e que se explicitou com mais clareza também na questão do Iraque, mas que também se reflete na simpatia por uma reforma ao conselho de segurança e mesmo uma simpatia pela candidatura brasileira. A França é nesse sentido um posto importante de interlocução, de discussão sobre as formas de redução das assimetrias na governança global. Evidentemente que essas convergências encontram limite no comércio em que a França tem sido também, ou tido, um protagonismo na reação, na restrição, na oposição à reforma da política agrícola comum, seja no que diz respeito ao volume de recursos, seja no que diz respeito a uma mudança da natureza dos subsídios. Em vez de subsídios à produção, subsídios à renda, que não teriam um impacto sobre a

competição dos produtos agrícolas dos países exportadores como o Brasil.

Essas coincidências na agenda interna, convergências na percepção sobre a realidade global têm o seu seguimento em grandes oportunidades de cooperação, de expansão da cooperação bilateral em vários campos: na economia, ciência e tecnologia, educação, cultura, meio ambiente. Na cooperação fronteiriça é bom ter presente que somos vizinhos da França através da fronteira entre o Amapá e a Guiana.

Na economia, tivemos uma expansão surpreendente e expressiva dos investimentos franceses no Brasil. O estoque de investimentos franceses, em 1995, era de US$2 bilhões. No ano passado, o estoque de investimentos franceses era de US$12 bilhões. Em sete anos os franceses aumentaram seus investimentos no Brasil de US$2 bilhões para US$12 bilhões, e a França se situa hoje em quinto lugar, depois dos Estados Unidos, Espanha, dos Países Baixos e das Ilhas Caiman, que reúnem uma série de investimentos de diferentes origens, mas não identificados.

As principais empresas francesas têm presença no Brasil. São mais de 550 empresas. Das 40 empresas que compõem o índice da Bolsa de Valores da França, chamado CAC-40, 36 estão presentes no Brasil. O desafio hoje talvez não seja tanto buscar novas empresas, ainda que haja algumas que certamente se beneficiariam de estar presentes aqui, como trariam uma contribuição, mas sobretudo de fazer ver a estas empresas que o Brasil é um importante mercado para ser uma plataforma de investimentos e de exportações.

Estamos assistindo, nos últimos anos, a um redesenho do mapa das empresas multinacionais. Elas estão redesenhando a sua presença no mundo. Em vez de estarem presentes numa dezena de países, elas estão se localizando em um ou dois países por região. Na América Latina, os candidatos naturais, ao ver das empresas, são o México e o Brasil. Para nós nos consolidarmos como uma grande plataforma de investimentos e de exportações, temos de aumentar as condições de competitividade da economia, o que nos leva ao imperativo das reformas tributária e previdenciária. E temos que ampliar o nosso mercado. Isso não quer dizer apenas aumentar o poder aquisitivo da população, mas aumentar o acesso do Brasil a novos mercados. Isso coloca em questão a abertura do mercado sul-americano, que é percebido pelas empresas multinacionais como um passo fundamental para mais investimentos no Brasil, porque, quando elas investem no Brasil, hoje, elas não estão pensando apenas no mercado brasileiro, estão pensando no mercado latino-americano. Para isso, é importante que concluamos, como iniciamos no Governo passado e está-se fazendo no presente Governo, acordos de livre comércio com os nossos vizinhos. Porque não faz o menor sentido que o México entre nos países andinos com uma tarifa melhor que a que os produtos brasileiros têm para vender para Peru, para Bolívia, para Equador e para Venezuela. Nesse sentido, o BNDES tem um papel muito importante em identificar e favorecer as oportunidades de investimento.

No que diz respeito às pequenas empresas, a grande questão está em maiores **joint ventures** com empresas francesas, com vistas a trazê-las para cá ou a levar empresas brasileiras a investirem na França. Trazer empresas francesas, médias e pequenas, para o Brasil significa parcerias para exportar para terceiros mercados. Levar pequenas e médias empresas brasileiras para a França significa parcerias para que as empresas brasileiras consigam colocar produtos de maior valor agregado no mercado francês.

O comércio está crescendo, mas é preciso reconhecer que ele ainda é pequeno. As exportações brasileiras passaram de um bilhão em 1995 para um e meio bilhão no ano passado, mas podem ser muito maiores. Para isso, precisamos tomar uma série de medidas, como, por exemplo, facilitar o acesso de produtos brasileiros na França ou aumentar a promoção dos nossos produtos; reforçar – espero que isso ocorra – a capacidade da Embaixada em realizar missões, seminários setoriais, **joint ventures**; e, de forma geral, por uma ação conjunta do Itamaraty e do Ministério do Desenvolvimento, desenvolver atividades de **marketing**, como já se tem feito, embora de uma forma tímida, ou o trabalho de promoção da marca Brasil.

Não vou entrar nas possibilidades de expansão da cooperação em cada setor, porque elas são muitas e algumas já foram mencionadas no relatório da Senadora Lúcia Vânia. Estou pronto a desenvolver, na medida em que possa, alguns dos setores, como, por exemplo, ciência e tecnologia. No setor de educação, já temos uma cooperação com as grandes escolas francesas. No setor da cultura, o Brasil foi distinguido com a escolha de ser o País do Ano, em 2005, o que nos dará campo, para, junto com os franceses, fazermos uma série de promoções culturais, inclusive em várias cidades francesas. No setor do meio ambiente – que é um assunto que me toca de perto, pois já tive um envolvimento grande na questão de meio ambiente na Amazônia –, já existe uma série de atividades, mas pode haver outras, por exemplo, na cooperação

entre a Guiana e o Amapá, no que diz respeito ao ecoturismo e à proteção dos parques naturais, como o Tumucumaque, o quinto parque natural do mundo, em que podemos, sem qualquer dúvida, ter uma parceria muito importante com os franceses.

No setor do turismo, que é uma área em que o Brasil precisa dar um salto, a França é um grande pólo, pois recebe 76 milhões de turistas por ano, mais que a sua população, que é de 60 milhões, e o Brasil recebe entre três e cinco milhões. A França é um país em que podemos fazer, com grandes vantagens, promoção do turismo brasileiro, pois estaremos atingindo não só ao público francês – e a França já envia ao Brasil 180 mil turistas por ano –, mas a todos os turistas que visitam a França. É muito importante – e espero poder fazer na França o que foi feito na Inglaterra – a criação de um escritório de turismo. A cooperação transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana poderá ter um impulso com a conclusão da ponte sobre o rio Oiapoque, que foi objeto de conversas entre o Presidente Lula e o Presidente Chirac, em que combinaram inclusive a conclusão dessa ponte em 2004, a ser inaugurada por esses dois Presidentes.

Eu gostaria de destacar, por fim, no contexto dessa ampla relação, que estou convencido de que as questões de política interna têm uma importância inusitada para a atividade diplomática. Certamente, será importante para nós acompanhar como a França vai resolver algumas das questões da sua agenda interna, que são desafios também para nós. Eis a relevância da diplomacia parlamentar, a diplomacia desse intercâmbio de experiências por parte daqueles que são os legisladores e que terão de encontrar soluções para muitos dos problemas difíceis que tanto um quanto outro país terão de enfrentar nos próximos anos.

Em resumo, não é só na história que temos muitos encontros. Hoje, há coincidências na agenda interna, convergências no plano internacional. Estamos todos cientes das muitas oportunidades que existem no sentido estratégico da nossa relação.

Como francófilo que sou desde pequeno, terei uma grande satisfação se puder dar uma contribuição, ainda que limitada, para o fortalecimento dessas relações se vier a merecer a aprovação desta Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro Sérgio Amaral.

Estão inscritos o Senador Antonio Carlos Magalhães; a Senadora Lúcia Vânia; os Senadores Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Pedro Simon e Hélio Costa.

Eu gostaria de informar que hoje a única argüição é a do Ministro Sérgio Amaral. Há ainda alguns itens, mas apenas serão lidos os relatórios, porque são indicações para representações cumulativas.

Em seguida, teremos o parecer do Senador Tião Viana sobre a questão de Cuba, resultado dos requerimentos apresentados pelos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres.

Apresentaremos a discussão, na medida em que houver pelo menos a presença de um dos autores dos requerimentos.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella; meu caro Ministro Sérgio Amaral, não desejo de nenhuma forma argüi-lo, desejo exaltá-lo. Exaltar a sua figura de embaixador em todos os postos que exerceu no Itamaraty e fora dele. V. Exª sempre foi um diplomata – eu poderia dizer na mais legítima das expressões – completo. V. Exª serviu à Casa de Rio Branco muito bem e, quando convocado ao Poder Executivo, jamais faltou aos seus deveres com o País.

Por isso, a indicação de V. Exª para Embaixador na República francesa é digna de elogios dos Presidentes Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos agiram com espírito público e, sobretudo, com grande amor ao País ao colocar na França um representante do quilate de V. Exª.

V. Exª tem também um traço, nessa simplicidade, nesse modo educado de falar que é muito importe para mim, pois V. Exª trata Governo e Oposição, seja no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, do mesmo modo, como o mesmo cavalheirismo e com a mesma educação.

Portanto, quando V. Exª vem ao Senado Federal para ser argüido, penso que merece uma aprovação unânime desta Casa. Às vezes, isso não acontece, mas uma vez ou outra, sim. No seu caso, se houver Justiça completa, vai acontecer, não só nesta Comissão como fora dela.

Quero dizer a V. Exª que, nos postos que exerceu fora do Brasil, sempre foi um grande Embaixador. Em Londres, principalmente, marcou sua presença de modo a merecer elogios de toda a política do Reino Unido. Agora, vai a Paris substituir o embaixador, que também é uma figura muito conhecida e de valor no Itamaraty, Marcos Azambuja, o qual fez um bom

relacionamento em Paris, mas não tenho dúvida de que ninguém vai superar a atuação de V. Exª.

Portanto, quero dizer de público, nesta Casa, o quanto o admiro, não só porque V. Exª gosta da Bahia, mas porque tem sido um grande Embaixador para o Brasil. Fico muito feliz por V. Exª representar, logo mais, o Brasil em Paris. Sei que o Brasil vai crescer muito com sua atuação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer as palavras muito generosas do Senador Antonio Carlos Magalhães que, certamente, vão muito além das minhas qualidades, mas não do meu entusiasmo. Fiquei muito satisfeito com a menção que o Senador fez ao que acho deva ser o sentido público do diplomata. O diplomata é um funcionário do Estado. Evidentemente, coube-me, em alguns momentos, participar do Executivo, onde eu tinha uma função mais política, mas, como diplomada, sou um funcionário do Estado brasileiro que, como tal, não pode e não deve fazer diferença entre o que é Governo e o que é Oposição, e nem entre os Estados, embora eu tenha mais simpatia por alguns, como é o caso da Bahia e de Goiás, da Senadora Lúcia Vânia.

Quero, agora, aproveitando a oportunidade da sua referência, dizer que cada vez mais a relação entre os Estados não é um assunto exclusivo de diplomatas ou do Governo central. Cada vez mais, a diplomacia é "pôr juntos" Estados, Regiões, empresas, intelectuais; é diversificar o relacionamento, porque as relações, hoje, entre os Estados são, cada vez mais, entre sociedades. Os agentes dessas sociedades são os que constroem a trama de interesses que faz a força da relação.

Quero agradecer as palavras de S. Exª, que foram muito generosas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SR. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro Sérgio Amaral, gostaria de agradecer ao Senador Suplicy a honrosa tarefa que me conferiu: a de relatar esta matéria. Esse agradecimento deve-se a dois motivos. Primeiro, porque relatei uma matéria que mostra o perfil de um homem produtivo, eficiente, competente, que demonstrou, por onde passou, seu amor à causa pública. Em segundo lugar, pela ligação afetiva que o Ministro Sérgio Amaral tem com meu Estado, especialmente com a cidade de Pirenópolis. Integrando-se ao cotidiano da cidade, S. Exª ajudou na reforma do nosso patrimônio histórico, colocando Pirenópolis entre as mais belas cidades históricas deste País.

Portanto, é com muito orgulho e com muita satisfação que estou aqui para desejar ao Embaixador sucesso, por suas palavras e pelo seu cuidado em analisar cada ponto. S. Exª vê a França como um centro de experiência que poderá nos fornecer matéria-prima de discussão bastante rica, assim, já antevemos o sucesso de sua presença nesse novo posto.

Gostaria, Embaixador, de fazer um questionamento sobre algo que, de certa forma, deixa-me intrigada. A França manteve, durante o conflito no Iraque, uma posição de independência, até mesmo de confronto com as forças anglo-americanas.

Na visão de V. Exª , essa postura teria que conseqüências no futuro?

Isso poderia gerar uma nova correlação de forças futuramente na comunidade internacional?

Para finalizar, gostaria, mais uma vez, de mencionar o êxito da sua passagem pelo Ministério do Desenvolvimento, o que, para nós, seus amigos e companheiros, é motivo de orgulho, porque, hoje, o nosso País exibe para o mundo uma balança comercial superavitária, graças aos esforços de V. Exª, abrindo novos mercados e implementando uma gestão inovadora e moderna.

Parabéns e sucesso nessa nova empreitada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Sérgio Amaral, tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia por suas palavras amigas e encorajadoras. S. Exª faz referência a algo de que muito me orgulho, mesmo sendo paulista, qual seja, o meu vínculo, afetivo e forte, com o Estado de Goiás.

Quero também dizer que V. Exª levanta, Senadora, uma das questões talvez mais relevantes, hoje, que intriga a todos nós, quando analisamos o papel político da França no mundo. Não sei se teria uma resposta conclusiva, mas é uma questão que, talvez, seja a grande interrogação no cenário das relações internacionais: o novo protagonismo francês.

Este novo protagonismo certamente é facilitado pelo fim da coabitação. O Presidente Jacques Chirac se sente mais livre em conduzir a política externa, ainda que antes S. Exª já tivesse a primazia, na medida em que, no sistema francês, o Presidente tem a primazia na política externa e na defesa, mas evidente-

mente que é mais difícil exercer essa primazia com um governo compartilhado, com um condomínio com a oposição. Portanto, S. Exª se sente mais livre e com mais desenvoltura. E retoma, assim, a tradição francesa de ver na Europa, ou buscar construir na Europa, um contraponto à supremacia norte-americana. E, finalmente, faz algo que, para nós, é importante: uma afirmação e uma defesa do multilateralismo, que é uma causa que tem um grande apoio de todos os membros das Nações Unidas e certamente tem o respaldo, na política interna francesa, dos cidadãos franceses.

Mas é preciso levar em conta também os possíveis limites ou dificuldades dessa postura. E o primeiro deles é que esse novo protagonismo francês – restaurando uma tradição que vem de Charles de Gaulle – gerou fissuras na União Européia, que são conhecidas. Um grupo de países: França, Alemanha, com o apoio da Rússia, contra uma guerra no Iraque – sem o respaldo do Conselho de Segurança e de outros –, e Grã-Bretanha, Espanha e Itália favoráveis. E isso não é apenas uma fissura interna na União Européia, mas é uma fissura entre a União Européia e os Estados Unidos.

Há poucos dias, realizou-se, em Atenas, uma reunião do Conselho Europeu em que se buscou recompor essas dificuldades, essas fricções criadas recentemente, e certamente se tem avançado nessa direção. Mas o que esse episódio do Iraque mostrou, do ponto de vista do projeto europeu, é que vai ser difícil que ele avance em dois setores numa maior união ou convergência na política externa e na política de defesa.

É bom lembrar que a situação, hoje, é muito diferente da situação de Charles de Gaulle, não só pelas características pessoais, mas, sobretudo, porque o General De Gaulle buscava surgir como o **tertius**, o terceiro caminho, entre os dois pólos da Guerra Fria: os Estados Unidos e a União Soviética. Estes dois pólos não existem mais.

Um protagonismo francês que vá além do que seriam os limites apropriados poderá transformar a França não no **tertius**, mas num opositor. E não acredito que a própria França queira ser ou desempenhar esse papel. E já vemos alguns sinais de aproximação na conversa recente do Presidente Chirac com o Presidente Bush, como também na iniciativa francesa de se antecipar e propor a suspensão das sanções econômicas ao Iraque. Não é exatamente o que os Estados Unidos querem – a eliminação dessas sanções, a sua revogação –, mas a França certamente está na direção daquilo que os Estados Unidos gostariam de ver.

E, por fim, não menos importante, um outro limite está no fato de que os meios econômicos franceses, ainda que as exportações da França para os Estados Unidos representem apenas 9% das exportações francesas, já começam a ver com preocupação não só as exportações francesas para os Estados Unidos, mas a própria situação dos investimentos nos dois países. Porque há na Europa muito investimento americano, e, nos Estados Unidos, muitos investimentos franceses, e certamente os meios econômicos não vêem com simpatia um possível estremecimento nas relações.

Em outras palavras, é prematuro saber se esse protagonismo francês é o início de um processo que leva a uma afirmação européia mais Rússia, como um contraponto aos Estados Unidos ou é um momento em que as relações tenderão a se recompor, como aconteceu muitas vezes no passado.

Rapidamente, sobre a questão de comércio, agradeço muito sua lembrança, porque certamente será uma prioridade do meu trabalho, e penso em fazer aí uma parceria muito grande com a Apex, órgão de promoção da exportação que o novo Governo fortaleceu como tinha que ser, e com os Estados. Sempre trabalhei com os Estados. Lembro-me que organizei uma reunião de turismo com todos os Estados do Nordeste em Londres; trabalhei com Minas, com o Rio Grande do Sul. Aproveito esta oportunidade para oferecer os trabalhos da Embaixada. Quero que seja uma Embaixada dos Estados também, porque só assim será possível ter êxito no trabalho de promoção comercial. Já se foi o tempo em que fazíamos promoção comercial genericamente. Precisamos ter foco, precisamos ter foco em regiões, precisamos ter focos em produtos, precisamos fazer das embaixadas a casa dos empresários. Eu gostaria que os Estados se sentissem à vontade para terem na Embaixada um escritório, uma base de operação, seja dos representantes dos Estados, seja dos empresários. Um dos meus objetivos, nas próximas semanas, será tentar estruturar com a Apex algo neste sentido. Se a Apex quiser poderá fazer da Embaixada na França um projeto piloto para experiências mais ousadas de promoção comercial, porque precisamos ter mais missões, mais **joint ventures**, precisamos levar empresas brasileiras a se localizarem no exterior. Repito, se quisermos, em vez de vender produtos primários como o café, vender café solúvel; em vez de vender frutas, vender produtos processados; calçados, em vez de couro, e daí por diante. É preciso ter uma presença.

Só vamos agregar valores se entrarmos nos canais de distribuição, e isso implica uma presença no exterior. No período do Ministério de Desenvolvimento, desenvolvemos uma linha de financiamento do BNDES para apoiar essas empresas, o que me traz muita satisfação. É preciso que elas saiam para o exterior para vender produtos de maior valor agregado e também trabalharmos, como eu gostaria de poder fazer, na marca Brasil. Temos um campo grande. A França é um grande mercado que precisamos explorar mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Embaixador, Sr. Ministro, é uma satisfação poder vê-lo aqui restabelecido do ponto de vista da saúde. Todos torcemos muito pela sua plena recuperação, o que se vê que felizmente aconteceu. Ao mesmo tempo, quero cumprimentá-lo pela exposição. Foi uma exposição segura que mostra bem o seu conhecimento sobre a França, o conhecimento sobre a diplomacia moderna, a visão que o Brasil precisava ter de trabalhar junto com as suas empresas e com os seus Estados. Fico muito feliz de ver a sua colocação. Em um País do tamanho do Brasil, não podemos nos dar ao luxo de deixar de lado o número de Estados que temos na sua ação internacional. Precisamos ter uma ação evidentemente coordenada pelo Itamaraty, mas que possibilite que os Estados brasileiros, com diversidades tão grandes, possam também levar suas propostas, como já aconteceu, e V. Exª já pôde apoiar em outras ocasiões, inclusive o esforço de Minas Gerais.

Por falar em Minas Gerais, como representante do nosso Estado, fico feliz ao verificar que, das seis maiores empresas que exportam para a França, três são mineiras. Trabalham lá a Vale do Rio Doce, a Cargil e a NBR. Lembro ainda que a nossa fábrica de helicópteros de Itajubá também é uma associação do Governo de Minas com grupos franceses, o que gerou a Eurocopter. O processo de geoprocessamento utilizado em Belo Horizonte teve a sua tecnologia adquirida na cidade de Lion. Quando fui Prefeito de Belo Horizonte, pude estar lá, pessoalmente. Esse processo, hoje, está sendo muito utilizado na segurança pública de Belo Horizonte, com toda a integração tecnológica, para facilitar o combate ao crime. Esse é um processo tecnológico importante que a França tem e pode expandir-se muito aqui no Brasil, em outras cidades, para a melhoria dessa grave questão.

Estive há pouco tempo com o Embaixador da França, em Ouro Preto. S. Exª visitava aquela cidade, como admirador, e me dizia da satisfação de ter V. Exª lá como Embaixador do Brasil. S. Exª está aqui há alguns anos e manifestou a sua alegria de ter uma pessoa com a formação que o Embaixador tem para representar o Brasil.

Por fim, faço apenas uma pergunta, Ministro Sérgio Amaral, com relação aos produtos agrícolas. Temos algumas pendências com a França quanto à proteção que faz dos seus produtos, com subsídios, o que às vezes prejudica as exportações brasileiras nesse setor.

Outra pendência, que ainda não existe mas que representa um potencial problema, é a questão da Embraer. No momento em que a Embraer entra no segmento de aviões de maior capacidade, vai acabar se chocando um pouco com a Airbus, e poderemos ter algum tipo de dificuldade no aspecto comercial. Essa é a observação que deixaria por fim.

Cumprimento o Sr. Ministro Sérgio Amaral. Não tenho dúvidas de que S. Exª será um grande Embaixador do Brasil na França.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao prezado amigo, Senador Eduardo Azeredo, por suas palavras muito amistosas, amáveis e generosas. A sua apresentação confirma o fato de que temos de trabalhar Estado por Estado, região por região. Não é possível um trabalho genérico de um Embaixador hoje.

Minas Gerais, realmente, tem relações privilegiadas com a França, tradicionais, não só do ponto de vista do comércio, mas do ponto de vista de investimentos, e V. Exª, como Governador – eu sei disso – deu um grande impulso a essas relações. Dessa forma, vejo com grande alegria a possibilidade de trabalhar junto, não só com o Governo de Minas Gerais, o que já foi objeto de uma conversa minha com o Governador Aécio Neves, mas com a Fiemg. Eu e o Presidente Robson Braga de Andrade já conversamos sobre algumas iniciativas que podemos tomar, não só na área de comércio; na área de cultura também, conversei com a Srª Angela Gutierrez, uma grande mecenas da arte brasileira, para levarmos para Paris um pouco do barroco brasileiro; e, aí, sim, não temos só Minas, mas outros Estados.

Mas nem tudo são flores. Temos o problema da agricultura, que é, sem dúvida, a grande preocupação de um Embaixador brasileiro na França. Ver o que se pode fazer para acrescentar algumas areias a esse processo de mudança. Embora veja com preocupação a situação atual, não vejo com igual preocupação as perspectivas, por duas razões. Em primeiro lugar,

porque a realidade muda e, na última década, ou um pouco mais de uma década, a população do campo, na França, caiu para um terço do que já foi. Na verdade, existem 600 mil franceses, de uma população de 60 milhões, que vivem no campo. E muitos dos que vivem no campo não têm mais qualquer atividade voltada à agricultura. Portanto, torna-se cada vez mais difícil justificar uma política agrícola comum, da qual a França é a principal beneficiária. Ela recebe um quarto dos recursos da política agrícola comum. E esses recursos subsidiados fizeram com que a França se transformasse no quarto produtor mundial de cereais e de carne. Quer dizer, a União Européia não tolera mais essa situação. Em segundo lugar, ainda que tenha sido uma decisão muito ruim adiar o início da negociação dessa política agrícola comum – o que os franceses conseguiram – para o próximo período orçamentário, que começa em 2006, lança uma interrogação muito grande sobre as negociações no âmbito da OMC, do Mercosul-União Européia e da própria Alca, porque se as negociações Mercosul-União Européia e da Alca condicionam o avanço na questão dos subsídios internos a uma solução na OMC, e a solução dos subsídios da agricultura, os subsídios internos na OMC, está condicionada ao avanço da PAC (Política Agrícola Comum), quando isso se realizará?

Temos aí uma interrogação preocupante, mas a França conseguiu adiar. O fato, porém, é que o orçamento ficou congelado. Então, o mesmo volume de recursos de hoje ficará até 2006, com um pequeno aumento para compensar pela perda inflacionária de 1% ao ano. De qualquer forma, pode-se dizer que esse mesmo volume de recursos será dividido por um número muito maior de países.

Estamos no caminho da mudança. Agora, o problema é que, do nosso ponto de vista – e com toda a razão –, essa mudança é muito lenta. Temos que encontrar os meios de acelerar esse processo de mudança, porque não é justificável que um País como o Brasil, que tem no complexo do agronegócio mais de 40% da sua exportação, venha a abrir mercados se não houver uma abertura correspondente naqueles setores em que somos mais competitivos e exportarmos mais.

Essa questão da agricultura é, sem dúvida, a pedra no sapato do relacionamento do Brasil com a França, mas precisamos vê-la com realismo e impedir que contamine o resto do relacionamento, que é muito bom, e ver o que podemos fazer para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Ministro Sérgio Amaral, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela clareza e pela competência da sua exposição. Não faço isso com a benevolência do amigo, mas de quem reconhece em V. Exª a sua competência por tudo o que fez e por onde passou – Washington, Londres, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Certamente, V. Exª dará continuidade a essa trajetória na França.

V. Exª expôs claramente o que também considero ser hoje o maior problema da economia brasileira, que é a baixa participação do setor externo. Isso explica, em última análise, os nossos juros altos. Essa posição de 10% é muito pequena, mesmo quando se compara com a dos outros países, que estão em torno de 30%, 40%, como V. Exª afirmou.

Entendo também que existe um caminho, que é o caminho dessa negociação, do aumento de competitividade dos nossos produtos. No entanto, queria fazer uma pergunta mais simples, em relação à Alca.

O que assistimos hoje no México, por exemplo, é a oposição e o governo se unindo – sem razão até – para atacar o Nafta, pelo que já se conseguiu no México hoje, na economia mexicana, com esse acordo. Assiste-se hoje ao fracasso da Rodada de Doha em decorrência mais da posição assumida pela Comunidade Européia do que pela assumida pelos Estados Unidos. Nunca estivemos numa posição tão difícil em relação ao Mercosul.

Então, que caminhos práticos teríamos nessa negociação da Alca? Certamente isso passará pela França, porque, como mencionou o Senador Eduardo Azeredo, talvez o grande problema de tudo isso esteja na França hoje. Que caminhos práticos teríamos em relação à Alca?

No mais, quero desejar a V. Exª sucesso – sei que o terá – como Embaixador na França, repetindo o êxito que obteve em seus outros postos ao longo de sua carreira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Quero agradecer muito ao Senador Rodolpho Tourinho por suas palavras, palavras benevolentes, que partem de um amigo. As palavras refletem mais os olhos do amigo do que uma avaliação – acredito – fidedigna, das minhas atividades.

Tenho uma obsessão por essa questão da baixa participação das exportações em relação ao produto brasileiro. Durante o período no Ministério do Desen-

volvimento, acompanhei com muito interesse a trajetória de alguns países – China, Índia, Coréia e México – onde estive em comissões comerciais de 120 a 180 empresários, em cada caso. E o que países tão diferentes como a China e o México, por exemplo, têm em comum? Ou com a Coréia? É a abertura do comércio exterior.

A abertura do comércio exterior, no caso da Coréia, é de quase 40%; no caso da China, cerca de 30%, e, no caso do México, de um pouco menos. Não é abertura ao comércio exterior, é exportação. Se fosse a abertura ao comércio exterior, seria exportação e importação. No caso do Brasil, no ano passado, foi de 11%.

Isso mostra que esses países, que estão tendo êxito no seu desenvolvimento, que estão tirando proveito da globalização, o estão fazendo porque conseguiram se transformar em importantes países exportadores. Acho que esse é o nosso caminho.

Em um primeiro momento, a exportação foi percebida como uma prioridade por nós, porque resolveu o problema do déficit em conta corrente. Chegamos a ter um déficit em conta corrente de 5% do produto. Era o indicador de como éramos percebidos, em primeiro lugar. Isso resolvemos. No ano passado, o déficit em conta corrente foi inferior a 2%. Do ponto de vista da relação déficit em conta corrente com o produto, não precisamos fazer mais. Atingimos uma posição muito razoável. Mas, hoje, há um outro indicador que está começando a ser percebido como preocupação, que é o das exportações na sua relação com a dívida externa. E aí é muito baixo. As exportações são pequenas. Não é, na verdade, a dívida que é grande. As exportações é que são pequenas. Portanto, a exportação continua sendo e será por muito tempo uma grande prioridade. Exportação não é uma ou outra coisa, é um conjunto. São as reformas em que o Governo está empenhado, é um processo de maior agregação de valor, é um processo de melhor financiamento, é uma política de promoção comercial agressiva, é um conjunto de coisas.

Estamos empenhados em uma mais ampla frente de negociações comerciais da História do País: OMC, Mercosul, União Européia, Alca. O que estamos vendo é que o êxito dessas negociações não depende tanto de nós quanto deles, porque é, por parte da União Européia, o principal empecilho da política agrícola. Evidentemente, não se pode esperar de nós que abramos a nossa economia sem termos minimamente aquilo que há muito tempo já deveria estar sobre a mesa de negociação, ou ter já saído dela com resultados, que é a agricultura.

Então, vejo que, na medida em que a agricultura, hoje, parece ser um freio para a velocidade com que caminham essas negociações – OMC, Alca, União Européia –, é o caminho das negociações bilaterais ou sub-regionais. Foi algo em que me empenhei muito e vejo com grande satisfação que este Governo continua nesse empenho, que é, em primeiro lugar, concluir as negociações com o Grupo Andino. Repito mais uma vez: não faz nenhum sentido que o México entre nos países do Grupo Andino com uma tarifa muito menor que a nossa.

Esses mercados são vistos como mercados naturais para quem investe no Brasil. É importante que seja assim, porque isso nos trará mais investimentos. Não faz sentido que não tenhamos um acordo com a China. Demos início a um acordo com a China, e espero que ele possa avançar rapidamente, que será nos anos 40, 50 a grande potência econômica.

O PIB da China, entre 2040 e 2050, a continuarem as coisas como vão hoje, será igual aos Estados Unidos. E não é sem motivo que a China, hoje, optou pelo silêncio político e pela atividade econômica. A China não tem, como a França, uma preocupação em assumir um protagonismo político, porque está preocupada em fortalecer a sua economia, que já tem um peso que poderá ser comparado à economia americana ou mesmo da União Européia, para entrar em cena. Em outras palavras, a nossa saída é estarmos presentes, como estamos, nas mesas de negociação, com uma posição firme, dura e agressiva, e, se as negociações não adiantarem, fazermos acordos bilaterais ou sub-regionais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Em primeiro lugar, as boas-vindas a V. Exª, que, devido ao atraso, deixou-nos na expectativa, torcendo e rezando para que desse certo, como deu. Aliás, não fossem as notícias, parece que V. Exª está chegando de uma estação de veraneio tal o aspecto positivo. Talvez seja a notícia de ir para a França que, antecipadamente, lhe deu esse novo ânimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Já caminhou quatro quilômetros ontem. Está dizendo que está em boa forma.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Penso que foi muito feliz a sua indicação pelo Governo, porque V. Exª tem uma biografia realmente respeitável. Ao lado dos cargos que desempenhou na sua missão no Itamaraty, chamado para missões extras, V. Exª as desempenhou com grande significado. Creio que há mu-

ito tempo não há tanta expectativa em relação à indicação de um Embaixador para a França como a de V. Exª.

Na verdade, os acontecimentos levaram a uma aproximação dos nossos povos e governos. O Presidente Lula, em mais de uma oportunidade, falou com os dirigentes franceses, e a identidade das nossas posições foi absolutamente clara e precisa. Hoje, tudo se resume a números e a fatos. As posições são tomadas por questões e interesses. Mas, com toda a sinceridade, não posso deixar de ver, na decisão tomada pela França, um pouco do velho estilo francês de liberdade. A história da França mostra que ela teve, em muitas ocasiões, um desempenho corajoso como o que teve recentemente.

A história haverá de mostrar que a França, seguida pela Alemanha, Rússia e China, teve uma missão significativa quando vivíamos uma das maiores tragédias do ponto de vista da diplomacia do pós-guerra. É inconcebível, mas estamos vivendo uma nova realidade, pois os americanos não se contentam mais em ser uma grande nação, que exerce imensa influência via Organização das Nações Unidas. Agora, com todas as letras, os Estados Unidos querem exercer o seu poderio e a sua força pessoalmente. Assusta-me a decisão americana de iniciar uma guerra por antecipação, ou seja, prevendo que os interesses americanos podem ser prejudicados no futuro, antecipam a guerra. Não vou durar tanto e, quando vejo uma menina como a Senadora sentada à minha frente, fico a me perguntar quando, passado o petróleo – e a questão fundamental se chama água –, o americano poderá dizer que as reservas de água da Amazônia são uma questão de honra, uma questão de humanidade. E quando vemos, hoje, mapas, como um que circula, bem ou mal, pelos Estados Unidos – uns dizem que são oficiais, dos colégios, embora eu não acredite, e o governo americano já desmentiu –, um mapa da América em que a Amazônia aparece como uma nova Antártida, um continente internacional, e o Brasil está lá pequenino, num cantinho. E os Estados Unidos usaram o Iraque, armaram o Iraque. Primeiro, o americano armou o Irã, que, tirando a Rússia e os Estados Unidos, teve o maior exército, o mais moderno, o mais espetacular, montado pelo governo americano, porque o xeque de lá era o maior amigo americano da época. Depois, chegou lá o Koumeini, que ganhou uma revolução, mudou e aí ele armou o Iraque para lutar contra o Irã. Quer dizer, o Iraque foi o grande aliado americano armado, em tudo e por tudo, para que pudesse fazer frente ao Irã. Depois, houve a questão do Afeganistão, e houve uma virada com relação ao Iraque. Então, as mudanças na política americana são muito dependentes dos interesses que eles detêm.

Por isso, digo a V. Exª, com toda a sinceridade, que, olhando a humanidade, quando todos os números se nos apresentam para dizer que o petróleo não será mais o problema deste século, mas, sim, a água e pelo fato de no Brasil estarem as maiores reservas de água doce do mundo inteiro, e a floresta amazônica, que é a maior reserva florestal tropical do mundo inteiro, fico angustiado com esta postura do governo americano: de tomar decisões por antecipação. Quer dizer, no futuro, podem nos prejudicar. Isso me faz lembrar da fábula do lobo e do cordeiro. O lobo, caminhando pela mata, vê adiante uma água e pensa: aquela água pode me pertencer, e o cordeiro vai tomar aquela água que é minha; então, não o deixo chegar lá.

Nesse sentido, embora pareça mentira, o americano teve contra ele a França, a Alemanha, a Rússia, a China etc. Quando vier a luta, daqui a 20 ou 30 anos, pela Amazônia, a França, a Inglaterra, a Alemanha estarão todas juntas contra nós. Teremos poucas pessoas que levantarão a voz, defendendo os nossos interesses.

Por isso, entendo que quando a França toma a posição que tomou – e eu não vi um cadáver, nem sangue, porque a imprensa americana teve controle absoluto, inédito sobre a guerra, os jornalistas acompanhavam no campo de frente para tirar fotografia e revelar aquilo que achavam que deveria ser revelado – diante desse contexto, não aceito a tese que se vende de que o Presidente é um homem de direita, que está adotando posições equivocadas dentro da França, mas, sim, que, na verdade, não tem nada de brilho, está apenas aproveitando uma chance para aparecer; e que, por outro lado, na verdade, o interesse da França com relação ao Iraque era o petróleo, portanto, ela tinha interesse em que as coisas continuassem. O que vejo, com toda a sinceridade, é uma questão muito importante de respeito com relação à posição francesa.

Outra questão que eu gostaria de ver é essa decisão. Está certo, intervieram, mas terminou que não houve uma guerra, mas um massacre. Os coitadinhos, os pobres diabos do lado de lá não tinham coisa nenhuma. Agora, o que acontecerá? O americano já designou o novo comandante; eles já escolheram as companhias que farão a reconstrução, que casualmente são ligadas ao Vice-Presidente as empresas. O americano já pediu que a ONU liberasse o Iraque do controle que tinha na exportação do petróleo. Eu

não sei. Não pensa V. Exª que, de certa forma, o Brasil, deveria ser um dos países a cobrar da ONU, pois ela, bem ou mal – bem ou mal, não; mal –, está viva? E, estando viva, penso que o Conselho deveria voltar a se reunir para discutir as questões posteriores com relação à ONU.

É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Senador Pedro Simon pelas palavras afetuosas que dirigiu a mim e à minha recuperação, com uma ressalva: talvez eu não tenha vindo de um lugar de veraneio, mas de um SPA, pois perdi oito quilos. Aliás, é um SPA que se mostrou muito eficiente no que se refere ao emagrecimento.

V. Exª suscitou questões extremamente importantes para a política internacional hoje. Antes disso, eu gostaria de mencionar também o ponto de identidade e da convergência entre o Brasil e a França, com o que concordo inteiramente. Isso para mim é uma grande responsabilidade, pois, se as relações não melhorarem substancialmente, será certamente por culpa do Embaixador e não das condições e das convergências entre os dois países.

O ponto que considero muito relevante é, sem dúvida, o papel que a França vem exercendo. Penso que realmente merece o respeito de todos nós; mais do que isso, merece, a meu ver, atenção muito particular, pois a França está desempenhando um papel que os Estados Unidos abdicaram de desempenhar.

Cada grande momento da História, cada mudança, cada revolução foi acompanhada de nova visão ordenadora. Todos nos lembramos, depois da Primeira Guerra Mundial, da proposta de Woodrow Wilson de uma Liga das Nações. Depois da Segunda Guerra Mundial, foram os Estados Unidos que defenderam e foram os instrumentais na criação da ONU e na criação das instituições de Bretton Woods: do Fundo Monetário e do Banco Mundial. Por quê? Porque vivemos um novo momento da História, das relações internacionais, que precisavam não somente de uma visão, mas de instituições que levassem essa visão à prática.

Vivemos, nos anos 90, uma mudança que não foi menor – talvez, tenha sido maior –: o fim da Guerra Fria. No entanto, em um mundo inteiramente novo, porque não é mais um mundo bipolar, não é mais um mundo que vive na iminência de uma guerra nuclear, é um mundo inteiramente diferente, não temos nenhuma nova visão ordenadora das relações internacionais. Ao contrário, pretendemos viver com as mesmas instituições que foram criadas por um momento diferente e que não dão conta da nova realidade. Essas instituições precisam passar por um processo de transformação e de evolução que permita não somente criar as instâncias políticas para a prevenção de um conflito, mas, mais do que isso, que permita corrigir as grandes assimetrias econômicas da globalização de que todos temos conhecimento e que, muitas vezes, sofremos na própria carne.

Ou seja, de um lado, é a falta de regulamentação dos mercados financeiros que vem gerando a destruição de riquezas e, de outro, a regulação excessiva das trocas comerciais. A verdade é que não conseguimos nos ver livres do protecionismo. Ele apenas assume formas diferentes. O protecionismo hoje não mais se refere a tarifas. Os países mais avançados praticam muito bem isso. A tarifa nos Estados Unidos é de 4%. Mas eles encontram formas, como no setor do aço, para evitar as nossas exportações, ou dão subsídio à agricultura, como fazem a União Européia e os Estados Unidos, que impedem nossa competição com o que eles produzem.

Então, temos, de um lado, falta de regulação dos mercados financeiros, uma regulação excessiva nos mercados comerciais, e não temos uma visão de novas instituições.

A França assume um protagonismo, que todos vemos com respeito e, eu diria mesmo, com esperança, mas também com responsabilidade, que é a de produzir ou de oferecer uma visão alternativa. E todos temos interesse neles, porque vemos que, como está, não dá para ficar. Mas como poderia ser? Temos, muitas vezes, idéias pontuais, e o Brasil as tem oferecido, mas é preciso ter uma visão mais ampla. Creio que a França tem essa responsabilidade e a competência intelectual – mostrou isso ao longo da História – para fazê-lo.

Certamente, acredito – essa é uma área em que tenho interesse pessoal muito grande – que vamos encontrar na França pontos, focos e instituições de interlocução política muito valiosos para esse processo de construção de uma nova visão de mundo, porque a realidade mudou, e não temos essa nova visão. O que temos é uma política casuística, como a que os Estados Unidos têm feito, que apóiam certas instituições, por exemplo, as de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial. Ora têm uma posição ambígua em relação às Nações Unidas, ao Conselho de Segurança, ora adotam uma posição contrária a certas instituições ou medidas que eles mesmos

ajudaram a construir, como o Tribunal Penal Internacional ou o Protocolo de Kyoto.

Temos um papel também a contribuir nessa reflexão, nesse debate que é político, mas certamente contamos com a França na esperança de que nos dê alguns dos subsídios, porque acredito que a comunidade internacional precisa deles.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero, inicialmente, cumprimentá-lo, Ministro Sérgio Amaral, por sua designação, e também o Governo, porque V. Exª é um dos diplomatas mais preparados para assumir qualquer posição em qualquer país, neste momento, a fim de representar o nosso Brasil.

Tenho, Sr. Embaixador, duas observações e pelo menos duas perguntas. A minha primeira observação diz respeito a um pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início da sua administração, segundo o qual faria do Ministério das Relações Exteriores e dos diplomatas brasileiros um ponto de apoio para os interesses comerciais brasileiros no exterior. E vejo que a indicação de V. Exª está dentro desse contexto, sobretudo porque há, neste momento, discussões importantíssimas no que diz respeito à participação do Brasil na Alca, como também no mercado da União Européia.

No caso dos Estados Unidos, temos a dificuldade das cotas impostas aos produtos brasileiros, notadamente, como diz V. Exª, o aço, o calçado, os têxteis. As cotas podemos discutir, as divergências temos condições de superar, mas, quando as imposições são, por exemplo, como as francesas e as européias, ou seja, barreiras fitossanitárias – na Europa, querem identificar o milho que o frango importado comeu, para saber se é transgênico, ou não –, fica difícil discutir.

Nesse contexto é que vamos precisar de uma atuação muito voltada para esses interesses comerciais brasileiros, porque, com a economia globalizada como está, vamos, cada vez mais, depender daquilo que produzimos, do que exportamos e da nossa balança comercial.

Não precisamos dizer que, no ano passado, os americanos puseram US$30 bilhões de subsídio nos seus produtos agrícolas, e os europeus, US$40 bilhões – mais do que os americanos.

Assim, fica difícil competir, extremamente difícil. Mas vale aqui uma reflexão: será que, um dia, vamos parar de cobrar dos outros países para que não dêem subsídios à agricultura? Por que não fazemos o mesmo? Se perguntarmos ao agricultor brasileiro quanto ele recebe de subsídio do Governo, de qualquer Governo, em todos os anos passados, não dá 10% do subsídio agrícola nos Estados Unidos ou na Europa. Na verdade, não existe o subsídio brasileiro. Já que não conseguimos combater o problema, vamos fazer o mesmo que eles, em princípio.

Outra preocupação minha, Sr. Embaixador, é com relação à transferência de tecnologia. Temos uma relação comercial, cultural amistosa com a França muito mais tradicional do que com qualquer outro país europeu e até mesmo com os Estados Unidos. V. Exª certamente se lembra de que, no antigo ginasial, aprendíamos primeiro francês, para depois aprender inglês. Agora, inverteram-se as coisas, e o inglês passou a ser mais importante, porque se tornou uma língua universal. Mas lá atrás, primeiro era o francês. Todos aprendíamos a cantar a Marseillese, na verdade. O francês tinha uma influência muito grande na cultura brasileira.

Pois bem, temos um bom relacionamento com o Governo francês, e há tudo para desenvolvermos um bom relacionamento comercial. A França se propõe – e eu sei – a transferir tecnologia para o Brasil. Exemplo disso foi o que aconteceu, no ano passado, na discussão sobre a venda de jatos para a Força Aérea Brasileira. Gastaríamos US$1 bilhão comprando aviões americanos que sequer estavam equipados para fazer o trabalho demandado pelo Brasil, enquanto uma empresa francesa se associava a uma empresa brasileira e oferecia transferência de tecnologia. Mas o Governo passado não entendeu a importância dessa transferência de tecnologia, e simplesmente ficou tudo paralisado. O Governo não quis realmente discutir o tema pelo caminho certo. Temos de trabalhar com os países que vão transferir tecnologia para o Brasil. Precisamos de moderna tecnologia, notadamente no setor aeroespacial. Vejam o Acordo de Alcântara. Querem, sim, um acordo, mas desejam chegar aqui e impedir os brasileiros de participarem, de estarem presentes no ato do lançamento dos foguetes americanos. Vamos precisar de crachá para entrar em Alcântara?

Os franceses têm essa tecnologia e, como eles possuem disposição para discutir a transferência de tecnologia aeronáutica, será que estariam também dispostos a fazer um acordo de cooperação no setor espacial, que tem US$30 bilhões para os próximos anos? E o Brasil pode participar desse mercado de

US$30 bilhões, porque é um dos seis países que detêm um pouco ou muita tecnologia aeroespacial.

Então, Sr. Embaixador, congratulando-me com V. Exª mais uma vez pela sua designação, apresento duas perguntas: a primeira delas é com relação à nossa Embaixada em Paris. Um amigo meu acaba de voltar da China e me disse que, na Embaixada Alemã, em Beijing, há 70 diplomatas encarregados das relações comerciais entre a Alemanha e a China.

Então, pergunto a V. Exª: quantos assessores comerciais terá V. Exª na Embaixada francesa, falando francês fluentemente como V. Exª, capazes e qualificados para nos ajudar a desenvolver esse entendimento comercial com a França, grande parceira e aliada nossa, na qual realmente podemos depositar nossas esperanças de manter um bom relacionamento?

Em segundo lugar, eu gostaria de saber se V. Exª pode nos informar, tão logo assuma o seu posto e desenvolva o seu trabalho, como procederíamos para trabalhar em direção a um acordo que substituísse o Acordo de Alcântara, um acordo que faríamos com a França, mas pelo qual houvesse transferência de tecnologia, para que possamos desenvolver a nossa indústria aeroespacial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Agradeço ao Senador Hélio Costa pelas palavras de apoio, assim como pelas perguntas de S. Exª, que me permitem complementar um pouco a minha apresentação inicial.

Gostei muito da sua referência ao protecionismo, que me permite voltar a um tema que eu havia apenas esboçado.

O protecionismo mudou de fisionomia. É cada vez menos tarifa e, eu diria, até um certo ponto, cada vez menos quota. E ele está migrando para uma área, que chamaria "área dos invisíveis", em que a questão não está tanto no produto, mas no modo de produzir. O que os países mais protecionistas hoje estão buscando é impedir a entrada de produtos que são fabricados ou produzidos sob circunstâncias que eles não consideram adequadas, por exemplo: se o produto é feito de acordo com os requisitos ambientais, se o produto é feito de acordo com os requisitos das cláusulas do trabalho. Estive no Japão com uma missão comercial. O grande problema com o Japão é que não conseguimos exportar frutas. Faz 30 anos que discutimos com os japoneses sobre a venda de frutas brasileiras para o Japão, mas elas não podem entrar, porque eles alegam que as frutas brasileiras são mordidas por um mosquito que pode contaminar os requisitos de saúde da fruta. E eu disse lá que esperava que não passássemos mais 30 anos discutindo essa questão, para chegarmos a algum avanço. E não chegamos até agora.

Mas existe ainda outro aspecto muito importante, que é o aspecto da imagem. A proteção, muitas vezes, migra da ação do Estado para as percepções da sociedade – e a questão ambiental é uma delas. E existe outra que é muito importante. Lembro-me que o ***Financial Times***, algum tempo atrás, publicou um artigo que dizia que "Quem quiser comprar um marca-passo vai comprá-lo da Tchecoslováquia, que produz muito bem, vamos supor, ou vai comprar da Suíça? Vai comprar da Suíça, porque, pela tradição da sua indústria de relojoaria, é percebido como um país que faz coisas de precisão."

Isso mostra a complexidade da exportação hoje. Não se trata apenas de lidar com um produto de qualidade e com redes de distribuição. Se quisermos exportar **commodities**, não há problema. Mas, se quisermos exportar produtos com maior valor agregado, vamos nos deparar com essas barreiras crescentes, que não são tão perceptíveis, mas que são muito eficientes.

E o que a embaixada pode fazer? Estou absolutamente convencido de que as embaixadas têm que ter um papel central nisso, porque elas estão no local. É muito mais oneroso para o País buscar abrir canais separados da embaixada, porque muitos assuntos dependem de negociação com o governo e dependem do conhecimento do mercado local. Infelizmente, não temos, como os alemães, 70 pessoas no setor de promoção comercial, porque nem a embaixada como um todo tem isso. Mas nem sempre a questão é o número de funcionários. É o que esses funcionários fazem.

Quando cheguei a Londres, o setor de promoção comercial tinha seis ou sete funcionários. Paris deve ter algo parecido. E os seis ou sete funcionários ficavam fazendo estudos de mercado e tinham feito, no último ano ou nos dois últimos, 18 estudos do mercado. E perguntei: o que aconteceu com esses estudos? Eles disseram: isso não sabemos, pois os mandamos para Brasília. Eu disse: então, vamos parar com esses estudos de mercado; só os faremos se houver uma demanda efetiva. E disse que queria todos na rua. E todos na rua quer dizer todos visitando os supermercados, conversando com os produtores. E estabelecemos uma relação muito estreita com os

importadores de carne, o que nos permitiu resolver alguns dos problemas de protecionismo da União Européia.

Acredito que temos um grande desafio. Fico muito satisfeito que a Apex tenha tido um aumento. E o Congresso foi decisivo nisto: na transformação da natureza da Agência de Promoção de Exportações vinculada ao SEBRAE, que passou ao Ministério de Desenvolvimento e teve, praticamente, dobrado os seus recursos. E conversas, a meu ver, importantes que espero ter, entre várias outras, é com o Ministro Fulam, e com o novo presidente da Apex, porque quero fazer uma parceria com eles. E há uma coisa que eu gostaria de fazer, além de colocar o pessoal do serviço de promoção comercial na rua e atrair empresários para terem na embaixada uma sede de operações. Existe uma coisa muito fácil, e o Ministério do Desenvolvimento tem um número, hoje, superior a 100 especialistas em comércio exterior. Esses funcionários trabalham no Ministério. Então, por que uma parte deles não pode passar um ano no exterior, por exemplo, em cidades que não são sede da Embaixada? Por que não em cidades como as francesas Lion, Marselha, Havre? Lá não pisou um brasileiro. A um custo muito baixo, ele vai, com uma tarefa de seis meses, identificar a oportunidade de exportação. Se ele identificar, ele continua. Se ele não identificar, ele volta. O importante é termos pessoas na rua, pessoas junto a empresas, abrindo portas para a exportação, porque esse é realmente um trabalho de rua, não um trabalho de gabinete. É muito mais barato ter pessoas executando esse trabalho; elas retornam e trazem suas experiências.

A questão da transferência tecnológica é fundamental. Creio que daqui a alguns anos, quando se abrirem os dossiês dessa licitação para a venda de aviões, V. Exª poderá constatar que o Ministério do Desenvolvimento deu um parecer sobre essa licitação na linha do que ouvi de V. Exª.

Essa licitação é muito importante, mas, evidentemente, existe um componente, que é atender a demanda legítima da aeronáutica. Do ponto de vista da função que eu ocupava no Ministério do Desenvolvimento, também a transferência de tecnologia é fundamental.

Temos uma indústria aeronáutica, e essa compra deve ser vista como algo que traga ou possa trazer um **upgrade** para o aprimoramento, para elevação da capacidade de produção da nossa indústria. Isso não quer dizer que "a", "b" ou "c" tenham que ganhar, mas, na escolha, esse componente tem que ser levado em consideração; e espero que venha a ser.

Gostei muito da menção a Alcântara, porque uma das coisas que gostaria de fazer em minha nova função é fazer uma aproximação – se possível, uma cooperação – entre a Base de Kouru, na Guiana, e a base de Alcântara, no Brasil, que seria um passo, também, para aumentar a cooperação entre o Norte e o Nordeste do Brasil com a Guiana e, portanto, com a França.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Srs. Senadores, estão ainda inscritos os Senadores Tião Viana, Marcelo Crivella e Arthur Virgílio.

Normalmente, antes da argüição, sempre pergunto aos Senadores e ao indicado se poderíamos manter aberta a reunião, na medida em que os assuntos que estão sendo tratados podem ser de livre conhecimento de todos. Mas se o Embaixador indicado entender que há afirmação ou resposta que preferiria fosse dada em reunião reservada, basta nos informar que transformaremos a reunião em secreta. Senão, poderemos dar continuidade à reunião aberta, com a grande vantagem de que todos aqueles que escutam a Rádio Senado e assistem à TV Senado poderão acompanhar e aprender muito com a argüição de V. Exª.

Com a chegada do Senador Arthur Virgílio, passaremos a apreciar o requerimento do Senador Arthur Virgílio, do Senador Jefferson Péres, do Senador José Agripino sobre o caso de Cuba, após completarmos essa parte da reunião.

Trata-se de uma decisão de relativa importância, portanto, peço a todos que permaneçam no plenário, para que tenhamos **quorum** para decidir sobre o requerimento.

O parecer do Senador Tião Viana já foi distribuído e se encontra sobre as mesas.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caro Ministro Sérgio Amaral, inicialmente, desejo cumprimentá-lo e desejar-lhe pleno êxito na tão honrosa missão de representar o nosso País junto à República francesa.

Pelo adiantado da hora, serei muito objetivo, até porque teremos de decidir assunto de extrema responsabilidade daqui a pouco, em plenário, com o Ministro da Justiça.

Sobre promoção de comércio exterior, julgo, que por sua experiência no campo da gestão pública, na gestão do comércio, representando nosso País em funções ministeriais e também devido à função de carreira que exerce, talvez seja a pessoa mais indicada para representar um novo momento das relações

de promoção comercial do Brasil junto à Comunidade Européia ou à União Européia.

Lamento dizer que, numa recente visita, junto com outros Senadores, ao Itamaraty – por convite honroso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães –, tivemos a oportunidade de verificar a realidade da promoção de comércio exterior no Itamaraty. Infelizmente, o quadro é dramático. Uma qualificação fantástica de profissionais ali existentes, mas a série histórica demonstrou que o Governo anterior, em 1994, investia algo em torno de US$16,8 milhões para a promoção de comércio exterior, como estímulo a políticas específicas de comércio exterior, e, no ano passado, tivemos apenas US$1,8 milhão para promoção daquele setor.

Então, um discurso de euforia, de atualização do Estado brasileiro nessa área, mas a prática da valorização do corpo diplomático era muito reduzida.

Isso compartilha com a tese do pouco estímulo e o pouco entusiasmo na abertura de embaixadas estratégicas para o nosso País, que, sem dúvida alguma, elevam, promovem a valorização do comércio exterior.

Então, indago objetivamente se é possível pensarmos além do Itamaraty, que hoje faz esse diagnóstico sincero, para aceitar os desafios de compartilhar com o Governo atual uma recuperação orçamentária para o setor.

Poderíamos ter na sua pessoa, junto à República francesa, um elo articulador de todas as embaixadas da União Européia, para que pudéssemos ousar no avanço da promoção do comércio exterior?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Sr. Presidente, agradeço o Senador, não só os cumprimentos, mas a importância ou a pertinência dessa indagação. Não adianta ter boa vontade se faltam os recursos. Infelizmente os recursos são sempre difíceis e escassos.

Existe uma prática tradicional no setor público brasileiro. Qualquer que seja sua coloração política, sempre que se tem que cortar recursos, começa-se pelo Itamaraty, por entenderem muitos que uma parte das atividades do Itamaraty são mais supérfluas e podem ser cortadas. Isso, infelizmente, como muito bem V. Exª apontou, é um equívoco. Creio que precisamos todos – aí o Congresso Nacional tem um papel muito importante – trabalhar juntos para evitar que isso ocorra.

O Itamaraty, nos últimos anos, tem tido muito poucos recursos para promoção comercial. Se tem podido trabalhar, é porque contou com a ajuda de vários. Eu mesmo me coloco entre eles, porque nós, no ano passado, destacamos para o Itamaraty, para as embaixadas, um volume expressivo de recurso; a Apex fez o mesmo. A verdade é que não há condições de fazer promoção comercial sem um engajamento estreito dos empresários com as embaixadas.

Sem qualquer pretensão, eu gostaria de oferecer a embaixada para as experiências novas do Governo – aí falo do Ministério do Desenvolvimento, da Apex, do Ministério do Esporte e Turismo. Lembro-me de que, em Londres – permita-me a oportunidade de mencionar –, o então Ministro Carlos Melles, do Turismo, ajudou muito a embaixada, porque os recursos dados à embaixada têm uma capacidade de multiplicação muito maior, pois essas atividades a embaixada desempenha com custo fixo zero. A embaixada está lá, as pessoas são, via de regra, competentes e vêem com entusiasmo a possibilidade de trabalhar. Eu dizia sempre que, em Londres, eu me sentia como alguém com um BMW, mas sem dinheiro para colocar a gasolina. Infelizmente, isso ocorre com freqüência.

O dinheiro que vai para as embaixadas – e o Ministro Carlos Melles me permita a inconfidência – começou com US$200 mil, o que nos permitiu abrir um escritório de turismo, o primeiro escritório de turismo do Brasil no exterior, que conseguiu dois vôos **charter** para o Nordeste e colocar na imprensa britânica 104 matérias sobre o Brasil num ano a custo zero graças aos contatos do diretor do escritório ou graças às viagens que conseguimos com um custo próximo a zero.

Portanto, vejo com muito entusiasmo esse comentário sobre a importância do engajamento da Embaixada e de um mínimo de recursos, porque não adianta ter pessoas e instalações – e em geral elas são, tanto umas quanto as outras, boas – se não tivermos a gasolina para fazer essa máquina operar.

Não sei qual é a situação orçamentária do Itamaraty na promoção comercial este ano, e acredito que não seja aquilo que todos gostaríamos que fosse, mas vejo com alegria que a Apex tem recursos, sim, e que totalizam quase o dobro. Espero que ela não se esqueça da parceria com as embaixadas – sobre isso vou conversar com o Presidente da Apex –, porque não vamos conseguir entrar em algumas áreas novas se não tivermos um mínimo de recursos para promover a imagem. Repito, porque se trata de uma obsessão minha: devemos agregar valores e melhorar a imagem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco PL-RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmº Sr. Embaixador, para nós, é um momento especial quando o corpo do Itamaraty vem a esta Comissão e expõe com tanta lucidez e clareza um cabedal de informações. Somos, de fato, bem representados no exterior; e acredito que realmente faltem os recursos.

Insisto na tecla – e fiz até uma proposição – de canalizar parte dos recursos oriundos dos brasileiros que vivem no exterior. Segundo o Itamaraty, são mais de 2,5 milhões de brasileiros vivendo no exterior remetendo US$5 bilhões anualmente. Ora, por que não termos uma contribuição para ser reinvestida nas nossas embaixadas, cujo orçamento, segundo o Itamaraty, neste ano, será de US$250 milhões – muito pouco, para nossa representação. É pouco ou quase nada para um País que quer ter, como disse o eminente Senador Tourinho, uma expressiva participação no comércio exterior.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Orçamento, quase chorei, porque estávamos estudando a proposta do Governo. Sabe quanto o Governo terá para gastar este ano? Pouco mais de US$100 bilhões. Senador Antonio Carlos Magalhães, a Ford sozinha tem um **turn over** para 2003 de US$200 bilhões. Como vamos crescer? Vamos crescer exportando. Como é possível os franceses venderem para a Argentina produtos do **agrobussiness**? Como é possível o Chile comprar **champignon** e milho da Argentina quando estamos do lado? Será que o BNDES não vê que é necessária uma parceria com o Itamaraty para cobrirmos as exportações européias, pelo menos na América do Sul, e ter uma política de reposição disso pelas nossas? Tenho certeza de que o nosso embaixador, brilhante e preocupado como é, encontrará caminhos.

Quero fazer um apelo: morei no exterior por 10 anos, na África, e, quando via uma bandeirinha do Brasil na Embaixada, o coração vinha à boca. Olhava para o outro lado da rua e via a embaixada americana e constatava como era diferente. Na minha época, em Pretória, a embaixada brasileira era o segundo andar de um prédio humilde que dividíamos com o Paraguai ou com a Argentina e eu pensava: que pouca importância se dá vender o nosso País no exterior e como nós, brasileiros, somos bem aceitos.

Falo isso, porque represento uma Igreja que tem sede em 70 países e cresce muito. Quando cheguei à África do Sul, eu disse que vinha do Brasil, mas ninguém sabia onde ficava. Cinco anos depois, já tínhamos quase 500 Igrejas. O nome "Brasil" corria de boca em boca, citado principalmente pelos mais humildes, que são os que procuram a Igreja. Hoje, há vôos diários da África do Sul para o Brasil. A Varig não tem nenhum para lá, abriu mão deles e recebe uma comissão. Os sul-africanos contribuíram para o crescimento de nossa exportação. Quando lá cheguei, em 1991, o Brasil vendia para a África do Sul 200 milhões; hoje vende 400 milhões. A África do Sul não vendia nada para o Brasil. Hoje vende 250 milhões e quer vender alguns aviões de defesa.

Na França, temos uma grande Igreja. Compramos um teatro em Paris, pagamos à vista, não devemos nada, mas até hoje não pudemos abri-lo. Sabem por quê? Porque falta a marca Brasil na Europa. É diferente na América do Sul, no México. Não temos problemas na África, nem na Ásia, mas na Europa sofremos. Compramos, pagamos e não pudemos tomar posse.

Quero pedir o empenho de V. Exª. É interesse do Governo brasileiro. Afinal de contas é uma parcela... Quem toma conta da Igreja lá não é um bispo brasileiro; é um bispo português. A França tem aqui muitos interesses, pois, como V. Exª disse, das 40 empresas, 36 estão em nosso país. Meu Deus, por que não permitir que funcione um teatro comprado e pago à vista, reformado, bonito, com letreiros? Aquela não é a terra onde houve a revolução pela liberdade? Será que lá não há liberdade de culto?

Quero desejar sucesso a V. Exª. Estou vivamente impressionado com tudo que V. Exª disse. Quero pedir em meu nome, e tenho certeza em nome de todos nós, que V. Exª olhe pelos nossos companheiros que estão na França, em Paris, pagando aluguel, num salão pequeno, porque não podem tomar posse daquilo que compraram e pagaram à vista.

É o anseio nosso.

Muito obrigado, Sr. Embaixador. Embora a votação seja secreta, V. Exª terá o meu voto. Desejo que o nome de V. Exª seja aprovado por unanimidade em nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Sr. Presidente, sei da sua preocupação com o horário, por isso procurarei ser mais breve nos comentários que me faltam, agradecendo, em primeiro lugar, ao Senador Marcelo Crivella a indagação que suscitou uma série de questões muito relevantes das quais vou pinçar duas.

A primeira diz respeito à promoção comercial.

Nesse contexto, S. Exª mencionou o papel do BNDES, que é uma das instituições mais importantes

em nosso País. Nunca pensei que teria a possibilidade de ser presidente, como o fui, do Conselho de um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. Tive a grande satisfação de ajudar que ele se direcionasse cada vez mais para a exportação. No ano passado, as exportações representaram nos financiamentos do BNDES mais de um quarto, além de o BNDES criar uma linha nova para o financiamento de empresas brasileiras que se dirigem ao exterior.

Na França, acredito que existe uma oportunidade que não chegamos a mencionar aqui, que é o acompanhamento das atividades e do funcionamento da OCDE, instituição cada vez mais importante como coordenação dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos fazem análise de risco dos países, a qual é seguida pelas instituições de garantia de crédito à exportação. Penso que haveria muito interesse que o BNDES acompanhasse mais de perto os trabalhos da OCDE. A Embaixada poderia oferecer ao BNDES o apoio para que fizesse isso.

Segundo, há brasileiros no exterior, com os quais V. Exª, com boas razões, se preocupa e que constituem, acredito, uma comunidade cada vez mais importante. Essa é uma das realidades do mundo globalizado. Temos uma comunidade muito importante de brasileiros no exterior. E, no caso de Paris, a Embaixada tem também as funções de consulado. Portanto, é um momento não só de aprimorarmos nossas condições de apoio aos brasileiros no exterior, mas também de vermos os brasileiros no exterior como braços da presença do Brasil, como braços que divulgam a realidade brasileira e que já passam a ser uma presença e uma influência política que outros países aproveitam com muita competência, como é o caso da Índia, em relação aos indianos na Inglaterra; como é o caso da Coréia, em relação aos coreanos nos Estados Unidos.

Acredito que esse ponto que V. Exª levantou deve ser tratado com muita atenção pelo Itamaraty, e eu gostaria de poder fazê-lo na Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O último inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, Ministro Sérgio Amaral, o meu voto favorável para a indicação de V. Exª para qualquer coisa de valor e de mérito não poderia nunca ser secreto. Ele é mais do que aberto, pela admiração, pelo sentimento de fraternidade, pelo respeito que tenho pela figura pública de inestimável valor que V. Exª representa para o Brasil.

A sua presença aqui é uma boa notícia, a sua ida para Paris é outra boa notícia. Está de parabéns o Governo do Presidente Lula, primeiro, pela isenção com que agiu, pela competência com que agiu ao escolher o que era melhor para a representação do Brasil em Paris. Ouvi até do meu querido amigo e Líder Tião Viana a notícia de que, se faltava dinheiro antes, parece que agora não vai faltar mais. Agora a coisa está resolvida, e isso é muito bom.

Quero aqui, portanto, homenagear o Ministro; o Diplomata correto, de carreira profissional, de seguimento na sua linha de progressão profissional e funcional impecável; o grande Ministro do Desenvolvimento, que, na verdade, presenciou e articulou esta grande e significativa virada positiva na balança comercial brasileira; o homem de caráter reto, que o tempo inteiro responde de maneira positiva e correta por seus atos na vida pública, enfim, alguém que, com toda certeza, aproximará a França do Brasil mais e bem mais, alguém que, com toda certeza, continuará a ser o homem público de escol, do melhor nível possível, nesta exigente missão que se lhe apresenta a sua brilhante carreira de diplomata.

Não tenho nenhuma pergunta. Eu sequer precisaria estar aqui para manifestar o meu apreço, mas fiz questão de estar, porque reconheço o quanto o Brasil ganhará com sua indicação. Meus parabéns duplos: ao Governo brasileiro, pela inteligência política que demonstrou, e a V. Exª, pela oportunidade que vamos dar ao Brasil de se aproximar brilhantemente do ponto de vista político, econômico e cultural deste grande país amigo e irmão que é a França.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente agradeço ao Senador Arthur Virgílio por essas palavras de apoio, que, sei, não têm estado limitadas ao âmbito desta Comissão, mas tem feito parte de outras de suas intervenções nesta Casa. Mais do que uma avaliação objetiva, elas refletem, na verdade, a amizade que se estabeleceu entre nós ao longo de todas as lides em que estivemos juntos na questão da Amazônia. A minha ligação com a Amazônia é muito forte, vem da época em que fui Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, em que o então Ministro, o Embaixador Ricupero, e eu fizemos uma certa divisão de trabalho que se focalizou mais nas questões ambientais para ele e mais na questão da Amazônia para mim. Daí vem a minha grande convicção sobre o potencial dessa região.

Particularmente, espero poder ter, na França, uma oportunidade de trabalhar com alguns temas, como o do ecoturismo. Já conversei com o grupo Accor, um grupo poderosíssimo, que tem uma presença enorme no Brasil, com 15% de seus investimentos hoteleiros. Às vezes não percebemos, porque ele investe sob nomes diferentes. No Brasil, são três nomes. Trata-se de uma das maiores cadeias mundiais de turismo, e estão interessados em trabalhar em ecoturismo. Eu gostaria de fazer isso dentro do contexto dessas relações fronteiriças entre o Amapá e a Guiana.

Agradeço a V. Exª pela sua presença. As suas palavras são para mim um grande estímulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o nobre Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, eu peço desculpas. Eu não queria, por motivo algum, faltar a esta reunião da Comissão de hoje da indicação do Ministro Sérgio Amaral para ocupar o cargo de Embaixador em Paris.

Registro aqui o meu voto favorável e manifesto minha satisfação de tê-lo como Embaixador em Paris. Tenho convicção da cooperação com a França, e vamos fazê-la crescer muito. Estou também muito convencido de que a cooperação transfronteiriça com a Guiana é um marco importante nas relações com a França, primeiro, porque, na Guiana, cuja população é de 180 mil habitantes, vivem 20 mil brasileiros, os quais têm uma influência decisiva na cultura, na economia da Guiana, ou seja, é a mão de obra especializada com os quais os guianenses contam. A história da Guiana é muito surrealista em alguns aspectos, e a mão-de-obra brasileira é muito considerada ali. Depois, desde 1996, na renovação do acordo franco-brasileiro, a cooperação transfronteiriça se desenvolveu e continuará se desenvolvendo com a presença do Embaixador. É nosso desejo retomar vários projetos de parceria entre empresas brasileiras e francesas que ficaram pelo meio do caminho. Penso que, com a presença de V. Exª em Paris, teremos a oportunidade de retomar o grande programa de ecoturismo, tendo a Guiana como porta de entrada para a Amazônia, passando pelo Amapá, Pará e o Amazonas, possivelmente até discutindo a possibilidade da retomada do vôo Paris-Caiena-Manaus, da Varig. Não sei se os que estão aqui se lembram, mas esse vôo existia.

É nosso desejo termos uma relação muito forte com as autoridades francesas e com os políticos em função da cooperação entre a França e o Brasil. O nosso desejo é ir à França para a retomada da discussão sobre os nossos programas, que continuam. A Ministra francesa do Meio Ambiente, há 15 dias, esteve no Amapá, juntamente com o Secretário de Estado para o Turismo, e ali tivemos a oportunidade de estabelecer alguns acordos e também fazer uma agenda de encontros para a retomada de projetos.

Portanto, digo-lhe que estou muito satisfeito e muito feliz com essa indicação. Espero que possamos, junto com o Governo francês, ampliar a cooperação entre os nossos países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado. Sr. Presidente, manifesto a minha satisfação em ter a presença e a intervenção do Senador João Capiberibe. De tudo que eu li e ouvi nos últimos meses sobre as relações Brasil/França, o que mais me surpreendeu e despertou, vamos dizer, o entusiasmo foi a densidade das relações que já existem entre o Amapá e a Guiana. Eu sei que V. Exª teve um papel central nisso. Fiquei bastante impressionado com o que já existe em matéria de cultura, de educação e mesmo do que se projeta fazer em outras áreas como saúde, agricultura. Tenho um entusiasmo particular com as questões de meio ambiente, de ecoturismo, de preservação dos parques naturais.

Acredito que temos que ter um pouco mais de ambição. Não estou ainda credenciado para falar de maneira absolutamente afirmativa sobre certas questões, mas já antecipei algumas delas aqui. Penso que devemos trabalhar por uma cooperação entre a Base de Kouru e a Base de Alcântara e podemos trabalhar muito mais na área de biodiversidade.

Tenho a grande satisfação de ter completado, durante o período em que estive no Ministério do Meio Ambiente, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que está em busca de parceiros. Penso que as empresas francesas podem ser boas parceiras desse Centro de Biotecnologia. Assim, estaríamos encontrando um canal concreto para a parceria em matéria de biodiversidade, sobre cuja existência falamos há muito tempo, sem nunca lhe darmos instrumentos adequados de implementação. Vou um pouco mais além: penso que devemos progressivamente associar a França aos trabalhos do Tratado da Amazônia. Afinal de contas, Guiana é Amazônia e, nesse ponto, creio que devemos ser mais flexíveis. Esse é um dos pontos que eu gostaria de aprofundar – tenho certeza de que com o seu apoio – nas minhas conversas, na minha instituição, com o Ministro Celso Amorim, sobre as atividades da Embaixada em Paris.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, agradeço pela sua compreensão. A compreensão de V. Exª me permite saudar esse competente homem público, Ministro Sérgio Amaral. Não poderia deixar, neste momento, de fazer essa intervenção de agradecimento ao Ministro Sérgio Amaral pela amizade que sempre devotou ao nosso Estado, a Bahia. Lembro-me de que, quando estava em Londres, fez um trabalho brilhantíssimo pelo turismo brasileiro, em especial para a Bahia, conseguindo vôos **charter**, com a Aetur, e também conseguindo despertar o interesse daquele homem da economia do setor privado, James Sherwood, para ir à Bahia. Ele esteve na Bahia também, para os seus investimentos.

V. Exª conhece bem o nosso Estado. Penso que lá, em Paris, na França, representando o Brasil, vamos estreitar muito essas relações. O proveito será para o País, em particular para a Bahia.

Trago ao seu conhecimento, Ministro Sérgio Amaral, que a Bahia tem hoje captado regatas francesas, importantíssimas, de nível internacional. Esse esporte tem grande repercussão na França. Há regatas como Jacques Vabre, a mini **transati** e outras, que estreitam nossa relação com a França. Há também o Accor, que, como disse V. Exª, tem tantos investimentos no Brasil. Esse grupo está solidificado na Bahia e, recentemente, o **Club Med** também inaugurou a sua segunda unidade.

Portanto, os nossos laços, no setor de turismo, são muito grandes. Sei que, pelo seu entusiasmo pelo setor, pela sua competência, V. Exª vai representar muito bem o Brasil, em particular a Bahia, lá em Paris.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Sérgio Amaral, tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Sr. Presidente, agradeço o Senador César Borges pelas palavras.

Na verdade, quem tem a agradecer sou eu, porque me lembro muito bem do apoio que tive da Bahia na Embaixada em Londres, por uma série de atividades de promoção do turismo. Lembro-me de que dedicamos um 7 de Setembro juntos à Bahia, como fizemos depois ao Rio Grande do Sul e tínhamos outros Estados preparados.

Penso que essas promoções têm um forte impacto de imagem e de atração de interesse da sociedade. E só foi possível graças a sua compreensão, ao seu apoio e, se me permite citar um querido amigo baiano, Paulo Gaudêncio, que considero um dos competentes Secretários de Turismo.

Sem dúvida, a minha ligação com a Bahia é conhecida. O Senador Antonio Carlos diz que a minha mulher tem a baianidade dos baianos, e é verdade.

Espero contar com o apoio da Bahia, assim como dos muitos outros Estados que certamente terão na França uma série de interesses e terão em mim uma pessoa muito interessada em continuar a desenvolver essa política de promoção dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Sérgio Amaral, comigo já são 12 os Senadores que puderam dialogar com V. Exª nessa argüição. Justamente hoje, pudemos ter uma oportunidade muito rica de conhecimento das relações entre o Brasil e a França e toda a contribuição que V. Exª tem tido desde o seu trabalho, seja junto ao Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, depois com o Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso e como Embaixador no Reino Unido, agora indo para a França.

Uma das preocupações principais do Governo Lula é o que está por ser anunciado, nesses próximos dias, sobre a política de emprego.

V. Exª teve o conhecimento, no Reino Unido, das diversas políticas de busca de melhor emprego, oportunidade de emprego do governo Tony Blair. Agora vai ter a oportunidade de conhecer mais de perto, na França, outros métodos. Mas de alguma maneira, todos visam à preocupação com a diminuição da taxa de desemprego.

O Ministro do Trabalho, Jacques Wagner, informou ontem que, devido às diversas reflexões que têm sido levadas ao Governo, resolveu aguardar um pouco antes de anunciar a forma como serão aplicadas as medidas referentes ao estímulo emprego, seja do jovem ou das demais categorias.

No Reino Unido, houve um desenvolvimento nesses últimos anos com a aplicação do **Family Tax Credit**, que é uma contrapartida ao **Earned Income Tax Credit**, que é aplicado desde 1975 nos Estados Unidos e muito expandido de 1992, 1993 para cá.

A França tem outros métodos. Eu pergunto se V. Exª, em virtude do estudo que tem realizado e acompanhado, como Ministro da área do desenvolvimento, tem também interagido com o atual Governo e encaminhado sugestões ou se, à luz do que observou nesse país ou para onde vai, gostaria de fazer alguma reflexão sobre as considerações que o Governo do Presidente Lula está realizando para tomar a decisão.

Essa é a pergunta que pediria que respondesse brevemente em razão do adiantado da hora.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Obrigado, Presidente. A sua pergunta é tão relevante quanto complexa. Esse não é um assunto que eu me considere ainda inteiramente informado.

Na França, acredito que houve dois fatores muito importantes para substanciar a redução do desemprego nos últimos anos. Primeiro, foi o crescimento da economia; segundo, a semana de 35 horas, ainda que essa questão tenha sido muito controversa. Isso porque se uns a consideram como um fator importante para a redução do desemprego, outros acreditam que é muito difícil mensurar isso. Evidentemente, o órgão de representação dos empresários, o Medef, ainda continua a se opor a essa medida. Sei que essa é uma questão de grande preocupação para o Governo Lula e certamente está na pauta das conversas que gostaria de ter e pretendo ter com alguns Ministros do presente Governo, inclusive o Ministro do Trabalho, para me orientar sobre as prioridades da ação que vou ter, numa área que escapa um pouco à tradição diplomática, mas que considero neste momento muito importante, qual seja, buscar alguns subsídios da experiência francesa para o debate que se faz no Brasil sobre questões tão relevantes como as do emprego.

Gostaria de aproveitar para agradecer muito a V. Exª pela oportunidade que tive de estar nesta Comissão e participar de um debate que para mim foi tão enriquecedor. Aproveito a oportunidade para agradecer de público a confiança do Presidente Lula em me propor ao Governo francês como seu embaixador. Essa é mais uma demonstração muito clara da maturidade da democracia e das instituições brasileiras.

Agradeço ainda pessoalmente a V. Exª pela gentileza que teve em me visitar, em nome da Comissão, no hospital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Srs. Senadores, proponho que, por facilidade processual, pudéssemos ouvir rapidamente os pareceres da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Antonio Carlos Magalhães sobre os indicados Ricardo Luiz Viana de Carvalho, para acumular o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname e junto à Santa Lúcia; e, em seguida, sobre o indicado Orlando Galvêas de Oliveira para acumular o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados, mas também junto à Federação de São Cristovão e Névis.

Poderíamos ouvir rapidamente os pareceres. Ambos os Relatores podem sintetizar seus relatórios. Teríamos, assim, a apuração dos três indicados, uma vez que, como se trata de indicações cumulativas, não haverá argüição.

Senadora Lúcia Vânia, V. Exª tem a palavra.

A SRª RELATORA (Lúcia Vânia) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 4, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, elaborou o **curriculum vitae** do candidato.

De acordo com esse documento, o Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho nasceu em Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1942, tendo exercido o posto de Segundo-Tenente da Marinha de Guerra do Brasil entre os anos de 1964 e 1967. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1970 e sempre foi promovido por merecimento: a Segundo Secretário, em 1974; a Primeiro Secretário, em 1979; a Conselheiro, em 1982; a Ministro de Segunda Classe, em 1989, e a Ministro de Primeira Classe, em 2001.

Na Secretaria de Estado, exerceu várias funções de relevância, entre as quais podem ser destacadas as de Secretário Substituto de Informações (1983 a 1985), de Assessor Chefe de Gabinete do Ministro de Estado (1983 a 1985), Chefe de Divisão de Estados Americanos (1988 a 1989) e Chefe de Divisão de Assuntos Humanitários e de Meio Ambiente (1989 a 1990).

Em representações do Brasil no exterior, o Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho serviu em Bruxelas

como Terceiro Secretário, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios (1974 a 1977); em Buenos Aires, como Segundo Secretário e Primeiro Secretário (1977 a 1979); em Zurique, como Encarregado de Negócios em Missão Transitória (1983); em Londres, como Conselheiro (1985 a 1988); em Beirute, como Encarregado de Negócios em Missão Transitória (1987); em Caracas, como Conselheiro (1990 a 1992); e em Paris, como Conselheiro (1993 a 1997); em Harare, como Ministro e Embaixador (1997 a 2000), e em Panamaribo, como Embaixador, desde 2001.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** do relatado, documento informativo sobre Santa Lúcia, que descreve um pouco da história dessa ilha caribenha, que alcançou sua independência em 1979 em relação ao jugo da Grã-Bretanha. De acordo com esse informativo, Santa Lúcia possui como tradicional fonte econômica a plantação de bananas. Membro do **Commonwealth**, da OEA e da ONU e das Organizações Regionais Caribenhas, Santa Lúcia é uma monarquia parlamentarista, cuja atual administração tem se preocupado com a segurança pública e com a diversificação da economia, principalmente com o turismo, embora esse tenha sido prejudicado pelo furacão Lenny, que atingiu o país em 1999.

O Brasil mantém relações diplomáticas com Santa Lúcia desde sua independência, apesar de guardar certo distanciamento. Contudo, estrategicamente, as relações atuais são enquadradas num cenário regional do Caribe da América Central, o que direcionará a atuação brasileira com esse Estado. Inclusive, nesse espírito, o Brasil já aderiu à associação dos Estados caribenhos na qualidade de observador e tem intensificado visitas à região, conforme informa o documento do Ministério das Relações Exteriores.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala das Comissões.

Lúcia Vânia – Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães) – Em primeiro lugar, eu queria solicitar a V. Exª que tem sido tão atento – o seguinte: ali há bolas pretas e bolas marrons escuras. Ponha bolas mais claras, bolas brancas, porque pode um Senador chegar ali e trocar umas pelas outras, já que são tão parecidas. Eu tive que olhar, porque no caso do Sérgio Amaral eu não iria fazer uma coisa dessas. Mas ponha bolas mais claras, é mais fácil para aqueles que enxergam mal, que não é o meu caso, felizmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou pedir à Secretaria que providencie bolas com cores inconfundíveis.

Agora, a bola branca é de abstenção, não?

Então, que sejam bem claras.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães) – Coloque como de abstenção essa escura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A bola clara é "sim". Vou procurar a Secretaria da Comissão para atender à sugestão.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães) – Eu agradeço a V. Exª.

Quanto ao parecer em relação ao Sr. Orlando Galvêas Oliveira, para exercer cumulativamente os cargos de Embaixador do Brasil em Barbados, e na Federação de São Cristóvão e Névis, sou inteiramente favorável. Meu parecer é favorável, embora acredite que metade da Comissão, ou quase toda, inclusive eu, dificilmente saberíamos da existência da Federação de São Cristóvão e Neves.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Concluídos os pareceres e a argüição do Ministro Sérgio Amaral, solicito aos Senadores Eduardo Azeredo, Gilberto Mestrinho e Hélio Costa a gentileza de fazerem a apuração das três urnas, respectivamente.

Tendo chegado o Senador José Agripino, por favor, que S. Exª possa ter o tempo de votar.

Pergunto se todos os Senadores já votaram.

Se algum Senador não votou ainda, por favor, que o faça.

Senador Rodolpho Tourinho, poderia fazer a gentileza, assim, teríamos três Partidos diferentes apurando os votos.

São 15 votos favoráveis a Orlando Galvêas Oliveira.

Aprovado.

Ministro Sérgio Amaral, meus cumprimentos, 15 votos, aprovado para o cargo de Embaixador, por unanimidade, conforme havia já sido previsto pelo Senador Antonio Carlos.

Ricardo Luiz Viana de Carvalho, também 15 votos favoráveis.

Queremos cumprimentar a agradecer ao Embaixador Sérgio Amaral pela presença.

Vamos dar um minuto de intervalo para os cumprimentos ao Embaixador Sérgio Amaral.

(Pausa)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, os jornais de hoje noticiam – inclusive na pessoa de V. Exª –, que o ex-Presidente Itamar Franco estaria disposto a desistir da indicação para a Embaixada de Roma.

Como V. Exªs sabem, aqui, nesta Comissão o depoimento do ex-Presidente Itamar Franco teve duração de uma hora – ouvimos outros depoimentos por quase quatro horas – e todos ouvimos atentamente a leitura do texto feita pelo ex-Presidente. A indicação de S. Exª foi aprovada por 13 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber a veracidade dessa questão, porque eu a considero grave em relação ao comportamento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esta Comissão, em nenhum momento, entrou em questões políticas. Inclusive, aqui, relevamos o não-cumprimento da Lei Fiscal pelo ex-Governador, já que o 13º salário referente a 2002, em Minas, foi pago, na verdade, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso por meio de medida provisória, que, aliás, estava trancando a pauta do Senado Federal há poucos dias; e que a Lei de Saúde não foi cumprida. Nada disso foi levado em consideração.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir a manifestação de V. Exª, já que os jornais dizem que o ex-Presidente teria dito a V. Exª que estaria disposto a desistir da indicação. Não é possível que esta Comissão adote uma posição de vai-e-vem, porque tal procedimento reeditaria uma posição estilo Jânio Quadros de idas e vindas. Aliás, depois da aprovação pelo Governo italiano, não me parece adequada uma posição de novos apelos para que S. Exª vá para aquela Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Eduardo Azeredo, gostaria de informar a V. Exª que não tive a iniciativa de procurar a imprensa para dar a informação que foi registrada. Também não sou, não me considero e não poderia ser um porta-voz do ex-Presidente, ex-Governador, ex-Senador Itamar Franco exatamente pelo respeito que tenho por S. Exª. Exatamente no momento da votação da indicação do nome de S. Exª, fui ao meu gabinete para dar atenção, rapidamente, a um episódio que ocorria naquele instante, e em seguida voltei ao plenário. Pensei até que eu tivesse perdido a votação por ter ela ocorrido no momento em que eu estava recebendo os representantes da Assembléia Nacional de Cuba, mas isso não ocorreu. A votação para a Embaixada de Roma foi realizada logo após a indicação do Embaixador Tilden Santiago. Então, ao voltar ao plenário, percebi que a votação havia sido rápida; pude apenas registrar o meu voto "sim". Mas o meu voto foi um dos não registrados.

Pelo respeito que tenho pelo ex-Presidente Itamar Franco, telefonei, ontem, para S. Exª para explicar esse episódio. É verdade que S. Exª expressou ter ficado bastante preocupado e triste com o fato de, na Casa, onde serviu o povo brasileiro por 16 anos, ter havido uma votação, salvo engano, de 29 a 25 votos, com duas abstenções. E teria havido, com certeza, mais votos, se o Presidente tivesse dado mais cinco minutos para votação do Deputado Tilden Santiago. Teria havido, pelo menos, o meu voto, o do Senador Paulo Paim e do Senador Sérgio Zambiasi. Ambos me disseram que seria o voto "sim"; haveria mais votos, pelo menos 32, que foram registrados oralmente após a votação.

S. Exª externou que estava bastante triste, preocupado com algumas situações, talvez outros detalhes, mas aqui não serei o seu porta-voz.

De fato, quando a imprensa me perguntou – eu não tomei a iniciativa de dizer, porque não caberia mim –, eu disse que de fato o ex-Presidente Itamar Franco mencionou que tinha ficado bastante entristecido com o episódio e que estava considerando a hipótese.

Fiz o apelo e o reitero perante a Comissão para que ele considere que foi aprovado legitimamente pelos Senadores. Apelo para que o Embaixador Itamar Franco, Presidente, Governador e Senador – sempre assim será considerado – aceite a missão para a qual foi indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aprovado pelo Senado Federal com toda a legitimidade. Reitero aqui o que disse a ele pelo telefone: como Senador e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estarei colaborando, no máximo das minhas possibilidades, para o bom sucesso de sua missão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG) – Trata-se apenas de uma indecisão momentânea. Não há uma decisão; é uma indecisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem vai falar pelo ex-Presidente Itamar Franco, quando ele

entender adequado, é o ex-Presidente Itamar Franco. Eu seria a última pessoa. Apenas, quando perguntado, expressei que ele mostrou preocupação com o ocorrido.

Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, sinto-me compelido a fazer duas observações importantes com relação a esse quase incidente, diríamos assim, da votação do nome do Governador Itamar Franco no plenário do Senado.

Nesta Comissão, a questão foi conduzida da forma mais correta, mais objetiva e mais simples, como V. Exª sempre o fez. E o ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco teve oportunidade de, durante quase uma hora, manifestar o seu ponto de vista, discursar sobre as questões relacionadas com as relações Brasil-Itália e se apresentar como candidato.

O ex-Governador nunca entrou em nenhum detalhamento capaz de prejudicar qualquer relação dele em qualquer circunstância com qualquer entidade ou personalidade passada ou presente de Minas Gerais. Mas é importante lembrar que o ex-Governador fica certamente sentido com o que aconteceu no Senado. Não necessariamente com os Senadores, porque o que houve foi um atropelo.

Imagine, Sr. Presidente, que eu mesmo, que sou amigo de longa data, de muitos anos, do ex-Governador Itamar Franco jamais estaria ausente a uma sessão que se propunha a aprovar o nome do ex-Governador Itamar Franco para um cargo de Embaixador na Itália. No entanto, eu sequer sabia que naquele dia haveria a votação do nome do ex-Governador Itamar Franco. V. Exª certamente incorreu no mesmo erro, porque também não estava informado de que, naquele instante, ocorreria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu sabia, mas naquele instante, foi como eu já expliquei, o Presidente José Sarney deu um intervalo pequeno. Lembro-me de que, na votação imediatamente anterior, S. Exª tinha dado cinco minutos a mais. A responsabilidade é minha. Estava na Ordem do Dia e publicado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, a pauta estava trancada no plenário do Senado Federal. Naquele dia que antecedia o começo da Semana Santa, foi destrancada a pauta, e, evidentemente, todas as matérias que tinham de ser votadas foram colocadas em votação. Por essa razão, V. Exª não votou; não votou o amigo de muitos anos, que sou eu, Senador Hélio Costa; não votou o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; não votou o Senador Antonio Carlos Magalhães; não votaram vários Senadores que certamente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E tanto o Senador Antonio Carlos Magalhães como o ex-Senador Itamar Franco me relataram o telefonema do Senador Antonio Carlos Magalhães a S. Exª, informando que também não pôde votar por uma questão de tempo, mas que teria votado favoravelmente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sem dúvida nenhuma. Mas podemos fazer uma interpretação daquela votação ocorrida no plenário, que foi "apertada", por assim dizer. Sigo algumas observações que ouvi de vários companheiros, inclusive de Lideranças de outros Partidos, entre elas o nosso ilustre Senador Arthur Virgílio, porque as posições do ex-Governador Itamar Franco são muito claras, nítidas: quando tem que tomar uma posição, mesmo sabendo que perde o voto de um Senador, no momento em que vai ser colocado como candidato a Embaixador, S. Exª perde o voto, mas fala o que tem de dizer e cumpre rigorosamente o seu compromisso com sua moral, com sua ética, com seu destino.

Sobretudo, é importante ressaltar que a única coisa que se falou aqui anteriormente – e, diga-se de passagem, isso foi exposto por um Senador de Santa Catarina – referia-se às contas do então Senador Itamar Franco, que não teriam sido aprovadas. Será que o Senador não sabe que só quem pode dizer se as contas estão aprovadas ou não é o Tribunal de Contas de um Estado? O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ainda não se pronunciou, e, dessa forma, ninguém pode dizer se as contas foram ou não aprovadas.

Entraram em detalhes ainda sobre o pagamento ou não do 13° salário. Isso acontece com os Governos. O Governador Eduardo Azeredo deixou o 13° salário para ser pago pelo Governador Itamar Franco. O Governador Itamar Franco deixou de pagar o 13°, que foi pago pelo Governador Aécio Neves. E assim fica.

Essas são coisas que acontecem em final de governo, mas não podemos, em hipótese alguma, deixar de ressaltar aqui o homem que foi, por duas vezes, Prefeito de sua cidade, que foi Senador da República por 16 anos, convivendo com muitos dos Senadores que ainda estão hoje nesta Casa. S. Exª prestou no Senado um grande serviço ao País e mostrou a qualidade do seu trabalho parlamentar e, sobretudo, sua firmeza, sua seriedade, sua honestidade, a maneira como conduziu as coisas públicas. Como Presidente da República, passou por um dos momentos mais sérios que a nossa Nação viveu, por um momento de instabilidade, em que todos achavam que o

Brasil mergulhava numa crise sem precedentes. Foi exatamente Itamar Franco, como Presidente da República, que trouxe de volta a normalidade político-administrativa ao País. Possibilitou a reforma que até hoje é o sustentáculo do progresso econômico do Brasil, com a criação do Plano Real e da moeda.

Realmente, surpreende-me que não tenha havido uma preocupação generalizada, talvez por parte de todos nós – vamos fazer **mea-culpa** –, no sentido de que, num determinado dia, numa determinada hora, o nome do ex-Governador Itamar Franco seria colocado à deliberação do Plenário. E aqueles que evidentemente sempre tiveram dificuldades com o ex-Governador e que, infelizmente, votariam contra S. Exª tiveram a oportunidade de fazê-lo ali.

Devo ressaltar que são inúmeros os amigos do Governador e que todos vamos ficar muito honrados de tê-lo como nosso representante junto ao Governo da Itália. Temos a certeza de que S. Exª vai, sim, assumir as suas funções. É evidente que é difícil aceitar a situação em que foi feita a votação. Se tivesse ocorrido em um momento comum, normal, haveria, certamente, números muito mais expressivos. Mas todos ficamos muito honrados com a sua indicação e temos certeza de que S. Exª prestará um grande serviço ao País ao assumir a Embaixada do Brasil em Roma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, gostaria de me pronunciar apenas para fazer um esclarecimento.

Fui citado pelo Senador Hélio Costa, que disse que não consegui pagar o 13º salário quando saí do Governo de Minas Gerais em 1998, o que é parcialmente verdadeiro, pois um terço dos funcionários de Minas, aqueles de menor salário, receberam-no integralmente. Não consegui quitar integralmente o pagamento do 13º salário e, por isso, fui impiedosamente criticado pelo Governador Itamar Franco. Entretanto, fico satisfeito em ver que o Senador Hélio Costa reconhece que também o Governador Itamar Franco não conseguiu quitar o 13º salário de 2002, precisando recorrer à medida provisória do Presidente Fernando Henrique para remediar a situação.

Dou-me por satisfeito. V. Exª sabe muito bem, Sr. Presidente, que o meu voto foi aberto. Abstive-me de votar, exatamente para que não houvesse uma confusão partindo de nossas divergências políticas. Era uma questão de relevância para a representação do País.

Espero, realmente, que o ex-Presidente Itamar Franco possa assumir a Embaixada em Roma, para a qual foi designado. Considero importante que S. Exª possa fazer isso, até mesmo em respeito à nossa Comissão, que aprovou a sua indicação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Não utilizarei mais que dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, gostaria de externar a solidariedade do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo ao ex-Presidente Itamar Franco. Votamos unanimemente em favor da sua indicação. Só lamento que tenhamos sido surpreendidos por uma votação que não teve como antecedente nenhuma crítica na tribuna por parte de qualquer orador. O que ocorreu não foi procedimento comum na Casa. Agiram de maneira atípica, o que não foi elegante para a história do Senado Federal, com a autoridade que tem nesse tipo de situação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero aqui expressar minha solidariedade pessoal ao ex-Presidente Itamar Franco, porque, de fato, nos 16 anos em que trabalhou nesta Casa, S. Exª honrou e dignificou seu mandato, assim como fez nos mandatos de Presidente da República, de Governador e de Embaixador. Reitero o apelo que faço publicamente para que S. Exª bem se desincumba da missão para a qual foi designado.

Gostaria de dizer ao Senador Hélio Costa e ao meu companheiro e Líder, Senador Tião Viana, que o episódio serve de lição para nós, porque aqui, na vida política do Senado, precisamos estar muito atentos para as votações, porque surpresas podem acontecer. Temos que estar mais do que atentos para não sermos surpreendidos. Precisamos estar com os nossos Líderes. Ao dizer isso, assumo a minha responsabilidade. Não se pode permitir mais que ocorram situações como essa. Digo isso e assumo a minha cota de responsabilidade pelo ocorrido.

Peço ao Senador Tião Viana que profira o parecer sobre o requerimento dos Senadores Jefferson Péres, José Agripino e Arthur Virgílio. Antes, porém, gostaria de registrar que o Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT, foi chamado a uma reunião hoje

do Diretório Nacional do PDT, no Rio de Janeiro, e pediu que, apenas se estivessem presentes os co-autores, Arthur Virgílio e José Agripino, examinássemos a matéria. Como os dois Senadores estão presentes, vamos respeitar o seu pedido e ouvir o parecer do Senador Tião Viana.

O SR. RELATOR (Tião Viana) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Requerimento nº 223, de 2003, dos eminentes Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres, tem como objeto uma moção de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano.

O meu voto é o que se segue.

Pelo que se depreende da leitura do requerimento em tela, há, na solicitação, dois núcleos temáticos. O primeiro diz respeito a uma condenação ao Governo cubano, nos termos retroexpostos, e o segundo sugere ou aconselha o Poder Executivo a adotar as providências.

Cumpre destacar, inicialmente, aspectos históricos daquele país que, de maneira alguma, podem ser desprezados no momento da cuidadosa análise exigida pelo tema central do requerimento.

Nesses termos, cumpre destacar: Cuba sofre há mais de 40 anos com uma política de bloqueio criminal, uma verdadeira guerra de dimensão econômica, comercial, financeira, política e diplomática que trouxe, como conseqüência, a morte de 3.478 cidadãos cubanos e a mutilação de outros 2.099, entre tantos outros danos humanos.

Existem cálculos que estimam o prejuízo econômico, em Cuba, da ordem de US$70 bilhões em função da política de bloqueio. O povo cubano vive uma etapa histórica de construção do seu regime, baseado no direito de escolher o seu próprio sistema político, com base na Carta das Nações Unidas, que define o princípio da igualdade entre os Estados e reconhece o direito à livre determinação dos povos.

Cuba é uma Nação que tem, praticamente, 100% do seu povo alfabetizado, e com acesso gratuito ao serviço de saúde. E, apesar de uma luta cotidiana, o país vive sob a responsabilidade real de aniquilamento de todo o esforço realizado ao longo de décadas.

O apoio recebido dos países que compunham o bloco socialista europeu, em particular a União Soviética, deixou de existir com a queda do Muro de Berlim. Há a solidariedade do país com a Amazônia e o Nordeste brasileiro e com inúmeros países africanos, para onde cuba envia centenas de médicos e técnicos de diversas áreas – e Cuba vinha fazendo progresso na área de direitos humanos –, que, neste momento, sofre um revés em virtude do endurecimento da política externa dos Estados Unidos, exemplo claro na redução do número de vistos concedidos pelos Estados Unidos a cubanos, que caiu de uma média histórica de 7.500 no trimestre para cerca de apenas 500 nesse início de 2003. Isso não significa, todavia, um apoio incondicional ao regime político cubano. Como todo regime político, o cubano tem virtudes e defeitos. Sabemos todos das pressões que são feitas a Cuba por nações, entre outras, que, no passado ou no presente, não se revelaram e nem vêm se revelando merecedoras, no conceito internacional, de reconhecimento inconteste no campo dos direitos humanos, quer em seu próprio território ou alhures, quando no exercício de pretensões imperialistas.

Em nossa opinião, o aprimoramento do regime político cubano poderia ser alcançado de forma mais eficiente por meio de um processo de ampliação do diálogo internacional e mesmo do apoio que Cuba viesse a receber dos países com os quais mantém boas relações internacionais. A condenação, pura e simples, com a aprovação do voto e censura, em análise, principalmente se feita sem levar em consideração a totalidade e as circunstâncias dos fatos motivadores do presente voto, de pouco ou nada contribuirá para este processo.

Neste momento, parece-me adequado lembrar das sempre oportunas reflexões de Rosa Luxemburgo, especialmente em sua **Análise Sobre a Revolução Russa**, escrito em 1918, publicada em 1922, de onde extraímos a seguinte passagem:

"Liberdade apenas para os apoiadores do governo, apenas para os membros de um partido, por mais abrangente que ele seja, não é liberdade alguma. Liberdade é sempre, exclusivamente liberdade, para aquele que pensa diferente".

Assim, o nosso ponto de vista é que:

CONSIDERANDO os tradicionais laços de amizade que unem o Brasil e Cuba;

INVOCANDO os termos da "Declaração Universal dos Direitos dos Homens", bem como os compromissos inscritos nas Convenções da ONU relativos aos direitos políticos e sociais;

ASSINALANDO a existência de cláusula democrática no contexto da Organização dos Estados Americanos;

ENFATIZANDO que o respeito de diferenças de opiniões e a liberdade de organização e expressão é

de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime;

CONSIDERANDO que a pena de morte é proibida pelo texto da Carta Magna brasileira, em virtude de sua incompatibilidade última com os direitos humanos fundamentais e da sua inutilidade na prevenção do crime;

OBSERVANDO que o fuzilamento de três cidadãos cubanos e a prisão de 78 dissidentes deverão aumentar, sobremaneira, a tensão política em todo o hemisfério, com conseqüência negativa para as relações entre Cuba e as demais nações americanas;

PREOCUPADOS com o fato desses consternadores incidentes ocorrerem justamente no momento em que as instituições multilaterais e o sistema de segurança coletiva, instituído pela Carta das Nações Unidas, estão fragilizados pelo predomínio do unilateralismo bélico como instrumento de afirmação de interesses estratégicos no cenário mundial;

CERTOS de que tais incidentes, se não resolvidos de forma adequada, provocarão inevitável regressão na justa luta do povo de Cuba contra o descabido embargo econômico e as ações ilegais, efetuadas por aqueles que usam o compreensivo desejo de liberdade e democracia da cidadania cubana para impor uma agenda estéril de confronto e tensionamento;

CONSTATANDO que as enormes e condenáveis pressões econômicas e políticas, exercidas sobre o Governo de Cuba, inclusive através de mecanismos de caráter extraterritorial, como a famigerada Lei Helms-Burton, não justificam e muito menos legitimam o desrespeito aos direitos humanos e o cerceamento ao direito à informação e à participação;

CONSIDERANDO que as prisões de dissidentes e os fuzilamentos vêm ocasionando veementes protestos em vários países do mundo, particularmente por parte das organizações de defesa dos direitos humanos;

CONVICTOS de que a realização de reformas democráticas em Cuba, de forma alguma, representará ameaça à sua independência e soberania;

DESEJOSOS de estabelecer um diálogo de alto nível entre o Parlamento brasileiro e o Governo cubano, com o objetivo de, sem interferir nos assuntos internos de Cuba, cooperar no aprimoramento das formas e condições do exercício dos direitos políticos;

OBJETIVANDO o aprimoramento do regime político cubano, que poderá ser alcançado de forma mais eficiente por meio de um processo de ampliação do diálogo internacional e mesmo por meio do apoio que Cuba venha a receber dos países com os quais mantém boas relações diplomáticas; e

MANIFESTANDO a preocupação ante o fuzilamento de três cidadãos cubanos que tentavam fugir para os EUA e a prisão de 78 dissidentes daquele País, bem como solicitando ao Governo cubano que considere a possibilidade de anistiá-los,

PROPOMOS a constituição de uma Comissão de Senadores que venha visitar aquele País, em data a ser acordada, como uma alternativa mais concreta e profícua para conhecer mais de perto a realidade vivida pelo povo cubano e expressar as preocupações aqui mencionadas à Assembléia Nacional de Cuba e ao Governo do Presidente Fidel Castro Ruiz.

Ante o exposto, e sem prejuízo de votação da matéria, em termos que nos permitam seu adequado e desejado exame, sugerimos que a moção seja aprovada, nos termos constantes desse parecer.

Concluo, Sr. Presidente, registrando e tornando concreto o respeito pelas intenções e o protesto legítimo que fizeram os eminentes Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres. Foi um protesto em defesa da vida – é o meu entendimento –, um protesto a favor do Estado democrático e pleno de direito, um protesto que contribui para o avanço da luta internacional a favor dos direitos humanos.

Gostaria de ponderar que, em 84 países, ainda existe a pena de morte, uma prática abominável aos olhos da democracia e da defesa dos direitos humanos do nosso País.

Com esse processo, esperamos contribuir, unidos aos três Senadores que assinaram o requerimento, com o esclarecimento e com o aperfeiçoamento das instituições democráticas em Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou fazer um esclarecimento sobre o procedimento de votação anterior.

O Senador Rodolpho Tourinho, um dos apuradores, votou durante a apuração dos resultados. Houve uma comunicação de que havia 15 bolas, mas S. Exª acrescentou mais uma, para que fosse o 16º a votar. Portanto, para que não haja qualquer engano, registro que, em vez de 15 votos, conforme a lista de assinatura dos presentes, são 16 votos para cada um dos três indicados hoje.

Recordo que foram apuradores os Senadores Eduardo Azeredo, Gilberto Mestrinho e Rodolpho Tourinho. Estão os três Senadores de acordo com a Presidência de que este é o resultado oficial?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, Sr. Presidente. Na verdade, existiam 15 bolas.

Contei 15, mas houve o voto do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Que S. Exª acrescentou posteriormente.

E o Senador Gilberto Mestrinho também está de acordo que assinalemos que são 16 votos?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Com o do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. Mas precisamos ter muito cuidado com essas apurações.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com a votação eletrônica, futuramente haverá um avanço tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nesta sala, ainda não contamos com o voto eletrônico.

Gostaria de lembrar, com respeito ao parecer do Senador Tião Viana, que S. Exª acrescentou uma das proposições formuladas pelo Senador Romero Jucá em seu pronunciamento em plenário. Penso que o Senador Arthur Virgílio se lembra de que o Senador Romero Jucá havia expressado que seria interessante que uma comissão de Senadores, representando esta Comissão, pudesse fazer o que está proposto na conclusão do parecer do Senador Tião Viana.

Queria recordar esses fatos e registrar que, ontem, o Embaixador Jorge Lescano Perez recebeu os membros desta Comissão – o Senador Rodolpho Tourinho estava presente, e havia representantes de todos os partidos desta Comissão – e pôde relatar muitos fatos, alguns dos quais estão contidos no parecer do Senador Tião Viana, que leva em consideração as explicações dadas pelo Embaixador e, ao mesmo tempo, as preocupações dos diversos Senadores, inclusive dos requerentes.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que a havia pedido para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, o parecer do nobre Líder Tião Viana é percuciente, é clarividente, como costuma acontecer com as peças de sua lavra.

O nosso desejo – e essa é a posição que me transmite também o Líder José Agripino, que assinou, juntamente comigo e com o Senador Jefferson Péres, essa moção – é de convergir, de procurar, nesses temas de política externa, chegar, sempre que possível, a posições que sejam nacionais, posições do País. Daí a sugestão que lhe fiz, ainda há pouco, informalmente, e que agora faço formalmente, de que adiemos a discussão sobre a retirada ou não da moção, para se adotar – espero que por unanimidade – o parecer do Líder Tião Viana, na próxima reunião, até porque, embora presentes o Senador José Agripino e eu próprio, não está presente o Senador Jefferson Péres, com quem tentamos manter contato e não conseguimos.

Faço aqui algumas considerações. O Brasil, ao longo da sua política externa em relação à Cuba de Fidel Castro, tem tido uma posição bastante firme, bastante sensata; como sempre, a Diplomacia brasileira é sensata. Marco, por exemplo, a célebre conferência de Punta Del Este, de 1961, quando, com o voto brilhante do então Chanceler Francisco Clementino de Santiago Dantas, o Brasil não seguiu, àquela altura, a posição americana, que era majoritária na OEA, que excluía Cuba do sistema interamericano. O Brasil se absteve, e foi, de fato, um momento de afirmação daquilo que se denominava de política externa independente.

O Brasil, na OEA, também tem sido uma voz permanente a negociar e a clamar pelo fim do embargo e até pela sua diminuição gradativa. O Brasil, portanto, tem sido amigo de Cuba, tem com aquele país laços afetivos de amizade – isso é ressaltado no parecer do Líder Tião Viana e na moção assinada por mim e pelos Senadores Jefferson Péres e Agripino Maia.

O que eu gostaria muito de deixar patente é que, de fato, o Brasil se posicionou contra a guerra entre Estados Unidos e Iraque e o fez condenando a brutal ditadura de Saddam Hussein. O País não tomou partido, não fez jogo festivo, não fingiu que se tratava de um líder legítimo injustiçado; o tempo inteiro, afirmou-se que era um tirano e que tirano merece muito pouco respeito de quem professa a democracia, como nós.

O Brasil, que foi firme nesse episódio, precisa ser muito cauteloso, até porque diplomacia exige pragmatismo, e pragmatismo nos leva a admitir os Estados Unidos como nosso principal parceiro. Tenho muito interesse em ver o Brasil participando ativamente da reconstrução do Iraque, até porque o nosso País não sofre hostilidade por parte daquele povo.

O Brasil tem muito **know-how** no que diz respeito ao Iraque; as empresas brasileiras de grande porte no ramo da construção civil, por exemplo, conhecem bastante como fazer grandes obras no Iraque. O Brasil tem nos Estados Unidos um parceiro para resolver suas aflições de caixa, quando a situação complica um pouco. Isso se faz diretamente, a partir do Tesouro americano, ou indiretamente, por via, por exemplo, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, aos quais o Brasil termina se atando e por aí abrindo até a

perspectiva de ajuda de países outros. O Brasil é soberano e não foi a favor da guerra, mas é pragmático e, portanto, não tem que hostilizar os Estados Unidos. Parece-me que essa é uma preocupação também do Governo brasileiro.

Entretanto, o Brasil, que tem um claro compromisso com os direitos humanos, é um País que marcha para ser, mais cedo ou mais tarde, uma potência econômica. Não pretende ser uma potência militar; é um País pacifista, pela própria índole de seus Governos e de sua gente. O Brasil, a meu ver, deveria ter, e temos tido, a necessária firmeza para também "não passar a mão sobre a cabeça do Governo cubano" nesse episódio.

Não existe, a meu ver, atrocidade progressista, ou seja, atrocidade de esquerda, atrocidade que tenhamos que justificar, e já passei dessa época.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, eu conseguia, quando jovem, justificar a invasão da Tchecoslováquia. Sentaria com V. Exª num bar e explicaria que aquilo se deu em nome do socialismo, que aquilo se justificava assim, que aqueles eram os inimigos do socialismo e tinham de ser punidos. Eu conseguia chegar a esse nível de estupidez política na época mais bonita do meu idealismo e da força maior da minha juventude. Hoje, não consigo fazê-lo. Hoje, não consigo separar atrocidade de esquerda, progressista – e, portanto, não atrocidade –, de atrocidade de direita, portanto, esta, sim, punível e condenável. A posição tem que ser muito firme: foi uma atrocidade, foi torpe. O comportamento do Governo cubano foi torpe, e concordo com José Saramago nesse episódio. Não prego rompimento de relações. Ele pode, como pessoa, romper relações com Cuba, mas o Brasil, como País, está longe disso e nem deve querer isso. Mas foi torpe, foi vil o assassinato de três pessoas, o julgamento sumário, a idéia brutal de impedir que pessoas lutassem pela sua própria liberdade. Aquilo poderia gerar outra pena, mas jamais a demonstração de recrudescimento, os fuzilamentos, o paredão, nada parecido com isso.

A prisão política, numa hora em que Cuba precisa mostrar sinais claros de abertura política, até para se credenciar a forçar a redução do bloqueio econômico que tanto mal tem causado à sua economia, pareceu-me um gesto de absoluta insensatez do Governo Fidel Castro.

Mantenho meus laços de amizade com pessoas do Governo cubano, mantenho meus laços de amizade com o povo cubano, mantenho meu maior respeito por aquele país, mas não poderia, sob pena de ser incoerente – e penso que interpreto o que pensa o Senador Jefferson Péres e o Líder Agripino Maia –, imaginar que temos que arranjar um jeito para Cuba; não, se somos tão enfáticos quando se trata de defender direitos humanos em qualquer latitude.

Por isso, considero muito satisfatória a peça escrita e aqui exibida pelo Líder Tião Viana e me disponho a examiná-la com a maior boa vontade.

Só não deliberamos agora em razão de o Senador Jefferson Péres estar ausente. Essa é também a posição do Líder Agripino Maia.

No mais, que o Brasil faça de cada ato seu, de cada reunião sua na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de cada manifestação congressual sua, um gesto permanente de defesa da democracia, de estímulo a que os países que ainda não a adotaram a adotem. É um País que pode ser um belo exemplo, pela sua preocupação com a idéia que é universal e a mais fraterna de todas: a idéia da liberdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, serei breve, até porque o Senador Arthur Virgílio já manifestou argumentos que endosso.

Conheci o Comandante em Chefe Fidel Castro, Presidente de Cuba, nas posses dos Presidentes do Brasil. Fidel vinha ao Congresso sistematicamente. Compareceu às posses do Presidente Fernando Henrique e do Presidente Lula. Compareceu a várias posses, e isso é produto, evidentemente, da posição que o Brasil tem assumido de forma altiva em relação a Cuba, em razão de um princípio que defendemos: a autodeterminação dos povos. Esse é um princípio que a Diplomacia brasileira defende e do qual não abre mão.

No entanto, o que penso é que a autodeterminação dos povos tem um limite, e esse limite é – como disse o Senador Tião Viana, com muita propriedade, em seu relatório – a defesa da vida e a defesa do estado democrático.

Creio que o caso dos cubanos que foram assassinatos ou eliminados, pena de morte ou não, feriu o direito à vida, a defesa da vida e o estado democrático, e contra isso é que nos manifestamos.

Minha posição, ao assinar esse requerimento, tem o claro sentido de afirmar que endosso a posição do Brasil de se colocar ao lado de Cuba sistematicamente, mesmo quando em jogo estão, **a lateri**, interesses econômicos. No momento em que o País se posiciona ao lado de Cuba e em que Cuba se posicio-

na contra os Estados Unidos, as relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, seu grande parceiro, ficam fragilizadas.

Entretanto, o Brasil abre mão disso em defesa da tese da autodeterminação dos povos. Isso não significa dizer que tenhamos alinhamento automático com Cuba e que adotemos posição permanente em qualquer circunstância. A circunstância dura, a da eliminação de cubanos que tiveram divergências políticas com o regime, indignou o mundo, indignou-nos e me levou, como Líder do PFL, a assinar o requerimento.

Considero que os termos colocados no relatório do Senador Tião Viana são palatáveis. No entanto, penso que a matéria deve ser votada com a presença do Senador Jefferson Péres, que é Líder de um Partido, tanto quanto o Senador Arthur Virgílio e eu. Creio que os Membros da Comissão podem dar oportunidade a S. Exª de se manifestar.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exª e aos Membros desta Comissão tolerância para que apreciemos esse requerimento, avaliando os argumentos apresentados pelo Senador Arthur Virgílio e por mim, assim como os que o Senador Jefferson Péres haverá de apresentar.

Solicito que avaliemos e votemos o requerimento do Senador Tião Viana, com a presença do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acredito que há consenso no sentido de se respeitar o desejo de que o Senador Jefferson Péres, como autor do requerimento, esteja presente. Inclusive, S. Exª me telefonou pela manhã, avisando que não poderia vir à reunião. Penso que podemos apreciar o parecer do Senador Tião Viana e votar o requerimento na próxima reunião.

Eu gostaria de fazer uma consulta ao Plenário. Como o dia normal de nossas reuniões é quinta-feira pela manhã e como, na próxima semana, o dia 1° de maio será feriado, indago se V. Exªs consideram adequada, só para a finalidade de votar esse requerimento, em boa parte já discutido, a realização de uma reunião extraordinária na terça-feira, às 12h30min. Não poderíamos marcá-la para terça-feira à tarde, porque coincidiria com a reunião do Conselho de Ética, que demandará muita atenção.

Indago se V. Exªs consideram adequado marcarmos uma reunião extraordinária para exame desse requerimento, porque, provavelmente, estaremos todos aqui, inclusive o Senador Jefferson Péres. (Pausa)

Estando todos avisados, convoco uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, a fim de examinarmos essa matéria.

Esta Presidência informa que foi retirado de pauta o Item n° 3, referente à apreciação do nome do Sr. Tomaz Maurício Guggenheim para, cumulativamente, exercer o cargo de Embaixador na República Gabonesa e na República Democrática de São Tomé e Príncipe, em razão da mensagem enviada pela Presidência da República e pelo Ministro das Relações Exteriores, que informa que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o Embaixador João Carlos de Souza Gomes, deseja estabelecer uma Embaixada junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h35 min.)

Ata da Nona Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia oito de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia oito de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, AELTON FREITAS, RODOLPHO TOURINHO, GILBERTO MESTRINHO, MARCELO CRIVELLA, JOSÉ AGRIPINO, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, EDUARDO AZEREDO, JOÃO CAPIBERIBE, LÚCIA VÂNIA, EDISON LOBÃO, JOÃO ALBERTO SOUZA, PATRÍCIA SABOYA GOMES e TIÃO VIANA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, informa a presença do Senhor Embaixador de Portugal, Antonio Franco. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Requerimento N° 223, de 2003 "de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e às liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano".O Senhor Senador **HÉLIO COSTA** faz a leitura do voto em separado que estabelece um consenso entre os Requerimen-

tos nº 223, de 2003; e o Requerimento nº 10, de 2003/CRE de autoria do Senador **JEFFERSON PÉRES** que trata da mesma matéria. Após leituta do voto em separado, passa-se à discussão. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **ARTHUR VIRGÍLIO, HÉLIO COSTA, JOSÉ AGRIPINO e MARCELO CRIVELLA.** Não havendo mais quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Item 02** – Requerimento Nº 10, de 2003/CRE que "requer, nos termos do inciso IV, do artigo 103, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura ao governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos no julgamento do dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero, em meio a dezenas de outros cidadãos cubanos condenados por defenderem a liberdade de expressão e a reforma democrática do regime de Havana." Prejudicado pela aprovação do voto em separado apresentado ao Requerimento nº 223, de 2003. O Senhor Presidente inverte os itens de pauta. **Item 04** – Mensagem Nº 70, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia." O Senhor Senador **JOSÉ AGRIPINO** faz a leitura do seu relatório. Por sugestão do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, faz-se a leitura do próximo item e posteriormente a arguição dos Embaixadores. **Item 03** – Mensagem Nº 62, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **RENAN LEITE PAES BARRETO,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala." O Senhor Presidente designa o Senhor Senador **RODOLPHO TOURINHO** como relator "ad hoc" que faz a leitura do relatório. O Senhor Embaixador **MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM** faz sua exposição de motivos. Em seguida, passa-se a palavra ao Senhor Embaixador **RENAN LEITE PAES BARRETO** para que faça sua exposição de motivos. Passa-se à arguição dos Senhores Embaixadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **EDUARDO AZEREDO, ARTHUR VIRGÍLIO, GILBERTO MESTRINHO, EDISON LOBÃO, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO MATARAZZO SUPLICY e HÉLIO COSTA.** Após a apuração dos votos, o Senhor Presidente informa que houve 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção para ambos. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 10 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) Gostaria de informar que estamos recebendo a visita do Embaixador Antonio Franco, de Portugal. Seja V. Exª muito bem-vindo à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje está em pauta assunto que guarda relação com os interesses de Brasil e Portugal, da amizade que nos une.

O Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, informou-me que o Embaixador gostaria de nos fazer uma visita. Então, eu o convidei para assistir a nossa reunião. Seja V. Exª muito bem-vindo.

Designamos como o Item 01 os requerimentos dos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino Maia e Jefferson Péres, relativos a repúdio e condenação de ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais ocorridos em Cuba. O Senador Hélio Costa havia sido designado para chegar a um entendimento entre as diversas proposições e o parecer do Senador Tião Viana.

Esse é um assunto que, tudo indica, será consensual. Podemos, rapidamente, passar a ele, como primeiro tema.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi a missão, designada por V. Exª, de encontrar o caminho de condensarmos as duas propostas apresentadas pelos Líderes do PSDB e do PFL com o substitutivo apresentado pelo Líder do PT, Senador Tião Viana.

A minha preocupação, Sr. Presidente, foi atender à exigência da própria Constituição, que, em seu art. 84, deixa muito claro que compete privativamente ao Presidente da República ser a voz e a expressão da política internacional do País. Na verdade, a condução da política externa é privativa do Presidente da República.

O que podemos fazer em nossa Comissão é produzir um documento que seja, evidentemente, entendido como uma expressão da preocupação dos

Srs. Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Plenário do Senado Federal.

Feito isso, procurei, entre os dois textos, apenas fazer o papel de editor, tendo uma atuação do ponto de vista redacional, partindo do pressuposto de que há um ditado, muito conhecido na língua inglesa, que diz o seguinte: **edites the best who edites the least**. Evidentemente, sabendo que os nossos companheiros Senadores todos entendem o inglês perfeitamente, farei a tradução para os telespectadores da **TV Senado**: "edita melhor quem edita menos".

Então, procurei apenas retirar, Sr. Presidente, o que considerei excesso de adjetivos dos dois textos. Ao fazer isso, pareço ter encontrado a solução de um texto sóbrio e sereno, porém firme, duro, que vai ao encontro da necessidade que todos vimos de fazer um documento da Casa que refletisse a preocupação de todos os Senadores da República, não apenas dos liderados por aqueles que apresentaram os documentos, mas de todos os Senadores, com respeito a essa posição, inadmissível e inaceitável, de execução sumária dos que se opõem a um regime.

Eu, particularmente, tenho de fazer constar aqui, sem dúvida alguma, o nome de mais duas vítimas, jornalistas, dessa situação: Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero. Mais uma vez, são os jornalistas as vítimas de uma situação de intransigência política.

Gostaria de ler, Sr. Presidente, o requerimento da maneira como foi terminado, por assim dizer. Com a ajuda dos companheiros, de técnicos legislativos, conseguimos chegar à seguinte redação:

"O requerimento condena o fuzilamento de três cidadãos cubanos que tentavam fugir para os Estados Unidos e a prisão de 78 dissidentes daquele país.

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil, considerando os tradicionais laços de amizade que unem Brasil e Cuba, invocando os termos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como os compromissos inscritos na convenção da ONU relativos aos direitos sociais e políticos; assinalando a existência de cláusula democrática no contexto da Organização dos Estados Americanos; enfatizando que o respeito às diferenças de opinião e à liberdade de organização e expressão é de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime; considerando que a pena de morte é proibida no texto da Carta Magna brasileira, em virtude de sua incompatibilidade última com os direitos humanos fundamentais e da sua inutilidade na prevenção do crime; observando que o fuzilamento de três cidadãos cubanos e a prisão de 78 dissidentes deverão aumentar sobremaneira a tensão política em todo o hemisfério com conseqüências negativas para as relações entre Cuba e as demais Nações americanas; preocupados com o fato de que esses consternadores incidentes ocorrem justamente no momento em que as instituições multilaterais e o sistema de segurança coletivo instituído pela Carta das Nações Unidas estão fragilizados pelo domínio do unilateralismo bélico como instrumento de afirmação de interesses estratégicos no cenário mundial; certos de que tais incidentes, se não resolvidos de forma adequada, provocarão inevitável regressão na justa luta do povo de Cuba contra o embargo econômico e as ações efetuadas contra o desejo de liberdade e democracia da cidadania cubana; constatando que as pressões econômicas e políticas exercidas sobre o Governo de Cuba não justificam e, muito menos, legitimam o desrespeito aos direitos humanos e o cerceamento do direito à informação e à participação; considerando que as prisões e o fuzilamento de dissidentes vêm ocasionando veementes protestos em vários países e no âmbito de organizações de defesa dos direitos humanos; e convictos de que a realização de reformas democráticas em Cuba, de forma alguma, representará ameaça à sua independência e soberania, condenamos o fuzilamento dos cidadãos cubanos dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raul Rivero, que tentavam fugir para os Estados Unidos, bem como a prisão de 78 dissidentes daquele país.

Sala de sessões(...)"

Esse é o resultado, Sr. Presidente, da edição que fizemos dos dois textos, do que foi apresentado pelas Lideranças do PSDB, do PFL e, ao mesmo tempo, pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está para o exame de todos os Senadores, inclusive dos autores, avaliar se chegamos a um entendimento adequado.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois bem, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero congratular-me, sem nenhuma surpresa, com o eminente Senador Hélio Costa pelo texto competente e talentoso. Não há surpresa, mas é bom, mesmo sem surpresa, registrar-se a admiração continuada e crescente por este Senador que se afirma por seus méritos, a cada momento, diante dos olhos de seus Colegas.

Tenho algumas observações a fazer. Considero o texto generoso com Cuba, que é um país amigo. Há pouco reparo. No entanto, gostaria de fazer uma sugestão de emenda, uma observação a respeito do parágrafo que se refere à pena de morte. O Brasil é contrário à pena de morte – particularmente também sou. Faço uma distinção essencial, embora condenando a pena de morte em quaisquer de suas manifestações – o respeito à vida humana é algo que vai fundo no meu coração e na minha razão -, há uma diferença fundamental entre alguém que pune o criminoso comum por essa via que julgo injusta e drástica e a pena de morte por razões políticas. Alguns Estados americanos acreditam que o estuprador deva ser condenado à morte. Entendo que não deveria ser assim. Agora, o que nenhuma pessoa em sã consciência pode admitir é que alguém detentor do poder imagine que possa condenar à morte um adversário político seu; e, nesse caso drástico, e por isso foi torpe o que aconteceu, alguém que não estava conspirando sequer contra o regime, alguém que estava fugindo de um regime que julga ditatorial em busca de ares que julga de liberdade. Algo grave! Algo grave que deve merecer o nosso repúdio para mantermos a coerência e a autoridade com que condenamos a guerra Estados Unidos/Iraque e mantermos também bem viva a chama de um país que haverá de se afirmar brevemente, se Deus quiser, como potência econômica, que não se afirmará como potência militar, porque não é essa a sua destinação, mas um país que precisa se afirmar pela condenação clara a toda e qualquer agressão aos direitos humanos que desonre a tradição pacifista que professamos.

E, por outro lado, fico com Saramago: para mim, bastou! Já defendi Cuba e já estive com V. Exª, Sr. Presidente, lá. Para mim, bastou! Fico com Saramago! Continuo ouvindo e admirando Chico Buarque, mas não justifico o que houve, sob pena de, das duas uma, eu retornar a um certo passado juvenil, idealista, do qual não me arrependo, generoso de minha parte, não me arrependo, ou voltaria a esse passado, ou entraria para o rol daqueles que, de má-fé, vou repetir o que disse aqui na reunião passada, dividem atrocidades em dois tipos: atrocidade progressista de esquerda, atrocidade em defesa da revolução – Essa pode! Essa poderia! Essa seria perdoável! – ou atrocidade de direita, atrocidade que seria vista como negativa, atrocidade reacionária. Esta se condenaria com toda a veemência das passeatas, com toda a veemência da festividade! Aprendi, com a maturidade e com o meu efetivo casamento com a democracia, que atrocidade é atrocidade, que crime é crime, que violência a direitos humanos é violência a direitos humanos. Parta de onde partir: da esquerda, da direita, do centro, de costa, de bola, de rebola, de carambola, de viés, de través, de onde vier. Violência é violência, e não posso compactuar com ela! Agressão a direitos humanos é agressão a direitos humanos, e não posso compactuar com isso!

E, por isso, sugiro, Senador Hélio Costa, quando reafirmo a admiração aqui pelo seu texto, uma única emenda. A outra foi uma observação, mas não há mal algum que fique assim. Apreciando o fato de V. Exª ter enxugado os adjetivos, gostaria só de adjetivar no final.

"Convictos de que a realização de reformas democráticas em Cuba, de forma alguma, representará ameaça à sua independência e soberania(...)" Perfeito! Aí, vem o final: "Condenamos o fuzilamento dos cidadãos cubanos, dissidente Hector Palácios e jornalistas Ricardo González e Raul Rivero, que tentavam fugir para os Estados Unidos da América, bem como a prisão de 78 dissidentes daquele País."

Gostaria de sugerir uma emenda: condenamos com indignação! Porque temos que estar indignados diante de algo que foi atentado à vida humana, à Democracia, algo que não foi bom para o Estado cubano, não foi bom para o povo cubano, não foi bom para a nossa consciência democrática. Se isso acontece em qualquer país, a nossa obrigação moral como cidadãos, parlamentares, num país pacifista como o Brasil, é estabelecermos a condenação rasa, total, inarredável, irretratável.

Quanto ao mais, é dizer que o Senador Hélio Costa está de parabéns pela capacidade que teve de captar os dois sentimentos: o sentimento do Líder Tião Viana e o sentimento do Líder do PFL, Senador José Agripino, o meu próprio e o do Senador Jefferson Péres, que, conosco, assinou pelo PDT a moção que, agora, está muito bem contemplada pelo talento desse grande jornalista e parlamentar que é o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de, inicialmente, agradecer as palavras do Senador Arthur Virgílio e, sobretudo, lembrar a minha vida há cerca de trinta anos, quando repórter internacional convivia com dissidentes e refugiados cubanos.

Nunca, Sr. Presidente, encontrei um brasileiro no exterior e que estivesse definitivamente lá: "Vou ficar no exterior e nunca mais volto ao Brasil!" Esse é o mesmo sentimento do povo cubano. Nunca encontrei cubano algum que não estivesse sonhando em, um

dia, voltar para o seu país. Razão pela qual tenho uma lembrança tão forte daqueles cubanos que saíram de Cuba e foram para os Estados Unidos, conforme disse o Senador Arthur Virgílio, não para combater um regime que consideram não apropriado para o seu País, mas simplesmente porque estavam se negando a participar daquele regime. E, então, deixam o seu país e vão para os Estados Unidos.

Senador Arthur Virgílio, tenho que levar em consideração o que V. Exª sugere porque acrescenta ao texto, mas quero fazer uma observação: esse foi um dos pouquíssimos itens que eu não alterei a redação, nem do que V. Exª propôs nem do que o Senador Tião Viana propôs no substitutivo. O seu texto, na realidade, foi mantido integralmente — o texto que eu entendi ser o original partindo da apresentação feita por V. Exª e pelo Líder do PFL.

Então, considero que é perfeitamente justificável e reforça a posição, já considerando que, ao final deste documento, nós podemos com um adjetivo mostrar toda a nossa indignação com o que aconteceu em Cuba.

Ao mesmo tempo quero dizer que, no que diz respeito ao último parágrafo, onde V. Exª diz "condenamos e com indignação o fuzilamento de cidadãos", o que eu fiz no texto foi, não necessariamente uma edição, mas uma nova redação, sem deixar de conter rigorosamente todos os itens e ingredientes daquele pensamento original que orientou V. Exª a redigir o texto.

Sr. Presidente, creio que é perfeitamente cabível, nós devemos sim incluir esse único adjetivo, até porque a minha preocupação com os adjetivos não foi apenas na formatação jornalística de texto, mas também porque entendo que um documento oficial partindo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Plenário do Senado da República tem de ser isento, firme, sóbrio e que não tenha excessos nem para um lado e nem para o outro. Então, é perfeitamente cabível a apresentação de V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com isso o Senador Hélio Costa vai ganhar algumas atribuições extras, será convidado mais vezes para fundir textos e chegar a boas soluções na Casa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Será uma honra, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero apenas informar que, pela qualidade e tendo em vista o ocorrido na Colômbia, senti-me na responsabilidade de apresentar um requerimento e vou propor como Relator o Senador Hélio Costa; esse requerimento será examinado na próxima reunião.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, creio que essa deva ser a terceira ou quarta reunião em que essa matéria é apreciada. Já houve até oportunidade de se convocar uma reunião extraordinária para se apreciar um único item, ou seja, o requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, do Senador Jefferson Péres e minha.

Creio que o Senado faz bem, na condução competente de V. Exª, pelo fato de tratar-se de uma manifestação oficial do Senado Federal da República Federativa do Brasil, uma Nação tradicionalmente amiga de Cuba, uma manifestação de sua indignação em função de fatos que significam o encruamento de uma situação que tem que ser denunciada no plano internacional.

Nós esperávamos, Arthur Virgílio, Jefferson Péres e eu, que o Relator Tião Viana mantivesse na íntegra os termos do requerimento que nós apresentamos, por entender no passado de S. Exª uma posição avançada no tocante ao respeito aos direitos humanos, à liberdade democrática, à defesa da vida. Mas, por razões que não cabem aqui avaliar, S. Exª resolveu apresentar um substitutivo suavizando os termos do requerimento apresentado. Fato com o qual nós não concordamos; surgiu a polêmica, polêmica apropriada, porque repito que essa é uma manifestação do Senado Federal do Brasil, é uma medida muito importante, pode até não ter relevo no primeiro momento, mas é algo que vai ficar escrito e que poderá ser consultado em muitos fóruns importantes, amanhã e no futuro.

Então, creio que nós estamos cumprindo a nossa obrigação de fazer uma reflexão aprofundada dos termos em que essa manifestação deve ser divulgada.

Creio que, depois de idas e vindas, a indignação que nos assolava – a nós, líderes, que apresentamos o requerimento – pode ser corretamente reproduzida pela competente síntese efetuada pelo Senador Hélio Costa. Com a adequação proposta – com a qual concordo inteiramente –, a indignação, que está reposta ao texto, que é o invólucro de tudo que pretendemos, ficará claramente explicitada – e creio que este Plenário concordará com ela, é a posição do Senado do Brasil –, para que outras Nações da América Latina ou do mundo conheçam a posição de um País que, ao longo do tempo, com independência, mesmo se sujei-

tando a penalidades no campo econômico, politicamente se colocou ao lado de Cuba, mas, na hora de condenar politicamente o comportamento do Governo cubano, não hesitou, não teve receio de fazê-lo e o fez com indignação.

Com essas palavras, quero manifestar que estou absolutamente de acordo com os termos do relatório apresentado pelo Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, ao Senador José Agripino.

Foi com base nas proposições de S. Exª e do Senador Arthur Virgílio que se chegou a este consenso, a este texto, que hoje apresentamos à Mesa da nossa Comissão.

Mas tenho uma observação a fazer, à qual não me referi na exposição inicial. Fiz uma modificação no antepenúltimo parágrafo do texto original que tem que ser levada em consideração nas próximas horas. Onde se diz, no texto original, "manifestamos a preocupação ante o fuzilamento de três cidadãos cubanos", fiz questão de citar nominalmente os três cidadãos que foram fuzilados: o dissidente Hector Palácios e os jornalistas Ricardo González e Raul Rivera.

Mas tenho informações, que estão sendo verificadas pela Assessoria da própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Liderança, de que, talvez, um desses indicados não tenha sido fuzilado. Se isso realmente se confirmar, temos que corrigir o texto. Assim, eu pediria a V. Exª que esperássemos até o fim da reunião para que aprovássemos essa redação final, a menos que retiremos os nomes, como está no texto original. Mas creio que é fundamental indicarmos os nomes dos que foram fuzilados. Portanto, até o fim da reunião poderíamos ter essa informação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A informação que se tem é que nenhum dos três, ditos aqui como fuzilados, o foram. Daqueles que estão presos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ah, dos que estão presos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso já me tranqüiliza, Sr. Presidente. Seria pior se fossem mais três!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, será melhor votarmos sem os nomes para não incidirmos em erro.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, os três nomes são citados no relatório original. Apenas mudei a posição dos mesmos. Em vez de incluí-los no meio do texto, fiz questão de incluí-los no último parágrafo, para reafirmar a nossa posição.

Então, a melhor solução é não incluirmos os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de perguntar aos senhores e ao nosso brilhante Senador Hélio Costa – isso talvez seja impertinência ou idealismo da minha parte – se seria possível incluir, no § 4º, onde se lê "enfatizando que o respeito às diferenças de opinião e à liberdade de organização", uma vírgula e a expressão "e culto religioso", o que é de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime. Apenas para grifar uma posição nossa, brasileira. Os nossos irmãos cubanos sofrem muito porque não têm direito à fé, não têm direito sequer a ler a bíblia em espanhol. Não se pode entrar com isso no país. Quantas vezes tentamos abrir, lá, uma igrejinha e enviar um pastor para falar de Jesus e não conseguimos.

Não sei se terei outra oportunidade na vida, por isso rompi meu silêncio. Mas, neste momento, poderíamos elencar nesses direitos fundamentais o direito à fé, que é o alimento da nossa alma. Ninguém pode ser feliz com uma alma faminta e o que alimenta nossa alma é, nos momentos de angústia e tristeza, ler uma palavra, seja de um pastor, seja de um padre, seja onde for, e fazer uma oração. E o povo cubano tem sido tolhido nesse direito.

Por isso, com muita humildade, eu gostaria de submeter meu pedido para que colocássemos liberdade de culto entre esses direitos fundamentais do ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, do ponto de vista redacional, evidentemente não existe nenhum impedimento.

Do ponto de vista constitucional, a nossa própria Constituição assegura o direito de religião e a liberdade do culto religioso. Fica a critério dos Srs. Senadores da Comissão aprovarem a inclusão da expressão "de religião". (Pausa)

Aceita a sugestão, eu faria o texto da seguinte maneira: "(...)enfatizando que o respeito às diferenças de opinião e à liberdade de organização, expressão e de religião é de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime".

Submeto à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acho que está dentro do espírito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Brilhante!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com as modificações, primeiro no sentido de não haver, no parágrafo final, a menção de nomes, e com o acréscimo da expressão "de religião" ao §4º, agora mencionado, submeto à votação.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra. Mais uma vez, acabamos de receber um boletim tirado da Internet, com data de 17 de abril de 2003, onde temos os nomes confirmados daqueles dissidentes que foram fuzilados.

Aqui está: "(...)o fuzilamento de Lorenzo Enrique Copello Castillo, Bárbaro Leodan Sevilla Garcia e Jorge Luiz Martinez Isaac(...)". São os três que são apontados e, então, confirmados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que reprovou a execução dos três dissidentes em Cuba, condenados pelo seqüestro de uma embarcação e a tomada de seus passageiros como reféns.

Tendo a confirmação dos nomes, sugiro que possamos incluí-los no texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem! Haverá a substituição dos três nomes, conforme o Senador Hélio Costa acaba de mencionar.

Submeto à apreciação e votação pelo Plenário do requerimento, tal como expresso na redação final proposta pelo Relator, Senador Hélio Costa.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, por unanimidade.

Cumprimento todos os membros da Comissão pela forma cuidadosa e responsável de tratar esse assunto, pela maneira como foi feito, com muito respeito, amizade e sinceridade para com o povo e o Governo de Cuba.

Informo aos Srs. Senadores, especialmente ao Senador Arthur Virgílio, que é autor de inúmeros requerimentos que ainda estão pendentes, inclusive de convocação de autoridades, que até a próxima semana estaremos concluindo essa longa seqüência de embaixadores. Então, proponho que a partir da semana seguinte coloquemos na pauta todos aqueles requerimentos, em entendimento e consenso com V. Exª e os demais autores de requerimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, minha confiança em V. Exª é total. Quanto aos requerimentos, aprendi a fazê-los com V. Exª, ou seja, estou no bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Entretanto, há um requerimento que envolve certa urgência, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Tião Viana, no mesmo sentido. Ou seja, que possa ser formada uma subcomissão permanente, destinada a estudar, propor e adotar medidas necessárias à implementação das proposições aprovadas no 1º Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, dentro do projeto Brasileiros no Exterior.

A propósito desse assunto, recebi hoje a visita do Embaixador de Portugal, Antonio Jardim. Além disso, o Embaixador Marcelo Jardim, um dos expositores de hoje, poderá nos trazer algumas palavras a esse respeito.

Informo a V. Exª que, como de praxe, seguiremos a pauta, mas, ao final, vamos examinar também esse requerimento.

O Senador José Agripino, tendo em vista a direção do PFL estar reunida, perguntou-me se poderia relatar o parecer relativo ao Embaixador Marcelo Andrade de Moraes Jardim, em primeiro lugar.

Hoje, dois Embaixadores serão argüidos: Renan Leite Paes Barreto, indicado para a Guatemala, e Marcelo Jardim, para a Polônia.

Pergunto se podemos ouvi-los conjuntamente. (Pausa)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou de acordo, Sr. Presidente, principalmente porque temos a convenção do Partido e, portanto, queremos dar o voto favorável a esses dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Convido para sentarem-se à mesa os Embaixadores Marcelo Andrade de Moraes Jardim e Renan Leite Paes Barreto. (Pausa)

Peço ao Senador José Agripino para ler o seu parecer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação do nome do Sr. Marcelo Andrade de Moraes Jardim, indicação feita pelo Sr. Presidente da República, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Polônia.

O Sr. Marcelo Jardim é Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, e há alguns registros rápidos que gostaria de fazer sobre a carreira de S. Exª.

As promoções do Diplomata Marcelo Jardim a 2º Secretário, 1º Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe, Ministro de Primeira Classe, ocorreram por merecimento. O que, de forma muito clara, define a competência, a categoria e o conhecimento de S. Exª na sua carreira.

Em nome da Secretaria de Estado, S. Exª exerceu as funções de coordenador executivo da Secretaria Geral de Política Exterior, em 1992; chefe da divisão da América Meridional I, de 1992 a 1996; e diretor-geral do Departamento de Europa, em 1996. No exterior, foi cônsul adjunto em Genebra, em 1978, e cônsul-geral adjunto em Nova Iorque, de 1987 a 1992. Exerceu diversas missões no exterior. É um diplomata de muito conceito na Casa. Até o presente momento, exerce as funções de chefe do Departamento de Europa e, na sua gestão, ocorreram as negociações para a liquidação de um débito que a Polônia tinha com a República Federativa do Brasil, de US$3,7 bilhões. No campo político, as gestões do Embaixador Marcelo Jardim foram de fundamental importância para que se chegasse a uma conclusão.

Os dados que eu gostaria de apresentar sobre a indicação de Marcelo Jardim são esses, altamente positivos e que recomendam a sua indicação. É o que posso dizer para o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Tem a palavra o Embaixador Marcelo Jardim para sua exposição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª poderia fazer logo a leitura do outro relatório e, depois, daria a palavra ao Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se todos os membros da Comissão estiverem de acordo, vamos assim proceder para facilidade processual. (Pausa)

Senador Antonio Carlos Magalhães, vamos seguir a sugestão de V. Exª.

Solicito ao Senador Rodolpho Tourinho, como Relator **ad hoc**, que leia o parecer do Senador Tião Viana.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Renan Leite Paes Barreto, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

O Ministro de Primeira Classe Renan Leite Paes Barreto nasceu no Rio de Janeiro, exerceu vários cargos e desempenhou funções extremamente importantes dentro da sua carreira nas áreas de turismo, de cooperação técnica, de operações comerciais e, sobretudo, foi assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 1986 a 1987; assessor de Ministro de Estado nas áreas de comunicações e energia e recursos minerais; outra vez, assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 1994 a 1995; e chefe da assessoria diplomática da Vice-Presidência da República, de 1999 a 2002, tendo exercido todas essas funções com muita competência e brilhantismo.

Hoje é muito importante, nas relações do Brasil com a Guatemala – ressaltando, ainda, o bom nível de cooperação técnica que mantemos com aquela República no comércio bilateral –, que tenhamos pessoa tão bem qualificada para exercer essa função. As relações também são muito cordiais entre os dois países. Temos absoluta convicção de que o Sr. Renan exercerá essas funções com muita eficiência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos necessários para deliberar sobre o assunto, mesmo porque já tivemos maiores detalhes no relatório. Nossa posição é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra aos Embaixadores Marcelo Andrade de Moraes Jardim e, em seguida, ouviremos Renan Leite Paes Barreto.

O SR. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª e as Srªs. e Srs. Senadores a atenção. É uma satisfação, honra e prestígio para mim, pessoalmente, como profissional da carreira diplomática, poder vir a esta Casa e estar hoje perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela indicação que fez o Senhor Presidente da República de meu nome, que muito me honra, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Polônia.

A Polônia é um País central, de crescente importância política e econômica no novo cenário que se desenrola hoje no Continente Europeu e, por extensão, no mundo contemporâneo. A Polônia viveu, por longo tempo, de 1772 até 1918 – foram 180 anos –, dividida e sob ocupação, cercada por vizinhos poderosos: o Império Austro-Húngaro, o Império Russo, a Prússia e, posteriormente, a Alemanha. Esse país foi seguidamente invadido, teve seu território dividido e fraturado até que, finalmente, após a Segunda Guerra Mundial, se reunifica sob o regime comunista, até

1989, e, posteriormente, de lá para cá, inserindo-se nas correntes mais liberais e democráticas que conformam, hoje, uma nova Europa.

A Polônia tem uma extensão territorial de 312 mil km² e uma população de 38 milhões de habitantes. É membro de todas as grandes organizações internacionais – Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio – e acaba de aderir à União Européia por meio da assinatura do Tratado de Adesão, em Atenas, no mês de março último.

O Governo polonês dará seqüência, nos próximos meses, aos procedimentos constitucionais internos, realizando um referendo nos dias 07 e 08 de junho próximos, para que haja uma definição popular sobre a adesão formal do país à União Européia. E o referendo deverá ser favorável a essa adesão, que deverá ocorrer em 1º de maio do próximo ano.

A Polônia já havia, antes, optado por sua inserção no bloco ocidental, quando, em 1999, aderiu plenamente à Organização do Tratado do Atlântico Norte e, de lá para cá, vem tendo uma atuação política e diplomática de grande peso na sua região, no seu espaço, no seu entorno imediato, com crescente repercussão no contexto europeu mais amplo. A Polônia, por força de sua população e de sua economia, constitui o mais forte político e economicamente dos novos países que aderirão, a partir de 1º de maio próximo, à União Européia. O espaço comum europeu, político e econômico, passará, dos atuais 15 países, para 25 nações.

O Produto Interno Bruto da Polônia atinge, pelos padrões tradicionais, US$178 bilhões. Pelo conceito do poder de compra e de aquisição, vai a quase US$400 bilhões, projetando, em um e em outro modelo, rendas **per capita** de US$4,5 mil até cerca de US$9,7 a US$9,8 mil, o que faz desse país, cuja economia já ultrapassou o período da transição para o de uma inserção mais aberta, mais competitiva no espaço econômico europeu, um dos parceiros e um dos países de maior importância naquele contexto.

Os seus maiores parceiros comerciais são a Alemanha, a Rússia, a Itália, a França e, posteriormente, os demais membros da União Européia.

A Polônia é uma república parlamentar. Seu presidente é eleito pelo voto direto para um mandato de 4 anos, com reeleição por um termo, um outro mandato. O governo é compartilhado com um primeiro-ministro, que o chefia, com um vice-primeiro-ministro, tradicionalmente o ministro da economia e finanças, e por um gabinete, que, no momento, é formado, tanto no presidente quanto no governo do gabinete do primeiro-ministro, por uma coalizão do chamado centro-esquerda. Primeiro, o Presidente Aleksander Kwasniewski é ex-integrante do partido comunista polonês e fez a transição da política para a social democracia mediante a Aliança da Esquerda Democrática, à qual pertence também o Primeiro-Ministro Leszek Miler.

Há alguns outros dados relevantes que eu gostaria de mencionar sobre a economia polonesa, a qual sofreu o impacto de uma liberalização radical após 1990. Eles inovaram na ocasião: quando todo o Leste Europeu adotou novas políticas independentes a partir da queda do Muro de Berlim, eles contrataram um economista da Universidade de Harvard, Jeffrey Sachs, para coordenar o programa econômico. Por ser o programa adotado excessivamente liberal, foi necessário estabelecer pesos e contrapesos e que houvesse recuos nos resultados projetados.

De qualquer maneira, a Polônia é um país que tem ainda uma agricultura pesada, um setor extremamente importante para eles e que vai, obviamente, beneficiar-se da adesão à União Européia. Já estão previstas alocações de 880 milhões de euros para o próximo ano de 2004 somente para a agricultura; de um bilhão de euros para 2005; e de 1,2 bilhão de euros da Comunidade Européia sob a forma de subsídios, para incentivo à produção agrícola e também como instrumento para a fixação da população rural no campo. Portanto, a Polônia terá, nesse aspecto, a lucrar com a sua adesão às estruturas européias.

A Polônia tem uma dívida externa que, hoje, está na faixa dos US$64 bilhões, acumulando reservas cambiais de quase US$30 bilhões. O setor privado da economia, doze anos após a queda do Muro de Berlim e a mudança do regime, passou de 18%, em 1990, para 78%, hoje. Não se pode mais dizer, com esses números, que a Polônia ainda seja uma economia de transição; ela já é, hoje, uma economia fortemente inserida no sistema liberal capitalista europeu.

A Polônia tem um Produto Interno Bruto, como disse, de US$178 bilhões contra US$1,8 trilhão da Alemanha – um de seus vizinhos mais próximos –, o que mostra a relativa dependência em relação à Alemanha. Essa vizinhança com a terceira maior economia do mundo traz as vantagens adicionais de um mercado de grande expressão para os produtos poloneses.

É importante também salientar o papel fundamental que a religião católica exerce na Polônia. O catolicismo é a religião de 92% da população. Não é à toa que o atual Papa exercia poder político e influência de grande magnitude quando Bispo e Cardeal de Cracóvia. Um dos grandes heróis nacionais ainda é o

Cardeal Stefan Wyszynski, que foi o representante maior da resistência ao regime comunista. O fator religioso ainda é, por conseguinte, bastante importante e tenderá a continuar a sê-lo pelas próximas décadas.

No que diz respeito à política externa, a Polônia fez uma clara opção pela Europa e pelas estruturas euroatlânticas ao se filiar, como já mencionei, à Otan e, recentemente, ao aderir, no plano econômico, à União Européia.

O país exerce também uma influência crescentemente importante sobre as demais nações da Europa Central e, com a adesão de mais dez outros países, não apenas à União Européia, mas também à Otan, consegue bloquear sua tradicional, frágil e desconfortável fronteira com a Rússia, passando a ter outros Estados como um escudo de proteção.

No que diz respeito ao Brasil, o que nos interessa mais, a Polônia é a maior parceira comercial, política, econômica e cultural que nós temos em toda Europa Central. Eu diria que a intensidade de nossas relações com a Polônia, mercê, inclusive, da existência de uma comunidade de descendentes poloneses, muitos nascidos na própria Polônia, que vivem no Brasil e são cerca de um milhão e trezentos mil, obviamente compõe um elemento de grande importância para esse fator.

Em 1995, em março, o então Presidente Lech Walessa, que era candidato à reeleição, fez uma visita ao Brasil e foi ao Paraná e ao Rio Grande do Sul, onde fez campanha, porque eles podem votar aqui e o direito ao voto se estende até a terceira geração.

De forma que a existência dessa comunidade, a preservação de vínculos com a Polônia por meio dela e o fato de ela ser constituída de pessoas que têm um nível socioeconômico e de educação bastante elevado, nos Estados do Paraná e no Rio Grande do Sul, sobretudo, mas também em Santa Catarina, em São Paulo, no próprio Rio de Janeiro, faz com que a presença do Brasil na Polônia seja também lembrada.

No plano político, o Presidente da Polônia esteve no Brasil em abril de 2002; o então Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Polônia em fevereiro de 2002 e o Primeiro-Ministro polonês esteve aqui em 2000. Há registro de inúmeras visitas recíprocas de ministros brasileiros à Polônia e de poloneses ao Brasil.

No plano econômico, temos também uma projeção bastante expressiva desse excelente estado de relações. Embora os números comerciais sejam ainda muito aquém do que se pode esperar, pelo potencial das duas economias, temos hoje, na Polônia, uma extraordinária vitrine de produtos de alta tecnologia brasileira, em especial da indústria aeronáutica brasileira.

A empresa estatal Lot, que está sendo privatizada, tem hoje voando, nas suas linhas, 15 aeronaves do tipo Embraer ERJ-145 e acaba de assinar um contrato fechado para aquisição de outras 10 do modelo Embraer ERJ-170, de 70 lugares, reservando-se 12 opções para aquisição de outras do modelo ERJ-190. De forma que a Lot, uma companhia de muita qualidade, tem sido a grande vitrine e a garota-propaganda da indústria aeronáutica brasileira.

Em razão do número bastante elevado, pois até o final do próximo ano serão exercidas as opções de 37 aeronaves voando naquela empresa, a Embraer estará inaugurando, nos próximos meses do corrente ano, um centro de manutenção técnica de treinamento de pessoal e tripulação e de reposição de peças e, sobretudo, de projeção de vendas e de prospecção de mercados em outros países da Europa Central.

Então, a Polônia é uma base na qual nós operamos e continuaremos a operar com produtos de alta tecnologia brasileira, atingindo não apenas aquele país, mas toda a região de crescente importância que o cerca.

Há, também, um projeto iniciado ainda à época da Companhia Vale do Rio Doce Estatal, desenhado pelo Dr. Eliezer Batista, de utilização de um grande terminal no porto de Gdansk, com um ramal ferroviário para absorção e distribuição de produtos siderúrgicos minerais brasileiros na Polônia e na Europa Central.

Hoje, a Empresa Vale do Rio Doce dá seqüência a negociações para a aquisição de uma grande usina siderúrgica na Polônia, a de número 2, em Klatovich, e a partir daí pretende ter um grande centro operacional, a exemplo do que já vem fazendo nos Estados Unidos com a Califórnia Steel e em outras empresas das quais é acionista também no Canadá. Teria, a partir daí, uma grande base operacional na Europa. Essas negociações poderão e deverão, talvez, provavelmente, chegar a um bom termo, de forma que a nossa presença econômica na Polônia reflete, também, a qualidade excelente dessas relações políticas.

Gostaria de mencionar, em função da existência da grande comunidade em nosso País, a importância das relações culturais, na área de ciência e tecnologia e de formação educacional existente entre os dois países. Há um importante Centro de Estudos Brasileiros na Universidade de Varsóvia e também na Universidade de Cracóvia. A Universidade de Cracóvia é um projeto que espero poder ter a felicidade de concluir,

de criação da carta de Santiago Dantas, isso porque, em 1962, quando Ministro do Exterior, o saudoso professor Francisco Clementino Santiago Dantas visitou Cracóvia, onde recebeu o título de Doutor **Honoris Causa** daquela Universidade. É de praxe, na Universidade, o homenageado fazer um discurso e uma aula magna, e que essa aula tenha que ser por texto escrito. O Dr. Santiago Dantas realizou essa aula, quando fez uma viagem com o Ministro do Exterior, e não teve tempo de preparar seu texto. Levou, então, uma pasta de couro preta, com cerca de 15 folhas em branco e ali ele improvisou um texto que, hoje, está reproduzido aqui e passou, com isso, a constar do patrimônio da Universidade de Cracóvia.

Então, é importante, pois há uma grande vinculação com o Brasil e com um grande brasileiro e já existem projetos de cooperação cultural e educacional avançados, naquela Universidade. Esse é um outro ponto que queremos resolver, também.

Não gostaria de ir mais além, talvez tenha ocupado demais o tempo dos senhores, mas penso que seria importante e relevante fazer essas considerações a esta Comissão, pelo que, agradeço imensamente a paciência e a boa vontade de V. Exªs, do Sr. Presidente, do Sr. Vice-Presidente e dos demais Senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Marcelo Andrade de Moraes Jardim.

Informo que o Senador Tião Viana justifica que está, neste instante, acompanhando a audiência pública do Ministro da Saúde, Humberto Costa, e, por isso, não pôde estar presente à leitura do parecer sobre o Embaixador Renan Leite Paes Barreto, a quem, agora, passo a palavra.

Informo, também, que há diversos membros do PFL que estão, neste instante, precisando estar na Convenção do PFL. Por essa razão, alguns Senadores já estão com autorização para votar.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – Gostaria, inicialmente, de transmitir a satisfação e a honra que tenho de estar aqui presente no Senado da República diante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estar presente nesta Comissão, de certa maneira, é a realização do sonho de todos os diplomatas que, como eu, entraram na carreira há 30 anos.

Farei uma breve menção à história da Guatemala para destacar, depois, alguns pontos que considero mais importantes do relacionamento daquele país com o Brasil.

Quando o conquistador espanhol Pedro de Alvarado chegou à Guatemala, em 1524, deparou-se, para surpresa sua e dos demais conquistadores – que, aliás, massacraram a população local –, com um império que lá se encontrava há cerca de 2.500 anos, posto que se instalou na região há 1.000 anos a.C. Era um império de um nível cultural absolutamente superior a tudo que já se tinha visto na região, na medida em que eles tinham um conhecimento muito profundo de Astronomia – aliás, foram eles que descobriram que o ano tem 365 dias – e um conhecimento muito grande em Matemática. Tinham textos escritos, alguns dos quais até hoje não foi possível decifrar. Portanto, haviam instalado um império que, em alguns casos, lembrava os antigos egípcios, na medida da importância dos sacerdotes, e, em outros, as cidades-estados gregas, posto que as cidades cerimoniais dos maias também eram autônomas entre si, política e administrativamente.

Quando os espanhóis chegaram, formaram a Capitania da Guatemala, que incluiu todos os cinco países da América Central. Isso perdurou até 1821, quando houve a independência da Espanha, mas essa Capitania se incorporou ao México, do qual só se libertou em 1823, formando uma República Federativa, com a capital na Guatemala, que perdurou até 1839. Com isso, a elite guatemalteca pôde ter uma influência, uma ascendência sobre os demais países centro-americanos, que perdurou praticamente até o início do século XX, quando então a emergência dos Estados Unidos da América na região foi tão avassaladora que tomou conta e absolutamente terminou com aquela influência original que os guatemaltecos tinham em relação a seus vizinhos.

Do ponto de vista econômico, caberia mencionar a chamada Revolução Liberal de 1871, que, aliás, foi comum aos demais países da América Central e que, na esteira das idéias filosóficas do positivismo da II Revolução Industrial na Europa e até do pensamento de Adam Smith sobre a divisão internacional do trabalho, aprofundou o modelo agroexportador, comum também aos demais países centro-americanos, fazendo com que a elite guatemalteca passasse a se especializar somente na venda de café, açúcar, banana e cardamomo. Isso gerou riquezas para o país, mas essas não foram distribuídas homogeneamente pelo resto da sociedade guatemalteca. Nisso talvez haja a origem do que mais tarde veio de forma trágica ser revelado nos 36 anos de guerra civil que assolaram o país.

Falar da Guatemala individualmente é possível, mas, de toda maneira, o contexto regional está sem-

pre presente na medida em que se trata de países que foram unificados e cuja história revelou-se em quase todos os aspectos muito parecida.

Do ponto de vista político, o que se viu também, desde a independência até meados do século XX, foi uma sucessão de golpes de estado, ditaduras e, nas experiências civis, o que eles chamam de regimes paternalistas, em que alguns presidentes tratavam o país como se fosse uma fazenda. Houve um presidente, chamado Manuel Estrada Cabrera, que governou a Guatemala de 1898 a 1920 e praticamente exercia a justiça, o legislativo e tudo; não era um regime militar, mas era uma forma não totalmente representativa de governança.

Do ponto de vista econômico, cabe também mencionar que a Guatemala, junto com seus vizinhos, foi precursora nas Américas do processo de integração. De fato, na seqüência das idéias advindas da Europa com a assinatura do Tratado de Roma, em 1959, a América Central firmou um tratado de integração que resultou no Mercado Comum Centro-Americano, nos idos de 1961; foi realmente a precursora de todo esse processo integrador que hoje em dia existe no mundo.

Caberia mencionar também, no aspecto político, uma experiência democrática que houve na Guatemala, de 1944 a 1954. Aliás, há até um livro publicado sobre o assunto de um historiador chamado Piero Gleijeses, cujo título é **Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and The United States**. Na verdade, quando, em 1944, um governo civil tomou o poder na Guatemala, chefiado por Juan José Arévolo, resolveu fazer reformas modernizantes que permitiram a ascensão da classe média. Em certo sentido, iniciou um processo de reforma agrária, e nisso ele foi seguido pelo seu sucessor, que era Jacobo Arbenz Gusmán. Mas essa modernização política na Guatemala, que se seguiu também a uma modernização econômica, porque eles começaram a criar um certo processo, embora incipiente, de industrialização, chocou-se com o macarthismo, que então, no início dos anos 50, já dominava a política americana, e chegou a um ponto em que, no governo Eisenhower – isso consta, inclusive, de documentos do Departamento de Estado, que tenho comigo aqui –, o governo americano, temendo o que chamou de comunismo, pagou 200 mercenários para invadirem a Guatemala, a partir de Honduras, e derrubarem o governo de Jacobo Arbenz Gusmán. Instalaram de volta, então, o regime militar, desta vez chefiado pelo coronel Carlos Castillo Armas. Essa experiência terminou sendo traumática na vida democrática guatemalteca.

Aliás, puramente a título de registro, devo mencionar que, no momento da queda do Arbenz, em 1954, vivia no país um jovem argentino, chamado Ernesto Guevara, que presenciou essa invasão do Carlos Castillo Armas, que derrubou o presidente constitucional.

Do ponto de vista de política externa da Guatemala, por razões óbvias, o grande protagonista são os Estados Unidos da América, seguidos do México, dos demais países da América Central. Dos países da Europa, a Alemanha tem uma grande presença, e da Ásia, o Japão e Taywan.

Do ponto de vista de nossa política bilateral, o Brasil abriu relações com a Guatemala em 1906, só que a legação era em Cuba. A nossa representação ficava em Cuba e era cumulativa com os demais países da América Central. Somente em 1950 abrimos uma legação na cidade da Guatemala, que foi elevada ao **status** de embaixada em 1953.

Gostaria de fazer uma breve menção à nossa relação multilateral. O Brasil participou com observadores militares e mesmo com militares numa missão de paz a partir de 1996 e também em missões de desarmamento de minas na América Central, da Marminca, o que foi uma conseqüência natural da nossa participação ativa no apoio ao grupo de Contadora, e, mais ainda, como membros efetivos, no grupo de apoio a Contadora, no qual a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Peru prestaram solidariedade ao grupo dos demais países que formavam Contadora, que era México, Venezuela, Panamá e Colômbia, e que resultou no chamado Grupo do Rio, que está em vigor até hoje.

Na verdade, naquele momento, houve uma inflexão na política brasileira em relação à América Central. Cabe ressaltar que o Brasil, tão distante, achou que o conflito da América Central poderia ter conseqüências que contaminassem o resto da América Latina. Afinal, não nos esqueçamos que em 1983 houve uma invasão norte-americana em Granada, não nos esqueçamos do grau de polarização política desse período chamado de "segunda guerra fria", que caracterizou a guerra civil na América Central, de que a Nicarágua era o país mais em evidência, mas que contaminou todo o processo político centro-americano. O Chanceler Celso Amorim, quando era embaixador na ONU, chegou a dizer que se houve alguma virtude nesse processo de paz, a mais importante foi, e é verdade, a democratização de todos os países da América Central após o final do conflito armado.

Os pontos que eu gostaria de destacar, entretanto, no relacionamento bilateral seriam os seguintes: de um lado, um aspecto tópico. Em 1982 – digo

isso apenas para registro –, o embaixador e o secretário brasileiros que estavam na Guatemala foram tomados como reféns por um grupo guerrilheiro. Naquele momento, conta-me o Embaixador Baena Soares, que era Secretário-Geral de Relações Exteriores – aliás, estava como Ministro interino –, que recebeu um telefonema do Embaixador Abreu e Silva, dizendo que a situação não estava boa e que ia passar o telefone à outra interlocutora. De repente, o Embaixador Baena Soares ouve a seguinte frase: "Sou comandante do movimento guerrilheiro guatemalteco; na realidade, temos aqui como reféns o Embaixador do Brasil e o Secretário". Isso, na época, por todas as razões, foi um choque, ainda mais porque, naquele momento, estava-se comemorando um ano de uma invasão similar que tinha acontecido na Embaixada da Espanha, que resultou em uma série de mortes. Com exclusão do Embaixador da Espanha, vários diplomatas espanhóis faleceram naquele episódio. Entre os personagens presentes na Embaixada da Espanha, naquele momento, havia um grupo de indígenas, entre eles, o pai de Rigoberta Menchú, atualmente conhecida como Premio Nobel da Paz.

De volta, então, aos idos de 1982, o Embaixador Baena Soares resolveu mandar dois diplomatas que trabalhavam com ele, no gabinete da Secretaria-Geral, para a negociação. Um foi o Ministro Teixeira Soares; o outro está aqui presente, na época, Secretário João Carlos Souza Gomes. Eles chegaram à Guatemala para negociar a liberação do Embaixador do Brasil. Foi uma situação complicada, uma vez que o Governo guatemalteco, em um primeiro momento, disse: "Não temos nada que ver com isso. Vocês negociam com os guerrilheiros." E os guerrilheiros tampouco queriam negociar, porque, para eles, o Brasil era apenas a paisagem. Eles queriam a libertação de alguns prisioneiros, a leitura de um manifesto na rede de rádio e televisão local. A situação, realmente, poderia ter-se tornado muito mais complicada. Finalmente, a negociação foi muito bem feita, e a liberação do Embaixador do Brasil e do Secretário terminou ocorrendo em 72 horas. O grupo guerrilheiro teve suas demandas atendidas e terminou exilado no México.

O segundo ponto que gostaria de mencionar – de que até já falei – é a participação brasileira no Grupo de Contador e no grupo de apoio a Contador. Não poderia deixar de fazê-lo.

Por fim, queria fazer algumas observações finais. Embora haja uma grande distância política, geográfica e econômica do Brasil em relação aos países da América Central, nossa influência já está chegando às fronteiras da América Central, não apenas pelo próprio estágio de desenvolvimento do País, mas, também, porque a política atual da nossa chancelaria é priorizar a política brasileira na América do Sul. Com isso, atingimos as fronteiras dos países que estão na fronteira da América Central. Há, também, do ponto de vista político, com este momento pós-guerra no Iraque e um certo vazio na política dos Estados Unidos com relação à América Latina, um campo fértil para que o Brasil mostre, de forma mais consistente, desta vez, a sua influência, a sua presença, o que, aliás, pelas conversas que tive com autoridades guatemaltecas, é bem recebida.

O Brasil pode fornecer, não apenas pela sofisticação do seu parque industrial, mas até pelo lado positivo da distância, que é o fato de a nossa presença não exercer nenhuma ameaça hegemônica na região, produtos sofisticados, com tecnologia adaptada ao mercado centro-americano. Bem ou mal, não é só a Guatemala, que tem 12 milhões de habitantes, mas o mercado centro-americano, que tem 33 milhões. Nossos caminhões, por exemplo, são feitos para estradas esburacadas. Enfim, a nossa tecnologia intermediária se adapta, diretamente, às condições dos países centro-americanos.

Outro dia, ligou para mim o filho do ex-Senador Ronan Tito, de Belo Horizonte. Disse que estava negociando a venda de 30 ônibus brasileiros, de segunda mão, para a Guatemala. Explicou-me que os ônibus que existem na Guatemala têm janelas pequenas e são feitos no Hemisfério Norte e que os brasileiros são mais adaptados às condições climáticas da região. A sua suspensão e durabilidade, segundo os importadores, seria realmente de grande oportunidade se pudesse vender isso. Como não pode deixar de ser, o problema que está havendo é na área de transporte, ponto de estrangulamento do nosso comércio com a região, e o financiamento, outro ponto que dificulta a relação com os países da área. Esses são pontos que cabem ser mencionados.

Por outro lado, os jornais de ontem mesmo noticiaram que os Governadores do Acre e do Amazonas estão solicitando ao Presidente Lula a construção de uma hidrovia sobre o rio Purus, que poderia ter ligação com a BR-316, que liga o Brasil ao Peru, e BR-174, que o liga à Venezuela.

Ora, se analisarmos a pauta de exportações do Brasil para a Guatemala, no terceiro item, constataremos produtos eletroeletrônicos. Pude ver alguma coisa com nove empresas da Zona Franca de Manaus, como Siemens, Xerox, Honda, Atlethic, Bic, etc, no que se refere à venda de cabos televisores, equipa-

mentos para celulares. Se verificarmos no mapa, a região amazônica não está totalmente distante da América Central. A distância é grande quando se considera o Brasil a partir de Brasília ou do Rio de Janeiro, porém Manaus já faz parte do contexto.

De toda a maneira, neste momento, eles estão negociando um tratado de livre comércio dos países centro-americanos com os Estados Unidos. A quarta rodada de negociações começará na próxima semana. Nesse contexto, cabe ressaltar que uma empresa como a Ambev, por exemplo, está fazendo um investimento de US$50 milhões na construção de uma fábrica de cerveja, porque eles pretendem, com uma **joint venture** local, ter acesso não apenas aos 33 milhões de consumidores centro-americanos, mas também, futuramente, ao mercado dos Estados Unidos da América.

Portanto, embora seja modesto o comércio entre o Brasil e a América Central e apesar da série de pontos de estrangulamento, existem no horizonte algumas luzes que podem permitir ao Brasil – seja pelo prestígio político de que desfruta hoje em dia em todas as Américas, seja porque seria conseqüência natural do esforço de aumentar nossa presença na América do Sul e na América Central – estar no limiar do que pode ser uma nova era nessas relações.

Para finalizar, devo lembrar que o desequilíbrio entre a balança comercial brasileira e guatemalteca é absolutamente brutal. No ano passado, exportamos US$113 milhões e importamos menos de US$500 mil. Nesse sentido, o Itamaraty, por seu Departamento de Promoção Comercial, está começando a desenvolver estudos do que eles chamam de processo substitutivo seletivo de importações. O objetivo é verificar se há países com desequilíbrios permanentes na balança comercial para se tentar incrementar as compras de produtos desses países que são mercados tradicionalmente superavitários para o Brasil, como também verificar a possibilidade de construção de **joint ventures**, para que depois o Brasil importe produtos de empresas de capital brasileiro.

Por fim, ontem, os jornais publicaram que o BNDES concedeu financiamento de US$1 bilhão para os exportadores argentinos que queiram vender ao Brasil. Apenas para registro, porque agora estou falando da Argentina, isso pode vir a ser um precedente positivo para que, com relação a outros países com que tenhamos desequilíbrio estrutural e permanente, como a Guatemala, possamos um dia financiar a exportação deles e, com isso, aumentar o comércio total.

Gostaria de agradecer a V. Exªs e dizer que, se for aprovado por esta Comissão, pretendo aumentar, na medida do possível, o esforço para melhorar as relações comerciais, de cooperação técnica e política.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Renan Leite Paes Barreto.

Passa-se à argüição por parte dos Srs. Senadores.

Quero informar que, se os Srs. Senadores e os Srs Embaixadores Marcelo Jardim e Renan Paes Barreto avaliarem que é preciso fazer qualquer parte da argüição em reunião reservada, poderão assim solicitar – isso de ambas as partes. Se avaliarem que a exposição pode ser transmitida abertamente, assim continuaremos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não é questão de ser secreta ou não. Quero apenas oferecer a minha palavra de cumprimento ao Embaixador Marcelo Jardim e ao Embaixador Renan Barreto. As duas exposições deixaram claro o conhecimento que ambos têm dos países em que estarão representando o Brasil. O currículo também mostra toda uma carreira de sucesso e dedicação à diplomacia brasileira. Tanto o Marcelo, que já conheço há tanto tempo, quanto o Renan são Embaixadores que poderão, nessa nova fase do Brasil, estabelecer laços importantes, o primeiro na Polônia, um país que vem crescendo, um país que saiu da cortina de ferro recentemente para se integrar ao Mercado Comum Europeu, à Europa como um todo, e o Embaixador Renan na Guatemala, que é um país que os dados demonstram ser um dos mais importantes da América Central e um grande comprador do Brasil. Isso mostra que esse relacionamento deve ser incrementado.

Portanto, nós da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional queremos desejar muito sucesso a ambos os Embaixadores. É muito bom sabermos que estaremos tão bem representados, na Polônia, pelo Embaixador Marcelo Jardim e, na Guatemala, pelo Embaixador Renan Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, cumprimento o Embaixador Marcelo Jardim, o Embaixador Renan Leite Paes Barreto e praticamente repito a origem, o cerne da fala e da manifestação do Senador Eduardo Azeredo. Conheço muito bem a trajetória pessoal e profissional de ambos os profissionais da diplomacia que aqui se apresen-

tam e posso, imagino eu, falar de maneira abalizada sobre ambas as carreiras e sobre ambas as pessoas.

São dois diplomatas do melhor nível dessa elite da burocracia brasileira que é o Itamaraty, preparados para exercer qualquer função exigente no campo das relações exteriores e demonstraram isso à farta nesse início de argüição com as brilhantes exposições que fizeram. Evidentemente estão muito preparados para que, no específico, Marcelo Jardim se desincumbir muito bem da função de Embaixador junto à República da Polônia e Renan Barreto junto à República da Guatemala.

São profissionais corretos, com vida pública ilibada. Imagino que o Brasil terá muito a ganhar na medida em que esses dois profissionais de escol aproximem cada vez mais os interesses brasileiros daqueles da Polônia e da Guatemala. Entendo até que o papel do verdadeiro diplomata é sair da sua missão no exterior na certeza de que melhorou a relação comercial do seu país com aquele que o acolheu, melhoraram as relações políticas entre ambas as nações, melhorou o convívio cultural e todas as demais manifestações entre os dois Estados: o representado e aquele que, de fato, o recepcionou.

Portanto, a confiança é tanta que votei antes da argüição. Eu já havia votado. O voto não é secreto. Entendo que o Brasil ganha com a indicação dos dois diplomatas para os dois relevantes postos para os quais indica de maneira muito feliz o Governo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, efetivamente, é até um excesso, mas a Constituição exige que inquiramos indicados provenientes dos quadros do Itamaraty para Embaixador.

O Itamaraty é uma escola de alto conceito e que dá uma formação extraordinária de conhecimento não só de país, mas de mundo e do inter-relacionamento que deve haver entre esses dois grupos. Assim, os dois Embaixadores estão sendo indicados.

Marcelo Jardim foi indicado para a Polônia, país importante porque é o centro dos Bálcãs, um pólo de irradiação de atividade econômica para a Europa. E a Polônia está em franco crescimento – Polônia e Hungria são os dois países que mais se estão desenvolvendo naquela região.

Renan Barreto foi indicado para a Guatemala, na América Central, que, em proporções menores, é também um centro do mercado que pode ser considerável para a região, para o nosso País e, inclusive, para nós da Amazônia, com a Zona Franca. A dificuldade que temos é a falta de navegação marítima entre a América Central e a Amazônia e o próprio Brasil. Há que haver entendimento para a formação de um complexo de atividades, tomando por base o porto de Everglade, com o Governo da Flórida, especificamente com o Condado de Hollywood, e a Zona Franca de Manaus, em que haverá, terminado esse entendimento, uma linha natural de navegação, porque haverá uma espécie de porto franco da Zona Franca em Miami, em Everglade. Com isso, talvez melhore, porque teremos um acesso à América Central, que é grande compradora de madeiras e de uma série de produtos que fabricamos na Zona Franca.

Então, estou certo de que a escolha é merecida e de que só resta desejar aos Srs. Embaixadores sucesso na representação brasileira na Polônia e na Guatemala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, houve um tempo em que nós, brasileiros, nos orgulhávamos muito dos nossos Diplomatas e dos funcionários do Banco do Brasil, que eram tidos como a elite do funcionalismo brasileiro e que, a todo instante, eram convocados para as funções mais relevantes deste País, tanto os do Itamaraty quanto os do Banco do Brasil. Por razões que não desejo examinar, os servidores do Banco do Brasil foram ficando para trás ao tempo em que os do Itamaraty mais ainda avançavam. Esse orgulho nós continuamos a ter dos nossos representantes da Diplomacia brasileira.

Conheço pessoalmente os Embaixadores Renan Barreto e Marcelo Jardim, com os quais já estive inúmeras vezes no Brasil e no exterior. Sei o quanto são capazes e o quanto honram a Diplomacia brasileira. Não quero me alongar, até porque precisamos completar esse processo de aprovação e votação.

Quero apenas dizer da minha alegria em também contribuir com o meu voto para que um e outro possam representar-nos no exterior.

Cumprimentos ao Presidente da República pela escolha feliz que fez dos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, se me permite, antes de passar a palavra a V. Exª, quero dizer que, visto que o Embaixador Marcelo Jardim foi Diretor da Área da Europa no Itamaraty e tratou, inclusive recentemente, de as-

sunto que V. Exª trouxe e que motivou a visita do Embaixador de Portugal, António Franco, e pelo qual, ontem, fui procurado pelos Presidente e Vice-Presidente da Casa do Brasil em Lisboa, Carlos Viana e Eliana Bibas, gostaria de informá-lo, porque é possível que V. Exª faça alguma pergunta sobre este assunto ao Embaixador Marcelo Jardim, que na visita do Embaixador António Franco, este informou da existência da nova lei portuguesa de estrangeiros, Decreto-Lei n° 34/2003, que busca entendimentos que facilitem a regularização de brasileiros que estão ilegais em Portugal. O Embaixador explicou que Portugal precisa adequar a sua legislação migratória aos preceitos da Comunidade Européia; que já aconteceram dois processos de regularização extraordinária de estrangeiros em situação ilegal. No último, em 2000, foram beneficiados mais de 30 mil brasileiros. Hoje vivem, em Portugal, 50 mil brasileiros legalizados e pouco mais de três mil ilegais.

A situação econômica em Portugal não é a mesma de anos anteriores, pois o desemprego recentemente pulou de 4% para 7%. O Embaixador António Franco informou também que, no âmbito do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, assinado em Porto Seguro, em 2000, existe uma Subcomissão Consular e de Livre Circulação de Pessoas; que esta Subcomissão se reuniu em abril de 2002 e teve a participação de diplomatas, setores policiais dos dois países. Na ocasião, sugeriram uma regulamentação bilateral de contratação de mão-de-obra e troca de informações dos serviços especializados. Ainda não uma conclusão sobre isso, mas essa situação levou a que o Embaixador procurasse novamente o Itamaraty, justamente o Embaixador Marcelo Jardim, do Departamento da Área da Europa, sugerindo uma urgente reunião da Subcomissão para ampliar o âmbito do acordo, criando a figura eventualmente da contratação temporária; e que, inclusive, no dia 06 de maio, há poucos dias, portanto, o Embaixador José Gregori esteve com o Embaixador do Brasil em Portugal, e com o Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, António Martins da Cruz, também, conversando sobre o mesmo assunto.

Tudo isso está relacionado à proposição que V. Exª fez de constituirmos uma Subcomissão para tratarmos dos assuntos de brasileiros no exterior.

São as informações que queria transmitir a todos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fico realmente maravilhado com toda a preocupação de V. Exª com os brasileiros que vivem no exterior. Passei dez anos da minha vida morando no exterior.

Antes de me dirigir aos eminentes Embaixadores, eu gostaria de ressaltar um ponto, que V. Exª foi muito feliz em citar: é que esses acordos que fazemos para que brasileiros entrem sem vistos em países da Europa e da América do Norte – países ricos, especialmente, eu também incluo a África do Sul, se bem que com o Japão não temos, mas para África do Sul e alguns países da Europa não precisamos de visto –, às vezes, é um tiro pela culatra.

No caso de Portugal, temos, segundo disse o Embaixador, nas últimas três semanas, 150 brasileiros que viajaram para lá e não entraram exatamente porque não passaram por um crivo da Embaixada portuguesa, no Brasil, para mostrar que aqui tem emprego, salário, saldo em banco, família, e foram, por um funcionário da migração portuguesa, considerados como imigrantes ilegais. Estariam indo para ficar e, portanto, não deixaram entrar.

Essa situação é complicada, porque o sujeito gasta dinheiro com passagem, passa uma noite mal dormida, às vezes duas, naqueles hoteizinhos, que não passam de uma sala; só tem acesso ao **free shop,** aos banheiros. Há casos em que o sujeito não pode tomar banho e ainda é obrigado a voltar no próximo vôo. Fora todo o embaraço que se sofre nessa situação. Realmente, é algo que precisamos tratar com muito cuidado. Não sei se prestamos um grande serviço aos nossos cidadãos quando tiramos a obrigatoriedade de visto de turista. Agora mesmo, disse-me o Embaixador, são 3.500 brasileiros que não aproveitaram essas duas oportunidades de se legalizar no país. Terão que voltar aqui para fazer essa aplicação porque não vão mais aceitar que o pedido de visto para o trabalho seja feito lá.

Voltando aos nossos eminentes Embaixadores, é um momento ímpar quando chega quinta-feira, às 10h neste Senado, quando deixamos por instantes de ser Senadores para ser alunos. E nos deliciamos com essas explanações tão bonitas, tão consistentes de pessoas que poderiam ficar aqui falando por horas porque instruem a nossa mente e levam a nossa alma a viajar por esse mundo de Deus. Parabéns! E fico mais feliz ainda porque a maioria dos que têm passado nesta Comissão vem do meu Estado, como é o caso dos dois que estão aqui. Um, de berço; outro, adotado porque nascido em Juiz de Fora, o que chamamos no Rio de Janeiro de carioca do brejo. Em Juiz de Fora não se torce pelo Tupi, se torce pelo Botafogo,

se torce pelo Flamengo. Foram anexados culturalmente ao nosso Rio de Janeiro.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso Embaixador. Sei que tem muita gente nos acompanhando pela **TV Senado**. Qual foi o nosso pecado? Tenho defendido aqui que façamos uma proposição da nossa Comissão mesmo, assinada por todos, para que parte dos recursos dos brasileiros que moram no exterior e são enviados para o Brasil seja de alguma forma destinada a prover nossos escritórios consulares, embaixadas no exterior. Hoje o orçamento é irrisório, 250 milhões para a representação brasileira internacional – venhamos e convenhamos – é uma verba irrisória. E os brasileiros que estão lá fora nos enviam US$5 bilhões por ano.

Embaixador Marcelo Jardim, qual tem sido o nosso pecado para que as nossas exportações recentes com a Polônia, que tiveram saldo de mais de US$100 milhões, tenham caído, no ano de 2002, para menos de US$1 milhão? Em dois anos deixamos de ter um saldo de US$100 milhões para menos de US$1 milhão no ano de 2000, se estão certos os relatórios que nos chegaram às mãos. Isso me saltou aos olhos e gostaria que V. Exª pudesse nos orientar e nos dizer o que pode ser feito para que a nossa representação no exterior tenha mais sucesso com relação às nossas exportações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Marcelo Jardim.

O SR. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Senador Crivella, meu vizinho e conterrâneo, pela gentileza de suas palavras e observações.

Há dois pontos. Primeiro, esse que V. Exª abordou por último. Tenho a impressão de que talvez na montagem da informação que tenha sido enviada pelo Itamaraty tenha havido uma pequena discrepância. A rigor, no ano de 2002, o nosso comércio com a Polônia praticamente beirou os US$200 milhões. O que houve foi que o saldo foi reduzido a apenas a US$40 mil, literalmente, porque foram US$99,5 milhões de exportação e US$100 mil de importações brasileiras. Nos anos anteriores o Brasil havia exportado US$194 milhões, em 1997; US$138 milhões, em 1998; US$125 milhões, em 1999; US$210 milhões, em 2000; US$168 milhões, em 2001.

As importações foram menores. Esse comércio nos últimos seis anos tem sido tradicionalmente superavitário em relação ao Brasil. Como mencionou o Embaixador Renan Paes Barreto, ao se referir ao caso da Guatemala, isso chega a nos causar alguma preocupação. Por quê? Como já disse, temos hoje com a Polônia uma pauta de produtos, quase todos, industrializados. Alguns produtos, no caso, por exemplo, dos aviões a jato, das peças de manutenção e reposição dessas aeronaves e de alguns agregados, na área siderúrgica, de tecnologia bastante avançada, têm grande valor agregado. Assim, a nós interessa que não haja disparidades muito grandes em um fluxo de comércio que poderia ser então caracterizado por imensas exportações brasileiras e um pouco de moeda de troca.

O Senador Edison Lobão, por exemplo, conhece muito bem a Ferronorte. Hoje todos os trilhos desse grande projeto de integração na área de transporte têm sido adquiridos na Polônia. Há um direcionamento para aquele mercado, de tal forma que se possa ter uma massa crítica que compense os nossos saldos importantes nas exportações.

A idéia que V. Exª lança aqui é uma semente que – tenho a certeza e desejo – germinará, ou seja, que no futuro possamos auferir recursos dessas duas fontes dos saldos crescentes que, felizmente, o nosso comércio exterior vem apresentando e, ao mesmo tempo, das remessas de divisas por brasileiros vivendo no exterior, que representam hoje talvez o maior ingresso no País em divisas, superior à exportação de aviões a jato, de petróleo, de derivados de petróleo, de café, da própria soja. O maior produto hoje de entrada de divisas no Brasil é a remessa do trabalho honesto de brasileiros no exterior. Seria mais que justo e natural que se pudesse imaginar meios e modos de se criar mecanismos que direcionem uma parcela, por ínfima que seja, desses quase US$5 bilhões, como V. Exª mencionou, para uma revitalização da rede consular e da rede da malha de apoio e proteção a brasileiros no exterior. Esses brasileiros muitas vezes são expostos a situações de constrangimentos, de dificuldades. O Ministério das Relações Exteriores, por força dos constrangimentos mais que conhecidos e natureza orçamentária, muitas vezes, tem dificuldades em atender com a presteza e com a amplitude necessárias.

No caso específico de Portugal, um pouco com base no que V. Exª e o Presidente Eduardo Suplicy mencionaram com tanta oportunidade, pelas dificuldades potenciais que no momento começam já a se materializar, tive a honra de ter sido designado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso como negociador do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta com Portugal. Foi um exercício difícil, mas extremamente gratificante da arte da diplomacia, da negociação e, sobretudo, revestido de um interesse, de am-

bas as parte, em se chegar a uma solução. Havíamos chegado a um ponto, não digo de ruptura, mas de grande tensão e esgarçamento do tecido de nossas relações com Portugal, em razão do longo suplício que foi o problema dos dentistas e de outros profissionais brasileiros, como engenheiros, médicos publicitários, que já vinham sendo contaminados por todo o clima negativo e de dificuldades que surgiam e que claramente se cristalizavam.

Houve, da parte do Governo português de então e deste novo Governo do 1º Ministro Durão Barroso, mostras claras de desejo de evitar situações críticas na área de migração.

Sou testemunha de que o meu trabalho e o da equipe que me acompanhou foi, em boa parte, facilitado por uma grande manifestação de vontade política do governo português de flexibilizar em alguns pontos. Isso nos permitiu chegar a um acordo no sentido de que, no plano dos profissionais liberais, dito universitários, o brasileiro em Portugal seja equiparado, para o exercício pleno de sua atividade profissional, aos nacionais dos outros países da União Européia. A mais não poderíamos chegar.

Sr. Senador, eu diria que existe um problema potencial embrionário, que começa a aparecer. Refiro-me ao caso de brasileiros em situação ilegal, que, como V. Exª, com tanta clareza e coragem, mencionou, deve-se ao tratamento – digamos – liberal que existe em face da inexistência de visto. Muitas pessoas vão ao país, fazem despesas e se expõem ao arbítrio de um funcionário do setor de imigração, muitas vezes para tal não plenamente preparado, o qual irá decidir se aquela pessoa pode ou não entrar naquele país. Isso acontece mesmo com vistos dos Estados Unidos. Há sempre episódios muito desagradáveis.

O que o Itamaraty está fazendo? Como o Presidente mencionou, instruímos o Embaixador do Brasil em Portugal a contatar as mais altas autoridades para tratar desse problema. Anteontem o Embaixador conversou com o Primeiro-Ministro e com o Ministro das Relações Exteriores, entregou-lhes um **aide-mémoire** e expôs a ambos, de forma categórica, muito límpida as preocupações do Governo brasileiro ante esse estado de coisas, que poderá evoluir negativamente para uma situação que claramente terá todos os elementos para contaminar negativamente o relacionamento político, econômico, cultural e humano, que é tão positivo.

É difícil, porque obviamente o que o Embaixador mencionou ao Presidente da Comissão e a V. Exª procede. O país vive uma crise de estagnação, de queda das atividades econômicas. O nível de desemprego é muito elevado e há os compromissos assumidos no plano europeu, como o Acordo de Shengen de imigração, que são mais restritivos à ampliação já feita e aprovada da União Européia, liberando-se, por conseguinte, a livre circulação. Os principais países aderiram automaticamente ao acordo de Shengen, que regulamenta a livre circulação de nacionais de países integrantes da União Européia no espaço europeu. Efetivamente existem razões que levam o governo português a tomar medidas mais coercitivas.

Há também outra realidade, que é uma relação excepcional e diferenciada entre Brasil e Portugal. Estamos procurando convencer o governo português da necessidade de resolver o problema. Esperamos o decidido apoio do Congresso Nacional brasileiro, cujas relações com a Assembléia da República Portuguesa são tão íntimas, tão intensas. Queremos que na regulamentação da lei de 12 de março último seja conferido tratamento, senão diferenciado, mais flexível aos brasileiros, na medida em que nossas relações são excepcionais e estão calçadas juridicamente em instrumentos, como o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, ou de uma forma talvez um pouco menos estreita, ligeiramente mais lata aos nacionais de países da Língua Portuguesa – CPLP.

Esse é um trabalho que deve ser feito junto ao Parlamento, aos Congressistas portugueses, e que já vem sendo feito há alguns dias junto a autoridades do governo português. É nossa intenção usar dos mecanismos diplomáticos de que o País dispõe com Portugal, no caso a Subcomissão para o Trato de Assuntos Consulares de Imigração, da mesma forma que estamos solicitando também, de forma a evitar problemas potenciais, a reunião da Subcomissão para o Exercício de Profissões Liberais, que também existe no âmbito do tratado. Proximamente, no mês de junho, deveremos ter esse encontro.

Antes que os problemas surjam, a idéia é que, através do diálogo aberto, franco, direto, possamos colocar as questões que nos preocupam e que, certamente, preocupam também os portugueses.

É importante que se saliente que o estoque dos investimentos de Portugal no estrangeiro concentrados no Brasil chega a 52% de todos os investimentos portugueses no exterior, o que mostra que há uma relação de confiança no Brasil, que há uma relação privilegiada com o nosso País. É importante que trabalhemos junto com eles. Toda a boa vontade existe de nossa parte, mas também é indispensável que haja uma posição de firmeza, levando-se ao limite da intransigência, onde for possível, na defesa dos interesses dos nacionais brasileiros.

Desculpe-me se me alonguei um pouco, mas era para lhe transmitir algumas informações sobre o estado dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou pedir, na conclusão, ao Embaixador Renan Leite Paes Barreto e ao Embaixador Marcelo Jardim que façam uma reflexão sobre o tema exposto, se há também um desenvolvimento relacionado a essa questão da livre circulação de pessoas na América Central e nas Américas.

Pergunto ao Embaixador Renan Leite Paes Barreto em que medida está a questão da livre circulação hoje na Guatemala e nos demais países da América Central, assim como no México e nos outros países da América do Sul e nos Estados Unidos, se é possível vislumbrar, hoje, a evolução da livre circulação das pessoas nas Américas, diante da barreira criada ao sul dos Estados Unidos com respeito ao restante da América e que tem causado tanta preocupação. Refiro-me ao muro junto ao rio Grande. Pergunto em que medida avalia V. Exª que poderá haver uma evolução importante no que diz respeito à integração dos povos da América.

Pergunto ao Embaixador Marcelo Jardim, na medida em que, especialmente nas últimas duas décadas, houve uma formidável evolução nesse sentido com a livre evolução de pessoas entre os países da União Européia, que agora se estende para países como a Colômbia, qual a provável evolução disso e como poderemos ver a evolução da livre circulação de pessoas, que um dia poderá ocorrer, dos povos da África, da Ásia, das Américas, da Oceania para os países da União Européia, ressaltando que impacto haverá à Polônia dessa maior integração, inclusive do ponto de vista da circulação de pessoas.

No diálogo que tive há pouco com o Embaixador de Portugal, ele me informou que há quatro milhões de portugueses fora de Portugal e que, da população hoje do Brasil de 175 milhões, estima-se um número como de 2 a 3 milhões, aproximadamente. Ou seja, ainda são relativamente poucos para o tamanho da população brasileira que tem procurado viver no exterior. Isso é algo interessante do ponto de vista dos brasileiros, já que muitos preferem estar no Brasil.

Peço a ambos que, na conclusão, dêem uma breve informação e façam uma reflexão sobre o tema.

Tem a palavra o Embaixador Renan Leite Paes Barreto.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – A pergunta de V. Exª se reveste de uma extraordinária importância. De fato, no momento em que estamos vivendo esse processo de globalização de blocos econômicos, a livre circulação de idéias, a Internet, a comunicação de massa, a circulação de pessoas não está acompanhando esse processo no mesmo ritmo. A própria discussão da Alca, tanto quanto eu saiba, não está contemplando a livre circulação de pessoas, mas as mercadorias. Realmente, esse é um ponto que a nossa chancelaria e também a chancelaria dos demais países americanos deveriam levantar, creio eu, no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas.

Recentemente, assinamos aqui em Brasília, como V. Exª sabe, um acordo pelo qual os povos dos países integrantes do Mercosul já dão os primeiros passos no sentido da livre circulação, isso é verdade também no âmbito do mercado comum centro-americano.

Aliás, nas relações bilaterais Brasil-Guatemala, devo relembrar que quando o então Chanceler da Guatemala Francisco Orellana esteve aqui, em outubro do ano passado, foi assinado um acordo de supressão de vistos em passaportes comuns entre brasileiros e guatemaltecos.

Na minha experiência pessoal, gostaria de recordar que fui cônsul, durante quatro anos, em Nova Iorque. Naquele momento, estávamos dando início – o Itamaraty, por meio do seu departamento consular e jurídico – a uma nova política em relação aos imigrantes brasileiros. Então, tive a oportunidade de participar dos primeiros consulados itinerantes que fazíamos na região de Nova Iorque, onde se estimava a existência de 250 mil brasileiros. Inclusive, presenciei cenas que, num certo momento, chegavam até nos comover, como, por exemplo, o deslocamento de funcionários e diplomatas do Brasil em Nova Iorque para uma cidade vizinha, chamada Newark, onde há 35 a 40 mil brasileiros.

Na legislação trabalhista dos Estados Unidos, perder um dia de trabalho implica perda de salário, e isso pode ter conseqüências no emprego. O fato é que chegamos subitamente à cidade de Newark, com o consulado se deslocando para trazer assistência aos brasileiros que lá residiam, e, de repente, presenciei cenas de crianças de seis, sete anos, que não tinham sido registradas como brasileiras – não havia consulado em Newark – e os pais não tinham tido tempo, oportunidades ou pensaram que poderiam se arriscar se fossem passar o dia inteiro em Nova Iorque, perder um ou dois dias de trabalho para fazer esse registro.

Então, filas intermináveis colocavam-se diante de nós, nos primeiros momentos daqueles consula-

dos itinerantes, pessoas nos abraçavam, pais comovidos dizendo que, finalmente, os filhos estavam adquirindo a nacionalidade brasileira, além de todos esses dramas humanos que o agente consular presencia, na medida em que as repartições consulares no exterior registram os aspectos da vida civil das pessoas, ou seja, concedem atestado de óbito, registro de nascimento, casamento ou divórcio. Pude presenciar um pouco desses dramas humanos, no bom sentido, porque estávamos resolvendo, mas, de fato, deve haver um arcabouço jurídico mais liberalizante em relação a essa circulação de pessoas. Na época estimávamos algo em torno de 600 ou 700 mil brasileiros morando nos Estados Unidos. Para as autoridades americanas, 90% desse total era considerado ilegal, mas ilegal porque apenas a documentação deles em relação à estada nos Estados Unidos não estava, vamos dizer, atualizada. Para nós não eram ilegais e, de fato, não estavam cometendo nenhuma irregularidade, salvo não terem conseguido a legalização.

Para concluir, quero dizer que considero o tema da pergunta de V. Exª, a circulação de pessoas, extremamente relevante.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Esse assunto efetivamente desperta um interesse geral. No entanto, no mundo atual, no mundo em que vivemos, os países têm que adotar sistemas de guarda porque o terrorismo se alastra, o narcotráfico se alastra, o desemprego aumenta no mundo inteiro e se os países não estabelecerem condições de entrada, de ingresso e de permanência, vai haver maiores problemas sociais neste país. Imaginem se os Estados Unidos abrissem as fronteiras da liberdade da imigração, todos os países da América Central e as Antilhas iriam para lá viver o **american way of life**. Isso justifica o cuidado na seleção e na concessão do visto para aqueles que querem migrar de um país para outro. Inclusive nós, no Brasil, temos que ter esse cuidado. A população migrante dos países vizinhos é muito grande, e nessa população migrante a quantidade de bandidos é muito grande também. Essa é a colocação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho, o Embaixador Renan Paes Barreto gostaria de aduzir um argumento, por favor.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – Concordo com as palavras de V. Exª. Na política de migração dos Estados Unidos, há duas linhas contraditórias que se sucedem ou se sobrepõe: há momentos em que as autoridades americanas restringem a entrada de estrangeiros, atendendo sobretudo às pressões de sindicatos e taxas de desemprego; e há momentos em que fazem vista grossa, porque a dinâmica do capitalismo americano praticamente não funcionaria nos moldes em que funciona, se não fossem os endocumentados, que, afinal recebem salários mais baixos e não têm os mesmos privilégios em termos de sistema de saúde. Na prática, já existe isso. Se quisessem efetivamente proibir a entrada de estrangeiros, não teriam 20 milhões de mexicanos, não teriam 700 mil brasileiros. Afinal, um povo que consegue deslocar o ser exército para o outro lado do mundo, que têm os avanços tecnológicos que os Estados Unidos têm, se quisesse controlar o avanço de migrantes em suas próprias fronteiras, bastaria, por exemplo, fazer uma checagem na rua 46 em Nova Iorque, onde de cada 10 brasileiros talvez 8 estariam endocumentados. A política de migração americana deixa essa lacuna, inclusive propositalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – gostaria de ponderar, diante da observação do prezado Senador Gilberto Mestrinho, que, obviamente, todas as nações têm o direito de estar cuidando das suas fronteiras, mas é próprio do povo norte-americano e da sua história que para lá vão pessoas dos mais diversos lugares do mundo. Costuma-se dizer "fazer a América", "buscar a América". Isso faz parte da história do povo norte-americano. No final do século XIX, a França, por exemplo, deu de presente aos Estados Unidos a Estátua da Liberdade, para representar esse simbolismo de que a América é um lugar onde todos são bem-vindos. E assim muitos foram para lá com essa perspectiva.

É claro que há a preocupação, e não apenas por parte das autoridades americanas, mas também das européias e portuguesas, com o terrorismo, com a bandidagem, com as máfias ou com as organizações de atividades ilegais, inclusive em relação àqueles que organizam empresas um tanto irregulares para poderem contratar pessoas seja para prostituição ou outras atividades informais. Isso tudo precisa ser objeto de consideração.

Por outro lado, há poucos dias, li o livro **Onze Minutos** – não sei se V. Exª já teve a oportunidade de lê-lo –, última obra de Paulo Coelho, que fala de uma moça do interior do Brasil que vai a um dos lugares de maior renda **per capita** do mundo, Genebra, e ali inicia a sua vida de prostituição. Trata-se de uma história até comovente e interessante, que nos leva também a uma reflexão de que de tudo há que se aprender.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Efetivamente, nós da América Latina, somos fruto da imigração. Até nas pedras da rua estão os traços do imigrante, diz uma canção popular. Mas o mundo tem mudado, mudou totalmente e a história da imigração, toda ela, nem sempre foi boa.

Há pouco, o Embaixador Renan citou um grande rival do Cortés. O que essa gente fez com os imigrantes foi terrível na América Central e no México. E essas raízes ficaram. Hoje se cria um nacionalismo próprio, mas é preciso ter cuidado, porque o mundo de hoje não é o mundo de ontem; como o de amanhã não será o de hoje.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, que também viveu muito tempo no exterior.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Presidente.

Inicialmente, cumprimento o Embaixador Renan Paes Barreto pela difícil missão que terá como Embaixador na Guatemala. Cumprimento também o Embaixador Marcelo Jardim, indicado para a Embaixada na Polônia, um país de tradições extraordinárias, do qual conheci praticamente cada metro do seu território nas diversas oportunidades que tive de trabalhar lá.

Mas eu queria, inicialmente, relatar o porquê de considerar difícil a missão do Embaixador Renan Paes Barreto. Tive oportunidade de, como jornalista e correspondente de guerra, cobrir a guerra civil na Guatemala. Identifiquei, na época, um dos países mais violentos que conheci, incluindo os países que conheci na África e no Oriente Médio. Mas a guerra civil, na Guatemala, foi um conflito de seriíssimas proporções. Até hoje – ainda agora conversava a respeito com o próprio Embaixador Paes Barreto – não se conseguiu entender por que desapareceram, nesse conflito, por assim dizer, 200 mil pessoas. Um país tão pequeno, encravado no meio da América Central! Duzentas mil pessoas foram vitimadas nesse processo da guerra civil, e a maior parte era de índios, nativos, que, simplesmente, foram dizimados por um governo autoritário, um governo mão de ferro, um governo militarista, um governo que não tinha a menor consideração com o ser humano.

Eu dizia para S. Exª que, num determinado momento, em um dos dias da nossa cobertura – eu, no centro da capital, da cidade da Guatemala – rompe-se, de repente, um tremendo tiroteio entre forças do exército e os guerrilheiros, e eu fui colhido, junto com a minha equipe, exatamente no centro do tiroteio. Só nos restou deitar no chão – e estávamos exatamente no meio da rua de uma avenida central – e sair rolando até chegar à beirada da calçada. De repente, cai na nossa frente uma bomba de gás lacrimogêneo, atirada com um lança-granadas, à distância, e fomos salvos por um comerciante que, atendendo aos nossos gritos e apelos, porque esmurrávamos a porta de uma pequena loja, levantou um pouquinho aquela porta corrediça, e eu lhe fiz um dramático apelo: "Somos jornalistas e estamos aqui fazendo a cobertura da guerra. Por favor!" Ele, então, nos puxou para dentro da loja e abaixou a porta. Lá ficamos durante três horas, quietinhos, sem fazer barulho, observando. Quando terminou aquele tiroteio sem fim, conseguimos sair e voltar ao nosso hotel.

Agora, consta que um dos líderes desse movimento militar do passado é candidato a Presidente, Sr. Presidente! Imaginem se essa figura chegar novamente ao poder na Guatemala, o que não irá acontecer com este país! Observem a importância que existe agora na relação entre Brasil e Estados Unidos. V. Exª, evidentemente, vai sentir isso no instante em que se aportar ao país, a preocupação que já existe, principalmente dos grupos liberais, dos partidos e das pessoas que estão empenhadas na manutenção da democracia e das liberdades individuais. Tenho certeza de que V. Exª vai cumprir, rigorosamente, a sua difícil missão na Guatemala.

Sr. Presidente, quero saudar também o nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, que, neste momento, está ocupando a Presidência da nossa Subcomissão.

Quero aproveitar para fazer um comentário, já que o Embaixador disse que está indo para Polônia. Aquele país é um dos maiores exportadores de imigrantes para os Estados Unidos. A colônia polonesa, nos Estados Unidos, chega a quase 10 milhões de pessoas. Há regiões inteiras nos Estados Unidos que são povoadas por poloneses. Vivem lá como se vivessem na Polônia, falando polonês e inglês. Vivem a cultura polonesa e se sentem na Polônia, muito embora, é importante lembrar, o polonês, nos Estados Unidos, é mais ou menos como o português para o brasileiro. Toda piada de mau gosto é atribuída aos poloneses – não sei por que cargas d'água!

Aproveitando a correlação da imigração e até com a preocupação do Senador Gilberto Mestrinho, eu gostaria de lembrar de algo que estamos esquecendo sempre que abordamos os assuntos internaci-

onais e as preocupações que deve ter o Ministério das Relações Exteriores e, notadamente, os embaixadores que estão sendo designados. Nós sempre nos preocupamos com os vivos. Eu quero manifestar uma preocupação muito séria com os mortos. E por quê? Quando morre um brasileiro no exterior, quem é o responsável? O que acontece? Para que local se manda o corpo? Quem arranja o transporte do corpo para o Brasil? Quem é que paga a conta? O que acontece com a responsabilidade civil e com a responsabilidade governamental? Temos de estabelecer o princípio de que o cidadão brasileiro, em qualquer lugar do mundo, é um cidadão brasileiro no gozo de todos os seus direitos e, evidentemente, com todas as suas responsabilidades. Digo isso porque vivi um momento como esse, Sr. Presidente. Não sei se foi à época em que o Embaixador Paes Barreto estava em Nova York, mas relato em três minutos um fato que me deixou profundamente chocado e que até hoje me faz lembrar de um instante absurdo das relações, pelo menos da imprensa e minha, com o Itamaraty.

Numa quinta-feira, a minha secretária, em Nova York, disse-me que tinha uma pessoa que queria falar comigo e era apresentada por um amigo. Mandei a pessoa entrar e disse: "Olha, vou receber o senhor aqui rapidamente porque estou indo para o Brasil e tenho 1h e 30min para chegar ao aeroporto e vou levar, daqui lá no, mínimo 45min. Então, vamos fazer o seguinte: vou receber o senhor na segunda-feira quando voltar." Ele me deixou um cartão e dei um cartão meu de chefe da sucursal da Rede Globo em Nova York para ele.

Vim ao Brasil, passei o fim de semana, como sempre fazia de quinze em quinze dias no máximo, peguei um avião e cheguei em Nova York. Às 9h, entrei no meu escritório e lá havia um recado da Polícia de Nova York para que eu entrasse em contato, imediatamente, com o detetive Trapano. Liguei para ele, que me perguntou: "O senhor conhece o Seu Francisco (estou dando um nome fictício)?" Eu lhe disse: "Olha, conhecer não. Estive com ele na quinta-feira, não pude atendê-lo porque estava viajando, mas ele ficou de voltar hoje aqui às 9h. Estou esperando por ele." Ele me disse: "Ele não vai poder comparecer". Eu digo: "Por quê? Ele foi preso?" Ele disse: "Não. Ele morreu. Ele foi assassinado e encontramos no bolso dele um cartão seu. Só que ele foi assassinado em circunstâncias meio complicadas e misteriosas. Ele foi achado morto num hotelzinho de relações escusas, freqüentado por homossexuais, e queríamos que o senhor identificasse o corpo".

Eu disse: "Nem sei se serei capaz de identificá-lo, porque vi esse cidadão, rigorosamente, por três minutos. Não sei se o rosto dele, simpático, que apareceu aqui no meu escritório, é o mesmo do de um corpo sem vida que vou encontrar no necrotério da cidade." Ele disse: "É, mas, na verdade, se o senhor não quiser ir vou ter que intimá-lo". Eu disse: "Perfeitamente. Então, antes da intimação, vou identificar o corpo." Cheguei ao necrotério de Nova York, onde os corpos são colocados como se fosse naquela maquininha de vender cachorro quente, onde as salsichas vão passando uma a uma. É uma esteira rolante em que se olham aqueles corpos passando e quando chega o corpo que você acha que é o que tem que identificar, você aperta um botão e pára a máquina.

Então, de repente, passou um corpo que eu achava que era e apertei o botão: "Ah, esse aqui!" Tiraram o corpo e fui fazer a inspeção para ver se era mesmo a pessoa com a qual tive três minutos de relação.

Disse: "Realmente, é este. Agora, posso fazer uma pergunta?" O repórter dentro de mim não deixava passar aquela oportunidade, porque o rosto do rapaz estava todo cheio de hematomas. E eu disse assim: "Por que ele está com o rosto cheio de hematomas?" "Ah, o senhor que saber por quê? Bom, isso aí já é um processo. Um minutinho só." E, aí, pegou um papel e começou a preencher uma ficha em que eu estava reclamando que o corpo que fui identificar estava com hematomas e aquilo iria iniciar uma ação na Justiça. Foi uma tragédia.

Liguei para o Consulado brasileiro: "Olha, gente, estou ligando porque fui submetido a essa situação, encontrei essa pessoa três minutos e agora estou aqui sem saber o que fazer e queria que o Consulado assumisse isso."

Veio alguém do Consulado e me pediu para assinar um documento de que eu teria identificado o corpo. Assinei o documento. O corpo ficou à disposição no necrotério e ninguém tomou conhecimento do pobre coitado do Francisco.

De repente, pedi a um amigo da **Rede Globo** de Brasília, Antonio Carlos Drummond, diretor da empresa, que localizasse a família do pobre coitado, porque, no mínimo, o corpo teria que voltar para o Brasil.

Duas horas depois, me ligou o irmão do morto e disse: "Hélio Costa, muito obrigado." Respondi que não havia feito nada, apenas havia identificado o corpo e queria saber que providências tomar. "Por favor, mande-me o corpo do meu irmão! O senhor é a única pessoa que eu tenho aí." Fui ao Consulado e pergun-

tei como fazer. "Vamos cremar o corpo. É a melhor solução. Ao invés de mandar um corpo inteiro, vamos mandar uma caixinha." O irmão autorizou a cremação do corpo e enviamos as cinzas.

Três meses depois, Sr. Presidente, recebo uma ligação da direção da **Rede Globo**, pedindo para eu vir ao Brasil, urgentemente. Chego ao Rio de Janeiro pensando que tinha sido demitido. Só podia ser isso. "Queremos saber se você está tendo algum problema financeiro." "Eu? Problema financeiro? Por quê?" "Porque há uma reclamação aqui de que o senhor está devendo US$5 mil a uma agência funerária." "Eu, devendo US$5 mil a uma agência funerária? Não morreu ninguém da minha família! Não conheço isso." Aí, me trazem os documentos. Era o pobre coitado do Francisco, cremado.

A conta foi para mim, Sr. Presidente. Além de eu identificar o pobre coitado, além de cuidar do cidadão e arranjar o transporte das cinzas da vítima, ainda me mandaram a conta de US$5 mil para eu pagar.

Fui ao Consulado e disse: "Não tenho como pagar isso aqui. Vocês é que vão pagar isso?" Ninguém queria assumir a conta, o Governo também não era responsável.

Sr. Presidente, estou lhe narrando um fato que certamente se repete todos os dias, porque são inúmeros os casos de brasileiros que morrem no exterior, e não sabemos como resolvê-los. De quem é a responsabilidade, até humana, de resolver essas questões? Ainda recentemente eu lembrava a V. Exª o caso de uma brasileira que morreu ao tentar atravessar o rio Grande, na fronteira do México com os Estados Unidos. Não foi a primeira, nem a segunda. Inúmeros brasileiros já morreram nessa situação, e temos que tomar uma providência.

Então, eu pediria que V. Exª encaminhasse ao Ministério das Relações Exteriores essa indagação: de quem é a responsabilidade, quando morre um cidadão brasileiro no exterior? Quem tem a obrigação de repatriá-lo? Quem tem a obrigação de mandar o seu corpo à sua família, à sua terra?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Renan Leite Paes Barreto.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – A história que V. Exª contou, de fato, é impressionante. Não me lembro se isso teria acontecido no período em que eu estive lá, que foi de 1995 a 1999.

Mas, tanto quanto eu saiba, a responsabilidade sobre o translado do corpo de uma pessoa falecida no exterior é da família, originalmente. Há uma verba consular – alocada aos Consulados –, muito inferior à necessidade. Em alguns casos, essa verba é utilizada. No período em que estávamos em Nova Iorque, usávamos muito o apoio das igrejas, sobretudo o das evangélicas, para inúmeras coisas. Brasileiros sem recursos, por exemplo, ficavam hospedados nas igrejas até que pudessem partir, no caso de estarem sendo repatriados. Fazíamos também coleta de recursos por intermédio das igrejas.

Mas, efetivamente, quanto aos recursos alocados – sobretudo porque mudamos o perfil da nossa população, que era de imigrantes e tornou-se de emigrantes –, seria necessário que houvesse um reforço, não apenas em termos financeiros, mas também em termos legais, jurídicos.

De toda forma, só para registro, em 1995, houve uma modificação na nossa política consular, e os consulados brasileiros, no exterior, passaram a ser mais pró-ativos do que eram até então.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Faço, então, uma sugestão, Sr. Presidente. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no período em que fui Presidente, identificamos que, todos os anos, nas emendas de Bancada, existe sempre uma emenda daquela Comissão, na Câmara, destinada ao Itamaraty. São quatro emendas, na realidade: uma vai para o Exército; uma, para a Marinha; uma, para a Aeronáutica; e a outra, para o Ministério das Relações Exteriores. Na minha época de Presidente da Comissão, fizemos um acordo com o Ministério das Relações Exteriores, e destinamos essa verba toda aos países de língua portuguesa, ao CPLP, para incremento das relações de todos os tipos entre o Brasil e os países de língua portuguesa.

Entendo que esse seria o caminho, Sr. Presidente, para que alocássemos recursos e o Ministério das Relações Exteriores tivesse condições de, em casos dessa natureza, poder assumir a responsabilidade, despachar o corpo para o Brasil, o que é, no mínimo, um ato de caridade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Na oportunidade que estivermos examinando as emendas, poderemos fazer essa consideração. Ademais, conforme dito no início da reunião, teríamos hoje um requerimento extrapauta, relacionado à questão dos brasileiros no exterior. Como não há um número suficiente para deliberarmos sobre esse ponto, fica adiado esse item para o início da próxima reunião. Assim, já dada a todos a informação, porque foi distribuído

hoje, ressalto que anexo a este requerimento está o documento de Lisboa, que trata das conclusões do Primeiro Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior. Peço aos membros da Comissão que possam conhecê-lo para assim, na próxima semana, examinarmos esse assunto.

O Embaixador Marcelo Jardim poderá complementar a informação sobre o tema, por favor.

O SR. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM – Só rapidamente, pelo adiantado da hora. Todo processo de integração implica uma série de valores a serem adotados como regras de comportamento: transparência, ética, livre circulação de pessoas. Essa é a nossa postura no âmbito do Mercosul e essa é e tem sido a postura adotada pelos países formadores do espaço europeu comunitário.

Há também uma outra questão: da mesma forma que se tem na economia, no comércio, a tarifa externa comum, que é uma barreira a produtos de terceiros, países fora do bloco, há a tarifa externa comum adaptada à imigração, à questão de certas restrições a nacionais de outros países fora daquele espaço.

No caso específico da Polônia, temos acordos já em plena vigência de livre trânsito de nacionais. Brasileiros que viajam à Polônia e poloneses que vêm ao Brasil estão dispensados dos requisitos de visto de entrada, como turistas, como diplomatas, como oficiais de seus governos. Obviamente, quem vai trabalhar tem que ter contrato, mas isso faz parte da própria legislação brasileira, no caso polonesa.

No aspecto da Polônia em si, a entrada na União Européia virá gerar grandes benefícios também nessa questão. A idéia inicial era de que os países mais desenvolvidos do espaço europeu pudessem ser invadidos por hordas, digamos assim, de poloneses sem emprego que desejariam maiores oportunidades de emprego. No entanto, há aí uma lógica virtuosa.

Em primeiro lugar, a coincidência de dificuldades econômicas, sobretudo na maior economia européia, terceira maior do mundo, que é a alemã, gerando desemprego e obviamente dificuldades a imigrantes, que possam querer melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, as medidas de preempção, por parte sobretudo dos países europeus mais importantes de, para evitar um fluxo de imigração não desejada em seus territórios, incentivarem investimentos produtivos nesses países que estão entrando agora.

A Polônia, no caso específico, possui o maior estoque de investimento comunitário de países da União Européia em todo o espaço da Europa Central, e o redirecionamento, sobretudo a partir da entrada plena no espaço europeu de investimentos produtivos, deverá ser ainda maior, fixando, por conseguinte, o produto nacional nas fronteiras do seu país. Porque, acredito que à exceção de alguns diplomatas, como nós, a maior parte das pessoas quer mesmo morar, com felicidade e tranqüilidade, dentro do seu próprio país, em sua própria nação. Acredito que a imigração só se faz por aventura, quando somos mais novos, ou por necessidade, quando a situação econômica assim impõe.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não vejo dificuldades maiores, sobretudo, no caso da Polônia e de outros países centro-europeus, no que respeita ao risco do aumento da imigração indesejada ao Brasil. Pelo contrário, com o exemplo de 1,3 milhão de descendentes poloneses que temos, sua vinda para o Brasil, da mesma forma que os estrangeiros que construíram a América, como disse o Senador Presidente, será sempre bem-vinda e é sempre uma contribuição positiva. Até porque, no caso específico da Polônia, inexiste uma síndrome que atualmente é extremamente perigosa e complicada: a questão das máfias da Europa Oriental. Não existe propriamente uma máfia polonesa, de forma que também nesse aspecto nada haveríamos a temer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço aos Senadores Hélio Costa e Gilberto Mestrinho que votem, se ainda não o fizeram. Peço também que colaborem, logo a seguir, para escrutinar os votos depositados.

Enquanto S. Exªs fazem a contagem dos votos, aproveito a oportunidade para informar aos Srs. Senadores sobre o convite realizado pelo Assembléia da República Portuguesa, no sentido de que uma comissão composta de Senadores e Deputados possa visitar aquele país. Os Senadores Luiz Otávio, Marcelo Crivella, Fernando Bezerra, Rodolpho Tourinho e Duciomar Costa expressaram disposição de participar desta visita que se realizará de 19 a 25 de maio do corrente ano. Os custos, exceto passagem aérea, serão pagos pela República de Portugal.

Conversei com a Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Zulaiê Cobra, e acordamos que participarão dessa missão a Portugal três Deputados e dois Senadores.

Cumprimentamos o Embaixador Marcelo Jardim e o Embaixador Renan Paes Barreto. Informa-

mos que houve 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção para ambos.

Agradecemos pelos depoimentos de ambos e desejamos sucesso em suas missões.

Registramos a presença da Srª. Lívia, esposa do Embaixador Renan Paes Barreto.

Permitam-me apenas completar a informação: estamos diante de um bom dilema. Na verdade, cinco Senadores expressaram o desejo de participar da missão a Portugal. Contudo, acordamos ser razoável que a Câmara seja representada por três membros, e o Senado, por dois. O Senador Marcelo Crivella é um dos indicados. Partilho com V. Exªs que critério adotar, já que, provavelmente, essa missão não será a única da nossa gestão. Primeiramente, deixei para os demais, e há cinco interessados fora o Vice-Presidente da Comissão. Inclusive, acabo de receber um convite para fazer uma palestra na Colômbia, dia 12 de junho, sobre orçamento participativo e a renda básica de cidadania, num simpósio. Já avisei ao Vice-Presidente – e aviso a todos – que no dia 12 haverá sessão e S. Exª irá presidi-la. Se eu viajar muito, teremos que equilibrar isso. Quem sabe podemos, se estiverem de acordo, ter um Vice-Presidente escolhido e depois utilizar o critério de sorteio para a escolha dos demais? Se os Srs. Senadores considerarem adequado, poderemos proceder de acordo com esse critério. (Pausa)

Está bem. V. Exªs preferem fazer hoje ou na próxima quinta-feira o sorteio para a escolha de um dentre os quatro outros? (Pausa)

Pediria à Sra. Lúcia que escrevesse os outros quatro nomes num papel – Duciomar Costa, Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio e Fernando Bezerra –, para que seja feito o sorteio, aberto a todos.

Agradecemos a presença do Sr. Carlos Viana e da Srª Eliana Bibas, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Casa do Brasil de Lisboa, que trouxeram o documento sobre os brasileiros no exterior.

Quero informar também que um dos principais preocupados com essa questão é o Procurador da República Guilherme Shelb, que participou do Primeiro Encontro de Brasileiros no Exterior, realizado em Lisboa, e informou-me que há a previsão de um segundo encontro, a ser realizado em Nova Iorque, dessa vez mais voltado para aqueles que estão no Hemisfério Norte, mais do lado dos Estados Unidos, do Canadá e do México. Esse encontro será realizado no segundo semestre.

A propósito, solicitei ao Presidente do Banco do Brasil, instituição que foi um dos patrocinadores do primeiro encontro, se fosse possível, que colaborasse também como patrocinador desse segundo, para que se possa receber o Sr. Guilherme Shelb, que exporá a importância e as razões desse encontro.

Esse item – a formação de subcomissão para acompanhar esse tema – será o primeiro da pauta na próxima semana.

Façamos o sorteio do nome que acompanhará o vice-presidente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Todos os anos, no fim de agosto até a primeira quinzena de setembro, o Congresso envia a Nova Iorque Deputados e Senadores para participarem da Assembléia Geral da ONU. Seria interessante sugerir aos patrocinadores desse Encontro de Brasileiros no Exterior que, se possível, realizassem o encontro em data inserida exatamente dentro desse espaço de tempo – entre 15 de agosto e 15 de setembro -, porque, certamente, teríamos Deputados e Senadores que gostariam muito de participar de um encontro como esse e, já estando lá, teriam mais facilidade para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Qual a sua sugestão? Será que V. Exª poderia repeti-la? Desculpe, fui interrompido.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Que o senhor sugira aos organizadores do Encontro de Brasileiros no Exterior a ser realizado em Nova Iorque que façam o evento entre 15 de agosto e 15 de setembro para aproveitar a presença dos Parlamentares presentes à Assembléia Geral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Foi acolhida a sugestão.

O nosso Vice-Presidente escolherá o nome e, se este não puder ir, na próxima semana escolheremos outro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – RJ) – Sr. Presidente, antes de revelar o nome do sorteado, gostaria, em nome dos milhares de telespectadores da **TV Senado**, de fazer um apelo ao Senador Hélio Costa para nos desvendar o último capítulo

daquela novela: quem pagou os US$5 mil do Francisco lá em Nova Iorque?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não queria entrar em detalhes, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – PT) – Perdoe-me a indiscrição.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A situação chegou a um ponto tão grave, que solicitei ao meu companheiro e querido amigo Antônio Carlos Drumond, que era o representante do jornalismo da **TV Globo** em Brasília, que fosse ao gabinete do então Ministro Silveira no Ministério das Relações Exteriores e, do seu lado, fizesse um telefonema para mim.

Posicionei-me, em determinado momento, na minha sala em Nova Iorque, e o Antônio Carlos Drummond foi ao Ministério das Relações Exteriores, ligou para mim e passou o telefone ao Ministro para conversar comigo. Portanto, atendendo ao meu apelo, ele pagou.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – PT) – Revelado o segredo, o sorteado foi o Senador Duciomar Costa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Faremos a comunicação ao Senador Duciomar Costa.

Muito obrigado, Embaixadores Marcelo Jardim e Renan Paes Barreto.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h e 10min.)

Ata da Décima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia quinze de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia quinze de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOSÉ AGRIPINO, PEDRO SIMON, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO, LÚCIA VÂNIA, ANTERO PAES DE BARROS, HÉLIO COSTA, DUCIOMAR COSTA, TIÃO VIANA, LUIZ OTÁVIO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, JOÃO CAPIBERIBE, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOÃO RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, HELOÍSA HELENA, AELTON FREITAS, GILBERTO MESTRINHO, JOÃO ALBERTO SOUZA, MARCO MACIEL E ARTHUR VIRGÍLIO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e requer inversão de pauta que é aprovada pela Comissão. **Extrapauta, Item um: Mensagem (SF) nº 89, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá. O Senhor Presidente designa relator "ad hoc" Senador Hélio Costa que procede à leitura do relatório. Após a leitura, o Senhor Embaixador faz sua exposição de motivos. Passa-se à argüição. **Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, João Capiberibe, Antônio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa e o Senhor Senador Marcelo Crivella.** Após a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Rodolpho Tourinho para servir como escrutinador. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação do indicado por dezessete votos. Retoma-se os itens de pauta. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação, **o Requerimento nº 04 – 2003/CRE**, de autoria do Senhor Senador Marcelo Crivella, requerendo a criação de uma Subcomissão Permanente destinada a estudar, propor e adotar medidas necessárias à implementação das propostas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior" e o **Requerimento nº 11 – 2003/CRE** no âmbito da mesma matéria, a criação de uma "Subcomissão Permanente destinada à Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior". Não havendo quem queira discutir, os Requerimentos foram aprovados. **Item três: Projeto de Lei da Câmara nº 02, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que dispõe sobre a alienação por doação de uma Corveta da Marinha do Brasil. O Senhor Presidente designa relatora "ad hoc", Senadora Patrícia Saboya Gomes que faz a leitura do parecer favorável. O Senhor **Senador Hélio Costa faz uso da palavra.** O parecer foi aprovado. **Item quatro: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 150, de 2002,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata de alocação especial de Direitos Especiais de

Saque – DES. O Senhor Presidente designa o Senador Rodolpho Tourinho, relator "ad hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item cinco: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 08, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, e recuperação da atual Ponte Barão de Mauá, celebrado em 21 de novembro de 2000. O Senhor Senador Pedro Simon procede à leitura do seu parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir o parecer é aprovado. **Item seis: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 10, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000. O Senhor Senador Eduardo Azeredo procede à leitura do seu parecer favorável. **Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella**. O projeto é aprovado. **Item sete: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 13, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois Protocolos, relativos ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea e à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2000. A Senadora Patrícia Saboya Gomes faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Os demais itens da Pauta são discutidos conjuntamente por tratarem do mesmo assunto. **Itens oito, nove, dez e onze: Requerimentos nºs 122, 123, 124, 125 –2003/CRE** que requerem votos de aplauso junto ao governo da República Francesa; da República Popular da China; da Federação Russa e da República Federal da Alemanha, respectivamente, por integrarem movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declarar guerra ao Iraque. O Senhor Presidente designa o Senhor Senador Pedro Simon como relator "ad hoc" que faz uma síntese dos pareceres, favoráveis. Não havendo quem queira discutir, os requerimentos foram aprovados. Passa-se ao último item da **extrapauta, item dois: o Requerimento nº 13 – 2003/CRE,** de autoria do Senador Pedro Simon, que requer ao Senador Eduardo Suplicy que seja solicitado o depoimento, perante esta Comissão, de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia. Segue considerações do Senhor Senador Pedro Simon. O Senador Arthur Virgílio faz uso da palavra. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas e 05 minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Requeiro a inversão da pauta, iniciando com a sabatina do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, então, à apreciação da matéria.

Mensagem do Senado Federal nº 89, de 2003

(Mensagem Nº 155, de 29/04/2003, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Será apreciado em reunião secreta.

Resultado: O Senador Eduardo Azeredo está por chegar. Devido ao adiantado da hora, designamos o Senador Hélio Costa para ler o parecer do Senador

Eduardo Azeredo, como Relator **ad hoc.** O Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta Casa do Senado Federal é chamada a opinar sobre a indicação do Senhor Presidente da República em face do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** do indicado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações: nascido em Santos, São Paulo, filho de Sílvio Leão e Alair de Andrade Leão, o Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, depois de concluir o curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado, subseqüentemente, Terceiro Secretário em 11 de janeiro de 1972, Segundo Secretário, por merecimento, em 22 de janeiro de 1976, Primeiro Secretário, também por merecimento, em 21 de junho de 1979, Conselheiro, por merecimento, em 22 de junho de 1983, Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho de 1989, e Ministro de Primeira Classe em 29 de junho de 1996.

Cumpre destacar ainda, dentre as missões e cargos exercidos pelo Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, os seguintes: Segundo Secretário, em Londres, 1976 a 1979; Primeiro Secretário, em Tóquio, de 1979 a 1983; Ministro Conselheiro, em Londres, de 1990 a 1993; Ministro Conselheiro, em Washington, de 1993 a 1995; Coordenador da Coordenadoria de Assuntos Econômicos e Comerciais da Secretaria Geral, de 1983 a 1985; Chefe da Divisão de Produtos de Base, de 1985 a 1988; Coordenador Executivo da Secretaria Geral, de 1988 a 1990; Coordenador Geral de Acompanhamento da Execução do Controle BID/MRE, de 1996 a 1998; Delegado na Reunião do Comitê Executivo e do Conselho da Organização Internacional do Cacau, em Londres, em 1974; Delegado à Conferência da ONU para a Negociação do Terceiro Acordo Internacional do Cacau, em Genebra, em 1979; Chefe na Reunião dos Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, na Tailândia, em 1996; Chefe da Reunião do Grupo Negociador de Agricultura, GAT, Genebra, em 1987; representante permanente na Organização Internacional do Café, em Londres, de 1990 a 1992; representante permanente na Organização Internacional do Açúcar, em Londres, de 1990 a 1992; Diretor Geral do Departamento Econômico, de 1988 até os presentes dias.

Dentre as condecorações que o Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto recebeu, cumpre citar as seguintes: Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil; Ordem do Tesouro Sagrado, Japão; Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, CPCD e RBR.

No que concerne à importância das relações bilaterais entre o Brasil e Canadá, cumpre destacar a grande importância do setor comercial, pelo incremento das potencialidades não exploradas, haja vista a natureza complementar das duas economias.

Ao contrário do que as recentes controvérsias parecem sinalizar, Brasil e Canadá registraram, em 2002, no comércio bilateral, as cifras de 653.123,135 dólares americanos para exportação e 639.770,621 dólares para importação, conforme Relatório formulado pelo Ministério das Relações Exteriores que acompanha a indicação ora apreciada. Esses números, de acordo com o entendimento dos dois Governos, estão muito aquém da dimensão das duas economias. Verifica-se o esforço de normalização das relações entre Brasil e Canadá, agastadas nas recentes contendas comerciais – o caso Bombardier/Embraer e o subseqüente embargo canadense às exportações de carne bovina brasileira são episódios superados, conforme aduz Relatório do Ministério das Relações Exteriores, supracitado.

No âmbito da área política da Chancelaria canadense, é visível o desejo de recompor o relacionamento bilateral. Exemplo disto têm sido as visitas efetuadas ao Brasil por autoridades diplomáticas. A postura da Chancelaria canadense deve manter-se elevada nas suas futuras relações com o Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo do Canadá tem, reiteradamente, feito comentários positivos a respeito do processo político brasileiro, enfatizado a força do mandato do futuro Presidente brasileiro e afirmado que as agendas hemisféricas do novo Governo brasileiro e a do Canadá deverão ser convergentes, sobretudo na área social.

Tendo em vista a natureza da matéria hora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do presente Relatório."

Esse é o Relatório feito pelo Sr. Senador Eduardo Azeredo e que tenho a honra de apresentar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Embaixador Valdemar Carneiro Leão, indicado para ser Embaixador no Canadá pelo tempo que julgar necessário.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, agradeço pelo Relatório apresentado e digo que é extremamente difícil fazer uma apresentação sobre países da dimensão e da importância do Canadá em tempo muito curto. No entanto, procurarei ater-me a um tempo que permita uma interação com os Srs. Senadores e uma sessão de perguntas e respostas, enfim, um tempo que me permita explorar questões que não foram levantadas nesta apresentação.

Vou ater-me, portanto, a alguns pontos que, nas minhas visitas ao Canadá e no estudo que procurei fazer desde o momento em que o Senhor Presidente da República me distinguiu com essa indicação, me pareceram os que mereceriam mais atenção e mais relevância para serem explorados nesta curta apresentação.

Eu fui ao Canadá quatro vezes na vida e, em todas as ocasiões, em missões curtas, em missões de trabalho, encontrei sempre um país extremamente dinâmico, um país pujante, um país rico, um país que se diferenciava um pouco do seu grande vizinho do sul por preocupações de natureza social. Não me irei estender nessa matéria. Basta ter presente, por exemplo, que educação e saúde são áreas inteiramente socializadas no Canadá, ao contrário do seu vizinho do sul.

Como disse, vou ater-me aos pontos que me chamaram mais atenção, que me pareceram mais relevantes e que, nos estudos e nas visitas que fiz, instigaram mais a minha reflexão.

Em primeiro lugar, é impossível olhar para o Canadá e não se surpreender com aspectos de sua geografia física e humana. Estamos diante do segundo maior país do mundo em dimensões, um país com uma área que é superior em mais de um milhão de quilômetros quadrados à área do Brasil e com uma população de apenas 32 milhões de habitantes. É um dado que, para um brasileiro, não deixa de ser chocante pelo contraste do tamanho das populações. Mas há outras características que chamam a atenção a quem observa a geografia canadense. Uma delas é o fato de que essa população, pequena em relação à dimensão do território, está toda ela, ou em grande parte, concentrada – um pouco estendendo-se de leste a oeste – ao longo da fronteira americana. Esse dado é relevante não apenas do ponto de vista de geografia humana, no que tange à distribuição espacial da população, mas sobretudo porque revela a dimensão e a pujança das relações comerciais, econômicas de modo geral entre esses dois países nessa área de fronteira. Vou examinar isso um pouquinho mais tarde, mas chamo a atenção para o fato de haver uma população que se estende por uma faixa de duzentos quilômetros de profundidade acima da fronteira.

Outro ponto que me chamou a atenção na geografia humana canadense – penso que a nós também é algo que não deixa de surpreender – é o fortíssimo componente imigratório na população do país. Praticamente um em cada seis habitantes do Canadá nasceu fora do Canadá. E esse dado é especialmente relevante para imigrantes de origem asiática, sobretudo na área de Toronto.

Finalmente, ainda no que se refere à geografia humana, destaco a característica que salta aos olhos de todos nós e presente em nossa mente: o bilingüismo canadense, que tem raízes históricas, e, mais que isso, o multiculturalismo que o país procurou implantar, sobretudo em virtude do forte componente imigratório na sua população.

Não me vou estender na parte política. Destaco apenas duas questões que mereceriam nossa atenção. A primeira é que o grande debate político canadense tem seu foco no pacto federativo. Trata-se de uma federação, como o Brasil, onde ainda a repartição de responsabilidades, mormente na área fiscal e na área regulatória, está em debate. Não é um debate encerrado, mas vivo, e todos, claro, temos presente, entre outras questões, o movimento separatista no Quebec.

Vou deter-me um pouquinho mais na economia canadense porque me parece algo em que há interesse direto para o Brasil nessas nossas relações. Estamos falando de um país com um PIB, hoje, da ordem de US$700 bilhões para uma população, lembro, de apenas 32 milhões de habitantes. Estamos, portanto, falando de uma renda **per capita** da ordem de US$23 mil. Outro dia, comentando com o Presidente Eduardo Suplicy, S. Exª alertou-me para o fato de que também o índice de desenvolvimento humano do Canadá se situa entre os mais elevados do mundo, segundo ou terceiro lugar. Também dizia o Senador que há alguns anos estava em primeira posição.

Estamos, portanto, diante de uma economia de grande envergadura, evidentemente, mas o que surpreende, o que chama a atenção no comércio canadense, em primeiro lugar, é o peso do comércio dentro do PIB. O comércio externo do Canadá representa 80% do PIB canadense. E mais do que isso, as exportações canadenses têm, em 87% do seu valor, o destino dos Estados Unidos. Portanto, são dados que chamam a atenção. Há uma economia extremamente centrada no comércio e um comércio extremamente focado no seu grande vizinho do sul. É tal o porte das relações comerciais e de investimentos de lado a lado que o comércio bilateral Estados Unidos – Canadá eleva-se a uma cifra diária – insisto: diária – superior a US$1 bilhão.

Detenho-me um pouco agora nas relações com o Brasil. Em primeiro lugar, com relação às questões propriamente comerciais, retomo as palavras do Sr. Relator.

É curioso observar que os nossos dados estatísticos sobre a nossa relação comercial com o Canadá nunca batem com as estatísticas canadenses. Não é uma peculiaridade do nosso comércio com o Canadá, pois a diferença ocorre em outros casos, mas notamos discrepâncias muito grandes, o que se deve, essencialmente, ao fato de que boa parte de nossas importações para o Canadá não entra naquele país por portos canadenses, mas por portos dos Estados Unidos, o que cria, evidentemente, distorções na comparação estatística e no exame do comércio bilateral.

Pode-se dizer, sem entrar muito nos detalhes, que, de 1994 a 1998, com o processo de estabilização da economia brasileira, cresceram fortemente as importações brasileiras no Canadá. A partir de 1999, com a primeira desvalorização do Real e com o ganho de competitividade dos produtos brasileiros, passou a crescer a pauta exportadora brasileira para o Canadá, até o momento em que ela passa de deficitária, por parte do Brasil, a superavitária, em 2001 e 2002.

Constatamos – o Itamaraty e os funcionários canadenses –, depois de cotejar esses dados, que, se examinarmos a importação nas duas pontas, provavelmente teremos uma fotografia mais precisa do comércio bilateral, que hoje está mais ou menos nos seguintes termos: 1,3 bilhão de exportações brasileiras para o Canadá, em torno de 650 a 700 milhões de importações brasileiras para o Canadá. Portanto, claramente, estamos hoje com um superávit bastante expressivo em relação ao Canadá.

Essa pauta exportadora brasileira é muito concentrada em produtos primários ou de baixo valor agregado – açúcar, café, calçados –, mas destaco, sobretudo, o fato de que cresceram muito, no ano passado, as nossas exportações de produtos siderúrgicos para o Canadá, atingindo US$150 milhões.

Do lado de cá, temos algo de interesse para todos nós: muita importação de papel jornal e de produtos minerais, sobretudo potássio, e crescem também as importações de produtos de alto valor agregado, sobretudo na área de informática e telefonia.

Há um reconhecimento, por parte dos dois Governos, de que esse comércio é vigoroso, porém, está muito aquém das potencialidades de ambos os lados.

Um dado mereceria ser ressaltado. Há uma pergunta que vem à mente: o Nafta, de alguma maneira, por conta da maior competitividade, do maior acesso que permitiu ao México, terá subtraído alguma parcela das exportações brasileiras no mercado canadense? Aparentemente, não. O que ocorreu foi, sim, um aumento bastante expressivo das exportações mexicanas, mas não necessariamente em detrimento das exportações brasileiras.

Em 1995, quando o Nafta entrou em vigor, o México exportava para o Canadá cinco vezes o que o Brasil exportava. Hoje, o México está exportando para o Canadá nove vezes o que o Brasil exporta.

No capítulo "investimentos", o Brasil tem sido um destino importante para os investimentos canadenses, embora ainda muito aquém do que seria desejável.

No conjunto, é possível afirmar que há um relacionamento denso na área econômico-comercial entre os dois países, mas há um potencial de crescimento extremamente importante.

Ressalto que há afinidades que mereceriam ser exploradas na área política, especialmente na área política multilateral. O Canadá tem posições que se aproximam das posições brasileiras em muitas questões, da ênfase a operações de paz das Nações Unidas, em multilateralismo, aos direitos humanos, ao meio ambiente e em todas essas áreas. Repito: tem posições que, em muitos casos, se aproximam das posições brasileiras.

Não poderia fazer essa apresentação sem deixar de fazer uma menção ao grande desentendimento ocorrido entre os dois países, por conta do contencioso na esfera da indústria aeronáutica civil, o chamado contencioso Embraer/Bombadier, que começou em 1996 e se estende até o presente. Ele não está resolvido, mas em vias de solução. Essa é a nos-

sa expectativa, mas esse incidente não está inteiramente resolvido. E gerou um desentendimento entre os dois Governos que não deixou de inibir, de alguma forma, a relação bilateral.

Esse contencioso, como disse, se iniciou em 1996, passou por fases sucessivas. Os dois Países tentaram entendimentos políticos, depois recorreram a OMC, ambos. Ambos perderam e ambos ganharam. Ambos ganharam o direito de retaliar comercialmente o outro e ambos deixaram de fazê-lo por entender que isso seria contraproducente para a relação bilateral e para o próprio comércio bilateral.

Creio que o ponto mais dramático desse contencioso ocorreu em 2001, em fevereiro de 2001, um pouco como um apêndice a esse contencioso, quando o Canadá, um pouco intempestivamente, diria quase inadvertidamente, impôs embargo à carne brasileira, alegando suspeita de doença da vaca louca. Isso gerou uma crise na relação bilateral que não foi simples, talvez a maior entre os dois Países. Para tentar superá-la, foi necessário envolver Ministros e o próprio Presidente da República. Essa crise, portanto, atingiu proporções políticas que foram muito além do que seria desejável.

Foi superada em três semanas. Não chegou propriamente a abalar o comércio bilateral, mas não há dúvida de que o pânico justificado que se instalou no Brasil não pelas preocupações do mercado canadense de carne, que eram pequenas e continuam sendo, mas pela hipótese de que aquele embargo pudesse gerar medidas de efeito dominó em países que são grandes importadores da carne brasileira, foi justificado e, evidentemente, gerou uma reação que era esperada numa situação dessa.

Episódio superado – o relativo à vaca louca -, continua o contencioso Embraer/Bombadier, e o estágio hoje é de que ambos os Governos buscam, mais uma vez, uma solução negociada que ambos esperam poder alcançar.

Gostaria de encerrar enfatizando aquilo que, a meu ver, mereceria ser a prioridade ou as prioridades de um novo Chefe de Missão no Canadá.

Não posso deixar de reconhecer que é importante, é fundamental que os dois Governos superem esse contencioso, que, como disse, não impede a relação bilateral, mas não deixa de ser um fato inibidor desse relacionamento, sobretudo no aspecto mais propriamente político. Ele, de certa forma, cria um constrangimento político que é precisa ser superado pelos dois Governos.

Em segundo lugar, diria que é importante intensificar o diálogo político, porque ele vai embasar, vai abrir caminho para cooperação em várias áreas, tanto bilaterais como na área multilateral.

Em terceiro, é necessário reativar ou abrir frentes novas de cooperação econômica e comercial. O comércio bilateral é bom, mas está muito aquém, como eu disse, do seu verdadeiro potencial. Isso vale tanto para produtos manufaturados como para produtos do agronegócio, nos quais, penso, as perspectivas são também promissoras.

Na área de investimentos, o Canadá é um parceiro importante, mas o seu potencial investidor, se dirigido um pouco mais para o Brasil, será algo que receberemos de braços abertos. Trata-se de um país que tem um estoque de investimentos fora do Brasil imenso, da ordem de US$150 bilhões, e que, no Brasil, tem hoje apenas um estoque da ordem de US$4,5 bilhões.

Cooperação na área científica e tecnológica também é outra área que oferece campo importante. Os próprios canadenses estão interessados, fizeram sugestões, o CNPq emitiu opinião muito favorável a respeito, apontou áreas prioritárias de cooperação. É algo que devemos perseguir.

Por fim, creio que a própria cooperação técnica canadense, feita no Brasil pela Agência Canadense de Cooperação e Desenvolvimento Internacional, a Cida, é algo que pode se estender hoje à área social, com grande proveito.

Eu não poderia deixar de mencionar, finalmente, que penso ser fundamental que se intensifique a cooperação e o intercâmbio parlamentar entre os dois países. É uma área que apenas recentemente começou a ser ativada. Em janeiro, esteve no Canadá uma missão de Parlamentares brasileiros percorrendo o país, a convite do próprio Governo canadense. Entendo que há um grupo interparlamentar sendo ativado e penso que a relação e o intercâmbio entre os dois Parlamentos será certamente um fator de impulsão muito importante nessa relação.

Seria ocioso e cansativo, de todo modo não seria exaustivo, enumerar outras áreas de cooperação e potencial da relação bilateral, mas não quero me estender, estou à disposição.

Apenas para concluir, eu queria dizer que o Sr. Ministro de Estado e o Senhor Presidente da República me distinguiram com essa indicação, que tomei como uma manifestação e um gesto de confiança no meu trabalho, mas, sobretudo, como um estímulo para o meu trabalho futuro. Para um homem de carrei-

ra, como eu, a responsabilidade de representar o País é a suprema honra. Sinto-me muito motivado e ficaria reconhecido de poder contar com a anuência de V. Exªs e do Senado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto.

Senador Eduardo Azeredo, como houve a necessidade de iniciar, o Senador Hélio Costa leu seu parecer. Agradeço a sua presença.

A palavra está aberta aos Senadores que desejarem formular perguntas. Caso algum dos Senadores ou o Embaixador Carneiro Leão considere que haja alguma informação que prefira falar em sessão reservada, basta nos informar, que assim temos procedido. Mas, se informações que aqui estão sendo objeto de consideração puderem ser amplamente ditas, inclusive com transmissão pela **TV Senado**, prosseguiremos com a reunião aberta.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Embaixador, quero apenas justificar aqui a minha ausência inicial, pois estava sendo discuta a medida provisória, da qual sou Relator, que está trancando a pauta. Mas, com o Secretário da Receita, não conseguimos chegar a um acordo, mas está próximo.

Quero deixar aqui os meus cumprimentos ao Embaixador e dizer-lhe que foi com muita satisfação que pude fazer esse relatório, sabedor que sou de suas qualidades, que são colocadas por todos que o conhecem, pela leitura do seu currículo.

Sabemos que o Brasil estará muito bem representado no Canadá. O Governo acertou ao indicar V. Exª. Portanto, manifesto os meus cumprimentos ao Governo e a V. Exª e as minhas desculpas por ter me atrasado, em razão desse compromisso na Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A palavra está aberta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão, o Canadá é um país que pode nos inspirar, principalmente num processo fantástico de construção democrática e de respeito à diversidade étnica e cultural. O Brasil tem uma grande afinidade com o Canadá.

E tive a felicidade de viver no Canadá, durante cinco penosos invernos. O Canadá construiu e constrói uma sociedade plural, democrática e respeitosa. Aprendi que democracia apenas se constrói com respeito às diferenças. O Canadá ensinou-me essa lição, porque eles recebem imigrantes do mundo todo e também tratam com profundo respeito as populações originárias. Os povos indígenas do Canadá, diferentemente do Brasil, são tratados com absoluto respeito. Por isso, lograram construir um país democrático, de grande qualidade de vida. Acredito ser o país que oferece a melhor qualidade de vida ao seu povo. Parece-me que o Canadá está entre os três países onde a população vive com excelentes qualidades de vida. Esse fato deve-se, fundamentalmente, ao respeito a essa grande diversidade sociocultural do Canadá. Também tenho um carinho muito grande pelo Canadá, porque, há três dias, nasceu uma neta minha, em Montreal.

São dois países da América do Norte: Canadá e seu vizinho Estados Unidos. Os Estados Unidos promoveram a derrocada das democracias latino-americanas e fomentaram a implantação de ditaduras militares, inclusive no Brasil. Enquanto isso, o Canadá, ao contrário dos Estados Unidos, buscava incentivar a permanência dessas democracias. Nos anos 60, 70, todos os países do Cone Sul, abaixo do Equador, transformaram-se em ditaduras, algumas delas sanguinárias, como a ditadura de Augusto Pinochet, no Chile.

E o golpe do Chile, fomentado pela CIA, pelo governo americano, completará 30 anos no dia 11 de setembro. Tudo já foi fartamente divulgado, inclusive a presença americana nesse golpe. Fiz um requerimento solicitando que nós, no Senado, dediquemos esse dia a rememorar o que significaram para a América Latina o Governo da Unidade Popular e o martírio de Salvador Allende, que preferiu a morte a abandonar seu posto de Presidente da República do Chile.

Portanto, precisamos manter uma aproximação muito forte com o Canadá, porque temos muito a aprender com aquele país. Recentemente, aprovamos a criação do Grupo Brasil-Canadá. Com certeza, incentivaremos fortemente as relações com o Canadá, porque percebo que ainda existe um desequilíbrio no intercâmbio comercial e parece-me que há muito campo. O Canadá possui uma das rendas **per capita** mais altas do mundo, e o Brasil ainda tem muito a oferecer aos canadenses, que são um povo que sabe acolher, um povo cosmopolita, é uma democracia aberta, tanto que, no episódio do Iraque, o Canadá não participou da guerra, recusou-se a acompanhar

o seu vizinho. Embora a economia americana e a canadense sejam integradas, no campo político, há essas divergências. Portanto, penso que é fundamental para nós, brasileiros, dada essa similitude de diversidade étnico-cultural, que nos assemelha ao Canadá, buscar uma aproximação cada vez maior com aquele país. Fico muito feliz de tomar conhecimento, pelas posições externadas pelo Embaixador, de que em Otawa S. Exª e seus assessores estejam buscando cada vez mais a aproximação com o povo canadense para estabelecermos troca. Sei que as autoridades canadenses estão interessadas em se aproximar do nosso País. Portanto, era isso o que eu gostaria de salientar, nesta oportunidade, lembrando-lhes que o Canadá pode ser um grande parceiro nos vários campos de intercâmbio, que V. Exª citou. Há uma técnica particularmente interessante que os canadenses desenvolveram ao longo de sua história e que tem peso decisivo na economia do país, que é empregado no uso das florestas. Nós ainda somos detentores de uma das maiores florestas do Planeta – a Amazônica – e, por desconhecimento, por ignorância, estamos destruindo nossa floresta com essa sede de lucro de curto prazo. Agora mesmo, haverá um grande debate no Senado, porque pretendem reduzir a área de desmatamento, o que significa gastar recursos que poderíamos utilizar de outra forma. Não precisamos mais de desmatar floresta. Dispomos de muitas áreas agricultáveis desmatadas, para cujo aproveitamento necessitamos simplesmente de usar um mínimo de racionalidade. Então, temos que aprender com os canadenses, que são detentores de grandes florestas e que desenvolveram tecnologias de manejo florestal. Lá, as florestas são homogêneas em função do clima – uma árvore, para atingir o ponto de abate, leva pelo menos cem anos, porque no inverno ela adormece. Na Amazônia, uma árvore com quinze anos chega a ponto de abate para a produção de madeira, de móveis. Logo, temos que buscar nessas fontes de conhecimento e de experiência, que é o caso do Canadá, a técnica para chegar ao desenvolvimento do setor florestal de modo tão intenso, tão importante na sua economia. Temos de perguntar isso a eles, para que possamos aproveitar corretamente a nossa Floresta Amazônica. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Embaixador Carneiro Leão.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, agradeço as generosas palavras do Senador Eduardo Azeredo. Corroboro aquilo que acabou de dizer o Senador João Capiberibe. Realmente, temos sintonia com o Canadá em várias áreas, e as que S. Exª destacou são especialmente importantes.

Procurei salientar também a forma como vemos as Nações Unidas e o papel que devem desempenhar. O Canadá e o Brasil têm-se empenhado, por exemplo, em operações de manutenção de paz nas forças das Nações Unidas. Não suscitei a questão do Iraque, que foi divulgada e vista por todos, inclusive pela televisão. Enfim, o Canadá se mostrou favorável à continuação das inspeções e numa posição claramente difícil para apoiar – o que acabou não fazendo – o ataque ao Iraque.

A questão florestal, Sr. Senador, é algo que realmente não deixa de chamar nossa atenção, porque o Canadá tem na exportação de seus produtos florestais uma parcela importante de sua pauta exportadora. Existem, é claro, essas diferenças que V. Exª mesmo assinalou. O Canadá possui uma floresta homogênea, ao passo que a Amazônia é uma floresta heterogênea e, portanto, é um desafio infinitamente maior, pelo menos é o entender dos especialistas, para o manejo sustentável. Mas não há dúvida de que nessa área há muita experiência a ser trocada e muito a ser aprendido e não deixará de ser uma área que procurarei observar muito de perto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Rodolpho Tourinho e, em seguida, a Senadora Lúcia Vânia.

O Senador Antonio Carlos Magalhães já havia se inscrito? Perdão. Então, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA) – Serei muito breve. Apenas para elogiar a indicação, pelo Senhor Presidente da República, do Embaixador Valdemar Carneiro Leão. Conheço-o há muito tempo, é dos melhores Diplomatas do Itamaraty, um redator excelente e um eficiente negociador. De modo que eu queria traduzir esse pensamento para saber que estamos dando um voto certo para a pessoa certa para o lugar certo.

Era só isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Embaixador, inicialmente, quero parabenizá-lo pelo novo cargo que vai assumir. Devido à grande experiência nessa área toda de negociação na área externa e como Diretor-Geral do Departamento Econômico do Itamaraty, desde 1998, se não me engano, quero colocar uma pergunta que me parece importante hoje para a nossa economia. Se vamos analisar a

questão da taxa de juros, a questão de investimentos, a questão de risco Brasil, emprego, renda, enfim, de qualquer ângulo que se tente olhar as dificuldades econômicas que temos, de alguma forma esbarramos na questão da pouca inserção da área externa na economia. E muito se tem discutido também, inclusive no Governo atual, com posições, eu diria até, não muito uniformes, sobre a Alca, acordos bilaterais, Mercosul, esse relacionamento todo, que, no meu entendimento, é extremamente importante para que se atinja esse objetivo de aumentar a participação da área externa na economia brasileira.

Temos os exemplos do México, do Canadá, ainda que a fronteira ajude tremendamente em ambos os casos, mas creio que, de qualquer forma, temos ainda a questão do que vem sendo feito no Chile e em outras áreas do mundo. É preciso que tenhamos uma visão muito clara do próprio Itamaraty em relação a esses acordos, à necessidade desses acordos e como se fazer isso. Eu gostaria muito de conhecer sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Embaixador Valdemar Carneiro Leão.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer muitíssimo às generosas palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem conheço há muito tempo, e manifestar minha gratidão por observações que, obviamente, têm muita subjetividade, mas que não deixam de me fazer sentir profundamente lisonjeado. Muito obrigado, Senador.

A pergunta do Senador Rodolpho Tourinho é instigante. O Canadá, como eu disse, tem uma... O tamanho do comércio no PIB canadense é algo que não deixa de espantar. Quando eu disse que 80% do PIB canadense é comércio, estamos falando aí realmente da quinta potência comercial do mundo, apesar de seu PIB relativamente pequeno num contexto maior. Junto da economia do seu vizinho do sul, a diferença é colossal. Os Estados Unidos têm um PIB de um pouco mais de US$10 trilhões e o Canadá tem um PIB de US$700 bilhões. Mas o que chama a atenção é a força desse comércio, que é superior a US$1 bilhão por dia, nos dois sentidos. Então, não há o que duvidar quanto ao peso do comércio na economia canadense.

A pergunta que o Senador deseja suscitar é esta, pelo menos é como a vejo: todos estamos conscientes da necessidade de estimular o comércio. Não haverá melhor distribuição de renda se não houver crescimento e não haverá crescimento se não houver investimentos em comércio. Não temos saída, teremos que comerciar mais. E, mais que isso, não só teremos que exportar mais, teremos que importar mais. Não há crescimento se não houver maior importação. Calculamos, hoje em dia, é um dado que os senhores provavelmente conhecem, que, a partir de um certo patamar, para cada ponto percentual de crescimento do PIB, nós precisamos crescer 2,5% em importações. Ou seja, teríamos que estar crescendo as nossas exportações em taxas muito maiores que essas para viabilizar as nossas importações, que serão indispensáveis para o nosso crescimento. Portanto, o comércio está na agenda. Não há como ignorar esse dado.

O Senador apontou com muita propriedade a importância dessa matéria e levantou especificamente a questão da Alca. Afinal, como estamos nessa negociação? Não estou participando, pessoalmente, das negociações da Alca. Acompanho essas negociações um pouco de longe, enfim, nos seus grandes movimentos, mas gostaria de repetir aqui o que disse outro dia o Ministro de Estado Celso Amorim: Não existe ainda uma Alca, existe um processo negociador em curso e ela poderá ser de uma forma ou de outra. É algo que se está fazendo, que está em processo de negociação. É evidente que desejamos ter um acesso maior ao mercado americano. Não há país que possa não almejar um acesso maior a um mercado daquelas proporções, mas precisamos saber em que condições isso se dará, com que restrições e contrapartida isso se dará e em que medida esse acesso poderá ser verdadeiramente vantajoso para o Brasil.

Acho que acordos de comércio, zonas de livre comércio, estão pipocando por todas as partes do mundo. São negociações em andamento, e a Alça, certamente, é uma das maiores delas. Mas como disse o Ministro Celso Amorim, não existe ainda uma Alca, existe um processo de negociação. O Brasil deseja exportar mais, deseja ter mais acesso e é claro que deseja que esse acesso se faça em condições que sejam vantajosas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Valdemar Carneiro Leão.

Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo por sua fala sucinta, objetiva e didática que, sem dúvida nenhuma, enriqueceu, acrescentou muito ao que já conhecíamos do **curriculum** de V. Sª.

Vossa Senhoria não deixou de abordar as questões sociais, a proximidade que poderia se construir entre o nosso País e o Canadá, revelando dessa forma a sua preocupação humanista; apontou outras proximidades que poderiam ser construídas na área do meio-ambiente, na área cultural e outras; apontou a grandeza do espaço que pode ser construído na área econômica e não deixou de abordar também o espaço de negociação que devemos ter em relação às divergências recentes. Portanto, acredito que V. Sª trouxe a esta Casa uma visão clara do seu posicionamento e, principalmente, mostrou a todos nós a competência com que V.Sª irá ocupar esse honroso cargo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, Embaixador Valdemar Carneiro Leão, Srªs e Srs. Senadores quero, primeiramente, cumprimentar o Presidente da República pela indicação do seu nome para a Embaixada Brasileira no Canadá e dizer que inclusive já votei.

Estou cumprindo o meu dever de membro desta Comissão tão importante do Senado Federal. Sinto-me satisfeito, até pela importância das relações bilaterais entre Brasil e Canadá. Cumpre me destacar, também, a importância do setor comercial, pelo seu incremento e, principalmente, pelas potencialidades ainda não exploradas. Eu diria, Sr. Embaixador, que ainda hoje pela manhã estive no Itamarati com o Ministro Celso Amorim e a Ministra Marina Silva, participando da solenidade de instalação da Secretaria Permanente do Pacto Amazônico. Realmente é um fato muito importante para nós, amazônidas, e principalmente para o Brasil, porque, pela primeira vez, temos instalado no País um órgão internacional que vai tratar diretamente dessa temática, trazida ainda na Rio-92 e agora, recentemente, em Johannesburgo, na África do Sul, quando também participei acompanhando o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, naqueles trabalhos.

Tenho certeza de que sua competência, sua capacidade, seu discernimento vão fazer com que também, como Embaixador brasileiro no Canadá, possamos preencher essa lacuna que existe nessa importante relação comercial de tratar a Amazônia também como uma região muito importante do Brasil e do mundo pelos seus recursos hídricos, pela condição que temos de potencialidade, principalmente no que se refere à água, à biodiversidade e outros tantos importantes insumos do nosso mundo moderno. Também não podemos esquecer a participação daquele povo que vive lá na Amazônia, principalmente a população ribeirinha, carente, que precisa continuar a existir e até aumentar seus domínios e participar mais ativamente da vida social brasileira e mundial.

Peço, inclusive, que V. Exª, ao tratar desse assunto, reforce mais ainda a posição do Itamaraty, do Ministro Celso Amorim, que sei que tem sido muito forte. O próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado essa importância para a Amazônia, tanto que hoje determinou a criação da Secretaria Permanente do Pacto Amazônico. Tenho certeza de que V. Exª também fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar o Brasil e a Comunidade Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como não houve propriamente uma pergunta, vou passar a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho e, em seguida, V. Sª poderá tecer observações sobre os três.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Embaixador Carneiro Leão, lamentavelmente não tive oportunidade de assistir à toda sua palestra, já que eu estava em outra Comissão. No entanto, seu currículo, a sua atividade diplomática, a importância do Canadá, e como foi levantada a similitude que há sob alguns aspectos do Canadá com o Brasil, faz com que eu interfira nesse debate.

O Canadá, no nosso caso específico, da Amazônia, tem características especiais. O Canadá tem mais ou menos 286 milhões de hectares de florestas, e nós temos trezentos e poucos milhões. No entanto, o Canadá exportou, no ano 2000, 71 bilhões de produtos florestais. A Amazônia não exportou dois. Exportou, para ser exato, menos de um bilhão. A diferença é que o Canadá usou a floresta, inicialmente pelos métodos que foram usados na Amazônia também, aperfeiçoou esses métodos, ganhou dinheiro, melhorou a condição de vida da sua gente, desfruta de um padrão de vida hoje dos melhores do mundo. E isso pode corrigir facilmente, pela riqueza que tem, qualquer dano ambiental que aconteça.

Então, Sr. Embaixador, há muita fantasia no que se diz sobre a Amazônia. A Amazônia nunca esteve em processo de destruição. Houve alguns erros na Amazônia, induzidos por instituições internacionais, como os projetos agropastoris do sul do Pará, a ocupação inicial de Rondônia, a transformação da economia de seringais do Acre, mas todos induzidos e financiados pelo Governo Federal ou por instituições internacionais. Em conseqüência disso, criou-se uma espécie de neurose em relação à intocabilidade da floresta. Estamos tratando as árvores, no Brasil, como os indianos tratam as suas vacas. Na Índia, as vacas

são considerados sagradas. A população pode até morrer de fome, mas as vacas permanecem intocadas. No Brasil é a mesma coisa, temos as árvores, temos uma floresta, mas não podemos utilizá-las pelo constrangimento das leis ambientais brasileiras, que são absurdas e ditadas de fora para dentro.

Acredito que V. Sª poderá prestar um grande serviço, a nós da Amazônia, observando toda essa política florestal do Canadá, a influência das empresas canadenses no domínio do mercado madeireiro. Eles, juntamente com os suecos, finlandeses, americanos, dominam esse mercado, e fazem com que países que não têm produção florestal produzam. A Itália, por exemplo, no ano passado, vendeu mais de US$4 bilhões em móveis, exportou sem ter uma árvore; a Alemanha, por incrível que pareça, exportou mais de US$30 bilhões em móveis. E nós, no Brasil, não fazemos isso porque as árvores são vacas sagradas. Criou-se essa mentalidade.

Então, V. Exª dará uma contribuição muito grande se procurar influenciar, informar como se atua efetivamente no Canadá, a fim de que possamos fazer com esse potencial florestal que temos seja utilizado. Porque, já no ano que vem, por incrível que pareça, o Brasil vai importar madeira do Uruguai, um país menor do que qualquer Município do Amazonas vai fornecer madeira para o Brasil. Por quê? Por causa dessa política de constrangimento interno que existe aqui, porque nossas árvores são vacas sagradas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Valdemar Carneiro Leão.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, antes de qualquer coisa, agradecer as bondosas palavras da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Luiz Otávio. Sobre as observações tanto do Senador quanto do Senador Gilberto Mestrinho, gostaria de dizer que efetivamente conheço, não em profundidade, mas pelo pouco que pude estudar, a pujança da indústria florestal canadense. Temos muito realmente a observar nessa matéria, acredito que eles têm um domínio sobre essa questão, que é importante. E, por ser um segmento de peso na própria economia e, sobretudo, nas exportações, farei da matéria motivo de constante observação.

Agradeço de V. Exªs as observações que chamam a minha atenção para esse fato, que certamente não deixará de ser objeto de observação permanente durante a minha missão no Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, V. Exª tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Inicialmente, Sr. Presidente, devo lamentar ter tido de deixar o recinto da nossa Comissão para participar de uma reunião com dirigentes da empresa cinematográfica americana, na Subcomissão de Cinema, na Comissão de Educação, em que sou Vice-Presidente. Mas não poderia deixar de cumprimentar o Embaixador Carneiro Leão por essa designação. O Governo está correto em indicar V. Exª, que é um Diplomata competente e que conhece os assuntos que dizem respeito às relações Brasil/Canadá.

Certamente, V. Exª terá uma missão extremante importante na restauração das relações, principalmente comerciais Brasil/Canadá, que, muito embora no relatório que tive oportunidade e a honra de ler, já são consideradas como assunto superado, mas, na verdade, para nós, brasileiros, a questão ainda merece um tratamento muito especial por ter sido um momento muito delicado das relações Brasil/Canadá, quando da questão da vaca louca. Até porque o brasileiro é um povo afável, amigo, simpático, na visão dos canadenses, trabalhador, educado, mas acrescentarei um pouco de tempero mineiro a todas essas qualidades brasileiras. Em Minas Gerais, é comum dizermos que mineiro perdoa, mas não esquece.

Podemos até aceitar que o Canadá tenha sido rigorosamente injusto com o Brasil, que causou prejuízos enormes à economia nacional, numa situação absolutamente impensável do ponto de vista de relações bilaterais comerciais entre dois países que têm instrumentos políticos tão importantes, no comércio internacional. São inúmeras as empresas canadenses que atuam no Brasil. E, em um determinado momento, o Brasil aparece no cenário internacional como uma ameaça a uma hegemonia canadense, principalmente no setor aeronáutico, que foi rigorosamente o caso da Bombardier **versus** Embraer, que trouxe à tona uma situação que inviabilizou, por alguns meses, todo o comércio internacional da carne brasileira – isso porque, até quatro anos atrás, o Brasil vendia US$400 milhões de carne bovina e, de repente, com uma ação extraordinária executada pelo ex-Ministro Pratini de Moraes, diga-se de passagem, o Brasil passou a vender US$1,5 bilhão de carne bovina; passou a ser um grande concorrente não apenas na questão dos aviões, contestada pela Bombardier, porque estava sendo seriamente atingida. Tudo isso por quê? Porque a Embraer faz melhor, mais barato e realmente ganhou o mercado internacional dos aviões de pequeno porte de passageiros. No entanto,

somos penalizados com uma acusação que fez com que o mundo inteiro deixasse de comer a carne brasileira. O que isso trouxe de prejuízo à pecuária e ao campo! Foram milhares de pessoas atingidas, trabalhadores na zona rural, fazendeiros, investidores.

Então, esse assunto está superado? Esse assunto foi bem tratado, bem cuidado pelo Governo anterior, mas merece uma permanente atenção do representante brasileiro junto ao Canadá, porque foi covardia o que se fez, o que o Governo canadense fez com o Brasil foi impensável, inadmissível. Não podemos deixar que isso aconteça novamente, porque foram milhares de empregos, milhões de reais perdidos. A credibilidade do Brasil no exterior foi seriamente atingida. Por quê? Porque aquela é uma empresa que não consegue dar certo, uma vez que ainda segue o modelo antigo, como o que havia no Brasil. A própria Embraer era o modelo Bombardier. O Governo estava tentando fazer avião. De repente, o Governo empurra, num grupo canadense, algo falido, sem solução no futuro, e nós é quem somos penalizados, porque produzimos em melhor escala, produzimos com melhor qualidade e produzimos um avião que é comprado no mundo inteiro. De repente, jogam-nos essa pecha de que a vaca brasileira está contaminada.

Na realidade, são muito mal informados com relação ao Brasil. O boi brasileiro talvez seja um dos pouquíssimos no mundo que não come proteína animal; come capim, é vegetariano. Portanto, não há como se infectar com a doença da vaca louca, que é transmitida pela proteína animal.

Então, Sr. Embaixador, V. Exª terá essa responsabilidade muito grande de continuar a reparação desse mal tão terrível causado pelo Governo canadense. É muito importante fazermos essa diferenciação.

O povo canadense é extremamente simpático e atencioso com os brasileiros, sem dúvida nenhuma, mas o Governo tem que ser visto sempre como aquele governo que nos causou tamanha dificuldade no passado. V. Exª, como Embaixador, representante do nosso País, do nosso Governo e dos nossos interesses, certamente terá essa preocupação.

Fico muito feliz de saber que é V. Exª quem vai para lá, porque V. Exª está à altura de, realmente, defender os interesses do Brasil no Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de V. Sª responder as considerações do Senador Hélio Costa, eu gostaria de fazer uma breve indagação, uma reflexão a respeito do tema que o Senador Rodolpho Tourinho levantou, sobre as negociações da Alca e do Mercosul.

O que observamos, hoje, é que o Congresso dos Estados Unidos e o Conselho da União Européia, normalmente, dispõem de um mandato negociador. Eles aprovam o denominado mandato negociador ao Poder Executivo para que este possa realizar entendimentos os mais complexos. Hoje, por exemplo, o Brasil está realizando negociações sobre o Mercosul com os países da América Latina e com mais e mais países; tem negociações com a Organização Mundial do Comércio, aquelas que serão realizadas sobre a Alça, e assim por diante.

O Governo dos Estados Unidos, hoje, teve previamente aprovado pelo Congresso aquilo que se denomina mandato negociador – até estou concluindo a elaboração de um projeto nesse sentido – e eu agradeceria se V. Sª puder nos informar como é no Canadá e como avalia essa disposição, inclusive de modificarmos um pouco o procedimento previsto no art. 84 da Constituição, que prevê que o Congresso Nacional precisa aprovar todos os acordos realizados pelo Poder Executivo.

O mandato negociador significaria que o Poder Executivo encaminharia para cá aquilo que vamos, em princípio, estabelecer e, assim, o aprovaríamos e, então, o Poder Executivo assinaria, portanto, com muito maior respaldo do Congresso Nacional.

Eu agradeceria se pudesse nos dizer como é no Canadá, se assim estiver informado, e como avalia essa iniciativa.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu queria dizer que registro as preocupações do Senador Hélio Costa, em particular sobre a questão desse contencioso. Como assinalei, não é um contencioso que esteja resolvido, mas que está em vias de solução – pelo menos os Governos assim o desejam – e que se tem estendido no tempo. Ele vem desde 1996, e já estamos em 2003. Estamos, praticamente, há sete anos com esse contencioso e com sucessivas etapas, que se alternam entre negociação política e embates jurídicos na OMC, em que já deu um pouco de tudo: as partes já perderam, as partes já ganharam, as partes já receberam direito de retaliar, as partes decidiram não retaliar porque entendem que isso não resolve a questão, ao contrário, só envenenaria e prejudicaria o comércio bilateral.

Acho que ambos reconhecem que esse assunto precisa, sim, encontrar uma solução definitiva.

O mundo tem quatro fabricantes de aviões: dois, de aviões de grande porte; dois, de aviões regionais. Esses dois de grande porte não vivem de braços dados, mas conseguem, ou conseguiram, encontrar um **modus vivendi** em que a concorrência se dá de uma forma, digamos, leal. Os dois Governos têm que encontrar nessas negociações – e acho que há empenho de ambas as partes – as formas que permitam a essas duas companhias manter uma concorrência saudável no mercado internacional. É nesse sentido que acho que ambos estão trabalhando.

Certeza quanto à conclusão dessas negociações é impossível ter, mas acredito que há um trabalho sendo feito nesse sentido e há uma consciência de que é um contencioso que se estende há muito tempo, que desgasta a relação e que inibe outras iniciativas – esse é o problema. A questão principal não é só que ele esteja aqui ou acolá, mas a verdade é que ele vai gerando um certo desgaste e um constrangimento político que vai inibindo outras iniciativas.

O episódio da vaca louca, que V. Exª assinalou com muita propriedade, foi lamentável. Espero que ele, sim, esteja definitivamente superado. A carne brasileira é, hoje, um dos expoentes da pauta exportadora brasileira. V. Exª lembrou a cifra de U$1 bilhão e penso que mais está por vir. Dificilmente um país terá tanto potencial de crescimento na exportação de carne como o Brasil. Mais está por vir. Há barreiras complicadas pela frente – barreiras sanitárias, sempre. Esse é um dos grandes trabalhos diplomáticos a fazer, inclusive com o Canadá. Não é só em relação à carne bovina, também à carne de frango. Já se iniciou um promissor fluxo de exportação de carne de frango para o Canadá, mas é preciso que as negociações na área sanitária sejam incrementadas e que haja acordos nessa matéria. Penso que esses acordos devem merecer atenção prioritária.

Sr. Presidente, V. Exª lembrou um tópico que sei que lhe é muito caro, que é a autoridade para negociar no plano externo. Não conheço com precisão o sistema canadense, mas não é da praxe de sistemas parlamentaristas esse tipo de autorização. Até por que, no sistema parlamentaria, o Poder Executivo e o Parlamento têm como que uma área de **overlapping**, porque o partido majoritário é quem indica o Primeiro-Ministro. Portanto, há uma espécie de simbiose entre os dois Poderes, pelo menos parcialmente. Não é praxe, que eu saiba, nos regimes parlamentaristas, que haja uma autorização para o Poder Executivo negociar. Muitas vezes, até o próprio regime parlamentarista exime o Parlamento de votar um acordo final, já que, quando o Poder Executivo negocia é o Parlamento que está negociando, de alguma forma. Não conheço em detalhes a situação do Canadá, mas não houve uma publicidade maior de como Canadá entrou na negociação da Alca. Ignoro se há uma autorização específica, mas lembro apenas que isso não parece ser a praxe em regimes parlamentaristas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Em verdade, recentemente, o Senador Aloizio Mercadante, com o apoio de inúmeros Senadores, inclusive com o meu apoio, apresentou uma proposta de emenda à Constituição que prevê a possibilidade de estar o Congresso Nacional aprovando previamente e especificamente os entendimentos sobre a Alca, o Mercosul e assim por diante. Nessa mesma direção, estou preparando um projeto de lei, formulando o mandato negociador.

Mais algum dos Senadores gostaria de se manifestar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como faço em todas as nossas reuniões, eu gostaria de deixar uma mensagem ao nosso Embaixador do Canadá – tenho certeza de que o nome de V. Sª será aprovado aqui e, depois, no plenário da Casa –, de um brasileiro que viveu dez anos no exterior com esposa e três filhos pequenos, que teve de matricular as crianças na escola, que teve de fazer contratos de aluguel, que teve de realizar aqueles processos de imigração, enfim. E que falta me fazia a representação brasileira quando estava na Zâmbia. Na Zâmbia, não tem representação brasileira, como também não tem no Malaue e na Tanzânia. Tive um colega preso em Uganda, onde não tem representação brasileira. O escritório mais perto é o do Quênia, que fica em uma salinha num prédio comercial muito modesto. Depois, dali, só em Moçambique e na África do Sul, sendo que, na África do Sul, grande país, dividíamos nossa representação diplomática com Paraguai ou Uruguai. Na Namíbia, nada; em Botswana, nada; no Zimbábue, temos um escritório muito modesto. Mas, na verdade, os brasileiros que estão no exterior são a nossa maior fonte de recursos externos. A nossa carne bovina chega a 1 bilhão, mas os brasileiros no exterior mandam 5 bilhões ao Brasil, a uma média de 100 dólares por mês, e são 2,5 milhões de brasileiros já vivendo no exterior. Hoje,

na nossa pauta de exportação, as remessas de brasileiros no exterior são a nossa maior fonte de renda. E esses brasileiros precisam de que o Itamaraty tenham recursos para atendê-los. Não é justo que enviem para cá US$5 bilhões, e o nosso Itamaraty, cujos membros têm esse cabedal, que é reflexo dos outros que já passaram por aqui – todos "dão um banho" quando falam de política externa –, tem, para sua representação exterior, 250 milhões. É essa a verba que tem para todos os consulados e embaixadas no mundo. Acho muito pouco, até porque precisamos exportar mais, precisamos ter representantes comerciais junto às nossas embaixadas. Como tem a China. A embaixada da China em Moçambique é extraordinária. Na África do Sul, nem falo, é um quarteirão. Por isso, a China está tão inserida no mercado exterior, cresce a números de 8, 10% ao ano. E nós, brasileiros, com tanto potencial, continuamos no mercado exterior com coisas pequenas, talvez não cheguemos a 5% do comércio exterior.

Portanto, gostaria de deixar com meu embaixador esta mensagem: estou aqui no Senado com um projeto de lei tramitando para fazer uma contribuição sobre essas remessas de brasileiros que moram no exterior, direto para os cofres do Itamaraty, direto para a nossa representação pelo mundo afora, a fim de que possamos atender bem a esses brasileiros que prestam um serviço tão valoroso à nossa Nação.

Quero desejar ao senhor toda a sorte, que Deus lhe abençoe, meu voto é favorável, estou impressionado com tudo o que o senhor disse, e tenho certeza de que, no Canadá, o senhor será um defensor dos brasileiros e dos nossos interesses.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se o embaixador quiser, pode fazer uso da palavra para suas considerações finais.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Falarei rapidamente para agradecer às generosas palavras do nobre Senador. Não poderia senão agradecer a sensibilidade que ele está demonstrando com a nossa situação financeira. Realmente, estamos vivendo momentos complicados em termos de restrições, o que debilita a ação externa, que requer recursos, infelizmente. E se quisermos ampliar a presença do Brasil, não poderemos fazê-lo de outra forma que não ampliando os recursos que estão à nossa disposição, não há milagre possível.

Portanto, quero agradecer especialmente a sensibilidade do Senador a essa situação pela qual o Itamaraty está passando.

Como considerações finais, Sr. Presidente, queria me limitar a um único ponto. O embaixador do Brasil, onde quer que esteja, precisa saber que tem o apoio do Congresso Nacional. Os países outros precisam saber que este país tem Congresso, que é uma constelação de interesses e que é uma casa democrática. O apoio do Congresso Nacional é essencial ao trabalho do embaixador; não basta o Executivo. O apoio do Congresso Nacional é um instrumento poderoso na legitimidade com que ele defende os interesses brasileiros. Não posso senão registrar, com muita gratidão, o apoio que foi aqui externado.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Convido todos a votarem. Todos já votaram? Darei um minuto de intervalo para que todos possam votar, inclusive o Presidente. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Peço ao Senador Rodolpho Tourinho a gentileza de contar os votos, juntamente com o Senador Arthur Virgílio. Peço que S. Exª colabore com o Senador Rodolpho Tourinho para a contagem dos votos.

Todos já votaram? (Pausa.)

Vamos à contagem dos votos.

(Procede-se à contagem.)

Por unanimidade, com 17 votos favoráveis, foi aprovado o nome do Embaixador Valdemar Carneiro Leão para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá por designação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Temos alguns requerimentos. Antes de apreciá-los, porém, quero agradecer e pedir que façamos um breve intervalo para as despedidas.

Peço a atenção dos Srs. Senadores para alguns itens que iremos examinar em breve.

Em primeiro lugar, há um requerimento que já foi objeto de parecer na reunião passada – era preciso apenas **quorum**. Trata-se de um requerimento cujo autor é o Senador Marcelo Crivella. Com base no art. 73 do Regimento Interno, requer a criação, nesta Comissão de Relações Exteriores, de subcomissão permanente destinada a estudar, propor e adotar medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, dentro do Projeto Brasileiros no Exterior.

Tendo já havido a discussão dessa matéria, na reunião passada, que, aliás, foi objeto de requerimen-

to do Senador Tião Viana, no caso, cabe simplesmente a votação.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovados, portanto, os itens nº 1 e nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 3:**

Projeto de Lei da Câmara nº 2, que dispõe sobre a alienação por doação de corveta da Marinha do Brasil. Autoria da Presidência da República. Senador Fernando Bezerra é o Relator.

Peço à Senadora Patrícia que faça a gentileza de ler o parecer do Senador Fernando Bezerra referente ao item 3.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2003, que dispõe sobre a alienação por doação de uma corveta da Marinha do Brasil.

O texto do referido projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, foi encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 892, de 23 de outubro de 2002, do Presidente da República, acompanhado de exposição de motivos do Ministro da Justiça.

Acompanha, também, o processado o relatório técnico da Comissão de vistoria e avaliação da Corveta Purus. Na Câmara dos Deputados, transformou-se no Projeto de Lei nº 7.241, de 2002, sendo submetido, naquela Casa, às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Redação, tendo ido à votação em plenário, em 27 de fevereiro de 2003, em virtude da aprovação do requerimento apresentado pelos Srs. Líderes, em 10 de dezembro de 2002, que solicitou, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para a matéria.

Aprovado o projeto, na Câmara dos Deputados, foi remetido ao exame do Senado Federal.

Análise

A proposição em exame vem implementar o acordado pelos Governos do Brasil e da Namíbia, por meio de uma série de instrumentos internacionais, conforme relata a Exposição de Motivos nº 341, MD, de 10/10/2002, assinados com vista a estabelecer vínculos de cooperação entre os dois países.

Tal cooperação deverá operacionalizar-se, principalmente pelo envio de equipamentos, transferência e aquisição de meios navais indispensáveis ao aparelhamento da Marinha.

Voto

Por todo o exposto e tendo em vista a política de aproximação com a Namíbia e com os outros países africanos, acertadamente adotada pelo Brasil, o voto é favorável à aprovação do PLC nº 2, de 2003.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, certamente, não tenho a menor intenção de criar um obstáculo à plena execução da proposta feita com o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2003, com respeito a essa relação Brasil/Namíbia.

Quero apenas ressaltar uma sugestão que pode, no futuro, ser observada antes de tomarmos esta decisão, porque já considero um fato consumado, inclusive vou votar favoravelmente. Mas o exemplo vem de fora. Em toda a extensão do rio Amazonas, temos inúmeras comunidade que são mantidas por usinas flutuantes, que são tocadas a óleo diesel. Curiosamente, nos Estados Unidos, existe um programa de conversão de vasos de guerra não mais utilizáveis em usinas flutuantes. Existe até uma empresa americana que, volta e meia, vem ao Brasil tentar colocar os seus serviços à disposição da Eletronorte e de várias empresas brasileiras.

O que eles fazem? Pegam uma corveta como essa e um **destroyer** antigo, que não tem mais utilização militar, e fazem uma simples conversão, porque serão utilizadas apenas as suas máquinas, os seus geradores de energia para converter a corveta em uma usina flutuante que será alocada em uma cidade ribeirinha para que produza eletricidade tocada a óleo diesel. Isso já acontece. Não sei por que razão não passou pela cabeça de ninguém a possibilidade do aproveitamento desses instrumentos que não são mais utilizados no processo militar como geradores de energia elétrica. Eu gostaria, inclusive, de ouvir opiniões daqueles que estão muito mais envolvidos no setor energético e na Região Amazônica, visto que a minha opinião é baseada apenas na leitura dinâmica sobre o assunto.

Mas deixo aqui, portanto, a minha sugestão para que, no futuro, possamos também observar essas possibilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Fica registrada a sugestão do Senador Hélio Costa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e o Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador Fernando Bezerra e da Senadora Fátima Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 4:**

Projeto de decreto legislativo que aprova o texto de modificação do convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional que trata da alocação especial de direitos especiais de saque, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a relatoria do Senador João Capiberibe.

O Senador Rodolpho Tourinho, como Relator **ad hoc**, pode ler o parecer.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, que aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional que trata da alocação especial de direitos de saques/DS.

Acompanha a Mensagem nº 143, do Poder Executivo, que encaminha o texto do referido acordo ao Congresso Nacional, a exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, da qual cabe destacar o seguinte:

Por ocasião da 49ª Reunião do Fundo Monetário Internacional, realizada em Hong Kong, na China, foi aprovada pela junta de governadores daquele organismo, a Resolução nº 52.4, tendo contado com o voto favorável do Governador pelo Brasil.

A resolução trata de alocação especial de direitos especiais de saque, implicando a elevação dos ativos brasileiros em DES de 277 milhões, que representam cerca de US$389 milhões por meio de modificação do art. 28 do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional e adição do anexo "M".

Desde que a referida edição promove alterações no tratado internacional firmado pelo País, faz-se necessária a submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Cumpre mencionar ainda que à alteração deste convênio manifestou-se favoravelmente também a Procuradoria da Fazenda Nacional. A 40ª reunião do Fundo Monetário Internacional aprovou essa modificação. A resolução aprovada pela junta de Governadores adotou as alterações sugeridas, tendo o representante brasileiro votado favoravelmente a elas. A alocação dos US$389 milhões para atender as necessidades, se e quando surgirem, suplementando os ativos de reserva existentes, por meio de direitos especiais de saque, disponibiliza alternativas emergenciais que podem ser prontamente utilizadas em face de circunstâncias econômicas e financeiras adversas.

O ajuste concedido por meio das modificações propostas amplia possibilidades de financiamento em moeda estrangeira de modo a estabilizar o sistema econômico-financeiro em caso de necessidade.

Voto

Ante o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pelo acolhimento do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2003, que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a construção de segunda ponte sobre o Rio Jaguarão nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco e recuperação da atual ponte de Barão de Mauá, celebrado em 21 de novembro de 2000. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, Relator do projeto para a leitura do seu parecer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esse projeto, que já passou pela Câmara e está aqui, Sr. Presidente, prevê a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, entre o Brasil e o Uruguai. Creio ser absolutamente necessária, porque a que lá está é mais um patrimônio histórico do que destinada realmente a cumprir as suas finalidades.

Há o apoio, a verba e a simpatia. Creio que a manifestação é totalmente favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo sobre a supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço, entre os governos dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000. A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Relator do projeto para a leitura do parecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, trata-se do acordo sobre a supressão de visto em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço entre os governos dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000.

Com fundamento no disposto no art. 49, da Constituição Federal, o Poder Executivo, através da Mensagem nº 6, de 3 de janeiro de 2001, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço, entre os governos dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo em 17 de julho de 2000.

O acordo foi, primeiramente, apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame também pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

Em 4 de janeiro de 2001, a Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados, e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 27 de fevereiro de 2003.

A tramitação no Senado Federal foi iniciada no dia 13 de março subseqüente. Nesta Casa, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 17 de março de 2003 e ao Relator signatário em 26 março, após o decurso do prazo regimental, sem apresentação de emendas.

Passo à análise.

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas deveras importante, acordo internacional, para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio de funcionários e diplomatas entre os países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP. Tais integrantes decidiram firmar o instrumento em análise, em que definem a isenção de vistos em passaportes de serviços, diplomáticos e especiais no trânsito entre os países.

O acordo estabelece que os cidadãos dos países da CPLP, titulares de passaportes diplomáticos especiais e de serviços, válidos, poderão entrar, passar em trânsito, permanecer e sair do território de cada uma das partes contratantes, sem a necessidade de obtenção prévia de visto, pelo prazo de até 90 dias, para os portadores de passaportes de serviços e especiais e, pelo prazo da missão oficial, no caso dos diplomatas.

Os demais dispositivos do acordo regulamentam a entrada em vigor do funcionamento do mecanismo, sendo de todo adequados à finalidade precípua do tratado.

Há que se salientar, por último, a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, grupo que tem no Brasil um de seus fundadores e principais mentores, destino importante de muitas visitas, missões e viagens de trabalho brasileiras, caracterizando-se bastante oportuna a pretendida isenção recíproca de vistos em passaportes oficiais.

Por todo o exposto, por considerarmos conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo pelo seu relatório. Tive a honra, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, na legislatura passada, de ser Relator dessa matéria, que, certamente, atende aos cidadãos dos países da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que vêm ao Brasil com vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviços. Eu gostaria, em uma oportunidade o mais próxima possível, de discutir, nesta Comissão, a possibilidade de estendermos essa não-exigência de vistos, de modo geral, aos países da comunidade de língua portuguesa, até porque é principalmente com esses países que o Brasil mantém as melhores relações na África e pode expandir suas relações comerciais e culturais. Aprovamos, na Câmara dos Deputados, na mesma oportunidade, uma verba que estava contida dentro das verbas orçamentárias da comissão, de cerca de R$12 milhões, para incrementar as relações culturais, comerciais e de amizade entre os países da comunidade de língua portuguesa. E entendo que devemos preservar sempre a relação do Brasil com esses países africanos, principalmente, razão pela qual faço essa sugestão, para que, em um futuro bem próximo, possamos estender

essa não-exigência de vistos também aos cidadãos dos países da CPLP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solidarizo-me com o Senador por suas palavras, porque precisamos, neste momento, estreitar os laços entre o Brasil e a África, à medida que sobem nossas exportações para a África do Sul, que é hoje um grande parceiro brasileiro. Já exportamos meio bilhão de dólares para a África do Sul.

Com Portugal, já temos este acordo: nenhum cidadão brasileiro ou português precisa de visto. Para irmos a Moçambique e Angola, temos sérias dificuldades hoje. Se quisermos viajar para Angola ou Moçambique, teremos que esperar pelo menos 15 dias para obter os vistos e precisaremos de uma carta-convite de alguma organização desses países, que nos dê condições para isso.

Agora, é importante criarmos mecanismos para que esses tratados de acordo e amizade se cumpram realmente, porque, em 2002, 1,823 mil brasileiros viajaram para Portugal e não entraram. É claro que há 70 mil brasileiros morando em Portugal, que muitos outros brasileiros foram e entraram, mas 1,823 mil brasileiros, mesmo com o acordo de amizade firmado com o Brasil, em novembro de 2000, ficaram barrados por um funcionário da alfândega, que os considerou imigrantes ilegais, embora tivessem a passagem de volta.

Alguém, no aeroporto, achou que eles estavam em busca de emprego. Como sabemos, o índice de desemprego de Portugal, em 2002, subiu de 4% para 8%. Eles já têm 500 mil pessoas que trabalham lá.

Precisamos criar mecanismos para proteger nossos cidadãos, porque atitudes semelhantes não ocorrem nas fronteiras brasileiras. Nos nossos aeroportos internacionais, é mínimo o número de estrangeiros que são mandados de volta.

Alerto nossa Comissão de que, quando um brasileiro chega em Portugal e não é possível sua entrada porque o fiscal da alfândega o considera um imigrante ilegal, é obrigado a ficar em um hotelzinho de trânsito que se resume a um pequeno quarto, tem acesso apenas às dependências do **free shop**, come mal, às vezes, precisa esperar dois dias para voltar e, às vezes, não pode sequer tomar um banho, porque precisa esperar um vôo de volta para o Brasil. Além disso, o governo português aciona a companhia aérea, cobrando as custas do período em que esse infeliz ficou nas dependências do aeroporto. Se realmente ele imigraria ilegalmente, ninguém sabe. É uma suposição. Há um tratado de amizade assinado? Sim. Mas, infelizmente, um funcionário não cumpre esse tratado.

Deixo registrada, por meio dessas palavras, minha indignação. Nós, brasileiros, tão generosos – e, entre todos esses países, somos o que tem a maior renda –, abrimos nossas fronteiras, mas não recebemos reciprocamente o mesmo tratamento quando nossos compatriotas vão ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência desta Comissão externa solidariedade aos pontos de vista expressados por V. Exª.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7:

Projeto de Decreto Legislativo que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois protocolos, relativos ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea e à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2002.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, Relatora do Projeto, para a leitura de seu parecer.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, antes mesmo de ler o parecer, eu gostaria de agradecer a V. Exª pela oportunidade de ser Relatora de projeto fundamental para os que hoje, na sociedade brasileira, defendem os direitos da criança e do adolescente. Numa atitude de atenção com o trabalho que procuro desenvolver nesta Casa, V. Exª sempre tem tentado conceder-me a relatoria de projetos de grande interesse da sociedade, das crianças e dos adolescentes do nosso País.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto dos atos internacionais acima referidos.

Os diplomas legais em apreço foram aprovados pela Câmara dos Deputados em 27 de fevereiro de 2003, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 48, de 2002, do Poder Executivo, que encaminha o texto dos tratados ao Congresso Nacional e a Exposição de Motivos nº 348, de 27 de novembro de 2001, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: o Brasil participou ativamente nas negociações da Convenção e de seus Protocolos, cujos objetivos vieram ao encontro dos esforços do Governo brasileiro em matéria de combate ao crime organizado.

Delegações compostas por representantes do Ministério da Justiça e por diplomatas da Embaixada, em Viena, tomaram parte em todas as sessões do comitê **ad hoc** que, por mandato da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi encarregado de elaborar amplo instrumento jurídico internacional relativo ao combate ao crime organizado, com vistas a favorecer a promoção de eficaz cooperação internacional nessa área.

A Exposição de Motivos informa ainda que, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o projeto da Convenção foi objeto de resolução aprovada na 30ª Assembléia-Geral, contando com o patrocínio do Governo brasileiro.

No Brasil, há significativo interesse do Ministério da Justiça no que concerne à aprovação interna dos referidos instrumentos.

A análise.

A convenção das Nações Unidas contra o crime organizado constitui-se um dos mais importantes instrumentos da comunidade internacional para combater de maneira eficaz e efetiva o crime transnacional. A importância desse documento é percebida pela recepção do mesmo junto a OEA, nosso grande fórum hemisférico. Dentre os principais aspectos relevantes da referida convenção, caberia assinalar os dispositivos referentes à criminalização na participação em um grupo criminoso organizado, ou seja, em uma organização criminosa, a criminalização da lavagem do produto do crime, importantes medidas para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Regras concernentes ao confisco e à apreensão de bens e valores, produto de atividades ilícitas, normas sobre jurisdição, regras acerca de extradição e transferência de pessoas condenadas e sobre proteção de testemunhas, ainda as disposições para o desenvolvimento da cooperação entre as autoridades judiciais e policiais dos Estados signatários.

Trata-se, a toda evidência, de atos internacionais convenientes e oportunos aos interesses nacionais celebrados no âmbito das Nações Unidas e recepcionados pela Organização dos Estados Americanos, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação do Direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País e para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

Voto

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Em discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Os itens 8, 9, 10 e 11 referem-se a requerimentos dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante, que constituem voto de aplauso junto aos governos da França, da China, da Rússia e da Alemanha, em função de proporem um movimento de oposição à decisão da declaração de guerra por parte dos Estados Unidos no caso do Iraque. Trata-se de algo que passou; no entanto, peço ao Senador Pedro Simon para fazer uma síntese dos pareceres dos quatro Senadores: Álvaro Dias, Duciomar Costa, Aelton Freitas e Antero Paes de Barros. São todos na mesma direção.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Os quatro requerimentos em análise são dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante. Requerem eles que, após manifestação da Comissão de Relações Exteriores, formulem voto de aplauso junto aos governos da República Francesa, na pessoa do seu Presidente Exmo. Sr. Jacques Chirac; da República Popular da China, na pessoa do seu Presidente Exmo. Sr. Jiang Zemin; da Federação Russa, na pessoa do seu Presidente Exmo. Sr. Vladimir Putin; da República Federal da Alemanha, na pessoa do seu Chanceler Exmo. Sr. Gerhard Schroeder, que lideraram movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declararem guerra ao Iraque, apontando a crença nas gestões diplomáticas e o apoio incondicional dos brasileiros para que se obtenha uma solução pacífica do impasse.

Na justificativa de suas proposições, ressalta consonância da política externa brasileira com os países que defendem o mecanismo de solução pacífica, de controvérsias gerenciadas pelas Nações Unidas na questão iraquiana. Os Relatores das matérias, os

Senadores Álvaro Dias, Antero Paes de Barros, Ducimar Costa e Aelton Freitas apresentaram parecer favorável por concordarem com a posição estadunidense de agir sem a coordenação do Conselho de Segurança Nacional em situação que se configura com a legítima defesa é, na verdade, um crime de agressão quanto à integridade territorial e a independência política iraquiana.

Dessa maneira, os países contrários a essa situação, como é o caso do Brasil, França, China e Alemanha, suportam a legalidade internacional e defendem a ordem estabelecida. O Senador Antero Paes de Barros ressalta, contudo, que, desde 06 de março, o atual Presidente da República Popular da China não é mais o Sr. Jiang Zemin, que assumiu a Comissão Parlamentar Central, e, sim, o Sr. Hu Jintao. Essa mudança de poder, registra o referido Senador, não alterou a política de Estado da China, mantida, inclusive, sobre a questão iraquiana, confirmando os aplausos requeridos. Nesse sentido, sou favorável ao requerimento.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a gentileza de dar-me a oportunidade de fazer a apresentação, bem como à Assessora Marcia Anita Sprandel pela gentileza de oferecer-me esse documento. Penso que este é um momento muito importante, Sr. Presidente. Passou, não nos lembramos muito mais dele, mas esta Comissão trazer esse voto à França, à Alemanha, à Rússia e à China, mostrando o nosso aplauso e a nossa admiração pela coragem, pelo destemor que tiveram, é do maior significado e da maior importância.

Dou meu voto favorável e só acrescento, pois tenho de fazê-lo, que deveríamos também nos lembrar um pouco do governo do Canadá, que teve a coragem de manter a sua posição no Conselho de Segurança, apesar da vizinhança americana, e também dos nossos irmãos do Chile, que, quando todos imaginavam estivessem se entregando, também deram seu voto contrário.

Meus aplausos. Essa é uma decisão muito importante que estamos tomando aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem favoráveis queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os quatro requerimentos, que tiveram como Relator **ad hoc** o Senador Pedro Simon.

Temos um requerimento em mão dos Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio, que, com fundamento no disposto no art. 58, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado, requer seja solicitado o depoimento, perante esta Comissão, de S. Exª Revmª. o Sr. Arcebispo de Manaus, D. Luiz Soares Vieira, a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia.

Reunidos em Itaici, na 41ª Assembléia Geral da CNBB, uma das maiores preocupações dos bispos brasileiros tem sido a soberania brasileira sobre a parcela da Amazônia que coube ao Brasil. O Arcebispo de Manaus disse que "a soberania brasileira sobre a Amazônia está ameaçada e que, se não tomarmos cuidado, devagar a gente pode perder essa Região". Dizendo falar em nome da CNBB, D. Luiz Soares Viana afirmou: "Dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade é conversa. A Amazônia brasileira é patrimônio do Brasil a serviço da humanidade."

D. Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana, ex-presidente da CNBB, participando da mesma entrevista, declarou que a "Amazônia transformou-se hoje numa grande prioridade para os bispos, e esta 41ª Assembléia da CNBB vai passar para a história como a assembléia da Amazônia." D. Luiz Soares Viana completou, dizendo que "a Igreja Católica se preocupa com a Região também do ponto de vista evangelizador, uma vez que faltam padres para tanto. Com isso, tem perdido fiéis. Em Rondônia, hoje, 45% da população é evangélica."

D. Mauro Morelli, Arcebispo de Duque de Caxias e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, reiterou: "Ela, a Amazônia, não é da humanidade, é do Brasil, a serviço da vida da humanidade."

Assim, o Senador Pedro Simon gostaria de acrescentar alguma palavra, ou o Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

A iniciativa, inicialmente, foi do Senador Pedro Simon. Tive a honra de poder a ela me agregar, por entender que é completamente justo o objetivo a ser atingido.

D. Luiz Soares Vieira é um homem de enorme integridade, de enorme acuidade e preparo intelectual. Estudioso da Amazônia, olha, sem radicalismos e, sobretudo, sem sectarismos, o fato Amazônia como algo de interesse planetário e aceita isso, mas entende que é essencial mantermos, o tempo inteiro, o domínio, a soberania brasileira sobre essa área, por razões políticas, econômicas, psicológicas, psicossociais, por todas as razões.

Dom Luiz prega, tanto quanto o Senador Pedro Simon o faz e tanto quanto eu procuro fazer, que os

brasileiros se conscientizem da importância da Amazônia, do ponto de vista nacional. Ou seja, quando se fala sobre a Amazônia e se, por ventura, se tratar de um parlamentar daquela região, não estará sendo paroquial, estará sendo, mais do que nunca, nacional, porque, do exterior para cá, os sinais são de que compreendem a importância da região. É importante que, no Brasil, se processe um sentimento parecido, até por razões práticas, pragmáticas, ligadas ao futuro desenvolvimento, ao desenvolvimento estratégico deste País.

A vinda de Dom Luiz será, portanto, um alerta e uma boa oportunidade para a troca de opiniões entre a Comissão, interessada que está no tema, e um especialista, até pela sua vivência evangelizadora, pela sua presença permanente em vários Estados da região, pela sua presença permanente no interior do Estado do Amazonas. Por tudo isso, julgo que será da maior valia para nós e para o País ouvirmos Dom Luiz e podermos com ele debater um tema de tanto interesse, de tantas perspectivas, que nos leve a uma reflexão profunda sobre o futuro do País que, a meu ver, se mistura com o futuro da região amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na verdade, é uma coincidência o nobre Líder do PSDB estar na tribuna, que foi quem primeiro falou sobre a matéria. Eu lhe solicitei um aparte para dizer que estava endereçando à Mesa um ofício, pedindo a convocação de Dom Luiz. Solidarizava-me com S. Exª em aparte, e S. Exª se solidarizava comigo no requerimento.

Acredito que seja da maior importância, Sr. Presidente. Vale a pena salientar que esse foi o tema dominante na Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Itaici. Esse foi o assunto destacado como "este será o período da Amazônia".

Podemos fazer o mesmo nesta Comissão. Não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que o problema do petróleo, o americano equacionou. A guerra do Iraque, o domínio do petróleo pelo Iraque, o pavor da Arábia Saudita, eles equacionaram esses problemas. O que vem pela frente é o problema da água, que será o grande problema da humanidade neste século. Em se falando no problema da água, fala-se em Amazônia. Fala-se nas maiores reservas de água doce do mundo, que são as águas da Amazônia.

Apavoro-me porque, quando vejo o americano entrar em luta com o Iraque, com o mundo árabe, a França, a Alemanha, a Rússia e a China protestam, mas não vejo ninguém protestar quando se fala na Amazônia. A França pensa que a Amazônia é um patrimônio da humanidade, bem como a China, o Japão e a Inglaterra. Ou seja, o mundo está sendo mais ou menos preparado para uma orientação, para uma esquematização de transformar a Amazônia em patrimônio da humanidade.

Então, o Brasil precisa dar-se conta, preparar-se no sentido de convencer-se de que a Amazônia é um patrimônio nosso, do Brasil, a favor da humanidade, claro. Vamos mantê-la, porque a humanidade precisa. É evidente que sim. A floresta amazônica, as águas e tudo o mais, precisamos defender o que está ali, mas não se podem colocar tropas, nem se deve pressionar, coagir, inventar.

Sou totalmente favorável à causa indígena, sempre fui; mas nunca gostei de ver os ianomamis colocados na fronteira; há índio ianomami tanto do lado brasileiro quanto do lado da Venezuela. Nos mapas já aparece "a nação ianomami". Penso que temos de ter o maior cuidado. Essa é a questão mais importante que temos no nosso País. É importante também o Fome Zero, claro. Vamos lutar. Vamos terminar com a miséria, com a fome, com o desemprego e com a corrupção. Façamos milhões de coisas! Podemos fazer ou não; podemos levar tempo ou não. Agora, vamos conservar a integridade do nosso território, o nosso patrimônio mais importante: a nossa terra. O mínimo que podemos fazer, em homenagem aos nossos antepassados, em respeito aos nossos filhos, é garantir a integridade do nosso território. E eu não tenho nenhuma dúvida de que aqui, em se tratando de Amazônia, o perigo é iminente, é muito grave.

Então, eu e o ilustre Líder Arthur Virgílio acreditamos que devemos aproveitar o momento em que o ilustre Prelado trará o ponto de vista, não o exclusivamente militar ou o político. Isso já foi feito aqui. Creio que nenhum dos Senadores esteve aqui, somente o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Marco Maciel, então Vice-Presidente, quando realizamos um seminário sobre a Amazônia, feito pelos Senadores da Amazônia. Mas, com todo respeito, foi feito para discutir a Amazônia, seus problemas e como se pode explorá-la, não nesse outro sentido. Entendo que precisamos debater a matéria sob outro ângulo: internacional, mundial, de todos nós, com a participação dos Senadores e de toda a sociedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. É um maior prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Veja, Presidente Eduardo Suplicy, é tão importante e apaixonante o tema que eu acabei de falar e me sinto agora motivado pelas palavras do Senador Pedro Simon a novamente intervir.

Na eleição americana, por exemplo, o Presidente Bush não fez, durante a sua campanha, nenhuma menção à Amazônia. O candidato a Presidente Al Gore, do Partido Democrata, filia-se à tese da chamada soberania restrita. Ele explana sobre isso com a segurança de quem é homem preparado, afeito a debater a questão ambiental de maneira técnica e tem convicção – ele expôs isso durante a sua campanha – de que a soberania brasileira sobre a Amazônia deve ser restrita. Chegamos a um homem admirável, o Estadista francês François Mitterrand, e ele também defende essa posição, bem como a Srª Thatcher e Tony Blair.

Nós vamos, enfim, perceber que existe quase uma cultura – no seio das elites anglo-saxônicas e até latinas do tipo França e Itália – que faz esses países e a sociedade refletirem que o Brasil deveria abrir mão de parte da sua soberania – alguns exageram e falam que o Brasil deveria abrir mão de toda sua soberania – em um prazo que não está demarcado, em benefício do conjunto da humanidade.

A concessão que podemos fazer a isso me parece que é objetivamente uma só: termos o compromisso, com o mundo, de dirigirmos bem a Amazônia no caminho do desenvolvimento sustentável. Este é o nosso compromisso. Interessa ao mundo? Interessa. Se a Amazônia interessa ao mundo, eu não posso tratar mal algo que interessa ao mundo. Então, eu trato bem. Desenvolvo do ponto de vista do respeito à ecologia, às populações ali existentes, ao aproveitamento correto dos recursos naturais. Esse é o papel brasileiro.

O deles é de se beneficiarem disso, já que a região tem de fato interesse planetário, mas não de avançarem nesse passo de questionamento da soberania brasileira sobre a área.

Hoje parece que estamos falando de algo distante, Sr. Presidente, mas não é tão distante assim. Tem razão o Senador Pedro Simon quando diz que a grande **commodity** do século XXI ameaça ser a água, cujo barril, em alguns países, começa a valer mais que o barril de petróleo, principalmente levando em conta que do volume mundial de água, apenas 3% é água doce, e que parte desse total está localizada em ambiente inóspito, de difícil extração ou muito cara. Eu, que sou do Amazonas, poderia, se fosse excêntrico ou milionário, criar pingüins. Sairia muito caro e os meus pingüins não seriam comprados por ninguém, porque eles valeriam um absurdo do ponto de vista do seu custo, e muito pouco do ponto de vista do jogo de mercado. Mas até as águas de difícil extração passariam a valer bastante, levando em conta que é rara a ocorrência da água potável no mundo hoje.

Então, precisamos nos preparar para esse debate, ter uma posição nacional, mostrar para o mundo as nossas responsabilidades, ou seja, que somos capazes de respeitar o Brasil e o mundo inteiro, administrando bem a Amazônia. Entendemos que é uma causa pela qual valeria morrer, ou seja, não admitimos de jeito algum que alguém arranhe a idéia de que a soberania brasileira deve ser total e intocável. Por isso, Senador, me alonguei no aparte; foi uma honra aparteá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte. Acho que ele foi muito importante.

Sr. Presidente, se o plenário concordar, vamos marcar a data, mas já vamos nos preparar para o **plus**. Quer dizer, com base nisso – e V. Exª é muito competente – vamos, na Comissão, elaborar uma pauta determinada no Brasil em defesa da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos marcar a data então para o depoimento de D. Luiz Soares Vieira perante esta Comissão.

Há ainda inúmeros requerimentos de convocação de autoridades, alguns do Senador Arthur Virgílio.

Eu gostaria de sugerir que, na próxima reunião, examinemos esses requerimentos e outras proposições. Por enquanto, para a próxima semana, não teremos mais que examinar indicação de embaixadores, a não ser que surja uma nova indicação. Concluímos a oitiva de um grande número de indicados para serem embaixadores. Agora, poderemos examinar outras matérias, proposições, inclusive proposições de acompanhamento das negociações sobre a Alca, o Mercosul, objeto do interesse de inúmeros Senadores desta Comissão.

Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, devo até dar uma explicação pessoal a V. Exª. Ontem, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, opinava que, em respeito ao Supremo Tribunal Federal, em respeito à dignidade, à relevância do cargo de que serão investidos os postulantes que passarem sempre pelo crivo do Senado Federal e,

depois, nomeados pelo Senhor Presidente da República, fazia comparação com os embaixadores e dizia que quanto mais pudéssemos ouvir individualmente os embaixadores mais aproveitaríamos, mas faríamos uma cultura sobre aquele país, mais dimensionaríamos o profissional que se dedica a representar o Brasil naquela área determinada.

Por outro lado, quero testemunhar aqui a competência e o espírito público, marcas de V. Exª, que têm sido aplicadas aqui na sessão. Não vejo que pudesse ter sido diferente. Ontem saí de lá com um travo de que pudesse ter parecido uma crítica e não é esse o meu sentimento. O meu sentimento é de que foi uma emergência, e, nessa emergência, V. Exª se desincumbiu da maneira mais prática, com a rapidez e o espírito público de sempre.

Daqui para frente, seria desejável que, tendo sido vencida essa etapa da emergência, dedicarmos-nos a ouvir de maneira exaustiva, de maneira mais exaustiva possível os embaixadores, cada embaixador por vez.

Portanto, no momento em que reitero a minha posição e a esclareço, a esmiúço, quero também prestar uma homenagem aqui à forma correta com que V. Exª dirige esta importante Comissão do nosso Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Houve uma ocasião em que o Presidente Fernando Henrique precisava também designar Ministro para o Superior Tribunal de Justiça, dentre outros. Na mesma data, a Ministra Ellen Gracie foi uma das quatro, mas naquela ocasião também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania argüiu no mesmo dia quatro, mas havia uma emergência.

Mas vamos seguir, sim, a sua sugestão na medida do possível.

Agora teremos um indicado para embaixador por vez, a ser argüido nesta Comissão, com o objetivo de termos o melhor proveito possível.

Eu gostaria de salientar que, na última reunião, fizemos como que uma indicação, inclusive por sorteio, para que o Senador José Sarney considerasse, uma vez que a Assembléia Nacional de Portugal convidou cinco membros do Congresso Nacional – três serão Deputados Federais, dois Senadores. Os Senadores Marcelo Crivella e Duciomar Costa foram então designados pelo Presidente José Sarney para nos representar no encontro em maio, na próxima semana, em Lisboa. Quer dizer, na próxima semana, não teremos a sua presença, V. Exª ir-nos-á representar.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **MOZARILDO CAVALCANTI, MARCO MACIEL, JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA, LUIZ OTÁVIO, RODOLPHO TOURINHO, LÚCIA VÂNIA, PEDRO SIMON, EDISON LOBÃO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, TIÃO VIANA, FÁTIMA CLEIDE, PATRÍCIA SABOYA GOMES, FLÁVIO ARNS e JOÃO RIBEIRO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A pauta é invertida por solicitação do Senador **HÉLIO COSTA. Item 04** –Projeto de Lei da Câmara Nº 14, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências" O Senhor Senador **HÉLIO COSTA,** relator da matéria, faz a leitura do seu parecer favorável. Passa-se à discussão. Faz uso da palavra o Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES.** Não havendo mais quem queira discutir, o projeto é aprovado. **Item 1 – extra-pauta** – Requerimento Nº 14, de 2003/CRE que requer expedição de convite "para que o ilustre Senhor **SÉRGIO VIEIRA DE MELLO,** Alto Comissário de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em vias de ser designado para desempenhar missão de representação da ONU no Iraque, atuando na área de proteção humanitária em Bagdá, observando sua agenda de trabalho, possa prestar informações ao Senado Federal dos termos desta missão, seu escopo, sua competência, suas restrições e suas finalidades e, inclusive, para informar sobre a possibilidade de nosso

País contribuir para a reconstrução e a democratização de suas instituições". Após considerações do Senhor Presidente, autor do Requerimento, este é aprovado. Retoma-se a apreciação dos itens de pauta. **Item 01** – Aviso N° 71, de 2000, de autoria da Presidência do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão n° 274, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores – Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi, referente a existência de improbidade, gastos incompatíveis com o interesse público e infrações a normas legais, naquelas embaixadas – (TC– 013.441/99-0)." O Senhor Senador **MARCO MACIEL**, relator da matéria, faz a leitura do parecer para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento. Passa-se à discussão e o Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES** faz uso da palavra. Não havendo mais quem queira discutir o parecer é aprovado, com o adendo proposto pelo Senador Jefferson Peres para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dirija um expediente ao Ministério das Relações Exteriores, indagando se as providências, constantes do anexo ao processo, foram adotadas.

Item 02 – Aviso N° 114, de 2001, de autoria da Presidência do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão n° 426, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam, referente a auditoria de desempenho operacional e de conformidade realizada nas Embaixadas do Brasil em Jacarta e Seul, no período de 14 a 25/05/2001 (TC n° 003.953/2001-5)". O Senhor Presidente designa relator "ad hoc", Senador **MARCO MACIEL**, para a leitura do parecer para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento. Não havendo quem queira discutir, o parecer é aprovado, também com o adendo proposto pelo Senador Jefferson Peres no item anterior, para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dirija um expediente ao Ministério das Relações Exteriores, indagando se as providências, constantes do anexo ao processo, foram adotadas. **Item 3** – Projeto de Lei do Senado N° 556, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera o art. 3° da Lei n° 8239, de 4 de outubro de 1991, que 'regulamenta o art. 143, §§ 1° e 2° da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório", cujo relator é o Senador Luiz Otávio. Por se tratar de matéria terminativa é sobrestada sua deliberação, no âmbito desta Comissão, em virtude da não deliberação pelo Plenário do Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão n° 07, de 2003, proveniente da Medida Provisória n° 103, de 2003. O Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** faz uso da palavra, solicitando que a Comissão solicite à Câmara dos Deputados agilidade na apreciação da Proposta de Emenda à Constituição n° 32, de 1999, por ser mais abrangente que o Projeto tratado no item anterior. A Comissão acata sugestão do Senador **JEFFERSON PÉRES** para que se recomende ao Relator do PLS n 556, de 1999, Senador Luiz Otávio, que requeira cópia da PEC para verificar se existe superposição de matérias pois assim o PLS ficaria prejudicado por ser a PEC mais abrangente. Segue a apreciação dos itens de pauta. **Item 5** – Mensagem N° 07, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia". O Senhor Presidente designa relator "ad hoc", Senador **TIÃO VIANA**, que faz a leitura do relatório. Não havendo quem peça a palavra, a discussão é encerrada. **Item 06** – Mensagem N°08, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **CÉSAR DE FARIA DOMINGUES MOREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia". O Senhor Presidente designa a Senhora Senadora **FÁTIMA CLEIDE** como relatora "ad hoc" que faz a leitura do relatório. Não havendo quem peça a palavra, a discussão é encerrada. Os dois últimos itens: **Item 7** – Requerimento N° 02, de 2003/CRE que "requer a expedição de convites aos excelentíssimos Ministros da Defesa, Embaixador **JOSÉ VIEGAS NETO**; e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. **GUIDO MANTEGA**, para debate, nesta Comissão, acerca das necessidades – e possibilidades de atendimento – das Forças Armadas Brasileiras, do ponto de vista do seu pleno reaparelhamento" e **Item 8** – Requerimento N° 03, de 2003 que "requer a expedição de convite ao excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador **CELSO AMORIM**, e os dois Secretários-Gerais do mesmo Ministério, para

debaterem, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, as perspectivas do País no tocante à Associação de Livre Comércio das Américas-ALCA" são adiados devido à ausência do Senhor Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, autor dos requerimentos. Após a votação, o Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 11 horas e 17 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à deliberação da Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias de pauta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a inversão de pauta, para que possamos analisar de imediato o Item nº 4, Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, em virtude de compromisso que tenho em outra Comissão da Casa, à qual devo estar presente.

Solicito a V. Exª essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se os demais Senadores estiverem de acordo, vamos proceder a essa inversão. (Pausa)

Passamos, então, à apreciação do Item nº 4 da pauta.

Item nº 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2003 (PI 07241, de 2002, na Origem)

Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Hélio Costa.

Parecer: favorável.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Hélio Costa.

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 6.239, de 2002, na Casa de origem), é de autoria do Poder Executivo. A proposição foi enviada à Câmara dos Deputados em 5 de março de 2002, com a Mensagem nº 147.

O art. 1º submete ao pagamento de multa, a ser recolhida ao Banco Central do Brasil, as importações com declaração de importação registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior, Siscomex, o importador que estiver relacionado a diversas situações, até o art. 2º, que estipula situações nas quais não se aplica a multa de que trata o art. 1º, abarcando as importações financiadas, ou não, cujo pagamento seja de responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, suas fundações e autarquias, inclusive, as importações efetuadas em data anterior à publicação da futura lei.

Na realidade, Sr. Presidente, resumindo toda essa proposição, devo lembrar que, há alguns anos, as importações eram feitas de uma forma desordenada. Exemplo típico era o do importador que trazia para o Brasil 100 automóveis ou 1000 computadores e deixava para fechar o câmbio a critério, porque ele podia importar essa mercadoria, trazê-la para o Brasil, vendê-la à vista no mercado, pegar o dinheiro dessa venda à vista, colocar no mercado de capitais, obter juros desse dinheiro por 12 meses. E, 12 meses depois da compra e da chegada da mercadoria, é que ele ia pagar, ou seja, ia fechar o câmbio.

Por essa razão, foi editada uma medida provisória que vinha regulamentar essa situação, até certo ponto ilegal, porque influenciava de todas as formas não só a competição interna como o comércio exterior brasileiro. Na verdade, aquele produto importado ficava sem ter um produto nacional competitivo, porque ele vinha com preço baixo, tinha uma renda já de um preço inferior lá fora e, evidentemente, ainda tinha aplicação no mercado de capitais. Por essa razão, foi feita a medida provisória.

O mais importante é lembrar que as Forças Armadas, de um modo geral, Exército, Marinha e Aeronáutica, estavam prejudicadas nesse processo, na medida em que o pagamento das multas que passaram a ser aplicadas, quando foi regulamentada a importação pela medida provisória, tinha que ser feito dentro de um determinado prazo, que era de, parece-me, três meses.

Evidentemente, as Forças Armadas não têm previsão orçamentária para multas, e isso passou a prejudicar de todas as formas as importações mais estratégicas das Forças Armadas. Existem inúmeras multas que têm sido aplicadas ao Exército, Marinha e Aeronáutica em virtude do não pagamento dentro do prazo previsto. O Banco Central corrige uma situação e cria uma situação complicadíssima para o próprio Governo.

Esse projeto de lei visa a corrigir o que chamamos de interesses até estratégicos do próprio Governo nas importações das Forças Armadas. E vejo aqui o reflexo dessa regulamentação: a cobrança de multas que não podem ser pagas por não existir previsão orçamentária para essa despesa; o não-fechamento do câmbio, que implica na impossibilidade de se efetuar o pagamento dos compromissos externos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, com reflexos na dívida externa do Brasil; e, certamente, a abertura de um processo administrativo, no Banco Central, contra as unidades das Forças Armadas, por não-cumprimento dessa determinação do Governo.

Em face disso, aprovo certamente o relatório anterior da Câmara dos Deputados e as sugestões que foram feitas.

Na análise, a exposição de motivos do titular da Pasta da Fazenda, que acompanha a mensagem presidencial, contém um relato circunstanciado das razões de ordem econômica que motivaram a expedição da Medida Provisória n° 1.569, de 25 de março de 1997, a qual, após sucessivas reedições, foi convertida na Lei n° 9.817, de 23 de agosto de 1999, que aduz aos regulamentos substanciosos em prol das modificações ora propostas na sistemática punitiva estabelecida pela própria lei.

Tenho, aqui, em mãos, também, Sr. Presidente, um documento do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, em que o então Secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, concorda plenamente com o que se propõe neste projeto de lei, dizendo que "o referido projeto de lei excepciona operações formalizadas por entidades do setor público, permitindo a dispensa de multa por meio do art. 2°, inciso VII, motivo pelo qual solicitamos imediatamente a sua aprovação".

Ele está se referindo, especificamente, às questões da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério dos Transportes e de vários outros órgãos da administração pública.

Sr. Presidente, o meu relatório é favorável. Peço aos Srs. Senadores que o aprovem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de obter dois esclarecimentos do Relator.

O projeto é oriundo de mensagem do Poder Executivo? Estou vendo aqui a Mensagem n° 147. É isso? Ou é de autoria de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Do Fernando Henrique Cardoso?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Ou é originário da Câmara?

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – O Projeto de Lei da Câmara n° 14, de 2003, é de autoria do Poder Executivo, ora submetido à apreciação desta Comissão. É assim que eu o recebo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – É do Poder Executivo?

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – É do Poder Executivo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Hélio Costa, estou vendo que ele revoga uma lei que é de 1999 – três anos depois. Está dita a razão porque essa é uma lei que caducou tão cedo? A Lei n° 9.817, de 23 de agosto de 1999, estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. E esse projeto revoga expressamente essa lei. Não sei se V. Exª está em condições de esclarecer o por quê.

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – O que entendo, Senador Jefferson Péres, é que, nos últimos anos, essa situação foi sendo somada a uma série de circunstâncias nas importações estratégicas das Forças Armadas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Especificamente das Forças Armadas?

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – Especificamente das Forças Armadas, do Ministério das Minas e Energia e, sobretudo, do Ministério dos Transportes. Conforme esclarecemos na nossa exposição, para ser paga a multa, o Ministério ou o órgão precisa ter dotação orçamentária. Como não a tem, o Ministério não paga e, por não pagar, evidentemente, fica impedido até mesmo de fazer outras importações no futuro.

O que se propõe aqui é a correção de um problema que surgiu e foi sendo acumulado durante três anos, até que alguém, atendendo à solicitação, notadamente das três Forças, fez essa sugestão ao Executivo, a qual passou pela Câmara dos Deputados e chegou até a nossa Comissão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Hélio Costa queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Gostaria de dar algumas informações a...

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, posso relatar um projeto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, Senador Marco Maciel.

Apenas quero dizer que, na última reunião, foi aprovado um requerimento convidando Dom Luiz Soares Vieira para expor a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia. Informo que estamos entrando em contato com ele para verificar a possibilidade de ele vir aqui no próximo dia 5 de junho, data a confirmar.

Senador Hélio Costa, antes de V. Exª se ausentar, gostaria de convidá-los a uma reflexão. Foi noticiado pela imprensa que o Embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Melo, que hoje ocupa o Alto Comissariado da ONU sobre Direitos Humanos, está por ser designado – e a decisão provavelmente será tomada hoje – para cumprir importante missão da ONU no Iraque com respeito à reconstrução daquele país. Considero essa missão de grande importância. Segundo tudo indica, essa decisão deverá ser confirmada ainda hoje. Há pouco, informaram-me, por telefone, que S. Exª está viajando de Genebra para Nova Iorque. Dessa maneira, pedi para preparar – acredito que seria por consenso – um requerimento para convidá-lo, na medida do possível, uma vez designado para essa missão, a comparecer à nossa Comissão para explicar a sua responsabilidade, a natureza da missão, inclusive para que possamos também aqui dialogar sobre em que medida estará o Brasil participando dos esforços de reconstrução e democratização das instituições do Iraque.

Quero aqui externar essa possibilidade. Pedi para preparar o requerimento, mas gostaria que ele pudesse ser de autoria de todos os membros, se estiverem de acordo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, quando estive na ONU, há três ou quatro anos, como observador do Senado, tive a oportunidade de conhecer o Embaixador Sérgio Vieira de Melo e constatar a reputação daquele Diplomata brasileiro na Organização das Nações Unidas. S. Exª é um Diplomata altamente qualificado. Já teve missões importantíssimas na África, na Ásia e, agora,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – No Timor Leste.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Exatamente, no Timor Leste. Se for realmente confirmada a designação, concordo inteiramente com V. Exª em o convidarmos para vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Queria informar isso antes que o Senador Hélio Costa se ausentasse. Mas, se estiver de acordo, o requerimento está sendo preparado, para podermos convidá-lo conjuntamente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Terei o maior prazer em voltar aqui para assinar o requerimento, Sr. Presidente.

O Embaixador Sérgio Vieira de Melo é hoje o que chamamos em inglês – e a própria ONU o identifica – de **trouble shooter**, aquele que resolve todos os problemas, um solucionador de problemas. É uma honra para o Brasil tê-lo como uma pessoa de destaque neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estávamos conversando, Senador Antonio Carlos, sobre a proposição de convidarmos o Embaixador Sérgio Vieira de Melo para estar aqui, a se confirmar a missão como Alto Comissariado da ONU e Representante da ONU a ser designado para ajudar na reconstrução do Iraque, na democratização daquele país.

O requerimento está sendo preparado.

Já apreciamos o item nº 4.

Vamos passar à apreciação do item nº 1 da pauta.

Item nº 1:

Aviso nº 71, de 2000 (Aviso Nº 01997, de 14/04/2000, na origem)

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 274, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores – Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi, referente à existência de improbidade, gastos incompatíveis com o interesse público e infrações a normas legais, naquelas Embaixadas – (TC– 013.441/99-0).

Autoria: Presidência do Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Parecer: para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (Marco Maciel) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o processo que tenho oportunidade de relatar tem origem no Tribunal de Contas da União e é referente a uma auditoria realizada nas seguintes unidades do Ministério das Relações Exteriores: Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi.

Passo a ler o relatório.

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal, pelo Aviso nº 71, de 2000, na origem, cópia da Decisão nº 274, de 2000, do Plenário do Tribunal de Contas da União, com respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi.

O relatório em referência aponta uma série de falhas e impropriedades cometidas nessas unidades organizacionais, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de controle de bens adquiridos, de gastos, de manutenção das embaixadas, regularização do quadro de empregados locais. Também foram apontadas despesas aparentemente pessoais enquadradas como de conservação e manutenção, gastos custeados por conta da rubrica cerimonial, sem alusão ao evento correspondente, entre outros de menor expressão.

Em tal ocasião, o Tribunal de Contas da União alerta o Congresso Nacional e a Presidência da República sobre a inconveniência de cortes lineares nas dotações destinadas ao custeio de representações nacionais no exterior, para não comprometer as atividades da nossa Diplomacia, sobretudo em uma quadra em que dela se exige maior dinamismo com vistas ao incremento de nossos interesses comerciais.

Na análise, digo que se trata de comunicação feita no sentido de cientificar o Poder Legislativo das atividades do Tribunal de Contas, que auxilia o Congresso Nacional no exercício das funções de controle externo das finanças públicas, conforme está previsto em nossa Constituição Federal, aliás, especificamente, como sabem V. Exªs, nos arts. 70 e 71 da Carta de 1988.

É de notar, por oportuno, que, posteriormente – isso é o importante –, o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado o Aviso nº 181, de 2001, constante dos autos, noticiando que foram aceitas as justificativas apresentadas pelo Ministério das Relações Exteriores, relativamente aos atos e fatos indigitados na inspeção, consoante os termos da Decisão nº 1.039, de 2000, daquela egrégia Corte de Contas.

Passo ao voto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Considerando que os procedimentos aludidos neste processado estão inseridos no âmbito da competência do Tribunal de Contas; que, ademais, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização foi notificada sobre a inconveniência de cortes lineares nas dotações atinentes às representações diplomáticas; que já foram, inclusive, sanadas as falhas providenciadas no relatório de auditoria; e, finalmente, que não há providências no âmbito do Senado Federal a serem adotadas, o parecer é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do assunto e delibere pelo encaminhamento do processado ao Arquivo.

Daí por que, Sr. Presidente, em face do exposto, meu voto é no sentido de que o processo seja devidamente arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão, o parecer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Marco Maciel, estou vendo que o Tribunal de Contas da União, além de ter constatado várias irregularidades naquela Embaixada, determinou ao Ministério das Relações Exteriores a adoção de uma série de providências. Não seria de bom alvitre, além de determinar o arquivamento, também solicitar informações ao Itamaraty, para saber se essas providências foram adotadas ou não? Considero legítimo de nossa parte saber isso.

Essa é a sugestão que faço a V. Exª, como um adendo.

O SR. RELATOR (Marco Maciel) – Nada tenho a opor à proposta do Senador Jefferson Péres. Poderíamos adotá-la, sem prejuízo do parecer pelo arquivamento. É o próprio órgão, o Tribunal de Contas, que provocou a questão; ele mesmo pede o arquivamento, sem prejuízo dessa providência.

Nada impede que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dirija um expediente ao Ministério das Relações Exteriores, indagando se as providências, constantes inclusive do anexo ao pro-

cesso, foram tempestivamente adotadas. Acredito que isso seria bom, inclusive, para o conhecimento da Casa.

Como sabemos, o Itamaraty é uma instituição com excelente corpo funcional, mas trabalha sempre, infelizmente, com grandes limitações de recursos. Mas acolho integralmente a proposta do Senador Jefferson Péres, até porque isso ilustra melhor as atividades desenvolvidas pelos nossos diplomatas no Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ademais, faria com que a nossa Comissão exercesse adequadamente a função constitucional de acompanhar a boa aplicação dos recursos públicos.

Em votação, o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Marco Maciel, com o adendo proposto pelo Senador Jefferson Péres, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Item nº 2:

Aviso nº 114, de 2001 (Aviso nº 03236, de 11/07/2001, na origem)

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 426, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referente à auditoria de desempenho operacional e de conformidade realizada nas Embaixadas do Brasil em Jacarta e Seul, no período de 14 a 25/05/2001 (TC nº 003.953/2001-5).

Autoria: Presidência do Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Tião Viana.

Parecer: para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento.

Peço ao Senador Marco Maciel que leia também o parecer deste item, cujo Relator é o Senador Tião Viana, dada a similaridade com o que acabamos de aprovar. V. Exª pode até sintetizar, dada a semelhança da matéria com a do Item nº 1.

O SR. RELATOR AD HOC (Marco Maciel) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como lembrou o Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, o processo que agora passo a relatar guarda muita semelhança com a questão suscitada anteriormente. Diz respeito à auditoria realizada nas Embaixadas do Brasil em Jacarta e Seul.

Novamente, a questão foi provocada pelo Tribunal de Contas da União, em conseqüência da auditoria realizada sob a coordenação do Ministro Marcos Vilaça, com a participação dos auditores Luiz Henrique, André Becker e Sérgio Freitas de Almeida. Foram detectadas algumas irregularidades, mas, posteriormente, na análise da matéria, elas foram devidamente esclarecidas.

Sr. Presidente, já que a Comissão tem uma pauta muito vasta de assuntos a deliberar hoje, passo rapidamente a prolatar meu voto.

Diante das informações dadas pelo próprio Tribunal de Contas, tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opino, mais uma vez, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

Talvez fosse importante adotar idêntica providência àquela sugerida, de maneira procedente, pelo ilustre Senador Jefferson Péres, quando recomendou que, independentemente disso, fosse feito um expediente ao Itamaraty, pedindo informações sobre as providências adotadas por aquela instituição.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com o acréscimo proposto pelo Senador Jefferson Péres, acatado pelo Relator, Senador Marco Maciel, coloco em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço à Secretaria da Comissão que prepare o ofício, conforme o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Item nº 3:

Projeto de Lei do Senado nº 556, de 1999.

Altera o art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, que "regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório".

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Luiz Otávio.

Parecer: favorável.

É matéria de grande importância, mas é terminativa, e não podemos examiná-la, em virtude do sobrestamento da pauta, segundo o art. 66, § 6º, da Constituição, uma vez que não houve deliberação pelo Plenário do Senado do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 103.

Passemos, então, ao Item nº 5.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, há cerca de sete anos, apresentei a PEC nº 32, de 1999, que já foi aprovada aqui no Senado e está na Câmara dos Deputados aguardando a indicação de Parlamentares para compor uma comissão para examiná-la.

Penso que a minha iniciativa é mais ampla, porque introduz um modelo civil obrigatório que resulta da experiência européia de efetivo sucesso, sobretudo na empresa de mão-de-obra jovem, na área de assistência aos idosos, em atividades de segurança de trânsito, em acompanhamento e solução de pequenos conflitos familiares, proteção ao meio ambiente, informática, logística, e até de serviços médicos e odontológicos.

O Projeto de Lei nº 556/99 é mais modesto; apenas altera parcialmente a Lei nº 8.239, de 04 de outubro de 1991. Aliás, já fora ele anteriormente apensado a nossa PEC, ele já foi apensado à PEC justamente pelo fato de ter alcance mais reduzido e dessa forma contrariar o espírito do serviço social obrigatório.

Entendo que o presente projeto deve aguardar a decisão da PEC nº 32, porque regulamenta o art. 143 da Constituição, que aquela proposta altera. Depois, porque teria de adaptar sua relação ao texto aprovado. Portanto, entendo que o projeto não deveria ser votado, enquanto não houvesse uma decisão da PEC que está na Câmara dos Deputados.

O meu apelo a V. Exª é para que solicite à Câmara dos Deputados que dê andamento à PEC que engloba este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tendo sido esta, Senador Antonio Carlos, uma proposição aprovada por consenso aqui no Senado Federal, solicitaremos à Câmara dos Deputados que tome as providências em relação à tramitação da matéria o quanto antes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E nesse caso não se votaria este projeto, porque um diz respeito ao outro, sendo, no entanto, mais amplo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Diante da manifestação do Senador, creio que deve ser recomendado ao Relator, Senador Luiz Otávio, que requeira cópia da PEC que já está na Câmara. Se realmente houver superposição e se a PEC for mais ampla, o projeto estará prejudicado. Creio que o próprio Relator deveria verificar isso. A matéria seria retirada de pauta para, se for o caso, o Relator modificar seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Tião Viana pediu a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, apenas quero expressar minha concordância com esse encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, como autor da proposição, gostaria de ...

Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Com a concordância do próprio autor da PEC, creio que não temos por que não acolher a sugestão apensada pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, vamos solicitar ao Senador Luiz Otávio que examine as duas proposições, para verificar se há qualquer superposição de fato, como o Senador Antonio Carlos Magalhães aqui explicou. Ao mesmo tempo, vamos proceder junto à Câmara dos Deputados para que haja a tramitação mais rápida da matéria.

Passaremos aos itens referentes à apreciação do Senado Federal do nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia. Para exame dessas duas matérias, estamos precisando da presença de mais alguns Senadores. Vamos contar quantos estão presentes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, será ocupado o cargo no exercício cumulativo de embaixada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Exato. Portanto, não haveria argüição, apenas a leitura do relatório do Senador João Ribeiro.

Em seguida, apreciaremos também a indicação do Sr. César de Faria Domingues Moreira, Embaixador do Reino da Noruega, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia.

Enquanto aguardamos a chegada de mais dois ou três Senadores, eu gostaria de ler o requerimento a que me referi há pouco e de convidar os Srs. membros para o assinarem conjuntamente, nos seguintes termos:

"Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado, submeto à consideração da Mesa do Senado Federal a presente solicitação, para que o ilustre Sr. Sérgio Vieira de Melo, Alto Comissário de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em vias de ser designado para desempenhar missão de representação da ONU no Iraque, atuando na área de proteção humanitária em Bagdá, observando sua agenda de trabalho, possa prestar informações ao Senado Federal a respeito dos termos dessa missão, de seu escopo, de sua competência, de suas restrições e de suas finalidades."

O brasileiro Sérgio Vieira de Melo está sendo requisitado pelo Governo dos Estados Unidos para ocupar o posto de representante das Nações Unidas para o Iraque, com a função de coordenar as várias atividades da ONU, em termos de saúde, alimentos, educação, refugiados e outros temas relacionados ao aspecto humanitário.

A depender da referida agenda de viagem do ilustre diplomata, as informações poderiam ser prestadas pessoalmente em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal ou por escrito, conforme o mais viável, tendo em vista sempre o enriquecimento e a participação ativa do Senado Federal brasileiro nas mais altas questões que envolvem a inserção internacional do Brasil."

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, submeteria o requerimento para todos o assinarem. Seria uma oportunidade para, havendo a possibilidade de S. Exª estar aqui, convidarmos também o Ministro de Relações Exteriores e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães a, junto com o Embaixador Sérgio Vieira de Melo, estarem aqui para esclarecer sobre como poderá o Brasil contribuir para a reconstrução do Iraque e a democratização de suas instituições.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma retificação: ele não é Embaixador, mas funcionário da ONU.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É verdade. No requerimento, não há menção de Embaixador. Eu é que usei essa expressão. Na verdade, ele está aqui qualificado como Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento e quiserem assiná-lo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Eu gostaria de pedir ao Senador Tião Viana que lesse o parecer do Senador João Ribeiro sobre a indicação do nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves – matéria constante do Item nº 5 – para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia, cumulativamente com o de Embaixador na República da Bulgária.

O SR. RELATOR AD HOC (Tião Viana) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da República submete o nome o Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia.

Trata-se de um servidor de carreira do Ministério das Relações Exteriores, um Diplomata, um Embaixador, que, sem dúvida alguma, cumpre todos os pré-requisitos para a envergadura da função que vai ocupar. Possui uma biografia compatível com as responsabilidades e com os desafios que tem pela frente.

O meu parecer é favorável à cumulatividade.

Permita-me, Sr. Presidente, destacar que ele é um militante da área de Direitos Humanos e membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU. São de sua autoria os livros: **Os Direitos Humanos como Tema Global** e **A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça palavra, encerro a discussão.

Neste caso, é necessário que os Senadores depositem seu voto.

Antes de colocar em votação este parecer, eu gostaria de proceder à leitura da matéria constante do Item nº 6, para que os Senadores votem a indicação dos dois nomes.

Item nº 6:

Mensagem (SF) Nº 08, de 2003 (Mensagem Nº 01212 de 26/12/2002, na origem).

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata,

do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador José Agripino.

Parecer: será apreciado em reunião secreta.

Peço à Senadora Fátima Cleide que leia o parecer do Senador José Agripino, relativo à indicação do nome do Sr. César de Faria Domingues Moreira para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

A SRª RELATORA AD HOC (Fátima Cleide) – Trata-se da Mensagem nº 8, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

Esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o **curriculum vitae** elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. César de Faria Domingues Moreira, filho de Miguel Domingues Moreira e Alice Nunes Faria Moreira, nascido em 24 de março de 1940, em São Luís, Maranhão, tem, entre suas qualificações acadêmicas, o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, o Curso de Especialização em Promoção Comercial e o Curso de Altos Estudos, todos pelo Instituto Rio Branco; o Curso de Especialização em Promoção Comercial, pela Universidade Manchester; e o valioso Curso de Aperfeiçoamento para Representantes Comerciais do Centro de Comércio Internacional, em Genebra.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970, tendo ascendido a todos os postos de sua carreira, por merecimento, até a atual condição de Ministro de Primeira Classe.

Entre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, destaca-se a chefia da Divisão do Oriente Próximo II, nos explosivos anos de 1983 e 1984, poucos anos após a invasão do Irã pelo Iraque, o que iniciou uma guerra que duraria oito anos e culminaria no apoio dos Estados Unidos ao regime de Bagdá como forma de obstaculizar a expansão da Revolução Islâmica Iraniana para o Oriente Próximo e para as antigas Repúblicas Soviéticas da Ásia Central.

Destaca-se ainda a Subchefia da Assessoria de Relações com o Congresso, cuja função de interface entre o Executivo e o Legislativo é de vital importância para o logro da almejada harmonia dos Poderes para a consecução do bem comum, no caso em apreço, por intermédio da política externa.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Madri, de 1988 a 1992; no Vaticano, de 1992 a 1996; e na Ordem de Malta, de 1992 a 1996. Integrou missões brasileiras em eventos de destacada importância nas Relações Internacionais, entre os mais recentes a X Conferência da ONU sobre desarmamento em Genebra, em 1998; a comitiva do Presidente da Câmara dos Deputados em visita ao Japão, em 1996; a missão parlamentar a Portugal, França e Grã-Bretanha, em 1997; a reunião constitutiva do Foro dos Parlamentos de Língua Portuguesa, Lisboa, em 1998; e o Foro dos Senados do Mundo, em Paris, em 2000.

Em reconhecimento pela excelência de seu trabalho, o Diplomata foi agraciado no Brasil com a Ordem de Rio Branco, Título de Grande Oficial; a Ordem do Mérito Aeronáutico, Título de Comendador; a Ordem do Mérito Militar, Título de Oficial; a Ordem do Mérito Naval, Título de Oficial; a Medalha de Mérito de Tamandaré; a Medalha de Mérito Santos Dumont e o Diploma de Colaborador Emérito do Exército.

Recebeu ainda, por Governos estrangeiros, diversas condecorações, entre as quais, na Argentina, a Ordem de Maio ao Mérito; na Venezuela, a Ordem do Libertador; em Portugal, a Ordem de Cristo; e, na França, a Legião da Honra.

O posto a que aventa acumular com a Embaixada do Brasil no Reino da Noruega tem potencial de densificação econômica, em virtude do fato de que a Islândia é país membro da Associação Européia de Livre Comércio, juntamente com Suíça e Noruega, com a qual o Brasil mantém profícua relação comerci-

al, dominada que está em sua pauta de exportação por produtos semifaturados e manufaturados.

Segundo o Itamaraty, há perspectivas de ampliação das trocas bilaterais nos setores pesqueiro e energético. A relativa pobreza de recursos naturais torna a Islândia vulnerável às flutuações do preço do peixe no mercado internacional, principal produto de sua pauta de exportações. Essa escassez também explica a dependência da Islândia em relação às importações, o que, somado ao alto poder aquisitivo de sua população, torna-a mercado de grande atratividade. Seus recursos de energia geotermal e hidrelétrica não são suficientes para suprir as necessidades de sua população, motivo para busca de novos pólos de exportação energética.

Ademais, a Associação Européia de Livre Comércio a que pertence tem visado à celebração de acordos bilaterais e birregionais, oportunidade para ampliação do comércio com o Brasil e com o Mercosul.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo que peça palavra, encerro a discussão.

Vamos abrir o processo de votação.

Peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que exerçam o seu direito de voto quanto ao nome dos dois indicados, constantes dos Itens nºs 5 e 6 da pauta: José Augusto Lindgren Alves, para exercer cumulativamente o cargo de Embaixador na Macedônia, além de Embaixador na Bulgária; e César de Faria Domingues Moreira, para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Islândia, além de ser Embaixador do Reino da Noruega.

Os itens seguintes são requerimentos do Senador Arthur Virgílio, que não se encontra presente aqui. Por isso, esses itens não poderão ser apreciados.

Portanto, estes serão os últimos itens.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E o requerimento convidando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O referente ao Bispo? Já foi votado na reunião passada, está aprovado. Apenas consultei quanto à data do dia 5 de junho. Já está aprovado. Estou propondo o dia 5 de junho. Vou conversar com ele para ver se ele pode comparecer a esta Comissão nessa data. Já está aprovado.

Com a chegada do nobre Senador Flávio Arns, já há **quorum**.

Esses serão os dois últimos itens da pauta de hoje.

Peço à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes e ao nobre Senador Flávio Arns que, se estiverem de acordo, assinem também o requerimento referente ao convite ao Sr. Sérgio Vieira de Melo.

A nobre Senadora Fátima Cleide já o assinou? Por favor, Senadora, queira assiná-lo. (Pausa)

Peço ao nobre Senador Pedro Simon e à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes a gentileza de procederem à apuração dos votos referentes às indicações constantes dos Itens nºs 5 e 6 da pauta. (Pausa)

Esses serão os últimos itens a serem apreciados hoje.

Estou pedindo um esclarecimento à Assessoria se, regimentalmente, o requerimento de convite ao Sr. Sérgio Vieira de Melo deve ser apresentado ao Plenário do Senado ou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Entendo que o convite pode ser apresentado aqui mesmo. A Assessoria levantou essa dúvida.

Proclamo o resultado da votação: o Sr. Embaixador César de Faria Domingues Moreira e o Sr. Embaixador José Augusto Lindgren Alves obtiveram 10 votos favoráveis. Portanto, houve unanimidade.

Todos os Srs. Senadores conhecem bem o requerimento para convidar a comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o alto comissário da ONU para direitos humanos, Sérgio Vieira de Mello.

Tendo sido assinado e aprovado o requerimento, por unanimidade, vamos expedir-lhe o convite para que possa vir a esta Comissão.

Estão encerrados os trabalhos de hoje. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h17min.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 19 de fevereiro de 2003, quarta-feira, às 17:20 horas.

Às dezessete horas e vinte minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, reúne-se a Comissão de

Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Sibá Machado, Geraldo Mesquita Junior, Magno Malta, Luiz Otávio, Pedro Simon, Marco Maciel, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, César Borges, Sérgio Guerra, Romero Jucá, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Senadoras Idelli Salvatti, Serys Slhessarenko e Fátima Cleide. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2005. Distribuídas às cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Rodolpho Tourinho e Pedro Simon para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador José Jorge, dezessete votos; para Vice-Presidente: Senador João Batista Motta, dezessete votos e um voto em branco. São declarados eleitos os Senadores José Jorge e João Batista Motta, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Senador Gilberto Mestrinho, no exercício da presidência, declara encerrada a reunião às dezoito horas e vinte minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Gilberto Mestrinho,** Presidente em exercício

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Infra-estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Esta reunião tem por finalidade eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão.

Os Partidos, regimentalmente, apresentaram os membros da Comissão – são 23 membros titulares e 23 membros suplentes, na forma proporcional – e indicaram as chapas que concorrem, também na forma regimental, à eleição.

Para Presidente foi indicado o Senador José Jorge e, para Vice-Presidente, o Senador João Batista Motta.

Sobre a mesa estão as chapas, para serem colocados os nomes dos titulares, do Presidente e do Vice-Presidente.

Faremos a chamada nominal dos Srs. Senadores.

Senadores do Bloco de apoio ao Governo: PT, PSB, PTB e PL.

Senador Delcídio Amaral; Senador Ideli Salvatti; Senador Serys Slhessaenko; Senador Sibá Machado; Senador Geraldo Mesquita Júnior; Senador Duciomar Costa; Senador Magno Malta.

Chamaremos os suplentes respectivos. Primeiro suplente: Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Heloísa Helena; Senadora Ana júlia Carepa; Senador Duciomar Costa; Senador Fernando Bezerra; Senador Marcelo Crivella.

Senadores do PMDB:

Senador Gerson Camata; Senador Amir Lando; Senador Valdir Raupp; Senador Renan Calheiros; Senador José Maranhão; Senador Mão Santa; Senador Luiz Otávio; Senador Pedro Simon.

Senadores do PFL

Senador João Ribeiro; Senador José Jorge; Senador Marco Maciel; Senador Paulo Octávio; Senador Rodolpho Tourinho.

Senadores do PSDB

Senador Leonel Pavan; Senador Sérgio Guerra; Senador Teotonio Vilela Filho; Senador Romero Jucá; Senador Olivir Gabardo; Senador Reginaldo Duarte.

Senadores do PDT

Senador Álvaro Dias (Pausa); Suplente: Senador Augusto Botelho.

Senadores do PPS

Senador João Batista Motta (Pausa.); Senador Mozarildo Cavalcanti.

(Intervenção fora do microfone.)

V. Exª, Senador Sibá Machado, pode votar ainda.(Pausa.)

Senadora Fátima Cleide, V. Exª pode votar. (Pausa.)

Primeiro Suplente, Senador César Borges, V. Exª pode votar. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Encerrada a votação.

Convido os Senadores Rodolpho Tourinho e Pedro Simon para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração.)

Encerrada a apuração.

Proclamo o resultado: Presidente, Senador José Jorge, 17 votos, sendo Vice-Presidente o Senador João Batista Motta.

Houve um voto em branco.

Os Senadores eleitos não estão presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h16min.)

Ata da Segunda Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 11 de março de 2003, terça-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas do dia onze de março de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores José Jorge e João Batista Motta, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Junior, Magno Malta, Gérson Camata, Amir Lando, Valdir Raupp, Luiz Otávio, João Ribeiro, Marco Maciel, Gilberto Mestrinho, César Borges e Augusto Botelho e Senadoras Idelli Salvatti e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001 (Decisão Terminativa da CCJ)**, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências". **Autor**: senador Osmar Dias. **Relator**: senador Luiz Otávio. **Parecer**: pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Sobrestado, por solicitação do Senador Gilberto Mestrinho, a fim de aguardar a audiência pública com a Ministra de Estado das Minas e Energia, Senhora Dilma Vana Roussef, que prestará esclarecimentos sobre a atuação do Ministério. **Item dois: Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001**, que "Dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais". **Autor**: Deputado Jaques Wagner. **Relator**: Senador Leomar Quintanilha. **Relator "Ad Hoc"**: Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer**: Contrário. **Observação**: Em 21/05/2002, foi concedida vista à Senadora Heloísa Helena. Devolvido com voto em separado, favorável ao Projeto, com duas emendas. **Discutiram a matéria** o Senador Gilberto Mestrinho e a Senadora Serys Schessaenko. **Resultado**: aprovado o voto em separado, com as emendas nºs 1 e 2-CI, que passa a constituir-se em parecer da Comissão. **Item três: Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2002**, que "Dá nova redação ao artigo 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994 (participação do superficiário no resultado do aproveitamento de recursos hídricos). **Autora:** Deputada Rita Camata. **Relator**: Senador José Jorge. **Parecer:** Favorável, nos termos de um substitutivo. **Resultado**: concedida vista a Senadora Ideli Salvati pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º - R.I). **Item quatro: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2001**, que "Inclui ferrovias na relação descritiva do Plano Nacional de Viação". **Autor**: Deputado Cláudio Cajado. **Relator**: Senador Leomar Quintanilha. **Relator "Ad Hoc"**: Senador Gérson Camata. **Parecer:** Favorável, com duas emendas de redação. **Resultado**: Aprovado, com as emendas nº 1 e 2-CI. Foram aprovados os requerimentos nºs 1, 2 e 3, constantes como itens nºs cinco, seis e um da Pauta Extra, para: nºs **1 e 2**, ambos de autoria da Senadora Ideli Salvati, convidando a Ministra de Estado das Minas e Energia, Dilma Vana Roussef e o Ministro de Estado dos Transportes, Anderson Adauto, para discorrerem sobre as propostas de atuação dos respectivos Ministérios; **nº 3**, de autoria do Senador José Jorge, convidando o Ministro de Estado das Comunicações Miro Teixeira, para audiência pública conjuntamente com a Comissão de Educação, prestar esclarecimentos sobre as diretrizes e programas do Ministério para os próximos quatro anos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Jorge,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Há número regimental. Declaro aberta a reunião.

Em primeiro lugar, eu gostaria de falar da minha alegria por presidir esta Comissão e pela convivência que teremos durante esses dois próximos anos. Creio que essa convivência poderá ser muito importante e muito produtiva, porque esta Comissão do Senado Federal nunca foi, politicamente, considerada uma comissão muito importante, sempre foi tratada como uma comissão secundária, mas acredito que, com nosso trabalho e dos Companheiros, enfim, com o trabalho de todos nós poderemos transformá-la numa comissão muito importante, principalmente porque os assuntos de que trata esta Comissão assumiram uma importância que nunca tiveram no País, em razão das mudanças feitas na área de infra-estrutura nos últimos anos, como a privatização de parte do setor e a

criação de novas agências para cuidar desse segmento.

Portanto, alguns problemas que existiam foram resolvidos, e outros começaram a aparecer. Assim, hoje, o setor de transportes – tanto o rodoviário, quanto o ferroviário, o marítimo e o aeroviário – tem problemas que precisam ser tratados e que não foram ainda resolvidos.

Do mesmo modo, o setor de energia elétrica, que é de grande complexidade, também tem muitos problemas para serem equacionados.

Em relação à questão da mineração, ainda não houve a criação da agência, e o novo Código Mineral ainda não foi enviado ao Congresso Nacional. O Código Mineral é bastante antigo e está desatualizado e, certamente, essa discussão será feita agora.

O setor de telecomunicações também foi quase inteiramente privatizado, mas há uma série de questões, principalmente de tarifas, a serem discutidas.

Creio que, além do exame dos projetos de autoria dos próprios Companheiros do Legislativo, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, das propostas advindas do Executivo, além de audiências públicas, de seminários, enfim, há uma série de questões que deverão ser tratadas nesta Comissão.

Acredito que poderemos fazer um trabalho importante para que esta Comissão passe a ter a importância que efetivamente merece ter. Para isso, estou disposto a fazer o maior dos esforços, a me dedicar, praticamente, em tempo integral.

Passaremos a examinar a pauta de hoje.

Há dois requerimentos de convocação de Ministros, todos dois de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Um deles, da Ministra das Minas e Energia e o outro, que trata especificamente da nossa área, do Ministro Miro Teixeira, Ministro das Comunicações, cuja convocação, hoje, foi aprovada em um requerimento na Comissão de Educação.

Como também sou membro da Comissão de Educação, durante a aprovação desse requerimento, solicitei que a convocação do Sr. Ministro Miro Teixeira seja feita em comum acordo com a Comissão de Infra-Estrutura. Fiz o requerimento e, na hora apropriada, ao final da pauta, nós o votaremos. Resumindo: o requerimento é para a convocação do Sr. Ministro Miro Teixeira para uma reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão de Educação, porque uma parte das atribuições do Ministério das Comunicações é tratada na Comissão de Educação e a outra parte, na Comissão de Infra-Estrutura.

Dessa forma, será melhor para o Ministro, que não terá de vir aqui duas vezes, e creio que será melhor para todos.

A SRª IDELI SALVATTI (PT-SC) – Permite-me, V. Exª, um aparte Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

A SRª IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Item nº 6 trata do Requerimento nº 2, que solicita a presença do Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Exatamente, e será votado no momento apropriado.

Passa-se ao Item nº 1.

Tendo em vista que a pauta está trancada, em razão de três medidas provisórias, consta da nossa pauta de hoje apenas projetos não-terminativos. Portanto, todos poderão ser votados.

O primeiro projeto altera o dispositivo da Lei nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviço público de energia, e dá outras providências.

Autor: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Luiz Otávio.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Tendo em vista que a Ministra das Minas e Energia está sendo convidada e o assunto é pertinente a seu ministério, pedimos que seja sobrestada a discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª quer pedir vista ou...

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Posso pedir vista se não puder se sobrestar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É melhor conceder vista a V. Exª. Além disso, o Relator, Senador Luiz Otávio, não se encontra presente. Podemos sobrestar ou conceder vista.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sobrestar é melhor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sobrestar é melhor. Pronto.

A SRª IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senadora.

A SRª IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se houvesse pedido de vista, eu gostaria de transformá-lo em cole-

tivo, mas se ficará sobrestado até a vinda da Ministra, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Fica sobrestado até a vinda da Ministra.

O Item nº 2 é o Projeto de Lei da Câmara nº 034, de 2001, também não-terminativo, que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Autor: Deputado Jaques Wagner, atual Ministro. Relator: Senador Leomar Quintanilha.

O parecer é pela rejeição do projeto. Em 21 de maio de 2002, foi concedida vista à Senadora Heloísa Helena, que o devolveu com voto em separado. O Senador Leomar Quintanilha não está presente no momento. Peço ao Senador Rodolpho Tourinho que leia o parecer de S. Exª. Trata-se do Item nº 2 da pauta. Tem V. Exª a palavra.

O SR. RELATOR AD HOC (Rodolpho Tourinho) – Parecer da Comissão de Serviços de Infra-estrutura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388, de 1997, na Casa de origem), que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Relator: Senador Leomar Quintanilha.

I – Relatório

De autoria do Deputado Jaques Wagner, o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (PL nº 3.388, de 1997, na origem), obriga a construção de muro de proteção contínuo de concreto armado em pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais. Fixa ainda o prazo de cinco anos para que seja providenciada a substituição de todas as proteções existentes que não estiverem de acordo com o projeto.

Ao justificar a iniciativa, o autor se reporta às precárias condições de segurança das rodovias federais, onde ocorre boa parte dos acidentes de trânsito. Destaca que o **guard rail** metálico, tradicionalmente utilizado, é inadequado à segurança do tráfego rodoviário em virtude da baixa resistência ao choque de veículos. Ocorrendo a ruptura do material, o elemento de proteção não consegue impedir a saída dos veículos do leito da rodovia, o que, geralmente, resulta em perdas de vidas ou sérios danos causados aos ocupantes. Daí por que o autor defende que as barreiras utilizadas nos casos especificados – pontes, viadutos e curvas perigosas – sejam contínuas e executadas em concreto armado.

A proposição foi apresentada à Câmara dos Deputados em julho de 1997 e só chegou ao Senado Federal cerca de quatro depois. Na Casa de origem, foi aprovada com pequenas alterações após tramitar pelas Comissões de Viação e Transportes, de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e de Redação.

A esta Comissão de Serviços de Infra-estrutura compete examinar o mérito da proposição, juntamente com os aspectos da constitucionalidade e juridicidade, além da técnica legislativa. No prazo regimental, nenhuma emenda foi oferecida.

II – Análise

O autor demonstra notável preocupação com a segurança do trânsito e a redução do número de acidentes nas rodovias federais, palco das maiores tragédias do trânsito brasileiro. Como ele, admitimos que, comparados aos **guard-rail** metálicos, as barreiras contínuas de concreto armado são de fato muito mais resistentes. Podem, por isso, ser também mais eficientes, especialmente naqueles trechos rodoviários em que ocorrem diferenças significativas de altura ou traçados sinuosos com alto risco de acidente.

A aplicação de elementos semelhantes aos especificados no projeto não é estranha ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cujos manuais técnicos já incorporam recomendação nesse sentido. Segundo informações obtidas junto à área de segurança de trânsito daquele órgão, as soluções em concreto armado vêm sendo normalmente empregadas nos projetos de construção de novas rodovias. Nas rodovias existentes, a prática também vem se tornando usual por ocasião dos trabalhos de restauração. Nesses casos, é necessário que a largura final da rodovia restaurada possibilite a acomodação da barreira de concreto que requer disponibilidade de espaço bem maior do que as proteções metálicas.

Todavia, em que pese a louvável intenção do projeto, discute-se a pertinência da iniciativa, cujo autor, empenhado em elevar o padrão de segurança das rodovias, acabou confundindo a matéria de lei com a matéria típica de regulamentação.

Emprego de materiais e técnicas construtivas são itens permanentemente em processo de desenvolvimento à mercê da evolução da tecnologia. O que se tem hoje como adequado e eficaz pode ser rapidamente superado amanhã pelo surgimento de novos materiais ou novas técnicas capazes de responder melhor à função exigida.

Assim, toda matéria de caráter eminentemente técnico e, como tal, transitória, é, em princípio, incompatível com a natureza das leis e com seu sentido de permanência.

Quantas leis, aliás, já não vimos precocemente condenadas ao desuso exatamente por esse motivo? Mais apropriado para esse fim seriam as normas de hierarquia inferior, tais como, os regulamentos e as instruções normativas, cuja flexibilidade favorece a permanente atualização do objeto **pari passu** com a evolução da tecnologia.

Ademais, é pouco provável que um determinado tipo de defensa seja o mais indicado ou mesmo aplicável a toda adversidade de situações encontradas na malha rodoviária federal. Velocidade de projeto, características físicas e geométricas e o perfil dos acidentes registrados num ponto negro de determinada rodovia são variáveis que podem ser determinantes da opção por um outro tipo de barreira. Observa-se também que nem sempre o material mais resistente ao impacto é o mais indicado nessas situações. Ao contrário, a capacidade de deformação do material pode ser atributo altamente desejável nas barreiras de proteção, sobretudo quando, a par de evitar a saída do veículo do leito da rodovia, pretenda-se amenizar o efeito do choque sobre os ocupantes do veículo. Isso sugere que as barreiras executadas em concreto armado, além de não serem igualmente imprescindíveis na totalidade dos casos, são até desaconselháveis em algumas circunstâncias.

Sendo assim, não obstante a proposição atender aos requisitos formais de constitucionalidade e juridicidade, o exame do mérito não nos permite concluir favoravelmente à medida preconizada pelo projeto.

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – E o voto?

O SR. RELATOR AD HOC (Rodolpho Tourinho) – Sim, o voto. Ante o exposto, o voto é pela rejeição do PLC nº 34, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Temos um voto em separado da Senadora Heloísa Helena.

A SRª SERYS SLHESSAENKO (PT-MT) – Eu gostaria – e, desculpe-me não sei se o momento é apropriado – de me posicionar contrariamente ao voto do relator e a favor do voto em separado da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, V. Exª poderia fazer o favor de ler o voto da Senadora Heloísa Helena?

A SRª SERYS SLHESSAENKO (PT-MT) – Pois não.

Projeto de Lei nº 34, que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Relatório.

Encontra-se em exame nesta Comissão de Infra-estrutura o Projeto de Lei nº 34, de 2001, de autoria do Deputado Jaques Wagner, que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Na Câmara dos Deputados, sob o nº 3.388, de 1997, a proposta foi aprovada com pequenas alterações após tramitar pelas Comissões de Viação e Transportes, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação, informa o Relator.

Em seu parecer, o Senador Leomar Quintanilha destaca que, não obstante a proposição atender os requisitos formais de constitucionalidade e juridicidade, o exame de mérito não nos permite concluir favoravelmente à medida preconizada pelo projeto.

Nestes termos, o voto do Relator é pela rejeição do PLC nº 34, de 2001.

No prazo regimental, nenhuma emenda foi oferecida.

É o relatório.

Análise

Em relação aos aspectos técnicos que envolvem a matéria, estamos diante de projeto extremamente polêmico. Pretende o autor, conforme texto do projeto original, que seja construído, no prazo de cinco anos, muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas nas rodovias federais em todo o território nacional. Consta, na justificação apresentada pelo autor, Deputado Jaques Wagner, a referência a material a ser utilizado em tais proteções.

Afirma o autor que, nas rodovias constantes do Programa de Concessões de Rodovias Federais (Procofe), disponíveis à iniciativa privada para exploração comercial, exige-se a construção de barreiras de concreto nas curvas perigosas como medida de preservação da segurança nas estradas. (Grifamos).

Atesta-se, assim, que o autor tinha ciência do fato de que o mais apropriado seria a definição do material se dar em normas de hierarquia inferior, como lembrado pelo Senador Leomar Quintanilha, mas foi uma emenda do Deputado Giovanni Queiroz, Relator da Comissão de Viação e Transportes, que introduziu a idéia de muro de concreto armado no projeto agora em análise por esta Comissão.

Outrossim, merecem destaque os seguintes aspectos, também presentes no parecer do Relator desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura:

1. Admitimos que, comparadas aos **guard rails** metálicos, as barreiras contínuas de concreto armado são, de fato, muito mais resistentes;

2. A aplicação de elementos semelhantes aos especificados no projeto não é estranha ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER – , cujos manuais técnicos já incorporam recomendação nesse sentido; e, ainda

3. Segundo informações obtidas junto a áreas de segurança de trânsito daquele órgão, as soluções em concreto armado vêm sendo normalmente empregadas nos projetos de construção de novas rodovias.

Parece-nos por demais estranho que, mesmo diante dessas afirmações, o Relator tenha optado por se posicionar contrariamente ao projeto, diante da diversidade de situações encontradas na malha rodoviária federal.

Os órgãos competentes, em particular o Denit, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, órgão responsável pelas atribuições do ex-DNER, estão introduzindo uma tecnologia de proteção em nossas estradas que, ao invés do esperado, que seria maior segurança aos milhões de usuários dessa malha, seriam verdadeiras armadilhas para os motoristas passíveis de acidentes. Não cremos nessa hipótese.

Segundo nosso entendimento, os órgãos competentes pela construção e manutenção das estradas federais, ao proceder dessa maneira, ou seja, empregando as denominadas soluções em concreto armado nos projetos de construção de novas rodovias, como afirmado pelo parecer do Relator, têm assim procedido com base em estudos técnicos.

Nesses termos, se os aspectos destacados pelo Relator o levaram ao voto contrário ao projeto, em outra direção, tais aspectos nos permitem recuperar o teor original do projeto, na forma da emenda que oferecemos como parte integrante do voto em separado.

Sala das Comissões, Senadora Heloísa Helena."

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª pode ler a emenda.

A SRª SERYS SLHESSAENKO (PT-MT) – "Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

É obrigatória a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas nas rodovias federais em todo o território nacional.

Justificação.

Ao recuperarmos a redação original da proposição do Deputado Jaques Wagner, eliminam-se as dúvidas em relação ao material a ser utilizado na construção das referidas proteções, ao passo que deixamos para os regulamentos e as instruções normativas essa definição, garantindo, assim, a flexibilidade que o avanço tecnológico demanda.

Sala das Comissões, Senadora Heloísa Helena."

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senadora.

Antes de iniciar o debate, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Antes dessa emenda da Senadora Heloísa Helena, há o projeto original da Câmara, que dispõe:

"É obrigatória a construção de muro de proteção contínuo de concreto armado".

Na realidade, pela redação da Senadora Heloísa Helena, foi retirada a expressão "em concreto armado". Os arts. 2º, que determina o prazo de cinco anos, e o 3º, que estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação, são neutros, vamos dizer assim.

Então, na realidade, vamos votar agora da seguinte maneira – vou só esclarecer, abrirei para o debate ainda: vamos votar o parecer do Relator, que tem preferência. Se o parecer do Relator, que é pela rejeição, for rejeitado, significa aprovar o substitutivo, no caso, a emenda da Senadora Heloísa Helena.

Estão abertas as discussões.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto visa dar maior proteção ao tráfego nas estradas federais, o que, à primeira vista, é da maior importância. No entanto, sabemos que mais de 60% da malha rodoviária federal neste País está em péssimas condições. Se não há nem condições de tráfego nas estradas, muito menos nos muros. As estradas não têm sequer acostamento. Esse é o grande problema.

Será, portanto, mais uma lei para ficar no papel e não ser cumprida, porque, se não podemos recuperar as estradas, muito menos, murá-las. Entretanto, se a maioria for favorável ao projeto, nos termos da emenda da Senadora Heloísa Helena, creio ser mais pertinente ficar com a emenda da Senadora, porque pelo menos está na norma. Se vão cumpri-la e quando vão cumpri-la não se sabe. Nesse prazo de 2, 3 ou 5 anos também, as estradas brasileiras deveriam ter sido recuperadas há muito tempo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SR.ª SERYS SLHESSAENKO (PT-MT) – Concordo com a observação do Senador. As dificuldades são gigantescas com relação à situação das estradas, mas não é por isso – também concordando com o final da fala de S. Exª – que vamos deixar de aprovar uma lei interessante.

Por isso, continuo defendendo o voto em separado da Senadora Heloísa Helena.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Já que ninguém está mais inscrito para usar a palavra, colocarei em votação o parecer do Senador Leomar Quintanilha pela rejeição do projeto.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis ao parecer do Senador Leomar Quintanilha, portanto, a favor da rejeição do projeto, queiram permanecer sentados. Os demais queiram manifestar-se (Pausa.)

Rejeitado o parecer.

Aprovado o projeto, na forma do substitutivo apresentado pela Senadora Heloísa Helena.

Passa-se ao Item nº 3, não-terminativo:

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2002, que dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994. Participação do superficiário no resultado do aproveitamento de recursos hídricos.

A autora é a Deputada Rita Camata e o Relator é o Senador José Jorge. O relatório é pela aprovação, conforme substitutivo que apresenta.

Como sou o Presidente e Relator ao mesmo tempo, passarei a Presidência ao nosso Vice-Presidente para que eu possa relatar o projeto.

A SR.ª IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu gostaria de pedir vistas do projeto. É possível neste momento?

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Sim, é possível, depois da leitura do relatório.

A SR.ª IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então está certo. Obrigada.

O SR. RELATOR (José Jorge) – Sr. Presidente, Srs.ªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão Projeto de Lei nº 50, de 2002, aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria da nobre Deputada Rita Camata, visando à emissão de parecer em caráter não-terminativo.

Esta proposição, ora sob revisão no Senado Federal, pretende dobrar a participação do proprietário do solo, que é chamado de superficiário, no resultado da lavra de recursos minerais localizados em sua propriedade. Além disso, propõe que a União passe a ter uma participação da mesma monta quando a lavra situar-se em áreas caracterizadas como bens da União.

Nesse caso, o repasse dos novos recursos assim arrecadados seria vinculado ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, em solo de propriedade da União ou em terras devolutas federais; à Fundação Nacional do Índio, Funai, quando a lavra se situar em terra tradicionalmente ocupada pelos índios; e ao Ministério da Marinha, quando a lavra se situar nos seguintes domínios da União: lagos, rios e quaisquer correntes d'água, ilhas fluviais e lacustres, ilhas oceânicas e costeiras, praias marítimas, plataforma continental, zona econômica exclusiva e mar territorial.

O PLC nº 50, de 2002, é resultado da tramitação do Projeto de Lei nº 3.872, de 1997, iniciado na Câmara dos Deputados. Nessa Casa, a proposição foi primeiramente despachada para a Comissão de Minas e Energia. Não tendo recebido emendas, recebeu parecer favorável do Relator, Deputado Zica, com substitutivo visando unicamente enquadrá-la nos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que resultou na repetição integral do art. 11 do citado decreto-lei sob nova forma.

O parecer foi aprovado unanimemente pelo Plenário da Comissão. Seguindo a tramitação propugnada pela Mesa daquela Casa, a proposição seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e foi relatada pelo Deputado Paulo Magalhães. Foi aprovado unanimemente parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Foram apresentados recursos solicitando que o projeto fosse apreciado pelo Plenário, que deliberou pelo não provimento. A matéria seguiu, então, para a redação final e, posteriormente, encaminhada ao Senado Federal.

Análise

A proposição em análise traz inegável benefício aos superficiários pelo aumento de sua participação nos resultados de lavras instaladas em sua propriedade. Essa receita, hoje, é atrelada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, à razão de 50% do seu valor. A CFEM é o que se chama de **royalty** da mineração. O projeto de lei propõe passar para 100%.

Eu explicarei: na realidade, hoje, o superficiário, quer dizer, o dono da terra, ganha o equivalente à metade do imposto. O projeto pretende que ele ganhe

valor igual ao imposto. Na realidade, ele é bom para o superficiário e ruim para o explorador da mineração, que pagará mais.

Ademais, os superficiários, carentes de instrumento fiscalizatório, sentem-se incapazes de aferir se a participação que recebem das empresas de mineração tem aderência com resultados realmente verificados.

Por outro lado, as empresas de mineração alegam que esse aumento de participação do superficiário representa um aumento em ônus de natureza financeira, sem possibilidade de compensação tributária – quer dizer, é realmente um imposto para ele. É como se fosse um imposto.

Tal encargo diminuiria a competitividade das empresas no mercado interno e externo e inibiria investimentos.

A esse respeito, citamos um estudo feito pela King's University, do Canadá, que mostra o Brasil, juntamente com o Chile, como competidor fiscal mais forte da América do Sul e com nítida vantagem competitiva sobre os seus rivais globais.

Assim sendo, mesmo gravando definitivamente a produção, as mineradoras continuariam a ser competitivas no cenário internacional, donde se conclui pela razoabilidade do aumento de custo de até 1,5% sobre o faturamento líquido das empresas minerais, para atender o PLC em análise –atualmente, o **royalty** é de 3% e se paga 1,5% ao dono da terra. Ele seria aumentado para três; portanto, haveria um aumento de 1,5%.

No mercado interno, o impacto da duplicação da participação do superficiário seria, em tese, neutro, posto que todos os concorrentes também teriam o mesmo aumento.

Eventuais distorções na competitividade decorrem mais da sonegação do que de um possível aumento nas alíquotas de participação de superficiários.

Para evitar tais distorções, o DNPM pode desempenhar um papel relevante por meio de fiscalização. Incidentalmente, o DNPM, à medida que detém a competência legal para a fiscalização da CFEM, poderia também amenizar a carência dos superficiários por informação, mediante divulgação do resultado da exploração de lavra nas terras dos interessados.

Entretanto, é fato reconhecido que o DNPM não exerce uma fiscalização adequada, particularmente quanto ao recolhimento da CFEM, receita na qual a participação da superficiária está atrelada.

Por isso, a intensificação da fiscalização do DNPM sobre o recolhimento da CFEM e o compartilhamento dos resultados da fiscalização aos superficiários interessados teria o condão de, ao mesmo tempo, diminuir distorções na competitividade das empresas de mineração e incidentalmente provocar um aumento de receita dos superficiários.

Por essa razão, propomos que o DNPM passe a oferecer um sistema de informações de fácil acesso ao superficiário interessado. Propomos que o DNPM passe a exigir das empresas de mineração o detalhamento da origem da CFEM paga por elas, discriminadas segundo os mesmos critérios aplicados para o rateio da participação dos superficiários interessados.

Essas informações assim detalhadas seriam doravante encaminhadas às prefeituras, que teriam o dever de informar aos superficiários interessados, sempre que solicitados, o valor da parte da CFEM associado à exploração mineral em suas terras. A participação do superficiário decorre automaticamente dessa informação. Conforme preceitos constitucionais, tal informação deve ser gratuita e acessível ao interessado.

Vale ressaltar que a relação que se estabelece entre as empresas de mineração e os superficiários é uma relação de direito privado, sobre a qual o DNPM não tem jurisdição administrativa.

O PLC também propõe incluir a União entre os beneficiários da participação da superfície em terras de sua propriedade. Diversamente ao que propõe o PLC, entendemos desnecessário incluir a União como beneficiária da participação do superficiário, visto que o direito do proprietário ente público à participação no resultado da lavra no nosso entendimento já existe e está disciplinado em lei, pois trata a legislação do direito do proprietário indistintamente.

O dispositivo em revisão, na forma originalmente proposta, poderia dar a entender que mesmo sendo esse um direito da União, estaria ela impedida de cobrá-lo retroativamente pela ausência de regulamentação, com o que não concordamos. Entretanto, nada obsta que a lei discipline a destinação da receita proveniente dessa participação.

Para resgatar a excelente idéia embutida no dispositivo e adaptá-la ao nosso entendimento, a proposição precisaria ser reescrita, para deixar evidente que aí não se trata de direito novo, mas apenas de uma nova distribuição de receitas.

A aparente omissão do Poder Público em reclamar seus direitos de superficiário parece estar associada à ausência de interlocutor claramente designado para defender seus interesses. Desse modo, sugerimos que o DNPM passe a ser o representante da União na

defesa de seus interesses de superficiário, inclusive para reclamações quanto a direitos passados.

Ademais, no exercício da competência exclusiva da União de legislar sobre mineração, incidentalmente, para não haver dúvida de que o direito de superficiário já existe também para os estados em terras de seus domínios, nos termos do art. 26 da Carta Política, igualmente para os municípios, sugerimos incluir uma referência expressa à destinação que esses entes políticos devam dar a receitas oriundas da participação de superficiários.

Propomos que à imagem do que já ocorre com a CFEM, esses recursos sejam destinados à melhoria da infra-estrutura da qualidade ambiental, da saúde e da educação.

No que tange à destinação dessa receita ao superficiário, a que faz jus a União, a proposta do PLC está coerente com as atividades e necessidades dos beneficiários, isto é: DNPM, Funai e Ministério da Marinha. Sugerimos que especificamente para o DNPM essa receita seja legalmente vinculada à atribuição de fiscalização da autarquia como forma de fortalecer essa atividade.

Ainda sobre esse dispositivo ora em análise, cabe observar que a nomenclatura "Ministério da Marinha" não está adequada à atual estrutura dos órgãos do Poder Executivo. O Ministério da Marinha, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1997, passou a ser denominado "Marinha Comando", sob a coordenação institucional do Ministério da Defesa.

Por essa razão, sugerimos que haja atualização da nomenclatura.

Outra impropriedade a ser escoimada do texto definitivo é a ausência do art. 2º no texto final do PLC nº 50, de 2002, encaminhado ao Senado Federal.

Finalmente, ressaltamos que o PLC está adequado quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Voto

Diante do exposto, o voto é pelo acolhimento do PLC nº 50, de 2002, nos termos do Substitutivo a seguir.

Eu não sei se é bom ler o Substitutivo, já que a Senadora vai pedir vistas... Não sei se precisa lê-lo. Ou seria melhor ler logo tudo?

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Não vai entrar em discussão?

A SR.ª SERYS SLHESSAENKO (PT-MT) – Não vai entrar em discussão, pois manterei o pedido de vista feito pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Então, é desnecessário.

O SR. RELATOR (José Jorge) – Então, creio que não precisa ler agora. Em outra oportunidade se lê, não é? Está bem.

Eu gostaria somente de esclarecer que na realidade eu até entendo ser positivo que se peçam vista, porque é um projeto que parece simples, mas ele é relativamente polêmico, porque aumenta o custo das mineradoras; deverá ser aumentado em 1,5% o custo do minério, de uma maneira geral. Isso eleva, conseqüentemente, a receita dos donos do terreno.

Esse projeto ficou comigo desde o exercício passado. Eu o analisei com bastante rigor e fiquei muito em dúvida. A opinião do Ministério de Minas e Energia é contrária ao projeto; inclusive, há parecer contrário e parecer favorável. Mas é um projeto polêmico, e é importante que todos se debrucem sobre ele, para que possamos tomar a melhor decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta) – Está concedida vista da matéria à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de cinco dias.

Passo a presidência ao Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) –

Passa-se ao Item nº 4.

Trata-se do PLC nº 91, de 2001, que têm por objetivo a inclusão de ferrovias na relação descritiva do Plano Nacional de Viação. O Deputado Cláudio Cajado é o autor, e o Relator, o Senador Leomar Quintanilha. Como o Senador Leomar Quintanilha não está presente, eu pediria ao Senador Gerson Camata que, por favor, pudesse ler o relatório do Senador Leomar Quintanilha.

O SR. RELATOR AD HOC (Gerson Camata) – Trata-se, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2001 (nº 755, de 1995, na origem), de alteração a ser feita no Plano Nacional de Viação – PNV, com o objetivo de incluir, na relação descritiva correspondente, os seguintes trechos de ferrovia: entroncamento com a F-116, Bom Jesus da Lapa, Correntina, Barreiras, Divinópolis, Porto Nacional; entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul, Ilhéus, Porto do Malhado, até o entroncamento da F-445, Ubaitaba/BA; Ferrovia do Canal do Tráfico, entre o pólo petroquímico de Camaçari/BA e o porto de Aratu/BA.

De acordo com a justificação apresentada, os trechos propostos para inclusão do PNV seriam todos de alta relevância para a economia do País, do ponto de vista do atendimento das necessidades de transporte em suas respectivas áreas de influência. É o que explica o autor do projeto.

O primeiro trecho, que conecta as Ferrovias Federais F-116 e Norte-Sul, estendendo-se pelos territórios da Bahia e do Tocantins, permitiria atender as demandas decorrentes do aproveitamento da bacia do rio São Francisco e da exploração econômica do cerrado. No primeiro caso, seriam beneficiados os projetos de agricultura irrigada desenvolvidos no Vale do São Francisco e, no segundo, a produção de grãos das regiões oeste da Bahia e de Tocantins.

O segundo trecho, que recupera o traçado da antiga estrada de ferro de Ilhéus, teria por objetivo facilitar o acesso aos quatro portos marítimos da Bahia, Salvador, Aratu, Campinho e Ilhéus, além de possibilitar a complementação da malha ferroviária prevista para aquele Estado.

E o último trecho teria por finalidade estabelecer uma ligação direta de Camaçari, na Bahia, com a região centro-sul do País, cujo mercado absorve 60% da produção do pólo petroquímico instalado naquela localidade. Além disso, a ligação com o porto de Aratu seria estrategicamente importante, em face das limitações do porto de Salvador.

Análise.

O Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973, disciplina, em relações descritivas apresentadas em documento anexo, os elementos da infra-estrutura de transportes componentes do Sistema Federal de Viação, em cada modalidade, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Na Seção 3, dedicada ao sistema ferroviário, o anexo ao PNV estabelece que somente serão consideradas, no Plano Nacional de Viação, aquelas ferrovias do sistema ferroviário nacional constantes na relação descritiva da Seção 322.

Como bem avaliou o autor do projeto, é certo que, desde a aprovação do PNV, em 1973, o País passou por transformações sociais e econômicas que tiveram reflexos significativos na configuração dos fluxos de transporte. É natural, portanto, que se busque a atualização daquelas relações descritivas, mediante a inclusão de novos componentes que, com o passar do tempo, despontaram como ligações importantes para a estrutura do sistema de transporte do País. É o que o projeto pretende.

No tocante à técnica legislativa, foram identificadas falhas que, embora de caráter meramente formal, necessitam ser corrigidas. Assim é que, além de não explicitar a lei que está sendo alterada pelo projeto, o texto da ementa deveria, tanto quanto possível, oferecer indicações mais precisas acerca do objeto da proposição.

Além disso, a descrição dos trechos ferroviários propostos, constante no art. 1º do Projeto, apresenta-se em desacordo com o padrão adotado nas relações descritivas anexas ao PNV. Admite-se que as falhas apontadas podem ser corrigidas por meio de emendas de redação, que em nada comprometem o objetivo e o conteúdo da proposição.

Nota-se, finalmente, que, assim como o projeto original, as emendas propostas deixam pendência de definição alguns dos elementos constantes da relação descritiva, quais sejam: a designação numérica de cada trecho e as respectivas extensões e superposições.

A exemplo do que já ocorre com projetos semelhantes, anteriormente aprovados pelo Congresso Nacional, caberá ao órgão competente do Ministério dos Transportes providenciar as informações técnicas complementares quando da efetiva inclusão dos novos componentes nas relações descritivas.

As emendas são simplesmente de redação e estão anexadas aqui ao voto apresentado, que é pelo acolhimento da proposição vinda da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

O projeto está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, o projeto está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o parecer do Relator, Senador Leomar Quintanilha, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Itens nºs 5, 6 e 7 – sendo que este é um requerimento adicional – da pauta tratam de requerimentos de convocação de Ministros. É uma questão natural, está-se iniciando um Governo novo. É muito importante que os Ministros venham à Comissão para fazer seus pronunciamentos e definir basicamente quais são as programações e as dificuldades de cada Ministério.

O Item nº 5 é o requerimento da Senadora Ideli Salvatti, convocando a Srª Ministra das Minas e Energia.

Está em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Srªs e Srs. os Senadores que estejam de acordo com o requerimento, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Item nº 6 é o requerimento também de autoria da nossa da Senadora Ideli Salvatti, convocando o Sr. Ministro dos Transportes.

Está em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o requerimento, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Item nº 7, extrapauta, é um requerimento de minha própria autoria, convocando o Sr. Ministro Miro Teixeira para uma reunião conjunta com a Comissão de Educação. A sua convocação foi aprovada hoje, pela manhã, naquela Comissão, por isso entendo ser melhor que ele venha para as duas Comissões, conjuntamente.

Está em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o requerimento, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora entrar em contato com os Srs. Ministros para marcar as datas. Todos serão devidamente avisados.

Esgotamos a pauta.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h10min.)

Ata da Terceira Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 25 de março de 2003, terça-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas do dia vinte e cinco de março de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Jorge, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Junior, Duciomar Costa, Siba Machado, Gérson Camata, Valdir Raupp, Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Leomar Quintanilha, Reginaldo Duarte, Jonas Pinheiro, e Augusto Botelho e Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995 e Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993**, que "Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens" e "Dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais" (tramitação conjunta). **Autores**: senador Pedro Simon e Deputado Sólon Borges Reis. **Relator**: Senador Gérson Camata. **Parecer**: favorável, na forma de um substitutivo. **Resultado**: aprovado Requerimento de autoria do Senador Roberto Saturnino para que seja ouvido o Conselho de Comunicação Social. **Item dois: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2000 – Decisão Terminativa**, que "Veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e no Distrito federal". **Autor:** Senador Maguito Vilela. **Relator**: Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer**: pela rejeição. **Discutiram a matéria** os Senadores Leomar Quintanilha, Delcídio Amaral, Rodolpho Tourinho, Gerson Camata, Geraldo Mesquita Júnior e José Jorge. **Resultado**: concedida vista aos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – R.I). **Item quatro: Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2001**, que "Dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no País em datas determinadas e nas regiões específicas". **Autor**: Deputado Márcio Fortes. **Relator**: Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer**: contrário. Por sugestão do Presidente da Comissão e por tratar-se de matéria similar ao **item dois**, os Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior solicitam vista do Projeto. **Resultado**: concedida vista ao Senador Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – R.I). **Item três: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002 – Decisão Terminativa,** que "Altera a relação descritiva da rodovia do Plano Nacional de Viação". Autor: Senador Gérson Camata. Relator: Senador José Maranhão. Resultado: Adiado. **Item cinco: Aviso nº 38, de 2002**, que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 456, de 2002 – TCU (Plenário), bem como

dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria Operacional realizada no Setor Elétrico Brasileiro (Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica), com o objetivo de identificar as causas da crise de abastecimento no setor elétrico, bem como as possíveis soluções para o setor, no intuito de evitar racionamento de energia nos próximos anos (TC – 005.308/2001-6)". **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Teotônio Vilela Filho. **Parecer**: pelo arquivamento. **Resultado**: aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Jorge,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Srªs e Srs. Senadores, damos início a reunião da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Há cinco itens na pauta.

Antes de passar ao primeiro item, eu gostaria de dar uma explicação aos companheiros da Comissão. Há cerca de duas ou três semanas, aprovamos, na Comissão, três requerimentos de convite aos Ministros de Estado dos Transportes, de Minas e Energia e de Comunicação. Dois são de autoria da Senadora Ideli Salvatti, e o outro é de minha autoria.

Estamos tentando marcar uma reunião com os Ministros, mas, infelizmente, S. Exªs não se propuseram, até agora, a vir à Comissão. Já comuniquei à Liderança do Governo na Casa. Na realidade, daremos mais um prazo, até a próxima semana. Deixamos em aberto as datas para que os Ministros marcassem as reuniões, haja vista que a agenda de um Ministro normalmente é muito cheia. Entretanto, S. Exªs não marcaram nem as datas. De qualquer maneira, é natural que cada Ministro participe da Comissão específica que trata da sua área para revelar seus planos e programas.

Se, até a reunião da próxima semana, essas datas não forem marcadas, poderemos fazer um requerimento de convocação. Então, correrá um prazo regimental de trinta dias, se não me engano, para que os Ministros compareçam à Comissão.

Passa-se ao Item nº 1 da pauta.

Item 1:

Trata-se de um projeto não-terminativo, cuja ementa é a seguinte:

Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. É o PLS nº 109, de 1995. O projeto já está a bastante tempo na Casa.

Ementa:

"Dar prioridade à concessão de canais de emissoras e entidades educacionais (PLC nº 20, de 1993)".

O Senador Pedro Simon é autor do PLS nº 109, de 1995, e o Deputado Solon Borges dos Reis, do PLC nº 20, de 1993. Os dois projetos foram apensados: um oriundo da Câmara e outro de autoria do Senador Pedro Simon.

O Relator é o Senador Gerson Camata. O parecer é favorável à aprovação conforme substitutivo que apresenta.

Passo a palavra ao Senador Gerson Camata para apresentar seu relatório.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o objetivo principal de ambos os projetos, tanto o do Senador Pedro Simon quanto aquele oriundo da Câmara, é melhorar a atribuição do Conselho de Comunicação Social, que, finalmente, foi instalado, conforme previsto no art. 224 da Constituição Federal, na avaliação do desempenho das entidades que solicitam a concessão ou a renovação de emissoras de rádio e televisão.

Por outro lado, cria e normatiza um sistema público de radiodifusão, nos termos do art. 223 – na verdade, regulamenta os dois artigos da Constituição –, atribui ao Congresso Nacional a responsabilidade de apreciar todos os atos de outorga e renovação das concessões e/ou permissões de emissoras de rádio e televisão, também conforme o art. 223, e condiciona a validade das transferências a uma homologação por parte do Congresso Nacional, o que não existe hoje. Atualmente, quem obtém um canal pode vendê-lo, o Congresso não fica sabendo com quem está a concessão e só descobre a situação dez anos depois, quando chega o pedido de renovação do canal.

Concluí por um substitutivo. Não farei a leitura completa do parecer, por ser longo. Creio que, fazendo dessa maneira, facilite a explicação.

Os projetos originais também regulamentavam a TV a cabo, que não está prevista na Constituição, pois os serviços de telecomunicações consistem na distribuição de sinais de vídeo e áudio mediante transporte por meios físicos. O Senador Roberto Saturnino lembra-se desse longo debate realizado há alguns anos. A lei só pode dispor apenas sobre a outorga e renovações de concessão ou permissão para exploração dos serviços de radiodifusão de som e imagem. Não se trata de transporte por cabo, nem por meio físico. Não é o caso da TV por assinatura.

Então, excluo lá e regulamento, fazendo uma aproximação dos dois projetos de lei e partindo para um substitutivo. Sei que o nosso Colega Pedro Simon fica muito nervoso, quando se pega um projeto seu e transforma-se num substitutivo. Eu também não gosto, mas, para melhorar a adequação, a própria consultoria prefere fazer isso, com a finalidade de explicitar melhor qual o objetivo, porque, na verdade, são dois projetos praticamente anexados e transformados em um só.

O substitutivo está na página 10. Ele define o que é permissão e concessão, estabelecendo os prazos, dentro daquilo que os projetos originais previam, fazendo com que o Conselho de Telecomunicações tenham atividade mais definida e também com que o Congresso Nacional, sempre que houver não só outorga, não só a permissão, não só a concessão, mas também, quando aquele concessionário, aquele permissionário, vender, dê uma licença para essa venda.

Em resumo, é esse o objetivo do substitutivo que apresento, Sr. Presidente, e submeto à apreciação dos Colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senador, o projeto tem méritos indiscutíveis. O parecer do Senador Gerson Camata foi muito cuidadoso e bem elaborado.

Entretanto, Sr. Presidente, gostaria de ponderar que, hoje, temos, finalmente, depois de tantos anos, instalado o Conselho de Comunicação Social, que é um órgão de assessoria, auxiliar, do Congresso Nacional. Penso que deveríamos ter uma opinião deste Conselho sobre essa proposta, porque esta é substanciosa, importante, e afeta o universo das concessões de radiodifusão.

Nesse sentido, sem desmerecer em nada o parecer do Relator, que, volto a repetir, é muito bem elaborado, e também o projeto, que tem méritos inegáveis, faria um requerimento, pedindo audiência, com a finalidade de ser ouvido o Conselho de Comunicação Social, para que possamos decidir à luz do parecer deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Aceito o requerimento de V. Exª e vou colocá-lo em votação.

Antes, gostaria de ouvir a opinião do Relator, Senador Gerson Camata.

O SR. RELATOR (Gerson Camata) – Sr. Presidente, exatamente, uma das inovações do substitutivo é que, com a criação do Conselho, há a obrigação de as empresas habilitadas enviar àquele órgão o relatório anual da programação, ordem de grandeza da programação, percentuais e providências tomadas para atender àquilo que determina o art. 2º. Depois, o Conselho de Comunicação Social, por lei, fica autorizado a criar conselhos regionais, porque, para estender a sua fiscalização, ele terá que fiscalizar estados distantes.

Então, ele precisará de conselhos regionais que ficarão de olho nas emissoras, a fim de que possamos ver se elas estão cumprindo aquilo que colocaram na proposta apresentada ao Poder Executivo e homologada pelo Congresso Nacional.

Acredito que, quanto mais discutirmos, quanto o Conselho e outras entidades forem ouvidas, será muito interessante para aperfeiçoar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pelo que entendi, o parecer de V. Exª é favorável ao requerimento do Senador Roberto Saturnino.

O SR. RELATOR (Gerson Camata) – Sou favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, vou colocar em votação o requerimento do Senador Roberto Saturnino, que encaminha esse projeto para o Conselho de Comunicação Social dar o seu parecer. Depois, ele retornará a esta Comissão, com parecer favorável do Senador Gerson Camata.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2:

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2000.

Ementa:

Veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Autor: Senador Maguito Vilela.

Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para apresentar seu relatório.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O Projeto de Lei nº 239, de autoria do ilustre Senador Maguito Vilela, que veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, já foi submetido ao exame da CCJ. O então Relator, Senador Íris Rezende, pronunciou-se favoravelmente ao projeto e seu relatório foi aprovado pela comissão.

O grande problema que existe em relação ao horário de verão é que creio que não pode ser atribuição do Legislativo fixar duração, onde deve ser feito ou o prazo, porque somente o Poder Executivo, mais precisamente o Ministério de Minas e Energia, é que tem condições de verificar exatamente o que deve ser feito ou não.

Há longa discussão sobre a questão do horário de verão, sobretudo quando estamos mais próximos ou menos próximos do Equador. Em alguns lugares, o máximo que há é uma hora dentro de um determinado período, mas o que se busca efetivamente com o horário de verão é reduzir a demanda máxima na ponta. Não é consumo normal de energia, mas é na ponta em determinado momento. Então, isso traz vantagens e desvantagens, convenientes e convenientes. Para quem acorda cedo, principalmente a classe menos privilegiada, é realmente um problema. Mas, ao mesmo tempo, pode-se contrapor que, voltando mais cedo, também se estaria tendo vantagens.

Há defesa em relação à atividade de lazer, a questão de turismo em determinadas áreas. Enfim, há defensores e opositores, vantagens e desvantagens. Mas o que realmente sempre pesou na decisão de adotar ou não o horário de verão é o impacto no consumo na ponta, quer dizer, naquele horário em torno das 18h. Esse é o grande benefício que existe.

Como é o Poder Executivo que recebe do ONS – Operador Nacional do Sistema – e da Aneel os dados pertinentes para que possa tomar a decisão, repito não vejo sentido legislativo em impor ou proibir a adoção.

Em decorrência do exposto e de medida que tenha que ser adotada pelo Poder Executivo, somos de parecer contrário à aprovação do PLS nº 239.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em discussão, o parecer do Relator. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, para discutir.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vivo no Estado do Tocantins, que tenho a honra de representar nesta Casa e nesta Comissão e que é objeto da discussão da proposta apresentado pelo eminente Senador Maguito Vilela.

Faço coro às afirmações de natureza técnica aqui expendidas aos membros desta Comissão pelo eminente Senador Rodolpho Tourinho, **expert** no assunto, conhecedor profundo da matéria. Estou a favor da proposta apresentada.

Fazer economia, Sr. Presidente, é sempre bom. O apagão que V. Exª enfrentou à frente do Ministério acabou trazendo, a par das dificuldades que o País atravessou, um aspecto positivo. Foi na questão cultural da economia. O brasileiro passou a sentir a necessidade de economizar um pouco mais de energia elétrica no seu consumo diário, a não permitir que não ficassem acesas todas as lâmpadas da casa quando estavam ele ou os membros da sua família só num cômodo, reduziu os gastos com chuveiro. Enfim, promoveu economia, que é interessante para a economia familiar, mas também para a do País. Se as autoridades, depois de exaustivo exame, entenderam que é importante o Tocantins está integrado ao processo do horário de verão, ainda com certo desconforto e incômodo que traz à sua população, mas é importante a população do Tocantins também manter uma sintonia com o horário das atividades com o Distrito Federal, que é com quem aquele Estado tem bastante relação.

Mas o pressuposto da economia, efetivamente, é que me leva a manifestar-me favoravelmente à opinião registrada do nosso Relator. Manifesto, pois, meu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

Está em discussão o parecer do Relator. Talvez o Senador Delcídio Amaral, um especialista no assunto, também quisesse dar sua opinião, mesmo porque precisamos de mais um Senador para votar o projeto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, entendo que aqui a orientação é acompanhar o parecer do Relator, mas eu queria fazer algumas ponderações sobre esse assunto.

Vivi o racionamento de 1988, que foi um muito duro, principalmente para a região Norte e Nordeste; depois, vivemos o "apagão", mais recentemente. E, na minha visão, o impacto na prática é quase nenhum, principalmente nos Estados da região Norte,

especificamente o Pará, e creio que o Tocantins também. Agora, eu queria fazer uma ponderação, Ministro. Os argumentos que foram aqui apresentados têm que ser bastante ponderados. V. Exª já foi Ministro, o Senador Rodolpho Tourinho também, e há outras pessoas que conhecem bem o setor elétrico. Creio que essa é uma decisão que tem que ser muito bem discutida. Eu sugeriria até que fizéssemos uma discussão, por exemplo, trazendo o INPE para cá ou os organismos que estão citados no parecer, que conhecem bem o setor, até para deixar isso muito claro. Precisa o Executivo ter uma liberdade maior para definir essa questão do racionamento em função das especificidades não só do setor elétrico brasileiro, como também das varias regiões do País.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, talvez eu pudesse aconselhar V. Exª a pedir vista do projeto, porque não foi dada vista ainda, pelo que sei. V. Exª analisaria a questão com todos esses segmentos e, então, traria na próxima reunião um parecer favorável ao Relator ou alguma proposta de mudança. Porque, na realidade, para nós, aqui, principalmente da Comissão de Infra-Estrutura, em minha experiência de Parlamentar de muitos e muitos anos, observa-se que, na realidade, nessas audiências públicas, temos que selecionar bastante. Quando realizamos audiências públicas, muitas vezes, vêm as pessoas que convidamos, e, como cada Senador participa de duas ou três Comissões, ficamos sem condição de dar um público àquela pessoa.

Há Comissões que optam por fazer muita audiência pública, criar muita subcomissão, montar uma estrutura grande, quando, na realidade, os Senadores, na maioria das vezes, não dispõem do tempo necessário. Por exemplo, quando cheguei aqui às duas horas para presidir a reunião, a Comissão de Educação ainda estava ouvindo o Ministro dos Esportes. Então, na realidade, alguns Senadores nem almoçaram ainda, vieram direto para a Comissão, como, por exemplo, o Senador Leomar Quintanilha e outros.

É importante que, talvez numa primeira etapa, V. Exª, fazendo esse pedido de vista, analise com o INPE ou com quem achar justo, e daí faça uma segunda avaliação. Se realmente julgar que seria melhor mesmo fazermos audiência pública, então faríamos.

Concedido, portanto, vista ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, essa questão do horário de verão traz na verdade um problema ao Norte, que, como não está interligado ao sistema nacional, não tem seu horário alterado. Mas, por conseqüência, o **Jornal Nacional** no Estado de Rondônia passa às seis horas da tarde e, no Acre, às cinco horas. Sem falar nas novelas, nos programas proibidos para menores, que acabam passando às nove ou dez horas da noite.

Então, na verdade, mesmo sem estar interligado ao sistema, o horário de verão teria que alcançar também o Norte, para poder ficar mais ou menos no mesmo, porque já temos uma hora de diferença em Rondônia e duas horas de diferença no Acre.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Esse inconveniente que V. Exª citou acontece também em Pernambuco. Como não entramos no horário de verão, os horários de programas de televisão, de futebol e dos aviões ficam todos alterados, porque temos que nos basear pelo horário de Brasília.

Vamos discutir o assunto. O Senador Delcídio Amaral estudará mais uma vez e, na próxima reunião, decidiremos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero somente fazer uma sugestão a respeito das audiências, porque realmente são muitas as solicitações, e há possibilidade de termos de conciliar interesses com outras comissões, a exemplo de alguns dos Ministros que virão para três comissões simultâneas.

Faço uma solicitação para que possamos contar com a presença do Ministro Ciro Gomes, para falar a respeito de investimentos, divulgados pela imprensa, do plano de trabalho do Ministério, principalmente na Amazônia e no Nordeste. Portanto, eu gostaria de saber se há interesse desta Comissão em trabalharmos com a possibilidade de convocação do Ministro Ciro Gomes.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª, agora, está fazendo um requerimento. Ao final da reunião, nós o colocaremos em votação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Queria fazer um esboço da minha argumentação para o Senador Delcídio Amaral.

Em 99, o Governo Federal teve que antecipar rapidamente, em uma semana, o início do horário de verão. Caso contrário, haveria problema. Sabemos de todos os problemas que o sistema tinha, falta de investimentos, etc., mas, às vezes, o Governo é obrigado a tomar uma decisão dessas. Portanto, em 2000, teve que ampliar o horário – foi uma decisão muito rá-

pida – em mais dez dias, pelas necessidades mostradas pela ONS.

Só mais uma observação também para o Senador: a importância que adquire as térmicas dentro desse contexto; se com o sistema hidrotérmico, com mais térmica do que a que temos, se poderíamos, um dia, deixar de ter essa obrigação do horário de verão em determinadas regiões.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, acredito que o Senado é o órgão certinho para debater o problema.

Nós, Senadores, representamos os Estados. O Ministro Tourinho, hoje Senador, expôs muito bem, tecnicamente, porque é necessário o horário de verão. Acredito que é inconstitucional um objetivo nacional de poupança de energia que beneficia todos excluir alguns. É o mesmo que dizer: "economizem a energia que vou gastar porque quero acordar mais tarde". Não dá! Ou todos economizam, ou ninguém.

Não se pode ficar excluindo um ou outro Estado, a não ser por um motivo muito técnico, no caso do sistema da parte norte-ocidental, que não está interligada. Temos que analisar sob esse aspecto.

É um objetivo nacional? Sim. Todos os Estados vão se beneficiar? Sim. Então, que haja sacrifício por parte de todos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, o horário de verão é uma chatice sem tamanho, de uma inconveniência sem tamanho. Creio que deveríamos elastecer o debate para considerar inclusive a extinção dessa prática, que se mostra, a cada ano, com resultados menores.

O povo brasileiro, por ocasião de uma crise energética que vivemos, deu uma lição fantástica àqueles administradores que, digamos, deixaram de dar o tratamento devido às questões e nos colocaram em uma verdadeira armadilha. O povo brasileiro deu uma lição fantástica: convocado e cônscio de uma real necessidade no que diz respeito à contenção e ao consumo de energia, mostrou do que é capaz.

Há anos que o horário de verão é praticado no País, e os resultados são cada vez piores. Chegou a hora de pensarmos inclusive em eliminar esse mecanismo e discutirmos no Senado a possibilidade de substituí-lo por outra prática que leve em conta as peculiaridades regionais.

Para que V. Exª tenha idéia, Sr. Presidente, no Acre, a diferença de horário com relação a Brasília é de duas horas. Com o horário de verão, passa a ser de três. Em outras regiões, os problemas são da mesma ordem. Em suma, é um assunto para o qual devemos chamar a responsabilidade do Senado Federal e imaginar uma alternativa que não traga tanto desconforto e incômodo à população brasileira.

Gostaria, inclusive, de pedir vista conjunta do projeto a fim de que possamos nos debruçar sobre o assunto e, talvez, oferecer alguma alternativa nesse sentido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador. Muito obrigado. Gostaria apenas de esclarecer que, na realidade, a decisão a respeito do horário de verão cabe somente ao Poder Executivo. Ou seja, o Poder Executivo pode, em determinado momento, tendo em vista maior disponibilidade de energia elétrica ou que a população, em regra geral, não aprecia o horário de verão, e ouvida a NOS e os órgãos próprios, naquele ano, não implantar o horário de verão. Não é uma questão obrigatória. Mas, de qualquer maneira, está concedido o pedido de vista também a V. Exª. Vamos rediscutir o projeto.

Gostaria, agora, de passar ao Item 4, também um projeto que se refere ao horário de verão. Assim como no item anterior, o Relator é o Senador Rodolpho Tourinho, que também ofereceu parecer pela rejeição.

Consulto os Srs. Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior se V. Exªs também não gostariam de pedir vista para este projeto, pois, na próxima reunião, analisaremos os dois conjuntamente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Portanto, vista coletiva. Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª deveria ler o relatório. Leia apenas o voto a fim de ser mais rápido.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A rigor, o voto é absolutamente igual ao outro. Portanto, Sr. Presidente, solicito que V. Exª considere como lido. Acrescentar apenas um ponto, a que já me referi rapidamente. Volto à questão levantada pelos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior, lembrando que, além de uma decisão do Governo Federal, por meio de informações que recebe, sobretudo da NOS – ele pode entender que é preciso ou não –,

existe algo que pode ser feito para sempre: a utilização térmica maior. Se existe reserva, se existe capacidade contratada, basta, na hora do pico, ligar as termas e evitar o horário de verão. Essa talvez seja a melhor solução.

Era a opinião que gostaria de deixar registrada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Assim sendo, cumprido o Item nº 4, passemos ao Item nº 3. Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, terminativo, que altera a relação descritiva da rodovia do Plano Nacional de Viação. Autor: Senador Gerson Camata. Relator: Senador José Maranhão, que não se encontra. Como S. Exª não está presente, a Comissão prefere que outro leia o relatório ou que adiemos, pelo menos uma vez, a fim de que o Relator esteja presente?

As regras nas Comissões variam. A Comissão de Educação, por exemplo, aguarda uma vez. Aguardaremos uma vez. Portanto, constará da pauta da próxima reunião. Falarei com o Senador José Maranhão. Se S. Exª não estiver presente, designarei outro Relator.

Item nº 5:

Aviso n º 038, de 2002, não-terminativo.

Ementa: "Encaminho ao Senado Federal cópia de uma decisão do TCU, bem como de respectivo relatório e voto que o fundamentam, referente ao relatório de auditoria operacional realizada no setor elétrico brasileiro (no Ministério das Minas e Energia, na Aneel, na Eletrobrás e na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica) com o objetivo de identificar as causas da crise de abastecimento no setor elétrico, bem como as possíveis soluções para o setor, no intuito de evitar o racionamento de energia nos próximos anos."

Trata-se de relatório elaborado na época da crise de energia. Foi elaborado outro relatório aqui no Senado Federal, outro também no TCU, e em diversos órgãos elaboraram o relatório. O Tribunal, apenas, está encaminhando para o conhecimento desta Comissão. Ou seja, para que ele seja arquivado, tem que haver uma aprovação da Comissão.

O parecer é pelo arquivamento.

O Relator é o Senador Teotônio Vilela, a quem concedo a palavra.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, coube ao nobre Senador Mauro Miranda relatar este aviso. Aliás, é praxe o Tribunal de Contas da União enviar ao Senado Federal as auditorias realizadas no Ministério de Minas e Energia, na Aneel e também no conselho que acompanhando a crise energética.

O Senador Mauro Miranda, em um relatório detalhado, faz algumas sugestões ao Tribunal de Contas, o qual as adota, quais sejam:

– determinar ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica que acompanhem o cronograma físico-financeiro das principais obras dos programas de geração e transmissão de energia elétrica;

– determinar à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica o envio ao Tribunal de Contas de cópia do relatório elaborado pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico;

– recomendar ao Ministério de Minas e Energia, à Agência acional de Energia Elétrica e ao Ministério do Meio Ambiente que elaborem procedimentos a serem observados pelos outorgados de obras de geração ou transmissão, visando adotar as providências necessárias ao licenciamento ambiental.

Sr. Presidente, tomamos conhecimento das providências adotadas pelo Tribunal de Contas da União mediante o aviso em exame, a respeito do qual não temos reparos a fazer.

Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria, tendo em vista que não há, a nosso ver, providências cabíveis que possam ser tomadas no âmbito do Senado Federal em decorrência do conhecimento e exame dos autos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador.

Informo a V. Exªs que todo esse material ficará à disposição de S. Exªs, caso queiram se interar melhor do assunto. Inclusive há também um relatório elaborado pela Comissão Especial do Senado para que possamos nos aprofundar melhor no tema setor elétrico.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que forem favoráveis ao Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos e, desde já, convoco uma reunião para a próxima semana.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h59min.)

Ata da Quarta Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 01 de abril de 2003, terça-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas do dia primeiro de abril de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Jorge, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Gérson Camata, Valdir Raupp, Valmir Amaral, José Maranhão, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e Augusto Botelho e Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: Projeto de Lei do Senado n° 239, de 2000 – Decisão Terminativa,** que "Veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e D no Distrito Federal". **Autor:** Senador Maguito. Vilela. **Relator**: Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer**: pela aprovação. **Resultado**: Sobrestado (Sobrestada a apreciação das matérias terminativas, em virtude da não deliberação, pelo Plenário do Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão n° 1, de 2003, proveniente da Medida Provisória n° 79, de 2002). **Item dois: Projeto de Lei do Senado n° 239, de 2002 – Decisão Terminativa,** que "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de viação, aprovado pela Lei n° 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Estado do Espírito Santo". **Autor:** Senador Gérson Camata. **Relator**: Senador José Maranhão. **Parecer**: pela aprovação. **Resultado**: Sobrestado (Sobrestada a apreciação das matérias terminativas, em virtude da não deliberação, pelo Plenário do Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão n° 1, de 2003, proveniente da Medida Provisória n° 79, de 2002). **Item três: Projeto de Lei da Câmara n° 24, de 2001**, que "Dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no País em datas determinadas e nas regiões específicas". **Autor:** Deputado Marcio Fortes. **Relator:** Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer**: Contrário. **Resultado**: adiado. **Item quatro: Projeto de Lei do Senado n° 99, de 2001 – Decisão Terminativa,** que "Altera a Lei n° 9478, de 1997, que "Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências". **Autor**: Senador Roberto Saturnino. **Relator**: Senador Delcídio Amaral. **Parecer**: Pela rejeição. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator. **Pauta Extra: Projeto de Lei do Senado n° 168, de 2002 – Decisão Terminativa**, que "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei n° 9472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado". **Autor:** Senador Ricardo Santos. **Relator:** Senador João Batista Motta. **Parecer:** pela aprovação, na forma de um substitutivo. **Resultado**: Sobrestado (Sobrestada a apreciação das matérias terminativas, em virtude da não deliberação, pelo Plenário do Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão n° 1, de 2003, proveniente da Medida Provisória n° 79, de 2002). Foi aprovado o Requerimento n° 7, de 2003 – CI, para a realização de audiência pública com a Ministra de Estado das Minas e Energia, Dilma Vana Roussef, para instrução dos Projetos de Lei do Senado n° 239, de 2000 e de Lei da Câmara n° 24, de 2001. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Jorge,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos, hoje, uma pauta bastante prejudicada, em razão de três medidas provisórias estarem trancando a pauta do Senado. Dessa forma, não podemos votar nenhum projeto terminativo nesta reunião. Há diversos itens terminativos, inclusive um projeto extrapauta.

Quero, primeiramente, dar um aviso. Como todos sabem, a Comissão aprovou o convite à Ministra das Minas e Energia, ao Ministro dos Transportes e ao Ministro das Comunicações. O convite ao Ministro

das Comunicações foi feito em conjunto com a Comissão de Educação.

Estamos tentando marcar essas reuniões. Já conseguimos agendar a primeira, com a Ministra das Minas e Energias, que virá à Comissão na próxima terça-feira. S. Exª pediu que a reunião fosse às nove horas, porque, aparentemente, só poderia vir pela manhã. Eu disse a S. Exª que para nós não haveria dificuldades, que poderia vir nesse horário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – É boa a notícia que V. Exª nos traz, porque o meu requerimento tem o propósito de convidar a Exmª Srª Ministra das Minas e Energia para aqui comparecer e discutir conosco os dois projetos que tratam do horário de verão.

Então, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno, seja convidada a Exmª Srª Ministra Dilma Rousseff para uma audiência pública, com a finalidade de instruir o projeto de Lei do Senado nº 239, de 2000, que veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal, e o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2001, que dispõe sobre o estabelecimento do horário de verão no País, em datas determinadas e nas regiões específicas; e que sejam sobrestados os estudos dos projetos em questão, conforme o art. 335, inciso II, do Regimento Interno.

Acredito que, com a presença da Ministra, esclareceremos de vez essa questão e prosseguiremos com a apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

Essas duas matérias estão na pauta e tratam de assuntos semelhantes, ou seja, do horário de verão. O Senador Delcídio Amaral pediu vista.

Vou colocar o requerimento em votação. Já havia sido feito um convite à Srª Ministra com outra finalidade; para que S. Exª não precise vir ao Senado duas vezes, se V. Exªs concordarem, solicitaremos que, na sua visita, também esclareça essa questão do horário de verão.

S. Exª falará, primeiro, sobre o Plano de Governo e, posteriormente, sobre o horário de verão.

Em votação, o requerimento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que já foi explicado anteriormente.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à pauta, que ficou bastante prejudicada. Os Itens 1 e 2 são terminativos e não podem ser votados. O Item 3, que é não-terminativo, o Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou que fosse adiado. O Item 4 também é um projeto terminativo, mas o Relator pediu fosse retirado de pauta – de qualquer maneira, não poderia ser votado. Até mesmo o item extrapauta, o Projeto do Senado nº 168, de 2002, é terminativo e não poderá ser votado, embora o Relator, Senador João Batista, esteja presente.

V. Exª gostaria antes de pedir a palavra, Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, é apenas com relação ao Item nº 4. Conversarei mais detalhadamente com o Senador Roberto Saturnino, que é o autor do projeto, porque ele diz respeito a leilão de blocos de petróleo e eventualmente um cancelamento desses leilões, aguardando-se a elaboração da política energética do País pelo Conselho Nacional de Política Energética. Conseqüentemente, acho que vale a pena uma conversa com o Senador Roberto Saturnino, até porque tenho uma opinião divergente e gostaria de esclarecer isso com S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, esses projetos que são terminativos, que não podem ser votados hoje, poderiam ser discutidos, mas acho que não vale a pena. É melhor liberarmos a reunião hoje e, na próxima semana, quando a pauta estiver liberada, discutiremos e votaremos. Não são tantos projetos, é melhor discutir e votar na hora.

Eu gostaria de saber se algum dos Senadores gostaria de fazer mais alguma observação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para esclarecer uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, a Ministra Dilma Rousseff ficou, então, para a próxima terça-feira, às 9 horas?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sim, próxima terça-feira, dia 8 de abril.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, já que esse projeto tem caráter terminativo, acho que ele poderia ser mantido. Eu não retiraria, então, de pauta, porque até a próxima reunião eu conversaria com o Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Então, ele permanece na pauta para a próxima reunião.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h35min.)

Ata da Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 8 de abril de 2003, terça-feira, às 9 horas.

Às nove horas do dia oito de abril de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Jorge, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Sibá Machado, Geraldo Mesquita Junior, Gérson Camata, Valdir Raupp, Valmir Amaral, Paulo Octávio, João Ribeiro, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, César Borges, Jonas Pinheiro, Reginaldo Duarte, Osmar Dias, Luiz Otávio, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho e Augusto Botelho e Senadoras Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com a Ministra de Estado das Minas e Energia, Dilma Vana Rousseff, com a finalidade de prestar esclarecimentos concernentes à área de atuação do Ministério e a implantação do horário de verão no País. Após a explanação, fazem uso da palavra as Senadoras Idelli Salvatti, Serys Slhessarenko, Ana Júlia Carepa e os Senadores Valdir Raupp, Leonel Pavan, Duciomar Costa, Delcídio Amaral, Rodolpho Tourinho, Roberto Saturnino, João Batista Motta, Geraldo Mesquita Júnior, Gérson Camata e o Presidente, Senador José Jorge. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bom-dia, Ministra Dilma, bom-dia, companheiros do Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que da pauta desta reunião consta o item que diz respeito à audiência pública da Srª Ministra de Estado das Minas e Energia, Drª Dilma Vana Rousseff, que abordará assuntos concernentes à sua Pasta e também falará sobre a implantação do horário de verão no País. O convite originou-se de requerimento aprovado por esta Comissão, de autoria da nobre Senadora Ideli Salvatti e do nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A lista de inscrição encontra-se sobre a mesa.

A Srª Ministra terá meia hora para fazer sua exposição. Logo após, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta da interpelada, que poderá ser contraditada no prazo máximo de dois minutos, concedendo-se à interpelada o mesmo tempo para a tréplica.

A palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

Considero muito importante para a nossa Comissão a presença da Ministra, tendo em vista que os assuntos desse Ministério são de relevante prioridade para o nosso País, tanto a área de energia quanto as áreas de petróleo e de mineração.

Espero que possamos, passados quase cem dias da posse do Governo, conversar a respeito desses setores tão importantes, para saber como serão encaminhados nesse período de quatro anos.

Agradeço a presença de todos.

Passo a palavra à Ministra Dilma.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Inicialmente, queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador José Jorge, e todos os Senadores aqui presentes.

Vou dividir a minha intervenção basicamente em dois pontos. Sobre o horário de verão, falarei no final. Na primeira parte, farei uma exposição, a mais concisa possível, a respeito da situação do setor elétrico brasileiro.

Pediria a compreensão das Srªs e dos Srs. Senadores, pois vou dar ênfase a essa matéria e deixar para falar do petróleo e da mineração em outra opor-

tunidade, na medida em que o atendimento ao setor elétrico brasileiro, tenho a impressão, é mais urgente.

A minha exposição estará baseada num rápido diagnóstico da situação em que recebemos o setor elétrico. Em seguida, faremos uma avaliação de medidas emergenciais e discutiremos o encaminhamento do nosso projeto de reestruturação do setor.

O que aconteceu concretamente? O mercado de energia elétrica no Brasil – as suas empresas distribuidoras, as geradoras e as transmissoras – sofreu o mesmo processo, eu diria, de crise econômico-financeira que as demais empresas, com alguns agravantes. Todo o modelo do setor elétrico foi concebido para ser sustentável num quadro de taxa cambial de um por um ou com um nível de flexibilidade cambial bastante restrito. Ele estava fundado na captação de recursos internacionais para prover o financiamento dos investimentos e da própria atividade de manutenção. Nesse quadro, as privatizações ocorreram num momento extremamente vantajoso do ponto de vista do mercado internacional.

Vivia-se, em todo o mundo, um processo de grande valorização dos respectivos setores elétricos. Então o preço desses ativos estava extremamente valorizado. Isso aconteceu aqui e nos Estados Unidos também. O setor elétrico, naquele momento, era visto como uma grande oportunidade de negócios. Isso explica por que os preços alcançaram picos bastante elevados.

De outra parte, como uma parcela significativa da privatização foi feita na área da distribuição, que era controlada pelos Estados, os quais tinham por objetivo reciclar as suas dívidas, ao vender esses ativos, eles o fizeram também na certeza de que obteriam um financiamento, a título de adiantamento do BNDES, de 50% do valor da venda. Tudo isso leva a preços bastante elevados no momento de venda das empresas estatais.

Com isso, o que quero evidenciar é que havia um patamar de valorização dos ativos não por qualquer compromisso pura e simplesmente governamental ou dos Governadores. Havia um momento conjuntural, no mundo, de preços elevados de ativos.

Ora, o Brasil, a partir de 1999, atravessa três choques cambiais, quando o dólar passa de um para dois, de dois para três e, depois, de três para quatro, recentemente. Nesse processo, o setor passa a sofrer profundamente o efeito do fato de que não só os ativos tinham sido vendidos, como era suposto que a expansão fosse financiada em dólar, e na sua grande maioria o foi, e, ao mesmo tempo, sofreu esse impacto da desvalorização cambial. Acresça-se a esse impacto o fato de que houve, também internacionalmente, uma redefinição dos preços dos ativos, uma diminuição do preço desses ativos.

Nos Estados Unidos isso se expressa por quedas drásticas do valor bursátil de alguns ativos, de algumas empresas. Em alguns casos, o preço desses ativos cai de 70 dólares por ação para 3 ou 2,5 dólares. E sabemos que valor de ativo nos Estados Unidos é preço de ação **versus** quantidade de ação.

Então houve, em todos os lugares, uma recomposição de valor. No caso do Brasil, estamos em processo dessa recomposição. Há, sem a menor sombra de dúvida, hoje, em curso, uma redefinição, um ajuste dado à mudança conjuntural. Esse ajuste se reflete numa certa perda de rentabilidade das empresas que ocorreria havendo ou não o racionamento. Para mim, isso é um dado importante, a primeira constatação. Havendo ou não o racionamento, passar-se-ia por um processo, como está ocorrendo no resto do mundo, de ajuste de ativo.

Ao mesmo tempo, houve um padrão de endividamento, que essas empresas adotaram, que era caracterizado pelo seguinte: uma parcela pequena de **equity** e uma parcela grande de endividamento, ou seja, um pouco de capital **power up** e muito de endividamento. Isso também – é bom que se diga -, teve um comportamento, um padrão internacional. Esse padrão de financiamento ocorreu aqui, como em quase todos os países do mundo.

Hoje, enfrentamos as empresas do setor elétrico com graus, principalmente na área de distribuição. Na área de geração há algumas especificidades, com algum problema sério na área de ajuste nos preços dos ativos, no grau de rentabilidade. No nível de endividamento, no que se refere à parcela dentro da sua dívida, prepondera a dívida de curto prazo e, em alguns casos, uma parcela grande de dívida em dólar.

Então há um marco com uma certa agilidade financeira no setor elétrico brasileiro. De outra parte, as razões que levaram ao racionamento, expressas no Relatório Kelman, são fundamentalmente atraso de obras, ou seja, volume de investimento não adequado para a expansão da demanda e, ao mesmo tempo, problemas na estrutura institucional dos diferentes órgãos. Essas três razões apontadas pelo Relatório Kelman, que levaram ao racionamento, também existiam incipientemente nesse modelo, na medida em que as distribuidoras, que eram a parte demandante, porque a elas era atribuída a garantia da expansão, tinham que prover de demanda suficiente o mercado, e não tinham obrigação de fazê-lo. Tudo isso contribui

para que esse modelo, num determinado momento, naquela ocasião, se expressasse como uma crise de escassez de energia por ocasião do racionamento.

Sobre a crise de escassez de energia, que acredito que já foi suficientemente debatida, poderíamos discutir o seguinte: saímos da crise que leva à escassez de energia? Essa era a pergunta. Então há uma crise financeira.

A segunda questão é a seguinte: como fica o setor elétrico? Superamos os processos que levaram ao racionamento ou não? O que está acontecendo hoje?

Creio que o setor elétrico passa por um modelo do tipo pêndulo. Saímos da escassez de energia, que foi conjuntural também; toda escassez é conjuntural, ou toda sobreoferta é conjuntural. O setor se ajusta na conjuntura e tem características estruturais. A expansão dele, o horizonte mínimo, se dá ao longo de cinco anos, mas ele existe na conjuntura. Então esse racionamento conjuntural está hoje se expressando numa sobreoferta também conjuntural. O que pode ser dramático é que essa dinâmica racionamento/sobreoferta tem que ser rompida, porque a sobreoferta não assegura tranqüilidade. Como ela é conjuntural, pode levar a um segundo momento de racionamento, inexoravelmente, se não for rompido esse processo.

Vou explicar por que estamos em sobreoferta hoje. O grande problema com que nos deparamos ao assumir o Ministério é o fato de que se constata que, tanto do ponto de vista físico, ou seja, do ponto de vista das relações entre a oferta de energia no sistema e a oferta de energia assegurada no sistema, quando se fala de energia hídrica, mais o fator de disponibilidade das térmicas no sistema, quando se compara isso com o mercado, constata-se que há hoje, em média, em torno de 7.500 megawatts médios – não é ponta. Então há 7.500 megawatts médios sobrando. O que significa isso? Significa que, de um mercado de oferta de energia instalado de em torno de 51 mil, existe hoje um consumo de apenas 42 a 43 mil, em média, e há um excedente. Não estou citando os números precisos, mas, se for necessário, o farei. A oferta hídrica está em 41.051 megawatts médios; a térmica, 9.253 megawatts médios; total: 51. 304. Mercado, 43.413, o que resulta em torno de 6.891. Colocamos 7.000 mais 500, computados pela questão da Ande; correspondendo a 7.500. Isso, sobre a oferta, significa algo em torno de 17% do mercado de consumo. Não estou computando energia emergencial nem a energia das usinas térmicas **merchand** – elas estão fora. Considera-se o conjunto das usinas emergenciais em torno de 1.869 e as **merchand** em 1.121, somando algo em torno de 3 mil megawatts. Tirando isso, por razões óbvias, estou considerando a existência de 7.500 megawatts médios sobre a oferta. Também em nível dos contratos isso ocorre, ou seja, há também um processo de descontração desses 7.500 megawatts médios, grosso modo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Entre distribuidoras e geradoras?

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Entre distribuidoras e geradoras.

Quais são as razões disso? São várias. Tecnicamente, estamos calculando que, desses 7.500 megawatts, algo em torno de uns 4.000 megawatts sejam provenientes da redução do mercado pós-racionamento – ninguém esperava que isso se mantivesse, mas se manteve – e que algo como 3.500 correspondam a energia nova que, nesse período, foi introduzida no mercado pelo plano de expansão que estava em andamento. Quatro mil são uma estimativa.

Existe o seguinte problema: o fato de haver 4.500 megawatts médios sobrando não dá tranqüilidade no sentido de que o setor pode se desarmar diante do controle dessa política de expansão, da tentativa de resolução dos gargalos para essa expansão, sejam eles financeiros ou ambientais.

Há um problema sério, que é o seguinte: se nós fizermos um cálculo ao preço do último leilão e multiplicarmos 7.500 por 8.760, que é o número de horas anuais, para obtermos o quanto isso significa de valor, **versus** os preços do leilão, chegaremos a algo em torno de R$5 bilhões, que geradores, por algum motivo, não estão obtendo. Se for descontado que eles conseguem vender parte disso a R$4,00 – uma sobra aqui e outra ali –, de fato verifica-se que há um problema sério no setor elétrico, porque isso, a curto prazo, pode se transformar num rombo no caixa das geradoras. Isso, obviamente, é distribuído desigualmente: há geradoras federais menos expostas e outras mais expostas; há geradoras estaduais estatais muito expostas e outras menos expostas; há também geradoras privadas com exposição e há investidores privados com algum nível de exposição.

Esse é o quadro conjuntural do setor elétrico. Ele é conjuntural na seguinte medida: o consumo de energia elétrica sofre uma grande influência do crescimento do Produto Interno Bruto. A economia, ao crescer, provoca um crescimento mais que proporcional do consumo de energia. Em qualquer processo de retomada do crescimento, há um horizonte de dois anos para esse acesso. Dois anos, dois anos e meio, um ano, um ano e meio. E, dessa situação, emergem dois elementos: a necessidade de se manter o pro-

cesso de expansão ao mesmo tempo em que há a necessidade de se resolver essa questão da sobra, porque a sobra sinaliza muito mal, junto com a alta hidraulicidade que hoje, graças a Deus, nós temos no sistema. Está chovendo, os reservatórios estão cheios, além do fato de que houve uma queda brutal da demanda, sinalizando que o sistema está pleno, quando não está. Ou seja, todas as fragilidades que levaram ao racionamento ainda estão em ação. Então temos que combinar um remédio de curto prazo com um remédio de médio prazo.

O remédio de curto prazo tem que, necessariamente, levar em conta as seguintes variáveis: há hoje um problema financeiro no setor, um problema de sobra de energia conjuntural. E, como se não bastasse, há também um problema no que se refere às tarifas de energia elétrica. Não há dúvida por parte de ninguém de que houve uma recomposição geral das tarifas de energia elétrica, que se encontram, em termos da nossa moeda, o Real, em patamares bastante elevados. Não podemos deixar de acreditar que um patamar de 277 megawatts/hora para o setor residencial seja pequeno. Ao contrário, é um patamar elevado para o Brasil.

Com isso quero dizer que estamos enfrentando uma grave crise no setor elétrico. Ela não é catastrófica, mas é grave, e tem margens de manobra muito estreitas. Por quê? A de 1993 tinha uma grande margem de manobra. Qual era? A tarifa estava reduzida, portanto a acomodação do setor elétrico podia ser feita fundamentalmente pela via tarifária. Hoje não temos uma margem grande para fazê-lo, ou seja, não há uma irrealidade tarifária tão acentuada. Há desequilíbrios entre a tarifa da indústria, do comércio, **vis-à-vis** o residencial, mas isso não ocorre em proporções equivalentes ao que ocorreu em 1993.

Logo, dadas essas três questões, resolver o problema do setor elétrico implica alguns passos muito ponderados. Não há como esse processo ocorrer sem que se combinem essas medidas imediatas com algumas de médio prazo.

Tentarei explicar primeiro as medidas de curto prazo e, depois, vou simplesmente modelar as de médio prazo.

No curto prazo, está em questão que não podemos deixar que esses 7,5 mil explodam. Então temos que procurar um tratamento para essas sobras. Nos últimos anos, o preço MAE acompanha o preço médio de operação, que nada tem a ver com preço. O custo médio de operação é o indicador, rodado por um computador num programa bastante complexo, que mostra a elevada capacidade do setor elétrico brasileiro de se gerir. Mas, de qualquer jeito, ele não é uma "precificação". Estava variando de R$4,00 a R$5,86, salvo engano. Essa variação é a correção, simplesmente, do preço.

Ocorre que todos os referenciais de energia estão referidos a esse preço; o preço do mercado de curtíssimo prazo, chamado "preço MAE", está referido a esse mercado de curtíssimo prazo.

Então qual a nossa idéia? De um lado, fazer com que esse preço reflita de fato o preço da geração, o custo de operação e manutenção da geração hidrelétrica mais cara que a de Itaipu, e não esse preço de R$4,00. Proceder a um pequeno ajuste no PMAE. Ao mesmo tempo, como não pode ser repassado à tarifa, teremos que readequar os fundos para garantir um mínimo não de rentabilidade – porque não é rentabilidade –, mas de operação e manutenção para todas essas usinas que estão disponibilizando 7.500Mw. Estamos fazendo um cálculo em torno de R$28,00, não mais do que isso, pelo não utilizado. Estamos tentando montar essa equação, o que é muito difícil, porque não há possibilidade de repassar esse custo para a tarifa. Teríamos de reequacionar fundos.

Isso implicaria deixar que houvesse uma perda, mas não tão grande. Não se trata de salvar integralmente os 7.500Mw, mas de reduzir a perda e diminuir o risco do sistema. O que estamos objetivando é trabalhar com risco baixo. Em uma segunda instância – essa seria a questão da sobra –, consideraríamos que alguma perda vai ocorrer, mas não pode ser uma perda integral, porque isso desestimularia todo o processo de expansão. Seria um dos piores sinais regulatórios possíveis. Ou seja, a energia sobra, e, pela energia que sobra, ninguém paga; ela não tem cobertura alguma.

De outro lado, quero dizer que temos hoje, de fato, no setor elétrico, um problema de capital de giro de curto prazo nas empresas. Isso também terá que ser solucionado. É óbvio que, com a queda do dólar, há, digamos, um fôlego. Ganha-se fôlego porque toda a parcela da dívida em dólar das empresas sofre uma imediata redução. Basta imaginar o que significa uma queda de R$3,90 para R$1,10 no montante dos estoques de dívida, e mesmo dos fluxos futuros. Isso é bastante significativo, no entanto, não adianta. Temos clareza de que uma parte dessa questão deverá ser pactuada com os acionistas, que terão que integralizar capital. Não há como não haver uma certa integralização de capital.

De outra parte, trata-se de recompor, de alguma forma, dados, limites, obviamente de crédito, toleráveis, linha de capital de giro. Ao mesmo tempo, pen-

samos em dar um tratamento a alguns ativos regulatórios, principalmente àqueles que causam profundo impacto na taxa de inflação, como é o caso da CVA, que é a conta gráfica dos valores da parcela A – basicamente energia de Itaipu, paga em dólar, mês a mês, e repassada, no final do período, para as tarifas. Essa conta, pela forma como foi concebida, captura o dólar de pico, pega toda a bolha – não se repassa dólar médio, repassa-se dólar de ponta. E, como não se repassa dólar médio, mas dólar de ponta, quando isso for repassado para a tarifa, estará sendo transferido todo o pico do dólar de outubro e de junho, até o início do ano, para as tarifas. É isso que ela faz, conseqüência da forma pela qual está concebida a própria parcela A e a parcela B nos contratos de concessão. O dólar é capturado no pico. Isto é algo que vamos tentar – não altera a concessão – fazer: dólar pela média, e não pelo pico, fazendo com que se diminua a oscilação.

O que isso significa? Significa que, sem considerar a questão do aumento tarifário, herdado do passado, está sendo transferido para o presente, na tarifa, algo em torno de 4 a 7 pontos percentuais, que é algo muito elevado. Inclusive hoje, já saiu uma portaria interministerial que prorroga essa parcela por mais vinte e quatro meses. Ou seja, esse pagamento não vai incidir nesse aumento, caso contrário estaríamos simplesmente realimentando a inflação. Estamos acelerando um processo inflacionário; estamos transformando a tarifa de energia numa correia de transmissão em torno deste valor: sete pontos percentuais no pico; quatro no limite inferior, o que resultaria em torno de uns 5% em média. Basta calcular o que significa isso em um aumento tarifário em torno de 27% a 30%. É extremamente significativo.

O que estamos construindo com esse intuito? Ao invés de ser pago nesses doze meses, por meio de processos tarifários, teríamos alguma forma de transformação desse pagamento num fluxo financeiro. Está em processo de construção, por isso não vou definir precisamente como será feito. Queremos transformar esse fluxo num fluxo financeiro, e não num fluxo tarifário. Ele seria tarifário num momento seguinte.

Com isso, o que estamos tentando obter a estabilização do setor elétrico para procedermos à sua expansão concomitantemente com a sua reestruturação.

Vou continuar um pouco mais no curtíssimo prazo para depois passar para o médio.

Existe um processo de estabilização do capital de giro – nós não pretendemos fazer nenhum Proer na área do setor elétrico brasileiro, entendendo para o Proer medidas indiferenciadas, ou seja, adotar um tratamento indiferenciado. Acreditamos que, nessa questão da crise, as empresas também, assim como as geradoras, absorverão um pedaço de perdas. É inviável supor que seja possível remunerar esses capitais aos níveis da venda, ou seja, aos níveis que eles atingiram quando foram vendidos.

Daí por que não concordamos com aquela discussão sobre base de remuneração. Consideramos que tal discussão esteja mal situada. Um ativo tem o seu valor dado pelo mercado, mesmo quando o mercado assegura equilíbrio econômico-financeiro. O mercado não fornece garantias nem seguro quanto a processos exógenos de desvalorização de ativos. A concessão não faz isso. Não é viável supor que o valor de ativo, em dólar, em 1998, possa ser assegurado em 2002, 2003, mas é viável supor que o equilíbrio econômico-financeiro seja a garantia de que esse ativo será remunerado pelo seu valor efetivo, em dólar, a preços de mercado, em cada momento. Esse é o conceito de equilíbrio econômico-financeiro, senão estaríamos fazendo um seguro contra o mercado, o que seria uma sandice; estaríamos blindando o setor elétrico. Nenhum setor brasileiro está blindado contra a flutuação do dólar. Pode-se estar blindado quanto a desequilíbrios internos. Creio que, contra flutuações do dólar, o setor elétrico tenha uma relativa blindagem, mas não integral, mesmo não considerando crise. O IGPM foi uma blindagem relativa. Não é possível supor que esse processo de ajuste de valores de ativos que ocorreu no mundo inteiro não afete o País. É impossível supor que tenhamos aqui uma proteção contra esse processo. Isso não é real.

Ajustes terão de ser feitos. Parte desses ajustes cabe aos acionistas; outra parte, de fato, a um pacto entre os acionistas, os consumidores e o Estado, que hoje é o modelo vigente de concessão de serviço público de distribuição e de equilíbrio econômico-financeiro. Por isso, não se trata de um Proer, mas, fundamentalmente, de um processo de recomposição e de reestruturação dos setores, com muita cautela e com muito critério, no sentido de não deixar as empresas sofrerem um processo de insuperável situação restritiva nem permitir, ao mesmo tempo, que isso seja resolvido, mais uma vez, apenas pelo Estado e pelos consumidores.

Do ponto de vista do curto prazo, os dois processos – tanto o da oferta como esse – devem ser necessariamente solucionados neste ano. No curto prazo, eles terão solução. Porém, eles têm diferenciações temporais: um amadurece mais rápido e o outro,

menos. Além disso, no caso dos grandes consumidores de energia, acreditamos ser possível promover um aumento de consumo em torno de dois mil megawatts, porque há uma espécie de demanda reprimida. Então cremos que, nesse horizonte, superamos isso, conseguimos estabilizar a situação. Paralelamente, estamos iniciando uma discussão. Até o final deste mês, pretendemos apresentar um projeto preliminar, já existente, de reestruturação do setor elétrico brasileiro.

Vários acontecimentos deram certo no passado. O processo que chegou até nós também apresenta vários aspectos corretos. Não acreditamos que esteja tudo errado. Não temos a visão de que estamos começando do zero ou de que nada deve ser resgatado.

Primeiramente, registro que o modelo é dominantemente institucional público e privado. Não se trata de voltar ao processo de estatização passado nem de julgar que seja viável um setor elétrico em curto prazo. Os sinais de mercado de curto prazo são os que importam, porque nenhum mercado funciona com sinais de longo prazo. O mercado funciona, sobretudo, com sinais de curto prazo. O problema do setor elétrico brasileiro é que esses sinais de curto prazo não são suficientes. O curto prazo no setor elétrico não equivale a um ano, um dia, um mês. A discussão de mercado no setor elétrico pretende, necessariamente, definir o que significa curto prazo no setor elétrico. Acreditamos que o curto prazo no setor elétrico seja, do nosso ponto de vista, de cinco anos. O correto no setor elétrico é um curto prazo de cinco anos, o que implica necessariamente uma política que dê conta disso, não pensando seja viável que o mercado **spot** seja o regulador do setor elétrico. Acreditamos que o que hoje se chama MAE seja fundamentalmente uma câmara de compensação de diferenças, e não um mercado de curtíssimo prazo. Refiro-me a **spot** no sentido clássico da palavra de mercado, pois em todos os mercados de mercadoria, mercado **spot** não é isso. Ele não é só um liquidador de diferenças. Cremos que o sinal de mercado de curto prazo tem de ser dado, fazendo ajustes ao longo de cinco anos, o que implica duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Os cinco minutos acabaram.

A SRA. DILMA VANA ROUSSEFF – V. Exª pode prorrogar o tempo?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está prorrogado.

A SRA. DILMA VANA ROUSSEFF – A questão dos cinco anos implica exigências de contratação por cinco anos, sinalizações para os investidores por cinco anos, e que os cinco anos são móveis; ou seja, se somarmos cinco anos ao ano vigente, obteremos 2008, ou, se levarmos em conta o próximo ano, 2009. Assim, os cinco anos não significam a extensão dos contratos, mas o horizonte de controle do curto prazo.

Além disso, eu estava falando de algumas alterações que julgamos fundamentais. Primeiro, o que é o curto prazo e, portanto, como concebemos o mercado. Acreditamos que o mercado tem de realizar-se, ou seja, temos de encontrar mecanismos de realização de mercado nesses cinco anos; ao mesmo tempo, há fatores cruciais. Primeiro, um outro princípio: queremos combinar planejamento com mercado. Acreditamos que o setor elétrico brasileiro é híbrido por natureza. Combinar planejamento com mercado significa que necessitamos de um horizonte de planejamento de longo, médio e curto prazos, contestado por quem? Contestado por mecanismos de mercado. Isso significa que consideramos fundamental que a geração seja um objeto de absoluta competição. Não haverá geração a preços baratos no Brasil se continuarmos mantendo certas formas de contratação que não levem em conta mecanismos de leilão. Vamos recuperar os mecanismos de leilão do Governo passado, mas, de certa forma, radicalizando-os. Não é possível aceitar autocontratação de partes inter-relacionadas a preços que não sejam competitivos. Acreditamos que o **self-dealing** é um fator de baixa competição no sistema elétrico brasileiro. O VN, pelo máximo, ou seja, em muitos momentos, o direito de repassar um teto, principalmente um teto vezes 1,15 também se transformou num mecanismo pouco competitivo no que se refere à energia do setor elétrico brasileiro. Consideramos, então, que o planejamento, juntamente com o prazo um pouco mais longo de mercado, beneficia a todo o mundo, inclusive às distribuidoras. Por quê? Hoje, uma distribuição pode indagar como contratar seu mercado se não souber quem será consumidor livre daqui a cinco anos ou não? Como fazer um contrato de longo prazo com alguém se não se souber qual será o tamanho do mercado, se vai perder, consumidor livre ou não? Então esses horizontes são cruciais para definir linhas de planejamento para as distribuidoras, para geradores e para o próprio consumidor.

De outro lado, consideramos que há várias experiências bem-sucedidas nesse modelo. Uma delas é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Esse modelo do ONS tem funcionado perfeitamente. Há duas questões que devem ser mencionadas sobre o modelo do ONS na área de transmissão. Basica-

mente, o fato do ONS ser um agente que faz a intermediação, ou seja, é rigorosamente um **pool** da transmissão, que faz a interface entre geradores, distribuidores e consumidores livres. Não se tem notícia de inadimplência dentro do ONS, porque todas essas operações são feitas com garantias, são contratos bilaterais absolutamente preservados dentro de um **pool**, porque o ONS opera como um interveniente. Esse setor de transmissão é hoje o mais estável, porque opera com o conceito de receita assegurada.

Então o que estamos tentando modelar é uma relação similar – não é igual, obviamente há todo um processo adaptativo -, que combine contratos bilaterais, o conceito de **pool** e de garantias contratuais mínimas, para que não haja risco de inadimplência, portanto, diminuindo o risco regulatório e o risco financeiro da "bancabilidade" dos processos. É nesse sentido que estamos caminhando. Não estamos pensando em um **pool** estatal. Não estamos pensando, de maneira alguma, em um ente estatal que agregaria todas as funções do setor elétrico. Pelo contrário, pela estruturação institucional do setor elétrico, para ele poder funcionar, deve ter uma certa flexibilidade institucional com agentes dessa formatação meio condominiais, do tipo do ONS, atuando. Na área da geração seria uma variante disso.

Repito: estou citando só os contornos do modelo, não pretendo esgotar o assunto. Disponho-me a voltar aqui quando esse processo estiver maduro, mas o que estou tentando é assinalar rumos.

A nossa preocupação é manter o que há de flexível num contrato bilateral, assegurar o que há de estabilidade no conceito de **pool** e introduzir garantias para dar sustentação ao processo. E assegurar que isso se dê também com a expansão nova, de tal forma que o processo de escolha da nova expansão se daria não por quem pagar mais, mas por quem assegurar ou a menor tarifa ou, dentro de critérios bastante restritos, aceitar a menor receita garantida. Estamos seriamente pensando em transformar a remuneração do gerador também em receita assegurada, mas da nova expansão, não da existente.

Eu gostaria de esclarecer qual é a nossa concepção da relação do Estado com as agências, porque muitas vezes isso tem sido tratado de forma muito tumultuada.

Penso que só em uma hipótese não se precisa de agências: quando houver o monopólio puro ou estatal, ou seja, quando todas as atividades estiverem nas mãos do Estado não se precisa de agência. No caso no monopólio privado, teríamos que ter, no mínimo, umas dez agências para fiscalizá-lo.

O que entendo que ocorre atualmente? A agência não é só necessária, ela é imprescindível. E diria mais: com mais funções que atualmente – e vou dizer quais são – e com menos atuação política.

O que quero dizer com isso? Há um estudo do Banco Mundial que mostra que uma agência não pode definir políticas ou fazer planejamento, caso contrário será uma agência capturada. Na medida em que ela não tem a legitimidade para fazer políticas macro, porque essas decorrem do poder concedente, tenderia a fazer política micro e, no caso, seria capturada pelos diferentes agentes microeconômicos. Essa é a razão pela qual não pode fazer política.

A agência tem que regular. Ela tem que ter autonomia no seguinte aspecto: dada a política, ninguém tem que discutir como ela a executa, ou melhor, ninguém tem que discutir nessa primeira etapa, porque ela pode ser fiscalizada em uma segunda etapa. O que não se decide? Como ela fará a política micro, aquela que incide sobre o agente. Mas a definição de política macro não é dela.

Esta é a distinção: ela tem autonomia para executar a política macro porque não cabe ao Governo questionar como ela atendeu ao agente A, B ou C. Isso não possível ocorrer, visto que desequilibra o marco regulatório.

Não é papel da agência definir políticas ou planejamento, porque, como não tem legitimidade para fazê-lo, se o fizesse, tenderia a fazer política micro. Compartilho da avaliação do Banco Mundial e entendo que, no Brasil, estamos em um processo de aprendizado.

As agências têm um papel regulador e fiscalizador, e as diferentes agências o cumpriram de forma diferenciada. Entendo que elas têm que ser extremamente profissionalizadas, que devem ter plano de carreira e remuneração compatível ao fato de que não podem servir de presa fácil à captura, que é uma questão tratada amplamente em toda a literatura regulatória. Portanto, temos que considerar seriamente essa questão se quisermos ter um setor regulado e fiscalizado, como, por exemplo, o setor elétrico, o de petróleo ou qualquer outro.

Parece-me que estamos com dois problemas, pois temos grandes conquistas nas áreas de regulação, algumas conquistas na de fiscalização e pouquíssimas conquistas na área de prevenção, onde teremos que afinar a sintonia.

Há certos processos de endividamento que ocorreram ao longo dos últimos anos que comprometem ou podem comprometer a confiabilidade e a continuidade do sistema ou, ainda, colocá-lo em risco. Esses processos vão exigir e merecer uma análise mais detalhada do papel das agências, no sentido de colocar restrições para que não ocorra algo.

Cito um exemplo sob intervenção, de amplo conhecimento, que é o da concessionária Cemar, obrigada a sofrer intervenção no passado. O que devemos nos perguntar – não no sentido de caçar os responsáveis, mas para aperfeiçoar o sistema – é por que chegou a tal ponto. Ou seja, o que seria necessário para que a Agência sinalizasse ou mantivesse uma atividade de prevenção àquele nível de endividamento insustentável que levou a uma intervenção? É algo que merece um processo de discussão que não é de fácil resolução, pois implica também levar em conta a autonomia de gestão do concessionário privado. Portanto, devem-se combinar as duas coisas. Mas esse é um caminho fundamental de evolução do nosso marco regulatório, principalmente porque percebemos que houve uma fragilidade nos últimos anos.

Acredito que a relação da Agência com o Ministério deveria ser completada com outra questão. Houve, de fato, um esvaziamento do Ministério de Minas e Energia. Há, nesta sala, três ministros que me antecederam e que muito me honram. Sabemos que o Ministério de Minas e Energia está absolutamente despreparado para as funções que exerce, tanto do ponto de vista de informações gerenciais como de sua estruturação profissional. É inviável que o Ministério conte com nove engenheiros, é inviável que mantenha um economista em seu quadro de carreira. E tenho certeza de que os ministros que me antecederam lutaram com muitas dificuldades nesse sentido. Imagino que um dos fatores que levaram ao fato de as agências assumirem alguns papéis é que o Ministério dispunha de poucos recursos para se estruturar. Uso esse argumento como um fator bastante grave no setor elétrico brasileiro, porque um ministério de elaboração de políticas é um local de definição de rumos.

Ao mesmo tempo, gostaria de dizer o que estamos pensando, a fim de tranqüilizá-los. Pensamos em tratar a questão de expansão da geração. Atualmente, existe um horizonte de projetos elaborados, tanto no setor hidrelétrico como no setor térmico. Acredito que o gás natural mereceria uma audiência específica não apenas em relação à questão térmica, mas também ao mercado de gás, à relação com a Bolívia, ao gás natural nacional. É importante que se trave uma discussão sobre o gás nacional. Considero que um dos projetos estruturais do setor elétrico será a solução dos gargalos enfrentados pelo gás natural hoje: o preço do gás térmico, a alta exposição da Petrobras, uma certa inflexibilidade do preço do gás. Se conseguirmos baixar o preço do gás, ele despachará, expandirá o mercado – diminui-se o preço e cria-se uma sinergia positiva. Enfim, essa é uma discussão um pouco mais complexa, impossível de ser tratada nestes 45 minutos, que já estou avançando.

Mas o que gostaria de dizer sobre a expansão é que já iniciamos um levantamento que visa detectar o seguinte: no horizonte de 2003-2005, existem em torno de 3.576 MW de energia hídrica segurada e aproximadamente 8.122 de potência. No horizonte 2006-2010, temos mais ou menos 7.000 de potência e, de térmicas, em torno de 5.000 distribuídos pelos dois períodos, totalizando 10.000. Todos esses projetos têm problemas. Deixarei o térmico separado por tudo que mencionei anteriormente, como a questão da Bolívia. Inclusive, desses 7.500 MW, em torno de 1.400 são descontratação térmica, térmica sem contrato, daquela sobra.

Estamos fazendo o seguinte acompanhamento: estamos no fim da conversa com todos os investidores, apurando problemas ambientais e financeiros. A principal fonte de financiamento tem sido o BNDES e os bancos estatais, então estamos promovendo uma discussão específica com o BNDES para todos os projetos que estão com problemas, fazendo um levantamento, tentando solucionar e verificando outras possibilidades, ou seja, o Ministério não só acompanha se está ocorrendo, mas estamos tentando solucionar gargalos. Do ponto de vista ambiental, ocorre o mesmo: estamos estruturando uma política de solução de gargalos pelo menos para uma quantidade X de energia a ser definida. Há um grupo de trabalho com o NE, CCPE, ou NE-CCPE, a Aneel, que também chamamos, e o Ministério, para definir as condições de garantia de expansão a determinadas taxas de crescimento do PIB. Estamos fazendo uma política pesada de acompanhamento, porque não podemos verificar as sobras sem analisar a questão da expansão, que tem que estar centralizada no Ministério. É óbvio que ninguém queima 7.500 MW – os Ministros presentes sabem muito bem – em menos de dois anos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu diria três.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Sim, mas falarei em dois para ser cautelosa. Eu até concordaria com três anos se colocássemos as **merchants** e as

emergenciais, mas, excluindo-as, temos um horizonte de dois anos. Devemos que fazer acompanhamento da expansão para não termos esse problema. Não podemos descuidar.

Finalmente, não poderia deixar de mencionar a universalização. O Programa Luz no Campo, no nosso balanço, teve bons resultados. Continuaremos com o programa, mas estamos tentando equacioná-lo também. E, neste momento, menciono uma discussão que estamos pretendendo trazer para a Casa Legislativa, a respeito de um programa mais reforçado na área de universalização, com a utilização de parcelas da conta de desenvolvimento energético, que estamos "selicando" neste ano. Hoje saiu a portaria interministerial que faz o mesmo que havia com a CCC, que é "selicada". O mesmo está sendo feito com a CDE, porque as distribuidoras estavam alegando, e com razão, que estavam fazendo uma antecipação de pagamento. Então, a utilização de parte do CDE na questão da universalização, ou de parcela do CDE nisso.

Estou encerrando aqui. Faltou Proinfa, mas fica para outra vez.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Srª Ministra, vou conceder a V. Exª mais cinco minutos, para que fale sobre a questão do horário de verão. Como diz respeito a requerimento de outro Parlamentar, é importante.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – O horário de verão é fundamentalmente para dar conta da ponta. Ele não dá conta da energia. A vantagem do horário de verão não é o aumento de energia, mas o suprimento da ponta do sistema naquele momento de maior consumo. É o que ele evita, digamos, de novos investimentos, de recursos nele alocados. Então, pediram-nos que considerássemos três Estados – pelo menos foi isso que entendemos. Fizemos, mais ou menos, um balanço dos períodos de 1999/2000, 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003 do horário de verão e levantamos o que foi poupado no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e no Brasil. Vejamos o ano de 1999/2000; depois, passarei diretamente para 2002/2003.

No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o horário de verão, nesse período, teve um benefício físico: foi evitado um consumo equivalente a uma usina de 2,4 mil megawatts, ou seja, ao aplicar o horário de ponta nessas regiões, houve uma poupança no sentido de não se construir uma usina de 2,4 mil megawatts nessas regiões e a possibilidade de assegurar um armazenamento de 878 gigawatts/hora em reservatório. Isso significa um investimento evitado de dois bilhões, se compararmos a uma usina térmica, e uma economia de 165 milhões.

No Norte e Nordeste, seria uma usina equivalente a 277 megawatts não construída e um armazenamento de 109 gigawatts/hora. Também uma economia de 18 milhões e um investimento evitado de 235. Isso no período1999/2000. O Brasil é uma soma desses dois.

No caso específico de 2002/2003, no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, houve uma economia equivalente a uma usina de 1.770 megawatts não construída e um armazenamento de 408 gigawatts/hora em reservatório.

No Norte e Nordeste, uma usina equivalente a 85 megawatts não construída...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Só houve na Bahia.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Sim, porque, nesse ano, o horário de verão foi reduzido. Eu tinha aqui os mapas de abrangência. Quando se reduz a abrangência, o benefício é reduzido, é óbvio.

E houve o armazenamento de 25 gigawatts/hora em reservatório.

Então, do nosso ponto de vista, há benefícios reais para o sistema, tanto para o Norte e Nordeste como para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e para o País como um todo. Se olharmos do ponto de vista dos Estados, em Goiás, no Distrito Federal e no Tocantins, há uma economia de energia pequena. Quando se analisa só pelo lado da economia de energia, ela é muito pequena. Mas, quando se olha pelo lado da demanda, ou seja, da ponta, vê-se uma economia significativa. Em termos de megawatts/hora, dá 74 em Goiás, 39 no Distrito Federal e 2 no Tocantins. O Tocantins foi o que teve menor benefício, por ser o que consome menos, portanto, é proporcional também. A participação disso é de 6,5%.

Portanto, do nosso ponto de vista, seria muito problemático não só diminuir, mas optar pela suspensão do horário de verão ou por sua interrupção. Queria lembrar que, nos últimos anos, o horário de verão foi adotado de 1985 a 2002; antes, só não o foi de 1953 a 1963 e de 1968 a 1985. Seria bastante arriscado suspendê-lo, essa não é uma boa alternativa. Portanto acredito que deve ser mantido, já que é criterioso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço à Ministra Dilma Rousseff a palestra, as observações. De todas as frases ditas por V. Exª, a mais importante é que o setor elétrico, por sua complexidade, tem que ser levado com muita tranqüilidade, com muita pa-

ciência, porque são situações bastante difíceis, que todo o mundo está enfrentando, não só o Brasil.

Tenho algumas perguntas, mas, como Presidente desta reunião, deixarei para fazê-las quando a Ministra vier novamente e darei oportunidade aos companheiros para que apresentem suas questões.

Há muitos Senadores inscritos, portanto pediria que fossem o mais sucintos possível, para que todos tenham tempo de falar e para que a Ministra também faça suas observações. Pelo Regimento, cada Senador – acredito que todos sabem – tem direito a cinco minutos, e o mesmo tempo tem a Ministra para dar suas respostas.

Passarei a palavra à primeira inscrita, Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento para que a Ministra aqui comparecesse.

V. Exª tem a palavra, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELLI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Cumprimento a Ministra Dilma Rousseff por ter atendido ao convite e estar aqui prestando esclarecimento sobre temas tão importantes.

Penso que a responsabilidade do Ministério conduzido por V. Exª é dupla, em primeiro lugar, porque não haverá retomada do crescimento econômico nos níveis necessários para que se criar emprego, gerar riqueza e distribuí-la se não houver a sinalização e a garantia da infra-estrutura para os que pretendem ampliar seus investimentos no País, se quem está pensando em investir não tiver a segurança de que, a médio e longo prazo, o abastecimento de energia estará garantido. Por isso, essa tarefa de tranqüilizar e dar condições de infra-estrutura em termos de energia é algo fundamental, estratégico para o que pretendemos como novo modelo para o nosso País.

Outro aspecto é o da inclusão social, questão tratada muito rapidamente, no final, quando V. Exª falou sobre o projeto Luz no Campo. Infelizmente, uma parcela ainda significativa da população, por falta de acesso à energia elétrica e ao gás de cozinha, não conseguiu usufruir de equipamentos que geram comodidade de vida e uma porção de coisas decorrentes dessas duas modalidades de energia. Então esses dois aspectos são muito importantes.

Gostaria, Ministra, que V. Exª detalhasse um pouco mais a questão da inclusão, que acredito de fundamental importância, já que o Ministério tem essa ótica apresentada de forma muito clara.

V. Exª abordou rapidamente a questão das agências. Toda essa política de dar garantia para o crescimento das condições de infra-estrutura no setor energético que garanta a ampliação dos investimentos acaba se refletindo nos preços. E a população, muitas vezes não conhecedora da complexidade da questão do setor elétrico, sente o quanto isso acaba se refletindo nas tarifas. A população fica indignada, como está hoje nos quatro Estados em que houve aumento de energia elétrica e também com relação ao aumento sucessivo do preço do gás de cozinha e dos combustíveis. Então, precisaríamos ter mais detalhado como agirão os Poderes Legislativo e Executivo com relação às agências reguladoras, quanto ao que precisa ser modificado.

Aproveito para trazer três questões bem pontuais. Uma delas, V. Exª falou até que ficou faltando: a questão do Proinfa. Agora, em 26 de abril, a Lei nº 10.438 completará um ano de promulgação. Ela trata da questão do seguro-apagão, cria o Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) – e a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Gostaríamos de saber em que estágio se encontram o Proinfa e a CDE, quais as perspectivas existentes para essas duas questões, se há necessidade de revisão da regulamentação e se, pelas tratativas com a Aneel, já se fixaram as metas de atendimento para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme estabelecido na lei.

Há uma questão na ordem do dia, que está nos noticiários. Segundo os jornais, há algumas tratativas para o preço do gás de cozinha, e esse tema afeta sobremaneira a população brasileira, principalmente a de mais baixa renda. Soubemos que V. Exª deveria ter ido à Bolívia na semana passada, mas houve uma reversão, e está vindo o Presidente da Bolívia para o Brasil, nesta semana. Como estão as negociações com o Governo boliviano quanto ao gás? Sei que V. Exª precisaria de outro tempo idêntico ao que teve quanto ao setor elétrico para tratar da questão do gás, mas, como há uma questão pontual de negociação, acredito que seria fundamental termos algum detalhamento sobre as tratativas com o Governo boliviano.

Em suma, seriam essas as questões: Proinfa, CDE, as negociações para baixar o preço do gás de cozinha e as negociações com o Governo boliviano.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Começarei pela questão da universalização. Há estimativas variadas, porque, obviamente, a identificação da população hoje não contemplada com energia elétrica sofre variações, dependendo da pesquisa da fonte utilizada. A Aneel trabalha com o valor em torno de 11 milhões – há discussões a respeito desse valor, mas creio que não venha ao caso. Para se fazer universali-

zação para essa população de 11 milhões, estima-se um custo em torno de R$7 bilhões. Esse é o dado trabalhado pela Aneel.

Eu disse que acreditava ser o Projeto Luz no Campo correto, porque é um projeto de financiamento utilizando recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Ele é rigorosamente um projeto de financiamento da obrigatoriedade, uma vez que essa definição em processo das permissionárias e concessionárias, quanto às áreas que elas têm obrigação de atender, passa a ser um elemento central no financiamento dessa atividade. Agrega-se a isso uma outra política, porque, quando se analisa a distribuição da universalização pelo mapa do Brasil, verifica-se que há uma concentração regional da ausência de cobertura de energia elétrica, que essa concentração regional está em Estados mais pobres, quais sejam Alagoas, Pará e Tocantins. A Bahia também, como número absoluto, mas como número relativo são esses três Estados.

Há que haver uma tratativa diferente para esses três Estados, o que coloca outra questão, de que as distribuidoras no Brasil não são iguais, porque são comerciais ou não. Nós estamos construindo um conceito de distribuidoras pouco comerciais, como é o caso da Cepisa, que ninguém pode considerar rigorosamente uma distribuidora comercial. Estamos tampando o sol com a peneira, porque é inviável supor que a Cepisa tenha condições de tomar emprestado o dinheiro e pagar o mercado consumidor do Piauí. Então o que estamos discutido é a questão da universalização para algumas distribuidoras, como Alagoas, Tocantins e Pará; tem de haver recursos de fundos específicos para tal fim. Por isso estamos discutindo a questão da universalização por meio dos recursos da CDE, porque podemos fazer o que quisermos, e não haverá universalização na Cepisa, no Piauí, se a responsabilidade dessa universalização e dos recursos dela forem movidos pelos seus próprios consumidores. Como uma empresa que tem 52% do seu mercado residencial e 47% de baixa renda vai financiar a universalização? Não vai. Então estamos discutindo a questão da existência de distribuidoras não comerciais, em função dos seus mercados e do fato de que é inviável supor que teremos algum grau de desconcentração de riqueza do ponto de vista regional se não houver uma política de universalização que contemple esses Estados como prioritários, tendo tratamento diferenciado.

Queremos fazer, de forma transparente, uma proposta de diferenciação. Tenho mais três perguntas que implicam outras tantas.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu teria um outro tempo, mas estou abrindo mão para a Ministra prestar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então V. Exª tem mais dois minutos.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Então falo do Proinfa. Nós adiamos, por algum tempo, o Proinfa. O limite do decreto foi dia 20/06/03, mas pretendemos, até o dia 23 de março, divulgar o valor econômico de referência das citadas fontes e cumprir o cronograma previsto na lei. Tivemos que adiar, porque esses referidos valores econômicos, toda a sua metodologia, ou seja, valor econômico da eólica, da biomassa e da PCH, não estavam consolidados de forma que considerássemos consistente.

Os recursos do CDE não serão usados nessa primeira etapa do Proinfa; a Eletrobrás compra e rateia pelo consumidor brasileiro. Então não está em questão o CDE nesse caso.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – As outras duas questões que faltam são relevantes: a questão da negociação...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senadora...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Deixe-me propor. A questão da negociação com o governo boliviano, que ocorrerá esta semana. Penso que é importante a Comissão de Infra-estrutura ter informações sobre isso e as tratativas...

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Não vai ocorrer esta semana.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não?

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Foi transferida a vinda do Presidente para o dia 26. Iremos lá, previamente, para fazer as tratativas, talvez na próxima semana. Eles virão no dia 26 de abril.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há que se tratar do preço do gás de cozinha, que é uma demanda nacional relevante.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Infelizmente, há um Regimento que, como Presidente, sou obrigado a cumprir. Os demais Senadores estão aguardando para fazer suas perguntas. De qualquer maneira, em atenção a V. Exª, que nos propôs a vinda da Ministra, dando-nos a oportunidade de ouvi-la, concedo a palavra à Ministra por mais dois minutos para falar sobre o gás de cozinha.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Consideramos que o GLP de 13 quilos é um integrante da cesta básica. Portanto, estamos construindo uma série de hipóteses, que vai desde o uso da Cide, para a redução do preço do GLP, ao aumento do auxílio-gás, que está em apenas R$7,50 por mês.

Estamos discutindo também a questão das margens, tanto as margens de refinaria, que estão em torno de 38%, quanto os tributos, que estão em torno de 23%, e as margens de distribuição e revenda, que estão em torno de 38%. Estamos trabalhando nesse tema, para verificar as alternativas que se combinam num processo de redução do preço do GLP. Adianto que isso não é algo tranqüilo de se fazer. Se isso é feito indiscriminadamente, muito provavelmente podem-se subsidiar grandes consumidores. Por isso, uma política de preços de GLP focada na baixa renda tem de considerar instrumentos que precisem esse benefício, porque, senão, ele é distribuído para o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao segundo inscrito, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente; Srª Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff; Srªs e Srs. Senadores, no início, a Ministra falou que não gostaria de conversar muito acerca de mineração, de garimpos. Entretanto, em Rondônia, há uma questão – aliás, havia uma comissão lá fora querendo saber sobre esse assunto – referente ao garimpo de diamante na reserva indígena dos Cinta Larga. No passado, na reserva, entraram três mil garimpeiros com máquinas pesadas e fizeram uma verdadeira devassa. Foram tirados pela Polícia Federal e pelo Ibama, mas, de vez em quando, eles voltam à área para fazer esse trabalho de garimpagem. Não é que eu seja contra a extração de minérios das reservas indígenas, mas é preciso haver um ordenamento. Penso que o Ministério de Minas e Energia, que tem atuado mais na área de energia e muito pouco na área de mineração, precisa dar uma atenção maior à garimpagem, que está merecendo uma certa urgência no seu ordenamento e controle.

A segunda pergunta refere-se às usinas do rio Madeira. Srª Ministra, V. Exª falou que está havendo um excedente de energia no Brasil. Isso é bom, porque dá mais segurança aos investidores. Entretanto, será que, no ano em que ocorreu o racionamento, não houve uma retração nos investimentos das indústrias, temendo que esse racionamento se prolongasse ou ocorresse novamente?

Se há uma sobra de energia, há também uma segurança maior nos investimentos e, conseqüentemente, uma criação de demanda. Até aqueles que economizaram, em função do racionamento, quando virem que está sobrando energia, poderão começar a consumir um pouco mais. É bom que os mais pobres continuem economizando, mas aqueles que têm condição financeira melhor poderão aumentar seu consumo, comprando novos equipamentos e, conseqüentemente, gerando emprego no comércio e na indústria.

As usinas situadas no rio Madeira, em Rondônia, são a de Jirau e a de Santo Antônio, que gerarão, no período da cheia, em torno de sete mil megawatts e, no período da seca, em torno de quatro mil megawatts, o que dará uma segurança maior ao sistema.

Gostaria de saber também se a interligação do sistema do Norte, principalmente o de Rondônia e do Acre, está prevista até o ano de 2010.

A segunda pergunta refere-se à questão do gás. Isso ocorrerá a curto prazo. Há, em Rondônia, um projeto de uma termoelétrica ciclocombinada, a **diesel** – e pode passar a gás futuramente –, que está queimando um milhão de litros de **diesel** por dia. Com a entrada do gás, gerará uma energia mais limpa e barata. O **diesel** está sendo subsidiado pelo Governo Federal ou pelos próprios consumidores. A entrada do gás na usina térmica em Porto Velho traria economia para os consumidores do Sul, do Sudeste, do Nordeste e também do Norte – a usina está fornecendo energia para Rondônia e Acre.

Há apenas uma pendência: a licença ambiental do Ibama. Até 15 de abril, deverá ser expedida a licença ambiental definitiva, para que a Termonorte, a El Paso e a Petrobras iniciem as obras do gasoduto, o que será muito importante para os Estados de Rondônia e do Acre e, futuramente, também para os demais Estados brasileiros.

São essas as minhas perguntas à Srª Ministra.

O SR PRESIDENTE (José Jorge) – Obrigado a V. Exª.

Tem a palavra a Srª Ministra Dilma Rousseff.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Vamos começar pela questão do garimpo.

Nós, do Ministério de Minas e Energia, pretendemos dar um peso grande à questão das minas e até já o estamos fazendo. Estamos participando, de forma pró-ativa, em algumas questões referentes a garimpos. Há um grupo junto ao Gabinete de Segurança Institucional, por exemplo, que trata de Serra Pelada, e penso que, pela primeira vez, há a possibilidade de

uma solução conjunta. Todos sabem que é uma região bastante atritada, muito dividida, com seríssimos problemas e com extremo risco de operação, se mantida a ótica da garimpagem e não a ótica manual.

Acredito que temos atuado na questão da garimpagem. Também sobre esse assunto participamos do mesmo grupo. Penso que, de fato, são questões que merecem atenção – V. Exª tem razão –, porque as populações de baixa renda têm naquela atividade a sua sobrevivência. Portanto, deveríamos atuar de forma pró-ativa.

Se V. Exª julgar interessante alguma diretriz, eu gostaria que a encaminhasse ao Ministério, porque essa seria uma contribuição.

Quanto à segunda pergunta, considero o projeto do Rio Madeira estratégico para o País não só no que se refere à geração de energia hidrelétrica. Penso que esse projeto também permite a navegabilidade do Rio Madeira, uma saída da Bolívia para o Oceano Atlântico, por meio do Rio Amazonas, criando naquela região um nível de navegabilidade. Também nesse sentido, esse é um projeto estratégico para o País.

Na reunião com o Governo boliviano e na reunião do dia 11, à que comparecerá o Presidente peruano, trataremos da questão do Rio Madeira. Consideramos que esse projeto, guardadas as proporções regionais, está no mesmo nível do de Belo Monte. É um projeto que abrange uma área alagada bem menor. É um projeto bastante interessante, porque implica uma perspectiva de integração regional.

Não consideramos que a questão da sobra, ou seja, dos 7,5 mil – insisti todo o tempo nisso –, implique que a gente não se descuide ou deixe de assegurar, em termos de Ministério, uma política de expansão. Por isso, entendemos que a resolução das sobras é crucial, porque ela sinaliza uma estabilidade do sistema, sinaliza para o investidor que ele pode continuar investindo porque uma situação extrema como essa não ocorrerá mais. A solução disso e a estabilização talvez sejam a forma mais efetiva que existe para assegurar um projeto de expansão no País.

Creio que a questão da termoelétrica diz respeito ao uso do gasoduto de Urucu. Penso que vamos dar uma grande prioridade, junto à Petrobrás, à questão do gás de Urucu, como a toda a questão da malha no Norte, no sentido de que para tudo isso haja uma solução. Acreditamos que ali – esse gás é nacional, bastante barato – a alternativa é queimar. Ao fazer o gás de Urucu, não é possível apreçá-lo. E achamos que, dentro do modelo de matriz energética para a região da Amazônia Legal, teremos de compatibilizar – e temos discutido com os Governadores da região – dois aspectos: para o interior da Amazônia, teremos de usar geração distribuída, teremos de usar bastante biomassa, queima de óleos vegetais, mas também é estratégica a utilização do gás de Urucu. Isso deverá ser feito tanto na região de V. Exª, como na própria Manaus, já que, dessa forma, consegue-se assegurar um nível de desenvolvimento sustentado integrado na região.

Como V. Exª sabe, há problemas sérios em relação ao impacto ambiental. Há todo um movimento que vê no gás natural, ali naquela região, um fator de devastação. O que deve ser discutido é o seguinte: colocam as energias alternativas e distribuídas como uma opção ao gás natural, quando elas não o são. Por quê? Porque para as regiões metropolitanas, é difícil resolver a logística da biomassa. Não se soluciona isso. A biomassa é típica de geração distribuída.

No caso do gás, há fundamentalmente a capacidade de concentrar, num ponto, uma oferta de energia confiável, segura e ambientalmente muito menos poluente do que a energia a diesel que está ali. Ademais, liberam-se para o conjunto do País recursos provenientes de CCC, porque será bem mais barato o pagamento que se fará, via tarifa, pelo gás do que o pagamento que se faz pelo óleo diesel.

Assim, sob o aspecto da economicidade, sob o aspecto ambiental e sob o aspecto das fontes e da diversificação energética, essa é uma alternativa à que o Ministério dá integral apoio.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pergunto se o Senador Valdir Raupp gostaria de fazer mais alguma observação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já estou satisfeito com as respostas da Srª Ministra. Só gostaria de acrescentar que fui informado que o BNDES firmou um acordo de cooperação ou de parceria com a Corporação Andina de Fomento – CAF, para financiar projetos de infra-estrutura. Com certeza, essas duas instituições, tanto o BNDES quanto a CAF, auxiliarão muito nos investimentos, para a iniciativa privada aderir a esses projetos de infra-estrutura no Brasil.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Ontem, tive uma longa reunião com o BNDES para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos conceder a palavra ao próximo inscrito, o Senador Leonel Pavan.

V. Exª tem cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Primeiramente, cumprimento a Ministra Dilma Rousseff, pela brilhante explanação sobre a questão em pauta,

sobre a energia do nosso País, pela transparência, pela clareza de suas observações, dando-nos, com certeza, uma ampla visão do problema da energia no nosso País. Ao mesmo tempo, cumprimento a Senadora Ideli Salvatti, autora da proposição para que S. Exª a Ministra pudesse nos proporcionar essa brilhante palestra.

Primeiramente, registro que S. Exª mencionou – e parece-me haver um equívoco nesse ponto – que houve uma queda de R$3,90 para R$3,10 no preço do dólar. Na verdade, o dólar, quando Lula assumiu, correspondia a R$3,52 e hoje está no patamar de R$3,15 ou R$3,20. Só para deixar essa correção aí, para não ficar registrada, de repente, uma queda muito grande.

Gostaria de expressar aqui a preocupação dos brasileiros de todos os Estados, de toda a sociedade e, particularmente, dos catarinenses. Os vereadores, legítimos representantes do povo, que têm atuado nos Municípios e no Estado, também estão preocupados com o futuro do nosso País. Os vereadores da cidade de Concórdia, Município governado pelo nosso amigo Saretta, do PT, enviaram uma moção aos parlamentares catarinenses – certamente a enviaram também ao Ministério de Minas e Energia, à Aneel e a todos os setores envolvidos com os problemas energéticos em nosso País.

Eles dizem o seguinte:

"Considerando as constantes elevações dos preços da energia elétrica;

considerando que as causas da crise de geração e transmissão de energia são oriundas do descaso das autoridades e das empresas responsáveis pela falta de investimentos, bem como da falta de políticas de ação para fazer cumprir as metas em um país em desenvolvimento, ressaltando, assim, que isso tudo poderia ter sido evitado se medidas preventivas tivessem sido tomadas; (tudo isso em função do seguro-apagão);

considerando que os adicionais tarifários cobrados dos consumidores de energia elétrica não podem ser considerados tarifas, pois não preenchem os requisitos para a mesma – relação não compulsória e o preço como contraprestação, isso é, remuneração pela utilização dos serviços ou aquisição do bem pelo interessado;

considerando que o encargo de capacidade emergencial criado para cobrir perdas das distribuidoras de energia com o racionamento pode ser considerado ilegal, pois não houve lei complementar autorizando a sua cobrança dessa tarifa;

considerando que esse encargo foi criado para custear o aluguel de um sistema de prevenção para futuras crises de energia, e o Estado de Santa Catarina nunca necessitou do mesmo para o dito apagão;

em frente disso, não se faz necessário o pagamento, e sim uma política de prevenção e de ajustamento perante os consumidores..."

Eles fizeram vários considerandos para contestar o seguro-apagão, isso no Governo do PT, em Santa Catarina.

Gostaria, primeiro, de dizer que essa é a preocupação dos Srs. vereadores e do Brasil inteiro. Também quero ressaltar que a Oposição no Governo passado, especialmente o PT, contestava o seguro-apagão.Temos de dar a mão à palmatória. Sempre estive ao lado desses movimentos contra o seguro-apagão. Estávamos juntos quando, no Brasil inteiro, houve movimentos contra o seguro-apagão, principalmente liderados pelo PT, partido que mais contestava aquela cobrança. Ele demonstrava por A mais B que não havia necessidade do seguro-apagão e que era ele uma fraude, uma afronta ao povo brasileiro. Isso foi tema de várias discussões e, inclusive, serviu de bandeira nas eleições passadas. Naquela época havia motivos de sobra, nos quais acreditei, para não cobrar o seguro-apagão.

Agora, com o PT no Governo, pergunto: o seguro-apagão vai continuar ou vai, definitivamente, ser encerrado? O PT alegava que havia motivos, e a bandeira era justamente essa, para que não se cobrasse aquele seguro. Repito: vou entregar à Ministra, em mão o requerimento dos vereadores de um município de Santa Catarina governado pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Inicialmente, deve haver alguma confusão dos vereadores, porque o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná não pagam o seguro-apagão, porque lá não houve racionamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É o Governo do PT que está fazendo...

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Só estou esclarecendo que não estamos pagando porque não tivemos racionamento nesses Estados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Por isso é que estou levantando. É um Município do Governo.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Paga-se lá às usinas emergenciais, mas o seguro-apagão, que é o 2,9 e o 7,9, não se paga. Então, deve ter algum problema.

Segundo, nós cobramos, Senador, o que a lei manda. Eu não tenho de gostar ou não do seguro-apagão, eu tenho de cobrar o seguro-apagão. Acho um absurdo quando a lei manda alguém deixar de pagar. E acho mais absurdo ainda que, tendo sido aprovado pelas Casas Legislativas, o Judiciário defira mandado de segurança para não se pagar, porque cria um grande tumulto. Ou seja, é da competência do Judiciário conceder liminar para isso, mas que cria tumulto, é óbvio que cria. Agora, acredito que, hoje, caso não se pague o seguro emergencial – vou falar do seguro emergencial, porque o seguro-apagão já está sendo pago –, as térmicas emergenciais que estão colocadas à disposição vão quebrar, ou seja, não vão ser remuneradas. Eu diria que os contratos feitos entre o Estado e as térmicas emergenciais são extremamente rígidos e dão garantias maiores para o comprador de energia do que para o próprio Estado. Então, caso não se pague, o Estado perderá, pela forma como os contratos foram estruturados.

Nós tivemos o cuidado, quando assumimos, de saber pelo que estávamos pagando. Então, exigimos de todas as térmicas emergenciais que elas fossem despachadas e que sincronizassem, porque havia a denúncia de que se pagava pela disponibilidade delas, mas que elas não funcionariam. Demos, então, um prazo, porque o que queríamos era que essa situação fosse solucionada. Elas tiveram 15 dias para providenciar. Houve choros e ranger de dentes, mas, no final, funcionou tudo e uma só ficou de fora.

Então, eu asseguro a V. Exª que, sem entrar no mérito do seguro-apagão, porque não é minha função aqui fazer crítica à lei, eu diria a V. Exª que o que está sendo pago, apesar de ser muito significativo e não ser entregue – ou seja, não se está precisando de energia emergencial –, está sendo pago por algo que está sendo disponibilizado. Não há o risco, hoje, de se estar pagando pelo que não está sendo colocado à disposição, o que seria gravíssimo. E houve sérias denúncias, quando assumimos o Governo, das mais diversas e variadas fontes – e asseguro a V. Exª que não foi só do PT –, de que não funcionava. Então, tomamos a providência, verificamos que funciona, e está sendo pago.

Quanto à parte do seguro-apagão propriamente dito, volto a insistir, nem Santa Catarina, nem o Rio Grande do Sul, nem o Paraná pagam isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) –Tem V. Exª a palavra por mais dois minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ministra, a sua brilhante informação elucida vários problemas. V. Exª tem recebido elogios não apenas dos Partidos que apóiam o Governo como também dos Partidos oposicionistas, por sua transparência, pela capacidade com que toca o seu Ministério, a sua Pasta. V. Exª traz para nós clareza e tenho certeza de que teremos um futuro promissor nessa área. Mas em relação à questão que estamos levantando, e não me refiro somente a Santa Catarina, mas ao apagão em geral. Tenho aqui um documento dos catarinenses para V. Exª analisar, mas o seguro de que falamos é no geral. Pertenço à legenda do PSDB, que fazia parte do governo passado, apesar de pouco tempo, porque vim de um Partido de Oposição, o PDT, e estávamos, também, encampando – mesmo depois, no PSDB –, juntos, um movimento contra esse seguro-apagão. E essa foi, realmente, uma bandeira de várias lideranças políticas do Brasil inteiro.

Vejo na sua resposta, desculpe-me, o seguinte problema: V. Exª diz que é importante, que o dinheiro está sendo bem utilizado e que vai ajudar; mas, antes, dizia que não precisava cobrar. Precisamos, até porque o governo passado não trabalhou a questão preventiva, não planejou uma solução para os problemas que ocorreram no ano passado.

Quero dizer que as afirmações de V. Exª me convencem, apenas transmito aqui a preocupação de tantos e tantos brasileiros. Não só depositamos total confiança no seu trabalho, como estaremos atentos para apoiar os projetos que vierem em benefício do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem a palavra a Srª Ministra.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Sr. Senador, pessoalmente, não sou a favor do seguro-apagão, nem do seguro das térmicas emergenciais. Acho que elas são caras; havia as térmicas da Petrobrás que podiam ter sido contratadas. Essa é uma convicção pessoal minha. Como cidadã, não concordo com o modelo. Agora, ao administrar, em nome do Governo, o Ministério de Minas e Energia, é minha obrigação fazer com que a CBEE cubra o seguro das térmicas emergenciais e pague as térmicas emergenciais.

Quero reiterar que suspendemos o pagamento durante um período e depositamos o dinheiro na Justiça. Não porque concordávamos ou discordávamos disso, porque, quando se é administrador, não se discorda ou concorda com a lei, apenas se executa a lei. Assim procedemos para observarmos se estava funcionando. Como constatamos que estava funcionando, pegamos o dinheiro e voltamos a pagar. Aquela que não estava funcionando não foi paga; mas era uma só num conjunto.

Não concordo com o modelo, daí ter dito o que disse, mas executo o contrato.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A próxima inscrita é a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Gostaríamos de saudar o Sr. Presidente e a Srª Ministra.

Precisei sair, por dois intervalos, rapidamente. Talvez algumas questões que vamos fazer já tenham sido respondidas; mesmo assim, questionaremos, e o que já foi respondido, já foi.

Quero dizer à Srª Ministra, sem comparação, na vertical, com os Ministros anteriores e, na horizontal, com o nosso Ministério que está posto, nos orgulha muito termos no Ministério das Minas e Energia uma pessoa de tamanha competência, profundidade, conhecimento do assunto e compromisso político. Isso nos orgulha muito, principalmente por se tratar de uma mulher. Eu precisava registrar isso.

Quero fazer algumas observações aqui. Uma forte polêmica, estimulada pela Lei nº 10.438/2002, foi a questão dos consumidores chamados de baixa renda, que, segundo informações também divulgadas pela imprensa, podem custar até R$500 milhões ao ano, sendo que até o próximo ano esses custos serão cobertos pela RGR – Reserva Global de Reversão. Pergunto: que soluções estão sendo pensadas para evitar que esse custo recaia sobre os consumidores na forma do aumento de tarifas?

Atualmente, tem sido muito divulgada pela imprensa a infelicidade, tanto dos consumidores como das geradoras e distribuidoras, quanto às dificuldades do Governo em administrar esse setor. Sabemos que o Ministério criou, em fevereiro, um grupo para assessorá-lo na formulação e implementação da reforma institucional do setor elétrico. Perguntaríamos, então, que definições já existem com relação a essa reforma, se já temos alguns encaminhamentos, principalmente com relação às bases técnicas dessa reforma.

Por último, as empresas vêm alegando que as dificuldades por que passam atualmente são fruto de variações cambiais. Perguntamos: até que ponto isso é real? Segundo: essa explicação serve para todas as empresas? O nosso Governo já conseguiu apurar quanto essas empresas enviaram para seus controladores a título de remessa de lucros e dividendos? Já existe esse levantamento?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra à Srª Ministra Dilma Rousseff.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Senadora, agradeço o elogio de V. Exª e fico mais grata porque fui antecedida por ilustres homens públicos naquele Ministério. Três deles estão aqui presentes, e reconheço o trabalho e a contribuição que deram, porque dirigir o setor elétrico no Brasil não deve ter sido fácil...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É difícil.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – ...seja em processo de racionamento, seja de pré-racionamento, seja em vésperas da crise de 1993. São pessoas que têm no seu currículo a questão de ter lidado com a crise, Portanto, agradeço ainda mais a fala de V. Exª.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que criamos esse grupo de trabalho com prazo até final de junho, mais ou menos. Mas estamos antecipando esse prazo, pretendendo abrir a discussão com os agentes, porque tem de haver um método de discussão. No final da minha fala, eu queria ter encerrado dizendo que não acredito que haverá uma solução no setor elétrico sem uma espécie de pactuação. Vamos ter de fazer um pacto. Esse pacto implicará sermos capazes de, ao fazer essa reestruturação, abrir mão de alguma coisa. Obviamente, todos ganharão e todos perderão algo. Vai-se ganhar estabilidade e vai-se ganhar no longo prazo.

Cabe ressaltar que todo esse ajuste é mais duro hoje, no momento em que a economia brasileira tem ainda um certo desequilíbrio, com taxas baixas de crescimento. Quando recuperarmos essas taxas, a situação ficará muito mais fácil para chegarmos a um equilíbrio. Até lá, faremos uma reestruturação, quando trataremos, necessariamente, a questão da energia não como uma simples e mera mercadoria, facílima de ser comercializada, acessível na prateleira, com uma divisibilidade elevada. Ela não é assim. Ela tem indivisibilidades; tem um curto prazo de, pelo menos, cinco anos; implica uma prestação de serviço público com elevada confiabilidade e um quadro institucional com vários agentes.

Eu diria que as premissas são estas: vamos combinar um quadro de setor público e privado, no qual queremos que haja estabilidade regulatória, ou seja, queremos diminuir o risco regulatório. E só há um jeito de diminuir o risco regulatório: dar horizonte de estabilidade de investimento; acabar com a hipótese de que o curto prazo informa o longo, ou seja, que o curto prazo, o dia-a-dia, o movimento de um mercado **spot** define os preços da energia. O que queremos

é que se instaure um quadro em que as condições de cálculo econômico sejam asseguradas aos agentes.

O que há no Brasil hoje para o investidor? Ele não tem condições de cálculo econômico, não só porque amanhã vai mudar a lei da Aneel. Não é a resolução da Aneel, ou se o Governo vai "loquear" e fazer uma norma diferente. Isso não é condição de cálculo econômico. O cálculo econômico é o seguinte: todo e qualquer sistema sofre o efeito das variações econômicas. O problema é diminuir a volatilidade disso. No caso do Brasil, houve efeitos da volatilidade do dólar, sim. Agora, quem esperava ser remunerado em dólar por prestação de serviço público pago em real estava louco, ou, então, supunha que o dólar um por um permaneceria **ad eternum**. Então, há certas premissas que têm de ser abandonadas, porque não são consistentes.

Estabilizar o setor é, fundamentalmente, dar condições de que a contratação se dê em um prazo compatível com o retorno do investimento. Como é o retorno do setor elétrico? Não é um grande retorno, é um retorno de médio e longo prazo. Ele não é um setor que seja típico de ser financiado. É um setor típico de investimento de longo prazo. Quem assumir investir no setor elétrico terá de ter garantias de longo prazo. Por isso não se pode dar garantias de curto prazo para quem tem retorno de longo prazo.

Quando reestruturarmos o setor, que estaremos buscando? O que significa diminuir o risco regulatório? Por isso estamos pegando o modelo ANS. Premissa: é serviço público, pode ser exercido pelo setor privado e por empresas do Estado, mas é serviço público. Há uma parte que pode ser produtor independente, sem problema nenhum. Pode ter consumidor livre. Pode ter distribuidor. Agora, há que ter alguns critérios. Pensamos que contrato bilateral é fundamental para poder ser bancável. Para qualquer banco, precisa-se identificar o par credor e o par devedor, senão ninguém sabe para quem está emprestando. Quando se cria a bilateralização, cria-se o risco da inadimplência no ponto. O que podemos fazer? Podemos criar um sistema de **pool** que aumenta a garantia; quando se cria um interveniente, exigem-se garantias correlatas. Daí combina-se um sistema de contratos bilaterais com um sistema de **pool**.

A nossa preocupação é no sentido de assegurar que haja esse horizonte de investimento em que a estabilidade seja o critério. Se me perguntarem: o MAE será mantido? Eu diria o seguinte: como órgão de liquidação de contratos, algo similar ao MAE, que pode até ser chamado de MAE, será mantido. O que não será mantido é o superdimensionamento do papel de um mercado **spot** neste modelo, ou seja, não consideramos que esse mercado **spot** sinalize, em curto prazo, a formação de preços. Isso abandonaremos de forma muito clara. Não haverá agente exposto da forma como havia antes, porque, se ficasse exposto no MAE, estava roubado.

O que vamos buscar? O maior grau possível de estabilidade regulatória, constituindo o curto prazo do setor elétrico do tamanho que ele deve ser. Ele não é de um dia, não é de um mês, não é de um ano. Ele é de cinco anos no mínimo. Esse é o horizonte de investimento. Isso para programar. Ele é de longo prazo, em torno de dezessete a vinte anos para remunerar investimentos. Toda tentativa de antecipar isso implica aumento tarifário, pagamento de altas tarifas de energia.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passaremos para o próximo inscrito, Senador Duciomar Costa, que tem cinco minutos para usar da palavra.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Primeiramente, gostaria de registrar a satisfação de poder participar de uma reunião como esta, principalmente devido à clareza da exposição que V. Exª está fazendo, inclusive eliminando uma série de perguntas que teríamos a fazer.

No início do racionamento no ano passado, ficou claro que ninguém era responsável pela geração de energia. Não foi possível identificar um culpado em relação ao apagão. Por fim, ele foi atribuído a São Pedro. Foi criado, pelo então Presidente da República, o "Ministério do Apagão".

V. Exª falou, por várias vezes, sobre o que é curto prazo e longo prazo em se tratando de energia. V. Exª disse que o curto prazo são cinco anos e apresentou algumas medidas que, pelo que entendi, tratam da saúde das empresas. Minha pergunta é se, nesses cinco anos que V. Exª definiu como curto prazo para o setor elétrico, a população brasileira pode ficar tranqüila em relação aos apagões.

O Presidente da Eletrobrás afirmava que o atual modelo é burro. V. Exª diz que o atual modelo está despreparado para o exercício da função. Eu gostaria de saber se o modelo que V. Exª está desempenhando neste momento, que está criando na nova gestão, está justamente buscando suprir a necessidade de energia. Pelo que pude observar, na sua explanação, foi dito que, inclusive, essa sobra é preocupante, até porque é conjuntural. Em função de todas essas colocações, faz-se necessário um projeto que possa, realmente, suprir a necessidade da energia no Brasil.

Outro ponto que eu gostaria de conhecer — foi dito, inclusive, pela Senadora Ideli Salvatti, a quem parabenizo pela iniciativa de convidar a Ministra a vir ao Senado — é o da luz do campo. Hoje, no Estado do Pará, podem-se encontrar placas de luz no campo, em várias comunidades, em vários Municípios, mas esses convênios foram interrompidos. A princípio, cheguei a imaginar que seria em função do processo eleitoral. Não temos notícia a respeito desse convênio, que foi feito com o Governo do Estado. A companhia que distribui energia no meu Estado foi privatizada e foi criado um fundo, que servia, como parte nesse convênio, para que o projeto fosse desenvolvido, mas, na realidade, hoje se encontra totalmente parado. Eu gostaria de saber se há, pelo menos, uma resposta ao povo do Pará em relação à energia no campo.

A última pergunta é com relação a um requerimento — por sinal, o primeiro que fiz nesta Casa — dirigido a V. Exª, sobre se haveria algum estudo a respeito de gás natural para o Pará. Eu gostaria de merecer de V. Exª a resposta ao meu requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ministra Dilma Rousseff, V. Exª tem a palavra, por cinco minutos.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – A primeira pergunta diz respeito ao modelo anterior e a esse modelo. Todo modelo tem uma lógica interna. Acho que o modelo anterior não contemplava a expansão porque, como era estatal, quem tinha o papel de puxá-la era a geração. O sistema planejava e investia na frente, sendo puxado pela oferta. A oferta de energia antecipava a demanda, correto? Era assim antes do processo de privatização. Isso implicava, necessariamente, que sempre se trabalhasse com uma certa sobreoferta no Brasil. Por isso, ela sempre esteve prevista.

O que fazíamos quando havia sobreoferta? Distribuíamos para todos e todos pagavam. Era assim que funcionava. Então veio o modelo de privatização. Qual é a lógica dele? É um modelo puxado pela demanda. Quem puxava o modelo? O tal do PPA. O que é um PPA? É um contrato de compra de energia antecipada. Um modelo puxado pela demanda está no ponto e conta com uma certa escassez relativa. Ele tem de ter uma escassez relativa, porque, senão, como demandarão? Há esse pressuposto no modelo puxado pela demanda.

Penso que, tirantes os aspectos políticos de se procurar culpados, dos quais eu discordo, havia uma lógica no modelo anterior que era antiexpansão. Por mais que se fizesse **ad hoc** algum processo, algum plano de expansão, no caso, por exemplo, o PPT, e está aqui o Ministro Rodolpho Tourinho, era uma tentativa de, no modelo puxado pela demanda, haver uma tábua para tentar fazer um modelo de oferta. O que ocorre? Ocorre que, querendo, chova ou faça sol, em um modelo puxado pela demanda, trabalharei com uma lógica de escassez relativa. É preciso haver uma certa escassez para que a distribuidora pense que tem de contratar. Há outro ponto: em nenhum contrato de concessão de distribuidora, havia obrigação de contratação. Então, que história é essa? Há um modelo puxado pela demanda em que quem demanda não tem obrigação de demandar, e quem demanda está procurando maximizar o seu lucro? Então, não irá demandar. Qual é o problema e a vantagem de um modelo e de outro? Não é possível demonizar nenhum dos dois. O modelo puxado pela demanda pode ter uma qualidade. E qual é? Ele pode sinalizar energia mais barata, ser mais competitivo, etc, etc. Pode. Mas não necessariamente. O modelo puxado pela oferta pode levar algumas deseconomias. Ele pode ser mais burocrático e levar a um aumento excessivo da oferta. Portanto, eu confio no meu modelo. O que buscaremos com o modelo? Nós buscaremos a característica fundamental do modelo puxado pela oferta, que é a capacidade de se planejar a expansão. Principalmente, em um país em que a expansão se dá, ainda dominantemente, por uma parte hídrica. Portanto, teremos de discutir como isso se integra no sistema e como funciona a operação. Uma decisão, hoje, afeta. Como ficará a oferta de energia daqui a três anos. Não é como no modelo térmico, em que a decisão tomada hoje não afeta nada no ano que vem, porque ela continua a funcionar da mesma maneira. Uma decisão tomada hoje no modelo hídrico esvazia ou enche reservatório.

Assim, o planejamento é algo crucial. Acreditamos que esse modelo tem que funcionar com uma certa sobreoferta. Ele não pode funcionar na lógica da escassez relativa. Não é preciso deixar faltar para a demanda puxar a oferta. Tem que haver uma certa sobreoferta, que tem que ser dimensionada e não pode ser excessiva, senão sobrecarrega a sociedade.

Daí, o fato de ele ter uma parte competitiva, de ter essa parte de mercado; é fundamental para se equilibrarem as coisas. Acredito que o nosso modelo tem uma capacidade de expansão. O que faremos? Constatar a existência da sobreoferta não é "deitar em berço esplêndido". É saber, sobretudo, que a sinalização da sobreoferta é muito ruim para o investidor que quer investir, porque, quando quer investir, ele

diz: "vamos olhar em torno, para ver como está a energia que está no sistema e ver qual é a situação". Ele olha e vê se quem investiu está literalmente "micado", o que não é bem estimulante.

Desta forma, não há nenhuma contradição. Eu já li notícias nos jornais que diziam "não tem sobreoferta, tem de cuidar da expansão." É a mesma coisa. Cuidar da sobreoferta e da expansão é cuidar da mesma coisa, ou seja, da condição de estabilidade no sistema elétrico brasileiro. Ele somente expandirá se o investidor tiver absoluta segurança de que, ao fazê-lo, não ficará em aberto. Para se fazer isso, é preciso garantir a contratação da energia, porque jamais se terá um sistema elétrico em que a oferta e a demanda coincidam todo o tempo. Essa suposição de modelo é maluca. O modelo do setor elétrico brasileiro terá de trabalhar com uma certa reserva.

A discussão sobre que reserva é essa, e que todo mundo vai precisar pagar por ela, terá de ser uma discussão explícita, não pode ser escamoteada, escondida debaixo da mesa. Haverá uma sobre-oferta relativa, é impossível não haver. Não se pode trabalhar com escassez relativa.

Não pode ser somente PPA, porque ele não é motor da expansão, mas a "bancabilidade" da expansão. Motor da expansão é um processo em que se definam condições para se pagar energia, mas ao menor preço possível e a melhor energia. E haverá cobertura para uma certa sobre-oferta chamada reserva quando, no curto prazo, neste ano se olharem os quatro seguintes, tenha-se tempo de tomar providências e mecanismos para agir se a luz vermelha acender.

Por isso, hoje nós começamos a olhar a expansão. Quando falamos que é necessário olhar a expansão 2003, nós estamos em 2003 e precisamos olhar para 2004, 2005, 2006 e 2007. Não basta que se dê energia, 7.500 MW. Se o cálculo da ONS for 7.500MW, um crescimento do PIB de 4,5%, ou de 5,5%, ou de 3% vai dar cobertura por dois anos para isso. Eu não posso "deitar em berço esplêndido" e esperar chegar no final dos dois anos para tomar providência. A providência é hoje, mesmo com sobre-oferta. Essa é a contradição do setor elétrico: tendo sobre-oferta, nós precisamos cuidar da expansão hoje para ter energia amanhã. Esse é o problema, por isso necessitamos de um certo planejamento.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra novamente ao Senador.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Eu gostaria apenas – para concluir, Ministra – da resposta de V. Exª com relação à questão do Luz no Campo; a pergunta que eu fiz e o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

V. Exª tem dois minutos, Ministra, para falar sobre luz no campo.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Quanto ao Luz no Campo, todo Governo, quando chega, faz um balanço do que vai realizar. Essa avaliação que eu fiz aqui é da Eletrobrás, a qual avaliou o Luz no Campo e constatou que nos lugares onde se implantou, ele foi bem sucedido. Houve retorno, coisas muito boas sendo feitas. Nós vamos retomar o Luz no Campo, obviamente resguardadas as características, as exigências do Luz no Campo previstas na lei: ele somente pode ser emprestado para distribuidora; a distribuidora tem de estar adimplente; ela precisa cumprir os requisitos; necessita ter prestado conta do que pegou. Então, respeitado tudo isso, vamos retomar, sim. Não sei qual é o problema específico do Pará, mas me comprometo a ver, Senador, e a retornar a V. Exª com a resposta.

Do ponto de vista geral do programa, iremos retomá-lo, sim. Acreditamos que ele é muito bem-sucedido para os efeitos de que dispunha, de ser uma linha de financiamento. Então, ele será mantido nessa característica.

A segunda questão é o requerimento solicitando o estudo sobre o gás natural. Temos um prazo para respondê-lo, mas estamos demorando. Poderíamos ter respondido antes, sem esperar o prazo regimental. Mas esperamos um pouquinho, porque atravessamos um mês em que várias definições sobre o gás estarão sendo tomadas, ou passíveis de serem tomadas. Estamos muito esperançosos que essa negociação com a Bolívia dê certo, que se atinja um ponto de redução. Isso não afeta diretamente o preço do seu gás, mas é uma modelagem de gás nacional que a partir daí será viável.

Estamos pensando em que o gás natural de Urucu merece um tratamento absolutamente especial e que daremos toda força para substituir, até porque isso implica em redução tarifária. Vou reiterar: é uma política correta, adequada, tanto do ponto de vista da matriz da Amazônia, como da redução, porque é substituir óleo diesel por gás. O Brasil sai ganhando, o Pará sai ganhando, todos ganham.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos, agora, ao próximo inscrito, que é o Senador João Ribeiro. S. Exª está ausente e o Senador Geraldo Mesquita também teve de sair. Assim, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ministra Dilma Rousseff, cumprimento V. Exª, destacando algumas coisas importantes da sua exposição. Primeiro, a clareza dos conceitos que foram, aqui, colocados. O segundo ponto é a coragem com relação a alguns temas que parecem ter virado tabus nos últimos meses. O terceiro, as soluções que, como V. Exª disse, estão sendo desenhadas no curto, no médio e no longo prazo.

Registro ainda as considerações que V. Exª fez sobre a Aneel. Hoje, a discussão de agência reguladora ficou um pouco fulanizada, e V. Exª, nessa exposição, recompôs a posição importante que a Agência Nacional de Energia Elétrica tem no contexto do setor elétrico.

Refiro-me também ao Programa Luz no Campo. Sou representante de um Estado rural, e sabemos o impacto que o Programa Luz no Campo traz, não só no que se refere a conforto, mas também à eficiência na produção. Mato Grosso do Sul é um Estado de agricultura forte e de pecuária.

Quanto à explicação do mercado atacadista de energia, finalmente, ouvimos uma posição claríssima, de bom senso: que o mercado atacadista contabiliza, liquida, tendo de mexer com a sobra, não pautando o mercado como um todo.

Excelente. Sei que V. Exª tem também grande experiência como executiva e como secretária de estado. Infelizmente, temos ouvido verdadeiras barbaridades conceituais sobre o setor elétrico. E, graças a Deus, estamos tendo essa oportunidade, em função da iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, de ter essa conversa, esse debate com V. Exª.

Portanto, quero parabenizá-la, fazendo mais alguns registros. Essa visão com relação ao gás nacional e ao gás importado terá grande impacto na matriz energética brasileira, fruto – não tenho dúvida – das negociações que V. Exª e o Presidente da República levarão a cabo com o Presidente Sánchez de Lozada, da Bolívia. Isso muda completamente o mercado de gás natural no Brasil, vocacionado para a indústria, para as residências, para o comércio, para o gás veicular e, também – por que não? – para a energia, não como a essência do programa, mas também como um segmento que vai consolidar a posição do gás natural no Brasil.

Assinalo ainda essa bela notícia, o posicionamento de V. Exª com relação ao gás de Urucu, ao gasoduto Coari-Manaus, que é o trecho que falta, e também ao gasoduto Urucu-Porto Velho, a despeito dos problemas ambientais que muito bem descreveu aqui, dentro de um conceito importante: a substituição do óleo, conseqüentemente, com impacto favorável ao consumidor que, hoje, paga esse óleo por meio da CCC.

Faço algumas perguntas, Ministra, primeiro com relação às ações do Conselho Nacional de Política Energética, tem uma função precípua, no meu ponto de vista fundamental. Gostaria de ouvir um pouco V. Exª sobre esse assunto. O planejamento do setor ficou, de certa maneira, diluído nas estruturas do Ministério de Minas e Energia e é de absoluta importância.

Quanto ao planejamento do setor, como V. Exª vê a questão de Belo Monte e do Rio Madeira? Qual deles é mais prioritário? A questão da usina nuclear de Angra III, uma vez que já temos duas usinas operando no Rio de Janeiro...

Considerei muito interessante a abordagem que V. Exª fez em relação ao ONS, a questão dos contratos bilaterais e estruturas de comodato no que se refere à energia. Como V. Exª enxerga essa questão das garantias, que considero um tema importante?

Uma vez que estamos falando em comercialização de energia, gostaria também de saber qual será o enfoque dado aos projetos eletrointensivos – estou aqui como um representante do Pará. Gostaria que fossem analisados os casos da Albrás; Alumar, no Maranhão, e de outros projetos de eletrointensividade no restante do País, dentro dessa ótica de quebra dos subsídios residenciais e industriais.

Quanto à questão da otimização do sistema, gostaria de dizer o seguinte: sou de formação barrageira e desenhei a minha história quase em todas as regiões do Brasil. Penso que algumas pessoas estão tratando a questão da hidroeletricidade com muita simplicidade. Ninguém duvida de que a matriz energética continuará tendo uma participação da hidroeletricidade intensa, mas precisamos apontar também que muitas das usinas que estão entrando e que vão entrar em operação ao longo dos próximos anos, a despeito das dificuldades que têm enfrentado e que não me cabe aqui comentar, são usinas a fio d'água, portanto, sem reservatório. Os grandes aproveitamentos competitivos estão na Região Amazônica, com áreas inundáveis em extensão bastante razoável, evidentemente, envolvendo impactos ambientais, o remanejamento de populações, a questão indígena e a inundação de terras férteis.

V. Exª conhece muito bem o que é remanejamento de população, porque foi uma das pessoas que desenvolveu os projetos do Rio Uruguai, Itá e Machadinha, portanto sabe das dificuldades.

Quanto à termoeletricidade, independentemente de ser gerada a carvão – o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são muito fortes – ou a gás natural, partindo das premissas que V. Exª citou, inclusive um seguro do sistema é fundamental para garantir a otimização energética do sistema. Isso me preocupa, e eu gostaria também de ouvir um comentário sobre essa questão.

Agradeço-lhe por essa brilhante exposição de hoje e quero lhe dizer que nos sentimos muito confortados, porque percebemos nitidamente que temos uma luz – desculpem-me o trocadilho – no final do túnel.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Srª Ministra, V. Exª tem a palavra. Confio no seu poder de síntese.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFE – Senador, essa confiança talvez seja infundada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não tem nada a ver com o poder de síntese do nosso Senador.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFE – Vou começar pelo planejamento. Consideramos que planejamento, Senador, seja função do Ministério de Minas e Energia e, além disso, entendemos que o setor elétrico tem que contar, a exemplo do Ipea, com um instituto de estudos, de planejamento, pois estamos tratando de um setor estratégico – a Senadora Ideli Salvatti fez a primeira intervenção dos Senadores dizendo que ele é precondição para o desenvolvimento. Então vamos montar uma estrutura de planejamento que resgate essa função para o Ministério – hoje ela está com CCPEE.

O Governo anterior previu também uma espécie de centro de estudos. Estamos pensando num instituto de estudos, de planejamento, ligado ao Ministério ou um órgão inicial.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A discussão era no sentido de definir se era dentro ou fora do Ministério.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFE – Pensamos que começa dentro e depois vai para fora. Mas isso é algo estratégico para nós. Ele vai cumprir um papel muito importante, juntamente com a constituição dessa unidade que, ao mesmo tempo, será interveniente nos contratos bilaterais. Só que essa unidade não está ligada ao Ministério. Seria um órgão condominial, ao passo que o instituto seria um órgão do Ministério. Um seria para planejamento e o outro para uma atividade de registro de garantias, de intervenção, de registro de contratos; funcionaria como um **pool** de definição. Haveria bastante interface entre essa instituição, o ONS e esse instituto de planejamento.

Mas, como me comprometi, voltaremos aqui em uma outra oportunidade, quando o estudo e o processo de discussão estiverem concluídos.

Vou falar sobre os eletrointensivos, até porque está saindo hoje o realinhamento tarifário. No realinhamento que estava previsto no Decreto nº 4.562, de 31 de dezembro, fizemos alguns ajustes, mesmo levando em conta que concordamos com a metodologia, pois entendemos que ela foi exaustivamente estudada e dá conta de uma estrutura piramidal, ou seja, pega-se a tarifa de fornecimento e divide-se em fio e energia. A tarifa de fio é proporcional à tensão. Quanto mais alta a tensão, menos fio, pela lógica. Ela funcionaria em uma estrutura de pirâmide: quanto mais baixa a tensão, mais fio. E se reequilibraria a energia, porque o que se verifica é que os consumidores de baixa tensão pagam mais energia, proporcionalmente, que os consumidores de alta tensão, havendo, portanto, um subsídio cruzado que não dá conta dos custos de fornecimento.

Entendemos, portanto, que o princípio está correto, mas estava previsto que um realinhamento da seguinte maneira: 25% no primeiro ano e outros 25% no segundo ano. Ou seja, 25% da discrepância seriam encurtados no primeiro ano; no segundo ano, mais 25%, e assim sucessivamente, durante quatro anos. Sendo assim, apesar de o modelo ser metodologicamente correto, é passível de ajustes. E vou dizer que tipo de ajustes.

Optamos por 10% no primeiro ano. Por exemplo, se a discrepância for 100, vou reduzir 10% dela neste ano; 15% no outro ano e, para fechar um prazo de cinco anos, os outros três restantes seriam 25%, 25%, 25%. A nossa inserção ficou dessa maneira. E por que fizemos isso? Qual é o temor que temos? Os patamares de tarifa são muito baixos. Então, a variação, em termos absolutos, é pequena. Mas temos que analisar Estado por Estado. Por quê? Porque se o número de indústrias for muito menor do que o número de residências, a tendência é distribuir o realinhamento sobre o industrial do Estado que tem poucas indústrias. Por exemplo, o Piauí. Mas outros Estados teriam problema também, entre eles, o Mato Grosso do Sul, que tem indústria, mas também uma base residencial muito maior. Vamos refinar o realinhamento, levando em consideração o que isso significa por região e por padrão de Estado. Então, foi uma questão de cautela e de se fazer essa implementação com graus de segurança cada vez maiores.

De outro lado, no que se refere ao eletrointensivo cabe um realinhamento no A1 e no A2. No entanto, a lei permitiu, principalmente nos eletrointensivos

contratados diretamente de empresas geradoras federais, que houvesse um período de transição. Concordamos perfeitamente com o período de transição, que é oportuno, mas também é possível defender um outro tipo de política para o eletrointensivo.

O eletrointensivo no Brasil é exportador e não poder ser demonizado, sob a alegação de que gasta toda a nossa energia. Não se pode ter uma visão simplificada. Porém, não se pode chegar ao extremo de termos eletrointensivos remunerados exportadores, com grandes ganhos em dólar e não pagarem tarifa adequada. São poucos casos, e não temos dificuldade para revê-los. Simplesmente retirando alguns subsídios, todos eletrointensivos chegarão ao mesmo preço. Há um ou dois eletrointensivos com preço baixo, bem inferior. Na hora em que vencer o contrato, pode-se equiparar a taxa que eles propuseram para rever os contratos.

É justo que eles recebam certo incentivo, porém é justo que eles participem com esforço de investimento. Vamos ver quem está investindo em hidrelétrica no Brasil. Quem são? Todos os eletrointensivos, grandes construtoras, alguns bancos e agentes do setor elétrico. Então, nada mais justo que façamos uma proposta muito correta, que será favorável a eles também: eles mantêm um programa de investimento e o governo assegura a manutenção de um patamar tarifário nessa regra de transição. À regra de transição atual estará acoplado um patamar de investimento na expansão. Comprovando o investimento na expansão, estaremos assegurando que não haverá esmorecimento neste momento de crise, que os investimentos serão mantidos.

Nesse mesmo decreto, estamos sinalizando com leilões para consumidores livres, em que se cruzará ainda o investimento em co-geração com o investimento com determinadas tarifas negociáveis, sem prejuízo do sistema como um todo. É uma forma de assegurar a competitividade da exportação e garantir que a parcela que o sistema dá com uma mão, ele ganha por meio da participação desses grandes consumidores.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª já usou o dobro do tempo que tinha disponível. Como já estamos bem avançados na hora, passo a palavra ao Ministro Rodolpho Tourinho que, como baiano, deve falar menos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Tentarei ser breve.

Em primeiro lugar, Srª Ministra, gostaria de parabenizá-la, dizendo que foi a melhor exposição que ouvi sobre o sistema elétrico recentemente. Houve muita clareza, muita lucidez, muita seriedade e bom senso na condução de todos esses temas tão complicados.

Queria dizer a V. Exª que, nessa questão do pacto, tenho algumas preocupações. Para ser um pacto, teríamos que envolver geradoras, distribuidoras, agência, ONS, enfim, todos os entes que participam do sistema. Por exemplo, na questão da distribuição, no fundo, quem era responsável pela nova geração no modelo anterior eram as distribuidoras. Nitidamente era isso. É preciso estabelecer no pacto uma penalidade que não seja só monetária, porque o prejuízo que causa, como causou, ao País é muito grande. Esse é um ponto em relação às distribuidoras.

Com relação ao sinal, V. Exª coloca também de forma muito própria. No esquema estatal, uma oferta de energia antecipava a demanda. A rigor, trabalhava-se sempre com um excesso de energia, que é similar, pelo menos em conceito, ao que existe hoje. No novo, que era o anterior, só funcionaria com escassez relativa, e aí acrescento que só teria funcionado com muita escassez relativa, o que só apareceu depois. Esse ponto do pacto, para mim, é fundamental porque trata também da iniciativa privada.

Do ponto de vista das geradoras, entendo que não pode haver nenhum tipo de restrição aos seus investimentos; elas têm que ser livres para investir. Lembro sempre da Petrobras, ao tempo em que eu lá estava. Falava-se que estaríamos a 200 mil barris/diários a mais se não houvesse nenhum tipo de limitação de investimentos. Não teríamos o programa de queimar gás (naquele tempo, queimava-se 8 milhões de metros cúbicos por dia por falta de investimento). Agora é que se vai chegar em um programa de queima zero. Esse é outro ponto. Não existe nenhum outro tipo de limitação às estatais para que se possa formar esse pacto.

Acredito que V. Exª está certa quando coloca na expansão a menor tarifa. Creio que esse é o caminho. É absolutamente fundamental reestruturar o Ministério de Minas e Energia. Creio até que esses nove engenheiros e um economista é coisa mais recente. (risos.)

(comentários fora do microfone)

Essa questão, claro, envolve um Ministério reestruturado e a necessidade da Agência. Tem-se falado muito sobre a agência e V. Exª colocou de uma forma muito clara que só em uma hipótese não precisaria haver agência: se houvesse um monopólio estatal puro. De resto, a agência seria necessária. Nós precisamos ter Agência, ela necessita de profissionalização. E neste

caso que V. Exª citou da transmissão, reconheço que houve uma grande participação da Aneel nesse processo. Realmente, não existe problema nenhum. Houve até uma interação da Eletrobrás, do ONS e da Agência. Essa interação é muito importante. A Agência não tem culpa nenhuma do IGPM, essa taxa não foi modificada por ela. O IGPM acabou beneficiando os Estados donos das distribuidoras, que acabaram tendo um preço muito alto na privatização, e penalizando, de alguma forma, os consumidores, se olharmos a curto prazo. Se olharmos a longo prazo, não sei o que poderia acontecer até o final da concessão.

O meu receio com relação à Agência é como deixar clara a sua posição. No meu tempo, tentou-se executar um programa prioritário de termoeletricidade, que deveria ser feito em dois anos e, na primeira etapa, com a Petrobras, em círculo fechado mesmo, para garantir dois anos geração. Porém, a Agência se posicionou contra, não ela como um todo, mas um diretor da Agência se posiciona contra, leva para a dolarização e acaba havendo quase uma unanimidade em relação a não se fazer a termoeletricidade a gás, por estar vinculada ao dólar. E não haveria outra forma, não quero entrar no mérito. É importante que V. Exª venha conversar conosco sobre essa questão do gás natural, mas o preço naquele momento era aquele. Ainda fizemos um **mix** com o gás nacional.

Mas, enfim, a Agência se posiciona contra e esse não é o papel dela. O papel dela deve ser o da condução da política traçada pelo Ministério. No modelo anterior, isso nunca ficou claro. Então, esse é um ponto que me preocupa com relação ao pacto – a questão do contrato bilateral. Absolutamente, tem que ser nesse sentido.

Há um outro ponto ao qual quero me referir: a questão da universalização, não tanto como um depoimento, mas sobre o Programa Luz no Campo. Como V. Exª comentou, Luz do Campo era um financiamento com recursos da RGE para as concessionárias. Ora, se já era difícil naquele tempo, agora vai ficar ainda mais difícil com todos os problemas cambiais no resultado das concessionárias. Na verdade, cada lugar tinha um problema diferente. Então, por exemplo, no meu Estado, na Bahia, participei muito também para ter um grande desenvolvimento do programa, mas também por uma razão muito simples: o Governo acabou pagando o empréstimo que a concessionária estava tomando.

De forma que não tenho nenhuma dúvida do acerto dessa política que V. Exª está tentando fazer, que é a de ter recursos da universalização, mesmo porque temos energia agora, podemos utilizá-la dessa forma, mesmo que seja um projeto de longo prazo.

Mas o meu tempo já se está esgotando. Tenho muitas outras perguntas para fazer, sobretudo sobre a área de gás, mas gostaria de encerrar, tratando apenas da questão do Proinfa, ao qual V. Exª não se referiu muito, por razões de tempo, quando fez referência à compra pela Eletrobrás e rateio. A dúvida existente hoje no mercado é a questão da compra da Eletrobrás, sobre a qual gostaria também de ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Srª Ministra, tem V. Exª a palavra.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Ministro Tourinho, agradeço as duas observações que V. Exª fez sobre o pacto, por considerá-las muito precisas. No que no que se refere ao problema da participação das estatais, creio que vamos passar por esse período em que, inequivocamente, haverá algumas restrições, por causa do superávit primário. Mas essas restrições são perfeitamente contornáveis pelo seguinte: já liberamos as estatais para participar do próximo leilão de licitação de linhas de transmissão. Ela está perfeitamente compatível. Pensamos que as estatais podem participar perfeitamente, num modelo, junto com o setor privado, ou uma participação em que elas se associem. Portanto, nisso, estamos liberando inteiramente a participação delas. Na verdade, as restrições que estamos tendo no caixa da Eletrobrás são muito mais em virtude dos efeitos dessa descontratação do que de qualquer outra restrição. Hoje, no caixa da Eletrobrás, a empresa mais exposta é Furnas; depois, a Eletronorte. Isso produz um impacto muito grande no caixa da Eletrobrás.

Então, resolvendo a questão da sobra, estaremos também minimizando esse impacto, porque, na verdade, diante dessa crise em que as empresas privadas estão, será muito importante haver uma parceria público-privada. Acredito que a parceria público-privada nunca foi tão importante quanto neste momento. Agora, concordo em gênero, número e grau com V. Exª quando diz que não havia nenhuma imposição para as distribuidoras comprarem energia. E que essa exigência terá que ser uma exigência ligada... O controle vai ser o seguinte: ai de quem não tiver 100% de contratação do seu mercado, ou algo um pouco acima ou um pouco abaixo. Mas, de um lado, é a exigência de garantia de contratação. De outro lado, quando se fizer o planejamento, haverá uma declaração da distribuidora sobre quanto ela entende que o seu mercado cresça. E esse controle será exercido, porque, caso o mercado dela não seja atendido, não só teremos de discutir – penso que V. Exª tem razão –

a multa pecuniária, mas também verificar o que se fará quando isso não acontecer.

Como não queremos punir lá na frente, o que vamos fazer sistematicamente é prever uma câmara de contestação: se o mercado não bate, dá-se explicação. Caso isso não se verifique, deverá ser previsto o papel da Aneel no sentido da averiguação do mercado, das suas condições de cálculo. E não é possível esperar, para consertar depois do leite derramado. Então, há esse aspecto.

Quanto ao outro aspecto, penso que a discussão do papel da Agência vai ter que ser muito clara, de um lado, para que não a tornemos – concordo com V. Exª – responsável por tudo. Essa questão do IGPM estava prevista no contrato do BNDES, não tinha nada que ver com a Agência.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – No edital.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Isso mesmo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Foi uma decisão do setor elétrico, não?

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Não, da área econômica.

Além disso, no que se refere à Agência, deve ficar claro que ela tem que ser fortalecida, de um lado. Ela tem de ser inteiramente profissionalizada, mas tem de cumprir políticas de governo. Ela não é independente nesse aspecto, mas autônoma, é diferente. Ela não é independente, não age por sua cabeça ou pela somatória dos técnicos, senão haveria uma situação estranhíssima na República: o somatório de todos os técnicos de uma agência seria o organismo que pensaria a política de governo para a agência. Seria fantástico isso! Ou seja, inverter-se-ia o processo de legitimação de todas as esferas de Governo do País.

Então acredito que se deve dar força às agências. Elas devem ter força e quadro. Tem-se, inclusive, que discutir o padrão salarial delas. Vou ser bem clara: a agência tem de ser remunerada adequadamente. Ninguém fiscaliza bilhões, ganhando tostões. Isso não é viável. Tem de haver plano de carreira, porque isso implica o enriquecimento das pessoas. Também tem de haver uma grande ênfase no papel regulador e fiscalizador e no preventivo.

Agora, não concordo – o caso extremado é esse a que o Ministro se refere – com a polêmica Agência e Ministério naquela oportunidade. Espero que isso seja uma página encerrada. Agora, se for necessário, o Governo tomará todas as medidas. Esse alerta, essa preocupação estamos tendo, quando refletimos sobre essa questão. Agora, refletir sobre essa questão é, também, pensar muito em como fazer. Nós precisamos que elas fiscalizem. Nós precisamos que a Agência regule.

Vou encerrar, dizendo que uma das coisas mais estranhas que vi foi o seguinte: havia uma imensa dificuldade de fornecimento de dados para o Ministério. V. Exª também tinha? A questão do acesso a dados reflete algumas distorções. O Ministério das Minas e Energia tem de ter absoluto acesso a todos os dados. Ninguém pode fazer política sem ter acesso a dados. Estou falando aqui nesta Casa, porque penso que é muito importante a contribuição de V. Exªs nesse sentido no futuro. É crucial que os Ministérios tenham absoluta informação. É fantástico eu ser obrigada a dizer isso aqui, mas estou dizendo e tenho certeza de que os Ministros que me antecederam sabem por quê. Porque não era muito usual não.

Pois bem, quero falar do Luz no Campo, dizendo só uma coisa. Por que estamos pensando no uso da CDE? Uma parte é justamente porque aprendemos com o fato de que o Luz no Campo só cresceu nos lugares em que os Estados participaram. E, como o Luz no Campo não é passível de ser emprestado para Estados, estamos tentando construir uma forma em que essa questão seja resolvida pelo menos naqueles Estados listados por mim aqui, que são os de maior grau de ausência de cobertura: Alagoas, Tocantins e Pará.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito bem, vamos a mais um Senador inscrito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Desculpe-me, Senador. V. Exª tem direito a mais dois minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de ter uma idéia do Proinfa.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – A nossa interpretação com relação ao Proinfa, Ministro, é no sentido de que ele é comprado pela Eletrobrás e rateado ao conjunto das distribuidoras do País. Caso contrário, o programa não tem fonte de recursos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É, mas surgiu uma dúvida com relação ao decreto, que foi feito no final do ano passado, no sentido de que a Eletrobrás só pagaria se recebesse. Então, haveria uma retração natural. Houve alguma coisa no final, não sei exatamente o que é, mas que estaria colocando o Proinfa em xeque.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Pode ser alguma coisa que esteja no âmbito das garantias, porque, geralmente, as questões no setor elétrico impactam nas garantias. Mas resolveremos isso a curtíssimo prazo. Comprometo-me a trazer uma resposta para V. Exª se isso está sendo intransponível ou não, até porque, se for intransponível, teremos de resolver imediatamente. Penso que distribuidoras vão comprar e repassar imediatamente ou podemos fazer uma conta. Ou seja, ter-se-á que dar segurança para ambas as partes: distribuidora e Eletrobrás. A Eletrobrás também não vai bancar tudo na vida.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E para as geradoras, principalmente.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – E para as geradoras. Mas quem dá a garantia ou é a Eletrobrás ou a distribuidora. Então, sobra nessa parelha aí.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para finalizar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Srª Ministra, penso que o modelo do Luz no Campo se esgotou hoje. Creio que essa questão da utilização do CDE ou de outros recursos que fossem utilizados seria como parte de todo o programa, não só para três ou quatro Estados. Entendo que teria que ser uma coisa para o Brasil inteiro, porque o que esgotou foi o modelo de financiamento. Teria que ser realmente para todo mundo. É a avaliação que tenho feito.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Mas, nesse caso, Ministro, o cobertor é curto.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu sei, mas, quem sabe, esta Casa pode dar uma cobertura maior, alguma coisa desse tipo, não é?

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Estamos abertos para isso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, vamos nos interessar desde Santa Catarina, que faltava tão pouco para universalizar, o Maranhão, que faltava muito, ou mesmo para todo aquele semi-árido da Bahia ou do Pará.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Ministro, vamos contribuir com um barrado de renda de bilro para ampliar esse cobertor, para beneficiar mais Estados.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, as questões que tinha a apresentar foram todas respondidas, exceto no que tange às termelétricas a gás, mas a Ministra já praticamente se comprometeu a um retorno a esta Comissão para abordar esse assunto, que requer o tempo integral de uma reunião.

Então, só queria cumprimentar a Ministra Dilma pela qualidade da exposição, pela clareza, pela coragem que teve de expor, sem rebuços, esse modelo novo, cuja construção está se iniciando na sua gestão e que ultrapassa aquela idéia preconceituosa de que tudo deve ser praticado por agentes privados ao sabor de mercado. Esse preconceito impregnou de tal forma a opinião pública do País, por meio da mídia, que ainda sinto no nosso próprio Governo resquícios de impregnação desse preconceito que precisa ser afastado. V. Exª, ao afirmar que o curto prazo, no caso do setor elétrico, é de cinco anos, está dizendo implicitamente que não é um setor que seja comandável pelo mercado, por agentes privados, agindo ao sabor de mercado. Por conseguinte, não é aplicável a ele um modelo puxado pela demanda, que vai ao encontro de respostas ao mercado que necessariamente é de outro curto prazo, que não este de cinco anos.

Por isso mesmo, como essas respostas são sempre, de certa forma, tardias, ele acaba sendo um modelo estagnacionista, se não for recessionista. Quer dizer, o modelo desenvolvimentista que o nosso País ainda precisa tem ser comandado pela oferta, embora de uma forma reduzida, sem ser oneroso para o contribuinte e para a economia em geral.

Essa idéia é importantíssima e o preconceito privatista e mercadista produziu sim um retardamento, um atraso na nossa economia que foi muito prejudicial, obviamente, e que está sendo agora enfrentado. O seu Ministério, a sua gestão, as suas afirmações, as suas idéias claras, colocadas dessa forma, são, a meu juízo, o fator mais importante de mudança dessa idéia que impregnou a nossa opinião pública, por doze anos dessa pregação da mídia, como se fosse a intervenção do Estado um pecado mortal.

Eu só queria fazer uma indagação, para não dizer que não perguntei nada. Em que estado está a questão da integração energética? Falta algum investimento importante em linhas de transmissão, para que essa integração nacional se faça? Por exemplo: essa sobra de 7500 megawatts é nacional ou está mal-distribuída?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra à Srª Ministra.

A SRª DILMA VANA RUSSEF – A sobra é mal-distribuída. Tudo no Brasil é mal-distribuído, a sobra também. Há menos no Nordeste. Isso é desequili-

brado, até porque o mercado é desequilibrado. Ele é concentrado no Sudeste, vem depois o Nordeste, o Sul e o Norte.

Daremos ênfase fundamental – não falei isso e foi boa a pergunta – às obras de interconexão. Estamos fazendo agora esse lote de sete, que tem uma interconexão importante, do Sul com o Sudeste, Londrina/Araraquara. Isso vai aumentar a capacidade de transporte de energia do Sul do País para o Sudeste e melhorar o escoamento de energia do Sudeste para o Nordeste, na linha Norte/Sul.

Nesse mesmo pacote há grandes reforços, mas há reforços estratégicos em quase todas as regiões do País.

Considero importante destacar que há uma certa fragilidade ainda no setor. Isso melhorou 500%. Fico imaginando como era, em 1999, a situação das linhas de transmissão do País, vendo a situação hoje, considerando todas as obras feitas e todas as melhoras.

Ministro Tourinho, fico imaginando a situação que V. Exª viveu naquela época. Hoje nós estamos trabalhando em reforços sucessivos. Há uma área, principalmente a 138 compartilhada, em que também estamos com a Aneel e com o ONS fazendo sinalizações para haver reforços, porque tem havido sucessivos acidentes elétricos de pequena monta no País que dão uma indicação de alguns problemas, de necessidade de reforços e de uma avaliação constante.

Pedimos para a Aneel também – trata-se de questão preventiva – um reforço no acompanhamento das condições de investimento na área de distribuição nos grandes centros populacionais do País. Queremos saber como essa crise, de 2000 até hoje, se refletiu em investimento e distribuição, porque é diferente quando se vê uma série de 1998 até hoje e outra de 2000, 2001 e 2002. Temos de saber que a não realização de investimento em 2001, durante o racionamento, afetará 2003. Há que se fazer essa aproximação e tentar prevenir, porque de nada adianta que o consumidor fique sem luz e que a empresa seja punida. Isso de nada adianta, o que não quero é que o consumidor fique sem luz.

Finalizando, quanto à questão de planejamento em mercado, é fundamental que, no nosso modelo, incorporemos a competição. Ou seja, o que é o mercado? Não se trata de uma competição no mercado de curto prazo, mas as empresas têm de ter uma competição pelo mercado. Ou seja, a geradora, ao propor uma menor tarifa, está disputando um mercado, está querendo um **market share**. Ou seja, deve-se colocar a competição nas áreas em que é virtuosa. Ela é virtuosa para baixar preço de geração, para impedir ganhos e incorporação de sobre-renda. Então deve-se colocar a competição porque ela pode ser extremamente vantajosa para o setor naqueles locais em que ela gera eficiência, racionalidade, baixo preço e baixo custo. E mais: temos de considerar a demanda, porque a oferta puxa, mas a demanda contesta. É essa a síntese. Nesse sentido, tem-se de ter uma contestabilidade da demanda; a demanda checa se aquilo está correto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, o nosso Vice-Presidente, Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Ministra, faço minhas as palavras elogiosas dirigidas a V. Exª nesta Comissão e parabenizo V. Exª pelo enfoque, nas suas explicações, ao macro do nosso sistema energético.

No entanto, em termos de contribuição, tenho certeza de que V. Exª assimilou bem as palavras do Presidente Lula, quando pediu empenho de todos os Ministros no sentido da geração de emprego e de trabalho e da distribuição de renda. V. Exª sabe a importância do seu Ministério nesse campo. V. Exª sabe que é uma vergonha nacional a falta de energia hoje no campo. V. Exª sabe também a importância dessa energia no campo, o quanto ela agrega de valor aos produtos produzidos pelo homem do interior. V. Exª sabe que ela é responsável pelo resfriamento do leite, pela transformação das nossas frutas em polpa, pela transformação das nossas carnes produzidas no interior. Enfim, está dispensado mais detalhamento quanto a isso. No passado, quando a energia era ainda estatizada, havia projetos nesses Estados do Brasil. Cito aqui como exemplo o Senador Camata, que, quando Governador do Espírito Santo, construiu milhares de quilômetros de rede de energia elétrica em parceria, com o Governo do Estado coordenando, com as prefeituras e os próprios usuários que seriam beneficiados. Juntos, através de mutirões, foram feitos milhares e milhares de quilômetros de rede de energia rural no Espírito Santo.

Hoje, com o advento da privatização, um trabalhador rural, um produtor rural não tem sequer acesso aos diretores das atuais distribuidoras de energia. Nada mais foi feito com relação à aglutinação de pessoas e de órgãos para que novas redes fossem construídas.

Então surgiu o projeto Luz no Campo, com o qual gastaram-se milhões e milhões em propaganda;

placas e mais placas foram colocadas em vários municípios – V. Exª sabe bem do que estou falando.

Em relação a esse projeto, há prefeitos que não conseguiram pontuar 10% de sua necessidade energética dentro do seu município. Mas, mesmo assim, do pouco pontuado quase nada foi realizado.

O que faremos, no Governo Lula, para atender às necessidades do homem do campo em termos de energia elétrica? O que poderá ser feito, talvez com o próprio projeto Luz no Campo, para que essa luz chegue ao campo e agregue valores que segurem o homem do campo no seu habitat, evitando as migrações internas para as regiões metropolitanas, fator gerador de violência?

Não seria possível, por meio de uma parceria entre Ministério de Minas e Energia, Petrobras, Ministério da Agricultura, aproveitando o projeto de associação de produtores do cooperativismo do Ministro Roberto Rodrigues, instalar microdestilarias e produzir álcool no interior, gerando milhares de empregos?

Faço esse comentário apenas para alertá-la, para que V. Exª possa falar algo sobre esta questão, que é o que o brasileiro quer ouvir e é o que precisamos desenvolver.

Muito obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra a Srª Ministra.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Agradeço a oportunidade de poder fazer uma pequena exposição sobre universalização.

Rigorosamente falando, o projeto Luz no Campo não era um projeto de universalização, porque, naquela época, a lei era omissa e o universalizado era obrigado a pagar pela universalização. Como o universalizado não tem renda sequer para ter luz elétrica, como ele vai pagar pelo acesso? Pela luz elétrica alguns não pagam nem o acesso nem o uso.

Então o Luz no Campo era um projeto de financiamento de distribuidoras que investiam na eletrificação rural e que cobravam esse investimento do universalizado. Por isso o Luz no Campo só funcionou onde o Estado, de alguma forma, bancou, porque o universalizado pode fazer tudo. Mas pagar pela universalização ele não pode porque não tem renda. Por isso ele não tem energia, salvo honrosas exceções que não são objeto de nenhuma política de universalização.

O que aconteceu? A lei estabeleceu que a responsabilidade pela universalização é da distribuidora, porque ela recebe uma tarifa. Uma parte de sua remuneração vai ser gasta para contratar empréstimo. Uma parte disso pode ser coberta por meio de fundos, mas a distribuidora vai ter que arcar com o investimento. Daí o financiamento tem que ser mantido. Não precisa acabar com o Luz no Campo. Pode-se dizer que isso não é o suficiente, ou seja, o modelo de fazer Luz no Campo como financiamento só, concordo com o Ministro Tourinho, esgotou-se. Mas não estou falando disso. Estou falando que há uma obrigação da distribuidora de fazer. Ela vai ter um financiamento, Luz no Campo vai lhe assegurar um financiamento. E vai definir o que chamam de poligonal. Então, num ano tal a poligonal cobre isso do Estado, no outro ano cobre isso, no outro ano cobre aquilo, etc. Vai definir uma velocidade. Isso está em processo de definição.

Preocupa-nos que, entre outros projetos do Ministério, o projeto com maior grau de impacto social e econômico é a universalização. A universalização, para nós, obviamente no caso da energia elétrica, é levar a luz para todo mundo. Mas o que estamos vendo com a experiência de todos esses tempos é que há alguma facilidade de fazer esse processo nas regiões próximas das regiões eletrificadas. Em alguns lugares muito distantes, que impliquem a construção de linhas troncais, teremos que fazer com outros programas, tipo Prodeem. Será preciso montar um Prodeem de envergadura quase industrial.

Por exemplo, ha locais em que não se vai levar a luz porque falta estrutura de transmissão, com investimentos pesados. Mas pode-se substituir por geração distribuída, aquelas placas solares, as quais o BID tem todo o interesse em financiar.

Ao mesmo tempo, pensamos que, mantido esse ritmo, vai se levar muito tempo para fazer a universalização. A universalização é o direito de ter a luz e a segunda parte é o direito de usá-la. Às vezes, a luz chega e não há como pagar. Populações indígenas do Rio Grande do Sul não têm renda monetária para pagar ou vai ter a renda monetária num segundo momento.

Aí existe o Programa de Baixa Renda que deverá ser bem claro, deve definir a questão da baixa renda para suprir isso, e se somente isso é suficiente.

São necessários mecanismos de aceleração, principalmente em algumas regiões, como o município com menor cobertura de energia elétrica, Novo Santo Antônio, em Alagoas, com mais ou menos 8,68% de cobertura, ou seja, somente 8,68% da população tem acesso à luz. Então, há regiões dantescas.

Em algumas regiões, falta pouco, mas são regiões com algum poder aquisitivo. Em outras, com

zero de poder aquisitivo, não vai haver, não dá para chegarmos, ou seja, não tem uma Celesc lá que dê uma força. Nas outras regiões, estamos trabalhando no seguinte sentido: há o recurso da CDE, que não estava sendo paga pelas distribuidoras; estava havendo um alto grau de inadimplência. A portaria interministerial publicada hoje está "selicando" a CDE. O que as distribuidoras alegavam? Elas diziam que não pagavam a CDE porque se pagassem, estariam fazendo um financiamento para o sistema, porque esse só lhes pagaria depois. Então, o que garantimos? Você paga hoje e recebe com juro, porque você vai pegar dinheiro no banco para poder pagar isso. Perfeitamente. Então foi "selicado". O que estamos pensando? Uma parte desse recurso...Ainda estamos em processo de quantificação, para fazer frente a esse problema. Isso implica aceleração em regiões de baixíssimo poder aquisitivo, sem a menor condição. Sabe o que acontece? Você não tem o que emprestar à Cepisa. Então é melhor, mais barato pagar. Por quê? Porque ela não tem como pagar. Ninguém inventa mercado, ou seja, não dá para tratar com o mercado. É uma sandice tratar como distribuidora comercial algo que não o é sob todos os aspectos. Então, de forma clara, explícita e transparente, ela tem de dizer o seguinte: há segmentos do setor de distribuição, do setor elétrico brasileiro que não são comerciais coisíssima nenhuma. E não é de graça que foram federalizados. Pode escrever, é fácil saber quais são. Os setores que foram federalizados o foram porque não eram bancáveis. E não foram federalizados para serem privatizados, não; foram federalizados porque eram "imprivatizáveis", porque ninguém queria comprá-los. É função do Estado avaliar isso de forma transparente, vir a público e dizer: "Olha, essa parte vai ter de ser, vamos ter de fazer", ou seja, o conjunto, ou os consumidores brasileiros ou o conjunto dos contribuintes brasileiros, não apenas o consumidor... Se esperarmos que o consumidor de Alagoas, com a menor renda do país, financie a universalização, não universalizaremos nunca. Por isso, ao avaliar essa situação-limite, estamos interferindo nela. Estamos dando-lhe prioridade, porque ela não tem solução nenhuma em outra esfera. Esse compromisso foi assumido pelo Governo Lula. Por isso a universalização é uma questão de honra para o nosso Governo. Ela é a garantia do acesso a esse serviço, porque a diferença não é entre a riqueza e a pobreza, a linha da miséria ou não; é a diferença entre a civilização e a barbárie. Então é preciso assegurar que parcelas da população brasileira tenham acesso à qualidade de vida e, depois, possam ter uma renda. Isso é o mínimo. E assegurar que fique no campo. Concordo com a parceria. Estamos montando uma parceria com o pessoal da agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA), porque todas essas questões formam um conjunto e podem ser tratadas de forma global. Quanto à nossa parte, que é possibilitar a universalização, estamos tentando trabalhar fazendo essa operação.

Se V. Exªs tiverem contribuições, gostaria de recebê-las. Quais seriam os agentes? Os municípios, as cooperativas etc., etc. A organização da sociedade, porque, muitas vezes, levamos um tempo imenso para descobrir como são e quais são os universalizados. Até isso requer cadastramento, porque não sabemos direito onde estão. Não está plotado direitinho. É preciso saber onde os que têm de ser universalizados estão. Não há um mapa que informe: está morando ali, na rua tal. Não é assim. Temos de levantar, montar o projeto, executá-lo e assegurar que o dinheiro chegue ali.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, quero agradecer pela possibilidade de me reinscrever para participar desse debate com o Srª Ministra, a quem saúdo pela presença na Comissão, trazendo informações preciosas para os Srs. Senadores. Prometo que não vou contribuir mais ainda para o cansaço da Srª Ministra e de todos que estão aqui.

Srª Ministra, na verdade, quero me referir a um tema que foi por V. Exª abordado e que lastimo ter perdido, mas vou resgatar, através das notas taquigráficas, para enriquecer o meu conhecimento sobre o assunto. Quero me referir à questão do horário de verão. Srª Ministra, sendo este um governo de participação popular, entendo que, às vezes, se apresenta a todos nós a possibilidade de acentuarmos esse aspecto da participação popular, um processo enriquecedor, educativo, e, às vezes, desperdiçamos as oportunidades.

Trago exemplo, que me marcaram muito como cidadão, de dois fatos como este a que me refiro.

O primeiro deles, Srª Ministra, ocorreu aqui em Brasília mesmo, por ocasião do Governo de Cristóvam Buarque. A lição de cidadania que a população de Brasília exercitou no trânsito, com a faixa de pedestres, com o fato de que os motoristas devem parar para que as pessoas passem. Isto foi um processo educativo, longo, de ampla participação popular. Foi uma das coisas mais bonitas que vi ocorrer no nosso País, com uma efetiva participação popular mesmo, com ampla discussão com a sociedade.

O outro exemplo, Srª Ministra, foi exatamente aquele período de racionamento de energia que vivemos. A população foi convocada para, de certa forma, dar a sua contribuição, e deu, inclusive, lições até aos administradores incautos. Deu uma lição maravilhosa demonstrando que a sua participação é enriquecedora e transformadora.

Então, Srª Ministra, com relação a esse tema – o horário de verão –, creio que ele é um mecanismo utilizado há muito tempo em nosso País e que tem o propósito, como V. Exª mesma explicitou, de racionamento. Quero sugerir a V. Exª, ao Ministério das Minas e Energia, que nos deixe, por hora, livres desse mecanismo, porque ele, em algumas regiões, é de uma inconveniência à toda sorte. Para V. Exª ter idéia, lá no Acre, nosso Estado, estabelecido o horário de verão, nós temos uma diferença de três horas de Rio Branco para Brasília. Isto traz inconveniências de toda sorte, para a população nem se fala.

A sugestão que quero, então, oferecer a V. Exª é a de, paralelamente, se ainda for o caso de termos que permanecer utilizando esse mecanismo – o horário de verão –, que deflagremos uma campanha de discussão sobre a possibilidade de obtermos os mesmos resultados ou, talvez, resultados mais acentuados, convocando a população para um amplo debate, para uma ampla discussão acerca do assunto, com algumas diretivas. E é lógico que uma discussão dessa não pode ficar solta assim, mas com proposições oriundas do seu Ministério, com as linhas mestras dessa discussão.

Acredito, Srª Ministra, que teríamos boas surpresas com resultados excelentes e sobretudo o resultado do exercício da cidadania, do exercício da participação popular. Às vezes, desperdiçamos essas oportunidades, reservamo-nos tão-somente, no que diz respeito à participação popular, ao processo eleitoral e às vezes passam pela nossa frente tantas oportunidades que temos de travar um bom e grande debate com a população acerca de assuntos que lhe dizem respeito. Às vezes perdemos oportunidade de aprender profundamente com a população nesse processo educativo, nesse processo do exercício da cidadania. Na verdade, a minha intervenção era tão-somente para sugerir à senhora que possamos tratar desse assunto dessa forma para que no futuro, quem sabe, não possamos substituir esse mecanismo, que, a meu ver, embora eu seja leigo no assunto, me incomoda por outros aspectos. Temos certamente a possibilidade de chegar a resultados inclusive mais acentuados nos objetivos a que o horário de verão se propõe. Tenho certeza de que temos a possibilidade de, travando esse debate com a sociedade, obter resultados mais acentuados ainda e substituir esse mecanismo, quem sabe, por algo que não traga tanto desconforto à população e que cumpra a sua finalidade.

Ministra, era essa sugestão que queria deixar. Agradeço a visita de V. Exª a esta Comissão para nos esclarecer acerca de um assunto tão importante para o nosso País como é a questão energética.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A Ministra tem a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, se for possível e houver consenso, porque não é o estabelecido no Regimento. Se os demais Senadores que ainda faltam fazer perguntas pudessem fazê-las, a Ministra formularia uma resposta final. Já estamos praticamente há quatro horas e a Ministra já deve estar exausta.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tudo bem. Temos somente dois senadores inscritos, mas, de qualquer maneira, passo a palavra à Ministra, pedindo-lhe que seja o mais sucinta possível.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Acato a sugestão e julgo que é muito fundamentada. Estou aberta a qualquer processo de discussão, de participação popular, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, agora passaria a palavra, em primeiro lugar, à Senadora Ana Júlia e em seguida ao Senador Gerson Camata. Os dois farão as perguntas e também quero fazer uma pergunta.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Bom-dia, Ministra. Quero dizer que, apesar de não estar presente aqui fisicamente no início da reunião, uma vez que faço parte de outras comissões, assisti parte significativa de sua exposição que eu gostaria de registrar, o que já foi feito por vários Senadores, mas eu não poderia me omitir de fazer isso, a competência, a precisão da sua exposição e o orgulho que nós, mulheres, sentimos de vê-la como ministra. Mas eu queria até tentar ser breve, tendo em vista que as minhas colegas e os meus colegas já estão me pressionando. Sobre uma questão, o meu amigo já me roubou a pergunta, a relacionada aos eletrointensivos, enormemente presentes em meu Estado, ao que a ministra já respondeu muito bem.

Um aspecto que não ficou absolutamente claro seria a posição de V. Exª sobre o processo de privatização feito? Ele está paralisado? Está encerrado do jeito que está? Existe a idéia de fazer um outro mode-

lo, híbrido, atual? Sobre esse tema eu gostaria que V. Exª expusesse de forma mais clara para a sociedade, para que todos pudessem ter claro que esse processo de privatização, cujos males a ministra já expôs, os prós e contras de cada modelo e vislumbrou como seria um outro modelo. Mas gostaria que ficasse bastante claro isso.

A Ministra também falou da importância das agências de regulação. Sem dúvida, elas têm grande importância, principalmente pela forma como hoje está o modelo energético neste País.

Então, Srª Ministra, seria positiva a iniciativa que tive de propor, na Comissão de Fiscalização e Controle – que aprovou a idéia –, como é nossa função fiscalizar, a criação de uma comissão permanente de fiscalização e acompanhamento de todas as agências reguladoras. Seria uma subcomissão permanente, dentro da Comissão de Fiscalização e Controle, por meio da qual este Senado faria o acompanhamento e a fiscalização, até para evitar questões como a que V. Exª já bem colocou, de as agências não extrapolarem a sua função reguladora, pois não teriam legitimidade para tal.

E a nossa idéia é que, ao final, pudéssemos inclusive colher subsídios para propor as alterações necessárias, a fim de fortalecer, na verdade, o papel das agências, dentro do seu papel específico e da atribuição que lhe cabe.

Eu teria ainda uma questão a colocar, em relação à questão do garimpo – estive recentemente em Curionópolis, Município que é sede do garimpo -, mas abrirei mão para falar em um outro momento, já que o assunto aqui é basicamente energia elétrica.

Creio que a Ministra já respondeu bem a questão do Luz no Campo no nosso Estado. No entanto, eu queria também, Srª Ministra, que V. Exª confirmasse uma questão que, em outros momentos, já teve a oportunidade de colocar, em relação aos Estados mais carentes nessa universalização aos serviços de energia – e o Estado do Pará foi colocado como o terceiro pior, apesar de sermos o maior potencial hidrelétrico, apesar de termos a maior hidrelétrica completamente nacional do País, a de Tucuruí, mas mesmo assim é um dos piores Estados na questão da distribuição de energia –, de que se vai começar a inverter prioridades, iniciar priorizando aqueles que foram os mais mal servidos em termos de distribuição de energia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Gerson Camata, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Farei apenas duas pequenas sugestões.

Antes, cumprimento a Ministra pela clareza da exposição, pelo conhecimento adquirido da área. Foi uma beleza de exposição. As caixas-pretas do Ministério desapareceram. Estão todas aí. Vejo que dois Ministros teceram melhor do que eu os elogios que V. Exª merece, reconhecendo o trabalho que, em pouco tempo, está realizando.

V. Exª colocou muito bem o problema da universalização. Ele é muito importante porque tira o cidadão lá da Idade Média e o traz para o século XXI – formação, o gesto criador, **fiat lux**, "faça-se a luz". Inclusive, esse aspecto social transcende em muito os aspectos econômicos que possa ter essa universalização, que também os tem, mas creio que o grande programa social do Brasil hoje é atender aquele que, estando na Idade Média, está muito disperso, não tem o poder de se juntar e fazer uma passeata em Brasília. Está tão disperso, que às vezes não sabemos onde ele está.

Baseados nessa sugestão, na época da Constituinte, instituímos o ICMS nas contas de energia elétrica, o que não existia antes. Apresentei uma emenda que destinava 5% desse ICMS arrecadado aos processos estaduais de universalização. A emenda foi derrubada, pois se estava criando um fundo e era contra as idéias arrecadatórias e econômicas da época.

No entanto, creio que V. Exª não deve deixar o Governo Federal colocar um centavo onde o Estado que arrecada o ICMS da energia elétrica também não ponha a parte dele, para que ele participe desse processo, que é importantíssimo para o País.

A outra sugestão que eu queria apresentar refere-se às mini-centrais elétricas. Creio que está havendo um interesse de empresários pelo País afora, elas são importantes para ajudar o País nesse processo, e elas são elásticas, são maleáveis, de modo que, onde eles estão colocados, podem suprir, e que V. Exª não desista dos painéis solares. Às vezes, dizem que é apenas um painel solar, mas, para quem estava lá há um século sem energia elétrica, aquele painel é importantíssimo. Leva a comunicação para ele. Pensam que é algo muito micro, não é. É micro para quem está aqui.

Vi ontem um pai americano que perdeu o filho na guerra. O general disse que, daquele batalhão, só havia morrido um soldado. E o pai apareceu na televisão e disse: "Não, morreu, para mim, o mundo, porque aquele soldado era o meu filho".

Creio que aquela pequena central elétrica, pequeno painel é importante.

A outra sugestão: a Petrobras faz inúmeros furos pelo Brasil afora em terra e quase sempre, de dez

furos, um não é comercial. Não tem exploração comercial para ela. Se pensarmos que no Texas há mais de seis mil produtores de petróleo que produzem cinco barris por dia, se a Petrobras alugasse aquele poço para quem da iniciativa privada quisesse tirar energia, para empresas que precisam de óleo bruto, teríamos uma excelente produção, a Petrobras ganharia dinheiro e esses poços ficariam fechados, porque não são comerciais para a Petrobras.

Gostaria de fazer um pedido: V. Exª dá ênfase às linhas de distribuição. É um pedido do Governador Paulo Hartung, do Senador João Batista Motta e meu, não esquecer o linhão Ouro Preto/Vitória, que é essencial para o desenvolvimento energético e econômico do Espírito Santo e está sendo construído pela Eletrobrás.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Há um assunto que eu queria perguntar, mas como esperei e ninguém perguntou, vou aproveitar para fazer uma pequena pergunta sobre a questão da energia assegurada. Nessas usinas hidrelétricas, quando são construídas, existe uma energia que é considerada com mínimo de capacidade e que é chamada energia assegurada. Em alguns rios, com o desenrolar do tempo, principalmente nas usinas mais antigas, costuma-se alterar algumas vazões de rio. Aparentemente, no São Francisco está ocorrendo isto: não só a vazão do rio tem se alterado com o tempo, como também está se utilizando uma grande quantidade de água para irrigação.

Hoje em dia, vamos supor, a vazão média do rio seria dois mil metros cúbicos por segundo e está se utilizando duzentos metros cúbicos por segundo, somente para irrigação. Isso significa, na realidade, que a energia assegurada das barragens tende a diminuir, principalmente se for utilizada mais vazão. Está-se pensando em guardar quatrocentos metros cúbicos por segundo para usar para irrigação.

Então, quando se tem nas usinas uma energia assegurada maior do que a real, o que acontece na prática é que se aumenta a capacidade daquela empresa de vender uma energia que ela não tem.

Por exemplo, a Chesf, se tem seis mil ou se tinha seis mil de energia assegurada, tem que se verificar se esses seis mil não diminuíram, se hoje não é cinco e oitocentos, porque é uma maneira dela só assinar contrato daquela energia que realmente tem.

Como isso não foi citado, entendo que também é um caminho para se dar estabilidade ao processo. Essa seria a minha pergunta.

V. Exª tem a palavra para as últimas respostas.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Essa questão da energia assegurada, inclusive, foi uma discussão que ocorreu durante o racionamento em que o que se supunha era que os contratos iniciais fossem feitos com energias asseguradas superiores a real.

Está em processo essa discussão. Houve um grupo de trabalho e foi desenvolvido. Calcula-se, hoje, que tenha uma relação mais ou menos em torno e 3% a menos de energia assegurada, tanto é que, quando estamos fazendo o cálculo de sobra, já aplicamos os 3%.

Não estamos fazendo o cálculo com 3% a mais. Nós reduzimos. No entanto, a Aneel e a ONS estão em processo de discussão porque isso vai implicar uma perda de valor.

O SR. PRESIDENTE(José Jorge) – Creio que agora seja um momento bom para fazer isso.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Justamente por isso. Implicará uma perda em que teremos de redefinir contratos, ou seja, a energia de placa, que é energia certificada da usina, diminuirá, vai ser ajustada para o valor real dela. Vai mudar a placa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, o melhor momento de mudar a placa seria agora.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Nós concordamos, e queria acrescentar a V. Exª que está em processo. Obviamente, como nada é fácil no setor elétrico, isso também não é.

Voltarei aos demais pontos.

Senadora Ana Júlia Carepa, desculpe-me, mas não me lembro do seu questionamento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Primeiramente, pergunto se o processo de privatização já parou e se permanecerá como está.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – No que se refere a esse assunto, somos contrários ao processo de privatização e à sua continuidade.

O Governo Federal controla as principais geradoras de eletricidade no Brasil. Somos contra privatizá-las e, ao mesmo tempo, também não somos a favor de nenhuma política de financiamento de privatização de distribuidora, como as que foram feitas no passado.

Sem a menor sombra de dúvida, essa situação não continuará em razão da política de privatização propriamente dita e da política de financiamento de processos de privatização que foram, na verdade, os grandes incentivadores dos projetos.

Essa atitude não significa que estamos interessados em reestatizar as distribuidoras. Pelo contrário, acreditamos que as distribuidoras podem ficar perfei-

tamente onde estão. Não é do nosso interesse nenhum processo de estatização de distribuidora. Acreditamos que esse modelo de parceria pública e privada tem todos os méritos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge)– Nem de geradoras.

A SRª DILMA VANA ROUSSEFF – Tampouco de geradoras. Não privatizamos as nossas geradoras.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Faço essa complementação, senão os jornalistas poderão dizer que V. Exª afirmou que não privatizaria apenas as distribuidoras. As geradoras também, aparentemente.

A SRA. DILMA VANA ROUSSEFF – V. Exª está falando da Gerasul?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge)– Falo de qualquer geradora.

A SRA. DILMA VANA ROUSSEFF – A Gerasul foi a única geradora privatizada. Também não temos o menor interesse em fazê-lo. Agradeço a observação.

O modelo que julgamos mais seguro vai variar, porque ninguém vai impor nada a ninguém. Seria oportuno que, no Brasil, existissem processos de formação de **joint ventures**, de consórcios ou de associação entre o público e o privado, como ocorre, hoje, em vários lugares. Por exemplo, quase todos os projetos no rio Uruguai são assim. Há poucos projetos puramente privados ou puramente públicos no Brasil. Essa é a questão real. Portanto, essa parceria já se configurou de forma espontânea.

Trata-se, muito mais do que qualquer coisa, de fazer com que essa relação entre capitais públicos e privados seja benéfica para os dois lados. Não é viável simplesmente pensar-se que o Estado assumirá todo o risco e o privado não assumirá risco nenhum; ou que o privado assume todo o risco e o Estado não assume risco nenhum. Nessa compartilhação, é preciso encontrar um meio-termo adequado de desempenho e funcionamento. Acredito que essa tensão é boa, pois trará bons resultados para o setor elétrico brasileiro.

Finalizando, devo responder a uma questão do Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Srª Dilma Rousseff, o que V. Exª tem a dizer sobre a não-aplicação de recursos?

A SRA. DILMA VANA ROUSSEFF – V. Exª está falando sobre os campos maduros. Nessa licitação, nessa quinta rodada, preocupamo-nos com a autorização e com o investimento desses campos maduros. Senador Gerson Camata, concordamos com o que V. Exª disse: a possibilidade de pequenos investidores no modelo americano, que são milhares, e que agregam um valor onde as grandes petroleiras não vêem valor algum. Portanto, participamos desse processo. Inclusive o Ministério exigiu que isso fosse incluído.

Como no caso da quinta rodada, especificamente no caso do petróleo, às vezes sentimos grande orgulho de algumas coisas. Nesses três meses, orgulho-me de três fatos. No caso do petróleo, sinto muito orgulho da questão do conteúdo nacional mínimo. Esse era um compromisso do Governo. Não significa uma proteção "dinossáurica" ou pré-cambriana do setor privado nacional, mas significa o reconhecimento de que o Brasil tem um parque industrial significativo e que é inviável que este País tenha empresas do porte da Petrobrás, que remetem para o exterior milhares de empregos e rendimentos.

Então, foi muito acertado, nesses três anos de Governo, em nível ministerial, termos alcançado essas três questões: atuação juntamente com a Petrobras no tocante ao conteúdo nacional mínimo nas plataformas P-51 e P-52; licitação do quinto bloco, também ter exigido uma estrutura de ponderação que, além do bônus, contemplasse programa exploratório mínimo, o que é muito importante para o País em termos de absorção de informação, e conteúdo nacional mínimo também nessa faixa de 65 a 70; e participação nossa da definição de conteúdo nacional mínimo quanto ao Projeto Malhas, que são os gasodutos do Sudeste, do Nordeste, que já estavam em andamento, mas não contratados, considerando que se trata de grandes obras, tanto de fornecimento de dutos como de engenharia. Então, conteúdo nacional mínimo, nesses processos, é fundamental, porque gera renda e emprego. Então, isso, juntamente com o direito dessas pequenas áreas que a Petrobrás abandonou, serem licitadas para pequenos e médios investidores, foi algo muito importante feito na área do Ministério. Aproveito a oportunidade que V. Exª me concedeu para ressaltar isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Antes de encerrar a reunião, gostaria de agradecer a presença da Ministra e dizer a V. Exª que a Comissão de Infra-Estrutura está à disposição do Ministério.

Estaremos aguardando o encaminhamento dos projetos que modificam o modelo tanto na área de energia elétrica como de mineração e na petrolífera, para discuti-los e aprová-los, tendo em vista o melhor para o Brasil.

Muito obrigado, Ministra, muito obrigado Srªs e Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h32min)

Ata da Oitava Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 06 de maio de 2003, terça-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas do dia seis de maio de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Jorge, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Junior, Valdir Raupp, Gérson Camata, Gilberto Mestrinho, Paulo Otávio, João Ribeiro, Rodolpho Tourinho, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Romero Jucá, Leonel Pavan, Teotônio Villela Filho, Osmar Dias e Augusto Botelho e Senadoras Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2000 – Decisão Terminativa**, que "Veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e no Distrito federal". **Autor**: Senador Maguito Vilela. **Relator**: Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer**: pela rejeição. **Resultado**: rejeitado o Projeto. **Item três: Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2001**, que "Dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no País em datas determinadas e nas regiões específicas". **Autor**: Deputado Márcio Fortes. **Relator**: Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer**: contrário. **Resultado**: aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. **Observação: por tratarem de matéria semelhante, os itens um e três foram apreciados conjuntamente. Item dois: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002 – Decisão Terminativa,** que "Altera a relação descritiva da rodovia do Plano Nacional de Viação". **Autor:** Senador Gérson Camata. **Relator:** Senador José Maranhão. **Parecer:** favorável. **Resultado:** retirado de Pauta a pedido do Relator. **Item quatro: Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002 – Decisão Terminativa**, que "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado". **Autor:** Senador Ricardo Santos. **Relator:** Senador João Batista Motta. **Parecer:** pela aprovação, na forma de um substitutivo. **Discutiram a matéria** os Senadores Gérson Camata, Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior. **Resultado**: concedida vista aos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º - R.I). **Item cinco: Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2001 – Decisão Terminativa,** que "Altera a Lei nº 9478, de 1997, que "Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências". **Autor**: Senador Roberto Saturnino. **Relator**: Senador Delcídio Amaral. **Parecer**: Pela rejeição. **Resultado**: retirado de Pauta a pedido do Autor. **Item seis: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001 (Decisão Terminativa da CCJ)**, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências". **Autor**: senador Osmar Dias. **Relator**: senador Luiz Otávio. **Relator "Ad Hoc":** Senador Valdir Raupp. **Parecer**: pela aprovação do Projeto. Discutiram a matéria os Senadores Osmar Dias, João Batista Motta, Augusto Botelho, Delcídio Amaral e Leonel Pavan. **Resultado**: concedida vista aos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º - R.I). Foram aprovados os **Requerimentos nºs 8-CI**, de autoria do Senador José Jorge, para audiência pública com o Presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, a fim de prestar esclarecimentos sobre o novo plano estratégico da empresa para os próximos quatro anos e **nº 9-CI**, de autoria do Senador Leonel Pavan, para audiência pública com o Ministro e Estado dos Transportes, Anderson Adauto ou representante, para expor sobre a política do setor de defesa aérea no Brasil. .Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Jorge,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente Reunião da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. Falta apenas um Senador para que possamos votar.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esclareço que da pauta de hoje constam sete itens e mais um extrapauta. Se todos concordarem, faremos uma inversão da pauta, tendo em vista que os relatores dos primeiros projetos solicitaram alguns minutos, para se inscreverem na lista para comunicação de urgência.

Começaremos pelo item nº 4, Projeto de Lei do Senado, cuja ementa diz: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, haverá apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado."

Na realidade, significa que a cobrança nas regiões metropolitanas em um mesmo município terá sempre que ser por chamadas locais.

O autor do projeto é o Senador Ricardo Santos; o relator, o Senador João Batista Motta, que apresentou um relatório favorável na forma do substitutivo que apresenta.

Passo a palavra ao Senador João Batista Motta, para que apresente o seu relatório.

O SR. RELATOR (João Batista Motta) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, ressalto que esse problema foi criado pela expansão da nossa telefonia nas cidades ou municípios ou bairros. À medida que foram crescendo, apareceram as dificuldades para que o usuário conseguisse entender a confusão que estava sendo estabelecida quanto à cobrança de tarifa telefônica, se urbana ou interurbana.

Quem foi Prefeito ou Governador sabe que passamos a conviver, de um município para outro, com tarifas sendo consideradas urbanas; dentro do município, de um bairro para outro, a tarifa passou a ser considerada interurbana. Muitas vezes, do lado de uma rua é um município, como acontece comumente no Brasil em todos os Estados, não há exceção, e, no outro lado, já é outro município; às vezes, até mesmo outro Estado; outras vezes, há um rio que os separa, e um cidadão, ao falar ao telefone, mesmo vendo o outro cidadão com quem está falando, paga uma taxa interurbana.

Isso gerou uma confusão muito grande, e – repito – quem foi Governador, quem foi Prefeito sabe dessas dificuldades que passamos a enfrentar e que são reconhecidas pelos próprios produtores do serviço, no caso, as concessionárias, que reconhecem o tumulto gerado. A população não consegue entender e fica abismada com o descaso do Poder Público, que, em momento nenhum até hoje, tomou providências para que esse problema fosse solucionado.

Quando o projeto caiu em nossas mãos, tivemos o cuidado, Sr. Presidente, de ouvir os diversos setores interessados, porque sabemos que a população necessita de que não haja cobrança de interurbanos dentro do mesmo município, dentro de uma região metropolitana e também nas regiões conurbadas.

Foi com esse espírito que fizemos o relato desse projeto. O projeto original previa o município como unidade básica e, no máximo, a região metropolitana – regra geral, sem qualquer ressalva. A agência não pode ir além disto: área geográfica e região metropolitana.

O substitutivo prevê que, no mínimo, a tarifa básica deverá considerar um município e, na evolução, as áreas conurbadas, que podem envolver dois ou mais municípios; acrescenta as Rides – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e Social –, por analogia, às regiões metropolitanas, que não necessariamente têm áreas conurbadas.

Resumo.

Ouvimos pela Anatel o Dr. Aaron Lima, Gerente de Planejamento e Acompanhamento de Oferta de Serviço; pela Abrafix – Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço de Telefônico Fixo Comutado, o Dr. Jonas de Oliveira Júnior, Diretor-Presidente.

Tópicos abordados: equilíbrio econômico-financeiro; não cobrança nas regiões conurbadas; não cobrança dentro de municípios nas regiões metropolitanas; nas Rides – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e Social, que são instituídas por lei complementar federal e que foram incluídas, por analogia, com as regiões metropolitanas, pela preocupação de não engessar a capacidade reguladora da agência.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, por considerarmos a proposição conforme a ordem jurídico-constitucional e, no mérito, relevante e oportuna, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Emenda nº 1, CCJC, substitutiva:

"Altera a redação do art. 85 e acrescenta o art. 214-A, à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para definir áreas locais para efeito de prestação de serviços de telecomunicações e de interconexões no serviço telefônico fixo comutado."

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 85 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 85, §1º Sem prejuízo da fixação de critério mais benéfico aos usuários do serviço telefônico fixo comutado pela agência reguladora, no uso da competência de que trata o art. 103, o piso da estrutura tarifária definido como área local, independentemente de qualquer outra condicionante, abrangerá as ligações entre terminais situados dentro dos limites geográficos:

I – No Município;

II – No conjunto dos Municípios que possuam áreas conurbadas;

III – No conjunto dos Municípios que integram região metropolitana;

IV – Do conjunto dos Municípios que integram Região Integrada de Desenvolvimento Econômico e Social.

§2º Independentemente do instrumento de sua fixação, serão mantidas as atuais áreas locais que sejam mais favoráveis aos usuários.'"

Sr. Presidente, no original da emenda, quero aqui verbalmente fazer uma pequena modificação, já que houve uma alteração no item nº 3, que diz o seguinte:

"Do conjunto dos municípios que integram região metropolitana ou – quarto – do conjunto dos municípios".

Isso pode gerar uma interpretação dúbia, dá margem à interpretação de que a empresa pode colocar um ou outro item. Então, eu queria que esse 'ou' fosse suprimido do texto. Se isso não for feito, será possível a interpretação de que poderá ser escolhido um ou outro.

"Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 214-A Os contratos de prorrogação ou de novas concessões dos serviços de telefone fixo comutado observarão o disposto no art. 85 com a redação que lhe foi atribuída por esta lei.

Parágrafo único – A agência reguladora poderá, conforme a regulamentação que baixar, determinar a implantação imediata do critério estabelecido no §1º do art. 85, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O primeiro inscrito é o Senador Gerson Camata.

V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, primeiramente, cumprimentar o Senador João Batista Motta pelo seu relatório e pelo substitutivo que apresentou.

Esse projeto, originalmente, foi de um senador também do Espírito Santo, o Senador Ricardo Santos. Trata-se de um problema que o Senador João Batista Motta, tendo sido por três vezes prefeito do Município da Serra, que é um dos maiores municípios integrados na região metropolitana da grande Vitória, conhece muito bem. O município de S. Exª limita-se com vários municípios da região, e ele explicitou muito bem quando disse que há ruas em que a pessoa fala com o vizinho olhando pela janela e está fazendo uma ligação interurbana. Conhecendo bem o problema, S. Exª aperfeiçoou o projeto do Senador Ricardo Santos, não destruiu o papel da agência reguladora – a agência reguladora é que vai estabelecer as tarifas – e ainda abriu mais o conjunto acrescentando "conjunto de municípios de região integrada de desenvolvimento", porque, às vezes, pode haver dois ou três municípios com áreas conurbadas que não são região metropolitana da capital. Foi um grande avanço.

Outro grande avanço foi a retirada da inconstitucionalidade do projeto original com a inserção do parágrafo único no art. 214-A, que dispõe:

"Parágrafo único – A agência reguladora poderá, conforme a regulamentação que baixar, determinar a implantação imediata do critério estabelecido no §1º do art. 85, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão."

Foi aperfeiçoado o projeto. S. Exª mesmo declara em seu relatório que foi ouvir as autoridades no assunto. O substitutivo apresentado bem ilustra o cuidado e o zelo com que o Senador João Batista Motta aborda todos os assuntos que lhe são entregues para relatar aqui nesta Casa e nesta Comissão.

Quero antecipar, Sr. Presidente, meu voto favorável ao substitutivo do Senador João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Agradecemos a V. Exª e passamos a palavra ao próximo inscrito, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, em razão da discussão que tivemos com a Anatel e com o Ministério das Comunicações, gostaria de pedir vista deste projeto para esclarecer essa questão junto à agência reguladora e junto ao Ministério das Comunicações. Entendo ser pertinente o substitutivo, mas, a pedido do Ministério e da Anatel, eu gostaria de pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, é concedida vista a V. Exª.

Concedo a palavra ao próximo senador inscrito, Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente, eu também estava com o propósito de requerer vista. Requeiro, então, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedemos vista coletiva aos Senadores Geraldo Mesquita e Delcídio Amaral.

Informo à Comissão que temos dois requerimentos que eu gostaria de colocar extrapauta. O primeiro é de minha própria autoria, convidando o Presidente da Petrobras, para que fizesse aqui uma exposição sobre o plano estratégico da empresa. Nesta semana, pela mídia, vimos que a Petrobras atualizou o seu plano estratégico para os próximos anos. Quando aqui esteve a Ministra Dilma Roussef, S. Exª falou praticamente apenas sobre energia elétrica.

Então, é importante que o Presidente da Petrobras venha aqui não para expor a política de Governo sobre o petróleo, pois não é da sua atribuição, mas, por ser a Petrobras a empresa mais importante do Brasil, para falar sobre o seu plano estratégico.

Esse é um requerimento que eu gostaria que a Comissão o apreciasse extrapauta.

Há um segundo requerimento, que é do Senador Leonel Pavan, que requer que seja convidado o Ministro dos Transportes ou um representante da sua pasta, a fim de expor, nesta Comissão, sobre a política para o setor de transporte aéreo no Brasil.

Então, se todos estiverem de acordo, considero esses dois requerimentos aprovados. (Pausa)

Aprovados.

Obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador Leonel Pavan. V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Já que foi mencionado por V. Exª o nome da Ministra Dilma Roussef, em relação à sua visita a esta Comissão no dia 8 de abril último, foi de conhecimento público que apresentei uma moção dos Vereadores do Município de Concórdia, Santa Catarina, administrado pelo PT, desaprovando a cobrança do seguro-apagão. Li todo o documento e, para minha surpresa – aliás, fiquei até um pouco constrangido –, a Ministra me chamou atenção, dizendo-me que Santa Catarina não pagava o seguro-apagão, não contribuía com esse imposto.

Naquele dia, eu disse a S. Exª que o seguro-apagão, tão contestado pelo PT, poderia ser definitivamente extinto agora, já que o PT estava no Governo. Repito que S. Exª me chamou atenção, dizendo que Santa Catarina não pagava esse tributo, por não estar contemplada no racionamento de energia. Encomendei uma nota técnica, de número 459, à Consultoria do Legislativo, que confirmou que houve equívoco por parte da Ministra e não por parte dos Vereadores de Concórdia nem por parte deste Senador.

Já fiz a leitura desse documento no plenário, dando conhecimento a todos os Senadores. Deixo registrado nesta Casa que a ilustre Ministra, que nos brindou com um pronunciamento fantástico – foi um dia muito proveitoso –, não foi feliz ao chamar a atenção do Senador e dos Vereadores em relação ao desconhecimento desse pagamento. Entregarei, depois, em mãos dos senhores a nota técnica do Legislativo, confirmando que Santa Catarina, Paraná e Rio Grande também pagam esse tributo.

Novamente, registro nesta Casa, que está nas mãos do PT – que foi tão contra a cobrança do seguro-apagão, que o condenou inclusive em campanhas eleitorais – a decisão para definitivamente não se cobrar mais esse tributo do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador.

Realmente, a Ministra se confundiu na resposta, pois existem dois tributos. Lá, paga-se somente um e não se paga o outro. Entretanto, como se diz, errar é humano. Penso que S. Exª já reconheceu o erro. V. Exª já falou no plenário e aqui nesta Comissão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Somente para deixar registrado na Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Fica registrado que V. Exª tinha razão.

Vamos para o próximo item da pauta.

Retornaremos ao Item nº 01, o projeto de implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e DF. O autor é o Senador Maguito Vilela; o Relator é o Senador Rodolpho Tourinho.

O parecer é contrário, pela rejeição do projeto. Ele já foi discutido e foi pedida vista. O projeto voltou, sem solicitação adicional.

Como não houve voto em separado, passo a palavra ao Relator, apenas para confirmar o seu parecer.

Posteriormente, colocaremos em votação.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – São dois projetos, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – São os itens nºs 01 e 03, porque são semelhantes.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – São absolutamente semelhantes. Um projeto trata de excluir os Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal do horário de verão; o outro trata de tornar permanente o horário de verão nos Estados do Sul e Sudeste, incluindo Goiás, Tocantins, DF, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e também definindo um período para o horário de verão.

Nos dois casos, fizemos a análise, apresentamos relatório e, em se tratando de medida que deve ser adotada pelo Poder Executivo, somos contrários à aprovação de ambos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, já houve a discussão, e a Ministra já esclareceu aqui.

Passa-se à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tivemos, então, 11 votos. (Pausa.) Não seriam 12 votos?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com o Senador Delcídio, seriam 12.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ele já está computado. Vou repetir. Estão presentes os Senadores Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Valdir Raupp, José Jorge, Rodolfo Tourinho, Leonel Pavan, Augusto Botelho, João Batista Motta, Roberto Saturnino e Leomar Quintanilha.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – O Senador Luiz Otávio, antes de sair, deixou seu voto consignado a favor do relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está bem. Temos 12. Completou. Com isso, completamos os 12 votos. O projeto foi rejeitado, segundo o parecer do Relator.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, há um projeto de minha autoria, o item nº 5 da pauta. Trata-se de um projeto com dois anos de tramitação, que tem como objetivo obrigar o Conselho Nacional de Política Energética a cumprir a sua obrigação, a sua missão: a de elaborar o planejamento energético do Brasil de longo prazo. O Conselho até hoje não o fez.

Por isso, meu projeto determinava a suspensão de novas licitações em campos de petróleo até que o Conselho de Política Energética faça um planejamento de longo prazo.

Ocorre, Sr. Presidente, que tenho notícias de que tal será feito. Quer dizer, o Conselho de Política Energética está sendo convocado para, exatamente, cumprir sua obrigação, seu dever. Nessas circunstâncias, o meu projeto perderia o sentido.

Sendo assim, peço que V. Exª o retire da pauta para que, com o tempo, possa retirar o próprio projeto de tramitação no momento em que o Conselho cumprir sua missão, a determinação para o qual foi criado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos retirar o item nº 5 da pauta, acredito que com a concordância de todos. V. Exª, depois, irá decidir se quer que ele tramite.

Votamos o Item nº 1 e o Item nº 3. O Item nº 2 foi retirado da pauta a pedido do Relator. Já votamos o Item nº 4 e o Item nº 5.

Passa-se ao Item nº 6.

Projeto de Lei do Senado não-terminativo. Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia e dá outras providências.

O autor é o Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador Luiz Otávio.

O relatório é pela aprovação da matéria. Resultado: em 4 de dezembro de 2001, foi relatado e aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos pelo Senador Valdeck Ornélas.

Após ser apreciado pela Comissão de Infra-estrutura, irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

O Relator não está presente. Não é a primeira vez que o projeto entra em pauta. Vou pedir que outro Senador, o Senador Delcídio, leia o relatório do Senador Luiz Otávio.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Antes do Relator **ad hoc**, concederei a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias, autor do projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu gostaria apenas de sugerir a decisão que V. Exª acabou de tomar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Antes de V. Exª, o fazer a sugestão já foi aceita.

Por favor, Senador Delcídio, leia o relatório do Item nº 6.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Eu gostaria que outro Senador pudesse ler o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Valdir Raupp, V. Exª poderia ajudar?

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Pois não.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para exame e decisão, o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, que propõe a modificação do art. 15 da Lei nº 9.427, de 1996, vedando a cobrança de taxa mínima de energia para os consumidores residenciais. Pelo art. 1º, acrescenta-se ao art. 15 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, um §3º, a fim de permitir, para os consumidores residenciais, apenas o pagamento da energia efetivamente consumida.

Com esse dispositivo, veda-se a cobrança do custo disponibilidade.

O presente Projeto de Lei, relativamente ao mérito, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e será ainda apreciado, no tocante aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram oferecidas emendas à proposição, no prazo regimental.

Análise.

Consoante o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se acerca do mérito da proposição sob comento.

O Projeto de Lei em apreciação foi inspirado numa iniciativa adotada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, no início do período de racionamento. A Câmara suspendeu a cobrança do chamado custo/disponibilidade, para que o pequeno consumidor pudesse ser estimulado a economizar o máximo de energia possível. Ele pagaria apenas pelo que efetivamente consumisse e não estaria sujeito a uma taxa mínima que não refletisse o seu consumo.

O autor do projeto acredita que a não-aplicação do custo/disponibilidade às faturas de consumidores residenciais será sempre oportuna, e não apenas enquanto vigorar o racionamento.

De fato, embora a iniciativa traga algumas implicações para o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, não há dúvida de que constitui um poderoso estímulo ao consumo racional de energia elétrica. Se o consumidor souber que terá de pagar uma taxa mínima, não terá estímulo para consumir abaixo daquele limite.

O projeto de lei está em consonância com o objetivo maior da Nação, que é o de conscientizar a população quanto à finitude dos recursos naturais e à necessidade de se evitar o desperdício.

Por fim, como a cobrança do custo/disponibilidade recai, atualmente, sobretudo sobre os domicílios que menos consomem, trata-se de medida regressiva. Seria conveniente às distribuidoras encontrarem outra forma mais eqüitativa de recuperar esse tipo de custo.

Voto

Em face do exposto, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2001.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

O projeto está em discussão. O primeiro inscrito é o Senador Osmar Dias. V. Exª tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, como autor do projeto, já sei que haverá pedido de vista. Mas gostaria de, ao discutir o projeto, fazer um apelo para que isso não aconteça, porque ainda há uma Comissão para analisar a matéria. Já passou pela Comissão de Assuntos Econômicos e agora está aqui. É um projeto de amplo alcance social.

Se não podemos, Sr. Presidente, melhorar o salário mínimo, e este assunto sempre foi discutido aqui, com muita ênfase e entusiasmo, se não podemos melhorá-lo diretamente, temos que procurar caminhos para fazer com que o salário mínimo e o salário dos trabalhadores que ganham menos tenham o seu poder aquisitivo aumentado. E, para isso, temos que tirar algumas despesas que as famílias de baixa renda realizam que poderiam ser completamente eliminadas. É o caso, por exemplo, da água. O consumidor de baixa renda, consumindo ou não, paga 10 m³ de água. Isso é injusto! Se consome 5 m³, paga por 10 m³. Ganha a empresa de saneamento, estatal ou privada, mas perde o consumidor de baixa renda, principalmente a dona-de-casa, que, pensando estar economizando, chega ao fim do mês tendo que pagar a conta do mesmo jeito, 10m³.

A legislação sobre água está lá nas Assembléias, nos Estados, porque, praticamente, está sob o regime de concessão nos Estados, Sr. Presidente, mas energia elétrica, não. Durante a crise, vi o Partido dos

Trabalhadores, principalmente, e toda a Oposição ao Governo condenarem a irresponsabilidade e a falta de planejamento que houve, para que a crise se pronunciasse com aquela intensidade.

Naquele momento de debate sobre a crise energética, muitas soluções foram apontadas. Algumas foram colocadas em prática, outras, dispensadas. Uma alternativa foi encontrada por aquela Comissão, presidida, na época, pelo ex-Ministro Pedro Parente. V. Exª, se não me engano, era Ministro de Minas e Energia e Vice-Presidente da Comissão e foi também responsável para que se colocasse em vigor essa medida que considerei inteligente e, sobretudo, justa do ponto de vista da Justiça social, da qual tanto se fala.

Segundo a legislação de 1996, as distribuidoras de energia elétrica são autorizadas a cobrar o custo de disponibilidade, ou seja, 100 Kw/h, mesmo que não haja esse consumo em uma família de baixa renda que mora em uma casa com dois cômodos, onde não há lâmpada acessa para gastar 100 kw/h, nem eletrodomésticos que consumam tanta energia para chegar a esse limite, porque as distribuidoras cobram taxa mínima.

Quando se estava em crise – veja o contra-censo, Sr. Presidente –, a medida era boa, porque estimulava as famílias de baixa renda a reduzirem o consumo. Sentindo-se estimuladas, porque pagariam menos, reduziram o consumo. E houve um resultado – que V. Exª pode comprovar, porque era Ministro na época – extraordinário, especialmente em relação a esse conjunto de consumidores de baixa renda.

Mas o Brasil é assim: a crise passou, e aquilo que era bom para economizar durante a crise não precisou mais ser adotado. Só voltará a ser, talvez, no dia em que houver, de novo, crise e desespero.

Não estamos analisando, Sr. Presidente, o que é bom apenas para as distribuidoras de energia elétrica. Elas não vão quebrar, basta observar, no balanço, o lucro que estão conquistando.

Eu verifiquei o lucro de uma delas no meu Estado. A tentativa de privatização, inclusive, foi barrada pela população exatamente pelo lucro de R$500 milhões que teve no ano passado, que chega a R$800 milhões este ano. Elas não precisam cobrar taxa mínima de consumidor de baixa renda, para equilibrar as contas.

Então, considero uma questão de Justiça votarmos algo que permita que os trabalhadores de baixa renda também contribuam. Eles serão estimulados a reduzir o consumo de energia no País, que, dessa forma, usará o excedente de energia na industrialização, em uma agricultura mais moderna. Hoje, consome-se mais energia tanto na irrigação, quanto na produção intensiva de pequenos animais.

Precisamos, Sr. Presidente, ter ousadia e, sobretudo, a atitude de votar esse projeto, que não tira nada das distribuidoras, não as coloca em desequilíbrio econômico-financeiro. Apenas não permitiremos que se cobre indevidamente o que não se consumiu. A família que gasta 40 kw/h tem que pagar por eles, e não pelos 100 Kw/h, que não consumiu.

O discurso tem que ser compatível com a prática. O voto tem que ser compatível com o discurso e com a prática, porque, se esse projeto, que é de 1991, permanecer em tramitação, os consumidores de baixa renda continuarão pagando, destinando boa parte do salário mínimo que recebem para o pagamento da energia que não consumiram.

Considero isso não apenas injusto, mas desonesto. Essa lei é desonesta, porque cobra de consumidores que efetivamente não consumiram.

Portanto, quero fazer um apelo ao Partido dos Trabalhadores para que não peça vista do projeto, mas que permita a votação. Que possamos tomar iniciativas aqui no Legislativo também. Que não tenham valor apenas as iniciativas tomadas pelo Executivo. Não se deve proibir ou impedir a criatividade de Senadores e Deputados em elaborar projetos que tenham consistência, valor social, valor econômico e valor para a sociedade, simplesmente porque não são de autoria do Executivo.

Essa prática de colocar na gaveta projetos de iniciativa do Legislativo, apesar de sua extrema importância, já prejudicou demais o País. É um ciúme que não constrói nada para o Brasil. Este projeto é de 2001, ou seja, está aqui há dois anos e meio. Portanto, não vale o argumento de que ele deva ser estudado melhor, pois já houve tempo suficiente para isso. Então, Sr. Presidente, se o motivo para mais um adiamento da votação não for simplesmente esse, que se diga qual é o argumento.

Argumentam que vamos quebrar as distribuidoras. Vou apresentar aqui os dados de que não quebraremos as distribuidoras. Se o argumento for de que não houve tempo para estudar, eu não posso aceitar. Se o argumento for de que vamos desequilibrar as distribuidoras, eu não posso aceitar. Então, não há razão para não se votar um projeto que é inteirinho igual ao discurso feito pelo Partido dos Trabalhadores, principalmente durante a campanha eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

O projeto continua em discussão.

O próximo inscrito é o Senador João Batista Motta, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS-ES) – Sr. Presidente, agora mesmo acabei de relatar um projeto com a mesma finalidade do projeto do Senador Osmar Dias: visa fazer Justiça a famílias necessitadas, para que uma senhora pobre, ao ligar para sua filha de um mesmo município, distante, digamos, dois ou três quilômetros, não tenha que pagar tarifa idêntica a de uma ligação feita para os Estados Unidos ou para a França. Temos que combater essas desigualdades.

O projeto do Senador Osmar Dias tem a mesma finalidade: visa podar uma injustiça a olhos vistos. Já que não temos oportunidade de estabelecer neste País um salário mínimo, que pelo menos o cidadão tenha condições de pagar tais exigências.

Então, creio que esta Casa e a nossa Comissão devem aprovar este projeto, porque tudo o que for em benefício da população carente é nossa obrigação, haja vista a violência vivida em nosso País em razão da má distribuição de renda.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Continua em discussão.

O próximo inscrito é o Senador Augusto Botelho. V. Exª tem a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria de fazer minhas as palavras do Senador Osmar Dias, alertando também os Srs. Senadores para o fato de que a taxa é mais um imposto sobre quem ganha menos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS-ES) – A taxa de energia sobre o salário.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – A taxa de energia sobre o salário mínimo representa um percentual grande em relação ao salário das pessoas. Os Governos conseguiram controlar a inflação, mas ainda não conseguimos acabar com essas taxas que recaem sobre os pobres. Penso que é responsabilidade nossa, que fomos eleitos pelos mais fracos, defender os interesses deles.

Por isso, faço um apelo ao PT para que evite mais esse retardamento. Já faz quase 14 anos que esse projeto está correndo por aqui, e é um projeto que beneficia os mais pobres. Está provado e estudado que as grandes distribuidoras não vão quebrar por causa disso. E nós aqui – eu, do PDT, e creio que V. Exªs também, os Senadores do PT – temos responsabilidade principalmente com os mais fracos. Já que isso não vai quebrar ninguém, temos a responsabilidade e a obrigação de resolver essa situação, que já vem tramitando há 14 anos no Senado Federal. Do contrário, não poderemos criticar os outros Poderes pela lentidão deles, como é costume acontecer nesta Casa. Sempre criticamos os outros Poderes pela morosidade em solucionar os problemas. No entanto, sou Senador há quatro meses e estou estranhando, realmente, o fato de que também somos lentos. E não quero ficar dessa forma. Vim aqui para mudar. Quero mudar este País, pois tenho compromisso com as pessoas do meu Estado e do Brasil. E creio que não é justo que o PT fique fazendo isso ainda. Temos que legislar; não podemos ficar esperando projetos só do Executivo, ficar cumprindo ordens aqui. Temos que fazer o que entendemos ser bom para as pessoas.

Sou favorável à aprovação do projeto e solicito ao PT que não peça vista para não retardar ainda mais. Isso já foi muito estudado. Catorze anos estudando e isso ainda não está claro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador.

Não havendo mais nenhum inscrito para discussão, coloco em votação. O projeto é não-terminativo. Aqueles que forem a favor do relatório do Relator...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Também estou há quatro meses no Senado Federal e não conheço a história do projeto nesta Casa. Estou tomando conhecimento dele agora e confesso que tenho dúvidas sobre algumas coisas que foram aqui apresentadas explicitamente pelo Relator, principalmente no que se refere a consumidores residenciais cujo consumo seja inferior à respectiva meta e não exceda a 100kw/hora, que, aliás, foi uma medida tomada na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica quando V. Exª era Ministro.

A nossa preocupação é só com relação ao consumidor de 100kw/hora. O enfoque do Senador Osmar Dias é absolutamente procedente, mas creio que, por exemplo, alguns imóveis, como casas de praia e assemelhados, podem se enquadrar exatamente numa limitação como essa de 100kw/hora. A nossa preocupação é, efetivamente, com a pertinência do projeto, do qual, na verdade, não tenho dúvida nenhuma senão com a questão única e exclusiva de se defi-

nir bem o perfil dos consumidores de até 100kw/hora. Há vários exemplos no Brasil em que efetivamente essa dificuldade se constata. Quer dizer, o questionamento não é com relação à procedência, porque é um projeto absolutamente coerente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Concede-me, V. Exª, um aparte, Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Senador Delcídio Amaral, acredito que o critério tem que ser o consumo, porque ninguém paga – pelo menos entendendo que é correto pagar – pela água que não consumiu, pela energia que não consumiu, pela gasolina que não consumiu, ninguém paga pela comida que não comeu. Ninguém paga pelo que não consumiu.

Então, acredito que, mesmo que V. Exª considere que não devem ser incluídos aqui aqueles que têm casa na praia ou aqueles que fazem especulação imobiliária, como lembrava o Senador Leonel Pavan, e que têm apartamentos que não estão sendo utilizados, a verdade é o seguinte: eles não estão consumindo energia. Não podemos prejudicar todos os trabalhadores de baixa renda por não considerarmos correto reduzir a conta de luz de quem tem casa na praia. Se o cidadão não consumiu energia, por que seria obrigado a pagar? Ele não é obrigado a pagar um imposto pelo bem que não consumiu – e isto aqui é um imposto, como diz o Senador Augusto Botelho; é uma taxa a mais que está sendo paga sem o devido consumo.

Então, o critério tem que ser este mesmo: se não consumiu, não vai pagar. E veja bem: estamos falando de consumidor residencial, o que significa que o que queremos mesmo é alcançar esse universo enorme cujo número foi levantado pela atual Governo, que são as 44 milhões de pessoas no Brasil que não consomem sequer o equivalente a uma refeição diária. Se não consomem sequer o equivalente a uma refeição diária, não podem pagar a conta da luz que não consumiram. Talvez essas pessoas já pudessem estar comendo uma vez e meia por dia, se não estivessem pagando uma luz que não consumiram, Senador Delcídio Amaral.

Então, faço um apelo, realmente, para que votemos o projeto. Ele ainda tramitará na Câmara dos Deputados e haverá tempo para discutir essa questão que V. Exª levantou. Mas eu considero que é justo que se pague pelo que se consumiu.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Só é importante registrar, Sr. Presidente, que a tarifa não é pautada, Senador Osmar Dias, só, única e exclusivamente pelo consumo, mas é pautada também pelo investimento que foi feito. Quer dizer, o consumidor paga, também, pelo fato de a empresa ter feito um investimento para tornar disponível a energia que ele virá a consumir. Isso é importante.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Mas ele já pagou esse investimento quando pagou a taxa de ligação. Quando ele pagou a taxa de ligação, esse investimento está pago.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Mas para chegar, Senador, até o consumidor residencial, há por trás toda uma rede, que foi instalada para atender não somente aquele consumidor como também todo o conjunto. Isso é importante.

Sr. Presidente, a despeito da pertinência, peço vista. Conversarei com o Senador Osmar Dias para, na próxima semana, regimentalmente, reapresentar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Regimentalmente, a vista é concedida a V. Exª.

A vista coletiva foi concedida, Senador Gerson Camata.

Senador Leonel Pavan, V. Exª gostaria de pedir vista?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Não. Quero apenas dialogar com nosso querido amigo Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na verdade, o assunto já está vencido com o pedido de vista. V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É que a rede de energia elétrica é paga pelos municípios. É o Prefeito que autoriza o pagamento dos postos, da extensão, dos fios. Isso tudo é a prefeitura que paga. Nenhum centavo custa às distribuidoras. Quem paga são os municípios. Quando se vai religar, quem paga é o requerente. Eles estão ganhando apenas para fazer um documento, sem nenhum custo. E, quando se corta energia, tem-se de pagar para religar, só para autorizar. Então, há realmente um ganho muito grande por parte das distribuidoras de energia.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Foi aceito o pedido de vista deste projeto. Era o último item da pauta.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Rapidamente, para que esse tema não ocupe demais o tempo. Senador Leonel Pavan, em razão do seu comentário a respeito do seguro-apagão – é importante registrar para esclarecer essa situação –, na última audiência da Ministra Dilma, talvez S. Exª não tenha podido explicar, não tenha sido explícita. Todos os Estados pagam o seguro– apagão. O que a Região Sul do Brasil, por não ter passado pelo racionamento, não paga é o aumento de 2,9% para o comercial e de 7,9% para o industrial, que foi dado. É importante esclarecer esse ponto, para que essa dúvida não ocorra mais. O comentário do Senador Leonel Pavan no que se refere ao seguro-apagão efetivamente é pertinente. Talvez, no momento, isso não tenha ficado muito claro na discussão, até porque o seguro-apagão surgiu de contratos assinados por produtores independentes de energia, daquele programa emergencial sobre óleo diesel, que foi assinado pelo Governo Federal na ocasião e que se estendeu para todo o Brasil. O que expus é a título de esclarecimento.

O segundo ponto que gostaria de comentar é sobre a questão do Projeto de Lei nº 5, do Senador Roberto Saturnino, que solicitou a sua retirada de pauta. O projeto suspendia os leilões, as rodadas da ANP com relação aos blocos, principalmente na plataforma continental. Como em junho haverá o leilão, isso foi suspenso.

Com relação ao projeto do Senador Osmar Dias, comprometo-me a, na próxima semana, discutir com S. Exª e trazer o projeto à apreciação do Plenário para tomarmos uma decisão consistente e serena no que se refere a esse assunto, que é absolutamente pertinente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador.

Aviso a todos os Colegas Senadores da Comissão que, amanhã, às 10 horas, teremos uma reunião extraordinária conjunta com a Comissão de Educação, uma audiência pública com o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira. Estão todos convidados a participarem da reunião, que se realizará no plenário da Comissão de Educação, amanhã, às 10 horas.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h30min.)

Ata da nona Reunião Extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura e 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de maio de 2003.

Às dez horas e vinte minutos do dia sete de maio de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhores Senadores José Jorge e Osmar Dias, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana, Roberto Saturnino, Eurípedes Camargo, Mão Santa, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, João Ribeiro, Eduardo Azeredo; Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Rodolpho Tourinho, Augusto Botelho e César Borges e Senadoras Fátima Cleide,Íris de Araújo, Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Valmir Amaral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Antero Paes de Barros; Siba Machado, Magno Malta, Amir Lando, Gilberto Mestrinho, Teotônio Vilela Filho e João Batista Motta e a Senadora Rosena Sarney. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Os Senhores Presidentes Senador José Jorge e Senador Osmar Dias submetem às respectivas Comissões a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Doutor Miro Teixeira, sobre as diretrizes e programas prioritários de sua pasta para os próximos quatro (4) anos. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra para os Senadores membros presentes para posterior debate com o convidado. Encerrado o debate, o Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas às respectivas Atas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

Ata da Décima Reunião (Ordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada dia 13 de maio de 2003, terça-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas do dia treze de maio de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Jorge, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senadores João Batista Motta, Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita Junior, Siba Machado, Gérson Camata, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, João Ribeiro, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Fernando Bezerra, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Paulo Otávio, Reginaldo Duarte, Ney Suassuna e Augusto Botelho e Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da Mensagem n° 93, de 2003 (votação secreta) que, "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Alfredo Salomão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo – ANP". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Delcídio Amaral. **Relatório:** que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Sabatinaram o indicado os Senadores Delcídio Amaral, Leomar Quintanilha, Roberto Saturnino, Jonas Pinheiro, João Batista Motta e a Senadora Ideli Salvatti. Foram escrutinadores os Senadores Augusto Botelho e João Batista Motta. **Resultado:** aprovada a indicação do Senhor Luiz Alfredo Salomão por dezesseis votos "sim". Após o Presidente proclamar o resultado da apuração, concede a palavra aos Senadores Aloizio Mercadante e Paulo Otávio para cumprimentarem o novo Diretor. .Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que a pauta desta reunião consta de um único item.

Item 1:

Mensagem n° 093, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Alfredo Salomão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, ANP.

Autoria: Presidente da República.

Solicito ao Dr. Luiz Alfredo Salomão que se sente ao meu lado, na Mesa Diretora.

Convido também para fazer parte da Mesa o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Presidente da ANP, que está presente.

Concedo a palavra ao Relator da Mensagem, Senador Delcídio Amaral.

O SR. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, cumprimento o meu amigo, Embaixador Sebastião do Rego Barros, e meu companheiro Luiz Alfredo Salomão. Quero dizer-lhe que me honra muito ser o Relator da sua indicação para a Diretoria da ANP.

Sr. Presidente, nos termos do art. 52, III, "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Alfredo Salomão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após argüição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O **curriculum vitae** do Sr. Luiz Alfredo Salomão, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. O Sr. Luiz Alfredo Salomão cursou a Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil, e formou-se engenheiro eletricista em 1968. Subseqüentemente, freqüentou o curso de Mestrado em Engenharia de Produção da COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o Mestrado em Análise Matemática no Impa, do CNPq. Também fez o cur-

so de pós-graduação em Análise Econômica do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento, Cendec. Sua experiência profissional é muito ampla e diversificada. Já foi consultor econômico da Presidência da Light, professor da Escola de Pós-graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Secretário Estadual de Obras e Meio Ambiente e Secretário Estadual de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, além de ser autor de diversas publicações.

A partir da década de 1980, iniciou bem-sucedida carreira política. Foi Deputado Federal do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrático Trabalhista, entre 1983 e 1986; foi Deputado Federal Constituinte pelo PDT e membro da Comissão da Ordem Econômica e da Comissão de Sistematização. De 1991 a 1995, foi novamente Deputado Federal; e, de 1992 a 1994, Líder da Bancada do PDT na Câmara dos Deputados. Reelegeu-se, mais uma vez, pelo PDT, em 1999, e, em 2001, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores. Antes de ser indicado para exercer o cargo de Diretor da ANP, foi Diretor da Escola de Políticas Públicas e Governo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Secretário de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro.

Sua ampla experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, está comprovada no **curriculum vitae** que apresenta. Fica, assim, a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Luiz Alfredo Salomão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Obrigado a V. Exª, Senador Delcídio Amaral.

Aviso a todos os Senadores que a lista de inscrição para questionamentos ao indicado, Luiz Alfredo Salomão, encontra-se sobre a mesa.

O indicado terá meia hora para a sua exposição. Abrir-se-á a fase de interpelação, pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao interpelado o mesmo tempo para a tréplica. A palavra às Srªs e aos Srs. Senadores será concedida pela ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Agora, passo a palavra ao indicado, o Engenheiro Luiz Alfredo Salomão.

V. Sª tem a palavra.

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srª Senadora Ideli Salvatti, Srs. Senadores, meu caro Relator, Senador Delcídio Amaral, peço permissão a V. Exªs para dividir a minha apresentação em duas partes, não sem antes dizer da minha satisfação, do meu sentimento de reverência e de respeito a esta Casa, estando aqui cumprindo a determinação legal de me submeter à sabatina dos Srs. Senadores.

Como disse, gostaria de pedir permissão a V. Exªs para apresentar a minha fala em duas partes. Na primeira, cuidarei de aspectos político-institucionais relativos às agências e, depois, das questões técnicas ligadas à Agência Nacional de Petróleo.

Começaria pelas questões institucionais, tendo em vista que sou o primeiro indicado para uma agência reguladora pelo atual Governo e, por conseguinte, gostaria de expressar algumas posições do Governo, devidamente autorizado pela Ministra Dilma Rousseff, de modo a pacificar certas querelas que foram estabelecidas logo no início do Governo, em função de avaliações do desempenho dessas agências no governo anterior.

A primeira consideração é quanto à essencialidade das agências. O Governo considera absolutamente essenciais as agências, sobretudo em mercados em que existe o poder de monopólio, onde há a simetria de informação, e é necessário proteger, sejam consumidores, sejam trabalhadores, sejam investidores, ou mesmo aqueles que detêm, em última instância, a propriedade dos recursos naturais, que são os cidadãos brasileiros. Isso porque, sempre que se trata de serviços financeiros na exploração de serviços públicos e também quando as atividades afetam o meio ambiente, é necessário que o Poder Público exerça a função intermediária ou de intervenção no mercado, representada pela regulação. E, evidentemente, no sentido de impedir que os agentes econômicos, exercitando sua atividade em busca do lucro, de maximizar os resultados, sacrifiquem, de alguma forma, a população e a sociedade.

É evidente que um governo como o nosso, um Governo do PT, com a base de apoio de outros partidos, jamais dispensaria o exercício da regulação.

Portanto, essa observação tem por objetivo deixar bem clara a importância que o Governo Lula e a Ministra Dilma depositam na existência e no funcionamento, da melhor forma possível, das agências reguladoras.

Porém, isso não deve inibir uma discussão saudável sobre o papel dessas agências, a sua ontologia,

como foram criadas e, desde logo, ressalta o fato de que houve uma certa cópia das agências reguladoras dos países anglo-saxões, que originalmente criaram esse tipo de instituição para intervir nos mercados nos seus respectivos países.

O Brasil, em vez de criar sua própria forma jurídica – e aqui está o Senador e ex-Vice-Presidente da República Marco Maciel, um estudioso dessa matéria –, como fez quando criou, por exemplo, as sociedades de economia mista, uma invenção do Direito Público brasileiro, em vez de fazer o mesmo em relação às agências, praticamente copiou as funções das agências inglesas. Entretanto, não tínhamos um instrumento jurídico adequado para exercer aquelas funções. Por conseguinte, revestimos essas agências da forma de autarquias especiais, o que gerou uma certa confusão. Essas autarquias estão revestidas de autonomia técnica, financeira e administrativa, mas não ficou claro o que significa a vinculação delas aos órgãos do Executivo, aos Ministérios do Executivo. Assim, há autarquias vinculadas ao Ministério dos Transportes, ao Ministério das Minas e Energia, e restou essa confusão dos institutos anglo-saxões em relação à Constituição brasileira, que não lhes concede a autonomia que, naqueles países, é dada aos órgãos reguladores.

Desse modo, o que observamos foi uma certa confusão sobre o que é, de fato, a autonomia. Também com relação ao Banco Central, há essa confusão, nessa discussão que está por vir, e ainda em relação às universidades, que teoricamente detêm uma autonomia administrativa, financeira e acadêmica, mas, de fato, não conseguem independer dos recursos do Tesouro.

Esse choque com a Constituição brasileira foi muito bem tratado num seminário recentemente realizado na Câmara pelos juristas Eros Grau e Floriano de Azevedo Neto. Naquela oportunidade, mostraram que não há escapatória, dado que as agências não pertencem ao Judiciário nem ao Legislativo, mas são órgãos do Executivo e, por conseguinte, estão vinculadas ao Ministério de uma forma autônoma, mas não independente.

Tal fato foi, no passado, o principal motivo dessas querelas a que me referi, dado que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, as agências assumiram atribuições que, de fato, deveriam ser do Executivo, sobretudo na área de planejamento e da proposição de políticas públicas, que, de acordo com a Constituição, em seu art. 84, são atribuições dos Ministros de Estado. Por conseguinte, há que, algum dia, se esclarecer como vamos equacionar, no Direito Público brasileiro, essa questão da autonomia das autarquias especiais.

Desde logo, o Governo Lula e a Ministra Dilma Rousseff, em particular, não querem ver se repetir com as agências reguladoras, com as autarquias especiais criadas a partir de 1997, o mesmo que sucedeu com as autarquias criadas por Getúlio Vargas na década de trinta. Em 1930, foram criadas várias autarquias – em 1934, o Denai e o DNPM; em 1938, o CNP –, instituídas também com autonomia administrativo-financeira e técnica, mas que, ao longo do tempo, após a imposição de tantos controles, acabaram estioladas na sua função e tornaram-se equiparadas às repartições da Administração Direta.

Portanto, o Governo Lula quer prestigiar as agências, quer que o seu poder institucional seja reforçado e, para isso, quer que sejam realizados concursos públicos para o preenchimento de seus cargos, fortalecer a cultura técnica dessas autarquias e respeitar, sobretudo, as decisões desses órgãos baseadas nas normas de regulação. Também deseja garantir-lhes a autonomia financeira, assim que superarmos, como estamos superando, a crise das finanças públicas herdada pelo atual Governo.

De qualquer forma, é preciso ter consciência de que essa importante atividade de regulação não pode ser realizada sem que existam os meios adequados, porque os órgãos reguladores sempre vivem em situação de inferioridade em relação aos regulados.

De fato, podemos argumentar com a relação principal – agente, um algoritmo que a Ciência Política criou para lembrar que sempre o principal, no caso o órgão regulador, está em situação de inferioridade em relação ao agente, que são os entes regulados, as concessionárias. As concessionárias, assim como as permissionárias, estão na prática do mercado, vivendo o dia-a-dia com os consumidores, criando os fatos e praticando atos que os órgãos reguladores não conseguem acompanhar **pari passu**. Eles estão sempre correndo atrás da informação para poder exercer o seu papel regulador. Por conseguinte, estão sempre em situação de inferioridade.

Essa assimetria de informação deve ser reequilibrada por intermédio de vários mecanismos. Adam Przeworski, por exemplo, para citar apenas um autor, relacionou procedimentos que poderiam ser praticados para reduzir o custo de transação, vale dizer, reduzir a assimetria da informação, que são exatamente as articulações dos órgãos reguladores com a sociedade e com os outros órgãos de governo, para que a agência, por meio de um reforço da sua ação institucional, possa cumprir melhor esse papel.

Outra preocupação do Governo é em relação à chamada teoria da captura. Todas as agências, por conta dessa assimetria de informação, costumam ser capturadas pelos interesses dos entes regulados. Essa discussão foi relativamente notabilizada por George J. Stigler, um americano vencedor do Prêmio Nobel de Economia, que, analisando exatamente o caso do petróleo, da energia elétrica e das corretoras de valores dos Estados Unidos, mostrou que esses atores privados conseguiam impor seus interesses em relação às agências reguladoras. Em vez de elas atuarem em função do interesse público, atuavam mais em benefício desses interesses privados. Stigler, que era um radical conservador – como ele mesmo se autodefinia –, queria, na verdade, acabar com as agências. No entanto, essa teoria foi retomada pelo Banco Mundial exatamente para demonstrar a importância de os países, as nações, cuidarem de suas agências de regulação para que elas cumpram adequadamente o seu papel de defesa do interesse público.

O Governo Lula tem como meta reforçar e melhorar a credibilidade dessas agências com a população, a fim de que elas não sejam consideradas pela população como advogados dos interesses dos concessionários, como, às vezes, costuma ocorrer por falta de informação da população. O Governo Lula deseja que essas agências tenham os instrumentos para exercer o poder regulador e sejam respeitadas pela população, como, por exemplo, o corpo de bombeiros ou os correios, um esforço que já vem sendo feito pela atual administração da ANP.

Farei um pequeno parêntese para registrar, com muita alegria, a presença não apenas do Embaixador Sebastião do Rego Barros, Diretor-Geral da ANP, como também dos Diretores Nilton Moreira e Luiz Augusto Horta Nogueira, que vieram a esta reunião prestigiar a minha sabatina, o que me deixa muito satisfeito e muito orgulhoso.

Além disso, esse esforço que o Governo pensa em fazer concentra-se basicamente em três estratégias. Primeiramente, deve-se investir em conhecimento. As agências sempre sabem menos do que os regulados. Por isso, é preciso haver um grande esforço para treinar e dotar os seus servidores do máximo de informações possível, recorrendo, evidentemente, à tecnologia da informação que oferece tantos meios modernos para administrar e gerir o conhecimento.

A segunda estratégia é a transparência nos procedimentos. As agências já fazem grande esforço para disponibilizar informações por intermédio de suas páginas na Internet, por meio de audiências públicas, mas, ainda assim, é preciso um esforço adicional para que a população tenha acesso à quantidade enorme de informações administradas pelas agências reguladoras.

E, finalmente, um esforço em relação ao **enforcement**, à capacidade de fazer cumprir as normas, as leis e as boas práticas comerciais de mercado, que constituem as instituições da regulação. Nesse ponto, queria fazer um pequeno comentário no sentido de que o nosso País tem sido bastante competente na formulação das leis, das normas e dos regulamentos, quer dizer, na produção das regras a serem observadas pelos mercados ou pelos atores desses mercados, tanto no caso do petróleo, quanto no caso da energia elétrica, das telecomunicações, daqueles que atuam no mercado de serviço de saúde, etc. Porém, o nosso Congresso tem sido menos competente para dotar esses organismos dos meios necessários para fazer cumprir essas normas. É uma tradição brasileira ter insuficiência de meios para fazer as leis valerem, para fazer cumprir a lei, ou seja, para fazer o que significa este vocábulo, que não tem boa tradução para o português: **enforcement**. Vou referir-me brevemente a isso um pouco adiante.

Minha experiência, que o Relator, Senador Delcídio Amaral, já resumiu, é nessa área. Quer dizer, a minha passagem pela Light, serviço de eletricidade, a que S. Exª fez alusão, permitiu-me observar o extinto Dnaee, que não tinha os meios de fazer as concessionárias de energia elétrica cumprirem as regras. Tive também outras experiências na área do meio ambiente, de controle de preços, de controle e aferição dos pesos e volumes e dos instrumentos de medição e, finalmente, como Secretário de Transportes, quando tinha de regular trem, metrô, barcas e ônibus.

Vejo, aqui, uma companheira de sofrimento, a Drª Bernadete, que trabalhava na CMTU, na Prefeitura do Rio, que sabe como é difícil a tarefa. Havia 16 fiscais para fiscalizar seis mil ônibus em 92 Municípios. Vale dizer, não havia fiscalização nenhuma. Era impraticável exercitar o **enforcement**.

De qualquer forma, é preciso fazer um esforço considerável para que a ANP seja dotada desses meios de fazer cumprir a lei, porque a ANP tem 53 fiscais para atuar em todo o País, onde existem trinta mil postos de abastecimento, cerca de noventa mil pontos de venda de GLP, gás engarrafado, além de cerca de 280 distribuidores de derivados de petróleo. Enfim, há uma quantidade enorme de entes a serem fiscalizados e uma quantidade ínfima de fiscais que, de resto, já têm idade avançada e não recebem vencimentos adequados. Ademais, 50% deles estão concentrados na capital. Nesse sentido, temos de buscar parce-

ria com os governos estaduais e municipais e com outros órgãos de Administração Federal, visando estender a rede de fiscalização mais do que já foi feito pelos atuais administradores da ANP. Por que isso? Porque, basicamente, estamos tratando da regulação do principal setor industrial do País, o de petróleo e gás, que representa 5,4% do PIB brasileiro e é, sem dúvida nenhuma, hoje, um dos setores que concentra a maior parcela do investimento produtivo do País. Somente no ano passado, foram investidos R$8 bilhões, o equivalente a US$2,6 bilhões. Somente em 2002. E esses investimentos foram verdadeiras sementes, porque estão programados para os anos seguintes cerca de R$40 bilhões de investimentos em função daqueles realizados nos anos anteriores.

De modo que esse é um setor estratégico para a Nação. E não estou colocando o falso dilema de se ele é uma **commodity** ou um bem estratégico, como já andou sendo discutido. É óbvio que é estratégico na medida em que ainda é um bem escasso no País. Ainda temos reservas modestas em relação ao nosso consumo. Temos reservas estimadas em apenas quinze por ano de consumo. Mas, certamente, ainda que tivéssemos abundância de petróleo – creio que vamos ter no futuro –, não poderíamos ter a ousadia, que nem os países árabes têm, de tratar o petróleo como um bem não estratégico. E, se eles o fizessem, as grandes potências não o fazem.

Em segundo lugar, o petróleo é estratégico para o nosso equilíbrio do balanço de pagamentos. Ontem mesmo, as notícias apontavam a Petrobras como a maior empresa exportadora do País, superando, como foi no passado, a Embraer. Além disso, temos feito reduzir bastante a despesa cambial com a importação de petróleo, tendo em vista o nosso esforço de aumento da produção nacional de petróleo e gás. Mas, além de contribuir para o balanço de pagamentos, o petróleo e o gás estão permitindo uma maior integração continental do Brasil, na medida em que as nossas relações com a Bolívia, com a Venezuela, com a Argentina têm-se intensificado em torno dos energéticos, criando, obviamente, poder de compra e a contrapartida nesses países para importarem os produtos industrializados que o Brasil produz.

Além disso, os combustíveis são estratégicos para a defesa nacional. Não é à toa que, durante anos, os militares estiveram à frente da Petrobras, do CNP, e, certamente, ainda que estejam afastados, eles precisam estar conversando conosco sobre as estratégias para o futuro. Obviamente, o petróleo também é estratégico para a formulação da política industrial brasileira. A Ministra Dilma Rousseff já deu os primeiros passos, e a ANP já incluiu nos seus editais a previsão de um conteúdo nacional nas importações dos futuros concessionários da chamada Rodada nº 5.

Mas é óbvio que o petróleo e o gás também são **commodities** quando o Brasil também tem que comprar ou vender esses bens no mercado internacional. De qualquer forma, o importante é ter em conta que a regulação de um setor estratégico para a economia brasileira, que tem um enorme potencial de alavancagem de recursos fiscais, como também pretendo mostrar daqui a pouco, não pode ser feita por uma agência que não esteja dotada dos recursos necessários para o exercício da função que o Congresso Nacional lhe deu.

Penso que esses pontos dos aspectos institucionais reforçam aquela consideração que fiz antes sobre a importância de uma grande integração da Agência Nacional do Petróleo, assim como dos outros órgãos reguladores, com o Congresso Nacional.

Eu queria chamar a atenção para três diplomas legais que precisam ser revisados e reformados por esta Casa. Vamos, depois, sob a liderança do nosso Embaixador Sebastião do Rego Barros, nosso Diretor-Geral, voltar ao Congresso Nacional e pedir o apoio dos Senadores para o encaminhamento dessas três questões de que vou tratar aqui.

A primeira é a reforma da Lei nº 9.847, de 1999, que estabeleceu prazos, definiu as infrações, estabeleceu o valor das multas e as regras para interdição, apreensão, suspensão, etc. Estabeleceu as penalidades. Essa lei, com três anos de experiência, já se demonstrou inadequada, na medida em que está gerando um sentimento de impunidade nos atores que funcionam no abastecimento dos derivados de petróleo. Os prazos são demasiadamente longos, os recursos têm sido utilizados com alto grau de chicana, e, em decorrência, na esfera administrativa, esses processos têm levado um ano, um e meio, dois anos, para tramitar, depois do que ainda há o recurso judicial.

Então, é algo que o Congresso, evidente, fez com a melhor das intenções, mas que tem que ser repensado para que se possa impor sanções em tempo certo e nos valores adequados, com as penalidades mais graves, como a interdição, a apreensão e o perdimento, de molde a criar um maior respeito por parte desses transgressores, aumentar-lhes o custo de transgressão. Modificar o decreto é uma atribuição do Executivo, mas ele não pode ser mudado sem a mudança da lei penal.

O outro dispositivo para o qual vamos pedir a reconsideração desta Casa é a Lei nº 10.402, de 2002,

que regulamentou a carreira de procuradores federais, criou a Procuradoria Federal no âmbito da Advocacia-Geral da União, e que acho que involuntariamente revogou o dispositivo da Lei do Petróleo, Lei nº 9.478, que previu explicitamente uma Procuradoria-Geral da ANP. A Agência Nacional do Petróleo tinha, na sua lei de criação, a previsão de uma procuradoria própria. Essa Lei, ao criar a Procuradoria Federal, impôs que os procuradores das autarquias sejam exatamente os procuradores da Procuradoria Federal. Em todas as autarquias: do INSS – e aí o risco é demasiadamente alto – até a ANP, criou uma situação que não é sustentável a médio ou curto prazo. Por quê? Porque esses procuradores não são hierarquicamente subordinados ao Procurador-Geral da ANP, nem mesmo à diretoria da ANP; eles são subordinados, hierárquica e tecnicamente ao Procurador-Geral Federal. Desse modo, ao não deverem obediência nem terem compromisso com a instituição ANP, eles podem ser transferidos, mudando de estado ou saindo da Agência para outra autarquia de seu interesse, serem requisitados, e, por conseguinte, não se pode criar um quadro procuradores próprio da Agência. Não se pode imaginar um quadro detentor de um conhecimento específico, de uma cultura jurídica específica sobre petróleo e gás. E isso é uma ameaça ao poder regulador, tanto tendo em vista o contencioso judicial, quanto o contencioso administrativo, e sobretudo para a assessoria jurídica da própria Agência. Na lei de criação da Agência, a Procuradoria, entre outras atribuições, tem o dever de revisar todo e qualquer ato jurídico da agência. Cada portaria que vise a regulação tem que ter o visto do Procurador-Geral. E como fazer isso sem procuradores especializados, com procuradores que hoje estão na Agência do Petróleo, amanhã podem estar na Agência de Eletricidade, numa universidade ou no INSS?

Isso, realmente, é uma preocupação grave da Agência, o que será motivo da nosso retorno aos senhores para pedir ajuda no sentido de adequar o espírito positivo da Lei nº 10.402 a essa exigência do funcionamento da ANP e de todas as agências reguladoras.

Passando adiante, vou-me referir a um outro problema sério das agências – que, evidentemente, não podem funcionar sem uma procuradoria –, que é esse círculo vicioso criado por liminares concedidas por certos juízes federais, desequilibrando o mercado. Ou seja, são empresas laranja que se constituem e que conseguem liminares na Justiça, em determinadas varas federais, para aumentar sua quota junto à Petrobras e aos distribuidores, ou para não recolher tributos, como a Cide e o ICMS, e, por conseguinte, entrarem no mercado com volumes expressivos de derivados, estabelecendo uma concorrência absolutamente desleal com empresas que operam regularmente no mercado.

Por meio de um esforço sobre-humano da Procuradoria, que está desfalcada de quadros não especializados, consegue-se cassar a liminar. Mas o mal já está feito. A empresa é fechada, mas abre-se uma outra, e recomeça o ciclo.

Dessa forma, desejo chamar a atenção dos Srs. Senadores para a importância de revisar esse aspecto tão importante. Como disse, os números são bastante expressivos: 4% do PIB.

Passarei rapidamente a abordar alguns aspectos técnicos das áreas que o Governo pretende priorizar na ação da Agência a partir de agora. Ao ser implantada, a Agência fez um grande esforço na área de E e P, exploração e produção, e também a fim de criar a contestação de mercado no abastecimento, a contestação do monopólio da Petrobras. Mas agora é preciso um esforço na área do abastecimento.

Passarei rapidamente os **slides**, pois meu tempo já está expirando, apenas para demonstrar as dimensões do mercado. São 86 mil postos de revenda, 30 mil postos revendedores de combustível, 253 distribuidoras. Enfim, é bem grande o número de atores.

Aí está uma noção do grande consumo de diesel em relação à gasolina e a outros combustíveis, um problema sério de que deveremos tratar um dia com mais vagar. Na importação de derivados, o óleo diesel já representa 35,8 milhões de barris equivalentes de petróleo por ano. Já é uma expressiva contribuição em nossa balança de pagamento, uma contribuição negativa.

Nesse ponto, a questão dos setores que consomem petróleo, com a deformação do sistema de transportes, nossa matriz de transportes: 49% do consumo de derivados provêm do setor de transportes, do fato de que nossa matriz de transportes está apoiada sobre pneus, em vez de estar sobre trilhos ou sobre hidrovias.

Na estrutura de preço da gasolina, os tributos representam 47,3% do preço, com uma contribuição enorme para os Estados. Voltarei ao tema adiante.

Em relação ao diesel, a contribuição dos tributos é menor, 27%, mas é bastante expressiva. E há a margem do distribuidor, assunto que não terei tempo de comentar, mas demonstrarei aos senhores que, apesar do preço elevado, os tributos sobre os combustíveis, no caso a gasolina, no Brasil ainda são mo-

destos quando comparados a outros países da Europa e, um pouco, ao Japão. Evidentemente, não servem como paradigma para nós os Estados Unidos, onde a gasolina é muito barata, em termos relativos.

No diesel, a participação dos tributos é menor, em todos os países. Mas ainda há um enorme espaço para taxar combustíveis e canalizar para a racionalização da matriz de transportes. A margem de distribuição elevada permitiu uma proliferação considerável de postos de gasolina, ou postos de serviço.

Observem, por exemplo, que nossa frota de carros, dividida pelo número de postos revendedores, é muito baixa, quando comparada a outros países, significando que há uma concorrência excessiva nesse campo, propiciada por margens de distribuição muito altas.

Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para a contribuição que o setor petróleo e gás dá para o Tesouro da União, dos Estados e dos Municípios. Este diagrama é extremamente interessante para mostrar que, na produção do óleo e do gás, graças aos impostos sobre os equipamentos e serviços das empresas concessionárias, os **royalties**, os aluguéis de retenção diária e o PIS/Cofins, incidentes sobre o óleo bruto, depois a participação especial nos campos altamente rentáveis e mais o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro daqueles que estão produzindo óleo, permitem ao Governo ter uma fatia expressiva desse valor do óleo e do gás. Um tipo de taxação que não afeta a competitividade do País e que deve ser pensado mais estrategicamente na medida em que estejamos discutindo a reforma tributária e a adequação da carga sobre os contribuintes.

Vejam os senhores que, no que diz respeito ao óleo e ao gás, na etapa de produção de E e P, o País arrecadou US$ 7 bilhões, em 2002, não contando os Impostos sobre Equipamentos e Serviços, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro das concessionárias que estão explorando o petróleo, porque esse número não está disponível ainda. Mas US$ 7 bilhões só sobre o petróleo bruto e o gás.

Sobre os derivados, a contribuição é de R$ 46 bilhões, em termos de Cide, de PIS/Cofins e de ICMS. Sobre a gasolina, R$ 22 bilhões; sobre o diesel, R$ 16 bilhões; sobre outros derivados, R$ 6 bilhões; sobre o álcool, R$ 2,1 bilhões. Quarenta e seis bilhões de gás é pouco mais de duas vezes a arrecadação da nossa CPMF. E, no conjunto das atividades, desde a produção até os derivados, a arrecadação, o **upstream** mais o **downstream**, geraram aproximadamente R$ 53 bilhões em 2002, o que é uma contribuição expressiva para os tributos.

Estou chamando a atenção para esse ponto porque, hoje, não há melhor negócio para o Tesouro Nacional e para o dos Estados do que investir em petróleo e gás. Isso permite uma arrecadação monstruosa sem afetar a competitividade das nossas exportações e sem onerar inadequadamente a nossa produção.

Assim, parece pouco lógico contingenciarem recursos para viabilizar o crescimento das nossas reservas. Sem falar na sonegação.

Na nossa questão do refino, esse é um tema que certamente será discutido intensamente, tendo em vista a polêmica que se estabeleceu sobre se está ou não na hora de começar a construção de uma ou duas novas refinarias no País.

Este gráfico ilustra bem que o consumo já tangenciou a capacidade de refino no País. Estamos importando derivados de uma forma significativa. No mundo inteiro, há excesso de capacidade e há uma previsão de a Petrobras aumentar a sua produção mediante ajustes, quer dizer, de melhoria de produtividade, introdução de novos produtos, melhoria da qualidade de combustíveis, etc. Mas esse conjunto de esforços representa um aumento de apenas 35 milhões de metros cúbicos. É um investimento considerável, de R$5,5 bilhões, mas a ampliação representa apenas aquela fatia azul escura, de 7% mais os 38% de conversão, que são 45% dos investimentos. Aproximadamente US$2 bilhões serão aplicados na Petrobras, aumentando o volume de refino.

A Petrobras já mostrou, no passado, uma enorme capacidade de reação à demanda do mercado – eu chamaria a atenção para o que foi feito na década de 70/80, quando a Petrobras investiu US$1 bilhão no aumento do refino. Isso foi, evidentemente, em decorrência do choque do petróleo de 1973. Depois, com o choque seguinte, houve uma queda do consumo e, por conseguinte, os investimentos em refino caíram bastante. Agora, a Petrobras se programa para um investimento de US$1 bilhão nos próximos anos.

A Petrobras é a empresa que mais está investindo, depois da Exxon, em refino, tendo em vista esse excesso de capacidade antes referido, mas ela hoje praticamente está com sua capacidade de refino, autorizada pela ANP, tomada. Ela está refinando praticamente 1,9 ou 1,8, quando a capacidade nominal é de 2 milhões de barris por dia.

Há uma projeção mundial, baseada em estudos, que indica a existência de um déficit de refino na bacia do Atlântico, o que significa que as margens de re-

fino deverão se elevar ligeiramente para atrair esses investimentos. Há um prazo de maturação de quatro a cinco anos para o refino, de modo que é preciso acelerar essa discussão e tomar uma decisão rápida sobre esse projeto de investimento.

A questão da fiscalização, a que já me referi rapidamente, está dividida em fraudes nos combustíveis, mediante a adição de solventes e álcool anidro na gasolina, contrabando de gasolina e solventes, roubos de cargas e destinação diferente da que consta na nota fiscal nas partidas que saem das refinarias e dos distribuidores. Além disso, temos a sonegação desenfreada do ICMS no álcool e a falsa operação de venda interestadual do álcool hidratado, conseguindo alíquotas mais baixas; a adição de água no álcool anidro; e a venda casada de álcool e gasolina.

Todas essas formas representam tributos sonegados e também uma perda de arrecadação de R$ 5 bilhões. Essa é a estimativa da Agência, que representa aproximadamente 10% daquela carga a que me referi antes, de US$ 53 bilhões. Então, se houver esse esforço de fiscalização, ainda se poderia aumentar a arrecadação do setor em mais R$ 5 bilhões, o que é muito dinheiro.

Bom, aqui é como a fiscalização tem atuado, de uma forma mais preventiva, utilizando programas de monitoramento de qualidade e preço e, em breve, um sistema de movimentação, que é um balanço de massa que se pretende implantar – já há um projeto, na Agência, muito interessante sobre isso – e também a utilização de marcadores de solventes. Essa atuação é dirigida por denúncias.

Esse sistema de monitoramento da qualidade só existe nos Estados que estão marcados em verde, mas é intenção da Agência expandi-lo para o lado de cá, para eliminar esta aparente linha de Tordesilhas, que está separando o Brasil em dois – é o nome que o Embaixador me ensinou.

Há convênios com as universidades para fazer isso, e o SIMP é exatamente esse sistema de balanço de massa para permitir um controle desde que os derivados saem da refinaria, dos distribuidores, passando pelo sistema de transporte até a distribuição, e daí até os mercados consumidores, podendo haver um controle de cada etapa da cadeia produtiva, a fim de se saber onde houve a evasão.

Esta é a estratégia principal: articulação com os órgãos públicos, maior articulação com a sociedade – vou pedir à Drª Bernadete para nos ajudar, usando as cooperativas de táxis, de vans, os grandes consumidores, para também atuarem nesse monitoramento da qualidade. Obviamente precisamos aumentar e aperfeiçoar o quadro de fiscais e as mudanças na legislação a que já me referi.

As ações judiciais, Presidente José Jorge, foram em número de 23, para que não houvesse o recolhimento de tributos; 235 questionando o poder regulador da ANP; e ainda há liminares em vigor, em número de 19, no caso da Cide, e quatro, no caso do ICMS. Isso é um absurdo. Esse dado é de 30 de abril, quer dizer, é bastante recente, para o conhecimento dos Srs. Senadores.

Termino aqui a minha exposição e me coloco à disposição dos Srs. Senadores para responder qualquer questão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Terminada essa parte inicial da reunião, vamos dar a palavra aos Senadores, pela ordem de inscrição, mas primeiramente vou atender a questão de ordem do Senador Ney Suassuna,

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A questão de ordem, Sr. Presidente, é que quem já conhece o nobre interpelado de hoje já deve se sentir esclarecido, como é o meu caso. Então, gostaria de pedir que V. Exª abrisse já a votação, porque temos ainda que comparecer no plenário e nas outras comissões, então poderíamos adiantar a votação. Essa é a primeira questão de ordem.

A segunda é que, infelizmente, o meu partido – e estou aqui como seu representante – continua com a reunião, e sequer começaram os discursos do Presidente e seus membros, mas os seis pediram para dizer que votam fechado com o Dr. Salomão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Infelizmente o voto é secreto, mas não posso registrar na Ata as palavras de V. Exª. Evidentemente, pelo Regimento, a votação é sempre após o debate, mas, atendendo o apelo de V. Exª e tendo em vista que o nosso interpelado, Dr. Luiz Alfredo Salomão, já fez a sua palestra e, não havendo quebra grave do Regimento, se os companheiros Senadores e Senadoras concordarem, vamos abrir a votação para aqueles que porventura tenham outro compromisso.

Fazemos um apelo para que todos permaneçam, a fim de que a Comissão possa rapidamente terminar a interpelação.

Pediria ao Senador Delcídio Amaral, relator da mensagem, que fosse o primeiro orador a fazer sua interpelação. V. Exª tem a palavra por cinco minutos. Faria também um apelo para que todos os Srs. Senadores atendessem o tempo destinado a cada um, que

é de cinco minutos, para que consigamos encerrar rapidamente esta reunião, a fim de que possamos todos, não só o Senador Ney Suassuna, ir para a reunião do Plenário, que normalmente começa às quatro horas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, também preciso me retirar e queria deixar registrado que o meu voto é sim.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Sibá Machado, o voto é secreto, mas V. Exª pode votar.

O SR. DELCÍCIO AMARAL (PMDB – RO) – Presidente, daqui a pouco não será nem possível fazermos os questionamentos, porque todos já abriram o voto, ainda mais com esse pacote de votos do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na próxima reunião vamos anular os votos abertos.

(Risos)

V. Exª tem a palavra.

O SR. DELCÍCIO AMARAL (PMDB – RO) – Dr. Luiz, queria primeiro dizer que para mim é um orgulho muito grande ter sido o relator da sua indicação, repetir mais uma vez seu trabalho na diretoria da ANP. Conheço bem V. Sª, conheço sua família, fui companheiro também de setor elétrico dos seus irmãos. Então, para mim é uma honra muito grande estar aqui com V. Sª.

Serei breve. Queria fazer três perguntas específicas, uma delas com relação à área de EP, à área de exploração e produção. Hoje os jornais falam na antecipação da 6ª rodada, até fruto de preocupações com a produção do petróleo e com um eventual atraso na entrada em operação das plataformas, ora sendo licitadas pela Petrobras, como é o caso da P-51 e da P-52. Gostaria de saber como é que a ANP e V. Sª, como futuro diretor da Agência, estão vendo essa questão com relação às próximas rodadas e com relação a se atingir a meta da plena produção, em função das necessidades do petróleo no País, pela Petrobras e pelas companhias que operam também nas plataformas continentais.

A outra questão, também ligada à área de exploração e produção, refere-se aos famosos campos maduros. É um assunto importante, que agregará principalmente a indústria nacional, mas que, infelizmente, não sei por qual razão, não temos tido resultado. Em vários países do mundo, essa experiência é um sucesso, agrega tecnologia e abre outras perspectivas de trabalho, principalmente nesse setor importante a que você acabou de fazer referência.

Você fez um relato claro, amplo sobre o papel fundamental das agências, especialmente o da ANP, quanto à regulação e à fiscalização. Sob o seu ponto de vista, em quais pontos a ANP tem mais carências? Na estrutura de fiscalização? Nos recursos humanos? Há falta de regulação em alguns segmentos que a ANP tem que regular e fiscalizar?

A quarta questão é sobre as formuladoras. Recentemente, esse foi um assunto bastante debatido na mídia. Portanto, eu gostaria de ouvir o que você tem a dizer com relação a essa questão.

Então, resumindo, são quatro questões: antecipação das rodadas; campos maduros; e – esqueci de mencionar –, dentro da própria exploração e produção, a regularização dos processos ambientais, principalmente quanto à produção nas plataformas; as áreas mais sensíveis da ANP; e, por último, as formuladoras.

Desejo a você muito sucesso, Luiz. Que Deus o ilumine e que você continue essa trajetória de grandes serviços prestados ao País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a V. Exª, que, inclusive, cumpriu regimentalmente o seu tempo.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Alfredo Salomão, solicitando a S. Sª que seja o mais objetivo possível nas respostas, porque às 16h se iniciará a Ordem do Dia e teremos que suspender a reunião. Então, se S. Sª não for preciso, talvez não tenhamos tempo de votar a aprovação de seu nome. Portanto, que seja prático.

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Sr. Presidente, primeiramente, agradeço as palavras generosas do Senador Delcídio Amaral, meu amigo, assim como também o é o Senador Saturnino Braga, que está ao lado de S. Exª, meu companheiro de 20 anos de luta.

Em primeiro lugar, não ousaria falar pela Agência, dado que ainda não foi aprovada a minha indicação nesta Casa e tampouco fui empossado pelo Presidente da República. Mas, como cidadão, posso opinar, dizendo que temos pela frente a Quinta Rodada, que nos servirá de balizamento para conhecer o interesse dos investidores. Aprendi com o Dr. Newton Moreira, Diretor responsável pela área de A e P, que devemos fazer licitações mais freqüentes, e não uma por ano. Devemos, sim, fazer várias, com menor número de campos, com menor número de blocos, de

menor extensão de áreas. Essa é a tendência da Agência. Por conseguinte, não criaria nenhuma expectativa em relação à Sexta Rodada antes que a Petrobras devolvesse os campos que serão objeto da Sexta Rodada. Trataremos da Quinta Rodada e pensaremos na Sexta Rodada em função da reação dos investidores, ou seja, do que ocorrerá no Iraque. Há muitas variáveis em jogo.

Em relação aos campos maduros, também aprendi com o Dr. Newton Moreira – eu já havia aprendido com Élcio –, que os Estados Unidos produzem 2 milhões de barris/dia só em campos maduros – campos de dois, dez, vinte barris/dia –, mais do que o Brasil produz em seus campos de águas profundas, os Estados Unidos produzem nos poços que as grandes concessionárias abandonaram. Vejam que esse é um espaço enorme, inclusive para muitos engenheiros aposentados da Petrobras, que poderiam perfeitamente explorar esses poços. A Petrobras está disposta a comprar o petróleo que eles produzirem, não há razão para não explorarmos isso, juntamente com os companheiros da Agência. Caso eu venha a integrar o seu quadro dirigente, trataremos disso com prioridade.

Sobre o que considero mais crítico na Agência, não tive oportunidade de confrontar essas idéias com o Embaixador e outros diretores, mas acredito que a ANP é, sobretudo, uma grande fonte de informação. A nossa capacidade de gerir informação é que vai ditar o desempenho da Agência, mesmo na fiscalização, onde a situação é realmente crítica. Daqui a pouco, esses fiscais estarão se aposentando. Eles já não têm o mesmo vigor de quando eram jovens. Não que nós, de cabelos brancos, não tenhamos vigor, mas certamente eles não têm mais o mesmo desempenho do passado. A meu juízo, o aspecto crítico da Agência é a sua capacidade de administrar informação.

Quanto aos formuladores, confesso a V. Exª que não tenho um conhecimento profundo. Pelo que pude entender, a idéia dos formuladores é muito oportuna para as regiões onde o abastecimento é precário, distante das refinarias, etc. Então, essas empresas poderiam comprar correntes intermediárias do refino, misturá-las e produzir diesel, produzir gás. Porém, o que houve foi o interesse de formuladores exatamente nas regiões melhor assistidas, melhor abastecidas, o que não corresponde ao objetivo original das formuladoras.

Espero ter satisfeito V. Exª. Muito obrigado pelos seus comentários.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos agora ao primeiro Senador inscrito, que é o Senador Leomar Quintanilha.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Presidente da ANP, e, por seu intermédio, cumprimento os demais Diretores aqui presentes. Meus cumprimentos ao futuro Diretor Luiz Alfredo Salomão, com que tive o privilégio de conviver na Câmara dos Deputados, de 1991 a 1995, e de testemunhar a sua dedicação e competência.

V. Sª tem razão ao afirmar que as agências reguladoras ainda encontram uma certa dificuldade na sua consolidação efetiva, convivendo ainda com um certo conflito entre a sua autonomia e a sua independência, sobretudo na sua estruturação. V. Sª referiu-se muito bem ao frágil sistema de fiscalização, ao quadro de fiscais de que dispõe a Agência, que tem um compromisso num País de dimensões continentais e com essa multiplicidade de postos de distribuição, de enfrentar essa saga enorme contra aqueles que pretendem sonegar e disfarçar ou tirar lucro dessa atividade tão importante e tão estratégica, que é a da distribuição de petróleo e gás neste País.

Pela exposição de V. Sª, pude compreender um pouco melhor as funções e as ações da ANP e quero conhecê-las mais. Entendo que essa questão relacionada à Procuradoria é de fundamental importância, porque o conhecimento técnico específico da área é essencial para a defesa dos interesses da instituição e, por extensão, do próprio consumidor, da própria população brasileira.

Eu só faria uma questão sobre um assunto que não sei se V. Sª mencionou ou se me passou despercebido. Trata-se do álcool, que considero uma energia alternativa muito importante no País e vem sendo muito utilizado, inclusive sendo adicionado tanto ao petróleo quanto à gasolina. Qual a importância estratégica do álcool nessa composição dos combustíveis distribuídos no País?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a V. Exª, Senador Leomar Quintanilha, e passamos a palavra ao Dr. Luiz Alfredo Salomão.

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Senador Quintanilha, V. Exª recordou nossos tempos de convívio na Câmara dos Deputados, que também muito me honraram.

Realmente, eu não toquei na questão do álcool com maior detalhe. Efetivamente, ele tem sido empre-

gado como um combustível adicionado à gasolina – o álcool anidro, isento de água – e tem sido empregado diretamente como combustível puro, álcool hidratado, na tentativa de retomada daquele grande programa que foi o Proálcool. Evidentemente, isso não depende tanto da agência e sim de uma política industrial, de uma política das próprias montadoras de automóveis para revalorizar o álcool como combustível. Sem dúvida, esse é um energético de grande potencial para o nosso País, pela riqueza, pelos empregos que gera na lavoura e também na indústria sucroalcooleira. Ele pode ser um elemento estratégico no nosso jogo com o açúcar e o álcool. Está demonstrado que a cana-de-açúcar é a melhor célula de aproveitamento da luz solar, entre todos os vegetais que existem. Desse modo, o álcool é uma criação brasileira e uma estratégia que deveríamos intensificar, mas, no caso, a produção do álcool não depende da agência.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A próxima inscrita é a Senadora Ideli Salvatti.

Antes de lhe conceder a palavra, solicito a opinião dos Senadores sobre uma sugestão do Vice-Presidente da Comissão, Senador João Batista Motta, de que possamos ouvir três Senadores de cada vez, antes de passar a palavra ao Dr. Luiz Alfredo Salomão.

Se todos concordarem, passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, saúdo o Dr. Luiz Alfredo Salomão.

V. Sª vai disponibilizar os quadrinhos maravilhosos que trouxe?

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Estão à disposição. São da agência.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – São muito elucidativos do debate que temos feito sistematicamente nesta Comissão.

O questionamento que faço é algo que perguntamos também à Ministra Dilma Roussef, quando S. Exª esteve aqui. Sabemos que a situação é muito delicada. Houve recentemente o anúncio da redução do preço da gasolina e do óleo diesel em razão da queda do preço do petróleo. Entretanto, o gás de cozinha, ingrediente fundamental, principalmente quando estamos trabalhando numa perspectiva do Programa Fome Zero – comer os alimentos crus não adianta, e as pessoas precisam cozinhá-los – tem um custo exorbitante para as camadas de menor faixa de renda. Então, eu gostaria que V. Sª pudesse falar um pouco sobre o assunto. Sabemos que é um setor em que a lucratividade das distribuidoras é muito grande, em que há cartel. Como a agência poderia contribuir para que pudéssemos construir essa perspectiva de uma efetiva redução do GLP?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Segundo nosso novo critério, o próximo inscrito é o Senador Roberto Saturnino, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, antes de tudo, também manifesto o meu regozijo com a indicação do Dr. Luiz Alfredo Salomão pelo Presidente da República e a minha total confiança de um desempenho à altura da expectativa, porque o nosso conhecimento é realmente muito antigo – e é um conhecimento detalhado da competência e da seriedade do Dr. Luiz Alfredo Salomão.

Faço somente uma pergunta a respeito da estratégia da exploração do petróleo brasileiro. Temos reservas modestas. As reservas mundiais são objeto de avaliações que também diferem muito. Não são avaliações em que se possa confiar plenamente. De qualquer forma, elas apontam para um início do processo de esgotamento aproximadamente pelo ano de 2010, quando os preços começariam a subir mais fortemente.

Por outro lado, o Brasil, nessa angústia da balança de pagamentos, acaba pautando o seu comportamento, a sua política de exploração de petróleo pela pressão da balança de pagamentos, sem discutir essa questão em um prazo mais longo, sem discutir as conseqüências de uma decisão que não foi tomada explicitamente, que não foi debatida, mas que é conseqüência das próprias licitações, que é a decisão de se tornar exportador de petróleo.

Faz-se a licitação, as empresas privadas multinacionais ganham. Como são as donas do petróleo, amanhã exportam esse petróleo sem que essa discussão tenha sido travada. O petróleo é um bem extremamente importante, é um bem estratégico, e quanto mais se aproxima o seu esgotamento mundial, mais a sua importância vai adquirindo um caráter estratégico a ponto de continuar a ser motivo de guerra, invasão e violência no mais alto grau.

A sociedade brasileira sequer discutiu se quer ou não que o Brasil seja um exportador de petróleo. Ao tempo do monopólio, isso não tinha importância. As reservas estavam lá, a decisão política era do Brasil. Agora, a decisão política é das empresas em grande parte – em grande parte, claro, da Petrobrás, sobre a qual temos controle, mas sobre as outras não temos controle. Amanhã, esse fato pode estar consumado sem que tenha havido uma discussão prévia.

Entendo que essa é uma discussão política muito importante, é fundamental, mas não foi travada. Sequer o Conselho de Política Energética fez a programação de longo prazo da matriz energética do Brasil, que é a sua responsabilidade. É claro que a ANP está fazendo as suas projeções, mas entendo que esse bem é tão estratégico e politicamente tão importante que essa discussão devia ser travada com mais atenção. Entendo que está faltando essa atenção nacional para com esse problema.

Tenho, a propósito, um projeto tramitando no Senado Federal em que peço a suspensão das licitações até que haja esse planejamento de longo prazo para não cairmos no fato consumado amanhã, sendo obrigados a exportar petróleo, com as reservas escasseando e o horizonte de nossos estoques terminando.

É claro que V. Exª não vai falar pela ANP, mas falará como cidadão que tem conhecimento e interesse enorme sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro por cinco minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Embaixador Sebastião do Rego Filho, nosso companheiro, Deputado Salomão, hoje sabatinado nesta Casa, Srªs e Srs. Senadores, sou um freguês da ANP e o meu assunto ali não é discutir gasolina, é discutir álcool. Como o Senador já disse sobre o assunto, eu gostaria que a ANP assumisse melhor essa posição com respeito ao uso do álcool no Brasil.

O Dr. Horta tem nos acompanhado constantemente e temos trabalhado no Brasil com um aditivo que vem da soja – entre outros produtos, como o aditivo do pequi. Mas o da soja é uma coisa extraordinária. Com 2,6% de um aditivo que vem da soja, pode-se agregar até 12% ou 13% de álcool anidro no óleo diesel. É a salvação do Brasil, pois a importação estaria quase a zero se formalizássemos essa mistura.

Os testes estão sendo consagrados por meio de frotas cativas já existentes em Campinas, Curitiba, Cuiabá e Campo Grande. Essa mistura é perfeita. Há diminuição de 49% da fumaça preta. O desgaste do motor até hoje não foi verificado. Até hoje a ANP não tomou uma posição a respeito do uso da mistura do aditivo com o álcool anidro e o óleo Diesel. É claro que na questão está envolvida, também, a indústria automobilística.

Dr. Salomão, precisamos encarar o apoio à iniciativa e concluir os testes. O uso da mistura deve sair não só do laboratório, mas das frotas cativas para tomar as ruas das grandes cidades e, se possível, das estradas. Estamos fazendo um trabalho paralelo no Ministério de Minas e Energia para a evolução do assunto.

O Embaixador Sebastião do Rêgo tem tratado esse assunto, assim como o Dr. Horta. No entanto, a situação está entravada ainda. Creio que é bom para todo mundo e, sobretudo, para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a V. Exª, Senador Jonas Pinheiro.

Creio que o Senador Roberto Saturnino deve ser favorável ao uso do pequi na gasolina. É muito melhor do que no arroz. Não sei se V. Exªs sabem, mas o Senador foi comer pequi com arroz e furou a boca toda. Na gasolina, não há esse risco.

Concedo a palavra ao Dr. Salomão para que S. Sª responda. Depois, concederei a palavra à Senador Ideli Salvatti e aos Senadores Roberto Saturnino e Jonas Pinheiro.

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Em primeiro lugar, eu gostaria de responder a pergunta da ilustre representante de Santa Catarina.

Senadora, o GLP é hoje a agenda principal da relação entre o Presidente e a Ministra, pois Sua Excelência está realmente empenhado em reduzir o custo do GLP.

Há duas questões envolvidas. A primeira, em relação ao custo atribuído pela produtora do GLP, a Petrobras, e pela importação. Na questão do refino, o custo é atribuído e pode ser modificado, não recuperando os subsídios cruzados do passado. Entretanto, evidentemente, é um custo atribuído mediante rateios ao GLP. E a Ministra confia em que ele possa ter uma parcela menor na geração da receita proveniente do refino.

A outra questão é a distorção na comercialização. De fato, há várias indicações da existência de um cartel nesse campo. Houve um ingresso de uma multinacional de peso substituindo várias empresas brasileiras.

A Petrobras tem sido impedida de atuar nesse mercado. Não consultei os diretores, não tivemos oportunidade de conversar. Meu ponto de vista é o de que a Petrobras também deveria ter a liberdade de atuar no mercado de GLP. Certamente, tal fato produziria novos equilíbrios no mercado e seria suasório para qualquer tentativa de formar cartéis. Meu ponto

de vista é o de que é preciso repensar o custo do refino das diferentes frações e corrigir esse problema de práticas de mercado, que não são as mais saudáveis.

Em relação à questão levantada pelo Senador Roberto Saturnino, eu queria dizer a S. Exª que a única área que eu gostaria de atuar de maneira mais intensa, dentro da agência, é exatamente a dos estudos estratégicos. O que V. Exª coloca é uma posição estratégica que o Brasil tem que tomar. E, a meu ver, é preciso aproximar atores importantes nessa discussão, como, por exemplo, os militares, porque essa é uma questão que envolve a nossa dependência. O Brasil ainda é um produtor modesto de petróleo, mas já atingiu a 14ª posição entre os países de maiores reservas. Vou mostrar a V. Exª esse quadro.

Antes, porém, eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª para este mapa, onde estão indicadas, por cores mais escuras, as bacias sedimentares do nosso País. São 6,4 milhões de km² de bacias sedimentares: sendo 4,8 milhões de km² no continente e 1,6 milhão de km² na plataforma **offshore**. Ora, isso representa aproximadamente 80% do território brasileiro.

Temos vizinhos com bacias sedimentares altamente produtivas. Não é possível que não haja petróleo no Brasil! Não podemos acreditar que sejamos tão infelizes de ter 80% do nosso território com rochas favoráveis à ocorrência do petróleo e do gás, e não as tenhamos. E, ao lado, na Bolívia, na Argentina e na Venezuela, haja. Esse é o primeiro ponto.

O problema é que o Brasil não fura poços. O Brasil, segundo fui informado pelo já meu amigo Milton Moreira, furou 20 mil poços, enquanto os norte-americanos furaram 3,5 milhões de poços. Essa é a diferença. Lá há petróleo, há grandes reservas ainda, que se esgotarão em breve, mas furaram e acharam. E nós não furamos! Toda as vezes que furamos, achamos!

Nesta transparência temos um quadro, aliás todos esses quadros me foram cedidos pelos Srs. Diretores da ANP. Sou grato a eles por essa cola. Mas o Brasil, em 21 anos, sextuplicou suas reservas, por quê? Porque começou a pesquisar, depois da crise do segundo choque. Antes, não pesquisava. Para o bem ou para o mal, não sabíamos o que tínhamos. Agora, já sabemos. E estamos furando, conforme a tendência da Petrobras. A Petrobras vai aonde for encontrando. Foi assim no Recôncavo, também aprendi com essa história que me foi contada onde o petróleo aflorava. Foi ali onde se achou o petróleo etc. Depois, acharam em Sergipe e mais tarde, na Bacia de Campos. Esta seta indica que são taxas de crescimento enormes. E elas podem aumentar, Senador.

Entretanto, parece-me um absurdo que hajam podado as verbas da ANP, para fazerem estudos preliminares que atraiam os investidores para pesquisar petróleo no Brasil, petróleo e outros minérios. Os Senadores Jonas Pinheiro e Leomar Quintanilha estavam me lembrando dos meus tempos de Deputado. Lembro-me que, na Constituinte, saímos agitando o mapa do Brasil quando cassamos, na Constituição, as concessões e autorizações que tinham sido dadas às multinacionais na Amazônia. E imaginamos que havia um grande **boom** de investimentos em mineração. Não aconteceu nada! É claro que o Brasil não se conhece! Não temos um mapa na escala 1 para 10.000. Ignoramos o nosso território. Descobrimos Carajás e aquela mina da Paranapanema, lá no Amazonas, por acaso. Conheço bem a história de Carajás. O geólogo Breno desceu lá de helicóptero pensando que era calcário, e deu de pé com a maior mina de minério de ferro do mundo, por acaso!

O SR. (aparteante não identificado) – E com um detalhe: com uma pane no helicóptero!

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – É, mas porque a **Meridional** e a **United States Still** haviam feito a interpretação das aerofotos do País. A mina do Paranapanema no Amazonas foi descoberta porque um sujeito deu uma topada com o trator em uma rocha, e era ouro. É assim que o Brasil tem sido descoberto.

Então, precisamos investir nisso e conto com os Srs. Senadores, sobretudo da base do Governo, para afiar, quer dizer, não é a tesoura que é cega, quem está aplicando a tesoura é que não está enxergando bem. A maior fonte de recursos para o Tesouro é descobrir petróleo e gás.

Então, Senador, precisamos fazer um estudo, discutir uma estratégia sobre o que fazer com o petróleo. A Petrobras está exportando petróleo pesado, porque é inadequado para o perfil de refino de suas refinarias, mas temos que realmente estudar isso. Vamos permitir que esses petróleos sejam exportados quando estiverem faltando aqui? Não faz sentido, mas temos que rever a Lei nº 9.478. E o Senado e a Câmara têm de ter uma participação fundamental nisso.

Em relação à questão do Senador Jonas Pinheiro, estou absolutamente de acordo com as observações de V. Exª sobre o uso dessa biomassa não só na movimentação dos motores a ciclo Otto como a ciclo Diesel. É óbvio que o Brasil pode reduzir a sua independência de importações não só redescobrindo mais petróleo, mas também utilizando o seu potencial agrícola, transformando o Brasil, se não na primeira,

na segunda ou na terceira potência agrícola do mundo. Nós já mostramos que temos competência na agricultura e eu diria que, nessa questão da nossa agricultura, a Embrapa já mostrou que o Brasil tem capacidade de vencer todo e qualquer desafio. A Petrobras fez o mesmo em relação ao petróleo. Temos tecnologia para explorar em águas profundas, temos capacidade de nos tornarmos auto-suficientes, entretanto, precisamos apostar em outras áreas em que o País tem capacidade também, basta investir. Onde investirmos em pesquisa, acharemos. Se não encontrarmos petróleo, acharemos outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O último orador inscrito é o Senador João Batista Motta, nosso Vice-Presidente, a quem passo a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Dr. Luiz Alfredo Salomão, quero, primeiramente, em meu nome, em nome do meu Estado, em nome do Governador Paulo Hartung, trazer-lhe o nosso abraço e a nossa grande satisfação em vê-lo compondo a diretoria da ANP. Lembro também que, dada a sua passagem pelo Congresso Nacional, como Deputado Federal por três mandatos, as pessoas não frisaram aqui, para que o Brasil tome conhecimento, que V. Sª não é um simples ex-Parlamentar ou um grande técnico, como se tem dito aqui. V. Sª é, acima de tudo, um grande escritor, engenheiro elétrico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição em que também exerceu o cargo de diretor da Escola de Políticas Públicas e Governo. Foi titular das Secretarias de Estado de Transportes, da Indústria, do Comércio, Ciência e Tecnologia, de Obras e de Meio Ambiente. Foi também Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro e Deputado Federal por três mandatos, inclusive tendo sido Líder de seu Partido. V. Sª é um homem de currículo invejável; é o reflexo de uma vida profissional marcada pela qualificação e competência, de uma trajetória política que é o testemunho de sua dedicação e disposição de criar mecanismos que otimizem a administração da coisa pública, sem perder de vista a probidade, a transparência dos atos e o compromisso social, sobretudo no que tange à qualidade de vida da nossa população.

O Estado do Rio de Janeiro ganhou muito com essa nomeação. O Presidente Lula, exatamente por isso, merece todo o nosso respeito e queremos parabenizá-lo.

O Estado do Rio marcou, com essa indicação, um tento muito grande. Espero que o senhor, assim como o nosso Embaixador, Sebastião do Rêgo Barros, possa se lembrar um dia do Estado do Espírito Santo, que tem hoje um índice de 40%, apontado pela ANP, de reserva de petróleo, que é um grande produtor de petróleo. Vamos ocupar, em pouco tempo, o segundo lugar e, se Deus quiser, quem sabe, o primeiro lugar — a nossa bacia e a continuidade da bacia do Rio de Janeiro. Que o Espírito Santo possa ter, amanhã, um técnico nosso, de tantos renomados que temos, na direção dessa empresa.

Peço ao senhor e ao nosso Embaixador que zelem por isso quando conversarem com o Sr. Presidente da República. O Espírito Santo merece ter um nome ao lado dos senhores. Que todo o trabalho que o senhor venha a desempenhar à frente dessa empresa tão importante, possa fazer com que o Brasil se torne auto-suficente em Petróleo e que a nossa cana-de-açúcar possa ser melhor aproveitada. Foi um crime aquela paralisação, quando se deixou de levar em frente o Projeto Pró-Álcool, que é tão importante para gerar recursos e renda no interior do nosso País.

Acredito que com essa diretoria, com a nossa Ministra e o nosso Presidente, um homem que veio do povo, do meio da população mais humilde, possamos colocar esse País no lugar que todos nós brasileiros queremos.

Para finalizar, quero dizer que pedi uma audiência com o nosso Embaixador. Um cidadão do meu Estado inventou um aparelho, cujo projeto já entreguei ao Presidente da Petrobrás e quero entregar também aos senhores. Reconheço que um dos grandes problemas do País hoje é a sonegação na área de petróleo, e conheço isso da experiência, e a sonegação não é o único problema, mas também a adulteração dos diversos produtos produzidos na área do petróleo. Esse invento, Doutor, resume-se no seguinte, na colocação de um anel na boca do tanque de cada posto de gasolina e de um outro anel no caminhão transportador que, por sua vez, já é monitorado via satélite em muitos casos. Quando o caminhão sair para fazer a entrega do produto, ao conectar o caminhão no tanque do posto de gasolina, esse só vai ser aberto após o emissor da nota fiscal, digitar o número dela, e aquele instrumento, que é via satélite vai abrir a passagem para o produto, do tanque do caminhão para o tanque do posto. Dessa forma, evitaremos a sonegação e o melhor de tudo, vamos evitar o abuso na adulteração dos produtos.

No Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em São Paulo isso não chega a ocorrer em números tão alarmantes como eu conheço, quando se trata de Norte e Nordeste do Brasil, onde a fiscalização é menos intensiva. Então, na hora que o nosso Embaixador marcar a audiência, levarei o projeto. É uma coisa talvez que possa ser transformada em lei, Sr. Presidente. Te-

ríamos a tranqüilidade de chegar a um posto de gasolina e ter certeza de que, no tanque do nosso carro, será colocada gasolina, porque no resto do País se coloca água no álcool, álcool na gasolina e no óleo **diesel**. Os motores, que custam tão caro hoje, são completamente destroçados com esse procedimento. Quero dar essa contribuição e ver se Deus nos ajuda a pôr fim a esse grande problema, por meio da boa vontade e determinação de V. Exªs.

No mais, eu o parabenizo. Não tenho nenhuma pergunta a fazer, até porque tenho confiança no trabalho que V. Exª desenvolverá à frente da ANP. Em nosso Estado, temos plena confiança. O Governador mandou um abraço para V. Exª. Confiamos no seu trabalho e queremos que Deus o ajude nessa nova tarefa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está começando a Ordem do Dia. Agradeço, em nome do Dr. Luiz Alfredo Salomão, ao nosso Vice-Presidente as palavras. Faço minhas as palavras de S. Exª em relação ao Dr. Luiz Alfredo Salomão.

Tive a oportunidade de ser colega do Deputado Luiz Alfredo Salomão, durante quatro mandatos, na Câmara dos Deputados e fui testemunha do seu trabalho. Muitas vezes, estivemos em lados diferentes, inclusive na questão do petróleo e da energia e em muitas outras, mas sempre trabalhamos para que o Brasil tivesse uma situação melhor nesse segmento. Acho que conseguimos. Hoje em dia, a situação do Brasil é bastante melhor do que foi no passado.

Antes de passar a palavra ao Dr. Luiz Alfredo Salomão, para que agradeça ao Vice-Presidente, João Batista Motta, interromperei a reunião durante dois minutos, para que todos possam votar.

Peço ao Senador Augusto Botelho e ao Vice-Presidente, Senador João Batista Motta, que façam a apuração dos votos. Solicito ao Dr. Luiz Alfredo Salomão que aguarde na sala contígua. Apurada a votação, V. Exª voltará para cá e, tendo sido escolhido, terá a oportunidade de agradecer no momento em que a reunião no Plenário já terá iniciado.

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está interrompida a reunião.

(Interrompe-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Peço ao Senador Delcídio Amaral que traga o Sr. Luiz Alfredo Salomão, para proclamarmos o resultado.

Vou apresentá-lo. Dr. Luiz Alfredo Salomão, foi feita a apuração. Votaram 16 Senadores. Todos votaram favoravelmente, portanto o nome de V. Exª está aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e será encaminhado ao Plenário.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tudo, agradeço a todos os Parlamentares com quem tive a honra e a alegria de conviver na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, onde realmente pude aprender muito – aprender a amar o meu País; aprender, com tantos exemplos de patriotismo, que o nosso Brasil não tem motivos para oferecer a seus filhos condições de vida, às vezes, tão adversas.

Tenho certeza absoluta de que esse é um sentimento compartilhado por V. Exªs, grandes brasileiros, tão mal compreendidos pela população, que não tem noção do trabalho que é desenvolvido pelos Senadores e Deputados. Aprendi enormemente com V.Exªs, nas oportunidades em que estive aqui, prestando meus serviços.

Agradeço, particularmente, ao Vice-Presidente, Senador João Batista Motta. Peço a S. Exª que transmita um abraço carinhoso ao meu amigo, Governador Paulo Hartung, que teve a delicadeza de ligar para me cumprimentar. Considero mais do que justo que o Espírito Santo tenha um diretor, dado que é um Estado dotado de grandes quadros técnicos. Mas, como são mandatos que têm quatro anos de duração, demorará um pouco para haver essa oportunidade.

Nesse ínterim, o Estado do Espírito Santo pode contar com um representante vizinho, mas atento aos interesses do seu Estado. Fui casado com uma capixaba, tenho grande amor por aquela terra e, saiba V. Exª, nos meus ensaios de cozinheiro, sou capaz de fazer uma moqueca capixaba à altura das tradições.

Agradeço particularmente ao amigo José Jorge, Ministro, Deputado, Senador – e quem sabe, em breve, Governador –, com quem muito aprendi. O PFL de Pernambuco é uma escola, e sempre admirei a capacidade das lideranças, que são muitas, de se coordenarem e fazerem um grande rodízio nas posições que sempre ocuparam no Governo da República, em aparente harmonia. Sempre considerei esse um exemplo de ensinamento para a política brasileira.

Meu amigo José Jorge, agradeço a acolhida e o trabalho de V. Exª. Não fora seu trabalho, não sei se o resultado seria tão expressivo quanto esses dezesseis a zero. Sinto-me muito honrado com esse resultado, que reforça minhas responsabilidades na Agência, onde pretendo trabalhar em grande harmonia, sob a coordenação do nosso Embaixador Sebastião do Rego Barros, homem experiente, muito vivido; dos

colegas Newton Reis Monteiro, Luiz Augusto Horta Nogueira, do geólogo John Albuquerque Forman, que não está no Brasil neste momento, por isso está ausente neste plenário; da admirável Drª Maria das Graças Foster, Secretária de Petróleo e Gás, que me honra com sua presença; além da Ministra Dilma Rousseff, velha companheira de lutas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço desculpas por não estar presente em toda a audiência. Teria sido um prazer imenso, quase uma obrigação, mas eu participava de um almoço a convite do Presidente da República, em que estava presente toda a Bancada do PMDB do Senado e da Câmara. Então, eu não poderia faltar ali, visto que o Presidente me convocou.

Agradeço à Presidência desta Comissão, ao Senador João Batista Motta e ao Senador José Jorge. Saúdo também o Sr. Sebastião do Rego Barros, Embaixador Presidente da ANP.

Fiz questão de aqui comparecer e estou muito feliz com o resultado da votação, que certamente se reproduzirá no Plenário.

O Sr. Luiz Alfredo Salomão é um excelente homem público. Conheço-o há mais de uma década. Fomos líderes aqui, no início dos anos 90, participamos de grandes momentos naquele episódio da vida pública, e aprendi a admirá-lo pela competência, seriedade e capacidade de articulação e de formulação. Além disso, tem uma experiência antiga no Poder Executivo. Penso que a Comissão foi muito bem informada sobre sua história profissional e política, sua dedicação e compromisso com a vida pública. Estou certo de que engrandecerá, e muito, o trabalho da ANP, pois atuará numa área que conhece com profundidade pela formação, militância e dedicação que tem. Teremos um aprimoramento e um enriquecimento da Agência, que contará também com a segurança de que precisa uma instituição tão importante, especialmente em função da crise energética, da necessidade de investimentos, da autonomia de petróleo e de todos os desafios que virão pela frente.

A ANP terá um quadro de pessoas de grande estatura na vida pública, o que é uma honra para o nosso Governo, para a Agência e sobretudo para esta Comissão presidida por V. Exª, que apresentou um resultado à altura desse homem público que esteve aqui hoje.

Compareci a esta reunião basicamente para saudá-lo. Tinha absoluta convicção de que o resultado seria esse, mas fiz questão de registrar essas palavras, porque gostaria de ter estado presente durante toda a audiência.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Cumprimento o Sr. Luiz Salomão, aclamado hoje por esta Comissão com todos os votos favoráveis. Também cumprimento o Embaixador Sebastião do Rego Barros, pessoa que muito admiro.

Aproveito para dizer que continuarei minha luta para que a ANP realmente funcione na Capital da República. Sempre fui contrário ao funcionamento do escritório central da agência no Rio de Janeiro, porque está muito distante dos Poderes, principalmente do Executivo e do Congresso Nacional. Se a sede central da ANP é em Brasília, não consigo compreender por que está funcionando no Rio de Janeiro. Mais uma vez, registro meu protesto pelo funcionamento da ANP no Rio de Janeiro, pois gera despesas desnecessárias ao Estado – e são muitas, segundo o levantamento que fiz.

Mas hoje, no dia da indicação da diretoria, quero cumprimentá-lo. Fui seu colega quando era Deputado na Câmara Federal, aprecio muito seu trabalho e desejo-lhe muito sucesso; mas, repito, principalmente ao Presidente, que continuaremos nossa luta para que a ANP funcione em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço as palavras dos Senadores. Na realidade a audiência pública já está encerrada, mas passo a palavra ao Dr. Luiz Alfredo Salomão, para que ele agradeça ao líder pelas palavras pronunciadas.

O SR. LUIZ ALFREDO SALOMÃO – Agradecerei primeiramente as palavras do Senador Paulo Octávio, com quem tive o prazer de uma convivência muito amena, fraterna, na Câmara, apesar da nossa filiação partidária ser diferente. É dever de um representante do Distrito Federal travar essa luta. Precisamos primeiramente transferir a Petrobrás.

E quero dizer da minha alegria, mais do que alegria, do presente que o Senador Aloizio Mercadante me dá no dia de seu aniversário. Eu que tinha o dever de dar um presente a esse quadro da política brasileira.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não quer dizer que V. Exª não possa fazer isso, pelo menos uma gravata.

O SR. SALOMÃO – Posso fazer isso, é claro. Mas quero dizer da minha alegria, da minha satisfação, de vê-lo aqui, num esforço de agenda, tendo em

vista a importante reunião que se realiza na Presidência República com a Bancada do PMDB. S. Exª, com sua generosidade de sempre, deu um jeito de estar presente para me trazer essa mensagem, que é realmente muito gratificante. Quero dizer que foi sempre uma honra conviver com V. Exª e espero que possamos, em muitas lutas, estar na mesma trincheira, dado que agora faço parte do mesmo Partido de V. Exª. De modo que sou um de seus liderados.

Na Agência, gostaria de dizer ao Senador e a todos os Senadores que permanecem aqui, para que o transmitam aos outros membros da Comissão, que, diferentemente do que disse o Senador João Batista Motta, no caso deste humilde futuro diretor, se o Presidente Lula e o Plenário desta Casa me confirmarem, no meu gabinete não terão que pedir audiência. Como político sempre fui assim: vereador chegou, recebo; que dirá um Senador expoente da política brasileira. Qualquer Senador será recebido no ato, desde que, evidentemente, eu esteja na Casa, porque os Senadores são sempre portadores de interesses públicos, de grandes contribuições como essa a que o Senador João Batista Motta se refere e que já tive oportunidade de conhecer, pois no Rio de Janeiro já se tentou fazer isso com rastreador de satélites.

Particularmente quero dizer a V. Exª que o meu respeito por esta Casa torna coerente receber qualquer dos seus membros ou telefonemas de seus assessores e que temos o dever de responder com a maior serenidade suas demandas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Gostaria de agradecer a presença do Embaixador Rêgo Barros, Diretor-geral da ANP. Gostaria de desejar boa sorte na sua função, depois de aprovada a indicação do nome do Deputado Luiz Alfredo Salomão pelo plenário. Agradeço a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 16h08min.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de abril de 2003.

(INSTALAÇÃO)

Às nove horas e cinqüenta e seis minutos do dia três de abril de dois mil e três, na sala reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Eduardo Azeredo e com a presença dos Senhores Senadores Roberto Saturnino, Fátima Cleide, Hélio Costa, Íris de Araújo, Demóstenes Torres, Edison Lobão e Leonel Pavan, reúne-se a Comissão de Educação para eleição do Presidente e Vice-Presidente da **Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática** para o biênio 2003/2004. Comparecem à reunião, após a votação os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca, Roseana Sarney e Reginaldo Duarte. Distribuídas às cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual convida a Senadora Fátima Cleide e o Senador Reginaldo Duarte para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Roberto Saturnino, oito (08) votos; para Vice-Presidente – Senadora Íris de Araújo, oito (08) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Eduardo Azeredo, proclamam eleitos e empossados o Senador Roberto Saturnino, Presidente e a Senadora Íris de Araújo, Vice-Presidente, convidando os eleitos para ocuparem lugar à mesa. Com a palavra, O Senador Roberto Saturnino expressa sua satisfação em presidir a Subcomissão, agraecendo a confiança nele depositada. A seguir, submete, extra-pauta, à votação de dois (2) requerimentos. **Extra-pauta, Item 01 – Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres, Sérgio Cabral e Íris de Araújo que, "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas para discutir questões relativas à Agência Nacional de Cinema (ANCINE)". O requerimento é aprovado. **Extra-pauta, Item 02 – Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Sérgio Cabral que, "Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiências Públicas para debater a implantação da TV Digital no Brasil". O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e doze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Eduardo Azeredo) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Subcomissão Permanente do Cinema, Comunicação e Informática.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa:

Para Presidente Senador Roberto Saturnino e para Vice-Presidente Senadora Iris de Araújo.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. (Pausa)

Quem ainda não tiver votado está convidado a fazê-lo. (Pausa)

(Procede-se à votação.)

Declaro encerrada a votação e convido os Srs. Senadores Reginaldo Duarte e Fátima Cleide para servirem como escrutinadores.(Pausa)

(Procede-se à apuração dos votos.)

Finda a apuração dos votos, houve o seguinte resultado: oito votos para Presidente, Senador Roberto Saturnino, e oito votos para Vice-Presidente, Senadora Iris de Araújo.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Srªs e Srs. Senadores, quero expressar a satisfação, a honra, o agradecimento e a gratidão pela confiança depositada no meu nome para exercer a presidência desta Subcomissão.

Penso que também posso falar em nome da Senadora Iris de Araujo, nossa Vice-Presidente.

Julgo desnecessário ressaltar a importância desta Subcomissão, que tem um leque de atribuições muitíssimo largo, além de abranger atividades extremamente importantes e estratégicas não apenas para o nosso desenvolvimento econômico e tecnológico, mas também para o fortalecimento e o enraizamento do espírito democrático, para a formação cultural do País, para a expansão da cultura brasileira pelo mundo por meio do cinema, do audiovisual, de modo geral, e da informática, em virtude da abrangência desta Subcomissão.

Vamos ter muito trabalho a desenvolver, obviamente. Farei, logo em seguida, uma consulta a cada um dos Senadores sobre a preferência de dia e hora para reunião. Sabemos todos o quanto é difícil compatibilizar os horários de funcionamento das Comissões, mas agora, pelo menos, com a fixação da sessão deliberativa de quinta-feira para o horário da tarde, ganhamos a manhã de quinta-feira. Então, há a possibilidade de dividirmos melhor o tempo, o que era mais difícil. Todavia, de qualquer forma, farei essa consulta e decidiremos, com base nela, o melhor horário de funcionamento da Subcomissão.

Já existem dois requerimentos apresentados à Mesa para a realização de audiências públicas muito importantes, que vou submeter imediatamente à votação. Antes, porém, passo a palavra à Senadora Iris de Araujo, para que possa manifestar-se.

A SRª IRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Srª Senadora, Srs. Senadores, a par de agradecer os votos que recebemos, gostaria de externar a honra que tenho de estar, como Vice-Presidente – eventualmente substituirei o Senador Roberto Saturnino –, nesta Comissão. Sr. Presidente, senhores membros, estou certa do nosso empenho em realizar um trabalho profícuo em áreas tão importantes como as do cinema e da informática, enfim, nessa área da informação que todos recebemos e que transformou o mundo numa aldeia global. As informações chegam com grande rapidez, e temos responsabilidade, como agentes públicos que somos, de trabalhar para que seja transmitida da melhor maneira possível. É isso o que se espera de nós, uma vez que representamos nossa base dentro das circunstâncias em que é formada.

Estou muita satisfeita e espero contar com a colaboração de todos. Tenho certeza de que meu empenho e o do Presidente e de todos os membros da Subcomissão será total. Agradeço a todos. Essas são as considerações que gostaria de tecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Como disse, há dois requerimentos, ambos do Senador Demóstenes Torres, pedindo audiências públicas. O primeiro, para discutir questões relativas à Agência Nacional de Cinema – Ancine. Não nos custa recordar que esta Subcomissão teve um papel importante, um papel destacado na constituição, na própria formação, na própria criação da Ancine, Agência Nacional de Cinema, que agora passa por um debate a respeito da sua consolidação e da sua localização em termos de vinculação ministerial, de tal maneira que, realmente, o Senador Demóstenes Torres, preocupado com o assunto, apresentou este requerimento, também firmado pela Senadora Iris de Araujo, para que façamos audiências públicas dedicadas aos problemas de consolidação da Agência Nacional de Cinema.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento diz respeito também à realização de audiências públicas para debater a implantação da TV digital no Brasil. Esta Subcomissão já fez uma audiência pública muito rica a esse respeito, entretanto a questão se desdobrou, ganhou novas diretrizes, até com a cogitação de que o Brasil possa desenvolver um sistema próprio e não optar por nenhum dos três já existentes, ou até mesmo desenvolver em parceria com outro país de condições análogas à nossa, como a China ou a Índia. Então, o Senador Demóstenes Torres também apresentou esse requerimento pela realização de audiências públicas, para debater a implantação da TV digital no Brasil.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Então, temos essas duas séries de audiências públicas, cujas datas vamos oportunamente marcar, depois de consultar cada um dos membros sobre o melhor dia e hora para realização dos nossos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos e, mais uma vez, agradecendo também a confiança depositada no meu nome e no da Senadora Iris de Araújo.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 10 minutos.)



EDIÇÃO DE HOJE: 920 PÁGINAS